

Associação Brasileira de Psicologia Social



XX ENCONTRO NACIONAL ABRAPSO
13 A 16 DE NOVEMBRO DE 2019 | PUCSP | SÃO PAULO

A Psicologia Social frente aos autoritarismos,
polarização social e crise sistêmica do capitalismo:
em defesa da democracia e da emancipação humana

CADERNO DE RESUMOS

Realização:



Parceria:



Apoio:



Organização

Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO

Apoio

Conselho Federal de Psicologia

Parceria

PUC-SP

Realização

ABRAPSO

Local

PUC-SP

Edição e Diagramação

Niura Fernanda

ABRAPSO

Associação Brasileira de Psicologia Social

abrapso@abrapso.org.br

www.abrapso.org.br

Associação Brasileira de Psicologia Social



XX ENCONTRO NACIONAL ABRAPSO

13 A 16 DE NOVEMBRO DE 2019 | PUCSP | SÃO PAULO

COMISSÕES

Comissão Organizadora Nacional

Maria das Graças Lima
Lívia Gomes dos Santos
Deivis Perez Bispo dos Santos
Maria Cristina Dancham Simões
Adriana Eiko Matsumoto
Ilídio Roda Neves
Alexandre Pito Giannoni

Comissão Organizadora local

Antonio Euzébios Filho
Bruno Simões Gonçalves
Cecília Pescatore Alves
Cibele Bitencourt
Cinara Brito de Oliveira
Elisa Harumi Musha
Fernanda Lima Parra Villar
Jean Fernando dos Santos
Juliana Berezoschi
Leandro Lucato Moretti
Leonardo Trindade
Lucas Matheus Pereira Cruvinel
Luís Guilherme Galeão da Silva
Mariana Serafim Xavier Antunes
Sandra Gagliardi Sanchez
Sueli Terezinha Ferrero Martin

Comissão Científica

Profa. Dra. Adriana Eiko Matsumoto (UFF)
Prof. Dr. Alexandre Bárbara (UFF)
Prof. Dr. André Luiz Machado das Neves (UEA)
Profa. Dra. Andréa Moreira Lima (UNA)
Profa. Dra. Apoliana Regina Groff (UFSC)
Profa. Dra. Carolina dos Reis (UFRGS)
Profa. Dra. Cris Fernández Andrada (PUCSP)
Profa. Dra. Débora Cristina Fonseca (UNESP Rio CLaro)
Prof. Dr. Deivis Perez Bispo dos Santos (UNESP Assis)
Profa. Dra. Edna Maria Severino Peters Kahhale (PUC-SP)
Ms. Fernando A. Figueira do Nascimento (IP-USP)
Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior (UFG)
Profa. Ma. Gabriela de Conto Bett (UNIPAR)
Prof. Dr. Hildeberto Martins (UFF)
Prof. Dr. Ilídio Roda Neves (UFMS)
Prof. Dr. Jeferson Camargo Taborda (UFMS)
Profa. Ma. Joyce Pereira da Costa (UFRN)
Profa. Dra. Livia Gomes dos Santos (UFG)
Prof. Dr. Luis Artur Costa (UFRGS)
Profa. Dra. Marcela Montalvão Teti (FSLF)
Prof. Dr. Marcelo Gustavo Aguilar Calegare (UFAM)
Profa. Dra. Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva Batista (UNIOESTE)
Profa. Dra. Marília dos Santos Amaral (CESUSC)
Ma. Maristela Sousa e Freitas (PUC-SP)
Profa. Ma. Tayane Lino (UNA)

SUMÁRIO

6	Apresentação
8	Carta Aberta
10	Resumo da programação
11	Programação geral
13	Resumos
14	Lançamento de livros
38	Rodas de conversa
70	Grupos de Trabalho

APRESENTAÇÃO

Olá! Sejam toda/o/s muito bem vinda/o/s ao XX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social.

Com muito orgulho iniciamos os festejos dos 40 anos da ABRAPSO. Nesse XX ENABRAPSO, que tem como tema: "A Psicologia social frente aos autoritarismos, polarização social e crise sistêmica do capitalismo: em defesa da democracia e da emancipação humana", mais uma vez nossa associação se põe a disposição da sociedade brasileira para refletir e aprofundar a discussão sobre os eventos sociais contemporâneos e o seu impacto sobre o psiquismo. Nunca antes na história do nosso país a psicologia foi tão requisitada para pensar os impactos da política sobre o social e a subjetividade, sendo este encontro uma oportunidade ímpar para esta Psicologia Social crítica e comprometida com a transformação social, que rompe com as tentativas de silenciamento, produz resistências e potências em tempos de tanta barbárie.

Acreditamos que o XX ENABRAPSO será um importante ponto de encontro da pluralidade do pensamento da psicologia social. Temos orgulho de dizer que este encontro foi concebido no melhor espírito democrático, com a participação de cada um dos Núcleos, das Regionais da ABRAPSO, de diversos pesquisadores e professores de todo país na Comissão Científica e de Pareceristas, bom como dos movimentos sociais, em cada um dos seus pontos. O encontro foi construído com muita dedicação e cuidado, ficando com a cara da ABRAPSO: crítica, plural, polissêmica e participativa. Abaixo apresentamos informações gerais sobre nosso encontro:

01) Atividade de abertura: contamos com a presença de Mirla Cisne Álvaro (UERN) e Silvio de Almeida (Instituto Luiz Gama e Universidade Mackenzie) que discutirão o tema do Encontro "Autoritarismos, polarização social e crise sistêmica do capitalismo: em defesa da democracia e da emancipação humana", no dia 13/11/2019 a partir das 18h30 no TUCA (PUC/SP - Campus Monte Alegre).

02) Simpósios: são 19 simpósios, totalizando cerca de 50 convidados que discutirão diferentes aspectos da Psicologia Social Brasileira, tendo sempre como ponto de partida o tema do Encontro e os eixos temáticos.

03) Rodas de Conversa: num total de 54, que apresentarão questões pertinentes ao tema do XX ENABRAPSO, a partir da metodologia dialógica, com falas disparadoras, proporcionando espaço de trocas entre as gestões de Núcleos, Regionais e demais participantes do Encontro. As rodas buscarão promover interlocução privilegiada com saber popular, práticas comunitárias, experiência de organização popular e/ou de intervenção de profissionais no campo da Psicologia Social;

04) Grupos de trabalhos: foram aprovados 60 GTs, cada um proposto por três coordenadores que, em articulação com o tema do encontro, acolheram trabalhos e organizarão discussões sobre uma enorme variedade de tópicos da Psicologia Social Brasileira;

05) Apresentação de trabalhos: são mais de 1.300 trabalhos aprovados, dentre Comunicação Oral em GTs, pôster, Minicursos e lançamentos de livros;

06) Minicursos: são 58 minicursos com uma ampla variedade de temas e assuntos que coadunam com os eixos propostos para o encontro;

07) Lançamento de livros: teremos também o lançamento de mais de 60 livros, o que mostra a pujança na produção em psicologia social em nosso país.

08) Homenagens: nosso Encontro este ano tem um sabor especial, pois, como dissemos acima, estamos



iniciando as comemorações dos 40 anos da ABRAPSO e teremos uma série de atividades em homenagem às/os nossas/os sócias/os fundadoras/es. Também teremos homenagens especiais à Sílvia Lane (que foi professora da PUC-SP, local de realização do XX ENABRAPSO, e a primeira presidenta de nossa entidade); ao Santos Dias, metalúrgico e sindicalista assassinado em São Paulo há 40 anos atrás pela ditadura brasileira; e ao psicólogo criador da Psicologia da Libertação, Ignacio Martin-Baró, pois nos dias em que acontece o nosso Encontro, se rememoram os 30 anos de seu assassinato pela ditadura de El Salvador (ocorrida em 16/11/1989). Serão simpósios, rodas de conversa, intervenções artísticas e uma exposição que tratarão da vida e da obra destas pessoas tão importantes para o desenvolvimento da Psicologia Social em nossa América Latina.

09) Programação cultural: com a participação de vários Saraus da Periferia de São Paulo, Slams, Teatro do Oprimido, feira de Economia Solidária e do Movimento dos Sem Terra (MST) e também com lançamento exclusivo de um filme, “Diz A Ela Que Me Viu Chorar”, dirigido por Maíra Bühler e

10) Participação ampliada de estudantes, movimentos sociais: além dos estudantes (graduação e pós) inscritos, teremos a participação de 300 estudantes monitores de todo Brasil, os quais estarão trabalhando conosco durante o Encontro com uma grade de atividades compatível com sua participação como ouvinte e lançamos um edital para que Núcleos e Regionais da ABRAPSO pudessem indicar representantes de movimentos sociais de suas regiões para ganharem isenção da taxa de inscrição no XX ENABRAPSO;

Cultura, diversidade, democracia, politização, debates, encontros... nosso XX ENABRAPSO, construído na troca, no compartilhar, com a força da Psicologia Social brasileira e latino-americana, aguarda a participação de cada uma/um de vocês!

Abrapsos!



CARTA ABERTA

Carta aberta aos associados, participantes e interessados do XX ENABRAPSO

Estou preso à vida e olho meus companheiros
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças
Entre eles, considero a enorme realidade
O presente é tão grande, não nos afastemos.
(Carlos Drummond de Andrade)

Olá,

O Encontro Nacional da ABRAPSO está em sua vigésima edição.

Nossa associação foi criada em 1980 e acompanhou o processo de abertura, a redemocratização, a tentativa de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, mas não de forma passiva: ao contrário, uma das finalidades estatutárias da ABRAPSO é “garantir o compromisso ético-político com as populações submetidas a desigualdades sociais e econômicas, em condição de vulnerabilidade, opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação em uma sociedade justa e igualitária” e temos feito o possível para que todas as nossas ações carreguem esse compromisso nestes quase dois anos de gestão.

Trabalhamos no fortalecimento dos núcleos e das regionais, apoiamos eventos, criamos estratégias para o incremento da participação dos movimentos sociais e dos estudantes em nossa associação, com a participação da diretoria nacional, apoio logístico e financeiro. Acreditamos que a Abrapso existe e se mantém por sua base e, com orgulho, podemos dizer que encerramos uma tarefa que se arrastava por 10 anos: o novo estatuto da Abrapso, que foi aprovado em assembleia específica ocorrida no último Congresso Brasileiro de Psicologia.

No entanto, neste encontro vivemos uma situação política e econômica consideravelmente diferente das que estávamos acostumados. Nos dois anos que nos separam do evento anterior o contexto social, político econômico brasileiro alterou-se de forma intensa e estamos enfrentando um momento no qual o absurdo tem feito parte do cotidiano, com paralelo apenas o período que antecede a constituição de 1988.

Se há muito lutamos por direitos, a situação hoje é de perda acelerada de conquistas históricas: a CLT, a Previdência Social, o SUS, entre outros foram postos na berlinda. A censura (que surge de forma emblemática com as propostas de “lei da mordaza”) e uma política pautada pelo medo e pela desesperança (ameaças constantes, perseguições ideológicas e punições esdrúxulas) são uma realidade a ser enfrentada. Soma-se a isso uma crescente desvalorização do conhecimento científico e acadêmico, que inclui cortes gigantescos de investimentos, atingindo diretamente a construção e a disseminação do ensino e da pesquisa brasileiros. São apenas alguns exemplos dessa forma de conter e dificultar a mobilização.

Essa realidade nos afetou diretamente. Embora não se resuma a isso, daremos dois exemplos: 1) concorremos à chamada CNPq 04/2019 - Auxílio à promoção de eventos científicos, tecnológicos e/ou de inovação (ARC). Ganhamos e com uma excelente pontuação, ficando entre os 10% mais bem avaliados. No entanto, a chamada foi suspensa e não vamos receber o dinheiro; e 2) havíamos pensado que, por ser em São Paulo - uma cidade com mais gente e com fácil acesso de qualquer lugar do Brasil - teríamos um número gigantesco de inscrições; mas começamos a perceber e receber notícias de muitas pessoas estão com um verdadeiro receio de estar em espaços que claramente se colocam como oposição e que por isso se sentem mais seguras se afastando da ABRAPSO nesse momento. Além disso, muitos professores e pesquisadores também tiveram cortados os seus subsídios para participação em congressos científicos.

Também é importante dizer que, os recursos próprios da Abrapso, o grosso dele (fruto da contribuição dos associados), decorrem das inscrições no Encontro Nacional.



Ademais, um congresso do porte do Encontro Nacional da ABRAPSO é extremamente oneroso e precisamos garantir que ele se pague, sem deixar dívidas para as próximas gestões. Essa também tem sido uma preocupação constante: a realidade não nos permite ser muito otimistas. Ao contrário: tudo nos leva a crer que as próximas gestões terão muito mais problemas do que temos tido e, desta forma, temos um compromisso que vai além da construção do Encontro.

Tentamos o tempo inteiro fugir dessas dificuldades. Temos pensado em cada detalhe da organização para fazer um encontro onde, efetivamente, mais do que resistência, sejamos um espaço de potência: de debates que busquem analisar o cotidiano em busca de saídas, de construção coletiva, de enfrentamentos, de transformação, de trocas, reencontros. Um encontro em que possamos lembrar e seguir sabendo que não estamos sozinhos.

Para isso, o estamos construindo em parceria com os núcleos e as regionais desde a montagem da comissão científica até a proposta de atividades que irão compor o nosso encontro. Demos o maior número possível de isenções: para as comissões científicas e organizadoras, para todos os palestrantes dos simpósios, para todos os mediadores das rodas de conversa, para os monitores - que estarão em um número que possibilite que eles também possam participar do evento. Fizemos uma primeira faixa de preço mais barata, que pudesse servir como um incentivo para que os militantes da base da Abrapso (principalmente de fora de São Paulo) pudessem estar presentes no evento. Suspendemos a última faixa de preços e cortamos muitos gastos, inclusive em questões tradicionais da ABRAPSO. Sabemos o quanto isso é insuficiente para a participação de todos; mas estamos fazendo tudo o que conseguimos enxergar que está ao nosso alcance.

Como no poema de Drummond, estamos taciturnos - com o contexto, com aquilo que foge das nossas possibilidades, por não fazermos o encontro da forma que gostaríamos, por não podermos dar todas as isenções que nos são solicitadas. Mas, apesar disso, nutrimos grandes esperanças de que esse seja um encontro potente, que possamos, juntos, pensar em alternativas, construir mobilizações. Como chama a atenção no nome que a comissão científica criou para esse encontro: que o XX ENABRAPSO realmente se constitua como uma defesa da democracia e da emancipação humana.

Esperamos que você possa estar conosco e, mesmo que não possa, que não nos afastemos.

Abrapsos,



RESUMO DA PROGRAMAÇÃO

Credenciamento: das 9h às 19h, todos os dias

13/11/19 Quarta-feira		14 /11/19 Quinta-feira	15/11/19 Sexta-feira	16/11/19 Sábado	
09h às 12h		SIMPÓSIOS	GTs (Sessão 1)	GTs (Sessão 2)	
12h às 13h30		ALMOÇO – Atividades culturais			
13h30 às 15h30		MINICURSOS	RODAS DE CON- VERSA SIMPÓSIOS	RODAS DE CON- VERSA SIMPÓSIOS	
15h30 às 16h30		PÔSTERES Reuniões de coletivos, movimentos sociais, associações e entidade das parceiras			
16h30 às 18h30		Atividades culturais Assembleia de Regionais	Atividades culturais Lançamento de livros	SIMPÓSIOS	
18h30 às 19h30		ABERTURA	ASSEMBLEIA 1	ASSEMBLEIA 2	ENCERRAMENTO
19h30 às 22h					



PROGRAMAÇÃO GERAL

Páginas		13/11/2019 Quarta-feira	14/11/2019 Quinta-feira	15/11/2019 Sexta-feira	16/11/2019 Sábado
Pag. 14 a 26	Lançamento de livros			Mesas 1 a 29	
Pag. 26 a 37					Mesas 1 a 28
Pag. 38 a 48 e 69	Rodas de Conversa			X	
Pag. 48 a 68					X
Grupos de trabalho					
Páginas		13/11/2019 Quarta-feira	14/11/2019 Quinta-feira	15/11/2019 Sexta-feira	16/11/2019 Sábado
Pag. 70 a 95	GT01			X	X
Pag. 96 a 120	GT02			X	X
Pag. 121 a 142	GT03			X	X
Pag. 142 a 168	GT04			X	X
Pag. 168 a 181	GT05			X	X
Pag. 182 a 198	GT06			X	X
Pag. 198 a 219	GT07			X	X
Pag. 219 a 247	GT08			X	X
Pag. 247 a 267	GT09			X	X
Pag. 267 a 291	GT10			X	X
Pag. 291 a 303	GT11			X	X
Pag. 304 a 315	GT12			X	X
Pag. 315 a 339	GT13			X	X
Pag. 340 a 364	GT14			X	X
Pag. 365 a 391	GT15			X	X
Pag. 392 a 415	GT16			X	X
Pag. 415 a 431	GT17			X	X
Pag. 431 a 457	GT18			X	X
Pag. 457 a 471	GT19			X	X
Pag. 471 a 493	GT20			X	X
Pag. 493 a 506	GT21			X	X
Pag. 506 a 525	GT22			X	X
Pag. 525 a 546	GT23			X	X
Pag. 547 a 570	GT24			X	X
Pag. 570 a 592	GT25			X	X
Pag. 592 a 616	GT26			X	X

Pag. 617 a 628	GT27			X	X
Pag. 628 a 652	GT28			X	X
Pag. 652 a 662	GT29			X	X
Pag. 663 a 683	GT30			X	X
Pag. 684 a 709	GT31			X	X
Pag. 709 a 734	GT32			X	X
Pag. 734 a 759	GT33			X	X
Pag. 759 a 777	GT34			X	X
Pag. 778 a 804	GT35			X	X
Pag. 804 a 827	GT36			X	X
Pag. 827 a 853	GT37			X	X
Pag. 853 a 877	GT38			X	X
Pag. 878 a 879	GT39			X	X
Pag. 880 a 902	GT40			X	X
Pag. 903 a 925	GT41			X	X
Pag. 925 a 937	GT42			X	X
Pag. 937 a 966	GT43			X	X
Pag. 967 a 992	GT44			X	X
Pag. 992 a 1013	GT45			X	X
Pag. 1014 a 1035	GT46			X	X
Pag. 1036 a 1060	GT47			X	X
Pag. 1060 a 1070	GT48			X	X
Pag. 1070 a 1095	GT49			X	X
Pag. 1095 a 1103	GT50			X	X
Pag. 1103 a 1116	GT51			X	X
Pag. 1117 a 1131	GT52			X	X
Pag. 1131 a 1138	GT53			X	X
Pag. 1139 a 1140	GT54			X	X
Pag. 1141 a 1159	GT55			X	X
Pag. 1160 a 1178	GT56			X	X
Pag. 1178 a 1201	GT57			X	X
Pag. 1202 a 1222	GT58			X	X
Pag. 1221 a 1236	GT59			X	X
Pag. 1237 a 1259	GT60			X	X

RESUMOS



LANÇAMENTOS DE LIVROS

15 de novembro | 16h30 às 18h30

Mesa: 1

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) em políticas públicas de esporte

Resumo: As Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) em Políticas Públicas de Esporte apresenta as possibilidades de atuação da categoria no âmbito da Psicologia Social do Esporte. A psicologia tem sido cada vez mais convocada para colaborar com o campo esportivo. Para além dos esportes de alto rendimento e grandes eventos esportivos, neste documento busca-se evidenciar a potência dos jogos e atividades recreativas como instrumentos importantes de trabalho da Psicologia. Desse modo, é possível criar por meio da psicologia do esporte, mais espaços de construção de vínculos, trabalhos em grupo, apropriação do território, dentre outros sentidos. Compreendendo o esporte como fenômeno educativo e social, é preciso demarcar o compromisso social da psicologia na defesa do esporte como Direitos Humanos e a importância da sua democratização e valorização no âmbito das políticas públicas.

Autoria: Conselho Federal de Psicologia

Mesa: 2

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) em varas de família

Resumo: As Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) em varas de família trata-se de um documento lançado, inicialmente, em 2010, e agora relançado após um processo de revisão. Este documento passou por atualizações importantes tanto no que tange os marcos legais da política pública, como também na abordagem de temas atuais que os profissionais de Psicologia se deparam na sua atuação nas Varas de Família, como alienação parental, depoimento especial, violência contra a mulher, assim como a atuação do perito e elaboração de documentos escritos por psicólogos(os). Para essa atualização, a comissão de especialistas responsável pela elaboração da primeira edição foi novamente convocada para esse trabalho de revisão. Vale lembrar que para a primeira edição, foi desenvolvida uma investigação da prática profissional em todo território nacional, conduzida por técnicas(os) do CREPOP nos Conselhos Regionais de Psicologia, por meio de questionário on-line e reuniões presenciais. Essa investigação deu um panorama acerca da atuação da categoria nesses espaços, apontando os limites, dificuldades e potencialidades da Psicologia no Sistema de Justiça.

Autoria: Conselho Federal de Psicologia

Mesa: 3

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) em políticas públicas sobre álcool e outras drogas

Resumo: A edição revisada da Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas foi produzida no âmbito do CREPOP e busca demarcar o compromisso da Psicologia com o respeito à autonomia e dignidade da pessoa em uso e abuso de drogas, assim como na defesa pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O trabalho de revisão desta referência revela as transformações que as políticas públicas de álcool e outras drogas vêm sofrendo no atual momento político do país, em que o cuidado às(aos) usuárias(os) tem sua centralidade exclusivamente na abstinência, internação involuntária e tratamento em instituições asilares. Contraindo-se a isso, este documento propõe um conjunto de reflexões e estratégias de cuidado para as(os) profis-

sionais da Psicologia, retomando os princípios do SUS, trabalho em rede, atuação multiprofissional e intersetorial. Além disso, apresenta as boas práticas que têm sido desenvolvidas neste campo orientadas pela lógica da redução de danos e centralidade nas(os) usuárias(os).

Autoria: Conselho Federal de Psicologia

Mesa: 4

Eixo: 4 - Insurgências ético-estético-políticas: contribuições da Psicologia Social

Título: *Imagens do fora: um arquivo da loucura*

Resumo: Livro que envelopa gestos de indocilidade e inconformidade frente ao tempo presente, *Imagens do Fora: um arquivo da loucura*, oferece substratos críticos e clínicos aos modos de fazer história e de olharmos para a memória e as narrativas da infâmia, mormente referidas ao campo da loucura. Sua produção constitui, aliás, uma espécie de arquivo que guarda cerca de 20 anos de pesquisas realizadas na Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre/RS. Organizado em três partes distintas, o livro apresenta-se enquanto plano de inscrição e impressão de blocos de sensações e pensamentos. A primeira parte, *Rasgaduras na História*, comporta textos que abordam a questão da arte como expressão da desmesura potencial dos homens, evidenciando como inócuos os esforços em enquadrá-las em classificações prévias já codificadas pela cultura e pelo cânone tradicional. O Dossiê de casos-pensamento, a segunda parte do livro, é composto por textos que buscam dar a ver e ler as produções imanentes ao campo da arte e da loucura por meio de certo modo de problematizar, pesquisar e escrever. Esta escavação de sentidos por meio do olhar, capaz de propiciar aparições sobreviventes deste arquivo de obras-acontecimento, acaba por nos conduzir à terceira parte do livro, *Ardências do Arquivo*, que se refere aos modos de leitura do *nachleben* das imagens enquanto testemunhos de uma história aberta, feita de suspensões e fulgurações. Logo, intenta-se pensar aquilo que resta depois do desastre. Daí veremos um tema pungente para a Psicologia Social no que tange a tematizar as relações entre as condições de construção da memória e a produção do que chamamos de social. Em outras palavras, nos textos apresentados no livro vemos as linhas críticas dos modos de subjetivação de um presente, oferecendo índices de leitura do mesmo a partir de uma função política da memória.

Autoria: Erica Franceschini

Mesa: 5

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: *Narrativas, mulheres e resistências*

Resumo: Apresentamos esta coleção de textos em que o eixo comum é a reflexão sobre nosso tempo. Em 2018, promovemos um segundo encontro da rede de pesquisadoras e pesquisadores em *Narrativas, Gênero e Política*. Deste intercâmbio entre docentes, pesquisadores, profissionais e militantes de distintas instituições brasileiras de diferentes regiões do país, compartilhamos agendas de pesquisa, com diversidade institucional e de áreas do conhecimento, com explícita intenção de produzir diálogos entre acadêmicos, representantes de serviços públicos e movimentos sociais. Como pauta temática desse projeto de intercâmbio nacional e internacional, além do aprofundamento teórico-metodológico sobre métodos narrativos, convidamos as pessoas envolvidas a refletirem sobre mulheres e resistências em tempos de violação de direitos. Os textos estão organizados em quatro partes, três delas antecedidas por poesias-provocações de Joi Gonçalves, artista da Coletiva Avoante, grupo de arte marginal. A primeira traz textos de aprofundamento das discussões teórico-metodológicas sobre narrativas; a segunda parte do livro é dedicada às discussões teórico-metodológicas sobre gênero; a terceira parte agrega sete capítulos dedicados a temas e campos em que em que narrativas, gênero e política se entrelaçam em tramas para lhes dar maior visibilidade; a quarta e última parte traz textos como performance, convidando leitoras e leitores a voltar aos textos, recompondo os caminhos dialógicos que está em sua base, na articulação da rede de pesquisadoras/es sobre narrativas, gênero e política. A obra é organizada pelo grupo de pesquisa *Narrativas, Gênero e Saúde* (NaGeS; PUC Minas), em articulação com outros grupos de pesquisa, saber: grupo de trabalho *Cotidiano e Práticas Sociais* da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP); Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPOL; UFPE); Grupo de Pesquisa *Narrativa e Formação*

de Professores (GPNEP, UFU); DeVerso: grupo de pesquisa em sexualidades, saúde e política (UEM); Núcleo Conexões de Saberes (UFMG).

Autoria: Luciana Kind

Mesa: 6

Eixo: 6 - Estado, Democracia e Movimentos Sociais: contribuições da Psicologia Social

Título: **Nos caminhos da dupla consciência: psicologia da descolonização e América Latina**

Resumo: O livro apresenta uma discussão sobre a necessidade da descolonização da Psicologia na América Latina. Constituída basicamente por autores e teorias eurocêntricas criadas em territórios distintos da América Latina, a psicologia do continente precisa reelaborar suas teorias e suas práticas a partir de sua própria realidade e do percurso e pensamento de seus povos formadores. Esse é o esforço teórico do livro, apresentar uma leitura da formação da dimensão subjetiva do continente latinoamericano a partir da trajetória e da memória histórica própria desse território. A categoria da dupla consciência latino-americana, marco conceitual central da obra é expressão psicossocial surgida a partir conflito colonial e sua violência e heterogeneidade estrutural - fundante da América Latina. A dupla consciência é o tensionamento psicossocial entre o pensamento do colonizador colonialidade dopoder - e do colonizado mestiçagem descolonial crítica que estrutural a subjetividade latino-americana em seus mais diferentes aspectos. A psicologia social do continente tem a tarefa de contribuir para a recuperação histórica de nossos povos formadores, e elaborando uma outra psicologia a partir dess processo e auxiliando na formação de um novo sentido histórico para além da colonialidade que atravessa a realidade social de todo continente.

Autoria: Bruno Simões Gonçalves

Mesa: 7

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: **Psicologia e Democracia: Nenhum direito a menos. Anais do VIII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos**

Resumo: Esta publicação consiste nos Anais do VIII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos que teve como tema Psicologia e Democracia: Nenhum direito a menos, realizado em 27 e 28 de abril de 2018, em Brasília/DF, celebrando os vinte anos da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. O objetivo geral do evento foi discutir questões conceituais, a atuação profissional e a incidência política da psicologia no campo dos direitos humanos com as(os) psicólogas(os), os movimentos sociais e a sociedade brasileira, denunciando violações de direitos no cenário que atualmente se apresenta, marcadamente em função do desmonte das políticas públicas e da supressão de direitos. A publicação inicia com a análise da Doutora Cecília Maria Bouças Coimbra, primeira coordenadora da Comissão de Direitos Humanos e homenageada do Seminário. Constam, também, as falas das(os) expositoras(es) que inetgraram os Diálogos temáticos. O Diálogo 1: A guerra contra e entre os pobres contou com as(os) expositoras(es): Tâmara Caroline Almeida Terso e Raul Santiago da Silva. O Diálogo 2: Corpos em disputa: uma discussão interseccional das diferenças teve a participação das expositoras: Jaqueline Gomes de Jesus e Symmy Larrat. O Diálogo 3: Cidades e Campos Possíveis: Territórios em disputa trouxe as contribuições das(os) expositoras(es): Luiz Henrique Gomes de Moura, Barbara Oliveira Souza e Aldo Zaiden Benvindo. E o Diálogo 4: Desafios da comunicação e da democracia diante da manipulação e da cultura de ódio nas ruas e redes contou com as explanações de: Beatriz Costa Barbosa, Thiago de Souza Borges e Ricardo Augusto Poppi Martins.

Autoria: Conselho Federal de Psicologia



Mesa: 9

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: Sílvia Lane: uma obra em movimento

Resumo: A professora Sílvia T. M. Lane é uma das mais importantes teóricas da psicologia social brasileira. Já foram publicadas, desde o seu falecimento, várias teses sobre sua obra, número especial de revistas em sua homenagem, livros apontando suas principais contribuições à psicologia social brasileira e os aspectos importantes de sua teoria.

Este livro pretende ir além, apresentar os desdobramentos de sua obra, críticas, desafios, provocações, pesquisas e reflexões teórico-metodológicas. Também busca apresentar como sua teoria auxilia psicólogos (as) sociais a compreenderem e atuarem profissionalmente em contextos de desigualdade social, e como seu clamor por transformação e compromisso social tem influenciado nossa ciência.

Portanto, trata-se de uma coletânea composta por dez (10) textos, escrito por ex-orientandos, parceiros teóricos, e jovens pesquisadores.

Os capítulos, dessa obra, estão divididos em três partes. A primeira versa sobre o valor heurístico do pensamento de Sílvia Lane, e sobre suas bases filosóficas. Ressalte-se a apresentação de capítulos inéditos do Relatório da Pesquisa: "Emoções em Culturas Indígenas", coordenada por Sílvia Lane, no período de 2002 a 2005.

Os resultados da pesquisa não foram publicados, mas foram analisados e sistematizados no relatório enviado a FAPESP em 2005. A segunda expõe duas pesquisas que representam o esforço da pesquisadora em ampliar o escopo da psicologia para além do urbano, incorporando o indígena e o trabalhador rural, trazendo a desigualdade como questão psicossocial. Afinal, como diz Lane: "é preciso compreender como o latino americano singulariza o universal na constituição particular de sua existência". A terceira parte oferece três importantes desdobramentos do corpo teórico-metodológico laneano, demonstrando a sua capacidade para a fertilização de novas e profícuas teorias, o que sempre foi seu desejo: difundir-se e irradiar-se para variadas direções, mas com um norte ético-político comum.

Autoria: Gláucia Tais Purin

Mesa: 10

Eixo: 5 - Psicologia Social e trabalho no neoliberalismo: lutas sociais e resistências

Título: Redes Solidárias: Experiências no campo da Economia Solidária

Resumo: Este livro narra trajetórias de redes de economia solidária e apresenta, a partir delas, uma análise de suas potencialidades pela leitura da psicologia social em relação à atual conjuntura econômica e política e seus desdobramentos no mundo do trabalho. A produção deriva de um trabalho de pesquisa realizado pelo NUTAS-Núcleo de Estudo e Pesquisa em Trabalho e Ação Social, junto a 11 (onze) Redes de Economia Solidária, criadas por trabalhadores(as) dos Empreendimentos Econômicos Solidários para se fortalecerem, se potencializarem e sobreviverem ao sistema capitalista a partir de uma lógica inversa. Suas trajetórias revelam histórias de lutas e formas de resistência encontradas por trabalhadores(as) diante de um sistema neoliberal.

Na primeira parte são apresentadas narrativas, derivadas de entrevistas realizadas com lideranças de cada rede, as quais expressam seus percursos, modos de organização, conquistas e desafios, permitindo o conhecimento concreto de experiências de redes de economia solidária.

Na segunda parte são apresentadas análises a partir dos temas que emergiram como mais relevantes a partir dessas narrativas: a organização dos empreendimentos em Redes Solidárias; os princípios da economia solidária; organização do trabalho e processos de formação nas redes; políticas públicas e economia solidária; gênero, raça e etnia como questões para as redes solidárias. A construção da análise desses eixos foi realizada a partir de um debate entre pesquisadores do NUTAS e trabalhadores dos empreendimentos das redes de economia solidária, em um encontro realizado na PUC-SP. O livro, portanto, representa, pelas experiências narradas e pelas análises realizadas, uma contribuição para o campo da economia solidária, qualificando o debate sobre o papel das redes de cooperação de economia solidária.

Autoria: Solange Aparecida de Lima



Mesa: 11

Eixo: 1. Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: **Psicologia em extensão - corpos à margem, desafios a formação**

Resumo: O propósito deste livro é problematizar a formação do psicólogo, levando em conta uma possível formação, que ao transpor os muros da academia, torna-se múltipla e plural. Convocando a reflexão acerca da necessidade de se escutar e de se debruçar sobre as demandas sociais. Em especial, aquelas cujas as pautas tratam dos corpos que se situam à margem do sistema - o dito louco, o usuário de drogas, o corpo das mulheres, as pessoas em situação de vulnerabilidade, os adolescentes em conflito com a lei, as pessoas que respondem por identidades não heteronormativas e os indivíduos que, ao tentarem contra a própria vida, nos colocam de frente ao um tema-tabu. Ressaltamos o campo das políticas públicas como via privilegiada para garantir uma formação comprometida com a pluralidade e diversidade. Esse livro está estruturado em dois eixos. O primeiro dedica-se a pensar a formação a partir da universidade, e o segundo está situado no ponto da realidade material, das questões contemporâneas, que provocam a academia e fazem com que seja necessário refletir sobre os cursos de acadêmica oferecido pelos cursos de psicologia.

O desafio que lançamos com esse livro foi questionar de que forma a psicologia, enquanto campo de saber plural pode, não só contribuir, mas, especialmente, se implicar com as questões propostas por esses grupos sociais.

Autoria: Rosane de Albuquerque Costa

Mesa: 12

Eixo: 2 - Psicologia Social, Gênero e sexualidades

Título: **Autoamor: Um caminho para regulação emocional e autoestima feminina!**

Resumo: O livro propõe aos leitores uma análise crítica no que diz respeito ao sexismo e relações de poder do patriarcado. Trazendo desdobramentos de experiências vividas e como obra de projeto de pesquisa. Além de agregar conhecimento profissional, acerca das dinâmicas cognitivas que influenciam na autodepreciação do ser mulher e visa transferir o foco para a promoção do autocuidado, amor próprio e elevação da autoestima feminina. Tem como objeto principal de estudo no que tange a identificação de si através das influências sociais. A presente obra também busca articular o impacto do racismo na construção da subjetividade negra.

Autoria: Shayane da Silva Pereira do Nascimento

Mesa: 13

Eixo: 6 - Estado, Democracia e Movimentos Sociais: contribuições da Psicologia Social

Título: **Revista Psicologia: Ciência e Profissão - Edição Especial - Psicologia, Povos e Comunidades Tradicionais e**

Diversidade Etnocultural

Resumo: A Revista Psicologia Ciência e Profissão (RCP), criada e publicada pelo Conselho Federal de Psicologia CFP desde o ano de 1979 comemora, neste ano de 2019, seus 40 anos. O foco deste periódico nas suas publicações sempre são as modificações em termos político-sociais que demandam deslocamentos na produção de conhecimento e práticas em psicologia. Assim, a produção de edições especiais no ano 2019, priorizou a produção sobre a temática da diversidade na Psicologia Brasileira buscando fomentar a produção teórico-conceitual do conhecimento na área, a reflexão sobre as práticas profissionais em diferentes cenários de diversidade e, o papel da Psicologia no enfrentamento das dificuldades e opressões em relação a temáticas bastante importantes neste momento da sociedade brasileira, O número especial: A Psicologia e os Povos e Comunidades Tradicionais apresenta textos sobre a diversidade etnocultural do Brasil articulado a uma discussão sobre as práticas e saberes da Psicologia em relação as comunidades e povos tradicionais da sociedade brasileira. Os povos e comunidades tradicionais são definidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Diante disso, o lançamento deste número temático se inclui em mais de um dos eixos temático proposto neste evento como, tais como: Psicologia, Políticas Públicas e direitos sociais e as práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais, Estado Democracia e Movi-



mentos Sociais Psicologia, e Psicologia social e as políticas de igualdade racial e étnica no Brasil.

Autoria: Conselho Federal de Psicologia

Mesa: 14

Eixo: 1. Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: (Re)pensando a Saúde Mental e os processos de desinstitucionalização: histórias, intervenções e desafios ético-políticos

Resumo: Saúde Mental e processos de desinstitucionalização reúne trabalhos de pesquisadores envolvidos diretamente com o campo da Saúde Mental e que estão vinculados à instituições universitárias dos estados de Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, Ceará e Rio Grande do Norte. Alessandra Teixeira Marques Pinto (SMSRJ), Aluísio Ferreira de Lima (UFC), Ana Karenina de Melo Arraes Amorim (UFRN), Ana Kristia da Silva Martins (UFC), Arthur Arruda Leal Ferreira (UFRJ), Cristiane Budde (UFSC), Daniela Ribeiro Schneider (UFSC), Eduardo Torre (FIOCRUZ), Eliane Regina Ternes Torres, Emanuel Messias Aguiar de Castro (UFC), Flávio Durães (UFMG), Jane Moraes Lopes (UFSC), José Jackson Coelho Sampaio (UECE), Karla Castillo Flores, Luís Fernando Farah Tófoli (UNICAMP), Magda Dimenstein (UFRN), Maria Stella Brandão Goulart (UFMG), Maria Zelfa de Souza Feitosa (UFC), Mariana Nogueira Rangel Pande (ENSP/FIOCRUZ), Paulo Amarante (FIOCRUZ), Pedro Renan Santos de Oliveira (UFC/UECE), Rafael Pereira, Taís Bleicher (UFSCAR) e Zulmira Áurea Cruz Bomfim (UFC), discutem de forma crítica, nos dez capítulos que formam este livro, os processos históricos da Reforma Psiquiátrica no Brasil, além de discorrerem sobre questões imprescindíveis para o campo da Saúde Mental, tais como: desinstitucionalização, reabilitação, Saúde Mental na Atenção Primária, cronificação em serviços substitutivos, limites da intervenção Psi e diversidade cultural. Por seu conteúdo atual e voltado para a análise do processo de Reforma Psiquiátrica que estamos vivendo, a leitura do livro oferece ao leitor análises preciosas sobre as histórias, as formas de intervenção e os desafios ético-políticos que todos devem conhecer para uma atuação crítica e transformadora no campo da Saúde Mental.

Autoria: Aluísio Ferreira de Lima

Mesa: 15

Eixo: 2 - Psicologia Social, Gênero e sexualidades

Título: Livro Infantil - Tina

Resumo: Tina, livro de estreia de Sônia Portes, discute a participação dos pais na vida dos filhos.

Um dia, uma garotinha vai com a mãe ao médico e, chegando lá, toma um susto com o que vê: mães, mães e mais mães no recinto. A partir daí, ela começa a questionar por onde andam os pais. Essa é a motivação de Tina, primeiro livro infantil escrito pela psicóloga Sônia Portes e que será lançado pela Páginas Editora. A obra é ilustrada pela artista mineira Mariana Tavares.

Além de psicóloga clínica e professora universitária, Sônia Portes é mãe do Vini, de 10 anos, para quem ela lê todas as noites, há nove anos. Ao lado do filho, a autora foi conhecendo o universo da literatura infantil. A gente lê todo dia, juntos, desde que ele era bem pequenininho. Temos muitos livros infantis, conta. Diante disso e a partir também da realidade de grande parte das famílias, Sônia teve a inspiração de escrever a história de Tina.

Ao explicar o que a levou a fazer a obra destinada ao público infantil, a autora observa que livros são uma forma lúdica e interativa que ajudam mães, pais e filhos a estabelecerem vínculos de afeto. E os afetos, ela completa, são fundamentais para o desenvolvimento saudável de seres humanos. Leia para uma criança, e você estará, de modo preventivo, cuidando de sua saúde mental, convida.

Tina provocará algumas discussões sobre igualdade de gênero, valorização do trabalho masculino e feminino, e como o trabalho pode afetar as relações e a dinâmica familiar.

Tina é apenas o começo de uma trajetória que quer delinear na literatura infantil. Já tem projetos de outros livros, sempre com repertório recheado de histórias do cotidiano e com o objetivo de apresentar, a pais, mães e crianças, reflexões importantes para a vida.

Autoria: Sonia Rodrigues Portes



Mesa: 16

Eixo: 1. Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: O não ao manicômio: fronteiras, estratégias e perigos

Resumo: Este livro trata dos renovados perigos presentes na luta contra o horror manicomial. Nascida no final da década de 1970 com o compromisso de romper as fronteiras impostas por uma política de encarceramento da loucura, a Reforma Psiquiátrica brasileira organiza um pensamento e um confronto: diz não ao manicômio, buscando redefinir fronteiras e propondo outras percepções, ações e discursos relativos à experiência humana do enlouquecimento. Tal rearranjo de forças não se dá sem que também se estruturam forças contrárias. Lógicas manicomial são redesenhadas, agora mais sutis e com divisas menos perceptíveis do que os muros asilares: esses são os perigos que este livro visa identificar e contra os quais propõe que sigamos lutando.

Autoria: André Ricardo Nader

Mesa: 17

Eixo: 4 - Insurgências ético-estético-políticas: contribuições da Psicologia Social

Título: Escritas de si, escutas, cartas e formação inventiva de professores entre universidade e escola básica

Resumo: Escritas de si, escutas, cartas e formação inventiva de professores entre universidade e escola básica dá continuidade a uma série de problematizações e discussões sobre modos outros de formar professores, com a intenção de compartilhar nosso entusiasmo com as possibilidades que surgem quando nos aventura-mos por caminhos que fazem uma aposta ética estética e política. É bom ressaltar que endereçamos um convite para a escrita dos capítulos aos amigos que apostam em uma formação perspectivada pela invenção.

Um convite que explicita alguns dos nossos trabalhos com as escolas básicas parceiras no ano de 2017, que ligava o texto Escrita de si de Michel Foucault e desenvolvimento do projeto Cartas, escutas e práticas de si entre universidade e escola básica. No referido ano fizemos uma correspondência entre bolsistas, supervisores, coordenadores e estudantes de escolas básicas parceiras do Subprojeto de Pedagogia/PIBID/CAPES da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Correspondência realizada por meio de cartas físicas concretas, mas pelo esforço de efetivar o que Michel Foucault nos diz quando acentua que a escrita é considerada como um exercício que se tem à mão, como equipamento, para se colocar em ação uma experiência de formação e de transformação de si. Cartas e escritas como uma prática de si no trabalho entre universidade e escola funcionam como ferramentas de pensamento que nos ajudam a pensar e a fazer uma formação perspectivada pela invenção.

E, você leitor, tem em mãos um dos efeitos deste convite e dos bons encontros que temos feito no decorrer destes anos junto com parceiros e seus trabalhos fundamentais para tocar vida, formação, conhecimentos ligados em uma instância propagadora de práticas mais sensíveis e potentes de invenção de si e do mundo.

Autoria: Rosimeri de Oliveira Dias

Mesa: 18

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: Grupo de Mulheres em uma Estratégia Saúde da Família: sua origem e 'consolidação'

Resumo: Caro(a) leitor(a), as práticas grupais terapêuticas têm apresentado uma grande potência em ações de promoção de saúde por lidarem com as expectativas de participação, solidariedade e compartilhamento das soluções da vida em conjunto a outras pessoas. Apresentada neste livro, a experiência com o Grupo de Mulheres em uma Estratégia Saúde da Família (ESF), vivida por várias pessoas, descreve a origem do grupo, até sua consolidação, apresentando suas características, os impactos causados na ESF, a importância do trabalho em grupo para a Psicologia e as transformações ocorridas na vida das mulheres ao longo dos anos.

A ação foi desenvolvida via estágio curricular do Curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais UEMG Unidade Divinópolis, com início em 2012 e com vigência atual. Essa e outras ações foram reunidas dentro do Núcleo de Psicologia sobre Educação, Paz, Saúde, Subjetividade e Trabalho (Grupo CNP-q/UEMG), a partir de 2017, favorecendo a produção de materiais acadêmicos de diversas modalidades.



Para a produção deste livro, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as participantes do grupo, trabalhadoras da ESF e com ex-estagiárias facilitadoras do grupo. Como dados secundários, foram utilizados os relatórios de estágios produzidos no período compreendido entre o primeiro semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2017. A partir das entrevistas coletadas, foi possível destacar seis marcadores analíticos que se encontram nos resultados deste trabalho.

Na discussão, identificou-se que o Grupo de Mulheres está coerente com a literatura. Por fim, com o desenvolvimento deste trabalho, espera-se contribuir com a Psicologia e com outros saberes envolvidos na saúde, pois o trabalho com grupos é uma modalidade rica em aprendizados e causa de transformações importantes nos territórios existenciais.

www.editoraescolacitada.com.br/2019/08/grupo-de-mulheres-em-uma-estrategia.html

Autoria: André Amorim Martins

Mesa: 19

Eixo: 4 - Insurgências ético-estético-políticas: contribuições da Psicologia Social

Título: **As subjetividades em revolta. Institucionalismo francês e novas análises**

Resumo: O livro reconstitui a história da Análise Institucional francesa, em suas vertentes socioanalítica (René Lourau, Georges Lapassade etc.) e esquizoanalítica (Gilles Deleuze, Felix Guattari etc). Diferentemente de outras formas de historicização existentes, contudo, faz com que emergam como singularidades em meio aos regimes de verdade, prática e subjetivação que marcaram a intelectualidade europeia e latino-americana do século XX, estendendo-se do pós-guerra à década de 1980. Destaque especial é conferido a maio de 1968 e a seus efeitos epistemológicos, políticos e ético-estéticos. A genealogia foucaultiana orienta a periodização construída, no intuito de assinalar inflexões e descontinuidades nos modos de vida intelectuais ao longo do período abordado.

Autoria: Heliana de Barros Conde Rodrigues

Mesa: 20

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: **ANÁLISE INSTITUCIONAL, GENEALOGIA, HISTÓRIA ORAL. Fabricando intercessores em pesquisa e intervenção**

Resumo: Os artigos que compõem este livro, anteriormente dispersos por periódicos e coletâneas voltados a problemáticas variadas, foram aqui reunidos no intuito de promover intercessões - e não interseções, frise-se - entre a genealogia foucaultiana, a análise institucional e a história oral.

Autores-ferramenta como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Felix Guattari, René Lourau, Georges Lapassade, Cornelius Castoriadis, Bruno Latour, François Tosquelles, Alessandro Portelli, Alistair Thomson, Paul Thompson, Cecília Coimbra, René Schérer, Guy Hocquenghem, Gregório Barenblitt, Regina Benevides, Robert Castel, Franco Basaglia, Bernardo Kucinski, Margareth Rago, Marcelo Hoffman, Mathieu Lindon, Giovanni Levi, Pierre Bourdieu, Jorge Larrosa, Valentin Galván, Gabriel Tarde, Michel de Certeau, Michael Pollak, Roger Chartier etc. entram aqui em diálogo, nem sempre harmonioso, mas sempre apto a construir um equipamento ético-político-conceitual com vistas à pesquisa pesquisa-intolerância, melhor dizendo - e à intervenção - que, ao contrário do sentido hegemônico adquirido em nosso país, é o que "vem entre" as instituições, ampliando a gama de ação possível, e não de cima para baixo, limitando o movimento de corpos e vidas. O livro conta ainda com um belo prefácio de Adriana Rosa e uma pequena apresentação da autora.

Autoria: Heliana de Barros Conde Rodrigues



Mesa: 21

Eixo: 9 - Ética, violências e (in)justiça em tempos de retrocessos mundial e nacional dos direitos humanos: contribuições da Psicologia Social

Título: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: Táticas de sobrevivência e ocupação do espaço público urbano

Resumo: Por onde andarmos, principalmente nos espaços de maior circulação, encontramos as crianças e adolescentes em situação de rua desenvolvendo atividades variadas: furtando, roubando, mendigando, fazendo malabarismos, vendendo doces ou dormindo. Essas crianças e adolescentes são comumente denominados meninos de rua ou menores de rua; termos, historicamente, envolvidos numa carga de preconceitos, identificando a criança e o adolescente pobre, como ser inferior, digno de pena e vítima das ações violentas por parte do poder público e da sociedade. Atualmente ainda observamos, no cotidiano de crianças e adolescentes pobres, o encolhimento ou negação de seus direitos básicos garantidos por lei, tornando-as objeto das políticas públicas compensatórias e/ou assistencialistas. Na contra mão, as crianças e adolescentes em situação de rua colocam em prática suas táticas de sobrevivência criando resistências às políticas governamentais e às ações assistencialistas, caritativas ou violentas das ruas. A luta das crianças e adolescentes em situação de rua criou um história de resistência, adaptando-se ao tempo e ao espaço. Nesse contexto, o livro busca compreender o cotidiano das crianças e adolescentes em situação de rua, suas relações de sociabilidade, suas culturas urbanas e táticas de sobrevivência. Tal compreensão implicou numa imersão na história social das crianças e adolescentes em situação de rua, em seu cotidiano, em suas trajetórias e nas políticas públicas implementadas.

Autoria: Fábio Santos de Andrade

Mesa: 22

Eixo: 1. Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: PRISÕES, PESSOAS PRESAS E JUSTIÇA PENAL: contribuições interdisciplinares na contemporaneidade

Resumo: As prisões, desde suas formas mais arcaicas até as que conhecemos atualmente, continuam a ser locais infernais, nos quais é impossível, a quem lá está, deixar de viver um gradual processo de mortificação, ou mesmo de morte real em algumas situações. A sociedade tecnológica do século XXI inovou, mas não encontrou uma saída menos violenta para acolher criminosos. Nos tempos atuais, pode parecer estranha a preocupação com as necessidades das pessoas encarceradas, e talvez mais comum o fato da prisão só não ser um lugar de maior invisibilidade para o poder público porque existe o discurso oficial do direito à assistência e do compromisso social da reintegração. No entanto, quem percorre os corredores dessas sombrias instituições sabe que na realidade elas continuam com sua vocação de reprodução de criminalidade e preocupação preponderante com a segurança. Certa vez, em uma palestra, Alvin Augustus de Sá perguntou ao público: Quem tem algo novo a dizer sobre a prisão? Na tentativa ousada de responder essa pergunta, este livro apresenta produções de autores que se arriscam a propor alternativas compreensivas aos pensamentos e às práticas cotidianas no acompanhamento da execução de penas de privação de liberdade, ou alternativas a elas. Refletir e propor alternativas que nos levem mais adiante e para fora das prisões da mesmice e da rigidez, é para os autores um compromisso sério. Esperamos com este livro colaborar para novas reflexões no âmbito do Direito, da Psicologia, do Serviço Social, além de outras áreas que se voltem ao estudo das prisões e do acompanhamento de pessoas encarceradas.

Autoria: Arlindo da Silva Lourenço



Mesa: 23

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: **Psicologia e Processos Psicossociais: Teoria, Pesquisa e Extensão**

Resumo: O livro é uma coletânea de artigos fruto do III Simpósio de Psicologia Social da Regional Jataí da UFG, ocorrido em 2017, que reúne ações no campo teórico, na pesquisa e na extensão que afirmam compromisso ético e político da Psicologia Social com a transformação social e o enfrentamento às desigualdades inerentes a uma sociedade injusta, intolerante e avessa às diferenças.

Autoria: Rita de Cássia Andrade Martins

Mesa: 24

Eixo: 4 - Insurgências ético-estético-políticas: contribuições da Psicologia Social

Título: **Inventividade, cozinha e saúde: um ensaio sobre interferências recíprocas entre cognição e afetividade**

Resumo: A presente obra busca fortalecer uma Psicologia que favoreça a emancipação dos sujeitos, levando em conta um agir não apenas técnico, mas ético, estético e político. Isto é feito a partir do conceito de inventividade: a potência da cognição de diferir-se de si mesma, criando novas leis de seu próprio funcionamento. Tal perspectiva implica em uma mudança no exercício da própria atividade de conhecer e de práticas sobre o outro. Tais investigações apresentadas no livro foram realizadas a partir de uma experiência do escritor, acompanhando um usuário de um Serviço de Saúde Mental do município do Rio de Janeiro, em seu trabalho como padeiro em uma Cooperativa de Culinária. São realizadas três análises desta experiência: a primeira, utilizando a categoria de ritornelo (própria à Esquizoanálise). Na segunda, emprega o conceito de atividade dirigida (própria à Clínica da Atividade). Na terceira análise, foram utilizados os conceitos de amar e brincar (inerentes à Biologia do Amar). As análises foram articuladas, com o objetivo de investigar as possibilidades de sinergia entre elas. Descobriu-se a existência de um componente afetivo no processo de criação de normas coletivas da atividade de conhecer. Aponta também que este componente afetivo é inerente à manutenção e construção de saberes de coletivos. Percebeu-se ainda uma natureza deste componente que, com o conceito de traço-ensaio, aponta para sua natureza de exercício: é da ordem de um fazer cotidiano, um modo de relacionar-se com o outro é necessário para a construção coletiva de saberes. Ou seja: a rede de afeto presente em um coletivo é parte fundamental do processo de manutenção da potência de agir deste mesmo coletivo. A partir dessas considerações, o ensaio finaliza com a construção de pistas para práticas que considerem o coletivo enquanto um fenômeno em constante produção, surgindo no/do viver entre os outros.

Autoria: Irapoan Nogueira Filho

Mesa: 25

Eixo: 5 - Psicologia Social e trabalho no neoliberalismo: lutas sociais e resistências

Título: **EDUCAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO BRASIL: gerencialismo e mercantilização**

Resumo: Os textos reunidos na coletânea apresentam resultados de pesquisas sobre o trabalho docente produzidas pelo Núcleo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividade (NETSS UNICAMP). Tratam-se de pesquisas voltadas para o estudo e a produção de conhecimentos no campo das práticas educativas e psicológicas que visam a promoção da saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras, concebendo sempre o processo saúde-doença como algo dinâmico e multideterminado. Apresentam-se compreensões das políticas educacionais no Brasil e de sua interconexão com o trabalho do professor e dos demais profissionais que atuam na gestão e trabalho em instituições educacionais. As análises incidem sobre a educação em todos os níveis no contexto das reformas recentes que envolvem a implantação do gerencialismo ou Nova Gestão Pública no Brasil. Os processos gerenciais vinculados à questão da qualidade engendram políticas de avaliação focadas em metas e resultados quantificáveis, o que tem se intensificado com a participação do setor empresarial e suas fundações na formulação, condução e gerenciamento das políticas educacionais. Os autores apresentam análises sobre os programas de reforma e de como essas têm fixado novos mecanismos de controle e novas exigências que estão reconfigurando o processo de trabalho dos profissionais da educação. Ao mesmo tempo, aprofundam as dimensões de estranhamento entre os trabalhadores e o produto do seu trabalho. Destacam-se as considerações sobre os processos de intensificação e

de precarização do trabalho docente, de modo a relacioná-los a aspectos sociais, institucionais, organizacionais e psicossociais. Analisam-se criticamente os efeitos nocivos à identidade, saúde e subjetividade dos trabalhadores. Os resultados das pesquisas e as reflexões presentes em cada um dos trabalhos oferecem elementos para a construção de uma perspectiva crítica em relação às recentes reformas educativas, fornecendo, ao mesmo tempo, reflexões sobre as contradições entre manipulação da subjetividade no trabalho e alternativas de resistência.

Autoria: Eduardo Pinto e Silva

Mesa: 26

Eixo: 2 - Psicologia Social, Gênero e sexualidades

Título: Vozes do feminismo e a Psicologia Analítica

Resumo: O presente trabalho é fruto de uma dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. Fundamentado a partir da abordagem da Psicologia Analítica, o mesmo conta com uma revisão crítica da psicologia clínica em seu viés internalista e, em termos de gênero, essencialista. Do ponto de vista teórico, um dos objetivos foi ampliar a discussão a respeito de gênero e feminismo utilizando de outros campos do conhecimento na intenção de fazer dialogar de forma crítica as perspectivas sociais e clínicas, indissociáveis para um método de investigação que se proponha olhar para os fenômenos de forma complexa, profunda e socialmente comprometida com a justiça social. Paralelamente, também utilizamos das produções de conhecimento feministas em sua multiplicidade de vertentes e temáticas. A pesquisa prática foi realizada com 9 mulheres participantes de coletivos feministas tendo como método a realização de entrevistas semi-estruturadas. Os encontros abordaram suas experiências, trajetórias e sentidos nos coletivos que participam, bem como suas vivências pessoais sobre o que é ser mulher e como se percebem como tal a partir de um olhar crítico e autocrítico considerando o ponto de vista histórico, assim como as suas relações sociais e pessoais mais íntimas, como as relações familiares. Os resultados apontaram para a potência contida nos coletivos enquanto espaços de reflexão crítica, encontro, compartilhamento, desconstrução, mobilização social, e como um importante lugar de emancipação e transformação pessoal. Sempre imbuídas de discursos ácidos e bem humorados, essas mulheres ilustraram o caráter mutável contido no mulher-como-devir, auxiliando nas discussões teóricas de leitura de sociedade e da psicologia a partir de noções como: internalização da opressão, sexismo enquanto visão de mundo, e sexismo enquanto um poderoso complexo cultural sustentado pelas discriminações de gênero oriundas das violências proporcionadas pela ideologia patriarcal, misógina e sexista. Paralelamente aos inúmeros desafios narrados, reverberou nos discursos muita empatia, mobilização e esperança.

Autoria: Raul Alves Barreto Lima

Mesa: 27

Eixo: 9 - Ética, violências e (in)justiça em tempos de retrocessos mundial e nacional dos direitos humanos: contribuições da Psicologia Social

Título: A figura feminina no cenário político: o que dizem homens e mulheres?

Resumo: Norteados na estratégia de análise de discurso, esta obra cumpriu a missão de contrastar, por meio da percepção masculina e feminina, o processo de socialização e construção dos papéis de gênero e suas implicações no desenvolvimento da carreira política. Partiu-se de uma revisão teórica fundamentada na conceituação de gênero numa concepção pós-estruturalista alinhada à teoria das representações sociais, estabelecendo uma análise com o Princípio da Igualdade representado pelo artigo 50 da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Utilizando-se de uma abordagem qualitativa, foram entrevistados dez ocupantes de cargos políticos, sendo cinco do sexo masculino e cinco do sexo feminino. Neste sentido, foi utilizada a análise de conteúdo para a análise dos dados, considerando-se os aspectos implícitos e explícitos dos discursos dos entrevistados. Por meio dos relatos, observou-se que ambos os entrevistados percebem as características de masculinidade e de feminilidade em linhas muito próximas, demonstrando que as características de feminilidade dificultam as mulheres a assumirem posições de comando.

Observou-se que as mulheres dedicam um maior número de horas de trabalho em relação aos homens, ocasionando-lhes problemas familiares, abdicação de prazeres pessoais e optando, muitas vezes, em escolher a carreira em detrimento ao convívio familiar, diferentemente dos homens que apresentaram equilíbrio entre trabalho e família.



Também foi possível evidenciar que tanto os entrevistados do sexo masculino quanto os entrevistados do sexo feminino percebem a maternidade como algo que traz dificuldades às mulheres no desempenho de sua agenda política. Observou-se, nos discursos dos entrevistados do sexo masculino, que a predominância de homens nos cargos políticos se deve à incapacidade de as mulheres conquistarem este espaço, seja por desinteresse ou por incapacidade de comando.

Autoria: Jair Modesto Filho

Mesa: 28

Eixo: 6 - Estado, Democracia e Movimentos Sociais: contribuições da Psicologia Social

Título: **Psicologia Política no Brasil e Enfrentamentos a Processos Antidemocráticos**

Resumo: Este livro é composto por capítulos de convidadas/os e dos coordenadores do X Simpósio Brasileiro de Psicologia Política, realizado na Universidade Federal de Alagoas, em 2018. Os/as autores/as são vinculados a diferentes universidades do país, a instituições governamentais e a movimentos sociais. Os debates propostos nos capítulos localizam-se em torno de perspectivas teóricas distintas na análise de um tema comum: Psicologia política no Brasil e enfrentamentos a processos antidemocráticos. Este tema demarca a contribuição da Psicologia Política para o fortalecimento da democracia, que é central à história deste campo de conhecimento no Brasil, na medida em que os temas de investigação da Psicologia Política brasileira encontram-se em completo diálogo com o contexto político do país na defesa da expansão de direitos democráticos. No contexto atual brasileiro, observamos a manutenção de uma crise política iniciada antes mesmo da eleição presidencial de 2014, que tem colocado em questão a robustez de nossa democracia; acarretado a realização de reformas sociais e a reorientação de projetos sociais, produzindo ressignificações de direitos sociais conquistados no século XX; potencializado a emergência de pautas conservadoras no espaço público, que questionam a pluralidade de modos de ser, condição fundamental à democracia moderna. Condições sociais que têm propiciado a construção de inúmeros questionamentos sobre os quais a Psicologia Política pode oferecer contribuições importantes. Este campo de conhecimento, em conjunto com outros campos, como a psicologia social, na busca de romper com o hiato entre agência e estrutura, oferece às ciências humanas e sociais análises que articulam aspectos macrossociais e processos de subjetivação, possibilitando refletir sobre estratégias políticas, nos âmbitos da sociedade civil e do Estado, que objetivam a manutenção ou o enfrentamento a processos antidemocráticos e a redução ou ampliação do espaço público a sujeitos e demandas deslegitimadas em razão de diferentes relações de dominação presentes na sociedade brasileira.

Autoria: Frederico Alves Costa

Mesa: 29

Eixo: 8 - Psicologia social e políticas de igualdade racial e étnica no Brasil

Título: **Vida, Adoecimento e Suicídio: Racismo na produção do conhecimento sobre Jovens Negros/as LGBT-TIs.**

Resumo: Tendo como base conceitos como epistemicídio, colonialidade do saber, racismo epistêmico, branquitude e heteronormatividade, descrevo o modo como a literatura científica sobre o suicídio ignora a interseccionalidade com os marcadores de raça, classe e gênero, e os efeitos político-científicos desse silenciamento: Na clandestinidade gritei. Fiz usos de várias histórias, que a sociedade silenciou. A partir da inserção em movimentos de militância e por meio da participação em redes sociais, passei a acessar narrativas que abarcavam a interseccionalidade de raça, gênero, sexualidades e comportamento suicida, permitindo então problematizar a invisibilidade do tema na literatura científica. O acesso a este tipo de recurso se justifica por uma tentativa de acessar formas de expressão da vida que não encontram registros nos discursos acadêmicos hegemônicos, visto que, tais discursos são marcados por uma epistemologia colonial e branco-heteronormativa. Portanto, se desejo contornar as bordas do invisível, isto é, tornar visível aquilo que sendo existente foi tornado invisível pelos saberes e dispositivos de produção do conhecimento hegemônicos, acredito na necessidade da construção de modos de fazer pesquisas que visualizem outras formas de produção do que pode ser chamado dado empírico. Deste modo, acredito e afirmo: Não haverá democracia sem igualdade racial, e, é neste cenário de medo, violência e de inúmeros retrocessos que a Psicologia encontra-se inserida e imersa, se não lutarmos, acreditarmos e construirmos um conhecimento que seja minimamente plural e que contemple as mais diferentes vozes e vidas, também estaremos contribuindo

e construindo uma psicologia autoritária e assassina, pois, serão vidas e corpos que serão silenciados. Portanto, acredito que este livro possui pertinência ao escopo e princípios da ABRAPSO, visto que esta instituição tem como compromisso ético-político com as populações submetidas a desigualdades sociais, em condição de vulnerabilidade, opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação em uma sociedade justa e igualitária.

Autoria: Paulo Vitor Palma Navasconi

16 de novembro | 16h30 às 18h30

Mesa: 1

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) nos serviços hospitalares do SUS

Resumo: As Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos serviços hospitalares do SUS é um documento produzido no âmbito do CREPOP e que demarca o posicionamento da categoria e do Sistema Conselhos de Psicologia em defesa do Sistema Único de Saúde. Este documento aborda importantes contribuições das práticas psicológicas no âmbito hospitalar, considerando que a dimensão subjetiva e de saúde mental das pessoas assistidas em hospitais é um aspecto imprescindível durante o tratamento, levantando também discussões acerca do processo de adoecimento, luto e assistência aos familiares. Todas essas discussões são permeadas pela especificidade da atuação da Psicologia no âmbito do SUS que exige um olhar atento das(os) profissionais para as condições de vulnerabilidade dos sujeitos, assim como uma atuação ativa que denote a importância dessa política pública para a garantia de direitos da população e a transformação das suas condições de saúde e de vida.

Autoria: Conselho Federal de Psicologia

Mesa: 2

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: Saúde Do Trabalhador no âmbito da saúde pública: Referências Técnicas para a atuação da(o) psicóloga(o)

Resumo: A edição revisada do documento Saúde do Trabalhador no Âmbito da Saúde Pública: Referências Técnicas para a Atuação da(o) Psicóloga(o), organizado no âmbito do CREPOP, apresenta as possibilidades de atuação da Psicologia no âmbito da Saúde do Trabalhador. Buscou-se evidenciar as desigualdades das relações de poder existentes no mundo do trabalho, assim como os seus impactos na saúde do trabalhador. Desse modo, no âmbito das políticas públicas, o Sistema Único de Saúde é imprescindível na garantia de direitos e diminuição das desigualdades. Essa nova edição traz pontos relevantes acerca da conjuntura política atual e as consequências para a consolidação e sobrevivência da política pública. Além disso, o documento explora a discussão sobre o uso de álcool nos contextos de trabalho, bem como a importância de formar profissionais aptos para atuar com a Saúde do Trabalhador.

Autoria: Conselho Federal de Psicologia

Mesa: 3

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) na atenção básica à saúde

Resumo: As Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na atenção básica à saúde é mais uma Referência lançada pelo CREPOP e que evidencia a importância da Atenção Básica no desenvolvimento de uma atenção integral que impacte positivamente nas necessidades de saúde das coletividades buscando minimizar as condições de vulnerabilidade da população. O texto evidencia o papel imprescindível da(o) psicóloga(o) nesses espaços de



atuação e esta referência se apresenta como um importante instrumento político que ancora o fazer profissional com os princípios do SUS, ressaltando que atuar nestes espaços exige uma postura em defesa das políticas públicas como instrumentos de garantia de direitos. Assim, atuar na Atenção Básica à Saúde convoca o profissional a reafirmar na sua prática a máxima garantida na Constituição Federal de 88 de que A saúde é direito de todos e dever do Estado.

Autoria: Conselho Federal de Psicologia

Mesa: 4

Eixo: 8 - Psicologia social e políticas de igualdade racial e étnica no Brasil

Título: **Libertação, Descolonização e Africanização da Psicologia - breve introdução à Psicologia Africana**

Resumo: Este livro tem o objetivo de chamar a atenção de profissionais preocupados com as relações étnico-raciais para a importância de conhecimentos e práticas de raiz africana, que são mantidos no cotidiano do país. Representa um convite e um desafio à psicologia brasileira para atentar às demandas próprias da população afro-descendente, bem como produzir conhecimentos mais coerentes e consistentes com as maneiras afro-brasileiras de lidar com os problemas da vida cotidiana. Sendo assim, este livro não constitui um fim, mas marca um começo, uma abertura num sentido mais plural, inclusivo e dialógico dentro da Psicologia Social brasileira. Financiamento publicação de livro FAPESP 2018/04366-3. Prefácio de Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva da UFSCar; orelha Dra. Raquel Sousa Lobo Guzzo PUC-Campinas; contra-capas Dra. Eduardo Oliveira UFBA.

Autoria: Simone Gibran Nogueira

Mesa: 5

Eixo: 5 - Psicologia Social e trabalho no neoliberalismo: lutas sociais e resistências

Título: **Trabalho e Gestão na Perspectiva da Atividade: crítica, clínica e cartografia**

Resumo: Investigar o trabalho e a gestão e problematizar as possibilidades para a invenção, a criação e a realização profissional, são os fios condutores deste livro. A análise genealógica do trabalho e das suas transformações atuais é o ponto de partida para a identificação e exame dos impasses e desafios da gestão no cenário de hegemonia capitalista neoliberal. A partir dos referenciais das clínicas do trabalho francesas, da psicologia social e da filosofia de Deleuze, Guattari e Foucault, o livro analisa as dinâmicas e embates que fazem o trabalho desviar das normas e prescrições, possibilitando a compreensão do processo de regulação coletiva, que é condição para a invenção, saúde e satisfação no trabalho. A identificação dos paradoxos do processo de gestão permite a explicitação de duas formas de gestão: uma gestão tradicional, centrada em tecnologias disciplinares e de controle, e uma gestão alternativa, que aposta na inventividade no trabalho. Através da problematização da noção de "transversalidade", a investigação avança na problematização da lógica da gestão alternativa à gestão tradicional, e suas implicações para a saúde, a subjetividade e a organização política dos trabalhadores/as, e conclui com a proposição de uma lógica organizacional que favoreça à criação e a realização no trabalho.

Autoria: José Mário Davila Neves

Mesa: 6

Eixo: 5 - Psicologia Social e trabalho no neoliberalismo: lutas sociais e resistências

Título: **Trabalho Docente e Precarização nas Relações Laborais da Educação: Uma Abordagem Crítica**

Resumo: O livro Trabalho docente e precarização nas relações laborais da educação: uma abordagem crítica é voltado a professores das redes de ensino básico e superior, além de pesquisadores interessados no tema, dispostos a refletir para além do trabalho em sala de aula. Trata-se do resultado de discussões de um grupo de trabalho proposto para a discussão do trabalho docente a partir de um referencial teórico-metodológico-crítico.

Autoria: Cristina Miyuki Hashizume



Mesa: 7

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: Práticas Psicológicas nas Varas de Família

Resumo: Completados 30 anos desde o primeiro concurso para psicólogo no TJSP (1985), identificou-se a necessidade de realizar uma pesquisa histórica nacional sistematizada sobre a trajetória do psicólogo nas Varas de Família, uma vez que, nesse período, mudanças nas famílias e nas legislações brasileiras impactaram a atuação do psicólogo. Vários estudos e eventos ocorreram, ampliou-se a oferta de formação em Psicologia Jurídica e praticamente todos os Tribunais de Justiça realizaram concurso para psicólogo. Objetivou-se analisar historicamente o contexto de desenvolvimento das práticas psicológicas nas Varas de Família. A proposta de periodização aqui apresentada, dividida em três períodos, realizou-se através de marcos legislativos, tendo como marco inicial o concurso do TJSP (1985) e final a lei de mediação (2015). Para tanto, delimitaram-se o levantamento e a análise de documentos legislativos e bibliográficos sobre convivência familiar após o divórcio e os resultados foram apresentadas num percurso histórico. Na primeira fase, as lutas pela consolidação em duas perspectivas. Na segunda, a complexidade da demanda por perícia aumentou, devido aos temas emergentes; teve início a regulação das práticas, em decorrência de denúncias éticas; a função de perito foi consolidada e a mediação esteve em evidência. Na terceira, as atribuições do psicólogo expandiram, provocando tensões e debates; as atividades interventivas foram transferidas para outros órgãos; serviços foram sucateados e alguns direitos e espaços consolidados pela categoria foram retirados, alertando para uma possível extinção do cargo nas Varas de Família. As práticas dos psicólogos nas Varas de Família foram forjadas num terreno híbrido, entre a judicialização dos conflitos familiares e a assimilação acrítica da cultura de paz. As configurações atuais do campo revitalizam indagações e incertezas do início da década de 1990.

Autoria: Conselho Federal de Psicologia

Mesa: 8

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: Psychosocial Implications of Poverty: Diversities and Resistances

Resumo: O livro *Psychosocial Implications of Poverty: Diversities and Resistances* nasce de uma longa caminhada do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará, na busca por sistematizar, desenvolver e praticar uma Psicologia Comunitária que realmente se comprometa com a construção de caminhos que visem ao enfrentamento das situações de opressões, discriminações e marginalizações em que vivem as pessoas em situação de pobreza. A obra apresenta uma compreensão multidimensional, psicossocial e crítica da pobreza ao reunir estudos realizados com grupos em diferentes contextos e situações de privação no Brasil, no México, no Paraguai, na Nicarágua e na Espanha. São 16 (dezesesseis) capítulos divididos em dois eixos. O primeiro eixo apresenta estudos que revelam as implicações psicossociais da pobreza, apresentando os processos de dominação baseados na estigmatização e criminalização dos pobres, que contribuem para manter as realidades de desigualdade social. O segundo eixo contém estudos focados em estratégias de combate à pobreza e formas de resistência desenvolvidas por indivíduos que se encontram em situações de marginalização. Os estudos apresentados neste volume de contribuições partem do marco teórico desenvolvido pela Psicologia Social Crítica, Psicologia Comunitária e Psicologia da Libertação. Faz-se um esforço para compreender a pobreza além de sua dimensão monetária, trazendo para a análise fatores sociais, culturais, estruturais e subjetivos. A ciência psicológica em geral não produziu conhecimentos específicos sobre a pobreza como resultado das relações de dominação produzidas pelas desigualdades sociais promovidas pelo sistema capitalista. Este livro busca preencher essa lacuna apresentando uma perspectiva psicossocial com bases psicológicas e sociológicas alinhadas de forma dialética para compreender e enfrentar a pobreza. Sua leitura será relevante para psicólogos sociais, sociólogos e economistas interessados em estudos multidimensionais da pobreza, bem como para formuladores de políticas e ativistas que trabalham diretamente com o desenvolvimento de políticas e estratégias de combate à pobreza.

Autoria: Elívia Camurça Cidade



Mesa: 9

Eixo: 5 - Psicologia Social e trabalho no neoliberalismo: lutas sociais e resistências

Título: Núcleo de Psicologia do Trabalho: investigações sobre o campo do trabalho na atualidade

Resumo: O livro consiste em uma coletânea de textos compostos por relatos de investigações realizadas no âmbito do Núcleo de Psicologia do Trabalho (NUTRA) da Universidade Federal do Ceará (UFC). O NUTRA é um Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão vinculado ao Departamento de Psicologia da UFC que em 2019 completa 25 anos de atuação no campo laboral. Os capítulos que compõem a coletânea são resultado de pesquisas desenvolvidas no âmbito da Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. A estrutura está composta em quatro partes: a) Novas configurações do mundo do trabalho: precarização, informalidade e trajetórias laborais; b) Os sentidos das novas práticas econômicas, tecnológicas e subjetivas; c) Trabalho e trabalhadores marginalizados: gênero, sexualidade e desvalorização do trabalho; d) Tempo e temporalidades do trabalho: jornadas laborais, laço social e flexibilização da vida.

Autoria: Cássio Adriano Braz de Aquino

Mesa: 10

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: O fazer da psicologia no Sistema Único de Assistência Social

Resumo: A publicação nasce a partir do I Encontro Metropolitano de Psicólogas(os) do SUAS, ocorrido em 10 de novembro de 2017 e promovido pela Comissão Metropolitana de Psicólogas(os) no SUAS do Conselho Regional de Psicologia CRP MG. O evento teve como objetivo discutir o fazer profissional da Psicologia e suas contribuições para a política de Assistência Social. A partir do evento a Comissão Metropolitana do SUAS organiza o livro, com o objetivo de incentivar e dar visibilidade aos debates propostos e aos trabalhos desenvolvidos com o intuito de fomentar a produção das(os) profissionais, buscando demonstrar o lugar da Psicologia no SUAS junto à sua diversidade e às possibilidades nos desafios cotidianos. O presente livro traz a contribuição de psicólogas(os) dos diversos territórios de Minas Gerais sobre o fazer da Psicologia no âmbito da política de Assistência Social, fomentando uma prática profissional atenta às particularidades da atuação junto a esta política pública.

Estão presentes na publicação textos que trazem contribuições sobre temas atuais e presentes no cotidiano dos diversos serviços da política de Assistência Social: gênero, uso de drogas, medidas socioeducativas, metodologia de trabalho, a formação do profissional, de Psicologia para atuar na política pública.

Destaca-se o trabalho junto às crianças e adolescentes como público prioritário, assim como a prática do psicólogo junto aos serviços que compõem a Política de Assistência Social, com ênfase para o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no âmbito da proteção básica e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), no âmbito da proteção especial.

Autoria: Marcia Mansur Saadallah

Mesa: 11

Eixo: 2 - Psicologia Social, Gênero e sexualidades

Título: Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual: Saberes em Diálogo

Resumo: “Embora os debates sobre gênero e sexualidade não sejam novos na Psicologia, nem mesmo na Psicologia mineira, esses vem ganhando uma nova força e visibilidade nos últimos anos a partir da criação, em 2015, do Grupo de Trabalho em Diversidade Sexual do Conselho Regional de Psicologia MG e que se transformou na Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual. Sua criação fortaleceu a inserção do CRP-MG nos debates acadêmicos e políticos sobre gênero e sexualidade em Minas e mesmo em âmbito nacional, principalmente a partir da articulação no Sistema Conselhos. Além disso, a Comissão se tornou não apenas um espaço de debates qualificados, mas uma verdadeira interface do Conselho com as IES ao acolher estudantes que buscavam aprofundar seus conhecimentos, ao responder demandas de palestras e informações atualizadas. Interface também com o Estado e a Sociedade, ao ser constantemente interpelada para atuar e se posicionar em questões de violações de direitos das pessoas LGBTI. A realização do I Congresso Mineiro de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual con-



solidou essa trajetória e projetou ainda mais longe a Comissão e seu trabalho. O Congresso, que foi realizado nos dias 14 a 16 de setembro de 2017, reuniu em Belo Horizonte alguns dos principais nomes dos estudos de gênero e sexualidade e do ativismo LGBTI no Brasil. Foram três dias intensos de debates, com a participação de mais de 200 pessoas inscritas e 60 trabalhos recebidos para apresentação em nossos três eixos temáticos: Direitos Humanos, Educação e Saúde. Este livro que você tem em mãos reúne as contribuições de algumas das pessoas que foram convidadas para compor as 8 mesas de nosso evento. Acreditamos que esse conjunto tão diverso de reflexões vem em bom tempo e pode contribuir para a formação de uma Psicologia, compreendida como ciência e profissão, mais ética e crítica.

Autoria: Dalcira Pereira Ferrão

Mesa: 12

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: A BUSCA DA PERFEIÇÃO: o ideário eugenista em pauta

Resumo: “Embora os debates sobre gênero e sexualidade não sejam novos na Psicologia, nem mesmo na Psicologia mineira, esses vem ganhando uma nova força e visibilidade nos últimos anos a partir da criação, em 2015, do Grupo de Trabalho em Diversidade Sexual do Conselho Regional de Psicologia MG e que se transformou na Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual. Sua criação fortaleceu a inserção do CRP-MG nos debates acadêmicos e políticos sobre gênero e sexualidade em Minas e mesmo em âmbito nacional, principalmente a partir da articulação no Sistema Conselhos. Além disso, a Comissão se tornou não apenas um espaço de debates qualificados, mas uma verdadeira interface do Conselho com as IES ao acolher estudantes que buscavam aprofundar seus conhecimentos, ao responder demandas de palestras e informações atualizadas. Interface também com o Estado e a Sociedade, ao ser constantemente interpelada para atuar e se posicionar em questões de violações de direitos das pessoas LGBTI. A realização do I Congresso Mineiro de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual consolidou essa trajetória e projetou ainda mais longe a Comissão e seu trabalho. O Congresso, que foi realizado nos dias 14 a 16 de setembro de 2017, reuniu em Belo Horizonte alguns dos principais nomes dos estudos de gênero e sexualidade e do ativismo LGBTI no Brasil. Foram três dias intensos de debates, com a participação de mais de 200 pessoas inscritas e 60 trabalhos recebidos para apresentação em nossos três eixos temáticos: Direitos Humanos, Educação e Saúde. Este livro que você tem em mãos reúne as contribuições de algumas das pessoas que foram convidadas para compor as 8 mesas de nosso evento. Acreditamos que esse conjunto tão diverso de reflexões vem em bom tempo e pode contribuir para a formação de uma Psicologia, compreendida como ciência e profissão, mais ética e crítica.

Autoria: Ana Carolina Becker Nisiide

Mesa: 13

Eixo: 4 - Insurgências ético-estético-políticas: contribuições da Psicologia Social

Título: Recomece, agora sem cigarro

Resumo: Apresento um livro de poemas escrito durante alguns anos de trabalho em um hospital psiquiátrico. Recomece, agora sem cigarro, foi o título de uma manchete colada na parede da Oficina de Criatividade, almejando sanar o vício dxs usuárixs ali presentes com dicas de tratamentos e alternativas para controlar a abstinência. A Política de Saúde Mental e uma proposta clínica que entende as dissociações e a loucura como feita social foi combusto para a produção de assimilações dos fragmentos cotidianos em versos: a ressonância das falas e a recorrência das formas fractais de um discurso confuso, decorrente de sentimentos de inadequações sociais, são frequentes nas páginas. Assim, toda a poética presente conversa com questões de saúde mental, processo de subjetivação, relações de poder e gênero. Como exemplo, o poema gênese nos ilustra: eu ouço ruídos lá no hospício as paredes têm vãos e / ouvidos que comem/ os perigos de se sentir só naquela corrente toda/ se sentir como em casa, se sentir só como em casa toda/ a estrutura/ enorme e não acolher minha/ (...) / fosse no princípio o verbo é homem que propaga todos os trâmites/ mas / te digo/ ninguém mais acredita em nada/e ontem tinha bravura no teu semblante porque riram/ da tua afirmação de saber que deus existe e agora não há volta/ todos os caminhos são noturnos e/ são teus.



Recomece, agora sem cigarro, é um produto cartográfico, tradutor das sensibilidades, confeccionado a partir de uma escuta aguçada e atenda dos sofrimentos e das intensidades tão largas dentro de um hospital psiquiátrico. Apesar disso, Recomece, agora sem cigarro “não é um livro de destruição, mas todo o contrário. A poeta atravessa as sombras e a loucura para criar a si mesma (...)”, nos escreve Julia Dantas sobre o trabalho poético de Christine Gryscek.

Autoria: Christine Gryscek

Mesa: 14

Eixo: 2 - Psicologia Social, Gênero e sexualidades

Título: Vidas críticas: gênero, sexualidades, violências e justiça

Resumo: Em tempos marcados por grandes retrocessos nas conquistas brasileiras referentes aos direitos humanos, o presente livro discute o contexto contemporâneo de disseminações de violências e discriminações, violações de direitos e práticas de justiça baseadas em gênero e sexualidades. Os estudos reunidos nesse livro buscam contribuir no debate sobre essa temática, contemplando uma variedade de representações, percepções e de espaços sociais de produção de violências; serviços especializados de atendimento; experiências inovadoras nos espaços do sistema de justiça criminal e de múltiplos sujeitos sociais imbricados nesses diferentes processos. Diante da complexidade do tema, o livro, em suas 355 páginas e 19 capítulos, busca contemplar múltiplas formas de reflexão e de análise, a partir de uma diversidade de abordagens teórico-metodológicas nas áreas da educação, sociologia, antropologia social, ciências sociais, psicologia, história, direito, comunicação, jornalismo e serviço social. Dessa forma, o livro pretende contribuir com os debates a serem realizados principalmente no eixo “Psicologia Social, Gênero e Sexualidades” ao trazer, nos seus capítulos, experiências que tensionam a cultura patriarcal, sexista e cis-heteronormativa a partir de uma perspectiva de estudos de gênero interseccional e relacional, tendo como pano de fundo, o sistema de justiça como um espaço potente para a prática emancipatória no enfrentamento as situações de violência.

Autoria: Monise Gomes Serpa

Mesa: 15

Eixo: 2 - Psicologia Social, Gênero e sexualidades

Título: Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs

Resumo: O Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio de sua Comissão de Direitos Humanos, e as Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais de Psicologia se propuseram a ouvir narrativas de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTIs), que passaram por procedimentos e programas de tentativas de mudança de orientação sexual e identidade/expressões de gênero, realizadas por diferentes setores do campo psicológico, médico/psiquiátrico, religioso, entre outros. Resultando neste livro - “Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs”, que apresenta as narrativas destes sujeitos acerca de suas histórias marcadas por processos de intensos sofrimentos ético-políticos e de resistência, decorrentes de diversas formas de violências, preconceitos, injustiças e exclusão. Neste sentido, esta obra busca contribuir com o debate a respeito das diferentes formas de opressão e vulnerabilidades a que pessoas LGBTIs estão submetidas no contexto social, resultando em violações de direitos humanos e também busca reafirmar o compromisso ético e político da Psicologia, enquanto ciência e profissão, com a dignidade de vida de qualquer pessoa.

Autoria: Conselho Federal de Psicologia

Mesa: 16

Eixo: 4 - Insurgências ético-estético-políticas: contribuições da Psicologia Social

Título: Improvisação livre: política da música e experimentação musical

Resumo: “Em Improvisação Livre: política da música e experimentação musical, proponho um debate acerca das relações entre a música e a política na chamada improvisação livre, partindo da materialidade sonora e das lógicas que recortam e compõem o continuum sonoro. Os primeiros três capítulos do livro introduzem esse problema e fornecem uma base teórica para a discussão propondo pensar a relação entre a música e a política a partir do



conceito de política da música, ou seja, a ruptura da distinção abstrata entre som e ruído e a suspensão dos seus efeitos concretos. Nos capítulos seguintes, a discussão foca-se na improvisação livre, em suas lógicas e no modo como atualiza a política da música e aponta para uma ruptura não somente do espaço sonoro, mas também da distribuição das capacidades humanas.

Propus-me a discutir a política da música da improvisação a partir de três casos bastante heterogêneos. Em primeiro lugar, a partir da linguagem musical de Derek Bailey e de seu conceito de improvisação não idiomática, proponho pensar a possibilidade de criar e ocupar uma exterioridade dos gêneros musicais. Em segundo lugar, a partir do game piece Cobra (1984), de John Zorn, proponho pensar a possibilidade de criar-se uma capacidade coletiva de ação e enunciação a partir de uma multiplicidade irreduzível de linguagens musicais. Por fim, a partir dos experimentos do grupo Musica Elettronica Viva, proponho pensar o modo como a improvisação afirma e demonstra que a criação musical é uma capacidade comum, ou seja, que todos os seres humanos são seres musicais.

Autoria: Leandro Almir Aragon

Mesa: 17

Eixo: 9 - Ética, violências e (in)justiça em tempos de retrocessos mundial e nacional dos direitos humanos: contribuições da Psicologia Social

Título: **Psicologia, Exercício Profissional e Ética**

Resumo: O livro se apresenta ao longo dos capítulos com a intenção de expandir as questões éticas relacionadas ao exercício profissional. Propõe um resgate à fundamentação ética do Código de Ética Profissional. Pretende aprofundar reflexões em vista de favorecer a construção de práxis, comprometidas com o compromisso ético-político da Psicologia no Brasil. Nesse sentido, insere-se no Eixo 9: Ética, violências e (in)justiça em tempos de retrocessos mundial e nacional dos direitos humanos: contribuições da Psicologia Social. Movimentos reflexivos sobre a atuação profissional e sua função social permeiam o trabalho da Comissão de Ética. Nas atividades a Comissão de Ética se empenha em cumprir a função precípua do Conselho Regional de Psicologia, de um modo acolhedor para com a categoria e atento às necessidades da sociedade. São discutidas as principais questões que motivam representações éticas junto ao Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. Observa-se que as práticas psicológicas, no contexto jurídico, no âmbito da judicialização dos conflitos, tem contribuído para um número crescente de denúncias éticas contra psicólogas/os. Busca-se contribuir com a formação dos estudantes de Psicologia, bem como a permanente reflexão sobre o fazer e a responsabilidade ética. É fundamental que se construam espaços de reflexão junto à categoria. Vem de encontro à ABRAPSO na contribuição para o desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil.

Autoria: Silvana Pontes Bueno

Mesa: 18

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: **Construindo uma Psicologia Social ético-política na transversalidade teórica**

Resumo: Esta coletânea de artigos de docentes e discentes do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP (PEPGPSO/PUC-SP) evidencia a perspectiva ético-política, de pluralismo e transversalidade teórico-metodológica que tem orientado nossa ação, assim como a aposta na produção conjunta entre docentes e discentes de diferentes núcleos de pesquisa. Completando 42 anos em 2019, o PEPGPSO experimenta, nestes últimos anos, um crescente processo de transversalização entre os "núcleos de pesquisa", por meio da constituição de dispositivos de formação e de pesquisa que enfatizem os processos colaborativos e interdisciplinares: são os nossos "internúcleos" que se organizam na forma de projetos de pesquisa ou de estudos comuns, assim como de elaboração de projetos moventes e em diálogo com as urgências dos tempos Brasil. Esse processo ratifica e atualiza uma característica fundante e central deste programa: seu compromisso com questões sociais relevantes, com a produção de uma ciência comprometida com a superação das situações de opressão e dominação. Nesse sentido, consideramos importante produzir balanços da produção do coletivo de professores e alunos periodicamente, para que não se perca a perspectiva crítica e para que possa aferir a dimensão, amplitude e realização desse propósito. A proposta de coletânea que apresentamos aqui pretende refletir os campos de produção do Programa



na forma de um conjunto de textos em dois planos: a) um olhar histórico sobre o Programa de forma a evidenciar sua perspectiva ético-política, diversidade teórica e contribuições para a construção de uma Psicologia Social Crítica; b) textos com temas nucleadores e reveladores da possibilidade de interfaces, elaborados pelos discentes de diferentes núcleos de pesquisa, em co-autoria, cada um seguido de um texto de docente, na forma de ressonâncias, ampliando o trabalho de interlocução e produção conjunta diante da diversidade teórica e epistemológica presente.

Autoria: Suélen Cristina de Miranda

Mesa: 19

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: Escola: Lugar de Brincadeira, Cultura e Diversidade

Resumo: Esse livro é uma coletânea de artigos que visam contribuir com as políticas públicas de formação artística e cultural das(os) educadoras(es) infantis no Brasil. Resulta de um acordo de cooperação técnica entre a Universidade Federal do Ceará e o Ministério da Cultura, entre os anos de 2014 a 2017. Reúne informações e resultados da pesquisa interdisciplinar desenvolvida sobre as "Práticas Culturais na Educação Infantil no Brasil". Participaram dessa atividade docentes e estudantes da graduação e pós graduação dos Departamentos de Psicologia e Fundamentos da Educação e do Instituto de Educação Física e Esportes; representados respectivamente pelos laboratórios de pesquisa e extensão: LOCUS Laboratório de Psicologia Ambiental, LESC-PSI, Laboratório de Estudos sobre a Consciência, LABPAM- Laboratório de Avaliação e Pesquisa em Medida Psicopedagógica e LABRINJO- Laboratório de Brinquedos e Jogos. Tal pesquisa nasceu do interesse acadêmico e governamental em gerar dados para compor a construção de um Programa Nacional de Formação Artística e Cultural (PRONFAC) parte integrante do Acordo MINC-MEC, cujas publicações se deram em 05/05/2016 no DOU. Este livro traz reflexões elaboradas a partir de experiências de educadoras(es) infantis, gestoras de creches e pré-escolas, gestoras municipais, jornalistas e professores universitários diante da necessidade de formações continuadas aos educadores que atuam com crianças da primeira infância. É composto por 11 capítulos que abordam a interface Cultura-Educação priorizando a ludicidade das práticas pedagógicas e culturais nos territórios da infância, os cuidados com a construção da autonomia da criança e o respeito por sua condição de sujeito. A criança é responsabilidade do mundo como história e como sujeito, temos que aprender a compartilhar esse cuidado com todos. O isolamento dos sujeitos constitui uma das primeiras formas de renúncia à autonomia. A escola é lugar para diversidade e construção de espaços abertos às diferentes formas de manifestação: corporal, cognitiva, estético-cultural, lúdica e simbólica.

Autoria: Vanessa Louise Batista

Mesa: 20

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: Mapeamento das Práticas Culturais na Educação Infantil no Brasil

Resumo: O livro retrata o projeto intitulado "Mapeamento das Práticas Culturais na Educação Infantil no Brasil" - cooperação técnica UFC/MINC - cujos fundamentos teórico-metodológicos e execução do processo de pesquisa estão descritos. A coleta de dados se deu através do Edital, também publicado no DOU em Outubro/2014, denominado "Escola - Lugar de Brincadeira, Cultura e Diversidade" Concurso UFC No 001/2014, pioneiro na Universidade Federal do Ceará; e inaugurando as ações governamentais na pauta de "Cultura, Arte e Educação Infantil no Brasil". Tal pesquisa gerou dados para compor o Programa Nacional de Formação Artística e Cultural (PRONFAC), integrante do Acordo MINC-MEC, publicado no Diário Oficial da União em Maio/2016. Além de trazer uma reflexão sobre o grupo de instituições inscritas, a abrangência da pesquisa, a representatividade da amostra, os sentidos formativos e os meios de efetivação da política pública; o livro evidencia a relação entre a cultura e arte local e os métodos pedagógicos das escolas brasileiras, o empenho dos educadores infantis em levar a criatividade para dentro da escola, assim como sua dificuldade em sair desse espaço para vivenciar a cultura e a arte do entorno e da cidade. Os artigos e projetos apresentam modos de produzir arte e cultura nas escolas, focando a experiência estética do educador como requisito básico para uma efetiva formação artística e cultural dos mesmos. Já que suas

práticas impactam na relação com as crianças que convivem. Há, ainda, críticas reflexivas ao modelo escolarizante, que distancia a comunidade local, os artistas e os mestres(as) da cultura dos espaços educativos, impedindo que tal experiência aconteça. Considera-se, portanto, que o direito à educação infantil segue rumos que superam o de acesso à vaga nas instituições, mas alcança a qualidade dos espaços e meios formativos garantidores da construção digna da existência da criança como sujeito de sua história e cultura.

Autoria: Vanessa Louise Batista

Mesa: 21

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: **Práticas e pesquisas em Psicologia e Educação: experiências de Minas Gerais - Volume 2**

Resumo: "Este e-book decorre de dois eventos: 10 Encontro e Mostra de Práticas em Psicologia Escolar e Educacional do Centro-Oeste, ocorrido no dia 11 de maio de 2018, em Divinópolis (MG); e II Mostra de Práticas em Psicologia e Educação, esta de âmbito estadual, que aconteceu no dia 20 de setembro de 2018, em São João Del-Rei (MG). Todas (os) que socializaram seus trabalhos nestes dois encontros foram convidadas (os) a compor este livro, que apresenta cinco textos de palestrantes e 32 de participantes. A obra socializa os conhecimentos construídos nas experiências vivenciadas em diversos espaços espalhados por todo o estado, e tratam a dimensão subjetiva dos processos educacionais, desde o chão das Minas Gerais. O livro visa divulgar e valorizar práticas da Psicologia na interface com a Educação; favorecer o intercâmbio de experiências e conhecimentos referentes ao trabalho compartilhado entre psicólogas (os) e profissionais da escola; reconhecer a especificidade do trabalho da (o) psicóloga (o) em contextos escolares e a importância do diálogo e da construção coletiva de tal atuação com professoras (es), gestoras (es) e comunidade escolar; e reafirmar os compromissos da Psicologia, enquanto ciência e profissão, com práticas de transformação social. O atual volume 2 soma-se ao anterior, publicado em 2017 também como livro digital (e-book), que decorreu dos trabalhos apresentados na I Mostra de Práticas em Psicologia e Educação, ocorrida em Belo Horizonte (MG) em 2016. Com mais esta publicação, o CRP-MG almeja que estas experiências dialoguem com outras já em desenvolvimento e as que estão por vir, servindo de inspiração para que as práticas em curso sejam reforçadas e/ou se renovem em prol de uma Psicologia comprometida com uma Educação pela e para a democracia, o que pressupõe a promoção da igualdade e do respeito às diferenças, no marco da luta pela justiça educacional e social.

Autoria: Evely Najjar Capdeville

Mesa: 22

Eixo: 2 - Psicologia Social, Gênero e sexualidades

Título: **Olhares e Fazeres de mulheres das Gerais: Discussões sobre gênero, sexualidade e raça. Volume II**

Resumo: As questões das mulheres ganham centralidade e importância em muitos contextos e períodos históricos, mas precisamos marcar que, nestes tempos que vivemos atualmente, de retrocessos e perdas de direitos, tematizar as mulheres se faz premente. Muitas vezes temos a sensação de que já falamos tudo sobre o tema, de que estamos repetindo assuntos e abordagens. Outras vezes nos vemos diante de discussões ainda pouco exploradas. O fato é que sobre/para/com as mulheres sempre há muita discussão na psicologia. Diante a constante ameaça à democracia, e perda de garantia de direitos, as mulheres são um alvo constante, portanto se faz necessário discussões pertinentes sobre diversas temáticas. Pensando nessas e outras questões, o livro aborda temáticas como Aborto, Racismo, Relações entre mulheres lésbicas, Naturalização do cuidado Feminino entre outras. Esta publicação advém de várias discussões e parcerias da Comissão Mulheres e Questões de Gênero do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. Acompanhar a comissão é uma verdadeira experiência de sororidade. São trocas de admiração e respeito estampadas nos olhares brilhantes e nos carinhos e cuidados a cada encontro, a cada etapa que vivemos juntas. Temos a consciência de que fizemos um pacto de cumplicidade e não hierarquia entre nós e o que temos a oferecer para a categoria é uma publicação com potência e, ao mesmo tempo, leveza e crítica.

Autoria: Jeanyce Gabriela Araújo



Mesa: 23

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: Diálogos sobre o Social e a Psicologia

Resumo: Trata-se de uma publicação cujo objetivo é fornecer aos leitores (alunos de graduação, pós-graduação e profissionais de ciências humanas), reflexões sobre a relação entre a Psicologia e o social, a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. O livro é dividido em três partes. A primeira com o título episteme e história, composta por 7 capítulos, apresenta textos que discutem, entre outros temas, a história da Psicologia Social no Brasil, os desafios nos estudos da subjetividade, a psicologia comunitária no Brasil, e questões relativas à Psicologia do trabalho, com ênfase na discussão epistemológica e da realidade social brasileira. Na segunda parte denominada o social e a contemporaneidade, composta por 4 capítulos, com textos que discutem temas como o social na contemporaneidade, o olhar psicanalítico sobre a cultura do século XXI, e o social e os movimentos de massa. Na última parte, composta por 8 capítulos, e denominada o social e a subjetividade, os textos apresentam discussões temáticas como a parresia em Foucault e suas contribuições para pensar o social, o conceito de instituição em Goffman e Foucault, perspectivas da infância na Psicologia, dentre outras temas que abordam a questão do social e sua relação com a realidade social brasileira.

Autoria: Renato Sampaio Lima

Mesa: 24

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: Psicologia, Política e Esquizoanálise

Resumo: "A Esquizoanálise é um conjunto de conhecimentos criado pelo filósofo Gilles Deleuze e o psicanalista e ativista Félix Guattari. A totalidade de sua obra supera 40 livros, nos quais discorrem sobre os fenômenos psicológicos à luz das questões sociais, histórico-culturais, estéticas e políticas, fornecendo um enfoque de análise original que se diferencia tanto da psicanálise, como do marxismo. Investiga as conexões entre pessoas, coletivos e instituições, não ficando restrita à relação entre humanos, mas também com o inumano, como dispositivos tecnológicos, os índices do mercado e o próprio planeta. Este livro discute conceitos da Esquizoanálise que servem como ferramentas de estudo dos processos psicossociais contemporâneos. Fornece linhas de experimentação que ampliam os repertórios da Psicologia e das Ciências Humanas, ao apreender os fenômenos na relação resultante entre poder, investimentos desejantes e processos de subjetivação, isto é, política, psicologia e subjetividade. Traz novos enunciados sobre a sociedade e que incitam um potencial insurgente, sempre direcionado à autonomia e à transformação. Introduz o leitor na dinâmica do pensamento deleuze-guattariano, bem como nas terminologias específicas que o expressam, baseando-se em oito temáticas fundamentais na articulação entre psicologia, sociedade e política, as quais contribuem para a compreensão do atual cenário de efervescência e crise social: poder; subjetividade; instituições e códigos; capitalismo; práticas e agenciamentos psicopolíticos; microfascismos; Estado e políticas públicas e movimentos sociais. Por seu caráter didático, pode ser utilizado como uma introdução à Esquizoanálise, relacionada aos processos políticos e psicológicos. Oferece elementos para a compreensão de que ela é ou fundamenta uma Psicologia Política, ou melhor, uma Psicologia Política Crítica, por meio de uma cuidadosa análise do diagrama de forças em vigência nas relações capitalistas contemporâneas. Oferece, assim, importantes subsídios teóricos que podem ser utilizados por estudiosos em geral, profissionais da área social, da saúde, da educação e, em especial, por psicólogos.

Autoria: Domenico Uhng Hur

Mesa: 25

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: O movimento da consciência em educadores de adultos. 1989 a 1

Resumo: Este livro é fruto de um estudo iniciado em 1989, em um programa de educação de adultos no sudeste brasileiro. Pautado na proposta educacional de Paulo Freire, este círculo de cultura, trabalhava com palavras gera-



doras, associadas ao trabalho desenvolvido por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, assim foi o trabalho realizado. A proposta deste estudo foi acompanhar o processo de formação das monitoras-educadoras, a formação oferecida, a atuação como monitora, a consciência que se processava. Os dois primeiros anos, foram de formação e pesquisa na comunidade onde o círculo de cultura seria montado. Realizamos uma primeira entrevista com cada monitora individualmente no ano de 1989. Uma segunda em 1991. Em seguida fiz a defesa de meu mestrado, com este trabalho. Os anos se passaram, e no último ano, temos vivido no Brasil períodos muito difíceis, quando, ameaçou-se a queima dos livros escritos por Paulo Freire, educador reconhecido no mundo todo. Decidi, procurar novamente as monitoras e propor uma nova entrevista. Assim aconteceu. Passados trinta anos da primeira entrevista, a única pergunta feita, foi: houve alguma ressonância do trabalho realizado por nós há trinta anos atrás? se houve, qual foi? As duas entrevistas realizadas inicialmente foram realizadas dentro dos pressupostos da pesquisa-ação, a terceira com história oral de vida. As diferenças metodológicas, oferecem uma possibilidade de leitura mais ampla. Na leitura das três entrevistas, o diálogo foi estabelecido com a Psicologia Analítica de C. G. Jung. Poder reencontrar estas monitoras e olhar para o processo da vida de cada, a coerência que mantiveram, e a ressonância do trabalho realizado, foi uma beleza, como diria Paulo Freire.

Autoria: Elisabete de Lourdes Christofolletti

Mesa: 26

Eixo: 4 - Insurgências ético-estético-políticas: contribuições da Psicologia Social

Título: **Modulações militantes por uma vida não fascista**

Resumo: “O livro problematiza práticas de cuidado no contexto da militância política e no campo dos direitos humanos. Cobranças e culpabilizações, o imperativo “de dar conta de tudo”, discursos de ódio, desqualificação do outro para se auto-afirmar, medo, ressentimento, adoecimentos e surpreendentes apaixonamentos pelo poder: vemo-nos, por não poucas vezes, do lugar de militantes “de esquerda”, reproduzindo ou padecendo daquilo mesmo que queremos combater. Como resistir a esses microfascismos e paixões tristes que se alojam em nossos corpos e se manifestam em nossos discursos e práticas? Como temos cuidado de nós mesmos? A autora, uma militante-psicóloga-pesquisadora, escreve o livro em forma de cartas, em busca de encontros para povoar a grafia e o pensamento. Diluem-se autoria e endereçamento, produz-se uma correspondência e engendra-se uma estética da existência que problematiza além de militâncias e esquerdas, modos de fazer pesquisa e a própria psicologia. Nessa ontologia histórica de nós mesmos, reside um trabalho ético de lidar com essas linhas que compõem o que temos feito de nós mesmos. Para que não reproduzamos pura e simplesmente as forças que são modulações do poder sobre a vida, é preciso “dobrá-las”, na relação consigo e com o mundo. Dialogando com autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari e referências do movimento institucionalista brasileiro, discute-se o cuidado de si, como um exercício que é árduo, cotidiano e parresoiástico, que transforma a própria vida, a posição gauche e o mundo. É no cruzamento entre a alegria revolucionária e o exercício do cuidado que as práticas simultâneas de resistência e de invenção de si e do mundo são debatidas nesta publicação. Em tempos de retrocessos, de acirramento de violações de direitos e das insistentes tentativas de nos fazer parar de sonhar e viver utopias ativas, aposta-se na militância por uma vida não fascista.

Autoria: Alice De Marchi Perera de Souza

Mesa: 27

Eixo: 4 - Insurgências ético-estético-políticas: contribuições da Psicologia Social

Título: **O Livro Preto de Ariel: Relatos de uma guerra Racial contra pretos e pretas no Estado da Bahia**

Resumo: “O LIVRO PRETO DE ARIEL, a narrativa é ambientada na Salvador contemporânea, mais precisamente entre o Nordeste de Amaralina, a Penitenciária Lemos Brito e o Presídio de Serrinha. Nele, transitam as populações pretas, vivenciando o racismo e construindo coletivamente práticas de denúncia e enfretamento a violência racial perpetrada historicamente neste país pelo próprio estado. Romance político, que relata episódios reais de violência policial, encarceramento, invasão militar num aglomerado de favelas em Salvador-Ba, o livro é uma fábula baseada em fatos e relata episódios como a chacina do Cabula e a organização de mulheres pretas frente ao sistema de justiça da Bahia. Hamilton Borges nasceu e se criou na Rua do Curuzu, 294, Liberdade, Salvador. Idealizou e integrou a organização política “Reaja ou será mort@” e atua na Escola Pan-africanista Winnie Mandela.

Coordena o Projeto Cultura Intramuros na Penitenciária Lemos Brito onde desenvolve ações de política cultural e luta por direitos de prisioneiros e prisioneiras. Segundo Silvio Oliveira, professor adjunto da Universidade do Estado da Bahia e prefaciador do livro, a história narrada por Hamilton Borges situa-se entre uma história de guerra, entrelaçada por experiências de amor e afeto. Para este leitor do romance: "Ariel desafia o destino nefasto exatamente por contradizer o princípio da tragédia ocidental: (...) o herói se desconstrói em si mesmo, não há tempo para compaixão e temor, não há tempo para piedade e perdão, pois não há justiça na desordem, não há destino irremediável como punição, mas há tempo pro amor, um amor nunca obsessivo, um amor que se desapega em nome da felicidade da amada, quando em prisão, longe de abraços e carinhos. É a filosofia de Ariel". Ariel é o jovem protagonista do romance que busca sobreviver empunhando sua armadura mais robusta: os livros e o amor.

Autoria: Hamilton Borges dos Santos

Mesa: 28

Eixo: 3 - Psicologia Social, Comunicação e Mídias

Título: **Mídia e consumo - a subjetividade como mercadoria**

Resumo: Mídia e consumo - a subjetividade como mercadoria aborda a temática do consumo sob o enfoque da psicossociologia, à luz do contexto de filmes brasileiros de longa-metragem, propondo a reflexão crítica sobre processos de subjetivação refletidos em imagens de tabaco. Com embasamento nas proposições de Deleuze, Guattari e Bauman, o livro revela e exemplifica produções de cultura-mercadoria e subjetivação, promovendo a estética dos "kits de subjetividade", que espelham as narrativas cinematográficas nas imagens de produtos e consumo de tabaco, e retroalimentam mercados de consumo, por meio da criação e veiculação de modos de ser. No cenário da modernidade líquida, de permanentes transformações na ordem social, econômica e política, a concepção do capitalismo se configura conexionista, ancorando a ampliação de mercados e a alimentação da roda econômica em processos de consumo, e não mais em processos de produção. Desta forma, ocupando esferas na sociedade como um rizoma, a produção de sujeitos consumidores abarca o meio social e cultural como um todo, tendo por matéria-prima os processos de subjetivação que se entrelaçam nos espaços culturais, a cultura-mercadoria. Este estudo é fruto de pesquisa do grupo Psycon Processos Comunicativos Psicossociais de Consumo e Comunicação do Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que desenvolve estudos interdisciplinares na interação dialógica entre os saberes da Comunicação e da Psicologia, especialmente no processo da investigação da Publicidade e da Psicossociologia, à luz do campo da produção do consumo. A obra é destinada a alunos, professores e profissionais que se interessam pelos temas voltados ao consumo, à saúde pública, à comunicação, à psicossociologia, com importantes contribuições teóricas e empíricas no campo interdisciplinar.

Autoria: Rosa Christina Rulff Vargas



RODAS DE CONVERSA

15 de novembro | 13h30 às 15h30

Sala: 311 Lado: Bartira

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: Por uma clínica ampliada ao esporte

Ementa: A Psicologia do Esporte (PE) no Brasil esteve até 2000 orientada pelas organizações internacionais, que sempre a dividiram em duas especialidades: a psicologia educacional do esporte e a psicologia clínica do esporte. A primeira estava voltada para o ensino e desenvolvimento de pesquisa de técnicas psicológicas e era praticada por profissionais do esporte com especializações em Psicologia. A psicologia clínica do esporte voltada para a intervenção (psicodiagnóstico, técnicas de treinamento mental, aconselhamento e acompanhamento dos atletas) era praticada somente por psicólogos. Em 2000 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) instaurou as primeiras especialidades da psicologia no Brasil com a resolução 14/00, incluindo a PE como uma de suas especialidades. Esse novo marco legal deflagrou um conflito na relação dos profissionais do esporte com a categoria de psicólogas (os), que foi interpretado como de interesse corporativo. A roda de conversa visa tratar desse equívoco, mostrando que a resolução 14/00, operou como um ato ético-político, colocando em cena a importância da participação da (o) profissional da psicologia no esporte e desfazendo a ideia de que nossa função se resume a tratar de psicopatologias. Além do mais é preciso compreender a resolução como consequência de um movimento político da categoria que advoga desde os anos de 1990, por uma psicologia com compromisso social, colocando-a em favor da transformação da realidade brasileira. Como o Esporte consta como um direito na Seção III, do Capítulo III da Constituição Federal, no artigo 217, não era de se surpreender que a Psicologia se interessasse também por essa área. O conceito de esporte encontrado na Carta Internacional de Educação Física e Esporte da Unesco em 1978 apresenta três dimensões sociais: o esporte-educação, o esporte-participação e o esporte-performance. O esporte-educação se baseia em princípios como a participação, cooperação, integração e responsabilidade. O esporte-participação ou popular tem como regra geral o prazer lúdico e o lazer acessível a todos. Não há compromisso com regras institucionais ou com a formação de talentos. Já o esporte-performance ou de rendimento é aquele direcionado a profissionalização, regido por confederações e regras institucionalizadas. Em dezembro de 2018, o sistema conselhos publicou uma Revista Diálogos sobre a PE e em fevereiro e março de 2019 o Centro e Referências em Psicologia e Políticas Públicas (CFP/CREPOP) lançou uma consultora pública, visando publicar as primeiras referências para atuação de profissionais da Psicologia nas políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Baseado nesse documento podemos constatar maior participação da PE no alto rendimento e é fácil interpretar esse fato. Mas nos interessa problematizar essa prioridade, além de conversar sobre nossa participação nas outras duas dimensões sociais do esporte. Pois lutar pelo direito de praticar movimento orientado, tendo acesso a políticas públicas de esporte enquanto lazer para público de todas as idades, nos parece um tipo de resistência genuína tão importante quando a defesa do Sistema Único de Saúde. Por fim queremos ampliar a "clínica" às essas dimensões sociais do esporte, recontextualizando o conceito de clínica, tão caro a nossa profissão.

Mediador 1: Fabio Henrique Alves Silva - PUCMG unidade de Betim

Mediadora 2: Paula Angela de Figueiredo e Paula - PUCMG unidade de Betim

Proponente: Núcleo de Betim/Minas Gerais

Sala: 312 **Lado:** Bartira

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: **Experiência estética e subjetivação política no estudo e no trabalho da psicologia nas políticas públicas**

Ementa: A presente roda coloca em diálogo estudos e propostas de intervenção psicológica nas políticas públicas, que interrogam as relações entre Estado e sociedade considerando as relações entre estética e política, bem como a noção de subjetivação política, como conceitos relevantes para se pensar o campo institucional e a noção de democracia. O primeiro trabalho, de Murilo Cavagnoli, discute o cenário atual das políticas, considerando a atualização neoliberal, neste contexto, de dispositivos disciplinares, paradoxalmente emaranhados a lógicas emancipatórias. Argumenta sobre as potências da construção de dispositivos coletivos e processos grupais que mobilizem a experiência estética e a subjetivação política neste contexto. O segundo trabalho, de Pamela Koch, aborda os desafios cotidianos do psicólogo na assistência social, considerando sua práxis em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e a condução, neste contexto, de pesquisa-intervenção dedicada a desenvolver, junto com adolescentes em medida socioeducativa de liberdade assistida, dispositivo grupal pautado pela experiência estética. As possibilidades de que o trabalho dirigido aos usuários, via processo grupal, toque a subjetivação política e contribua a constituição de dissensos mais amplos sobre o ordenamento do social, são postas em diálogo. O terceiro trabalho, de Frederico Viana Machado, analisa processos de significação social sobre o Estado e sobre o social, considerando pontos de tensão entre a perspectiva dos gestores públicos e de ativistas de movimentos sociais. Em um momento político no qual faltam reflexões positivas sobre o Estado e sobre as políticas públicas, argumenta-se sobre a importância da construção de espaços de experimentação exteriores às instituições públicas. Os três trabalhos buscam refletir sobre as políticas públicas considerando a experiência política em sua radicalidade ontológica, como forma de refletir, ao mesmo tempo, sobre o arcabouço institucional, e sobre a necessidade de expansão do político, da constituição de novos sujeitos políticos e a reinvenção das práticas sociais.

Mediador 1: Murilo Cavagnoli - UNOCHAPECÓ

Mediadora 2: Pâmela Koch - equipe de medidas socioeducativas em meio aberto no município de Chapecó/SC

Mediador 3: Frederico Viana Machado - UFMG

Proponente: Núcleo ABRAPSO Chapecó-SC

Sala: 313 **Lado:** Bartira

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: **Pautas autoritárias na educação: a intensificação da barbárie nas políticas educacionais e seu enfrentamento**

Ementa: Nesta roda de conversa, propomos a discussão de temas pertinentes à formação do indivíduo e, em especial, à educação e às políticas que nela interferem. Elegemos a esfera educacional como espaço privilegiado de expressão das tensões entre a barbárie e seu enfrentamento presentes na sociedade brasileira atual, e a Teoria Crítica da Sociedade e suas interseções com a Psicologia como ponto de partida para trazer relatos de resistências e experiências daqueles que frequentam esses espaços. Temos o objetivo de discutir os retrocessos nas políticas educacionais e as propostas, políticas e projetos pautados no autoritarismo, na intensificação dos processos de exclusão e na retirada de direitos e de autonomia dos indivíduos. A barbárie tem encontrado terreno fértil no mundo todo, com o avanço de ideias conservadoras que ameaçam políticas públicas e lutas por emancipação. No Brasil, especificamente, vários projetos e medidas têm concretizado um projeto autoritário para muitas áreas, inclusive, na educação. Dentre esses, podemos destacar a contrarreforma do ensino médio, a BNCC, o movimento escola sem partido, a Emenda Constitucional 95 e as políticas de ajuste fiscal, a contrarreforma da previdência, a militarização da educação, a extinção da SASE e da SECADI, a educação domiciliar, os cortes no orçamento das universidades públicas, a chamada "lava-jato da educação", as ofensivas contra cursos de sociologia e filosofia e a perseguição de docentes. A partir dos relatos e contribuições dos presentes, a roda de conversa permitirá uma discussão crítica dos elementos envolvidos nessas pautas autoritárias e que são contrários a uma educação

emancipatória, e auxiliará na elaboração de possíveis estratégias de enfrentamento da barbárie dentro e fora das instituições educacionais.

Mediador 1: Nivaldo Alexandre de Freitas - UFMT

Mediador 2: Carlos Eduardo Ramos - UFRR

Mediadora 3: Maria Cristina Dancham Simões - PUC-SP

Proponente: Núcleo Vale do Paraíba

Sala: 314 **Lado:** Bartira

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: **Psicologia e Políticas Públicas: práticas reprodutoras ou transformadoras?**

Ementa: Esta atividade pretende promover uma reflexão crítica sobre a atuação da(o) psicóloga(o) na execução das políticas públicas de saúde e assistência social. Ao utilizarmos a metodologia dialógica, buscaremos apresentar e trocar experiências sobre as práticas que vêm sendo realizadas e as possibilidades de atuação e utilização dos conhecimentos em Psicologia. A relevância desta proposta recai no fato de as políticas públicas ser o campo que emprega grande parte das(os) psicólogas(os) e que apresenta desafios concernentes à classe social a qual se destinam. A discussão será norteadada a partir de dois eixos: 1) inserção da psicologia nas políticas públicas de saúde e assistência social; 2) possibilidades e limites das práticas psicológicas.

A discussão iniciará a partir da apresentação e reflexão sobre o contexto sócio-histórico da inserção do psicólogo nas políticas públicas de saúde e assistência, especificamente no âmbito da atuação no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

A partir disso, possibilita-nos debater sobre as atuações das(os) psicólogas(os), buscando desvelar os aspectos ideológicos presentes na prática profissional, bem como compreender quais instrumentos psicológicos utilizados e quais são necessários para o enfrentamento das desigualdades sociais, inerentes ao modo de produção capitalista, a qual se destinam tais políticas públicas.

As discussões serão fundamentadas a partir da teoria psicológica sócio-histórica, na perspectiva de Vigotski, considerando a historicidade e as mediações que constituem os fenômenos, na sua complexidade, em seu movimento, considerando que compreender as contradições pertinentes aos diversos desafios neste contexto é fundamental na construção coletiva de uma práxis que promova mudanças significativas e potencializadoras de transformação.

Mediadora 1: Veridianna Queiroz - UFMS

Mediador 2: Flávio Arce - UFMS

Proponente: Núcleo ABRAPSO de Campo Grande

Sala: 317 **Lado:** Bartira

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: **Envelhecimento e Velhice em tempos neoliberais, este é um tema para Psicologia Social?**

Ementa: O envelhecimento da população no mundo é um fenômeno irreversível e sem precedentes na história. Em todo o planeta, o aumento da população de pessoas 60 anos ou mais, é seguido pela queda no número de jovens menores de 15 anos. Estimativas apontam que até 2050, o número de idosos no planeta será maior que o de jovens, pela primeira vez na história da humanidade. O Censo de 2010 identificou 23,5 milhões dos brasileiros com mais de 60 anos, mais que o dobro do registrado em 1991. Os idosos são a parcela da população que mais cresce no país, atualmente são mais de 30 milhões, assim, o envelhecimento se configura como um fenômeno novo e desafiador para a sociedade, para as famílias e para o poder público, uma vez que, mesmo com o aumento da expectativa de vida, o Brasil segue sendo um país marcado pelas desigualdades e que o desmonte neoliberal acelerado após o Golpe de 2016 e aprofundado com ascenso conservador ultraliberal de 2018, o que acentua as desigualdades sociais e condena as gerações atuais e as futuras à miséria. A população idosa é uma das mais afe-



tadas pelo desmonte em curso no país, pois, sua grande maioria, se utilizam das políticas de seguridade social, como saúde e assistência social, além de que, em um contexto de empobrecimento e austeridade fiscal, se torna uma das mais afetadas pela ausência de políticas específicas e pela negação de direitos. Assim, é necessário refletir sobre o processo de envelhecimento da população brasileira, discutir o lugar do velho enquanto sujeito na sociedade brasileira, sua participação nas relações intersubjetivas, suas necessidades (de afeto, atenção, segurança, autonomia, entre outros), reconhecendo-o como sujeito de desejos (inclusive sexuais), sem contudo, assumir uma perspectiva patologizante da velhice, centradas em perdas orgânicas, limitações ou no declínio do corpo. É necessário compreender como vivem os velhos brasileiros, em que condições, quais as possíveis restrições que a velhice e a sociedade lhes impõe, com seus preconceitos, com pouco caso, com heteronomia e eventual dependência, com perda de referências, abandono, que geram subjetividades, negações, baixa auto-estima, limitam formas de realização pessoal e os relegam à solidão, angústia e depressão, indeterminação entre outros. Assim, é preciso refletir teórica e praticamente, sobre uma condição que é inerente ao corpo humano, produz subjetividades, e que se relaciona diretamente com os contextos sociais, culturais, econômicos e institucionais em que ocorre, com a oferta e acesso à políticas públicas específicas.

Mediador 1: Flávio Alves da Silva - UMC

Mediadora 2: Juracy Armando Mariano - PUC-SP

Proponente: Núcleo ABRAPSO de Campo Grande

Sala: 318 **Lado:** Bartira

Eixo: 10 - Território e modos de vida: atuação e pesquisa em Psicologia Social na cidade e no campo

Título: **Psicologia e contextos rurais: desafios para a atuação profissional**

Ementa: Esta Roda de Conversa reúne reflexões sobre a atuação da Psicologia em contextos rurais. O território nacional brasileiro é enorme em extensão e em diversidades, e quando nos dedicamos às questões ligadas à vida no campo, temos nos deparado com inúmeros desafios ao avanço da promoção de saúde e de qualidade de vida em contextos tão impregnado de lutas interesses e de descaso de políticas públicas. Comunidades indígenas, comunidades quilombolas, pequenos produtores e comunidades onde vivem trabalhadores rurais são exemplos de modo de grupos que vivem distantes dos centros urbanos e, na maioria das vezes, com dificuldade de acesso à políticas públicas que lhes ampare as demandas do cotidiano. Neste sentido, esta Roda de Conversa propõe um espaço de discussões sobre as problemáticas enfrentadas por aqueles que vivem nestes contextos e também sobre os desafios enfrentadas pelo Psicólogo que atua em contextos rurais.

Mediadora 1: Ma. Clarice Regina Catelan Ferreira - UNIPAR

Mediadora 2: Jäder Ferreira Leite - UFRN

Proponente: Núcleo Abrapso Oeste Paraná

Sala: 319 **Lado:** Bartira

Eixo: 12 - Psicologia Social, democracia, autoritarismos e subjetividade

Título: **Teoria Crítica e psicologia social: o reconhecimento da teoria como práxis como base para a análise crítica dos aspectos psicossociais do progresso do fascismo no Brasil contemporâneo.**

Ementa: A psicologia social brasileira adquiriu, a partir da década de 1980, um novo fôlego com a organização do conjunto de teorias que, apoiadas ou inspiradas no marxismo, propuseram uma análise crítica dos aspectos históricos e sociais do processo de constituição da subjetividade. Em consonância com esse processo, é notória a contribuição das reflexões, análises e críticas desenvolvidas nas décadas anteriores pelos pensadores da primeira geração da Escola de Frankfurt, dentre os quais se destacam três notáveis críticos que contribuíram diretamente para o desenvolvimento da psicologia como disciplina científica: Theodor W. Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse. Não obstante suas reconhecidas contribuições no âmbito dos estudos teóricos a respeito dos impactos das transformações sociais sobre os modos de constituição psíquica dos indivíduos e os diversos níveis de regressão psíquica decorrentes da preponderante exigência de ajustamento nas sociedades totalitárias, também

contribuíram, sobretudo Adorno, para os estudos empíricos das expressões concretas desses processos. Adorno também se destaca por sua veemente afirmação de que a práxis desvencilhada da teoria tende a submergir na confrontação estéril com o todo opressivo, comumente, autodestruindo-se ou convertendo-se em uma disposição contrária à sua intenção original; ao passo que a teoria que se reconhece como crítica de seu objeto pode se realizar como práxis efetiva. Em seu empenho para a análise da deterioração imposta pela sociedade opressiva à subjetividade possível em seu cerne, Adorno desenvolveu importantes estudos de psicologia social que, fundamentados na apropriação crítica da psicanálise, compôs uma nova concepção para essa disciplina devotada ao estudo da relação entre indivíduo e sociedade. Além de propor uma psicologia social que penetrasse o núcleo social do psiquismo sem se deixar absorver por conceitos diretamente sociológicos, possibilitando, com isso, compreender a regressão dos indivíduos a átomos sociais psicologicamente empobrecidos, ele realizou importantes estudos dos aspectos psicossociais subjacentes ao progresso da barbárie fascista. Diante do recrudescimento das tendências fascistas, ora em voga, e, conseqüentemente, da necessidade de se pensar nas possíveis formas de resistência, esta proposta de roda de conversa tem por objetivo estimular a reflexão sobre o quanto a compreensão de Adorno de que a teoria crítica é práxis pode ser assumida como base para a análise crítica dos aspectos psicossociais do progresso da barbárie no Brasil contemporâneo. Cientes de que a noção de práxis possui diferentes interpretações no campo do marxismo e de que tais noções tendem a inspirar diferentes estratégias de resistência ao avanço do fascismo, compreende-se que retomar a crítica de Adorno à redução das possibilidades de resistência ao ativismo cego não nega a necessidade da ação transformadora, mas confere uma alta expectativa de intervenção à produção de conhecimento crítico. Qual é o poder de transformação social dos estudos psicológicos que analisam a dimensão psicológica da barbárie?

Mediador 1: Pedro Fernando da Silva - PUC/SP

Mediador 2: Ednilton José Santa Rosa - Fundação Santo André

Proponente: Gil Gonçalves Junior e Sandra Luzia Assis da Silva - Núcleo Grande ABC - São Paulo

Sala: 320 **Lado:** Bartira

Eixo: 13 - Psicologia social em tempos de crises, emergências e desastres

Título: A atuação da psicologia social na Gestão Integral de Riscos de Desastres

Ementa: Os estudos sobre desastres têm focado historicamente as formas de resposta a esses eventos e o mapeamento dos danos sociais e econômicos que acarretam no cotidiano da população. A psicologia tem acompanhado essa tendência promovendo estudos sobre os impactos emocionais, sociais, cognitivos e comportamentais dos desastres, privilegiando uma leitura eminentemente nas ações de resposta em relação a essa questão. Embora escassos, têm sido desenvolvidos estudos com foco nas ações de prevenção, mitigação e preparação nos últimos anos, em virtude de uma guinada internacional para as práticas de redução de riscos de desastres. Todavia, a área ainda carece de espaços que propiciem pensar e articular modos de prevenir e mitigar esses eventos, bem como preparar órgãos de governo e a população para o eventual enfrentamento a uma situação de desastre. A presente roda de conversa propõe-se a promover esse espaço de modo a debater sobre a atuação de psicólogas e psicólogos sociais no âmbito das ações de prevenção, mitigação e preparação em situações de desastres, contando com a colaboração de dois profissionais que atuam na Política Pública de Assistência Social e na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Espera-se salientar o conhecimento técnico e o compromisso social, ético e político da atuação dos profissionais nesses espaços.

Mediador 1: Joari Carvalho - SMADS

Mediador 2: Mário Henrique da Mata Martins - FGV

Proponente: Gil Gonçalves Junior e Sandra Luzia Assis da Silva - Núcleo Grande ABC - São Paulo



Sala: 321 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 2 - Psicologia Social, Gênero e sexualidades

Título: **Direitos Sexuais e Reprodutivos: contribuições para um debate Feminista em Psicologia Social Crítica**

Ementa: "Os direitos sexuais e reprodutivos são conceitos relativamente novos e permanecem, ainda, pouco compreendidos. Contudo, o reconhecimento desses direitos como parte dos direitos humanos alcançou na atualidade maior relevância, sendo incorporados nos documentos internacionais, tais como: a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo de 1994, a Conferência de Copenhague de 1994 e a Conferência de Pequim de 1995. Garantir os direitos sexuais e reprodutivos, a partir da perspectiva dos direitos humanos, contribui para a promoção da saúde mental da mulher e para a sua dignidade humana. Porém, apesar de tais avanços políticos e culturais no âmbito internacional, na América do Sul ainda permanecem valores, leis e práticas proibicionistas sobre o direito ao aborto. Esse fato tem gerado a regulação dos corpos das mulheres e a ausência de políticas públicas emancipatórias.

No contexto brasileiro a inserção da Psicologia no campo da saúde social e coletiva, principalmente após a Constituição Federal de 1988 e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), marca a importância de uma posição desta categoria científica e profissional nas discussões em torno dos direitos sexuais e reprodutivos em suas múltiplas facetas, como a descriminalização do aborto e as políticas públicas de saúde. Para tanto é importante superar perspectivas e compreensões no campo psi que separam sujeito e sociedade sendo um desafio rever e reinventar nossas perspectivas teóricas e práticas, que historicamente tem se baseado em pressupostos individualizantes, nos atentando as complexidades dos processos psicossociais.

A prática psicológica diante aos direitos reprodutivos das mulheres e às violações que são impostas aos corpos femininos são importantes ferramentas na desconstrução de hegemonias sobre o controle dos corpos femininos e seus destinos. Nestes termos a Psicologia em sua perspectiva crítica propõe discussões que engendraram o questionamento da maternidade como projeto compulsório das mulheres transgredindo processos que naturalizam a experiência de corpos femininos como procriadores dotados de um instinto materno. Nesse sentido, essa proposta da roda de conversa tem como objetivo discutir questões que dizem respeito a psicologia e saúde sexual e reprodutiva, considerando como eixo fundamental a noção de direitos sexuais e reprodutivos e as reinvenções das possibilidades de existir.

Enfim, com essa roda de conversa pretendemos refletir sobre experiências e pesquisas internacionais e nacionais articuladas a um referencial feminista da Psicologia Social Crítica, buscando contribuir para discussão de que a lei restritiva acerca do direito ao aborto tem sido ineficaz para reduzir o número de abortamentos inseguros, ocasionando a violação dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher. Dessa forma, o foco na criminalização do aborto está equivocado, pois as intervenções destinadas à mulher que deseja abortar ou que tenha realizado um aborto devem pautar-se no acolhimento, na escuta, na compreensão e no estabelecimento de cuidados necessários à garantia da sua dignidade humana e saúde mental.

Mediadora 1: Andréa Moreira Lima - Centro Universitário UNA

Mediadora 2: Tayane Lino - Centro Universitário UNA

Proponente: ABRAPSO Regional Minas

Sala: 322 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 2 - Psicologia Social, Gênero e sexualidades

Título: **Gênero e sexualidade em disputa: a "ideologia de gênero" e seus efeitos para a democracia**

Ementa: Discursos são efeitos de formações sociais que se materializam por meio de vários aparelhos da sociedade. É o caso dos discursos midiáticos. Temos vivenciado uma "nova era" conservadora em "moldes antigos". E isso tem sido fortemente explicitado nos discursos do novo governo brasileiro contra as conquistas e avanços do movimento LGBT. O objetivo desta roda é discutir algumas polêmicas que o termo "ideologia de gênero" tem provocado, colocando em cena discursos políticos e religiosos, de um lado, e acadêmicos/ativistas, de outro. A roda trará alguns temas como as justificativas do atual governo em ideais conservadores, acionando as tradições judaico-cristãs e gerando o que se denomina de pânico moral. Busca-se-á ainda, a problematização da categoria "gênero", denunciando o cerceamento da liberdade de expressão, negação de direitos da pessoa humana, enfim

o livre exercício da democracia. Utilizar-se-á discursos veiculados na mídia brasileira, no segundo meado de 2018 e início de 2019 para sustentar a discussão aqui empreitada, bem como autores que se dedicam a investigar o movimento “contra a ideologia de gênero”. Como reflexo dessa discussão, aponta-se que a construção das diferenças e diversidades no processo de humanização de grupos socialmente vulneráveis deve ser uma tônica constante nos bastidores dessas tensões, pois é a partir dessa construção que compreende-se e visibiliza-se as dicotomias superior/inferior, homem/mulher, branco/negro, heterossexual/homossexual, que foram construídas por sistemas hierárquicos de poder na sociedade vigente. Palavras-chave: Educação, Gênero, Sexualidade, Conservadorismo, Política

Mediadora 1: Maria Ivonete Barbosa Tamboril - USP

Mediador 2: André Luiz Machado das Neves - UEA

Mediadora 3: Juliana da Silva Nóbrega - UNIR

Proponente: André Luiz Machado das Neves - UEA - Regional Norte

Sala: 323 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 4 - Insurgências ético-estético-políticas: contribuições da Psicologia Social

Título: Psicologia e manifestações artísticas contemporâneas: subjetividade e resistências

Ementa: A presente proposta tem como objetivo discutir as contribuições da psicologia social na investigação de manifestações artísticas contemporâneas e as implicações destas para constituição do psiquismo. Traz o tema dos slams de poesia e da pixação, expressões artísticas oriundas da classe trabalhadora, compreendidas pela Psicologia Sócio Histórica como a forma de explicação de uma determinada realidade e estão contidas nas relações que a sociedade de classes estabelece com a arte. Entendemos que seus praticantes reivindicam as suas participações na sociedade como sujeitos ativos, que a constituem e transformam por meio de suas atividades. Pela perspectiva desta teoria, compreendemos que a história da arte também é definida pelo desenvolvimento de técnicas, ferramentas, pela organização da sociedade e a divisão do trabalho. Assim, há uma relação de determinação entre o desenvolvimento do capitalismo e a arte, cuja gênese encontra-se no trabalho humano, compreendido como atividade pela qual eles produzem sua existência material. O movimento de slams poéticos surge na década de 80 em um bairro operário da cidade de Chicago, e se constitui como uma competição de poesia falada que traz em suas origens a contribuição de movimentos artísticos como o reading dos poetas beatniks, o spoken word de poetas negros, a prática de declamação de poesias que acompanhavam as emulações jazzísticas, bem como uma profunda associação com a cultura hip hop e o rap. Em meados de 2008 surgem as primeiras manifestações de slam de poesia na cidade de São Paulo e estima-se que atualmente o país tenha aproximadamente cinquenta grupos slams em atividade. Esta expressão possibilita ao artista versar sobre a realidade em que vive, expressar visões de mundo, pontos de vista, concepções ideológicas e materializar as correlações de força presentes na sociedade sob uma lógica identitária, por meio da performance poética. No Brasil a origem da pixação indica a sua manifestação como intrínseca à luta política pela liberdade e a democracia durante a ditadura civil-militar no país, que durou do ano de 1964 ao ano de 1986, tendo como marco o primeiro pixo de “Abaixo a ditadura”. No mesmo período artistas como Cildo Meireles e Artur Barrio buscavam outras possibilidades estéticas para além das instituições de arte oficiais do estado, que exerciam dura censura a qualquer manifestação artística que pudesse contestar os ideais nacionalistas de ordem e progresso da classe dominante. A dimensão política da pixação acompanha a própria atividade e os discursos dos grupos de pixadores, principalmente das grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro. Questionando a propriedade privada, a ocupação das cidades, a invisibilidade da periferia, a pixação pode ser então compreendida como uma cultura, com linguagem própria, não absorvida pela cultura hegemônica. Ambas as manifestações artísticas que buscamos trazer para a discussão carregam características da classe da qual os indivíduos que as praticam fazem parte e pretendem dar voz e questionar o ordenamento de classes, as desigualdades e as contradições do estado burguês por meio de linguagens próprias, constituindo-se como instrumentos mediadores de conhecimento e de construção da subjetividade, apresentando funções políticas e sociais.

Mediadora 1: Carlota Philippsen

Mediadora 2: Camila de Oliveira Pinto - UFMS

Proponente: Núcleo ABRAPSO Campo Grande – MS



Sala: 325 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: Epistemologia e Fundamentos da Psicologia Social

Ementa: O Grupo de Trabalho Epistemologia e Fundamentos da Psicologia Social - ABRAPSO Núcleo BH existe desde o mês de dezembro de 2012. Seu objetivo principal é estudar as Bases Filosóficas que fundamentam as ciências sociais para facilitar a compreensão da complexa variedade de correntes teóricas existentes no campo da Psicologia, portanto, na(s) Psicologia(s) Social(ais), porque as principais áreas da filosofia: a ontologia, a epistemologia, a lógica, a ética e a estética, por vezes não estão explícitos nas construções teóricas, tampouco na realização das práticas acadêmicas e profissionais. A partir da discussão dessa fundamental questão, através do diálogo entre seus participantes, o GT também aborda temas e práticas de relevância social nos âmbitos econômico, político, moral e questões psicossociais contemporâneas: a violência, o preconceito, o fundamentalismo, a afetividade, a linguagem e a produção de sentido, a relação comunidade e libertação, os saberes da experiência e os acadêmicos, além de trazer à tona teorias da Psicologia que não são enfatizadas ou não abordadas na academia. Para o alcance de tal proposta a organização do GT se dá em encontros de estudo regulares e ciclos de seminários, que reúnem estudantes, professores, profissionais e demais interessados na área. Assim, ao longo da trajetória do GT apresentamos alguns temas: "Perspectivas da Psicologia Social-Sociedade, ser humano social e linguagem"; "Modernidade, Pós-Modernidade e a Psicologia Social Crítica"; "Psicologia Social Crítica e Epistemologias de Resistência", e no corrente ano, estamos estudando o tema: "A Psicologia Social Crítica e a Ética", visando entender como a moral influencia o processo social de tomada de decisões, em especial o processo decisório político.

Com tais trabalhos, o GT promove a discussão de saberes científicos e filosóficos (heterogêneos) inseridos na Psicologia Social com o intuito de colocar em xeque tudo aquilo que colabora para a desqualificação de determinados grupos, seus saberes e identidades, processo esse que ameaça a democracia e leva às desigualdades sociais, e que compromete o desenvolvimento da humanidade, da ciência e, conseqüentemente, da(s) Psicologia(s) Social(ais).

Mediador 1: Craig Downie Dunbar - ABRAPSO-BH

Mediador 2: Júnio Vieira de Rezende - Faculdade Promove

Proponente: Núcleo Abrapso BH

Sala: 326 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: A Teoria marxista da dependência e seus nexos com a Psicologia Social latino-americana

Ementa: A propositura desta roda de conversa emergiu dos diálogos e estudos conduzidos pelo Núcleo Assis da Abrapso dedicados ao exame das contribuições do Materialismo Histórico Dialético para o campo da Psicologia Social, em especial os aportes de teóricos e revolucionários brasileiros e latino-americanos os quais vislumbraram como horizonte o fortalecimento de teorias, metodologias e práticas contextualizadas de crítica e organização de pessoas e grupos dedicadas ao enfrentamento e superação do capitalismo. O objetivo desta atividade é oferecer às pessoas participantes a oportunidade de analisar e debater a Teoria marxista da dependência, cunhada por pensadores brasileiros, e que, a despeito disso, é pouco (re)conhecida e difundida nas instituições formais de ensino e pesquisa do país. Cumpre notar que esta teoria foi formulada na década de 1960 e tencionou elaborar a examinação crítica do modo de produção capitalista, no quadro do materialismo histórico-dialético, e produzir aportes científicos capazes de favorecer o entendimento da realidade socioeconômica dos países da América Latina. O âmago da argumentação oferecida é que o desenvolvimento dito "atrasado" dos países que compõem a periferia do capitalismo global, cujas histórias são marcadas pela exploração dos seus povos e das suas riquezas, relaciona-se a dependência estabelecida entre estes países e aqueles nomeados imperialistas que ocupam o centro do sistema capitalista. Na perspectiva da Teoria da Dependência a superação do lugar de subordinação e exploração em que se encontram os países da periferia do capitalismo vincula-se estritamente a superação do modo de produção capitalista, apontando para o comunismo como sistema político e econômico a ser alcançado.

Tendo como base tais pressupostos teóricos que denunciam a realidade de violências e subordinação estruturais sob a qual os países latino-americanos estão submetidos, é imprescindível que uma Psicologia Social comprometida com as demandas concretas das populações exploradas se dedique ao estudo e disseminação de saberes que possam, a partir de uma compreensão totalizante da experiência humana e das singularidades que permeiam as populações da América Latina, produzir conhecimentos e práticas orientadas para a superação objetiva e subjetiva do capitalismo com vistas à libertação e emancipação da humanidade. Nesta roda de conversa vamos focalizar os aportes dos pioneiros da Teoria Marxista da Dependência, com destaque para os seus conceitos fundamentais e seus nexos com a Psicologia Social.”

Mediadora 1: Andreza Ferreira - PET Psicologia

Mediador 2: Deivis Perez - UNESP

Mediadora 3: Giovanna Segia

Mediadora 4: Heloisa Carli

Proponente: Núcleo de Assis/SP da ABRAPSO

Sala: 330 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: Os afetos como dimensão política democrática

Ementa: Esta roda de conversa pretende reunir pessoas para discutir criticamente sobre produção de conhecimento, formação e/ou intervenções a respeito dos afetos como dimensão política nas ações individuais e/ou coletivas que tenham como norte relações democráticas. Pretendemos abranger os afetos (ódio, medo, humilhação, amor, solidariedade, alegria, etc.) como ferramentas para manipulação política, individualização de sofrimentos vivenciados no social, enfraquecimento das relações grupais, ou como formas de acolher os indivíduos em sofrimento, fortalecer relações grupais, gerar poder de enfrentamento à violências, entre outros. Para disparar esse debate apresentaremos algumas experiências do Núcleo SP Abrapso (gestão 2018/2019) onde vivenciamos diversos afetos (medo, solidariedade, etc) durante as atividades individuais e coletivas e aprendemos coletivamente a incluí-los nas discussões do grupo; bem como experiências de seus membros em outros espaços e coletivos; e também apresentaremos a teoria de Baruch Espinosa, como uma contribuição teórica sobre a dimensão política dos afetos.

Mediadora 1: Gláucia Tais Purin - PUC-SP

Mediadora 2: Cinara Brito de Oliveira - UNISA

Mediadora 3: Gabriela Milaré

Proponente: Núcleo SP Abrapso e Regional SP Abrapso (parceria)

Sala: 328 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 8 - Psicologia social e políticas de igualdade racial e étnica no Brasil

Título: Caminhos para uma clínica antirracista: desafios e potencialidades a partir de diferentes lugares de fala

Ementa: A longa e complexa trajetória de colonização e escravidão do Brasil deixou marcas que permeiam a construção estrutural do Brasil enquanto nação e também subjetiva de toda população. Ao longo das últimas décadas, diversas pesquisas têm analisado os indicadores socioeconômicos e sistematicamente evidenciado disparidades estruturais, especialmente entre a população branca e negra, em áreas como saúde, educação e emprego/renda. Nota-se recorrente e significativa desvantagem e vulnerabilidade para a população negra, que equivale a mais da metade da população brasileira atual. Agregando a questão de gênero, as mulheres negras sofrem os efeitos nefastos do racismo e do sexismo de maneira mais radical, por representarem a antítese de branquitude e masculinidade. Este complexo quadro permeia o cotidiano da atuação profissional de psicólogas em diferentes espaços de atuação, dos consultórios particulares aos equipamentos públicos como escolas e unidades de saúde, da assistência direta à população à gestão de políticas e processos de trabalho. Identificar, compreender e intervir nesta



realidade é também um compromisso ético-político da Psicologia enquanto ciência e profissão. De diferentes formas e perspectivas, as profissionais de Psicologia têm cada vez mais exercido este compromisso e contribuído à transformação desta realidade. O objetivo desta roda de conversa é refletir criticamente acerca do fenômeno do racismo nas intervenções clínicas de cuidado em saúde, a partir de distintos lugares de fala pelo pertencimento racial das psicólogas. Abordaremos os desafios e potencialidades de desenvolver práticas antirracistas em cenários diversos como consultório particular e em serviços públicos. A partir do entendimento de que relações de opressão de classe, gênero e raça constituem subjetividades, nossa proposta visa refletir criticamente sobre os diferentes grupos acompanhados, contribuindo para a ressignificação das noções de sofrimento a partir dos marcadores sociais que as localizam. Consideramos a desconstrução e rompimento com a pretensa universalidade e a normatização hegemônica da branquitude como uma condição fundamental para uma prática socialmente comprometida e criticamente localizada, reconhecendo o racismo como um mecanismo que serve de maneira atual aos complexos e diversificados interesses do grupo dominante. A admissão política, teórica e prática da existência de relações raciais perversas na sociedade como um todo e, assim, nas práticas de cuidado em saúde, possibilita o rompimento da Psicologia com a sua condição de cumplicidade com a manutenção dessa realidade. Em um momento político que exige consciência crítica e posturas de resistência, pautar gênero e raça nas suas práticas, numa perspectiva contra hegemônica, tornou-se ainda mais caro e urgente para as psicólogas.

Mediadora 1: Fernanda Rebouças - Secretaria Municipal de Saúde Salvador - BA

Mediadora 2: Ana Luísa Araújo Dias

Proponente: Núcleo Abrapso Bahia

Sala: 329 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 9 - Ética, violências e (in)justiça em tempos de retrocessos mundial e nacional dos direitos humanos: contribuições da Psicologia Social

Título: Juventude, encarceramento e políticas públicas

Ementa: No contexto atual, onde o Estado é produtor e reproduzidor de uma política para a morte – necropolítica (Mmbembe, 2018), podemos perceber que há vidas que não têm sustentação social para serem vividas, vidas precárias, que não são passíveis de luto (Butler, 2017). Pensar na condição de vida e na condição de sujeito dos jovens abre campo de análise para entender como as políticas na contemporaneidade são construídas e quais são as possibilidades de inclusão dos jovens nesse cenário. A precariedade está atrelada a todas as vidas de animais humanos e não humanos, uma vez que as vidas podem ser lesadas, destruídas ou sistematicamente negligenciadas até a morte.

A população jovem brasileira é constantemente violada no seu direito de viver, e sofre com um processo de criminalização da pobreza através da falácia da guerra contra as drogas e outros dispositivos penais utilizados pelo Estado para sustentar a necropolítica. Diversos estudos demonstram que a população jovem, negra e periférica é a população que mais morre vítima de crimes violentos, é também a população mais encarcerada no nosso país. Esta proposta tem o objetivo de discutir sobre as estruturas sociais e políticas que sustentam o encarceramento em massa da juventude negra; entender quais são as políticas públicas que tem como público alvo esses jovens e como elas têm funcionado (diminuindo as violações de direito, ou atenuando as injustiças por meio da violência institucional?); promover um espaço de reflexão que valorize as diferentes experiências dos profissionais e estudantes que atuam nessas políticas para a criação de novas possibilidades de intervenção, atuação e inovação políticas que sejam alças de sustentação para essa juventude. A proposta da roda aqui apresentada nasce de um grupo desenvolvido pelo Núcleo Abrapso de Belo Horizonte, cujo tema de estudo dá título a este trabalho. Frente ao crescente genocídio e encarceramento da população jovem e negra no Brasil, este grupo surge com o objetivo de promover um espaço de discussões que criem novas narrativas sobre as formas de se construir e fazer as políticas públicas para a juventude. Marca-se assim, o compromisso ético dos profissionais de psicologia em pensar as condições que sustentam essas vidas e a construção de políticas que considerem esses sujeitos, e uma forma de atuação nas políticas públicas direcionadas aos jovens que seja desencarceradora e promotora de direitos humanos. Portanto, o objetivo dessa roda de conversa é criar um espaço que possibilite a troca de experiências, com

discussões profícuas para que possamos criar narrativas que nos leve a criticar e modificar as estruturas do encarceramento em massa da juventude.

Mediadora 1: Bianca Ferreira Rocha

Mediador 2: Harrison Lucas Rocha de Freitas - Centro Universitário UNA

Proponente: Núcleo ABRAPSO BH

Sala: 327 **Lado:** João Ramalho

Eixo: Homenagem Matín Baró

Título: **As contribuições de Ignacio Martín-Baró para a práxis da Psicologia Social na atual conjuntura brasileira e latino-americana**

Ementa: A proposta desta roda de conversa está baseada no acúmulo das discussões realizadas no âmbito do Grupo de Estudos Martín-Baró e América Latina (GEMBAL), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP) e ao Laboratório Interinstitucional de Estudo e Pesquisa em Psicologia Escolar (LIEPPE-USP). O objetivo do grupo é compreender o pensamento de Ignacio Martín-Baró a partir dos aspectos universais e singulares da América Latina e sua relação histórica de colonialismo e dependência. Nesse sentido, a roda de conversa se propõe a dialogar sobre as possíveis contribuições deste pensador para a práxis da Psicologia Social nas intervenções acadêmicas e políticas, a partir da análise histórica e conjuntural brasileira e latino-americana.

Mediador 1: Antonio Euzébio - USP

Mediadora 2: Marilene Proença – USP

Mediadora 3: Marcela Pererira Rosa – USP

Proponente: Grupo de Estudos Martín-Baró e América Latina (GEMBAL)

Sala: 334

Eixo: EIXO 3- Psicologia social, comunicação e mídias

Título: **Encontro de coletivos de arte, cultura e ativismo social**

Ementa: A proposta é reunir coletivos de arte, cultura e ativismo que estão se apresentando durante o XX Enabrapso e demais interessados para compartilhar experiências sobre como operam na resistência e enfrentamento aos autoritarismos, polarização social e crise sistêmica do capitalismo. Dialogar a respeito de como as atividades culturais e de arte promovidas por esses coletivos constituem ferramentas para acesso e compartilhamento de modos de conhecer que desafiam as hierarquias instauradas e promovem articulações locais e atuações periféricas. Trocar experiências de produção e divulgação de arte e cultura no contexto de supressão de direitos e censura no Brasil contemporâneo.

Mediador 1: Lucas Matheus Pereira Cruvinel (PUC-SP)

Mediadora 2: Carla Teodoro (PUC-SP)

Proponente: Comissão Organizadora – Comissão Cultural do XX Enabrapso

16 de novembro | 13h30 às 15h30

Sala: 311 **Lado:** Bartira

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: **Afetos, redes e resistências – metodologias participativas e enfrentamentos no território**

Ementa: Pretendemos com esta roda de conversa, refletir e discutir de maneira crítica, o contexto atual que vivemos, a partir da análise das perdas de direitos sociais e políticos vivenciados nos últimos anos no Brasil. Entende-

mos que o atual contexto conservador, em que as concepções de direitos sociais e cidadania construídos ao longo dos últimos 30 anos vêm, cada vez mais, perdendo seu sentido e valor, causando sofrimento ético-político nos sujeitos, nos coletivos, nas relações sociais e nas subjetividades (Sawaia, 1999), trazendo sentimentos de inferioridade, inutilidade, ausência de valor, e impotência.

Nessa perspectiva, nosso olhar se volta para as possibilidades apresentadas pela Psicologia Social Crítica de enfrentamentos e resistências. Entendendo o território como sócio histórico, e que produz ao mesmo tempo que é produzido, apresentaremos as metodologias participativas, especialmente as redes e coletivos sociais como estratégias de construção e criação de novas possibilidades de modos de vida e relações sociais, dentro desses territórios. Através dos conceitos de afeto e de pertencimento, categorias fundamentais a nosso ver para a mudança social, discutiremos essas questões em diferentes territórios com os mais variados modos de vida que se apresentam. E que, ao mesmo tempo, resistem e criam novos modos de relações e existências com e no território. Das redes espaciais, criadas pela própria dinâmica das águas, às sociais, compostas pelos atores do território, às redes afetivas, combinando todos os pontos e elementos daquele território, em uma constante troca de afetos. Lançaremos olhar para a relação da Psicologia e das Políticas Públicas, de forma a refletir sobre como o contexto atual de desmonte traz sérios prejuízos a promoção dos direitos e da cidadania das populações, sobretudo, aquelas que se encontram excluídas dos bens sociais. Cabe a nós, psicólogos sociais, também analisar, de forma crítica, o lugar da Psicologia em meio a todo esse processo, considerando a discussão que Gonçalves (2010) faz a respeito de que o compromisso da psicologia com as políticas públicas deve se orientar no enfrentamento da lógica do modelo neoliberal, o qual a Psicologia respondeu em parte de sua história. Partiremos de estratégias metodológicas que consideram a subjetividade como uma categoria concreta para a psicologia, de forma a não desconsiderar a realidade objetiva das pessoas, como as diferentes desigualdades sociais e de falta de acesso a bens, serviços e direitos sociais, reafirmando que toda psicologia é, segundo Lane (1989), uma psicologia social.

Por fim, buscaremos discutir sobre uma psicologia social comprometida com a transformação da realidade e com a emancipação dos sujeitos, olhando para as experiências e realidades concretas de vida das pessoas, refletindo sobre diferentes estratégias de enfrentamento dessa realidade, que leve a superação das desigualdades sociais, entendendo que é por meio da emancipação social e pelo fortalecimento da autonomia coletiva que se pode alcançar, de fato, uma cidadania plena.

Mediadora 1: Márcia Mansur - PUC-Minas

Mediadora 1: Manoela Marra - PUC-Minas

Mediadora 3: Luiz Viana Cardoso - ABRAPSO Minas

Proponente: Regional ABRAPSO Minas Gerais

Sala: 312 **Lado:** Bartira

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: Resistir em tempos sombrios: a “nova saúde mental” e as ameaças a Reforma Psiquiátrica Brasileira

Ementa: No dia 4 de fevereiro de 2019, a Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, do Ministério da Saúde, publicou a nota técnica Número 11/2019 intitulada “Nova Saúde Mental”. O documento representa um retrocesso a Reforma Psiquiátrica brasileira cujos princípios em defesa dos direitos humanos estão ameaçados. Internações em Comunidades Terapêuticas e o uso do eletrochoque ganham visibilidade através da nota técnica e nos faz questionar os interesses político-econômicos que atravessam a produção deste novo documento do Ministério da Saúde. Nossa roda de conversa tem por alvo problematizar os impactos da nota técnica na política nacional de saúde mental, sobretudo, pensar na construção de estratégias de resistência. Para tanto, compreendemos a “roda” como um dispositivo dialógico onde a mesma permite a construção de um espaço de escuta, debate e acolhimento. Pois, em tempos sombrios, onde precisamos defender o óbvio, há um cansaço que toma conta dos corpos e uma tristeza que diminui a potência de ação de todos àqueles que lutam e sonham. Acreditamos que juntos, apostando na criação de coletivos, podemos nos fortalecer e inventar formas de resistir. Por isso, tomamos a construção desta roda de conversa como um espaço potente para problematizarmos o tempo presente e, ao mesmo tempo, nos tornarmos mais fortes.



Mediador 1: José Rodrigues de Alvarenga Filho - PUCRS

Mediador 2: Marcus Viera-Silva - UFSJ

Mediadora 3: Isa Magesti Corrêa Netto - UFMG

Mediador 4: Filippe de Mello Lopes - CRP-MG

Proponente: Núcleo ABRAPSO de São João del Rei

Sala: 313 **Lado:** Bartira

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: **Garantia de Direitos e práticas emancipatórias: desafios para Psicologia Social no Campo das Políticas Públicas**

Ementa: Os debates sobre as práticas e as limitações teórico-metodológicas para atuação do(a) Psicólogo(a) em contextos diferentes da clínica tradicional no Brasil são tão remotos na História da Psicologia como é a aproximação desses(as) profissionais ao campo das políticas públicas. Por meio das ações desenvolvidas no cotidiano profissional, em diversas áreas, são construídos e reinventados modos de atuação a partir das diferentes interpretações das políticas setoriais.

A proposta dessa roda de conversas é debater sobre as práticas profissionais cotidianas e o compromisso com a garantia de Direitos e emancipação humana, a partir de três pontos de vista distintos e complementares: a) da formação em Psicologia e sua aproximação com as Políticas Públicas Sociais; b) da prática e desafios da proteção social na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, c) da experiência em movimentos sociais. Alberto e cols. (2014) apontam que o papel do(a) psicólogo(a) no campo de atuação das políticas sociais demanda uma perspectiva crítica, que supere a naturalização do fenômeno psicológico e de concepções que compreendem-no como algo abstrato e universal, que vai além da culpabilização das vítimas e, ainda, contribua para apropriação dos espaços de políticas sociais para garantir a efetivação e participação dos cidadãos.

Somente assim, a Psicologia pode construir fazeres capazes de promover a autonomia e o protagonismo das comunidades e cumprir seu compromisso social.

Com o esgotamento das proteções sociais e com fracasso do Estado na regulação e organização das Políticas Públicas, as contradições, tensões e conflitos existentes na relação de exploração do capital na vida cotidiana se expressam na forma de violência. Que ainda distancia os sujeitos da sua realidade de trabalhador(a) ganhando destaque e preocupação, não necessariamente com suas causas, mas sim com seus efeitos. Como consequência da sociedade burguesa, de transformar o trabalho em mera atividade de subsistência, de satisfação de carências imediatas em combinação com os ajustes do modelo neoliberal, faz-se necessária a retomada do enfoque na preservação da garantia de direitos, bem como na clarificação e reconhecimento das massas enquanto proletariado.

Mediadora 1: Gardenia de Souza Furtado Lemos - UFG

Mediadora 2: Mirelly Conceição do Carmo - UFG

Mediador 3: Eduardo Matos - Movimento Nacional da População de Rua - GO

Proponente: Núcleo Goiânia

Sala: 329 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: **Temas transversais na Educação: as discussões sobre sexualidade na escola como ferramenta de proteção contra a violência sexual contra crianças e adolescentes**

Ementa: A proposta desta roda de conversa é, por meio do relatos de experiências do cotidiano escolar, apresentar a importância da discussão das temáticas e problemáticas envolvendo a violência sexual e seu combate, bem como apontar como a escola ocupa papel relevante na criação de espaços de identificação, acolhimento e encaminhamento de situações em que tal tipo de violência se configure. Entende-se a escola como espaço privilegiado



na formação dos indivíduos, uma vez que lhe é confiada boa parte do processo de socialização das crianças, além da responsabilidade de transmissão do conteúdo acumulado historicamente por esta sociedade, na medida em que lhe cabe, além do ensino dos conteúdos escolares formais, a mediação dos processos de aquisição dos protocolos de conduta, socialização e relação com o grupo social. Nesse sentido, a escola se apresenta como expressão da sociedade em que se insere e, portanto, mergulhada na contradição inerente de ser ao mesmo tempo espaço de reprodução e de resistência à lógica pautada pelo capital e pela racionalidade comensurável, que destitui das relações a possibilidade de experiência, substituindo-a pelo desempenho. Ao longo da História da Educação brasileira, identificamos momentos em que o princípio do desempenho ganha força no espaço escolar, privilegiando as políticas que transformem o aluno em trabalhador assalariado (ou empreendedor) e desconsiderando temáticas do cotidiano da infância e juventude, particularmente a da sexualidade. O Movimento Escola sem Partido, como representante estruturado de uma política do desempenho, propõe a proibição de discussões de cunho político-ideológico, metonicamente considerando-as como um posicionamento específico, distorcido de sua origem. Dentro desse posicionamento político-ideológico a ser combatido pelo Movimento, encontra-se a discussão a respeito da sexualidade humana, considerada como algo do campo moral e não parte do desenvolvimento humano - contrariando as principais teorias na Psicologia. Ao mesmo tempo em que o referido Movimento advoga pela eliminação de tais conteúdos, observa-se na prática profissional um número expressivo de relatos de abuso sexual, envolvendo majoritariamente familiares da/o abusada/o, o que coloca em xeque um dos princípios da Escola sem Partido, qual seja, o respeito ao direito dos pais na determinação do tipo de educação alinhada a suas convicções. Espera-se que os participantes tragam, a partir de sua experiência acadêmica/profissional/pessoal, situações em que se possa problematizar a importância da escuta desse tipo de demanda no espaço escolar.

Mediadora 1: Vanessa Pereira Candido - Prefeitura de Jacareí (SP) / CREAS

Mediadora 2: Maria Cristina Dancham Simões - PUC-SP

Mediador 3: Guilherme Correa - UNITAU

Proponente: Núcleo Vale do Paraíba - Regional São Paulo

Sala: 314 **Lado:** Bartira

Eixo: 13 - Psicologia social em tempos de crises, emergências e desastres

Título: A Psicologia Social frente aos contextos de emergências e desastres no Amazonas

Ementa: Devido ao arsenal teórico e prático da psicologia social, consideramos que a área pode contribuir significativamente em situações de emergências e desastres, abarcando questões psicossociais, políticas e institucionais, atreladas às demandas individuais e comunitárias. Nesse sentido, enfatizamos uma situação específica ocorrida no bairro Educandos, localizado em uma região periférica da cidade de Manaus, estado do Amazonas, no final do mês de dezembro de 2018, quando cerca de 600 casas foram incendiadas, deixando diversas famílias desamparadas. Pensando na necessidade de uma escuta qualificada e emergencial, foram realizadas ações de atendimento às vítimas por profissionais e acadêmicos de Psicologia, supervisionados por professores devidamente inscritos no CRP-20. No entanto, devido a grande mobilização e repercussão no meio acadêmico e profissional, algumas dificuldades e lacunas se fizeram presentes, especialmente em relação à organização do trabalho, à preparação e capacitação para atuação, bem como à disparidade na proporção de alunos voluntários em relação aos supervisores. Questionamos, assim, o papel das instituições acadêmicas públicas e privadas no que tange à estrutura curricular e ao caráter extensionista necessário para a formação acadêmica em Psicologia, cujo compromisso social é basilar. Ademais, consideramos pertinente problematizar como a psicologia social pode estar aliando-se a demais movimentos sociais, instituições/órgãos estaduais e municipais, e aos conselhos locais de psicologia, a fim de atuar de forma ética e crítica em situações de emergências e desastres.

Mediadora 1: Aline de Lima Sousa - Núcleo Manaus-ABRAPSO

Mediadora 2: Nathaly Marculino Morais - Núcleo Manaus-ABRAPSO; Fórum Amazonense de Saúde Mental

Proponente: ABRAPSO, Núcleo Manaus-AM.



Sala: 317 **Lado:** Bartira

Eixo: 2 - Psicologia Social, Gênero e sexualidades

Título: **Feminismo Interseccional e Política de Assistência Social: diálogos possíveis?**

Ementa: "Esta proposta visa traçar uma reflexão entre a práxis da Psicologia Social e a Política Brasileira de Assistência Social, principalmente no que tange a Proteção Social Básica e o Feminismo Interseccional enquanto projeto de emancipação e superação das vulnerabilidades, em especial na articulação entre raça-etnia, diferença geracional e classe.

Para isso, partimos dos trabalhos desenvolvidos com um grupo de mulheres no município de Dourados - MS. O grupo, intitulado Ciranda das Rosas, ocorre por meio de oficinas no âmbito do Serviço de Atenção Integral à Família - PAIF. É importante salientar nosso entendimento de que a Política de Assistência Social, a partir das diretrizes normativas que orientam seu ordenamento e a centralidade de sua organização na matricialidade sociofamiliar, tende a reproduzir padrões hegemônicos que naturalizam as mulheres como únicas responsáveis pelos cuidados domésticos e familiares. Entendemos que essa estratégia de governo ancorada na instituição familiar tem contribuído para a produção de determinadas funções e modos de ser mulher em um modelo restrito de família. Carlotto e Mariano (2010) indicam que há não só a centralidade na família mas uma instrumentalização do papel da mulher/mãe por meio de suas responsabilidades na esfera privada, visando a um bom desempenho dos programas, o que implica no contexto de contenção ou redução dos gastos sociais. O papel de cuidadora imposto às mulheres beneficiárias inevitavelmente articula-se com sua condição de pertencimento às classes mais pobres. Prova disso é a prioridade das mulheres como alvo e usuárias dos programas de transferência de renda. Dito isso, apresentaremos a experiência desenvolvida com o grupo Ciranda das Rosas como uma estratégia de resistência ao avanço conservador do patriarcado e como possibilidade de desnaturalizar o lugar das mulheres pobres no trabalho reprodutivo.

Palavras-chave: Assistência Social, Gênero, Feminismo.

Mediadora 1: Priscila Soares Teruya - Prefeitura Municipal de Dourados/MS

Mediadora 2: Gislaíne Cristina Pinheiro de Lima - Assistência Social - Dourados/MS

Proponente: Lívia Gomes dos Santos (Comissão Científica)

Sala: 318 **Lado:** Bartira

Eixo: 2 - Psicologia Social, Gênero e sexualidades

Título: **Mulheres e suas lutas**

Ementa: Como continuidade da rede de saberes e fazeres femininos e feministas iniciada no Encontro Regional de Assis em 2019, o núcleo São Paulo propõe a roda "Mulheres e suas lutas", como um espaço de reconhecimento, compartilhamento de experiências e críticas, e principalmente de construção, de lugares femininos na academia. Reconhecemos que a presença massiva de mulheres no contexto acadêmico é recente e que os moldes desse espaço foram construídos de acordo com valores masculinos, o que implica em diversos entraves à construção e consolidação do pensar e fazer acadêmico feminino. Considerando também os avanços dos autoritarismos e de políticas contra a vida das mulheres, e todas as condições de opressão de raça, classe, orientação sexual, crença religiosa e demais, propomos esse como espaço de resistência e construção de possibilidades de vida e cuidado.

Mediadora 1: Sulamita Jesus e Assunção - PUC-SP

Mediadora 2: Elânia Francisca

Proponente: Núcleo SP da ABRAPSO

Sala: 319 **Lado:** Bartira

Eixo: 6 - Estado, Democracia e Movimentos Sociais: contribuições da Psicologia Social

Título: **Histórias e Memórias da ABRAPSO - Regional Paraná**

Ementa: Inseridos num conjunto de condições instituídas desde a Modernidade e pelo Capitalismo, temos experienciado vidas aceleradas, de informações efêmeras, dados que precisam ser atualizados, contextos de constantes transformações. Diversos pensadores críticos vêm abordando essas dimensões e seus efeitos à constituição das possibilidades de modos de vida (Benjamin, 1987, 2009, 2015, 2016, Lefebvre, 1991, 2013; Santos, 2014), assim



como quanto seus impactos e efeitos quanto à memória ou esquecimento/apagamento e suas produções (Bosi, 1994; Gagnebin, 2006; Matos, 1997a, 1997b). Nesse sentido, pensar a memória e sua produção faz-se de grande importância nas lutas da Psicologia e dos movimentos sociais para que ações, atos, lutas, não caiam no esquecimento, para que possam se tornar experiência a ser narrada e, como tal, transmitida às novas gerações (Benjamin, 1987). Narrativas históricas que auxiliam na compreensão da construção de nossos presentes, assim como a constituir possibilidades de futuros. Pensar, pois a memória e a história não como sucessão linear de fatos, mas como história que constitui e que está no presente, pois “não passa por nós um sopro daquele ar que que envolveram os que vieram antes de nós? Não é a voz a que damos ouvidos um eco de outras já silenciadas?” (Benjamin, 2016, p. 10). A ABRAPSO tem longa história. Desde sua fundação, em 1980, muitos anos já se passaram, muitas pessoas compuseram essa importante instituição, muitas narrativas, muitos encontros, muitos diálogos, construções, resistências, lutas e enfrentamentos. Trata-se de uma instituição de grande importância na luta pela construção de uma Psicologia Social crítica e despretenção de isenção no campo político que, por sua vez, tem andado junto aos movimentos sociais brasileiros e na América Latina na busca e construção de sociedades mais igualitárias e democráticas, combatendo e enfrentando opressões e explorações. Assim, de modo semelhante ao encampado pelo projeto elaborado pela direção Nacional da ABRAPSO na gestão 2008-09, temos buscado fomentar e construir estratégias de resgate de histórias e documentos em nossa Regional. Temos buscado construir formas de resgate de memórias da ABRAPSO e das/os abrapsonianos, não de modo a torná-las unívocas (até porque isso não é possível), mas de congregar, de criar espaços de fala e escuta em que as histórias possam ser narradas e ouvidas, que possam circular, se fazerem presentes. Nesse sentido é que construímos a proposta da Roda de Conversa Histórias e Memórias da ABRAPSO na Regional Paraná para compor o Eixo 6 (Estado, Democracia e Movimentos Sociais: contribuições da Psicologia Social), a qual terá como mediadores Prof.a Dr.a Angela Caniato e Prof.a M.a Neuzi Barbarini, a ser realizada no dia 15/11 no período da manhã. Objetiva-se, com a Roda constituir mais um importante espaço de trocas de histórias e memórias, de resgates que nos auxiliem a compreender nosso presente e a (re) pensar nossas perspectivas de futuro; para que, em conjunto com os movimentos sociais, pela memória, possamos continuar pensando e elaborando formas de construção de conhecimento e resistência nos diversos âmbitos de mobilização social, campos e epistemologias da psicologia social.

Mediadora 1: Angela Caniato - UEM

Mediadora 2: Maria Neuzi Barbarini - PUC-PR

Proponente: Vice-presidência Regional Paraná e Núcleos da Regional

Sala: 320 **Lado:** Bartira

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: Materialismo histórico dialético e seus aportes para a Psicologia Histórica Cultural

Ementa: A presente roda apresentará uma leitura das contribuições do materialismo histórico dialético para a teoria Histórica-Cultural de Lev Semenovitch Vigotski e seus desenvolvimentos, considerando os nexos entre esta perspectiva e a obra marxiana e engelsiana. Cumpre notar que, de acordo com Luria (2006), as bases teóricas da filosofia marxista apoiaram Vigotski na teorização acerca das funções superiores e no desenredamento das suas relações sociais com o exterior, pressuposto que o levou a investigar o desenvolvimento humano a partir de sua relação com o contexto social. Por sua vez, o materialismo histórico dialético concebido por Marx e Engels se apresenta como perspectiva que examinou a historicidade e os desenvolvimentos das modernas sociedades burguesas e que identificou o trabalho como atividade vital pela qual a pessoa transforma a si mesma, o seu contexto, os meios de produção e as formas de organização sociais, caracterizando-se como um substantivo aporte para a compreensão do desenvolvimento humano enquanto ser social. Nesta roda de conversa levaremos em consideração que a história é determinada pelas lutas de classes antagônicas e que, sob a modernidade, os trabalhadores potencialmente se situam no centro do movimento de transmutação social e, ainda, que o desenvolvimento humano se dá à medida que age e transforma a natureza e assim também se modifica. Em face disso é que serão estabelecidos os nexos entre a teoria marxiana e engelsiana e a Psicologia Histórico Cultural, avançando no sentido de fomentar a dialogia acerca da necessidade de produção de saberes acadêmicos e de práticas laborais no campo

da Psicologia Social comprometidas com a emancipação humana a partir do reconhecimento das contradições do atual modelo social e da necessidade de sua radical transformação.

Mediadora 1: Andreza Ferreira - Unesp/Assis

Mediador 2: Deivis Perez - Unesp/Assis

Mediadora 3: Giovanna Segia - Unesp/Assis

Mediadora 4: Heloisa Carli - Unesp/Assis

Proponente: Núcleo de Assis SP da ABRAPSO

Sala: 321 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: Afeto e Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial

Ementa: Esta roda de conversa pretende reunir pessoas para discutir criticamente sobre produção de conhecimento, formação e/ou intervenções que dialogam afeto, ética, política, singularidade e práticas psicossociais com grupos/coletivos.

Para disparar esse debate serão apresentadas três pesquisas realizadas e publicadas em capítulo no livro "Afeto e Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial" do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN) coordenado pela Profa. Dra Bader Sawaia. As apresentações tratarão sobre as categorias analíticas multidão e comum como dimensões ético-políticas da ação coletiva; sobre experiências afetivas com um movimento social juvenil de uma periferia de São Paulo e um coletivo transfeminista de Santa Catarina. Ambas pesquisas são baseadas no referencial teórico da Psicologia Social sócio-histórica, principalmente inspirado em Vigoski e Espinosa. Nessa perspectiva analítica, amplamente trabalhada pelo NEXIN, o afeto deixa de ser uma função estritamente psicológica para ser analisado como uma questão ético-política, que só pode ser entendida na relação com o pensar e o agir, mas também na sua relação com a imaginação e criação, a qual tem caráter transformador e torna-se necessário para a liberdade.

Mediadora 1: Cinara Brito de Oliveira - Núcleo SP ABRAPSO

Mediadora 2: Elisa H. Musha - Núcleo SP e ABC ABRAPSO

Mediadora 3: Juliana Berezoschi - Núcleo SP ABRAPSO

Proponente: Núcleo SP ABRAPSO

Sala: 323 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 8 - Psicologia social e políticas de igualdade racial e étnica no Brasil

Título: Universidade como instrumento de luta pelo território indígena e as dificuldades decorrentes do processo

Ementa: Aconteceu no dia 15 de abril do ano corrente o evento "Troca de saberes e resistência indígena" na Faculdade Católica Dom Orione (FACDO), Araguaína-To, realizado pela Comissão Povos do Cerrado, PET-Indígena e Movimento Estudantil Indígenas e Quilombola (MEIQ). Cerca de oito estudantes indígenas do campus da Universidade Federal do Tocantins (UFT) de Araguaína mediarão um debate com estudantes da FACDO, incluindo os membros do núcleo local da ABRAPSO, sobre as dificuldades encontradas na formação acadêmica, mais especificamente sobre o corte de bolsas do MEC disponibilizadas a estudantes indígenas que estão entrando na universidade e a ameaça do corte de bolsas para estudantes já inseridos, além da alta exigência de produção acadêmica para a manutenção das mesmas. Somadas à ausência de um programa efetivo de inclusão dos alunos e de apoio psicológico a partir do ingresso dos mesmos na universidade, bastante necessário tendo em vista o preconceito enfrentado no espaço de ensino e as diferenças entre o modelo de educação básica que é praticado nas aldeias e o praticado nas cidades, formam um cenário propício ao adoecimento psíquico e à desistência da graduação. Somado à isso, cabe destacar os problemas que as comunidades indígenas sofrem devido à acirrada disputa de terras presente no Tocantins e a luta pela demarcação das mesmas. Nesse sentido, a permanência desses estudantes na universidade, como relatado por eles, é uma estratégia de luta onde as ferramentas utilizadas são a caneta e o

papel, a formação como resistência. Assim, a proposta consiste em discutir a demanda apresentada como reflexo do processo de ruptura da já frágil democracia brasileira somado à crescente perda de direitos das minorias no contexto da atual gestão do país.

Mediador 1: Fernando Pheriklys da Silva Vieira - Núcleo Araguaína da ABRAPSO

Mediador 2: Rutiléia Carneiro Alves - Núcleo Araguaína da ABRAPSO

Proponente: Núcleo Araguaína da ABRAPSO

Sala: 324 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 8 - Psicologia social e políticas de igualdade racial e étnica no Brasil

Título: Experiências profissionais e docentes em psicologia social com mulheres indígenas no Baixo Tapajós - Santarém

Ementa: A partir da sua regulamentação, a Psicologia no Brasil precisava se tornar um bem social, no sentido de ofertar serviços à pluralidade populacional de um país continental, multiétnico e multicultural. A Psicologia Social no Brasil, enquanto disciplina e campo de atuação, tem apresentado nas últimas décadas particular empenho em questionar e repensar a epistemologia e modos de atuação de profissionais da área. Um movimento teórico que busca destacar a importância presente nos processos históricos e culturais que atravessam a vida das pessoas, tanto numa dimensão singular como coletiva tem se apresentado como um dos recursos para problematizar as dinâmicas e significações de diferentes grupos, considerando ainda que estas não se encontram isentas de críticas, as quais podem levar ao aprofundamento das possibilidades de intervenções e práticas profissionais. Pensando nos cenários possíveis de atuação e nas particularidades apresentadas por cada contexto, a presente proposta terá como ênfase as discussões referentes a prática em psicologia social junto a mulheres cisgênero indígenas no contexto amazônico da região oeste do Pará. A escolha é justificada principalmente pelas práticas profissionais e docentes iniciadas recentemente e pela carência identificada tanto de espaços como de obras que discutam de forma objetiva a atuação da Psicologia nesse contexto e com esta população específica. A região oeste do Pará é habitada originalmente por nativos da região, sendo ainda fruto de um processo histórico marcado pela violência da colonização, exploração indiscriminada de sua flora e fauna, e escravização de povos de indígenas, africanos e afrodescendentes.

Hoje, esta região se apresenta como um cenário complexo de relações entre os diferentes grupos que se formaram e resistiram ao longo da história do território brasileiro. Neste cenário, as mulheres cisgênero indígenas tem protagonizado papéis centrais, estando na linha de frente tanto nas lutas atualmente articuladas, como em outros lugares coletivos de seus povos. A região do Baixo Tapajós é habitada, no que se refere aos povos indígenas, por 13 (treze) etnias: Tapajó, Tupaiu, Tapuia, Munduruku, Munduruku-Cara Preta, Maytapu, Tupinambá, Arapium, Arara Vermelha, Jaraqui, Apiaká, Kumaruara e Borari. Considerando as práticas, em Psicologia Social, junto as mulheres indígenas da região desenvolvidas no período de 2016 a 2018 e considerando as experiências e lugares ocupados pelas mulheres indígenas do Baixo Tapajós, a presente proposta tem como objetivo proporcionar um espaço de trocas acerca das experiências profissionais e docentes em Psicologia vivenciadas, considerando múltiplos aspectos que atravessam as realidades das mulheres cisgênero indígenas desta região, como relações de gênero, territorialidade, saúde, assistência social, processos identitários entre outros. Para tal, é proposto o método dialógico da circularidade, permitindo, assim, vias menos hierarquizadas e horizontais de produção e acesso ao conhecimento, sendo as convidadas para mediar a atividade a Lívia Cristinne Arrelias Costa e Fernanda dos Santos.

Mediadora 1: Fernanda dos Santos - Depto. de Mulheres Indígenas do Baixo-Tapajós - CITA

Mediadora 2: Lívia Cristinne Arrelias Costa - ANPSINEP

Proponente: Abrapso – Santarém PA



Sala: 325 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 9 - Ética, violências e (in)justiça em tempos de retrocessos mundial e nacional dos direitos humanos: contribuições da Psicologia Social

Título: Tempo e resistência: Memória, enraizamento e direitos humanos no presente contexto nacional

Ementa: No contexto político presente, temos assistido a duros ataques aos movimentos sociais, aos direitos duramente conquistados – e ainda insuficientes – pelas minorias em espaços governamentais e políticas públicas. Nos primeiros dias do governo Bolsonaro, testemunhamos a extinção ou desmonte ministérios, comissões, órgãos e departamentos destinados à atenção e orientação de políticas públicas envolvendo questões e grupos sociais específicos. Especialmente, têm sido atingidos indígenas, mulheres, quilombolas, grupos LGBT, negros, entre outros. Tal ataque articula-se com a reforma da previdência proposta, que atinge indiscriminadamente a classe proletária, em especial idosos pobres de áreas rurais. Some-se a essas ações concretas declarações governamentais diretamente contrárias a princípios básicos e universais dos direitos humanos, expressando misoginia, homofobia, apologia direta à violência. Ataques a indígenas, feminicídios, expressões de racismo, violência homofóbica, têm crescido nesses primeiros meses de 2019, evidenciando os efeitos provocados pelo governo e seus apoiadores desde a vitória nas eleições presidenciais. Nesse contexto preocupante, tem ganhado força o recurso à memória das minorias e movimentos sociais como forma de resistência. No campo acadêmico, observa-se a realização de número considerável de pesquisas envolvendo entrevistas de memória com representantes de grupos sociais excluídos. Nos movimentos sociais, também são observadas iniciativas de registro de memórias de militantes e demais participantes. A temática não é nova. Cabe lembrar aqui os trabalhos pioneiros de Ecléa Bosi sobre o tema. Em seu livro Memória e Sociedade: lembranças de velhos, a importância política e social da memória tem destaque. Inspirada em Bergson e Benjamin, a autora não concebe memória como uma operação mecânico-cognitiva. Memória é trabalho. Quem lembra não faz meramente o resgate de registros, à semelhança de uma operação computacional. Trata-se de uma construção, de uma composição das experiências a partir de sua perspectiva ativa do presente. A autora identifica que a memória da classe proletária traz, nesse movimento, possibilidades de resistência, tanto pelo registro do que a classe dominante pretende esquecer, como pelo anúncio de promessas não realizadas, mas anunciadas na experiência pregressa de seu grupo. Memória não é portanto nostalgia, paralisa frente ao passado, mas fonte de compreensão do presente e orientação para o futuro. Simone Weil afirma que “o ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro”. A relação entre tempo e experiência é necessária para que uma comunidade exista e resista, e para que seus membros se sintam parte dela. Não é sem motivos, portanto, que qualquer projeto de dominação envolve um ataque à memória do dominado, e portanto à sua existência no tempo. Esta roda de conversa, a partir de suas falas disparadoras e da interlocução com seus participantes, tem por objetivo refletir sobre a relação aqui exposta, entre memória, resistência e enraizamento. Mais especificamente, sob perspectiva psicossocial, pretende abrir um espaço de discussão e compreensão sobre os poderes da memória dos movimentos sociais e grupos excluídos, para resistência e garantia dos direitos humanos.

Mediador 1: Samir Perez Mortada - IFBA

Mediador 2: Bernardo Parodi Svartman - IPUSP

Proponente: Núcleo Abrapso Nordeste Paulista (SP) e do Laboratório de estudos sobre Direitos Humanos e Intersubjetividade à luz da Crítica Social (InCidir).

Sala: 322 **Lado:** João Ramalho

Eixo: Homenagem Fundação ABRAPSO

Título: Fundação da Abrapso: uma história de indignação e enfrentamentos

Ementa: Em 1979 no XVII Congresso Internacional da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) é aprovada a criação de associações nacionais que fortaleçam a produção de conhecimento voltado às necessidades de cada país. Logo em seguida Sílvia Lane e colaboradores organizam um encontro na PUC-SP para iniciar a discussão da formação da ABRAPSO, gestada durante o Seminário de Psicologia Social e Problemas Urbanos realizado no final de outubro desse ano. A fundação da ABRAPSO, realizada em julho de 1980, sob a coordenação de Sílvia, comple-



tará 40 anos no próximo ano. Tendo em vista iniciar as comemorações de seu percurso nestas quatro décadas, esta roda de conversa objetiva reunir vários psicólogos sociais presentes na fundação da ABRAPSO, para que rememorem e compartilhem as experiências vivenciadas neste momento e as que surgiram a partir de sua vinculação com a Associação. Fernanda dos Santos

Mediadora 1: Bronia Liebesny

Mediador 2: Genaro Ieno Neto

Mediador 3: Luiz Humberto Sivieri

Mediador 4: Marcos Vieira Silva

Mediador 5: Wanderley Codo

Proponente: Comissão de homenagens

Sala: 328 **Lado:** João Ramalho

Eixo: Homenagem Silvia Lane

Título: **Silvia Lane: Um Mosaico em Construção**

Ementa: Afinal, quem foi Silvia Lane? Será que algum de nós pode se avocar como o conhecedor dessa mulher tão cheia de criatividade e inovações? Nesta roda de conversa, vamos trabalhar na construção de um mosaico de nossa grande inspiradora. Na preparação para esta atividade, muitas pessoas foram convidadas (de forma dirigida e também por meio das redes sociais) para contar quem foi a Silvia Lane nas suas vidas. Pessoas que conviveram com ela, foram suas colegas, foram suas alunas, foram as duas coisas, conheceram seu trabalho por seus textos, por textos escritos sobre ela e até pelas consequências de sua luta e trabalho (o que inclui a própria ABRAPSO). Inicialmente, um caderno vai reunir essas micro biografias personalizadas e fragmentos desses textos serão utilizados na composição de um mosaico durante a roda de conversa. Pessoas que não tenham enviado textos, mas estejam participando da roda poderão acrescentar também seus fragmentos. Buscamos com a atividade contribuir na construção de um conhecimento sobre essa personalidade multifacetada e carregada de uma Psicologia com compromisso social. Desde já sabemos que, seguramente, seu exemplo como lutadora da resistência democrática nos anos de chumbo, vividos pela população brasileira, seguramente seguirá nos orientando. A atividade também será considerada como o lançamento do Memorial Silvia Lane que este Instituto promoverá.

Mediadora 1: Ana Mercês Bahia Bock - PUC SP - Instituto Silvia Lane

Mediadora 2: Maria da Graça Marchina Gonçalves - PUC SP / Instituto Silvia Lane

Proponente: Comissão de homenagens

16 de novembro | 16h30 às 18h30

Sala: 311 **Lado:** Bartira

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: **Intervenção Psicossocial e desigualdade social: intervir, mobilizar e transformar**

Ementa: O cenário socio-político brasileiro atual exige especial atenção de uma psicologia comprometida com um fazer para a promoção da transformação social. A retração do investimento Estatal nas políticas sociais, as forças de uma moral liberal e conservadora constituem-se em grandes desafios, que precisam ser conhecidos e são merecedores de um exercício contínuo de revisão e de produção de posicionamentos críticos frente às demandas emergentes. O objetivo desta Roda de Conversa centra-se na reflexão sobre estes atuais do fazer da psicologia a partir de uma intervenção psicossocial, que promova ações possibilitadoras de melhores condições humanas e de qualidade de vida, considerando as diversas dimensões das relações sociais, bem como os vários fatores envolvidos neste processo. Faz-se, portanto, preciso compreender a subjetividade como sendo um processo contínuo de construção e seus aspectos relacionais que envolvem, dentre outros, os culturais, afetivos, históricos, políticos, econômicos, sociais. Considerando o caráter preventivo da intervenção psicossocial compreendemos que esta

contribui para outras novas trajetórias de vida, já que objetiva facilitar transformações na vida cotidiana dos grupos, das instituições e das comunidades.

Fernanda dos Santos

Mediadora 1: Ma Aline Aparecida Rabelo - UNIFIPMoc

Mediadora 2: Ma Jaciany Soares Serafim - FASI

Proponente: Núcleo ABRAPSO Montes Claros

Sala: 312 **Lado:** Bartira

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: Aquilombamento na saúde mental: dispositivos institucionais

Ementa: A produção de cuidado e atenção psicossocial no território e a partir da perspectiva antimanicomial precisa incorporar em sua práxis as vicissitudes das relações étnico-raciais na compreensão dos processos de saúde-doença e de reprodução da desigualdade social. Nesse sentido, o dispositivo de aquilombamento propõem trazer à tona uma questão fundamental e que perpassa a constituição das instituições da saúde mental, qual seja, a noção de que as relações raciais são constituintes e estruturantes das relações sociais. Portanto, dialogar sobre processos de aquilombamento é dar lugar a processos instituintes de construção de rede a partir da discussão racial e de produção de resistências e de potências nos serviços de saúde mental (como os CAPS) e no interior da própria Luta Antimanicomial.

Mediador 1: Emiliano de Camargo David

Mediadora 2: Lana Caroline Barbosa Zizo - CAPS III AD Penha

Mediador 3: Kwame Yonatan Poli dos Santos - Coletivo Margens Clínicas

Proponente: Adriana Eiko Matsumoto (comissão científica)

Sala: 313 **Lado:** Bartira

Eixo: Homenagem Silvia Lane

Título: Acidente de motor de barco com escalpelamento nos rios da Amazônia: Psicologia, direitos sociais e Políticas Públicas

Ementa: O acidente de motor de barco com escalpelamento é definido no Plano Estadual de Enfrentamento aos Acidentes de Motor com Escalpelamento (2017/2018) como o enrolar dos cabelos no eixo de motor em funcionamento e descoberto, o que acarreta o arranque abrupto do couro cabeludo (total ou parcialmente), e pode provocar ainda a lesão e comprometimento do pavilhão auricular, das sobrancelhas e da face. Tal acidente ocorre nos rios da Amazônia, especificamente nos estados do Pará e Amapá, e tem como principais vítimas mulheres e crianças ribeirinhas. Diante das particularidades do escalpelamento nesse território amazônico, faz-se necessário ainda ressaltar a importância dos rios para as populações ribeirinhas. O rio é parte ativa do seu cotidiano, é através dele que esses grupos se deslocam, alimentam, produzem, se organizam enquanto comunidade. Nesse contexto, o barco desempenha papel fundamental para essas populações, sendo nessas embarcações, que marcam o cotidiano ribeirinho, que acontece o escalpelamento. Faz-se importante notar que se trata de um acidente cujos únicos registros de ocorrência são na Amazônia, de modo que, ao mesmo tempo em que se configura como um desafio para o Estado na construção de políticas públicas de assistência às vítimas e de prevenção ao acidente, é também um desafio para sociedade amazônica de conquistar o reconhecimento do próprio Estado sobre essa problemática, uma vez que se trata de uma demanda nortista, ribeirinha, uma região que, historicamente, vem sendo negligenciada pelo poder público. Nesse sentido, observa-se a necessidade de responsabilização também dos gestores municipais pela criação de políticas públicas de promoção e prevenção, fortalecendo assim as ações específicas nos diversos níveis de atenção à saúde. Mesmo diante desse cenário, avanços foram conquistados no estado do Pará, como a criação da Comissão Estadual de Enfrentamento aos Acidentes de Motor com Escalpelamento (CEEAE) e a construção do Programa de Atenção Integral às Vítimas de Escalpelamento (PAIVES), que,

respectivamente, atuam na construção e fortalecimento de estratégias de prevenção ao acidente; bem como na garantia da assistência integral e longitudinal em saúde ofertada às vítimas. O escalpelamento configura-se como um acidente complexo e ao mesmo tempo específico do território amazônico, demandando com isso a produção de políticas públicas efetivas e direcionadas a este contexto, considerando a dimensão social e cultural desse evento. Dessa forma, a participação do Conselho Regional de Psicologia (CRP-10) como membro constituinte da Comissão Estadual de Enfrentamento aos Acidentes de Motor com Escalpelamento - CEEAE garante participação da psicologia nas tomadas de decisão, na construção de saberes e ações coletivas em saúde, atuando na garantia de direitos dessa população, bem como reafirma o compromisso ético político de uma Psicologia Social crítica pautada na defesa dos direitos sociais que, nesse contexto, precisa reconhecer as interseccionalidades que atravessam o acidente de motor de barco com escalpelamento. Nesse sentido é proposto um espaço de diálogo pautado em uma análise crítica sobre o escalpelamento a partir de uma perspectiva crítica e política de Psicologia Social sobre a presença e ausência de políticas públicas a nível local e nacional para essa população.

Mediadora 1: Crissia Cruz - Núcleo Belém da ABRAPSO

Mediadora 2: Ana Carolina Lins - CEEAE

Proponente: Núcleo Belém da ABRAPSO

Sala: 314 **Lado:** Bartira

Eixo: 1 - Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais

Título: **Construções em Psicologia Social: práxis e compromisso ético-político no enfrentamento às desigualdades sociais**

Ementa: Esta roda de conversa tem o objetivo de refletir sobre o compromisso ético-político e os fundamentos teórico-metodológicos das práticas desenvolvidas pelas psicólogas sociais em seus diferentes espaços de atuação e militância. A Psicologia Social Crítica ao refletir sobre a sua práxis buscou elaborar uma perspectiva que, ao considerar a dimensão histórica e política dos saberes psicológicos, afirmou seu compromisso ético-político implicado na transformação da sociedade brasileira. Esta ruptura implicava também a compreensão dos acordos históricos que a psicologia havia assumido com as elites econômicas e conservadoras do país. Além disso, assim como propôs Martin-Baró, seus pressupostos teórico-metodológicos conduziam à necessidade de rupturas com a reprodução de saberes elaborados em países centrais do capitalismo, (um mimetismo científico que dava pistas da colonização dos discursos psicológicos e que lhe negava qualquer identificação com nossos povos), e que aqui se fundamentavam nas noções de uma suposta neutralidade da ciência e na produção de verdades que, por sua vez, colaboravam não somente com o aprofundamento das desigualdades sociais mas, com o processo de alienação que significava compreender como uma manifestação natural o próprio processo histórico e social. Ao mesmo tempo, se o Homem torna-se uma elaboração abstrata, e portanto efeito da negação da atividade, consciência-alienação, ideologia e da identidade como categorias centrais para os saberes psicológicos, e os indivíduos tornam-se causa e efeito de sua individualidade, conforme nos advertiu Silvia Lane, as práticas psicológicas estariam condenadas à ação conservadora.

Mediadora 1: Danielle Keppe - Núcleo Baixada Santista da ABRAPSO

Mediador 2: Fernando A. Figueira do Nascimento - Núcleo Baixada Santista da ABRAPSO

Mediadora 3: Christiane A. Abdala - Núcleo Baixada Santista da ABRAPSO

Proponente: Núcleo Baixada Santista Regional São Paulo

Sala: 317 **Lado:** Bartira

Eixo: 10 - Território e modos de vida: atuação e pesquisa em Psicologia Social na cidade e no campo

Título: **Campesinato e Questão Agrária: uma convocação à Psicologia**

Ementa: Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem.



Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações” (SHANIN, 2008, p.28). Ao nos convidar a aprender com o campesinato, Shanin nos alerta sobre um modo de vida que partilha o amor à terra, à família e a solidariedade como princípios fundamentais. Neste contexto, o campesinato surge como a única classe que “[...] escapou da separação entre força de trabalho e controle dos meios de produção” o que “[...] lhes confere uma posição sui generis: o de estabelecer os parâmetros materiais da reprodução familiar valendo-se da conjuntura. É o balanço entre trabalho e consumo [...] porque a estrutura produtiva é flexível, diferentemente da agricultura empresarial” (PAULINO 2008, p.233). Instituído-se como uma categoria política, o campesinato traz um “modo de andar a vida”, como propõem Laurell e Noriega (1989, p.102), que está para além das individualidades, constituindo-se nas e pelas coletividades. Frente a este cenário, questionamos: Qual o papel da Psicologia Social junto às questões da terra no Brasil? Debutante em “pisar na roça”, a Psicologia registra um histórico recente quanto a atuação de seus profissionais em questões ligadas à luta pela terra. Os registros indicam uma primeira reflexão sobre o tema no final da década de 70, na primeira reunião de cientistas sociais do Norte e Nordeste (PB), com o tema “Para Além da Dicotomia Rural-Urbana” (SCOTT, 2009, p.155). Em 2007, no VI Congresso Nacional de Psicologia – CNP, a categoria escolhe as Questões da Terra “[...] como uma área de referência para atuação profissional de psicólogos e psicólogas” (CFP, 2013, p. 17). Em 2008, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) organizou o seminário “A questão da terra: desafios para a Psicologia” e o conjunto de publicações do Sistema Conselhos de Psicologia “Série Gente da Terra: seminário subjetividade e a questão da terra”. Em 2013, o CFP publica “Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra” e, em outubro deste mesmo ano, ocorre o I Congresso Latino-americano de Psicologia Rural que, em 2019 terá sua terceira edição. A construção destes espaços demonstra uma demanda de atenção à subjetividade na relação com a produção de vida ligada à terra, relação que tece intersubjetividades ao longo de toda História. Atentando a tal demanda esta proposta sugere um diálogo, sob a perspectiva da Questão Agrária, com outros saberes que venham agregar à reflexão sobre novas possibilidades de conhecimentos e práticas. Partindo de demandas levantadas com coletivos de camponeses e camponesas do estado de Sergipe, desejamos que esta Roda de Conversa seja um convite à reflexão sob possibilidades de atuação de uma Psicologia comprometida com a transformação social.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra. Brasília: CFP, 2013.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em Disputa e Agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008. pp.213 – 238.

SCOTT, P. De quem é o campo e de quem é a cidade? Territórios negociados e poderes entre gerações. In: BERNARDES, J.; MEDRADO, B. (Orgs.). Psicologia Social e Políticas de Existência: fronteiras e conflitos. Maceió: ABRAPSO, 2009. pp.155-162.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008. pp.23 – 47.

Mediador 1: Petrônio da Silva - MST

Mediadora 2: Sonise dos S. Medeiros - EMBRAPA

Mediadora 3: Valéria de Marcos - USP

Proponente: Regional Nordeste - Neiza Cristina Santos Batista

Sala: 318 **Lado:** Bartira

Eixo: 13 - Psicologia social em tempos de crises, emergências e desastres

Título: Adoecimento psicológico em decorrência do processo de reintegração de posse de atingidos pela barragem da usina hidrelétrica de Estreito

Ementa: Em uma visita feita por membros do núcleo ABRAPSO de Araguaína no dia 13 de abril de 2019, foram ouvidos moradores do Acampamento Ilha Verde, comunidade de atingidos pela Barragem de Estreito - Maranhão. As 35 famílias que residem no local, não foram indenizadas e remanejadas, pois a terra que moravam e produziam era



arrendada e somente o dono recebeu os direitos. Com a inundação, os moradores ficaram sem terra e sem o modo de produção que estavam acostumados, onde aproveitavam das vazantes naturais do rio para usar a terra fértil durante a seca. e invadiram uma Área de Preservação Permanente (APP) do Consórcio Estreito Energia (CESTE), empresa multinacional responsável pela Usina, onde reconstruíram suas vidas com muitas dificuldades, devido ao adoecimento psíquico causado pela perda do território antigo e ainda a constante ameaça da perda do território novo. As famílias aprenderam uma nova forma de cultivo e, com verba do governo, construíram horta em mandala e mantida a energia solar e, junto com a farinha que produzem e os peixes que pescam, vendem na feira de Babaçulândia para complementar a renda. Em fevereiro do corrente ano, as famílias receberam a notícia que a terra que ocupam há sete anos seria reintegrada, com autorização para a Polícia Militar destruir casas, barracos, hortas e remover as pessoas e seus pertences. Tendo em vista toda essa problemática faz-se necessária a inserção da psicologia nesses espaços uma vez que o povoado, assim como os demais que foram atingidos pela barragem, estão em processo de adoecimento psíquico e luta pela forma digna ser, viver, conviver e cuidar.

Mediadora 1: Byanca Oliveira de Araújo - Núcleo Araguaína ABRAPSO

Mediadora 2: Maísa Martins L. C. Brito - Núcleo Araguaína ABRAPSO

Proponente: Núcleo Araguaína ABRAPSO

Sala: 319 **Lado:** Bartira

Eixo: 2 - Psicologia Social, Gênero e sexualidades

Título: Outros quinhentos: o casamento infantil em Belém do Pará a partir do pensamento decolonial na Psicologia

Ementa: A partir do pioneiro relatório divulgado no ano de 2015 no Brasil, "Ela vai no meu barco: casamento na infância e adolescência no Brasil (TAYLOR, et al., 2015). Promovido pelo Instituto Promundo, Organização Não Governamental (ONG) com atuação internacional em direitos humanos ligados às temáticas de gênero e com apoio da Fundação ord, no qual o estudo se desenvolveu com parcerias que, para coleta de dados, contou com pesquisadores e pesquisadoras locais da Universidade Federal do Pará (Belém) e da Plan Internacional Brasil (filial de São Luiz), por estarem em territórios (Estados das regiões Norte e Nordeste, respectivamente) identificados como de maior ocorrência de casamento na infância e adolescência no país, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ambos de 2010, e da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) feita pelo Ministério da Saúde no ano de 2006, sendo este último utilizado pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) em 2013 para o ranking da Seção de Estatística e Monitoramento, Divisão de Política e Estratégia (Statistics and Monitoring Section, Division of Policy and Strategy), no qual destacou o Brasil como o quarto país no mundo e o primeiro da América Latina com ocorrências de casamento infantil, esta pesquisa foi desenvolvida nos anos de 2017 a 2019, na UFPA (programa de pós graduação em Psicologia), sob a ótica do pensamento decolonial entrelaçando-o à Psicologia Social Construcionista. Utilizando teorias críticas feministas prioritariamente, a análise deste "fenômeno" - como é tratado em escala global - foi realizada a partir da categoria da colonialidade (poder, saber, ser e de gênero) herdada pela expansão colonial europeia que mantém, nos dias atuais, hierarquias étnico-raciais que reproduzem nos seio das instituições o domínio branco/eurocentrado sobre os povos não-europeus constituintes na organização dos Estados-Nações. Para isso, o estudo se ateve em investigar, analisar e compartilhar as práticas discursivas sobre casamento infantil com pessoas do sexo feminino, entre 13 e 17 anos, moradoras da "baixada" do centro da capital do Pará, pois já que são delas que falam, que seja com elas que comecemos a discutir o assunto. Pautada em uma narrativa comumente silenciada, o assunto, casamento infantil, se apresenta através do produzido por essas pessoas que falam "aqui são outros quinhentos" trabalhando questões como construção social da infância, o sentido do casamento e o alcance de políticas públicas.

Logo, o debate proposto suscita tensionar e problematizar o pensamento hegemônico que, na insistência em dar as cartas e as coordenadas do que supõe ser um mundo melhor para um povo miscigenado e híbrido e com uma abissal desigualdade social como o do Brasil, esmaga saberes, silencia e passa a pregar modos de ser que quando obviamente não seguidos são usados como justificativa para manter uma desequilibrada relação colonial hierar-

quizada de poder, saber, ser e de gênero (colonialidade) mascarada antes em nome da civilização dos bárbaros para adequação à modernidade e, hoje, da “imprescindível” universalização em prol da segurança, desenvolvimento sustentável, paz e capitalismo global.

Mediadora 1: Camila Malcher - Núcleo Belém da ABRAPSO

Mediadora 2: Lúcia Lima - Regional Norte da ABRAPSO

Proponente: Núcleo Belém da ABRAPSO

Sala: 320 **Lado:** Bartira

Eixo: 4 - Insurgências ético-estético-políticas: contribuições da Psicologia Social

Título: SARAU DA RESISTÊNCIA: ABRAPSO com o Movimento dos Artistas de Rua de Londrina (MARL)

Ementa: Em 27 de junho de 2016, o Movimento de Artistas de Rua de Londrina, em diálogo com uma mobilização nacional em favor da arte pública promovida pelos articuladores da Rede Brasileira de Teatro de Rua - RBTR, deu início ao processo de ocupação de um barracão abandonado há mais de dez anos localizado na região central de Londrina. A escolha por ocupar este espaço se deu em razão de sua importância histórica. Desde o início dos anos 60, foi sede da ULES (União Londrinense dos Estudantes Secundaristas), sendo construído como um lugar de efervescência política e cultural significativo para toda a cidade. O Canto do MARL como é conhecido atualmente, abriga mais de 20 coletivos que promovem ações culturais nas mais diversas linguagens artísticas como: teatro de rua, teatro do oprimido, circo, capoeira, dança, rodas de samba, hip hop, rádio comunitária, para citar alguns. O MARL também se configura como um lugar de encontro e articulação de movimentos sociais (do campo e da cidade). Vale destacar que desde 2018 em articulação com o MST, o movimento realiza o Feirão da Resistência e da Reforma Agrária, evento que agrega uma vasta programação artística e espaços de discussão, chamados de Papo Reto, onde são trazidos debates que atravessam questões relevantes para o fortalecimento de valores como a democracia e a cidadania. É nesse lugar, que desde 2018, o Núcleo Londrina da ABRAPSO promove e articula ações culturais, educativas, políticas e comunitárias com foco em uma perspectiva crítica e colaborativa do pensar e fazer Psicologia Social. Neste processo, construímos coletivamente diversas ações afirmativas. Partimos de um posicionamento ético-político, conectado a um compromisso cotidiano junto às pautas e lutas dos movimentos sociais e culturais que ali partilham suas experiências e saberes voltados à transformação da sociedade. Acreditamos que é pela organização política desses sujeitos coletivos e pela articulação em redes de apoio e solidariedade que seja possível construirmos novas práticas - saberes e metodologias - no vasto campo de estudo e intervenção da Psicologia Social Brasileira. A perspectiva aqui apresentada é transversal. Ela está ancorada em práticas democráticas e busca a valorização dos direitos humanos e da diversidade, além de lutar pela ampliação e fortalecimento das políticas públicas. Destacamos o lugar da Psicologia Social como um lugar borrado, onde nos constituímos enquanto pesquisadores-psicólogos-artistas-ativistas, mas não necessariamente nessa ordem. Somos constantemente colocados em xeque pelos saberes tradicionais e pela academia conservadora, porém apostamos no saber/fazer construído através dos encontros, afetos e na potência criativa da arte, esta que nos implica em direção aos processos de co-criação de uma psicologia social situada no lugar e na fala dos sujeitos implicados. Assim nasce o Sarau da Resistência como uma insurgência ética-estética política-poética! No ano passado foram realizadas duas edições do Sarau da Resistência e uma Roda de Conversa. Dos temas em pauta, destacamos: as políticas públicas de cultura; racismo estrutural e violência institucional; relações de gênero, diversidades e sexualidades.

Mediador 1: Roberth Tavanti - Núcleo Londrina da ABRAPSO

Mediadora 2: Valéria Barreiros - Núcleo Londrina da ABRAPSO

Proponente: Núcleo Londrina da ABRAPSO



Sala: 321 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: PET Psicologia: ESPAÇO PET

Ementa: O Programa de Educação Tutorial (PET) é um programa desenvolvido pelo Ministério da Educação, que tem por objetivo fomentar o desenvolvimento de atividades que contemplem a tríade ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista uma maior integração entre universidade e as demandas territoriais, o programa incentiva a articulação da produção de conhecimento, com a criatividade e potência dos grupos. Na PUC-SP, temos o PET Psicologia, que tem produzido atividades e reflexões sobre a temática subjetividade e direitos humanos. Visando um espaço que oportunize o debate, a troca, e o fortalecimento do programa - que frente aos recentes ataques a educação, se encontra, assim como outros projetos de caráter questionados, sob ameaça - propomos uma roda de conversa com os grupos PET de Psicologia, e demais projetos e/ou grupos que possam trocar experiências de pesquisa e desenvolvimento de atividades extensionistas.

Mediadora 1: Renata Paparelli

Mediador 2: Raphael Camargo

Mediadora 3: Isadora Pavesi

Proponente: PET-Subjetividade e Direitos Humanas (PUC-SP)

Sala: 322 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: Em defesa das Ciências Humanas: estratégias metodológicas de pesquisa, intervenção e trabalho para o exame crítico realidade social brasileira

Ementa: Divisamos na conjuntura sociopolítica atual a precipitação de retrocessos em diversos domínios dos saberes e práticas, entre eles o científico, de maneira a observarmos rotineiros ataques às áreas da educação, assistência social, saúde e ao campo científico materializados por intermédio de cortes orçamentários, pela produção e disseminação de discursos moralizantes e depreciativos às ações orientadas pela politicidade e criticidade. Nesse sentido, é possível notar a valorização de padrões científicos ligados ao modelo tradicional moderno, ou seja, baseados na racionalidade, na dicotomia sujeito-objeto, nas referências teórico-metodológicas alicerçadas em leituras simplificadas e naturalizantes dos contextos sociais, culturais, políticos e econômicos. Tendo origem em perspectiva antagônica ao cenário supracitado é que foi proposta esta roda de conversa, a qual dedicar-se-á ao exame das práticas, teorias e métodos que representem resistência à desvalorização das Ciências Humanas. Pretende-se apresentar, discutir e analisar metodologias potentes inter e trans-disciplinares com abordagem centrada na totalidade dos objetos de estudo e, ainda, espera-se valorizar as metodologias dedicadas a ensejar o envolvimento dos voluntários com o processo de construção do saber, partindo de suas demandas e de sua participação ativa na produção de saberes, de reflexões e de transformações concretas sobre o real.

Mediadora 1: Andreza Ferreira - Unesp/Assis

Mediador 2: Deivis Perez - Unesp/Assis

Mediadora 3: Ruchelli Ercolano Stanzani - Unesp/Assis

Proponente: Ruchelli Ercolano Stanzani e Deivis Perez



Sala: 323 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: Caminhos para a avaliação psicológica a partir da Psicologia Histórico-Cultural

Ementa: A presente roda de conversa tem como objetivo realizar uma análise crítica sobre a prática e ensino em Avaliação Psicológica, utilizando-se das contribuições teórico-metodológicas da Psicologia Histórico-Cultural. Dividimos a discussão em três etapas, quais sejam: 1) Análise do ensino em Avaliação Psicológica nos cursos de Psicologia. 2) Análise dos Instrumentos tradicionais de Avaliação da Inteligência; 3) Os possíveis caminhos e contribuições do método instrumental para Avaliação do Desenvolvimento.

Inicia-se a discussão em relação ao ensino da avaliação psicológica, na qual discutiremos a disciplina dentro da formação nos atuais cursos de psicologia. Como objetivo geral, pretende-se identificar as tendências atuais desse ensino na formação, uma vez que tem sido considerado nos últimos anos como uma das falhas na formação, além de contribuir segundo autores, para um déficit na área, bem como as atuações profissionais impróprias.

A discussão tem continuidade com a identificação dos fundamentos teórico-epistemológicos presentes em instrumentos psicométricos de avaliação da inteligência, a partir da análise de seus manuais. O substrato teórico utilizado na discussão, tem como base uma pesquisa que nutriu-se do referencial histórico-crítico sobre o desenvolvimento do campo da avaliação da inteligência, bem como da literatura tradicional e crítica em avaliação psicológica, com o intuito de verificar quais as determinações do campo histórico, filosófico e ideológico estão presentes nos testes psicométricos de avaliação da inteligência. A discussão busca identificar onde os instrumentos assentavam seus conceitos de inteligência. Mostrando que muitos testes possuem uma fundamentação teórica frágil, uma vez que sequer definem com clareza aquilo que pretendem medir. Ademais, a natureza de suas conceituações figuram como uma reedição da tese galtoniana sobre a hereditariedade da inteligência.

Por fim, a discussão pretende demonstrar que de um modo geral, os instrumentos utilizados para avaliação e compreensão dos sujeitos, tais como os testes psicológicos, inventários e escalas de comportamento e desenvolvimento, tem como foco a mensuração e/ou descrição do déficit, ignorando o sujeito em sua totalidade e movimento, uma vez que mantém a compreensão de tais déficits restrita à sua base biológica, desconsiderando a dimensão cultural, proposta por Vygotsky. Desta maneira serão apresentadas as contribuições teórico-metodológicas da psicologia histórico-cultural para o processo de avaliação do desenvolvimento em sua totalidade, levando em consideração o processo de gênese, estrutura e formação das funções psicológicas superiores.

Mediadora 1: Cintia Harumi Nishikawa - UFMS - Fach

Mediadora 2: Renata Dalbianco Ferreira dos Santos - UFMS - Fach

Mediador 3: Vinicius do Prado Manoel - UFMS - Fach

Proponente: Núcleo ABRAPSO de Campo Grande

Sala: 324 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: Práticas de cuidados psicossociais na formação em psicologia: problematizações contemporâneas

Ementa: Pretendemos problematizar as seguintes temáticas: desafios de ser um(a) trabalhador(a)-estudante de graduação em psicologia, ataque as políticas de investimentos na área do ensino superior e pós-graduação, sofrimento psíquico na academia e lógica do produtivismo acadêmico. Considerando questões que envolvam afetividade, mente-corpo, relações socioeconômicas, políticas, institucionais, singularidade e/ou coletivo. Assim, pretende-se investir nas possibilidades de resistência e intervenções, tendo em vista o atual cenário da educação. Para fomentar o debate, o espaço será composto por quatro estudantes e uma professora que realizarão relatos de experiências da participação no grupo: "Práticas de formação e cuidados psicossociais" relacionado ao curso de Psicologia de uma faculdade privada em São Paulo, ressaltando as seguintes perguntas disparadores: Por que criar um grupo de cuidados psicossociais na faculdade? Como desenvolver práticas de cuidado com os(as) estudantes? Como os(as) estudantes enfrentam a demanda da instituição de ensino, em geral urgente, a partir das condições

objetivas (tempo de estudo, defasagem no conhecimento, conciliação com a jornada de trabalho)? Quais outros desafios enfrentam?

Mediadora 1: Elisa Harumi Musha - Núcleo SP da ABRAPSO

Mediador 2: Alessandro Ezabella - Núcleo SP da ABRAPSO

Mediadora 3: Adriana Ferreira de Meneses de Oliveira - FG

Mediador 4: Luiz Fernando Rodrigues Novais - FG

Mediador 5: Tatiane Ribeiro de Carvalho - FG

Mediador 6: Vitória Silva Ferreira - FG

Proponente: Núcleo Abrapso SP e ABC

Sala: 325 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 8 - Psicologia social e políticas de igualdade racial e étnica no Brasil

Título: **Psicologia Social e relações raciais: interfaces entre ensino, pesquisa e extensão**

Ementa: Nesta roda de conversa, buscaremos refletir sobre as contribuições de vertentes da psicologia social, particularmente, a de base construcionista e a teoria da subjetividade da histórico-cultural, articuladas com aportes clássicos e contemporâneos da psicologia na temática das relações raciais e do racismo estrutural. Compartilharemos práticas que consolidam um tripé do ensino-pesquisa-extensão relativas à questão racial. Nossa pergunta disparadora é: como promover uma formação antirracista no espaço universitário, com contribuições das referidas vertentes da psicologia social, que repercute na vida pessoal, acadêmica e profissional das pessoas? A proposta é partir de relatos de práticas desenvolvidas no Laboratório de Estudos Vinculares em Saúde Mental (LEV) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que buscam fomentar uma formação antir-racista de estudantes de psicologia, bem como produzir conhecimento sensível às dimensões sociais, culturais e raciais. A experiência de ensino tratou-se da oferta de um componente curricular (CC), Psicologia e Relações Raciais, do curso de Psicologia (UFBA) que buscou compreender os efeitos do racismo contra à população negra. No âmbito da extensão, dando continuidade a primeira estratégia, planejamos oferecer para todo o curso, Oficinas de Formação Antirracista, que tem como objetivo sensibilizar sobre os temas do racismo, negritude, branquitude e seus efeitos psicossociais para à saúde da população negra, apontando a ausência e a urgência da discussão sobre a questão racial na formação e atuação de psicólogos/as. No âmbito da pesquisa, apresentaremos um estudo sobre as produções subjetivas de jovens negros em relação às práticas policiais e as estratégias de sobrevivência que utilizam em suas experiências cotidianas. Neste estudo utilizamos oficinas como estratégia de pesquisa, articulando entre extensão e produção de conhecimento.

Mediador 1: Tiago Ferreira - IPS\UFBA

Mediadora 2: Monica Lima de Jesus - IPS\UFBA

Proponente: ABRAPSO-Bahia

Sala: 326 **Lado:** João Ramalho

Eixo: EIXO 5-Psicologia social e trabalho no neoliberalismo: lutas sociais e resistências

Título: **A Economia Solidária como forma de resistência e os enfrentamentos diante do contexto atual de desmonte das políticas públicas e perda de direitos trabalhistas**

Ementa: A economia solidária no Brasil se constitui como: "Um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária." (Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2009, p. 17)

As primeiras experiências de empreendimentos solidários surgiram em meados dos anos 80. No final dos anos 90 tornou-se um movimento social organizado, que ganhou mais força com a criação da SENAES (Secretaria Nacional da Economia Solidária) em 2003, sob o comando do saudoso Prof. Paul Singer.

Economia Solidária entrou na pauta das discussões do mundo do trabalho no âmbito do governo federal e também de alguns governos estaduais e municipais. Neste período este movimento se fortaleceu, construiu coleti-

vamente suas concepções, definiu conceitos e princípios fundamentais, através de seus agentes (trabalhadores, militantes, pesquisadores e simpatizantes), reunidos em Fóruns, Conferências e Plenárias de diversas instancias (locais, municipais, regionais, estaduais e nacional). Os Empreendimentos solidários atuam nos mais diversos ramos de atividade, e somam mais de 20 mil em todo o país, e agregam mais de 1.600.000 sócios (as) trabalhadores (as), que encontraram uma saída para o desemprego a partir de formas de produção e geração de trabalho e renda tendo como princípios: solidariedade, igualdade, cooperação e democracia.

No entanto desde 2016, depois do afastamento do Prof. Singer da Secretaria Nacional, logo após o golpe sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff, e com o gradual desmonte da SENAES, o rápido desmonte de políticas sociais, a perda dos direitos trabalhistas e previdenciários e o crescimento vertiginoso do desemprego, novos desafios se apresentam para a economia solidária. Queremos nesta roda de conversa refletir, junto aos trabalhadores e trabalhadoras, pesquisadores e simpatizantes deste movimento, sobre o contexto atual, seus impactos para a Economia Solidária, mas principalmente identificar novas perspectivas e formas de enfrentamento diante deste cenário.

Mediador 1: Edileuza Santos

Mediadora 2: Solange Aparecida de Lima

Mediadora 3: Maria das Graças de Lima

Proponente: Diretoria Nacional da Abrapso / Núcleo SP da Abrapso / Comissão Organizadora do XX Enabrapso

Sala: 327 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 9 - Ética, violências e (in)justiça em tempos de retrocessos mundial e nacional dos direitos humanos: contribuições da Psicologia Social

Título: A política pública para adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ou risco social: elemento potencialmente disruptivo ou reprodutor das desigualdades sociais?

Ementa: O objetivo desta ciranda será socializar práticas profissionais que visem à garantia dos direitos aos adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. Para tanto pretendemos mediar uma análise crítica, por meio de debate e reflexões dos diferentes participantes, sobre as implicações das políticas setoriais pertencentes ao Sistema de Garantia de Direitos, quais sejam: Educação, Cultura, Esporte, Saúde e Assistência Social a fim de concretizar a Proteção Integral ao adolescente conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O enfoque da discussão será de que forma se dá a interlocução das políticas de Educação e Assistência Social, uma vez que estudos e práticas de profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) demonstram que as juventudes em situações de vulnerabilidade e risco social possuem dificuldade de acesso e permanência ao Sistema Educacional. O debate partirá de uma perspectiva histórico-cultural, que entende a educação como um fenômeno próprio dos seres humanos e, portanto, parte constitutiva do processo de humanização, sendo, portanto, a violação desse direito fundamental um cerceamento a possibilidade de humanização. Mais do que isso o debate ainda pretende abordar de como o não acesso a apropriação do conhecimento historicamente acumulado tem como uma das principais consequências à intensificação do processo discriminação e marginalização dessa parcela da população, uma vez que à exemplo do Programa de Socioaprendizagem profissional desenvolvido no campo da Política de Assistência social, no qual jovens em situação de vulnerabilidade e risco, entre 14 e 24 anos, com destaque aqueles atendidos por equipamentos da Proteção Social Especial (entre eles em situação de acolhimento, egressos da Fundação CASA e em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto) são capacitados via ensino tecnicista, para inserção formal ao mundo do trabalho - mas não conseguem permanecer. Cerceadas as possibilidades de escolhas no que diz respeito ao que gostariam de experimentar /conhecer, as políticas além de não conseguirem olhar as especificidades de cada indivíduo, por outro lado, também não conseguem garantir que a oferta ocorra de maneira minimamente satisfatória para mantê-lo empregado, haja vista que as lacunas do processo de escolarização de alguns jovens impedem que nestes programas, consigam adquirir outras habilidades que preconizariam, no mínimo, o pleno processo de alfabetização para poderem acontecer. O resultado disso empurra, novamente, os mais vulneráveis ao retorno à informalidade e outras formas precárias de acesso ao trabalho, evidenciando a manutenção de processos de inclusão perversa, onde a lógica da marginalização permanece preservada. Nesse sentido, como assegurar uma política pública que se faça elemento disruptivo das desigualdades sociais, face à um sistema capitalista cada vez mais automatizado e exigente no que tange aos atributos exigidos

dos que ofertam ou desejam ofertar sua mão de obra? Esperamos que, por meio da discussão e dos relatos de experiências trazidos pelos participantes, possamos refletir criticamente sobre as violações de direitos humanos fundamentais a esse público e ainda, que possamos pensar sobre alternativas de resistência, defesa e superação dessas violações recorrendo a práticas profissionais de emancipadoras, levando em consideração contexto socio-político autoritário e fascista.

Mediadora 1: Priscila Carla Cardoso

Mediadora 2: Claudia Regonha Suster - Instituto Formar/ Piracicaba- SP

Proponente: Núcleo Nordeste Paulista/ Piracicaba

Sala: 328 **Lado:** João Ramalho

Eixo: Homenagem Matín Baró

Título: Re-encontro Rede de Psicologia e Povos da Terra: um ano depois

Ementa: A rede de psicologia e Povos da Terra é uma iniciativa de psicólogas que trabalham, pesquisam e atuam com diferentes povos da terra do Brasil e da América Latina: povos indígenas, quilombolas, tradicionais, assentados, de movimentos de luta por terra e de terreiro.

Em setembro de 2018 fizemos nosso primeiro encontro na Escola Nacional Florestan Fernandes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Nossa roda será uma oportunidade de nos revermos, contarmos um pouco do que anda acontecendo pelos territórios e pensar nossa continuidade.

Mediador 1: Bruno Simões Gonçalves - CRP-SP

Participante: Bruna Agna - Rede São Paulo

Participante: Iclícia Viana - Rede Santa Catarina

Proponente: Comissão de homenagens

Sala: 329 **Lado:** João Ramalho

Eixo: Homenagem Matín Baró

Título: Neoliberalismo e suas crises na América Latina: luta de classes, imperialismo e participação política

Ementa: Esta roda de conversa busca colocar algumas reflexões sobre o conturbado momento político atual na América Latina, recheado de crises econômicas e sociais sob a égide do neoliberalismo, assim como pensar o papel da Psicologia Social para o fortalecimento de um projeto de sociedade mais justa e igualitária. Vivemos um cenário sócio-político caracterizado pelo aumento da exploração e da opressão das classes populares e setores marginalizados. A intensificação da exploração e opressão social e econômica (atingindo níveis ainda maiores que no período anterior) na América Latina ocorre justamente em um momento em que movimentos e partidos de direita retomaram determinadas zonas de controle. O populismo de direita – ou simplesmente a extrema-direita – no Brasil, na América Latina e no mundo voltaram ao poder. Por outro lado, vemos um processo sistemático de deslegitimação de governos mais à esquerda e eleitos democraticamente.. O caso venezuelano é um exemplo que ilustra a ofensiva do imperialismo norte-americano na região com apoio de governos como o brasileiro.

Em que pese a constatação de que as coisas não andam bem para a maioria da população latino-americana (do ponto de vista social, econômico e político), evidente que há e continuará havendo resistência ao neoliberalismo. Que o diga as manifestações populares no Brasil contra a reforma da previdência e a destruição da Educação pública. A última greve geral em Costa Rica e as lutas contra a privatização da água e do meio ambiente neste país. Os mapuches e as lutas estudantis no Chile. As manifestações em defesa do governo legítimo na Venezuela. As mobilizações pelo direito à mulher na Argentina, entre tantos outros exemplos que mostram que a opressão e exploração, apesar de intensas, não são apenas produtoras de fatalismo. Geram também processos de luta social e conscientização.

Mediadora: Solange Struka

Participação: Antonio Euzébio Filho – Instituto de Psicologia, USP-São Paulo.

Participação: Ignacio Dobles – Universidad de Costa Rica

Proponente: Comissão de homenagens



Sala: 330 **Lado:** João Ramalho

Eixo: EIXO 8 - Psicologia social e políticas de igualdade racial e étnica no Brasil

Título: Raça e classe social em debate na vida estudantil: a luta por direitos de acesso e permanência na universidade

Ementa: Desde a promulgação da lei referente às cotas reservadas às populações subalternizadas no acesso às universidades públicas, inúmeros desafios têm interpelado os(as) estudantes de origem negra e oriundos de camadas empobrecidas. Desafios estes de ordem material e simbólica que dificultam o processo de inserção e socialização na vida universitária, tanto em suas dimensões pedagógicas, afetivas e econômicas. Diante dos inúmeros impasses que estes estudantes têm vivenciado no cotidiano segregador das universidades brasileiras, diversos coletivos políticos emergiram nos últimos 10 anos. Nesse sentido, esta ciranda busca apresentar alguns coletivos estudantis existentes na UFSC e na UFS que vêm problematizando as políticas de acesso e permanência nas universidades. A partir de nossas experiências como estudantes de psicologia e militantes, nossa proposta é realizar um interlocução sobre o tema do racismo e classismo no cotidiano universitário. Para tanto, apresentaremos os seguintes coletivos: 1. Gestão Estudantil Universitária Integrar (GESTUS): é um coletivo de estudantes do Projeto de Educação Comunitária Integrar que luta pela permanência de estudantes, socialmente minoritários, dentro das universidades; 2. Movimento Negro Unificado de Santa Catarina (MNU/SC): uma entidade nacional de caráter político, democrático e independente que luta pela defesa e libertação do povo negro há 40 anos no Brasil. 3. Movimento Popular de Saúde (MOPS/SE) é caracterizado por um espaço que abarca população negra e de baixa renda com o intuito de nos desenvolver profissionalmente e de cuidar de nossa saúde física e emocional. Lá é oportunizado o estudo e o trabalho terapêutico com o uso do Reiki, práticas de yoga e de meditação, uso de florais. 4. No projeto A.CO.LHE.DOR, contamos uma equipe multidisciplinar preocupada em acolher a(o) estudante de baixa renda, negra, mulher, deficiente, com problemas de aprendizagem, e estimular a permanência na instituição de ensino superior, apesar das adversidade que venha a enfrentar. Nas reuniões de grupo buscamos desenvolver a autoestima, empoderamento, reflexão crítica, afetuosidade. A partir de algumas questões desencadeadoras, buscamos proporcionar um debate político e acadêmico sobre os processos de exclusão atrelados à raça e classe social, no sentido de levantar ideias que venham subsidiar algumas estratégias de enfrentamento e resistência frente a este cenário promotor de hierarquias e violações de direitos.

Mediadora 1: Marcela Montalvão Teti - FSLF e A.CO.LHE.DOR

Mediador 2: Klécio Barbosa da Silva Assis - UFS / MOPS

Proponente: Núcleo Florianópolis



15 de novembro | 13h30 às 15h30

Sala: 324 **Lado:** João Ramalho

Eixo: Homenagem Sílvia Lane

Título: Falando sobre Sílvia Lane: contatos, vivências e impactos nas práticas cotidianas

Ementa: Sílvia Lane, principal idealizadora da ABRAPSO, professora do programa de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo orientou mestrandos e doutorandos. Propunha um novo método de pesquisa fundamentado na dialética e no materialismo histórico com o objetivo de construir uma nova psicologia social, comprometida com a realidade social do mundo contemporâneo. A proposta desta roda de conversa consiste em um diálogo entre ex orientandos a fim de rememorar a vivência no período de contato com Sílvia e seu método de fazer pesquisa, assim como, relatar os impactos e decorrências para as suas atuações profissionais e militantes.

Mediadora 1: Célia Ferraz - PUC-SP

Mediadora 2: Inara Barbosa Leão - UFMS

Mediador 3: Marcos Vieira Silva - UFSJ

Mediadora 4: Maria de Fátima Quintal de Freitas - UFPR - NUPCES

Mediador 5: Odair Furtado - PUCSP

Mediadora 6: Sueli Terezinha Ferrero Martin - UNESP - Botucatu

Proponente: Comissão de homenagens

Sala: 331 **Lado:** João Ramalho

Eixo: 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

Título: Psicologia latinoamericana, o desafio da descolonização

Ementa: A roda tem como objetivo geral apresentar e debater os principais marcos ético-filosóficos e a práxis que constituiu a psicologia crítica latino-americana. Pretende tratar da relação direta da psicologia com o contexto histórico, político e cultural do continente dando ênfase à uma práxis indisciplinar própria e à categorias como libertação, descolonização e dupla consciência. Busca-se evidenciar e compreender que o território latino-americano se formou a partir da relação entre uma grande multiplicidade de povos, sendo também um espaço de produção de um pensamento e uma perspectiva epistemológica própria e a relação da psicologia com organizações e movimentos sociais em sua heterogeneidade assim como na interface com o racismo, o patriarcado e os saberes tradicionais e populares.

Mediador 1: Bruno Simões Gonçalves - CRP-SP

Mediadora 2: Maria Mercedes Bicudo Guarnieri - PUC-SP

Mediador 3: Marcio Farias

Nucleo SP Abrapso



GRUPOS DE TRABALHO - RESUMOS

GT01: A dialética materialista histórica nas relações entre sujeitos e sociedade: as mediações proporcionadas pela Teoria Sócio-histórica e suas contribuições para a psicologia social

A clínica histórico-cultural: uma perspectiva em busca da emancipação humana

Autor: Alexandre Pito Giannoni (UNILAGO)

Coautor: Luana (UFMS)

Esse trabalho tem como objetivo apresentar as possibilidades de se atuar com um modelo clínico e terapêutico a partir da psicologia histórico-cultural. Sobre essa teoria, temos o conhecimento de sua importância no campo educacional e social, contudo, ainda existem poucas publicações sobre as possibilidades de uma clínica por ela fundamentada. Desde a década de 1980, com a inserção dos psicólogos soviéticos no Brasil, especialmente a partir dos trabalhos da psicóloga Silvia Tatiana Maurer Lane (1933-2006), encontramos uma nova perspectiva crítica voltada às discussões a respeito dos fenômenos sociais. Outrossim, no livro *Psicologia social: o homem em movimento*, organizado por Silvia Lane, encontramos trabalhos operando com conceitos e categorias desenvolvidas por teóricos da psicologia histórico-cultural, tais como Lev Semiónovich Vigotski (1896- 1934) e Aleksei Nikolaevich Leontiev (1903-1979). Nesse mesmo material, nos deparamos com novos conceitos na psicologia social brasileira, como, atividade, consciência e personalidade, apropriados do Livro de Leontiev, que tinha como título esses mesmos termos. Nos anos seguintes, novos autores da assim chamada psicologia sócio-histórica/histórico-cultural, começaram a fazer parte do cenário de discussões teóricas no Brasil. Autores como Alexander Romanovich Luria (1902-1977), Lidia Il'inichna Bozhovich (1908-1981), Vasiliy Vasilevich Davidov (1930-1998), Daniil Borisovich Elkonin (1904-1984), Bluma Vulfovna Zeigarnik (1900-1988), Serguei Leonidovich Rubinstein (1889-1960), entre muitos outros teóricos que atualmente são objetos de estudo das pesquisas dos psicólogos brasileiros. Neste sentido, podemos afirmar que, com o desenvolvimento tecnológico, a apropriação de conceitos de novos teóricos, que trabalharam com a psicologia histórico-cultural, tornou-se mais acessível. Entretanto, a utilização de muitas ideias, conceitos e categorias se restringem a determinadas subáreas da ciência psicológica, uma vez que encontramos muitas contribuições da teoria histórico-cultural na psicologia social e, principalmente, na psicologia educacional. Dessarte, compreendemos a importância histórica e determinante dessa teoria na atuação prática destas duas subáreas, conquanto, devemos ter o conhecimento de que a clínica e o desenvolvimento de um modelo terapêutico, do mesmo modo, foi uma tarefa cumprida pelos teóricos da abordagem histórico-cultural. Por conseguinte, devemos compreender a história da clínica e dos modelos terapêuticos elaborados por essa abordagem, a fim de apreendermos as possibilidades de se atuar a partir dessa perspectiva, nesta sociedade, adotando sempre um modelo crítico, que busque a emancipação consciente do sujeito. Sem embargo, vale escrever que este trabalho se constituiu como um estudo teórico e,

ao mesmo tempo, uma atuação prática a partir de resultados obtidos por meio da pesquisa. Foram realizados atendimentos clínicos em uma cidade do interior paulista, com o objetivo de apresentar as possibilidades de desenvolvimento consciente do sujeito. Entretanto, preliminar aos atendimentos, sistematizamos três princípios básicos elaborados pelo psicólogo Serguei Leonidovich Rubinstein. As ideias deste teórico auxiliaram na elaboração de estratégias e de um modelo terapêutico, para basearmos nosso trabalho a partir do entendimento de sujeito concreto, este que transforma o mundo por meio da atividade, transformando-se ao mesmo tempo. Nessa perspectiva, os três princípios básicos que adotamos ao longo desse trabalho foram: 1) O reconhecimento da atividade prática e teórica na vida dos seres humanos; 2) O mundo dos objetos criados pela atividade humana condiciona o desenvolvimento dos sentidos, da consciência e da ciência psicológica, e; 3) A psicologia humana e o psiquismo, de forma geral, são produtos da história da própria humanidade. Para além disso, destacamos cinco temas primordiais para começarmos a pensar em uma clínica histórico-cultural: 1) Atividade; 2) Consciência;

3) Personalidade; 4) Funções Psicológicas Superiores, com ênfase nos pensamentos e emoções, tendo em vista a análise dos produtos da atividade, e; 5) Inconsciente. Assim, a partir dos estudos teóricos de tais categorias e conceitos, começamos a trabalhar diretamente com atendimentos clínicos, elaborando inicialmente uma ficha de primeiro atendimento que nos auxiliasse a compreender: 1) Atividade-guia do sujeito; 2) Motivos da atividade; 3) Finalidade da atividade; 4) Motivos da procura pelo atendimento psicológico; 5) Queixa inicial relacionada com a Atividade-guia, e; 6) Relações sociais estabelecidas entre grupos que pertence. Por meio dessa introdutória investigação, realizamos trabalhos relacionados com a reorganização dos pensamentos e das emoções. Vale escrever que esse primeiro momento do trabalho clínico, se constitui como um importante método que auxilia a pessoa na reelaboração de sua queixa inicial, e como ela está afetando diretamente, ou não, sua Atividade-guia. A partir de alguns resultados parciais, alegamos que essa modalidade de atendimento pode ser classificada como breve e focal, uma vez que atua na transformação consciente do sujeito, diga-se de passagem, pelo fato de tornar consciente para a pessoa toda a reorganização de seus pensamentos e emoções. Assim, nosso principal trabalho é permitir que o sujeito se desenvolva de maneira consciente, buscando sempre a desalienação da sociedade em que vive. Além disso, podemos afirmar que a principal contribuição da psicologia histórico-cultural para a elaboração de um processo terapêutico, é operar diretamente com o desenvolvimento consciente do sujeito, ensinando-o a pensar e atuar de modo crítico em nossa sociedade. Por fim, concluímos que nosso trabalho se encontra em seu primórdio, esbarrando, ainda, em muitas dificuldades para elaborar documentos de análises que sejam coerentes com as bases teóricas da psicologia histórico-cultural. Entretanto, compreendemos que existe a necessidade histórica de se elaborar um modelo terapêutico baseado nessa teoria, que atue diretamente com, e, em prol, da classe trabalhadora. Esse é, portanto, nosso principal objetivo com o desenvolvimento de um processo terapêutico baseado na psicologia histórico-cultural.

A constituição do comum desde o contexto brasileiro

Autor: Não possui nome social

Os estudos sobre a afetividade desenvolvidos desde Bader Sawaia, nos últimos anos, vem apontando para a importância do comum como categoria direcionadora da práxis psicossocial, pois ao mesmo tempo que revela a potencialidade da ação coletiva para o enfrentamento da desigualdade, permite o olhar para as singularidades que a compõe.

Os movimentos de multidão que ganharam repercussão no Brasil desde 2013, com as Jornadas de Junho, permitiram uma reflexão sobre a possibilidade de constituição do comum, de modo que uma transformação efetiva da sociedade seja possível (OLIVEIRA, 2016). Vale ressaltar que essa transformação deve ser orientada ética e politicamente, visando a superação das condições de opressão.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar alguns pressupostos para a construção de uma metodologia de investigação sobre a constituição do comum a partir do contexto brasileiro, desde uma perspectiva cuja base é o materialismo-histórico-dialético. As concepções de comum de Espinosa, que segundo Sawaia (2018) é desejo e afeto; de colonialidade de Fanon; e de constituição do psiquismo de Vigotski, direcionarão essa pesquisa que ainda se encontra em sua fase inicial.

Apesar das reflexões filosóficas contemporâneas sobre o comum ser anterior à crise do capital iniciada em 2008, é a partir desta que aquelas ganham repercussão no meio acadêmico, a exemplo disso, inúmeros pensadores que participaram do simpósio mundial "Sobre la ideia del comunismo" realizado em março de 2009 em Londres, cujo resultado foi divulgado em uma publicação com o mesmo nome, organizada por Analía Hounie (2010), chamam a atenção para a importância de resgatar o comum na discussão sobre o comunismo, deslocando a oposição comum versus capital para comum versus próprio, resgatando o sentido de comunidade (HARDT, 2009; NANCY, 2009; NEGRI, 2009; RANCIÈRE, 2009; ZIZEK, 2009). Mas é a partir do trabalho do sociólogo porto riquenho, Carlos Lugo (2017), que surge a inspiração para propor uma metodologia consistente para analisar o comum.

Lugo (2017) compartilha da concepção de comum citada acima, afirmando ser uma concepção que emerge "en nuestros tiempos", ou seja, ganha potência a partir da reestruturação contemporânea dos modos de produção, caracterizado pela centralidade no trabalho imaterial e do conhecimento como força produtiva, mas sem deixar de retratar a formação primordial que foi destruída pela modernidade capitalista, assim, o comum aponta



para a necessidade do resgate do processo histórico característico de um povo. Além disso o comum seria a síntese capaz de superar a contradição entre a natureza (que é cada dia mais social) e o comum das forças materiais e produtivas da sociedade, uma vez que o afirma “como a única possibilidade de constituir de fato uma nova ordem civilizadora pós-capitalista” (LUGO, 2017, p. 3217).

O autor (IBIDEM) apresenta a utopia ético-comunitária como resistência indígena na América Latina, e parte da luta de diversos povos para demonstrar a constituição do comum na América Latina, traz a dimensão do afeto ao usar como exemplo o sentimento emancipatório do indígena comprometido com a criação de um modo de vida autêntico e não estrangeiro.

Compreende-se que o Brasil possui características que o aproxima dos demais países latino-americanos, contudo, sua formação social possui especificidades que exige um olhar singular: o processo peculiar de exploração colonial (de exploração e também de povoamento), a dimensão da escravidão negra, a imigração europeia e a ideia de uma suposta democracia racial. Assim, pensar na constituição do comum a partir da realidade brasileira inclui estudar as lutas indígenas, as lutas quilombolas e demais formas de resistência negra, que consiste, também, na recuperação da memória histórica dos diferentes povos que compartilham dessa nação.

Referências Bibliográficas

- HARDT, Michael. Lo Común en el Comunismo. In: HOUNIE, Analía. (Comp.). (2010). Sobre la idea del comunismo. Buenos Aires - Barcelona -México: Ed. Paidós.
- HOUNIE, Analía. (Comp.). (2010). Sobre la idea del comunismo. Buenos Aires - Barcelona -México: Ed. Paidós.
- LUGO, Carlos Rivera. La Constitución de lo Común. In: Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 08, N.4, 2017, p. 3217-3231.
- NANCY, Jean-Luc. Comunismo, la palabra. HOUNIE, Analía. (Comp.). (2010). Sobre la idea del comunismo. Buenos Aires - Barcelona -México: Ed. Paidós.
- NEGRI, Antonio. El Comunismo: algunos pensamientos sobre el concepto y la práctica. In: HOUNIE, Analía. (Comp.). (2010). Sobre la idea del comunismo. Buenos Aires - Barcelona -México: Ed. Paidós.
- OLIVEIRA, Cinara Brito de. Multidão: uma reflexão sobre participação social, política e afeto. 2016. 89f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2016.
- RANCIÈRE, Jacques. ¿Comunistas sin comunismo? In: HOUNIE, Analía. (Comp.). (2010). Sobre la idea del comunismo. Buenos Aires - Barcelona -México: Ed. Paidós.
- SAWAIA, Bader Burihan. Afeto e Comum: categorias centrais em diferentes contextos. In.: SAWAIA, B. B.; ALBUQUERQUE, R. e BUSARELLO, F. R. (Orgs). Comum e Afeto: reflexões sobre a práxis psicossocial. Embu das Artes: Alexa, 2018.
- ZIZEK, Slavoj. Cómo volver a empezar... desde el principio. HOUNIE, Analía. (Comp.). (2010). Sobre la idea del comunismo. Buenos Aires - Barcelona -México: Ed. Paidós.

A dialética materialista histórica nas relações entre sujeitos e sociedade: o inconsciente como produção política

Autor: Inara Leão (UFMS)

1. Introdução

Os conhecimentos sobre o homem, a sociedade e as relações necessárias entre eles, oferecidos pela filosofia materialista histórica e dialética, demonstram que a inconsciência é o estado primeiro, natural dos membros da nossa espécie. Pois, como indicou vigotsky, são as atividades e as relações sociais possibilitadas que promoverão a apropriação da cultura e da história do seu grupo que lhe permitirão ter ciência do mundo e constituir a consciência.

O entendimento que os aspectos psicológicos dos homens são constituídos nas relações sociais concretas, estabelecidas entre os sujeitos, de acordo com o modo de produção da vida a cada momento histórico, depende de se ter consciência da materialidade do mundo, que o mundo é uma construção do trabalho social, histórico e coletivo. E, que por isso as condições de existência dos sujeitos não dependem das vontades ou ideias individuais, mas das necessidades do capitalismo no sentido de manter e reproduzir a força de trabalho, controlar as tensões e antagonismos sociais e realizar a acumulação de capital.



Assim, diferentes sociedades criam diferentes sujeitos psicológicos e políticos: conforme distribuem na formação psíquica os conteúdos culturais que promovem a humanização.

2. Objetivo

Analisar a manutenção e ampliação do inconsciente como ato político de distribuição econômica das capacidades psíquicas ditadas em uma sociedade de classe.

3. A relação com o gt e eixo temático escolhido

A opção pelo gt¹: a dialética materialista histórica nas relações entre sujeitos e sociedade: as mediações proporcionadas pela teoria sócio-histórica e suas contribuições para a psicologia social decorrem de “nele pretendemos, que as discussões e outras ações desenvolvida no interior desse, tragam contribuições para a compreensão dos limites da democracia burguesa liberal em uma sociedade de classe e de como a liberdade humana deve ser um norte para a pesquisa e a prática em psicologia social.

Assim, pretendemos manter a lógica de tomarmos a psicologia social tendo como norte que a história dos indivíduos é sempre dependente da história social.”

4. Orientação teórica

Vigotsky afirma que a gênese dos processos inconscientes são as contradições, os antagonismos que existem na sociedade e no indivíduo e entre ambos.

É assim porque as condições sociais, históricas e culturais são ideológicas e promovem as explicações sobre a realidade conforme a ideologia da classe dominante, deixando a classe trabalhadora sem condições de construir suas explicações sobre si mesma. E, portanto, sem ter como analisar a sua realidade e desenvolver a consciência individual de seus membros, e nem a das características específicas da sua classe social.

Mas, as formas de relações sociais são sentidas, pensadas e vividas pelo sujeito e as classes sociais a partir de diferentes formas de subjetivação, conforme a dinâmica da classe e a individual, o que amplia o inconsciente sobre novos aspectos cuja gênese são as características sócio histórica e cultural.

Isso faz com que alguns desses elementos transmitidos, embora interiorizados pelos sujeitos, não serão significados em toda a sua complexidade e, portanto, essas produções culturais não comporão os processos psíquicos que orientarão as suas atividades na realidade.

Assim, tornam-se inconscientes.

No indivíduo a esfera afetiva e a do pensamento são uma unidade, então, as possibilidades de representação da realidade com significado e sentido enfrentam as limitações da materialidade e a subjetividade, uma vez que

O inconsciente não está separado da consciência por alguma muralha intransponível. Os processos que nele se iniciam têm frequentemente, continuidade na consciência e, ao contrário, recalamos muito do consciente no campo do inconsciente.” (vigotsky, 2004, p. 83).

Ele, está relacionado ao não-verbal; à impossibilidade de abstrair para compreender como a realidade exterior está afetando o sujeito, e assim, não há como criar uma realidade interior que não se confunda e não se limite à realidade oferecida em um dado momento.

Portanto, o inconsciente é a ausência da síntese da relação entre sentido e significado ou a ausência de um destes dois. Nessas condições, ele é formado primordialmente por tónus emocional, que é a intensidade dos estados sentimentais que direcionam o indivíduo para dado objeto, ao sinalizar o interesse do sujeito.

Também é tratado como tónus afetivo do indivíduo, um estado emocional basal e difuso, que aumenta em casos de tensão emocional. Tanto é que a fisiologia do tónus é inconsciente e como força que tensiona do inconsciente a consciência e o comportamento é um direcionamento que o sujeito não pode compreender e, nem explicar, mas que interfere na forma como ele atua na realidade. Trata-se de uma avaliação da atividade anterior à reflexão cognitiva das reações que a promoveu.

Por isso o inconsciente contém afetos, um conjunto de impressões que são apreendidas pelos órgãos sensoriais, mas que não se transformam em conteúdos conscientes, não são simbolizados.

O inconsciente também se manifestará por meio do comportamento. Quando agimos de forma inconsciente, não sabemos direcionar a ação ou explicá-la. O comportamento não é compreendido pelo sujeito que o realiza, que não tem controle sobre o que fez. No comportamento, o inconsciente, ao manifestar-se indica a impossibilidade de percebermos os motivos do que fazemos, como se faz e por que se realiza determinada ação.



Então, ave à consciência!

Por serem históricas, as funções psicológicas superiores se tornam os meios que estruturam, compõem e promovem o funcionamento psicológico humano de modo coerente com a sociedade. Por imposição lógica, sabemos que as categorias analíticas que permitem entender o movimento dialético que constitui o psiquismo humano são aquelas que trazem as informações sociais para o psiquismo, dentre elas a consciência.

Vigotsky (1996) apresenta a consciência como um sistema seletor, um tamis (peneira, filtro) que filtra o mundo e o modifica de maneira que torna possível a atuação dos sujeitos. Considerou que a dimensão da consciência apresenta uma tríplice natureza: sentimento (afetos), consciência (pensamento) e vontade (motivação). Isto é, a consciência dos sentimentos, a consciência dos pensamentos e a consciência da vontade. Como um tamis que filtra a realidade e a modifica, faz a reflexão sobre a realidade e sobre si mesma, ou seja, a consciência foi entendida como possibilidade de reflexão.

Mostrou que a consciência é a reflexividade, a capacidade do homem de se desdobrar, de ser objeto de si mesmo, isto é, a consciência de estar consciente de ter consciência, sendo que a palavra possibilita esse desdobramento.

A consciência individual depende das atividades e das relações sociais que forem possibilitadas e que promoverão a apropriação da cultura e da história do seu grupo e que lhe permitirão a ciência do mundo e a constituição da consciência.

Assim, superara-se o inconsciente e se desenvolve a consciência

5. Método

Adotamos os fundamentos do materialismo histórico dialético, que é ao mesmo tempo um sistema filosófico e um método de conhecimento, elaborado por Karl Marx (1818-1883). Seu método situa a constituição do indivíduo e da sociedade na história do mundo material.

Esse movimento é dialético, onde forças opostas se contrapõem permitindo assim emergência de novos processos. Tivemos as contradições, como unidades de opostos excludentes mutuamente constitui sua categoria principal. A unidade da relação entre a luta de contrários estabelece a origem do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento, concebendo esse desenvolvimento através de transformações qualitativas a partir do acúmulo quantitativo de forças opostas em uma nova qualidade, onde os estágios anteriores aparecem como uma nova organização, mantendo por vezes algumas características desses estágios.

6. Resultados

Constatamos que o inconsciente deriva da transmissão pela sociedade e apropriação pelos sujeitos das significações sociais dadas à realidade.

Se os significados não permitirem a construção dos sentidos individuais, não possibilitarem o reconhecimento de si em alguns aspectos ou características que existem na sociedade, não será possível a apropriação do que são e como funcionam nesta sociedade. Estes permanecerão inconscientes porque, os sujeitos não adquirirão os elementos mediadores que permitiriam que se relacionassem com esses conteúdos de forma a torná-los conscientes.

Verificamos que a impossibilidade de apropriação do significado se deve à divisão da sociedade em classes; ou seja, se deve à forma como a educação, particularmente a institucionalizada, é realizada. Pois, ao oferecer à classe trabalhadora uma educação voltada para a realização de trabalhos parciais no processo produtivo e sem a base científica que o promove, nega-se à classe trabalhadora o domínio da cultura presente nos diferentes grupos onde o indivíduo participa. Trata-se de um inconsciente sociocultural porque é produto da divisão da sociedade e das relações antagônicas que produz.

Conclusões

Podemos afirmar que ao analisarmos a produção do inconsciente sócio cultural; desvela-se que ele se deve à impossibilidade do trabalhador, participar ou se apropriar de algumas das construções culturais que foram realizadas pela sua classe, devido a forma como essa sociedade é organizada.

O inconsciente decorre de nos terem sido negados os elementos culturais que permitiriam a redução do inconsciente e a ampliação da consciência.

Isto revela que o ato político de distribuição econômica se dá para os produtos com valor de troca, mas também com os que só terão valor de uso: as capacidades psíquicas ditadas em uma sociedade de classe.

Portanto, o inconsciente é um produto político.



Concepção sócio-histórica da adolescência: uma análise através dos muros da privação de liberdade.

Autor: Samuel Gachet (Faculdade Einstein Limeira)

O histórico dos modelos de privação de liberdade no Brasil, constituídos inicialmente durante o período da ditadura militar, são estendidos até tempos atuais de maneira muito parecida com o tempo de sua criação, reproduzindo ainda hoje um modelo explicitamente punitivo e mantenedor da lógica de exploração da classe trabalhadora pelo sistema capitalista. A adolescência, como período historicamente construído e considerado por Vigotski como período de transição, sofre duros golpes do modelo de relações sociais impostos pelas instituições totais que abrigam esses adolescentes.

A lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trouxe avanços significativos para a garantia de direitos de crianças e adolescentes no Brasil, olhando para as pessoas nesses períodos do desenvolvimento como sujeitos de direitos. Ainda assim, um mecanismo legal não mostra-se como suficiente para garantir o pleno desenvolvimento de adolescentes que tiveram, de alguma maneira, seus direitos violados anteriormente e praticaram algum tipo de ato infracional, fazendo-se necessário aos psicólogos sociais, avançar sobre os conceitos de adolescência na concepção sócio-histórica e contribuir para um debate que supere a aparência dos fatos.

A presente discussão nasce de um recorte de minha dissertação de mestrado, que descobri como carente de maior aprofundamento. Busca uma análise crítica sobre a periodização do desenvolvimento humano, com foco na adolescência vista pelo prisma da psicologia sócio-histórica, afim de desvelar as determinações ocultas dentro dos muros da Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente). Essas determinações, subsidiadas pelo capitalismo, me provocam como pesquisador e me levam a buscar entendê-las associadas ao desenvolvimento do sujeito enquanto adolescente

Para o XX Encontro Nacional da ABRAPSO, o eixo 7 – Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções – me parece um berço para o debate que pretendo com essa pesquisa. A discussão sobre a privação de liberdade de adolescentes que cometeram ato infracional é uma velha conhecida da sociedade brasileira e os pontos de vista são tão antagônicos quanto as classes sociais que os representam. Assim, a realidade brasileira, precisa ser investigada e historicamente desvelada pela Psicologia Social através de arcabouço teórico-metodológico e trabalhada, através das ações de psicólogos sociais e outros atores nos diversos campos de ação.

O trabalho, também está em relação íntima com o GT 1 - A dialética materialista histórica nas relações entre sujeitos e sociedade: as mediações proporcionadas pela Teoria Sócio-histórica e suas contribuições para a psicologia social - uma vez que busca a compreensão do indivíduo partindo de suas relações sociais, determinadas pela lógica capitalista do modelo de privação liberdade, objetivado no cotidiano dos adolescentes autores de ato infracional que receberam essa medida sócio educativa.

A contradição maior está colocada numa organização social dividida em classes, que expropria os jovens dos bens produzidos na sociedade e ao mesmo tempo exige sua participação para manutenção desta sociedade, punindo-os severamente quando isso não acontece. Visto isso, para haver a superação do empírico, entendo como necessária a utilização de categorias de análise, obtidas pelas vias do Materialismo Histórico Dialético de Karl Marx, da psicologia sócio-histórica de Vigotski, da pedagogia Histórico-Crítica de Saviani e outros autores clássicos e não clássicos que objetivam o conhecimento do movimento da constituição humana.

A saber, então, as referências teóricas de análise estão ancoradas na perspectiva da psicologia sócio-histórica com orientação pelo método materialista histórico dialético, que proporciona um olhar radical e crítico sobre as influências do capitalismo no modelo judiciário brasileiro e suas articulações no cumprimento da medida socioeducativa de privação de liberdade. Assim, a pesquisa tem como base a revisão de livros, artigos, bases legais que legitimam as instituições totais voltadas para gerir o ato infracional e outras publicações escritas através do prisma desse método que me permitem entender o homem em sua práxis, se constituindo nas relações sociais que tece ao longo de sua vida.

Para a perspectiva sócio-histórica, as forças propulsoras do desenvolvimento tipicamente humano encontram-se entranhadas nas condições objetivas, materiais de vida. Portanto, tornar-se humano é um processo que pode ou não se realizar, na dependência destas mesmas condições. Perante tal premissa, articulada à temática deste texto, é preciso refletir sobre as peculiaridades dos processos educativos acessíveis aos adolescentes em privação de liberdade.



Se os processos de humanização se dão por meio das relações sociais, e se essas relações sociais passam a ser embasadas em um histórico frequente de exposição à violência, antes nas ruas, bairros e grupos ligados ao que potencializou o ato infracional, agora proporcionado pelo modelo privador das diversas liberdades, inclusive a liberdade para o desenvolvimento e a própria humanização aqui referida, a lógica perversa de reprodução relativa e a rasa exposição ao mundo humano cultural acumulado mantêm esses meninos e meninas em situações desumanizadoras.

A individualização das funções sociais limita-se à violência e a poucos momentos de aprendizado divergentes desse modelo. Mollo e Padilha (2011) apontam para a importância de se compreender o psiquismo humano como constituído nas relações sociais, nas condições concretas, que se apresentam para esses adolescentes de maneira agressiva. Quem está privado de liberdade individualiza as funções sociais sob esse prisma.

Começo a compreender, na impossibilidade de concluir ao longo do trabalho, que as relações estabelecidas durante a privação de liberdade e a concepção de sujeito (adolescente) estão amalgamadas e explicam em grande parte o modo como o cotidiano socioeducativo dos meninos se materializa, mantendo assim o modelo de formação que o capitalismo pretende. Existem poucas possibilidades de formação do ser social em superação as relações que este ser estabelece dentro dos muros da Fundação e nas contradições entre o modelo proposto e a realidade objetiva, onde pode passar até três anos de sua vida. Parte do que lhe é apresentado se limita a esse histórico de contradições e punições. Diante da magnitude do problema e das questões levantadas, torna-se fundamental alavancar o debate e fazê-lo também com outros psicólogos sociais.

Condutas psicológicas a escolares nos serviços públicos de saúde: uma análise materialista histórica e dialética

Autor: Jéssica Magalhães Andrade (UNESP - Campus de Assis/SP)

Este trabalho apresenta resultados oriundos de um estudo de mestrado, o qual, baseado nos conceitos da Psicologia Histórico Cultural e do Materialismo Histórico e Dialético, produziu uma análise acerca de práticas psicológicas contemporâneas em equipamentos de saúde pública, voltadas as demandas escolares infanto juvenis encaminhadas a tais serviços. A título introdutório, sobre as instâncias saúde-educação, é sabido que o discurso da saúde possui historicamente um saber específico sobre a criança, e que a escola é transpassada pelo mesmo. Neste sentido, quando elementos preliminares de investigação tornam-se desfechos, e o diagnóstico passa a ocupar o lugar do sujeito enquanto unidade que mantém o diálogo entre as partes, ocorre o esgotamento das discussões educacionais ou clínicas acerca do processo educacional, além de um afastamento de posturas mais críticas durante o processo de análise da realidade em seus múltiplos aspectos (cultural, político, econômico), e, por conseguinte, da conferência de um olhar atento às historicidades que esta última contém.

Portanto, o objetivo geral dessa pesquisa foi verificar de que forma as práticas contemporâneas da Psicologia na saúde pública explicitam a função escolar mediante o recebimento de encaminhamentos das demandas provenientes de instituições educacionais, sobretudo no que tange a concepção dos profissionais quanto à interposição da escola na constituição da subjetividade e desenvolvimento do indivíduo.

Assim, o presente eixo temático intitulado "Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções", juntamente a proposta do grupo de trabalho "A dialética materialista histórica nas relações entre sujeitos e sociedade: as mediações proporcionadas pela Teoria Sócio-histórica e suas contribuições para a psicologia social", alinham-se aos principais traços contextuais dos quais essa pesquisa tratou. Primeiramente, a análise de cunho materialista histórica e dialética das práticas psicológicas exercidas na contemporaneidade em serviços públicos de saúde (período posterior a reforma psiquiátrica e aos movimentos de ampliação das políticas públicas na primeira década dos anos 2000), como ferramenta de reflexão, reconstrução e de posicionamento ético-político, considerando-se profissionalmente a necessidade da adoção de condutas comprometidas com a ciência psicológica, de modo que esta última proporcione a manutenção e contribuição para o desenvolvimento do gênero humano, ainda que não existam prescritos que delineiem os tipos de abordagens em psicologia indicados para cada contexto de atuação.

Ademais, depreender que o processo de formação de ideias, reflexão e aquisição de conhecimento parte da realidade concreta e material, não constituída naturalmente, mas sim por elaborações humanas ensinadas por meio das práticas sociais, perfila-se aos substantivos "educação" e "saúde", quando esses envolvem as noções de



existência de culturas, condições para a continuidade da vida, desenvolvimento e aprimoramento de capacidades, como a da leitura textual e dos fatos.

Como já anunciado anteriormente, a orientação teórica da pesquisa foi fundamentada pela Psicologia Histórico-Cultural ou Escola de Vigotski, que constitui uma vertente da Psicologia alicerçada nos pressupostos teórico-filosóficos e metodológicos do Materialismo Histórico Dialético e tem em Lev Semiónovich Vigotski (1896-1934) seu principal representante. Destarte, o estudo conferiu maior visibilidade a conceitos da Psicologia Histórico-Cultural que, coligados ao campo da educação escolar, fundamentam a explicação do processo de desenvolvimento psicológico humano, tais como: mediação; funções psicológicas naturais ou elementares e funções psicológicas superiores ou culturais e a dialética de apropriação e objetivação.

No que diz respeito ao método aplicado, o Materialismo Histórico e Dialético foi eleito como abordagem teórico-metodológica, contando com a aplicação do método inverso. Neste ínterim, as técnicas utilizadas foram a análise de prontuários dos atendimentos realizados com crianças e adolescentes entre 4 a 17 anos, encaminhadas por queixa escolar a dois serviços públicos de saúde localizados em um município do estado de São Paulo, nos anos de 2014 e 2015 e entrevista semi-aberta com os psicólogos responsáveis por esses atendimentos. A organização e análise dos dados obtidos nos prontuários ocorreram por meio da tabulação das informações, a fim de sistematizá-las. Estes resultados forneceram materiais quantitativos e qualitativos e, por isso, foram produzidos gráficos e tabelas que indicaram desde noções básicas de reconhecimento, como caracterização por sexo, faixa etária, tipo de instituição de ensino entre outras referências dos sujeitos atendidos, até o tipo de condutas adotadas pelos profissionais, frequência das mesmas, queixas escolares mais apresentadas, etc. Quanto as entrevistas, estas foram organizadas em sete temas norteadores. Após o processo de transcrição das gravações, os textos foram fragmentados em unidades temáticas que emergiram ou foram convergentes com dados coletados nos prontuários, para então estabelecer conexões entre os dados obtidos entre as duas fontes; interpretá-los e eleger as categorias de análise que intuíram atender aos objetivos do estudo.

Logo, foram elencadas dez unidades de análise, a saber: 1- O que comunicam os prontuários e os profissionais? 2- Implicações das condutas psicológicas destinadas à queixa escolar; 3- O perfil dos encaminhados da escola para a saúde: a manutenção de estereótipos; 4- O perfil da escola pública; 5- A predominância da mulher-mãe que acompanha, a escola que encaminha e a medicina que direciona: percursos na saúde; 6- A indefinição diagnóstica, o TDAH e a medicação: sinônimos da pós-modernidade? 7- A conduta psicológica destinada a queixa escolar nos serviços de saúde; 8- Resultados e contatos fragilizados: a produção de sombras; 9- A educação, a queixa escola e a psicologia: compreensões (im) possíveis e 10- A auto-avaliação profissional do trabalho realizado – proposições.

Como considerações finais, no que se referiu ao objetivo geral do estudo - identificar de que forma as práticas contemporâneas da Psicologia no campo da saúde explicitam a função escolar mediante o recebimento de encaminhamentos provindos desse meio – observou-se que a atividade profissional do psicólogo ao receber a demanda escolar, encontra-se pouco alterada em relação às condutas que vêm sendo adotadas no país, há pelo menos cinquenta anos. Isto porque, as práticas aderidas consistem em grande maioria no atendimento clínico individual ou grupal, que não envolve o ambiente escolar. Este fato leva a conclusão de que o problema esteja somente no sujeito, e, portanto é para ele que as ações devem estar voltadas. Também se mantém a predominância de um perfil de crianças que mais são encaminhadas, da escola e da unidade básica de saúde como principais responsáveis por promover o encaminhamento das demandas infanto juvenis aos serviços de saúde mental, bem como o saber médico que continua a exercer influências sobre as condutas escolares e compreensões sociais.

Junto a isso, os principais aspectos escolares observados nos atendimentos psicológicos prestados a queixa escolar são o comportamento, a capacidade de formular pensamentos/raciocínios e o desenvolvimento pleno da fala. À escola também é atribuída a função de instância socializadora dos indivíduos, mas no entanto, não se menciona por exemplo, sua função como promotora da aquisição das formas de conhecimento sistematizado, e portanto, do desenvolvimento das atividades complexas realizadas somente pelo gênero humano. Porquanto, as concepções de aprendizagem e desenvolvimento que norteiam os atendimentos mostram-se limitadas, uma vez que se mantém no plano da aparência primeira do fenômeno, de modo a não se aprofundarem na análise dos elementos que constituem a dinâmica escolar para além das aulas e atividades extra escolares.

Referência Bibliográfica

ANDRADE, J.M. Queixa Escolar E O Público Infanto Juvenil : Práticas Contemporâneas De Psicologia Nos Serviços De Saúde. 2018, 123 f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis-SP, 2018, 123p.



Contribuições da teoria psicológica sócio-histórica para a compreensão do fenômeno da catarse na arte

Autor: Camila de Oliveira Pinto (UFMS)

O presente trabalho se constitui como uma pesquisa bibliográfica que embasa a pesquisa empírica em andamento no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. A referida pesquisa tem como tema os slams poéticos e a sua hipótese é a possibilidade de estes terem funções sociais e psíquicas que promovam o desenvolvimento das consciências dos seus participantes. Seu fundamento teórico é a teoria psicológica Sócio Histórica, que nos oferece suporte para o estudo da psicologia da arte. O processo de contextualização histórica deste objeto de estudo possibilitou a apropriação de trabalhos que discutem o fenômeno da catarse e suas implicações para o psiquismo sob distintas abordagens teórico-metodológicas, gerando análises quanto às contribuições específicas da teoria psicológica sócio-histórica para a compreensão do fenômeno e suas implicações sociais e coletivas. Lev Semionovich Vigotski, principal autor que referencia os estudos nesta abordagem, considera que a arte é mediada pela realidade histórica e social circundante, exprime a sociedade que lhe dá origem e se coloca como mediadora entre indivíduo e gênero humano. Isto significa dizer que, por meio da arte o sujeito vivencia experiências alheias, que não seriam possíveis em sua vida particular e se apropria de elementos culturais para além de sua própria experiência. Vigotski (1999) propõe que o objeto de estudo da psicologia da arte se constitui na análise da estrutura da obra. A aplicação do método analítico-objetivo à fábula, ao romance e à tragédia resultou em análises que o possibilitaram o estudo da natureza e o mecanismo da reação estética e os processos psíquicos implicados. Para Vigotski a catarse é o ápice da atividade do sujeito durante a experiência estética, pois “a arte sempre é portadora desse comportamento dialético que reconstrói a emoção, e, por isso, sempre envolve a mais complexa atividade de uma luta interna que é resolvida pela catarse”. (VIGOTSKI, 2003, p. 235) Este processo é explicado a partir da oposição existente entre a estrutura da forma artística e o conteúdo, que “suscitam emoções em dois sentidos opostos e encontram sua destruição no ponto culminante, como uma espécie de curto circuito”. (VIGOTSKI, 1999, p. 270) A estrutura da obra de arte suscita emoções contraditórias que tem a catarse como síntese. Neste processo as emoções são transformadas em sentimento e reorganizadas, tornando-se socialmente úteis, externalizadas pelo sujeito como avaliações morais ou afetivas. A transformação do sentimento individual por meio da catarse é capaz de implicar uma generalização dos sentimentos, torna-los sociais. A arte é definida então como uma “técnica social do sentimento” (Vigotski, 1999, p. 315) que impulsiona o sujeito a ações posteriores. A análise do fenômeno da catarse em diversificadas manifestações artísticas se apresenta como tarefa necessária para a compreensão dos processos psicológicos que perpassam a criação e fruição da obra de arte e quais as implicações destes para o sujeito e a sociedade, pautando-se pelo desenvolvimento da consciência, categoria fundamental na teoria psicológica sócio-histórica. O presente trabalho tem como objetivos analisar as produções científicas sob o referencial da teoria psicológica sócio-histórica acerca do fenômeno da catarse na arte, discutir as contribuições da teoria psicológica sócio-histórica para a compreensão das mediações possíveis ao sujeito na reação estética e avaliar as implicações sociais e coletivas dos estudos relativos à psicologia da arte na dialética sujeito-sociedade. A pesquisa se constitui a partir de metodologia qualitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica crítica para discussão dos dados coletados. A pesquisa bibliográfica se deu entre os meses de setembro e outubro do ano de dois mil e dezoito e não se utilizou marco temporal para delimitação. Foram localizados trabalhos produzidos entre 1994 e 2017, utilizando como indexadores os termos catarse, psicologia, psicologia da arte, arte, slam poetry, slam e poesia, realizando-se cruzamento dos descritores para buscas nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD; Periódicos CAPES; Index Psi Periódicos; Pepsic Periódicos Eletrônicos em Psicologia e Scielo. Conforme os indexadores apontados, foi possível a localização de trinta e oito trabalhos relacionados à arte e seus impactos na constituição da subjetividade por meio de distintas abordagens teórico-metodológicas. Destes, quinze apontam para a discussão do fenômeno da catarse na arte sob as bases epistemológicas da psicanálise, fenomenologia, teoria crítica da sociedade, teoria das representações sociais e materialismo-histórico-dialético. Sob o referencial deste último foram localizados nove produções que embasam as análises do presente trabalho, tendo como objeto de estudo o teatro, música, dança, literatura, cinema e o ensino de artes no ambiente escolar. Os estudos, por se orientarem por uma abordagem materialista histórico-dialética, convergem no entendimento quanto à análise dos aspectos formais e de conteúdo da obra de arte para a compreensão da reação estética e propõe esta como base dos processos psíquicos implicados na catarse artística. Esta é tomada como categoria mediadora entre a obra de arte e o sujeito, que se relacionam

em um processo dialético e afirmam a indissociabilidade dos dois termos da relação. Há convergências também quanto ao desenvolvimento da consciência proporcionada pelos processos de reação estética, pois esta promove a simbolização das emoções e sentimentos capazes de produzirem novos sentidos aos sujeitos, se constituindo em resistência aos processos de alienação. Também se propõe que a arte promove no sujeito certa suspensão em relação ao cotidiano e intensifica a vivência, podendo trazer desenvolvimento à consciência porque possibilita a duplicação do real no âmbito intrapsíquico ao promover emoções e sentimentos não cotidianos. Os trabalhos analisados também consideram que a arte exerce um efeito formativo sobre o indivíduo que influenciam em mudança de finalidades, mas que esse efeito não ocorre de maneira direta e imediata, e sim, por meio de uma trama de mediações que tornam impossível definir a priori suas consequências. Os processos emocionais são entendidos como os principais aspectos a serem considerados na reação estética, independente do tipo de manifestação artística avaliada. Estes estão dados como alterações qualitativas das emoções e generalização de sentimentos que atuam como elementos mediadores na relação do sujeito com a obra de arte e permitem a este se (re)criar em sua singularidade, por meio da transformação e reelaboração de conteúdos pessoais, a partir da elevação do particular ao social, ou seja, da significação pessoal por meio do social. Conclui-se que os estudos acerca do fenômeno da catarse na arte embasados na teoria psicológica sócio-histórica permitem análises quanto ao potencial da reação estética em reorganizar as funções psicológicas superiores nos sujeitos, pois, suscitados pela intensa descarga energética vivenciada na criação e fruição da obra de arte, são geradas alterações qualitativas na capacidade de apropriação da realidade circundante, dadas pela possibilidade de atribuição de novos sentidos às vivências individuais e ampliação dos aspectos conscientes para o psiquismo. Compreende-se que os estudos sobre o tema nesta perspectiva teórico-metodológica contribuem para a produção científica relativa à práxis artística, revelando a função social da arte para a coletividade como instrumento de conscientização.

1 VIGOTSKI, L. S. *Psicologia da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

2 *Ibidem*. *Psicologia Pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Dialética inclusão/exclusão: vivências de uma comunidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Oeste da Bahia

Autor: Jeovana de Souza Araújo (FASB) e Wellington da Rocha Almeida (FASB)

Coautor: Fabiana (Fabiana Grossi) e Heloisa Jansen (Heloisa Jansen)

A Psicologia Social chega na América Latina baseada em uma realidade europeia e Norte Americana, essa tinha como objetivo normatizar e padronizar comportamentos, harmonizando as relações grupais. Esse processo ocorreu na década de 50. Contudo, esse paradigma em psicologia social foi questionado na América Latina por ser uma realidade totalmente diferente e que reforçava um sujeito acrítico, no qual não era a gente de mudança e sujeito da história, que transformava (LANE, 2006). Os primeiros conceitos relacionados ao sofrimento ético-político ocorreram no ano de 1994 por meio de Lane e Sawaia na obra intitulada como "Novas Veredas da Psicologia Social", nesta Sawaia trabalhou questões referentes ao sofrimento ou mal-estar psicossocial e sobre a reflexão que o/a pesquisador/a deve fazer para que esse/a venha compreender as categorias da Psicologia Social e que não naturalize os conceitos construídos pela história da sociedade (BERTINI, 2014). O presente trabalho refere-se a uma pesquisa de campo no acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado no município de Barreiras, Bahia, que tem como objetivo principal compreender as vivências dos moradores dessa comunidade. O estudo se ancora na Psicologia Sócio histórica a partir da Psicologia Social e especificamente na teoria do sofrimento Ético-político, como categoria da dialética exclusão/inclusão de Sawaia (2011). O homem é um ser biológico, social que participa do processo histórico, marcado por uma cultura que ao mesmo tempo em que produz é reproduzido pela realidade social; da mesma forma que transforma, é transformado (FREITAS, 2002). Sendo que, nesse estudo foi utilizado o método qualitativo, configurando-se no tipo aplicada, transversal e exploratória. A pesquisa foi realizada em um acampamento do MST, localizado a 34 Km do município de Barreiras, Bahia. No local, residem famílias que têm como principal fonte de renda a agricultura. No acampamento vivem 30 famílias, contendo entre 3 a 6 pessoas em cada família. Dados estes que foram informados pela líder do acampamento a partir de visita realizada pelos pesquisadores/as no local. A amostra é composta por um representante

de cada família que reside no acampamento, sendo 13 pessoas. O instrumento de coleta de dados dessa pesquisa constitui de uma entrevista semiestruturada. Também foi utilizada a técnica de observação não participante, no qual os/as pesquisadores tinham um diário de campo anotando todas as informações úteis para os objetivos da pesquisa. Ademais, o número do Comitê de Ética e Pesquisa - CEP é 5026; o número do CAAE 96540818.2.0000.5026, com o número de parecer 2.850.581. Foram entrevistado treze pessoas, na qual oito são do sexo feminino e cinco do sexo masculino; a idade menor foi 38 anos e a maior 65 anos; escolaridade das/os participantes, oito pessoas fundamental completo, cinco incompleto e uma não alfabetizado; tempo de moradia, todas/os com oito anos, exceto um morado com 8 meses; a renda mensal em predominância gira em torno de menos de um salário mínimo; no que tange ao benefício do governo, duas aposentadas, duas pessoas tem bolsa família e três não recebe nenhum tipo de benefício do governo; em unanimidade todas/os o tipo de trabalho é a agricultura familiar e o meio de transporte usado também em unanimidade é o ônibus. Para tanto, a partir dos dados coletados e analisados, foi identificado a categoria de inclusão perversa, na qual os/as moradores/as desse acampamento não estão sendo assistidos/as pela Constituição, pois segundo relatos feitos pelos grupos de acampados/as do MST, a luta deles durante um período de oito anos pela garantia desses direitos básicos, ou seja, pela sobrevivência e pelo reconhecimento da sociedade não foram atendidos. O grupo de acampados/as do MST, em seus relatos deixou evidenciado a preocupação e expectativas no que tange aos cumprimentos das promessas dentro das dimensões governamentais e das lideranças do MST; a partir desse eixo temático manifestaram as suas insatisfações, na relação acampamento e MST, no que tange a forma que o MST vêm atuando com as necessidades dos/as acampados/as, alguns mostram muita indignação e se sentem impotentes diante do descaso do governo. Os/as acampados/as têm em média oito anos de moradia na devida terra, na qual durante esse tempo o número de famílias foi diminuindo e as que continuaram até hoje tiveram a ruptura de alguns filhos/as, esses/as que se deslocaram para os centros urbanos (cidades próximas ao acampamento) para trabalhar, mas vale salientar que nos finais de semana e feriados (descritos pelos moradores) que eles/as voltam para o acampamento. Então, os/as entrevistados/as apresentaram no conteúdo de suas falas que os que mantém na terra resistindo e acampados em barracos de lonas é a união entre as famílias, a coletividade para enfrentar as dificuldades. Ademais, segue os resultados da categoria de "Potência de Ação": a satisfação dos moradores pela agricultura familiar - agroecologia, por mais que a região em que eles/as moram é caracterizada como seca, que fica um longo período do ano sem chuva, as famílias não deixam de plantar e de consumir do próprio plantio, mesmo que pouco, até porque foi notado pelas pesquisadoras/es que os mesmos/as adotam em suas práticas do dia-a-dia uma alimentação saudável, verificado também através das observações: Os acampados demonstraram também uma superação em relação ao preconceito da sociedade sobre suas práticas, como também os mesmos/as descreveram lutar por meio de manifestações por melhorias pela comunidade local e geral do Brasil, manifestações essas que geram nos mesmos o sentimento de ambivalência, que muitas vezes têm resultados, em outras vezes não tem resultados satisfatórios. Vale ressaltar que é grande o número de fatores negativos, desumanos e de caracterização de vulnerabilidade, risco e exclusão social para essa população, mas que os mesmos fazem uso da permanência na terra como meio de resistência a rotulação e opressão social. No entanto, esses/as demonstraram muita organização e prestação de serviços na terra. Já o sofrimento Ético Político, parte da respectiva definição: a exclusão produz sentimentos específicos que vão desde o sentir-se discriminado e inferiorizado até a revolta. Esses sentimentos não podem ser elucidados somente por meio de uma análise econômica. Eles são produzidos "por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência (SAWAIA, 2011, p.9). Segundo o dicionário português, a humilhação e preconceito tem os seguintes significados: Humilhação é a ação em que alguém humilha, rebaixa, diminui o valor de outra pessoa ou coisa. O preconceito é um juízo pré-concebido, que se manifesta numa atitude discriminatória perante pessoas, crenças, sentimentos. Dentro dessa discussão, vale ressaltar que o exercício de trabalho dessa população nesta terra ocupada, e simplesmente poder cumprir a "função social" que dispõe a Constituição Federal (1988), no seu artigo 186, que ela somente é cumprida no campo rural quando é aproveitada, utilizada de forma adequada, sendo preservado o meio ambiente, e dispositivos que favoreça o bem-estar dos proprietários e demais pessoas. Para tanto, um lugar, uma terra, um assentamento, uma comunidade, um bairro pode ser caracterizado pelo modelo social como excluído ou margem da sociedade, mas para aquela população é um lugar de identificação, eles se conhecem e se entendem,



neste lugar é onde se produz novas formas de socialização e superação das necessidades a partir da Potência de Ação e que permanecem na terra apesar das dificuldades.

Referencias

- BRASIL (1988). Constituição federal de 1988. Fonte: Planalto. gov.
- BERTINI, F. M. A. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 2. 2014.
- FREITAS, M. T. A. A Abordagem Sócio-Histórica como orientadora da pesquisa Qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, n. 2, (2002).
- LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para Psicologia. (2006). In: LANE, S. T. M.; COLDO, W. (Orgs). *Psicologia Social: O Homem em Movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes: Petrópolis. 2011.

O complexo machista e as instituições sociais: o caráter mediador na constituição do psiquismo

Autor: João Pedro (UFMS)

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de um projeto de Iniciação Científica, sendo aprimorado na disciplina do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, denominada Tópicos Especiais: uma análise Sócio-Histórica das contribuições das instituições sociais para a consciência e o inconsciente. Nestas, tomamos como objeto de estudo o complexo machista (Martín-Baró, 1965) e seus mediadores institucionais, enquanto constituintes do psiquismo humano e, portanto, da identidade, apresentando formas de apropriação do sujeito.

Isto é, investigamos o machismo como uma representação subjetiva, a qual resguarda também a esfera social, em sua organização objetiva, enquanto polo dialético de contradição. Depreende-se que a organização social capitalista, que incentiva a competição e o individualismo, que promovem diversas formas de violência, que são manifestas na vida cotidiana de forma explícita e implícita, adquirindo um caráter multifacetado e naturalizado como uma resposta às necessidades da vida habitual. Seus contornos são particulares, de acordo com a organização de cada sociedade específica. Como ensina Martín-Baró (1985):

(...) debe darse un contexto social que estimule o al menos permita la violencia. Con ello nos referimos a um marco de valores y normas, formales o informales, que acepte la violencia (...) En la medida en que este contexto se encuentre institucionalizado, es decir, convertido em normas, rutinas y medios materiales, la violencia podrá alcanzar cotas mayores (MARTÍN-BARÓ, 1985, pgs. 373-375)

O autor (1985) ainda explica que a violência institucionalizada, na América Latina, representa um tipo de violência contra a população majoritária pobre, sendo que suas expressões estão incorporadas ao ordenamento social. Que são mantidas pelas instituições sociais e se encontram legalizadas no ordenamento normativo dos regimes coletivos, concebendo uma “desordem organizada” (MARTÍN-BARÓ, 1985, p. 376)

Sendo assim, a violência social é expressa pelas instituições que legitimam a injustiça estrutural, fomentando diversas formas subjetivas de exteriorização, que são reguladas, também, pela banalização e coerção. Deste modo, a violência tende a ser naturalizado criando raízes históricas, pelas quais os atos violentos se justificam, constituindo, assim, mediações históricas que legitimam sua ação.



2. OBJETIVOS

2.1 GERAL

Discutir como a mediação do complexo machista participa, como um dos polos da relação dialética intrapsicológica, na constituição do psiquismo humano, manifestando-se nas representações, pensamentos e comportamentos, compreendidos pelo viés dialético das relações.

2.2 ESPECÍFICOS

a) Discutir como a mediação do complexo machista participa, como um dos polos da relação dialética intrapsicológica, na constituição do psiquismo humano, manifestando-se nas representações, pensamentos e comportamentos, compreendidos pelo viés dialético das relações.

b) Explicar sobre como o machismo está difundido nas práticas e normas sociais, tornando-se um mediador na constituição do psiquismo humano

c) Apresentar a análise sobre como as instituições sociais são desenvolvidas de acordo com organizações ideológicas da sociedade

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizamos como aporte teórico a Psicologia Sócio Histórica e a Psicologia da Libertação, as quais têm como fundamento filosófico e metodológico o materialismo histórico dialético. O primeiro aspecto, o filosófico, diz respeito a uma base de compreensão da realidade, pautada nas mediações históricas dos meios de produção e das necessidades que o ser humano tem, que estão em conformidade com sua relação com a objetividade material e a subjetividade psíquica, como se manifesta, por exemplo, nos vínculos afetivos.

Nesta perspectiva, os modos de elaboração da atividade humana são infindáveis, o que demarca uma diferenciação em relação às demais epistemologias adotadas por outras teorias psicológicas, pois as Funções Psicológicas Superiores, que dão base a compreensão do psiquismo humano, residem no desenvolvimento histórico e social deste.

Os quais contribuíram nesta pesquisa, tal como são apresentados por Gozalez Rey (2005), como princípios que prescrevem um conhecimento legitimado na "continuidade e na sua capacidade de gerar novas zonas de inteligibilidade acerca do que é estudado e de articular essas zonas em modelos cada vez mais úteis para a produção de novos conhecimentos" (GOZALEZ REY, 2005, p.6)

Já a pesquisa, teve caráter exploratório, o qual se objetiva, conforme Gil (2008), por "proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato [...] é realizado especificamente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis". (GIL, 2008, p.27). Portanto, adotamos para a execução da pesquisa, uma investigação bibliográfica.

Explorou-se, a partir dos indexadores de artigos, assim como em livros da área da Psicologia Sócio História, Psicologia da Libertação e Antropologia, as seguintes palavras-chave: machismo; instituições sociais; Psicologia Sócio Histórica; mediadores; e psiquismo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as várias manifestações de violência, percebe-se um fundo ideológico: valores, processos de racionalização e interesses sociais que funcionam como crenças naturalizantes dos processos de violência (MARTÍN-BARÓ, 1985)

Dentre os aspectos ideológicos está alocado, também, o machismo, conceituado como "una mentalidade y un determinado patrón de conducta" (MARTÍN-BARÓ, 1965, p. 38), que transcende os determinismos filogenéticos. Para ele, o machismo deve ser percebido como um complexo: "conjunto de ideas impregnadas afectivamente, que desarrollan actividades inconscientes y se manifiestan por una serie de sintomas externos (...)" (MARTÍN-BARÓ, 1965, p. 38)

O autor (1965) aprofunda a sua explicação afirmando que um complexo se constitui por uma série de ideias que antecedem uma reação afetiva, ou seja, afetam de maneira mais profunda uma vida pessoal, constituindo ideias latentes no psiquismo. Entretanto, o complexo não representa, necessariamente, algo exclusivamente pessoal, pois os sintomas advindos dele são transmitidos socialmente, por meio das mediações. Além disso, o complexo se reveste de diversas modalidades, dependendo do estrato social, econômico e cultural que emergem.



Nesta perspectiva, Lane (1994/2006) explica que o humano é constituído como tal quando rompe a escala filogenética e inicia um processo ontogenético, que é derivado de dois acontecimentos fundamentais: a descoberta da ferramenta e o desenvolvimento da linguagem; o transcurso envolve apropriação de conteúdo, que só é viável pela vida social, a qual implica um sujeito ativo e revela uma concepção humana do sujeito, que é produto e produtor da história.

Isto posto, Vigotski (1925/2004) propõe um mecanismo de signos em que se estrutura o pensamento humano e concebe as Funções Psicológicas Superiores, advinda das trocas estruturais e funcionais da fala social. A palavra, que inicialmente é uma propriedade externa ao sujeito, passa a ter um significado simbólico, conforme este se relaciona com a estrutura que o circunda. À medida que a fala é mais complexa, o pensamento também é desenvolvido.

No que diz respeito ao machismo, Martín-Baró (1965) explica que o complexo é alicerçado em uma “genitalidade” da vida, a qual assegura a virilidade do sujeito e é fundamentada por dois fatores: atividade sexual e agressividade; o primeiro diz respeito a uma conduta patológica de proceder como macho, enquanto o segundo é relativo a uma suscetibilidade que faz o macho sair em defesa de sua honra ante contextos mínimos ou situações ambíguas, representando um comportamento bruto e agressivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes elementos são desenvolvidos de acordo com a atividade do homem, concebendo uma forma de ser e agir que, por vezes, apresenta-se de forma velada, já que estas bases de formação adquirem, ao longo do tempo histórico, características que são reguladas e normatizadas pela ordem social e, ao mesmo tempo, representam traços de personalidade socialmente aceitos.

Logo, este complexo, nas sociedades ocidentais, é fundamentado, também, pelas mediações históricas do conceito de virilidade, pois esta formulação endossa determinados padrões de comportamento. Corbin (2013) explica que para pensarmos esta categoria é preciso voltar à constituição cidadã na antiga Grécia, a qual era dada pela Aretê, que significa ‘excelência’ para os sofistas e envolvia um conjunto de qualidades cívicas, morais e intelectuais, que um cidadão deveria contemplar. Entre as virtudes, existia o conceito de andréia, que significa coragem. O termo designa a constituição da palavra virilidade, que é definida como: princípios de comportamentos e de ações, que designa, no Ocidente, as qualidades de um homem concluído.

Sendo assim, o arranjo grego retrata uma matriz: um modo de reconhecimento unido a um modo de formação dos sujeitos que ali pertenciam. O modelo é rearranjando conforme as necessidades e contornos de cada sociedade específica. Entretanto, a aprendizagem austera dos códigos de força e de dominação permanece por um longo tempo nas primeiras referências da construção viril. Deste modo, potência e embate representam categorias fundantes.

6. REFERÊNCIAS

- CORBIN, A.; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. G. História da Virilidade 1: A invenção da virilidade da Antiguidade às luzes. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONZÁLEZ REY, F. Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- LANE, S.T.M. A Mediação emocional na construção do psiquismo humano. Em: LANE, S.T.M., SAWAIA, B. (orgs.) – 1º ed. Novas Veredas da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 2006. Originalmente publicado em 1994.
- MARTÍN-BARÓ, I. Acción y ideología. San Salvador: UCA, 1985.
- MARTÍN-BARÓ, I. El complejo de macho, o el machismo. ECA Estudios Centroamericanos, v. 23, n. 235, p. 38-42, 1968.
- VIGOTSKI, L. S. Sobre os sistemas psicológicos. Em: Teoria e método em psicologia. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Originalmente publicado em 1925.



O Pixo: A Arte de uma Consciência que quer explicar uma realidade

Autor: Carlota Philippsen

O trabalho que proponho apresentar teve por objetivo analisar os sentidos e significados dos conteúdos da consciência de um pixador, mediados por esta atividade artística e, assim, entender como suas vivências cotidianas decorrem dos sentidos promovidos por essa atividade. Na perspectiva da Teoria Psicológica Sócio-Histórica buscamos, principalmente, nos escritos de Vigotski sobre a psicologia da arte, o aporte para compreender a reação estética e sua importância para a consciência. Entendendo a arte como atividade imprescindível para a condição humana, Vigotski (1999) a define como técnica social dos sentimentos, sendo capaz de possibilitar em nós novas relações entre os processos psicológicos superiores, criando novas relações entre as funções psicológicas que possibilitam novos sistemas e ligações entre os já existentes. Daí resulta a importância e a necessidade da arte para a humanização dos indivíduos. Na pesquisa lidamos com a pixação como uma atividade humana que é artística por ser uma linguagem própria e que se apresenta como manifestação cultural de um grupo. Isso porque é a forma de explicação de uma determinada realidade e está contida na relação que a sociedade faz com a arte. Entendendo que os pixadores reivindicam as suas participações na sociedade como sujeitos ativos que a constituem e transformam. Buscam com ela negar as suas inserções sociais como indivíduos pobres, membros da classe trabalhadora e, portanto, subordinados à classe hegemônica; sem expressões próprias. Não se reconhecendo como subordinados, se apresentam como portadores de suas próprias experiências e formas de representá-las que os diferenciam das outras formas de expressão social. Sendo assim, tomamos o pixo como uma linguagem artística necessária que exige que se compreenda quais são as suas características que, como arte, assume na sociedade capitalista. Para tanto, nos remetemos a Marx e Engels (1974) quando demonstram que a história da arte também é definida pelo desenvolvimento de técnicas, ferramentas, pela organização da sociedade e a divisão do trabalho. Assim, há uma relação de determinação entre o desenvolvimento do capitalismo e a arte. Porém, quanto mais as relações entre modo de produção e superestrutura se sofisticam, menos direto se torna este condicionamento. Daí Marx e Engels (1974) destacarem que, mesmo marcadas pelo contexto material de produção, existe uma relação desigual entre o desenvolvimento da produção material e a arte. Entretanto, é menos mediada e de mais fácil apreensão o fato que a organização da sociedade deriva das relações materiais de produção, as quais determinam as concepções intelectuais desenvolvidas por esta sociedade. Por isso, as ideias predominantes são as da classe que domina a produção material do período. Vazquez (1978) aponta que podemos encontrar ao longo da obra de Marx a análise das relações entre arte e capitalismo. A explicação inicial da dificuldade de apreensão da relação existente entre o trabalho de produção artística, o modo de produção da vida e as classes sociais no capitalismo nos conduziram à indagação sobre a constituição da consciência de trabalhadores-artistas, cujo produto-arte é uma linguagem inerente à sua classe, mas que não é compreendida por ela, e uma ideologia para a burguesia. E ainda, sobre como o trabalhador desta manifestação artística pretende questionar o ordenamento das classes e seus respectivos meios de participação na sociedade, uma vez que ele se nega a se inserir no mercado onde os seus produtos poderiam vir a declarar as condições da sua origem. Diante da problemática, o conceito de consciência que utilizamos na pesquisa é o que foi concebido, principalmente, por Vigotski (1896-1934) na elaboração da teoria psicológica Sócio-Histórica, a partir das contribuições teóricas e metodológicas do materialismo histórico dialético. A importância da consciência para a Psicologia Sócio-Histórica decorre de ela ter como um de seus fundamentos o fato de o homem ser natureza transformada. Isso exige a constituição e valorização da consciência individual sobre a realidade em que se vive, pois, cada sujeito deve modificar a natureza às suas necessidades, uma vez que a ela não se adapta e na medida em que a modifica, se transforma, em um processo dialético. Isso significa que esse processo não é linear, mas apresenta contradições, saltos e retrocessos. A discussão sobre a consciência orienta a obra do autor que tomou esta propriedade psíquica como o objeto de estudo para a criação de uma Psicologia Geral. Este conceito permeia sua obra, e vai sendo desenvolvido sempre em relação com outras categorias psicológicas, como é característico do uso da lógica dialética em sua teoria, ou seja, em decorrência do método. De acordo com as suas necessidades, para sobreviver, cada ser humano desenvolve as suas atividades no meio social. Essas ocorrem com a mediação de instrumentos que, sob as mesmas determinações, se sofisticaram. Assim, as necessidades, as atividades e os instrumentos possibilitam que as estruturas fisiológicas presentes no nosso organismo se transmutem ou constituam as funções psicológicas superiores, dentre as quais estão a memória e a atenção voluntárias, a linguagem e o pensamento. As funções psicológicas superiores são tipicamente humanas, porque os sujeitos as controlam e dominam de acordo com as suas necessidades e, por seu caráter não nato, se desenvolvem através da



mediação social. Por isso, Vigotski compartilha da certeza que o ser biológico homo sapiens torna-se humano através da sua atividade, mediada pela cultura transmitida pelos outros humanos presentes em seu contexto sócio-histórico. É devida à apreensão dos conteúdos culturais que a consciência humana se desenvolve, em relação de antagonismo com o inconsciente, que é o seu pólo dialético. Como orientação metodológica para a realização da nossa pesquisa, adotamos os fundamentos do Materialismo histórico dialético, que é, ao mesmo tempo, um sistema filosófico e um método de construção de conhecimento, elaborado por Karl Marx (1818-1883). Sua epistemologia orienta uma metodologia a qual indica que se deve buscar a explicação da constituição do indivíduo e da sociedade na história do mundo material. Pois são nas relações estabelecidas para a execução das atividades dos homens que eles se individualizam e se desenvolvem, de acordo com os arranjos estabelecidos pelas condições materiais nas quais participam. É um movimento de superação e criação constantes. Essa dinâmica não é linear e tampouco isenta de contradições. É um movimento dialético, no qual forças opostas se contrapõem permitindo assim a emergência de novos processos que o sintetizam. Com base em outros materiais, na entrevista com o artista pixador e posteriormente com a utilização da técnica da Análise Gráfica do Discurso, pudemos apreender tanto os sentidos que os pixadores constituem para sua atividade, explicitados em seus discursos, bem como os movimentos da consciência de um artista em relação a esta atividade. O primeiro enunciado resultante da técnica da Análise Gráfica do Discurso nos apresentou que a relação com os manos orienta o fluxo da consciência do entrevistado. A importância da vinculação entre os manos demonstra o tônus da mediação afetiva-emocional entre eles, onde o outro social permite a constituição de significado para sua atividade, que compreendem o estado burguês como pólo dialético contra o qual lutam. Compreendemos a importância do afeto na Psicologia Sócio Histórica enquanto avaliador do comportamento, como ato de interesse e organizador da ação e do comportamento. A classe dominante fornece dessa forma o significado para esta atividade, e por meio da mediação dos manos e de suas vivências, o pixador constitui o sentido de sua atividade. Por meio da catarse, que Vigotski (1991) definiu como a destruição de uma emoção que se manifesta em sentidos opostos possibilitada pela contradição entre a forma e o conteúdo da arte, os pixadores têm a possibilidade de reorganizar vivências emocionais que, de outra forma eles não conseguem solucionar de forma integrativa, pois, ainda de acordo com Vigotski (1991), a emoção suscitada pela arte não se resolve de imediato através da ação, mas permanece como potência na psique. Ao mesmo tempo, esta catarse é também social, ainda que a atividade artística da pixação tenha significados contraditórios entre os que a consideram uma expressão legítima de arte urbana e os que a consideram uma forma de vandalismo. Consideramos que esta atividade permite que sentimentos de invisibilidade, revolta e indignação social sejam objetivados no produto artístico, como uma pixação feita em lugares aparentemente inacessíveis, muros de instituições da classe burguesa ou com frases que denunciam a violência e as contradições da vida da classe trabalhadora no sistema capitalista. Assim, uma emoção que é social, objetivada em um produto artístico, torna-se individual ao ser apropriada por quem frui este objeto artístico. A pixação, enquanto atividade artística se constitui como um processo dialético no qual a emoção estética se apresenta como potencialidade à recriação do comportamento, como uma ferramenta de superação de vivências imediatas em vivências criativas.

O sofrimento do trabalhador desempregado no capitalismo contemporâneo

Autor: Vitória Regina (UFMS)

Coautor: Jéssica Ferreira ortale (UCDB)

Introdução

O objetivo do presente estudo é analisar o sofrimento do trabalhador e da trabalhadora desempregado(a) e as mudanças provocadas em suas consciências devidas às mediações das emoções provocada pela falta do trabalho assalariado. Ou seja, examinar quais os impactos do desemprego estrutural na vida de cada desempregado(a).

As constantes crises do capitalismo, exigem que o desemprego seja estrutural, pois, dessa maneira, cria-se o exército industrial de reserva. Neste exército, há uma massa de sujeitos desempregados em busca de um salário para sobreviver e o fato de existir um maior número de pessoas precisando trabalhar do que vagas para serem preenchidas, tornam os salários miseráveis. Como já nos foi demonstrado: "a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente (MARX, 2008, p. 733).

Deste modo, o capital aprimora o seu processo produtivo - como, por exemplo, com a inserção de novas tecnologias como uma exigência para concorrer com outros capitalistas pelo barateamento da produção e circulação das mercadorias. Diante disso, a elevação do índice de desemprego e do exército industrial de reserva, bem como a precarização do processo de trabalho tornam-se consequências esperadas no processo de desenvolvimento do sistema capitalista.

O desmonte dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora - tal como a reforma trabalhista aprovada no governo de Michel Temer e a Reforma da Previdência do governo de Jair Bolsonaro, que joga na lata de lixo os direitos e visa atender o setor empresarial - custa muito às camadas populares e exploradas.

Diante da realidade imposta pelo avanço do capital, é impossível pensar que um sujeito que esteja desempregado não tenha sua vida afetada por esta condição. E isso se dá pelo fato de que as funções psicológicas superiores não possuem característica estática, pelo contrário, vão se desenvolvendo conforme o sujeito exerce suas atividades no meio social, considerando que "todas as funções superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos." (VIGOTSKI, 1991, p. 41).

Quando se dedicou ao estudo das emoções, Vigotski (2003) teceu diversas críticas às maneiras como se explicavam as emoções. Para o autor, as emoções não deveriam ser explicadas por um processo de desenvolvimento biológico, puro naturalismo.

Além da emoção, será discutida também uma outra função psicológica superior: a consciência. Antes de apresentar as suas características psicológicas, é válido salientar que o desenvolvimento da consciência ocorre em um processo permanente no qual o sujeito interioriza a realidade, e para essa interiorização são necessários instrumentos psicossociais capazes de construir uma representação de mundo, estabelecendo uma "relação entre o sentido e o significado das suas representações" (LEÃO, 1999, p. 19). Para Leão (1999), uma das características psicológicas da consciência "é diferenciar o mundo real das impressões interiores individuais, possibilitando o desenvolvimento da observação de si mesma" (LEÃO, 1999, p. 19).

Vigotski ao utilizar o materialismo histórico-dialético como base de desenvolvimento da teoria psicológica sócio-histórica, compartilha da mesma visão de Marx a respeito da consciência, sendo esta um produto social. Marx e Engels (2007) afirma que a consciência não é pura e que se apresenta como uma necessidade de estabelecer relações com aqueles ao seu redor, e que essa forma de consciência "constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade" (p. 35). Entretanto, a forma como a consciência se apresentou no exemplo de Marx e Engels, é fundamentalmente primária e irá se desenvolver com a divisão do trabalho. É com a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem (MARX, K.; ENGELS, F., 2007, p. 36)

Ao estabelecer a divisão do trabalho, se põe também a propriedade privada. A partir deste momento, a luta de classes poderá determinar a manifestação da consciência, seja essa manifestação individual ou social.

Como supracitado, é necessário que para a constituição da consciência, o sujeito represente o mundo que o rodeia, e para fazer tal representação precisará de duas características psicológicas fundamentais: o sentido e o significado. Para Leão (1999), a primeira característica "é aquilo que em um objeto ou fenômeno aparece objetivamente no sistema de suas ligações, interações e relações" (p. 20). Ou seja, é a capacidade de generalizar toda a realidade. Já a segunda característica é subjetiva e sendo assim, assume um caráter de "individualização do significado que o representado tem para cada consciência [...] o sentido subjetivo e pessoal é dependente da interação entre o sujeito e o seu meio". (LEÃO, 1999, p. 20).

O desenvolvimento da consciência dependerá da atividade que o sujeito irá realizar em seu meio e da cultura vigente, ou seja, como Marx e Engels (2007) pontuaram, "a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. (p. 35).

Objetivo

Investigar quais são as alterações ocasionadas pelo desemprego nas emoções que medeiam a consciência do sujeito sobre si mesmo e o motivo de ficar desempregado.



Relação clara com o GT e eixo temático escolhido

A escolha do GT01 se deu pelo interesse em compartilhar e receber de outros(as) acadêmicos(as) o que se tem discutido na psicologia sócio-histórica em relação ao avanço desenfreado do capitalismo e a precarização total do trabalho.

Enquanto sujeito que pretende atuar com a psicologia e que assume um compromisso para com a classe trabalhadora, é dever discutir e refletir sobre o adoecimento da população - atualmente 14 milhões - de desempregados do Brasil.

Orientação teórica

Para uma prática fundamentada, torna-se necessário o embasamento em uma teoria. Neste sentido, no presente trabalho serão utilizadas duas teorias que se relacionam.

A primeira será a economia política marxista, pois entendo esta como a mais completa teoria para a compreensão da atual fase em que estamos vivendo, além de referir-se à sociedade e os modos de produção enquanto históricos.

A segunda teoria a ser utilizada é a teoria psicológica Sócio-Histórica, criada e desenvolvida na antiga União Soviética.

Diferente das teorias psicológicas tradicionais, a teoria Sócio-Histórica é desenvolvida posteriormente à Revolução de Outubro de 1917, pois foi a partir da construção de uma nova forma de organização da sociedade que Vigotski, Luria e Leontiev puderam elaborar uma proposta para a ciência psicológica, que visasse a constituição de homens e mulheres com as características socialista.

Método

Para a realização desta breve pesquisa, optou-se pela apenas pela utilização de livro temático capazes de contribuir para a construção de um debate fundamentado a respeito do assunto tratado. Essa escolha se deu pela sólida produção científica no campo da psicologia sob viés do marxismo.

Resultados

Considerando o caráter breve deste trabalho, foram selecionados livros que dão uma base suficientemente boa para a sustentação de um debate a respeito do sofrimento do trabalhador no capitalismo contemporâneo. Ademais, o critério estabelecido de escolha das obras é o de fazer uma discussão à favor da classe trabalhadora, bem como críticas estruturadas ao capital.

Conclusões

Ao utilizar o materialismo histórico dialético e a psicologia Sócio-Histórica como base para a construção deste trabalho, torna-se evidente que o sujeito não será considerado passivo e sem qualquer manifestação de atividade consciente.

Deste modo, ao considerarmos que somos sujeitos ativos e atuamos no meio onde estamos inseridos, devemos buscar alternativa às mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e conseqüentemente na vida daqueles que não o possui.

Por fim, na contramão da ideologia liberal que vem cooptando o conhecimento científico, a proposta deste e de próximos estudos é afirmar o compromisso com a classe trabalhadora, bem como utilizar a teoria psicológica sócio-histórica como um dos instrumentos capazes de contribuir na exposição das contradições da sistema no qual vivemos, e que também sirva para a tomada e/ou desenvolvimento da consciência de classe e das mazelas as quais somos submetidos.

LEÃO, I. B. Os Professores universitários: a emoção e o pensamento em um trabalho intelectual institucionalizado. Tese de Doutorado, Programa de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Um método para investigar a consciência: do intrapsicológico ao interpsicológico. *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 2: 67-75, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital, vol. I. 25 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008



VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
_____. O desenvolvimento psicológico na infância. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Por uma práxis clínica psicoterápica: aportes sócio-históricos à dialética da sexualidade

Autor: Jeferson Renato Montreozol (Jeferson Renato Montreozol)

Coautor: Edna Peters Kahhale (PUCSP)

O presente trabalho apresenta uma discussão sobre as relações dialéticas entre as funções conscientes e inconscientes e a sexualidade, as quais permeiam o desenvolvimento dos processos psicológicos mais elevados dos sujeitos, dentre eles, a identidade sexual. Para tanto, abordou-se a consciência como um conjunto de funções e processos que possibilitam ao sujeito conhecer e agir sobre a realidade e, por esse motivo, a concepção de inconsciente que foi assumida o toma eminentemente a partir dos aspectos culturais, enquanto polo dialético de uma mesma relação com a consciência. A partir desses pressupostos, compreende-se que o inconsciente se relaciona com a consciência e a sexualidade por meio de configurações e processos não-verbais (sentimentais-emocionais), permitindo ao sujeito desenvolver suas identificações sexuais mesmo sem compreendê-las, isto é, impossibilitando-o de desenvolver abstrações para compreender como a realidade exterior está afetando-o. Como sustentáculo dessa discussão compreendemos que a identidade sexual é a síntese de um processo dialético entre a consciência e o inconsciente, processo que se aporta na base biológica, em específico no corpo, e a partir do qual o sujeito desenvolve um mundo interno subjetivo por intermédio de seu grupo social. Em decorrência disso, o sujeito pode ou não se identificar com determinadas características psíquicas e sociais referenciadas para o seu sexo anatômico, dependendo dos elementos mediadores que estarão disponíveis e possibilitarão a conversão do inconsciente em consciente (ou vice-versa). Ou seja, a forma como o tônus emocional e o mundo presente no inconsciente irá guiar suas escolhas sexuais conscientes conduzirá o sujeito a um posicionamento e uma identificação frente à esfera da sexualidade. Outras questões a serem observadas fazem referência: a uma continuidade, isto é, ao desenvolvimento contínuo da identidade sexual, e não a fixidez dessa estruturação, pois a relação consciente e inconsciente será sempre dinâmica; a não apropriação exclusiva de atitudes e comportamentos masculinos ou femininos; ao desenvolvimento de uma identidade sexual que abarca tanto os aspectos sociais e históricos, como também os elementos constituintes da consciência e do inconsciente do sujeito, isto é, suas funções psicológicas superiores e os mediadores; à revalidação da esfera do desejo, como possibilidade para direcionamento dos aspectos emocionais ou, ainda, o tônus emocional; e as balizações impostas pela sociedade capitalista perante o desenvolvimento das identidades sexuais. Partindo dos pressupostos qualitativos, optou-se pelo estudo exploratório e foram utilizados os princípios da pesquisa bibliográfica a partir dos indexadores Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi), Scielo, LILACS, MEDLINE, buscando analisar livros, periódicos, teses, dissertações, coletâneas de textos, em material físico e on-line, nos idiomas português, inglês e espanhol, com foco na correlação das temáticas dialética consciente-inconsciente, sexualidade e identidade sexual, psicologia sócio-histórica, psicologia histórico-cultural e método materialista histórico-dialético. Definiu-se a técnica para investigação das possíveis soluções tomando a leitura como principal referência para identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como para verificar as relações entre eles para uma inter-relação e consistência. Assim, o material apresentado visa expor as possíveis soluções formadas para o processo de investigação, pois considerando então que o inconsciente é passível de ser descoberto, torna-se necessário que o sujeito adquira novos elementos culturais que lhe permitam o desenvolvimento de um sentido, a integração desse sentido em uma nova dinâmica sistêmica ou, ainda, a reorganização dos sistemas psicológicos, visando à ampliação de sua consciência. Essa mudança circunstancial de inconsciente para consciente pode possibilitar que o sujeito se insira na realidade de forma a compreendê-la, ampliando, assim, sua participação e existência enquanto humano. Isso porque se eu não possuo instrumentos para compreender e lidar com a realidade, esta me domina e me impossibilita de executar uma ação efetiva que permita minha subjetivação e objetivação, minhas reais escolhas e identificações sexuais, mantendo assim meus conteúdos (ou ainda os conteúdos sociais) inconscientes. Pensamos, então, que um dos espaços para a promoção dessa re-organização psíquica pode e deve ser a clínica psicológica, obviamente compreendida como lócus para produção de uma prática psicoterapêutica que vise à transformação do sujeito enquanto práxis ético-política do psicólogo, e não apenas para uma ação tradicionalista

no enquadramento em estruturas e processos a priori determinados pela dinâmica sociocultural. Buscamos então a apresentação dos estudos e teorizações acerca da sexualidade humana, apontando, a partir destes, uma compreensão materialista histórico-dialética para a relação triádica estabelecida entre sexo, gênero e sexualidade. Na sequência, discutimos, a partir da mediação cultural e emocional, a produção e o desenvolvimento das instâncias consciente e inconsciente do psiquismo humano. Em um terceiro momento, apresentamos as considerações sobre o desenvolvimento de processos de identificação do sujeito com a realidade e consigo mesmo, principalmente no que concerne aos aspectos da sexualidade, com base na dialética consciente-inconsciente. Na continuidade, explicitamos a historicidade da prática clínica e as possíveis implicações do método materialista histórico-dialético à psicoterapia, na produção de uma práxis terapêutica que torne a clínica historicizada como espaço de desenvolvimento da consciência subjetiva. Apontamos, então, que a práxis psicoterápica pode possibilitar o movimento da inconsciência da realidade para a consciência identitária sexual, uma posição política que ultrapassa o conhecimento imediato, ingênuo, ascendendo ao plano reflexivo e potencializando, assim, o pensamento e a ação.

PROSTITUIÇÃO E DESIGUALDE SOCIAL: Estudo sobre a constituição do sujeito enquanto mulher profissional do sexo

Autor: Gabriela Pereira da Silva (UCDB)

Coautor: Krisley Amorim de Araujo (UCDB) e LUCIANE (UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO)

O tema central do presente trabalho é a prostituição. Apesar de ao longo do tempo a prostituição possuir diversas definições, atualmente entende-se por prostituição uma atividade profissional em troca de um valor monetário e é caracterizado pelo desapego afetivo (SILVA, 2001), bem como o “comércio habitual do próprio corpo para a satisfação sexual de indiscriminado número de pessoas” (RODRIGUES, 2004, p. 151).

Comumente, a prostituição é tratada vulgarmente como “a profissão mais antiga do mundo”. É fato que a origem da prostituição foi se perdendo com o tempo, porém, é certo de que a prostituição é uma criação social do homem. A ênfase de que esta profissão não é advinda da natureza humana é fundamental para que não seja uma norma representacional das mulheres (SWAIN, 2004). As mulheres que se envolvem com a prostituição são usualmente criminalizadas e julgadas pelo caráter, a prática se torna naturalizada e banalizada, sem que exista reflexão acerca da mesma, buscando suas origens e causas.

A prostituição se configura enquanto fenômeno que ocorre no cotidiano da vida social, no entanto, pouco se discute a respeito do tema, que quanto colocado em pauta é foco de discursos extremistas e polêmicos. Portanto, são elencados alguns objetivos que possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho, sendo o principal deles estudar como se dá a constituição do sujeito enquanto mulher profissional do sexo partindo dos aspectos psicossociais envolvidos em histórias de vida de um grupo de mulheres envolvidas com a prostituição, além de estudar a subjetividade, processos de exclusão/inclusão e o sofrimento psíquico resultante, bem como se pretende aprofundar os estudos referentes ao sofrimento ético-político desta população.

O presente trabalho está em consonância com o GT 01 - A dialética materialista histórica nas relações entre sujeitos e sociedade: as mediações proporcionadas pela Teoria Sócio-Histórica e suas contribuições para a psicologia social. Entende-se que a prostituição é resultado de contradições do capital, a qual produz a desigualdade social e discrimina partindo de uma dialética inclusão-exclusão, assim como o GT busca contribuições para a compreensão de uma sociedade de classe resultante da democracia liberal burguesa. Além disso, a construção subjetiva do sujeito enquanto mulher profissional do sexo ocorre a partir de certas determinações sociais e históricas, a partir de relações sociais estabelecidas desde sua infância, perpetuando-se na vida adulta. Portanto, seu psiquismo se constitui a partir da relação dialética da sociedade capitalista voltada para o consumo.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, a metodologia foi constituída a partir de uma pesquisa qualitativa, pois esta trabalha com o universo dos sentidos e dos significados (MINAYO, 2010). Inicialmente foi realizado um estudo bibliográfico sobre a temática proposta, utilizando como descritor principal “prostituição” nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico. Tal estudo possibilitou a construção de um referencial teórico acerca da temática, entendendo como a prostituição se deu historicamente e principais tendências de estudos na atualidade.

Em um segundo momento foi utilizado o Grupo Focal estruturado por um grupo de 08 mulheres profissionais do sexo, buscando compreender suas histórias de vida e quais seus contextos de desigualdade social. Para resguardar a identidade das participantes desta pesquisa optou-se pela utilização de nomes de deusas gregas como forma

de evidenciar a sua grandiosidade como mulheres. Foram realizados 03 encontros com duração de 50 (cinquenta) minutos a 01 (uma) hora cada. Em cada encontro foi proposto uma pergunta norteadora da discussão, que, no seu decorrer, pôde revelar outras questões devido às discussões realizadas. As perguntas norteadoras dos encontros envolveram temática como infância, adolescência, família, entrada na prostituição e perspectivas de vida futura.

Os encontros foram realizados em sala privativa na sede de uma instituição de atendimento a mulheres profissionais do sexo. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa¹ e as participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a gravação dos encontros e a utilização do mesmo para fins de pesquisa.

As informações coletadas a partir da realização do Grupo Focal foram gravadas, posteriormente transcritas e analisadas segundo a perspectiva Sócio-Histórica, a qual tem como base o Materialismo Histórico Dialético de Karl Marx, que pauta sua análise na objetividade do mundo real e concreto. Esta perspectiva tem por interesse conhecer a lógica de um objeto real e determinado. José Paulo Netto (2011) afirma que “descobrir esta lógica consiste em reproduzir idealmente (teoricamente) a estrutura e a dinâmica deste objeto”.

Parte-se, portanto, dos homens de carne e osso, homens realmente ativos e de seu processo de vida real. Para Marx e Engels (2007), o ser social é um processo, é movimento dinamizado através de contradições, que quando superadas produzem novas contradições, em um movimento dialético. Sobre as relações entre o ser e a consciência afirmam “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p.94).

Ao se realizar uma retomada na história de vida das participantes da pesquisa, nota-se alguns pontos de intersecção entre elas. No tange a sua infância e adolescência, dois pontos fundamentais aparecem de forma recorrente: a fome e a violência doméstica. Não houve, no entanto, relatos de abuso sexual na infância, fator comumente associado a prostituição. Há indícios de pais rígidos, ambientes familiares marcados por miséria, instabilidade e violência física e psicológica tanto consigo mesmas quanto com suas mães. Conforme Swain (2004), mulheres que se envolvem na prostituição podem apresentar histórias de vida permeadas por abusos, estupro ou outros tipos de violência social.

Arelados à questão financeira, encontra-se as falhas no sistema educacional vivenciadas por estas mulheres. Devido às necessidades econômicas, muitas deixam de ir à escola muito cedo para ajudar sua família ou mesmo não são estimuladas a continuarem estudando. À vontade de continuar os estudos é expressa por todas as participantes, as quais atribuem também a falta de educação de qualidade e qualificação profissional a sua entrada na prostituição.

Desta forma, as relações sociais estabelecidas pela criança irão fundamentar todas as funções superiores do indivíduo. Ou seja, o indivíduo irá se relacionar consigo mesmo da mesma maneira que as pessoas se relacionaram com ela (RATNER, 2002). Se crescem, portanto, em um ambiente hostil, assim serão consigo mesmas e com os demais. Surge, nesse sentido, sentimentos de menos-valia, acreditando que não são capazes de crescer e realizar seus objetivos, que tudo que podem fazer é entrar no mundo da prostituição.

Assim, a profissão surge como uma estratégia de enfrentamento da realidade vivida ao longo do seu desenvolvimento. E a partir disso, torna-se mais que uma forma de subsistência diante de baixas condições socioeconômicas. No entanto, muito além de uma estratégia de sobrevivência, a prostituição passa a ser uma forma de ascensão social. A mídia é um dos principais mecanismos do capitalismo que visam seduzir a população a consumir, gerando não só a necessidade de sobrevivência, bem como a necessidade de consumo e desejo de ascender socialmente.

No entanto, a realidade vivida é retratada com sofrimento de diversos tipos, entre eles observa-se o sofrimento ético-político, o qual está presente na vida destas mulheres até mesmo antes de entrar na prostituição, no sentido de não conseguirem meios para melhorar suas vidas, vendo-se presas a um contexto de servidão que não propicia a liberdade de escolher o que realmente querem, visto que suas escolhas são permeadas por aspectos socioeconômicos e histórico-culturais do local onde vivem.

Ponto central nos estudos de Sawaia (2009) é a categoria sofrimento ético-político, este se constitui enquanto diferenciação ao sofrimento ontológico do ser a partir da relação entre a desigualdade social e as respostas afetivas do sujeito. O sofrimento ético-político retrata a vivência no cotidiano das questões sociais existentes em cada momento histórico, especialmente a dor que surge a partir de situações sociais de ser tratado como inferior, dominado, sem valor, de forma inútil para a sociedade (SAWAIA, 1999). Tal fato é comum a um contexto capitalista produtor de desigualdade social, no qual existem sujeitos que são inúteis à produtividade dos meios de produção que visam a mais-valia.



A prostituição é um fenômeno complexo que pode se apresentar de diferentes formas e possuir trajetórias distintas. A exclusão e a desigualdade social ao longo da vida destas mulheres as influenciou a seguir por certos caminhos e optar por certas escolhas, gerando sofrimento psíquico de diversas maneiras. Apesar de estarem inseridas em um determinado contexto social e histórico que perpassam por certos aspectos psicossociais, o sujeito não é passivo no processo de subjetivação. Ele não age apenas de acordo a estímulos internos, mas provocam reações únicas, e apesar de ser encontrado pontos em comum nas histórias aqui apresentadas, cada mulher vive e experiência os acontecimentos de forma distinta e única. E muito mais do que apenas a reagir ao mundo externo, as profissionais do sexo participantes da pesquisa assumem sua liberdade e optam pela saída da prostituição. Embora a decisão de saída não seja fácil e não sendo subsidiada por políticas públicas educacionais e de incentivo à entrada no mundo formal de trabalho. Restam às ações assistencialistas, comumente de cunho religioso, a fornecer a elas o apoio que o Estado não forneceu.

Reivindicações pelo recrudescimento do autoritarismo estatal sob perspectiva da psicologia sócio-histórica

Autor: Larissa de Carvalho Lopes (UFG)

Coautor: Lívia

O presente trabalho propôs uma análise da conjuntura contemporânea, marcada pelo recrudescimento da ideologia conservadora e suas extensões autoritárias, partindo-se da psicologia sócio-histórica. Contexto este que se configura a partir de uma permissividade quanto à violência por si e manifestações positivas quanto a mecanismos que a promovam, visualizadas no crescimento expressivo de um Estado ostensivamente penitenciário e policial. Tendo isso em vista, tencionou-se iniciar uma discussão a respeito da ação reivindicatória a qual esta realidade engendra desde tal perspectiva. Para sua execução, contou com propósitos específicos de a) levantar produções das ciências sociais acerca da definição e diferenciação do conservadorismo, autoritarismo e fascismo; b) investigar o movimento sócio-histórico relativo a tais ideologias políticas, especificamente no que tange ao período mais recente de crise no Brasil; c) aprofundar a concepção de psiquismo a partir da psicologia sócio-histórica; e d) analisar criticamente relações entre os pressupostos desta teoria e a conjuntura sócio-política apresentada. Pretendeu-se, a partir destes, demonstrar como as relações materiais criam condições de aspectos subjetivos, sendo necessário aprofundá-las. Relaciona-se com o Grupo de Trabalho: A dialética materialista-histórica nas relações entre sujeitos e sociedade: as mediações proporcionadas pela Teoria Sócio-histórica e suas contribuições para a Psicologia Social” tendo em vista o fio condutor comum epistemológico, perante o qual o conhecimento das mediações entre singularidade, particularidade e universalidade serve, em última instância, para uma busca da transformação. Tal pesquisa se deu mediante um levantamento bibliográfico de artigos, livros e/ou dissertações que se relacionassem aos objetivos apresentados, cujos procedimentos envolvem a) a seleção dos textos, b) a sistematização destes a partir dos pressupostos da teoria na qual se ancora e c) a construção de sínteses descritivas e explicativas sobre o objeto de análise exposto, apontando-se possíveis relações entre os avanços da teoria e este fenômeno psicossocial. Em decorrência disso, cursa tanto elaborações que possibilitam melhor delimitação dos fenômenos sociais recentes, quanto compreensões filosóficas e sociológicas que também se dedicam a pensar as multideterminações deste objeto. Compreendeu-se que o pensamento conservador moderno, substanciado na defesa do menor reformismo possível e praticável, nega a função ideológica que assume e se aproxima de um progressismo liberal, promovendo-se alterações pontuais e produtivas no que tange ao apassivamento popular. Do mesmo modo, identifica-se uma concentração de esforços quanto a ideia de nação, tomada em formas de união, e que dilui percepções de que há conflitos de classe na constituição de todos os aspectos sociais. União, entretanto, que exclui grupos dados como inimigos, difundindo-se políticas de criminalização, repressão e cerceamento de direitos a estes mesmos. Fundamenta-se na institucionalização da violência e na concepção de liberdade como apassivamento, no qual a ordem constitucional garante a sobrevivência e expansão da classe dominante, no terror, controle de mídias, eleições enquanto processo simbólico, com a eliminação dos opositores do regime político estabelecido. Na constituição de um ideário anticomunista, encetado por interesses da política externa imperialista, curvou-se à direita e à contrarrevolução, autorizando-se a barbárie para contenção de ameaças revolucionárias, abrindo-se precedentes para “leis de emergência” em diálogo com a dita “segurança nacional” e a ditadura militar, expressões autoritárias e fascistas na América Latina. Demarcou-se, ainda, deste momento mais recente de as-

censão conservadora, a catalisação pós crise em 2007-8. Em cena no debate contemporâneo brasileiro revestida em uma suposta “crise moral”, tem alavancado tentativas de abertura com relação às políticas armamentistas e à militarização das relações. Pautando-se em uma compreensão de que as relações sociais no seio das forças produtivas são base da reorganização do psiquismo em formas superiores tipicamente humanas, a organização societária é, para além de influência, trama na formação das individualidades. Assim sendo, os nexos relacionais no tecido social, que se materializam por meio da linguagem e demais instrumentos culturais, são internalizados e apropriados integrando a própria dinâmica da personalidade. Em razão disso, em uma sociedade organizada a partir do conflito de classes com interesses contraditórios entre si, o psiquismo se desenvolve na forma de drama, luta interna cuja oposição de motivos se estrutura em ato volitivo. Nesse processo, no entanto, nem sempre se é consciente de todas as determinações. Define-se a tomada de consciência nesta perspectiva como sendo a possibilidade de acessar-se como objeto e é exatamente este reposicionamento que possibilita ser ativo na relação histórico-social que se insere. Contudo, no modo de produção capitalista, a alienação quanto a si e ao mundo ratificada pela ideologia dominante cinde os afetos de suas causas, suprime acesso aos significados sociais e, deste modo, não é possível apreender a realidade e transformá-la (cri)ativamente. Ante o exposto, argumenta-se que, ainda que na aparência do fenômeno se sugira uma escolha consciente de manifestar-se em prol de ações ainda mais opressoras e repressivas contra a própria classe, há um cerceamento no que tange a liberdade de escolha, constituindo-se, em verdade, como inconsciência de alguns determinantes ao ato volitivo que finda em um reprodutivismo. O que escapa, nesta forma de organização, e impossibilita o movimento rumo à liberdade é inconsciente, onde apesar de ser afetado pela realidade, não há palavras no tecido social que façam uma mediação destes afetos no psiquismo e não se dispõe de instrumentos sociais para mudanças radicais em direção ao que afeta e possibilitar a própria expansão. Destaca-se, à guisa de conclusão, o conflito como possibilidade e necessidade de atuar de modo a transformar esta realidade histórico-social.

Um Mapeamento da Produção em Psicologia Histórico-Cultural no Brasil

Autor: Vinicius do Prado Manoel (UFMS)

Coautor: bruno peixoto carvalho

Trata-se de uma pesquisa de estado da arte, que teve como objetivo realizar um mapeamento geral da produção nacional da Psicologia Histórico-Cultural, abordagem cujos fundamentos residem no materialismo histórico-dialético, tema do GT1 no XX Encontro nacional da ABRAPSO. Tomou-se como material de análise as produções encontradas no Portal Periódicos-CAPES indexados de 1999 à 2017, utilizando-se de descritores que se relacionam com este referencial teórico.

Os objetivos específicos desta pesquisa foram: a) analisar o volume de artigos produzidos em Psicologia Histórico-Cultural no Brasil; b) indicar em quais áreas da Psicologia as pesquisas em Psicologia Histórico-Cultural se concentram no Brasil; c) identificar quais os periódicos mais publicam pesquisas em Psicologia Histórico-Cultural no Brasil; d) contribuir para uma análise futura da qualidade da produção em Psicologia Histórico-Cultural; f) sistematizar a produção científica em Psicologia Histórico-Cultural no Brasil.

Espera-se ainda, que este mapeamento possa ser útil àquelas pesquisas que se dediquem a outros bancos de dados e que isso seja suporte à realização de um diagnóstico do que tem sido produzido a partir do referencial da Psicologia Histórico-Cultural e, quiçá, ao planejamento de produção futura que possa vir a realizar uma análise mais aprofundada deste objeto.

Escolheu-se o Portal de Periódicos CAPES por reunir, no Brasil, o maior volume de coleções e bases de dados nacionais e internacionais, indexando bases de dados de acesso gratuito e pago. O Portal de Periódicos CAPES reúne, atualmente, 253 bases de dados e mais de 38 mil publicações, dentre as quais a base do Scientific Electronic Library Online (SciELO), muito popular entre os pesquisadores brasileiros.

Esta pesquisa organizou-se em quatro etapas, a saber: a) a criação de uma planilha com as informações que deseja-se organizar a partir dos artigos encontrados no Banco de Periódicos CAPES, b) breve revisão de literatura sobre a recepção e difusão das obras de Vigotski e da Psicologia Histórico-Cultural no Brasil; c) a organização dos resultados da busca no Banco de Periódicos CAPES na planilha referida; e d) a análise dos dados.

A busca pelos artigos que compõem o objeto de estudo deste trabalho retornou 1042 resultados, foram aplicados a eles os filtros “tipo de recurso”, onde selecionou-se a opção artigos e “idioma” selecionando-se a língua



portuguesa, obtendo-se 346 resultados ao todo. Outras seleções foram feitas manualmente e consideraram simultaneamente a bibliografia utilizada, a utilização dos descritores no texto, obtendo-se por fim, 224 artigos.

Na revisão bibliográfica, analisou-se principalmente os seguintes trabalhos: a) O Pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil, de Maria Teresa de Assunção Freitas (1994); b) O pensamento de Vygotsky nas reuniões da ANPED (1998-2003), de Maria Teresa de Assunção Freitas; c) Teoria Histórico-Cultural de L. S. Vygotsky no Brasil: Uma análise da produção científica no período de 1986 a 2001 de Sarmento (2006).

Ficou claro a partir da pesquisa de Freitas (1994), que no final dos anos 70 e início dos anos 80 as instituições de ensino, Unicamp, USP-SP, PUC-SP e PUC-RIO foram as instituições mais importantes para a irradiação da obra vigotskiana, por conseguinte, a chegada de autores da Psicologia Histórico-Cultural no Brasil. Revelando algumas das pessoas mais importantes durante este processo, como Silvia Lene, Cláudia Lemos, Dermival Saviani, Clotilde Rosset, Maria Tereza Fraga Rocco e Marta Kohl de Oliveira.

Na análise do artigo de Freitas (2004), realizado a partir da pesquisa sobre a presença de Vigotski nos GTs da ANPED, encontrou-se outro aspecto da produção científica a qual estamos analisando. Freitas (2004), identificou 35 instituições Brasileiras de ensino superior. Entre estas, as concentram um maior número de produções são: UFJF, USP, Unicamp, Unimep, UFG e Unesp. Segundo a autora, um outro dado importante é que em um evento específico da área da Educação, "dos vinte GTs da ANPED, dez GTs (50%) contam com a presença de Vigotski entre seus trabalhos e isso se apresenta num movimento contínuo, que vai da 21ª até a 26ª Reunião".

Na Tese apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS, intitulado Teoria Histórico-Cultural de L. S. Vygotsky no Brasil: Uma análise da produção científica no período de 1986 a 2001 de Sarmento (2006), a análise dos dados possibilitou concluir que, PUC-SP, Unicamp, USP e UFSC até o ano de 2001, podiam ser consideradas polos de difusão da "Abordagem Vigotskiana", concentrando 64,91% das teses e dissertações. As áreas de Educação e Psicologia concentram 81,43% destas teses e dissertações.

O que fica claro a partir da revisão bibliográfica é que até o ano de 2001, as grandes instituições difusoras da Psicologia Histórico-Cultural, praticamente mantiveram-se, sendo elas: PUC-SP, Unicamp e USP-SP, no entanto a PUC-RIO na pesquisa de Sarmento (2006) não tem mais destaque. Fica clara a importância dos estudos em Educação e Linguagem para a difusão dos postulados da Psicologia Histórico-Cultural no Brasil.

No presente trabalho analisou-se 224 artigos, a partir dos quais identificou-se os descritores que mais trouxeram resultados de busca: Psicologia Histórico-Cultural, com 63 artigos e Teoria Histórico-Cultural, com 76 artigos, contabilizando juntos 61,80 % das produções analisadas.

Observou-se que de 2007 a 2016 a menção destes autores subiu exponencialmente, mas há uma queda vertiginosa que presenciemos em 2017, que se dá possivelmente ao fato do portal de periódicos CAPES não ter indexado todas as publicações referentes ao ano.

Segundo indica a CAPES, o Sistema Nacional da Pós-Graduação (SNPG), cresceu de 3.337 para 4.175 programas entre os anos de 2013 e 2016, um aumento de 77% no número de cursos de mestrado profissional, 17% no mestrado acadêmico e o doutorado atingiu percentual de 23%, isso pode ajudar a explicar o crescimento da produção científica neste período.

O número de artigos por áreas do conhecimento e neste sentido também é consoante aos dados encontrados por Freitas (1994), Freitas (2004) e Sarmento (2006), pois estas pesquisas mostraram que haviam pesquisadores principalmente das áreas de Educação e Psicologia se preocupando com as apropriações da Teoria Histórico-Cultural, bem como alguns linguistas. Ao todo, pesquisas teóricas e empíricas estão muito próximas em quantidade, mas levada em consideração apenas a área da psicologia, vemos um maior número de artigos produzidos a partir de pesquisas teóricas.

A região sudeste continua sendo a maior irradiadora da Psicologia Histórico-Cultural e das ideias de seus idealizadores, no entanto vemos uma grande mudança com relação ao gráfico presente no trabalho de Sarmento (2006). Suspeita-se que isso tenha acontecido devido à criação do programa de Pós-graduação da UEM em 2006 e os constantes avanços nos estudos em Teoria Histórico-Cultural na UFSC, colocando o Sul em segundo lugar e com um número muito superior ao Centro-Oeste. Ainda, muitos programas de pós-graduação surgiram principalmente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Em Maringá se justificam os dados por conta de um importante grupo formado principalmente por Sonia Mari Shima Barroco, Silvana Tuleski e Marilda Facci e em Florianópolis o grupo de Andréa Vieira Zanella e em Chapecó, Solange Maria Alves.

Com relação aos periódicos, encontrou-se os seguintes dados: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação da UNESP (18 artigos), Revista Psicologia e Sociedade, vinculada à ABRAPSO (17 artigos), Interfaces da Educação, revista vinculada ao programa de pós-graduação da UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso



Sul (11 artigos) e a revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, vinculada ao Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia (11 artigos).

Os autores(as) que mais publicam utilizando-se do referencial da Psicologia Histórico-Cultural, empatados com quatro publicações cada um(a), são: Andreia Vieira Zanella (UFSC), Edson Schroeder (FURB), Lúcia Márcia Marins (Unesp/Bauru) e Silvana Cavo Tuleski (UEM). Solange Maria Alves da UFFS (campus de Chapeco-SC). se destaca, tendo conseguido produzir o dobro dos autores citados acima, 8 artigos.

Há uma mudança dos protagonistas na expansão dos conhecimentos postulados pelos psicólogos soviéticos, mas com exceção da UEM e da UNESP/Marília, se mantêm as instituições principais de difusão destes teóricos, PUC-SP, USP-SP, UFSC e UNICAMP, resultado confluyente às pesquisas de Sarmento (2016) e Freitas (1994).

Desde modo, nas considerações finais, destacou-se a manutenção de um modo geral dos polos de produção onde foram encontrados os primeiros trabalhos na década de 70 e 80, PUC-SP, USP-SP e UNICAMP. No entanto, é esperançosa a análise que mostrou o crescimento das produções na Universidade Estadual de Maringá-UEM e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Espera-se que este trabalho abra portas a pesquisas futuras que pretendam continuar a investigação sobre o mapeamento da produção da psicologia Histórico-Cultural, podendo assim, abrir novos caminhos para os estudos destes teóricos, bem como o fortalecimento de uma Psicologia crítica e transformadora.

Referencial Bibliográfico

Sarmento, D. F. (2006). *A Teoria Histórico-Cultural de L. S. Vygotsky no Brasil: Uma análise da produção científica no período de 1986 a 2001*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Freitas, M. T. A. (2004). O pensamento de Vygotsky nas reuniões da ANPEd (1998-2003). *Educação e Pesquisa*, 30(1), 109-138.

Freitas, M. T. A. (1994). *O pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil* (2ª ed.). Campinas, SP: Papirus.

Romanowski, J. P. & Ens, R. T. (2006). As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em Educação. *Diálogo Educacional*, 6(19), 37-50.

Uma proposta de organização dos conteúdos inconscientes na psicologia soviética

Autor: Flávia Gonçalves da Silva

É fato que a psicologia soviética, em especial para a vertente histórico-cultural, tem como seu objeto de estudo o desenvolvimento da consciência, no entanto, também é evidente que ela não é sinônimo do psiquismo. Desse modo, há diversos conteúdos e processos que não são conscientes, ou são inconscientes, como alguns estudos a partir da obra de Vigotski apresentaram, e estes são necessários ser investigados. No/pelo inconsciente o indivíduo não sabe o que o orienta, mas sua natureza genética não reside nesse aspecto, mas nas relações sociais que são interiorizadas e que formam o psiquismo. No entanto, apesar de não orientá-lo de modo consciente, o inconsciente regula de alguma maneira a conduta do homem. A partir de tais considerações, o objetivo desse trabalho é apresentar uma proposta de organização dos conteúdos inconscientes, desenvolvida por Asmolov, continuador russo das obras de Vigotski e Leontiev. O autor propõe que os conteúdos inconscientes podem ser organizados em quatro classes de manifestação: motivadores inconscientes do comportamento (motivos inconscientes e atitudes semânticas); reguladores inconscientes na forma de realizar uma atividade; reservas inconscientes dos órgãos dos sentidos (estímulos superficiais ou subsensoriais); e fenômenos supra conscientes e supra individuais.

Sobre os fenômenos supra conscientes e supra individuais, estes se referem ao que foi denominado na filosofia de Descartes por ideias inatas e por Jung como inconsciente coletivo. Asmolov explica que tais fenômenos nada mais são que experiências apropriadas pela imitação e identificação no processo de socialização característico ou comum de grupo, que inclusive pode ser passado de geração a geração.

Em relação aos motivadores inconscientes do comportamento, o autor entende que há dois aspectos que constitui essa classe, que são os motivos inconscientes e a atitude semântica. Os motivos inconscientes se referem ao que impulsiona o indivíduo à atividade (ou a uma ação), mas não é consciente para o mesmo. É pequeno o número de motivos que efetivamente o indivíduo tem consciência, pois depende do desenvolvimento da autoconsciência, compreendida como a tomada de consciência do próprio eu, que implica, a partir do conhecimento sobre

si, no indivíduo compreender como ele se insere nas relações com o mundo, identifica quais são as determinações que o constituem enquanto personalidade, bem como ele constitui a realidade que o cerca. Ter consciência dos motivos implica em encontrá-los nesse sistema de relações do indivíduo com o mundo seja de forma prospectiva como retrospectiva, sendo mais comum a tomada de consciência quando estes orientam ações do primeiro tipo. A maior facilidade da tomada de consciência dos motivos em ações ou atividades prospectivas, segundo a concepção de Leontiev, está no fato de não ser possível perceber plenamente o motivo de algo passado, já vivido, especialmente se o processo não é mais atual para o indivíduo. É possível considerar que às alterações nos conteúdos mnemônicos que são modulados e regulados pelas emoções e sentimentos, além de aspectos que podem ser esquecidos pelo indivíduo expliquem esse processo. Somado a isso, experiências vividas pelo indivíduo posterior à ação e/ou atividade que não se teve consciência do motivo na ocasião de sua execução, podem fazer com que ele compreenda o já vivido de forma diferente, tanto por maior consciência de si e da situação em que está ou estava inserido (ou maior dificuldade em ter consciência, dependendo das condições objetivas e subjetivas do indivíduo), bem como a alteração na hierarquia da esfera motivacional. Além disso, de forma prospectiva se o objetivo está vinculado a um significado, o motivo tem maior potencialidade de ser consciente.

Em relação a atitude, outro motivador inconsciente, é um processo que foi melhor estudado pelo georgiano Uznadze, e se refere à preparação da atividade, uma prontidão à ela, sendo inconsciente, mas que não prescinde da consciência na sua formação. As investigações sobre atitude desenvolvidas por Uznadze demonstraram que há nos indivíduos uma tendência à fixação de algumas delas para a realização de atividades em determinadas condições. Ela é entendida como uma resposta primitiva do indivíduo, um processo que antecede a formação da consciência. A atitude atualizada na atividade possibilita a expressão do conteúdo que foi realizado no plano da consciência, o sentido pessoal. Em uma atividade não realizada, a atitude expressa o conteúdo não realizado de modo inconsciente que, no aspecto semântico, se refere ao sentido pessoal. Desse modo, apesar do sentido pessoal ser realizado pela consciência, Asmolov entende que esta não é suficiente para alterá-la, daí a importância da atividade. Mas também é necessário considerar seu lugar social num sistema de relações do indivíduo com a realidade e o quanto ela produtiva para ele, no que se refere ao atendimento de suas necessidades.

Já os reguladores inconscientes na forma de realizar uma atividade, Asmolov parte da discussão de Leontiev sobre a estrutura da atividade em relação à ação que se transforma em operação. Ele acrescenta que apesar da operação ser consciente, as atitudes (que são inconscientes) estão subjacentes a ação, especialmente na relação destas com o processo de objetivação. Mesmo que a formação da operação tenha um caráter consciente, a repetição a torna cada vez mais desnecessária à consciência, sendo inconsciente, mas podendo ser acessível a ela quando necessário. Outro regulador inconsciente da atividade são as formações baseadas em sentido pessoal. O estudo dessas formações é importante para transformar o sistema de atividades que geram formações baseadas em sentido, pois não dependendo da consciência, dificulta o controle da própria conduta a partir de ações voluntárias e planejadas do indivíduo. Apenas uma mudança na atividade proporciona alteração para o caráter voluntário de tais formações, que estão na parte mais profunda da personalidade. Um exemplo desse tipo de formação são os comportamentos imitativos em que o modelo é seguido mesmo quando este comete erros, observado em maior frequência em crianças, ou ainda a adoção de determinados padrões de comportamento, muitas vezes estereotipados, como os de estética e competitividade.

Sobre as reservas inconscientes dos órgãos dos sentidos, Asmolov destaca que nem tudo que é identificado pelos sentidos tornam-se objetos da consciência; há sons e luzes que apesar de não serem percebidos de modo consciente não significa que não chegaram até o psiquismo, como muitos estudos da psicofisiologia já evidenciaram. Tais estímulos podem ocasionar uma reação involuntária do indivíduo e podem ser percebidos por ele dependendo dos valores, significados e sentidos atribuídos a estas reações, apesar delas em si serem inconscientes. Faz parte desse tipo de fenômeno os chamados processos premonitórios em que houve o processamento de informações a partir das bases sensoriais, porém não foram conscientemente percebidas e que não interferem diretamente nos objetivos do indivíduo. Mas possibilita certa reflexão da realidade diante uma situação que estimuladora.

O desenvolvimento do indivíduo implica em controle gradativo de sua própria conduta, no entanto, esta também é constituída por aspectos inconscientes. A organização da manifestação dos conteúdos inconscientes possibilita compreender melhor sua gênese e especificidade do desenvolvimento do psiquismo e quais destes devem ser superados, isto é, devem ser conscientes, e outros que não há a necessidade, apesar de não haver um muro intransponível entre a consciência e o inconsciente.



GT02: A dimensão subjetiva da desigualdade e da dominação: avançando no compromisso social da psicologia

A (In)Visibilidade dos Trabalhos Infantis em Montes Claros

Autor: NILSON JÚNIOR (FASI - Montes Claros)

Coautor: Willian Douglas Souza Faria, Karol Versiani, Mayane Assis Nascimento (FASI) e Jaciany Soares Serafim (FASI - Montes Claros)

O trabalho infantil configura-se como uma forma de trabalho ilegal desempenhado por crianças e adolescentes, vinculado majoritariamente a situações de pobreza e materializado sob diferentes modalidades. Logo, sua incidência é marcada por diferentes determinantes, como gênero, situação socioeconômica e idade. Historicamente, crianças e adolescentes foram exploradas nos mais diversos trabalhos e formas, principalmente aquelas órfãs, pobres e em conflito com a lei (RIZZINI, 2013). Em muitos casos, ao longo da história e atualmente, as vítimas eram/são submetidas ao trabalho sob condições de cansaço, fome, escravidão, mutilação e abandono. Por esses motivos, a Constituição Federal (Brasil, 1988) estabeleceu, em seu artigo 7º inciso XXXIII, a “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”. O trabalho infantil pode ser caracterizado como uma expressão da pobreza, posto que a maioria das crianças e adolescentes, vítimas deste fenômeno, são integrantes de famílias pobres ou extremamente pobres, que emergem no cenário do trabalho informal e precário precocemente, como forma de contribuir para a subsistência familiar. As principais áreas de exploração referem-se à agricultura, canaviais, mineradoras e carvoarias, além das práticas de tráfico de drogas e exploração sexual (SANTOS; DURÃES, 2015). O trabalho infantil, portanto, transpassa o tecido social como uma manifestação da desigualdade social e da desproteção integral da criança e do adolescente (SPOSATI, 2016). O decreto nº 6.481 (BRASIL, 2008), que regulamenta os artigos 3º e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), elucida as piores formas de trabalho infantil que precisam ser erradicadas no Brasil, dentre elas: a oferta de criança para fins de prostituição, produção de pornografia ou atuações pornográficas, produção e tráfico de entorpecentes, atividades que manipulem ferramentas perigosas ou que sejam feitas em meio insalubre e o trabalho doméstico, sendo que este último, segundo Patriota e Alberto (2014), não é comumente considerado como uma forma de trabalho, mas como um elemento formador e socializador, o que fortalece a invisibilidade do fenômeno. Tais fatores demonstram a complexidade do tema e a necessidade de enfrentamento nos níveis político, econômico e sociocultural. O presente trabalho se relaciona com o eixo temático 5 do XX ENABRAPSO: “Psicologia Social e trabalho no neoliberalismo: lutas sociais e resistências”, por debater sobre uma das configurações mais precárias de trabalho, intensificada pelo contexto capitalista neoliberal, e com o GT02: “A dimensão subjetiva da desigualdade e da dominação: avançando no compromisso social da psicologia”, levando-se em consideração que o trabalho infantil é uma expressão da desigualdade social e da exploração socioeconômica que violam profundamente os direitos das crianças e dos adolescentes. O objetivo deste trabalho foi analisar a incidência de casos de trabalho infantil na cidade de Montes Claros, na região norte de Minas Gerais. Para tal, foi realizado um estudo de caso, com caráter exploratório e de natureza quantitativa. Foi realizada análise estatística, sendo a amostra construída por conveniência pelo total de registros referentes ao município de Montes Claros, que constam no banco de dados dos Relatórios Mensais de Atendimento (RMA), disponíveis no site do Ministério da Cidadania. Entre os registros feitos pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS’s) estão denúncias de trabalho infantil e exploração sexual catalogadas por sexo (feminino e masculino) e idade (0 a 12 e 13 a 17 anos). Os dados utilizados no presente estudo constam nas planilhas referentes aos anos de 2015 a 2018. Entre os registros feitos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS’s) estão atendimentos relacionados a trabalho infantil e situação de extrema pobreza, tendo sido utilizados os dados referentes aos anos de 2014 a 2018, que foram catalogados por ano e unidade. Os dados coletados sobre os onze CRAS’s registraram 45 atendimentos de crianças/adolescentes em situação de trabalho infantil e o CRAS Rural apresentou a maior quantidade de registros (10), sendo importante salientar que, segundo Rizzini (2013), a maior parte das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, normalmente, se encontram no campo. Como apontado anteriormente, a desigualdade social e a pobreza figuram entre os fenômenos que atravessam mais profundamente as situações de trabalho infantil. Por

isto, vale expor que o CRAS Rural é a segunda unidade na classificação de extrema pobreza, enquanto o CRAS Vila Oliveira, que possui a menor quantidade de registros de trabalho infantil, é a última unidade na classificação de extrema pobreza. Nos dois CREAS's foram registradas 34 denúncias de trabalho infantil entre crianças de 0 a 12 e 88 entre adolescentes de 13 a 17 anos, sendo 2016 o ano com maior número de denúncias. Dessas 122 denúncias 83 correspondiam a vítimas do sexo masculino e 39 do sexo feminino. Essa diferença entre os gêneros, no que diz respeito à incidência de trabalho infantil, é uma constante histórica, porém o trabalho doméstico e a exploração sexual são formas de trabalho infantil que atingem majoritariamente o gênero feminino e que tendem a passar despercebidas (RIZZINI, 2013). Aliada a isso, a propensão dos pais de entender o trabalho infantil como "ajuda" no âmbito familiar corrobora para mascarar o papel social do trabalho infantil das meninas, que reflete nos dados coletados como uma desproporção entre a incidência do fenômeno, quando analisado o recorte segundo o gênero (ALVES-MAZZOTTI, 2012). Os dados analisados demonstram que foram registradas 61 denúncias de exploração sexual infanto-juvenil, sendo 15 referentes ao sexo masculino (6 de crianças de 0 a 12 anos e 9 de adolescentes de 13 a 17 anos) e 46 ao sexo feminino (12 de crianças de 0 a 12 anos e 34 de adolescentes de 13 a 17 anos). O número de denúncias de exploração sexual de vítimas do sexo feminino é maior que o número de denúncias de crianças e adolescentes do mesmo sexo em situação de trabalho infantil. Isso mostra que o registro não considera os casos (ou todos os casos) de exploração sexual como uma forma de trabalho infantil. Como demonstra a pesquisa de Serafim et al (2019), que também foi feita na cidade de Montes Claros, existe uma diferença entre as violações de direitos, comumente, sofridas por crianças e adolescentes do sexo feminino e masculino. Sendo aquelas sofridas por meninas de cunho passivo e sexual (como a exploração sexual) e aquelas sofridas por meninos de cunho ativo (como o trabalho infantil) e infrator. A partir do exposto compreende-se que o ambiente rural (como condição socio-geográfica), a desigualdade social e o sexo masculino (como condição de papel social imposto), figuram entre os fenômenos que agravam/relacionam-se com o trabalho infantil. Por outro lado, o estudo sinaliza a invisibilidade do trabalho doméstico e a exclusão total ou parcial da exploração sexual como modalidades de trabalho infantil, tratando-se da alimentação do sistema RMA.

A dimensão subjetiva da desigualdade social em São Paulo: mapeando o fenômeno

Autor: ana merces bahia bock (PUCSP)

Coautor: Graça Gonçalves (PUC/SP) e Sandra Sanchez (PUCSP)

A desigualdade social é fenômeno estrutural que marca a sociedade brasileira em todos seus espaços e relações. Não há como produzir conhecimento e práticas profissionais sem considerar esse aspecto central da realidade. Isso impõe a necessidade de se produzir compreensões sobre esse fenômeno que possam se complementar, contribuindo para uma análise mais complexa. Uma destas leituras vem do campo da psicologia social que coloca o desafio de se compreender esse fenômeno social superando visões dicotômicas que naturalizam e individualizam a sua compreensão. A perspectiva sócio-histórica trabalha com a perspectiva dialética de constituição da subjetividade, na relação com a objetividade; essa perspectiva entende que os fenômenos sociais são constituídos por aspectos desse âmbito objetivo, material, social e histórico, suas dimensões objetivas; mas também por aspectos subjetivos, sua dimensão subjetiva, numa dialética subjetividade-objetividade que configura fenômenos individuais e fenômenos sociais. Cabe à psicologia social caracterizar, analisar, compreender essa dimensão subjetiva que, constituindo também os fenômenos sociais, participa de processos de sua reprodução ou alteração. Dar visibilidade à dimensão subjetiva da desigualdade social contribui significativamente para ampliação das leituras, realizadas em outros campos do saber, que destacam e permitem o conhecimento dos vários aspectos e determinações no âmbito da objetividade. Os aspectos que compõem o âmbito da subjetividade, de natureza simbólica, estão presentes no fenômeno e não devem ser estudados como consequência ou resultado das determinações objetivas, mas como aspectos que se relacionam e se constituem com e nestas relações. O esforço é de superação das visões dicotômicas. Com o objetivo de conhecer a dimensão subjetiva da desigualdade social, foi realizada uma pesquisa na cidade de São Paulo que buscou as significações produzidas por moradores de diferentes regiões da cidade; regiões com diferentes condições de vida, marcando a desigualdade na cidade. Aos colaboradores da pesquisa foi solicitado que falassem sobre a vida na cidade, destacando-se a desigualdade que a constitui. As regiões foram escolhidas a partir de índices reveladores da desigualdade social, constantes do Atlas da Exclusão Social (Campos et al, 2004; Guerra et al, 2015) que mostram, em quatro níveis, a desigualdade social frente a indicadores

de condições e qualidade de vida. Nas regiões formaram-se grupos de moradores para o desenvolvimento de uma conversa sobre a cidade. Foram registradas as falas e posteriormente analisadas considerando o grupo como o sujeito. E outro momento, a partir de algumas sistematizações permitidas pela análise dos grupos, entrevistou-se individualmente moradores das regiões de São Paulo. As entrevistas também puderam ser analisadas. A pesquisa, realizada em várias etapas, propôs a elaboração de um “mapa da dimensão subjetiva”, ou seja, a representação da vivência da desigualdade social por meio das significações encontradas nas diferentes regiões. As significações foram apresentadas como frases conclusivas delas e este conjunto de frases permitiu mapear a cidade, ou melhor, complementar a caracterização das regiões proposta por Campos et al (2004) e Guerra et al (2015). As frases indicam significações importantes que, a nosso ver, marcam a vivência na cidade. Na região vermelha, de maior índice de exclusão social, indicamos frases como: a cidade é cheia de oportunidades, mas com muitos problemas de infraestrutura; A cidade pertence a todos, mas isso é limitado por questões financeiras, que limitam certos espaços; há reconhecimento da exclusão; a desigualdade social é um mal, algo muito ruim. E também um problema social a ser combatido; o indivíduo é responsável pelo seu sucesso profissional. O sucesso profissional depende do mérito de cada um; a desigualdade social é explicada pelos maus governantes e educação precárias; sobre os direitos das pessoas, referem-se a necessidades imediatas e necessidades próprias (em relação a saúde, educação, etc.) Essas necessidades podem ser garantidas por um bom profissional no atendimento em um serviço público. Na região laranja, de índice médio alto de exclusão, indicamos frases como: há sentimentos negativos na relação com a cidade, a cidade é violenta; a cidade pertence a todos, mas isso é limitado por questões financeiras e acesso insuficiente a informações.; a desigualdade social é gerada pela não garantia de direitos; sentimento de impotência e indignação pelo desrespeito aos próprios direitos; a desigualdade social é um problema social a ser combatido; o indivíduo é responsável pelo seu sucesso profissional. O sucesso profissional depende do mérito de cada um; a desigualdade social é explicada pelos maus governantes e educação precária. Na região amarela de média baixa exclusão, indicamos as frases: não sinto que haja exclusão, mas violência e condição social são questões que afetam; predominam sentimentos positivos e ambivalentes em relação à cidade; a cidade pertence a todos, mas é limitada por questões financeiras, pelo difícil acesso aos locais e distância, e pelo acesso insuficiente a informação; a desigualdade social é gerada pela não garantia de direitos, pela desestruturação familiar e pelo menor poder de compra de parte da população; sentimento de indignação por ver direitos dos outros desrespeitados. Impotência; a desigualdade social é diferença: ter muito ou ter pouco. É um mal, uma coisa ruim; o indivíduo é responsável pelo seu sucesso profissional. O sucesso profissional depende do mérito de cada um; a desigualdade social é explicada pelos maus governantes e educação precária; sobre os direitos das pessoas, são direitos gerais e conquistas a longo prazo; é normal que a população seja bem atendida nos serviços públicos; é algo que deveria acontecer sempre. Por fim, na região verde indicamos as frases: não sente que haja exclusão, mas, a violência e o fato de não encontrar conhecidos são questões que afetam; predominam sentimentos positivos em relação à cidade; cidade tem muitas oportunidades; a cidade pertence a todos, mas certos espaços são reservados a certos grupos e nem todos se sentem à vontade; a desigualdade social é gerada pela falta de acesso a serviços qualificados, pela não garantia de direitos e pela desestruturação familiar; sentimento de indignação por ver direitos das pessoas desrespeitados; e sentimentos de respeito pelos que venceram; a desigualdade é uma diferença estrutural, de distribuição de renda e social; o indivíduo é responsável pelo seu sucesso profissional. O sucesso profissional depende do mérito de cada um; a desigualdade social é devida à educação precária e à má distribuição de renda; os órgãos públicos são responsáveis por garantir os direitos que temos; sobre os direitos das pessoas, são direitos amplos e gerais; têm relação com questões da sociedade. As conclusões da pesquisa indicam para aspectos da dimensão subjetiva que se relacionam às desigualdades vividas na cidade. São sentimentos, valores e concepções que reúnem significações que informam que a cidade tem dono, que um conjunto significativo vive nela e aí constitui sua vida, mas não se apropria dela. Ninguém na cidade se sente responsável pela vida que se vive nela, vida desigual. A responsabilidade é sempre de governantes e da falta de educação e preparo das pessoas. A meritocracia aparece forte, indicando que os que fracassam na cidade têm responsabilidade pessoal por isto, já que a cidade é rica em oportunidades. Nos resultados, nos chamou a atenção a questão dos direitos. De forma geral, os direitos sociais são percebidos genericamente, mais como retórica do que como reconhecimento de que se trata de uma conquista na direção do enfrentamento da desigualdade. Associado a isso, os serviços públicos são vistos como algo dado ou algo que deveria existir, mas sem que haja uma manifestação clara de compreensão de seu lugar na luta por garantia de direitos. Observamos que se trata de um aspecto de dimensão subjetiva que incide sobre a relação dos moradores com as políticas públicas, sua compreensão e utilização. Desencadeamos assim, uma nova (etapa na) pes-

quisa: a dimensão subjetiva das políticas sociais. Pretendemos encerrar a apresentação indicando a trajetória da nova etapa, onde temos buscado as significações constituídas pelos moradores das diversas regiões (desiguais) de São Paulo sobre direitos sociais, políticas e serviços públicos.

A dimensão subjetiva do trabalho doméstico remunerado: Uma análise sob a perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica

Autor: Monica Gurjao Carvalho (FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ)

No Brasil o trabalho doméstico remunerado é essencialmente feminino e emprega cerca de 5,9 milhões de mulheres, correspondendo a 16,8% da ocupação feminina. 61 % deste contingente é composto por mulheres negras. As empregadas domésticas estiveram historicamente submetidas a uma série de aspectos excludentes como baixa remuneração, contratações à margem da legalidade e discriminação de gênero e raça. Esta pesquisa objetiva compreender a dimensão subjetiva do trabalho doméstico remunerado. Ao falar sobre esta categoria destacamos a subjetividade que constitui os fenômenos sociais, partindo de uma compreensão dialética e histórica do sujeito e da relação indivíduo-sociedade, inserida em uma historicidade. Ao investigar a dimensão subjetiva deste tipo de trabalho, compreende-se a trabalhadora doméstica não como mera consequência da realidade social em que se insere, mas, como sujeito ativo, que constitui essa realidade e é simultaneamente constituído por ela. Assim, ao pensarmos o trabalho doméstico a partir desta categoria, ressaltamos que, apesar de eventualmente as humilhações que recaem sobre as trabalhadoras domésticas terem a aparência individual, estas somente são possíveis ao se apoiarem em processos coletivos. Em outras palavras, a humilhação que se apresenta aparentemente isolada no dia a dia das domésticas é um fenômeno social que se ampara historicamente sob a concepção capitalista de que alguns trabalhos são superiores e outros inferiores. Tal concepção mascara o fato de que a situação em que algumas pessoas se encontram, trabalham e vivem são consequências históricas do abismo econômico e social existente entre nós, abismo este que resulta das escolhas políticas feitas secularmente pela classe dominante e reproduzidas pela classe média que, para poupar o tempo na execução das atividades domésticas, investindo-o em atividades mais produtivas e bem remuneradas, submete gente de “classes inferiores” aos serviços reprodutivos. Vale destacar que, ao estudar o trabalho doméstico, sob a perspectiva da dimensão subjetiva, percebemos como as diferenças de classe, gênero e raça se articulam na sociedade brasileira formando um nó patriarcal-racista-capitalista que constitui os processos de dominação e produção da desigualdade social. Percebemos, ainda, que esse nó atravessa vivências, produz afetos e concepções que compõem os registros subjetivos, extrapolando as vivências individuais e constituindo a dimensão subjetiva dessa realidade. Os resultados encontrados nesta pesquisa, coletados por meio de documentos, notícias, participações no sindicato da categoria e da realização de entrevistas com cinco domésticas, foram sistematizados em forma de categorias e apontam para: a presença de elementos que relacionam o trabalho doméstico ao período escravocrata; a presença de aspectos afetivos contraditórios, contribuindo para manter o trabalho doméstico como atividade exercida na ausência de direitos trabalhistas; a associação do trabalho doméstico e da trabalhadora doméstica a subtrabalho e subcidadã respectivamente; e, a presença da questão de gênero imbricada com as questões de classe e raça, diferenciando a trabalhadora doméstica como “não mulher” ou, como um simples objeto de trabalho. A psicologia sócio-histórica foi escolhida como abordagem teórico-metodológica, pois proporciona uma compreensão do homem como ser ativo, social e histórico. Através desta pesquisa buscamos contribuir com o debate acerca da subjetividade no campo do trabalho e da desigualdade social, pensando estas questões a partir de uma perspectiva crítica, compreendendo que a subjetividade se constitui em relação dialética com o mundo social e que a desigualdade social se apresenta através de múltiplas manifestações. Ao falarmos de desigualdade social esquivamo-nos de qualquer raciocínio economicista que compreenderia a desigualdade como sinônimo de pobreza. O fenômeno da desigualdade é complexo e intrínseco ao modo de produção capitalista. No caso brasileiro, a desigualdade social se articula a partir de conexões de raça, classe e gênero, impondo injustiças e ausência de direitos sociais para grande maioria da população, é importante compreender que a determinação da classe não se refere tão somente a uma esfera econômica, mas, determina toda a vida do indivíduo. Assim, no caso das trabalhadoras domésticas, estas não são vistas como de “segunda classe” apenas no âmbito do trabalho que executam, mas, em todo seu contexto de vida. Dar visibilidade à questão da desigualdade, evidenciando como esta atravessa a vida destas trabalhadoras, na medida em que se constitui como elemento fundante da sociabilidade brasileira, é fundamental para o enfrentamento dessa

situação. É importante lembrar, ainda, que as desigualdades sociais que hoje atravessam nosso dia a dia não se deram ao acaso cabe, portanto, recordar as peças que compõem esse mosaico e que contribuem para mescla de racismo e desigualdade social que vivenciamos no Brasil, afinal, estes componentes são importantes constituintes da dimensão subjetiva do trabalho doméstico. Assim, ao traçarmos como objetivo desta pesquisa a compreensão da dimensão subjetiva do trabalho doméstico desejamos discutir essa atividade de forma ampla, dialética, indo além de análises objetivistas e subjetivistas. A categoria dimensão subjetiva da realidade dá visibilidade à presença dos sujeitos na construção do real, oportunizando a compreensão de que os fenômenos sociais têm uma dimensão de imagens, valores, ideias, afetos, etc., que é complexa, dialética, contraditória. É através desta categoria que podemos compreender esta complexidade que é composta por sentidos subjetivos e significados que estão em constante movimento, sendo ainda, múltiplos e contraditórios. Acreditamos que este trabalho contribui com o debate sobre as significações da subjetividade no campo do trabalho trazendo, ainda, para reflexão, o imbricamento dos marcadores de gênero, raça e classe na constituição da subjetividade e da desigualdade social. Desta maneira, esperamos, através desta pesquisa, superar o discurso meritocrático, que coloca as domésticas na condição de incapacitadas e incompetentes, evidenciando como as explicações ideológicas camuflam a produção social e histórica da desigualdade social.

A percepção dos atores sociais da Rede de proteção sobre a infância e adolescência

Autor: Ana Cristina Serafim (UFT)

O presente artigo objetiva analisar a concepção de infância e adolescência para os atores sociais da Rede de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, no norte do Tocantins e como essa concepção norteia a atuação dos atores sociais na garantia dos direitos. Para tal, adota-se nesse artigo, a teoria histórico-cultural de Vygotski. Na perspectiva teórica de Vygotski (2009), o desenvolvimento não é pensado de forma linear, nem se detém naquilo que já foi atingido, mas é visto como um todo que se processa numa dimensão social. Isso permite refletir sobre o desenvolvimento humano e compreendê-lo articulado às relações sociais. Ela fornece os elementos para se compreender que sujeito é esse que se constrói a partir do meio e da cultura (Alberto & Santos, 2009). Trata-se de entender a infância e a adolescência como uma construção social e romper com o modelo de desenvolvimento da Psicologia tradicional, impelido por um modelo de racionalização adulta permanentemente definida. Esse modelo de infância e adolescência não oferece um quadro interpretativo para compreendê-la diante da contradição e do conflito – ou uma criança se conforma, ou é tida como desviante (Rosemberg & Mariano, 2010). Para Campos e Francischini (2004) as ciências e, em especial, a Psicologia vêm contribuindo para a construção de um imaginário social cujas percepções sobre a infância não permitem diferenças para as especificidades de condições do desenvolvimento, levando a práticas sociais, institucionais ou não, homogêneas de tratamento, de controle e determinação no agir e no pensar sobre a infância. De acordo com Rosemberg e Mariano (2010), a forma como a infância e a adolescência adentram a esfera pública é ponto-chave para a posição que ocupam na arena de negociações dessas políticas, inclusive dos documentos legais que garantem a proteção dos direitos desses sujeitos, visto que as políticas públicas também são construídas socialmente, resultantes do jogo de tensões e coalizões entre diversos atores sociais, nacionais e internacionais. Nesse sentido, para Rosemberg e Mariano (2010), os problemas sociais que levam à formulação de políticas públicas também podem ser entendidos como socialmente construídos. De acordo com Teixeira (2003), a concepção atual de infância, fundada no pressuposto de que são pessoas em desenvolvimento, por tanto, sujeitos de proteção especial e sujeitos de direitos, alcançou um grau de universalidade bastante hegemônico em diversos países. Apesar de ter sido adotada como paradigma em âmbito internacional, esta concepção não vem se efetivando no que se refere às condições de vida material das populações baixas. Para chegar ao patamar de proteção integral, a infância brasileira passou por fases diversas, e a proteção integral representou uma ruptura radical com as concepções construídas historicamente baseadas na doutrina da situação irregular. Nessa concepção, as crianças e os adolescentes só eram sujeitos de direito quando praticavam atos delinquentes, e se passava a tutela para o Estado. Praticamente toda criança ou adolescente pobre era considerado “menor” em situação irregular (Custódio, 2008). Foi a partir da perspectiva teórica dos Direitos Humanos, baseada na dignidade humana, e também da Teoria da Proteção Integral do direito da criança e do adolescente, que foi elaborado o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), garantindo os direitos das crianças e dos adolescentes, considerando a especificidade do sujeito. São reconhecidos às crianças e aos adoles-

centes (de zero até os 18 anos) os Direitos Humanos reconhecidos a todos. Mas àqueles são acrescentados os decorrentes das especificidades da criança, em razão de sua maior vulnerabilidade e do fato de ainda estarem em processo de formação e desenvolvimento (Brasil, 2014). O reconhecimento dos direitos fundamentais à criança e ao adolescente trouxe consigo o princípio da universalização, segundo o qual os direitos expressos no código são suscetíveis de reivindicação e efetivação para todas as crianças e todos os adolescentes. No entanto, para que haja a universalização dos direitos sociais, é preciso uma participação mais ativa da sociedade nos processos de reivindicação dos direitos e na construção de políticas públicas. Sendo assim, a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar a efetivação dos direitos fundamentais, ou seja, transformá-los em realidade (Custódio, 2008). O problema mais sério da nossa atualidade, com relação aos Direitos Humanos, nesse caso, aos direitos das crianças e dos adolescentes, não é mais o de fundamentá-los, mas sim de protegê-los. Trata-se de saber qual o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar de todas as declarações, eles sejam continuamente violados (Bobbio, 1992). E é exatamente esse o contexto que nós temos nos dias atuais, mesmo com vários acordos internacionais, legislações, normas jurídicas: a violação dos direitos ainda persiste. Trata-se de um estudo exploratório de caráter qualitativo. O contexto escolhido para o desenvolvimento do estudo foi uma cidade de porte médio no norte do Tocantins. Participaram dessa pesquisa 10 atores sociais que fazem parte do Sistema de Garantias de Direito. Optou-se por uma abordagem qualitativa, utilizando-se da entrevista semiestruturada para coleta de dados. Para análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin. A partir da análise dos dados, pode-se observar que o conceito de infância e adolescência está arraigado a uma concepção naturalizante e de desenvolvimento por etapas, o meio em que o sujeito vive não é visto como fator importante para o desenvolvimento, desta forma, esses sujeitos são tratados de maneira homogênea, desconsiderando-se suas particularidades. Considera-se que a concepção dos participantes do estudo acerca da infância e da adolescência repercute diretamente em sua atuação. O que se percebe, pelas falas, é que a proteção integral das crianças e dos adolescentes não tem sido garantida com prioridade absoluta, como preconizam as legislações, pois as práticas das instituições e dos atores sociais não consideram a condição peculiar de desenvolvimento, nem o princípio da dignidade humana. Não se trata aqui de responsabilizar os atores sociais, mas percebe-se que alguns aspectos – como a falta de conhecimento sobre infância e adolescência, o não entendimento da lei e as diversas interpretações que a ela são dadas, os estereótipos e estigmas com que ainda são tratados as crianças e os adolescentes, a ausência de capacitação que promova mudanças de perspectivas, a falta de um posicionamento crítico-político, assim como a não interação entre os atores sociais – têm contribuído para uma atuação de forma desencontrada e uma Rede fragilizada, que muito mais viola do que garante os direitos das crianças e dos adolescentes. Os conceitos de infância e adolescência aparecem atrelados ao conceito naturalizante de desenvolvimento como uma fase de maturação e turbulência, conceito difundido pelas ciências, inclusive pela Psicologia. Tais conceitos reproduzem modelos que serializam e fixam identidades, construindo um sujeito universal, sem história, contribuindo para um imaginário cultural e social de infância e adolescência que não permite diferenças para as especificidades de condição de desenvolvimento, levando a práticas homogêneas de tratamento, controle e determinação no agir e pensar a infância e a adolescência. Percebe-se, desse modo, a necessidade de entender a infância e a adolescência como uma construção social e romper com o modelo de desenvolvimento da Psicologia tradicional, em que predomina uma visão individual e não do coletivo, para que se possa pensar em práticas que protejam e compreendam o lugar de onde vem cada sujeito e como isso pode influenciar na formação dos sujeitos. A concepção de direito compartilhada pelos atores sociais, mais uma vez, reproduz valores arraigados às legislações ultrapassadas, em que há a culpabilização da criança, do adolescente e da família, não considerando a condição peculiar do desenvolvimento. Soma-se também o julgamento por parte dos atores sociais de considerar algumas leis que protegem as crianças e os adolescentes como um erro, já que não são aplicadas de forma igualitária, no que concerne às responsabilidades e punições pelos seus atos. O estudo fez repensar que, apesar do avanço nos paradigmas legais e da elaboração de políticas públicas que têm por princípio a dignidade humana, isso não é suficiente para garantir a proteção das crianças e dos adolescentes, se os paradigmas compartilhados por quem faz a Rede não forem os mesmos. Mesmo que haja o discurso da proteção, se as práticas estiverem arraigadas sob a ótica repressiva, não se garante o direito.



ARTICULANDO A VILA: A Experiência de Psicólogas Sociais com grupos e praticas coletivas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Autor: Márcia Mansur (PUC Minas) e Manu Marra

O Coletivo Articulando Redes é composto por um grupo de Psicólogas e estudantes de Psicologia que se propõe a desenvolver ações comunitárias, de mobilização e articulação social, visando a potencialização de redes autônomas e fortalecidas nas comunidades e territórios. O presente estudo visa apresentar a parceria estabelecida entre o CRAS Vila Senhor Dos Passos no município de Belo Horizonte e o Coletivo.

Acreditamos na concepção de que a apreensão da realidade social vivenciada pelas famílias do e no território mostra-se relevante. Conforme explicita Milton Santos, território é muito mais do que o espaço físico que delimita uma comunidade, sendo um espaço permeado por relação social passadas e presentes, de forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existente. Tais aspectos são igualmente campos a serem abordados na atuação de psicólogas sociais, sendo, então, eixos norteadores da experiência de articulação comunitária do presente trabalho.

A oficina com famílias com ênfase na reflexão e convivência, intitulada Articulando a Vila teve como motivo da ação o processo de reorganização da comunidade e uma das propostas foi a de revitalizar espaços públicos da Vila, instituir associação de moradores, "criar" atividades para a juventude e crianças, entre outras demandas que a comunidade apresentou ao CRAS. Ou seja, os moradores desejavam maior participação do equipamento da assistência social no território, e isso proporcionou a parceria do Coletivo Articulando Redes que tem como proposta metodológica o fortalecimento de vínculos.

Nesta perspectiva, o fortalecimento das redes sociais de apoio, a identificação das articulações intersetoriais necessárias e a mobilização para a potencialização da rede de proteção social do território foram centrais para o planejamento e execução das oficinas propostas. Tais ações visaram contribuir na construção de novos conhecimentos; favorecer o diálogo e o convívio com as diferenças; problematizar as incidências de risco e vulnerabilidade no território; estimular a capacidade de participação, comunicação, negociação, tomada de decisões; estabelecer espaços de difusão de informação; e reconhecer o papel de transformação social dos sujeitos.

O objetivo destas oficinas foi proporcionar e melhorar a convivência social e grupal, fomentando os laços sociais e o protagonismo dos indivíduos. Buscou-se a mudança da forma de encarar sua realidade através de reflexões que favoreçam o fortalecimento comunitário; o compartilhamento de experiências, o desenvolvimento das habilidades de negociação e mobilização com vistas ao exercício do protagonismo e autonomia; a reflexão sobre a importância da participação social para a garantia dos direitos e o exercício da cidadania.

Nessa direção, as ações comunitárias assumem importante papel na prevenção das potenciais situações de vulnerabilidade e riscos sociais, devido ao seu papel na divulgação e promoção do acesso a direitos, por sensibilizar as famílias fazendo-as reconhecer suas condições de vida, suas possibilidades de mudança, e as iniciativas já existentes para sua melhoria.

A atividade foi proposta para um público de 25 a 30 pessoas moradoras da Vila Senhor dos Passos "Buraco Quente". A metodologia propôs 08 oficinas com encontros quinzenais. A metodologia adotada pelo CRAS em conjunto com o Coletivo foi o mapeamento das demandas dos moradores através de técnicas que enfatizaram as potências locais e articularam a rede comunitária e socioassistencial. Temos como resultado um grupo operativo que se fortaleceu, propôs ações novas e firmou parcerias com frentes de atuações já existentes no território através da ideia de fortalecimento de rede seguindo a metodologia de processos grupais e comunitários: "Eu – Eu no grupo – o Grupo – o Território – o Grupo no Território – as Potencialidades Grupais – as Identidades Coletivas – e o Território Em Rede".

O percurso percorrido se inicia com um convite à participação em um grupo que visa contribuir para um espaço que possibilite o fortalecimento de vínculos, a percepção de diversas identidades e do sentimento de pertencimento comunitário através de afetos. A primeira técnica utilizada foi a criação de uma Linha do Tempo, que possibilitou pensar no reconhecimento de sua história no tempo, naquele território, em como suas experiências impactaram no desenvolvimento histórico do local onde vivem e criam vínculos.

No segundo encontro montamos uma árvore grupal que propunha o fortalecimento do grupo, do reconhecimento de suas próprias potencialidades e as da comunidade, a fim de mapear as atores sociais reconhecidos pelos moradores. Na terceira oficina trabalhamos os sentimentos de grupo em si, características semelhantes e



diferentes e em como conviver com respeito dentro de um grupo, como forma de concretizar ideias e projetos da comunidade. Essa é a parte onde a noção do “Eu – Eu no Grupo – o Grupo” se estabelece e a partir disso passamos os quarto, quinto e sexto encontros enfatizando “o Território – o Grupo no Território – as Potencialidades Grupais”.

A quarta oficina teve como principal técnica a confecção de um Mapa Falado, onde os participantes do grupo apontaram os limites geográficos da Vila Senhor dos Passos expressando junto seus sentimentos de pertencimento e de reconhecimento no território. Foi desenhado um mapa cheio de becos, vielas, nomes novos e antigos dos mesmos locais, as diferenças históricas ocorridas na comunidade, os equipamentos das políticas públicas inseridas naquele espaço e os mais variados comércios, casas de compadres e as suas próprias, praças e locais de expressão das religiosidades. A partir das histórias, desejos e afetos do grupo, foi construída uma síntese de demandas que foram: a “Juventude, o “Muro de trocas”, o “Resgate da memória” e os “Grupos com mulheres/cultura”. Na sexta oficina oficializamos as demandas, as possibilidades e os compromissos individuais, coletivos e dos equipamentos em referência aos anseios da comunidade e às potencialidades locais. Com isso, seguimos para os sétimo e oitavo encontros baseados nas “Identidades Coletivas – e o Território Em Rede”.

O grupo optou como forma de ação a realização da sétima oficina na Pracinha do Buraco Quente tendo como foco principal as juventudes que vivem e transitam no território. A construção do processo parte da finalidade de mobilizar e ouvir as demandas de jovens com o objetivo de propor ações de continuidade. No processo de organização para este encontro destaca-se como base a iniciativa comunitária de moradores que assumiram grande parte das demandas, percebendo um processo de envolvimento e autonomia para tomada de decisões. A oficina de ação na pracinha contou com a participação da rede como um todo, tendo representantes moradores, dos equipamentos das políticas públicas, de voluntários, de jovens e de projetos sociais locais. Durante o dia observou-se um forte envolvimento e interação da vila e todos ali presentes através das oficinas itinerantes e apresentação artística dos próprios moradores.

No oitavo encontro foi momento de avaliar os resultados e firmar os próximos passos, começando com a apresentação de um vídeo feito por jovens da Ocupação Pátria Livre a despeito do sétimo encontro. Foi lembrado ao grupo todo processo vivenciado durante os quatro meses. Igualmente criaram-se frentes de ações comunitárias para dar continuidade em projetos existentes e a partir do que foi construído a comunidade firmou com o CRAS acordos para novos projetos, entre estes, oficinas audiovisuais, reabertura do telecentro, grupos de bordado e a “Mostra da comunidade”, onde foram apresentadas ações concretas de melhorias na comunidade, estimular a cultura, troca de experiências e exposição de saberes e produtos advindos de ações locais.

Como proposta de continuidade de ações que fortaleçam e dialoguem efetivamente com jovens do território, alçou-se a proposta de realização de oficinas com “jovens protagonistas” que se baseia fundamentalmente na construção junto aos jovens de formas de mobilização, acolhimento, escuta e produção de eventos que possam reafirmar as identidades e histórias que se contam na Vila, além do objetivo de estabelecer vínculos e afetos a partir das demandas que eles trazem atrelado ao que já se é produzido na comunidade.

Podemos perceber com essa experiência a importância do olhar ampliado, coletivo, interdisciplinar e interseccional nas práticas psicossociais no campo da Política de Assistência Social. Pudemos verificar como a construção de práticas coletivas de forma democrática, respeitando os diversos saberes, utilizando de linguagens e expressões condizentes ao público, faz a diferença na ação comunitária. Aprendemos a valorizar mais os processos e a construção coletiva do que os produtos em si mesmo. Dessa forma, não existia uma receita nem um plano muito fechado do que seria feito. Existiam objetivos, metas e rumo. Mas, o processo, as questões surgidas, as mobilizações, e principalmente, a abertura e confiança da equipe, fizeram com que o processo fluísse de forma coerente e horizontal.

A experiência nos mostrou ainda como o fortalecimento de vínculos comunitários está diretamente ligado à proteção das famílias. Percebe-se que uma comunidade fortalecida e articulada, trabalhando de forma coletiva, potencializando seus saberes e ações, implica em famílias melhor atendidas e protegidas, ressaltando e valorizando a dimensão da Prevenção proposta ao CRAS; a segurança de autonomia; o desenvolvimento das potencialidades e aquisições próprias do território do CRAS Senhor dos Passos, conforme preconiza o SUAS.



Construindo uma pesquisa sobre práticas de saúde e produção de cuidado entre os Kaiowá e Guarani

Autor: Leandro Lucato Moretti (PUC/SP)

O presente trabalho refere-se as indagações que permeiam a construção da pesquisa de doutorado, ainda em andamento, com os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul, principalmente na região do município de Dourados/MS e a região sul do estado. Pretende-se discutir a respeito de práticas de saúde e a produção de cuidado entre os Kaiowá e Guarani, pois se torna relevante entender de que forma lidam com as questões consideradas problemáticas e outras enfermidades, como por exemplo, o consumo de bebidas alcoólicas destiladas, lançando mão de práticas e equipamentos da saúde indígena disponíveis.

Além disso, é de interesse dessa pesquisa a ser construída, entender como se relacionam com a perspectiva majoritariamente biomédica que pauta a saúde indígena. A saúde indígena é a política pública voltada para atenção a saúde dos grupos indígenas do Brasil, se constituindo como uma conquista histórica dos grupos étnicos, relacionada com o reconhecimento dos seus direitos a partir dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988. Está organizada atualmente no Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (SasiSUS) articulado ao Sistema Único de Saúde (SUS), criado em 1999, com autonomia financeira, orçamentaria e administrativa, contando com 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), que reúnem os diferentes serviços e ações necessários para promover a atenção integral a estas pessoas.

Essa política pública expressa os grupos indígenas como portadores de direitos e preconiza a interculturalidade, que apesar de ainda não se concretizar de fato, entende que estes grupos possuem seus conhecimentos e práticas no campo da saúde e cuidado, que devem dialogar com os conhecimentos biomédicos provenientes do mundo ocidental, que são característicos dos serviços de saúde ofertados pela saúde indígena, como a medicina, enfermagem, psicologia, odontologia, entre outras.

Para tal discussão, o método utilizado para a produção de dados e informações em conjunto com os Kaiowá e Guarani, será de inspiração etnográfica, pois permite uma aproximação a perspectiva desses grupos. Essa pesquisa buscará dialogar com as relações entre essas perspectivas no contexto das transformações sociais que perpassam a existência e saúde desses grupos.

Nesse sentido, serão utilizados diferentes instrumentos como observação participante, entrevistas, conversas informais, análises documentais entre outros que possam permitir uma aproximação cada vez maior. Importante destacar, que esta produção conjunta será realizada a partir de um olhar da psicologia sócio histórica, considerando a produção social e histórica destas questões.

A psicologia sócio histórica se propõe a compreender o fenômeno psicológico no movimento de suas contradições, sendo assim, conforme Gonçalves e Furtado (2016), a sua finalidade enquanto perspectiva crítica, é a de superar as visões que separam o indivíduo de seu mundo social, desconstruindo concepções naturalizadas e a-históricas da subjetividade e de sua relação com os fenômenos sociais. Portanto, construir uma relação entre os Kaiowá e Guarani e esta perspectiva de psicologia, exige que busquemos compreender a produção subjetiva inserida no contexto do confinamento (Brand, 1997) e todas as transformações sociais impulsionadas pelo contato com o mundo não indígena, e de que forma esta relação pode contribuir com as lutas políticas deste grupo étnico.

Com relação aos procedimentos, será de interesse do pesquisador acompanhar em campo situações ligadas a saúde, principalmente a saúde mental, e quais caminhos são possíveis de serem percorridos em busca da cura e do cuidado, levantando elementos que possam contribuir com o entendimento daquilo que podemos chamar de produção de cuidado entre os Kaiowá e Guarani.

A tese central a ser verificada com a pesquisa proposta é que os Kaiowá e Guarani produzem sua própria psicologia, onde vão explicar os processos de construção de pessoas, corpos e subjetividades a partir de categoria pautadas em suas cosmologias e suas redes de conhecimentos. Além disso os Kaiowá possuem suas próprias práticas de cuidado para darem respostas as suas questões que consideram problemáticas, e possuem a capacidade de elaborar e reelaborar itinerários terapêuticos para as questões que surgem. Nesse sentido, é importante investigar como esses saberes e práticas dialogam e/ou confrontam com a cultura ocidental circundante, com implicações para a produção subjetiva.

Este trabalho se relaciona com o Grupo de Trabalho indicado, pois para construir essa relação com os Kaiowá e Guarani, é preciso compreender os contextos de construção da psicologia que constituem o seu caráter, muitas das vezes, etnocêntrico, construindo práticas e saberes com o objetivo de naturalizar violências históricas, neste



caso, marcantes no processo de colonização do Brasil e das populações ameríndias. Para romper com tal forma, de acordo com Teixeira (2016), é preciso “estabelecer um compromisso ético-político com as lutas dos povos indígenas, incluindo-os nas pautas, dando-lhes voz e visibilidade” (p.240), por meio das práticas da psicologia pautadas em uma leitura crítica, representando um cuidado e sensibilidade para adentrar nesse campo de discussões, evidenciando as redes de conhecimento que os Kaiowá e Guarani constroem.

Além disso, é necessário realizar bons encontros entre a psicologia, uma área do conhecimento ocidental, e os povos indígenas, neste caso os Kaiowá e Guarani, aproximando-se de suas perspectivas e saberes, para contribuir de forma efetiva com as demandas, principalmente territoriais, desses coletivos.

Culthis: Espaço de Atenção Psicossocial ao Preso, Egresso do Sistema Prisional, Familiares e Amigos

Autor: Nídia Dias (UFMG) e Lara Ferreira e Campos Maciel (UFMG)

Coautor: Larissa Viana de Carvalho (UFMG), Karin Bombazar, Yara Cristina de Brito Rocha (UFMG) e Bruno Campos (UFMG)

O Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos (LabTrab) foi criado em 2007 e, há 10 anos, deu início ao programa CULTHIS (Cultura, Trabalho e História), um projeto de pesquisa-intervenção desenvolvido junto a sujeitos que sofrem os efeitos nefastos do encarceramento. A sociedade atual ignora o peso da existência das prisões, naturalizadas em nossa paisagem social, simultaneamente ausentes e presentes em nossas vidas. O cotidiano das prisões brasileiras é marcado por uma série de direitos violados e condições insalubres para a permanência de qualquer sujeito nesse espaço. Superlotação, tortura, privação de água, comida estragada, chacinhas e exposição à doenças e animais venenosos são apenas algumas das várias queixas feitas pelos presos, seus amigos e familiares. Com vigilância constante e disciplina materializada em agressões diárias e gratuitas, faz-se presente um domínio completo do preso, submetido a uma segregação absoluta que, certamente, não é restauradora ou curativa. Diante deste cenário, as visitas de amigos e familiares e as entregas de KITS (materiais de sobrevivência não fornecidos pelo Estado) são marcadas por longas demoras, exposição contínua às oscilações de temperatura, risco de atropelamento devido à proximidade de rodovias, banheiros sujos que não são limpos entre os dias de visita, privação de sono e de água e as recorrentes humilhações das revistas vexatórias e tratamento dos agentes penitenciários.

O Projeto CULTHIS visa acolher amigos e familiares das pessoas privadas de liberdade e pessoas que também passaram pelo sistema prisional. A partir da ida às filas de entrega de pertences e visitas no sistema prisional, realizamos acolhimento psicossocial, orientações jurídicas, encaminhamentos para diversas políticas públicas de justiça, saúde, educação e assistência social, e também para atendimento psicológico.

Compreendemos que nossa atuação articula-se com o GT02: A dimensão subjetiva da desigualdade e da dominação: avançando no compromisso social da psicologia por propor modos de subversão da violação de direitos, da opressão e da humilhação sofridas pelos oprimidos do sistema prisional - as famílias, os amigos e os encarcerados. Em concordância com o eixo temático escolhido buscamos por meio de nosso trabalho compreender vivências singulares de sofrimento que emergem em um contexto de desigualdade e dominação que é o sistema carcerário e, a partir disso, contribuir para a visibilidade e para o fortalecimento dos sujeitos, em busca de reafirmar o compromisso da psicologia com a transformação social.

Nesse trabalho orientamo-nos a partir das perspectivas teórico-metodológicas da Ergologia, em diálogo com o Abolicionismo Penal e com a Criminologia Crítica. De acordo com Trinquet (2010), a Ergologia, o estudo da atividade humana, ampara-se na construção de espaços de horizontalidade entre os saberes acadêmicos e os saberes da experiência, produzindo conhecimento e intervenção sobre a realidade a partir deste encontro. Nesse sentido, nossas idas às filas das prisões e o contato com os amigos e familiares são inspirados no regime de produção de saberes ergológicos, ou seja, a partir do encontro nas filas e nos atendimentos na universidade. A Criminologia Crítica e o Abolicionismo Penal atravessam os estudos do projeto a fim de ampliar o debate acerca da questão criminal, compreendendo a punição e o crime enquanto construções sociais, portanto, muito distante da pretensa neutralidade e imparcialidade. Assim, corpos pobres e negros são o alvo preferencial do sistema penal. Diante da falência do sistema penal, abolir as prisões e pensar em outras formas de mediar os conflitos, torna-se um imperativo.



Nossa intervenção psicossocial parte da ideia de que não há como separar clínica de política, garantindo que o acolhimento seja dado de forma a não favorecer processos de naturalização e individualização do dano social causado pelo Estado. Desse modo, partimos da constatação de que a necropolítica - enquanto produtora de inimigos cujas vidas não têm valor - pode tanto matar quanto produzir subjetividades atravessadas por questões sociais, políticas e jurídicas que legitimam políticas genocidas de controle social.

A Clínica política, portanto, é construída a partir do encontro com a realidade, sempre em busca de, a partir de ferramentas como a escuta e o acolhimento, promover a autonomia e o fortalecimento de processos coletivos. Assim, nosso interesse e intervenção não tenta levar conhecimento para as filas, mas construir junto aos familiares dispositivos clínicos pautados em saberes sobre as violações que deram causa ao seu sofrimento para que a luta por direitos busque ferramentas e proteção no coletivo.

Realizamos visitas regulares às filas das prisões de Belo Horizonte-MG e região metropolitana, distribuímos "A cartilha da pessoa presa" desenvolvida pelo LabTrab com esclarecimentos sobre direitos e deveres dos presos e familiares e panfletos contendo informações sobre o CULTHIS. Por meio de uma abordagem respeitosa, entregamos os materiais e estabelecemos conversas enquanto os visitantes aguardam para entrar na prisão. Contamos também com uma linha direta, via telefone, em que uma escala de plantonistas, membros do projeto, foi estabelecida para receber demandas e encaminhá-las. Outra atividade essencial do projeto são as supervisões semanais para discussão dos acolhimentos e encaminhamentos realizados.

Durante os meses de maio, junho e julho, fomos às filas do Presídio Antônio Dutra Ladeira, da Penitenciária José Abranches Gonçalves, do Presídio Inspetor José Martinho Drumond, do CERESP Gameleira, do CERESP Betim, da Penitenciária Feminina Estevão Pinto (PIEP). Realizamos as visitas aos finais de semana, geralmente aos sábados, com exceção da Penitenciária Feminina Estevão Pinto que foi visitada ao domingo e do Presídio de São Joaquim de Bicas que foi visitado numa sexta-feira.

Desde que o projeto retomou suas atividades, em abril de 2019, recebeu 19 casos: 5 em maio, 10 em junho e 4 em julho. Dos contatos com o CULTHIS em busca de algum tipo de auxílio, 10 foram feitos pelas mães das pessoas privadas de liberdade, 5 pelas companheiras (esposas ou namoradas), 3 por amigas ou irmãs e 1 pelo pai. Ou seja, a demanda parte, em sua maioria, de mulheres que compõem majoritariamente o cenário das filas das prisões que visitamos. Por outro lado, nos presídios femininos, percebemos uma diferença evidente no tamanho das filas, mostrando que há um número bem menor de visitas às mulheres presas, que são punidas não só pela lei, mas também pela moral que as invisibiliza. Dessa forma, além de um instrumento da necropolítica marcada pela classe e pela raça, podemos dizer que as prisões também são instituições violentas e opressoras marcadas pelo gênero.

Das demandas, 17 foram sobre algum tipo de orientação jurídica, sendo 7 com pedidos de transferência do familiar para outra prisão como a PPP/PIEP ou para outro sistema como APAC e PAI-PJ a fim de que ele ou ela pudesse trabalhar para remir sua pena, direito garantido pelo artigo 126 da Lei de Execução Penal ou para que pudesse cumprir a pena em um "lugar melhor". As demais demandas de orientação jurídica se deviam à informações sobre o andamento dos processos e conselhos sobre o que fazer em determinada situação, muitas vezes solicitadas ao advogado que acompanha o caso, mas sem respostas. Além disso, o projeto também foi procurado pelo atendimento psicológico oferecido. Em ambos os casos, o acolhido seria uma criança ou um adolescente, mostrando a preocupação do familiar com os impactos psicológicos sofridos pela geração mais nova que vive um contexto prisional.

Aos casos que demandaram apenas informação e orientação, o projeto, com auxílio dos advogados voluntários integrantes, conseguiu dar uma devolutiva aos familiares. Os encaminhamentos do CULTHIS para os casos que demandaram alguma ação jurídica era que a pessoa procurasse o serviço público (a defensoria). É importante lembrar que o projeto não visa tomar o lugar e nem agir em nome das políticas públicas, mas auxiliá-las e informar aos familiares sobre seus direitos, sobre os processos e acolhê-los diante das lacunas de informações que, tecnicamente, estão disponíveis para consulta pública.

O contato com o cárcere a partir dos encontros com os familiares nas filas das prisões convoca-nos a reflexões sobre os impactos psicossociais que o cárcere tem na vida destes sujeitos. O encontro que se dá, entre o nosso grupo e os familiares nas filas, expõe o abandono em forma de precariedade. Está dado ali naquele momento que o direito penal apenas atua na ação de encarcerar, famílias inteiras, em razão da existência das prisões. Essas pessoas estão rodeadas pela dificuldade em entender o que está acontecendo e quais são as garantias e direitos que elas possuem, a quem recorrer, quando ou onde.



Chegar nas filas e abordar uma família é dificultoso, pois corporifica diferenças entre contextos e explicita o grupo formado por aquelas pessoas que passam pelos efeitos do cárcere e por isso se unem nas semelhanças. É esta “precária insuficiência” que se coloca como desafio para nossa abordagem de acolhimento, que faz com que a “Clínica Política” atue em suas diversas formas de existir e resistir.

Envelhecer na rua: modos de vida e as políticas públicas

Autor: Maristela Costa de Andrade (PUC Minas)

A Constituição Federal do Brasil, de 1988, assegura sobre os direitos sociais, no capítulo II, Art. 6º que: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança [...]”. (BRASIL, 2009, p. 16). No entanto, quando se lida com pessoas em situação de rua, a realidade aponta para a ausência dessa equidade.

A atenção do Poder Público com esse segmento populacional é recente, e começou a alterar-se a partir do final da década de 1980 e início dos anos 90 com a Constituição Federal de 1988, que considerou os direitos sociais como direitos fundamentais de todo cidadão, e com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, reconhecendo a Assistência Social como política pública.

O poder público passou a ter a tarefa de manter serviços e programas de atenção à população de rua, garantindo padrões éticos de dignidade e não violência, na concretização de “mínimos sociais” e de direitos de cidadania a esse segmento social. Porém, as políticas públicas voltadas à população em situação de rua são basicamente compensatórias, assistencialistas e raras vezes se configuram concretamente como um projeto de inclusão social.

A pesquisa se relaciona com o Eixo Temático 1, na medida em que as políticas de saúde e assistência enfrentam novas questões e novos desafios frente à situação do envelhecer na rua. Na rua, à vulnerabilidade social torna-se maior frente às precárias condições de vida e aos problemas específicos do envelhecimento: a saúde necessita de maior atenção, há uma diminuição de acesso ao trabalho, a ausência familiar e de uma moradia tornam-se fundamentais para se ter uma assistência à pessoa que envelhece.

A investigação sobre o idoso em situação de rua requer múltiplos olhares acerca de questões afetivas, socio-culturais e ético-políticas que impactam as condições de vida na velhice e no processo de envelhecimento no nosso país. O objetivo da pesquisa/intervenção, de base qualitativa, foi compreender por que as pessoas envelhecidas e idosas estão em situação de rua, como significam esta experiência, como agem nesta situação, e que fatores contribuem para mantê-las nesse espaço segundo sua própria interpretação. Estas indagações são fundamentais para subsidiar políticas e serviços que possam impactar de forma positiva as condições de vida dessas pessoas, especialmente no que diz respeito às políticas sociais e de saúde, de que tanto necessitam e que parecem ser insuficientes.

Embasamento teórico:

As figuras de exclusão e estigma que recaem sobre a população em situação de rua estão anotadas na bibliografia da área. Inúmeros estudos (SAWAIA, 1999; BOARETTO, 2005; BORIN, 2003) explicitam os modos como se constrói a exclusão e a marginalização.

Da mesma forma, estudos na área da saúde indicam maior vulnerabilidade da população em situação de rua (PINTO, 2014; CARNEIRO JÚNIOR, JESUS E CREVELIN, 2010), bem como a ocupação das ruas por motivos relacionados à fragilização dos vínculos familiares (SILVA, 2009).

Por outro lado, há trabalhos em que se verifica a tentativa de experimentar a convivência com a população de rua, rotinas e práticas, modos de vida e saberes (KASPER, 2006; LIMA, 1998).

Do ponto de vista conceitual, a pesquisa foi assentada em três eixos do conhecimento:

- a psicologia social, em especial o campo de investigação voltado para as políticas públicas em torno da população em situação de rua;
- a esquizoanálise e a filosofia da diferença, quando se trata de pensar as estratégias de aproximação e produção de dados junto ao grupo escolhido, bem como a natureza processual do trabalho e a atenção especial dedicada às pessoas e às narrativas (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009);

Estudo de abordagem qualitativa, realizado por meio de entrevistas semiestruturadas dirigidas a 20 homens envelhecidos e idosos em situação de rua. Tais entrevistas se uniram às observações de campo já realizadas nas atividades de Extensão, para extrair dos depoimentos e das atividades dos entrevistados, os signos, significados e ações produzidos por eles na situação de viver na rua. Utilizou-se ainda como metodologia as oficinas em dinâmica



de grupo como método de intervenção psicossocial e os círculos de cultura, propostos por Paulo Freire.

Os dados coletados foram agrupados de acordo com os objetivos do estudo nas seguintes categorias: Envelhecer; Envelhecer na Rua; Rua/Abrigo, Saúde, Família; Sonhos; Políticas Públicas e Modos de Vida. Frente aos discursos, constatou-se a inacessibilidade a direitos fundamentais e a deficiência de políticas públicas, ausência de banheiros públicos e locais para se alimentarem, que são expostas nas demandas explícitas e na luta cotidiana dessas pessoas. No que se refere aos moradores de rua e, principalmente, ao contexto dos idosos moradores de rua, salienta-se a necessidade de ações que reduzam os estigmas em torno dessa população.

Os envelhecidos e idosos que vivem na e da rua buscam ou se mantêm nesse espaço cada vez mais sustentados por fatores sociais, políticos e econômicos e por não terem seus direitos garantidos. A situação de rua é uma saída vista pelas pessoas idosas como inevitável na ausência de suporte social e psicológico, quando suas condições de responder as demandas da família e da sociedade diminuem e as estratégias de sobrevivência são prejudicadas. Além disso, há a inacessibilidade a direitos fundamentais e a deficiência de políticas públicas de moradia, educação, assistência e seguridade. É necessário um mínimo de suporte social como: banheiros públicos e locais para higiene nas ruas e locais para se alimentarem. Essas questões são expostas nas demandas explícitas e na luta cotidiana das pessoas envelhecidas e idosas entrevistadas.

Ao mesmo tempo apresentam negação pelas normas instituídas, descaso pelo poder e repúdio ao trabalho alienado. A rua se apresenta num duplo espaço de liberdade e de busca de reconhecimento, e, também, de novos modos de agrupar e construir ações de solidariedade que não são fornecidas pelos valores vigentes. Ao mesmo tempo, por ser um lugar de contraposição ao sistema paternalista, é também um lugar de dor, preconceito e exclusão na sociedade atual que pode ser somado aos estigmas da velhice, da pobreza e do ser da rua.

O espaço da rua produz significações e saberes sobre o corpo, à saúde e o cuidado. A despeito de toda a adversidade, o espaço na rua se converte, com o tempo, num espaço possível de recriação e ressignificação dos vínculos e isso dificulta a saída dos que lá habitam, apesar de ser um lugar de dor, preconceito e exclusão somados aos estigmas da velhice.

Em síntese, há a necessidade de identificar os processos que transformaram este segmento social em um problema, marcando dessa forma, uma questão social que precisa ser acompanhada pelos governantes, profissionais da saúde e sociedade civil, merecendo a formulação e efetivação de políticas pública viáveis.

Experiências com Grupos Reflexivos com enfrentamento educativo à violência contra mulher: efeitos e continuidades.

Autor: André Luiz (UNIMEP)

Coautor: TELMA PAULA SOUZA (UNIMEP)

A violência contra as mulheres tem sido retratada em números estatísticos que revelam seu expressivo aumento, mesmo após iniciativas legais para sua coibição e criminalização, como a Lei n. 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP), e outras mais recentes. Tais leis respondem à luta das mulheres para que as violências sofridas por elas não sejam minimizadas e tratadas como um dano menor que, quando penalizadas, eram consideradas de baixo poder ofensivo, portanto, simbolicamente “reparadas” com penas alternativas. O maior rigor das Leis, entretanto, não tem coibido as práticas violentas, conforme dados estatísticos revelam e a mídia noticia quase todos os dias. A visibilidade desse fenômeno e das leis parece produzir nos homens ações reativas, especialmente quando a “receita” para seu combate se coloca na ideia de empoderamento feminino. Em uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA/2014 – Tolerância social à violência contra as mulheres) alguns resultados merecem nossa atenção: “(...) 63% dos entrevistados concordam, total ou parcialmente, que “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”. E 89% concordam que “a roupa suja deve ser lavada em casa”, enquanto 82% consideram que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Esses dados remetem à violência contra a mulher no contexto familiar, por isso também denominada de violência intrafamiliar, violência doméstica ou violência conjugal, em que pese reconhecermos que as violências contra as mulheres se manifestam em diversos contextos: na diferença salarial entre homens e mulheres, na tripla jornada da mulher, no assédio moral e sexual vivido no mundo do trabalho e em todos os lugares – sendo significativo o número de casos de estupro vividos cotidianamente por mulheres, desde seu

nascimento. Entretanto, os estudos têm destacado mais a violência na família ou nas relações de intimidade, sendo necessário salientar que na violência doméstica não são apenas as companheiras as vítimas; são também mães, filhas, irmãs, sobrinhas e enteadas, embora o dano mais letal, o feminicídio, seja predominantemente praticado pelo parceiro íntimo em contexto de violência doméstica e familiar. Segundo o Mapa da Violência contra mulher 2018 (Comissão de Defesa dos direitos da Mulher/Câmara dos Deputados), 95,2% dos agressores são companheiros/esposos da mulher assassinada. Considerando a dramaticidade dessa realidade e a partir de uma solicitação do Ministério Público (MP), iniciamos um trabalho focado nos homens autores de violência contra mulheres (com Medidas Protetivas), no município de Piracicaba/SP. Essas ações vem sendo realizadas desde 2017, com o projeto de iniciação científica "GRUPO REFLEXIVO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR – GREVINFA", que teve duração de 2 anos e deu origem a novos projetos que estão em andamento, bem como estamos iniciando o terceiro Grupo Reflexivo com homens selecionados pelo MP e convidados pela Defensoria Pública (DP) para participarem do Grupo – denominado pelo primeiro Grupo como "Papo de Homem". Atualmente, participam da equipe que promove esse trabalho, além da Universidade, o MP e a DP, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Polícia Militar (representando os que realizam a abordagem domiciliar diante de denúncias de violência). Não obstante, essas ações caracterizaram-se por uma intervenção/investigação, sendo estas: uma pesquisa participativa em grupos focais, que objetivou "desnaturalizar a conduta violenta, promovendo a transformação dos padrões da masculinidade hegemônica, por meio de atividades pedagógicas e educativas, em Grupo Reflexivo para homens autores de violência intrafamiliar, em uma abordagem responsabilizante"; e na investigação: "caracterizar os padrões relacionais de homens participantes do Grupo Reflexivo; o impacto da participação no Grupo reflexivo na resignificação das relações intrafamiliares; e analisar alcances e limites de grupos reflexivos como estratégia de enfrentamento à violência intrafamiliar". A partir das experiências no referido projeto de iniciação científica, novas questões emergiram e requereram mudanças: tendo os Grupos como contexto, o trabalho desenvolvido e sua metodologia também tem sido ser analisado para se entender o alcance do grupo enquanto prática educativa que possa produzir outros sentidos nas relações de gênero, assim como temos levantado outras questões que deverão ser problematizadas em outras pesquisas, tais como os atravessamentos de gênero nos processos judiciais e na ação policial. A histórica desigualdade entre homens e mulheres, justificada pelas instituições políticas, econômicas, jurídicas, religiosas e até mesmo pela ciência, traz indicativos sobre a reatividade violenta dos homens à quebra dos papéis sociais paradigmáticos hodiernamente. Muszkat (2018), nesse sentido, enfatiza a importância dos contextos de socialização como forma de manutenção de valores da masculinidade hegemônica que incorrem na naturalização, banalização e até na exaltação da violência como um recurso dos homens frente aos conflitos da vida, enquanto um mecanismo de preservação de suas identidades e, conseqüentemente, dos modelos relacionais pautados nesse binarismo. Essa violência, como os estudos descrevem, assume várias formas: física, sexual, psicológica, moral, patrimonial, entre outras, e, frequentemente, as mulheres sofrem várias formas ao mesmo tempo. Segundo alguns trabalhos com Grupos Reflexivos, como os de Prates (2013) e Billand (2016), os homens dificilmente percebem a gravidade de seus atos, não os identificando como violentos, o que acaba atravancando sua responsabilização. Tal ausência de reconhecimento da violência ficou evidente nos participantes dos Grupos já analisados na pesquisa. Essas questões, que entraram no debate social a partir dos movimentos feministas e, mais fortemente na década de 70 do século passado, nos estudos acadêmicos, assumem grande complexidade, visto serem atravessadas por questões de classe social, raça e etnia, o que produziu diversas teorias – as chamadas teorias de gênero –, que podem ser simplificadaamente agrupadas em duas tendências teóricas: uma que entende que a subordinação e opressão das mulheres baseia-se nas diferenças sexuais, não restritas a uma essencialidade biológica necessariamente, visto o poder da cultura na configuração das identidades masculina e feminina; e outra tendência é entender gênero como um elemento constitutivo, "uma forma primeira de significar as relações de poder", como assevera Scott (1995). Em função das problemáticas emergentes nas primeiras experiências do "Papo de Homem", essas teorias se mostraram necessárias e de grande contribuição para o trabalho de análise do Grupo que está se iniciando e para as próximas formações. Entre outras, passaremos a utilizar conceitos desenvolvidos por Judith Butler em relação a sujeito e agência como base analítica na pesquisa intervenção, os quais trouxeram contribuições significativas para a teoria social a partir da elaboração de uma teoria de gênero enquanto uma construção social. Butler parte da concepção de poder foucaultiano, que articula poder com o saber. A problematização da "matriz heterossexual" (BUTLER, 2003), ou de uma "heterossexualidade compulsória" (RICH, 2010), enquanto uma heteronormatividade, permite a resignificação de uma identidade fixada por um critério de gênero, e nos Grupos a reflexão sobre essas questões podem ampliar a consciência dos participantes acerca de suas próprias

relações que produziram a violência. Como já indicamos acima, a metodologia para investigação/intervenção é qualitativa, realizada junto a sujeitos participantes de Grupos Reflexivos, tratados como grupos focais. A coleta de dados das experiências grupais está sendo realizada por meio de registros em diário de campo e por meio de entrevistas semi-dirigidas com os participantes desses Grupos que assim consentirem livremente. Até o momento, pudemos analisar os dois primeiros Grupos, que revelam, entre si, grande singularidade e algumas convergências, tais como: sentimento de injustiça frente à Medida Protetiva, aos dispositivos legais como as D.D.M. e à participação no grupo (também encarada, primeiramente, enquanto algo punitivo); dificuldade de aceitação/respeito às mudanças nos papéis masculinos e, sobretudo, femininos contemporâneos (bem como uma visão negativa acerca do feminismo, suas lutas e conquistas legais, culturais e sexuais); dificuldade de responsabilização pela(s) violência(s) praticada(s), onde às vezes o “amar” aparece como justificativa por suas ações violentas; socialização primária e secundária, frequentemente, permeada por uma “educação” violenta e opressiva; a religião como forma de manutenção de papéis sociais e padrões relacionais pautados na dominação das mulheres; retratação das mulheres enquanto “venenosas”, perversas e ardilosas para garantir seus interesses; explicações de cunho patologizador ou fisiológicas (doenças mentais, loucura, “natureza”); não univocidade da violência dentro da relação agressor-vítima, sendo apresentados relatos de violências praticadas pelas denunciantes; o Grupo, ao final dos 15 encontros, é sentido enquanto um lugar de acolhida e discussão de questões que não podem ser abordadas noutros contextos (como fragilidades, angústias, sofrimentos), pois carregados de machismo; reconhecem a importância do diálogo, seja como horizonte desejável nas relações interpessoais, seja enquanto uma prática vivenciada por alguns deles. Entendemos que o Grupo Reflexivo tem se revelado como capaz de promover uma ressignificação nas formas relacionais e, ao menos, iniciar o processo reflexivo nas vidas cotidianas destes homens.

Formação política em movimentos de luta por moradia da cidade de São Paulo: sentidos e significados atribuídos pelos militantes.

Autor: Raul Gomes de Almeida (IPUSP)

Coautor: Bernardo Parodi Svartman (IPUSP)

As camadas populares travam lutas políticas em torno da questão da moradia desde que o município iniciou o seu processo de urbanização, pois concomitante a este processo foi o surgimento de cortiços, barracos, casas precárias nas periferias, acampamentos etc. No entanto, foi entre o fim de 1970 e início de 1980 que a luta por moradia digna ganhou uma visibilidade crescente no cenário social e político brasileiro, sendo hoje uma das principais pautas dos movimentos populares da cidade de São Paulo. Em geral, os movimentos de moradia dispõem de um sistema de ação multiescalar e variado construído ao longo de sua história diante das diversas experiências de luta. São exemplos de ações coletivas executadas por tais movimentos: as ocupações de imóveis e terrenos públicos, a participação em espaços institucionais (como o conselho de habitação e orçamento participativo) e comunitários, a luta por moradia no centro e a construção por mutirão autogestionário. A participação ativa em todas as ações coletivas do movimento é de suma importância, tendo em vista que as experiências cotidianas de luta possuem um valioso caráter formativo para seus membros. Acredita-se que a vivências dessas experiências podem ser libertadoras e, que no curso do processo de luta, tem grande potencial para a conscientização da condição de oprimido e a elaboração de estratégias ação pelos membros que compõem o coletivo. Como objetivo geral, busca-se investigar os sentidos e significados atribuídos aos momentos e espaços de formação política por membros de dois movimentos de luta por moradia localizados na periferia da cidade de São Paulo. Trata-se de uma pesquisa de mestrado que está em andamento, a proposta na XX ENABRAPSO é discutir o projeto, com foco na metodologia e os referenciais teóricos adotados, bem como na apresentação das reflexões iniciais advindas da observação participante. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, que, como mencionado, está sendo realizado partir da observação participante nas experiências de luta e a partir de entrevistas de longa duração que terão como foco a formação política alcançada no interior do movimento e a trajetória de vida antes da entrada no movimento social. Os materiais serão um roteiro de entrevista semiestruturado e o diário de campo. O procedimento fundamentar-se-á em cinco etapas: aproximação com o movimento social, sendo, preferencialmente, um na Zona Sul e outro na Zona Leste; observação participante no cotidiano das ocupações e nas atividades organizadas do movimento; realização das entrevistas; devolutiva dos depoimentos; devolutiva das análises. O referencial teórico a ser adotado é a perspectiva histórico-cultural proposta por L. S. Vigotski, considerando principalmente

os conceitos de vivência e sentidos e significados. A perspectiva histórico-cultural de Vigotski possibilitará análises acerca da formação política enquanto uma elaboração subjetiva, dinâmica e processual em que sentidos e significados são compartilhados a partir das vivências no cotidiano do coletivo e nas experiências de luta por direitos. A organização e tratamento do conteúdo das entrevistas e da observação participante se darão em dois momentos. No primeiro momento explorar-se-á as trajetórias específicas de cada participante antes e após a entrada no movimento social, assim como as vivências marcantes, permeada por sentidos e significados, no interior deste que lhe possibilitaram uma formação política. No segundo momento serão elaboradas análises de elementos que perpassam as entrevistas individuais em conjunto com os registros dos diários de campo, coincidindo, se diferenciando ou se contradizendo, de modo que se possa compreender os aspectos mais gerais da formação política no interior de um movimento social, primeiro em cada movimento e depois observando as semelhança e diferenças entre ambos. Neste processo, buscar-se-á compreender a produção dos sentidos e significados dos sujeitos na dialética entre o singular, o particular e o universal. Isto é, situar estas produções subjetivas e singulares em um processo dialético entre o sujeito e a sociedade atual, mediado pelas particularidades de suas vivências, localizadas em um ponto temporal e histórico, dentre elas as que se realizam no interior dos movimentos de luta por moradia. A observação participante tem sido realizada na ocupação Emanuela da FLM (Frente de Luta pela Moradia) em um terreno no bairro de Guaianazes, Zona Leste de São Paulo, que foi ocupado em maio de 2019. Trata-se, portanto, de uma ocupação que está em processo de estruturação. As reflexões iniciais advindas da observação participante têm sugerido que há diferentes níveis de conscientização, principalmente entre a base do movimento e as lideranças, acerca dos direitos violados, da estrutura de dominação da qual fazem parte na condição oprimidos e do que seria uma moradia digna. Nas conversas com os ocupantes um importante motivador para a decisão de participar da ocupação é a necessidade concreta de um lugar pra morar, tendo em vista as condições precárias de habitação que vivenciam e, muitos casos, há também o pagamento do aluguel que consome boa parte da renda familiar. Estes pontos ainda serão melhor compreendidos no processo de pesquisa.

Meritocracia na realidade brasileira: Mídia virtual e articulação com a temática

Autor: Cristina Abrantes (PUC-SP)

Introdução

Pretende-se analisar a premissa meritocrática como ideologia, em sua concepção marxista, no sentido de um conjunto de ideias que se apresentam como reais e totais, mas que iludem por pertencerem às classes dominantes. Essa ilusão transforma o falso por verdadeiro. (Chauí, 2014).

A meritocracia (do latim mereo, merecer, obter) é a ideologia baseada na ideia de que conquistas individuais estão alicerçadas no merecimento. Ela é pautada na ideia de responsabilização individual, na medida em que o que cada pessoa vivencia (contexto socioeconômico, profissional e relacional) soa como resultado de seus próprios comportamentos e esforços. O indivíduo seria capaz de prosperar com base somente em suas capacidades, habilidades e aptidões. Ela fundamenta moralmente o neoliberalismo, e legitima a forma como os recursos estão distribuídos na sociedade. Defende a ideia de que a mobilidade social deve ser um resultado exclusivo dos esforços individuais através da qualificação e do trabalho. Em contrapartida, essa ideologia que responsabiliza o indivíduo por seus resultados, está enraizada em um modelo socioeconômico de disparidades sociais por sua própria estrutura. (Barbosa, 2014).

Mas para que o discurso meritocrático se sustente, ele precisa se pautar na possibilidade de ascensão social. Se o lugar social que cada um ocupa é decorrente do próprio mérito, se valerá de casos de "superação", em que o sujeito, mesmo em condições de dificuldades sociais, alcança um lugar de privilégio. A mídia contemporânea neoliberal buscará ressaltar e valorizar esses casos a fim de afirmar a ideia de que sempre é possível obter sucesso. Por essa lógica, se nega as reais perversões do sistema, que marginaliza, desde o nascimento, o sujeito sem privilégios.

Se não houvesse exceção, não haveria como afirmar a possibilidade de ascensão. Possível, no entanto, não é provável. Será ainda pela ilusão do discurso do esforço e competência, que se silenciará as perversidades promovidas pelo neoliberalismo e o discurso meritocrático.



Objetivo

O presente trabalho buscou analisar, de forma qualitativa, duas reportagens contemporâneas que abordam a meritocracia na realidade brasileira, procurando identificar diferentes posicionamentos frente à temática, e o direcionamento discursivo da mídia para propagação ou refutação ideológica.

Relação clara com o GT e eixo temático escolhido

Essa pesquisa se relaciona com o EIXO 1 (Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais) proposto pela XX ENABRAPSO, pois discutirá os processos de propagação de ideologia contemporânea em meio ao contexto neoliberal, e a inerente individualização e responsabilização fragmentária da constituição da realidade objetiva que construímos coletivamente. Se buscará verificar como mídias virtuais produzem possibilidades de subjetivação e objetivação da realidade, seja como estratégia de homogeneização do pensamento ou questionamento do status quo.

A GT pretendente deste trabalho seria a GT02: "A dimensão subjetiva da desigualdade e da dominação: avançando no compromisso social da psicologia". Essa escolha se deu pela proposta de produção crítica deste trabalho, buscando desnaturalizar e desuniversalizar os fenômenos construídos sócio historicamente. Pretende-se pensar em meritocracia como uma ilusão do real, para a legitimação de desigualdades e dominação, devendo ser combatida para um mundo mais cooperativo e menos competitivo.

Orientação teórica

Esta pesquisa tem como referencial teórico e metodológico a Psicologia Sócio Histórica, que se fundamenta no materialismo histórico e dialético. Compreende-se, por essa perspectiva, que o humano se constitui a partir de sua relação com o mundo material num processo histórico e dialético. A ideia aqui de historicidade, não significa simplesmente que o indivíduo é determinado pela história, por uma lógica de causa e efeito, mas em uma relação dialética, em que tanto indivíduo quanto sociedade se constituem mutuamente. O humano é, portanto, sujeito ativo por sua ação transformadora, sendo agente da história, podendo transformar a sociedade em que vive. É um ser histórico e social, à medida que se constitui a partir da relação com o mundo material e histórico (Bock, 2007).

Por esse viés, considera-se indivíduo e sociedade, subjetividade e objetividade sem dicotomias, como partes de um todo, que interagem dialeticamente constituindo e sendo constituídas simultaneamente de forma processual, em constante movimento de transformação. Coerente com esta abordagem, esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa que é a metodologia que permite investigar e analisar os fenômenos humanos e sociais em seu processo dinâmico.

Método

Para esta pesquisa, foram analisadas reportagens que abordam a meritocracia na realidade brasileira, publicadas em veículos jornalísticos. Procurou-se verificar como os elementos do discurso da meritocracia se apresentavam e como corroboraram para sua afirmação ou refutação.

Para analisar estas publicações, utilizou-se como referência a lógica do procedimento de núcleo de significações (de Aguiar, et al. 2015), uma vez que o objetivo da análise foi de identificar as significações promovidas pelo veículo e possibilidades de afetação, sempre mediadas, das dimensões subjetiva e objetiva da realidade.

Resultados

Foram analisadas duas reportagens deste ano que tinham como principal temática a meritocracia na realidade contemporânea brasileira.

A primeira trata do caso de Bettina, uma jovem que procurou vender seus serviços para ensinar seus clientes a investirem e terem alta rentabilidade por uma boa leitura do mercado financeiro. Para promover seus serviços e gerar renda, a jovem dizia ter alcançado seu primeiro milhão de patrimônio aos 22 anos, após 3 anos de investimentos, omitindo ainda a real quantia investida ao longo deste período. A reportagem de Luan Sperandio defende que a despeito dos privilégios possuído por Bettina (de classe alta, ganhando alta quantia do pai todos os meses, com educação de qualidade etc.), isso não diminuiria seu feito. Por essa perspectiva, apontar a investidora como privilegiada seria um ressentimento que pessoas que não têm as mesmas condições apresentam. Alega-se ainda que é importante acreditar na meritocracia, no sentido de cada um buscar melhorar as próprias condições, possibilitando mobilidade social. Esse posicionamento procura abafar a ascensão da consciência de classes, na medida



que banaliza as disparidades sociais como “ressentimento”, e busca apontar a própria pobreza e desigualdade como legítima. “Os resultados diferentes alcançados são perfeitamente naturais. Essa desigualdade é positiva, já que os agentes econômicos são incentivados a buscar inovação e geração de riqueza” (SPERANDIO, 2019).

A segunda reportagem propõe, diferentemente da anterior, uma problematização da acriticidade sobre meritocracia. Para isso entrevistam jovens da periferia que passaram em uma universidade pública bem-conceituada no país, e buscam compreender as dificuldades que os estudantes enfrentam mesmo após “superarem” os limites sociais impostos por adentrarem em um ensino superior de qualidade. Questões como preconceito, capital cultural, necessidade de trabalhar concomitante aos estudos e falta de integração de políticas públicas são apresentadas e refutam a teoria dos privilégios apresentada no primeiro texto. Entende-se a dificuldade de discorrer sobre meritocracia em uma sociedade polarizadas por desigualdades, e ressaltam a importância da implementação e manutenção de políticas públicas para uma sociedade efetivamente de todos através do combate à opressão e discrepância social.

Conclusões

A escolha de reportagens que se guiaram por posicionamentos diferentes, e em alguma medida opostos, buscou enriquecer o debate complexo que a meritocracia, como reflexo ideológico da dinâmica neoliberal, pode apresentar. Vale ressaltar, no entanto, que a maior parte da grande mídia é conivente e reforça esse grande discurso instituído, que continua protegendo a manutenção do status quo e, portanto, a perpetuação dos privilégios das classes dominantes. Esse tipo de naturalização do funcionamento do sistema dificulta o processo de consciência de classes pela falsa ideia de homogeneização do interesse de todos.

A apresentação de “casos de sucesso” por parte da mídia, sem a problematização da estrutura de desigualdades que o capitalismo neoliberal apresenta, propõe apresentar a exceção como regra. Apresenta-se e se alicerça, no imaginário social a ideia de que se é possível obter sucesso, quem não o conseguiu efetivamente não o quis e não se esforçou suficientemente. Esse ideal promove a culpabilização individual do lugar que cada um ocupa na sociedade e promove a ilusória ideia de que a pobreza pode ser uma escolha. Aqui, a possibilidade se sobrepõe à probabilidade, dado que a estrutura econômica vigente necessariamente se constitui pelo acúmulo financeiro de poucos sobre a falta de muitos.

Referências Bibliográficas:

- As pessoas não acham que alguém como eu possa ser inteligente’: a vida dos alunos da periferia na USP. BBC News, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/30/as-people-acham-que-alguem-como-eu-possa-ser-inteligente-a-vida-dos-alunos-da-periferia-na-usp.ghtml>. Acesso em: 19/08/2019
- BARBOSA, L. (2014). Meritocracia e sociedade brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, 54(1), 80-85.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. *A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 3 ed, 2007.
- CHAUÍ, M. (2017). *O que é ideologia*. Brasiliense.
- AGUIAR, W. M. J., SOARES, J. R., & MACHADO, V. C. (2015). Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. *Cadernos de pesquisa*, 45(155), 56-75.
- SPERANDIO, Luan. A história de Bettina e a importância da meritocracia. *Gazeta do Povo*, 19 de mar. de 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/a-historia-de-bettina-e-a-importancia-da-meritocracia/>. Acesso em: 19/08/2019.

O Cenário Político Brasileiro e as Alianças Alienantes

Autor: Roberta Andrea de Oliveira (IP-USP)

Coautor: Maria Inês Assumpção Fernandes (IP-USP), Denise Trento Rebello de Rouza (denise trento) e Ana Carolina Bueno (IP-USP)

Introdução

Esta comunicação origina-se de reflexões desencadeadas na preparação de um seminário apresentado no âmbito da disciplina Seminários Avançados de Pesquisa em Psicologia Social, Psicanálise e Cultura I, ocorrida no segundo semestre de 2018. Esta disciplina ocorreu como atividade formativa do Programa de Pós Graduação do IPUSP, sob a coordenação de uma das co-autoras deste trabalho.

O processo eleitoral de 2018, com sua marca performática e intensa polarização, instigou-nos a desenvolver um ensaio mobilizando conceitos da psicanálise que pensa o sujeito como sujeito do grupo para o entendimento do cenário em sua dimensão inconsciente. Neste sentido, utilizamos o livro *Um Singular Plural – A Psicanálise à Prova do Grupo* de René Kaës. Recorremos a outros autores, sempre que necessário, além de matérias jornalísticas publicadas na época.

Para esta comunicação, retomaremos os últimos acontecimentos políticos de nosso país, mais especificamente a adesão de setores significativos da população brasileira a discursos de viés claramente conservador, culminando na eleição de um dos candidatos de posição ideológica explicitamente de extrema direita.

Sendo um candidato que, curiosamente, se recusou a participar de qualquer debate público com outros candidatos, mesmo na campanha para o segundo turno, e que ao longo de sua carreira política (como deputado federal por sete mandatos) baseou seus discursos em frases de impacto e explosões de “sinceridade”; a recusa em participar dos debates não significa silêncio, mas uma estratégia de controle e eventual manipulação da palavra. Focalizaremos nossa discussão neste ponto, por considerarmos estruturante de uma estratégia frente a seus apoiadores.

Partimos de algumas questões norteadoras: a utilização da noção de vínculo e alianças inconscientes nos ajuda a entender os fenômenos envolvendo a eleição de Jair Bolsonaro? E quais alianças estariam atuando?

Objetivo

Tendo como pressuposto que a utilização da noção de vínculo e de alianças inconscientes pode ser útil na compreensão de fenômenos envolvendo a eleição presidencial, objetivamos apresentar parte de nossas análises no que se refere às alianças inconscientes que atuaram no processo de pactuação entre candidato e eleitores, e os fenômenos que estiveram presentes no que concerne a dois dos pilares do psiquismo propostos por Kaës: a fala e os vínculos intersubjetivos.

Relação com o Eixo Temático

Nesta discussão propomos a consideração de processos subjetivos visando a compreensão do movimento de aliança ao autoritarismo.

Orientação Teórica

Segundo René Kaës (2007), para que possamos constituir vínculos, criar laços, viver em família, na comunidade e nos grupos, não apenas nos identificamos com os outros, mas também formamos alianças. Nossas identificações têm apoio em acordos prévios a partir das primeiras experiências intersubjetivas. Mas, essas identificações não são suficientes. O vínculo não se estabelece somente pelo que compartilhamos conscientemente, mas também por processos inconscientes que atamos e selamos entre nós. Sendo assim:

Contrair uma aliança é o ato por meio do qual duas ou mais pessoas ligam-se entre si para realizar um objetivo específico, o que implica de sua parte um interesse comum e um compromisso mútuo. [...]. Chamei de aliança inconsciente uma formação psíquica intersubjetiva construída pelos sujeitos de um vínculo para reforçar em cada um deles e estabelecer, na base de seus vínculos, os investimentos narcísicos e objetivos de que eles têm necessidade [...] (Kaës, 2007, p. 198-199).



Método

Psicanalítico.

Resultados

No processo eleitoral, cenário para nossa discussão, destacamos a exagerada performance e grande valorização de uma “verdade” proferida teatralmente e de maneira exaltada. Quanto ao candidato eleito, analisamos que seu movimento não tinha interesse algum em negar uma verdade por meio de uma mentira, ou negar uma mentira por meio de uma verdade. Acreditamos que, de sua parte, não havia interesse em cuidar da coerência ou consistência do conteúdo do que era dito, haja visto que muitas incoerências foram percebidas em muitos dos seus pronunciamentos (por exemplo, emitir um discurso homofóbico em um vídeo, e em outro, dizer que jamais emitiu uma opinião como esta), chegando a desafiar seus interlocutores (a entrevistadora) a indicar um único vídeo sequer no qual tenha dito algo desse tipo.

[...] ele é legal, porque ele é um mito, porque ele é engraçado, porque ele fala o que pensa e não está nem aí (discurso de um entrevistado, pesquisa de Solano, 2018, p. 22).

Quanto ao que é mobilizado em seus seguidores, vale ressaltar que quando abandonamos o pensamento podemos interpretar este abandono como uma tentativa de manter um vínculo regressivo com uma imagem ideal e protetora (Kaës, 2005). Trata-se de uma aliança alienante que se utiliza das formas estereotipadas de pensamento para a manutenção de um vínculo grupal. A onipotência narcísica de um ídolo está na base da formação da ideologia, cuja onipotência não permite nenhuma elaboração ou diálogo, já que esse ato de pensar poderia conduzir a uma relação do sujeito pensante com o que é desconhecido, com a simbolização e com a linguagem. Podemos supor que a exposição desse ídolo, nas situações de debate público, poderia contrariar sua estratégia alienante. Pensar, simbolizar e elaborar (processo civilizatório) nos leva para um caminho contrário à pura atuação frente às nossas pulsões. Em uma aliança alienante não se deseja que o outro pense, caso ele pense, o vínculo do grupo não se sustenta.

O caminho do pensamento é um caminho longo e envolve uma insatisfação frente às incertezas. Quando um grupo ideológico se forma, os participantes ali aderem porque estão sofrendo e necessitam suprimir qualquer dúvida (Kaës, 2005). Em meio a este sofrimento, o ídolo onipotente oferece um pensamento já pensado, pronto, completo, sem espera e que promete o fim do sofrimento (“bandido bom é bandido morto”).

Jair Bolsonaro ganhou mesmo antes de ficar em primeiro lugar no primeiro turno da eleição porque todos os debates importantes para o Brasil foram suspensos, todas as discussões em andamento se perderam, e o cotidiano foi reduzido a espasmos. Ele não apenas ampliou o ódio, ele também sequestrou o debate (Brum, 2018, s/p).

Nas alianças de tipo alienante o objetivo é reduzir ao mínimo o conflito entre o identifiante e os identificados (Castoriadis-Aulagnier, 1979) a partir de dois movimentos: o uso de uma representação discursiva que cumpre o mesmo papel de um delírio frente a uma realidade (soluções fantásticas, por exemplo) e pessoas se apoiando sobre essa representação discursiva sustentando essa ilusão (Kaës, 2005). Ou seja, a alienação não é um fenômeno singular, ela exige o encontro com outro sujeito desejoso de se alienar (Castoriadis-Aulagnier, 1979).

Conclusões

“É que ele tem esse jeito tosco, bruto de falar, militar mesmo. Mas ele não quis dizer essas coisas. Às vezes exagera, não pensa porque vai no impulso, porque é muito honesto, muito sincero e não mede as palavras como outros políticos, sempre pensando no politicamente correto, no que a imprensa vai falar. Ele não está nem aí com o politicamente correto, diz o que pensa e ponto, mas não é homofóbico. Ele gosta dos gays. É o jeitão dele” (discurso de um entrevistado, pesquisa de Solano, 2018, p. 21).

O recuo da palavra (conteúdo) em relação a outros elementos como a entonação naquilo que é dito, a gesticulação, a forma, os símbolos, encurta o caminho do labirinto das palavras. É um ataque pelo imediatismo que não dá espaço para reflexões e dúvidas. Ao privilegiar a performance em detrimento do conteúdo, esvazia-se e compromete, portanto, uma das funções primordiais da linguagem e da palavra: a comunicação, e paralisa-se o pensamento.

Referências

Brum, E. (2018). Bolsonaro e a autoverdade: Como a valorização do ato de dizer, mais do que o conteúdo do que se diz, vai impactar a eleição no Brasil. El País. [cited by 2018 oct 29]. Available from: <https://brasil.elpais.com/>

brasil/2018/07/16/politica/1531751001_113905.html.

Castoriadis-Aulagnier, P. (1979). *Les destins du plaisir: aliénation, amour, passion*. Paris: PUF.

Kaës, R. (2005). *La palabra y el vínculo: procesos asociativos en los grupos*. Buenos Aires: Amorrortu.

Kaës, R. (2007). *Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo*. Paris: Dunod.

Solano, E. (2018). *Crise da democracia e extremismos de direita*. *Análise* 42/2048. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil. [cited by 2018 oct 29]. Available from: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>.

O Programa Minha Casa Minha Vida e a luta por enraizamento: A construção do Comum como resistência à segregação sócio-espacial

Autor: Clarissa (USP)

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) lançado em 2009 têm sido objeto de pesquisa em diversas áreas do conhecimento. No urbanismo o PMCMV é estudado a partir de suas relações com a produção dos espaços da cidade (MARICATO, 2015). Os estudos na perspectiva da psicologia social (SILVA, 2017) ainda são recentes e escassos e abordam a participação popular no programa. A pesquisa que propomos investiga as experiências de participação no programa após a chegada das famílias aos residenciais. Buscamos saber se as práticas de mutirão em espaços públicos (áreas de lazer) apoiam a construção de experiências do Comum e favorecem o sentimento de enraizamento aos residenciais. A partir de observação participante e entrevistas qualitativas pretendemos conhecer também a percepção das moradoras sobre os problemas dos residenciais, e a política habitacional de forma geral, e se os espaços de participação (encontros comunitários, mutirões, etc.) contribuíram para o enfrentamento à segregação sócio-espacial, uma das principais causas de desenraizamento.

Para que possamos estabelecer desde o início uma relação de confiança peço licença para me apresentar: sou mulher, uma mulher branca, branca e trabalhadora, branca, trabalhadora e bissexual, uma mulher branca, trabalhadora, bissexual e militante feminista. A perspectiva de onde parto para estruturar essa narrativa está atravessada pelas memórias que compõem minha identidade. Como diz Silvia Federici (2019, p. 222, tradução livre):

“não podemos olhar para a vida social do ponto de vista de um sujeito social abstrato, universal e assexuado, porque as hierarquias raciais e sexuais que caracterizam a divisão social do trabalho no capitalismo, e especialmente a divisão entre o assariado e o não-empregado produzem não apenas relações de poder desiguais, mas experiências e perspectivas qualitativamente diferentes sobre o mundo.”

Confiança é fiar junto, tecer em coletivo e essa pesquisa é fruto da fiação coletiva de memórias. Memórias enquanto profissional atuante em projeto de desenvolvimento comunitário em residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em Campinas, memórias da trajetória acadêmica e, especialmente, memórias das moradoras dos residenciais que conheci durante a atuação em campo e revisei durante as entrevistas e observações participantes.

Uma constante em minhas memórias é a busca por pertencimento, a qual me levou até o Instituto Elos, o que me permitiu encontrar as pessoas com as quais dialogo nessa dissertação. O desejo por me sentir parte de algo, de reconhecer nas outras pessoas um pouco de mim mesma me levou a projetos de desenvolvimento comunitário enquanto mobilizadora e facilitadora de grupos. Sentia-me em casa quando ficava assistindo novela com a Cris, no residencial Sirius, enquanto ela lavava a louça do almoço e me contava as novidades do bairro ou; quando chegava na casa da Dona Vilma, no residencial Vila Abaeté, e ela tinha preparado pão vegano para mim e o restante da equipe do projeto.

Essas experiências, além de várias outras em residenciais do PMCMV em Rio Largo (AL) e em comunidades da Baixada Santista, foram me trazendo tantas inquietações que não havia espaço, nem tempo, para serem discutidas com a profundidade que eu precisava entre as colegas de trabalho. Depois de oito meses de trabalho em Campinas, realizando encontros comunitários e coordenando dois mutirões em diferentes residenciais, enfrentando tantos desafios e sendo testemunha de tantas superações, tomei coragem e me inscrevi na seleção do mestrado, acreditando que poderia ser selecionada. O desejo de levar minhas reflexões e dúvidas para serem debatidas com mais pessoas e de experimentar a sensação de ser parte do universo acadêmico me trazia muito entusiasmo.

Voltando a como cheguei até aqui recordo que o dia no qual foram anunciadas as selecionadas para os programas de mestrado e doutorado eu estava no residencial Jardim Bassoli, co-facilitando um encontro com um grupo de catadoras de materiais recicláveis. A ansiedade era tanta que no meio da conversa, enquanto meu colega



mediava o grupo, entrei na página do IPUSP para checar a lista de aprovadas. Ver meu nome escrito lá e, ao lado, o nome do projeto: “Enraizamento em território de chegada: A construção do senso de comunidade em residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida em Campinas” foi uma das sensações de maior orgulho e alegria que já senti. Foi muito simbólico estar em um dos residenciais naquele momento. Por alguns instantes saí da sala para chorar e rir, ao mesmo tempo. Quando voltei à sala meu colega anunciou ao grupo que eu estava muito feliz porque havia sido selecionada para o mestrado na USP e as moradoras me deram parabéns. Hoje, recordando aquele dia, percebo que a maioria das moradoras que estavam lá eram mulheres, negras e todas elas não completaram o Ensino Médio. Ser aprovada no mestrado da USP é incrível para mim, mas pode significar muito pouco, ou quase nada, para quem precisa se preocupar diariamente com a falta de mistura no almoço da família. Começou aí minha jornada de encontros, desencontros, teorias, conceitos, métodos, contradições, incoerências e muitos saberes partilhados.

O que me motivou no trabalho como mobilizadora comunitária a questionar o que via e vivia nos residenciais do PMCMV participantes do projeto Escola de Transformação? Um primeiro ponto fundamental está relacionado com a distância: Jardim Bassoli, Sirius e Vila Abaeté se localizam a 23, 17 e 12 quilômetros de distância do centro de Campinas, respectivamente. Para perceber isso, nem precisei conversar com nenhuma moradora, pelo tempo de deslocamento da equipe já era possível sentir, mais ou menos, na pele os impactos da falta de mobilidade (inclusive social) entre os diferentes espaços da cidade. Reforço o “mais ou menos” porque a equipe de campo se deslocava de carro. Se utilizássemos transporte público o tempo de deslocamento poderia ser o dobro ou quase o triplo.

O segundo ponto surgia nos primeiros minutos de conversa com as moradoras: a ausência e/ou insuficiência de equipamentos públicos de saúde e educação, principalmente. Os impactos gerados no cotidiano das moradoras era sentido de diversas formas: com a falta de creche as mães que tinham crianças com menos de seis anos não conseguiam trabalhar, pois não tinham com quem deixá-las, causando uma diminuição significativa na renda familiar; com a falta de equipamentos de saúde, as filas nos postos de atendimento e a demora para agendamento de consultas geravam o sentimento de hostilidade e preconceito entre as moradoras dos bairros vizinhos com as moradoras dos residenciais: “lá vem as bassolentas lotar nosso posto”, eram frases que as moradoras do Jardim Bassoli relatavam ouvir.

O terceiro ponto está relacionado com uma palavra própria e especial do vocabulário português/brasileiro: saudade. As moradoras dos residenciais sentiam saudade das suas antigas residências, sentiam muita falta dos laços de vizinhança, de ter a família toda morando perto, de conhecer as rotas e caminhos para a padaria do bairro, para a escola das crianças, etc. Os “caminhos familiares” descritos por Ecléa Bosi são aqueles que humanizam a cidade: “Quando a fisionomia do bairro adquire, graças ao trabalho ingente dos moradores, um contorno humano, ele se valoriza” (2003, p. 75). Esses caminhos ficaram para trás, é uma ruptura sem retorno.

Para entender porque os residenciais do PMCMV foram construídos naqueles determinados locais fui buscar apoio na geografia humana e no urbanismo. A partir de pesquisas que estudam a formação das cidades, do urbano, entrei em contato com o conceito de “direito à cidade” de Henri Lefebvre (2016) que propõe a cidade enquanto obra humana – fruto da atividade participante das pessoas que nela habitam. Quando a cidade se torna uma mercadoria, em consequência do processo de industrialização capitalista segundo Lefebvre, um dos impactos que vivemos é a segregação sócio-espacial (CARLOS, 2016). Entender as diversas formas de segregação e como os programas de habitação criados e mantidos pelo Estado foram sustentando essa lógica foi me causando ainda mais indignação e trouxe as dúvidas: será que as moradoras dos residenciais entendem essa lógica? Será que eles desconhecem esse histórico, assim como eu desconhecia até semestre passado?

O terceiro ponto, referente ao sentimento de saudade, está diretamente relacionado com a necessidade adjacente ao enraizamento, de “participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (WEIL, 2001, p. 43). Quais memórias de passado são compartilhadas por pessoas desconhecidas, ex-moradoras de bairros tão diferentes da cidade que estão se encontrando pela primeira vez? Qual a disponibilidade emocional para construir uma visão coletiva de futuro em um bairro novo, com carência de creches, escolas, postos de saúde, etc. entre pessoas estranhas?

As relações comunitárias que foram sendo construídas e fortalecidas ao longo do projeto Escola de Transformação estruturaram a pergunta central dessa pesquisa: os encontros comunitários e as ações coletivas (mutirões) de reconstrução e manutenção dos espaços públicos são ferramentas que apóiam o enraizamento? A busca para respostas à essa questão inclui a checagem com as pessoas que vivenciaram o projeto sobre como elas percebem a si mesmas, suas relações com esses espaços públicos, com o residencial e com a cidade após participarem desse processo.



Trajetórias de exclusão/inclusão de pessoas em situação de rua: a Psicologia no enfrentamento das desigualdades

Autor: Paulo Vitor (UNIR)

Coautor: Juliana da Silva Nóbrega (UNIR)

O território rondoniense foi cenário de processos migratórios que marcam a história do Brasil ao longo do século passado, conhecidos como ciclos econômicos, que por diferentes motivos atraíram populações de outras regiões do país e do mundo para ocupar a região. Esses ciclos continuam a influenciar e impactar os contextos urbanos e rurais da região, principalmente na capital Porto Velho. Mais recentemente, a capital recebeu um novo fluxo migratório com a construção de duas usinas hidrelétricas no rio Madeira: as usinas de Santo Antônio e Jirau, a partir de 2008. Estima-se que mais de 50.000 pessoas tenham se mudado a Porto Velho motivadas pela construção das hidrelétricas, a partir de 2010 (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2015). A construção das usinas atraiu trabalhadores vindos dos lugares mais distantes do país e que permaneceram na região após a conclusão das obras, muitos sem acesso a serviços públicos que dessem conta da grande demanda envolvendo saúde, moradia, mobilidade urbana, entre outros aspectos que foram agravados após esse ciclo econômico. Concomitantemente, imigrantes do Haiti também procuraram a cidade em busca de oportunidades de trabalho após o terremoto que devastou o país no mesmo período. Na atualidade, o fluxo migratório mais recente é de venezuelanos em busca de melhores condições de vida em função da crise vivenciada em seu país. Este contexto de migrações e imigrações a cidade de Porto Velho foi se expandindo e influenciando o cotidiano dos moradores da região, acirrando a xenofobia e o racismo em muitos casos. Um dos grandes prejuízos do crescimento habitacional desordenado foi o aumento da população em situação de rua na capital do estado e a ocupação de praças, calçadas e demais espaços públicos urbanos. Contudo, o município carece de levantamentos estatísticos precisos sobre essa população. Como parte das políticas públicas de assistência social para a população em situação de vulnerabilidade, o município dispõe de serviços destinados à indivíduos e famílias com direitos violados, caracterizando a proteção social especial. Entre os serviços, há uma unidade de acolhimento destinada à população em situação de rua, que também recebe imigrantes refugiados de outros países. A unidade funciona no modelo de abrigo, fornecendo hospedagem e alimentação, bem como serviços técnicos de Assistência Social e Psicologia. A inserção da Psicologia nesse contexto ainda é recente, um território em construção que requer inventividade de modo a acompanhar dinamicamente a realidade (LASTA; GUARESCHI; CRUZ, 2012). A partir dessas considerações iniciais, os objetivos deste trabalho são: a) Identificar as trajetórias de exclusão/inclusão de pessoas em situação de rua vivendo em Porto Velho-RO; b) Analisar a permanência dessas pessoas na instituição referida, bem como as temáticas desenvolvidas nos grupos; c) Discutir possibilidades de atuação da Psicologia frente às desigualdades oriundas de políticas de desenvolvimento do Estado que desconsideram os territórios e aqueles que estão em mobilidade. A Psicologia, enquanto ciência e profissão, frequentemente adota modelos normativos de indivíduo e família na tentativa de responder aos anseios levados a este campo do saber, mas que acabam afastando-a da dimensão subjetiva desses indivíduos. É necessário colocar no centro das reflexões sobre exclusão a ideia de humanidade, a maneira como o sujeito se relaciona com o social, “de forma que, ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais” (SAWAIA, 2014, p. 100). A Psicologia deve se preocupar com a humanidade do trabalhador, chamando atenção para essa qualidade que é anterior a qualquer determinação econômica. Os moradores de bairros populares assumem um esquema de sobrevivência baseado na cooperação e solidariedade, onde uma família auxilia a outra em suas necessidades, de forma que qualquer imprevisto pode levá-los à miséria, à escassez absoluta, é o limiar entre o comer e o passar fome (MELLO, 1992). Com isso, cabe pensar na trajetória de pessoas em situação de rua: há um rompimento, ou uma série de rompimentos, em algum momento que os separam da ação de comer e ter moradia para passar fome e viverem na rua. A vulnerabilidade e a ruptura de vínculos familiares e sociais repercute nos processos identitários e, por conseguinte, nos demais processos psicossociais emancipatórios: na consciência e no sentimento de pertença (ALCÂNTARA; ABREU; FARIAS, 2015). A partir dessas reflexões, a presente pesquisa, ainda em andamento, é produto da experiência de estágio supervisionado em Psicologia e Processos Educativos em Políticas Sociais do curso de Psicologia da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Para tanto, os procedimentos adotados envolveram observações na Unidade de Acolhimento para População em Situação de Rua de Porto Velho-RO, bem como experiências em grupos comunitários com os acolhidos. Ainda serão realizadas caminhadas na rua com as pessoas acolhidas nesta instituição, para conhecer o cotidiano e a relação destas com a cidade. Como forma de registro utilizamos diários

de campo. Nesta Unidade há, atualmente, cerca de 25 pessoas em situação de rua. Estes podem viver na casa por até 6 meses. A permanência na casa durante o dia é permitida somente durante as refeições (café da manhã e almoço), para participação de atividades em grupos, atendimentos com os técnicos ou em casos de enfermidade. Durante a noite, a permanência é irrestrita. Os resultados preliminares demonstram que: a) As pessoas em situação de rua abrigadas na instituição referida vivenciaram rompimento ou fragilização dos vínculos familiares que constituem o principal fator de inserção na rua, pelos mais diversos motivos. Além disso, para eles a vivência na rua possibilita expressão de autonomia e rompimento de relações que enclausuram o eu, como relações familiares, relações de trabalho, o modo de produção capitalista, entre outros; b) Apesar disso, a permanência na casa de acolhimento, por sua vez, é sustentada pela esperança na busca de emprego, para alguns, e reencontro com familiares, para outros; c) A experiência em grupo tem possibilitado para estas pessoas o desenvolvimento de consciência crítica da realidade ao produzir discussões sobre cenas do sofrimento ético-político vivenciados por eles. O olhar para o seu dia-a-dia e o lugar para a escuta dos afetos e das experiências vividas tem se mostrado fundamental para o reconhecimento social dos mesmos enquanto sujeitos partícipes da vida da cidade. Assim, entendemos que a Psicologia no âmbito da Assistência Social deve estar compromissada com as classes populares de modo a romper com práticas que reproduzam a exclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade. Além disso, salientamos a necessidade de a cidade repensar suas políticas de desenvolvimento visando apenas o crescimento econômico, mas principalmente, a garantia de boas condições de vida para sua população.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Stefania Carneiro de; ABREU, Desirée Pereira de; FARIAS, Alessandra Araújo. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. *Revista Colombiana de Psicologia*, Bogotá, COL, v. 24, n. 1, p. 129-143, jan.-jun. 2015.

COTINGUIBA, Marília Lima Pimentel; COTINGUIBA, Geraldo Castro. Rondônia, um estado de fronteira na Amazônia Ocidental brasileira: fluxos migratórios do passado e a imigração haitiana no início do século XXI. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 8, n. 2, p. 45-65, jul.-dez. 2015.

LASTA, Leticia Lorenzoni; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; CRUZ, Lílian Rodrigues da. A psicologia e os Centros de Referência em Assistência Social: problematizações pertinentes. In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Org.). *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 52-65, 2012.

MELLO, Sylvia Leser de. Classes populares, família e preconceito. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 3, n. 1/2, p. 123-130, 1992.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: _____ (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 99-120, 2014.

Transmutando desigualdades em diferenças

Autor: RITA DE CÁSSIA MITLEG KULNIG

Coautor: Ana Mercedes Bahia Bock (PUCSP)

Na abertura de seu livro publicado em 2013 e intitulado “Os campos de extermínio da desigualdade”, o sociólogo Göran Therborn leva o leitor a refletir sobre o fenômeno da desigualdade social por meio de questionamentos bastante provocativos. Reproduzo alguns desses questionamentos: O que está errado com a desigualdade? Por que nos ressentimos com a desigualdade econômica de alguns e admiramos a de outros - de estrelas do esporte e do entretenimento, por exemplo? Qual é a diferença entre desigualdade e diferença? Que tipo de igualdade os igualitários contemporâneos, democráticos e libertários, devem buscar? Quais são os mecanismos sociais através dos quais desigualdade - e igualdade - são produzidas? Apesar das explicações sobre este fenômeno social se apresentarem como um grande desafio para as sociedades desde a antiguidade clássica, Therborn ressalta que, antes da modernidade, apesar da existência de diferenças hierárquicas que muitas vezes não eram aceitas, como, por exemplo, entre homens livres e escravos, entre homens e mulheres, entre nobres e plebeus, essas diferenças nem sempre eram percebidas, discutidas e teorizadas como desigualdades. Segundo este sociólogo, a desigualdade vai se tornar um problema político e moral apenas na modernidade, em razão de dois fatores confluentes.



O primeiro desses fatores foi o Iluminismo, que favoreceu tanto o florescimento da ideia de sociedade como uma instituição historicamente mutante e politicamente mutável quanto o surgimento do capitalismo comercial em larga escala. O segundo fator apontado pelo sociólogo foi a noção secular de igualdade humana fundamentada, especialmente, na crença cristã e islâmica da igualdade da alma, que emergiu em crítica aos privilégios da aristocracia e à situação de escravidão, alimentando o ideário das chamadas Revoluções do Atlântico. Desta forma, como conclui Therborn, na modernidade, os humanos não eram mais apenas diferentes, de diferentes posições, de sorte diferente. Sua igualdade poderia ser violada; eles poderiam ser desiguais. Afirmativa que nos remete a um dos questionamentos apresentados por ele na introdução de seu livro, citado anteriormente: qual a distinção entre diferença e desigualdade? Consultando o significado desses dois vocábulos em dicionários da língua portuguesa, constataremos que ambos trazem em suas acepções um sentido relacional. Haverá sempre a necessidade de um "outro" como parâmetro/padrão para se determinar uma desigualdade ou uma diferença. Embora muitas vezes utilizados por nós como sinônimos quando nos referimos às relações sociais, compreendermos as distinções fundamentais contidas nas significações desses dois vocábulos é importante para que possamos compreender como essas significações têm se relacionado entre si no âmbito social e como ambas se relacionam com a noção de igualdade. A tentativa de responder a este questionamento será o eixo norteador desta comunicação, fruto de um recorte da tese defendida no Programa de Estudos Pós-Graduado em Educação: Psicologia da Educação, da pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que teve como temática central a desigualdade social. Considerada um dos maiores problemas da sociedade brasileira, a desigualdade social é um fenômeno complexo e multifacetado envolvendo várias dimensões de nossa vida cotidiana, com impactos diversos em nossa estrutura social e na constituição de nossas subjetividades. Embora não seja tomada como objeto de estudo, e sim como pano de fundo, como um dos fatores explicativos dos fenômenos psicológicos em muitas das perspectivas no campo da Psicologia, como apontam alguns pesquisadores do campo da Psicologia, a leitura que a perspectiva Sócio-Histórica faz desse fenômeno se diferencia das demais. Para a PSH importa aprofundar o conhecimento sobre a subjetividade que sustenta a desigualdade social, dando visibilidade aos elementos que caracterizam sua dimensão subjetiva, objetivando aprofundar o conhecimento sobre a subjetividade que sustenta esse fenômeno social. É neste campo que a pesquisa, que sustenta esta comunicação, procurou se inserir ao propor dar visibilidade à dimensão subjetiva da desigualdade social no processo de escolarização das elites por meio do estudo de práticas escolares realizadas no segmento do Ensino Médio em uma escola situada na Região Metropolitana da Grande Vitória, no estado do Espírito Santo, tendo como foco os seguintes questionamentos: como a temática da desigualdade social é apresentada e significada nos documentos institucionais que orientam as práticas escolares da instituição investigada; como ela é apresentada e trabalhada nessas práticas; como os educadores dessa instituição significam o trabalho com essa temática a partir das e nas práticas realizadas; como os alunos significam a desigualdade social a partir das e nas práticas realizadas pela instituição. A análise dos dados produzidos por meio de estratégias como a conversação, a observação participante e a análise documental indicaram, no Projeto Educativo da instituição, a abertura para se tratar, de uma forma crítica, a temática sobre a desigualdade social. No entanto, as práticas observadas que implicaram inserção social dos jovens apresentaram um caráter mais assistencialista e filantrópico, com um foco maior nas desigualdades de recursos. Conclui-se que as práticas propiciadas podem significar uma perpetuação do status quo se não possibilitarem ao jovem a percepção política da pobreza e das desigualdades como efeito de uma relação de dominação. Nesse sentido, as práticas escolares podem contribuir para transmutar desigualdades em diferenças.



GT03: A educação entre a invenção e o conservadorismo: técnicas de si e práticas de liberdade.

Batalhas de poesia e experiência sensível na escola: criação outros possíveis

Autor: Paula de Melo Ribeiro (Famath)

Coautor: Hilton Azevedo Costa Neto (FAMATH), Júlia Cupolillo Alvarez (FAMATH), Maria de Lourdes Peluso (FAMATH) e Rachel Coutinho (FAMATH)

— Para entender nós temos dois caminhos: o da sensibilidade que é o entendimento do corpo; e o da inteligência que é o entendimento do espírito.

Eu escrevo com o corpo Poesia não é para compreender mas para incorporar

Entender é parede: procure ser uma árvore (BARROS, 2010, p.178).

Este escrito deriva da pesquisa de iniciação científica intitulada “Disputa de narrativas e produção de subjetividade: a poesia como afirmação étnico-social de jovens de escola pública”, a qual realizamos junto a alunos do curso de graduação em Psicologia das Faculdades Integradas Maria Tereza. Nesta pesquisa investigamos a construção de formas alternativas de produção de educação escolarizada que não desconsideram a dimensão subjetiva dos saberes periféricos e da experiência vivida dos alunos da rede pública da cidade de Niterói.

Como sabemos, a escola é uma instituição secular que ainda sustenta algumas características bastantes conservadoras. Pautada pelo modelo racionalista, herdado do Iluminismo, a escola, de forma geral, ainda tende a apagar a dimensão do sensível. Além disso, essa racionalidade eurocêntrica se fundamenta no discurso científico em detrimento de outros saberes considerados inferiores, ou seja, saberes provenientes de minorias. Essa narrativa se atualiza no ambiente escolar a partir de processos unilaterais de ensino-aprendizagem que pressupõem um sujeito universal e excluem as diferenças.

Em seu nascimento, na modernidade, a escola constituiu-se como um dos dispositivos do poder disciplinar, atuando de forma estratégica no aumento da capacidade produtiva dos corpos e reduzindo sua capacidade política de resistência, ou seja, forjando corpos úteis e dóceis (Foucault, 1991). Se em sua origem a escola operou como uma grande maquinaria incumbida de fabricar o sujeito moderno individualizado, podemos afirmar que, ainda hoje, o processo de escolarização funciona como um importante dispositivo de reafirmação de determinadas subjetividades. Em consonância com Coimbra e Nascimento (2019) entendemos que habitando o contexto de uma sociedade produzida como flexível, aberta e democrática, a instituição escolar vem operando como um poderoso instrumento de domesticação e docilização.

Ao longo da história, os estabelecimentos pedagógicos têm se valido de uma rede de saberes, dentre os quais a Psicologia assume relevante papel. Num contexto de capitalismo neoliberal, a convocação de práticas e saberes psicológicos, no contexto da escolarização, por vezes, remete ao encargo de adaptar o aluno à lógica do mercado e do empreendedorismo de si; operando uma racionalidade meritocrática em que cada indivíduo é tomado como responsável (culpado) pelas escolhas feitas em sua trajetória de vida que, supostamente, resultaram em fracasso ou sucesso.

Como dito por Augusto (2015), “a escola é uma instituição analisada e reformada sempre pelo que lhe falta, pelo que deve ser-lhe acrescido, e raramente pelo que produz e faz funcionar” (p.13). Na contramão do estabelecido, esta pesquisa visa mapear práticas de resistência. Dessa forma, pretendemos nos valer do conceito de educação não-formal, ou seja, aquela implementada fora do espaço de escolarização. Nos interessam as narrativas, produzidas por jovens, em contextos culturais, que denotam um diálogo com a sua história pessoal e coletiva. Narrativas estas, que pela via poética-musical se apropriam de sua história, geralmente não contada na escola. Tomamos assim como analisadores a experiência do slam, que seria a produção poética feita por jovens de grupos sociais marcadamente discriminados – negros, periféricos, mulheres.

De acordo com Neves (2017) o slam é uma batalha de versos que dá voz a poetas da periferia. Nas apresentações o poeta é performático e só conta com o recurso de sua voz e corpo. Os versos, que são carregados de teor crítico, falam sobre as adversidades do cotidiano e abordam temas como racismo, violência, drogas, machismo, sexismo. Dessa forma, para além do conteúdo político, contestatório do slam, essa experiência ainda engloba

toda uma estética com gestos, movimentos e performances que apontam para outra sensibilidade - um corpo aberto, em movimento, que encena sua história apagada pelos discursos hegemônicos.

Teorias educacionais ditas Pós-Modernas já vem defendendo a possibilidade de discussão de problemas através de narrativas tomadas sem hierarquização epistemológica. O processo de ensino-aprendizagem passaria pela articulação de situações problemáticas com as experiências de vida cotidianas dos alunos e suas comunidades. Por fim espera-se que o estudante crie uma narrativa própria sobre a situação (GHIRALDELLI JR, 2000).

Jorge Larrosa Bondía (2002) traz importante contribuição para o campo da educação ao conceber uma terceira via de abordagem que foge ao binarismo das práticas cindidas entre a educação como ciência aplicada ou a educação como práxis política. O autor coloca em cena a possibilidade de se pensar a educação a partir do par experiência/sentido. "A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. [...] Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiências é cada vez mais rara."

De forma geral, o sujeito moderno forja-se como consumidor insaciável de notícias e informações; demovível de suas opiniões está sempre ocupado demais com o trabalho e ao mesmo tempo anestesiado com relação a tudo que acontece ao seu redor. A escola por não estar isolada do diagrama que compõem as forças que atravessam a sociedade, também se coloca como propagadora de conteúdo e produtora de subjetividade avessa à experimentação.

O saber da experiência, por outro lado, nas palavras de Bondía "tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece" (p.27). Nesta perspectiva, como achados parciais, através de revisão bibliográfica e breve pesquisa de campo, constatamos que as experiências como o "Slam" podem ser utilizadas como potentes ferramentas da construção de pertencimento a um coletivo e reinvenção de si. A poesia falada, dessa forma, é mais que a rememoração de uma história apagada pelos grandes saberes. Essa narrativa, política e performatizada, ao trazer ao centro da cena a experiência vivida pelos jovens periféricos/estudantes mobiliza o pensamento, faz pensar.

E aqui em consonância com Deleuze (2006) ousamos dizer que pensamento não se limita a reconhecimento. O que move o pensamento é a experiência sensível, o problema sentido, vivenciado. Ou seja, aquilo que move o pensamento é fruto do encontro com a diferença. "Pensar não é reconhecer, não é recuperar algo já presente na alma. Pensar é experimentar o incômodo do desconhecido, do ainda não pensado e construir algo que nos possibilite enfrentar o problema que nos fez pensar" (GALLO, 2008, p.118).

Portanto, em nosso tempo, mais que a ampliação e democratização do acesso à escola, é urgente que aconteça a abertura desse espaço para outras narrativas que versem sobre os saberes e vivências das minorias. Narrativas estas tomadas historicamente como dissonantes e indignas de ocupar o currículo escolar. Segundo o argentino Mignolo, para a superação da subalternidade é imprescindível pensar na desobediência epistêmica: "Sem tomar essa medida e iniciar esse movimento, não será possível o desencadeamento epistêmico e, portanto, permaneceremos no domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados" (MIGNOLO, 1996, p. 288).

A experiência do slam tem se apresentado a nos como uma possibilidade de subversão do modelo tradicional ensino - onde o aprender se limita a capacidade de apreender e reproduzir. Na criação e performance das batalhas de poesia, por vezes, testemunhamos o aprender enquanto abertura para mudança com as experiências, enquanto criação de sentido para existência.

Referências Bibliográficas

- AUGUSTO, Acácio. Governando crianças e jovens: escola, drogas e violência. Em: Resende, Haroldo (Org.) - Michel Foucault: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- BARROS, Manoel de. Poesia completa / Manoel de Barros. São Paulo: Leya, 2010.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. in Revista Brasileira da Educação. No. 19, Jan/Fev/Mar/Abr, Rio de Janeiro: ANPED, 2002.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Nascimento da prisão. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- COIMBRA, Cecília Coimbra; NASCIMENTO, Maria Lívia. Programas compensatórios: seduções capitalistas? Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/texto27.pdf>, acesso: 26 de abril de 2019.
- GALLO, S.. O problema e a experiência do pensamento: implicações para o ensino da filosofia. In: Siomara Borba; Walter Kohan. (Org.). Filosofia, Aprendizagem, Experiência. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, v. 1, p. 115-130.
- GUATTARI, Felix. Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional. Aparecida /S.P: Idéias & Letras, 2004.]

GHIRALDELLI Jr, Paulo. O que é preciso saber em Filosofia da Educação e Teorias Educacionais. Rio de Janeiro, DPA, 2000.

MIGNOLO, Walter. Herencias coloniales y teorías postcoloniales. In: GONZÁLES STEPHAN, Beatriz. Cultura y Tercer Mundo. Venezuela: Nueva Sociedad, 1996.

NEVES, Cynthia Agra de Brito. Slams – letramentos literários de reexistência ao/no mundo contemporâneo. Linha D'Água, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 92-112, out. 2017.

Desusos, usos e abusos. Pensar a infância com Foucault

Autor: Heliana Conde (UERJ)

Coautor: Rosimeri de Oliveira Dias (UERJ)

A literatura acadêmica francesa voltada à crítica escolar, conforme mostra a bibliografia recente, caracteriza-se por acentuado desuso das ideias de Michel Foucault, diagnosticando-as como alheias à questão educativa, seja ela mais inventiva ou mais conservadora – debate que orienta, ao menos em parte, o GT ao qual submetemos esta comunicação e que, nesse sentido, justifica nossa iniciativa. A surpresa provocada por tal desuso – no Brasil, ao contrário, o tema do panoptismo é de uso onipresente, e talvez mesmo abusivo, nos debates que problematizam a educação – levou-nos a explorar, no presente texto, outro desuso, qual seja: os estudos ainda pouco frequentes, em nosso país, acerca da infância, com base no pensamento de Michel Foucault. Para a consecução de tal objetivo, a princípio caracterizamos a crítica escolar francesa – mostrando que esta privilegia autores da tradição durkheimiana e/ou marxista, como Pierre Bourdieu, por exemplo, e que, notadamente, repudia as aproximações diagramáticas (e tão foucaultianas!) entre escola, caserna, hospital e prisão –, e a contrastamos com a literatura crítica brasileira no que tange à educação e à infância, lançando mão, para tanto, da bibliografia nativa pertinente ao tema. Em seguida, procurando afastar-nos, quanto às ressonâncias de Foucault no Brasil, da prevalência da análise da escola (melhor dizendo, da análise do aluno, e não da criança), bem como do recurso exclusivo, como é comum entre nós, às duas últimas partes de Vigiar e punir (e do consequente tema, ou mesmo lema, do panoptismo), percorremos diversos cursos, escritos militantes, livros e entrevistas de Michel Foucault publicados entre os anos de 1973 e 1977. Nesse trajeto, ao constituir uma série documental visando à análise de discurso, com razoável frequência surpreendemos a presença da infância no pensamento do filósofo, embora, como é nele comum (e, a nosso ver, desejável), despontem também, a cada passo, hesitações e novas inflexões. Em breve apresentação do material pesquisado e dos achados parciais que facultou, podemos citar: uma conversa de Michel Foucault com Gilles Deleuze, relativa às relações entre os intelectuais e o poder, em que prevalece a temática das teorias como “caixas de ferramentas”, ou melhor, dos usos das teorias como indispensáveis à sua própria vida; o curso O poder Psiquiátrico, no qual Foucault recusa a alcunha de “pesquisador das instituições” e, correlativamente, focaliza a infância como condição da penetração social da psiquiatria, para muito além do asilo, ao longo do século XIX; a última das brochuras publicadas pelo GIP (Grupo de Informação sobre as Prisões), intitulada Suicídios de prisão, em que um especial destaque é conferido ao suicídio de um adolescente de nome Thierry, que não era, empiricamente, um detento da instituição carcerária, porém não mais suportou ver a mãe ser chamada de “ladra” nas instâncias judiciárias que, como familiar, se via obrigado a frequentar; novamente o livro Vigiar e punir (mediante partes bem menos exploradas pela literatura do que as ligadas ao panoptismo), no qual emerge a radical insubmissão, no tribunal correcional, do jovem oitocentista Béasse, de treze anos, o infame por excelência, o menos conhecido da galeria definida em A vida dos homens infames; o curso Os Anormais, em que, após lançar mão de alguns laudos psiquiátricos do século XX e de designá-los com o termo ubuísmo, tomado à Patafísica de Alfred Jarry, Foucault explicita as três figuras da infância – o monstro humano, o incorrigível e a criança masturbadora – que, na passagem do século XVIII ao século XIX, constituíram o domínio da anomalia, domínio este que futuramente as virá, por sinal, a absorver; finalmente, uma entrevista concedida a Bernard-Henri Lévy, publicada em Le nouvel observateur pouco após o lançamento de A vontade de saber, na qual a infância desponta como modo de ser e modo de viver – modo de subjetivação, diríamos – apto a estabelecer quanto às coisas, às pessoas e aos corpos, relações polimorfos, escapando com isso ao domínio entediante, monótono e inevitavelmente conservador do dispositivo da sexualidade. Ao explorar tal série de falas e de escritos, em que Gilles Deleuze, Hervé Guibert, Jean Luc Godard, René Schérer e Guy Hocquenghem se fazem, com frequência, companheiros no tipo de análise praticada, encontramos um Foucault muito atento à infância e, quanto a esta, invariavelmente capaz de construir novas problematizações,

em muito excedendo aquele enfoque redutor que sempre remete, sem nuances, ao panoptismo (ou, mais contemporaneamente, no máximo, ao biopoder e ao empreendedorismo neoliberal). Sendo assim, à guisa de conclusão, propomos uma abertura de possibilidades para ver Michel Foucault como pensador da infância e, ao pensá-la, como caracterizado por um pensamento indócil – marcado, em consequência, pelo abuso. Qual um de seus “infames”, o jovem Béasse, acima mencionado – muito menos popular, decerto, que Pierre Rivière ou Herculine Barbin –, Foucault não receia colocar-se permanentemente em desuso – sentido singular deste último termo que remete a deslocamentos e transformações permanentes, os quais não temem o veredito eventualmente condenatório de qualquer juiz, seja nos tribunais sociais, seja nos epistemológicos.

ESCOLA PRA QUÊ, DEMOCRACIA PRA QUEM? Elementos para Discussão sobre o Falso da Realidade e Novas Práticas Pedagógicas Libertadoras em Tempos de Homeschooling, de Criacionismo Terraplanista e do Império das Fake News

Autor: ILLYUSHIN (IFC - Campus Luzerna)

Resumo:

No cenário de terra arrasada representado pela ascensão do novo presidente brasileiro a partir de janeiro de 2019, com um processo de desmonte radical do estado nacional e eliminação acelerada de direitos historicamente conquistados (JALES; TEIXEIRA, 2019) – tendo sido concretizada ainda com Temer a ‘reforma trabalhista e, já no governo atual, a ‘reforma da previdência’, com inócua resistência – a educação passou a ser o alvo principal dos operadores do neoliberalismo em Brasília. Miram não apenas o sucateamento da imensa infraestrutura educacional do país através do corte de 30% na verba de manutenção das universidades e institutos federais anunciado no fim de abril, sob justificativa de ‘balbúrdia e gente pelada’ (AGOSTINI, 2019) – que não obteve grande adesão fora da ‘bolha bolsominion’ – nem somente na sua contrapartida racional, o projeto ‘Future-se’, apresentado em julho (G1, 2019) que especialistas apontam como claramente ilegal (PINHO, 2019), ambas frentes abertas publicamente pelos representantes institucionais dos cruzados do obscurantismo pós-impeachment (ZAAK SARAIVA, 2019). Apontam principalmente no que parece ser o ataque central da nova onda ultraconservadora ‘em blitzkrieg’: a destruição subterrânea e camuflada do projeto civilizatório que perpassa a pluralidade e a laicidade da educação pública como um direito de todos, a partir da gradual implantação de um projeto educacional voltado ao obscurantismo, sendo o homeschooling, o criacionismo e o terraplanismo apenas a vertente visível da nova educação pretendida (MARTINS, 2018; OLIVEIRA, 2019), mas que no subterrâneo também contempla – e talvez principalmente – o militarismo e a destruição de estruturas legais e institucionais que ainda garantem, nos sistemas escolares, a diversidade cultural e de pensamento, a proteção contra o racismo e o machismo, entre outros valores conquistados no cotidiano escolar graças às lutas pós-redemocratização, ainda não de todo efetivados.

Além da batalha subterrânea pela destruição das poucas garantias de proteção às minorias, os líderes da guerra cultural contam com milhares de soldados de seu fanático exército dispostos a chegar às últimas consequências na batalha ‘homem-a-homem’ – aliás, a covardia verificada nas ações violentas das falanges bolsominion faz sugerir batalhas mais ‘homens-a-homem’. Apesar da diminuição dos inúmeros casos de violência de rua vivenciados no período pré-eleitoral contra militantes de movimentos sociais, cometidos por grupos de bolsominions, incluindo o assassinato do Mestre Moa do Katendê (UCHÔA, 2018) ou do militante cutista Charlione Albuquerque (MADEIRO; GAMA, 2018), o ano de 2019 inaugura uma crescente de casos de violência contra minorias, destacadamente a violência contra pessoas LGBTQ e, especialmente, a violência contra mulheres, com aumento inédito no número de feminicídios a partir da posse do novo presidente em janeiro (ACAYABA; ARCOVERDE, 2019).

Neste campo de batalha, recentes pretensões da luta pela educação pública, gratuita e de qualidade – tais como universalização real da educação básica e conquista real do fim do analfabetismo e redução de 50% do analfabetismo funcional; educação básica em tempo integral para a maioria e propostas de avaliação de aprendizado com caráter amplo e holístico; universidade para todos e integração do ensino médio aos Institutos Federais, dentre outras (SANTOS, 2015) – parecem agora sonho distante, e são deixadas de lado como bandeira de luta sem hesitação, dada a necessidade premente de defender-se valores e conquistas que há tão poucos anos pareciam péticos mas que caem um a um diante da avalanche bolsominion (FERRARI, 2019). Sem prejuízo da continuidade da pesquisa acadêmica ‘de laboratório’, julga-se cumprir agora aos pesquisadores das diversas áreas engajar-se na interpretação acurada e assertiva dos processos político-psicossociais envolvidos na tomada e na manutenção do poder pelo profascismo (CROCHICK, 2018).

Assim, faz-se essencial o correto entendimento sobre a importância política exercida pelo conjunto de cidadãos componentes da chamada bolha bolsominion, bolha que se mantém ainda inteira e atuante politicamente em grande parte graças à milionária máquina de fake news (MELO, 2018) montada para as eleições fraudadas de 2018 e retroalimentada sempre que necessário a partir de uma estrutura empresarial de desinformação (RODRIGUES; MELLO, 2018; PAVARIN, 2019) voltada a manter esse setor ultraconservador do eleitorado brasileiro constantemente motivado e mobilizado para a guerra cultural, seja através da criminalização de segmentos sociais bem determinados, especialmente os considerados indesejáveis fora da estrutura produtiva, seja através do revisionismo histórico com abuso da recriação ficcional dos fatos, tudo a partir da moralização do debate político e do ataque contra uma série de inimigos imaginários identificados como usurpadores por causa de políticas identitárias, de liberalização do aborto, de gênero, LGBT, etc. (SOLANO, 2019).

De toda forma, julga-se estarem presentes neste debate diversos elementos intrinsecamente relacionados com quadros similares vivenciados atualmente em cenários onde a chamada Nova Direita chegou ao poder (SANTOS; TANSCHKEIT, 2019) – elementos já em análise acadêmica no plano internacional, mas passíveis ainda de elucidação e análise sob diversas vertentes teóricas, notadamente, no que diz respeito à Psicologia Social, a construção psíquica dos componentes da realidade fantasiosa sobre a qual se apoia na sua totalidade a narrativa obscurantista (MARTINS, 2018) que dá suporte e justifica o assalto fascista ao Estado.

Este trabalho, que não tem como objetivo analisar a estrutura dos ataques institucionais sofridos pelas universidades e pelo serviço público em geral no Brasil pós-impeachment (ZAAK SARAIVA, 2019), coloca a cunha na fresta da mais clara contradição presente nos cenários imaginários de fogo e enxofre da realidade fantasiosa propagada pelos matracas da Nova Direita: a gritante dicotomia de milhões de beneficiários de políticas públicas de inclusão gestadas e implantadas nos governos trabalhistas de 2003-2015, mas que dão seus ombros diariamente e com afinco aos batalhões protofascistas da guerra cultural, especialmente nos campos das redes sociais e do whatsapp.

Nesse sentido, conclui-se ser urgente e necessária a inclusão, em todo o debate educacional, dos atuais 'resultados políticos não planejados' da educação pública, com a formação, ao lado da classe média ultraconservadora, da numerosa massa de cidadãos semialfabetizados que pela primeira vez acessam direitos, mas que aderem sem qualquer esboço de crítica ao discurso que justifica a eliminação desses mesmos direitos.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, Cíntia; ARCOVERDE, Léo. Casos de feminicídio aumentam 76% no 1º trimestre de 2019 em SP; número de mulheres vítimas de homicídio cai. G1-SP, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/>. Acesso em 29 jun. 2019.

AGOSTINI, Renata. MEC Cortará Verba de Universidade por 'Balbúrdia' e já enquadra UnB, UFF e UFBA. Estadão. 30 abr. 2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-porbalburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em 03 maio 2019.

CROCHICK, José Leon Teoria Crítica e Psicologia Social: Relevância das pesquisas empíricas. In: *Psicologia & Sociedade*, vol. 30, 2018. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30i174315>.

FERRARI, Julie. O Processo de Bolonha e os Cortes na Educação Superior do Governo Bolsonaro: Considerações a partir de textos jornalísticos. In: *Ensaio Pedagógico*, v. 3, n. 2, 2019, pp. 69-77. ISSN: 2527-158X.

G1. Ministro da Educação reúne Reitores das Federais para apresentar Projeto de Eficiência de Gestão. In: G1. 16 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/07/16/ministro-da-educacao-reune-reitores-das-federais-para-apresentar-projeto-de-eficiencia-de-gestao.ghtml>

JALES, Paula; TEIXEIRA, Solange. Estado Neoliberal vs Projeto Democratizante: implicações na Política de Assistência Social Brasileira. In: *Argumentum*, v. 11, n. 1, pp. 101-114, jan./abr. 2019. ISSN 2176-9575. <http://doi.org/10.18315/argumentum.v11i1.22850>.

MADEIRO, Carlos; GAMA, Aliny. Homem é assassinado a Tiros em Carreata Pró-Haddad no Ceará. In: *Uol Notícias*, 27 out. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/>. Acesso em 03 jan. 2019.

MARTINS, Leonardo. Extremistas religiosos, terraplanistas, alienígenas e além: a dinâmica da espiral ascendente de complexidade na formação de crenças e experiências contraintuitivas. In: *Numen*. v. 21 n. 2, 2018, pp. 129-144. <https://doi.org/10.34019/2236-6296.2018.v21.22156>.

MELLO, Patrícia. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. In: *Folha de São Paulo*. 18 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-ptpelo-whatsapp.shtml>. Acesso em 03 maio 2019.

OLIVEIRA, Thaianie. Autoridade Científica em Tempos de Crise Epistêmica: A circulação de teorias da conspiração nas mídias sociais. In: XXVIII Encontro Anual da Compós, PUC-RS, Porto Alegre - RS, junho de 2019. ISSN: 2236-4285. Anais...

PAVARIN, Guilherme. Como a Milícia Digital Bolsonaroista Resgatou sua Máquina de Fake News para Atacar Universitários. In: The Intercept Brasil. 15 maio 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/05/14/milicia-digital-bolsonarista-contra-universidades/>. Acesso em 15 maio 2019.

PINHO, Angela. Plano para Universidades vai Esbarrar em Órgãos de Controle, diz Especialista. In: Folha de São Paulo, 17 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/plano-para-universidades-vai-esbarrar-em-orgaos-de-controle-diz-especialista.shtml>. Acesso em 30 jul. 2019.

RODRIGUES, Artur; MELLO, Patrícia Campos. Fraude com CPF viabilizou disparo de mensagens de WhatsApp na eleição. In: Folha de São Paulo. 02 dez 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/fraude-com-cpf-viabilizou-disparo-demensagens-de-whatsapp-na-eleicao.shtml>. Acesso em 03 maio 2019.

SANTOS, Fabiano, TANSCHKEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. In: Colombia Internacional, n. 99, 2019, pp: 151-186. <https://doi.org/10.7440/colombiaint99.2019.06>.

SANTOS, Luciano Francisco. Plano Nacional de Educação (2014-2014) e Racionalidade do Tempo-Espaço Escolar: O olhar na educação profissional. 2015. In: III Colóquio Nacional. Eixo I - Políticas em educação profissional. ISSN: 2358-1190. Anais...

SOLANO, Esther. La Bolsonaroización de Brasil. In: Documentos de Trabajo IELAT, Versión Digital, ISSN: 1989-8819, N° 121, Abril 2019.

UCHÔA, Victor. Moa do Katendê: Os minutos que antecederam o assassinato de mestre de capoeira esfaqueado após discussão política. In: BBC-Brasil. 10 out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45806355>. Acesso em 03 jan. 2019.

ZAAK SARAIVA, Ilyushin. Elementos para Análise do Ataque Falacioso contra Universidades e Serviço Público no Neoliberalismo Brasileiro pós-2015: Balbúrdia, homens-pauta-bomba, ataque e recuo. In: Observatório de la Economía Latinoamericana. Junio, 2019. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.25333.63209/2>.

Formar se formando: transgredindo o lugar da docência universitária

Autor: Alice (UERJ)

Coautor: Karine Shamash Szuchman

Este trabalho coloca em análise processos de formação, docência universitária, experiência/experimentação e a aposta na educação como prática de liberdade. Partimos da tríplice experiência de mulheres de gerações diferentes, em momentos também diferentes da docência em universidades públicas: uma delas em seu primeiro trabalho como professora, na condição de substituta, em Pelotas; outra no seu primeiro ano como professora efetiva, no Rio de Janeiro; e outra, por fim, em seu derradeiro semestre como professora associada, em Porto Alegre.

A experiência aqui é tomada como campo de análise, perfazendo-se território de onde brotam as questões-incômodos que mobilizam e movimentam tanto os corpos dessas professoras quanto o trabalho que ora se apresenta. Experiência, assim, também entendida - junto a Michel Foucault - em sua acepção transformadora, isto é, aquela que pode tanto servir de ponto de partida para uma problematização quanto constituir o próprio processo de escrita e aposta do trabalho, o que é o nosso caso. Tal concepção dialoga ainda com aquela de Jorge Larrosa (2002): a experiência é algo que nos passa, nos toca, diferente daquilo que se passa, alheio a nossos corpos. Para o autor, o sujeito da experiência é aquele que está aberto aos sentidos porvir, atento ao seu entorno. É incapaz de experiência aquele que não se expõe, isto é, quem não se coloca em risco e não se afeta.

Nas últimas décadas, observamos as universidades funcionando sob uma lógica produtivista e individualista, em que os currículos lattes de alguns definem a nota do curso e, por conseguinte, seu reconhecimento perante a "comunidade externa" - assim como a quantidade de recursos destinados à instituição. A lógica departamental muitas vezes acirra a competitividade dentro de um mesmo curso, o que tem como um de seus efeitos docentes que trabalham mais para "fora" do que para "dentro". Assim, em decorrência de uma maior valorização da pesquisa em relação à extensão e ao ensino (principalmente), divulgam-se conhecimentos produzidos - não em qualquer meio e qualquer linguagem, mais precisamente através de em revistas científicas -, mas pouco dialoga-se entre pares e cada vez menos dedica-se à experiência da sala de aula, no contato com estudantes de graduação.



Talvez seja necessário repensar e quiçá profanar tal lógica. Careceria lançarmos um olhar mais atento também ao ensino nas universidades, além daquele nas escolas, quando o tema é “educação” e “sala de aula”. Haja visto que estamos vivendo no Brasil um momento de ataque à educação pública, desqualificação das ciências, desconhecimento do trabalho das universidades e, especialmente, da sua relação com a comunidade na qual se insere, nos parece urgente que nos desloquemos do modo como temos elaborado e praticado a formação universitária. E daí desdobram-se algumas interrogações: a serviço de que e de quem está o ensino universitário e quais têm sido as possibilidades de invenções ético-estético-políticas nesse âmbito? O que na educação “superior” está sendo reproduzido de modo - como evoca o sentido da palavra - suspenso, de modo a passar sobre nossas cabeças, sem tocar, afetar, entusiasmar quem desse processo faz parte? Como, dito de outra forma, não reproduzir os métodos pedagógicos tradicionais, não só nos níveis básico e médio, mas também na universidade, quando a educação bancária (nos termos de Paulo Freire) parece ser o modo hegemônico também no ensino superior? E como dar passagem à experimentação e ao entusiasmo como estratégias de produzir processos de coletivização, ao invés de individualização - nas salas de aula e nas salas de professores?

Um primeiro passo foi dado, como caminho transversal a essas questões, na composição de nosso trio de professoras; uma direção que se contrapõe, por conseguinte, ao fazer individualista e competitivo próprio do sistema capitalista, em que a universidade é demandada a operar. É através dos processos de coletivização, do diálogo permanente entre nós, pares, que nasce uma prática docente implicada com o processo de ensino-aprendizagem, libertária - ou, nas palavras de bell hooks (2019), uma pedagogia radical, engajada e transgressora. A noção de transgressão aqui utilizada pode ser entendida na esteira do que Giorgio Agamben (2007) propõe como profanação: criar novos usos para aquilo que foi afastado de nós, que um dia foi sacralizado. Aproximar o que está sobrevoando nossas cabeças, alcançar e brincar com isso, ou seja, possibilitar a sala de aula como espaço para o despertar de experiências várias, dando passagem ao prazer e a uma alegria política que se insurge contra a sisudez e o tédio do saber acadêmico. Vai ficando evidente como este é um dos tantos pontos de contato com a proposta do GT 3 “A educação entre a invenção e o conservadorismo: técnicas de si e práticas de liberdade”.

Caminhamos ao encontro da concepção trazida por hooks (leitora que é de Paulo Freire) da educação como prática de liberdade para refletir sobre outras formas de fazer o ensino. Assim como Larrosa, essa autora marca a fundamental necessidade de conectarmos a aula com tudo o que acontece fora dela. Dessa forma, desejamos nos desviar do método conteudista, que privilegia a aquisição de informação, e de uma formação puramente técnica – onde as aulas presenciais poderiam ser facilmente substituídas pelo ensino à distância - visando recuperar a ligação entre as práticas de vida, os hábitos de ser e os papéis profissionais, de forma que possa ser a partir das experiências pessoais e coletivas que os sentidos da/na sala de aula sejam criados.

No entanto, ao estarmos professoras na universidade somos rapidamente imersas na lógica do trabalho sequencial, com tempo exíguo e sem muito espaço ou ferramentas para modificar o instituído. O acúmulo de tarefas, a precarização do trabalho e do espaço público, o esforço redobrado para fazer algo diferente disso, a exigência de “dar conta de tudo” e estar sempre atenta aos processos coletivos e individuais que nos rodeiam – a instituição, o corpo docente, os alunos – começam a mostrar seus efeitos em nossos corpos cansados. Ainda assim, o desejo de fazer algo para além do prescrito segue latente. Como então resgatar o entusiasmo no ensino ensinar e criar um ambiente prazeroso para aprendizagem?

Num primeiro momento, foi a prerrogativa e a (auto)exigência de “ter que dar conta de tudo” de nosso trio de professoras que impulsionou a adoção de nossa metodologia de trabalho: na busca por trocas de opiniões sobre planos de ensino, estratégias pedagógicas e modos de avaliar, escrevemos diários de campo coletivos - tanto em forma de e-mails quanto em forma de um grupo em um aplicativo de conversas por telefone. Ao escrever um diário de campo, segundo o referencial da Análise Institucional, um pesquisador tem a oportunidade de se relacionar de outra forma com a sua pesquisa, permitindo o conhecimento da vivência cotidiana de campo: não o “como fazer” das normas, mas o “como foi feito” da prática, nas palavras de René Lourau. Essa escrita compreende os embaraços, as dificuldades, os afetos, julgamentos e sensações daquele que pesquisa, rechaçando a noção de neutralidade. Acolhe os mais variados atravessamentos como material de pesquisa e parte importante da mesma. Por estarem forjados a muitas mãos, de diários coletivos lhes batizamos – e talvez Rémi Hess e Gabriele Weigand também assim os chamassem. Trata-se mais do que relatos, descrições de um cotidiano; engendram-se pensamento, análises, encaminhamentos, estratégias de intervenções que traduzem práticas inventivas, inacabadas, perecíveis.

A escrita faz-se no calor da experimentação, ainda com as sensações vividas nas intervenções recentes pulsando no corpo. Antes, a escrita do diário é em si experimentação: experimentamos também conceitos, ensaia-



mos e erramos, gaguejamos, numa espécie de uma brincadeira séria. Ela é, deste modo, menos preocupada com preciosismos de linguagem e com a exatidão de “acerto” no uso de conceitos, por não ser texto institucional, acadêmico, a ser publicado e avaliado.

Vai então, aparecendo o lugar da nossa ignorância: não podemos e nem daremos conta de tudo, e assim o não saber ganha passagem. Lembramo-nos que estamos também no lugar de ensinar e aprender. Somos psicólogas em formação – mesmo possuindo diplomas e títulos...

Portanto, neste trabalho apostamos em um lugar da docência que é construído paulatinamente ao exercício do ensino, com os/as alunos/as, mas também entre nós, docentes. Essa construção coletiva - que em nosso caso deu-se através dos diários coletivos e dos encontros pessoais - é em si mesma transgressora e é prática de liberdade na medida em que produz deslocamentos em nós e uma brecha na lógica individualista, competitiva e normatizadora da “Academia”.

Nossa pretensão não é a de propor modelos para transformar a sala de aula ou a prática docente, e sim produzir e exercitar uma postura ético-política que nos equipe para a invenção de estratégias sempre momentâneas, locais, singulares, que precisam ser constantemente modificadas e inventadas, pois cada espaço, grupo e experiência de ensino é diferente. Formar se formando, em tempo gerúndio, é reflexo de um fazer em constante movimento, que transforma a nós e ao mundo ao passo de cada gesto transgressor.

Literatura encarcerada: Oficinas de leitura em uma ala prisional LGBT no sul de Mato Grosso

Autor: Jefferson Adriã Reis (UFMT/ Campus Rondonópolis)

Coautor: Márcio A. Neman do Nascimento (Márcio Neman) e Eloize M Bonfim-Silva (UFMT/CUR)

Este trabalho pretende apresentar o desenvolvimento de oficinas de leitura de contos e crônicas com temática LGBT+ realizadas com reeducandos/as da Ala LGBT Aquarel@s da Penitenciária Regional de Rondonópolis Major PM Eldo Sá Corrêa “Mata Grande”. Tais oficinas são ações do projeto de extensão (Trans)Ações entre devires e deveres: atendimento psicossocial ampliado com população LGBT em contexto de privação de liberdade, que é uma parceria entre a Universidade Federal de Mato Grosso (LEPSI/Curso de Psicologia/ICHS/UFMT)/ Campus Rondonópolis e a referida penitenciária. O projeto é desenvolvido por discentes do Curso de Psicologia da UFMT/ Campus Rondonópolis ligados ao Laboratório Esquizoanalista de Produção de Subjetividades e(m) Interseccionalidades (LEPSI) e está de acordo com a Normativa nº 001/2017/GAB-SEJUDH, que estabelece parâmetros de acolhimento e atendimento à Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, privados de liberdade no Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso. Dentre um leque de ações realizadas, como Atendimento Individual e Oficinas de Vivência, as discussões suscitadas por obras literárias, musicais e artísticas são compreendidas como muito importantes pela equipe extensionista porque vão contra o processo de apagamento de subjetividades percebido em prisões, uma vez que as pessoas internadas nesses estabelecimentos recebem tratamentos e estão subjugadas a regras que padronizam os “estilos de vida”, as relações sociais e os modos de ser/existir naquele espaço de privação de liberdade. Podemos apontar o sistema prisional como uma instituição de controle biopolítico (FOUCAULT, 1987, 2003) criado para produzir corpos docilizados, disciplinados e controlados por agenciamentos discursivos macro e micropolíticos. Em se tratando de pessoas LGBT+, que chegam à unidade prisional com um histórico de processos de estigmatização (PARKER & AGGLETON, 2001) e de opressões e que, além de “pagar pelos crimes cometidos” são também vítimas de violências provenientes da lesbo-homo-bi-transfobia (BAYER & RANGEL, 2016) e da heteronormatividade compulsória (RICH, 1980), o apagamento da vivência e da cultura LGBT+ é percebido tanto por parte da instituição, que não insere no processo de ressocialização discussões sobre gêneros e sexualidades, quanto por parte dos/as próprios/as reeducandos/as que, quando não são os/as que oprimem com base na orientação sexual e de gênero, são os/as que precisam encobrir características que os/as denunciariam e fariam com que sofressem ainda mais. Contos, crônicas, poemas e romances com representatividade LGBT+ são, então, uma forma de romper com a norma de “seja hetero e cis” e de dizer “nós existimos e aqui estamos”. A literatura representa, nesse contexto, além de uma conexão com mundos e vidas possíveis, uma provocação: Mas quem é você? E quem somos nós? O que nos tornamos? O que fizeram nos tornar? A literatura oferece muitos caminhos, como o olhar para si e o olhar para as coisas. A literatura pode vibrar, ainda, a voz das minorias, quando nos deparamos e nos envolvemos com as palavras de mulheres negras, travestis, homens atravessados

pelas questões de uma sociedade binária, moralista e punitiva. Este trabalho objetivou promover reflexões, pensamentos e discussões tendo como base a leitura de contos e crônicas de autores LGBTQ+ ou que trouxessem personagens lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis e intersexos em seus enredos. A finalidade dessa ação foi aproximar dos/as reeducandos/as da Ala LGBTQ Aquarel@s questões da vivência e da cultura LGBTQ+ trabalhadas sob o viés literário e observar quais discursos e posicionamentos surgiram a partir desse acontecimento. Portanto, a proposta desse trabalho se enquadra no eixo 4: Insurgências ético-estético-políticas: contribuições da Psicologia Social, pois se trata de uma ação que promove reflexões e problematizações sócio-histórico-político e culturais a partir da leitura de contos e crônicas. Além disso, investe na Literatura como expressão artística capaz de intervir efetivamente na sociedade. Em relação ao GT escolhido (03), A educação entre a invenção e o conservadorismo: técnicas de si e práticas de liberdade, as discussões e os resultados aqui descritos podem contribuir ao colocar em debate oficinas socioeducativas realizadas em uma penitenciária, objetivando desenvolver práticas educacionais que não sejam baseadas em valores morais binários, heteronormativos e biologizantes, mas que se ancoram na ética, na pluralidade das existências e na resistência perante o conservadorismo crescente na atual conjuntura política e cultural. As oficinas de leitura tiveram como orientação teórica a proposta esquizoanalista, que se baseia no posicionamento teórico-metodológico cartográfico de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996). A esquizoanálise, também conhecida como Filosofia da Diferença, tem como objeto de estudo as produções de subjetividades, que propõe uma análise interseccional atenta às linhas de composição de humano, as quais podemos citar: gênero, sexualidade/orientação sexual, raça/etnia, idade/aspectos geracionais, regionalidade, estética, aspectos socioeconômicos e culturais, entre outros. Para pensarmos questões referentes à ficção como elemento macro e micropolítico produtor de subjetividades, nos ancoramos também na filósofa feminista Rosi Braidotti (2000), que propõe a dissolução estanque das fronteiras entre o real e a ficção, problematizando que esses planos se conectam e se agenciam em movimentos, espaços e tempos. Todas as ações do citado projeto de extensão são pensadas para disparar reflexões e minimizar os efeitos da lesbo-homo-bi-transfobia no Sistema Prisional. Para tanto, a equipe de extensionistas, além das atividades realizadas em campo, também recebe supervisão e orientação teórico-metodológica de um orientador do Curso de Psicologia. Foi durante esses momentos de organização e aprendizagem que os contos e crônicas lidos e discutidos durante as oficinas foram selecionados e estudados, sendo eles: Aqueles dois, de Caio Fernando Abreu; Beijo na face, de Conceição Evaristo; O enigma de Violeta H, de Tereza Albués; e Faz isso não, eu vim pra comer, de Amara Moira. As oficinas foram organizadas em um total de 4 encontros, sendo que em cada um deles um conto foi lido, no entanto, salienta-se que esses encontros fazem parte de um continuum entre as atividades preparatórias e manutenção de disparadores de conversas outras. Posteriormente, após as leituras, abrimos “rodas de conversa” para a troca de impressões e pensamentos disparados pela leitura, bem como para a problematização de elementos trazidos pelas narrativas, como particularidades das personagens e do enredo. Em seguida, em cada oficina, lemos uma breve biografia do/a autor/a do texto lido e abrimos novo momento para discussão. As ferramentas utilizadas para registro das ações foi a escrita de diário de campo a partir da paisagem psicossocial que se agenciava naquele território institucional. As oficinas de leitura de contos e crônicas com representatividade LGBTQ+ na Ala LGBTQ Aquarel@s se mostraram como disparadores de reflexões, pensamentos, relatos de vida e troca de experiências. São, portanto, elementos importantes que vão ao encontro da proposta do projeto de extensão de minimizar efeitos da lesbo-homo-bi-transfobia, pois, com toda sua diversidade de temas, permite aos/as reeducandos/as da ala perceber o grupo enquanto uma multiplicidade composta por existências singulares, o que funciona como uma via de entendimento e de resolução de conflitos que podem surgir por conta do contexto de privação de liberdade e das culturas particulares de grupos de gays, bissexuais, mulheres trans e travestis. Essas leituras podem promover a união dos/as reeducandos/as da ala, porque, além de evidenciar as diversidades dos diferentes modos de existir, também permitem a eles/as perceber os elementos macro e micropolítico de produção de subjetividades que atravessam a todos/as – gays, bissexuais, trans, travestis e intersexos –, seja em se tratando de opressões e processos de estigmatização ou da resistência contra essas opressões e estigmas. Além disso, as problematizações trazidas nas oficinas de leitura incentivam os/as reeducandos/as a pensar sobre o cuidado de si, sobre a ética da vida, sobre os acontecimentos sócio-histórico-político e culturais que compõem o humano e sobre os marcadores sociais que produzem processos de estigmatização. Por fim, citamos que essas ações convergem e auxiliam na intersecção com outras áreas dentro da instituição, como o Serviço Social, a Saúde, a Psicologia e a Educação. Os contos e crônicas, cada qual com sua temática, chegaram ao espaço pequeno e abafado onde reeducandos/as e extensionistas se encontram para realizar as atividades como uma promessa e a cada frase lida se conjugavam em possibilidades e desejos. Possibilidade e desejo de viver a

palavra de outra pessoa, ressignificá-la, compartilhá-la, criar outras palavras. Possibilidade e desejo de transformar o espaço, o grupo e a si mesmo/a, encontrando um resquício de si no que era lido, discutido e apropriado. Possibilidade e desejo de se abrir para o novo e também de perceber o já conhecido por outra perspectiva. Possibilidade e desejo de querer mais depois do fim, depois do ponto final. E de buscar pela próxima página. Oficinas de leitura de contos e crônicas com representatividade LGBTQ+ em ambientes prisionais são caminhos atraentes e, por que não dizer, sinceros para se despertar pensamentos e discussões em torno da experiência de ser/existir enquanto uma pessoa LGBTQ+. Atrás das grades, a literatura adquire ainda mais potência, pois pode representar uma estrada com muitas curvas, esquinas, encruzilhadas, pontes e paisagens dos mais variados tipos por onde o/a reeducando/a caminha enquanto produz afetos, aprendizados, criticidade, entendimento, vida, entre tantos outros pontos de partida. Porque a literatura é sempre ponto de partida e nunca ponto de chegada. Com ela, sempre podemos mais, descobrir mais, compreender diferente, criar a partir de um vislumbre.

Medicalização na infância: o discurso medicalizante de profissionais pedagógicas em espaços escolares

Autor: Andressa Rodrigues Mota

Coautor: Stefanny Lucena (UNIR)

A medicalização tem sido compreendida como um dispositivo de controle exercido sobre os corpos, passando a medicina a ditar os conceitos, regras de higiene, moral e costumes sociais tidos como saudáveis, transformando experiências da existência humana, quase sempre de ordem moral, social ou político em fenômenos de origem unicamente da saúde (FREITAS, AMARANTE, 2015). Opera-se aqui uma rede de dominação que gera sujeitos dóceis, submissos e obedientes, transformados e aperfeiçoados, úteis em termos econômicos e obedientes em termos políticos (FOUCAULT, 2014). No contexto escolar, a medicalização surge na infância como um dispositivo eficaz de controle e disciplina dos corpos infantis, nas quais a escola transforma-se em um ambiente de caráter autoritário, repressor e construtor de padrões de normalidade que passam a regular os mais variados modos de ser, pensar e se comportar. Este olhar disciplinador monitora e reprime, através da fala sonora, corpórea e gestual condutas do que é ou não aceitável no âmbito escolar. Prática que evidencia a escola como Instituição reflexo de uma sociedade ordenada em um modelo disciplinar de vigilância. Ao estabelecer padrões, crianças que divergem do esperado, em relação as expectativas das Instituições escolares quanto ao comportamento e aprendizagem, passam a ser patologizadas e medicalizadas, com o respaldo de profissionais da saúde, como psiquiatras, neurologistas e psicólogos. Com isso, o uso de medicamentos por crianças em idade escolar tornou-se corriqueiro, tendo como principal justificativa as ditas dificuldades de aprendizagem, desvios de comportamento e transtornos dos mais variados, sobretudo, o TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade). As práticas e métodos educacionais utilizados pelas escolas apresentam-se obsoletos e repressivos. Os contextos sociais, econômicos e políticos que estruturam os sujeitos são ignorados e a escola isenta-se de suas responsabilidades sociais, culpabilizando o corpo biológico do aluno, evidenciando com isto o descompromisso do Estado com a emancipação social e a inexistência de políticas públicas educacionais efetivas. Nessa vertente, os professores passam a atuar como vigias ao observar, diagnosticar e encaminhar alunos que destoem dos padrões de normalidade, ou seja, padrões adotados pela maioria. Diante disso, o presente resumo, produzido por meio de um recorte do trabalho monográfico intitulado "A Medicalização da Infância Como Dispositivo de Controle nos Espaços Escolares", apresentado a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), teve por objetivo analisar as concepções entre professores sobre a medicalização da infância nos espaços escolares, por meio de uma pesquisa qualitativa feita na cidade de Vilhena-RO. A pesquisa envolveu entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco pedagogas de escolas da rede pública, por meio de uma análise de conteúdo por categorias temáticas, em concordância com o que é proposto por Bardin (1977). Buscou-se por meio de duas categorias temáticas apresentar e analisar a partir de suas falas os seus entendimentos e posicionamentos frente ao processo de medicalização. Na primeira categoria temática "O pedagogo e o discurso medicalizante", as professoras apresentaram um apoio explícito ao processo de medicalização, atribuindo-o basicamente ao uso de medicamentos como auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, além de atribuir um caráter positivo às mudanças de personalidade provocadas pelo uso dos fármacos, como a introspecção. Algumas professoras consideraram que essas mudanças ocorram em nome de um "bem maior", como manter a organização da turma e a concentração de demais alunos. Nessa afirmação as professoras

confirmam o que Moysés e Collares (2013) chamam de efeito “zumbi-like”, no qual a pessoa fica contida em si mesma, de forma obediente e tranquila. As professoras não apresentam conhecimento sobre os significados atribuído à “medicalização” e desconsideram o viés controlador existente por trás do processo. Apresentado como um modelo de adestramento e submissão, mantido também por professores, que visam enquadrar, principalmente as crianças, em um ideal de produtividade e normalidade, produzindo sujeitos submissos e acríticos, não conscientes de sua própria realidade social. Situação muito conveniente às pretensões de governamentalidade dos indivíduos. A segunda categoria nomeada de “A indisciplina como justificativa para medicalização” apresenta a indisciplina como fomento para o ato de medicalizar, atribuindo-a principalmente como culpa da família por não impor limites e regras, constituindo um discurso disciplinador das práticas escolares. Para as ditas indisciplinas apresentadas no discurso das pedagogas não são feitas críticas as abordagens realizadas pela escola e pelos professores ou apresentadas propostas quanto aos métodos pedagógicos adotados no espaço escolar e em sala de aula. Pontuamos aqui que as falas das pedagogas do estudo expressam um discurso que contribui para o processo de medicalização, pois atuam de forma submissa e obediente no papel de docilizar os corpos com os quais trabalham. Como considerações finais, colocamos a ausência de informação das pedagogas quanto a este fenômeno da medicalização, que pode expressar o que tem acontecido nas últimas décadas tanto em contextos escolares e na sociedade em si, em que se perpetuam modelos de produtividade e submissão que enaltecem os corpos obedientes e utilizam-se de recursos farmacológicos como meio de evitar os conflitos, as angústias, as essências naturalmente humanas. Dessa forma, vemos como necessário uma educação aberta, comprometida com a emancipação, o diálogo e práticas inovadoras, que saiba olhar para cada indivíduo em sua singularidade. Além de políticas eficazes voltadas para a formação de professores. Sendo imprescindível que se reconheçam como parte fundamental no processo educacional de independência e reconhecimento dos indivíduos quanto a sua autonomia política e social. Diante do exposto, este trabalho se conecta ao GT03 “A educação entre a invenção e o conservadorismo: técnicas de si e práticas de liberdade”, bem como ao eixo temático “1. Psicologia social; Políticas Públicas e Direitos Sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos Neoliberais”, por acreditar na educação e em políticas públicas como caminho para a liberdade e a emancipação social.

O adoecimento psíquico dos profissionais docentes: dimensões do sofrimento ético-político e suas repercussões na educação

Autor: Erika Cristine da Silva (Puc Minas - Poços de Caldas)

O trabalho aqui apresentado foi elaborado a partir da participação da pesquisadora/autora na disciplina de Estágio Obrigatório em Práticas Investigativas, do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- Poços de Caldas.

A pesquisa aqui descrita objetivou compreender e analisar os fatores que colaboram para a recorrência do adoecimento psíquico na profissão docente, sobretudo na rede pública de ensino da cidade de Poços de Caldas, tendo em vista uma crescente preocupação com o ambiente laboral destes trabalhadores por parte das pesquisadoras.

O estudo buscou aprofundar-se para contextualizar a historicidade da profissão docente no Brasil, destacando os aspectos de consolidação e ascensão do acesso à educação por parte das minorias sociais; procurou-se também identificar fatores inerentes ao ambiente de trabalho, que colaborem para o adoecimento na profissão docente; propôs-se igualmente demonstrar de maneira incisa a mudança do papel desempenhado pelos professores ao longo do tempo e por último tracejou-se uma análise sobre o conceito de sofrimento ético-político imbuído nestas relações laborais.

No Brasil, com frequência, são veiculadas, nos meios de comunicação, notícias e reportagens sobre educação em que são questionados o sistema educacional, a instituição escolar, a função social e a atuação do professor. A educação tornou-se um assunto sobre o qual os diversos grupos sociais desejam exprimir-se. Ela tem sido questionada, por pessoas que nela se envolvem de forma direta ou indireta e as opiniões emitidas, por vezes, são apresentadas sem dados empíricos consistentes, ausente de uma fundamentação científica mais rigorosa. Este debate ganha proporções maiores desde a grande expansão educacional ocorrida no Brasil, a partir dos anos 80 e que promoveu a universalização do ensino fundamental e o crescimento da taxa de matrícula do ensino médio de 40,7% para 76,6% (OLIVEIRA, 2007)

Para Aranha (2006) “o séc. XX foi especialmente fecundo em teorias pedagógicas, voltadas para ênfases diversas entre as quais, o aperfeiçoamento dos procedimentos de alfabetização e de aprendizagem, a universalização da oferta de vagas ou a defesa da escola unitária (...) porém cada vez mais os pedagogos se convencem de que não bastam reformas, mas sim uma inovação radical, já que o modelo da escola tradicional não serve mais para os tempos atuais.” Não serve porque as novas tecnologias de informação e comunicação deslocaram o eixo de transmissão do conhecimento, antes centralizado na escola, agora compartilhado pela mídia, sobretudo pelas infovias, como a internet. (ARANHA, 2006, p. 295)

Além disso, a exigência de conhecimentos especializados expandiu-se para os diversos setores da sociedade, no campo, na indústria, no setor de serviços, e a rapidez das transformações requer a atualização constante do saber e um dinamismo que a escola não possui.

Deste modo, pensar nas problemáticas aqui desenvolvidas é extremamente significativo, pois aborda-se a base da formação de crianças e jovens das escolas públicas no país, relatando-se o atual descaso com a educação voltada para a formação de mão de obra e não para a libertação e formação crítica.

O presente trabalho foi realizado em duas etapas. A primeira etapa consistiu em uma pesquisa bibliográfica a respeito do tema escolhido: o adoecimento psíquico do profissional docente. Assim na primeira etapa fez-se uma breve leitura a respeito da mudança do papel do profissional docente através dos anos, enfatizando a influência deste contexto no ambiente escolar-acadêmico contemporâneo. Discutiu-se acerca do conceito de adoecimento psíquico dos profissionais docentes, buscando evidenciar, contextualizar e analisar os possíveis fatores que favorecem essa condição. Por fim foi realizada uma caracterização do conceito de sofrimento ético-político, o relacionando com a realidade do ambiente laboral dos profissionais docentes brasileiros.

A segunda etapa consistiu na elaboração e realização de entrevistas, as quais se caracterizam como uma “conversa efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária.”, estruturada, o que de acordo com Marconi e Lakatos (2012) significa que o entrevistador “segue um roteiro previamente estabelecido.” (MARCONI; LAKATOS, 2012)

A amostra foi composta por profissionais docentes de escolas públicas de Poços de Caldas-MG sendo este o único critério para a participação na pesquisa. Foram entrevistadas três professoras, com idade média de 32,7 anos, sendo duas casadas e uma solteira. As participantes estavam na carreira docente há em média 11,7 anos, e possuíam renda pessoal entre 3000 e 5000 reais por mês. Durante a realização da pesquisa, as participantes se apresentaram como professoras do ensino fundamental e médio, de escolas públicas do município de Poços de Caldas, com a carga horária média semanal de 38,34 horas dentro de sala de aula, sendo que das três participantes apenas uma delas trabalhava em uma única escola e em um único turno, enquanto das outras duas, uma trabalhava em duas escolas em dois turnos e a outra em três escolas nos três turnos. Antes da realização da análise e interpretação dos dados, eles foram selecionados, o que significa que passaram por um exame minucioso; codificados e categorizados; alguns deles foram tabulados e posteriormente transformados em gráficos. Em seguida foi realizada a análise e interpretação dos resultados, sendo que a análise é entendida como uma tentativa de “evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores” e a interpretação como a verificação “das relações entre as variáveis independente e dependente”. (TRUJILLO, 1974 apud MARCONI e LAKATOS, 2003 p.167-168)

Os estudos sobre as condições nas quais se exerce a docência têm exigido um enfoque interdisciplinar e podem ser analisados sob diferentes perspectivas, tais como: sobre o stress dos professores, o aumento da ansiedade e problemas relacionados às condições de trabalho no interior da escola e fora dela, o sistema educacional que foge às expectativas atuais tanto de alunos quanto de professores, criando assim um ambiente de naturalização de “micro violências” silenciosas e, simbolicamente fatídicas para todos aqueles que a experimentam.

Bastos (2009) traz contribuições importantes tracejando os fatores que influem categoricamente no processo de adoecimento psíquico dos professores da rede pública de educação brasileira atual, dentre os quais se destacam:

“A sobrecarga e às condições de trabalho existentes na escola, especialmente a dupla jornada, os baixos salários, a intensificação das funções e das atividades docentes, as novas formas de regulação do trabalho escolar e a avaliação sistêmica do desempenho dos alunos.” (BASTOS, 2009, p. 16)

Jesus (2001) divide as causas desse mal-estar docente em dois grupos: as causas inerentes ao plano macro, e as que se relacionam ao plano micro, sendo que o primeiro diz respeito às questões sociopolíticas, como o número de alunos na sala de aula, enquanto o segundo faria referência à atividades que acontecem no próprio local de trabalho, como indisciplina dos alunos e dificuldades de aprendizagem.



Outro ponto discutido pelos autores, é a redução da importância do trabalho do professor na transmissão do conhecimento e a acentuação de seu papel na reprodução de uma força de trabalho flexível para eles “apenas voltada à empregabilidade, esvaziam de significado o trabalho docente, influenciando negativamente sua saúde”. (TOSTES, et al., 2018, p. 90)

Assim, neste cenário difuso e contraditório que abrange a profissão docente, é substancial um planejamento crítico e consolidado nas possibilidades oferecidas pela rede como um todo, afim de poder-se oferecer novas e comprometidas metodologias que fujam do modelo tradicional de educação, onde a linguagem oral e a escrita são contempladas num processo de repetição que leva os estudantes á decorar datas, números, fórmulas, mas que não possuem significado algum para o aluno, justamente pela dinâmica opressora que o engendra.

A aprendizagem precisa ser significativa, desafiadora, problematizadora e instigante, a ponto de mobilizar o aluno e o grupo a buscar soluções possíveis para serem discutidas e concretizadas á luz de referenciais teóricos/práticos.

A partir da análise dos dados obtidos através da realização de um levantamento de referenciais teóricos que contribuíssem com a categorização dos conceitos postulados nos objetivos (gerais e específicos) deste trabalho, conjuntamente com uma análise quantitativa e qualitativa das respostas advindas das entrevistas realizadas previamente, pôde-se conferir que a hipótese inicial de que o ambiente escolar constituído como tal influencia categoricamente na saúde mental dos profissionais docentes, é confirmada pelos dados encontrados, tanto na análise das entrevistas, quanto na pesquisa bibliográfica.

Sendo assim é possível afirmar que causas encontradas na literatura teórica, para o adoecimento dos professores, como: a desvalorização do profissional docente; as transformações sofridas pelo papel do professor ao longo da história, e as condições de trabalho como um todo, condizem com as queixas e demandas dos profissionais docentes entrevistados.

A partir dessa pesquisa sugere-se que em futuras novas pesquisas a amostra seja ampliada, e que esta possa englobar não só mulheres atuantes no ensino público, mas também profissionais do sexo masculino, e atuantes do ensino privado também. Além disso, seria interessante que se acrescentasse outros questionamentos a entrevista, como por exemplo o motivo pelo qual se escolheu a docência, perguntas mais específicas a respeito de como se dá a formação em si, para que seja possível uma maior elucidação a respeito do assunto.

O esquizodrama enquanto dispositivo desterritorializador de processos educativos

Autor: João Luís Weber (Centro Universitário FSG)

Introdução: O esquizodrama, dispositivo proposto pelo psiquiatra argentino Gregório Baremlitt, pode ser compreendido como um conjunto de técnicas e estratégias que propiciam a operacionalização prática de conceitos oriundos da Esquizonálise em um espaço grupal. Outros recursos teóricos e práticos compõem esta criação, tais como elementos de práticas indígenas, do teatro e do cinema, dança, música e pintura. Operando em um paradigma ético-estético-político, o esquizodrama objetiva, segundo Baremlitt, desmontar aquilo que não funciona e intensificar o que funciona. É uma prática que, segundo um sentido mais purista de seus autores, não se transmite e nem ensina, e sim se contagia. Este dispositivo pode ser performado em diversos espaços e domínios, tais como em espaços de convivência, militância, saúde e educação, este último ao qual este relato se detém. A educação, instituição fortemente territorializada, é um espaço historicamente construído como espelho das relações de poder e dominação que estruturam a nossa sociedade, onde processos passivos geram uma modelação mediada pela transmissão de blocos rígidos de informações para serem armazenadas e quando for solicitado, reproduzidas. Com o escancaramento de práticas fascistas permeando a sociedade e, conseqüentemente, a educação, as singularidades não são passíveis de existência. Portanto, diferentes formas de vida tornam-se urgentes, assim como diferentes formas de conceber a formação em Psicologia, em todas suas formas, espaços, relações e dimensões. De modo rizomático, o esquizodrama propõe uma insurgência de afetos micropolíticos para colocar forças em movimento, desterritorializando o processo instituído de ensino-aprendizagem.

Objetivo: Refletir acerca do dispositivo esquizodrama aplicado a um contexto educacional.

Método: O estudo consiste em um relato cartográfico acerca do esquizodrama operado em um ambiente formal de educação, mais precisamente na disciplina de Psicologia Institucional em uma Instituição de Ensino Superior no interior do Rio Grande do Sul. A prática descrita é realizada semestralmente com coletivos, compostos



por alunos do sétimo período de graduação em Psicologia. As turmas que já realizaram a atividade eram compostas por entre 10 e 50 alunos, os quais recebem pouca informação prévia sobre o que ocorreria durante a atividade prática. O espaço físico onde os grupos de esquizodrama foram realizados consistia em uma sala designada à atividades físicas, já a duração da atividade variava entre 1 hora e 30 minutos e 3 horas, conforme o grupo em questão se relacionava com a prática. A prática teve uma condução-participante, a qual foi realizada pelo professor ministrante da disciplina e autor deste relato.

Resultados: Ao propor uma (des)territorialização do processo ensino-aprendizado, o dispositivo do esquizodrama surge como um respiro ante ao instituído. A experimentação agencia sob as linhas de saber, de poder e subjetivação, produzindo novas enunciações e rompendo com identidades estagnadas, dando agora espaço a uma singularidade desejante e ativa. Relações se ressignificam, ao espaço que a o reconhecimento do outro e sua singularidade, outrora estratificada, posiciona-se em uma outra perspectiva que busca o resgate da dimensão humana. Outros modos de existir vão surgindo e acontecendo, tal processo possibilita o que Baremblytt cunha enquanto realiteridade, ou seja a produção pela atualização do virtual – este aqui compreendido enquanto o que não existe, o impensável e imprevisível – na realidade dos acontecimentos. A práxis, em seu caráter multiplicador, contagia e intervém conectando corpos para uma metamorfose coletiva. Os enrijecimentos se dissolvem de forma ativa, que se torna uma crescente interconectada ao dispositivo, sendo intensificada enquanto intensifica. Percebe-se que o esquizodrama não se esgota em si, ao passo de que seus efeitos produzem mudanças que geram outras mudanças subsequentes. As micropolíticas ativadas urgem para uma educação contrária a passividade e docilização. Depósitos viram usinas. Agenciamentos maquínicos portanto concebem desejos que procedem destes encontros, desejos que criam novas realidades e rompem com a impotência produzida pela ordem. Os alunos, embora não tenham uma apropriação teórica do dispositivo a priori, ao imergir na experimentação esquizodramática, tornam-se agentes por meio da multiplicação inerente ao processo. O esquizodramista recua da sua posição que possa vir a ser compreendida como de condutor, para tornar-se parte de um processo que não prevê papéis ou estruturas. As aulas que seguem a prática dão o aporte teórico-reflexivo acerca do esquizodrama, embora estes não sejam necessariamente requisitos para uma metamorfose. Como postula Domenico Hur, o esquizodrama não é ensinado ou transmitido, ele sim é dramatizado, contagiando em seu acontecer.

Conclusões: Dispositivos que visam romper com um processo instituído, tal como a educação tradicional e tecnicista, resgatam a criação e inventividade, aspectos estes que são vistos como perigosos, pois subvertem o capitalismo. O esquizodrama, por sua força de potencializar máquinas desejantes, propõe micro rupturas em uma formação que é engessada per se, tal qual a acadêmica. A Psicologia só terá caráter transformador se ela transformar a si mesma, desterritorializando uma formação que, capturada por um paradigma neoliberal, adapta ou descarta o ser humano. Com efeito, se reitera o compromisso do esquizodrama com uma utopia ativa, resgatando a reinvenção de si e do mundo.

Práticas discursivas sobre sexualidades no cotidiano escolar: poder, controle e política

Autor: Taffarel Ramires Fernandes

Coautor: Jaciara Magalhães Ferreira e César Rota Júnior

A escola e os corpos escolarizados são espaços políticos, em disputa por dominação, adestramento e exploração, com vistas a uma sexualização que em vez de criar “diversidade sexual”, em que a multiplicidade é vista como valor, cria, por outro lado, “diferenças sexuais”, as hierarquiza, e gera exclusões no intuito de produzir sujeitos adaptados ao sistema de produção capitalista há séculos instituído como fim do processo educacional.

Nesse sentido, a presente pesquisa debruçou-se sobre a análise das práticas discursivas, seus sentidos, significantes, vozes e silenciamentos circulantes no cotidiano escolar no que toca a questão da sexualidade dos alunos, para buscar saber como estes jovens têm estruturado subjetivamente o saber dominante e as suas referências pessoais.

A presente pesquisa objetivou evidenciar o saber legítimo, manifesto pela via da palavra, que jovens de uma escola pública da cidade de Montes Claros - MG, possuem a respeito do tema “Diversidade Sexual”, malgrado a inexistência de Políticas Públicas e de um currículo escolar que contemplem os temas supracitados. Por meio de uma retomada breve sobre a história da educação e a análise de conversações estabelecidas com os alunos, pon-



deramos acerca do saber acumulado e como se dão as relações de poder no ambiente escolar no que se refere à sexualidade.

Norteados pelo entendimento de que estar junto aos jovens no ambiente escolar, proporcionando um espaço de escuta e legitimação do saber elaborado no cotidiano é, por si, uma ação que reconhece o estado de crise sistêmica do capitalismo e um ato de enfrentamento aos autoritarismos que recrudescem a violação dos direitos humanos, no caso aqui especificado, a diversidade sexual. Com isso, é considerado que ofertar espaço de fala aos jovens é fazer vacilar a heteronormatividade compulsória instituída e criar condições de possibilidade para deslocamentos subjetivos, canais de expressão de significações autênticas.

Tendo como base a Psicologia Social Crítica, consideramos que a adolescência se configura como categoria social e historicamente constituída em que o sujeito se depara com uma importante etapa de seu desenvolvimento, incluindo a dimensão sexual. Oportunizar a estes sujeitos espaços de fala e escuta facilita tal processo de constituírem-se sujeitos autônomos e implicados com determinantes contingenciais.

Como afirma Spink (2004), o sentido é uma construção social e um empreendimento coletivo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos à sua volta. Desse modo, não nos detemos em uma especulação sobre a existência de uma ontologia ou natureza das coisas, mas buscamos perscrutar quais os sentidos que circulam em torno de um dado, fazendo este ganhar uma existência, portanto, uma prática, cotidiana, manifesta no campo discursivo.

A regulação dos corpos, segundo Foucault (2013), se dá por uma disciplinarização que faz funcionar um poder relacional autossustentado por seus próprios mecanismos de vigilância e punição. Exatamente assim é que notamos como o poder disciplinar se evidencia nas relações marcadas pelo temor entre alunos e professores.

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar: um aparelho em que as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplica (FOUCAULT, 2013). Isso quer dizer que o sistema disciplinar, no caso a instituição escolar, é permeado por modos de deflagração dos desvios à norma.

A pesquisa, de cunho qualitativo, por uma perspectiva que analisa as práticas discursivas e a produção de sentidos no cotidiano, em todo seu itinerário buscou revisitar a bibliografia referente à história da educação, políticas públicas, adolescência e sexualidade, bem como fomentar espaços de uso da palavra por jovens estudantes de escola pública, ao coletar dados por meio de Grupos de Conversação. Sete jovens com 15 ou 16 anos aderiram à proposta e com eles foram realizadas cinco conversações, cada uma com duração de uma hora e o respectivo áudio dos encontros foi gravado para posterior transcrição e análise.

A técnica utilizada para a coleta de dados dá condições de se estabelecer uma relação simétrica entre pesquisador e o grupo. Dessa maneira, criam-se brechas para soluções dialógicas, pois a Conversação, como afirma Ladeira (2013) referenciado por Brisset (2013), tem como perspectiva construir, a partir da fala dos jovens, uma autoridade que lhes permita sair de seus bandos e da segregação ao quais foram lançados, conferindo a eles, a partir daí, um lugar de responsabilização pelos seus atos.

A técnica de análise de dados empregada foi a de “Mapas de Associação de Ideias”, pois possibilitou sistematizar o processo de análise das práticas discursivas em busca dos aspectos formais da construção linguística, dos repertórios utilizados nos grupos de conversação para a produção de sentidos referentes ao tema da pesquisa. Spink e Lima (2004) corroboram essa perspectiva ao afirmarem que a construção dos Mapas se inicia pela definição de categorias gerais, de natureza temática, que refletem os objetivos da pesquisa.

Após detida leitura dos discursos que se produziram entre jovens e pesquisadores, trechos foram selecionados segundo correspondência ao objetivo da pesquisa e categorizados para análise dos sentidos produzidos na relação conversacional. Foi exposto pelos alunos que participaram desta pesquisa uma enormidade de descrições e, pela sua intensidade, entendemos que havia uma grande tensão e angústia por não conseguirem espaços de comunicação dentro da escola. Chegamos então a três categorias, assim nomeadas: 1) O dispositivo escolar, 2) O jogo do olhar e 3) Profissionalização: docilização e utilidade.

Compreender a escola enquanto dispositivo de poder é considerar que malgrado a sua indexação espaço-temporal há uma série de discursos religiosos, políticos, culturais e práticas que revelam um todo social não-discursivo que forma uma trama agenciadora de poder disciplinar. Nesse sentido é que nas rodas de conversação com os alunos identificamos os sentidos e práticas discursivas empregadas.

A legitimação do saber dos professores como único válido, a instituição da figura do vice-diretor como aquele



que presa incessantemente pela ordem e moral de base religiosa, a desarticulação dos movimentos estudantis e a ausência de políticas públicas que versem sobre diversidade sexual dizem de um agenciamento que está ligado com a governamentalidade estatal que lança mão desse dispositivo com intuito civilizatório.

O funcionamento deste dispositivo leva vários sujeitos a práticas que Foucault denomina de “jogo do olhar”. Isso quer dizer que todo o sistema disciplinar é permeado por modos de deflagração dos desvios à norma. Nessas circunstâncias as sanções além de imediatamente aplicadas, são, também, públicas, para evidenciar o erro e a capacidade punitiva do dispositivo. Exemplo disso é o vice-diretor se utilizar permanentemente de um microfone para denunciar os alunos com comportamento que julga inadequado.

O fim pretendido por esse dispositivo de poder é o da profissionalização, por meio da docilização dos corpos que os tornam úteis. Entendemos com Foucault (2013, p.28-29) que o corpo não se restringe aos seus caracteres biológicos, mas, sobretudo, falamos de um corpo mergulhado em um campo político. E, nesse contexto sociopolítico, o corpo se constitui como força de trabalho caso esteja preso num sistema de sujeição e só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso.

Podemos então dizer que o cotidiano da escola, pelo exercício reiterado de hierarquizar as classes de trabalho e insistir diuturnamente na necessidade de silenciar toda e qualquer outra questão de ordem pessoal para ter foco estrito na capacitação para ingressar no ensino superior e ter uma carreira profissional socialmente reconhecida, está imbuído de um saber sobre o corpo que não é o da biologia mas um saber que controla as forças, determina a orientação do desejo profissional, influi na constituição de um sentido de vida determinado pelo que se faz enquanto pessoa sujeitada ao mundo do trabalho.

Identificamos como a sexualidade é um elemento fundamental no desenvolvimento de tecnologias políticas do corpo que discriminam, hierarquizam e punem com a indiferença, o silenciamento, o constrangimento público e como o entendimento de que a finalidade da escola é preparar para o mercado de trabalho evidencia que seu fracasso em promover relações dialógicas e equânimes diz do êxito do saber instituído de que a escola está em função da alta classe econômica e não da formação de sujeitos autônomos e hábeis para reconhecer e lidar com a diversidade humana. A escola, portanto, se beneficia dessa estrutura no processo de normatização dos alunos. Assim, foi possível notar, nesta pesquisa, que a escola tem, sim, obtido sucesso na efetivação do silenciamento dos alunos e indiferença quanto às suas demandas de aprendizado, na estigmatização dos LGBTQI+, na diferenciação sexual e de gênero dos seus estudantes com consequências estigmatizantes.

Concluimos que é possível a partir da participação social, promover um espaço escolar que acolhe a diversidade sexual e de gênero que ao invés de estabelecer fronteiras abra pontos de diálogo. É evidente que isso não se dá sem tensões e custos subjetivos, mas que, de maneira alguma se desvaneça a esperança de construir essa escola relacional, visto que mesmo no sistema presente não há razões para se esquivar, pois, como afirma Foucault (1988), “onde há poder, há resistência”.

PROJETO EJA-UFF: educação como experiência

Autor: Alê Daflon (UFF - Rio das Ostras)

Coautor: Iasmim Oliveira dos Anjos (UFF), Bruno Vale Nobre Batista, Emily Da Conceição De Santana (UFF), Aline Soares Teixeira Santos, Christiane (UFF), Bruno Ferreira Teixeira, Leidiane Da Silva Ribeiro (UFF), Ludmilla Leite dos Santos, Larissa de Carvalho Silva, Tulio Ferreira Lima (UFF - CURO) e Abigail Nepomuceno

INTRODUÇÃO: O projeto de extensão intitulado “Uma experiência de implantação de oficinas em uma turma de EJA em uma escola municipal de Rio das Ostras”, é fruto da parceria entre a Escola Municipal Acerbal Pinto Malheiros e a Universidade Federal Fluminense – Campus Universitário de Rio das Ostras, RJ. O projeto acontece desde 2017 tendo como proposta o desenvolvimento de oficinas como estratégia de ensino-aprendizagem nas turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e é voltada para as/os alunas/os da EJA, grupo heterogêneo composto por jovens e adultos que, por diversos motivos, retornam ao espaço da escola.

A equipe do projeto é formada por professores e alunos dos cursos de Psicologia e Serviço Social e da escola. Entendemos as oficinas como dispositivos para a constituição de novos olhares, experiências e espaço para o compartilhamento de saberes e práticas.

A relevância acadêmica e social do projeto assenta-se na aposta em uma proposta de educação como ferramenta que possibilite encontros que promovam a construção de espaços coletivos e solidários, implicando universidade e comunidade, afirmando, assim, a importância da extensão universitária.



OBJETIVOS: Implementar oficinas como estratégia para a promoção de uma nova relação ensino-aprendizagem; promover a transdisciplinaridade dos saberes e práticas na escola; reforçar e reafirmar a relação escola-universidade como necessária e fundamental para o desenvolvimento de novas ações de transformação.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é vista como uma proposta de aceleração do processo de escolarização para jovens fora da idade-série e/ou suplência educacional para adultos e idosos com histórico de descontinuidade escolar. Tendo como base as Diretrizes Curriculares para a EJA, um dos objetivos é discutir a importância de seus currículos contemplarem a dimensão histórico-crítica da educação proposta por Paulo Freire em que “o homem é sujeito de sua própria educação, não objeto”.

De acordo com Mattos (2016) os sujeitos da EJA compõem uma população “flutuante” na escola visto que as idas e vindas não são raras. São sujeitos jovens, adultos e idosos que ainda consideram a escola como uma instância mediadora para a “ascensão social”. Entretanto, continua a autora, nas salas de aula, eles nem sempre são protagonistas. Uma contradição se pensarmos que esses sujeitos já são protagonistas em seu dia a dia, muitas vezes chefes de família, trabalhadores, responsáveis por determinadas funções em seus trabalhos. Apesar das Diretrizes, escolas e professores permanecem privilegiando apenas o conhecimento historicamente acumulado, dividido em disciplinas estanques. É preciso, então, diz a autora, pensar que EJA podemos construir, a partir de suas especificidades, e observando as Diretrizes Nacionais para a EJA que transitam no sentido de desenvolver ações culturais, respeito à diversidade, exercício da cidadania, integração da escola à cidade e estímulo à afetividade nas relações. (Mattos, 2016).

O desafio que esse projeto nos coloca é pensar a educação como experiência, afastando-nos das práticas conservadoras e tradicionais presentes neste espaço. Larrosa (2002) aponta como característica do mundo atual a pobreza da experiência. Na “sociedade da informação” o que prevalece é o conteúdo esvaziado de sentido e distante das vidas dos sujeitos. A informação ocupou o lugar do pensamento e da criação; ela desimplica os sujeitos da possibilidade da reflexão, pois seu conteúdo neutro e editado tornou-se verdade incontestável. O sujeito informado é aquele que opina, considerando, pretensamente, a opinião como própria e crítica. O autor afirma que a opinião também anula nossa possibilidade de experiência e, ambas, informação e opinião atualmente constituem o universo da aprendizagem. Assim, o sujeito da experiência não é o sujeito da informação, não é o sujeito da opinião, mas “(...) território de passagem, superfície sensível que aquilo que acontece, afeta de algum modo, produz afetos, inscreve marcas, deixa vestígios, alguns efeitos.” (LARROSA, 2002, p. 24).

O sentido da educação, então, deve ser este de afirmar a experiência como potência criadora, promovendo encontros que afirmem a vida em sua multiplicidade. A experiência é rara, singular e isto quer dizer que implica uma necessária abertura ao outro, às diferenças, ao coletivo-em-nós. Exige uma reflexão permanente sobre as ações dos sujeitos sobre si e no mundo, análise ativa dos efeitos das práticas que, diferente dos processos de individualização contemporâneos que encerram os sujeitos em uma posição solipsista, alienada e apartada do desejo, implica a possibilidade de se perceber pertencentes à um coletivo.

Instaura-se, então, uma experiência ética, por que coletiva, múltipla, heterogênea, polifônica, crítica, que faz problema sobre como vivemos nossas vidas e como podemos vivê-las de outras maneiras.

RELAÇÃO COM O GT: Compreendemos nosso trabalho como uma estratégia para o enfrentamento das práticas de esvaziamento da vida ou da sua redução à um ciclo imposto pelo ordenamento dominante que contém os sujeitos em fôrmas pré-moldadas. A vida é criação e a escola pode ser um espaço para isto. Afirmar a diversidade de saberes e práticas em contraposição ao conhecimento instituído e pretensamente “neutro” é um dos princípios do projeto e acreditamos estar relacionado com os objetivos do GT.

MÉTODO: As oficinas são entendidas como dispositivo e analisador das práticas dentro da escola. Seguindo os autores da Análise Institucional, dispositivos são instrumentos de análise das relações, construídos de forma coletiva, e o analisador o que evidencia, revela aquilo que estava invisível ou cristalizado nas práticas. Em nossa experimentação, as oficinas são desenvolvidas por diferentes atores (alunas(os), professoras(es) da EJA, da UFF e convidados), ocorrem quinzenalmente e são propostas diferentes atividades através da poesia, música, dança, contação de histórias, yoga, educação ambiental, capoeira, rodas de conversas sobre temas como homofobia, racismo, machismo, gênero, trabalho, política (reforma da previdência e perda de direitos, por exemplo), questões relacionadas ao uso e abuso de álcool e outras drogas etc.

RESULTADOS: Percebemos como efeitos pequenos deslocamentos na vida institucional da escola e, também, na nossa equipe. Tem sido possível perceber maior horizontalidade dos saberes e práticas, o que tem motivado os alunos da EJA a contribuírem com a construção de propostas de oficinas, tecendo uma rede de saberes.



No ano passado, realizamos um levantamento sobre temas que interessariam às alunas (os) da EJA e, a partir dessas informações, criamos uma oficina contínua chamada “Bate Papo sobre Políticas Públicas”. Os temas abordados giram em torno das diversas políticas públicas existentes: saúde, assistência, previdência, segurança pública, entre outras, contemplando três eixos: fornecimento de informações referentes aos serviços oferecidos no município; uma reflexão crítica sobre o modelo da política, bem como uma análise da diferença entre o proposto e o executado; um debate coletivo sobre as possibilidades/alternativas de mobilização para alteração da conjuntura analisada.

Outra ação que também chamamos de oficina contínua, foi criada por um ex-aluno que retornou à escola com a proposta de construir uma horta comunitária e todos nos engajamos nesse processo. Neste ano, a Secretaria Municipal de Educação organizou uma reunião com professoras(es) das turmas de EJA, oportunidade na qual apresentamos o projeto. Agora, no segundo semestre, iniciaremos um ciclo de encontros nessas outras escolas a fim de colaborar com a implementação desta metodologia nas demais turmas de EJA.

CONCLUSÕES: As práticas dentro das escolas são marcadas pela hierarquização das relações, pela disciplinarização, pelos esvaziados processos de avaliação, pela interdição dos afetos e pelo distanciamento entre aquilo que se ensina e o cotidiano das pessoas. Nos espaços das oficinas revelam-se múltiplos planos da vida institucional, atravessados pela exigência de escolarização voltada para o trabalho, mas também pelos encontros que possibilitam a abertura para a vida coletiva, a diferença e para a solidariedade. Este projeto insiste na ideia que a extensão não é um “fazedorismo de coisa”, e sim compõe um processo de formação ativo que implica a pesquisa e o ensino, sendo um espaço aberto para que as graduandas(os) construam outras estratégias e ferramentas para a atuação nos espaços onde estiverem como profissionais.

Remontar ao passado, remontar o presente: imagens do luto, imagens da coragem

Autor: Gabriel Lacerda de Resende (UFF / FAMATH)

Este trabalho propõe a leitura de nosso presente como uma imagem que se configura enquanto “momento crítico”, na dupla acepção que Walter Benjamin confere ao termo. Nessa chave, o que configura a criticidade do momento é tanto a ameaça de que as barbáries do passado se repitam e perpetuem-se no atual, quanto a oportunidade de desarmar a concepção de tempo que sustenta a narrativa histórica dos vencedores. O exercício da crítica na polissemia benjaminiana implica em saber ler cada imagem no seu “agora de cognoscibilidade”, em que o ocorrido e o atual chocam-se e produzem um lampejo no céu da história: luz, mas também incêndio. Que tais imagens – Benjamin as chamou dialéticas – tornem-se legíveis é também uma questão de poética: o historiador materialista, atento aos apelos do passado, deve escrever as imagens, pois é de fato impossível retornar ao passado para dele extrair sua verdade “tal como ele foi”; e, uma vez escritas, trata-se sempre de friccioná-las ao presente, num ato de montagem, para que a incandescência entre o ocorrido e o agora iluminem os limites e possibilidades de cada “agora de cognoscibilidade”, de cada “momento crítico”. As imagens, aqui, não são mero ornamento ou conteúdos mentais: escrevê-las, lê-las, montá-las é inscrever o duplo movimento da crítica no seio da história.

O mesmo Walter Benjamin, sabe-se, constatou o declínio da narratividade e da transmissibilidade da experiência no advento da modernidade. Tal fenecimento se expressaria, entre outros exemplos, no caso da Primeira Grande Guerra, em que “uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens” (BENJAMIN, 1985, p. 115). A experiência de um conflito que demonstrara cabalmente o uso mortífero do progresso técnico emudecera os combatentes. Havíamos nos tornado incapazes de narrar os horrores perpetrados pelos senhores da guerra, mas também as astúcias cotidianas que arquitetavam a sobrevivência dos dias e sua transfiguração em sonhos e utopias possíveis. As leituras que costumam interpretar a diagnose benjaminiana como um lamento nostálgico esquecem-se que ele também foi um entusiasta do fragmento e da montagem, essa técnica que aparece numa transversal comum a todas as artes na aurora do século XX, do cinema ao dadaísmo. Nossa hipótese, a contrapelo da melancolia de alguns intérpretes, é a seguinte: Benjamin não teria visto na montagem, justamente, o modo possível de narrar e transmitir a experiência de um mundo em guerra? Pois se o conceito de história de seu singular materialismo histórico-messiânico depende da “configuração em que sua própria época entrou em contato com uma época anterior” (BENJAMIN, 1985a, p. 232), as imagens dialéticas permitem fazer a sutura do passado com o atual; estaria aí uma possibilidade de transmissão da experiência da guerra, na legibilidade que só pode aparecer nas ruínas –



presentes e passadas. A montagem, nesse sentido é sempre remontagem: não na restauração do que se foi, mas na produção de um mosaico com o que resta. Considerar que a montagem é um modo de narrar e interferir no inacabamento do passado e na abertura do presente condensa, assim, a força do que o conceito de história pôde ser para Benjamin: a absoluta inseparabilidade entre um processo real – os “fatos históricos” e um modo de contar – a história como narração.

“Acreditar neste mundo, do qual fazem parte os idiotas”: o professor Gilles Deleuze e a Universidade que virou clareira

Autor: Eder Amaral e Silva (UESB)

A Grande Recusa de 1968 entoava entre seus bordões o desejo de que as ideias voltassem a ser perigosas. Após aquele Maio, o governo francês autorizou a criação do Centro Universitário Experimental de Vincennes, também conhecido como Universidade Paris 8. Nela, pretendia-se não apenas concentrar e administrar as exigências das ruas por uma universidade que fizesse frente a seu tempo, mas também isolar os efeitos políticos da vidência irreversível gerada pelas manifestações populares. A concepção e implantação daquela que seria a primeira universidade francesa a admitir cursos noturnos, pioneira na criação de uma creche destinada aos filhos de estudantes, no ingresso da classe trabalhadora e na acolhida irrestrita aos estrangeiros, contará com a colaboração, entre tantos outros, de Michel Foucault (responsável pelo recrutamento dos quadros que comporiam o departamento de filosofia, do qual foi o primeiro diretor), François Châtelet, Hélène Cixous, Georges Lapassade, Jacques Rancière, René Schérer e Gilles Deleuze, último dos quais fará dos seus cursos um verdadeiro canteiro de obras do acontecimento pedagógico e político que foi Paris 8 desde o primeiro dia letivo, em 1969, até sua literal demolição, em 1980, quando foi transferida para a cidade de Saint Denis, por força da ostensiva oposição do governo e dos setores conservadores da sociedade francesa à sua existência experimental em Vincennes. Universidade que já nasceu ocupada, sob um clima de inquietude e experimentação em todos os âmbitos de atividade, a “UP8” destoa em tudo das tradicionais e elitistas universidades que a antecedem: abarrotada de cartazes e pichações, palco permanente de manifestações, cursos livres e polêmicas, Paris 8 / Vincennes foi um sonho que durou apenas onze anos, embalado pela lufada de ar fresco que soprava do bosque desde aquele Maio. Não obstante tão curta duração – e apesar da violência com que o Estado a interrompeu, sem deixar qualquer rastro de existência da Universidade em seu endereço original, exceto a clareira que indica sua ausência – os ventos paracletos daquele bosque ainda nos atingem quando nos deparamos com as palavras, sons e imagens que materializam, entre nós, seu testemunho. Mas, por que falar, no Brasil de 2019, de um acontecimento cultural e político francês, que já dista cinquenta anos de nós? Entre nós e eles, o que haveria de comum, a ponto de merecer nosso interesse? Para responder a isso, bastaria dizer que também a França vivia, naqueles anos, uma crise (que, como a nossa, nem de longe era apenas econômica)? Ou que se fazia necessário avaliar o alcance, o sentido e o papel a serem exercidos pelas universidades na construção de um novo “possível” para aquela sociedade, tanto quanto hoje, para nós mesmos? Por fim, bastaria dizer que no cerne das ameaças que hoje são feitas à liberdade de pensamento e à pluralidade cultural, sexual, religiosa e política, continuamos, eles e nós, a encarar as mais variadas silhuetas do fascismo, seja nas suas formas institucionais ou cotidianas? Tomada em tal perspectiva, a história daquela “Universidade perdida” nos permite interpelar nosso próprio presente, sob a mingua da experiência democrática e, no seu prolongamento, em face aos iminentes riscos que a cultura universitária tem corrido em solo brasileiro. Entre as imagens agora utópicas de uma realidade abolida no bosque de Vincennes e a distopia obscena em livre curso no Brasil, poderemos, ainda, dizer passado a estas imagens? Por sua vez, o que estas mesmas imagens, vindas de um futuro que nos antecede, teriam a nos dizer? Seguindo a trilha rasgada pelo próprio trabalho filosófico de Gilles Deleuze, mais afeito à primazia dos procedimentos (sempre pontuais, parciais, táticos, singulares) que à declaração – por vezes meramente gerencial – das metodologias no fazer acadêmico contemporâneo, mas também a indissociabilidade entre estes mesmos procedimentos e a tripla tarefa da problematização/criação/experimentação este trabalho ensaia a montagem de uma constelação-problema (DELEUZE, 2009; BENJAMIN, 2007) a partir de cinco imagens (três fotografias e dois frames cinematográficos, sendo quatro delas imagens de arquivo da universidade entre os anos 1975 e 1980 e uma tomada original do filme Vincennes, l’université perdue, de Virginie Linhart, de 2016) cuja confrontação interpela o presente cenário político do Brasil em relação aos ataques sistemáticos à educação pública e ao papel político-cultural da universidade, tendo como alvo privilegiado as práticas de liberdade de pen-

samento, de expressão e de associação. Através destas cinco imagens, o presente trabalho empresta ao primeiro diretor do Departamento de Filosofia de Vincennes, Michel Foucault, uma interrogação direta; o que estamos fazendo de nós mesmos, enquanto comunidade acadêmica, diante de um projeto explícito de estrangulamento da universidade pública brasileira?

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Passagens. Org. ed. bras. Willi Bolle e Olgária Chain Féres Matos. Trad. Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

DELEUZE, Gilles. Lógica do sentido. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

VINCENNES, L'UNIVERSITÉ PERDUE. Direção: Virginie Linhart. Agat Films & Cie. / ARTE France TV, França, Documentário (TV), cor/p&b, 96 min., 2016.

“Meu filho, minhas regras” : uma análise da relação público/privado no Movimento Escola Sem Partido

Autor: Carlos Matheus Prado (Universidade Estadual do Ceará)

Coautor: PH (UFC) e Giovanna Nunes Prates (UECE)

O presente trabalho traz algumas reflexões e pretende operar alguns deslizamentos no modo de conceber as relações entre o que seria do âmbito público e privado, no contexto da sociedade brasileira contemporânea, atendendo para o borramento de fronteiras entre essas dimensões. Para tanto, tomará como materialidade de análise o movimento Escola sem Partido, a partir dos arquivos, documentos, entrevistas e fóruns que são disponibilizados em sua plataforma digital. Esse movimento, como o mesmo se autoproclama, é vetorizado pelo anseio de promoção da “liberdade de pensamento e do pluralismo de ideias nas escolas brasileiras”, tendo por objetivo opor-se a uma suposta operacionalização do ensino para o âmbito político-ideológico. Com efeito, o cunho analítico e de problematização deste trabalho se dará na esteira do pensamento de autores como Foucault (2009), Christian Dunker (2017), Gert Biesta (2013), Hannah Arendt (2014), dentre outros, possibilitando uma atitude de diagnóstico do nosso presente, e constituindo uma ontologia do presente. Assim, mais especificamente, faz com que nos situemos no lugar entre Filosofia e Educação, a fim de perspectivar uma concepção de educação que não se baseia numa pré-determinação e esquadrinhação de uma dada concepção de sujeito a ser liberado e/ou produzido, mas que perspectiva a experiência e o estar-no-mundo, a mundanização, como foco.

É sabido que os defensores do movimento Escola sem Partido denunciam a chamada “doutrina da doutrinação”,

Esta, por sua vez, se aproveitaria de uma certa vulnerabilidade intelectual da criança ou do adolescente, visto que os idealizadores do projeto pautam-se na visão de Weber de que na sala de aula é dado ao aluno apenas o lugar do silêncio, uma vez que “a palavra é do professor”. Além disso, utiliza-se do argumento de que a regulação dos conteúdos a serem ensinados nas escolas deveria passar pelo crivo e aprovação dos pais, visto que a responsabilidade pela chamada educação moral seria de cunho familiar. Tudo isso passaria então, pelos ditames de uma suposta neutralidade científica, isenção de valores e fidedignidade com um suposto “conhecimento verdadeiro”, útil e necessário.

Acerca disso, aponta-se para a definição de ideologia apresentada por Karl Marx, que afirma que esta consiste em uma forma de conceber o mundo em seus aspectos sociais, sendo produto e reflexo de uma época e de uma sociedade. Não seria um sistema de pensamento neutro, mas teria a função de legitimar, justificar e contribuir ou para a manutenção do status quo, ou para a sua transformação. Cabendo também ressaltar a noção foucaultiana das práticas discursivas, a qual considera que todo discurso deve estar circunscrito em um espaço epistemológico, emergente de um determinado tempo histórico. Dessa forma, a análise da produção e da apropriação do discurso deve necessariamente passar, segundo Foucault, por uma análise concomitante das condições sociopolíticas que possibilitaram esses processos.

Sob essa ótica, torna-se possível afirmar que a postura de neutralidade dita necessária à ação do professor seria inalcançável, uma vez que todas as formas de discurso estão atreladas a algum tipo de ideologia, ratificando a



ideia de que toda produção de discurso é uma produção política. Além disso, Biesta (2013) corrobora com essa noção ao apontar que as questões acerca do conteúdo e do objetivo da educação são, em última instância, políticas. Por sua vez, também entendemos que uma prática educacional que preze pela técnica e pela simples reprodução de conteúdos constituiria, por sua vez, uma prática meramente disciplinatória (Foucault, 2009).

Diante disso, é possível argumentar que o recorte do Movimento Escola sem Partido sinaliza para a insurgência de uma tentativa de domesticação da escola, enquanto espaço contínuo ao ambiente familiar, bem como do próprio processo de ensino, levando-se em conta que, a partir da máxima “meu filho, minhas regras”, um lema dos adeptos do movimento, revela-se uma ideia de que a educação deve seguir os valores morais vigentes na família e que serão transpostos e transmitidos ao domínio público.

Essa máxima suscita uma reflexão para além da atuação do movimento em si e permite pensar em quais questões são referentes às definições do que seriam responsabilidade da família e responsabilidade da escola e como a relação família-escola está vinculada a determinados agenciamentos políticos, em seus deslizamentos entre o que configura uma esquerda e uma direita política, na atualidade.

Para tanto, caberia também perguntar como se formalizaram e se mantêm esses discursos que entrecruzam algo que seria do âmbito privado (a família) no âmbito do cenário público (equipamentos e instituições da governabilidade), e entender como uma direita política se constitui ou almeja se constituir como uma direita cultural (Pierucci, 2012), algo da ordem e manutenção de determinados padrões culturais, valores e normas. Há também formas múltiplas de pensar a direita, não sendo possível fazer um silogismo necessário entre direita política e direita cultural, fazendo que essa discussão seja analisada com muito mais cuidado e atenção. Como nos lembra Pierucci (2012) “há conservadores e há modernizadores. Há repressivos em moral e em política, mas há em muito maior escala os que são repressivos em moral, porém liberais em política”.

Essa parece ser uma via explicativa interessante para pensar a relação entre público e privado nos assuntos políticos de ordem governamental, e como essa relação engendra determinadas formas de conceber a relação família/escola, no modo de pensar a escola como uma continuidade da família e ao mesmo tempo, justificar porque os valores da escola devem ser subjugados aos da família, como é naturalizado no movimento Escola sem Partido, por exemplo.

Nesse caso, a análise de Aquino e Sayão (2006) nos ajuda a pensar como há uma predominância no pensamento contemporâneo de supor que o mundo público necessita de uma face doméstica. Parece se empregar uma cola necessária entre “homem público” e “homem de família” como uma forma de legitimar e deslegitimar determinados posicionamentos políticos. “Resumindo: enquanto os homens públicos se familiarizam, nós privatizamos o convívio familiar (Aquino; Sayão, 2006, p.48).

Enquanto os autores falam de uma privatização do convívio familiar, entendemos que há também uma tendência de privatização do domínio público, que passa a ser compreendido dentro de uma lógica familiar. Por isso, consideramos importante pensar a relação entre escola e família, e a que tipo de filiação entre essas duas instituições o movimento Escola Sem Partido passa a engendrar. Em acordância com o pensamento de Christian Dunker (2017), é necessário, no entanto, que se considere a distinção fundamental entre espaço privado que é o ambiente familiar, do espaço essencialmente público que é a escola, e as implicações que cada um deles guarda com as relações de saber/poder. Ainda segundo o autor, os educadores possuem uma relação com o saber distinta da relação dos pais, sendo ela impessoal, anônima e transferível em relação a quem o manifesta. Desse modo, qualificar a escola por essa via não se trata de pensá-la num contínuo entre público e privado. A escola é pensada como domínio público, eminentemente, e deve romper com o espaço privado, demarcando uma diferença política com esse.

Nessa lógica, dada a orientação teórica que pauta o Projeto Escola Sem Partido, a concepção de escola que se mostra é a de uma escola tutelada, produzida por sujeitos tutelados, engendrados sob um viés desenvolvimentista, onde os jovens estariam predispostos à absorção de determinados conteúdos, normas e valores, impedindo a irrupção do novo.

De modo diametralmente oposto, podemos pensar com Biesta (2013) quando afirma que seria “a própria tarefa e responsabilidade da educação manter a existência de um espaço em que a liberdade pode aparecer, um espaço em que indivíduos únicos e singulares podem vir ao mundo” p.128). Com isso, entendemos que, apesar do movimento Escola sem Partido se pautar, supostamente, numa viabilização da liberdade de pensamento, essa liberdade, no interior do movimento, é entendida pela ótica liberal, que é liberdade privatizada, individualizada e interiorizada. Se radicalizarmos a noção de liberdade como algo do âmbito público, pela diferença, heterogeneidade e pluralidade, só podemos pensar que “a responsabilidade educacional de nossos dias tem a ver com a ‘criação’ de



um espaço mundano, um espaço de pluralidade e diferença, um espaço onde a liberdade pode aparecer e onde indivíduos singulares e únicos podem vir ao mundo (p.132-133).

Parafraseando Angela Davis, “a liberdade é uma luta constante”. Ao conectarmos o campo da educação com o campo da liberdade, ambos atravessados pela dimensão política, entendemos que essa luta é ainda mais potencializada. Isso nos situa em um espaço de imprevisibilidade e insegurança sobre um diagnóstico do nosso tempo e, em específico, sobre as questões educacionais sua operacionalização, mas, certamente, também nos situa num campo de inúmeras possibilidades, e é no campo das possibilidades que podemos ensaiar práticas de reinvenção da vida e de modos de existência.

GT04: A ficção e a poética como território de experimentação clínico-política ético-estética: corpo, imagem e escrita.

A produção de lugares enunciativos em textos literários contemporâneos e a psicologia social

Autor: Marcelo S. Ferreira

Minha proposta de comunicação oral se desenhará como analítica de alguns procedimentos estéticos e políticos formulados pelos escritores contemporâneos Julian Fuks e Roberto Bolano. Restringirei o trabalho a dois livros dos escritores citados: *A resistência* de Fuks e *O amuleto* de Roberto Bolano. Tanto em Fuks quanto em Bolano, encontro importantes imagens do exercício ingrato da literatura em relação àquele que escreve, uma vez que a escrita não apazigua ou transcende os afetos que precisariam ser desdobrados ao se tratar de memórias da ditadura militar na Argentina e da perseguição política aos opositores do sistema de governo implantado no México e que demonstrou, sem nenhuma prática de restituição posterior, estar interessado em apagar a memória de jovens e de movimentos que não sucumbiram as práticas de desmoralização e sufocamento da resistência. Fuks e Bolano se aproximam e se distanciam, mas escrevem sobre países da América Latina que ainda não estabeleceram políticas de restituição e de manejo do passado. Curiosamente, os dois livros citados são, exatamente, exercícios de manejo da memória, que restitui, amplia e complexifica a imagem do passado e, fundamentalmente, do tempo. A consistente poética de Bolano está recheada de discussões febris sobre o desatino curativo da memória: a narradora do conto *Amuleto* não faz mais nada do que cotejar o passado violento da invasão militar a universidade autônoma do México em 1968 com imagens puídas daqueles que perdeu, amigos poetas que foram sacrificados. Recordar é uma tarefa para a personagem Auxílio Lacouture, cidadã uruguaia, amiga da poesia mexicana. A memória restitui fragmentos do que fora perdido, reiterando o sentido do passado como algo que não existe em si mesmo. Benjamin já havia nos alertado sobre isso em seu texto *Teses sobre o conceito de história*. Julian Fuks e mais jovem que Bolano e ainda está vivo, tratando da plurivocidade de sentidos que concorrem para a composição da imagem de uma família argentina atingida pela perseguição política e encaminhada ao Brasil, espaço de onde se mobilizam os problemas mais centrais do romance *A resistência*. O Brasil, a Argentina e outros países da América Latina são os elementos que ordenam a prática tateante e inconclusa da recordação e da escrita. Tornando-se médicos de si, os autores citados abrem a brecha que gostaria de trabalhar aqui. Os dois autores utilizam aspectos de suas próprias biografias para escrever seus textos, mas não as entendem como o ponto de partida, mas como a matéria sobre a qual se erige uma analítica e uma estética. Recordar se aparenta com resistir, mas implica na caducidade daquele que lembra, nunca se tem certeza sobre o que se escreve, sobre o que é lembrado, mas narrar escandaliza a continuidade, indicando o quanto somos alheios à nos mesmos, o quanto não coincidimos com nos mesmos. A vertigem provocada pela recordação se dirige ao que do passado se destaca do aspecto monolítico do que já aconteceu. Recordar garante uma cura, um estremecimento, um escrutínio delicado de amores e sensações não totalmente finalizados, tocando em aspectos que nos são muito importantes, no Brasil do projeto autoritário e ressentido, revisionista dos embates ainda eloquentes do passado que não passou. Bolano toma decisões estéticas e fornais muito consistentes, podendo nos auxiliar, inclusive, na discussão sobre lugares enunciativos, uma vez que a narradora de seu romance não para de transitar de tempos para tempos, diluindo o próprio estatuto do que está escrito, já que o texto e o futuro do passado, mas ainda é o presente da narradora. Fala-se sobre o que

não aconteceu no passado, mas ainda não se pode localizar no tempo, futuro, texto. A poética de Bolano garante uma espécie de gaguejar da transparência de si e da unidade do eu que recorda. A esta estética arrojada, somarei o exercício de Fuks que ainda deu importantes dicas depois de ter o livro publicado sobre a incerteza de algumas referencialidades do romance. Para que serve, então, esse exercício? Discutirei o problema a luz de fragmentos dos textos literários, buscando fazer uma defesa do estatuto opaco dos lugares enunciativos, o que pode servir de ferramenta conceitual e ética para a nossa própria produção de textos acadêmicos em

primeira pessoa. Para mim, apoiado nos autores citados e em alguns outros que serão devidamente apresentados, a primeira pessoa é uma ficção, que desempenha uma função retórica, performando uma semente de mundo que rebate sobre o escritor e sobre os seus leitores, impossíveis de serem previstos. Tentando fazer jus a grande força e beleza dos textos citados, apoiarei-me em algumas reflexões de Walter Benjamin sobre a literatura em

Sua relação com a verdade, buscando indicar a importância da discussão para o empreendimento de políticas narrativas em

Psicologia Social. O trabalho se assenta em um lastro de discussões já realizadas, mas aponta para problemas atuais que tenho enfrentado e que poderão encontrar no GT a possibilidade de continuidade e de abertura para outras direções.

A tecnologia da doença mental: ficções somatopolíticas e regimes de visibilidade

Autor: Arthur Daibert Machado Tavares

No Brasil, estamos vivendo nos últimos anos uma ascensão de forças reacionárias — numa aliança entre interesses neoconservadores e neoliberais, como aponta Suely Rolnik (2018) — que, no âmbito da Saúde Mental, tem se traduzido em uma Contrarreforma Psiquiátrica, acenando a um retorno da lógica manicomial como principal “solução” para as questões do uso de drogas e da doença mental. O tema do presente trabalho é a fabricação da ficção somatopolítica (PRECIADO, 2018) do “doente mental” como indivíduo, consolidada com a modernidade e o capitalismo industrial no século XIX, tomando como referência as tecnologias do olhar e da escrita — fabricação essa que se dá tanto por processos de objetivação quanto de subjetivação. Minha questão é a relação entre escrita e visibilidade no interior do hospício, contrastando seus usos como instrumento disciplinar pelo que Michel Foucault (2006) chamou de “poder psiquiátrico” com a sua reapropriação insurgente pelos próprios loucos ali internados.

O objetivo do trabalho é pensar, partindo dos textos de Maura Lopes Cançado (2015a, 2015b) e Antonin Artaud (1983, 2006, 2017), de que maneira a escrita pode servir como agente de resistência ao regime de visibilidade manicomial que afirma o dualismo moderno entre sujeito e objeto, o mesmo que descreve, segrega e fabrica a loucura como doença mental. Pretendo pensar os efeitos da produção, por exemplo, das fichas de pacientes e dos livros de ocorrências, bem como da utilização dos manuais diagnósticos de psicopatologia, questionando as nuances entre a captura e a subversão em seus escritos.

O título é uma referência ao texto de Teresa de Lauretis (2019) intitulado *A tecnologia de gênero*, em que a autora conceitualiza o gênero, em conexão crítica com Foucault e Louis Althusser e passando pelas formas como o cinema constrói suas imagens, como uma categoria classificatória que é produto e processo de tecnologias políticas, artísticas e científicas de representação e autorrepresentação produtivas, tanto materiais quanto semióticas. Da mesma forma, a doença mental pode ser pensada como o conjunto de efeitos de uma tecnologia que atua em corpos e comportamentos criando uma oposição conceitual rígida entre doença e sanidade mental, sendo o hospício, com seus muros, local privilegiado para sua produção. A interlocução com o cinema que Lauretis articula é aqui importante para explorar a criação de regimes de visibilidade e suas relações com o invisível. Enquanto no cinema o enquadramento, a iluminação, a montagem e a edição, entre outros elementos, colaboram para compor uma certa imagem, no caso da escrita a compilação das páginas, sua diagramação, seus locais de circulação, assim como suas técnicas de inscrição e legitimação, a pontuação, as palavras utilizadas e o estilo da narrativa, por exemplo, são então participantes no processo de feitura do texto e em sua experiência de leitura, que caminharão por diferentes regimes do visível caso partam de um ou de outro modo de registro (CHARTIER, 2010).

Para a realização deste trabalho, a metodologia de pesquisa utilizada será a cartografia. Emprestada da geografia, como coloca Rolnik (2016), uma cartografia psicossocial é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de desmanchamento e formação de certos mundos e modos de vida. Para ela, a tarefa



do cartógrafo é de estar imerso nas intensidades de seu tempo e, em diálogo com as linguagens que lhe parecem possíveis, criar uma cartografia heterogênea que dará língua para os afetos que pedem passagem. Nessa perspectiva, a cartografia é concebida como um modo de pesquisa aberto às marcas dos encontros, à presença metabolizada de “estrangeiros” humanos e não-humanos, visíveis e invisíveis, materiais e imateriais que se compõem, se misturam e se chocam.

Com base nos estudos de Trinh T. Minh-ha (1991) sobre o cinema e a escrita, partindo de sua afirmação de que “usar uma imagem é adentrar a ficção” (MINH-HA, 2018), tomo o conceito de ficção para abordar as produções representacionais (sejam elas textuais ou imagéticas) não como intermediários de transmissão do sentido de uma realidade dada, mas como mediadores (mais ou menos legitimados) capazes de imprimir direções, transformar e criar relações. O trabalho de Bruno Latour (2002, 2005) me permite pensar como a ficção, portanto, cria realidades: é ao mesmo tempo real e fabricada, já que as entidades que a povoam “fazem-fazer”, agem sobre vidas concretas, ao mesmo tempo que precisam de condições específicas para vir à existência. Tratar a doença mental como uma ficção somatopolítica não é, portanto, dizer que ela não existe, mas colocar como questão os próprios agenciamentos necessários para que prolifere. A escrita, do mesmo modo, é sempre necessariamente fictícia. Como acentua Juan José Saer (2012), o conceito de ficção possibilita escapar da escolha exclusiva entre verdadeiro e falso, podendo ter seu valor de verdade como “fato científico” produzido somente a partir de procedimentos que buscam estabilizar imagens e narrativas panorâmicas de verossimilhança, neutralidade e objetividade (MINH-HA, 1991). No caso do hospício, aliada à arquitetura e a uma vigilância capilarizada, uma certa escrita vem a ser um desses procedimentos de atribuição de cientificidade aos saberes e às práticas psi (FOUCAULT, 2006).

Mas os corpos sobre os quais as ficções agem não são apenas lugares passivos de incorporação da norma. Historicamente, os “anormais” vêm criando contra-produções somatopolíticas, experimentações de corporalidades delirantes alternativas ao dualismo entre doença ou anormalidade de um lado e sanidade ou normalidade do outro, assim como entre natureza e artifício, corpo e mente (PRECIADO, 2011, 2014). As tecnologias de escrita, assim, comportam ainda a possibilidade da invenção de uma linha de fuga, que “não consiste apenas em afastar-se do social, em viver à margem: ela faz fugir o social pela multiplicidade de buracos que o corroem e o perfuram” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 452).

Essa abordagem me permite ver o próprio olhar como uma construção, e não como um dado neutro de informação da realidade ou de verdade anatômica. A subversão do regime manicomial de visibilidade, desse modo, vem rachar os muros que sustentam os dualismos modernos, seja através da produção de contra-narrativas comprometidas, como nos ensina Maura Lopes Cançado (2015a, 2015b), seja pela invenção de ficções poéticas, que propiciam deslocamentos nos nossos modos de ver, pensar e sentir a diferença, num alargamento verdadeiro da realidade (ARTAUD, 2017). O poético, como entendido por Artaud (2006), não está localizado exatamente no interior do indivíduo nem num mundo exterior prévio, mas nas relações e agenciamentos entre os corpos, os sons, as vestimentas, o espaço, as imagens, as sensações e os movimentos que vem pôr em marcha. É assim que as aberturas do sentido ao não sentido (MINH-HA, 1991) ou do visível ao invisível (REYES-FOSTER, 2016) efetuadas pela poesia, como pelo delírio, podem oferecer novas maneiras de existir, inventando espaços para perspectivas não patologizantes sobre o sofrimento e a alteridade em nossas práticas.

Referências:

- ARTAUD, A. Os escritos de Antonin Artaud. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.
 ARTAUD, A. O teatro e seu duplo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
 ARTAUD, A. A perda de si: cartas de Antonin Artaud. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
 CANÇADO, M. L. Hospício é deus: Diário I. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015a.
 CANÇADO, M. O sofrimento do ver. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015b.
 CHARTIER, R. “Escutar os mortos com os olhos”. Estudos Avançados, v. 24, n. 69, pp. 6-30, jan. 2010.
 DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1. São Paulo: Editora 34, 2011.
 FOUCAULT, M. O poder psiquiátrico. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
 LATOUR, B. Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
 LATOUR, B. Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory. New York: Oxford University Press, 2005.
 LAURETIS, T. “A tecnologia de gênero”. In: H. B. de HOLLANDA (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais, pp. 121-155. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.



MINH-HA, T. T. *When the moon waxes red: representation, gender, and cultural politics*. New York; London: Routledge, 1991.

MINH-HA, T. T. "There is no such a thing as documentary': an interview with Trinh T. Minh-ha". [Entrevista concedida a] Erika Balsom. *Frieze*, n. 199, nov-dez, 2018. Disponível em: <https://frieze.com/article/there-no-such-thing-documentary-interview-trinh-t-minh-ha>. Acesso em: 16 ago. 2019.

PRECIADO, P. B. "Multidões queer: notas para uma política dos anormais". *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, pp. 11-20, jan. 2011.

PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, P. B. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

REYES-FOSTER, B. M. "Latour's AIME, indigenous critique, and ontological turns in a mexican psychiatric hospital: approaching registers of visibility in three conceptual turns". *Anthropological Quarterly*, New York, v. 89, n. 4, pp. 1175-1200, 2016.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016.

ROLNIK, S. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SAER, J. J. "O conceito de ficção". *Revista FronteiraZ*, São Paulo, n. 8, pp. 1-6, jul. 2012.

Artimanhas da escrita: A literatura como dispositivo de afirmação de existências negras

Autor: MIGUEL LACERDA NETO (UFRJ)

A negritude brasileira possui características que a fazem ser assinalada pelo rastro histórico da sua construção e por marcações do seu território de ocupação. Dizer que as características de um grupo de pessoas são incidências e incididas no seu tempo e lugar pode parecer uma obviedade. No entanto, quando se fala da exterioridade das qualidades e estados da branquitude é preciso ainda afirmar as condições alheias a ela. O que poderia ser uma já posta preposição de como o racismo, enquanto estrutura, ocupa até mesmo as nuances discursivas e linguísticas, é para as pessoas negras uma tentativa de localização de sua fala – pois tudo aquilo que não é branco perde não somente importância como também autenticidade. Então não é óbvio uma leitura histórica, política e literária, bem como a valorização das peculiaridades, da negritude brasileira a não ser pela contraposição e afirmação da história de uma branquitude brasileira alinhavada em sua a necessidade de auto afirma-se e recompor suas origens europeias. A perspectiva que busca retomar a negritude sem o esquadrinhamento e as análises centradas na narrativa da hierarquização racial tem não somente a trama discursiva e a produção de subjetividade aportadas na branquitude como impedimento, como também o obstáculo de localizar e retomar a história que desembarca no Brasil, como consequência da diáspora africana na perversidade da escravidão, e tem suas nuances redesenhadas no interior da lógica colonial que atualiza-se no projeto de Estado racista e genocida. A presente pesquisa propõe revisitar as obras de Lima Barreto no interior de sua própria escrita, sem o interesse em esquadrinhá-la ou encontrar uma verdade sobre vida do escritor. Busca-se localizar os desafios e soluções colocadas por uma vida marcada e enclausurada pelo discurso racista de sua época que continua a atualizar-se em práticas contemporâneas. Desta maneira importa a essa pesquisa as soluções e agenciamentos que foram possíveis ao Lima Barreto na afirmação de sua existência e na busca pelo direito à uma vida ética e politicamente qualificada. Uma tarefa demasiadamente complexa, mas necessária pela conjuntura política do país que segue marcada de retrocessos, eliminando direito adquiridos pela população negra que ainda requer o básico, a existência. A relevância desta pesquisa ainda se coloca por ser o discurso acadêmico, no interior das práticas eugênicas, o que sustentava as práticas racistas no final do século XIX, indicando que a Academia enquanto instituição, pela sua força de criação de simbólico, deve se responsabilizar e investir em reparações sociais, políticas e históricas. Deste modo, a pesquisa propõe discutir as possibilidades de construção de si e de enfrentamento no campo social possíveis a partir da escrita literária. Para tal, define-se como campo de pesquisa as obras do escritor Lima Barreto (1881-1922): o Diário do hospício escrito durante sua internação no hospital nacional de alienados e o conseqüente romance inacabado O cemitério dos vivos. O intuito é pensar como as obras, enquanto dispositivos literários, produziram discursos para a criação de si para além da discursividade racista no Brasil da virada do século XIX para o século XX, bem como a criação de con-

tranarrativas que, mais do que denunciar, afirmam modos de existir e formas de vida ética e politicamente qualificadas. Com base em conceitos decoloniais e da filosofia da diferença, busca-se traçar como tais obras-dispositivos impactaram a produção subjetiva do escritor e os modos de existência que emergem no confronto com o racismo à época, apontando os saberes e movimentos que foram acionados pelas obras e os agenciamentos produzidos a favor das lógicas que operam no sentido dos direitos de existência. Assim, busca-se demonstrar o trabalho da escrita como criadora de dispositivos produtores de realidade e construção de novos possíveis na transformação da vida e do organismo social, que advogam pelo direito à vida e à memória do povo negro, como no caso das obras analisadas. Entendendo que Lima Barreto costura a experiência da escrita à sua angustiante experiência de internação no antigo Hospício Pedro II na ambição do desenho imagético e literal do que se passava em si e no seu entorno. O romance, "Cemitério dos Vivos", inacabado, publicado após sua morte, carrega o peso crítico da dúvida por não caber certamente nas estirpes do que se convém chamar de autobiográfico. Todavia, devido à estética única com que foi escrito, tão pouco poderia ser chamado de relato, já que Lima Barreto até mesmo ficciona personagens para sua narrativa. São ainda característica as inúmeras digressões, acúmulo de informações, quebra de linearidade e mudança de foco narrativo. Qualidades essas atribuídas à loucura. Não convém, ao menos neste, a constatação de quaisquer quadros psicológicos. Vale, ainda, constar que soa incoerente qualquer afirmação ou análise que aparta literatura e o que poderia ser chamado de "discurso do louco" (HIDALGO, 2007). No entanto, tomando as experiências e seus escritos, é possível perceber dois polos discursivo: o sujeito de enunciação, na experiência que tem o autor diretamente com o Real do hospício; e o sujeito do enunciado, que aparece na experiência da escrita, no colocar-se como um gesto. Apesar de se tratar de materiais de ordem literárias distintas, o "Diário do Hospício" como anotações do autor, e o "Cemitério dos Vivos" vislumbrando um romance, é possível reconhecer os dois polos em ambos os escritos.

As bordas da boca: um diário íntimo (ficcional) ético-estético

Autor: Christine Gryschek

as bordas da boca: um diário íntimo ficcional (sobre criação, arte e crítica de mulheres) trata-se de um objeto narrativo-poético-visual sobre a produção cultural de mulheres. De um modo geral e aprofundando em alguns pontos, a jovem professora e artista visual Carmen Cruz (narradora-personagem) escreve sobre as ressonâncias das relações nefrágicas entre mulher-linguagem-cultura-sociedade. Especificamente localizado no tempo (2011-2013) e no espaço (São Paulo) o diário apresenta uma rotina em que aparecem reflexões sobre as questões de gênero, classe, latinidade, raça e heteronormatividade: o como estes marcadores localizam e dividem as posições e possibilidades de existência e ascensão.

A escolha por uma escrita de um livro (vestido com uma roupagem de diário íntimo) compactuado com o meu tema de pesquisa em Psicologia Social aconteceu porque acredito que o texto literário é produto simbólico cultural, que colabora com a perpetuação da identidade sexual e de gênero enquanto está sendo registrado, realizado, numa rede retórica e de poder posicional da linguagem. Sobre isso, a poeta ativista feminista Adrienne Rich nos escreve no poema queima de papel em vez de crianças, presente no livro que tempos são estes (2018): "o que acontece entre nós/acontece há séculos/sabemos disso pela literatura/ ainda assim acontece" (...) "tudo que escrevemos será usado contra nós ou contra quem amamos / são estes os termos, ame-os ou deixe-os/ poesia nunca teve a menor chance de existir fora da história". Assim, mais do que um registro, a literatura não pode ser ingênua ou inocente, devido ao potencial de circulação e de transmissão; a manufatura de cultura é agregada ao radar dos tempos, é um processo histórico cultural, não é isento de responsabilidade política.

Lucia Guerra (2007) escreve em *Mujer e Escritura* que na primeira fase da teoria literária feminista "a memória das mulheres foi resgatada e analisada em cartas, autobiografias e diários privados que haviam sido excluídos dos cânones" e o que se rastreia é a "potencialidade nômade e em constante transformação desta memória, que questiona as ordens e os regimes de caráter hegemônico na simultaneidade dos discursos". Discursos estes que se "entrelaçam no andaime do patriarcal e do eurocêntrico, discriminação racial, heterossexualidade e marginalidade social". Ela segue o texto dizendo que a crítica feminista atual tem analisado a produção da mulher que questiona as articulações do poder, tanto "no denso tecido das interseções genéricas, como nas articulações relativas ao âmbito plural da cultura". E que, além disso, hoje, "as ordens dominantes, seus imaginários e seus emblemas são revelados como uma estabilidade vulnerável que permite que a escrita das mulheres transgrida a univocalidade



dos signos". Também nas artes visuais temos que o olhar feminista busca "transgredir o discurso visual dominante", trazendo evidências sobre "a violência contra a mulher em todos os aspectos da vida" pública e privada da sociedade latino-americana, erguendo uma política de autorrepresentação que "envolve outra forma de ver as imagens, à partir da construção de um novo olhar sobre a arte, e que vindica o direito das mulheres produzir suas próprias (imagens)", dotando-as de significados culturais inéditos (PEÑA, 2013).

Agrego que como a personagem é uma jovem paulistana recém-formada em artes visuais pela Unesp, ela encontra-se em um exercício recente de licenciatura, ela está começando a dar aulas de educação artística em uma escola pública de São Paulo, a E.E. Professor Daniel Paulo Verano Pontes, localizada na zona oeste da capital. E uma das questões centrais presente nos dias da personagem será "pensar a arte e o próprio ensino de arte", porque "apesar de serem maioria, as mulheres professoras de arte ainda parecem invisíveis profissionalmente", "assim como há um paradoxo semelhante no que diz respeito à presença/ausência feminina nas artes visuais", as mulheres "são quase invisíveis como sujeitos da produção artística". Uma questão central presente nos dias da personagem será "pensar a arte e o próprio ensino de arte. que "intervenções feministas" seriam necessárias para o ensino de arte?" Como repensar a docência? (LOPONTE, 2009).

Entendo que as bordas da boca é uma história ilustrada de um processo de subjetivação dado por meio das vias expressivas, de um registro fragmentário, vívido, cotidiano, fractado. É uma busca que almeja traduzir os processos de subjetivação enquanto como produções discursivas, tributárias do social, à cultura, associados à produção de modos de existência. Os modos pelos quais Carmen realiza as experiências de si mesma a partir das relações com as outras pessoas, com as questões, com o trabalho e com a cidade de São Paulo.

Configuro o livro (diário-fake-remix) as bordas da boca por texto e imagens, porque, por se tratar de um diário íntimo de uma artista visual, também conta com entradas ilustradas, com pinturas, desenhos, fotografias e colagens. O trabalho de criação de personagens artistas contemporâneas e arte-educadoras que transmitem a transição entre os aspectos público-privado, e que atualizam o antes e o depois da crítica literária feminista, com acréscimo das discussões atuais sobre os saberes, sobre as localidades e sobre as lógicas de políticas feminino-feministas, e que pulsam em criação e crítica, é o método-objeto-objetivo-resultado da escrita em curso.

Apresento assim uma ficção que é, principalmente, uma história de emancipação, uma história que narra um processo fermentado sobre a arte e a subjetivação de uma mulher, bem como sua relação arte-vida-pensamento. E todas as questões aparentes desembocam e desembocarão na linguagem, na relação mulher-palavra-alimento, nas bordas da boca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUERRA, Lucia. *Mujer y escritura: fundamentos teóricos de la critica feminista*. Ed. Universidad Nacional Autónoma de Mexico. Programa Universitario de Estudios de Género. 2007.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. Conferência. *Relações de gênero, feminismo e subjetividades*. ST 33 Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, 2009.

PEÑA, Julia Antivilo. *Arte feminista latino-americano: rupturas de un arte político en la producción visual*. Tese de Doutorado. Santiago, Chile: 2013.

RICH, Adrienne. *Que tempos são estes e outros poemas*. Tradução Marcelo Lutofo. São Paulo: Edições jubaticaba, 2018.



Autoescrituras performativas: interferências pós-pornográficas de um casal de gueis brancos cisgêneros de classe média em territórios virtuais.

Autor: Hudson W de Carvalho (UFPEL)

Introdução

O sexo e a sexualidade, assim como todas as instituições que conformam a vida em sociedade na contemporaneidade, são atravessados por uma matriz civilizatória majoritária que desenha uma normativa heterossexual, capitalista, judaico-cristã e binária. Esta prescreve modos adequados de expressão do erotismo, do sexo, da sexualidade na vida de um casal.

Sob a pressão dessa matriz, o sexo e a sexualidade acabam por ser reduzidos a zonas erógenas e expressões heteronormativas e estereotipadas validadas por uma epistemologia da natureza humana, hipoteticamente construída pelo processo evolutivo da espécie. Por sua vez, a vida sexual e as questões relacionais de um casal, mesmo que guei, acabam por ser confinadas a quatro paredes ou ao consultório de um terapeuta e, desse modo, deveriam ser articuladas em um território privado e íntimo.

O surgimento da internet, redes sociais, smartphones e a publicação de nudes e sextapes têm deflagrado quebras e conformidades com a norma majoritária. Se a publicação de nudes e de sextapes quebram radicalmente com a noção de preservação da intimidade do corpo, por outro lado, a identidade social (marcada pelo rosto) e a função das hipotéticas zonas erógenas (objetificadas na vagina, seios, pênis, anus, boca e sémen) como territórios e razão última de ser do ato sexual se mantem predominantemente preservadas.

A fim de discutir as problemáticas supracitadas e gerar deslocamentos de ordem ética e estética, eu e andré medeiros martins – um casal de gueis brancos cisgêneros e de classe média – propusemos articular os nossos corpos, erotismos, sexos, sexualidades e cotidiano de modo público por meio de textos, ensaios fotográficos e vídeos performativos autoficcionais – por vezes – pós-pornográficos. Estes são publicados em sítios virtuais que disponibilizam produções profissionais e amadores de práticas eróticas e sexuais predominantemente normativas, em grupos secretos de homens que tem atração por outros homens em redes sociais e em um sitio próprio que inclui outras produções audiovisuais não necessariamente relacionadas ao sexo e à nudez.

Objetivo

O presente trabalho pretende apresentar, contextualizar e discutir parte da trajetória das experimentações fotografadas e gravadas de sexo explícito protagonizadas por mim, meu marido e outros. Ainda, apresentar-se-á como ocorreu a comunicação com o público que assiste aos vídeos e fotos por meio de comentários e discussões postados em ambiente virtual.

Relação com o GTo4

A desterritorialização de práticas sexuais e afetivas, de zonas erógenas, da intimidade de um casal por meio de dispositivos éticos e estéticos e da própria análise e sistematização acadêmica.

O tensionamento de si mesmo como meio articulador de problemáticas transcendententes ao próprio eu e ao nós (casal).

Orientação teórica

A discussão a ser apresentada é inspirada nos trabalhos textuais de paul b. preciado, judith butler, luce irigaray e de outxs autorxs vinculadxs a estudos feministas e temas relacionados à sexualidade, gênero, pós-pornografia e contrassexualidade e da produção performática que produzo em coautoria com andré medeiros martins.

Método

André medeiros martins é um performer autoficcional que tem uma trajetória de exploração ética e estética com o sexo e nudez. Não há, em seus trabalhos, um método definido e um fim a ser alcançado. Ele parte de problemáticas e vivências específicas e as articula buscando gerar comunicação com outras pessoas por territórios outros que não os tradicionais do meio artístico.

Envolvi-me com suas produções, inicialmente como retratado e, posteriormente, como coautor de alguns projetos. O choque entre a imersão nessas experimentações, minha trajetória científica e meu interesse emergente em teorias pós-humanas e pós-estruturalistas, motivou-me a deslocar nossa expressão por meio de uma



performance acadêmica, tencionando a mim e a nós para comunicar com o outro acadêmico.

O método é, portanto, baseado em experiências próprias e coletivas, separadas pelas seguintes categorias de análise: vida íntima do casal versus criação ética-estética e a obra publicada versus as reações de quem se relaciona com essa obra. Sendo que todo esse material está registrado em sítios da internet.

As categorias de análise propostas foram aplicadas a dois projetos performativos autoficcionais denominados de perdoa-me por me traíres (fotografias e textos) e alfabetos sexuais (vídeos).

Resultados

Perdoa-me por me traíres, cujo título foi inspirado na obra homônima de Nelson Rodrigues, discute por meio de textos autoficcionais e fotografias a articulação de um casal na presença de um terceiro, deslocando as ideias tradicionais de sexo e fidelidade marital.

Os "Alfabetos sexuais" têm sido construídos a partir de deslocamentos e problematizações estéticas, éticas e políticas sobre sexo e pornografia por meio de vídeos que tem como linha condutora temas específicos sequenciados alfabeticamente. O Alfabeto dos fetiches, o primeiro a ser construído, explorou fetiches (a, anal; b, bareback; c, couro; d, dominação; etc.); o Alfabeto de lugares explorou o fetiche de sexo em lugares (k, karaokê u, uber; n, natureza...; etc.); o Alfabeto dos personagens do pornô parodiou personagens típicos ou pouco usuais do mundo do pornô (f, fazendeiro...; y, youtuber...; z, zumbi. etc.). Nessas experimentações, questões disruptivas do pornô tradicional – como sangue, um pênis flácido ou o sêmen que não jorra – não são higienizados e situações exóticas ao sexo tradicional são performadas.

A publicação dessas produções em redes sociais e sítios de pornografia abertos a comentários e discussões tem produzido reações diversas de espectadores que expressam a necessidade de gerar sentido a partir desses conteúdos. Alguns espectadores equiparam essas produções à arte contemporânea, deflagrando condescendência e uma pretensão de deslocar o sexo explícito ao sublime. Outros expressam uma relação abjeta ou perplexa. Esse material apresenta potência para discutir as unidades de análise citadas.

Conclusões

A produção de trabalhos pós-pornográficos e sua publicação em sítios da internet utilizados predominantemente por homens que buscam estimulação sexual a partir da imagem de outros homens gera interferências que articulam múltiplas possibilidades de (re)significação e discussão sobre corpos, afetividades, práticas sexuais e sexualidades. Deflagra, ainda, a potência dos tensionamentos de si e do nós (casal) na discussão dos modos tradicionais de relação com o próprio corpo, sexo, sexualidade e a diversidade.

Cartografia, ficção e escrevivência: encontros possíveis para uma política de escrita do cuidado, enquanto questão e metodologia de estudo

Autor: Janaína Oliveira Steiger (UFRGS)

Este estudo trata-se de recorte de trabalho de conclusão de curso, que propôs reflexões acerca do trabalho de educadoras do acolhimento institucional, tomando-o enquanto campo problemático ao evidenciar práticas de cuidado construídas e performatizadas socialmente. O trabalho a ser apresentado, entretanto, dará ênfase à posição ética e política de escrita adotada, desde a escolha da bibliografia, composta majoritariamente por autoras, até a escolha metodológica: uma cartografia que acontece no encontro da experiência com a narrativa ficcional, e sob inspiração da noção ética e estética de escrevivência. Este encontro, ao longo da escrita, desdobra-se em muitos: da personagem-autora, a encontrar-se com escritos seus e de outras mulheres; das personagens-teóricas/os, que se encontram em reunião; da personagem-educadora, por meio da qual se encontram diferentes vozes que a habitam, ao narrar as histórias de muitas. Todos esses encontros são narrados ficcionalmente, pretendendo-se tensionar a visão dicotômica entre científico e não-científico; realidade e ficção; acadêmico e literário; no sentido da hibridização metodológica. Seguindo essa esteira, possui relação com o Eixo 4 e GT 4, podendo ser melhor compreendida pelo trecho que segue, de narrativa ficcional cartográfica, onde se tornam evidentes a experimentação ético-estética possibilitada, bem como embasamento teórico utilizado:

"Saio da conversa com as palavras ainda pulsantes. Encontro entre mim e educadora do acolhimento institucional. Dentre tantas, a palavra que pulsa é cuidado. Um cuidado exercido por mulheres - feminino? Na companhia

dessa questão, adentro a sala da Psicologia. Sou impelida a escrever sobre o que acabara de viver, escutar, sentir. Volto-me à gaveta, lançando as perguntas a meus livros e textos, como se pudessem oferecer-me respostas. Retiro-lhes, um a um, a folhear páginas outrora lidas. Textos grifados, adornados em lápis por rabiscos-inquietações. Diálogos meus com textos que, agora espalhados pela mesa, entre si conversam. Arrisco breves parágrafos, a fim de organizar suas ideias, propondo novas rigorosamente referenciadas. Encaixoto-as, em frases justificadas. Algo incomoda. Não dá conta. Não faz sentido. Não faz sentir. E pode sentir? Hesito. Quero escrever. Mas como? Como dar lugar ao sensível, sem invisibilizar os dados de realidade? Como fazer justiça à complexidade e intensidade do trabalho de cuidado no acolhimento institucional? Como escrever sobre a experiência de outras pessoas, outras mulheres, sem tomá-la enquanto pessoal e possibilidade única? Jogo minhas perguntas não escritas e amassadas ao chão. Lembro, no entanto, do cuidado. E recolho-as, antes que alguém as encontre e caia na tentação de respondê-las. Decido colocá-las dentro da caixa de ferramentas (DELEUZE, apud FOUCAULT, 2008), que fica constantemente na sala. Coloco-as a conversar. Está na minha hora. Saio apressada e percebo que, por descuido, levo a caixa nas mãos. As perguntas ecoando. Chocando-se dentro da caixa. Distraem-me. Tropeço em pensamentos, ideias e afetos. Desequilíbrio. E caio. Algo quebra-se. Dentro de mim. Continuo correndo, no entanto. Tenho reunião marcada, talvez lá consigam me ajudar, é hoje também meu dia de relatar.

'Ata de reunião - Estiveram presentes Suely Rolnik, Tânia Fonseca, Virgínia Kastrup, Laura de Barros, Francine Bottoni, Luis Artur Costa, Luciano Bedin, Luana Barossi, Lissandra Soares e Paula Sandrine. Primeiramente, é lida a ata da última reunião, onde estavam presentes Walter Benjamin, Roland Barthes, Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari. Suely toma a palavra para apresentar as/os componentes da reunião como importantes figuras de referência de vertente que interroga o que é fazer ciência e compartilham de posicionamento ético-estético-político comum ou semelhante, ali representado, sobretudo, pela cartografia, em diálogo com a narrativa ficcional e escrevivência. Tânia pergunta às/aos presentes por possíveis pautas.

A caixa de ferramentas quebrou, a relatora anuncia. Não ferramentas quaisquer, mas ferramentas de pesquisa acadêmica. Cerne de toda a ciência moderna, sua transmissão e verdade. Ou ao menos era assim que a denominavam e assim colocava-se a importância de tal artefato, então em parte estilizada, parte rachada. Antes, quadrada, quatro pontas milimetricamente calculadas com linhas que se cruzavam apenas com fins de continuidade, seguindo direções previamente estabelecidas por fórmulas equacionais, tudo encaixado, protocolado. Matéria-prima dura, grossa, feito de certezas inabaláveis, inquebrantáveis, tal qual a caixa. Esta que, entretanto, quebrou.

A relatora conta que quer pesquisar sobre o cuidado no acolhimento institucional, e agora, com a caixa de ferramentas tradicional quebrada, pergunta aos demais participantes da reunião como proceder. Reconstruí-la à maneira anterior? Reconstruí-la com diferente(s) forma(s) e matéria(s)-prima? Conversa-se prolongadamente sobre o tema, e é Virgínia quem resume a discussão, retomando o que fora debatido ao longo dela. Tratar-se-ia, pois, de uma caixa-ferramenta em constante transformação, não sendo possível prever em que formato tornar-se-ia, ao final de seu uso. Ademais, seria preconizada a manutenção de aberturas, ora da tampa, ora de furos e aberturas em sua estrutura. Quanto ao material do qual a caixa seria constituída, não limitado a um, mas vários, desde os mais firmes e duros, até os maleáveis e translúcidos - e nem por isso menos resistentes. No que tange às regras de uso, estas seriam reformuladas e flexibilizadas, não sendo mais seu uso restrito a acadêmicos, por exemplo. Nesse sentido, a esses usuários seria permitida a manipulação e transformação da caixa, não sendo necessário tampouco limpar possíveis manchas deixadas, ao longo de um processo de pesquisa. Entretanto, essa flexibilização de regras não pressuporia desleixo ou destruição da caixa, mas sim criação, atenção e cuidado.

A relatora, então, pede a palavra, retira caderno da bolsa e abre em página marcada. Trata-se de algo que escreveu, baseado no que escutou de educadora do acolhimento institucional, e experimentando-se enquanto personagem, lê:

'Minha dupla de plantão chega e às 13h batemos o ponto, dando início oficial ao nosso turno. Antes de qualquer coisa, porém, sento para ler o livro. "O livro". Páginas e páginas de palavras que se repetem. Outras, que não dão conta da intensidade e complexidade do que ocorre ali, na casa de acolhimento institucional. Nunca darão. Tampouco é do interesse de ninguém que o façam. Ali, são registrados todos os acontecimentos e atividades da casa e de cada um dos acolhidos. Na contracapa, orientações categóricas. Não se pode destacar informações de forma alguma ou registrar questões de natureza pessoal, como discussões entre educadores. Marcar, grifar, desenhá-las. Vontade dá. Não cabe. Na capa, letras garrafais nomeiam o livro de quase ficção do nosso trabalho: "Atas" - anunciando seu valor de documento e caráter oficial. É nosso principal meio de comunicação, dizem. Escrita titubeante no eterno limiar entre o que se pode ou não registrar. Faca de dois gumes. Necessidade de respaldo, risco de sindicância. Então é isso que significa trabalhar 'na ponta'? A-gente, agente educadora, vive com medo. De cair.

E o mesmo Estado que outrora, se ausentou, é o mesmo que acusa. Então, abriga. Obriga. E a-gente, que cuida. Acolhe. A gente é mãe o tempo todo. No lugar de quem não conseguiu fazê-lo - não se fica nem sabendo exatamente o porquê. Negligentes. Palavra gasta, significado puído. Mensagem subliminar. Como a gente não deveria ser. Famílias entre a destituição ou restituição do poder jurídico sobre a/o filha/o. Pátrio poder, já foi chamado. Poder familiar, é. Poder mátrio, poderia ser.'

Francine pergunta se o trecho é ficcional, mas antecipa-se à resposta, propondo que, mesmo que não o considere como tal, ainda assim o é. Propõe que aí está a sua potência, pois é a ficção uma grande aliada da cartografia, ao requerer "uma postura inventiva, de encontro e de constante narração e reinvenção de si e do processo de pesquisa" (BOTTONI; COSTA, 2018). Assim, o grupo entra noutra discussão, divergindo opiniões. Luis Artur toma a palavra em favor da ficção, e coloca que "real a ficção também o é" (COSTA, 2015, p. 553). Conceição Evaristo, juntamente de Lissandra (SOARES, SANDRINE, 2017) corroboram, compartilhando questão, a partir de sua metodologia da escrevivência com que trabalha: "Então as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando contadas".

Tânia acrescenta e justifica a ficção também como forma de surpreender e conquistar os leitores, ao conduzi-los pelo processo de construção das ideias, permitindo, por conseguinte, o contato e contágio com uma experiência que é da ordem do sensível. A escrita ficcional cartográfica, por sua vez, objetiva ressoar e afetar o leitor, pois parte da posição ética que considera a impossibilidade de atingir um saber absoluto e real, preconizando sua problematização e complexificação (COSTA, FONSECA, 2016). Luis Artur reforça e aponta, ainda, a potência da poética para compor cartografias, sobretudo ficcionais. Luana (BAROSSO, 2017), também inspirada por Conceição Evaristo, traz o caráter de invenção e arte, característicos da poesia, e que por muito tempo ficaram restritos ao campo da produção literária, mas vem conquistando destaque e valorização no campo acadêmico, também. Ela coloca Conceição, bem como seu conceito de escrevivência, como importantes representantes dessa transição, pois localizam-se entre os dois campos, cujas fronteiras são cada vez mais fluidas. A escrita literária torna-se, pois, ferramenta metodológica e ética; e a escrevivência, também política (BAROSSO, 2017).

A escrita ficcional cartográfica, enquanto performance, poderia ser considerada também uma forma de cuidar, metodologicamente, da questão do cuidado performático no acolhimento institucional? Questiona a relatora, finalizando a reunião. Assinam os presentes - os? - são majoritariamente mulheres."

Clínicas possíveis em tempos de sobre-vivência a fabulação-ocupação como estratégia nos processos de subjetivação

Autor: MARILU GOULART (PPGPSI-UFRGS)

"A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias "para ninar os da casa grande" e sim para incomodá-los em seus sonhos injustos" (Conceição Evaristo).

Resumo: Temos vivido no Brasil resistências singulares dos movimentos sociais, os quais tem elegido as ocupações como meio de se organizarem para enfrentar a perda de direitos e o avanço neoliberal que tem colocado a vida em risco de diversas formas. A ilegítima usurpação colonialista-capitalística, que no processo colonizador, nos colocou na posição de não humanos (povos indígenas e negros escravizados), para poder explorar sem medida e sem limites, nos coloca o desafio de constituir uma clínica sobre-vivência ao acompanhar as narrativas e as fabulações-ocupações investigando a invenção de novos paradigmas, novas humanidades, e ainda o potencial de , ora luta, ora refúgio, que simultaneamente e de diferentes formas incidem nos processos de subjetivação: ao inventar fabulações coletivas, às quais retornam aos corpos como singularidades à medida em que vão cavando possibilidades de (re)existência.

Palavras chave: Clínica; Fabulação; Ocupação; Refúgio; Subjetivação

Atualmente vivenciamos o resultado de um violento processo de colonização que deixou marcas profundas nos corpos e estabeleceu relações hierarquizadas no tecido social. Na imposição, aos territórios colonizados, de uma outra língua, crenças e valores com o intuito de controle e gerenciamento da vida, que permitissem ou facilitassem a exploração econômica, foram produzidos também modos de pensar que atravessaram os séculos.



Desta forma, foi garantido, através da divisão sexual do trabalho, do racismo institucional e cultural, um grande investimento na naturalização de violências, que foram assim “invisibilizadas” e mantidas até a atualidade.

Hoje, temos uma indagação no cenário brasileiro: mesmo tendo experienciado um processo onde a democracia pôde dar início a alguma possibilidade de dignidade, a justiça social não passou de uma promessa que nunca se concretizou. E, a partir da (última) aguda crise mundial do capital em 2008, estabeleceram-se algumas condições concretas que avançam em direção a um Estado mínimo no Brasil.

Em 2013 tivemos uma grande manifestação, onde a população saiu às ruas e ocupou a cena política com várias reivindicações. Inspirados em movimentos acontecidos pelo mundo, vimos eclodir a incidência das ocupações.

De certa forma, algumas violências historicamente invisibilizadas começam a aparecer e o que era “para inglês ver” referido por Figueiredo (1993) como tendo sido constitutivo de nossas subjetividades, inicia a ter alguma visibilidade. O autor investiga os modos de subjetivação no Brasil e a força das imagens que criaram uma “dissociação constitutiva entre discursos e práticas, entre poses e ações, entre promessas e realizações” (1993, p. 357). O que vivemos agora é o resultado desta cultura e seus desdobramentos a partir dos conflitos evidenciados com a crise do capital.

Quando nos propomos a pensar/viver uma clínica sobre-vivência, onde o próprio conceito de pensamento precisa ser problematizado, ao questionarmos a “dissociação constitutiva entre discursos e práticas” (1993) do que se considera humanidade, a perspectiva é de um mergulho nas relações, nos movimentos, nos encontros, já que uma clínica sobre as vivências, ou sobre-vivências, busca as narrativas que impulsionam o habitar um espaço. Este habitar que, através das fabulações coletivas desenham um contorno, criam um dentro, formam uma dobra, na sua provisoriamente também oferecem um refúgio, que contém em si possibilidades de outras variações, que criam acúmulos de experiências, figurações subversivas, que já são outras formas de viver e conviver, de se relacionar com a resolução de problemas, de contestar a organização do capital.

Consideramos ainda, que a ocupação poderá ter na sua existência, enquanto refúgio um potencial de cuidado, onde simultaneamente existe o ímpeto da guerra e o recuo do refúgio. Não prescindem do conflito, mas utilizam-se dele para alcançar seus objetivos.

Uma clínica sobre-vivência, que não persegue certezas ou verdades coloca-se como um entre outros elementos dos processos que, através das vivências coletivas produzem outros parâmetros distintos da humanidade produzida pelos colonizadores. Incitados pela leitura de Fanon, este lócus para o pensamento clínico, evidencia a incidência constitutiva do pensamento colonizador e o lugar social criado para as pessoas negras e todos os “excluídos sociais”. Uma outra humanidade somente será possível se for enfrentado o racismo estrutural e social com a maior abrangência possível. Compreendemos que estas ocupações-refúgios não são nem esconderijos, nem isentos da reprodução desta cultura racista e subalternizada, do pensamento colonial, mas lugares onde “uma outra humanidade é possível” pelo viés das potencialidades que contém em si.

Em suma, se as narrativas, a história e a memória presentes nas ocupações e principalmente as fabulações impactam na ordem do discurso, uma vivência diferenciada de humanidade tende a ser reconfigurado nestes territórios existenciais incidindo nas singularidades de seus ocupantes e transbordando para o entorno. Tal como Foucault (2012) se refere a palavra em seu livro *A Ordem do Discurso*, gostaríamos aqui também de ser envolvidos pelas narrativas até que delas surgisse uma voz. Narrativas singulares, à partir da experimentação coletiva de re-existir.

Donna Haraway (2016) em seus estudos e fabulações, considera refúgios os lugares na terra onde a vida pode ser reconstituída, após eventos catastróficos, naturais ou não. E alerta que estes espaços estão se esgotando. Diz ainda que precisamos trabalhar para a brevidade da era do antropoceno e “cultivar uns com os outros, em todos os sentidos imagináveis, épocas por vir que possam reconstituir os refúgios” (2016, p.139,140, tradução nossa). Refere ainda, centenas de refugiados espalhados pela terra, humanos e não-humanos, os quais não possuem um lugar para viver, ou mesmo, compreenda-se, para se reconstituir em sua existência. Para a autora a construção de narrativas são inseparáveis da construção de modos de vida, onde cabem as complexidades e as conexões com o inusitado.

As ocupações seriam, neste sentido (podemos também fabular), refúgios urbanos, ou seja, coletivos onde uns com os outros, buscam experienciar um modo de vida, em muitos casos, onde não estejam dissociados o cuidado com a vida e o compromisso com as lutas sociais e ambientais. Um lugar para existir e ampliar as conexões, afirmar as diferenças, se autoproduzir de tal forma que os modelos pré-estabelecidos incidam menos na constituição das subjetividades já tão esgotadas pelo apelo capitalístico reprodutivo. Ao refletir sobre estas novas formas de



resistência percebe-se que, somente agora podemos nos ver sobreviventes: refugiados, colonizados, endividados, enganados por Deus e pela ciência. O que nos resta, senão construímos refúgios: urbanos, florestais, refúgios-lugares-de-encontro, ocupações?

Segundo Franco Berardi (2018):

a solidariedade é a maior ameaça para o capitalismo. A solidariedade é o lado político da empatia, do prazer de estarmos juntos. E quando as pessoas gostam mais de estar juntas do que competir entre si, isso significa que o capitalismo financeiro está condenado. (Berardi, 2018, não paginado)

Numa ocupação a solidariedade não é somente uma escolha, mas uma necessidade, para que haja a intermitência e o descanso capaz de produzir um corpo coletivo forte por tempo, às vezes, indeterminado e conseguir realizar um objetivo comum. São fabulações sem certezas estabelecidas, experimentações de um modo de convivência, independente da duração.

Uma clínica que se dispõe a estes percursos também é uma invenção e poderá ter muitos nomes, tais como: clínica da sobre-vivência, clínica da descolonização, clínica anômala, clínica nômade, ou tantos quantos forem os obstáculos e as capturas das quais precisará desviar. Esta clínica compõem o desejo de novas subjetividades, de composições com a diferença, de autoprodução da vida. É uma clínica investigativa que trabalha com a alegria, com a potência dos corpos, com os conflitos, com as fabulações e com a incitação às narrativas próprias. Além disto, o exercício de pequenas experiências de criação/ocupações do tempo-espaço: difundi-las ao infinito até que vejamos que o poder está em nós.

Referências Bibliográficas

Berardi, Franco. "O pensamento crítico morreu". Entrevista com Franco Berardi. Instituto Humanitas Unisinos.. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580228-o-pensamento-critico-morreu-entrevista-com-franco-berardi> Acesso em 20 jun. 2019.

Evaristo, Conceição. Escrivência. Disponível em: <http://nossaescrevencia.blogspot.com/2012/08/genero-e-etnia-uma-escrevencia-de.html>

Foucault, M. "A Ordem do Discurso". São Paulo, Edições Loyola, 2012

Haraway, D. J. "Staying with the trouble", duke university press durham, London, 2016.

Franz, Fanon. "Pele negra máscaras brancas". EDUFBA Salvador, 2008.

Figueiredo, L.C. "Para inglês ver". Cadernos de subjetividade. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, 1993.

Contribuições de Fernand Deligny para clínica dos espaços

Autor: Pedro Rodrigues de Almeida (Universidade Federal Fluminens)

Fernand Deligny foi um pensador ativista que viveu próximo a as crianças inadaptadas, deficientes, delinquentes, psicóticas e autistas. Seu pensamento é ativo, e sua prática buscou produzir uma vida na qual os vetores de normalização sejam postos de fora da organização dos espaços. Habitando o campo pedagógico, médico e jurídico, o autor assistiu de forma crítica à formação das políticas de proteção à infância na Europa do pós-guerra, estando ele na França onde surgiu o novo conceito de "infância inadaptadas". Aparecendo por volta dos anos 40 sendo rodeado de hábitos, costumes e juízos já pré-definidos sobre o universo da criança, o referido conceito regulou os dispositivos pelos quais o autor passou: dos hospícios, asilos, abrigos que permitiam "acolher" aquelas crianças abandonadas, órfãs ou excluídas pela sua anormalidade, Deligny operou pela ocupação de lugares centrais e de gestão. No começo dos anos 70, as práticas de exclusão intensificaram e foram atualizadas, sendo pouco a pouco substituídas pelas práticas de inclusão. Tal modificação nas mentalidades obrigou o acolhimento e a educação de crianças terem a função de readaptação, e nesse sentido Deligny era radicalmente oposto – sendo ele então um vanguardista no quesito de proteção, aliança, clínica e educação com as infâncias em risco. Sua última experiência ocorreu durante Maio de 68, onde ele abrigou-se próximo à crianças mudas e autistas – ali produziu-se mapas, fotografias, filmes, sobretudo, vitalidade e capacidade de expressão para os autistas, fato não tão possível quando a regulação do espaço passa pela normalização e não pela normatividade. A grande relevância do pensamento de Deligny está nos mapas e na capacidade de encontrar nos gestos e nos trajetos dos autistas um humano distinto de homem – um humano que está fora do "homem-que-somos".

A produção literária deste período pode ser encontrada no texto "O aracniano e Outros texto", publicado em 2015 pela editora brasileira N-1. Destes escritos propomo-nos a extrair e apresentar dois conceitos para formulação de uma clínica dos espaços subjetivos, onde a impessoalidade, a suspensão da soberania e do controle dos corpos pelas linhas de força de normalização estão suspensas. Nesta clínica a linguagem está também posta de fora pela presença da normatividade dos autistas, tal posição clínica nos faz qualificar a clínica não pelo que se diz/fala, mas pelo que se percebe no espaço – seja pelo trajeto seja pela mapografia. É assim, em busca de uma saúde produzida em contato com o humano fora do homem, que apresentamos os conceitos de "SE" de dizer-se e de "chevetres": eles nos orientam para esta clínica que se faz na superfície dos espaços subjetivos. "SE" nos remete a outra expressão que é "a GENTE", "consciência pela qual se funda aquela identidade comum a todos os homens" (Deligny, 2015, p.137). "Chevetres", por sua vez, é "gíria que evoca as coisas que, com toda evidência, atraem, imantam, quem vive a linguagem inter-rompida" (p.139). A impessoalidade e o silêncio experimentado junto aos autistas nos põem em face com o mais íntimo de nós mesmos, com o homem-que-somos enfeitado pela "capa de linguagem" e pelo excesso de consciência de ser. As aéreas de convivência e os mapas, mostram um topos intensivo de onde se pode produzir outra saúde na experiência real com o inadaptado. Ao olharmos os mapas e as linhas de errância entrevemos o humano, isto configura uma ética dos espaços. A relevância do pensamento de Deligny hoje se dá pelo fato de sua produção ter sido elaborada ao longo das experiências com as Grandes Guerras, diferindo radicalmente das práticas fascistas de dominação e soberania, configurando como um ponto de resistência espacial diante da dominação dos espaços extensivos – enquanto os governos fascistas dominavam o espaço em sua dimensão extensiva, impondo políticas de controle e regulação da população e do território, Deligny propunha uma investida nos espaços intensivos, espaços estes que ele chamou de "áreas de convivências" que eram organizados para produção de saúdes fora da norma. Estas áreas não se baseavam na linguagem do homem-que-somos, mas no "ponto de ver" do autista – evidenciamos assim uma resistência espacial, heterotópica indica Foucault.

Ora, a relevância deste estudo dos espaços torna-se importante para formulação de éticas diante da ascensão do fascismo no Brasil e no mundo. Haveria contribuições a se esperar destas experimentações clínico-políticas com o espaço? Desde já é possível afirmar que as práticas de convivência com o autismo nos tiram do centro de nós mesmo, isto é, nos tira de si mesmo. Ela nos coloca em relação de espacialidade não soberana: para trabalhar numa cartograficamente com o autismo, é preciso sair de si e lançar-se numa dimensão silenciosa de nós mesmo. Trata-se, portanto, de ocupar o espaço como modo de esvaziar a si mesmo e as linhas de forças fascistas que nos travessam. Nessa estranha aproximação com a dimensão fora do sujeito, fora do homem-que-somos é possível cuidar-se, na medida em que SE difere de si. Cuidamos da impessoalidade de nós mesmos, tratamos da GENTE – na medida em que fascista pode ser qualquer um.

Perguntamo-nos: como o interesse clínico pelo silêncio, pelo impessoal e pelos mapas contribuem para produção de uma saúde fora do si mesmo, fora das normas do homem-que-somos? Como o pensamento e prática junto aos autistas podem nos auxiliar a combater as forças fascistas e de soberania? Como tomar distância de si e ser atraído pelos chevetres, esses objetos fora que nos fazem perceber o espaço fora de si? Na clínica do espaço há um modo manejo que é da ordem do "reparar", sendo este tanto da ordem da reparação histórica e das violências de Estado, tanto quanto reparar no sentido de perceber o humano fora de nós-homens. Reparar chevetres é qualificar a clínica para um saber ver "isso que não pode senão nos escapar, isto é, que está fora da capa que nos enfeitiça" (p.141). Na clínica inspirada nos conceitos de Deligny, o que está em jogo é "apontar o reparável" que permite "o agir de iniciativa", que opera cuidado não reflexivo, não hominídeo. Tal clínica não trata mais dos sujeitos, mas dos espaços subjetivos.



Experiência do dançar na juventude e produção de subjetividades

Autor: Luíza Zunino

Este resumo versa sobre um projeto de pesquisa em andamento, visando o compartilhar de construções do processo. As questões de pesquisa vão sendo produzidas a partir do trabalho como psicóloga nas políticas públicas e pela relação com a dança que faz movimentar-me desde a infância. Inicialmente, questiono-me, como as práticas de dança operam processos de subjetivação nas pessoas que as experienciam? Uma pergunta mais ampla que vai se deslocando a partir de um campo que me provoca e interroga a partir de deslocamentos da própria pergunta de pesquisa. Essas experiências acentuam minhas reflexões e inquietações sobre o lugar do corpo na escola e na sociedade. Reflito que as cidades parecem negligenciar as experiências dos jovens. Há poucos espaços que podem ocupar, há uma escola que parece não entender ainda a demanda e necessidades da juventude. Questiono-me, portanto o que acontece com esses corpos no contemporâneo? Que histórias não escutamos das juventudes? Quais histórias podem ser contadas que questionem os saberes sobre as juventudes e que sejam produzidas por eles e elas? De algum modo, a insistência do “corpo” fez com que eu pensasse de onde partiam meus principais questionamentos sobre uma prática psi. Pergunto como acessar estas perguntas a partir de diferentes profundidades/platôs sem que eu acesse pela via do corpo? Fala é corpo, mas o que mais o corpo diz ou pode dizer? O que tem na dança que pode ser potente? O que tem na dança que parece extrapolar o próprio corpo que dança, que se multiplica em outras intensidades? Parece-me que tem algo da dança que provoca um desacomodar neste corpo que foi construído socialmente e de um certo modo de estar no mundo. Também, podemos discutir o corpo sobre um lugar de disputas, entre potência e opressão, numa materialidade da violência exercida sobre corpos, principalmente no contexto brasileiro de desigualdade, violência, “crise”, racismo e necropolítica (MBEMBE, 2018). Intensificam-se os desinvestimentos nas políticas públicas do país – destaque, aqui, a educação, a arte e cultura. Nesta direção, vivemos um momento de acirramento das relações de poder e violências em torno das juventudes. As vivências em uma cidade/contexto contemporâneo de necropolítica e violência é o que disparam a escrita do projeto de pesquisa e deste resumo. É, portanto, a partir de uma materialidade da violência sobre os corpos, principalmente corpos jovens, que passo a me interrogar sobre o lugar da corporeidade nos saberes e práticas psis e a potência das experimentações e práticas de dança em um contexto ocidental que paradoxalmente têm o corpo como lugar de inscrição dos afetos, das informações, incitação a uma excitabilidade, mas também o desconsidera enquanto possibilidade de potência (RIBEIRO, 2016). Além disso, em um contexto de esvaziamento do que se refere a dimensão pública e de extinção e ataques a diversas políticas públicas faz-se necessário discuti-las, colocá-las em cena. Interrogo-me sobre políticas possíveis para as juventudes brasileiras tomando a arte e o corpo enquanto aposta ética-estética-política. Pensando nisso proponho dar visibilidade a processos de subjetivação envolvidos na experiência do dançar na juventude. Como são produzidas essas transversalidades entre juventude, dança e processos de subjetivação?

Os objetivos da pesquisa versam sobre analisar processos de subjetivação que são engendrados com a experiência do dançar na juventude, especificamente com a Cia. Jovem de Dança do município de Porto Alegre, vinculada às Escolas Preparatórias de Dança, sob coordenação do Centro Municipal de Dança.

Utilizarei ferramentas da cartografia para produção de dados e intervenção junto ao coletivo de jovens. Como modo de acessar a pesquisa com e desde o corpo e produção de outras poéticas para as pesquisas em Psicologia ou estudos da subjetividade proponho a realização de oficinas com experimentação em videodança construída em conjunto com os(as) jovens. Além dessas ferramentas - oficina e videodança - a proposta é acompanhar aulas, apresentações e outras atividades relacionadas com a Cia Jovem. Os encontros serão narrados em “diário de bordo” e as discussões serão produzidas juntamente com outras escritas – me proponho a pensar escritas e escritas-corporais - produzidas com as/os jovens Além disso, de modo a pensar a criação como modo de pesquisar e análise de implicação proponho a criação de um videodança de modo a dar visibilidade aos “invisíveis” do pesquisar. Pretendo utilizar filmagens do processo da pesquisa para, de algum modo, mostrar certos “invisíveis do pesquisar”, mais especificamente, registrar momentos em que danço como pensamento e produção de conhecimento.

Dialogo com interlocutores e interlocutoras do campo de estudos da Antropologia da Dança, Filosofia da dança de Marie Bardet e autores de estudos da subjetividade e esquizoanálise, bem como a psicologia social brasileira. Aponto a corporeidade que vem sendo proposta como conceito que desloca um entendimento de um corpo biológico para dar lugar aos seus afetos e intensidades (GALINDO; MILLIOLI, 2017; RESENDE et al., 2017). Além disso compreendo um corpo paradoxal a partir das contribuições de José Gil e de um corpo num campo de imanência a

partir de Deleuze e Guattari. Trago discussões acerca do saber-do-corpo para Suely Rolnik. Este estudo encontra-se no campo de estudos da subjetividade em uma perspectiva transdisciplinar, em hibridizações possíveis entre dança e psicologia. As proposições visam ampliar reflexões acerca do corpo e da corporeidade nos saberes da Psicologia Social brasileira e de metodologias colaborativas e inventivas.

Indústria do Gênero: fabulações especulativas e oficinas imersivas como dispositivo clínico-político

Autor: Vanessa Maurenre (UFRGS)

Coautor: Lucas Antunes Machado (UFRGS)

Esta proposta de comunicação oral apresenta uma experiência situada no projeto de pesquisa “Oficinando em Rede: figurações corporificadas”, que elabora narrativas imersivas, visando deslocar afetos relativos aos modos hegemônicos de entendimento das questões de gênero, raça, sexualidade e inclusão. Baseados na proposta epistemológica de Donna Haraway, que aciona dispositivos SFs - string figures, science fiction, speculative feminism, speculative fabulation - produzimos figurações sobre marcadores sociais da diferença. Este recorte visa discutir as especificidades e a potencialidade das figurações/fabulações neste campo, entendendo que a dissolução de processos de subjetivação hegemônicos se faz por uma via sensível, e não moral. A fim de explorar nossa temática, apresentaremos uma das fabulações especulativas produzidas pelo grupo, intitulada “Indústria do Gênero”, que teve como inspiração inicial o sonho de uma das participantes do grupo de pesquisa, no qual se apresentou uma imagem: prateleiras do supermercado tomadas de iogurtes organizados por gênero, divididos por cores e formas, cuja experiência legível fazia alusão aos modelos hegemônicos do feminino e do masculino em sua versão direcionada à infância. O estado de transição entre sono e vigília foi o de confusão. Por um lado, nada mais habitual que a produção de subjetividade pautada por padrões de gênero adulto nas práticas de uma indústria voltada para a infância. Por outro, o estranhamento desses signos em alimentos, na literalidade da produção dos corpos. O tema do momento era o pronunciamento da Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, por ocasião da sua transmissão de cargo, de que havia começado uma nova era no Brasil, na qual os meninos usariam azul, e as meninas, rosa. A polêmica gerada pela afirmação a levou a justificar que sua intenção era se posicionar contra a “ideologia de gênero”, modo como são entendidas práticas como a educação sexual nas escolas. Fazia-se referência às atividades denominadas como “oficina de sexualidade” e “educação sexual” que, em geral, promovem conhecimento do próprio corpo, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada, identificação de situações de abuso na infância, entre outros. Por vezes, tais oficinas de sexualidade também problematizam os padrões de gênero que legitimam diversos tipos de violência, como o feminicídio e a homofobia. Atualmente o Brasil registra 606 casos de violência doméstica e 164 de estupro por dia, dos quais 50,9% são contra crianças menores de 13 anos. Além disso, é um dos países mais violentos contra população LGBT do mundo. De acordo com dados divulgados pelo Ministério dos Direitos Humanos, em 2018, foram registrados um total de 2.694 violações de direitos humanos de caráter LGTBfóbico. Explicitam esses dados o registro de 420 vítimas fatais de violência e discriminação contra LGBTs no mesmo ano. Ao mesmo tempo, intensificam-se as forças que buscam dar fim às discussões sobre gênero no Brasil, encerrar o problema, naturalizar ficções do feminino e do masculino que engendram processos de subjetivação opressivos. Por consequência, a realidade e o sonho nos convocam a fazer contraponto a tais forças, criar ficções semelhantes àquelas que vivemos na pele, porém mais abertas, passíveis de assumir furos e contradições daquelas que se colocam como únicas. Além da inspiração nas SF de Donna Haraway também buscamos elementos na sua noção de ciborgue: o híbrido entre animal e máquina, que habita mundos diversos na contradição de sua natureza fabricada. Na versão disparadora da narrativa ficcional, acoplamentos entre diversas tecnologias criaram organismos compostos, corpos e realidades sociais que colocam em pauta, de forma imbricada, questões de gênero, sexualidade, raça, medicalização, infância, alimentação e consumo. A fabulação encena um futuro distópico (2020 a 2030) no qual a Indústria do Gênero produziu iogurtes com microdoses de hormônios e medicamentos psicotrópicos direcionados ao público infante-juvenil. A indústria estético-fármaco-nutricional também influenciou instituições escolares, constituindo-se num importante processo de subjetivação. Através das redes sociais, convidamos a comunidade em geral para participar de oficinas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nas quais apresentamos a narrativa aos participantes através de um vídeo, três cartazes de publicidade da Indústria do Gênero e três amostras fictícias dos alimentos. Posteriormente, convidamos os participantes para

conversar, através do whatsapp, com seis personagens adultos, cujas infâncias foram diversamente marcadas pelo consumo de alimentos com microdoses hormonais. A interação entre participantes e personagens segue inusitadamente a cada sessão de oficina, de modo que a narrativa é criada e recriada conforme os questionamentos trazidos por cada grupo. Ao final, participantes e pesquisadores-personagens se reúnem pessoalmente, debatendo sobre a experiência. Temos identificado níveis de imersão importantes na narrativa, verbalizados através de afetos como raiva, pena, esperança e frustração. O estranhamento da fabulação distópica, juntamente com o reconhecimento de discursos contemporâneos na narrativa, potencializam breakdowns e processos inventivos, explicitados no compartilhamento da experiência pós-oficina. A proximidade com a proposta do Grupo de Trabalho consiste na possibilidade de pensarmos na construção de fabulações/figurações como estratégia micropolítica, na medida em que são capazes de deslocar afetos, como um dispositivo clínico-político de intervenção.

Modos de pesquisar em análise: método, ficção e escrita

Autor: Tainá dos Santos Oliveira (UFF)

Coautor: Juliana Cecchetti (UFF), Lais Medeiros Amado (UFF), Danichi Hausen Mizoguchi (UFF), Alessandra Fernandes (UFF) e Mauro (SMS-RJ/UFF)

Introdução

O presente trabalho advém da conexão entre cinco pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense – todas ligadas à linha de pesquisa intitulada Subjetividade, política e exclusão social. Essas pesquisas – metodologicamente distantes dos laboratórios experimentais e conceitualmente afastadas do céu platônico das ideias – emergem a partir da presença experiencial concreta em estágios e trabalhos que se deram na relação entre cidade e políticas públicas.

As pesquisas que aqui se conectam versam sobre diferentes campos do saber, como a educação, cidade, saúde, assistência etc. Entretanto, dentro de suas especificidades, todas enfrentam as inúmeras estratégias de desmonte que se proliferam na política contemporânea brasileira. Essas, hoje atravessadas por uma dimensão de colapso que fere garantias básicas e ameaça práticas coletivas e militantes, fazem emergir um estado de falência democrática que parece se dar em um curso acelerado.

Se os anos 1980 ficaram marcados por uma ampliação do campo discursivo e pela entrada de novas personagens no campo argumentativo de disputa da política, parece-nos que atualmente há uma certa diminuição paradoxal deste mesmo campo, a medida que vigora a expulsão de determinados atores do jogo de enunciação. Vemos emergir certo modo de fazer política que oblitera do cotidiano de trabalho em políticas públicas, personagens outros e outras narrativas, que em sua pequenez mal fazem eco ou ressoam em palavras.

Objetivo

O campo das imagens e da literatura aparece como importantes aliados metodológicos das pesquisas que aqui se apresentam. Não para que se atinja um refinamento estético encerrado em si mesmo, mas para que funcionem como ferramentas de interpelação e perturbação do mundo e suas supostas verdades.

A partir disso, questionamos em que medida o discurso ficcional pode servir como ferramenta de interpelação do mundo que vivemos. Ao aliarmos realidade e ficção que políticas de conhecimento estamos afirmando no campo das ciências humanas? De que modo a experimentação do gesto literário nos permite colocar em análise a vida e os embates políticos que constituem o pesquisar?

Relação clara com o GT

Em conexão com o tema do grupo de trabalho, destacamos aqui, o interesse em abordar as políticas de escrita e metodologia de pesquisa como vertentes privilegiadas do campo investigativo e assim tomá-las como modos de combate aos atuais retrocessos.

Orientação teórica

Compartilhamos da perspectiva de Michel Foucault (2010) quando, ao defender a singularidade do método, o retira de um lugar prescritivo e generalizável e o aproxima da experiência sensível travada entre pesquisa e pesquisador. Tal proposição defende o caráter criativo do método, - procedimento que se faz no decorrer na pesquisa, e



não anteriormente - a partir de engendramentos específicos entre o pesquisador e sua questão investigativa, mas sem que com isso se perca o rigor e ética.

Distantes de uma psicologia intimista e interessada em interrogar as verdades do sujeito, apostamos no exercício de pesquisar não como um gesto passivo de quem atentamente observa e apreende a essência das coisas para então descrevê-las, ao contrário, afirmamos a pesquisa como experiência de intervenção e criação do mundo que habitamos. E, na medida em que se desloca o tradicional lugar do pesquisador, pretende-se desestabilizar os regimes de saber/poder que constituem o mundo e o pesquisar.

Método

Seria preciso então menos intenção e mais atenção, para fazer da própria narrativa, dos relatos e da escrita, ferramentas de batalha que aproximam o texto da experiência sensível, da existência coletiva atual, narrativas que remetem mais à vida e aos embates políticos do que aos signos, estruturas normativas das leis e regras de condutas supostas para os espaços de trabalho e pesquisa.

Apoiados nessas ideias e nos pressupostos de autores como Jacques Rancière e Juan José Saer temos apostado em narrativas ficcionais como modos de contar histórias que tensionam a historiografia oficial em curso e questionem as atuais perdas nos campos das políticas públicas. Ao fazer essa aposta, não se objetiva privilegiar o falso às custas do verdadeiro, apenas sugere-se a ficção como meio mais adequado de tratar as relações complexas que se estabelecem entre o real e o ficcional (SAER, 2009). Ou seja, não se trata de exaltar mentiras, tampouco de fazer da escrita um modo de tradução e representação minuciosa da realidade, mas trazer para a discussão a dimensão virtual dos acontecimentos, a dimensão daquilo que poderia ter acontecido.

Resultados e conclusões

Acreditamos ainda que a invenção do gesto literário nos permite, tal qual esses autores indicam e experimentam, dar relevo a existência coletiva atual no cotidiano das políticas públicas e assim colocar em análise a vida e os embates políticos que constituem o pesquisar.

A aposta é de que, ao rompermos com o campo tradicional do método e análise das pesquisas laboratoriais, possamos fazer operar lógicas de pesquisas que privilegiam a experiência sensível enquanto um gesto de interrupção, como aquilo que nos retira de uma imparcialidade cômoda e que “nos toca, ou que nos acontece, e, ao nos passar, nos forma e nos transforma” (LARROSA, 2015, p.28) produzindo efeitos em nós e no mundo que habitamos.

Narrativas Rueiras: ficção como problematização dos cotidianos urbanos.

Autor: Artur Costa (PPGPSI UFRGS)

Coautor: Guilherme Augusto Flach (UFRGS), Diogo Vaz da Silva Junior, Luísa Horn de Castro Silveira e Guido Norberto Buch Ruschel (UFRGS)

Narrar é montar. Mas não se trata de montar um quebra cabeças analítico, ainda que construir um quebra-cabeça analítico seja narrar. Ao menos desde o momento no qual partimos do pressuposto de que o quebra-cabeça não é dado. Cada corte de peça determinando a possibilidade de um decalque do rizoma, da coordenação objetiva de um objeto, da determinação precisa de variáveis independentes em relação, da privatização extensiva de órgãos, indivíduos, propriedades e afins. Tal qual um laminado sendo transpassado pelo laser, temos uma trama de multiplicidades lisas, ou seja, sem estrias simétricas ou sedimentadas-cristalizadas, mas a partir do momento no qual cortamos analiticamente tal superfície produzimos ali outra, com outro campo de possibilidades, outro regime do que é visível, dizível, performável, do que é possível, enfim.

Assim, narrar é montar, inclusive montar quebra-cabeças, mas não no sentido de completar lacunas e sim de produzi-las como possibilidades de inteligibilidade sensível. Pensemos, por exemplo, nas intrincadas narrativas analíticas produzidas em romances policiais nos quais um detetive cata fragmentos do mundo e articula tais eventos em um quadro hermenêutico pelo qual podemos divisar eventos passados e suas autorias. Necessitamos, neste caso, de algumas narrativas anteriores a estas: a produção de uma possibilidade de compreensão do crime como acontecimento que rompe com o sistema legal do que é aceitável; a compreensão de que tais transgressões possuem uma autoria a qual é compreendida como individual; a noção de um dispositivo autor moderno e sua deter-



minação de propriedade entre uma ação e um agente, na qual o sujeito é detentor inalienável dos direitos autorais do predicado, salvo nos casos de insanidade; a noção moderna de sujeito, Kantiana ou Cartesiana, identificando tal sujeito parcial ou completamente a certa concepção de razão, sempre algo conflitiva com uma dimensão sensível contra a qual se trava o combate da liberdade como livre arbítrio; a noção de liberdade aí pressuposta, herdeira da centelha divina judaico-cristã que permite tanto a redenção quanto a perdição ao descolar a humanidade do campo das necessidades e inseri-la na dimensão da condição incondicionada, ou seja, vontade como criação ex-nihilo da alma em uma estratégia deus ex-máquina do narrar-nos, na qual uma entidade transcendente (alma, deus, liberdade) adentra o cenário de nossos agonismos para dissolvê-los em boa vontade da água suja para o vinho; a noção de bem e mal cindindo duas autorias, a do crime e a da sua solução, ambas individualizadas e contidas no conceito de gênio e caráter; a noção de ciência como prática indutivo-dedutiva de controlar e desvelar à realidade sem a intercessão de deuses, daimons e afins; a noção de lógica aristotélica em sua dinâmica do terceiro excluído que nega à contradição como constituinte paradoxal ou dialético de nosso mundo; a noção de propriedade privada, imprescindível para a delimitação do roubo, estelionato e afins; a compreensão de Estado e de Sociedade Civil, perfazendo territórios da autoridade e da legitimidade (em estreita associação com a ciência) para delimitar investigações e punições; as relações estabelecidas desde os gregos entre gênio e loucura, tanto para a solução quanto para a produção dos crimes; os esquadros de inteligibilização-prescrição das performances de gênero, classe, raça-etnia, etc., com seus muitos estigmas e simplificações-homogeneizações. Enfim, poderíamos seguir por páginas e páginas vertendo as condições de possibilidade inscritas na construção prévia do quebra-cabeça como possibilidade de solução, mas o grande ponto aqui é que o narrar é uma operação de ordenamento-produção do mundo, posto que se partimos de uma ontologia do mundo como campo de possibilidades de ação (a troca do “o que é?” pelo “o que pode?” e “como é?”), não cindimos a organização da produção como se a primeira fosse uma ação sobre indivíduos pré-delimitados. Tampouco compreendemos aqui que o narrar é uma ação passível de ser atribuída a um agente, muito menos um agente solitário e inteligibilizado a partir da concepção moderna de autoria (sustentada sobre constructos individualizantes e produtores de intimidade como consciência, caráter, gênio, personalidade, etc.), posto que aqui humanos e não humanos narram colaborativamente ao mundo. Partimos, assim, desde outro dispositivo autor, no qual não existe uma cisão enunciado e enunciador ou um decalque individualizante destes, mas sim um esquadro que nos faz ver sempre um agenciamento coletivo de enunciação.

Partindo deste plano acerca do narrar, o autor pretende apresentar resultados-produções oriundas de duas pesquisas nas quais participa e que se dedicam a pensar as formações de fronteiras e comuns nos cotidianos urbanos. Um trabalho foi realizado por meio de oficinas de narrativas literárias e audiovisuais com usuárixs dos dispositivos da assistência voltados à população de rua: neste xs participantes elaboraram biografemas de vidas ficcionalizadas de um homem cis negro, uma mulher cis branca e uma mulher trans branca que viveram nas ruas da cidade de Porto Alegre, por meio de tais narrativas tecem uma série de problematizações acerca de diversas políticas públicas (assistência, saúde, segurança, educação, habitação), permitindo a perspectivação de uma crítica dxs usuárixs com relação aos nossos modos de vida citadinos e suas políticas públicas. A outra pesquisa integra o projeto “EXPERIÊNCIAS URBANAS E PRODUÇÃO DO COMUM: modos de vida e invenção das cidades em tempos de intolerância” realizado junto ao grupo de pesquisa Intervires coordenado pela professora Simone M. Paulon. Tal pesquisa é voltada a produção de narrativas que visibilizem e problematizem nossos modos de constituir e transgredir fronteiras nos cotidianos urbanos a segmentares diferenças. O autor apresenta nesta comunicação resultados oriundos de dois campos do projeto: a oficina de fotografia com a população de rua “A cara da Rua” coordenada pela professora Daniela Cidade e a produção de diários elaborados por ciclistas narrando seus cotidianos no trânsito de Porto Alegre. Em ambos os campos o uso da ficção e da poética foi utilizado não apenas na elaboração das narrativas, mas também como dispositivo analítico destas (das fotos e diários).



O corpo como “superfície de inscrição dos acontecimentos”: a construção do horror à gordura e as experimentações artísticas como possibilidade de re-existência.

Autor: Ruth

Este trabalho objetiva apresentar e trazer para o diálogo a proposta para o projeto de doutoramento em curso que tenho desenvolvido, que toma como questão o corpo, mais especificamente, os corpos gordos, e tem como objetivo problematizar as formas poéticas-estéticas de visibilização e afirmação das diferenças e dissidências corporais produzidas por pessoas gordas a partir da experimentação artística. Buscaremos mapear, a partir das trajetórias de mulheres artistas gordas brasileiras - em sua relação com as suas produções artísticas - as possibilidades de resistência às lógicas hegemônicas do olhar e das intervenções sobre os corpos na contemporaneidade.

Compreendemos o corpo aqui desde uma perspectiva histórico-política, tomando como premissa que ele existe uma materialidade por meio da qual nos apresentamos no mundo. Ainda, o corpo produz sentidos para a existência, emitindo ou recebendo experiências, ele produz sentidos ininterruptamente, nos inserindo na cultura e na sociedade. Estudar o corpo, portanto, é tratar de elementos que conformam os processos de subjetivação em determinadas condições de possibilidade, construídas e legitimadas por aspectos discursivos que se constroem social e historicamente, a partir de técnicas e práticas das quais o corpo se torna objeto biopolítico que, ao longo da história, tem sido tratado de forma essencialista e naturalizante.

Esse olhar biologizante tem ressonância numa lógica biopolítica de controle e produção dos corpos para que sejam produtivos para o sistema capitalista, por meio de práticas disciplinares que visam a produção de corpos dóceis, são e aptos para o trabalho. Tais práticas de disciplinamento dos corpos, a partir do século XVII, funcionam como um projeto normatizador e ortopédico, apoiado em disciplinas de diversas áreas. Trata-se de um modelo que busca uma padronização, em termos anatômicos e estéticos, e que toma o corpo como campo de intervenção, por assim dizer, a ser modelado organicamente em nome da adaptação social, da produtividade e de uma saúde normativa.

Nesta pesquisa, temos como objetivo interrogar os corpos gordos desde a perspectiva de quais forças e potências tais corpos são passíveis de produção na relação com um mundo gordofóbico, preconceituoso, ergonomicamente desconfortável e excludente, esteticamente marcado pelo signo da magreza-beleza-saúde em contraponto à gordura-feiura-doença, signo este que acaba por produzir, na contemporaneidade, uma estigmatização da gordura e, conseqüentemente, das pessoas qualificadas e classificadas como gordas e, portanto, fracassadas na conquista de um corpo aceitável. Estas, por não se enquadrarem nos tamanhos corporais ditados pelos índices de medição e avaliação corporal, são responsabilizadas individualmente por seu fracasso social, por seu desleixo e sua falta de autocuidado. A partir das violências sofridas e experienciadas pelas pessoas classificadas como gordas em nossa sociedade, nesta pesquisa propomos interrogar o corpo gordo não a partir dos signos de incapacidade, fraqueza e fracasso com o qual é comumente adjetivado, mas sim desde aquilo que ele é capaz de fazer, de suas belezas e possibilidades, mapeando quais caminhos possíveis vem sendo inventados na busca de romper com as lógicas dietéticas e estéticas que colonizam os corpos e anulam as possibilidades de diferença.

Nesta perspectiva, talvez se trate de buscar responder, a partir do campo artístico e estético, a questão sobre de que modo é possível produzir saberes e práticas que modifiquem as relações habituais com as quais pensamos o corpo, que modifiquem, como efeito, as tecnologias do olhar para os corpos gordos. Tomamos os corpos gordos como corpos dissidentes, em sua possibilidade de se configurarem enquanto corporalidades insurgentes, em suas possibilidades de resistência frente aos imperialismos do corpo organizado desde o eu, a identidade e o sujeito. Para isso, apostamos no campo da performance e da experimentação artística como espaço possível de ampliação das possibilidades de configurar novos territórios existenciais.

A escolha pela investigação das potências de tais corpos desde a produção artística tem ainda como objetivo problematizar, desde o campo da psicologia, quais as relações possíveis entre o campo artístico e os processos de subjetivação, compreendendo que a arte, enquanto campo de enunciação e de produção social, consiste em um dos elementos que compõem esses processos.

A ideia de pensar o corpo nesta pesquisa se apoia em diversos questionamentos que foram se produzindo ao longo de uma trajetória de vida, como mulher gorda, psicóloga social, pesquisadora. De questionamentos quanto ao lugar da dimensão da corporeidade nas práticas e saberes 'psi' a questionamentos desde os sofrimentos vivenciados por não possuir um corpo considerado padrão para os modelos estabelecidos, por mim, por pessoas ao meu redor e, de forma geral, no tecido social.

Em relação ao recorte escolhido, de tratar do corpo e das corporalidades desde a perspectiva dos corpos gordos, partimos da necessidade de pensar a questão da gordura para além de uma característica física atribuída a determinadas formas corporais, mas como espaço de problematização de uma série de elementos discursivamente produzidos no sistema capitalista que vinculam questões estéticas a juízos morais. No caso da gordura, tomada como fracasso social, sendo o volume corporal compreendido como excesso – de gordura ou de carne – ou como falta – de vontade, de cuidado de si.

Nesta perspectiva, na contemporaneidade o ser gordo transcende a questão do peso corporal do sujeito. Tal adjetivação implica encarnar uma série de outros elementos tomados como negativos: ser gordo significa também ser feio, indesejável, pouco saudável, frouxo, lento, entre outros adjetivos que poderíamos associar aqui.

Os efeitos dessas classificações e adjetivações se relacionam à ideia de que existiria um corpo representativo de um padrão de normalidade, o qual deveria ser alcançado por todos os sujeitos. Tal modelo, diga-se de passagem, vai se referir, na sociedade ocidental fortemente pautada numa perspectiva colonialista, ao Homem como medida de todas as coisas – e este homem aqui compreendido enquanto modelo universal: macho, branco, europeu, belo, magro, de inteligência normal. Modelo este que, como efeito, acaba por deixar de fora uma série de pessoas marcadas enquanto “outras”, que escapam dessa imagem clássica.

No caso dos corpos gordos, tais invisibilidades se apresentam numa lógica contraditória nas quais aqueles marcados por tal classificação e adjetivação, por excederem o visível permitido, tornam-se sujeitos invisíveis. Invisíveis em suas possibilidades de amar, sentir prazer, de serem belos, de transitar livremente, de praticar esportes, de serem considerados corpos saudáveis. Para esses sujeitos, a única característica que se mostra visível e passível de crítica, por sua vez, é a denominação de gorda ou gordo, tomada pejorativamente. O corpo gordo, nesta lógica, torna-se socialmente odiado e esteticamente monstruoso, sendo a gordofobia alimentada pela proliferação ininterrupta de imagens que cristalizam representações estigmatizantes de corpos gordos.

Tal fato nos atesta que o horror à gordura afeta não somente as pessoas consideradas gordas, mas torna-se uma lógica que permeia e assombra grande parte dos sujeitos, podendo ser tomada como uma complexa matriz de opressão, cujos efeitos se manifestam em práticas de exclusão de pessoas gordas do convívio social, no desenvolvimento de transtornos alimentares e de imagem, como a anorexia e a bulimia, e outras formas de despotencialização dos corpos, como no desenvolvimento de quadros depressivos e de ideação suicida.

Desta forma, pensar as possibilidades e potências desses corpos desde a perspectiva das experimentações artísticas torna-se estratégia ético-política na construção de outras possibilidades de vivência das corporalidades, nas quais as diferenças sejam passíveis de existência e sobrevivência. Torna-se estratégia de produção de outras narrativas, a partir da possibilidade de contar histórias de corpos que não se encaixam nas normas, tomando-os como corpos possíveis, corpos potentes, desafiando regimes de visibilidades e visualidades que produzem lógicas de normalidade e de exclusão. Torna-se, ainda, possibilidade de produção de outros enquadramentos epistemológicos que desloquem os enquadres patologizantes que marcam e perseguem os corpos gordos desde diversos olhares que poderíamos classificar como hegemônicos.

Pelo direito de narrar-se: experiência e política nas histórias das mulheres

Autor: Erica Franceschini (UFRGS)

“Tudo que precisava para começar era a vida e o mundo, praticamente qualquer tipo de mundo ou ambiente; pois o mundo está cheio de histórias, de acontecimentos e ocorrências e eventos estranhos, que só esperam ser contados” (ARENDRT, 1987, p. 88). Com esta afirmação, proferida pela filósofa alemã Hannah Arendt, propomos produzir narrativas que operem com a função de forçar a pensar e a problematizar sobre determinado tema, já que este é o momento em que estabelecemos uma espécie de contrato com a história a ser apresentada. De nosso ponto de vista, a alteridade converte-se em compromisso do narrador e o reconhecimento da diferença vem imbuído na assimilação de que “nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou. Homem e mulher, branco e negro, senhor e servo, civilizado e índio... O outro é um diferente e por isso atrai e atemoriza” (BRANDÃO, 1986, p. 7). Na experiência da alteridade, abrem-se pontos de vista.

O contexto de nossa pesquisa constitui-se por inúmeros objetos que contraem a matéria e a memória de certos modos de viver; campo este que se delinea como proposta de pesquisa para embasar minha Tese de Doutorado em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI/UFRGS). Atravessa-



mos, assim, um oceano para chegar à Avenida da Liberdade – Lisboa/Portugal, onde, a certa altura dessa famosa Avenida portuguesa, deparamo-nos com um prédio de cinco andares, composto por um térreo e apartamentos (sobre os quais não sabemos divisar o número), no qual encontram-se guardados, desde o século XIX, diversos objetos que pertenceram a seus moradores. Diante deste imenso acervo de memória, visualizamos a possibilidade de elevar as narrativas de vivências femininas na família, evocando as performances de mulheres como acontecimentos e rupturas de uma longa e consistente história dominante masculina. Chegamos, não obstante, ao tema desta pesquisa que diz respeito à produção de narrativas de modos de viver na profusão dos séculos XIX, XX e XXI, dando enfoque à história de mulheres. Perguntamo-nos, assim: o que resta a dizer dos modos de ser mulher desde os objetos colecionados em um arquivo que atravessa os séculos? Cremos, deste modo, que nosso trabalho junto à casa da Avenida da Liberdade não diz respeito à escrita de uma biografia linear e datada, que abarcaria as histórias de mulheres como tipos específicos. Mas, nosso objetivo passa por tomar como referência modos de viver o feminino que incidam na construção da mulher como personagem conceitual. Não se trataria, pois, de focar algum tipo específico e personificado, referindo-se à mulher como uma palavra-valise que abarca em si múltiplos atributos e predicados, coerentes e dissonantes ao mesmo tempo, dando a ver, por fim, a imagem de qualquer mulher e de todas reunidas em uma só e nunca totalizadas de forma unívoca.

É nesta proposição que encontramos acolhida para apresentar esta pesquisa no GT 04: A ficção e a poética como território de experimentação clínico-política ético-estética: corpo, imagem e escrita, considerando que o GT mencionado vem acolher narrativas que têm como potência a ficção, dando vazão a este modo de narrar também como um modo de resistir, micropoliticamente. Narrar a vida de mulheres pela construção da personagem conceitual mulher evoca um modo de resistência à história androcêntrica e mesmo, à história do feminino sempre contada por figuras masculinas. Resistência que incide, portanto, como uma busca por dar importância e fazer existir, no tempo presente, as sobrevivências femininas enquanto modos de existência que permanecem pulsando, porém, exprimem-se em outras manifestações que as retiram do lugar de coadjuvantes no curso da história e da memória social, ofertando um lugar de fala às vidas consideradas, há longo tempo, minorizadas.

Diante desta percepção, introduzimos as questões de gênero como cerne da pesquisa, enquanto compreende-se gênero como uma categoria que indica “construções sociais” e, como afirma a historiadora estadunidense Joan Scott (1990), expressa a criação social de ideias sobre o que seriam os papéis adequados aos homens e às mulheres para um suposto viver bem em sociedade. Não obstante, em Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade, Butler (2018) passa a questionar se a ideia de gênero enquanto construção e produto de uma cultura também não levaria a um tipo de determinismo e, a fim de ultrapassar o próprio binarismo feminino-masculino, encontra na ideia de discursividade e performatividade um pensar político sobre a formação da identidade de gênero nos sujeitos.

Outrossim, enquanto caminho metodológico que vem ancorar uma leitura sobre tais modos de viver, o método da cartografia de Deleuze e Guattari (2011) que operaria no processo de intervir e percorrer os territórios, aludindo a uma forma possível de escrita e construção narrativa: uma “política da narratividade” (BARROS; PASSOS, 2010) que diz respeito a um ethos de pesquisa, uma tomada de posição diante dos sujeitos e objetos, da matéria e da memória, isto é, engendrando a uma produção narrativa que não se trata apenas de um “problema teórico, mas também como problema político” (BARROS; PASSOS, 2010, p. 151). Neste sentido, devemos lembrar que cartografia não se dissocia do processo de compor imagens e narrativas do cotidiano como experiências vivas, pulsantes e múltiplas de sentidos, na intenção de fazer proliferar novas paisagens à pesquisa, compondo, ela mesma, sua coleção de coisas e histórias.

Conquanto, se a pesquisa aposta na cartografia como método, logo, não podemos falar de resultados provindos da ocupação do campo de pesquisa, mas sim de provocações que continuam a ressoar na produção de narrativas de mulheres. Talvez, possamos dizer de conclusões e/ou considerações, à medida que narrar a experiência da personagem conceitual mulher evocou alguns pensamentos que se abrem a inúmeros e novos pontos de vista. Ressaltamos que as narrativas que foram produzidas não querem simplesmente compreender que rupturas estas mulheres operam (ou não) na lógica do patriarcado, nem mesmo uma busca argumentativa para dizê-las feministas, mas, pelas narrativas, buscou-se produzir um corpo político que ajudasse a formular estratégias de enfrentamento aos tempos sombrios que vivemos e experimentamos, principalmente, na atual conjuntura brasileira. Trata-se, então, de ampliar o pensamento e refletir sobre como sobreviver no/ao tempo presente. Assim, não podemos deixar de mencionar a necessidade de vir a problematizar as produções acadêmicas que constroem conhecimento e práticas reprodutores de discursos dominantes em relação às diferenças ou, como a escritora



indiana Gayatri Spivak (2010) reitera, sobre os subalternos. Em outras palavras, é imprescindível que as narrativas de mulheres não sejam postas em análise na diferença de (ser mulher é não ser homem), mas, na diferença em si (o que podem as mulheres). Tal exercício, alinha-se, inclusive, com a compreensão de Spivak (2010) sobre violência epistêmica, onde a subjetividade do subalterno é anulada. Nesta linha, divisamos sobre um atravessamento metodológico que discuta não apenas as experiências das mulheres que viveram na casa da Avenida, mas, que busque problematizar os marcadores que fazem estas mulheres vivenciarem o mundo de uma forma diferente de outras mulheres, em outros contextos de vida. Propomos, neste horizonte político de discussão, acoplar vertentes dos feminismos pós-coloniais que se preocupam “com diferentes modos de ler o gênero: no mundo, na palavra e no texto” (BAHRI, 2013, p. 660), a fim de reconhecer a interseccionalidade (gênero, raça e classe) como elemento fundamental de se apresentar em narrativas para dimensionar acerca das lógicas de subordinação e desigualdades entre as próprias mulheres.

Referências

- ARENDRT, Hannah. *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós colonialismo. *Revista de Estudos Feministas*, v. 21, n. 2, 2013. p. 659-688.
- BARROS, Regina B.; PASSOS, Eduardo. Por uma política da narratividade. In: ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e Etnia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16. ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs 1: capitalismo e esquizofrenia*. 2. ed. Trad. Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 5, n. 22, 1990.
- SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

Pesquisar agenciando encontros e afetos: diários de campo coletivos ficcionalizam a cidade

Autor: Fernanda Goulart Martins (UFRGS)

Coautor: Fernanda dos Santos Rocha (UFRGS) e Guido Norberto Buch Ruschel (UFRGS)

O ato de pesquisar configura-se na medida em que estabelecemos relações com objeto, embates metodológicos, práticas acadêmicas, campo e sujeitos de pesquisa, no tecido urbano que, assim como o devir pesquisador, modifica-se. Caminhar pelos rastros que pesquisadoras e projeto urbano inventam, desviam e deixam na produção de subjetividade parece ser interessante apenas se for um processo marcado pelo desafio de tocar o encontro.

A preparação para gravitar esse entre texto e textura que a cidade e o pesquisar produzem (e inventam) é uma aposta que implica acompanhar pesquisas e pesquisadoras com o corpo a tocar e ficcionar o texto, a ser tocado e inventado pelo encontro com a vida urbana. Procurando uma estética argumentativa que caminhe junto dessa proposta, lançamo-nos, na feitura de diários de campo, à afirmação de um pesquisar que mais carregue o interesse nas produções e invenções (que surgem depois de uma frase, de um discurso, de um corpo que atravessa a rua, por exemplo), e menos proponha a análise interpretativa do que estaria por trás disso, ou do que a frase, o discurso e o corpo escondiam, queriam dizer e não disseram. A postura pesquisadora que tece a escrita e o encontro em campo, então, é a de aproximação ao pensamento, ou seja, não com o sujeito nem com o objeto, não no suposto fio estendido entre um e outro, mas naquela operação que “se faz antes na relação entre o território e a terra” (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p. 113). É por isso que a forma de pesquisar aqui proposta dá-se predominantemente pela atenção (flutuante) às marcas e ao campo de possibilidades que as permitem surgir no texto dos diários e na textura da cidade.

Escrever diários faz-se, assim, como operação e movimento territorializante e desterritorializante. Enquanto o agenciamento territorial se constrói, por marcas e expressões, em componentes de meios, a terra opera um



movimento contínuo que carrega a potência de desterritorialização; desterritorializa e é desterritorializada in loco, servindo-se de todos os elementos que ela reúne. O território é feito das marcas, da expressividade, da emergência de qualidades próprias. A assinatura, assim como a escrita coletiva e ficcional, territorializa. Há território quando os componentes de meio deixam de buscar direção ou ser funcionais e passam a ser da ordem da dimensão; devem expressivos. O olhar pesquisador, então, produz-se sobre o encontro pesquisador(a)-cidade não para entender um território como a assinatura, o nome próprio, como a marca constituída de um sujeito, de uma função, de uma prática; mas sim para acompanhar processos e tocar o território como “marca constituinte de um domínio de uma morada”: “é com a morada que surge a inspiração” (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p. 130).

Este trabalho visa discutir sobre o ato de pesquisar como agenciamento, de forma a problematizar a feitura de diários de campo, propondo uma política de escrita que se utilize da ficção para compor com encontros e afetos. Relata-se, assim, a experiência realizada junto da pesquisa intitulada “Experiências urbanas e produção do comum: modos de vida e invenção das cidades em tempos de intolerância”, na qual foram construídos, ao longo das atividades de campo, acompanhando diferentes grupos e modos de vida na cidade, diários coletivos. A escrita foi operada em arquivos compartilhados online (diários situados em arquivos eletrônicos), através de narrativas compostas por experiências vividas e a criação de histórias e personagens.

Cada subgrupo da pesquisa (referentes a campos específicos: ocupações, ciclistas, condomínios, festas, a cara da rua e imigrantes) geriu o diário de modo particular. Alguns arquivos trazem textos divididos, cada parte precedida do nome da pesquisadora, identificando quem escrevera tal narrativa. Mesmo assim, a autoria de cada trecho é compartilhada. Outros diários são escritos em um só texto corrido, que costura uma história disparadora da problematização de questões convocadas pelo campo. Outros ainda são compostos por textos e imagens produzidos tanto por participantes da pesquisa quanto pelas pesquisadoras, em encontros agenciados por eles. Alguns trechos são seguidos de data e especificação do encontro que os precederam, outros foram sendo alterados coletivamente ao longo do tempo, possibilitando que o mesmo texto coexista em datas diferentes.

Nos encontros quinzenais do grande grupo de pesquisadoras da cidade, trechos desses diários foram lidos em voz alta, possibilitando ampliar a discussão acerca do processo de estudo, pesquisa e escrita. Esses encontros e os escritos dispararam a produção de novos textos, personagens, narrativas e discussões, em uma espécie de montagem.

Para isso, a produção dos textos, das imagens, das narrativas e dos discursos é percebida sempre como algo da ordem dos agenciamentos coletivos. Agenciamentos são sempre coletivos, são co-funcionamentos; agenciar, então, é estar no meio, “sobre a linha de encontro de um mundo interior e de um mundo exterior” (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 44). Os agenciamentos de enunciação “são abordados enquanto efeitos dos encontros (nunca coincidentes) de visibilidades e enunciabilidades constitutivos dos saberes, sobre os quais se exercem as relações de poder” (ROCHA, 2007, p. 404).

Ficcional, narrar e inventar o campo da pesquisa, nos diários de campo, é um modo de acompanhar o movimento para o qual a cidade convoca ou provocá-lo. Abrir rotas a serem percorridas ou recusar certos modos de governar-se ou ser governado, afirmar outros, talvez. Se “a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 31), tecemos campos e produzimos o método, partindo da emergência de devires pesquisadores que o processo da pesquisa possibilita.

A realidade narrada nos diários flerta com a ficção e se propõe como possibilidade de pensar acerca de um tema a partir do que aconteceu e do que poderia acontecer ou poderia ter acontecido. Trata-se de uma estratégia que procura mover o pensamento, redobrar o objeto de pesquisa diante de cada acontecimento, tendo em vista que tanto o processo de pesquisar (e de escrevê-lo) quanto o espaço urbano convocam-nos a visitá-los a partir de inúmeras perspectivas e inversões. Apostar em uma pesquisa que se proponha a utilizar-se da ficção e de uma poética, como território de experimentação clínico-política ético-estética, como propõe o GT no qual este trabalho se insere, implica reconhecer o teor de complexidade que se coloca nos diários e no jogo de experiências e invenções. Tal teor parece não caber em alguma tentativa de descrição totalitária ou única análise interpretativa dos fatos. Como nos ensina Virginia Woolf (2014), “quando o assunto é controverso [...], não se pode esperar a verdade. Só se pode mostrar como se chegou a ter a opinião que se tem. Só se pode dar ao público a oportunidade de tirar as próprias conclusões ao observar as limitações, os preconceitos, as idiossincrasias [...]. É mais provável que a ficção contenha mais verdade que o fato” (p. 14).

Narrar montagens em diários de campo, operando a ficção e agenciando afetos e encontros, constitui-se, então, um modo de recusar a busca por uma única conclusão acerca de qualquer objeto que possamos nos propor



a pesquisar. O próprio objeto de pesquisa é dobrado e redobrado diversas vezes nesse processo de composição, o que pode afirmar-se como um dos resultados da aposta nessa forma de produzir conhecimento, assim como a ampliação das condições de possibilidades para construir relações possíveis entre o processo de pesquisa e o texto, entre as pesquisadoras e as lógicas que regem o ato de pesquisar e a vida narrada.

Conclui-se brevemente que as narrativas produzidas em agenciamentos põem em jogo populações, multiplicidades, territórios, devires, afetos e acontecimentos. Por meio da produção dos textos em diários coletivos, narrativas, seus personagens e discursos agenciados coletivamente, operamos “processos de invenção” (KASTRUP, 2008, p. 120), cujos produtos são os sujeitos e o próprio mundo.

REFERÊNCIA

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? Trad. de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 4 / Trad. de Suely Rolnik. 2ª Edição. São Paulo: Ed. 34, 2012.

DELEUZE, Gilles, PARNET, Claire. Diálogos. Trad. Eloisa A. Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Sueli. Micropolítica: Cartografias do desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

KASTRUP, V. Competência ética e estratégias de resistência. In GUARESCHI, N. (Org). Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo. pp. 120-130. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=6ODOAwAAQBAJ&pg=PT64&lpg=PT64&dq=%22Competência+ética+e+estratégias+de+resistência%22&source=bl&ots=kLUDlrJrvr&sig=ACfU3U38dZXJX3ktFMDWXNiG5Vb2kPmEQ&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwj28uyvyM3iAhVqHrkGHXVOD8cQ6AEwA3oECACQAO#v=onepage&q=%22Competência%20ética%20e%20estratégias%20de%20resistência%22&f=false>. Acesso em 10 de maio de 2019.

ROCHA, Décio. Agenciamentos Coletivos de Enunciação em O homem que copiava. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 12, n. 2, p. 403-413, maio/ago. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n2/v12n2a22.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2019.

WOOLF, Virginia. Um teto todo seu. Trad. Bia Nunes de Sousa, Glauco Mattoso. 1ª Edição. São Paulo, Torde-silhas, 2014.

Uma travessia insuportável: diálogos entre testemunho, pesquisa e vida

Autor: Karina Acosta Camargo (PUC SP)

O trabalho proposto para o “GT04: A ficção e a poética como território de experimentação clínico-política ético-estética: corpo, imagem e escrita”, é um recorte de minha pesquisa de doutorado em andamento, vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade da PUC-SP, sob a orientação do Prof. Dr. Peter Pál Pelbart e com o apoio financeiro da Capes. Esta pesquisa atual é um desdobramento de minha dissertação de mestrado, em que realizei uma cartografia dos processos de silenciamento em torno do abuso sexual infantil. Neste percurso, eu que também tive o corpo dilacerado por esta violência quando criança, decido romper com os próprios silenciamentos, como possibilidade de trazer novas reflexões para a temática. Para tanto, encontro na escrita testemunhal um modo singular de realizar esta cartografia. Neste GT, busco dialogar sobre esta singularidade da escrita, em que a poética e a ficção são pensadas como um território de experimentação ético.

A noção de cartografia é pensada a partir dos estudos de Deleuze e Guattari. O método cartográfico implica que a pesquisadora, mais que investigadora, se transforme em cartógrafa e busque percorrer processos, paisagens, evidenciando o caráter não estático e apriorístico da realidade. A cartografia busca romper com a dicotomia sujeito-objeto, convocando a imanência, em outras palavras, a exterioridade das forças que afetam a subjetividade.

A cartografia se deu como uma experimentação do corpo e da escrita de realizar uma travessia insuportável – passagens, deslocamentos outrora inimagináveis. A travessia de romper os próprios silenciamentos e me lançar a um futuro por vir. Não se trata, portanto, de falar por alguém, mas de saber o que fala através de nós. Ao invés de falar sobre a ferida, falo a partir dela, é da perspectiva da ferida que esta pesquisa é tecida. Para isso, esta cartografia se aliou a autoras e autores como Clarice Lispector, Manoel de Barros, Friedrich Nietzsche, Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari.



Buscando produzir uma cartografia do silenciamento em torno desta violência, a escrita buscou acessar o impessoal através da narrativa pessoal, entendendo que a exposição destas feridas, sem cautela, teria a potência de afetar e mobilizar o leitor também em seus aspectos vitais. O testemunho reside numa criação, numa fabricação de poesia que libera a vida antes aprisionada em uma perspectiva única, em um só sujeito, uma história, uma verdade.

A exposição desta visita pessoal consiste mais do que um problema pessoal, sendo um testemunho da vida e a favor dela: esse é o ponto que a afasta de uma escrita autobiográfica. O testemunho busca liberar a vida no homem e do homem, liberar uma vida mais do que pessoal, enquanto a autobiografia se mantém refém deste homem. Se trata em assumir a presença do insuportável, criar um modo de dizer, testemunhar. Um mergulho, à primeira vista, pessoal, em direção ao impessoal. Peço licença para trazer na íntegra um trecho que dá início ao primeiro capítulo do livro "Fios de ouro no abismo: uma cartografia do abuso sexual infantil", oriundo dessa dissertação de mestrado:

Ela. Nasceu menina. Nasceu com horizonte. Nasceu com cor preferida. Não sabia o que era rosa. Nem que rosa se guarda com pernas fechadas. Sem seio, sem pelo, precisa usar calcinha. Modos, menina. Esconde a periquita. Tão querida, cor-de-rosa. Nasceu menina. Nasceu com horizonte. Entre as pernas, tão querida. Por ti, muita cobiça. Modos-menina. Desconhece as fendas do corpo e tem gente querendo entrar. Vai brincar, senta direito. Não sabe o que guarda. Nem parece que é menina. Não sabe o que lhe aguarda. Um dedo fez um furo. Ontem. Entre as pernas. Rasgou a pele. Deu a ela uma vagina. Fez buraco ali, no horizonte desconhecido. Ela não quer os seus buracos. Ele não sabe parar. Ontem, enquanto dormia, acordou com ele sobre o corpo. Em cima da cama. As mãos exigiam silêncio, era para ela não gritar. A rosa é feita de segredos. Não deixe ninguém entrar. A rosa é feita de buracos. Se entrar, não conte pra ninguém. Quem mandou ficar de pernas abertas, brincando na rua como menino. Naquela noite, ela pegou um saco com carne, dentro da geladeira. Saco com carne que a mãe comprara para o almoço do dia seguinte. Correu para se trancar no banheiro. Abriu as pernas. Abriu as pernas de um jeito que ela nunca deveria abrir. Naquela noite, o sangue fizera de seu corpo mulher. Naquela hora, ela conheceu o horizonte que escreveria seu caminho. Deram-lhe um buraco, silêncio e sexo. Naquela noite, ela teve tanto medo. Teve tanto medo que nem medo mais tinha. Abriu o saco, abriu as pernas, e tacou a carne naquele buraco. Buraco em carne viva.

Esta arte de contar do testemunho aponta um modo de dizer, em que – desatados os nós da garganta – o som mais parece um sussurro, um silêncio, que libera visões e audições das cadeias da existência cotidiana. A escrita testemunhal se transforma na produção de um diário íntimo e extemporâneo, em que não há sujeitos nem objetos, mas paisagens, atmosferas, sobrevoos, que fazem emergir blocos de infância e a instauração de um tempo outro.

Abrir-me aos meus próprios silenciamentos me lançou a uma terra não colonizada, selvagem, fértil. Não mais meu corpo, mas um corpo intensivo, indefinível e incontornável. Essas feridas foram fendas por onde poderia acessar as turbulências da carne. Atravessar o pessoal em direção ao impessoal. Ali, onde minha infância se torna a infância do mundo, é que podemos liberar uma vida.

Ao alcançar o ponto da palavra viva, de poder dizer estas palavras que afloram de um nó na garganta, foi possível que algo ressoasse em outros corpos. Senti as estatísticas do abuso sexual na carne. Ao me expor, novos pontos começaram a surgir dessa rede invisível. Vozes outras, silenciamentos outros. A questão desta pesquisa foi o silenciamento em torno do abuso sexual infantil, mas, além disso, foi sobre a potência de reinventar a vida, ressaltando as modalidades de invenção vital a partir do insuportável, do excessivo e do cruel.



Vidas de mulheres infames: biografemas e escrita de outras histórias em políticas públicas

Autor: Raquel Bierhals (UFRGS)

Este trabalho baseia-se na dissertação de mestrado defendida em agosto de 2019 no PPG de Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Tem como tema central as escutas e vivências da autora enquanto psicóloga junto à rede da assistência social de um município do interior do Rio Grande do Sul – RS. Parte-se do desejo de tecer histórias com mulheres que vivenciam os serviços desta rede, pensando suas escritas com contornos éticos-estéticos-políticos que uma vida pede. Histórias atravessadas por discursos que validam ou não suas realidades, expondo nosso modo de tratar tais narrativas enquanto moralidade acoplada à existência. Buscou-se precisamente pelas ranhuras, vidas minúsculas de mulheres hoje que carregam a marca cultural que as faz naturalizar papéis sociais. Nesse sentido, é elementar a abordagem sobre o conceito de gênero e performatividade em Judith Butler. Quando “mulheres infames” são trazidas ao centro das discussões, propomos ao mesmo tempo, que o sentido de ser mulher, visada em sua infâmia, sofra justamente um deslize de sentidos. Abrir outros dizeres sobre essas mulheres, é também performatizar outras formas de ser mulher na contemporaneidade.

Se em seu texto *O Narrador*, Benjamin nos alertava que a arte de narrar estava em vias de extinção, apontava, por outro lado, que outra forma de narrar estava surgindo. “Uma narração nas ruínas da narrativa, uma transmissão entre os cacos de uma tradição em migalhas” (GAGNEBIN, 2009, p. 53). É na esteira de tal reflexão que podemos pensar os apagamentos quanto às histórias destas mulheres num plano macropolítico, mas também pulverizado nas relações entre as pessoas. A invisibilidade e a moralização quanto a modos de vidas que não cabem nas práticas ditas convencionais acompanha tais personagens das margens desde a emergência do capitalismo, ou como Benjamin destacou em toda sua produção, na emergência da técnica, alinhada a uma concepção de progresso. Benjamin, na tese VII, em sobre o conceito de história, coloca como tarefa escovar a história a contrapelo, uma vez que todo documento de cultura é ao mesmo tempo de barbárie, da mesma forma que seu processo de transmissão (apud MATE, 2011, p. 170). Com isso Benjamin afirma que na narrativa dos vencedores algo sempre fica de fora, sendo excluída da historiografia a experiência dos derrotados e invisibilizados. A tarefa deste trabalho só pode então se colocar a par deste desafio, escrevendo histórias que se fazem contracorrente, uma vez que a empreitada é dizer algo novo sobre o presente para que o futuro não seja o prolongamento deste presente (Mate, 2011). Nesse sentido, tivemos como proposta ética, estética e política neste trabalho o compromisso com uma narração daquilo que Benjamin nomeou os cacos da história, os restos que não compõe a grande narrativa épica da humanidade e, justamente por isso, traz em si o sujeito moderno apagado, invisível. Fazendo uso do texto *A vida dos homens infames* de Michel Foucault, toma-se a vida destas mulheres a partir da noção de infâmia ali apresentada, mas também de outras. Trata-se de vidas silenciosas ou gritantes, de mulheres que ocupam o território da invisibilidade, tornando-se por vezes aquelas de quem se fala mal, criando-se uma espécie de fama chamuscada ou difamação, por pequenas faltas desenhadas no cotidiano dos serviços e da rua. Para tanto, retomamos o trabalho de Walter Benjamin sobre os cacos da história, enquanto restos que não compõe a grande narrativa épica da humanidade e, justamente por isso, traz em si o sujeito moderno apagado, invisível. A noção de biografema é aqui sustentada como superfície possível para que tais vidas e afetos possam se fazer presentes, no encontro entre a trabalhadora psi e as vozes/corpos destas mulheres. Ao longo da pesquisa, em meio às elucubrações sobre as infâmias desse território, são trazidas na forma de biografemas, algumas histórias recortadas das vidas dessas mulheres. Das histórias que se contam, Jandira dá o tom das frágeis fronteiras entre a virtude e a sexualidade fora do casamento. Gládis, choca a todos contando como matou o marido, enquanto a Regina “samba” na cara do poder, mentindo para conseguir o que quer – no caso, a guarda da sua filha abrigada. Com a Gema, cedemos nosso tempo para ouvir sobre o trabalho doméstico e a maternidade, em seu insistente repetir. Quando Rosângela se apresenta, vemos tanto elementos de uma vida negada, quanto a fúria que diz da insistência em existir. Cinara, por outro lado, sempre escapa às garras do poder. Ela segue vivendo e se afirmando, e só nos chegam notícias dos estragos, mas também dos amores que deixa pelo caminho.

Olhamos para o escuro do nosso tempo, tal qual proposto por Agamben, e vemos outras infâmias, das histórias silenciadas e jogadas para debaixo do tapete. Mesclam-se relatos das nossas vergonhas íntimas e públicas que, por não terem lugar nos discursos correntes, tendem a se repetir. O ressentimento volta como sintoma social, daquilo que no lugar de uma elaboração coletiva foi recalçado. São as histórias daqueles que, raivosos, clamam por menos direitos àqueles que tomam como privilegiados nas narrativas de nosso tempo. Nessa fita de moebius dos



tempos atuais, dos narcisismos das pequenas diferenças, escutamos o infame silêncio que circunda as histórias que não se quer ouvir.

Colocamo-nos enquanto testemunhas de um tempo que grita desaforos e destila ressentimentos, mas tem dificuldade de escutar as vítimas de uma engrenagem que funciona bem. Entendendo que a história é mais do que o ocorrido, assumimos o paradoxo de que “quem faz a história não é aquele que a conta, mas quem a conta é quem decide o que aconteceu realmente, isto é, quem a conta é que acaba fazendo história”. (MATE, 2011, p. 179). Nesse sentido, nos posicionamos enquanto relatores de um passado que por meio da marca da infâmia insiste em se fazer presente, caminhamos assim na direção da potência que carrega: “esse passado cobra vida e realiza as virtualidades que tem à disposição” (p. 179). Sabemos ser essa tarefa improrrogável.

GT05: A Judicialização da vida: expressão das crises cíclicas do capital

Alternativas Críticas: A Psicologia e o Direito no Contexto de Uma Assistência Judiciária

Autor: Elisa Melo (UFMG)

Coautor: Laura Soares (UFMG)

O presente trabalho objetiva refletir acerca da atuação interdisciplinar entre Psicologia e Direito e dos entraves teóricos e práticos encontrados a partir da experiência de extensionistas da Psicologia no contexto de uma assistência judiciária, tendo como enfoque os encaminhamentos dados às demandas mais recorrentes, bem como a construção de soluções alternativas com um olhar crítico e comprometido socialmente. A atuação dos extensionistas da Psicologia na assistência judiciária consiste em atendimentos conjuntos com estagiários do Direito em casos relacionados, principalmente, ao Direito de Família, saúde mental e violência doméstica (LOPES, MAIA, SOARES, 2018), nos quais os assistidos recebem uma orientação jurídica e psicológica, e os possíveis encaminhamentos para as solicitações trazidas são realizados. Casos como disputas de guarda, fixação de alimentos, divórcios e conflitos da convivência familiar são muito comuns nas assistências judiciárias e suscitam um debate acerca da real necessidade de resoluções litigiosas, e da possibilidade da construção de outros encaminhamentos e da utilização de metodologias alternativas de solução de conflitos. As demandas direcionadas às assistências jurídicas e relacionadas aos conflitos familiares normalmente se relacionam com um momento de fragilidade emocional dos sujeitos e, muitas vezes, a resolução por uma via litigiosa acarreta em um acirramento dos conflitos e pode, inclusive, comprometer os vínculos familiares de maneira permanente. Este trabalho mostra-se alinhado à proposta do grupo Psicologia Social Jurídica na Interface da Justiça: desafios, lutas e problematizações, uma vez que um dos compromissos do profissional da Psicologia é a atuação com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural (CFP, 2005), o que se relaciona tenuemente com os efeitos dos encaminhamentos a serem criados em conjunto com o Direito para as demandas apresentadas nas assistências judiciárias. Com base nas análises a partir de relatórios anonimizados produzidos pelos extensionistas do curso de Psicologia e tendo a Psicologia Social Jurídica como orientação teórica, verificou-se um posicionamento comum dos alunos do Direito, e inclusive dos próprios assistidos, de se pensar a abertura de um processo, e o litígio, como solução única para as solicitações, sem uma reflexão prévia acerca da motivação da queixa e de soluções alternativas possíveis para resolvê-la. Os resultados atingidos por meio das análises evidenciam uma crescente busca do judiciário como solução única para conflitos das mais diferentes esferas e a escassez de questionamentos mais aprofundados e contextualizados dos operadores do Direito no que tange à utilização da judicialização como resposta às demandas. Em contrapartida, também se verifica a importância da atuação do profissional da Psicologia neste contexto de forma a, com base em reflexões ético-políticas e em seu compromisso com a garantia de direitos dos sujeitos, construir alternativas com o Direito para as solicitações, em especial as relacionadas ao contexto familiar, endereçadas ao sistema de justiça. Em consonância com a teoria norteadora, e pensando as possibilidades de uma relação interdisciplinar entre a Psicologia e o Direito, faz-se importante a

construção de alternativas para as demandas de forma a propor soluções com desdobramentos individuais, como a diminuição dos conflitos familiares e a preservação dos vínculos, e sociais, tal como o desafogamento do judiciário e a diminuição da judicialização. Em alguns casos, as questões trazidas à assistência judiciária não possuem componentes que possam vir a ter resolução pela via jurídica, e o acionamento da rede de saúde e de assistência social, como também outros projetos da universidade, se fazem suficientes para suprir estas demandas. Pensando em contextos em que haja uma questão jurídica concreta, a utilização das metodologias alternativas de solução de conflitos é uma maneira interessante de construir encaminhamentos nas assistências judiciárias que não se deem pela via litigiosa, o que deve ser feito levando em consideração a proposta de uma metodologia horizontal e dialógica. Neste sentido, também foi iniciada uma nova proposta de parceria de trabalho interdisciplinar entre a Psicologia e o Direito pela atividade da mediação pré-processual, que se dá por meio do atendimento interdisciplinar de mediadores e psicólogos vinculados à pós-graduação. O objetivo é a resolução de conflitos que chegam à Divisão de Assistência Judiciária por meio do plantão de atendimentos sem a necessidade da abertura de um processo judicial. A atuação dos extensionistas da psicologia e seu compromisso são, primordialmente, para com o indivíduo, e a escolha de soluções alternativas para os conflitos e os encaminhamentos devem ser pensados na especificidade de cada caso e visar à garantia dos direitos dos sujeitos, a prevenção e a promoção da qualidade de seus vínculos sociais e familiares, e a valorização do diálogo. Desta maneira, o fazer psicológico no contexto jurídico precisa se mostrar crítico, problematizando as questões apresentadas pelos indivíduos, localizando-as dentro de contextos sociais, históricos e políticos. A práxis profissional, entendida como a prática sendo o fundamento da teoria e a teoria uma reflexão da prática (LIMA, CIAMPA, ALMEIDA, 2009), é uma das grandes aliadas da psicologia ao lidar com os embates aqui colocados, uma vez que a união dialética da prática com a teoria auxilia na construção de uma atuação comprometida com a realidade e a serviço da emancipação do indivíduo. Dessa maneira, é proposta uma reflexão sobre o aumento da procura pelo judiciário a fim de solucionar conflitos de ordem familiar e da convivência, repensa-se a forma com que sua teoria se adequa ou não ao que está sendo vivenciado na prática, e readéqua-a, de maneira a fundamentar uma teoria melhor ajustada à prática e, conseqüentemente, alinhada a seu compromisso social. Assim, o projeto de extensão promove, tanto aos alunos da graduação quanto aos da pós-graduação, uma oportunidade de vivenciar este movimento entre teoria e prática e construir atuações críticas e socialmente contextualizadas.

Femicídio: um crime legitimado historicamente na legislação brasileira

Autor: Camila Maffioletti Cavaler (UFSC)

Coautor: Adriano Beiras

Introdução

A violência contra mulheres não é um fato novo. No entanto, a preocupação com a superação desse fato para a construção de uma sociedade equânime e a judicialização, ou seja, a criminalização deste tipo de violência são fatos históricos recentes. Ainda assim, o contemporâneo discurso protecionista não apaga os modos de subjetivação produzidos por anos de uma legislação androcêntrica. Este breve ensaio tem por objetivo discutir posições históricas subordinadas conferidas às mulheres pelas leis brasileiras. Para isso lança-se mão de uma revisão de literatura, de caráter exploratório, que buscará problematizar a morte de mulheres como efeito do discurso jurídico sobre os corpos femininos. A temática em questão reflete sobre a atuação crítica na psicologia em interface com o discurso judiciário, que durante longos anos serviu como instituição legitimadora da morte de mulheres por questões de gênero.

Apontamento Teóricos

Os discursos idealizados de feminilidade pautados na moralidade e na passividade da mulher perante o homem incidiram, e incidem, nos códigos jurídicos brasileiros. O Código Civil de 1916, por exemplo, dava ao homem o poder sobre a família, sendo que a mulher ao casar deixava de ser propriedade do pai, para se tornar propriedade do marido, considerando-a incapaz juridicamente. É somente em 1962 com a promulgação do Estatuto da Mulher casada que está deixa, pelo menos em parte, de ser infantilizada juridicamente e, passa a ser capaz de responder sobre si. Mas ao homem ainda cabia a administração dos bens da mulher e da família.



Acompanhando a lógica de produção de uma feminilidade passiva, o Código Penal de 1940 é permeado de concepções generificadas sobre honra, honestidade e casamento, que continuaram vigentes mesmo após sua revisão em 1984. Até o ano de 2005, por exemplo, pessoas que haviam cometido crimes sexuais poderiam ter sua punição extinta quando casassem com a vítima ou caso esta casasse com um terceiro. O que mostra que não era o corpo da mulher o objeto de proteção, mas sua sexualidade destinada ao casamento, afinal, o Código Penal estava repleto de expressões como “mulher honesta” e “mulher virgem” até o ano de 2009.

Segundo Foucault (2018), as práticas jurídicas atuam como instrumento de poder produzindo verdades sobre os sujeitos e contribuindo significativamente para a subjetivação destes. Assim, através de estratégias de controle sobre os corpos femininos pautadas na moralidade patriarcal a legislação reforçou uma performance social de gênero que estabelece um modelo idealizado de mulher respeitável, digna de proteção do Estado. Tais performances tiveram como efeito a tipificação tardia dos crimes de feminicídio tratando a morte de mulheres a partir de uma lógica pautada em um sistema de gênero androcêntrico que deu ao homem poder de morte sobre o corpo destas. O que aqui chamo de poder de morte pode ser observado historicamente nas jurisdições que absolveram inúmeros casos de feminicídio com base na tese de legítima defesa da honra, ou os chamados crimes passionais.

Nesses casos, mulheres que supostamente haviam traído seus maridos ou não cumpriram os mandatos tradicionais de gênero tornaram-se réis no julgamento de suas mortes, onde se mostrou estratégia recorrente da defesa do homem agressor, a difamação da vítima. Ainda hoje, há no código penal a possibilidade de diminuição de pena se o agente houver cometido o assassinato por motivo de relevante valor social ou moral, o que é usado em jurisdições para alegar que o homem matou sua companheira mediante forte emoção, como se o seu descontrole emocional justificasse a morte de uma mulher.

Apesar das mudanças no discurso jurídico e da tipificação penal da violência contra a mulher o número de feminicídios tem aumentado. Segundo dados do IPEA, não houve impacto da Lei Maria da Penha para a redução na morte de mulheres, visto que de 2001 a 2006, a taxa de mortalidade de mulheres para 100 mil habitantes foi de 5,28 e entre 2007 e 2011, ano posterior a promulgação da Lei, o número foi de 5,22; um decréscimo absolutamente inferior ao desejado (Garcia, Freitas, Silva e Hofelmann, 2013). A não redução nos números referentes a morte de mulheres mostram a ineficiência legislativa que promove a proteção à mulher pautada na lógica punitivista e desconsidera as performances de gênero que ela própria produziu e legitimou ao longo dos anos.

As normas jurídicas funcionaram, e ainda funcionam, como um dispositivo que garantiu a sujeição histórica das mulheres a regras de moralidade, instituindo juridicamente a desigualdade de gênero. Tratam-se de discursos que posicionaram as mulheres em condições subalternas. A naturalização da moralidade, da ética, dos ideais, é, portanto, um instrumento de reprodução da norma de gênero. Logo, para pensar em estratégias de prevenção ao feminicídio temos que nos ater especialmente a maneira como a lei forjou subjetividades e legitimou historicamente a dominação das mulheres pelos homens. Quando compreendemos que a violência de gênero está ligada a essas performances sociais somos capazes de entender o porquê de a lógica punitivista da atual legislação não incidir sobre a redução no número de feminicídios.

Conclusão

A ineficiência legislativa em evitar a morte de mulheres por razões de gênero é um retrato forjado pela própria instituição que ao longo dos anos serviu como instrumento que obedeceu a lógica patriarcal de gênero para legitimar posições desiguais entre homens e mulheres. Ao revisitar a legislação podemos perceber que a passividade feminina diante dos homens é uma produção e não fruto do acaso. O modelo idealizado de feminilidade obediente ao patriarcado foi produzido desde a completa infantilização feminina diante do Estado e sua não autonomia diante das leis, passando pela moralização de sua sexualidade através de discursos como mulher honesta ou mulher virgem e culminando na absolvição de casos de feminicídio devido a configuração de crime passionais.

Os efeitos da violência contra a mulher na atualidade são resultado do poder simbólico dado historicamente aos homens que produziu performances de masculinidades que compreendem comportamentos violentos contra as mulheres, e até mesmo seu assassinato, como atos legítimos. Os modelos idealizados de masculinidades, que também são produtos da Lei, fizeram com que muitos homens tivessem sua subjetivação atrelada ao entendimento de que atos que supostamente afrontassem sua honra e moral poderiam ser punidos com a morte. E, assim, as mulheres se constituíram subjetivamente como corpos subalternos aos homens, dos quais a morte poderia servir como pagamento da honra masculina.



A história legislativa brasileira faz com que nos questionemos se os discursos recentes de proteção a mulher seriam suficientes para apagar anos submissão jurídica feminina. Os modos de subjetivação forjados institucionalmente ainda produzem efeitos sobre os corpos e estes não serão erradicados de forma simplista e verticalizada depositando exclusivamente na legislação a responsabilidade de proteção à mulher. Afinal, a mesma instituição que agora protege outrora legitimou tais mortes, os mesmos homens que agora são considerados criminosos, há poucas décadas eram considerados defensores da honra. É preciso que pensemos em estratégias de prevenção que compreendam o fenômeno da violência de forma multicausal, um fenômeno legitimado diariamente em práticas sociais machistas.

Implicações éticas e políticas sobre a redução da maioria penal

Autor: Renato Ramos (USP)

Coautor: Antonio Euzébio Filho (USP)

A redução da maioria penal é um tema que constantemente tem ocupado o debate público e tem ganhado cada vez mais força através da voz de alguns políticos que sustentam formas mais severas de punição frente aos índices de criminalidade que assolam o nosso país.

Parte deste discurso também é endossado pela grande mídia. As cenas de violência que são noticiadas pelos meios de comunicação deixam a população em um estado de alerta que a faz ansiar por resultados imediatos que coloquem um fim no problema.

A crueldade com que os crimes são noticiados e a suposta impunidade dos infratores assustam a sociedade civil e faz com que ela cobre atitude dos governantes. Nesse cenário, a aplicação de penas mais duras para adolescentes infratores é vista por muitos como uma forma de se resolver os problemas da violência do nosso país, pois parte-se do pressuposto que encarcerar o adolescente em conflito com a lei pode isolar o problema dentro dos muros das instituições deixando-o bem longe da sociedade o que resolveria a questão, ao menos, provisoriamente.

No entanto, de acordo com o IPEA, a maioria dos atos infracionais cometidos por adolescentes são infrações como roubo, com 38,12% das ocorrências, furto, com 5,6%, e tráfico de drogas, com 26,56%; juntos todos esses delitos representam mais de 70% do total de delitos praticados por adolescentes. Já os delitos graves se dividem em: homicídios, com 8,39%, latrocínio, com 1,95%, lesão corporal, 1,3%, e estupro, 1,05%; somados eles alcançaram, em 2011, 11,7% do total dos atos praticados pelos adolescentes detidos no Brasil, em 2012, 13,5%, e em 2013, 12,7%.

Esses dados demonstram uma correlação entre vulnerabilidade social e violência, e mostra que o perfil do adolescente autor de ato infracional é o de pessoas marginalizadas pelo poder público, que não foram contempladas por políticas públicas que lhes garantissem condições de vida dignas. Esses dados permitem ver que a violência pública também é um fenômeno social e que a sociedade civil tem um papel importante na sua construção e também na sua solução.

O fato de a violência poder ser atrelada à vulnerabilidade social faz dela uma construção social, que implica tanto um dever do Estado, quanto o comprometimento da sociedade com os adolescentes que cometem atos infracionais, no sentido de zelar por políticas públicas eficazes que possam garantir os direitos de crianças e adolescentes e lutar pelo seu bem-estar. Nesse sentido, a discussão a respeito da diminuição da maioria penal mascara a ineficiência do Estado e o papel da sociedade na lapidação das questões sociais, retirando completamente a responsabilidade do Estado e da sociedade na construção da violência.

Fala-se, então, de prender mais adolescentes em conflitos com a lei por meio da redução da maioria penal. Nada se fala, no entanto, das desigualdades sociais, das péssimas condições de moradia, da falta de acesso de uma determinada população à saúde, à educação, ao lazer e a condições mínimas de subsistência para que se possa levar uma vida digna. Quer dizer, nada se fala a respeito de todos os meios de exclusão que marginalizam uma determinada população e que, de uma forma ou de outra, contribuem para fabricar o adolescente que infringe a lei.

Neste panorama, reduzir a maioria penal seria o caminho mais fácil e menos eficiente para se tentar resolver o problema da violência. É um caminho que se exime de ter que repensar a forma como se estabelecem a sociedade, seus valores e atributos, marcadamente individualistas, que marginalizam as questões sociais e criam um estado de exceção, baseado num sistema que valoriza a acumulação de riquezas e bens de consumo. Neste último, para que alguns possam ter muito é necessário que muitos tenham pouco, e aqueles que têm menos estão



sempre em dívida com o ideal de consumo, o que os faz querer ter mais, já que a capacidade de consumo é uma moeda de troca nas relações sociais da nossa época. Tudo isso embalado em um discurso de meritocracia, que faz as pessoas acreditarem que só depende de cada um ascender os degraus de uma pirâmide, a qual, na verdade, por mais que se queira, restringe a chegada ao topo para uma minoria e cujos níveis de ascensão se sustentam na exploração da mão de obra de todos os demais.

Porém, o risco de se fazer uma analogia assim é dar a entender que a violência humana nasce das exclusões sociais. Se isso fosse verdade, não haveria violência nas classes mais ricas e bastaria garantir renda para que todos os problemas sociais fossem sanados. Este é um equívoco que deve ser evitado. Para Freud, a agressividade é um afeto humano como qualquer outro, contudo, as exigências sociais tornaram imprescindível que a agressividade e outros sentimentos hostis fossem recalçados, o que se tornou uma grande fonte de mal-estar.

As exigências pulsionais da sociedade fizeram com que parte da agressividade fosse sublimada, inclusive na forma de amor ou de paixão. No entanto, em outras situações ela é apenas negada e torna-se fonte de sintomas. O que importa destacar é que a agressividade humana não pode ser completamente erradicada, mas é possível atuar sobre as formas de expressão da violência, pois se a agressividade faz parte do humano, as suas formas de vazão dependem muito dos contextos sociais nos quais se expressa, já que são eles que lhes dão forma.

Desse modo, não é fortuito o fato de que a violência nos bairros periféricos apareça, por exemplo, na forma de homicídios, ou que eles sejam cometidos, em sua maioria, por pessoas pobres, ou tenham como alvo estas pessoas. Apesar da existência de conjunturas sociais do capitalismo que cria zonas de exclusão e com isso de pessoas menos importantes e até descartáveis, há nas entrelinhas deste processo diferentes tipos de violência envolvida. A violência não está somente no assassinato ou no tráfico de drogas, mas também no descaso com a desigualdade social e com os problemas que assolam as comunidades mais pobres e que criam as periferias.

Deste modo se há menos assassinatos nos bairros mais ricos, não é porque haveria menos violência ali; sabe-se que há mais policiamento e mais segurança, mas, seguindo as ideias de Freud, não se pode deixar de dizer que a agressividade pode-se apresentar de maneiras mais sutis. Ela está implícita em crimes de corrupção, acordos empresariais criminosos, vendas de informações privilegiadas etc. Assim como também está presente num sistema de poder com diferentes hierarquias sociais, que criam zonas de exclusão, ou no olhar discriminador, através de preconceitos, ou mesmo no olhar colonizador que desdenha das “subculturas” em detrimento dos valores “civilizados”.

Assim, não se pode deixar de pensar, por exemplo, que crimes como os do “colarinho branco”, que desviam o dinheiro público, também são manifestações de agressividade. Deve-se acrescentar ainda que esse tipo de crime pode matar muito mais do que um homicídio, basta olhar as manchetes nacionais para ver quantas pessoas morrem na fila do SUS à espera de algum procedimento que não foi realizado por falta de mão de obra ou de equipamento necessário etc. Em outras palavras, a corrupção não é um roubo a mão armada seguido de morte, mas pode ser tão grave quanto.

A falta de verbas, desviadas pela corrupção, produz problemas nos mais diversos campos. Na educação, por exemplo, ela leva ao sucateamento de escolas e a um ensino de baixa qualidade. As consequências nefastas disso é que, assim, relegam-se pessoas a uma condição de vida miserável, dificultando a sua possibilidade de ascensão social, o que, por sua vez, lhes cala a voz e as deixa sempre à mercê dos mandatários do poder.

O que cumpre um propósito político de dominação, pois a manutenção da exploração se mantém por meio da aplicação de mecanismos violentos de controle e repressão social, que visam acomodar as pessoas e fazer com que elas se submetam a uma ideologia dominante. Esse tipo de mecanismo está arraigado nas práticas cotidianas da sociedade, de modo que passam despercebidos, ficam implícitos e encobrem práticas individualistas, que não levam o coletivo em consideração. É um mecanismo que está naturalizado e legitima determinadas práticas e saberes.

Seguindo essa linha de raciocínio, é possível observar que o apelo à redução da maioria penal, manifestada tanto pelo governo quanto pela sociedade civil, é reflexo da falta de preocupação com a desigualdade social. Como consequência, a falta de políticas efetivas no controle da violência no país é o reflexo de um sistema que não quer rever seus valores, que não aceita abdicar de sua lógica excludente e individualista em nome da ordem coletiva para não perder privilégios e que, por isso mesmo, prefere discutir formas mais drásticas de punição do que formas mais efetivas de inclusão social.



O processo de judicialização na assistência social: uma análise das medidas socioeducativas em meio aberto

Autor: Valber Sampaio (PPGP - UFPA)

Coautor: Flávia Lemos e Cyntia Rolim (Cyntia Rolim)

O processo de judicialização é um acontecimento contemporâneo, tendo como possível início o século XX e a primeira década do século XXI. Este se institui como processo pelo qual o poder Judiciário tem ganhado relevância frente aos poderes Legislativos e Executivos, englobando decisões de diversos níveis, onde o mesmo é chamado por diversos atores sociais para interceder (e/ou punir) os desacordos dos contratos e normas sociais anteriormente firmados, sendo incorporado aos diversos âmbitos da vida; gerindo, mediando, controlando e efetivando modos de existências, transformando relações por meio de figuras/operadores jurídicos – como o/a juiz(a), o/a promotor(a), o/a advogado/a, dentre outros/as. Nesses diversos âmbitos da vida em que o poder judiciário adentrou, incluem-se as políticas públicas. Demarcando o campo a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que tem como perspectiva a instrumentalização da sociedade ao campo dos direitos sociais, através de estratégias de enfrentamento às desigualdades sociais e na garantia de direitos como a proteção social. Nos situações, especificamente, na Proteção Social Especial, que tem como equipamento o Centro de Referências Especializado de Assistência Social – CREAS, tendo por responsabilidade atividades voltadas para indivíduos e famílias em situação de risco social e/ou que passaram por algum tipo de violação de direitos. Dentre os serviços executados pelo CREAS denomina-se “Serviço de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)”, que tem como alvo prover atenção socioassistencial e acompanhamento aos/às adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Este serviço, por si só, já apresenta uma imensa carga de controle dos corpos destes sujeitos, visto que a própria medida já é uma forma de judicializar/subordinar a(s) vida(s), diante de um processo que se insere em um contexto forjado pela garantia de direitos, mas também pela lógica do gerenciamento da vida e manutenção de uma sociedade marcada pela normalização e exclusão. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é problematizar as práticas da Psicologia no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, do CREAS em municípios da região norte. Ele faz parte de um recorte do projeto de tese que vem sendo construído no Programa de Pós- Graduação em Psicologia – PPGP da Universidade Federal do Pará – UFPA. Coaduna-se a temática de estudo ao eixo referido diante da necessidade de refletirmos acerca das práticas da Psicologia nas políticas públicas frente ao fenômeno da judicialização, sobretudo diante dos/as adolescentes de que estão em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Estes/as, juntos/as às suas respectivas famílias, por sua vez, estão cerceados/as pelo poder judiciários já que se encontram em processo de “ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens”, como diz a própria Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2011, p. 34). Muitas práticas acabam por legitimar esse controle e o poder (nada) sutil de punir sob a égide de proteção. Dessa forma, a própria autonomia do saber Psicológico e as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social são feridos, na medida em que não questiona-se como estão estruturados essas práticas e quais são os pontos nevrálgicos para pensarmos possibilidades de práticas eficazes no sentido da redução dos efeitos nocivos da desigualdade, além incidirmos em projetos idealistas, moralistas, segregatórios e, por muitas vezes, letais (não apenas no nível de concretude, mas também no a nível simbólico). Para dar conta a nível teórico do estudo, recorre-se aos autores como Michel Foucault, que nos auxilia com conceitos como a biopolítica e sua analítica do poder, pontos-chave para pensar o processo de estudos da judicialização na contemporaneidade; Robert Castel para trabalhar a noção de riscos; Loic Wacquant, que nos ajuda a pensar mecanismos de segurança e processos de exclusão; assim como autoras contemporâneas como Flavia Lemos, Cecília Coimbra, Maria Lívia Nascimento e Neuza Guareschi (dentre outros/as), que nos auxiliam para pensar infância e juventude e polícias públicas no Brasil. Nesse sentido, tem-se como metodologia uma cartografia, onde há análise dos fluxos a medida em que elas ocorrem, tendo enquanto característica essencial os planos ético e político, já que cada escolha, cada ato, implicará em trajetórias singulares. Para dar conta dessas vivências, utiliza-se o diário de campo como instrumento de comunicação e análise do que vem sendo vivido em diversos espaços que designam estas práticas, tais como CREAS, reuniões de debates temáticos, controle social voltados para infância e juventude e Assistência Social, dentre outros. Como se trata de uma pesquisa que ainda não teve encerramento, apresenta-se parcialidades do que vem sendo construído, dentre elas: o saber da Psicologia que, em muitos espaços legitimam o poder judiciário a medida em que não problematizam ou refletem suas próprias práticas, sendo coniventes com

o poder de punitivo e normalizador. Ainda diante de uma conclusão que traz o caráter parcial, sabe-se que o campo de atuação na Assistência Social é atual, onde a categoria da Psicologia enfrenta diversos desafios em seu cotidiano profissional, sobretudo em um momento de fragilização da democracia, da expansão do neoliberalismo e de políticas punitivas, e, é, nesse sentido que faz-se (re)pensar as práticas da Psicologia, sobretudo diante do acompanhamento das MSE em meio aberto, já que essas práticas denotam a produção de novas formas de (r)existência, pautadas na garantia de direitos.

Porque a conta não fecha? Adoções necessárias no Brasil, legislação e garantia de direitos.

Autor: Camile Rocha da Veiga (UFMG)

Coautor: Mariana Felix Angioletti e Laura Soares (UFMG)

Hoje, no Brasil, a adoção formal é um ato voluntário e irrevogável, e se apresenta enquanto um direito civil e constitucional de qualquer cidadão maior de 18 anos que deseje formar uma família. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) prevê três tipos de adoção possíveis: a adoção conjunta (por casais ou concubinos), a adoção unilateral (por cônjuges do(a) genitor(a)) e a adoção singular (por pessoas solteiras), não sendo permitida a adoção por familiares diretos (irmãos e avós). Até a presente data, existem cerca de 9.551 crianças e adolescentes cadastradas para adoção no sistema do Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Em contraposição, existem cerca de 45.950 postulantes cadastrados, 4,8 vezes o número de crianças e adolescentes aptos à seres adotados. Porque essa conta não fecha? O presente trabalho objetiva uma análise da atual situação legislativa das adoções no Brasil, em especial as adoções nomeadas prioritárias e/ou necessárias. Pretende-se traçar um panorama de como tem sido abordada, institucionalmente, pelo sistema de justiça, a questão das adoções necessárias, e o que tem sido feito para incentivá-las. Enquanto metodologia, utiliza-se a revisão da bibliografia da área da Psicologia Jurídica em interface com a Psicologia Social e também análise documental das legislações vigentes – em especial a Lei 13.509/17 – e do Cadastro Nacional de Adoção. Enquanto adoções necessárias, compreende-se aquelas que geralmente são preteridas pelos postulantes à adoção. Inclui-se, nessa categoria, adoções tardias, inter-raciais, de grupo de irmãos e de crianças com deficiência e/ou doenças crônicas. Os resultados da análise apontam desafios referentes ao funcionamento do processo de adoção do Brasil, que se apresentam desde a entrada da criança e do adolescente no Sistema de Garantia de Direitos, através do Acolhimento Institucional/Familiar. Conforme dispõe o art. 4º, 19º e 100º do ECA, a convivência familiar e comunitária é direito garantido das crianças e adolescentes. Ainda conforme a constituição exclusiva, em seu art. 101º, §1, o acolhimento institucional e familiar é medida excepcional e transitória. Em contraponto, de acordo com o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), existem cerca de 47.500 crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional ou familiar no Brasil. Compõe esse número tanto crianças disponíveis para adoção quanto aquelas que aguardam o processo de reintegração familiar. Partindo desses dados, pergunta-se porque, no Brasil, existe um número tão grande de crianças acolhidas e/ou destituídas do poder familiar? A reintegração familiar tem preferência em relação à qualquer outra providência, de acordo com o art. 19º do ECA, §3, e deve a equipe técnica multidisciplinar se atentar à inclusão da família em serviços de proteção, apoio e promoção. Entretanto, conforme aponta Soares (2016), os desafios para a promoção ao direito à convivência familiar perpassam pela dificuldade das equipes técnicas em executar o processo de reintegração familiar. Dentre essas dificuldades, se apresentam desde a miséria dos familiares (Tavares, 2005) e dificuldade da família de aderir aos encaminhamentos da equipe técnica (Brito, Rosa e Trindade, 2014) até a desarticulação da rede de proteção à infância e juventude (Rizzini et al, 2007). Para além, como aponta Arantes (2011), nem sempre o paradigma de proteção integral da criança e da família é bem compreendido pelos atores institucionais do Sistema de Garantia de Direitos. O resultado é a desproteção da família e, conseqüentemente, a naturalização e criminalização da pobreza através da individualização de problemas causados pela vulnerabilidade social. Observa-se também dificuldades por parte do judiciário de aplicação de outras medidas protetivas dispostas no ECA que não a de afastamento da família de origem. Para além, percebe-se que as recentes alterações legislativas acarretadas pela lei 13.509/17 ao §2 do art. 19º do ECA, que reduz o prazo máximo de permanência de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento de dois anos para 18 meses, acarreta numa precarização do trabalho da equipe técnica. Embora busque dar celeridade ao processo de colocação da criança em família substituta, a alteração provoca efeito inverso em relação à família de origem, para a qual resta menos tempo de

trabalho na tentativa de reorganização para retorno da criança ou adolescente. A mudança de prazos, quando associada à dificuldade de inserção das famílias nas políticas públicas de distribuição de renda e somada ao tempo psicológico de trabalho com as famílias, que difere do tempo da justiça, resulta em impasses para processo de reintegração familiar. Um dos desdobramentos dessa dificuldade de reintegração na família de origem e da priorização da colocação em família substituta por parte do judiciário pode ser o aumento do número de crianças e adolescentes disponíveis para adoção no Brasil, maioria destes não correspondendo ao perfil preferido pelos postulantes. Diante do exposto, é necessário que se busque também iniciativas de incentivo à reintegração familiar, que facilitem o processo e respeitem o tempo das famílias de origem. Quanto ao perfil preferencial dos adotantes, este consiste em adoções individuais (fora de grupos de irmãos) de crianças brancas, menores de 3 anos e sem deficiências físicas e/ou doenças crônicas (Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro, 2018). Cumpre salientar que o perfil das crianças e adolescentes acolhidos e disponíveis para adoção é, hoje, composto 66% de crianças negras, 55% inseridas em grupos de irmãos, 25% possuem algum problema de saúde já identificado e cerca de 85% das crianças estão acima da idade preferida pelos postulantes, entrando nas estatísticas de adoção tardia, consideradas aquelas acima de 2 anos (Costa e Rossetti-Ferreira, 2007). É necessário pensar que essas categorias se sobrepõem, o que resulta numa disparidade, identificada a partir dos dados do CNA e da bibliografia utilizada: 92,33% dos candidatos à adoção não possuem crianças disponíveis para adoção com o perfil escolhido por eles. A rigidez dos perfis escolhidos é uma das variáveis preponderantes para se explicar a disparidade numérica das adoções no Brasil, onde existem 4,8 vezes mais postulantes à adoção que crianças e adolescentes disponíveis para adoção e, ainda assim, as que estão disponíveis não são adotadas. Em vista a necessidade de uma nova cultura de adoção no Brasil, que exponha a realidade das crianças disponíveis para adoção e mobilize, conseqüentemente, uma mudança do perfil desejado pelos postulantes à adoção, identificou-se que os dispositivos judiciais, como os Tribunais de Justiça, o Ministério Público e a Ordem de Advogados do Brasil, e também organizações não governamentais, tem produzido campanhas publicitárias que buscam sensibilizar o público adotante através da exposição do real perfil das crianças acolhidas e suas histórias de vida. Dentre estas campanhas, escolheu-se destacar a campanha "Adote um Campeão", do time de futebol Cruzeiro Esporte Clube, que apresenta vídeos institucionais com depoimentos de crianças e adolescentes disponíveis para adoção, e o "Adote um Boa Noite", do TJSP, que consiste em uma página no site do tribunal voltada exclusivamente para a apresentação de fotos e descrições das crianças e adolescentes. Apesar da necessidade das iniciativas, cabe ressaltar que também é indispensável uma discussão sobre o incentivo através da exposição de crianças e adolescentes vulnerabilizados socialmente e emocionalmente, assim como sobre as possíveis conseqüências advindas dessa exposição, que ainda não são conhecidas. Conclui-se com este trabalho que a temática da adoção tem sido perpassada por diversas problemáticas que dificultam a garantia de direitos à crianças e adolescentes, dentre elas a dificuldade de reintegração familiar e a forma como a cultura da adoção foi construída no país até então, com um ideal de parentalidade que não corresponde ao perfil de crianças disponíveis. Para além, percebe-se que as áreas de trabalho envolvidas no Sistema de Garantia de Direitos, dentre elas a Psicologia, o Direito e o Serviço Social, ainda precisam se debruçar sobre a questão da adoção em busca de soluções para as problemáticas apresentadas. Essas soluções devem, preferencialmente, ter enquanto eixo central uma abordagem voltada para a garantia de direitos, em especial o da convivência familiar, e proteção da família das crianças e adolescentes acolhidos. Também deve-se ter em foco uma construção conjunta de possibilidades com a família adotiva, que busque abranger seus desejos parentais mas também apresentar as adoções necessárias enquanto uma nova perspectiva. Para além, enxerga-se a necessidade do desenvolvimento de abordagens que enxerguem o sujeito não de forma individualizada, mas enquanto alguém que é permeado por sua realidade social que, muitas vezes, se apresenta enquanto uma realidade de vulnerabilidade e risco social.



Práticas de Psicologia Social no âmbito do Direito no Escritório Modelo de Assistência Jurídica (UFSC)

Autor: Julia Polizeli Lobo (UFSC)

Coautor: Luiz Carlos Espíndola Junior (UFSC), Camila Maffioletti Cavaler (UFSC), Gustavo Vieira Nery (UFSC), Adriano Beiras e Lais Paganelli Chaud (UFSC)

O presente estudo irá abordar reflexões acerca das atividades desenvolvidas no projeto de extensão “Práticas de Psicologia Social Jurídica no Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ/UFSC)”. O referido projeto conta com atuação de dois estudantes de Psicologia que atuam neste espaço a partir de temáticas em interface com a justiça, com ênfase em Direito de Família. Inicialmente, a psicologia tem sua aproximação com a esfera jurídica no âmbito criminal, onde teve uma inserção marcada pela culpabilização do sujeito em sua individualidade, desconhecendo aspectos multidimensionais que influenciavam na prática do delito. É a partir desta orientação teórica-metodológica que a Psicologia Jurídica se consolida como uma atuação profissional voltada para a realização de perícia e avaliação psicológica, produzindo laudos que auxiliassem nos encaminhamentos das ações judiciais. É possível inferir, que essa práxis coaduna com a individualização das questões jurídicas, e com a judicialização de práticas que dizem mais sobre sua suposta “propensão” à criminalidade, do que refletem sobre o contexto em que o sujeito está inserido. A cristalização de verdades acerca dos sujeitos, marcada pela prática em psicologia jurídica ilustrada, fez com que durante muitos anos fosse desconsiderada a possibilidade de realizarmos uma atuação para além da legitimação de resultados já consolidados no campo do Direito. Dessa forma, a psicologia neste âmbito afastou-se de outras possibilidades de atuação, às quais compreendessem a análise do contexto histórico, social e econômico em que a pessoa está envolvida. Com a consolidação da psicologia enquanto profissão nos anos 50, e com a posterior crise da psicologia social nos anos 70 e 80, as visões reducionistas de sujeito começam a ser questionadas. Assim, as décadas seguintes permitiram a consolidação de práticas psicológicas para além das avaliações e produções de diagnósticos. A abertura para novas práticas possibilitou, ao profissional de psicologia sair exclusivamente da seara do direito penal e passasse a atuar em outras áreas do direito, como na vara da infância e família. A prática de uma psicologia jurídica crítica e novos modos de inserção no campo jurídico que assim à entendam, perpassa pela formação profissional, por esse motivo, estreitaram-se os vínculos acadêmicos entre psicologia e direito. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tal relação se dá através de projetos de extensão e pesquisa em Psicologia nos Núcleos de Práticas Jurídica (NPJ) e Escritórios Modelos de Assistência Jurídica, que contribuem significativamente para reinvenção e construção de uma atuação crítica da Psicologia em Interface com o Direito. Assim, compreende o papel fundamental que a pesquisa e extensão universitária detém para a produção de conhecimento científico e filosófico, que corrobora com a construção de uma prática fundamentada na criticidade. O Escritório Modelo de Assistência Jurídica da UFSC, fundado em 1975, teve o intuito de contribuir com a formação e o ensino-aprendizagem dos estudantes do curso de Direito através prática jurídica. Para além, o Escritório Modelo de Assistência Jurídica tem como objetivo prestar serviço judicial à população da cidade de Florianópolis/SC que não tem acesso ao mesmo, tendo como critério socioeconômico para serem contemplados pelo serviço receber até dois salários mínimos. Dessa forma, o serviço contribui para atender a demanda da comunidade que busca assistência jurídica, que sem o programa seriam atendidos unicamente pela Defensoria Pública da cidade. Em relação a formação do profissional do Direito o EMAJ é uma atividade curricular obrigatória para os estudantes que cursam de 7a a 10a fase, sendo este um exercício prático vinculado às disciplinas intituladas laboratórios de práticas jurídicas nas áreas Trabalhista e Previdenciária, Penal, Direito da Família e Cível. O projeto de extensão Serviço de Psicologia no Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ/UFSC) inicia no ano de 2003 e 2004, após uma pausa de dois anos retorna em 2006. Quando começou esteve voltado para a área pericial, com atividades de avaliações psicológicas, as quais pudessem auxiliar nas decisões judiciais. Assim como se deu historicamente com a psicologia jurídica, a atuação crítica neste espaço fez com que as demandas fossem expandidas para além do eixo de pericial, entendendo que o conflito judicial trás uma série de implicações que transcendem o campo jurídico. É dessa forma que delineamos atualmente as atividades de extensão, sendo então a partir do reconhecimento de outras demandas que o Serviço de Psicologia debruçou-se prioritariamente à atenção aos casos de Direito de Família, realizando suas atividades em conjunto com a 7a e 8a fase do curso de Direito. Posto isto, atua-se em dois principais eixos: o plantão psicológico e as mediações. O eixo plantão psicológico envolve atividades de oferta de espaço de escuta qualificada aos assistidos, e desenvolvimento do trabalho interdisciplinar com os/as estudantes e docentes de Direito, o outro eixo condiz aos momentos de mediação onde atua-se como co-

-mediadores. Ao longo da atuação por meio das atividades de extensão se identificou às seguintes demandas: auxílio no processo de formulação da demanda jurídica dos assistidos que recorrem ao serviço, revisão de guarda, execução de pensão e de auxílio alimentos. Para atender às demandas suscitadas são desenvolvidas atividades de escuta com caráter de acolhimento e encaminhamento posterior - quando necessário, bem como ofertar a possibilidade de trabalhar de forma interdisciplinar com os operadores de direito. Dessarte, objetivou propor diálogos interdisciplinares intentando a resolubilidade dos conflitos que chegam ao judiciário, bem como compor práticas críticas que assegurem o direito dos sujeitos, assim atentando-se aos casos e situações inerentes ao sistema de justiça dando-lhes assistência e suporte psicológico quando necessário. O desenvolvimento das ações com os operadores de Direito direcionado para os casos de direito da família se mostrou essencial, visto que se alcançou a complexificação das causas, realizando diálogos que pudessem fornecer elementos aos docentes e estudantes analisarem o sujeito atendido pelo serviço em suas múltiplas condições social, econômica e cultural. Foi frente à isso que se tornou factível a edificação sólida desse trabalho interdisciplinar, para tanto às ações desenvolvidas foram: idas às salas de atendimentos dos operadores de direito com intuito de promoção de discussão dos casos e realização de atendimentos em conjunto. Por conseguinte, pode-se ilustrar a construção de uma atuação interseccional entre Psicologia e Direito que propiciou suscitar intervenções jurídicas, às quais ambicionaram ultrapassar um procedimento maniqueísta, que tem por caráter imediatista intuindo enquadrar a solicitação do assistido à uma petição judicial, mas sim engendrar uma intervenção que pudesse apreender o discurso, de forma que abarcasse a amplitude do sujeito que busca a resolução do seu conflito por intermédio judicial. Reitera-se a indispensabilidade de problematizar os atravessamentos dos casos acompanhados, de modo que os operadores possam depreender soluções possíveis pautando-se nas vivências individuais e coletivas. Intenta-se a construção de um olhar que questiona os sistemas de normatização e culpabilização, promovendo o compromisso social com os direitos humanos, assegurando a cidadania em realidades permeadas por vulnerabilidades. No que concerne a este manejo foi fundamental prestar acompanhamento e auxílio no processo de formulação da demanda jurídica, se observou que por vezes o sujeito que busca a solução judicial, está imerso em problemas de cunho emocional que se entrelaçam com às questões jurídicas. Para isto, o serviço realiza um acompanhamento multiprofissional intuindo uma escuta qualificada que visa a tradução de uma busca ao campo jurídico que por vezes é intrínseco de uma questão emocional e relacional. Ainda neste sentido, se faz imprescindível elucubrar acerca das motivações da busca do assistido à solução jurídica, para não incidir meramente na judicialização das causas. Considerando as questões que são acompanhada pelos dispositivos jurídicos, às quais se configuram em sua maioria situações complexas que envolvem enlances emocionais o serviço de psicologia no âmbito jurídico adquire potencialidade de auxiliar e facilitar a compreensão dos conflitos que emanam neste âmbito. Cabe ressaltar a importância que a extensão universitária detém na construção de intervenções atreladas à preceitos teóricos. De modo que o conhecimento academicamente produzido possa elaborar questionamentos e reflexões críticas e autônomo, sendo esse precursor da composição de um campo de atuação em Psicologia em interface com o Direito.

Um (dos vários) caso(s) de retirada compulsória de bebês: um estudo de caso

Autor: Desirèe (CRP)

Coautor: Cláudia Natividade e Jeanyce (CRP-MG)

São inúmeros os casos de retirada de bebês de mulheres/mães em situações diversas de vulnerabilidade. Historicamente, nos regimes escravocrata, ditatorial ou nazista, a prática de retirada de crianças sempre foi uma constante e, em várias partes do mundo, sistemas morais tradicionais também processaram essa violação de direitos em que filhas/os foram retirados à força de mulheres/mães e vendidos a casais de origem internacional. Hoje, com intensos debates sociais, a problemática central das discussões se encontra, equivocadamente, na capacidade ou incapacidade que mulheres/mães - em situações diversas de vulnerabilidade como o uso de álcool e drogas, em situação de rua, vivendo um cenário de violência doméstica ou com sofrimento mental - têm de prover cuidado para filha/o após o nascimento.

Este trabalho teve como objetivo, a partir da discussão teórico-conceitual de um estudo de caso de retirada compulsória de bebê em Belo Horizonte, compreender e elucidar o que está em jogo neste momento em que o estado deveria ter o papel de promover e proteger. Tal discussão articula-se diretamente com o GT05: A Judicia-



lização da vida: expressão das crises cíclicas do capital, pois entendemos a retirada de bebês de mulheres/mães como uma violência institucional que fere os Direitos Humanos e provoca injustiças.

A proposta deste trabalho é discutir, de forma pormenorizada um caso, no entanto, sabemos que vários outros acontecem no cenário nacional. Em Belo Horizonte, por exemplo, em 2014, a 23ª Promotoria de Justiça de Defesa das Crianças e Adolescentes emite duas recomendações nº 5 e nº 6 nos meses de junho e agosto. Nelas, o Ministério Público recomenda arbitrariamente às maternidades e profissionais da atenção básica de saúde que comuniquem à Vara da Infância e Juventude casos nos quais gestantes ou mulheres/mães que fazem uso de álcool e outras drogas ou em situação de rua. Essas recomendações foram posteriormente ratificadas por meio de uma portaria, no ano de 2016, pela Vara da Infância e Juventude da Comarca de Belo Horizonte que também acrescentou medidas administrativas que seriam aplicadas aos profissionais que não utilizassem em suas práticas tais recomendações.

Seguiu-se, a partir desse momento, grande mobilização social que se organizou por meio de reuniões, audiências públicas e manifestações de rua. O blog de quem é este bebê?, fruto dessas articulações, destaca que as recomendações citadas acima violam o direitos das mulheres/mães e de suas crianças e evidencia a necessidade de compreender as subjetividades de cada mulher e seu entorno buscando criar uma rede de apoio para elas por meio de estratégias de saúde e assistência social. Além disso, o blog salienta que os recém nascidos de mulheres/mães usuárias de álcool e outras drogas e em situação de rua eram diretamente encaminhados para acolhimento, não sendo discutidas na rede sistemas de proteção para mulheres/mães, bebês e familiares. Ademais, tais recomendações não consideravam os fluxos já estabelecidos na saúde e assistência para esses casos em específico. O blog destaca que os bebês abrigados eram, em sua maioria, filhas/os de mulheres/mães negras e pobres. Após as movimentações sociais, as recomendações e a portaria foram suspensas em Belo Horizonte, mas os casos de retirada de bebês ainda são uma constante. Para análise do caso escolhemos elucidar e trabalhar com três construções analíticas - gênero, uso de álcool e drogas e raça/etnia.

A análise de gênero irá de encontro à autorização ou, mais especificamente, à não autorização que a mulher vive para exercer a maternidade no momento em que desconfiam que ela não poderia ser uma boa mãe, ainda nos primeiros momentos do nascimento de sua filha. Percebemos também que o fato de a mulher afirmar ter usado álcool e outras drogas já a coloca no lugar da criminalidade inegável e na dependência nefasta de forma inegociável. A intersecção automática entre uso de drogas, racismo e sexismo se apresentam de forma marcante. (AKOTIRENE, 2018 ; OLIVEIRA, 2018; NATIVIDADE, 2016).

No caso analisado, o que percebemos é que a volta ao passado não muito distante nos revela o processo de negação ao direito a ser mãe. Assim, para a mulher negra, a proibição sobre o exercício da maternagem ainda continua. Historicamente as mulheres negras são duplamente invisibilizadas e assujeitadas à lógica dominante de uma sociedade racista que não lhes proporciona voz. Mulheres negras têm seu discurso desconsiderado e, quando há a possibilidade de fala, sua voz é ouvida e distorcida criando falsos argumentos que vão justificar as intervenções do Estado. Esse processo de exclusão perpetuado a partir de preconceitos pode transformar as equipes de saúde em deladoras, sendo que a princípio deveriam ser promotoras de acesso a saúde e direitos. Os efeitos disso é que mulheres/mães que vivenciam alguma vulnerabilidade social se sentem desprotegidas para realizar o pré-natal e passam a ter suas/seus filhas/os em outros locais com medo de serem denunciadas pelas equipes de saúde e perder filhas e filhos. (RIBEIRO, 2019)

O que temos assistido em Belo Horizonte são claras violações de direitos que se estruturam por meio do controle e domínio dos corpos de mulheres/mães que não se adequam ao sistema e às formas tradicionais de cuidado, sendo as mulheres pobres e negras as principais afetadas pelas ações do Estado. Aqui, as questões de gênero, raça e preconceito contra o uso de drogas revela sua face mais excludente. Nenhuma maternidade ou hospital particular notificou algum caso ao sistema de justiça, fato que não gerou estranhamento ou pressões do poder público revelando, portanto, a quem essas normativas se direcionam. (ROSATO, 2018)

O julgamento moral nestes casos, considerados em bloco e sem levar em conta singularidades, afeta às mulheres/mães, bebês, familiares, comunidade, ou seja, marca de forma negativa nossa história. É necessário denunciar violências como estas vivenciadas por mulheres/mães usuárias de álcool e outras drogas para que práticas assim sejam substituídas por políticas públicas efetivas que busquem intervenções livres de preconceitos e que protejam, ao mesmo tempo, mulheres/mães, bebês e suas famílias. Garantir a indissociabilidade e indivisibilidade dos direitos sem colocá-los em hierarquia é um imperativo ético para a psicologia e profissionais de saúde.



Referências Bibliográficas

- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólem, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Recomendação 005 de 16 de junho de 2014. 23ª Promotoria da Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte. Setor de Fiscalização e Acompanhamento de Políticas Públicas III – SEFAPP III. Disponível em: https://dequemeestebebe.files.wordpress.com/2017/04/recomendacca7acc830-5_2014mp.pdf. Acesso em 6 jul 2019.
- _____. Recomendação 006 de 06 agosto de 2014. 23ª Promotoria da Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte. Setor de Fiscalização e Acompanhamento de Políticas Públicas III – SEFAPP III. Disponível em: https://dequemeestebebe.files.wordpress.com/2017/04/recomendacca7acc830-6_2014mp-1.pdf. Acesso em 6 de jul 2019.
- OLIVEIRA, Adriana Rosmaninho Oliveira de. A droga como uma prática sociocultural. In: GARCIA, Marcos Roberto Vieira; CONEJO, Simone Peixoto; MELO, Teresa Mary Pires de Castro (org.). Drogas e Direitos Humanos caminhos e cuidados. Holambra, São Paulo: Editora Setembro, 2017.
- NATIVIDADE, Cláudia; GONÇALVES, Letícia; BATISTA, Cássia Beatriz. A Des (Conhecida) violência no parto. In: Olhares e Fazeres das Mulheres das Gerais. Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais (CRP-MG), Comissão Mulheres e Questões de Gênero, Belo Horizonte, 2016.
- ROSATO, Cássia Maria. A vida das mulheres infames: genealogia da moral de mulheres, usuárias de drogas e/ou em situação de rua. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2018.
- RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala. São Paulo: Pólem, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

Vida após o cárcere: contribuições institucionais para a reincidência em atos infracionais

Autor: Júlia Maria Almeida da Silva (UNIVAS)

Coautor: Camila (Univás)

Para fundamentar essa reflexão busca-se realizar uma contextualização crítica das prisões brasileiras, cujo colapso se torna cada dia mais próximo e iminente, visto que se encontra desgastada institucional e estruturalmente – algo que se evidencia pela ineficácia em ressocializar as pessoas que passam por este sistema, uma vez que a reincidência criminal cresce dia após dia.

O contexto atual de fracasso das instituições prisionais brasileiras fica ainda mais evidente quando levamos em consideração questões Estatais, capitalistas, raciais, econômicas, culturais, entre tantas outras que fazem com que a produção de realidade desde indivíduo sejam aquelas que desviam do que é considerado legal contemporaneamente.

Entende-se que a ausência de educação, saúde, lazer, gera desequilíbrio social, faz crescer a violência, o tráfico e assaltos. Observa-se que a escalada neoliberal multiplica a pobreza no Brasil, enquanto ela é constantemente criminalizada pelo sistema penal, o que só tende a agravar a situação de encarceramento no país. Disto, questiona-se: quem são os sujeitos que estão encarcerados aos bocados nos presídios senão os filhos da exclusão social? Em contrapartida, as prisões jamais apresentaram eficácia em reduzir o crime ou a violência, e, no contexto brasileiro, tem demonstrado papel fundamental para articulação e organização de novos integrantes da ilegalidade que vão reincidir no ato criminal.

Visando provocar e conscientizar sobre as ineficácias e deficiências prisionais, este estudo tem como objetivo trazer aos olhos as questões institucionais da prisão que tornam a reincidência criminal mais provável para criar possibilidades de intervenções nessas questões e romper com a noção cultural já cristalizada, institucionalizada, de que a prisão será sempre a única ou melhor escolha. Para isso a pesquisa visa relacionar a vida na prisão com a vida fora dela, investigar quais são os gatilhos para um novo ato infracional e compreender como a instituição contribui para que a reincidência no ato infracional aconteça.

Este trabalho se articula com o tema do encontro e com o GT, por considerar o caráter político e histórico das construções de realidade do indivíduo enquanto encarcerado, de forma a desnaturalizar e fazer a recusa de essencialismos dentro do processo de institucionalização, além de pensar como são as realidades produzidas no cárcere ou fora dele que tornam a reincidência criminal algo recorrente. Visa, também, ter uma perspectiva política e crítica quanto a dispositivos controladores e estigmatizantes perante pessoas que passam pelo cárcere, bem como as



táticas de controle do corpo funcional que estão imersas na governamentalização do Estado. Frente a retrocessos crescentes em direitos humanos e sociais, o trabalho questiona o *modus operandi* em instituições carcerárias e a inexistência do Estado na garantia do cumprimento de suas leis – como na Lei de Execução Penal, focalizada no trabalho – e questiona os modelos de responsabilização individual do encarcerado em detrimento aos fenômenos sociais que o rodeiam.

Portanto, tem uma postura crítica e questionadora frente a verdades preestabelecidas, normalizantes, controladoras, buscando a desconstrução das mesmas e se comprometendo com a transformação social e a produção de novas realidades. O trabalho busca a construção de um conhecimento científico que traga benefícios à população, reflexões sobre as problemáticas abordadas, recursos teóricos e práticos para o enfrentamento e elucidação das temáticas de intercessão psicológica e jurídica estudadas. Além disso, propõe uma leitura da realidade carcerária que se compromete com o social, com a afirmação de direitos humanos fundamentais, e que analisa as influências do capitalismo no processo do ato infracional.

A orientação teórica usada tem base na análise institucional francesa de Foucault e Lourau, passando pelas ciências sociais e filosofia com Goffman e Guattari. Também transita entre a psicologia e o direito, procurando estabelecer uma relação entre autores das duas áreas. Quanto ao método, trata-se de uma revisão qualitativa e bibliográfica, que corresponde à análise e interpretação dos dados coletados em relatórios e levantamentos governamentais, bem como entrevistas semiestruturadas que usam do método de história de vida. A pesquisa segue preceitos estabelecidos pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo e atende as normas da resolução nº466 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

No momento da inscrição do trabalho a pesquisa ainda está em execução, portanto apresenta apenas como resultados parciais um estudo quanto a realidade da prisão brasileira, a população carcerária ou reincidente e a produção de subjetividade na instituição que contemplam a hipótese de que há mecanismos próprios dela que influenciam na reincidência. Para concluir essa pesquisa, é necessário a conclusão das entrevistas e a análise dessas.

Com base nos estudos feitos até o momento, conclui-se que as prisões reproduzem a violência que supostamente visam combater, sem que seja comprovada sua eficácia na prevenção de novos crimes. Portanto, instituições carcerárias não educam ou ressocializam mas, contraditoriamente, causam danos psíquicos e físicos a seus internos enquanto os forçam a viver de forma a perpetuar situações de violência e ilegalidade que não minimizam a relevância de seu contexto sócio histórico e econômico, junto de todas as variáveis que o levaram até a infração legal. E, somado a isso, estigmatizam o indivíduo uma vez encarcerado, tornando ainda mais difícil sua reinserção na sociedade. Não é possível exigir que alguém que perde condições de dignidade humana tão profundamente esteja, de certa forma, mais apto a viver no que se espera legalmente enquanto em condição de liberdade.

“Que Socioeducativo que é esse?": Trajetória de jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa em Juiz de Fora

Autor: Amata Xavier Medeiros (UFJF)

Coautor: Fernando Santana (UFJF)

O presente trabalho, fruto de um processo de pesquisa de mestrado, aborda a trajetória de jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto, adotando como pano de fundo a criminalização da pobreza e da juventude. Ao falarmos da juventude criminalizada estamos tratando de uma população que tem suas vidas construídas em intersecção com a violência. No entanto, não estamos falando de qualquer tipo de violência, mas de uma que se concretiza para beneficiar determinada classe social, assim sendo, para reprimir e controlar as massas populares e manter a classe dominante. Nesse sentido, se explicita uma violência que é estrutural e estatal, que se materializa por uma injustiça institucionalizada que esses jovens vivenciam em suas trajetórias de vida, não quaisquer jovens, mas os jovens pobres (Martins e Lacerda, 2014). A presente dissertação objetivou compreender as experiências e trajetórias de jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE), especificamente no processo de retorno para o meio aberto (Liberdade Assistida), analisando os desafios, os recursos utilizados e a maneira como percebem esse processo. Segundo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo publicado em 2018, 26.450 jovens entre 12 e 21 anos estavam em regime de privação de liberdade, semiliberdade, internação sanção ou provisória. Soma-se a isso o fato de que o Brasil é o terceiro país que mais encarcera no mundo. O crime, elemento central para as reflexões proposta neste trabalho, precisa ser desnaturalizado, isto é, deve ser



considerado como um produto da nossa construção histórica e social. Por isso, optaremos por utilizar a noção de criminalização, entendendo que se trata de um processo que se constitui a partir da demanda de ordem em uma sociedade dividida em classes. A demanda por ordem da classe dominante sobre a massa de pobres se conformou com o desenvolvimento econômico social da nossa sociedade e se agravou com o desenvolvimento do capitalismo (Wacquant, 2003). No Brasil, a associação ideológica entre pobreza e delinquência será influenciada por algumas condições centrais, que estão articuladas, a saber: a abolição da escravatura e as leis e instrumentos normativos produzidos nesse período; a urbanização das cidades e os reflexos gerados, principalmente, para a população pobre – formada majoritariamente por ex-escravos e indígenas; a associação entre infância, pobreza e violência aliada ao tratamento dado pela sociedade a esse “problema”; e a lógica da prevenção social do crime e do positivismo na análise e intervenção sobre o mesmo (Andrade, *sd*; Santos, 2008). Consideramos que a juventude deva ser concebida como uma produção sócio-histórica, que será permeada por diferentes aspectos e significados a depender do contexto social e das possibilidades vivenciadas em seu cotidiano (Canetti & Maheirieh, 2010; Dayrell, 2003). Em acordo com Dayrell (2003) que considera que essa “fase” não se apresenta de maneira igual para todos, já que a realidade social atravessada por injustiças e estruturada em meio à desigualdade social conformará diferentes modos de vida e experiências singulares. Sendo assim apostamos na adoção de uma concepção sócio histórica deste processo, em detrimento de uma leitura centrada no desenvolvimento humano de base cognitivista e/ou psicodinâmica, que se orienta por princípios epistemológicos universalistas. Destacamos a necessidade de aproximações com abordagens que não entendam a juventude como uma categoria enrijecida e homogênea, que desnaturalize essa relação entre adolescência e uma suposta propensão a condutas antissociais ou delinquentes (Canetti & Maheirieh, 2010; Souza & Paiva, 2012). Além disso, faz-se necessário explicitar que esse tipo de associação que permeia a “juventude em conflito com a lei” é muito bem enquadrada a um tipo de juventude, sendo esta pobre, negra, semi-alfabetizada, precariamente inserida no trabalho e alijada dos direitos sociais, econômicos e culturais (Coimbra & Nascimento, 2003).

Realiza-se a submissão para este GT em razão da interface do tema do mesmo com o cenário de produção da presente pesquisa, considerando a crescente demanda por ordem, punição, controle estatal enquanto dimensões do processo de criminalização. Explicita-se também a consonância com a leitura da realidade adotada no GT, abordando os aspectos da totalidade a qual estamos inseridos, a partir da historicidade dos fenômenos. Orientada epistemológica e politicamente pela Psicologia Social Crítica e pela Criminologia Crítica, este trabalho buscou construir um percurso teórico que subsidiasse as posteriores análises e discussões. A construção dos dados se deu através da utilização de quatro estratégias: a observação participante (OP); o diário de campo (DC); a leitura do processo judicial proveniente da Vara da Infância e Juventude; e as entrevistas orientadas pelo método da história de vida. Os quatro possibilitaram a aproximação e apreensão de dinâmicas e conteúdos significativos apresentados no campo e pelos participantes (Haguete, 2013). Permaneci durante 6 meses no Centro de Referência Especializada em Assistência Social, realizando entrevistas com 7 jovens em cumprimento de LA, baseada no método da História de Vida, compreendida dentro da abordagem biográfica (Chizzotti, 2013). Estávamos interessados a partir do enunciado do jovem, tanto na dimensão subjetiva desse depoimento, quanto na realidade objetiva que este expressava. Isto é, a partir da narrativa construída por esse sujeito sobre sua trajetória de vida, tendo a MSE como um fio condutor e indo além dela, buscávamos compreender suas percepções, sentimentos, experiências e reflexões, dialogando com estrutura de relações colocadas nesse contexto. Acredita-se que, ao mesmo tempo em que o jovem criminalizado fala de si, ele também fala da história de um grupo social e, então, acaba por revelar ou explicitar uma estrutura social na qual eles estão inseridos (Silva, 2002). Para a análise dos dados utilizei a Análise de Conteúdo do tipo temática, formulando 22 categorias organizadas em três famílias. Como principais resultados encontraram-se: a) uma trajetória marcada por vulnerabilidades e múltiplas violências; b) a presença do tráfico enquanto fator de sobrevivência, trabalho e também de ponte para que esses jovens cheguem até a MSE; c) a invisibilidade desse jovem para as políticas sociais paralelamente a uma grande visibilidade para os aparatos da justiça e segurança; d) dificuldades nesse processo de reinserção social, o que denuncia uma precariedade anterior e posterior ao sistema de proteção à infância e adolescência. Considera-se que a realidade desses sujeitos questiona o que é ser jovem. Transformações estruturais que impactem a realidade vivenciada por esses sujeitos são necessárias, todavia, mudanças nos âmbitos das políticas de segurança pública e de suporte e proteção social também devem ser pensadas. Além disso, propostas de trabalho que coloquem a perspectiva do jovem, suas necessidades e realidade como elemento norteador são necessárias para uma intervenção contextualizada e coerente.



GT06: A PSICOLOGIA SOCIAL NO BRASIL: História, formação, intervenções e crítica

A cientificação da Psicologia no início do século XX e sua conversão em tecnologia

Autor: Amélia (UFG)

Esta comunicação oral baseia-se em dois artigos de Dante Moreira Leite (1927-1976), *Filosofia e psicologia e Psicologia e teoria psicológica*, escritos em 1956, durante sua estada nos Estados Unidos, enquanto realizou o pós-doutorado, na Universidade do Kansas. Ambos os textos permitem refletir sobre as concepções do autor quanto à cientificação da Psicologia. Nos textos em análise, o autor refletiu sobre o desenvolvimento histórico desta ciência, principalmente em sua interação com a Filosofia e as ciências naturais, bem como sobre sua função, problematizando as tendências pautadas por teorias e as baseadas em experimentos científicos. Discorre sobre a separação entre a Filosofia e a Psicologia, quando esta última busca se firmar como ciência, escreve sobre as tendências norte-americanas e europeias e aponta limites da ciência psicológica e da comparação com as naturais. Comparou a Psicologia desenvolvida na Europa, com tradição filosófica, com a desenvolvida nos Estados Unidos, que não tinha a mesma tradição. A influência filosófica sobre o desenvolvimento científico europeu faz com que a ciência seja praticada por filósofos habituados à reflexão e não por cientistas que se pautam em observações. Já num país sem tal tradição e em que havia, ao mesmo tempo, pressão advinda de uma sociedade em rápida transformação, o empirismo se estabeleceu e se propagou rapidamente. Retornando ao século XVIII, Leite aponta que Psicologia, Filosofia e Ciência eram indistinguíveis, contudo, a partir do século XIX, quando a Psicologia busca consolidação científica, afasta-se da Filosofia de modo que ambas passam a se relacionar como formas distintas de conhecimento. É então que a Psicologia se aproxima das ciências naturais e passa a empregar seus métodos científicos, o que Dante considera um desenvolvimento natural, em que a ciência psicológica acompanha as demandas do desenvolvimento industrial e do avanço do sistema econômico capitalista. Contudo, ressalta-se, aqui, que as teorias fundamentadas no modelo das ciências naturais, em geral, reproduzem a ideologia e mantêm a ordem social vigente, de modo que as pesquisas realizadas dentro dessa perspectiva são eficientes para descrever com precisão a miséria do existente sem, entretanto, criticá-lo e buscar sua superação (Horkheimer). Ao naturalizar esse movimento, Dante não o critica. Sendo assim, o desenvolvimento científico psicológico não escapa da dialética do esclarecimento (Horkheimer & Adorno), proporcionando avanços e retrocessos no que concerne à compreensão da vida humana. Ao mesmo tempo que lhe garante campo e objeto de estudo – as questões próprias do humano – aprisiona seu objeto na racionalidade própria do sistema econômico capitalista. Algumas teorias da Psicologia adotaram o modelo científico positivista, buscando explicações para os fatos, realizando pesquisas com resultados previsíveis e úteis. Nesse caso, preservam e reproduzem o existente, de modo que a teoria assume uma função positiva. Contrariamente a essa perspectiva, o pensamento teórico crítico, que ambiciona a transformação social, estabelece que o conhecimento científico não deve se adaptar a interesses exteriores a seu objeto, não tem a intenção de remediar problemas ou buscar soluções nessa estrutura social e não aceita como preestabelecidas as determinações sociais (Horkheimer). No lugar de procurar soluções que visem a adaptação à realidade vigente, para que ela funcione melhor, é imprescindível buscar formas de superar as determinações que a produzem e reproduzem, buscando um novo sistema social, em que sejam possíveis o esclarecimento e a emancipação. Esse pensamento é importante porque essa é uma limitação que pode ser percebida nas elaborações de Dante, isto é, a crítica social por ele efetuada acaba por buscar a adaptação à sociedade vigente. Dito de outra maneira, o desenvolvimento científico no quadro das ciências modernas tende a usar a ciência para atender às necessidades do capital e não as humanas. É evidente que a intenção não é descartar o avanço científico que, indiscutivelmente, proporciona melhorias para a vida humana. É fundamental perceber também seus limites e quais são os problemas por ele gerados. No caso da Psicologia, foi importante para consolidá-la como ciência e para aprofundar conhecimentos concernentes ao ser humano e à sociedade, bem como as interrelações entre ambos, porém, serviu também para aprisioná-lo ainda mais ao aparato social. Nesse sentido, a Psicologia aderiu a um padrão de pensamento típico da racionalidade tecnológica, caracterizado pela eficiência padronizada, cujo objetivo é atender às demandas do aparato social, e foi convertida em tecnologia (Marcuse, 1999). O problema dessa conversão é que, ao visar as demandas da sociedade vigente, deixa de visar as necessidades humanas e individu-

ais. A Psicologia científica que tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento econômico e social, trabalha no sentido da adaptação dos sujeitos a essa ordem e não da autonomia e emancipação, essencialmente contrárias à estrutura social estabelecida. Embora Dante tenha criticado a realidade brasileira e percebido a conjuntura nacional como origem de diversos problemas, especialmente no campo educacional, sua perspectiva e conclusões apresentadas tendem a ser mais individualizantes do que sociais. Nota-se que o avanço nos estudos acadêmicos e a estada em uma universidade americana fizeram com que o intelectual lançasse novo olhar sobre a Psicologia e questões epistemológicas, retomando debates filosóficos importantes para a ciência. Entretanto, permaneceu ausente uma concepção social que permitisse criticar o papel de mantenedora e reprodutora do existente quando aplicada como tecnologia. Ressalta-se que Dante Moreira Leite foi um pioneiro fundamental para a Psicologia Social brasileira e as críticas aqui empreendidas buscam destacar a necessidade de uma perspectiva social para a Psicologia em oposição a uma perspectiva individualizante, capaz de considerar as tensões entre indivíduo e sociedade, bem como as determinações sociais sobre a subjetividade individual. À época de Leite, faltava à Psicologia uma teoria social que permitisse esse tipo de crítica, característica que se reflete no autor, também marcado pelas determinações objetivas de seu tempo.

A Psiquiatria nos primórdios do Brasil República: o discurso produzido sobre a loucura na Revista Médica de São Paulo (1898-1914)

Autor: Raquel Morales (PUC-SP)

Triste momento histórico esse que vivemos em que precisamos combater a ode à violência e à mediocridade e reiterar a importância da educação, da universidade, da pesquisa e das ciências humanas para o desenvolvimento do nosso país. Precisamos continuar a defender um Estado Democrático de Direito em busca do desenvolvimento de uma sociedade menos desigual em que os direitos fundamentais estejam assegurados a todas e todos, de uma sociedade que respeite e valorize a diferença entre as pessoas, de uma sociedade, enfim, comprometida com a democracia e com a justiça social.

A história é um campo de disputa. Chesneaux afirma que “Nas sociedades de classe, a história faz parte dos instrumentos por meio dos quais a classe dirigente mantém seu poder”. Construir memória então, para além do discurso oficial, da história dos “vencedores”, é um compromisso político que permite refletir sobre nosso legado, em suas permanências e rupturas. Fomentar a consciência histórica é assim mais uma maneira de resistir aos ataques e retrocessos que vivemos nos dias de hoje. Para nos restringirmos apenas ao campo da Saúde Mental, resalto a reabertura dos leitos psiquiátricos que estavam sendo progressivamente fechados desde a Reforma Psiquiátrica de 2001, o repasse de verba voltando a ser proporcional ao número de leitos ocupados nos hospitais, a internação compulsória para usuários de substâncias psicoativas juntamente com uma política de abstinência, a volta do eletrochoque enquanto método terapêutico, a inclusão das comunidades terapêuticas na Rede de Atenção Psicossocial e ampliação de seu financiamento (Nota técnica nº 11/2019). A volta, enfim, do manicômio.

Em dezembro de 1987, 350 trabalhadores da Saúde Mental se reuniram em Bauru e escreveram uma carta que inaugurou o Movimento da Luta Antimanicomial. Um trecho da Carta de Bauru dizia: “O manicômio é expressão de uma estrutura, presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo de sociedade. A opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes, nos cárceres, a discriminação contra negros, homossexuais, índios, mulheres. Lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida.” E essa carta se encerrava com a tão famosa palavra de ordem: Por uma sociedade sem manicômios!

Eliane Brum, no prefácio do livro “Holocausto Brasileiro” da Daniela Arbex se questiona: “Quem eram eles (os loucos), para além dos nomes apagados?”. E ela mesma responde: “Epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, mendigos, militantes políticos, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros que perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns deles eram apenas tímidos. Cerca de 30 eram crianças. Qual era o destino de quem o Estado determinava que não podia viver em sociedade, que era preciso encarcerar, ainda que não tivesse cometido nenhum crime? Homens, mulheres e crianças às vezes comiam ratos, bebiam esgoto ou urina, dormiam sobre capim, eram espancados e violados.”. Essa era a realidade do Hospital Colônia



de Barbacena, mas também a realidade de tantos outros manicômios brasileiros. Ainda hoje existem inúmeras denúncias de violação de direitos humanos em residências terapêuticas e hospitais de custódia, como pode ser conferido em relatórios publicados pelo Conselho Federal de Psicologia.

Em 1979, Franco Basaglia, psiquiatra italiano pioneiro da luta pelo fim dos manicômios, esteve no Brasil e conheceu a Colônia de Barbacena. Em seguida, chamou uma coletiva de imprensa e afirmou: "Estive hoje num campo de concentração nazista. Em lugar nenhum do mundo, presenciei uma tragédia como essa". O Hospital Colônia de Barbacena matou mais de 60 mil pessoas em Minas Gerais, daí o nome do livro: Holocausto Brasileiro. Os manicômios brasileiros historicamente se configuraram como um lugar de depósito humano, absolutamente insalubre, lugar de encarceramento, de maus-tratos e tortura daqueles que possuíam um comportamento considerado desviante em relação ao padrão de normalidade socialmente estabelecido. Lugar inicialmente de adaptação do indivíduo à sociedade, tornou-se cárcere dos indesejados. Mas, afinal de contas, deve o indivíduo ser adaptado à sociedade? Ou deve a sociedade se adaptar à diversidade dos indivíduos que a compõe?

A Psiquiatria historicamente foi incumbida da tarefa de adaptar indivíduos à sociedade. Mas estaria ela a serviço de quem? No Brasil, a Medicina e a implementação de políticas públicas de saúde buscaram a conformação de um poder disciplinar sobre a sociedade, utilizando-se da noção de cuidado para o controle social nas cidades com vistas à defesa dos interesses das elites. Neste contexto, o controle sobre os corpos tinha por objetivo estabelecer um modelo de homem moralmente padronizado, economicamente produtivo e potencialmente inofensivo, de maneira a contribuir para a estruturação do sistema capitalista em ascensão. A doença seria o principal obstáculo ao progresso da nação brasileira e caberia aos médicos a tarefa de curar a população enferma e regenerar nossa identidade nacional.

O crescimento das cidades gerou o fenômeno urbano da pobreza e a Medicina foi o campo sobre o qual o Estado e as elites se organizaram para gerir este fenômeno. Nasce então a Medicina Social no Brasil, que, sob uma lógica preventiva, vai se debruçar sobre os pobres e seus corpos, os quais começaram a ser vistos como potencial perigo social. Os pobres precisavam ser inseridos na cadeia produtiva em ascensão e aqueles marginalizados (os negros, os mendigos, os loucos, por exemplo) tinham que ser controlados para que não servissem de mau exemplo para o restante da população nem se tornassem força política capaz de se revoltar. Tudo em nome da ordem e do progresso.

Neste contexto, destaca-se a cidade de São Paulo como - nas palavras de André Mota - "centro civilizador e fundador de um Brasil progressista e nitidamente superior". Por conta de sua tradição bandeirante, teria aqui crescido uma população autônoma e forte, de espírito desbravador e progressista. Diante do crescimento econômico proporcionado pela cafeicultura, São Paulo foi então considerada a "locomotiva da nação" e devia assim servir de exemplo para os outros Estados brasileiros.

Em 1892, Franco da Rocha, renomado psiquiatra paulista, veio morar em São Paulo e ganhou a incumbência de organizar o serviço de assistência aos alienados na cidade. O Asilo de Alienados do Juquery foi inaugurado em 1898. Asilo considerado modelo, foi construído segundo as prescrições da psiquiatria mais moderna na época e propunha inicialmente um tratamento moral dos considerados doentes mentais através da chamada "laborterapia" (ou seja, do trabalho compulsório).

Neste momento histórico, a Medicina buscava, através do discurso científico, legitimar-se enquanto prática de cura hegemônica no trato de doentes. As faculdades e as sociedades de Medicina, bem como a imprensa médica foram fundamentais na construção de um saber médico sobre a cidade e sua população. Na cidade de São Paulo, a imprensa médica começou a circular apenas no final do século XIX. Tinha como objetivo organizar a classe médica, ampliar seu conhecimento por meio de pesquisa experimental e fortalecer o processo de legitimação do discurso científico enquanto hegemônico nos métodos e terapêuticas aplicadas nos indivíduos adoecidos e, preventivamente, na população em geral, a partir da busca por um consenso da classe e de uma linguagem universalizada, supostamente neutra e objetiva.

A presente pesquisa de Mestrado tem como objetivo investigar o discurso produzido sobre a loucura pela classe psiquiátrica paulistana a partir das publicações encontradas na Revista Médica de São Paulo: Jornal Prático de Medicina, Cirurgia e Higiene (1898-1914) sobre esse tema. Quem era considerado louco? Quais loucos eram internados no Hospício? Quais as justificativas dadas para os internamentos? Quais os tratamentos dados aos loucos? Como se organizava o Hospício? A partir desses questionamentos, acredito que seja possível esboçar o ideal de homem e de mulher hegemonicamente defendido (e imposto) durante a consolidação do Estado nacional brasileiro e entender qual era a ordem e a moral que deveriam ser salvaguardadas nesse período histórico de transição.



Para isso, foi feito um minucioso trabalho de tabulação de todas as publicações que diziam respeito à Psiquiatria, Neurologia, Psicologia e Medicina Legal ao longo das edições dos 17 anos em que a Revista foi publicada. Das 400 publicações inicialmente selecionadas, 165 foram escolhidas para ser feito um trabalho de descrição de conteúdo e análise do discurso. Tais publicações estão divididas nos seguintes temas-chave: “Hospício e alienação”, “Mulher, infância e sexualidade” e “Degeneração racial e Medicina legal”.

Cacos e restos nos interessam: estudo sobre uma pesquisa em história da psicologia no Brasil.

Autor: Alexia Alves Maurício (Universidade Federal Fluminense)

Coautor: Aline Cypriano Prado (UFF) e Alê Daflon (UFF - Rio das Ostras)

INTRODUÇÃO: O trabalho que se apresenta compõe o projeto de pesquisa vinculado à bolsa de desenvolvimento acadêmico, intitulado “Organização de arquivo relacionado à História da Psicologia no Brasil”, é vinculado à disciplina obrigatória Psicologia e História Social, que trata das relações entre a História e a Psicologia e as contribuições entre esses campos do conhecimento. No Brasil, são vários os grupos de pesquisa sobre a emergência da Psicologia como ciência e profissão, seu processo de institucionalização e as transformações em suas diferentes práticas. De posse de documentos (registro de entrevistas/depoimentos) cedidos pela professora Cecília Coimbra, foi proposto o estudo dos mesmos para criação de um arquivo. No entanto, logo no início do estudo um problema ético se interpôs: o fato dos documentos terem sido produzidos para um determinado fim – a tese de doutorado da professora – e, por se tratarem de depoimentos, não poderíamos disponibilizá-los ao público em geral. Diante deste limite reorientamos o objetivo do projeto. **OBJETIVOS:** estudo dos documentos, levantamento dos temas neles apresentados e escolha de um para aprofundamento e pesquisa. A tese de Cecília Coimbra intitulada “Guardiães da ordem – uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre”, publicada em 1995, é importante obra que apresenta o cenário da psicologia brasileira nas décadas de 1970/80, contando a história do processo de regulamentação da profissão, os primeiros cursos de formação universitária, a participação dos psicólogos no movimento de luta antimanicomial, no combate à repressão vivida no país naquele momento, o desenvolvimento das práticas do Movimento do Potencial Humano, a história da psicanálise, a influência da Análise Institucional e dos psicólogos/psicanalistas argentinos. **RELAÇÃO CLARA COM O GT:** o trabalho parte de uma perspectiva histórica e crítica sobre a constituição da psicologia no Brasil, orientando-nos para as questões contemporâneas que implicam a formação e a prática dos psicólogos. Este estudo insere-se no vasto campo da psicologia social, tendo como elemento fundamental a história e a memória da constituição do campo psi de forma crítica colocando em análise os modelos instituídos desta formação. **ORIENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA:** Os documentos recebidos em duas grandes pastas, estavam já previamente ordenados a partir dos depoentes, em cinco envelopes: 1. “ex-presos políticos”; 2 e 3. “psicodramatistas” e 4 e 5. “psicanalistas”. Ler todos esses documentos tem sido a principal ação do projeto, simultaneamente à leitura de textos/obras que nos ajudam a compreender este rico universo: a tese da professora Cecília, o livro “Usos e abusos da História Oral” (2006) organizado pelas historiadoras Janaína Amado e Marieta de M. Ferreira, o livro da antropóloga Jane Russo “O corpo contra a palavra: as terapias corporais no campo psicológico dos anos 80” (1993) e outros materiais sobre história da psicologia e do Brasil nos períodos 60, 70, 80 e 90 do último século. Durante a leitura encaramos uma certa dificuldade para entender a escrita dos documentos – que são registros manuscritos dos depoimentos – mas apesar disso prosseguimos, em trabalho coletivo, e desenvolvemos um arquivo digital em formato Excel, a fim de registrar dados e informações que julgamos importantes para a compreensão do material estudado. Segundo Amado e Ferreira (2006 p. 250), “(...) é preciso remontar no tempo e estudar o documento oral não somente como fonte, mas também do ponto de vista de sua construção pelo historiador (...)”, no momento em que começamos a leitura nos aprofundamos no período histórico entre os anos de 1970 e 1990 da psicologia e sua formação como profissão e de estudos no Brasil, sendo importante para a nossa formação como psicólogos. Durante a leitura do primeiro envelope, o tema mais recorrente foi o uso de testes psicológicos com presos políticos nos porões da Ditadura-civil-militar. Grande parte dos depoentes relataram terem sido objeto de diferentes avaliações psicológicas, cujas informações eram utilizadas pelo aparelho repressivo. No livro de Cecília há a denúncia de tal prática, quando afirma que psicólogos colaboraram com a repressão ao aceitarem traçar o “Perfil Psicológico do Terrorista Brasileiro”, utilizando-se de testes. A assistência dos agentes de saúde, tornam mais graves os abusos aos torturados na ditadura e, como afirma Silva (2017), a

tortura foi apoiada e respaldada por muitos profissionais da saúde, como psicólogos, psiquiatras, médicos, e de outras áreas do conhecimento, que por meio de seus saberes e práticas fortaleceram ações de violência e de exclusão. “Página infeliz da nossa história” (Chico Buarque, 1984), que só conhecendo a história podemos ressignificar a psicologia, associando suas práticas à defesa intransigente dos direitos humanos e não aquelas de promoção de violência e exclusão. Ao longo do tempo, criaram-se debates para tratar dessa questão, e assim, segundo o Conselho Federal de Psicologia, em seu Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005) é vedado ao psicólogo: “Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão; Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais; Utilizar ou favorecer o uso de conhecimento e a utilização de práticas psicológicas como instrumentos de castigo, tortura ou qualquer forma de violência; acumpliciar-se com pessoas ou organizações que exerçam ou favoreçam o exercício ilegal da profissão de psicólogo ou de qualquer outra atividade profissional; ser conivente com erros, faltas éticas, violação de direitos, crimes ou contravenções penais praticados por psicólogos na prestação de serviços profissionais; entre outros”. (ART 2º; p. 9). Soma-se a isso o atual controle da produção, divulgação e venda de testes psicológicos pelo CFP que analisa e identifica os testes em circulação que devem atender aos requisitos mínimos estabelecidos para seu uso, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população. O psicólogo trabalha visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuir para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CFP, 2005). Assim como relata Bock (1999), o trabalho do psicólogo deve apontar para a transformação social, para a mudança das condições de vida da população brasileira, como também, criar uma psicologia movente, adaptando-se a demandas e a realidade na qual estamos inseridos, a fim de assumir um compromisso social e de intervenção crítica e transformadora da psicologia como ciência e profissão. No segundo envelope estão as entrevistas com os psicodramatistas. O Psicodrama, segundo a FEBRAP – Federação Brasileira de Psicodrama (2018), é um método de pesquisa e intervenção nas relações interpessoais, nos grupos, entre grupos ou de uma pessoa consigo mesma. Foi desenvolvido pelo médico e psicólogo romeno Jacob Moreno, reunindo elementos do teatro (dramatização) aos procedimentos psicoterápicos, sendo um dos pioneiros das psicoterapias de grupo. No Brasil, nas décadas de 1970/80, houve uma grande expansão de tais técnicas e propostas grupais, sendo o Psicodrama um dos destaques. Neste envelope encontramos importantes relatos sobre a constituição das principais instituições psicodramatistas no Rio de Janeiro e São Paulo e o surgimento de diferentes grupos de psicodramatistas brasileiros. Atualmente, no debruçamos sobre a leitura do terceiro envelope que contém as entrevistas realizadas com os psicólogos responsáveis pela divulgação e propagação do pensamento reichiano no Brasil. RESULTADOS: o trabalho encontra-se em andamento com a leitura dos arquivos e textos. Também realizaremos, em outubro, uma entrevista com Cecília Coimbra com o objetivo de compreender melhor seu processo de pesquisa. O desenvolvimento desta ação colabora com a formação em Psicologia, ampliando os conhecimentos sobre sua história no Brasil e contribuindo para a promoção de uma (futura) prática comprometida eticamente com esta história. Em breve escreveremos um artigo compartilhando esta experiência de pesquisa. CONCLUSÃO: Desbravando o material como arqueólogas, buscando cacos, indícios e fragmentos de um processo de pesquisa, de um determinado período histórico da psicologia e daquelas trajetórias de vida, ampliamos nosso conhecimento sobre a profissão que escolhemos de forma interdisciplinar. Diferentes temas surgem durante a leitura, promovendo debates que ampliam a percepção crítica da história da psicologia no Brasil e insights que ajudam a reunir esses cacos em uma composição que nos permite compreender como é necessário conhecer nossa história.



Centro de Educação Comunitária de Meninos e Meninas (CECOM): Diagnóstico e Intervenção

Autor: Andressa Teodoro (PUC Goiás)

Coautor: Thainá Gondim (PUC-GO) e Lenise Santana Borges (PUC/GP)

Este trabalho teve como objetivo a realização de uma diagnose seguida de um projeto de intervenção com fins de cumprimento do Estágio Básico Supervisionado em Psicologia Social Comunitária, do curso de Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Assim, teve-se como campo o Centro de Educação Comunitária de Meninas e Meninos (CECOM) localizado na região noroeste de Goiânia, Goiás e que, à nível de proteção básica, atua com crianças, adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade social. Buscou-se apoio, portanto, no referencial da Psicologia Social comunitária brasileira e americana que tem como objetivo o estudo, a compreensão e intervenção no cenário de questões psicossociais que caracterizam uma comunidade. Sendo este último, um conceito que só passou a ser usado pelas ciências psicológicas a partir dos anos setenta. Na América Latina, nesta época, a repressão, a desigualdade e o sofrimento levaram muitos intelectuais a refletirem sobre a responsabilidade social da Psicologia, o que permitiu aproximações entre esta e as comunidades. Tais aproximações objetivaram levantar projetos de compromisso social, diferentemente daqueles estabelecidos com as elites até então. Nesta direção, a opção metodológica para o desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa-ação participante que pressupõe a co-construção de um compromisso político com a emancipação e com a ação reflexiva, articulando teoria e prática, para desvelar a realidade e transformá-la no sentido de fazer com que todos exerçam sua cidadania e aprendam no processo. Desse modo, o pesquisador admite um lugar de prática política transformadora, assumindo a historicidade, a intersubjetividade e a reflexão. No decorrer das visitas ao local, por meio de técnicas tais como entrevistas, observações e pesquisas documentais, além de se apoiar em pesquisas bibliográficas, foi possível perceber necessidades psicossociais presentes na comunidade em questão. Em primeiro lugar, os relatos dos pais e profissionais apresentavam, com frequência, temas relativos ao tráfico e uso de drogas, principalmente por parte dos adolescentes da região. Nesse sentido, os pais relatavam a falta de recursos para o enfrentamento da drogadição e, muitas vezes, apresentavam discursos de guerra às drogas. Por parte da instituição, também foi possível perceber a complexidade do tema e a necessidade de uma equipe interdisciplinar. Uma segunda questão observada diz respeito a violência. Segundo o diretor presidente, que trabalha no departamento de assessoria jurídica às famílias, a violência doméstica e familiar é demanda recorrente. Os adolescentes atendidos na instituição também relataram vários episódios de violência presenciados no cotidiano, seja na família ou na rua. Por fim, o desemprego, fenômeno que tem se tornado cada vez maior no Brasil, marca presença na vida dos moradores da região noroeste. Por esse motivo, muitos moradores queixam-se de terem que mudar várias vezes durante o ano em busca de aluguéis mais baixos e oportunidades de emprego. Dadas essas condições, julgou-se pertinente realizar um projeto em que fossem complementadas as condições de alimentação dos participantes, bem como promovesse o envolvimento da comunidade no processo participativo enquanto exercício da cidadania pela tomada coletiva de decisões. Assim, propôs a implementação de uma horta comunitária em um terreno propício, de posse do Centro Comunitário e que está atualmente inutilizado. As hortas comunitárias são aquelas instaladas em locais públicos ou privados para uso coletivo dos moradores de uma região. Sua implementação possibilita o aproveitamento racional do uso do solo para a produção de alimentos para populações em situações de vulnerabilidade social. Além disso, pode gerar renda e emprego por meio da comercialização do excedente, assim como promover a conservação ambiental e integração de famílias e comunidades. No que tange às (in) conclusões, este estudo cumpriu com o objetivo principal que foi realizar um diagnóstico seguido de um projeto de intervenção em comunidade específica. Desse modo, foi possível também proporcionar um espaço de reflexão sobre o fazer do psicólogo em outros contextos para além da clínica tradicional. Como consequência, levanta-se indagações acerca do processo de formação deste profissional: quais os limites, as potencialidades e as dificuldades tendo em vista o contexto sócio econômico brasileiro? Além disso, quais os obstáculos para a consolidação da Psicologia Social Comunitária dentro do contexto do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás? A pesquisa-ação participativa também se constituiu um processo de (des)construção na medida em que se reconheceu a complexidade, a instabilidade e intersubjetividade como forma de construção de conhecimento, superando uma visão linear, a-histórica e supostamente objetiva dos fatos. Ademais, a possibilidade de se conhecer o cotidiano de uma instituição que desenvolve trabalhos há 35 anos no nível de proteção básica permite tomar consciência da capacidade de articulação que deve existir entre os vários saberes e setores. Nesse sentido, se reconhece a impor-

tância da interdisciplinaridade e da intersetorialidade para a construção de políticas públicas efetivas. Por fim, no tocante ao projeto de intervenção desenvolvido a partir do diagnóstico institucional, tem-se na horta comunitária a possibilidade de transformação da realidade daqueles envolvidos, o que constitui objetivo principal da Psicologia Social Comunitária. Além disso, a implementação da horta, caso bem-sucedida pode servir como impulso para outras iniciativas de cunho participativo e que provoque transformações na comunidade em questão, em busca do exercício da cidadania e garantia de direitos.

Estágio supervisionado básico - intervenções psicossociais na comunidade Jardim Brasil.

Autor: Woochiton Ramos Lopes Pereira (FUNORTE)

Este trabalho é um relato de experiência do “Estágio Supervisionado Básico III – Intervenções Psicossociais”, com um grupo de 28 idosas em processo de alfabetização na associação de moradores do bairro Jardim Brasil em Montes Claros – Minas Gerais, foram realizados 10 encontros quinzenalmente no período de fevereiro a junho de 2018, pelos acadêmicos do 7º período do curso de Psicologia das Faculdades Integradas do Norte de Minas (Funorte) sob a supervisão da professora Leila Silveira. Foram realizadas intervenções em relação às questões emocionais e psicológicas do grupo, visto que a partir da identificação das demandas foi trabalhado em cada encontro temas com atividades envolvendo memória e percepção das quais viabilizava a interação, o autoconhecimento, a autoestima no intuito de contribuir no processo de alfabetização que era o objetivo do grupo. A alfabetização de idosos não busca somente ensinar a “ler e a escrever”, mas criar possibilidades para que o indivíduo ou o grupo possa exercer a leitura e a escrita de maneira a se inserir de modo mais pleno e participativo na sociedade. A Psicologia permite uma educação libertadora que desenvolve as competências necessárias ao enfrentamento dos desafios do envelhecimento e fortalece a coragem de romper para compor o novo (RABELO, 2010). Diante das limitações psicológicas, físicas e neurológicas pelas quais passam a pessoa idosa, é importante uma melhor compreensão de seu ritmo, habilidades cognitivas e fragilidades características deste estágio do desenvolvimento humano, para que assim, possam ser realizadas intervenções diretas, tornando a pessoa idosa integrada dentro do processo de aprendizagem, não apenas no ambiente escolar, como também em diferentes contextualizações socioculturais (RABELO, 2010). O objetivo do estágio supervisionado básico em Intervenções Psicossociais foi promover atividades que estimulassem a cognição, interação, autoconhecimento e aprendizagem com um grupo de 28 idosas em processo de alfabetização na associação de moradores do bairro Jardim Brasil em Montes Claros – Minas Gerais foram realizados 10 encontros quinzenalmente no período de fevereiro a junho de 2018, pelos acadêmicos do 7º período do curso de Psicologia das Faculdades Integradas do Norte de Minas (Funorte) sob a supervisão da professora Leila Silveira. Foram utilizados como instrumentos técnicos-metodológicos duas técnicas com trabalho de grupos: A oficina psicossocial e grupo operativo. Segundo Afonso (2006) a oficina psicossocial é um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social. A elaboração que se busca na oficina não se restringe a uma reflexão racional, mas envolve os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir. O grupo operativo criado por Pichon Rivièrre define-se por um conjunto de pessoas com um objetivo comum de discussões e tarefas que são colocadas em funcionamento por um coordenador, cuja finalidade é obter, dentro do grupo, uma comunicação que se mantenha ativa, ou seja, criadora. Nessa perspectiva a aprendizagem é centrada nos processos grupais e coloca em evidência a possibilidade de uma nova elaboração de conhecimento, de integração e de questionamentos acerca de si e dos outros (BLEGER, 2007).

Este trabalho é um relato de experiência do “Estágio Supervisionado Básico III – Intervenções Psicossociais”, com um grupo de 28 idosas em processo de alfabetização na associação de moradores do bairro Jardim Brasil em Montes Claros – Minas Gerais, foram realizados 10 encontros quinzenalmente no período de fevereiro a junho de 2018, pelos acadêmicos do 7º período do curso de Psicologia das Faculdades Integradas do Norte de Minas (Funorte) sob a supervisão da professora Leila Silveira. Foram realizadas intervenções em relação às questões emocionais e psicológicas do grupo, visto que a partir da identificação das demandas foi trabalhado em cada encontro temas com atividades envolvendo memória e percepção das quais viabilizava a interação, o autoconhecimento, a autoestima no intuito de contribuir no processo de alfabetização que era o objetivo do grupo. A alfabetização de idosos



não busca somente ensinar a “ler e a escrever”, mas criar possibilidades para que o indivíduo ou o grupo possa exercer a leitura e a escrita de maneira a se inserir de modo mais pleno e participativo na sociedade. A Psicologia permite uma educação libertadora que desenvolve as competências necessárias ao enfrentamento dos desafios do envelhecimento e fortalece a coragem de romper para compor o novo (RABELO, 2010). Diante das limitações psicológicas, físicas e neurológicas pelas quais passam a pessoa idosa, é importante uma melhor compreensão de seu ritmo, habilidades cognitivas e fragilidades características deste estágio do desenvolvimento humano, para que assim, possam ser realizadas intervenções diretivas, tornando a pessoa idosa integrada dentro do processo de aprendizagem, não apenas no ambiente escolar, como também em diferentes contextualizações socioculturais (RABELO, 2010). O objetivo do estágio supervisionado básico em Intervenções Psicossociais foi promover atividades que estimulassem a cognição, interação, autoconhecimento e aprendizagem com um grupo de 28 idosas em processo de alfabetização na associação de moradores do bairro Jardim Brasil em Montes Claros – Minas Gerais foram realizados 10 encontros quinzenalmente no período de fevereiro a junho de 2018, pelos acadêmicos do 7º período do curso de Psicologia das Faculdades Integradas do Norte de Minas (Funorte) sob a supervisão da professora Leila Silveira. Foram utilizados como instrumentos técnicos-metodológicos duas técnicas com trabalho de grupos: A oficina psicossocial e grupo operativo. Segundo Afonso (2006) a oficina psicossocial é um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social. A elaboração que se busca na oficina não se restringe a uma reflexão racional, mas envolve os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir. O grupo operativo criado por Pichon Rivière define-se por um conjunto de pessoas com um objetivo comum de discussões e tarefas que são colocadas em funcionamento por um coordenador, cuja finalidade é obter, dentro do grupo, uma comunicação que se mantenha ativa, ou seja, criadora. Nessa perspectiva a aprendizagem é centrada nos processos grupais e coloca em evidência a possibilidade de uma nova elaboração de conhecimento, de integração e de questionamentos acerca de si e dos outros (BLEGER, 2007).

Gestão com pessoas no terceiro setor

Autor: NANCI RAJAO (PUCMINAS)

Coautor: Patrícia Gomes da Silv (PUC MINAS), Cibele Gonçalves Borba Magalhã, Renata Caroline Rocha da Luz (RENATA ROCHA) e REINALDO ARRUDA PEREIRA (PUC MINAS)

O Projeto de Extensão Gestão com Pessoas no Terceiro Setor teve sua origem nas intervenções dos estagiários supervisionados de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais junto ao Projeto Social Cidadania, localizado no entorno do bairro São Gabriel em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. Foi identificada a necessidade de fortalecer os vínculos comunitários com as associações através do desenvolvimento do coordenador como gestor comunitário. Sendo assim, após essa demanda da comunidade, foi desenvolvido um curso para Capacitação com Líderes Comunitários, com os objetivos específicos de assessoramento de líderes de instituições filantrópicas e/ou comunitárias na gestão administrativa e de pessoas, na capacitação para identificar e preparar novas lideranças para os auxiliar nessas funções e produzir a motivação no desenvolvimento do trabalho voluntário.

A Capacitação de líderes comunitários tem como objetivos gerais promover a construção de um espaço de reflexão a respeito da prática e dos processos de liderança e da gestão com pessoas em comunidades e organizações do Terceiro Setor; e oferecer ferramentas de intervenção e de trabalho psicossocial para a busca contínua de melhores resultados na liderança comunitária.

Os maiores desafios ao longo do processo foi conseguir identificar qual é de fato a atuação do psicólogo nas instituições de terceiro setor. Assim como em algumas empresas, o Psicólogo precisa compreender seu papel nas relações interpessoais, trabalhar com a equipe, realizando intervenções quando necessário, recrutamento e seleção de pessoal, trabalhar as demandas da equipe e dar treinamentos, promover oficinas e elaborar projetos.

Como Domeneghetti (2001) descreve em seu livro sobre a gestão do trabalho de voluntários, essa realidade de falta de estrutura administrativa e informalidade no Terceiro Setor tem caracterizado a grande maioria das empresas sem fins lucrativos e entidades não governamentais voltadas para o atendimento aos problemas sociais que a população de baixa renda enfrenta. Essa autora afirma que “o ideal generoso, altruísta e muitas vezes religioso, que normalmente norteiam a criação dessas empresas, deve vir acompanhado por uma visão gerencial



e um rigor financeiro, com vistas à transparência das ações, para que a entidade obtenha de forma plena a realização de sua missão” (DOMENEGHETTI, 2001, p. 5). A autora acredita que a busca de profissionalização dos voluntários envolvidos, para que passem do simples compromisso à eficiência e sejam qualitativamente preparados, deve ser almejada para que o trabalho tenha continuidade nessa luta contra a dor, a tristeza e a exclusão dos assistidos.

A metodologia utilizada é participativa e fundamentada nas teorias grupais de autores como Pichón-Rivière, Kurt Lewin, Bion e W. Schultz (MOSCOVICI, 1978), com técnicas de intervenção psicossocial e de dramatização. A intervenção psicossocial utiliza-se de atividades de grupo como recurso para a identificação e o compartilhamento de experiências e problemas comuns o que tem como resultado, segundo Jacques e colaboradores (2007, p.220), “a construção de ações coletivas que visem a preservação de direitos humanos fundamentais, (...) favorecem o engajamento social e a proposição de ações capazes de promover mudanças nas situações de trabalho”, nesse caso do trabalho voluntário. Utiliza-se ainda de conteúdos próprios das Psicologia Organizacional e do Trabalho, como recrutamento e seleção de voluntários e o desenvolvimento na autonomia e empoderamento dos moradores das comunidades.

Os instrutores voluntários e os participantes das atividades ofertadas pela instituição, a partir da análise coletiva dos objetivos individuais e do trabalho nas atividades que exerciam, definiram os conteúdos a serem aprendidos e os modos de participação no grupo. Para aumentar o nível de formalidade das ações e diminuir as incertezas dos participantes com os objetivos da instituição serão desenvolvidas atividades participativas e coletivas sobre a missão e os objetivos do Projeto Social Cidadania, sobre o relacionamento interpessoal entre os instrutores voluntários e alunos, ações dinâmicas de inclusão de novos voluntários, busca da excelência na administração com definição das funções dos coordenadores e definição de metas e resultados esperados pelos moradores. Espera-se assim que a comunidade assuma o projeto como seu e aumente o comprometimento e participação junto ao projeto com ações inovadoras e propositivas visando o bem-estar da comunidade e o exercício da cidadania. A análise coletiva dos problemas vivenciados pelos atores sociais permite o desenvolvimento da consciência crítica que mobiliza para a ação e rompe com a postura da resignação. Temos como pressuposto que o saber acadêmico e científico não é superior, mas complementar os saberes e alternativas construídas pelos atores sociais a partir das reflexões e análise sobre os problemas psicossociais que vivenciam.

Os estagiários e extensionistas de psicologia exerceram a função de facilitadores das relações interpessoais e do planejamento das atividades junto aos moradores da comunidade, em especial a articulação com os cursos de Direito e de Ciências Contábeis que poderão complementar as atividades propostas pelos participantes. Essa articulação se deu após a demanda dos líderes comunitários, em relação às dificuldades enfrentadas nas questões jurídicas e contábeis do Terceiro Setor.

Os líderes comunitários são de extrema importância para o desenvolvimento social e busca de recursos para as comunidades, que por vezes são marginalizadas pelo estado e tem um déficit em relação aos serviços prestados como educação, saúde e segurança. Esse pouco apoio nas comunidades gera uma gama de consequências como aumento das violências, pobreza e desvalorização dos sujeitos pertencentes às comunidades. Os líderes comunitários são sujeitos de resistências junto aos movimentos sociais e coletivos, buscando a proteção e defesa dos direitos, luta pela democracia, combatendo as opressões e explorações da sociedade frente aos sujeitos mais vulneráveis. A participação dos líderes comunitários na política amplia os espaços de participação da comunidade, bem como o seu desenvolvimento, autonomia e crescimento.

A Capacitação de líderes comunitários se iniciou em fevereiro de 2019, e será finalizado em novembro de 2019, sendo assim, os resultados são parciais. A partir da análise quantitativa e qualitativa realizadas no fim do primeiro semestre demonstrou que os líderes tiveram boa aceitação em relação ao curso, bem como um bom desenvolvimento das competências como líderes e melhorias em relação a captação de voluntários, recursos para as associações e ampliação nas formas de comunicação.



Grupo de meninas na escola como possibilidade de autonomia e transformação social

Autor: Isadora Loyola Pinheiro

O presente trabalho é um relato de experiência de estágio supervisionado em Psicologia Social da Universidade do Vale do Sapucaí, em Pouso Alegre, sul de Minas Gerais. O mesmo foi realizado por meio de diagnóstico institucional numa escola estadual, na qual pode-se elencar fatores essenciais para o desenvolvimento de ações dentro do âmbito escolar direcionadas aos adolescentes. Através do levantamento de demandas com alunos e membros da direção, destacaram-se temáticas psicossociais relacionadas à adolescência com urgência para serem trabalhadas, principalmente com o gênero feminino. Sendo que, tais informações foram evidenciadas por meio de entrevistas e levantamento de dados a respeito da instituição e seus membros e também rodas de conversa com grupos de alunas, nas quais esses assuntos foram discutidos amplamente, trazendo à tona ideias de trabalho em grupo.

Diante disso, surgiu a necessidade de se incentivar as adolescentes a conhecerem seus direitos para sua própria proteção, crescimento e fortalecimento, promover o empoderamento feminino e conscientizar sobre sua garantia de escolha. Também dar visibilidade e reconhecimento aos problemas que afetam suas vidas em uma reflexão que as faça contribuir umas com as outras através de relatos pessoais mediados por meio de ferramentas grupais que fortaleçam os vínculos e quebre barreiras de rivalidade.

Este projeto teve como objetivo desenvolver potencialidades permitindo que as jovens se reconheçam dentro de um grupo e se apropriem de suas capacidades, estimulando posicionamentos perante a realidade social que enfrentam. Logo, salienta-se o incentivo à responsabilidade, criatividade e também a desconstrução e construção de novos olhares sobre a mulher na sociedade. Principalmente ao despertar a vontade de criar e ocupar espaços que as representem.

Desse modo, foi definido um grupo de meninas na instituição com intuito de dialogar, refletir e concretizar ações relacionadas às temáticas da adolescência e do gênero feminino, fortalecendo vínculos e favorecendo a saúde mental das alunas. Além de apoiar a interação entre elas, criando um espaço permanente de apoio e acolhimento onde possam discutir questões pessoais e coletivas, bem como produzir ações concretas através disso.

O projeto se relaciona com o grupo de trabalho e eixo temático 7 - Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções, pois descreve uma intervenção psicossocial no contexto comunitário de uma instituição pública, com jovens em situação de vulnerabilidade social tanto no aspecto financeiro, quanto em termos de vivência familiar e social saudável.

Foi utilizada a linha teórica da psicologia institucional no levantamento de demandas e na estruturação das estratégias do projeto. Tendo em vista que, a prática da Psicologia Social dentro do contexto institucional escolar é fundamental para a emancipação e autogestão de grupos de adolescentes que se tornem autônomos no trabalho de requerer e modificar suas realidades, uma vez que se entende a importância da formação de grupos de reflexão acerca das questões já explicitadas.

Nesse sentido, segundo a técnica de grupo operativo descrito por Pichon-Rivière (1998), os sujeitos envolvidos no grupo desempenham uma análise, investigação e interpretação de questões, o que resulta num processo de aprendizagem a respeito das mesmas. Além disso, há uma interação entre as participantes, na qual uma pode identificar-se com a outra, ir de encontro ou não com suas visões e assim se modificarem mutuamente. Na concepção do autor, o grupo possui capacidade de transformação da realidade, uma vez que passam a compartilhar objetivos comuns e participarem ativamente de forma criativa, possibilitando a criação de vínculos. Assim, as relações entre os membros se constituem progressivamente. Considerando que, a psicologia social valoriza o grupo como elemento primordial de interação, o grupo operativo surge como forma de proporcionar entendimento do funcionamento dessas relações dentro e fora do grupo.

Na psicologia institucional, de acordo com a perspectiva de Bleger (1984) a instituição pode servir como meio de oferecer aprendizagem, no entanto também pode ser alienante, onde os sujeitos são submetidos a repetir estereótipos através da adaptação as normas institucionais. Por isso, na escola é importante a existência de espaços onde os alunos possam se posicionar e construir suas próprias formas de ocupação. Logo, o grupo permite não apenas discutir temáticas de seu interesse, mas implica a ocupação de um espaço que promove a autonomia, emancipação e estimula capacidades.

Com isso, o grupo foi formado com limite de 15 participantes entre 14 e 16 anos e a quantidade foi definida devido a disponibilidade de tempo e manejo. Os encontros foram divididos semanalmente por temas listados



previamente, em que se utilizou de recursos como: dinâmicas, rodas de conversa, debates e atividades artísticas. Sendo possível notar a evolução das jovens no desenvolvimento emocional e social, a sensação de pertencimento e motivação desencadeada no decorrer do processo, bem como a autoconsciência resultado do reconhecimento de suas próprias identidades. No decorrer dos encontros, as jovens se apropriaram do objetivo, criando formas de intervenção dentro da escola com base nos assuntos que se trabalhava dentro do grupo. Além de conseguir organização e condições de fortalecimento da saúde e bem-estar das integrantes. Tendo em vista as estratégias iniciais propostas para atingir o objetivo do projeto, foi possível notar benefícios nas relações interpessoais como consequência das discussões reflexivas.

Em síntese, com a intervenção na instituição foi possível enxergar a escola para além da perspectiva ensino-aprendizagem do método de sala de aula, entendendo que os alunos devem ser englobados em seu contexto biopsicossocial para que haja possibilidade de bem-estar, interação, participação, identificação e construção de saberes. Portanto, a modificação destes modelos de ensino e a inclusão de novas formas de atuação na escola, contribui para que os alunos sejam agentes transformadores, assim como funcionários, professores e membros da direção atuem em conjunto na descoberta dos potenciais que a escola pode experimentar.

Bleger, J. (1984) *Psico-higiene e Psicologia Institucional*. Porto Alegre: Artmed.

Pichon-Rivière, E. (1998) *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes.

Possíveis articulações entre a Psicologia Social Comunitária brasileira e a Teoria Marxista: uma revisão bibliográfica dos anos 1960 a 1980.

Autor: Gabriella Pedroso Machado (Universidade Federal de Goiás)

Coautor: Fernando Lacerda (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)

O presente trabalho apresenta os resultados de pesquisa que teve como temática a Psicologia Social Comunitária e buscou analisar a presença do marxismo nos primeiros trabalhos teóricos de Psicologia Comunitária, isto é, buscamos identificar, como se deram as articulações entre Psicologia Comunitária e Marxismo e se elas de fato ocorreram nas produções entre as décadas de 1960 e 1980. Os objetivos específicos foram: identificar a corrente específica do marxismo que os autores utilizaram em seus trabalhos; identificar autores marxistas mais influentes nos trabalhos teóricos sobre psicologia comunitária; identificar conceitos ou concepções marxistas utilizados nos trabalhos encontrados.

Entende-se que o trabalho tem relação com o GT06: "A PSICOLOGIA SOCIAL NO BRASIL: História, formação, intervenções e crítica", na medida em que a pesquisa em questão busca aprofundar o estudo da Psicologia Comunitária no Brasil a partir de uma perspectiva histórica e crítica e buscando problematizar a formação e as influências teóricas na construção do discurso e dos objetivos do campo que estabelece suas origens nos períodos entre as décadas de 1960 e 1980.

A pesquisa foi realizada tendo como base a orientação teórica e o método dialético proposto por Marx, considerando sempre o movimento histórico e a totalidade, além de tentar alcançar em todo o processo da pesquisa, o aspecto filosófico, concreto e político que abrange o objeto estudado: "o método dialético implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo" (MIOTO & LIMA, 2007, p.40).

Para a realização da pesquisa, em primeiro lugar foi definido o recorte temporal entre os anos de 1960 e 1980, pois diferentes autores (FREITAS, 1996; LANE, 2002; GONÇALVES & PORTUGAL, 2012) apontam que a partir da década de 1960 já existem discussões iniciais acerca da Psicologia Comunitária. Depois de decidido o recorte temporal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em diferentes bases de dados. A pesquisa bibliográfica é caracterizada por buscar, através de procedimentos específicos, traçar soluções cujo o foco é sempre o objeto de estudo, realizando aproximações sucessivas com a realidade. Quando se fala em pesquisa bibliográfica é relevante evidenciar que ela é feita sempre com o objetivo de fundamentar teoricamente o objeto a ser estudado, fornecendo fundamentos que auxiliam em futuras análises dos dados alcançados (LIMA & MIOTO, 2007).

Em primeiro lugar, a pesquisa foi realizada nas seguintes bases: Scielo e Index Psi. As palavras-chave utilizadas foram: "Psicologia Comunitária", "Psicologia na comunidade", "Psicologia e Comunidade", "Psicologia da Comunidade" e "Psicologia Social Comunitária". Em nenhuma das bases foram encontrados textos publicados no período definido para a pesquisa.



Por isso, foi realizado um levantamento a partir das referências bibliográficas presentes em diferentes estudos sobre a história da Psicologia Comunitária (os estudos foram: FREITAS, 1996; VASCONCELOS, 1987; LANE, 2002; GONÇALVE & PORTUGAL, 2012; BAIMA, 2019) e nos primeiros volumes da revista *Psicologia e Sociedade* (ABRAPSO).

O levantamento resultou na seleção de quatorze textos, todos publicados ao longo da década de 1980. Foram selecionados apenas os textos que tratassem diretamente Psicologia Comunitária. Dos textos previamente selecionados dois foram excluídos: o trabalho de Lane (1981), pois não obtivemos acesso e Ammann (1980) por não ser uma obra que trata diretamente da atuação em Psicologia Comunitária.

Por fim, foram selecionados doze textos que foram lidos e analisados com a finalidade de identificar principais ideias e se os autores, nos textos selecionados, apresentavam aspectos da teoria marxista. Quando sim, tentamos identificar qual marxismo os autores utilizaram em seus trabalhos. Também tentamos identificar autores marxistas mais influentes nos trabalhos teóricos sobre psicologia comunitária e conceitos ou concepções marxistas que apareceram nos trabalhos selecionados. Para tanto, foi construído um roteiro que orientou na leitura dos textos selecionados com a finalidade de identificar: o objetivo do texto, a ideia de transformação social, os autores com quem dialoga e categorias apresentadas, o que auxiliou no processo de análise.

O único trabalho que, de forma explícita, apresentou uma influência marxista em seus textos foi o de Góis (1988), ao destacar um diálogo direto com Leontiev e, assim, se fundamentar em uma teoria de base marxista: a teoria da atividade. Já nos outros trabalhos, apesar de não existirem referências diretas ao pensamento de Marx, é possível identificar algumas articulações com o marxismo. São trabalhos que não tentam conformar o marxismo como base teórica das primeiras experiências em psicologia comunitária, mas que apontam alguns pontos de convergência com o materialismo histórico e dialético ou utilizam autores que, de alguma forma, foram influenciados por Marx, especialmente Paulo Freire, uma das mais importantes referências nos primeiros trabalhos.

Os pontos de convergência encontrados foram: (1) a preocupação com a transformação social ou com a função social do psicólogo; (2) a preocupação com a deselitização do fazer profissional da psicologia; (3) a noção de indivíduos como seres históricos sociais; (4) a vinculação com os movimentos populares de reivindicação e lutas de caráter anticapitalista; (5) a fundamentação nas categorias de conscientização como objetivo a se alcançar e de luta de classes, ainda que, neste caso, os textos não deixam evidente a relação antagônica entre capital e trabalho (ver: BAIMA, 2019).

Concluimos, a partir da análise dos textos, que os trabalhos consultados não dialogam diretamente com a teoria marxista. Apesar de existirem pontos de convergência, as ideias não são suficientes para o que entendemos por marxismo, de maneira que a primeira manifestação de Psicologia Comunitária não discute, ainda, a necessidade da emancipação no sentido de um compromisso com as mudanças estruturais na sociedade. O foco da Psicologia Comunitária foi, fundamentalmente, sobre questões imediatas, em especial situações de pobreza. Sendo assim, ao contrário do que alguns autores afirmam (GÓIS, 2005; FREITAS, 1996), as ideias e teorias marxistas não se apresentam ao longo dos trabalhos de forma expressiva com olhar para mudanças estruturais em seu horizonte de atuação.

Referências

BAIMA, L. S. *Psicologia e Luta de classes no Brasil: uma análise histórica da inflexão política da Psicologia Comunitária*. Tese (Doutorado em Psicologia) Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2019.

FREITAS, M. F. Q. (1996). *Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária*. In Campos, R. H. F., Lane, T. M. S., Sawaia, B. B., Freitas, M. F. Q., Guareschi, P. et al.(Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes

GÓIS, C. W. L. Reflexões sobre psicologia comunitária. *Revista de Psicologia*. Fortaleza. n.6 v.2, 1988. p. 25-31
_____. *Psicologia comunitária*. In: GÓIS, C. W. L. *Psicologia comunitária atividade e consciência*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005. p. 19 - 54.

GONÇALVES, M. A; PORTUGAL, F. T. Alguns apontamentos sobre a trajetória da Psicologia social comunitária no Brasil. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 32, n. spe, p. 138-153, 2012

LANE, S. T. M. (2002). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In Campos, R. H. F. *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp.17-33). Petrópolis: Vozes.

LIMA, T. C. S., MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

VASCONCELOS, E. M. *O que é psicologia comunitária*. 3 ed. 1987/1984. São Paulo: Brasiliense.



Reflexões de estudantes de psicologia sobre as disputas e conflitos na Cracolândia

Autor: Erich Montanar Franco (Universidade Mackenzie) e Gabrielle

Recentemente, vivenciamos um conjunto de ações de desocupação de uma parte da região central da cidade de São Paulo conhecida como Cracolândia. Essa denominação deve-se a ocupação desse espaço por um grande número de traficantes e usuários de crack, dentre estes últimos, muitos estão em situação de rua. A ação violenta das forças policiais para a desocupação da área gerou amplos debates acerca do uso do espaço público, da especulação imobiliária e, principalmente, das formas de tratamento de usuários de drogas em condição de dependência química e em situação de rua. Profissionais de saúde diversos têm sido convocados a propor ações para o enfrentamento do problema e, em virtude das especificidades da profissão, a Psicologia se destacou nesse cenário. Contudo, muitas práticas ainda se orientam por uma perspectiva moral e estigmatizante. Os estudos voltados para as concepções e práticas de psicólogos indicam importantes transformações na profissão, contudo, ainda persistem elementos próprios de uma perspectiva fragmentada de sujeito e que desconsidera sua condição sócio histórica. Muitas vezes, a cultura de seu grupo de pertencimento se sobrepõe às orientações técnicas para o trabalho. Diversos autores, afirmam que aspectos históricos das práticas e da formação do psicólogo no Brasil explicam esse posicionamento profissional. Argumenta-se que há uma tradição apoiada predominantemente no referencial psicanalítico e em concepções que fragmentam o sujeito desconsiderando as variáveis sociais, culturais e políticas constituintes do humano. O presente estudo objetivou analisar discursos de estudantes de psicologia a fim de compreender suas concepções e posicionamentos frente às ações policiais na região central da cidade de São Paulo conhecida como Cracolândia. A coleta de dados foi realizada por meio de grupos focais, técnica que consiste em intervenção grupal utilizada para se compreender práticas cotidianas, ações e reações frente a eventos, aspectos atrelados a crenças, hábitos, valores e representações. Os conteúdos expressos são fruto da interação e da troca entre os participantes, o que é dito por um indivíduo pode influenciar os outros participantes, fazendo com que a discussão seja aprofundada. O convite para os grupos focais ocorreu de forma direta nos espaços de convívio no campus da universidade. Todos participaram de forma livre e esclarecida e foram resguardadas a confidencialidade das informações e a liberdade de se retirar da pesquisa a qualquer momento. As atividades foram desenvolvidas em local que garantiu a privacidade e conforto aos participantes. Destaca-se que esse tipo de atividade oferece risco mínimo aos participantes, além de propiciar reflexões sobre importante temática relacionada à formação do psicólogo. Foram realizados quatro grupos focais distintos com um total de 15 estudantes do último ano do curso de psicologia de uma universidade privada localizada na cidade de São Paulo. Esses estudantes foram escolhidos por estarem completando a formação em psicologia e mais próximos da vida profissional. Do primeiro grupo participaram cinco estudantes, dos segundo e terceiro grupos participaram três estudantes e do quarto estiveram presentes quatro participantes. Para a formação dos grupos priorizou-se a disponibilidade dos colaboradores. O papel da moderadora foi o de facilitar a interação entre os participantes, fazendo com que pudessem se expressar de forma livre e refletida. Sua função foi garantir que todos os indivíduos pudessem colocar em pauta o seu ponto de vista. O conteúdo dos discursos sobre as ações policiais na Cracolândia foi agrupado em quatro categorias temáticas: Cracolândia e a mídia, O policial e as Ações Policiais, Uso e Usuários e Tratamento. De modo geral, os entrevistados manifestaram reflexões sobre a complexidade dos problemas sociais que se evidenciam na disputa por esse espaço urbano ocupado por diferentes atores sociais, mas que passa ser reconhecido midiaticamente pelo consumo e comércio de drogas. Para os participantes, as intervenções policiais nesse território são respaldadas por uma mentalidade proibicionista. Ao mesmo tempo, alguns estudantes manifestaram concepções que reduzem à esfera individual o problema do uso/abuso de drogas, excluindo fatores sociais e culturais. As discussões realizadas nos grupos apontam para o fato de que predomina entre os estudantes um posicionamento divergente do proibicionismo. Muitas vezes, durante as conversas, os participantes mencionam a violação de direitos dos usuários de crack quando lhes é imposta uma abordagem de tratamento que desconsidera a multiplicidade de elementos que constitui sua vida. Verificamos, assim, que grande parte deles expressou concepções que se afastam da lógica biomédica e se amparam em uma noção de intervenção que leva em conta fatores como o território, comunidade, variáveis econômicas e políticas. Ademais, foi possível observar a percepção dos próprios participantes sobre seu distanciamento em relação à realidade concreta da Cracolândia. Segundo os relatos, há um distanciamento geográfico e grande superficialidade no que diz respeito às informações sobre os eventos debatidos. Podemos supor que esses posicionamentos podem estar relacionados adoção das Diretrizes Curriculares Nacionais e à ampliação do campo de trabalho para a psicologia, o que se evidenciou nas experiências de estágio dos próprios participantes

da pesquisa. Apesar da amostra ser reduzida e relativamente homogênea, o que não nos permite generalizações, a pesquisa permitiu uma aproximação das formas de pensar de estudantes de psicologia sobre as intervenções policiais na Cracolândia, oportunizando aos participantes reflexões acerca da formação em psicologia e sobre a complexidade de algumas das questões com as quais os psicólogos se confrontam durante a atuação profissional.

Representação social de aprendizagem por professores de Psicologia: uma revisão da literatura

Autor: CRISTIANE GUIMARÃES (UNESA)

A pesquisa teve como objetivo realizar uma revisão da literatura sobre o que pensam professores de psicologia, que trabalham na licenciatura em Pedagogia, formando futuros professores do ensino fundamental, sobre o que é aprendizagem e consequentes influências no trabalho docente. Foi realizado levantamento dos artigos, dissertações e teses sobre a temática, sobretudo os que se utilizam da Teoria das Representações Sociais, como forma de acesso a esse conhecimento. A busca ocorreu entre março/ maio de 2019 no Google acadêmico e no repositório de teses e dissertações de universidades públicas e privadas no Brasil. Pelo número exorbitante de publicações encontradas a partir dos descritores “representações sociais”, “psicologia” e “aprendizagem”, foram feitas sucessivas reduções, focalizando estudos de representações sociais de aprendizagem por professores e alunos, ainda que não relacionados aos sujeitos escolhidos. A análise temática do material encontrado mostrou que há poucas publicações sobre as representações sociais de aprendizagem sem ligar a mesma ao seu produto e avaliação. Os trabalhos analisados focam seus estudos em representações sociais de aprendizagem de professores e alunos de vários segmentos educacionais de várias partes do Brasil e um de Portugal. Em primeiro lugar é importante ressaltar que alguns documentos tratam o processo de aprendizagem como se fosse “unificado” ao processo de ensino, ignorando as diferenças que esses conceitos podem suscitar. A análise dos documentos apresenta diferentes concepções de aprendizagem. Alguns relacionam a aprendizagem somente à escola e a concepção de aprendizagem escolar aparece fortemente relacionada às atitudes e comportamentos das crianças que, por sua vez, são condicionados pelo apoio que recebem, ou não, de suas famílias. Em momento algum aparecem questionamentos quanto ao papel da cultura escolar na manutenção e na reprodução das dificuldades apresentadas pelas crianças. Assim também como o aprender, tanto para professores quanto alunos, aparece como sinônimo de ausência de erros, sendo um processo individual e não social. Os professores sujeitos dos trabalhos depositam a maior responsabilidade pela aprendizagem na família e ao próprio aluno, não considerando a correspondência entre a metodologia e sua prática com a dificuldade do aluno. Quase todos os trabalhos, à exceção de um artigo, usam como fundamentação teórica a Teoria das Representações Sociais de Moscovici (1961). Somente dois trabalhos apresentam em suas conclusões discussões sobre os processos de ancoragem e objetivação. Há poucas publicações sobre as representações sociais de aprendizagem sem ligar a mesma ao que consideram seu produto e sua avaliação. Vários sujeitos também ligam a aprendizagem especialmente ao ambiente escolar, não reconhecendo o papel da aprendizagem na vida humana, em todos os seus aspectos. Dentro destes trabalhos é interessante notar que o processo de aprendizagem ou das dificuldades de aprendizagem dos alunos é identificado como sendo individual, não um processo que envolve professores, alunos, famílias, situação social, processos culturais. Isso vai na contramão daquilo que está explícito nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Os PCN constituem material elaborado a fim de servir como ponto de partida para o trabalho docente, norteados as atividades realizadas na sala de aula, que atendam à complexidade do processo de ensino e aprendizagem em seu marco explicativo apontado como perspectiva construtivista, considerando o processo fruto de um contexto histórico, cultural e social. Os trabalhos discutem como o aprender se materializa ou se concretiza na realidade observável pelo outro, na forma de provas/ avaliações ou trabalhos e como as representações sociais dos professores e dos alunos se refletem nesta materialização ou resultados, especialmente no ambiente institucional escolar. Alguns trabalhos fazem considerações sobre a relação importante que se estabelece entre professores e alunos e o afeto envolvido nesta relação. Não há, entretanto, considerações mais aprofundadas sobre como este afeto se manifesta ou não se manifesta. Como convergência nesta análise, podemos dizer que quase todos os trabalhos apontam para a necessidade de maiores pesquisas sobre representações sociais de aprendizagem ou de ensino-aprendizagem ou de fracasso escolar. Na medida em que se entende que esta compreensão poderá gerar mudanças significativas na prática da educação, especialmente a educação no ambiente escolar. Nenhum trabalho foi encontrado sobre a representação social de

aprendizagem por professores de psicologia, o que se configura como uma lacuna significativa. Chama a atenção esse fato, tendo em vista que são estes profissionais que apresentam aos futuros professores de todos os níveis de ensino o que é aprendizagem e quais seriam os seus problemas ou dificuldades. Não apareceu, tampouco, a menção à influência que as concepções de aprendizagem desses sujeitos de algum modo determinam suas práticas. A revisão mostrou que ainda se fazem necessárias pesquisas mais aprofundadas sobre a temática em questão. Esta pesquisa se relaciona com o Eixo 7 do encontro, na medida em que traz considerações sobre as crenças e valores, a construção dos saberes sociais de professores sobre aprendizagem. Considera-se que aquilo que é ensinado (e aprendido) sobre aprendizagem pelos docentes, repercutirá em sua sala de aula depois. Ou seja, em se considerando que a aprendizagem é um fato “isolado”, responsabilidade dos alunos individualmente (ou de suas famílias), criamos um espaço de aprendizagem onde o social não tem qualquer importância. Apresentando a Teoria das Representações sociais, a pesquisa se liga ao GT06 - A Psicologia Social no Brasil: história, formação, intervenções e crítica – e traz importante contribuição para o papel do psicólogo na formação dos pedagogos/docentes.

Usos de Foucault na Psicologia Social brasileira

Autor: Amanda Magalhães (UFPA)

Coautor: Emanuel Messias e Flávia Lemos

Neste trabalho, investigamos usos do filósofo francês Michel Foucault (1924-1984) na Psicologia Social brasileira a partir de uma pesquisa histórico-documental aproximada dos Estudos de Recepção. Diante da grande amplitude e formas possíveis de realizar esta empreitada, nosso corpo documental foi composto dos números de uma das principais revistas deste campo de saber: a Psicologia & Sociedade, da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

Para a busca dos estudos que fizeram uso da obra de Foucault na Revista, foi considerado o número total de artigos, desde sua fundação, em 1986, até 2017. No recorte que compreende de 1986 até 2001, cujas edições estão disponíveis no site da ABRAPSO em formato DOC, o nome “Foucault” foi pesquisado em cada arquivo e todos os artigos contendo-o foram incorporados no grupo de documentos para análise. As demais edições foram acessadas através da plataforma SciELO. Neste caso, utilizou-se, na ferramenta de busca do sítio eletrônico, a palavra “Foucault” sem outras delimitações. Fomos levados a artigos que traziam o nome do autor no resumo.

O total de artigos encontrados foi 91 (noventa e um), dos quais 90 (noventa) foram selecionados para análise. Um artigo foi excluído por ser publicado em língua não dominada pela pesquisadora. Os demais, escritos em português, espanhol e inglês, foram lidos na íntegra. Enquanto estratégias de apropriação das informações pertinentes à pesquisa foram feitas anotações em fichas impressas com campos referentes às principais características a serem observadas em cada estudo e a posterior organização de todas as informações em tabelas do EXCEL.

Para além das informações mais objetivas acerca dos textos (ano, vinculação institucional dos autores, temas e delineamento dos estudos, entre outras), observou-se a maneira com que se davam os usos de Foucault no decorrer do recorte temporal estabelecido (1986-2017), considerando as obras mais citadas, usos dos conceitos em relação aos temas trabalhados e a articulação realizada entre o filósofo francês e outros autores.

Observamos, a partir de nossas análises, um ponto importante de inflexão das formas de usos de Foucault na Revista. Por conta disso, optamos por separá-los em duas fases: uma que se estende de 1986 a 2001 e uma que vai de 2004 a 2017. Em ambas, os temas trabalhados são praticamente os mesmos, porém, os tipos de uso sofrem mudanças significativas. Importante ressaltar que, dentro de nossas buscas, não foram encontrados artigos dos anos de 2002 e 2003. Visto que os trabalhos deste período já se encontravam indexados na plataforma SciELO e que em nossas buscas por “Foucault” fomos levados a artigos com o nome no resumo, pode-se supor que nestes dois anos não houve esse tipo de utilização do autor.

A separação dos estudos em dois grupos foi motivada principalmente por quatro razões: (1) a aparição de um Foucault majoritariamente voltado para a discussão das políticas públicas nos anos 2000, que, na Revista, aparece em 2004, e compreende uma discussão voltada para leis, direitos, saúde mental e coletiva, educação, segurança, medicalização, judicialização, entre outros; (2) a popularização de seu uso como principal base teórica dos trabalhos, tendo acionados conceitos de toda a sua obra – o que se dá desde o fim da década de 1990, aumentando de frequência com o passar do tempo; (3) o início da apropriação de uma maior diversidade de textos traduzidos, que já estavam disponíveis na primeira fase, mas não foram utilizados; e (4) o início da utilização do autor também



como base metodológica dos estudos, seja a partir da análise do discurso ou da pesquisa documental, que se apresenta na Revista desde 2006.

O primeiro grupo de usos é composto de vinte e três artigos e, em sete deles (30,4%), Foucault é autor fundamental para a proposta desenvolvida no trabalho. Nos demais, é apenas citado, seja para ter seu nome vinculado a alguma perspectiva filosófica, seja para apresentar algum conceito, sem aprofundá-lo.

O segundo grupo compreende os sessenta e sete artigos restantes e, dentre estes, é realizado um uso fundamental do autor em sessenta e cinco (97%). Ou seja, em apenas dois ele é somente citado e em ambos se traz alguma concepção teórica do autor. Consideramos que o fato de a quase totalidade dos artigos desta segunda fase utilizar a produção de Foucault como um dos principais aportes teóricos e/ou metodológicos não indica que os usos sem aprofundamento se extinguíram na Revista, mas que não tivemos acesso a eles devido nossa estratégia de busca.

Mesmo estando presente no resumo de todos os sessenta e sete artigos que compõem este grupo, analisamos, durante a leitura na íntegra, estas formas de uso e percebemos, além dos dois deles que apenas citam o autor, outros estudos que o utilizam e desenvolvem algum conceito, porém de maneira localizada no texto, sem perpassar toda a construção do estudo. Esses, porém, foram minoria frente aos que se utilizaram de muitos conceitos dispersos por toda sua obra e como base fundamental dos trabalhos.

Nas duas fases, os textos mais citados foram *Microfísica do Poder*, *História da Sexualidade 1* e *Vigiar e Punir*. Temos a citação majoritária de livros escritos por Foucault no primeiro grupo e a utilização de uma grande variedade de referências no segundo, incorporando as traduções de Cursos ministrados no Collège de France, *Ditos e Escritos*, que se iniciaram no fim da década de 1990, e alguns textos avulsos advindos de conferências, aulas e entrevistas com o autor.

Os estudos foram classificados em sete categorias temáticas: Reflexões conceituais e Epistemológicas, Políticas Públicas, Reflexões sobre a Psicologia, Subjetivação, Gênero/Sexualidade/Feminismo, Infância/Adolescência/Juventude, Arte-Política, e os que não se enquadraram em nenhuma delas foram agrupados em Outros. Analisando a dispersão destas categorias temáticas dos estudos no decorrer do tempo, podemos perceber uma constância em relação aos trabalhos que realizam reflexões conceituais e epistemológicas, característica apontada como marcante da Psicologia Social no Brasil. As reflexões sobre a psicologia se concentram majoritariamente na primeira fase, sobretudo na década de 1990, muito significativa na reformulação dos campos de atuação e formação do psicólogo.

A categoria temática Gênero/Sexualidade/Feminismo tem três artigos na primeira fase e três na segunda. Os focos dos estudos, porém, são bastante diferentes. Enquanto no fim da década de 1980 predominava a perspectiva feminista no diálogo com o marxismo e a psicanálise e a discussão da relação entre sexualidade e instituições, nos anos 2000, foca-se na produção da sexualidade e do gênero por meio das práticas discursivas e não discursivas, utilizando termos como objetivação, subjetivação e cuidado de si.

Os trabalhos referentes às Políticas Públicas, Infância/Adolescência/Juventude, e Arte-Política, apenas aparecem no segundo grupo, no qual as investigações sobre Subjetivação também se tornam mais comuns. Ressalta-se a relativa constância das publicações sobre Políticas Públicas desde 2004, não havendo grandes períodos sem nenhuma produção.

Para além das categorias temáticas trabalhadas, a partir de nossas análises foram observadas como pontos marcantes do primeiro e segundo grupos de usos as seguintes características: (1) os usos de Foucault relacionados à psicanálise e ao marxismo, até o início dos anos 2000; e (2) o enfoque na problematização do governo dos corpos nos anos seguintes, tendo Foucault como autor fundamental na análise e em diálogo com outros autores.

Na segunda fase de usos, percebemos um uso de Foucault cada vez mais próximo de Deleuze, principalmente na discussão da Subjetivação e da relação Arte-Política. Giorgio Agamben e Robert Castel são interlocutores comuns para temas relacionados à biopolítica, dispositivos de segurança e mecanismos de controle da sociedade, enquanto que Judith Butler é bastante convidada para trabalhar Gênero/Sexualidade/Feminismo. Percebe-se, também, novas formas de aproximação entre o filósofo francês, a psicanálise e o marxismo, onde o autor não é convocado apenas para adicionar pontualmente uma ideia em estudos com base nestas perspectivas, mas participa da criação de novas maneiras de analisar os acontecimentos do presente no diálogo com Deleuze-Guattari, Lacan, Agamben, Zizek, Hardt e Negri, Lapoujade, entre outros.

A outra grande marca desta fase é uma maior realização de investigações empíricas, e da utilização de Foucault enquanto referência teórico-metodológica. Trinta e um dos trinta e seis estudos empíricos, dentre os artigos



analisados, situam-se entre 2004 e 2017. Estes estudos envolvem análises documentais, pesquisas de campo, alguns poucos relatos de experiência em meio a ensaios, e uma pesquisa bibliográfica. Os usos teórico-metodológicos envolvem ensaios e pesquisas qualitativas com perspectiva genealógica, cartografia e pesquisa-intervenção. Muitos estudos combinam análise documental com observação, diário de campo ou entrevistas, como observado por outros pesquisadores.

Apesar das limitações intrínsecas aos processos de pesquisa, as pistas às quais chegamos a partir de nossas análises atingem os objetivos propostos neste estudo. A partir dos rastros já existentes, faz-se necessário que outros caminhos sejam percorridos, usando outros documentos e metodologias que possam contribuir com a produção da história da Psicologia Social no Brasil.

GT07: Ambiente, cultura e identidade

A gestão participativa de riscos de desastres socioambientais: a ação conjunta enquanto prática emancipatória

Autor: Eriane Gomes dos Santos (UFAL)

Coautor: Xili Ribeiro (UFAL)

Os estudos relacionados aos desastres e às ações de gestão de áreas de risco socioambiental urbanas no Brasil vêm adquirindo relevância crescente nos últimos anos, tanto no meio acadêmico quanto no âmbito das políticas públicas. O presente estudo é um recorte de uma pesquisa de mestrado que apresenta como objetivo, compreender as ações de gestão de áreas de risco socioambiental urbana, em um bairro situado no município de Maceió/AL, identificado pela Defesa Civil e outros órgãos governamentais, como área de risco. O bairro possui um histórico de surgimento de rachaduras e afundamentos em moradias e vias públicas, fenômeno este, que se intensificou em função de fortes chuvas na região, somado à ocorrência de abalos sísmicos registrados no dia 03 de março de 2018, atingindo uma magnitude de 2,5 na escala Richter. Este evento gerou diversos danos emocionais e materiais, repercutindo no cotidiano das/os moradoras/res, que em sua maioria, tiveram seus imóveis interditados devido o comprometimento de suas estruturas, culminando no deslocamento dessas pessoas, para outras regiões da cidade. Diante da complexidade do caso, a prefeitura decretou estado de calamidade pública, posteriormente reconhecida pelo Governo Federal. O evento mobilizou a articulação de diversos segmentos, entre eles, os órgãos governamentais e não governamentais, a Universidade Pública e a população, representada pelos NUDECs (Núcleos Comunitários de Defesa Civil) e outras organizações comunitárias, formadas pelas/os moradoras/res do bairro e seus líderes, que se reúnem em prol do planejamento, promoção e coordenação de ações que visam preparar e treinar os habitantes em casos de desastres. O Serviço Geológico Brasileiro (CPRM), foi acionado para realizar estudos na região, visando identificar as causas de instabilidade geológica no bairro. Após investigações, concluíram por meio de laudo técnico, que o fenômeno é proveniente da extração de sal-gema, conduzida pela indústria petroquímica BRASKEM, responsável por 35 poços de extração mineral, distribuídos na cidade de Maceió. O problema dessa pesquisa é identificar a participação da população no gerenciamento dos riscos socioambientais existentes no bairro. Iniciamos com as discussões produzidas na literatura sobre a gestão participativa no contexto dos desastres socioambientais, seguido de um mapeamento das organizações comunitárias existentes no bairro e algumas ações que tem sido direcionadas para a resolução do problema. Propomos esta pesquisa ao Grupo de Trabalho 07 "Ambiente, cultura e identidade", vinculado ao Eixo 13 "Psicologia Social em tempos de crises, emergências e desastres", pois consideramos que o presente estudo, encontra-se alinhado às discussões em torno da constituição de um processo emancipatório por meio do protagonismo social, a partir da problematização da atuação de diversos atores nos processos decisórios, nas ações de planejamento, prevenção, mitigação e recuperação de desastres. O referencial teórico-metodológico adotado busca conexões entre os pressupostos do movimento construcionista e a Teoria Ator-Rede com o intuito de abordar a temática a partir do mapeamento das conexões que incluem atores humanos e não humanos, visando compreender a multiplicidade e complexidade que compõe esses espaços, levando em conta que o cenário dos desastres socioambientais pode ser compreendido através de uma rede complexa, composta por elementos heterogêneos. Para obter um panorama das produções científicas

publicadas sobre a gestão participativa no contexto dos desastres socioambientais, realizamos uma pesquisa nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO); Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico, usando os descritores Gestão Participativa, Participação Social, Comunidade, Áreas de risco, Socioambiental, Desastre Ambiental, Governança e Gestão Ambiental. As produções científicas interligadas à proposta deste estudo, foram analisadas a partir da leitura integral dos artigos e capítulos das dissertações e tese. Os principais conceitos foram organizados em 4 subtemas: mobilização social; perfil da população; despreparo e falta de vontade pública e fragilidade das ações de prevenção. Para acessar e identificar as ações direcionadas ao gerenciamento de risco no bairro, utilizamos múltiplos métodos, tais como, as conversas no cotidiano, a escrita de diário de campo, a análise de documentos de domínio público e informações publicadas via redes sociais on-line, norteadas pela etnografia virtual. Elegemos como porta-vozes das informações sobre os acontecimentos no bairro, os sites oficiais da prefeitura municipal de Maceió, o site da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil do município, sites de comunicação local e as redes sociais criadas pelas organizações comunitárias com acesso aberto as/aos usuárias/os, espaço no qual são compartilhadas as reportagens e vídeos relacionados à situação do bairro, relatos de moradoras/res e as atividades desenvolvidas pelo grupo, composto por residentes da região. A análise da literatura, possibilitou um panorama de como tem sido abordado o tema na perspectiva de diversas/os autoras/res que fazem parte de distintas áreas de estudo, permitindo compreender o processo de implicação e articulação da sociedade e do Poder Público neste contexto, sinalizando que é possível caminhar em direção a uma gestão participativa, a partir da implicação e envolvimento da comunidade nas discussões que permeiam as decisões e interesses coletivos. Essas ações estão associadas ao processo de ampliação da democracia por meio da mobilização social no contexto dos desastres socioambientais. É proposta a ação conjunta entre Estado e sociedade civil, de forma transparente compartilhada e participativa como possibilidade de prevenção, mitigação e resposta aos desastres, sob a prerrogativa de que o envolvimento da população no gerenciamento dos riscos tende a ser mais efetiva. Concomitantemente, foi possível perceber a existência de uma lacuna da atuação da Psicologia nesse contexto, uma vez que, em sua maioria, limita-se a um olhar patologizante, que desqualifica as potencialidades dos atores sociais, centrando no atendimento clínico ou em ações específicas, pouca articuladas com a comunidade e os serviços da rede. Em suma, o exercício da gestão participativa no contexto dos riscos de desastres socioambientais possibilita ampliar a democracia participativa, tendo como base uma relação entre Estado e sociedade, que promova a participação social nas ações voltadas aos interesses coletivos.

Ações de gerenciamento do risco socioambiental urbano no contexto das Políticas Públicas de Assistência Social.

Autor: Nayara Rita Cardoso Campos (Ufal)

Coautor: Xili Ribeiro (UFAL)

O tema deste trabalho refere-se às ações de gerenciamento das áreas de risco socioambiental urbanas no contexto das Políticas Públicas de Assistência Social. Refere-se a parte de uma pesquisa mais ampla, intitulada "Diálogos entre políticas públicas e o gerenciamento das áreas de risco socioambiental urbanas: possibilidades de práticas psicológicas", a qual tem o objetivo de ampliar o conhecimento e atuação da Psicologia, em diversos contextos, sendo neste caso, o da Assistência Social. A gestão de áreas de riscos socioambientais e desastres, no Brasil, é norteadas pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), instituída pela Lei no 12.608 de 2012. Segundo o IBGE, dois anos antes dessa lei, cerca de 99,9% dos municípios apresentavam em sua estrutura governamental, a Política de Assistência Social, enquanto apenas 59,26% tinham uma unidade da Defesa Civil. Esses dados sugerem que a vulnerabilidade e a gestão de riscos, em território nacional, eram de responsabilidade da Assistência Social. Surge assim a questão sobre quais ações da Política da Assistência Social são direcionadas para o gerenciamento de riscos socioambientais. Para buscar responder essa questão, inicialmente, aproximamo-nos dos conhecimentos que têm sido produzidos sobre os conceitos de risco, áreas de risco e gerenciamento de risco e investigamos quais programas vinculados à Política Pública da Assistência Social apresenta em suas diretrizes, as ações de gerenciamento de áreas de riscos socioambientais urbanas e consideram a implicação da população naquelas ações. Além disso, analisamos a literatura acadêmica, que discute as ações de gerenciamento e intervenções nas áreas de risco socioambiental em espaços urbanos, acessada a partir do levantamento em base de



dados. Fundamentamo-nos no referencial construcionista social, que prioriza a linguagem como objeto de estudo, elegendo as Práticas Discursivas e Produção de Sentidos como o referencial teórico metodológico, como meio de compreender os repertórios presentes nos documentos definidos como campo de investigação. Sendo esses documentos publicados, em dois segmentos: o governo e a ciência. Nesta pesquisa, compreendemos que risco é um conceito com múltiplos sentidos, no qual o valor que é atribuído a ele, parte de uma experiência subjetiva. Destaca-se assim que os valores que atribuímos a objetos, pessoas, lugares, não são homogêneos ou universais. É nesse sentido, que essas diferentes formas de perceber o risco traz uma problemática: como gerenciar o risco, sendo ele percebido de diferentes formas? Ao pretendermos analisar, como as instituições lidam com os riscos que são constituídos, observando as relações de interesse no que se coloca como risco. Propomos entender como o risco é percebido através da análise das ações de gerenciamento delineadas nos contextos em que ocorrem. Mesmo compreendendo a percepção subjetiva do risco é importante ressaltar que ele deve ser avaliado, para que decisões institucionais e pessoais sejam tomadas, desde a aprovação de produtos farmacêuticos até a definição de diretivas de impactos ambientais. A área de risco é criada pela ação humana, seja de forma direta transpondo rios, criando-se barreiras, como também de forma indireta marginalizando modos de vida e negando direitos, por exemplo, o saneamento básico. Resulta de políticas urbanas, que têm como consequência os processos históricos de exclusão das pessoas dos centros urbanos, os ditos marginalizados. Quanto ao gerenciamento das áreas de risco socioambiental, analisamos as diretrizes que delineiam as ações da Política de Assistência Social, articulando-as com a PNPDEC, baseada na Lei no 12.608/12, que no Art. 3º abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, voltadas à proteção e defesa civil, assim como analisamos de que forma a população participa desse gerenciamento. No que se refere ao mapeamento das ações desenvolvidas pela Assistência Social no gerenciamento das áreas de risco socioambiental urbanas, foram acessados documentos que definem essas ações, na página virtual do Ministério do Desenvolvimento Social, nomeados como: Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências e os Benefícios Eventuais. O primeiro é um serviço de proteção do SUAS para o enfrentamento das situações de calamidades públicas e emergências, que prevê assegurar o fornecimento de ambiente físico, recursos materiais e humanos, trabalho social. Os Benefícios Eventuais são previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social, que não atuam em ocasiões de vulnerabilidade temporária, tendo como público as pessoas e/ou família que teve sua integridade afetada por situações de risco, perdas e danos. Os exemplos desses benefícios eventuais são: Auxílios Moradia, Cestas de Alimentos e Antecipação de Recursos do Programa Bolsa Família. As ações do Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências foram analisadas através da PORTARIA Nº 90, de 03 de setembro de 2013, estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que dispõe sobre os parâmetros e procedimentos relativos ao cofinanciamento federal para oferta desse Serviço de Proteção. A análise dos repertórios discursivos, que descrevem as ações descritas na PORTARIA, sinaliza que elas se caracterizam como ações de Resposta e Mitigação aos desastres, pois estão situadas no momento posterior ao evento e buscam atenuar os danos do ponto de vista socioeconômico. Os artigos que têm sido produzidos no meio acadêmico sobre as ações relacionadas ao gerenciamento de risco em áreas urbanas, foram analisados através dos repertórios que possibilitam identificar e entender as diferentes formas sobre um tema e compreender como esses repertórios ajudam na construção de fatos e realidades. Essa análise proporcionou a identificação de um marcador que propicia a compreensão do gerenciamento de riscos socioambientais na Assistência Social, que é a vulnerabilidade. Ela configura-se, em centros urbanos e cidades, para aqueles que vivem desprovidos de moradia digna, de renda, de recursos individuais e comunitários e ocupam áreas de risco. Para o gerenciamento das áreas de risco socioambiental urbanas, destacam-se a participação comunitária, articulação entre instituições, Planos Municipais de Redução de Risco, mapeamento e análise dos riscos. Assim como de criar estratégias contextualizadas a população atingida e menos técnico-operacional. Considerando que a população em vulnerabilidade socioeconômica, é a que mais ocupa áreas de risco socioambiental e fica mais exposta aos desastres, se faz crucial a participação da Assistência Social, pois a função protetiva da Política de Assistência Social prevista na PNAS/2004 é direcionada às pessoas nessas condições. Ao considerarmos esses aspectos, identificamos que há possibilidade para uma atuação dos profissionais da psicologia que atuam na Política da Assistência Social, implicada com o território em que estão inseridos. O Conselho Federal de Psicologia ao criar o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), sinaliza que a psicologia enquanto campo científico e profissional tem muito a contribuir e produzir nas políticas públicas, dentre elas a de Assistência Social. Há espaço para o desenvolvimento de ações da psicologia direcionadas por uma perspectiva de prevenção, no gerenciamento de áreas de risco socioambiental, que dialoguem com as diretrizes da Política da Defesa Civil e com os estudos científicos que apontam para esse



direcionamento. A Psicologia pode ampliar sua atuação relacionada ao gerenciamento de riscos socioambientais, sensibilizando a população por meio de canais de diálogos, escutando as demandas locais, por meio de articulações com as comunidades, de forma a criar espaços que promovam uma cultura de prevenção e valorização das estratégias já utilizadas pelas pessoas que residem nas áreas de risco socioambiental.

Algumas considerações sobre o acolhimento psicológico à imigrantes no Brasil atual

Autor: Luiza Marson Morais e Júlia Andrade Ew

Coautor: Lucienne Martins Borges (Université Laval/UFSC)

Considerando as formas de migração, seus processos e percursos, o presente trabalho se propõe a refletir de que maneira - a partir da ótica situacionada no Brasil, prescrita por suas políticas de imigração e legislação - a instabilidade política e social no país pode refletir nas formas de acolhida à população imigrante. Buscaremos apontar para propostas de intervenção que dialoguem com a lógica do cuidado e do descentramento. Esta proposta se dá por questões suscitadas a partir da experiência teórico-prática das autoras em um projeto de extensão na Universidade Federal de Santa Catarina, no Departamento de Psicologia, intitulado Clínica Intercultural, que propõe atendimento psicológico a imigrantes e refugiados na cidade de Florianópolis. Objetivamos abrir discussões para que se considere, a partir da realidade atual, o subjetivar-se enquanto sujeito fora de sua cultura num país em efervescência política e que sofre ataques cada vez mais severos na garantia de direitos.

Inicialmente, é importante pontuar que as migrações são fenômenos presentes ao longo de toda a história da humanidade, e se sucedem por inúmeros fatores. As formas em que se dão esses processos, todavia, são localizadas histórica, política e geograficamente. No cenário globalizado atual, segundo Bela Feldman-Bianco (2015) os movimentos da economia, os signos e a comunicação virtual criam a ideia de uma aparente dissolução ou flexibilização das fronteiras nacionais e simbólicas, ao mesmo tempo em que determinados fluxos de pessoas, produtos e lugares são focos de políticas restritivas e de controle seletivo.

No contexto brasileiro, o projeto de "branqueamento" da população no final do século XIX e início do século XX é apontado por Granada, Carreno, Ramos e Ramos (2012) como momento de maior fluxo migratório para o país, incentivando a vinda de imigrantes europeus a um território composto majoritariamente de africanos e seus descendentes devido ao período escravocrata, e tem sua história marcada pela imigração em um contexto pontuado por uma importante desigualdade social. De acordo com Martin, Goldberg e Silveira (2018), o fluxo de imigração no Brasil atual é principalmente composto por pessoas haitianas, bolivianas, paraguaias, africanas subsaarianas e venezuelanas. Cabe destacar que a origem nacional, social e econômica desses sujeitos não é um detalhe para pensar a saúde (e adoecimento) dessa população, visto que as circulações transnacionais trespasam fronteiras, abrem oportunidades de trabalho, constroem redes e, simultaneamente, expõem os sujeitos imigrantes a riscos.

Esse entendimento possibilita o questionamento acerca de qual é a especificidade de migrar para o Brasil na atualidade, e também como, a partir da ótica da etnopsiquiatria (STURM, G.; BAUBET, T. e MORO, 2010), podemos pensar as condições do país de acolhimento, em diversos aspectos e suas repercussões na vida desses sujeitos. No processo de migração involuntária, ou seja, consideradas aqui como aquela que advém de razões que não o desejo ou planejamento do sujeito, mas das contingências que o obrigam a sair de seu país para manutenção da vida, a ausência de um momento de projeção no país de acolhimento propicia situações particulares, em que o imigrante enfrenta maior dificuldade no processo de adaptação e integração, muitas vezes enfrentando a perda da coesão e da continuidade de si devido à ausência da cultura fundadora (MARTINS-BORGES, 2013.). Nesse contexto, a política de acolhida e atenção psicossocial no momento de chegada em uma nova cultura é determinante para a integração do sujeito, assim como a garantia e respeito a seus direitos humanos.

Atualmente, os direitos e deveres do imigrante no Brasil são regulamentados pela Lei de Migração (Lei n.º 13.445/2017), a qual dispõe sobre a entrada no país e as diretrizes de políticas públicas relacionadas ao tema. Segundo Bianco (2015) o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei n.º 6.815/1980) continha retrógradas referências à questão da segurança nacional do Estado Novo, apesar de algumas poucas modificações introduzidas em 1991. Com o processo de redemocratização do país, discussões e mobilizações em prol dos migrantes internacionais como sujeitos de direito, pautadas por movimentos sociais de emigrantes brasileiros no exterior e exilados políticos que ansiavam por seus direitos no Brasil, resultaram em ações governamentais.

Apenas em 2017 o governo federal brasileiro aprova a Lei de Imigração que, muito embora não supra todas as necessidades dos imigrantes, versa sobre a não criminalização da migração, a universalidade dos direitos humanos, o repúdio e a prevenção à xenofobia, ao racismo e a todo tipo de discriminação. Propõe também a igualdade de tratamento e de oportunidades ao migrante, o repúdio a práticas de expulsão e deportação coletivas e a inclusão social, laboral e produtiva através de políticas públicas (Lei n.º 13.445/2017).

No entanto, esses recém chegados se confrontam com a falta de políticas de acolhimento efetivas (SILVA, 2017) além de deparam-se atualmente com um contexto político de ascensão do conservadorismo, da xenofobia, da tolhida aos direitos humanos e às políticas públicas historicamente conquistadas no Brasil. Exemplo dessa conjuntura política é a portaria nº 666, proposta pelo atual ministro da justiça, que versa sobre a deportação sumária ou impedimento de ingresso de estrangeiro entendido como "perigoso", em seus termos, baseada em critérios não objetivos, abrindo brechas para deportações autoritárias.

Traçadas essas considerações, e tendo em vista seu diálogo intermitente com movimentações internacionais - políticas e econômicas - localizaremos a abordagem a qual nos referimos como pilares para pensar nas práticas de acolhida do sujeito migrante e sobre os impactos do percurso de migração no que diz respeito principalmente ao sofrimento psíquico. Para tal, é importante discorrer sobre a perspectiva de cultura e as formas de subjetivação em produção relacional com o lugar de onde se parte e para onde se chega. Abordaremos a cultura como uma teia de sentidos que possibilita ao sujeito movimentar-se no mundo a partir de códigos de significação e representação compartilhados por determinado grupo a qual pertence, seja territorial ou étnico, por onde ele pode tornar-se inteligível e compreender suas experiências no mundo. É uma forma de organização e pertencimento que abarca as formas de filiação, transmissão, linguagem, ritos, mitos entre outros. Isso permite uma coerência entre o mundo interno, compreendido como o psíquico, e o externo, pensado como o cultural e social (NATHAN, 1986). Vale ressaltar que esses mundos não estão separados e constroem-se sucessivamente.

No contexto da migração, o sujeito se vê frente a uma outra codificação, e a diferença cultural suscita uma outra leitura acerca do que é por ele experienciado, que pode produzir como efeito o estremecer entre o mundo interno e o externo. O sujeito pode se deparar com a falta de recursos para dar sentido a suas experiências, o que pode acarretar num estado de vulnerabilidade psíquica (MARTINS-BORGES, 2013). A coerência entre o interno e o externo, que é possibilitada pela cultura pode ser facilitada pelas formas de acolhimento do migrante no local em que chega, possibilitando ao sujeito discursos que o orientem, mesmo ainda no que transborda às possibilidades imediatas de representação.

As lógicas de violência e ódio a diferença que vêm subsidiando os discursos vigentes no país contribuem à fragmentação entre e lugares de pertencimento e conseqüentemente elementos de sentido para aqueles que atravessam a fronteira. Os efeitos psicológicos dessas narrativas e mobilizações devem receber atenção, já que são frequentemente secundarizados. O encontro com a violência na chegada pode atualizar ao sujeito migrante as marcas do traumático que exigiu seu deslocamento. As dificuldades em encontrar um lugar seguro - territorial e simbolicamente - acirradas, podem afetar a continuidade psíquica e suas possibilidades de identificação e subjetivação.

É necessário que se nomeie o apreço por selos hegemônicos que operam dentro da geopolítica. No que tange a migração, é importante considerar os efeitos para os sujeitos que migram e ainda para as relações humanas de acolhimento, como sugerem Machado, Barros e Martins-Borges (2019), reconhecendo que as pessoas não buscam apenas satisfazer suas necessidades básicas, mas também sofrer menos, poder projetar-se no tempo-espço e pertencer a um lugar. Tentamos assim nos atentar a dimensão subjetiva impressa nesses processos e elaborar uma reflexão que coloca em pauta os efeitos do deslocamento no Brasil no contexto atual situando, desta maneira, o sofrimento psíquico no campo cultural e social.

Com isso, tentamos propor reflexões para práticas que considerem a diferença e a singularidade, considerando o quanto os corpos daqueles que deslocam forçadamente carregam marcas dos acontecimentos que o fizeram migrar, marcadores estes quais não precisam funcionar como selos, já que desta forma contribuem para o agravo da dificuldade em comunicar e simbolizar suas experiências. Poder ouvi-los enquanto sujeito de direitos é o que deve subsidiar toda a ótica do cuidado e acolhida da população migrante, abrindo espaço a um acolhimento psicossocial com sensibilidade a cultura como forma de diminuir os impactos psíquicos negativos de uma migração não desejada para um país em crise.



Alimentação, cultura e subjetividade: uma análise dos sistemas alimentares a luz da Psicologia Histórico-Cultural

Autor: Pâmela Pitágoras

O ato de comer tem uma dimensão universal, sobretudo no que se refere ao ato de ingerir alimentos. Contudo, a plenitude deste ato não se resume a essa sua característica universal, mas engloba também determinadas especificidades e singularidades. Para algo ser ingerido é necessário que alguém considere aquilo como “alimento” ou “comida”, ou seja, o verbo “comer” não está dissociado de um processo simbólico indexado ao pensamento. Logo, o objetivo deste trabalho é o de apresentar uma visão de que o ato de comer é universal no sentido de prover uma necessidade de ordem biológica, mas a maneira como este ato se manifesta sempre se traduz nos valores de uma determinada cultura — e isso ocorre porque a alimentação é uma construção cultural, partindo de uma concepção do pensamento (Vigotski, 2007, 2009). Nessa lógica, o ato de comer nos remete a uma complexa relação que temos com a cultura, aqui pensada como um conjunto de processos que organiza a experiência humana, tanto no âmbito interpsicológico quanto no âmbito intrapsicológico (Valsiner, 2012). As experiências humanas, inclusive às relacionadas à alimentação, são processos que traduzem como as pessoas criam, mantêm e transformam conhecimentos que pertencem à cognição individual em conhecimentos socioculturais (Lordelo, 2011). Como base para a discussão, discute-se os diferentes sistemas alimentares adotados pelas populações humanas, que tem na dieta onívora como a concepção dominante de modelo alimentar ocidental ideal, que se traduz como a-histórica, universal e “natural”. Essa concepção dominante da dieta onívora ganha força devido ao fato de naturalizarmos o nosso processo de pensar sobre a alimentação porque este não é questionado como algo difundido e adquirido pela nossa cultura (Joy, 2011). Porém, nós, seres humanos, não só nos alimentamos. Nós comemos. E esse ato nos torna distinto pela maneira como usamos os alimentos para além das necessidades biológicas (Kittler, Sucher, & Nelms, 2012). Vigotski (1994, 2007, 2009, 2013) sustenta que o homem é um ser determinado pela realidade social e histórica ao mesmo tempo em que é determinante dessa realidade de forma coletiva. A partir disso, é importante mencionar que a comida pertence a uma cadeia produtiva, ou seja, está no bojo das condições concretas de existência dos seres humanos — como o processo de domesticação e “invenção” da agricultura, apontado por Zucoloto (2011) e a transformação dos alimentos via uso da culinária, como demonstrado por Pollan (2014). É inegável que os sistemas alimentares (o onivorismo, o vegetarianismo e o veganismo) não se limitam à esfera da necessidade biológica, mas estão intimamente relacionados à cultura humana. Porém, as pessoas se apropriam dos significados da concepção dominante de dieta onívora ocidental contemporânea, pois a mídia como grande produtora e difusora de ideias na sociedade contemporânea se transforma em mediadora na constituição da consciência alimentar. Quando as pessoas reproduzem essas concepções dominantes, os significados sociais retificam determinado tipo de sistema alimentar — e tudo isso atribui naturalidade ao fenômeno. Em termos de disposição biológica, nós seres humanos, somos descritos como seres onívoros, pois podemos consumir e digerir alimentos de diferentes origens, seja ela vegetal ou animal. Sabemos que ao adotarmos a dieta onívora, nossa espécie pode se adaptar tanto biológica, como culturalmente, a diferentes regiões do planeta. Entretanto, a dieta onívora não é a única adotada pelas populações humanas. Há dietas em que a exclusividade de consumo de produtos de origem vegetal é priorizada em detrimento do consumo de produtos de origem animal. Essas dietas são o vegetarianismo e o veganismo. Logo, podemos entender melhor a configuração dos modelos de práticas alimentares e compreender como estas são adotadas devido a padrões construídos social e culturalmente. Por conta disso, é inevitável estabelecer alguns “pontos de tangência” entre a Psicologia Histórico-Cultural e a literatura sobre os sistemas alimentares, já que nossas escolhas do que comer são permeadas por uma dada cultura alimentar (permeada por valores, crenças e ideologias) e devem ser analisadas levando-se em conta os componentes da própria cultura. Na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, as práticas culturais são constitutivas do comportamento humano — a maturação biológica é um fator preliminar, por isso não é negada, mas a formação dos seres humanos depende em grande medida da interação social (Vigotski, 1994, 2007, 2009, 2013). Esse pressuposto apresenta um ponto de tangência com Montanari (2013), que sustenta que a comida se torna cultura na medida em que a sua escolha pelos seres humanos se configura como mecanismo de expressão de identidade. Logo, este trabalho tem como intuito apresentar as características que diferenciam esses sistemas alimentares adotados pelos seres humanos e problematizá-lo à luz da Psicologia Histórico-cultural, já que a experiência humana com a alimentação é um processo dinâmico, que relaciona aspectos biológicos e socioculturais. Além disso, não podemos negar que a nossa relação com a comida é moldada por escolhas e preferências pessoais (em âmbito micro) e pelos elementos cultu-

rais, econômicos, sociais e ideológicos (em âmbito macro). Esse processo de escolha gerou os diferentes sistemas alimentares reconhecidamente adotados por agrupamentos humanos como formas de se alimentar e de se relacionar com a comida. Os sistemas mais conhecidos e difundidos são o onivorismo, o vegetarianismo e o veganismo.

As relações entre o pensamento de Hannah Arendt, Leonardo Boff e a Psicologia Social: frente aos autoritarismos e em defesa da emancipação Humana

Autor: Mauricio Tavares Pereira (Mauricio Tavares Pereira)

As biografias da Hannah Arendt (1905-1975) e Leonardo Boff (1938), apesar de distintas e ímpares possuem pontos em comum. Arendt, nascida na Alemanha, foi uma importante teórica da filosofia política e da filosofia (apesar dela não gostar deste termo). E Boff é um importante teólogo e filósofo brasileiro que estudou teologia e filosofia na Alemanha onde obteve o seu doutorado.

Arendt teve a sua vida pessoal e intelectual marcada pela opressão que presenciou e sofreu com o advento dos regimes totalitários na Europa, e a sua tentativa intelectual de estudar e compreender este fenômeno. Leonardo Boff terá a sua vida pessoal e intelectual marcada pela opressão que presenciou e vivenciou das ditaduras militares que vigoraram no Brasil e na América Latina dos anos 60 e 70, fato que gerou extrema pobreza e injustiça social, e sua tentativa intelectual de estudar, compreender e propor alternativas.

Arendt analisa de forma polêmica o nazismo e o stalinismo, como ideologias totalitárias, isto é, com uma explicação da sociedade mas também da vida individual, e mostra como a via totalitária depende da banalização do terror, da manipulação das massas. Em 1961, a serviço do *The New Yorker*, faz a cobertura do julgamento do famoso carrasco Nazista Adolf Eichmann, e em 1963 lança a obra "Eichmann em Jerusalém". Nessa obra Eichmann não é demonizado, como o descreviam os ativistas judeus. Mas como um típico e medíocre burocrata que se limitara a cumprir ordens, sem considerações acerca do bem e do mal. Ela vai denominar este fenômeno de "A banalização do mal".

Em 1958, Arendt, publica a obra "A Condição Humana". Nesta obra, Arendt retoma sob um novo ângulo as questões políticas que vem sendo feitas, desde a publicação de "As origens do totalitarismo" (1951), para responder as reflexões e temores do totalitarismo no século XX e sua cultura de eliminação e descarte. Ela irá analisar que fatores na condição humana torna possível o renascimento do espaço político democrático. Hannah Arendt através de uma antropologia filosófica e de uma análise histórica, irá resgatar o conceito e o valor da "vita activa" ou "vida contemplativa", dos gregos antigos, de forma a contribuir para uma melhor compreensão de nossa modernidade. E irá afirmar que a tradição filosófica ocidental desde Platão priorizou a análise contemplativa em detrimento da "vita activa", ou seja, a participação dos filósofos e demais intelectuais no cotidiano vida na política (na polis) foi relegada a segundo plano. Fato que trouxe conseqüências desastrosas para o mundo ocidental e seu flerte com o totalitarismo e com as diversas formas de anomia e alienação das massas.

Em sua caminhada intelectual, Hannah Arendt irá retomar o conceito grego de "vita Activa", que pretende designar três atividade humanas: Labor, Trabalho e Ação. O labor, é a atividade que trata da vida biológica do corpo humano O trabalho é a atividade humana mais indispensável para a vida, mas a menos humana porque ela marca a escravização do ser humano ás demandas do meio natural. A ação é a atividade política por excelência, e pode constituir o centro do pensamento político, em contraposição ao pensamento metafísico.

Leonardo Boff, como resposta a opressão das gritantes opressões e injustiças sociais na América latina, em sua primeira fase intelectual, irá criar uma teologia chamada de "Teologia da Libertação", ou opção preferencial pelos pobres, negros, mulheres por parte da igreja católica, cujo marco é a sua obra "Jesus Cristo Libertador" (1972). Esta obra um dos pilares da Teologia da Libertação lhe trará problemas de perseguição e censura contra as suas obras. Culminando com o seu afastamento definitivo da igreja católica em 1992, ano em que inicia a sua terceira fase intelectual, com o lançamento da obra: "Ecologia, Mundialização e Espiritualidade" (1993) fase esta, onde Leonardo Boff irá propor a humanidade um novo "paradigma ecológico", um novo "Ethos mundial, denominado também de "cosmologia da transformação", como resposta ás atuais crises sócio-político-ecológico, que é o objeto principal de estudo em nosso projeto de investigação.

Em sua terceira fase, Boff (2010) afirma que atualmente há duas chagas que queimam: a chaga da imensa pobreza e a chaga ambiental

Para Boff, este cenário está claramente fundado numa cosmologia que está para ser brevemente superada, aquela que Boff chama de Cosmologia da Dominação, baseada num antropocentrismo fundado na razão instru-



mental-analítica de corte mecanicista, determinista, e materialista, e que se apóia em filósofos racionalistas como Descartes, Francis Bacon, etc., os quais enxergam a natureza como objeto de conquista e de dominação do homem (Boff, 2010).

Segundo Boff, esta Cosmologia da Dominação será dialeticamente substituída pela Cosmologia da Transformação, fundada num paradigma pós-antropocêntrico no qual a natureza aparece não mais como objeto, mas sim como território e tecido mesmos do homem, mas sim como sua própria casa e matéria de onde ele tira seu sustento, e os seres da natureza – plantas e animais – aparecem não mais como objetos do homem, inferiores a ele, mas sim como seus irmãos planetários (Boff, 2003).

É necessário, segundo o autor, o surgimento de uma civilização planetária, que priorize os princípios éticos e relações de cuidado para com todo o cosmo. A ética do cuidado essencial se propõe a resgatar a vida e conceber justiça ampla a todas as vítimas de nossa atual cultura de violência, exclusão, dominação e exploração (Boff, 1995).

A atual situação, então, será superada por uma nova humanidade, comprometida em construir um novo padrão civilizatório. Assim, o “paradigma ecológico” acena para um destino mais nobre do ser humano e do planeta Terra (Boff, 1995).

Boff afirma, nesse contexto que o “fenômeno da Globalização e da correspondente consciência planetária dará origem a este novo paradigma civilizacional” (Boff, 2002).

O novo paradigma se caracterizará por uma redefinição do modo de se relacionar com a natureza e com os povos, por uma redefinição da subjetividade humana e do trabalho; pois, na medida em que cresce a consciência planetária, cresce também a convicção de que a questão do meio ambiente, da ecologia, está contextualizada em tudo, nas políticas públicas, da indústria, da educação e das políticas internacionais. Devido à exaustão dos recursos não renováveis, a humanidade terá de mudar o seu padrão de comportamento com relação à natureza ou ela irá de encontro a enormes cataclismas (Boff, 1995).

Por esse motivo, a sociedade do século XXI consumirá com mais responsabilidade, constituindo uma nova aliança de respeito e devoção para com a natureza (Boff, 1995).

Para Boff, o novo desenvolvimento se fará com a natureza e não à custa dela, como foi durante séculos.

Boff afirma que haverá um pacto social mundial entre os povos, baseado em três valores fundamentais que todos assumirão: 1) salvaguardar as condições para que o planeta possa continuar a existir e a coevoluir; 2) garantir o futuro da espécie humana como um todo e as condições de seu ulterior desenvolvimento; 3) preservar a paz perpétua entre os povos como meio para a solução de todos os conflitos que sempre existirão (Boff, 2002)

Prevalece em Boff o sentido de que, ao invés de dominar a natureza, a humanidade deve se colocar inserida no interior da natureza em sintonia com ela e sempre aberta a novas transformações. Além disso, prevalece também o sentido de que a natureza constitui um sistema aberto e que por isso ela sempre pode acolher novas interações e fluxos de energia, ao contrário da visão fechada da modernidade antropocêntrica, que vive como em uma casca de noz, fechado em si mesmo e, por isso, fora da dialogação universal (Boff, 2003).

Segundo o autor, entre outras coisas, o que caracterizaria essa nova cosmologia da transformação seria “o respeito por toda forma de vida e da dignidade da natureza e não sua exploração pela humanidade” (Boff, 2003). Em suma, “colocar o cuidado no lugar da dominação, colocar a espiritualidade como um dado da realidade humana, e não apenas expressão de uma religião” (Boff, 2003).

Este trabalho objetivou mostrar como os pensadores Hannah Arendt, Leonardo Boff, articulam e propõem, cada um a seu modo uma proposta universal com o fim de superar os problemas de sua época. Constatou-se haver convergências entre as concepções filosóficas, epistemológicas/paradigmáticas nos pensamentos destes (as) pensadores (as).

Arendt, com sua crítica à tradição filosófica ocidental da prevalência do *bios theoretikos* em detrimento ao *bios politikos*, criando assim uma sociedade passiva, e sujeita às manipulações de massa do totalitarismo e à “banalização do mal”. Boff, com sua crítica eco-filosófica ao racionalismo instrumental iluminista, que gerou um paradigma antropocêntrico que subjuga a natureza e os seres humanos oprimindo-os igualmente. Boff, propõe então, um novo paradigma pós antropocêntrico, de comunhão e espiritualidade.

Vale ressaltar, que de modo geral, outra característica da obra de Leonardo é a sua não linearidade, sua dinamicidade. Apresenta-se como um pensamento aberto a mudanças, inclusive de paradigmas. Para Boff, nenhuma antropologia ou psicologia social tem condições de apresentar o ser humano de modo fechado, concluído. Pois para Leonardo, o ser humano, assim como o cosmos, está em permanente evolução. Estamos sempre em gênese, numa dimensão transcendente do humano aberta para a dimensão ética.



Consciência política e ambiente: a desproteção de parques municipais em Americana (SP) e São Francisco de Paula (RS).

Autor: Fábio Ortolano (USP)

A dinâmica entre o global e o local se inscreve nas localidades, nas quais os fluxos, as informações e os interesses mercantis operam um conjunto de transformações no espaço, bem como nas identidades e consciências dos atores sociais. Os desafios atuais em salvaguardar e proteger o meio ambiente são emergentes ante o acelerado processo de destruição e exploração dos recursos naturais. Ademais, frente ao contexto de crise política, econômica e social, um conjunto de direitos são postos em cheque, dentre eles, de um ambiente saudável. Embora a questão ambiental tenha galgado a universalização de suas pautas, por vezes é dissolvida na busca pelo desenvolvimento, pelo progresso e visando a atender as necessidades do mercado.

O Parque Natural Municipal da Gruta (PNMG), conhecido também como “Gruta Dainese”, está situado no município de Americana, estado de São Paulo. É uma unidade de conservação de proteção integral instituída pelo Decreto 7.003/06. Contudo, ao que parece não está inscrito na Secretaria estadual de Meio Ambiente, o que denota um problema jurídico-legal do município que não cumpre as normativas previstas. É o maior parque urbano do município, com aproximadamente 490 mil m² em seus biomas originais, a Mata Atlântica e o Cerrado. O Parque é ímpar por sua beleza cênica, por suas características geológicas e topografia formada por diversas fendas e uma gruta, nas quais são observados afloramentos d’água e estratificações de arenito.

O Parque Natural Municipal da Ronda (PNMR), conhecido como “Parque da Ronda” está situado no município de São Francisco de Paula – RS, próximo ao perímetro urbano, numa área de transição do planalto para a depressão central ou planície costeira, formando alguns vales, denominados cânions, cujas características naturais, além da beleza cênica, são significativas para resguardar a diversidade biológica, geológica e geomorfológica dessa região. O Parque foi criado primeiramente por meio de Decretos e, posteriormente, por meio da Lei Municipal nº 2.425 de 2007. Possui, aproximadamente, 1400 hectares, sendo uma das maiores unidades de conservação municipais do Rio Grande do Sul, o que confere sua relevância em nível regional.

Ambos os Parques sofrem com o depósito de lixo e entulho; proliferação e criação de espécies exóticas, ocupações irregulares, descarte de esgoto in natura e ausência de gestão. Desse modo, convém compreender como diferentes atores sociais têm respondido aos conflitos socioambientais decorrentes dos processos de antropização dos ambientes naturais.

O objetivo do presente trabalho é apresentar a consciência política de atores sociais frente aos contextos de desproteção de parques municipais em Americana e São Francisco de Paula. Refere-se aos dados e resultados levantados por meio de uma pesquisa de doutorado realizada no Programa de Psicologia Social da Universidade de São Paulo, congregando dois campos do conhecimento, numa abordagem multilateral entre a Psicologia Política e a Psicologia Ambiental, nos interstícios das disciplinas. Para tanto, foi utilizado o modelo teórico-analítico, com base nas teorias dos movimentos sociais, disposto num quadro com as dimensões da consciência política. O diagrama elaborado por Salvador e utilizado por outros pesquisadores foi revisado em 2018 e congrega sete dimensões, somadas às emoções e sentimentos de justiça e injustiça. A Identidade coletiva representa os sentimentos de pertença e identificação das pessoas com grupos e categorias sociais; as Crenças, valores e expectativas sociais revelam as noções de ideologia política e visão de mundo dos indivíduos, seus significados e representações; os Interesses antagônicos e adversários associados à identificação de direitos difusos, antagônicos de outros grupos e atores; a Eficácia política refere-se ao sentimento de capacidade autoatribuída de intervir numa situação política; os Interesses coletivos que dizem respeito aos interesses compartilhados com o grupo de pertença ou ao bem comum; a Vontade de agir coletivamente diz do compromisso e predisposição dos indivíduos em assumirem pautas e ações coletivas; os Repertórios e metas de ações compreendem como os indivíduos percebem a correspondência entre as metas do movimento e os repertórios individuais e as Emoções e sentimentos de justiça e injustiça são todas as emoções de predisposição ao engajamento. Em específico os sentimentos de justiça e injustiça são baseados na ideia de justiça social, ligada à noção de reciprocidade.

O processo de desenvolvimento da pesquisa consistiu-se em três etapas de trabalho, a) fase exploratória, em que foram desenvolvidas as pesquisas em fontes primárias, as quais figuraram como um arcabouço documental para reconstituição histórica dos parques e suas memórias; b) trabalho de campo, reconhecimento do meio, visitas in loco nos parques municipais, registros em diário de campo e fotográficos, vistas às bibliotecas públicas; c) contato, convite e encontro com os entrevistados e a realização das entrevistas semi-estruturadas em lugares

diversos; c) análise e tratamento do material empírico e documental, o qual incluiu a transcrição das entrevistas e análise e a elaboração de uma cronologia dos conteúdos documentais e d) Elaboração da tese, edição do texto e mapa conceitual. As pesquisas em fontes primárias foram realizadas por meio de visitas às bibliotecas municipais de Americana e de São Francisco de Paula; aos Ministérios Públicos locais, à livreria Miragem, em SFP e na biblioteca do jornal O Liberal, em Americana. A coleta de dados se deu por meio de pesquisas em fontes primárias e por meio de entrevistas semi-estruturadas com 38 atrizes e atores envolvidos, sendo que foram utilizadas 26 entrevistas analisadas à luz da análise de conteúdo. Alguns entrevistados foram escolhidos de modo a contemplar uma variedade de atores sociais ligados aos parques desde seus processos de institucionalização, às lutas sociais, às pesquisas, aos conflitos neles existentes e por proximidade de habitação, sempre por indicação ou referências encontradas no campo. Também foi utilizada a metodologia “bola de neve”, na qual os entrevistados apontam pessoas relevantes para contribuição no estudo ou mencionam em suas entrevistas. Foram 09 mulheres (35%) e 17 homens (65%) selecionados, sendo 34% do poder público, 11% de outras instituições da sociedade civil e 31% moradores do entorno. Quanto às áreas de ocupação trabalhista, atuam como servidores públicos, professores (os quais também são servidores públicos, mas julgou-se importante diferenciar), do lar e outras. O trato dos dados se deu em três momentos. a) transcrição das entrevistas; b) ordenamento e categorização dos dados segundo o mapa da consciência política e c) a análise propriamente dita.

Quanto à identidade coletiva, a maioria dos entrevistados, em ambas as cidades, enunciou suas identidades sociais, pouco aprofundando e evidenciando as identidades coletivas. Ao se apresentarem e tratarem de suas atuações, falaram, sobretudo, dos papéis que assumem em suas biografias, como professores, pesquisadores, políticos, técnicos especialistas, do lar, estudantes etc. Poucos mencionaram uma identidade compartilhada e interativa, fruto de negociações políticas. Sobre os interesses coletivos, apareceram transversalmente as demais dimensões congregando quatro representações, a participação democrática; a eficácia da política; a salvaguarda do meio ambiente e a defesa dos valores e direitos sociais. No que tange às crenças e valores sociais, notam-se as expectativas com relação à educação ambiental; as distintas leituras da relação ser humano e natureza e de modelos de salvaguarda de áreas naturais; valores ambientais; diferentes expectativas quanto ao futuro para as novas gerações e olhares diversos para as formas de participação política e para as ocupações. Quanto aos interesses antagônicos e adversários, observou-se o poder público como o principal antagonista, diferentes interesses e usos, bem como a ausência de antagonismos na percepção de alguns, visto estarem os parques abandonados. A eficácia política pode ser observada como um elemento motivador ou não de participação, na avaliação das políticas públicas e das atividades do poder público, bem como nas intervenções nos parques e na comunicação. As emoções evidenciadas apareceram transversalmente às outras dimensões. Destaca-se o saudosismo; a esperança; o afeto; a indignação; o medo; a raiva; a mágoa etc. Em relação aos sentimentos de justiça e injustiças, se destacaram três conjuntos de injustiças percebidas, as pessoais; aquelas em relação ao parque; os conflitos e problemas e as estruturais. A vontade de agir coletivamente aparece quando os entrevistados falam de suas experiências e atuação ou atrelada a expectativas alheias a sua vivência ou como um valor social. Quanto aos repertórios de ações, notam-se os institucionalizados e os não institucionalizados. Em se tratando das metas, observam-se as pessoais e aquelas direcionadas ao Parque.

Notou-se que cada cidade desenvolve diferentes institucionalidades de luta e resistência, em que os repertórios dividem-se entre institucionalizados e informais. Destarte, as representações dos parques denotam elementos importantes para memória e pertencimento, portanto, na constituição da consciência política. Embora os repertórios de lutas podem orientar as ações coletivas, não dão conta das respostas ante uma conjuntura cada vez mais complexa. Em ambas as cidades desta pesquisa os entrevistados não estão engajados num movimento social que alçou forças para constituir-se coletivamente.



DA LAMA AO CAOS: o mangue e a renovação cultural em Recife

Autor: Virginia Correia Madi (PUC-SP)

Coautor: Tiago A. Alves da Rocha

Pensar sobre a identidade brasileira foi o tema disparador para este trabalho, realizado para a disciplina 'Alma Brasileira' do programa de estudos pós-graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (SP), dentro do Núcleo de Estudos Junguianos. As leituras e discussões possibilitaram uma apropriação teórica deste tema, o que para Boechat (2014) seria uma difícil tarefa, já que a nossa identidade como povo está em processo, ou seja, nunca um todo acabado. Apesar desta complexidade, aprofundar-se nesta questão se faz fundamental para uma melhor compreensão de cada um de nós como indivíduos e como povo. Assim, a escolha do movimento cultural denominado Mangubeat transparece enquanto acontecimento de razoável potencialidade em razão das discussões iniciadas desde a década de 1990 sobre questões de identidade da região nordeste do Brasil frente aos ritmos, transformações, desafios e limites oriundos do processo de globalização. Desde apontamentos que nos alertam sobre uma suposta alienação cultural que poderia trazer um perigoso fenômeno da imitação de modelos (BOECHAT, 2014) oriundos principalmente da América do Norte ou Europa, até uma nova forma de identidade regional (PICCHI, 2007) resultante de uma espécie de antropofagia cultural do final do século passado, o Mangubeat abre caminho para alimentar o debate sobre identidade a partir da consolidação de uma inovadora estética. Como objetivo pretendeu-se destacar o potencial simbólico e a importância do movimento Mangubeat sobre a identidade brasileira e as transformações recorrentes do mesmo. A partir de uma leitura simbólica, dentro da abordagem da Psicologia analítica, analisamos qualitativamente duas músicas representativas do movimento Mangubeat ("Manguetown" e "Cidade Estuário") e o manifesto "Caranguejos com Cérebro", escrito na época, que organizou as principais ideias e objetivos do movimento. Levantamos a lama dos mangues e a antena parabólica como os principais símbolos deste movimento e ampliamos esse significado correlacionando as características simbólicas dos mesmos aos objetivos e transformações do movimento Mangubeat. Apesar da Psicologia Analítica ser mais conhecida por seu caráter clínico, Jung pensava o indivíduo como parte e produtor de cultura, não sendo possível separar as duas coisas, estabelecendo uma relação dialética entre elas. Retrata a psique não apenas como uma parte do ser humano, mas sim de toda a humanidade e por tanto da cultura de forma geral. Reforça que a cultura tem o poder de unir os homens como indivíduos, inclusive através da arte, os diferenciando da massa - que seria os indivíduos sem cultura que não consideram a liberdade, o direito ou a arte. Assim a cultura é inerente à natureza humana e o tempo histórico é marcado por personalidades criativas inseridas em movimentos culturais que teriam um papel compensatório à sociedade da época, onde através de sua arte, trazem novas interpretações da realidade (FREITAS, 2009). Além da cultura, inerente à natureza humana, é também a linguagem. O ato de fazer música (arte) é um instrumento de expressão, assim como a linguagem, portanto passível de ser apreendido como manifestação simbólica. Desse modo, a música enquanto forma de arte adquire uma natureza polissêmica e multifacetada, permitindo que sua manifestação tenha diversos significados para quem ouve, ressaltando seu caráter simbólico. Na concepção de Jung existe uma conexão entre o campo da arte e a psicologia que pede uma análise direta. Tal relação se baseia no fato da arte ser uma atividade psicológica, logo, pode e deve ser submetida a elaboração da psicologia, pois, como toda atividade humana, é oriunda de causas psicológicas e, portanto, é objeto da psicologia. Dessa forma, a arte é um tipo de instinto inato que se apodera do homem, fazendo dele seu instrumento, mas enquanto artista ele é, no mais alto sentido, "homem" - ele é um "homem coletivo", um veículo e um modelador da vida psíquica inconsciente da humanidade (JUNG, 2011). Submetemos o trabalho ao Eixo 4 por acreditar que o potencial transformador e de renovação cultural trazidos pelo Movimento Mangubeat, na década de 90 em Recife, relaciona arte e política. Reflete como um movimento artístico, que teve como principal representação a música mas também estava apresentado em uma estética vista no cinema e na moda, trouxe problematizações sociais e políticas na sua origem. O movimento tinha como objetivo a atualização das tradições representativas da cultura nordestina, de uma renovação cultural neste sentido e de uma abertura às possibilidades trazidas pela globalização. Buscar novas sínteses onde se exaltaria a identidade nordestina sem serem tomados pela massificação que a globalização pode trazer consigo. Um movimento artístico com resistência política que trouxe uma renovação cultural expandida a transformações políticas e sociais na própria cidade como a revitalização do centro antigo com maior integração de diferentes camadas populares criando outras representações para a identidade nordestina fazendo com que o mangubeat conseguisse adentrar em espaços sociais mais amplos, desde a juventude da periferia ao consumidor de música pop de uma forma geral. Na análise,



buscamos através de recortes, costurar aproximações das características físicas e biológicas dos mangues, como a fertilidade e a diversidade, com o potencial criativo do movimento que estava produzindo uma forma de expressão artística. Também os temas relacionados a mitologemas da alma imaginal brasileira: “terra em que se plantando tudo dá” (frase escrita por Pero Vaz de Caminha em carta contando sobre a fertilidade das “novas terras” encontradas) e a própria miscigenação e diversidade do povo brasileiro. Encontramos também a lama como símbolo do movimento e bastante presente nas músicas, retratando a sujeira e a pobreza da cidade, mas como símbolo da prima matéria, conhecida na alquimia como a matéria prima das transformações. Da lama, da sujeira e do lixo como denúncias das mazelas da cidade do Recife, que ao serem assimiladas como símbolo do movimento podem se transformar. Conclui-se que partir desses trechos de música, e da caracterização do movimento, conseguimos retratar a ideia de renascimento cultural, de retorno a lama, compreendendo seus aspectos de decomposição e regeneração. Homem que sai da lama para integrar-se à natureza e ao social (TESSER, 2007) como inserido no que Maffesoli (2002) chama de enraizamento no húmus do humano. Através da lama do mangue a apatia cultural da cidade se transforma, entendendo que a cultura serviu como ferramenta de transformação cultural ao trazer modernização e resgate da cultura nordestina, um novo traço para a própria identidade da cidade. Trata-se de um movimento importante e que nos provoca reflexões psicossociais necessárias, visto os conflitos e as cisões sociais que temos vivenciado. Uma referência de transformação que tanto buscamos para a nossa nação, entrando em contato com aspectos inferiores, dolorosos, mas necessários para criações e possíveis modificações de formas e moldes, sabendo que fazemos parte da natureza transformadora, ou melhor, que somos natureza. Ao utilizar a cultura popular nordestina como suporte artístico o Mangubeat traz uma identidade pós-moderna, marcada como o mix do local e do global. A cultura popular está inserida neste contexto misto de diferentes ritmos e referências culturais. A fusão de sons e ideias fez do Mangubeat a possibilidade de um novo artista nordestino, que retrata a sua realidade junto a sua cultura, mas também como cidadão do mundo, agora globalizado. Muitos autores fazem uma possível aproximação do movimento mangubeat com o tropicalismo, ou até mesmo o antropofagismo cultural, idealizado por Oswald de Andrade, no Movimento Modernista de 1922. Mesmo que não em todas as suas características, para ele o resultado da movimentação cultural feita através do Mangubeat foi uma atualização das tradições musicais pernambucanas, o que equipara-se ao que os tropicalistas fizeram nos anos 60, principalmente por se oporem as vozes tradicionalistas. Se aproximam na atitude de “romper com as amarras” de uma visão estreita das raízes nacionais nas artes e caminhar em direção de sínteses inovadoras. Nos sentimos constantemente provocados a encarar nossas chagas, como foi a proposta deste trabalho, não apenas para lamentar, mas para engolir e digerir nossa herança, nossa história, nossa cultura, com suas mazelas e superações, para que lendo, vendo, revivendo, sejamos tocados pelo conteúdo simbólico dessas músicas e possamos tanto ecoar, ressoar, como criar.

DIALÉTICA DO RECONHECIMENTO: um estudo sobre o Estádio do Espelho de Lacan

Autor: Lara Mendes Cesar (Universidade Federal de Goiás)

Coautor: Anita Cristina Azevedo Resende (UFG)

Este trabalho decorre de um estudo teórico do texto O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica (1949), de Jacques Lacan. É parte de um projeto de pesquisa em andamento no Mestrado em Educação da Universidade Federal de Goiás, que trata de investigar se e como a dialética hegeliana do reconhecimento está posta nesse escrito. O objetivo buscado é apreender a lógica com que Lacan articulou a constituição do sujeito e a formação do “Eu” nesse momento de sua elaboração teórica. Trata-se de uma pesquisa teórica e bibliográfica, baseada em revisão de literatura sobre a temática da teoria do estádio do espelho no campo da psicanálise lacaniana e nos escritos do psicanalista contemporâneos ao texto de 1949. O tema da constituição do sujeito e de sua relação com o outro é fundamental para a apreensão das formas de subjetividades contemporâneas tão aderentes à irracionalidade e ao autoritarismo.

Em O estádio do espelho, Lacan (1949/1998) tece argumentos para defender a tese de que a função ali posta revela “uma estrutura ontológica do mundo humano” (p.97). Seu ponto de partida é um aspecto comportamental da psicologia comparada, pela observação de que o filhote do homem, numa idade em que é superado em inteligência instrumental pelo chimpanzé, reconhece sua imagem no espelho: Aha-Erlebni, eureka, insight, mímica que atesta seu ato de inteligência. O autor descreve o infans (anterior à fala) em frente ao espelho (entre seis e



dezoito meses de vida), que, mesmo sem controle da marcha ou da postura ereta, repete seus movimentos e observa os desdobramentos produzidos na imagem espelhada. Nessa cena emblemática, em primeiro ele confunde o reflexo com a realidade; depois, adquire a noção da imagem como tal; e, finalmente, reconhece o reflexo como sua imagem. Assim, protagoniza o espetáculo em que “supera, numa azáfama jubilatória, os entraves desse apoio [andador], para sustentar sua postura numa posição mais ou menos inclinada e resgatar, para fixá-lo, um aspecto instantâneo da imagem” (LACAN, 1949/1998, p. 97).

Conforme Lacan (1949/1998), o cerne dessa experiência está em tomá-la como uma identificação: “a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem - cuja predestinação para esse efeito de fase é suficientemente indicada pelo uso, na teoria, do antigo termo *imago*” (p. 97. Grifo do autor). A identificação é um fenômeno irreduzível de assimilação da *imago*, que é uma representação inconsciente e prototípica que fixa as determinações do drama humano. A gênese da identificação é a captação imagética especular que “se precipita numa forma primordial” (LACAN, 1949/1998, p. 97.) e realiza-se pela assunção da imagem do corpo próprio como Gestalt, como uma totalidade.

Pois a forma total do corpo pela qual o sujeito antecipa numa miragem a maturação de sua potência só lhe é dada como Gestalt, isto é, numa exterioridade em que decerto essa forma é mais constituinte do que constituída, mas em que, acima de tudo, ela lhe aparece num relevo de estrutura que a congela e numa simetria que a inverte, em oposição à turbulência de movimentos com que ele experimenta animá-la (LACAN, 1949/1998, p. 98).

Pela Gestalt, o sujeito “antecipa no plano mental a conquista da unidade funcional de seu próprio corpo, ainda inacabado, nesse momento, no plano da motricidade voluntária” (LACAN, 1948/1998, p. 115), em razão da prematuração do nascimento no homem. A identificação é um ato de interpretação do sujeito, na medida em que a Gestalt assimilada é uma imagem exterior, invertida e “congelada”: simboliza “a permanência mental do [eu] à estátua em que o homem se projeta” (LACAN, 1949/1998, p. 98).

A imagem especular deve ser tomada como uma metáfora, pois é toda e qualquer manifestação de um outro que funcione como interlocutor, seja um semelhante ou seu próprio reflexo. A identificação primordial é mediadora entre exterioridade e interioridade: na delimitação dos contornos do corpo próprio, algo se configura como exterior, não-eu, outro; ao mesmo tempo em que algo é concebido como interior e próprio. No entanto, esse outro não está “lá fora”, mas no interior do sujeito: o outro é ele, é sua imagem. Situa-se, nesse ponto, a gênese da relação ambígua do Eu com o outro, manifestada nos fenômenos do duplo e do transitivismo infantil.

Essas ponderações permitem apreender a estrutura alienante do homem. Ainda assim, a assunção da imagem unificada do corpo próprio organiza um dinamismo libidinal problemático e propicia uma satisfação própria. A assunção jubilatória do infans de sua imagem especular se antepõe às vivências que Lacan (1948/1998) nomeou como *imago* do corpo despedaçado: “imagens de castração, emasculação, mutilação, desmembramento, desagregação, eventração, devoração, explosão do corpo” (p. 107). Com efeito, a fantasia da *imago* do corpo despedaçado é uma interpretação coexistente à fantasia da identidade, essa forma ortopédica que o sujeito chama de “Eu”, que tem função defensiva e possui estrutura rígida. Esse é o “nó de servidão imaginária” que a psicanálise chamou de narcisismo (LACAN, 1949/1998, p.103). O eu referente às inscrições psíquicas da *imago* do reconhecimento de si no estatuto da imagem do corpo próprio é o objeto do amor de si, da paixão narcísica.

Nessa encruzilhada estrutural, Lacan (1948/1998) aponta que a agressividade é a tendência correlata ao modo de identificação narcísico, determinante da estrutura formal do eu. Se a instância narcísica do eu só pode se instituir concomitantemente e em referência à agressividade, ela é secundária à identificação: aquele com quem o sujeito se identifica é quem ele quer ser e ama, ao mesmo tempo em que odeia, justamente por ser outro. Logo, não é suficiente pensar a agressividade como dirigida “para fora”, porquanto se trata de uma força ambivalente, que também afeta o próprio sujeito: o correspondente do amor de si é o “ódio de si”.

O psicanalista francês pontua que as reflexões sobre o conhecimento paranoico evidenciam uma organização original das formas do eu e do objeto quanto às categorias espacial e temporal na estrutura do delírio, eventos vividos “numa perspectiva de miragens, como afecções com um toque de estereotipia que suspende sua dialética” (LACAN, 1948/1998, p. 113). O fenômeno da crença delirante exhibe, em sua estereotipia, a estagnação formal da Gestalt, “cena congelada” na qual o sujeito desconhece suas próprias construções e não se reconhece: o que ele vê/sente é o outro, imagem invertida e virtual.

Para intervir no caráter dual dessa relação eu-outro, é necessário introduzir um objeto terceiro, regulador da confusão afetiva e da ambiguidade especular. A situação triangular pode fazer do rival objeto comunicável e intercambiável para o sujeito, inaugurando a “dialética que desde então liga o [eu] a situações socialmente elabo-

radas" (LACAN, 1949/1998, p.101). Ao complexo de Édipo concerne a intermediação cultural do objeto sexual para o homem. Na trama edípica, o sujeito se identifica com o rival pela ação da sublimação, que realiza a introjeção da imagem deste outro com o qual disputa o objeto, estabelecendo a conexão entre uma normatividade libidinal e uma normatividade cultural (LACAN, 1938/1998).

A função do estádio do espelho cristaliza o formalismo que determina no homem seu desejo pelo objeto do desejo do outro, donde nasce a "tríade do outro, do eu e do objeto" (LACAN, 1948/1998, p. 116). Assim, o desejo do homem se constitui sob o signo da mediação: "ele é desejo de fazer seu próprio desejo reconhecido. Ele tem por objeto um desejo, o do outro, no sentido de que o homem não tem objeto que se constitua para seu desejo sem alguma mediação" (LACAN, 1946/1998, p. 183). Lacan concebe a relação sujeito e objeto, Innenwelt e Umwelt, subjetividade e cultura, numa lógica de imbricação na qual o sujeito só pode advir com os outros no lócus da história e não como simples efeito da ação da ordem social sobre si. Nesse 'nó', reside a causalidade psíquica que a psicanálise revela. Dessa perspectiva, não cabe tomar o sujeito como tributário do "princípio da realidade", um eu centrado no sistema percepção-consciência. A dialética subjacente ao estádio do espelho indica a função do desconhecimento como o que caracteriza suas estruturas.

E não é essa a descoberta inaugural da psicanálise sobre o inconsciente? Os achados sobre a síntese do eu não dispensam as considerações sobre o sujeito, "que, precisamente, não é sintético nem apenas isento de contradição" (LACAN, 1948/1998, p. 180). Para Lacan (1948/1998), a experiência freudiana designou ao sujeito o lugar da Verneinung, fenômeno pelo qual o sujeito revela um de seus movimentos pela própria denegação que faz deles, no momento mesmo em que a faz - negação formal, que é fenômeno típico de desconhecimento.

Nesse sentido, o indivíduo, na contemporaneidade, de tão isolado, parece não se perceber como ser social e não se mostra capaz de reconhecer o outro como igual, mas apenas como diferente, diferença que se converte em desigualdade, movendo o seu ódio em direção ao outro.

Filmes, Consumo e Cultura-mercadoria. Processos de subjetivação e produção de "kits de subjetividade" nas imagens de tabaco em longas-metragens brasileiros

Autor: Rosa Vargas (UFRJ)

Coautor: não tem (Fred Tavares)

Esta pesquisa constrói quadro quantitativo e qualitativo (psicossocial) do conteúdo de tabaco exibido nos filmes brasileiros de longa-metragem com maior bilheteria em cinco anos (2007 a 2011). As produções midiáticas (filmes) são consideradas veículos potencialmente produtores de cultura-mercadoria e "kits de subjetividade", que se somam em agenciamentos coletivos de enunciação, que atravessam e são atravessados por processos de subjetivação na construção do consumo dos produtos de tabaco no contexto da sociedade de controle, sob a ótica do capitalismo rizomático em Pelbart. A abordagem psicossocial oferece perspectiva interdisciplinar na reflexão sobre os processos de subjetivação neste tema. O percurso teórico inclui Zygmunt Bauman, Gilles Deleuze, Félix Guattari, recortes da Modernidade líquida, Sociedade de Controle e Capitalismo Mundial Integrado, dialogando com outros autores. Os eixos teóricos principais decorrentes são os processos de subjetivação na esfera da cultura-mercadoria e "kits de subjetividade", a partir dos agenciamentos coletivos de enunciação. A metodologia utilizada é quali-quantitativa. A amostragem inclui 50 filmes, que foram contabilizados e codificados em relação ao conteúdo de tabaco. Em 34 deles identificaram-se conteúdos de imagens de tabaco. A codificação dos filmes contabiliza a exibição ou consumo de produto de tabaco e o tempo de exibição dessas imagens. Em 2007 observa-se o maior tempo de exibição de conteúdo de tabaco e no ano de 2009 o menor. 75% dessas imagens se encontram em filmes com Classificação Indicativa de acesso possível a jovens e crianças até 14 anos, o mesmo acontecendo com 77% do tempo dessas imagens. A análise psicossocial qualitativa do conteúdo das imagens de tabaco em seis filmes da amostragem se referencia nas proposições de Bardin. A categorização dos processos de subjetivação observados abarca um conjunto de 6 categorias que incluem ofertas de "modos de ser" e "kits de subjetividade", conteúdos que se assemelham a composições publicitárias de produtos de tabaco no passado. O consumo de produtos de tabaco associa-se nas imagens ao ritual de passagem para a vida adulta, traz simbolismo de independência, liberdade, busca de aceitação por pares, suporte para momentos de angústia e tensão, é fomentador de vínculos e da comunicação, apresenta-se como ato de rebeldia, e como um paradoxo entre prazer e nocividade.



Produtos de tabaco, embalagens e marcas são exibidos com relevância nos filmes, e seu consumo é apresentado frequentemente de forma naturalizada, corriqueira.

Como discussão observa-se que a construção psicossocial considera que o consumo da atualidade insere-se em um capitalismo mutante e remodelado que, quer através de subjetividades coletivamente produzidas, quer através de posições individuais de identidades permanentemente construídas, fazem do vender seus produtos um processo de colonização de territórios e subjetividades, migrando os membros da sociedade da condição de produtores no passado a consumidores, e até mesmo a mercadorias. O ímpeto essencial de consumo insere-se em um capitalismo remodelado onde, pela desterritorialização do capital e sua mobilidade, os territórios e domínios são ampliados, trazendo uma nova leitura. A produção de subjetividade articula-se com a produção de mundo e com os movimentos do capital, este não mais relacionado apenas com as superestruturas e sim configurando a produção subjetiva como matéria prima essencial que impulsiona os mercados de consumo e as forças produtivas. A conexão direta entre as máquinas produtivas, máquinas de controle social e cultural e instâncias psíquicas entre outras, forjam a gênese da maneira pela qual sociedade e indivíduos percebem o mundo e se articulam com os processos de produção e consumo. A nova ordem de subjetivação capitalística se imbrica com a concepção do Império no qual as estruturas de poder, agora modificadas, tencionam os registros do tecido social, penetrando na sociedade, administrando não mais seus territórios e sim trazendo uma nova ordem que regula o próprio mundo onde ela habita. O objeto de governo é a vida social como um todo e uma forma paradigmática de Biopoder. Consumidores como commodities, tornando capitalizável o não capitalizável. Uma nova ordem que se projeta na realidade psíquica dos indivíduos e do mundo, e produz os diversos níveis de relação com o trabalho, com si mesmo, com a família, com o mundo à sua volta, ditando modos como trabalhar, como se alimentar, fazer escolhas e o que consumir. Esses movimentos têm como foco o consumo na sociedade líquido moderna capitalista e se constroem através de produção de subjetividade, configurados através “kits de subjetividade” e “modos de ser”, ofertados através de estratégias amplas de comunicação que atendem às demandas de criação e ampliação de mercados de consumo. Não apenas a publicidade, mas conteúdos difundidos em outros espaços de comunicação diversos, que incluem as mídias de entretenimento, somam-se no amplo escopo de visões disponíveis sobre os produtos e consumo para a sociedade interagindo na construção de comportamento, valores, crenças, escolhas, a cultura-mercadoria. Esta estrutura de visão psicossocial na produção de subjetividades imbricada às demandas de mercado de consumo e ao tecido social na reflexão sobre o consumo de produtos de tabaco, aditivos por excelência, soma uma perspectiva da comercialização da vida, no âmbito da saúde pública, sobretudo considerando as implicações de aplicação desta lógica aos conteúdos disponibilizados em mídias com acesso possível para jovens e crianças, ou direcionado para elas. Esta abordagem pode ser ampliada em relação à construção de outros mercados de consumo envolvendo produtos que podem potencialmente causar danos à saúde como o álcool, alimentos não saudáveis, sendo os quadros de adoecimento que ocorrem em consequência nomeados como as epidemias industriais, pois resultam de comportamentos de risco envolvendo o consumo, este estimulado ou construído por estratégias de mercado engendradas pelas corporações. A concepção do capitalismo que consome subjetividades ganha uma dimensão extrema em relação aos produtos de tabaco por capturar as vidas em sua plenitude. Em conjunto com a subjetividade dos indivíduos uma parcela de suas vidas, traduzida em mortalidade ou morbidade, é subtraída, pelo potencial de letalidade e nocividade dos produtos.

Esta abordagem psicossocial sobre o consumo de produtos de tabaco, aditivos por excelência, soma uma perspectiva da comercialização da vida, no âmbito da saúde pública, sobretudo considerando as implicações desta lógica quanto aos conteúdos disponibilizados em mídias com acesso possível para jovens e crianças, ou direcionado para elas, o que torna relevante o monitoramento dos espaços midiáticos e culturais e inclusão de novos olhares em ações midiáticas nas políticas de controle do tabaco.



Passagens da vida da gente: memórias dos moradores de Mineiros/GO

Autor: Wilmar (UNIFIMES)

Coautor: Lorena Vaz Ferreira (Unifimes), Cíntia de Sousa Carvalho e Danilo Marques da Silva Godinh (Unifimes)

Com esta investigação objetivamos apresentar o trabalho de escavação das memórias dos moradores da cidade de Mineiros, situada no interior do estado de Goiás, que de acordo com os dados do IBGE, no ano de 2017, a estimativa é que a população possua em torno de 62.750. Mais especificamente, mapeamos alguns saberes e fazeres que fazem parte da cultura local, de modo a buscar analisar os impactos do acelerado crescimento econômico e demográfico na identidade de seus moradores.

Justificamos a relevância do presente trabalho ao identificarmos a necessidade de produzir estudos acerca das realidades brasileiras que se situam fora dos eixos das capitais, de modo que outras vozes possam contar histórias ainda pouco reveladas de nosso país. Não obstante, percebemos a necessidade de acolher as memórias dos habitantes mais antigos, visto que a cidade possui cerca de 79 anos e muitos de seus fundadores e primeiros moradores começam a falecer. Outro fator que sustenta a importância deste trabalho está no acelerado crescimento econômico e consequentemente demográfico vivido pela cidade nos últimos anos, fator este que produziu impactos expressivos na identidade social da localidade.

Trata-se de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo, produzida a partir da realização de 09 entrevistas abertas (Bleger, 1998), denominadas conversas, com os moradores da cidade. As entrevistas foram todas videogravadas (com anuência dos participantes) e, posteriormente, transcritas para a análise. Com as gravações foi produzido um vídeo-documentário, denominado "Mineiros: Passagens da vida da gente". O potencial da narrativa imagética é o de permitir uma maior difusão das narrativas acolhidas na pesquisa, visando outros públicos.

Entende-se que narrar é uma maneira de dar contorno à nossa identidade, ato que reforça e engrossa também a identidade coletiva dos grupos aos quais pertencemos (Pollak, 1992). Com Benjamin (1994), compreendemos que a memória é um elemento relacional, que brota da necessidade de compartilharmos experiências, dando prosseguimento ao projeto coletivo de criar sentido para a vida. À luz das reflexões benjaminianas, Halbwachs (2006) compreende ainda que a memória é uma construção iniciada primeiramente por uma rede coletiva e apenas posteriormente torna-se individual, afirmando, portanto, que toda memória é coletiva.

As narrativas dos entrevistados apresentaram algumas direções para as perguntas que nos moveram. Em resumo, Mineiros foi apontada como uma cidade multicultural, miscigenação que nasceu do encontro de três povos: mineiros, baianos e gaúchos. Tal encontro entre esses grupos – que foi movido por conta das necessidades de sobrevivência e trabalho -, se por um lado produziu a rica diversidade local, gerou e gera uma série de tensões.

A mecanização da produção e o surgimento das grandes empresas foram apontados como fatores que alteraram, e muito, o cenário social. Desde então, os índices de violência e a devastação ambiental tornaram-se realidade cotidiana. Muitas práticas locais, como as de cuidado e de solidariedade (os mutirões e as traições, por exemplo) - entendidas como marca da identidade desse povo interiorano -, aos poucos foram esvanecendo.

A recente e intensa migração a procura de postos de trabalho (num país assolado pelo desemprego), sem que o poder público pudesse se articular para oferecer uma boa rede de serviços, parece ter impulsionado a desigualdade social e a violência. O medo da violência provocou o esvaziamento do espaço público, o que, por consequência, parece ter distanciado as pessoas. Portanto, as experiências tornaram-se menos intercambiáveis.

Essas mudanças na comunidade que alteraram consequentemente a organização do social, no modo de vida e de relacionar da população, parecem estar associadas a fatores resultantes do sistema capitalista. O sistema intensifica a competitividade humana e o consumismo em massa pois prioriza o acúmulo de capital, logo surgem novas necessidades a sociedade que busca então se adaptar para a própria sobrevivência a essas exigências sustentadas por interesses econômicos. Em meio a esse cenário surgem a exploração e expropriação do ambiente e pessoas, modificando processos culturais e históricos do lugar e até a constituição da identidade dos habitantes locais.

Para chegar a determinadas suposições foram utilizadas as narrativas dos moradores mais antigos da cidade, sendo o público com maior quantidade de informações, conhecimentos e memórias sobre o lugar. Foram escolhidos por estarem inseridos e fazerem parte do contexto, onde participaram e construíram diversas experiências na vida, o que vem a ser um aspecto importante quando se trata de analisar as mudanças ocorridas durante o tempo até o momento atual. É nessa rede de experiências de vida que se conectam a todo instante, onde surgem as narrativas, histórias não contadas e desconhecidas por muitos, que este trabalho se organiza.

Assim, entendemos que criar oportunidades para que uma comunidade possa se apropriar de forma mais sistemática de suas memórias e de sua história através das narrativas, configura-se como uma maneira de fortalecer a identidade social de um grupo, que uma vez mais apropriado de si, pode acolher a diferença como parte de sua identidade. Só um povo que se conhece, pode saber o que deseja para si, se responsabilizar por seus processos e enfrentar seus desafios. As vozes dos autores e dos participantes parecem entoar a ideia de que, só a partir do fortalecimento do vínculo social é possível que um grupo possa mirar seus problemas e tecer coletivamente caminhos de enfrentamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Benjamin, W. (1994). Sobre o conceito da História. In Benjamin, W., Obras Escolhidas I: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense.

Bleger, J. (1998). Temas de psicologia: entrevista e grupos. 2ª.ed., São Paulo: Martins Fontes.

Halbwachs, M. (2006). A memória coletiva. São Paulo: Centauro.

Pollack, M. (1992). Memória e identidade social. Estudos Históricos, 5(10), 200-212.

Processos psicossociais e a Teoria Ator-rede: o processo de subjetivação de marcas ecológicas

Autor: não tem (Eliane Almeida)

Coautor: não tem (Fred Tavares)

O mundo enfrentou uma série de desafios complexos e interconectados, em 2018, que vão desde o combate à pobreza até as questões das mudanças climáticas. Desta forma, os ventos contrários enfrentados pela economia global, durante o ano de 2018, se intensificaram gerando maior controvérsia para o tema das tensões geopolíticas e geoeconômicas entre as maiores potências do mundo (WWF-BRASIL, 2018). Conforme os problemas ambientais vão se agravando, aumentam as controvérsias, que vão desde a descrença dos cientistas céticos até ao ativismo dos ambientalistas os quais lutam pela causa planetária. As questões climáticas impactam socioambientalmente gerando riscos globais que estão interconectados pela não redução dos Gases de Efeito Estufa (GEE). Por exemplo, os últimos dados científicos compilados do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) assinalam que os GEE aumentam o aquecimento global devido ao progresso da civilização pós revolução industrial. A não redução de GEE poderá ameaçar a sociedade com escassez de alimentos, crises de refugiados, inundações de cidades, extinção de espécies de animais e plantas. Tais discussões potencializam a temática socioambiental, e trazem maior responsabilidade às empresas e governos, uma vez que a produção e o consumo das empresas transnacionais no Brasil se dão em grande escala. Ademais, com todos os agravantes planetários surgem pesquisadores interessados em abordagens baseadas na teoria moral e na psicologia social para reconciliar objetivos individuais e coletivos. Tais reflexões apontam para a necessidade de uma mudança, sócio-econômico-política, antes que os riscos cresçam em velocidade vertiginosa. Além disso, uma vez que os riscos globais estão interligados socioambientalmente, cabe uma atenção redobrada no que se refere à desaceleração da perda de biodiversidade, visto que os resultados da inação do clima estão se tornando cada vez mais claros. Desse modo, tais estudos acendem um olhar para as questões socioambientais que sofrem impacto do mundo capitalista e globalizado. Contudo, observa-se, a partir da segunda metade do século XX uma mudança, na sociedade disciplinar, que passa a ser de controle e vigilância constante pela web, câmeras e redes sociais. O indivíduo da sociedade de controle (DELEUZE, 1992) passa a ter influência das redes sociotécnicas (LATOURETTE, 1994) e, nessa dialética, entre uma sociedade de controle e consumo advém um novo modo de ser, no qual todos se vigiam e são vigiados e, do qual o desejo é um devir incessante e maquínico, que conforme, Guattari (1981, p. 8) alerta: "Vamos assistindo à construção de uma teoria do desejo no campo social, onde economia política e economia libidinal são inseparáveis. A economia libidinal é a subjetividade da economia política". Indo ao encontro desta ideia, Deleuze (2012, p. 16) lembra que: "A subjetividade é determinada como um efeito, é uma impressão de reflexão". Dessa forma, o marketing ambiental, passa a ter um papel relevante no posicionamento empresarial das marcas ecológicas e na criação dos novos consumidores "ecopsicossociais" (ALMEIDA; TAVARES; FERREIRA, 2019). A partir disso, esse estudo tem como pista uma reflexão do marketing ambiental, pensado pela visão da ecosofia, na qual se discutem as três ecologias - psíquico, social e ambiental (GUATTARI, 2001). Nesse sentido, refletir a lógica dos processos psicossociais, através do con-

ceito de “ecosofia”, e sua intersecção com os conceitos de rizoma e agenciamento de enunciação; é o processo que conduz esse estudo. Desse modo, o objetivo geral do estudo é analisar os agenciamentos de enunciação do marketing ambiental, os quais podem ser apropriados na composição de um sistema de “rizoma verde”, no caso específico da “União de Forças” entre as marcas das gigantes Coca-Cola e Ambev, o que faz emergir consumidores que assumem novos modos de ser e ter “ecopsicossociais”, visto que a subjetividade é constantemente alimentada pelo capitalismo contemporâneo – mundial e integrado – impulsionando uma lógica coletiva organizada por uma nova ordem de consumo ecológico ou “ecopsicossocial”. É pela via do marketing ambiental que a dinâmica do capital passa a se dar em rede e virtualmente numa condição de comunicação rizomática. A contribuição desse estudo, portanto, é propor uma nova visão para o marketing ambiental, pelo olhar psicossocial, rompendo com formas de pensamento pré-estabelecidas nesta área do conhecimento. A partir disso, presume-se que a ordem do “rizoma verde” é uma nova ordem de mercado que produz a natureza e utiliza um “capital verde” e que, igualmente: “são fluxos sociais, materiais e de signos que são a objetividade do desejo” (GUATTARI, 1981, p. 8). Os agenciamentos de enunciação do “rizoma verde” são produzidos de forma coletiva, por redes sociotécnicas, numa relação híbrida entre humanos e não humanos (LATOURET, 2005; LATOURET, 1987). Ampliando essa reflexão, infere-se que o agenciamento do “rizoma verde” passa a ocorrer de forma fluida, uma vez que as empresas atualmente comercializam seus bens e serviços por meio de diversos canais híbridos, canais de comércio eletrônico e redes virtuais. Esta virtualização propicia uma interação de fluxos e contrafluxos entre os consumidores e as marcas. Desta forma, o marketing explora a comunicação entre os consumidores, que passam a interagir diretamente com as marcas, dando sugestões e opiniões sobre seus produtos e serviços. Sendo assim, esse novo modo de viver conectado em redes sociotécnicas, no qual o indivíduo passa a trocar informações sobre seu modo de vida, faz surgir novos modos de ser e novas dimensões que podem ser de ordem psíquica, social ou ambiental (GUATTARI, 2001). Para tanto, com relação ao eixo temático o presente estudo aponta algumas pistas, para pensar o marketing ambiental, por meio da Cartografia de Controvérsias/Teoria Ator-Rede (TAR) de Latour através do caso da “União de Forças” entre as marcas Coca-Cola Brasil e Ambev, para discutir a Criação de Valor Compartilhado (CVC) de Porter, na gestão compartilhada de resíduos sólidos das gigantes. Além disso, a pesquisa aborda o tema, pelo olhar psicossocial, entrelaçando os atores-rede às pistas teóricas de Gilles Deleuze e Félix Guattari; pensado sob o conceito de ecosofia (mental, social e ambiental). A pesquisa é bibliográfica e utiliza a Cartografia de Controvérsias/TAR, como método de análise dos documentos pesquisados, com descrição do caso observado. O objetivo geral é analisar os agenciamentos de enunciação do marketing ambiental, os quais podem ser apropriados, na composição de um sistema de “rizoma verde”. O objetivo específico é refletir sobre a “dobra ecosófica” – sustentabilidade e valor compartilhado – entre as gigantes do setor de bebidas no Brasil. Seguindo as pistas teóricas de Deleuze e Guattari e sob a noção de redes de Latour, à luz da psicossociologia, evidencia-se que os agenciamentos de enunciação do marketing ambiental os quais são operados por intermédio de diversos atores sociais, tais como, governos, empresas, fornecedores e mass-media, funcionam como um dispositivo de controle para a captura dos desejos dos consumidores “ecoamigáveis” ou “ecopsicossociais”. Ou seja, os enunciados das marcas verdes são proferidos como sendo viáveis, justos e ambientais, ou como postulado por Guattari (2001), sob um novo conceito “ecosófico” pensado à luz das três ecologias (psíquico, social e ambiental). Nesse contexto, os agenciamentos de enunciação do marketing ambiental devem ser éticos e abertos contribuindo com uma relação profícua entre o consumidor e a marca. Sobre isso, Kotler e Kotler (2013) mencionam que a melhor maneira de uma empresa crescer continuamente é ter objetivos claros e garantir que os stakeholders estejam alinhados a missão sustentável do negócio. De forma íntegra, pacífica, ética e que seja bom coletivamente, o negócio futuro deve prosperar. Partindo desse olhar, o conceito das três ecologias de Guattari aponta pistas para um novo “marketing ecosófico”, num axioma, que contradiz o pensamento comumente articulado pela visão positivista. Para tanto, à luz da psicossociologia, esse estudo tem como consideração final a apresentação de um novo olhar sobre o marketing ambiental e busca refletir e evidenciar as contradições presentes no processo de agenciamento de enunciação das marcas ecológicas, cujas estratégias comerciais são traçadas por um “rizoma verde”, em conjunto com seus stakeholders (fornecedores, consumidores, mass-media, ONGS, órgãos públicos, formadores de opinião, etc.). Sendo assim, a lógica do capitalismo rizomático na ideia da “dobra ecosófica” - conforme proposto nesse estudo - é de que a empresa passa a fazer melhorias socioambientais; logo é importante para a empresa manter a comunidade, os parceiros, os fornecedores e os stakeholders num sistema saudável, lucrativo e rentável para além da sustentabilidade do negócio. Corroborando com esta visão, segundo Guattari, a “ecosofia social” deve invocar um novo paradigma “ético-estético-político”. Por esta razão, as empresas contemporâneas devem voltar seus esforços para

atender os desejos dos consumidores de forma ética; cumprir com o propósito socioambiental de forma estética; interligar de forma íntegra todo o processo político. Sobretudo, cumpre ressaltar que embora existam muitos estudos sobre o marketing ambiental, em termos de literatura, não há uma produção relevante sobre a temática do consumo verde pensado à luz da psicossociologia. Isto é, o presente estudo propõe um olhar inédito, pensado a partir de cartografias psicossociais do marketing ambiental, sob os conceitos de ecosofia, rizoma e agenciamento de enunciação. Destarte, recomenda-se uma investigação futura que utilize como pesquisa empírica a Teoria Ator Rede – TAR de Latour; já que se trata de uma averiguação que segue processo inacabado de pesquisa.

Projeto Social Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo

Autor: Alberis Rodrigues da Costa (Universidade Cruzeiro do Sul) e Emanuelle Nayara Bessa Silva (UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL)

Coautor: Regina Celia do Prado Fiedler (Universidade Cruzeiro do Sul)

Foi desenvolvido um projeto social voltado à prevenção ao suicídio para adolescentes em situação de vulnerabilidade no Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo (CEDESP) para adolescentes, jovens e adultos. O eixo teórico do projeto foi constituído à partir de um levantamento das políticas públicas no âmbito nacional, que estejam voltadas para a população jovem, entre elas o Programa Universidade para Todos (ProUni), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na concepção de adolescência segundo a perspectiva sócio-histórica, compreendendo o homem como construção histórica, que vive em sociedade e que deve ser visto à luz das suas relações com outros homens, sob determinantes culturais, nos quais o homem também é agente de mudança. Na adolescência que vem desde os anos 1990 se configurando como um campo de contestação e de transformação do ambiente social e na atualidade com as novas tecnologias. Foi realizado um levantamento de obras que tratam sobre a questão do suicídio e percebeu-se que o suicídio tem aumentado 60% nos últimos 45 anos, especialmente entre as populações LGBTI, refugiados, migrantes e indígenas. Compreendendo que o trabalho com o suicídio é vasto e complexo, incluindo fatores sociais, afetivos, de forma que não deve ser desenvolvido isoladamente e que os cursos de Psicologia e Psiquiatria dificilmente instrumentalizam os profissionais para agir com pacientes suicidas. Nesse trabalho, considera-se que a Psicologia e o teatro são formas de trazer à comunidade, engajá-la e criar espaços para compartilhar o sensível e criar novas concepções políticas e sociais. A dramatização em Psicologia permite a purgação do estresse, de afetos negativos e da representação das inter-relações de um grupo, promove a emancipação das ideias e dos papéis representados fazendo emergir, no decorrer da intervenção, as dinâmicas pessoais de cada indivíduo possibilitando a compreensão de diversas realidades de vida. Em sua execução o projeto teve como metodologia a pesquisa participante, pois permite ao pesquisador inserir-se no contexto que visa atuar, superando dicotomias entre pesquisador e objeto de estudo e possibilita que conteúdos do grupo e da comunidade sejam trazidos à tona e expressos, na possibilidade de criar um campo de transformação e denunciar determinantes sociais e das condições de submissão, permitindo alterações das estruturas de poder. O conceito de grupo operativo também pautou esse trabalho, pois se entende que o grupo é um espaço no qual, fantasias possam emergir através das múltiplas transferências entre os indivíduos, além da identificação entre os participantes no que se refere a experiências de vida e o encontro de histórias, propiciando o surgimento de sentimentos como a empatia e a sensibilização com o outro, fortalecimento de vínculos e desenvolvimento de rede de relacionamento. Para o encontro de contextos sociais e culturais, o teatro foi utilizado como metodologia nesse projeto, pois se entende que o teatro enquanto prática transformadora é um meio pelo qual o indivíduo retoma o contato e controle de seu corpo, servindo como espaço transformador, para que tanto o ator quanto o expectador possam ser instigados a revolucionar o seu espaço por meio da ação, para isso, foi reunido um grupo de alunos da Instituição com o objetivo de criar um espaço de fortalecimento do grupo, no qual os alunos puderam se expressar e desenvolver um sentimento de pertencimento grupal e de autoestima, de forma que esses indivíduos uma vez fortalecidos tiveram as condições de multiplicar ações educativas e preventivas com relação ao suicídio, ao bullying, a violência contra a mulher, à construção de relações de afeto, de respeito e de acolhimento. Esses alunos realizaram duas apresentações teatrais para os demais alunos do CEDESP, seus técnicos, gerente e outros profissionais, pois entenderam que o teatro é melhor ferramenta para discutir e sensibilizar seus pares com relação à temática do suicídio. Assim esse trabalho é justificado pelo envolvimento desses alunos com a temática e por sua sensibilidade

com o tema, mesmo que os alunos inscritos no projeto não tenham problemas relacionados ao suicídio, no entanto esses alunos são dotados de vivências únicas e marcadas pela sensibilidade à dor do outro, derivadas de experiências e percepções singulares com relação ao suicídio e ao sofrimento, buscando evitar a desqualificação da forma que os outros percebem e lidam com o sofrimento. O projeto foi inicialmente apresentado a Gerente do serviço, no intuito de atender a uma demanda institucional. O projeto foi desenvolvido às segundas-feiras das 14h00 às 16h00 horas, a Instituição disponibilizou diferentes espaços e equipamentos para o andamento do projeto, dentre eles sala de libras, refeitório, uma sala adjacente, equipamentos como Datashow e notebook, além do apoio dos técnicos da Instituição, disponibilizando tempo para a realização do projeto e incentivando os alunos a participar, bem como elementos subjetivos que permitiram a construção de um ambiente de fala, de escuta e de atuação, com relação à situação grupal, o que permitiu a criação de um espaço no qual os afetos e conflitos puderam emergir. Os alunos mostraram capacidade para refletir e repensar seus próprios posicionamentos com relação aos colegas e professores, de forma que utilizaram o projeto como espaço para mobilizar seus afetos e elaborar seus sentimentos, construindo uma percepção realística uns dos outros, desprendendo-se de estereótipos, resultando no empoderamento desse grupo, enquanto agentes de mudança e multiplicadores, pois entenderam o tema com pertinente a suas vidas, tendo contato com a temática no ambiente escolar, na igreja e no ambiente familiar, de forma que os alunos transmitiram as informações e conteúdos trabalhados nas intervenções com outras pessoas dentro e fora da instituição. Isso foi possível, pois os alunos se apropriaram do projeto enquanto espaço terapêutico e de transformação, no qual, os alunos passaram a pensar o projeto e suas implicações para além do presente, considerando ações a longo prazo, na capacidade dos alunos de apreender a realidade, se apropriando dos dados científicos trazidos pelos estagiários nos primeiros encontros e da observação de outras fontes de informação e essa apropriação da realidade também foi demonstrada nos ensaios e nas apresentações, de forma que o grupo conseguiu promover uma ação de modificação criativa da sua realidade, demonstrada pela construção das apresentações por parte do grupo sem a intervenção dos estagiários. Essa modificação também teve reflexos nos alunos, que internalizaram essas ações e no encerramento trouxeram palavras de afeto uns para os outros, mesmo aqueles com quem tinham pouco contato, o que também se manifestou no desejo dos alunos de continuar o grupo e realizar as apresentações em outros espaços, mostrando o quanto o grupo foi motivado, com objetivos claros, em uma relação que permitiu a construção de um nós e de novas formas de ver a vida, ainda que atitudes desviantes, como faltas e desistências, tenham gerado sentimentos de rejeição por parte do grupo, também permitiram sua reorganização, a partir da apreensão de novos elementos, resultando em um projeto bem sucedido, de forma que os alunos passaram para um estado de autonomia, aceitando o final do projeto na instituição, mas se mostraram dispostos a multiplicar essas ações em outros espaços. Foi realizada uma dinâmica para os alunos do grupo se despedirem dos papéis que interpretaram, parte do grupo se despediu do personagem afirmando que não se identificava com ele, enquanto outros não se despediram, pois se identificavam com o personagem, em um movimento de abraçar o que é moralmente aceitável e tendenciar o que não é, o que mostra que os papéis possibilitaram aos alunos uma reflexão quanto a suas próprias identidades e com relação a forma de olhar o outro, na medida em que a ausência de falas estruturas impulsionou os alunos a criarem as identidades dos personagens, essa construção incluiu características dos próprios alunos e de pessoas que conheciam, o que permitiu que os alunos reconhecessem tais características e se perceberem iguais ou diferentes das personagens. No que se refere à relação com os estagiários, a instituição se mostrou extremamente aberta e solícita, de maneira que a intervenção teve um caráter transformador no âmbito institucional, o que permitiu a substituição de um modelo estático e pré-programado a adoção de um modelo adaptável a novas circunstâncias de uma realidade que foi modificada pela ação do grupo, que ao se fortalecer foi capaz de reivindicar espaços para o projeto, esse empoderamento era entendido pela instituição como algo ruim, pois envolve mostrar aos alunos sua importância para o funcionamento e existência da instituição, contudo foi compreendido pelos estagiários que uma intervenção conscientizadora deve possibilitar reflexões a cerca das condições de dependência, sobre as relações de poder, quebrando as forças instituídas e criar dispositivos para que o coletivo se reúna e discuta as estruturas dessas relações e que por meio da reflexão eles consigam transformar sua realidade, de forma que foi criado um espaço para o exercício da fala dentro da instituição, mas também a criação das condições necessárias para que os alunos exercessem totalmente o poder de fala. A instituição pôde vivenciar os benefícios de ter em seu espaço alunos comprometidos e engajados em um projeto de importância social, mostrando que é imprescindível falar sobre prevenção ao suicídio.



Uma perspectiva etnográfica de questões identitárias a partir de um processo de reassentamento: o caso do Rio Itaquí.

Autor: Elizandra Pereira dos Santos (Fae Centro Universitário)

Coautor: Geiza Tokaz da Cruz, Joyce pescarolo (FAE Centro Universitário) e Cayo Vinicius Lemes Vieira (Fae Centro Universitário)

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de cunho etnográfico e teve como interesse a compreensão de um processo de reassentamento de moradores de uma área que fica na divisa entre dois municípios da região metropolitana de Curitiba. Nas últimas décadas, houve no território estudado um intenso processo de ocupação irregular por parte de várias famílias sem condições econômicas de estabelecer moradia em áreas legalmente regulamentadas para habitação. Diante dessa realidade, a Secretaria Municipal de Habitação de um dos municípios criou o projeto Itaquí, com o objetivo de reconstituir ambientalmente a Bacia do Rio Itaquí e criar um projeto de reassentamento através a construção de 5 conjuntos habitacionais com 825 unidades de apartamentos e casas e 16 lojas comerciais, isso entre os anos de 2014 e 2015.

A vida dessas famílias, antes e durante a mudança, foi retratada em um livro de fotografias chamado “Mudanças” de Vieira (2015) que retrata, por intermédio das fotos e de uma pequena história, a vida de 13 famílias envolvidas no processo. A ideia da pesquisa surge como forma de compreender como está a vida dessas famílias 3 anos após o processo de reassentamento, buscando entender quais os impactos identitários que aconteceram com esses sujeitos depois da mudança.

Para isso, utilizou-se uma metodologia de cunho qualitativo, que está mais relacionada ao levantamento de dados sobre as motivações de um grupo, a compreensão e a interpretação de determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos indivíduos de uma população (Gerhardt e Silveira, 2009). Ao todo 25 sujeitos participaram da pesquisa, em que foi utilizada a Etnografia que possibilita uma imersão na realidade social em que se pesquisa (ROCHA; ECKERT, 2008). Ela pressupõe a inter-relação entre o pesquisador e o grupo de estudo, bem como a interação de ambos, sendo englobado nesse método as técnicas de entrevistas semiestruturadas, a observação e a fotografia.

Entende-se que o reassentamento habitacional de pessoas não passa apenas por questões de ordem prática e objetiva. Via de regra, quando busca o reassentamento, olha-se para a racionalidade econômica e ambiental envolvidas no processo e minimizam-se os efeitos subjetivos que tais mudanças sociais causam na vida dos sujeitos que estão entrelaçados a esse meio. Esse olhar carrega influências de um discurso oficial do estado que molda o padrão de residência ideal a ser alcançado e causa implicações diretas na qualidade de vida das populações, principalmente as marginalizadas e em situação de vulnerabilidade. Há aqui, um ideal de moradia próprio da ficção que vende o condomínio como uma fortaleza de felicidade, segurança e status social típicos da classe média (DUNKER, 2017). Os muros, pelo viés dessa mesma ótica, seriam o impedimento necessário para a entrada do mal. Aqui, estaria uma das necessidades de se viver em um Residencial, cuja padronização é sinônimo de ordem.

Os sujeitos entrevistados se mudaram do campo para essa tão sonhada vida promissora da cidade até que o selo ambiental trouxesse a sentença: hora de se mudar outra vez. Essas mudanças geraram alguns impactos, localizados no contexto em questão, principalmente em relação às questões identitárias. Quanto a isso, estamos nos referindo a adaptação do sujeito a uma forma de ser, de conviver e de se adequar a um meio específico, sentindo-se representado por ele (HALL, 1992) ou ainda pensar questões de construção da identidade como o faz Bourdieu (1983) quando ele discute o conceito de habitus que seria o resultado da mediação das experiências e práticas individuais do sujeito e suas condições sociais; é a externalização da interioridade e a internalização da exterioridade. Esses conceitos nos ajudam a refletir sobre o processo de identificação social pela qual nós somos atingidos.

Pensando essas questões para os moradores desse processo de reassentamento, eles teriam um habitus baseado na vivência social a qual estavam inseridos - sua forma de habitação, relação com os vizinhos, familiares, cotidiano, percepção e relação com o espaço. Dessa forma, essa nova estrutura pede uma inovação na apropriação do sujeito acerca de seu meio. Contudo, nesse caso específico, a única base que o sujeito recebe na mudança é o alicerce da alvenaria fria que forma sua nova moradia.

Logo, quando esses moradores precisaram se reassentar em outro espaço físico, há o desencaixe de seu habitus, visto que uma nova lógica lhes foi apresentada: o menino não pôde trazer seus cachorros, pois a lei do condomínio é clara quanto a isso - não se permitem animais. A senhora não pôde ter sua horta, uma vez que as dependências coletivas do apartamento não devem ser utilizadas para tal fim, bem como sua amiga precisou se



desfazer dos animais que criava na antiga casa da margem do rio e observou o fim da vida chegar pela janela do seu novo bloco. Agora, a luz e a água têm preço fixo – ou nem tão afixado assim. Além disso, existe a crescente taxa de condomínio que aumenta proporcionalmente à inadimplência e à intenção de possuir um novo endereço. Dessa forma, os dias vão passando para os moradores do residencial em que foram reassentados, por trás das paredes cinzas do condomínio, enquanto a alguns metros dali, a reconstrução ambiental do tão esperado parque Itaqui ainda não chegou com o seu caminhão de mudanças.

Referências

- Bourdieu, P. Questões de sociologia. Marco Zero. Rio de Janeiro: 1983.
- Gerhardt, T. E. e Silveira, D. T (Orgs). Métodos de pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- Hall, S. A identidade cultural na pós-modernidade: A identidade em questão. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 7-18.
- Rocha, A, L, C, da, & Eckert, C. (2008). Etnografia: saberes e práticas. Iluminuras, 9 (21).
- Vieira, C. V. L. et al. Mudanças. Ed. Lausac, Curitiba, 2015.

GT08: As afetividades ético-políticas como elementos de emancipação e de transformação social no enfrentamento das desigualdades psicossociais

A afetividade como categoria de análise e práxis para a participação social: pesquisa-ação-participante com o MST.

Autor: Ana Sílvia Ariza de Souza (UMC)

Introdução - Busca-se refletir sobre dimensão ético-política da saúde que considera determinações sociais e coloca o processo saúde-doença na ordem da dialética autonomia/heteronomia, inserindo-a na ordem da virtude pública. Vincula a saúde à felicidade pública e participação social/ação política. Para Espinosa, o aumento da potência significa passar da passividade à atividade e é vivida como emoção alegre (Souza, Sawaia, 2016). Objetivo – Para tal, busca-se refletir sobre a inversão de afetos, dialética entre sofrimento ético-político/potência de padecimento e emancipação/potência de vida. O que provém de pesquisa que teve o objetivo de compreender o sentido da saúde para sujeitos do MST. Método Foram realizadas entrevistas e leitura de diário de campo composto de pesquisa-ação-participante que buscou colaborar com o objetivo do MST de promoção de saúde da classe trabalhadora e posteriormente foi feita análise dos sentidos revelados conforme Vygotsky . Relação clara com o GT e eixo temático escolhido – reflexões sobre a afetividade como categoria de análise e práxis visando participação social e democracia a partir de pesquisa com trabalhadores de Movimento social (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). - Orientação teórica A concepção de saúde tem por base a perspectiva sócio histórica de Vygotsky, a filosofia da liberdade de Espinosa e as reflexões teórico-metodológicas de B. B. Sawaia coordenadora do Núcleo de Estudos Psicossociais da Dialética Exclusão Inclusão Social (NEXIN). O que implica considerar o processo saúde-doença como fenômeno ético-político, incorporar a ética e a afetividade como constitutivas da saúde como configuração singular das afecções do corpo e mente, de forma paralela e sem hierarquia. Foram realizadas reflexões acerca da inversão da afetação do medo e vergonha, afetos vivenciados por sujeitos do MST entrevistados acerca da saúde na perspectiva ético-política. Tais afetos foram analisados porque compõem a passagem da potência de padecimento à emancipação. Os lugares citados como potencializadores da ação e espaços para as superações de afetos tristes e sua consequente inversão foram os atos, festas e ocupações, alguns dos espaços coletivos vivenciados junto ao Movimento. –Resultados - Observou-se que o coletivo possibilita a inversão a afetação do medo e vergonha, já que é nele que os sujeitos deixam de senti-los como paixões tristes. O que vai sendo rea-

lizado a partir de diferentes estratégias que vão sendo vivenciadas pelo coletivo. Enquanto alguns falam do medo de pressão psicológica que foram perdendo ao vivenciar ações coletivas, outros ressaltam a perda da vergonha e melhorias na comunicação a partir das relações estabelecidas com os pares, contrapondo-se a uma política de afetividade dominante que busca manter uma ordem social excludente, já que vergonha e exploração social são facetas da mesma questão (Sawaia, 1999). O reforço da importância das ações coletivas são tema comum. Esses afetos aliados aos seguintes núcleos, compõem os sentidos da participação social/política: motivação para entrada no MST; militância como projeto futuro; tristeza pela desigualdade social; críticas ao capitalismo; consciência de classe para si, solidariedade e compaixão; formação e cuidado com a saúde através de encontros potencializadores; bons encontros, amizades, contradições, "multidão" e catarse; sofrimento e genericidade; consciência da necessidade do exercício de paciência e de que mudança depende da sociedade como um todo. Um sentido que perpassa quase todos é o desejo de mudança/melhoria pessoal e transformação social, frente às condições desumanas. Com relação à transformação de tais condições são unânimes em afirmar que a mesma se dá na ordem do coletivo, sendo impossível atingi-las individualmente.- Conclusões -As atividades nos atos, festas, ocupações são potencializadores da saúde, possibilitam o sentimento de alegria e coragem. Indiretamente indicam que a ação política é potencializadora da saúde, ou da dimensão ético-afetiva do processo saúde-doença, "saúde como a possibilidade de ter esperança e potencializar essa esperança em ação" (Sawaia, 1995,p.162). Na ação política há uma superação do medo/passividade, o que "ensandee o homem e perdura quando alimentado por outras paixões como ódio, cólera, humilhação e aversão á felicidade" (Espinosa, Ética V, Prop. LXIII escólio). Medo e esperança são paixões tristes. Delas nascem outras e tem papel na origem da superstição e instituições políticas e religiosas. As reflexões políticas de Espinosa sobre o medo e esperança, como base da servidão e ressentimento, mostram a força das ocupações e espaços coletivos na potencialização da autonomia dos participantes do MST, uma vez que oferece a vivência de outras emoções mais fortes e contrárias ao medo/vergonha-passividade. A temática da afetividade deve portanto, compor reflexões para ampliar análises e potencializar a criação de novas práxis de participação popular que se contraponham às estratégias de disciplinarização dos corpos e instrumentalização dos afetos que causam heteronomia e levem a inversões de afetações tristes, ou seja, a potências de ação/emancipação.

Referências Bibliográficas

- Sawaia, B.B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Sawaia, B.B. (org). As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 97-118.
- Sawaia, B.B. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: Lane, S.T.M.; - Sawaia, B.B. (orgs) – Novas Veredas da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense: EDUC,199, p.157-168
- Souza, A.S.A.S., Sawaia, B.B. A saúde com potência de ação: uma análise do coletivo e de Comuna da Terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Psicologia Política, v.16,n.37,p.305-320.

Afetos e escuta do discurso na compreensão do sujeito: vivência sobre masculinidade no PE Laços

Autor: Brunna Rezende Furst (PUC Minas) e Camila Garro Gálvez

Neste relato buscaremos compartilhar nossa experiência como extensionistas no projeto Laços, o qual ocorre no município de Belo Horizonte (MG) através de parceria entre o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) Noroeste e Barreiro e a PUC Minas. O Laços, através de oficinas baseadas nos eixos temáticos Cultural, Territorial, Político, Esportivo e Reflexivo, busca criar um espaço mútuo de troca, conhecimento e estabelecimento laços/vínculos sociais entre os estudantes, atualmente dos cursos de Direito e Psicologia, e os adolescentes (12-20 anos) que estão cumprindo medidas socioeducativas em Liberdade Assistida (LA) e prestação de serviços à comunidade.

O objetivo deste trabalho se divide em dois planos, sendo o primeiro compartilhar a experiência vivida por nós durante o semestre, considerando a importância da presença e potencialização dos afetos para que, através deles surja um olhar para os sujeitos e para a formação de vínculos sociais e afetivos que potencializam o grupo. E segundo, buscar compreender como se dão as influências das construções de masculinidade dentro deste contexto em específico, buscando compreender também como esta se relaciona com a ocupação de um espaço



sócio-excludente. Por isso, se tratando de um relato de experiência, nos sustentaremos na discussão de alguns acontecimentos durante as oficinas para realizar uma análise que, com o auxílio de uma revisão bibliográfica, nos permitisse uma maior compreensão dos diferentes âmbitos e processos socioculturais que envolvem esses ocorridos. Utilizamos como base conceitos de Teoria Grupal, perpassando pelas questões de identificação e vínculo, e da Psicologia Social, considerando a violência simbólica, identidade, marginalização, vulnerabilidade social, masculinidade, entre outras.

Para uma compreensão deste fenômeno que aqui será abordado é preciso antes contextualizá-lo diante dos âmbitos sociais e políticos, que são mantenedores do abismo entre os direitos legais dos adolescentes e as falhas do âmbito social, extremamente marcado por desigualdades psicossociais. Em tese, segundo o Artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990), toda criança e adolescente deve ser assegurado

“[...] por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.”

Diante deste Artigo nos deparamos com incongruências com a realidade social brasileira, na qual sabe-se que apenas pela raça, sexo, condição econômica e ambiente social uma pessoa pode ser e costuma ser estigmatizada acima de suas potencialidades como sujeito. Se trata de uma questão histórica marcada pelo contexto do capitalismo industrial, no qual Foucault (1988) citado por Coimbra & Nascimento (2008) traz o conceito de sociedade disciplinar que, através do olhar das elites não só do ato infracional em si, mas sim focando na possibilidade de ocorrerem novamente, criaram a ideia de periculosidade que passa a controlar não “apenas sobre o que se é, o que se fez, mas principalmente sobre o que se poderá vir a ser, sobre o que se poderá vir a fazer, sobre as virtualidades dos sujeitos” (p.2). Assim, sujeitos que se enquadram nestas posições de vulnerabilidade social, ainda somadas ao cometimento de atos infracionais, como é o caso dos adolescentes participantes do Laços, são frequentemente categorizados pela sociedade como violentos e marginais, impactando na constituição da visão presente e futura de si (identificações) e do Outro, sendo facilmente internalizados diante das situações reforçadoras destes discursos em suas vidas, como visivelmente ocorre quanto à vetação da ocupação de certos espaços por estes sujeitos.

Dentro deste recorte, o território se apresenta como um espaço dotado de simbolismos, nos quais a não possibilidade de ocupar certos espaços se configura como uma violência simbólica, marcada por uma cultura historicamente higienista que criminaliza a pobreza e restringe os espaços que o pobre deve/pode ocupar, seja isso de forma explícita e consciente ou permeando o imaginário coletivo. A partir do momento que se entende o sujeito como sendo constituído e se constituindo por seus territórios, ocupando espaços da cidade que são associados a sua identidade, a restrição de espaços como universidades, shoppings e outros espaços elitizados e de baixa aceitação do sujeito de nível socioeconômico baixo, fazem com que este, por si só, já não se veja pertencente, não se identificando e não se apropriando daquele espaço.

Nesse sentido, o Laços se propõe a quebrar estes paradigmas sociais através da ressignificação e ocupação do espaço universitário, tendo como um de seus objetivos não só a presença física como a reflexão diante das dificuldades nesta ocupação que são decorrentes do contexto sócio-excludente que visivelmente dificulta e resiste a presença dos adolescentes neste espaço. Vemos a importância de reconhecer que nós, como extensionistas, apesar de buscarmos uma metodologia horizontal, não punitivista e estigmatizante, somos parte deste sistema, contexto e espaço acadêmico. Assim, o lugar de poder em que nos encontramos é marcado em nossos corpos, discursos e atos, seja por classe socioeconômica, posição de escolaridade ou falsa impressão de ocuparmos uma posição hierárquica como professores. Por isso, em nossas relações no projeto estamos lidando simultaneamente com processos identificatórios (facilitados pela proximidade de faixas etárias), mas também com as repercussões causadas pelos afetos diante das marcas do social, que se configuram como situações de violência simbólica contra e com eles.

Após nos reunirmos para a discussão do tema, notamos que diversas vezes durante o semestre esses afetos não foram percebidos e comentados, acabando por gerar atos específicos dos jovens que se manifestaram muitas vezes como o sintoma do não falado. Diante disso, passamos a nos atentar às relações, aos diálogos e discursos que ocorreram neste período, sendo isso extremamente necessário a fim de tentar compreender o que se diz ao



dizer, entendendo assim as demandas latentes individuais e do grupo que ocorrem traduzidas no discurso ou até mesmo sem passar pela via da palavra. Diante disso, nos vimos interessadas nestes discursos, passando a observar os contextos e formas com que se repetiam, nos indicando as possíveis funções implícitas nestas falas e atos como mecanismos de defesa dentro deste espaço.

As questões que nos intrigaram quanto ao discurso foram em relação à masculinidade, suas expressões e reafirmações nas oficinas, que inicialmente foram simplesmente vistas como um assédio e depreciação das mulheres de forma que, como mulheres, tivemos dificuldades para lidar com a questão. Houve a tentativa de conversar sobre os atos quando eles aconteciam, o que não gerou grande reflexão e em alguns momentos até trouxe um distanciamento entre os adolescentes e os extensionistas. Passamos então a perceber que não se tratavam de acontecimentos isolados e tratá-los como tal não teria grande repercussão. Se tratava, na verdade, de um fenômeno e, para compreendê-lo seria necessário refletir sobre o que estava implícito no fazer e dizer, identificando as reais demandas dos adolescentes e através dos vínculos, conjuntamente, construir um espaço de real contato e trocas, fugindo de lógicas assistencialistas marcadas por noções de certo e errado, além de visões superficiais diante dos acontecimentos.

Desta forma, considerando os atravessamentos teóricos, as nossas afetações e a análise da experiência, conseguimos entender como é que tudo o que ocorre é importante, que todas as falas e comportamentos merecem ter um entendimento além, onde os extensionistas se atentem para o discurso, gerando uma reflexão sobre o funcionamento do grupo de adolescentes e dos fenômenos sociais que os atinge. Conjuntamente, surge à necessidade de ressaltar o Laços como um projeto que se propõe a ser um espaço de encontro com o outro, possibilitando a criação e fortalecimento de laços sociais, tendo como principal objetivo das oficinas, não a atividade em si, mas os ganhos que se obtém através da convivência, a partir das espontaneidades da relação e do reconhecimento das reais demandas.

Por fim, propomos esta abertura à fala, à escuta do dizer do outro como uma forma de aproximação dos sujeitos e estabelecimento de grupo para que através destes vínculos e afetações mútuas se possa compreender os processos que ali acontecem e, através destes tornar as oficinas momentos de real escuta, proporcionando discussões a respeito destas e outras vivências de preconceitos que os atingem. Finalizamos com a afirmação de que não se trata de uma interpretação da vivência do outro, nem mesmo de uma metodologia fechada, mas sim de uma construção contínua e única que se dá em cada grupo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf. Acesso em: 02 ago. 2019.

COIMBRA, Cecília M.B; NASCIMENTO, Maria Lívia do. A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa? In: Infância e Juventude. Rio de Janeiro, UERJ, 2008. Disponível em: <http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf>. Acesso em 02 ago. 2019.

Considerações sobre processos afetivos entre mãe-bebê em acolhimento familiar: uma prática educativa possível (?)

Autor: Natalia Capristo Navarro (Unimep)

Coautor: Karina Garcia Mollo (UNIMEP)

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora – SAFA contemplado na Política Nacional de Assistência Social – PNAS como um dos serviços de proteção social especial de alta complexidade e no Plano Nacional de Promoção Proteção e Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária de 2006 - organiza o acolhimento familiar de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção judicial. Essas crianças e adolescentes são acolhidos em casas de famílias cadastradas no serviço, que passam por capacitação para que possam acolher por tempo determinado, não ultrapassando o período de dois anos. Elenca-se que o resguardo de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social ainda tem muito a ser discutido para que haja a efetivação das políticas públicas que amparam essa modalidade. Neste sentido, as observações aqui relatadas contribuem para a análise do impacto dessa modalidade de acolhimento familiar na vida de crianças



e, em especial, no desenvolvimento de bebês. Considerando que esse serviço pode contribuir para o resgate das funções protetivas da família, pretendeu-se traçar considerações acerca do impacto do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SAFA) para a construção de laços de cuidado e proteção entre mãe-bebê. Para tanto, foram utilizados dados de um caso acompanhado no Projeto de Extensão denominado Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: os impactos da separação de crianças e adolescentes afastadas de suas famílias de origem e os efeitos da convivência em acolhimento familiar, fomentado pelo Fundo de Apoio à Extensão (FAE/UNIMEP), realizado no ano de 2017. A metodologia utilizada no desenvolvimento do projeto de extensão foi de abordagem qualitativa, que requer uma relação sujeito-sujeito ao usar da observação participante, mas mantendo distância suficiente para que fosse exercida a reflexão e crítica. Os acompanhamentos ocorreram uma ou mais vezes na semana e foram registrados em diários de campo. Também foi possibilitado o acesso a outros documentos disponibilizados pelo Serviço. Para análise dos dados recorreu-se às teorias de Lev S. Vygotski e Henri Wallon. No que tange à compreensão do processo funcional afetivo à luz da psicologia Histórico-Cultural, deve-se ter em mente que esta se preocupa com a superação dos dualismos em todas as suas expressões. Sendo assim, não há oposição entre biológico e psicológico, razão e emoção, afeto e sentimentos, mas há que se levar em conta, primeiramente, a afirmação da natureza social. Tanto para Leontiev quanto para Vygotski destaca-se a questão do desenvolvimento do pensamento e da consciência como intrinsecamente ligados à formação dos estados emocionais. Também há convergência entre os autores no que concerne à consideração de que as emoções acompanham positivamente o processo de humanização. Sobre as emoções, Martins (2013) descreve duas características básicas. A primeira delas é a da irracionalidade imediata. Ou seja, as emoções se apresentam de maneira alheia à volição e de avaliações, ela apodera-se do sujeito. A segunda característica é a de que as emoções são transitórias. Mesmo sendo de caráter intenso e profundo, ela é circunstancial. Além das duas características, a autora ainda destaca que as manifestações emocionais se presentificam ou se expressam no corpo, na fala e no próprio pensamento, constituindo-se como linguagem ao se demonstrarem como função comunicativa, passando a orientar a ação social. No caso da teoria de Wallon, as emoções, sentimentos e desejos são manifestações da vida afetiva. A afetividade é um conceito abrangente e que insere várias manifestações e as emoções possuem características específicas. Na teoria walloniana, há grande destaque no que se refere ao componente corporal das emoções, a expressividade dos movimentos e ao tônus muscular. Assim, para esse autor, todas as emoções podem ser vinculadas à maneira como o tônus se forma, se conserva ou se consome. A partir dos episódios interativos acompanhados acerca da relação mãe-bebê foram possíveis expressões de cuidado e afeto entre a genitora e uma bebê acolhida em acolhimento familiar. Diante desse contexto e do acompanhamento do caso, foi possível lançar o olhar sobre a atuação da rede socioassistencial e, principalmente, sobre o SAFA a fim de que fossem observadas as intervenções do serviço e se esse serviço contribuiu para a construção ou resgate das funções protetivas da família. É importante salientar que, neste caso, a família era constituída pela bebê e pela genitora, sendo a genitora egressa de Acolhimento Institucional de longa permanência, no qual viveu longo histórico de acolhimento, sendo acolhida aos 04 anos e permaneceu até a sua maioridade. A genitora viveu situação de evasão da instituição e chegou a viver em situação de rua neste período. Foi neste contexto, no ano de 2013, que a genitora deu à luz ao seu primeiro filho, que foi acolhido institucionalmente e encaminhado para a família substituta. Após o nascimento do primeiro filho, a genitora continuou acolhida ao lado dele, sendo esta a ferramenta encontrada pela rede socioassistencial para seu fortalecimento e para permitir a construção de sua maternidade. Apesar disso, naquele momento a rede socioassistencial avaliou que não era possível o retorno do bebê para a família de origem e este foi encaminhado para família substituta. No caso da segunda gestação da genitora, a bebê foi acolhida no ano de 2017, aos sete meses de idade, teve seu acolhimento motivado por situações de negligência perpetradas por sua genitora. Foi possível notar que a culpabilização relacionada a uma lógica punitiva das genitoras egressas de Acolhimento Institucional e que tiveram seus filhos acolhidos vai ao encontro da revitimização dessas mulheres. Essa questão é colocada porque, na maioria dos casos, essas mulheres não tiveram acesso e, assim, não se apropriaram de formas de cuidado livres de violência, negligência ou abandono. Passam apenas a reproduzir a violência transgeracional a que tiveram acesso em sua história de vida. Portanto, diante do contexto de mediações na relação mãe-bebê durante as visitas monitoradas da genitora à bebê na sede do SAFA, pode-se construir novos sentidos e vivências para a genitora, possibilitando a construção de novas formas de cuidado, a reconstrução de sua função protetiva e o retorno da bebê junto à genitora com a guarda do poder familiar.



Referências bibliográficas

BRASIL. Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, Brasília, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

MARTINS, L. M. O desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas-SP: Autores Associados, 2013.

GALVÃO, I. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 1995.

Contemporaneidade, Trabalho e Afetos: novos rumos nas definições identitárias.

Autor: Ana Céli Pavão (UEM)

Coautor: Eduardo A. Tomanik (U. E. Maringá - PR)

Introdução: Quando duas pessoas se encontram pela primeira vez e começam a conversar, dois grupos de perguntas tendem a ser quase inevitáveis: qual é o seu nome (ou quem é você) e em que você trabalha (ou o que você faz). Perguntas como essas são tentativas de desvendar quem é esse outro, qual é o seu estilo de vida, quanto ele é confiável, o que devo esperar dele ... Embora perguntas assim sejam incapazes de descrever toda a complexidade e dinamismo que envolve o fenômeno da identidade humana, o trabalho é uma dimensão relevante, naquelas tentativas. A maneira como nossa sociedade está estruturada é, em grande parte, decorrente dos modos de produção, organização e gestão do trabalho humano, portanto, “[...] pensar o homem é, necessariamente, pensar o trabalho e vice-versa” (Santiago & Hashimoto, 2015, p. 245). Ao pensar o trabalho e o homem dialeticamente, precisamos acrescentar a essa massa, outro componente: os afetos, já que pensar, fazer e ser implicam, inerentemente, em sentir. “[...] Sentir significa estar implicado em algo [...]” (Heller, 1993, p. 15), em outras palavras, os afetos são os efeitos que as nossas implicações com o mundo produzem em nós, inclusive as relações com o trabalho. Diante disso, é importante considerar a conjuntura social, cultural e econômica que delinea as relações de trabalho na atualidade e os impactos que tem gerado nos modos de ser, pensar e sentir dos sujeitos.

Objetivo: Nosso objetivo é refletir, aqui, sobre a construção de identidades nas relações atuais com o trabalho levando em conta, na condução desse processo, a participação ativa dos afetos.

Relação com o GT e o eixo temático: Compreendendo os afetos como permanentemente presentes e atuantes nas diferentes experiências vividas pelos sujeitos, inclusive no trabalho, bem como nas elaborações simbólicas a elas associadas a partir dos significados históricos, sociais e culturais (Heller, 1993), o que conduz a movimentos contínuos de (re)conhecimentos e transformações, direcionamo-nos para o GT 08: As afetividades ético-políticas como elementos de emancipação e de transformação social no enfrentamento das desigualdades psicossociais. Por consequência, entendemos como pertinente a inserção de nossa comunicação no Eixo Temático 7: Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções, já que nosso propósito é refletir sobre as vivências práticas dos sujeitos no trabalho e as implicações afetivas e psicossociais decorrentes, que possam favorecer e/ou impedir a construção de identidades emancipadas.

Orientação teórica: A composição das nossas identidades é atravessada pela experiência com o trabalho: “[...] nós somos nossas ações, nós nos fazemos pela prática [...]” (Ciampa, 1999, p. 64). Esse processo de produção da sociedade e de nós mesmos se dá a partir dos relacionamentos que estabelecemos: “[...] o fazer é sempre atividade no mundo, em relação com outros” (Ciampa, 1987, p. 137). Nessa perspectiva, o mundo do trabalho representa (ou, ao menos, representava) um dos espaços essenciais na formação das identidades.

A construção das nossas identidades é um movimento contínuo de socializações e produções no e sobre o mundo, em que vamos nos humanizando, reconhecendo uns aos outros e nos transformando. A massa que dá liga a todo esse processo, conferindo sentido a cada experiência, são os afetos, compreendidos aqui como relacionais, isto é, como os efeitos gerados pelas relações e contatos com o mundo ao nosso redor (Heller, 1993). Os afetos, portanto, longe de serem simplesmente reações fisiológicas ou funções puramente biológicas, são fenômenos



complexos e multifacetados, constituídos pelos aprendizados da vida social e cultural. No decorrer do desenvolvimento humano, quanto mais aprendemos a lidar com situações e interações diferenciadas e inusitadas, mais ampliamos nosso repertório de afetos, o que contribui para a qualidade das nossas relações conosco e com os outros.

Método: Para a elaboração de reflexões, lançamos mão da proposta da Epistemologia Qualitativa de González Rey (2005; 2010), que destaca o caráter teórico não como mera abstração, mas como atributo fundamental na legitimação do singular como fonte de conhecimento, e a construção deste não como decorrência da simples obtenção de informações, mas como processo que se dá na e a partir da figura central do pesquisador. Buscamos, então, analisar as transformações e as novas condições do mundo do trabalho, como base para a elaboração de nossas reflexões sobre o impacto das mesmas nos processos de (re)construção das identidades.

Resultados: Vivemos um gradativo desmantelamento do trabalho em sua forma forte: “[...] pleno-emprego, carteira assinada, garantia de ascensão social mediante progressão automática na empresa, estabilidade de direitos e deveres, estruturas sindicais e coletivas fortes e uma narrativa temporal na qual o indivíduo acumulava experiência e defendia um lugar seu” (Bendassolli, 2007, p. 18-19, grifos do autor). Mesmo assim, a atividade laboral ainda continua sendo a principal fonte de renda e a maneira privilegiada de organização da vida pessoal e social. Isso parece ainda conferir ao trabalho papel central na vida humana, perpassando a qualidade das relações afetivas que, nele e em torno dele, vão sendo construídas.

No entanto, em se tratando do atual cenário social e profissional, ao que tudo indica, as relações trabalho-identidade tem cada vez mais sido enfraquecidas, minando as possibilidades referenciais do trabalho nas e para as definições identitárias. Para Bauman (2005), a sociedade líquida dos novos tempos é caracterizada pelo esfacelamento das bases institucionais que serviam como condutoras nos processos de constituição identitária, sendo gradativamente substituída por uma sociedade voltada para o consumo, cuja lógica também se alastrou para o mundo do trabalho, configurando novas maneiras de o trabalho ser produzido, organizado e gerido, com vistas ao mercado consumidor. Com isso, vemos surgir novos formatos de identidades, com frequência fragmentados e voláteis, o que tem impactado significativamente no campo da afetividade.

Segundo Enriquez (1999), a perda do trabalho implica na perda da identidade, uma vez que o trabalho “[...] coloca as pessoas na realidade, faz com que elas entrem na realidade [...]” (p. 67), atribuindo sentidos às suas produções, criações e também aos seus sofrimentos. Todavia, não podemos negar que o atual cenário parece nos afastar, cada vez mais, dessa dinâmica. Diante do mercado consumidor, em que todas as escolhas são possíveis, tudo vira mercadoria, inclusive as identidades, e a tendência “[...] é constituir o homem como mero suporte do capital, que o determina, negando-o enquanto homem, já que se torna algo coisificado [...]” (Ciampa, 1999, p. 72).

Conclusões: Esse mecanismo de coisificação próprio da sociedade de consumo tem, paulatinamente, desviado o sujeito do caminho da emancipação que, para Ciampa (2006), é condição inerente na composição de identidades, já que por meio dela, é possibilitado o exercício contínuo da autonomia humana, em que cada sujeito vai imprimindo sua própria marca na edificação de seu projeto de vida. Isto não significa um sujeito desvinculado da comunidade social onde vive, mas que junto dela e por meio das interações e afetos nela produzidos, alcança o direito de viver sua humanidade.

Assim, concordamos com Bendassolli (2007) que tudo isso tem ocasionado um quadro de ambiguidades, pois ao mesmo tempo em que as pessoas se deparam com novos e sedutores formatos de trabalho e de identidades, eles sempre veem acompanhados de sentimentos de insegurança e mal estar, quando são percebidos como homogeneizadores e com pouco ou quase nenhum suporte.

No entanto, se “[...] é do contexto histórico e social em que o homem vive que decorrem suas determinações e, conseqüentemente, emergem as possibilidades ou impossibilidades, os modos e as alternativas de identidade” (Ciampa, 1999, p. 72), é do lugar onde vivemos, do espaço onde trabalhamos, do fortalecimento dos laços e encontros sociais e coletivos, que devem surgir novos afetos que direcionem a transformação, o reconhecimento e as inter-relações de identidades em prol de uma verdadeira emancipação.

REFERÊNCIAS

Bauman, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Tradução: Carlos Alberto Medeiros).



Bendassolli, P. F. (2007). Trabalho e identidade em tempos sombrios: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho. Aparecida, SP: Idéias & Letras.

Ciampa, A. C. (1987). A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Editora Brasiliense.

Ciampa, A. C. (1999). Identidade. Em: Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs.). Psicologia Social: o homem em movimento (p. 58-75). São Paulo: Editora brasiliense.

Ciampa, A. C. (2006). Entrevista. Construção Psicopedagógica. São Paulo, v. 14, n. 11, Dez. Recuperado em 08 de novembro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542006000100002&lng=pt&nrm=iso

Enriquez, E. (1999, julho/dezembro). Perda do trabalho, perda da identidade. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, 5(9): 53-73. Recuperado em 6 de maio de 2019, de <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1062/3/001062.pdf>

González Rey, F. L. (2005). Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

González Rey, F. L. (2010). Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação. São Paulo: Cengage Learning.

Heller, A. (1993). Teoría de los sentimientos. Ciudad de México: Coyoacán.

Santiago, E. & Hashimoto, F. (2015). Trabalho e temporalidade: contribuições aos estudos da transmissão psíquica entre gerações. In Heloani, R.; Souza, R. M. B. & Rodrigues, R. R. J. (Orgs.). Sociedade em transformação: estudo das relações entre trabalho, saúde e subjetividade. 2.V. (pp. 243-264). Londrina: Eduel.

Desenvolvimento de atividades ético-políticas a partir do programa Consultório na rua

Autor: Daniel Rangel Curvo

Coautor: Francinaldo do Monte Pinto (Francinaldo)

Introdução: Nesta proposta de comunicação oral pretendemos apresentar resultados da nossa pesquisa de mestrado, intitulada O que pode o Consultório na rua? Considerações a partir da Clínica da atividade. A pesquisa ocorreu sob orientação do professor Francinaldo do Monte Pinto, no programa de pós-graduação da Universidade Estadual da Paraíba e recebeu apoio de bolsa FAPESQ-CAPES. Vale ressaltar que a pesquisa se desdobrou em um doutorado que estou realizando pelo programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com a orientação do professor Pedro Bendassolli e bolsa CAPES. Este desdobramento, com efeito, nasce da centralidade da vida afetiva com relação ao desenvolvimento técnico e ético na atividade de trabalho de profissionais do programa Consultório na rua (CnaR). O programa CnaR é um serviço de saúde oferecido pela Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS) e tem como objetivo promover o cuidado integral à saúde de pessoas em situação de rua. Destacamos dois pontos principais para caracterizar o CnaR nesta introdução. Primeiro, os usuários preferenciais deste serviço: a população em situação de rua (PSR). Este grupo populacional pode ser compreendido como um fenômeno tipicamente moderno, expondo concretamente as consequências humanas da economia capitalista. Em sua concretude, a PSR é um dos sinais mais explícitos da incapacidade contemporânea em promover os direitos sociais que se propõe. Enquanto elemento denunciador dos desarranjos sociais da ordem econômica vigente, estas pessoas são constantemente atravessadas por processos de exclusão, negação, eliminação. Os estigmas e preconceitos sobre essa população a mantiveram tradicionalmente longe de seus direitos sociais. Com efeito, foi para fazer frente a esta história social de exclusão que, sob a diretriz da equidade, o programa CnaR foi criado. O CnaR é, então, um programa estratégico do SUS que visa ampliar a efetivação do princípio de universalidade de acesso. Seus profissionais têm como tarefa efetivar o cuidado a um dos grupos populacionais historicamente mais excluídos e descaracterizados como sujeitos de direitos. Esta função estratégica do programa CnaR nos remete ao segundo ponto que queremos destacar acerca do CR para os fins desta introdução: o profissional está constantemente realizando embates, enfrentamentos de ordem ético-moral para exercer seu trabalho, para desenvolver seu repertório técnico-clínico. O programa parece guardar um caráter vanguardista, nutrido pelos movimentos das Reformas Sanitária e Psiquiátrica somados ao protagonismo do Movimento Nacional da População de Rua, em sua própria constituição legal com a Portaria 122 de 2012, que define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. A atividade de trabalho ocorre com equipes



multiprofissionais itinerantes que, para acessar a PSR, percorrem a cidade em busca ativa e territorializando-a, indo ao encontro dessas pessoas para oferecer o serviço. Realizam, então, tanto atendimentos in loco, ou seja, fora dos espaços institucionalizados (muitas vezes em calçadas, terrenos isolados, locais insalubres e de alta periculosidade), quanto atendimentos e encaminhamentos dentro da rede SUS ou intersetorial. A função estratégica que o programa assume, como uma ponte entre as PSR e o cuidado institucionalizado em saúde pública, coloca o profissional de encontro com dois mundos completamente diferentes. Entre as duas pontas que o CnaR toca, ergue estrategicamente uma espécie de terceira margem, tensionando para o encontro destes dois mundos tão diferentes. Cada equipe e cada profissional, ao seu modo, com suas questões ético-morais e instrumental técnico-clínico tensionará uma ou outra margem mais energeticamente, tendo seus enfrentamentos determinados de maneira específica em uma conjuntura determinada. Dizendo de outra forma, os enfrentamentos ético-morais presentes na atividade de trabalho podem conduzir tanto a ações cúmplices à ordem dominante, quanto àquelas que buscam sua superação, a depender de como o profissional é afetado em seu trabalho em ato. Com estes dois pontos (e o que eles implicam) podemos dizer que o objeto e a função do CnaR demandam e são substancialmente determinados por questões de base afetiva.

Objetivo: O objetivo desta comunicação oral é apresentar resultados da pesquisa de mestrado mencionada, focando em elementos que nos levaram afirmar a centralidade da vida afetiva com relação ao desenvolvimento técnico e ético na atividade de trabalho de profissionais do programa Consultório na rua.

Relação com o GT: A pertinência de nossa proposta com o GT08: "As afetividades ético-políticas como elementos de emancipação e de transformação social no enfrentamento das desigualdades psicossociais", torna-se clara quando consideramos que a investigação das afetividades ético-políticas na atividade de trabalho no CnaR nos remete a elementos essenciais para a realização (ou não) de um trabalho bem feito por estes profissionais. Sendo executores do programa, compreendemos que os modos como a vida afetiva dos profissionais se desenvolve na atividade de trabalho nos fornecem índices sobre a função social que este programa ocupa, além de levantar importantes questões no que tange a saúde destes trabalhadores. A vida afetiva desses profissionais é, então, ponto fundamental para que o CnaR atue de maneira emancipatória, fomentando "transformação social no enfrentamento das desigualdades psicossociais". Vale lembrar que o CnaR é fruto e carrega as marcas da realidade brasileira. Ao apresentarmos resultados da nossa pesquisa de mestrado, queremos também colaborar com o "aprimoramento das compreensões teóricas e das opções e reflexões metodológicas a respeito dos processos afetivos". Quando, por fim, pensamos nos desdobramentos do mestrado na atual pesquisa de doutorado, nos alegamos com a possibilidade de participar da "constituição do embrião de uma rede de pesquisadores e de pesquisas sobre os processos afetivos".

Orientação teórica: Nossa pesquisa fundamentou-se teórico-metodologicamente na Clínica da Atividade, perspectiva da Psicologia do trabalho, desenvolvida por Yves Clot, a partir dos anos 1990 na França - mas que já há algum tempo encontra ecos, ressonâncias frutíferas na realidade brasileira. Tal perspectiva tem em Vigotski seu maior alicerce, circunscrevendo uma concepção de sujeito construído histórico-socialmente, afetiva e cognitivamente mutável. Inspirado em Espinosa, Clot coloca o desenvolvimento do poder de agir dos trabalhadores por meio da transformação objetiva do trabalho como principal tarefa. Desta forma, ele propõe-nos pensar o ambiente de trabalho como o locus do desenvolvimento do sujeito adulto, trazendo a Psicologia do trabalho para dentro de uma Psicologia geral sem, contudo, eliminar a diferença entre ambas.

Método: Em nossa pesquisa de mestrado realizamos seis Instruções ao Sósia e duas Oficinas de fotografias, instrumentos metodológicos baseados na Clínica da atividade. Resumidamente, a Instrução ao Sósia constituiu de uma entrevista na qual o profissional instrui como, sendo ambos sócias, o pesquisador poderia substituí-lo sem que ninguém percebesse a substituição. Na Oficina de fotografia, por sua vez, alguns profissionais fotografaram e legendaram momentos significativos da atividade de trabalho que, depois, foram debatidos entre a equipe. Estes dois instrumentos seguem o princípio básico de fornecer um reencontro, uma nova atividade, sob novas perspectivas, do sujeito com sua atividade vivida, podendo, com isto, reelabora-la e desenvolver sua interação com atividade de trabalho em ato.



Resultados: Entre os resultados na pesquisa destacamos sistematicamente: 1) a importância do coletivo profissional como processo continuado de elaboração afetiva frente às questões de trabalho, fornecendo suporte e estratégias que subsidiam as elaborações individuais; 2) mudanças perceptivas dos profissionais, funcionalizando o olhar para as questões próprias dos territórios acessados, em especial para a segurança da própria equipe; 3) transformações morais dos profissionais, sensibilizando-os para um encontro autêntico com os usuários do serviço e implicando em mudanças de discursos e atitudes frente a PSR; 4) instrumentalização da vida afetiva do profissional, em especial pelo uso do acolhimento e vinculação afetiva como tecnologias de cuidado; 5) recorrentes situações de sofrimento ético-político, resultando tanto em maior implicação e poder de agir do profissional quanto em adoecimento e soluções defensivas. Com estes cinco pontos, acreditamos demonstrar a centralidade da vida afetiva na atividade de trabalho do CnaR.

Conclusões: Percebemos que a atividade de trabalho no programa CnaR convoca constantemente a vida afetiva do profissional como elemento central para a realização do trabalho. Neste sentido, as formas de instrumentalização da vida afetiva podem conduzir os profissionais a situações de emancipação e enfrentamento das desigualdades psicossociais bem como situações de servidão, naturalização das desigualdade e adoecimento dos profissionais. A tarefa institucional do CnaR tem na vida afetiva do profissional um índice de sua função social, de sua realização em ato. Entendendo que a vida afetiva é histórico-socialmente determinada, as vivências destes profissionais não enunciam apenas suas idiosincrasias e movimentos relacionais imediatos, mas também elementos gerais de como a cultura e o Estado brasileiro vem lidando com os desarranjos sociais da economia capitalista. Desta maneira que os desdobramentos do mestrado conduziram-nos a centrar nossa pesquisa de doutorado no desenvolvimento do poder de ser afetado dos profissionais do CnaR.

Emoções e Movimentos Sociais: Uma revisão de literatura

Autor: Bárbara Vitor (Universidade Vila Velha)

O presente trabalho se trata uma inicial revisão de literatura acerca das emoções no contexto da luta social, mais especificamente a partir de sua emergência nos grupos de ação coletiva. Buscaremos elucidar principais conceitos que são importantes para compreender a relevância do estudo dessas, tal como nos apropriar algumas caracterizações apresentadas e analisadas através dos trabalhos de campo de alguns estudiosos da área. A partir da compreensão de como essas experiências partilhadas afetam o nível afetivo dos indivíduos ali inseridos, não apenas damos um sentido outro para a compreensão das manifestações, mas também podemos captar importantes variáveis presente nos processos emergência, consolidação e declínio dos movimentos sociais, tal como reflexos sociais destes.

A proposta de trabalho se justifica tanto pela lacuna que é encontrada na bibliográfica acerca do tema, principalmente bibliografia nacional, quanto pelo cenário político no qual estamos inseridos, uma vez que este tem sido marcado por crises e retrocessos nos âmbitos sociais, que acopla questões de saúde, ambientais e educacionais e nas relações trabalhistas. Na arena de luta política, estes retrocessos ao serem experienciados num cenário democrático, faz com que se espere dos atores sociais, que se mobilizam enquanto organizações de movimentos sociais, que estes sejam também protagonistas nessa relação de força e poder, enfatizando e reivindicando seus direitos.

Olhando a partir dos afetos, encontramos a possibilidade de trabalhar as emoções, ou seja, evocar certas emoções ou canalizá-las se torna estratégica para os atores, embora seja importante ressaltar que isso não faz com que estas se tornem menos legítimas através desse manejo. Este último também poderá ser direcionado externo ao grupo, quanto para seu interior. A forma como os sentimentos emergem podem ser consciente ou não, influenciando na (r)existência do grupo, e sendo parte importante para a identidade grupal. Esta investigação é uma possibilidade de estreitamento de laços entre os estudos sociológicos e a prática e pensamento psicológico, os quais os dois saberes podem contribuir mutuamente na produção de pensamento crítico e disseminação de conhecimento.

Jasper (2016), em seu livro *Protesto*, chama atenção para o fato de que se os significados culturais são embalados, reforçados e transmitidos a novos públicos - o que ele chama de mensagens emocionais do protesto - os ativistas devem estar sempre atentos a criar os significados, o modo como eles são incorporados e ao público a



qual é direcionado.

Através tanto de portadores físicos, como de portadores figurativos, são transmitidas as mensagens que buscam com estas, a atrair a atenção e provocar um impacto sobre os públicos. Por meio destes portadores, os instrumentos utilizados e o significado cultural que carregam passam de mera compreensão à ressonância: "Para que um significado ressoe, ele deve envolver nossos sentimentos e não apenas produzir uma definição de dicionário em nossa cabeça" (p.72).

O autor faz uma espécie de tipologia das emoções, separando-as entre Impulsos; emoções reflexas; estado de espírito; lealdade ou compromissos afetivos; e emoções morais – tendo esta última uma ênfase maior nesse campo de estudo. (Jasper, 2016)

A raiva, por exemplo, especialmente na sua forma moral de indignação, é vista como importante para protestar contra a injustiça, e exigir o que é direito de uma pessoa pela sua condição humana (Jasper, 2016). Entretanto, importante enfatizar que as análises das emoções aqui elucidadas levam em consideração a singularidade de cada movimento e de suas demandas e contextualizações. Assim, diferentes grupos podem utilizar de diferentes emoções em suas manifestações públicas.

Há algum tempo pesquisadores das ciências sociais já vem especulando razões pelas quais sujeitos comuns tornam-se ativistas engajados em causas coletivas. Vieses que consideravam estes de irracionais à racionalistas ao extremo, ou mero utilitaristas. Bom, esses estudos se mostram insuficientes na explicação de tais fenômenos, o que acabou abrindo margem para o estudo das emoções no campo.

No cenário latinoamericano, Poma e Gravante são autores centrais na bibliografia das emoções no campo dos movimentos sociais. Seus diversos estudos com grupos de ativistas mostram como a ressignificação dos fatos representam um elemento significativo no processo de mobilização social no México. Seus estudos buscam, a partir da gramática de Jasper, Polleta e outros estudiosos, mostrar como as emoções refletem nos processos de manejo e atuação das organizações movimentos sociais.

Jasper (1998) afirma que o choque moral é um dos processos mais recorrentes da motivação da ação, este se dá quando um evento inesperado ou um conjunto de informações geram ou aumentam um sentimento de ultraje em uma pessoa, esta que por sua vez se inclina em direção à uma ação política. A desestabilização gerada pelo choque ajuda com que as pessoas pensem em seus valores básicos e como o mundo diverge desses valores.

O caso apresentado pelos autores que retrata um protesto a partir da morte de seis pessoas e o desaparecimento de outros 43 estudantes, vai a encontro com o postulado por Jasper, uma vez que as narrativas de diversos interlocutores afirmavam que a solidariedade, e a empatia para com os estudantes e seus familiares, fora o que mobilizaram eles a participação da marcha.

Relacionando empatia e dor, os autores apontam que esta relação é base para a solidariedade. Seus dados os levam a afirmar que ao sentir a dor do outro, os participantes sentem necessidade de mostrar sua solidariedade e participar da marcha. Assim, a empatia leva em direção ao compartilhamento da dor, o que expande o "ciclo de nós" - processo que fortalece e sustenta o sentido de identificação coletiva e compromisso com as experiências de protesto. (Gravante e Poma, 2019)

Já a empatia se relaciona com a raiva como um ponto culminante de um processo cognitivo, em que se envolvem valores morais como os sentidos de injustiça/justiça, ao se identificarem buscam formas criativas de expressar. No caso Ayotzinapa, a raiva que emerge nos discursos dos atores é uma raiva moral, que tem a ver com os direitos de livre expressão e de uma educação pública de qualidade. (Gravante e Poma, 2019)

Para melhor compreender as relações que se estabelecem, a fim de captar a relevância das emoções neste contexto utilizaremos o conceito de Trabalho Emocional. Hochschild (1983) compreende esse trabalho se trata da indução ou supressão dos sentimentos a fim de sustentar aos olhos externos um "estado de espírito" adequado ou objetivado.

Para tal, outro trabalho de Poma e Gravante (2018) nos ajuda a entender esse processo. Chamam atenção para como o medo à repressão associado a outras emoções, tais como a impotência, a dor, a frustração, opressão e desesperança podem desmotivar e desmobilizar os ativistas.

Contextualizadas pelo cenário mexicano, onde existe um número alto de assassinatos, detenções e violência para com os ativistas sociais, os autores pontuam que o medo à repressão atua como ponto importante para a desmobilização do protesto. Entretanto, o que emerge no decorrer dos discursos analisados é que o medo não se supera, mas se contraria. É como se fosse uma reapropriação do medo, que é o medo que funciona como o "motor

do protesto". Os autores esclarecem que todos seus entrevistados estão de acordo de que deixar-se paralisar pelo medo representaria uma vitória de seus inimigos.

Além do medo, outras emoções como a impotência, desesperança, opressão e frustração podem levar ao abandono da luta. Como no caso do medo, podem-se superar outras emoções que podem desmotivar, assim reafirma-se mais uma vez a importância dos vínculos afetivos entre os participantes.

Assim, as emoções recíprocas, experienciadas entre os membros dos grupos, não só animam a participação no movimento, como podem fortalecer o grupo e fomentar o compromisso dos membros. Assim, emoções como gratidão e lealdade, emoções recíprocas como amor entre os pares, o respeito e a confiança, são os que evitam o esgotamento nesses grupos. É no coletivo, nos afetos, que os ativistas encontram forças para continuar lutando depois de tanto tempo. (Poma e Gravante 2018)

Buscar fomentar momentos de prazer no grupo, como festas e celebrações, são centrais na tentativa de balancear as emoções emergidas no grupo. Assim, Poma e Gravante (2018) concluem que a alegria é central nessas experiências, uma vez que serve para converter emoções e estados de ânimo que podem levar a um esgotamento.

Se tratando de um trabalho em andamento, as pistas e breves análises expostas aqui nos permitem expandir – mesmo ainda que de forma introdutória – a percepção para com os fenômenos dos movimentos sociais e a relevância do estudo das emoções nesse contexto. Aprender a contrapor o medo, canalizar a raiva, suscitar emoções de acordo com as mensagens que querem passar, e cultivar os vínculos de afeto entre os membros são questões caras aos ativistas, e que fazem toda a diferença no que diz respeito a um reflexo a nível individual e coletivo nesses sujeitos. Concordamos com Gravante e Poma (2018) ao dizer que o Trabalho Emocional pode se caracterizar como uma importante ferramenta na luta política, o que reafirma a necessidade de se ter mais estudos com ênfase nas emoções na ação coletiva. Há de se pontuar também que são recentes e poucos os trabalhos que discutem tal temática, e fica evidenciado uma lacuna gritante quanto a trabalhos nacionais sobre o tema.

Entre (laços e) fissuras: a potência da formação coletiva de estudantes no ensino superior

Autor: Nay Tavares (CES/JF)

Coautor: Vitória Mancini (CES/JF), Utsia Smits (CES/JF), Marina Menezes Ferreira e Lara Calais

Pretende-se com esse resumo, discutir e refletir sobre o potencial da organização coletiva de estudantes no ensino superior (em um curso de Psicologia) enquanto geradora de fissuras institucionais que oportunizam outros modos de fazer/pensar a Psicologia. Orientando-se por uma prática psi transformadora e crítica a Liga Acadêmica de Psicologia Social e Comunitária (LAÇO), tem sua atuação vinculada ao Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF), enquanto um projeto de extensão. A LAÇO surge em 2016 a partir do anseio de estudantes em romper com um modelo hegemônico de prática de ensino, reprodutor de ideologias e alienante, propondo, dessa forma, discussões e ações que intervenham nos processos subjetivos que sustentam lógicas de opressão. As ações da Liga buscam fortalecer o tripé ensino-pesquisa-extensão, entendendo que é o encontro entre a produção de conhecimento e a sociedade que dão sentido à prática universitária (PEREIRA, 2013). A práxis da LAÇO têm servido como catalisador para discussão de uma formação acadêmica de fato comprometida com a realidade social, que tem como horizonte de sua prática a conscientização, ou seja, a busca de um saber crítico sobre a sua existência e realidade, promovendo a libertação e autonomia através de suas práticas, pautada numa visão da Psicologia Social e Comunitária (BOCK et al, 2007; MARTÍN-BARÓ, 1996). Historicamente, o saber da psicologia esteve, por muito tempo, vinculado a manutenção de sistemas hegemônicos adaptacionistas, comprometido com as necessidades de controle e colaborando para a reprodução de desigualdade, principalmente por se valer do discurso de "ciência neutra", como se não fosse, a todo momento, resultado de uma construção social e histórica, necessariamente atravessada por uma cosmovisão. Entendendo a necessidade de superar esse modelo de prática psicológica, a LAÇO propõe uma reflexão sobre a prática psi mais aproximada à realidade brasileira, que acesse outros espaços, além do tradicional modelo clínico e que sirva à população de forma geral, vinculando-se, assim, teoria à prática, colocando a prática transformadora como exigência da reflexão teórica (LIMA et al. 2009). Fazendo uma analogia ao processo histórico de construção da Psicologia Social Latino-americana e sua crítica a uma psicologia universal, neutra, a-histórica e pragmática (LANE, 1994), a LAÇO teve um papel fundamental dentro da instituição de ensino superior a qual se vincula, quando se propôs a um exercício crítico-reflexivo sobre as lógicas que determinam o



saber psicológico, possibilitando uma discussão sobre qual psicologia estamos produzindo e à quem esse conhecimento serve. Por se tratar de uma proposta que busca problematizar e refletir sobre a formação em Psicologia, em particular a formação e produção de conhecimento em Psicologia Social, o presente trabalho se relaciona ao Eixo 7: Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções; e ao GT08: As afetividades ético-políticas como elementos de emancipação e de transformação social no enfrentamento das desigualdades psicossociais; considerando que a Laço pauta seu trabalho na participação coletiva, na potência do afeto e dos encontros produtores de potência criativa (SAWAIA, 2014), considerados, a partir da leitura de Espinosa, como formas legítimas e necessárias à transformação social. As atividades da Laço abrangem movimentos internos e externos à instituição de ensino, ampliando, a cada semestre, suas visões, reflexões dialógicas e condições de possibilidade para a emergência de práticas ético-político-afetivas que (re)pensem as naturalizações instaladas nas instituições e sociedade. As ações internas – ou seja, no âmbito da instituição de ensino superior e, na própria psicologia como instituição – contribuem para o fortalecimento da formação discente em níveis teóricos e práticos, sendo cada vez mais incentivado o diálogo, pensamento crítico e reflexivo a partir dos estudos em grupo e debates em assembleias. As atividades externas, no contexto comunitário, têm alcançado resultados desde o ano de 2016. Tendo como objetivo geral aproximar a psicologia dos contextos sociais e comunitários, as ações são realizadas em conjunto com parceiros, oportunizando momentos em que membros da LAÇO participam de reuniões com equipamentos públicos do município, coletivos de jovens que abrangem questões e representações sociais e elaborações de projetos junto aos mesmos. A aproximação com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e os projetos que vêm se construindo a partir dessa parceria, por exemplo, dão à LAÇO a possibilidade de se colocar como um espaço de aprofundamento teórico das práticas técnicas de profissionais da área. Dessa forma, a Liga vem se constituindo como território de encontro entre a academia, o poder público, grupos e movimentos sociais que atuam no município, promovendo, assim, o diálogo, a troca e a construção coletiva de propostas efetivas para a realidade da cidade. A prática da LAÇO vêm se configurando, então, como uma estratégia oportuna de resistência e enfrentamento aos retrocessos e desmontes de políticas públicas atuais, tendo como principal ferramenta o potencial mobilizador do afeto, enquanto agente transformador (SAWAIA, 2009). Essa abordagem busca o reconhecimento e compreensão dos contextos, identidades, territórios e contextos de vulnerabilidades existentes; a problematização das demandas e possíveis intervenções da liga acadêmica juntamente à população, viabilizando o questionamento de hierarquias sociais, reconhecimento das lógicas de opressão e a emancipação do sujeito, considerando sempre o recorte de distintas realidades (DE FREITAS, 2017). As ações internas buscam expressar ideias discutidas em reuniões coletivas, os conhecimentos e reflexões gerados para toda a instituição, valendo-se, principalmente, da arte e das intervenções estéticas como um instrumento de expressão política. Tais ações possuem efeitos na formação dos/as estudantes com relação à prática da Psicologia no contexto social e comunitário, enfatizando as possibilidades de atuação voltadas para a perspectiva histórica e cultural (LANE, 1984). Temos, como efeito da criação da LAÇO e das ações realizadas na instituição, uma ampliação na busca de estudantes pela Psicologia Social dentro da instituição, assim como um grande número de inscrição de novos membros para a participação na liga, a cada ano. Entre as intervenções internas que são realizadas pela liga, tem-se a acolhida aos calouros de Psicologia, realizada com as novas turmas de Psicologia, buscando promover um momento de integração e trocas entre os/as estudantes novos e os veteranos do curso, possibilitando um espaço de diálogo, discussão e apoio coletivo já no princípio da formação. Essa ação tem como efeito uma maior procura pela Psicologia Social entre os calouros, observada pelos professores, que relatavam antes um desconhecimento geral dos estudantes em relação a área. Como resultado da criação da LAÇO, percebe-se um processo formativo promovido pela participação ativa, criativa e transformadora do coletivo de estudantes e, uma gestão da formação compromissada com uma Psicologia ética e política, que rompa com os modelos hegemônicos na academia e prática da profissão.



Entre o medo e o desejo: O que temem os pretendentes a adoção?

Autor: Luana da Silva Castilho (Faculdade Guairacá)

A adoção está registrada nos códigos legais desde a antiguidade, todavia, o lugar histórico da criança na adoção nunca foi o de detentora de direitos. Tratava-se de uma necessidade daqueles que não poderiam gerar filhos biológicos; a criança era um meio de perpetuar uma história, de cuidar de um negócio da família, ou ainda realizar serviços para aqueles que a adotaram, não por ter o direito a ter pais ou por ter a necessidade de pertencer a uma família e ter uma história familiar. A partir daí, mitos e tabus permeiam esta prática. É neste contexto que o presente estudo se propõe a apresentar reflexões teóricas sobre o que tem amedrontado aqueles que desejam ser pais ou mães por meio da adoção, questionando a origem das inseguranças, bem como suas consequências. Para isso, foi utilizado como fundamento e método de pesquisa a análise documental no período compreendido entre os anos de 2016 e 2019 de todos os registros em ata dos encontros do Grupo de Apoio Multifamiliar à Adoção, que trata-se de um trabalho em conjunto com a Vara da Infância e da Juventude e com a Vara da Família no estado do Paraná, o Grupo tem como finalidade prestar apoio e esclarecimento para aqueles que desejam adotar e também para os que já adotaram. Os conteúdos analisados nos documentos apresentam-se neste trabalho situados em uma estrutura teórica por meio de análise bibliográfica na forma de pesquisa qualitativa. A justificativa caminha pela tomada de consciência de que o processo de adoção mesmo após os novos entendimentos, ainda é um processo que vive só, existem poucos espaços de trocas e de esclarecimento sobre o tema. Deste modo, relatar aquilo que se vive e tem gerado resultados significativos para este contexto se faz necessário, uma vez que contribuem para a divulgação do tema, incentivo de tal ação, bem como, esclarecimento sobre este processo. O problema de pesquisa consiste em saber o que amedronta aqueles que desejam adotar e as contribuições do Grupo de Apoio nesta vivência. Os resultados apontam que os pretendentes a adoção temem sobretudo, serem “abandonados” pelos filhos, isto é, que em algum período da vida eles queiram retornar à sua família biológica. A literatura aponta que um dos motivos para esta insegurança se deve aos mitos construídos historicamente que deslegitimam a filiação por meio da adoção. Além disso, os participantes do grupo apontaram o medo do preconceito e discriminação que seus filhos podem sofrer; sabe-se que essa possibilidade existe, todavia, o que se pretende é questionar os preconceitos dos próprios participantes do grupo para que estes possam elaborar estratégias para lidar com o preconceito de terceiros, mesmo os da família extensa, e que possam empoderar seus filhos. Outra situação que gera medo é a possibilidade de um encontro não planejado com a família biológica da criança ou do adolescente, como os encontros na rua, ou que haja a descoberta de onde ficam suas casas e queiram os filhos novamente. Quanto a isso, se esclarece que os pais biológicos não tem acesso ao local da nova residência das crianças, no que se refere a encontros espontâneos em locais públicos esclarece-se que mesmo sendo uma chance pequena de isso acontecer, o rumo que se dará depende das reações do momento, todavia, estudos apontam que este medo apresenta uma significação simbólica, que se trata de um encontro com o próprio passado da criança personificado, isto é, representado em uma pessoa. Estes são alguns dos casos explorados neste estudo. Deste modo, observa-se que ter um filho imputa uma reflexão sobre suas próprias motivações, riscos, expectativas, desejos e medos, que precisam ser identificadas pelos adotantes e pelos que trabalham neste processo, uma vez que ao medos e inseguranças que envolvem o fato de se tornar pais e mães, pode acarretar em empecilhos na construção de uma relação real com uma criança real, além disso, chama-se a atenção para a ambivalência entre o medo e o desejo presente na realidade daqueles que desejam adotar, sobretudo no decurso da preparação e espera pela adoção. É neste contexto que os Grupos de Apoio à Adoção se apresentam como espaços essenciais neste contexto, proporcionando esclarecimento, apoio e partilha de informações, além de desempenhar um papel ético e político desmitificando mitos e preconceitos, alertando para as adoções chamadas necessárias (adoções inter-raciais, adoção tardia, adoções de crianças/adolescentes com algum tipo de deficiência, entre outras) e esclarecendo que a adoção se trata de uma medida excepcional, e que o mais satisfatório seria que nenhuma criança ou adolescente precisasse ser retirado de sua família de origem. As conclusões a que foi possível chegar, apontam que essa experiência propicia o entendimento de o processo de adoção é permeado por uma diversidade de afetos, todavia, há que entender a necessidade de instrumentalizar os adotantes para lidarem com esta ambivalência. Desta forma a reflexão por parte dos interessados em adotar e daqueles que trabalham neste contexto torna-se mais profunda, pensando em uma adoção com foco nas necessidades da criança/adolescente.

Identities: affect, work and deficiencies.

Autor: Regiane Cristina (UEM)

Coautor: Eduardo A. Tomanik (U. E. Maringá - PR)

Enquanto pesquisadora na área da Psicologia do Trabalho, as temáticas deficiência e trabalho fizeram e ainda fazem parte dos nossos interesses de pesquisa. Com o ingresso no curso de Doutorado em Psicologia na Universidade Estadual de Maringá (2015-2019) e cursando uma disciplina cujo enfoque foram os afetos, tivemos a intenção de ampliar nossos conhecimentos, através da pesquisa, acerca daquelas três temáticas. Fizemos uma consulta ao Banco de Dissertações e Teses da Capes e outros meios eletrônicos, e encontramos quatorze trabalhos cujas temas eram o trabalho e os afetos. Acerca das temáticas trabalho, afetos e deficiências não encontramos publicações. Compreendemos que nosso caminho seria marcado por dificuldades na busca de referenciais teóricos provenientes de outras pesquisas e, por um outro lado, pesquisar algo que talvez pudesse ser ainda pouco conhecido, instigou nossos interesses para que tal pesquisa fosse construída. Escolhemos um público específico de trabalhadores que foram os participantes desta pesquisa: os trabalhadores da música que adquiriram alguma deficiência. Esta escolha se deu em função de considerarmos a arte, conforme Brandão (2009), enquanto transformadora dos processos afetivos, isto é, dos sentimentos, afetos e emoções que caracterizam os seres humanos; além de nossos interesses profissionais e pessoais circunscritos naquela área. O problema de pesquisa ficou em torno de situações nas quais o músico profissional passou a ter uma deficiência que aparentemente seria um impedimento ou um fator de produção de grandes dificuldades técnicas para sua atuação (por exemplo a perda de um dedo para um pianista), mas diante das quais ele buscou alternativas que lhe permitiram dar continuidade ao seu trabalho na área. Quais seriam os afetos ou emoções e seus sentidos que influenciaram este músico a continuar a executar seu trabalho? Quais os diálogos teóricos que podemos sustentar a partir destas situações e que poderiam contribuir para a compreensão da construção dos processos afetivos e suas implicações com a prática profissional? Adotamos a hipótese de que os processos afetivos são os responsáveis pelas transformações identitárias, ou até, um pouco além disto, são expressos nas construções das identidades. Elegemos como objetivo geral analisar e aprofundar as possíveis vivências afetivas e correlacioná-las com as construções e transformações identitárias daquelas pessoas. Nossos objetivos específicos foram: 1. compreender as funções dos afetos ou sentimentos e emoções (processos afetivos); 2. relacionar os processos afetivos e as identidades. Acreditamos que este trabalho, considerando a hipótese e os objetivos aqui elencados, fica bem alocado no GT 08 – “As afetividades ético-políticas como elementos de emancipação e de transformação social no enfrentamento das desigualdades psicossociais”. No que se refere à nossa fundamentação teórica, a Psicologia Social que considera as relações humanas historicamente e socialmente construídas, e principalmente a obra intitulada “Teoria de los Sentimientos” (1993) de Agnes Heller (1929- 2019), guiaram nossas reflexões e análises. Utilizamos ainda autores que versam sobre o trabalho e também sobre a música. Nosso referencial teórico também foi constituído por autores que fazem interface com a Psicologia e as Ciências Sociais. Enquanto método, utilizamos a epistemologia qualitativa de Gonzalez Rey (2005), na qual a trama relacional entre pesquisador e pesquisado é considerada e analisada pelo autor como uma construção de cada um dos envolvidos na pesquisa, e não como uma relação bipartite e como tal, fragmentada. Para este método a pesquisa é sobretudo relacional, e portanto, dialética. Alguns eixos norteadores auxiliaram na elaboração das questões que foram realizadas no momento das entrevistas individuais: história de vida; escolha profissional; o contexto em que surgiu a deficiência; relações entre a deficiência e o trabalho; sentimentos e afetos que podem ser nomeados e explicados sobre a vida profissional antes da deficiência, no contexto que ela surgiu e atualmente; possíveis relações entre os afetos e a vida profissional. As participantes ficaram livres para relatar suas histórias e experiências de vida e as entrevistas aconteceram no espaço físico de uma escola de música, fruto de um projeto de extensão, em uma universidade na região noroeste do Estado do Paraná. Para as análises, aglutinamos os eixos direcionadores das entrevistas em novos eixos: 1. as composições familiares (a história de vida e a história com a deficiência); 2. as composições profissionais (as escolhas profissionais, possíveis relações entre deficiência e trabalho); 3. novas composições (os sentimentos e os afetos que puderam ser nomeados e explicados sobre a vida profissional antes da deficiência, no contexto que ela surgiu e atualmente; as possíveis relações entre os afetos e a vida profissional). Duas mulheres, pianistas, com idades de 22 e 59 anos cujas deficiências foram a perda de um dedo e a distrofia muscular progressiva, respectivamente, foram nossas entrevistadas. Receberam os nomes fictícios de Barbara e Francesca. Quanto aos resultados, destacamos que no eixo 1 de análise, as duas entrevistadas relataram experiências pessoais nas quais suas histórias familiares acontecem imbricadas com suas his-

tórias relacionadas aos primeiros contatos com a música. Para Francesca, a música faz parte da sua vida desde tenra idade, a partir dos contatos com os antigos discos de vinil que o pai dela apreciava e a incentivava a ouvir e apreciar o campo da música erudita. Bárbara teve sua infância marcada pela vida acontecendo dentro de conservatórios musicais de propriedade da sua mãe, que também era pianista. Quanto ao eixo 2 – as composições profissionais, encontramos também semelhanças no discurso de nossas entrevistadas. As duas relataram que precisaram fazer outras escolhas profissionais que não a música, mas que de algum modo, retornaram a este campo de trabalho. Francesca descreveu que seu primeiro curso de graduação foi na área das Ciências Biológicas mas, mesmo querendo ser professora, as aulas de piano ocupavam espaço no seus interesses e pensamentos. Mediante nova oportunidade de cursar outra graduação, houve a transição para o campo da música enquanto profissão. Bárbara nos relatou que, além da perda de um dedo, ser acometida por uma tendinite foi algo que rompeu com sua carreira de pianista. Na contramão daquele relato, descreveu que, não podendo ter a performance necessária para ser uma pianista, foi trabalhar como corpetidora, isto é, uma profissional da música que auxilia outros profissionais em formação a executarem suas peças nas apresentações em público. Quanto ao eixo 3 – as novas composições, os relatos de nossas entrevistadas também apresentaram semelhanças. Quanto à deficiência as duas relataram que foi um momento (tanto quando surgiu quanto na atualidade) provocador de muitos sentimentos heterogêneos: tristeza, raiva, incompreensão e também o desejo intenso de ressignificar aquilo que era vivenciado. Sobre a vida profissional, as reflexões constantes objetivando compreensões acerca da deficiência e, sobretudo, em como encontrar formas de continuar no trabalho, ocuparam boa parte dos relatos. Nossa entrevistada não demonstraram o desejo de deixar a atividade profissional em busca de outra, ou mesmo da tentativa de buscar um possível benefício da previdência social; ao contrário, buscaram alternativas para que, dentro da condição física que passaram a ter, continuarem trabalhando com a arte, a música. Considerando Tomanik (2015), concluímos que mesmo após nossas entrevistadas terem vivenciado períodos de tristezas, de dores físicas e de perspectivas de limitações trazidas pelo surgimento das deficiências, paulatinamente houve rearranjos afetivos em cada uma delas, para que as transformações profissionais e identitárias indesejadas, que pareciam inevitáveis, não acontecessem. Assim, as deficiências, o trabalho e principalmente os afetos, foram os grandes propiciadores das ressignificações de cada uma de nossas entrevistas para as construções/ transformações identitárias e, além disto, para a manutenção da identidade de músico profissional.

Referências:

Brandão, I. R. Afetividade e transformação social: sentido e potência dos afetos na construção do processo emancipatório. Sobral: Edições Universitárias, 2012.

González Rey, F. L. Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

Heller, A. Teoría de los sentimientos. Ciudad de México. Coyoacán, 1993.

Tomanik, E. A. Procurando conhecer e entender as emoções. In VI Congresso Internacional de Psicologia (CIP-SI), Universidade Estadual de Maringá (UEM). (pp. 01- 22). Maringá-PR. Recuperado de file:///C:/Users/rcsou/Downloads/Simposiocompleto%20(3).pdf, 2015.

Metodologias participativas, territórios e afetos: a experiência do Coletivo Articulado Redes em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em Belo Horizonte

Autor: Manu Marra

Coautor: Márcia Mansur (PUC Minas)

Pretendemos compartilhar sobre a experiência do projeto de extensão Articulado Redes, Fortalecendo Comunidades, que completou no final de 2018, sete anos de atuação em Belo Horizonte, e de seus desdobramentos a partir da vivência acumulada e sistematizada. Durante este período o projeto atuou junto a várias comunidades e bairros da cidade de Belo Horizonte, participando, promovendo e fortalecendo as redes comunitárias destes territórios. Visando esta articulação, o projeto de extensão também se dedicou à realização de oficinas, capacitações e eventos, sempre com o objetivo de fortalecer os vínculos dessas redes locais e proporcionar espaços de troca e socialização, além de fomentar a participação social e a construção crítica e política das realidades locais destas comunidades.



No decorrer destes anos de projeto, uma metodologia participativa de articulação em rede e fortalecimento comunitário foi se estruturando e ganhando corpo a partir das nossas atuações, estudos e experiências. Neste período, tivemos muitas aprendizagens e fomos percebendo e identificando alguns desafios em comum nas realidades vivenciadas, como: distanciamento dos equipamentos públicos, entre eles o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) dos territórios e de sua população; ausência de diálogos entre as instituições dos territórios, inclusive entre a rede socioassistencial; a mobilização comunitária se apresentava como um desafio para os atores no território; população e corpo técnico muitas vezes desesperançosos, descrédulos de novas possibilidades de atuação do poder público, sem saber como e porque promover o fortalecimento das relações comunitárias; com uma visão focada nas ausências, problemas e carências...e fomos encontrando profissionais e uma população com poucos vínculos sociais, se sentindo subalterna, com baixa autoestima, se vendo e sendo vista muitas vezes com inferioridade.

Todos estes desafios e percepções nos auxiliaram a criar uma metodologia que se apresentasse como estratégia de superação dessas questões, contribuindo assim para o desenvolvimento local e o fortalecimento das políticas públicas territoriais. Paralelo a isso, o projeto de extensão começou a ser procurado por diferentes atores sociais e equipamentos de Belo Horizonte, com demandas que se relacionavam à gestão territorial, articulação e mobilização da rede local, e desenvolvimento de oficinas, para a criação de novos espaços de convivência e fortalecimento de vínculos comunitários. Demandas que eram muito grandes para o projeto de extensão, mas não para os desejos da equipe.

Decidimos então pela construção de um Coletivo formado por psicólogas e estudantes do curso de Psicologia da PUC Minas, que se propõe a construir ações que contribuíssem para o desenvolvimento das políticas públicas a partir de uma articulação territorial e do fortalecimento de vínculos comunitários. Assim, surge em 2019 o Coletivo Articulando Redes.

Fomos então recebendo propostas de trabalho junto aos CRAS, para fortalecer, explorar as práticas coletivas e a construção de vínculos comunitários. Dessa forma, iniciamos nossa busca pela promoção de afetos alimentadores (retomando o conceito do filósofo Espinosa), procurando entender a dimensão política do afeto como um propulsor de mudanças, a importância do território, como um lugar de afetos e pertencimento, e a participação e a construção da autonomia em todo este processo. Pensando nesses pressupostos, foi possível desenhar uma metodologia de práticas coletivas, que visem a garantia da proteção social, a articulação de redes e o convívio comunitário, o fortalecimento de vínculos, e a gestão territorial dos CRAS da capital.

Os CRAS são serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2005, o SUAS é materializado em um sistema unificado de financiamento público, com um modelo de gestão próprio, voltado para populações em situações de vulnerabilidades. A ideia é que o SUAS efetive a política de Assistência Social promulgada pela Constituição de 1988 que reconhece que por vivermos em um sistema político capitalista, a desigualdade social é consequência e, por isso, é necessário garantir a assistência como uma política de direito e proteção social não-contributiva, de forma que alargue o acesso aos direitos sociais para aqueles que encontram-se em situações de maior vulnerabilidade.

Nesta parceria com o CRAS, o Coletivo propôs a realização de oito oficinas (em alguns territórios aumentamos para dez) com moradores, equipamentos públicos, entidades socioassistenciais e outros atores sociais, com o objetivo de se formar um grupo que se proponha a entender o território e agir sobre ele. Anterior a estes encontros, realizamos um mapeamento do território com a equipe técnica e coordenação do CRAS para entender melhor sobre as demandas, as especificidades do local, a relação do território com o CRAS, quais são as principais lideranças e atores sociais. Durante esse processo de mobilização, nos inserimos dentro do território, convidamos e sensibilizamos atores que são fundamentais para a realização do trabalho. Isso inclui moradores, lideranças, ONG's, equipamentos públicos e privados que estejam inseridos na comunidade.

Nestas oito oficinas seguimos o processo metodológico que abrange 8 dimensões:

MAPEANDO POTENCIALIDADES => MOBILIZANDO AFETOS => ENTENDENDO DEMANDAS – O GRUPO => O TERRITÓRIO => TERRITÓRIO ARTICULADO => AÇÃO => COMEMORAÇÃO/AVALIAÇÃO => PRÓXIMOS PASSOS.

Além disso, entendemos que nestas 8 dimensões existe um processo grupal que também vai se construindo, ao longo das 8 oficinas:

EU => EU NO GRUPO => O GRUPO => O TERRITÓRIO => O GRUPO NO TERRITÓRIO => POTENCIALIDADES GRUPAIS => IDENTIDADES COLETIVAS => TERRITÓRIO EM REDE.



Passando por todas essas categorias ou esferas, temos como objetivo a formação de um grupo, que reconheça as identidades e histórias de cada um, que construam uma identidade coletiva, e a partir dela, criem ações comuns. Levando em consideração também suas divergências, e trabalhando com elas, criando um espaço de tomadas de decisões coletivas, escolhas, e buscando sobretudo aquilo que é comum a todas e todos e com o próprio território.

Nossa proposta é que este grupo produza alguma ação coletiva e transformadora considerada relevante e importante para o território, seja para realizar atividades na comunidade, seja para mobilizar grupos como a juventude, seja para tornar aquele grupo uma associação que discuta assuntos da comunidade. Enfim, aquilo que o grupo em conjunto, decidir que é o melhor produto de todo o processo.

Utilizando-se de técnicas e ferramentais grupais, exploramos atividades que promovam o reconhecimento das histórias individuais a partir da construção de uma linha do tempo do território e das pessoas que vivem nele, além do uso de mapas criados coletivamente para identificar os afetos e relações que se dão nestes locais. Além da própria articulação territorial que convida todos os atores sociais inseridos de alguma forma naquele contexto, por morarem ali ou pela atuação enquanto política pública local, a conversarem e agirem juntos naquele território.

A partir dos conceitos e concepções apresentadas, tentamos traçar um percurso teórico metodológico que considere os processos participativos que contribuam com a construção de autonomia. Diante de um contexto carregado de opressões e violações de direitos como o que temos vivenciado no Brasil nos últimos anos, e que tem se agravado no que diz respeito às garantias dos direitos humanos e sociais, acreditamos que precisamos pensar e propor saídas coletivas. Estas precisam levar em conta a crença na capacidade do sujeito e das comunidades de construir saberes e percursos inovadores, que passem pela reflexão crítica das suas histórias, do seu pertencimento, dos seus afetos e vínculos, e pela capacidade de fortalecimento de potências criadoras.

O próprio Coletivo nasce tentando ser este lugar de encontro, convívio e fortalecimento de vínculos. A partir de encontros alimentadores, tentamos criar coletivamente, estratégias e tecnologias sociais criativas, que aumentem as potências das pessoas. Assim como nos lembra Vigotski, quando somos criativos é que nos aproximamos da liberdade, e talvez seja isso que precisamos para sobreviver neste mundo cada vez mais adoecedor, em que predominam paixões tristes.

Outro ponto que favoreceu nossa atuação, foi a oportunidade de entrada no mercado de trabalho por vias autônomas. Sabemos que não existem empregos para todas as psicólogas que se formam, o que significa que, em vez de esperar as oportunidades de emprego aparecerem, podemos observar as demandas e tentar trabalhar nelas, de forma criativa e alimentadora, fazendo do trabalho um local de produção, prazer e encontros potentes. Buscamos então trabalhar tentando contribuir para os desafios que tínhamos observado enquanto extensão e coletivo, visando o fortalecimento das políticas públicas e das populações dos territórios que atuam.

Por fim, lembramos também da importância do próprio cuidado com os membros do coletivo. O nosso grupo é composto por pessoas compromissadas com a transformação social, com um posicionamento ético político e que destaca a importância da militância, da resistência e da luta política no dia a dia da sociedade. Reconhecemos e fomentamos a importância de nos situarmos criticamente diante do atual contexto que estamos inseridos, denunciando violações, defendendo direitos humanos e propondo alternativas coletivas às precarizações das políticas públicas. Tornar os encontros do grupo momentos de potência é também uma preocupação nossa, já que acreditamos no poder das curas coletivas ao agirem juntas provocando afetos alimentadores pelo mundo e sendo, acima de tudo, afetadas por estes encontros. Tentando trabalhar com o nosso grupo tudo aquilo que trabalhamos com outros grupos, nos tornamos coerentes com aquilo que acreditamos, sonhamos e trabalhamos, produzindo paixões alegres nos bons encontros da vida.



O cuidado implicado nas afecções coletivas em um grupo de atividades do ambulatório de Jurujuba

Autor: Maria Paula Borsoi Raimundo (UFF - Niterói)

Este texto é um recorte de um trabalho de conclusão de curso, no qual trato da produção de processos afetivos coletivos na experiência com um grupo de atividades no ambulatório da rede de saúde mental de Niterói localizado no hospital psiquiátrico de Jurujuba enquanto estagiária de psicologia de 2016 à 2017. Afirmando a produção de afetos coletivos como condição para a construção de um trabalho de/com cuidado haver sido possível com os usuários do ambulatório que frequentavam o grupo. Para isso, trato de alguns eventos inesperados que ocorreram neste espaço a partir de um dispositivo de oficina de cartazes, de forma a instaurar desvios em certos engessamentos e funcionamentos instituídos. Esses engessamentos se situavam no fato da atividade de desenhar, disparador de cada encontro, ter se constituído como um porto-seguro, uma razão de viver do grupo já estabelecida, como abordado por Londero e Paulon, de forma que um sentido partilhado para o que fazíamos neste espaço estivesse nebuloso. Isso muda a partir de uma “encomenda” da equipe do ambulatório para o grupo de atividades de uma oficina de cartazes para a semana da luta antimanicomial. Nesse momento as atividades, discussões, confecções de materiais etc. foram ganhando um corpo, um peso, um ritmo próprio, e como um relógio, passaram a operar também o tempo do grupo mais do que a uma hora que tínhamos por semana, ao passo em que esses processos continuaram por encontros a fio, e cada encontro não se encerrava em si mesmo. Proponho pensar que tal ritmo, enquanto afecções coletivas, não foram fruto de acordos prévios no grupo, e que consistiram em artifícios cuidadosos de negociação coletiva do funcionamento do espaço do grupo de atividades.

Proponho pensar as afecções como articulações coletivas no dispositivo onde emergiram, não como fruto de um “quem” ou “o que” as produziu, isto é, de intenções pessoais e individualizadas. Neste sentido, para abordar os eventos que se sucederam no grupo de atividades me utilizo da noção de intencionalidade distribuída de Vinciane Despret, isto é, uma intencionalidade que não está na origem dos afetos e das obras, mas sim distribuída entre seus agentes, neste caso, na negociação do dispositivo de oficina de cartazes. Teço também relações com o trabalho de Annemarie Mol para pensar a emergência de afecções articuladas coletivamente enquanto condição para um trabalho de/com cuidado no grupo, uma vez das práticas cuidadosas envolverem necessariamente uma distribuição da ação que se modula a partir de seus efeitos, isto é, negociações. Mol ativa o termo “lógica” ao dizer de uma lógica do cuidado a fim de evocar as coerências internas presentes nas práticas cuidadosas, coerências estas que se encontram muitas vezes verbalmente inacessível para as pessoas envolvidas, mas implícita nas práticas, edifícios, hábitos e máquinas. Falar dos processos e afecções coletivas que emergiram na oficina de cartazes aqui é falar de algumas coerências e acordos que fomos intuindo juntos no grupo de atividades, no sentido que Mol diz dessas coerências.

Busco compreender a produção de afetos coletivos no grupo de atividades do ambulatório por intermédio das narrativas que os articularam. Diante disso, me conecto ao GT08 na afirmação de que as reflexões, preocupações e os encaminhamentos de ações sobre a intervenção e a pesquisa na área social devem considerar a busca da compreensão dos processos afetivos que orientam as ações dos atores sociais, bem como na adoção de pressupostos teóricos sobre os processos afetivos para estudar processos psicossociais. Em consonância a esta proposição, tomo o grupo de atividades como dispositivo enquanto produtor de existência, tal aparece no trabalho de Despret. Isso ajuda a pensar o fato de que o grupo de atividade foi fabricado por e fabricou afecções coletivas, presenças e os corpos dos que dele faziam parte, incluindo nisso as coordenadoras. Este último ponto encontra sua relevância na metodologia e política de escrita deste trabalho, uma vez que levo em conta aqui as mudanças no posicionamento das coordenadoras, no manejo e na escrita dos prontuários sobre o grupo de atividade como efeitos-afetos dos acontecimentos no grupo de atividade, que atuaram e fizeram atuar. Neste sentido, neste trabalho metodologicamente me alio à Haraway na concepção de que para termos melhores explicações do mundo é preciso que as localizemos, e consideremos as mediações em jogo na produção de conhecimento. Levar em conta as mediações, as conexões parciais, neste caso, significa afirmar a potência do nosso envolvimento enquanto coordenadoras no jogo das co-afetações. As conexões parciais estiveram nas maneiras de nos deixarmos afetar, enfeitizar, no sentido que Favret-Saada fala desse enfeitizamento, pelas apostas que fizemos e pela modificação de seu sentido no grupo no decorrer da atividade. Diante dessa proposta metodológica, dialogo com o Eixo temático 07 sobre questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e com a intenção do GT08 de aprofundar os aspectos conceituais e

teóricos relacionados à afetividade nas práticas psicossociais, neste trabalho também na afirmação metodológica dos afetos enquanto importantes meios de intervenção.

Retomo neste momento a “encomenda” da equipe do ambulatório ao grupo de atividades, que consistia em propormos ao grupo uma oficina de cartazes a serem expostos na semana da luta antimanicomial. Ao aceitarmos – nós coordenadoras – essa encomenda, as discussões sobre o grupo de atividades em preceptoria sofreram um desvio. Esse desvio ocorreu na medida em que começamos a pensar na nossa implicação enquanto coordenadoras ao propormos essa oficina de cartazes no grupo, e em como a conectávamos a uma luta antimanicomial, efetivamente. O que escreveríamos no nosso cartaz, se viéssemos a escrevê-lo? Levamos então a proposta pensando na fabricação de pontos de contato entre nós do grupo e a população a partir da publicização do que os usuários teriam a dizer nesses cartazes, o que de fato se modulou no decorrer da atividade. Essa oficina durou quatro encontros. Afirmar que os processos que envolveram essa oficina foram criando um ritmo próprio não quer dizer que todos estavam fazendo a mesma coisa, em uníssono. Falar do ritmo e da consistência que essa atividade foi tomando é falar de um ritmo distribuído. Fomos entendendo e sentindo juntos, na distribuição das ações que compuseram essa oficina de cartazes, algumas coisas. Essas intuições e sensações se efeturaram no tempo que duraram as conversas antes de efetivamente começarmos a fazer os cartazes, na possibilidade inventada de desenharmos neles além de escrever, nas diferentes maneiras de confeccionar os cartazes, nas modulações que os assuntos e o destino de nossas produções sofreram em meio a movimentos que partiam dos participantes, entre outras múltiplas composições. Outra coisa que fomos intuindo-sentindo juntos e que foi adquirindo uma coerência interna, era que o grupo de atividades já não poderia voltar a ser o que era. O que num primeiro momento se colocou como uma encomenda da equipe e uma espécie de suspensão momentânea do funcionamento “padrão” daquele espaço, na processualidade da oficina e emergência de intuições-afetos, produziu uma intervenção no próprio espaço. Não por coincidência algumas provocações que colocavam o grupo de atividades em questão apareceram nos próprios participantes no decorrer da oficina de cartazes, e após estes eventos o funcionamento do grupo se modificou radicalmente, ficando cada encontro por se construir. Outro efeito importante da emergência de dimensões coletivas dos afetos sobre a qual intervir se deu na escrita das coordenadoras. A escrita no prontuário dos usuários, antes destes eventos, era composta por percepções das coordenadoras sobre os comportamentos e hábitos de cada participante e pelas relações que estabelecíamos com cada um ali em particular. A partir da oficina de cartazes, passou a ficar cada vez mais difícil escrever nos prontuários sobre os participantes “em particular”, com seus comportamentos e hábitos, e os registros passaram a ser povoados também por outros nomes, outras histórias, que insistiam e solicitavam ser contadas. Nesse momento, algo passou a escapar a uma escrita no prontuário deste ou daquele participante e um diário do grupo de atividades se fez necessário. Uma escrita remetida às histórias e afecções coletivas tecidas nos agenciamentos das atividades foi operada nas processualidades dessa oficina e de encontros que se seguiram.

Isso que chamo de “intuições” não necessariamente eram explícitas, mas iam se constituindo numa coerência interna aos artifícios que fomos criando. “Quem ativou quem ou o que?”. Essa pergunta se torna aqui impossível de ser respondida. Agenciamentos são processos contínuos de “se sintonizar com”, não houve premeditação. Como Despret nos lembra, as agências das quais um ser é capaz resistem aos contornos, a cortes limpos de fronteiras, uma vez que testemunham a existência de agenciamentos que coanimam os seres envolvidos. Na multiplicação de maneiras coletivas de articularmos corpos e afetos, estiveram implicadas práticas cuidadosas de negociação deste dispositivo de oficina de cartazes. Tal negociação do dispositivo de cuidado com os e as participantes se tratou, neste sentido, de aposta ético-política numa intervenção que se faz junto. O cuidado aqui foi articulado na emergência desses artifícios de negociação e construção conjunta do espaço do grupo de atividades entre os e as participantes e coordenadoras do grupo, bem como nos desvios nos engessamentos e práticas instituídas.



O USO POLÍTICO DO DISCURSO DE ÓDIO NO BRASIL: um estudo de caso no Facebook.

Autor: Joelma

No período de pedido de investigação das pedaladas fiscais realizadas pela ex-presidente Dilma Rousseff e durante todo o processo político que legitimou o Golpe de 2016, vimos através das redes sociais on-line, a presença constante do discurso de ódio entre defensores e contrários a este processo. O discurso de ódio, consiste, segundo Gilberto Schäfer, Paulo Gilberto Leivas e Rodrigo Hamilton dos Santos (2015) em Discurso do ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar; na manifestação de ideias intolerantes, preconceituosas e discriminatórias contra indivíduos ou grupos vulneráveis, com a intenção de ofender-lhes a dignidade e incitar o ódio em razão da idade, sexo, orientação sexual, identidade cultural, opinião política ou de outra natureza, refugiado, repatriado, dentre outras condições sociais.

Foi neste período político, que coletei e posteriormente analisei alguns comentários que expressavam o discurso de ódio, postados na publicação de quatro vídeos: "Manifestantes a favor do impeachment, na Esplanada dos Ministérios, comemoram os votos favoráveis ao impedimento"; "No Vale do Anhangabaú, em São Paulo, manifestantes contrários ao impeachment de Dilma receberam a notícia da aprovação do processo na Câmara com tristeza e emendaram: 'a luta continua'" (17/04/2016); "Na avenida Paulista, em frente ao MASP, manifestantes contrários ao impeachment de Dilma Rousseff começam a se reunir no início da noite desta quarta. O fotógrafo Maurício Pisani mostra como estava o lugar por volta das 19h"; "Por volta das 20h, manifestantes pró-impeachment se reuniram em frente à FIESP na avenida Paulista. O fotógrafo Maurício Pisani conta que já há bonecos infláveis e carro de som" (11/05/2016), publicadas na página do El País Brasil no Facebook. Esses vídeos mostravam os atos públicos a favor e contrários ao pedido de investigação das pedaladas fiscais realizadas pela ex-presidente Dilma Rousseff. O objetivo do trabalho consistia em analisar este discurso e a partir desta, compreender melhor a demonstração do discurso de ódio no Facebook, e consequentemente do navegador que publicava tal discurso. Por se tratar de uma pesquisa que observou, coletou e analisou discursos postados no Facebook, acredito que este trabalho possa ser apresentado no Eixo 3: Psicologia Social, Comunicação e Mídias.

Este estudo foi realizado a partir do referencial psicanalítico, através do estudo de caso. Por meio da análise foi possível perceber que se houver uma oportunidade, os sujeitos expressam sua agressividade e até mesmo a defesa do aniquilamento do outro, como ilustra esta postagem: "Pau de Arara para estes petralhas" (alusão à tortura dos contrários ao pedido de investigação) e como os orquestradores do Golpe usaram politicamente o discurso de ódio a fim de manter a união entre os que defendiam esse processo político, evitando assim qualquer possibilidade de diálogo entre "coxinhas" e petralhas" ("coxinhas" foi a nomeação dada aos que defendiam o pedido de investigação e "petralhas" aos que eram contrários a investigação). Ou seja, a tolerância era estimulada para com os que pertenciam ao mesmo grupo, aos que defendiam uma mesma ideia, neste caso, os que apoiavam o pedido de investigação das pedaladas fiscais e consequentemente a aplicação do golpe, e o ódio desses era direcionado àqueles que não concordavam com esta posição política. Esse processo ilustra o que Sigmund Freud (1921), havia afirmado em Psicologia das Massas e Análise do Eu, isto é; o amor é para com os que são do mesmo grupo e o ódio e a agressividade devem ser direcionados àqueles que não pertencem ao grupo. Assim, os membros de um grupo se mantêm unidos através do amor, bem como do ódio. Foi possível constatar neste período a fomentação de um discurso de ódio direcionado ao Partido dos Trabalhadores – PT, seus representantes e defensores (mesmo aqueles que não eram do PT), como se estes fossem os únicos responsáveis pelo desenvolvimento político, econômico, social e cultural do país, como se não houvessem outros partidos e outros políticos (parlamentares, governadores, prefeitos etc.) na sociedade brasileira, bem como o uso deste discurso pelos que orquestraram e aplicaram o golpe. De acordo com Peter Gay (1988) em A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: o cultivo do ódio; o discurso de ódio tem sido usado politicamente através da construção de álibis que justificam a expressão do ódio, agressividade, dominação e assujeitamento do outro. Tomemos como exemplo a demonstração de ódio e agressividade dos portugueses para com os povos indígenas que aqui viviam. Esses afirmavam que estavam a serviço de Deus, salvando a alma destes "selvagens". Olhando para a história do nosso país, podemos afirmar que o Brasil foi forjado a partir do ódio, da agressividade, do desejo de exploração e enriquecimento dos brancos que aqui aportaram. É possível constatar ainda, que em alguns momentos de nossa história, a demonstração desses afetos ocorria de maneira explícita e em outros, de forma mais velada. As redes sociais on-line, apenas proporcionaram uma maior visibilidade e o encontro dos que proferem este discurso, assim como de outros discursos, e o encontro de indivíduos que defendem uma sociedade melhor. Afinal, como dissera Melvin Kranzberg (1985),

“a tecnologia não é boa nem ruim e também não é neutra”, assim como a internet e as redes sociais on-line, tudo depende de quem navega nessas redes e que uso estes fazem da rede. Neste momento político, indivíduos que teciam suas críticas à ex-presidente, mas que defendiam o direito de esta exercer o seu mandato, conquistado legitimamente, muitas vezes não eram escutados e eram hostilizados. Percebe-se assim, a dificuldade de certos indivíduos em aceitar e conviver com opiniões contrárias as suas, ou seja, houve uma maior demonstração do narcisismo das pequenas diferenças (FREUD, 1930/1996) uma vez que muitos que foram às ruas, tinham muito em comum; eram trabalhadores, estudantes e muitos faziam parte das mesma classe social, como fora observado por Pablo Ortellado, Esther Solano e Márcio Moreto (2016) em Uma sociedade polarizada. Indivíduos muito próximos, muitas vezes tentam manter um distanciamento através do narcisismo das pequenas diferenças, isto é, tentam se diferenciar e manter uma distância do outro a partir da diferença de ideais, ou da região em que moram, como os brasileiros do sudeste e sul que falam mal dos nordestinos, que tentam se diferenciar destes, apenas por morarem em territórios diferentes, esquecendo de certa forma, de que todos pertencentes a um mesmo país. Constatou-se ainda que alguns navegadores, apesar de inicialmente defender o direito de cada internauta expressar o que pensa e o respeito a opinião de cada um, mas, que quando ofendidos, também acabavam respondendo de forma agressiva, de certa forma fazendo o mesmo que o outro navegador que o atacava. Mostrando assim, que se houver uma oportunidade de expressar sua agressividade, este irá fazê-la, bem como o quanto é difícil o diálogo e o respeito para com o outro, para com aquele que não pensa como ele. Outro ponto percebido durante a pesquisa, que contribui para com o não diálogo, trata-se da maneira como o próprio Facebook funciona. O algoritmo deste, acaba criando as bolhas on-line, ou seja, o convívio entre os que possuem um mesmo ideal, fortalecendo assim o convívio apenas entre os mesmos amigos virtuais, contribuindo com a manutenção das distâncias sociais que já existiam no país. Conclui-se que se faz imprescindível a fomentação do diálogo, da circulação da palavra, do convívio com a alteridade do outro. Apesar das dificuldades em fomentar o diálogo, é preferível o discurso a posições extremistas. Acredito que este seja, atualmente, nosso maior desafio. Mas é imprescindível tentarmos provocar o diálogo, e conseqüentemente a circulação dos afetos e novas maneiras de convívios.

Por uma Ciência sensível: o afeto como ferramenta contraideológica na produção científica da Psicologia

Autor: Letícia Bottura Calvoso (UEM)

Coautor: Eduardo A. Tomanik (U. E. Maringá - PR)

Introdução

As formas de compreender os afetos variam de acordo com a cultura e o período histórico. Porém, principalmente a partir do desenvolvimento da Ciência na modernidade, predomina um dualismo que opõe razão e emoção, valorizando a razão como elemento central e superior nos seres humanos enquanto as emoções são consideradas nocivas à racionalidade ou como fenômenos secundários (Brandão, 2012).

Segundo Heller (2004), a cisão entre razão e emoção se concretizou na era burguesa com a divisão entre o mundo do trabalho e o familiar, pessoal, gerando o que ela chamou de gestão doméstica dos sentimentos. O trabalho passou a ser o domínio da razão enquanto os sentimentos poderiam se expressar mais livremente no lar. Assim, as concepções que opõem razão e emoção são, conforme a autora, tipicamente burguesas e, nessa organização social, foram naturalizadas.

Chauí (2000) e Marcuse (2009), dentre outros, já argumentaram que Ciência e política são interligadas. O fato de a Ciência se desenvolver com base nessa polarização entre razão e afetos reflete o contexto sociopolítico em que ela é desenvolvida. Em outras palavras, tratar os afetos como algo a ser excluído ou, ao menos, controlado dentro do processo de produção do conhecimento científico pode ser entendido, simultaneamente, como produto e (re)produtor do modo de vida e dos valores burgueses.

Considerando que a Ciência é, possivelmente, o tipo de conhecimento predominante em nosso tempo (Tomanik, 2004), questionamos: quais impactos para o nosso tempo estamos (re)produzindo através da Ciência? Quais benefícios poderia trazer, se eles existem, um novo olhar sobre os afetos dentro da produção científica?



Objetivos

Nossos principais objetivos aqui são: a) refletir sobre a polarização entre afetos e razão existente na produção científica como produto e (re)produtora do modo de vida e dos valores capitalistas; b) propor um novo olhar sobre os afetos como ferramenta contraideológica na produção científica da Psicologia.

Método

Este trabalho é parte de uma pesquisa em desenvolvimento, a nível de Mestrado, de cunho teórico-reflexivo e reflete os avanços que já alcançamos, mesmo antes de sua conclusão. Inicialmente, realizamos um levantamento sobre a história das Ciências, identificando o lugar ocupado pelos afetos dentro da produção científica. Em seguida, exploramos a história da Psicologia, a fim de compreender de que forma ela se insere no contexto geral da produção científica e localizamos os compromissos políticos e sociais da perspectiva da Psicologia Social. Depois, baseados na Teoria dos Afetos proposta por Agnes Heller, discutimos e aprofundaremos a ideia de que os afetos podem ser uma alternativa de humanização e de direcionamento ético-político das produções científicas da Psicologia.

Resultados e Discussão

Como este trabalho é parte de uma pesquisa em desenvolvimento, nossos resultados são ainda preliminares. Entretanto, convidamos a algumas reflexões iniciais.

Os afetos não podem ser compreendidos fora do âmbito das relações, uma vez que são construídos socialmente. Segundo Heller (2004), os modos de vida próprios de cada época influenciam a construção do mundo sentimental das pessoas e determinam os sentimentos que serão dominantes naquele período. Através de ritos e costumes, cada sociedade regula a intensidade da expressão e até o conteúdo dos sentimentos, estabelecendo referências para determinar o que é considerado bom ou ruim, certo ou errado, normal ou patológico.

As prescrições relacionadas aos sentimentos, assim como as prescrições sociais gerais, são naturalizadas em cada época. Conforme Heller (2004), a classe dominante busca moldar o mundo à sua medida, criando instituições, atividades e formas de viver que possibilitem o seu pleno desenvolvimento.

Pensando na dinâmica capitalista atual, isso significa que o modo de vida da classe dominante e, conseqüentemente, seu mundo sentimental, é extrapolado para todas as classes sociais, como se fosse o correto ou o ideal que todos deveriam buscar. Eles se tornaram referência, excluindo uma série de outras possibilidades de sentir, expressar, de ser humano. O que a ciência tem a ver com isso? Mais especificamente, o que a Psicologia tem a ver com isso?

A Ciência, em geral, também não escapa desse modelo. Ela é produzida a partir da perspectiva do sujeito burguês – homem, branco, heterossexual, com uma determinada situação financeira etc. Quando a produção científica se esconde sob o discurso da neutralidade, as relações históricas, políticas e sociais, bem como a própria relação do pesquisador com o seu objeto e suas escolhas teórico-metodológicas, constitutivas do processo de pesquisar são invisibilizadas, para que uma certa perspectiva de vida se (re)produza, como alerta Zanella (2013). É a perspectiva da classe dominante, que deixa à margem diversos grupos sociais e formas de existência, como mulheres, negros, pobres, deficientes, idosos, homossexuais etc.

É preocupante que, embora boa parte da comunidade científica não acredite na ciência neutra, há grupos crescentes que defendem uma psicologia científica apolítica, não ideológica, tentando recuperar o que eles chamam de ciência pura. Lane (2012) e Sandoval (2002) salientam que a Psicologia Social compreende o ser humano como ser histórico e social, ativo na transformação da própria vida e da sociedade, e se compromete com um posicionamento político e interventivo no sentido de promover a educação popular, a coletivização e contribuir para erradicar a alienação, as desigualdades sociais, a violência e o preconceito.

Assumindo que a ciência não é nem deve ser neutra e que uma transformação social também passa por uma transformação no modo como concebemos, produzimos e praticamos ciência, de que forma um outro olhar sobre os afetos na produção científica pode contribuir para que a ciência psicológica não (re)produza uma perspectiva de vida alienante, violenta e excludente?

Primeiramente, os afetos regulam a nossa interação com o mundo (Heller, 2004). São eles que nos permitem estranhar e questionar algo que está posto, trazendo a possibilidade de buscarmos outras explicações e criarmos coisas novas. Questionar as referências afetivas advindas da camada dominante pode contribuir para pensarmos



que outros afetos são possíveis. Com isso, podemos acessar sentimentos que estão marginalizados, além de criar espaços para que novas formas de sentir, pensar e agir possam surgir.

Heller (2004) destaca também que os afetos tornam nossa relação com o mundo intencional. Nós não apenas selecionamos entre as tarefas propostas pelo mundo, mas também o criamos. Portanto, entender os afetos em unidade com a razão pode ser uma ferramenta de luta política dentro da produção científica, na medida em que reconhece que todo conhecimento científico carrega consigo valores. Aqui, convidamos os pesquisadores a uma mudança de postura: a) abandonarmos o lugar de saber-poder e compreendermos a Ciência como um processo de construção da realidade, uma visão possível sobre a vida; b) contribuirmos para a construção de uma ciência que se sensibilize com os problemas e o sofrimento humano, que se envolva e posicione contra aquilo que o produz, que seja avaliada pela sua potência transformadora.

Por fim, consideramos também que não há alienação mais completa do que aquela que nos leva a tratar o outro somente como objeto. Os afetos permitem nos aproximarmos do outro, reconhecê-lo como ser ativo e nos reconhecermos nele. Uma Ciência sem afetos é incapaz de reconhecer o outro e se torna, portanto, vazia, alienada, inabilitada a contribuir para melhorar a vida humana.

Conclusão

Considerar os afetos da classe dominante como universais é uma forma de dominação ideológica. Frente a todas as contradições sociais, enfrentamos o desafio de abrir caminhos para que outros afetos surjam e encontrem espaço para se expressar e representar a experiência subjetiva de outras formas de Ser, promovendo transformações em direção a uma sociedade mais igualitária e respeitosa.

A produção científica da Psicologia pode e deve ser uma aliada nesse processo. Compreender os afetos em unidade com a razão, como elementos constitutivos do processo de produção científica, pode ser uma importante ferramenta de luta contraideológica.

As reflexões aqui propostas são iniciais e precisam ser mais aprofundadas. Há ainda outros pontos a serem explorados. Entretanto, defendemos que a proposta de uma produção científica sensível ao sofrimento humano é uma tarefa política e que os afetos podem constituir uma via para que os compromissos ético-políticos da Psicologia sejam melhor delineados ou se tornem mais efetivos.

Referências

- Chauí, M. (2000). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática.
- Brandão, I. R. (2012). *Afetividade e transformação social*. Sobral: Edições Universitárias.
- Heller, A. (2004). *Teoría de los sentimientos*. Ciudad de México: Coyoacán.
- Lane, S. T. M. (2002). A psicologia social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In Campos, R. H. de F.; Guareschi, P. A. (Orgs.). *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva Latino-Americana*. (2a ed., pp. 58-69). Petrópolis: Vozes.
- Marcuse, H. (2009). A responsabilidade da ciência. *Scientia studia*, 7(1), 159-164.
- Sandoval, S. (2002). O que há de novo na psicologia social latino-americana?. In Campos, R. H. de F., & Guareschi, P. A. (Orgs.). *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva Latino-Americana*. (2a ed., pp. 101-109). Petrópolis: Vozes.
- Tomanik, E. A. (2004). *O olhar no espelho: "conversas" sobre a pesquisa em Ciências Sociais*. (2a ed. rev.). Maringá: Eduem.
- Zanella, A. V. (2013). *Perguntar, registrar, escrever: inquietações metodológicas*. (Coleção Cartografias). Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS.

Relato de experiência: a construção do afeto entre a relação de estagiária e monitor

Autor: Larissa Cecília (PUC MG) e Breno Stefano Martins (PUC-MG)

O saber/fazer e a formação em Psicologia são historicamente e em sua maioria elitizados, com um padrão voltado para o exercício na clínica tradicional e no trabalho individual com o sujeito, não considerando, muitas vezes, as diversas outras dimensões e espaços existentes na vida do mesmo, inerentes ao processo de viver em sociedade e as implicações disso para a sua vida. Isso pode acarretar em uma formação preparada apenas para algumas possibilidades de existência, que reduza o sujeito ao seu âmbito privado e que desconsidere o modelo biopsicossocial, indispensável ao se pensar no sujeito em sua totalidade e ao desenvolver ações com o mesmo.

Nesse sentido, geralmente quando ao longo do curso se fala em Psicologia Social-comunitária, é comum que a compreensão acerca da abordagem seja, equivocadamente, associada ao trabalho voluntário, caridade e assistencialismo. Tal fato ilustra a defasagem acima citada, revela um empobrecimento na formação e, conseqüentemente, na atuação, principalmente no âmbito multiprofissional (perspectiva cada vez mais disseminada e adotada nos mais diversos campos de atuação), que demanda trabalho em rede e interdisciplinar.

Diante disso, surge o Estágio VI - O psicólogo na comunidade, disciplina integrante da grade curricular do curso de Psicologia da PUC Minas. O seu campo de atuação abrange as seguintes comunidades: Vila Cemig, Conjunto Esperança, Alto das Antenas, localizadas na região do Barreiro em Belo Horizonte. O estágio tem como compromisso desmistificar os preconceitos que as estudantes geralmente carregam em relação ao trabalho comunitário, e refletir sobre sua própria localização tanto no que tange o espaço físico/geográfico relativo a moradia, acesso a estudo, lazer, etc, quanto no que diz respeito a lugares sociais de poder, espaços privilegiados esses que se relacionam e que a maioria das acadêmicas frequentam/ fazem parte. Paralelo a isso, é comum que algumas delas demonstrem medo e incômodo ao se deslocarem para esses territórios marginalizados, algo que denuncia essa relação estigmatizada já construída.

Minha experiência no estágio anteriormente cursado foi pautada em um viés clínico tradicional, que pressupunha um distanciamento/esfriamento em relação a pessoa atendida e uma sustentação do lugar de suposto saber, baseada no "pode/não pode". Dessa forma, enquanto estagiária, a vivência do Estágio VI- O psicólogo na comunidade foi muito enriquecedora e potente, pois diferentemente da prática anterior, não era necessário sentir medo e insegurança ao tomar o afeto como elemento fundamental na construção do vínculo e agente de mudança, uma vez que um dos propósitos do estágio é justamente desmistificar esse lugar pré-concebido e disseminado de distanciamento da profissional de Psicologia como única possibilidade de atuação.

No entanto, é necessário ressaltar que essa postura foi construída ao longo do semestre. Nas primeiras supervisões (que ocorriam semanalmente), os questionamentos sobre como agir, poder ou não poder fazer determinada coisa, eram explícitos, receio esse devido ao pouco contato com a perspectiva da Psicologia social-comunitária até o presente momento do curso. Assim, o trabalho/suporte oferecidos pelos então monitores do estágio foi algo imprescindível para tal construção.

Quando, junto à minha dupla, inicie o acompanhamento com a família que, com o propósito de preservar as identidades de sua composição chamaremos de Mendes, em muitos momentos sentimos impotência frente às vulnerabilidades apresentadas. Tal família apresentava como demanda a dependência da esposa pelo marido, tanto financeira quanto emocional, e tínhamos a impressão de que as nossas ações/intervenções não estavam sendo construtivas e eficazes para consolidação do vínculo e resultados, ainda que com devida supervisão e preparo teórico/metodológico.

. Nesse momento, o diálogo e suporte dos monitores, desde o início marcado pelo acolhimento, afeto e companheirismo, de modo a articular e construir uma relação de proximidade, foi fundamental, pois eles acolheram nossas angústias, pontuando a mesma como constituinte do processo e reforçando o quão normal é essa dificuldade inicial de aproximação da família. O trato descontraído nos e-mails (ainda que este foi o nosso meio de comunicação formal utilizado para envio de relatórios semanais e retorno dos mesmos), suas pontuações sobre a importância de respeitarmos os nossos próprios limites frente aos acompanhamentos e seus compartilhamentos de experiências, foram, aliados ao estudo e leituras, elementos indispensáveis no processo dessa construção.

Assim, conseguimos identificar sujeitos ativos e potencialidades, para articular resistências e formas de superação de vulnerabilidades, práticas essas concebidas somente através da aproximação e afeto entre as pessoas envolvidas. Esse processo se torna evidente também na festa de encerramento do estágio, realizada no espaço da universidade no final do semestre, junto às famílias acompanhadas, que configura-se em uma forma de aproxima-

ção onde não somente as estagiárias vão até à comunidade, mas as famílias também vão até o espaço universitário, como uma forma de aproximação do trabalho e fortalecimento de vínculos.

Enquanto monitor do estágio há quase dois anos, percebi durante esse percurso que as estagiárias (assim como eu, que já estive neste lugar), iniciam o estágio com receio de como é ser psicóloga social, uma vez que durante os anos de graduação este campo é completamente defasado. A falta de aporte teórico tem sido um grande complicador para o sucesso da atuação, por isto, no início do semestre encaminhamos diversos textos que explicam sobre a atuação no campo da psicologia social. Autoras como, Sawaia (2010), Bronzo (2007), Pereira (2008) abordam questões do trabalho comunitários, dos mitos e verdades, a desconstrução, dentre outros pontos importantes.

Ao perceber o medo das estagiárias comecei a aproximar na tentativa de acolher o sofrimento, compartilhar experiência e mostrar as potencialidades de cada. Nas supervisões destacamos sempre a importância do afeto/vínculo para o sucesso do acompanhamento psicossocial, mas em alguns casos não nos preocupamos das pessoas que estão atuando na ponta, e na medida em que fui aproximando das estagiárias percebi que o meu papel não era somente corrigir relatórios, apresentá-las para a comunidade e demais orientações, mas sim, um trabalho pautado no cuidado e no fortalecimento dessas mulheres que irão cuidar de outras pessoas.

A ansiedade é um estado que afeta a quase todas estagiárias e isso impacta diretamente na consolidação dos processos, por isso, nos atentamos em formas de amenizar as situações, mas nem sempre isso é possível. Um dos pontos fortes é acreditar na autonomia das estudantes, mas sempre supervisionadas. Neste estágio ninguém é detentor de saberes, mas sim complementos de saberes. Dessa forma, o trabalho executado horizontalmente tem sido potência para o atendimento psicossocial.

Quando recebemos os relatórios que são enviados e corrigidos semanalmente, nós monitores, nos preocupamos em retornar as estagiárias o mais breve possível, sempre nos atentando em pontos que poderão ser reforçados. Essa é uma maneira de trabalhar a autoestima e mostrar a estagiária a importância do papel que ela desempenha com o grupo familiar.

Dessa forma, torna-se fundamental continuar articulando afetos entre as (os) alunas (os) do curso de Psicologia, de modo a fortalecer atuações, potências e possibilidades dentro da abordagem social comunitária. É necessário que o pensar/fazer da Psicologia seja crítico, pautado na promoção dos Direitos Humanos, para que se possa atuar na profissão com o intuito de fomentar a justiça social e erradicar as opressões e desigualdades inerentes ao sistema socioeconômico vigente.

Representações sociais de não feministas sobre família

Autor: Lacilaura

Coautor: Rafael (UFTM)

Introdução: A instituição familiar pode ser compreendida como unidades sociais que são impelidas por marcadores culturais, estruturais e econômicos que repercutem em formas diversas de classificação, constituição e compreensão. O modelo de família nuclear (homem, mulher e filhos) que ganhou destaque com a industrialização e sistema de produção capitalista no século XVII vem passando por mudanças, tais como a inserção da mulher no mercado de trabalho, o aumento do controle de natalidade e o declínio da autoridade paterna. Recentemente, essas mudanças possibilitaram a publicização de outros formatos e dinâmicas familiares, como uniões homoafetivas, monoparentais dentre outras. Dentre os diversos arranjos familiares destaca-se o aumento das famílias monoparentais femininas que, todavia, encontram-se em situação de precariedade, baixo nível educacional e qualificação profissional. Assim, ressalta-se a importância dos diversos marcadores sociais que constituem as opressões (classe, gênero, raça) ainda presentes em alguns estratos sociais. Destaca-se igualmente a relevância dos movimentos feministas para os estudos sobre famílias resultantes das suas militâncias e ativismos políticos. É enfatizada a importância dos movimentos feministas a respeito da politização do espaço privado, desvelando opressões e contextualizando valores e relações como maternidade, amor, sexualidade. Contudo, mudanças no conceito, arranjos e dinâmicas das famílias sofrem resistências e questionamentos por setores específicos da sociedade. Os enlacs entre feminismo e família mobilizam concepções diversas evidenciando o fortalecimento de uma vertente reacionária e conservadora, cujas mudanças nos tradicionalismos são encaradas como desordens política e moral. Tais críticas se assemelham às voltadas para os feminismos na atualidade, fundamentadas nos tradicionalismos



sobre família, sexualidade, conjugalidade e parentalidade. As pautas feministas são apontadas por setores conservadores como ameaças e riscos à família “normal” e a sociedade, implicando um pânico moral. A atual conjuntura política no Brasil é atravessada por questionamentos sobre os avanços sociais acerca da afirmação de direitos, em especial os das mulheres, fazendo permanecer muitas das desigualdades de gênero. Evidencia-se uma polarização política que coloca em cena uma disputa discursiva que questiona avanços e direitos conquistados pelas mulheres. Desse modo, faz-se relevante compreender como essas críticas são fundamentadas e a quais interesses elas servem. Objetivo: Esta pesquisa teve como objetivo compreender as representações sociais de não-feministas sobre família. Método: Foram entrevistados onze participantes autodeclarados não-feministas. Os dados foram organizados de acordo com a análise de conteúdo temática e analisadas a partir da Teoria do Núcleo Central das Teorias das Representações Sociais. Para análise dos dados foram elencadas três categorias: Concepções sobre família; Padrões e dinâmicas familiares; Intersecções entre feminismo e família. Resultados: na primeira categoria destacaram-se como NC das RS tanto a idealização dessa instituição como a naturalização de conflitos. A recorrência da dimensão avaliativa aponta para a influência de valores morais tradicionais de gênero e sexualidade na constituição das RS. Na segunda categoria foi observada a prevalência de papéis rígidos e bem estabelecidos para homens e mulheres. Como NC da feminilidade a maternidade e o âmbito familiar ganharam destaques, implicando na responsabilização feminina por tais aspectos. No que se refere a masculinidade evidenciou-se a relação de poder, provimento financeiro e superioridade estabelecida como NC. Tais concepções são fomentadas por meio da dimensão avaliativa das representações sociais, valores morais e sociais que apontam para a manutenção de interesses e privilégios coadunados pelo capitalismo e pelo patriarcado. Na terceira categoria destacam-se como NC das RS as mudanças das posições ocupadas pelas mulheres na sociedade e na família. Entretanto, as repercussões dos feminismos na família foram consideradas elementos periféricos. O feminismo foi apontado como possível responsável pelas dissoluções das relações familiares (NC) e a família e a maternidade foram posicionadas como NC da feminilidade. Como NC das representações sociais das participantes destaca-se que as mudanças na dinâmica familiar foram consideradas ameaçadoras às posições ocupadas pelos homens. Destarte, essas postulações foram fundamentadas em valores morais tradicionais que guiam suas concepções e práticas (dimensão avaliativa). Ademais, novamente é ressaltado como NC as expectativas sociais desiguais referentes aos papéis e funções desempenhadas por homens e mulheres. Sendo assim, foram enunciados questionamentos (e tentativas de reconfigurações) das relações estabelecidas, entretanto, RS e relações permanecem hierarquizadas e desiguais por meio de resistências e ressalvas a essas mudanças. Conclusão: As RS e as ações permanecem sustentando iniquidades e relações de poder por meio de resistências e críticas às mudanças contemporâneas nos arranjos e dinâmicas das famílias. Como limitação do estudo é interessante destacar que a amostra foi constituída por pessoas que compõem famílias nucleares provenientes de relacionamentos heterossexuais. Desse modo, essa amostra deve ser considerada como um recorte de uma realidade mais ampla e complexa. Assim, os resultados destacados apontam para a importância de realização de outras pesquisas que sirvam de embasamento para ações e políticas públicas que combatam as desigualdades e opressões de gênero e de sexualidade que não raro ocorrem dentro das famílias e dentre seus integrantes. Desse modo, insurgindo medidas que contribuam para uma emancipação feminina real e concreta. (CAPES)

Slam poesia: a ocupação do espaço público enquanto parte da dimensão subjetiva da realidade e do favorecimento da potência de ação

Autor: Isabella Rezende Corrêa de Sá (PUC-SP)

Essa pesquisa buscou compreender a implicação da participação no movimento slam de poesia na dimensão subjetiva da realidade e na potência de ação de três jovens. Para tanto, foi balizada pela perspectiva da Psicologia Socio-Histórica, entendendo que, a partir da chave de leitura do materialismo histórico-dialético e de categorias como historicidade, atividade e totalidade, foi possível analisar o fenômeno em questão de forma crítica, situada e comprometida com a realidade brasileira. Tal perspectiva entende o social enquanto gênese da subjetividade, de maneira que novos sentidos são atribuídos às experiências prático-materiais de forma ativa pelo humano, quem é produto e produtor de sua própria história e da história de sua sociedade.

Por outro lado, é importante pontuar que a produção material e simbólica faz parte de um processo social mediatizado, além da linguagem, pelas classes sociais, por instituições e/ou por interesses. Isso significa que, em



um movimento de contradição, as produções simbólicas revelam processos sociais e fenômenos constitutivos dos homens, tais quais a desigualdade social e as ideologias de caráter dominante e que atualizam, a todo instante, as relações de poder.

São essas as relações de poder que atravessam a realidade de pessoas que, embora não se tratem de processos individuais, estão em situação de privação de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira, ou seja, em situação de exclusão social – o que inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade e não representação política. A arquitetura neoliberal reproduz e promove a manutenção do que se pode chamar um “contingente populacional desnecessário” ao funcionamento dessa máquina de poder, reforçando o processo de exclusão como fatalidade e gerando a naturalização dos vínculos sociais fragilizados ou rompidos.

Acontece que, para que esse mesmo modo de produção capitalista funcione, faz-se necessária a atuação dessas pessoas, as quais deixaram de serem vistas como marginais e passaram a ser engrenagens produtivas fundamentais, embora integrem o sistema de forma desigual. Isso só é possível, por sua vez, por intermédio da retórica do discurso social, a qual serve às forças de poder na regulação das relações intergrupais. Em decorrência disso, é preciso compreender o caráter multifacetado e dinâmico dos mecanismos por meio dos quais as pessoas são excluídas das trocas sociais, das práticas e dos direitos de integração e de identidade, pois, somente dessa forma, é desvelado o processo de exclusão reduzido ao sujeito “pobre”.

A tentativa de se aproximar da compreensão do fenômeno da exclusão neste trabalho foi feita a partir do conceito elaborado por Bader Sawaia (2011), quem pontua que a sociedade exclui para incluir e é justamente isso que configura a ordem social desigual, de forma que todas(os) estão inseridos, de algum modo, no circuito reprodutivo das atividades econômicas – mesmo que através das insuficiências e privações. É o conceito da dialética exclusão/inclusão, que traz a inclusão como parte constitutiva do processo excludente.

Como posicionamento político, optou-se por estudar a operação desta dialética sob o viés da afetividade, pois ela permite negar a neutralidade das reflexões científicas acerca da desigualdade social e entende a exclusão enquanto sofrimento, recuperando a atividade do sujeito sem deixar de responsabilizar o Estado. Além disso, a análise da conjuntura por esse viés é de extrema importância, uma vez que é no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão e, então, deve ser incluído nas investigações científicas.

A estudiosa entende que são pelas afecções do corpo que as potências de agir deste mesmo corpo aumentam ou diminuem, caracterizando como sofrimento ético-político todas as afecções do corpo que mutilam a vida de diferentes formas, retratando a vivência da situação social de ser tratado como inferior, subalterno e/ou sem valor. Frente a isso, estuda a potência, que é a possibilidade de um corpo ser afetado ou não por outro, sendo a potência de ação o “direito que cada indivíduo tem de ser, de se afirmar e de se expandir.” (SAWAIA, 2011, p.112) Em suma, potencializar pressupõe a superação do sofrimento ético-político por intermédio dos “bons encontros”, configurando as ações, os sentidos e as emoções propiciadas pelo encontro.

Somente desta maneira será possível operar na direção de colocar as pessoas no centro da análise de modo que não se neguem os atravessamentos estruturais e jurídicos, nem caia na individualização das condições em que estes corpos se encontram em relação à dinâmica da sociedade em que vive.

Como recorte para o estudo, escolheu-se o perfil de cidadãs(ãos) compreendidos como não consumidores ideais das cidades, de acordo com o cenário neoliberal, por interessar saber como se dá a vivência de cidade dessas pessoas, de forma a apreender as implicações do modo de produção capitalista na subjetividade de grande parte da sociedade. E, segundo Ramos (2017), um campo fértil para a análise dos processos de subjetivação das populações discriminadas e oprimidas é a literatura marginal. Isso porque a produção artística exerce função política na medida em que redistribui poder simbólico e ressignifica a literatura a partir de contranarrativas de produção e transmissão de saberes.

Assim, esse movimento cultural delata contradições e atravessam a relação dessas pessoas com a cidade em que vivem. Dentre esses espaços culturais, estão os slams de poesia, os quais, além de espaços de transmissão de saberes de culturas populares, possibilita o fortalecimento de uma rede interpessoal que compactuam de valores, hábitos, olhares e pensamentos. São lugares em que é possível o reconhecimento do outro, não como idêntico a si, mas como um corpo atravessado pelas mesmas forças moventes, além de ocupar o espaço público reivindicando o espaço instituído como o “espaço da periferia”.

A metodologia de pesquisa, como apontado anteriormente, tem como base o materialismo histórico-dialético e, para a captura das zonas de sentido do discurso, foram feitas entrevistas semiestruturadas com três par-



participantes de diferentes slams da cidade de São Paulo, as quais assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O roteiro de entrevista abordou os seguintes aspectos: identificação da participante, envolvimento com a poesia, envolvimento com o slam, concepção sobre o slam, participação no slam e projetos futuros. Organizou-se as falas em Núcleos de Significação, metodologia proposta por Aguiar e Ozella (2013), a fim de desvelar as mediações constitutivas do fenômeno analisado. Como resultados, foram constatadas mudanças significativas nas autopercepções e no nível de escrita e de performance das entrevistadas, além dos efeitos da competição e do contato com outras práticas artísticas que, conjuntamente, formam uma totalidade potencializadora. Obteve, também, os sentidos atribuídos ao slam enquanto um espaço potente de aprendizagem, em que se abre espaço para o desvelamento das realidades desiguais naturalizadas por meio da redistribuição do poder simbólico a partir de contranarrativas. Por fim, viu-se que é esse espaço de partilha que opera enquanto ferramenta potencializadora de cidadãs(os) que, experienciando o slam, expandem-se como seres ativos na realidade objetiva e amplificam o seu campo de ação.

Entende-se, com base na perspectiva da Psicologia Socio-Histórica explanada, que tal “conquista de uma voz autoral” faz parte do processo de subjetivação do sujeito em questão e da construção da dimensão subjetiva da realidade, considerando o favorecimento da potência de ação e os seus efeitos concretos a partir da participação ativa no movimento slam. Trata-se de uma experiência de subjetivação de realidades materiais, em um processo dialético abundante em afetos, em espaços públicos da metrópole paulistana.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; OZELLA, Sergio. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.*, Brasília, v.94, n. 236, p. 299-322, abr. 2013.

RAMOS, Gabriel Teixeira. Narrações de experiências urbanas por meio de slams de poesia de São Paulo. In: XVII ENANPUR, Sessão Temática 6: Espaço, identidade e práticas sócio-culturais. São Paulo, 2017.

SAWAIA, Bader. Introdução: Exclusão ou inclusão perversa: In: SAWAIA, Bader (org.) et al. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. p. 7-13.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (org.) et al. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. p. 99-119.

GT09: Comunidades tradicionais: Território, identidade, Dimensão Subjetiva da realidade e emancipação social

Agyjevete xondaro! Percursos de pesquisa em uma Retomada Mbya Guarani

Autor: JMAFARIAS (UFRGS)

Coautor: Inês Hennigen (UFRGS) e Cristiano Hamann (UFRGS)

A presente discussão provém de uma investigação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional centrada na Retomada de áreas ancestrais por famílias indígenas Mbya-Guarani, no município de Maquiné, Rio Grande do Sul (Farias, 2018). Ainda que o objetivo da pesquisa de pós-graduação tenha sido compreender como formas de agenciamentos constituem essa Retomada, inscrita enquanto acontecimento (descontinuidade histórica), nos interessa na presente proposta desenvolver considerações sobre a potência política do percurso metodológico realizado. Para tanto, são necessários alguns apontamentos acerca das condições de possibilidade de desenvolvimento dessa investigação.

O acontecimento ao qual nos referimos, intitulado Retomada, constituiu-se como um movimento operado por cerca de 30 famílias na (re)apropriação de territórios que, até 2017, estavam sob a posse da FEPAGRO (Fundação de Pesquisa Agropecuária). Esta Retomada se desenvolveu num momento de retrocesso de direitos reconhecidos pela Constituição Federal de 1988. Trata-se de um quadro de guerra, no qual forças afeitas a políticas de morte, necropolíticas (Mbembe, 2016), se institucionalizam no Brasil em propostas de mudanças legislativas no Congresso Nacional, com mais de 35 projetos em tramitação (entre outros, os Projetos de Lei 1610/96, que autoriza a mineração em terras indígenas e o 2395/15 que permite arrendamentos de terras indígenas, o Projeto

de Emenda Constitucional 215/2000, que retira do Executivo e passa para o Legislativo a competência sobre os processos de estudos e demarcações), além do uso do artifício político extra-constitucional denominado Marco Temporal, que na prática acaba com os direitos territoriais de grupos que não estivessem nas suas terras (ou em disputas por estas áreas) na data da promulgação da Constituição Federal.

Anteriormente a 2017, indígenas Mbya-Guarani no sul do Brasil não estavam tendo por prática de resistência realizar ações de Retomada de suas áreas ancestrais. Procurando evitar tensões e conflitos diretos com invasores, acabavam aguardando em condições precárias que o Estado realizasse procedimentos de demarcação. Desde este período pode-se acompanhar transformações significativas nesse tipo de postura. Na pesquisa, a proposta foi realizar uma cartografia desse processo de mudança, possível através da implicação do primeiro autor, técnico e gestor na FUNAI entre os anos de 2008 e 2015 e do convite pela própria comunidade indígena para integrar o grupo de apoiadores(as) da Retomada no Yvyrupá (território ancestral, vivo e vivido pelos Mbya-Guarani) em Maquiné. Esse percurso possibilitou delinear estratégias operadas pela comunidade que engendraram formas de aumentar potência política e criar coalizões com suas divindades, elementos de seus ancestrais, técnicos(as), pesquisadores(as), professores(as), entre outros(as) agentes que passaram a participar em rede, assim como o uso de elementos sociotécnicos (produções compartilhadas por WhatsApp). Tais encontros entre indígenas (Mbya) e apoiadores e apoiadoras (juruás) foram produzindo espaços subjetivos outros. Exemplo desse processo foi o lugar que passou a ser inscrito nessas relações quando das enunciações de Mbya-Guarani sobre alguns juruá, denominados em encontros como guerreiros e guerreiras (xondaro e xondaras).

O cumprimento Aguyjevete Xondaro! convoca juruás a tomarem partido, compondo esse quadro de guerra vivido pelos Mbya-Guarani. Se aguyjevete tem sentido ligado à renovação, transformação, tradicionalmente a palavra xondaro serve para designar pessoas Mbya-Guarani que cumprem funções de proteção e que têm o papel de proporcionar segurança à opy (casa de reza) e seu tekó (modo de vida). Além disso, a palavra xondaro designa uma dança/luta/jogo em que guerreiros(as) exercitam a arte da esquiva em relação aos inimigos - que podem ser tanto animais ferozes, como oponentes.

Esse percurso de campo, no qual o autor se vê convocado ao lugar de xondaro, instaura que plano de análise em termos metodológicos? Como essa estratégia política, na coabitação de um território existencial chamado xondaro, possibilita ações em pesquisa? A percepção de que pessoas Mbya passaram a considerar juruás como xondaros e xondaras abriu espaço para pensar num processo de agenciamento e de subjetivação pautado na prática de composição e de construção de alianças. Pela via destas afecções, se inscreveram formas de ampliação do grupo de guerreiros(as), um processo de guaranização do mundo, um guatá, direcionado à construção de coalizões.

O que inscreve o guatá? O caminhar, em que se delinea o caminho no próprio movimento, como as divindades já haviam feito. Esse caminhar é tomado como intensa mobilidade direcionada ao conhecer e guaranizar o mundo. Esse guatá das divindades é atualizado no próprio modo de vida - o seu tekó. Seguir o guatá possibilita experimentar o aguyjê – a perfeição, a terra sem-males e de fartura na tekoá – no mundo terreno. Poderíamos pensar o guatá, no deslocar-se pelo mundo criado pelas divindades, a semelhança de uma pedagogia da itinerância Mbya de apreensão e compreensão do mundo. Uma pedagogia do caminhar, do que se aprende sobre a vida e as coisas do mundo andando, no contato com outros seres, entre eles, juruás.

Assim, os Mbya-Guarani seguem seu guatá em busca de suas tekoás, em busca da realização de seu percurso ao aguyje. Porém deparam-se com a presença dos juruás que foram paulatinamente expropriando-lhes de suas terras, um mundo que os deixa ficar na beira das estradas do seu tepê (caminho) espremidos entre cercas das propriedades privadas. Um mundo que os transforma em refugiados em suas próprias terras, que os deixa sem as condições de seguir.

Neste contexto, em que o pesquisador e outros indigenistas apoiadores fazem seus guatás com os Mbya, têm se experimentado processos de subjetivação e de guaranização que os produzem e os transformam como xondaros e xondaras. Experimentações que se dão em momentos cotidianos, na escuta de crianças, jovens e adultos cantando ao som dos instrumentos tocados: ravé, mbaraká, tamborete, com a suavidade das vozes em suas afinações; no presenciar/assistir/participar das danças/lutas dos xondaros encontros em que o estranhamento e a satisfação da sociabilidade se corporifica; no convite a participar de cerimônias e rituais nas opy nas quais todos dançavam e cantavam, até o raiar do sol; nas cerimônias de cura e/ou de orientação realizadas pelos Karai e as Kunhã Karai (xamã homem e mulher, respectivamente). No caminho cartográfico da presente investigação, ser/estar guaranizando-se pelos/com os Mbya fez pensar a emergência de um guatá dos Mbya como instância que aos poucos se transportava para o pesquisar, apresentando-se como um tipo de “fazer metodológico”.

Diante dos atuais desafios em relação às lógicas predatórias do Estado e da sociedade hegemônica pelas lógicas de mercado, em que o direito ao território é marcado pelo imperativo da propriedade, vemos nesse guatá se delinear um dispositivo político. Entende-se, desta maneira, estar em curso o que Lazzarato (2014) compreende como um acontecimento: uma ação política que pressupõe a criação de um possível e de sua efetuação, gerando novas possibilidades de existência que delineiam dissidências em relação aos valores dominantes. Nesta investigação, a guaranização, tomada não pelo protagonismo dos não indígenas, mas por uma coalizão conjuntural, se expressa numa cartografia-guatá, dando ensejo para a potência política como dimensão corporificada sob a figura de xondaro, convocando a uma discussão em que implicação em pesquisa não se distancia de produção política.

Referências Bibliográficas

- FARIAS, João M. A. Retomada Mbya-Guarani no Yvyrupá: produção de subjetividade, agenciamentos e criação de estratégias de luta. Dissertação de Mestrado em psicologia Social e Institucional da UFRGS
- LAZZARATO, Maurizio. As Revoluções do Capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios | revista do ppgav/eba/ufrj | n. 32 | dezembro, 2016.

As Narrativas que Entrelaçam a Atuação de Psicólogos nos DSEI'S de Roraima

Autor: Nita Tuxá (Edilaise (Nita Tuxá))

INTRODUÇÃO: No estado de Roraima, no o levantamento do censo de 2010, 49.637mil pessoas se declararam indígenas, para uma população geral de 450.479 mil habitantes. Portanto, por questões proporcionais, Roraima é considerado o estado do país com o maior número de indígenas. Neste cenário, é possível encontrar do indígena mais "isolado geograficamente" ao indígena residindo na cidade o que configura uma rede embaraçosa de relações entre indígenas e não-indígenas. A realidade dos povos indígenas deste estado, não difere da realidade de outros grupos indígenas do Brasil, pois mesmo com os avanços advindo da constituição de 1988, estes continuam lutando, enfrentando os desafios para a sustentabilidade do seu povo e resistindo as constantes violações de direito e questões biopsicossociais que a Zona de Contato com a sociedade envolvente engendra. Tal questão vêm sendo estudada e discutida por indígenas e não-indígenas em diferentes espaços. No que diz respeito às questões de atenção à saúde, após significativas reivindicações e mobilizações indígenas, mudanças sucederam para idealizar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos povos indígenas (Lei nº 3.156/99) que estabeleceu a criação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Em Roraima, diante do expressivo quantitativo de grupos indígenas, há a abrangência de dois DSEI's, Leste e o Yanomami. No qual, o distrito Leste presta assistência a uma população 53.213 mil indígenas, sendo oito grupos étnicos, 323 comunidades e 34 polos bases, abrangência de dez municípios do estado; enquanto o DSEI-Y assiste 25.486 mil indígenas, sendo dois grupos étnicos (Yanomami e Ye'kuana), com 323 comunidade, 37 polos-bases e abrangência de dois estados: Roraima e Amazonas (SESAI/MS, 2017). Na busca por efetividades dos serviços, além de realizarem vigilância epidemiológica e outras frentes, os distritos necessitam executarem políticas de saúde que vão sendo elaboradas enquanto programas, como é o caso do "Programa de Saúde Mental Indígena", que se efetiva, após os desdobramentos da Política de Atenção a Saúde Mental dos povos Indígenas, portaria nº 2759/2007. O objetivo da política é elaborar e por em práticas, linhas de cuidados como estratégias de promoção, prevenção e enfrentamento a problemáticas de natureza psicossociais, como exemplo: uso abusivo de álcool e outras drogas, suicídio, fragilidades emocionais, violências, conflitos, entre outros. Assim, diante dos novos panoramas no contexto das populações indígenas, a Psicologia foi convocada a se implicar com a pauta. É com a realização do Seminário Nacional com a temática: Subjetividade e Povos indígenas no ano de 2004 realizado em Brasília, através do Conselho Federal de Psicologia (CFP), juntamente com o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), que se inicia a marca do primeiro salto para a promoção do diálogo. Contudo, um dos principais "encontros" da psicologia com os povos indígenas, acontece com a inserção do profissional psicólogo junto à equipe multidisciplinar de saúde indígena nos distritos sanitários, atualmente totalizando o número de 100 profissionais distribuídas pelos 34 Dsei's do país (SESAI, 2017). Englobo também na proposta o meu "eu narrativo" subjetivação da minha experiência, como uma indígena e psicóloga, que atuou na execução da referida política no plano operacional do programa de "Saúde Mental Indígena" no distrito Yanomami. Uma experiência que marca a rede de significados deste estudo. Pois, na minha atuação, encontrei alguns desafios, havendo dois que se destacaram: o primeiro, a nomenclatura do programa, uma vez que o nome "Saúde Mental" carrega es-

tigmas do modelo da sociedade dominante e não é uma expressão compreendida e utilizada pelos indígenas; Segundo, o campo da Psicologia enquanto ciência, uma área que teve a sua práxis distante das questões indígenas. Observei que mesmo sendo indígena, vivenciei a tríade de um choque interétnico: teórico, profissional e pessoal. Igualmente pensei na equipe multidisciplinar de saúde indígena e como eles estavam gerindo a atuação no campo do cuidado, da fala, do acolhimento e do encaminhamento, haja vista a complexidade que a Saúde mental impõe, e o grande desafio, que é: pensar ações de saúde mental em contexto indígena.

OBJETIVO: O trabalho que se apresenta é recorte de uma pesquisa de mestrado que se dedicou a estudar a Política de Atenção Integral a Saúde Mental Indígena (portaria de nº 2.759), que por ora, tem como objetivo apresentar os resultados, no que tange o perfil e performance dos profissionais psicólogos que atuam compondo a equipe multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI) nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI do Estado de Roraima, estabelecendo como categorias identificar: como se deu a aproximação das profissionais psi's com a Saúde Indígena; quais as atribuições como psicólogas na saúde indígena; e, Os desafios da atuação no contexto indígena. E ainda, apresentar uma proposta de um eu-narrativo, subjetivação da minha experiência como uma indígena psicóloga.

C. RELAÇÃO CLARA COM O GT E EIXO TEMÁTICO ESCOLHIDO: A pesquisa em destaque se engendra no eixo 1 por se vincular a perspectiva de políticas públicas, uma vez que o seu foco de pauta na Atenção a Saúde Indígena, precisamente vislumbrando refletir a pauta da Saúde Mental Indígena. Fazendo ponte dialógica com o GT 20, cujo este trabalho pode problematiza o campo das "atuações" carregados de desafios para os profissionais psi's efetivar uma política de saúde que acolha os sujeitos, neste caso, os grupos indígenas com as especificidades que carecem.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA: No intuito de conhecer quem são e como atuam os profissionais psicólogos nos distritos de Roraima, a abordagem adotada se pauta em uma pesquisa como amostra, que analisa discursos/narrativas que configuram a experiência, e correspondem a posição do sujeito e as suas percepções sobre os fatos. Tomando como inspiração as perspectivas de autores como HARTMAN, 2007; KOFES, 2015; SÁEZ, 2006; e PELEGRINI, 2008 que potencializam a vertente das narrativas autobiográficas. E trazendo para dar corpo ao diálogo a perspectiva de agência.

MÉTODO: A proposta metodológica adotada foi de natureza qualitativa, onde por meio de entrevistas se almejou alcançar resultados de narrativas autobiográficas e biográficas como técnica de coleta de informações da experiência. Partindo da concepção de um "sujeito-narrativo", que venha falar no lugar do particular com sua experiência e interpretação subjetiva, e no lugar do coletivo, enquanto representante institucional.

RESULTADOS: No que tange as categorias, acerca da aproximação com a Saúde Indígena e aspectos da formação Acadêmica, a pesquisa identificou cinco profissionais que compõem a equipe multidisciplinar da saúde indígena dos distritos de Roraima, sendo todas do sexo feminino. As distribuições das psicólogas concentram-se, em três, atuando no DSEI Leste e duas atuando no DSEI Yanomami. Curiosamente, das cinco profissionais, apenas uma é natural de Roraima, as demais advêm de Regiões como: Norte, Sul e Nordeste. Destas, duas se declaram indígenas, uma da etnia Baré, natural de Santa Isabel do Rio Negro/Amazonas, e outra da etnia Juruna do Pará. A respeito da formação acadêmica, todas relataram críticas a Psicologia, no que tange a sua disciplina, declarando que a teoria esta distante da prática, e se torna ainda mais distante no contexto amazônico e no trabalho com populações indígenas. Sobre o Fazer profissional: As atribuições como psicólogas na saúde indígena as profissionais afirmaram que são responsáveis pelas ações do programa de Saúde Mental Indígena in loco, ou seja, dentro das comunidades indígenas, com intervenções de natureza psicossociais. Citando, mapeamento e matriciamento articulado com a rede de atenção Psicossocial. Quando questionadas sobre o principal desafio da atuação, as interlocutoras foram rápidas e similares nas respostas: a língua, pois precisam contar com a tradução de um interprete, Além da questão linguística, durante os diálogos, as profissionais comentaram outra barreira, o fato de serem "itinerantes" nas comunidades indígenas e não estarem vinculadas a uma equipe multidisciplinar específica. As psicólogas interlocutoras foram unânimes ao argumentar que a compreensão e a necessidade da sua área de conhecimento no contexto indígena, ainda é pouco compreendida e as expectativas dos indígenas e



os demais profissionais da saúde indígena, são diversas. Chegando a narrativas possíveis de aludir que, a grosso modo, que há duas maneiras discrepantes de enxergar o profissional psicólogo naquele contexto, no lugar de uma ciência que não se aplica à realidade do indígena, outra, no lugar de “salvadora”, que veio para solucionar todos os problemas de natureza psicossociais.

CONCLUSÕES: Considerando a pluralidade étnica de Roraima, as narrativas das experiências das profissionais psicólogas que atuam nos distritos deste respectivo Estado, revelaram uma diversidade também quanto ao perfil profissional e os desafios da atuação. Havendo a predominância do sexo feminino, advinda de outras regiões do país, com formações acadêmicas distante da realidade local. O que exige dessas profissionais esforços pessoais e teóricos para atenderem as demandas das populações indígenas que compõe o território.

Os passos dessa aproximação ainda é recente e se processam, logo, o lugar desse profissional psicólogo no contexto indígena, ainda tem a sua representatividade sendo construída. Se fazendo necessário explicitar a atuação para si e para os Agentes (profissionais da saúde, Indígenas e demais atores envolvidos) que se encontram em interação e na co-responsabilidade das questões de saúde indígena, com ênfase na saúde mental, o que denota ser, o seu principal desafio. Partindo deste entendimento a psicologia tem uma responsabilidade e um compromisso social junto à esta questão que deve perpassar pela epistemologia e pela cosmovisão.

Candomblé: cultura contracolonizatória, tecnologia de subjetivação e etnopsicologia afro-brasileira

Autor: Rodrigo Maciel Ramos (UnB)

Ao se analisar o percurso histórico de construção da cultura do candomblé temos que ela é resultante da bricolagem dos saberes de diversas etnias africanas trazidos ao Brasil. A aglutinação desses saberes em três nações de candomblé, angola, jeje e ketu representando respectivamente os saberes de três grandes troncos étnicos, os bantus, os gbés, e os yorubás, foi uma estratégia de resistência dos povos africanos à política colonial portuguesa que buscava apagar as suas subjetividades e identidades africanas como meio de facilitar a escravização. Dessa forma o candomblé foi constituído, no decorrer do século XIX, como uma local onde era possível aos africanos vivenciar o seu estilo de vida ancestral bem como uma tecnologia de subjetivação voltada para os afro-brasileiros que já haviam esquecido esse estilo de vida, de forma à que pudessem reconstruir a identidade africana reconectada à ancestralidade e subversiva ao sistema colonial, capitalista e escravagista. Uma outra característica histórica dos terreiros se refere a sua atuação no cuidado e promoção da saúde da população brasileira, à partir de terapêuticas geradas pela cosmogonia africana. Passados quase 200 anos do período em que se constituíram os primeiros terreiros de candomblé na cidade de Salvador, observa-se que essa cultura vêm sofrendo modificações como forma de se adaptar ao contexto contemporâneo, uma delas se refere aos processos de adesão ao terreiro que originalmente eram realizados por descendência étnica e atualmente ocorrem por adoção subjetiva, estando os terreiros abertos à adesão de pessoas de qualquer etnia ou nacionalidade, desde que à partir do jogo de búzios se verifique que àquela pessoa possui ancestralidade africana. Esse trabalho teve como propósito investigar à partir dos dados coletados em uma etnografia realizada no terreiro de candomblé de angola Tumba Nzo Jimona dia Nzambi, localizado na região periférica de Brasília, como se estruturam os processos subjetivos de construção da identidade africana à partir da cultura do terreiro, as mudanças subjetivas decorrentes da aproximação do sujeito à cosmogonia africana e os impactos da cultura do candomblé na saúde mental dos adeptos. Se embasando no paradigma da corporeidade de Thomas Csordas, durante o percurso etnográfico realizado pelo período de 1 ano, o pesquisador realizou uma imersão subjetiva e sensorial no ethos do terreiro de forma à facilitar a compreensão daquele universo cultural, e se apoiando na epistemologia qualitativa de Fernando González Rey, entrevistou de forma recorrente 20 adeptos, em sua grande maioria iniciados, à partir do seguinte procedimento após a realização da entrevista com um ou mais adeptos, as falas eram interpretadas, sintetizadas e devolvidas à eles, que podiam então apresentar correções e contribuições, dessa forma o pesquisador buscou atuar como um facilitador do processo de construção coletiva do conhecimento, em uma tentativa de aproximar os resultados da pesquisa às suas realidades sociais declaradas. As estratégias de pesquisa pretenderam também incluir essa pesquisa ao campo dos estudos decolonizatórios, ao reconhecer que são os adeptos os verdadeiros detentores dos saberes sobre o candomblé, e que o conhecimento gerado pelos povos tradicionais possui a mesma legitimidade que o

conhecimento gerado pela epistemologia ocidental, que é hegemônica nas universidades, mesmo em países não-ocidentais, caso do Brasil. Como um dos resultados de pesquisa, os adeptos atribuíram à ancestralidade o principal fator de adesão ao terreiro, esse conceito possui o sentido subjetivo interpretado à partir das falas dos adeptos de que ocorreu uma influência do mundo espiritual, os ancestrais, em suas trajetórias existenciais que os levaram à chegar ao terreiro de candomblé, e além disso atribuiu-se ao conceito de ancestralidade a forma como foi construído o senso de pertencimento à comunidade do terreiro, que foi realizado à partir de uma análise retroativa de suas biografias, do momento presente em direção ao passado, sendo que após a inserção no terreiro, quando aprofunda-se o contato com a cultura do candomblé, eles passaram a associar fatos de sua biografia pregressa com elementos encontrados naquela cultura, e assim ressignificaram suas histórias pessoais oferecendo o sentido subjetivo de que a identidade cultural africana sempre esteve latente em suas vidas e portanto a construção e aquisição dessa identidade à partir do terreiro de candomblé era sentida como algo predestinado em suas existências. À título de exemplo a ancestralidade foi mencionada como: durante a infância ter obtido uma cura milagrosa em um terreiro e sempre ter se sentido atraído pelo som do atabaque; ou uma entidade espiritual que apareceu em um sonho e que somente se identificou à pessoa quando essa entrou pela primeira vez em um terreiro; ou ter constantes desmaios que somente cessaram após a iniciação no candomblé, entre vários outros relatos. Os processos subjetivos de construção identitária africana realizados à partir da cosmogonia do candomblé não apresentaram possibilidade de interpretação pelas teorias de identidades disponíveis no ambiente acadêmico, mesmo àquelas que tratam de identidades étnicas, o que confirma a necessidade de uma revisão epistemológica das teorias acadêmicas para o estudo de povos tradicionais afro-brasileiros, bem como uma teorização em campo como forma de elaborar um arcabouço teórico condizente às características desse território. Em outro resultado de pesquisa, observou-se que simultaneamente aos processos subjetivos de construção identitária africana, o candomblé atua como uma tecnologia de subjetivação, uma vez que a aproximação à cultura do candomblé e aquisição da cosmogonia africana leva à uma reformulação da corporeidade dos adeptos e à uma ancoragem subjetiva afrocentrada que unifica os conceitos de corpo e mente, indivíduo e sociedade, mundo material e espiritual, que são considerados como dicotômicos pela cultura ocidental, no entanto próprios ao estilo de vida e da noção de mundo e de ser humano dos ancestrais africanos. Em relação aos cuidados em saúde mental, observou-se que muitos dos adeptos ao ingressarem no terreiro faziam uso de remédios psiquiátricos e de atendimento clínico em psicologia, no entanto após a subjetivação realizada pelo aprofundamento na cultura do candomblé e a construção da identidade africana, os adeptos tem a tendência a centrar seus cuidados em saúde mental nas práticas em saúde mental oferecidas pelo terreiro, que estão embasadas pela cosmogonia africana. Esse fato além de indicar que a cultura do candomblé atua como uma etnopsicologia afro-brasileira, leva a pesquisa à um desdobramento influenciado pela reflexão sobre saúde da teoria de subjetividade de Fernando González Rey, em que o estado de saúde está implicado às possibilidades de sentidos subjetivos atribuídos às experiências de vida. Dessa forma, indica-se que a eficácia dos cuidados em saúde mental sofrem influência da identidade cultural do sujeito e de sua subjetividade, considerando-se que o sujeito tende a encontrar em seus próprios parâmetros culturais uma maior possibilidade de produção de sentidos subjetivos para suas experiências de vida.

DESTERRITORIALIZAÇÕES: Implicações psicossociais decorrentes das construções de Barragens

Autor: Clara Miranda Santos (Universidade Federal Rondônia)

Coautor: Vânia Damasceno Costa (UEM) e Artur de Souza Moret (Universidade Federal Rondônia)

Este trabalho tem por objetivo discutir sobre as implicações psicossociais decorrentes das construções de Barragens tendo como referência o processo de territorialização da Usina Hidrelétrica de Jirau, instalada no complexo da Bacia do Madeira, na cidade de Porto Velho-RO. A análise apresentada é de cunho qualitativo, realizada a partir de pesquisa bibliográfica e documental. As implicações psicossociais decorrentes das construções de barragens, seja de rejeitos ou de água, nos leva a pensar sobre o que constitui o território, que de acordo com Milton Santos (2000) é resultante dos processos históricos das ações humanas, fruto das relações sociais e materiais, e também constituído como uma complexidade que permeia e revela as relações complementares e conflitantes, assim estabelecendo a trama entre o lugar, a constituição socioespacial e o mundo. "Os atores hegemônicos têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que



recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.” (p. 12).

O território, portanto, é concomitantemente, funcional e simbólico, haja vista a possibilidade de ser exercido sobre o espaço para a realizações de “funções” e de produções de “significados”. Aqueles que são destituídos de seus territórios, mais especificamente os hegemônicos que tem o território como recurso de garantia de suas sobrevivências diárias, podem ser adjetivados como desterritorializados, e os processos de desterritorialização pode ser considerado como um novo tipo de apropriação e dominação do espaço por meio dos territórios-rede, que tem como consequência uma crescente dinâmica de exclusão socioespacial.

Num estudo realizado com os ribeirinhos atingidos pela construção da Usina de Belo Monte no Rio Xingu, foram realizados atendimentos psicológicos articulando experiência territorial e atenção ao sofrimento psíquico. As alterações dos modos de vida foram profundas, produzindo uma extensa e extrema condição de vulnerabilidade social. “A cada derrota, a cada movimento de fragmentação, consolidava-se um ciclo de repetição extenso que redobrava o luto pela perda de ideais, da perda dos recursos de recomposição e resiliência.” (DUNKER e FRAGELLI, 2018?, s.p.).

A imposição sobre o novo modo de vida, a nova definição do que vem a ser uma casa, não coaduna com a realidade que era vivenciada. São pressões impostas sem consideração a cultura e aos modos de pertencimento a comunidade local, que os autores nomeiam como trauma disseminado, um impacto que é transmitido e sentido de pessoa para pessoa que partilham das mesmas relações, e ocorre assim a “perda do endereço”, o endereço real e o simbólico (DUNKER e FRAGELLI, 2018?).

Em maio de 2005, a empresa Leme divulgou o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA das Usinas de Jirau e Santo Antônio, que foram construídas concomitantemente na cidade de Porto Velho. Parece oportuno, desde já, deixar registrado que a equipe responsável por este relatório foi composta por geógrafa, engenheiros hidrólogos e agrônomos, biólogos, pedagoga, arqueóloga, médico, economista e arquiteto. Chamamos atenção para este quesito quanto a ausência de profissionais da sociologia, antropologia e psicologia que teriam a competência técnica para avaliar as possíveis consequências psicossociais geradas nas comunidades.

Do RIMA, apontamos aspectos que consideramos relevantes para conversar com os processos de territorialização e os impactos psicossociais decorrentes. A justificativa para implantação do projeto onde o relatório afirma que para instalação do empreendimento é necessário “um consenso entre todos os agentes” (p. 9), ou seja, quando há demanda, viabilidade técnica, impactos ambientais reparáveis ou compensáveis, inexistência de conflitos entre operação e uso da água na região, população local devidamente compensada, e agentes interessados na construção e financiamento.

Parece incongruente a justificativa de que para a implantação da UHE todos os agentes devam estar em consenso. De antemão é possível saber que há impactos ambientais que são irreparáveis e não condiz com compensações. Como compensar um pescador sem rio para pescar? Impactos socioeconômicos e ambientais são significativos em relação aos pescadores resultando no aumento da vulnerabilidade social dos que praticam a atividade pesqueira como renda, sem a assistência devida do Estado e/ou do empreendimento diante dos novos desafios enfrentados pelos pescadores. Portanto, é possível compensar em parte, mas devidamente, não parece possível.

De maneira geral, a história dos grandes projetos de investimentos no Brasil tem repetido e, algumas vezes, agravado os desastres ambientais e perdas irreparáveis a grupos sociais impossibilitando de reconstruírem seus modos de vida. No caso da UHE Jirau, todas as pessoas que viviam no Distrito de Mutum-Paraná, região de influência direta da barragem totalmente alagada, foram removidas. As possibilidades de remanejamento foram o reassentamento urbano, o reassentamento rural ou a indenização. Quanto ao remanejamento urbano, a ESBR construiu casas, criando um novo espaço geográfico, o oposto das formas precedentes de viver da antiga comunidade. Nova Mutum foi criada para atender aos funcionários da ESBR e por consequência consolida “um novo espaço geográfico, alheio às representações culturais dos antigos moradores remanejados de Mutum-Paraná – para os quais só restaram lembranças de seu local de origem.” (STORLEMAN, et. al, 2014, p. 380).

Este estudo nos revela o modus operandi da empresa sobre o território, que neste caso vai além do espaço da comunidade que compulsoriamente foi deslocada. A histórica enchente do Rio Madeira em 2014 concretiza a ampliação da territorialização ao considerar que houve um descaso das estruturas responsáveis envolvidas na implantação do empreendimento, quanto a imprevisibilidade da natureza somado a interferências antropogênicas no meio ambiente. A enchente provocou caos e desolamento em Porto Velho e seus distritos e, por conseguinte, nos Estados do Acre e Mato Grosso.

Ao nos reportarmos à saúde das populações destas comunidades, não podemos pensar nos índices epide-



miológicos apenas como adoecimentos ou acometimentos, em um vazio ou atribuindo estes agravos às questões individuais de cada pessoa, justificativas comuns em sociedades capitalistas. Ao pensar a saúde mental e a psicologia como área do conhecimento, devemos considerar, como afirma Codo (2012), que os estudos devem partir das relações de produção e compreender que as relações existentes são determinadas pelo modo de produção desta sociedade. Neste sentido, a situação de povos que são assolados pela expropriação de suas terras e modos de vida sob a justificativa do avanço do desenvolvimento econômico e político, está totalmente interligada ao processo de dominação e por vezes de alienação. "O desenvolvimento do capital não se deu por igual, na medida em que desenvolver-se para o capitalismo, é a maximização da desigualdade" (CODO, 2012, p.147).

Conforme, nos lembra Spink (2003, p. 47), "a doença é vista como fenômeno psicossocial, historicamente construído, e como tal, é sobretudo, um indicador da ideologia vigente sobre o adoecer e os doentes em uma determinada sociedade". Neste sentido, não podemos deixar de considerar que estas pessoas que foram retiradas/expulsas do seu meio de sobrevivência e existência, têm uma mudança significativa na forma de se relacionar, de estabelecer novas formas de trabalho, de pertencer a um novo lugar que não é o seu. Situações como esta, com frequência, podem desencadear desorganização emocional, sentimento de falta de pertença, impactando em sua saúde mental.

Partindo assim, de uma concepção de uma Psicologia não-individualista, conforme, destaca Libâneo (2012), é necessário pensar a contribuição desta área do conhecimento no que concerne as relações sociais e não atribuir à natureza humana ou aos aspectos estritamente biológicos e internos, as capacidades das pessoas. Entendendo assim, que os fatores externos, são condições fundamentais para formação humana, não podemos deixar de reiterar que o contexto histórico é também parte essencial para compreensão da atividade humana. Assim, como pensar comunidades inteiras extirpadas de sua história e cultura? Como redimensionar e atribuir novos significados ao novo modo de vida, se sua constituição perpassa pela dimensão histórica, cultural e do seu grupo social? Temos comunidades inteiras colocadas numa situação potencial de risco de adoecimento em nome do avanço e desenvolvimento, slogan principal do capitalismo.

A psicologia social e comunitária deve estar preocupada, como já nos dizia Lane (2010) com a potencialização de espaços relacionais, com o vínculo das pessoas com seus territórios, geográficos e simbólicos, tendo o compromisso ético e político com a dignidade humana, contra todo e qualquer processo de exclusão. Desta maneira objetiva favorecer tomadas de consciência, consciência de classe, para que estejam instrumentalizados contra a exploração e tenham possibilidades de organizações de movimento de resistências.

De acordo com Vasconcelos (2010), dados clínicos e análises de histórias de vida, demonstram que a relação do corpo e sua expropriação no que tange a habitação, tem relação direta com a qualidade de vida. Em seus estudos verifica que há repercussão sobre a saúde, bem-estar físico e emocional, relacionamentos interpessoais, sexualidade, trabalho. A autora reitera o quanto a questão da habitação tem repercussões no psiquismo e para entendimento de possíveis sintomas, adoecimentos de grupos inteiros que vivenciam esta problemática, apontando não apenas para uma ação clínica, mas para necessidade de políticas públicas que pensem estratégias de atenção e cuidado para estas populações já acometidas pela falta de pertença nas novas habitações.

Epistemicídio dos Povos Indígenas no Território do Tocantins: reflexões na e para a Psicologia Comunitária

Autor: Rutiléia e Fernando Pheriklys (FACDO)

Coautor: Eliane Soares Lima (Faculdade Católica Dom Orione), Gabriel Henderson Soares Rolim e Robenilson (ANPSINEP)

O presente trabalho é fruto de uma atividade realizada durante o curso de Psicologia da Faculdade Dom Orione, na disciplina de Psicologia Clínica Comunitária com o objetivo de apresentar algumas reflexões e problematizações diante da realidade dos estudantes indígenas, da etnia Karajás na Universidade Federal do Tocantins (UFT). O trabalho de campo realizado com os estudantes indígenas da UFT vislumbrou promover um espaço de vivências no qual esses estudantes pudessem compartilhar suas experiências a partir de saberes originários de seus povos étnicos dentro de uma universidade pública. Nessa direção, propomos uma reflexão acerca desse lugar e como os processos políticos, sociais e econômicos afetam suas subjetividades, suas produções de saberes, entrada e permanência na universidade. O objetivo do trabalho foi aproximar e refletir acerca das imbricações existentes entre



os saberes dos estudantes indígenas e os saberes proposto pela universidade para esses estudantes e suas implicações para uma concepção de um epistemicídio calcado no processo de colonização dos povos originários. Os povos indígenas vivenciam uma onda de violência desde o período colonial no Brasil. Netto (2012), em sua tese de doutorado, aborda que as viagens marítimas do norte global em busca de riqueza e a colonização nas Américas, contribuíram para que as relações de trabalho naquelas terras “conquistadas” se dessem num contexto de base escravista, de forma que os nativos (que foram assim chamados de índios), eram escravizados e explorados até a morte. Sabe-se que o “descobrimento” das Américas ocorreu em meio a Revolução Comercial, o que por sua vez foi um marco importante para a origem do modo de produção capitalista. Nesse contexto, é importante salientar que as estruturas de conhecimentos e práticas implantadas nas colônias pelos colonizadores eram diretamente ligadas às necessidades econômicas e expansivas dos territórios pelo chamado imperialismo, vislumbrando o avanço do capitalismo no mundo. Dessa forma, é válido ressaltar ainda, que a educação, a religião, a construção de um estado e de uma identidade – cristãs – constituíam parte da lógica de colonização, pois estruturam e sustentam os ideários de dominação e o modelo monárquico de Estado-nação da Europa (GROSFOGUEL, 2016). Assim, a proposta do trabalho foi a de realizar uma vivência, sob o método da pesquisa-ação e realizar uma imersão acompanhando o dia a dia compreendendo a realidade dos estudantes indígenas na UFT. Proposta metodológica que nos possibilitou o elo entre o saber e o fazer, entre o conhecimento e a prática dentro de uma perspectiva epistemológica interdisciplinar a fim de compreender as infinitas dimensões da realidade vividas por esses estudantes. Saber, que ao longo da imersão se configurou como um conhecimento não reconhecido na ideia de universidade como um campo diverso e amplo de saberes, sobretudo desses povos étnicos no Brasil. Durante a nossa imersão no campo trabalhamos com o aporte teórico referencial da Psicologia Comunitária que nos permitiu compreender o modo de vida dos estudantes indígenas no território de Araguaína e suas relações com o complexo campo de disputa e negação dos saberes indígenas como parte do campo epistemológico na universidade. Nessa relação conflituosa observamos o quanto o esse conflito determina condições de sofrimento para esses estudantes que se deslocam para a cidade para construir novas possibilidades de resistência em seus territórios. Argumenta-se que no processo histórico de extermínio dos povos indígenas, o modo operante de extermínio não se deu apenas pela dizimação da materialidade dos corpos, mas também pelo aniquilamento do saber. As questões referentes aos povos indígenas são sempre emergentes na história do Brasil como conflito de território e demarcação de terras como direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988. Nos últimos dois anos tem sido comum a circulação de informações acerca de cortes de bolsas de estudantes indígenas, fato resultante das mudanças no cenário político perpetrado a partir do ano de 2016, com a ruptura do estado democrático de direito. Em junho de 2018 o site Brasil de Fato noticiou em sua plataforma que o governo federal efetuou cortes de bolsa permanência dos estudantes indígenas de todo o país, com estimativa de cinco mil estudantes atingidos. Em 2019 esse cenário se configura na forma de ameaças de novos cortes, uma vez que houve redução de repasses de verbas às universidades públicas, medida que afetou em 30% do orçamento, sendo que na Universidade Federal do Tocantins (UFT), esse percentual chegou a 42%. Foi a partir dessa realidade que o trabalho de campo realizado refletiu sobre a negação histórica do saber, da cultura, da produção de conhecimento dos povos indígenas, presente nos dias atuais, cujas bases residem no epistemicídio segundo Grosfoguel (2016), ou seja, na morte do saber, forjada de forma sistemática no racismo. Ao compreendermos o epistemicídio como processo histórico vivenciado pelos povos indígenas ao longo dos anos potenciais da colonização, conforme afirma Grosfoguel (2016), cabe salientar e questionar se as demandas resultantes da proposta metodológica de pesquisa-ação constituem um novo modelo de aniquilamento do saber, com mecanismos diferentes dos utilizados outrora, mas com a mesma intencionalidade. De fato, é possível assumir essa visão, uma vez que encontramos na gênese dessa problemática a intenção de negar a estrutura de conhecimento dos povos indígenas das Américas (GROSFOGUEL, 2016). Considera-se, neste sentido, que o trabalho realizado em forma de pesquisa-ação acerca da realidade dos estudantes indígenas no Tocantins contribuiu para compreendermos a dimensão das desigualdades étnico-raciais existentes na história do Brasil, ancoradas na concepção do racismo estrutural e institucional. No bojo das experiências práticas possibilitadas pela pesquisa-ação e em conformidade com o arsenal teórico da Psicologia Comunitária somado aos aspectos históricos discutidos acima, foi possível apontar as questões e as demandas as quais permeiam as vivências dos estudantes indígenas no norte do Tocantins que podem ser pensadas como condição de sofrimento. Neste sentido, encontram-se 1) a ameaça dos cortes de bolsas, 2) o interesse da UFT em se tornar responsável pela casa dos estudantes, impondo regras institucionais, de modo a desconsiderar a cultura indígena, 3) distância e deslocamento entre a casa do estudante e a UFT, 4) dificuldades de permanência durante o período de burocratização para obtenção de

bolsa de estudo e 5) dificuldade de adaptação ao se deparar com a metodologia acadêmica. Ao discutirmos as dificuldades apontadas pelos estudantes indígenas da UFT, evidenciamos uma realidade que se configura de acordo com a constatação de Carneiro e Fischmann (2005) sobre o processo de inserção e permanência do estudante na universidade, marcado pelos empecilhos institucionais, estigmatização, inferiorização da capacidade cognitiva, dentre outros aspectos. Nessa dimensão, a autora afirma que o epistemicídio reside e se reproduz exatamente nessas ações dificultadoras no âmbito da educação, de modo a conceber o racismo epistêmico. Nesse sentido, Martins e Moita (2018) aponta algumas reflexões acerca do epistemicídio e do racismo institucional como uma dinâmica eficiente para manutenção da condição de privilégio, via poder institucional, a partir das relações raciais em que os conhecimentos estabelecem uma relação de conflito e disputa para produção de conhecimento. Verificamos, pois a presença do epistemicídio no cerne das instituições de ensino contemporâneas, no seio das epistemes, nas práticas de ensino, nos comportamentos, subjungendo, excluindo e adoecendo subjetividades, constituindo a condição de sofrimento de estudantes indígenas. O foco do trabalho foi apresentar uma visão atual dessa problemática no cenário da neocolonização do saber e discutir como o campo da Psicologia Comunitária compreende esta questão, problematizando-a e contribuindo para a consciência, autonomia e protagonismo dos estudantes indígenas enquanto atores de sua própria história. As percepções obtidas a partir desse trabalho foi a promoção de um espaço de escuta e compartilhamento de vivências, bem como a promoção de um momento coletivo pautado na lógica do bem viver entre os indígenas residentes na casa dos estudantes e os “torí” (Tori é o nome dado pelos indígenas Karajás aos brancos não indígenas), a partir da perspectiva do corpo teórico da psicologia social comunitária decolonial. Nessa perspectiva, a atuação da Psicologia Comunitária se efetua no sentido de considerar não apenas o lugar de fala do sujeito com um olhar alheio à sua realidade, mas em entender que esse sujeito fala de um lugar, de um território, de uma vivência subjetiva. É nessa proporção, ou melhor, são nesses meandros que podemos situar uma proposta de lugar de escuta, a considerar, com efeito, a escuta do lugar. Por fim, ressaltamos a necessidade de estudos e atuação junto aos povos indígenas, que visem o bem-estar desses povos, bem como a autogestão, a partir da execução de programas de transformação da realidade vivida por eles. Isto possibilitará um avanço qualitativo no que diz respeito às suas lutas constantes e diárias em busca de ter seu espaço garantido dentro da universidade pública.

Identidade e emancipação de jovens indígenas kaiowá em práticas de comunicação midiática e produção cinematográfica

Autor: Ana Maria Melo e Souza (PUC-SP)

Apresento nesta comunicação alguns dados de minha pesquisa de doutoramento, concluída em março de 2018, na PUC-SP, cuja temática é a narrativa de história de vida de um importante personagem dos movimentos sociais indígenas do Mato Grosso do Sul, o jovem kaiowá Kikito Conscianza. Este se destaca como um dos precursores do uso das tecnologias de comunicação e de linguagem cinematográfica pelos indígenas kaiowá, como estratégias de resistência, busca de autonomia e reconhecimento de direitos. Enfoco as relações determinantes entre sua história pessoal e trajetória como produtor cultural e as transformações sociais e culturais vividas por seu povo no contexto dos enfrentamentos ao agronegócio e lutas por territórios originários que se evidenciam nos últimos anos.

Kikito, com 25 anos, além de ser aprendiz de rezador (yvyrajá) em sua comunidade, Aldeia Panambizinho – sendo neto de líderes espirituais e herdeiro dos conhecimentos tradicionais do grupo –, é também fotógrafo, videomaker e conselheiro espiritual na ASCURI (Associação Cultural de Realizadores Indígenas), que ajudou a criar. Teve sua primeira experiência no cinema como ator do filme Terra Vermelha, coprodução ítalo-brasileira, realizado em 2009. Atualmente produz documentários que retratam a história, tradição cultural e lutas do povo kaiowá e de outras etnias. Em 2018, ingressou na Escola de Cinema Darcy Ribeiro, no Rio de Janeiro, juntamente com mais dois jovens de sua comunidade, nos cursos de Direção, Roteiro e Montagem.

Em sua narrativa, para além de sua identidade pessoal, Kikito expressa também a identidade coletiva kaiowá, sua historicidade, cosmologia, determinações sofridas no contexto da expropriação de territórios, embates com os produtores rurais, lutas pela demarcação de terras e as transformações sociais e culturais decorrentes. Expressando sua singularidade e trajetória pessoal, sua autobiografia elucida também o processo de constituição de identidade de outros jovens indígenas que com ele compartilham as mesmas experiências.



Em minha pesquisa busquei compreender a apropriação das tecnologias audiovisuais por estes jovens como um novo modo de se comunicarem, sendo uma autonarrativa genuína e legítima que se transforma em competência para agir com autonomia, promovendo a circulação de informações e expandindo redes de relações a outros grupos étnicos e à sociedade não indígena.

Segundo meus interlocutores, suas incursões pela linguagem midiática e a criação de uma associação que os representasse foram resultantes da constatação de que os projetos de formação em audiovisual restringiam-se a ações de órgãos governamentais e que as políticas públicas de comunicação e inclusão digital funcionavam como formas de perpetuar os dispositivos tutelares que os mantinham passivos. Desta forma, decidiram propor alternativamente que as realizações da ASCURI não fossem apenas registros dos fatos, mas produção de significados e novos olhares sobre a realidade indígena no Brasil, e que suas oficinas formassem agentes indígenas capacitados como realizadores e multiplicadores dessas práticas.

Assim, as produções midiáticas da associação retratam suas tradições, experiências, visões de mundo, cotidianos, conflitos internos, violências, o surgimento de novas lideranças e estratégias de luta, ações políticas e movimentos de mulheres indígenas. Envolvem uma clarificação das condições sob as quais vivem na atualidade e as possibilidades de ações libertárias e transformadoras do sistema social.

O intuito é que tais narrativas desenvolvam consciência das alternativas possíveis ao processo de reafirmação étnica e contribuam para que os jovens indígenas verifiquem seu papel político e seu processo de emancipação como indivíduos e cidadãos. Ao longo da narrativa de Kikito, vai se desenhando o crescente movimento – iniciado por ele e inspirando também a outros jovens – de aproximação às antigas lideranças e velhos rezadores (os Ñanderu e Koexumoneti) das comunidades. Atualmente os velhos sábios, que haviam sido silenciados pelo acirramento de conflitos sociais e culturais, estão presentes em seus filmes e nas oficinas e encontros realizados pela ASCURI. A troca de conhecimentos entre os mais novos e os mais velhos, diminuindo a distância que os separava, é uma das transformações evidentes ocorridas nos últimos anos. Deste modo, os jovens kaiowá são convidados a repensar sua etnicidade e sua autorepresentação e compreender seu lugar na constituição sociocultural e política deste povo.

Através da narrativa de história de vida e observação participante, busquei compreender os dados obtidos a partir do modo como eram percebidos pelos próprios indígenas, à luz da Psicologia Sócio Histórica e do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação, proposto por Antonio da Costa Ciampa (1987, 2002, 2004, 2006, 2009). Assim, compreendo a identidade como um processo permanente de constituição do sujeito ao longo de sua vida, a partir de sua atuação em papéis sociais que envolvem transformações, articulações, incorporações e reatualizações, no contexto das relações entre indivíduo e grupo social, e busca de autonomia e emancipação.

Busco o entendimento da narrativa de Kikito, sua identidade e metamorfoses, em sua singularidade e autonomia, no contexto das relações sociais e historicidade de sua comunidade, demonstrando o processo de internalização dos elementos de sua cultura bem como sua apropriação e transformações, considerando as metamorfoses identitárias e movimentos sociais e culturais vividos como uma reapropriação crítica da tradição por parte dos jovens kaiowá, em busca de autonomia e emancipação.

Movimento Social: estágio, experiências e vivências de um acadêmico de psicologia

Autor: Wellington da Rocha Almeida (FASB)

Coautor: Fabiana (Fabiana Grossi)

O presente trabalho é consequência de uma viagem de experiência de cunho alternativo, realizada entre os dias 12 de janeiro a 1 de fevereiro de 2019, na região do recôncavo baiano, especificamente em áreas de reforma agrária (assentamentos), na qual foi possibilitado a oportunidade de conhecer de forma prática a organização de alguns movimentos sociais, a exemplo: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este, que teve importância com maior significação durante o período de estágio. Ademais, possibilitou a vivência de um estudante do sétimo semestre de Psicologia da Instituição de ensino Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB), localizada no Oeste da Bahia. No mês de novembro de 2018, a orientadora de pesquisa Fabiana Grossi, apresentou o Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção (EIVI, 2019), por sua vez, foi realizada a inscrição e no mês de dezembro (2018), ocorreu a seleção para participar do estágio. Nesta, em pouco tempo foi organizada a viagem para colocar em



prática tudo que já tinha sido aprendido em sala de aula e pelas pesquisas realizadas e em andamento, para com isso, conseguir contribuir no estágio e melhorar a experiência possível. A importância desses modelos de estágios se principia pela necessidade de ressignificação das questões agrárias do Brasil, pois esse tem construído uma das estruturas agrárias com maiores injustiças do mundo, desagurando garantias de direitos aos pequenos produtores rurais e assentados de forma geral (SANTOS, 2011). O objetivo desse relato de experiência é descrever as vivências, experiências e transformações de um acadêmico do curso de psicologia durante o período de 20 dias na realização do XI EIVI (EIVI Bahia, 2019). A finalidade geral do presente relato, é apresentar que a luta campesina, especificamente com a militância da população do MST, pela retomada de terra e práticas de segurança, sustentabilidade ambiental e agroecológica são possíveis e que, essa luta não se deve reduzir somente a bandeira e povo do MPP, MPA e MST, essa luta é de todos/as, essa luta deve ser da sociedade de uma forma geral. O estágio é dividido em três etapas diferentes: capacitação, vivência e avaliação. A organização e preparação do grupo se inicia, quando a comissão organizadora do GAIA - Grupo de Ação Interdisciplinar em Agroecologia e NEPPA - Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias, enviam para o email do/a estagiário/a, os materiais de estudo (Módulo de estudo). Nesse período, tem como objetivo estimular as discussões, sobre algumas temáticas que acreditam ser necessárias aprofunda-las, para uma construção de entendimento aos estagiários/as, concernente aos processos histórico, organizacionais e produtivos em relação a questão agrária. Esta etapa, se configura em uma durabilidade de seis dias, na qual tem o objetivo de oferecer um ambiente de estudo e construção do conhecimento técnico e prático, para a posteriori os/as estagiários/as serem encaminhados as devidas comunidades selecionadas, na qual eles/as utilizaram um diário de campo, para contribuir de forma mais facilitadora a confecção do relatório final. O segundo momento do estágio se configura pela vivência, essa que é compreendida como uma das etapas de maior responsabilidade, tendo como objetivo manter a relação positiva com os assentados do Reconcavo Baiano. É nessa etapa que são distribuídos os/as estagiários/as e monitores nas comunidades do MST, lembrando que durante todo o tempo da vivência o estagiário/a é coordenado pelos monitores. A etapa de finalização do estágio perpassa pela durabilidade de quatro dias. Nesta, é realizado um momento chamado de socialização e avaliação, além do feedback do/a estagiário/a. O EIV surge a partir de um pensamento crítico, reflexivo e político contra a prática de desenvolvimento da Revolução Verde (práticas do agronegócio), que estava sendo implantado no Brasil. Para isso, foi aproximado o ensino da realidade, com o intuito de vivenciar as demandas da maioria dos trabalhadores rurais, na qual estão em situação de vulnerabilidade social. Todavia, as atividades realizadas no EIV são diferentes no que se refere ao local de realização, da comissão ou coletivos organizadores, dos atores e movimentos sociais apoiadores, mas no que tange as normativas e objetivos sempre foram os mesmos (KRETSCHMER; RODRIGUES; MATINS, 2013). Nisto, para Kretschmer; Rodrigues e Matins (2013, p. 2), "na atualidade o EIV se caracteriza como uma tentativa de suprir a distância entre a universidade e sociedade buscando realizar reflexões de intervenções e diálogos no campo social". Para tanto, o EIVI Bahia, compartilha dos mesmos objetivos supracitados acima, possuindo uma identidade de intervenção a todo tempo. Esse, acontece em comunidades que desenvolvem em suas práticas ações de cunho agroecológico, de educação popular e saúde. Nisto, Santos (2011) descreveu que a vivência com a comunidade é tão próxima, que é considerada como "ombro a ombro", buscando estabelecer com a população um vínculo de confiança, com o objetivo de potencializar práticas de transformação da realidade. A primeira etapa do estágio se principiou quando os estagiários/as se deslocaram de ônibus de Salvador em direção a cidade de Conceição de Feira, região do recôncavo baiano, onde vão para uma escola que possui políticas práticas de produção agroecológica (nesta é realizado uma capacitação de seis dias). A chegada ao colégio foi reagida com alegria e surpresa, na qual foram disponibilizadas oito salas em que não havia critério de quantas pessoas poderiam ficar em cada sala, oferecendo desde princípio uma proposta de autonomia aos estagiários/as, sem hierarquias, ou seja, não tinha um líder. Às 14h00min foi realizada oficialmente a abertura do XI EIVI Bahia, por meio da apresentação do EIVI e dos seus coletivos GAIA e NEPPA e de uma mesa redonda com a temática de apresentação dos Movimentos Sociais (MPP, MPA e MST) e de uma representante do EIV do Estado de Minas Gerais. Assim, foi apresentada em todas as falas sobre o processo histórico relacionado as questões voltadas à terra, sobre a expansão do capitalismo, a importância da reforma agrária e que todos os movimentos e coletivos precisam, nesse dado contexto atual político da sociedade brasileira, trabalhar de forma harmônica, pois foi caracterizado que coletivamente os movimentos são mais fortes e resistentes. A organização e a relevância do assunto explanado pelos palestrante são surpreendentes. A vivência perpassou vários momentos, tanto de afetividade, quanto de intervenção, isso que não se caracteriza como uma vivência neutra. Para tanto, seguem as experiências mais marcantes: foi realizada uma reunião no segundo dia de vivência e levantadas algumas demandas, na qual

achou-se interessante trabalhar na comunidade: inicialmente, a construção de dois parques para as crianças; segundo a organização de uma biblioteca comunitária, para todos os públicos; terceiro a contribuição para organização e realização do Encontro da Juventude do assentamento do Limoeiro e cultural de despedida com as famílias que adotaram estagiário/as. A avaliação, foi trabalhada com seguinte metodologia: primeiro ocorreu uma avaliação por brigadas, em que foi analisada toda a vivência, desde os aspectos de experiências com a família que o estagiário/a foi adotado/a até a experiência de vivência com a comunidade; o segundo dia teve como proposta de cada brigada organizar uma apresentação lúdica, para no mesmo dia, pelo período da noite ocorrer o momento de socialização (todos/as já estavam esgotados de trabalho); o terceiro dia e momento de avaliação, foi a cultural do EIVI Bahia, praticamente o momento mais difícil da vivência, pois apesar do sucesso de toda a vivência, era o momento para se desligar das pessoas e dos vínculos ali formados. O EIVI tem a finalidade de oferecer 20 dias de estágio se estendendo para a vida cotidiana das pessoas que participaram. Assim, espera-se que mais pessoas possam ter a oportunidade de participar de um estágio de vivência. Acredita-se no poder da militância, da resistência e da educação popular. Ocupar, resistir e produzir!

Referências

GAIA - Grupo de Ação Interdisciplinar em Agroecologia. XI EIVI do Recôncavo baiano. Estágio interdisciplinar de vivência e intervenção em áreas de reforma agrária. 2019.

NEPPA – Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias. XI EIVI do Recôncavo baiano. Estágio interdisciplinar de vivência e intervenção em áreas de reforma agrária. 2019.

KRETSCHMER, A. C.; RODRIGUES, G. O.; MARTINS, R. V. Estágio Interdisciplinar de Vivência; uma experiência na realidade rural brasileira. GT 1 Relatos de Experiências. 2013.

SANTOS, EdvAnderson. Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção: Experiências no Recôncavo Baiano. DEGEO/DAGLAS. 2011.

O compromisso ético-político como estratégia de enfrentamento: caminhos e riscos da práxis psicossocial em uma comunidade ribeirinha

Autor: Beatriz Marques Sanches (PUC SP)

Coautor: Raul Gomes de Almeida (IPUSP)

Considerando que as populações ribeirinhas têm tido sua cultura tradicional, direitos e modos de vida historicamente violados pelo Estado em alinhamento com frentes expropriadoras dos modos de produção hegemônicos, este trabalho tem por objetivo refletir sobre o compromisso ético-político da práxis psicossocial enquanto estratégia de enfrentamento que deve estar integrado a nossa atuação enquanto psicólogas e psicólogos sociais, buscando contribuir na preservação e valorização dos modos de vidas das populações tradicionais, bem como sua autonomia e protagonismo em suas lutas por direitos. As reflexões apresentadas neste resumo estão sendo construídas a partir da participação, que se estende desde 2016, em uma Organização Não-governamental sem fins lucrativos chamada NAPRA (Núcleo de Apoio a População Ribeirinha da Amazônia), que trabalha com a formação de estudantes de graduação e profissionais para a atuação em contexto amazônico e desenvolve projetos sócioambientais em três comunidades ribeirinhas localizadas no baixo Rio Madeira no estado de Rondônia. Nossa práxis tem sido guiada por aportes éticos, práticos e teóricos da Educação Popular e da Pesquisa Ação Participante, aspirando uma prática que, ao buscar os seus princípios e meios nos saberes locais, visa uma partilha e encontro entre os conhecimentos da psicologia social e das populações ribeirinhas, evitando lógicas e posturas colonizadoras. Nossa atuação tem sido realizada em contextos de saúde, educação e organização social, englobados em uma visão de saúde enquanto integralidade de diversos aspectos a vida cotidiana. A princípio é preciso salientar que a articulação de uma prática da psicologia social que vá ao encontro das aspirações subjetivas das comunidades ribeirinhas não pode nos fazer perder de vista a nossa posição nesse território. Como na maioria das vezes, as/os profissionais que vão a estes territórios não são provenientes de lá, como é o caso dos membros do NAPRA e dos autores deste trabalho, é preciso nos reconhecer como alguém que é de fora, externo, e que, por esta condição, a relação com as comunidades trazem, intrinsecamente, uma certa tensão. Tensão que não deve ser negada, mas considerada eixo de nossa práxis. Lidar com tal tensão poderá propiciar a emergência das aspirações comuns entre estes atores, os povos ribeirinhos e a profissional, de modo que esta se integre ao grupo não como posição



social, mas como alguém consciente da estrutura de dominação e aliada nesse movimento de luta e ação. Para tanto, observando os caminhos e riscos que a atuação psicossocial neste território possui, elencaremos seis pontos importantes a serem considerados para o trabalho em comunidades ribeirinhas: 1) as ações devem ser guiadas por demandas levantadas juntamente com a população do local. Isso significa que é de grande importância a não imposição de projetos que julgamos importantes a partir de nossa visão de mundo, mais votar o olhar e disponibilizar uma escuta sensível aos desejos e necessidades legítimas da comunidade. 2) É importante também ressaltar a flexibilidade das ações da/o psicóloga(o) enquanto um compromisso ético-político, entendendo a urgência do desprendimento de lógicas conservadoras e ortodoxas, as quais historicamente, vêm compondo a construção de uma psicologia eurocêntrica, patriarcal, heteronormativa e burguesa. É preciso um exercício constante de reflexão sobre o nosso modo de atuação a fim de evitar uma postura de menosprezo da cultura, dos saberes e modos de vida tradicionais, muitas vezes legitimada por uma lógica eurocêntrica e hegemônica presente nas formações acadêmicas e na história da psicologia. 3) O tempo é percebido e vivenciado de maneira diferente daquelas que experienciamos em nossas vidas em contextos urbanos, o que impacta diretamente a prática em territórios tradicionais; a/o profissional deve buscar integrar-se a dinâmica temporal do grupo com o qual atua, entendendo que a questão do tempo se trata de um aspecto constituinte da subjetividade ribeirinha que deve ser um dos eixos norteadores da práxis psicossocial. 4) As comunidades apresentam em seus modos de vida características poderosas e de grande potência para a vida comunitária e para a preservação da cultura e do território, isto, entretanto, não impossibilita a emergência de contradições sociais, consequência do contato com a cultura hegemônica, e que se tornam perceptíveis em nossa prática. A/O profissional deve embasar a sua prática em uma visão sobre a comunidade que não subestime as potencialidades e tampouco as contradições. 5) O Compromisso ético-político também deve estar presente na construção de um conhecimento que caminhe em uma direção contrária às violências epistêmicas produzidas e reproduzidas pela academia. Ou seja, é imprescindível ter a cultura ribeirinha como base e meio para nossa prática profissional, como o que foi produzido a partir desse contato. 6) Por fim, mais não menos importante, a atuação em uma comunidade ribeirinha em meio a Floresta Amazônica, exige certo conhecimento do território, em seu sentido mais amplo. Para tanto, se faz necessário o deslocamento, a permanência e o retorno da/o profissional à comunidade, a fim de conhecer a história do lugar e dos povos tradicionais e ribeirinhos de modo geral. Isso significa uma disponibilidade, não apenas de tempo, mas também para ouvir as histórias dos povos ribeirinhos e vivenciar seus modos de vida em seus diversos sentidos e significados.

O processo de enraizamento em uma comunidade ribeirinha no baixo madeira - Rondônia

Autor: Fernanda Graña Kraft (FFCLRP-USP)

Coautor: Fernanda Graña Kraft (FFCLRP-USP)

A Amazônia, floresta tropical úmida, que corresponde a 54% do território nacional, rica em biodiversidade, é, em geral, vista como uma região homogênea, de um vazio demográfico e natureza intocada. No entanto, a Amazônia é, sobretudo, diversidade. Diversidade ecológica, social e cultural. É a Amazônia de inúmeros povos indígenas e outros povos que foram se estabelecendo na região, habitando, convivendo e aprendendo com os vários espaços de organização ao longo dos padrões rio-várzea-floresta e estrada-terra firme-subsolo (Gonçalves, 2012). É ainda um território marcado por enormes pressões e conflitos que, em diferentes momentos históricos, os interesses econômicos, os traços de dominação e as relações de poder consolidaram um crescente processo de mercantilização da vida humana e da natureza (Becker, 2009; Ribeiro, 2006). Esses elementos podem ser identificados na paisagem e na dinâmica sociocultural amazônica, dado que em prol de um modelo desenvolvimentista, a floresta é derrubada para abrir estradas, pastos, grandes latifúndios; os rios são barrados para geração de energia; o solo, as matas e as águas são contaminadas pela exploração do minério; e as populações amazônicas, que afetadas pelas transformações do meio, são abandonadas ou deslocadas de seu território (Gonçalves, 2012). Nesse cenário, complexo e contraditório, cerceado por diferentes configurações e atores que imprimem suas marcas na terra, nos sujeitos e na história da Amazônia, é que se insere a presente pesquisa; ele compõe o pano de fundo das discussões acerca das transformações socioambientais da cheia histórica do rio Madeira, ocorrida em 2014, em Rondônia, que impactou profundamente a vida da população local. Embora a Amazônia seja uma região que vivencia as cheias dos rios ano a ano, entre janeiro e abril de 2014 a cheia do rio Madeira atingiu um nível acima da



média que desalojou e desabrigou cerca de 6 mil famílias pela inundação de várias cidades, distritos e comunidades. Tal fenômeno foi correlacionado a um desastre natural de precipitações hidrológicas, em que o aumento de chuvas na região sudoeste da Amazônia foi sua única causa apontada pelos órgãos federais. Entretanto, a partir de uma concepção sociológica da temática, constata-se que essa classificação é insuficiente para compreender os verdadeiros problemas socioambientais e os processos sócio históricos que desencadeiam a dinâmica dos desastres. Isso porque, parte-se do pressuposto de que os desastres não são um fato isolado que possui origem em forças naturais, mas são, de certo, historicamente construídos na relação da sociedade com o ambiente, sendo indissociáveis dos processos de desenvolvimento que ocorrem nos territórios (Valencio, 2014). Pautando-se nessa perspectiva crítica em relação ao fenômeno, o pesquisador Philip Fearnside (2014) relata que a inundação do rio Madeira foi provocada por um "evento meteorológico extremo" (p.56) sugerido por mudanças climáticas de episódios que estão ocorrendo em todo o mundo. No entanto, afirma também que alguns impactos da inundação do rio foram agravados pelas Usinas Hidrelétricas (UHEs) – Santo Antônio e Jirau – instaladas em seu curso. A partir do contato com algumas comunidades ribeirinhas da região do baixo rio madeira, zona rural do município de Porto Velho (RO), foi possível acompanhar muitos dos impactos materiais e subjetivos antes e após a enchente, entre eles, o deslocamento de algumas famílias, durante e após a cheia, para um novo pedaço de terra mais alto devido a perda de suas casas, produção agrícola e extrativista. Constituindo uma nova comunidade e iniciando outra estrutura organizacional de espaço e de relações, essas famílias permanecessem no local sem o apoio do poder público e de outros atores sociais que permeiam aquele território. Na tentativa de obter um olhar mais profundo sobre a situação e ao considerar a característica sociocultural das comunidades ribeirinhas amazônicas de uma relação ativa com seu território, de permanência, subsistência e historicidade, questionou-se: o que ocorreu na inter-relação sujeito-ambiente dessas famílias afetadas pela grande cheia do rio Madeira? Orientando-se pela Psicologia Socioambiental, entende-se que sujeito e ambiente são indissociáveis, e que os processos psicossociais do sujeito estão comprometidos por uma história, por ações e práticas relacionadas ao seu território permeadas pelas vivências, experiências, emoções e formas de se relacionar com as pessoas e com o espaço (Tassara & Rabinovich, 2003). Nessa perspectiva, optou-se pelo uso do conceito de enraizamento para compreensão da dialética objetiva e subjetiva dessa inter-relação sujeito e ambiente, já que segundo Simone Weil (1996) o enraizamento condiz a uma necessidade vital do ser humano de participação ativa e natural na existência de uma coletividade, em que suas múltiplas raízes se consolidam com seu ambiente, cultura e modo de vida; raízes de seu lugar de origem, de seu trabalho, de suas trocas naturais e vivências coletivas com o meio, em que se preservam significantes do passado e se constroem presságios do futuro. Para tanto, esse estudo teve como objetivo compreender os processos de enraizamento da comunidade ribeirinha de Cavalcante frente às transformações socioambientais do impacto da enchente e deslocamento territorial. A partir de uma pesquisa qualitativa participativa e fundamentação teórico-metodológica materialista histórico-dialética, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas para registro de aspectos relacionados a sua história, ao processo vivido durante a enchente, o deslocamento territorial, a vivência na atual comunidade e as perspectivas futuras dos sujeitos; itinerários (caminhada dialogada) para apreensão da inter-relação sujeito e ambiente; mapas cognitivo-afetivos com elaboração de croqui de uso social para captar como os sujeitos se identificam no espaço e suas relações na nova localidade; e observação participante com registro em diário de campo. Esses instrumentos estão em processo de análise, divididos em categorias e subcategorias de leitura socioambiental que visam aprofundar na compreensão dialética dos processos globais e locais que incidem sobre os sujeitos e seu ambiente, trazendo elementos de enraizamento e desenraizamento diante das relações e conflitos estabelecidos nesse novo espaço vivido. Essas categorias englobam, portanto, características históricas, sociais, ambientais, políticas e econômicas do território; as relações e ações dos sujeitos no território; e os conflitos e as lutas existentes. Com essa primeira aproximação de análise foi possível observar alguns processos psicossociais relativos ao desenraizamento dos sujeitos relacionado a perda da casa e de suas áreas de cultivo, os conflitos ideopolíticos no novo território diante de um tempo-espaço diferenciado entre o estado e a comunidade, entre as famílias advindas de localidades distintas e poucas perspectivas em relação ao futuro devido a insegurança de moradia e de direitos. Entretanto, há também um forte sentido de enraizamento vinculado a identidade sociocultural ribeirinha na relação integrada com a natureza, continuidade dos modos de produção anteriores e vínculos afetivos com suas raízes socioculturais advindas do território de origem.

Becker, B. K. (2009). *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond.

Fearnside, P. M. (2014). As barragens e as inundações no rio Madeira. *Ciência Hoje*, 53(314), 56-57.

Gonçalves, C. W. P. (2015). *Amazônia, Amazônia* (3a ed.). São Paulo: Editora Contexto.



Tassara, E. T. O. & Rabinovich, E. P. (2003). Perspectivas da Psicologia Ambiental. *Estudos de Psicologia*, 8(2), 339-340.

Valencio, N. F. L. S. (2014). Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(9), 3631-3644.

Weil, S. (1996) O Desenraizamento. In E. Bosi (Ed.). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão* (pp. 407-440). Rio de Janeiro, Paz e Terra.

QUILOMBO E POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL: uma reflexão sobre suas peculiaridades

Autor: Helen Sueli Aires dos Santos F (UNINASSAU)

Coautor: Jhene Kysten, Estefanie Alanis (UNINASSAU), João Breno Da Silva Aguiar (UNINASSAU) e Milka de Nazaré Leão de Moura (Uninassau)

Considerando que o campo de saber da Psicologia encontra-se ainda em construção, na busca por estratégias de ação que considerem o contexto sociocultural e identitário partes importantes no processo de seu fazer diante das singularidades humanas e territoriais. Vários estudos e debates têm sido construídos em torno de parâmetros que sirvam como referência para a atuação profissional do psicólogo/a diante da diversidade social, sobretudo em comunidades tradicionais. Dessa forma, problematiza-se como estão organizadas as políticas públicas em torno de uma comunidade Quilombola, e como são os acessos às mesmas. O presente estudo é um recorte de uma pesquisa realizada na disciplina Práticas Integrativas II do 7º semestre Curso de Psicologia da Faculdade UNINASSAU, em Belém/PA. Objetivando analisar como os/as integrantes do Quilombo do Jambuaçú (Município de Mojú/PA) percebem como as políticas setoriais se organizam em seu território e como se dá a inserção da Psicologia por meio destas; valeu ressaltar que dá-se ênfase no cuidado à saúde mental, levando em consideração as narrativas identitárias do território e seu meio sociocultural. Levando em consideração a temática, que ancora-se na realidade social pautada no aspecto histórico e simbólico, ou seja, está para além da respectiva geográfica. Nesse sentido, partiu-se de narrativas para o entendimento acerca da realidade constituída no território, identificando demandas da comunidade. Dessa forma, os dados foram coletados através de entrevista semi-estruturada, contendo cerca de vinte e duas perguntas, entre objetivas e subjetivas, distribuídas em categorias, como: perfil populacional, urbanização, saúde coletiva e avaliação psicossocial. Como sujeitos-participantes, a pesquisa contou com um recorte de três participantes, do sexo feminino, com idades entre 20 a 30 anos; estas integrantes fazem parte de três das quinze comunidades que constituem um único território quilombola, onde cada participante é pertencente a uma comunidade diferente. Vale ressaltar que, no processo analítico, não desconsidera-se a compreensão subjetiva dos/as entrevistados/as diante de sua comunidade, mesmo fazendo parte de um mesmo território. Para nortear teoricamente a pesquisa, utiliza-se autores/as como o filósofo Michel Foucault e demais autores/as atuais que versam acerca da temática, tais como Alfredo Almeida, Antonino Alves, Ilka Leite, dentre outros/as. Como resultado parcial da pesquisa, o estudo constatou que a média populacional está em torno de trezentas a quinhentas pessoas por comunidade; que o gênero predominante nas comunidades do quilombo é feminino; a faixa etária dominante na está entre os jovens e adultos; os idosos estão em menor número atualmente. Já a média de escolaridade prevalece o ensino fundamental, porém, muitos já possuem o ensino médio e cada vez mais quilombolas buscam pelo ensino superior. Identificou-se também que a fonte de renda mais comum entre os/as quilombolas está em torno da

agricultura, porém, verifica-se que há diferenças e semelhanças entre os produtos cultivados pelas comunidades (apenas uma participante citou a pesca como fonte de renda). A distribuição de energia elétrica no Quilombo (que não atinge todas as comunidades), foi concedida recentemente. A distribuição de água advém de poços e igarapés e para isso são utilizadas bombas movidas à energia elétrica que puxam a água para a caixa d'água. Neste estudo identificou-se que a insegurança nas comunidades teve um significativo aumento. Para além dessas informações, identificou-se que a comunidade quilombola possui poucas informações relacionadas à adoecimento psíquico, mesmo diante da identificação de políticas setoriais em cobertura no território. Conclui-se que algumas das políticas setoriais não cobrem o território como propõem as diretrizes de construção destas. Algumas desses equipamentos nem ficam localizados nestes territórios, realizando atividades esporadicamente; esse caráter de não continuidade causa diversos efeitos no processo de cuidado destes sujeitos. Nesse interim, ainda identifica-se



poucos/as agentes e técnicos/as destinados/as promoção e prevenção cuidado; com isso, quadros considerados mais simples (como gripe, febre e diarreia), situações que possam caracterizar riscos e adoecimentos de forma geral que poderiam ser evitados com acompanhamento regular acabam por serem recorrentes. Quanto à saúde mental, averiguou-se também que não há programas de incentivo à prevenção e promoção aos cuidados à saúde mental nas comunidades quilombolas e que no único posto existente no Quilombo, não há serviço de atendimento psicológico. Foi identificado que nas comunidades, não há a prática de ter contato com psicólogo/a, e, muito raramente, se houver algum caso confirmado de adoecimentos psíquicos, procuram assistência em outra localidade, pois não há realização de atividades que caracterizem assistência psicossocial nas comunidades quilombolas da região. Assim, não há muitas informações acerca da importância do/a psicólogo/a como profissional atuante na promoção da saúde mental, sobretudo no território Quilombola. Faz-se necessário o desenvolvimento repensar a prática da Psicologia (e demais saberes), sobretudo em tempos de intensificação do

neoliberalismo e fragmentação das políticas públicas a atuação de diversas políticas, assim como diante dos investimentos em ações voltadas aos cuidados com a saúde mental, tornam-se necessários, desencadeando melhorias no estado geral de saúde da população e contribuindo para que os conhecimentos básicos em saúde mental sejam propagados nas comunidades quilombolas. Neste sentido, a reflexão sobre os cuidados com doença mental no quilombo, na perspectiva de seus próprios habitantes, auxilia na criação de estratégias que não atinjam a cultura e a identidade da população quilombola, respeitando assim, o desenvolvimento sócio histórico e as possíveis limitações territoriais.

SAÚDE MENTAL E TRABALHO: uma análise a partir dos ribeirinhos no município de cameté-PA

Autor: MATHEUS DE JESUS GAIA DIAS

Coautor: Valber Sampaio (PPGP - UFPA)

O contexto amazônico é pautado diante de sua diversidade. Seja ela frente aos seus animais, plantas, tradições, dentre outros; sobretudo, a diversidade no campo dos saberes emancipa um aspecto de desafio para os estudos da Psicologia em meio às suas práticas. Para tal, diversas estratégias são criadas para ampliar a possibilidade de cuidado destes/as sujeitos que vivem em um território tão singular, apresentando-se uma diversidade de narrativas. Mesmo com as políticas públicas se efetivando em determinadas regiões há precariedades que se configuram na lógica da desigualdade social, que, conseqüentemente, provocam diversos tipos de sofrimento psíquico. Buscando a compreensão dos diversos modos de existências desses sujeitos, intitulados/as ribeirinhos/as, identificou-se comunidades do município de Cameté, localizado no estado do Pará, especificamente na localidade de Mapiraí de baixo. Nesse interim, analisou-se como se dão os modos de atividades de trabalhos desses sujeitos e a relação com o sofrimento psíquico, questionando quais são os principais fatores de adoecimento psíquico e sua relação com o trabalho em comunidades ribeirinhas de Cameté/PA. Como objetivo geral, buscou-se analisar de que forma a saúde mental ligada ao cotidiano de trabalho tem refletido na vida dos sujeitos ribeirinhos e seus meios de existência. Coadunando com a proposta que estas subjetividades estão essencialmente ligadas à constituição do território e suas produções político-sociais atrelado à saúde mental desses sujeitos diante da desigualdade social é problematizar questões subjacentes aos espaços e formas de vida de ribeirinhos, assim a colonização de saberes, tais como o da Psicologia. Nesse sentido, um dos saberes que dão subsídio à construção teórica está enraizada por autores como Michel Foucault. Trata-se de uma pesquisa cartográfica, ou seja, de caráter qualitativa, a partir de vivências e registros realizados por meio de um diário de campo que serviu de instrumento na construção dos “(des) caminhos”, onde fez-se parte daquela realidade, identificando características e componentes do “universo do/a pesquisado/a”, reiterando a valorização da narrativa dos sujeitos, tendo, também, como instrumento de facilitação de dados questionários semiestruturados, contendo 15 questões. O estudo teve 10 entrevistados da referida comunidade de Cameté, que foram realizadas nos primeiros meses do ano corrente, tendo apenas como critério ter completos (ou superior) a idade de 18 anos e realizar atividades ao qual ele/a mesmo/a possa considerar como trabalho. Para análise dos dados, a subsidiou-se em autores como o filósofo francês Michel Foucault, sobretudo para pensar a analítica do poder, assim como Dejours, que auxilia nas reflexões acerca da saúde mental e o campo de atividades profissionais. Como resultados (parciais), a pesquisa evidencia que os ribeirinhos têm uma dinâmica de vida penosa, sobretudo pelo trabalho que tem exigido cada vez mais a luta pela sobrevivência. Nesse interim,



pensar no âmbito da saúde mental está para além de identificar aspectos psicopatológicos com enlaces à “causalidades”; e sim, pensar os diversos modos de vida pela via da integralidade (um dos eixos fundantes da Política de Saúde), onde a relação do sujeito com seu trabalho estão aspetos de desigualdade social, acesso às diversas políticas setoriais (como Educação, Assistência Social, Saúde, Esporte e Lazer, dentre outras). Somado a isso, para além de pensar o âmbito a relação saúde mental – trabalho, carece que a Psicologia possa se despir do processo de colonização do saber psicológico, visto que a atuação se dá, por muitas vezes, por meio de encomendas políticas, e não pela busca da implicação que desagua na autonomia dos sujeitos no que concerne a transformação social. Assim, diante da fragilização dos vínculos trabalhistas, do enfraquecimento das políticas públicas, dentre outros, as pessoas que residem em territórios mais distantes possuem menos possibilidade de acesso à garantia de direitos no campo do cuidado, sobretudo em saúde mental. No que tange a saúde mental, a pesquisa mostra que os sujeitos não têm uma compreensão ampla do seu significado no quesito da garantia de direitos, associando apenas as pessoas que tenham alguma deficiência psicológica, sendo que na localidade já existem casos diagnosticados de sofrimento psíquico. Todavia, os entrevistados destacam o constante desgaste físico e mental por meio do trabalho que realizam no dia-a-dia, como na pesca, na agricultura, e nos serviços da casa, constatando-se uma alta preocupação dos ribeirinhos com a própria sobrevivência da família. Os dados apontam que, o tempo que poderia ser utilizado com a saúde mental é preenchido por outros afazeres domésticos, já que não se tem um esclarecimento entre eles sobre a importância de tal prática para a qualidade de vida, gerando apenas modos de atividades substitutivas. Os entrevistados destacam pouca participação nos espaços de sociabilidade existentes na comunidade, como igrejas, festas locais, manifestações artísticas e de lazer, o que pode estar contribuindo no desencadeamento de problemas que afetam a mente, como o cansaço, o estresse, a depressão. Conclui-se que há a necessidade de uma ampliação e efetivação dos serviços das políticas setoriais, gerando assim um protagonismo, sobretudo aos cuidados com a saúde mental, principalmente no âmbito do trabalho, sendo este um dos elementos que tem contribuído para o aumento de diagnósticos, dos quadros de sofrimento psíquico, assim como do processo de medicalização na sociedade.

SER QUILOMBOLA: expressões de identidade na comunidade quilombola Dona Juscelina no estado do Tocantins

Autor: Monaliza Borges de Almeida e Robenilson (ANPSINEP)

O presente texto é fruto do trabalho de pesquisa realizado por meio do Programa de Iniciação Científica (PRO-CIENT) do curso de Psicologia da Faculdade Católica Dom Orione. A linha de pesquisa do PROCIENT está vinculada a construção de novas epistemologias para uma Psicologia decolonial. Nesse sentido, a pesquisa busca construir uma referência epistemológica a partir das demandas apresentadas no território que compõe comunidades quilombolas na sua extensão. Desse modo, a primeira questão que nos mobilizou para a construção dessa pesquisa foi analisar a formação da identidade e o processo de identificação dentro da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, comunidade essa que está situada dentro da cidade de Muricilândia, na região norte do Tocantins. A segunda foi o interesse em compreender como se estabelecem as relações partindo da concepção dos povos tradicionais que contribuem para a formação de uma identidade quilombola nas complexas relações estabelecidas nesse território. Somos parte de uma sociedade que ofende a cor diariamente e que traz consigo a ideia da hegemonia racial, colocando a cor branca assim como todos os seus traços, culturas, religiões e tradições como superiores a tudo que é característico dos africanos no Brasil. A população negra no Brasil, sempre precisou resistir. Foi justamente nesse contexto de luta que os quilombos surgiram como pontos de conflito e de resistência ao processo escravocrata. Os povos africanos que eram escravizados se mobilizavam, promoviam revoltas e muitas vezes fugiam, dessa fuga surgiram os quilombos. Nesse movimento coletivo, formavam-se comunidades, que ficavam situadas, na maioria das vezes, em áreas férteis e propícias ao cultivo de uma grande variedade de vegetais e a criação de animais, os quilombos funcionavam com o mesmo sistema da África, o sistema da posse útil, na qual a terra era comum, mas que, também poderia se ter uma propriedade individual, de forma rotativa e temporária, onde tinham-se o direito apenas a área necessária para o que conseguisse cultivar. Nessa conjuntura, levantamos como hipótese, a terra como um dos elementos identificatórios de uma construção identitária dos quilombolas. Além dessas atividades, os quilombos também mantinham relações comerciais com vilas próximas, para suprir a demanda de insumos que não produziam e/ou para encorajar outros negros cativos a fuga. Faz-se interessante compreender que, os quilom-



bos não eram comunidades formadas exclusivamente por negros, mas, trata-se na verdade de uma comunidade heterogenia em que coabitavam, negros, índios, mestiços e brancos. Hoje falamos em Comunidades quilombolas, que passaram a ser reconhecidas por meio do decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Dessa forma, a concepção de quilombos é definida como grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Assim, ser quilombola, além de ser resistência, estabelece uma relação estreita com o território e a identificação com aspectos da cultura étnica e história que constroem a nossa subjetividade como sujeitos históricos. Esse processo de reconhecimento de um grupo étnico-racial, juntamente com a concepção da terra como ponto central de identificação e como modo de existir e resistir aponta para um lugar de reconhecimento importante, sobretudo na comunidade quilombola Dona Juscelina. Atualmente no estado do Tocantins existem 43 comunidades autodeclaradas quilombolas, das quais 38 delas estão certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), encarregada pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. A Comunidade Quilombola Dona Juscelina, reconhecida pela FCP em 2008 e conta atualmente com 237 famílias quilombolas. A comunidade surgiu através da peregrinação de romeiros vindos do Maranhão em busca de suas “bandeiras verdes”, quando a cidade se quer existia e a região era composta pelo verde da mata fechada e as águas caudalosas do rio, e aqui os peregrinos encontraram suas bandeiras, se estabeleceram e ainda hoje, seus descendentes aqui vivem. Essa pesquisa está ancorada nas perspectivas teoria do campo psicanalítico dos processos identificatórios e contará com análise dos documentos históricos produzidos sobre a comunidade e uma entrevista semiestruturada com um quilombola para compreender como os costumes, práticas, festejos e religiosidade constroem e se relacionam com a identidade dos quilombolas nessa comunidade. Para a psicanálise, a concepção de identidade passa necessariamente por uma concepção dinâmica por ser dependente dos processos identificatórios. Dentre os elementos presentes nesse processo, que oferecem possibilidades identificatórias às pulsões, estão os ideais sociais. Nessa construção dos ideais sociais está a concepção de terra e o contexto histórico do grupo étnico racial da comunidade quilombola com constituinte desse espaço de relações vivas e cotidianas com a terra e a natureza. Entretanto, quando esses ideais não levam em conta as histórias dos povos africanos, no caso, referencias que representam a cultura negra no Brasil, o encontro entre esses ideais e os mitos de origem pode produzir efeitos traumáticos ou mesmo desorganizador. Contudo, essa pesquisa busca referenciais que identificam o ser quilombolas dentro do ideal social de uma comunidade quilombola, sobretudo na comunidade quilombola Dona Juscelina. Comunidade identificadas com sua história, festejos, cultos e modo de vida.

Temporalidade e corpo numa proposta de formação do psicólogo para o trabalho com povos indígenas

Autor: Pamela Damilano dos Santos

Coautor: Dario Marinho de Lima Neto (Instituto de Psicologia - USP), Larissa Moreira Soares (USP) e Thiago Schaffer Carvalho (Instituto de Psicologia - USP)

INTRODUÇÃO

O artigo aborda práticas do serviço Rede de Atenção à Pessoa Indígena – vinculado ao Departamento de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo –, no período de 2015 a 2017, visando discutir os impactos de mudanças nos procedimentos de visitas às comunidades para a formação do psicólogo. A exposição do corpo do psicólogo em formação a contextos ritualizados segundo padrões distintos de sua cultura de origem faz emergir inquietações e angústias que caracterizam o modo de relação com a alteridade. Como ferramentas para elaboração desse modo de relação, os Guarani das comunidades visitadas nos propõem diálogos em que a prioridade é o estabelecimento de uma sintonia adequada com a sintonia do outro, preliminar à discussão e encaminhamento de projetos que abordam temas difíceis relativos a situações de vulnerabilidade psicossociais que as comunidades enfrentam.

OBJETIVO

O objetivo desse artigo é discutir aspectos dos procedimentos de atuação do serviço Rede de Atenção à Pes-



soa Indígena (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia Experimental – IPUSP-PSE) que alteraram qualitativamente o vínculo entre os estudantes e as pessoas das comunidades visitadas, com as quais buscamos efetivar ações e projetos em coautoria. Focalizaremos, prioritariamente, informações contidas em relatos e relatórios desenvolvidos pelos estudantes no período de dois anos a partir de julho de 2015. Destacamos, do conjunto de informações, os impactos dos deslocamentos e das vivências nas comunidades que se fizeram sentir nos corpos: desconfortos, mas também possibilidades de elaboração de experiências que consideramos enriquecedoras para a formação do psicólogo pelos motivos que serão expostos ao longo do texto.

LINHA TEÓRICA E PERTINÊNCIA AO GT

A abordagem parte principalmente de reflexões próprias da cosmologia indígena, a partir das experiências de encontros com as comunidades Mbya Guarani assim como auxiliado por leituras de antropologia sobre o perspectivismo ameríndio (cf. Lima, 1996; Viveiros de Castro, 1996) cujo enfoque está centrado no corpo e suas afecções. Essas reflexões epistemológicas são desenvolvidas no âmbito da Psicologia Cultural que considera a heterogeneidade da cultura assim como seu caráter dialógico de mútua afetação, influenciado pela obra de Bakhtin. Enquanto reflexão epistemológica, contribui ao GT por apresentar outras possibilidades de ação no campo da psicologia de modo a abarcar a diversidade cultural sem apagar suas especificidades.

RESULTADOS

Antes de avançarmos, cabe explicitar, com maior detalhamento, que a Rede de Atenção à Pessoa Indígena (daqui por diante usaremos apenas Rede Indígena) é, atualmente, um serviço psicológico universitário que tem como objetivo contribuir para o campo de referências que concerne a atenção às vulnerabilidades psicossociais enfrentadas por pessoas e comunidades indígenas, apoiando-se em uma constante reflexão acerca dos horizontes de possibilidades e modos de ação da Psicologia nas situações interétnicas. A Rede Indígena foi lançada como um projeto no ano de 2012, quando realizamos diversas visitas às comunidades Mbya Guarani localizadas no extremo sul da cidade de São Paulo (distrito de Parelheiros)—Tekoa Krukutu e Tekoa Tenondé Porã – e às comunidades localizadas aos pés do Pico do Jaraguá, na zona norte da cidade – Tekoa Ytu e Tekoa Pyau. Nessas visitas priorizamos rodas de conversa sobre temas que emergiam em nossa escuta das falas de lideranças comunitárias.

Adotamos um método hermenêutico para construção de conhecimento, segundo o qual a equipe que executava as atividades de extensão elaborava um roteiro semiestruturado, em reuniões de supervisão na Universidade de São Paulo (USP), das ações a serem realizadas nas comunidades que demandavam atendimento. As visitas às comunidades, por sua vez, provocavam rupturas nas concepções que tínhamos antes de encontrá-los. As vivências dessas experiências de ruptura, por parte da equipe, eram significativamente tomadas como objeto nas reuniões de supervisão, que se seguiam às visitas às comunidades. A própria equipe tomava o relato de seus integrantes para o desdobramento de questões teóricas e metodológicas da Psicologia nas fronteiras interculturais e interétnicas.

As experiências de 2016 nos levaram a promover uma mudança na forma como estávamos estabelecendo as aproximações com as comunidades. Ao invés de encontros frequentes e curtos, passamos a realizar encontros mais duradouros, ainda que menos frequentes. Outra ação, em 2016, que envolveu a hospedagem de estudantes no Tekoa Yyrexãkã, fazia parte do projeto de Intercâmbio de Saberes, em que lideranças do Tekoa Tangara Mirim levaram o conhecimento sobre a produção de banheiros ecológicos que, por sua vez, haviam adquirido num trabalho preliminar da Rede Indígena em parceria com o Projeto Piloto da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Já no primeiro semestre de 2017, de março a julho, realizamos cinco visitas com pernoite a essas comunidades, três no Yyrexãkã e duas no Tangara Mirim. Essa mudança no procedimento será o objeto de nossas reflexões nesse artigo, a partir da Psicologia Cultural Dialógica e de aproximações com o Perspectivismo Ameríndio em Antropologia quanto à noção de corpo. Os relatos, tomados aqui para discussão, foram produzidos pelos próprios coautores desse texto, no contexto de uma atividade de extensão universitária, para fins de formação acadêmica, não se tratou, portanto, de material construído objetivando realização de pesquisa científica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo refletiu sobre processos de formação de psicólogos para o diálogo com diversas culturas. Buscamos promover condições para que o profissional em formação possa lidar com angústias decorrentes da exposição de seus corpos a experiências inquietantes que desregulam concepções e práticas amplamente difundidas na for-



mação. Tais concepções e práticas predominam em teorias clássicas de um tempo e lugar em que o indígena não ocupava a posição de sujeito.

Parte do trabalho da equipe da Rede de Atenção à Pessoa Indígena consiste em propiciar um cenário para elaboração de práticas de atenção às vulnerabilidades psicossociais enfrentadas por pessoas e comunidades indígenas, apoiando-se em uma constante reflexão acerca dos horizontes de possibilidades e modos de ação da Psicologia nas situações interétnicas.

Observamos que as visitas às comunidades indígenas fizeram emergir, na equipe, um sentimento ambíguo em relação ao encontro com o outro: o desejo de se aproximar, mas com receio de entrar em contato com aquilo que excede preconceções de cada participante (choque-cultural). A vivência de experiências ritualizadas com o outro, por um lado, afetou significativamente o corpo e permitiu o alinhamento de pontos de vista: indicando limites do discurso puramente verbal para a imersão e compreensão de processos culturais. A equipe e os membros da comunidade indígena, por outro lado, foram ativos no diálogo em que se deu a construção de conhecimento e coautores de um trabalho que articulou seus pontos de vista como parte de tradições culturais distintas.

O relato dos estudantes contrasta a temporalidade vivida no contexto urbano/acadêmico e a temporalidade experimentada nas aldeias como algo que deixa marcas no corpo, seja no cansaço do corpo que se desloca para regiões distantes, seja na exposição do corpo a práticas culturais muito distintas daquelas às quais se está habituado: cantos, danças, sons, cheiros etc. Contudo, é por meio da exposição do corpo a essas práticas que pensamos ser viável encontrar uma sintonia na relação, condição para que o diálogo, no sentido dialógico, aconteça.

GT10: Conflito, política e modos de subjetivação nos territórios: reflexão sobre as práticas metodológicas.

A criação de um dispositivo clínico-político no programa Liberdade Assistida em São José (SC)

Autor: Maria Luiza Vargas (UFSC) e Marcela Gomes (UFSC)

Coautor: Daniela Sevegnani Mayorca

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a experiência de criação de um dispositivo clínico-político no programa Liberdade Assistida (LA). Este trata-se de um serviço de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, e está vinculado à Proteção de Média Complexidade do Sistema Único em Assistência Social (SUAS). O programa segue a lógica do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que prevê a defesa dos direitos de crianças e adolescente e é ofertado nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O trabalho foi construído a partir da parceria entre o programa Liberdade Assistida (LA) e o departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (grupo de pesquisa Psicanálise, Políticas Públicas e Direitos Humanos). O projeto de extensão surge a partir de uma demanda trazida pela equipe técnica do serviço, que é composta por 3 psicólogas e 2 assistentes sociais, que participaram de um outro projeto de extensão denominado "Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?"

O projeto pretendeu inscrever um lugar de fala e escuta para os anseios, inquietações, estratégias e resultados alcançados em seus processos de trabalho. A partir da noção psicanalítica de dispositivo clínico-político, busca-se, por meio destes encontros grupais, instaurar um encontro com a alteridade de forma que o real de suas experiências seja inscrito no registro simbólico. O dispositivo clínico-político faz um giro nas escutas realizadas nas instituições que busca produzir um deslocamento nos assentamentos identificatórios e ideológicos que aprisionam e reduzem a potência de vida. Por meio do manejo grupal, busca-se incitar as narrativas e produções coletivas que refletem e incidem em suas práticas cotidianas.

Diante do objetivo geral do presente Grupo de Trabalho que é debater os marcadores teóricos e metodológicos na pesquisa-intervenção junto a contextos de vulnerabilidades e desigualdades, assim como refletir sobre o papel ético-político da psicologia e das(os) psicólogas(os) inseridas no contexto das políticas públicas e/ou do terceiro setor, compreende-se a importância e necessidade de compartilhar as análises, questionamentos e considerações acerca das estratégias de intervenção junto a equipes interdisciplinares que atuam em contexto um

contexto fragilizado das políticas públicas e sociais. Como pensar, por exemplo, a execução do serviço das profissionais para com os jovens, considerando a violência de Estado em nível estrutural que atravessa sistematicamente o cotidiano destes jovens- pretos e pobres sendo que, ao mesmo tempo, as profissionais estão no papel de representantes desse mesmo Estado. Como pontua a fala de uma profissional em uma de nossas oficinas, “nosso trabalho começa com o esculacho da polícia”.

Segundo Gomes, et al (2019), o Estado brasileiro ocupa um lugar paradoxal, tendo em vista que, do mesmo modo em que cria-se instituições com objetivo de proteger os cidadãos de violações de direitos, é, muitas vezes, o executor dessas mesmas violações. A angústia e problemática inserida no contexto de trabalho em políticas públicas, pode ser entendida através do seguinte questionamento: até que ponto a intervenção de um profissional, representante do Estado, pode, ao invés de proteger, acabar testemunhar e reproduzir violações e violências?

Diante todas as dificuldades, precarização no serviço e todas as faltas, principalmente da rede, relatadas pelas profissionais, Gomes, et al (2019) apontam que, a palavra e a escuta são duas coisas que podem sempre estar presentes, seja em qualquer circunstância, essas potencializam os sujeitos que, socialmente pode ter seu discurso desqualificado. As autoras citam Broide (2017), que compreende que a escuta “quando realizada a partir de uma acuidade auditiva e manejada conforme a multiplicidade transferencial em jogo, pode construir brechas e fissuras em um discurso já cristalizado” (p. 63).

Dessa forma, é possível compreender que a escuta psicanalítica é, também, uma importante ferramenta de intervenção. No sentido psicanalítico, a escuta oferece espaço para que o circuito pulsional seja verbalizado, essa é realizada a partir de uma posição de não saber e, dessa forma, possibilita que o sujeito fale livremente e genuinamente, dando espaço para seus desejos urgentes (ibid). Embora o dispositivo clínico-político não provoque uma mudança estrutural dentro de um sistema macro, Gomes, et al (2019), defendem que, apesar disso, esses espaços podem ser produtores de ação política e clínica, ou seja, servindo como um lugar politizante, um espaço de questionamento e acolhimento.

Além da compreensão do projeto enquanto dispositivo clínico-político como metodologia, foi realizado também, diários de campo e a produção de crônicas. Essa, transpassando a crônica literária, é uma crônica que se refere a uma técnica psicanalítica de Pichon-Rivière. Segundo Carro (2016), cabe ao observador e cronista, que participa de forma silenciosa da atividade em grupo, a função de recolhimento de materiais, verbais ou não, decorrentes do contexto do grupo, dessa forma, ajudando o coordenador na análise clínica do processo grupal. Nota-se que este espaço foi bastante significativo para as profissionais que atrelam a importância deste trabalho à saúde mental da equipe e à qualificação de suas práticas psicossociais dentro do LA.

No primeiro módulo do projeto enfatizou-se o tema violência de Estado, em que a angústia pela identificação como representantes do Estado esteve presente nas profissionais. E, contradições como “proteger ou criminalizar?” e “servimos ao jovem ou à justiça” apareceram. Já, no segundo módulo do projeto foi possível resgatar memórias e afetos da história do serviço e da equipe, tempos de “terremoto” e “lutas”, a coletivização de experiências e sentimentos, e a produção subjetiva e política: elaboração e potencialização.

Após dois semestres de trabalho, o projeto possibilitou a reinvenção de conhecimentos, práticas e técnicas da psicologia no trabalho junto à violação de direitos. Enquanto um trabalho psicopolítico, considera-se os efeitos subjetivos das injustiças sociais, assim como as produções subjetivas que potencializam os sujeitos coletivos. Destaca-se também, a análise crítica às Medidas Sócioeducativas que, se por um lado podem operar como locus de acolhimento e potencialização, por outro, acabam por reproduzir o racismo e classismo estruturais da sociedade.

Pensar na psicologia nas políticas públicas e sociais é pensar a partir daquilo que é peculiar da profissão, as singularidades de cada sujeito. A partir disso, busca-se uma atuação voltada para as transformações sociais, utilizando práticas que favoreçam a promoção dos direitos dos usuários, considerando suas histórias e vivências. Foi nesta perspectiva que o projeto funcionou, abrindo novas concepções e sentidos para a atuação das profissionais no contexto da Medida Socioeducativa em Regime Aberto.

CARRO, Barbara Merigue. A crônica enquanto via de transmissão: a psicanálise perto de nós. 2016. 39 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

GOMES, Marcela de Andrade et al. Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?: o curso de capacitação como um dispositivo clínico e político. In: GOMES, Marcela de Andrade et al. Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência. São Paulo: Elefante, 2019. Cap. 1. p. 54-68.



A dimensão ético-política em uma pesquisa em território de conflito socioambiental

Autor: Rafael Prosdocimi (FUMEC/UNA - BH)

A partir da realização de pesquisa sobre as experiências de moradores de Conceição do Mato Dentro (CMD), município no interior do Estado de Minas Gerais, em relação à instalação de um grande projeto minerário, discuto, neste trabalho, aspectos ético-políticos no processo do fazer da pesquisa de campo. O “Projeto Minas-Rio”, de propriedade da empresa multinacional Anglo American, alterou profundamente as relações no município de CMD e também em cidades vizinhas, como Alvorada de Minas e Dom Joaquim, sendo marcado por denúncias de violações difusas no campo dos Direitos Humanos em torno das formas de apropriação da riqueza atrelada ao território. Além dos problemas, a região, no momento em que a pesquisa foi realizada, conviveu com uma grande euforia por receber um empreendimento que prometia vultuosos investimentos e promessa de melhorias em equipamentos nas redes educacionais e de saúde pública. As noções de “desenvolvimento” e “progresso” tomaram de assalto o vocabulário dos moradores da região, que passaram a se preparar para a chegada de um novo tempo, como um cartaz de um empreendimento imobiliário avisava na entrada da cidade.

Na construção do fazer a pesquisa em campo, assim como na elaboração teórica, tomei como orientação ético-política as reflexões decorrentes da perspectiva da “justiça ambiental” e da “ecologia política” que, em linhas gerais, compreendem as questões socioambientais como efeito de disputas políticas entre atores com princípios antagônicos de uso e apropriação da natureza (ACSELRAD, 2004; ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010). Ou seja, o que está no centro dos embates envolvendo a natureza são formas de viver uma comunidade, modos de apropriação da natureza. O foco deste trabalho se deu em torno da compreensão sobre os modos de subjetivação articulados nesse jogo de luta, resistências e forças. Como as pessoas pensam, sentem, falam acerca do que acontecia naquele território? Assim, a resposta metodológica ao problema da pesquisa foi estabelecer formas de desvelar as experiências e as significações que os moradores da região atrelavam ao processo em curso. Um problema central, sobre o qual me debruço nesta comunicação, era que o território estava cravado por suspeitas e tensões quanto aos forasteiros, como eu era ali, tendo em vista que a região passou a receber milhares de pessoas de fora, acompanhadas por pequenos conflitos em torno de costumes e hábitos. Assim, muitos resistiam a falar, abertamente, o que pensavam e sentiam em relação ao empreendimento, desconfiados acerca do que eu iria fazer com suas falas. Isso acontecia devido à minha própria existência naquele espaço, independente da minha fala ou posição, por apenas ser um “forasteiro”. Ao longo dos meses no trabalho de campo muitas dessas tensões foram sendo resolvidas, mas o impasse central permaneceu, afinal, eu estava de passagem e eles, os que ali viviam, não. O problema que destaco nesta comunicação se dá numa apreensão mais sincera sobre a tensão de pesquisar em contexto marcado por conflitos reais. Ao longo do desenvolvimento da Psicologia Social Crítica, o repúdio ao positivismo dominante na Psicologia Social até meados da década de 1970, gerou uma salutar crítica aos procedimentos metodológicos que tratava por objeto, sujeitos com suas vidas e experiências. No entanto, este processo fundamental para uma outra Psicologia Social por vezes parece ser traduzido como uma solução “mágica” ao problema da pesquisa com a adoção de metodologias mais participativas. Aqui, gostaria de questionar tal visão simplista e propor uma reflexão mais verdadeiramente crítica sobre a dificuldade de pesquisar em contextos de conflito.

Na pesquisa aqui exposta, permaneci em campo durante cerca de sete meses, utilizando uma série de procedimentos metodológicos diversos, entrevistas individuais e coletivas, grupos focais, observação participante. Tais práticas foram formas encontradas para ampliar o acesso às palavras e sentidos dos moradores da região. A partir de uma apropriação da prática da etnografia no contexto de conflitos socioambientais questiono, nesta comunicação, os impasses epistemológicos, éticos e políticos da pesquisa em tal terreno eivado de conflito (BAVISKAR, 1995). A construção de uma metodologia baseada na horizontalidade das relações entre sujeito e objeto de pesquisa deslocou compreensões errôneas prévias sobre as identidades dos atores no campo, no entanto, o ponto sustentado aqui é que as práticas participativas não resolvem os conflitos epistemológicos e políticos no contexto de pesquisa em contexto de conflito. A permanência do corpo do pesquisador no cenário da pesquisa, as trocas, diálogos e questionamentos dos sujeitos pesquisados, assim como expectativas dirigidas à pesquisa, lançaram interrogações fundamentais para uma crítica verdadeiramente “crítica” sobre o ato de pesquisar em territórios marcados por processo de violência, mas não resolveram os impasses e tensão de pesquisar neste contexto.

Referências

- ACSELRAD, H. (2004) As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (Org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: RelumeDumará, p. 23-35.
- BAVISKAR, A. (1995). In the Belly of the River: Tribal Conflicts over Development in the Narmada Valley. Oxford University Press: Delhi.
- ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K (2010). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Ateliê da Palavra: um debate metodológico sobre o trabalho junto à população em situação de rua.

Autor: Beatris Cristina Badia (UFSC)

Coautor: Marcela Gomes (UFSC), Lucca Mateus Brambila (UFSC), Letícia dos Santos (UFSC) e Ana Marsillac

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o projeto de extensão chamado “Ateliê da Palavra” a partir do recorte metodológico que vem trazendo questões para nós, a equipe, tanto em termos teóricos, metodológicos quanto técnicos. O Ateliê da Palavra tem sido construído a partir da parceria entre o Consultório na Rua (SUS) e a universidade (grupo de pesquisa Psicanálise, Políticas Públicas e Direitos Humanos) tendo como eixo central o trabalho voltado para a população de rua. Inserido em um projeto mais amplo, intitulado “Transversalidades e fluxos das ruas e instituições: um trabalho de rede juntos às subjetividades territorializadas no espaço da cidade de Florianópolis (SC)”, composto também pela Abordagem Social (SUAS) e por mais 2 grupos de pesquisa do Depto. de Psicologia da UFSC, o “Ateliê da Palavra” tem como objetivo oferecer um espaço de escuta, acolhimento e testemunho das narrativas deste grupo social sistematicamente marginalizado e violado em seus direitos materiais e simbólicos.

Diante do objetivo geral do presente Grupo de Trabalho que é debater os marcadores teóricos e metodológicos na pesquisa-intervenção junto a contextos de vulnerabilidades e desigualdades, pensamos que seria interessante compartilhar as nossas análises e inquietações no que diz respeito às estratégias de intervenção junto às pessoas em situação de rua, bem como o lugar social e político da psicologia em nosso atual cenário atravessado pelo avanço e intensificação do discurso da extrema direita, pelo desmonte das políticas públicas e sociais e pelo abalo generalizado dos alicerces da nossa ainda nova e frágil democracia.

Assim, entendemos que o “Ateliê da Palavra” é uma forma de intervenção orientada pela emancipação do sujeito e para a promoção dos direitos humanos, fazendo operar uma psicologia que esteja voltada ao sofrimento ético-político (Sawaia, 2009) fruto de um sistema perverso, violento e desigual. A partir da psicanálise em diálogo com autores que refletem sobre os processos sociais e políticos que atravessam o corpo da cidade – tais como Foucault (2009), Butler (2015) e Rancière (2006, 2011), o Ateliê da Palavra busca dar um lugar de voz e acolhimento a estas pessoas que são sistematicamente reificadas e invisibilizadas pelos regimes sensíveis hegemônicos, os quais as colocam em um lugar identitário marginalizado, tornando-se ruídos nos fluxos da cidade que devem ser controlados pela ordem policial (Rancière, 2006; 2011). Partindo dos conceitos de transferência e testemunho (APPOA, 2018), o Ateliê da Palavra busca dar um giro na escuta nas histórias de vida destas pessoas, servindo de

testemunho às narrativas silenciadas e rechaçadas pela ordem vigente, configurando legitimidade social e afetiva para trajetórias marcadas pelas

rupturas, rechaços e preconceitos (Broide, et.al., 2018).

Em termos metodológicos, temos apostado na noção teórica de dispositivo clínico-político (Rosa, 2004; Gomes, et.al. 2019; Gomes, 2019; Broide

e Broide, 2015) enquanto uma ferramenta de intervenção psicossocial. A partir de Deleuze (1996), um dispositivo é um operador que produz recortes

enunciativos, uma máquina de fazer ver e fazer falar, ou seja, um dispositivo é o que possibilita modos de singularização e de subjetivação, produzindo novas estéticas de existência. Assim, a noção de dispositivo está atrelada às formas de criação, à mutação, à derivas enunciativas, ao inusitado, às “linhas que estabelecem o vai e vem entre o dizer e o ver” (Deleuze, 1996, p.83).

Temos trabalhado a noção da clínica como um dispositivo de escuta e acolhimento, ou seja, não se trata de igualar a clínica à psicoterapia, tão pouco de circunscrevê-la estritamente à prática de consultório. Partimos da ideia da clínica enquanto um dispositivo que pode ser inserido em qualquer contexto, desde que haja uma relação



de transferência e um desejo de falar e (se)escutar por parte do sujeito.

O dispositivo clínico se caracteriza por ser um operador simbólico que intervém nos discursos produzidos pelo sujeito, provocando incidências

subjativas em seus modos de vida. Trata-se de uma clínica territorializada que busca mapear as ancoragens do sujeito entendidas como “fios psicológicos que amarram o sujeito à vida” (Broide e Broide, 2015, p.30). Conforme os psicanalistas Broide e Broide (2015) “é a escuta que nos permite mapear estes fios que se embrenham pelo território físico e psíquico” (p.30), uma escuta que se dá na transferência, tratando de abrir caminho ao desejo de vida, à elaboração dos conflitos subjetivos através da associação livre; uma escuta qualificada à história do sujeito para que possamos encontrar as ancoragens significativas de sua vida.

E também opera como um dispositivo político na medida em que busca fazer vacilar o discurso hegemônico, desalojando o sujeito de seu próprio texto, deslocando seus assentamentos indetificatórios e ideológicos que aprisionam e reduzem a potência de vida. O dispositivo é político sob a leitura de Rancière (2006, 2011) quando defende que a subjetivação política produz rupturas no regime hegemônico sensível, quando provoca desidentificações indetitárias e permite a criação de novos agenciamentos discursivos. A política aqui entendida como estética, sensível, modos de subjetivação, afetos e (des)identificações (Marques & Prado, 2018).

Nesse sentido, compreendemos que o dispositivo se torna clínico na medida em que acolhe estas narrativas, fazendo um giro nas escutas realizadas

nas instituições ou nas ruas que produz um endereçamento, transformando o outro, em Outro; e político pois produz fissuras em regimes discursivos

aprisionadores e excludentes que assujeitam e primem os modos de vida das pessoas em situação de rua.

Após um ano de trabalho em que colocamos os “banquinhos” na Praça XV de novembro- região central de Florianópolis-, notamos que houve um

aprofundamento no laço transferencial destas pessoas com o “Ateliê da Palavra” que, além de buscarem este espaço de escuta com mais frequência, trazem cada vez mais relatos sobre suas experiências e assinalam a importância deste espaço para suas vidas. Inúmeras, intrigantes e diferentes histórias são contadas no Ateliê da Palavra que ocorre uma vez por semana. Estas histórias são registradas em diário de campo que é construído a partir de uma perspectiva psicanalítica. Ou seja, redigimos o diário de campo por meio da associação livre dos significantes e transferência das relações, sem nos preocupar tanto com o registro descritivo, mas nos detendo mais nos impactos afetivos de cada escuta para cada integrante da equipe. Nossa metodologia de trabalho tem se configurado da seguinte maneira: 1. Aquecimento da equipe; 2. Atendimentos na praça; 3. Elaboração espontânea sobre os atendimentos realizados; 4. Intervisão teórica-metodológica.

Entendemos que é possível pensar em uma clínica territorializada e implicada com a questão social quando se busca reinventar a psicologia para que

esta possa ser acessada por pessoas historicamente segregadas e violentadas pelos regimes hegemônicos discursivos. Assim, apostamos que é possível pensar em um trabalho clínico voltado para a questão social, superando a visão dicotômica entre psicologia clínica e psicologia social; entre saúde psíquica e cidadania. A situação de rua é um fator integrante do processo econômico contraditório que é o capitalismo, portanto, ressaltamos que essa não é uma questão moral, individualizada, que diz respeito da vontade do sujeito e que será resolvida em sua totalidade através desse tipo de trabalho. Porém, cabe a nós reinventar as estratégias metodológicas de pesquisa e intervenção nos contextos de vulnerabilidades sociais, atuando tanto na dimensão do sujeito de direitos e quanto na esfera do sujeito de desejos.

APPOA (2018). Por que uma clínica do testemunho? Porto Alegre: APPOA.

Broide, J; Broide, E. E. (2015). A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções. São Paulo: Escuta.

Broide, E.E; Broide, J; Schor, S.M; Campos, A.M.G; Vieira, M.A.C; Carvalho, M.S; Artes, R. (2018). População de Rua: pesquisa social participativa (pp.51-62).

Butler, J. (2015). Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

Deleuze, G. (1996). O que é um dispositivo? In: O mistério de Ariana (p.83-96).Lisboa: Vega.

Foucault, Michel. (2009). Governamentalidade. Em Foucault, Michel(Org.), Microfísica do poder (pp. 277-293) Rio de Janeiro: Graal.

Gomes, M.A. (2019). Psicanálise nas instituições: o dispositivo clínico-político em situações de vulnerabilida-



des sociais. Trabalho apresentado na atividade “O psicanalista, o que é isso?” realizado na Instituição Psicanalítica Maiêutica Florianópolis, em maio de 2019.

Gomes, M.A; Lima, A; Guerra, A.S; Corrêa, B; Nascimento, V.N; Favaretto,V. (2019). Como lidar com os efeitos psicossociais da violência? O curso de capacitação como um dispositivo clínico e político. In: Lopedote, M.L; Mayorca, D.S; Negreiros, D; Gomes, M.A; Tancredi, T. (Orgs.), Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?(p.54-68). São Paulo: Elefante.

Marques, A. C. S; Prado, M. A. (2018). Diálogos e Dissidências: Michel Foucault e Jacques Rancière. Curitiba: Appris.

Rancière, J. (2006). O dissenso. In: A crise da razão. São Paulo: Companhia das Letras.

Rancière, J. (2010). Momentos políticos. Madri: Clave intelectual.

Rosa. M.D. (2004). Uma Escuta Psicanalítica das Vidas Secas. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Org.). Adolescência: um problema de fronteiras. Porto Alegre: APPOA.

Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia e Sociedade*, 21, 3, 364-372.

Cartografia social e derivas dialógicas na favela santa lúcia - belo horizonte/mg

Autor: (UFMG)

Coautor: Jardel Sander da Silva

O presente resumo baseia-se na pesquisa de mestrado intitulada: “Morar: subjetivação e cotidiano no Programa Vila Viva na favela Santa Lúcia”. A problemática de pesquisa que nos moveu foi perceber como a implantação de intervenções estruturantes em favelas desconsideram os modos de vida presentes naquele território, havendo pouca participação da comunidade na tomada de decisões. Partimos da ideia de que há uma relação entre a produção do espaço e produções subjetivas, pensando o espaço como fator importante para diversas instâncias da vida, uma vez que é por meio dele que a existência humana é possibilitada. Consideramos, portanto, o espaço para além de sua estrutura física, mas local de encontros, afetos – onde as pessoas produzem ações diversas e se reinventam cotidianamente.

O território escolhido para o estudo é a favela Santa Lúcia, localizada na região centro-sul da cidade de Belo Horizonte –MG, assim como outras favelas, possui uma arquitetura peculiar e um modo diferente de pensar/fazer moradia quando comparados aos modelos de habitação seguidos pelos projetos estruturantes, uma vez que algumas casas na favela parecem nunca estar prontas – é sempre possível construir um cômodo a mais. Em contrapartida, a forma de morar defendida pelo Vila Viva é verticalizada e baseada na ideia de rigidez, o espaço já está definido enquanto estrutura física, não sendo possível aumentá-lo de acordo com as necessidades. O Programa é a principal política urbanística de cunho municipal e é operacionalizada pela urbel, autarquia da pbh (Prefeitura de Belo Horizonte) e tem o objetivo de promover uma ação integrada de urbanização, desenvolvimento social e regularização fundiária. Para que a intervenção seja operacionalizada, uma parcela da população deve ser removida e realocada em unidades habitacionais verticalizadas, construídas na área de abrangência do território em que a comunidade está inserida. O programa já foi alvo de várias críticas por diversos autores, tendo como argumento principal essa desconsideração aos modos de vida e organização presentes na favela.

Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa é investigar os processos de produção de subjetividade por meio da experiência do morar (habitar) no cotidiano da favela Santa Lúcia, entendida como espaço do viver, buscando compreender como a implantação do programa Vila Viva modifica as relações do território.

Dessa forma, acreditamos que a pesquisa se acerca das discussões propostas por esse GT e eixo temático que se encontra, corroboramos com a ideia de que pensar novas metodologias e formas do pesquisador se posicionar é mister no contexto em que vivemos, marcado por angustias e contínuos processos de exclusão. Além disso, a perspectiva teórica utilizada para a construção do GT dialoga com as que aqui utilizamos, como a deriva e a cartografia.

Partimos da ideia de que a favela é um espaço-movimento – experiência, arquitetura, corpo, esses e outros elementos dão fluidez ao território. Assim foi necessário adotar tanto uma perspectiva teórica, quanto metodológica que possibilitasse nos mover.

Encontramos na esquizoanálise um suporte teórico que nos ajuda a compreender o movimento contínuo de produção da subjetividade, que é cartográfica e rizomática, sendo a possibilidade de construirmos uma vida vibrá-



til. A subjetividade não seria algo exclusivamente de homens e mulheres, mas uma construção maquínica, produzida cotidianamente e, sobretudo, na relação com o ambiente em volta.

Além da subjetividade, adotamos mais três conceitos que foram cruciais para o desenvolvimento da pesquisa, são eles: espaço, favela e casa/moradia. Buscamos autores que nos ajudam a pensar esses conceitos tendo em vista a ação dos sujeitos nesses locais, pensando que espaços em geral, seja a cidade, a favela ou a moradia são construídos cotidianamente, abarcando conflitos, subjetividades, sentidos de ocupação, resistências, utilização de técnicas – é preciso, portando, compreender os seus usos para além de um mero palco para nossas ações.

Pensar a produção de subjetividade em sua relação com a produção dos espaços nos permite defender que projetos estruturantes deveriam abarcar os múltiplos sentidos de ocupação presentes em um território, ocupar uma casa não é apenas fazer uso de alguns cômodos, mas é local de encontro, de trocas, de circulação afetiva, porque não pensarmos então intervenções que levem em conta essas questões?

Como já citado o principal elemento que conduz essa pesquisa é a ideia de movimento/fluidez, deste modo, não poderíamos optar por metodologias sedentárias, acreditamos que para entrar em contato com os sentidos de moradia produzidos na favela era preciso caminhar sobre (e com) ela.

A escolha pela cartografia social nos permitiu construir uma pesquisa-movimento. A cartografia social, diferente da tradicional cartografia que pressupõe a criação de mapas, com relevo, distribuição populacional; visa construir diagramas de resistências, jogos de poder, processos subjetivos, ultrapassando o mapeamento físico e, pressupõe, sobretudo experiência, é necessário adentrar aos mundos e/ou as realidades que se deseja conhecer, deixar um pouco de si, levar um pouco do que encontrar – cartografar é, sobretudo, produzir subjetividade. Assim, ao propor, junto aos moradores, a construção de uma cartografia social da favela Santa Lucia, foi possível ter outro contato com aquele local, tendo como compromisso ético-político contribuir para a produção de conhecimentos sobre favelas e periferias, valorizando as produções dos moradores, ajudando a construir uma visão que rompa com aquela dominante que coloca a favela como bode expiatório da cidade e deposita nela as mazelas sociais.

A perspectiva cartográfica que utilizamos foi a descrita por Deleuze e Guattari em *Mil Platôs*, obra em que apontam o conceito de rizoma e seu princípio de cartografia. Os autores afirmam que ao pensar numa relação rizomática, devemos pensar em fluidez e eliminar a lógica de conhecimento embasada na ideia de binarismo, de rigidez. O rizoma cartografado é portanto um devir de potências que ajudam a pensar uma outra forma de construir a pesquisa e também de analisar a realidade que pretendemos pesquisar – cartografar é desemaranhar as linhas que constituem o rizoma, no caso um território-rizoma.

Ao investigar os sentidos de moradia presentes na favela Santa Lucia, tendo como foco central a experiência dos moradores, entendendo a intervenção Vila Viva como um agenciamento/acontecimento, que vai mudar a direção rizomática em alguns momentos e ressignificar a experiência, quebrar memórias, construir linhas de opressão e também de resistências. Percebemos que a favela era muito mais do que aquela intervenção, pensada a partir do decalque, da reprodução da cidade formalizada.

Nesse sentido, para compreender as linhas que constituem esse território-rizoma construímos o que chamamos de caminhadas dialógicas, inspirados pela ideia de movimento e da caminhada proposta pelo movimento Internacional Situacionista, que previa, a partir da circulação pelos espaços públicos, um rompimento com a alienação cotidiana, consideramos que caminhar com os moradores foi uma ferramenta cartográfica importante para experienciar as linhas que constituem aquele território.

As caminhadas foram feitas com os moradores por lugares cotidianos, e eles contavam como e quando chegaram àquele local, como era o morro logo no início, as mudanças que foram ocorrendo, qual a opinião sobre a intervenção Vila Viva, os eventos que participam, as relações que foram construindo com outros moradores, memórias, afetos, conflitos – todos esses elementos ajudam a compor esse mapa rizomático: aberto e sempre penetrável. Quando as caminhadas não eram possíveis, por diversos motivos: trabalho, impossibilidade de locomoção, por exemplo; fazíamos a conversa em algum local específico. Não havia perguntas pré-formuladas, apenas explicávamos a pesquisa e eles iam contando um pouco de suas vivências naquele local.

Além das caminhadas dialógicas também fez parte dessa cartografia a participação em eventos, em festas e em intervenções artísticas.

A pesquisa ainda está em fase de análise dos dados, mas uma análise preliminar já nos indica a potência daquele território e uma efetiva relação com a construção subjetiva daqueles que o experienciam. Além disso, no fazer cartográfico foi possível compreender os processos de resistência que os moradores foram criando ao longo do tempo, como a favela sempre foi um lugar de constantes intervenções que previam o seu fim e a ela não eram



destinadas políticas públicas que possibilitassem o acesso a direitos básicos, os moradores convivem desde sempre com a realidade de uma construção coletiva para a resistência que, claro, não acontece sem conflitos internos. Alguns processos de resistência são inclusive em relação ao programa Vila Viva, que não se estabeleceu na comunidade sem manifestações de insatisfação dos moradores. Esperamos que com a finalização das análises, possamos contribuir para discussões acerca das intervenções estruturantes e deixar claro que nesse fazer cartográfico foi possível experimentar a favela a partir de uma outra lógica, que é da resistência, da amizade, da circulação de afetos, da coletividade e também dos conflitos.

Conclui-se que pensar novas metodologias de pesquisa que coloque o pesquisador na experiência cotidiana da realidade que deseja estudar é fundamental para compreender os processos de resistências e pensar e novas possibilidades de se construir os espaços e as cidades, levando em conta afetos, encontros e produções subjetivas. Uma ferramenta política que pode nos ajudar nas discussões contra os retrocessos atuais que vivenciamos no país.

Cidade e Subjetividade: desenhando territórios-existências com imigrantes venezuelanos

Autor: Fernanda dos Santos Rocha (UFRGS)

Coautor: Simone Mainieri Paulon (UFRGS) e Ariadne Cedraz (UFRGS)

A crescente imigração venezuelana para o nosso país foi recebida com rechaço por parte da população brasileira, o que culminou em diversas cenas de violência nas áreas próximas às fronteiras entre os dois Estados em questão. Na expectativa de minimizar a crise, o governo brasileiro promoveu um processo de interiorização dos imigrantes, enviando, assim, para diversos municípios (que aderiram à proposta) inúmeros imigrantes. Desta maneira, muitos venezuelanos chegaram à Porto Alegre onde se ouvir “o Brasil vai virar uma Venezuela” passou a ser lugar comum. Reafirmando uma imagem de miséria e caos sobre o país vizinho, a grande mídia amplificava sentimentos xenófobos e persecutórios, fazendo com que os imigrantes venezuelanos fossem vistos como uma massa homogênea de invasores, que poderiam “roubar trabalho” e “espalhar doenças”.

Ao passo em que se constituía tal panorama, um grupo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, assumia uma pesquisa sobre modos de vida e invenção nas cidades, partindo da concepção de que os processos de subjetivação constroem cidade e sujeito de maneira articulada. Parte desta pesquisa-matriz voltou-se ao estudo dos processos migratórios dos venezuelanos em Porto Alegre como foco e propôs a um grupo desses imigrantes sua participação em uma pesquisa-intervenção

A partir daí, com objetivo de favorecer a construção de um território existencial em que os venezuelanos se sentissem acolhidos, ofertou-se um espaço de diálogo no qual as experiências acerca do processo de imigrar pudessem ser compartilhadas. A pesquisa-intervenção colocava em questão, deste modo, se a cidade que os venezuelanos descobriam poderia constituir-se não apenas como refúgio, mas como local onde produziriam novas possibilidades de vida.

Tais nuances denotam uma prática de pesquisa que permite a emergência de narrativas contra-hegemônicas, inspirando e forjando outras realidades que impulsionam a construção de formas de resistência às políticas neoliberais que adquirem força em dimensões globais e se materializam de forma avassaladora na realidade brasileira. Dito isto, esclarece-se que o trabalho se coloca no jogo de forças vigentes sem acatar uma postura neutra, ao contrário disso, abraça e defende um modo de fazer pesquisa que intenta transformar a realidade e não se coaduna a ideias fascistas, racistas ou opressoras, adotando um paradigma ético-estético-político em sua tecitura.

Nesse sentido, concebemos o espaço urbano como constituído de trajetórias por meio das quais os sujeitos produzem entradas e saídas, conexões, ritmos, e infinitas possibilidades de territórios existenciais. Guattari (2012) anuncia que o espaço construído nos interpela, quer tenhamos consciência ou não. “Os edifícios e construções de todos os tipos são máquinas enunciadoras. Elas produzem subjetivação parcial que se aglomera com outros agenciamentos de subjetivação.” (p.140).

Do mesmo modo, assumimos a pesquisa-intervenção, a qual sustenta a noção de que conhecer, fazer e transformar são indissociáveis (Passos; Barros, 2015). Tal metodologia rejeita qualquer procedimento prescritivo e, no contraponto deste, preconiza uma orientação de percurso que se constrói no movimento do próprio caminhar da pesquisa. Entendemos, ainda, a partir de Paulon (2005 p. 21) que “o acontecimento em foco na pesquisa-inter-



venção não se explica pelo estado de coisa que o suscita, mas pelo momento marcado por uma espontaneidade rebelde.”. A inspiração cartográfica que sustenta esta pesquisa-intervenção define, portanto, que o encontro dos sujeitos no campo e com o campo de pesquisa é o fio condutor de todo processo pesquisante. Posto isto, nesta proposta, os venezuelanos não foram ouvintes passivos de uma oferta feita pelos pesquisadores, mas, ao invés disto, construíram junto com os pesquisadores uma forma de encontro e, com esta, os conhecimentos que daí se produzissem sobre si mesmos e sobre a cidade que começavam a habitar.

Assim sendo, a pesquisa se deu por meio de um caminhar junto aos imigrantes, acompanhando as atividades desenvolvidas com o grupo de venezuelanos que residem em Porto Alegre, especialmente aquelas promovidas pelo Projeto Araguaney e pela Cáritas Diocesana. A partir do vínculo estabelecido, também foram feitos encontros na Universidade Federal do Rio Grande do Sul a fim de construir uma possibilidade de outras intervenções. A partir de tais encontros surgiu a possibilidade de que fossem feitas oficinas sobre a cidade, fazendo o uso de fotografias como imagens disparadoras para um diálogo sobre como os imigrantes têm experienciado a vivência de migrar para Porto Alegre, bem como as descobertas, as angústias e as possibilidades advindas neste processo. A oficina realizou-se após a construção de mapas afetivos nos quais os venezuelanos representaram os trajetos que percorrem cotidianamente, revelando afetos decorrentes de seus encontros com a cidade.

As oficinas-encontros com os imigrantes facilitaram a construção de vínculos de suporte mútuo, constituindo um espaço de compartilhamento para além das atividades propostas pelo grupo de pesquisa. No exercício de compartilhar histórias por meio dos mapas afetivos, pôde-se perceber as diferenças e semelhanças entre os modos de vida possíveis para cada um, na cidade. A partir daí, uma nova Porto Alegre foi se delineando, tanto para os imigrantes quanto para os pesquisadores. Da mesma forma, os encontros proporcionaram espaço para que os venezuelanos compartilhassem as angústias que experimentam diante de uma migração derivada de condições muito peculiares. Relatavam, por.ex, a saudade de seu país, os estranhamentos que surgem no contato com outra cultura, a alegria e a ansiedade diante do novo território, bem como distintas manifestações de esperança para mudarem a atual circunstância que os expulsou de seu país e ao qual sonham poder reencontrar.

Por fim, concluímos que a pesquisa favoreceu a emergência de diversas narrativas que indicam tanto a multiplicidade do fenômeno da imigração dos venezuelanos no Brasil, quanto apontam a peculiaridade das saídas que os sujeitos inventam para si e suas famílias. Ao mesmo tempo, a pesquisa revela quão surpreendente é entregar-se ao inesperado: um percurso investigativo que se delineia ao passo em que as coisas acontecem, além de um grupo de pesquisa no qual o estranhamento é rotina (outra cultura, outra língua). Acreditamos que a metodologia favoreceu a criação de uma relação de afeto, que fomentou o surgimento de uma rede de apoio mútuo, tecida entre momentos de muita emoção, nos quais não estar só, foi o melhor resultado, um benefício favorecido pelos trajetos possíveis a partir da intervenção aqui relatada.

Guattari, Félix. *Caosmose*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2012, p.127.

Passos, Eduardo; Barros, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. p. 17-31. In: Passos, Eduardo; Kastrup, Virgínia; Escóssia, Liliana da. (orgs). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

Paulon, Simone Mainieri. (2005). A análise de implicação com ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 18-25. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000300003>

Da captura do cotidiano às reverberações da experiência em campo

Autor: Raiane Barreto (UFRJ)

As reflexões presentes neste resumo têm emergido da minha pesquisa de mestrado, em andamento, no programa de pós graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Temáticas como identidade, juventudes e o direito à cidade tem sido presentes nesse processo. A mesma foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. A partir do diálogo entre as contribuições teóricas já existentes e a experiência em campo, este trabalho objetiva cartografar como se delineia a relação de jovens moradores do Morro da Providência com a cidade em sua extensão, de modo a superar a dicotomia favela-asfalto. Fundamenta-se nas contribuições teóricas e metodológicas da cartografia psicossocial (Guattari,1992) e da etnografia (Geertz,1973). Deste modo, compreende-se o fazer da pesquisa enquanto prática exercida a partir da construção plural do saber, não tomando inferências sobre o campo, mas visibilizando o caráter polifônico da composição de conhecimentos pelo contato com a alteridade.



Oposto a uma concepção de subjetividade intrínseca e individualizante, Guattari (1992) defende a existência de uma produção da subjetividade, a qual é múltipla e não há lógica de causalidade entre as instâncias, nem hierarquia onde se sobreponham. Adota assim, uma subjetividade fabricada e consumida. Guattari e Rolnik (2013) atentam a refletir sobre ela não simplesmente como algo presente no campo das ideias e nos discursos, mas percebê-la em sua conexão com máquinas produtivas e de controle social. Pois, por intermédio dessa ligação entre as máquinas e a instância psíquica, é influenciada a maneira pela qual percebemos e experimentamos o mundo. Nesse sentido, também recusa a noção de identidades como algo natural, ela também é uma produção a ser consumida, e cristalizar-se numa específica é reduzir a vida a apenas um modo de existência, “a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável” (Guattari e Rolnik, 2013, p.80).

Com ênfase não apenas na produção de si, mas das relações, é discutido também o direito à cidade. A literatura de Léfèbvre (2011) introduz a problemática acerca do direito à cidade, o qual vai além de poder existir no espaço urbano, é mostrado como a possibilidade de apropriar-se e reconhecer-se através da relação com humanos e não-humanos no território. Harvey (2008), inspirado em Léfèbvre, vai ressaltar tal direito como algo que “está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade” (p.74). Este autor também enfatiza que essa transformação está atrelada ao poder coletivo, o qual exercido, é capaz de moldar o processo de urbanização. Harvey também ratifica o direito à cidade, tal como é conhecido atualmente, é limitado a elite política e econômica, a qual sob seus contornos codificam a cidade ao seu modo (reduzindo o acesso a cidade a um modelo normativo e hegemônico, menosprezando a diferença).

Nesta pesquisa elegeu-se como interlocutores, (nomenclatura proposta por alguns etnógrafos, propondo o caráter ativo da participação de todos) os jovens do Morro da Providência. Em movimento oposto à vertentes que essencializam tal faixa etária - ditando como deve ser vivida-, esse trabalho entende como necessário e escolha política. De acordo com o Atlas da Violência publicado esse ano, 35.783 jovens foram assassinados em 2017, uma média de 69,9 a cada 100 mil jovens. Além das juventudes, outro dado que nos convoca a estar com esses (jovens, moradores de comunidades, em sua maioria negros) é perceber no total de vítimas de homicídios em 2017, que 75,5% eram negros. Estes não são simplesmente dados assustadores, eles refletem o perverso efeito de uma necropolítica na qual vivemos - um projeto de produção da descartabilidade racial das vidas.

Tal concepção sobre necropolítica é proposta por Mbembe (2018), a qual analisa as contribuições de Foucault sobre biopolítica e de conceitos como estado de exceção e de sítio. Este autor infere existir outras formas do exercício do poder que ultrapassa o deixar viver e fazer morrer do biopoder, mostrando que não é apenas o controle dos corpos pela disciplina e docilização, como também a produção dessa descartabilidade da vida (com o recorte racial), citada acima, principalmente em larga escala. Oliveira (2015), complementa: “a complexa e multidimensional gestão necropolítica do espaço tem criado uma das bases para a (re)produção histórica do genocídio da juventude negra” (OLIVEIRA, 2015, p.12-13). Ainda de acordo com Mbembe:

(...) propus a noção de necropolítica e necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”.

(MBEMBE, 2018, p.71)

Deste modo, com a escolha em trabalhar com a juventude, também foi pensado o modo de funcionamento em grupo. Considerando-o enquanto dispositivo (inspirada em Barros, 2007) este concatena a processualidade existente das experiências nessa configuração, superando dicotomias tais como indivíduo-grupo e pensando o grupo em sua performance, tal autora propõe:

Pensar o dispositivo é pensar efeitos. Sendo assim, quando propomos “o grupo como tal”, estamos pensando em seus efeitos subjetivadores, em seu aspecto eminentemente produtor. Isso nos ajuda a dessubstancializá-lo, porque entendemos que um dispositivo está relacionado com determinado marco teórico, tornando possíveis certos procedimentos e produzindo certos efeitos. (BARROS, 2007, p.308-309)

Nesse sentido, o grupo é formado por aproximadamente quinze jovens (com idades entre 15 a 29 anos). Os encontros estão sendo estruturados em duas etapas: a primeira é referente a uma roda de conversa, que ocorre quinzenalmente com duração de uma hora e meia, na qual são abordadas algumas temáticas, tais como; a vivên-



cia delas e deles no espaço, noções de pertencimento e autonomia, tensionamentos existentes nessa experiência com a cidade. E a segunda etapa constitui-se de vivências no tecido urbano, conhecendo outros espaços urbanos culturais ainda não acessados. Ambas as etapas serão registradas por intermédio de diários de campo, pois é compreendida como eficaz ferramenta a futuras análises, além de ser um exercício de escrita na qual as narrativas são transformadas em texto. Os encontros estão tendo início no segundo semestre deste ano, no primeiro momento foi realizado mais um levantamento bibliográfico e a confecção de etnografias sobre o campo. Por morar também no Morro da Providência, a etnografia se mostrou como ferramenta ao me possibilitar através da reflexividade pensar tanto o meu papel enquanto pesquisadora quanto moradora nesse território, pensando as aproximações e distanciamentos possíveis nessa experiência.

Sendo assim, compreende-se que a produção de conhecimento, quando comprometida ética e politicamente, recusa interpretações prontas sobre o campo, e pensa os participantes enquanto interlocutores daquela realidade circunscrita. A cartografia nos possibilita pensar na visibilização de outros modos de ser e estar no mundo, não desmerecendo nenhum deles, mas pensando em processos de autonomia e não na perpetuação de instituídos. Deste modo, entende-se que não há conclusões enrijecidas e sim fechamentos temporários, que podem ser revisitados no desdobrar dessa vivência e pesquisa.

BIBLIOGRAFIA:

- BARROS, R.B. de. Grupo: a afirmação de um Simulacro. 3ª ed. Porto Alegre: Editora Sulina. 2007
- GUATTARI, F. Caosmose. um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34. 1992
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica. cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
- GEERTZ. C Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A interpretação das culturas, 1973.
- LÉFÈBVRE, H. O direito à cidade. Centauro editora. 5ª ed. 2011
- MBEMBE, A. Necropolítica. São Paulo: N-1 edições. 2018
- OLIVEIRA, A.D, de. Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do rio de janeiro. 2015

De um corpo cartográfico: um ensaio poético-ficcional sobre excesso, deslocamento, velocidade

Autor: Gabriel Teixeira Ramos (IAU-USP)

INTRODUÇÃO, OBJETIVOS E METODOLOGIA

Esta proposta de comunicação ensaia poética e metodologicamente a apreensão de um território regido pela velocidade: as rodovias. O ponto de partida desta proposição é o simples ato do pesquisador de sentar em um banco, num ponto importante comercial da Rodovia Dom Pedro I, em frente ao CEASA, no trecho em que passa pela cidade de Campinas, no interior de São Paulo. Munido de chapéu, câmera, gravador, material de desenho e banco, o pesquisador narra a tentativa de esgotamento desse espaço (PERÉC, 2016) e de suas práticas cotidianas (CERTEAU, 2013), através da invenção de uma cartografia de excessos, em que, necessariamente, produz-se um outro mundo apreendido.

No mundo contemporâneo, em diferentes naturezas, uma certa ordem afirma: não pare. Não pare de se locomover, de trabalhar, produzir, consumir, atualizar-se, autoconhecer-se, realizar melhorias para si. Mais do que não parar: acelere e execute as tarefas de maneira veloz e eficiente. Trata-se de uma guerra simbólica que orienta a se seguir adiante, atravessar espaços, "matar" o tempo, deslizar os dedos, consumir imagens, não parar de olhar. Um "excesso de positividade" (HAN, 2014b) munida de uma atenção absorta, capturada por incontáveis mídias, ou ainda, "um tempo de indiferença, ao qual a fragilidade da vida humana é cada vez mais inadequada" (CRARY, 2016, p.19). É por conta dessa preeminência que apostamos não mais somente na velocidade como mola propulsora da urbanização das grandes metrópoles, mas, sobretudo, um fim nela mesma: é preciso ser, estar e permanecer em alta velocidade, custe o que custar, mesmo que sua vida se transforme por completo.

Nesse sentido, parar e observar a velocidade que nos atravessa significa ir de encontro a uma lógica predominante. Parar e observar o que nos circunda é cartografar, em um determinado período, as articulações diversas entre fluxos velozes e lentos. A cartografia, nesse contexto, é pensada diferente de dados previamente dispostos



em um mapa-objeto. É uma cartografia tal qual o educador Fernand Deligny (2018) propôs, ao aproximar-se dos autistas, que se afirma na diferença e nos fluxos intermitentes.

Esta proposta se ancora no grupo de trabalho escolhido, pois é nesse viés metodológico-prático que podem ser construídas possibilidades de resistência micropolítica e afirmação da diferença própria e exercício da alteridade, tendo em vista a constituição movente de um objeto-sujeito sob o plano do sujeito-objeto. Nesse sentido, essa inquietação emergente aposta num aguçamento da produção urbana engendrada através de deslocamentos velozes e de uma tentativa de desfiguração do exercício à diferença. De alguma forma, esse direcionamento ocorre numa ideia de velocidade compreendida de maneira ampliada do que pode vir a se deduzir por meio da relação que exclusivamente divide espaço de tempo. Em grande medida, essa noção se dilata e a apreensão territorial alcança o campo sociopolítico, em termos de produção, consumo, apropriação e expropriação, por meio de técnicas, discursos, relações, práticas e formas de fabricação. Nesse sentido, essa velocidade assumiria um caráter expandido, ao superar o desenho de sua forma físico-territorial e alcançar rebatimentos advindos das tecnologias da informação que a consolidam como condição de existência, engendrada nas subjetividades.

Tanto na cartografia-prática de Deligny ou na tentativa de esgotamento de um local parisiense, de Georges Peréc (2016), a experiência cartográfica é mais sobre aonde se pode ir do que aonde se foi: é uma viagem ao deserto. Um corpo que cartografa, cede outro corpo à cartografia. Ao emprestar um corpo que cartografa ao território da cartografia, outro corpo nasce. Um corpo sentado em um banco no meio de uma das maiores rodovias do país, é a constituição de um corpo cartográfico. E tal qual propõe Deleuze e Guattari (1995), cartografia não é decalque, mas conexão. Se o deslocamento é a própria cartografia, a observação estática deve estar pulsante, em conexão.

CONCLUSÕES

Mapa e cartografia são abertos; forma e decalque são fechados.

Se, no geral, a palavra “mapa” vem sendo empregada para designar “mapa-objeto”, é importante que a entendamos como subjugada a uma forma, um decalque. Numa lembrança mais longínqua, “mapa” nos remeteria a conquistas e disputas por territórios e riquezas. Mapas feitos, desfeitos, refeitos, de acordo com especificidades e contextos. É nesse sentido que demarcamos “mapa”, em princípio, associado a “fazer mapa”.

Cartografia, por sua vez, surge como campo disciplinar daqueles que teriam domínio, destreza e conhecimento sobre as técnicas de fazer mapa: escalas, métricas, orientações solares e uma gama de componentes que dariam maior ou menor habilidade construtiva da cartografia. Essas definições importam à medida que, cada vez mais, “mapa” se restringe a formas hegemônicas de se fazer mapa. Nesse sentido, cabe lembrar que um mapa não é dado a priori, mas construído. Um mapa sempre é mapa quando há disputa. Se isso não ocorre dialeticamente, não há mapa, mas forma.

Não há cartografia, mas decalque. Há, portanto, infinitas formas de se produzir mapas, conseqüentemente, cartografias. Reivindicar palavras e colocá-las em lugares nos quais possa ser exercida a política e o dissenso foi uma das duas intenções dessa reflexão a partir do método encarnado no território. A outra diz respeito à compreensão do mapa como linha de fuga, sobretudo, como deslocamento, tanto por definição quanto por necessidade, já que nossos corpos foram o meio pelo qual isso ocorreu.

Mapa não é decalque, é deslocamento e linha de fuga.

Um ponto importante de se considerar é que a representação não quer dizer algo, mas se afastar imediatamente de algo. Do contrário, a representação fracassa. Se a representação agudiza o que não se manifesta, ela acontece. No ficcional, opera-se o real (RANCIÈRE, 2005). Na surpresa do seu limite; na diferença.

Compreender a representação de uma rodovia significa menos como ela é do como não é, já que é nessa diferença que emerge a inventividade do mapa. A representação de um deslocamento, portanto, não é o deslocamento, mas o deslocamento da representação.

O mapa de um percurso realizado por uma prática cotidiana (ambulantes, usuários que margeiam a via, etc.) numa rodovia não é o percurso em si, mas o qual faz existir o mapa. Por isso, mapa não é decalque. Enquanto representação, cartografar a si não é próprio, mas um projeto de outro eu. Assim, cartografar deslocamentos do sujeito é produzir seu próprio deslocamento, sobretudo, enquanto diferença.

Tornar deslocamentos visíveis é produzir decalques.

Cartografias são linhas de fuga, mas os pontos em que se estabelecem encontros em sua constituição – con-



vergindo ou divergindo, compondo ou decompondo – são decalques pelos quais podem ser estabelecidas questões e ponderações: colocar no mapa um banco em frente a um mercado de hortifrutigranjeiros é criar um decalque. Um decalque é um pensamento dado sobre um momento específico.

O campo da cartografia visual atua nesse sentido, e é nesse lugar que se pode compreender especificidades. Esse decalque é histórico-geográfico e, necessariamente, relacional. Cartografar um deslocamento em uma via e refletir sobre um decalque em específico, por exemplo, é pensar sobre o que ali acontece então: quais os fluxos que estavam ali naquele momento e espaço? Por que estavam? Para onde estavam indo? Decalques são paradas necessárias.

Há variações de velocidade no deslocamento.

Ao longo desta proposta, assumimos as vibrações de um corpo como marca do deslocamento. O conjunto – não aglomerado, mas conectado – das vibrações é a cartografia. Um corpo que vibra é tensionado e gera tensão. Articula e desarticula redes. Produz e reproduz substratos. Liga superfícies, produzindo poucas densidades.

Os pontos das superfícies são conectados, mas jamais presos. Sua sustentação se dá por consistência circunstancada e afinidade, não por permanência. É no choque que se produzem os movimentos de densidade, mas não a densidade propriamente. A celeridade dos movimentos constitui a potência dos afetos. São os movimentos de pausa e continuidade que configuram a qualidade dos encontros.

Esta qualidade pode ocorrer em maior ou menor velocidade, dependendo do grau de afinidade e da natureza do encontro. Os encontros se dão no movimento, e as linhas que o constituem se ricocheteiam, mas se coadunam na diferença. A cartografia é, sobretudo, diferença. São os espaços cheios e vazios que consideram as contrações e expansões. Essa pulsação espacial é onde atua o campo cartográfico.

RESULTADOS

Esta proposta, inspirada na obra de Georges Peréc (2018), ocorreu na tentativa de um esgotamento de uma das rodovias que mais vem se tornando vetor de especulação fundiária no principal ponto de conexão entre as metrópoles de Campinas e São Paulo. É a partir dessa experiência que esse texto surge como narrativa e apresenta problemas-conclusões específicos, em especial, na articulação de uma cartografia estática num contexto não-estático, por meio de técnicas visuais e textuais, visando compreender precariedade – e não-totalidade –, munindo-se de sobreposições e justaposições de camadas diversas sobre o território contemporâneo.

Diálogos entre psicologia social comunitária e psicanálise: uma revisão sistemática

Autor: Amanda Ferreira (CESUSC) e Yasmim Carlan (Faculdade CESUSC)

Coautor: Gabriel Bueno (CESUSC)

O presente trabalho tem como finalidade apresentar e discutir alguns resultados da pesquisa que vem sendo conduzida pelo Grupo de Pesquisa e Extensão em Psicologia Social Comunitária da Faculdade Cesusc (GPSC) sobre as perspectivas metodológicas da psicologia social comunitária no que tange a aproximação e intervenção nos territórios no qual vêm se inserindo, assim como os aportes teóricos que consolidaram a prática da psicologia nos contextos comunitários ao longo das últimas quatro décadas e os paradigmas éticos, estéticos e políticos que atravessam o fazer da(o) psicóloga(o) no trabalho com comunidades. É de conhecimento histórico que inicialmente a psicologia se solidou no Brasil como uma prática no âmbito dos consultórios privados, favorecendo o acesso apenas a uma elite econômica que poderia arcar com os custos dos atendimentos particulares. Nesse mesmo cenário histórico, boa parte da psicologia dominante era exercida de forma desvinculada das questões sociais, localizando o sofrimento como algo inerente ao sujeito, procurando adequar este à realidade posta, sem questionar as estruturas sociais e as relações humanas que estavam implicadas na produção do sofrimento psíquico. A partir da década de 70 – período marcado por conflitos sociais e políticos, pelo crítico cenário social latino americano e pela mobilização dos movimentos sociais – a psicologia social comunitária se consolida como aporte teórico-metodológico, posicionando-se de forma crítica a um psicologismo subjetivista e buscando a superação do individualismo, possibilitando assim a ampliação da abrangência de implicação da psicologia, alcançando populações que em outros momentos históricos foram relegadas à própria sorte ou à intervenção policial do Estado. Atuando junto às comunidades, estando presente nos processos de conscientização dos agrupamentos populares, presenciando



a valorização da cultura e da história das comunidades e corroborando com a constituição de posicionamentos sociais de maior autonomia e emancipação, que procuram fazer da comunidade protagonista de suas ações, a psicologia social comunitária se consolida como área de saber das ciências psicológicas, desenvolvendo reflexões teóricas e orientações metodológicas a partir das experiências vivenciadas nas últimas décadas. Pensando nas intersecções que vem sendo traçadas entre a psicologia social comunitária e outras áreas do saber, iniciamos em maio de 2019 nossa pesquisa com o intuito de averiguar como a psicologia social comunitária e a psicanálise realizam movimentos de aproximação de âmbito teórico e prático, uma vez que a teoria psicanalítica vem direcionando sua prática para atuações que extrapolam o setting analítico tradicional, reformulando, portanto, seu lugar frente aos contextos e desafios da sociedade do século XXI. Desde os escritos de Freud podemos problematizar o mal-estar que acometem as pessoas em face às relações sociais na qual estão inseridas e da angústia que as colocam em sofrimento ao terem de responder às demandas e imposições inerentes a constituição de uma sociedade. Compreende-se que a clínica psicanalítica é o exercício de trabalhar com a fala e com a linguagem os aspectos da vida que foram relegados ao silêncio e que permanecem sem a possibilidade de elaboração, condicionando sujeitos à experiência do trauma ou à alienação em relação à própria vida. A fala, nesse sentido, também é um dispositivo de resistência e ressignificação da própria história e o seu exercício não está condicionado aos limites de um consultório. O propósito da psicanálise na contemporaneidade tem sido acolher os sujeitos em seu sofrimento nos diversos espaços sociais. Entender a clínica psicanalítica como o advir da palavra no lugar do silêncio, do sem sentido, faz dessa experiência um dispositivo clínico-político que almeja possibilitar espaços de elaboração e de construção de narrativas emancipatórias, na oposição do assujeitamento à condições de invisibilidades e indizibilidades engajadas. Assim, a teoria psicanalítica vem agregar um terceiro elemento nessa composição político-científica da psicologia social comunitária: a escuta clínica. A pesquisa em curso visa apresentar o cenário teórico-metodológico atual em que se localiza a presença da psicanálise em contextos comunitários e de vulnerabilidade social. A pesquisa se caracteriza como uma revisão da literatura científica a partir das bases de dados nacionais — Scielo, PePSIC e CAPES — utilizando como técnica de pesquisa a revisão sistemática. A revisão sistemática por sua vez objetiva — através do uso de métodos de busca, avaliação e sintetização organizada — a análise crítica e sintética do cenário da literatura acadêmica, podendo retratar assim as produções relevantes a respeito de uma determinada área do conhecimento. Obteve-se um total de 34 artigos onde os descritores “psicanálise” e “psicologia social” ou “psicologia social comunitária” apareceram conjuntamente. Observou-se que muitos dos artigos possuíam relação entre si, então se estabeleceu categorias para facilitar a análise desses, divididos da seguinte forma: “grupos”, “saúde mental”, “política”, “epistemologia”, “trabalho em instituições” e “arte”. É possível perceber a partir dos dados encontrados que existe um movimento de investimento da psicanálise na rua e no território, um fazer da psicanálise para além dos consultórios, de modo que as produções acadêmicas atuais apresentam tanto relatos de experiências em campo, quanto discussões das possibilidades e desafios dessa prática. Os resultados encontrados servirão de auxílio teórico e metodológico para os estudantes e profissionais que têm desenvolvido trabalhos na área e que ainda carecem de estudos sobre o tema.

Familiando: a Família não-moderna

Autor: Cataldo (Faculdade Sul-Fluminense)

A Família, instituição central nos modos de existência da modernidade, parece-nos, em suas descontinuidades, tão antiga quanto a história pode registrar, quanto tão recente como podemos vivenciar. Guiados por autores como Ariés (1960), Foucault (1979) e Donzelot (1986), a história da família moderna nos revela que, na passagem do século XVIII para o XIX, a família nuclear burguesa, acompanhando a ascensão das democracias liberais, ganha a cena atravessando o tecido social a partir das vinculações com diversos mediadores, ou atores sociais, como, por exemplo, a soberania patriarcal, o individualismo, a normalização, o lar, as crianças, a intimidade, as novas figuras do Pai e da Mãe etc. Contudo, em contribuição com as transformações sociais, observa-se que aquilo que viemos entendendo por família até então se encontra com muita dificuldade de se manter estável. Às redes que faziam circular o artefato família até meados do século XX surgem novas mediações que parecem instabilizar tal circulação. Um fator que parece contribuir para tal instabilidade tem sido a presença de novas configurações possíveis para os contornos familiares, como as famílias monoparentais, homoafetivas, recasadas e até unitárias (Nobre, 2014). Com efeito, diante do quadro das intensas controvérsias a respeito da Família, diversas são as ciências que



se debruçam sobre as transmutações da família contemporânea, transformando-a, na busca por sua regularidade e explicação, num dado social à observação empírica. Contudo, como via alternativa à prática científica moderna, ao nos voltarmos para a família, para além de um objeto reificado à observação neutra, nos interessa as práticas, como os próprios atores, em suas materialidades relacionais, performam as realidades que põe em cena (Law e Mol, 2010). Nosso objetivo, pois, consiste na realização de pesquisa-intervenção na construção, com os próprios atores, de forma coletiva e encarnada, de uma narrativa cartográfica que descreva, com a explicitação das suas condições de feitura, os múltiplos encontros e efeitos das experimentações realizadas a respeito dos modos de se fazer família hoje a fim de proliferar novas versões acerca do que compreendemos por família, e problematizar os efeitos da família nos modos de nos relacionarmos. Acreditamos que esta proposta de trabalho coaduna-se com o eixo temático 10 (Território e modos de vida: atuação e pesquisa em psicologia social na cidade e no campo), no GT10 (Conflitos, Política e modos de subjetivação nos territórios: reflexão sobre as práticas metodológicas) por habitar o campo de propostas metodológicas e de luta política nos territórios de produção social que integrem epistemologia e política na problematização de novos modos de sociabilidade e subjetivação. Acreditamos fazer eco as propostas de pesquisa-intervenção que fazem resistência aos modos de existência capitalista (branco, sexista, racionalista, patriarcal) em defesa de modos comunitários de vida e por uma ciência sensível a mútua afetação através da composição de um mundo comum. Consideramos ainda que a presente proposta relaciona-se com o GT e eixo temático especificado por deslocar a hegemonia da verdade científica para o multiverso de práticas singulares de produção de verdade ao valorizar as condições de feitura da prática de pesquisa, com seus afetos, hesitações e recalcitrâncias (Despret, 1999). Além disso, este trabalho busca engajar-se ética e politicamente com o campo em questão, uma vez que ao privilegiarmos os afetos na prática de pesquisa nos tornamos responsáveis pelas realidades que trazemos à cena com nossas práticas, o que nos leva ao debate sobre o papel ético-político do psicólogo no campo de intervenção e nas práticas científicas. Esta proposta traz como referencial teórico a Teoria Ator-Rede (TAR), desenvolvida por Bruno Latour (2012), John Law (2017), entre outros pensadores e pensadoras, que apresentam uma versão não-moderna para produção científica, voltada para as práticas cotidianas na colaboração com os atores presentes no campo de intervenção. Para a TAR, por sinal, do contrário do realismo positivista, fundamentado na disjunção entre sujeito e objeto, conhecimento e ser, linguagem e mundo, humanos e não-humanos, partimos do princípio da simetria, onde o que concebemos por realidade são relações, redes de atores. A TAR, pois, substitui o princípio da correspondência entre conhecimento e objeto pelo princípio simétrico da transformação-tradução, onde as entidades, o ator-rede, devem ser compreendidas como mediadores, processos de mútua afetação. Em outras palavras, pode-se dizer que a TAR opera um achatamento de todas as entidades: atores em todos os lugares, distribuídos em um único plano no qual possuem apenas existência relacional e molecularizada – no sentido de que o ator não é um indivíduo global, mas um pequeno elemento operatório cuja determinação, ou modo de existência, depende de sua operação, de sua vinculação a outros atores em uma rede. Sendo assim, para a TAR, de forma simétrica, humanos e não-humanos, global e local, físico e ideal, todos igualmente existem enquanto efeitos de relações (Latour, 2012). A prática de conhecimento para a TAR, desta feita, não deve ser dissociada dos diversos e heterogêneos atores que, através dos seus vínculos ou composições, performam múltiplas versões da realidade (Law e Mol, 1995). Dessa forma, a ciência, do contrário de prática de descobrimento ou desvelamento, passa a ser prática de produção de um corpo de pesquisador, prática de expansão da sensibilidade para os efeitos de mais entidades. Nesse sentido, fazer uma ciência não-moderna é compor, através de práticas locais e situadas, por meio do afetar e ser afetado, cartografias de redes heterogêneas onde atores humanos e não-humanos, nos seus encontros, tenham seus efeitos registrados na composição múltipla do real, produzindo novas versões do que podemos fazer. Como método, à luz das ferramentas teóricas da TAR, realizamos, através do dispositivo da roda de conversa, juntamente com participantes voluntários e identificados com os novos formatos de família, em colaboração com o pesquisador presente e encarnado, a composição conjunta de narrativas acerca das distintas formas de se fazer família no nosso tempo. Posteriormente, com a contribuição da ferramenta do diário de campo, inspirados no PesquisaCom de Maria Moraes (2010), procedemos, do contrário de uma leitura neutra, com a costura encarnada de uma narrativa que contempla a multiplicidade de afetos e modos de existência do que a família possibilita em seus encontros. A escrita da narrativa em questão, a propósito, fora composta em vista da trajetória de deslocamentos que nossos encontros – com os atores - possibilitaram; dando destaque, inclusive, as nossas hesitações e a recalcitrância, as hesitações dos próprios atores (Despret, 1999; Moraes, 2010). Como resultados chegamos a ideia do Familiando: uma versão não-moderna para a família que a compreende como prática, para além de qualquer totalidade formal, com propriedades e determinações

pré-estabelecidas. Admitir a família enquanto prática de composição, múltipla, heterogênea e descentralizada, implica, portanto, em nos tornarmos sensíveis a multiplicidade de atores humanos e não-humanos envolvidos nos modos de se fazer família, e como estes, por sua vez, também são múltiplos na sorte das vinculações ou afetações com outros atores. Sendo assim, ao abordarmos a multiplicidade nos modos de se fazer família, esperamos, com a versão da Família não-moderna que a presente pesquisa apresenta, para mais do que deslocar as formas colonizadoras de se fazer ciência e sociedade e aquecer o debate sobre as distintas contribuições metodológicas em pesquisa-intervenção, inspirar estratégias de resistência que possam sensibilizar mais atores, humanos e não-humanos, na problematização e no engajamento a inovadoras possibilidades de nos relacionarmos – em família.

O AGROVENENO E AS DETERMINAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE MENTAL AOS TRABALHADORES DO CAMPO: uma discussão da temática à luz da Psicologia Histórico-Cultural

Autor: Camylla Graboski (UFPR)

O objetivo deste trabalho é discutir a relação entre o uso de agrotóxicos e a incidência de transtornos mentais em trabalhadores (as) do campo, tendo como pressupostos a determinação social dos processos de saúde e doença e a perspectiva da Psicologia em oferecer cuidados às populações rurais. Tendo como campo teórico a Psicologia Histórico Cultural e utilizando do método Materialista Histórico Dialético, compreende-se que a Psicologia deve ter como prerrogativas de trabalho a compreensão histórica dessas populações, seus conflitos e sua compreensão de ser humano, bem como se coloca em perspectiva a crítica ao fazer psicológico em se afastar de determinações positivistas, mercadológicas e individualizantes para se colocar como instrumento de transformação social no que concerne aos cuidados necessários aos povos do campo.

A produção de alimentos é certamente uma das principais atividades responsáveis por assegurar as condições de vida e existência dos seres humanos. A história da humanidade modela sua cultura, socialização, aprimoração no uso de instrumentos necessários para empenhar-se nesse trabalho, assegurando a alimentação enquanto condição essencial para a produção e reprodução da vida. Com o desenvolvimento do pacote tecnológico da chamada Revolução Verde na década de 1970, como e quais são as maneiras que o uso dos agrotóxicos pode afetar as condições de saúde de trabalhadores do campo? Sobretudo, de quais maneiras é possível determinar a correlação entre o uso de agrotóxico e o desenvolvimento de processos de adoecimento mental nesses sujeitos? Por fim, quais são os mecanismos de atuação da Psicologia no âmbito das políticas públicas com maior acesso e possibilidade de intervenção à população rural? A metodologia adotada para responder esses questionamentos é o levantamento bibliográfico pertinente.

O território, enquanto espaço de produção, também é espaço de disputas político-econômicas e conflitos sociais, impactando diretamente as pessoas que nesses territórios asseguram suas vidas. Entre os variados elementos que colocam em contradição a experiência da população do campo, pode-se mencionar a concentração fundiária no país, que garante as desigualdades sociais a medida em que favorece a geração de lucros nas mãos de latifundiários, prevalecendo a monocultura e o uso de agrotóxicos. A distribuição desigual da terra favorece a miséria no campo e a vulnerabilidade de seus trabalhadores. Conforme afirma Lopes, Ferreira e Friedrich (2018), entre moradores do ambiente rural no país, 14,7% da população reside nessas áreas, e entre essa quantidade, 54,4% delas são consideradas em situação de pobreza. Estudos apontam para a máxima exploração da força de trabalho e a desresponsabilização patronal com relação aos fatores de risco (Pignati e Machado, 2007). Aliado a esses fatores, mostra-se a dificuldade em acessar serviços, as más condições de trabalho e a escassez de terra produtivas são elementos determinantes para o fenômeno do êxodo rural (Lopes, Ferreira e Friedrich, 2018).

Historicamente, os trabalhadores do campo e suas famílias denunciam conflitos sociais presentes em seus meios, bem como conflitos socioambientais presentes em suas localidades. Aliado a tudo isso, dentro desse campo de disputas e direitos, o Estado se faz presente, no entanto, seguindo uma precária regulação e fiscalização, demarcando assim a fragilidade presente nessas condições de trabalho.

Dentre tais fatores, os produtos químicos fomentados pela Revolução Verde encontram-se presentes e materializados nas dinâmicas de trabalho no campo. A medida em que sob a justificativa de acabar com a fome no mundo, produziu a transformação de sementes juntamente ao intenso uso de agrotóxicos, como inseticidas, herbicidas, fungicidas e fertilizantes. Esses insumos químicos colocaram-se como produtos obrigatórios para o cul-



tivo, chegando a ser oferecido pelas políticas do País financiamentos bancários para se consumir os chamados defensivos agrícolas.

A toxicidade segue medidas entre extremamente tóxico ao pouco tóxico, no terreno de um hectare. Todo o processo de distribuição, venda, preparação da calda e por fim a aplicação está passível de contaminação. Pignati e Machado (2007) afirmam que não existe Equipamentos de Proteção Individual (EPI) que forneça total segurança na aplicação, pois uma parte do produto sempre passa pela respiração. A intoxicação por agrotóxicos pode ser classificada como aguda ou crônica aliado aos sintomas, que podem ser náuseas, irritabilidade, vertigem, fraqueza, sensação de dormência na língua e lábios, até sintomas irreversíveis, como paralisias, alterações no sistema nervoso e cardiovascular, alterações cutâneas e hepáticas, desordens neurodegenerativas, ansiedade, depressão e ideação suicida. Morin (2016) aponta que há relação entre a queixa de transtornos mentais e o uso de agrotóxicos, bem como o uso de álcool realizado pelos homens e mulheres do campo.

Desse modo, entende-se que essas mais diversas formas de exploração e marginalização presentes nas condições de vida no ambiente agrário, determinam o sofrimento mental nessas populações (Neto e Dimenstein, 2017). Basaglia (1979) marca em sua obra que o sofrimento mental é fruto da desigualdade, da opressão, da marginalização e da exclusão desses sujeitos, num processo dialético. Assim, a Psicologia, quando em contato com as pessoas do campo, deve-se ter como fundamentos compreender as dinâmicas socioterritoriais, as condições de trabalho e de vida, para se dimensionar o que materializa as determinações sociais de saúde dessas populações (Neto e Dimenstein, 2017). Outro fato necessário a se investigar pela Psicologia nesse meio é qual a relação que se faz com os agrotóxicos, qual a forma de aplicação, quem são as pessoas responsáveis por fazer a calda e o manejo (Almussa e Schmidt, 2009). A estratégia de cuidado na atenção psicossocial, não deve conduzir a reprodução de lógicas biomédicas, tecnicismos e pragmatismos no que diz respeito ao processo de saúde - doença, nem tampouco deve se aproximar de visões a-históricas e medicalizantes, no que diz respeito aos processos de intervenção da Psicologia nos ambientes do campo e da floresta (Neto e Dimenstein, 2017). Este trabalho, por contar discussão em conteúdos diretamente vinculados à temática da saúde mental, condições de trabalho e ambiente rural, objetiva estar nas discussões propostas no GT 10: Conflito, Política, e modos de subjetivação nos territórios: reflexão sobre as práticas metodológicas.

Referências

- Basaglia, F. (1979). *Psiquiatria Alternativa: Contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática*. São Paulo, SP: Brasil Debates.
- Almussa, A.; Schmidt, M.L.G. (2009). O Contato com agrotóxicos e os possíveis agravos à saúde de trabalhadores rurais. *Revista de Psicologia da UNESP*. vol8.n.2, p. 184 a 189. Assis.
- Neto, M. C.C; Dimenstein, M. (2017). Cuidado Psicossocial em Saúde Mental em Contextos Rurais. *Trends Psychology*, vol. 25, n.4. Ribeirão Preto.
- Lopes, E.M.; Ferreira, C.R.C; Friedrich, D.R. (2018). *Psicologia e Ruralidades: Caminhos para um fazer psicológico transformador*. Psicologia, Conocimiento y Sociedad. vol. 8. n.1. Montevideo.
- Pignati, W.A.; Machado, J.H.M. (2007). Riscos e Agravos à saúde e à vida dos trabalhadores das indústrias madeireiras em Mato Grosso. *Ciências e Saúde Coletiva*, vol. 10. n.4. Cuiabá.
- Morin, P.V. (2016). *Transtornos Mentais comuns em trabalhadores rurais que utilizam agrotóxicos*. Ijuí, RS.

O uso da cartografia foucaultiana aplicada aos espaços urbanos

Autor: Marcela Teti (Faculdade São Luís de França)

O estudo da Cartografia em Ciências Humanas acontece de forma ampla. Várias são as abordagens e muitas vezes é preciso entender a partir de qual perspectiva teórica o método da Cartografia é abordado para entender de que forma a pesquisa em Psicologia acontece. Assim a Geografia, a Geografia crítica, a Antropologia urbana, o Turismo, a História, usam o termo sem, no entanto, dizerem a mesma coisa quanto ao seu uso e resultados. A Psicologia quando fala de Cartografia usa o termo a partir das leituras de Gilles Deleuze e Felix Guattari. Em Mil Platôs, o método é exposto como oposição ao método da representação do campo e lá é possível mapear como investigar seu objeto de pesquisa de forma processual, a partir de um viés histórico-geográfico. O presente trabalho traz um viés diferente do método da Cartografia. Nossa reflexão aborda a investigação a partir das leituras que



Deleuze produz dos trabalhos de Michel Foucault. Em 30 anos de reflexões sobre nossa história, Foucault trabalha com dimensões de saber, de poder e de efeitos de subjetividade. Em outras palavras eles estuda quais os discursos que constroem os campos de saber da modernidade, quais jogos de força estabelecemos historicamente, em meio a relações, e quais os tipos de indivíduos que constituímos a partir da combinação entre discurso e forças. Deleuze considera que enveredar por estas três “linhas”, como exposto nos trabalhos de Foucault, é desenvolver o método da Cartografia, na medida em que cada uma destas dimensões é um território a ser mapeado. Trazendo este esquema de pensamento para os estudos urbanos, inicialmente ele parece descabido, na medida em que os textos de Foucault, em geral, trazem a ideia de que saber, poder e subjetividade acontecem em espaços denominados “protocolos herméticos”. Prisões, escolas, hospitais, tribunais, parecem não abarcar a complexidade da cidade, o que tornaria a pesquisa destes espaços através da cartografia foucaultiana um trabalho impossível. Numa aproximação, ainda que com cautela, entre as derivas urbanas, propostas pelos situacionistas franceses e o conceito foucaultiano de heterotopia, nós teríamos a resposta ao problema. Foucault propõe que a heterotopia é um método de análise de espaços outros, diferentes daqueles do cotidiano, do trabalho, em que estamos com a família, o espaço de todo o dia. Este espaço é para ele o oposto da utopia, na medida em que este não se realiza e aquele se encontra em qualquer sociedade. O espaço heterotópico tem por característica a heterocronia (é um recorte do tempo), está separado e ao mesmo tempo ligado com a sociedade que o rodeia e é descrito como um espaço de ilusão ou de compensação ao da realidade cotidiana. Propondo exemplos do que seriam heterotopias, na nossa sociedade, Foucault cita os museus, os hotéis com sistema all inclusive, os cinemas, os cafés, deixando claro que os espaços de passagem e de parada também são passíveis de análise a partir de seus métodos. Trazendo esta reflexão para os estudos urbanos podemos entender que a análise de saberes, poderes e efeitos de subjetivação pode ser transferido para os espaços da cidade, do campo, de circulação, da mobilidade urbana, sem perder seu caráter histórico-político e ontológico, tais como Foucault os defende quando empreende seus trabalhos historiográficos. Porém, como a possibilidade de encontrar estes espaços heterotópicos nas nossas cidades vem a partir do estudo do que seriam as derivas urbanas. De acordo com Guy Debord, autor do texto “Teoria da Deriva”, a deriva é um caminhar, um deambular, sem método a priori. Trata-se de uma disposição de abertura à cidade, de deixar-se levar pelos barulhos, pelos cheiros, pelos descaminhos, a fim de encontrar algo que não se sabe estar lá. O espaço que encontramos ao nos deixar levar pelos indícios da ocasião são espaços que negam a cotidianidade e que muitas vezes o compensam. A ausência de uma racionalidade a priorística nos conduz aos espaços invisibilizados pelo governo, pela civilização, pela história, porque muitas vezes eles mesmos são uma ameaça a tudo que se diz a respeito desta racionalidade, desta civilização. A partir do exposto, é possível cruzar o tema dos estudos urbanos, por meio do método da deriva, com a pesquisa cartográfica foucaultiana, através do conceito de heterotopia. Identificado o “espaço outro” de qualquer sociedade, usando o deambular na cidade como estratégia de trabalho, é possível aplicar as análises em torno dos saberes, das relações de poder e efeitos de subjetivação atuantes neste espaço. Cruzando os mapas de saberes, poderes e subjetivação, com o mapa da deambulação, é possível traçar a cartografia da pesquisa, perceber o olhar do pesquisador em ação e conseqüentemente, tal como Foucault propõe, entender que o objetivo de pesquisa é um tipo de problematização, que atravessa não só o campo de investigação, mas antes de tudo a subjetividade do pesquisador levado não só a compreender um estrato social de que faz parte, mas as forças que o constituem como indivíduo. Cartografar é portanto realizar uma ontologia histórica de nós mesmos.

Projeto Semear Água Boa: Reflexões sobre a prática comunitária em contexto de vulnerabilidade socioambiental

Autor: Juliana Ribas Augusto

Coautor: BRUNA DE OLIVEIRA DE JESUS (FAE Centro Universitário), Elizandra Pereira dos Santos (FAE Centro Universitário), Madelaine Maia Vieira e Alexandra Arnold Rodrigues (FAE Centro Universitário)

Este trabalho retrata a prática de estágio de formação em Psicologia Comunitária realizada no primeiro semestre de 2019 por alunas do nono período do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário, em parceria com o CEPED/PR e a Unespar. Mediante indicação da Defesa Civil, o local escolhido para a intervenção foi um bairro da região metropolitana de Curitiba, mapeado como área de risco devido aos alagamentos.

O propósito da intervenção foi colocar em prática os estudos de Psicologia Comunitária e Ambiental, visando



um trabalho acolhedor e ético em conjunto com a comunidade de forma a proporcionar um espaço para o diálogo, compreensão e sensibilização das questões que os assolam. Para tanto, optou-se por uma diretriz metodológica que pudesse auxiliar na ampliação da percepção socioambiental e na instrumentalização do coletivo para que, de forma autônoma, pudessem compreender, manejar e criar formas de enfrentamento da conjuntura vivida.

Dentre os principais pressupostos teóricos que nortearam as atividades estão: a compreensão de que a perspectiva psicossocial comunitária traz importantes contribuições para uma percepção mais complexa sobre o ambiente e o território (WIESENFELD, 2001); os estudos sobre apego ao lugar, percepção ambiental e identidade; e o entendimento de que contextos de vulnerabilidade socioeconômica favorecem ou potencializam situações de risco, emergência e desastre, e dizem ainda sobre as formas de ocupação dos territórios, de maneira que trata-se sempre, em alguma medida, de uma questão política.

Como proposta metodológica, estabeleceu-se uma intervenção semanal de cunho socioambiental, que ocorreu na casa de um dos moradores do bairro - antigo participante da extinta associação de moradores. Para esse manejo, utilizamos uma metodologia de cunho qualitativo voltada ao levantamento de dados sobre as expectativas e motivações do grupo, a opinião e compreensão dos participantes sobre suas vivências na comunidade, por meio de rodas de conversa, elaboração de material expressivo e a construção de uma cartografia socioambiental, inspirada na pesquisa participante.

Assim, através do diálogo com representantes da comunidade, propiciou-se o conhecimento das interligações dos moradores com o território, suas memórias e as questões psicossociais e ambientais presentes no cotidiano. Evidenciou-se em suas narrativas, a grande identificação com a natureza, visto que é um bairro perpassado por um rio e muitas vegetações, além do cultivo de uma horta cujo os alimentos são compartilhados entre os vizinhos, a água do poço também dividida, bem como a satisfação em ter seu próprio terreno para moradia. "Moro no que é da gente, criei meus filhos aqui" - relata um dos moradores. Além destas memórias, como quando faziam festas para as crianças do bairro através da associação de moradores, a quadra de vôlei improvisada em um terreno desocupado para o entretenimento, o banho de rio e a pesca.

Nesse sentido, foi perceptível o apego com o lugar em que vivem. Muitos deles relatam um sentimento de parceria, humildade e amizade existente no bairro, além de perceberem o ambiente como um lugar seguro e tranquilo para se morar. A casa se torna então um retorno a si mesmo, um espaço de amparo e acolhimento e uma construção de ser no mundo (HEIDEGGER, 1954).

Através desse viés, a comunidade é entendida como lugar de pertencimento, de afetividade e companheirismo, em que os moradores vivenciam dificuldades, histórias e representações sociais comuns. Nesse sentido, família, vizinhos, igreja e colegas de trabalho conferem sentido à nossa existência, valores, significados e metas, enriquecendo-a (LIMA & BONFIM, 2009), fato que ficou evidente no momento em que construímos uma árvore simbólica com as ideias dos moradores sobre o seu território e foram repetidas as visões sobre o quanto o bairro é ao mesmo tempo esquecido pela administração municipal e um espaço de laço comunitário.

Assim, as questões de apropriação do lugar e a identidade construídas juntas ao território perpassam principalmente pelos aspectos simbólicos e singulares consolidados nas experiências comunitárias, reveladas nas memórias das condições concretas junto ao ambiente e nas experiências relacionais. Aspectos esses embasados sob o olhar da Psicologia Ambiental, que é definida por Moser (1998) como o estudo do sujeito em seu contexto, evidenciando as interrelações pessoa, meio ambiente físico e o social. É portanto, uma análise das relações entre pessoa e ambiente, as quais se relacionam de forma mútua, individual e heterogênea.

Além das reflexões ligadas à percepção ambiental, foi recorrente no discurso dos moradores a condição de vulnerabilidade social e abandono do poder público. Quando chove, todos precisam fechar as janelas, pois o fato de não possuírem uma rede de saneamento básico, torna o ar sufocante, além de não possuírem ruas pavimentadas e fácil acesso ao transporte coletivo.

Nesse sentido, através da roda de conversa, destacaram a susceptibilidade às doenças em casos de alagamento e a propensão à exposição ao lixo. De forma geral, ficou destacada a vulnerabilidade social que assola esses sujeitos, privando-os do acesso irrestrito às políticas públicas e aos seus direitos básicos. Tais fatos são intensificados por conta de tal comunidade ser uma área sujeita a deslizamentos e enchentes, possuir casas visivelmente frágeis ou com danos devido à falta de estrutura necessária, além do desconhecimento dos moradores quanto às políticas públicas vigentes.

Nesse aspecto, a Psicologia Comunitária corrobora com a formação da consciência crítica, construção de uma identidade social e cooperação, em que se prioriza uma relação horizontal com a comunidade e estímulo ao prota-



gonismo dela. Dessa forma, Góis (1993) propõe que a Psicologia Comunitária atua compreendendo e trabalhando com o sujeito a partir de sua singularidade, contribuindo para a construção da consciência crítica e identidade para facilitar a construção de uma nova realidade social.

Com base em tal perspectiva, propôs-se grupo a elaboração de uma cartografia socioambiental. Observou-se que o primeiro contato com o mapa do bairro e com a demanda de completá-lo através de material expressivo referente às reflexões desenvolvidas ao longo dos encontros gerou desconfiança, o que pode representar experiências de verticalização das relações que destituem o direito dos moradores de reconhecerem a legitimidade de seus saberes e afetos ligados ao local. A verticalidade de saberes pode ser percebida na atuação do poder público, como nas diversas situações colocadas pelo representante da Defesa Civil que acompanhou o trabalho: narrativas de ódio e deslegitimação das opiniões da comunidade foram frequentes em suas falas baseadas em um discurso oficial muitas vezes vexatório e agressivo. Notamos ainda, a grande dificuldade da Defesa Civil no que tange a compreender e acolher a proposta de intervenção preventiva então concretizada.

Em várias situações, observamos a atuação do camponês promovido a capataz, em uma metáfora de Paulo Freire (1987), que se torna mais duro que seu patrão para assegurar seu posto de legitimidade. A partir disso, temos a prescrição que nada mais é que uma imposição vinda de uma consciência para outra que se torna a hospedeira e que passa a agir de acordo com o pensamento prescrito.

Nesse caso, podemos considerar que esse representante torna-se opressor, mas que também é oprimido, pois repete um discurso hospedado em si mesmo pelas instituições que o cercam.

Na contra mão disso, Moreira (2006) sinaliza a importância dos princípios da Educação Popular em um trabalho de sensibilização, a fim de dar espaço ao sujeito que compartilha conhecimento e aprende na horizontalidade dialógica, tendo seu potencial e valor reconhecidos pelos pares. Desdobra-se desta construção coletiva, mediante participação ativa, a formação de um conhecimento que fornece subsídios para a transformação da realidade em prol do desenvolvimento humano. Este tipo de práxis aflora a habilidade de renomear e atribuir sentidos para a vida comunitária, para os laços com o território e entre os sujeitos.

Tal questão foi identificada na medida em que o grupo construía a cartografia socioambiental, que teve papel primordial na ampliação da consciência das relações socioafetivas com o território e habitação, além do estímulo da emancipação e fortalecimento da identidade por meio de reflexão crítica. A cartografia que anteriormente era utilizada somente para fins mercantis e demarcação de territórios, hoje é utilizada para entender a vivência dos sujeitos em determinados espaços. Nesse formato, ela é percebida como um processo, não um plano, é "uma integração do que se costuma apresentar como uma pesquisa, educação e ação direcionadas à transformação" (COSTA, 2010, p. 28).

Com essa prática percebe-se que mais que um espaço físico, a comunidade é um lugar de construção social, em que memórias, histórias e vivências se entrelaçam constantemente (CHRISTMANN et al., 2016). A cada desenho de uma casa, ponto de ônibus ou um bar temos a construção de um encontro entre o passado e presente daquela comunidade desenhado no papel e lembrado nas memórias.

Além disso, a partir da cartografia, produziu-se coletivamente um documento reivindicatório referente a aspectos estruturais, de saúde, lazer, organização coletiva e meio ambiente, que foi endereçado à Prefeitura, de forma a protocolar oficialmente as necessidades da comunidade na busca por garantia de seus direitos. Assim, nossos encontros com essa comunidade se tornaram ferramentas de denúncia política e empoderamento comunitário na medida em que possibilitaram um espaço para debate sobre o território baseado nos conhecimentos da comunidade sobre aquele espaço, estimulando a representatividade e o sentimento de pertença que são motores importantes na transformação subjetiva e social.



Se essa rua fosse minha: uma análise psicossocial das experiências de humilhação entre a população em situação de rua

Autor: Matheus (UFJF)

Coautor: Fernando Santana (UFJF)

O presente trabalho visa apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa de mestrado com a população em situação de rua (PSR) na cidade de Juiz de Fora. O estudo em andamento tem como objetivo analisar e compreender as experiências de humilhação e vergonha vivenciadas entre essa população em seu itinerário pela cidade. Discutir população em situação de rua (PSR) é adentrar em um fenômeno social que se intensifica no interior das sociedades capitalistas como uma das composições da pobreza. Mesmo a PSR sendo um grupo heterogêneo atravessado por diferentes realidades, tem como característica a condição de pobreza que se intensifica no modo de produção capitalista (MPC), modo este que é perverso e visa somente a acumulação de riqueza e exploração de uma classe por outra. Conceituaremos “situação de rua”, com uma significação mais apropriada com a abordagem dialética e história, dentro da tradição marxista. Mais apropriada para significar o fenômeno e a situação para a qual são conduzidas parcelas expressivas da classe trabalhadora, em decorrência do aprofundamento das desigualdades sociais e da elevação dos níveis de pobreza produzidos pelo sistema capitalista. No Brasil, entre os anos 2007 e 2008, foi produzido o primeiro censo nacional sobre a população em situação de rua, contratado pelo Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS). Através do referido censo foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua nos 71 municípios brasileiros pesquisados. A condição de pobreza aparece intrínseca ao processo de estar em situação de rua, nas sociedades capitalistas, a pobreza é fruto da contradição imposta pelo capital, não se tratando de um fenômeno apartado da relação entre os que compram a força de trabalho e aqueles que a vendem. A pobreza não é um “erro” do MPC, mas sim uma necessidade produzida pelo mesmo, pois em seu próprio desenvolvimento, a produção de riquezas e ampliação das forças que a produzem, aumentam em larga escala a pobreza, em outras palavras, entende-se que o problema não se concentra no desenvolvimento precário do MPC, mas no próprio desenvolvimento em si que gera tamanha desigualdade e miséria. Não obstante às discussões sobre pobreza, falar em PSR é também falar sobre a rua, sobre pertencimento, sobre estar na rua e dela produzir modos de vida, mesmo em um espaço onde as desigualdades ganham novos contornos. Logo, podemos pensar na cidade como um lugar onde as experiências de subalternidade vão se imprimindo no tecido urbano, tomando novas formas e traços de acordo com os atores sociais envolvidos. É andando pela cidade que dela se faz parte, é através da circulação que se aprende onde circular, e assim as relações com esses espaços são produzidas, relações que são atravessadas constantemente pelas contradições. Quando se trata das classes sociais subalternas, nos cabe perguntar: A quem é dado o direito de circular e produzir vida? De acordo com o Primeiro Censo e Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua, cerca de 54,5% da PSR entrevistada já haviam sido discriminados ou foram impedidos ao tentar entrarem em estabelecimentos comerciais, transporte público, bancos, órgãos públicos ou de usar serviços e realizar atividades. Esses dados, apresentam a importância de tecer discussões acerca do direito à cidade, compreendendo a cidade para além de um grande espaço físico, mas sim um lugar que (re)produz realidades. O exercício do direito à cidade pela PSR ainda se dá através da luta para poder ocupá-la e nela existir, mesmo presente no Estatuto da Cidade, a essa população a rua quase sempre é negada, se revelando violenta e hostil. Os caminhos e lugares de parada que escolhem para dormir, morar, comer, divertir-se, fazer seus “bicos” que lhes rendem algum dinheiro e os usos que fazem dos equipamentos urbanos, são definidos por percursos. Esse percurso, que no presente projeto chamaremos de itinerário, é produzido a partir das apropriações e experiências pela cidade. A PSR atua transformando e reinventando, a todo momento, o uso de equipamentos e objetos. As experiências da PSR são construídas e perpassadas também pelas experiências de humilhação e vergonha que estão intrínsecas ao processo de estar na cidade. O Diagnóstico da População em Situação de Rua de Juiz de Fora levantou que 70% das pessoas que dormem nas ruas sofreram violência moral. Dados como esses, reforçam a importância de se ampliar as discussões sobre os modos de vida na cidade, à uma vida na cidade que tenha em sua dimensão central a pessoa, bem como aprofundar as análises sobre as experiências subjetivas vivenciadas por essa população nos grandes centros urbanos. Dentre os tipos de violências morais sofridas, priorizaremos as categorias humilhação e vergonha como foco de análise. A vergonha possui ligação direta com a moral, tanto no sentido de que atua como um julgar-se a si mesmo, tanto como aspectos que são relacionais. A vergonha enfatiza um julgamento individual, a ideia de que o sujeito falhou de acordo com os próprios padrões. Este julgamento pode ou não envolver um “público externo”. A vergonha e todos os sentimentos associa-

dos a ela, como a humilhação, podem gerar marcas que os sujeitos levarão para a vida inteira. Já a humilhação, pode ser conceituada como uma ação agressora que tem como intencionalidade diminuir moralmente o outro, rebaixando-o em sua autoimagem e afetando o seu bem-estar físico e psicológico. Há evidências em alguns estudos de que existe relação entre a humilhação, vergonha e violência no contexto da PSR. As práticas de humilhação podem estar associadas com ações agressivas para com os indivíduos em situação de rua, tendo como possibilidade a manutenção do sentimento de vergonha. Com relação a metodologia adota no presente, trata-se de uma pesquisa qualitativa com inspiração etnográfica como método de investigação, que lança mão da observação participante e entrevistas semiestruturadas com as pessoas em situação de rua, além do diário de campo. Desta forma, o trabalho encontra estreita relação com Eixo 10 - Território e modos de vida: atuação e pesquisa em Psicologia Social na cidade e no campo e o GT 10 - Conflito, política e modos de subjetivação nos territórios: reflexão sobre as práticas metodológicas, especialmente nas reflexões acerca da produção de vida e subjetividades no âmbito das cidades, pois é neste contexto que se localiza a produção do presente estudo e é junto à PSR que buscamos compreender as diversas estratégias de sobrevivências adotadas por eles em tempos de retrocessos políticos. No que tange os resultados preliminares, podemos observar a forma como a cidade "acolhe" essa população, sempre os empurrando para longe de seu centro ou destinando espaços específicos para que toda "pobreza" esteja em um só lugar. Na cidade em questão, existe todo um espaço que abrange shopping, ruas, praças, tudo isso destinado a parcela pobre da cidade. A partir da imersão inicial no campo, já pude conceber que o itinerário da população é construído a medida em que eles são bem atendidos nos lugares que acessam, sejam instituições ou locais públicos, esse itinerário é flexível, sempre se transformando a medida em que os espaços se mostram hostis ou violentos. Em uma das observações, uma mulher que está nas ruas me relata os lugares que costuma frequentar, ela conta que se for maltratada em alguma instituição, por exemplo, deixa de acessar os serviços por ela ofertados. Em concordância, outra mulher relatava que deixou de ir a alguns serviços importantes para PSR, porque não foi bem tratada pelos profissionais. No âmbito das ruas, várias pessoas relataram a forma violenta como tem sido retirado os seus pertences pelos serviços de abordagem. Foi dito a mim que o serviço chega, pega todos os pertences (documentos, mochilas, comidas, bebidas, cobertores, etc) e jogam em um caminhão e os levam embora. Um homem que passou por isso, conta que se sente como um animal com tamanha violência e definiu a situação como "humilhante". Outro relato que me chamou a atenção foi o de um rapaz falando sobre a sua experiência com as ações de caridade da sociedade civil, ele se diz extremamente incomodado, pois sempre que um grupo surge oferecendo alimento ou agasalhos, eles se despedem dizendo: "semana que vem eu te encontro aqui". Essa frase mostra como essas ações não possibilitam mudança, mas sim realizam a manutenção daquele lugar de abjeto. O rapaz completa sua fala dizendo que não queria ouvir isso, mas sim ter a esperança de que na próxima semana ele não esteja mais ali nas ruas, que ele consiga uma casa, um emprego e que a frase certa deveria ser: "espero que semana que vem eu não te encontre aqui". Mesmo se tratando de dados iniciais, podemos perceber o potencial do material que estar por vir, e do desafio que será sistematizar todos os dados com o intuito de favorecer a voz daqueles que estão nas ruas. Até agora só foram utilizados o diário de campo e as observações participantes e nenhuma entrevista foi feita, acreditamos que até a data do congresso outros dados serão adicionados as análises adensando os resultados finais.

Subjetividades e Instituições em Dobras: Cartografando em Instituições de Privação de Liberdade e de Acolhimento

Autor: Lucas Gonzaga do Nascimento (PPGPS/UERJ)

Coautor: Vanessa Lima (UERJ), Larissa Pinto Moraes (UERJ) e Bárbara Silva da Rocha (UERJ)

As pesquisas em instituições de privação de liberdade e de acolhimento apresentam diversos desafios para o campo da Psicologia Social. Nessas instituições estão sempre presentes múltiplos vetores e marcadores sociais que atravessam as relações, práticas e discursos, tais como: gênero, raça, classe social, geração, etc. As instituições, que vão muito além dos prédios, muros ou espaços físicos, contribuem para as produções subjetivas que reproduzem suas lógicas e conformam lugares e práticas que, muitas das vezes, atuam reduzindo as possibilidades de respeito às diversidades, negando a alteridade.

Assim, utilizamos como aporte metodológico a cartografia como um posicionamento ético-estético-político (ROLNIK, 1993) no ato de pesquisar. Cartografar cria possibilidades de "tensionar os nossos movimentos, se aten-



tar às nossas percepções e perceber que toda a escrita é uma escrita política e tem um efeito no mundo, ou seja, significa pensar quais mundos queremos fazer existir com as nossas pesquisas” (LIMA, 2019, p. 27). Em tempos sombrios de fundamentalismo em que a democracia se encontra em vertigem, a cartografia se faz de suma importância enquanto método, pois nos possibilita acompanhar os processos pelos quais nossas próprias pesquisas se encontram ameaçadas, logo, escrever se torna mais que um ato político, sendo um ato de resistência e potência.

Desta maneira, o objetivo do presente trabalho é abordar as experiências de quatro discentes do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ), que utilizam o método cartográfico de pesquisa em estabelecimentos de privação e restrição de liberdade e instituições de acolhimento. Discursos e práticas que não se fazem apartados, mas buscam encontrar fissuras em um complexo de forças enunciadoras que, na rigidez de suas formas, dirigem-se a uma parcela específica da população admitida como perigosa ou em perigo.

Partimos da ideia de rizoma e nas intersecções em que nossas pesquisas se encontram para pensarmos o que temos em comum. Chegamos à conclusão que as pesquisas encontram em seus caminhos o sistema de justiça e a gestão do Estado na vida de nossos(as) interlocutores(as). Sendo assim, foi possível (re)organizar os sentidos de pesquisar na prisão e nos locais de proteção social de alta complexidade, os acolhimentos institucionais, à medida que novas configurações vão tomando corpo. Afinal, os agenciamentos e processos de subjetivação que ocorrem nesses locais organizam não só a vida dos(as) que estão privados(as) de liberdade e sob proteção do Estado nos acolhimentos institucionais, mas também das(os) funcionárias(os), da família e dos(as) pesquisadores(as).

Segundo Deleuze e Guattari (1995, p. 17): “todo rizoma compreende linhas de segmentariedade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar”. Sendo assim, nos debruçamos no entre, no que faz circular, mas também na potência, nas linhas de fuga que nos fazem colocar em análise nossos diferentes processos de pesquisarCOM (MORAES, 2010).

Além da cartografia, outro conceito que temos trabalhado é o de dobra (DELEUZE, 1991) que nos ajuda a cartografar as linhas e fluxos que se dobram de muitas maneiras no interior dos estabelecimentos prisionais e dos acolhimentos institucionais. Portanto, dobra se refere “às diferentes formas de produção da subjetividade em uma determinada formação social” (SILVA, 2004, p. 56).

O conceito de dobra pode ser pensado como aquilo que coexiste em uma subjetividade que se curva e dobra em forças que a produz, como também resultado desses mesmos processos que a fazem dobrar (D’ANGELO, 2017). Deste modo, podemos perguntar quais são as dobras desses processos que fazem com que a gestão do Estado incida sobre a vida das pessoas de modo que se crie linhas de fuga e modos de existências.

Assim, “o conceito de dobra possibilita pensar os processos de exterioridade e interioridade não como antagônicos de um dentro e um fora, mas a partir da dobra que faz pôr em análise como as linhas de forças constituem modos de existência” (LIMA, 2019, p. 57), ou, como nos aponta Deleuze (1992, p. 116): “da invenção de possibilidades de vida que também dizem respeito à morte, a nossas relações com a morte: não a existência como sujeito, mas como obra de arte. Trata-se de inventar modos de existência, segundo regras facultativas, capazes de resistir ao poder bem como se furtar ao saber, mesmo se o saber tenta penetrá-los e o poder tenta apropriar-se deles.”

Nesse sentido, as dobras que compõem as existências são atravessadas por agenciamentos diversos em um movimento que produz subjetividades múltiplas, heterogêneas. “A subjetividade então não é nem unificada nem fixada, mas fragmentada e constantemente em processo” (BRAH, 2006, p. 368).

Desenvolvido por Deleuze e Guattari (1995), o referido método, nos instiga a pensar sobre os movimentos que constituem nossos discursos e práticas, bem como estratégias de resistências que nos indicam linhas de fuga e rupturas. Neste tocante, compreendendo que o fazer em pesquisa é sempre um contínuo em produção almejamos, aqui, lançar mão de elementos disparadores que façam falar das intensidades cartográficas como postura ética, estética e política que escapa ao modelo hegemônico academicista.

Nesta perspectiva, não cabe a produção de roteiros previamente estabelecidos, mas pistas que orientam a construção de uma prática criativa e coletiva que permite movimentos de reinvenção do campo a partir das experiências vivenciadas no decorrer do percurso. Um conjunto de temáticas imbuídas por questões que ganham destaque e urgência no cenário atual, marcadas por tensões e resistências frente aos ritmos e rumos engendrados pelas políticas destinadas aos estratos sociais mais vulnerabilizados.

De nossas múltiplas inquietações, a cartografia como uma metodologia de produção do conhecimento que recusa pressupostos de neutralidade e abre caminhos a um repertório de possibilidades que anunciam nossas pes-



quisas, mais do que como recurso de coleta de dados, como prática desestabilizadora de discursos cristalizados. O que nos permite, desse modo, alinhar a discussão do presente trabalho à proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho 10 - Conflito, política e modos de subjetivação nos territórios: reflexão sobre as práticas metodológicas. Finalmente, tomando a pesquisa enquanto instrumento de novos processos criativos que pedem passagem por outras formas de expressão é que, portanto, nos colocamos a questionar: que subjetividades temos produzido?

Referências Bibliográficas

- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: Cadernos Pagu, Campinas, n. 26, jun. 2006.
- D'ANGELO, Luisa. Entre "sujeita-mulher" e "mulher de bandido": produções de feminilidades em contexto de privação de liberdade. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- DELEUZE, Gilles. Conversações, 1972-1990. Tradução Peter Pál Pelbart. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, Vol.1. Rio de Janeiro, ed. 34, 1995.
- LIMA, Vanessa Pereira de. "O que papai do céu não deu, a ciência vende": feminilidades de mulheres trans e travestis em privação de liberdade. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: Moraes, M. e Kastrup, V. Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.
- ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. Cadernos de Subjetividade: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUCSP, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 241-51, fev./set. 1993.
- SILVA, Rosane Neves. A dobra deleuziana: políticas de subjetivação. Revista do Departamento de Psicologia (UFF), Niterói, v. 16, n.1, p. 55-75, 2004.

“Escuta coração da Chico”: o uso de oficinas estéticas junto às crianças frequentadoras do Instituto Geração da Chico- Florianópolis (SC).

Autor: Luiza de Menezes Bello

Coautor: Ana Karolina Dias de Oliveira, Marcela Gomes (UFSC), André, Lais Paganelli Chaud (UFSC), Akin, Luiza dos Santos Mattos (UFSC) e Natália Pires Karan (UFSC)

Este trabalho tem como objetivo relatar um projeto de extensão- intitulado “Escuta Coração da Chico”- que vem sendo realizado junto a uma organização do terceiro setor que atua junto a crianças e adolescentes da comunidade Chico Mendes. Esta comunidade, localizada na região periférica da cidade de Florianópolis (SC), é atravessada por múltiplas formas de vulnerabilidades sociais e práticas de violências que compõem o cotidiano de quem vive neste território. Fruto de um processo histórico e produzidas pelo sistema capitalista, as periferias e favelas brasileiras se constituem como territórios urbanos onde ocorrem graves violações de direitos e violências que se atualizam e se reproduzem na esfera privada destas famílias. Trata-se de um contexto onde nos deparamos de forma constante e sistemática- nestes quase três anos deste projeto de extensão- com a violência institucional, do Estado, comunitária e doméstica que se entrecruzam nas experiências e narrativas destas crianças e adolescentes. Neste espaço-tempo onde a violência de Estado e a violência intrafamiliar se misturam, elaborou-se uma proposta de intervenção psicossocial com o intuito de atuar nos processos de elaboração psicológica frente ao sofrimento oriundo de contextos de extrema vulnerabilidade social (Broide e Broide, 2015) e na potencialização da capacidade criativa e imaginativa (Sawaia, 2009, 2006) destes sujeitos, de modo que consigam superar as vulnerabilidades psicossociais tecidas neste território.

A partir de uma leitura psicanalítica freud-laciana e em diálogo com referenciais teóricos calcados na filosofia da imanência (Spinoza, 2008), buscamos construir uma intervenção psicossocial voltada para territórios conflagrados pelos conflitos e desigualdades sociais, fortalecendo um modelo de psicologia que esteja comprometido com a promoção dos direitos humanos e com a superação do sofrimento ético-político (Sawaia, 1995). Assim, este trabalho articula-se com o tema do evento pois busca construir uma atuação profissional que promova a emancipação humana e o fortalecimento dos mecanismos democráticos e, especialmente, atrela-se a este Grupo de Trabalho pois tem como foco debater os recursos metodológicos e interventivos junto a sujeitos que vivenciam os processos de violências e marginalização presentes nas comunidades urbanas periféricas brasileiras.



Apostamos que a intervenção psicossocial pode ser composta por dispositivos (Deleuze, 1996) que promovam a circulação da palavra e a escuta qualificada, possibilitando a estes sujeitos produzirem novos discursos para suas vidas singulares e comunitárias. Partindo da ideia que os processos de subjetivação se constituem a partir das relações do sujeito com o seu território, defendemos que as estratégias de intervenção deva abarcar tanto a dimensão singular quanto coletiva, incluindo a relação que o sujeito estabelece com seu território e com a alteridade.

O projeto de extensão possui 3 principais frentes de trabalho: a articulação com a rede comunitária; a capacitação dos educadores e a Oficina de Criação para as crianças. Neste Grupo de Trabalho, apresentaremos o recorte da Oficina de Criação, trazendo algumas reflexões de ordem ética, política e metodológica. Inspirados no conceito de “oficina estética” elaborado por Maheirie (2003) e Zanella (2006), buscamos construir intervenções que mobilizem os afetos e os sentidos das crianças, servindo como um espaço mediador para a construção de outras formas de sensibilidade e relações intersubjetivas. As oficinas estéticas (Britto & Zanella, 2017) têm como objetivo produzir novos possíveis na vida do sujeito, expandindo sua potência de vida e sua capacidade criativa de lidar com as adversidades sociais e históricas, tornando-se “bons encontros” potencializadores de novos processos de subjetivação (Strappazzon & Maheirie, 2016). Por meio do uso de diferentes linguagens artísticas, buscamos construir um espaço de acolhimento para os impactos subjetivos que estas violências incidem nos corpos e nas subjetividades destas crianças. Em termos instrumentais, utilizamos o diário de campo em uma perspectiva etnográfica para registrar nossas impressões, emoções e reflexões que são desencadeadas em cada encontro. Nossa metodologia de trabalho está calcada em 3 momentos: 1. Momento de Respirar (encontros semanais entre estudantes, psicóloga do campo e professores para refletir sobre as situações cotidianas, retomando as teorias e diário de campo para analisar, qualificar e planejar as ações desenvolvidas no cotidiano no Instituto); 2. Momento de Agir: é o momento que ocorre no dia a dia visceral e orgânico do Instituto (2 a 3 vezes por semana). 3. Momento de organizar a operacionalização: encontro entre estagiários, extensionistas e psicóloga local do campo (debater, planejar e organizar as ações operacionais e selecionar o tema a ser debatido no “Momento de Respirar”).

Em termos de resultados, temos notado que estes encontros semanais tem se tornado um espaço significativo na vida destes sujeitos, dado que se revela pelo entusiasmo das crianças para participarem desta oficina específica. Por outro lado, tem sido um grande desafio manter nossas intervenções alicerçadas em nossa perspectiva teórica, ética e política em meio a tantas violências e vulnerabilidades que formam um cotidiano intenso, caótico e visceral. A busca constante das crianças para contarem suas histórias, familiares e comunitárias, tem revelado que elas estão vinculadas afetivamente com os extensionistas/estagiários. Em linhas gerais, temos tentado propiciar um espaço de expressão e constituição dos processos subjetivos, servindo de contra-referência a um modo hegemônico de sociabilidade desumano e violento que impera neste contexto comunitário. Este é um modo de pesquisa-intervenção que vem fazer resistência aos modos de vida capitalista (individualista, consumista, racista, eurocêntrico, patriarcal) que vem dar voz e lugar simbólico a sujeitos (pretos e pobres) que são vítimas de políticas de extermínio em nossa sociedade contemporânea.

GT11: Contribuições da filosofia de Espinosa à Psicologia Social: sujeito político, produção do comum e a práxis psicossocial em contextos comunitários

A Justiça Restaurativa pelas lentes da Psicologia: uma ferramenta de enfrentamento das desigualdades sociais?

Autor: Monique Lima

Coautor: FERNANDA MARIA (FERNANDA MARIA)

A Justiça Restaurativa apresenta uma proposta de resolução de conflitos envolvendo vítima, ofensor e comunidade com objetivo de tratar das consequências do dano e das causas do conflito tanto quanto possível. Para além da atividade no âmbito judiciário, está presente na cultura de paz em processos que visam fortalecer relacionamentos positivos. A partir da perspectiva da Psicologia Sócio-histórica, esse trabalho dialoga com este tema e

suas bases filosófico-metodológicas investigando sua potencialidade como ferramenta para a práxis do psicólogo em prol da transformação social.

A primeira vez que ouvi falar em Justiça Restaurativa em uma aula de Psicologia Jurídica saí com muitas inquietações. Nunca tive pretensão de atuar de qualquer forma na área jurídica, embora aquelas aulas fossem muito instigantes e esclarecedoras. As investigações acerca daquele termo e de sua aplicação prática me levaram a conhecer o CDHEP - Centro de Direitos Humanos e Educação Popular, em São Paulo, onde estagiei por um semestre sob orientação da Psicologia Social na pessoa da Profa. Ms. Fernanda M. M. Salgado, trabalhando a sistematização de casos atendidos pela instituição através de círculos restaurativos. Eram casos advindos de ordem jurídica ou pedido comunitário, atendidos em grande parte pelo núcleo comunitário de facilitadores, formado pela instituição. Ao longo desse processo, fiz formação para Facilitadores de Processos Circulares de Construção de Paz de acordo com a metodologia de Kay Pranniss.

Os relatos de casos, com o desenvolvimento da resolução de conflitos e socioemocional dos envolvidos através dos círculos restaurativos forneciam instrumentos e elemento de análise e reflexão da função social dos indivíduos e daquelas relações. A resolução de conflitos sob o paradigma da Justiça Restaurativa apresenta objetivos implícitos de caráter terapêutico, de fortalecimento e restauração de vínculos sociais, ampliando a janela para a multidisciplinariedade dentro da rede de justiça. Enquanto pesquisa de campo destacamos que foi a partir da observação dos relatos de resoluções de conflitos a partir da Justiça Restaurativa e da participação na formação vivencial de facilitador de processos circulares que essa hipótese foi formulada, onde os afetos foram sentidos

O homem não caminha sozinho, nem a ciência o poderia; trazemos assim uma das tantas intersecções entre as ciências humanas dispostas aqui: Psicologia e Direito. Nossa intenção é trazer luz aos desdobramentos e possibilidades diante de um modelo de justiça que permite a atuação mais próxima e participativa da comunidade, que tem como base a construção de senso de comunidade e restauração das relações.

A justiça restaurativa tem suas raízes teórico-filosóficas primordialmente fundadas a partir da observação da experiência de povos indígenas, aborígenes e Maori e na justiça comunitária de outros tempos (BOONEN, 2011; ZEHR, 2008). Abordaremos os princípios básicos que permeiam esse paradigma, apresentaremos os tipos de práticas restaurativas e analisaremos a que é mais praticada em contexto não jurídico e que será foco principal de nossa análise, a saber, os Círculos de Construção de Paz.

Além de sua visão holística do delito e do conflito em geral, um dos pressupostos centrais diz respeito à vida social: estamos todos interligados. Algumas culturas possuem uma palavra específica para representar essa ideia. "Para os maoris o termo whakapapa; para os navajos, hozho; para muitos africanos a palavra ubuntu; para o budismo tibetano, tendrel." (ZEHR, 2012, p.35) sendo o senso de comunidade e inter-relacionamento primordiais para essa visão de justiça, tanto como pressuposto quanto objetivo das práticas, e um dos desafios comuns encontrados na implantação de programas restaurativo.

As práticas restaurativas se apresentam numa gama de possibilidades a serem aplicadas conforme a necessidade, possibilidade de aplicação e objetivos a serem alcançados. A respeito dos objetivos e para além da definição, a justiça restaurativa é também considerada "uma forma de lutar contra a injustiça e contra a estigmatização" que tem como objetivo "a redução da injustiça e não simplesmente a redução dos delitos: 'aspira oferecer direções práticas sobre como nós, cidadãos democráticos, podemos levar uma boa vida por meio da luta contra a injustiça'" (PALLAMOLLA, 2009)

Identificamos na Psicologia Sócio-Histórica um continente para nossas inquietações iniciais. Partindo da concepção de afeto de Espinosa – a base da ética e da política – e da liberdade de Vigotsky – que exige ação coletiva tendo baseada na criatividade e imaginação – Sawaia (2009) aborda a potencialidade humana frente à transformação social. Ambas concepções assumem o homem como ser ativo e passível de autodeterminação, cada uma de seu lugar científico, inspiram a práxis da Psicologia de um lugar não apenas de análise, de crítica e de compreensão, mas como possibilidade de ação no sentido das transformações e que não deve se limitar ao psicológico mas abranger a totalidade humana. Esse trabalho foi construído a fim de apresentar a hipótese da potencialidade da Justiça Restaurativa e dos Processos Circulares de Construção de Paz, no enfrentamento das desigualdades sociais. Para isso devemos investigar a Justiça Restaurativa, seu contexto histórico, bases filosófico-metodológicas e práticas que a compõem, instrumentalizando a Psicologia numa possibilidade de prática na comunidade. Analisamos então, a partir da reflexão entre afeto, liberdade, criatividade e relações sociais proposta por Bader B. Sawaia, se os processos restaurativos e circulares da Justiça Restaurativa podem ser considerados instrumentos de enfrentamento das desigualdades sociais, por fim instrumento para a transformação social.



Do biopoder à biopotência: bons encontros que acontecem no grupo Utu Suru Baco Smica

Autor: Gil (Coletivo PIRA-Psicologia UFSC)

A loucura é, ainda hoje, um grande desafio para os profissionais da saúde mental visto a crescente disputa de interesses por parte dos campos do saber que envolvem a temática. De um lado saberes como da Medicina, religião e Direito disputam fornecer uma compreensão “adequada” de sujeito, de outro, o sofrimento de pessoas que necessitam do apoio e da escuta para conseguir lidar com o insuportável. Desde a primeira publicação de “Histoire de la folie à l’âge classique” (A história da loucura na idade clássica), em 1961, Foucault nos fornece uma análise riquíssima para compreendermos a loucura através de histórias não contadas. As histórias das pessoas em relação às normas da sociedade. Neste trabalho refletiremos sobre as consequências dessa relação.

Com o advento da Reforma Psiquiátrica, conquistado com muita luta através dos movimentos sociais das reformas sanitária e dos trabalhadores da saúde mental (aqui vale ressaltar que o movimento foi também integrado por muitas dessas pessoas que historicamente escondemos das histórias: os sujeitos loucos), o cuidado às pessoas ditas por loucas se propôs a uma mudança de lógica: do tratamento ambulatorial e isolado da sociedade para a atenção psicossocial e a reinserção na sociedade. Em outras palavras, da lógica manicomial para a lógica antimanicomial. Entretanto, o avanço das tecnologias e dos saberes proporcionou conjuntamente a adequação dos mecanismos de controle das vidas e o manicômio tornou-se cada vez mais sofisticado: passou a caber numa caixinha de papel travestido de medicamentos e explicados via bulas. Outras formas de tratamentos ganharam nomes diferentes e discursos humanizados, à exemplo do eletrochoque que transformou-se em eletroconvulsoterapia. Essas são algumas formas de cuidado ao sujeito portador de transtorno mental no século XXI. Entretanto os Centros de Atenção Psicossocial, que se propuseram, após a Reforma Psiquiátrica, a serem referência no atendimento à saúde mental proporcionam também outras formas de cuidado: funciona como um centro de cultura e convivência que fornece aos usuários a possibilidade do convívio social, do desenvolvimento de autonomia e da compreensão e gestão de seus momentos de crises através de diversas oficinas terapêuticas.

A experiência neste trabalho refere-se a uma dessas oficinas terapêuticas de um CAPS II do sul do país. Trata-se de um grupo de amigos (usuários, profissionais e estudantes) que encontram-se semanalmente para construir e (des)ensaiar uma peça de teatro, onde um clima de alegria, amizade e respeito à diferença prepondera. No processo criativo das peças isso se evidencia no fato de que todos os participantes são, potencialmente, atores e autores. O ator torna-se co-autor da peça e autor de si mesmo.

A peça fala quase sempre sobre uma temática comum a todos: a loucura. É um grupo que aproxima-se da esquizocenia ao tentar reverter o poder sobre a vida (biopoder) em potência de agir (biopotência). Nesta peça, as cenas fogem da representação teatral para a lógica do acontecimento. A música é trabalhada a partir da improvisação musical como método pedagógico e criativo, proporcionando um alto grau de aprendizado e criação musical num contato direto com a música.

O devir-esquizocenista consiste em pôr literalmente a vida em cena - vida como multiplicidade -, em seu estado de variação, modos “menores de viver”, ou modos de vida “sem comunidades” (que vivem à margem dos acontecimentos sociais que os cercam) e que no palco ganham visibilidade cênica, legitimidade estética e consistência existencial.

A realização deste escrito foi possível através da observação participante (NEVES, 2009), uma imersão nos encontros semanais com o grupo durante um ano, o que possibilitou a compreensão e integração ao contexto das atividades das pessoas que fazem parte daquela realidade aprendendo mais sobre a complexidade do campo.

Os conhecimentos, compreendidos pelo coordenador da oficina como caixa de ferramentas, que embasam os encontros semanais são abstraídas de diversas fontes (Esquidrama, Música, Esquizocenia, Psicodrama, Cinema, Tragédia Grega, Teatro da Crueldade, Teatro Novo, Literatura, entre outros) e pautados numa perspectiva ética específica: Spinozista, o que aumenta a potência de existir de cada indivíduo, ou seja, o que aumenta a potência de agir de seu corpo-alma. Rocha Lima (1999) refere-se ao grupo utilizando-se da ética spinozista afirmando que em termos de terapia do corpo-e-alma, a substituição da Moral pela ética significa em ter como objetivo a busca do que é bom para o indivíduo, ou seja, a ampliação da capacidade de amar, de sentir-se alegre, gostar da vida e realizar-se em seu projeto singular ao invés da busca pela adaptação às convenções sociais. Em termos spinozista, trata-se de levar o corpo e a alma ao máximo de sua potência de agir.



Os bons encontros deste grupo possibilitam o agenciamento maquínico corporal sob a ótica da filosofia dos dispositivos (Baremblytt, 2002, apud HUR, 2012), ou seja, é possível compreender através do Esquizodrama o que cada tipo de dispositivo agência e mobiliza e que discursos, afetos e intensidades são atualizados no trabalho psíquico intersubjetivo. Trata-se de um trabalho exercido em direção à potência de existir dos indivíduos.

Objetiva-se com os encontros a potencialização das singularidades e o fortalecimento de vínculo de pessoas historicamente colocadas às margens da sociedade: os loucos e loucas. A construção da peça e sua temática, atravessadas em sua maioria das vezes pelos modos de vidas singulares, conduzem o coletivo a compreensão da máquina de captura fazendo com que a mesma deixe de nos determinar e passe funcionar a serviço da produção da vida. Falamos portanto de um enfrentamento ao sistema que produz emancipação.

Este trabalho dialoga diretamente com a temática principal do evento “A Psicologia social frente aos autoritarismos, polarização social e crise sistêmica do capitalismo: em defesa da democracia e da emancipação humana” através do eixo temático “Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais” e do GT “Contribuições da filosofia de Espinosa à Psicologia Social: sujeito político, produção do comum e a práxis psicossocial em contextos comunitários” por considerar, em tempos de retrocessos e conservadorismo, a filosofia spinozista como um práxis psicossocial eficaz na valorização dos diferentes modos de agir e existir, tornando-se uma importante ferramenta para o cuidado e atenção à saúde através das políticas públicas no Brasil.

Frente às normas neoliberais que preponderam o cenário brasileiro e atravessam instituições de saúde e educação cada vez mais, concluímos destacando a capacidade terapêutica do oficina de teatro, cinema e terapia para usuários do caps, ou melhor dizendo do grupo Utu Suru Baco Smica, uma vez que busca-se como finalidade a potência de agir, a emancipação de pessoas que vivem diariamente sob o estigma da loucura e que transformam a vida em cenas de teatro. A oficina, as pessoas que participam e suas diferentes formas de existir, ou seja, as singularidades que habitam o grupo, nos demonstram uma possível práxis da psicologia social nas políticas públicas em tempos de recessão.

Literatura, cidade e lugar: Bons encontros

Autor: Alexia Castro Truppel Machado

Coautor: Allan Gomes

No fluxo da cidade o morador se defronta tanto com “não lugares” quanto com locais que são vivenciados como “meus lugares”. A parte do itinerário do morador que se limita a passagem pode ser denominada como “não-lugar”, em detrimento dos “meus lugares” onde não só se transita apressadamente mas também é local de encontro, onde o calor do lugar traz o sentimento de estar entre os pares. Tais formas de sociabilidade aumentam a potência de ação já que diante do outro se é afetado e se afeta.

Pensando nesses “meus lugares”, lugares de calor, que se objetivou pesquisar as relações estéticas e políticas mobilizadas em grupo de leitura denominado Leia Mulheres na cidade de Joinville.

Leia Mulheres consiste num movimento que iniciou com a ilustradora Joanna Walsh. Ela elaborava marcas páginas com ilustrações de escritoras femininas compartilhando os mesmos no twitter com a hashtag #LeiaMulheres, almejando incentivar a leitura de escritoras mulheres. Mobilizadas por essa proposta, as jornalistas Juliana Leuenroth e Michelle Henriques em 2015 concretizam a ideia criando um grupo de leitura onde as literaturas escolhidas seriam todas femininas. O objetivo era o de abrir espaço para as mulheres em um mercado editorial ainda predominantemente masculino. Em 2017, a proposta chegou em Joinville através da jornalista Marcela Gunther.

Na pesquisa os procedimentos utilizados foram observação participante, leitura dos livros propostos, diário de campo e pesquisa documental. Os encontros do leia mulheres são mensais e itinerantes, cada mês realizados num local diferente. A proposta é que todo mês um livro de uma escritora diferente seja lido antes do encontro, e no dia acordado os participantes se reúnem para discutir suas percepções acerca da obra lida. Compreendendo que minha observação no campo era participante quis vivenciar a experiência junto com as pesquisadas, lendo as obras e realizando diário de campo das minhas experiências com a obra e com as outras mulheres.

O método se baseou na minha relação com o campo de pesquisa, nos encontros que compus com os outros corpos que são os sujeitos da pesquisa. Pautou-se, pois, numa horizontalidade, que desconsidera as distâncias embrutecedoras dispendo pesquisador e pesquisado lado a lado. A pesquisadora não explicou as falas do pesqui-



sado nessa pesquisa, já que essas falam por si. Explicar tais falas seria criar a mesma distância que aqueles que questionam “Vocês compreenderam?” criam. A esse questionamento esperou-se que a pesquisa com seu método respondesse “Já compreendemos”. Já compreendemos porque existe um mundo comum de fala. Mundo esse dito inexistente mas que com sua própria existência provoca dano. Esse dano não se assemelha ao litígio jurídico onde as duas partes são tidas por existentes. Existe uma parte dessas partes que não é considerada parte e que só existirá a partir da exposição do dano.

Portanto, assim como o mestre que se percebe desnecessário e compreende que mais carece do aluno do que o aluno dele, a pesquisadora ensinou não escavar para encontrar o que estava debaixo da superfície dos relatos das participantes do Leia Mulheres, mas simplesmente atualizar suas falas.

Ranciere desenvolve um método, que subverte a lógica das hierarquias entre os os discursos que explicam e aqueles que são por eles explicados. Tal método esfacela o mito pedagógico que separa o mundo em dois. O mundo daqueles com a inteligência superior e os da inteligência inferior.

Nesse método não se visa fazer novas experiências das experiências que as mulheres relatam, mas reconfigurar a forma como essas experiências são lidas. Trata-se de reconstituir como uma fala é pensável independente da posição que esse sujeito ocupe.

Diante do enfraquecimento das relações humanas no mundo contemporâneo, gestado pelo neoliberalismo que evoca consensos, os lugares públicos são esvaziados, destinados a uma determinada forma de se partilhar do sensível nos espaços urbanos: ser lugar de passagem. Chocando-se contra isso, a psicologia social busca reconfigurar esses regimes de percepção e sensibilidade, tornando esses lugares habitáveis por uma presença presente, pela relação que só é possível na composição de corpos que o “nós” provoca. Embasado nas contribuições de Espinosa à Psicologia social, o GT11 visa a reflexão acerca de práticas que possibilitem uma criação coletiva através do aprofundamento dos vínculos comunitários. Aprofundar vínculos comunitários investindo na ética da relação toca no campo da política, já que o ser humano só se faz livre a partir das afecções alegres produzidas ao ser afetado por outros corpos. A partir da compreensão da proposta do GT11, acredito que em alguma medida meu trabalho acerca das relações estéticas e políticas vivenciados pelas mulheres no grupo de leitura irá contribuir para se pensar acerca da potência dos encontros que embaralham lugares e disposições de corpos, confundindo a ordenação do sensível ao tornar vozes inaudíveis em audíveis.

Optei pelo eixo 1 por conceber que só se emancipa fugindo da servidão e heteronomia, instrumentalizada por uma práxis afetiva. Procurei relatar a experiências de mulheres que ao participarem de um grupo de leitura compõem-se como um coletivo e resistem provocando dano com suas próprias existências. Corpos vivos em relação de composição se afetando mutuamente são, pois, a defesa da democracia.

Quiça se possa considerar como resultado uma possibilidade de evidenciar duas formas de partilha do sensível. Aqueles que participam do sensível como portadores de Logos, ou aqueles que são somente produtores de ruído. Na cidade grega, a mulher já fazia parte dos sem parte, não era considerada cidadã, nem, portanto possuía o logos. A mulher de hoje, possui uma constituição que lhe garante por lei ser cidadã, mas ainda sua voz é escutada como ruído. Não pode falar sobre seu corpo, mas seu corpo é falado por outros. Quando, mulheres decidem se reunir num grupo de leitura para discutir em alguma proporção aquilo que estava identificado, se desidentifica. A desidentificação é uma subjetivação política. Essa mulher, que para polícia não é mulher, é des-feminizada, o que apresenta fundamento, afinal, essa é arrancada do seu lugar naturalizado de mãe, dessa identidade que aparenta não ter mistério, mas por um erro de conta tem. Subjetivação política é quando se conta a distância entre essa parte reconhecida, cuidar da prole, e uma ausência de parte. Importante salientar que a polícia mencionada não é a associada comumente ao órgão polícia, mas a ordem de corpos que fixa que consoante aos nomes tais sejam designados a determinados lugares e tarefas.

Pensa-se, pois, nesses encontros como intervalos considerando a comunidade política como mundos de comunidade de intervalos de subjetivação, onde a condição da mulher de ser falante é fendida de si mesma. É “como se” de repente a palavra de uma mulher contasse de alguma forma. Esse subversivo “como se” se arrisca a expor a existência de um mundo comum de argumentação. As mulheres do Leia Mulheres falarem é um escândalo que embaraça as situações outorgadas de comunicação. A distribuição da ordem do fazer, dizer e ser, se redistribuí. Produzem fissuras, colocando em comum o dano que é a contradição de dois mundos: o mundo onde existe alguma coisa entre a parte que é parte e a parte que esses não reconhecem como parte e o mundo não existe.

Há também nesses encontros como resultado um lugar de calor sentido pela pesquisadora que abre para uma temporalidade ética. O formato sempre em círculo onde todas podem serem vistas e verem, o chá e as bolachas,



os olhos dos participantes brilhando ao terem um espaço para tecerem suas impressões, a possibilidade de ser afetado pelo livro, pela sua própria experiência, ou pela experiência que o outro relata e lhe afeta fazem do *Leia Mulheres*, um espaço onde a presença está realmente presente. A temporalidade ética não se conta cronologicamente, mas na intensidade do que se vivencia. São instantes carregados de presença.

Conclui-se com esse trabalho que o *Leia Mulheres* é um espaço de potência, onde as participantes podem afetar e serem afetadas. A pesquisadora se colocando numa horizontalidade pode se relacionar com essas mulheres, de alguma forma ser afetada e afetá-las. Foi possível vivenciar no contato face a face, nas conversas, que a humanidade do homem é ser um ser ético. Um ético das relações que se expressa em espaços onde há uma abertura para outros devires que só são possíveis ao tocar a alteridade e ser tocado por ela.

Sem contar que foi uma experiência onde o pressuposto da igualdade que rompe com a contingência igualitária se tornou um constante desafio de perspectiva. O trabalho exigiu uma constante releitura da metodologia para não se mover por posturas tradicionais de pesquisa que caem numa explicação embrutecedora. Acima de qualquer escavamento de subtextos precede a imprescindibilidade de que o grupo está acontecendo, mulheres estão falando e suas falas sendo atualizadas, corpos estão se compondo.

Movimentos sociais, produção do comum e potência política: Parnaíba em cena.

Autor: Crisadália (UFPI)

Coautor: Eugênia (Universidade Federal do Piauí)

Este trabalho tem como tema os movimentos sociais e os possíveis caminhos que estes nos apontam na construção de cidades democráticas, acolhedoras, potentes para o desenvolvimento e expansão da vida de pessoas e grupos. Parte de uma proposta de pesquisa e extensão do Grupo de Estudos sobre Desigualdade e Intervenção Psicossocial (GEDIP) do curso de psicologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), campus de Parnaíba. O projeto apresenta como objetivo geral: analisar as possibilidades e desafios do processo de produção da municipalidade na cidade de Parnaíba a partir da história, memória e pautas dos movimentos sociais. Objetivos específicos: mapear os movimentos sociais atuantes no município supracitado, levantando elementos de sua história, memória, pautas e territórios de luta; identificar os elementos comuns constitutivos e constituintes das ações desses movimentos; fomentar espaços comuns, dialógicos da práxis política; contribuir para o fortalecimento das relações sócio-político-afetivas.

O esforço se dá, portanto, na direção da construção de um processo de municipalidade que, sem negar os conflitos existentes, ofereça espaços de diálogo e produção ético-política potentes para redigir uma agenda comum da cidade e de superação das desigualdades existentes. Fortalecer o tecido social pelo aprimoramento das relações ético-político-afetivas, tendo como elemento catalizador a valorização do acúmulo de conhecimento, ações e afetos produzidos pelos e nos movimentos sociais.

Compreendemos os movimentos sociais como “[...] ações coletivas com o objetivo de manter ou mudar uma situação [...] uma luta só pode ser caracterizada de social na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além dos horizontes das intenções individuais” (HONNETH, 2003, p. 256). Temos, a priori, dois aspectos importantes para a nossa análise a partir dessa definição: o caráter coletivo das ações que supõe a existência de um processo de construção identitária baseada no sentimento de pertença e a publicização de pautas, agendas específicas de cada grupo, cada movimento. Nesta perspectiva, os movimentos sociais formam um campo rico de análise da qualidade das relações territoriais, entre as classes e os corpos que compõem o tecido social. A distribuição dos territórios e a definição dos espaços simbólicos que cada corpo ocupa em determinada cultura e tempo histórico.

Classifica-se os movimentos sociais de acordo com a multiplicidade e pluralidade dos grupos que os compõem. Entende-se as singularidades e força dos coletivos, observa-se a atuação dos corpos em manifestações, panfletagens, petições públicas, assembleias, conselhos, eles estão em todos os poderes: legislativo, judiciário, executivo e midiático. Entretanto, é difícil definir o que são os movimentos sociais e como a multiplicidade dos diversos atores sociais nos ajuda a compreendê-los.

No século XIX, surgem os primeiros movimentos sociais que lutam por melhores condições trabalhistas, influenciados por correntes socialistas, comunistas e até anarquistas. Essas ações estavam mais próximas de manifestações sindicais que identificações identitárias, buscava-se direitos trabalhistas e civis, caracterizando o que



se convencionou chamar didaticamente de “velhos movimentos sociais”. Nas décadas de 1960 e 1970, inicia-se os debates daquilo que ficou conhecido na sociologia como “novos movimentos sociais”, um debate em torno de grupos específicos e as suas demandas identitárias específicas, por exemplo: movimento de mulheres, movimento negro, por questões ambientais, sem terra e sem teto. A partir da década de 1990 e entrada no século XXI, chega-se a concepção mais atual acerca dos movimentos sociais que entende não só a importância do sentimento de pertença para sua formação, mas, busca também compreender o locus de produção subjetiva através da experiência pública das emoções. Essa é uma grande aposta para a compreensão e produção de saberes e práticas coletivas de transformação da realidade: a via dos afetos.

Como incorporar suas lutas específicas às lutas comuns sem abrir mão de sua posição política? Esse tem sido um grande desafio a ser superado na configuração do espaço comum, no fortalecimento do sentimento do comum. Por isso entendemos que facilitar experiências públicas das emoções, compreender os fluxos de afetos no processo de construção de uma cidade comum habitável é tarefa para psicologia social.

Neste sentido, nos aproximamos do conceito espinosano de multidão enquanto sujeito político, revolucionário. A partir de Espinosa podemos definir multidão como um grande corpo constituído de singularidades que se unem, potencializando a força de agir, sentir e pensar de cada uma e que visa a realizar um bem comum. Formando um grande corpo político. A multidão efetiva os resultados planejados por meio da união intrínseca dos esforços dos corpos que a compõem. A questão fundadora da multidão concerne à participação no poder e à distribuição da potência coletiva no interior da sociedade.

Para Espinosa, “o direito da Cidade é definido pela potência da multidão (*potentia multitudinis*) que é conduzida de algum modo pelo mesmo pensamento e essa união das mentes” (TP, III, § 3). Devemos ressaltar que unidade significa algo diferente de uniformidade, ou seja, quando Espinosa fala em “união de mentes” não se remete a padronização de pensamentos e comportamentos, mas, a uma composição das diferenças que nos torna mais fortes, autônomos e livres.

Espinosa preconiza, enfim, os encontros entre os diferentes corpos como condição *sine qua non* de aprimoramentos das condições de vida, material e subjetiva efetivada, principalmente, a partir do momento em que adquirimos a compreensão da importância desse relacionamento social, que potencializa o núcleo de forças vitais da coletividade, a “multidão”.

A filosofia política espinosista se destaca sobre as perspectivas éticas e políticas excessivamente teóricas pelo fato de afirmar o primado da capacidade de agir como potência sempre atual, capaz de transformar uma situação estabelecida que não coadune com os direitos de cada um, pois o homem, sendo um modo constituído pela regulação da natureza, necessita relacionar-se com outros homens para que possa realizar seus projetos criativos e aumentar sua potência. Espinosa considera que:

Se duas pessoas concordam entre si e unem as suas forças, terão mais poder conjuntamente e, conseqüentemente, um direito sobre a Natureza que cada uma delas não possui sozinha em quanto mais numerosos forem os homens que tenham posto as suas forças em comum, mais direitos terão eles todos. (TP II, § 1).

Nessas condições, é importante salientarmos que a concórdia política que alinha os corpos aos afetos tristes de medo, humilhação ou ódio se insere na ordem do autoritarismo e na repugnante tendência de se considerar o “outro”, o “diferente”, como um concorrente, inimigo em potencial. Interpretada segundo as reflexões políticas de Espinosa, poderíamos enquadrar a discriminação social no rol dos afetos tristes, pois decorreria da incapacidade de reconhecer no outro o estatuto de ser humano constituído pelos mesmos modos finitos.

Esse sentimento arrogante leva a crer que existe a predominância de uma raça, classe ou comunidade sobre outra. Predominância essa que, para ser legitimada, deve ser considerada como inata, imutável, naturalizada, desconsiderando todo tipo de compreensão das circunstâncias históricas que possibilitaram a formação de um povo, em prol da proclamação de um pretensito mito de superioridade racial, étnica, cultural, social. Dessa forma, esse afeto mantém a ideia de pretensa superioridade (nos mais diversos âmbitos), propondo-se simplesmente a dominar, utilizando-se dos mais sofisticados subterfúgios para legitimar tal atitude.

Na ética espinosista, os afetos são uma base processual sobre a qual a vida se funda, desenrola e transforma, em trilhas de padecimento e de potencialização traçadas nos/pelos encontros. Eles contêm a ética e a racionalidade; assim, precisamos compreender a vida afetiva, porque senão a única coisa que nos sobra é a obediência, submissão a poderes imateriais ou concretos, como a mídia, a religião ou o Estado, as mercadorias, o padrão, a acumulação de capital ou a desumanização do homem.



Essa é a real importância do estudo dos afetos: seu poder transformador das relações entre os homens e destes consigo mesmo pois não agimos contra os afetos, mas a partir deles.

Referências:

- ALBUQUERQUE, R.; BUSSARELLO, F. R.; SAWAIA, B. B. Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial/ Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque e Flávia R. Busarello, Alexa Cultural: São Paulo, 2018. 370 p.
- ESPINOSA, B. Tratado Político. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Rev. Mediações. Londrina, v. 5, n. 1, p. 11- 40, jan./jun. 2000.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais / Axel Honneth; tradução de Luiz Repa. - São Paulo: Ed. 34, 2003. 296 p. Tradução de: Kampf um Anerkennung.

Narrativas de um Espaço de Expressão: produção de saúde, modos de subjetivação e cuidado em rede na extensão universitária

Autor: Rita Maciazeki e Roberta Rodrigues Silveira (FURG)

Coautor: Dionvera Coelho da Silva

Este estudo apresenta narrativas produzidas a partir de ações de extensão universitária realizadas pelo curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). A partir do projeto "Saúde Mental e Direitos Humanos: Produzindo estratégias de cuidado em rede", ancorado na articulação entre saúde mental e direitos humanos, articula ações do Espaço de Expressão ligadas a produção de saúde, modos de subjetivação e cuidado em rede na extensão universitária. A aprovação da lei 10216/01 (BRASIL, 2001) orienta práticas de cuidado em saúde mental no território (SANTOS, 2009), próximo aos espaços de moradia, circulação e convivência entre as pessoas, numa perspectiva psicossocial. A perspectiva psicossocial sustenta as práticas de cuidado, acolhida e escuta realizadas na ação de extensão intitulada "Espaço de Expressão". A ação emergiu da preocupação de professores e alunos do curso de Psicologia em contribuir com estratégias de promoção em saúde mental, para além do espaço de atendimento clínico individual. As atividades se iniciaram em espaços de encontro da comunidade acadêmica, como o Centro de Convivência e se ampliaram para locais públicos fora da universidade. Às atividades do Espaço de Expressão estão associadas ao fortalecimento do tripé ensino, pesquisa e extensão. Para isso, articulam a produção do conhecimento com a inserção e a intervenção de práticas sociais (DIMENSTEIN et al., 2013). De modo a contribuir com a organização de eventos que contam com a integração de trabalhadores, gestores, familiares e usuários da saúde mental. Demarca um posicionamento em prol da luta antimanicomial, com ênfase nas novas abordagens em saúde mental e no cuidado em liberdade, contrário a uma perspectiva manicomial. As discussões sobre práticas de cuidado estão associadas às políticas públicas e ao campo da Saúde Coletiva. Levando em conta, a complexidade e a singularidade das condições que atravessam os processos de sofrimento psíquico, entre universitários e a população em geral, o Espaço de Expressão objetiva propiciar atividades de encontro, integração, cuidado e escuta em espaços públicos; promover espaços de cuidado mútuo e de promoção em saúde mental como efeitos da produção do comum; oportunizar espaços de compartilhamento das narrativas de experiências acerca das especificidades dos modos de vida de distintos grupos e coletivos; fomentar iniciativas culturais, artísticas e científicas oriundas de grupos e coletivos. A ação de extensão prevê a construção coletiva das temáticas a serem trabalhadas. As demandas são produzidas pela comunidade acadêmica, como também pelos grupos parceiros relacionados às políticas públicas de saúde, educação e assistência social, com os quais o curso de Psicologia mantém contato. O trabalho aqui proposto dialoga com o GT 11 Contribuições da filosofia de Espinosa à Psicologia Social: sujeito político, produção do comum e a práxis psicossocial em contextos comunitários ao concordar que ao fomentarmos o "aprimoramento/fortalecimento das relações comunitárias, estamos incluindo a práxis junto às políticas públicas e sociais e falando de facilitação de um processo de promoção de espaços relacionais baseados em afetos, pensamentos e movimentos potentes para o enfrentamento das desigualdades, descentralização do poder político, participação de todos os segmentos nas tomadas de decisões, enfim, na possibilidade de criação coletiva de um mundo habitável para todos os diversos modos de vida. Bons encontros que fomentem a potência de ação, a liberdade de sujeitos/grupos populacionais". O Espaço de Expressão resulta de uma produção coletiva,

de ações integradas com diferentes cursos, como Artes, Letras, Enfermagem e Educação Física; em diálogo com o Projeto Encontro de Saberes, potencializando o reconhecimento de saberes tradicionais e a troca de experiências. As atividades do Espaço de Expressão são organizadas em espaços públicos e de circulação de pessoas. Contam com a organização de mesas e cadeiras, nas quais são dispostos materiais gráficos, lápis, canetas, tintas, canetas coloridas, papéis e jogos variados. As pessoas participantes são convidadas a se expressar através de desenhos, escrita e jogos. O Espaço de Expressão conta com "Espaços de Escuta" para as pessoas que desejam conversar, em reservado, com estudantes ou professores de Psicologia. Como também, com atividades em rodas de conversa, relacionadas com discussões de temáticas específicas, constituindo espaços de escuta coletivos. As atividades do Espaço de Expressão surgiram para acolher demandas de atendimento relacionadas a saúde mental de estudantes universitários e também de trabalhadores da FURG. Com o desenvolvimento dos encontros foram sendo reelaboradas suas estratégias, levando em conta as necessidades do público atendido, como ampliação das atividades para além do espaço universitário. Produção de Saúde e Modos de subjetivação - O Espaço de Expressão se constitui como uma ação de extensão em construção, aberta e flexível as demandas da equipe organizadora e de seus participantes. Nesse sentido, a partir das ações desenvolvidas os encontros estiveram vinculados com discussões temáticas relacionadas à saúde, aos direitos humanos, a situação política, social e econômica do país. Sendo elaborados encontros temáticos alusivos: ao setembro amarelo, a aula pública pré-eleição presidencial, ao novembro negro, ao mês da mulher alusivo a Marielle Franco. As atividades de integração, expressão gráfica e lúdica, se associaram rodas de conversa sobre temas pulsantes no momento histórico e político do país. Aqui, se dá compreensão de uma escuta ativa e sensível atravessadas pelas questões sociais e políticas. Parte-se do pressuposto de que, a acolhida em saúde mental requer que sejam levadas em conta as condicionalidades de saúde e de adoecimento dos sujeitos. Implica considerar os determinantes sociais de gênero, classe e raça (BARATA, 2009, BARATA, RIBEIRO, SILVA e ANTUNES, 2013) e seus efeitos nos modos de viver e adoecer das pessoas. Cuidado em Rede – O Espaço de Expressão preconiza o fortalecimento de laços convivenciais, problematiza a aceleração do cotidiano e a priorização de relações permeadas pela conexão virtual. As atividades requerem um exercício de aproximação e escuta do outro, encarnado no colega de curso, de aula, conhecido, amigo, vizinho ou até mesmo do desconhecido que se aproxima para conversar. Produz o imperativo de se colocar a disposição e se abrir ao encontro com o outro, com o inusitado na produção de bons encontros. A ideia de rede, leva em conta a integração dos serviços especializados, mas também os laços de proximidade, afetivos e de interação entre as pessoas, como estratégias de promoção da saúde mental. Entre os impactos constatados estão a adesão e a demanda de ampliação das ações propostas pelo Espaço de Expressão. Ressalta-se também, o impacto na formação de estudantes de psicologia ao propiciar o exercício de uma escuta clínica, para além setting tradicional. Alia, também, discussões interrelacionadas com outras áreas do conhecimento, na composição de práticas interdisciplinares. O Espaço de Expressão vem se constituindo através do diálogo com diferentes grupos e coletivos, a fim de potencializar os encontros de integração, cuidado e escuta em espaços públicos. Entre os desafios lançados estão a ampliação e o fortalecimento das ações junto a outros polos da FURG, as práticas de estágio em Psicologia Social do curso de Psicologia e da Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade, de modo especial junto as unidades básicas de Saúde do município de Rio Grande.

Referências:

BARATA, R.B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

BARATA, R. B, RIBEIRO, M.C.S.A, SILVA, Z.P., & ANTUNES, JLF. Classe social:

conceitos e esquemas operacionais em pesquisa em saúde. *Revista de Saúde Pública*, 47(4), 647-655, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei 10.216 de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm.

DIMENSTEIN, Magda et al. Psicologia, políticas públicas e práticas sociais: experiências em pesquisas participativas. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei, v. 10, n. 1, p. 24-36, jun. 2015. SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. 4a. ed. 5a. Reimpr. São Paulo: Ed. da Univ. de São Paulo, 2009.



Narrativas de um Espaço de Expressão: produção de saúde, modos de subjetivação e cuidado em rede na extensão universitária

Autor: Rita Maciazeki e Roberta Rodrigues Silveira (FURG)

Coautor: Jackson Pereira Cardoso (Jackson Pereira Cardoso) e Dionvera Coelho da Silva

Este estudo apresenta narrativas produzidas a partir de ações de extensão universitária realizadas pelo curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). A partir do projeto "Saúde Mental e Direitos Humanos: Produzindo estratégias de cuidado em rede", ancorado na articulação entre saúde mental e direitos humanos, articula ações do Espaço de Expressão ligadas a produção de saúde, modos de subjetivação e cuidado em rede na extensão universitária. A aprovação da lei 10216/01 (BRASIL, 2001) orienta práticas de cuidado em saúde mental no território (SANTOS, 2009), próximo aos espaços de moradia, circulação e convivência entre as pessoas, numa perspectiva psicossocial. A perspectiva psicossocial sustenta as práticas de cuidado, acolhida e escuta realizadas na ação de extensão intitulada "Espaço de Expressão". A ação emergiu da preocupação de professores e alunos do curso de Psicologia em contribuir com estratégias de promoção em saúde mental, para além do espaço de atendimento clínico individual. As atividades se iniciaram em espaços de encontro da comunidade acadêmica, como o Centro de Convivência e se ampliaram para locais públicos fora da universidade. Às atividades do Espaço de Expressão estão associadas ao fortalecimento do tripé ensino, pesquisa e extensão. Para isso, articulam a produção do conhecimento com a inserção e a intervenção de práticas sociais (DIMENSTEIN et al., 2013). De modo a contribuir com a organização de eventos que contam com a integração de trabalhadores, gestores, familiares e usuários da saúde mental. Demarca um posicionamento em prol da luta antimanicomial, com ênfase nas novas abordagens em saúde mental e no cuidado em liberdade, contrário a uma perspectiva manicomial. As discussões sobre práticas de cuidado estão associadas às políticas públicas e ao campo da Saúde Coletiva. Levando em conta, a complexidade e a singularidade das condições que atravessam os processos de sofrimento psíquico, entre universitários e a população em geral, o Espaço de Expressão objetiva propiciar atividades de encontro, integração, cuidado e escuta em espaços públicos; promover espaços de cuidado mútuo e de promoção em saúde mental como efeitos da produção do comum; oportunizar espaços de compartilhamento das narrativas de experiências acerca das especificidades dos modos de vida de distintos grupos e coletivos; fomentar iniciativas culturais, artísticas e científicas oriundas de grupos e coletivos. A ação de extensão prevê a construção coletiva das temáticas a serem trabalhadas. As demandas são produzidas pela comunidade acadêmica, como também pelos grupos parceiros relacionados às políticas públicas de saúde, educação e assistência social, com os quais o curso de Psicologia mantém contato. O trabalho aqui proposto dialoga com o GT 11 Contribuições da filosofia de Espinosa à Psicologia Social: sujeito político, produção do comum e a práxis psicossocial em contextos comunitários ao concordar que ao fomentarmos o "aprimoramento/fortalecimento das relações comunitárias, estamos incluindo a práxis junto às políticas públicas e sociais e falando de facilitação de um processo de promoção de espaços relacionais baseados em afetos, pensamentos e movimentos potentes para o enfrentamento das desigualdades, descentralização do poder político, participação de todos os segmentos nas tomadas de decisões, enfim, na possibilidade de criação coletiva de um mundo habitável para todos os diversos modos de vida. Bons encontros que fomentem a potência de ação, a liberdade de sujeitos/grupos populacionais". O Espaço de Expressão resulta de uma produção coletiva, de ações integradas com diferentes cursos, como Artes, Letras, Enfermagem e Educação Física; em diálogo com o Projeto Encontro de Saberes, potencializando o reconhecimento de saberes tradicionais e a troca de experiências. As atividades do Espaço de Expressão são organizadas em espaços públicos e de circulação de pessoas. Contam com a organização de mesas e cadeiras, nas quais são dispostos materiais gráficos, lápis, canetas, tintas, canetas coloridas, papéis e jogos variados. As pessoas participantes são convidadas a se expressar através de desenhos, escrita e jogos. O Espaço de Expressão conta com "Espaços de Escuta" para as pessoas que desejam conversar, em reservado, com estudantes ou professores de Psicologia. Como também, com atividades em rodas de conversa, relacionadas com discussões de temáticas específicas, constituindo espaços de escuta coletivos. As atividades do Espaço de Expressão surgiram para acolher demandas de atendimento relacionadas a saúde mental de estudantes universitários e também de trabalhadores da FURG. Com o desenvolvimento dos encontros foram sendo reelaboradas suas estratégias, levando em conta as necessidades do público atendido, como ampliação das atividades para além do espaço universitário. Produção de Saúde e Modos de subjetivação - O Espaço de Expressão se constitui como uma ação de extensão em construção, aberta e flexível as demandas da equipe organizadora e de seus participantes. Nesse sentido, a partir das ações desenvolvidas os encontros estiveram vinculados com

discussões temáticas relacionadas à saúde, aos direitos humanos, a situação política, social e econômica do país. Sendo elaborados encontros temáticos alusivos: ao setembro amarelo, a aula pública pré-eleição presidencial, ao novembro negro, ao mês da mulher alusivo a Marielle Franco. As atividades de integração, expressão gráfica e lúdica, se associaram rodas de conversa sobre temas pulsantes no momento histórico e político do país. Aqui, se dá compreensão de uma escuta ativa e sensível atravessadas pelas questões sociais e políticas. Parte-se do pressuposto de que, a acolhida em saúde mental requer que sejam levadas em conta as condicionalidades de saúde e de adoecimento dos sujeitos. Implica considerar os determinantes sociais de gênero, classe e raça (BARATA, 2009, BARATA, RIBEIRO, SILVA e ANTUNES, 2013) e seus efeitos nos modos de viver e adoecer das pessoas. Cuidado em Rede – O Espaço de Expressão preconiza o fortalecimento de laços convivenciais, problematiza a aceleração do cotidiano e a priorização de relações permeadas pela conexão virtual. As atividades requerem um exercício de aproximação e escuta do outro, encarnado no colega de curso, de aula, conhecido, amigo, vizinho ou até mesmo do desconhecido que se aproxima para conversar. Produz o imperativo de se colocar a disposição e se abrir ao encontro com o outro, com o inusitado na produção de bons encontros. A ideia de rede, leva em conta a integração dos serviços especializados, mas também os laços de proximidade, afetivos e de interação entre as pessoas, como estratégias de promoção da saúde mental. Entre os impactos constatados estão a adesão e a demanda de ampliação das ações propostas pelo Espaço de Expressão. Ressalta-se também, o impacto na formação de estudantes de psicologia ao propiciar o exercício de uma escuta clínica, para além setting tradicional. Alia, também, discussões interrelacionadas com outras áreas do conhecimento, na composição de práticas interdisciplinares. O Espaço de Expressão vem se constituindo através do diálogo com diferentes grupos e coletivos, a fim de potencializar os encontros de integração, cuidado e escuta em espaços públicos. Entre os desafios lançados estão a ampliação e o fortalecimento das ações junto a outros polos da FURG, as práticas de estágio em Psicologia Social do curso de Psicologia e da Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade, de modo especial junto as unidades básicas de Saúde do município de Rio Grande.

Referências:

BARATA, R.B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

BARATA, R. B, RIBEIRO, M.C.S.A, SILVA, Z.P., & ANTUNES, JLF. Classe social:

conceitos e esquemas operacionais em pesquisa em saúde. *Revista de Saúde Pública*, 47(4), 647-655, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei 10.216 de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm.

DIMENSTEIN, Magda et al. *Psicologia, políticas públicas e práticas sociais: experiências em pesquisas participativas*. *Pesqui. prá. psicossociais, São João del-Rei*, v. 10, n. 1, p. 24-36, jun. 2015. SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. 4a. ed. 5a. Reimpr. São Paulo: Ed. da Univ. de São Paulo, 2009.

O grupo como dispositivo de experiência estética: uma intervenção numa associação de usuários de CAPS

Autor: Bruna Tibolla Mohr e Lucas José Donhauser

Coautor: Murilo Cavagnoli (Unochapecó)

INTRODUÇÃO

É recente, no Brasil e em especial nas políticas públicas de saúde mental, as discussões em torno das associações de usuários de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e sua importância na efetivação da emancipação econômica, política e social, e respectiva contribuição para promoção da qualidade de vida de usuários e ex-usuários de CAPS. Por outro lado, a tão obstinada emancipação muitas vezes se assenta apenas sob bases econômicas, de modo a reiterar processos de exclusão, adoecimento e sofrimento. Sendo assim, apresentaremos uma pesquisa intervenção realizada junto a uma associação de usuários de CAPS, onde o problema emergente foi: como seria possível desmontar lógicas identitárias sustentadas pela patologia, tensionando o coletivo de associados a habitar um outro ethos que não mais aquele demarcado pelo saber-poder médico-psiquiátrico e pelos processos



de exclusão e inclusão social perversa no seio do capitalismo? Nosso objetivo, nesse processo, foi proporcionar a experimentação e a multiplicação das formas de devir grupo, oferecendo recursos a singularização.

EIXO TEMÁTICO

A pesquisa intervenção em questão relaciona-se ao eixo “insurgências ético-estético-políticas: contribuições da psicologia social”, pois situa a construção de grupo-dispositivo, pautados pela experiência estética, pela ética e pela política, como recursos à transformação de lógicas excludentes, no plano microssocial molar (Guattari; Uno, 2016). Guattari (1992) e Guattari e Deleuze (2012) desenvolvem em sua obra a possibilidade de devir, situando as relações com a alteridade como eixo à experimentação frente ao real, quando este apresenta-se fragmentado, binarizado e estratificado. Experiências brasileiras, como as desenvolvidas por Hur (2012) e Barros (2007), tem demonstrado a potência da perspectiva esquizoanalítica de grupos ao desenvolvimento micropolítico de processos de singularização, pautados pelo encontro (ESPINOSA, 2016) e pela compreensão do devir enquanto contágio (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Sustentamos nossa aposta teórico-metodológica na esquizoanálise de Deleuze e Guattari (2011b), articulada a uma compreensão dos processos grupais como dispositivos implicados na transversalização das experiências e na mobilização de um plano comum de experimentação ética, estética e política (HUR, 2012; BARROS, 1997). Pautados pela perspectiva cartográfica, a qual pressupõe um processo de pesquisa-intervenção, a constituição de um grupo dispositivo se deu através do lançar-se na experimentação ética e pela construção de um dado território compartilhado, no qual emergiu nossa questão-problema em um plano comum. (KASTRUP; PASSOS, 2016).

Enquanto cartógrafos, nos inserimos no cotidiano de uma associação de usuários de um CAPS, nos lançamos a participação observante neste contexto, deixando-se afetar pelo território existencial e questão. É esta incursão ao campo, que permitiu a constituição de uma problemática gestada de modo dialógico, fomentando a constituição de um grupo.

Sustentados nesta aposta teórico-metodológica, onde estão imbricados pesquisador e campo, sujeito e objeto, teoria e prática, o grupo emerge como um dispositivo construído de forma a posteriori, como “grupo-efeito” (BARROS, 2007). É na constituição deste plano dialógico de experimentação, entendido como dispositivo de intervenção, que propomos a pintura em telas e produção de narrativas através de máquinas de escrever como suporte a experimentação estética, oferecendo recursos ao trabalho do pensamento (DELEUZE; GUATTARI, 1992). A criação, imbricada ao grupo dispositivo, permitiu o encontro com as próprias objetivações artísticas e com as formas e que emergem na relação com as expressões da alteridade, “Assim, cada dispositivo é uma multiplicidade, na qual operam certos processos em devir, distintos daqueles que operam num outro” (DELEUZE, 2016, p. 363). A noção de experiência estética, de emancipação e as relações entre estética e política, como propostas por Rancière (2010) conectadas a perspectiva citada do processo grupal, oferecem contribuições para uma leitura outra do papel da arte nos movimentos de resistência e criação. Constituído o grupo, a intervenção se estendeu por 6 meses, gerando 12 encontros do grupo e seu encerramento com exposição/intervenção no centro da cidade, mobilizada pelo conteúdo estético produzido. Participaram do processo de pesquisa intervenção, dois dos pesquisadores e 20 associados.

RESULTADOS

A associação, quando de nossa intervenção no ano de 2017, contava com, em média, 40 associados, sendo eles usuários e/ou ex-usuários de CAPS, familiares e voluntários. O trabalho da associação voltava-se à confecção de artesanato: panos de pratos, toalhas, tapetes, artigos de decoração como bordados e fabricação de estopas. A associação mantinha vínculo com os Centros de Atenção Psicossocial da cidade (CAPS II e CAPS Ad III), uma vez que os usuários eram encaminhados, com finalidade terapêutica, ao espaço. Além da vinculação com o CAPS, a associação mantinha vínculo com uma Incubadora Tecnológica de fomento à economia solidária.

Outro problema enfrentado na associação era que as atividades econômicas como forma de emancipação não garantiam o sustento mínimo dos associados. Em vez de promover qualidade de vida, gerava sofrimento, devido ao modo rígido como se organizavam: expediente fabril, controle de presença e frequência, demanda de produção com metas a serem alcançadas, distribuição de lugares e funções de acordo com a capacidade, entre outros.



Os encontros promovidos pelo dispositivo grupo possibilitaram maior aproximação entre os associados, estabelecendo vínculos antes impossibilitados pela lógica de serialização e divisão do trabalho por setor-função. Nesse movimento coletivo e heterogêneo emergiu a proposta de confecção de um mosaico composto pelas telas pintadas e as narrativas produzidas com as máquinas de escrever. O mosaico foi construído coletivamente: com as telas colocadas sob o chão, os associados iam bricolando-as lado-a-lado. Enquanto uns costuravam, outros pintavam, outros escreviam. A associação estava desterritorializada, deveio outra coisa, uma enorme máquina-ateliê-pintura-escrita. Naquela duração, ninguém mais produzia o artesanato de antes, e não havia nenhuma preocupação com a integração daquilo que se produzia aos fluxos de economia-lucro. A pintura em tela provocou uma desestratificação tanto da instituição quanto dos agentes e dos equipamentos ali dispostos. A mesa não era mais a mesma, ela não suportou a confecção de bordados e deveio suporte para pintura em tela. Nem as estopas escaparam, não quiseram mais ser vendidas; sua efetuação consistia em limpar os pincéis e as tintas que se esparavam; os alfinetes que serviam ao artesanato foram utilizados para bricolar as telas e dar forma ao mosaico. As máquinas de costura, por sua vez, davam solidez ao arranjo. A mão que levava o lixo da associação até a rua – porque não servia para confeccionar um bordado vendível –, agora abria os potes de tinta e misturava suas cores, buscando novos tons para colorir a tela antes vazia. A associação era um enorme mosaico; éramos todos bricoleurs (DELEUZE; GUATTARI, 2011b).

A desterritorialização da associação acarretou na produção de um plano comum, uma região povoada por intensidades (DELEUZE; GUATTARI, 2011a), onde os heterogêneos afirmavam sua diferença. Houve uma desterritorialização e ao mesmo tempo reterritorialização intensiva dos afetos que ali circulavam, produzindo uma síntese coletiva, um nós-todos: o mosaico-associação como grande Corpo sem Órgãos. Se do CsO masoquista Deleuze e Guattari (2011a) percebem bem o povoamento por intensidades de dor, ondas doloríferas, podemos dizer do CsO mosaico-associação que sua terra esteve povoada por intensidades de cor, ondas coloríferas, que não mais se podiam ver, somente sentir.

Neste processo, as máquinas de escrever tiveram importância para a produção das narrativas, que por sua vez serviram como analisador das histórias de vida dos associados que, sob dadas condições, os trouxeram para o mesmo espaço de convívio. A utilização das máquinas de escrever permitiu a construção de narrativas outas, nas quais se pode atualizar o passado dos associados, abrindo espaços para elaborar coletivamente algumas marcas presentes em suas vidas, e muitas frases, carregadas de sentido pessoal e coletivo, foram inseridas no mosaico. As pinturas e as narrativas formaram uma síntese conjuntiva, expressão de um processo coletivo que carrega em sua história muitas dores, estigmas e ao mesmo tempo muita força e resistência.

CONCLUSÕES (REFLEXÕES GERADAS)

É possível investir o grupo como dispositivo de intervenção capaz de tensionar lógicas identitárias marcadas pela exclusão e inclusão perversa (SAWAIA, 2014), pelo estigma da loucura e também pelo *modus operandi* capitalístico que impõe e limita a expressão da vida à relação com a economia-lucro. Além do mais, consideramos ser de suma importância apostarmos na experiência estética como possibilidade de ficcionar o real (RANCIÈRE, 2010) e bifurcar os modos de existência aparentemente condenados a um perfil identitário eterno e único. A pintura em telas e a produção de narrativas atuaram como suportes ético-estético-políticos que possibilitou a fabricação e montagem de rearranjos constantes no dispositivo grupo.

Em relação a nossa intervenção, acreditamos ter produzido uma síntese conjuntiva dos dispositivos arte e narrativas e, ao mesmo tempo, uma experimentação do real e a produção de processos de singularização, criando formas de desidentificação, promotoras da emergência de um nós com mais capacidades do que aquelas contadas frente ao estigma da loucura. Percebemos que as rupturas no contexto só foram possíveis em decorrência da montagem desse dispositivo grupal, que operou a produção de linhas intensivas de desterritorialização e que produziram efeitos de singularização coletiva.



GT12: Contribuições, paradoxos e desafios da autogestão para fortalecimento da democracia e construção de coletivos em busca de autonomia

A Representação da Escola, sob a ótica comunitária e seus impactos nos processos educativo-escolares.

Autor: Rafael Callegari Moreira (Rafael C. Moreira)

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da prática do Estágio Supervisionado em Psicologia e Processos Educativos, do curso de Psicologia, da UNIMEP, Piracicaba/SP. Por se propor a atuar com foco voltado à uma análise crítica da realidade educacional, tendo a produção do fracasso escolar como objeto de estudo e intervenção, foi realizado em uma Instituição Escolar, Pública, Estadual, de Período Integral, num município do interior do Estado de São Paulo, e buscou considerar as relações cotidianas escolares como produtoras das problemáticas educacionais-escolares, com vistas a compreender a dinâmica sócio institucional produtora da realidade escolar. Partindo de um aporte teórico-metodológico com fundamentação materialista histórico-dialética e observando as Referências Técnicas para a atuação do psicólogo na Educação Básica do CFP (CREPOP), desenvolveu-se a partir de três principais frentes de trabalho: grupo de alunos, formação docente e relação Família-Escola-Comunidade. Discute-se, aqui, apenas a última frente, a qual definiu, como situação-problema, a investigação das interrelações entre Escola e Comunidade. A aproximação junto à realidade educacional-escolar-comunitária, e o próprio curso do trabalho diagnóstico-interventivo, conduziram o foco de análise à investigação de três principais aspectos inter-relacionados: (1) "condições psicossociais da formação comunitária do Bairro", (2) "representações comunitárias da Escola" e (3) "perfil" das famílias que compõem a comunidade escolar".

OBJETIVO

Integrado ao contexto geral investigativo de compreender a dinâmica de determinação dos processos sociais de produção do fracasso escolar, o objetivo dessa frente de trabalho foi o de identificar nexos de causalidade sócio históricos, presentes nas relações Escola-Comunidade, com a finalidade de compreender a representação da Escola sob a ótica comunitária, bem com os impactos dessa representação sobre os processos educativo-escolares.

RELAÇÃO COM O 10º EIXO E OS GTS "9" E "12".

Mesmo se caracterizando como um trabalho de Psicologia Educacional e Escolar pode-se afirmar que, pelo aporte teórico-metodológico adotado, percebem-se interfaces do seu fazer "psi" tanto com o Eixo 10º quanto o GTS 9 e 12. Em relação ao primeiro, encontra-se a correlação no fato de que a metodologia de pesquisa adotada assegurou um olhar sobre o território, como um elemento decisivo na constituição da identidade comunitária, constituindo a identidade dos sujeitos, pertencentes a esta vivência comunitária, assim como, as formas de resistência deste grupo, frente as instituições que representam a lógica neoliberal, como sobrevivência indenitária. Em relação aos GTS, as correlações percebidas residem no fato de que as reflexões aí produzidas destacam a existência de uma comunidade ativa, que expressa dentro do âmbito territorial, esforços de auto-organização e auto-gestão, como enfrentamento dos problemas da esfera individual, enquanto uma dificuldade do coletivo, que deve ser dita, pensada e trabalhada pela comunidade, junto dos problemas sociais que assolam o grupo, como desemprego, fome, violência, destacando formas de subjetividade e experiência do sofrimento de maneira diversa, mantendo viva uma identidade territorial.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

Além das Referências Técnicas para atuação do psicólogo na Educação Básica do CFP o trabalho se fundamentou num aporte teórico inspirado no paradigma da Psicologia Social Latino Americana e na Psicologia Histórico-Cultural, assumindo, assim, a tese da gênese social do psiquismo. Nessa abordagem compreende-se o indivíduo enquanto produto e produtor das características territoriais, produzindo nexos causais, que são chaves para o entendimento da realidade, e que participa da identidade comunitária local, possuindo sua própria história, dentro

da realidade social mais ampla. Autores como Lane e Codo (1984), Ciampa (1985), Reboredo (1995, 2003), Barbosa (2012), Souza (2010), CFP (2013), Patto (1988) inspiraram teórica e metodologicamente o fazer "psi". A partir de tais autores pode-se afirmar que os meios de produção social da identidade territorial, têm origem dialética, na qual, o homem interfere na Natureza, alterando-a, ao passo em que é alterado por ela.

MÉTODO

Do ponto de vista metodológico adotou-se uma metodologia qualitativa de investigação de fenômenos sociais e psicológicos, tendo por base a pesquisa-ação-participante, articulando diferentes procedimentos metodológico, tais como: levantamento bibliográfico, observação participante, coleta de relato oral, entrevista semi-dirigida, visita técnica à comunidade, registro em diário de campo, extração de categorias analíticas, produção de documentos coletivos (formulário) e de devolutiva do trabalho à comunidade. Em relação ao Relato Oral, entrevistou-se quatro moradores, que residem desde 1982 no Bairro, os quais puderam contar, de acordo com o seu olhar, a história do desenvolvimento do Bairro. Durante esse procedimento focalizaram-se, principalmente, os processos sociohistóricos (históricos, sociais, políticos, culturais e indenitários) presentes no discurso dos entrevistados, levantando categorias analíticas psicossociais, enquanto chave de compreensão para os nexos causais. Todo o trabalho de levantamento, sistematização e análise dos dados foi discutido e orientado em supervisão.

RESULTADO

De acordo com as categorias analíticas psicossociais identificadas pode-se afirmar que a (1) Formação comunitária territorial dessa comunidade, se deu marcada por alguns aspectos relevantes do ponto de vista territorial, a media que demonstrou a presença de sujeitos ativos e atuantes, diante das necessidades Comunitárias em seu território, trazendo os problemas da esfera individual, para o coletivo, expressando-se por seus valores indenitários, como a união, acolhimento dos problemas, sentimento de pertença. A historicidade do bairro, é algo fundamental para se compreender esta identidade cultural, devido ao engajamento social, por melhores condições de vida no Bairro, sendo que esta participação ativa, nas relações com os gestores públicos, foi melhor representada por esta Comunidade, em época passadas, que contribuiu com um grande avanço nas questões infra estruturais e de projetos sociais, sendo que esta relação foi corroída pelo tempo.

Outra categoria analítica que expressa nexos sociohistóricos relacionados à formação comunitária é "Relações comunidade/instituições locais" segundo a qual o "ser comunidade" pareceu sentir-se ameaçado pelas instituições presentes no bairro, pela transmissão da educação de maneira institucionalizada, de acordo com a oferta dos serviços educacionais aos alunos, negando a presença de um caráter comunitário, que possa coexistir dentro do contexto escolar, representando para a comunidade, uma posição de ocupação do espaço público por uma lógica privada, descaracterizando as atividades comunitárias, como se estas fossem inúteis e desnecessárias para o território. As "representações comunitárias sobre a escola", fundamentalmente, estão marcadas por esse tom de não pertencimento comunitário. Nesse sentido, a escola tem representado à comunidade mais um espaço público e não comunitário, que coloca em xeque todo uma forma de pertencer ao Bairro, individualizando os sujeitos, tratando todos os problemas na esfera individual, culpabilizando o sujeito por estes problemas. Assim, os estudantes são mais vistos pela instituição como alunos, e não como frutos pertencentes a estas relações comunitárias.

CONCLUSÕES

Considerando o "perfil" da comunidade escolar, dentro do limitado período em que foi avaliada, pôde-se chegar a conclusões parciais quanto a relação Família-Escola-Comunidade. Pode-se afirmar que a comunidade representa um território não explorado pela instituição escolar, tornando a inter-relação Escola/Comunidade, bastante fragilizada, deixando, assim, de se beneficiar das potencialidades e aprimoramentos que o conhecimento do fazer comunitário pode imprimir à realidade do fazer escolar, podendo a Escola, ser um dispositivos de equacionamento dos anseios comunitários, especialmente no que diz respeito a se converter num espaço de formação para os Direitos Humanos e à Justiça Social. Do ponto de vista Comunitário, em sua relação com a Escola, esta também mostrou-se negar a Escola, porém, a comunidade compõe o quadro escolar, por ter seus filhos vinculados a esta instituição, sendo a dimensão escolar uma variável/condição, pertencente ao caráter identitário da comunidade, compreendendo, que as dificuldades que a escola enfreta com alguns estudantes, dentro dos processos padronizados de ensino e aprendizagem, podem ser mais bem compreendidos, quando a escola consegue ter uma compreensão dos alunos, em suas condições com estudante e sujeito pertencente a Comunidade.



Uma questão emergente da experiência revelou, sobre a comunidade, em seu aspecto indenitário, a existência de uma rede feminina que, de forma mais ou menos coletiva, busca responder as demandas do bairro, para o equacionamento de problemas trazidos para a esfera coletiva, como, por exemplo: estabelecendo parcerias com a Pastoral da Criança, para acompanhamento da saúde infantil; auxílio a mulheres que tem os maridos detidos, doando alimentos, produtos higiênicos; oferecendo sopão a transeuntes em situação de miséria; e ações comunitárias gerais, como festas juninas, entre outras, com o objetivo de estreitamento dos laços comunitários, na perspectiva de promover a união comunitária, transmitindo estes valores comunitários, por parte destas mães, para suas filhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Débora Rosária. Contribuições para a Construção da Historiografia da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil. In *PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO*, 2012, 32 (num. esp.), 104-123.
- CIAMPA, A. C. A estória do Severino e a história da Severina: Um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense. 1985.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica. Conselho Federal de Psicologia: Brasília, CFO, 2013.
- LANE, S. T. M. E CODO, W. (orgs.) *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- REBOREDO, L. A. De Eu e Tu a Nós: O grupo em movimento como espaço de transformação das relações sociais. UNIMEP. SP. 1995.
- SOUZA, M. P. R. de. Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: desafios contemporâneos In *Em Aberto*, Brasília, v. 23, n. 83, p. 129-149, mar. 2010.

Abrindo campo para a Gestão Autônoma da Medicação na rede de saúde de Natal/RN

Autor: Emanuely (UFRN)

Coautor: Ana Carolina Rios Simoni (UFRN), Roberto Cirilo de Araújo Silva (UFRN) e Larissa Alves do Rêgo (UFRN)

Este trabalho relata a experiência de início da implantação da estratégia da Gestão Autônoma da Medicação (GAM) nas Redes de Atenção à Saúde (RAS) do município de Natal. Integra um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – “Saúde Mental na Atenção Primária em Saúde: construindo o cuidado compartilhado entre profissionais e usuários no território” – do qual participam alunos de graduação e docentes do Departamento de Psicologia e trabalhadores da RAS de Natal. A configuração do projeto aposta na articulação ensino-serviço fortalecendo os processos de formação.

A GAM originou-se no Canadá, no contexto de luta dos movimentos sociais pela reforma psiquiátrica, pela garantia de direitos dos usuários de serviços alternativos de saúde mental. Através de uma pesquisa multicêntrica, envolvendo universidades, serviços de saúde e associações de usuários em três estados, a GAM foi adaptada ao contexto brasileiro, fortemente marcado pela lógica da medicalização da vida, o que implicou a tradução do guia GAM e sua experimentação em grupos. A estratégia adaptada visa a promoção de autonomia do usuário e a produção de grupalidade, a partir do compartilhamento de experiências singulares e informações sobre o uso de medicações psicotrópicas, a fim de transformar o modelo de atenção.

O contexto natalense caracteriza-se pela alta prescrição de medicações psicotrópicas no SUS, longas filas de espera para atendimento psiquiátrico nas policlínicas da rede e uma atenção psicossocial centrada nos medicamentos. Atentar para a forma pela qual a medicalização tem se apresentado no território e questionar seu lugar nas práticas de cuidado é abrir brechas para transformações. Nestas brechas a GAM se mostra potente e relevante, ao tensionar o instituído e criar novas possibilidades de cuidado, que incorporem práticas que rompam com o assujeitamento do usuário aos saberes técnicos, promovendo sua autonomia.

A GAM tem sido pensada por diversos autores brasileiros como um dispositivo inspirado no Método da Roda ou Paidéia, que, através da discussão dos processos singulares de sofrimento e do uso das medicações psicotrópicas, rompe com a impessoalidade do medicar-se, abrindo espaço de produção de cuidado e de apropriação de direitos.

Baseado nesse cenário, é pertinente incluir este trabalho no GT16 (Entre as conquistas e retrocessos nas po-



líticas públicas: pesquisas e práticas para a garantia de direitos nas interfaces entre educação, saúde e assistência social), dialogando com experiências que preconizam a garantia de direitos como resistência, em tempos de precarização e desmonte das políticas públicas. Vincula-se ao Eixo 1 (Psicologia social, políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais), haja vista que o relato problematiza a medicalização da vida, via diálogo, construção coletiva e protagonismo dos sujeitos na produção de sua saúde, em uma sociedade capitalista que individualiza os processos e existências.

Assim, o objetivo deste relato é discutir o processo de abertura de um campo de intervenção nas RAS de Natal, através de uma oferta de sensibilização e aproximação à estratégia GAM, pensada e estruturada de modo a produzir potência no encontro horizontal entre usuários (integrantes da Associação Potiguar Plural, organização de importante papel na promoção do protagonismo político dos usuários de saúde mental de Natal), estudantes, pesquisadores e profissionais de saúde para a transformação das práticas de cuidado, através de uma proposta metodológica atenta às potências e riquezas de se trabalhar a grupalidade como dispositivo.

Para isto, organizou-se um encontro formativo sobre a GAM, contando com a participação dos atores sociais já citados. Foram contatadas as coordenações municipais de Saúde Mental e de Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), convidando a participarem da formação sobre a GAM. O encontro formativo teve um momento de apresentação dialogada do Guia GAM e de seus seis passos. São eles: 1º “conhecendo um pouco sobre você”; 2º “observando a si mesmo”; 3º “ampliando a sua autonomia”; 4º “conversando sobre os medicamentos psiquiátricos”; 5º “por onde andamos”; 6º “planejando nossas ações”. Num segundo momento foi realizada uma roda de conversa em que os trabalhadores e usuários foram convidados a trazer questões sobre a ferramenta apresentada, acompanhadas de suas experiências do cotidiano.

Ambos os momentos do encontro foram pensados como formas de colocar em ato os aspectos metodológicos que compõem a estratégia GAM, para superar as distâncias entre teoria e prática, saber técnico e experiência. Um espaço formativo que dialoga com os princípios da GAM só poderia ser efetivo proporcionando a experimentação da horizontalidade, situando a voz do usuário no centro do processo e reconhecendo o saber da experiência, para que a autonomia seja um caminho possível.

Participaram do espaço formativo sobre a GAM 59 pessoas, sendo 4 usuários das redes, 22 trabalhadores da Atenção Básica (AB) das Equipes de Saúde da Família (ESFs), agentes comunitários de saúde (ACS), NASFs e gestores, 14 funcionários da Atenção Secundária (Centros de Atenção Psicossocial e policlínicas) e 19 estudantes. O número de participantes foi superior ao esperado, o que denota uma abertura da rede à oferta de escuta dos impasses do cotidiano de trabalho e de metodologias que os convoquem a repensar seu fazer. No encontro emergiram questões capazes de potencializar a transformação das práticas em saúde mental, independentemente da implantação efetiva de grupos GAM na rede natalense. Neste relato, compartilhamos alguns destes emergentes, assim como as ações que pensamos para a sequência do projeto, a partir da análise dos mesmos, construída coletivamente.

Um primeiro emergente a destacar foi o questionamento dos lugares ocupados pelos profissionais e pelos usuários no processo de tratamento, questão essa que se materializou na pergunta de um usuário no encontro: “aqui o usuário pode falar?” Na esteira dessa pergunta, as situações compartilhadas na roda de conversa pautaram o “empoderamento” do usuário como elemento fundamental na construção horizontal dos processos de cuidado com promoção de autonomia. Mas “como ouvir as vozes dos usuários?” “Como construir com eles e não para eles?”

Na roda de conversa, alternavam-se falas de trabalhadores, pesquisadores, estudantes e usuários, com suas próprias histórias com a saúde mental e o uso ou prescrição de medicamentos. As vozes dos usuários, suas histórias e as questões por eles colocadas imprimiram um ritmo particular à conversa, desviando da hierarquia de saberes e poderes e rompendo com os imperativos dos espaços acadêmicos e profissionais, que impõem limites e ditam tacitamente o que deve ou não ser dito ou feito. É a partir de momentos como esses que ocorre a efetivação do fazer com, dando lugar à experiência cotidiana de cada um.

Um segundo emergente que destacamos foi o compartilhamento de angústias e dúvidas das equipes, em especial da AB, quanto à alta demanda de uso de medicações psicotrópicas pelos usuários, especialmente os benzodiazepínicos e antidepressivos. A renovação de receitas e a falta de outras ofertas terapêuticas nas redes para os usuários em uso de medicações psiquiátricas foram apontadas por diversos trabalhadores como um nó crítico do cuidado em saúde mental realizado, que se mostrou através da fala de uma trabalhadora: “como buscar alter-



nativas de oferta e de melhorias do cuidado, se nos sentimos impotentes diante das situações?”. Na lateralidade dos processos de roda, emergiram em resposta alguns relatos de experiências exitosas da GAM na AB, acolhendo este emergente na sua potencialidade de transformação das práticas e atestando a potência do espaço formativo criado, possibilitando pensarmos o lugar da medicação tanto na vida dos usuários como no cotidiano burocratizado dos serviços.

Nesta perspectiva, as perguntas sobre “como fazer com”, constituem o terceiro emergente que trazemos para discussão. Muitos trabalhadores se inquietaram e questionaram sobre “como criar esses espaços?”. “Eu já faço isso nos meus atendimentos individuais”, disse outra trabalhadora da rede. Assim, enquanto alguns trabalhadores reconheceram os princípios da GAM em suas práticas cotidianas, outros sublinharam a complexidade da mudança proposta pela ferramenta e demandaram da universidade outro momento de capacitação. Foi possível, a partir desta demanda, pôr em análise o tecnicismo que constitui os modos de trabalhar nas RAS e, no contra-fluxo desta lógica, compartilhamos a importância de preparar a oferta dos grupos GAM com base na realidade de cada serviço e território.

Isto nos levou a propor, na sequência das ações do projeto, espaços de apoio à implantação da GAM em cada distrito sanitário participante, processo que partiria de demandas locais e iniciaria com visitas da equipe do projeto GAM-UFRN às unidades e equipes demandantes para construção compartilhada da “preparação” da oferta dos grupos nos serviços. À medida da abertura do campo de intervenção, novos encontros formativos ampliados ocorrerão, para avaliarmos e aprendermos coletivamente sobre as possibilidades e os impasses gerados pela GAM no cuidado em saúde mental das redes de saúde em Natal.

Os emergentes e encaminhamentos produzidos neste encontro sinalizam a importância de espaços permanentes e ampliados de formação, para o compartilhamento de experiências, angústias e êxitos, mas sobretudo, para produzir o sentimento de coletividade entre os diferentes atores sociais, a partir do vivido concreto que os atravessa. Como dito pelos trabalhadores, “é bom sabermos que não estamos sós”, fala que nos convoca, enquanto universidade, a estar ao lado de usuários e trabalhadores das redes de saúde na difícil tarefa de desinstitucionalizar o cuidado.

Análise da reforma psiquiátrica catalã e a participação cidadã na perspectiva de um olhar antimanicomial.

Autor: Márcia Fernanda Mendes (IFRS/URV/UFGA)

Ao longo dos séculos, houve diferentes modos de tratar a doença mental, uns apontavam o manicômio como instituição de cura e outros propuseram estratégias preventivas e comunitárias, visando a promoção da saúde mental individual e coletiva (Amarante, 1995). Tanto no Brasil como na Espanha, a transformação do modelo de atenção em saúde mental mostra-se como um desafio, tendo a participação cidadã como um aspecto fundamental para a criação de novas leis, contraponto ao modelo hegemônico psiquiátrico e busca de mudança de paradigmas na saúde mental.

Neste trabalho, apresentamos resultado preliminares de uma investigação vinculada ao doutorado que analisa como a participação cidadã influencia a construção e implantação das políticas de saúde mental no Brasil e na Catalunha, faço um recorte do olhar antimanicomial inspirado na Luta Antimanicomial, que conceitualmente se contrapõe a Reforma Psiquiátrica como mostra Petuco (2010). A Luta Antimanicomial é o movimento da vida transbordando, transformando a realidade com rebeldia e paixão, enquanto a Reforma Psiquiátrica é quando tentamos dar contornos a este movimento vital, cristalizando-o em uma lei.

Participação Cidadã em Saúde

Para pensar o tema da participação temos que lembrar que, tanto a Espanha quando o Brasil, viveram longos períodos de ditadura militar que constituiu o senso de cidadania e sociedade de cada local. A Espanha volta a ter um regime democrático em 1975 com a morte e sucessão de Franco e o Brasil retorna ao regime democrático com as eleições do Tancredo Neves em 1985. As constituições resultantes da redemocratização dos dois países têm marcas claras da participação dos cidadãos, que tiveram reflexo nas políticas de saúde. Os conceitos de participação e cidadania tem diferentes nuances e correntes teóricas, no entanto, algo comum é a importância da participação da comunidade nas políticas de bem-estar social. Há diferentes tipos de participação, algumas que são



consultivas, com estratégias que a população pode opinar sobre decisões que devem ser tomadas pelos governos, outra forma é quando a comunidade faz parte da tomada de decisão através de instâncias representativas. Tanto uma quanto a outra tem fragilidades, a primeira por não garantir que a opinião da população seja considerada na construção das políticas e na segunda não assegurar que indivíduo participante dos órgãos colegiados represente de fato o que seus pares desejam, até porque, em muitas associações não há métodos estabelecidos para escolher este representante. O Sistema Único de Saúde, como um processo de democratização do Brasil, no intuito de promover uma saúde universal que não estivesse à mercê da classe dominante assegurou a participação da comunidade através de lei. Com o passar dos anos e a necessidade de aprimorar o controle social através dos conselhos de saúde, foram promulgadas resoluções que definissem conceitos e diretrizes, a mais recente é a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Já na Espanha, o movimento associativo acaba tendo um papel relevante como forma da participação da sociedade civil. Inúmeras associações são criadas com um papel político no sentido de tentar modificar aspectos da política social ou de saúde e de serem erigidos no caminho da participação de setores minoritários, mas também o têm em outro sentido quando são envolvidos pelas administrações do Estado na gestão de recursos públicos. A partir da necessidade de agrupar forças, coordenar ações ou melhorar o intercâmbio de informações, levou criação de federações de associações. Cabe ressaltar que o movimento associativo tem um papel político, de tentar modificar aspectos da política social ou de saúde e de se tornar parte da participação de setores minoritários, mas em outro sentido, são envolvidas pelas administrações públicas na gestão de recursos públicos através de projetos. Por vezes, as associações entram em uma engrenagem administrativa de subvenção, um sistema cheio de ambiguidades e ambivalências. O delegar ações a entidades da sociedade civil como responsabilidades de cuidado, através das subvenções, de certa forma limita o escopo do componente de reivindicação das associações. Neste ciclo que a associação entra, sem perceber passa a ser um “caçador” de subvenção perdendo a potência do seu caráter reivindicativo.

Percurso metodológico

A fim de analisar a política de saúde mental da Catalunha e a relação com participação, realizo uma cartografia tendo como campo a Federação Catalã de Entidades de Saúde Mental em Primeira Pessoa (VEUS). O termo Primeira Pessoa é usado na Espanha para identificar as pessoas com diagnóstico psiquiátrico, é entendido como alguém que viveu a experiência da enfermidade psíquica, que tem sua vida atravessada pela interdição da psiquiatria. A expressão vem acompanhado do sentido de dar voz e protagonismo aos usuários: “falar em primeira pessoa”, “representação em primeira pessoa”, “associação em primeira pessoa”, enfim é uma expressão que remete a uma ação e não um receptor de intervenções. Veus foi fundada em 2014, sendo uma organização que reúne a rede associativa de pessoas com experiência em saúde mental. Diferentes associações unem-se para promover e fortalecer o movimento associativo em primeira pessoa, para a defesa de seus direitos e para tenham influência nas políticas públicas. As associações podem fazer parte como Sócios Permanentes - Entidades sem fins lucrativos que representam o movimento associativo autodefinido em primeira pessoa em seus estatutos; ou como Sócios Colaboradores - Associações de outras entidades do terceiro setor que representam pessoas com alguma experiência em transtornos mentais e familiares e profissionais.

Reforma Psiquiátrica na Catalunha

A Catalunha foi uma das primeiras a ter uma proposta de reforma de modelo hospitalocêntrico, no entanto, a Guerra Civil (1936-1939) acaba por não efetivar as mudanças que se haviam proposto. Em 1990, inicia o processo de passar as responsabilidades para a Generalitat (nível de governo de uma região autônoma da Espanha), com isto se criam o Serviço Catalão de Saúde e um Plano de Saúde Mental que defende o modelo misto, iniciando o modelo de gestão empresarial, privatizado, na saúde (Batista-Alentorn, 2001). As entidades provedoras acabam por ser as grandes empresas que administravam os hospitais psiquiátricos, junto a elas se unem pequenas empresas aumentando o alcance dos órgãos de gestão. As diretrizes são a eficácia, eficiência empresarial, redução de gastos, objetividade e critérios de validação. Todavia, o modelo misto se revelou ter muita heterogeneidade nos diferentes serviços, ademais, apresentam gastos elevados e mantem uma lógica empresarial. Os recursos da atenção se configuram como uma lista de serviços prestados e os usuários passam a ser clientes. Mesmo com estas questões, a rede de serviços na Catalunha é ampliada mantendo o modelo misto, ampliando a cobertura dos centros de saúde mental para adultos, criança e jovens. Atualmente, a Saúde Mental da Catalunha tem o Plano



Diretor de Saúde Mental e Adições da Catalunha 2016-2020 aponta que ações destinadas à promoção e prevenção não foram suficientemente priorizadas, necessitando aprimorar os serviços territoriais e o sistema de avaliação de resultados. Em 2017 o Município de Barcelona lança o Pla de Salut Mental Barcelona, é a primeira vez que o governo municipal estabelece uma estratégia específica para tratar o tema da saúde mental, buscando definir uma estratégia comum entre instituições e entidades sociais. As linhas estratégicas seguem a Declaração de Helsinki e o Plano de Ação Europeu sobre a Saúde Mental e estabelece que a execução será realizada pelo Grupo Promotor, a Mesa de Compromisso da Saúde Mental de Barcelona, comissões e grupos de trabalho vinculados a mesa de saúde mental.

Inquietações na ótica de um olhar antimanicomial

Algumas inquietações têm me tomado ao realizar a pesquisa, uma delas é perceber uma carteira de serviços que não estão necessariamente em rede, podendo um usuário ter consulta com a psicóloga do ambulatório a cada sessenta dias e com outra psicóloga do serviço de reabilitação em outros sessenta. E segundo relatos, sem conexão de um atendimento com o outro. Além disso, observa-se que não é pauta do movimento associativo as condições de vida nas residências terapêuticas e também a possibilidade de internações permanentes o que me faz perguntar: quanto estes recursos se aproximam aos modelos asilares e manicomial, já que o Plano diz que há pessoas que não terão condições de estabelecer um convívio com a sociedade, necessitando uma internação psiquiátrica permanente? Como pontos rotineiros de luta das associações em primeira pessoa, vê-se a busca para que não haja mais contenção mecânica e o direito de decidir antecipadamente como quer ser tratado em caso de crise. Reflito se ter pautas como estas e negligenciar que há pessoas internadas permanentemente não é reflexo de uma participação a partir da experiência própria, para além da participação para uma política do cuidado em liberdade e protagonismo dos usuários para conduzir sua própria vida, valores primordiais na Luta antimanicomial. Além disso, o modelo associativo na Catalunha, vive um cenário de forças que muitas associações se tornam refém de prestação de contas, submissão de projetos, se assemelhando mais a microempresas que espaços estratégicos de incidência política. Levando a pensar o quanto que coletivos que deviam ser controle social foram capturados pelo neoliberalismo.

Dos nós aos NÓS de uma escola Waldorf: seguindo os efeitos de ações educadoras articuladas em autogestão

Autor: Tereza Bredariol (PPGPS - UERJ)

Queremos compartilhar um pouco do que já aprendemos com essa pesquisa, buscando diálogos que possam contribuir para seguirmos com os questionamentos que o campo nos traz. Como nativas e pesquisadoras experienciamos diferentes formas de vínculo em uma escola e iniciativas Waldorf do Rio de Janeiro. Seja como mãe que atua em comissões de trabalho na escola associativa formalizada e orientadora ou como pesquisadora e tutora pedagógica na educação infantil de iniciativas pioneiras; estamos articuladas nesta rede auto gestonária com o propósito educativo. O trabalho de campo se deu nesta escola que iniciou, em 1993, formando uma comunidade, e segue no encontro de famílias e docentes, educadores que se comprometem com a criação de um ambiente, onde atuam diferentes agentes educadores. Como parte de um movimento que nasceu há 100 anos na Europa, chegou ao Brasil na década de 50 e está em crescimento acelerado nas últimas décadas, este ano foram contabilizados 87 jardins de infância e 35 escolas pelo Brasil. Segundo o último levantamento de organizações internacionais do movimento, que publicou a Waldorf World List (2019), o total de jardins de infância é de aproximadamente 1910 e de escolas Waldorf 1180, presentes em cerca de 80 países espalhados pelos cinco continentes. A primeira escola foi fundada em 1919 para os filhos de operários da fábrica de cigarros Waldorf Astória, em Stuttgart, Alemanha. O nome Waldorf ficou relacionado à proposta pedagógica. Ela nasceu em meio ao movimento pela Trimebração do Organismo Social. Proposta trazida pelo filósofo austríaco Rudolf Steiner (1919/2018) como forma de pensar a crise do período entre guerras, que teve nas escolas Waldorf uma via de expressão e aprendizagem. As três dimensões ligadas às capacidades anímicas do pensar, sentir e querer apoiavam o pensamento dinâmico de coletivos como organismos vivos, como uma forma de lidar com as questões culturais, políticas e econômicas da época com mais autonomia. Essa percepção traz como desafios: o exercício da liberdade no âmbito cultural-espiritual, da igualdade de direitos no âmbito jurídico-político e da fraternidade econômica. Em cada uma dessas di-



mensões da vida social, uma dinâmica própria é experimentada pelos seus participantes, diferenciando as funções do Estado, da economia e da vida cultural. A presente pesquisa quer pensar a educação como direito humano básico que contribua para a constituição de comunidades comprometidas com a vida e o bem-estar coletivo, considerando a desigualdade produzida pela cultura hegemônica e sua problematização no processo educativo, fortalecendo a democracia participativa. Pensando a ação educadora como aquela que pode vir de qualquer actante, ou de um conjunto deles, cujo efeito seja de mobilizar uma transformação, criar uma nova articulação que conduza da potência ao ato e da ação/afecção à compreensão. Quer acompanhar os actantes enquanto produtores de NÓS, enquanto participantes co-responsáveis e autônomos vinculados, co-autores em seu modo de existir, atando e desatando nós que tecem redes. Seguimos a proposta teórico-metodológica da Teoria Ator-Rede (TAR), trazida pelo sociólogo da ciência francês Bruno Latour e outros autores do campo dos estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), que se propõe a trabalhar a partir da prática, com as questões que emergem no campo, acompanhando a agência de humanos e não humanos, nomeados de actantes. Esta abordagem metodológica implica sustentar, com os actantes, as controvérsias presentes na gestão de cada iniciativa, deixando que eles organizem, desdobrem o movimento do coletivo, localizando as questões emergentes e suas conexões, sem intenção de solucioná-las, mas de modo que elas possam multiplicar as versões que compõem as experiências. Uma tarefa que exige manter a tensão fabricada com as controvérsias. (Latour, 2012). É uma metodologia que se interessa pelos modos de feitura, pela dimensão meso-política que se faz entre o micro e o macro, nos interstícios de onde brota o inesperado. Um modo de hesitar juntos na experiência, como nos contam Arendt, Moraes e Tsallis (2015) ao trazerem a meso-política da filósofa belga Isabelle Stengers para pensar o PesquisarCOM: (...) “trata-se de interessar os membros pela maneira como as respostas são dadas e da sua percepção que o projeto depende de sua compreensão. Este interesse criará um nível meso fazendo possíveis novas relações entre eles, produzindo novos graus de liberdade.” (p.1151). No modo de PesquisarCOM, trazido pela psicóloga e professora da UFF Márcia Moraes (2010), a negociação de interesses se dá como meso-política quando o campo nos indaga de volta e somos convidados a refazer nossas perguntas. Uma entrega a: “Tornar-se com o outro, transformar-se, produzir mundos que se articulam, se compõem. É a ação do pesquisarCOM.” (Arendt, Moraes e Tsallis, 2015, p.1156). A proposta de trabalhar com a autogestão nessa prática educativa nos levou ao que Latour (2015) denomina autonomia coletiva, pensando que quanto melhor estamos vinculados, somos mais livres para agir. Os vínculos como nós na rede, pontos de enlace entre os actantes, produzem efeitos múltiplos em cada um. Ampliando com o nó o encontro enquanto produção de um NÓS, como modo de tecer redes heterogêneas, como dimensão do comum, que inaugura ou expande um coletivo. Não um comum consensual, mas pensando com o filósofo húngaro e professor da PUC-SP Peter Pál Pelbart (2015) um comum plural: “essa hibridação homem-máquina, uma sensorialidade alargada, essa circulação ininterrupta de fluxos, essa sinergia coletiva, essa pluralidade afetiva, essa subjetividade coletiva, tudo isso faz parte do comum.” (p.24) Assim, a pesquisa quer acompanhar os vínculos que se estabelecem em processos de autogestão de uma escola Waldorf, interrogando: Quando uma ação pode ser considerada educadora, enquanto produtora de nós? Quais nós tecem essa rede educadora? Como é tecida localmente essa rede de ações educadoras em processos autogestionários de uma escola Waldorf? O que cada envolvido pode aprender nesse aTAR e desatar de NÓS? Quando os nós permitem circular na rede e quando a estabilizam? Quais as tensões presentes no aTAR dos NÓS enquanto controvérsias? Quais os nós que a rede quer desatar? Estivemos em trabalho de campo ao longo de uma consultoria de processos nesta escola Waldorf do Rio de Janeiro, participando de encontros, produzindo diários de campo a partir das afetações vividas. Algumas questões emergiram ao longo dos exercícios propostos na consultoria e na própria dinâmica de autogestão. Encontrar modos de trabalho que permitam outros entendimentos no confronto de interesses, buscando uma compreensão coletiva, promovendo deslocamentos. Entendendo que o conflito afirma propósitos e diferenças, nos desafiando ao aprendizado nessa convivência, à qualificação do diálogo no dissenso. Vivenciamos uma eleição sociocrática de diretoria em assembleia, na qual todos os associados eram elegíveis, tinham voz e voto. A votação aconteceu por indicação, reconhecendo os motivos da escolha, construindo uma argumentação que seguia atuando, direcionando tendências expressas no grupo, buscando integrar objeções. É uma forma de construção de consenso por consentimento. Boa parte da diretoria foi eleita e pudemos presenciar como uma objeção atuou na qualificação dos argumentos, na busca por compreensão. De acordo com o estatuto, a decisão por maioria simples poderia resolver esses casos de impasse. O que nos convidou a pensar os limites e potências de cada processo decisório. Na consultoria, o trabalho de resignificação e organização da atuação das instâncias, trazendo o conceito de comunidade educadora como ampliação da ideia de escola, atou novos nós, ajustou antigos, dinamizou a rede associativa em seu vínculo com o

propósito. Com o consultor, foi possível pensar os tipos de vínculo como qualidades que tecem uma economia: a troca que atua na manutenção do presente, a doação que cria um futuro e a herança que guarda o passado. A fraternidade na economia enquanto princípio vem sendo trabalhada no grupo, buscando integrar qualidades de vínculo e contribuições financeiras diferenciadas na sustentação da comunidade. No retiro de orçamento, o levantamento dos gastos previstos para o ano seguinte buscou incluir gastos que antes ficavam de fora, gerando frentes independentes. O pensamento de reunir todas as possibilidades de receita a partir das atividades que atendem necessidades levantadas pela comunidade, engajando pessoas e seus saberes na rede, e a definição da contribuição mensal em relação ao conjunto de despesas trouxe a imagem de um novo fluxo para a economia. O trabalho colaborativo feito de múltiplos nós criava um NÓS, comum. Esses são apenas alguns dos resultados que gostaríamos de compartilhar para pensar a autonomia coletiva em rede, cujos processos autogestionários mobilizam vínculos, atuando na sustentabilidade da comunidade. Algumas questões como a remuneração profissional e a inclusão social mais ampla ainda tensionam a rede, seguem em pauta, buscando formas de viabilidade. Outras como o desejo de um espaço próprio que tenha condições ambientais mais alinhadas com a proposta pedagógica e que permita expandir até o segundo ciclo do Ensino Fundamental também provoca movimentos na rede. Comunidades educadoras como essa têm sido uma forma de resistência e cultivo da democracia, importantes contrapontos na atual política nacional.

Nós por nós: redes autônomas de resistência e apoio às vítimas de violência de gênero

Autor: Não tenho (UFMG)

Coautor: Lisandra Moreira

Considerando uma trajetória marcada por questões relacionadas à violência de gênero, seja a partir de vivências próprias, seja por meio de projetos de pesquisa e extensão relacionados ao tema, ou, ainda, através de atuação profissional, ressaltamos a pertinência de trabalhar com movimentos de resistência a essas violências em espaços coletivos. Em um contexto histórico caracterizado por uma onda conservadora no cenário político nacional e latino-americano, observando-se, inclusive, a perda de direitos já conquistados, é preciso que a resistência se constitua também a partir de redes autônomas, entendidas aqui como autogestadas e autogeridas, no que se refere à sua relação com o Estado, sendo este, portanto, o objeto de análise deste trabalho. Dentre as necessárias escolhas de pesquisa, diante das bases teóricas e das alternativas metodológicas e de campo, optamos por fazer esta análise apostando na importância de compreender as estratégias de resistência que se constroem na Casa Tina Martins/BH, uma vez que esta pode ser considerada uma referência de rede autônoma no trabalho com mulheres em situação de violência. A casa surgiu a partir de uma ocupação no 8 de março de 2016 em uma ação organizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário e o Movimento de Luta nos Bairros, Favelas e Ocupações (MLB) com o objetivo de pleitear uma nova casa abrigo para Belo Horizonte. A demanda inicial não foi alcançada, mas se estabeleceu a partir de negociação um espaço cedido pelo Estado e gestado pelos movimentos sociais como referência para mulheres em situação de violência, funcionando inclusive como abrigo em casos emergenciais. Desta forma, a Casa Tina Martins, autofinanciada e autogerida, tem por objetivo a atuação em três áreas principais: assistência emergencial (jurídica, psicológica, de assistência social, entre outros), informativa permanente (a busca por melhoria de serviços da rede estadual de enfrentamento à violência contra a mulher, difundido os aparatos existentes), acompanhamento periódico (a partir de cursos e oficinas que possibilitem o empoderamento e a independência financeira das atendidas). A inserção e escolha pela análise da Tina Martins se dá como integrante pela primeira autora, trabalhando como advogada popular, encaminhando as demandas jurídicas das acolhidas e abrigadas da Casa. Inserção que proporciona muita apropriação do funcionamento de alguns de seus processos e ao mesmo tempo requer um exercício contínuo de distanciamento crítico. Diante dessas questões, esse trabalho tem o objeto de examinar as estratégias de resistência à violência de gênero construídas pela Casa de Referência da Mulher Tina Martins, enquanto uma rede autônoma. Deste modo, entendemos que há articulação com o Grupo de Trabalho 12 - Contribuições, paradoxos e desafios da autogestão para fortalecimento da democracia e construção de coletivos em busca de autonomia. Na presente pesquisa trabalhamos justamente com a questão das práticas autogestionárias, a partir da atuação dos movimentos sociais, em especial o Movimento Olga Benário, que coordena o funcionamento da Casa Tina Martins, na busca por formas de resistência à violência relacionado

ao gênero, enquanto uma questão transversal da Psicologia Social. Ainda, é um trabalho que se articula com o conceito de território ao pensar não só a Casa em si, como as formas de luta necessárias para que esta exista e resista. A orientação teórica desta pesquisa é a epistemologia feminista. Desta forma, entendemos o conceito de gênero como um guia para a estruturação de todo o trabalho, pensando nos paradoxos que este conceito abriga (MOREIRA, 2016) bem como na importância da busca por sua resignificação tanto dentro do movimento feminista como a partir dos saberes psi (REYES, MAYORGA, MENEZES; 2017). No que se refere a essa resignificação as autoras citadas apresentam três pontos que são importantes para a realização deste movimento e que são as abordagens que se pretendem realizadas por esta pesquisa: fazer pesquisas tomando experiências invisíveis ou invisibilizadas como problema, realizar a necessária crítica colonial às dinâmicas de poder e saber que marcam as sociedades contemporânea e focar a análise a partir da mirada interseccional na produção de uma psicologia articulada com o feminismo.

Por sua vez, o procedimento metodológico principal foi a etnografia, nos moldes ditados pela antropologia. Desta forma, foi realizado o acompanhamento das ações desta rede, com a realização de diários de campo e de entrevistas. O exame do material produzido a partir da interação com a rede pesquisada teve como inspiração a análise do discurso (Foucault). No que se refere aos materiais produzidos no percurso de campo, apesar da pesquisa ainda não estar encerrada, sistematizamos algumas categorias de análise, que dizem respeito às formas como a Casa de Referência da Mulher Tina Martins realiza suas resistências. A primeira categoria é a questão da decolonialidade e ações articuladas em termos de América Latina, tendo em vista que o Movimento de Mulheres Olga Benário, que coordena a Casa, surge de um encontro feminista marxista latino-americano. A segunda seria a interseccionalidade, considerando as diversas opressões aparecem nos atendimentos realizados pela Casa, bem como os conflitos que o conceito encontra com a teoria feminista marxista. A terceira é a ocupação, que é a estratégia que possibilitou a existência da Tina Martins e que vem possibilitando sua continuidade, utilizada principalmente nos tensionamento com o Estado. A quarta é o próprio feminismo marxista, na medida em que há uma diferença importante nos atendimentos da Casa, as mulheres abrigadas só saem de lá quando conseguem alguma autonomia financeira; além disso a Casa realiza feirinhas que promovem uma economia feminista solidária. A quinta seria uma análise da relação da Tina com o Estado, que é uma relação que envolve conflitos e oposições, por exemplo quando o Ministério Público entra com uma ação para impedir o recebimento de uma verba que foi conseguida num edital do Estado de MG, mas também encontros, uma vez que a Tina Martins faz parte da rede de enfrentamento da violência contra a mulher do Estado de Minas Gerais e, mais recentemente, vem ajudando na reestruturação do Centro Risoleta Neves, que é um dos equipamentos do Estado de MG. A sexta e última categoria é o ativismo, entendendo que os movimentos culturais de Belo Horizonte foram essenciais para a manutenção da Ocupação que deu origem à Tina Martins bem como serviram como estratégia para divulgar a mobilização, tendo a Casa continuado a ser um centro de cultura, oferecendo cursos como crochê e forró para as acolhidas e abrigadas, realizando eventos e organizando seu próprio bloco de Carnaval, o Clandestinas. Por fim, o que se pretende alcançar na conclusão a partir das categorias analisadas é se de fato pode-se considerar que a Casa Tina Martins funciona enquanto uma rede de resistência autônoma, focando nas complexidades de sua relação com o Estado e entendendo que esta autonomia se realiza de modo processual. Desta forma, almeja-se mostrar como essa autonomia é construída a partir dos posicionamentos e dilemas enfrentados no coletivo. O que já tem se verificado, é que sua potencialidade se afirma, justamente, a partir destas complexidades.

Psicologia Social e (Im)possibilidades de autogestão em um Colegiado Gestor de Saúde Mental

Autor: Vinicius Tonollier Pereira

Cada vez mais os profissionais da psicologia atuam em espaços de gestão nas políticas públicas, o que se torna um desafio, na medida em que estas práticas são abordadas na graduação, de uma forma geral, restritas aos aspectos organizacionais tradicionais, típicos da área privada. Assim, tornam-se necessárias outras ferramentas teóricas para dar conta de tal tarefa, como àquelas oferecidas pela psicologia social, em especial a partir do escopo da análise institucional. O objetivo deste trabalho é analisar a experiência de um Colegiado Gestor de Saúde Mental, formado por trabalhadores e representante de usuários do SUS, em especial no que tocam às (im)possibilidades para a práxis da psicologia social em tal contexto. Como ferramenta metodológica, utilizo uma narrativa



de inspiração cartográfica, na (re)construção dos percursos e rumos de tal vivência. Acrescento a isto uma pesquisa documental, recorrendo às atas de reunião do Colegiado Gestor, que constituem a memória escrita desta história.

O Colegiado Gestor é um grupo formado por profissionais que atuam em CAPS, eleitos em assembleia anual, a partir do voto de todos os trabalhadores, usuários e familiares dos serviços especializados em saúde mental do município de São Leopoldo-RS. Existem três CAPS na cidade (CAPS II, CAPS AD e CAPS ij), sendo que além de um representante de cada, há ainda no Colegiado Gestor um coordenador geral de saúde mental, também trabalhador de um dos serviços. Em sua composição, há também representante dos usuários e familiares, a partir da organização de uma associação de usuários e familiares da saúde mental no município. O Colegiado Gestor também é cenário de prática de residências de saúde mental, sendo que os coordenadores desempenham assim o papel de preceptores destes profissionais em formação. Os mandatos de gestão têm duração de um ano e podem ser renovados por tempo indeterminado, desde que aprovados nas assembleias gerais anuais. Ao final de cada ano de trabalho, deve ser construído um Relatório de Gestão, a ser apresentado também ao coletivo, em reunião de rede, que acontece mensalmente. O colegiado se encontra semanalmente para suas reuniões ordinárias, sendo realizada uma ata a cada reunião, como registro oficial.

O modelo de autogestão a partir do Colegiado Gestor foi originado na discussão do primeiro plano de Saúde Mental do município, que previu este modelo como modo de condução desta política. Formou-se um Grupo de Trabalho ampliado, com trabalhadores do SUS e SUAS, usuários, profissionais e parceiros de uma Universidade local, que construiu coletivamente o Plano de Saúde Mental. Este foi aprovado junto ao Conselho Municipal de Saúde no final de 2012 e passou a vigorar entre 2013-2016. O modelo de Colegiado Gestor foi implementado então em 2013, no primeiro ano de vigência do Plano, sendo até hoje mantido no município, que tem em vigor o segundo plano de saúde mental de sua história, compreendendo o período de 2017 a 2020. A proposta central do Colegiado Gestor é conduzir um processo de autogestão, fundamentado nas diretrizes técnicas, éticas e políticas de cuidado do Sistema Único de Saúde, e do campo da saúde mental, incluindo os princípios da reforma psiquiátrica e da redução de danos. Percebe-se, assim, que trata-se de um modelo contra-hegemônico, que (r)existe a partir de enfrentamentos e dificuldades, de ordem externa e interna. Logo no seu segundo ano, por exemplo, o Colegiado Gestor foi destituído a partir de uma portaria do então Secretário de Saúde, que nomeou outras pessoas para os cargos de gestão da saúde mental, incluindo uma psiquiatra – sem comprometimento com a construção desta política no município – para o cargo de coordenação geral. Foi preciso uma mobilização geral dos trabalhadores e usuários, contando com a participação de residentes de saúde mental, para que, via Conselho Municipal de Saúde, houvesse a exigência que o Plano recentemente aprovado deveria ser seguido e o Secretário deveria renomear e legitimar o Colegiado Gestor eleito. Tendo que cumprir tal determinação, o Secretário da época ainda tentou junto ao assessor jurídico da Secretaria de Saúde alguma brecha para reverter tal decisão, mas não foi possível. Outros percalços do tipo foram bastante comuns nos primeiros 4 anos de existência do Colegiado Gestor de Saúde Mental, implementado ao longo de um governo que não compreendia tal composição democrática, demorando a aceitá-la. Os diálogos foram gradativos, para que só ao final daquele governo houvesse alinhamento em torno de algumas questões. Foi um espaço conquistado por este movimento autogestionário, que mesmo com suas dificuldades, conseguiu construir uma série de avanços para a saúde mental do município. Dentre eles, podem se mencionar a habilitação – e consequente custeio mensal federal – do CAPS AD do município; a abertura dos CAPS para cenário de prática de residências de saúde mental e estágios profissionais de diversas áreas profissionais, incluindo a psicologia; e o alinhamento dos processos de trabalho e organização dos serviços ao que é preconizado pelas normativas do SUS para o funcionamento dos CAPS, incluindo fornecimento de refeições e espaços de assembleias para os usuários, o que até então não era realizado.

Pude passar a integrar o Colegiado Gestor de Saúde Mental a partir de 2015, tendo neste primeiro ano a experiência de ser coordenador do CAPS AD e, nos dois anos seguintes, a de ser coordenador de Saúde Mental. Neste período, as demandas passaram pela construção do segundo Plano de Saúde Mental, onde foi retomada a história da política no município e também desenhado o cenário e projeções de avanços futuros, estruturado na ideia da Rede de Atenção Psicossocial (configurada ainda antes dos retrocessos trazidos pelas portarias mais recentes); a realização do I Encontro da RAPS, onde se demarcou a importância de um Grupo Condutor contínuo, que segue se encontrando até hoje; a ampliação da assistência para a saúde mental indígena, com idas de uma equipe de saúde mental que atende semanalmente uma comunidade no município, em um trabalho que pode ser considerado entre os pioneiros na região e estado do Rio Grande do Sul; e a construção de fluxos entre os serviços de saúde mental, na rede de saúde e também intersetoriais, com serviços do SUAS. Outro grande desafio do período foi



a atuação com os casos judiciais de internações compulsórias. Inicialmente os familiares de usuários de drogas entravam com processo contra o município, que judicialmente era obrigado a pagar internações em clínicas particulares, fomentando um mercado privado de internações. Foi construído então um fluxo em parceria com o Poder Judiciário, criando-se uma prévia avaliação psicossocial antes da judicialização do caso. Os familiares que procuravam a Defensoria Pública passaram a ser encaminhados para o CAPS AD, que realiza uma visita de aproximação e sensibilização com o usuário de drogas para que busque tratamento voluntariamente. Só após o insucesso desta ação que o caso passa a ser judicializado, sendo que no decorrer do processo gera-se uma segunda demanda de avaliação, desta vez com médico psiquiatra, para que avalie se de fato o caso permanece grave e necessita de internação, realizada então em local conveniado pelo município. Desta forma, diminuiu-se em cerca de ao menos 30% a internação dos casos e o município passou a ter a gestão disso, embora ainda que o ideal fosse a internação em leitos de saúde mental do próprio SUS, que não existem na cidade. Neste período, também foram inúmeras as dificuldades. O fechamento dos 12 leitos de saúde mental do hospital municipal impactaram bastante na assistência e gestão, pois a rede ficou muito limitada, sem ter para onde encaminhar os casos graves e com risco de suicídio. Os CAPS passaram a se sobrecarregar com isto, sem retaguarda para os encaminhamentos. Foi construído como uma saída paliativa e possível o uso de leitos em uma cidade vizinha, a partir de uma regulação municipal criada no Colegiado para tal fim, mas insuficiente para a demanda. Com isso, o município precisou comprar leitos em clínica particular, com gastos significativos e dificuldades no cuidado aos usuários, já que a visita dos familiares ficava comprometida pela distância. Também foram feitos convênios com Comunidades Terapêuticas para atender alguns casos com tal demanda, que na prática se observava que tinham muito mais relação com ausência de moradia do que demanda de tratamento propriamente. Em certos momentos, houve até pressão da gestão maior da Secretaria de Saúde do município para uso de tal vagas. No final de 2018 os contratos se encerraram e o Colegiado Gestor, em assembleia geral com trabalhadores, decidiu pela não renovação dos convênios. Contudo, pela demanda dos casos judiciais, em 2019 o contrato foi refeito, pela ausência de leitos de saúde mental em hospital geral no município, o que não há previsão de acontecer em função da crise que há no local.

GT13: Crítica Social, Direitos Humanos e Psicologia Social

A legitimação da violência nos espaços de lazer e na rua

Autor: Joyce Mary Adam (Joyce Mary Adam)

Coautor: Leila Maria Ferreira Salles

Este texto é resultado de parte de um projeto de pesquisa que teve por objeto o estudo da temática jovem, violência e escola. O principal objetivo do projeto foi investigar a interpretação dos jovens sobre a violência na sociedade, na escola e na sua própria vida. Procuramos analisar as diferentes explicações da violência presentes nos discursos de jovens fossem eles vítimas, expectadores ou protagonistas de violência. O pressuposto deste estudo é que conhecer a perspectiva de agressores e vítimas sobre as suas experiências de violência contribui para esclarecer os universos simbólicos e normativos que regulam as condutas violentas dos jovens em seu contexto e as possíveis formas de enfrentamento das mesmas no contexto escolar.

Dentre os diferentes aspectos abordados na pesquisa, este artigo analisa os incidentes e a legitimação da violência juvenil nos espaços de lazer e na rua. O estudo foi realizado com jovens que vivem na periferia de uma cidade brasileira e que frequentavam uma escola pública localizada na região. Os bairros onde esses jovens vivem e os locais de lazer que frequentam são permeados por situações de violência que ocorrem cotidianamente. Neste contexto os jovens explicam e atribuem significado à violência da qual ora são vítimas e ora protagonistas. Para a realização deste estudo foram realizadas entrevistas de grupo com jovens considerados pela escola como protagonistas de situações de violência e jovens que não costumam exercer atos caracterizados como violentos, chama-se a atenção de que esta categorização foi dada pela escola.

A metodologia de pesquisa de entrevista de grupo se deu da seguinte maneira, em cada encontro com os jovens tentava-se estimular a conversação do grupo por meio de alguns temas postos em debate: a concepção de violência e a violência nos diferentes contextos de interação: família, escola e lazer. Era solicitado a cada parti-

cipante do grupo que se posicionasse frente a temas que iam sendo propostos pelos pesquisadores e se buscava incentivar a discussão entre eles a respeito de cada temática. Os próprios temas das entrevistas serviram como critério de codificação do material recolhido. Após a codificação e identificação dos fragmentos significativos se procedeu a sua análise identificando padrões de significado compartilhado pelo grupo e articuladores da totalidade dos depoimentos. Em um primeiro momento foi feita uma análise das diversas experiências de violência vividas ou presenciadas pelos alunos dos dois grupos. Em seguida se buscou o sentido que conferiam aos atos e aos incidentes dos quais participavam ou presenciavam.

Participaram deste estudo dois grupos de alunos. Os grupos se diferenciavam de acordo com sua qualidade de protagonistas ou não protagonistas de incidentes de violência. Tal diferenciação entre os jovens foi feita pela equipe gestora da escola que os qualificou como violentos e não violentos. Os grupos constituídos são relativamente homogêneos: frequentam a mesma escola, vivem nos mesmos bairros da cidade, têm idades entre 15 e 17 anos. No total foram feitas 10 entrevistas, cinco com cada grupo de jovens.

Para facilitar o reconhecimento dos grupos denominaremos o primeiro de GV referindo-se ao grupo composto pelos jovens que tinham tido participação em incidentes violentos e de GNV o grupo integrado por alunos que não participaram de incidentes de violência.

Os jovens apontam que há uma série de regras que dirigem a conduta juvenil que é marcadamente competitiva, permeada por intolerâncias e por tentativas de imposição de estilos de vida, modos de agir e preferências ao outro. A presença de grupos de bandidos e traficantes que impõem regras e normas de conduta aos moradores também se constituem em explicações para a violência. Entretanto, cabe ressaltar que se de um lado os jovens podem estar submetidos às regras impostas pelos traficantes e bandidos com os quais convivem na comunidade e subjugados à cultura juvenil em função de sua faixa etária, os depoimentos revelam também momentos de resistência e rupturas como quando as regras e as explicações são questionadas e outros grupos se tornam referência.

Como conclusão ressalta-se que, nos bairros em que vivem, a violência se faz presente em todos os espaços: no lazer, na rua, na vizinhança e na família. No lazer se confrontam com outros grupos, na rua convivem com traficantes, usuários de drogas e presenciam assassinatos.

Os jovens protagonistas de violência fazem referências a grupos de bandidos que estão presentes na comunidade onde vivem e ao Comando Vermelho, ao qual diziam pertencer por ocasião em que este, conforme noticiado pela mídia, atacou as Delegacias de Polícia no Estado de São Paulo. Mesmo que isso não seja verdade, ou seja, que eles não pertençam a esses grupos, essas colocações apontam que estes grupos podem vir a constituírem-se em uma referência proporcionando-lhes uma identidade respeitável que, inclusive, pode provocar medo nos demais (professores, diretores, outros jovens, etc). Eles também falam sobre a morte e de acontecimentos que culminaram em assassinatos e da possibilidade de provocar a morte de alguém, seja isto verossímil ou não, como se fosse algo banal, rotineiro, o que é um indicativo da banalização da violência nos contextos de vida destes jovens.

As suas falas provavelmente se assemelham a de outros que se encontram em contextos similares de exclusão social, proximidade do narcotráfico, determinadas condições familiares, etc. Isto indica que a violência entre alunos pode também ser entendida como uma violência social que entra na escola pela pobreza, pela marginalização, pela delinqüência e pelo desemprego, pela expansão do tráfico de drogas e do crime organizado (DUBET, 2003; TAVARES DOS SANTOS, 2001; PEGORARO, 1999, 2002; WACQUANT, 2001, 2007; YOUNG, 2002).

Entretanto, a questão estrutural da violência que envolve os aspectos sociais e econômicos como determinantes de atos violentos não é considerado pelos jovens em suas falas sobre a violência. Embora, eles próprios vivam uma vida de pobreza não foi feita uma associação direta entre essa situação de vida e a violência. As micro-relações parecem ser mais importantes e onde os jovens estão focados para explicar o mundo. Deste modo a violência responde a questões do contexto imediato. É uma forma de se defender que não é questionada ou criticada, apenas aceita, até mesmo como algo inevitável.

Enquanto, os jovens do outro grupo GNV evitam as provocações, fogem de situações conflituosas e reagem com medo frente às situações de violências, tendo uma atitude mais de expectadores de situações deste tipo, o cotidiano das relações dos integrantes do grupo GV é marcado pela violência. O uso da violência como forma de solução dos conflitos em detrimento das alternativas de negociação está disseminado entre os jovens qualificados como violentos, estabelecendo-se o que, Tavares dos Santos (2004) chamou de violência difusa. Os jovens do grupo GV em geral, reagem ou ameaçam reagir violentamente a qualquer agressão sofrida ou percebida.

Mas tudo isso significa que a violência de alunos jovens nas escolas pode ser melhor entendida quando a referência é a cultura juvenil ou a comunidade a qual os jovens pertencem? A resposta não é simples e nem está clara. Provavelmente é a soma dos dois.

De um lado há uma violência que é decorrente da escola enquanto instituição e de outro, os jovens podem estar submetidos às regras impostas pelos traficantes e bandidos com os quais convivem na comunidade e subjugados à cultura juvenil em função de sua faixa etária.

Porem os depoimentos revelam também momentos de resistência e rupturas como quando as regras e as explicações são questionadas e outros grupos se tornam referência. Dessa maneira, deve-se analisar a constituição destas explicações a partir das modalidades que a sustentam e que podem ser rompidas. É importante desvelar as explicações para a violência que é apropriada e incorporada pelos jovens visando a produção de outras configurações.

Cabe à escola reconhecer o conflito da sociedade e o desencontro entre ela e as populações excluídas. Procurar construir uma escola um pouco menos estigmatizante para com os alunos, preservando sua dignidade e igualdade de princípio com os outros. Ainda que, os alunos das escolas que estudamos em geral só sejam encaminhados a profissões mais desqualificadas, essa trajetória não precisa ser acompanhada por um processo de estigmatização e desvalorização deles enquanto pessoas. Agir para que se construa uma ética de solidariedade, cuja base seja o respeito é, parece-nos, uma condição fundamental para que se possa reduzir a violência no contexto escolar e fora dela.

A luta pelo reconhecimento de direitos na Educação Infantil: uma experiência no interior paulista

Autor: Caroline Polido (UNESP)

Coautor: Débora Fonseca (UNESP) e Tamyres (UNESP)

O presente trabalho se refere a um estudo que busca pesquisar acerca da educação em direitos humanos na educação infantil, visando investigar preconceitos, diferenças, estigmas e violências no âmbito escolar e trabalhar a prática da cidadania de forma consciente e crítica, visando uma escola mais igualitária e justa, assim como refletir de que forma podemos dialogar sobre o que são direitos com crianças tão pequenas.

A pesquisa foi realizada com duas salas de Educação Infantil de uma escola da rede municipal do ensino do interior paulista, sendo uma sala de Infantil I e uma sala do Infantil II. Ao todo, foram participantes 50 crianças. A escolha por essa etapa de ensino se deu por pensarmos o quão necessário é trabalharmos os Direitos Humanos e a cidadania com as crianças desde muito pequenas, visando que se tornem jovens e adultos justos e que lutem por uma sociedade mais humana e igualitária. Ademais, é necessário trabalharmos também com todos os segmentos da escola, visando que os profissionais que estão cotidianamente envolvidos com as crianças busquem por práticas mais conscientes e críticas.

Entendemos que a escola é o lócus privilegiado para tratar das questões de desigualdade e diferenças, visto às características heterogêneas que a compõem. É na escola que nos fazemos como seres humanos, aprendemos a respeitar, ajudar uns aos outros e proteger aqueles que precisam. No entanto, também é na escola que muitos direitos são violados e, dessa maneira, as relações precisam ser revistas, para que possamos caminhar na perspectiva de construir uma sociedade mais humana, livre, igualitária e justa.

Dessa maneira, a pesquisa de natureza qualitativa, foi realizada durante um semestre com encontros mensais com a equipe gestora e os professores e encontros semanais com as crianças, buscando intensificar o vínculo entre pesquisadora e participantes para um melhor desenvolvimento da pesquisa. A pesquisa se utilizou de dois instrumentos de coleta de dados, sendo grupo focal e pesquisa ação. Para a realização do grupo focal, nos apoiamos em Gatti (2005), quando a autora nos diz que o grupo focal nos possibilita trazer uma multiplicidade de pontos de vista, processos emocionais e visões pelo contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de manifestar. Para a realização da pesquisa ação, nos pautamos em Thiollent (1997) e assim, as oficinas realizadas buscaram trabalhar questões levantadas no grupo focal que emergiram a partir da realidade da escola participante, questões essas atravessadas por preconceitos, diferenças, estigmas e violências.

De acordo com as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (2012), todos os sistemas de ensino e as instituições de pesquisa devem fomentar e divulgar estudos e experiências na área dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos, além de criar políticas para produção de material didáticos que forneçam suporte para o desenvolvimento desse ensino e estimular ações de extensão voltadas pra a promoção dos Direitos



Humanos (BRASIL, 2012).

Vimos ao decorrer da pesquisa que apesar das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (2012) ser uma lei vigente, esse documento ainda é desconhecido por grande parte dos professores participantes, os quais afirmaram em uma das oficinas não terem conhecimento das diretrizes. Consideramos esse dado como algo preocupante, visto que esses educadores deveriam pautar suas práticas nesse documento mas isso ainda não se efetivou na prática.

Ao adentrarmos ao tema do direito à educação, buscamos trabalhar com a história de Malala Yousafzai, trazendo a realidade paquistanesa para dialogar com as crianças que existem países em que as meninas são privadas do direito à educação. Ao tratarmos sobre isso, pudemos ver meninos que disseram que isso estava correto, pois só os meninos deveriam estudar.

Cabe ressaltar que quando buscamos adentrar às escolas para trabalhar a Educação em Direitos Humanos na Educação Infantil e iniciar a presente pesquisa, sentimos uma certa resistência para trabalhar o tema com crianças tão pequenas, alegando que por sua faixa etária não era necessário visto que elas são pequenas demais para terem preconceitos, estigmas e discriminação. No entanto, essa parece não ser a realidade que os dados da pesquisa nos apresentam, visto que apesar de serem pequenas as crianças estão inseridas em uma cultura que, ainda nos dias de hoje, tem dificuldade de compreender os direitos humanos e assim, desde pequenas, sentimos a necessidade de trabalharmos temas que promovam uma cultura de direitos humanos em nossa sociedade. Em uma perspectiva sócio-histórica (VIGOTSKI, 1987), discutiremos alguns dados da pesquisa, mobilizando reflexões e possibilidades de resistência pela Educação em Direitos Humanos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP n.1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 de maio 2012. Seção 1, p. 48.

GATTI, B. A. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília, DF: Liber Livro, 2005.

THIOLLENT, M. Pesquisa-ação nas organizações. São Paulo: Atlas, 1997.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo : Martins Fontes, 1987.

conflitos sociais mediados por narrativas de jovens negras das periferias de São Paulo e Goiânia

Autor: Carlos Eduardo (IP USP)

A proposta desta apresentação oral tem como norte apresentar alguns dos resultados obtido na pesquisa de doutorado que tinha como objetivo compreender se os sentidos de futuros narrados por jovens negras residentes nas periferias do município de São Paulo e de Goiânia. A ideia era investigar se esses sentidos lhes servem de mediadores para o entendimento dos conflitos sociais. De modo mais específicos foi buscar a compreensão se elas enunciam tipos de elaboração de sofrimentos, se comunicam suas relações étnico-raciais, de gênero e de classe, assim como, se lutam por reconhecimento intersubjetivo e social. Optou-se por uma pesquisa de característica qualitativa, porque tal método permitiu a inserção do pesquisador nos próprios espaços geográficos. Por meio da relação com o pesquisador seus versos e expressões edificaram coisas, consequências, tarefas, além de comunicarem desigualdades, mas principalmente, a arquitetura do futuro, a elaboração do sofrimento para que as dores não se tornem dogmas. Isto porque, quando conversamos, dialogamos, contamos algo, nossas palavras referem-se ao mundo que nos envolve com sua realidade e suas ficções. O ser humano não é algo abandonado no universo, vítima de si mesmo, porém oscila na busca do equilíbrio fazendo contato reiteradamente. Neste sentido, o diálogo, a conversa, podem ser considerados a oscilação entre uma visão e outra, entre uma reflexão e outra. Segundo José Moura Gonçalves Filho (2004), a conversa abre portas para um lugar de pensar que ninguém ocupava antes de conversar. Por esta razão buscamos estar perto da realidade vivencial das jovens negras moradoras da Região do Capão Redondo e Jardim Ângela com intuito de compreender os sentidos “de futuro” por meio das falas, das histórias que elas nos reservaram. Isto porque, discute Gonçalves Filho (2004), a comunicação com cidadãos das classes populares pede muitos deslocamentos. Estes deslocamentos culminam, por sua vez, em outro ponto de onde nossa visão vai ver o que não via antes. Desse modo, a compreensão mais segura desse novo ponto de visão vai sempre depender de bem ouvir estes cidadãos. Foi exatamente para ouvir que procurei estas jovens negras.



Isto porque me é muitíssimo caro compreender, utilizando as palavras Walter Benjamin (2000), como “os destinos mais obscuros, os mais terríveis” dos jovens mais pobres são ao mesmo tempo expectativas sobre o futuro que vem das tragédias do passado e do presente. Várias das jovens que colaboraram vivem na penúria. Contudo, são criativas para resistência à vida danificada e, de alguma maneira, não sucumbem. É exatamente esta resistência aliada à educação emancipatória que Adorno (1995) vê possibilidades contra a perenização da formação social vigente que brutaliza a consciência, que reifica gente e suas relações. Visto que em seu argumento, Adorno assevera que para o conhecimento se tornar possível, há a necessidade da mediação do sujeito racional. A atividade reflexiva é a concentração que se apresenta como momento ativo do sujeito em face da vida danificada (1995 p. 18). Em face da vida danificada, cada existência humana, cada pessoa, como já muito foi propagada, é um mistério a parte, um sozinho no meio da multidão, como nas poesias de Baudelaire, ou um caçador de si, como na canção. Há então, traços singulares que têm como suas maiores pistas de investigação: as palavras. Porque este mistério à parte, este ser sozinho, precisa imprimir as máximas que lhe vêm de dentro. A solidão que exige ser expelida é o laço de existência que nos une a todos. Tão dolorosa solidão que, segundo os argumentos de Barros Filho, Lopes e Issler (2005), tem que ser comunicada porque de outro modo, não compartilhada, se torna isolamento que apouca, entristece. De minha parte acrescentaria que adocece. Portanto, é oportuno lembrar que nas periferias citadas, se vive sob a atmosfera de elementos representantes da relação entre racismo, pobreza, gênero, genocídio de jovens negros, espaço urbano, entre outros, que nos possibilita o diagnóstico de que vivemos em sociedade desigual em plena barbárie, mas que por outro lado, nos permite intuir como traços predominantes entre muitos jovens moradores em tais cenários, as formações de laços de solidariedades, de lutas por direitos, por cultura, por religião, por características indenitárias, diversidade sexual, pelas memórias que nutrem sentimentos de pertença étnico-raciais, de rede de relações das comunidades locais. Tudo isso, constituíram em importantes recursos de investigação que podem auxiliar para a construção de políticas públicas voltadas ao combate à desigualdade social brasileira. Neste aspecto a tradição teórica de crítica social foi instrumento importante para a compreensão e análise das experiências, bem como, das suas expectativas para o tempo ainda por vir, como estas expectativas se tornam mediadoras para lutarem por reconhecimento. Portanto, cumpriu-se de ouvi-las com bases no enfoque pesquisa-participante sob a análise da tradição teórica de crítica à sociedade, que entende que os conflitos sociais têm origem na ausência de reconhecimento, visto que o reconhecimento pleno só se dá quando indivíduos e grupos são realmente aceitos nas relações com o próximo (amor), na prática institucional (justiça/direito) e na convivência em comunidade (solidariedade).

Educação em Direitos humanos: um breve relato na EJA.

Autor: Tamyres (UNESP)

Coautor: Natália Gomes (UNESP), Caroline Polido (UNESP) e Débora Fonseca (UNESP)

O presente trabalho é fruto de um estudo que busca pesquisar educação em direitos humanos numa turma de alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos. O objetivo principal é trabalhar a temática dos direitos humanos dentro do ambiente escolar, através de discussões sobre preconceitos, discriminação, racismo, machismo, e etc., ou seja, violências vivenciadas diariamente na sociedade e dentro da sala de aula.

Esse estudo é importante pois possibilita a reflexão de todos os envolvidos, afim de que se construa uma sociedade mais justa e igualitária para todos os indivíduos. A pesquisa promove a educação em direitos humanos, pois de acordo com as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (2012), todos os estabelecimentos de ensino e instituições de pesquisas devem fomentar experiências nessa área. De acordo com Tavares (2012):

A educação em direitos humanos, além de todo processo de formação em seus conteúdos, pretende a socialização dos valores e princípios que lhe são intrínsecos, com o fim de construir e consolidar uma cultura de direitos humanos. Neste caminho, a dita socialização busca envolver todas as pessoas na vivência e no respeito a tais direitos (TAVARES, 2012, p.492).

A pesquisa de natureza qualitativa vem sendo realizada com alunos do 8º ano do ensino fundamental II, em uma escola localizada na região central, num município do interior paulista. Os alunos dessa escola são advindos de diversas regiões da cidade, muitos deles distantes da escola, sendo bairros periféricos, considerados por estarem em uma zona com altos índices de violência. É importante salientar que, a sala de EJA onde se desenvolve a pesquisa apresenta grandes conflitos de gerações/idade, isto é, a sala é formada por adolescentes e pessoas de meia de idade.



Para a execução da pesquisa, são realizadas oficinas semanalmente com os alunos, tendo a duração de 1h/aula, e com os professores e gestão escolar mensalmente, aproximadamente 2h/aulas, em HTPC (horário de trabalho pedagógico coletivo). Iniciamos no primeiro semestre letivo de 2019 e estamos dando continuidade no segundo semestre, a fim de consolidar a coleta de dados.

De início, foram aplicados questionários para todos os participantes, perguntando sobre temáticas que gostariam de discutir no contexto escolar, bem como compreender o que traziam sobre os direitos humanos. A partir desse momento, pensamos oficinas que contemplassem as temáticas respondidas e construímos com os mesmo novos temas e propostas para a continuidade da pesquisa.

As oficinas acontecem de forma participativa, onde os indivíduos expõem suas opiniões, e todos refletem sobre o que é proposto. Encaminhamos as discussões para que sempre sejam pautadas no respeito, embora algumas vezes, situações de indignação entre os envolvidos causem conflitos. Trabalhamos com músicas, filmes, vídeos, poemas, desenhos, ou qualquer outro material que possibilite as discussões através da educação não-formal.

A coleta de dados acontece através da metodologia da pesquisa-ação (Thiollent, 1985), dos questionários, e posteriormente – para sua finalização – utilizaremos o grupo focal, para verificarmos a eficácia da proposta pesquisada.

Durante a coleta dos dados vem sendo possível observar que os alunos naturalizam diversos tipos de violências, que são presenciadas no cotidiano e vivenciadas no contexto escolar. Os alunos demonstraram que consideram o acesso à educação como obrigação, principalmente os mais jovens, não enxergando como um direito. É relevante salientar que os sujeitos ali existentes trazem concepções diferentes das esperadas e que: “escola é parte integrante da sociedade e não consegue viver apartada dela, seus muros não conseguem impedir o reflexo das desigualdades, das violências e das tragédias” (ZLUHAN; RAITZ, 2014, p. 35).

Nas discussões sobre gênero nos deparamos com discursos que ferem a dignidade humana da mulher, sendo muitas vezes uma violência sofrida dentro dos lares. Muitas mulheres relataram que foram privadas do direito de estudar simplesmente por serem mulheres, e por esse motivo estavam ali na EJA. Também foram discutidos comentários do tipo “tem mulher que gosta de apanhar” e nesse sentido fomos buscando reflexões sobre a temática, sempre estabelecendo o diálogo entre os indivíduos.

Quando trabalhamos a temática do racismo, observamos que alguns alunos não se identificavam como negros, uma violência naturalizada que não permite o próprio reconhecimento. Nesse sentido, refletimos sobre oportunidade de pessoas negras no Brasil, direitos violados e situações de pobreza e desigualdade social.

Com os professores e equipe gestora trabalhamos temáticas formativas e levamos a importância de se trabalhar a educação em direitos humanos dentro da sala de aula. Também é exposto à eles tudo o que vem sendo trabalhado com os alunos, de forma que os possibilite a pensar novas práticas que levam a esse tipo de educação pretendida. Também foi trabalhado com os docentes e gestão, os artigos das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, sendo possível observar que nem todos os educadores conheciam tal legislação que está em vigor. Tal conhecimento é importante para que as práticas sejam colocadas no cotidiano da escola, demonstrando que não é preciso ter uma disciplina ou hora certa para se trabalhar os direitos humanos, mas sim de maneira interdisciplinar, todos juntos, auxiliando-os uns aos outros:

[...] a educação em direitos humanos não se resume a padronizações didáticas, temáticas ou metodológicas, mas consiste na comunhão em torno de certos princípios e objetivos – que não se limitam a temas geradores de aula –, que devem se constituir em eixos norteadores de toda prática escolar e em princípios inspiradores de ações educativas (ZLUHAN; RAITZ, 2014, p. 45)

Dessa forma, através da presente pesquisa que está em andamento, podemos observar o quanto é importante que discussões pautadas na educação em direitos humanos sejam discutidas no contexto escolar. A escola é um lugar privilegiado para tratar todos os tipos de violações aos direitos humanos, e ela precisa estar preparada para lidar com todas as situações existentes. Além de transmitir conhecimentos, a escola precisa cumprir seu papel social de exercitar a cidadania entre os alunos, possibilitando que eles tomem consciência de seus direitos e dessa forma, contribuir para que sejam diminuídas situações de violação aos direitos humanos, pois “a escola, por muitas vezes, constitui-se na única oportunidade de os alunos construírem atitudes, saberes, comportamentos e compromissos que levem ao exercício da paz” (ZLUHAN; RAITZ, 2014, p. 51).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB : Lei nº 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

TAVARES, C. Educar em direitos humanos: o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. *Rev Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. 2012. Disponível em: <http://migre.me/epTmk>. Acesso em: 13 ago. 2019.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1985

ZLUHAN, T. M. RAITZ, T, R. A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas. *Rev. bras. Estud. pedagog. (online)*, Brasília, v. 95, n. 239, p. 31-54, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a03v95n239.pdf> Acesso em: 15 ago 2019.

Em tempos de medo, regimes de exceção: crítica à política de (in)Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro

Autor: Caíque Azael Ferreira da Silva (UFRJ)

Coautor: Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro (UFRJ) e Pedro Paulo Bicalho (UFRJ)

Em 2017, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil pelas graves violações de direitos ocorridas nos anos 1990 na Favela Nova Brasília, no Complexo do Alemão (RJ). Desde os anos 1990, vivemos diferentes períodos no país e especialmente no Rio de Janeiro, onde se tecem nossas análises. Mais de 20 anos depois, a violação de direitos fundamentais pelas mãos do estado, como o direito à vida, ainda é uma realidade. O Rio de Janeiro vive um período controverso no que tange a política de segurança pública: o primeiro semestre de 2019 foi marcado com mais de 800 mortes em decorrência da atuação policial no estado (Ramalho, 2019), tendo a maior parte dessas mortes sido executadas em favelas e periferias. Essa realidade coloca em questão não só a atuação dos agentes de segurança pública que, a rigor, deveriam defender a vida digna da população, mas também o plano de segurança no qual tais ações se ancoram. A vitória de representantes políticos com tendências ideológicas à extrema direita nas eleições de 2018 para o legislativo e executivo impulsionaram uma nova lógica de gestão da cidade que aprofunda ainda mais as políticas públicas de segurança militarizadas e a letalidade policial, de acordo com a Rede de Observatórios da Segurança Pública.

Nos últimos anos, o estado do Rio de Janeiro teve sua gestão empenhada na organização do ciclo de megaeventos – como os Jogos Pan-americanos (2007), a Conferência Rio+20 (2012), a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos Internacionais (2016). No campo da Segurança, como apontam Castro e Pedro (2016) os megaeventos inauguram um novo momento de debate, formulação e implementação de políticas no Brasil, com uma concepção que privilegia a presença de dispositivos tecnológicos, como as câmeras, os aplicativos e a gestão integrada de vigilância, monitoramento e decisão. Projetos como o Centro Integrado de Comando e Controle se apresentaram como grandes apostas da segurança pública, porque uniram o que havia de mais moderno em vigilância e congregaram diferentes setores do governo, pela compreensão de que para lidar com os desafios próprios da gestão de um território tão grande, complexo e heterogêneo, é preciso maximizar os dados que se tem sobre tal território (fluxo de pessoas que andam por ali, alternativas de tráfego, dispositivos de abrigo e socorro e afins) e a capacidade de tomar decisões rápidas. Castro e Pedro (2016) apresentam que a proposta foi inspirada em experiências bem-sucedidas nacional e internacionalmente e partiu da premissa que a integração é vital para o sucesso de um sistema de segurança. Na contramão desse acúmulo, uma das principais expressões do novo momento de gestão foi o fechamento da Secretaria de Estado de Segurança (Damé, 2018) pelo Governador Wilson Witzel (PSC), tornando menos integrados os trabalhos da Polícia Civil e Polícia Militar no estado e diminuindo o potencial de ações integradas no âmbito da segurança pública de serem executadas.

O endurecimento das políticas de segurança se desenvolve no Brasil num contexto onde o Estado se propõe mínimo na intervenção social (com desmonte da Previdência Social e subfinanciamento da educação e saúde pública, por exemplo). De acordo com Wacquant (2003), a consolidação do Estado Penal se dá no casamento de uma política social liberal com uma política penal de encarceramento e execução da população mais pobre e precarizada. Como sustenta Bocayuva (2018), na dialética da crueldade, o medo alimenta a fúria que coloca em cena a síndrome brasileira da solução de força, da tortura, da prisão e do aniquilamento. Dessa forma, produz-se o desejo

de estratégias de combate à violência a partir da repressão policial e do enfrentamento armado, que será aplicado quase exclusivamente, no caso do Rio de Janeiro, em territórios de favelas, com ampla defesa da sociedade, como nos lembra Boiteux (2019). Os modos de viver a cidade para setores específicos da população são atravessados por práticas violentas e narrativas de violência, tendo o território, a raça e a classe como marcadores que determinam se você será alvo das políticas públicas na perspectiva do cuidado ou da eliminação.

O presente trabalho, extraído de pesquisa de Mestrado em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, busca problematizar as lógicas que sustentam a construção do programa de segurança pública em âmbito estadual e visibilizar as controvérsias decorrentes da implementação de tal plano, utilizando dados coletados pela Rede de Observatório da Segurança Pública. A orientação teórico-metodológica que estrutura a pesquisa é da Cartografia das Controvérsias, de Bruno Latour, que é convocada ao trabalho pela sua capacidade de subsidiar uma pesquisa que valoriza o diálogo com diferentes atores vinculados ao campo da segurança pública sem previamente determiná-los ou anulá-los, numa tentativa de qualificar o debate a partir da sua diversidade e pluralidade, observando os atores em ação. Seus estudos têm tratado sobre os coletivos híbridos, construídos por atores humanos e não humanos, com o objetivo último problematiza-los, de tomá-los não como um dado, como uma explicação, mas como algo a ser explicado (Latour, 2006, citado por Castro, 2008). Do local de pesquisador, reivindico métodos que consigam caminhar dando protagonismo e vitalidade ao que é pesquisado, compreendendo a centralidade de respeitar os atores heterogêneos no contexto de pesquisa, sem, portanto, anulá-los. O território dinâmico que é o social, com forças não estabilizadas e em transformação, convoca métodos de análise capazes de lançar um olhar sobre a política de segurança pública no contexto do Rio de Janeiro e que, assim, possa identificar os principais atores que compõem tal política, mas também toda uma historicidade que constrói o território e as tensões e disputas que estão presentes constantemente nessa composição.

Referências Bibliográficas

Bocayuva, C. C. Intervenção Militar: ampliação do direito à guerra interna? Revista Conexão UFRJ, 2018. Disponível em: <https://xn--conexo-7ta.ufrj.br/artigos/intervencao-militar-ampliacao-do-direito-guerra-interna>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

Boiteux, L. Projeto Moro: a defesa do Estado policial como política social. Revista da Fundação Lauro Campos, 2019. Disponível em: <https://www.laurocampos.org.br/2019/05/03/projeto-moro-a-defesa-do-estado-policial-como-politica-social/>. Acessado em 20 de agosto de 2019.

CASTRO, Rafael Barreto de. Redes e Vigilância: Uma experiência de cartografia psicossocial – Estudo de caso no município de Guarujá, São Paulo / BR. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – UFRJ / IP / Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2008.

Damé, L. Witzel confirma extinção da Secretaria de Segurança Pública. Agência EBC Brasil, 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/witzel-confirma-extincao-da-secretaria-de-seguranca-publica>. Acessado em 20 de agosto de 2018.

PEDRO, R.M.L.R. ; CASTRO, R. B. . Videovigilância e megaeventos: a rotinização da excepcionalidade nas práticas de segurança pública no Rio de Janeiro. In: RHEINGANTZ, P.; PEDRO, R.; SZAPIRO, A.. (Org.). Qualidade do Lugar e cultura contemporânea: MODOS DE SER E HABITAR AS CIDADES. 1ed. Porto Alegre: Sulina, 2016, v. 1, p. 184-211.

Ramalho, S. Polícias mataram 881 pessoas em 6 meses no RJ. Nenhuma em área de milícia. Portal UOL Notícias, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/08/20/policias-mataram-881-pessoas-em-6-meses-no-rj-nenhuma-em-area-de-milicia.htm?fbclid=IwAR3WhC22lmKSYsrzPSTDPB6zmbuQy6rtQiF3tnNL3FljODKqmdk3JWDsHg>. Acessado em 20 de agosto de 2019.

WACQUANT, Loïc. PUNIR OS POBRES: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 2ª ed. Col. Pensamento Criminológico. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

O Laboratório de Psicologia Social e Direitos Humanos na construção de afetos e resistências

Autor: Luísa Prates (PUC Minas) e Larissa Cecília (PUC MG)

Coautor: Márcia Mansur (PUC Minas), Laura Onisto Machado Pereira (Laura Onisto) e Elisa Bastianelli Scaramussa

Historicamente, a formação em Psicologia possui um caráter elitista, individualizante e voltado majoritariamente para a atuação na área clínica. Nessa história, a psicologia se consolidou como ciência do indivíduo. Seu objeto de estudo era o indivíduo, os processos mentais, os fenômenos psíquicos. Nossa ciência foi criada a partir da necessidade de atender aos parâmetros positivistas da ciência moderna. A psicologia nasceu, assim, servindo aos interesses da ordem social estabelecida, convertendo-se em um instrumento útil para a reprodução do sistema. Teve sua atenção voltada para uma prática que se sustenta em um modelo específico de atuação, liberal e privado, cujo enfoque teórico e técnico privilegia o indivíduo e a sua particularidade. Enfim, como conclui Martin Baró (1996), a Psicologia torna-se uma ideologia de reconversão, oferecendo uma solução alternativa para os conflitos sociais ao mudar o indivíduo, preservando a ordem social. Acreditamos que essa concepção ainda está profundamente ligada à formação, e à ênfase curricular. A consequência disso pode ser uma formação incompleta, preparada apenas para alguns contextos específicos e que não construa o respeito às diversas possibilidades de existência, e nem profissionais preparadas para atuar com tal público diverso. Dessa forma, a Psicologia pode reproduzir inúmeros estigmas que deveria combater e erradicar, contribuindo para a manutenção de desigualdades ao invés de promover a justiça social e equidade de direitos.

Com isso, quando se fala em Psicologia Social, é comum que o entendimento acerca da mesma seja, equivocadamente, associado a ações de caridade ou trabalho voluntário e não como uma abordagem da psicologia, com sustentação teórica e metodológica, e visão de sujeito específica. Tal estigma é preocupante, uma vez que, ao pensar em uma formação completa, seus princípios éticos e o fato de que, independentemente da área que cada profissional escolher atuar, inevitavelmente somos uma sociedade e vivemos em grupo, torna-se necessário pensar em um preparo que aborde isso e que contemple uma abordagem psicossocial de saúde e integralidade dos sujeitos, não se pautando apenas em seu âmbito privado e individual.

Considerando os princípios éticos da profissão, sua responsabilidade social, os compromissos com os Direitos Humanos e diante da realidade acima descrita é que o Laboratório de Psicologia Social e Direitos Humanos (LABP-SDH) vem se consolidando como um espaço de fomento e qualificação de um percurso formativo na área da Psicologia Social na Faculdade de Psicologia da PUC/MG de Belo Horizonte. Nosso objetivo consiste em proporcionar o acesso a debates, discussões e reflexões, por meio da articulação de diálogos com participantes de movimentos sociais e com profissionais presentes em diversas áreas da psicologia voltadas para as relações políticas e sociais. Temos por missão tornar o estudo da Psicologia Social algo cada vez mais instigante e presente na formação das(os) alunas(os) do curso, reafirmando sua importância e possibilitando discussões acerca de seu compromisso político e social, de modo que as ações promovidas pelo LABPSDH possam contribuir para futuras práticas profissionais em consonância com a defesa dos Direitos Humanos para todas, todos e todes.

Norteados pelos objetivos já anteriormente apresentados, o LABPSDH atua promovendo diversas atividades complementares à formação, permitindo às(os) alunas(os) visualizarem e vivenciarem situações múltiplas nas quais a psicologia está presente e se implicarem politicamente. Os eventos e atividades proporcionadas pelo LABPSDH são, portanto: "chá social", debate com temas variados, rodas de conversa, intervenções político-culturais e um grupo de estudos que ocorre quinzenalmente. Para planejá-los, contamos com reuniões quinzenais com as monitoras e coordenadora.

Aprofundando em algumas das ações, temos o intitulado "Chá Social" como uma metodologia recente, criada no segundo semestre de 2018, com o intuito de promover um espaço de socialização, articulação, troca de experiências, aprendizagens e afeto junto às(os) alunas(os) do curso. Eles ocorrem no formato de uma pequena roda de conversa, com lanches coletivos, abordando temas de relevância para a Psicologia Social e os Direitos Humanos, assim como para o cenário atual no Brasil.

Da mesma forma, o Grupo de Estudos em Psicologia Social foi idealizado e tem tomado forma recentemente, no primeiro semestre de 2019. Pretende-se construir um espaço de desenvolvimento de conhecimento e aprendizado acerca da Psicologia Social e suas diversas vertentes, por meio de trocas também afetivas, contando com a participação de professoras(es), profissionais da área e, também, militantes. A metodologia de estudo pauta-se na leitura e discussão de textos previamente selecionados que estão relacionados às temáticas trabalhadas. O



objetivo principal, a partir do seguimento dessa atividade, é que o grupo se consolide com uma participação ativa e constante das(os) alunas(os), de modo a gerar bons frutos e fortalecer a Psicologia Social como um todo na Faculdade de Psicologia – FAPSI.

Já como uma ferramenta de mobilização para os eventos, a fim de ocupar o espaço da faculdade e como forma de marcar datas importantes, por meio da sensibilização via arte e cultura, utilizamos de intervenções político-culturais nos corredores do prédio de Psicologia, normalmente durante os intervalos entre as aulas, tanto no turno diurno, quanto noturno. Essas consistem, por exemplo, em convidar estudantes do próprio curso para realizar algum tipo de intervenção artística (música, performance) pensada junto ao LABPSDH – por vezes também em parceria com o Diretório Acadêmico de Psicologia – e que proponha uma interlocução com determinado tema, seja ele vinculado a algum evento que irá acontecer no dia ou na semana, ou a alguma data, como o Dia da Visibilidade Bissexual ou o Dia da Consciência Negra.

Considerando as problemáticas supracitadas acerca da formação em Psicologia e seu direcionamento, devido à ampliação da oferta de atividades voltadas para outras áreas que não a da clínica, notamos um aumento do interesse e participação das(os) alunas(os), sobretudo dos primeiros períodos – algo que associamos a alguns fatores, como disponibilidade de horário e, também, maior abertura ao novo. Acreditamos que tal resultado configura-se como um grande ganho, uma vez que, ao ter contato desde o início do curso com a Psicologia Social e suas diversas possibilidades, pressupõe-se que as estudantes não reproduzam a ideia de concebê-la e reduzi-la a uma perspectiva de caridade, trabalho voluntário ou assistencialismo, quando no campo das políticas públicas, por exemplo.

Além disso, tem-se verificado um movimento de aumento da demanda das atividades promovidas pelo Laboratório de Psicologia Social e Direitos Humanos, de forma que alunas(os), já ao início do semestre, procuram saber sobre as próximas ações, demonstrando previamente grande interesse em participar, construindo e ocupando cada vez mais os espaços da faculdade. Em tempos de crescente autoritarismo, conservadorismo e diversas formas de opressão, é necessário atentar-nos ao potencial da Psicologia enquanto possibilidade de resistência e enfrentamento a tal contexto, abrindo espaço para o diálogo e ocupando espaços, de forma a democratizar o conhecimento e repensar o espaço privilegiado da universidade.

O sexismo nas empresas a partir da perspectiva de profissionais de recursos humanos

Autor: Natalia Lins Brandão (IP-USP)

Há uma extensa bibliografia que discute as diferenças de gênero – que vão de disparidades salariais até desigualdades nas oportunidades de carreira – entre homens e mulheres nos meios corporativos, sempre em prejuízo destas. Esta dissertação buscou expandir tais estudos para uma via ainda pouco explorada: investigar como o sexismo se apresenta no cotidiano das empresas, olhando para os processos de trabalho em recursos humanos, a partir de trabalhadoras dessa área. Para tanto, a presente pesquisa contou com as entrevistas de seis trabalhadoras de recursos humanos, de diferentes empresas e com mais de cinco anos de experiência na área. As análises se deram com base nos discursos advindos das entrevistas, com a divisão em categorias analíticas fundamentadas na literatura discutida e nos achados das entrevistas. Como resultado, vimos que, apesar de anos de luta dos diversos movimentos feministas, de ações afirmativas e de iniciativas de “gestão da diversidade”, as mulheres ainda sofrem preconceito de gênero no trabalho, sendo preteridas nos processos seletivos, de promoção e de avaliação, por razões relativas à condição de ser mulher.

Com as ações dos grupos de diversidade, acreditava-se endereçar adequadamente os preconceitos de cada grupo com a promessa de incluir esses grupos e saldar a conta aberta por séculos de opressão. É inegável afirmar que pessoas foram incluídas e que muitos movimentaram-se na sociedade para posições de melhor prestígio, entretanto, isso aconteceu deixando muitos outros ainda marginalizados e até mesmo, reforçando o mesmo sistema de opressão que outrora os excluía. Após mais de três décadas das ações afirmativas e alguns anos que essas ações foram exportadas para outros países, tanto da Europa como de regiões de capitalismo periférico, ainda temos um cenário desfavorável para as mulheres no campo do trabalho. Reconhecer que as mulheres possuem mais autonomia e que as pautas feministas tiveram repercussões na sociedade como nunca antes é necessário, mas a estagnação desse cenário e até mesmo o retrocesso dele – com relação à onda conservadora que assola o globo no atual momento –, nos mostra que é preciso verticalizar sobre o problema e aprofundar a reflexão. Com base nesse



raciocínio este trabalho foi desenvolvido, com o objetivo de compreender uma pequena parte desse problema, como o sexismo se passa dentro das empresas, através da perspectiva de profissionais de recursos humanos. Para cumprir tal tarefa, partir das discussões feministas se mostrou uma necessidade, uma vez que somente compreender os processos de trabalho não seria suficiente para identificar as contradições existentes no cotidiano das trabalhadoras entrevistadas.

A Sociologia do Trabalho tem feito essa articulação de modo equilibrado através de nomes como Helena Hirata e outras tantas citadas nesta dissertação. Também na Psicologia Social do Trabalho, nos últimos anos, trabalhos que trazem uma revisão feminista estão ganhando espaço. Por essa escolha, foi possível conectar que tanto as feministas quanto as teóricas da Psicologia Social do Trabalho viam, cada uma a sua maneira, que o levante da diversidade, apesar de ter promovido a inclusão parcial de grupos excluídos socialmente, resultou, também, como efeito colateral no aprofundamento da opressão pela invisibilidade de boa parte desses mesmos grupos. Afinal, falar em inclusão da mulher no trabalho é urgente, mas não questionar o aprofundamento da precarização do trabalho para as mulheres que atuam no cuidado, nas empresas de limpeza e em outros serviços terceirizados é incluir algumas para relegar à marginalidade milhares. Sendo essa também, uma discussão de gênero necessária. O feminismo pró-mercado, tem cumprido esse papel nos últimos anos, passando a imagem de que a discussão de gênero está sendo endereçada dentro das empresas. Mas, na verdade, com isso, ocultamos o processo de opressão que está por trás e fugimos do debate central. Não há a defesa de que essas discussões não empreenderam mudanças reais, pois, como pode-se encontrar nas falas das próprias entrevistadas, nos momentos em que as empresas possuíam posicionamentos claros a favor da diversidade, a inclusão acontecia para algumas mulheres. No entanto, é preciso encarar o fato de que isso não é suficiente, uma vez que nas mesmas empresas situações de opressão a mulher aconteciam no paralelo, como é o caso vivido por Paula. Não é possível concluir com clareza a existência de processos que incluem e processos que excluem. Foi possível identificar um certo padrão estabelecido nos processos de recursos humanos, do modo que as empresas seguem passos semelhantes para recrutar e selecionar, avaliar, promover e remunerar. Como trabalhamos com um número limitado de entrevistadas, Em contrapartida, a subjetividade no momento da tomada de decisão, que fica a cargo da gestão, deixando um vasto espaço para a incorporação de preconceitos, nos faz acreditar que as empresas não estão verdadeiramente implicadas em resolver o sexismo. Dentre as seis entrevistadas, cinco delas puderam descrever muitos casos de preconceito, que vivenciaram como vítimas dele ou como apoiadoras do processo em que ele aconteceu, com isso, pode-se afirmar que são situações que acontecem “à luz do dia”, mas que são relativizadas. Sobretudo porque o preconceito acontece nas entrelinhas, no discurso “não intencional”. Desse modo, pode-se afirmar que o preconceito está no discurso que atravessa o cotidiano e no momento da tomada de decisão da gestão. É importante deixar claro que não identificamos na gestão a causa do sexismo, mas com base na literatura discutida e nos relatos das entrevistadas foi possível traçar um paralelo entre os interesses que o capitalismo alimenta em torno do preconceito, utilizando-se dele para perpetuar os mecanismos opressores, e a inanição das organizações diante de relatos em que a liderança de modo velado no discurso, mas evidente no cotidiano, discrimina mulheres nos momentos de tomada de decisão dos processos de recursos humanos.

Uma vez que o capitalismo necessita manter parte da população como exército de reserva e, como aponta Saffioti (1976), utiliza dos preconceitos para perpetuar populações na condição de marginalizadas, podemos supor que essa dinâmica não se dá ao acaso, mas cumpre objetivos maiores, alheios às pessoas que os executam. Por outro lado, apesar de toda conjuntura macro, é possível questionar se, ao se deparar com a postura questionadora das profissionais entrevistadas e das situações que compartilharam nas entrevistas de real inclusão, não seria este também um caminho para implodir a dinâmica sexista? Seria possível desenvolver, dentro das empresas, espaços de discussão real, com aprofundamento histórico das opressões sofridas pelas minorias e, com isso, através de programas de diversidade robustos e que questionassem sobretudo a visão do homem hétero como ponto de partida ou base de comparação básica para se definir papéis dentro das organizações, de modo a criar novos modos de se trabalhar? Poderia ser esse um caminho paralelo aos movimentos sociais de luta pelas causas feministas e negra? Essas são perguntas que se levantam. Mas, também, este trabalho aponta um caminho urgente ao demonstrar, através dos relatos das profissionais de recursos humanos, que nomear as situações sofridas de sexismo pode romper com a lógica estabelecida, uma vez que as profissionais de recursos humanos que tiveram essa oportunidade em seu cotidiano, de compreender como a discriminação contra a mulher dentro de um processo histórico, foram capazes de traduzir o discurso encoberto pelo desmascaramento do sexismo e puderam interromper uma dinâmica sexista, ainda que momentaneamente. Entretanto, é importante clarificar que há ainda



mulheres que não são alcançadas por essas discussões, pois tais questionamentos não incluem o papel da mulher que trabalha nas casas como empregada doméstica, da mulher que trabalha na copa e na limpeza das empresas e de tantas outras mulheres que trabalham informalmente e em condições precárias, a pretensão inclusão estará corroborando com o patriarcado, distraindo as mulheres da real opressão e aprofundando ainda mais o sexismo. Para isso, sem dúvida, faz-se necessário também questionar o lugar do homem com relação a divisão de papéis e do seu lugar de “padrão” para a definição do que é trabalhar. Como continuidade desse trabalho, aprofundar o papel da liderança nos discursos sexistas se faz necessário, pois aponta que a contradição da reprodução social e produção social, mercantilizada pelo capitalismo, encontra no papel da liderança lugar para se reproduzir, servindo a liderança como bode expiatório dessa dinâmica no microsistema. Não à toa, o questionamento acerca da condição da maternidade é colocado por essa mesma liderança como contraditório à produtividade e principal razão de discriminação, como apontaram as entrevistadas.

Como síntese deste trabalho, identificamos na discussão que Fraser chama por “crise do cuidado” com a ideologia da diversidade, apontada por Galeão-Silva & Alves (2004) como a chave de leitura para esse cenário, que por um lado distrai mulheres, vendendo como resultado a inclusão daquelas que já possuem uma posição mais privilegiada, enquanto aprofunda a opressão sobre aquelas que pela intersecção de raça e classe seguem marginalizadas e mantém a engrenagem funcionando, servindo de mão de obra barata tanto para o mercado quanto para as próprias mulheres que foram incluídas nesse processo. Deixando, desse modo, o lugar do homem branco preservado, sem questionamento sobre o seu papel e a sua contribuição para essa engrenagem opressora.

O “lobo mau” ronda a casa: quando a proteção vira erotização em casos de abuso/violência sexual

Autor: Monise Serpa (UNIFRA-UFRGS)

Coautor: Monise Serpa (UNIFRA-UFRGS)

O presente trabalho parte de uma pesquisa maior, de doutorado, realizada entre os anos de 2012 e 2016, que buscou problematizar de que forma as redes de atendimento de proteção à infância e adolescência compreendem esse fenômeno e de que modo crianças e adolescentes do gênero feminino em situação de exploração sexual vivenciam tal realidade. O objetivo aqui traçado é discutir as violações sexuais cometidas por figuras masculinas próximas às meninas, vítimas de violência sexual, e à sua família e que ocupam um lugar de destaque em suas vidas não só pela agressão cometida, mas pelas relações de poder estabelecidas tanto com elas como com os demais membros de sua família. Na atualidade, os meios de comunicação de massa, tais como televisão, cinema, música, jornal, internet, vídeos, têm propagado com frequência a imagem de corpos erotizados, em especial, das crianças e adolescentes do gênero feminino e jovens mulheres, possibilitando a vivência de outras formas de exploração dos corpos e da sexualidade (FELIPE e GUIZZO, 2003). Tais formas, calcadas, em sua maioria, pelas lógicas do consumo, têm incorporado o sexo como espetáculo e performance na qual a criança, em algumas dessas concepções, tem sido vista como objeto de desejo sexual do adulto (FELIPE, 2006). Nessa perspectiva, problematiza-se a representação da sexualidade masculina heterossexual, caracterizada como “descontrolada”, em permanente estado de vigília ao seu desejo sexual, o que, no contexto da violência sexual contra a mulher, costuma ser usada como justificativa para o comportamento agressor masculino. Assim, nessa relação estabelecida entre corpo, gênero e sexualidade, mulheres e homens têm aprendido que é o corpo feminino jovem, infantilizado, que deve ser alcançado, desejado. Tais significados sobre o corpo infante-juvenil tem produzido nas crianças e adolescentes do gênero feminino, desde muito cedo, a ideia de que o seu corpo tem um valor social e cultural diretamente vinculado ao erotismo e à sedução. Neste trabalho adotamos o termo violência agregado ao termo abuso por entendermos que a expressão abuso possibilita algumas “brechas” na compreensão de que alguma prática sexual com crianças possa ser permitida, sendo proibida apenas quando se excede (FELIPE, 2006). Dessa maneira, todo abuso é uma violência. O abuso/violência sexual é descrito como uma forma de contato e troca sexual de um adulto e uma criança ou adolescente, sendo esse adulto uma figura de autoridade para a criança, e por isso, faz uso desse lugar para obter gratificação sexual para si ou para outros (DOS SANTOS; IPPOLITO, 2011). Para a/o autora/o (2011, p. 64), a criança e a/o adolescente estão “em processo de construção e de descoberta de sua sexualidade” e, por isso, o abusador se prevalece dessa desigualdade “para manipular os desejos” das vítimas envolvidas. A pesquisa foi enviada a Comissão de Pesquisa – COMPESQ/EDU da Universidade Federal do Rio Gran-

de do Sul-UFRGS e, após a sua aprovação, foi submetida a Plataforma Brasil e obteve o parecer consubstanciado do Comitê de Ética. Para conhecer os locais os quais atendiam meninas vítimas de exploração sexual, a pesquisadora participou de reuniões mensais do Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes – EVESCA de Porto Alegre-Rs. Para o acesso as casas-lares foi solicitada pela direção dos locais a autorização da juíza da 2ª Vara da Infância e da Adolescência. Após essa permissão, deu-se início a aproximação e inserção nos locais, com o intuito de formar o vínculo com as jovens levando em consideração às peculiaridades que envolvem a realidade da exploração sexual, tais como a violação dos direitos das crianças e dos/as adolescentes e a marginalização de sua prática. Foram utilizadas estratégias metodológicas de inspiração etnográfica, dos grupos focais, de entrevistas, narrativas, como também de materiais produzidos especialmente para os encontros de grupo, tais como escritas, desenhos, fotos, cartazes, figuras. Para as entrevistas individuais, seguiu-se um roteiro semiestruturado com questões sobre corpo, gênero, sexualidade e violência e conversas com as profissionais que atendiam a jovem. Para o registro do material, utilizou-se o gravador com o consentimento da interlocutora envolvida, assim como o registro detalhado e aprofundado sobre as impressões da pesquisadora num diário de campo. Para os propósitos desse trabalho, foi analisado o caso de uma jovem, Pâmela (nome fictício), de 12 anos de idade que durante a pesquisa se encontrava abrigada numa casa-lar, do município, por ter sido vítima de abuso/violência sexual cometida pelo seu padrinho, marido de sua tia, irmã de sua mãe e por esta estar envolvida na participação do caso por permitir e incentivar os abusos. Os resultados mostraram que nas suas relações proximais, desde muito cedo, Pâmela foi estimulada sexualmente por seu padrinho, acessando, nessa experiência, as ambiguidades de, por um lado, vivenciar as dores de uma violência, mas, por meio dela, alcançar um lugar de pertencimento, poder e afeto na família. A experimentação da sexualidade de Pâmela não partiu dela mesma, mas do desejo de um adulto, que ocupava um lugar de proteção para com ela. Caberia a ele, como adulto e nesse lugar afetivo de padrinho, estimular o desenvolvimento de Pâmela de forma “saudável”, usando como parâmetro as práticas de cuidado e proteção. Para algumas/alguns crianças e adolescentes em situação de abuso/violência sexual, a atenção recebida pela via do sexo e da erotização precoce passa a ser uma das poucas recebidas quando elas se encontram em contextos severos de vulnerabilidade e negligência. Se a proteção e o cuidado são necessários para a sobrevivência afetiva no período da infância e da adolescência, quando privilegiados com a erotização, fazem com que o corpo e a sexualidade sejam o lócus distinto desses afetos, como efeitos desse forte investimento dos homens adultos ou mais velhos sobre elas. Na Experiência de Pâmela, o padrinho ao longo do processo de abuso/violência, passou a oferecer dinheiro em troca do sexo. Esse desejo despertado pelo seu corpo de menina, por ser jovem, passou a ser estendido a outras relações estabelecidas com outros homens em espaços públicos, colocando-a, em muitos casos, em outras situações de vulnerabilidade. Nos casos de exploração sexual, além do investimento afetivo-sexual, a criança e o/a adolescente são alvos de investimento financeiro. O dinheiro, como um dos fortes marcadores de nossa sociedade para valorar as coisas, é também uma via de acesso aos bens tanto de consumo para a subsistência como para a satisfação de outras necessidades, como o prazer sexual. Esses processos, desde muito cedo, inscritos em seus corpos a partir do desejo de um outro, desconsidera a sua subjetividade e a sua condição de dependência afetiva perante a figura adulta. E como tal acaba por ser uma via de inserção no campo dos afetos, da feminilidade e sexualidade pelo lugar de poder e reconhecimento alcançado com o seu corpo jovem. Dessa forma, pensar sobre este lugar torna-se fundamental tanto para as discussões como para as práticas de enfrentamento a violência/abuso sexual de crianças e adolescentes, principalmente quando se está em questão políticas que promovem práticas de proteção.

Políticas Públicas e Construção de Subjetividade: Neoliberalismo Educação e Trabalho

Autor: Eduardo de Camargo (UNESP)

Coautor: Joyce Mary Adam (Joyce Mary Adam) e Débora Fonseca (UNESP)

INTRODUÇÃO

A intenção desse trabalho é levantar reflexões sobre os efeitos de políticas neoliberais na educação, no trabalho, no discurso social, midiático e por consequência na construção da subjetividade de adolescentes no final do ensino médio, momento muitas vezes decisivo para a entrada no mercado de trabalho ou de decisão para uma formação de nível superior. Tendo essas questões como centrais, esse projeto propõe repensar políticas que por



vezes levam à exclusão, violações de direitos e seus efeitos na construção de identidade juvenil, suas relações com a consciência de classe, leitura crítica do contexto social e o processo de construção de um projeto de vida que pense tanto a inserção social como a inserção profissional de sujeitos considerados de direito.

OBJETIVO

Esse estudo tem como objetivo central entender como são interpretadas e definidas por esses jovens questões como: escolha ou não por um curso de nível superior, aspirações sobre carreira profissional, falta de interesse com a escola e com seu próprio projeto de vida além de observar os efeitos de cobrança por padrões sociais. Como objetivos específicos propõe-se compreender a relação ou não desses jovens com temas como: política, economia, mercado de trabalho, mídia e sociedade.

RELAÇÃO COM O EIXO

A proposição desse trabalho está diretamente ligada aos eixos: 01- Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais e 05 - Psicologia Social e trabalho no neoliberalismo: lutas sociais e resistências, por tratar de temas ligados aos efeitos de políticas capitalistas neoliberais, que por vezes são excludentes, culpabilizam o sujeito e criam discursos como o da meritocracia, responsabilizando unicamente o indivíduo por seu fracasso escolar, cultural, econômico e social eximindo o estado do seu papel de produção de bem estar e proteção social. Entende-se portando que a contribuição desse trabalho está em pensar estratégias de emancipação do sujeito e de garantia de direitos humanos como o acesso à educação pública, plural, participativa, gratuita e de qualidade.

JUSTIFICATIVA E ORIENTAÇÃO TEÓRICA

É uma tarefa complexa definir juventude hoje em dia. Podemos olhar por diferentes óticas, porém todas nos levam ao incentivo de nos parecermos cada vez mais jovens, saudáveis, economicamente ativos e consumidores. Parece cada vez mais ofensiva a ideia de envelhecer, logo prolonga-se a juventude o máximo possível a fim de evitar o triste evento do envelhecimento. Nesse cenário capitalista a ideia do indivíduo adulto quase que desaparece e surge o paradigma: Como manter-se nas premissas de juventude, de experimentação, casualidade, impulso, rebeldia e liberdade e ao mesmo tempo construir uma carreira de sucesso, ser consumidor dos encantos de mundo moderno e adequar-se à alta competitividade do mercado de trabalho dos países capitalistas. A construção da subjetividade se dá em meio a dicotomias cada vez mais tácitas favorecendo um terreno fértil para a instauração de sofrimento psíquico, patologização e exclusão, tornando o indivíduo menos detentor da liberdade de constituir-se como sujeito social.

Quando falamos de subjetividade e como o sujeito é socialmente construído, levamos em conta fatores como: história de vida, experiências e suas interpretações, contexto familiar, meio social e político, tempo e local de nascimento, onde se vive, cultura, religião, educação entre outros. Logo compreendemos que o sujeito é um ser datado, marcado por sua época e estudado em termos de função-norma (FOUCAULT, 1980).

Silvia Lane também defende que a subjetividade humana é construída por meio de interações sociais e que o homem biológico pode “escapar” à mera condição genética, se desenvolvendo em uma superestrutura.

[...] o homem fala, pensa, aprende e ensina, transforma a natureza; o homem é cultura, é história. Este homem biológico não sobrevive por si e nem é uma espécie que reproduz tal e qual, como variações decorrentes de clima, alimentação, etc. O seu organismo é uma infraestrutura que permite o desenvolvimento de uma superestrutura que é social e, portanto, histórica (LANE, 1989, p.12)

Nesse processo de construção tão amplo, por vezes se dá eventos de ruptura dessa subjetividade, ao que chamamos de crise - desorganização de forças do sujeito – que é fruto de conflitos e interações malsucedidas com o meio em que ele está estabelecido. O capitalismo neoliberal por sua lógica produtivista e com o distanciamento do estado acaba por fomentar processos excludentes ao eximir-se da promoção de acesso à educação e ao mercado de trabalho. Essa relação dialética em que o homem particular é um ser social e não traz em si uma essência delimitada, mostra que ele é produto de múltiplas determinações (MARX, 1983). É o constituir-se socialmente que constrói o singular:



[...] o singular é tão mais compreendido, quanto mais se tenha captado suas mediações particulares com a universalidade. O singular, portanto, não existe em si e por si, mas somente por meio das mediações – o particular (OLIVEIRA, 2005, p. 50).

Portanto políticas públicas, educação e inclusão social são cruciais na constituição humana fazendo com que o sujeito tenha a possibilidade de escapar da sua condição social atual ao ampliar sua consciência de maneira a tornar-se o detentor de sua história.

MÉTODO

Ao entender que o método é um instrumento de construção dos dados, será adotada nesse trabalho a pesquisa participativa. Serão propostas rodas de discussões à fim de utilizar a dialética como método científico:

[...] é um processo que contém procedimentos caracterizados como movimentos contínuos de análise e síntese, de composição e dedução, os quais devem possibilitar o conhecimento e a interpretação da realidade, servindo ao mesmo tempo de instrumentos de transformação desta (PELISSARI apud FREDERICO, 1998, p. 8)

Os dados da pesquisa serão construídos (além de observação e debate) por meio de entrevistas coletivas. A entrevista qualitativa será uma forma de conhecer a dinâmica do grupo bem como o sentido e o significado da escola, da mídia e da política na vida de cada participante.

Através da pesquisa qualitativa (GODOY, 1995) os pesquisadores tendem a entender os fenômenos à partir da visão e da perspectiva dos participantes. Leva-se em conta os pontos de vista, esclarecendo situações internas que possam ser invisíveis para quem está de fora.

Observa-se ainda, a premissa de que a pesquisa qualitativa possui o ambiente natural como fonte de dados e o pesquisador como figura fundamental do processo:

Visando à compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados. O ambiente e as pessoas nele inseridas devem ser olhados holisticamente: não são reduzidos a variáveis, mas observados como um todo (GODOY, 1995, p. 62).

Entrevistas semiestruturadas (BLEGER, 1964), rodas de conversas e entrevistas abertas e dinâmicas de grupo tais como: apresentação e discussão de material cinematográfico (filmes, documentários, curta-metragem), materiais audiovisuais disponíveis na internet, textos, materiais jornalísticos, livros e autores recortados e trazidos pelo pesquisador como fonte de discussão e construção de conhecimento e terão a finalidade de promover discussões sobre a vida as expectativas, sonhos e o contexto real de vida de cada grupo, consciência de classe, conhecimento político, tentando assim entender um pouco mais sobre construção da identidade desses jovens.

RESULTADOS

Espera-se ao final do projeto compreender questão sobre estudos relacionados à juventude e educação e suas interfaces políticas, contribuindo para a prática profissional de professores e da rede de atendimento ao jovem a fim de lhes dar informações sobre melhores práticas de entendimento e construção coletiva de conhecimento, respeitando individualidades e quebrando paradigmas sociais. Busca-se ainda gerar material de cunho crítico à cerca de políticas neoliberais a fim de repensar relações de trabalho na contemporaneidade.

CONCLUSÕES

O trabalho apresentado não dá conta de esgotar as questões inerentes à políticas neoliberais, aos efeitos do capitalismo na construção de identidade/subjetividade, todavia levanta questões importantes para serem aprofundadas em locais de aprendizagem a fim de criar-se o hábito de discutir e pensar questões sociais tais como: a relação do homem com a educação, o tempo da educação e o tempo cronológico das instituições de ensino; como a coletividade tem sido trabalhada nos diferentes espaços educativos e de trabalho; aproximações/distanciamentos entre trabalho e emprego e a função social do trabalho.

Referências Bibliográficas

BLEGER, J. (1964) *Temas de Psicologia, Entrevistas e Grupos*; tradução Rita Maria M de Moraes, 1ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1980.



FOUCAULT, M. (2009) *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 37.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35, 57-63, 1995.

LANE, S.T.M et al (1984) *Psicologia social, o homem em movimento*; 7º edição, São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, B. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A.; MARTINS, S. T. F.; SILVA, N. R. (Org.). *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005. 25-51.

MARX, K. *O capital*. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PELISSARI, M.A. *Orientações Teóricas e Metodológicas para Estágio em Psicologia Social no Programa Diagnóstico e Intervenção em Processos Grupais*. Piracicaba, SP, 1998.

Processo de rualização de pessoas em situação de rua

Autor: Hétone Rodrigues Rocha (UESB) e Wallace Sousa Cruz (UESB)

Coautor: Odilza Lines de Almeida (UESB) e Igor Andrade Santos

Introdução

Os estudos sobre grupos em situação de vulnerabilidade social possuem a característica de provocar reflexões acerca das dinâmicas excludentes da sociedade, que marginalizam e estigmatizam determinadas populações, a exemplo das populações em situação de rua (PSR). Dito isso, estudar seus modos de vida sob o escopo da Psicologia resulta na ampliação do conhecimento a respeito de toda essa problemática, servindo como base para a implementação de ações aliadas aos direitos humanos e promotores da cidadania desses indivíduos.

A dimensão desse fenômeno não é pequena. Um sem-número de causas levam essas pessoas às ruas. Além disso, uma Pesquisa Nacional conduzida em 2015 apontou que a população nacional que vive nessa circunstância correspondia a um contingente de mais de 100 mil pessoas (BARBOSA, 2018), expostas à precariedade das ruas, geralmente sem emprego formal, convivendo com preconceitos e estigmatizações (GUIA..., 2015), o que reflete nas disposições de formação de vínculo.

Ciente dessa complexidade psicossocial, o presente trabalho objetiva verificar os principais fatores que contribuem para que algumas pessoas adotem as ruas como alternativas, adentrando assim, num processo de rualização. Nessa linha, utiliza-se a terminologia rualização em apropriação do conceito empregado por Mattos e Ferreira (2014) para categorizar o ir para a rua. Nessa perspectiva, almejando atingir tal objetivo este estudo contou com a participação de doze pessoas que foram abordadas por meio de entrevistas sobre a referida temática na cidade de Vitória da Conquista.

Objetivando melhor compreender o processo acima mencionado lançamos mão da noção de Desfiliação, proposta por Castel, apontando a crise nos liames sociais, característica da atual fase do sistema capitalista (DEMO, 1998; ZIONI, 2006), articulando este conceito com os aspectos econômicos das desigualdades sociais, elemento indissociável das análises sobre essas populações. Seria um "processo de ruptura da coesão social, processo esse que atinge um número considerável de pessoas particularmente frágeis" (ZIONI, 2006, p. 22). Apesar dessa ênfase na dimensão dos vínculos relacionais que os indivíduos estabelecem, Castel admite a estrutura dialética conjuntural nos processos de "descarte" desses sujeitos supranumerários, caracterizados por não encontrarem seu lugar na sociedade (ZIONI, 2006),

Metodologia

Como ferramenta de coleta de dados, utilizou-se de uma entrevista semiestrutura que incluía questões sobre a história vida dos sujeitos, suas vivências na ruas, suas aspirações e suas relações sociais, situando, assim, este estudo na tipologia de estudos qualitativos, conforme Silva (1998).

A amostra, de caráter incidental, foi composta por doze participantes, sendo dez homens e duas mulheres, com idades acima de 18 anos e que se encontravam em situação de rua em Vitória da Conquista - BA. As entrevistas ocorreram nas ruas da cidade e em uma instituição vinculada à Igreja Católica, sob autorização da entidade.

Sendo assim, nove entrevistas foram gravadas em áudio, com a devida autorização dos informantes, e outras três foram documentadas em notas. A análise das entrevistas foi conduzida à guisa da Análise de Conteúdo de Bardin (1977) através de sintetização de categorias apriorísticas e não apriorísticas. Neste trabalho, apenas a categoria apriorística processo de rualização compõe a discussão dos resultados.



Resultados e discussões

Com base nas falas dos entrevistados, as causas que os levaram até às ruas foram multifacetadas, o que corrobora com a defesa de Silva (2006) quanto à existência de uma múltipla variedade de elementos que levam as pessoas a viver nas ruas. Como exemplo, podemos citar o caso de Anderson que informou que trabalhava como ascensorista de elevador e que todo o seu salário era expropriado pela família. Em função disso, as ruas funcionaram como alternativa para romper com essa situação. Electra, por sua vez, afirmou que após não suportar mais ser abusada sexualmente pelo padrasto, optou por abandonar sua casa e viver nas ruas.

Nestes relatos fica evidente a importância do rompimento ou da fragilização dos vínculos afetivos como elemento fundamental para se realizar, estando também presente a precariedade de recursos materiais como fator inerente às condições que favoreceram a ida para as ruas. Dessa forma, esses indivíduos podem ser chamados de desfiliaados. Essa desfiliação, porém, possui uma complexidade quando se visa identificar seus constituintes de risco e de proteção. A partir dos relatos de Anderson e Electra, o afastamento da família - e conseqüentemente dos abusos sofridos nesses ambientes - se apresenta enquanto um fator de proteção visto que essa atitude potencialmente diminuiu a possibilidade de ocorrência dos danos vivenciados nesses espaços. Entretanto, a vulnerabilidade do viver nas ruas pode oferecer maiores riscos, sobretudo para as mulheres, potencializando a ocorrência de danos relacionados a infecções pelas condições de higiene, discriminação e violência.

Na mesma linha, o entrevistado José engrossa o conjunto de causas que levam os indivíduos até as ruas. Sua ida foi repentina e sem comunicar aos seus familiares, estando relacionada com seu consumo excessivo de drogas e os resultantes conflitos no âmbito familiar, causa que corresponde a 35,5% dos motivos de realização (GUIA..., 2015).

Em contrapartida, a privação material ganha maior foco em atenção ao relato de Luís, de 64 anos, oriundo de uma cidade vizinha e que completava quatro dias nas ruas de Vitória da Conquista quando o abordamos. Sua explicação deu conta de que ele teria viajado para tratar de sua aposentadoria, mas teria que esperar o atendimento até a quinta-feira, sendo a entrevista realizada na quarta-feira. Este relato ressalta a importância da terminologia de pessoa em situação de rua, destacando o caráter potencialmente transitório das ruas, em alguns casos, que deve ser considerado na formulação das políticas específicas (ANDRADE, COSTA, MARQUETTI, 2004).

Considerações finais

Os resultados deste estudo permitem a reiteração do que a literatura vem trazendo sobre a multifatorialidade nas causas que influenciam na realização desses sujeitos, de modo que a tentativa de generalizar esses determinantes em apenas um elemento torna-se ineficaz e grosseiro, por não dar conta de uma realidade tão complexa. Ainda assim, os motivos que puderam ser observados se situam dentro de um espectro que vai desde aspectos de uma privação material a até o rompimento de vínculos afetivos ou a sua fragilização.

Com isso, pondera-se que o enfrentamento estatal dessa questão deve ser pautada em uma perspectiva de promoção dos direitos humanos e da cidadania, conforme Demo (1998, p. 16), buscando "a constituição de um sujeito social capaz de história própria, individual e coletiva", ao passo que as ações de cunho mais assistencialista devem ser tratadas como um suporte para que os indivíduos possam potencializar suas vidas. Como percebido neste estudo, o foco no restabelecimento dos vínculos sociais é também um importante elemento a ser considerado nas políticas para a população em situação de rua. Isso ratifica a importância de o Estado abrir-se para a participação social com efeito na construção e manutenção de suas ações almejando resultados mais satisfatórios para os usuários dos serviços públicos.

Referências

ANDRADE L. P.; COSTA, L. da C.; MARQUETTI, F. C. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. *Saúde Soc*, São Paulo, v.23, n.4, p.1248-1261, 2014.

BARBOSA, J. C. G. Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados. Brasília: IPEA, 120 f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, área de concentração em Economia, 2018.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa; Edições 70, 1977.

DEMO, P. *Charme da Exclusão Social*. Campinas: Autores Associados, 1998. 125p.

GUIA de Atuação Ministerial: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua/Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP, 2015.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Processos psicossociais de constituição da identidade da pessoa adulta em situação de rua: da rualização à domesticação. In: CARVALHO, I. S.; FERREIRA, R. F. (Orgs.). *Processos de Exclusão na Sociedade Contemporânea*. São Luiz do Maranhão: EDUFMA, 2014, p. 199-232.

SILVA, M. L. L. da. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno População em Situação de Rua no Brasil - 1995 a 2005*. Brasília, 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Política Social, 2006.

SILVA, R. C. da. A falsa dicotomia qualitativo-quantitativo: paradigmas que informam nossas práticas de pesquisa. In: ROMANELLI, G; BIASOLI-ALVES, Z. M. (Orgs.). *Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa*. Ribeirão Preto: Legi Summa, 1998, p. 159-174.

ZIONI, F. Exclusão Social: noção ou conceito? *Saúde e Sociedade*, v.15, n.3, p.15-29, set-dez 2006.

Psicologia Social, Políticas de Drogas e Religião: o caso das Comunidades Terapêuticas

Autor: Fernanda Mendes Lages Ribeiro (Claves/Fiocruz)

Introdução

O presente trabalho é fruto de uma discussão originada na tese *Religião, Prevenção à Violência e Recuperação e Reabilitação de Pessoas: Um Estudo em Manguinhos*, atualizado a partir das recentes mudanças na legislação de drogas brasileira. Em 2001, fruto de mais de 40 anos de luta por uma nova concepção e atenção à saúde mental, foi promulgada a Lei nº 10.216, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica. Tal legislação é uma conquista histórica da sociedade brasileira que atuou por meio de um movimento que uniu pesquisadores, profissionais de saúde, familiares e usuários, entre outros, e propõe a substituição progressiva dos serviços manicomiais pelo cuidado comunitário e aberto, em serviços substitutivos. Desde 2003, a redução de danos é a política oficial do Ministério da Saúde, propondo diminuir os riscos de natureza biológica, social e econômica do uso de drogas, e pautando-se no respeito ao indivíduo e ao seu direito de escolha. Outra direção, diametralmente oposta, é a abstinência, aplicada pelas Comunidades Terapêuticas (CT). Com o objetivo de recuperar dependentes de drogas, as igrejas atuam evangelizando nas comunidades – em 'bocas de fumo' e 'cracolândias' – e em CT. Estas, também cunhadas como 'Centros de Recuperação', são financiadas ou cofinanciadas por entidades religiosas e pelo Estado, tendo como projeto terapêutico o tratamento religioso. Este tipo de tratamento substitui ou incrementa outras formas de cuidado, como a medicamentosa. Historicamente, disputam, no âmbito do Estado, dois discursos opostos atinentes à questão: de um lado, o emanado pelo Ministério da Saúde (MS), setor no qual está ancorada a Política Nacional de Saúde Mental (PNSM); de outro, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ), orientado pela ideologia de Guerra às Drogas capitaneada pelos Estados Unidos. Mesmo considerando que, em anos anteriores, tal disputa já existisse, a primazia do cuidado estava ainda de posse do Ministério da Saúde. Hoje, seguindo a orientação conservadora e pseudorreligiosa do atual governo, se observa um veloz desmonte da Lei nº 10.216/2001, a gosto dos saudosistas do sistema manicomial e da lógica das instituições totais.

Objetivo

Discutir criticamente o papel de Comunidades Terapêuticas (CT) religiosas na recuperação e reabilitação de usuários de drogas, apresentando alguns dos sentidos e impactos do redirecionamento do cuidado a usuários de drogas expresso nas mudanças atuais na política de drogas brasileira.

Relação clara com o GT e eixo temático escolhido

O presente trabalho se relaciona ao Eixo 11. Psicologia Social, laicidade e fundamentalismos: enfrentamentos contra a restrição dos direitos, uma vez que discute os sentidos e impactos do redirecionamento do cuidado a usuários de drogas expresso nas mudanças na política de drogas brasileira, onde há um progressivo processo de abandono de estratégias cientificamente comprovadas e o reforço ao julgamento moral e à ótica bélica de combate às substâncias psicoativas ancorada na perspectiva de Guerra às Drogas. Tal redirecionamento se baseia na atuação de entidades privadas de cunho religioso no tratamento antidrogas, as chamadas Comunidades Terapêuticas, instituições manicomiais que trabalham com a abstinência como princípio, o que representa um retrocesso das políticas conquistadas pela sociedade brasileira.



Orientação teórica

A pesquisa desenvolveu-se a partir de abordagens teóricas que reúnem conceitos acerca de dois blocos temáticos centrais: políticas de saúde mental e religião. Em relação ao primeiro, levantou e analisou a legislação vigente, assim como as principais discussões no âmbito da Reforma Psiquiátrica brasileira e da Luta Antimanicomial. Em relação ao segundo, analisou o papel da religião ao longo das formações sócio-históricas, a presença e desenvolvimento das religiões no Brasil, as relações entre religião e saúde, o papel das lideranças religiosas, a relação entre políticas públicas e religião e o papel da religião na recuperação e reabilitação de pessoas.

Método

Originalmente, a tese supracitada desenvolveu-se a partir de uma abordagem qualitativa, compreendendo entrevistas, observação participante e coleta de materiais institucionais em Manguinhos/Rio de Janeiro/RJ. Os entrevistados foram: pessoas convertidas à religião, com histórico de dependência de drogas e envolvimento com o tráfico de entorpecentes; líderes religiosos e coordenadores de serviços sociais prestados por entidades religiosas. Participaram do estudo 14 igrejas e associações religiosas entre católica, evangélicas e espíritas, entre 2010 e 2012. Para tratamento dos dados, utilizou-se a Análise de Enunciação, que considera que a palavra é sentido, mas, também, transformação, incluindo, como parte da compreensão do discurso, aspectos históricos e sociais. Como forma de atualização da discussão, foi realizada pesquisa documental tendo como base as mudanças recentes na política de saúde mental.

Resultados

Apesar de a PNSM ter sido promulgada em 2001, sua implementação é ainda incompleta, sobretudo em função do escasso e também incompleto financiamento dos serviços substitutivos que operacionalizam o cuidado. Há, ainda, questionamentos e um lobby permanente que ataca sua lógica interna. Igualmente, o campo específico da atenção ao abuso de álcool e drogas sempre foi permeado por tensões e discursos contraditórios em enfrentamento, ora a favor da RD, ora a favor da lógica proibicionista. A forma como a questão das drogas vem sendo historicamente construída e veiculada no Brasil tem como base um senso comum alarmista de que “vivemos uma epidemia das drogas”. Essa epidemia seria a responsável pelos mais diversos males sociais, particularmente a violência. Esse discurso justifica a implementação de políticas pautadas pela lógica de tolerância zero e manicomial que “andam de mãos dadas”. Vem se observando um progressivo processo de abandono de estratégias cientificamente comprovadas e o reforço ao julgamento moral e à ótica bélica de combate às substâncias psicoativas ancorada na perspectiva de Guerra às Drogas. Há, historicamente no país, a atuação de entidades privadas de cunho religioso no tratamento antidrogas, as chamadas Comunidades Terapêuticas. Estas entidades propõem um tratamento religioso-moral, ou seja, de base religiosa, em desacordo com a PNSM. As CT funcionam segundo a lógica das instituições totais, isto é, são aparatos manicomiais, e o tratamento proposto está ancorado numa lógica moralista e religiosa – o sujeito deve recuperar-se para se adequar a um modelo de homem cristão. Muitas contam com profissionais voluntários, formados na área da saúde ou não, a exemplo de pastores e ex-dependentes. Seus fundamentos filosóficos partem da visão de que é possível eliminar as drogas por meio da abstinência e da laborterapia, frequentemente denunciada como trabalho forçado. São muitos os relatos e as evidências de violações de direitos e violências como: maus tratos, medicalização sem prescrição médica, desconhecimento de comorbidades com doenças psiquiátricas, isolamento, castigos físicos, desrespeito à liberdade de crença, de orientação sexual e de identidade de gênero, proibição de visitas, entre outros, em claro desrespeito ao princípio de autonomia dos sujeitos.

Conclusões

Contemporaneamente, a política brasileira passou a priorizar expressivo financiamento público para as Comunidades Terapêuticas, instituições manicomiais, o que representa um retrocesso das políticas conquistadas pela sociedade brasileira. As contradições da política pública brasileira voltada à atenção às pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas apontam para um processo histórico de disputas entre “questão de saúde” e “questão de justiça”. Contemporaneamente, tal disputa alinha-se à justiça e pende para o lado proibicionista marcado pela lógica manicomial e da abstinência. Ao integrarem a rede psicossocial e por serem, em sua grande maioria, religiosas, as CT ameaçam frontalmente o princípio de laicidade do Estado e garantem seu espaço no mercado da questão social, imiscuindo-se na agenda neoliberal. Ou seja, avançam as parcerias estatais com entidades privadas e o enxugamento dos serviços promovidos pelo próprio Estado.



Reconhecimento social e movimento feminista: caminhos para pensar uma sociedade mais justa?

Autor: BRUNA DE OLIVEIRA DE JESUS (FAE Centro Universitário)

Coautor: Cayo Vinicius Lemes Vieira (Fae Centro Universitário) e Alexandra Arnold Rodrigues (FAE Centro Universitário)

O presente trabalho é desdobramento de uma pesquisa de cunho qualitativo-interpretativo, conforme postulada por Gonzalez Rey, e se apoia em uma revisão de literatura narrativa sobre o conceito de reconhecimento social proposto por autores da Teoria Crítica como Axel Honneth e Nancy Fraser. Por meio dela, tencionou articular algumas reflexões e também identificar elementos conceituais que, somados a princípios organizativos de movimentos sociais, como no caso do movimento feminista, poderiam resultar em maior compreensão e instrumentalização da luta por transformação e justiça social. De uma forma geral, o conceito de Reconhecimento Social está ligado a eticidade articulada à vida social, ela é considerada um dos pilares na construção da identidade (inclusive da identidade cultural) e funcionaria como subsídio para os homens agirem e julgarem uns aos outros e a si. Nesta direção, Axel Honneth destaca a importância da construção identitária, que estabelece-se pela via da autonomia, mediante relações de cuidado, respeito e estima assentados em padrões de aceitação ou reconhecimento social. No caso, esta constituição se oferece e se consolida em três esferas essenciais da vida dos homens: a do amor e cuidado, atrelado aos vínculos primários da primeira infância, que consolidam o senso de integridade; a da justiça moral, ligado aos direitos sociais básicos, formando o senso de auto respeito; e as relações sociais solidárias, que consolidam a estima social (Honneth, 2009). Justamente neste sentido é que também que se encontram, para o autor, as bases motivacionais dos conflitos políticos. Quando formas de violação da integridade, privações de direitos e/ou formas de degradação entram em cena ferindo as expectativas morais acopladas ao reconhecimento recíproco nas várias esferas das interações sociais, produz-se o senso de desrespeito e injustiça (Honneth, 2009). Já para Nancy Fraser, a luta por reconhecimento fundamenta-se em uma proposta mais abrangente com ações que contemplam horizontes sociais mais amplos, entendendo e sugerindo a integração de aspectos político-econômicos e culturais-valorativos. Para tal, Fraser propõe o modelo de paridade participativa, onde os seres humanos, enquanto pares, lutariam por igual valor moral, diante das mesmas condições objetivas, intersubjetivas e políticas (Fraser, 2007). Sob o ponto de vista desses autores, as variadas formas de negação do eu ferem a identidade do sujeito e motivam a formação de grupos, que, interpretam intersubjetivamente essas experiências individuais de desrespeito como opressão e violação de uma identidade coletiva. A partir destes postulados, a presente pesquisa serviu-se de aspectos conceituais acerca dos movimentos sociais apontados por Aécio Matos para entender como o modelo de paridade participativa torna-se uma possibilidade com auxílio dos organizadores sociais. Enquanto organização social de base, verificou-se que o movimento feminista, articula-se a partir de organizadores instrumentais e simbólicos para sua atuação nas lutas por garantias de direitos. Através dos organizadores históricos e ideológicos, que se desenrolam da dimensão simbólica, por exemplo, pôde-se acompanhar a trajetória do movimento e suas pautas reivindicatórias até a contemporaneidade, o que permitiu identificar a constituição de um fluxo identitário e, ao mesmo tempo, ramificações e contradições na luta por reconhecimento social. Dentre essas ramificações enfatizamos o feminismo negro que está alocado dentro das chamadas comunidades bivalentes trazida por Fraser (2007), o qual ressalta tanto a necessidade por revalorização da identidade quanto a redistribuição econômica, pois se trata de uma população socialmente invisibilizada e expropriada de direitos por aspectos relacionados a gênero, raça e classe evidenciando a interseccionalidade dos processos opressivos de caráter cultural-valorativo e de injustiça distributiva. Em cenários como este, Fraser (2007) aponta a necessidade de remédios afirmativos, que buscariam compensar o desrespeito por meio da revalorização da identidade grupal, bem como, os remédios transformativos, pautados na desconstrução das identidades e diferenças culturais através da transformação da estrutura social-econômica. Ademais, frente à injustiça econômica, Fraser (2007) ressalta que os remédios afirmativos - presentes em ramificações do movimento feminista - fragilizam a luta por reconhecimento, pois mantêm a estrutura econômica-política podendo produzir práticas de reconhecimento estigmatizantes, ampliando a diferenciação de classe, enquanto os remédios transformativos compensariam a má distribuição por meio da reestruturação das relações de produção. Conclui-se que, dentro dos vários aspectos que organizam o movimento feminista, poderíamos inferir que o feminismo negro assume um papel de reorganizador ideológico atrelado à interseccionalidade, posto por Carla Akotirene (2018) como um desdobramento e uma crítica do feminismo mais amplo, tendo em vista que concebe o entrelaçamento e sobreposição de experiências opressivas. As-

sim, Akotirene (2008) pondera que não se trata somente de políticas de identidade, mas sim de identidades políticas complexas, suscitando formas de consolidar uma articulação entre reconhecimento identitário e redistribuição. Assim como, acentua o conceito de identidade política a uma crítica de que não basta uma luta em favor a “raça humana”, visto que não há como negar o falso pressuposto da igualdade, a estruturação e o legado de opressão racial. Portanto, os postulados da interseccionalidade engloba a bivalência de coletivos afetados por questões objetivas e intersubjetivas posto por Fraser (2007). Deste modo, tem-se que as premissas da interseccionalidade sustenta-se dentre os organizadores históricos e ideológicos do movimento, direcionado para a construção do projeto um “feminismo revitalizado” para um mundo globalizado, conforme suscitado por Fraser (2008), capacitado em construir políticas que envolvam reconhecimento identitário, redistribuição e representação política na direção de uma justiça de gênero, e favorecendo as reflexões sobre as dimensões do reconhecimento. A força de movimentos sociais como o feminismo se encontra também, e particularmente, nos organizadores políticos que atuam instrumentalmente no planejamento e mensuração de resultados, assim como mediante forte representatividade nas políticas públicas, sociedade civil e junto à formadores de opinião pública, ou seja, e em parceria com organizações do primeiro, segundo e terceiro setor, além de agências de comunicação (Matos, 2012). A visibilidade e poder de negociação decorrente dessas relações promove a abertura às políticas de reconhecimento; consequentemente, ampliam o acesso a meios de produção e distribuição de renda que atuam como organizadores econômicos que, por sua vez, ajuda a consolidar a identidade do movimento. Este trabalho identificou, conforme Matos (2012), que as organizações de base diferentemente das organizações de massa e estatais têm um potencial emancipatório crítico na construção de sujeitos coletivos a partir da consciência individual e processos democráticos; porém, quando o movimento social – geralmente na figura de um líder/ideia, até mesmo expressado pela maioria – assume uma postura identitária unilateral, ao invés de uma política que abranja a heterogeneidade, torna-se autoritária, promovendo o separatismo entre membros, contradizendo a condição de parceiros integrais na interação social e transcultural em prol do reconhecimento social (Fraser, 2007). Com isso, a pesquisa permite identificar no construto em questão, subsídios para a práxis do psicólogo social atuante em movimentos sociais ou mesmo junto à políticas públicas, bem como, para a análise das possibilidades de fortalecimento da luta dos movimentos sociais, de forma a provocar indagações ligadas as contradições e a dinâmica singular atrelada às pautas e à luta por reconhecimento. Bem como, abre possibilidades para realização de estudos de campo, visando a investigação sobre como os agentes sociais ligados à luta por reconhecimento analisam as relações que se estabelecem intra e inter-grupos sociais, as contradições das pautas reivindicatórias e a efetivação e/ou complexidade das políticas de reconhecimento. Compreende-se que esse trabalho pode dar subsídios para articulações com outras temáticas, ainda pouco exploradas no campo do feminismo, como o estudo do feminino e religiões, assim como as “masculinidades” a partir dos princípios feministas; de forma a ampliar pesquisas e discussões no âmbito dos direitos sociais. Consta-se também a importância desse trabalho se desdobrar em uma pesquisa de campo, onde se possa identificar como as políticas de reconhecimento bem como os organizadores sociais, se reproduzem no cerne dos movimentos sociais.

Referências

- Akotirene, C. (2018). O que é interseccionalidade? Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando
- Fraser, N. (2007). Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, 70,101-138.
- Fraser, N. (2008). *Escalas de Justicia*. (A. M. Riu, Trad.). Barcelona: Herder.
- Honeth, A. (2009). *Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Editora 34.
- Matos, A. G. (2012). A democracia e a organização social de base. In: Jacó-Vilela, A. M. & Sato, L. (Orgs), *Diálogos em Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.



Tentaram nos enterrar, mas somos sementes: Estudo de caso sobre memórias coletivas e enfrentamento popular da violência urbana na periferia de São Paulo

Autor: Diego da Silva Placido (Incidir)

Coautor: Luis Galeão (IPUSP)

Está pesquisa partiu da seguinte pergunta: como o Tribunal Popular Contra o Genocídio da População Negra, Indígena Pobre e Periférica lidou com a memória coletiva e quais as intenções expressas por seus autores

Estes dispositivos da sociedade civil há tempos atuam nesta região, que é marcada por diversos episódios de violência e descaso por parte dos órgãos públicos, que deveriam ser responsáveis por zelar pela integridade de seus cidadãos

Em resistência a esse descaso, ocorrem as mobilizações populares e a formação de dispositivos grupais de resistência popular que se encarregam pelo fortalecimento da comunidade, e que mesmo desprovido de muitos recursos acaba por preencher, de certa maneira a “lacuna” deixada pelo estado.

Em 19 de novembro de 2016, a sociedade civil organizada realizou o Tribunal popular após rodas de conversas, oficinas e atividades o tribunal popular contra o genocídio da população negra, indígena e periférica, onde se busca autuar o próprio estado em seu modelo judiciário julgar seus crimes contra a população.

Com isto este projeto teve como objetivo acompanhar o processo de construção e execução do evento intitulado: “Tribunal Popular: pelo fim dos genocídios das juventudes negras, indígenas, pobres e periféricas”. Ocorrido em 19 de novembro de 2016, que envolveu dispositivos grupais e movimentos sociais de resistência negra, indígena e periférica presentes no Jd Ângela e Capão redondo, distritos da zona sul do município de São Paulo.

E teve como objetivo geral: descrever o processo de construção do Tribunal Popular, ocorrido em 19 de novembro de 2016, suas atividades preparatórias, identificando seus autores e finalidades com a proposta de identificar as possibilidades do tribunal em ser um espaço de enunciação das memórias coletivas.

No cenário destes territórios e na experiência da iniciação científica foi possível observar situações de desigualdades, injustiças e desrespeito aos direitos sociais e humanos dos que ali vivem, situações estas que motivaram e ainda motivam lutas por reconhecimento e movimentos de resistência frente a um estado capitalista que mata, encarcera e desumaniza aqueles por quais supostamente deveria zelar. A este caráter o resumo que se apresenta se encontra em sintonia ao GT13: Crítica Social, Direitos Humanos e Psicologia Social. Historicamente nosso país fora fundado por meio da barbárie e da desigualdade e em tempos de exceção a quais vivemos, potencializam ou expõe esse sentimento em determinadas classes sociais, cabe as psicologias sociais e atores dos movimentos, pensar em estratégias de fortalecimento da teoria das práticas e das políticas públicas capazes de promover a emancipação social e igualdade em encontros como este proposto e na atuação diária da luta.

Como aporte teórico utilizamos como fio condutor das ideias e pensamentos organizados nesta iniciação a teoria crítica da escola de Frankfurt, na intenção de unir a teoria e pensa-la juntamente com a práxis em um contexto sul-americano pós colonialistas. Ainda na escola de Frankfurt utilizamos também a teoria do reconhecimento apresentada por Axel Honneth (2013) na busca de maior compreensão do processo de inserção do “Eu” no grupo e seus efeitos psicossociais; para uma análise da necessidade de elaboração de passado e sua importância emancipatória nos utilizamos dos pensamentos de Theodor Adorno, (1995). e afim de fortalecer os conceitos de memória que cercearam esta pesquisa citamos Jean Marrie Gagnebin, (2010). e Eclea Bosi, (2003). afim de compreender de melhor maneira os efeitos psicossociais e emancipatórios da memória coletiva nos atores sócias nos contextos anteriormente apresentados.

A presente pesquisa se utilizou dos processos de pesquisa participante, (Schmidt, 206) com visitas de campo realizada no território do capão redondo e Jd Ângela nos anos de 2016, 2017 e 2018; e também, pesquisa bibliográfica e documental dos matérias resultantes e colhidos durante todo o processo de elaboração do tribunal popular, seja ele produzido por organizadores ou colaboradores. Totalizando 251 arquivos no qual nos utilizamos da análise de conteúdo (Bardin, 1977) afim de identificar neste material as respostas a os questionamentos que colocamos de início como objetivos Afim, também, de identificar as possibilidades de memórias

O território em questão traz em seu histórico um primeiro TP em 2002 que teve por motivação um estudo da ONU que o intitulou como o território mais violento do mundo. Este tribunal teve como efeito a construção do hospital do M'boi mirim e o aumento do policiamento (SILVA, 2017). O tribunal de 2016 infelizmente, não teve o efeito esperado, o que demonstra a ação popular e o descaso do Estado de São Paulo com seus Cidadãos



Foi possível identificar locais de enunciação de memórias coletivas no processo de construção do TP, levando em conta o passado do território e suas lutas por direitos. Assim pudemos observar como a memória gera espaços de resistência (Gagnebin, 2006) e emancipação dos moradores. Estes espaços podem ser encontrados por toda a extensão do território onde os dispositivos grupais de resistência popular se encontram e se articulam, nas escolas, igrejas ou espaços que reúne esta população que organizada faz viva a memória do território e daqueles que já lutaram e dos que hoje lutam por reconhecimento.

Referências

- Adorno, T. W. (1995). O que significa elaborar o passado. In T. W. Adorno. Educação Emancipação. Rio de Janeiro: Paz Terra.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. 2006. (Obra original publicada em 1977)
- BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar Escrever Esquecer. São Paulo: Editora 34, 2006..
- HONNETH, Axel. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. In: Sociologias. Porto Alegre, ano 15, no 33, pp. 56-80, 2013.
- SILVA, W. Pantaleão Dualidade de poder: o Tribunal Popular e a luta por direitos humanos no Jardim Ângela. 2017. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - UNB. 2017
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. Psicologia USP, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-41, June 2006. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642006000200002&lng=en&nrm=iso. access on 30 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642006000200002>

Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família: consciência política e a questão da pobreza e de gênero.

Autor: Vânia Santos (USP)

Coautor: Antonio Euzébios Filho (USP)

O intuito dessa comunicação oral é contribuir com uma discussão importante proposta pelos direitos humanos e a psicologia social, que traz em seus enunciados uma reflexão profícua com base na dignidade humana e direitos sociais. Trata-se de uma reflexão sobre a consciência política de mulheres beneficiárias do de transferência de renda Bolsa Família, observando a condição de pobreza e de gênero – considerando que o ingresso no programa pressupõe a comprovação da condição de pobreza pelo Estado e que 90% dos beneficiários do programa Bolsa Família são mulheres. O cadastro para o recebimento do benefício se dá via CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), no qual, o representante da família faz a inscrição, porém constata-se que o programa entende por representante da família, a mulher. O Programa Bolsa Família é responsável por dar assistência à famílias que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza e apresentam alto índice de vulnerabilidade socioeconômica, através da transferência de renda, o programa promove o combate à fome e a segurança alimentar e nutricional, combater a pobreza e outras formas de privação das famílias e a promoção de acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistencial. Esta pesquisa desenvolve-se no âmbito de uma pesquisa de mestrado, realizada no programa de pós-graduação em Psicologia Social da USP (Universidade de São Paulo). Em concordância com o posicionamento do “XX Encontro Nacional da ABRAPSO 2019”, de que as lutas sociais estão articuladas a partir do lugar de pertencimento de seus agentes e identificados a partir dos espaços geográficos, queremos analisar como mulheres de uma periferia de São Paulo que recebem o Bolsa Família elaboram sua condição de classe e de gênero, entendendo estas dimensões como expressões da consciência política. Utilizamos o referencial teórico baseado no materialismo histórico e dialético para realização de intersecções entre gênero e classe, assim como para compreensão das contradições e dos movimentos da consciência política, constituída social e historicamente. No campo metodológico, cabe informar que o contato com as mulheres (em torno de 10 beneficiárias do Bolsa Família) será realizado por meio do CRAS de uma região periférica de São Paulo, com a participação da pesquisadora em campo, este que se localiza na zona Oeste da cidade de São Paulo, na região do Bairro Butantã que possui comunidades contempladas no atendimento pelo CRAS e são compostas por

várias comunidades com alto grau de vulnerabilidade socioeconômica e violência doméstica segundo o atlas socioassistencial (responsável por caracterizar geograficamente e o perfil sociodemográfico da Cidade de São Paulo) faz contraste com outras regiões que também compõe a Zona Oeste que apresentam alto poder econômico como Morumbi, Parque dos Príncipes, Vila São Francisco e etc. Investigar o cotidiano das mulheres que recebem transferência de renda justifica-se porque por meio do discurso dessas mulheres se possibilitará a compreensão de como se compõe cada vida a ser entrevistada, no processo da manutenção da vida que envolvem sua condição de gênero e classe. A análise das informações será elaborada a partir do arcabouço teórico, buscando interpretar os discursos das participante, também poderá contribuir na compreensão de se ou quais caminhos essas mulheres resistem às precariedades, quais são suas lutas diárias e como nestes processos estão envolvidas as linguagens artísticas, movimentos sociais, religião, os coletivos, e lutas individuais, no contexto doméstico. Com isto, queremos refletir se o Programa Bolsa Família contribui ou não para corroborar a reprodução de um papel socialmente determinado para a mulher como zeladora da vida privada e principal responsável pela saúde e educação dos filhos, em uma dinâmica de poder nas quais as características ideológicas se manifestam nas relações humanas. Assim, queremos compreender se há particularidades na construção de uma identidade de gênero. Por último, buscaremos entender como as mulheres elaboram sua condição de pobreza e de classe, acredita-se na importância para as mulheres que colaborarão com essa pesquisa com suas narrativas, visto que suas lutas e sofrimentos serão elucidados por elas próprias, visto que a principal questão que norteia a presente pesquisa, em particular, será a análise e reflexão crítica dos processos de ideologia, consciência de gênero como expressão da consciência política. Em suma: em que medida há (ou não) uma naturalização dos papéis socialmente atribuídos às mulheres pobres? Categorias como ideologia e fatalismo presentes no marxismo e na psicologia social nos ajudará a responder, minimamente, a estas questões. A análise das narrativas destas mulheres possibilitará a compreensão de como se compõe aspectos da vida concreta de cada entrevistada, no processo de produção e reprodução do modo de sociabilidade capitalista. A análise proposta pela pesquisa também poderá identificar como os processos psicossociais já mencionados nas questões supracitadas, se faz importante para o reconhecimento de processos de resignação e resistência política, em meio a processos de humilhação social, preconceito e violência social. Nos tempos atuais, muitas mulheres ao redor do mundo continuam na luta em busca do fim da misoginia e do machismo a fim de obterem mais para o gênero feminino. Como nossas participantes se posicionam em relação a isto?

Tornar-se homem: a constituição do sujeito na interface entre masculinidade e violência

Autor: Francisco Daniel Brito Mendes (UFMS)

Coautor: ZAIRA LOPES (UFMS/CRPMS14)

Introdução: O presente estudo traz como objeto de pesquisa as representações sociais de masculinidade para homens na interface entre a constituição das identidades e a violência. Pretendendo assim contribuir para a discussão sobre questões pertinentes ao gênero, pautados na Teoria das Representações Sociais e em pressupostos das relações de gênero. Acredita-se que o desenvolvimento de pesquisas que abordem questões de gênero, considerando a ótica de um público masculino associado não apenas à violência mas também à violência de gênero é relevante para o entendimento da sua constituição enquanto sujeito, podendo também permitir o conhecimento sobre possíveis demandas psicossociais. A teoria das representações sociais mostrou-se adequada para o alcance dos propósitos, visto que investiga como se formam e como funcionam os sistemas utilizados para classificar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade cotidiana. O estudo instiga os seguintes questionamentos: "quais as representações sociais de masculinidade e de que modo estas contribuem para a constituição das identidades masculinas?". **Objetivo:** Analisar as representações sociais de masculinidades e sua articulação com a violência para a constituição das identidades masculinas. **Metodologia:** Para a constituição deste artigo fez-se uma revisão integrativa de literatura, que segundo Mendes (2008) permite conhecer e analisar as contribuições científicas existentes sobre o tema mencionado. Inicialmente, escolheu-se o tema: as representações sociais de masculinidade e sua articulação com a constituição das identidades na interface com a violência, e a partir dessa escolha definiu-se as questões problema: "quais as representações sociais de masculinidades para homens?" e "de que modo a relação com a violência constitui a identidade deste sujeito?" Em seguida foram definidos os critérios de inclusão dos estudos: resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado que abordassem a temática

de interesse, disponíveis em língua portuguesa. Os dados foram coletados no banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Como critério de exclusão foi o não cumprimento de pelo menos um critério de inclusão. A busca dos resumos das dissertações e teses foi realizada no mês de junho de 2019 a partir das seguintes palavras-chaves: masculinidade, identidade, violência e representações sociais. Com a busca através das quatro palavras-chave combinadas entre si foram encontradas 15 produções e a partir da leitura dos títulos e resumos foram selecionadas 3. Com a busca realizada por meio das palavras-chave: masculinidade, representações sociais e identidade obteve-se um total de 108 das quais foi utilizado 1. Por fim, a busca através das palavras-chave: masculinidade, representações sociais e violência resultou num total de 48 produções das quais foi utilizado 1. Sendo assim, foram utilizadas ao todo 5 produções. De cada produção selecionada foram extraídas as seguintes informações: título, autoria, tipo de produção, ano de publicação, objetivo, características metodológicas e principais resultados. Posteriormente, os dados de caracterização das produções foram organizados em um quadro e analisados detalhadamente. A análise deve ser realizada de forma crítica, procurando explicações para os resultados diferentes ou conflitantes nos diferentes estudos. Em seguida foi realizada a comparação com o conhecimento teórico, a identificação de conclusões e implicações resultantes da revisão integrativa. Por fim, foi elaborado o documento que contempla a descrição das etapas percorridas pelo revisor e os principais resultados evidenciados da análise dos artigos incluídos. Como referencial teórico para a fundamentação dos resultados, utilizou-se a teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici. Resultados: Os principais resultados foram distribuídos em três categorias, que para melhor compreensão do leitor foram divididos em: 1) Identificação das produções científicas utilizadas na revisão bibliográfica: Apesar dos estudos terem sido publicados a partir de 2006, houve aumento da quantidade de publicações sobre o tema na última década, visto que a maioria (4) foi publicada a partir de 2010. Identifica-se no quadro que a maioria dos estudos caracteriza-se como dissertação. Dos cinco artigos, quatro focam em identificar as representações sociais e/ou de gênero. Dos artigos selecionados, todos pretendem compreender as relações de gênero e o modo que as representações sociais contribuem na construção social dos participantes. Além de investigar em algum nível, o modo como os sujeitos se relacionam com a figura de masculinidade reificada e consensualizada; 2) Caracterização metodológica das produções científicas utilizadas na revisão bibliográfica: predominaram os estudos com abordagem qualitativa, tendo sido a maioria representada por participantes de todo um estado ou município onde a pesquisa foi realizada. A técnica de coleta por entrevista destacou-se como a mais utilizada nas pesquisas. O processo metodológico da pesquisa qualitativa mostra-se flexível, dinâmico e de fases inter relacionadas ciclicamente, no qual a produção empírica e teórica são mutuamente dependentes, fazendo parte da mesma unidade e podendo gerar possíveis reformulações, durante o processo de construção de conhecimento; 3) Distribuição dos estudos utilizados na revisão de literatura de acordo com os principais resultados identificados: pode-se afirmar que os estudos apontam três grandes representações sociais de masculinidade que dividem-se em: o homem constituído como ser a partir de uma visão tradicional derivada do patriarcado - o homem tradicional; o homem como ser constituído em relação íntima com a violência - o homem violento e; o homem representado pela masculinidade hegemônica, apontando traços de superioridade ao feminino - o homem ideal. Diante disto percebe-se estas categorias como merecedoras de análise. As representações sociais que envolvem violência relacionadas à figura masculina foram indicadas por elementos que aparecem em todos os estudos e são: dominador, agressivo, violento, hegemonia. Conclusões: O estudo se propôs a analisar e compreender o contexto no qual o homem se constitui enquanto sujeito, através das representações sociais que este tem sobre a masculinidade. As relações de gênero mostraram-se de extrema importância nessa construção, visto que este se constitui enquanto um ser inserido em uma sociedade e impregnado de uma cultura que o reforça ou o retalha a depender do momento histórico vivenciado pela sociedade em que este está inserido. Os principais resultados desta pesquisa foram identificados segundo o norteamento oferecido pelas questões orientadoras. Nesse sentido, o objetivo geral mostrou-se pertinente, uma vez que a utilização das representações sociais, como categoria analítica permitiu compreender os principais aspectos que influenciam a constituição da identidade masculina. A maioria das pesquisas analisadas demonstrou um processo identitário intimamente ligado à violência que ressalta questões assimétricas nas relações de gênero, evidenciando a importância de estudos em ambos os lados, masculino e feminino. Dessa forma, justifica-se a afirmativa de que o desenvolvimento de pesquisas direcionadas ao público masculino é relevante, pois, além de ampliar os subsídios teóricos que ajudam na compreensão das questões que envolvem a construção psicossocial desses sujeitos, permite o conhecimento de suas demandas, possibilitando também uma contribuição ao movimento que anseia igualdade e equidade na perspectiva de favorecer entendimento de questões no estudo das relações de gênero.



GT14: Desafios, possibilidades, contradições e dinâmicas na pesquisa e intervenção sobre diversidade sexual e de gênero em tempos de conservadorismos.

“Não estou em exposição! Pare de me encarar como se eu fosse uma nova espécie a ser descoberta” – Ação LGBTI na Universidade Federal do Paraná

Autor: Victor Meireles (UFPR)

Coautor: Andrie Kreuzsch (UFPR), Norma Ferrarini (UFPR) e Francine Rocha (UFPR)

O presente trabalho refere-se à análise de uma campanha realizada por estudantes de pós-graduação e graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná sobre o dia internacional do “Orgulho LGBTI”, comemorado no dia vinte e oito de junho. Essa data ficou conhecida em 1969 como a “Revolta de Stonewall Inn” por conta do confronto com a polícia local de Nova York em um bar frequentado por pessoas homossexuais. Assim, essa data representa um dos marcos históricos mais importante do movimento e internalizou-se como “Dia do Orgulho LGBTI”. A campanha derivou de uma pesquisa em andamento de mestrado sobre a temática da diversidade sexual e de gênero e teve como objetivo da ação realizada em junho de 2019 reunir e divulgar frases de estudantes LGBTI como forma de simbolizar o orgulho referente ao dia, bem como revelar para combater o preconceito e a discriminação dentro da universidade. O objetivo deste trabalho é analisar nas frases selecionadas para os cartazes impressos indicadores de processos de estigmatização e discriminação possivelmente implicados na subjetividade desses estudantes. O trabalho relaciona-se com o eixo dois “Psicologia Social, Gênero e sexualidades”, no qual se articula pela experiência de uma ação profissional que consistiu em discutir processos de estigmatização e discriminação supostamente produzidos pelos discursos heteronormativos e sexistas no âmbito universitário. Assim como na relação com o GT, em discutir a diversidade sexual e de gênero na educação pelas contradições e tensionamentos sociais e políticos através da perspectiva psicossocial. Entende-se a sexualidade humana como uma dimensão que faz parte da experiência social dos indivíduos e é permeada por inúmeras questões, sendo algumas delas as orientações sexuais e as identidades de gênero. As sexualidades sempre participaram da estruturação das hierarquias sociais, emergindo assim, debates políticos e sociais contrapondo a várias formas de subordinação que foram construídas ao longo dos anos. Nessa perspectiva, essa disputa de poder produz discursos no campo do ensino superior que podem gerar processos de estigmatização e discriminação contra a diversidade sexual e de gênero. Para analisar a estigmatização e a discriminação, concordamos com Richard Parker e Peter Aggleton que ambos são como processos sociais que só podem ser entendidos pelas relações e noções mais amplas de poder e dominação. O estigma é contextual, histórico, aplicado estrategicamente, produz e reproduz relações e desigualdades sociais. Os processos de estigmatização não devem ser olhados de modo individualizado, mas como uma construção cultural, além das relações de poder e preservação da exclusão social. Para as minorias sexuais e de gênero, existe a valorização da heterossexualidade cisgênero como única validada socialmente. Além disso, outros mecanismos de controle das sexualidades acabam produzindo processos de estigmatização e discriminação em vários contextos sociais em que essa população está inserida. Esses mecanismos também produzem subjetividades marcadas pela subordinação, operando como controle de corpos que tendem a se tornarem (in)capazes de expressar suas sexualidades. A subjetividade, a partir do enfoque da Teoria da Subjetividade proposta por González Rey, é um sistema simbólico-emocional em processo contraditório que gera sentidos e configurações subjetivas conflitantes e diversas em diferentes momentos e contextos da vida. É uma qualidade especificamente humana localizada em um processo cultural, histórico e social. Assim, no campo da educação, esses processos e mecanismos de controle podem impossibilitar algumas pessoas de legitimarem suas expressões, experiências e vivências de vida, assim como possivelmente implicar-se num sofrimento-ético político. Como método, usamos o construtivo-interpretativo proposto por González Rey, no qual define a ação da pesquisa como prática, teórica e dialógica que explicita um sistema de relações dentro do qual se desenvolve o processo de pesquisa. A divulgação da ação foi realizada via formulário online e ao todo foram obtidas vinte e uma respostas, sendo quatorze participantes que se consideram LGBTI e oito heterossexuais. Dos quatorze interessados(as), suas orientações sexuais eram: cinco gays, três pansexuais, três bissexuais, duas lésbicas e um(a) assexual. Em relação à identidade de gênero, oito mulheres cisgênero, quatro homens cisgêneros, um homem transgênero e um(a) gênero fluido. Após a

divulgação, selecionamos dezessete frases que foram distribuídas em cartazes por todos os campi da UFPR em Curitiba e nas cidades de Matinhos, Palotina e Toledo. Para análise e interpretação das frases selecionadas, foi utilizado o método da construção da informação, proposto por González Rey. Segundo o mesmo, a informação não aparece diretamente na expressão dos participantes, mas vai se organizando pelos indicadores que o pesquisador vai construindo nos diversos momentos e contextos da pesquisa. Para esse trabalho, selecionamos seis frases, sendo elas divididas em dois eixos. O primeiro eixo é o simbólico-emocional, no qual está relacionado aos sentidos subjetivos produzidos pelos autores(as) compreendidos nas frases pelas suas experiências e vivência de vida sobre a temática da campanha. Inicialmente, nas três frases o amor aparece e pode ser representado em relação ao outro ou a si próprio. Nele foram alocadas as seguintes frases: "Ninguém pode me dizer como amar"; "Eu me aceitei, e amei o que encontrei"; "Não existe preferência, prefiro ser amada". O amor se torna um indicador pelo seu caráter subjetivo e simbólico, mesmo que cada uma das frases estejam voltadas para contextos e situações diferentes. Na primeira frase podemos nos referir a discursos produzidos pelas normas de gênero que regulam os corpos, gêneros, sexualidades e identidades, para assim legitimar uma única possibilidade de expressão das experiências afetivas e amorosas, entre apenas pessoas heterossexuais. Na segunda frase a própria aceitação de amar a si e reconhecer-se em uma categoria social condizente a uma sexualidade. E a terceira frase pela preferência de ser amada, sendo pelas relações com os outros e também como forma de respeito e aceitação do outro em relação a si. As três frases denunciam a ilegitimidade produzida pelas normas de gênero sobre experiências amorosas de corpos, que tanto refletem no plano pessoal quanto no social e que acabam desestruturando toda uma lógica hierárquica de sexualidade. O eixo sujeito-sociedade está relacionado não apenas com sentidos subjetivos dos autores(as) das frases, mas também com sociedade e instituições sociais. Nele foram alocadas as seguintes frases: "Não deveria ser assim, mas ser LGBTQ+ na UFPR é tranquilo em alguns campi, e aterrorizante em outros. Bora mudar isso (...)"; "Quando falamos temos medo de que as nossas palavras não vão ser ouvidas ou bem-vindas. Mas, quando estamos em silêncio, ainda temos medo. Por isso é melhor falar."; "Se você não sabe qual/quais pronome(s) usar, pergunte! Não custa nada e tudo fica mais fácil.". Na primeira frase, ecoa-se a denúncia de que em alguns campi da UFPR é aterrorizante, sendo um indicador que pode retratar várias vivências relacionadas aos processos de estigmatização e discriminação produzidos dentro dos campi. Essas vivências podem estar ligadas a mecanismos da manutenção da hierarquização entre grupos sociais e de legitimação da inferiorização social que se tem utilizado historicamente das desigualdades sociais e dos processos de exclusão. Na segunda frase, a complexidade e contradição do sentido subjetivo expresso pelo(a) autor(a) demonstra o indicador de medo como uma possível via de controle das hierarquias sociais. Todavia, ainda que haja medo, é necessário que seja falado e discutido sobre, para que sejam desconstruídos significados cristalizados em nossa sociedade, para assim retirar qualquer funcionalidade e naturalidade das hierarquias sociais. A terceira frase é essencial para aqueles(as) que realmente tem dúvidas em como chamar uma pessoa ou por qual gênero chamar. Porém, podemos perceber que ainda nossa sociedade precisa, respeitosamente, saber como a pessoa prefere ser tratada(o) para que não acaba reproduzindo nenhum tipo de discriminação. Dessa forma, percebe-se através das frases que a adesão desses estudantes revelou processos de estigmatização e discriminação que fazem parte das vivências e experiências de vida deles(as). O eixo simbólico-emocional demonstrou o processo complexo das relações sociais situadas em contextos onde pessoas LGBTI precisam exercer total poder sobre seus corpos para que possam amar quem quiser, se encontrar, se amar e escolher ser amada(o). Enquanto no eixo sujeito-sociedade, as hierarquias sociais, por legitimarem diariamente uma única forma de vivenciar a sexualidade humana, é necessário construir estratégias para que pessoas LGBTI possam ser respeitadas e ouvidas. Ainda que todas as frases da campanha sinalizem a falta de espaços de sociabilidade para essa população, demonstra o quanto é importante a representatividade no espaço universitário. Por fim, é preciso organizar, promover e discutir ações, campanhas e debates a respeito da diversidade sexual e de gênero no campo da educação e em outros espaços sociais, para que assim haja maior visibilidade à essa população.



A Constituição da Personalidade do indivíduo homossexual a partir da Psicologia Histórico-Cultural

Autor: Ana Flávia (UFMT)

Coautor: Ana Flávia (UFMT) e Bruno peixoto carvalho

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de natureza teórico-bibliográfica, fundamentada no método materialista histórico-dialético. Compreende-se que o estudo de qualquer fenômeno social do homem, (especialmente a homossexualidade como elemento essencial), é impossível de ser realizado descolado de sua história. À medida que o não conhecimento dos determinantes históricos não permite conhecer a essência dos fenômenos da vida humana, depreciando a compreensão em totalidade do objeto. Esta pesquisa refere-se a um trabalho de conclusão de curso desenvolvido em três capítulos. No primeiro buscou-se apresentar a perspectiva marxista sobre a opressão histórica em relação aos homossexuais, em que se objetivou fazer uma exposição sobre a constituição histórica da homossexualidade perpassando as diferentes sociedades e modos de produção regentes; apresentando os determinantes históricos sociais que respondem as mudanças sobre esse fenômeno (da homossexualidade) ao longo do tempo. No segundo capítulo foi discutido sobre a constituição da personalidade do indivíduo sob a compreensão da psicologia histórico-cultural, através dos conceitos de atividade, consciência e personalidade a partir de Leontiev (1978), para compreender a formação da personalidade dos sujeitos homossexuais e desta maneira, desconstruir a naturalização de fenômenos sociais, situando-os no contexto da sociedade de classes. Nesse sentido, o principal aspecto trabalhado nesta seção trata-se da relação apropriação/objetivação das produções da humanidade, e por sua vez, da constituição da personalidade, enquanto àquilo que o sujeito internaliza de mais singular das relações sociais e da cultura em que está inserido, ou seja, os significados aos quais o indivíduo atribui sentidos particulares. Por fim, no terceiro capítulo destacou-se a correlação do primeiro capítulo histórico acerca da repressão à homossexualidade, com o segundo capítulo sobre atividade, consciência e personalidade em Leontiev, para subsidiar uma discussão acerca dos fundamentos para a compreensão da constituição da personalidade do indivíduo homossexual, tendo como objetivo principal relacionar todas as determinações da opressão à homossexualidade com a formação da personalidade; perpassando o lugar que esse sujeito ocupa na sociedade. Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho circundou em torno de relacionar a análise da opressão à homossexualidade à luz dos postulados do materialismo histórico-dialético, com os pressupostos da psicologia histórico-cultural, a fim de formular algumas hipóteses sobre como se constitui a personalidade dos sujeitos homossexuais. Compreendendo personalidade enquanto elemento ontológico constituído historicamente pela interação de fatores internos e externos, assim como também é considerada a perspectiva da apropriação-objetivação em uma relação singular-particular-universal. A constituição sócio-histórica das crueldades, opressões e humilhações que incidem diretamente na vida dos indivíduos que sofrem preconceito, se referem a determinantes constituídos através da dialética singular-particular-universal. Esse processo conforma a constituição da consciência dos homossexuais através dos significados sociais atribuídos à relação homoafetiva. Nesse sentido, a apropriação-objetivação do sentido pessoal concedido à homossexualidade, em geral é representado enquanto caráter negativo. Desse modo, a personalidade dos homossexuais antes de tudo, é constituída através da própria condição de existência desses indivíduos, que possui uma gênese histórica e social. Assim, é preciso ressaltar que sob a égide do capitalismo, o campo de atividades dos sujeitos homossexuais é limitado, porque essa organização social possui o objetivo somente da extração de mais-valia e não de desenvolver capacidades potencializadoras e humanizantes. Sendo assim, o resultado acaba sendo o benefício da acumulação primitiva do capital em detrimento do desenvolvimento pleno e emancipado da consciência e personalidade. O desenvolvimento deste trabalho aponta para a necessidade de novos estudos na temática de gênero, que permitam a desnaturalização de processos sociais que determinam a existência e modos de ser dos indivíduos e de qualquer fenômeno a ser pesquisado na conjuntura atual. É preciso ressaltar que esta pesquisa revela, que apesar das crueldades explícitas e violentas ocorridas contra os homossexuais nas sociedades mais antigas terem sido “abolidas” de boa parte dos códigos penais, da medicina, etc., ainda se mostra presente o quanto as repressões à homossexualidade do passado guardam relações estreitas atualmente com o modo como esta orientação sexual é tratada, e como esse processo determina a vida dos indivíduos homossexuais. Encerro trazendo a importância desta pesquisa para o ambiente acadêmico e social, à medida que permite reconhecer a realidade dos indivíduos homossexuais e auxilia a traçar estratégias e intervenções que caminham em direção à transformação nas relações sociais, para que dessa maneira, os modos de se relacionar dos sujeitos sejam emancipados de toda opressão histórica da sexualidade e gênero, se libertando até mesmo da

apropriação da representatividade desses grupos como formas de acumulação do capital, pois essa condição não culmina numa emancipação da personalidade humana, ao contrário aliena os indivíduos, levando-nos a pensar que o palco da representatividade seja uma via de respeito à dignidade e existência dos homossexuais, quando na verdade esse processo torna possível o adentramento desses sujeitos no mercado da moda, artístico, etc., enquanto essas condições se mostram lucrativas, mas não se permitem transformações nas relações para que a homossexualidade seja tratada a mesma maneira que a heterossexualidade.

A Lei do Planejamento Familiar como forma de violação da autonomia reprodutiva da mulher

Autor: Rayane sales nobre de lima

1. INTRODUÇÃO

Diante do cenário político brasileiro na atualidade que se configura em ideias conservadoras e pela antipatia aos direitos humanos e das minorias, vemos a expressão significativa de um retrocesso às conquistas políticas para superação da hegemonia da heteronormatividade, em especial aos direitos das mulheres.

Há tempos a atenção aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, esteve restrita aos processos gravídicos e puerperais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005). A Lei 9.263/96 surge, portanto, como uma proposta de resguardar e promover os direitos sexuais e reprodutivos de homens, mulheres e/ou do casal de maneira global e integral, incluindo a implementação de políticas públicas preventivas e de controle de natalidade por meio de ações educativas que visam assegurar o acesso a informações de maneira igualitária, como também métodos, formas e técnicas de regulação da fecundidade (BRASIL, 1996).

Todavia, a supracitada lei apresenta contradições acerca dos direitos reprodutivos da mulher, destacadamente em relação ao versado sobre o planejamento familiar. Nesse assunto, centraliza a decisão do planejamento na família sem observar as relações históricas de poder atravessadas pelo patriarcado.

Diante dessa expressão de lei que reafirma a manutenção do controle do corpo da mulher, ameaçando sua emancipação e autonomia, consideramos a relevância para observar e analisar as contradições apresentadas na Lei 9.263/96.

2. OBJETIVO

Analisar criticamente o direito reprodutivo da mulher presente na orientação acerca do planejamento familiar exposto na lei 9.263/96.

3. RELAÇÃO COM O GRUPO DE TRABALHO E EIXO TEMÁTICO ESCOLHIDO:

Considerando que o presente trabalho aborda a análise acerca do planejamento familiar presente na Lei 9.263/96, visando discutir aspectos sobre os direitos reprodutivos da mulher no contexto da cultura patriarcal, consideramos estar situado no Grupo de Trabalho sob o título “Desafios, possibilidades, contradições e dinâmicas na pesquisa e intervenção sobre diversidade sexual e de gênero em tempos de conservadorismos” e eixo intitulado “Psicologia Social, gênero e sexualidade”. Este eixo propõe o debate de experiências de pesquisa e intervenção no que concerne às questões sociais pautadas em um sistema patriarcal cis-heteronormativo.

4. ORIENTAÇÃO TEÓRICA

4.1. Direitos reprodutivos

Os direitos reprodutivos são considerados direitos humanos básicos, promulgados pela Declaração Universal de Direitos Humanos e acordos internacionais como a Declaração de Pequim.

A declaração de Pequim nasceu a partir de uma conferência no ano de 1995, resultando em um documento que visa a promoção e proteção dos direitos humanos, sobretudo de mulheres, legitimando o conceito de direitos reprodutivos dentro da perspectiva dos direitos humanos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

4.2. Planejamento familiar

O termo planejamento familiar surgiu dentro da noção de direitos sexuais e reprodutivos que são, por sua vez, considerados direitos fundamentais de todo e qualquer sujeito (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005). Trata-se de uma legislação presente na Constituição Federal de 1988, bem como no Código Civil, que descreve o planejamento



familiar como sendo de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e financeiros para o exercício desse direito.

Por muito tempo, a temática sobre planejamento familiar fez parte do campo da demografia, crescimento econômico e desenvolvimento das nações e não do campo da saúde e cidadania. Somente em 1994 com a Conferência Mundial de População e Desenvolvimento que discutiu a violação do direito de liberdade individual do ser humano em políticas de controle de natalidade, passou a compreender a ideia de planejamento familiar numa perspectiva de saúde e direitos humanos, sendo as restrições à liberdade sexual e reprodutiva uma violação desses direitos (VENTURA, 2009).

Ainda segundo esta autora, no Brasil, o planejamento familiar como um direito foi impulsionado pelo movimento sanitário e de mulheres no período pré-constituente, quando protestaram contra as alternativas de controle voluntário da fecundidade e o alto índice de esterilização feminina, sobretudo em mulheres negras e pobres. A partir dessas reivindicações, o direito ao planejamento familiar foi assegurado na Constituição Federativa de 1988, e em 1996, na forma de Lei Federal.

4.3. Família e Casamento.

Miguel e Biroli (2013) ressaltam que a noção de família é variante de acordo com o período histórico, com a cultura e com a sociedade.

Em relação a instituição casamento, estes autores consideram como uma forma de perpetuação de desigualdades entre homens e mulheres e de fortalecimento do poder masculino. Os papéis designados à figura do homem e da mulher são considerados desiguais, onde é destinado à mulher os cuidados domésticos e a vida com os(as) filhos(as).

4.4. Cultura patriarcal

Heleieth Saffioti (2015) em sua obra "Gênero patriarcado violência", apropria-se da máxima do feminismo radical, quando diz que "o pessoal é político". Esta autora descreve o conceito de patriarcado como um sistema que configura uma hierarquização nas relações que domina todos os espaços sociais, sejam eles públicos ou privados, que mesmo se tratando de esferas distintas, não podem ser separados do ponto de vista social, uma vez que a liberdade civil está diretamente ligada ao direito patriarcal.

5. MÉTODO

Esta pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa de objetivo exploratório, tendo como método a Análise do Discurso.

Segundo Caregnato e Mutti (2006), a Análise do Discurso é uma forma de fazer pesquisa que trabalha com o sentido produzido pelo discurso, buscando os efeitos relacionados ao discurso produzido.

Como instrumento de construção de dados foi utilizada uma cópia da lei nº 9.263/96, realizando-se uma leitura crítica a partir da identificação dos sentidos implícitos presentes no texto em respeito aos direitos reprodutivos das mulheres.

A partir da análise da Lei foi criada uma categoria de análise: Planejamento familiar e autonomia reprodutiva da mulher.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir da análise de discurso da lei 9.263/96 foi possível identificar contradições acerca do planejamento familiar que se propõe a assegurar os direitos reprodutivos dos sujeitos, tidos como direitos fundamentais. Para isso, foi analisada a Lei dentro de uma perspectiva de "planejamento familiar x autonomia reprodutiva da mulher".

6.1 PLANEJAMENTO FAMILIAR X AUTONOMIA REPRODUTIVA DA MULHER

Na lei nº 9.263/96 diz que "Para fins desta Lei, entende-se planejamento familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal" (BRASIL, 1996).

Ao passo que a lei assegura no artigo 2º que o conjunto de regulação da fecundidade, bem como limitação ou aumento da prole seja um direito igual a ambos os gêneros, a própria lei se faz desigual no momento em que se atribui também este direito ao casal em uma relação de conjugalidade, permitindo assim que outras pessoas



em nome de um “planejamento familiar” possam decidir pelo corpo do outro, em especial, pelo corpo da mulher, violando um direito personalíssimo de autonomia dos sujeitos em relação ao seu próprio corpo (VENTURA, 2009).

Esta questão se faz ainda mais forte no art. 10º, inciso 5º quando diz que “Na vigência de sociedade conjugal, a esterilização depende do consentimento expresso de ambos os cônjuges” (BRASIL, 1996). Referente a isso, Ventura (2009) considera que se o intuito da lei é a de manter o(a) parceiro(a) informado(a) sobre a impossibilidade reprodutiva do outro frente ao processo de esterilização, bastaria ser acrescida à lei a obrigação da informação ser dada aos cônjuges, ao invés da obrigatoriedade do consentimento das partes. Segundo esta autora, este inciso na lei fere a autodeterminação da pessoa casada em relação ao poder decisório pelo seu próprio corpo, especialmente das mulheres que nas relações de gênero ainda vivenciam desigualdade. Sobre isso, Heleieth Saffioti (2015) pontua:

[...]Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço entre os filhos, o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos (p. 113).

7. Conclusões

Dessa forma, o que se pode concluir é que a Lei de Planejamento familiar apresenta em si algumas contradições que violam a autonomia da mulher no tocante ao direito de decidir sobre o seu próprio corpo. No instante em que se dá o nome “planejamento familiar” e se descreve o direito ao casal, dentro de uma relação conjugal, o poder decisório individual deixa de existir em prol de uma decisão do casal, o que, numa dinâmica de gênero patriarcal, coloca a mulher em uma situação de desvantagem.

Portanto, faz-se imprescindível que a Lei 9.263/96 seja revista, de modo a erradicar as contradições presentes nela que acarretam na manutenção de desigualdades entre os sexos, deixando a mulher em uma posição de vulnerabilidade dentro da relação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9263.htm Acesso em: 26/08/2019.

CAREGNATO, Rita Carolina A; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Porto Alegre, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero patriarcado violência. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e Política. São Paulo: Boitempo, 2014.

VENTURA, Miriam. Direitos Reprodutivos no Brasil. Brasília, 2009.

A “Liga de Sexualidade” e a construção de espaços que desafiam os discursos hegemônicos

Autor: Manuela Carvalho Dantas (UFTM)

Coautor: Rafael (UFTM), Filipe Caldeira Castro (UFTM), José Vicente Damasceno Netto (UFTM), Isabella Alves Azevedo Moré (UFTM), Tabitah Almeida Marques, Lia Maraucci (UFTM) e Luciano (UFTM)

A sexualidade é um constructo social complexo compreendida como o conjunto atitudinal (sentimentos, pensamentos/representações), e comportamentos, de certo modo esperado para mulheres e homens, que está regulado na busca pelo prazer, sendo parte fundamental na construção da identidade dos sujeitos. É, ainda, atravessada historicamente por retrocessos e avanços, pautando-se de maneira hegemônica em uma sociedade historicamente regida pelo capital em uma lógica normativa que estimula a adequação entre os aspectos biológicos, papéis de gênero e orientação heterossexual. Em suma, estipula que o corpo de determinado sexo biológico deve se organizar conforme as características esperadas socialmente para este sexo e, também, expressar suas predileções sexuais exclusivamente pelo sexo oposto. Partindo desses pressupostos, a Liga de Sexualidade (LIS/UFTM) visa realizar ações e propor pensares genuínos sobre o próprio corpo, suas afetações e direitos humanos, estimulando a sensibilização e possível melhora na saúde pública, física e mental, afetando de maneira positiva a

vida destes sujeitos, além de colaborar com a formação de futuros profissionais em saúde e educação conscientes de suas responsabilidades sociais e comunitárias. O objetivo geral da LIS é o de realizar ações de capacitação teórica e prática junto a discentes de cursos de graduação da UFTM no âmbito da sexualidade para que realizem intervenções junto a grupos específicos vivendo sob risco, vulnerabilidade social ou precariedade no campo do gênero e/ou sexualidade. Nesse sentido, seus objetivos específicos são pautados em criar condições para a formação de uma equipe de trabalho competente e socialmente responsável; desenvolver habilidades e capacidades de coordenações de grupos de trabalho com disposição para aprendizagens sobre sexualidade na contemporaneidade, convivência e aceitação de diferenças livre de preconceitos; prover instrumentos interventivos para que as atividades obtenham respostas eficazes em saúde física, mental e cidadania; promover prevenção e cuidados em saúde física e mental (incluindo gênero e sexualidade) à comunidade, com aderência certificada pela continuidade das atividades desenvolvidas pela Liga. Partindo do exposto, entende-se que a proposta da LIS está diretamente relacionada ao eixo 2 – Psicologia Social, Gênero e sexualidades – por abarcar justamente debates que articulem de maneira crítica as relações sociais reguladas pelo patriarcado, sexismo e pela norma cisheterossexual. Especificamente o GT14 – Desafios, possibilidades, contradições e dinâmicas na pesquisa e intervenção sobre diversidade sexual e de gênero em tempos de conservadorismos (que pretende levantar um debate pautado em práticas e pesquisas que tratem do enfrentamento crítico e criativo frente aos discursos conservadores vividos no momento atual, bem como de cuidado e defesa de direitos, admitindo trabalhos cujo enfoque metodológico e analítico seja o da psicologia social, gêneros e diversidades) dialoga com a proposta em questão, que apresenta inúmeros recursos para compor este espaço. Além disso, notou-se que a bibliografia utilizada na construção do GT se aproxima bastante da utilizada nos trabalhos da LIS, o que enriqueceria ainda mais o debate. As denominadas teorias clássicas ou modernas dos estudos da sexualidade e gênero partem de específicos operadores conceituais, a saber: sexo, gênero e orientação sexual. Uma maneira muito breve de apresentar esse panorama é dizer que sexo seriam os elementos de caráter a-histórico biológico imutáveis dos corpos, que gênero seriam as atitudes sociais e sexuais esperados de serem executados por homens e mulheres que podem variar na história e dentre as culturas, e que orientação sexual seria a expressão da libido (desejo). Todavia, resultado de um processo social tanto incisivo quanto (quase que) permanente, a Idade Contemporânea observou a coordenação entre estes três importantes operadores conceituais, de modo que a pressuposta normalidade sexual estipula que quem nasce com um corpo sexuado específico (sexo) deve agir, pensar e sentir (gênero) de acordo com os pressupostos biológicos deste corpo e, necessariamente, deve sentir atração sexual pelo sexo oposto. E foi acerca deste exato argumento que as teorias clássicas de sexualidade e gênero receberam inúmeras críticas que podem ser resumidas a duas. A primeira das críticas parte de Michel Foucault que, em termos gerais, diz que a adequação entre sexo, gênero e orientação sexual estimulada tendo como referência uma estrutura familiar específica (a família nuclear burguesa), cujo nome específico é (dispositivo da) sexualidade, tinha como intencionalidade a organização dos corpos e da produção dos prazeres inseridos numa e partir de uma lógica de produção e circulação de bens cujo propósito era a melhor exploração do trabalho alheio (e não a instauração da felicidade e do prazer) a partir da organização máxima e sistemática da reprodutibilidade biológica. Neste sentido, não somente a heterossexualidade, mas a cisgeneridade, ou mais precisamente, a cisheterossexualidade é o império das normas. A segunda das críticas, embasada por Judith Butler, tanto conseqüente quanto avanço da primeira, diz respeito às inúmeras e incessantes estratégias sociais de socialização, ressocialização e punição e suas conseqüências que visam à adequação dos indivíduos a essa normalidade. Assim, todos aqueles que rompem com a coadunação entre sexo, gênero e orientação sexual heterossexual são considerados desviantes, viciosos, doentes, pervertidos, abjetos. Essa segunda crítica, pertinente às teorias pós-modernas sobre sexualidade e gênero, igualmente reconhecível como o conjunto das teorias queer, revelam que o dispositivo da sexualidade é, na realidade, a organização das relações de poder das sociedades que são dissimétricas, patriarcais, misóginas, homofóbicas e transfóbicas, do que resulta a dominação dos homens sobre as mulheres, e dos cisgêneros sobre os transgêneros. Diante desse cenário, além de compreender a constituição histórica do dispositivo da sexualidade e suas conseqüências, é significativo considerar a importância de uma analítica contrassexual, uma das vertentes de expressão das teorias queer. Por contrassexualidade deve-se compreender a composição de uma série de críticas (ou as análises) acerca das conseqüências do dispositivo da sexualidade; críticas pertinentes tanto à investigação das formas de imposição das sexualidades normalizadas ou hegemônicas quanto a investigação das possibilidades de (as) sujeitamento e subjetivação, sejam elas cisgêneras ou heterodisidentes ou transgenerificadas. Não se trata, em última instância, de propor a elisão da família nuclear burguesa e da cisheteronormatividade, mas sim de estabelecer (por via do ativismo teórico e político) um regime de convivên-

cia e/ou tolerância com as heterotopias corporais e subjetivas de sexuação que, na contemporaneidade, possuem enquadramentos normativos altamente excludentes. A LIS é composta por 2 docentes e 27 discentes, sendo 7 deles em cargos de coordenação, estando aberta a alunos dos cursos de graduação da UFTM em Psicologia, Medicina, Biomedicina, Terapia Ocupacional, Enfermagem, Fisioterapia, História, Serviço Social e Letras, atuando como um programa interdisciplinar. Os alunos extensionistas participam de capacitações com professores e profissionais convidados, além de participarem quinzenalmente de supervisões com os coordenadores. Quanto às atividades de extensão, atualmente são desenvolvidos dois grupos operativos: um grupo de apoio à população trans, denominado "TransPosição", e um grupo de discussão sobre violência com alunos de uma escola pública. No que tange às atividades científicas e culturais, a LIS desenvolveu o III Curso Introdutório à Liga de Sexualidade, o V Cine-Sinta Liga, o Seminários "Igualdade na Diversidade: 20 anos da resolução 01/99", a III Semana de Sexualidade e pretende, ainda, promover a I Jornada de Pesquisa da LIS, além de eventos menores em espaços que ultrapassam os muros da universidade. A LIS como um programa de extensão universitária visa, por fim, cumprir objetivos de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada. Os impactos das atividades propostas pelo programa são inúmeros para os membros e para a comunidade interna e externa à UFTM. Ao promover conscientização e humanização a LIS busca fortalecer lugares de fala e atenção à saúde às populações marginalizadas e vulneráveis, sem preconceitos para discussões, falas, aprendizados e trocas acerca da sexualidade e suas especificidades, entendendo sua extrema importância, além de nos reconhecermos enquanto seres políticos e sociais. O conceito de escuta ativa se fortalece com as ações, substituindo o lugar do assistencialismo a partir de práticas inovadoras e opostas a uma educação moralista e detentora de saber. Quanto aos discentes que compõem a LIS, possibilitou-se um posicionamento crítico frente às questões de gênero e sexualidade junto aos participantes, além de um extenso repertório teórico-prático. A LIS corrobora com a ideia de que, diante das condições sociopolíticas contemporâneas, debater (especificamente questões de gênero e sexualidade) é altamente relevante, de modo a reiterar a característica democrática da sociedade. A LIS institui-se, portanto, como uma contraposição frente às ideias conservadoras, que se apresentam de maneira hegemônica, possibilitando a desconstrução destas mesmas ideias e mudanças dentro e fora das paredes da sala de aula. A LIS é resistência e luta.

Configurações de subjetividade presentes na internet expressas pela sexualidade e corporeidade sob a perspectiva de relações de gênero

Autor: Victor Mecatti Venancio (PUC-SP)

Coautor: Edna Peters Kahhale (PUCSP)

Partindo de estudos anteriores realizados no LESSEX (Laboratório de Estudos de Saúde e Sexualidade) nos quais foram analisados os papéis assumidos em perfis masculinos e femininos em um site de infidelidade, a pesquisa buscou se aprofundar no estudo de meios de comunicação consideravelmente relevantes no ambiente virtual e como estes compreendem e veiculam as diretrizes de produção de subjetividade relacionadas ao gênero e a sexualidade. A internet foi o ambiente escolhido para a coleta de dados, partindo das condições sócio históricas da contemporaneidade - ou pós-modernidade - que expressam um conjunto de ideias produzidas a partir das complexificações no mundo social, político e econômico; compreende-se que a internet, enquanto ferramenta característica do nosso tempo, está profundamente embebida da realidade cotidiana corporificada do ser humano e, além das evidentes transformações possibilitadas nesse meio, a expressividade de seu uso também torna-se um fator extremamente importante que deve ser levado em consideração para a escolha desta plataforma como objeto de estudo. Dados fornecidos pela France Presse apontam que mais da metade da população mundial pode ser considerada internauta, já no contexto brasileiro o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) traz dados que apontam até 69,8% da população com 10 anos ou mais faziam uso da internet em 2010, um uso numericamente expressivo de acordo com os números levantados pela Hootsuite e We Are Social que apontam os brasileiros fazendo uso médio da rede por até 9 horas diárias. Para se atingir o objetivo da pesquisa de investigar as formas de produção de subjetividade relacionadas ao gênero e sexualidade na internet, foi necessário também complexificar as compreensões de gênero e sexualidade; existem diversas formas de se compreender o tema, desde formas estritamente médicas e biologizantes, até as compreensões que procuram ater-se principalmente aos fatores sociais e políticos envolvidos na construção destes. Olhar para esses fenômenos de forma essencialista entendendo-os como meros atributos de raiz genética invisibiliza diversas estruturas e ações que constroem e reconstróem o gê-

nero e a sexualidade dos seres humanos a partir de uma série de interesses, daí nossa escolha por compreensões críticas e problematizadoras dessas noções. Considerando a importância, anteriormente mencionada, das conexões em ambiente virtual na contemporaneidade e do poder e alcance desta enquanto catalisadora das formas produtoras de vivência do gênero e sexualidade, foram escolhidos dois blogs - um voltado ao público homossexual masculino e o outro ao público heterossexual feminino - para explorar os temas norteadores da presente pesquisa, a análise de caso foi pautada a partir da apuração e estudo de um total de 60 publicações, contando 30 para cada um dos blogs, todos os posts foram escolhidos a partir da temática de gênero e sexualidade e separados a partir de filtragens dos blogs de origem. Em um primeiro momento, realizou-se uma breve análise quantitativa e generalizada acerca das postagens feitas entre janeiro e agosto de 2017; a apuração dos dados coletados foi seguida por uma análise qualitativa mais aprofundada, baseada em categorias norteadoras e perguntas relacionadas ao subtexto, tendo como modelo contribuições de Foucault no campo da análise do discurso. Nos resultados foram observados, no blog voltado ao público homossexual masculino, um número elevado de postagens com assuntos cotidianos retiradas de sites tipicamente heterossexuais com conteúdos que refletem valores conservadores, o reforço do sistema binário homossexual passivo e homossexual ativo e um compromisso com o mercado LGBT; já no blog heterossexual feminino observou-se uma forma despojada e moderna de se fazer a manutenção de ideais de submissão feminina, entendida a partir da lógica de permissibilidade da mulher quanto à exploração de sua sexualidade, no entanto, tal ideia ainda se apresenta muito relacionada ao prazer masculino e à floração da feminilidade. Há de se ressaltar que em alguns momentos os blogs assumem um compromisso de romper com certas normatividades, em vários destes as postagens analisadas acabam por contribuir para a manutenção das antigas normas. O estudo trouxe questionamentos acerca de como a articulação entre consumo/produção e movimentos de minorias pode reproduzir lógicas heteronormativas que sempre estiveram presentes, mesmo que com um novo discurso (de modernidade, por exemplo), esses questionamentos surgem a partir da insistência das postagens de referenciar produtos, redes sociais, materiais produzidos em outras plataformas com o objetivo de se obter acessos e, conseqüentemente, lucro. Como encaminhamento para essa pesquisa, seria interessante o aprimoramento acerca da problemática do consumo e da produção de subjetividade quando esta se encontra sujeita aos interesses da inserção de minorias no mercado. Também seria necessário que se atualizasse os locais de coletas de dados para canais no Youtube, postagens no Instagram, Facebook e Twitter, tendo em vista a pluralidade, complexidade e velocidade como pilares da pós-modernidade e da era virtual e o declínio da plataforma dos blogs. Algumas outras questões levantadas foram: Quando o mercado passa a se interessar pelas chamadas "minorias"? A incorporação das pautas LGBT ou feminista, por exemplo, pelo mercado são de fato parcerias na luta desses movimentos, mesmo quando se vê que essa incorporação está atrelada à sujeição destes sujeitos a ideais que valorizem a produtividade e o consumo? Quais as conseqüências no processo de subjetivação de indivíduos marginalizados quando este está submetido às lógicas de consumo?

CRP-MG: construção e articulação de redes pela garantia de Direitos Humanos e cidadania da população LGBTI

Autor: Dalcira Ferrão (CRP-MG) e Breno Stefano Martins (PUC-MG)

As discussões sobre as questões de gênero e diversidade sexual tem se intensificado nos últimos tempos, principalmente no atual contexto político que corrobora para a marginalização de algumas identidades de gênero e de orientações sexuais. Frente às lógicas conservadoras e fundamentalistas, do patriarcado, da LGBTIfobia, e dos retrocessos que também tentam se manifestar e repercutir na Psicologia, a Psicologia Social, as Políticas Públicas e os direitos sociais têm se apresentado na tentativa de defender os desmontes desses direitos, na defesa da Democracia, na erradicação dos diversos preconceitos para com a população LGBTI e instigando os debates sobre a temática supracitada.

Durante muitos anos a Psicologia colaborou para a marginalização das pessoas LGBTI, principalmente as pessoas travestis e transexuais. O débito com essa população é gigantesco, uma vez, que numa história bem recente o fazer psi estava ligado ao fazer da Psiquiatria, que categorizavam alguns corpos como patologizantes. Contudo, as ações do Sistema Conselhos, em especial, pós 1999 têm sido para amenizar todo impacto subjetivo, moral, social e, principalmente, psicológico, posicionando política e eticamente de modo a fazer uma reparação histórica. Este trabalho, visa explanar sobre a atuação da Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual do CRP-MG, bem



como, fomentar a discussão sobre a temática pautada no caráter ético e sociopolítico.

Silva Lane, Martin Baró e Bader Sawaia são autoras pioneiras na reformulação sobre a atuação da Psicologia Social Latino-americana e desde então tem atuado com um olhar macro e integrado para as questões de saúde coletiva, assistência social, cultura, políticas públicas, das subjetividades singulares e coletivas, pois assim conseguimos compreender os diversos sujeitos, respeitar as pluralidades, fortalecê-los e emancipá-los para o convívio social. Ao ampliar o olhar frente aos sujeitos deixamos de lado os estigmas, as fragilidades e começamos a identificar potencialidades e formas de fortalecê-los. Para isto, é necessário acreditar na potência do afeto enquanto agente transformador.

A atuação do Conselho Federal de Psicologia tem garantido a quebra de paradigmas através de algumas resoluções, notas técnicas e campanhas que fomentam as questões referentes à diversidade sexual e de gênero. Pautado no Código de Ética Profissional do Psicólogo que considera as inúmeras identidades e orientações como parte da diversidade humana e não como doenças, distúrbios ou perversões os documentos produzidos pelo CFP asseguram que as(os) psicólogas(os) devem colaborar para a eliminação de preconceitos e discriminações. Deste modo, contribui para a construção de uma sociedade plural, diversa, que garanta os direitos, promova a saúde, a qualidade de vida da população e a emancipação deste corpos.

Dentre os avanços destacam-se as Resoluções CFP 01/99 e CFP 01/18 que regularizam a prática profissional frente à diversidade sexual de forma não-discriminatória. As Comissões temáticas existentes nos Conselhos Regionais de Psicologia que atuam no fomento do diálogo sobre gênero e diversidade sexual com a categoria e a sociedade civil. O contato com a população e a categoria possibilitam a desmitificação sobre o papel da psicologia, possibilita a ampliação das informações e promoção de novos debates.

A Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual desenvolve estratégias para fomentar a discussão sobre gênero e diversidade sexual para estudantes, profissionais e toda a sociedade. Em seu início, 2015, atuava como Grupo de Trabalho. Hoje como Comissão, completou 4 anos de existência e realiza periodicamente reuniões abertas a psicólogas(os), estudantes psi e pessoas interessadas na discussão, para planejamento de ações e projetos. Dentre as práticas do CRP-MG tem-se o Psicologia em Foco, são eventos que acontecem as quartas-feiras e cada semana com uma temática. A Comissão organizou diversos eventos com a temática supracitada (escolhas do tema, convidadas(os) debatedoras(es), mediadoras(es), etc). Outro projeto foi o "Cine Diversidade" que, uma vez por mês, exibe desde 2016 até a presente data filmes (curtas, documentários, longas metragens) em um cinema tradicional de Belo Horizonte que envolvem as discussões de gênero e diversidade sexual, posteriormente a exibição tem-se uma(um) a convidada(o) que comentava e debatia com o público a temática proposta, sendo que, a cada mês era trabalhado uma temática diferente. Realizou I Seminário de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual (2016) e o I Mutirão de Retificação de Nomes para pessoas Transexuais e Travestis, ação realizada a partir da parceria entre o CRP-MG e a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) (2017). Posteriormente realizou-se o I Mutirão Orientativo para retificação de Nomes para pessoas Transexuais e Travestis (2017); I Congresso Mineiro de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual (2017); bem como parcerias com movimentos sociais e outras instituições, como o Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS-MG), que é a entidade que organiza a Parada do Orgulho LGBTI de Belo Horizonte. A Comissão realizou ainda: barracas orientativas nas Paradas LGBTI de Belo Horizonte e de Contagem (2016 à 2019); produção de materiais informativos em linguagem acessível para distribuição em eventos e manifestações (17 folders temáticos); produção de notas técnicas e de posicionamento; representações em Instituições de Ensino Superior (IES) e do Movimento LGBTI organizado; participação na produção do livro do CFP: "Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs"; e produção do primeiro livro da Comissão: "Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual: saberes em diálogo – resultado do I Congresso de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual (2017). Dessa forma, a Comissão está ativa para construir uma Psicologia plural, representativa e pautada nos Direitos Humanos, na luta pela garantia dos direitos da população LGBTI ainda que sofra ataques e esteja sujeito a tensionamentos e repressões de grupos conservadores. A Comissão tornou-se um importante ator social das questões de gênero e diversidade sexual na interface com a Psicologia em Minas Gerais respaldada pelo compromisso ético e político.



Esquizoanálise e a Existência Travesti: Qual a potência de um corpo marginalizado?

Autor: Raianny Martins Santos (Raianny Martins)

Coautor: Regina Celia do Prado Fiedler (Universidade Cruzeiro do Sul)

O presente trabalho tem a função de apresentar o estágio obrigatório de Prática Supervisionada em Projeto Social, do 9º semestre da Universidade Cruzeiro do Sul, realizado em um Centro de Acolhida Especializado que atende mulheres transexuais e travestis, Casa Florescer. A transexualidade e a travestilidade é um fenômeno complexo, pouco compreendido nas camadas sociais, que implica na identificação com o gênero oposto designado no nascimento do indivíduo. Sua compressão apoia-se em dois pilares, de um lado, o entendimento patologizante, onde o DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais) categoriza a transexualidade como disforia de gênero, e recentemente a nova edição da Classificação Internacional de Doenças (CID), que a mantém como um transtorno, sendo retirada do comportamento de doenças mentais e inserida no compartimento de doenças de comportamentos sexuais, e de outro lado, a travestilidade como perversão perante a moralidade social. A relevância deste trabalho baseia-se em trazer para o centro das discussões e reflexões científicas um novo olhar para a população travesti, não de forma a ignorar a marginalidade e exclusão social que ela sofre, mas sim voltando-se para suas potencialidades. Realizou-se uma intervenção com o objetivo de compreender a cotidianidade das usuárias na instituição e como as situações sociais de exclusão e inclusão afetam suas emoções, corpo e identidade, com atividades para compreender suas potências de ação e luta, ressignificando o existir de seus corpos, que estes produzam afetos livres, e que também sejam afetados positivamente pela sociedade. O sistema patriarcal e o sexismo associam-se diretamente à existência travesti, influenciando-a em sua relação com a sociedade. O domínio masculino cria instrumentos discriminatórios para inferiorizar o sexo-gênero feminino perante o masculino. As relações sociais pautadas na cisheteronormatividade impulsionam compulsoriamente as pessoas para dentro de uma descrição universal de normalidade, demonizando a identidade trans. Essa atribuição estigmatizante retira-lhes o direito de humanidade, reduzindo suas chances de vida, para dar conta do perigo que elas representam. A definição do que é ser homem e mulher foi produzida historicamente sob um viés capitalista, patriarcal e biologicista, e é o que cria os agenciamentos, na linguagem de Deleuze e Guatarri, da existência travesti, traçando suas trajetórias, demarcando suas possibilidades, impedindo que ocupem territórios. A falta de direito ao próprio corpo retira-lhes seus direitos sexuais, reprodutivos e de conjugalidades. Ao mesmo tempo que o Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis no mundo, 90% dessa população recorre à prostituição como fonte de renda. Essa fetichização transforma um corpo pertencente a um ser humano em um objeto voltado à satisfação sexual de outrem. O conservadorismo cis-hétero impõe modelos nucleares de relações, impedindo a travesti de vivenciar a construção de bons vínculos afetivos. Esses modelos estruturam-se por uma formação composta pelo homem - chefe da família -, sua esposa e filhos. Ainda que novas composições familiares tenham sido conquistadas por ativismos políticos, continua não havendo espaço para a travesti dentro dessas possibilidades de conjugalidade. A travestilidade transcende as estratificações de corpo, sexo e subjetividade. À luz de Espinosa, afirma-se que não se sabe o que pode um corpo, e em decorrência disso, são criadas formas de controlá-lo e inseri-lo nos moldes sociais, uma vez que a travesti rompe com os enquadramentos, sendo visto como inadequado. O binarismo feminino-masculino é visto como forma de poder sobre os indivíduos, pois os papéis sociais atribuídos a essas polaridades exercem uma categorização de comportamentos, valores e características. Sendo realizado sob a ótica da esquizoanálise, este trabalho guiou-se através da desconstrução das estruturas coercitivas do capital que bloqueiam os desejos dos sujeitos, retirando-lhes o que causa sofrimento, libertando-lhes das amarras sociais rumo à liberdade e potência, permitindo-lhes alcançar processos revolucionários. A psicologia frente aos autoritarismos do atual momento político é fundamental para a criação de estratégias de enfrentamento, visto que as minorias sociais são as principais atingidas nesse cenário. Em uma abordagem esquizoanalítica, a transformação social em forma de resistência contra a dominação existe através da potência revolucionária do coletivismo, e não do individualismo. Quando a comunidade trans conscientiza-se de sua força, pode investir em ações de mudança perante os desafios sociais. Para o presente projeto, foram realizadas visitas utilizando a pesquisa participante, com o envolvimento direto do interventor para com o grupo que ocorrerá a intervenção, guiada pelo método esquizoanalítico, incitando o aumento da potência dos sujeitos, elevando a forma como pensam, afetam e existem. Com o grupo de mulheres, foram desenvolvidas atividades como estratégias de ação, como o acompanhamento delas em programações internas e externas - oficina de moda, apresentação de uma peça de teatro e apresentação de ballet. Também foram construídas atividades dirigidas, como rodas de conversa, discussões de filme e vivências corporais. Os prin-

cipais assuntos emergidos nos encontros com as mulheres voltavam-se à situações de violência vivenciadas em suas vidas: a exclusão nas relações sociais, afetivas e amorosas, após a assunção da identidade trans; a exclusão no mercado de trabalho, fazendo com que necessitem buscar espaços comumente ocupados por travestis, nos quais elas possam ser melhor aceitas, como a prostituição; a falta de permissão social para que elas ocupem espaços públicos; agressões físicas e estupro corretivos motivados pela transfobia; dificuldade de aceitação ao próprio corpo; a forma preconceituosa que a sociedade as enxergam; o processo de descoberta da identidade de gênero; e a hipersexualização e o fetichismo aos quais são submetidas. Quanto ao caráter dos grupos, pontua-se a ausência de coletividade e do sentimento de pertencimento da maioria das conviventes, resultando em uma rotatividade da presença delas nas dinâmicas propostas. A falta dessa grupalidade surge de dois aspectos. O primeiro relaciona-se ao que Lapassade chama de burocracia, uma questão de poder dividida entre quem decide o que fazer e quem faz o que é ordenado. A relação burocrática é hierárquica e de obediência, produzindo indivíduos sem autonomia. A burocracia na Casa Florescer ocorria de modo que, muitas vezes, as atividades eram pensadas, planejadas e organizadas sem haver uma construção junto das usuárias, enfraquecendo a possibilidade de uma maior cooperação delas. Errandonea afirma que a solução autogestionária seria a participação, dessa forma, os desprovidos de poder teriam maior participação decisória em todos os sentidos, incluindo nas regulações, controles e normas. O segundo aspecto está relacionado aos interesses dos grupos formados. Conforme Lapassade, para os indivíduos permanecerem no grupo, deve haver pertinência e clareza de suas finalidades, implicando em um consenso entre todos, de modo que compreendam a relevância dessas finalidades e a aceitem. A discordância dos objetivos de um grupo, o enfraquece. A permanência dos indivíduos em um espaço necessita de motivos em comum, podendo ocorrer comportamentos desviantes, ou seja, uma rejeição por parte dos indivíduos que não compactuam com as normas, os valores, os objetivos e as finalidades do grupo. Quando as residentes eram consultadas, e as atividades eram construídas conjuntamente, todas decidiam de forma participativa, e os resultados eram satisfatórios, pois havia, por parte delas, o sentimento de responsabilidade pelo que era feito. Conforme foi realizada uma breve análise institucional, são necessários remanejamentos no planejamento do equipamento, pois a instabilidade do mesmo também interfere na participação das usuárias, considerando que muitas propostas de dinâmicas ocorriam concomitantemente. Entretanto, afirma-se que o equipamento rompe completamente com o modelo de caráter fechado de instituições tradicionais com políticas de higienização social, se opondo a homogeneização e padronização das individualidades que coisifica e objetifica o sujeito. É realizado um Projeto Individual de Atendimento, pensando em cada mulher de forma individual, auxiliando-as a traçar suas metas na instituição. Há a preocupação do equipamento em promover a reinserção social delas, mostrando uma equipe pró-ativa, que faz parcerias com projetos, institutos, museus e programas que ofertam cursos, oficinas e vagas de emprego. Há um forte trabalho de empoderamento, para fortalecê-las. Afastando-se do caráter avaliativo de satisfação, pontua-se que dificilmente houve aderência às atividades acompanhadas e as propostas pela interventora, fazendo com que os resultados obtidos voltem-se a análise do funcionamento institucional e grupal da Casa Florescer. Além das dificuldades identificadas para a realização das dinâmicas com os grupos, quanto à adesão das mulheres, há a presença da instabilidade no planejamento e na organização do equipamento em decorrência do excesso de atividades propostas a elas no dia a dia. Foi sugerida uma continuidade no projeto, com enfoque na equipe técnica e na equipe de funcionários, para auxiliar a instituição na complexidade que é trabalhar com essa população. Deve ser considerada a necessidade de visibilidade para a comunidade travesti, e o quanto equipamentos como a Casa Florescer tem papel fundamental para tal. Salienta-se a urgência em trazer para o centro das discussões e reflexões acadêmicas, científicas e políticas, um novo olhar para essa população, questionando os papéis sociais estigmatizados aos quais elas são submetidas, e permitindo que elas sejam vistas e reconhecidas como existências carregadas de potência. Suas existências são baseadas em uma constante luta política. Existir é uma maneira de lutar, pois desafia a ordem higienista que as enxerga como ameaça. A intervenção rompeu com a visão patologizante da travesti, entendendo o corpo para além da noção de gênero, oferecendo às residentes do equipamento um espaço para que falassem por si próprias.



Famílias Homoparentais Femininas: Construção da Maternidade e Enfrentamentos.

Autor: Gean Candido

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar as dificuldades sociais que as famílias homoparentais femininas precisam lidar no cotidiano e nos espaços sociais que estão inseridas, compreendendo seus enfrentamentos, resistências e também como se dá a construção da maternidade nestas.

A Homoparentalidade nos últimos anos tem sido alvo de discussões em diferentes esferas e contextos, como por exemplo, na política, estado, religião, mídias e “ciências” Psi (Psiquiatria, Psicologia e Psicanálise). As religiões monoteístas ao decorrer dos séculos impuseram por força e repressão uma estrutura familiar estruturada na heteronormatividade e monogamia.

O termo homoparentalidade surge na França, criado por integrantes da Associação de Pais e Mães Gays e Lésbicas em meados dos anos 1990. Segundo Zambrano (2006) a homoparentalidade é a situação na qual ao menos um adulto homossexual assume a parentalidade de uma criança. Ou seja, é dado quando este legitima a parentalidade de uma criança, tanto adotiva quanto biológica.

Ancorados na perspectiva teórica e metodológica do construcionismo social, temos a intenção de analisar por meio de entrevistas com essas mães, os processos de enfrentamento e construção dos sentidos sobre a maternidade homoparental.

OBJETIVO GERAL

Investigar as formas de enfrentamentos e articulações das famílias homoparentais femininas na sociedade e a construção do processo de maternidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as famílias homoparentais, a fim de realizar entrevistas aprofundadas com as mães;
- Compreender o processo de construção da maternidade nessas famílias;
- Investigar a influência da discriminação social no processo de construção da maternidade nas famílias homoparentais femininas;
- Identificar e analisar as formas de enfrentamento das famílias homoparentais femininas perante a discriminação e desafios sociais.

RELAÇÃO COM O EIXO TEMÁTICO ESCOLHIDO

A psicologia possui um compromisso social e isso inclui o combate as quaisquer formas de desigualdade. O eixo 2 - Psicologia Social, Gêneros e Sexualidades - tem como um dos objetivos a articulação na construção de enfrentamentos de populações e/ou comunidades que vivem em situação de exclusão, principalmente diante dos desafios do atual cenário político.

A presente pesquisa não se restringe ao âmbito acadêmico, ao contrário, se desenvolve como política, no sentido de legitimar a existência e direitos dessas famílias homoparentais. Entende-se que a psicologia como ciência e profissão pautada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, precisa dar visibilidade e inserir essas famílias na sociedade, criando estratégias de enfrentamento e resistências.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

O construcionismo social será utilizado como embasamento teórico na leitura dos dados obtidos da pesquisa, esta perspectiva tem por objetivo analisar interações sociais historicamente situadas ou os caminhos que levaram ao estabelecimento de algum fato ou entidade do presente. O Construcionismo Social é tido como movimento de contestação à ortodoxia em ciência.

O Construcionismo Social insere no pensamento da pós-modernidade ou modernidade tardia (SPINK, 2004) e nasce como uma crítica à modernidade e seus conceitos científicos (CANODÁ, E; SCARPARO, H, 2015). Autores como Mary Jane Spink, Lupicínio Iñiguez, Tomás Ibáñez e Kenneth Gergen adotaram a lógica construcionista.

Em relação à linguagem, o construcionismo percebe-a como produção de sentido, assim a linguagem é trabalhada de formas distintas em diferentes disciplinas e o foco da prática discursiva, abordagem teórica e metodológica que vem sendo desenvolvida, é a linguagem em uso. O interesse maior é no papel da linguagem na interação



social. A linguagem em uso é tomada como prática social e implica primeiro trabalhar a interface entre os aspectos performáticos da linguagem, e segundo, trabalharem as condições de produção. O trabalho com linguagem em ação focaliza as maneiras pelas quais as pessoas produzem sentidos e posicionam-se em relações sociais cotidianas. (SPINK, 2004).

De uma forma ou de outra, todos trabalham com a produção de sentidos, produzir sentido é o que permite lidar com situações e fenômenos do dia-a-dia, do cotidiano. A produção de sentido não é propriedade de um referencial teórico único, é a tarefa básica de todos os cientistas sociais. E essa construção se dá num contexto, numa matriz que atravessa questões históricas e culturais e é essa construção que permite lidar com situações e fenômenos do mundo social.

As pessoas se expressam escrito e verbalmente o que produz um arsenal de sentidos e valores enquanto indivíduos e sujeitos na sociedade. O discurso aqui é um conjunto de configurações que permeia entre a cultura, língua e ideologia. Ou seja, história e discurso se complementam e são imanentes.

É importante frisar a compreensão do local de fala, do lugar onde esses sujeitos estão, pois, a produção dos sentidos construídos na linguagem se dá também pela construção de relações de poder e de hierarquização. Assis (2018) frisa que mesmo se atentando às questões gramaticais e linguísticas, a Análise do Discurso também investiga as incorporações dessa linguagem no contexto social.

As questões não surgem do nada, o que temos são relações de poder que determinam as significações que são reproduzidas e dadas na sociedade. Orlandi (2003) expõe mais três itens da Análise de discurso, a distinção entre inteligibilidade, interpretação e compreensão. A inteligibilidade legitima sentido à linguagem e a interpretação é o sentido desta. Já a compreensão permeia no campo da investigação de como o simbólico produz sentido, de como é dado e produzido esse processo de significação.

Íñiguez (2003) legitima o construcionismo social como um posicionamento crítico que está em constante questionamento do que se é natural ou óbvio ou que acabou a se cristalizar como verdade. Um posicionamento nas ciências humanas, sustentado em uma postura ética que enxerga os sujeitos em constante interação, pois não se constrói sentidos individualmente, ao contrário, há uma matriz que vai além da história e cultura e se solidifica na linguagem.

MÉTODO

Foi utilizada na pesquisa a amostragem bola de neve, por ser uma mínima parcela de pessoas, tendo assim um alcance representativo. A amostragem concede o acesso a grupos difíceis de serem estudados. Por ser um tema complexo e de ordem privada, o método em questão permite que se tenha uma rede de contatos dessas famílias que pertencem ao grupo pesquisado.

Uma característica importante dessa amostragem é o “ponto de saturação”, que é compreendido a partir de entrevistas de novos participantes e os conteúdos obtidos passam a ser repetidos, e novos dados não são alcançados.

Para Albuquerque (2009) outra característica importante desse método são as “sementes”, estas são os primeiros entrevistados que darão indicações de mais pessoas de seu relacionamento ou de seu conhecimento para que também participem da amostra, esses são os “filhos” das sementes. (BALOIN, N.; MUNHOZ, E.N.B; 2011, p. 333).

A entrevista semiestruturada foi escolhida como procedimento de coleta de dados das informações, que concerne na construção da maternidade nas famílias entrevistadas. Através de um roteiro, a partir das respostas dos entrevistados, novas problemáticas e questões irão surgir no decorrer da entrevista. Esse método permite que entrevistado e entrevistador não fiquem engessado em um roteiro apenas.

RESULTADOS

Trata-se de uma pesquisa que está em andamento. A fase de coleta de dados já foi finalizada e estamos agora no momento da análise. Porém, alguns resultados já podem ser discutidos e citados.

No total, quatro famílias homoparentais foram entrevistadas. Em algumas delas participaram o casal e em outras, apenas uma das mães. Algumas famílias relataram episódios os quais as crianças passaram por situações constrangedoras e de discriminação. Em uma delas, a criança chegou a dizer que possuía sim um pai e que este morava nos Estados Unidos.



O processo da gravidez também foi outro ponto observado; para algumas o período foi tranquilo e para outras, bastante conturbado. Uma das mulheres afirma que sofreu várias formas de violência por parte da equipe médica e também jurídica. Todas as famílias optaram por métodos de gestação (fertilização in-vitro, inseminação artificial e inseminação caseira).

CONCLUSÃO

Apesar de não estar concluída, a pesquisa tem trazido algumas reflexões que vão desde o compromisso social do psicólogo às diversas violências que as famílias homoparentais são submetidas, tais não aconteceriam caso se encaixassem na norma heteronormativa.

Há uma carência na produção de estudos e também na literatura sobre o tema, e alguns dos estudos encontrados, se apoiam numa norma patologizadora, desumanizando e ampliando a produção de desigualdades.

Formação de professorxs em gênero e sexualidade: uma ação de resistência

Autor: JACQUELINE CAVALCANTI CHAVES (UFRJ)

Coautor: Nina Queiroz Kertzman (UFRJ)

O tema da educação em gênero e sexualidade na escola traz consigo uma história marcada pela tentativa de regular o sexo, disciplinar e controlar os corpos e as práticas afetivo-sexuais de meninos e meninas. Desde o século XVIII, no seio das sociedades burguesas europeias se constituiu uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, os quais foram incitados política, econômica e tecnicamente (FOUCAULT, 1988). A partir de então, a educação afetivo-sexual na escola é caracterizada como um campo de disputa no qual são produzidos conhecimentos, teorias, tensões, conflitos, e práticas, por um lado, de cerceamento das liberdades individuais e, por outro lado, de resistência à perda de autonomia no exercício da sexualidade. O debate neste campo implica necessariamente na análise sobre as concepções e intervenções em sexualidade e gênero de docentes da Educação Básica, o que, por sua vez, remete a investigação sobre a formação inicial e a formação continuada destes sujeitos nestas áreas temáticas. Tendo em vista as pesquisas que vem sendo realizadas sobre a educação em gênero e sexualidade, e a formação de docentes da Educação Básica neste tema (CÉSAR, 2009; GAVA & VILLELA, 2016; GESSER, OLTRAMARI & PANISSON, 2015; LOURO, 2010; LOURO, 2016; VIEIRA & MATSUKURA, 2017), o objetivo do presente trabalho foi desenvolver um projeto de extensão que visava discutir afetos, gêneros e sexualidades junto a profissionais de uma escola estadual da cidade do Rio de Janeiro. Esta escola, parceira no projeto, tem os cursos de Formação de Professorxs, Ensino Médio Regular, e Educação de Jovens e Adultos. Pretendeu-se contribuir para o desenvolvimento de uma formação continuada de professorxs mais significativa para xs participantes, a qual dialogasse com os saberes, conhecimentos, questionamentos, anseios e vivências dxs profissionais. Na perspectiva dos direitos humanos, o projeto buscou pensar a formação continuada de professorxs como um processo de compartilhamento, expressão e construção coletiva menos normativa, menos técnica, e que considerasse a multiplicidade das subjetividades, a diversidade sexual e de gênero. Pautou-se na necessidade de se ter um olhar mais sensível à formação de professorxs, a qual deve ter em vista perspectivas teóricas e metodológicas que viabilizam práticas pedagógicas fora dos eixos cis e heteronormativos. Ainda, que tragam para o debate emoções, sentimentos e afetos que estão presentes nas ideias e experiências da comunidade escolar. O trabalho desenvolvido vai ao encontro do eixo temático que pretende debater experiências e intervenções acerca de gênero e sexualidade em uma perspectiva crítica, de oposição e resistência ao patriarcado, sexismo e cis-heteronorma que persistem e recrudescem no Brasil da atualidade. Do mesmo modo, o trabalho se relaciona com o GT 14 que se propõe a "discutir gênero e sexualidade com foco nas políticas públicas em contextos como a educação [...]". O projeto realizado ocorreu em um momento no qual a relação entre gênero, sexualidade e escola tem sido objeto de disputa no cenário político nacional e na sociedade civil. A ascensão do conservadorismo e, mais especificamente, da extrema direita no Brasil incendiaram o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas a partir de valores morais e religiosos. As questões levadas ao debate por esse setor – no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, debates eleitorais e também no campo da opinião pública – não tem considerado os estudos acadêmicos, pesquisas ou especialistas nos estudos de gênero e sexualidade. O que tem pautado a narrativa deste setor é uma falácia chamada "ideologia de gênero" que alardeia o suposto risco da desconstrução dos "papéis de gênero tradicionais", da dissolução da família "tradicional", da legalização da pedofilia, do fim da "ordem natural" das re-

lações entre homens e mulheres (REIS e EGGERT, 2017). Nos discursos e práticas produzidas neste campo político, leis, tratados e declarações assinadas e ratificadas pelo Brasil, diretrizes e parâmetros educacionais nacionais que versam sobre os direitos humanos, a equanimidade de gênero, o respeito e a atenção às diversidades sexual e de gênero, a cultura da paz são deixadas de lado ou tornadas objeto de críticas. Alguns exemplos destes documentos ignorados e atacados por este campo político e social são: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – “Convenção de Belém do Pará” (1994); Declaração de Pequim (1995); Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009); Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012); e Parâmetros Curriculares Nacionais, vol. 10 – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual (1997). No que diz respeito à formação inicial e continuada de professorxs, quando se trata de educação em gênero e sexualidade, estes documentos são desconhecidos pela grande maioria dxs docentes do Ensino Básico e, também, do Ensino Superior. Tal desconhecimento contribui para a permanência e reprodução de práticas discursivas preconceituosas e opressoras em relação àqueles que não se encaixam no padrão heteronormativo, que se distanciam da norma que remete ao homem branco, heterossexual, cristão, de classe média; propicia a patologização das vivências e expressões da sexualidade diversas dos modelos hegemônicos, a continuidade das desigualdades de gênero, e toda sorte de sofrimento psíquico decorrente deste contexto. Tendo como premissa a necessária problematização da lógica binária expressa, por exemplo, nas dicotomias normal/patológico (ou anormal ou desviante), homem/mulher e homossexual/heterossexual, e da pedagogização dos gêneros e sexualidades baseadas em uma norma sexista e heteronormativa, o projeto de extensão do qual trata este trabalho consistiu na realização de dois grupos de discussão sobre afetos, gêneros e sexualidades de crianças e jovens, com oito professorxs de diferentes disciplinas e uma bibliotecária. Foram seis encontros, realizados uma vez na semana ao longo do primeiro semestre de 2018, e mais oito encontros, realizados uma vez na semana ao longo do segundo semestre do mesmo ano. Cada encontro teve a duração de uma hora e quinze minutos. Todos os encontros ocorreram na escola parceira do projeto. A metodologia utilizada foi o grupo de discussão (CASTRO, 2008). Esta metodologia permite que todxs xs componentes do grupo (participantes e coordenadoras) se envolvam no debate, na construção de saberes, e na produção de sentidos para as experiências, os sentimentos, os conhecimentos e as ideais colocadas em discussão. Neste trabalho, há a preocupação com o acolhimento do imprevisível, a escuta do outro, o ato de “se debruçar” sobre os problemas e as questões dxs participantes de modo a possibilitar compreender o que pode afligir e o que pode melhorar nas situações vividas por elxs. Assim, a partir da palavra e da ação coletiva se busca participar da constituição dos sujeitos e do próprio grupo. Na execução desta ação extensionista, foram realizadas avaliações processuais e de resultados. Estas avaliações implicaram o Diretor Geral da escola, xs participantes do grupo de discussão, a coordenadora da ação e a aluna extensionista participante do projeto. A partir de todas as reuniões realizadas é possível afirmar que o trabalho foi muito bem avaliado e que xs participantes se implicaram fortemente no desenvolvimento das atividades e nas discussões propostas. O trabalho foi bem avaliado no que diz respeito à maneira como ele foi conduzido, aos temas e às atividades propostas, às questões e discussões suscitadas, à troca de ideias e experiências, e à construção coletiva de novos saberes e novas possibilidades de atuação junto a crianças e jovens, assim como também em suas próprias vidas privadas. O trabalho foi ainda especialmente bem avaliado por ter se constituído como um espaço onde elxs se sentiram bem e estimuladxs a falarem, se exporem, e sentirem os afetos que estão ligados às ideias e experiências debatidas. Neste sentido, xs participantes assinalaram a falta que há nas escolas de espaços como este que foi criado e de trabalhos que coloquem em discussão os temas abordados. A boa avaliação feita pelos participantes contribui para a formação continuada, logo, para as relações que elxs têm nas escolas onde trabalham e para as atividades que lá desenvolvem. Contribui também para as suas vivências na esfera privada. Cabe ainda ressaltar que a escola onde a ação foi realizada é uma escola de formação de professorxs, o que possibilita inferir que os efeitos do projeto podem vir a se multiplicar ainda mais a partir da futura atuação profissional dxs alunxs dxs então participantes da ação de extensão.

Referências:

- CASTRO, L. R. de (2008). Conhecer, transformar(-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. Em L. R. de Castro & V. L. Besset, (Orgs.), Pesquisa-Intervenção na Infância e Juventude.
- CÉSAR, M. R. de A. (2009). Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “epistemologia”.
- FOUCAULT, M. (1988). História da Sexualidade I.
- GAVA, T. & VILLELA, W. V. (2016). Educação em sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola.

GESSER, M., OLTRAMARI, L. C., & PANISSON, G. (2015). Docência e concepções de sexualidade na educação básica.

LOURO, G. L. (2010). Gênero, Sexualidade e Educação.

LOURO, G. L. (2016) (Org.). O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade.

REIS, T. & EGGERT, E. (2017). Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros.

VIEIRA, P. M. & MATSUKURA, T. S. (2017). Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de profes do ensino fundamental rede pública.

Gênero e sexualidade na saúde mental: dá pra construir?

Autor: Millena Raianny

Coautor: Ana Lira (IMIP/ PE)

O produto a seguir trata-se de um relato de experiência fruto da intervenção proposta na disciplina de Introdução à Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, do Programa de Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde do Recife, realizada por residentes atuantes em um CAPS tipo II nesta mesma localidade, com o objetivo de discutir a temática de gênero e sexualidade no contexto da saúde mental. A ação teve como participantes os usuários que estavam em acompanhamento neste serviço e inseridos no grupo "Cidadania", que trabalhava questões relativas aos direitos sociais e temáticas pertinentes ao contexto dos sujeitos ali envolvidos. Sabe-se que a discussão sobre gênero e sexualidade ainda é um tabu na sociedade, e em se tratando de saúde mental, os estigmas são bem maiores. Detomini, Rasera e Peres (2016) constataram na sua pesquisa sistemática que a literatura aponta uma grande dificuldade, por parte dos profissionais de saúde, em reconhecer a sexualidade como parte da vida dos usuários com transtornos mentais, o que implicava numa negação da importância de se trabalhar com a temática nesse contexto. Dessa forma, foi pensada a realização de uma oficina para abordar o assunto e se debruçar sobre os conceitos de sexo, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, focando na importância dos direitos e do respeito à diversidade. Para isso, utilizamos como base o Protocolo de atendimento às demandas LGBT acompanhadas pelo centro estadual de combate à homofobia (2012-2013), um documento reconhecido pelo estado de Pernambuco que traz essas conceituações de forma didática e de fácil compreensão. Segundo este protocolo, sexo se refere ao estado biológico, classificado por macho e fêmea, identificados através dos órgãos genitais e de reações fisiológicas do organismo; o gênero é ligado aos padrões socialmente construídos que influenciam na compreensão do feminino e masculino, está diretamente relacionado com o contexto social, histórico e cultural; já a identidade de gênero diz respeito à forma como cada sujeito se reconhece em sua configuração de sexualidade, correspondendo a uma vivência interna e subjetiva a partir do sexo biológico, que se desdobra em três classes existentes atualmente: cisgênero, transgênero e travesti; e a orientação sexual estaria no campo do desejo afetivo-sexual, podendo se manifestar em três formas: heterossexualidade, homossexualidade ou bissexualidade. Com esse suporte teórico, trabalhou-se em cima dos conteúdos levantados a fim de propiciar reflexões sobre as posturas tomadas frente a diferentes situações no cotidiano. Foi realizada uma dinâmica inicial para suscitar os conhecimentos preexistentes sobre gênero, solicitamos a atribuição do gênero masculino e feminino a determinados objetos, como bola, boneca, carrinho, fogão, etc. A seguir, propiciamos uma abordagem do tema diferenciando as definições de sexo, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, num esforço de possibilitar espaços de discussão e ampliação do debate sobre a temática. Posteriormente foi reproduzida uma animação que retratava uma relação de desejo homossexual, para observar a reação das pessoas diante a imagem do real sendo projetada. O objetivo da oficina foi trabalhar o respeito às diferenças visando desconstruir vieses de discriminação e preconceito, que muitas vezes é recorrente nos espaços de produção da saúde. Observou-se que a maior parte dos usuários tinha conhecimento sobre as questões relacionadas ao gênero, julgaram os objetos como pertencentes a ambos os gêneros, conseguindo elaborar de forma crítica e dialógica suas concepções. Apenas dois dos usuários apresentaram entendimentos diferentes sobre a abordagem de gênero, um deles utilizando argumentos relacionados à sua crença religiosa e o outro carregando fortemente uma construção social e cultural machista e patriarcal. Como um dos desdobramentos desse momento foi a afetação gerada nos profissionais de saúde do equipamento, que demonstraram o interesse de se aproximarem do debate de gênero, pois reconheciam a importância da abordagem desta temática, porém justificavam o despreparo para lidar com a temática e

a necessidade de estudos e formação nesse sentido, tendo em vista que pontuaram dificuldades em relação aos contextos adjacentes ao tema, o que também reflete a deficiência e/ou insuficiência deste debate no âmbito acadêmico por parte de algumas categorias profissionais. Concluímos, pois, que constitui um grande desafio para o campo da saúde mental a transversalidade da temática de gênero e sexualidade no cotidiano e nas práticas dos serviços, contudo, percebemos que é possível e necessário que essas ações sejam discutidas e realizadas. É preciso que se amplie o olhar para a integralidade do sujeito e avalie a imprescindível transformação do enviesamento dos profissionais de saúde mental para vislumbrar o escopo de atenção para além da questão medicamentosa e da sintomatologia dos transtornos mentais (ROTELLI, 1990). Existem outras dimensões da vida, como a que assinalamos aqui que interferem diretamente no processo saúde-doença, corroborando em conceitos-chaves como é a categoria gênero como determinantes de saúde. Considerar gênero como transversal possibilita a reflexão no ensejo de fortalecer políticas públicas que efetivamente reduzam às iniquidades sociais de saúde, garantindo o acesso integral e universal.

Interseccionalidade entre velhice, gênero e sexualidade

Autor: Anne Dantas (Universidade Federal do Ceará)

Coautor: Aluísio Lima (Universidade Federal do Ceará)

Estudos que discutem sobre a velhice na contemporaneidade trazem consigo fragmentos de como historicamente o envelhecimento é marcado por limitações físicas, mentais, sexuais e, principalmente, ao processo de finitude (DEBERT, 2012; ABOIM, 2014; NERI, 1993), demarcando modos de vida e quais pessoas estão autorizadas a vivê-los. Esta delimitação histórica envolve toda uma estrutura social, política e existencial de como a sociedade enxerga a velhice, quais políticas são direcionadas a estas pessoas, quem estuda o envelhecimento ((re)afirmando concepções) e quais significados a velhice tem para as pessoas idosas. O interesse das produções científicas e dos meios de comunicação em iniciar discussões sobre o processo de envelhecimento veio junto às questões que envolviam a longevidade e os baixos níveis de natalidade. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015, p. 22), a população idosa vem aumentando significativamente, sendo que “mais de uma em cada cinco pessoas tem mais de 60 anos”. É neste cenário que a velhice começa a ser administrada de forma diferente pelo Estado (a partir da aposentadoria), passando a fazer parte de novos espaços de sociabilidades, mercado e consumo. Paradoxalmente, a “reinvenção da velhice”, seus novos contextos e representações, coloca em pauta a promoção do envelhecer “saudável”, “ativo” e “jovem” como regra no processo de envelhecimento na atualidade. O que nos leva a questionar até que ponto a existência de diversos nomes para velhice (terceira idade, melhor idade, maturidade, idade maior, idade madura, meia idade) revela o quanto o processo de envelhecimento é negado socialmente. O medo e a resistência social diante da possibilidade de envelhecer não atribui somente uma visão negativa diante dos corpos que envelhecem, mas afirma a visão da velhice como problema social (além de econômico e estrutural). O objetivo deste estudo é discutir como mulheres idosas (heterossexuais e homossexuais) vivem suas expressões de sexualidades e negociam seus reconhecimentos identitários, considerando os novos modos de visibilidade em torno do envelhecimento e das sexualidades não normativas. Nosso objetivo tem relação direta com o GT14, tendo em vista a necessidade em levantarmos a reflexão crítica acerca da “sexualidade como produto da dialética indivíduo-sociedade”, em que os discursos históricos (e culturais) que posicionam (e naturalizam) o sexo e suas expressões de sexualidades, (re)produzem verdades absolutas sobre os sujeitos. A negação do corpo que envelhece, impõe estilos de vida (re)criando bens de consumo específicos que indicam como se deve ou não envelhecer. A antropóloga Mirian Goldenberg (2007), ao discutir o corpo como capital, analisa as formas como os corpos de homens e mulheres se (re)configuram em representações sociais e culturais que atribuem ao corpo peculiaridades que cristalizam o culto ao corpo jovem, em que a incidência de cirurgias plásticas estão diretamente relacionadas à diminuir as “marcas” do envelhecimento. A discussão afirma o que Pierre Bourdieu (1987) pontua como “natureza cultivada”, ou seja, o corpo como uma construção cultivada socialmente para se tornar culturalmente natural. O corpo jovem é naturalizado como “O corpo” e todo e qualquer corpo que fuja deste padrão será (de)marcado negativamente. O alto investimento dado ao corpo é perpetuado a partir de imposições socioculturais que direcionam como adequá-los aos critérios que impõem a busca pela juventude, beleza, vigor e saúde. Culturalmente o corpo masculino x feminino localiza lugares, imagens e poderes atribuídos ao gênero (BUTLER, 2015b). Destacamos a relevância em diferenciar as relações e significados atribuídos ao corpo se considerarmos o gênero. Homens

e mulheres vivenciam relações e representações sociais distintas em relação aos seus corpos, independente da idade. Os significados socioculturais atribuídos ao corpo passam a influenciar diretamente a relação dos sujeitos com seus corpos e como serão reconhecidos pelo olhar do outro, de maneira que “o corpo é visto como a corte de julgamento final sobre o que somos ou o que podemos nos tornar” (LOURO, 2000 p. 11). O processo de envelhecimento carrega consigo o julgamento do corpo que envelhece diante dos corpos jovens e das variadas possibilidades (estéticas, cirúrgicas e farmacológicas) de retardar a velhice. Neste sentido, a discussão deste estudo se alinha com o que é proposto debater no GT14, buscando abordar os tensionamentos e contradições sociais no campo do gênero e da sexualidade, alinhando-se também ao Eixo temático 02, pois ao trazermos a discussão de subversões identitárias no envelhecimento feminino (dos corpos e das sexualidades), trazemos as discussões críticas que envolvem o patriarcado, cis-heteronorma que (de)marca práticas ao sexo-gênero e os modos de vida impostos a partir da idade-geração. A realidade que envolve o medo de envelhecer é ainda mais complexa quando o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking mundial de cirurgias plásticas, em que estudos recentes da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica e Estética (ISAPS) mostra, a partir de dados de 2017, um aumento de 5% no total de procedimentos cirúrgicos no Brasil, perdendo apenas para os Estados Unidos. Os dados levantados demonstram que a maioria dos procedimentos estéticos e/ou cirúrgicos são realizados por mulheres, reforçando a afirmação de Aluísio Lima (2013, p. 58) quando pontua que “as intervenções no corpo feminino se sustentam porque na sociedade capitalista de consumo persiste a ânsia pelo gozo pleno e uma tentativa desenfreada de se distanciar do real”. A orientação teórica deste estudo se articulou junto às discussões que abordavam como o corpo feminino é um marcador histórico (e atual) dos significados do que é ser mulher na contemporaneidade. A realidade que envolve a valorização do corpo jovem, magro, saudável e belo aliado à prática de aperfeiçoamento do corpo passa a fazer parte da vida das mulheres desde muito cedo. O investimento diante do corpo é uma postura intrínseca (e imposta) à mulher, sendo que o “mito da beleza” nada tem a ver com as mulheres, mas diz respeito “às instituições masculinas e ao poder institucional dos homens” (WOLF, 1992 p. 17). O corpo feminino veiculado pela mídia é um corpo estrategicamente traduzido em objeto de desejo fetichista. A estética cinematográfica, dentre outros meios de comunicação desenha sinônimos de beleza atribuídos à mulher, aproximando o fator beleza à juventude, corpos sarados e liberdade (também sexual). Este estudo procurou ouvir relatos de mulheres idosas heterossexuais e homossexuais sobre os significados atribuídos à velhice, ao corpo e expressões de sexualidade. Buscamos realizar uma pesquisa interseccional com narrativas de história de vida destas mulheres. A teoria da interseccionalidade tem dado suporte teórico nos tensionamentos que envolvem questões das diversas formas de subordinação social. A pesquisa interseccional busca analisar (e também questionar) as múltiplas categorias socialmente (e culturalmente) construídas envolvidas em um sistema de opressão e privilégios. Ao pesquisarmos mulheres idosas, buscamos compreender as experiências que cruzam “eixos de opressão” nas histórias de vida destas mulheres, considerando as localizações sociais, discriminação e lugares de subordinação que intersectam as vidas das participantes desta pesquisa (COLLINS, 2000). Ao utilizarmos a metodologia de narrativas de histórias de vida, não pretendemos acessar de antemão o que as participantes trouxeram em suas narrativas, a ideia foi nos debruçarmos no porvir e, enquanto pesquisadora, desconstruir preconceitos e aprender com a narrativa das participantes. A análise das narrativas de história de vida não pretende universalizar acerca da identidade de idosa, nem mesmo utilizar a narrativa destas mulheres como aquilo que seria “comum” para todas, tentando construir um fato social. A narrativa acontece de maneira fluida trazendo diversos instantes e fragmentos rememorados da vida, capaz de expressar as metamorfoses da identidade, possibilitando o reconhecimento (senso) de identidade. Deste modo, a narrativa de história de vida não apresenta uma linearidade e sim “uma constelação, em que os acontecimentos mais significativos tomam cena e podem confirmar as trajetórias ou contribuir para defini-las” (LIMA & CIAMPA, 2017 p. 02). Consideramos (e questionamos) a partir deste estudo que as experiências e significados que envolvem a velhice está diretamente relacionada ao gênero e às relações de poder estabelecidas pelo gênero, como pontua Joan Scott (1995) quando diz que “o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88). Pensar no processo de envelhecimento de mulheres é deixar clara a articulação do poder com o gênero, em que posiciona corpos femininos, demarcando modos de vida e quem está autorizado a vivê-los. Partimos então do seguinte questionamento: a mulher está autorizada a envelhecer? E se está autorizada, qual lugar esta mulher deve ocupar na velhice? O corpo da mulher tem papel está estreitamente relacionado ao olhar do outro (quer seja para agradar a figura masculina, quer seja para afirmar-se diante de outra mulher) (GOLDENBERG, 2017). Essa afirmação não diz respeito exclusivamente à mulher idosa, mas à representação do corpo feminino de um modo geral, o que coloca, muitas vezes, mulheres opressoras umas das outras em um jogo

de performances do corpo (beleza x sensualidade x desejo), repercutindo numa complexa discussão em relação ao envelhecimento feminino e a relação das mulheres com o seu próprio corpo. A experiência da velhice está estreitamente relacionada à perda e maneiras de negar o envelhecimento (DEL PRIORE, 2000). Parece não estar autorizado à mulher envelhecer, nem assumir ou aceitar a velhice.

MARÉ – Mulheres em Acolhimento, Reflexão e Escuta: grupos reflexivos com mulheres em situação de violência

Autor: Letícia de Cisne Branco

Coautor: Marília Amaral, Luana Limberger Marques, Amanda Ferreira (CESUSC), Isadora Garcia (Cesusc) e Patricia Trelinski Alvarenga (CESUSC)

A violência contra a mulher apresenta-se como problemática grave e recorrente demarcando as impossibilidades históricas, culturais e políticas de dissociar o âmbito público do privado, além de caracterizar-se como um meio de violação e ofensa à dignidade humana, na qual a ação implica o não reconhecimento das mulheres enquanto sujeito de direitos. A luta contra a violência é uma pauta de extrema relevância e responsabilidade social, pois além dos agravos físicos e psicológicos resultantes dos atos, há necessidade de atenção e ampliação de intervenções coletivas que visem a defesa e garantia de direitos das mulheres. Historicamente, no Brasil, conquistas foram alcançadas desde a visibilidade do movimento feminista até o sancionamento da Lei nº 11.340/2006 – conhecida como lei Maria da Penha – porém, o índice de violência alerta para a necessidade de maiores investimentos em políticas de prevenção e acolhimento às mulheres em situação de violência. Em Santa Catarina, de acordo com os dados da Segurança Pública, desde o início de 2019, as ocorrências de feminicídio são de aproximadamente um caso por semana. No cenário regional, observa-se que nas políticas públicas em Florianópolis há uma carência por mais espaços de escuta e acolhimento destinados às mulheres em situação de violência e àquelas que já passaram por este tipo de situação e desejam apoio psicológico. Entende-se que a fragilidade das políticas públicas em defesa dos direitos das mulheres, potencializa o processo de vulnerabilização das mulheres, e deste modo o que se problematiza em Psicologia Social Crítica como sofrimento ético-político, isto é, a experiência intensa do sentimento de exclusão social. Neste contexto, o presente trabalho relata o processo de construção e desenvolvimento do Projeto MARÉ - Mulheres em Acolhimento, Reflexão e Escuta – que, tendo como bases as teorias feministas, a psicologia comunitária e a psicologia social crítica, objetivou a criação de um espaço de acolhimento e fortalecimento comunitário com mulheres em situação de violência, residentes de bairros do norte de Florianópolis. Neste sentido, a psicologia comunitária em articulação com o feminismo, possibilita uma práxis política-social visando o aprofundamento reflexivo sobre as desigualdades de gênero, as interseccionalidades entre gênero, sexualidade, classe, raça, etnia, geração e deficiência em que a violência se desenha, assim como a potencialização de espaços emancipatórios às mulheres como estratégia de resistência ao patriarcado e seus modos de vulnerabilização e eliminação das diferenças. O projeto MARÉ teve início em agosto de 2018, a partir da realização de um amplo mapeamento das redes e serviços de saúde, assistência e segurança que oferecem atendimento, assistência e proteção às mulheres no município, no qual constatou-se a escassez de serviços destinados exclusivamente ao acolhimento e escuta de mulheres que estão e/ou estiveram em situações de violência doméstica. Como resultado do mapeamento e das visitas realizadas às instituições, foi possível a parceria com o Ministério Público de Santa Catarina e a aproximação com o 21º Batalhão da Polícia Militar, responsável pelo monitoramento das medidas protetivas a mulheres em situação de violência doméstica. A medida protetiva é um dos mecanismos criados legalmente, para coibir a aproximação do agressor, na qual a mulher em situação de violência deve ser assistida pela polícia militar periodicamente, e/ou quando se sentir em situação de risco. Cabe ressaltar que tal proteção só passa a vigorar após denúncia da vítima. Diante deste cenário, o projeto MARÉ teve como proposta inicial, contribuir constituindo-se como um novo ponto de referência na rede de acolhimento às mulheres em situação de violência e atendimento às mulheres em medida protetiva. Frente aos desafios encontrados para a consolidação de um grupo por meio de convites feitos pela polícia militar, posteriormente foram realizados contatos com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Canasvieiras, com o Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência (CRE-MV), com a 6ª Delegacia da Polícia (DP) e com a Defensoria Pública. Tais articulações com a rede propiciaram ao projeto uma reavaliação e novo direcionamento, iniciando suas atividades de grupo nas dependências do CRAS localizado na região norte da capital, repercutindo deste modo no fortalecimento de um ponto da rede pública que

já fazia parte do território existencial de muitas mulheres. Com isto, foram necessárias mudanças em relação às estratégias de atuação com o grupo, principalmente na adequação do projeto às questões que também envolvem a política de assistência social. Atualmente, os encontros do grupo ocorrem a cada 15 dias, com mulheres que se apresentam por demanda espontânea ou por convite das(os) profissionais do CRAS, e que não precisam necessariamente estar em situação de violência. Muitas delas inclusive relatam histórias vivenciadas e diferentes tipos de violências, outras ainda vivenciam a violência doméstica, mas não possuem intenções de denunciar os agressores. Utiliza-se como ferramentas para atuação as técnicas de grupo reflexivo de gênero, o acolhimento coletivo, dinâmicas, vídeos e informativos. A modalidade de grupo reflexivo possibilita trabalhar coletivamente variados temas de maneira a valorizar o que o próprio grupo enuncia como saberes comunitários, além de conduzir a reflexão para um processo de desnaturalização, considerando os diversos tipos de violências atravessados nas histórias e no cotidiano das mulheres. Com base nos encontros realizados ao longo do primeiro semestre de 2019, conclui-se que o Projeto MARÉ tem gradativamente contribuído com a articulação e o fortalecimento das políticas públicas. Ademais, a prática coletiva mostrou um resultado gradativo no desenvolvimento de uma ampla experiência na atuação psicossocial, que possibilitou a promoção da autonomia através da potência dos bons encontros, assim como também as reflexões, as ressignificações do sofrimento ético-político, o (re)conhecimento de garantia de direitos e a proteção social por parte das participantes.

Representações sociais do grupo LGBT na mídia: uma análise do Portal G1, Gay1 e iGay

Autor: Isabelly Larissa C. dos Santos (UFCG)

Coautor: Juliana de Oliveira Barbosa (Juliana Barbosa), Anderson Scardua (UFCG), Myria Maraço e Cris (UFCG)

O grupo LGBT é considerado uns dos maiores movimentos sociais no Brasil e, desde o seu surgimento, alcançou grande visibilidade e espaço no cenário social, ampliando o alcance do debate relacionado a suas demandas e reivindicações. Apesar disso, as pessoas LGBT ainda são vítimas de grande violência e intolerância no país. De acordo com dados da ONG Transgender Europe, o Brasil é hoje o país que mais mata pessoas trans e, segundo o levantamento do Grupo Gay da Bahia (GGB), possui uma alta taxa de assassinatos e suicídios de pessoas LGBT, alcançando 420 mortes apenas em 2018. Por isso, a recente criminalização da homofobia pelo Supremo Tribunal Federal marca uma conquista para o grupo LGBT. Considerando ainda a ascensão do conservadorismo e fundamentalismo religioso, são muitos os ataques direcionados ao grupo por meio dos discursos de ódio cada vez mais disseminados na sociedade e de formas mais evidentes. Esses discursos afetam diretamente o modo como as pessoas LGBT são vistas e tratadas na sociedade e, por isso, a mídia tem um papel fundamental nesse processo, visto que veicula informações, produzindo significados e sujeitos (Magalhães e Ribeiro, 2008, p. 2), e propiciando a diversificação de conhecimentos, opiniões, atitudes, estereótipos etc. acerca das pessoas LGBT. Assim, o principal objetivo deste trabalho foi identificar na mídia como se compreende o grupo LGBT, utilizando como aporte teórico principal a Teoria das Representações Sociais. Segundo Jodelet (2001, p. 22), as representações sociais são uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. A maneira como se fala a respeito do grupo nas notícias divulgadas pela mídia é um fator imprescindível na formação das representações sociais, que pode contribuir ou não para o reconhecimento deste e de suas reivindicações na sociedade. Por isso, a presente pesquisa, de caráter documental e descritivo sobre material jornalístico, voltou-se ao Portal G1, Gay1 e iGay com a finalidade de identificar se há diferenças entre a maneira que se fala do grupo LGBT na mídia de grande alcance e na mídia voltada ao grupo. Em nosso levantamento, buscamos coletar todos os títulos de reportagens veiculados pelos sites que tivessem o termo "LGBT", de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2018. Para isso, realizamos uma busca utilizando o termo "LGBT" no Google.com e filtramos os resultados especificando os sites e o período de tempo. Os títulos das reportagens foram analisados por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) com o intuito de organizar o conteúdo em categorias temáticas, estruturadas a partir de seu sentido comum. Ao todo, foram coletados 901 títulos, sendo 470 do portal de notícias G1, 204 do site Gay1 e 227 do site iGay. Os títulos das reportagens foram organizadas em 7 categorias distintas, a saber: Parada LGBT, Entretenimento, Representatividade, Violência e Preconceito, Direitos, Ativismo e Outros. Na categoria Parada LGBT estão os títulos que abordam informações acerca da realização de paradas, apresentando informações sobre o evento (data, tema, lugar etc.). A categoria

Entretenimento engloba os títulos que visam a divulgação ou sugestão de atividades de cultura e lazer voltados para o grupo LGBT. Na categoria Representatividade estão os títulos que falam sobre pessoas LGBT que ocupam posições de poder ou sobre a visibilidade de pessoas LGBT em filmes e séries. A categoria Violência e Preconceito contempla os títulos que falam sobre os casos de ofensas, agressões e assassinatos sofridos por pessoas LGBT. Na categoria Direitos estão os títulos que abordam questões relacionadas aos avanços e retrocessos nas políticas voltadas ao grupo LGBT. A categoria ativismo engloba os títulos que referem-se a protestos e manifestações realizadas pelo movimento e informações relacionadas. Na categoria Outros estão todos os títulos de reportagens cujas temáticas não se enquadraram em nenhuma das demais categorias. De acordo com Ditrich (2006), os títulos sintetizam a ideia do texto através de elementos persuasivos e argumentativos. Assim, de maneira geral, inferimos que, ao falar sobre o grupo LGBT, os três sites voltam-se principalmente a falar sobre a Parada do Orgulho LGBT. Além disso, nota-se que a utilização do termo LGBT está mais atrelada a temáticas relacionadas ao entretenimento e a visibilidade/representatividade do grupo na sociedade. Nos três sites há um destaque também para a compreensão do grupo enquanto um movimento político, organizado na busca por seus direitos e reconhecimento. Cabe ressaltar que a Parada do Orgulho LGBT é também uma ação política do movimento, visto que aborda temáticas como a luta por seus direitos, sua visibilidade e celebração do orgulho e diversidade. Embora uma das principais demandas do grupo (criminalização da homofobia) tenha aparecido nos títulos dos sites iGay e Gay1, estes não abordam tanto pautas relacionadas ao preconceito e violência ou as conquistas do movimento, temas mais presentes no Portal G1. Verifica-se um crescimento no número das reportagens ao longo dos anos nos três sites, que pode ser justificado pelo apropriação do termo LGBT pela sociedade ainda ser recente devido a sua adoção ter se dado apenas em 2008, segundo Facchini e França (2009). Nos sites G1 e iGay há um certo destaque à categoria Gay em detrimento das demais categorias que compõem o grupo LGBT. Historicamente, de acordo com Facchini e França (2009), o primeiro grupo no Brasil com uma proposta relacionada a politização em torno da questão da homossexualidade era composto exclusivamente por homens e até a década de 1990 o movimento era reconhecido como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Apesar da incorporação das demais categorias ao movimento e a adoção do termo LGBT como estratégia de visibilidade, é interessante notar a invisibilidade das categorias Lésbica e Trans (transexuais, transgêneros e travestis) reforçada nos títulos de reportagem pelos sites em questão. Além disso, dado o aumento de reportagens ao longo dos anos acerca do ativismo do grupo, suas conquistas e reivindicações por direitos, este tem sido compreendido pelos sites enquanto um sujeito político, sendo as principais diferenças entre seus conteúdos a cobertura acerca da violência pelo G1, o foco no ativismo pelo Gay1 e ênfase em conteúdos relacionados ao entretenimento pelo iGay. Por fim, cabe ressaltar que os meios de comunicação fazem parte de uma dinâmica social, pois interagem com os seus receptores, atendendo e se adaptando às suas demandas de conteúdo (CAMARGO & BOUSFIELD, 2011). Assim, o conteúdo veiculado pelos sites atrelado a sigla LGBT são reflexos da sociedade como um todo e o não aparecimento de outras questões que atravessam o debate sobre o grupo não quer dizer que os sites não o abordem, mas que talvez estejam ligados a um outro termo que não LGBT.

Tranversalidades De Gênero E Sexualidade Na Formação De Professores: Uma Análise Das Propostas Pedagógicas Curriculares De Cursos De Licenciatura Da Universidade Do Estado Do Amazonas

Autor: Eduardo Menezes (UFAM)

Coautor: André Machado (UEA)

Esta pesquisa faz parte do projeto universal realizado no Laboratório de Desenvolvimento Humano e Educação – LADHU, sob a coordenação da Professora Doutora Iolete Ribeiro da Silva, intitulado “Os Desafios da Formação de Professores na Amazônia Para a Promoção do Direito À Educação de Pessoas LGBT” (Edital MCTI/CNPq Nº 01/2016). A educação formal (escolas, creches, universidades) é um dos espaços onde sexualidade humana e gênero podem ser encontradas em todos os lugares. Os diversos jogos e brincadeiras onde percebemos as divisões entre meninas e meninos - como brincadeiras de queimada para meninas e futebol para meninos – além de banheiros femininos e masculinos bem diferenciados, as diferentes cores relacionadas aos gêneros, como rosa e azul, entre outras, fazem parte das diferentes formas de vivenciar construções identitárias e visões de mundo baseadas na sexualização e generificação dos corpos das pessoas. Contudo, a inserção deste tema na educação bási-



ca ainda parece ineficiente ou encarada de um ponto de vista normativo, que entende e regula formas de “certo” ou “errado”, “bom” ou “mau”, “normal” ou “patológico”; ou até mesmo quando estes temas tentam ser eliminados das discussões escolares, como muitos grupos conservadores tentam alcançar a partir da criação de projetos de lei ou de emendas constitucionais que visem barrar as normativas presentes nas legislações educacionais. Os desafios de se consolidar uma educação que garanta a real inserção das temáticas em gênero e sexualidade podem estar presentes desde a formação de professores nos cursos de licenciatura das instituições de Educação Superior. Tendo como base na estruturação dos cursos aquilo que está previsto na Lei de Diretrizes e Bases, nos Parâmetros Curriculares e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, é de se preconizar que na formação dos profissionais da educação há espaço para o debate democrático e o aprendizado de questões referentes à gênero e sexualidade. O problema levantado a partir desta reflexão é de que modo os currículos e ementas instituídos na formação de professoras e professores ao longo dos cursos de graduação na modalidade licenciatura preparam estes profissionais a trabalharem com gênero e sexualidade de acordo com o que preveem os instrumentos sobre a educação nacional. O objetivo foi investigar a formação docente no que se refere à gênero e sexualidade em cinco cursos ativos de licenciatura de uma universidade pública na cidade de Manaus – AM, a partir da análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) destes cursos. Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de cunho documental, através da análise dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC – de cinco licenciaturas da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Os documentos foram analisados a partir da Análise Construtivo-Interpretativo proposta por Gonzalez Rey (2005). Foi possível notar, a partir dos discursos presentes nos documentos, que a formação docente destes cursos tem como proposta formar professoras/es que possam lidar com as problemáticas referentes a qualquer situação que envolva promoção da cidadania, diversidade cultural e concebem que professoras/es são agentes de transformação social nos contextos de exclusão social. Entretanto, existem diversos desafios para a promoção destes modelos de educação. Dentre estes desafios, a falta de qualificação para trabalhar com as diferenças e o medo que se tem em abordar estes temas em sala de aula foram citados. No que diz respeito ao tema sexualidade e gênero, foram encontradas duas possibilidades de possível inserção da temática nos PPC: uma explícita, presente principalmente no PPC do curso de Ciências Biológicas, na qual a referência a sexualidade está mais evidente em disciplinas que tradicionalmente abordam os aspectos biológicos deste tema, relacionados aos aspectos anatofisiológicos e genéticos, sendo possível que ao longo desta formação se privilegie o conhecimento referente a uma abordagem biológico-higienista que geralmente foca as diferenças de gênero ou comportamentos sexuais numa visão essencialista, que busca explicar tais diferenças apenas a partir da naturalização biológica dos sujeitos; e uma implícita, onde a maioria das disciplinas não mencionam diretamente estes temas. No entanto, ocorre a presença de temas referentes ao estudo de diferentes grupos sociais, culturas, políticas públicas, democratização, entre outros conceitos teóricos que podem englobar a temática de gênero e sexualidade, principalmente em disciplinas ligadas à Psicologia, Sociologia e Educação, não sendo claro se esta temática é de fato parte dos debates ao longo dos cursos de formação docente. Pode-se compreender que a invisibilidade das questões de gênero e sexualidade nos currículos leva em consideração aquilo que deve ou não ser priorizado na formação acadêmica. Apesar de haver um desejo de fortalecer a concepção humanista de educação, na prática os conteúdos técnicos acabam sendo priorizados pelos cursos, deixando para segundo plano discussões críticas acerca de teorias já estabelecidas. Desta forma, foi percebido que existem discursos contraditórios que tentam caminhar juntos ao longo das propostas de educação e das características necessárias para estes profissionais atuarem na Educação Básica. Se por um lado a concepção de uma educação voltada para a construção da cidadania, através da promoção de direitos fundamentais de crianças, jovens e adultos esteve presente ao longo da escrita destes documentos, bem como ideais de educação interdisciplinar, combate à exclusão e pensamento crítico na abordagem das diferentes disciplinas a serem ministradas, a ideia de que estes conceitos sejam aplicados no que tange às questões de gênero e sexualidade parecem ser ínfimas, o que pode representar uma lacuna na formação docente que diminui ou empobrece a abordagem da temática na sala de aula após a formação destes professores.



UM ESTUDO SOBRE O FEMINISMO: perspectivas e desafios atuais em tempos sombrios

Autor: Daniele Ferrazza (UEM)

Coautor: Jennifer Andrea Ramos dos Reis e Luna Carulina Mendes Filgueira

As mobilizações e enfrentamentos de mulheres na luta contra a desigualdade de gênero tiveram seu início no final do século XIX com demandas exclusivamente relacionadas às melhorias das condições de trabalho, o direito ao voto feminino e a igualdade salarial entre homens e mulheres nas fábricas. Posteriormente, aquelas primeiras mobilizações de luta feminina se constituiriam em novos discursos de diversas tendências. E seriam também denominadas de feministas com todas as suas características singulares de reivindicação marcada pela época e contexto social. Foram inúmeras as conquistas dos movimentos de mulheres ao longo do século XX: o direito ao voto, a conquista do mercado de trabalho, o direito ao divórcio, a possibilidade para se estudar e se formar em uma profissão, a representatividade nos espaços políticos e sociais, o surgimento e uso do anticoncepcional que permitiu maior controle sobre a natalidade e proporcionou liberdade sexual para mulheres, entre outros aspectos marcantes conquistados por mulheres de alguns países do mundo que conseguiram inclusive a aprovação de leis que assegurassem o direito à interrupção da gravidez indesejada (RAGO, 2004; GROSZ, 2002; ROCHA-COUTINHO, 2004; SARTI, 2004).

No Brasil atual, marcado por um governo reacionário que dissemina discursos de ódio às minorias sociais que continuam a vivenciar o racismo, machismo e misoginia, as duras conquistas de direitos após a Ditadura Militar, que culminaram em importantes Políticas Públicas, também estão ameaçadas e outros tantos aspectos deixam de ser pauta de debate político e governamental. Assim, ainda são inúmeros os desafios a serem alcançados, com destaque para alguns importantes pontos: a superação da desigualdade salarial entre homens e mulheres; o enfrentamento das altas taxas de violência de gênero e os inúmeros assassinatos de mulheres, crime denominado de feminicídio; a luta contra a baixa representatividade das mulheres no âmbito político; a garantia da distribuição gratuita nos serviços de saúde de métodos contraceptivos e contra a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis; os enfrentamentos contra discursos e práticas lesbofóbicas; e a elaboração de debates e políticas para a descriminalização do aborto no Brasil. Esses são alguns dos diversos aspectos importantes ainda de enfrentamento no âmbito das lutas travadas pelo movimento feminista.

Nessa perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo analisar, por meio do método de inspiração genealógica foucaultiana, os processos de normalização e opressão do corpo feminino marcado também pelas problemáticas de raça e classe social, com atenção especial aos discursos e práticas feministas de enfrentamento a desigualdade de gênero. Mais especificamente, a pesquisa teve o objetivo de compreender, por meio da realização de entrevistas com mulheres de diferentes gerações, classes sociais, raça e orientação sexual, se há e como ocorre a influência de discursos feministas em novos modos de subjetivação de mulheres brasileiras na atualidade.

Para tanto, a pesquisa foi dividida em dois movimentos. No primeiro movimento foi realizada a reconstituição histórico-social das estratégias engendradas por saberes disciplinares para apropriação e domínio do corpo da mulher e que culminou em processos de normalização, medicalização e histerização do corpo feminino (FOUCAULT, 2017). E no segundo movimento foram realizadas onze entrevistas semiestruturadas com mulheres convidadas aleatoriamente em uma cidade do interior do Estado do Paraná, com intuito de analisar a existência de discursos feministas em seus relatos e práticas. Após a realização das entrevistas, houve a transcrição literal do conteúdo gravado que, posteriormente, foi analisado pelo procedimento de análise dos “acontecimentos do discurso”. Nesse sentido, compreende-se que as regras de formação de discursos não residem na mentalidade nem na consciência dos indivíduos, pelo contrário, “elas estão no próprio discurso e se impõem a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de um determinado campo discursivo”. (FOUCAULT, 2005, p. 70). Os atos de fala se inserem no interior de formações discursivas de acordo com certo regime de verdade, que é determinado por “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. (FOUCAULT, 2005, p. 136). A fala das entrevistadas revelou discursos que falam de nossa época. E para analisar tais discursos, Fischer (2001), amparada pela obra de Michel Foucault, lança mão da técnica de análise dos enunciados. Assim, dentro de um discurso, não se pronuncia apenas uma unidade desconectada de discursos exteriores ao indivíduo que o profere, são signos que exercem uma função criadora de verdade, função que não se esgota na prática discursiva. Ela está presente também “na transversalidade das frases, proposições e

atos de linguagem: ele é sempre um acontecimento, que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente". (FISCHER, 2001, p. 201).

As mulheres entrevistadas comentaram sobre a naturalização do papel da mulher definido pela condição feminina de esposa submissa, unicamente responsável pelos afazeres domésticos e destinada exclusivamente ao cuidado e educação dos filhos. Mulheres que parecem refletir sobre suas situações e formas de viver com intuito de experienciarem condições de igualdade. Dentre as mulheres lésbicas entrevistadas houve relatos de vivências diferentes daquelas imputadas pelo modelo heterossexual e que rompem paulatinamente as barreiras impostas pelo padrão normativo da família nuclear burguesa. Considera-se que as narrativas se mostraram singulares sobre os temas de família, casamento, orientação sexual, carreira profissional, filhos, bem como, as experiências de preconceito e resistência, discursos que se constroem em modos mais plurais de vida e de relacionamentos afetivos na contemporaneidade.

Conclui-se que apesar dos discursos feministas poderem promover maior autonomia na vida das mulheres atuais, a continuidade dos enfrentamentos contra modelos machistas, misóginos, lesbofóbicos e sexistas é essencial para a constituição de novos modos de subjetivação feminina para a conquista também de um mundo mais filógeno. Dessa forma, é preciso constituir novas formas de pensar sobre nossa condição histórica, com intuito de que isso nos possibilite a criação de estratégias de reinvenção e recriação constante em "figurações nômade" (BRAIDOTTI, 2000) e que isso promova movimentos de resistências aos poderes instituídos e que submetem mulheres.

Referências

- BRAIDOTTI, R. *Sujetos nômades: corporización y diferencia sexual em la teoria feminista contemporânea*. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cad. Pesquisa*, n.114, pp.197-223, 2001.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- GROSZ, E. Futuros feministas ou o futuro do pensamento. *Revista Labrys, Estudos Feministas*, v.1-2, jul./dez. 2002.
- NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Revista Psicol. estud.*, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.
- RAGO, M. "Estar na hora do mundo": subjetividade e política em Foucault e nos feminismos. *Interface (Botucatu)*, Dossiê: Biopolítica e governamentalidade em Saúde, 2019.
- RAGO, M. "Feminizar é preciso: por uma cultura filógena". *São Paulo em Perspectiva: Revista da Fundação Seade, São Paulo*, v. 15 n. 3, p. 58-66, 2001.
- ROCHA-COUTINHO, M. L. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 11, n. 1, p. 65-69, Abr. 2006.
- SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 12, n. 2, p. 35-50, jan. 2004.



GT15: DIREITOS HUMANOS E PSICOLOGIA: pensando os discursos de ódio em relação a gênero, marginalizados

A atuação da Psicologia Social em grupos com homens autores de violência doméstica

Autor: Giddeão Gasparini Silvério (UNESP)

Coautor: Nilma Renildes da Silva e Bruno Augusto da Silva Faria (UNESP)

Introdução:

O Brasil possui os índices mais alarmantes quando se trata de violência contra a mulher. Segundo o Mapa da Violência de 2015, o país ocupa a 5ª posição mundial no ranking de feminicídio, com uma taxa de 4,8 morte para cada 100 mil cidadãos. Este mesmo documento traz dados do Ministério da Saúde de atendimentos por violência doméstica, sexual e/ou outras violências em 2014, sendo que a cada três vítimas, duas eram mulheres, apontando que naquele ano, a cada dia, 405 mulheres procuraram atendimento em uma unidade de saúde devido a alguma violência. (WAISELFISZ, 2015).

Dentre outras problemáticas, podemos apontar a reincidência dos agressores, seja pela reconciliação com suas parceiras, seja por novos relacionamentos. Na cidade de Bauru-SP, os centros de atenção a estas mulheres atendem diversas vítimas, muitas vezes, dos mesmos homens. Sendo assim, é importante pontuar que a lei 11.340/06 prevê no inciso V de seu artigo 35º a criação e promoção de centros de educação e reabilitação destes autores de violência, sendo que o artigo 45º postula que o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a tais programas.

Objetivo:

Entendemos que as medidas usuais de punição, tais como pagamento de multa ou o encarceramento destes homens, tem sido insuficiente e ineficaz para combater a violência contra a mulher, devido a comum reincidência, já que após isso o autor da violência retorna ao convívio com as mesmas percepções e ações violentas. Portanto, pautados na Psicologia Histórico-cultural, buscamos trabalhar na construção de grupos reflexivos de homens autores de violência contra mulher que desenvolvam o processo de tomada de consciência sobre a violência de gênero como uma violação de direitos humanos e para responsabilização de seus atos buscando transformá-los em práticas restaurativas.

Relação clara com o GT e eixo temático escolhido orientação teórica

Diante disso, compreendemos o grupo como potencializador da transformação dos sujeitos incluídos na lógica vigente e reproduzidor das desigualdades estruturantes. Sendo assim, entendemos a violência contra a mulher para além do indivíduo, mas como produto de uma ideologia desigual entre os gêneros, em que o masculino se sobrepõe ao feminino. Portanto, pautamos nosso trabalho também numa perspectiva feminista, atentando para as consequências psicossociais desse tipo de violência e buscando discutir os papéis atribuídos a cada um dos gêneros, principalmente no que tange o Ser Homem, sempre atrelada à violência, força e dominação.

Ademais, compreendemos para além do gênero a necessidade de também se discutir classe e raça como categorias de análise no nosso trabalho, haja vista que os dados do mapa da violência doméstica de 2015 mostram que enquanto a taxa de feminicídio entre mulheres brancas no Brasil diminuiu 10% em 10 anos, entre as negras aumentou 53% nesse mesmo período. É perceptível através destes dados que políticas públicas criadas a partir da lei 11340 vem sendo eficientes em uma parcela da sociedade, mas falha com a maior parte da população que não tem acesso a estes serviços, ou quando os busca são tratados diferencialmente pelo seu lugar social. Da mesma maneira, os homens que frequentam o grupo também vêm de diferentes lugares, sendo importante compreender estas três categorias interseccionalmente.

Deste modo, nosso projeto se relaciona com o GT "Políticas de resistência: gênero e raça como ferramentas para produzir enfrentamentos antirracistas e antissexistas" por partilhar da compreensão que o patriarcado e o racismo são estruturantes na formação de homens agressores e mulheres agredidas, assim como na desigualdade no acesso às políticas e serviços voltadas à violência doméstica. O mesmo vale para o Eixo 2 "Psicologia Social, Gênero e sexualidades".

Método

Pautados nos fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural, utilizamos como estratégia didática o formato de rodas de conversa e oficinas que visam estimular a participação integral dos presentes para além da fala e da escrita, que permitam a livre expressão de opiniões e pensamentos sem julgamento por parte dos estagiários, que no entanto estarão sempre dispostos a provocar reflexões e questionamentos sobre os assuntos trabalhados. Para melhor compreensão do processo de desenvolvimento do projeto, dividimos as temáticas e objetivos por momentos e não necessariamente por encontros, sendo elas:

- Reconhecimento da agressão;
- Violência contra a Mulher;
- Ser Homem;
- Violência e Danos; e
- Restauração;

Neste primeiro grupo, estão participando 4 homens entre 30 e 50 anos, os quais 3 agrediram suas companheiras e 1 sua filha. Todos eles ainda convivem com as vítimas. O número reduzido de participantes neste grupo se deve ao fato de optamos por organizar o trabalho por grupos de no mínimo 10 encontros, impedindo desta forma, a entrada e saída de participantes durante o período, priorizando o desenvolvimento de vínculos necessários ao processo grupal e a formação de consciência.

No entanto, outros grupos serão formados ao término deste, com previsão para a participação entre 8 e 10 homens, todos convocados a participar pelo Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de Bauru/SP.

Resultados

O grupo é pioneiro no município e até o presente momento tem 2 meses de funcionamento, contudo algumas informações colhidas dos participantes já nos fornecem material para análise.

No período de preparação do grupo, colhemos informações de 16 homens encaminhados para o projeto, sendo que dentre estes, apenas 1 caso era do ano de 2019, sendo os demais boletins de ocorrência datados com 2 anos ou mais, o que demonstra a lentidão para o processo destas denúncias. Entre os participantes, aqueles cujos casos são mais recentes tem se mostrado mais favorável a reflexão e autocrítica.

Durante o grupo, foi perceptível a não responsabilização de si sobre a agressão, dizendo em diferentes momentos que as vítimas também deviam ter aquele tipo de atendimento, pois também são agressivas. No entanto, ao decorrer do grupo todos mudaram suas falas em tom de reconhecimento de seu papel ativo na violência, assim como o ato agressivo das mulheres como resposta ao que eles iniciaram.

Outro dado que tem se mostrado presente é a expansão da discussão dos conteúdos do grupo para fora do encontro, principalmente por 2 participantes que são pais de meninos.

Conclusões

Com o pouco tempo da atividade, não é possível assumir muitas conclusões, no entanto dados pesquisas indicam que a participação em grupos para autores de violência contra a mulher favorecem a diminuição da reincidência (BEIRAS et. al, 2019). Neste sentido, durante o processo que vem ocorrendo, a mudança de perspectiva dos homens sobre a agressão que cometeram, assim como o papel da lei 11340 e dos dados sobre violência doméstica se mostrou em mudança.

Durante os casos relatados pelos participantes, muitas das vezes a violência já está cristalizada no comportamento das companheiras, que para prevenção de um possível ataque, os iniciam. Contudo, na maioria das vezes o alvo da agressividade destas mulheres são objetos e não o homem, o que nos favorece a entender que para eles, suas companheiras também são objetos

Portanto, o acompanhamento destas mulheres também se faz necessário para acolhê-las e avaliação dos participantes do grupo, uma vez que todas ainda moram com estes homens.

Referências

BRASIL. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Brasília; 2006.

DA VIOLÊNCIA, Atlas. Ipea e FBSP. Rio de Janeiro, 2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Flacso Brasil, 2015.

BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos; INCROCCI, Caio. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. Saúde e Sociedade, v. 28, p. 262-274, 2019.



A estigmatização da comunidade LGBTQIA+ frente as Ists: As taxativas e as entrelinhas da exclusão.

Autor: Vagner Santos Amoris Filho (Aems - Faculdades Integradas)

Coautor: Bruna Amaral Dávalo

O trabalho apresentado, advém do trabalho de conclusão de curso, que ainda se encontra em andamento sobre a autoria do aluno Vagner Santos Amoris Filho, graduando em psicologia, com a orientação da Professora Mestra Bruna Amaral Dávalo da Faculdade Integrada de Três Lagoas-AEMS, onde a sua temática possui como finalidade investigar, especificar as origens e raízes de um estigma social que paira e abarca a comunidade LGBTQIA+. Durante um longo período, a homossexualidade vinha sendo atrelada a transtorno e deturpação mental, estigma enraizado e alimentado pela falta de conhecimento e manifestações sociais que viabilizassem e lutassem pela igualdade do segmento LGBTQIA+; Aliado a essa ideia, o descobrimento de infecções sexualmente transmissíveis como a Síndrome da Imuno Deficiência (HIV), na década de 1980, coube por estigmatizar e enfatizar mais pejorativamente a comunidade, que a partir desse marco, passa a ser qualificada como grupo de maior vulnerabilidade para transmissão do vírus; Fato que em dado momento passou a ser denominado como ' peste gay' e também como 'peste rosa', fortificando o estigma de que a homossexualidade seria sinônimo de portas abertas para infecções sexualmente transmissíveis; Valores, crenças e estigmas esses que são vivenciados e presentes até os dias atuais, tendo como maior exemplificação a impossibilidade de doação de sangue por homens gays e mulheres travestis e trans em nossa contemporaneidade. A pesquisa busca cientificar as origens das representações socialmente ancoradas, onde classifica os mesmos como vulneráveis às infecções sexualmente transmissíveis e também como principais receptores e posteriormente transmissores das infecções em questão. Chegando a ser atrelado como uma punição divina para a homossexualidade, o estigma do preconceito exclusivo coube por corromper e violar os direitos básicos da comunidade no que diz respeito aos direitos humanos, denominada como peste gay, peste rosa ou câncer gay, a AIDS, passa em dado momento a ser atribuída ao público gay, por conta do surgimento de inúmeros casos envolvendo gays; Entretanto, mais tarde o quadro e a incidência de novos casos passa a abranger aos heterossexuais, onde então o grupo passa a ser a população com maiores índices de casos catalogados, o que coube por desmistificar e conseqüentemente modificar o entendimento dos principais órgãos de saúde sobre a epidemia presente, os despertando para um novo entendimento que a partir de agora deixava de ser exclusivo de uma classe inferiorizada e excluída, passando a ser então um assunto de saúde pública que necessitava de atenção. Já durante a década de 1970, iniciam se os estudos e pesquisas dentro do senso comum, que passa então a ser denominado por 'Representações Sociais' por Moscovici; Para Moscovici as representações sociais, são classificadas como os saberes populares que se perpetuam coletivamente e socialmente sem a necessidade de uma validação científica para justificar-se, entretanto tal aspecto cabe por influenciar o sujeito e conseqüentemente influenciar o meio, todavia a construção desse pensamento perpassa pelos construtos do indivíduo, tais como: culturas, valores e ideologias; Sendo então extremamente relacionais e conseqüentemente sociais. A teoria das Representações Sociais, intitulada por Moscovici tem extrema importância para o campo das ciências humanas sociais, pois cabe a ela explicitar e retratar a realidade e os fenômenos que pairam sobre a nossa vivência social, que para muitos se torna irrelevante e automático, sendo então, um pensamento deturpado e enraizado com grande impacto mobilizador e insignificamente explicativo. Ainda se caracterizando como uma problemática da saúde pública, o HIV reverbera em mitos e tabus sobre as mais diversas vertentes da ciência, dentre elas a psicologia, que possui papel fundamental frente as produções de políticas públicas voltadas para o tema, atuando na efetivação das ações propostas e o monitoramento das mesmas; Após a inserção do psicólogo no atendimento do SUS, foi possibilitado o entendimento da defasada situação e das práxis governamentais do âmbito social voltado para os portadores do HIV no que se tange ao acolhimento e atendimento. A participação do psicólogo, voltado para um olhar mais crítico e amplo da situação, fugindo de seus contextos clínicos tradicionalistas corrobora em uma amplificação do atendimento e do entendimento das problemáticas que envolvem o tema. Por outro viés a inserção do psicólogo nos locais públicos, como citado aqui o SUS, trouxe a esses profissionais um contexto de realidade para a demanda existente, pois retira dos mesmos o enfoque elitizado clássico, pois diante da nova prática surgem novos contextos e realidades de atendimento, constituída por um público antes não vivenciado e compatível com a realidade desse profissional. A pesquisa nos leva a propor uma análise sintética e científica sobre o estigma social acerca da comunidade LGBT, principalmente no que se tange a proibição de doação de sangue. De modo científico a pesquisa vislumbra proporcionar aos seus leitores, uma compreensão maior acerca do assunto, utilizando-se da metodologia

bibliográfica, realizando o levantamento de dados, estudos e inúmeros materiais científicos para tal.

temas como, 'peste gay' ou 'peste rosa' também serão objetos de pesquisa, para que ao final da pesquisa corroborem para um entendimento amplo, acerca do estigma social apresentado.

Seu intuito final é proporcionar uma desconstrução do estigma social, excludente e incoerente com a realidade vivenciada pelo público homossexual.

A Violência Contra a Mulher em Jornais Rondonienses

Autor: Ariel Alves Gomes (UNIR)

Coautor: Juliana da Silva Nóbrega (UNIR)

A atualidade é perpassada pela disseminação excessiva e acelerada de informações na mídia jornalística, a qual em muitos casos exerce seu papel de transmissora dos fatos, contudo, sem haver aprofundamento crítico do acontecimento relatado. Em meio a isso, ocorre de forma gradual a banalização da violência e do sofrimento do outro, propagados através de discursos tendenciosos, geralmente, carregados de ideais conservadores e julgamento moral. Essa questão torna-se mais evidente ao se observar a abordagem utilizada pelos meios de comunicação quando retratam casos de violência contra mulheres e os feminicídios. Tornando-se um tema cada vez mais recorrente nas páginas dos jornais, os índices relacionados a este tipo de violência tem se elevado de forma preocupante, sendo que somente no primeiro semestre de 2019 as ligações recebidas pelo serviço "Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - Ligue 180" contabilizou 46.510 denúncias, de variados tipos de violência, totalizando um aumento de 10,93% se comparado ao mesmo período de 2018 (BRASIL, 2019b). O estado de Rondônia ocupa a 5ª posição no ranking nacional de homicídios de mulheres entre os anos de 2007 e 2017, apresentando uma taxa de crescimento de 121,4% nesse período (BRASIL, 2019a). Diante desse cenário o objetivo do presente estudo consistiu em analisar os sentidos atribuídos às situações de violência contra a mulher e feminicídios em notícias publicadas pela mídia digital do estado de Rondônia e fomentar a discussão acerca do papel exercido pela mídia na comunicação desses casos. O estudo conecta-se com o GT "Direitos Humanos e Psicologia: pensando os discursos de ódio em relação a gênero, marginalizados" e o respectivo eixo na medida em que analisa o discurso proferido nos materiais jornalísticos em situações de violências provocadas, em maioria, por questões de gênero. Na violência contra mulheres a agressão, em sua maioria, não é cometida por estranhos. Baseando-se nos estudos de Heleith Saffioti (2011) os tipos de violência estudados foram: doméstica, quando a vítima é familiar ou alguém que viva no mesmo local que o agressor, e intrafamiliar, quando o agressor é parente, mas mora em local diferente da agredida. No decorrer da análise abordou-se a perspectiva de gênero como sendo uma categoria construída histórica e socialmente que define as características masculinas e femininas e permeiam as relações. Compreende-se as notícias como práticas discursivas e com a análise de suas abordagens em relação aos casos de violência sofrida por mulheres vindas de seus familiares e/ou conhecidos é possível estabelecer os sentidos produzidos no cotidiano sobre essa temática. O aporte teórico utilizado nesta discussão foi o Pós-Construcionismo na Psicologia Social e das práticas discursivas (SPINK, 2013). Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa delineado através dos procedimentos técnicos da pesquisa documental. A coleta dos dados ocorreu nos endereços online de dois jornais eletrônicos do estado de Rondônia: "Diário da Amazônia" e "Rondônia Agora", nos quais realizou-se a busca no histórico de notícias classificadas na categoria "policial". O material selecionado para análise consistiu em reportagens que retratavam casos de violência contra a mulher – praticados por familiares ou conhecidos – e feminicídios, ocorridos na capital Porto Velho, em outros municípios e estados, e limitando-se às publicações postadas no período de janeiro de 2018 a agosto de 2019. Por tratar-se de um trabalho de final de curso a análise dos dados ainda está em andamento, contudo, entre os resultados parciais observou-se que a maior parte das violências registradas são físicas, sexuais e em alguns casos patrimoniais, sendo raro a agressão psicológica ou moral ter a mesma visibilidade. As redações das notícias, no geral, utilizam um conjunto de frases tendenciosas e carregadas de julgamento moral e de caráter que em alguns casos colocam a vítima como "provocadora" da própria agressão sofrida. Outro aspecto que se sobressai na composição das matérias são as justificativas para o ato cometido pelo agressor, como, por exemplo, o ciúme ou a traição. Dentre os elementos dispostos pelas publicações, pouco se observou sobre informações acerca de serviços que prestam atendimento nestes casos, além da polícia. Os apontamentos realizados destacam que a mídia tem contribuído, mesmo que sutilmente, para a manutenção da desigualdade de gênero através da difusão de ideias sexistas acerca das mulheres. O que se percebe é que mesmo

quando a mulher está em uma posição de vítima, sendo agredida de diversas formas ou até mesmo assassinada, o julgamento social que mais pesa é dirigido a ela e não ao seu agressor.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da violência 2019. Brasília: IPEA: FBSP. 2019a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Registro de denúncias – 2018/2019. Brasília, DF, 2019b. Disponível em: www.mdh.gov.br. Acesso em: 1 set. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Graphium Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 152 p. Disponível em: www.edisciplinas.usp.br/acessar/. Acesso em: 30 ago. 2019.

SPINK, Mary Jane (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. Disponível em: www.bvce.org.br. Acesso em: 29 ago. 2019.

Conflitos emocionais e drogadição: estudo de caso em comunidade terapêutica com drogadictas numa perspectiva fenomenológica

Autor: Raphaela Batista (ISECENSA)

Essa pesquisa, foi realizada na graduação de psicologia, como exigência da matéria Psicologia e Drogadição, onde se apresentou coerente e relevante produzir conhecimento sobre os conflitos emocionais das mulheres drogadictas, sob uma visão fenomenológica, visto uma grande demanda de mulheres em sofrimento, buscando nas drogas o seu refúgio. Direciona-se a refletir os sentidos desvelados nas relações familiares e sociais a partir do sofrimento emocional, psicológico e afetivo da mulher sob o uso abusivo de substância química.

Afim de produzir conhecimento sobre esse fenômeno, se torna imprescindível, visando atender a demanda de familiares que se vêem com dificuldades de lidar com a mulher vulnerável ao uso das drogas lícitas e ilícitas.

Este artigo pode beneficiar e promover informação a respeito desse sofrimento psíquico da mulher drogadicta, e sob olhar fenomenológico, valorizar a experiência singular, buscando desvelar as verdades que geram a angústia, o vazio, como causas geradoras do comportamento causador de danos.

Dessa forma, mediante a demanda da psicologia social que se propõe a descrever o que é observável e a dar nome aos processos e fenômenos vistos na sociedade, o presente estudo contribui para a informação e análise do fenômeno da adicção, promovendo um olhar mais humanizado através da fenomenologia na qual se desvela com base no que aparece, nos relatos vivenciais.

O presente estudo conta com a metodologia fenomenológica através de uma pesquisa exploratória, com levantamento bibliográfico. Realizada numa comunidade terapêutica de drogadição feminina na cidade de Campos dos Goytacazes, RJ no período de 2018 a 2019 com uma amostra de 15 mulheres com faixa etária de 18 a 59 anos mediante as normas internas da casa de recuperação.

O método utilizado foi uma escuta grupal e individual numa observação participativa pelo período de seis meses, mantendo o sigilo e preservando a identidade através de pseudônimos.

Observamos que o sofrimento narrado pelas drogadictas tinha como pano de fundo, traumas gerados na infância, como abuso sexual, abuso físico, ambiente familiar desestruturado, negligência nos cuidados e segurança pelos familiares ou responsáveis. Percebemos que há um ponto em comum das narrativas quanto ao início da experiência com as drogas, registrando uma característica sócio-histórica. Trazemos o relato de

Joana para exemplificar e entender um pouco as vivências experienciais destas mulheres.

Joana (nome fictício), chora em sua narrativa:

“A minha mãe biológica fumava muito, era muito pobre e não cuidava de mim e dos meus irmãos com devida atenção, até que um dia a minha própria mãe me trocou por um maço de cigarros quando eu tinha 2 anos. Eu rodei por muitos abrigos até achar uma mãe adotiva, nesse lar adotivo passei por mais dificuldades pois o irmão mais velho me abusava sexualmente. Tudo isso na minha vida!! De repente me vi aos dezesseis anos no álcool, e daí em diante não parei mais, fui ao fundo do poço, passei por diversas cidades, me prostitui para poder me sustentar e sustentar o próprio vício que não era barato. ”



O exposto por Joana é um exemplo de um relacionamento abusivo, pois o abusador é a figura olhada pelo abusado, como uma autoridade. E uma das grandes dificuldades do abusado é perceber se o abusador que detém o poder está na ordem do permissivo ou não. No entendimento de Michel Foucault em sua obra "Microfísica do poder" (1979), a circularidade do poder significa que o exercício do poder está pulverizado em todas as relações sociais. O poder sempre produz os outsiders. E quem pune não é só o Estado, mas também aquele que detém o poder, inclusive aquele que está dentro de nossa casa, o pai, a mãe, um amigo.

As narrativas das mulheres drogadictas se repetiam com contextos semelhantes de ambientes promíscuos e vulneráveis para uma criança, trazendo danos psicológicos, emocionais e afetivos. Em Heidegger (1927) o ser não é, agora este é pensado como possibilidade, não mais como fundamento de essência. O ponto de partida necessário de toda tentativa em "determinar" o sentido do ser do ente em geral, era o homem como ser-aí ou Dasein. O psicólogo e professor Roberto Novaes, em sua obra "Para além da Técnica: Ensaio Fenomenológico sobre psicoterapia, atenção e cuidado", explica:

"A analítica do Dasein não se reduz apenas à descrição das estruturas do ser-homem, mas elabora de forma radical este ser-homem como "ser-aí", "ser-no-mundo", "existência", abandonando qualquer determinação do homem como sujeito psicológico ou transcendental. O ser-aí é o ente cujo ser está sempre em jogo no seu existir."(NOVAES, ROBERTO, p.43)

Assim, o Dasein é o único que pergunta, é o único capaz de se questionar sobre o sentido do ser. Essa reflexão do sentido do ser, não passava pela percepção das drogadictas, já que carregavam o passado como determinante do seu presente e futuro.

Outro fenômeno revelado nas narrativas das drogadictas, é o isolamento pela família e o preconceito social que enfrentam quando tentam se manter ou restaurar os laços afetivos e sociais.

A opressão do estigma que enfrentam, as tornam vulneráveis ao uso excessivo das drogas, no ciclo vicioso do entorpecimento químico. Assim, o estigma promove o isolamento e acaba retroalimentando a ferida do desamparo voltam-se para as drogas.

No entendimento de Erving Goffman (2017) o fenômeno estigma, reflete nos desviantes sociais como uma espécie de negação coletiva. O peso do estigma sobre as drogadictas, faz com elas olhem para si como um ser marcado como "desviante social", lançando-as a margem do convívio social, segregando-as em instituições de tratamento e recuperação distante dos laços familiares e sociais.

Segundo Howard Becker, em seu livro *Outsiders – Estudos de sociologia do desvio* (2008), uma norma social é um modelo de se comportar relativo a um grupo social. Se o indivíduo transgride a norma social do seu grupo, o mesmo se considera como um estrangeiro, ou seja um outsiders.

Jadir Machado Lessa (2003), em sua obra "Solidão e Liberdade" se vale das concepções de Martin Heidegger, ao discorrer sobre a angústia, sentimento este gerado pela percepção de estar só no mundo e pela sensação da finitude da vida. Na concepção heideggeriana a solidão está ligada a liberdade de escolha, de buscar uma existência autêntica e assumir a responsabilidade como sujeito de possibilidades de vir-a-ser-no mundo.

Seguindo o entendimento de Heidegger, a serenidade é um olhar para a existência e diante do caos, esperar que novas possibilidades de existência surjam. Roberto Novaes (2017), explica o que é uma Atitude de Serenidade na visão de Martin Heidegger: "... como uma disposição em que a alma se coloca igualmente aberta e desapegada em presença de todas as coisas. "

Concluímos nessa pesquisa, que o grupo de vinte mulheres drogadictas sob a observação participativa, demonstrou que o comportamento compulsivo pelas drogas, tem como gatilho, os conflitos emocionais narrados nos grupos terapêuticos, gerados nas relações familiares e daqueles mais próximos que representavam como uma figura de confiança e de cuidado.

Segundo Heidegger (1927) o fenômeno é o que aparece, que está acontecendo como experiência existencial para o homem. Assim, não existe a drogadição em si, mas, devemos perguntar as drogadictas, qual o significado dessa experiência individual, pois que cada uma dessas mulheres tem sua singularidade de enfrentamento das adversidades.

Nesse universo familiar desestruturado, as mulheres ouvidas nessa pesquisa, se viam fragilizadas e desde novas tiveram seus laços de confiança quebrados, gerando um comportamento compulsivo e dependente de amor, carinho, cuidado, porém quando não encontrado, transferia para outro objeto, no caso as drogas lícitas e ilícitas, expondo a danos psicológicos, emocionais e sociais.

Terminamos a pesquisa com o aprendizado de que devemos morrer pra viver, bebendo da fonte de Stanley Keleman, em sua obra "Viver o seu Morrer", o autor nos ensina que muitas pessoas sofrem diante do novo cami-



nho em sua vida, porque não conseguiu finalizar seus conflitos passados, portanto não fecharam um ciclo de suas vidas para poder continuar sua vivência para novas possibilidades de vir-a-ser.

Stanley Kelen diz que tão importante realizar, é finalizar. Durante a nossa vida passamos por pequenas mortes, seja de alguém ou por algo que nos afeta de um significado que nos atravessa. É nesse processo dessas pequenas mortes que nos fortalece para sabermos enfrentar o novo.

Essas mulheres em uso abusivo de substância química que ainda continuam em sofrimento, apesar de estarem diante de novas possibilidades de recuperação, e realizações de projetos de vida, muitas acabam em recaídas, pois não enfrentaram o morrer de suas vivências doloridas do passado, um ciclo que ainda se mantém vivo em sua vida.

Mas, quando a experiência vivenciada por essas mulheres revela que há abertura para novas possibilidades vivenciais, em busca de novos sonhos, acabam encontrando um sentido em suas vidas, ressignificando-as.

Assim, percebe-se em relatos das mulheres drogadictas, que uma possível aproximação e formação de novos vínculos, há uma notável redução de danos, como na fala da drogadicta Júlia: "Nesse tempo consegui com ajuda da equipe a enfrentar os meus medos e recuperar minha auto estima, e isso me deu forças para recuperar relacionamentos familiares e seguir em frente."

Efeito de Sentido Sobre Gênero no Estatuto da Família (PL 6.583/2013)

Autor: Natália Prado Sampaio (UFTM)

Coautor: Rafael (UFTM)

A presente investigação diz respeito ao Projeto de Lei nº 6.583/2013 proposto pelo deputado Anderson Ferreira no qual configura uma estabilização do conceito de família, seus direitos e políticas públicas para sua valorização e apoio diante de mudanças contemporâneas, consideradas problemáticas e depreciativas segundo este projeto. O artigo 2º deste projeto traz o conceito de família como sendo o núcleo social formado a partir da união exclusiva entre um homem e uma mulher, excluindo outros modelos, arranjos e dinâmicas familiares. Este Estatuto da Família pretende desconsiderar todas as mudanças recentes ocorridas nos países ocidentais, incluindo Brasil, não considerando os direitos civis de casais homossexuais e/ou famílias monoparentais, por exemplo, que não ameaçam aos direitos dos que pretendem ter uniões cisheterossexuais, explicitando o retorno do conservadorismo que nega a diversidade das composições familiares contemporâneas que pretende o reconhecimento de direitos que insiste em ser negado; ademais levando em consideração este contexto, é possível considerar que essa pesquisa pode contribuir para discussões contributivas de novos projetos de lei e políticas públicas que garantam a existência dos diversos modelos, arranjos e dinâmicas familiares no contexto brasileiro, sendo um dos principais assuntos em pauta na atualidade, ainda mais quando se observa escassos estudos que dizem respeito sobre a problematização deste projeto de lei em torno das famílias. O objetivo desta pesquisa é compreender os efeitos de sentido sobre família no Estatuto da Família (PL 6.583/2013), mais precisamente os efeitos de sentidos nos discursos sobre uma específica noção de família. O eixo temático escolhido foi o número 2 Psicologia Social, Gênero e Sexualidade que debaterá o enfrentamento aos desafios impostos pelo atual momento político, demonstrando seu retrocesso, violências e negação de direitos, e com isso esta pesquisa busca evidenciar a restrição de direitos de diversas famílias, demonstrando um retrocesso de direitos e a presença de lutas frente ao conservadorismo social e político, além de estimular a reflexão sobre a cisheteronormatividade e suas relações com a conjugalidade e com a parentalidade. O presente trabalho é do tipo documental analisado a partir do referencial teórico da análise do discurso de Michel Pêcheux. Esta modalidade de Análise do Discurso se caracteriza como uma perspectiva teórica e analítica que recusa a transparência da linguagem, ou seja, compreende-a não como um mero instrumento de comunicação, mas sim como uma materialidade social histórica e ideologicamente produzida, pretendendo evidenciar as condições de sua produção. Compreender a linguagem desta forma implica em reconhecer sua importância na constituição dos sujeitos e no processo histórico que diz sobre as sociedades e as culturas. Assim os principais conceitos no campo da análise do discurso são o Interdiscurso (as possibilidades/impossibilidades do dizer), Esquecimento nº 2 (ilusão do sujeito em supor que o que diz será claramente compreendido pelos outros e a crença de que a única forma de expressar é por meio das exatas palavras utilizadas, demarcando o dito e o não-dito), Formações Discursivas (regularidades de sentido conforme gênero, classe social e outros determinantes sociais), Esquecimento nº 1 (suposição de que o sujeito é a origem dos sentidos), Formação Ideológica (regula as produções discursivas a partir

de uma conjuntura social e histórica determinada que possui valores e sentidos específicos), Formações Imaginárias (suposições que o sujeito realiza e pauta seu discurso para produzir um efeito esperado). Método: o tipo de estudo é transversal, qualitativo com caráter exploratório, sendo uma análise documental. São três as etapas metodológicas de uma análise do discurso: (1) delimitação da materialidade linguística: definição da textualidade que será objeto de análise, no caso o projeto de lei 6.583/2013 Estatuto da Família; (2) definição e análise dos objetos discursivos: definição dos trechos (sequências) da materialidade linguística que serão apreciados à luz dos conceitos descritos acima; (3) compreensão do processo discursivo: desvelamento das condições materiais e ideológicas da produção dos discursos nas/das materialidades linguísticas.. Foram estabelecidos dez objetos discursivos que reafirmam a valorização da família tradicional (nuclear e heterossexual). Este estudo ainda está em fase de análise dos dados, assim foi realizada a primeira etapa da análise de dados, na qual nos forneceu indícios que apontam para uma Formação Discursiva de gênero que enfatiza a família nuclear e tradicional; além disso, as famílias que não se encaixam na definição deste projeto de lei ficariam sem os direitos que devem ser obrigatoriamente assegurados pelo Estado, ficando desprotegidos. Outro elemento a se destacar é sobre como os profissionais do Estado, que estariam a serviço para a família tradicional definida como homem e mulher, não garantiriam a proteção das demais configurações familiares, pois elas representariam ameaças à suposta ordem estabelecida. Além disso, a PL possui artigos destinados à educação que abre margem para pensar qual tipo de educação é prioritária para formar a família tradicional. Com isso pode-se inferir a presença de uma Formação Discursiva de gênero binária e cisheteronormativa cuja análise será aprofundada na segunda etapa da análise que investigará a interpelação ideológica. Deste modo a análise de dados está sendo construída conforme referencial e cronograma estipulado.

Femi-geno-cídio e necropolítica: uma discussão acerca das dinâmicas da violência urbana em Fortaleza

Autor: Ingrid Sampaio de Sousa (VIESES/UFC)

Coautor: João Paulo, Carla Jéssica de Araújo Gomes (VIESES-UFC) e Isadora Alves (Universidade Federal do Ceará)

Nos últimos dez anos têm-se observado um aumento sistêmico de morte de adolescentes e jovens mulheres no Brasil. O perfil mais vitimado é de mulheres jovens, de cor negra e moradoras de periferias. Especificamente no estado do Ceará, o homicídio de mulheres está mais evidente, uma vez que desde 2015 o mesmo tem crescido mais a cada ano. Segundo o relatório do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, a cidade de Fortaleza pode ser reconhecida como uma das mais violentas do mundo, quando comparada a outros relatórios internacionais, e sobretudo para adolescentes. No tocante a morte de meninas, no Ceará, 80 meninas foram assassinadas em 2017, um aumento de 196% se comparado ao ano anterior. Em 2018, evidenciamos também um aumento desse índice. Frente essa realidade, o Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC), ligado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), tem realizado atividades de pesquisa e extensão universitária nos bairros de Fortaleza com os maiores números de homicídio de adolescentes. Atualmente, a pesquisa guarda-chuva do VIESES-UFC carrega o título de "Juventude e violência urbana: cartografia de processos de subjetivação na cidade de Fortaleza/CE", a qual tem como objetivo geral "cartografar processos de subjetivação constituídos na articulação de práticas sociais relacionadas à problemática da violência urbana envolvendo segmentos juvenis em territórios da cidade de Fortaleza-CE com elevados índices de homicídios". Portanto, este trabalho situa-se como um desdobramento dessa pesquisa, tendo a seguinte pergunta como ponto de partida: Como a problemática da morte das mulheres, nas dinâmicas da violência urbana da cidade, é analisada por mulheres integrantes de coletivos feministas e/ou organizações da sociedade civil que têm pautado o tema em Fortaleza? Para tal, tem-se como objetivo geral analisar processos psicossociais relativos à problemática da morte das mulheres nas dinâmicas da violência urbana, na cidade de Fortaleza, sob a perspectiva de mulheres integrantes de coletivos feministas e/ou organizações da sociedade civil que têm pautado o assunto na capital cearense. Já seus objetivos específicos são: 1) Problematizar como essas integrantes analisam as transformações das dinâmicas da violência e seus efeitos sobre mulheres inseridas nas periferias da cidade; 2) Discutir como se interseccionam marcadores sociais no processo de vitimização de mulheres nas dinâmicas da violência criminal em Fortaleza; 3) Conhecer práticas de resistências à problemática da morte de mulheres produzidas por coletivos feministas e/ou organizações da sociedade civil. Diante de tamanha questão, propomos diálogos entre a psicologia social, autores que trabalham com filosofias

da diferença, tais quais Michel Foucault, Judith Butler, entre outros e, além disso, também pretendemos montar este debate em conjunto às perspectivas transfeministas, interseccionais e críticas à colonialidade, com autorxs como Sayak Valencia, Sueli Carneiri, Maria Lugones, Achille Mbembe e Angela Davis; uma perspectiva que circula por vários campos de estudo pode nos ajudar a situar melhor esses processos psicossociais na cidade de Fortaleza. A metodologia consiste em duas ferramentas: observação participante de atos sociais promovidos por movimentos sociais feministas e coletivos diversos, bem como entrevistas semi-estruturadas com mulheres inseridas em coletivos feministas e/ou juvenis. A relação com o GT15: Direitos humanos e psicologia: discursos de ódio em relação a gênero, marginalizados, pois a partir das falas das participantes dessa pesquisa analisamos que há em série uma necropolítica à brasileira que interseccionalmente marca corpos passíveis de descartabilidades, sobretudo pela precarização, racialização e periferização. A contextualização da cidade de Fortaleza, que vem acompanhada da intensificação das disputas faccionais na cidade, do aumento do número de mortes de mulheres, do aumento do número de mortes de adolescentes, junto ao requinte de crueldade em que essas mortes se dão, apontam-nos que vivemos não só tecnologias de regulação dos modos de viver das populações, mas também, políticas de morte como aspecto central no funcionamento do capitalismo atual. Sendo assim, a estética gore que inscreve-se nos atuais vídeos de tortura de mulheres realizado por facções que disputam o mercado ilegal de drogas e armas, indicam alguns efeitos dessas políticas de morte. A partir da discussão sobre necropolítica e gênero, perguntamos-nos, então: Como a produção dessa estética gore vem realizando enquadramentos e produzindo modos de subjetivação no que diz respeito à vida de mulheres em Fortaleza? As regulações e produções necropolíticas da vida vêm afetando, com maior intensidade, corpos periféricos, em especial, a partir do femi-geno-cídio operado pelos sistemas penais-punitivos, da precarização generalizada e da sujeição de corpos à enquadramentos intangíveis de reconhecimento de vida e da necropolítica de gênero. Sendo assim, o femi-geno-cídio, como instrumento de uma necropolítica à brasileira, nos ajuda a visualizar o caráter político da produção sistemática de violência contra as mulheres, em especial contra as mulheres não-brancas, sendo resultado da inseparabilidade estrutural entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. Além disso, as dinâmicas do femi-geno-cídio também estão atravessadas tanto pela desresponsabilização do Estado frente às mulheres vitimadas, como pela falta de comoção pública da sociedade acerca dessas vidas que foram ceifadas. Assim, ao invés de corroborarmos com o ponto de vista de que o aniquilamento e a submissão dos corpos das mulheres a outras violências são efeitos colaterais da atuação de coletivos criminais na dinâmica da violência armada, entendemos que a precarização, destruição e espetacularização da tortura dos corpos feminizados ocupam um lugar central nas tramas da violência urbana no Ceará.

LEVANTAMENTO HISTÓRICO SOBRE AS FORÇAS REPRESSORAS DO ESTADO: relatos de violência na Ditadura-Militar

Autor: Rafael Randolpho Battalini (UEM)

A violência policial é pauta frequente nas discussões acadêmicas e jornalísticas da atualidade brasileira. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2015, no ano de 2014 a polícia no Brasil matou três mil e nove pessoas, fazendo uma vítima a cada três horas. Contudo, apesar da evidência e importância do tema dado pela grande mídia, pelos meios de comunicação em massa, mídias sociais e discursos políticos, não há grande número de produções acadêmicas na área de Psicologia sobre o tema.

Nessa perspectiva, objetivou-se identificar as semelhanças e diferenças entre as organizações policiais de cada momento histórico e político desde o seu surgimento no Brasil, com principal destaque as situações marcadas pela violência psicológica e física. Para isso realizamos uma pesquisa bibliográfica que buscou levantar a constituição histórica da polícia no Brasil e relatos de sujeitos que sofreram perseguições, torturas, entre outras violências físicas e psicológicas por parte das forças militares policiais no período da Ditadura Militar no Brasil. Nesse sentido, foi feita a análise dos relatos de Cecília Maria Bouças Coimbra publicados em forma de depoimento e memórias reveladas pela Comissão Nacional e Estadual da Verdade do Estado do Rio de Janeiro.

Alguns breves apontamentos sobre a constituição histórica da polícia no Brasil

Para Holloway (1997), o marco inicial das atividades policiais no Brasil é por volta de 1808 com a vinda da família real para o Brasil. No período imperial, até mesmo antes da independência do Brasil, surgem as duas principais organizações policiais que existem até hoje, embora muito diferente da qual conhecemos na atualidade: a polícia Militar e a polícia Cível.



Com todo o aparato jurídico que a Lei Imperial nº555 de 1850 pretende impor, criam-se colônias militares e presídios, nos quais a polícia deverá atuar, além de intervir também em espaços considerados públicos, defendendo o território dos ditos inimigos e propondo a manutenção da ordem e norma (FARIA, 2011).

Com a Proclamação da República, no ano de 1889, instaura-se uma nova ordem política no país e também uma nova organização para os aparatos repressores da República. Com o fim da escravidão no Brasil, ocorre um processo de migração em massa da população rural, camponeses, trabalhadores da terra e ex-escravos para centros urbanos. Essa população passa a ser considerada um problema social, quando seus hábitos, suas práticas religiosas, suas atitudes consideradas ociosas e recreativas passam a ser criminalizadas pelo novo código penal. Modificações que culminarão na perseguição policial de grande parcela da população pobre e negra considerada inadequada e desajustada aos interesses da elite brasileira.

Em 1930, ocorre um Golpe de Estado que daria fim a primeira república. Getúlio Vargas assume a presidência como governo provisório, mas com uma série de estratégias políticas, mantém-se no poder por 15 anos. Sua intenção era instaurar uma nova ordem política baseada no estado como controlador social e econômico (SOUZA; MORAIS, 2011). O Brasil se torna um Estado Nacionalista autoritário, porém de uma forma sutil, com todo um aparato legislativo que justificasse a legalidade dos atos repressivos por parte do governo.

Após um golpe de Estado aplicado pelas forças militares, com apoio de cidadãos que se alinhavam com uma política conservadora, a partir de 1964, a população brasileira sofrerá com a instauração da ditadura militar que marcará uma trágica história para o país. Desses 21 anos de ditadura militar, pelo menos 14 anos foram marcados de regime totalitário e autoritário com o uso de técnicas de controle social através de aparatos repressores, ideológicos e políticos, minuciosamente planejados. Em 1968, oficiais do exército e militares se organizam para iniciar uma longa operação de atos repressivos e perseguições contra os que se opunham ao regime instaurado.

Os militares passam a instituir Atos Institucionais que, após o golpe, iriam servir como as bases principais para os atos repressivos e controle social. Ao longo do período de ditadura foram constituídos 17 atos constitucionais, dentre eles, destaca-se o Ato Institucional nº5: publicado em 1968. Este ato incluía a proibição de manifestações de natureza política, além de vetar o "habeas corpus" para crimes contra a segurança nacional. Concedia ao Presidente da República enormes poderes, tais como fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos parlamentares, entre outras determinações. (GOULART, 2011, p.1).

O depoimento de Cecília Coimbra sobre a repressão sofrida durante a ditadura militar é um importante material de análise para a compreensão das atitudes violentas da polícia naquele período. Militante de esquerda, Cecília foi presa, torturada e reconheceu 11 torturadores, citados e identificados em seus depoimentos:

Falar daqueles três meses em que fiquei detida incomunicável sem um único banho de sol ou qualquer outro tipo de exercício é falar de uma viagem ao inferno: dos suplícios físicos e psíquicos, dos sentimentos de desamparo, solidão, medo, pânico, abandono, desespero. [...] De capuz, tive minhas roupas arrancadas e meu corpo molhado. Fios foram colocados e senti os choques elétricos: no bico dos seios, vagina, boca, orelha e por todo o corpo. Gritavam palavrões e impropérios, chutavam-me. [...]A tortura não quer "fazer" falar, ela pretende calar e é justamente essa a terrível situação: através da dor, da humilhação e da degradação tentam transformar-nos em coisa, em objeto. (Coimbra, 2004).

Em janeiro de 1985, Tancredo Neves (1910-1985) vence Paulo Maluf (1931-) nas eleições feitas pelos colegiados e delegações. Tancredo morre antes de assumir o cargo de presidente e José Sarney (1930-) assume à presidência da República. Período que seria denominado de Nova República será um momento marcado pelo fim das forças militares no poder político econômico no Brasil.

Repressão, violência e perseguição policial

Embora na teoria o aparato policial deva ser de segurança e de respeito às propostas da Constituição de 1988, a polícia militar brasileira ainda está marcada e caracterizada como repressora, violenta, torturadora, agindo com perseguições vingativas e assassinatos. (COIMBRA, 2002). Segundo Minayo e Adorno (2013), a população que mais sofre com os atos policiais é a população negra e pobre, moradores de periferia, favelas ou áreas pobres. A polícia do Brasil, segundo pesquisas realizada pela Anistia Internacional, é uma das mais violentas que existe no mundo atualmente. Nunca se falou tanto no Brasil sobre o tema da "Guerra às Drogas" como se tem falado no século XXI. Não é para menos, pois os governos brasileiros em conjunto com setores privados investem milhões de reais na política proibicionista e, geralmente, essas práticas não solucionam o problema relacionado a produção, venda e consumo de drogas no país. Na verdade, pelo contrário, o que se vê é a constituição de um "rio de sangue", marcado na sua grande maioria pelo sangue de jovens negros, pobres e periféricos, ou sangue de policiais em combate com o narcotráfico e/ou ainda nas famigeradas "balas perdidas" de confrontos (Leeds, 2015).



A criação de espaços e políticas onde possamos debater sobre temáticas de segurança pública e violação de direitos humanos é de grande importância para reparações históricas e danos psíquicos e sociais que a militarização causou e causa na sociedade. Ao fazer esse pequeno movimento histórico da constituição e organização policial, concluímos que desde a vinda da família real para o Brasil, um dos principais papéis da polícia é a vigilância, o controle e a manutenção de uma suposta ordem e norma social. Essa ordem seria caracterizada pelos momentos históricos e políticos organizados por uma elite que impõe e submete a população pobre aos seus interesses, principalmente, econômicos. E vale frisar que, como regra geral, as organizações policiais serão convidadas a intervir e irão sempre utilizar de práticas violentas e armas de fogo. A nós futuros profissionais da psicologia temos a responsabilidade e a missão de refletir sobre a nossa atuação profissional em relação à segurança pública, violação de direitos humanos e violência policial e via de regra assumir eticamente uma prática dotada de criticidade, politicamente implicada e, sobretudo, empaticamente referenciada no outro.

Referências

- Adorno, S. (2002). Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 4, p.84-135.
- Coimbra, M. C., Passos, E. & Barros, R. B. (2002), *Direitos humanos no Brasil e o grupo Tortura Nunca Mais/RJ*. In: Equipe Clínico-Grupal Grupo Tortura Nunca Mais/rj (org.). *Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos*. Rio de Janeiro, Te Cora/Instituto Franco Basaglia
- Elizabeth, L. (2015). Presidente de honra. *Segurança Pública em números*. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Brasil, São Paulo. ISSN 1983 - 7364, p. 12 - 52.
- Minayo, M. C. & Adorno, S. (2013). Risco e (in)segurança na missão policial. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p.13-23.
- Paulo, V. (Org.). (2010). *LUTA, SUBSTANTIVO FEMININO*. Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura. São Paulo: Caros Amigos.
- SINPEF, (2016). *HISTÓRIA DA POLÍCIA NO BRASIL. POLÍCIA DO BRASIL: SUA ORIGEM E PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA CRIMINAL BRASILEIRO*. Disponível em: <http://sinpefpb.org.br/historia-da-policia-no-brasil-2/>. Acesso em: 18 dez. 2016.
- Souza, C. S. & Morais, M. S. (2011). *POLÍCIA E SOCIEDADE: uma análise da história da segurança pública brasileira*. Disponível em : http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/POLICIA_E_SOCIEDADE_UMA_ANALISE_DA_HISTORIA_DA_SEGURANCA_PUBLICA_BRASILEIRA.pdf. Acesso em : 12 dez. 2016.

Misoginia, afetos e discursos de ódio: processos de subjetivação em ambientes virtuais.

Autor: ELTON CASTRO (IFPE) e BIANCA (IFPE)

Coautor: PAULO (IFPE) e Rafaela (IFPE)

Nosso objetivo de pesquisa foi conhecer e compreender como marcadores afetivos, produzidos nos discursos de ódio, participam do processo de constituição dos sujeitos nas interações em ambientes virtuais. Pensar a produção e a difusão de discursos de ódio e como estes fenômenos vem dinamizando as relações sociais em nosso momento atual nos remete a presença e uso constante das tecnologias como mediador intersubjetivo. Os processos de significação, enquanto condições que estruturam, asseguram e promovem a comunicação entre as pessoas no cotidiano tem sido "capturados" pelos diversos recursos tecnológicos interpostos entre e por aqueles que decidem contactar ou "conectar-se" aos seus semelhantes. Almeida, Nakamura e Nakamura (2017) salientam que os discursos de ódio, ao dirigirem-se ou tomarem como referência uma pessoa ou grupos de sujeitos, focalizam características singulares tendo o gênero, a raça, a religião, a etnia, a nacionalidade, algum tipo de deficiência ou a orientação sexual como motivo para suas ações comunicativas. Consideramos que as transformações subjetivas decorrentes destas experiências de interconexões nos conferem outras identidades, outros papéis sócio-comportamentais, outros pontos de referência comunitárias, outras estratégias de comunicação, outros saberes que, aparentemente, nos capacitam à manutenção contínua de diálogos ou monólogos ante a "presença do outro" que surge como signo atestando que não estamos sozinhos ou, ao menos, indicando que alguém nos vê, nos lê e nos ouve. Existimos no mundo virtual, aparentemente, como retorno ou um eco daquele efeito que produzimos no

último instante sobre aqueles que compõem a nossa audiência. Santos Júnior (2014), em seus achados empíricos, indica que há uma “retórica da intransigência e da intolerância” promovendo engajamento político, constituindo o chamado “hater” político que se associa com seus pares numa “rede de oposição radical”. Apoiamo-nos em Libardi (2016), ao afirmar, que os discursos produzidos casualmente ganham configurações formais quando são publicados, alterando seus valores e, portanto, adquirindo potencial para mobilizar outros discursos ou conduzir internautas em atos de aprovação, desaprovação, compartilhamentos e/ou complementação dos argumentos de base que estruturam tais produções imagético-discursivas. Cada experiência subjetiva é sempre uma experiência particular, mas que, contraditoriamente, pode abrir-se ao outro com quem interage em processos de identificação. Valsiner (2012) nos diz que nós vivemos através de experiências cotidianas e das significações que a elas atribuímos. Estas significações guiam os nossos comportamentos e as nossas percepções da realidade, partilhadas num tempo significado e ancorado em narrativas que construímos por nós mesmos e com o outros. Todas as significações estão carregadas não só de conteúdos cognitivos, de leituras da realidade, mas de afetos que se entrelaçam e que emergem na experiência. Organizamos a nossa experiência no mundo significando-o através dos afetos que produzem mediações intersubjetivas. Os nossos sentimentos estão ancorados no contexto cultural onde existimos como entidades subjetivas; somos sujeitos numa trama de significados que conformam modos de olhar este mesmo mundo, nós agimos, pensamos e sentimos a partir de referenciais semióticos que a cultura nos apresenta e com os quais lidamos, afetos o outro e somos por ele afetados. Podemos acrescentar que a emergência deste mundo virtual, da internet, das redes sociais, dos sites de publicação de notícias, nos oferece outras referências discursivas para que manejemos e demonstremos nossa capacidade de, utilizando-as, afirmar nossa subjetividade. Há uma nova experiência subjetiva em curso que vem desencavando expressões de nossos afetos nem tão novos assim. O ódio vivido e dirigido em âmbito restrito a uma dimensão privada encontrou, na experiência do mundo virtual, uma nova potencialidade para sua efetivação. Consideramos que esta experiência mediada, imediata, instantânea e em tempo real transmitida sem freios, registrando-se numa temporalidade singular, permite-se a estruturação de outros desenhos de estabilidade psicológica por justamente conformar “novos campos de significação” que vão organizando a experiência caótica em que se colocam os sujeitos; novos campos de significação até então, até então não percebidos em potencialidade de exprimir afetos numa dimensão virtual da vida, onde a presença física (orgânica) é dispensada, onde não há a necessidade de encontrar o outro presencialmente para partilhar e identificar-se com sua subjetividade. É possível que a experiência compartilhada aos pares, possibilitando o sentimento de pertencimento a grupo ou comunidade virtual estabeleça lastros de identificação pautados na partilha do afeto que, nomeado, se insere nos campos de significação. Cada sujeito localiza-se enquanto presença “sentida”, demarcada, pontuada e capturada nas palavras que são ditas em texto e em áudio e nas imagens que são publicadas circunscrevendo, inclusive, aquilo que ainda não foi nomeado. A significação confere existência e concretude na trama imagético-discursiva em produção. Valsiner (2012, p. 283) fala em “estruturas de significado baseadas em valor e afetivamente conotadas”, que compreendemos configurar-se enquanto conteúdos semióticos de cada sujeito em sua particularidade. Afiramos que a percepção elaborada pelos outros-sociais nestes campos semióticos públicos e reconhece as implicações dos seus pares interacionais, ao menos reconhece que eles a afetam, pois emerge com colorido afetivo ancorada em referências contextuais. Podemos imaginar que há algo que ainda não pode ser dito por determinado internauta, então ele poderia apoiar-se no que encontra publicado como representativo do que sente e não é capaz de organizar narrativamente. O processo de constituição do sujeito é marcado tanto pela vivência da experiência (em sua significação) quanto ao manejo destas significações primárias em um plano de reinterpretação constante do que experimenta (Vygotski, 2012). Numa perspectiva ética devemos nos perguntar: o que faremos com as palavras ditas e imagens efetivadas conotadas nestas tramas de significação, na medida em que por nós dirigidas encontram eco e amparo nas interações com outros sujeitos? O material empírico de análise foi configurado em corpus através de recortes imagético-discursivos obtidos da extração de dados do mundo virtual, especificamente de textos e imagens publicados nas redes sociais e sites de notícias, sem que a equipe de pesquisadores atue enquanto interlocutor com os internautas. Uma vez realizado o monitoramento das redes sociais e sites, selecionamos os exemplares que nos interessaram pelo seu potencial de promover significações, produzimos excertos que se rerepresentarão como corpus analítico. Os afetos em análise foram nomeados requisitando palavras do repertório discursivo dos sujeitos que se encontram e interagem em determinado âmbito do mundo virtual, bem como tendo sido incorporadas do repertório discursivo da comunidade em que se localiza. Um trecho de um discurso recortado poderá exprimir a intenção de mais de um sujeito que interage em determinado momento focalizado. O conteúdo submetido a análise foi extraído do Youtu-

be, postado pelo canal Lindolfo Gomes no dia 18 de outubro de 2018, contendo uma entrevista com Patrícia Campos Melo, jornalista da Folha de São Paulo, realizada no ano de 2013 para a revista Isto é. O processo de pesquisa focalizou dois conteúdos: circulou na plataforma duas versões desta entrevista, sendo uma delas em um vídeo mais curto com edições de trechos selecionados por quem a publicou no canal. A fala da entrevistada declarando sua identidade com uma perspectiva de esquerda mobilizou os internautas e expôs elementos de significação potentes na construção de uma interpretação da identidade desta jornalista enquanto mulher demarcando, portanto, uma identidade de gênero; elemento de significação que será capturado pelos internautas e circulará nos discursos. As interatividades entre os internautas produziram significações que tocaram em questões político-partidárias, mas que seguiram as tramas dos discursos para potencializar lugar de gênero e atuar com palavras na produção simbólica de violência de gênero. E mesmo tendo a adoção de palavras com claro teor ofensivo presentes na maior parte dos comentários analisados ou o que apareceria com mais frequência, observa-se a intensa ocorrência de marcadores afetivos implicados nos processos de significação visibilizados em nossas análises. Como nos lembra Chauí (2011, p. 86): "Nossa natureza é a causa (inadequada ou adequada) do que se passa em nós e fora de nós". E no dizer de Spinoza (2017, p. 265): "Quando, pois, [os sujeitos humanos] veem que na natureza ocorre algo que esteja menos de acordo com o que concebem como modelo das coisas desse gênero, acreditam que a própria natureza fracassou ou errou e que deixou essa coisa imperfeita. Vemos, assim, que, mais por preconceito do que por um verdadeiro conhecimento delas, os homens adquiriram o hábito de chamar de perfeitas e imperfeitas as coisas naturais". E, assim, em nós repousam as possibilidades de sentir segundo "a causalidade eficiente de nosso apetite e de nosso desejo, isto é, de nosso conatus" (Chauí, p. 87). Em nosso tempo, a noção de Direitos Humanos encontra-se em tensão frente não apenas a um mundo que esquece, mas que vem lançando-se a revisionismos históricos a-científicos; mais do que lembrar é necessário testemunhar o presente resistindo às tentativas violentas de esquecer e nosso desafio responsabilizar-nos por nossas ações e existências. A tomada de decisão pela (in)tolerância ou pelo respeito e a escolha pelo ódio existem na medida e no lugar público onde todos os sujeitos afirmam ou negam a humanidade que nos constitui e nos (in)determina.

Mulher negra: Transações identitárias devidas ao deslocamento urbano e à presença de coletivos como unidades de resistência na/à cidade.

Autor: Kamilla

Este estudo tem como objetivo identificar impactos ou modificações que o deslocamento urbano opera na construção da subjetividade e na noção de coletividade das mulheres negras no Município de São Paulo e como os coletivos sociais reafirmam e asseguram os direitos à cidade para essa parcela da população. Observar como a construção da subjetividade é atravessada pelos recortes racial e de gênero que norteiam essa pesquisa, uma vez que não se pode pensar as cidades e a construção dos sujeitos sem levar em consideração o lugar que eles ocupam em relação à sua etnia e gênero, e quais simbologias esses fatores possuem na sociedade.

Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010 de IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), entre 11,2 milhões pessoas na cidade de São Paulo, cerca de 37% (4,1 milhões) se declararam negros (pretos ou pardos), residindo majoritariamente em zonas periféricas, sendo Leste e Sul as principais, nos bairros Cidade Tiradentes e Parelheiros respectivamente.

Utilizando transporte público, esses bairros estão localizados há aproximadamente duas horas de distância do marco zero de São Paulo, a Praça da Sé. Apesar de ter sofrido um processo de desvalorização, a região central continua a ser um importante polo de atração econômica, de oportunidades de trabalho, com ótima infraestrutura de transportes e comunicação, além de bom acesso à cultura e lazer. Divergente a essa área, as zonas periféricas ainda carecem de saneamento básico, como rede de esgoto, evidenciando que a população negra, de maneira estratégica para o embranquecimento da cidade, permanece segregada.

Utilizando a abordagem etnográfica como instrumento de investigação científica, busco compreender, por meio de uma análise dialética da cultura, em que relações e cultura não são vistas como condições naturais de uma estrutura, mas que possuem significados que articulam estruturas sociais, ações e interações humanas, os significados presentes e como essas estruturas estão inter-relacionadas com múltiplos significados acerca do que está sendo produzido no espaço físico.



A pesquisa está em andamento e é realizada por meio de longa convivência em campo, entrevistas e rodas de conversa. Como forma de sistematizar os temas que serão abordados e seus respectivos objetos de estudo, a pesquisa conta com a participação de dois grupos:

- Um grupo direcionado para analisar as possíveis transações identitárias ou dispersões da subjetividade durante o deslocamento de quatro mulheres negras que residem no bairro periférico da zona leste, Cidade Tiradentes, em direção à zona central do Município de São Paulo. Para isso, está prevista a realização de oficinas rodas de conversas acerca dos seguintes temas: construção social da cidade de São Paulo, raça, gênero e políticas públicas, com a finalidade de mapear e coletar a extensão do conhecimento e reflexão que as integrantes possuem de cada temática.

- O outro grupo é um coletivo de psicólogas negras, a Roda Terapêutica das Pretas, e tem como objetivo de identificar as ações desse coletivo social direcionadas ao papel de assegurar políticas públicas e empoderamento identitário às mulheres negras, o que tem sido feito pelo acompanhamento de reuniões de planejamento interno da própria roda e, muito em breve, também por meio de entrevistas com o corpo diretivo.

Durante as oficinas serão adotados diversos recursos mediadores, tais como mapas do Município de São Paulo, músicas, vídeos e matérias jornalísticas relacionados aos temas. Será utilizado diário de campo como forma de registro de observações, comentários e reflexões, durante todas as etapas da pesquisa.

Os encontros já realizados com o segundo grupo expressam dados alarmantes de mulheres negras periféricas em sofrimento psíquico em São Paulo, no qual foram recebidas mais de duzentas inscrições das regiões Leste e Sul respectivamente. Esse dado é diretamente proporcional à concentração da população negra nesse território, como já dito anteriormente. Ademais, o coletivo enfrenta problemas com a própria estrutura do território paulistano, pois cada região apresenta um extenso espaço geográfico com heterogeneidade de demandas. Contudo, é evidente também o anseio por atender as demandas das mulheres negras que residem nessas áreas e de tornar-se uma ação pública que garanta o atendimento ao direito dessas mulheres.

Em suma, busco compreender como as mulheres negras vivenciam o deslocamento urbano, como experimentam sentimentos sociais como desenraizamento e dispersão, e como encontram apoio e pertencimento nos coletivos sociais, uma vez que a violência estrutural contra a mulher negra existe, fato que muitas das vezes não é visível a olho nu como uma violência física. Essa é uma violência simbólica que dificulta, ou até impede, a expressão de uma subjetividade enraizada em relações coletivas ao viver à cidade.

Raça, gênero, deslocamento urbano e coletivos sociais, norteiam essa pesquisa. Não só com intuito de localizá-los na cidade de São Paulo, mas de como esses fatores se articulam e se materializam no corpo da mulher negra. Sinalizando como primazia as transações identitárias ou possíveis dispersões da subjetividade da mulher negra ao viver à cidade, e coletivos que resgatam e reafirmam a identidade racial e os direitos públicos.

População afro-mexicana: invisibilização, reconhecimento constitucional e direitos humanos

Autor: Lílina Dantas da Silva (SINDISPREV RS/ UFRGS)

Introdução

O México assim como outros países da América Latina, constituiu-se através de sujeitos de origens étnicas raciais diversas, que contribuíram com aspectos socioculturais múltiplos e produziram intercâmbios econômicos, culturais e sociais ao longo da história. Tais influências e contribuições conformaram juntamente com outras culturas ao que contemporaneamente é a nação mexicana. O colonialismo europeu que produziu o sequestro de milhões de africanos de seu continente de origem, sustentado pelo discurso racista, produziu sua escravização, a negação da dignidade humana, sustentando séculos de exploração de mão de obra humana, de riquezas materiais e imateriais, que impactaram historicamente na produção de estruturas sociais, de subjetividades, e na negação da presença negra e das contribuições que africanos e seus descendentes trouxeram consigo para a América Latina, e em especial para o México.

Em estudos pioneiros do antropólogo Aguirre Beltrán em *La población negra de México* (1946), revelou-se que aproximadamente 250 mil africanos chegaram à Nova Espanha através das aduanas. Número que se tem conhecimento somente dos registros oficiais obtidos durante o período colonial no México. Esta chegada forçada iniciada no século XVI, ocorreu principalmente pelo porto de Veracruz, e incorporou a participação e contribuição



de homens, mulheres, e crianças de origem africana, com elementos culturais linguísticos, crenças, culinária e vestimenta. Contudo, o reconhecimento sobre o patrimônio sociocultural africano e subsídio econômico através da força de trabalho, não resulta em uma realidade de conhecimento da sociedade mexicana.

O Estado mexicano ao longo de séculos permitiu o silêncio sobre o seu passado escravocrata, produzindo apagamentos em diversos setores da sociedade, negando à população afrodescendente a reconstrução de sua história de origem, bem como de sua chegada e estabelecimento atuante na conformação da nação. Os registros históricos que raramente mencionam a população negra apontam que ela foi de extrema importância em marcos como a independência do país (1810), através das lutas independentistas, que posteriormente constituíram a noção de Estado-Nação, e implicaram na construção de uma identidade nacional. O discurso de mestiçagem, principal fator atuante na construção desta identidade nacional, compôs uma compreensão de um ideal de sujeito mexicano marcado pela mescla entre indígenas e brancos espanhóis, excluindo desta soma e mescla as pessoas negras. A denominação pelo sistema de castas proibida após a independência, tentou delimitar o conceito de raça para uma compreensão de pertencimento nacional. Desta forma, o sujeito mexicano, tido enquanto um ser mestiço, impulsionou um sentimento de nacionalidade, que suprimiu a compreensão de raça, em especial atribuído pela cor da pele, enquanto um fator determinante na produção de desigualdades. Assim sendo, o fenômeno do racismo através do discurso político ficou desarticulado da concepção produtora desta distinção entre os humanos: a raça, o que se desdobrou em grandes problemas sociais para as comunidades afromexicanas.

Tendo em vista tamanha problemática que é para as populações negras a produção sistemática do apagamento de suas existências na estrutura social racista, sobretudo no México, cabe enquanto objetivo deste presente trabalho a construção de um espaço de discussão, reflexão e apresentação dos aspectos observados através deste estudo de caráter descritivo exploratório, como forma de contribuir na visibilidade da questão social que se apresenta às populações negras mexicanas, permeadas por inúmeras violações e violências. A psicologia social, frente ao racismo e outras formas de discriminação, tem como compromisso ético-político atuar para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática, e que garanta o cumprimento dos acordos firmados internacionalmente sobre o respeito aos direitos humanos, e por sua vez no combate à discriminação seja ela motivada por origem étnico racial, nacionalidade, orientação sexual, gênero, religião, entre outros aspectos que podem ser alvos da tentativa de retirada de direitos, discriminação ou atitudes que firam a dignidade humana.

OS DIREITOS HUMANOS E A LUTA PELO RECONHECIMENTO CONSTITUCIONAL DAS POPULAÇÕES AFROMEXICANAS

A Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), realizada em 2010 com o intuito de fortalecer medidas nacionais e internacionais de cooperação em benefício das populações negras, declarou em 2011 o Ano Internacional das Pessoas Afrodescendentes e a Década Internacional das Pessoas Afrodescendentes (2015-2024). A ação objetivou o cumprimento do pleno gozo dos direitos econômicos, culturais, sociais, civis e políticos da população afrodescendente, bem como sua participação plena e igualitária em todos os aspectos da sociedade e a promoção de um maior conhecimento sobre a diversidade da sua herança e cultura.

A igualdade, o acesso à direitos essenciais e a não discriminação são aspectos fundamentais da compreensão internacional sobre os direitos humanos. De acordo com as normas internacionais sobre direitos humanos, a igualdade e a não discriminação são conceitos frequentemente discutidos, em especial por se tratar a princípios fundamentais que protegem a dignidade humana (ONU 2009). Desta forma, o marco jurídico internacional dos Direitos Humanos, em seus documentos que compreendem tratados e declarações, comprometem os Estados, nações e povos no reconhecimento e garantia dos direitos das pessoas humanas.

No México, o documento interno que celebra os compromissos do Estado com a sociedade é a Constituição nacional, que por sua vez tem o poder de orientar as ações do Estado na proteção de seus cidadãos, estando previsto a não discriminação, seja ela motivada por origem étnico ou nacional, gênero, idade, religião, deficiência, classe econômica, orientação sexual, ou qualquer outro aspecto que atente contra a dignidade humana ou tenha por finalidade ameaçar o direito e a liberdade dos cidadãos. Assim sendo, o direito assegurado por tratados internacionais, em que vale ressaltar a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, e a própria Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos, responsabiliza os Estados sobre suas obrigações tendo como foco a igualdade e não discriminação, a partir de três marcos jurídicos que convergem em respeitar, proteger e garantir os Direitos Humanos. No México, afromexicanos, são populações que têm sido historicamente ignoradas, silenciadas e excluídas dos compromissos do Estado, sobretudo por um contexto social de racismo e discriminação. O descaso do Estado na efetivação dos direitos assegurados por acordos internacio-



nais e pelo próprio documento nacional, refletem em um grande processo de invisibilização da presença negra como parte conformadora da nação mexicana. Como analisador desta realidade é possível apontar o não reconhecimento constitucional das populações afromexicanas até o ano de 2019. Os efeitos do não reconhecimento constitucional são inúmeros e afetam a as populações negras em múltiplos aspectos, visto que é a partir dela que a construção de políticas públicas comprometidas com os interesses e direitos desta população pode ser minimamente assegurado.

O censo governamental, que é o instrumento nacional em que aponta a situação sociodemográfica da população, historicamente excluiu a população afromexicana das estatísticas populacionais, não possibilitando a existência da categoria negro nos levantamentos a respeito da origem étnico racial de sua população. Somente a partir de 2015, através da luta de movimentos sociais negros como o “México Negro” e a articulação com órgãos federais, é que a pergunta sobre autodeclaração negra passa a ser incluída nos questionários de levantamento dos dados estatísticos populacional do Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI). A negação política e histórica deste direito às populações afrodescendentes, aponta a forma racista institucional com que o Estado mexicano produziu apagamento e silenciamento sobre a existência das comunidades negras tendo como consequências imensuráveis prejuízos para esta população.

As inúmeras produções de apagamentos e tentativa de silenciar a presença negra na história e contemporaneidade mexicana fazem parte de um projeto político sustentado pelo racismo estrutural na sociedade. Como Almeida (2018) assinala, o racismo é a decorrência de uma estrutura social de modo naturalizado com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e interpessoais em que sistematicamente se autoriza e se produz práticas racistas. Dessa forma, o racismo é na estrutura social, responsável pela manutenção de desigualdades sociais. O descaso do Estado na atenção às necessidades desta população, demonstra como a negligência na proteção dos direitos deste setor, que sistematicamente é alvo de políticas de mortes materiais e subjetivas do poder governamental mexicano. Achille Mbembe (2011), nos atualiza através do conceito de Necropolítica, que é a política de morte, o quanto o Estado é responsável por ações políticas que incidem diretamente sobre a população negra, produzindo mortes. Se por um lado o Estado não assegura direitos mínimos para sua existência, como o acesso a serviços básicos de saúde, educação, alimentação e moradia, por exemplo, por outro ele autoriza que a morte seja produzida, negligenciando estratégias no combate às desigualdades que poderiam ser uma política produtora de vida ou de fazer viver como compreende a biopolítica. O reconhecimento constitucional das populações afromexicanas é, dessa forma, um dever do Estado, visto enquanto um passo importante na efetivação dos direitos desta população há séculos esquecida e condenada às margens.

Por uma Democracia Antimanicomial

Autor: André Ricardo Nader

Coautor: Adriana Marcondes Machado (adriana.marcondes)

Desde a inauguração do primeiro asilo em nosso país, o Hospício de Pedro II, em 1854, instaurou-se também uma lógica, no modo de se relacionar com a loucura, que visava resolver, com um único ato, todos os problemas que o enlouquecimento podia trazer para um indivíduo, uma família e uma comunidade. A possibilidade de “mandar para o hospício” resume toda a complexidade de uma vida – histórias da infância, amizades e amores, compromissos, promessas, relações de trabalho, desejos para o futuro – na infundada crença de que tratar a loucura significaria encaminhá-la a uma instituição total (GOFFMAN, 2010). Nesses locais ocorriam uma série de maus-tratos, negligências, abusos de poder e mortes (AMARANTE, 2010). No entanto, ainda que esse tipo de violência não ocorresse, a simples suposição de que toda uma vida pode ser reduzida a um único rótulo – doente mental – e a uma única solução – o encarceramento – já seria inaceitável.

Contra essa lógica é que se estabeleceu, no fim da década de 1970 no Brasil, o Movimento de Luta Antimanicomial. Movimento que não luta, apenas, pelo fechamento de instituições que encarceram a loucura, mas também, e principalmente, contra isso que chamamos de uma lógica. Em 1987, no famoso Congresso de Bauru, no qual discutiu-se os rumos do movimento, falava-se em lutar contra todos os tipos de opressão, ou seja, todas as formas de manicômios da sociedade, “a opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes, nos cárceres, a discriminação contra negros, homossexuais, índios, mulheres” (MANIFESTO DE BAURU, 1987, p. 1). Para pensar essa lógica, propomos tomar o manicômio como uma figura de linguagem – uma metonímia – que representa uma relação de



contiguidade com um modo de pensar: uma racionalidade que afirma poder solucionar qualquer tipo de questão com respostas rápidas, padronizadas e simples. Foi assim com os manicômios. É indisciplinado na escola, na rua ou em casa? Envie para o manicômio. Usuário de drogas? Exile no manicômio. Gay? Despache para o manicômio. Engravidou de um homem casado? Esconda no manicômio. É opositor político? Expatrie para o manicômio.

Foi a partir desse tipo de pensamento que o trem para Barbacena seguiu seu percurso, sempre lotado, até o Hospital Colônia: apenas lá, esquecidas, morreram mais de 60.000 pessoas (ARBEX, 2013). Sob a aparente simplicidade dessa lógica fica velada, invisibilizada, a violência que a mesma produz; sua eficácia é sustentada por essa fabricação de um ocultamento: essas pessoas (transformadas em problemas e enviadas ao hospício) eram simplesmente esquecidas sob a crença de que estariam sendo tratadas; no entanto, tinham seus corpos castigados, negligenciados e violados. Em Barbacena, os cadáveres dessas “pessoas problema” não eram apenas ocultados – decompostos com ácido no pátio do hospício –, mas também transformados em lucro, vendidos ilegalmente para faculdades de medicina. Em vez de eternizados por lápides, como fazemos com nossos mortos, esses corpos foram convertidos em dinheiro, como fazemos com os objetos que produzimos.

Resumindo, por lógicas manicomialmente entendemos todas as soluções simples e rápidas, movidas por interesses individuais, que reduzem pessoas à condição de dejetos, não sem antes invisibilizá-las, de modo que tais soluções pareçam racionais, ponderadas e de interesse geral. Para tanto, os muros criados nem sempre precisam ser concretos para que determinados grupos de pessoas sejam ocultados e submetidos: o que temos visto na atualidade é a construção de muros simbólicos, mais eficazes na medida em que são menos visíveis.

Nossa atualidade tem oferecido uma profusão de exemplos dessa lógica: armar a população resolveria os problemas de segurança pública, liberar terras para exploração impulsionaria o agronegócio, flexibilizar as relações de trabalho diminuiria o desemprego, impedir discussões sobre sexualidade e gênero garantiria o desenvolvimento normal das crianças. Ainda que sem muros concretos, todas essas ações “simples” criam barreiras para determinados grupos: “linhas que separam e decidem o papel de cada um nas relações sociais, políticas e econômicas” (NADER, 2019, p. 45). Nesse contexto, negros, índios, pobres, gays e loucos pagam com seus corpos para que as tais soluções apaziguem o desejo de ordem e progresso de outros grupos.

Lutamos por décadas contra a exclusão social da loucura. Tarefa árdua e constante em direção à construção de uma sociedade sem manicômios, ou seja, sem os muros concretos que aprisionam e ocultam os loucos e, também, sem os muros simbólicos que os exilam em suas próprias casas (impossibilitados de circular numa sociedade que não os aceita) e em suas mentes (adormecidas pela abusiva prescrição de medicações). Nessa luta, a questão da loucura deixou de ser um problema exclusivamente clínico, passando a ser compreendido também e, principalmente, como uma questão política – movimento que acompanhou o processo brasileiro de redemocratização (NADER, 2019). Que tipo de sociedade gostaríamos de ter, passou a ser uma pergunta norteadora, cuja resposta deu origem a reflexões, novos tipos de serviço, outras práticas em saúde mental e ao lema do movimento: “por uma sociedade sem manicômios”.

A escolha dessa máxima não poderia ser mais precisa e atual. Vivemos hoje, no Brasil, uma espécie de metástase da lógica manicomial, que se alastra por diferentes setores de nossa sociedade, a partir da modernização das técnicas de controle e de sujeição dos corpos (DELEUZE, 2013). Diante desse cenário, é mais do que urgente seguir pensando que tipo de sociedade queremos. A que temos visto se construir nos últimos anos tem intensificado processos de exclusão, de busca por soluções que deixam de fora parcelas cada vez maiores da população: em uma inversão do que ocorria nos manicômios, agora quem fica dentro dos muros são as castas privilegiadas, deixando aquilo que elas consideram como restos para fora. Contra essa lógica do condomínio (DUNKER, 2015) que tem por princípio excluir o que está para além de seus muros, criando a falsa sensação de que o que fica dentro é o universal, fez-se necessário adjetivar o substantivo democracia. Em tese, toda democracia deveria ser antimanicomial, tendo em vista que a racionalidade manicomial é claramente totalitária e, portanto, antidemocrática. Habitamos, no entanto, uma época que tem se mostrado drasticamente paradoxal quando se trata de pensar a democracia. Nosso governo democraticamente eleito, sob o pretexto de lutar contra o comunismo, ataca aquilo que é o comum (DARDOT; LAVAL, 2017). Colocando em outros termos, o atual governo tem construído muros, restringido acessos, decidindo quem fica dentro e quem fica de fora: uma “democracia” manicomial.

Talvez tenhamos sido, enquanto sociedade, nesses pouco mais de trinta e quatro anos de democracia, pouco radicais com seu significado. Tal fato nos obriga a sermos redundantes ao nomear o que queremos: uma democracia antimanicomial. A democracia é muito mais do que a eleição direta de representantes. Ela também significa menos muros, menos catracas e menos condomínios e se sustenta na ideia de que há uma responsabilidade com-



partilhada de cada um de nós em relação aos outros. É justamente a favor da desresponsabilização que os muros são construídos. Aqui, os manicômios e a luta contra eles são um instrumento potente para a compreensão dessa questão. Compartilhar responsabilidades diante da loucura não é tarefa em nada fácil. Foi frente a obstáculos como esse que se decidiu pela internação como solução: um tipo de resposta que, como discutimos, é regida por uma lógica que oculta, exclui e, se possível, lucra com isso – uma lógica que se desresponsabiliza pela loucura, ocupando-se apenas de interesses individuais.

Quando falamos em lutar contra a lógica manicomial, mais do que propor uma solução, é importante lembrar, impomos um desafio: como responsabilizar-se? Seria simplificar demais a questão supor que bastaria acabar com o manicômios e com sua lógica na sociedade. Esse não passa de um primeiro (importante) passo, pois o desafio vem depois. Como estar diante da loucura, relacionar-se com ela, sustentar sua radical diferença, suas crises e sua inconstância? Qualquer pessoa que trabalha nesse campo sabe que, nesse ponto, saímos do campo das respostas prontas e entramos para o campo da invenção. Ser antimanicomial não é apenas ser contra algo, mas, fundamentalmente, ser capaz de habitar o mundo tomando responsabilidades para si.

Trata-se, por consequência, de um eterno processo de construção no qual as conquistas de um dia podem ser os perigos do dia seguinte. Pois bem, a democracia se faz de uma indeterminação equivalente a essa, bem como de uma constante invenção de respostas repletas de perigos – o que nos obriga sempre a repensá-las. A democracia é, portanto, antimanicomial. Propomos, com este trabalho, aprofundarmos o significado dessa fórmula, evitando que ela seja rebaixada ao rol das respostas simples, rápidas e, portanto, violentas.

AMARANTE, P. Loucos pela vida. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

ARBEX, D. Holocausto Brasileiro. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

DARDOT, P.; LAVAL, C. Comum: ensaios sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DELEUZE, G. Conversações: 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

DUNKER, C. I. L. Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MANIFESTO de Bauru. Bauru, 1987.

NADER, A. O não ao manicômio: fronteiras, estratégias e perigos. São Paulo: Benjamim Editorial, 2019.

Pornografia de vingança e violência de gênero: estudo etnográfico de experimento no facebook

Autor: Marilene de Oliveira (UCP)

Coautor: Edson Sabadin (UCP), Cristiane Moreira da Silva (UCP), Pâmela (UCP), Sylvio Pecoraro Júnior, Francyne Andrade (Universidade Católica de Petró) e Isabela Gomes

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação acarretou mudanças expressivas nas relações dissolvendo fronteiras entre humanos e não humanos e ampliando as possibilidades de interações. Na contemporaneidade, observa-se junto a essas novas configurações relacionais a virtualização das vivências cotidianas, através da produção de imagens e vídeos com propósito de divulgação e exposição em rede. Tomando os dispositivos de relações on-line como instrumentos mediadores das interações configurando o ciberespaço como novo palco de sociabilidade, comunicação, troca e reconstrução de representações socialmente geridas, ao mesmo tempo em que atua também como mais novo cenário para violência e violação de direitos por meio da exposição de imagens íntimas do outro com intento de degradar e humilhar. A violência processa-se de diversas formas atravessando as relações desenvolvidas em diferentes espaços socioculturais, sendo direcionada historicamente as pessoas e/ou grupos em posições subalternizadas e desprestigiadas em dados contextos e usada como “técnica” para transmissão de valores e representações, além de influir na organização e construção social e individual. E nisso, atrelado ao advento das tecnologias os espaços on-line surgem como campo de incorporação e reprodução das violências, repondo em novos ambientes a noção de supremacia masculina, subordinação e objetificação da existência e corpo feminino. Assim, recursos disponíveis para registro de imagens e os aplicativos de comunicação on-line potencializaram a prática do que se convencionou chamar pornografia de vingança. É caracterizada pelo compartilhamento de conteúdos pornográficos na internet, sem consentimento, sendo o autor alguém com quem a vítima

manteve relacionamento amoroso e após o rompimento expõe materiais com conteúdo íntimo do casal. Pontos que chamam atenção e exigem aprofundamentos quando diante das novas possibilidades de relações on-line e os desencadeamentos provenientes. Como aponta a Safernet – entidade referência nacional no enfrentamento aos crimes e violação de Direitos Humanos na internet, em uma pesquisa desenvolvida entre 2012 e 2013, com 2834 participantes, constatou-se que destes 43,77% passam mais de três horas na internet, tendo estes majoritariamente - 57% e 42%, com idades entre, respectivamente, 14 a 18 anos e 10 a 13 anos. Trazendo dados sobre os comportamentos on-line 12,1% alegaram já ter publicado voluntariamente fotos íntimas na internet, e 31,05% já receberam texto ou imagens pornográficas. E quanto a relacionamentos virtuais 22% afirmaram já terem namorados pela internet e, desses, 45% o fizeram mais de uma vez. Ademais, é necessário enfatizar que destes apenas 22% recorrem aos responsáveis na vivência de situações perigosas neste ambiente. Ainda exposto por essa entidade um alerta para o aumento da prática de pornografia de vingança entre os anos de 2012 e 2014 apontando terem havido 224 solicitações de ajuda por vazamento de imagens íntimas e em 2016 foram contabilizadas 301 casos denunciados, tendo alguns o suicídio da vítima como consequência. Enfatizando ser um fenômeno que atinge majoritariamente mulheres, tendo que a cada quatro vítimas uma é menor de idade e os homens são os principais responsáveis pela prática. Aspecto que aponta, de maneira significativa, questões de gênero implicadas nesse fenômeno, isto pois, enquanto para os homens exibir performance sexual funciona como demonstração de virilidade para as mulheres gera constrangimento e retaliação social desencadeando intenso sofrimento. Com a finalidade de conscientizar e combater a pornografia de vingança foi criado o “Projeto Caretas”, um experimento independente, apoiado pela UNICEF, que consiste na produção de um perfil no Facebook, classificado como personagem fictício, que permite que usuários interajam por meio do aplicativo Messenger com um robô, a Fabi Grossi. A personagem é uma jovem que teve um vídeo de relações sexuais com o ex-namorado compartilhado. Ao enviar a primeira mensagem o usuário inicia sua participação no experimento (que pode durar dias) recebe áudios e mensagens desesperadas do robô relatando o acontecimento e a intenção de cometer suicídio. A participação no experimento é permitida para pessoas a partir de 13 anos. Considerando a complexidade do tema e o método inovador de abordagem constituímos o problema de pesquisa: Quais os efeitos da experiência com o “Projetos Caretas” em usuários da página Fabi Grossi no Facebook? Nosso objetivo foi investigar o risco de sofrimento psíquico e ideação suicida em usuários da página e verificar se a experiência promove reflexão e pode favorecer a prevenção da pornografia de vingança. Os resultados evidenciam que o experimento conseguiu divulgar o tema alcançando 343.640 seguidores desde seu início em junho de 2017. A página foi avaliada positivamente por 20.861 participantes. As avaliações negativas referem-se ao desempenho do robô ou ao fato da informação de que a personagem poderia cometer suicídio ser inverídica. Recorremos ao método da etnografia na cibercultura, do tipo observação participante, submetendo-nos à experiência e acompanhando os comentários dos usuários na página do Facebook e fazendo também envios de questionários aos participantes. Obteve-se, uma amostra de 179 pessoas, sendo que 153 de fato passaram pela experiência. Com a análise dos resultados e observações dos comportamentos dos usuários pode-se constatar que os usuários compreendem a gravidade do problema e demonstram preocupação com a personagem. Os relatos dos usuários, mesmo conscientes de que estão interagindo com um robô, informam ansiedade e sentimento de impotência ao receberem o pedido de ajuda, assim como apontado na análise dos questionários: 51,6% declararam sentir mal-estar em algum momento da experiência sobretudo quando expostos ao conteúdo (imagens, prints e áudios) ou diante dos momentos de intensa emoção e ideias suicidas experienciado pela personagem (Fabi Grossi). Entendemos que a ferramenta pode ser uma estratégia interessante na medida que promove o debate, mas preocupa-nos o limite de idade baixo e possíveis riscos para os participantes na medida que estes não passam por qualquer seleção anterior e não são acompanhados por profissional especializado durante o experimento. Sobre a crença de que o vazamento de informações/imagens íntimas poderiam acarretar no suicídio, 98% dos participantes afirmaram acreditarem influenciar justificando como principais elementos determinantes e contributivos, o julgamento, pressão social e falta de uma rede de apoio familiar e social suscitando a uma desvalorização da imagem pessoal e posteriormente suicídio. Dos participantes 37,3% informaram terem sido vítimas de pornografia de vingança ou terem acompanhado alguém próximo e 96,1% acreditam que a experiência foi capaz de prepara-los para ajudar outras pessoas. Sobre os riscos de sofrimento psíquico e ideação suicida em usuários da página 74,5% não acreditam que a experiência possa acarretar impactos na saúde mental e, apenas 15% declaram que a experiência poderia aumentar o risco de suicídio alegando como principal fator a existência previa de uma vulnerabilidade emocional. Acerca da mudança de opinião a respeito das vítimas desse fenômeno, 40,5% dos participantes afirmaram ter alterado o entendimento sobre a questão. Quanto a rele-

vância do projeto 98% confirmaram a importância deste na obtenção de ajuda e informações de como se deve proceder nessas situações. Reconhecendo a validade e importância do projeto na promoção da empatia, sensibilizando e divulgando informações sobre a temática, destarte a experiencia pode trabalhar em nível preventivo e informativo oportunizando a construção de conhecimentos, configurando-se numa ferramenta potencialmente capaz de promover reflexão, aprendizado e mudança de comportamento. Desse modo, reconhece-se a importância do projeto na promoção da empatia, sensibilizando e divulgando informações sobre a temática, atuando também em nível preventivo e informativo, oportunizando a construção de conhecimentos e configurando-se numa ferramenta potencialmente capaz de promover novas formas de percepção e enfrentamento.

Psicologia, Direitos Humanos e inclusão: uma discussão para além da legislação

Autor: CRISTINA HASHIZUME (UNIFIEO)

Quando falamos de inclusão, ela remete diretamente aos direitos Humanos, tendo em vista que a Declaração dos Direitos do Homem faz referência ao direito de ser respeitado em sua dignidade, diversidade, tendo assegurada a possibilidade de se formar no seu maior potencial possível. Em se tratando de educação, poder exercer todos os seus direitos, tendo resguardadas as dívidas sociais e do passado é importante para que possamos avançar na garantia dos direitos mais básicos como estudar em igualdade, atuar de forma protagonista.

Comumente, os estudos sobre inclusão refletem, com bastante insistência, um apreço à legislação referente à inclusão (além da LDB, a LBI e outras portarias que atualizaram os direitos de pessoas com inclusão: uma mais antigas e outras mais recentes). O histórico do movimento de conquistas internacional também é bastante abordado como um modo de gregar argumentos no sentido de que estamos avançando no sentido do debate. Porém, é evidente que esse discurso é insuficiente. Ele não consegue mobilizar os intelectuais e militantes para ações que ultrapassem uma proposta teorica sobre o tema. Entendemos que, mais do que produzir conhecimentos e iniciativas que sejam racionais e historicamente importantes, devemos mexer com um outro tipo de debate. O que estamos propondo aqui, se refere a uma visão sobre a inclusão que inclui diferentes formas de se pensar a igualdade e o respeito pela diversidade, a partir de uma visão crítica sobre a inclusão: pensar a inclusão significa refletir sobre as emergências do presente, incluindo no debate a rede discursiva e de constituição do presente. A inclusão não pode se amparar em soluções salvacionistas, como ações de voluntariado ou doações. Não se trata de se pensar em ações particulares de inclusão, mas discuti-la como técnica de governo sobre a população. Como educadores que somos, nossa preocupação deveria ser com a universalização e o gozo dos direitos. Isso passa por análises desde as relações na sala de aula até práticas e políticas educacionais.

Podemos pensar por que incomoda tanto a diferença, as formas fora do padrão, a possibilidade de fugir no normal? Devemos refletir por que é tão importante o desejo de se controlar: os corpos, os comportamentos, as aparências, os gestos? Para além do discurso da vitimização, sabemos que hoje nos deparamos com "sujeitos falantes", cientes de seus direitos e deveres e que trazem dilemas atuais que se tornam específicos e que se singularizam, em torno de feixes diferenciados, com plataformas diferenciadas. Frente a esse público, se inserem as pessoas com deficiências, que, apesar de vários avanços no que se refere à legislação, ainda patinamos no lidar cotidianamente com as precariedades da vida. Na escola, então, essa questão se coloca cotidianamente, já que a linguagem dos laudos, da deficiência, das salas regulares x salas especiais, a figura do AEE se colocam como práticas que ora se impõem como segregadoras, ora como transgressoras. Nesse sentido, defendemos que todo o direito é transgressor, assim como a palavra também o é. Pensar a inclusão, em educação, nos faz esbarrar em diferentes questões, muitas delas, relacionadas à excessiva produção de estudos e pesquisas que se limitam a analisar legislações e práticas num movimento de enquadrar frente a normatização instituída. Entendemos que esse tipo de pesquisa é importante, mas não produz novas sensibilidades e arranjos necessários para se construir possibilidades de análises mais efetivas frente às demandas contemporâneas, que cada vez mais se mostram em facetas mais complexas.

Em que pese a existência de tantas leis que referendam ações junto a movimentos de inclusão, percebemos ainda ausência de políticas, aliada à perdas de direitos (em todos os sentidos) no Brasil, ou o que Telles (1999) chama de erosão das mediações políticas entre o mundo social e as esferas públicas. É por via dessa destituição e dessa erosão, dos direitos e das esferas de representação, que se ergue um falso consenso que parece hoje quase inabalável, propalado pelas redes sociais e grande mídia, de que o mercado é o único e exclusivo princípio estruturador da sociedade e da política, e que diante desses imperativos, não há nada a fazer.



Nesse cenário, os que resistem ou se opõem, os inconformados ou excluídos, são, assim, desafiados, com cinismo e desprezo, a construir alternativas e a comprovarem a sua consistência (TELLES, 1999). Presenciamos desde os primórdios da nossa história, a representação sobre a pobreza como perigo, aliada a um discurso de se estabelecer controle rigoroso para contê-la. Com isso, engendra-se um imaginário de relação estreita entre miséria e crime, em que o pobre é visto como ser degradante ou criminoso – origem de atitudes repressivas e projetos sociais discriminatório. Subjaz a essa visão, uma necessidade de manter o pobre ocupado trabalhando – trabalho é o dever dos pobres. Por isso o trabalho obrigatório é pré-requisito para se participar de projetos.

Uma desarticulação política faz pender a visão de senso comum no interesse privado e privatismo, recusando a alteridade, ao mesmo tempo em que obstrui, por isso mesmo, a dimensão ética da vida social por via da recusa dos princípios da responsabilidade pública e obrigação social. Para além do discurso ideológico e parcial, há um iminente terreno de conflitos, em que as exigências por direitos se opõem à lógica excludente em prol da modernização. Tal movimento engendra uma sociedade dividida internamente e fraturada por suas contradições e antinomias. Essas contradições são necessárias e inerentes às outras contradições sociais, como a de classe, gênero e etnia. Quando esses personagens exigem e definem novas padronagens de direito à voz, desestabilizam os consensos que os enquadram como problemas sociais. Tal dimensão transgressora dá voz e visibilidade, explicitando a distância existente entre promessa igualitária e a realidade, colocando em público a necessidade de uma deliberação política a respeito do tema.

É nesse bojo que queremos inserir a discussão sobre a pobreza e os direitos, pensando especificamente a inclusão de alunos, cujas condições financeiras os deixam marginalizados dos direitos e cidadania. É como se as teorias de cidadania tivessem sido reformuladas como promessas da modernidade, aparecendo agora como seu avesso, ou seja, com toques de atrasos e anacronismos intoleráveis para os estudiosos em Direitos Humanos.

Estudo sobre Direitos Humanos relatam um discurso, historicamente construído, no sentido de criminalizar a pobreza, associando-a a crimes, sujeira, e não cumprimento das normas. Junto com esse discurso, percebe-se a culpabilização de pessoas pobres e uma visão que torna as especificidades como anomalias e patologias. No caso da inclusão, percebemos que, alunos com deficiência matriculados em escolas públicas são alvos de patologização e culpabilização por sua condição. Nesse sentido, entendemos se tratar de uma questão de Direitos Humanos, tendo em vista que tanto o tratamento digno quanto o acesso livre à educação são cerceados com práticas que impedem uma relação igualitária e respeitosa em relação ao aluno com deficiência (BORGES, 2018; SALA & RODRIGUES, 2017).

Achamos necessária a reconstrução do sentido de experiências antes silenciadas e de formalizar o jogo das relações humanas estabelecendo as regras das reciprocidades e equivalências por referência a noções sempre em convergência entre a atividade do pensamento e os direitos como palavra que introduz fissuras na ordem das coisas, acenando com outros mundos possíveis - mundos que valham a pena ser vividos.

Sobre a inclusão, Fidalgo (2019) analisa as relações excludentes que se impõem ante às práticas que deveriam ser de inclusão: denuncia em sua obra um quadro de inclusão que se retrata pela exclusão. Não apenas alunos são excluídos, mas também gestores, professores e pais, por não estarem preparados para atuar na área, que é multi-determinada e demanda atuações complexas e de magnitude.

Um outro elemento considerado fundamental na educação em Direitos Humanos é a possibilidade privilegiada do processo de “empoderamento”, de atores sociais que historicamente tiveram menos poder na sociedade, dando oportunidade para que esses grupos possam influir nas decisões e nos processos coletivos. Tal “empoderamento” começa por liberar as possibilidades, a potência de cada um para que possa ser sujeito de sua vida e ator social. O “empoderamento” tem também uma dimensão coletiva quando possibilita o reconhecimento e valorização dos grupos sócio-culturais excluídos e discriminados, favorecendo sua organização e participação ativa na sociedade civil. Esse empoderamento se dá preferencialmente na convivência e formação docente quando problematizam as questões e desafios inerentes à prática da inclusão nos mais diferentes setores.

Por fim, é importante que os processos de transformação necessários para a construção de sociedades verdadeiramente democráticas e humanas, que requer “educar para o nunca mais”, resgatando a memória histórica, rompendo a cultura da impunidade, ainda presente em nosso país. A partir dessas ideias, constrói-se uma identidade de um país, na pluralidade de suas etnias e culturas. Estes três componentes, formar sujeitos de direito, favorecer processos de empoderamento e educar para o “nunca mais”, foram considerados prioritários na América Latina, em diferentes momentos históricos em que grupos debateram as referências e horizontes de sentido para a educação em Direitos Humanos, amparados em debates de pesquisadores latino-americanos (DIETRICH & HASHIZUME, 2017).



Reflexões sobre a violência contra a mulher a partir da literatura

Autor: FERNANDA PICININ MOREIRA e Nathália Toledo Montanini

Pensar em violência contra a mulher, muitas vezes, nos remete à violência explícita, a que deixa marcas ou que culmina em óbito. Mas há uma enorme gama de violências que nos passam despercebidas e que são naturalizadas e seguem sendo estruturadas diariamente por toda a sociedade. O trabalho que se apresenta pretende evidenciar como a estrutura patriarcal reproduz-se nas relações sociais e instituições características da sociedade contemporânea. Para tanto, é necessária uma rápida contextualização sobre o início do sistema patriarcal e quais convenções e instituições contribuíram e ainda contribuem para sua estruturação. Para este fim, é indispensável abordar a maior e mais bem estruturada delas, a família, afinal, entendendo seu propósito, será possível tornar palpável as diárias sutilezas opressoras que sustentam o patriarcado.

Em primeiro lugar, partiremos da etimologia da palavra patriarcado, que segundo Christine Delphy, “vem da combinação das palavras gregas pater (pai) e arke (origem e comando). [...] Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do “pai”, e ainda, “designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres” (Delphy, 2009b, p. 173).

A palavra carrega em si o interesse de sua origem; o controle sobre o corpo e a sexualidade da mulher atende a priori a dois objetivos, o primeiro, o poder sobre os filhos (as) que retornariam como mão de obra e consequentemente maior produção de riqueza, e segundo, o controle sobre os herdeiros de seus patrimônios, assegurando assim a perpetuação da propriedade privada. Nesse sentido, a liberdade da mulher em todas suas dimensões era inconcebível uma vez que sua produção e reprodução deveriam atender às demandas econômicas.

Para assegurar tal submissão, normas foram criadas para que por meio da moral a mulher acreditasse que tal conduta fosse a correta e assim se mantivesse, por vontade e crença própria, sob controle dos homens. Tal sistema pôde contar com o apoio da igreja na tarefa de vincular o ser feminino à maternidade e à vida doméstica. Exemplo disso seria a sacralidade da relação monogâmica, que não só assegurava aos homens a certeza da legitimidade de seus herdeiros, como também a subjugação da mulher ao papel de esposa, mãe e dona de casa.

Diante da problematização apresentada, o presente trabalho anseia se debruçar na análise da realidade abordada em duas obras literárias, “Dócil” de Fiódor Dostoiévski e “Papel de Parede Amarelo” de Charlotte Perkins Gilman, que retratam a violência e opressão contra as mulheres em suas várias formas, tendo como foco a violência velada e recôndita apoiada ao discurso de proteção. Buscamos evidenciar como essa realidade, sendo estruturada e naturalizada, se passa despercebida em muitos casos e assim perpetua a relação de poder patriarcal.

Em “A dócil”, acompanhamos uma narrativa masculina que conta sobre uma relação que se constrói de maneira rigorosa e exige a submissão. O penhorista, narrador da história, acredita que ao se casar com uma jovem de 16 anos, estava salvando-a da vida miserável que levava e esperava, em troca, uma cega e imensurável gratidão, quando ele não recebe o que espera, decide se afundar no silêncio o que transforma a relação ainda mais difícil. O abismo entre eles cresce à medida em que os dias passam e ele a submete a seus jogos psicológicos pautados no orgulho, covardia e ressentimento.

No conto “Papel de Parede Amarelo”, conhecemos a história, narrada em primeira pessoa, de uma mulher que, por não se sentir muito bem, é afastada de sua rotina por seu marido médico e privada de qualquer tipo de esforço, trabalho ou convívio social até que uma melhora seja apresentada. Tratada como objeto frágil, sem direito a voz ativa e decisão sobre sua própria vida, o conto que tem tom biográfico, traz uma densa reflexão sobre o matrimônio e a importância do feminismo.

Os contos acima citados foram analisados à luz do materialismo histórico dialético, visto aqui enquanto fundamento filosófico, teórico e metodológico. A proposta é que possamos discutir criticamente as relações sociais pautadas no patriarcado de modo a configurar práticas que perpetuam a violência de gênero, podendo ser estas construídas e visualizadas, inclusive no contexto literário. Nesse sentido, sugere-se que a discussão dessa temática vai ao encontro do que se propõe no eixo Psicologia Social, gênero e sexualidades.

Esse trabalho é fruto de uma pesquisa de iniciação científica produzida no curso de Serviço Social. Consideramos que a psicologia e o serviço social são profissões que trabalham de forma interdisciplinar em diferentes espaços socio-ocupacionais. Suas áreas de conhecimentos podem ser complementares, possibilitando um olhar mais integral aos indivíduos e suas relações sociais, culturais, econômicas e políticas. Ambas as profissões intervêm diretamente com os sujeitos sociais, nas mais diversas situações do cotidiano. Dessa forma, a Psicologia Social,



pode nos ajudar a compreender a construção da subjetividade dos indivíduos, a partir das relações sociais vividas por eles, entre sujeito e sociedade.

A interseção entre essas duas áreas do conhecimento pode subsidiar a construção de saberes e ações que tenham como foco o compromisso social, tendo como consequência práticas voltadas para a garantia de direitos sociais, civis e políticos.

Saúde mental em mulheres evangélicas no estado do Rio de Janeiro

Autor: Rebecca Maciel (UERJ)

Coautor: Amana Rocha Mattos (UERJ)

Mais de 92% da população brasileira é religiosa e, desses, 23,4% são evangélicos, segundo o IBGE de 2010. Dentro das igrejas evangélicas, a média é que 57% são mulheres. Em algumas, como a Igreja Universal do Reino de Deus, esse número chega a 75% da membresia. Ronaldo Almeida (2006), supõe que o número de evangélicos deve aumentar ainda nos próximos anos.

No caso do Rio de Janeiro, este número é agravado devido à história de nosso estado com essa Religião: grandes igrejas cresceram na cidade e, como Lima (2010) aponta, é possível destacar algumas delas: Assembleia de Deus, ministério de Madureira, na qual Silas Malafaia se constituiu como pastor, Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), Sara Nossa Terra, Projeto Vida Nova, Bola de Neve Church e Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD).

A Religião tem um papel muito forte nos símbolos desta cidade e na constituição de sua subjetividade coletiva. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas de 2000 (NERI, 2007), enquanto o Brasil tinha 73% de católicos, a cidade do Rio de Janeiro já tinha 61% e o estado, 58%. Isso reflete diretamente nos dados de evangélicos: no Brasil, à época, eram 16%, enquanto na cidade do Rio de Janeiro eram 18% e no estado, 23%. De modo geral, atualmente, podemos dizer que, se os evangélicos no Brasil são mais de 23%, a capital do Rio já facilmente tem 30% de evangélicos e o estado, 35%. É uma população muito grande e, em sua maioria, são mulheres, negras e periféricas, que moram na zona oeste, norte e baixada fluminense (IBGE, 2010).

Esta mesma população tem menor acesso ao sistema público de saúde e ao tratamento psicoterápico. Em contrapartida, tem vasto acesso a comunidades evangélicas, cujos discursos apontam para a desvalorização do tratamento psicológico ou, quando respeitado, apoiam uma Psicologia Cristã, não reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia, dentro de nosso Código de Ética. A busca então é por uma possibilidade, dentro da psicologia social, de aproximação e entendimento de quais são os sofrimentos dessa população, sem se afastar do princípio ético da profissão.

Além disso, Souza (2011) enfatiza a dupla marginalidade de uma pesquisa como esta: primeiro, por ser sobre Religião, um tema pouco visto nas Ciências Sociais, e sobre Gênero, que, embora em voga na sociedade, é considerado uma ideologia perigosa. As mulheres, que sempre foram atuantes em suas comunidades e são peças fundamentais para se entender o protestantismo brasileiro, são colocadas ainda como um subgrupo menor de análise.

Gênero é um termo em disputa. Ele pode ser usado para legitimar representações, manter objetificações e construir socializações que compõem os indivíduos em espaços sociais. Trata-se de um termo relacional, que agrega classe, raça, etnias e sexualidades a fim de manter hierarquia sexual. Assim, Gênero pode ser visto como representações com implicações corporais, contextuais e concretas (LAURETIS, 1994) a partir do sexo biológico, que é processo de performatividade, mas também o fruto final desta construção.

A noção de ideologia de Gênero, presente tão fortemente nos espaços religiosos, é um fenômeno que expressa o tamanho desta controvérsia. Lauretis (1994), a partir da noção de ideologia demarcada por Marx, assinala que a ideologia de Gênero é a necessidade de não se falar mais daquilo que já está constituído como relação de Gênero, a fim de não discutir a hierarquia desta. Contudo, dentro da realidade brasileira atual, a noção de ideologia de Gênero se tornou um pânico moral (COHEN, 1972), principalmente em 2014, com a cruzada de fiscalização do PNE (Plano Nacional de Educação), que no inciso III, artigo 2º, buscava a promoção de igualdade racial e de Gênero (NASCIMENTO, 2017).

Nesse meio, o sistema religioso não se isola, pelo contrário, está em contato com outros sistemas culturais que refletem essa hierarquia. Então, há uma introjeção de estereótipos de Gênero, como a submissão, o estupro e a violência doméstica, sendo esses dois últimos frutos da marginalização da mulher dentro do espaço de fé. Desse



modo é que se cria a importância de uma leitura interseccional do Gênero, percebendo as articulações destas diversas áreas e sua relação, também, com a masculinidade.

Nessa disputa acerca da categoria de Gênero, os psicólogos se encontram em lugar de interesse pela classe política, devido à influência que esta pode exercer. Contudo, os psicólogos ainda não conseguiram compor uma leitura inserida na realidade do povo religioso, a fim de buscar rotas de fuga, afinal, os discursos fundam a realidade e passam a ser ela própria.

Queremos mapear o contexto de acesso à saúde pelas mulheres evangélicas, as ações de Psicologia Social Comunitária no Rio de Janeiro e os materiais que possam fazer intercessões entre esses dois pontos, a fim de construirmos grupos focais que alcancem e possam realmente disputar validade psicoterápica entre essas populações. Desse modo, consideramos o recorte religioso para acessar esse público e pensamos possibilidades de tratamento que englobe sua cultura e linguagem.

Saúde, cidadania e Direitos Humanos: Trabalhando o racismo e sofrimento psíquico de estudantes indígenas e quilombolas

Autor: Eunice Guedes (UFPA)

A implantação de políticas públicas de inclusão e de igualdade para as populações e povos tradicionais vem sendo conquistada por inúmeros projetos de inclusão social destas populações, dentre eles estão às medidas sociais que visam à democratização de acesso as universidades públicas através de reservas de vagas exclusivas para indígenas e quilombolas, que visam à garantia de direitos historicamente negados a grupos minoritários, como negros, quilombolas, indígenas, e pessoas com deficiência, com uma concepção formal de igualdade de oportunidades para garantir o acesso com equidade à educação superior. O acesso ao ensino superior por muito tempo foi negado aos segmentos sociais historicamente excluídos, entre eles aqui destacamos os Povos Indígenas e quilombolas. Com a aprovação do Projeto de Lei 180/2008 pela então Presidenta da República Dilma Rousseff, em agosto de 2012, que cria uma política de Ação Afirmativa nas instituições federais de ensino, aprovado e sancionado na forma da Lei 12.711/2012, mais conhecida como Lei de Cotas Sociais, estabelece-se a obrigatoriedade da Política de Cotas para estudantes que frequentaram escolas públicas, associada às questões de renda e cor, que consiste em um percentual das vagas que são subtraídas do total para serem preenchidas pelos estudantes que se enquadrem dentro destes critérios; e da Reserva de Vagas nas universidades e institutos federais, sendo 2 vagas reservadas por turno para estudantes indígenas e 2 vagas por turno para quilombolas, acrescidas no total de vagas para serem preenchidas exclusivamente por estes dois grupos sociais. Essa lei é regulamentada nos diversos cursos da Universidade Federal do Pará por meio da resolução Nº. 4.309, de 27 de agosto de 2012 instituindo assim a reserva de vagas na Universidade Federal do Pará (UFPA). No entanto além da inclusão via política na UFPA hoje se faz necessário à construção de estratégias individuais e coletivas que combatam alguns problemas como o racismo institucional existente no âmbito da academia. Além de diminuir a dívida social histórica para com os povos indígenas e comunidades quilombolas através também das ações afirmativas existentes no país, se faz imprescindível combater os preconceitos e discriminações que infelizmente ainda existem nas universidades. Achamos que o discurso do ódio se enfronha no espaço institucional que é a Universidade e fomenta ainda mais situações de racismo e racismo institucional. Ainda mais na situação atual de conjuntura em que nos deparamos atualmente. A Amazônia é uma região onde ainda existem inúmeros povos indígenas aldeados e vários quilombos. Mas enfrenta no nível de relação com o poder central (governo) e com os interesses de grupos econômicos na região (fazendeiros, sojeiros, mineradoras, garimpeiros entre outros) uma relação de conflito de interesses bem acentuada (com mortes em decorrência desses conflitos). Mesmo com essa riqueza que é a diversidade de povos muitos foram e são excluídos e uma das formas dessa exclusão se faz presente dentro do processo de formação no ensino superior. Precisamos refletir sobre isso interna e externamente Assim achamos importante trazer essa discussão dessa nossa experiência para o GT DIREITOS HUMANOS E PSICOLOGIA -pensando os discursos de ódio em relação a gênero, marginalizados. Pois o racismo e o racismo institucional mesmo não sendo exclusividade de uma ou outra Universidade especificamente se faz presente hoje como um elemento que está criando conflitos no ambiente acadêmico que impede ou dificulta a permanência na UFPA. Com isso, estamos realizando ações dentro de nosso projeto desde agosto de 2018 que tem como premissa a promoção de um espaço de escuta, acolhimento e uma rede de apoio psicossocial as demandas específicas vivenciadas pelos discentes indígenas e quilombolas estudantes da UFPA. A perspectiva dessas ações visam trabalhar além da inclusão institucional via a entrada por ações

afirmativas mas busca entender e fortalecer a permanência desta população dentro das universidades garantindo assim os direitos dos indígenas e quilombolas O espaço institucional na UFPA é ainda hoje depois de mais de 9 anos de inclusão dos indígenas (entraram os primeiros em 2010) e de 6 anos de inclusão na universidade (entraram em 2013) um lugar o Racismo institucional se manifesta de várias formas: na burocracia , no preconceito explícito ou não de alguns discentes e docentes sobre a política de inclusão da Universidade. Esses elementos se somam às dificuldades individuais e coletivas que cada estudante carrega com si quando adentra a Universidade. Dificuldades que vão desde a cultura diferente, as diversas formações linguísticas dos vários povos indígenas e comunidades quilombolas, o espaço da cidade bem diferente da comunidade de origem; a bagagem e conhecimentos aprendidos na formação anterior que conflitam com os que são transmitidos na Universidade; o conhecimento e uso de tecnologias como computador etc. Esses elementos do campo do institucional e pessoal se somam e criam sofrimento psíquico em vários estudantes. Na UFPA ainda não existe consolidada uma Rede de Apoio Psicossocial específica para estudantes indígenas e quilombolas, sendo que quase metade destes demanda por este espaço de compartilhamento e escuta. Neste sentido nosso projeto desenvolve atendimento individual, rodas de conversas e referências para serviços de apoio se construindo assim estratégias coletivas ou individuais e uma rede de apoio psicossocial para vencer as dificuldades e potencializar a permanência na instituição universitária. Além disso, este projeto vem propondo além de atender criar um espaço de estratégias de ação institucionais para os sujeitos indígenas e quilombolas, através de formação de grupo de apoio acadêmico formado por discentes do curso de psicologia alguns desses indígenas e quilombolas realizando assim também uma formação acadêmica (dentro do curso de psicologia) formando discentes e futuros profissionais que tenham a experiência e sensibilidade para entender e atuar com povos indígenas e quilombolas ao aprender a lidar com estes diversos questões e suas diferenças e aprendendo o respeito e valorização da diversidade social, o que é essencial para que venham a auxiliar na construção de políticas públicas para a promoção da equidade social na Amazônia. Desta forma, este projeto vem trabalhando os objetivos de somar-se às Políticas Públicas de Permanência na universidade; ampliar a formação acadêmica dos discentes e seu horizonte de atuação profissional; fortalecer os sujeitos indígenas na universidade e criar uma Rede de Apoio articulada interinstitucional específica para estudantes indígenas e quilombolas a fim de garantir não apenas a sua permanência dentro da instituição, mas, sobretudo, a promoção da saúde mental e melhoria da situação acadêmica destes estudantes durante o processo de formação. Baseamos-nos no nosso trabalho em autores como Ana Bock (2010); Regina Benevides (2005), nas decisões dos Congressos Nacionais de Psicologia (VIII e IX CNP), Campos (2018); Maria Guedes (2004): Alencar (1997), Edmar Fernandes (2018), Lucia Afonso (2006) e Paulo Freire (1967,2003). A metodologia utilizada tem por base a perspectiva qualitativa, mantém um diálogo na proposta pedagógica proposta por Paulo Freire, um dos seus referenciais. : pensando os discursos de ódio em relação a gênero, marginalizados. Estamos trabalhando na perspectiva de "intervenção". Segundo Alencar (1997), intervenção, tendo como referência o trabalho com comunidades e povos tradicionais, é uma ação (ou conjunto de ações) praticada por pessoas que não pertencem ao núcleo comunitário onde tal ação se realiza. A natureza dialógica do processo é vista como uma oportunidade de aprendizagem, tanto para o agente externo como para os indivíduos com quem ele trabalha. Daí resulta o nome "intervenção participativo-educativa" (Alencar, 1997). As atividades propostas nesse projeto desde a captação das demandas para a elaboração (parcerias com as entidades organizativas dos estudantes) até a sua execução e continuidade, seguem uma metodologia participativa de trabalho que tem como princípios fundamentais: a pessoa humana, enquanto sujeito histórico capaz de educar-se mediado pelas inter-relações a qual faz parte; a educação para a transformação e valorização do saber popular; a utilização de técnicas participativas de execução, avaliação e monitoramento dos trabalhos e a valorização do trabalho em grupo. Desde que iniciamos o projeto já atendemos em torno de 48 estudantes indígenas e quilombolas de vários cursos da UFPA e estabelecemos parcerias com entidades parceiras com a renovação do convênio Sanitário Especial Indígena Guamá- Tocantins (DSEI GUATOC) por mais 5 anos; com apoio e atenção a situações de crise pessoal com a parceria com a rede de saúde mental do município de Belém e Estadual (CAPS); com a montagem de projeto de apoio acadêmico; com a montagem de seminário institucional para discussão das situações institucionais mais prementes que acometem os estudantes atendidos pelo projeto. O projeto conta com o apoio principal da Associação de Estudantes Indígenas (APYEUFGPA) e da Associação de Estudantes Quilombolas (ADQ-UFPA) da UFPA que fazem parte integrante do projeto. E também com o apoio dos parceiros deste projeto: Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá- Tocantins (DSEI GUATOC), Faculdade de Psicologia da UFPA, Liga de Saúde Indígena da UFPA- LASIPA. As parcerias citadas contribuem na articulação deste projeto e na intervenção nas várias ações de atenção á saúde mental com comunidades indígenas e quilombolas e com os estudantes indígenas e quilombolas na UFPA.

Violência de gênero e mulheres universitárias: Os “entre-nós” do universo feminino

Autor: Cristiane Vieira da Silveira (UFES)

Coautor: Reziele Maria Malavasi, Gabriela Bastianello, Andrea (Andrea) e Camila Ramos Medalane Cravinho (UFES)

A violência contra mulher é considerada como um problema social e de saúde pública, que afeta o mundo inteiro. Em uma conceituação ampla é considerada como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado” de múltiplas causas e bastante complexa, tendo em vista que geralmente o agressor e a agredida estiveram, ou estão, ligados por laços de intimidade e afetividade. No estado do Espírito Santo os dados mostram uma ligeira queda no índice de homicídios de mulheres, entretanto continua a ser um dos estados mais violentos, com a segunda maior taxa de mortes, segundo o Mapa da Violência, com 9,3 mil vítimas para cada 100 mil mulheres. Ainda de acordo com este Mapa, o município de Vitória/ES é o primeiro no ranking nacional de capitais com as maiores taxas de feminicídio. Para além dos números, é de extrema relevância ressaltar o sofrimento pelo qual passam as mulheres. Os números de feminicídios chamam atenção, mas é importante saber que antes desse desfecho muitas mulheres sofreram outros tipos de violência (física, psicológica, moral, patrimonial ou sexual). No que refere-se à legislação, a Lei Maria da Penha, homologada em 2006, é considerada pela Organização das Nações Unidas a terceira melhor lei do mundo no que diz respeito ao enfrentamento à violência contra a mulher (atrás da Espanha e Chile), possui natureza híbrida (criminal e cível) e é a principal base legal para a criação e desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao atendimento da mulher em situação de violência. São diversos os mecanismos de proteção propostos na Lei, entre os quais, as Medidas Protetivas de Urgência; diretrizes visando a não revitimização das mulheres nos diversos serviços; atendimento psicossocial, entre outros. Ressalta-se também que no ano de 2015 a lei supracitada alterou o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o inclui no rol dos crimes hediondos. Desse modo então, passa a ser entendido como homicídio qualificado contra as mulheres “por razões da condição de sexo feminino”. Percebe-se que a temática violência contra mulher tem tomado visibilidade no âmbito público, o que pode auxiliar/fortalecer a procurar ajuda (tanto denunciando, quanto acessando os diversos serviços da rede de proteção). Entretanto, é preciso ainda garantir que essas mulheres tenham espaços de fala a fim de que possam não somente serem acolhidas, mas fortalecidas, reconhecidas e empoderadas. Além disso se faz mister a discussão dos papéis e espaços sociais, que durante muito tempo, na cultura patriarcal, foram compreendidos como “a casa, o marido e os filhos”. À vista disso, o presente trabalho teve como objetivo promover espaço de escuta e acolhimento para mulheres universitárias de modo a se discutir os desafios e violências que elas enfrentam dentro e fora do contexto universitário.

O eixo Psicologia Social, gênero e sexualidades propõe a apresentação de intervenções da Psicologia que tragam como prioridade o questionamento das normas sociais cisheteronormativas que resultam na opressão de outras vivências que não se adequam a essa norma. Tal como assinala Beauvoir, quando uma sociedade está em crise os direitos das mulheres são os primeiros a serem questionados. Tal afirmação retrata o que estamos vivenciando no Brasil, com uma série de debates e tensionamentos no que tange aos direitos reprodutivos das mulheres, assédio no trabalho, violência sexual, entre outros. Existe um desafio no “ser mulher” em uma sociedade patriarcal que não tolera mulheres independentes.

A abordagem gestáltica é o fio condutor deste trabalho. Por meio da Gestalt-terapia é possível uma escuta fenomenológica, sem julgamentos ou preconceitos anteriores, de forma humanista, coerente e autêntica. A Gestalt-terapia parte do princípio de que o sujeito é autor de sua história, no caso das mulheres atendidas, que elas irão ao seu tempo e ao seu modo, compreender como resistir e transformar esse cenário de violência objetiva e subjetiva, aos quais estão submetidas. A Gestalt-terapia, por meio de métodos e técnicas que dialogam com conceitos tradicionais de figura e fundo e aqui-e-agora permite que essas mulheres confrontem o outro e a si mesmas nesse processo de (re)conhecimento e de fortalecimento.

O trabalho foi desenvolvido a partir de uma demanda do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e faz parte das atividades desenvolvidas por um projeto de extensão. Foram planejados três encontros, pensados a partir das demandas das participantes, com duas horas de duração cada, contando com a presença de 18 participantes, em média.

O primeiro encontro tinha como objetivo apresentar o projeto de extensão e as participantes, levantar demandas de assuntos para serem trabalhos nos próximos encontros e discutir assuntos voltados às temáticas da



sexualidade, gênero e lugar de fala. Das demandas solicitadas, foi possível categorização em seis eixos: violência, saúde mental, sexualidade, mercado de trabalho, direito das mulheres e machismo. De maneira geral, isso mostrou como ainda é desafiante ser uma mulher no contexto universitário. Quanto ao tema gênero, uma das participantes sinalizou que “essa discussão no campus está muito atrasada”, afirmando que tanto professores como alunos ainda se perdem nessa discussão e não se atentam para ela. Além disso, outra questão levantada foi sobre o uso do sutiã. Tal discussão reforçou entre as participantes a lógica de que seu uso está mais relacionado à imposição que ao conforto. Essa imposição social acaba por se confundir com “segurança” como motivo de uso, pois as participantes relataram sentir desconforto ao perceber que as pessoas ficam olhando para seus seios, citando, inclusive, assédio: “as pessoas ficam encarando, é horrível”.

Para o segundo encontro, tendo em vista a importância e emergência da discussão, foi planejado explicar e debater sobre a violência contra a mulher e os diferentes tipos. Após a devolutiva dos temas categorizados sucedeu a exibição de um vídeo, que abordou relacionamentos abusivos e os sinais que ele pode apresentar. Deu-se então continuidade com a explanação dos diferentes tipos de violência e a realização de uma atividade com cinco cartazes. Cada cartaz representava um tipo de violência, onde as participantes colocaram frases ou situações que representassem cada uma delas. Nos cartazes surgiram frases como: “te bati porque você pediu que eu fizesse isso”; “você merece todos os xingamentos, e não arranja ninguém que te suporta, além de mim”; “ele disse que não faria sexo, se eu utilizasse camisinha”. Ao final, foi aberto espaço para a discussão do que foi escrito, proporcionando um ambiente propício para o compartilhamento de experiências, opiniões e discussões de exemplos que ilustram cada um dos tipos de violência. Com esse encontro foi possível perceber que as discussões sobre essa temática ainda estão em estágios iniciais entre muitas mulheres, de modo que muitas, mesmo sendo universitárias e estando dentro de uma parcela da população privilegiada, ainda desconhecem os tipos de violência e suas formas sutis.

Como o número de encontros era limitado e as demandas complexas, no terceiro encontro optou-se por proporcionar um espaço para questionamentos e dúvidas que as participantes tinham, relacionadas ou não com as demandas solicitadas no primeiro encontro. Sendo assim, cada uma delas escreveu num papel uma dúvida, em seguida o papel era recolhido e redistribuído entre as participantes, que deveriam refletir a respeito e, posteriormente, abrir para a discussão. Surgiram temas como as diferenças entre as principais vertentes do feminismo e o machismo nas relações familiares, entretanto a discussão se ateve por mais tempo sobre a questão do assédio e do estupro. Perguntas sobre como lidar com situações de assédio, os sentimentos que essas situações despertam, como ajudar uma mulher vítima de assédio ou estupro surgiram, e demonstraram a importância de espaços de apoio e fortalecimento em uma sociedade onde o medo é um sentimento presente na vida das mulheres. Para finalizar, a equipe de extensão promoveu uma reflexão a respeito do protagonismo de cada mulher em sua própria vida.

Por fim, esse trabalho se mostrou importante para a formação das estudantes, mostrando o quão desafiador é abordar essa temática e o quanto ainda precisa ser feito para que as relações sejam mais igualitárias, além de ter proporcionado um espaço para troca de experiência e socialização dos conhecimentos produzidos pela psicologia. No decorrer dos três encontros foi possível perceber o quanto as discussões voltadas para a temática do gênero, sexualidade e violência ainda são incipientes; o quanto é desafiador ser mulher no contexto universitário; e o quanto ainda é necessário para as mulheres espaços próprios de acolhimento, de forma a derrubar mitos e crenças a respeito do que é ser mulher, dos relacionamentos abusivos, crenças religiosas que encarceram a mulher, etc. Sendo assim, o grupo se mostrou um importante potencializador das participantes e se configurou como um espaço de apoio, troca de afetos, aprendizagem, experiências e identificações. Teve papel fundamental para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento frente aos desafios e situações de vulnerabilidade e na compreensão do espaço da mulher nos mais diversos contextos.



GT16: Entre as conquistas e retrocessos nas políticas públicas: pesquisas e práticas para a garantia de direitos nas interfaces entre educação, saúde assistência social

A atuação do Psicólogo no Sistema Prisional feminino

Autor: Giovanna Nunes Prates (UECE)

Coautor: Sarah Sousa Landim Araujo (Universidade Estadual do Ceará), Marina, Ana Clara Mesquita Vasconcelos e Emanuel Messias

Ao se debater acerca da promoção de saúde mental em Políticas Públicas e especificamente em prol das mulheres inseridas no Sistema Prisional, tema tratado no presente trabalho, é necessário que sejam percebidas as práticas das (os) psicólogas (os) nesse campo. A partir disso, na busca de uma atuação mais condizente e embasada em princípios éticos, foi criado, pelos conselhos de Psicologia, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), o qual formulou as referências técnicas para atuação no âmbito prisional, proporcionando a revisão de certos princípios desatualizados no exercício da profissão.

Ao evidenciar-se o contexto histórico do surgimento da Penitenciária é possível inferir que, em caráter punitivo desde o princípio, a referente Instituição buscou sempre excluir o criminoso (Foucault, 1999). A Psicologia esteve inserida nesse âmbito para que, de uma forma determinista, fosse imposto ao sujeito uma condição de desvio mental, explicando sua ação fora da lei. Atualmente, devendo voltar-se mais para a humanização de sua prática profissional, a (o) psicóloga (o) age de acordo uma visão integrada ao analisar o sofrimento psíquico dos indivíduos detidos e produzir intervenções.

Adentrando no recorte de encarceramento feminino proposto do presente trabalho, é possível perceber que a experiência do Sistema prisional se constitui de forma diferente para homens e mulheres, ressaltando que tal diferenciação possui repercussões distintas em suas subjetividades, já que as mulheres vivenciam pressões sociais diferentes daquelas experienciadas pelos homens. Ocorre, assim, uma crescente invisibilização da saúde da mulher presa nos estudos realizados sobre o assunto (Rodrigues, 2017), especificamente no campo da saúde mental, evidenciando a desvalorização do cuidado com sofrimento psíquico da mulher, permeado muitas vezes por antecedentes de violência e vulnerabilidade.

Dessa forma, propõe-se discorrer acerca das dinâmicas que envolvem o contexto da mulher nas prisões e o papel da profissão citada na promoção de saúde, notando a importância de uma maior literatura sobre o assunto. A metodologia do trabalho se deu a partir de uma revisão bibliográfica utilizando como base o documento do CREPOP acerca do Sistema Prisional e artigos retirados do banco de dados Scielo conectando a mulher encarcerada e a atuação da (o) psicóloga (o). O período analisado foi de 2012 a 2018 e buscou-se referenciar a temática no contexto brasileiro a partir da literatura, utilizando os descritores mulheres, sistema carcerário brasileiro e psicologia.

Nas últimas décadas, o encarceramento feminino vem aumentando em número exacerbado, no entanto as políticas públicas não seguem o mesmo ritmo, ocasionando em perda de direitos a essas mulheres. Mulheres essas que, no Brasil, constituíam 42.355 vagas em 2016, compondo uma taxa de ocupação de 156%, inserindo então o Brasil na quarta posição mundial de população feminina encarcerada, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia (INFOPEN, 2018).

Quanto ao perfil dessas mulheres, foi constatado segundo dados do INFOPEN (2018) que 50% são jovens de até 29 anos, 62% delas são mulheres negras (no Ceará, esse número corresponde a 94%) e apenas 15% delas concluiu o ensino médio, estendendo-se também ao fato de que 62% (3 em cada 5 mulheres) delas foram condenadas ou aguardam julgamento por tráfico de drogas, importante destacar ainda que São Paulo é o estado que concentra 36% da população carcerária feminina do país.

Além disso, ao chegarmos no âmbito da saúde mental dessas mulheres privadas de liberdade, os fatores que as afetam, de acordo com um estudo realizado com mulheres encarceradas no estado do Rio de Janeiro, estavam diretamente relacionados ao histórico de doença psiquiátrica e a condição atual de saúde no cotidiano prisional, o que diz respeito também as violências físicas, sexuais e psicológicas que sofriam antes e durante o tempo na prisão. Quanto aos casos de suicídio, dados apontam que as chances de uma mulher privada de liberdade se sui-

cidar são 20 vezes maiores em comparação a população brasileira total, figurando 48,2 mortes para cada 100 mil mulheres.

Por fim, no que se refere a atuação do psicólogo no sistema prisional, a partir de um estudo realizado pela rede, constatou-se que entre os psicólogos que atendem na rede 78,5% estão entre 26 e 45 anos e ainda que 53% atuavam nessa área há menos de quatro anos. Levando em consideração os dados aqui apresentados, eles ajudam a entender a real condição das mulheres encarceradas no sistema carcerário brasileiro.

Em face das informações supracitadas, cabe ressaltar que, embora diante do iminente crescimento da população carcerária feminina no Brasil, ainda há uma carência de informações a respeito da situação e das necessidades dessas mulheres. Um exemplo disso é evidenciado no documento de Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas(os) no Sistema Prisional, no qual não há dados específicos voltados para as mulheres presas, excetuando-se a menção à necessidade de cuidados específicos para gestantes ou lactantes.

Os estudos voltados para o sistema carcerário em geral não levam em conta a perspectiva de gênero, sob a justificativa de que a população feminina nos presídios seria inexpressiva quando comparada com a masculina. O sistema penal latino-americano configura-se, fundamentalmente, no sentido de provocar sofrimento aos condenados, além de cumprir uma função de produção de saber clínico sobre o indivíduo, desempenhando um papel de vigilância e diagnóstico já previamente apontado por Michel Foucault.

Essa configuração tem por princípio encontrar uma relação causal delito-delinquente, o que faz com que o encarcerado tenha sua subjetividade invisibilizada, bem como suscita a manutenção de uma concepção dicotômica da relação entre indivíduo e sociedade. Nesse contexto, é possível afirmar que a questão do encarceramento feminino torna-se ainda mais grave, visto que além da problemática da constituição do sistema penal, a organização patriarcal da sociedade maximiza as relações de dominação e invisibilização dessas mulheres. Também vale ressaltar que, tendo em vista que o perfil dessas presas é composto predominantemente por mulheres negras e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, é preciso que se reconheça a influência destes fatores na intensificação dos processos de invisibilização e exclusão que as vitimam.

Sendo assim, pode-se reconhecer as implicações de tal contexto sobre a saúde mental das mulheres encarceradas, ratificando a importância de uma atenção psicossocial voltada de maneira mais exclusiva para este público-alvo. Tendo em vista que o CREPOP prevê que a atuação da Psicologia no Sistema Prisional deve se dar em oposição aos paradigmas supracitados e em prol da criação de canais de interlocução com o sistema jurídico, visando a promoção da saúde mental dos sujeitos encarcerados, é necessário que as psicólogas apliquem esses preceitos no seu trato com as mulheres presas.

A Psicologia reinvente estratégias de atuação nos campos de políticas públicas, desempenhando um papel de mediação, promovendo uma relação horizontalizada entre as psicólogas que atuam no sistema penitenciário e as prisioneiras, buscando atender as demandas dessas mulheres, bem como criar canais de interlocução que utilizem o reconhecimento das condições sociohistóricas que permeiam a sua realidade e o empoderamento como estratégias de enfrentamento.

Tendo em mente o que foi exposto durante a execução do presente trabalho, fica claro que há a necessidade de se voltar para a questão de encarceramento feminino, indo para além das demandas já trabalhadas, como o cuidado com lactantes e gestantes, estendendo o cuidado para a saúde mental, visando proporcionar melhorias na qualidade de vida durante e após a prisão.

Questões relacionadas à cultura que relaciona o encarceramento à punição e as questões de gênero inviabilizam maiores estudos voltado para a temática, além disso, a população carcerária feminina é inferior à masculina, havendo maior quantidade de estudo e interesse na população masculina encarcerada.

Apesar do número inferior de mulheres inseridas no Sistema Prisional em comparação ao de homens, o Brasil está no ranking mundial dos países com a maior população feminina privada de liberdade. Sendo essa parcela da população passível de cometer suicídio em 20 vezes mais do que a população brasileira geral.

A saúde mental dessas mulheres estão em cheque ao se depararem com a realidade prisional. Apesar de possuir Políticas Públicas voltada para o campo, o que podemos concluir é que se faz necessário mudanças de estratégias na atuação do Psicólogo, é importante que a área volte-se para as mulheres presas, visando a compreensão do que se passa no ambiente prisional, na saúde mental das mulheres e na relação Psicólogo-prisioneira com o objetivo de efetivar as Políticas Públicas já existentes e ampliando o olhar de cuidado.



A maternidade para universitárias: Suportes pessoais e institucionais para permanecer na universidade.

Autor: Tainara Freire (UFPA)

Coautor: Adelma Pimentel (xxxx), Renata Christine da Silva Melo (Renata Melo), Daniela Baldez Diniz (UFPA), Isabelle Laís Araújo da Costa (UFPA) e Filipe Santos (Universidade Federal do Pará)

As concepções sobre o papel social da mulher foram originadas por meio de um contexto de desigualdade de gêneros, em que o cuidado com os filhos, usualmente é responsabilidade delas, bem como é superposta sua jornada de trabalho, pois nas funções de organização da casa há reduzida participação dos homens.

a partir do século XXI intensificou-se a busca por igualdade de direitos nos diversos contextos de transito das mulheres: educacional, profissional, salarial e de qualidade de vida de uma forma geral. Entretanto, dois impactos se fazem notar com a inserção e a consolidação da mulher no mercado de trabalho: 1) a vivência tardia da maternidade pela dedicação a consolidação da carreira; 2) ausência de suportes pessoais e profissionais para cuidar do filho e trabalhar concomitantemente. Concentramo-nos no exame da segunda questão, situando a mulher que é mãe e estudante universitária. Assim, neste estudo objetivou-se refletir acerca das dificuldades vividas por estudantes universitárias na Universidade Federal do Pará. A indagação de pesquisa foi: quais as estratégias adotadas pela mãe universitária para conciliar estudos, trabalho e família. Objetivou-se compreender os suportes pessoais oferecidos pela rede de apoio; e os institucionais dados pela universidade para que as alunas permaneçam na universidade e concluam o curso. Do ponto de vista teórico nos valem da abordagem gestáltica, sobretudo do conceito de suporte/autossuporte, que refere aos recursos que a pessoa tem à disposição para sustentar a expressão das suas necessidades em seus ciclos de contato, pode contribuir para a reflexão do significado do processo de constituição do self". É a soma total daquilo que pode contribuir para que o contato possa se realizar de forma plena e gratificante. De heterossuporte, ou "suporte ambiental, que se refere aos recursos assimilados pelo indivíduo para ser utilizado pelo mesmo; consiste, ainda nos recursos que o meio dispõe ao organismo – e que, sendo assim, não pertencem ao indivíduo, de fato, (não fazem parte constitucional deste) e são utilizados no processo de satisfação de necessidades e identificação. Nesta conjuntura, o processo de "amadurecimento" pode ser identificado como movimento no qual ocorre a passagem entre a utilização do heterossuporte – recursos disponibilizados pelo meio - para a formação do autossuporte – recursos assimilados pelo indivíduo. Consideramos esta base conceitual para dialogar com os achados da pesquisa. acerca dos procedimentos metodológicos o estudo foi exploratório qualitativo de orientação fenomenológica. Foi realizado nas dependências da UFPA, especificamente na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), sob coordenação da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST). Devidamente autorizados pelo Termo de Consentimento livre e Esclarecido, participaram da pesquisa duas acadêmicas do curso de Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), sendo uma com 27 anos e a outra com 29 anos, ambas se enquadravam nos critérios pré-estabelecidos para a pesquisa: mães e universitárias. Foram aplicados questionários com as questões: caracterização da participante, a distinção dos suportes familiares, atividades realizadas pela mãe, esclarecimentos sobre a vivência da maternidade no contexto acadêmico; as dificuldades vividas ao longo da graduação, os apoios financeiros, familiares e da universidade, e o que era necessário para melhorar a situação atual. Quanto aos resultados foram observados que dentro do contexto, as duas mães apresentaram como suporte externo, o apoio familiar e o financeiro. Quanto ao apoio familiar, ambas destacaram o auxílio do marido e de parentes próximos (mães, pais e avós) para a criação e cuidado dos filhos, o que possibilitava a elas ter um tempo necessário para realizar atividades acadêmicas. Além disso, as participantes mencionaram que a questão financeira estava ligada, principalmente, à família e ao marido, o que demonstrou um segundo suporte que facilitava o equilíbrio entre a vida acadêmica e os filhos. No que tange a perspectiva dos autosuportes foi observado a organização do tempo como o principal modo de controle, por parte da mãe para conciliar a maternidade e a sua formação universitária. Elas desenvolveram métodos particulares para dividir o tempo entre atividades acadêmicas e pessoais, como: selecionar um dia da semana ou um horário do dia para dedicar-seas tarefas da universidade. Ademais, ainda que as mães possuam os suportes já citados e demonstrem certo controle sobre o contexto que estão vivendo, percebeu-se, a partir da análise dos resultados que a universidade ainda se mostra pouco presente no quesito de dar auxílio a essas mães. No que se refere a política institucional, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), sob coordenação da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST) possui cinco programas de apoio estudantil, tendo como principal critério para contemplação do programa, dentre outros, a condição socioeconômica do estudante. Sendo eles: o Programa Permanência (PPermanência), que oferta os auxílios, emergencial, creche,

PCD, kit PCD, taxa zero e estudante estrangeiro; Programa Casa de Estudantes Universitários (PROCEUS), oferecendo vagas nas casas de estudante universitário e o auxílio financeiro casa de estudante; Programa Bolsa Permanência Acadêmica (PROBOLSA), que oferta a bolsa de apoio a atividade acadêmica (no valor de 400 reais) e bolsa acadêmica língua estrangeira; Programa Estudante Saudável (PES); e o Programa de Apoio Pedagógico (PROAP). Concluímos apontando que não há nenhum programa de apoio específico a mães universitárias, todavia, quaisquer dos programas citados podem contribuir, de forma pontual, como suporte a esse público de estudantes da universidade. É válido ressaltar ainda que, por conta de demanda financeira da universidade, a maioria dos programas citados possui número limitado de estudantes a ser contemplado, de tal forma que, chegando ao limite, será necessário o discente aguardar a abertura do próximo edital, que pode durar até um ano. Diante do que foi exposto, finalizamos ponderando que as mães universitárias possuem autosuporte e suportes externos para permanecerem na graduação diante de muitos entraves. Entretanto, as estudantes apontaram diversas dificuldades para permanecerem na graduação, como a questão das concepções sobre o papel social da mulher, apresentados em forma de julgamentos, até mesmo por pessoas próximas e no contexto acadêmico, na medida em que essa mãe prioriza os estudos e fica menos tempo com seus filhos; bem como, a culpabilização de ficarem longe do filho por parte dessas mulheres, além das dificuldades de frequentar as aulas e acompanhar as disciplinas. Dessa forma foi possível observar que ser mãe e estudante é uma tarefa de difícil conciliação, principalmente quando a própria universidade não auxilia essas estudantes como propõe; logo, faz-se necessário um posicionamento mais firme e eficaz por parte da instituição.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Milena; KREUTZ, Lúcio. Do ambiente doméstico às salas de aula: novos espaços, velhas representações. *Conjectura, Caxias do Sul*, v.15, n.3, p. 106-120, dez. 2010. Disponível em: www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/download/.../400. Acesso em: 13 maio. 2018.

BELTRAME, Greyce Rocha e DONELLI, Tagma Marina Schneider. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. *Aletheia* [online]. 2012, n.38-39, pp. 206-217. ISSN 1413-0394.

LOPES, Manuela Nunes; DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato; BOECKEL, Mariana Gonçalves. A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia. *Temas em Psicologia*, v. 22, n. 4, 2014, p. 917-958. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v22n4/v22n04a18.pdf>. Acesso em: 13 maio. 2018.

ROCHA, Rosália Ribeiro de Freitas; BURD, Ana Cláudia da Silva Junqueira. A LUTA DA MULHER UNIVERSITÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE. *Revista Brasileira de Ciências da Vida*, [S.l.], v. 5, n. 3, jul. 2017. ISSN 2525-359X. Disponível em: <http://jornal.faculdadecienciasdavid.com.br/index.php/RBCV/article/view/216>. Acesso em: 13 maio 2018.

URPIA, AMO., and SAMPAIO, SMR. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, SMR., org. *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 145-168. ISBN 978-85-232-1211-7. Available fr POPPA, Carla Cristina. O suporte para o contato: Uma proposta de ampliação para a clínica gestáltica de crianças.. 2016. 233 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: [https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19583/2/Carla Cristina Poppa.pdf](https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19583/2/Carla%20Cristina%20Poppa.pdf). Acesso em: 18 jun. 2018.

A Subjetividade e Emancipação do Paciente Psiquiátrico Através de Oficinas Terapêuticas

Autor: Joice Luiz de Souza (Universidade de Vassouras)

Coautor: Izabela Garcia, Letícia Verciano Baltor (Universidade de Vassouras), Ana Caroline Hessab dos Santos (Universidade de Vassouras) e Michele Mariana (Universidade de Vassouras)

A concepção de loucura passou por transformações ao longo dos tempos. Desta forma, foi vista e tratada de diferentes maneiras dentro de sua trajetória histórica, recebendo interpretações organicistas ou até mesmo místicas, como, poder dado pelos deuses, durante a Antiguidade, possessão demoníaca, na Idade Média, e, até um problema social, a partir do século XVII. Cabe aqui salientarmos, esta visão que produz reflexos até a atualidade, uma vez que o doente mental e qualquer pessoa que se desajustava a sociedade, eram colocados em um lugar de exclusão social, representando pessoas improdutivas ao Capitalismo, associadas à pobreza. Por conseguinte,



houve a criação de instituições como, os hospitais psiquiátricos, que tratavam destes indivíduos sobre a ótica biomédica e individualizante. Tal condição histórica acarretou efeitos em sua vida civil e subjetividade. Esse trabalho tem como objetivo levantar a importância da manutenção e fortalecimento de políticas públicas que garantam os direitos de cidadãos livres e participativos da sociedade de forma humanitária e libertária, onde as práticas de tratamento fomentem qualidade de vida e respeito a diversidade e vivência dos pacientes psiquiátricos, contemplando a importância das oficinas terapêuticas neste processo e a postura ético-política dos psicólogos diante de tais práticas. A relação com o GT 16: "Entre as conquistas e retrocessos nas políticas públicas: pesquisas e práticas para a garantia de direitos nas interfaces entre educação, saúde assistência social", dar-se-á na medida em que é preciso abordar a relevância de não retroceder em anos de luta da Reforma Psiquiátrica a qual investe na promoção de emancipação do sujeito e de reinserção do mesmo em sociedade. Junto com a política de "teto de gastos", adotada em dezembro de 2016, a NOTA TÉCNICA Nº 11/2019 do Ministério da Saúde que delinea novas diretrizes para o tratamento em Saúde Mental, acarreta um perigo para a forma atual de tratamento oferecido ao paciente psiquiátrico. O incentivo a técnicas de tratamento como a eletroconvulsoterapia, a aglomeração de pacientes psiquiátricos com pessoas em vulnerabilidade morando nas ruas e egressos do sistema prisional em Residências Terapêuticas, a ampliação e fortalecimento de hospitais psiquiátricos e outras medidas ditas de custo-efetivo, entram em conflito com uma ideia de desinstitucionalização percorrida em anos de Reforma Psiquiátrica e coloca em risco a noção de emancipação do sujeito e reinserção do mesmo na sociedade, uma vez que há um teto de investimento de recursos em saúde. Tais medidas recordam práticas antes vividas que representam um retrocesso no tratamento destes sujeitos, antes medicalizantes, naturalizantes, individualistas e reducionistas. Neste sentido o trabalho se encaixa no EIXO 1. "Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais", na medida em que busca salientar a importância de práticas de tratamento em que promovam autonomia do sujeito e venham ao encontro do papel da psicologia comunitária, como agente de contribuição da liberdade do sujeito em seu contexto social, territorial e subjetivo, indo na contramão da produção de saberes opressores e capitalistas, em detrimento da vida dos mesmos. Para tal, utilizaremos a base teórica do Construtivismo Social, relacionando a noção de loucura à ideia de temporalidade, cultura, territorialidade. Baseando-nos, no processo de construção da Psicologia Comunitária, abordando o papel do psicólogo dentro deste contexto e o impacto das oficinas terapêuticas como instrumentos constitutivos do novo modelo de tratamento na Saúde Mental, utilizamos como método, revisões bibliográficas em artigos e discussões acerca de experiência em estágio na área de Psicologia Comunitária, em Centros de Atenção Psicossocial da Região Sul-Fluminense. A partir destes materiais e métodos, pôde-se levantar a importância da contribuição do Construtivismo Social como forma de ampliação e fornecimento de uma nova interpretação do fenômeno da "doença mental" e como forma de uma nova compreensão sócio-histórico-cultural deste fenômeno, destacando a influência moral e política sobre o comportamento do paciente psiquiátrico e de impossibilidade de uma postura rígida, neutra e alheia ao contexto social deste sujeito, por parte do profissional. Ressaltamos a importância do papel do psicólogo, como contribuidor de uma transformação emancipadora do sujeito, assim como no auxílio da construção de autonomia e consciência social. Desta forma, permite-se o fortalecimento da proposta de desinstitucionalização que permeia a Reforma Psiquiátrica e a promoção da ideia de construção de saberes, valorização da subjetividade destes sujeitos e interação com a comunidade onde estão inseridos, como ressalta Baró (1996). Dentro deste âmbito encontramos as oficinas terapêuticas como instrumento de potência dentro do novo tratamento ofertado aos pacientes psiquiátricos. De acordo com Ibiapina et. al (2017), em meio ao trabalho em oficinas terapêuticas com os usuários dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), destaca-se o reflexo do resgate de uma identidade social dos mesmos, da interação e reinserção com a sociedade, a projeção de seus desejos internos, a organização mental e corporal e o enfrentamento diante os seus sofrimentos psíquicos, conforme observado e vivenciado em experiência de estágio neste serviço. Por fim, ressalta-se a importância e urgência de postura ético-política do profissional envolvido na Saúde Mental, em especial Psicólogos, frente à promoção de políticas públicas que potencializem tal ação criadora e emancipadora do sujeito em meio a sociedade. A Reforma Psiquiátrica não é um processo findo, está em movimento e carece de luta e resistência para a defesa de garantia de direitos dos cidadãos e promoção de liberdade.



Acolhimento: estratégia de atenção e promoção da saúde aos estudantes da Universidade Federal do Pará

Autor: Lucas Cunha Rodrigues (Universidade Federal do Pará)

O presente trabalho visa caracterizar a prática do acolhimento vinculado a um projeto de extensão em uma clínica-escola de psicologia situada no espaço da Universidade Federal do Pará, no campus de Belém. Objetiva-se situar o acolhimento, bem como o projeto, no âmbito da Promoção da Saúde sob uma perspectiva crítica.

O conceito contemporâneo de saúde abrange uma lógica intersetorial, está vinculado aos determinantes sociais da saúde, presentes nos mais diversos âmbitos da vida das pessoas (WESTPHAL, 2013). Assim, admite-se que a saúde de uma pessoa depende das condições de renda, educação, habitação, emprego e de outras dimensões, além do acesso aos serviços de saúde. O processo de construção desta noção esteve aliada às discussões acerca da Promoção da Saúde. Esta apresenta-se como uma concepção que embasa saberes e práticas, pensados a partir de seus princípios e estratégias. Desde a Carta de Ottawa, de 1986, foram definidos os campos estratégicos sobre os quais devem incidir as ações em Promoção da Saúde: elaboração e defesa de Políticas Públicas Saudáveis (PPS's); criação de ambientes de apoio à Promoção da Saúde; fortalecimento da ação comunitária; desenvolvimento de habilidades sociais; e reorientação dos serviços de saúde.

As práticas contemporâneas em Saúde Pública vêm, então, alinhadas em maior ou menor grau a este panorama. Uma delas, o acolhimento, tem sido reconhecidamente útil como medida estratégica no contato dos serviços com a população. Constitui-se em uma proposta de ênfase na análise institucional, na psicologia e na clínica, e se configura como uma ação que inverte a lógica organizacional e o funcionamento dos serviços de saúde, partindo de pelo menos três princípios: garantia de acesso universal ao serviço; reorganização dos processos de trabalho, com ênfase na equipe multiprofissional; e a humanização da relação trabalhador-usuário. Em 2004, foi adotado como uma diretriz da Política Nacional de Humanização (PNH), tornando-se elemento transversal na composição do SUS e da atuação de qualquer profissional de saúde no acolhimento dos usuários (PAIM, 2012).

O projeto de extensão "Clínica de Psicologia: um olhar em atenção à saúde do estudante" deve sua existência ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), vigente sob o decreto nº 7.234/2010. Esta tem dentre outros objetivos o de democratizar as condições de permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior federais. Para tanto, visa garantir assistência às necessidades de estudantes de graduação, preferencialmente em vulnerabilidade socioeconômica: moradia, transporte, alimentação, apoio pedagógico e, dentre outras, a atenção à saúde. Apesar de haver, no PNAES, a separação da atenção a saúde como uma área específica, é possível perceber o programa, a partir do conceito ampliado de saúde, como uma medida alinhada à estratégia de Política Pública Saudável. As PPS's têm como função diminuir desigualdades agindo sobre os determinantes da saúde em seus diversos setores (WESTPHAL, 2013).

No contexto da UFPA, a responsabilidade pela implementação das ações do PNAES, em função da descentralização garantida no decreto, é da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST-UFPA), a qual gerencia uma série de programas: Programa Permanência, Programa Casa de Estudantes Universitários, Programa Bolsa Permanência Acadêmica, Programa de Apoio Pedagógico, Programa Estudante Saudável, entre outros. Desta forma, tenta garantir assistência aos discentes da UFPA em caráter integral e intersetorial.

O projeto aqui abordado esteve vinculado ao Programa Estudante Saudável, no período de 2010 a agosto de 2019, e ao longo desses nove anos, mobilizou esforços para pensar em maneiras de promover saúde aos estudantes da universidade, sem perder de vista o olhar psicossocial que lhe caracterizava. Um grande passo nessa direção foi a decisão, em 2014, sobre a implementação de um esquema de plantões para realização de acolhimentos pelos estagiários de Psicologia e Serviço Social. Esta medida visou a humanização do serviço e a ação em resposta à fila de espera para atendimento, que já configurava uma espera de mais de um ano. Além disso, assumiu a função basilar do eixo ensino-pesquisa-extensão na formação dos estudantes estagiários, desde sempre valorizado no projeto. Como meio de garantir esta tarefa, foram implementadas duas reuniões semanais, uma para supervisão, com os estagiários, o coordenador e uma assistente social, e outra com a presença dos demais profissionais de psicologia que compõem o projeto. Esta última funciona como um laboratório e destina-se a discussões teórico-práticas a partir dos atendimentos.

No acolhimento, como dispositivo estratégico para o projeto e para a atenção aos estudantes, havia a garantia de, no mínimo, três atendimentos, um durante o plantão e os outros por agendamento. A continuidade no acolhimento, ainda que breve, visava a atenção às transformações possíveis em cada caso (o processo de melhora,

encaminhamento e o surgimento de possíveis necessidades durante o período de atendimento).

Esta medida buscou garantir atendimento imediato à qualquer estudante que procurasse espontaneamente os serviços da clínica. Assim, foi possível aumentar o acesso dos discentes ao projeto, melhorar a atenção para a identificação de demandas de fácil resolução, ter maior efetividade nos encaminhamentos internos (psiquiatria, psicoterapia individual ou em grupo) e externos (planos de saúde, rede básica de saúde, rede de saúde mental e outros projetos/programas vinculados à SAEST-UFPA), além de, em muitos casos, haver apenas a necessidade de uma escuta breve.

Uma especificidade do contexto no qual esta ação era realizada é a de dispor de uma rede própria para prestação de assistência aos estudantes. Entende-se rede como uma maneira de organização do trabalho e assistência por meio de relações horizontais entre os recursos que lhe compõem (REIS et al., 2013). Assim, os programas gerenciados pela SAEST-UFPA, citados no início do trabalho, compõem uma rede intersetorial para a qual podem ser encaminhados os estudantes atendidos no acolhimento. Esta rede assume as demandas descritas no PNAES, já referendadas aqui como pertinentes a saúde. Apesar de o acolhimento, realizado no espaço geográfico da Clínica-Escola de Psicologia da UFPA, não ser a “porta de entrada” dessa rede, foi possível constatar que a maioria dos estudantes atendidos, sobretudo aqueles em vulnerabilidade socioeconômica, desconheciam ou conheciam pouco os programas, e mesmo que necessitassem ser assistido por eles, isso não acontecia. Assim, o que se observou foi que, em geral, a passagem pelo acolhimento era o primeiro contato com algum projeto de assistência estudantil. Portanto, mesmo que no plano formal não o fosse, o acolhimento ganhou na prática um sentido de “porta de entrada” para muitos desses estudantes, embora não se possa afirmar o mesmo para a maioria em relação ao total daqueles atendidos nos demais programas.

Além disso, uma característica fundamental do acolhimento era a sua função de dispositivo de vigilância em saúde (SILVA et al., 2018). Com o grande volume de estudantes atendidos e o registro documental das demandas, foi possível identificar as principais necessidades coletivas de cuidado e planejar ações focalizadas. A mais recente delas tratou da questão da ocorrência de ideações suicidas após o término de relacionamentos amorosos. Foram realizadas desde palestras e minicursos até rodas de conversas, com o objetivo de divulgar este dado na comunidade acadêmica e orientar os estudantes sobre os espaços de ajuda. Ademais, é pertinente destacar a peculiaridade do acolhimento realizado sob atenção psicológica. Sabe-se que o acesso à informação não é suficiente para que uma pessoa siga as orientações e os encaminhamentos realizados. A condição psicológica afetada de um sujeito em sofrimento interfere diretamente na possibilidade de ir ou não em busca dos recursos necessários para a sua saúde. Nesse sentido, foi possível observar diretamente, na experiência aqui descrita, que um espaço que favoreça a formação de um vínculo, que não se mostre ameaçador, que permita as mais diversas maneiras espontâneas de expressão e, conforme o nome, acolha o sujeito e seu sofrimento, é decisivo para sua motivação a procurar atendimento após o encaminhamento. Considera-se, portanto, que atuar em acolhimento a todos aqueles que o procuram é, também, promoção da saúde.

Por fim, cabe ressaltar que a finalização do projeto, ocorrida em agosto de 2019, é resultado direto do contexto político-econômico contemporâneo. O cenário desfavorável levou a cortes em larga escala das bolsas até então garantidas aos discentes vinculados aos projetos e programas sob a responsabilidade da SAEST-UFPA. O encerramento do projeto ocorre sem que exista uma nova proposta de suporte à atenção psicossocial. Isto marca uma perda significativa e um grande retrocesso na atenção à saúde do estudante na UFPA.

REFERÊNCIAS

- PAIM, J. S. Modelos de Atenção à Saúde no Brasil. In: GIOVANELLA, L. et al. (Org.). Políticas e sistema de saúde no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012. cap. 15, p. 459-491.
- REIS, O. A. A. et al. Saúde Mental e Saúde Pública. In: ROCHA, A. A.; CESAR, C. L. G.; RIBEIRO, H. (Org.). Saúde Pública: bases conceituais. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2013. cap. 18, p. 351-368.
- SILVA, T. F. et al. O acolhimento como estratégia de vigilância em saúde para a produção do cuidado: uma reflexão epistemológica. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 4, p. 249-260, dez. 2018.
- WESTPHAL, M. F. Promoção da Saúde: uma nova agenda para a saúde. In: ROCHA, A. A.; CESAR, C. L. G.; RIBEIRO, H. (Org.). Saúde Pública: bases conceituais. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2013. cap. 9, p. 163-197.



De louco a músico: grupos musicais protagonizados por usuários da rede de Saúde Mental como estratégias de resistência em tempos de ameaças aos direitos humanos de cidadãos socialmente vulneráveis

Autor: Isa Magesti Corrêa Netto (UFMG)

Coautor: Marcos Vieira-Silva (UFSJ)

O presente trabalho consiste no relato de uma pesquisa de Mestrado, desenvolvida na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) entre os anos de 2017 e 2019, sob orientação do professor Dr. Marcos Vieira-Silva. O estudo se insere nos debates atuais sobre a Luta Antimanicomial, a Reforma Psiquiátrica e a Reforma da Assistência à Saúde Mental no Brasil. Sobretudo no que se refere às questões levantadas por esses movimentos no tocante à potencialidade da arte quando inserida no campo da Saúde Mental. Uma vez que a arte e a cultura passaram a ser componentes fundamentais no contexto da Reforma Psiquiátrica, partimos do pressuposto de que os instrumentos artístico-culturais impulsionam a reabilitação psicossocial e a ressignificação identitária dos cidadãos que estão em situação de sofrimento psíquico. Atendo-nos especificamente à música como recurso artístico facilitador desses processos, o estudo teve como objetivo investigar se, e como, a participação em um grupo musical oportunizou aos usuários de uma rede de saúde mental possibilidades mais amplas de reabilitação psicossocial, mas também, e fundamentalmente, de produção de novas identidades individuais. O grupo investigado foi a banda denominada Os Impacientes, pois esta consiste em um corpo artístico protagonizado somente por usuários do CAPS Casa Viva da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Coroando uma trajetória de aproximadamente vinte anos, a corporação musical surgiu como desdobramento de oficinas terapêuticas de música que aconteciam dentro da instituição; possui uma produção musical ativa; realizou apresentações em diversos municípios e estados; participou de grandes festivais dividindo palco com personalidades da música brasileira como Frejat, Alcione, Arnaldo Antunes, Pitty e Sandra de Sá; e gravou um CD composto por dez canções de autoria dos próprios integrantes que assim compartilham a riqueza e a originalidade de suas composições. Para embasar as questões levantadas com a pesquisa, os principais referenciais teóricos utilizados foram os estudos dos autores Paulo Amarante, Nise da Silveira, Marcos Vieira-Silva, Ana Pitta, Antônio da Costa Ciampa e Zygmunt Bauman. Tratou-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, com caráter de intervenção psicossocial. No que se refere às estratégias metodológicas utilizadas para a produção dos dados, foram realizados grupos de reflexão com os integrantes da banda, entrevistas semiestruturadas com os mesmos e observações participantes durante alguns ensaios coletivos e reuniões da corporação. Os resultados produzidos demonstraram que, por meio do fazer musical, os usuários ultrapassaram os muros do CAPS Casa Viva; se inseriram em diversos espaços socioculturais aos quais anteriormente não tinham acesso; e receberam retorno financeiro com a realização de diversos shows, o que permite inferir que eles ampliaram suas possibilidades de reabilitação psicossocial por meio da arte e da música. Além disso, ficou evidenciado que através dessa experiência grupal os indivíduos vivenciaram um processo de ressignificação identitária, pois encontraram um novo papel social para assumir e, então, puderam produzir novas identidades para além da loucura. É fundamental destacar que não se trata aqui de negar a loucura – já que é esta uma experiência legítima que faz parte da vida desses indivíduos –, mas de atrelar a ela um novo personagem que contribui para a não redução desses sujeitos ao sofrimento psíquico que apresentam. Uma vez que por meio da experiência musical no grupo os usuários começaram a se reconhecer e a serem socialmente reconhecidos não só como loucos, mas também como músicos, eles passaram a transitar de um papel social a outro: de louco a músico. Constatamos, portanto, que a banda Os Impacientes se consolidou como uma iniciativa que proporcionou aos integrantes vivenciarem experiências muito importantes, embora ainda bastante incomuns para usuários da rede de Saúde Mental. Em razão disso, acreditamos que a corporação musical possa incentivar outras iniciativas relacionadas à arte e à música que também contribuam para a efetivação de um novo e importante modelo de assistência psicossocial aos sujeitos em sofrimento psíquico. Isso porque o grupo pode ser entendido como um espaço privilegiado que levanta a bandeira da Luta Antimanicomial, reforça os princípios adotados pela Reforma Psiquiátrica e dá continuidade à Reforma da Assistência à Saúde Mental. Uma vez que levantar a bandeira do Movimento Antimanicomial e dar seguimento a essa luta tornou-se ainda mais necessário e urgente nos tempos sombrios em que vivemos, é imprescindível pensarmos em estratégias de resistência que assim como o grupo em questão possibilitem aos sujeitos em sofrimento psíquico vivenciarem processos constantes de reabilitação psicossocial e de produção de novas identidades. Em tempos de retrocessos políticos, de propostas de desmonte das políticas públicas de assistência à Saúde Mental, de conservadorismo, de perda de entusiasmo e de atraso, como se temêssemos a possibilidade de seguir, a reabili-

tação psicossocial e a ressignificação identitária dos usuários necessitam ser ainda mais questionadas e discutidas. Nesse sentido, esperamos que esse trabalho possa contribuir para a construção de um debate interdisciplinar que, tratando do encontro entre Saúde Mental e arte, verse sobre os desafios atuais que hoje enfrentamos no Brasil enquanto pesquisadores, profissionais e militantes da Luta Antimanicomial.

Direito ou investimento? Uma análise da racionalidade neoliberal a partir da nova linguagem da educação

Autor: PH (UFC)

Este trabalho traz algumas reflexões acerca de como podem estar posicionadas as lutas em prol de uma “defesa da educação”, atentando para suas narrativas, seus regimes discursivos e suas formas de enunciação. Tomando por materialidade as manifestações ocorridas no Brasil no primeiro semestre de 2019, esta análise será encaminhada tomando como referencial teórico a arqueogenealogia foucaultiana.

Tal período, como muitos de nós sabemos, foi marcado por protestos de milhões de estudantes, professores e demais trabalhadores que ocuparam as ruas como uma reação às impopulares medidas governamentais da gestão do então presidente Jair Bolsonaro. Dentre essas medidas, a diminuição do orçamento destinado à educação foi um fator que conseguiu unificar, minimamente, movimentos sociais, entidades sindicais e partidos políticos das mais diversas frentes, em prol da defesa da educação.

Entretanto, algo em torno da gramática dessa defesa chama atenção e merece ser analisada. Nesses atos, permeados por “gritos de guerra”, cartazes e construção de hashtags nas redes sociais, uma frase em específico chama atenção: a que diz “Educação não é gasto. É investimento!”. Aqui, a justificativa para se contrapor à diminuição da verba educacional demarca a equivalência entre educação e investimento, de modo que esse campo pode ser posicionado pela aplicação de capital, recursos, tempo e/ou esforços com a expectativa de adquirir um benefício futuro e/ou atingir um determinado objetivo. Logo, se levamos em conta essa discursividade pautada na lógica administrativa, do gerenciamento e da gestão pública da otimização dos recursos, não haveria justificativa para um corte de verba na pasta da educação, pois é justamente esse corte que impedirá ganhos e aquisições futuras. Ou seja, nessa ótica, é possível identificar uma relação diretamente proporcional que equaciona que maiores investimentos educacionais produzem maiores empreendimentos educacionais.

É interessante pensar nessa equivalência porque essa lógica que equipara educação com investimento foi colocada em funcionamento, primordialmente, pelos economistas da Escola de Chicago, que atribuíram concepções bastante estritas, privativas e individualizantes acerca de como o Estado deve agir em relação à manutenção e operacionalização de políticas sociais voltadas à reparação, distribuição e manutenção de direitos sociais e acesso aos bens de consumo. Isto mediante o deslocamento de uma concepção de política econômica baseada na igualdade como princípio e finalidade para uma noção de desigualdade entre os indivíduos como fundamento básico em prol do funcionamento da concorrência (Foucault, 2008).

Nessa perspectiva, o investimento em educação nada mais é do que qualquer outro investimento na vida – uma vida individualizada e particularizada – a fim de assegurar possíveis fluxos de renda e melhores formas de adaptação e performances dos indivíduos frente às instabilidades do mercado e da sociedade (Nascimento, 2017). Assim, o campo da educação passa a ser entendido como algo a ser gerenciado, avaliado e administrado, fazendo da educação também um vetor que permite a privatização da vida, não mais entendida em sua coletividade ou pertencendo a determinados grupos sociais.

Pensando na necessidade de estar sempre atento às inúmeras possibilidades de gerenciar sua própria vida, a perspectiva da educação vem a ser justamente aquilo que vai permitir ao indivíduo viabilizar formas de adequação das suas condutas e comportamentos às exigências de proatividade, produtividade, eficiência e resiliência do nosso mundo contemporâneo. E essa compreensão da educação, lida por uma linguagem econômica, por um vetor mercadológico, fazendo dela um produto que pode ser comercializado, aprimorado e otimizado, vai ao encontro de uma forma de pensar a educação a partir de uma racionalidade neoliberal – o que é bastante questionado por diversos teóricos da educação, em suas mais variadas feições, a exemplo de Laval (2002), quando aponta que é imanente ao neoliberalismo um generalizado ataque ao ensino público.

A frase “Educação não é gasto! É investimento!”, em suas derivações quanto ao modo de posicionar o campo da educação, ainda parece conviver e coexistir com uma outra que posiciona esse campo de um modo diametral-



mente oposto ao da noção de investimento, que diz “Educação não é mercadoria!” Aqui, o lugar da educação não pode ser ocupado pelo mesmo lugar do mercado. Entretanto, essa mesma narrativa também questiona o corte da verba destinada às políticas públicas de educação, mas não utiliza a mesma forma de justificação e legitimação daquela primeira. O corte não é questionado porque isso impedirá ganhos futuros, mas porque esse corte consiste num aviltamento dos direitos do indivíduo.

Nessa acepção outra que trazemos, a lógica do mercado não cabe à educação. Não é possível pensa-la como gasto, tampouco como investimento. A educação também não é algo que se consome, que é direcionado a uma clientela ou que deve estar sujeita aos interesses e anseios dessa suposta clientela, que pode ou não ficar satisfeita com o serviço oferecido e que, por isso mesmo, poderia optar pela troca do serviço e/ou produto, em caso de insatisfação. Nessa recusa à inteligibilidade do mercado, o campo da educação parece ser figurado muito mais pela via do direito. Um direito fundamental, um direito do cidadão, uma obrigação do Estado, e não como algo que favorece a adequação do indivíduo às futuras e instáveis exigências do mercado. E nessa noção de educação defendida em prol da manutenção de um direito, de assegurar um direito fundamental, essa narrativa da educação parece também estar vinculada a uma noção de sujeito que é um “sujeito de direito”. Já a noção da educação equiparada como um investimento parece estar vinculada não somente a um sujeito de direito, mas a um sujeito de interesse (Foucault, 1978) de identidades plásticas, móveis e adaptáveis às necessidades da sociedade de mercado.

Dito isso, insisto em dar foco para a gramática utilizada nessas formações discursivas porque entendo que o modo de nomear as coisas, o mundo, e, nesse caso específico, a nomenclatura utilizada para pensar como lutas são narradas e mobilizadas, não configura uma representação da realidade, mas uma forma específica de atribuir e produzir sentido à experiência. “O mundo não é somente algo sobre o que falamos, mas algo a partir do que falamos. As palavras não apenas representam o mundo, mas também o abrem” (Larrosa, 2018, p.23).

De modo particular, essa atenção à gramática incide também numa análise de como tem sido vetorizada a linguagem da educação na contemporaneidade. Dito isso, é ainda importante fazer a ressalva de que o empreendimento que será tomado aqui não irá legislar e demarcar qual a forma discursiva é mais autêntica ou verdadeira para uma luta em prol da defesa da educação. Entendo que as duas formas de narrativas aqui trazidas como superfície de inscrição dos movimentos reivindicatórios da conjuntura brasileira relacionados à educação parecem se atravessar e coexistir, e, por isso, se transmutam e se sobrepõem em planos diversos.

Entretanto, aquela primeira narrativa, a que sintoniza educação com investimento, parece vir assumindo certa centralidade. E é também essa narrativa que faz com que coloquemos, concebamos e naturalizemos a educação nas suas mais variadas capilaridades, ramificações, agenciamentos e linguagens diversas. E, nessas variações, algo parece ocupar um lugar comum e naturalizado: o entendimento de que a educação não se faz somente nos espaços formais e tradicionais de ensino, como escolas e universidades, mas que está presente em todos os momentos e espaços da vida (Nogueira-Ramírez, 2011).

Com efeito, é verificável, sem grandes esforços de procura, todo um arsenal que amplia a concepção de educação através dos referenciais que apregoam as práticas de “educação em saúde”, as modalidades de “educação continuada”, além das ampliações curriculares que afirmam a necessidade de uma “educação para o trânsito”, uma “educação sexual”, “educação sócio-emocional”, dentre tantas outras tipificações.

Mas há algo peculiar nesse processo: ao mesmo tempo em que naturalizamos tal modo de pensar a educação ininterrupta, contínua e ampliada, algo que também se acopla na “defesa da educação”, não é difícil que pensemos que a educação, atualmente, vive uma crise, algo já debatido por Arendt (2016) e Darcy Ribeiro (1977), por exemplo. Aquino (2010), por sua vez, afirma que a educação não está em crise, mas o que está em crise é o papel educacional de tutela e autoridade, anteriormente restrito aos pais e professores. E tal assertiva também parece ir ao encontro da análise feita por Larrosa (2018, p.231), quando afirma que “a crise da educação ou, se preferir, o fato de que a educação tenha deixado de ser evidente e se encontrar em um momento crítico, é a crise de transmissão/renovação/comunização do mundo”. Assim, o que estaria em crise seria a perspectiva de pensar a educação no plano do comum.

Dito isso, talvez seja interessante deslocar o movimento do pensamento de uma constatação (ou não) de uma crise educacional para atentar ao processo de como essa crise alegada se encaminha e produz modos de subjetivação acerca do lugar da educação em nosso contemporâneo. Insistimos em pensar no campo da educação uma vez que é através desse recorte que podemos pensar na constituição histórica de nós mesmos, bem como nos processos de subjetivação e formas de governo da conduta dos homens engendrados a partir do funcionamento de uma maquinaria educacional que, historicamente, produz determinados ideais de sujeito.



Gestão Autônoma da Medicação: dificuldades e potencialidades da implementação da estratégia na Atenção Básica

Autor: Letícia Romano Rangel e Alexia Guimarães

No que se pese os avanços da Reforma Psiquiátrica e as estratégias de cuidado em saúde mental no SUS, percebe-se como a Atenção Básica desempenha um papel incipiente quando se trata do cuidado em saúde mental, com dificuldades em ampliar modalidades de cuidado para além daquelas centradas nos modelos biomédico e farmacológico. A iniciativa de implementar a Gestão Autônoma da Medicação busca incluir usuário e trabalhador numa dinâmica de cogestão, sendo que esta amplia o olhar daqueles que entram em contato com essa ferramenta. Surgido em meados dos anos 90 em Quebec, no Canadá, o guia da Gestão Autônoma da Medicação vem sendo adaptado para a realidade brasileira, a fim proporcionar o reconhecimento e melhoria das estratégias de cuidado, com a modificação dos valores que sustentam o uso da medicação, não necessariamente tratando de sua retirada. Isso porque o guia, dividido em seis passos, tem como objetivo fomentar a discussão e promover reflexões, tendo como princípio fundamental o empoderamento por meio da escuta e acolhimento aos sujeitos. A partir disso, esta pesquisa tem como objetivo compreender os desafios e as potencialidades da implementação da estratégia da Gestão Autônoma da Medicação na Atenção Básica, por meio da identificação dos seus efeitos práticos na vida de trabalhadores e usuários. Através dos parâmetros metodológicos da pesquisa ação participante, as pesquisadoras atuaram no processo de capacitação da rede e de apoio à formação de grupos para a Gestão Autônoma da Medicação no território da FÓ/Brasilândia em São Paulo. Este território, assim como outras partes do país, é marcado pela ocupação desordenada, pela vulnerabilidade e exclusão sociais, sendo importante e relevante a inclusão de ferramentas, como a Gestão Autônoma da Medicação, capazes de efetivar os preceitos da universalidade, integralidade e equidade, presentes no SUS. Nesse contexto, estas pesquisadoras acompanharam, durante um ano, os grupos de Gestão Autônoma da Medicação de duas Unidades Básicas de Saúde do território supracitado. Além disso, também participaram de reuniões mensais no coletivo gestor das experiências de Gestão Autônoma da Medicação do mesmo território, que também se constituiu como campo de produção de dados para a pesquisa. Para fins de análise de dados, foi utilizada, como fundamentação teórica, a Psicologia Sócio Histórica, e, assim, foram criadas categorias de análise que, baseadas nos núcleos de significação do discurso, permitiram compreender as múltiplas determinações dos fenômenos. Os resultados mostram que o grupo da Gestão Autônoma da Medicação permite ao usuário novas maneiras de se relacionar com o processo de sofrimento, ao possibilitar a ampliação de formas de cuidado e ao contrapor trabalhadores na reivindicação de direitos. Em relação aos trabalhadores, percebeu-se que o grupo da Gestão Autônoma da Medicação possibilita a instauração de conflitos, estes, por sua vez, fundamentais para o deslocamento do saber técnico, e potencializa práticas de acolhimento e escuta. Contudo, percebe-se ainda a fragilidade da apropriação das referências da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica entre os trabalhadores, principalmente devido à centralidade dos modelos biomédico e farmacológico, que dificulta a difusão das discussões propostas pela estratégia da Gestão Autônoma da Medicação para fora do grupo nas Unidades. Além disso, essa centralidade também torna evidente o fato de os trabalhadores participantes do grupo ainda não compreenderem que usuários autônomos são também autônomos em relação a suas medicações. De outra maneira, a estratégia da Gestão Autônoma da Medicação surge para fundamentação democrática dos preceitos que sustentam o SUS, indo de encontro às práticas neoliberais da gestão dos serviços que, por meio das Organizações Sociais de Saúde (OSS), dificultam, muitas vezes, a participação efetiva e contínua dos trabalhadores nos encontros dos grupos na unidade. Isso porque, sob uma lógica de cumprimento de metas, os trabalhadores têm de privilegiar outras atividades de trabalho, prejudicando o envolvimento destes nas atividades do grupo e a participação nas discussões possibilitadas pelo grupo. Somado a isso, a Gestão Autônoma da Medicação mostra-se como lugar de resistência na Atenção Básica, constituindo-se como um espaço de cuidado contínuo, capaz de proporcionar autonomia e corresponsabilidade. É no momento atual, marcado por inúmeros cortes e retrocessos, com o retorno do conservadorismo, cujo objetivo é minar as políticas de garantia de direitos à população, que faz-se necessário priorizar os programas que buscam a transformação efetiva dos modos de cuidar, como a Gestão Autônoma da Medicação, que rompe com as tradicionais modalidades de cuidado que são pautadas na falta de espaços de diálogo e, por isso, impedem a aquisição da autonomia dos sujeitos sobre seus corpos. Discutir a medicalização é atentar-se para o papel da indústria na dominação dos corpos, principalmente o corpo doente, e permitir que o usuário tenha acesso aos meios de produção da saúde. Por fim, percebe-se que a transformação das estratégias de cuidado só tornar-se-á realidade a partir do momento em que houver um enfrentamento às

políticas neoliberais, de desresponsabilização estatal, uma vez que é cada vez mais evidente que capitalismo econômico atua na produção de sofrimentos à medida que gera indivíduos apenas para o consumo, alienados de si mesmos e dos processos sociais aos quais estão sujeitos.

Memória e narrativa de ações públicas voltadas à juventude: práticas democráticas de um centro de sócio educação

Autor: Tiago Corbisier Matheus (FGV)

Nossa pesquisa sobre jovens em situação de vulnerabilidade social nos levou a investigar questões relativas aos territórios onde estes vivem e as redes de relações das quais participam, o que nos permitiu expandir o tema inicial em pelo menos duas vertentes. Na primeira, consideramos que as vulnerabilidades sociais não são adjetivos relativos aos jovens, como qualificativos próprios (jovens vulneráveis), pois, antes, são atributos que descrevem o resultado da relação entre determinadas regiões urbanas e o poder público e que tal relação incide sobre as redes de relações locais. Desta perspectiva, regiões menos assistidas pelo poder público, em função da precariedade ou desarticulação de equipamentos e políticas públicas, portam vulnerabilidades institucionais e urbanas, que, por sua vez, tendem a promover a condição de vulnerabilidade social para muitos de seus moradores. Na segunda vertente, ao olhar os territórios e as reações dos agentes locais às vulnerabilidades enfrentadas, identificamos não apenas precariedades, ameaças e insuficiências, mas também, até como reação a estas, potencialidades que se expressam por meio de ações promovidas pela sociedade civil, na busca de promover o bem-estar social aos moradores. Tais ações, ao cumprirem esta função, servem como possível referência a políticas públicas ou seus ajustes, sendo então chamadas de ações públicas (pois, brevemente, público não é o que diz respeito ao poder público, mas ao bem público).

É o que identificamos na região de M'Boi Mirim, ao nos debruçarmos sobre ações públicas voltadas para o combate às vulnerabilidades juvenis, por meio de atividades culturais ou socioeducativas (aqui vamos nos ater a estas últimas). Partindo da hipótese de que além de vulnerabilidades há potencialidades, temos acompanhado há cerca de cinco anos ações culturais e socioeducativas promovidas na porção média deste território por agentes locais comprometidos com as redes de relação locais e com a promoção da cidadania. Trabalhamos com a estratégia de pesquisa e ação num âmbito local do espaço urbano, incorporando demandas de agentes locais que nos permitem contribuir diretamente com suas ações, bem como registrar e sistematizar questões presentes em realidades sociais menos visíveis a meios de comunicação de maior circulação, no meio acadêmico ou entre segmentos sociais melhor assistidos economicamente.

Este trabalho, em particular, visa descrever parte desta história. Partindo da demanda de um equipamento de assistência social que temos acompanhado – Centro São José – buscamos identificar suas origens a partir da ocupação e urbanização do território, das trajetórias das organizações que ali surgiram em função dos desafios enfrentados, para então destacar as diretrizes das estratégias de trabalho promovidas no Centro, em sua articulação aos movimentos sociais que o antecederam e promoveram sua formação. Para tanto, contamos com registros bibliográficos sobre a formação da região em meio ao desenvolvimento da metrópole paulista e também com depoimentos de moradores e agentes sociais locais (entrevistas com 10 educadores e coordenadores do Centro, 3 profissionais da cozinha e limpeza, 4 jovens que por lá passaram e 2 colaboradores e 3 agentes sociais locais).

M'Boi Mirim, como subprefeitura, surgiu em 2002, com o desdobramento de Campo Limpo, que no início do século passado fazia parte do município de Santo Amaro, sendo anexado à capital em 1935, em função sobretudo de seu aeroporto. Toda a região era chamada de celeiro da capital naquela época, em função da produção de cereais que sustentava boa parte da alimentação da população paulistana. Foi em função desta demanda que, já no final do século XIX, foi construída uma ferrovia capaz de facilitar o fluxo, o que veio a favorecer a industrialização e ocupação da região ocorridas durante o século XX. A geografia plana e de fácil acesso facilitou a instalação de indústrias nos anos 50 e 60, que por sua vez atraíram migrantes em busca de trabalho. Até essa época, M'Boi havia sido ocupada, por migrantes alemães e japoneses, em chácaras ou propriedades mais amplas; a partir de então, são migrantes no nordeste brasileiro e com menor poder aquisitivo que ali se estabelecem em busca de moradia e oportunidades de trabalho. Porém, por ser uma região de manancial, a legislação restringia a ocupação do território e a construção da infraestrutura urbana necessária para tanto, o que, paradoxalmente, favoreceu a especulação imobiliária e a informalidade, pois foi exatamente por não possuir tais recursos que os lotes se mostravam mais

acessíveis economicamente. Muitos loteamentos irregulares ali surgiram como fruto do arranjo informal entre as forças presentes. A tradição oral da população migrante, por sua vez, condizia com a informalidade do processo de ocupação da região, marcado desde o princípio pela distância do poder público.

Por outro lado, as vulnerabilidades urbanas da região também contribuíram para a formação de potencialidades que ali surgiram como movimentos sociais ou a partir destes. As origens destes remontam ao exercício das sociedades amigos de bairro, que se espalhou pela capital paulistana entre os anos 40 e 60 como promoção do exercício político dos cidadãos de modo cotidiano e local, sendo sucedido, a partir dos anos 60, nas regiões periféricas da cidade, pelas comunidades eclesiais de base. Tais práticas contribuíram para a formação dos movimentos sociais na região, a partir dos anos 70, fomentados sobretudo pelas demandas da população, que se deparava com a falta de iniciativa do poder público municipal para oferecer condições básicas de moradia e de bem-estar social. Estes movimentos reivindicavam saneamento básico, creches, escolas, hospitais e investimentos sociais em geral. As conquistas sociais alcançadas foram fruto destas mobilizações e o processo favoreceu a articulação de seus moradores, não somente em função das reivindicações junto ao poder público, mas também na organização de iniciativas locais que, com ou sem o apoio do poder público, buscaram atender os anseios da população local.

A busca de maior proximidade da população por parte da Igreja Católica levou dois padres irlandeses ligados à teologia da libertação a se estabelecerem na região, ao final da década de 80. Com o intuito de assistir aos desassistidos, aproximaram-se dos moradores e formaram a Sociedade Santos Mártires, organização voltada à criação de serviços demandados pela população. Um dos serviços estabelecidos foi o Centro São José, que oferecia atendimento e formação a crianças e jovens no contra turno escolar, a partir do ano de 1997.

Sua equipe tem sido predominantemente composta por moradores da região, em sua maioria migrantes ou seus descendentes; as decisões são tomadas em equipe, a partir de reuniões semanais regulares nas quais debatem os temas que dizem respeito às atividades realizadas. Assumem como diretriz de sua atividade, o respeito a cada um, tanto crianças, familiares, funcionários ou membros da comunidade. Costumam manter as portas abertas para qualquer um, inclusive nas refeições (a solidariedade é uma tradição na cultura da comunidade), sendo solicitados a realizar ações por vezes que extrapolam sua função de atendimento socioeducativo, sobrecarregando por vezes a equipe, mas, em contrapartida, fortalecem o vínculo com a comunidade, o que lhes facilita receber apoio quando necessário. A atuação em rede junto a outros membros da comunidade e equipamentos da região permite uma ação mais integrada e potente, tendo em vista a restrição econômica de cada um. Segundo depoimento de jovens egressos do Centro, este se tornou uma referência para a comunidade local, tanto para profissionais, quanto entre moradores, em decorrência de articulação que fazem nas redes de relações locais, do compromisso com os sujeitos atendidos e com as demandas do território.

No entanto, um dos maiores desafios enfrentados se dá na dificuldade de diálogo junto ao poder público. A fim de oferecer um serviço público para a população local, o Centro se vinculou como prestadora de serviço à Secretaria de Assistência Social municipal, seguindo a diretriz desta de atuar por meio de organizações sociais. Ocorre que a alternância das gestões de governo tem contribuído para a inconstância das políticas públicas neste setor, exigindo das diferentes organizações sociais envolvidas, sistemáticas readaptações a cada nova gestão. Sob a proposta de uma política de descentralização, a Secretaria municipal promove suas ações por meio de monitoramento e supervisão dos serviços prestados pelas organizações sociais. Esta estratégia de gestão, no entanto, tem ocorrido de modo pouco atento às demandas do território e com pouco diálogo com aqueles que atendem diretamente a população, como é o caso do Centro São José; a Secretaria, então, assume o papel mais de controladora de serviços por ela definidos, do que interlocutora e gestora partícipe dos serviços prestados.

A experiência de proximidade das questões juvenis vinculadas ao território, como em M'Boi, tem nos permitido olhar vulnerabilidades e potências, tanto da região e seus recursos, quanto dos serviços públicos lá construídos. Entendemos que resgatar e sistematizar as narrativas históricas de um Centro de atendimento da população, lembrando de suas origens e trajetórias, nos permite problematizar o tema da juventude de modo mais consequente, levando em conta as configurações urbanas da Cidade e a complexidade de elementos envolvidos quando se fala em vulnerabilidade social.



Práticas de atendimento às adolescentes grávidas em uma Unidade Básica de Saúde (UBS)

Autor: Ilidio (UFMS) e Kathleen dos Santos Silva

Apresentamos aqui o resultado preliminar de um trabalho que tem por título “Práticas de atendimento às adolescentes grávidas em uma Unidade Básica de Saúde (UBS)”. Partindo do pressuposto de que a gravidez envolve múltiplos fatores e que a adolescência é um conceito construído ao longo da história, esta pesquisa tem como objetivo analisar as práticas de atendimento a adolescentes grávidas em uma UBS situada no interior do Mato Grosso do Sul. Como uma política pública social, o Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela lei 8080 (BRASIL, 1990), apresenta a saúde como um direito, tendo como determinantes e condicionantes, a moradia, o saneamento, o trabalho, a renda, o transporte, a educação, a alimentação, entre outros, além de considerar que seus níveis dizem da organização econômica e social do país. O SUS coloca, à disposição dos usuários, a Unidade Básica de Saúde (UBS), pertencente à Atenção Primária à Saúde, que é a porta de entrada às ações e serviços das Redes de Atenção à Saúde – RAS (BRASIL, 2011). Esse sistema também instituiu a Rede Cegonha, pela Portaria de 1.459 (BRASIL, 2011), que prevê a adesão regional ou facilitada de um conjunto de cuidados destinados à garantia dos direitos da mulher e da criança, como planejamento reprodutivo, atenção humanizada durante gravidez, parto e puerpério, nascimento seguro, e desenvolvimento saudável. Uma das ações que se adequam ao componente pré-natal, desta Rede, é o Programa Mãe-Bebê, que foi desenvolvido com o intuito de estimular e acompanhar a realização do pré-natal. Por meio desse programa são atendidas gestantes e puerperas de todas as idades, o que inclui as usuárias de 12 a 18 anos incompletos, consideradas adolescentes pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990). A temática gravidez na adolescência é atravessada por questões de diferentes ordens. Em primeiro lugar por considerar que os sujeitos são construídos na sua relação com a sociedade e que ambos estão num contexto em constante movimento. O segundo ponto segue a mesma lógica, ao pensar na adolescência, novamente surge o processo de construção, construção de um conceito que ao longo da história tornou-se parte do processo de desenvolvimento humano em algumas sociedades. No que se refere ao conceito de adolescência, conforme Ozella (2002), existe uma confusão, que se dá pela dicotomia “biológico x ambiental e social” que por consequência geram uma visão generalizada de “adolescente padrão”, desconsiderando as diferenças. Longe de encontrar uma definição hegemônica, a partir de conceitos apresentados pela Psicologia Sócio-Histórica, esta fase não seria determinada pela idade cronológica, mas pela Zona de Desenvolvimento Proximal - ZDP, necessitando de mediação para lidar com o processo de ressignificação, atribuindo novos sentidos ao mundo que o rodeia (TOMIO; FACCI, 2009). Considerando esta reflexão, deve-se pensar em “Adolescências”, pois varia de acordo com a cultura, a distribuição de renda, o gênero, e o contexto histórico e social (BOCK, TEIXEIRA E FURTADO, 2018). No terceiro ponto, ao tratar sobre a temática gravidez no período da adolescência, Barker e Castro (2002) afirmam que esta se torna um problema social quando leva a persistência das condições de pobreza, falta de oportunidades às mulheres e, conseqüentemente, quando afeta as condições necessárias à saúde, da mãe e do seu filho. Seguindo este raciocínio, primeiramente deve-se conhecer as ações desenvolvidas por uma Unidade Básica de Saúde, frente às especificidades da gestação na adolescência e seu contexto. Então, analisar a gravidez na adolescência nas políticas públicas de saúde, torna-se uma via para a intervenção, uma intervenção que proporcione reflexão sobre a realidade do momento e da sociedade na qual vivem, facilitando o processo de ressignificação como um meio de enfrentamento e obtenção de melhora na qualidade de vida (KAHHALE, 2003). Quanto ao método utilizado, esta pesquisa abrangeu três etapas: quantitativa, que consistiu no mapeamento do perfil das gestantes atendidas em uma UBS no interior do Mato Grosso do Sul, a partir do acesso às fichas perinatais; qualitativa, num segundo momento, ocorreram cinco encontros com as puérperas, de até 22 anos de idade, que foram acompanhadas na UBS durante a gestação; e, concomitante aos momentos anteriores, a terceira, que consistiu na confecção do diário de campo com as observações feitas na unidade. A pesquisa encontra-se na fase de análise dos dados, para na sequência, fechar seu relatório e realizar a devolutiva à Unidade Básica. Sobre os resultados obtidos, na primeira etapa, do total de 122 gestantes, 25 (20,49%) tinham de 13 a 18 anos incompletos. Entre os itens de maior destaque em relação à população total está o nível de escolaridade; os antecedentes obstétricos e idade das gestantes, os quais possuem uma relação diretamente proporcional; e o planejamento da gravidez. Na segunda etapa, foram realizados encontros com um grupo focal, puérperas com menos de 22 anos atendidas na unidade. Esses encontros envolveram ações de reflexão sobre a história de vida das participantes (antes, durante e após o nascimento dos filhos) e práticas de atendimento da UBS no decorrer desse processo. Buscar então compreender

como são desenvolvidas as ações voltadas ao público-alvo em uma UBS, é buscar a construção de conhecimentos que incentivem a produção de práticas comprometidas com a potencialização da vida e a criação de novas estratégias de existência e resistência.

Referências Bibliográficas

BARKER, S. L.; CASTRO, D. M. F. de. Gravidez na adolescência: dando sentido ao acontecimento. In: KOLLER, S. H. (Org.). *Adolescência e Psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas*. Brasília: CFP, 2002, p. 78-84. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf>. Acesso em: 26/07/2019.

BOCK, A.M. B.; TEIXEIRA, M. L. T.; FUTADO, O. *Psicologias: uma introdução à psicologia*. 15ª ed. Saraiva Educação: São Paulo, 2018.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, n.123, p. 01-03, 29 de jun. 2011. Seção 1. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/06/2011&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=288>. Acesso em: 24/06/2019.

BRASIL. Atos do Poder Legislativo. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, n. 135, p. 13563-13577, 16 de jul. 1990. Seção 1. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/07/1990&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=80>. Acesso em: 21/06/2019.

BRASIL. Atos do Poder Legislativo. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, n. 180, p. 18055-18059, 20 de set. 1990. Seção 1. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1196309/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-20-09-1990>. Acesso em: 28/06/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.459, de 24 de Junho de 2011. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, n. 127, p. 109-111, 27 de jun. 2011. Seção 1. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=27/06/2011&jornal=1&pagina=109&totalArquivos=184>. Acesso em: 22/06/2019.

KAHHALE, E. M. S. P. Gravidez na Adolescência: orientação materna no pré-natal. In: OZELLA, S. (org.). *Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paula: Cortez, 2003.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: KOLLER, S. H. (Org.). *Adolescência e Psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas*. Brasília: CFP, 2002. p. 16-24. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf>. Acesso em: 26/07/2019.

TOMIO, N. A. O.; FACCI, M. G. D. Adolescência: uma análise a partir da Psicologia Sócio-Histórica. *Rev. Teoria e Prática da Educação*, v.12, n.1, p. 89-99, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/14059/7674>. Acesso em: 26/06/2019.

Produção de modos de trabalhar e subjetivar nos serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência

Autor: Thaís Pereira Siqueira

Coautor: Rose Tschiedel (UFRGS)

A presente pesquisa situa-se no campo das políticas públicas para mulheres em situação de violência. Nesse campo, os serviços especializados de atendimento ganham destaque. Conforme a SPM (2011), os serviços especializados são aqueles que atendem exclusivamente as demandas das mulheres que vivenciam situação de violência, ou seja, Centros de Referência para Mulher em Situação de Violência, Casas Abrigo, Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM), Juizados de Violência Doméstica e Familiar, Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher, Promotorias e Defensorias Especializadas. Os serviços não-especializados são compostos pelos serviços de saúde, delegacias comuns, Polícia Militar, Polícia Federal, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Ministério Público, defensorias públicas. (BRASIL, 2011). Essa perspectiva demandou por parte dos Estados e municípios o desenvolvimento de políticas baseadas nos princípios de transversalização do gênero, capilaridade do Estado e trabalho intersetorial e em rede. A violência contra as mulheres, em especial a que ocorre em âmbito privado, ou seja, nas relações íntimas de afeto e/ou familiares atualiza modos de subjetivação conservadores (racista, sexista, classista) que atuam como obstáculos para a efetivação de um Estado Democrático de Direito tendo como possíveis efeitos, a falta de acesso das mulheres aos seus direitos e o rompimento das situações de violência. Desse modo, coloca-se

a questão: Como os serviços compreendem e intervêm nas situações de violência que se apresentam cotidianamente? Ainda, os objetivos específicos tiveram o intuito de conhecer práticas de cuidado em relação às mulheres que buscam atendimento nos serviços; analisar os modos de subjetivação que se engendram no atendimento às mulheres que sofrem violências; problematizar as lógicas presentes nas práticas de trabalho com a violência contra a mulher e produzir pistas para a articulação de uma rede de atendimento às mulheres em situação de violência na cidade de Porto Alegre/RS. Essas questões ganham destaque no momento histórico e político atual do Brasil, onde os retrocessos nas políticas públicas vêm ocorrendo. As políticas para as mulheres têm sido alvo de cortes orçamentários e ONGs internacionais tem apontado esse desinvestimento nas políticas como um dos fatores que contribuem para o aumento dos níveis de violência no país. Associamos também o aumento da violência contra as mulheres com a tomada de discursos e práticas misóginas legitimadas pelo Estado Brasileiro e seus representantes. Importante ressaltar que mantivemos como referência os documentos produzidos pela extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (2003-2016), pois compreendemos que a produção ocorrida durante esses anos de intenso trabalho ainda está presente nas práticas dos serviços especializados. Atualmente, as questões voltadas para as mulheres encontram-se sob a responsabilidade do Ministério da Mulher, Família e Cidadania. Nesse sentido, a pesquisa vincula-se ao eixo 9, que aborda Ética e (in)justiças em tempos de retrocessos mundial e nacional dos direitos humanos. A perspectiva teórica que embasa o trabalho é a da Análise Institucional e da Esquizoanálise. Ainda, apoia-se nos estudos foucaultianos, no conceito de gênero (Scott, 1995; Butler, 2017; 2006; 2003, 1999), nas discussões sobre violências contra as mulheres e no conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 2004; 2002; Akotirene, 2018). A proposta metodológica utilizada foi a pesquisa-intervenção (Lourau, 1993) e o processo foi realizado no município de Porto Alegre/RS. Além disso, o conceito de dispositivo encontrado em Foucault (1996) e Deleuze (1990) auxiliou na análise da produção de dados, oportunizando visibilizar as linhas de trabalho e subjetivação que emergem nos serviços de atendimento especializado. Foram selecionados oito serviços que compõem as quatro áreas de abrangência do eixo assistência/atendimento (SPM, 2011) são eles assistência, saúde, justiça e segurança. Pesquisa realizada (SIQUEIRA, 2016) aponta que o município possuía 15 serviços de atendimento especializado. Atualmente possui esse mesmo número, porém foi redirecionada a demanda de um dos serviços da área da assistência e, também, aberto outro na mesma área no final do ano de 2016. Devido ao tempo para a pesquisa ser realizada foram priorizados os serviços com maior tempo de funcionamento e profissionais que estiverem na ativa, trabalhando há pelo menos 2 anos no local. Desse modo participaram cinco serviços especializados e outros três locais que foram incluídos como especializados devido sua importância para a realidade local. Esses serviços foram identificados na pesquisa da seguinte forma: gestão, assistência e assistência/justiça. No processo de pesquisa foram realizadas aproximações com serviços da assistência, segurança, justiça e saúde, através da participação em três reuniões da rede da mulher. Foram realizadas oito entrevistas com nove profissionais atuantes nos serviços e uma roda de conversa com o objetivo de restituir os dados produzidos. Na roda de conversa estavam presentes duas profissionais dos campos da assistência e da justiça. Emergem nesse campo, algumas linhas que intitulamos a seguir: Linha Violência, abordando as possibilidades de violência institucional, as concepções de violência doméstica e familiar encontrada nos serviços, o trabalho com homens autores de violência e falta de perspectiva interseccional ao abordar o atendimento a mulheres negras e transgênero. Na Linha Práticas de cuidado aborda-se os modos de cuidar tanto das mulheres que buscam os serviços quanto das mulheres trabalhadoras desses locais. Na Linha Formação (forma de ação) problematiza-se a ausência na maior parte dos locais de espaços compartilhados da equipe que possam dar suporte às trabalhadoras como as reuniões de equipe, estudos de caso, supervisão, entre outros. E por fim, a Linha Rede que aborda a intersetorialidade, o trabalho interprofissional, a pessoalização dos processos e as microrredes. Esse emaranhado de linhas, pois elas não são independentes umas das outras, e sim, conectadas o tempo inteiro, apontam que as políticas públicas para mulheres no município, estão fragilizadas e vinculadas às políticas de governo que nem sempre as consideram prioridade. Trabalhar nos serviços a partir de uma perspectiva interseccional e fortalecer espaços coletivos para trabalhadoras e usuárias dos serviços são fundamentais. O trabalho em rede se apresenta como desafio constante e visibiliza-se a necessidade de repactuação das atribuições de cada serviço e dos fluxos de atendimento, a retomada do diálogo intersetorial e com a comunidade, a manutenção dos espaços coletivos como as reuniões de rede e a necessidade de produção de conhecimento a partir da experiência dos serviços. Além disso, é necessário que se cumpra a política com ações por parte dos governos, dos movimentos sociais e com a parceria das Universidades.



Psicologia social, práticas psicológicas e relações de gênero em grupo de mulheres na rede de saúde mental

Autor: Bibiana Beck Garbero (UFSC)

Desde a publicação da Lei nº 10.216 (2001), que dispõe sobre a proteção dos direitos de pessoas com transtornos mentais, é referência para o trabalho em saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS) a inserção social e a desinstitucionalização, privilegiando a estruturação de serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos, tal qual os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) - dispositivo onde se dá a inserção em campo. É preconizado que a atenção à saúde mental deve se articular em rede, mobilizando recursos afetivos, sanitários, sociais, econômicos, culturais, religiosos e de lazer, que devem se engendrar de forma a potencializar as equipes no esforços de cuidado e reabilitação psicossocial (Brasil, 2004).

Neste ínterim, uma demanda foi identificada entre as mulheres usuárias da rede de atenção à saúde mental em uma cidade do sul do Brasil: a dificuldade na adesão ao cuidado em saúde e ao cuidado de si, além de muitas apresentarem baixa autoestima e baixo senso autorrealização. Para atendê-la, foi criado um grupo de mulheres coordenado e idealizado por profissionais da área de Enfermagem, que tem como objetivos promover espaço de escuta e socialização para mulheres, estimular potencialidades no cuidado à saúde da mulher de forma integral, além de estabelecer vínculo com a Unidade Básica de Saúde referência das usuárias como forma de promover atividades de prevenção e promoção de saúde da mulher.

O trabalho busca refletir sobre o papel da psicologia social na promoção da autonomia e saúde mental das mulheres. A inserção em campo se deu com a participação da autora das atividades do grupo, cujo público são mulheres em sofrimento psíquico com idades a partir dos 18 anos e que encontram dificuldade para exercer autocuidado e que são pouco vinculadas à Estratégia de Saúde da Família (ESF), majoritariamente com algum transtorno de humor.

Orientam teoricamente este trabalho os princípios doutrinários do SUS: universalidade, equidade e integralidade (Brasil, 1990), sendo o princípio da igualdade um dos mais importantes para pensarmos a constituição de um grupo formado exclusivamente por e para mulheres. A equidade abarca diversas dimensões e vêm sendo tema de debates que esbarram, invariavelmente, nos conceitos de diversidade e diferença. Enquanto a diversidade se determina por fatores que independem da vontade humana ou são resultados de vontades individuais, a diferença diz respeito ao considerado socialmente injusto e com consequências indesejáveis (Almeida, 2000). Logo, o alvo das políticas sociais voltadas as a equidade seriam as diferenças que tem como base relações sociais que implicam no acesso desigual a recursos, inclusive ao tratamento de saúde adequado, e o gênero figura entre estas diferenças.

Em acordo com Lévy (2001) quem intervém deve apoiar a produção de conhecimento dos sujeitos e dos grupos sobre si mesmos e seu contexto, além de produzir ações no mundo a partir das escolhas dos sujeitos. É destacado o potencial dos grupos na promoção da autonomia (Nascimento e Galindo, 2017; Costa e Figueiredo, 2004; Furlan e Ribeiro, 2011), no entanto, nos serviços, grupos aparecem frequentemente como solução para necessidade de atender o maior número de usuários no menor espaço de tempo (Jucá et al., 2010). Para apoiar a análise e caracterização do grupo como um grupo operativo comunitário, utilizou-se como referência Zimerman (2000) e Osório (2003). Também considerou-se importante interseccionalizar o diagnóstico com questões sociais e culturais, nas quais gênero é um marcador social importante à medida que transtornos de humor são mais comuns entre mulheres, o que segundo Barlow & Durand (2015) estaria ligado ao papel social atribuído às mulheres, que as coloca em um lugar de passividade e sensibilidade às pessoas e, além disso, ao fato de que as mulheres experimentam ao longo da vida mais discriminação, pobreza, assédio sexual e recebem menos respeito e conquistam menos poder.

Foi utilizado o método de observação participante, técnica de coleta de dados muito utilizada em pesquisas qualitativas no cenário da prática clínica, para que a partir da interação com os sujeitos a partilha do cotidiano, possa dar significado aos fenômenos estudados realizando a análise da realidade social que lhe rodeia, buscando captar conflitos e tensionamentos existentes e identificar grupos sociais que têm em si a motivação para operar as mudanças necessárias (Queiroz, Vall, Souza e Vieira, 2007). Para além disso, considerou-se como parte essencial dos procedimentos realizados a abertura para o que se apresenta, visto que, em acordo com Cabral (2015), e o campo é imprevisível e permeado por "afecções, afetos, modos singulares de existência e compreensão de vida, de saúde e de doença" (p. 30) que resultam do encontro entre as pessoas nas relações de cuidado.

Dentro desta perspectiva, participou-se de oito encontros do grupo. Para além da observação, teve-se como

atividades a escuta clínica e intervenções durante o grupo, a proposição de dinâmicas, a facilitação das conversas e, em um caso específico, acolhimento individual. Para ampliar o conhecimento sobre o lócus, participou-se também de uma reunião de equipe e de uma assembléia com a participação dos usuários.

Os dados indicam que o grupo compre com o seu papel de socialização, visto que o vínculo entre as mulheres que o compõe excede o espaço do CAPS. Muitas delas conversam e convivem em outros espaços, trocam mensagens, cuidam umas das outras e preocupam-se com as ausências, operando como uma rede de apoio - algumas de forma mais intensa e outras mais difusa, porém, todas se reconhecem e estão envolvidas.

Quando reunidas em torno de uma tarefa ou assunto pré-definido, tornou-se perceptível que os relatos estereotipados ficam em segundo plano e outras elaborações emergem, deixando evidente o caráter terapêutico e a eficiência que um grupo operativo possui junto a este público, corroborando com Nascimento & Galindo (2017), que afirmam que ao darem conta de uma tarefa explícita, os sujeitos acabam elaborando e deixando que surjam questões latentes tornem-se manifestas, o que as apoia a ter mais clareza sobre seu contexto e reconhecer semelhanças e diferenças entre si, assim, possibilitando mudança.

Analisando o conteúdo dos encontros, é possível observar que diversas demandas recorrentes do grupo são atravessadas por questões de gênero. O sofrimento é mediado frequentemente pelas expectativas relativas ao seu papel como mulheres, mães, parceiras e cuidadoras; e pela culpa por não conseguir desempenhá-los. Butler (2014) afirma que gênero designa "o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato por meio do qual estes termos podem ser desconstruídos." (p. 253). No grupo, as operações normas de gênero tornam-se perceptíveis nas preocupações expressas pelas participantes - a ineficiência nos serviços domésticos, o isolamento dos filhos, a indisponibilidade para a relação, as incertezas sobre a virgindade e a insatisfação com a forma física.

Considera-se que em alguns momentos emergiram no grupo discursos que legitimam o lugar da norma em vez de desconstruí-lo. Dentro dos objetivos do grupo - autoestima e autocuidado - pode ser útil que sejam estabelecidos alguns comportamentos desejáveis, que sejam sinais positivos do cuidado de si. No entanto, isso não pode ser feito de forma acrítica, sob o risco de reproduzirmos os mecanismos que vêm causando sofrimento, como o sentimento de inadequação e ineficiência. Quando estabelecemos regulações, produzimos parâmetros de pessoas e "a construção de pessoas de acordo com normas abstratas que ao mesmo tempo condicionam e excedem as vidas que fabricam - e quebram" (Butler, 2014, p. 272).

Foi reafirmada a necessidade e a importância de um grupo de mulheres. Para pensarmos em equidade em saúde, é essencial que tenhamos espaços destinados às mulheres e discussões que passem pelas relações de gênero. Porém, acredito ser importante fortalecer abordagens que estimulam o pensamento crítico sobre as categorias de gênero e atualizem o discurso sobre "ser mulher", abarcando a multiplicidade de sentidos e possibilidades que se apresentam nas vidas das usuárias, com práticas que se coloquem em favor de uma emancipação dos sujeitos, especialmente quando estamos trabalhando junto com mulheres, cujos corpos e vidas são tão intensamente normatizados.

A importância dos serviços substitutivos a institucionalização dos usuários foi reafirmada enquanto espaços de convivência, de encontro e de potência. No entanto, ainda é perceptível uma separação do CAPS do "mundo lá fora", demonstrando que ainda é possível avançar em seu papel de ressocialização e integração com o território. Para tanto, leituras sociais são de grande apoio, visto que o campo apresenta em si diversas intersecções. Não é apenas o sofrimento psíquico, mas uma série de outras vulnerabilidades se apresentam como componente transversais da dor. A depressão, por exemplo, é apenas uma queixa. A demanda vai muito além e estão presentes em cada fragmento de história compartilhado ao longo das atividades (e nos corredores).

Relatos de falta de dinheiro, falta de um teto, falta de um café, falta de remédio no posto, falta de sensibilidade do médico do INSS... Entre tanta falta, cabe ao profissional da Psicologia ser presença para construir um vínculo. Fica a sensação de que a clínica ampliada é muito necessária e torço para que ela continue sendo possível. Para tanto, é necessário que os psicólogos enquanto classe profissional continuem em luta contra os retrocessos que se anunciam nas políticas de saúde mental.



Reflexões sobre a EC 95/2016 e o impacto para a Política de Assistência Social

Autor: Mailson Pereira (UFRB)

Esse trabalho pretende discutir os reflexos da formação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro nos dias atuais, notadamente, a partir do cenário do Golpe de Estado vivenciado no ano de 2016, com a suspensão e desmantelamento do regime democrático de direito, – que vinha se estruturando desde a promulgação da Constituição Federal de 1998, – apontando os rebatimentos do golpe na garantia da seguridade social, em específico, a partir do impacto da EC 95/2016 na execução da Política de Assistência Social e na garantia da proteção social não contributiva, estabelecida nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988. Para tanto, toma-se como caminho explanatório o cenário vigente no início do século XXI, comparado com a nota a Nota Técnica do IPEA acerca das implicações do Novo Regime Fiscal para a Assistência Social no Brasil, buscando explicitar os elementos de estruturação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro que dão lastro para o cenário de Estado de exceção vigente. No cenário do Golpe de Estado instalado no Brasil, a partir do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em maio de 2016, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional algumas propostas de reformas (trabalhista e previdenciária) que retira direitos sociais duramente conquistados nos últimos anos, bem como, uma Proposta de Emenda Constitucional que ficou conhecida entre o movimento social como a “PEC do fim do mundo” que congela os gastos primários da União, e, conseqüentemente, impactam nos recursos para as políticas sociais, que posteriormente foi sancionada como Emenda Constitucional 95/2016. No campo da Política de Assistência Social, se discute atualmente a necessidade de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio da implementação do II Plano Decenal da Assistência Social 2016-2026, através do processo de garantia de direitos à população que necessitar. Sabe-se que a assistência social é um dos direitos sociais regulamentados na Constituição Federal de 1988, que ganhou estatura de política, através da aprovação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, em 2004; forma de sistema, com a implementação do Sistema Única de Assistência Social - SUAS, em 2005; possuindo ainda um amplo lastro de normativas como a Norma Operacional Básica - NOB SUAS 2005/2012; NOB SUAS RH 2006; o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, de 2009; a Tipificação dos Serviços Socioassistencias, de 2009; Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e as portarias do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS; como também, a Lei Orgânica de Assistência Social, atualizada em 2011, sendo inserido nesta a própria previsão legal do Sistema Único de Assistência Social. Em complemento, no âmbito da garantia da segurança socioassistencial de sobrevivência/renda, cabe ainda destacar a Lei do Programa Bolsa Família (Lei 10.836/2004), que estabelece ações de transferência de renda direto à população com condicionalidades. A centralidade dessas ações no processo de garantia de proteção social para a população reitera o empoderamento daqueles e daquelas que foram postos à margem, na estrutura capitalista, mas também, mantém a permanência do sistema. Contudo, com o cenário da EC 95/2016, a efetividade da garantia dos direitos socioassistenciais se encontra em risco, principalmente, pela questão do financiamento de políticas públicas que viabilizem as seguranças socioassistenciais de sobrevivência e autonomia, de convivência familiar e comunitária e de acolhida, - estabelecidas na PNAS, - seja as políticas de transferência de renda (Programa Bolsa Família-PBF e Benefício de Prestação Social-BPC); seja os serviços, programas e projetos socioassistenciais (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias – PAEFI, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, entre outros). Conforme Nota Técnica do IPEA, o congelamento dos recursos primários do Governo Federal, através da implantação do Novo Regime Fiscal estabelecido pela EC 95/2016, pode gerar efeitos que incidam sobre a continuidade de políticas públicas de proteção social e de promoção da equidade, afetando diretamente a capacidade do Estado de ofertar serviços públicos a população. Nas disputas dos modelos de Estado que foram implementados ao longo da história do Brasil e que ainda continuam em disputa no cenário nacional, algumas perspectivas e grupos políticos apontam para a necessidade da existência de um Estado mínimo, que não interfira na economia e que desenvolva políticas sociais focalizadas, apenas nas situações extremas; enquanto outras concepções e agrupamentos partidários afirmam ser necessário um Estado forte, regulador da economia e garantidor dos direitos sociais de forma universal, conforme estabelecido nas legislações brasileiras vigentes. Com o Golpe de Estado em 2016 é possível identificar a retomada de ações dentro da lógica do neoliberalismo, com fragilização dos direitos sociais. Pode-se afirmar que o Golpe de Estado e as suas reverberações (reforma trabalhista, reforma da previdência, EC 95/2016) são uma ação da classe dominante, frente ao cenário de ampliação de direitos que vinha ocorrendo no Brasil nos

últimos anos. A assunção do governo golpista de Michel Temer revela nitidamente a centralidade do cenário de fortalecimento do neoliberalismo, com o desenvolvimento de plataformas de políticas públicas desconectadas do desenvolvimento da política de assistência social que vinha se consolidando, a exemplo do Programa Criança Feliz, encampando como plataforma política pela primeira dama e que traz em sua concepção inicial elementos do policiamento das famílias. Tal programa, na definição de sua execução na política de assistência social, teve como desenho de entrega o Programa Primeira Infância no SUAS, não se adequando a matriz dos serviços socioassistenciais, bem como, revertendo a lógica de centralidade e continuidade dos serviços, em prol de um programa. A adoção do Novo Regime Fiscal estabelecido pela EC 95/2016 impacta diretamente execução dos benefícios, serviços, programas e projetos da política de assistência social, de forma que, corre-se o risco de que o Sistema Único de Assistência Social, - que teve como tema das duas últimas conferências nacionais, em 2015 "Consolidar o SUAS de vez, rumo a 2026" e 2017 "Garantia de direitos no fortalecimento do SUAS", - seja desmantelado, e já em 2026, o MDS não tenha mais recursos disponíveis para o pagamento do BPC, pois, no quadro do NRF, as demais ações da política de assistência social já não existiriam, por falta de recursos para serem executadas. A adoção de um novo regime fiscal como possível solução para a crise vivenciada pelo país apenas esconde elementos das dinâmicas de poder societal. Tem-se então, o verdadeiro desmantelamento da proteção social e, a reversão dos processos sociais de diminuição da população em situação de extrema pobreza com a retirada de direitos. O Novo Regime Fiscal serve a um modelo de Estado neoliberal, que possui amplo lastro no processo de desigualdade social e que tem sido a tônica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O desafio da construção de outro cenário passa, necessariamente, pela disputa do centro de poder nacional, mas também, pela retomada de ações dentro de uma perspectiva de cidadania ampla.

Relatos sobre violência doméstica por Mulheres na Atenção Primária em Saúde

Autor: Raissa Braga (UFU)

Coautor: não se aplica (Renata Pegoraro)

A saúde da mulher é pensada e articulada no campo das políticas públicas desde o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em 1984. Com reivindicações do movimento feminista e em parceria com o Ministério da Saúde, da Previdência e da Assistência Social, esse programa foi implantado e promoveu diversas transformações. Em 2004 ele foi transformado em política, sendo chamado de Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), e ampliou o olhar à saúde em relação às questões de gênero, reconhecendo as desigualdades sociais presentes na vida das mulheres e ampliando o olhar às suas diversidades. Com isso, a violência ganhou mais destaque enquanto questão de saúde pública, o que implica no compromisso do Governo no combate às desigualdades e às violências domésticas, obstétricas, institucionais, tendo como um dos marcos a Lei Maria da Penha em 2007, no governo Lula. Todavia, a violência contra mulher ainda é pouco abordada nos serviços de saúde e geralmente foca-se mais na violência sexual, com o aborto legalizado e controle de doenças sexualmente transmissíveis, enquanto a violência física e psicológica é menos acolhida e possui baixa resolutividade. Além disso, apesar da alta possibilidade da atenção primária em prevenção e promoção de saúde, a literatura aponta que há condições de trabalho desfavoráveis, baixa qualificação de profissionais e pouca articulação da rede intersetorial, entre centros de saúde da mulher, atenção primária e órgãos judiciais. Em meio a essas questões, a mulher muitas vezes enfrenta situações de violência recorrendo apenas à órgãos policiares e judiciais. Objetivo: Compreender as formas de enfrentamento à violência contra a mulher a partir de relatos de mulheres assistidas pela na atenção primária. Relação com o eixo temático escolhido: A PNAISM é uma conquista do movimento feminista e de diversos atores sociais para garantir e proteger os direitos sociais das mulheres, numa sociedade permeada por desigualdades sociais e muita violência. Essa política apesar de grandes avanços no campo da saúde e do social, ainda está se fortalecendo e a mudança e o retrocesso político atual coloca em risco muitas dessas questões, enfraquecendo o poder coletivo de ações em saúde. Tendo em vista essas questões, essa pesquisa torna-se fundamental na discussão de conquistas e retrocessos nas políticas públicas junto com o eixo psicologia social, políticas públicas e direitos sociais, principalmente a partir de relatos de mulheres entrevistadas na atenção primária. Essas entrevistadas foram feitas a partir de um estudo maior no programa de pós-graduação stricto sensu em Psicologia na UFU, financiado pela agência de pesquisa CNPq, com o título "Sentidos atribuídos ao uso de medicamentos psicotrópicos". Orientação Teórica: A violência contra a mulher está presente na sociedade de



diversas formas, tanto ao não assegurar os seus direitos enquanto cidadã, como a partir de relações pessoais entre família, amigos, parceiros. Numa pesquisa de feita no Rio Grande do Sul, a partir da notificação de profissionais de saúde, observaram que na maioria das vezes as mulheres tinham entre 19 a 29 anos e era vítimas de violência física seguida por psicológica e sexual, sendo o autor alguém do gênero masculino frequentemente parceiros ou ex-parceiros. As violências costumavam acontecer na própria residência da mulher e frequentemente traziam como consequência o transtorno pós-traumático e as tentativas de suicídio pela mulher. Numa pesquisa realizada em Nata (RN), autoras apontam que existe uma enorme dificuldade e escassez de recursos materiais e profissionais na Unidade Básica de Saúde para acolher as mulheres vítimas de violência. Recorrentemente esses atendimentos são feitos pelos profissionais da assistência social, mas não havendo muitos desses no local da pesquisa, fica encargo do psicólogo, geralmente realizando atendimentos individuais, sem a discussão em equipe. Esse fato fortalece a violência vista socialmente enquanto algo do nível privado, do casal, culpabilizante às mulheres, sendo necessário uma transformação e maior olhar dos serviços de saúde em todos os níveis. Método: Participaram 10 mulheres usuárias de psicotrópicos, assistidas por uma Unidade Básica de Saúde em funcionamento no interior de Minas Gerais. Elas foram entrevistadas com o objetivo de conhecer a vivência de mulheres que utilizam medicamentos psicotrópicos em relação à sua saúde e seus relacionamentos afetivos. Em um segundo momento, foi realizada uma roda de conversa com a temática sobre o que é ser mulher, onde 4 mulheres participaram, numa sala reservada na própria UBS. Posteriormente os áudios foram transcritos em íntegra, identificados categorias de análise e trabalhados a partir da análise de conteúdo. Resultados: Quando questionadas sobre o que é ser mulher, 3 das 4 mulheres associaram que ser mulher é sofredora e estava relacionada com a violência que sofreram. Duas delas relataram violências psicológicas e físicas tendo em comum terem acontecido dentro das próprias residências, pelos maridos e ambos tinham acesso a arma de fogo por serem policiais. A violência psicológica foi um tema menos abordado por elas, mas foi descrito por 3 das 4 entrevistadas, geralmente com falas dizendo se sentirem humilhadas e não quererem falar muito a respeito. As violências físicas foram mais detalhadas e descreviam o uso de objetos como enxadas, peixeiras e o próprio corpo (tapas, murros), permeados em situações com violência psicológica e ameaças. As duas mulheres em situação de violência física recorreram à polícia para buscar ajuda e proteção, mas tiveram pouco sucesso devido os maridos também serem policiais. Nas falas as mulheres contam sobre ter que implorar para a polícia ir até suas residências, dizendo sobre a possibilidade de morte, devido a presença de armas de fogo, e o ocultamento dos militares sobre o processo, não levando os homens à cadeia, apenas mantendo eles uma noite no local de trabalho, no quartel. No final, elas conseguiram sair das situações por meio de separação judicial, sem o auxílio de outros profissionais, dizendo que se tivessem continuado casadas estariam mortas. Em uma das falas uma mulher reconheceu a importância do assistente social para ajudar nesse processo e caso não tivesse conseguido resolver sozinha, teria recorrido a ele. Conclusão: Os relatos das entrevistadas mostram a tentativa inicial das mulheres em enfrentar a violência a partir da ajuda dos órgãos policiais e quando não houve resposta, o enfrentamento foi feito individualmente, todas com a separação e fim do relacionamento. Esses dados coletados reafirmam outras pesquisas que falam sobre a dificuldade de acolhimento da mulher vítima de violência na UBS, tanto pela escassez de verba e capacitação dos profissionais nesse serviço, já que as entrevistadas eram usuárias do serviço e faziam outras consultas e atendimentos no local. Além disso, demonstra-se a necessidade do mapeamento de uma rede existente para cuidar da questão da saúde e violência contra a mulher, destacando medidas coletivas e sociais em detrimento de ações individuais para lidar com a questão. Assim, considerando esses resultados e o atual panorama econômico e político que nos encontramos, é necessário mais pesquisas e ações em saúde que abordem este tema e investiguem a violência enquanto um tema de saúde pública, além de quais ações tem sido desenvolvidas para combatê-la de uma forma intersetorial.



Serviço de Aborto Legal na Santa Casa de Misericórdia em Belém-PA: Implicações e críticas

Autor: Danilo Mercês Freitas (UFPA)

Coautor: Larissa Kimberlle de Oliveira, Luana Borges Teixeira (Universidade Federal do Pará) e Melina Navegantes (UFPA)

Fala-se de abortamento quando ocorre a descontinuidade de uma gravidez até a 20ª ou a 22ª semana de gestação e o feto pesa menos de 500g. O termo aborto, por sua vez, é utilizado para o produto eliminado no processo de abortamento. Esse último trata-se de uma questão de saúde pública, visto que é responsável por uma das maiores causas de morte materna no Brasil, pois pode levar a hemorragias, infecções, perfuração de órgãos e infertilidade. Isso ocorre mais em países em desenvolvimento, devido às vulnerabilidades sociais, aspectos legais e discursos morais e religiosos. No Código Penal brasileiro, segundo o art. 218, o abortamento não é crime em caso de risco de morte materna, anencefalia e gravidez decorrente de violência sexual. Neste último caso, a mulher deve ser orientada quanto às providências legais que pode tomar, mas não é obrigada a denunciar para ter acesso ao aborto legal. No caso de crianças e adolescentes, deve haver o atendimento e a realização do procedimento, mas é necessário notificar o Conselho Tutelar e tem legislação específica. Além da demanda física, é preciso levar em conta as questões emocionais que envolvem este processo, mediante um acolhimento de qualidade, com orientações necessárias para responder a todas as perguntas da mulher, de forma a garantir a autodeterminação. Além disso, a fim de prever esse trato humanizado, é importante a presença de equipe multiprofissional capacitada e empática, entre eles destacam-se psicólogos e assistentes sociais no atendimento. O presente estudo teve como objetivo compreender como ocorrem as implicações do serviço de Aborto Legal oferecido pela Santa Casa de Misericórdia do Pará, a partir das falas de profissionais ligados ao serviço. Por se tratar da discussão das implicações de um serviço público e das representações de psicólogos acerca dele, este estudo identifica-se com o GT 16: entre as conquistas e os retrocessos das políticas públicas: pesquisa e práticas para garantia dos direitos nas interfaces entre educação, saúde e assistência social; e do Eixo 1: Psicologia social, políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais. O presente trabalho teve como embasamento teórico a psicologia da saúde em consonância com a psicologia social crítica, bem como princípios de uma psicologia latino-americana. Para entender os sentidos e significados sobre “abortamento” e aborto para esses profissionais que acolhem e atendem nesse programa de atenção ao aborto legal foi observada uma palestra inicial, para posterior entrevista semi-aberta, baseada em um roteiro de perguntas previamente formulado. O trabalho foi realizado no dia 13 de novembro de 2018 com os profissionais que atuavam na Santa Casa de Misericórdia do Pará. A partir das respostas das profissionais, foi verificado que o fluxo de acolhimento da mulher que busca o serviço no estabelecimento, normalmente, é feito primeiramente pela enfermagem obstétrica para observação dos riscos de emergência, realização de teste de H.I.V. (Human Immunodeficiency Virus, traduzido em português para Vírus da Imunodeficiência Humana) e escuta das queixas. Em seguida, pela atenção psicossocial e serviço social, para a escuta das informações acerca da situação da violência sexual e registro da história, realização de orientações sociais à usuária e/ou familiares, informações sobre a rotina hospitalar, fluxo de atenção à situação de violência sexual, possibilidade de interrupção da gravidez mediante o aborto legal. Pela psicologia, o acolhimento deve ter como princípio, segundo pontuaram essas profissionais a empatia e legitimação dos sentimentos e emoções vivenciados pela usuária e deve-se informá-la e orientá-la sobre todas as etapas do atendimento, estimular o registro da ocorrência policial e a realização de perícia, além de esclarecer e a incentivar a adesão da usuária à continuidade do atendimento em saúde, respeitando a sua autonomia. Este profissional (psicólogo) também pode orientar familiares para possível encaminhamento à rede assistencial para continuidade do acompanhamento psicológico. A última avaliação é a médica, a partir de avaliação dos exames clínicos e ginecológicos, bem como possíveis encaminhamentos. Entretanto, também nesse nosso trabalho foram apontadas algumas críticas, pelas entrevistadas, em relação ao serviço do Aborto Legal prestado no estabelecimento. Primeiramente, quanto à existência no estabelecimento de atitudes reforçadoras da divisão sexual do trabalho, ao potencializarem práticas que negam a humanidade da mulher, colocando suas necessidades como ser social em segundo plano, negando à mulher o controle sobre seu próprio corpo e a manifestação de seus desejos. Se legitima e naturaliza essa relação de subordinação feminina e, cristaliza-se uma prática de violência instituída, causando sofrimento no sujeito que se encontra em situação de vulnerabilidade (no caso as mulheres em processo de atendimento). Também foram feitas críticas à atuação de alguns profissionais, principalmente da classe médica, que discordam do procedimento

por motivos religiosos, morais ou filosóficos e se recusam a atender e a buscar outro profissional para assistir as mulheres que procuram o estabelecimento, utilizando da objeção de consciência prevista no Código de Ética do Médico. Além disso, por não concordarem com a prática, muitas vezes as mulheres recebidas pelo estabelecimento são desrespeitadas pelos funcionários da instituição, exprimindo preconceituosos implicam em Violência Obstétrica. A fim de evitar os constrangimentos acima referidos, uma possível alternativa para isto seria a criação de uma equipe específica e multidisciplinar para o programa Aborto Legal, atendendo 24h em salas e profissionais destinados a quem busca o serviço supracitado. Com isto, segundo as entrevistadas, tenderia à diminuição das recusas e, provavelmente, os atendimentos seriam humanizados, não prejudicando em demasia a saúde mental de quem busca este serviço. Além disso, a questão do abortamento está em constante discussão e até tentativa de invalidação a partir do discurso reacionário do atual governo, tornando-se, dessa forma, resistência a sua manutenção no Serviço Único de Saúde. O aborto legítimo é um serviço primordial, garantido pelo Código Penal desde 1942 no artigo 128, o qual defende o princípio democrático da liberdade aplicada ao corpo, previsto também nos Direitos humanos. Contribuindo igualmente para a garantia da saúde tanto física quanto psíquica da mulher que recorre a esse procedimento. Conclui-se, então, que fazer existir e resistir o serviço de abortamento é um enfrentamento constante, porém fazer apenas isso se mostra cada vez mais insuficiente na garantia de direitos, deve-se pensar a saúde para o além do sobreviver, buscando humanização e empatia nos serviços ofertados.

Velhos, biopolítica e cuidado: uma etnografia em serviços de saúde

Autor: Berenice A de M Bento (UFRJ)

Este trabalho busca refletir sobre uma etnografia realizada no Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O NAI é o ambulatório de geriatria do Hospital Universitário Pedro Ernesto, instalado na Universidade da Terceira Idade na UERJ desde 1996. Oferece princípios de integralidade da atenção à saúde do idoso. O NAI recebe idosos para diversos atendimentos, como psicologia, geriatria, nutricionista e fisioterapia, além de oferecer grupos de conversas semanais no Grupo de Estudo da Saúde (GES).

Esta pesquisa buscou acompanhar as atividades do NAI e do GES, por meio de observação participante, entrevistas e acompanhamento da vida cotidiana dos profissionais de saúde e dos idosos que lá frequentam. Um dos objetivos deste trabalho é pensar em como as políticas públicas direcionadas aos idosos, estão localizadas na vida de cada interlocutor do GES. Há diversas políticas que visam o idoso, contudo, com a captação precária de recursos e diversos problemas que se apresentam não é possível colocar em prática tais políticas. Entre as diretrizes a serem seguidas temos Lei Orgânica da Saúde (nº 8080/90 Brasil), Política Nacional de Saúde do Idoso (Brasil), Estatuto do Idoso (Lei 10741/2003 Brasil). Contudo, tais mudanças políticas ainda não parecem claras para sociedade e instituições (MOTTA, 2008). Afastados do mundo do trabalho, os participantes observam seus direitos serem negligenciados. Há uma luta constante para afirmarem seu modo de existência. Durante as investigações, surgiram questões como: O que é saúde para os idosos? Como se dá o atendimento dos idosos? As práticas produzem formas de cuidado? Como as políticas públicas contribuem na vida dos idosos. A pesquisa vem mostrando que o NAI e o GES são espaços potentes para se discutir as temáticas do envelhecimento, bem como as políticas públicas no estado do Rio de Janeiro para a terceira idade.

Ainda se faz necessário voltar o olhar da psicologia social para a área do envelhecimento, assim, este trabalho se utiliza de autores como Martín-Baró (1996) Guita Debert (1999), David Lapoujade (2017), Claudia Fonseca (2006), Luciana Motta (2008), Marcio Goldman (2003) para traçar um caminho em relação a psicologia social, processos de envelhecimento, modos de existência e políticas públicas.

A etnografia é uma forma de experimentar a vida e conceitos de nossos interlocutores. O antropólogo então busca se desconstruir em campo por meio de afetos que são produzidos nas interações com os interlocutores (Goldman, 2003). Etnografia é, assim, uma tentativa de entender outros modos de vida usando a subjetividade do pesquisador e sua confrontação com o "diferente" como instrumento principal de conhecimento" (Fonseca, 2006, p.13). Logo, a etnografia não objetiva utilizar conceitos preestabelecidos, anteriores à pesquisa de campo; antes, é no processo de trabalho de campo que os conceitos e as perguntas de nossos interlocutores vão surgindo. Tais procedimentos teórico-metodológicos são importantes, pois a velhice vem sendo enquadrada com macro-conceitos que nem sempre dialogam com a experiência do dia-a-dia da velhice, como veremos a seguir.

As teorias que buscam entender a velhice assinalam que, em uma sociedade afeita aos valores da competição



e do produtivismo, os indivíduos são valorizados principalmente pela capacidade de produção econômica. Estar fora do mundo do trabalho torna-se, assim, um fator relevante de exclusão social, sendo a velhice um momento da vida no qual este processo de não reconhecimento se torna ainda mais acentuado. Com essa perspectiva, os estudos relacionados às ações de produção de sentido existencial e de potência de vida para os velhos constituem um amplo e importante campo de estudos, especialmente considerando o expressivo crescimento deste contingente populacional nos últimos anos.

Além disso, os estudos assinalam a velhice relacionada com doenças como algo presente no imaginário da sociedade e, mesmo que as propagandas tentem mostrar a velhice ativa, essa não é a realidade de muitos velhos. Os estudos ainda apontam que não é possível pensar a velhice deixando de lado o fator econômico, nem isolar as superestruturas sociais, políticas e ideológicas que a condicionam. Envelhecer é um processo que está longe de ser aceito na atualidade, não se quer envelhecer. Além disso, surgem questões como: de que modo se dá a infantilização da velhice? Como eles usam a memória para ressignificar o presente?

Todavia, como essas questões se dão em um serviço de atendimento aos idosos? Como interpelam os profissionais de saúde e os idosos? O NAI vem se mostrando um dispositivo que torna possíveis outras apropriações de modos, potências de vida e de subjetivação na velhice. O grupo funciona como dispositivo micropolítico de afirmação dos direitos de existência digna de velhas e velhos, e também como uma das formas de afirmar os direitos de existência de pessoas que vivem em situações de exclusão social.

O eixo temático que se relaciona é o "Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais", tendo em vista que este trabalho tem como um dos objetivos discutir processos contemporâneos de construção dos direitos sociais das pessoas idosas, articulado com as políticas públicas e os enfrentamentos aos contextos neoliberais que tal fase de vida apresenta. O grupo de trabalho que se identifica é "Itinerários formativos e atuação nas políticas públicas para garantia de direitos: desafios do trabalho com sujeitos, grupos, instituições e comunidades".

GT17: História Social da Psicologia

A Crise da Psicologia ou o Dualismo Indivíduo e Sociedade: uma análise a partir da Psicologia Histórico-Cultural

Autor: Pâmela Pitágoras

Introdução: A Psicologia Moderna, buscou tratar de temáticas que objetivassem as instâncias primordiais para o conhecimento da subjetividade, e que na conjuntura da Psicologia Histórico-cultural, através dos trabalhos de Vigotsky e seus seguidores, trouxe uma nova visão dessa questão essencial para a ciência psicológica. O objetivo desse trabalho é o de entender como a Psicologia Histórico-Cultural colaborou no entendimento de como se constitui e como se configura a construção da ciência que visava estudar a subjetividade humana, através de um recorte epistemológico pelas apreciações de Vigotsky sobre as premissas da Psicologia. Além disso, esse trabalho busca demonstrar que a dicotomia indivíduo e sociedade esteve adjacente no cerne da construção da Psicologia, desde seus primórdios e se fortalecendo nas diferenças entre as abordagens psicológicas. A Psicologia Moderna, desde seu reconhecimento enquanto uma ciência autônoma, nas últimas décadas do século XIX, buscou tratar de temáticas que objetivassem as instâncias primordiais para o conhecimento da subjetividade. Foi no decorrer deste período, que começou a florescer várias indicações formais para o reconhecimento nos círculos acadêmicos da Psicologia como uma disciplina independente e o surgimento das escolas de pensamento, representando um marco no desenvolvimento da Psicologia. Nas últimas décadas do século XIX, começaram a despontar os primeiros laboratórios com o intuito de se estudar, experimentalmente, os considerados "fenômenos psicológicos superiores" (SANTOS, 2003), principalmente na figura de Wilhelm Wundt (1897; 1902). Segundo Farr (2008), cada perspectiva de estudo de Wundt possuía focos diferenciados: uma, se referia ao indivíduo, enquanto a outra se referia à comunidade. Por sua vez, Wundt (1897) indicava a separação entre a Psicologia Experimental (Naturwissenschaften) e a Social (Volkerpsychologie). Mesmo com sua intenção de estudar processos mentais influenciados pela cultura, Wundt (1897) permitiu o enraizamento do dualismo indivíduo e sociedade na Psicologia, como temáticas que per-

tenciam a polos distintos, logo, sendo necessário seu estudo em disciplinas separadas. Wundt (1897) influenciou uma gama de jovens cientistas que se inspiraram em seus trabalhos mais experimentalistas e que se preocupavam em estudar mais o organismo do que a psique, negligenciando os aspectos sociais. Vê-se que já em seu surgimento enquanto ciência moderna, a Psicologia separou o indivíduo da sociedade, refletindo no surgimento do estruturalismo e do funcionalismo, bases das principais abordagens psicológicas, ainda hoje estudadas e aplicadas no campo prático. Entretanto, Vigotski trouxe uma nova perspectiva de estudo sobre essa questão, conforme afirma Molon (2015), já que para ele, a construção de uma Psicologia que compreendesse a subjetividade como um processo sociocultural, capaz de superar as concepções individualistas sobre o homem, da psicologia tradicional. A psicologia de tradição vigotskiana baseia-se na concepção de que o homem é constituído a partir de suas relações sociais, rompendo com as premissas clássicas das psicologias comportamentalistas e psicodinâmicas. Por isso, a Psicologia Histórico-Cultural preconiza a importância das relações sociais e da cultura na constituição da subjetividade humana. Para Vigotski (2007), a cultura torna-se parte da natureza de cada pessoa, através da construção dos sistemas de signos produzidos culturalmente, provocando assim profundas transformações individuais. Discussão: Esta dicotomia foi historicamente o pomo das contradições entre as teorias psicológicas, justificando sua classificação entre idealistas e materialistas. Vigotsky (2007, p. 25) aponta que em sua época os estudiosos da psicologia negligenciavam três questões importantes: a) a relação entre os seres humanos e o ambiente social e físico; b) a relação entre o uso de instrumentos e a linguagem no que se refere à psicologia humana; e c) as consequências psicológicas das novas formas de atividades derivadas do trabalho como meio de relação entre os seres humanos e a natureza. Em linhas gerais, ele criticava uma Psicologia baseada no inatismo que buscava traçar leis gerais para explicar a mente humana (Vigotsky, 2007). Ao contrário dos seus contemporâneos, Vigotsky defendia a tese da constituição social da mente, na qual o componente cultural (da qual o ser humano vive e faz parte) é o limiar do seu desenvolvimento e conseqüentemente o ponto central dos seus aspectos psicológicos. Essa proposta de Vigotski, inovadora para sua época, objetivava minimizar o dualismo indivíduo e sociedade. Logo, Vigotsky (2013) acreditava que seu projeto teórico não excluía o entendimento dos fenômenos humanos de sua origem subjetiva e social. A Psicologia Histórico Cultural, tenta, mesmo que não diretamente, amenizar a dicotomia (indivíduo X sociedade) criada pelas demais matrizes psicológicas — mesmo porque a tradição clássica da ciência psicológica reforçou ao longo dos últimos séculos essa separação entre subjetividade e contexto sócio histórico. Desta forma, Vigotsky (2013), ao criticar o modelo de pesquisa da psicologia de tradição funcionalista, abriu um campo de discussão sobre como apreender os fenômenos humanos, em sua complexidade e sem perder a ligação com o cultural e social. Conclusão: Em suma, é através dessa proposta dialética, com base no materialismo histórico, que Vigotski busca construir um modelo teórico que visa entender o ser humano através de sua totalidade, unificando os aspectos internos e externos.

A ética na Revista Arquivos Brasileiros de Psicotécnica

Autor: JULIO ROCHA (UCP)

Coautor: Renato Sampaio Lima (Renato Sampaio)

Este trabalho tem como tema a ética nas publicações da Revista Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (ABP). Justifica-se o estudo, em face da importância da discussão sobre a ética profissional que antecedeu a regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil. O objetivo foi analisar os artigos publicados na ABP que versavam sobre a ética do psicólogo, buscando compreender os temas e as questões emergentes no período pré-profissional da Psicologia no Brasil. A presente pesquisa se relaciona com o GT de História Social da Psicologia, tendo em vista a necessidade de compreender a importância, tanto dos atores sociais, quanto das instituições envolvidas na discussão sobre a ética profissional do psicólogo antes do reconhecimento deste ofício. Para tanto, utilizando os referenciais da história da Psicologia, examinamos os artigos publicados na ABP nos anos de sua publicação, procurando identificar os textos que versassem sobre a ética profissional do psicólogo, analisando-os, buscando sintetizar as contribuições e as discussões no período. Foram selecionados 3 artigos, identificados a seguir. Em relação aos resultados, em 1952 foi publicada na ABP uma tradução realizada por Betti Katzenstein e Eliezer Schneider, de um folheto da New York State Psychological Association, intitulado Princípios éticos para o exercício da psicologia, e este foi dividido em princípios da seguinte maneira: a responsabilidade do psicólogo perante seu cliente e a sociedade, a relação entre o psicólogo e seu cliente, procedimento em entrevistas e no manejo de material de casos,

honorários na psicologia clínica, relações interprofissionais no exercício da psicologia clínica, propagandas e anúncios sobre serviços psicológicos profissionais e práticas errôneas e charlatanismo no exercício da psicologia clínica. Percebemos que o texto dos princípios tem como protótipo de atuação profissional do psicólogo a prática clínica, atividade consolidada nos USA e, em avanço progressivo no Brasil no mesmo período. Acreditamos que a tradução foi um dos importantes atos preparatórios, ou pelo menos, um instrumento para as discussões que se seguiram, sobre a ética na prática do psicólogo no Brasil, temática fundamental para a regulamentação da profissão de psicólogo que só aconteceria 10 anos depois, em 1962. Em outro texto publicado em 1955 na ABP, temos o discurso de Lourenço Filho intitulado I Seminário Latino-Americano de Psicotécnica, No artigo, o autor apresentou seu discurso na sessão inaugural do Seminário, na qualidade de presidente da Associação Brasileira de Psicotécnica, e também da comissão organizadora do evento. Neste, o autor indicou que o ideal da Associação contemplava tanto um estatuto legal, como um código de ética para a área. Ainda no período pré-profissional, a produção de um referencial deontológico era um dos ideais dos envolvidos na Associação Brasileira de Psicotécnica, ideal plasmado no discurso de seu presidente e epônimo da Psicologia Brasileira. Finalmente, em texto publicado em 1961 na ABP, encontramos uma tradução realizada por Dorothea Dahlleim, de um artigo da Profa. Doutora Franziska Baumgarten, intitulado Regras e princípios de um código de ética internacional para psicólogos. Tal documento foi iniciado com uma metáfora sobre o mau exercício profissional, que levou Hipócrates a criar regras para as atividades do médico em relação ao paciente, o Juramento de Hipócrates, e estes princípios também poderiam ser utilizados por outras categorias profissionais, como os psicólogos, que estariam a serviço do próximo, cuidando do bem-estar deste. Trouxe também a discussão sobre a ética em experimentação ou pesquisa, colocando o sofrimento tanto físico, como psíquico, como limite para a realização de atividade investigativa em psicologia. Outro princípio diz respeito da utilidade da ciência e os abusos que podem ser realizados em nome dela. Foi apresentada a discussão sobre o quanto os cientistas deveriam submeter-se ao Estado e as autoridades, em especial, em regimes autoritários, em que as ideologias podem cercear a produção científica, indicando a Guerra como atividade que coloca o profissional diante de impasses e dilemas sobre o fazer do psicólogo. Preconizou, também, a importância da produção teórica com objetivos práticos na Psicologia, respeitada a ética na produção do conhecimento e de ações desta. Finaliza a reflexão, indicando o sétimo ponto: a ética entre colegas cientistas, em que se deve dar publicidade aos trabalhos dos colegas, não tratando-os como rivais ou ameaças a própria existência como cientista. Parece-nos que esta tradução se soma aos outros artigos sobre o tema ética na prática profissional que foram publicados na ABP, com uma reflexão mais filosófica, ainda que apontando para a prática do psicólogo, especialmente, por comparar a atuação dos cientistas em geral como a atuação do psicólogo no quesito ético. Percebemos que a ética ocupou um pequeno, mas importante espaço nos artigos da ABP, revelando a necessidade de reflexão e produção de instrumento que regulasse eticamente a relação entre o psicólogo, seu cliente e a sociedade em que está inserido. Tais discussões aparecem como atos preparatórios para a produção de textos, projetos e memoriais que antecederam a tramitação do projeto de lei para a regulamentação da profissão de psicólogo.

A Psicologia e a Pedagogia nas teses de Hanns Ludwig Lippmann

Autor: José Felipe Vitor Machado

Coautor: JULIO ROCHA (UCP) e Cleia Zanatta (UCP)

O Professor Hanns Ludwig Lippmann foi um importante personagem da Psicologia no Estado do Rio de Janeiro, em especial, por ter criado diversos cursos de Psicologia entre as décadas de 1950 e 1970. Em face de sua importância, acreditamos que a análise das teses produzidas por ele entre os anos de 1958 a 1962 permitiriam conhecer as contribuições deste, tanto para o desenvolvimento da Psicologia, quanto da Pedagogia. Sendo assim, o objetivo do presente resumo é apresentar a análise das teses do Professor Hanns Ludwig Lippmann, destacando as ideias relacionadas a Psicologia e Pedagogia presentes nos textos, favorecendo a compreensão sobre o contexto histórico, social e político no qual as mesmas foram elaboradas. A presente pesquisa se relaciona com o GT História Social da Psicologia, tendo em vista o interesse em compreender, não só as teses, como também o autor destas, permitindo a discussão acerca da produção desses saberes e as reflexões realizadas. Dentre os esforços que possibilitaram a emergência da Psicologia no Brasil, o trabalho dos pioneiros, alguns deles de origem estrangeira, se caracterizou como um fator de grande importância nesse sentido. Dentre os pioneiros, destacou-se o Professor Hanns Ludwig Lippmann, católico convertido de origem alemã, o qual, a partir da sua experiência e



motivação, idealizou o primeiro curso de Psicologia do Brasil. Consequentemente, Lippmann participou da criação de outros seis cursos de Psicologia no Estado do Rio de Janeiro, nos quais pode atuar na elaboração de currículo, na seleção de professores, na coordenação e no corpo docente. Apesar de intensa atuação prática, Lippmann teve pouca produção escrita, provavelmente devido a sua dedicação na administração dos cursos e, dentre elas, realizamos análise de conteúdo das três teses elaboradas por ele: (1) 'Educação - Escolha - Existência (Fundamentos Psicopedagógicos da Orientação Educacional)' de 1960, (2) 'Variações Ontogênicas do Homem Contemporâneo (Subsídios para o estudo do conceito da 'Aceleração Evolutiva')' de 1961 e (3) 'Psicologia Existencial e Aconselhamento de Adolescentes' de 1962. Entre as teses acima, as quais lhe possibilitaram assumir o cargo de professor, a temática da educação e a preocupação com a juventude se fazem presentes, como é caso da tese 'Educação - Escolha - Existência', na qual Lippmann apresentou a Orientação Educacional como uma das soluções para o ensino secundário no Brasil, o qual passava por uma reforma em diferentes níveis. Já a tese 'Variações Ontogênicas do Homem Contemporâneo' continha contribuições ao estudo das alterações evolutivas a partir de pesquisas empíricas junto a jovens alemães, desta maneira apresentando contribuições teóricas ao conceito. Em 'Psicologia Existencial e Aconselhamento de Adolescentes' se ampliou a perspectiva psicopedagógica e alertou-se para uma Psicologia mais compreensiva dos problemas educacionais do adolescente. Trata-se de uma pesquisa de História da Psicologia, tendo como referencial metodológico a análise de conteúdo qualitativa, destacando os principais temas aos quais ele se dedicou nas três teses. Em relação aos resultados presentes na primeira tese, Lippmann apresentou como tema a orientação educacional, a partir dos fundamentos psicopedagógicos. Através de uma comparação com os estudos norte-americanos, a orientação educacional foi abordada na pedagogia, na educação e nos fatores da personalidade. Primeiramente, ocorre sua conceituação e exploração, a partir da legislação e simpósio brasileiro. Após os objetivos da educação, a escolha e o processo educacional foram problematizados a partir dos estudos norte-americanos. E por último a personalidade foi analisada enquanto fator preponderante na orientação educacional. Já na segunda tese, Lippmann apontou contribuições ao conceito da aceleração evolutiva, tendo em vista a importância para o desenvolvimento tanto físico quanto mental do adolescente. Ao apresentar a Psicologia Diferencial, discorreu acerca das diferenças individuais e grupais, com foco no crescimento em altura de diferentes países. Consequentemente, apresentou a aceleração evolutiva em seu significado, forma, etiologia e adaptação. Em sua última tese, a partir das Diretrizes e Bases da Educação Nacional que incentivam a orientação educacional no ensino de nível médio, Lippmann apresentou considerações acerca da contribuição da psicologia ao campo da educação. Apresentou-se, assim, a crise pedagógica, a partir do exagero do fiscalismo, da falta de estudos de uma Psicologia Epocal sobre a adolescência e o estado de tensão na pedagogia contemporânea resultante de um retardamento cultural. O aconselhamento de adolescentes foi então apresentado a partir da psicologia educacional e pedagogia existencial, posteriormente sendo levantados sua natureza, objetivo, técnicas e princípios básicos. Percebemos que os principais temas trabalhados foram a psicologia e suas contribuições a pedagogia, a partir da psicopedagogia. A orientação educacional também foi temática abordada em suas duas teses, tendo em vista a escassa literatura brasileira acerca do assunto em Psicologia e sua preocupação com a juventude tem caráter histórico, em face das reformas que o ensino brasileiro experienciava na época. As teses possibilitaram que Lippmann obtivesse a livre docência em Psicologia Educacional na Universidade do Rio de Janeiro, atual UERJ, em 1960 com a tese 'Educação-Escolha-Existência' e a cátedra de Psicologia Educacional, também para UERJ, em 1962 com a tese 'Psicologia Existencial e Aconselhamento de Adolescentes'. Já a tese 'Variações Ontogênicas do Homem Contemporâneo', submetida à cátedra da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil em 1961, atual UFRJ, não chegou a ser defendida, devido ao concurso não ter sido realizado por motivos desconhecidos. Suas teses propiciaram o seu desenvolvimento profissional e promoveu importantes reflexões em Psicologia e Pedagogia.

A psicologia na história: interfaces com a eugenia

Autor: Melline Ortega Faggion (Melline Faggion)

O campo de estudo referente à história da psicologia, sobretudo ao percurso histórico dessa ciência no Brasil, caracteriza-se como um campo em constante desenvolvimento. Em seu modo de existir os homens fazem história. Em seu movimento, a história dos homens engendrou condições e criou necessidades para que a psicologia se fizesse necessária. Compreender este processo é um desafio para nós, psicólogas e psicólogos, visto que a trajetória histórica dos saberes psicológicos, em especial no Brasil, ainda recebe pouca notoriedade em nosso âmbito de



formação. Outrossim, o capítulo que aborda a historicidade da psicologia no país é, regularmente, narrado à luz de fatos e personagens que marcaram este momento em detrimento da análise das condições objetivas que levaram a efetiva necessidade para o “nascimento” da psicologia no Brasil. Fatos como estes interferem na construção de uma prática crítica em psicologia. Deste modo, o lançar-se ao passado, isto é, nos modos de existir do homem de uma determinada época, faz com que vejamos a história como um campo de contradições e embates, onde a neutralidade mostra-se impermanente e a ação dos homens lança luz a nossa atualidade.

A respeito do percurso da ciência psicológica no Brasil é necessário demarcar a participação e os estudos capitaneados pelos membros da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). Apesar da impopularidade dos trabalhos desenvolvidos por tal agremiação, podemos caracterizá-los como substanciais para a constituição da psicologia no Brasil. A LBHM foi fundada em 1923 por meio da iniciativa do médico Gustavo Riedel (1887-1934) e da elite médica brasileira, almejando à transformação do país em uma nação moderna por meio do ideário da higiene mental. Em 1929 a LBHM incorporou em seu estatuto o ideário da eugenia, isto é, conjunto de ideias que visa o aperfeiçoamento físico, psíquico e moral da espécie humana. O termo eugenia foi cunhado pelo inglês Francis Galton (1822-1911) no ano de 1883, suas asserções teóricas tiveram como base a teoria da evolução da espécie de Charles Darwin (1809-1882), o que possibilitou que a eugenia fosse nomeada, em meio a debates e controvérsias, como “darwinismo social”. A Inglaterra foi palco da organização, difusão e sistematização científica das ideias eugênicas no final do século XIX. Em que pese a centralidade britânica no despontar dos estudos eugênicos acerca do melhoramento da “raça”, a eugenia ganhou visibilidade e se espalhou por diversas regiões do mundo, inclusive na América Latina. No Brasil, estas ideias repercutiram no início do século XX. Vale lembrar que o momento era favorável para o desenvolvimento da eugenia, visto que o país enfrentava a crítica internacional a respeito da “qualidade racial” da população local devido à miscigenação e às condições precárias do país. Dentre os diversos intelectuais que faziam parte da LBHM destacamos o médico Renato Kehl (1889-1974) figura reconhecida no âmbito nacional e internacional como o maior propagandista das ideias eugênicas no Brasil.

Em defesa da eugenia Kehl figurou em diversos espaços, foi membro da Liga Brasileira de Higiene Mental e da Sociedade Eugênica de São Paulo, foi fundador do Boletim da Eugenia no Rio de Janeiro e participou de inúmeros eventos e debates a nível nacional e internacional. Seu engajamento em prol do melhoramento da “raça” se estendeu também para o campo de produções escritas, o que resultou na publicação de trinta títulos. Com base nisso, o objetivo desta pesquisa foi analisar duas produções da autoria de Kehl que versavam sobre a temática da psicologia, assim, elegemos a obra Tipos Vulgares publicada em 1927 e a obra Psicologia da Personalidade, de 1941. Assinalamos que nossa análise foi inspirada nos pressupostos do materialismo histórico e que este estudo não se concentrou de forma isolada nas ideias de Renato Kehl, isto é, como se suas proposições fossem idealistas e dissociadas do contexto histórico da época.

No início do estudo, nossas indagações giravam em torno da possibilidade de que Kehl propunha a construção de uma psicologia que contribuísse com o melhoramento da espécie humana. Assim sendo, caberia investigarmos como seria essa “nova” psicologia proposta pelo autor. Ao longo da análise das produções foi possível verificar que Kehl se valeu dos saberes psicológicos e dos preceitos da psicanálise recorrentes à época no intuito de garantir idoneidade ao projeto eugênico de melhoramento da “raça humana”, em especial ao melhoramento do povo brasileiro. Tal fato não nos permite afirmar que Kehl esteve em defesa da construção de uma “psicologia eugênica”, pois não apresentou uma nova proposta em psicologia, ao contrário, se apropriou dos saberes psicológicos para abordar e debater a inferioridade do povo brasileiro.

Kehl se debruçou sobre o desenvolvimento da personalidade orientado por uma perspectiva biologicista e hereditária. Desta forma entendia que a psicologia e a psicanálise ofertariam contribuições para o conhecimento das características humanas e possibilitariam o aperfeiçoamento do homem para a construção de uma nação “forte”. Por esta ótica, o autor secundarizou o papel das relações sociais no processo de formação da personalidade e se baseou em explicações biologizantes acerca do desenvolvimento humano. As questões levantadas por Renato Kehl não são exclusivas a uma determinada época, ao contrário, permanecem vivas até os dias de hoje, uma vez que a perspectiva biologicista caracteriza-se, na maioria das vezes, como prevalecente.

Entendemos que a proposta deste trabalho se aproxima do eixo temático referente às questões teórico-metodológicas em Psicologia Social que buscam historicizar e analisar criticamente a produção de conhecimento em psicologia. Além disto, o estudo mostra-se alinhado aos objetivos do Grupo de Trabalho: História Social da Psicologia, pois a análise das ideias de um dos maiores defensores da eugenia no Brasil parecem indicar as formas de articulação e de apropriação dos saberes psicológicos em voga na época. Isto por sua vez representa uma pos-



sibilidade de contar a história social da psicologia para além de personagens e marcos históricos. Finalmente, este estudo também se propõe a lançar luz sobre a função da psicologia em um determinado momento histórico e com isto oferecer elementos para refletirmos criticamente sobre o papel desta ciência ao longo dos tempos.

Arquivos, gênero e história: catalogação e organização do acervo Alice Mira

Autor: Raquel Poeys Rodrigues

Coautor: FILIPE DEGANI (UERJ / UNISUAM), Ana Jacó (UERJ), Letícia Oliveira Silva (UERJ) e Luiza M. Mello e Silva (UERJ)

Este trabalho se insere no projeto de organização e catalogação inicial do arquivo pessoal do casal Emilio Mira y López e Alice Madeleine Galland de Mira, realizada sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Ana Maria Jacó-Vilela, no laboratório de História e Memória da Psicologia - Clio-Psyché, da UERJ. Nele, abordamos a trajetória de Alice Mira, importante personagem não apenas para a História da Psicologia, como para a consolidação da profissão de psicólogo no Brasil. O objetivo desse trabalho é, partindo da análise, catalogação e organização dos documentos existentes nesse acervo pessoal, difundir a trajetória e a história de Alice Mira, personagem pouco conhecida na historiografia da Psicologia. Além disso, propomo-nos refletir sobre as maneiras de fazer História da Psicologia, a partir do trabalho com uma fonte não usual em nosso campo: arquivos pessoais. Sendo assim, há o compromisso de resgatar a figura atuante de Alice Mira para dar visibilidade ao seu papel imprescindível na produção de conhecimento e formação da Psicologia, sobretudo no Brasil. Marcados por uma perspectiva histórica que se debruça de forma crítica sobre a maneira tradicional de fazer história, esse trabalho é orientado pela Nova História, em sua perspectiva de que a história deveria se aproximar da história das ciências sociais para melhor apreender o seu objeto de estudo: o homem e suas relações. A Nova História promoveu uma mudança de paradigma ao romper com a valorização da narrativa histórica produzida em função da Igreja e do Estado, com o estudo do fato histórico como algo dado e com a ideia de tempo como cronológico e linear, o que ocasionou o surgimento de novos problemas, instrumentos e fontes. O princípio de respeito aos fundos, central no campo da arquivologia, também baseia o presente trabalho, posto que se entende que os documentos integrantes do arquivo devem ser mantidos e preservados a partir do critério de sua permanência, ou seja, os documentos produzidos por Alice Mira, a produtora deste acervo, não devem ser misturados a outros. O acervo foi doado pela família Mira y López no ano de 2016 para o laboratório Clio-Psyché, cuja vasta documentação chegou em estado bruto de armazenamento. Todo o material foi alocado em um total de 50 caixas-arquivo, as quais armazenam livros, aplicações de testes, recortes de jornais, relatórios de pesquisas e documentos pessoais, como correspondências e fotografias, entre outros. Cada documento é examinado por um integrante do projeto e catalogado a partir de duas categorias: forma, com um total de 16 variedades, e conteúdo, com 15 variedades. Essas categorias foram desenvolvidas ao decorrer da pesquisa, quando, a partir da demanda observada nos documentos analisados, a equipe de trabalho (construída por quatro estudantes da graduação em Psicologia) debatia nas reuniões quinzenais as dúvidas e sugestões do processo de trabalho. Além disso, há a construção de um diário de campo individual, feito ao término de catalogação de cada caixa-arquivo, em que os alunos compartilham também suas impressões próprias do processo de catalogação. Até o presente momento, conta-se com a catalogação completa de 10 caixas-arquivo, totalizando 1062 documentos. Filha de pais suíços e nascida no Uruguai em 1916, Alice realizou seus estudos secundários na Argentina, posteriormente se mudando para a Suíça para dedicar-se a cursos de cultura geral. Lá, realizou aulas de francês, inglês, história, literatura, religião, arte e psicologia, tendo aulas com Maria Montessori, Henri Bergson e Édouard Claparède. No início dos anos 1940, Alice formou-se, no Canadá, como enfermeira em medicina preventiva, tendo alguns meses de prática profissional em cursos de verão nos Estados Unidos, antes de retornar à Argentina. Tornou-se, em 1942, a única enfermeira diplomada no Uruguai. Em 1944, em Buenos Aires, estruturou a primeira escola de enfermagem universitária. Nesse mesmo ano, com o auxílio do Ministro da Saúde da Província de Santa Fé, e a partir da necessidade em melhor selecionar alunos para o curso de enfermagem que ministrava, Alice estabeleceu seu primeiro contato com Emilio Mira y López, psiquiatra e psicólogo espanhol criador do teste de personalidade Psicodiagnóstico Miocinético, o PMK. Posteriormente, foi convidada pelo psicólogo para frequentar cursos sobre o PMK, iniciando, então, sua trajetória no campo da Psicologia, em especial a psicotécnica. Nos anos seguintes, mudou-se para o Brasil ao lado de Emilio, quando este foi convidado para assumir a direção do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. O ISOP

foi criado em 1947 com o intuito de aplicar técnicas de seleção, orientação profissional, promoção de cursos com a finalidade de formar pessoas no campo psicotécnico, propiciando um espaço acerca de questões sobre trabalho e também prestação de serviços em diversos campos como psicologia educacional, avaliação psicológica, orientação vocacional, psicologia do trânsito, psicologia do esporte, psicologia da saúde e psicoterapia. A partir desse momento, D. Alice, como ficou conhecida, dedicou-se à tradução e aplicação de testes, como o PMK, e também a diversos cursos que ministrava na Instituição. Em 1947, trabalhou ao lado de Aniela Ginsberg na aplicação do PMK a indígenas e, dois anos depois, por intermédio de Heitor Carrilho, mediu os níveis de agressividade através da aplicação do Psicodiagnóstico Miocinético em 37 detentos da Penitenciária do Distrito Federal. Teve também destaque no papel da regulamentação, consolidação e fortalecimento da profissão de psicólogo no Brasil, ao passo que, à época da regulamentação da profissão, Alice chefiava o setor de PMK do ISOP. Emilio Mira y López faleceu em 1964 e, ainda por muitos anos após sua morte, Alice dedicou-se à propagação de suas ideias, ministrou cursos sobre o PMK e a psicotécnica e acompanhou a consolidação da profissão. Além disso, sempre esteve presente em eventos e congressos científicos, fazendo circular o conhecimento entre as mais diversas áreas da Psicologia, como pode-se perceber através de sua participação no XV Congresso Internacional de Psicologia Aplicada, em Liubliana, Iugoslávia, à época, quando foi felicitada por Alexis N. Leontiev, destacando a característica universal de aplicação do PMK, podendo ser utilizado em todo o mundo, em qualquer ser humano. Em 1974, D. Alice esteve no Ministério do Exército, ministrando um curso no Centro de Estudos de Pessoal, no Forte Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Dois anos depois, recebeu uma homenagem dessa mesma instituição. Alice aposentou-se na década de 1980, após ministrar mais de 80 cursos sobre o PMK no Brasil todo, falecendo em 2010. Durante o processo de catalogação do acervo percebeu-se que ele compõe não apenas a trajetória de Mira y López, como também do próprio trabalho de Alice Mira. Durante a vida de Emilio e após seu falecimento, D. Alice se dedicou ao armazenamento de documentos de ambos como artigos, entrevistas ou citações em jornais, certificados de participação em eventos, entre outros. Ademais, Alice guardou diferentes documentos relativos ao trabalho dos dois no ISOP, nos quais se destacam, principalmente, documentos referentes ao Psicodiagnóstico Miocinético. Espera-se que esse trabalho possa lançar luzes à trajetória de personagens que, embora pouco conhecidas na historiografia da Psicologia, tiveram enorme contribuição para a área dos saberes Psi, como a figura da psicóloga e enfermeira Alice Madeleine Galland de Mira.

Cessaçãõ de periculosidade sinônimo de higiene mental: reflexões sobre a psicologia na área criminal.

Autor: Ana Carolina (UEM)

Coautor: Lucia (Boarini)

O clamor pelo judiciário como instituição reguladora e normatizados das relações sociais, políticas e econômicas vêm em uma crescente. Dados do CNJ (2018) revelam que, entre 2014 e 2017 a judicialização no Brasil aumentou aproximadamente 69%. No intuito de debater esse fenômeno, nos debruçamos sob o estudo de acórdãos de saúde mental, que tramitaram entre os anos de 2001 e 2017 na segunda instância do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR). No sítio eletrônico do TJ/PR, utilizamos o descritor "psiquiátrica", a partir do qual foram filtrados 316 acórdãos possíveis de serem analisados. Dessas ações judiciais, chamou a atenção a alta demanda criminal envolvendo a aferição de critérios subjetivos para a progressão de regime e o atestado de cessação de periculosidade para saída do Complexo Médico Penal do Paraná (antigo manicômio judiciário).

A aproximação com essas demandas evidenciaram que principalmente o parecer psiquiátrico, seguido pelo parecer psicológico, teve peso considerável na decisão judicial, sendo muitas vezes determinantes para soltura ou manutenção do encarceramento. Esse cenário trouxe para cena o papel ocupado pelo psicólogo jurídico e nos instigou a olhar para a história, a fim de compreender as bases que deram fundamento para a inserção desses profissionais no campo sócio jurídico e como isso contribuiu para as atuais atribuições delegadas/assumidas por esses profissionais.

Para Lago et al (2009), o início da psicologia no Brasil se deu com o seu reconhecimento como profissão da década de 1960. O reconhecimento legal da inserção desses profissionais no sistema prisional foi por meio da Lei de Execução Penal (Lei Federal no 7.210/84), que prevê a inserção de psiquiatra, de psicólogo e de assistente social nas Comissões Técnicas de Avaliação, responsáveis pela elaboração e acompanhamento de um plano de execução



de pena individual dos apenados. Posteriormente, também é delegado a esses profissionais a execução dos exames criminológicos, tanto para aferição do cumprimento do caráter subjetivo para progressão de regime quanto para cessação de periculosidade, no caso do louco infrator.

Contudo, Boarini e Yamamoto (2004) demonstram que, apesar do reconhecimento legal da profissão de psicólogo se dar na década de 1960, a psicologia enquanto suporte científico já era utilizada nas primeiras décadas do século XX por higienistas para sustentação de sua práxis o que contribuiu, inclusive, para a introdução da psicologia como profissão no Brasil.

As reflexões acerca do higienismo no Brasil deve levar em conta a eugenia, pois apesar das particularidade de cada movimento eles se sobrepueram em vários momentos, tornando difícil uma análise segmentada (Boarini & Yamamoto, 2004). Nesse sentido, a higiene mental na América, de acordo com o Dr. Oswaldo Camargo (1945-1946), "é o conjunto de normas de bem viver que conduzem a felicidade" (p.16). Representa tanto uma "clínica de hábitos" (p.17), que envolve a disciplina do corpo e da mente, quanto medidas mais enérgicas como o combate a sífilis, ao alcoolismo, a tuberculose e até mesmo ações defendidas por eugenistas, como a esterilização dos considerados anormais e o exame pré-nupcial, na tentativa de higienização e melhoramento racial através do controle dos considerados disgenéticos. A busca por uma sociedade higienizada envolvia a profilaxia e a educação higiênica, mas também previa o controle pela via do aprisionamento dos anormais, como os criminosos degenerados e o louco criminoso. Nessa seara, o conhecimento psicológico foi de grande valia, afinal, como afirmava o Dr. Heitor Carrilho (1925), "o crime é, de fato, na maioria dos casos, a expressão de anormalidades psíquicas momentâneas ou permanentes" (p. 132). Desta maneira, os centros de detenção devem se orientar por uma terapêutica médico-psicológica que tem por finalidade a reabilitação do indivíduo a sociedade.

O direcionamento dessa terapêutica nos presídios e manicômios judiciários deveria se dar na garantia de uma ficha que deixasse claro o perfil psicológico dos detentos e de "uma seriação médico-psicológica dos delinquentes, no intuito de melhor conduzi-los à readaptação de que tanto carecem, em benefício próprio e da coletividade" (Carrilho, 1925, p. 134). Os serviços de profilaxia mental, através de escolas e oficinas, deveriam ser capazes de garantir a ortopedia de espírito dos presos. Além disso, o Dr. Heitor Carrilho (1925) relata que, por meio de testes seria possível identificar a loucura emocional, afim de estabelecer para o tribunal o diagnóstico de (in)sanidade do criminoso.

Tendo esse aparato como base para intervenção, a pena para o delito deveria corresponder não ao ato praticado mas as condições de higiene mental do apenado, "de modo que as sentenças dos juízes encontrem no conhecimento da personalidade dos delinquentes a sua principal razão de ser e a sua motivação soberana" (Carrilho, 1930, p. 79).

Nesse cenário, o psiquiatra Dr. Ernani Lopes (1930) debate a terminologia psiquiátrica utilizada no Código Penal de 1890, tecendo críticas a falta de aproximação do linguajar jurídico com o psiquiátrico. Salienta ainda os avanços que estavam sendo feitos através do Projeto de Lei do Sr. Desembargador Virgílio de Sá Pereira, alinhado a alguns dos princípios higienistas. Dentre as modificações sugeridas no projeto estava a "compulsoriedade de perícias médicas, sempre que haja a suspeita de um estado mórbido no delinquente" (Lopes, 1930, p.7)

A relação de poder estabelecida pelos higienistas aqui destacados fica clara, numa junção do Direito com o saber bio-médico e psicológico fica determinado quais as possibilidades de vida em sociedade do apenado. As ações sugeridas para a profilaxia e higiene mental do apenado não está tão distante do que é demandado do psicólogo na atual Lei de Execução Penal brasileira. Como citado, espera-se que esse profissional acompanhe individualmente o apenado e realize exames criminológicos que embasem o juiz em suas decisões. Existe a expectativa de que o profissional, através do uso de técnicas e testes psicológicos, seja capaz de dizer se o apenado tem condições subjetivas para a vida em sociedade visto que cessada a sua periculosidade.

A aproximação da Psicologia com as bases teórico-metodológicas do materialismo histórico dialético e com a teoria social crítica vêm colocando esse lugar em xeque. Schaefer (2010) afirma que esse espaço foi atribuído ao psicólogo sem consulta à categoria profissional quanto à sua pertinência. Ademais, pontua que essa condição coloca o profissional no lugar de juiz ao apurar e punir infrações ao longo do aprisionamento. Ou ainda, lhe exige a missão impossível de aferir a periculosidade, o que tende a naturalizar o crime e coloca em demérito os demais condicionantes aí envolvidos, que vão além da subjetividade do sujeito, a qual é tomada como dissociada do campo material.

Essa herança histórica, que teve sua influência na redação da Lei de Execução Penal e no papel atribuído ao psicólogo na área criminal, acaba por naturalizar a criminalidade escamoteando a origem dessa expressão da



questão social, que é a própria contradição entre capital e trabalho. Em tempos de crise e de acirramento dessa contradição, a via do aprisionamento dos considerados “disgênicos” é largamente utilizada como forma de controle desses sujeitos. Nesse cenário, o conhecimento psicológico pode legitimar práticas de exclusão e de violação de direitos. Em outra medida, o resgate da história e o estudo das pesquisas e orientações higienistas, nos permite refletir criticamente e buscar a ruptura e a construção de novos espaços e fazeres profissionais para a psicologia no contexto criminal.

Referências bibliográficas

Boarini, Maria Lucia; Yamamoto, Oswaldo H. (2004). Higienismo e eugenia: discursos que não envelhecem. *Psicologia em Revista*, São Paulo, v.13, n.1, p.59-72.

Camargo, Oswaldo. (1945-1946). A higiene mental nos Estados Unidos. In: *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Ano XVI-XVII, n. único, p.17-30. Disponível em: <<http://www.ppi.uem.br/gephe/>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

Carrilho, Heitor. (1925). Considerações sobre profilaxia mental e delinquência. In: *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Ano I, n. 1, p.131-139. Disponível em: <<http://www.ppi.uem.br/gephe/>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

Carrilho, Heitor. (1930). A delinquência e a higiene mental da pena. In: *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Ano III, n. 3, p.78-84. Disponível em: <<http://www.ppi.uem.br/gephe/>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

Conselho Nacional de Justiça - CNJ. (2018). Justiça em números 2018: ano-base 2017. Brasília: CNJ. Disponível em: <https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_l%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%4on eodimio03&anonymous=true&sheet=shResumoDespFT> . Acesso em: nov. 2018.

Lago, Vivian de Medeiros, Amato, Paloma, Teixeira, Patrícia Alves, Rovinski, Sonia Liane Reichert, & Bandeira, Denise Ruschel. (2009). Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 26(4), 483-491. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2009000400009>

Lopes, Ernani. (1931). A psiquiatria em nossas lei penaes. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*. Vol. III, n 1 a 9. Disponível em: <<http://old.ppi.uem.br/gephe/ABHM/ABHMANo3N1Jan1930.pdf>> . Acesso em: 24 jun 2019

Lei n 10.792, de 10 de dezembro de 2003. Altera a Lei n 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei n 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo penal e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.792.htm>. Acesso em : 15 maio 2019.

Schaefer, Patrícia. (2010). Cenários e desafios da práxis psicológica no sistema prisional: ética e compromisso social. In: Conselho Federal de Psicologia. *Atuação do psicólogo no sistema prisional*. [1 ed.]. Brasília-DF.

Entre Psicologia e Psiquiatria: os testes psicológicos no Hospício Nacional de Alienados

Autor: Maira Allucham (UERJ/UNESA)

Coautor: Ana Jacó (UERJ), Mariana Agatha Silva do Carmo (UERJ), Allan (UERJ) e Gabriel Gomes (UERJ/UNESA)

O conhecimento científico muitas vezes começa a ser construído a partir do acaso, de encontros não esperados e não buscados. Isto aconteceu em nossa investigação anterior, sobre a psicologia nas Forças Armadas, quando encontramos artigos que relatam a utilização de testes psicológicos, para avaliação de cabos e soldados internados no Pavilhão de Observação do Hospício Nacional de Alienados, por Murillo de Campos, tenente-médico do Exército. Este dado nos chamou a atenção porque na historiografia da psicologia no Brasil se reconhece o status privilegiado do médico Henrique Roxo, com sua tese que é considerada o primeiro trabalho brasileiro em psicologia experimental, raramente são citados outros médicos que se aproximam da psicologia. Assim, a historiografia constrói uma espécie de sequenciação desde a recepção do conhecimento psicológico pelos médicos nas Faculdades de Medicina que tem seu apogeu com a tese de Henrique Roxo; em seguida, em pleno século XX e, com a ênfase na educação que emerge na Primeira República, visando construir “uma nação civilizada”, aquela recepção parece dar um salto e se desenvolver, então, sob o prisma educativo. Assim, interessa como a psicologia é absorvida pelas Escolas Normais e se torna uma das “bases da educação”, nas palavras de Lourenço Filho. Desta forma, a citada descoberta nos pareceu suprir uma lacuna, ao apontar que os médicos continuaram, no século XX, atentos aos novos conhecimentos e práticas oriundos da psicologia. Neste sentido, iniciamos uma investigação sobre o uso de testes psicológicos naquela instituição asilar. Faz-se necessário mencionar que o Hospício Nacional de Alienados foi previsto por decreto de 1841, com a denominação de Hospício Pedro II. Após a proclamação da República,

assumiu a denominação de Hospício Nacional de Alienados. Em 1911, passou a ser denominado Hospital Nacional de Alienados, até nova reforma em 1927 quando foi denominado Hospital Nacional de Psicopatas, denominação que permaneceu até seu fechamento em 1944. Neste texto, vamos usar a abreviatura HNA para referir-se ao asilo no período de 1890 até 1944. Na estrutura organizacional do HNA encontrava-se o Pavilhão de Observação (PO), inaugurado em 1894 e porta de entrada da instituição, onde se fazia a triagem dos pacientes sob suspeita de alienação bem como ocorriam suas internações provisórias. Além disso, o PO tinha como objetivo constituir um lugar de ensino e investigação, servindo para o treinamento dos alunos da cadeira de Clínica Psiquiátrica e de Moléstias Nervosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A direção de Juliano Moreira, no período de 1911 a 1930, foi fundamental para dar novas perspectivas à prática psiquiátrica, substituindo o alienismo francês pela medicina/psiquiatria experimental alemã, biologizante, alemã, criando laboratórios etc. Neste sentido, Moreira também criou o Gabinete de Psicologia Experimental em 1908 importando diversos instrumentos da Europa e designou, para a sua direção, o médico Maurício Campos de Medeiros, que havia feito sua tese de doutoramento sobre os "Métodos em Psicologia" em 1907. É importante assinalar que Maurício de Medeiros havia frequentado cursos de especialização na Europa, dentre eles o de Kraepelin na Alemanha e o de Dumas na França, o que impulsionou o seu interesse pela Psicologia, a instalação do laboratório de psicologia experimental no HNA e sua indicação como diretor. No que tange ao Gabinete de Psicologia Experimental, não há na historiografia da Psicologia pesquisas que explanem as atividades ali desenvolvidas e pouco se sabe sobre os testes utilizados na avaliação do interno do PO. Diante disso, a pesquisa teve como objetivo investigar e analisar a aplicação de instrumentos psicológicos no HNA. A metodologia utilizada fundamentou-se, inicialmente, na revisão bibliográfica sobre a história dos testes psicológicos e sobre a inserção dos conhecimentos e práticas da psicologia no HNA. Realizou-se, em seguida, uma pesquisa documental. Os Cadernos de Observações Clínicas pertencentes ao Pavilhão de Observações do Hospício Nacional de Alienados e localizados na Biblioteca João Ferreira da Silva Filho, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foram a fonte documental. A investigação foi realizada por uma equipe da qual faziam parte duas pesquisadoras e cinco estudantes de graduação em Psicologia, encarregados de levantamento da citação de uso de testes psicológicos nos Cadernos de Observações Clínicas. Foram investigados os prontuários médicos pertencentes ao período que compreende os anos de 1907 a 1944, em busca de testes psicológicos aplicados em pacientes internados na instituição. Até o momento podemos elencar os seguintes resultados preliminares: o primeiro aparecimento de uso de testes ocorreu em 1912; o segundo teste foi identificado apenas cinco anos depois, em 1918. O número de referências a testes psicológicos cresceu gradativamente até o ano de 1925, quando onde alcançou 23 citações. Em 1928 o número de testes encontrados foi significativamente maior comparado aos anos anteriores, sendo encontradas 65 citações. A partir disso, ocorreram oscilações nas quantidades, com destaque para o ano de 1933, quando ocorreu um novo aumento. Os testes encontrados até o ano de 1944 demonstram uma variedade de métodos utilizados pelos psiquiatras da época, sendo eles: Bourdon, Masselon, Binet, Associação de Ziehen, Quadrados de Toulouse, de Comparação, Ebbinghaus, Vieregge, Hanneberg, Ranschburg, Gauter, Jouffroy, Rossolimo, ideação de Heilbronner, Rorschach, Finchale, Schueles e Clarapède, Zicheu, Heilborn, Reich e Rieger. Tais métodos tinham como finalidade avaliar os constructos da atenção, memória, lógica, afetividade e iniciativa. Conclui-se que, apesar da precariedade de literatura sobre o Gabinete de Psicologia Experimental, a direção de investigação apontada pelo encontro do trabalho de Murillo de Campos revelou-se frutífera, na medida em que encontramos a utilização de testes psicológicos no HNA desde a década de 1910. O crescimento do número de testes utilizados nos anos 1920 nos aponta que o uso deste instrumento psicológico já estava estabelecido na clínica psiquiátrica. É importante frisar também que em 1924 foi publicada a primeira edição do livro *Tests* escrito por Medeiros e Albuquerque, irmão de Maurício de Medeiros. Esse livro foi um relevante precursor da avaliação psicológica no contexto nacional, que pode ter relação com o crescente número de testes psicológicos encontrados a partir da sua publicação. Depois do término da análise dos dados já encontrados a pesquisa terá prosseguimento no Centro de Memória e Documentação do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, onde estão guardados os casos da Seção Nina Rodrigues, local de internação dos pacientes oriundos do Exército. Neste sentido, destacamos que o trabalho que será apresentado e cujo resumo está sendo submetido se relaciona com o GT de História Social da Psicologia da ABRAPSO na medida em que traz no bojo das discussões a inserção da Psicologia no cenário científico e suas repercussões na realidade social brasileira.



Flertando com o passado: sobre as “novidades” na Política sobre Álcool e Drogas no governo atual

Autor: Daniela

Coautor: Lucia (Boarini)

O consumo nocivo de bebidas alcoólicas é considerado um grande problema de saúde pública, que acomete homens e mulheres no mundo todo. Além de ser um fator de risco para as chamadas “Doenças Crônicas Não Transmissíveis” (DCNTs), também está associado a acidentes de trânsito, de trabalho, à violência doméstica, ao suicídio e a lesões esportivas e no lazer. O número de mortes relacionadas ao álcool é maior que aqueles motivadas por HIV, tuberculose e violência (WHO, 2014). Temos acompanhado, nos últimos meses, o avanço de práticas excludentes, de cunho proibicionista, moral e religioso, no campo das terapêuticas para álcool e drogas no Brasil, respaldadas pela Lei n.13.840/2019 (Brasil, 2019a). Paralelo a isso, vemos o enfraquecimento da participação social na Política sobre Drogas e de discussões democráticas com a retirada de organizações civis e de conselhos profissionais, como o Conselho de Psicologia, de Serviço Social e de Enfermagem, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), que, com o Decreto n.9.926 (Brasil, 2019b), passa a ser composto majoritariamente por integrantes do governo. O autoritarismo de tais medidas é, em nosso entender, um retrocesso depois das árduas conquistas das últimas décadas no que tange ao controle social - e aqui ressaltamos a importante participação do Conselho Federal de Psicologia na luta pela democratização dos processos sociais e políticos e pelo respeito aos direitos humanos.

Além disso, as medidas do governo atual não levam em conta as experiências que o passado nos legou. O consumo de álcool é um hábito bastante antigo, há muito conhecido e cultivado nas mais diferentes culturas. Também não é uma particularidade dos nossos dias a preocupação com o alcoolismo. No final do século XIX e início do XX, a medicina se ocupou dos problemas que assolavam o país, dentre os quais já se destacava o alcoolismo, a fim de contribuir com o progresso da nação. Os ideias eugenistas e higienistas delinearão a constituição de concepções e práticas institucionais fundantes dos modelos de atenção aos quais ainda hoje nos contrapomos a partir de uma perspectiva crítica.

Na luta contra o alcoolismo, a sociedade civil organizada em associações e ligas - neste ponto destaca-se a Liga Brasileira de Higiene Mental -, esteve empenhada em promover campanhas educativas acerca dos malefícios do álcool, com o intuito de prevenir a incidência ou o agravamento do problema. Houve também a mobilização de intelectuais, médicos e políticos na formulação de leis antialcoólicas, que não chegaram a ser provadas em virtude das pressões da indústria da cana-de-açúcar e da cervejeira, que já tinham peso considerável na economia do país.

O alcoolismo era visto como uma degenerescência, cujos danos não ficavam limitados àqueles que o praticava, mas se estendia a toda prole. Não raro ele era associado à população negra, sendo a cachaça a bebida alcoólica mais estigmatizada. Para além das preocupações restritas ao campo da saúde, as ações dos médicos higienistas no que tange ao álcool eram, em geral, sustentadas pelas ciências biológicas e seu destaque às questões hereditárias. O alcoolismo foi associado à loucura, à rebeldia, à vagabundagem e ao ócio, o que comprometia severamente o progresso e a modernização do país que demandava homens fortes e sadios para o trabalho. Aquele que bebia era, portanto, desqualificado moral e socialmente, uma vez que deixava de cumprir com sua função social. Entendendo todo consumo como nocivo, a solução para esse mal estaria na prática da abstinência total. A internação hospitalar ou em colônias agrícolas, onde se praticava a praxiterapia, eram as indicações terapêuticas do período - e o destino daqueles que ameaçavam a ordem pública e cujo convívio a sociedade deveria ser poupada.

Vemos, portanto, que no início do século XX a sociedade brasileira acreditou que a solução para o alcoolismo se daria através da prática da abstinência e do isolamento. O tempo passado revelou sua ineficácia, visto que ainda hoje o consumo nocivo de álcool figura entre os desafios que precisamos enfrentar. Por que então insistir em percorrer os mesmos caminhos? Se naquele período tais práticas eram fundamentadas pela ciência - que explicava o alcoolismo pelo viés hereditário e organicista -, hoje elas estão sustentadas por crenças morais, que, inclusive, desqualificam o conhecimento produzido acerca da complexidade do fenômeno do consumo de álcool e outras drogas em nossa sociedade e das possibilidades de atenção na perspectiva da redução de danos e do cuidado em liberdade na atenção. O retorno à história nos possibilita pensar criticamente os retrocessos que vivemos e nos sinaliza a necessidade da psicologia de reforçar o compromisso com o fortalecimento de políticas públicas e modelos de atenção que primam pela liberdade, pelo desenvolvimento da autonomia do indivíduo e por sua participação

ativa, compreendendo o consumo nocivo do álcool – e de outras drogas - para além da relação indivíduo-droga, considerando os determinantes sociais, econômicos e culturais que permeiam essa problemática.

REFERÊNCIAS

Brasil (2019a). Lei 13.840 de 5 de junho de 2019. Recuperado a partir de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13840.htm

Brasil (2019b). Decreto n.9.926 de 19 de julho de 2019. Recuperado a partir de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9926.htm

World Health Organization. (2014a). Global status report on alcohol and health. Recuperado a partir de: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112736/1/9789240692763_eng.pdf

Psicologia, Eugenia e esterilização compulsória: temas que se atravessam?

Autor: CARINA FURLANETO FRAZATTO (UEM)

Este texto propõe um retorno na história, voltando seu olhar para produções dos higienistas, datadas do início do século XX. Estes intelectuais, na maioria integrantes da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), apesar de pouco lembrados ao longo da história da Psicologia, valiam-se de conceitos desta incipiente disciplina para justificar a higiene mental e a eugenia, ao mesmo passo em que suas produções serviam como propulsoras para maior divulgação e reconhecimento da Psicologia no Brasil (Faggion, 2018).

Este retorno na história, sua análise crítica, e ainda, a visita a autores, temáticas e conceitos pouco lembrados nos tradicionais escritos sobre a história da Psicologia, estão em consonância com o Grupo de Trabalho História Social da Psicologia (GT17), o qual se propõe a: “discutir criticamente a produção de saberes / intervenções no campo da psicologia”. A partir deste ponto de vista, ao revisitar escritos dos higienistas, partimos do pressuposto que os mesmos se constituíram em atores sociais, que fizeram parte de “... grupos envolvidos na reflexão, na produção, na execução e na participação de projetos e de práticas em psicologia social em diversos momentos históricos e sociais”, assunto acolhido pelo GT no qual se insere este trabalho. Ademais, entendemos que é possível aprender com o passado, principalmente quando o mesmo é compreendido do ponto de vista social em que ocorreu.

Desta feita, ao nos debruçarmos na produção dos higienistas identificamos que, seja por meio da apresentação de conceitos da Psicanálise, ou pela valorização da Psicometria, a Psicologia foi convocada a dar respostas frente às necessidades daquele momento histórico. Diante de desafios no campo político, durante a primeira República (1889-1930), buscava-se construir um novo país e para isso ansiava-se pela formação de um novo homem. Era necessário respaldo científico que proporcionasse conhecimentos capazes de explicar os motivos pelos quais alguns não agiam de acordo com os padrões de conduta e de atitudes estabelecidos, segundo o ponto de vista daqueles que viam nesses padrões a oportunidade de construir um país mais desenvolvido.

A LBHM visando contribuir com tais ideais de nação e de povo, mantinha um programa de prevenção dos distúrbios mentais, no qual a Psicologia encontrou espaço para se desenvolver. Segundo Silva (2003), em meio às discussões sobre Higiene mental, a Psicologia se solidificou como prática científica em diversas áreas, nas quais até hoje é chamada a contribuir. E, assim como outros projetos alavancados sob o mote da Higiene Mental, colaborou para manter a ordem social da época, impondo a muitos indivíduos a responsabilidade por suas dificuldades ante os desafios de suas vidas e de sua época.

Se a relação entre Psicologia e Higiene Mental, embora pouco presente na história tradicional da Psicologia, vem sendo foco de investigação por parte de alguns autores, a intersecção entre a Psicologia e a Eugenia é raramente estabelecida. Aliás, a Eugenia e suas propostas parecem terem sido apagadas da história do país e das ciências de modo geral, permanecendo associada à Alemanha nazista e vista de modo pejorativo. Contudo, inserida no movimento contraditório da história, ao se apresentar como uma ciência cujo objetivo é o aperfeiçoamento da espécie humana do ponto de vista físico e mental, a Eugenia está por trás de muitos procedimentos capazes de solucionar problemas congênitos, bem como de salvar vidas, por meio de práticas atuais, tais como aquelas associadas à engenharia genética.

É importante lembrar que, no passado, conforme aponta Figueira (2014), ainda que os integrantes da LBHM não fossem unânimes quanto à defesa da Eugenia, esta temática esteve presente no Estatuto da Liga entre os anos de 1925 a 1928, demonstrando uma relação próxima entre a Higiene Mental e a Eugenia. Também, Faggion



(2018) ao abordar a relação entre essas duas ciências propõe evitar uma separação entre higienistas e eugenistas, tendo em vista que os ideários defendidos por eles devem ser entendidos como produtos de seu momento histórico e, portanto, ambas as propostas dialogavam entre si.

Interessa-nos, então, conhecer nas produções desses intelectuais a existência de conexões entre Psicologia e Eugenia. Porém, temos clareza que essa é uma questão um tanto complexa, ainda pouco estudada e cujas respostas só se darão em longo prazo. Por isso, propomos um recorte desta temática, a partir do tema da esterilização compulsória. Neste sentido, identificamos que tanto a defesa, quanto a recusa, por uma lei de esterilização compulsória no Brasil partia de intelectuais ligados à LBHM, muitos deles responsáveis pela disseminação dos saberes psicológicos no Brasil. Contudo, seria somente esta aproximação possível entre estas temáticas?

Concebida como um procedimento obrigatório que encerra a capacidade reprodutiva dos indivíduos, a esterilização compulsória foi uma proposta cujos princípios encontravam respaldo na Eugenia negativa. Esta, basicamente, consistia em criar meios legais para impedir a reprodução de públicos considerados indesejados, tais como os chamados doentes mentais e criminosos, segundo Kehl (1930), um dos defensores da esterilização compulsória no Brasil.

De um lado, a defesa pela lei de esterilização compulsória no país, era justificada diante do anseio por evitar proles degeneradas, e assim melhorar a raça brasileira. De outro lado, para explicar a inferioridade do povo e justificar a necessidade de melhorar a qualidade racial desta nação, Gustavo Kehl pautava-se nos saberes psicológicos (Faggion, 2018). Para além desses aspectos, os higienistas se inspiravam em argumentos favoráveis à realização da esterilização compulsória que ecoavam ao redor do mundo, difundidos por intelectuais que a consideravam como um procedimento moderno, capaz de eliminar doenças incuráveis e hereditárias (D'Eschambault, 1937).

Embora, no período aqui enfocado, havia a defesa pela Eugenia positiva, que buscava por meio de propagandas e práticas educativas, recomendar a união entre pessoas consideradas eugênicas e desestimular a união entre pessoas consideradas 'degeneradas', esse aspecto da Eugenia também servia como justificativa para a esterilização. Isso porque, no contexto brasileiro essas medidas eram consideradas insuficientes para o melhoramento da espécie humana, pois poderiam ser burladas facilmente, reforçando a necessidade de impedir a reprodução daqueles considerados indesejados (Kehl, 1930).

As fontes consultadas mostraram que a Psicologia era útil, naquele período histórico, para explicar os diferentes lugares ocupados pelos indivíduos na sociedade e, de certa forma, oferecia conceitos e medidas que contribuíam para justificar quem eram os degenerados, ou indesejados. Tratava-se de uma Psicologia ainda nascente, calcada em preceitos biológicos e positivistas, que considerava o homem como imutável e desassociado das questões históricas e sociais da época. Ao considerá-lo desta forma, legitimava o lugar social ocupado pelos sujeitos, recaindo sobre eles o peso e a responsabilidade por tal lugar.

Com isso, essa Psicologia fornecia uma resposta que ia ao encontro do sistema social vigente. Porém, ao mesmo tempo, atestava sua insuficiência enquanto ciência em fornecer respostas efetivas, ante aos desafios que lhe eram colocados, na medida em que não resolvia, de fato, as questões as quais era chamada a responder. Ao deixar de problematizar essas questões, abria brechas para propostas radicais, tais como a própria esterilização compulsória de determinados públicos. Assim como qualquer outro saber que se propõe a intervir sobre o humano, a Psicologia, quando o faz de forma descolada da estrutura social e dos modos de produção, apenas reafirma o funcionamento do mundo tal como já está.

Na atualidade, a Psicologia continua sendo chamada para responder inúmeras questões. Frente a elas, caso não seja feita a leitura histórica das diferenças sociais e econômicas, continuará legitimando os diferentes lugares sociais e, enquanto tal, abrindo espaço para novas (ou mesmo velhas) radicalidades.

Ao produzir este alerta, não se trata de condenar a produção científica e os saberes acumulados, mas considerá-los inseridos no movimento contraditório da história. Os higienistas, ponderadas as devidas condições do período histórico, ao mesmo passo em que defendiam a Eugenia e medidas radicais como a esterilização compulsória, apresentavam propostas para melhorar a saúde e a educação do povo brasileiro. Atualmente, se por um lado a Eugenia ainda é usada para justificar a segregação de determinados públicos, por outro lado, subsidia a prática de procedimentos que oferecem melhores condições de vida para muitas pessoas. Do mesmo modo, a Psicologia, se em alguns momentos pode contribuir para culpabilizar os indivíduos pelos prejuízos e agravos gerados pela crise sistêmica do capitalismo, quando faz a leitura dos fenômenos do ponto de vista histórico-social, pode ser útil aos projetos que privilegiam a democracia e a emancipação humana. Portanto, cabe a nós, representantes desta ciência, aprender com o passado e ter clareza das implicações que a Psicologia pode ter.



Referências

- D'eschambault, A. (1937). *Eugenical Sterilization*. 2ª ed. Winnipeg: Canadian Published.
- Faggion, M. O. (2018). *Psicologia e Eugenia: percursos da história*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR.
- Figueira, F. F. (2014). *A Liga Brasileira de Higiene Mental e a Psicologia no Brasil: a história a ser contada*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR.
- KEHL, R. *Pedagogia Sexual: lecciones de eugenesia*. Madrid: Javier Morata, 1930.
- Silva, L. C. (2003). *A contribuição da higiene mental para o desenvolvimento da Psicologia no Brasil*. In: Boarini, M. L. (Org.). *Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá: Eduem.

Teatro Experimental do Negro (TEN) e suas “ressonâncias” psicológicas

Autor: Larissa de Carvalho Silva

Coautor: HILDEBERTO VIEIRA MARTINS (UFF), Larissa de Carvalho Silva e Carina Maris

O nosso trabalho tem como objetivo principal discutir alguns aspectos da questão racial no Brasil nas décadas de 1940-1950, atentando-se especialmente para as apropriações que o movimento negro organizado fez de certa temática psicológica difundida em nossa sociedade. Tomou-se como base para essa pesquisa a análise bibliográfica e documental sobre o Teatro Experimental do Negro (TEN) e o jornal “Quilombo – Vida, Problemas e Aspirações do Negro” – jornal porta-voz do TEN., um movimento que possuía como principal objetivo a luta contra a marginalização do negro.

O Teatro Experimental do Negro foi um experimento social e psicológico, liderado por Abdias Nascimento, professor, político e militante do Movimento Negro e também pelo sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, além de outros intelectuais. Criado no Rio de Janeiro, em 1944, e publicado a partir do ano 1948 até 1950, o TEN tinha como intuito de resgatar a cultura negro-africana, negada pelo modelo hegemônico eurocêntrico colonialista, valorizando, assim, o negro brasileiro. Dessa forma, atuaram através não só por meio de peças teatrais, mantendo também cursos de dança, de cultura, alfabetização dos artistas negros, concursos de beleza, conferências sobre assuntos sociológicos que contavam com a presença de “intelectuais de cor”. Alguns desses eventos ocorriam no Instituto Nacional do Negro, que contava com a organização e orientação de Guerreiro Ramos. Esse intelectual ainda organizou os “Seminários de Grupoterapia”, utilizando-se de maneira pioneira das técnicas do psicodrama e do sociodrama.

Abdias Nascimento entendia que alguns movimentos sociais, mesmo dirigidas por homens capazes, como foi o caso da Frente Negra Brasileira (FNB), se extinguiram, porque os meios que eram utilizados nessas associações não eram adequados, mesmo tendo objetivos claros. A causa dessa falha seria que tais movimentos não entenderam a necessidade de adequar seus meios, assim, propuseram abordar questões sociais e políticas sem utilizar de uma tática sociológica, ou seja, de meios facilitadores. O TEN de Abdias Nascimento procurava questionar o funcionamento social vigente à época na tentativa de promover a abertura de um novo caminho para o problema racial brasileiro, e por isso esse movimento pode ser visto como um dos veículos sociais que pretendia profetizar o surgimento de um “novo negro”, já que ao criar um novo campo de debate sobre o tema racial o movimento invertia a lógica social vigente e impunha através da crítica contundente ao modelo racial proposto, a reconfiguração dessa arena política e social, o que obrigava o Estado, a sociedade civil e a academia a pensar que tipo de “democracia racial” estava sendo aventada e reproduzida no Brasil. Contudo, não podemos ignorar que esse mesmo movimento negro resgatou e referendou certos vícios e naturalizações presentes no discurso hegemônico da época sobre o negro, ao que nos parece, por uma apropriação inicialmente acrítica de conceitos e noções científicas que vigoravam na época. Contudo, não podemos ignorar que os movimentos negros do início do século XX inauguraram uma ruptura conjuntural na sociedade brasileira e com isso provocaram um debate até então mascarado pelo simulacro social brasileiro presente na noção de “democracia racial”. É por isso que Abdias repetiria bem mais tarde que a atuação do movimento se deu a partir de duas linhas de frente: “(...) promover de um lado, a denúncia dos equívocos e da alienação dos chamados estudos afro-brasileiros, e fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação objetiva em que se achava inserido” (Nascimento, 2004, p. 211). O TEN foi criado como uma tentativa de viabilizar uma mudança do lugar social dos negros. Para que isso ocorresse era necessário haver uma maior ênfase nos aspectos educacionais e a criação de bases econômicas mais sólidas para que uma nova



classe social negra surgisse. Para que isso fosse alcançado o TEN investiu na produção artística e cultural de seus participantes e em sua alfabetização, usando como estratégia a montagem de peças teatrais, reunindo em suas aulas operários, funcionários públicos, empregadas domésticas, que depois de alguns meses de aula promovidas por alguns de seus idealizadores poderiam atuar nas peças encenadas pelo TEN. Abdias Nascimento entendia que havia questões sociais e políticas que impediam o processo de libertação da população negra da sua condição subalterna.

Na tentativa de mapear a inserção de conteúdo psicológico no material pesquisado e entender o modo que os intelectuais do TEN compreendiam a problemática racial brasileira da época, buscou-se nas dez edições do jornal a presença de algumas palavras-chaves, como “caráter”, “discriminação”, “personalidade”, “preconceito”, “psicologia”, “psicológico”, “subjetividade” e “subjetivo”. Como se poderá perceber a partir da análise dos vocábulos pesquisados, o jornal foi um instrumento imprescindível para a difusão de ideias sobre o papel o lugar do negro em nossa sociedade. O papel da “Imprensa Negra” foi fundamental nesse momento histórico, retratando as discussões presentes na época sobre os problemas raciais, criticando até mesmo a difusão da ideia de democracia racial no país, evidenciando também questões sociais e psicológicas que marcavam a população negra. O jornal tinha a intenção de esclarecer a população sobre a não existência de raças superiores, conscientizar que a escravidão foi um fenômeno histórico a ser superado, mas também levantar problemáticas sobre a diferença entre liberdade jurídica e liberdade psicológica, assim como combater o preconceito de cor e de raça. Do mesmo modo, a partir da análise do jornal, pode-se observar como a o conceito de negritude como um movimento político-estético é afirmado pelos intelectuais do TEN, no sentido de privilegiar a valorização da cultura negra como modo de se refutar o racismo, o que fez com que o TEN ficasse conhecido como sendo fomentador de um racismo às avessas na sociedade brasileira.

“Um sistema brasileiro de assistir doentes mentais”: um estudo sobre o uso do trabalho e das ocupações terapêuticas na Colônia Juliano Moreira (RJ) nas décadas de 1940 e 1950

Autor: João Henrique Queiroz (UERJ)

Esta pesquisa historiográfica pretende levantar uma discussão sobre os saberes e práticas que orientaram o uso do trabalho e de outras ocupações terapêuticas na Colônia Juliano Moreira (CJM) nas décadas de 1940 e 1950. A relação entre trabalho e saúde mental aparece no Brasil já na primeira metade do século XIX, conforme pode ser verificado em textos sobre alienação mental escritos por médicos da época. Antes mesmo da criação do Hospício Pedro II, alguns médicos ligados à Academia Imperial de Medicina, criada em 1829, inspirados na lógica do tratamento moral, já reivindicavam a criação de uma instituição médica para alienados onde o tratamento por meio das ocupações seria uma das principais estratégias terapêuticas. Com a criação do Hospício Pedro II e a consolidação do campo da psiquiatria no Brasil, estas estratégias foram se diversificando e alterando sua lógica ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX, e o trabalho e as ocupações foram ganhando cada vez mais importância enquanto meio de tratamento, especialmente com a criação das colônias agrícolas. Desde então, a laborterapia, a praxiterapia ou terapia ocupacional (diferentes nomes dados para esta prática) estiveram presentes no discurso médico-psiquiátrico brasileiro, influenciando de diversas maneiras as práticas terapêuticas desenvolvidas nas instituições de assistência. A partir destas informações, verificou-se que diferentes discursos e práticas circunscreveram o uso do trabalho e das ocupações em geral - incluindo as atividades expressivas e recreativas - nas instituições psiquiátricas brasileiras. Para auxiliar a compreender como os saberes psi se apropriaram do trabalho e das ocupações enquanto ferramenta terapêutica no Brasil, esta pesquisa estabelece um recorte temporal e institucional e toma como objeto principal a experiência da CJM nas décadas de 1940 e 1950. Instituição localizada no Rio de Janeiro, a CJM foi fundada em 1924 com o objetivo de sanar a superlotação que ocorria nas colônias da Ilha do Governador. Em seus anos iniciais, destinava-se a receber psicopatas homens cujo tratamento se daria por meio do trabalho agrícola e da assistência heterofamiliar. No final da década de 1930 e início da década de 1940, a CJM passou por um intenso processo de modernização cujo objetivo era transformá-la em um hospital-colônia para homens e mulheres. Neste mesmo período, o Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM) passou a incentivar fortemente o uso da praxiterapia nos hospitais subordinados a ele. Talvez, não por coincidência, foi neste momento em que a praxiterapia ou terapia ocupacional ganhou alguma visibilidade no Rio de Janeiro, espe-

cialmente pelo trabalho realizado por Nise da Silveira no Centro Psiquiátrico Nacional (CPN). Em 1946, Nise da Silveira assumiu a coordenação da Seção de Terapêutica Ocupacional (STO) deste Centro, organizando-o em 17 núcleos de atividades, dos quais o ateliê de pintura e modelagem acabou se destacando. Contrária a algumas técnicas de tratamento de base organicista utilizadas na época, como a lobotomia, o eletrochoque e o coma insulínico, Nise empenhou-se em combatê-las por meio da pesquisa e aplicação de atividades expressivas no tratamento de esquizofrênicos. No que tange às pesquisas realizadas sobre a terapia ocupacional no campo da psiquiatria brasileira neste período, grande parte ainda é focada no trabalho de Nise da Silveira. Ocorre que sua batalha contra a psiquiatria organicista rendeu conhecidas acusações quanto ao desinteresse da classe médica pelos serviços que envolviam atividades artísticas e expressivas. Porém, se, como já mencionado, a terapia ocupacional era uma prática a ser ampliada nos hospitais do SNDM, seria mesmo correto dizer que havia um desinteresse da classe médica pela praxiterapia em geral naquele momento? Com base na análise de documentos do arquivo do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira e jornais da época, esta pesquisa indica que a praxiterapia parece ter sido bastante estimulada na CJM e outras instituições psiquiátricas brasileiras neste período, o que insere outra perspectiva diante deste mito fundado em torno da biografia de Nise da Silveira. A novidade a que se costuma dar créditos justos a Nise da Silveira, pela reorganização que efetuou na STO do hospital do Engenho de Dentro e pela diversificação das atividades oferecidas, antes monótonas e repetitivas, também fez parte do processo de renovação das terapias existentes na CJM, não sendo uma inovação exclusiva do CPN. No mesmo ano em que Nise da Silveira assumiu a coordenação da STO, Heitor Péres tornou-se diretor da CJM e iniciou o processo de implantação na instituição daquilo que chamou de Praxiterapia Integral, que consistiu na criação de uma série de serviços que tinham como objetivo introduzir no hospital o máximo de atividades existentes fora dele, transformando-o em uma pequena cidade onde os pacientes poderiam ter acesso ao trabalho e ao lazer. A implantação deste programa na CJM levou Heitor Péres a ser convidado a se apresentar em congressos para tratar do tema praxiterapia, como durante o V Congresso Brasileiro de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, realizado em 1949. Na mesa redonda, apresentaram-se os relatores convidados Heitor Péres, Nise da Silveira e Osvaldo Domingues de Moraes, chefe da Seção de Praxiterapia da CJM. A justificativa e a importância dada à praxiterapia por Heitor Péres aparecem no relatório referente à sua apresentação neste congresso, onde critica o método de Simon, cuja estratégia de oferecer ocupação aos pacientes estava voltada para o nível individual, ignorando a importância das atividades coletivas para a ressocialização dos pacientes. Sugere ainda que o exercício da prática e o aprofundamento das pesquisas sobre a Praxiterapia Integral viria torna-la “um sistema brasileiro de assistir doentes mentais” que teria “o mérito de ser próprio, original e inconfundível”. Não foram poucas as atividades desenvolvidas com incentivo à praxiterapia na CJM. De acordo com informações levantadas no Boletim da Colônia Juliano Moreira, dentre elas estavam, entre outras, o rádio, o cinema, a música, o teatro, a leitura, a pintura, os esportes, as atividades recreativas e a pintura. Das atividades praxiterápicas de caráter artístico e cultural desenvolvidas neste período, a de que se tem mais informações é a oficina de pintura, denominada Colmeia de Pintores. Isto porque, parte dos trabalhos produzidos nesta oficina ainda permanecem preservados pelo Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea. Além disso, a oficina de pintura da CJM tem sido mencionada por pesquisadores que se interessam pela produção artística de pacientes psiquiátricos no Brasil, em razão da participação dos trabalhos produzidos na instituição na exposição de Arte Psicopatológica que ocorreu durante o I Congresso de Psiquiatria de Paris, em 1950, junto com trabalhos enviados pelo CPN e pelo Hospital do Juqueri. No mesmo ano, pouco antes da exposição de Paris, inaugurou-se em maio, na própria CJM, a Primeira Exposição de Pintura e Arte Feminina Aplicada. A abertura da exposição contou com a presença do ministro interino da educação e saúde, Eduardo Rios, e também recebeu a cobertura de jornais. Nela foram exibidos 98 quadros de cinco artistas e outros objetos confeccionados manualmente. Os demais objetos que se enquadram na categoria “arte feminina aplicada”, provavelmente eram oriundos de oficinas de praxiterapia do Núcleo Teixeira Brandão, que abrigava mulheres. Dois anos antes haviam sido iniciadas oficinas de bordado, ornamentação de cerâmica, trabalho de agulha, flores artificiais e adornos nesta unidade. A exposição que estava programada para ir até julho daquele ano tornou-se permanente e ficava localizada na sala de visitantes da CJM. Para além do trabalho realizado no hospital, ao longo da década de 1950, Heitor Péres continuou divulgando os benefícios da praxiterapia em eventos e congressos. Durante o I Simpósio de Terapêutica Ocupacional, realizado no Rio de Janeiro, apresentou a conferência “Esforço histórico de praxiterapia no Brasil” em uma mesa realizada na Faculdade Nacional de Filosofia. Na mesma mesa participaram Nise da Silveira, com a conferência “A terapêutica ocupacional no Centro Psiquiátrico Nacional” e Denis Malta Ferraz, com a conferência “Ocupação terapêutica nos estabelecimentos psiquiátricos infantis”. Outro fator que reforça o incentivo dado pela

CJM à praxiterapia foi a inauguração em 1958 do Pavilhão de Pesquisas no Centro de Pesquisas Praxiterápicas. Conforme verificado a partir dos resultados preliminares da pesquisa, há uma grande necessidade de um aprofundamento das pesquisas historiográficas quanto à utilização das ocupações terapêuticas no campo psi brasileiro, especialmente no período estudado. A experiência da CJM mostra que, para além do já conhecido trabalho realizado por Nise da Silveira, estas atividades parecem ter recebido outras influências teóricas e metodológicas para a sua aplicação em pacientes de instituições psiquiátricas. Os resultados preliminares apontam que o uso da praxiterapia na CJM privilegiava a ressocialização como resultado prático, apesar de terem ocorrido experiências isoladas de uso diagnóstico, como no caso do ateliê de pintura. Outra constatação resultante da pesquisa já elaborada revela que apesar de ter sofrido alguma resistência por parte da classe médica, as ocupações terapêuticas foram, em alguma medida, incentivadas no contexto da psiquiatria no período estudado.

GT18: Implicações de Políticas, Programas e Ações do Estado nos modos de vida de populações vulnerabilizadas

A “nova” política nacional de saúde mental: Análise de uma reedição das lógicas manicomiais a partir da Nota Técnica N°11/2019

Autor: Giovana Mucari Borges (PUC-SP)

Os movimentos de Reforma Sanitária, Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica representaram grandes avanços nas propostas e políticas de cuidado em saúde e saúde mental no Brasil. O primeiro, refere-se à reformulação no entendimento dos processos de saúde-doença, a partir de uma perspectiva que vai além da dimensão biológica, ao compreender saúde não apenas como um conceito abstrato de normalidade ou ausência de sintomas. A partir dessa concepção, é preciso considerar toda uma forma de existência ancorada também no caráter social, nas relações que esse sujeito constrói com a sociedade, ao construí-la e ser construído por ela, no acesso a serviços e experiências que possibilitem uma qualidade de vida digna. Essas transformações de concepções sobre a saúde, seus serviços e os direitos que ela compreende, norteadas pelo lema “Saúde, direito de cidadania, dever do Estado”, resultaram, a partir das Constituição de 1988, na criação do SUS (Sistema Único de Saúde).

Assegurou-se, dessa maneira, um sistema de saúde universal a todos os cidadãos brasileiros, norteados por treze princípios, dentre os quais: universalidade; integralidade; equidade; participação da comunidade e descentralização. É a partir do SUS como instituição e como uma dimensão da Reforma Sanitária, que foi possível que se realizasse uma Reforma Psiquiátrica no Brasil, alinhada às perspectivas da Luta Antimanicomial.

Essa, inspirada pelos movimentos de Reforma da Europa e pelos próprios fazeres de trabalhadores e usuários do país, visam um cuidado que possa colocar a doença entre parênteses (BASAGLIA, 1982), isto é, um cuidado em saúde mental que possa olhar para o sujeito em sua múltipla dimensionalidade e não apenas para os sintomas ou para a doença em si. Aqui, parte-se da premissa de que a loucura é um fenômeno social e historicamente construído e que, portanto, foi apreendida de maneiras diferentes ao longo da história. A partir do século XIX, ela passa a ser entendida enquanto “doença mental” e, portanto, forjada como patologia e submetida ao saber médico (FOUCAULT, 2009). É importante destacar que, apesar da mudança de concepção neste momento, ela era apenas uma outra forma, sob a mesma lógica anterior, de tutelarização e controle sobre os corpos entendidos enquanto desviantes. A Psiquiatria, neste momento, preocupa-se apenas com o diagnóstico, como se o simples fato de nomear certo fenômeno como doença o encerrasse em si mesmo.

A Reforma Psiquiátrica, como já mencionado, busca questionar, superar e transformar a Instituição Psiquiátrica e os saberes que a sustentam, retirando a loucura de um lugar reduzido a objeto de saberes médicos, entendida enquanto algo a ser eliminado e curado. No Brasil, ela vem atrelada à concepção dos processos saúde-doença proposta pela Reforma Sanitária e, nesse sentido, o objeto de intervenção é a existência global, complexa e concreta do sujeito e do corpo social como um todo, sendo o foco de transformação e mudança ao qual se deve voltar o olhar, a sociedade e a democratização de suas relações e de possibilidades de lugares em que os sujeitos considerados loucos possam existir (ROSA, 2016), ou seja, alterar as formas da sociedade que produzem adoecimento e não a doença em si.

Na concretude da sociedade brasileira, em muito avançamos, seja com a composição de uma rede de serviços substitutivos aos Hospitais Psiquiátricos, seja com mecanismos de proteção legal como a Lei 10.216/2001. Entende-se, no entanto, que a Nota Técnica Nº11/2019, do Ministério da Saúde do governo de Jair Bolsonaro, coloca-se no sentido oposto ao que foi construído até então, ao, por exemplo, ampliar vagas em Hospitais Psiquiátricos e financiar equipamentos de eletroconvulsoterapia (ECT). Em meio a retrocessos, é preciso que compreendamos estes mecanismos, para que possamos resistir e reinventar maneiras antimanicomiais de existir e cuidar. Assim, o objetivo da pesquisa é investigar a Nota Técnica Nº11/2019, norteadas pelo documento do Conselho Federal de Psicologia - "Referências Técnicas para o Trabalho de Psicólogos em CAPS" (2013). Busca-se, dessa forma, desmontar as diretrizes das políticas públicas de saúde mental agora vigentes no país, encontrando as lógicas pelas quais elas operam e contextualiza-las socio-historicamente no momento em que vivemos.

A metodologia utilizada foi a de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), ancorada pelo referencial teórico da Psicologia Sócio-histórica, que tem em suas bases filosófica, teórica e metodológica o materialismo histórico dialético e, portanto, entende a relação indivíduo-sociedade e o fenômeno psicológico como processual e histórico. Reconhece, dessa maneira, que a subjetividade é produto de uma história pessoal e social, engendrando, assim, análises e olhares acerca da experiência humana sob a lente da categoria da historicidade.

As categorias de análise definidas foram: 1) Doença que quer sair dos parênteses: a reafirmação do cuidado focado na doença e não do sujeito, em que discute-se, principalmente, o financiamento dos equipamentos de ECT, o incentivo ao atendimento ambulatorial, e a ausência da menção da Atenção Básica (AB) como um serviço fundamental no cuidado em saúde mental. 2) Ampliação de leitos em hospitais psiquiátricos: o retorno ao incentivo dos manicômios nas políticas públicas de saúde mental brasileiras, em que se discute a ampliação de leitos em Hospitais Psiquiátricos, aumentando o repasse para os mesmos, bem como a inclusão de Comunidades Terapêuticas (CTs) na Redes de Atenção Psicossocial (RAPS), analisando os conceitos apreendidos pela Nota Técnica de desinstitucionalização e desospitalização. Ainda, destaca-se a menção de internações de crianças e adolescentes em Hospitais Psiquiátricos. Argumenta-se sobre a necessidade de um cuidado em liberdade tanto para essa população, quanto para todas as outras e sobre a importância, ainda, que esse cuidado seja territorializado e em comunidade. 3) Os aspectos higienistas da política, última categoria, em que se debate a política de higienismo que essa Nota se pretende, a partir de afirmações como "houve migração considerável de doentes mentais graves para a população prisional, sendo as cadeias o maior manicômio do Brasil na atualidade." (BRASIL, 2019, p. 5), contextualizando a realidade social e econômica brasileira atualmente e discutindo o acréscimo da população às condições de moradia em SRTs. Analisa-se, ainda, a criação de um serviço de CAPS AD IV.

A lógica e o fio condutor da análise é a de que a não distinção entre doença e sofrimento psíquico leva à ampliação de leitos em hospitais psiquiátricos, que nada mais representam que uma política higienista. Discute-se, por fim, que essa política se apresenta como uma reedição da já velha conhecida Instituição Psiquiátrica, operada por um suposto cientificismo reducionista, classista, racista e higienista. No entanto, não é num tom desesperançoso e melancólico que se pretende finalizar este trabalho, na medida em que é importante que apostemos na nossa potência criadora e nos caminhos que já trilhamos até aqui, como a constituição de serviços como o CAPS e a AB, bem como na radicalidade do compromisso ético com a liberdade, com um mundo que possa caber todas as singularidades existentes e produzidas nesse mundo. Enfim, com um mundo democrático, que tome como imperativo a autonomia e cidadania dos sujeitos.

Caminhos da autonomia em um Centro de Atenção Psicossocial

Autor: Katharina Pereira Kammer (UNISINOS)

Coautor: Kátia Bones Rocha (Pucrs)

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) têm sido a base da constituição das políticas públicas em saúde mental no Brasil e se estabelecem como a ferramenta estratégica de mudança na atenção psicossocial (Brasil, 2004). Porém, não é a sua implementação que garante a ruptura com a lógica manicomial, percebida, principalmente, no tratamento tutelar dos usuários de saúde mental e da medicalização excessiva do sofrimento psíquico (Jorge et al., 2011). Conforme propunha Basaglia no movimento de Reforma Psiquiátrica Italiana, o verdadeiro rompimento com paradigmas manicomiais estava relacionado, sobretudo, com a constituição de outra nova significação para a loucura. Assim sendo, é preciso comprometer-se a outra forma de cuidar, que tem relação com

a possibilidade de perceber os sujeitos em sua subjetividade, capazes de serem autônomos em suas vidas (Amarante, 2007). É possível perceber, na minúcia do trabalho, no campo da saúde mental diferentes maneiras de não cuidar mascarado como cuidado, como o controle disfarçado de organização, a negligência disfarçada de respeito, a institucionalização disfarçada de atenção (Mendes e Rocha, 2016). Desta forma, em oposição ao princípio de desinstitucionalização, podem estar se constituindo outros mecanismos de marginalização que obstaculizam a aproximação com a diversidade (Liberato, 2011). O interesse em pensar o conceito de autonomia está relacionado aos avanços advindos da implementação da Política Nacional de Saúde Mental (PNSM) no Brasil, que resultaram na transição do modelo de atenção e cuidado em saúde. Os CAPS, organizados como serviços de portas abertas, inseridos no território dos usuários, possibilitam a ruptura com a lógica manicomial, conforme fomentam o protagonismo dos usuários, o reencontro com seus laços sociais e familiares, potencializando a autonomia e a responsabilização do sujeito frente a vida (Brasil, 2004). A promoção de autonomia é uma das diretrizes fundamentais da PNSM. Porém, o debate sobre o tema é recente e permeado de juízos que tornam complexo sua contextualização e entendimento. Neste estudo, a análise do conceito de autonomia desdobra-se a partir das contribuições e intersecções da saúde mental, saúde coletiva e psicologia social (Ibañez, 2004; Merhy, 2007; Onocko-Campos e Campos, 2007). Conforme Ibañez (2004), a psicologia social resgata a perspectiva subjetiva da realidade social e aponta que é a partir da relação com os outros que constituímos nossa maneira de interpretar a realidade. Não se trata de uma ideia de autonomia de caráter individual, que atende às lógicas capitalistas de relação de si e com o mundo, mas autonomia enquanto potência construída a partir de encontros. Neste sentido, este artigo tem como objetivo analisar as concepções de autonomia no cotidiano de atenção de um Centro de Atenção psicossocial (CAPS), a partir das vivências de profissionais, familiares e usuários. Esta pesquisa possui delineamento qualitativo transversal, de caráter exploratório. Foi realizada num Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) II da região sul do Rio Grande do Sul/Brasil, em cidade de médio porte que recebe aproximadamente 300 usuários ativos, e realiza uma média de 800 atendimentos por mês. No momento da coleta de dados, a equipe estava composta por 20 profissionais, nas áreas de psicologia, assistência social, psiquiatria, técnico em enfermagem, educação física, artesanato, música, recepção e limpeza. A pesquisa contou com 15 participantes, entre profissionais, usuários e familiares. A coleta foi executada entre maio e julho de 2017, com base em entrevistas semiestruturadas e roteiro de observação de campo. Para a análise, seguimos a técnica de Análise Temática, conforme Braun e Clarke (2006). Encontramos diferentes concepções sobre autonomia, relativos a gestão da vida, independência e autossuficiência, e enquanto processo alicerçado nas relações. Os resultados e a discussão são relatados em dois eixos temáticos: "Concepções de Autonomia a partir das vivências de usuários, familiares e profissionais" e "Práticas de construção de autonomia no cotidiano do CAPS". No primeiro eixo, as diferentes definições de autonomia apresentadas pelos profissionais e familiares se assemelham ao que é proposto por Leal (2001) e Pitta (1997). Leal (2001) demonstra três diferentes formas de refletir sobre o conceito de autonomia no que se refere à saúde mental, relacionando-o a noção de independência, autossuficiência e autogoverno. Conforme a autora, ao passo em que o indivíduo consegue estipular normas para seu cotidiano e estabelecer relações sociais, ele está desempenhando sua autonomia de maneira mais, ou menos, ampliada. Outra forma de compreensão refere-se à autonomia como possibilidade de realizar as atividades da vida diária/prática de forma independente, como aponta Pitta (1997). É importante destacar a produção de autonomia em relação às pessoas em sofrimento psíquico, pois historicamente foram consideradas incapazes, e para muitos ainda são. Trata-se de entender que a capacidade de cada sujeito é singular e varia entre situações particulares, assim, a autonomia também não pode ser deslocada da realidade dos sujeitos. Assim, no entendimento da atenção psicossocial, não se procuram modelos para regular o grau de autonomia, mas fomentos para pessoas manejarem seus limites e, quem sabe, superá-los. Quanto aos usuários, quando questionados, a maioria não conseguiu ou não soube dizer o que entendia por autonomia, e quando o fez, corroborou com a noção de liberdade de ir e vir e de gerencia da própria vida, o que também pode ser considerado durante as observações no CAPS. Entende-se que a possibilidade de realizar as tarefas diárias é um importante desafio para um sujeito em grave sofrimento psíquico. Tykanori (2010) salienta que a concepção de autonomia relaciona-se à produção de normas e regras de vida do cotidiano. Para ele, o ponto central não é a autossuficiência ou independência, mas sim a interdependência de relações, o que sugere a formação de outras normas, escolhas e relações. Desta forma, aprender e ensinar são elementos interdependentes e essenciais no processo de construção das relações, sendo possível, a partir deste compartilhar, produzir uma vida com mais autonomia. Profissionais e usuários devem associar seus interesses em perspectivas coletivas e individuais, simultaneamente. No segundo eixo da discussão, debatemos o conceito de autonomia no contexto da saúde, que precisa considerar como o sujeito se relaciona com

sua rede de apoio. Considerar a autonomia neste sentido também diz respeito à gestão de cuidado, que tem um comprometimento e implicação política, no sentido da valorização de direitos duramente alcançados (Onocko-Campos & Campos, 2007). A forma como os serviços de saúde mental se organiza, enquanto serviços de portas abertas, garante ao usuário livre acesso e o direito de escolha sobre o tratamento. O acolhimento, sua importância na produção do vínculo entre usuários-familiares, equipe técnica e suas funções no favorecimento do cuidado adquirem novo dever, compondo como oferta de relação e troca, segundo o próprio sentido do termo (Ayres, 2004). Identificou-se que a equipe utiliza o acolhimento para constituir estabelecer relações mais humanizadas, corroborando afinidade e aproximação com a atual Política Nacional de Humanização do SUS (Brasil, 2013). Isto corrobora a noção da escuta qualificada como potência na produção de resultados terapêuticos e como elemento fundamental do cuidado.

Como estratégia práxis da saúde mental, para estimular a participação do usuário, levando em consideração sua história e necessidades individuais, na perspectiva do seu protagonismo no tratamento (Lancetti, 2015), é pensado o Projeto Terapêutico Singular (PTS). O PTS um conjunto de propostas de ações terapêuticas, decorrentes da discussão coletiva de equipe interdisciplinar, com o objetivo de atender as demandas dos usuários para além do critério diagnóstico (Brasil, 2008). Responder as demandas práticas e subjetivas dos usuários e apoiar a produção da autonomia e assimilação de seu processo de cuidado reflete a principal função do projeto terapêutico, segundo Merhy (1999). Os trabalhadores referem que usam estratégias individuais e grupais, privilegiando atividades de grupos e/ou oficinas, pelo entendimento de que isso facilita a ressocialização, a expressão das emoções e sentimentos e o compartilhamento de experiências, como maneira de elaborar as questões comuns do dia-a-dia (Guerra, 2008). Essas ferramentas sugerem ter valor simbólico para os usuários, pois permite que se deparem com sua capacidade de realizar tarefas até então impossíveis, retomando a noção de capacidade para o trabalho. As práticas que aqui foram ilustradas são atravessadas por um componente essencial, o vínculo, que pode ser observado na confiança depositada no serviço. O vínculo se estabelece nas relações de afeto entre trabalhadores e usuários, fundado no atendimento e escuta qualificados, favorecendo a comunicação e a confiança (Merhy, 2007). Os resultados deste estudo apontam para diferentes entendimentos referentes ao conceito de autonomia, com relação ao gerenciamento da vida prática, à independência e autossuficiência, à capacidade de enfrentamento frente às adversidades da vida, e também como processo em constante movimento, constituído a partir das relações com outros sujeitos, espaços e instituições. São muitas as dificuldades para a garantia do cuidado humanizado e Antimanicomial, estabelecidos com a implementação das políticas de saúde, conquistadas por trabalhadores e usuários, e que vivem, atualmente por um processo de cruel de desmonte progressivo, resultado da consumação de um projeto político burguês, neoliberal e conservador. Destaca-se a importância das oficinas terapêuticas, fomento de instrumentos político de empoderamento dos usuários, como as Associações, e atividades extramuros como práticas fortalecedoras de autonomia enquanto potência para a expansão e fortalecimento das relações, entendendo-a como um objetivo transversalizador de todas as práticas dos CAPS, seja dentro e/ou fora dele.

Comprimidos e injeções materializando práticas: o que faz a Profilaxia Pré-exposição Sexual?

Autor: Uelquer (UFRGS)

Introdução: Alguns rumores acerca da Profilaxia Pré-exposição Sexual (PrEP) do inglês Pre-Exposure Prophylaxis e seus usuários e usuárias têm me causado estranhamento, pois se aproximam do que seria próprio de um campo relativo ao pânico moral. Como conceituação para pânico moral trago a contribuição de Stanley Cohen (1972) que o define como um processo no qual certos sujeitos ou grupos manifestam ideias a respeito dos comportamentos ou atitudes de outros sujeitos e grupos. Essas ideias supõem que estes comportamentos representam algum tipo de ameaça para a sociedade. O que conseqüentemente pode motivar a repulsa e a discriminação. Como exemplo disso percebe-se a política do medo instaurada a respeito da estratégia preventiva e de quem a utiliza, por meio de notícias de grande circulação compartilhadas em algumas mídias sociais como o Facebook e o Twitter, assim como em conversas informais ou mesmo em alguns encontros sexuais.

Um alvoroço caracterizado por alarmismos e desespero é o cenário que tenho observado em decorrência da emergência dessa estratégia utilizada em ensaios clínicos e políticas públicas no combate ao Vírus da Imunodeficiência Humana, o HIV. Dentre as asserções sobre o assunto tenho presenciado por parte de algumas mídias nacio-



nais, assim como de algumas pessoas – parcela significativa de homens que fazem sexo com homens HSH – certo teor de culpabilização ao usuário e descontentamento quanto à relação entre o uso dessa intervenção biomédica de caráter preventivo e o suposto aumento da incidência das Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST. São narrativas que vinculam a epidemia do HIV a certos contextos. Sendo os HSH uma população bastante convocada para esses debates. Esta categoria epidemiológica é por vezes traduzida como gays ou homossexuais por boa parcela dos veículos de informação. As narrativas midiáticas alardeiam que os usuários da profilaxia estão deixando de usar o preservativo. Que resolvem utilizar a profilaxia porque são promíscuos, ou ainda, que são irresponsáveis porque não cuidam da própria saúde. Esses rumores se inserem no bojo dos fatores que me convocam para esta investigação.

Objetivo: Diante dessas proposições muitos foram os questionamentos que me afetaram. No entanto, apenas um deles me conduziu à problemática que aqui coloco em questão: O que a PrEP produz quando utilizada pelos HSH? Compreender o que a PrEP, enquanto materialidades, produz no agenciamento com os HSH que a utilizam tornou-se o objetivo da pesquisa que realizo no mestrado em Psicologia Social e Institucional.

Orientação Teórica: Como uma tecnologia que tem sido considerada mundialmente estratégica e promissora no combate ao HIV (Virginia FONNER et al., 2016) a PrEP teve sua eficácia e segurança comprovada por estudos que antecederam sua oferta na política pública nacional. A utilização da PrEP, associada quase que automaticamente ao Truvada, uma combinação de dois antirretrovirais, a entricitabina (FTC) e o Fumarato de Tenofovir Desoproxila (TDF), para prevenir o HIV, consiste no uso dos medicamentos em um momento anterior ao da prática sexual. Durante o processo de escrita desta investigação a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a recomendar a “PrEP sob demanda” para os HSH. Um esquema que envolve tomar dois comprimidos do Truvada entre 2 e 24 horas antes do sexo previsto e, em caso de sexo, uma pílula 24 horas após a dose dupla e outra 24 horas mais tarde. Alguns países já utilizam o esquema. No entanto, no Brasil, ainda não foi recomendado devido à ausência de evidências que sugiram a adaptação do esquema ao contexto do país .

As contribuições de Annemarie Mol (2002; 2008; 2018) são importantes para a proposta que ora apresento. Seus trabalhos estão localizados no campo dos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (ECTS) vinculados a Teoria Ator Rede (TAR), uma perspectiva que considera que a produção do conhecimento não toma como ponto de partida o a priori dos objetos/fatos que compõem o mundo, mas sim, dá ênfase à complexidade que envolve a produção destes (Bruno LATOUR, 2001). Os estudos da autora sugerem o reconhecimento das complexidades que envolvem as práticas e os instrumentos (tecnologias, objetos, fatos) que de forma ativa e constante produzem realidades. Mol considera que as materialidades também têm agência, ou seja, assim como o microscópio do laboratório de patologia que Mol (2002) visitou, os não humanos relacionados aos nossos objetos de pesquisa também produzem transformações e diferenças. Logo, parece ser possível destacar que materialidades distintas participam de forma ativa do processo de produção da PrEP. Sujeitos (cientistas, usuárias e usuários, médicos), corpos, políticas públicas, antirretrovirais em pílulas e injeções, exames, testagens, o próprio vírus (HIV) materializado num teste rápido, entre outros, todas e todos intervindo na construção do que é entendido como realidade ao serem praticados em jogos de articulações, associações e mediações.

A noção de agenciamento ou agência utilizada nesta investigação decorre diretamente dos trabalhos de Latour (1994) e de Gilles DELEUZE e Félix GUATTARI (1995). De acordo com o primeiro autor é no mundo dos híbridos, “quase sujeitos” e “quase objetos”, nesse entre, onde os objetos da tecnociência têm suas fronteiras borradas, que as coisas se acoplam e agenciam vários elementos. Para os dois outros autores a agência diz respeito ao acoplamento de um conjunto de relações materiais a um regime de signos correspondentes, ou seja, conteúdo e enunciação. Esses acoplamentos são arenas de negociações e associações entre componentes de ordem heterogênea.

Durante o processo desta pesquisa buscarei descrever e compreender o que a PrEP produz junto aos outros atores das suas praticidades, ou seja, na agência com os elementos que a performam de acordo com o cenário, o tempo e outros fatores que se apresentam na produção daquilo que compreendemos como realidade.

Método: Serão realizadas entrevistas com usuários, alguns HSH, que participam de um estudo com PrEP injetável na cidade de Porto Alegre- RS. Um ensaio clínico experimental de larga escala relacionado à prevenção da infecção pelo vírus causador da síndrome da aids. O estudo avalia a segurança e a eficácia do Cabotegravir injetável (CAB) para PrEP em homens cisgênero e mulheres trans e travestis que fazem sexo com homens não infectados(as) pelo HIV. Por meio das narrativas das experiências que compõem as vivências dos usuários buscarei a rede dos elementos que produzem aquilo que ora proponho investigar. Considero este movimento algo de sig-



nificante relevância para a produção da pesquisa, pois de acordo com que nos diz Mol (2002), se as realidades são múltiplas e heterogêneas num processo de intensa articulação, torna-se imprescindível a descrição dos cenários e das práticas que envolvem a produção daquilo que se investiga. A praxiografia (MOL, 2002) como método possui caráter revelador, pois considera a relevância da amplitude de cada elemento, ambientes, instituições, instrumentos e cenários envolvidos na produção dos nossos objetos de pesquisa, configura o caminho teórico-metodológico para a apreensão da materialidade.

Referências:

- COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers*. London, 1972.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs - Capitalismo e Esquizofrenia*. V.1. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.
- FONNER, Virginia Adair.; DALGLISH, Sarah L.; KENNEDY, Caitlin E.; BAGGALEY, Rachel; O'REILLY, Kevin R.; KOEHLIN, Florence Madame.; RODOLPH, Michele; HODGES-MAMELETZIS, Ioannis; CONCEDE, Robert M. Effectiveness and safety of oral HIV pre-exposure prophylaxis (PrEP) for all populations: a systematic review and meta-analysis. Lippincott Williams & Wilkins. AIDS. Julho, 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4949005/>. Acesso em 22 de agosto de 2019.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Trad.: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1991/1994.
- LATOUR, Bruno. (2001) *A Esperança de Pandora*. Bauru, SP: EDUSC.
- MOL, Annemarie. *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Durham: Duke University Press, 2002.
- MOL, Annemarie. Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. IN Arriscado, J. & Roque, R. (Eds.) *Objectos impuros: experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Edições Afrontamento. 2008.
- MOL, Annemarie. *Corpos múltiplos, ontologias políticas e a lógica do cuidado: uma entrevista com Annemarie Mol*. Revista Comunicação Saúde Educação, Editora Interface; 22(64), p. 295-305, 2018.

Contribuições da Análise Institucional para o fortalecimento do SUAS enquanto política pública de transformação social

Autor: Anyelle Karine de Andrade (UEL)

Coautor: Rafael (UEL) e Claudia (UEL)

Nas últimas décadas, o processo de implementação e reestruturação de políticas públicas no Brasil representou para os profissionais da Psicologia a inauguração de um novo campo de trabalho. Nesse contexto, a Psicologia foi convocada a compor diferentes espaços institucionais, destacando-se aqueles voltados a efetivação de direitos sociais, colocando em pauta uma série de questões acerca do papel a ser desempenhado aos profissionais nas diversas instituições em que atuam.

No que tange a Política Nacional Assistência Social (PNAS), destaca-se inicialmente que, ainda que os serviços por ela ofertados através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) datem recente, as instituições de Assistência Social possuem uma larga trajetória de atuação na sociedade brasileira. Este passado longínquo é marcado por um modo disciplinar de operar sobre os considerados desajustados a ordem social vigente, a partir de ações voltadas para a tutela das famílias, com caráter caritativo e de ordem filantrópica, de modo que a implementação da PNAS se faz atrelada a uma mudança nos modos de gerir esta população cujos procedimentos e efeitos devem ser analisados.

Guareschi, Lara e Adegas (2010) apontam que para compreender o desenvolvimento das políticas públicas é importante levar em consideração que ao longo do tempo foi necessário o desenvolvimento de políticas públicas que dessem conta de gerir o grande incremento populacional, de forma menos autoritária de como era efetuado na época em que vigoravam os modelos típicos da sociedade disciplinar. Assim, quando o Estado passou a realizar ações direcionadas as questões sociais, instigado por um movimento de lutas e também por estratégias de poder político da elite estatal, tem-se o incremento de políticas públicas. De acordo com Benelli e Costa-Rosa (2013), "instituições são criadas, leis são formuladas e promulgadas, organizações e estabelecimentos são inventados e instituídos, equipamentos são produzidos e implementados, atores sociais são produzidos e convocados para lidar com esse novo objeto institucional" (p. 288).



Ocorre que mesmo quando as ações com as populações empobrecidas são assumidas pelas políticas oficiais, não são abandonadas as práticas sociais assistenciais. Segundo Foucault (2018), as ações da filantropia “vem se ocupar da vida dos outros, de sua saúde, da alimentação, da moradia...” (p. 243). Posteriormente, dessa configuração saíram novos personagens, saberes e instituições: “higiene pública, inspetores, assistentes sociais, psicólogos. E hoje assistimos a uma proliferação de categorias de trabalhadores sociais” (p. 243).

O SUAS, portanto, se materializa como um complexo aparato institucional constituído por leis, estabelecimentos, práticas sociais e atores institucionais. Desse modo, tal como salienta Benelli (2013), essa discussão se faz necessária para que os psicólogos rompam com as práticas ingênuas, buscando fomentar indagações e reflexões na sua prática. Metodologicamente, utiliza-se uma sistemática teórica exploratória sobre a temática, de modo a abordar a Assistência Social como uma instituição e a análise institucional como fomentadora de questionamentos acerca dos instituídos e dos movimentos instituintes no SUAS.

No que diz respeito a Política Nacional de Assistência Social, Benelli e Costa-Rosa (2011) afirmam a existência de dois paradigmas contraditórios: um que busca promover uma adaptação sociocultural pautada em modelos de um padrão social (que mantém os indivíduos dependentes, circulando pelos vários equipamentos da Assistência Social) e outro que visa a transformação social, priorizando ações de emancipação da população atendida (o que pressupõe um trabalho em rede social, que envolve a ideia de cidadania integral e a defesa e garantia dos direitos as populações).

Localizamos que há uma contradição entre uma postura paradigmática essencialmente filantrópica e a da Assistência Social como Política Pública transformadora. A filantropia não promove a efetivação e garantia dos direitos [...] Promover efetivamente a garantia dos direitos [...] exige uma problematização desnaturalizadora e a análise das causas estruturais e conjunturais produtoras dos “problemas sociais”, por meio de práticas pedagógicas e institucionais democráticas, dialógicas, participativas, descentralizadas, multiprofissionais e transdisciplinares (BENELLI, 2013, p. 23).

Benelli e Costa-Rosa (2011) prosseguem afirmando que ao longo da história, as práticas assistenciais foram “algumas das variadas estratégias utilizadas para aliviar a pressão social e, ao mesmo tempo, manter as camadas mais pobres da sociedade sob tutela e controle, por meio de medidas compensatórias” (p. 556). Com a PNAS tem-se a implementação de novas estratégias que visam alterar os impactos da atuação no contexto social. Nesse sentido, a Assistência Social proposta anseia por “ser emancipatória e construtora de cidadania, caracterizando-se como política pública, descentralizada, participativa e democrática, sendo um direito não contributivo” (p. 556).

Desse modo, é possível pensar na gestão e tutela dos usuários como formas instituídas na Assistência Social, assim como sinalizam Macedo e Dimenstein (2009), que apontam que o trabalho nas políticas sociais pode levar ao caminho do instituído. Ou seja, utilizando-se de um saber técnico e científico impõe-se práticas de ações de tutela e de desapropriação do saber do outro sobre si próprio quando ao modo de cuidar e guiar sua vida. Na visão das autoras, isso “torna as políticas do bem-estar um território profícuo para o exercício da gestão ou do governo da população, através da disciplina e do controle, como estratégias biopolíticas para se fundar ou redimensionar a ordem social vigente” (MACEDO; DIMENSTEIN, 2009, p. 296). Por outro lado, as forças instituintes também estão presentes e são essas que levaria a Assistência Social para um patamar real de política pública de dever do Estado e de direito do cidadão o que se configura muito mais um projeto em construção do que uma realidade já vigente.

Entende-se, então, ser fundamental consolidar a Assistência Social como política pública de direito do cidadão e responsabilidade do Estado, sendo que um dos caminhos possíveis é a adoção de posicionamento ético, profissional e político, alinhado com os interesses das classes populares, para “descristalizar as práticas e discursos moralizantes, os preconceitos tradicionais e o senso comum improvisador” (BENELLI; COSTA-SILVA, 2013, p. 560), “rompendo com práticas disciplinares-correcionais e aumentando a possibilidade de que o indivíduo se construa a partir do status de sujeito de direitos, sendo capaz de autonomia crescente e de maior contratualidade social” (BENELLI; COSTA-ROSA, 2011, p. 298). Deste modo, isso permitiria a abertura para a invenção e desenvolvimento de novas práticas sociais.

Compreendendo a Assistência Social com uma instituição em constante transformação, cabe observar os movimentos institucionais que se relavam ao longo deste processo. Com isso, destaca-se como um dos analisadores o fato de que, ainda que a PNAS e o SUAS tenham sido implementados sob o postulado de construção de um novo campo direcionado para a transformação social, este campo encontra-se atrelado a uma série de práticas já



instituídas no âmbito da Assistência Social que são marcadamente voltadas à docilização e ao ajustamento da conduta. Em contrapartida, movimentos instituintes direcionam à construção de modos de atuação que reconhecem os usuários atendidos enquanto sujeitos de direitos, ativos e atuantes em seu contexto social.

Assim, estando os psicólogos inseridos em uma política estatal contraditória, que caminha na ambivalência entre ações ora voltadas à tutela e ao controle social, ora voltadas emancipação dos sujeitos e a participação cidadã, esses profissionais podem encontrar na análise dos processos institucionais ferramentas para a construção de práticas desnaturalizantes que promovam um posicionamento crítico perante as questões encomendadas à Psicologia pelos aparelhos desta política pública.

REFERÊNCIAS

- BENELLI, S. J. Apontamentos sobre as práticas psicológicas desenvolvidas nas entidades assistenciais que atendem a crianças e adolescentes pobres. *Revista de Psicologia da UNESP* v. v.12, n. 2, p. 01-30, 2013.
- BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. *Estudos de Psicologia*, v. 28, n. 4, p. 539-563, 2011.
- BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na assistência social. *Estudos de Psicologia*, v. 30, n. 2, p. 283-301, 2013.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2018.
- GUARESCHI, N.M.F.; LARA, L.L.; ADEGAS, M.A. Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o homo economicus. *Psico*, v. 41, n. 3. p. 332-339, 2010.
- MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, MAGDA. Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 3, p. 293-300, 2009.

Da “limpeza étnica” nos grandes eventos ao acolhimento compulsório de 2019 no Rio de Janeiro

Autor: Fábio (IBMR)

Coautor: Allini (IBMR), Mariana Muller (IBMR) e Mariana Moreira

Este trabalho tem por objetivo trazer reflexão às ações de acolhimento compulsório a pessoas em situação de rua promovidas pelo Estado. As intervenções que serão destacadas ocorreram especialmente próximo aos grandes eventos que tiveram como sede a cidade do Rio de Janeiro, com o discurso de promover a melhoria da segurança urbana. A retirada compulsória das pessoas em situação de rua, pode ser caracterizada como uma “limpeza étnica”, sendo assim, uma violação aos direitos humanos. Implica um retrocesso às políticas de assistência social e de saúde mental e se mostra ineficiente sob a ótica da Psicologia Social em sua matriz crítica. A partir de uma reflexão histórica e epistemológica sobre a constituição e práticas da Psicologia Social, buscamos discutir como nossos modos de produção geram intervenções que produzem enquadramentos e transbordamentos (Callón, 2008; Law, 2004; Mol, 2007) que geram políticas de visibilidade/invisibilidade nos processos de subjetivação. Nesta pesquisa, adotamos a Cartografia de controvérsias (Latour, 2005) como estratégia de construção de conhecimento que escapa da racionalidade causal e dualista, presentes no paradigma moderno, e possibilita um olhar complexo sobre a realidade, aqui entendida como justaposição de elementos heterogêneos. Um olhar sobre as práticas experimentadas no campo das políticas públicas possibilita acompanhar os embates, disputas e polêmicas entre os distintos atores, contribuindo para multiplicar vozes e versões daquilo que não se pode estabilizar como verdade única, mas que contribui com a configuração de realidades. Nesta cartografia, encontramos que, apesar da prefeitura do Rio de Janeiro não ter um mapeamento atualizado do número de pessoas vivendo em situação de rua na cidade, um levantamento da Defensoria Pública do município estima que sejam pelo menos 15 mil pessoas nas ruas. Há de se levar em consideração que o Brasil não possui dados oficiais do quantitativo de pessoas em situação de rua, pois nem o censo demográfico decenal e nem as contagens populacionais periódicas incluíram a preocupação em contabilizar essa população. No entanto, pode-se citar duas referências relevantes, que são a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua, realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário em 2008, que mesmo não envolvendo todos os municípios do país, apontou um total de 31.922 pessoas vivendo em situação de rua e o estudo mais recente realizado pelo IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que data outubro de 2016 e que estimou mais de 100 mil pessoas nessa situação no Brasil. No dia 28 de julho de 2019, o morador

de rua Plácido Corrêa de Moura esfaqueou João Napoli, sua namorada, Caroline Moutinho, e o professor Marcelo Henrique Reis. João e Marcelo morreram, Caroline foi hospitalizada. Plácido foi baleado, em uma ação desastrosa da polícia, e também internado, quando teve sua prisão decretada. Depois do ocorrido, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, defendeu a internação compulsória de pessoas em situação de rua com problemas psiquiátricos ou usuários de drogas. Após este caso de assassinatos com grande repercussão na imprensa nacional, é editado o Decreto da Cidade do Rio de Janeiro de número 46.314, de 02 de agosto de 2019, que dispõe sobre a internação compulsória de pessoas em situação de rua. Alguns dias depois, através de um acordo entre Governo do Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro, iniciam-se os trabalhos de “ordenamento urbano”, que se configuraram pelo encaminhamento de pessoas em situação de rua a abrigos e a um hotel no Centro da cidade. A princípio, a ação teve início pelos pontos turísticos da cidade, espaços públicos com maior visibilidade, como a Lagoa Rodrigo de Freitas. Chamou a atenção a fala do secretário de Governo e Relações Institucionais, Cleiton de Souza Rodrigues, reproduzida pelos principais veículos de comunicação. Segundo ele, a ação seria um pedido da sociedade que reivindica seu direito de ir e vir. Antes, em um evento no Palácio Guanabara, outra declaração teve destaque: o governador do Rio afirmou que pessoas em situação de rua não possuem capacidade de autodeterminação e não podem decidir se ficarão ou não nas ruas, podendo ser recolhidas para abrigos. Aqui, elabora-se o questionamento a respeito da eficiência do simples recolhimento dessa população, assim como o retrocesso deflagrado pela política de saúde mental com foco na internação. Expulsar e esconder as pessoas que estão em situação de rua não são táticas novas e evidenciam, entre outras questões, a complexidade desta temática, especialmente no que tange ao desenvolvimento de estratégias de apoio psicossocial e à implementação de políticas públicas eficientes. No século passado o tema já dividia opiniões: nos anos 1960, pessoas em situação de rua, que viviam em um lixão próximo ao Rio Guandú, na Baixada Fluminense, eram assassinadas por policiais sob a gestão de Carlos Lacerda, um escândalo abordado no filme “Tipografia de um desnudo”, de Teresa Aguiar. Silva (2013), estabelece que o objetivo do governo era promover uma “asepsia com vistas a arrumar a casa para a visita da Rainha da Inglaterra à cidade do Rio de Janeiro”. Durante a Rio-92, tentativas de ocultar a população de rua foram evidenciadas pelo aumento do recolhimento dessas pessoas pela Fundação Leão XIII: o número de atendidos mantidas em suas unidades saltou de 1.500 para 3.000, em média por dia no período. Pode-se observar várias ações de “limpeza da cidade”, através do recolhimento destas pessoas, muitas vezes de maneira violenta ou por meio do choque de ordem, exemplos verificados na Jornada Mundial da Juventude em 2013, que aconteceu com a presença do Papa Francisco, na Copa do Mundo em 2014 e nos Jogos Olímpicos em 2016 e ainda como ocorre anualmente durante o Réveillon, em Copacabana. A partir desse panorama histórico de intervenções com pessoas em situação de rua que antecederam grandes eventos na cidade do Rio de Janeiro e que hoje voltam a acontecer, vale o questionamento sobre esse simples “recolhimento de corpos” e nos debruçarmos sobre o retrocesso das políticas de assistência social e de saúde mental, que se mostram ineficientes sob a ótica e o papel da Psicologia Social em sua matriz crítica.

Extensão, Estado e sociedade: possíveis relações e limites de uma prática

Autor: Luiza Costa (Luiza Costa)

Coautor: Utsia Smits (CES/JF), Marcela (Marcela Burjaily Lizardo), Thamara Dias (CES JF) e Lara Calais

O presente resumo visa apresentar e refletir sobre a parceria de uma Liga Acadêmica com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e suas ações em um Acolhimento Institucional na cidade de Juiz de Fora - MG. O trabalho advém de experiências decorridas da Liga Acadêmica de Psicologia Social e Comunitária - LAÇO do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora - CES/JF. A mesma é formada por um coletivo de estudantes, que tem como referencial teórico a Psicologia Sócio comunitária e a perspectiva social crítica, a qual busca viabilizar o rompimento da lógica assistencialista e violação dos direitos humanos através da transformação social, promovendo emancipação do sujeito em sua territorialidade (LANE, 1984). Sendo assim, a Liga objetiva a pesquisa e extensão para além dos estudos teóricos, uma vez que, considera-se o caráter dialético entre teoria e prática como possível processo de transformação frente aos retrocessos e invisibilidades existentes na atual conjuntura do Estado (SOUSA, 2011). Também vai de encontro com a potência do sujeito construída com o afeto, sendo que o mesmo afeta e é afetado pelo outro e por todo o contexto histórico, cultural e social que o cerca, formando sentimentos e emoções que, sendo éticos e dialógicos, tem seu poder de agir na busca da liberdade (SAWAIA, 2014). Mesmo com a expansão das políticas públicas no Brasil, as práticas assistencialistas ainda fazem-se presentes, contribuindo

do para a reprodução da falta de autonomia e visibilidade de determinadas parcelas da população, corroborando com a violação de direitos de pessoas em situação de risco pessoal ou social (SANTANA; AVANZO, 2014). Devido a isso e ao compromisso ético e político nas intervenções da LAÇO, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Juiz de Fora, por meio da Proteção Social Especial, propôs uma parceria à Liga, possibilitando a realização de intervenções em uma instituição de acolhimento de crianças e adolescentes, que encontram-se sob tutela do Estado. Tal medida de proteção ocorre quando estes estão em violação dos seus direitos no convívio familiar, de acordo com a medida de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e em contextos de vulnerabilidade social que produzam práticas de violência. No sentido metodológico da ação, no primeiro encontro da Liga com a instituição foram desenvolvidas atividades que promovessem a aproximação da mesma com os(as) crianças e adolescentes moradores da casa, possibilitando a construção de uma relação de confiança para as ações seguintes. Para isso, o início se deu pelo reconhecimento do local, conversas e discussões com a equipe técnica do acolhimento vigente e o primeiro contato com as crianças e adolescentes. Os próximos três encontros envolveram jogos lúdicos, brincadeiras e posteriores reflexões dialógicas no formato de roda de conversa sobre as ações realizadas em conjunto, visando a participação ativa dos membros da casa. Cada visita ao acolhimento e as atividades exercidas eram planejadas de acordo com a percepção das estudantes sobre o contexto e situações ocorridas, identificação de demandas, respaldo teórico e supervisão profissional. Ao final das ações, foi possível reconhecer o papel da LAÇO como extensão na constituição de novas práticas e saberes com os(as) moradores(as) da casa. Os(as) mesmos(as) abraçaram as atividades de forma ativa, fortalecendo a união entre eles(as), o que possibilitou um trabalho com a participação efetiva, problematizando questões subjetivas envolvidas no trabalho da instituição/casa e na equipe técnica. Com essa aproximação, também foi possível observar questões internas, que envolviam violação de direitos dos jovens e uma fragilidade na capacitação e preparação dos profissionais em suas ações. Porém, após reuniões e discussões com a equipe da Liga sobre o caso, foi percebido que tal demanda aponta para a estrutura que as instituições de acolhimento estão inseridas, identificando também falhas nas políticas públicas em relação a um efetivo reforço e cuidado com esse campo. Ou seja, o presente resumo direciona a reflexão para a problematização sobre o modo de operação das casas de acolhimento institucional como produto da própria configuração das políticas públicas e do modelo sociedade vigente, sendo relacionado ao Eixo 18: Implicações de Políticas, Programas e Ações do Estado nos modos de vida de populações vulnerabilizadas; e ao Eixo 32: Políticas Públicas e Juventudes: Direitos, Violências e Resistências; considerando a vinculação com os direitos da juventude e a reflexão sobre as práticas exercidas no contexto atual. Coube-nos então questionar: bastariam as ações realizadas pela Laço com as(os) jovens, para a promoção da autonomia esperada? Qual efetivamente seria a nossa posição, enquanto liga acadêmica, diante de uma complexa estrutura de Estado que opera, em alguns sentidos, uma gestão de ações que, ora criam condições de proteção social, ora perpetuam práticas assistencialistas e que inferem em lógicas de criminalização da pobreza e manutenção de condições subalternas de vida. A partir da problematização e reflexão sobre tal situação, a Liga se aproximou dos setores de coordenação desse campo, esclarecendo suas percepções e considerações. Tal relação foi – e tem sido – de grande importância para ambos os lados envolvidos, tendo o diálogo, a produção coletiva e a troca de percepções como pilares para possibilidades de ações e parcerias, que estejam engajadas no compromisso ético-político em suas práticas. Este ponto de inflexão oportunizou o reconhecimento não só do campo de trabalho, mas o aprofundamento sobre os modos de operação das práticas de cuidado e proteção de crianças e adolescentes, pautando a necessária reflexividade contínua de todos(as) os(as) envolvidos, para que escapem das armadilhas ou, como ressalta Sawaia (2014), das “artimanhas da exclusão” que inferem processos de inclusão perversa. Considerando tais discussões, vale pontuar a necessidade de uma atuação da psicologia social e comunitária que se comprometa com o aprofundamento dos debates, que supere o tecnicismo e complexifique a visão sobre as distintas existências, compreendendo as dinâmicas institucionais, estruturais e governamentais que produzem as possibilidades, ou não, de exercício do cuidado e da cidadania.



Inclusão produtiva e Assistência Social: dialética inclusão/exclusão e impactos psicossociais aos sujeitos em vulnerabilidade

Autor: Kely Akemi Kuriki

Coautor: Guilherme Elias da Silva e Rafael (UEL)

A pesquisa articula-se ao eixo temático, pois pretendeu-se analisar e refletir sobre os possíveis impactos psicossociais, da política de inclusão produtiva para as populações vulnerabilizadas. A inclusão produtiva em articulação com a Assistência Social, busca oportunizar a facilitação ao ingresso em processos de geração de trabalho e renda, por meio da oferta de programas de qualificação socioprofissional. As estratégias governamentais através das políticas públicas, visam a garantia dos direitos sociais e a proteção social, de modo a subsidiar, a autonomia, a participação política, cidadã e a emancipação, assim como minimizar as desigualdades sociais diante dos retrocessos na garantia de direitos. Deste modo, as contribuições da Psicologia Social, pretende ser crítica, visto que os processos de inclusão produtiva são recentes, repercutindo em relações de inclusão/exclusão que podem promover a emancipação ou a manutenção da dominação.

A pesquisa intentou discutir sobre a inclusão produtiva em articulação com a Política de Assistência Social, assim como os possíveis impactos psicossociais para os “usuários”. Partimos do pressuposto de autores que delinham a importância significativa do trabalho na vida dos sujeitos. Esta atividade [o Trabalho], quando assimilada aos pressupostos da política pública de assistência social, poderia catalisar a constituição do protagonismo, participação popular, autonomia e emancipação. Deste modo, as discussões e reflexões sobre a inclusão produtiva, nesta seara dizem respeito à formação do sujeito nos âmbitos político, psíquico e social.

No cenário atual, torna-se visível a busca por meios que possibilitem suprir as necessidades básicas, como alimentação, saúde, educação, segurança, etc. Todavia, determinadas populações, não alcançam tais condições de sobrevivência, seja por fragilidade econômica, social, relacional, etc. Fatores preponderantes à essa condição podem ser as inserções precárias ou não inserção no mundo do trabalho formal, repercutindo em impactos e efeitos, tanto em ordem material: como escassez alimentar, de medicamentos em momentos de adoecimento e demais recursos materiais sustentadores da vida cotidiana, quanto em ordem subjetiva como: sentimentos de vergonha, humilhação, acanhamento, rebaixamento, inadaptação, entre outros.

Com vistas à minimizar condições de desigualdade, exclusão social, vulnerabilidade e risco social, vivenciadas e experimentadas, por muitos sujeitos e determinados grupos sociais, a atuação frente às expressões de pobreza que permeiam extensos segmentos da população vêm se estruturando nas últimas décadas nas ofertas institucionais no campo das políticas públicas (Ferrari, 2008).

Neste contexto, recorre-se ao que consta no art. 203 da Constituição Federal de 1988, no qual um dos objetivos da política pública de assistência social é a promoção da integração ao mercado de trabalho, assim como a PNAS (2004) que busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira, tornando claro em suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Há uma articulação entre a Política de Assistência Social e a Inclusão Produtiva, no qual, através da capacitação e qualificação profissional, propõe a geração de trabalho e renda, seja por meio do emprego formal, empreendedorismo e empreendimentos da Economia Solidária (MDS, 2015).

Asseveramos, em congruência ao exposto por Sposati (1995), que a assistência social, como mecanismo político e econômico, tem a responsabilidade de proteção daqueles que aparentemente já não existem para o capital, ou seja, o trabalhador parado, o que não possui vínculo formal, o indigente, os deserdados.

Compreende-se que “incluir produtivamente” a população empobrecida sustenta-se por: um “discurso ideológico de cidadania, inclusão social, protagonismo, autonomia, crescimento econômico, desenvolvimento de capacidades que integram a noção de qualificação/educação profissional” (Eloi, 2014, p.11).

Segundo Souza (2013, p. 288), existe uma “pretensão de gerar renda para a ‘emancipação’ dos usuários” da inclusão produtiva. Estes discursos ideológicos de inclusão social são materializados através das ofertas de programas, serviços e benefícios, utilizando como mediação a inserção da população empobrecida no mundo do trabalho.

Concordamos com a crítica apresentada por Eloi (2014) ao afirmar que essas categorias [de “inclusão”] tendem a escamotear o desemprego estrutural, a exploração do trabalho, as desigualdades sociais e promove o ajustamento da população às demandas do capital, ou seja, de uma população necessária à acumulação capitalista. Neste sentido, a produção de acumulação capitalista baseada na exploração torna-se estruturalmente excludente.



Contudo, vale destacar que o sistema de produção capitalista inclui e exclui ao mesmo tempo (Marx, 1980).

A exclusão é um processo dialético, pois existe a partir de uma perspectiva de inclusão, assim a inclusão/exclusão não tem uma única forma e não é falha do sistema, mas são produtos do funcionamento do sistema. Deste modo, “gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado” (Sawaia, 2007, p. 9).

Ao mencionar, sobre subjetividades, destaca-se a relação dialética entre inclusão/exclusão, nesta dinâmica o sujeito incluído/excluído poderá, simultaneamente, experimentar estas situações de distintas formas, ou seja, sentimentos, significados e ações. Para compreensão dos efeitos subjetivos da inclusão/exclusão, recorreremos ao que (Sawaia, 2007) afirma sobre o sofrimento demarcado. Este sofrimento não é de ordem individual, originário de desajustamentos e desadaptações, mas provindo pela situação social da pessoa, impossibilitando de lutar contra os cerceamentos sociais.

Deste modo, o sofrimento ético-político constitui “a vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica. Sofrimento que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (Sawaia, 1999, p. 56).

Conforme (Souza, 2013), afirma que as ações de inclusão produtiva realizadas ou incentivadas com os recursos da assistência social, tendo em vista, a geração de trabalho e renda para os usuários, por não ter definições claras das competências, acabam propagando-se de forma fragmentada, isolada, pontuais e desconectas. A autora supracitada, expõe: “Com os desempregados batendo à porta, se não há trabalho, compete à assistência social, gerá-lo”; e acrescenta as construções discursivas de que para se promover a emancipação das famílias: “não se deve mais dar o peixe, mas ensinar a pescar” (Souza, 2013, p. 289).

Para (Souza, 2013) o discurso da pescaria é a grande falácia do empreendedorismo [na assistência social], pois nutre no usuário a falsa ideia de independência, autonomia e emancipação, na qual bastaria ofertar os recursos financeiros e humanos, fomentando os projetos de incentivo ao pequeno negócio, familiar ou cooperativo no campo da produção e serviços.

A maneira que o sistema capitalista inclui, faz parte dos mesmos mecanismos de reproduzir e sustentar a servidão, a passividade, a miséria e, principalmente, a alienação do trabalhador. Sawaia (2007) denomina como inclusão perversa, pois são produzidas ideias imaginativas, criadas pelo próprio sistema nos indivíduos, estes passam a perceber que as apropriações materiais e simbólicas os levam a “fazer parte” do todo, correspondendo ao que a sociedade cria a cada instante.

“Esse sistema inclui para excluir, ou seja, para manter os homens na dependência de um estado de coisas que não diz respeito à sua própria liberdade e potência, e são levados a nunca alcançarem a satisfação mercadológica” (Bertini, 2014, p.61).

Em síntese, destacam-se os efeitos paradoxais, da inclusão produtiva. Para Souza (2013), os resultados da geração de renda, não garantem o sustento de maneira [satisfatoriamente] digna, mas outros efeitos são possíveis como a melhora da autoestima, cuidado de si, participação coletiva e popular, retorno aos estudos, ocupação em atividades de produção e comercialização. Outro fator que merece reflexão, quando a inclusão produtiva se insere por meio da política de assistência social, torna-se preocupante ser pensada, como “porta de saída”, visto que seu objetivo está na emancipação e autonomia dos sujeitos (Barros, Mendonça & Tsukada, 2011). Neste sentido, a emancipação é compreendida como independência dos programas e benefícios, viabilizados pelo Estado e a autonomia, a geração de renda suficiente para uma vida digna e sustentável. No entanto, percebe-se que as ações de inclusão produtiva, têm se materializado, em geral, de forma focalizada e fragmentada, ou seja, não basta ofertar as oportunidades, por meio dos programas e benefícios, se o contexto de produção e desenvolvimento do capitalismo produz e reproduz as desigualdades sociais, dispensando os trabalhadores e colocando-os na condição de desnecessários.

REFERÊNCIAS:

BARROS, R.; MENDONÇA, R; TSUKADA, R. (2011). Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil. Chamada para debate, textos para discussão. Presidência da República Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

BERTINI, F. (2014). Sofrimento Ético- Político: uma análise do estado da arte. PUC-SP.

BRASIL. Constituição de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.



BRASIL. (2005). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004, Norma Operacional Básica NOB/ SUAS. Brasília, DF, Novembro, 171p.

BRASIL. (2015). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-productiva-urbana-.1>

ELOI, N. (2014). O mito da inclusão produtiva: o discurso ideológico de cidadania, inclusão social e crescimento econômico do estado brasileiro de Fhc à Dilma,. Dissertação Mestrado: Universidade Federal do Pará.

FERRARINI, A. (2008). Pobreza: possibilidades de construção de políticas emancipatórias. São Leopoldo, Oikos.

MARX, K. (1980). O capital. Livro 1: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SPOSATI, A.; FALCÃO, M. C.; TEIXEIRA, S. (1995). Os Direitos dos Desassistidos Sociais. 3ª ed., Cortez, São Paulo.

SAWAIA, B. As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. – 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SOUZA, F. (2013). Assistência Social e inclusão produtiva: algumas indagações. O Social em Questão. Ano XVII - nº 30, p. 287-298.

Insegurança de moradia em favela e direito à periferia: pelo direito à diferença na cidade

Autor: Roberta Brasilino

Coautor: Jaqueline Sérgio da Costa (UFRJ), - (UFRJ)

A Comunidade Indiana-Tijuca é uma favela situada no bairro da Tijuca, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, e tem parte expressiva do seu território atravessado pelo rio Maracanã. Dividida entre “miolo”, que é parte da comunidade não margeada pelo rio e com maior índice de ocupação, e “canal”, onde as casas são ladeadas por ele, há na Indiana uma assimetria presente na experiência de moradia que é atravessada por essa organização do espaço. As chuvas impactam mais gravemente moradores e moradoras do “canal”, uma vez que, estando em um nível mais baixo da rua e tendo menos construções do que o “miolo”, o escoamento da água pluvial atinge de modo mais incisivo esta parte, causando maiores transtornos. Isso porque não existem estruturas de drenagem na região, fazendo com que as ruas do “canal” recebam um grande volume de água. Ao longo dos anos, diferentes justificativas têm sido apresentadas para retirada daqueles e daquelas que vivem na Indiana. Sob alegações diversas, de que moradoras e moradores residem em locais insalubres, em áreas de risco, que poluem o rio e ocupam irregularmente o espaço, vem se construindo ali um discurso de inabitabilidade para justificar a remoção dessas pessoas de seu território. A quase completa ausência de saneamento básico se apresenta como um fator que compõe a fragilidade infraestrutural da região e é por diversas vezes usada pela gestão pública municipal como justificativa para instituir o reassentamento. A privilegiada infraestrutura e localização que o bairro da Tijuca possui no entanto, torna a comunidade alvo da especulação imobiliária que atinge a cidade do Rio de Janeiro. Relatos de moradores ressaltam que a Comunidade Indiana Tijuca sofre ameaças de remoção desde a sua ocupação, mas em 2012 - com a preparação para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 (que tinham como grande atrativo o Maracanã) e a inauguração da estação de metrô Uruguai (distante apenas dois quilômetros da Indiana) - o Poder Público Municipal retomou o planejamento de modo mais enfático para a remoção da Indiana. Neste ano, a Secretaria Municipal de Habitação efetivou as demolições de algumas casas, gerando problemas como acúmulo de entulho, proliferação de vetores e grande preocupação entre as famílias que permaneceram em relação às consequências infraestruturais em suas casas, decorrentes das demolições das casas vizinhas. Neste período foi instaurado um processo judicial com a anexação de laudos técnicos que buscavam justificar a remoção da favela. Em 2018, a sentença final foi emitida, proibindo a demolição das casas sem que antes seja demonstrado que a intervenção na favela atende às exigências legais e constitucionais. Entretanto, o fim do processo judicial não significou o fim das tentativas de retirada da população residente na Indiana. Nos meses de março e abril de 2019, quando ocorreram chuvas torrenciais sobre a região, alagamentos comprometeram a estabilidade de casas e ocasionaram perda de utensílios domésticos, soterramentos, entre outros graves impactos, que atingiram o território de forma heterogênea, impactando majoritariamente a área do “canal”. Após os problemas ocasionados, a Secretaria de Infraestrutura e Habitação realizou um processo licitatório, objetivando a contratação de em-

presa para demolição de residências na favela - o que aconteceu em concomitância com o cadastramento de cinquenta famílias em programa de aluguel social. É nesse cenário que se insere o projeto de extensão interdisciplinar "Entre cidades de direito e cidades de privilégios: disputando narrativas na Comunidade Indiana Tijuca", da Universidade Federal do Rio de Janeiro, buscando contribuir e subsidiar a luta política pela permanência de moradoras e moradores. Para isso, o projeto operacionaliza suas atividades a partir de discussões e experiências acerca do direito à cidade, reafirmando aí também o direito à periferia, agenciando estratégias que permitem a construção de outras narrativas, coletivamente, acerca das vivências que permeiam o morar em uma favela localizada em um país como o Brasil, em uma cidade como o Rio de Janeiro. Assim, nossas atividades compreendem o caminhar por diferentes áreas da cidade, conversando sobre essa experiência e produzindo materialidades através dela. Transitar pela cidade se apresenta, assim, como um potente instrumento para tornar concretas essas propostas, e possibilitar diferentes percepções e apropriações do espaço urbano realizadas pelas participantes. A instituição da prática extensionista na formação acadêmica é fruto de um esforço para aproximar a sociedade e as instituições de ensino superior de forma que produções de conhecimento mais democráticas e socialmente comprometidas emergjam a partir do estabelecimento dessa comunicação. Assim, as práticas que buscamos instituir por meio do projeto de extensão que executamos, em consonância com essa visão, tem por fim a construção de saberes e ações colaborativos, que se somem à luta política e às estratégias de participação social de moradoras e moradores da Indiana, a fim de terem seus direitos garantidos nessa complexa relação de poderes que disputam o território onde vivem. Através das atividades e das discussões suscitadas, podemos refletir sobre as perspectivas acerca da moradia que o cenário de remoções na Indiana nos revela. De fato pode-se dizer que a moradia é encarada enquanto um direito a ser garantido pelo Estado - como saúde e educação - ou existe aí uma diferença, em que a moradia é enxergada majoritariamente como algo que cada pessoa deve conquistar a sua? Acredita-se realmente nela enquanto um direito ao qual "se tem direito" e pelo qual se deve brigar? A relação com a moradia é frequentemente muito marcada pela compreensão de propriedade privada, sendo a desigualdade no acesso ao solo vivenciada enquanto uma consequência das falências e êxitos individuais. E o próprio Estado pode e muito contribui para essa compreensão da descrença no morar enquanto um direito, por exemplo quando não enfrenta a desigualdade no acesso à moradia e acaba por reforçar que se trata de problemas pessoais, resultantes das condições de pobreza. No entanto, é possível afirmar ainda que o Estado também promove ações diretas de produção de insegurança. Na Indiana, moradores e moradoras já acompanharam remoções de algumas famílias vizinhas protagonizadas por gestores públicos municipais. Contudo, grande parte da produção de insegurança de moradia agenciada pelo executivo estatal nesse mesmo território vem se operando não por meio de ações diretas de remoções, mas a partir de sutilezas orientadas para essa mesma finalidade. Do que se tratam as promessas mais recentes desses mesmos gestores de remanejamento das famílias que residem na região mais precarizada da favela? O que levam essas famílias a enxergarem o remanejamento como solução para os problemas de moradia que enfrentam a não ser a falta de investimento em saneamento na região, que resulta em graves problemas de alagamento das casas em virtude do escoamento das águas das chuvas das ruas do bairro para o rio em torno do qual está localizada a favela? Importante ponderar ainda que as promessas de remanejamento vieram não só acompanhadas da publicação em diário oficial de uma empresa licitada para demolir as casas, mas também condicionadas à aceitação de imediata desocupação e cadastramento em programa de aluguel social. As remoções na Indiana evidenciam ainda a utilização da negação ao direito ao saneamento como justificativa para a negação ao direito à moradia, exemplificando nitidamente os mecanismos do Estado de suspensão de direitos a fim de gerir a cidade de acordo com seus interesses. Tendo isso em vista, entendemos que mais do que o fortalecimento na luta pelo direito à moradia, devemos, talvez de maneira mais incisiva do que anteriormente, nos somar àqueles e àquelas que resistem por acreditarem que a moradia não se restringe a uma estrutura física, o que nos permite refletir sobre as distintas funções que a habitação pode assumir, para além do residir. A realidade de trabalhadoras e trabalhadores mais subalternizados (e cabe aqui deixar registrado que não apenas em virtude de fatores sócio-econômicos) impõe que seus imóveis possam atender a necessidades outras, como capacidade de ampliação para abrigar outras gerações; existência de laje, espaço de encontro, de festa e de lazer; geração de trabalho e renda. Portanto, é realmente possível afirmar que àqueles e àquelas que residem na Indiana foi e está sendo considerada tal distinção quando se garante (ou até mesmo nas promessas de vir a garantir, tal qual o cenário de 2019 aponta) o direito à moradia em construções nos moldes de apartamentos? A luta pelo direito à cidade e pelo direito à moradia deve tratar-se, portanto, de uma luta que garanta simultaneamente o direito à igualdade, mas também à diferença, o que se denomina como direito à periferia. A igualdade e a diferença devem manter uma relação intrínseca e não



oposta, ou seja, a reivindicação do “direito a ter direitos”, de integrar uma comunidade política de forma plena a partir da conquista dos direitos civis, sociais e políticos, não pode vir acompanhada (e muitas vezes condicionada) da negação de um modo de vida próprio, do abandono das particularidades. Dessa forma, refletir sobre o direito à cidade em periferias nos mobiliza a pensar em um “direito à periferia” como expressão de uma identidade sócio-cultural cidadina que não é homogeneizada, e produz modos específicos de ocupação e relação com a cidade em diferentes regiões.

O Programa Mediação de Conflitos e a Experiência de Intervenção em Comunidades Vulneráveis de Montes Claros - MG

Autor: Ana Clara Gonçalves (UniFipMoc)

O Programa Mediação de Conflitos é uma política pública do Estado de Minas Gerais e está presente na capital Belo Horizonte, região metropolitana e outras cinco cidades do interior, dentre elas, Montes Claros, onde se localiza nossa discussão.

O programa integra a política de prevenção social à criminalidade desde 2005, e atualmente é desenvolvido pela diretoria de prevenção comunitária e proteção à mulher. A lotação do programa na segurança pública se dá pelo fato de que, sua metodologia denota que se há intervenção em contextos conflituosos, estes não se desdobram em situações de violência e/ou criminalidade.

O programa tem recorte territorial comunitário e está inserido em equipamentos denominados Unidade de Prevenção à Criminalidade, que atuam em territórios marcados por vulnerabilidades diversas, baixo capital social, baixo acesso a direitos, com altos índices de violência e na maioria dos casos, a regulação do tráfico de drogas.

O objetivo do programa é empreender ações de mediação de conflitos, orientações sociojurídicas e psicossociais para acesso a direitos básicos de cidadania, fomentar a organização comunitária, valorizando o capital de cada comunidade atendida.

Ao direcionar a abordagem para espaços e indivíduos que sofreram, sofrem, ou poderão vir a sofrer processos de criminalização, essa política tem no foco de suas ações a reversão de fatores de risco e vulnerabilidades e a integração de rede de proteção social. A prevenção se propõe a compreender o fenômeno criminal, suas diferentes formas de manifestação em diversas comunidades e contextos sociais, para então, implementar projetos e ações capazes de enfrentar e reduzir as causas agenciadoras da criminalidade (CTC-PMC, 2011).

O programa, em sua execução nos territórios, conta com uma equipe multidisciplinar com formação nas áreas de Ciências Sociais, Direito, Psicologia e Serviço Social e sua metodologia prevê a realização de projetos temáticos, projetos institucionais, atendimentos individuais e coletivos e ações de organização comunitária. Essas práticas de atendimentos são norteadas por princípios metodológicos, como por exemplo: a autonomia do sujeito, o empoderamento, emancipação, restauração das relações, dentre outros.

Numa perspectiva de segurança pública cidadã, onde a participação social é primordial, a intervenção em contextos comunitários se torna possível pela aproximação das equipes técnicas com os moradores do território. Isso acontece por meio das circulações e entradas que as equipes cuidadosamente fazem nessas comunidades. A partir dos vínculos construídos com essas pessoas e da escuta ativa, se constroem com os moradores, maneiras de enfrentar os fatores de riscos ali identificados.

Trata-se de um relato de experiência, fruto da atuação enquanto estagiária de psicologia no programa em territórios situados no município de Montes Claros, norte de Minas Gerais. O objetivo aqui é compartilhar de que forma as intervenções psicossociais são possíveis e quais os impactos até então foram percebidos nas comunidades onde o programa está presente, no sentido da promoção da cidadania e rompimento dos espirais de violências e violações aos quais os moradores estão expostos. Ademais, avaliar a efetividade das intervenções produzidas, bem como, suas implicações no modo de vida dos atendidos, e as maiores dificuldades encontradas a partir dessa atuação.

A proposta de comunicação possui clara relação tanto com o GT escolhido: Implicações de Políticas, Programas e Ações do Estado nos modos de vida de populações vulnerabilizadas, tanto com o EIXO escolhido: Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais, pois se trata exatamente de discutir o impacto de uma política de segurança pública, nesse caso, do Estado de Minas, que se refere à garantia de direitos sociais básicos.

Para essa discussão, utilizamos a produção do próprio Programa Mediação de Conflitos, já que este conta com uma comissão técnica de conceitos, que sistematiza a produção das equipes e, neste caso, nossa principal fonte foi o livro “Programa mediação de conflitos: uma experiência de mediação comunitária no contexto de políticas públicas” fruto dos trabalhos da Comissão Técnica de Conceitos do Programa Mediação de Conflitos – CTC – PMC (2011). A comunicação não violenta se mostra como uma das principais técnicas utilizadas no programa. Por isso, “Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais” de Marshall B. Rosenberg (2006), também direcionam nosso olhar ao pensarmos a atuação das equipes. Nossa principal direção vem da coletânea organizada por Regina Helena de Freitas Campos intitulada “Psicologia Social comunitária: da solidariedade à autonomia”, que apresenta a reflexão do Grupo de Trabalho em Psicologia Social Comunitária da Anpepp, publicado em 2015.

Para este trabalho, conforme supracitado discorreremos a partir de nossa atuação prática no programa, a partir das práticas de atendimentos individuais e coletivos, bem como das interações que mantemos com as comunidades atendidas, seja nas circulações dos territórios e rodas de conversas proporcionadas a partir dos projetos temáticos, das avaliações que fazemos sempre que executamos tais projetos, e dos feedbacks que recebemos sempre que dialogamos com referências comunitárias. Tudo isso somado a leituras e reflexões promovidas pela coletânea de textos organizados pela Campos (2015), nos possibilitam pensar os efeitos dessa política.

As explicações para a violência e a criminalidade não são fáceis. Por isso, é necessário que evitemos as generalizações e passemos a entender o problema como sendo multifacetado. Avaliamos que, de um modo geral, são muito positivos os impactos da atuação do programa (pensando nosso campo de atuação em Montes Claros – MG). No diálogo com os moradores, aparece certo nível de satisfação com as alternativas criadas junto ao programa, bem como se tivermos acesso aos dados quantitativos produzidos, perceberemos que na grande maioria, o acesso das pessoas ao programa se dá por meio de indicação de outro atendido. Os efeitos psicossociais são diversos e isso é notável a partir das falas dos atendidos, que são capazes de refletir sua condição e de se reposicionarem frente a suas questões, o que tem impacto na forma como lidam com questões a níveis mais comunitários. A exemplo disso, temos a comunicação não violenta que, quando apreendida, passa a fazer parte da rotina dessas pessoas e que disseminam à medida que se relacionam com as outras. A construção e o fortalecimento do vínculo comunitário também possibilitam que as intervenções aconteçam de forma coletiva ou por meio de projetos construídos junto aos moradores. No tocante à execução dos projetos, há muito que se avançar no sentido de investimento de recursos pelo Estado, mas dada a demanda por novos momentos, avaliamos que os que são possíveis fazem sentido para essas pessoas. O melhor exemplo disso são as pessoas se dispondo a falar de violência a partir de suas vivências e de seu lugar de fala.

Assim como existem diversas causas para o universo das violências e da criminalidade, também coexistem diversas formas de intervenção e enfrentamento a tais ocorrências. A restauração do equilíbrio abalado nas relações sociais e o fomento ao capital social devem ser preponderantes à necessidade de punição e etiquetamento de autores de atos infracionais. A comunidade deve ser envolvida em todo o processo, e deve haver o fomento da autonomia para que os sujeitos se assumam protagonistas na resolução de seus conflitos e na construção de uma sociedade mais justa.

Programa Bolsa Família: narrativas de ex-participantes residentes em Alagoas

Autor: Wagner Souza (UFAL)

Coautor: Frederico Alves Costa (UFAL)

O presente trabalho corresponde ao recorte de uma pesquisa de mestrado que se encontra em andamento e que propõe debater o Programa Bolsa Família (PBF), um importante programa de transferência de renda implementado no Brasil a partir do ano de 2003 na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em sua elaboração, o Programa definiu os seguintes objetivos: promover o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias; garantir a ruptura do ciclo da pobreza, por meio das condicionalidades, que reforçam direitos sociais nas áreas de assistência social, educação e saúde; e o desenvolvimento das famílias, por meio dos programas complementares, que são ações coordenadas dos governos e da sociedade nas áreas de geração de trabalho e renda, alfabetização, microcrédito, entre outras.



Em janeiro de 2012, mais de 13 milhões de famílias já eram atendidas pelo PBF, tornando-se, assim, o maior programa social de combate à pobreza da história brasileira e o maior programa de transferência de renda do mundo.

Desde a sua implementação, o PBF foi alvo de diversas críticas e elogios, que buscavam apontar seus limites e/ou potencialidades. Desse modo, foi e é significado por diferentes atores (políticas/os, acadêmicas/os, mídia) das mais diversas formas: programa emancipatório, política compensatória, política assistencialista, esmola, programa eleitoral. Essas definições encontram-se articuladas a concepções divergentes de horizonte social, de estratégias de transformação social e foram evidenciadas, sobretudo, por figuras políticas das mais distintas filiações partidárias ou por pesquisadoras(es) acadêmicas(os) de diversos campos teóricos. Ao entendermos que considerar o ponto de vista das beneficiárias das políticas públicas é importante para o monitoramento e aperfeiçoamento da própria política, buscamos neste estudo compreender o que sujeitos cadastrados no PBF dizem sobre o programa, reconhecendo-as(os) como sujeitos cognoscentes, e, assim, afastando-nos de perspectivas elitistas que reduzem a reflexão sobre a dinâmica social a especialistas (políticas/os, acadêmicas/os, mídia).

Focalizamos neste estudo pessoas que foram beneficiárias do PBF e que realizaram desligamento voluntário, ou seja, que vivenciaram um ciclo completo no PBF (inserção, manutenção, saída), desligando-se por não mais se enquadrarem no perfil de pobreza/extrema pobreza compreendido no desenho do Programa.

A escolha das(os) ex-participantes como público alvo da pesquisa, deste modo, contribui para o debate sobre o papel do Bolsa Família na expansão da democracia brasileira tanto em termos do modo que se reconhecem nas estruturas hierárquicas da sociedade brasileira, a partir dos processos de significação atribuídos ao PBF; quanto no que tange à reflexão sobre as “portas de saída” do Programa e, assim, ao debate sobre o objetivo do PBF de geração de autonomia e enfrentamento à pobreza.

Além disso, delimitamos a pesquisa ao Estado de Alagoas em virtude de contribuir para reflexões críticas sobre a região na qual se encontra a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e, sobretudo, por se tratar do sexto estado que mais abrange pessoas cadastradas no PBF e que apresenta um dos maiores índices de pessoas em situação de pobreza no país.

Desta maneira, o presente estudo se propôs a investigar o seguinte problema de pesquisa: como os significados atribuídos ao Programa Bolsa Família (PBF) por ex-participantes, residentes em Alagoas impactam no modo delas(es) reconhecerem-se nas relações de dominação nas quais se encontram na sociedade brasileira? Ou seja, como a compreensão delas acerca do PBF permite-nos entender o modo como elas(es) se colocam no mundo, o horizonte político de sociedade construído por elas?

De acordo com informações da Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES), em 2018, 664 famílias alagoanas solicitaram o desligamento voluntário do PBF. Nesse contexto, os municípios que se destacaram foram: Campo Alegre (182), Santana do Mundaú (102), Água Branca (89) e Coqueiro Seco (42). Sendo assim, estes foram selecionados como campo de pesquisa.

Realizamos entrevistas com ex-participantes do PBF residentes nestes municípios. O método adotado para produção de dados foi o de História Oral (HO). Enquanto, método de pesquisa, a HO consiste em entrevistas que possibilitam acessar sonhos, anseios, crenças e lembranças dos sujeitos.

Os dados produzidos foram discutidos a partir da proposta da Análise do Discurso (AD), tendo como embasamento teórico a Teoria do Discurso, desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe desde a publicação, em 1985. Essa teoria compreende o discurso como uma prática social, uma forma de construção de sentido/significação da realidade, uma forma de ação das pessoas sobre o mundo.

Analisar o PBF a partir dessa vertente teórica, que compreende a realidade como produzida discursivamente, permite-nos entender as disputas pela significação do Programa e as implicações da identificação discursiva das(os) ex-participantes no interior destas disputas no modo como se reconhecem nas relações de dominação nas quais se encontram.

Os resultados, ainda que parciais, apontam para desafios quanto às portas de saída do PBF, indicando alguns limites no processo de autonomização das famílias cadastradas. Contudo, os efeitos dele nos modos de vida dos sujeitos evidenciam um impacto significativo no alívio das situações de desigualdades enfrentadas. Sendo assim, o Programa vem se mostrando uma ferramenta importante no combate do cenário de pobreza/fome na sociedade brasileira, contribuindo para expansão da democracia.

A respeito da escolha da submissão dessa proposta de trabalho de comunicação oral no GT18 – “Implicações de Políticas, Programas e Ações do Estado nos modos de vida de populações vulnerabilizadas” – do XX ENABRAP-



SO, ela se dá em virtude desta pesquisa buscar refletir sobre os impactos de uma política pública específica, o PBF, nos modos de vida de sujeitos de contextos vulnerabilizados, questões que estão coadunadas com os objetivos desse GT.

Em tempo, reconhecemos que analisar o PBF e sua colaboração para o processo de autonomização de sujeitos em situação de pobreza/extrema pobreza é de suma importância para que possamos compreender o modo como as políticas de combate à fome/pobreza, em suas múltiplas dimensões, vêm se afirmando como um vetor crucial na construção de uma sociedade mais igualitária. Desse modo, a pesquisa contribui para refletirmos sobre estratégias de fortalecimento da política analisada.

Psicologia e Migração: Desafios da Psicologia no Centro de Referência de Atendimento ao Imigrantes- Florianópolis.

Autor: Julia de Souza Lopes (UFSC)

Coautor: Gustavo Machado (UFSC), Marina Ponzoni Radin (Marina Radin) e Lucienne Martins Borges (Université Laval/UFSC)

INTRODUÇÃO

Todos os dias milhares de pessoas cruzam fronteiras; podem ser motivadas pelo desejo, quando buscam melhores condições de vida em outro lugar que não o de origem, o que caracteriza uma migração voluntária. Nela, o sujeito poderá considerar a possibilidade de retorno e manutenção dos vínculos com quem fica. No entanto, ocorrem migrações onde a motivação é o fato de ser esta a única possibilidade de continuidade da vida (Organização Internacional de Migração [OIM], 2009; Martins-Borges, 2013). Neste tipo de migração, involuntária e forçada, o deslocamento ocorre, muitas vezes, sem planejamento prévio. Pelo caráter disruptivo, pode significar uma experiência traumática (Martins-Borges, 2013).

Florianópolis e região metropolitana tem recebido um crescente número de imigrantes e refugiados, fato que acompanha a tendência nacional (Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados de Florianópolis e região [GAIRF¹], 2015; Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR], 2017; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010). Em 2014 e 2015 houve um aumento de imigrantes e refugiados realizados pela Pastoral do Migrante, à época, principal instituição que promovia acolhimento de imigrantes no que diz respeito a demandas relacionadas a regularização documental, encaminhamento aos serviços socioassistenciais e de saúde e acolhida religiosa na região (Machado, Barros & Martins-Borges, 2019; GAIRF, 2015).

Frente à crescente população de imigrantes que chega ao Brasil e aos compromissos internacionais firmados para a garantia de direitos humanos pelo país, um passo importante foi a criação da Lei da Migração em substituição ao Estatuto do Estrangeiro. A lei de 2017 promove avanços no sentido da garantia de proteção e promoção de cidadania aos sujeitos que ingressam no Brasil, e não à proteção do território (Brasil, 2017). Essa lei deriva de uma importante mobilização social que contribuiu para a criação do primeiro Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI) do país na cidade de São Paulo.

Considerando os possíveis efeitos psicológicos decorrentes do processo migratório (Martins-Borges, 2013; Rosa, 2009; 2006), o CRAI de Florianópolis é o único do país que atualmente tem em seu quadro de funcionários uma psicóloga. Esta inserção acontece em decorrência da atuação histórica do Núcleo de Estudos em Migração, Psicologia e Culturas (NEMPsiC)³ neste contexto junto ao movimento social e representações políticas na região.

OBJETIVO

Este trabalho objetiva apresentar os desafios da construção do serviço de psicologia em um CRAI, num contexto histórico de dificuldades de garantia de direitos humanos e precarização das políticas públicas no cenário brasileiro. Em março de 2018 dá-se início ao Serviço de Psicologia, na ocasião, composto por um psicólogo e duas estagiárias, as quais escrevem este relato.

RELAÇÃO COM O GT

A precarização da vida e extrema vulnerabilidade social são fatores intrínsecos à migração involuntária. Não bastasse a saída e os deslocamentos subjetivos mobilizados pela partida, enfrentam-se obstáculos quando chegam em um novo país: desemprego, limitações econômicas, isolamento social e cultural, xenofobia, restrição aos



serviços de saúde, assistência social e educação, bem como dificuldade para compreender a língua e a cultura (Martins-Borges, 2015; 2013). Esta dificuldade compreende não só a materialidade e a efetivação de políticas públicas supostamente universais, mas especialmente a dificuldade de conceber a diferença. Neste momento e movimento atual de precarização da vida não passível de luto (Butler, 2015) é de extrema importância e coerente com a proposta do GT buscar lugar para esta escuta que considera a cultura, a raça, o gênero, a orientação sexual e demais interseções como fatores determinante, não excludentes.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

Estruturado de acordo com a Etnopsiquiatria, referencial epistemológico e metodológico utilizado no NEMPsiC, e princípios da práxis da Psicologia Social Crítica Brasileira, o serviço de psicologia do CRAI realiza atividades diversas, sempre com um olhar sensível às diferentes culturas dos imigrantes atendidos. Considera-se, assim, que as atividades realizadas pela equipe de psicologia levam em conta uma atuação que seja culturalmente sensível, buscando oferecer uma escuta que se propõe a romper barreiras e resgatar a experiência compartilhada com o outro.

MÉTODO

Parte das reflexões apresentadas aqui surgiram em momentos de supervisão e no cotidiano do trabalho, entretanto, entende-se que parte das práticas utilizadas antevêm a criação do serviço, são oriundas das produções acadêmicas e práticas do NEMPsiC e da Clínica Intercultural (CI). O trabalho se estruturou a partir do que já era realizado na Pastoral do Migrante. Situações pontuais eram encaminhadas para a CI ou para serviços da Rede de Assistência Social e Saúde na busca por integralidade do cuidado e promoção de acolhida para além do registro legal. Por não ser um serviço tipificado, suas ações contam com flexibilidade para adaptar-se às necessidades das situações.

RESULTADOS

As atividades do serviço de Psicologia e do CRAI estão em constante estruturação. Por ser o único do país a contar com um serviço de Psicologia, o desafio é ainda maior no que diz respeito à referencial técnico, normativas e legislação vigente para a atuação da Psicologia neste contexto, sendo necessário acionar o Conselho Regional de Psicologia (CRP 12) para orientações em situações específicas. A ausência de um caminho trilhado, oferece dificuldades, porém possibilita a construção de novas formas de intervenções, protocolos de atendimentos e encaminhamentos.

Na escuta, percebe-se dificuldades de acessar os serviços da rede de saúde e assistência social, de moradia e de permanência na cidade. Considerando a condição de vulnerabilidade dos imigrantes através da categoria de análise de sofrimento ético-político, fica evidente que sua causa não está fundamentada somente na experiência individual, mas sim na lógica das estruturas de poder que promovem a manutenção das relações de desigualdade social desta dialética inclusão/exclusão (Sawaia, 2005).

CONCLUSÃO

Trabalhar com populações que estão fora da sua cultura de origem exige lidar com o choque que surge do encontro com alteridades e diferenças. Sendo assim, uma intervenção que se pretende ética no âmbito do cuidado com imigrantes, especificamente o psiquismo e suas implicações, não pode ser insensível aos aspectos culturais que envolvem o fenômeno da migração e os impactos psicológicos acionados a partir do deslocamento.

A presença de profissionais munidos da escuta como ferramenta de trabalho contribui para a legitimação de histórias de vida em busca de continuidade de si em novos contextos. A psicologia, ocupa um espaço de promover reflexões sobre a coesão entre o sujeito e o novo. Essa simbolização do novo carece de atenção e cuidado e ter a garantia de um espaço como este no CRAI oferece a ampliação das condições de acolhida e busca a minimização de efeitos de ruptura e trauma em outro contexto de vida, diferente do de origem.

Não bastasse a delicadeza do tema, quando se considera o contexto macro-político tanto institucional quanto social, o CRAI já tem sua data de fim, anterior à realização deste evento. Este fechamento representa parte do sucateamento generalizado das políticas de atenção. Por parte do serviço de psicologia, fica a responsabilidade de seguir promovendo espaços de escuta, cuidado e mobilização social para além da estrutura física.



NOTAS DE RODA-PÉ

¹Grupo aberto, com parceria de representantes de instituições do poder público, universidades, representantes de credos religiosos e organizações não governamentais que atuam junto à imigrantes e refugiados da região da Grande Florianópolis.

²Entidade da igreja católica que tem como missão atuar em questões ligadas à imigração em todo o mundo.

³Núcleo que existe desde 2014 e estuda temáticas que envolvem a migração e impactos psicológicos.

REFERÊNCIAS

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). (2017) Relatório de Impacto. Publicação especial para nossos doadores. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/07/RelatorioDelImpacto_2017.pdf

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública e Comitê Nacional para os Refugiados. (2019). Refúgio em números, 4ª edição.

Brasil. Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm

Conselho Nacional de Assistência Social. (2009). Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: http://prattein.com.br/home/images/stories/PDFs/Tipificacao_AS.pdf. Acesso em 20/08/2019.

Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Florianópolis e Região (GAIRF). (2015). Novos Imigrantes e Refugiados na Região da Grande Florianópolis: Observações preliminares sobre suas experiências e demandas. Florianópolis.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/pesquisa/23/24007?localidade1=0>. Acesso em 20/08/2019.

Machado, G. S., Barros, A.F. O., & Martins-Borges, L. (2019). A escuta psicológica como ferramenta de integração: práticas clínicas e sociais em um Centro de Referência de Atendimento a Imigrantes em Santa Catarina. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 27(55), 79-96

Martins-Borges, L.; Jibrin, M.; Barros, A. O. F. (2015). Clínica intercultural: a escuta da diferença. Contextos Clínicos, v. 8, n. 2, p. 186-192.

Martins-Borges, L. (2013). Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 21(40):151-162. <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-85852013000100009>

Martins-Borges, L., & Poceau, J-B. (2009). Reconhecer a diferença: o desafio da etnopsiquiatria. Psicologia em Revista (Impressa), v. 15, p. 232-245.

Rosa, M. D., Berta, S. L., Carignato, T. T., & Alencar, S. (2009). A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, 12(3), 497-511. <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142009000300006>

Organização Internacional para as Migrações. OIM. (2009). Glossário sobre Migração.

Direito Internacional da Migração, 22.

Resistência, desacato e desobediência: relatos sobre vítimas de violência policial

Autor: Harry (Centro Universitário UNA) e Jessyca Cristina dos Santos (CEAPA-BH)

Coautor: Harry (Centro Universitário UNA) e Karoline Nadir Vieira Rabelo (UNI-BH)

A presente pesquisa investigou a forma que é conduzida a abordagem policial no Estado de Minas Gerais a partir do relato de pessoas em alternativas penais que receberam uma transação penal por terem sido acusadas de cometer resistência, desacato e/ou desobediência. Os delitos de resistência, desobediência, e desacato (artigos 329, 330 e 331 respectivamente do Código Penal) são considerados crimes de menor potencial ofensivo, os autores do fato podem vir a receber a proposta de transação penal para que o processo seja extinto com o cumprimento de uma alternativa penal, antes de haver uma condenação com o final do andamento processual. A maior parte das pessoas que recebem uma transação penal são encaminhadas do Juizado Especial Criminal para a CEAPA - Central de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas.



O objetivo do presente levantamento foi levantar questões que possam auxiliar no trabalho e formalizar possível denúncia à órgãos competentes sobre a atuação policial, como a Corregedoria do Estado e a Ouvidoria Pública. É investigado se houve crescimento ao longo do período de 2017 a 2019 dos casos acompanhados na CEAPA de Belo Horizonte, quais os possíveis motivos para o crescimento desses casos, qual o perfil das pessoas que são encaminhadas para a Central devido aos delitos citados, como foi a abordagem policial durante o fato ocorrido, e em quais os contextos a violência policial ocorre. As informações foram coletadas dos instrumentais de trabalho onde são registrados os dados informados pela pessoa durante o primeiro atendimento. Os relatos que apresentaram algum tipo de violência policial foram registrados e serão apresentados posteriormente ao final desse levantamento.

O perfil das pessoas que são atendidas na CEAPA de Belo Horizonte, em 2019, é majoritariamente composto por homens (72%), jovens (58% têm entre 18 à 29 anos), pretos ou pardos (83%) e com baixa escolaridade. De acordo com o Atlas da Violência de 2019, 618 mil pessoas foram vítimas de homicídio, 92% homens, 41% são pretos ou pardos. As pessoas que vem sendo criminalizadas pelos delitos investigados têm um mesmo perfil da população que mais é vítima da violência policial e que mais morre no Brasil. O Monitor da Violência aponta que no ano de 2018 houve 151 pessoas mortas por policiais no Estado de Minas Gerais.

No Estado de Minas Gerais, houve uma redução desse índice de 7,5%, estudos da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais demonstram que a atuação dos programas da Política de Prevenção à Criminalidade tem um impacto positivo sobre a letalidade juvenil. Além da CEAPA, a Política de Prevenção à Criminalidade conta com mais três programas: o Presp - Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional; e os programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos, que são programas instalados em UPCs - Unidades de Prevenção à Criminalidade localizadas em áreas com alto índice de criminalidade. Em Belo Horizonte, o ano de 2019 teve os menores índices de crimes violentos desde 2012. Comparando os seis primeiros meses de 2019, com o ano anterior, em 2018, houve a redução de 26,8% nos crimes violentos, os homicídios caíram em 17%. Os dados são da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais.

Pode-se concluir pelo que foi relatado que as violências executadas por policiais são diversas, desde xingamentos e palavrões, à agressões físicas e até tortura. Houve um crescimento de 26,4% no período de 2017 à 2018 dos casos que relataram violência na abordagem policial. Foi feito um recorte dos 5 primeiros meses para a comparação com o ano de 2019, momento em que esse levantamento foi feito, a média de aumento anual no 2017 à 2019 é de 19%. Posteriormente, com o fechamento do ano de 2019, novo levantamento será realizado incluído a leitura do ano inteiro. Os relatos apresentaram que as abordagens policiais violentas aconteciam em diversos locais e contextos, desde Unidades de Pronto Atendimento, Centros de Saúde, Blitz de Trânsito, à Operações Policiais em periferias. Foi identificado que além da Polícia Militar, a atuação da Guarda Municipal em alguns espaços também ocorre de forma truculenta.

A pessoa se encontra em uma situação de grande conflito, vítima de uma inversão de papéis da Segurança Pública, não mais apresentada como previsto como competência no art. 40 da Lei 22.257, de 27 de julho de 2016 como "prevenção e repressão qualificada à criminalidade e à violência, com vistas à promoção da segurança da população", mas como executora da violência das mais diversas formas. Nessa lógica, prevalece a palavra da "autoridade" violenta, e a pessoa, uma vez vítima dessa violência, se torna réu em um processo criminal. É possível utilizar dos instrumentais de trabalho das políticas públicas para dar voz a violações de direitos que não costumam ser escutadas, o que possibilita a construção conjunta com a Segurança Pública de ações que visem diminuir o índice de violação de direitos por parte do Estado.



Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Idosos: os sentidos atribuídos por seus/suas usuários(as) em Florianópolis (SC)

Autor: Bruna Corrêa (UFSC)

Coautor: Marcela Gomes (UFSC) e Kátia Maheirie (UFSC)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um dos serviços que constituem a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), possuindo caráter preventivo e baseando seu trabalho na defesa e afirmação de direitos, bem como no desenvolvimento das capacidades e potencialidades de seus/suas usuários(as), objetiva assim o alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades, que aqui chamaremos de psicossociais, através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (MDS, 2015). Este resumo relata parte de uma pesquisa de mestrado que vem sendo realizada em um SCFV de Idosos em Florianópolis (Santa Catarina), com o objetivo de investigar os sentidos atribuídos ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos por seus/suas usuários(as).

Por conseguinte, entendemos que esta pesquisa se insere no GT 18 – “Implicações de Políticas, Programas e Ações do Estado nos modos de vida de populações vulnerabilizadas” por se tratar de um trabalho que busca compreender, à partir da ótica dos(as) destinatários(a) desta política, à saber, seus/suas usuários(as), os sentidos que estes(as) lhe conferem, analisando portanto o impacto desta política nos modos de vida e nas condições de existência desse grupo de idosos(as), buscando analisar e contribuir na avaliação desse Serviço inserido na Política Nacional da Assistência Social, que vem sofrendo um desmonte progressivo nos últimos anos.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, fundamentada teórico-metodologicamente na Psicologia Histórico-Cultural de Vygotski e no materialismo histórico e dialético. As informações foram obtidas através de entrevista coletiva, observação participante e registro no diário de campo. A entrevista coletiva ocorreu após aproximadamente dois meses de acompanhamento deste grupo, ela foi realizada com 11 idosos(as) deste SCFV que se dispuseram a participar voluntariamente, com idades variando entre 65 e 86 anos, que, em sua maioria, vivem em comunidades vulnerabilizadas de Florianópolis, marcadas pela pobreza e pela violência, com baixa escolaridade ou analfabetos, com baixa renda e que recebem algum tipo de benefício socioassistencial do Estado.

Esse grupo, especificamente, do SCFV de Idosos se encontra uma vez por semana no período matutino, realizando primeiramente uma atividade física – que os(as) idosos(as) chamam de ginástica – depois o lanche coletivo e finalizam com alguma atividade, que pode ser oficina de teatro, rodas de conversa, dinâmicas de grupo, assistir a um pequeno documentário, entre outras, sempre buscando trazer temáticas que venham ao encontro dos interesses do grupo. Esses encontros acontecem no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da região, que atende também as famílias desses(as) idosos(as) quando existe a necessidade. O grupo ainda é acompanhado por uma orientadora social e um educador social, além da técnica de referência, que é da equipe do CRAS, conforme preconizado nas orientações desse Serviço (MDS, 2015).

Para realizar a análise dos sentidos, obtidos através da transcrição da entrevista coletiva e do diário de campo, tal como proposto por Aguiar & Ozella (2013) elaboramos 4 núcleos de significação, que são nossas categorias de análise, sendo estes: 1. O grupo como um “lugar de calor” e “bons encontros”; 2. O grupo como promotor da saúde biopsicossocial; 3. O SCFV como um potencializador da cidadania; 4. A importância do vínculo intersubjetivo entre usuários e a equipe profissional.

Nesses núcleos discutimos o grupo do SCFV enquanto propiciador de um lugar de “bom encontro” (Sawaia, 2006) para seus(suas) participantes, um lugar para o encontro com a alteridade, podendo ser um potente espaço de transformação social e subjetiva, compreendendo o conceito de “bons encontros” como encontros que, pelos afetos, aumentam nossa potência de agir, existir, resistir, favorecendo a expansão da vida.

Também discutimos sobre o quanto aquele grupo, o SCFV e o próprio CRAS se mesclavam e se tornaram uma espécie de “lugar de calor” (Sawaia, 1995) para esses(as) idosos(as), ao falarem que aquele espaço e sua equipe, bem como seus outros participantes, são “praticamente uma segunda família” para muitos(as) deles(as), do quanto aquele espaço lhes potencializou tanto na questão de saúde biopsicossocial, ao trazerem falas sobre o quanto não falavam antes de participar do grupo, o quanto melhorou a mobilidade, que não caminhavam mais, quanto na questão de reconhecimento por seus direitos e em direção a promoção de sua cidadania, quando uma das usuárias traz que estar nesse espaço a deixou “espertinha”. Lugar de calor é um conceito que diz respeito a um lugar que vai além do local físico, é a forma a partir do qual um coletivo se organiza; é um lugar que permite a identificação entre pares, gestando novas formas de relação alimentadoras da “potência de ação” (Espinoza) e de calor humano.

Concluimos, portanto, a partir da análise dos sentidos que esses(as) idosos(as) atribuem ao Serviço, que o SCFV se tornou um importante espaço para esses(as) usuários(as), apesar das inúmeras dificuldades e sucateamentos que o Serviço e a Assistência Social como um todo vem passando sistematicamente nos últimos anos, impactando positivamente nos modos de vida e nas condições de existência dessas pessoas, podendo contribuir, em junção à outros fatores, no enfrentamento das desigualdades psicossociais e seu respectivo “sofrimento ético-político” (Sawaia, 2009).

Referências

Aguiar, Wanda Maria Junqueira & Ozella, Sergio (2013). Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. R. bras. Est. pedag., Brasília, 94(236), 299-322.

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2015). Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social.

Sawaia, Bader Burihan (1995). O calor do lugar: segregação urbana e identidade. In: São Paulo em Perspectiva, v. 9, n. 2, p. 20-24.

Sawaia, Bader Burihan (2006). Introduzindo a afetividade na reflexão sobre estética, imaginação e constituição do sujeito. In: Ros, Silvia Zanatta da; Maheirie, Katia; Zanella, Andréa Vieira (orgs). Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e (em) experiência. Florianópolis: NUP/CED/UFSC.

Sawaia, Bader Burihan (2009). Psicologia e Desigualdade Social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. In: Psicologia & Sociedade; 21 (3): p. 364-372.

SUS: efetivação do direito à saúde por meio da promoção e resistências.

Autor: Patrícia Pinto de Paula (PUC Minas) e Nathaly Santos Ribeiro (PUC MINAS)

Tendo em vista a importância da Atenção Primária à Saúde (APS) para um entendimento multifatorial e dinâmico da saúde comunitária, pretendeu-se através desta pesquisa compreender em qual momento a Unidade Básica de Saúde é procurada pelos usuários da cidade de Pedro Leopoldo/MG, uma vez que este equipamento integra a rede de APS do Sistema Único de Saúde (SUS). A Unidade Básica à Saúde oferece serviços que não se limitam a recuperação, e principalmente, visam a promoção da qualidade de vida, e prevenção de doenças.

A cidade de Pedro Leopoldo, município onde se realizou a pesquisa, está localizada no estado de Minas Gerais, fica na região metropolitana de Belo Horizonte a 46 quilômetros a noroeste da capital mineira, e sua população estimada é de 63.837 habitantes. A Atenção Primária em Pedro Leopoldo, segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2017), é composta por quatorze Unidades Básicas de Saúde atendendo aproximadamente 48.300 usuários.

O SUS, um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, é usado como modelo de referência internacional por seu alcance e multiplicidade de serviços, uma rede de unidades e programas que visam garantir assistência integral e completamente gratuita para a totalidade da população. No Brasil a população é de 209,3 milhões, e desse total 85% está referenciada por Equipe de Saúde da Família que atua nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Segundo Gouveia e Palma (1999), o SUS é uma conquista depois de um longo período de lutas desde os anos de 1970, que envolveu movimentos populares organizados por trabalhadores em saúde, usuários, intelectuais, sindicalistas e militantes dos mais diversos movimentos. As reivindicações dos movimentos sociais, buscavam o acesso à assistência à saúde de qualidade, de forma gratuita para toda a população, e que não ficasse restrita ao modelo privado de planos de saúde. Como resposta a insatisfação, a Constituição Federal de 1988 determinou ser dever do Estado garantir saúde a toda a população, e em 1990, dois anos após a assinatura da Carta Magna, o Congresso Nacional e Senado, instâncias políticas em regime presidencialista democrático, aprovou a lei orgânica de saúde, Lei n. 8.080, de 1990.

O SUS é um sistema que tem suas raízes em mobilizações, participações e esforços de grande número de pessoas. E no mesmo ano de 1990 aprovou-se a Lei 8.142 que dispõe sobre a participação e o controle social da comunidade junto aos serviços do SUS à população usuária, através da comissão local de saúde, e periodicamente, através dos fóruns conselho municipal, conselho estadual e conselho nacional de saúde. Os trabalhos dos fóruns, alimentam as conferências que tem atribuições propositivas em cada uma dessas esferas das Conferências municipais, estaduais e federal. Como proposto no texto da Lei 8.142: Dispõe sobre a participação da comunidade na



gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

O contexto político e econômico atual tem em seu discurso neloliberal, diretrizes e ações de privatização divulgadas na mídia de massa como uma única saída para a solução de problemas sociais. Uma proposta que já se aproxima do SUS, por meio de mídias, ao questionar sobre a efetividade dos sistemas e programas sociais dependerem da sua privatização, a exemplo dos atuais embates sobre a reforma da previdência social brasileira.

Através deste estudo, em contrapartida às narrativas atuais pautadas pelas diretrizes político-econômico neoliberais, pretende-se divulgar as reais premissas do SUS aos usuários. Compartilhar informações mais realistas quanto à compreensão do SUS, saúde como um direito social, e ainda busca-se aprimorar as vias de interação entre usuário e Unidade Básica Saúde na cidade de Pedro Leopoldo\ MG.

Dado o exposto, esta pesquisa se articula com a proposta do Grupo de Trabalho (GT) 18: "Implicações de Políticas, Programas e Ações do Estado nos modos de vida de populações vulnerabilizadas", uma vez que tal GT contemplará os impactos de políticas, programas e ações do Estado brasileiro nos modos de vida da população, particularmente em coletivos e grupos de vulnerabilidades, onde a análise e avaliação dessas ações ainda é um campo de estudos bastante recente, assim como as contribuições da Psicologia nesta área.

O presente trabalho se associa ao Eixo 1 "Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais", na medida que este estudo tem como análise a saúde coletiva que se encontra cada vez mais vulnerabilizada, pelo atual processo de desmonte do Estado democrático de direito, ainda que fragilmente constituído no Brasil.

Este estudo teve como objetivo principal identificar os possíveis fatores que levam os usuários a buscar a Unidade Básica, à partir da narrativa de duas Agentes Comunitárias de Saúde (ACS). Os objetivos específicos se caracterizaram por: compreender o que o usuário entende por Atenção Primária à partir do olhar da ACS; entender em qual situação o usuário frequenta a Unidade Básica de Saúde; conhecer as principais vias de prevenção da Unidade Básica de Saúde; identificar a participação dos usuários nos grupos; compreender a partir da percepção do ACS as principais dificuldades e potencialidades da Unidade Básica; entender o papel da Psicologia na Atenção Primária.

A gestão da saúde pública no Brasil é organizada em três âmbitos de atenção, com interdependência entre esses: de baixa tecnologia e alta complexidade formada pela rede de APS e suas Unidades Básicas de Saúde. Na dimensão secundária, de média complexidade e médio custo, tem-se a atenção especializada com os serviços de Urgência (UPA), de especialidades clínicas e os serviços ambulatoriais. A rede de alta complexidade, e de alto custo, é composta por hospitais que se tornam referência em situação de elevada problematização de danos à saúde. (Mehry, 2002). A saída do paciente da média ou da alta complexidade o direciona, novamente à UBS, ou seja, como se chama em Pedro Leopoldo cidade da nossa pesquisa, o Posto de Saúde é um ponto de referência da população moradora do mesmo território.

A equipe de referência da Unidade Básica de Saúde, cuida e encaminha quando se faz necessário, o Pré Natal, a vacinação e cuidados com as crianças e jovens, grupos operativos com adultos conforme as necessidades da população, e os cuidados de comorbidades da população idosa, é a equipe de Saúde da Família. Essa equipe é composta, conforme proposto na Política Nacional de Atenção Básica (Brasil, 2006) por profissionais especialistas em saúde da família. Cada equipe será formada por um quantitativo de profissionais de acordo com a vulnerabilidade social e epidemiológica da população moradora no mesmo território da UBS, geralmente a equipe de Saúde da Família é composta por: 1 médico, 1 enfermeiro, 2 técnicos de enfermagem, 4 Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Tem como principal fundamento, segundo possibilitar o acesso universal e contínuo a serviços de saúde de qualidade e resolutivos, auxiliar os usuários e desenvolver relações de vínculo e responsabilização entre as equipes e a população, estimular a participação dos usuários como forma de ampliar sua autonomia e capacidade na construção do cuidado à sua saúde (Brasil, 2012).

Para chegar aos objetivos desta pesquisa elencou-se como método científico a abordagem qualitativa. Como afirma Minayo (2001) esse tipo de método abrange questões particulares, pois permite trabalhar com os fenômenos humanos mais profundos. A proposta consiste em uma pesquisa-ação de inspiração etnográfica, que segundo Godoy (1995) abrange o caráter amplo e descritivo dos eventos individuais e grupais.



Uma Avaliação para a Socioeducação: Desistência do Crime e Reinserção Social de Egressas no Distrito Federal

Autor: Fernanda Campos Marinho (SEJUS-DF)

Coautor: Maria Luiza Macêdo (UnB), Marcos Antônio (UnB - Universidade de Brasília), Marlene Stefane Lima Ferreira (Universidade de Brasília), Laura Oliveira Rios (Unb) e Ana Lucia Galinkin (UnB)

Pesquisas com egressos do sistema socioeducativo, conquanto raras, apontam para uma realidade permeada de desafios e para uma prática paradoxal: a de uma ação pedagógica num meio permeado pelo medo e pela violência. A instituição vive, ao mesmo tempo, a ambiguidade de ser pedagógica, terapêutica e correccional. Apesar da existência de determinação legal para a realização de avaliações no âmbito do Sistema Socioeducativo, pouco tem sido feito, especialmente no caso das avaliações de resultados e de impacto dos programas socioeducativos de internação. Defende-se que, sem dados reais sobre as consequências das práticas e de seus impactos, haverá pouca base para uma discussão fundamentada. A presente pesquisa teve como objetivo realizar uma avaliação do Programa Socioeducativo de Internação para meninas no Distrito Federal. Trata-se de um estudo de caso, que utilizou os modelos lógicos e da avaliação orientada por teorias, para buscar apreender os resultados e o impacto do Programa na reinserção social das egressas e no processo de desistência do crime. O grupo de participantes é formado pelas egressas do programa de internação de uma Unidade de Internação do DF. Foram incluídas nesse grupo as jovens que cumpriram a totalidade da medida de internação e obtiveram a liberação judicial ou a progressão de medida para a Semiliberdade. Também, foram incluídas aquelas que cumpriram a maior parte da medida de internação, mas evadiram antes da liberação. Trata-se de uma amostra estratificada de 49 mulheres (n = 49), que compreende todo o universo das jovens egressas da referida Unidade, entre os anos de 2014 a 2018. Desse total, 35 obtiveram liberação judicial, 7 foram transferidas para a semiliberdade, 1 para prisão domiciliar e 6 eram evadidas. Os resultados da análise de conteúdo foram triangulados com os dados das análises quantitativas descritivas e inferenciais. Os resultados demonstram que o programa contribui para aumentar o nível de instrução, com um aumento na média de três anos escolares durante a internação, e para a oferta de capacitação profissional a 75,5% (n = 37). Também, parece fornecer acesso à cultura e a tratamento e acompanhamento médico. Por outro lado, o programa não consegue evitar os altos índices de violência no interior da unidade, bem como o uso de drogas. A violência foi associada ao desenvolvimento da agressividade, principalmente na fase de adaptação e, posteriormente, atribuída aos agentes do estado, que se excedem no trato das questões disciplinares e problemas cotidianos. A maior parte do impacto relatado na saúde foi no sentido de que a internação gera sedentarismo, adoecimento mental, ansiedade e depressão. A sensação relatada foi de tempo perdido e dependência. Foi observado que o programa falha em não fornecer acompanhamento nem suporte às egressas, que enfrentam muitos desafios no retorno à comunidade, percebem a escola e a profissionalização como precárias e de baixa qualidade, gerando baixa instrumentalização para o mercado de trabalho e reduzindo as oportunidades de vida. A maioria das jovens se encontra em situação de pobreza e apenas 37 % (n = 10) realiza algum tipo de trabalho remunerado. Uma das questões salientes no retorno à comunidade esteve relacionada à violência de gênero, com relatos de restrições de companheiros ao engajamento laboral das jovens e à continuidade dos estudos. Houve, inclusive, um óbito por feminicídio. As dificuldades nos cuidados com os filhos também foram uma justificativa apontada como empecilho ao desenvolvimento profissional. O impacto da internação foi visto pela maioria das respondentes ou como uma "mudança pelo sofrimento", ou que ajudou no sentido de se buscar evitar nova apreensão, ou mesmo que "não teve impacto nenhum" e que "não regenera ninguém". A taxa de reincidência foi de 26%, considerando dados institucionais e 40%, autorelatada. Enquanto o uso de drogas como a cocaína apresentou associação com a reincidência, a maternidade parece funcionar como fator protetor e esteve associada à desistência do crime. Discute-se que, apesar de mirar nas necessidades criminogênicas das internas, o programa não consegue ser responsivo o suficiente, nem dispensa o volume e a frequência de tratamento adequado, segundo os princípios da intervenção correccional efetiva e do Modelo RNR (Risco-Necessidade-Responsividade). Ainda, parece falhar especialmente por não possuir um trabalho especial com a faz de retorno à comunidade, nem um acompanhamento longo prazo com foco na manutenção e prevenção de recaída. O desamparo às egressas ilustra um abismo que o recrudescimento das práticas repressoras tem gerado entre as medidas protetivas e as medidas socioeducativas. Espera-se que a pesquisa fomente a melhoria incremental do programa e forneça contribuição teórica ao campo de estudos sobre reinserção social de jovens em conflito com a lei. Também, que os resultados possam auxiliar na elaboração de um programa de acompanhamento às egressas, que considere as questões de gênero, e no delinea-

amento de uma avaliação contínua sobre seu impacto na reinserção social. A desistência do crime é um processo complexo, dinâmico e cheio de ambivalências, assim, para uma compreensão mais completa e integrada do fenômeno, sugere-se que pesquisas sobre intervenções psicossociais no âmbito da justiça criminal busquem, sempre que possível, estar integradas com os estudos longitudinais sobre a carreira criminal e desistência do crime.

Vigilância Socioassistencial: entre o monitoramento dos serviços, a gestão dos riscos e o controle da população

Autor: Michele (UNESP Assis)

Coautor: Benelli (FCL/UNESP)

INTRODUÇÃO. Apresentamos resultados parciais e preliminares de uma pesquisa em andamento na qual estudamos a Vigilância Socioassistencial (VSA) a partir do referencial teórico-metodológico da genealogia descrita por Michel Foucault. Com a pretensão de investigar a emergência histórica da VSA no contemporâneo, não podemos ignorar sua existência junto às numerosas formas de vigilância que têm sido demandadas e multiplicadas em uma sociedade cujos riscos e perigos potenciais têm sido exacerbados na história presente do Brasil, marcada pelas câmeras de segurança distribuídas dentro e fora de estabelecimentos, moradias, ruas das cidades, pelos sistemas de geolocalização e armazenamentos automáticos de arquivos em nuvens, históricos de internet, aparelhos celulares, televisores, entre outros. Neste cenário, a privacidade e intimidade ficam tão comprometidas que, além de tudo e todos poderem ser encontrados e monitorados, a vigilância e o monitoramento passam a ser compreendidos pela população como estratégias naturais e necessárias para garantia de segurança e proteção. **OBJETIVOS.** Parece que uma sociedade de riscos e de perigos potenciais demanda numerosas formas de vigilância. Qual a relação da VSA com essas outras vigilâncias? O que poderia indicar uma multiplicação excessiva de vigilâncias no contemporâneo? Se os governos e administrações de diversos momentos históricos utilizam as vigilâncias como estratégias de controle e disciplina da população e, se mesmo hoje, elas vão se fazendo tão presentes nos espaços e cotidianos, perante discursos que enaltecem os perigos e justificam a ampliação da Segurança Pública como medida de proteção, o que faz com que a VSA não seja utilizada com o mesmo afinco que as demais? Buscamos descrever e contextualizar as circunstâncias que possibilitaram a atualização da VSA na Assistência Social, bem como entender a serviço de que ela vem sendo implementada em alguns municípios em nossa sociedade atual, por quê não se efetiva em tantos outros e quais as relações de poder e as estratégias de controle que estão nela engendradas e que garantem sua implantação e/ou impedem sua utilização. **METODOLOGIA.** Realizamos um levantamento das produções bibliográficas e documentais, incluindo os planos oficiais, instrumentais, normativas, resoluções, notas, circulares, legislações e outros documentos existentes na área tanto da VSA, quanto das diversas vigilâncias instituídas nas Políticas Públicas de um modo geral e, a partir da análise crítica de seus aspectos históricos, de suas implicações políticas, e das experiências que vivenciamos enquanto trabalhadores das políticas públicas de Assistência Social e Saúde, buscamos compreender as inserções, desenvolvimentos, propósitos e atravessamentos entre a VSA e o controle estatal das populações. **DISCUSSÃO.** Em meio à existência de tamanha diversidade de monitoramento da população e sob a perspectiva da democratização que se pretendeu por meio dos artigos descritos na Constituição de 1988, as vigilâncias empreendidas pelas políticas públicas agregam características que lhes confere certa distinção das demais. A inserção da participação popular e do controle social, assegurados por leis, nos espaços de gestão e de governo, também a amplitude dos meios de comunicação e publicização de dados e informações através de portais de transparência, de mapeamentos georreferenciados e de diagnósticos populacionais, imprimem nas estratégias de vigilância dirigidas à população, a busca por tornar visíveis também as ações e alcances das gestões e administrações públicas, em prol da prevenção dos agravos. Nos documentos oficiais sobre a VSA, há um discurso que a afirma enquanto uma política que conhece as vulnerabilidades e fragilidades da população e do território, buscando sua transformação, e um outro que abarca a necessidade de melhorias nos equipamentos públicos para que possa ser garantida a assistência às demandas populacionais, além da construção de estratégias de prevenção, para a redução dos riscos e vulnerabilidades sociais. Precavidos por Foucault, sabemos que, em meio a esse processo, se estrutura toda uma série de mecanismos e estratégias de controle, vigilância e prevenção das mazelas populacionais que passam a integrar a vida das pessoas que vivem nos territórios. Após estes levantamentos preliminares, muitas são as questões que fazemos e que nos impulsionam a dar sequência aos estudos empreendidos nessa pesquisa: o que as estratégias

de diagnóstico e monitoramento das vulnerabilidades e riscos a que estão expostos indivíduos e famílias têm em comum com as técnicas de exame e com a definição de “vigilância” na biopolítica apresentadas por Foucault? Que ações estas intervenções que se desenvolvem, supostamente, com o objetivo de aprimorar os serviços prestados à população, somadas à vigilância constante das famílias e dos territórios, produzem? Que comportamentos se pretende prevenir e quais se quer incentivar por meio destes monitoramentos e avaliações familiares e territoriais? O que está sendo gerido? Que modos de subjetividade estão sendo produzidos? CONSIDERAÇÕES FINAIS. Apesar de muitas semelhanças, parece-nos cada vez mais relevante demarcarmos as singularidades presentes em cada uma dessas formas do “vigiar”, buscando seus acasos e também as descontinuidades do que nos é apresentado com certa linearidade e naturalidade nos textos das políticas públicas. Ao estudarmos os discursos que preconizam as estratégias de produção de diagnósticos e de mapeamentos sob a égide do conhecimento das necessidades da população para melhor atendê-las por meio dos serviços públicos a partir das conceituações problematizadas por Foucault, a genealogia tem se mostrado bastante útil para compreensão da VSA no contexto das vigilâncias no contemporâneo como uma forma de gestão dos riscos e das populações.

GT19: Infâncias e Juventudes com condições crônicas de saúde: identidades, direitos e políticas em torno da defesa da diferença e da assistência de corpos dissidentes.

Conflitos geracionais de experiência com a doença e tratamento de ‘jovens vivendo com HIV/AIDS’ entre a primeira década e a quarta década da epidemia

Autor: Leonardo Aprigio de Almeida (UERJ)

Coautor: Gabriel Azevedo (IP/UERJ), Igor Luiz Santos Mello e Claudia Cunha (UERJ)

A referência para este trabalho foi o projeto “Estratégias para a assistência integral de jovens vivendo com HIV/AIDS: psicologia e práticas de prevenção e tratamento inovadores no contexto atual da epidemia”, a partir da experiência de um Projeto de Extensão no Instituto de Psicologia da UERJ (posteriormente denominado de “À Flor da Pele”), realizado de maio de 2017 a dezembro de 2018[1].

O Projeto de Extensão funcionou como campo inicial (e exploratório) de pesquisa, mas após o encerramento das suas atividades houve um redesenho do Projeto de Pesquisa, com uma maior ênfase na temática da saúde mental dos Jovens Vivendo com HIV/AIDS (JVHA) e nas produções acadêmicas produzidas em torno dessa temática. A perspectiva metodológica socioantropológica se manteve.

O título do trabalho: “Conflitos geracionais de experiência com a doença e tratamento de ‘jovens vivendo com HIV/AIDS’ entre a primeira década e a quarta década da epidemia” é referente às observações participantes nos grupos terapêuticos com JVHA realizados no SPA/UERJ e dos Fóruns Interinstitucionais.

Partindo da ideia de que a “juventude é apenas uma palavra” (Bourdieu, 1984)[2], observamos no campo de estudo não só uma negociação em torno dos termos jovens/juventude, que se conjuga com o surgimento histórico do termo “jovem vivendo com HIV/AIDS” (Cunha, 2011)[3], mas, sobretudo, a presença de uma experiência diferencial entre gerações de “jovens”, no que tange ao viver com a doença e conviver com o tratamento anti-AIDS.

Logo no início da execução das atividades do Projeto “À flor da Pele”, observamos que pessoas de diferentes faixas etárias buscaram o grupo terapêutico, ainda que a divulgação tenha sido clara ao definir o público-alvo como “jovens vivendo com HIV/AIDS”.

Frequentaram o grupo terapêutico 8 pessoas, entre 20 e 60 anos, sendo 3 mulheres heterossexuais e 5 homens homossexuais. Desde o primeiro encontro houve um conflito geracional, e, primeiramente, em torno do diagnóstico. Ainda que todos os participantes tenham descoberto sua sorologia de soropositividade para o HIV na faixa de idade de 15 a 29 anos, apenas dois deles foram diagnosticados entre as décadas de 1980 e 1990, os demais receberam o diagnóstico entre os anos de 2005 e 2017.

O marco diferencial entre aqueles diagnosticados no início da epidemia era trazido pela falta de medicações e medo da morte iminente. Após a introdução da Terapia Antirretroviral de Alta-potência (vulgo coquetel), em

1996, a maior dificuldade girava em torno dos medicamentos com fortes efeitos colaterais e das complicações de saúde deles decorrentes. Já os “jovens” que se descobriram soropositivos nos últimos anos da epidemia, enfatizam os conflitos em torno dos impactos da infecção na família, associado à homossexualidade, e a culpa em torno do “descuido” em um momento de existência de terapias combinadas (Prevenção Combinada), ou mesmo as dificuldades em torno da adesão ao tratamento por problemas na relação médico-paciente.

As pessoas diagnosticadas nas décadas de 1980 e 1990 demonstraram descontentamento em relação aos “jovens”, recém diagnosticados, quando estes se recusaram a tomar a medicação ou não aderiram ao tratamento hoje disponível, muito mais eficaz em comparação aos primeiros medicamentos para o HIV/AIDS. Havia uma clara disputa em torno de “quem sofria mais ou menos” em função da experiência com a doença e tratamento tendo como cenários diferentes momentos históricos da epidemia.

Outro conflito recorrente girou em torno das normas e identidades de gêneros. As discussões eram pautadas majoritariamente pelos homens homossexuais do grupo, suas práticas homoeróticas e afetivas, o que ocasionou um “apagamento” das mulheres heterossexuais presentes. Para uma mulher, diagnosticada entre os anos 1980 e 1990, a abstinência sexual apareceu como a “solução” para o medo de ser agredida por eventual parceiro, homem, ao qual revelasse seu sorostatus.

Interessante notar que o estigma relacionado às imagens (já muito criticados) dos “grupos de risco” (Ayres, 2003) [4] fez-se presente nas discussões do grupo, a despeito da idade/etapa da vida. Os novos modos de sociabilidade e interação social, sexual/afetiva, foram destacados como espaços de banalização do “risco de contágio”, bem como, o predomínio da ideia de “aparência saudável” como um regulador social do “perigo ou não da infecção”. Ou seja, ser “bonito/a” e “parecer saudável”, aparecem como marcadores para relações sexuais desprotegidas.

Através da experiência social do viver com HIV/AIDS (Simões, 2018)[5], e demarcando a experiência da faixa etária, onde as pessoas com mais de 50 anos estariam responsabilizando os jovens entre 15 e 29 anos, usando argumentos de um suposto saber onde a juventude atual não “se importa em pegar HIV”, visto que na época em que eles vivenciaram o início da epidemia, cujo algum tratamento eficaz que pudesse fazer com que os pacientes sobrevivessem ao HIV não existia, e que a partir de 1996, com a criação do tratamento medicamentoso e a regularização ao acesso pelo Sistema Único de Saúde no Brasil, criou-se uma falsa argumentação de que mais de 20 anos depois toda a população estaria bem informadas sobre as infecções sexualmente transmissíveis, principalmente os jovens, por possuírem fácil manuseio e acesso à internet, mas o questionamento foi levantado, durante esta pesquisa, pelo simples fato de como os jovens acessam e buscam essas informações. Porém, a experiência que se contrapõe a este tipo de argumento é justamente a criação da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo e Convivendo com HIV e AIDS (RNAJVCHA) em 2006 pois os adultos não estavam conseguindo compreender a linguagem dos jovens. Posteriormente, em 2009, surgem as Redes Estaduais de Adolescentes e Jovens Vivendo e Convivendo com HIV e AIDS (REAJVCHA) pensada principalmente para o acolhimento de jovens vivendo com HIV em suas bases e que teve sua proliferação pelos meios virtuais.

A elucidação desse discurso e concomitante com os espaços criados serve para corroborar o tipo de imaginário que presenciamos no grupo terapêutico e para demonstrar que os jovens continuam precisando de acolhimento e empoderamento emocional/político, para que esses tipos de discursos não sirvam para responsabilização dos jovens de forma estigmatizante, como se todas as informações e estratégias contemplassem todas as formas de existir no mundo. Recentemente uma matéria foi divulgada demonstrando a importância da construção das REAJVCHA (UNAIDS, 2019) e os impactos que elas proporcionaram positivamente.

[1] Projeto “Universidade, movimento social e serviço de saúde na estruturação de estratégias para a assistência integral de jovens vivendo com HIV/AIDS: psicologia e práticas de prevenção e tratamento inovadores”. O projeto visou construir novos alicerces práticos, metodológicos e teóricos para a atenção integral de jovens vivendo com HIV/AIDS (JVHA) na região fluminense. Os JVHA se beneficiaram de atendimentos psicológicos, em grupo, no Serviço de Psicologia Aplicada da UERJ e participaram junto aos outros atores do projeto (alunos da graduação, profissionais de saúde e ativistas) de Fóruns Interinstitucionais que aconteceram a cada 2 (dois) meses na UERJ, e em outros espaços institucionais parceiros do Projeto.

[2] BOURDIEU, Pierre. As Estruturas Sociais da Economia. 5 ed. Porto: Campo das Letras, 2006. _____. “A juventude é apenas uma palavra”. In: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

[3] CUNHA, Claudia Carneiro da. “Jovens Vivendo” com HIV/AIDS: (Con)formação de Sujeitos em meio a um



embaraço. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS/MN, 2011.

[4] AYRES, José R.C.M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: Czeresnia, D.;

FREITAS, C. M. de (Org.). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 117-39.

[5] SIMÕES, Júlio Assis. Gerações, mudanças e continuidades na experiência social da homossexualidade masculina e da epidemia de HIV-Aids. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 313-339, Aug. 2018.

[6] AS REDES DE JOVENS ESTÃO SALVANDO VIDAS. UNAIDS. Disponível em: <https://unaids.org.br/2019/07/as-redes-de-jovens-estao-salvando-vidas/>. Acesso em: 01 set. 2019.

Criança intersexo: sujeito de direitos?

Autor: Amanda de Almeida Schiavon

Coautor: Paula Sandrine (UFRGS)

O resumo apresentado é parte do projeto de dissertação da primeira autora, que tem por objetivo analisar as condições de emergência da criança intersexo como sujeito de direitos. Especificamente neste paper, pretendo apontar os deslocamentos entre o sujeito intersexo constituído por meio da Resolução 1664/03 do Conselho Federal de Medicina (CFM) e os debates iniciais realizados por um grupo interdisciplinar que apontam para a emergência de um sujeito criança intersexo a ser protegido juridicamente no contexto brasileiro.

Parto da concepção de sujeito postulada por Judith Butler (2014), segundo a qual não há um sujeito preexistente ao discurso e ao ato que executa. A concepção de infância que ampara esta escrita provém dos estudos de Phillipe Ariès (1986) e outras autoras (COHN, 2005; 2014; SCHUCH, 2013; FONSECA, 2002), que consideram a pluralidade das infâncias e não uma concepção dada como universal. Considera-se a construção/produção das infâncias localmente, ou seja, de acordo com as realidades contextuais, históricas e culturais onde se encontram. Ribeiro (2011) apresenta a criança como um ator social que também produz cultura. Aborda, além disso, que no momento em que a criança atua e participa das relações sociais, ela se torna também um sujeito pleno de direitos.

Desde a perspectiva jurídica, qualquer pessoa passa a ser percebida como sujeito de direito quando é amparada por uma legislação que lhe atribui direitos e obrigações (CANTISANO, 2010). De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (1948), artigo I: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos" (p.4). A Declaração também atenta para o compromisso com a garantia de liberdade, igualdade e direitos do ser humano como sujeito integrante de uma sociedade (2009). As crianças, por sua vez, passaram a ocupar, no Brasil, um lugar diferenciado enquanto sujeitos de direitos a partir da aprovação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual "considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos" (art. 2º).

A produção da infância intersexo e o que se conhece a respeito da intersexualidade internacionalmente é ainda pautado fortemente pelo saber biomédico. Neste trabalho, portanto, será realizado um mapeamento e análise da Resolução 1664/03 do Conselho Federal de Medicina (CFM) (BRASIL, 2003), único instrumento normativo no Brasil que trata especificamente sobre questões relacionadas ao nascimento de uma criança intersexo. Ao utilizar Butler (2014), considero esse documento como um discurso materializado e que produz algo. Tendo em vista que o sujeito não é percebido como causa, mas sim como efeito, e considerando ainda que outros modos podem efetuar um sujeito (BUTLER, 2014) utilizo as discussões do meu campo de pesquisa, nesta análise, para pensar quais discursos estamos levando em consideração para a construção de uma representação jurídica, que por sua vez, poderá constituir um outro sujeito criança intersexo.

O campo de pesquisa no qual estou inserida foi demandado por um juiz logo após o lançamento do primeiro livro lançado no Brasil, coordenado por Maria Berenice Dias e organizado por Fernanda Carvalho Leão Barreto (2018), que trata da relação entre questões específicas da intersexualidade nos mais diversos aspectos, dentre eles, jurídicos, médicos, psicológicos, sociais e culturais. A partir desta demanda formou-se uma equipe interdisciplinar composta por profissionais da psicologia, antropologia, direito, linguística e participações de um ativista intersexo. Neste campo, pretendemos formular parâmetros bioéticos e jurídicos para o reconhecimento de direitos de pessoas intersexo no Brasil. A pesquisa provém de uma parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal das Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA), onde tem acontecido reu-



niões quinzenais para leituras, trocas e discussões. Nestas reuniões, as discussões têm se centrado, inicialmente, em uma revisão bibliográfica acerca das legislações e processos já existentes no Brasil para construir um contraponto com as legislações vigentes em outros países acerca da intersexualidade.

Dentre as normativas brasileiras vigentes que foram avaliadas por este grupo interdisciplinar está a Resolução 1664/03 do CFM. Início a análise dessa resolução pela breve descrição acerca do que se trata o documento, que diz: "Define as normas técnicas necessárias para o tratamento de pacientes portadores de anomalias de diferenciação sexual" (BRASIL, 2003). Já nesta primeira parte denomina-se intersexualidade como anomalias do desenvolvimento sexual. Ao longo da descrição dos artigos, trata-se da condição intersexo como um problema, apontando para um corpo tido como portador de uma falha no desenvolvimento sexual e genital, o que ampara a defesa de que a intervenção cirúrgica e tratamentos hormonal deva realizar-se precocemente.

O item "exposição de motivos" apresenta a intersexualidade como uma "urgência biológica e social" (BRASIL, 2003). Diz-se urgência biológica por constituir, segundo o mesmo texto, "grave risco de vida" (BRASIL, 2003). No entanto, sabe-se que a intersexualidade, ou as condições que a envolvem, nem sempre se relacionam a riscos em saúde, especialmente riscos de vida (MACHADO, 2005). Já a urgência social é constatada porque, de acordo com o que está escrito na resolução, "o drama vivido pelos familiares e, dependendo do atraso do diagnóstico, também do paciente, gera graves transtornos" (BRASIL, 2003). A mesma resolução se contradiz quando, para se contrapor a quem defende a não-intervenção cirúrgica na infância, afirma que "não existem a longo prazo estudos sobre as repercussões individuais, sociais, legais, afetivas e até mesmo sexuais de uma pessoa que enquanto não se definiu sexualmente viveu anos sem um sexo estabelecido" (BRASIL, 2003). Ainda em uma das partes da "exposição de motivos" da resolução, afirma-se que o objetivo da equipe multidisciplinar é "obter uma definição racional sobre o sexo de criação mais recomendável" (BRASIL, 2003).

Ao mesmo tempo em que a resolução aponta que não existem estudos sobre as repercussões de uma não-intervenção cirúrgica em corpos intersexo, parece negligenciar uma série de discussões realizadas por ativistas e teóricos intersexo acerca da violação de seus direitos (CABRAL, BENZUR, 2005; VIEIRA, 2018). Para o olhar biomédico, intervir nos corpos de recém-nascidos e crianças intersexo é uma forma de proteção, cuidado e humanização, visando o bem-estar dessas crianças. A proteção, contudo, não é balizada em estudos de longa duração, como apontado anteriormente, nem nas demandas de ativistas e teóricos intersexo que vêm apontando o quanto esse processo de "normalização" de corpos é violentador (CABRAL, BENZUR, 2005; VIEIRA, 2018).

Nota-se que essa mesma resolução acaba por reforçar a patologização da intersexualidade seja por tratá-la como uma urgência, como um corpo que necessita de correções precocemente, seja por utilizar denominações como problema e anomalias. Nesse sentido, Paula Sandrine Machado (2005) questiona o que é dado como natural e não natural, sendo que o corpo intersexo só se torna natural se transformado cirurgicamente. Podemos aqui ressaltar o quanto os debates em torno da despatologização da transexualidade (VERGUEIRO, 2015) podem repercutir numa pauta acerca da despatologização da intersexualidade. Principalmente neste momento, frente a nova categoria a ser lançada no CID-11 que denomina-se "Incongruência de Gênero na Infância" e que pode vir a fortalecer tudo que já é pautado pela resolução aqui analisada.

Ao considerar que o sujeito é, entre outros elementos, produzido através de normativas como a resolução, pode-se afirmar que a ausência de legislações e políticas públicas para essa população também forma um sujeito que habita esse silêncio ou desamparo jurídico-legal, ao mesmo tempo em que aparece como central nas narrativas biomédicas. Assim, lançando um olhar para as discussões que têm perpassado meu campo de pesquisa, já nas primeiras revisões bibliográficas nos questionávamos quais legislações brasileiras poderiam nos amparar nesta formulação. Em relação a uma análise bioética, foi amplamente debatida a questão da violação médica. Um dos questionamentos ainda vigentes é a questão da capacidade civil, ou seja, a relação entre autonomia e as fronteiras de faixa etária, a partir de qual idade a criança estaria apta a ter autonomia de decisão acerca dos procedimentos e intervenções médicas.

Ao analisar legislações existentes em outros países e as normativas que temos atualmente no Brasil, tem-se discutido principalmente as aproximações e distanciamentos das pautas específicas do ativismo intersexo com as pautas gerais do ativismo LGBTQI+. Discutimos neste quesito, a precaução necessária para que ao exigir a garantia de direitos de um determinado público, não estejamos prejudicando os direitos conquistados de outra população. Também falamos sobre as aproximações e distanciamentos com as pautas do ativismo de pessoas com deficiência, principalmente no quesito direito ao corpo. A partir deste ponto, tomamos cuidado para não reforçar a ideia biomédica de que a intersexualidade é uma anomalia, desordem ou má-formação, já que não compactua-



mos com a ideia de patologizar a intersexualidade. Com isso pude perceber que ao discutir a formulação de uma normativa, estamos ao mesmo tempo construindo uma nova ideia de sujeito intersexo, que me parece querer diferenciar-se daquela estabelecida pela Resolução 1664/03 do CFM.

Descrição de uma Intervenção Psicossocial com Adolescentes de uma Escola Pública

Autor: Katlylin Gomes Eleutério (PUC Minas - Poços de Caldas)

O artigo ancora-se na ideia de que vivemos hoje em uma sociedade na qual os pressupostos da adolescência são demarcados por construções e visões que tanto marginaliza o adolescente quanto banaliza essa fase que estão vivenciando na atualidade. Existem várias contradições sociais importantes, as quais propiciam vivências violentas em diversos contextos. Esse contexto de contradições sociais é determinante da existência de fatores biopsicossociais prejudiciais ao desenvolvimento psicológico e social da população em geral. Desta forma o objetivo do projeto de intervenção psicossocial foi de caráter preventivo primário para promover saúde e bem estar aos adolescentes de uma escola estadual no município de Poços de Caldas-MG, provocando mudanças no sentido de desenvolver, avaliar e repensar valores no âmbito de temáticas emergentes da juventude, utilizando recursos psicológicos para enfrentar problemas inerentes ao ser adolescente, seguiu-se o conceito da não diretividade de Rogers (1975), que é a capacidade do indivíduo de perceber seus problemas e de ser parte integrante na busca de soluções, facilitando o aluno a participar de maneira responsável no processo, já que se o aluno escolhe sua própria direção ajuda-se a descobrir os seus próprios recursos. Deste modo os interventores teve como propósito agir sobre a ação de problemas e necessidades psicossociais, pensando em condições que causem mal-estar, agindo sobre os fatores psicológicos que estejam associados à não satisfação dessas necessidades, definindo possibilidades mais viáveis para estabelecer o foco levando em conta as peculiaridades e especificidades dos grupos, passando inicialmente pela fase diagnóstica, as quais são, a caracterização, análise da demanda e delimitação de foco. Após a fase diagnóstica foi então realizado o delineamento, ao qual se deu o planejamento e elaboração do projeto que posteriormente foi desenvolvida a aplicação, avaliando os objetivos, as mudanças do grupo e a eficácia no cotidiano dos alunos. Por fim foi realizada a devolução e a divulgação dos resultados da intervenção psicossocial.

Inicialmente os três interventores do curso de psicologia da PUC - Minas campus Poços de Caldas, passaram em todas as salas de ensino fundamental e médio da escola, convidando os alunos a participarem do projeto de intervenção psicossocial, ao qual, as inscrições foram realizadas com a supervisora da instituição no decorrer da semana nos horários de entrada e intervalo dos alunos. A intervenção psicossocial foi dividida em dois grupos, um sendo o grupo "Turma da conversa" com nove indivíduos de 10 a 13 anos e outro grupo "Chitãozinho Segredinho" com 17 indivíduos 14 a 17 anos. Os encontros com os grupos foram realizados uma vez na semana, nas terças-feiras no período vespertino em horário de aula. O grupo "Turma da Conversa" se reuniu na aula anterior ao intervalo às 14:40. Já o grupo "Chitãozinho Segredinho" se reuniu na aula posterior ao intervalo às 15:50 com duração de 50 minutos em ambos os grupos. É importante salientar que os próprios alunos participantes dos grupos escolheram os nomes dos grupos.

A intervenção psicossocial foi desenvolvida em contexto grupal, com os objetivos de informar e problematizar com os alunos sobre temas da juventude. Deste modo, promovendo qualidade de vida dos adolescentes a partir de um espaço de discussão sobre temas biopsicossocial emergentes da adolescência, assim como, desconstruir preconceitos que marginalizam o ser adolescentes. A escolha da abordagem grupal foi feita assumindo-se que, dentro do contexto do grupo viabiliza-se a troca de experiências, provocando debates que possibilitam mudanças ao pensamento crítico em questões inerentes aos adolescentes. Foi realizado rodas de conversa ao qual segundo Agostini, et al. (2014) é uma estratégia político e libertadora que favorece a emancipação humana, político e social de coletivos historicamente excluídos. As rodas de conversa possibilitam encontros dialógicos, criando possibilidades de produção e ressignificação de sentidos e saberes sobre as experiências dos participantes.

Foi realizada também o uso de dinâmicas de grupos. Segundo Moscovici (2008) as dinâmicas de grupo têm com intuito de ajudar os indivíduos adquirirem e desenvolverem comportamentos mais funcionais que os utilizados até o momento. Assim como, a colaboração com o indivíduo no sentido de descentralizá-lo de si mesmo e situá-lo em relação aos outros. As dinâmicas de grupos têm o objetivo de levar os membros do grupo a se perceberem honestamente, em uma autocrítica objetiva e construtiva onde o indivíduo terá possibilidades de resolver



e solucionar seus problemas, desenvolvendo tolerância consigo e com os outros. Desta forma, contribui para que o indivíduo respeite a variedade de opiniões e atitudes que existem nas pessoas. As dinâmicas de grupo procuram desenvolver habilidades sociais como: saber ouvir, falar com adequação, respeitar as diferenças, conhecer-se melhor, aprender a dar e receber feedback. (Castilho, 2002). Os temas discutidos foram: amizade, família, ansiedade, autoestima e depressão.

A partir dos encontros, foi possível perceber que os alunos adquiriram uma percepção diferente das que tinham anteriormente a respeito de: amizade verdadeira, família, preconceitos, autoestima, ansiedade e depressão. Essas discussões possibilitaram uma maior aceitação do seu eu e de suas dificuldades, como também, de suas potencialidades. Deste modo, proporcionando uma ressignificação do indivíduo perante as adversidades do cotidiano, seja qual for o contexto.

Diante dessas considerações, salienta-se a necessidade de olhar para esse público jovem que são demarcados por construções e visões que marginalizam e banalizam essa fase que estão vivendo. Esse contexto de contradições socioculturais é determinante na existência de fatores biopsicossociais prejudiciais ao desenvolvimento psicológico e social da população em geral, mas principalmente, o público alvo selecionado. Acredita-se que a intervenção psicossocial relatada nesse artigo é uma modalidade de acolhimento que pode propiciar aos adolescentes a oportunidade de vivenciarem essa fase de mudanças e dúvidas de maneira mais positiva. Além disso, alega-se que é necessária a elaboração de atividades que sejam, pertinentes às reflexões para a emancipação do sujeito, a fim de garantir o envolvimento emocional e favorecer a aquisição dos conhecimentos que se pretende transmitir e discutir. Dessa forma, evidencia-se que as rodas de conversas e as dinâmicas em grupo desenvolvidas nessa intervenção foram utilizadas de modo eficaz, pois a partir das mesmas o retorno dos alunos participantes foi positivo. Em contraponto, é preciso considerar que os interventores tiveram algumas dificuldades em relação a execução das intervenções, não por parte dos participantes, mas por parte da instituição, que apesar de terem recebido a proposta e acolhido a ideia, teve alguns impasses na comunicação entre os interventores e a coordenação, que acabou prejudicando algumas vezes e atrasando o projeto programado. Apesar desses contratemplos, a intervenção psicossocial cumpriu com seu objetivo de promover saúde e bem-estar aos adolescentes de uma escola estadual do município de Poços de Caldas, que promoveu mudanças no sentido de desenvolver, avaliar e repensar valores no âmbito de temáticas emergentes da juventude, atingindo de forma favorável a todos os envolvidos.

Entre as frestas das políticas públicas: trajetórias de famílias de crianças em sofrimento psíquico grave

Autor: Ananaíra Monteiro (UCS)

Coautor: Cláudia Alquati Bisol (Universidade de Caxias do Sul)

Apresentamos, neste estudo, um recorte de pesquisa de Mestrado em Educação, cujo objetivo é analisar as representações sociais referentes ao cuidado, nos âmbitos da educação, saúde e assistência social, que emergem nos relatos de famílias de crianças em sofrimento psíquico grave. A resposta que a sociedade apresenta às crianças em sofrimento psíquico grave e que enfrentam dificuldades em responder às demandas familiares, escolares e sociais, se dá pelo viés de políticas públicas nos âmbitos da educação, saúde e assistência social. As políticas públicas e serviços estratégicos no cuidado a essas crianças no Brasil compreendem a saúde geral, saúde mental, educação, assistência social e justiça e defesa de direitos. No âmbito da educação, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva reafirma o direito de todos os alunos frequentarem o sistema regular de ensino, explicitando que o público-alvo desta política inclui alunos com deficiência, transtorno globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (BRASIL, 2008). A saúde geral segue os princípios afirmados pela implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) de universalização, equidade e integralidade, representados por ações comunitárias de descentralização e regionalização a favor da promoção de saúde, como as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e o Programa de Saúde da Família (PSF). A partir da implementação da reforma psiquiátrica brasileira, a saúde mental apresenta uma Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), composta por dispositivos de base territorial, como ambulatórios de saúde mental, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em suas diferentes tipologias (I, II, III, Infantojuvenil e Álcool/Drogas), Residenciais Terapêuticos e Centros de Convivência, destinada a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas. (BRASIL, 2011). A Assistência Social, sob gestão do Sistema Único de Assistência (SUAS), atua pela Política Nacio-



nal de Assistência Social (PNAS) e desenvolve ações de proteção nas regiões mais vulneráveis. É representada por unidades públicas como Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), e, de forma complementar, pela Rede Socioassistencial Privada do SUAS, contemplando a atenção a famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, identidades estigmatizadas e em desvantagem pessoal resultante de deficiências, exclusão e pobreza. (BRASIL, 2004). Por fim, o âmbito de justiça e defesa de direitos é representado pelos Conselhos Tutelares (CT), conforme estabelecido pelo ECA, encarregados de zelar pelo cumprimento dos direitos da população infantil e juvenil. (BRASIL, 2005). O sofrimento psíquico grave na infância é de difícil diagnóstico e sujeito à terminologia variável, devido à diversidade teórica que sustenta os olhares sobre os quadros psicopatológicos graves. Não raro também são as situações em que deficiências associadas tornam o diagnóstico e os cuidados ainda mais complexos. Nos âmbitos da educação, saúde e assistência social o olhar predominante é influenciado pelo saber psiquiátrico. Este trabalho, no entanto, pauta-se sobre a perspectiva de autores que defendem que a existência dos manuais classificatórios está relacionada à necessidade de ordenamento burocrático e que a tendência de unificar quadros e submetê-los ao mesmo método de tratamento acaba por empobrecer o campo clínico e prejudicando os sujeitos. (JERUSALINSKY, 2018). O documento norteador para o diagnóstico psiquiátrico em vigor é o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V (DSM-V), a partir do qual o sofrimento psíquico é considerado como um dos critérios para a construção diagnóstica de uma psicopatologia, como fator que afeta o sujeito em diferentes dimensões. O sofrimento psíquico grave na infância aparece classificado como Transtornos do Neurodesenvolvimento, incluindo os quadros de Deficiências Intelectuais, Transtornos da Comunicação, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), Transtorno Específico da Aprendizagem e Transtornos Motores. (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA, 2014). Esta pesquisa, de cunho qualitativo e exploratório, está sendo desenvolvida a partir de seis entrevistas realizadas com pais ou responsáveis de crianças usuárias de um CAPS Infantojuvenil de um município no interior do Rio Grande do Sul, considerando que as crianças acompanhadas neste serviço de saúde mental encontram-se em sofrimento psíquico grave e são usuárias também da rede pública nos âmbitos da educação e assistência social. Trata-se de entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas na íntegra, realizadas com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (número do parecer 3.196.458). A análise está sendo realizada com base na Teoria das Representações Sociais, proposta teórica e metodológica que tem por objetivo compreender a construção de teorias do senso comum, elaboradas na interface entre explicações cognitivas, investimentos afetivos e demandas concretas que emergem das ações no cotidiano. Considerando uma relação dialética e horizontal entre as teorias científicas e de senso comum, a teoria compreende os sujeitos como compositores ativos na produção de conhecimento que produzem e transformam a estrutura social. (MOSCOVICI, 2005). A análise busca desvendar as associações de ideias subjacentes na produção destas formas de conhecimento, ou seja, como sujeitos produzem compreensões de mundo. Após a transcrição da entrevista, se realiza a leitura flutuante que permite identificar eixos associativos, representados graficamente, o que permite a visualização das associações de ideias entre os eixos emergentes. (SPINK, 2013). Os dados parciais aqui apresentados referem-se a dois eixos que emergem neste primeiro momento de análise: Cuidado e controle: uma fusão artificial e Trajetórias turvas: transeuntes corroídos. No primeiro eixo, a escola aparece como o primeiro espaço social que identifica o sofrimento psíquico da criança, representado por agitação e agressividade. Se sucedem encaminhamentos para a área da saúde, em representações atreladas à medicalização e diagnósticos. O CAPSij, por sua vez, representa alguma esperança de que a criança se acalme, aprenda autocuidado e tenha acesso a tratamentos especializados. A medicalização, principal intervenção dos serviços de saúde, transforma agressividade em apatia, deslocando o sofrimento da criança e da família, como pode ser visto no recorte de uma das entrevistas: "Se olhar bem, ela tá meio sedada. É isso que eu acho que os médicos deveriam entender: eu queria um calmante, mas não pra ela dormir" (sic). A assistência social aparece relacionada com representações de favores e da ordem do divino, como uma forma de benção. Cuidado e controle parecem se confundir com uma dívida do sujeito e sua própria condição. No segundo eixo, o papel de cuidado atribuído às famílias destas crianças aparece relacionado com a peregrinação entre serviços, obedecer orientações, restrições e tentativas de tratamento, como exemplificado no recorte de uma das entrevistas: "A partir daí eu larguei do emprego, comecei a correr atrás das coisas. Aonde é que mandavam eu ia" (sic). A forma como as famílias representam o sofrimento da criança se vê atrelada aos fragmentos colhidos no convívio com especialistas (professores, médicos, terapeutas e assistentes sociais), sobressaindo-se o discurso médico: "Só diz que ela é autista e tem um atraso no desenvolvimento. Um CID ali me deram. Um dos CID até diziam até que ela teria Síndrome de Down" (sic). Conclui-se que na tentativa de cuidar, escolas e serviços in-

tervém por meio de mecanismos de controle, confundindo as demandas dos sujeitos com demandas dos serviços e instituições. O sofrimento é transformado em uma classificação artificial, justificando assim o deslizamento entre cuidado e controle. Neste contexto, as famílias são capturadas com representações relacionadas a respostas inconclusivas e tratamentos propostos que não parecem responder à demanda do sofrimento da criança. Escola e serviços aparecem relacionadas às representações contraditórias de cuidado e negligência diante do sofrimento da criança. Neste cenário, questiona-se as políticas públicas, sendo que o cuidado parece escapar entre suas frestas, enquanto o controle se mostra em evidência. Revelam-se mecanismos de controle às custas do desaparecimento do sujeito. Enquanto a precarização e condição do sujeito é produzida nesta trama, seu desenlace leva a trajetórias turvas, permitindo que se questione como fica o olhar para o sofrimento das crianças e suas famílias.

Referências

- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. DSM-V: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União 2011.
- _____. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, jan. 2008.
- _____. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Caminhos para uma Política de Saúde Mental Infanto-Juvenil. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.
- JERUSALINSKY, Alfredo. Tessituras e desa(fios) na primeira infância: classificar, decifrar ou interpretar? In: ORNELLAS, L. (org.). Desafios da subjetividade frente às vicissitudes contemporâneas: práticas psicanalíticas. São Paulo: Inst. Langage, 2018.
- MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais. Investigações em Psicologia Social. (P. Guareschi, trad.). 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In P. Guareschi, S. Jovchelovitch, Textos em representações sociais. (14ª ed.; p. 95 – 118). Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Entrelaçamentos da psicologia com a nutrição no manejo da obesidade infantil: um estudo de caso

Autor: Leticia Quadros (UERJ)

Coautor: Nicole Velloso de Oliveira (UERJ), Manoella Estrela e Claudia Cunha (UERJ)

O presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo de caso de uma das crianças do projeto NAISI - Núcleo de Atenção Integral à Saúde Infanto-Juvenil, que atua no nível ambulatorial, atenção secundária.

O projeto é composto por uma parceria da Psicologia com a Nutrição na Policlínica Piquet Carneiro (PPC/ UERJ), e utiliza como metodologia o brincar como instrumento terapêutico (Santa Roza, 1993). O referencial teórico e metodológico também se apoia na psicanálise do sensível (Fontes, 2017), nos princípios da Arte-Educação do Instituto de Arte TEAR e na Terapia Através do Movimento da Escola de Dança Angel Vianna.

A proposta do projeto é apresentar a essas crianças e responsáveis uma outra concepção de assistência nutricional que não seja calcada em palestras e na normatividade comum ao campo da saúde (educação em saúde). Pelo contrário, trabalhamos a dimensão lúdica, sensível e simbólica do corpo, além de utilizarmos como base para as mudanças alimentares o estímulo da autonomia promovida pela educação nutricional. Por meio de um olhar integral e interdisciplinar, este novo modelo propõe ser reflexivo com questões acerca da obesidade infantil e das dificuldades de mudança alimentar, entendendo o paciente como um ser social onde a família, em seu amplo aspecto, dá sentido aos “acertos” e “erros” no processo de mudança, não esquecendo que a criança está implicada no próprio tratamento.



Os encontros são realizados mensalmente, dividindo-se em dois momentos: um inicial, de integração, que conta com a participação de todos, baseado em brincadeiras coletivas, brinquedos cantados e rodas/cirandas. E um segundo, no qual separamos os grupos (crianças e responsáveis), para realizar diferentes atividades que abordem temas relacionados à obesidade infantil, da perspectiva da psicologia e da nutrição.

Para ilustrar o desenvolvimento e a atuação do projeto, abordaremos nesse trabalho um estudo de caso, o qual escolhemos por ser um dos acompanhamentos mais longevos da equipe, além de sua dinâmica ser representativa das demandas que chegam no cotidiano do projeto. O estudo de caso caracteriza-se por abordar casos individuais, compreendendo-os como parte integrante de um sistema. Portanto, as contribuições desse estudo, embora individualizado, podem ser refletidas na temática pretendida gerando novos conhecimentos nesse campo. Utilizaremos abaixo nomes fictícios.

Nosso estudo se dá em torno de Maria, 10 anos. Sua trajetória é marcada por intervenções médicas e tecnológicas desde o nascimento. Ela foi gerada por uma demanda de tratamento da irmã, Rita, que necessitava de um transplante de medula. Rita se curou sem precisar desse transplante, e Maria nasceu com hidrocefalia, levando a condições crônicas de saúde, atrasos cognitivos e cercada de constantes cuidados. A mãe, Heloísa, é enfermeira, e teve que parar de trabalhar para cuidar de Maria. Em função de uma vida bastante sofrida, a mãe diz que tem crises de ansiedade e toma remédios controlados, por conta própria. Além disso, Heloísa reclama constantemente do pai das meninas, que, segundo ela, não ajuda nas atividades domésticas e "atrapalha" os cuidados com a alimentação da filha, oferecendo "besteiras" para a menina comer.

Numa de nossas práticas interdisciplinares propusemos construir com o grupo de responsáveis uma "linha do tempo alimentar". Em um barbante eram expostas figuras com diferentes etapas da vida da criança, perpassando da gestação até o momento atual, tendo os marcos de mudança alimentar como imagens para que as mães refletissem sobre como elas passaram por esses momentos. Nessa atividade, Heloísa trouxe à tona um drama: Ao nascer, devido a uma atresia de esôfago, Maria passou por uma cirurgia para que pudesse se alimentar. Após a cirurgia, entretanto, ela ouviu dos médicos que sua filha talvez não conseguisse comer, tendo que receber alimentos por uma sonda, motivo de grande sofrimento na época. Ainda hoje, Heloísa reconhece que essa situação, bastante traumática, subjaz a dificuldade dela "negar" qualquer tipo de alimento para a filha, já que lutou muito para que Maria pudesse comer no início da vida.

Ao longo dos encontros pudemos perceber as sutis, mas significativas mudanças na relação mãe-filha, bem como a compreensão dos lugares que essa mulher-mãe-dona de casa ocupava - ou deixava de ocupar. Heloísa chegou à PPC/UERJ sentindo-se sobrecarregada, repetindo que já havia tentado de tudo para que a filha emagrecesse, e que os médicos a culpavam pelo fracasso da alimentação da menina. Isso remeteu-nos à ideia clássica da mãe cuidadora, abnegada e sobrecarregada. Ela disse também que, como último recurso, pediu que os médicos dessem remédios para sua filha, pois, segundo ela, a menina come por "pura ansiedade".

No início do trabalho, Heloísa tinha resistência em embarcar no propósito do projeto. Parecia querer um modelo tradicional de tratamento, que falasse de calorias, que desse respostas e soluções práticas e objetivas. Parecia, também, estar cansada, inclusive de Maria, trazendo um discurso que transparecia uma certa inconformidade e agressividade, ainda que velados, visto que, no senso comum, tais sentimentos são vistos como indignos do papel de mãe. Ao longo dos encontros, com o trabalho de acolhimento corporal, aos poucos, Heloísa foi percebendo o projeto como um espaço de cuidado e descobrindo emoções e afetos talvez desconhecidos.

Maria chega sempre ativa e participativa nas atividades do projeto. No entanto, fica mais à vontade com grupos menores, com uma atenção mais exclusiva. A mãe faz questão de reforçar que ela tem um "atraso", e a própria Maria se autointitula de "estabanada", alegando que "não faz nada direito", que é "muito lerda", expressões que parece ouvir no cotidiano doméstico. Um dos pontos mais interessantes ao se tratar do caso de Maria é entender que lugar ela ocupa como sujeito, visto que ela "nasceu para curar a irmã", mas acabou vindo ao mundo marcada pela condição crônica de saúde. Nos últimos encontros, Heloísa reclamava que Maria estava "irreconhecível", mas não sabia expressar "como", deixando à nossa interpretação esse não-lugar ocupado pela menina.

É interessante observar que Maria é muito ligada à sua mãe. Entendemos a importância de estimular o processo de diferenciação entre as crianças e seus responsáveis, por isso, o grupo exerce uma função de corte atuando sobre a relação simbiótica mãe-filha/o encorajando e dando suporte a esse processo. Nesse sentido, como dito acima, percebemos uma dificuldade de Heloísa em reconhecer que sua filha está se tornando adolescente e agora tem outras vontades e interesses, constituindo-se como alguém detentora de escolhas e desejos. Quando as crianças estão sozinhas com a equipe, estas se tornam sujeitos de escolha. Aparece para elas um campo livre de

experimentação, em que podem decidir o que querem brincar e como querem brincar, reconhecendo e respeitando os limites e desafios que são impostos pelo campo.

Num dos encontros, percebemos um marco no caso da Maria. Heloísa e a filha foram as únicas integrantes do grupo neste dia, causando uma certa surpresa para a equipe. Tivemos que modificar o que havíamos planejado. Mantivemos a integração inicial e depois separamos mãe e filha.

Heloísa teve um espaço de escuta única e exclusivamente para ela. Ali pôde nomear o quanto é difícil ir aos médicos e ouvir deles que Maria precisa emagrecer como se ela fosse a única responsável pela obesidade da filha, e o quanto o grupo foi o único espaço em que ela se sentiu ouvida. Falou da sobrecarga de exercer as atividades da casa, soube se posicionar sobre sua vontade de voltar os estudos e trabalhar na área da enfermagem, para isso, porém, precisou designar tarefas em casa, como pedir para o marido lavar o banheiro e a filha mais velha cozinhar. Neste dia, Heloísa pôde se tornar sujeito, ao falar do seu desejo para além da maternidade. Nos encontros seguintes, ela estava mais participativa, interagindo mais com as outras mães, falando da importância daquele espaço.

Não foi diferente para Maria. Em um encontro no qual era a única criança presente, ela pôde acessar, sem pudores, a dimensão simbólica do corpo e do brincar. Usamos neste dia fantoches e tinta, com a qual pintamos toda a mão, deixando a livre expressão guiar a atividade. Assim, nesse espaço lúdico e sem impedimentos, Maria pôde falar um pouco das coisas que sentia, falou do animalzinho de estimação e um pouco da dinâmica que envolve o cuidado dele e de como ela vivenciava essas situações.

A partir do caso de Maria, foi possível perceber alguns denominadores comuns aos casos que aparecem no projeto, tais como: diversas configurações familiares; a presente sensação de abandono; a questão da transgeracionalidade; a linguagem da violência e agressividade como tônicas nas e das relações e os conflitos familiares em torno da alimentação. Todos esses fatores são decisivos na mudança de hábitos alimentares, não sendo a criança a única responsável por esse processo. Dessa forma, torna-se imprescindível o olhar interdisciplinar no manejo da obesidade infantil.

O caso de Maria ilustra, de forma mais completa, todos os aspectos propostos e aprendizados do NAISI. Sendo ainda um caso em processo de construção analítica, a proposta deste trabalho não é fechá-lo e tampouco cristalizá-lo, mas sim abordar as conquistas já obtidas, tornando-o emblemático e representativo do projeto.

Estudo bibliográfico acerca das experiências infantis no âmbito dos procedimentos de saúde invasivos de natureza cirúrgica na atenção hospitalar pediátrica

Autor: Gabriel William Lopes (UFMT)

Coautor: Daniela Barros da Silva Freire (UFMT) e Andréia Maria de Lima Assunção (Andréia Assunção)

O presente trabalho traduz-se como uma revisão de literatura, desenvolvido no interior do Programa Institucional de Iniciação Científica, modalidade de voluntariado, da Universidade Federal de Mato Grosso, no período de setembro de 2018 a agosto de 2019. Este estudo enreda-se ao projeto guarda-chuva intitulado "A construção do conhecimento social por crianças: estudos sobre vivências e significações infantis", desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância (GPPIN/UFMT). Tal projeto, como afirma Andrade (2017), coaduna ações de extensão e pesquisa no intuito de fortalecer a representação da criança como um sujeito autoral a partir da sua inserção em instituições como a família, o hospital, os centros de educação infantil, os centros de atenção psicossocial, a escola e a cidade. Parte-se do pressuposto de que os procedimentos invasivos cirúrgicos, assim como a alimentação regrada pelas novas dietas, as restrições de circulação nos espaços e as limitações causadas pela própria condição de saúde são experiências que atravessam os processos de adoecimento, de tratamento e de promoção de saúde. Neste âmbito, compreende-se que, na medida em que produzem efeitos sob os modos de existir de crianças com condições de saúde específicas e influem sob as práticas sociais a elas dirigidas, tais marcadores concorrem para a produção de sentidos, cuja pluralidade se inscreve nas relações de partilha intergeracionais e entre pares (ASSUNÇÃO, 2018). Assim, o campo das políticas públicas de atenção integral em saúde que perfazem a infância e os equipamentos que as integram têm papel central na promoção da visibilidade social e cívica de crianças hospitalizadas, devendo promover práticas de saúde pautadas pela integralidade do cuidado (TEIBEL, 2017; BRASIL, 1990, 2001, 2013). O eixo norteador que tangenciou o estudo bibliográfico ora apresentado mobiliza-se pelo exercício de análise das produções, particularmente artigos, que dialogassem com as diversas nuances imbricadas na relação crianças e procedimentos invasivos, de natureza cirúrgica, pertinentes à atenção

hospitalar pediátrica. Além disso, elencou-se como critério de inclusão a incorporação das produções em que as crianças fossem consideradas participantes das pesquisas. O procedimento de revisão de literatura anunciado foi alicerçado pelas recomendações de Gil (2002) e Vosgerau e Romanowski (2014). Em consonância com a finalidade enunciada, elencou-se as bases de dados SciELO e PePSIC para a condução dos procedimentos deste estudo bibliográfico. Os descritores eleitos para a busca compreenderam os termos “hospital”, “procedimentos” e “cirurgia”, sem delimitar um recorte temporal específico. Após essa busca, foi realizada a leitura flutuante dos resumos encontrados com o intuito de verificar a pertinência destes em respeito aos objetivos propostos, tendo sido realizada a supressão dos achados que não tecessem interlocuções com o objeto focalizado. A próxima etapa consistiu em uma leitura profunda dos materiais selecionados para identificar os elementos estruturais que os compunham. Para a sistematização e apresentação dos resultados foram construídos quadros que caracterizassem as publicações encontradas. O referencial teórico que subsidiou a construção do exercício analítico das publicações amparou-se pela perspectiva qualitativa e compreensiva (MARCONI; LAKATOS, 2010), entrelaçada aos fundamentos da sociologia da infância (PINTO, 1997; SAYÃO, 2002; PEREIRA, 2011; CORSARO, 2005, 2011) e em interface com as contribuições oriundas da teoria histórico-cultural (VIGOTSKI, 2001, 2010). Ao todo foram selecionados quinze artigos que dissertaram sobre o tema, contudo, apenas cinco foram eleitos para a análise (CREPALDI; HACKBARTH, 2002; FUKUCHI et al., 2005; BROERING; CREPALDI, 2008; FINKEL; ESPÍNDOLA, 2008; BROERING; CREPALDI, 2013) na medida em que privilegiou-se aqueles que consideraram as crianças como interlocutoras das pesquisas. Esse dado demonstra-se revelador da tendência dos/as pesquisadores/as compartilharem da hipótese de que os/as adultos/as são os/as mais indicados para responder as pesquisas (SCOTT, 2005). Neste sentido, o recorte adotado sugeriu uma produção acadêmica restrita sobre o assunto quando se considera a perspectiva das crianças, haja visto a necessidade da escuta destes/as usuários/as sobre os procedimentos hospitalares, uma vez que as políticas públicas de atenção em saúde pediátrica operem pelo paradigma da integralidade do cuidado. Segundo a análise dos artigos identificados, notou-se o emprego de técnicas de preparação para auxiliar tanto as crianças, bem como os/as seus acompanhantes no processo de apresentação das situações a serem vivenciadas ao longo do tratamento. O potencial dessa prática foi identificado nos artigos enquanto possibilidade de minimizar significativamente a ansiedade, o medo, a insegurança e as reações opositoras relativas à equipe, circunscrevendo mais especificamente a evitação dos impactos de um situação por vezes desconhecida ao sujeito. Neste âmbito, a análise das produções enfocavam o direito assegurado à criança de acesso à informação (BRASIL, 2001, 2013; BRASIL, 1990), de tal maneira que a compreensão sobre os procedimentos invasivos do tipo cirúrgicos, segundo as crianças, caminhará de uma ideia menos elaborada, vinculada à sua experiência corporal (nomeando-os sob a ótica do desconhecido, ruim, doloroso, traumático, daquilo que situa-se alheio às suas possibilidades de controle) em direção a uma compreensão fundada pela tomada de consciência (VIGOTSKI, 2001) sob o apoio da estratégia de preparação, esta, por sua vez, assentada na valorização dos processos de autonomia e de protagonismo. Adicionalmente, cabe destacar o aprimoramento do papel dos/as diferentes profissionais que compõem as equipes como mediadores/as que atuam como promotores do desenvolvimento em uma perspectiva integral e de educação em saúde. Em suma, as análises empreendidas desvelaram os desafios pertinentes à consideração da perspectiva da criança, usuária do serviço de saúde, no empreendimento de pesquisas que pautem os procedimentos invasivos do tipo cirúrgicos, o que demanda a introdução de um olhar que confira à criança a possibilidade inscrição na trama de cuidado, sendo reposicionada enquanto agente dos processos de atenção e de gestão em saúde segundo as orientações ético-políticas de inclusão, diálogo, protagonismo, autonomia e corresponsabilidade preconizadas pela política de humanização em saúde. Referências: ANDRADE, D. B. S. F. Rede de Apoio à Infância: interfaces com a Psicologia e Pedagogia. Projeto de Extensão, Sistema de Extensão (SIE). Coordenação de Extensão (CODEX). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2017. ASSUNÇÃO, A. M. L. Representações sociais sobre profissionais de saúde segundo crianças: implicações identitárias no contexto da hospitalização pediátrica. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá - MT, 2018. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Humanização (PNH). Versão em folheto. 1ª edição, 1ª reimpressão. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. _____. Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, 2001. _____. Lei n.º 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1990. BROERING, C. V.; CREPALDI, M. A. Preparação psicológica para a cirurgia em pediatria: importância, técnicas e limitações. *Paidéia* (Ribeirão Preto), v. 18, n. 39, p. 61-72, 2008. BROERING, C. V., & CREPALDI, M. A. Psychological prepara-

tion for surgery: verbal report of the drawing-story. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, n. 30, v. 3, p. 367-374, 2013.

CORSARO, W. A. *Sociologia da Infância*. Tradução Lia Gabriele R. Reis. Porto Alegre: Artmed, 2011. _____. *Entrada em campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas*. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-464, 2005.

CREPALDI, M. A.; HACKBARTH, I. D. Aspectos psicológicos de crianças hospitalizadas em situação pré-cirúrgica. *Temas em Psicologia*, v. 10, n. 2, p. 99-111, 2002.

FINKEL, L. A.; ESPÍN-DOLA, V. B. P. Cirurgia cardíaca pediátrica: o papel do psicólogo na equipe de saúde. *Psicologia para América Latina*, n.13, 2008.

FUKUCHI, I.; MORATO, M. M. M.; RODRIGUES, R. E. C.; MORETTI, G.; JÚNIOR, M. F. S.; RAPA-PORT, P. B.; FUKUCHI, M. Perfil psicológico de crianças submetidas a adenoidectomia e/ou amigdalectomia no pré e pós-operatório. *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*, n. 71, v. 4, p. 521-525, 2005.

GIL, A. C. *Metodologia da pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREIRA, B. E.; NASCIMENTO, M. L. P. De objetos a sujeitos de pesquisa: contribuições da Sociologia da Infância ao desenvolvimento de uma etnografia da educação de crianças caiçaras. *Educação: Teoria e prática*, p. 138-156, 2011.

PINTO, M. A infância como construção social. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (orgs.). *As crianças: contextos e identidades*, 1997.

SAYÃO, D. T. Crianças: substantivo plural. *Zero-a-Seis*, 2002.

SCOTT, J. Crianças enquanto inquiridas: o desafio dos métodos quantitativos. In: CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. (Orgs.). *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, 2005. [p. 97-121].

TEIBEL, E. N. H. *Narrativa como mediadora de vivências infantis no contexto hospitalar: as representações sociais sobre o cuidado em uma enfermagem pediátrica, segundo equipe de saúde e as significações infantis*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá – MT, 2017.

VIGOTSKI, L. S. Estudio del desarrollo de los conceptos científicos en la edad infantil. In: *Obras Escogidas II. Problemas de Psicología General*. Tradução José Maria Bravo. Edición en lengua castellana, 2ª Ed. Madrid: Antonio Machado Libros, p. 181-285, 2001.

VIGOTSKI, L. S. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. *Psicologia USP*, 2010.

VOSGERAU, D. S. A. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Revista diálogo educacional*, n. 14, v. 41, p. 165-189, 2014.

Mães Violentas: A Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes

Autor: LIVIA SALATI MANFRINATO (PUC-SP)

Serão abordados, nesta comunicação, os resultados parciais da pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida acerca do tema “mães violentas” a partir da Psicologia Social e da epistemologia feminista.

Este foco de pesquisa surge a partir de prática realizada em território da Zona Leste do município de São Paulo, trazendo para discussão a problematização do modelo hegemônico de família e maternidade – considerando o ideal de mulher e maternidade que foi sendo estabelecido na cultura ocidental desde o século XVIII conforme interesses políticos e econômicos de uma sociedade burguesa e patriarcal eurocentrada, como demonstra a socióloga Elizabeth Badinter (1985). Ainda, há dados que apontam a figura materna como a principal agressora de crianças e adolescentes no contexto familiar brasileiro (Christine Martins, 2010; Mapa da Violência, 2015), apontando ser este um fenômeno social que precisa estar em pauta nas discussões no plano coletivo e político.

Ao pensar as diversas expressões de violências presentes na nossa sociedade, levamos em consideração a noção de poder – que sempre envolve relação desigual e de dominação entre partes. A proposta de discussão a respeito da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes (VDCA) praticada por mães a partir da perspectiva feminista tem por base a compreensão de um sistema de relação hierárquica, entre homem/mulher, assim como de idade/geração, que organiza, também, o funcionamento da sociedade dita patriarcal. Ao pensar a sociedade brasileira - visto ser importante a produção de conhecimento localizado, ou seja, contextualizado social e historicamente – a compreendemos enquanto uma sociedade patriarcal-racista-capitalista. Assim, entende-se que é regida por relações sociais de sexo, classe, raça/etnia que consubstanciam esse sistema social (CISNE, 2015). Dessa forma, as desigualdades que permeiam a população brasileira – ressaltando a sua heterogeneidade - interseccionam diversas dimensões.

Dessa forma, entendemos que este contexto do qual falamos aqui, visto ser historicamente produzido, vem de um processo importante que tem a Revolução Francesa como um dos principais momentos que transforma o sistema social, primeiramente da Europa, mas que vai caracterizando o funcionamento hegemônico das sociedades ocidentais. Tal funcionamento tem dentre suas características as relações e a organização social sob o modo de funcionamento do “homem burguês”, de modo que naturaliza, assim, os padrões de sistema social que



concernem aos interesses da classe burguesa. E, se levarmos em consideração, ainda, o Estado neoliberal como está sendo colocado, como uma das Instituições que regulamentam e dão força para o sistema capitalista-racista-patriarcal, temos essa sistema de valores que reforça a mercantilização das vidas e das relações, sendo essa mercantilização/objetificação da vida e dos corpos das mulheres uma das pautas centrais dos movimentos feministas atuais, no sentido de desconstrução e desnaturalização dessa ideia.

É também neste processo de mercantilização da vida das mulheres que vai ocorrendo violência simbólica para com as elas, pertencente ao próprio sistema capitalista-patriarcal. Assim, partimos de uma perspectiva não individualizante para a leitura de casos nos quais as mães praticam violência contra seus filhos, ao passo que entendemos que este fenômeno está inserido e faz parte da realidade que vimos expondo até o momento.

Entende-se que fenômenos sociais, tais quais a desigualdade social, de gênero, assim como a violência doméstica, são expressões da realidade social que têm seu plano objetivo e subjetivo, constantemente em relação dialética (GONÇALVES e BOCK, 2009). Dessa forma, quando falamos de fatos e processos históricos que são relevantes para compreender como vai se dando o lugar que as mulheres ocuparam e ocupam na sociedade – e os diversos fenômenos que compõem esse processo – podemos entender que, na relação dialética indivíduo-sociedade e os registros emocionais que vão fazendo parte deste processo, no qual o sujeito tem papel ativo e transformador, teremos material para que possamos fazer uma leitura do fenômeno da VDCA praticado por mães.

É neste sentido que se propõe aqui pensar a respeito desse fenômenos enquanto uma questão social que precisa levar em consideração a sociedade patriarcal, capitalista e racista, como já exposto. Assim, a VDCA é um fenômeno social em relação com outros fenômenos sociais – como o racismo, o machismo, a naturalização do casamento e da maternidade, entre outros - de forma que compõe a totalidade social e não estão indissociados.

Desta forma, fazendo uso do método da História Oral, pretende-se levantar material que possibilite desenvolver a discussão a respeito do ideal de maternidade socialmente construído e como mães que praticam a VDCA – sujeitos da pesquisa - compreendem-se na relação com a maternidade e com a violência por elas praticada, visando abarcar a dimensão subjetiva deste fenômeno.

Ao passo que a perspectiva feminista visa romper com os tradicionais paradigmas dominantes, estes pautados na lógica burguesa e patriarcal, assim como a Psicologia Social, atrelada ao compromisso social e a compreensão do processo dialético de produção de subjetividade, adotá-los enquanto epistemologia de pesquisa contribuirá tanto para a análise dos dados coletados, quanto para possíveis desdobramentos no campo e na prática profissional, levando em consideração um rompimento com processos de subjetivação que reproduzam os ditames tradicionais.

Portanto, entende-se que a presente proposta de trabalho contribui para a discussão necessária no atual cenário político e social diante dos crescentes retrocessos que vão sendo implicados na subjetividade da população brasileira, tendo também a pesquisa lugar fundamental na transformação social das contradições históricas.

Referências:

- BADINTER, Elizabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CISNE, Mirla. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v.18, n.1 p.138-154, Jul/Dez 2015.
- GONÇALES, Maria da Graça Marchina; BOCK, Ana Mercês Bahia. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In: BOCK, Ana M. B.; Gonçalves, Maria G. M. (Orgs.) A dimensão subjetiva da realidade. São Paulo: Cortez.p.116-155, 2009.
- MARTINS, Christine Baccarat de Godoy. Maus tratos contra criança e adolescente, *Revista brasileira de enfermagem*, v. 63, n.4, p.660-665, 2010.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: OPAS / OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2015.

Oficinas criativas em uma instituição de acolhimento: relato de experiência

Autor: Paula Orchiucci Miura (UFAL)

Coautor: Adélia Souto (UFAL), Alana Madeiro de Melo Barboza (UFAL), Ana Caroline dos Santos Silva (Caroline), Larisse Coimbra (UFAL) e Suzy Kamylla (Universidade Federal de Alagoa)

O presente trabalho faz parte do Projeto de Extensão intitulado, "A formação potencializadora de estudantes e profissionais no enfrentamento à violência contra criança e adolescente em Alagoas", cuja proposta é contribuir para o ensino, a pesquisa e a extensão de estudantes que atuarão com crianças, adolescentes e famílias que convivem ou conviveram com situações de violência intrafamiliar, e cujas crianças e/ou adolescentes são acompanhadas pelo judiciário por estarem institucionalizadas. Nessa extensão, foi desenvolvido o projeto intitulado, "Brinc(arte): o brincar e a arte potencializando a (re)construção de vínculos em uma instituição de acolhimento", com o propósito de realizar intervenções psicossociais por meio de oficinas criativas com crianças entre 4 e 10 anos, que se encontram em situação de acolhimento institucional. Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo relatar a experiência das autoras na condução destas oficinas realizadas junto às crianças institucionalizadas. A proposta se insere no eixo "Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais", e no GT "Implicações de Políticas, Programas e Ações do Estado nos modos de vida de populações vulneráveis", uma vez que estudantes e profissionais desenvolveram atividades com um grupo infantil caracterizado pela vulnerabilidade psicossocial, gerando uma reflexão acerca da experiência com enfoque em políticas de assistência. Adotando uma perspectiva psicossocial apoiada no pensamento psicanalítico de Winnicott, considera-se a importância da brincadeira enquanto aspecto inerente ao ser humano e expressão criativa do sujeito, sendo facilitadora do desenvolvimento, da comunicação, da personalidade e das relações sociais. De acordo com o autor, o brincar faz parte do desenvolvimento saudável do self, e por si só, possui caráter terapêutico, facilitando o desenvolvimento, além de possibilitar a ressignificação de vivências. A partir disso, foram realizadas 12 oficinas criativas no intuito de promover um espaço potencial para as crianças participantes, priorizando o brincar enquanto atividade inerente da expressão humana, bem como o aprofundamento teórico-técnico de estudantes e de profissionais envolvidos no projeto. As oficinas ocorreram semanalmente, de maio e agosto de 2019, nas segundas-feiras e tiveram diferentes temáticas, sendo estas respectivamente: 1- Apresentação, conhecimento do local e das crianças, acolhimento e explicação do projeto; 2- Pintura; 3- Oficina com massa de modelar; 4- Oficina de desenhos; 5- Confeção de slime; 6- Oficina de colagem; 7- Teatro de dedoches; 8- Confeção de doces; 9- Fantasias e criação artística; 10- Sensorial; 11- Musical; 12- Finalização do projeto com um momento festivo e exposição cultural das produções e encontros realizados através da fotografia. Após a realização de cada oficina ocorreria as supervisões semanais nas terças-feiras com o grupo de estudantes e profissionais que compõem a extensão para discussões e planejamentos. Perpassou todas as oficinas um quadro feito no primeiro encontro em conjunto com as crianças, com vistas a demarcar o tempo dos encontros que caracterizavam o projeto. A cada oficina realizada, um dia dentre os 12 demarcados na cartolina era pintado, com o objetivo de facilitar o momento da elaboração da finalização do projeto pelas crianças, que iria se encerrar dentro de um tempo delimitado. O quadro foi criado para que o projeto, não acabasse consistindo em mais um rompimento abrupto de laços para com as crianças da instituição já fragilizadas por suas diversas trajetórias de vida e cujos futuros incertos aguardam decisão judicial, seja de voltar à família de origem ou de serem adotadas e adotarem uma nova família. A cada encontro, aspectos da subjetividade das crianças se fizeram presentes. Nesse sentido, a arte e o brincar foram centrais para trabalhar afetos e ressignificar vivências. A partir das atividades realizadas nos encontros propostos, pôde-se notar o envolvimento nas oficinas. Cada criança apresentou suas peculiaridades na inserção das atividades em grupo e, cada oficina foi trabalhada de forma que as crianças tivessem liberdade para, a partir da arte, criar e construir o produto da oficina. No entanto, nota-se que algumas crianças se engajaram mais em alguns dias que em outros, onde as oficinas com confecção de produtos, tais como slime, doces e instrumentos foram as que mais despertaram o interesse e participação da maior parte das crianças. Isso pode ser atribuído ao fato de que o processo de criação desde a escolha ou recebimento dos elementos que fizeram parte até a concretização do produto geraram a expectativa de ter algo construído por elas mesmas. Nesse processo, vale apontar que existiram momentos de frustração como quando, às vezes, as produções não estavam ficando conforme esperavam. Nessas situações as crianças apresentaram alguns momentos de ansiedade e vontade de parar a atividade, mas que foram substituídos por satisfação quando criaram algo. Ao fazerem suas produções demonstraram a necessidade de reconhecimento e aceitação, também mostrando e perguntando às facilitadoras da oficina na busca de

um retorno positivo. Essas trocas foram importantes para compreender o que as produções significaram para cada uma delas. Também foi percebida a importância e o desejo de contenção e limites por parte de algumas crianças que, inicialmente se mostravam inquietas mas que, com o tempo, foram aceitando certos enquadres e demonstrando gratidão por contenções em momentos de extrema angústia. Percebe-se que o projeto Bric(Arte) apareceu enquanto um dispositivo potencializador das narrativas, construção e manutenção dos vínculos, criatividade e expressão do verdadeiro self das crianças envolvidas. Conclui-se que as atividades realizadas foram um espaço importante para as crianças vivenciarem momentos de brincar livre dentro da rotina da instituição, que exige a adaptação às regras e ao ambiente. No fim das oficinas, a equipe técnica da instituição demonstrou receptividade e apoio ao projeto reconhecendo a importância de atividades que proporcionem o desenvolvimento das crianças, no enfrentamento às situações de vulnerabilidade do contexto social que vivenciaram. Assim, as oficinas foram percebidas enquanto oportunidades de expressão e elaboração de experiências, formando um contexto de escuta caracterizado por acolhimento e sustentação, demonstrando potencial terapêutico. Ressalta-se como ações de extensão da Universidade são potencializadoras e proporcionam um retorno da academia à comunidade, permitindo trocas de saberes e engajamento nas políticas públicas de assistência. Percebe-se, por fim, a importância de planejamentos de intervenção, práticas de assistência, prevenção e cuidados oferecidos a crianças em situação de acolhimento institucional.

GT20: Itinerários formativos e atuação nas políticas públicas para garantia de direitos: desafios do trabalho com sujeitos, grupos, instituições e comunidades

A Gestão Autônoma da Medicação como estratégia territorial de co-gestão no cuidado em saúde mental

Autor: Elisa Zaneratto Rosa (PUCSP)

A Gestão Autônoma da Medicação (GAM) é uma estratégia criada no Canadá, com o objetivo de problematizar a centralidade e os modelos de gestão da medicação na atenção a usuários com quadros graves de transtorno mental, tendo em vista o resgate da sua autonomia e a problematização da centralidade do saber médico, apostando na gestão compartilhada, a partir da valorização dos diversos saberes envolvidos nesse processo. Essa estratégia foi adaptada à realidade brasileira e, desde então, sua utilização na rede de saúde mental, dentro dos contornos da Reforma Psiquiátrica, tem experimentado diferentes modos de ampliação. Essa ampliação diz respeito tanto aos contextos regionais que tem lançado mão da estratégia em experiências na rede, como às modalidades de serviços, de tal modo que, muito embora sua adaptação tenha centralizado experiências em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) adulto, hoje temos experiências GAM desenvolvidas em Unidades Básicas de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras drogas e infanto-juvenil.

Esse trabalho reflete a experiência da PUC-SP, que articula pesquisa, ensino e extensão num território sanitário do município de São Paulo, tendo como eixo de intervenção o cuidado em saúde mental e a GAM como estratégia. Trata-se de uma parceria que há muitos anos vem identificando importantes necessidades no que se refere à ampliação das ofertas de cuidado em saúde mental, diante de demandas que, muitas vezes, são atendidas basicamente a partir da prescrição medicamentosa. Nesse sentido, a experiência desse território reflete uma realidade mais ampla no campo da Reforma Psiquiátrica brasileira, que, apesar de seus avanços no que diz respeito à expansão da rede comunitária e à transformação dos modelos de atenção, ainda requer aprimoramentos do ponto de vista da radicalidade dos princípios que a orientam. Tal radicalidade tem aportes importantes na perspectiva de autonomia e participação dos usuários, o que convoca a deslocamentos importantes em relação aos saberes e intervenções teórico-técnicas em saúde. Sem dúvida, o campo da prescrição e da gestão medicamentosa carrega ainda referências de modelos a serem superados e, por isso, a provocação da co-gestão a partir dessas práticas representa um impulso importante na direção das diretrizes da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial.

A experiência GAM nesse território teve início em 2017, por meio de processos de formação que derivaram

do acúmulo de intervenções constituídas na parceria universidade-serviços em torno do aprimoramento do cuidado em saúde mental. Esse processo formativo, a partir de um dado momento, apostou no fomento e apoio sistemático a experiências GAM desenvolvidas em alguns serviços. Tais experiências mantiveram-se articuladas e em análise permanente a partir de um coletivo gestor de todas as experiências GAM do território, que reúne, mensalmente, as equipes GAM, gestores, pesquisadores e mais recentemente usuários, com o intuito de trocar experiências e manter um campo de formação continuada em torno do tema da medicalização, do cuidado em saúde mental e da estratégia GAM.

Disso resulta que esse território conta, desde o início desse processo, com grupos GAM em duas Unidades Básicas de Saúde e no CAPS álcool e outras drogas. Mais recentemente, temos acompanhado o processo de constituição de duas novas experiências em Unidades Básicas de Saúde, uma experiência no CAPS adulto e uma experiência no CAPS infanto-juvenil.

Essas experiências tem se constituído, em um só tempo, como campo de formação, de intervenção e de pesquisa, sendo que orientados pela metodologia da pesquisa-ação temos empreendido um espaço de investigação, que persegue como objetivo a caracterização dos desafios e das potencialidades para a implementação da GAM nos diversos serviços, assim como seus impactos em relação às concepções e práticas dos trabalhadores e aos itinerários de cuidado dos usuários da rede.

Essas pesquisas orientam-se pela metodologia da pesquisa-ação e ancoram-se teoricamente em referenciais do campo da Reforma Psiquiátrica. Apesar de sua perspectiva multiprofissional, na medida em que estão envolvidos nas experiências necessariamente profissionais e saberes diversos do campo da saúde (psicologia, fonoaudiologia, medicina, farmácia, terapia ocupacional, assistência social, fisioterapia, além das contribuições de agentes comunitários de saúde e da própria população usuária dos serviços), no que diz respeito às contribuições da Psicologia, as pesquisas dialogam com referenciais críticos do campo da Psicologia Social.

Os resultados tem evidenciado efeitos da estratégia em sua força alterativa e formativa. Instala-se nas equipes, nos usuários e no campo da formação uma dimensão crítica em relação à medicalização, com importantes efeitos do ponto de vista da ampliação da abordagem diante de demandas de saúde mental. A experiência tem ainda evidenciado os efeitos da estratégia GAM no tensionamento da radicalidade da Reforma Psiquiátrica, na medida em que usuários protagonizam efetivamente outro lugar no seu processo de cuidado, interpelando a posição técnica, que passa a estar provocada por um conflito em relação à sua condição tradicional e pelo convite à escuta e ao acolhimento no cotidiano dos serviços. Por fim, podemos destacar dentre os resultados da experiência a sua força política relativamente às grupalidades e aos coletivos que aciona, sendo possível sustentar um campo de trabalho e formação em saúde que representa importante polo de resistência às estratégias que operam o desmonte do SUS e do modelo comunitário de atenção em saúde e saúde mental, privilegiando perspectivas individualizantes de intervenção e de abordagem dos problemas.

Neste percurso, a GAM afirma-se como estratégia territorial e co-gestionária de formação e cuidado em saúde mental, que põe no centro de sua experiência a participação do usuário. Nesse sentido, esse trabalho aponta para uma estratégia potente e inovadora no campo das políticas públicas, especificamente no âmbito da saúde mental, com importantes interfaces, a partir de sua dimensão territorial, com outras políticas públicas, na medida em que a ampliação dos itinerários de cuidado aponta para a necessária ampliação dos campos de pertencimento e participação territoriais. Tal experiência está ancorada em um reposicionamento de referências teórico-técnicas em saúde o que, para a Psicologia, também convoca o diálogo com referências críticas, exigindo e promovendo importantes construções no campo da formação. Não à toa, a experiência constitui-se como espaço de formação permanente e representa hoje, pela articulação ensino-pesquisa-extensão, um campo profícuo e estratégico de transformação da formação para a saúde, que reúne estagiários, estudantes, professores, pesquisadores de graduação e pós graduação, bolsistas, tutores e preceptores do Programa de Educação para o Trabalho em Saúde oriundos de, pelo menos, quatro diferentes cursos da Universidade. Assim, trata-se de um projeto implicado, simultaneamente, com o campo da formação e das políticas públicas, na direção do compromisso com a garantia de direitos.



A intervenção em pequenos grupos no SUAS: uma experiência com adolescentes

Autor: Elisângela (USP)

O trabalho com grupos constitui-se uma abordagem bastante disseminada nos serviços que compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contexto em que o grupo pode servir para pensar as diversas formas de produção de subjetividades relacionadas a questões político-sociais e potencializar sujeitos em situação de marginalização e sofrimento social. A inserção formal do psicólogo no SUAS serviu para ampliar o contingente profissional que trabalha com grupos, no entanto, a fundamentação teórica para a atuação não tem se dado na mesma medida que a extensão desse tipo de trabalho. Com frequência prevalece um empirismo, sem o suporte de uma teoria de grupo. O objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de intervenção em pequeno grupo, desenvolvida durante doutorado em Psicologia Social – Universidade de São Paulo e Universidade Paris Descartes – a partir do referencial de grupo operativo de Pichon-Rivière e de contribuições de René Kaës, cuja abrangente pesquisa com grupos sustenta a dimensão intersubjetiva da constituição do sujeito psíquico. A proposta de discutir um dispositivo técnico alinha-se ao Eixo “Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções”. O grupo foi composto por onze adolescentes, membros de famílias atendidas em um Centro de Referência de Assistência Social. Foram realizados encontros semanais, ao longo de dois meses, tendo como eixo o trabalho em torno da tarefa: discutir a relação com os espaços onde viviam e suas relações familiares. No quarto encontro propomos uma atividade expressiva em grupo, o espaçograma/desenho da casa (Benghozi, 2010), de modo a facilitar a narratividade e o trabalho em torno da tarefa. A coordenadora foi responsável pela condução dos encontros e um observador recolheu o material verbal e não-verbal sobre o funcionamento do grupo, com a finalidade de realimentar a coordenadora. Ao final de cada sessão, discutiam suas impressões, de maneira a reorientar a condução do encontro seguinte. No grupo operativo, a intervenção busca compreender o que se passa no grupo em relação à realização da tarefa; volta-se para o emergente, sinal do processo subjacente que deve se tornar explícito (Pichon-Rivière, 2005). O coordenador fornece um sentido ao emergente, de modo a tornar explícito o implícito, avalia se a interpretação foi operante, se o sentido foi captado e corroborado pelo grupo. A análise volta-se para a interpretação das fantasias inconscientes, uma vez que estas podem impedir o desenrolar do movimento dialético do processo grupal. A partir da concepção de que cada sujeito é porta-voz de si mesmo e do grupo, o trabalho considera o processo associativo grupal como um discurso significativo no nível do grupo (Kaës, 2015). Os resultados revelaram que o enquadre adotado tornou possível compreender as problemáticas centrais vivenciadas pelos adolescentes na relação com suas famílias e visualizar certas especificidades da adolescência em condição de precariedade social. Ao incidir sobre o jogo das relações dos adolescentes (entre si, com a família, a comunidade e o sistema social mais amplo), passando por sua história pessoal e coletiva, o grupo favoreceu o conhecimento de processos de subjetivação que os singularizam. Estes processos são atravessados pelos discursos produzidos sobre eles, em especial na escola, enquanto sujeitos apartados do consumo, reconhecidos pelas marcas da “falta” (privação) e do “excesso” (violência). O grupo se configurou como espaço de produção de um contradiscurso coletivo com relação à homogeneização e à negação de sua “cultura” e suas formas de socialização. Esse contradiscurso pode se produzir pelo reconhecimento de que aspectos atribuídos a determinantes individuais, o que leva à culpabilização dos sujeitos e famílias, são, na realidade, resultados de uma construção social. No âmbito da família, os fantasmas relacionados à gravidez e à homossexualidade dos adolescentes revelaram-se organizadores dos vínculos familiares. Eles, por sua vez, vivenciavam o mal-estar de serem vistos como uma ameaça aos valores e vínculos familiares. Contudo, diante das novas exigências que lhes são colocadas, por vezes reconhecidas como incoerentes e injustas, os adolescentes questionam as formas rígidas de inscrição e validação pela sociedade, incluindo certas formas de “ser homem” ou “ser mulher”. Uma dimensão organizadora dos processos identificatórios no interior do grupo se fez, ora em oposição à geração adulta “atrasada”, ora contra aqueles “de fora” da comunidade que a criticavam. Para concluir, salientamos que os efeitos que as construções realizadas tiveram para os adolescentes evidenciam a importância do pequeno grupo como proposta de intervenção. Em diversos momentos, o grupo se constituiu em um espaço lúdico, tornando pensáveis situações densas, permitindo que os adolescentes falassem de questões que lhes afligiam coletivamente. A adesão que tiveram ao grupo e o desejo de participar corroboram a importância desse espaço. Evidencia-se a necessidade de os serviços que compõem o SUAS construir espaços de compartilhamento e ressignificação das experiências de sofrimento social, em uma dinâmica que se contraponha à lógica de reprodução das desigualdades e crie condições para a ressignificação de identidades e subjetividades. Para finalizar, ressaltamos dois aspectos que nos

parecem centrais da intervenção em pequenos grupos: primeiro, ela pode ser realizada em qualquer instituição; e segundo, ela permite trabalhar conteúdos que se tornam acessíveis pela própria situação de estar em um grupo restrito, ou seja, coloca em cena questões que, em grupos maiores, ficariam em suspenso.

A Psicologia Comunitária na sala de aula: trabalhando a diversidade da atuação do psicólogo comunitário

Autor: Analice (UniAtenas)

O presente trabalho trata-se de uma experiência desenvolvida quanto às possibilidades de prática do psicólogo comunitário em uma disciplina de Psicologia Comunitária no 8º período de psicologia do Centro Universitário Atenas (UniAtenas), na cidade de Paracatu - MG. O trabalho teve por foco problematizar as possibilidades e os desafios encontrados nas práticas da Psicologia Comunitária. A proposta do trabalho é analisar e discutir junto aos alunos como esses entendem as práticas de Psicologia Comunitária, bem como o debate diante da diversidade de possibilidades de atuação e perspectivas junto aos grupos definidos. No Brasil temos uma diversidade de grupos que vivem em situação de vulnerabilidade social e com diversas situações de violações de direitos. A Psicologia Comunitária surge como uma possibilidade prática de atuação em que, o psicólogo tem por função buscar promover práticas de empoderamento e busca pela autonomia dos sujeitos. A Psicologia Comunitária tem por ideal a busca pela conscientização do sujeito quanto ao seu papel de cidadão e promoção de práticas que visem garantir os direitos do grupo e a tomada de consciência quanto ao papel de cada um dentro da sociedade. A transformação do sujeito pode ocorrer através de ações com caráter participativo, coletivo, cooperativo, dialógico e voltadas para o desenvolvimento comunitário, ou seja, para a melhoria das condições de vida dos moradores da comunidade. A atividade comunitária é um tipo específico de atividade humana que se caracteriza por se dar em determinado contexto cultural, sendo composta por uma dimensão instrumental e outra comunicativa. Destina-se a atender demandas da coletividade, bem como responder às motivações pessoais de seus participantes, contribuindo para a construção de uma vida comunitária. As relações comunitárias que constituem uma verdadeira comunidade são relações igualitárias, que se dão entre pessoas que possuem iguais direitos e deveres. Essas relações implicam que todos possam ter vez e voz, que todos sejam reconhecidos em sua singularidade, onde as diferenças sejam respeitadas. E mais: as relações comunitárias implicam, também, a existência de uma dimensão afetiva, implicam que as pessoas sejam amadas, estimadas e benquistas.

Essa forma de trabalho parte da ideia de comunidade enquanto grupo que busca pelo comum e com ideais de práticas libertadoras e emancipatórias. O presente trabalho trata-se de uma estratégia utilizada em sala de aula ao longo da disciplina de Psicologia Comunitária no primeiro semestre de 2019. Foi proposto para os alunos que trouxessem análises sócio culturais de determinados grupos em que a situação de violação dos direitos é emergente. Os temas estabelecidos para a escolha dos grupos eram grupos relacionados a gênero, etnia e religião. A escolha dos temas se deu devido às demandas apresentadas pelos alunos, além da análise da realidade local e dos grupos emergentes que podem aparecer no cotidiano de prática dos futuros psicólogos. A partir da análise de um artigo científico envolvendo determinado grupo (gênero, etnia ou religioso), os alunos deveriam problematizar possibilidades de atuação pensando na perspectiva das necessidades do grupo apresentado no artigo. A partir disso os alunos puderam trazer análises quanto às práticas específicas para a realidade do grupo apresentado e problematizar os desafios e possibilidades da atuação junto á grupos comunitários. Os grupos trouxeram questões emergentes a serem trabalhadas pela psicologia comunitária tais como: as dificuldades da mulher quanto ao mercado de trabalho e sua posição dentro da sociedade, o racismo e suas formas de aumento das diferenças sociais, o preconceito envolvendo grupos como ciganos, a dificuldade em teórica em torno do trabalho com indígenas, a intolerância religiosa junto aos grupos mulçumanos e a vida em comunidades de grupos católicos e suas práticas sociais. Cada grupo pôde explicar a realidade sociocultural que o grupo escolhido se encontra e a partir disso pensar em possibilidades de atuação de acordo com a realidade específica e as possíveis demandas. Foram apresentados e analisados pelos alunos grupos em que a vivência do psicólogo pode ser contributiva para a promoção da autonomia e empoderamento dos sujeitos. Os grupos apresentados relacionavam-se a mulheres, negros, indígenas, ciganos, mulçumanos e católicos. A partir disso, os alunos trouxeram as suas formas particulares de entenderem as vivências comunitárias, bem como os seus anseios quanto ao que pode ser feito junto à essas populações marginalizadas. Além disso, os alunos puderam pensar em práticas com grupos que vivem situações de preconceitos pouco



trabalhadas no cotidiano da psicologia, tais como as práticas envolvendo índios e suas particularidades e práticas e demandas de direitos de ciganos que são muitas vezes, excluídos devido à mitos que são propagados quanto à sua cultura. Diante disso observa-se a relevância do desenvolvimento de trabalhos visando a prática, como forma de promover momentos em que os alunos possam expor seus olhares diante das realidades brasileiras, além de buscar o debate e troca de perspectivas quanto às possibilidades de atuação. Conclui-se com isso, a relevância do desenvolvimento de trabalhos envolvendo práticas e voltados para a atuação, visando preparar os alunos para as vivências da prática profissional e os possíveis desafios que podem emergir nos mais diversos contextos.

Afetamentos e reflexões sobre a Residência Multiprofissional em Saúde Indígena a partir da psicologia social

Autor: Clara Gomes Machado (HU - UFGD)

Concluída a graduação, uma das formas de o psicólogo recém-formado se especializar e ter uma experiência de trabalho é a residência multiprofissional em saúde, uma pós-graduação na modalidade *lato sensu* que se caracteriza como uma formação em serviço. O residente irá atuar na saúde pública integrando-se às equipes de trabalho dos locais em que passa, além de cumprir carga horária teórica, visando uma formação para o SUS. Este relato pretende abordar a realidade da residência multiprofissional em saúde indígena do Hospital Universitário (HU) da Universidade Federal da Grande Dourados, que é composta por profissionais da enfermagem, nutrição e psicologia dispostos em trios. Os cenários de prática são os setores dentro do HU, como maternidade, pediatria, UTI Adulto e os serviços específicos para a população indígena ofertados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena, como as Unidades Básicas de Saúde Indígena e a Casa de Apoio a Saúde Indígena.

Este relato se insere no GT "Itinerários formativos e atuação nas políticas públicas para garantia de direitos: desafios do trabalho com sujeitos, grupos, instituições e comunidades" na medida em que pensa a (trans)formação do psicólogo durante o processo de residência, em que este é convocado a repensar a sua prática e a trabalhar em locais não comumente ocupados pela psicologia, que historicamente se propôs a formar profissionais liberais voltados para a clínica individual. Uma vez inserida na residência, a psicologia assume um compromisso com o SUS, que é pautado em um modelo de cuidado e assistência a favor da democracia, que enxerga a saúde como um direito de todos, a partir dos princípios da universalidade, integralidade e equidade.

Pode-se dizer que o trabalho em saúde dá-se no encontro trabalhador-usuário, em que por meio da conversa, serão acolhidas e encaminhadas as demandas daquele que busca um serviço de saúde. Este encontro é pautado pelos desejos das pessoas em relação, no modo como se afetam e se deixam afetar, sendo possível a produção de novas subjetividades, a construção e desconstrução de sentidos e significados. Desse modo, os processos de trabalho em saúde são entendidos como micropolíticas, em que profissionais se posicionam ética e politicamente, de acordo com aquilo que acreditam, podendo se aproximar ou distanciar dos princípios do SUS.

A partir de tais reflexões, surge o questionamento de como a psicologia social pode contribuir em formar psicólogos com uma prática de saúde que se comprometa micro e macropoliticamente em quebrar estruturas de desigualdade e injustiça cotidianamente sofridas no país, inclusive nos serviços de saúde. A psicologia social crítica, de origem latino-americana, aposta na transformação social e na busca pela autonomia e emancipação de sujeitos, coletividades e grupos entendendo que o psicólogo deve assumir uma postura política e engajada na luta pela garantia de direitos. Entende-se que o psicólogo é chamado a explorar também a sua autonomia e inventividade em relação ao seu trabalho, desenvolvendo uma prática que vá além dos muros e dos protocolos estipulados, uma vez que possuem um olhar psicologizante e reducionista dos sujeitos a partir de uma ótica positivista.

Desta forma, objetiva-se com este trabalho analisar a experiência vivida por uma psicóloga residente durante a residência multiprofissional em saúde indígena.

Foram usados como base as anotações feitas em diário de campo, em que regularmente são escritas as impressões da experiência na residência. Para guiar a análise, as problemáticas principais foram ordenadas em quatro grupos temáticos de acordo com a proximidade das vivências, a saber: o ser residente, o ser psicóloga em um contexto multiprofissional, o ser psicóloga fora do setting e o ser psicóloga no trabalho multiétnico.

Em um primeiro momento, a residência nos convoca a experimentar o ser residente, carregado de prescrições e ao mesmo tempo indefinições. Existe um lugar dado em que devemos estar, que se mostra cheio de contradições. Em determinadas situações, o residente é visto como estudante, sendo muitas vezes confundido com grandu-



ando, como se estivesse em uma categoria inferior aos demais profissionais, sendo por vezes podado e em suas intervenções e propostas de trabalho. Por sua vez, em outros momentos ele é visto como profissional, com jornadas diárias de trabalho extensas, e muitas vezes sendo necessário que cubra déficits de funcionários, assumindo responsabilidades atribuídas aos trabalhadores efetivos dos serviços de saúde. Somos provocados a reconhecer os nossos limites e exercitar rupturas nestas relações de poder que se dão com preceptores, tutores e coordenadores, de forma a nos posicionar e sermos reconhecidos enquanto profissionais em especialização, em trânsito pelos papéis de usuário, profissional e estudante do SUS.

Também se faz marcante o ser psicóloga em um contexto multiprofissional em saúde, em que há o encontro entre profissionais de áreas de conhecimento distintas, e entre estes e o usuário do SUS. Ao contrário das demais formações, a psicologia não dispõe de tecnologias intermediando a relação, de procedimentos a serem cumpridos com estrutura pré-definida. O instrumento principal de trabalho do psicólogo é o seu próprio eu, com toda sua subjetividade. Além disso, é perceptível que a formação da psicologia, em aspecto geral, diferencia-se da formação dos demais profissionais da saúde, tanto na forma de enxergar o sujeito como na preocupação com o profissional em formação. Em disciplina ofertada na residência separadamente a cada profissão, observa-se que o foco das aulas de nutrição e enfermagem é a troca de conteúdos e o manejo de técnicas, enquanto que nas aulas dos psicólogos há espaço para partilha de angústias despertadas na rotina de trabalho. O desafio que se coloca nesse ponto é estabelecer um diálogo com esses profissionais com vistas a prestar um atendimento integral ao usuário, em que minimamente as linguagens e proposições de cada profissão consigam ser compartilhadas. É importante se debater a necessidade de uma formação que se preocupe não somente com a técnica, mas se atente à dimensão afetiva e ética de um futuro profissional da saúde.

O terceiro grupo é o ser psicóloga fora do setting teoricamente necessário para a atuação profissional. Na área da saúde e nos campos de prática da residência, seja no hospital ou nos serviços de atenção à população indígena, as tarefas e funções a serem desenvolvidas pelos psicólogos são pouco delineadas em relação aos demais profissionais. Na maioria das vezes, não existe tempo, ambiente e sigilo adequados para o encontro com o sujeito. No entanto, entende-se que o trabalho não se resume a escutar o sofrimento individual, alargando a compreensão do que seria uma intervenção psicológica para tarefas como auxiliar a equipe de saúde a preencher fichas durante uma campanha de vacinação e monitoramento de bolsa-família na aldeia, ou até mesmo auxiliando uma paciente a encontrar formas de lavar suas roupas e do recém-nascido no hospital, devido a uma internação prolongada. A experiência da residência evoca a desconstruir o lugar do psicólogo na sala, sentado na poltrona com feições imparciais a escutar o seu cliente, e propõe outras formas de fazer psicologia, sempre objetivando o acolhimento de demandas e a lubrificação dos tecidos relacionais que se desenvolvem entre equipes e usuários, promovendo a autonomia e garantia de direitos.

Por fim, o ser psicóloga em um contexto multiétnico, que provoca rachaduras em todo o processo educacional baseado em um paradigma científico ocidental. Os conhecimentos adquiridos até então foram construídos tendo como base epistemológica o modo de organização social e a visão de mundo de homens, europeus, brancos, sob a ótica de uma cultura positivista. Dentro da psicologia, observa-se que os conceitos de temporalidade, personalidade, terapêutica estudados não foram construídos pensando nas populações indígenas guarani, kaiowá e terena do Mato Grosso do Sul, e no entanto seguimos tentando aplicá-los a esses povos. Torna-se claro que é preciso nos despojar de conhecimentos construídos e se dispor a ouvir, atentar-se aos símbolos e significados do modo de vida desses grupos, além de buscar apoio em outras ciências como a antropologia, a história. Trabalhar com populações indígenas exige uma constante autocrítica para não correr o risco de usar a nossa atuação profissional como mais uma violência em relação a esses povos, na medida em que reproduz um esquema social opressor e reprodutor de violações.

Portanto, é possível concluir que a experiência da residência é um processo dialético, de constante resistência, a lutar por espaços não dados no campo da saúde, das políticas e das relações. Faz-se necessário a desconstrução do modelo de ser psicólogo historicamente dado, em que a formação técnica era suficiente, para entender a psicologia na análise histórica e crítica da realidade brasileira. A atuação da psicologia diante de contextos como o dos povos indígenas deve ser crítica e engajada, pautada na equidade, por entendê-los como sujeitos que possuem necessidades diversas, demandando atenção e políticas diferenciadas e específicas. Ao se adotar uma prática equânime, apoia-se a distribuição heterogênea de direitos, em contrapartida ao modo homogenizador que acredita que todos possuem as mesmas necessidades. Ser psicólogo, dessa forma, é tomar uma posição de luta a favor de um projeto político de democracia, de políticas públicas como o SUS, que se propõem a garantir justiça social e assim transformar a sociedade.



Apoio Paideia na Atenção Básica em Saúde de Natal

Autor: Natália Nogueira (UFRN) e Ana Carolina Rios Simoni (UFRN)

Coautor: Bianca Barbosa (UFRN) e João Batista

A experiência aqui relatada vincula-se a um projeto de extensão desenvolvido por estudantes de psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Natal-RN em 2019. Propõe-se contribuir com o fortalecimento da Atenção Básica (AB) do município via oferta de um espaço de apoio institucional às equipes dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), à medida que abre-se um importante espaço de formação para os estudantes envolvidos.

A AB é considerada estratégica para a melhoria da atenção em saúde e o desenvolvimento social do país. Tem a promoção de saúde e prevenção de agravos como funções prioritárias e caracteriza-se pela oferta de cuidado no território, em ações individuais e coletivas, que levam em consideração os determinantes sociais da saúde, tecendo um cuidado que se opera no cotidiano e, portanto, dialoga com as necessidades de saúde da população.

O NASF foi criado por meio da Portaria nº 154/2008, com o propósito de ampliar a abrangência e resolutividade da AB, mediante o apoio matricial a equipes de saúde da família. A composição das equipes multiprofissionais, assim como as práticas assistenciais ofertadas, precisam responder às necessidades de cada território e equipes apoiadas. O compartilhamento e transferência de tecnologias de cuidado, a integração das equipes (de referência e de apoio matricial) no acompanhamento das demandas dos usuários e a corresponsabilização são fundamentais para desempenhar a função apoio. Para tanto, a equipe apoiadora tem seu trabalho organizado nas dimensões técnico-pedagógica e clínico-assistencial, a fim de transformar o processo de trabalho da AB, efetivando a integralidade, universalidade e equidade em saúde.

A cidade do Natal, capital potiguar, conta desde 2010 com três NASF distribuídos nos distritos sanitários Norte I, Norte II e Oeste, regiões com vazios assistenciais e maior vulnerabilidade social. Desde sua implantação, o curso de Psicologia da UFRN realiza apoio institucional às equipes e supervisiona a inserção de estagiários do sétimo ao décimo período da graduação nos contextos de atuação das mesmas. Por dois anos, essa dinâmica foi interrompida e no primeiro semestre de 2019 foi retomada pela entrada de estagiários do 7º período divididos entre os distritos Oeste e Norte II. Concomitantemente, houve o reinício do espaço de apoio aos NASF, agora intitulado Espaço Paideia, inspirado no método descrito por Campos.

Aqui objetivamos compartilhar os primeiros efeitos percebidos na experiência do Espaço Paideia, durante o primeiro semestre de 2019, em relação ao fortalecimento da função apoio nas equipes de NASF participantes. Nesse percurso, foram colocadas em discussão fragilidades, potencialidades e desafios do processo de trabalho, além dos impasses para a efetivação da função apoio junto à ESF.

Em diálogo com as temáticas do Eixo 1, problematizamos a construção de um dispositivo de democracia institucional, ao buscar fortalecer as equipes de NASF na sua capacidade de ofertar apoio à ESF e de fomentar espaços de educação permanente em saúde (EPS), que visam mudar qualitativamente o modelo atenção. Considerando o avanço das políticas neoliberais que precarizam o trabalho e as políticas públicas no Brasil e a perspectiva contra-hegemônica de garantia do direito à atenção integral em saúde, na qual o NASF se fundamenta, esta experiência tem foco na importância da organização coletiva dos trabalhadores frente às tensões emergentes no contexto atual de desmonte do SUS, propondo ações que impactem o cotidiano de trabalho das equipes, pela construção de estratégias coletivas de resistência e criação.

Para tanto, articulam-se nesta experiência três ferramentas teórico-metodológicas e ético-políticas amplamente utilizadas no campo das políticas públicas de saúde e nos estudos em saúde coletiva: o método Paidéia, a EPS e a função apoio.

O método Paidéia envolve a co-gestão, contrariando a perspectiva hierarquizada e burocratizada das relações de saber e poder que marcam o trabalhar em saúde. Proporciona uma nova forma de operar dos coletivos ao articular os afetos, saberes e poderes na construção de um comum. Para tal, propõe a democratização da fala, a interdependência dos sujeitos e a abertura às diferenças para transformar o trabalho.

Em relação à EPS, entende-se como um processo educativo que coloca a instituição Saúde em análise, na busca por aprender com as relações construídas no cotidiano do do SUS. Demanda a construção de espaços coletivos entre os trabalhadores, mobilizando diferentes realidades à reflexão e avaliação, para produzir saberes significativos capazes de viabilizar transformações no trabalho em saúde.



O apoio, como função, parte da perspectiva de gestão participativa, preconizada pelo SUS, e pretende transformar o modelo de gestão, as práticas assistenciais e os afetos que atravessam o fazer profissional. Apoiar significa estar ao lado, compartilhar problemas e forjar coletivamente tecnologias para abordá-los, lógica que só se sustenta mediante vínculos e a corresponsabilização sobre o processo de apoio. Parte-se, portanto, da perspectiva de que não há quem domine todo o conhecimento, são as experiências e as vozes dos diversos atores envolvidos no processo de trabalho que geram soluções para operar as transformações almejadas. Mais do que transferir conhecimentos, o apoiador facilita a construção coletiva: pensa, age e avalia com os trabalhadores.

Nessa perspectiva, ofertamos um espaço de apoio institucional para as equipes de NASF, como estratégia de fortalecimento da função apoio que exercem junto à ESF. Para sustentar a função apoio, nos parece importante experimentar espaços em que se é apoiado, pois o apoio não se restringe a uma habilidade técnica, mas implica em uma posição na relação ao outro, cuja sustentação depende do compartilhamento e da construção coletiva dos saberes e fazeres.

Deste modo, estruturou-se o espaço de apoio aos NASF de Natal, com uma agenda de encontros mensais entre alunos do projeto de extensão, estagiários de psicologia, residentes multiprofissionais em atuação nos NASF, a coordenação e os trabalhadores dos três NASF. Por meio de instrumentos técnico-pedagógicos, os profissionais foram convidados a narrar experiências de seu cotidiano de práticas e problematizá-las junto aos indicadores da qualidade do processo de trabalho do NASF.

Os primeiros encontros de apoio foram marcados por discursos desesperançosos, analisadores das tensões presentes nas relações entre NASF e ESF e entre NASF e gestão. Na relação com as equipes de ESF, as tensões residem na dificuldade de serem reconhecidos na função apoio, o que se mostra na crescente demanda por atendimentos individuais por área profissional endereçada aos NASF. Operar o almejado fazer contra-hegemônico, a partir da visão integral do sujeito, da interdisciplinaridade na construção das ofertas em saúde e da priorização da função de apoio matricial tem sido cada vez mais difícil, segundo relatam os participantes.

Na relação com a gestão, as tensões decorrem do empuxo à reprodução da lógica ambulatorial e da valorização quantitativa de atendimentos por área profissional, reforçados pelo imaginário social acerca do trabalho em saúde. Estes pontos surgiram a partir de um analisador emergente no espaço de apoio: a reiterada menção dos participantes à dificuldade de quantificar e mostrar o impacto do trabalho do NASF na saúde da população e à falta de reconhecimento de seu trabalho por parte da gestão. Soma-se a isto o contexto macropolítico atual de desmonte das políticas públicas, vivenciado como ameaça iminente de seu desaparecimento, seja enquanto equipe da rede de saúde do município, seja como estratégia da Política de Atenção Básica.

Um segundo momento do processo de apoio aos NASF tem se caracterizado pela circulação de afetos, vínculos potentes entre os participantes e a pactuação de objetivos compartilhados. É possível notar, apesar do contexto adverso, que o discurso desesperançoso, ainda que siga presente nos encontros mensais, tem dado lugar à construção de alternativas para a reorganização do cotidiano. Os participantes passaram a olhar as dificuldades como problema compartilhado, que os coloca em relação, fortalecendo os intercâmbios entre as equipes e abrindo novas possibilidades do agir coletivo, a resistência e a criação.

Neste ponto, reside a potência do Espaço Paideia: possibilitar a discussão sobre o contexto de trabalho no SUS por trabalhadores, e trazer à tona questões subjetivas produzidas nesse entremeio. Ao se gestar um dispositivo de apoio em que se cuida da subjetividade, se instituem novas práticas produtoras de saúde e se resiste à lógica verticalizada de gestão em saúde.

A partir da experiência supracitada, conclui-se que o espaço de apoio institucional construído tornou-se um lugar em que os trabalhadores puderam se fortalecer enquanto sujeitos e enquanto coletivo, por meio do reconhecimento dos desafios e das possibilidades do contexto vivenciado, e também repensar e reconfigurar suas práticas, enquanto apoiadores das equipes de ESF. A função apoio tem se presentificado nesta experiência como aprendizagem constante de estudantes e trabalhadores. Assim, destacamos a relevância desse espaço na formação em Psicologia, ao experimentarmos a potência da EPS e da democracia institucional junto aos trabalhadores, acessando suas experiências e problematizando as práticas de saúde. Através dessa experiência, podemos reconhecer e potencializar as nossas vozes frente à correlação de forças estabelecida, para criar novas formas de pensar e agir garantindo o direito à saúde.



Estudantes de Psicologia os desafios que permeiam sua vida acadêmica no campo social de trabalho

Autor: Raquel Barcelar (Raquel Barcelar)

Coautor: Marcia Emilia Silva Barboza (UNESA), Larissa de Lima Ferreira (UNESA) e Ágatha Lorrany (Estácio)

A pesquisa estudantes de Psicologia e os desafios que permeiam sua vida acadêmica no campo social de trabalho vem desenvolvendo questões investigadas de articulações dentre os contextos subjetivos e atitudes que proporcionam expectativas e possibilidades dos docentes desde a porta de entrada em sala de aula /estágios e os enfrentamentos a serem seguidos para chegar na obtenção do diploma e poderem atuar na carreira profissional na área saúde.

Ingressar na Universidade é um episódio na vida dos indivíduos marcado por mudanças significativas e muitos desafios. Alguns desses desafios dizem respeito à adaptação a novos saberes, à responsabilização no processo de construção do conhecimento, e as expectativas quanto à inserção no mercado de trabalho já nos últimos anos da graduação. Para uma parcela significativa de estudantes, as dificuldades financeiras podem também estar presentes ao longo do processo de formação dificultando a construção de sua história. Este momento coincide ainda, para muitos, com a transição da adolescência para a vida adulta. Ou, em muitos casos, com a volta aos bancos escolares depois de anos longe deles, como é o caso de diversos alunos da rede privada de ensino (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], 2016). Alguns estudos envolvendo estudantes universitários e as questões referentes a esta etapa chamam a atenção para a vulnerabilidade experimentada neste período por eles e como isso pode afetar sua saúde e sua atuação profissional. O contato direto dos estudantes com outros seres humanos coloca-os diante de sua própria vida, sua própria saúde ou doença, seus próprios conflitos e frustrações. Ainda assim, a vivência estudantil na Universidade é uma questão pouco investigada e discutida, em especial, a vivência do aluno do curso de graduação em psicologia.

O eixo temático 7 aborda questões referentes ao universitário em formação e abre possibilidade de uma discussão ampla sobre o tema, visto que saúde mental do estudante de psicologia é uma temática que é apresentada e vivenciada durante o curso, porém pouco explorada e pesquisada, ademais quando se trata da imersão ao campo social, no qual este contato pode induzir sofrimento e possíveis implicações para sua prática profissional. O presente estudo teve como objetivo verificar se as vivências acadêmicas, os processos de formação do estudante de Psicologia, que está em contato com o sofrimento psíquico de outras pessoas e com conteúdos acadêmicos relacionados à subjetividade humana, afetam sua saúde mental, gerando transtornos mentais menores, que podem, potencialmente, trazer implicações para a sua prática profissional. Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva, de abordagem quali-quantitativa. Foi utilizada a aplicação da Entrevista Clínica Estruturada para os Transtornos do DSM-5 (SCID-5) que é um guia de entrevista para a realização dos principais diagnósticos do DSM-5 (anteriormente diagnosticados no Eixo I). Em relação aos procedimentos do instrumento utilizado, destaca-se que a primeira parte da entrevista SCID-5 é uma visão geral, onde se pergunta a idade, em que tipo de lugar mora, com quem vive escolaridade dos pais ou cuidadores, se trabalha atualmente, se possui algum problema da saúde, e por fim um breve histórico de transtornos psiquiátricos. Posteriormente, foram investigados os módulos: episódios de humor, que incluía os transtornos depressivos e maníacos, transtorno por uso de substâncias, considerando o hábito de bebidas no período de 12 meses, transtornos de ansiedade, que incluía transtorno de pânico ao longo da vida, agorafobia atual, transtorno de ansiedade social, transtorno de ansiedade generalizada, Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade em adultos. Esses módulos foram selecionados tendo em vista serem estes transtornos os mais mencionados na literatura sobre o assunto. Foram entrevistados 16 alunos do 1º período e 21 alunos do 10º período, turnos diurno e noturno, do curso de graduação em Psicologia, da Universidade Estácio de Sá, Campus Nova Iguaçu, baixada Fluminense, RJ, na qual é uma região onde as maiorias de seus moradores são de baixa renda. Diante disso, se faz necessário um olhar diferenciado para os futuros psicólogos que poderão atuar nesse campo social e precisam estar aptos em suas técnicas e saúde mental favoráveis para o contato com o mesmo.

A escolha dos períodos se deu com o objetivo de investigar alguma mudança nos possíveis sintomas, ou o surgimento deles, com o decorrer dos semestres. Todos os estudantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os critérios de inclusão foram estar regularmente matriculados no curso e aceitação voluntária. Para a seleção dos participantes adotou-se o método da amostra probabilística. Do total de 37 entrevistados apenas três do primeiro período e quatro do décimo período são do sexo masculino. Ou seja, há uma prevalência de mulheres nesta amostra, assim como há uma prevalência de mulheres no curso de Psicologia (Instituto Brasileiro de Opi-

nião Pública e Estatística [IBOPE], 2004). Em relação ao primeiro período, dos 16 alunos entrevistados é possível identificar que as idades variam de 17 a 59 anos. Com os dados levantados da entrevista estruturada verificou-se a prevalência do preenchimento de critérios para quadros de depressão e transtorno de pânico. Analisando os resultados dos estudantes do 10º período observa-se que os transtornos mais recorrentes nas entrevistas foram: Episódio Depressivo Maior Atual e Anterior, Transtorno de Pânico ao longo da vida e Transtorno de Ansiedade Generalizada. Esses sofrimentos e mudanças brusca de comportamento estão relacionados com fatores ambientais familiares e cobranças, responsabilidade em cumprir tarefas, trabalhos e provas em período de tempo estipulado pelos cumprimentos estruturais acadêmicos para adaptar aos novos saberes.

Psicólogos são profissionais de saúde mental, e, por isso, é importante que seja direcionado uma atenção também para a sua saúde mental durante o seu processo de formação, tendo em vista que os possíveis transtornos desenvolvidos podem atingir, diretamente, seu trabalho. Compreender como as vivências acadêmicas impactam a formação pode ser considerado um indicativo de que as Universidades, formadoras desses profissionais, precisam direcionar seu olhar para esse fato, preocupando-se em contribuir com algum suporte ou apoio. A pesquisa nos mostrou evidências de que os estudantes estão vulneráveis. Seu ingresso na Universidade é permeado por outros desafios e o curso de Psicologia, por estudar o sofrimento psíquico humano, pode ter como consequência o surgimento ou agravamento desse sofrimento também nesses estudantes, o que indica a necessidade de apoio e a ênfase na importância da psicoterapia. Com isso é necessário pensar em uma orientação das Diretrizes Curriculares para o curso de Psicologia que enfatize essa evidência, destacando a importância de esses estudantes terem algum tipo de serviço e apoio emocional ao longo da graduação.

Experimentações na “Clínica” de Saúde Mental: o estágio obrigatório curricular em psicologia e políticas públicas

Autor: Camila Reis (UFTM)

Coautor: Letícia de Sousa Rodrigues e Rosimár Alves Querino (UFTM)

O Estágio caracteriza-se como um ato educativo supervisionado desenvolvido em um ambiente de trabalho visando à atuação para a formação prática, se configura como integrante essencial da formação profissional. É uma atividade obrigatória que integra o currículo do curso de graduação em Psicologia e propõe ao estudante um contato inicial com o exercício da profissão, visando diminuir a distância entre o campo de atuação do psicólogo e a sala de aula. Sendo assim o estágio em políticas públicas promove a comunicação entre a universidade e seu meio onde os cenários de aprendizagem serão então transversalizados pelas demandas sociais por saúde, em uma concepção que envolve o comprometimento ético, político e pedagógico do direito à saúde. Além disso, essas vivências oportunizam contatos, confrontos e experimentação. O presente trabalho objetivo relatar a experiência do ser estagiário no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Maria Boneca, mantido pela Fundação Gregório Barenblitt, em Uberaba-MG, o CAPS Maria Boneca é marcado por uma singularidade, de ser um dispositivo esquizoanalítico instituinte, uma “Clínica com K”, a ideia de “Clínica com K”, a expressão dentro da Filosofia da Diferença que compreende o sujeito como ativo, participativo e dinâmico no trabalho terapêutico, diferente da proposta normatizadora da Clínica (reclinado, deitado) com “C”, que é presa no binômio saúde/doença, saudável/ adoecido; terapeuta – sabedor/saudável. Tal trabalho relaciona-se com o eixo Itinerários formativos e atuação nas políticas públicas para garantia de direitos: desafios do trabalho com sujeitos, grupos, instituições e comunidades por trazer reflexões acerca de uma formação no campo das políticas públicas que reafirma o compromisso ético-político da atuação do psicólogo reconhecendo os usuários enquanto sujeito de direitos, buscando junto aos trabalhadores do serviço ampliar os espaços de liberdade dos sujeitos a emancipação política. A experiência foi analisada através das perspectivas de autores que discutem a formação e o cuidado em Saúde e em Saúde Mental, Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial e Políticas Públicas. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, onde o objetivo é descrever as atividades desenvolvidas no contexto do Estágio Curricular Obrigatório em Políticas Públicas vinculado a Universidade Federal do Triângulo Mineiro realizadas semanalmente, no período de março a julho de 2019. Foi possível durante o período de realização de estágio experimentar as atividades propostas pelo CAPS Maria Boneca junto aos usuários, como o Acompanhamento Terapêutico, Laboratório de Esquidrama, o Grupo de Psicoterapia e as Supervisões junto aos trabalhadores do serviço. O trabalho em saúde mental exigia uma disponibilidade para acolher e acompanhar e a disposição a uma atuação que envolvia modos diferenciados

das psicoterapias tradicionais, uma ética compromissada com a invenção de novos modos de vida para os usuários da Saúde Mental. Fazer parte do cotidiano institucional como estagiário junto aos usuários e trabalhadores foi vivenciar um processo formativo de conhecimento teórico e prático, onde foi possível o conhecimento das instituições e serviços oferecidos, bem como os fluxos e relações, os desafios dos serviços de Saúde Mental, especialmente no que tange às dificuldades para o atendimento de urgências psiquiátricas nas unidades de prontoatendimento (UPA), fragilidade nos vínculos comunitários das pessoas com transtornos mentais, desafios para envolvimento das famílias no cuidado e atenção integral nos diversos pontos da rede SUS e da rede socioassistencial. Para além disso a percepção de que atuar e estagiar na Saúde Mental é estar em consonância com uma formação que tem compromisso ético-político, que impulsiona o desenvolvimento de competências específicas para a atuação que enfatiza preceitos éticos, técnicos e políticos. O estagiar tornou-se então uma experiência sustentada na compreensão e na defesa de direitos humanos na qual a lógica do cuidado busca atenção de qualidade, humanizada e embasada em um modelo assistencial com políticas públicas e serviços integrados. As supervisões eram dispositivos para se trabalhar o olhar e a escuta diante dos atravessamentos de diversas relações que atravessavam o grupo, no qual as experiências podiam ser narradas, acolhidas, problematizadas e elaboradas em um espaço protegido. Na atuação em Saúde Mental só é possível cuidar do outro colocando-se diante dele como outro e permitir-se ser afetado pelo diferente, eram encontros que davam ao outro e a nós mesmos um lugar de criação, de reinvenção, de produção. Assim a clínica era orientada pela capacidade de dobrar-se ao outro para escutar, acompanhar, aceitar, o que não significava excluir o exame, mas ampliá-lo. Conclui-se que o estágio na Saúde Mental contato com a Saúde Mental, colocou os estagiários frente as realidades institucionais e desafios da atuação em Saúde Mental, fazendo como que a atuação seja então junto a defesa da emancipação dos sujeitos e coletividades, ao reconhecimento de suas potências e à necessidade de uma maior articulação das dimensões clínica e política do cuidado. E foi também um espaço onde junto aos trabalhadores e a colegas de outros cursos de graduação uma oportunidade para aprendizagens compartilhadas onde vários núcleos profissionais aprendiam e trabalhar juntos, em uma perspectiva de trocas e compartilhamento de saberes.

Formação para a atuação da Psicologia no Ministério Público: aprendizados a partir da experiência reflexiva em Relatórios Técnicos

Autor: Letícia Michele Stencil (Universidade de São Paulo) e Bianca Macedo (FFCLRP-USP)

Coautor: Profa. Ana Paula (USP-FFCLRP) e Raul Gomes de Almeida (IPUSP)

A área da Psicologia no Ministério Público é recente e, nesse contexto, os/as psicólogos/as atuam subsidiando o Promotor de Justiça na promoção de direitos difusos e coletivos da sociedade, como a educação, por exemplo. A atuação apresenta algumas particularidades, como a realização de visitas, planejamento de ações de investigação e posterior elaboração de relatórios técnicos, algo central na prática dos profissionais psicólogos nesta área, pois atuam ajudando o Promotor de direito na tomada de decisões. Apesar disso, a despeito da formação geral em Psicologia contemplar a construção de um conjunto ampliado de habilidades e competências que garantem o domínio teórico-prático de procedimentos aplicáveis a diferentes contextos, pouco se fala sobre a construção de instrumentos e a escrita de relatórios técnicos no âmbito da justiça, aspectos que são fundamentais para uma boa atuação. É por meio deles que os/as psicólogos/as se posicionam em diálogo com demandas institucionais ou de outros profissionais, além de estarem respaldando as decisões de promotores de Justiça na defesa de direitos da sociedade. Todos os procedimentos e a forma como serão comunicados precisam ser refletidos. A clareza, a objetividade e a contextualização são primordiais para um respaldo técnico realizado pelo profissional de psicologia seja inteligível não apenas aos promotores, mas técnicos de outras áreas do saber, como assistência social e pedagogia. Assim, esse trabalho discute a formação do/a psicólogo/a para atuação no âmbito dos procedimentos e demais instrumentos administrativos do Ministério Público. Essa discussão é baseada na experiência construída na disciplina-estágio Psicologia Ambiental: Sujeito, Espaço e Território (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo), em que alunos-estagiários/as atuaram junto ao Núcleo de Assessoria Técnica (NAT) e ao Grupo de Atuação Especial de Educação (GEDUC-NRP) do Ministério Público, Núcleo Ribeirão Preto (SP) a fim de avaliar o atendimento da demanda e a qualidade das instituições de educação infantil de Ribeirão Preto-SP e região. Sob supervisão da docente do estágio, a equipe responsável pelas avaliações foi composta por alunos de Psicologia, técnicos do NAT (Assistente Social ou Psicóloga) e uma Pedagoga, convocada



por promotoria. O trabalho contou com a construção de instrumentos de avaliação e de uma metodologia de avaliação mista, que contemplava avaliação externa e autoavaliação das instituições. Foram avaliadas 11 instituições de 4 municípios diferentes, escolhidas por amostragem. A avaliação ocorreu a partir de três momentos: a) avaliação externa das instituições, realizadas pela equipe do NAT e os estagiários, composta de visitas, entrevistas e de reuniões com profissionais das instituições avaliadas e, a partir disso foram elaborados relatórios técnicos; b) avaliação interna, realizada pelas próprias instituições subsidiada nos Indicadores de Qualidade na Educação Infantil Paulistana, antecedida de uma formação com os profissionais das instituições; c) reunião com as instituições no Ministério Público para que a equipe do GEDUC-NRP apresentasse os resultados dos relatórios técnicos realizados a partir das avaliações externas e para que as instituições apresentassem os seus resultados também; ocasião em que cada uma das partes teve acesso aos relatórios na íntegra realizados pela outra equipe. Esse último momento teve discussões e houve uma negociação com as instituições para a criação de um plano de ações de melhorias nas escolas cujo monitoramento seria feito pelo grupo do GEDUC-NRP, que posteriormente foi documentado em um relatório geral. A criação de instrumentos e a escrita dos relatórios foram objeto de intensa reflexão. Para a avaliação das instituições, optou-se por criar um modelo de avaliação mista, com o intuito de mobilizar os profissionais na melhoria da educação infantil da região e também para uma escuta atenta às demandas das instituições, principalmente, as dificuldades que os levam a não conseguir cumprir integralmente a legislação. Já os relatórios foram construídos pensando: na definição do papel da Psicologia no Ministério Público e sua relação com demais profissionais que compõe o NAT; na transformação da realidade das instituições; na postura ética em relação aos equipamentos avaliados à atuação junto com o Ministério Público; no desenvolvimento de uma linguagem adequada a profissionais do direito; na consciência do relatório como um instrumento de promoção e de justiça e, ao mesmo tempo, de poder. Esse exercício acerca da atuação no Ministério Público foi inédito na graduação e exigiu ainda mais esforços e compromissos com a qualidade, desde a escolha da linguagem mais indicada até a melhor forma de comunicação que necessitava ser completa, porém sucinta e clara. Por fim, o relatório teve sua estrutura em tópicos e contemplou os itens: Caracterização geral, com informações acerca dos horários de atendimento da instituição, a quantidade de crianças matriculadas e financiamento; Estrutura física, com a caracterização dos espaços da instituição, suas condições segurança e higiene, se estão adaptados para pessoas com deficiência, e o quanto estão configurados para atender às necessidades de desenvolvimento das crianças no que tange à personalização e uso do espaço; Profissionais, com o quadro completo de funcionários, os horários das professoras e quantas são responsáveis por turma, bem como as estratégias de formação continuada adotadas; Recursos materiais, com informações sobre os brinquedos, sua qualidade, proveniência e o modo como estão dispostos nas salas (ao alcance ou não das crianças); Documentação pedagógica, com informações sobre o projeto político pedagógico, as atividades realizadas, os registros nos diários de classe, o planejamento anual e os modos de avaliação das crianças; Rotina das crianças, com a descrição das atividades e os horários de refeição e sono; Relação com as famílias, com informações sobre a frequência de reuniões com os responsáveis das crianças e contato direto e diários entre estes e as professoras, se há projetos realizados pela instituição direcionados às famílias; Promoção de saúde; com informações sobre a administração de medicamentos pela instituição, como é realizado o desfralde e se há projetos em relação à temáticas da saúde; Lista de documentos requeridos, tabela com uma lista de documentos e o quantos deste a instituição possui e disponibilizou para a equipe; Síntese, dividido em Destaque positivos (síntese das boas práticas realizadas pela instituição, que devem ser reforçadas) e Pontos de atenção (síntese do que está aquém das condições mínimas para execução dos trabalhos com as crianças, acompanhado do que deveria ser realizado para melhorar tais condições e/ou a razão da avaliação negativa). Um trabalho de muita responsabilidade e exercício crítico que resultou, ainda, em ações para sensibilizar as próprias instituições a refletirem sobre o controle de qualidade do serviço oferecido à população e o modelo de relatório desenvolvido vem sendo aplicado pelas próprias profissionais do NAT em outros procedimentos técnicos.



Intervenções comunitárias e em contextos educativos como espaço privilegiado na formação: as contribuições das práticas de estágios e os desafios para a transformação social

Autor: Rodrigo Toledo (USCS)

Alguns estudos em Psicologia Crítica demonstraram que, tradicionalmente, a Psicologia se constituiu como ciência e profissão comprometida com as elites, ao produzir concepções universalizantes e naturalizantes da subjetividade, sob uma orientação liberal e positivista. Ao afastar o homem de sua realidade social, o fenômeno psicológico tornou-se uma entidade abstrata, colaborando para transformar problemas sociais em problemas individuais. Constituiu-se, assim, uma psicologia que ignorava a realidade política e social das desigualdades. Na contramão dessa concepção, os estágios que propõem intervenções grupais e institucionais – Grupos e Comunidades e Psicologia Escolar – da Universidade Paulista (UNIP) veem buscando se comprometer com a transformação da realidade social, a partir de um permanente diálogo entre a formação e profissão. Em tempos em que a cultura contemporânea acena para o discurso em favor da luta pela manutenção da democracia e do respeito à diversidade, a compreensão da coexistência de diversas concepções de homem, mundo e sociedade e suas inter-relações faz-se necessária nos debates sobre a atuação e a formação em Psicologia. No estágio em Grupos e Comunidades o esforço têm sido promover uma releitura da atuação profissional, o que implica um reposicionamento teórico-metodológico para enfrentar os desafios políticos e práticos que se colocam aos estagiários e supervisores. Assim, privilegia-se práticas que contribuam para que novas formas de sociabilização possam se delinear; outras formas de vínculos e afetos que ultrapassem as restrições e violências instauradas pelas desigualdades estruturais encontradas no cotidiano da lógica neoliberal. No estágio em Psicologia Escolar temos buscado fortalecer o compromisso com a transformação da realidade escolar e social, a partir de um permanente diálogo com os campos críticos e progressistas da Psicologia da Educação. Dessa maneira, propõe-se a apresentar os esforços empregados em uma releitura da atuação profissional em Psicologia Escolar, o que implica um reposicionamento teórico-metodológico para enfrentar os desafios políticos e práticos que envolvem a formação nesta modalidade de estágio. Em ambos os estágios a atuação está organizada em três momentos: o primeiro momento é o da fundamentação dos aspectos teóricos que envolvem esse tipo de prática; o segundo momento é o reflexão sobre o campo e de todas as possibilidades de atuação no contexto de estudo e prática e por fim o terceiro momento é o da intervenção que contempla o planejamento, execução e avaliação da prática de estágio. Compreende-se que a prática do estágio, que exigem intervenções institucionais, ainda é necessário alguns enfrentamentos, como: discurso falacioso sobre “ideologia de gênero” e escola sem partido; as desigualdades de gênero; o racismo estrutural da nossa sociedade; a lgbtfobia; o estado teocrático para alcançar um estado realmente laico; os pensamentos e práticas ultraconservadoras e a pseudoneutralidade nas práticas profissionais. Um grande desafio é abandonar a segurança que temos em torno dos nossos saberes, das nossas linguagens, dos métodos que já possuímos, mas também daqueles que nos possuem. As psicólogas e as futuras psicólogas (estagiárias de Psicologia) tem sido chamadas à ocupar novos espaços e a desenvolver trabalhos e/ou atividades que até então eram pouco frequentes e que têm nos levado a pensar e a construir novas formas de “fazer” a psicologia. Entendo que o nosso principal compromisso está articulado com o reconhecimento e o zelo dos princípios fundamentais do nosso código de ética, cito dois deles: O princípio fundamental I – o psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a declaração universal dos direitos humanos e o princípio fundamental IV – o psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste código. Entendo que o nosso compromisso está articulado com a garantia incondicional e inegociável de superação das desigualdades. Algumas autoras (destaco Maria de Fátima Quintal Freitas) destacam que os aspectos instrumentais e metodológicos da ação ou da intervenção são importantes. Todavia, eles, por si só, não são suficientes para uma análise histórica e crítica a respeito do processo de inserção da psicóloga com compromisso à realidade brasileira. Entendo também que a visão de homem e de mundo, assumidas e vividas pelas profissionais, é o que se constitui como aspecto crucial na criação das possibilidades sobre o como estudar, pesquisar e/ou intervir na realidade. Entende-se como Bock (1999) que “assumir compromisso social em nossa ciência [Psicologia] é buscar estranhar o que hoje já parece familiar é não aceitar que as coisas são porque são, mas sempre duvidar e buscar novas respostas. Compromisso social é estranhar, é inquietar-se com a realidade e não aceitar as coisas como estão. É buscar saídas. É isto que parte de nossa cate-

goria profissional vem fazendo, o que é motivo de orgulho para todos nós”. Dito isso, entendemos que pensar a formação engajada de psicólogas implica, portanto, facilitar a compreensão dos fenômenos subjetivos como inalienáveis da realidade a qual pertencem. Implica, ainda, criar, dialogicamente com as comunidades e instituições educativas, dispositivos que agenciem as outras sociabilidades mencionadas.

O plantão psicológico na proteção social básica: potencialidades e desafios encontrados na prática

Autor: Marcossuel Gomes Acióles

Coautor: Lorena (CRAS) e Vanessa Carvalho (UNIVS)

O presente resultado aborda a implementação do projeto de Plantão Psicológico na proteção social básica, temática que inscreve no estudo das novas práticas no campo da atuação do profissional de Psicologia, considerando as necessidades contemporâneas e suas configurações no âmbito da atenção ao sofrimento psíquico do sujeito. O Plantão Psicológico trata-se de uma modalidade que se difere da prática tradicional do rol de Psicoterapias, nele o terapeuta se encontra de plantão, sem horário ou dia fixo, a disposição do sujeito que busca o serviço (SCORSOLINI-COMIN, 2014) sendo o objetivo do Plantão o acolhimento do sujeito, oferecendo um espaço de escuta, caracterizando como foco a sua experiência no centro de atendimento, não dando ênfase apenas na problemática e sua resolução, foge da lógica casual do atendimento nos consultórios e proporciona uma experiência inovadora de contato para o plantonista e de atendimento para o atendido (CHAVES; HENRIQUES, 2017). Tal configuração refere-se à percepção da importância na execução de novos mecanismos nas instituições de modo geral, que possa atender as necessidades emergenciais da sociedade. A Psicologia dentro deste enquadre social tem sido constantemente provocada a promover práticas e contribuições no campo da pesquisa que cooperem em sanar e/ou oportunize o sujeito a lidar de maneira saudável com as problemáticas que provocam impactos ao seu bem-estar de maneira geral. A pesquisa tem por objetivo apresentar a implementação da modalidade de Plantão Psicológico na Assistência Social Básica, especificamente da prática desempenhada no CRAS I – Maria de Fátima Soares, da cidade de Icó-CE, à medida que descreve os resultados alcançados através do exercício do plantão psicológico, explica os desafios encontrados no desempenhar da ação e promove reflexão acerca das práticas no âmbito da atenção social básica relativa às necessidades contemporâneas da atenção ao sofrimento. Sua metodologia corresponde a uma pesquisa exploratória, descritiva com abordagem qualitativa, sendo este um relato de experiência que conta com uma análise dos diários de campo que descreve a experiência com os participantes do Plantão Psicológico, residentes da cidade de Icó – CE, dos bairros que caracterizam a área de abrangência do lócus escolhido para o estudo. Foi possível identificar com os resultados nesse relato de experiência, o quão existe um perfil sócio demográfico dos aconselhados, sendo este eminentemente o público feminino. Straub (2013) menciona que as mulheres normalmente buscam recursos de enfrentamento no apoio social, estas estão culturalmente mais relacionadas com os laços sociais e sentem-se mais livres para falar sobre os seus problemas, enquanto os homens, geralmente, são encorajados a demonstrarem-se sempre independentes. Frente as queixas apresentadas pelas aconselhadas participantes da pesquisa, suas famílias se enquadram em um perfil de baixa renda, tendo em sua maioria a renda inferior a um salário mínimo, percebendo que, a principal fonte da renda o benefício ofertado pelo Programa Bolsa Família (PBF). Os serviços dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), corriqueiramente lidam com pessoas inseridas numa ótica de extrema pobreza, desigualdade social, precarização da qualidade de vida e preconceito, o que exige dos profissionais que compõem esse serviço uma articulação pautada na luta e efetivação de direitos da sociedade, elaborando uma análise cuidadosa comprometidos com o enfrentamento dessas questões sociais (LEÃO; OLIVEIRA; CARVALHO, 2014). Ainda percebemos que a queixa predominante das aconselhadas eram sintomas depressivos, porém, apenas uma destas já havia realizado acompanhamento do médico psiquiátrico e possuía o diagnóstico de depressão. As demais se autodiagnosticavam depressivas com base nos discursos populares e crenças próprias, não se apresentando indícios que se efetivassem esse quadro em relação com as demandas identificadas. Para isso é importante que se faça a compreensão inicial do que se configura como queixa e o que se configura como demanda. A queixa manifesta, primordialmente, está atribuída diretamente com as razões iniciais que fazem o sujeito buscar o atendimento, é o nomear dos sintomas na linguagem do paciente, enquanto as demandas identificadas relacionam-se diretamente não apenas com o desejo inicial da busca pelo tratamento, mas com os conteúdos latentes que estão intrinsecamente ligados a demanda de onde

se origina os sintomas (CESAR, 2017). Dentro da fala de todas as consulentes acompanhadas foi possível perceber que num contexto atual ou anterior uma significativa quantidade de consulentes atendidas já havia enfrentado episódios de violência. No que se refere a temática da violência, compreende-se que atualmente configuram-se diversas categorias para a classificação, podendo ser atribuída como: violência doméstica, que se caracteriza quando a agressão ocorre no âmbito familiar e engloba os mais diversos tipos de agressões e é, geralmente, cometida pelo parceiro, a violência psicológica, violência sexual, violência social e a violência patrimonial (ODALIA, 2017). Em linhas gerais, a aplicação do Plantão Psicológico potencializou os serviços já ofertados pelo CRAS I – Maria de Fátima Soares, aproximando a comunidade do equipamento, propiciando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o conhecimento de demandas comunitárias anteriormente desconhecidas, produzindo o acolhimento e escuta qualificada que é característica imprescindível do serviço, assim como produzir os direcionamentos necessários em casos que os vínculos já foram rompidos. Assim, esse trabalho se articula ao “GT20: Itinerários formativos e atuação nas políticas públicas para garantia de direitos: desafios do trabalho com sujeitos, grupos, instituições e comunidades”, dado sua possibilidade de diálogo e troca entre trabalhos que discutam experiências de formação e políticas públicas, no qual seja possível buscar uma formação comprometida ética e politicamente com os sujeitos e modos de pensar/fazer que contribuam para garantia de direitos e pela efetivação das políticas públicas em suas diferentes dimensões, em especial, na participação social. Ainda inclui nesta trama a subjetividade dos profissionais, demarcando a imersão afetiva, o trato com o sofrimento próprio e a possibilidade de exercer uma profissão de cuidado que exige não só reconhecer, mas também lidar com o sofrimento humano.

O território como um lugar de afetos e pertencimento: Articulando redes no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Novo Aarão Reis

Autor: Manu Marra e Márcia Mansur (PUC Minas)

O trabalho tem como objetivo relatar a experiência do Coletivo Articulando Redes, em parceria com o CRAS Novo Aarão Reis, desenvolvido de maio a agosto de 2019 em Belo Horizonte.

O Coletivo Articulando Redes é formado por psicólogas e estudantes do curso de psicologia da PUC Minas. Surgiu a partir da experiência da equipe em um projeto de extensão da PUC Minas, que construiu uma metodologia participativa de articulação em rede. Assim, criamos o Coletivo para, a partir dessa metodologia, desenvolver ações que contribuíssem para o desenvolvimento das políticas públicas a partir de uma articulação territorial e do fortalecimento de vínculos comunitários.

O CRAS é um equipamento da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS é materializado em um sistema unificado de financiamento público, com um modelo de gestão próprio, voltado para populações em situações de vulnerabilidades. A ideia é que o SUAS efetive a política da Assistência Social promulgada pela Constituição de 1988, que garante a assistência como uma política de direito e proteção social não-contributiva, de forma que alargue o acesso aos direitos sociais para aqueles que encontram-se em situações de maior vulnerabilidade.

Nosso objetivo enquanto coletivo era potencializar e desenvolver práticas coletivas e a construção de vínculos comunitários, buscar a promoção de afetos alimentadores, entender a dimensão política do afeto como um propulsor de mudanças, (retomando o conceito do filósofo Espinosa), a importância do território, como um lugar de afetos, pertencimento, participação e construção da autonomia em todo este processo. Pensando nesses pressupostos, foi possível desenhar uma metodologia de ação coletivas, que visem a garantia da proteção social, a articulação de redes e o convívio comunitário, fortalecimento de vínculos, e a gestão territorial do CRAS Novo Aarão Reis. Trabalhar no território é um grande desafio para o equipamento, tendo em vista seu tamanho e abrangência. Decidimos então trabalhar em microáreas, pensando no desenvolvimento de microredes territoriais para facilitar a gestão do território como um todo.

Nos propomos a executar o total de oito encontros onde realizamos oficinas e técnicas grupais para que o grupo passe a se entender enquanto grupo, e pudesse de forma coletiva planejar e desenvolver ações no território. Anterior a estes encontros, realizamos um mapeamento do território com os técnicos e coordenação do CRAS para entender mais sobre demandas, especificidades do local, sobre a inserção e a atuação do equipamento, os principais atores sociais. Então realizamos nosso processo de mobilização, onde nos inserimos no território e convidamos aqueles fundamentais para a realização do trabalho. Isso inclui moradores, lideranças, ONG's, equipamentos públicos e privados que estejam inseridos na comunidade.



O bairro Novo Aarão Reis possui uma diversidade de atores atuando no território, como Centro de Saúde, 3 entidades da rede socioassistencial, 2 escolas, creches, EMEI, Urbel e Defesa Civil, COPASA e o Movimento Deixem o Onça Beber Água limpa, que visa a requalificação socioambiental, econômica participativa do baixo Onça.

Nestas oito oficinas seguimos o processo metodológico que abrange 8 dimensões:

MAPEANDO POTENCIALIDADES => MOBILIZANDO AFETOS => ENTENDENDO DEMANDAS – O GRUPO => O TERRITÓRIO => TERRITÓRIO ARTICULADO => AÇÃO => COMEMORAÇÃO/AVALIAÇÃO => PRÓXIMOS PASSOS.

Além disso, entendemos que nestas 8 dimensões existe um processo grupal que também vai se construindo, ao longo das 8 oficinas:

EU => EU NO GRUPO => O GRUPO => O TERRITÓRIO => O GRUPO NO TERRITÓRIO => POTENCIALIDADES GRUPAIS => IDENTIDADES COLETIVAS => TERRITÓRIO EM REDE.

Passando por todas essas categorias ou esferas, temos como objetivo a formação de um grupo, que reconheça as identidades e histórias de cada um, que construa uma identidade coletiva, e a partir dela, crie ações comuns. Levando em consideração também suas divergências, e trabalhando com elas, criando um espaço de tomadas de decisões coletivas, escolhas, e buscando sobretudo aquilo que é comum a todas e todos e com o próprio território.

Nossa proposta é que este grupo produza alguma ação coletiva e transformadora que eles consideram relevante e importante, enfim, aquilo que o grupo, junto, decidir que é o melhor produto de todo o processo, nós nos habilitamos a transformar junto.

Utilizando-se de técnicas e ferramentas grupais, exploramos de atividades que promovam o reconhecimento das histórias individuais a partir da construção de uma linha do tempo do território e das pessoas nele inseridas, além do uso de mapas criados coletivamente para identificar os afetos e relações que se dão nestes locais. Além da própria articulação territorial que convida todos atores sociais que, de alguma forma, estão inseridos naquele contexto, seja por suas residências ou pela atuação enquanto política pública local a conversarem e agirem juntos naquele território.

Os encontros aconteceram quinzenalmente à tarde, horário determinado pela disponibilidade do CRAS e de pessoas que foram por ele convidadas para o processo. No primeiro encontro, foram convidados apenas os equipamentos. A proposta era do CRAS apresentar as competências e responsabilidades do equipamento dentro da política de assistência social, dentre uma delas a gestão territorial, que, mesmo estando descrita na política de assistência, deve ser feita em parceria com todos os outros equipamentos do território. Ao longo do encontro convidamos os equipamentos para participarem dessa gestão territorial com o CRAS, tendo em vista que o trabalho em rede é recomendado para todas as políticas. Com o convite aceito pelas participantes, fechamos este primeiro encontro pedindo que cada equipamento levasse pessoas da comunidade que estavam próximas do serviço, através de reuniões ou comissões, para o nosso próximo encontro.

No segundo dia, criamos uma Linha do Tempo que foi utilizada também até o último encontro, com as histórias das chegadas das pessoas no bairro, buscamos localizar os participantes na Linha do Tempo, nas histórias e nos afetos do território. Esta ferramenta foi muito rica para compreendermos a história do bairro, que completava 30 anos, e entender o envolvimento dos equipamentos e das pessoas com aquele espaço. Vale ressaltar que isso aconteceu pelo envolvimento e participação de mais moradores no encontro.

No terceiro encontro, já com muitos moradores e equipamentos, provavelmente resultado de uma mobilização realizada anterior ao encontro, num evento realizado na comunidade, tivemos a oportunidade de conversar sobre o território, as vulnerabilidades e as potencialidades que encontramos nele, além de estimular a criação de vínculos a partir de técnicas grupais. O grupo trazia demandas como união, geração de renda, atividades culturais, e ao mesmo tempo os equipamentos traziam demandas como geração de renda, vínculo no território, falta de mobilização dos moradores, ocupação irregular dos espaços públicos e hiperutilização do equipamento de saúde, devido à ausência de outras atividades no bairro para o público adulto/idoso. Nosso objetivo era entender a demanda dos moradores e equipamentos, e tentar articulá-las com os serviços disponíveis.

No quarto encontro, apresentamos um quadro com as demandas que haviam sido ditas até o momento, os serviços oferecidos e as potências e possibilidades que encontrávamos ali também. Ao longo do encontro, foi interessante ver como as demandas mais coletivas iam sendo pensadas a partir das potências e possibilidades que o bairro possuía. Como por exemplo, a criação de uma mostra cultural ou feira no bairro, demanda de equipamentos e outros moradores que estavam pensando de forma separada. A partir disso, fomos pensando como a mostra/feira poderia ser um espaço que provocaria união, atividades culturais, valorização para o bairro e para artesãos locais que poderiam expor seus talentos, possibilitando também a geração de renda.



A ideia dessa feira não nasceu no nosso encontro. Já havia um grupo de moradores que se encontravam à noite para discutirem a ação. Decidimos realizar os próximos encontros no turno da noite, devido a maior participação de famílias e usuários no horários. Com a ideia da feira já estabelecida, o quinto encontro teve o objetivo de entender melhor como seria essa mostra/feira. Buscamos responder três perguntas: o que imagino/espero? O que preciso/como fazer? E quem irá fazer? O sexto, sétimo e o oitavo encontros se focaram na articulação dos integrantes do grupo para fazer a feira acontecer. Nos distribuímos em comissões, coletivizando os trabalhos e planejando a realização da feira. O processo culminou na realização da feira, com 18 barracas de moradores locais exibindo seus produtos, com apoio do comércio. Ainda foi realizado o nono encontro, com o intuito de avaliar todo o processo que foi vivido, que foi visto pela maioria dos moradores como positivo.

A partir dos conceitos e concepções apresentadas, tentamos traçar um percurso teórico metodológico que considere os processos participativos que contribuam com a construção de autonomia, fortalecimento de vínculos e ações coletivas dentro do território. Acreditando que uma comunidade articulada é uma comunidade fortalecida.

Diante de um contexto carregado de opressões e violações de direitos como o que temos vivenciado no Brasil nos últimos anos, e que tem se agravado no que diz respeito às garantias dos direitos humanos e sociais, acreditamos que precisamos pensar e propor saídas coletivas. Estas precisam levar em conta a crença na capacidade do sujeito e das comunidades de construir saberes e percursos inovadores, que passem pela reflexão crítica das suas histórias, do seu pertencimento, dos seus afetos e vínculos, e pela capacidade de fortalecimento de potências criadoras.

Pela via da desrazão: Gestão Autônoma da Medicação (GAM) e o problema da formação em saúde mental na Atenção Básica

Autor: Everson Rach Vargas

Trata-se de uma pesquisa de doutorado em andamento. Ainda que reconhecida como ponto da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) desde 2011, a Atenção Básica (AB) segue apresentando uma certa dificuldade no acolhimento das demandas de saúde mental no território, a partir de seu trabalho. O que agora está sendo chamado de dificuldade - mas que poderemos encontrar de outros artifícios para nomear - diz respeito, antes, a um modo desses profissionais se colocarem no mundo. Digo, a insistência de certo modo de nos colocarmos no mundo. Ainda que as inúmeras regulamentações do SUS em torno da saúde mental sejam nítidas, como de costume, para que esses cuidados sejam desenvolvidos também pelas equipes de AB, não é desse plano que se trata. Mas, antes, a afirmação que de um modo de circulação dos afetos deriva um conjunto de práticas concretas que interferem, diretamente e inclusive, nas possibilidades de cuidado do sofrimento psíquico e que teriam a prerrogativa de ali estarem sendo desenvolvidas. Analisamos que esses entraves geram um conjunto de consequências, tais como: 1. uma hipermedicalização pelos serviços de AB. A consequência disso é de que onde deveria se ampliar a cobertura de cuidado, acaba se gerando uma ampliação de cobertura de prescrição medicamentosa no âmbito da saúde mental, antes de qualquer outra coisa. Na AB, percebe-se esse aspecto relacionado principalmente aos medicamentos benzodiazepínicos. A preocupação, nesses casos, está na correta prescrição. Como efeito, parece não haver espaço para que fosse discutido um projeto terapêutico que prevísse o desmame dessas medicações, mesmo para o caso de pessoas que já cronificaram o uso. A retirada da medicação após certo período de uso, mesmo sendo gradual, requer que se coloquem em jogo outras combinações e tecnologias de cuidado que implicariam em maior grau os profissionais, mais especificamente, uma maior exposição de seus corpos no cuidado. Poderíamos pensar que, justamente, esse seria um dos motivos para a prescrição precoce. Assim, desmamar parece não estar no universo das capacidades relacionadas à prescrição, sendo facilmente possível vislumbrar um uso irrestrito dessas medicações durante décadas, sem a devida avaliação dos seus efeitos ao longo da vida dessas pessoas. A retirada da medicação após certo período de uso, mesmo sendo gradual, requer que se coloquem em jogo outras combinações e tecnologias de cuidado que implicariam em maior grau os profissionais, mais especificamente, uma maior exposição de seus corpos no cuidado. Poderíamos pensar que, justamente, esse seria um dos motivos para a prescrição precoce. Assim, desmamar parece não estar no universo das capacidades relacionadas à prescrição, sendo facilmente possível vislumbrar um uso irrestrito dessas medicações durante décadas, sem a devida avaliação dos seus efeitos ao longo da vida dessas pessoas. Há outro caso que contribui para colocar em análise o funcionamento da SM na AB. É frequente o encaminhamento a profissionais e/ou serviços especializados em saú-

de mental dos casos que apresentem um sofrimento subjetivo/psíquico, sem um maior tempo para compreensão do mesmo. Esse mesmo vetor também faz com que os profissionais, das equipes mínimas, busquem encaminhar constantemente os usuários, que entendem estar em sofrimento, às equipes NASF, especialmente para os/as psicólogas/os e/ou outras áreas que entendem serem mais afins para uma escuta em saúde mental. Outra expressão desse funcionamento é o usuário que quando é acompanhado pelo CAPS, parece não ter suas outras necessidades de saúde reconhecidas pelas equipes de AB. Mas por quais condições históricas foi se constituindo esse cenário que agora se atualiza na AB? E incluindo essas condições, por quais diretrizes ético-estéticas e políticas poderíamos pensar uma formação profissional em saúde mental na AB? Identificar essas dificuldades é menos apontar as fragilidades do sistema de saúde pública do que pensar os desafios que temos pela frente para a consolidação do SUS. Ter como princípio a integralidade do cuidado nos impõe considerar a necessidade de tomar a saúde como expressão de uma subjetividade não compartimentalizável, complexa em sua dimensão bio-psico-social. Entendemos que há, nesse analisador, uma série de forças histórico-epistemológicas que entravam o estabelecimento de uma relação de cuidado possível do trabalho das equipes de Saúde da Família com o sujeito em sofrimento psíquico. Tais forças se encontram em nossa história ocidental dos modos como nos relacionamos com o que existe de desarrazoado em nós mesmo, que acarretou na segregação da loucura, como alternativa viável de nos afastarmos de nossa condição desterritorializante de existência; bem como o vetor especializante produzido a partir dessa história, remetendo, até hoje, o sofrimento psíquico ao conhecimento psi e, conseqüentemente, aos serviços especializados em saúde mental, subestimando o lugar do território das cidades e de outras alternativas nesse processo. A partir de uma breve contextualização, está posta a demanda para formulação de processos de formação a altura de tal problema. É a formação que nos coloca a possibilidade de descaminhar-se. Desinventar-se, antes de qualquer coisa. "Cada um sabe a dor e a delícia / De ser o que se é", enuncia Caetano Veloso; e o que se é, na perspectiva deste plano de formação, é tão somente uma atividade positiva que se caracteriza pelo desfazimento de si mesmo e, simultaneamente, de nossa história. A formação é o processo que tem a potência de perturbar a longa duração insistente de nossa história com a loucura. Uma formação que se dá a partir de nós mesmos, que nos distancia de nós mesmos, que nos devolve a nós mesmos. De algum modo, o plano do si mesmo sempre está em jogo nesse processo de formação. Ela, portanto, nos depara com a exigência de afirmar a necessidade de modular, microfisicamente, as políticas subjetivas maiores que nos atravessam. Justamente por essa razão é que colocarmos em análise nossa relação com a história, e as suas longas durações, é também colocarmos nossa própria constituição em análise. Retornamos ao princípio, ou seja, a acessar o plano por onde nos formamos: o plano da formação. A disponibilidade de abertura a esse plano nos instabiliza. Perdermos as coordenadas já estabelecidas como necessárias para viver, o que acabamos por experimentar como fragilidade de nossa existência. O que constantemente buscamos anestesiar. Ao mesmo tempo, criam-se condições de possibilidade para a dimensão desarrazoada da experiência, a mesma da qual fomos privados em nossa história conduzida pelo homem ocidental. A formação então percorre esse terreno que coloca, a nós mesmos, inevitavelmente em evidência. A pesquisa está sendo realizada com residentes multiprofissionais de saúde da família, a partir da implementação da Gestão Autônoma da Medicação (GAM) na rede de Atenção Básica do Rio de Janeiro. O Guia GAM é composto por uma sequência de questões/perguntas que têm por objetivo aumentar o coeficiente de participação dos usuários de medicamentos psicotrópicos no seu tratamento e cuidado, por meio tanto de uma maior compreensão dos efeitos dos psicofármacos em seu corpo quanto das redes sociais que constituem sua vida e têm relação com a sua saúde.

Políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres: problematizações na atuação em rede

Autor: maíra freitas barbosa

As políticas públicas de enfrentamento das violências contra as mulheres confrontam as profissionais da psicologia social com novos desafios: classicamente focada no âmbito do privado e da pessoalização das experiências de sofrimento como individuais, a psicologia vê-se tensionada pela prática a visibilizar que o pessoal é político e que as questões de gênero estão constantemente atravessadas por nossas lógicas sociais instituídas as quais tomam o homem, branco, cis, hetero, proprietário como modelo pretensamente universal para avaliar e compreender as condutas. Neste contexto, as práticas das psicólogas que integram as redes de proteção das mulheres precisam muitas vezes confrontarem-se com a necessidade de problematizar algumas lógicas que sustentam nossos modos



de governar nossas vidas tanto no âmbito do privado quanto do coletivo. Como macular as sacras fronteiras do privado que tanto impedem que as agressões físicas, psicológicas, patrimoniais, sexuais, morais se tornem objeto da rede formada para elidir estas, sem estabelecer novas violências pela tutela da especialista e/ou do Estado? Como promover a proteção e fortalecimento destas mulheres se na maioria das vezes suas experiências são silenciadas e invisibilizadas pelos regimes de subjetivação que naturalizam tais violações como parte de nossos costumes? Como exercitarmos uma escuta e cuidado que atentem para a sensibilização às violências vividas, sem despotencializar o campo de ação destas mulheres ao se descobrirem vítimas há anos ou até mesmo décadas? Este trabalho problematiza as práticas micropolíticas da psicologia social no contexto da rede de enfrentamento das violências contra as mulheres, em especial as que colocam em questão o regime do doméstico (que regula nossos cotidianos urbanos nas cidades contemporâneas) e as que deslocam o regime de sensibilidades vigente permitindo a experiência da violência e, portanto, da resistência onde antes jazia a naturalização dos costumes de opressão às mulheres. serviços e projetos como Centros de Referência para Mulheres Vítimas de Violências, Mulheres da Paz, Patrulha Maria da Penha, entre outras ações, problematizam em suas práticas as fronteiras que cindem as sociabilidades cidadinas entre aspectos políticos-públicos e privados-domésticos, operando a paradoxalização destas cisões especialmente através da constituição de redes formais e informais que atravessam estes espaços e rompem com o usual esvaziamento político do doméstico. Do mesmo modo, tais práticas problematizam nossas delimitações dos limites entre o aceitável e o inaceitável, entre violência e padrões de costumes, ao colocar em questão rotinas opressoras costumeiramente vividas pelas mulheres em nossa sociedade, levando em conta que a maioria das ocorrências que se tem registro é perpetrada por parceiros íntimos, sendo que 71,9% das violências não letais contra mulheres ocorrem nas residências, (WAISELFISZ, 2015) torna-se urgente trabalhar estes padrões constituintes destas relações íntimas, domésticas. Assim como as teorias feministas nos permitiram conceber que o privado é político e questionaram costumes estabelecidos, visibilizando que as relações domésticas fazem parte dos sistemas de dominação modernos, as políticas públicas acima referidas promovem práticas que acontecimentalizam nossos sistemas de aceitabilidade de modo a percebermos o equívoco de máximas populares como “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Por isso, se pode pensar a partir do que o documento do Ministério da Saúde aborda

[...] enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, na grande parte das vezes praticado por seus companheiros e familiares. A violência contra as mulheres em todas as suas formas (doméstica, psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres) é um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, regiões, estados civis, escolaridade ou raças. (BRASIL, 2011, p. 12)

A prática cotidiana da psicóloga social nos serviços especializados de atenção às mulheres apresenta-se como exercício na tentativa de possibilitar a visibilidade de violências e agressões muitas vezes consideradas atos de ‘cuidado’, ‘amor’ e ciúmes’, ou ainda, com maior gravidade, tornar agredidas e sua rede de apoio sensíveis a casos de tentativa de feminicídio tratados como meros ‘lapsos passionais’. Tal labor crítico exige um constante exercício ético por parte da profissional, constantemente questionando-se sobre os efeitos de suas intervenções para a própria assistida, para seus familiares, para rede ou a sociedade como um todo. Assim, torna-se desafiador para quem trabalha com mulheres vítimas de violência que estas tenham o acesso e a garantia a direitos conquistados. Ao se compreender a violência contra mulheres como um fenômeno e não como fato isolado ou de cunho privado, se entende que esta realidade faz parte de um contexto social de relações desiguais de gênero e que se dá

[...] como forma de reprodução do controle do corpo feminino e das mulheres numa sociedade sexista e patriarcal. As desigualdades de gênero têm, assim, na violência contra as mulheres sua expressão máxima que, por sua vez, deve ser compreendida como uma violação dos direitos humanos das mulheres. (BRASIL, 2007, p.8)

Mostra-se igualmente um desafio problematizar questões relacionadas a estes temas/vidas na rede de serviços de forma geral no intuito da superação das rotas críticas no acesso aos serviços que insistem em naturalizar violências ou revitimizar usuárias agredidas que buscam auxílio. Também poderemos perceber no presente trabalho, tanto a valorização, quanto a estigmatização dos serviços especializados no combate à violência contra as mulheres por suas práticas e atuação na rede em defesa das usuárias atendidas. Desta forma, este trabalho pretende problematizar tais questões inerentes ao exercício ético da profissional da psicologia social inserida nesta rede de práticas a partir de fragmentos narrativos que visibilizam tais questões nos cotidianos de diferentes serviços da rede de combate à violência contra as mulheres. A partir de casos concretos, acolhidos e acompanhados no serviço



especializado no atendimento a mulheres em situação de violência e em outros da rede do município – da rede de enfrentamento às violências, da assistência social, da saúde, judiciário, habitação, educação, etc – e, por vezes de outros municípios, pretende-se pensar as práticas profissionais cotidianas, a atuação em rede, as rotas críticas percorridas pelas mulheres em situação de violência e as complexidades que se apresentam a partir do passo inicial de busca de rompimento das situações de violência.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Brasília, DF. 2007. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/ouvidoria-da-mulher/pacto-nacional/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf>

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. 2011. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>

WAISELFISZ, Julio J.. Mapa da Violência 2015 - Homicídio de Mulheres no Brasil. Flacso Brasil. 2015.

Relato de experiência: estágio de Psicologia Social Comunitária na Atenção Básica de Saúde-NASF

Autor: Charles Dias Josefa Dias da Si (UNIFESP)

Introdução

O curso de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista - possui no projeto político-pedagógico do curso (PPC) uma proposta que contempla a concepção da Psicologia como uma área de saberes e fazeres múltiplos que estão em constante transformação. Deste modo, a formação destes futuros profissionais está assentada na perspectiva da implicação dos sujeitos, na produção de conhecimento comprometido ético-politicamente e na produção e transformação das realidades em que se inserem estes saberes e práticas. Sendo assim, o percurso formativo em Psicologia está fortemente empenhado com o processo de construção de uma sociedade mais igualitária em que as potências sejam reconhecidas e trabalhadas na intenção de provocar transformações. Alinhado a esta concepção de uma Psicologia comprometida com a realidade social e com um fazer psicológico que considere contextos de vida atravessados por dimensões sócio-históricas complexas, os estudantes realizam diferentes inserções nos territórios compreendidos pelo campus (Santos, São Vicente). Neste ínterim, escolhemos trazer à tona neste trabalho as concepções, forças e formas que contribuem para o raciocínio dos estudantes que realizam estágio no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) que estão articuladas com os propósitos da Psicologia Social Comunitária.

Objetivo

Entre o escopo de ações realizadas pelos estagiários do curso de psicologia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), no campo de Psicologia Social e Comunitária que leva o nome de "Atuação do Psicólogo na Atenção Básica de Saúde - NASF", estão o apoio às equipes da Estratégia da Saúde da Família (ESF), buscando a garantia de direitos e a humanização dos cuidados prestados pelas equipes que compõe a ESF. Esse trabalho de apoio se respalda pela construção de autonomia e pelo fortalecimento dos sujeitos e dos grupos que estão no território.

Relação com o GT

A partir da experiência de estágio profissionalizante de um ano com intensa inserção no território dos Morros de Santos, território marcado pela exclusão, vulnerabilidade socioeconômica e por práticas assistencialistas, discutimos: a) a dimensão ético-política da psicologia dentro da política pública do NASF que, concomitantemente à demanda pelo saber técnico e atuação ambulatorial, cria pontos de resistência e sustenta a construção horizontal dos saberes, pautando a prática no apoio matricial e na articulação da rede; b) a experiência da formação em psicologia, dentro de um núcleo interdisciplinar, implicada na implementação e realização do SUS com as questões de Saúde Mental e sofrimento sócio-histórico-político.

A prática da psicologia social comunitária, inserida em equipes interdisciplinares como apoiadora das USFs, esbarra em estereótipos e em saberes/fazeres normativos e reducionistas, não só dos profissionais acerca das condições de vida da população, como também das expectativas dos usuários desses serviços de saúde em cima de uma prática médico-assistencialista. A constante avaliação e autocrítica em relação ao próprio trabalho da equipe



NASF, no sentido do compromisso ético-político com o cuidado implicado socialmente, e a abertura para o apoio matricial às ESF permite o fortalecimento das ações da Atenção Básica no sentido da promoção da saúde, e têm na prática da psicologia a desnaturalização dos processos decorrentes da desigualdade e injustiças sociais, e a valorização da abertura ao afeto e criação de vínculos na prática do cuidado.

Orientação teórica

Embasados pelo referencial teórico vindo do Ministério da Saúde e de autores que pensam a questão da atuação do psicólogo na Atenção Básica de Saúde, as ações realizadas com o intuito da promoção de saúde surgem a partir do empoderamento da comunidade e os atores que estão nela, para que esses atuem na melhoria da sua qualidade de vida e de saúde (Brasil, 2006).

O programa Estratégia Saúde da Família com ações dentro do território possibilita colocar o cuidado mais próximo da comunidade, o psicólogo em conjunto com toda a equipe interprofissional desenvolve um olhar sensível para as famílias e a comunidade em que estão inseridas o que leva a novas formas de cuidado possibilitando melhoria de vida naquele território(Romagnoli, 2006).

Romagnoli, R.C. (2006). A formação dos psicólogos e a saúde pública. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 1(2), 1-15.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde.(2006). Política Nacional de promoção da saúde. Brasília.

Método

Diante da proposta colocada para o estágio de Psicologia na Atenção Básica, realizam-se atividades dentro da perspectiva de trabalho do profissional psicólogo no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Assim, as ações ocorrem em conjunto com uma equipe multidisciplinar que possui atribuições pautadas no suporte nas dimensões técnico-pedagógica e clínico-assistencial das equipes de saúde acompanhadas. Todas as ações são pactuadas a partir da articulação entre a equipe NASF, as equipes das Unidades de Saúde da Família (USF) e a população assistida. Dessa maneira, há participação dos estagiários nas reuniões de equipe, reuniões de rede, reuniões de matriciamento e do conselho local do bairro; nos processos de educação permanente junto às equipes de saúde; nas visitas domiciliares; nos atendimentos individuais e nos grupos, e nos acompanhamentos terapêuticos.

Resultados

As ações realizadas no território onde os estagiários estão inseridos têm oferecido contribuições para as equipes no sentido de conhecer o papel da psicologia atuando na Atenção Básica de Saúde, na conscientização dos profissionais envolvidos acerca do conhecimento das dimensões psicossociais e afetivas no fortalecimento da comunidade, dos grupos e sujeitos em busca pela autonomia e garantia de direitos dos mesmos. Além de contribuir com o percurso formativo de profissionais engajados com transformações sociais e com o compromisso ético-político de um fazer inserido na Saúde Pública respeitando os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Conclusões

No atual cenário de desmonte das políticas públicas do SUS, e das próprias universidades federais, consideramos que esta experiência vivida durante a formação em psicologia na UNIFESP foi capaz de produzir e configurar em nós, enquanto futuros profissionais, consciências implicadas com a humanização do cuidado. Portanto, sensibilizadas diante aos territórios em que as ações do estágio de psicologia são desenvolvidas, além de críticas em relação aos saberes/fazer, apostando, de tal modo, em processos de trabalho que valorizem o sujeito e o território.

A perspectiva da clínica ampliada, adotada como referência para este estágio, opera em um contraponto com as formações tradicionais em psicologia que apostam e investem sobremaneira em itinerários formativos baseados em clínicas individualizantes e descontextualizadas dos âmbitos sociopolíticos e territoriais dos sujeitos. Sendo assim, é balizante para o trabalho dos estagiários juntamente com o NASF e as ESF.

Por fim, tal perspectiva está permeada pela garantia de direitos, reconhecimento de potências e por uma busca pela autonomia e cidadania da população atendida. Isso a partir da construção de conhecimentos interdisciplinares através do apoio matricial e da educação permanente. Portanto, caracterizando-se como uma oposição à lógica saúde/doença, à hierarquização e à verticalização das funções dos profissionais de saúde, constituindo uma aposta direcionada a uma forma de cuidar que esteja atrelada e comprometida ética e sociopoliticamente com a realidade dos municípios em seus territórios de existência e de convivência.



Uma experiência de estágio numa unidade de acolhimento para usuários de drogas

Autor: Ícaro (Centro Acad. Vale do Salgado)

Coautor: Marcossuel Gomes Acioles e Welison Sousa (UFRN)

Este trabalho busca discutir uma experiência de estágio em Psicologia numa Unidade de Acolhimento ao Adulto – UAA, extensão do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD, de uma cidade do interior do Ceará. Tal experiência se constituiu a partir da Psicologia Social como uma forma de produção e implicação com/por uma prática e formação comprometida com a transformação social e com a produção de sujeitos autônomos e protagonistas, bem como, pela construção de um processo formativo e de produção coletiva de conhecimento no qual envolve estudantes, professores, usuários e profissionais do serviço. Para tal, utilizamos ferramentas como rodas de conversas e uso do diário de campo, no qual não se trata apenas do registro ou descrição das ações, mas sim, de um processo de experimentação, análise e tensionamento da experiência e dos afetos decorrentes de tal. Utilizamos ainda da versão de sentido e de supervisões para desenvolver o planejamento e a metodologia, além de servir como acolhimento das demandas produzidas no e pelo estágio. As ações do estágio foram construídas a partir de um levantamento de necessidades realizadas em estágio anterior, e a principal demanda apontada pelos usuários do serviço e pelos profissionais foi a questão da ociosidade, assim, o grupo de estágio, formado por 10 acadêmicos de Psicologia do 5º semestre e dois professores (um preceptor que acompanhava os alunos no serviço e outro que realizava as supervisões) iniciaram a construção de um projeto de intervenção que se desdobrou em diversas atividades no CAPS-ad da cidade de Icó-CE, no qual todas tinham como eixo norteador a redução de danos, dado sua ênfase em processos de negociação e na produção de práticas de cuidado junto aos usuários e não impostas aos mesmos, assim como, seu foco na produção de vida e de sujeitos. Dentre as atividades, gostaríamos de relatar e discutir especificamente uma, a atividade de confecção de origamis, que se constitui como técnica, mas também é entendido como produto de tal. Assim, trata-se da “arte de dobrar papel”, e foi pensada para nossa intervenção pelo potencial artístico, mas também como forma de aproximação e objeto disparador de diálogos entre e com os usuários, no qual o foco maior não era a produção do origami, mas sim, a produção subjetiva decorrente desse encontro, que era permeado pelas histórias de vida dos usuários do serviço, dos estudantes, e o processo de troca que acontecia entre uma dobradura e outra. Aos alunos, cabia o papel de questionar toda e qualquer forma de hierarquização que pudesse atravessar os diálogos como forma de opressão, enquanto que aos usuários cabiam se disponibilizar aos processos de troca que acontecia, saindo de uma posição de passividade tão reforçada e produzida pelo modelo manicomial, que infelizmente ainda se mantém em muitas instituições de saúde mental. Ademais, essa atividade serviu na produção e desenvolvimento da autonomia, acolhimento e confiança entre os diversos atores envolvidos, como também para explorar potencialidades. Essa intervenção se desdobrou de forma potente, na produção de subjetivação, pelos encontros que possibilitou e pelo processo de desconstrução de modos de intervir e pensar sobre esses usuários baseadas no paradigma da abstinência em seus eixos psiquiátrico, jurídico e religioso, que pautam axiomas moralistas e que impõem ações que não consideram os sujeitos, em seus modos de ser e viver, e não abre possibilidades de construção coletiva do cuidado em saúde, com foco nas necessidades e projetos de vida dos sujeitos. É importante ainda pensar que o origami em sua perspectiva artística e sensível, abriu possibilidades de diálogos que se constituem como investimento na reinserção social e nos desafios deste. Muitos usuários relataram do “abandono familiar”, e da falta de horizontes de futuro, já que alguns estão no serviço há muitos meses, sem terem a certeza se irão voltar pra casa, ou se serão aceitos por seus familiares. Percebemos também durante as intervenções em questão, o quão o serviço se apresenta de forma sucateada, seja pela falta de materiais ou profissionais, e todo um processo de negligência, que é marca do modelo manicomial, que afeta profissionais e usuários, e que também nos afetou, de modo a entendermos o desafio e necessidade da dimensão ético-política na formação e prática da Psicologia, no qual sejam priorizados os encontros, as trocas e os processos de construção do conhecimento de modos colaborativos, assim como, do compromisso com práticas que garantam direitos aos sujeitos. Sendo assim, esse trabalho se articula ao “GT20: Itinerários formativos e atuação nas políticas públicas para garantia de direitos: desafios do trabalho com sujeitos, grupos, instituições e comunidades”, dado sua possibilidade de diálogo e troca entre trabalhos que discutam experiências de formação e políticas públicas, no qual seja possível buscar uma formação comprometida ética e politicamente com os sujeitos e modos de pensar/fazer que contribuam para garantia de direitos e pela efetivação das políticas públicas em suas diferentes dimensões, em especial, na participação social. Ressaltamos ainda, a importância de práticas construtoras e pautadas na redução de danos, dado os diversos retrocessos que estamos

vivenciando no âmbito da saúde mental e da política sobre o uso de substâncias psicoativas. É preciso construir coletivamente ações de resistência e enfrentamento dessas políticas que promovem estigma e morte, fatos já conhecidos na história da saúde mental.

GT21: Juvenicídio na América Latina

A legitimação de políticas de exceção em favelas e o seu efeito na letalidade violenta contra crianças e adolescentes no cidade do Rio de Janeiro

Autor: Laíza da Silva Sardinha (UFRJ)

Coautor: Roberta Brasilino

O presente trabalho se propõe a evidenciar a existência de políticas de exceção em curso no estado do Rio de Janeiro, legitimadas por meio do discurso hegemônico que se produz a respeito da regulação das relações sociais em favelas por grupos civis armados e ao comércio varejista de drogas nesses espaços. Para isso, coloca-se em análise a produção que se faz das favelas, desde o seu surgimento, como espaços propensos à criminalidade e o efeito disso na violência letal contra crianças e adolescentes moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o Instituto de Segurança Pública (ISP), houve, no estado do Rio de Janeiro, um expressivo agravamento no que se refere à letalidade violenta dirigida às crianças e aos adolescentes na última década. Sendo a violência letal compreendida a partir das grandes causas de mortes violentas intencionais (homicídio doloso, homicídio decorrente de intervenção policial, lesão corporal seguida de morte e latrocínio), destaca-se, aqui, o aumento da letalidade observada recentemente nas intervenções por agentes do Estado. Ao observar a comparação entre a série histórica de homicídio decorrente de intervenção policial por faixa etária, conclui-se que o crescimento mais acentuado se deu para as vítimas adolescentes. Apesar da diminuição observada para o homicídio doloso, com queda de 25% em julho de 2019 comparado ao mesmo período em 2018, o mesmo não pode ser observado quanto às mortes provocadas por agentes do Estado. De janeiro a julho de 2019, foram registrados 1075 óbitos por intervenção de agentes do Estado contra 899 no mesmo período em 2018. Ao fazer uma breve análise dos dados, fica evidente a associação entre cor e território de moradia dos adolescentes quanto ao risco da violência, tendo em vista que a ocorrência de incidência da letalidade violenta não se dá de maneira homogênea entre adolescentes brancos e negros e entre os diferentes espaços da cidade. Não se pretende, com este trabalho, falar das mortes expressas em números, visto que eles não dão conta de expor a complexidade e o valor da vida. Ao contrário, são pensadas as vidas adolescentes, cujas existências não cabem em conceitos homogeneizadores sobre o que se supõe ser adolescente. Publicado em 2018 pelo Instituto de Segurança Pública, O Dossiê Criança e Adolescente ressalta a espacialização da letalidade violenta de crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro como um dos aspectos mais relevantes da análise sobre o tema. Apresenta, assim, a vitimização letal desse grupo como um dos principais efeitos nocivos das relações de poder observadas sobre os espaços "controlados ilegalmente". O estudo chega à conclusão de que as relações entre letalidade violenta e poder sobre o espaço se mostram evidentes nos casos letais contra crianças e adolescentes em 2017, chamado atenção para as áreas em que há controle "ilegal" do território por parte de "grupos criminosos". No entanto, o presente trabalho não seguirá pela via da dicotomização sugerida pelos termos "ilegal" e "criminosos", tendo em vista a perspectiva seletiva e criminalizante ao que se vive nas favelas em relação aos demais espaços da cidade. A análise que se faz das favelas como espaços "controlados ilegalmente" por "criminosos", associando a influência do "controle ilegal" do território ao agravamento da letalidade violenta, resulta em interpretações problemáticas. Ao reduzir um cenário histórico complexo a mecanismos dicotomizados, invisibiliza-se os processos por detrás das demais relações de poder estabelecidas no território favelado. Desde o surgimento daquela que chamou a atenção das mídias como a primeira favela do Rio de Janeiro, o Morro da Favella, o termo favela passou a ser associado à criminalidade e à carência, assumindo caráter pejorativo. Assim, as concepções criminalizantes sobre a favela passam a servir de sustentação para as ações violadoras de direitos em tais espaços, invisibilizando a luta pelo direito à moradia historicamente negado à população negra e pobre da cidade. Isso porque as concepções hegemônicas sobre os territórios favelados, representados como espaços violentos constituídos em oposição às regras formais, visam a legitimação social das políticas de exceção

no território das favelas e, conseqüentemente, a manutenção de privilégios de grupos hegemônicos. Destaca-se aqui, políticas de exceção no lugar de “território de exceção”, por entender que este último, principalmente quando associado à favela, estaria reafirmando a existência de territórios cuja essência configura exceção. Em oposição, afirma-se a existência de políticas de exceção enquanto instrumentos formais de violação de direitos direcionado à população que reside nas favelas. Ao inverter a lógica da exceção como algo que emerge das favelas para algo que é historicamente produzido e institucionalizado pela práticas estatais contra a população favelada, a política de exceção evidencia a forma como têm operado as políticas de Estado em geral, não apenas as políticas de segurança pública. Nesse sentido, percebe-se que a operação de políticas de exceção não se restringe ao campo das normas jurídicas, podendo ser amplamente verificada nos mais variados discursos. Assim, enquanto as normas jurídicas permeiam os processos de incriminação, resultado do rompimento com uma determinada norma penal, os discursos também emergem enquanto poderosas ferramentas que fazem operar processos de criminalização ao definir as maneira hegemônicas de ser e estar no mundo. Ambos os processos, que se entrecruzam constantemente, fazem emergir os indivíduos considerados indesejados, para quem serão direcionadas as políticas de exceção. Além disso, evidenciam o racismo enquanto dispositivo de poder que estrutura as relações sociais. Quanto ao território favelado, a compreensão de que a violência observada na cidade tem origem nas favelas é justificada a partir do papel que vem sendo conferido às atividades do comércio varejista de drogas e à regulação das relações sociais nas favelas. Nesse sentido, a escolha por um crime e por um tipo de violência a serem prioritariamente combatidos por agentes do Estado, produz-se e naturaliza-se, psicossocialmente, a ideia não apenas de que favela é só violência, mas também de que violência é só favela. Assim, o comércio varejista de drogas nas favelas é escolhido como sendo o crime e, por outro lado, a violência praticada por grupos civis armados do território, como o tipo de violência. Embora o comércio de psicoativos ilícitos no varejo não seja exclusividade das favelas e o uso da violência não seja praticado exclusivamente pelos grupos civis armados que atuam nesses espaços, a seletividade opera, aqui, à serviço do genocídio da população negra e favelada por meio de políticas de exceção concebidas para as favelas do Estado do Rio de Janeiro. Em função disso, percebe-se o caráter belicista por meio do qual a segurança pública se expressa nas favelas, sendo em “defesa da segurança” do restante da população que operam as mais variadas violações de direitos contra a população negra e favelada. Por fim, é importante destacar que a morte de crianças e adolescentes favelados ocasionada pela violência letal apresenta-se, muitas vezes, como a consequência mais perversa das políticas de exceção e, em função disso, a mais evidente. No entanto, ela é apenas um dos efeitos de tais políticas. Muito antes da violação do direito à vida, quando concretizada, as políticas de exceção operam nos mais diversos âmbitos da vida nas favelas. Viola-se também o direito à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, direitos que, de acordo com o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), deveriam se assegurados com absoluta prioridade também pelo poder público. Apesar disso, tais direitos, mesmo quando promovidos, frequentemente se dão de forma subordinada à “segurança”. Isso significa, que no lugar de sujeitos de direitos, crianças e adolescentes favelados são constantemente compreendidos enquanto objetos de intervenções que buscam a “prevenção da criminalidade”, entendida como inerente à realidade que vivenciam nas favelas.

Análise da Percepção da Abordagem do Suicídio na Série 13 Reasons Why

Autor: Edson Sabadin (UCP)

Coautor: Cristiane Moreira da Silva (UCP), Pâmela (UCP), Sylvio Pecoraro Júnior, Marilene de Oliveira (UCP), Francyne Andrade (Universidade Católica de Petró) e Isabela Gomes

13 Reasons Why é uma série produzida pela Netflix tendo todos os seus episódios da primeira temporada lançados no dia 31 de março de 2017, foi inspirada e adaptada do livro de Jay Asher, cujo nome é o mesmo da adaptação. A série conta a história de uma adolescente chamada Hannah Baker, que comete suicídio e deixa treze fitas cassetes com gravações de áudios de sua própria autoria, cada uma dessas fitas cassete corresponde a uma história que envolve determinado personagem da trama em quem Hannah deposita parte da culpa pelo ato que cometeu.

A primeira temporada foi a série mais comentada no Twitter no ano de 2017 com um total de 11 milhões de tweets desde o seu lançamento. Outro dado que corrobora o impacto da série foi a repercussão da mesma em nossas práticas profissionais: adolescentes e mães comentavam sobre a série em nossas práticas de psicologia clínica



relatando questões semelhantes aos temas abordados em suas vidas pessoais. A repercussão disparou eventos acadêmicos em diferentes instituições de Ensino com ampla participação. As escolas também investiram nas discussões por demandas dos estudantes.

A repercussão midiática também foi além do usual. Muitas matérias em sites e portais de notícias alertando acerca dos perigos proporcionados pela exibição da série.

Se algumas pessoas entendem que a série é importante por discutir temas que são tabus em nossa sociedade como o suicídio; outras dizem que a série poderia influenciar pessoas que passam por problemas semelhantes ao da protagonista a cometerem suicídio; muitas críticas tecidas a série discutem uma cena em específica na qual Hannah comete suicídio em uma banheira cortando os seus pulsos, não há nenhum tipo de censura nessa gravação e o ato é apresentado de forma explícita.

Essas discussões, problemáticas e controversias sobre se devemos abordar ou não o suicídio na mídia não são novas. A obra "Os sofrimentos do jovem Werther", de Goethe, publicada em 1774, ficou conhecida por supostamente ter incitado uma onda de suicídios na Europa. Apesar de não haver dados sistemáticos sobre os efeitos dessa publicação, a obra foi acusada de estimular suicídios por ter romantizado o assunto, descrito as motivações e o método utilizado pelo personagem principal para cometer suicídio – características que também estão presentes no suicídio de Hannah. Desde então, entende-se por "efeito werther" a ideia de que a divulgação de casos de suicídio na mídia ou em obras de ficção pode estimular suicídios subsequentes. A preocupação de muitos especialistas é de que 13 Reasons Why cause o famoso efeito werther.

Diante de opiniões e resultados controversos, o presente estudo buscou responder o seguinte problema de pesquisa: o que pensam profissionais da educação, da saúde mental e da comunicação social sobre as orientações do documento "Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia" e sobre a maneira como a série 13 Reasons Why abordou o suicídio? Para tanto, realizamos uma pesquisa de levantamento do tipo survey fazendo uso de um questionário on-line elaborado pelos pesquisadores.

Esta pesquisa teve como objetivo principal identificar se esses profissionais consideram adequadas as orientações da OMS sobre como a mídia deve abordar o suicídio e se consideram adequada a maneira como a temática foi abordada pela série 13 Reasons Why, considerando as aparentes incompatibilidades entre o conteúdo do manual e o conteúdo da série. Além disso, buscou-se verificar o que esses profissionais pensam sobre a necessidade de uma atualização do manual, publicado em 2000, e mapear as repercussões do lançamento da série em suas práticas profissionais.

Participaram do estudo 173 profissionais das três áreas citadas, que responderam ao questionário on-line com questões sociodemográficas, questões relativas ao conteúdo da série, ao impacto em suas práticas profissionais e ao conteúdo do manual da OMS.

O perfil dos entrevistados se constituiu da seguinte maneira: 77% dos que responderam o questionário são mulheres. 34% estão na faixa etária dos 26 aos 35 anos. 92% das pessoas são do Rio de Janeiro, das quais 69% residem na cidade de Petrópolis. Sobre a área de atuação dos profissionais que responderam ao questionário verificou-se que 57% são da área de saúde mental, enquanto 30% e 13% são da educação e comunicação respectivamente.

Poucos profissionais conhecem o documento organizado pela OMS. Curiosamente nota-se que dentre esses poucos profissionais os da área de saúde mental são os que mais conhecem 26% (dos 99 que responderam o questionário, 26 afirmaram conhecer), seguidos dos profissionais de comunicação com 17% (dos 23 que responderam, 4 conhecem), e por último os profissionais de educação com 9% (dos 51 que responderam, 5 conhecem). Curioso uma vez que o manual foi desenvolvido tendo em vista como público alvo os profissionais de comunicação, como indicado em seu próprio título.

Observa-se que a maior parte dos profissionais estão de acordo com as orientações do documento produzido pela OMS. A questão que causou mais discordância diz respeito a apresentação apenas de dados relevantes, em páginas internas de veículos impressos. Uma vez que 97% das pessoas pensam que a mídia deve falar sobre o suicídio, de maneira adequada e zelosa, como verificado no gráfico 5, é possível que tenha existido discordância maior nessa questão exatamente por elas pensarem que o assunto não deva ser tratado de forma resumida e que há necessidade de um debate mais aberto.

A maior parte das pessoas que responderam ao questionário concordam com as orientações sobre o que não fazer ao noticiar casos de suicídio. A questão que tem um pouco mais de não concordância ou não opinião é a que orienta os meios de comunicação a não fornecerem explicações simplistas para o caso.



Verifica-se que grande parte dos entrevistados não possuem opinião sobre o manual, o que pode refletir o desconhecimento do mesmo, cabe ressaltar que incluímos um link para o manual logo depois da pergunta incluída no gráfico 6. Apesar da concordância com as orientações contidas no Manual, tanto no que tange as orientações sobre o que deve ser feito, como no que diz respeito as orientações sobre o que deve ser evitado ao publicar casos de suicídio em meios de comunicação, há um percentual grande dos entrevistados que acreditam que o documento produzido pela OMS precisa ser atualizado (26%), enquanto 39% dessas pessoas pensam que ele é adequado para a temática.

Concluímos que a repercussão da série provocou debates acadêmicos e sociais importantes ampliando a divulgação dos riscos e disseminando informações de entidades que oferecem assistência o que ocasionou aumento efetivo de busca pelos serviços de ajuda. Os resultados indicam a necessidade de abordagem da temática suicídio nas mídias considerando as orientações do Manual da OMS. Tomando como evidência o impacto e a repercussão em escolas, consultórios e redes sociais, a abordagem pouco criteriosa pode aumentar os riscos de ideação ou casos de suicídio consumado.

A maioria dos entrevistados desconhecem o Manual indicando a importância de sua divulgação, estudos e discussão do conteúdo. Até mesmo para profissionais cujas áreas de estudos não sejam a comunicação, pois profissionais de saúde mental são frequentemente convocados por diversos meios de comunicação para comentarem casos que envolvem suicídio. Profissionais de educação também podem usufruir do manual, tendo em vista que eles relataram a repercussão da série nas escolas, salas de aula e debates entre os alunos sobre essa temática, conhecer o manual pode oferecer ferramentas iniciais para tratar desses assuntos com seus educandos.

É indispensável manter diferentes canais de diálogos sempre abertos, facilitando assim o reconhecimento de situações potencialmente frágeis e o acolhimento de quem possa precisar ser ouvido. Esta pesquisa é relevante para promover o avanço do conhecimento sobre como as mídias podem ser utilizadas como espaço de prevenção em saúde mental.

No final do nosso questionário pedimos os emails das pessoas para possíveis entrevistas. Futuramente pode ser interessante entrar em contato com algumas dessas pessoas para entrevistas qualitativas que visem responder outras questões que emergiram durante a análise dos dados colhidos. Por exemplo: A esmagadora maioria das pessoas concordam com as orientações do manual, contudo boa parcela (26%) pensam que ele deve ser atualizado. Entrevistar essas pessoas pode ser interessante para descobrir o motivo dessa aparente incompatibilidade.

Juventudes e direito à vida: narrativas em torno da problemática dos homicídios de jovens no Rio Grande do Norte

Autor: Jenair Alves da Silva (UFRN)

Coautor: Joao Paulo dos Santos Diogo (OBIJUV/UFRN)

O fenômeno da violência não é novo, no entanto ele tem ganhado novas configurações que acabam afetando, principalmente jovens entre 15 e 29 anos, do sexo masculino e negros/negras. A vitimação acontece de diversas maneiras, desde a ausência de garantia de direitos fundamentais, passando pelo encarceramento em massa até os homicídios. Esse trabalho pretende dar luz aos relatos dos movimentos sociais sobre a problemática das mortes de jovens, a partir da caracterização do quadro de homicídios contra a juventude no Rio Grande do Norte, utilizando dados do Observatório da Violência - OBVIO, da Câmara Técnica de Mapeamento de Crimes Violentos Letais Intencionais, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social junto a dados nacionais oriundos do Mapa da Violência e do Atlas da Violência, e do diálogo com representantes do Movimento Negro e do Movimento de Juventudes locais.

O Brasil vem enfrentando uma problemática em torno da violência letal intencional. Segundo o Mapa da Violência (2016), nos últimos cinco anos o país perdeu cerca de 30 mil jovens mortos por homicídios a cada ano, e em sua maior parte jovens negros. O encarceramento em massa é outro efeito do proibicionismo, de modo análogo a guerra às drogas, tem não por coincidência, como alvo os jovens, negros e sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade. Esse contexto contribui para as reflexões que apontam uma seletividade também no sistema de justiça formal e "informal" que opera no cotidiano da sociedade. Esta seletividade e a gestão militarizada da miséria representam uma modalidade eficiente de controle das classes pobres, ou seja, a seletividade é uma das formas mais eficientes de coerção e controle utilizadas a favor do Estado na luta de classes e opera, em certa medida, a



partir da reprodução do racismo institucional – forma como as instituições do Estado e sociedade civil funcionam, contribuindo para a naturalização e reprodução da desigualdade racial, do racismo estrutural. O OBVIO vem coletando, à partir da metodologia Metadados, informações sobre os homicídios ocorridos no Rio Grande do Norte, onde periodicamente publica informações sobre os jovens, especificamente o quesito raça/cor, idade, escolaridade, ocupação, entre outras características que contribuem para uma composição do quadro de quem morre nos territórios do RN. Esse trabalho está em conjunto com a Câmara Temática de Monitoramento de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI/SESED reúne órgãos como Tribunal de Justiça do RN, Ministério Público do RN, Polícia Civil do RN, Polícia Militar do RN, entre outros órgãos, aos quais representam as narrativas do Estado sobre o acompanhamento das mortes matadas no Rio Grande do Norte. Esse ano, o Atlas da Violência 2019, elaborado e divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública baseado em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade de 2017 (Ministério da Saúde), apontou o Rio Grande do Norte como o estado que oferece mais riscos para a vida de um jovem, com a maior taxa de homicídios de jovens do Brasil, chegando a 152,3 homicídios a cada 100 mil habitantes da população entre 15 e 29 anos. Recentemente, vem sendo observado pelo OBVIO uma leve diminuição do número de homicídios no estado. Em 2017 o OBVIO registrou 2.386 homicídios, em 2018 foram registrados 1.955, cerca de 18% a menos que no ano anterior.

Os dados coletados e as problematizações a serem desenvolvidas pretendem analisar atravessamentos não somente de classe, mas também de raça, compreendendo que o racismo subalterna a população negra e a quer reduzir. Neste trabalho, o objetivo é analisar as narrativas do acesso à justiça e políticas públicas de enfrentamento aos homicídios da juventude no RN e para tanto ouvimos a perspectiva de lideranças de organizações ligadas aos movimentos sociais com temática sobre raça e gênero, a partir de entrevistas em profundidade.

As três pessoas entrevistadas neste trabalho são componentes da Rede de Mulheres Negras do Nordeste - Núcleo RN, que tem atuação local, regional e nacional nas questões que pautam a vida da população negra. As narrativas dessas mulheres jovens e adultas, muitas delas mães, estão ligadas principalmente à: 1. Denúncia dos altos índices de homicídios de jovens como alerta para a configuração do que chamam de “extermínio” da juventude, em especial da juventude negra, fazendo referência ao “genocídio” da população negra; 2. Mortes de jovens negros como consequência do racismo que reduz oportunidades e promove desigualdades em vida, minimizando as alternativas de desenvolvimento e acesso à educação, trabalho, saúde, moradia, entre outros direitos fundamentais; 3. A atenção a problemática dos homicídios de jovens como sendo um problema da família negra, pobre e periférica, que atinge outros membros, sobretudo no que tange a saúde mental das mães que perderam seus filhos; 4. A necessidade de ampliar o olhar dos dados e enxergar o contexto para compreender a questão de gênero intrínseca - os homens negros aparecem como os que mais morrem, mas as mulheres negras sofrem outras mortes: as ocupações mais precárias com as remunerações mais baixas, a violência obstétrica, os maiores índices de violência sexual e doméstica, os maiores índices de feminicídio; 5. O processo de investigação da morte de jovens negros parece ser negligenciado - lideranças apontam divergências na celeridade em casos que se tornam públicos em crimes contra pessoas negras e brancas; 6. Ausência de problemática na ordem do dia do poder público - os noticiários apontam as condições de vida e morte das juventudes, mas não há políticas públicas de enfrentamento aos homicídios de jovens e de acesso à justiça; 7. Para além dos homicídios, o encarceramento também é uma forma de morte de jovens, subsidiada pela política de guerra às drogas.

Das demandas apresentadas a partir das narrativas das participantes dos movimentos sociais percebemos que a morte em si está para além do fato, mas se configura em um conceito político, evidenciando o que Mbembe (2016) fala de necropolítica, quando as entrevistadas dialogam sobre uma intencionalidade em “deixar morrer” para além do matar. Para elas, a inexistência de ação efetiva de todas as esferas de governo (municipal, estadual e federal) quanto a garantia da vida digna das juventudes transforma-se em ação direta pela sua eliminação, por isso a relação com o conceito de extermínio da juventude negra, também trabalhado por Freitas (2016), Borges (2018), entre outros autores. É importante destacar também como o conceito de interseccionalidade se aproxima das narrativas, compreendendo a partir de Crenshaw (2002) e Collins (2017), como essa conexão entre raça, gênero e classe que envolve a reflexão e crítica da problemática dos homicídios de jovens e de como eles se estendem no processo para além das mortes, envolvendo outras vidas.

Como conclusão podemos apontar que o movimento social negro no RN participante da pesquisa concebe os homicídios de jovens, em especial os de jovens negros, como algo não somente deliberado mas também articulado de modo a forçar e apartar as vidas negras, inicialmente em uma vida privada de direitos, posteriormente em uma vida privada de liberdade e depois a morte, seja pela mão direta do Estado ou pelas condições criadas com seu apoio e do capital.



Necropolítica e Resistência: Relações de Produção de Vida e Morte no Contexto das Juventudes Periféricas

Autor: Kellen (Ufrgs)

Coautor: Lilian Cruz (UFRGS)

Este trabalho constitui uma pesquisa de mestrado em andamento, cuja temática surgiu a partir das experiências de trabalho com juventudes em serviços de execução de medidas socioeducativas em meio aberto e Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM. Tem por objetivo pensar os modos de resistência que emergem como formas de sobrevivência frente aos movimentos necropolíticos que incidem sobre os jovens moradores das periferias. Utiliza-se a metodologia biografemática para a produção de narrativas ficcionais, que são construídas a partir de experiências de trabalho, registros anteriores e materiais midiáticos e permitem a visibilização dos movimentos singulares empreendidos pelos jovens como modos de enfrentamento e subversão às práticas estatais que despotencializam suas vidas. Busca-se a partir dos conceitos de necropolítica, de Achille Mbembe e vidas precárias, de Judith Butler tecer uma reflexão acerca da realidade das juventudes periféricas no Brasil, problematizando o modo como o Estado vem se ocupando das questões de violência e a atuação das políticas públicas neste contexto. Este trabalho relaciona-se com o Eixo Temático 09 da ENABRAPSO - Ética, violências e (in) justiça em tempos de retrocessos mundial e nacional dos direitos humanos: Contribuições da Psicologia Social, bem como com o GT indicado, pois, aborda a temática do genocídio da população jovem e os atravessamentos de raça e classe, além de fatores sociais e econômicos que estão imbricados neste fenômeno. Conforme os dados do Mapa da Violência (2016) e Relatório da Violência Letal Contra Crianças e adolescentes do Brasil (2015), a cada 24 minutos uma criança ou jovem morre, vítima de “causas externas” e o perfil predominante nessas estatísticas é o grupo composto por jovens de 15 à 29 anos, negros, do sexo masculino, evidenciando, assim, sobre quais corpos a necropolítica atua. O conceito de necropolítica foi proposto por Mbembe para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte. Ele traça um panorama sobre os movimentos de desumanização de determinados sujeitos a partir da colonização e da escravidão, que os coloca “em uma terceira zona, entre o status de sujeito e de objeto” (Mbembe, 2017, p. 135). O autor aponta para movimentos de aniquilação em massa, decorrentes das transformações do capitalismo, a partir da implantação dos meios de produção em grande escala, que restringiram a necessidade da mão de obra humana, levando determinado segmento da população a tornar-se dispensável ao mercado produtivo e aos interesses socioeconômicos vigentes, autorizando, assim, a “destruição material dos corpos e populações humanas julgados como descartáveis e supérfluos” (Hilário, 2016, p. 205).

Butler (2015), apresenta uma reflexão acerca dos modos culturais de regulação das disposições afetivas e éticas, através de um enquadramento seletivo e diferenciado da violência. Ela elabora o conceito de vida precária, estabelecendo a ideia de que há uma série de condições normativas que atuam diretamente sobre os sentidos dos sujeitos e levam uma vida a ser ou não considerada como tal, apontando assim a existência de vidas que não são passíveis de luto, pois, nem mesmo chegam a ser consideradas vividas. No cenário brasileiro, observa-se a produção destes enquadramentos, sobretudo, na construção de narrativas, como a da “guerra às drogas”, que ao criar a figura de um inimigo específico, o traficante, acaba por naturalizar a morte dos corpos jovens e negros nas favelas e periferias, tendo ainda impacto no sistema penal, também composto majoritariamente pelos corpos negros. Os territórios periféricos tem sido historicamente relacionados à pobreza, marginalidade e criminalidade, reforçando os estereótipos e discursos que incidem sobre quem os habita. A ideia de periculosidade que recai sobre estes jovens é hiperdimensionalizada pelas várias instituições, sobretudo pela mídia. Trata-se da existência de práticas discursivas que acabam por consolidar determinadas “verdades” sobre os jovens pobres e moradores das periferias, operando como forma de justificativa para ações cada vez mais duras e punitivas. De acordo com Mendes (2009), estes jovens, além da morte física, também são condenados simbolicamente, através dos estereótipos construídos sobre os mesmos, que não lhes permitem outras chances de representações de si, para além destes sentidos pré-determinados. Assim, torna-se fundamental problematizar os regimes de verdades diante dos quais esses jovens passam a ser (re)conhecidos e subjetivados como sujeitos que ameaçam a ordem social não somente pela via da segurança pública, mas porque “denunciam a falência das nossas instituições de disciplinamento e os limites dos conhecimentos que produzimos”. (Scisleski et al., 2012, p. 30). Mbembe (2018), ao examinar as trajetórias pelas quais o Estado de Exceção, e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar, explica que nestas instâncias o poder continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma

noção ficcional do inimigo, trabalhando assim para a sua produção. Para ele, a expressão máxima da soberania reside no poder e na capacidade de determinar quem deve viver ou morrer. Nesse sentido, a soberania consiste no exercício de controle sobre a vida e morte dos sujeitos, sendo o Estado de Exceção a base normativa para o direito de matar. Butler (2015), ao discorrer sobre os quadros de guerra, refere-se às vidas não passíveis de luto, àquelas para as quais é negado o estatuto de sujeito, fazendo com que não sejam reconhecidas de fato como vidas. A autora, entretanto, aponta que tal cenário não se refere à existência da vida nua, termo cunhado por Agambém, para referir-se à condição de sujeitos matáveis, no contexto do Estado de Exceção. Contudo, Butler também atribui grande parte da violência contemporânea às ações do Estado: “a condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado em busca de proteção, mas o Estado é precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas” (pp.46, 47). A questão da militarização das intervenções de seguranças que ocorrem nas favelas e a intensificação das ações punitivas, leva-nos a cogitar que os jovens moradores das periferias atualmente vivem um período de transição entre uma precarização da vida que se dá dentro da polis, por meio de relações de poder vigentes e naturalizadas e a instauração do próprio Estado de Exceção. De todo modo, em ambos cenários percebemos a afirmação implícita ou legalizada do extermínio de determinados sujeitos.

Mbembe (2018), ao citar Heidegger coloca que o “ser para a morte” é a condição decisiva de toda a liberdade humana verdadeira. Assim, a liberdade para viver a própria vida está condicionada a liberdade para morrer a própria morte. Ele elabora a lógica do mártir, que ao matar e morrer ao mesmo tempo, coloca-se na mesma condição do Outro, reduzindo a si mesmo. Trazendo tal reflexão para o contexto das juventudes periféricas, poderíamos pensar que o envolvimento com o tráfico, onde o jovem se expõe aos mais variados riscos, seria uma forma de tomar para si o poder sobre a própria morte, libertando-se assim das forças de controle e poder que o cercam? Seria, então, matar e morrer um dos poucos atos de resistência que lhes restam? Para Mbembe (2018), o necropoder embaralha as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade. Observa-se, assim, que sofrimento e resistência estabelecem uma relação muito próxima nestes contextos e que em grande parte os movimentos de enfrentamento às condições de vulnerabilidade e precariedade encontrados pelos jovens decorrem de ações individuais, uma vez que as políticas públicas direcionadas às juventudes frequentemente acabam atuando na perspectiva da individualização da violência, desinvestindo nas suas potencialidades.

REFERÊNCIAS:

Butler, Judith (2015). Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Hilário, Leomir C. (2016). Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. Sapere aude (vol. 7 – n. 12, pp. 194-210, Jan./Jun) Belo Horizonte.

Mbembe, Achille. (2017). Necropolítica. Arte & ensaios, [S.l.], n. 32, mar. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 06 maio 2019.

_____. (2018). Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1.

Mendes, Gardene L. C. (2011). O discurso da criminalização da juventude no Jornal DAQUI. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Scisleski, Andrea C. C., Reis, Carolina, Hadler, Oriana, Weigert, Mariana A. B., Guareschi, Neuza. (2012). Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. (64 (3): 19-34) Arquivos Brasileiros de Psicologia: Rio de Janeiro.

Waiselfsz, Julio J. (2015). Violência Letal Contra As Crianças E Adolescentes Do Brasil. Relatório de pesquisa – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso): Brasil.

_____. (2016) Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso): Brasil.

O sacrifício da justiça no altar da segurança: criminalização e morte de adolescentes e jovens no Brasil

Autor: Ana Vladia Holanda Cruz

O presente trabalho investiga a influência histórica da política criminal na conjuntura que forja a primeira lei específica para crianças e adolescentes no Brasil, o Código de Menores de 1927, norma que inaugura a cisão conceitual entre crianças e “menores” e seu diferente tratamento pelo Estado. O estudo aborda a demanda por Ordem no contexto das modificações no mundo do trabalho na transição do sistema escravocrata para o modo de produção capitalista e os correspondentes mecanismos de controle disciplinar e punitivo direcionado para o segmento da infância e da adolescência. O percurso teórico propõe uma problematização da construção política do direito e da justiça, assim como da conformação das técnicas punitivas e a construção do estereótipo do “delinquente”, alvo preferencial da política criminal, focando o processo de criminalização do segmento em pauta através da confrontação da perspectiva Crítica com as abordagens das Escolas Clássica e Positiva. A pesquisa mostra a imposição de uma moral burguesa que obscurece a conflitualidade social atribuindo-a à indivíduos isolados pela criminalização de suas condutas; e destaca que as formas históricas de controle social seletivo contaram com uma contribuição impar da psiquiatria e da psicologia, seja na elaboração da figura do “delinquente” seja no desempenho esperado das instituições privativas de liberdade. Por fim, são problematizados os desdobramentos e as permanências das raízes históricas da política criminal, relacionando-as com as dificuldades atualmente encontradas na consolidação do paradigma garantista proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A década de 1980, ainda que propalada como “perdida” por representantes da direita nacional que enfatizaram o aspecto de estagnação econômica vivenciada no período, foi profundamente profícua em processos de mobilização popular que visavam a consolidação do Estado Democrático de Direito. No campo dos direitos humanos de crianças e adolescentes, o referido processo de ampliação dos instrumentos democráticos de participação e controle social após duas décadas de regime autocrático burguês e os debates em torno da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança no plano internacional, possibilitaram uma conjuntura particularmente favorável à institucionalização de direitos que culminou com a promulgação, em julho de 1990, de uma avançada legislação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sustentado nos princípios da Proteção Integral, o ECA ratificou avanços significativos para o segmento infanto-juvenil, somando-se ao previsto na Constituição Federal de 1988 que, pela primeira vez, estabelecia um capítulo dedicado a tal população, definindo-a como prioridade absoluta e salvaguardando-a de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Dentre os principais progressos, a nova legislação superou – em termos normativos – a histórica clivagem entre “crianças” e “menores”, trazendo como suposta materialidade todo o universo de crianças e adolescentes – independente de classe, raça/cor, credo, gênero, ou qualquer outra forma de diferenciação – e concebendo-os como sujeitos de direitos que deveriam ser respeitados em sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. No que toca a temática da presente pesquisa, o documento originou mudanças de referenciais e paradigmas no trato da questão infracional ao optar pela “inclusão social” do adolescente em conflito com a lei, que passou a ser responsabilizado por meio de medidas socioeducativas de caráter pedagógico e sancionatório. Não obstante, como toda política e toda norma dela decorrente, o ECA foi o resultado possível de um intenso conflito de interesses, e até hoje sofre ataques e tentativas de reformulação no sentido do apelo punitivo. Destaca-se que o lobby dos militares na Segurança Pública manteve, desde o contexto de redemocratização, uma polícia e uma política militarizada que permite a atuação de um Direito Penal Subterrâneo nas periferias, proporcionando ou tolerando um verdadeiro Juventicídio. A condenação antecipada de jovens por características físicas e sociais supostamente reveladoras de uma periculosidade potencial que, por seu turno, tem por motor e efeito um controle e vigilância seletivos, pode ser melhor percebida pelos mais recentes indicadores sociais dos adolescentes inseridos no sistema socioeducativo (prática judiciária) e das vítimas de homicídio por armas de fogo (prática policial e de segurança pública): em ambos os casos, o corte de gênero, classe e raça/cor são reveladores de uma verdadeira desigualdade perante a lei. Assim, a realidade dos adolescentes – sobretudo negros e pobres – continua marcada por um intenso processo de criminalização que, no limite, desemboca em um genocídio e no encarceramento massivo, contradizendo na prática a suposta superação do caráter de classe das antigas legislações. Passados quase trinta anos de sua promulgação, a transição não apenas permanece inconclusa, conservando em grande medida a perspectiva tutelar e menorista, como a sociedade em geral e os operadores do direito em particular se esforçam para que sejam incorporadas concepções de tratamento penal *stricto sensu* e medidas de Tolerância Zero no Estatuto. Assim, se o ECA,

apesar de seu avançado conteúdo, não conseguiu superar o largo processo de criminalização da pobreza, isso se deve em grande medida ao caráter de classe como marca histórica do sistema de justiça (e, em especial, da justiça penal e juvenil) na manutenção de determinada ordem societal. Por isso, aduz Zaffaroni que a seletividade, a verticalização social e a reprodução das violências não são características conjunturais, mas estruturais do exercício de poder de todos os sistemas penais, incluindo-se aí aqueles ditos educativos. A conjuntura atual nos convoca a uma atuação ainda mais intensa para a garantia de Direitos Humanos adolescentes e jovens, uma vez que existe um crescente apelo ao recrudescimento do Estado Penal e Policial que oculta seu desempenho seletivo, repressivo e criminalizante através de uma ideologia da Defesa Social, agora respaldada pelo populismo penal do Governo Federal e de gestões estaduais.

Poéticas insurgentes: o desligamento institucional por maioria

Autor: Amanda Cappellari (UFRGS)

Coautor: Lilian Cruz (UFRGS)

Este trabalho versa sobre o processo de desligamento institucional por maioria de jovens que residem em serviços de acolhimento. Pretende apresentar discussões provenientes da pesquisa de mestrado "(Po)éticas insurgentes: o desligamento institucional por maioria", realizada em Porto Alegre - RS. Vagalumes: pequenos seres que, para sobreviver, se fazem ver no escuro. Toma-se a metáfora dos vagalumes como disparador da discussão, compreendendo que as e os jovens que compõe o campo de pesquisa participam e produzem políticas de visibilidades: os modos como são vistos, os modos como se fazem ver nos escuros contemporâneos. Objetivou-se investigar como acontecem os encontros e desencontros entre políticas públicas e jovens acolhidas e acolhidos, considerando seus efeitos diante da necessidade de saída dos serviços de acolhimento ao completarem 18 anos. Para tanto, realizaram-se encontros com jovens que passaram pelo desligamento institucional e com jovens que serão desligados em breve. Encontros pontuais aconteceram com educadores sociais e profissionais que atuam no campo do acolhimento/desligamento institucional. Para mostrar as saídas das instituições, apostou-se na escrita do que Roland Barthes denominou de biografemas: pequenos acontecimentos de vida como inspiração para as narrativas. A escolha pelos biografemas constitui-se enquanto uma preocupação ética sobre como contar a vida de outras e outros. Nesse sentido, além de ocupar-se de acontecimentos da vida, a escrita também foi produzida através de fragmentos da memória, do encontro com personagens da literatura e de reportagens sobre o assunto. O encontro com jovens, trabalhadoras e trabalhadores constituiu-se como um campo de inspiração e contágio para a escrita de biografemas, possibilitando sua posterior discussão. De acordo com o ECA, a medida de acolhimento institucional deve acontecer em caráter excepcional e provisório, sendo garantida a reavaliação da situação a cada seis meses. No que tange ao processo de desligamento institucional, orienta-se preparação gradativa para a saída. Se os esforços dos serviços de acolhimento devem privilegiar a preservação dos vínculos familiares e comunitários, bem como investir na tentativa de acolhimento em família substituta, é desafiador pensar em um plano preparatório para o desligamento institucional por maioria. Para tanto, é necessário investir nos vínculos existentes, mas potencializando também outras relações de afeto e pertencimento. Os resultados da pesquisa apontaram para a ativa produção de abandono por parte do Estado, permitindo que jovens que vivenciam situações de acolhimento institucional fiquem expostos ao perigo no momento do desligamento por maioria. O perigo se intensifica no caso de acolhidos homens, já que no momento do desligamento ficam mais desassistidos e frequentemente, ao retornarem para seus bairros de origem, se envolvem com tráfico. Assim, muitos jovens que passam por desligamento institucional retornam para outras instituições: FASE (Fundação de Atendimento Sócio-Educativo), prisão, etc. Além disso, escutou-se número significativo de histórias sobre jovens que morreram após a saída do acolhimento. Diante da exposição da vida ao perigo e a morte, discute-se a partir dos conceitos de necropoder e necropolítica, do pensador camaronês Achille Mbembe, a produção de zonas de morte por parte do Estado, ou seja, existe uma subjugação da vida ao poder de morte. Percebeu-se, também, que a maximização da precariedade das vidas acontece, especialmente, com aquelas marcadas por características de raça, gênero e classe culturalmente marginalizados. Diante do exposto, é possível assumir que existem desencontros entre as políticas públicas e jovens que passaram pelo desligamento institucional por maioria. Lacuna agravada quando os vínculos estão fragilizados, quando há falta de investimento nas políticas, quando há sobrecarga nas atividades das e dos profissionais. Há desencontro, inclusive, quando jovens estão esgotados da tutela e da violência exercida

pelo Estado e precisam se sentir livres, mesmo que isso implique na maximização da precariedade de suas vidas. Há desencontro produzido e acentuado pelo racismo e pelos discursos sobre meritocracia. Percebe-se carência de investimentos na preparação gradual para o desligamento, bem como falta de programas voltados para o acompanhamento de egressos. As práticas de cuidado voltadas para a desinstitucionalização ainda não estão instituídas nos serviços, e a fragilidade das redes e interlocuções entre as diferentes políticas públicas produzem mais hiatos. Nesse sentido, entende-se que o fortalecimento da autonomia precisa existir desde a entrada nas instituições de acolhimento (alargamento das relações sociais das e dos jovens, aposta no fortalecimento de vínculos com a escola, com as unidades básicas de saúde, com os cursos profissionalizantes, com o apadrinhamento afetivo...), facilitação de acesso aos espaços comunitários da cidade, liberdade de transitar pelas cozinhas das casas de acolhimento e auxiliar na preparação das refeições, uso da lavanderia para o cuidado das roupas, acompanhar e ensinar uma organização possível do dinheiro com aqueles que recebem auxílios e investimento nas possibilidades de trabalho e fontes de renda para aqueles que não contam com benefícios, fomentar aproximação com atividades culturais e artísticas). A preparação gradativa para o desligamento institucional exige que os mais variados campos das políticas públicas estejam implicados no processo, não sendo possível uma única responsabilização. Os esforços devem ser das instituições de acolhimento, dos serviços de saúde e educação, do judiciário, do Conselho Tutelar, entre outros. A saída por maioria, mesmo que às vezes pareça uma surpresa para alguns, não é inesperada. Sabe-se que jovens são desligados de instituições em função da maioria, é preciso responsabilização pública e coletiva sobre esse processo, objetivando a invenção de ações cotidianas que proliferem os modos de sair dos serviços de acolhimento.

Políticas Públicas e a juventude que vale menos que a bala que a mata

Autor: Ana Carolina da Silveira

Eduardo Galeano (1995) em "O Livro dos Abraços" traz a representação de "os ninguéns" de forma sensível e autoral, abrindo espaços para que se elaborem críticas e reflexões sobre os processos que tornam determinados grupos e sujeitos invisíveis ao campo social. O autor caracteriza "os ninguéns" como aqueles que têm sua existência negada. Que através da não legitimação de suas práticas religiosas, de seus idiomas, de suas artes e cultura, já não são mais vistos enquanto "seres humanos" e tampouco têm nomes, não sendo passíveis de direitos e de desejos. Assim, o autor encerra o texto trazendo que "Os ninguéns custam menos que a bala que os mata". Esta concepção de sujeito inspirou a escrita do presente trabalho, entendendo a juventude atingida pelas estatísticas de homicídio no país enquanto "os ninguéns" na atual conjuntura social brasileira. Os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) trabalham em equipes interdisciplinares com indivíduos e famílias em situação de violações de direitos fundamentais. Dentre as políticas executadas nestes serviços encontra-se o acompanhamento das Medidas Socioeducativas (MSE) em meio aberto. Estas são regulamentadas através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e se pautam no trabalho intersetorial entre assistência social, saúde, educação, sistema de justiça e comunidade no atendimento de jovens em conflito com a lei entre 12 e 21 anos. Segundo o Mapa da Violência, no ano de 2014, 60% dos homicídios por armas de fogo (HAF) no Brasil foram de jovens (entre 15 e 29 anos), totalizando 25.255 mortes. No Rio Grande do Sul, em 2014, 43,9 em cada 100 mil habitantes jovens eram vítimas de HAF. Sendo assim, a questão da mortalidade juvenil no país tem se agravado, fazendo-se necessário discutir questões teóricas e práticas neste campo. O presente estudo trata-se de um relato de experiência em estágio curricular de psicologia comunitária realizado em uma equipe de MSE em meio aberto de um CREAS situado na cidade de Porto Alegre durante o ano de 2016. Ele objetiva refletir sobre o trabalho da psicologia com a mortalidade juvenil dentro das políticas públicas. Optou-se por discutir a problemática do presente trabalho a partir dos casos de Pedro (nome fictício) e Vicente (nome fictício). Os eixos de discussão foram pensados e organizados a partir da reflexão posterior de poemas escritos como forma de homenagem para Pedro (Poema 1- Tributo) e Vicente (Poema 2- As Estatísticas Resistem). Os eixos de discussão elencados foram: 1) As mortes (e vidas) que não merecem tributos; 2) O espaço dos sentimentos e afetos dentro das políticas públicas. Os adolescentes foram acompanhados durante nove meses pela autora em atendimentos individuais e supervisões das unidades em que eles cumpriam a MSE de Prestação de Serviço à Comunidade até ambos serem mortos de forma desconhecida. Vicente, 17 anos, dividia seu tempo entre responsabilidades (escola, curso jovem aprendiz e MSEs), família e namorada. Sonhava em ser juiz. Foi sabido de sua morte através do relato de seu melhor amigo

que também cumpria MSE no local. Pedro, 16 anos, abandonou a escola aos 10 anos por sofrer bullying e logo ingressou no tráfico de drogas. Gostava de desenhar e sonhava em se tornar tatuador. Seu óbito foi descoberto por sua mãe que, preocupada com o paradeiro do filho, foi ao Instituto Médico Legal (IML) e reconheceu o corpo do adolescente. Mesmo com trajetórias de vida diferentes, a naturalização e não investigação por parte do estado destas mortes mostra-se decorrente de processos que já os invisibilizavam em vida e os localizavam enquanto “os ninguéns”, conceituados por Eduardo Galeano, na atual conjuntura social brasileira. Butler (2015) traz o conceito de “condição precária” para representar as possibilidades diferenciadas de ser, viver e expor-se a violências (e frequentes mortes) que uma parcela específica da população sofre. Podemos entender os adolescentes e famílias em questão, já identificados enquanto “ninguéns”, também inseridos neste grupo. A autora traz que, muitas vezes, na ausência de outros recursos e redes, as pessoas que se encontram em tal condição acabam por buscar proteção no Estado em relação à violências e violações ocasionadas pelo mesmo. Entende-se por política pública a ação dos diferentes órgãos do Estado que transpassam os sujeitos em suas existências, no caso de Vicente, Pedro e suas famílias: escola, serviços da assistência social e saúde, FASE, programa jovem aprendiz, sistema de justiça, delegacia de polícia, ação policial, IML. Percebe a ação e função dúbia destas políticas públicas na vida e morte deles, posto que em momentos promovem fortalecimento de vínculos e proteção, em outros, graves violações ou ainda, fortalece vínculos e viola concomitantemente. O trabalho com as MSE em meio aberto trata-se de uma ação em grande parte afetiva, já que entende e escuta cada adolescente e família enquanto singularidade e traça-se planos de ação a partir disso. A ideia da política também é de que os adolescentes possam se repensar e se ressignificar a partir das medidas, sendo necessário o espaço de confiança e acolhimento dentro dessas em prol da expressão de afetos e sentimentos deles relacionados à vida familiar, comunitária, laboral, na sociedade... A partir destas relações, é possível conhecer o sujeito que é filho, pai, amigo e artista além do rótulo do ato infracional. Os acompanhamentos também possibilitam a adolescentes experimentações novas de ser e sentir. Estas podem acontecer de diferentes formas no cumprimento das MSE. Através de vínculos criados no espaço de atendimento de LA ou na relação com as equipes e trabalho das unidades de execução de PSC ou, ainda, na relação com os outros adolescentes e atividades do grupo de adolescentes do CREAS. Assim, a oferta de escuta e possibilidades de se experimentar para além de um “elemento suspeito” aos jovens selecionados pelo poder punitivo tornam a política de execução das MSE em meio aberto uma ferramenta potente no combate à mortalidade juvenil. Ressalta-se a importância de que hajam espaços de acolhimento também para as equipes que trabalham com estes. Tal trabalho insere-se no GT 21 considerando a temática de mortalidade juvenil.

Redução da Idade Penal: Enquadrando Sujeitos Jovens

Autor: Tiago Schimit Rocha (UFRGS)

Coautor: Neuza Guareschi (UFRGS), Carolina dos Reis (UFRGS), Luis Henrique da Silva Souza (UFRGS), Maurício Figueiredo Maffei (Maurício Maffei) e Jacinta (UFRGS)

O trabalho “Redução da Idade Penal: Enquadrando Sujeitos Jovens” é vinculado a um projeto maior desenvolvido junto ao núcleo E-Politics, denominado “Políticas de Normalização e Práticas Estatais: Discursos Normativos no Governo da Vida” que visa debater as práticas de normalização da vida produzidas pelas políticas estatais. Assim, este trabalho visa discutir políticas estatais voltadas à população juvenil. Desde a sua criação a “categoria juventude” passou por diversas capturas de práticas distintas que deram a ela diferentes sentidos. No campo das políticas estatais podemos observar as lógicas tutelares e punitivas como aquelas que mais nitidamente se propõem a lidar com as juventudes. Devidos a questões de desigualdade econômicas e sociais, jovens de classe baixa, que na sua maioria são negros, se veem na necessidade de criar formas alternativas de sobrevivência econômica, o que por vezes resulta no aumento da relação entre tráfico de drogas e juventude. Neste contexto, o Estado se vê na posição daquele que deve criar formas de combate a esta problemática, dentre as quais vem sendo a criação de Propostas de Emenda Constitucional (PECs) que visam à diminuição da idade penal. Para tal, neste trabalho, fundamentados no conceito de enquadramento de Judith Butler, analisamos a forma como são enquadrados os sujeitos vivos, reconhecendo neles a existência ou não de vidas passíveis de luto. Com isto buscamos discutir o modo como as Propostas de Emenda Constitucional, vinculadas a redução da idade penal, integram um processo de definição de determinados sujeitos jovens como vidas não passíveis de luto. Partindo disto e levando em consideração o contexto sócio-político brasileiro atual, no qual é possível perceber um fortalecimento da discussão so-

bre a redução da idade penal pelo legislativo, nos deparamos com a necessidade de problematizar a produção dessas Propostas de Emenda. Nesse cenário, buscamos identificar os campos de saber que constituem os discursos sobre juventude presentes nas PECs. A pergunta que nos norteia então é “como sujeitos jovens são enquadrados nas/pelas PECs?”. Historicamente, é com o Código Penal de 1940 no art. 27 e a Constituição Federal de 1988 no art. 228 que a legislação brasileira estipula o fato de menores de 18 anos serem inimputáveis penalmente. No entanto, essas legislações não encerraram as disputas sobre a idade para a atribuição penal, havendo argumentos que defendem a manutenção da faixa etária nos 18 anos e aqueles que propõem sua diminuição, comumente para 16 anos. Dentre as ações mobilizadas para a redução, encontram-se diversos documentos que argumentam a favor deste movimento. No escopo deste trabalho, serão utilizados como materialidades de pesquisa três dessas propostas, a ver: a PEC nº 171 de 1993, com autoria de Benedito Domingos; a PEC nº 33 de 2012 com autoria de Aloysio Nunes Ferreira; e a PEC nº 4 de 2019 com autoria de Marcio Bittar. Tais materialidades foram escolhidas, pois todas propõem a modificação do art. 228, além da PEC nº 33 também visar à modificação do art. 129 referente às funções do Ministério Público. A PEC nº 171 visa uma aplicação de sanção mais “branda” para os jovens maiores de 16 anos até os menores de 18, esses cumpririam um terço da pena de sujeitos mais velhos. Já a PEC nº 33 não visa uma modificação generalizada e sim para casos ditos excepcionais relacionados a atos infracionais como crimes hediondos, entre outros. Além disto, a proposta também sugere que tais excepcionalidades sejam julgadas e discutidas em uma vara especializada em infância e adolescência no Ministério Público com rigor de prioridade sobre outros casos. Por fim, a PEC nº 4 propõem uma modificação geral da idade penal. Para analisar tais documentos, em um primeiro momento, colocamos em discussão os campos de saber que fundamentam os discursos das propostas de emenda, identificando as linhas históricas que possibilitaram a constituição destes documentos. Em um segundo momento, buscamos problematizar a relação entre a redução da idade penal e os modos de enquadramento dos jovens. Nas análises iniciais dos materiais de pesquisa identificamos alguns pontos de tensionamento: a) a tentativa de demonstrar o atraso temporal do Código Penal de 1940 e sua necessidade de modificações; b) a afirmação que todos os sujeitos possuem acesso a meios de informação como a televisão, principalmente no meio urbano, o que levaria a um entendimento sobre atos ilegais; c) a produção da ideia de ineficiência das medidas socioeducativas e a afirmação de que o Estatuto de Criança e do Adolescente (ECA) transmite um “espírito de impunidade” para aquele que comete o ato infracional existindo adultos que se beneficiam disto. Finalmente, apontamos para o quanto as PECs trazem em seu discurso a construção de juventudes negras e periféricas atreladas à noção do inimigo público a ser combatido. Além de promoverem o acirramento dos processos de criminalização e da perspectiva punitiva de lidar com os atos infracionais. Desta forma, vemos em ação mecanismos que vão inscrevendo as vidas desses jovens no lugar de vidas não passíveis de luto. A escolha pelo GT se dá pela implicação da pesquisa com o combate ao genocídio da população jovem, às várias formas de se fazer morrer, tanto físicas, quanto simbólicas, pelo comprometimento com os direitos humanos, com uma resposta ética aos retrocessos e com o enfrentamento a consolidação de políticas punitivas. Apostar nestes fatores é se comprometer a uma luta ativa pela vida.

Suicídios de jovens no contemporâneo: é preciso ultrapassar a racionalidade patologizante

Autor: Edson Pilger Dias Sbeghen (UFGRS) e Inês Hennigen (UFRGS)

Coautor: Inês Hennigen (UFRGS)

A presente proposta de discussão toma o suicídio como um acontecimento discursivo, prática cuja regularidade histórica é possível discernir, entendendo que no contemporâneo estão postas algumas condições que mudam a forma de conceber, abordar e, evidentemente, buscar governar condutas que estejam relacionadas a tal ato: deslocamentos e (des)continuidades que envolvem principalmente a gestão da vida e da morte no presente. Apontamos alguns marcadores sociais – etário, étnico-raciais e de gênero – para refletir sobre este problema de saúde pública mundial que foi inscrito na lógica biopolítica de governamentalidade para “fazer viver e deixar morrer”. A maioria das discussões sobre suicídio está embasada e alicerçada na racionalidade de que quem se suicida é uma pessoa com problemas mentais, o que é reforçado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em sua página na internet, que categoriza o suicídio como questão do âmbito da saúde mental. Isso também é reiterado nas publicações de diversos órgãos brasileiros, como Ministério da Saúde (MS), Centro de Valorização da vida (CVV),



Conselho Federal de Medicina (CFM) e Conselho Federal de Psicologia (CFP) dentre outros, que realizam uma leitura individualizante sobre o suicídio pela grade nosológica da depressão/doença mental. Estima-se que, a cada 40 segundos, uma pessoa se suicida em algum lugar do mundo, e que o número de tentativas corresponde a 10 vezes o de mortes efetivadas. O suicídio está entre as três maiores causas de morte nas faixas etária entre 15 e 35 anos (OMS, 2014). Associação Brasileira de Psiquiatria /CFM (2015) apontam que, no Brasil, ocorrem 32 suicídios por dia e que esse tipo de morte aumentou 60% nos últimos 45 anos. Isso não pode ser por acaso, assinala Berardi (2017), sendo preciso interrogar sobre o que aconteceu nas últimas quatro décadas. Para esse filósofo, a maioria dos atos violentos produzidos nos últimos anos, os assassinatos em massa, ou os atentados suicidas radicais, estão estreitamente vinculados às condições de hipercompetição, subsalário e exclusão, promovidos pelo ethos neoliberal. Tal compreensão nos possibilita refletir sobre os suicídios de um outro lugar, saindo da lógica da patologização e trazendo para a análise os efeitos que a economia de mercado neoliberal tem produzido nas condições e nos modos de vida, uma vez que os maiores índices de tentativas e de morte por suicídio estão entre grupos de minorias que vivenciam negligências, discriminação de um Estado racista, assassino e suicidário (Mbembe, 2018), como indígenas, negros, comunidades LGBTI, e vítimas de violência ou abusos (WHO, 2014). Em função disso, entendemos que os suicídios não podem mais ser vistos e analisados (apenas) em referência a patologias individualizantes, mas como tendo estreita relação como as condições sociais postas.

Uma análise disponibilizada por Brasil (2018) aponta que a cada 10 suicídios de adolescentes e jovens em nosso país, seis ocorreram dentre a população negra. Em outro estudo, Brasil (2017) aponta que o índice de suicídio entre indígenas é quase o triplo da média nacional: enquanto o Brasil registra 5,7 óbitos a cada 100 mil habitantes, o índice é de 15,2 na população indígena, sendo que a maioria dos óbitos (44,8%) ocorre entre indígenas na faixa etária de 10 a 19 anos. Tais dados impõem que o suicídio seja tomado enquanto questão biopolítica, atentando-se à sua relação com marcadores sociais e situações de vulnerabilidade. Neste sentido, a psicóloga Margareth Arilha defende que “precisamos impedir que a psiquiatria sequestre o suicídio”, e que esse fenômeno precisa ser “analisado de um modo mais ampla, com atuação não só médica ou de profissionais da saúde, mas também de antropólogos, sociólogos, artistas e comunicadores” (Instituto Humanitas Unisinos, 2019).

O objetivo desta comunicação é estabelecer um diálogo com outros(as) pesquisadores(as) desde GT visando refletir de que modo as violências às quais determinadas categorias sociais estão expostas participa na construção dos sujeitos que se suicidam, buscando contribuições para analisamos os crescentes índices de suicídio principalmente entre adolescentes e jovens (negros, comunidades LGBT e indígenas) no Brasil articulando com os conceitos de juvenicídio e de necropolítica.

Em sintonia com a proposta deste GT, entendemos que o conceito de juvenicídio não se refere apenas ao fato de se arrancar fisicamente a vida de jovens, mas também à precarização do sistema econômico, que marginaliza, exclui, ameaça a vida. Nesse sentido, queremos refletir sobre como a precarização da vida constrói condições para os suicídios. Mbembe (2018, p. 71) define necropolítica como “as formas contemporâneas que sugam a vida ao poder da morte”, e entendemos que o esgotamento a que algumas categorias sociais estão expostas é uma forma de “deixar morrer” – ou um “fazer morrer” atualizado no contemporâneo.

A presente discussão é um recorte de reflexões que estão sendo produzidas para a elaboração de uma tese a ser defendida no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os dados apresentados acima nos conduzem a interrogar o quanto esse tipo de morte se articula com as negligências e com a cumplicidade do Estado, bem como sua participação na construção desse tipo de morte. Como sublinha Mbembe (2018, p. 5), “matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder”. Isso nos provoca a interrogação: quem deve viver e quem deve morrer? Berardi (2017) analisa o crescente fenômeno de suicídios em nível mundial, relacionando-o aos crimes em massa no final dos anos 1990 e a episódios recentes, como o atentado no Bataclan, em Paris, em 2015. Ele aponta que a financeirização é essencialmente o suicídio da humanidade. Em todos os níveis: a devastação do meio ambiente, a devastação psíquica, o empobrecimento, a privatização provocam medo do futuro e depressão. A impotência política que o capitalismo financeiro produz, a impotência social e a precariedade, impulsionam jovens desesperados a atuarem numa forma que parece, em seu ponto de vista, ser o único jeito de obter algo: matando pessoas casualmente e matando a si mesmos. “Trata-se da única ação eficaz, porque matando obtemos vingança, e matando obtemos a libertação do inferno que o capitalismo financeiro tem produzido”(s/p). Como sinaliza Butler (2015), a vida, sob certas condições políticas, se torna radicalmente exacerbada ou radicalmente repudiada. Se certas vidas não são qualificadas como



vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos ontológicos e políticos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras. O suicídio faz parte das possibilidades humanas e envolve determinações de uma época, bem como a decisão daquele que pretende pôr fim à própria vida. Acontecimentos presentes em nossa época sinalizam que o suicídio muitas vezes é mais do que desistência da vida, é um protesto contra a precarização de determinadas formas de vida, da escassez de direitos e, não apenas um ato individual, patológico.

Referências:

Associação Brasileira de Psiquiatria/Conselho Federal de Medicina. (2015). Comportamento suicida: conhecer para prevenir. Recuperado de http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2017/abr/suicidio/manual_cpto_suicida_conhecer_prevenir.pdf.

Berardi, Fraco Bofi. (2015). *Héroes - Asesinato masivo y suicidio*. (akal, Org.). Madrid - Espanha.

Butler J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*; Vargas M (trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2015; p.78.

Brasil (2018). Ministério da Saúde. *Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016*. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade.

Brasil (2017). Ministério da Saúde. *Agenda estratégica de ações de prevenção do suicídio em populações indígenas 2017–2018*.

Instituto Humanitas Unisinos (2019). *Suicídio de jovens. Um problema complexo* - Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/586539-suicidio-de-jovens-um-problema-complexo>.

Mbembe, Achille. (2018). *Necropolítica*. N-1. São Paulo.

World Health Organization. (2014). Preventing suicide: a global imperative. World Health Organization. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/131056>

GT22: Migrações e processos de subjetivação

As possibilidades de acolhimento e integração de imigrantes em um serviço especializado em Florianópolis: um relato de experiência.

Autor: Rodrigo Caio Novaes (Rodrigo Caio Novass)

Nas últimas décadas o fenômeno migratório no Brasil tem sofrido profundas alterações, desde a intensificação na chegada de imigrantes até à implementação de políticas públicas. O presente trabalho caracteriza-se como um relato da experiência de estágio de 1 ano de um estudante de psicologia no Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI) de Florianópolis, e busca trazer ao debate aspectos referentes ao acolhimento e integração de imigrantes no Brasil, a partir da atuação em um centro especializado em Florianópolis - Santa Catarina. Com uma postura ética-metodológica mediada pela etnografia, foi possível acompanhar os processos e singularidades da realidade dos sujeitos que se dirigiam à instituição, bem como promover discussões, fundamentadas pelas concepções teóricas da psicologia social comunitária e da clínica intercultural, acerca das intersecções com a função do estado, saúde, política, migração e cultura.

Deste modo, têm-se como objetivo realizar uma reflexão sobre as possíveis consequências no atendimento de imigrantes - geradas a partir da existência desse serviço, ponderando acerca das ressonâncias na rede de assistência social e de saúde. Levando em consideração que este não é um serviço tipificado, no qual não é exigido a presença de um(a) psicólogo(a), também busca discutir quais as implicações e efeitos são gerados a partir da oferta de um serviço de psicologia nesse campo de atuação, apontando alguns dos desafios e potencialidades, e pensando estratégias possíveis que podem ser implementadas para aprimorar o acolhimento e a integração da população imigrante. Fundamentado na base teórica da psicologia social comunitária e da clínica intercultural são pensados as intersecções com a função do estado, saúde, política, migração e cultura. Por fim, pretende-se ruminar sobre quais as decorrências possíveis da lacuna deixada pelo fechamento do CRAI em Florianópolis, em

Setembro de 2019.

Segundo Martins e Borges (2018), migrar é um direito humano e um sinônimo de resistência; deste modo, entende-se que o processo migratório é um fenômeno histórico e culturalmente determinado, que vai muito além do mero atravessamento de fronteiras. É caracterizado por aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e eventuais dos territórios envolvidos. Nos últimos anos, o Brasil tem sido um destino crescente de imigrantes em busca de trabalho, uma vida melhor ou mera sobrevivência, o que tem resultado em uma notória relevância social da atuação psicológica nesse contexto, e no aumento de demandas por novas políticas públicas que contemplem a idiossincrasia deste público - como reforçada na nova Lei da Migração de 2017, em que reforça o papel do estado na promoção da entrada regular com direito a acolhida humanitária a migrantes no Brasil, além de fomentar a inclusão social, laboral e produtiva do imigrante com acesso igualitário a serviços e programas sociais.

Em Florianópolis, a partir da mobilização da sociedade civil foi possível a consolidação de políticas públicas de apoio à imigração através da criação do CRAI. Financiado pelo Estado e capitaneado pela Ação Social Arquidiocesana (ASA), o serviço dessa instituição possui um contrato de funcionamento de dois anos, com término previsto para setembro de 2019. Buscando atender às diversas demandas da população imigrante de Santa Catarina, o CRAI procura se estabelecer como frente de acolhimento e porta de entrada dos serviços do Estado, desde auxílio com documentação, promoção de eventos temáticos, até à garantia de direitos e adaptação ao novo país. Nesse cenário, o Serviço de Psicologia do CRAI, no qual o estagiário de psicologia se estabeleceu, busca a construção da autonomia do sujeito a partir da promoção de espaços para criação e fortalecimento de vínculos, visando a garantia dos seus direitos na rede pública.

Como resultado percebe-se que na atuação do profissional da psicologia, é necessário constatar a importância subjetiva que a cultura representa. Ao se considerar que é na relação com os outros que o sujeito se constitui e constrói modos de lidar com as adversidades, a cultura exerce um papel essencial de tornar o real suportável e apresentar possíveis significações e soluções aos diversos eventos além de se caracterizar como instância fundamental nos processos de subjetivação dos sujeitos, conforme apontado pela Psicologia Sócio-Histórica. Nesse sentido, o processo migratório envolve mudanças significativas na vida dos sujeitos, tensionando nesse contato com um novo contexto, as referências culturais que guiavam sua existência. Aquilo que antes dava um sentido, uma ancoragem e um pertencimento podem se desvanecer, e as expectativas que se esperavam encontrar nesse território podem não se realizar, podendo levar o sujeito a um estado de vulnerabilidade psíquica.

Tendo em vista a relevância dos aspectos culturais na intervenção psicológica, e as particularidades encontradas no trabalho realizado com imigrantes, os profissionais de psicologia parecem realizar uma importante tarefa dentro da rede, de uma escuta qualificada que busca não culpabilizar o sujeito imigrante. Sendo uma força instituinte (Guirado, 2009), que busca apaziguar as violências do estado que estão permeadas em toda a atenção da rede e no convívio diário dos imigrantes, entende-se que a realização de atendimentos psicossociais, visitas domiciliares e grupos reflexivos findam por intervir "nos processos subjetivos que viabilizam estruturas injustas" (Martín-Baró, 1997 p.22).

Em suma, constata-se a pertinente relevância do serviço de psicologia na atenção a imigrantes, assim como a necessidade de o profissional desta área estar alinhado ao compromisso ético-político de promoção de saúde mental a partir do acesso à cidadania. Entretanto, percebe-se que apesar de políticas públicas constituírem-se como fundamentais para o direcionamento do acolhimento e integração de imigrantes e refugiados, é necessário um aparato institucional que dê conta dessa demanda e uma sociedade civil implicada a acolher a diferença, fato que só é possível mediante a socialização de saberes e práticas psi realizadas nesse cenário mediadas pelos direitos humanos, visando a sensibilização da população. Levando em conta as precarizações sociais, e uma nova onda migratória chegando ao país, conclui-se este trabalho com uma pergunta direcionada não apenas aos profissionais em psicologia mas à sociedade em geral, gerada a partir da prática de estágio: qual o futuro dos atendimentos e da integração da população imigrante, se esta não possui um serviço típico, e um dos poucos centros de referência do Brasil está condenado a ser fechado?



Corpo-câmera: uma possibilidade metodológica para intervenções identitárias

Autor: Matheo Bernardino e Cayo Vinicius Lemes Vieira (Fae Centro Universitário)

Coautor: Alexandra Arnold Rodrigues (FAE Centro Universitário)

As transformações políticas, sociais e econômicas da contemporaneidade fazem emergir desafios particulares em relação à produção de novas metodologias capazes de propiciar espaços e ações terapêuticas para populações em situações extremas de vulnerabilidade. Em virtude dos acontecimentos globais de fluxo de refugiados, como a Psicologia e a Arte Fotográfica podem se complementar em intervenções sobre a identidade dessas populações? Este trabalho tem por objetivo apresentar as experiências derivadas de uma intervenção com crianças refugiadas com base em elementos da fotografia. Como método, utilizou-se a construção de câmeras fotográficas de papelão. Essa metodologia usa a estrutura da câmera fotográfica e suas funções como representação do próprio corpo do ser e suas especificidades experienciais, como: tempo, inversão, exposição, sensibilização, revelação, fixação, impressão, referência e enquadramento. Esta intervenção realizada em Atenas foi motivada pelo convite recebido de pesquisadores do Programa de Mestrado em Antropologia da Dança da Universidade Clermont Auvergne - França e do The Home Project, organização sem fins lucrativos que abriga crianças refugiadas em Atenas para o compartilhamento metodológico de trabalhos artísticos que promovem o desenvolvimento humano de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A oficina de fotografia teve como principal objetivo proporcionar às crianças e adolescentes, com idades entre 8 a 14 anos e com origens do Oriente Médio, possibilidades de descondicionar e ressignificar o olhar para si, para o outro e para o meio (físico e subjetivo) no qual está inserido, para então, a partir disso, criar novas perspectivas e diferentes pontos de vista na construção da identidade e das relações em diálogo com o ambiente.

A condição errante de ser refugiado coloca o sujeito em situação de extrema vulnerabilidade social, econômica, política, emocional e psíquica. Os deslocamentos espaciais e culturais afetam diretamente as condições de sustento e proteção materiais e identitárias. A ruptura de modos de ser habituais, em seu país de origem, bem como a cisão de laços familiares e o distanciamento afetivo de importantes relações colocam a criança abrigada à mercê de manipulações, violências e estigmas que incidem sobre seu desenvolvimento identitário. Compreendendo que a identidade é uma narrativa do próprio sujeito como autor e protagonista de sua história, um movimento constante de transformação da identidade em relação aos contextos histórico-culturais e relações sociais (CIAMPA, 2007), os acontecimentos em torno da pessoa refugiada podem ser traumáticos a ponto de violentar a narrativa identitária dessa. Assim, as ações cuidadosas e protetivas de organizações como a Organização das Nações Unidas e projetos como esse são essenciais para a manutenção dos direitos humanos dos refugiados.

A arte, no contexto do projeto aqui desenvolvido, não possui um caráter assistencialista, mas de abertura experiencial para a ressignificação identitária e a possibilidade de sua transformação. A metodologia da construção da câmera permite a criação de diferentes pontos de vista sobre o objeto criado, sobre si, o outro, o espaço e a situação do ser. Essa construção é também um processo de transformação, literal, do material utilizado, por meio da reciclagem do papelão para o objeto câmera fotográfica. Esse movimento construtivo ativo pode propiciar o estímulo sensível e reflexivo sobre a identidade, pois o processo produtivo-inventivo oferece referências sobre as capacidades individuais. O uso deste recurso possibilita, além de um olhar para si, a experiência da intersubjetividade estabelecida nas trocas entre pares durante a oficina, seja durante a confecção do material, seja durante a experiência de focalizar-retratar o mundo e o(s) outro(s) sujeitos sob diferentes pontos de vista e perspectivas – o que provoca uma específica vivência relacional.

Assim, a aplicação desse projeto em Atenas visou acolher e estimular sensivelmente o movimento identitário das crianças refugiadas com o intermédio artístico da construção da câmera fotográfica de papelão. Durante o processo de construção das câmeras, as crianças subverteram a proposta ao, por iniciativa própria, imprimir marcas pessoais em seus objetos (que em princípio seriam padronizados), destacando suas singularidades e a conservação da expressividade, apesar do contexto de fragilização evidenciada pela condição de refugiados. Essas marcas tinham em comum cores vibrantes e palavras como mãe e pai, tanto em inglês quanto em suas línguas nativas, como o Árabe, por exemplo. O que permite refletir sobre a importância dos processos expressivos e lúdicos para a elaboração e produção de sentidos. Em campo, os profissionais do projeto relatam que é comum que os refugiados tenham dificuldades de utilizar e expressar suas lembranças em sua língua materna. Contudo, a expressão da singularidade por meio dessa experiência metodológica evocou a língua nativa destas crianças e adolescentes, algo de si e da vivência de ser refugiado provocou uma espécie de reconexão com suas origens. Experiências como

essa demonstram o quanto dessa origem ainda está presente enquanto memória viva e afetiva, apesar da vivência em um novo país e dos sinais de aculturação observados durante as intervenções. O principal resultado da construção da câmera foi entender o efeito (a incidência) da luz sobre os objetos, aguçando a curiosidade das crianças pela imagem invertida. A inversão da imagem na câmera pode ser compreendida, existencialmente, como possibilitadora de um descondicionamento do olhar em relação à experiência.

As atividades artísticas proporcionam a evocação da experiência sensível, vale destacar que por uma perspectiva fenomenológica, a percepção e apreensão dos sentidos se faz pela mediação corporal. A experiência desdobrada neste caso revela conexões e representações do ser no próprio material produzido, como se pudéssemos considerar a câmera como projeção deste corpo, deste ser. O movimento ativo-passivo do sujeito ao construir a câmera proporciona a descoberta de si em um novo objeto, um novo espaço e situação temporal. O corpo, como pivô do mundo e da existência (MERLEAU-PONTY, 2006), está em imbricada relação com a produção da câmera na atualidade da situação e se abre a novos sentidos intencionalmente. A sensibilização do ser-corpo se expressa na sensibilização do corpo-câmera: a produção singular, sensível e expressiva de um sujeito, sua identidade e história.

Por meio de um mergulho no sensível, é possível produzir experiências perceptivas sobre a agudeza do encontro e dos acontecimentos, sob o qual se pode enriquecer e reorganizar a imagem corporal, conforme a perspectiva de Merleau-Ponty; e ainda que no macro, ao observador, pareça não haver mudanças, no âmbito micro, há sempre novas emergências. José Gil (2005) defende que as experiências corporais são inundadas por imagens-nuas, ou seja, pelo condensado de pequenas imagens e percepções, fragmentos da vida, que indicam mais movimentos de forças com qualidade intensiva e não chegam a formar representação, e seguem atuando assim como códigos abertos por onde se configuram um singular caleidoscópio que catalisa a produção de sentidos e a imaginação. Assim, a arte, mediante experiência estética, sensível, corporal, pode suscitar estas imagens nuas, pequenas memórias e percepções, favorecendo uma experiência emocional-afetiva produtora de cultura, de linguagem e ressignificações, podendo ser assim articulada em sentidos terapêuticos – ainda que este não tenha sido o propósito da intervenção estabelecida.

Observa-se que mesmo com a barreira linguística que orbitava nos encontros, a arte e os processos estético-expressivos serviram como mediação interpessoal, evidenciando sua condição universal e transsubjetiva. Cabe também problematizar o processo visual, o olhar provocado, que espera movimento de retorno, e de acordo com José Gil (2005), faz “intervir o corpo na paisagem ... olhar implica uma atitude (...) meu olhar envolve os objetos numa atmosfera que, por um certo efeito de contrapartida, acaba também por me englobar” (p. 48). Portanto, o projeto convidou estas crianças a reinvestirem em si, no ambiente e, provocadas, passaram a atuar sobre a realidade – de forma que o processo proposto pode resgatar certa atitude ativa e autônoma frente a uma significativa destituição que o contexto de imigração costuma gerar.

REFERÊNCIAS

CIAMPA, A. C. Identidade. In: CODO, W. & LANE, S. T. M. Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 58-75.

GIL, J. A Imagem-nua e as Pequenas Percepções: Estética e Metafenomenologia. Lisboa: Relógio d'água, 2005.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 2006.



Docência e Alunos Imigrantes: discursos do sujeito coletivo

Autor: Munira Smidi (Munira Smidi)

Coautor: Janaína Fernandes

INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil recebe indivíduos de outras nações, onde a busca de trabalho e moradia não é a única preocupação destes imigrantes, principalmente para aqueles que aqui chegam com filhos, pois há também a preocupação com a educação. Segundo o censo escolar brasileiro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre os anos de 2008 a 2016 o ingresso de alunos imigrantes nas escolas brasileiras teve um aumento de 112% (BRASIL, 2016; INSTITUTO UNIBANCO, 2018).

Dentro deste quadro tem-se a inserção de alunos latinos, norte-americanos, asiáticos e europeus, aonde em sua maioria vão para escolas da rede pública de ensino. Mesmo com o aceite de entrada no país, não existem colônias feitas pelos povos que aqui passam a residir, o que acarreta na perda de costumes desses indivíduos de forma que acabam não preservando sua cultura (ALMEIDA & GRAZZIOTIN, 2016; REZNIK & COSTA, 2019).

Apesar das diversidades culturais existentes no país, a língua padrão culta apresenta-se com superioridade e apreende o prestígio social em relação às variações regionais e sociais. Neste contexto, a escola tem como função ensinar e garantir a aprendizagem da língua padrão no processo de alfabetização da educação formal (BARRERA & MALUF, 2004).

Os documentos oficiais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) e a Lei de Migração (BRASIL, 2017) prevê o direito ao acesso à educação tal como crianças e adolescentes nascidos no Brasil. Apesar dos alunos imigrantes possuírem respaldo nas leis brasileiras referentes ao direito de acesso a uma educação de qualidade, esses alunos enfrentam diversos problemas no que tange sua educação (BULLA et al, 2017).

A ideia da presente pesquisa partiu de um episódio da minha infância. Iniciei o processo de educação formal no Ensino Fundamental (antigo primário) na primeira série, época que teve início a minha alfabetização. Nesta fase a professora ditava as palavras e em seguida eu escrevia na língua árabe, minha língua materna, pois pouco falava o português. A professora dizia que eu tinha falta de atenção, ela enviava bilhetes para minha mãe e a mesma me repreendia dizendo que deveria prestar mais atenção às aulas. Foi onde percebi que havia duas formas de uma variação de linguagem e aos poucos fui me adaptando.

O presente estudo parte da hipótese que os alunos imigrantes enfrentam dificuldades em seus processos de ensino-aprendizagem ao se depararem com professores em instituições de ensino, em outro país, que apresentam desafios para receber esse público, devido à diversidade linguística e cultural. De tal modo, a seguinte questão norteia o presente estudo: o que pensam os professores sobre alunos imigrantes no processo de alfabetização? Portanto, o objetivo desta pesquisa é analisar os discursos de professores sobre alunos imigrantes.

GT e eixo temático escolhido

EIXO 8.

Psicologia social e políticas de igualdade racial e étnica no Brasil

GT22: Migrações e processos de subjetivação.

GT07: Ambiente, cultura e identidade.

GT10: Conflito, política e modos de subjetivação nos territórios: reflexão sobre as práticas metodológicas.

Orientação teórica

O aporte Teórico das Representações Sociais possibilita a compreensão dos significados construídos socialmente sobre o objeto de estudo desta pesquisa. As representações sociais são consideradas formas de conhecimento do senso comum, organizadas e partilhadas socialmente, e que servem para tornar compreensível e comum a realidade na qual os indivíduos estão inseridos. De tal modo, as representações sociais constituem conceitos criados na vida cotidiana, guiam comportamentos e traduzem a posição e a escala de valores do sujeito e da coletividade (MOSCOVICI, 2012).

MÉTODO

O método utilizado na fase de investigação foi o estudo qualitativo, do tipo descritivo exploratório pautado na



Teoria das Representações Sociais. A pesquisa foi desenvolvida com amostra não probabilística de 35 professores, inseridos em instituição de ensino pública localizada na região central de São Paulo. Foi utilizado um roteiro com questões abertas, construído pela pesquisadora que abordou questões relacionadas ao objeto de estudo (aluno imigrante).

A coleta de dados ocorreu em dia, hora e local previamente agendado. Os dados foram analisados por meio da Técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). O DSC é um instrumento que organiza os dados, ou seja, as respostas das participantes, com a estratégia de se extrair as ideias socialmente compartilhadas. A análise do DSC retira dos depoimentos as expressões chaves que são os recortes que melhor representam os conteúdos do discurso. O segundo passo é sintetizar de maneira precisa, a ideia central revelada na narração, possibilitando as categorizações. Por fim, o DSC resulta da síntese registrada na primeira pessoa do singular associando às expressões chaves que possui a mesma ideia central (LEFÈVRE & LEFÈVRE, 2005).

RESULTADOS

ALUNOS IMIGRANTES

São pessoas que vieram para tentar uma nova vida e recomeço em outro país, possuem grandes perspectivas no futuro. Algumas pessoas tem preconceito, falam que eles vêm para cá para tirar oportunidades de quem já está aqui, outras tentam dar um apoio. Apesar de esforçados e tímidos, eles tentam se socializar, pois o Brasil é um país de todos. Eles são bem comunicativos uns com os outros é um público fácil para desenvolver projetos em matemática para os que ainda não falam o idioma. Em geral a relação é quase amigável, mas fica claro a separação dos alunos em dois blocos dependendo de que país ele veio se for de um país europeu é bem visto, mas se for africano. Há diálogos à medida que surgem conflitos. São alunos carentes emocionalmente, pois além de não entenderem a língua se veem em um país que não é o seu. Possuem dificuldades com o português, pois eles querem se comunicar logo e não entendem o que estamos falando. Precisaria de profissionais que falassem mais de uma língua, seria bom oferecer curso de línguas gratuito para os professores. Atualmente não temos uma assessoria como intérpretes para que os mesmos consigam desenvolver um aprendizado no cotidiano escolar (DSC dos professores participantes).

DIFICULDADES COM A LÍNGUA NÃO NATIVA

São crianças com culturas e idiomas diferentes tentando aprender. Todos os alunos são acolhidos com muito carinho e atenção e uns aprendendo com os outros e muitos servindo aos colegas como intérprete. O relacionamento é ótimo, estão sempre dispostos a ajudar os estrangeiros. Nenhum deles forma guetos na sala de aula. Penso que eles promovem transformações positivas no convívio social e a possibilidade de compartilhar outras culturas. Alguns são educados, atenciosos e focados em sonho de construir um futuro melhor e ajudar seus próximos. A maioria é mais interessada do que os brasileiros, mas por outro lado há aqueles que são muito fechados. Quando dominam bem o nosso idioma, chegam a ser melhores que os nossos próprios alunos. Aluno é aluno em qualquer lugar e estes são alunos cidadãos como qualquer outro, mas requerem mais atenção devido a dificuldades com o idioma e a realidade do país, pois nenhum chega sabendo vão se adaptando com o tempo. Possuem mais facilidade com a matemática, por ser uma linguagem universal, pois é igual em seu país de origem. Como eles dizem "tenho que fazer contas para trabalhar português" porque pensam que isso poderá ajuda-los a alcançar a proficiência. O Português se trata de um novo idioma e por causa do idioma fazem uma mistura e apresentam dificuldade com gramática, conjugações verbais e vocabulário, o que atrapalha o aprendizado. Assim, tenho que trazer atividades diferenciadas e sempre fazendo a socialização. Em certas escolas há um departamento para isso outras não há nada. O Estado deveria ensinar a língua para que eles aprendam com os outros, não faltam políticas públicas para que eles não sejam tratados com preconceito, como um ser sem direitos, como alguém inferior. Necessário um trabalho mais eficaz concreto, com orientações em HTPC e profissionais capacitados (DSC dos professores participantes).

Conclusão

No que tange a educação, o ensino deve estar pautado no combate ao preconceito e na promoção das diferenças, de forma que o aluno estrangeiro se sinta acolhido e possa exercer o seu direito a educação de forma digna, além disso, é necessário que os professores recebam algum tipo de preparo que corrobore com sua prática, bem como materiais que auxiliem o aprendizado do aluno.



Imigrantes e acadêmicos de psicologia: coexistência no âmbito da extensão universitária

Autor: Clécia Lino da Silva (UFMT)

Coautor: Maria Aparecida Campos (UFMT)

Esse estudo refere-se a intervenções psicossociais e capacitações desenvolvidas no âmbito da extensão universitária pelo Grupo de Extensão Multidisciplinar de Apoio à Imigrantes – GEMAIs, inseridos em projeto de extensão (2019) da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, campus Cuiabá. Sabe-se que nos últimos anos cresceram no país o número de imigrantes haitianos em busca de melhores oportunidades e condições de vida após os desastres naturais que devastaram seu país no ano de 2010. A ausência de recursos para recuperação fizera com que muitos desses imigrantes deixassem o seu país de nascimento. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR (2017), o número de haitianos refugiados passou de aproximadamente 33 mil, em 2010, para 73 mil em 2014. Nesse cenário, o Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros – SINCRE, do Departamento de Polícia Federal do Brasil, registrou que o número de migrantes haitianos de longo tempo no país subiu de 304, em 2010, para 12.354, em 2017, totalizando 95.497 neste período, sendo 64.628 para homens e 30.869 para mulheres, com faixa etária predominante de 25 a 40 anos (OLIVEIRA, 2018). Dado essa problemática, o GEMAIs surge como uma iniciativa multidisciplinar do curso de Psicologia da UFMT com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento de ações direcionadas a segmentos mais vulneráveis da sociedade, como o constituído por imigrantes e refugiados, em sua maioria, venezuelanos, haitianos e cubanos. Este programa de extensão universitária auxilia em questões relativas à organização e defesa dos direitos dos imigrantes, trabalhando através da orientação, formação/qualificação e articulação com demais cursos da Universidade e instituições prestadoras de serviços à comunidade, nas quais, visa atender suas necessidades de maneira inclusiva, promovendo sua inserção social. As ações realizadas pelos extensionistas se relacionam com atividades que permeiam o âmbito da Psicologia em diferentes contextos de atuação como: Organizacional e do Trabalho, Comunitária, Saúde e Educacional. Nesse sentido, este projeto possui três eixos de organização: 1. Trabalho, 2. Formação e Cidadania, 3. Saúde, nos quais é trabalhado intervenções psicossociais, tais como: produção de documentos válidos no Brasil; produção de currículos para trabalho, captação e redirecionamento de vagas em prol de garantir meios de subsistência para esses imigrantes; realização de oficinas que apresentem aos imigrantes a realidade do mercado de trabalho brasileiro; organização de capacitações profissionais para a população de imigrantes; contratação de grande quantidade de empresas a fim de criar uma rede de possíveis empregadores; promoção de aperfeiçoamento profissional em conjunto com outros cursos da UFMT, instituições sociais e pessoas físicas; realização de rodas de conversas que debatam temas como gênero, sexualidade, violência doméstica, preconceito étnico racial, trabalho escravo, dentre outros, revalidação da educação formal, acompanhamento de trabalhadores e de empregadores, organização de oficinas e rodas de conversa, atendimento psicológicos no método de plantão, orientação e encaminhamento às políticas públicas e estudo da língua portuguesa. Teoricamente, esse trabalho utiliza-se dos pressupostos da Psicologia Social em articulação com a Psicologia do Trabalho, que acreditam no processo psicossocial, a relação entre o meio e os aspectos psíquicos em um processo dialógico. A psicologia social possui como foco em como o ambiente social influencia os comportamentos dos indivíduos, ou seja, os significados compartilhados por determinados grupos sociais. Nesse sentido, toma-se o comportamento humano como constituições em articulação histórica e social e. Metodologicamente, os estudantes extensionistas realiza ações de acolhimento aos imigrantes em parceria com o Instituto de Proteção e Amparo a Mulheres Dependentes Químicas do Estado de Mato Grosso – IRPAMDEQ. Em seis meses de atuação, foram realizadas, oito cursos profissionalizantes, três oficinas sobre mercado de trabalho brasileiro; três oficinas sobre leis trabalhistas brasileiras; três oficinas sobre direitos sociais; três oficinas sobre saúde pública; quatro rodas de conversa sobre gênero, sexualidade, violência doméstica, preconceito étnico racial, infecções sexualmente transmissíveis, doenças infecto contagiosas, promoção de higiene e saúde; e aulas de língua portuguesa, alcançando em torno de 150 participações ativas. Os resultados parciais obtidos por meio de conversas com os imigrantes indicam satisfação e reconhecimento da importância das ações, além da participação ativa com sugestões de temas e apontamento de necessidades. Além disso, toma-se a aprendizagem como um processo interacional e relacional com a alteridade, e assim o projeto GEMAIs atua na promoção da formação acadêmica através da ação direta em campo. A avaliação tem sido contínua por meio da verificação do interesse e participação dos imigrantes nas atividades propostas, da quantidade de currículos produzidos, do número de imigrantes encaminhados para processos seletivos e empregados, do acompanhamento

da situação dos imigrantes já empregados, da realização das oficinas, capacitações, plantões psicológicos, verificação do aumento das oportunidades de trabalho, do tempo de permanência dos imigrantes em seus empregos; e do feedback fornecido pelos empregadores e imigrantes empregados. Dessa forma, conclui-se que o projeto de extensão universitária GEMAls potencializa a inserção dos imigrantes na cultura brasileira e promove a coexistência grupais entre os haitianos e brasileiros.

Negação Identitária: O Impacto do Racismo Estrutural no Desenvolvimento de uma Criança Haitiana Imigrante

Autor: Clécia Lino da Silva (UFMT)

Coautor: Daniela Barros da Silva Freire (UFMT) e Ilgentche Appolon (UFMT)

O presente resumo se refere a uma análise compreensiva de observações participantes de uma criança haitiana imigrante na relação com seu pertencimento racial. Sabe-se que o fenômeno da imigração tem aumentado no país, principalmente devido as condições econômicas e desastres naturais existentes. Nesse sentido, este estudo parte da hipótese de que crianças haitianas quando entram em contato com o racismo instituído em sociedade no Brasil, sobre o predomínio de ideologia de valorização social da brancura da pele, configura impactos nas suas constituições identitárias, ou seja, na significação de si estabelecido na relação com o outro. Dentro dessa perspectiva, esse trabalho procurou analisar as significações de si, de uma criança haitiana considerando o atravessamento das representações sociais do ser negro no Brasil quando compartilhadas na sua inserção social/escolar. Esse estudo foi desenvolvido em um Instituto não governamental de amparo à indivíduos em situação de vulnerabilidade social na cidade de Cuiabá – MT. Foi realizado pelo Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância (GPPIN) em parceria com o Grupo de Extensão Multidisciplinar de Apoio à Imigrantes (GEMAls), ambos da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). A orientação teórica utilizada, foi orientada a partir da perspectiva psicossocial e se deu na interlocução entre a Teoria Histórico Cultural (VIGOTSKI, 2009), principalmente considerando a noção de situação social de desenvolvimento e os estudos sobre formação da consciência (VIGOTSKI, 1996) e a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2010) no que diz respeito a dimensão identitária das representações sociais. Considera-se que a Representação Social do negro, foi construída a partir de práticas hegemônicas privilegiando padrões e grupos sociais em detrimento de outros grupos e como consequências, a exclusão social e a hierarquização de racial são atuantes nesse processo discriminatório. Este trabalho objetiva analisar indícios e possíveis impactos do racismo institucional na construção identitária de uma criança imigrante, bem como a sua tomada de consciência a respeito da relação racial preconceituosa existente, levando em consideração a situação social de desenvolvimento do sujeito do estudo. Nesse sentido, acrescenta-se que para compreender o desenvolvimento da criança é importante considerar os elementos que determinam sua conduta, assim como olhar para o contexto social em que ela está inserida. A situação social de desenvolvimento postulada por Vigotski considera o desenvolvimento infantil como fruto de vivências e o seu acesso à cultura. Além disso, a mediação de vivências, como uma relação dialética com a alteridade, proporciona a formação de estruturas da consciência social. Sendo assim, conclui-se que a situação social é atuante no desenvolvimento da consciência da criança nos diversos períodos evolutivos. Além disso, considera-se o racismo como elemento estrutural (ALMEIDA, 2018) ou seja, fruto de circunstâncias histórico-culturais de práticas racistas que se tornaram naturalizadas ao longo do tempo, tendo dessa forma reproduções sistêmicas na organização política, econômica e jurídica da sociedade. Essa relação estrutural impacta diretamente nos processos de subjetivação dos sujeitos, sendo que a dimensão identitária do tornar-se humano não está atrelada na sua afirmação como esse ser, mas, em se aproximar do modelo esbranquiçado. Para fins metodológicos, adotou-se a observação participante (MARTINS, 1996) e inspirou-se na noção de adulto atípico (CORSARO, 2005), sendo realizada duas sessões de observação com a criança haitiana em uma brinquedoteca do instituto de amparo em apoio social, totalizando oito horas de observação. A postura adotada se estabeleceu em um processo dialógico e intergeracional, ou seja, não se exerceu relação de autoridade desnecessária por parte dos pesquisadores para com a criança haitiana. Os resultados obtidos demonstram a negação do pertencimento étnico e racial pela criança desse estudo, sendo possível notar a adesão ao conteúdo representacional do negro como alguém feio e inferior, que é reproduzido institucionalmente. Assim sendo, a criança rejeitava a identificação de sua nacionalidade e demonstrava aspiração em aderir a uma nova identidade social, a de ser brasileira. Bem como, negou-se em se comunicar em sua língua mãe – o Crioulo, na preferência em ser anunciada como brasileira

que fala a língua portuguesa. Considera-se que ao entrar em contato com conteúdo hegemônicos das representações sociais do ser negro no Brasil, a criança vivenciou o estranhamento em relação ao si mesmo, na sua dimensão identitária, assumindo a perspectiva do outro (esbranquiçado nomeado como marrom) como modelo de privilégios e assim o fenômeno do branqueamento é notável e se ancora a uma ideologia de valorização social existente do grupo dominante. Além do mais, esse estranhamento dela ao viver o não familiar é ressaltado considerando sua situação social de desenvolvimento, principalmente no acesso à cultura e a conteúdos de embranquecimento que outrora não era vivenciado demasiadamente. Dessa forma, evidencia-se indícios de que as vivências orientadas pelo racismo por criança imigrante têm impactado o seu desenvolvimento identitário, à medida que a criança demonstra adesão ao conteúdo representacional hegemônico na valorização de preferências raciais em detrimento de outras, aspecto que tem mobilizado negação étnica, racial, bem como negação de sua própria nacionalidade.

O acolhimento e a escuta de migrantes e refugiados: experiências do atendimento psicossocial em um projeto de extensão universitária

Autor: Gustavo Pedroso (Universidade Federal do Paraná) e Elaine C. Schmitt Ragnini (UFPR)

Este trabalho aborda o acolhimento e a escuta de sujeitos migrantes e refugiados em um Projeto de Pesquisa e Extensão de uma universidade pública brasileira, signatária da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, do Alto Comissariado para Refugiados da Organização das Nações Unidas. Propõe uma discussão sobre as relações entre a migração e os processos de subjetivação dessa população, mobilizando a articular: 1) o reconhecimento das especificidades das migrações e do refúgio na organização psíquica dos migrantes e refugiados; 2) uma escuta sensível que possibilite identificar os atravessamentos subjetivos em suas demandas concretas; 3) a criação de um espaço público destinado ao acolhimento destes indivíduos; e 4) a atuação de estudantes em formação profissional e psicólogos nesse campo de trabalho. Marcados pela repentinidade e involuntariedade do deslocamento, os migrantes trazem junto de si, ao país de acolhimento, pouco do que os representava em sua nação de origem, deixando para trás os aspectos que constituíam suas identidades: hábitos, relações, status profissional e social, residência, entre outros (Martins-Borges, 2013). Em tempo anterior ao abandono destes aspectos constitutivos, o sujeito deslocado sofreu de uma contínua precarização de sua existência, motivando-o, de fato, ao deslocamento. A fragilização das estruturas discursivas, marcadas pela falência simbólica do conjunto de valores, ideais e tradições às quais o sujeito se identificava, coloca-o em desamparo discursivo (Pujó, 2000 citado por Rosa et al, 2009). A ordem da perda e do traumático da migração apontam uma dissolução de sua identidade, isto é a “perda do laço identificatório com o semelhante” (Rosa, 2012 p. 72). Sua ficção de si mesmo é abalada, deixando-lhe indefeso perante a interpelação traumática do Outro ao não poder produzir uma demanda como resposta a esta. Não mais resguardado do real de sua experiência, o deslocamento geográfico apresenta-se como uma possibilidade de deslocamento psíquico para o sujeito. Desta forma, de frente aos possíveis impactos psíquicos da migração involuntária, propõe-se um próximo passo: direcionar uma escuta sensível a este sofrimento. Compreende-se esta possibilidade através do encontro ético entre o profissional - ou o estudante, e àquele a quem pretende se acolher: o migrante. Através da oferta de uma escuta que permita ao sujeito reconstruir um lugar no qual se veja desejável para o Outro, produz-se um espaço que convida à articulação significativa, não seu silenciamento. Adverte-se, entretanto, que em um primeiro momento o desamparo do migrante o submete à dimensão psíquica da urgência, das queixas concretas e de ordem material. Colocando em primeiro plano a necessidade “como se aquilo que necessita não estivesse ligado à importância de seus planos, dos desejos e da força que teve para superar as adversidades do caminho” (Seincman, 2017 p. 18). No encontro do profissional da migração com o sujeito deslocado, a urgência pode resultar no silenciamento e na universalização de sua experiência. Portanto, é necessário convocar ao trabalho aqueles que se debruçam sobre a migração. Propõe-se uma alternativa institucional, vinculando a escuta sensível das narrativas de migração e refúgio à construção de um espaço em que se produzam novos discursos e saberes. A experiência de atendimento psicossocial realizado na Sala 28, localizada no Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná, como uma das atividades da Psicologia no Projeto de Extensão e Pesquisa Migração e Processos de Subjetivação: Psicologia, Psicanálise e Política na Rede de Atendimento a Migrantes, revela-nos uma abertura da escuta a estas narrativas. A possibilidade de um atendimento constituído desde a ética da psicanálise no contexto psicossocial gravita no valor da palavra como apelo. Existe um sujeito, afirma-se, e ele é o eixo em que incidem às questões políticas e materiais da migração e do refúgio, concretizando-se no espaço através de um discurso. Em contrapar-

tida a este ato, constitutivo e constituinte do fazer no projeto, fornece-se a escuta - escuta capaz de acolher o que há de apelo nesta fala, podendo a ele responder. Uma resposta que não se reduz à satisfação ou à gratificação do apelo (Eliá, 2013). O ensino desta prática se presentifica no encontro do aluno extensionista, ou do psicólogo, com o migrante. Através do contato com a alteridade radical própria do estrangeiro - este Outro que questiona nossas práticas pessoais, políticas e institucionais de acolhimento - aquele que atende é convocado a escuta-lá. Através de uma formação ética e política, torna-se possível ao estudante, e também ao psicólogo, ouvir e acolher as experiências da migração, sem homogeneizar estas vivências ou reproduzir discursos biologicistas, universalistas e patologizantes (Knobloch, 2013). O reconhecimento de nossos limites institucionais possibilita o desenvolvimento de um caminhar junto do migrante e do refugiado pela cidade, constituindo a rede de acolhimento. Possibilitando que este sujeito se aproprie do espaço público e possa por ele se desloca, propõe-se que o acolhimento ético e implicado, desenvolvido na Sala 28, deve supor não somente o amparo material do migrante e do refugiado, mas uma escuta capaz de explicitar os atravessamentos subjetivos próprios a este desamparo. A demanda por estas necessidades concretas é fundamental como primeira forma de se construir um laço com o outro, sendo assim, desta forma, "a dimensão da necessidade também está atrelada a uma possibilidade de construção de si". (Seinman, 2017 p. 19). Apostamos em uma posição ético-política do trabalho clínico-institucional (Moro, 2013 citada por Knobloch, 2013), ou seja, levar em conta a multiplicidade de contextos, culturas e línguas que emergem no campo das migrações e com as quais se convive no dia-a-dia do trabalho com esta população. Transporta-se este raciocínio para a prática no espaço público, conforme nossa necessidade, considerando as singularidades do sujeito em seu contexto atual, articulado ao seu contexto cultural de origem. Assim, no atendimento psicossocial, é necessário que a multiplicidade de línguas, histórias e memórias circule no espaço público, permitindo a produção de novos discursos sobre aqueles que são acolhidos e sobre aqueles que os acolhem. Do desenlace vivenciado em todo processo migratório, visa-se - com o trabalho de acolhimento e escuta, o enlace, o laço social entre sujeitos de diferentes línguas, culturas, histórias e formas de se (re)conhecer sujeito no mundo.

O processo migratório e o sistema único de assistência social: breves reflexões acerca dos desafios contemporâneos.

Autor: Cyntia Rolim (Cyntia Rolim) e Valber Sampaio (PPGP - UFPA)

Coautor: RAFAELE HABIB SOUZA AQUIME (RAFAELE AQUIME) e Elaine Lobato Nery (UFPA)

O mundo inteiro tem assistido ao fenômeno de intensa mobilidade de sujeitos dos seus territórios de origem para outros. No processo etiológico da palavra, "migração" é o ato correspondente à mobilidade espacial/territorial. Assim, os/as imigrantes são sujeitos que adentram determinado espaço territorial buscando formas de estabelecimento e melhorias de vida. Nesse sentido, o processo migratório no mundo não é um fenômeno atual; identifica-se diversos povos ao longo da história da humanidade que apresentaram fluxos de mobilidade impulsionados por diversos aspectos, como questões de ordem políticas, da desigualdade social, dos conflitos armados, conflitos étnicos, religiosos, dentre outros/as. Segundo Barreto (2010), há inúmeros registros históricos, como na Grécia antiga, em Roma, no Egito e na Mesopotâmia, que constituem situações de saída de seu território para outros. Neste período, havia um caráter religioso que imbricava a possibilidade de refúgio em locais considerados sagrados, o que evitava a perseguição por parte dos governos e exércitos. Após a 2ª guerra mundial os fluxos de migração entre territórios se intensificam diante da diminuição dos riscos nos deslocamentos; processo reafirmado com os Artigos XIII e XIV da Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando versa, respectivamente, que "XIII – I. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado; II. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país". Três anos posterior ao momento histórico diante da Declaração Universal dos Direitos Humanos, fora organizado o Estatuto dos Refugiados (1951) na tentativa de resolver esse fenômeno na Europa, no período pós-guerra, consolidando o âmbito dos direitos aos/as refugiados/as. Atualmente, um dos principais fatores de migração ao território brasileiro correspondem à questão econômica e, conseqüentemente, a desigualdade social. O auto índice de desemprego, de custos econômicos de vida, dentre outros, são os "motores" que desencadeiam esse intenso fluxo de mudanças territoriais. Segundo o Comitê Nacional para Refugiados – CONARE, no ano de 2017, foram registrados o reconhecimento de 10.145 pessoas que chegaram ao Brasil, de diversas nacionalidades; ao todo, foram cerca de 33.866 pedidos de situações de refúgios no território brasileiro, e os/as venezuelanos/as

representam mais da metade desses pedidos, totalizando 17.865 solicitações. Delineando um recorte regional, no que tange o território paraense, há intenso processo de mudança territorial da população venezuelana, especificamente a etnia indígena Warao - uma das maiores populações do território venezuelano. Com a Venezuela marcada por um intenso processo de crise, conseqüentemente, apresentando altos índices de desemprego, desvalorização da moeda, hiperinflação, escassez de bens alimentícios e dificuldade de acesso à determinadas produções, assim como vive uma intensa perda de programas sociais, há recorrência de um aumento significativo de deslocamento da etnia aos territórios vizinho, como é o caso do Brasil. Diante deste fenômeno, emergem demandas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema este que se configura enquanto uma política pública consolidada no ano de 1988 através da Constituição Federal da República, partindo da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), para atender à garantia da proteção integral aos/as que dela necessitem, tanto no que concerne a prevenção aos riscos, como são denominadas as pessoas em vulnerabilidade social, quantos às pessoas que já se encontrem nesta conjuntura social; tais como: necessidades básicas, a segurança de sobrevivência, a segurança da acolhida e do convívio familiar. Seguindo tais pistas, o estudo apoia-se no objetivo de problematizar o fenômeno migratório no norte do Brasil, tendo como referência as práticas do município de Castanhal/PA, o qual se localiza nordeste paraense, e alguns desafios postos ao SUAS, principalmente ao âmbito dos serviços que são oferecidos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Coaduna-se à temática do Grupo de Trabalho diante a possibilidade de realizar um diálogo de como se estruturam algumas práticas no município Castanhal/PA relacionando os modos de subjetivação, aos impactos psíquicos e sociais inerentes ao processo migratório referente aos diversos grupos de imigrantes e de refugiados e seus respectivos acessos à cidadania: à saúde, à justiça, à moradia, enfim, às condições dignas de existência. A metodologia apresentada para o estudo está em torno do relato de experiência, que através da descrição precisa e contextualizada assim como está ancorada em referenciais teórico-bibliográficos acerca da temática; tais são autores como Michel Foucault, Robert Castel, dentre outros/as. Enquanto resultados, identifica-se que a Política Nacional de Assistência Social tem enfrentado profundos desafios diante das atuais temáticas que se engendram na realidade, dentre estes o atendimento à população migrante venezuelana, em específico a etnia Warao. Não obstante, há também conflitos diante das legislações, que têm sido motivo de profunda falta de entendimento no que tange, por exemplo, as crianças de etnias Warao, já que estas acompanham suas genitoras no processo de solicitação de auxílio para subsistência e adentram o debate ligado ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que não versa acerca de situações singulares, tais como esta. Pensando a partir dos papéis estatais conjugados as iniciativas da sociedade civil pode-se dialogar acerca do fenômeno migratório no município de Castanhal/PA, uma vez que pela identificação realizada pela equipe do Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS, 33 pessoas Venezuelanas da etnia indígena Warao, representadas por três famílias, se encontram em abrigo provisório disponibilizado por uma Organização Não Governamental – ONG, chamada Movimentos Focolares (Movimento Cristão Católico fundado em 1943); dentre estas, aproximadamente 10 crianças, não sendo este o primeiro espaço a recebê-los, tendo em vista que alguns regressaram do Município de Altamira e outros do Município de Belém. Os desafios enfrentados pela Gestão Pública de Castanhal são incontáveis, apontando-se a ausência de equipamentos essenciais para uma efetiva acolhida, através de serviços de acolhimento institucional para famílias, o trabalho intersetorial indispensável junto a educação, saúde, emprego e renda, os quais fragilizam-se sobremaneira por, dentre outros fatores, não ofertarem serviços condizentes ao perfil dessa população. Como processo conclusivo do estudo, identifica-se a necessidade de pensarmos conceitos significativos para a prática da Psicologia, como o de “desfiliação e “reflantropização”, fazendo referência a indivíduos que estão à margem das garantias do Estado, sendo dessa forma os excluídos dos progressos sociais, isto é, os sem trabalho, sem domicílio fixo, etc, já que a letalidade simbólica é tão agressiva quanto a trazida pela concretude da sociedade. E, sabendo, que este fenômeno também se insere em uma crise que se enlaça com a expansão do neoliberalismo atual. Assim como considera-se a necessidade de pensarmos intervenções técnicas em que as dimensões de trabalho sejam pertinentes à essas pessoas, em concernência às suas compreensões de qualidade de vida e de bem viver junto a família e sociedade, já que muitas dessas intervenções partem do princípio de governamentalidade pautada em políticas públicas que não respeitam a pluralidade. Logo, são atuações que não podem perder de vista o elemento cultural e o diálogo entre as culturas como forma de não ocorrer novas vitimizações em um aparato estatal que precisa fundamentalmente garantir direitos sociais.



Processos de subjetivação de mulheres haitianas migrantes no mercado de trabalho em Campo Grande-MS

Autor: Krisley Amorim de Araujo (UCDB)

Coautor: Gabriela Pereira da Silva (UCDB) e LUCIANE (UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO)

A temática do presente trabalho se relaciona às migrações femininas contemporâneas e trabalho, com enfoque na migração de mulheres haitianas para Campo Grande- MS. Para compreender os fluxos migratórios femininos atuais precisamos nos remontar à identificação de seus principais propulsores e potencializadores, bem como também refletir sobre a vida cotidiana do migrante, principalmente acerca do trabalho, o qual se constitui como uma necessidade urgente na vida do migrante. Além disso, pesquisas recentes têm destacado a necessidade de estudar as migrações a partir da perspectiva de gênero, tal movimento permite maior aprofundamento e compreensão acerca das migrações. Historicamente no meio acadêmico o termo “migrante” foi naturalizado com sentido de uma conotação masculina durante um longo período, condição que coloca as experiências de mulheres migrantes em situação de invisibilidade e subalternidade. Compreendemos conforme aponta Marx que o trabalho representa a base fundante do ser humano e o que o constitui como ser social, assim, os deslocamentos humanos se acentuam em razão das crises estruturais do sistema global capitalista, nesse processo, os movimentos da classe trabalhadora atuam como um dos aspectos elementares da acumulação e valorização do capital, assim, o trabalho se torna uma mercadoria que ultrapassa fronteiras e torna uma massa de indivíduos disponíveis à exploração internacional. Nesse entendimento, se inserem migrantes, refugiados e apátridas, os quais buscam na migração a continuidade de seus projetos de vida. Por meio disso, o objetivo da pesquisa foi identificar processos de subjetivação de mulheres haitianas no mercado de trabalho em Campo Grande- MS na medida, em que o trabalho expressa um fator de saúde psíquica, abrange a constituição do sujeito e assume centralidade e urgência na vida do migrante. Com isso, a proposta se relaciona ao GT:22 “Migrações e Processos de Subjetivação”, o qual busca debater os fluxos migratórios contemporâneos e seus desafios culturais, psíquicos, sociais que atravessam o cotidiano dos migrantes. A migração, configura-se como uma questão social que alcança a garantia de direitos humanos, acesso à saúde, trabalho, justiça, moradia, diante disso, identifica-se que o GT discute questões consoante à temática da presente proposta, qual são os fluxos migratórios atuais, impactos psicossociais da migração, no que tange à acolhimento, adaptação, inserção social, condições que refletem no modos em que essas mulheres são subjetivadas enquanto migrantes nos espaços de trabalho. De igual modo, a proposta dialoga com o Eixo Temático: 6 Estado, Democracia e Movimentos Sociais: contribuições da Psicologia Social, ao passo que a pesquisa discute as tensões da relações entre sujeito e Estado, qual é o caso do migrante, bem como dialoga na perspectiva de defesa de direitos e construção de uma sociedade democrática, no enfrentamento de condições de exploração e opressão. A metodologia da proposta foi constituída pela abordagem de pesquisa qualitativa. Utilizaremos como embasamento teórico e metodológico, os pressupostos da Psicologia Sócio-Histórica, a qual está ancorada na concepção materialista histórica dialética de Karl Marx. Assim, a forma de análise adotada compreende “o processo histórico humano a partir das determinações fundamentais da base material sobre a superestrutura, num processo necessariamente dialético” (KAHHALE; ROSA, 2009, p.25), desse modo a base material da sociedade está imbricada nos processos contraditórios entre as relações sociais e o desenvolvimento de forças produtivas. Os passos metodológicos se deram por meio da identificação de um grupo de mulheres haitianas migrantes em Campo Grande, após se estabeleceu contato com um migrante haitiano, o qual realizou a intermediação com um grupo de haitianas migrantes. Com isso, a coleta de dados foi realizada por meio de uma técnica metodológica denominada Snowball, na qual participantes iniciais da pesquisa indicam novos participantes até atingir o objetivo proposto. Assim, participaram da pesquisa 6 mulheres haitianas migrantes, as entrevistas foram realizadas em uma instituição de ensino em Campo Grande, a qual ofertava cursos de português e informática para os migrantes, assim, devido à particularidades do local, optou-se por aplicar a técnica de Grupo Focal, possibilitando a discussão de temáticas pertinentes ao objetivo da pesquisa. Após, as entrevistas foram transcritas e analisadas possibilitando os resultados da pesquisa. A partir disso, a pesquisa possibilitou verificar que as experiências das mulheres haitianas migrantes são marcadas por condições de exploração no trabalho, ocupações de baixa qualificação, extensão das jornadas de trabalho, desemprego, condições que expressam as contradições do capital e marcas de uma sociedade patriarcal e desigual, no entanto, foi possível visualizar a elaboração de formas de resistências, desenvolvimento de consciência de classe e possibilidades de transformação de suas histórias através do trabalho e da experiência migratória. Desse modo, o olhar para processos de subjetivação das mulheres migrantes neces-

sita partir de uma concepção histórica, produzida nas relações materiais de produção, marcadas por contradições e conflitos, no destrinchar das ideologias forjadas e naturalizadas. Considerando que o trabalho se constitui como o modo com o qual o sujeito transforma a natureza e nesse processo transforma a si mesmo, entendemos que através do trabalho, nas condições materiais das mulheres migrantes, elas podem reverter espaços subalternos em contextos de migração, alterando processos fomentadores da desigualdade de gênero e da dialética inclusão/exclusão.

Ser latino-americano na Escandinávia: uma experiência na Noruega

Autor: Melina Vaz (USP)

A Escandinávia apresenta uma oportunidade de relacionamento com a Europa que não foi, historicamente, mediada pela colonização, já que o povo que lá viveu, apesar de explorador, não formou colônias nas Américas. Também apresenta uma realidade cultural, (social e climática também) completamente diferente do que se encontra na cultura latino-americana. As diferenças culturais começam com a língua, passam pelo clima e pelas estações do ano, e vão até as concepções do papel do Estado e da Família, que acabam por mediar relações muito íntimas, como as de pais e filhos. A despeito de todas as vantagens de se viver em estado social democrático e em um dos países com os maiores índices de qualidade de vida do mundo, o tratamento que o Estado norueguês oferece às famílias (especialmente as estrangeiras) parece ser um ponto de polêmica entre a percepção latina e a percepção norueguesa de cuidado e responsabilidade parental, o que pode agravar ainda mais o quadro de vulnerabilidade desta população. Por exemplo, em uma pesquisa rápida no Youtube, sobre “como é viver na Noruega”, a principal queixa que se encontra sobre o país refere-se, justamente, a esta questão (além, é claro do altíssimo custo de vida). Por isso o objetivo desta pesquisa foi compreender as vivências de famílias latino-americanas que vivem na Noruega, e uma possível disputa de poder entre duas instituições sociais: o Estado e a Família.

Há uma dupla orientação teórica na presente pesquisa. A Teoria das Dimensões Culturais, proposta por Geert Hofstede e uma abordagem Fenomenológica-Existencial foram utilizadas para tentar compreender a complexidade envolvida nessas relações. A primeira serviu de suporte para a criação das primeiras impressões e hipóteses, e a segunda abordagem, aliada a uma prática de pesquisa etnográfica, foi o cerne da condução e da análise das entrevistas realizadas com os colaboradores.

A teoria mencionada apresenta a uma estrutura de como a maior parte das pessoas de diferentes culturas se comportam em relação a um determinado tema. Usualmente é muito utilizada no contexto organizacional, considerando que a distância cultural entre os diferentes países pode ser uma das primeiras barreiras no que se refere às negociações internacionais. Mas para além disso, esta também pode ser uma forma muito útil de autoconhecimento e de compreensão do quanto as culturas diferenciam-se entre si em termos de valores e organização.

Considerando a família com uma instituição social, e portanto um espaço de crescimento individual e coletivo, é possível inferir que a diferença entre os valores culturais terá um impacto nas relações familiares tanto quanto tem nas relações de trabalho de uma organização. Diferentes movimentos políticos interferiram no seio da composição familiar (LGBT, feminista, em defesa dos direitos das crianças), daí ser possível afirmar que a instituição Família sente diretamente a mudanças do contexto sócio-cultural.

Para compreender melhor esse fenômeno, foram realizadas entrevistas com 6 emigrantes latino-americanos (5 famílias, dentre as quais mexicanas, brasileiras e venezuelana) que aceitaram gentilmente contribuir para esta investigação. As entrevistas foram realizadas no local de escolha do colaborador, com duração de cerca de 30 minutos, que foram audiogravadas mediante a anuência dos participantes. As entrevistas se deram de forma pouco diretiva. Os colaboradores iniciavam suas falas com seu nome, sua idade, seus países de origem. Em seguida, a pergunta disparadora foi “Me fala, como você está?”, e se fosse necessário, um outro convite logo em seguida “Me conta sua história”, e daí a entrevista corria, num tom mais de conversa. Antes de finalizar, a outra pergunta era mencionada: “Você tem mais alguma coisa importante que você queira falar?”, e daí o colaborador poderia expressar alguma coisa que ele tivesse identificado como faltando naquele diálogo.

Esse material foi posteriormente transcrito e analisado com foco na criação de categorias significado de caráter fenomenológico. As categorias foram estabelecidas conforme a análise do conteúdo das entrevistas, primeiro uma análise individual da trajetória de cada colaborador. Depois as categorias foram reagrupadas por afinidade entre os tópicos levantados, a fim de formar corpo mais coeso de apresentação dos sentidos das falas e da construção desta identidade latina coletiva e compartilhada. Elas foram agrupadas por afinidades de significado em sete



diferentes categorias que descrevem os processos psicossociais presentes nas falas dos colaboradores: a) Motivação da migração (influência da família de origem, relacionamento afetivo, situação econômica e política do país de origem); b) Processo de adaptação (diferenças climáticas, busca por referências culturais dentro do novo país, relação com os pares latinos, instabilidade de sentimentos, regularização dos documentos e as dificuldades burocráticas); c) Barreira da língua (língua norueguesa como um elemento limitante das interações sociais formais); d) Sociedade norueguesa (desvantagens da sociedade norueguesa, vantagens da sociedade norueguesa, diferenças entre gerações norueguesas); e) Diferenças e comparações culturais (regras de convívio sociais, críticas e propostas de mudança à sociedade norueguesa, preconceitos: Negritude e origem latina) f) Educação e cuidado parental (concepções sobre as estratégias ideais de educar uma criança, mediação entre o Estado e a Família, escola como representante do Estado, percepção do papel do Estado em relação à criança) g) Nacionalidade e identidade (aceitação das nacionalidades e conciliação da identidade, aceitação parcial das nacionalidades e conciliação parcial da identidade).

O motivo mais recorrente para a migração foi o envolvimento em um relacionamento afetivo com uma pessoa norueguesa. Considerando as imensas diferenças culturais, o processo de adaptação não foi fácil para nenhum dos colaboradores. Foi possível extrair cinco elementos envolvidos no processo de adaptação: a) as diferenças climáticas; b) a busca por referências culturais dentro do novo país; c) a importância da relação com os pares latinos; d) um quadro de instabilidade de sentimentos; e) e os processos envolvidos na regularização dos documentos e as dificuldades burocráticas.

Um dos elementos essenciais do processo de adaptação na Noruega envolve aprender o idioma local. Dominar a língua norueguesa foi essencial para o processo de adaptação e integração ao país. O aprendizado no norueguês não é uma tarefa simples. Não se trata de uma língua de origem latina, e também não é uma língua muito falada no mundo, o que diminui a probabilidade de um contato prévio.

Considerando que todos os colaboradores vivem na Noruega por um período maior de um ano, eles sabem descrever bem o que consideram vantagens e o que consideram desvantagens da sociedade norueguesa. Muitas das desvantagens aparecem no contexto de comparação cultural. As vantagens referem-se, principalmente, à qualidade de vida que o país anfitrião proporciona, possivelmente um dos motivos de permanência no país.

Comparações culturais foram feitas de forma muito natural por todos os colaboradores. O assunto mais recorrente refere às regras de convívio social. A partir deste ponto os colaboradores começam a expressar opiniões e experiências muito diferentes. Há uma tendência por reconhecer como positivo o contato social mais íntimo, mais próximo, muitas vezes envolvendo o toque entre as pessoas (como muitos abraços e beijos entre familiares). Mas há outros aspectos da cultura latina que, quando comparados à cultura escandinava, nem sempre são vistos positivamente.

É justamente no momento de criação dos filhos que as diferenças culturais entre a cultura latina e escandinava parecem se sobressaltar. Os colaboradores apresentam diferentes posicionamentos em relação às concepções sobre as estratégias e valores ideais de educar uma criança. O Estado norueguês dispõe de uma série de políticas públicas de cuidado infantil e infanto-juvenil. Essas políticas se manifestam por meio de algumas instituições equivalentes e/ou similares ao nosso Conselho Tutelar. Muitas vezes, essas políticas públicas são vistas na forma como uma rede de apoio institucionalizada, que oferecem uma enorme ajuda para as famílias. Outras vezes são interpretadas como uma invasão no espaço social pertencente à Família. Mesmo instituições como a polícia podem assumir um papel instrutivo para a família.

Entre essas instituições, e em parceria com elas, a escola norueguesa se apresenta como mais um órgão de mediação entre a Família e o Estado, e por vezes funciona como uma representante deste último. A educação norueguesa, assim como toda a cultura de lá, promove um estreitando os laços entre indivíduo e natureza. Isso se concretiza em uma valorização por atividades ao ar livre e atividades físicas, em contraste, a educação latina tem uma certa tradição conteudista, uma cultura que valoriza a apropriação das informações.

Entre as culturas latina e escandinavas há indícios de uma incompreensão ou uma discordância entre o papel do Estado e o papel da Família na educação das crianças. A percepção do papel do Estado em relação à criança media as relações entre pais e filhos; entre os responsáveis (casados ou não) pela criança; e entre os responsáveis e os demais pares (responsáveis por outras crianças). A fala dos colaboradores indica uma busca por equilíbrio entre as duas referências culturais, e apresenta diferenças entre si. Entretanto, percebe-se uma busca por compreensão sobre a atuação de uma pessoa responsável por uma criança vivendo na Noruega. A parentalidade compartilha direitos e responsabilidades com o Estado norueguês, daí a compreensão de que se trata de uma relação dinâmica de disputa por poder e influência.



Universalidade psíquica: um pressuposto para trabalhos com imigrantes

Autor: Wanessa

Coautor: Isabella Tormena Ferraz, Viviane Ribeiro (UEM) e Eliane Domingues

Este trabalho está relacionado ao GT22 “Migrações e processos de subjetivação” que abre espaço para discutir os desafios ligados ao processo de migrações, bem como ao eixo temático 6 “Estado, Democracia e Movimentos Sociais” que propõe discussões relacionadas aos impactos psicológicos e sociais desse processo.

Os fluxos migratórios tem crescido de maneira contingente nos últimos anos, trazendo consigo a demanda de se pensar os impactos de tais fenômenos, uma vez que há uma complexidade de fatores envolvidos que colocam os sujeitos em uma condição de vulnerabilidade. Tal demanda recai sobre a psicologia, já que a dimensão psicológica do sofrimento mobilizado com as migrações ocupa grande espaço nesse cenário. Contudo, os desafios aos profissionais atuantes na rede de acolhimento são enormes, principalmente àqueles ligados a diversidade das questões culturais envolvidas no processo migratório.

Neste trabalho, buscamos discutir um pressuposto necessário a prática desses profissionais: a universalidade psíquica. Trata-se de um estudo bibliográfico baseado nas obras de Georges Devereux (1908-1985) e demais autores da etnopsicanálise. Para tanto, utilizamos a abordagem da etnopsicanálise, que articula conhecimentos da Psicanálise e da Antropologia de maneira complementar, sendo uma proposta teórica que tem na cultura elemento fundamental para se entender a constituição psíquica do sujeito, já que para Devereux (1953) cultura e psiquismo são conceitos indissociáveis e característicos do que é propriamente humano. É no processo de “culturalização” que ele entende que se substitui as manifestações biológicas e de caráter rígido, por outras que são flexíveis e adaptativas. Segundo Laplantine (1994), para Devereux

É impossível conceber uma cultura que não fosse vivenciada por um psiquismo (a primeira não existe em lugar nenhum a não ser no segundo). E, reciprocamente, é impossível pensar a própria formação da personalidade, isto é, os processos de aquisição cognitivos e afetivos, independentemente da cultura. Em outros termos, os mecanismos psíquicos nada mais são do que a face “interna” de processos culturais que podem ser, desse ponto de vista, qualificados de “externos”. (Laplantine, 1994, p. 73)

Ao considerar a universalidade psíquica como pressuposto, isto não significa que o psiquismo se expresse sempre de maneira idêntica - como exemplo, temos o complexo de Édipo, que mesmo sendo considerado universal na teoria psicanalítica, tem-se que a sua formação não ocorre de modo igual e padronizado em todas as culturas. Podemos citar aqui como exemplo, o livro *Édipo Africano*, em que Ortigues e Ortigues (1989) partem da hipótese da inexistência do complexo de Édipo nas sociedades africanas e acabam descobrindo que:

No modelo europeu do complexo de Édipo, o filho se imagina matando o pai. Aqui a versão típica seria: o filho referindo-se por intermédio do pai ao ancestral já morto e, portanto, insubstituível e fazendo dos seus ‘irmãos’ rivais. É por isto que as representações que utilizamos, falo coletivo, ancestral inigualável, só podem ser compreendidas em função do termo para o qual conduzem, o jogo da rivalidade-solidariedade entre irmãos (p.85).

Em “Etnopsicanálisis Complementarista” Devereux (1972) propõe explicar a universalidade do psiquismo e a validade das interpretações psicanalíticas da cultura por meio de duas teses: metodológica e formal. No que se refere à tese metodológica, pode-se afirmar: que 1) a análise de um aspecto permite obter proposições universalmente válidas. Exemplos disso são Durkheim e Freud, na qual o primeiro analisou de modo intensivo apenas uma instituição de uma só tribo e o segundo analisou os neuróticos vienenses, e mesmo assim obtiveram proposições universais. 2) De modo inverso, é possível afirmar generalizações válidas a partir de dados obtidos de uma ampla amostra. Nos dois casos citados “é possível extrair conclusões formuladas de maneiras diferentes, mas (em última instância) idênticos, aplicando um ou outro procedimento” (Devereux, 1972, grifo do autor, p.71, tradução nossa). Já a tese formal pode ser vista no fato de que os etnólogos levantaram um grande inventário sobre os comportamentos culturais e estes coincidem com as explicações da psicanálise sobre desejos, pulsões, fantasias, etc. Essas constatações são possíveis pois, em última instância, todos aspectos humanos são produtos do inconsciente. Levando-se em consideração essa universalidade, não seria necessário realizar uma pesquisa com um grande número de seres humanos para que se descobrisse aspectos do psiquismo que sejam inerentes a todos.

Devereux (1972) nos proporciona o conhecimento de que “todo homem, qualquer que seja sua etnia, funciona enquanto criador, criatura, manipulador e mediador de cultura, em todo lugar da mesma forma” (Devereux apud Bastide, 1971, p.13). Ou seja, embora haja uma singularidade significativa em cada cultura, não é necessário propor um modelo de atendimento específico, ou ainda, uma psicologia específica, a cada cultura existente na Terra, visto que há uma unidade psíquica da humanidade.



Considerando a universalidade psíquica, é também possível pensar em uma clínica transcultural. Esta se caracteriza por paciente e terapeuta não pertencerem à mesma cultura, ou seja, o terapeuta não tem domínio dos aspectos culturais específicos daquele paciente, mas mesmo assim é possível o sucesso terapêutico devido a ele possuir a compreensão do que é a Cultura em si (enquanto fenômeno universal) e a sua relação com a patologia apresentada, elaborando, a partir disso, o diagnóstico e condução do tratamento (Domingues, Honda, Reis, 2019; Araujo, 2016).

A clínica transcultural parte de uma proposta que privilegia o entendimento de Cultura desde o domínio mais amplo aqui descrito considera sentido universal envolvido no conceito, o que difere da proposta da clínica intercultural na qual o terapeuta, não sendo da cultura do paciente, emprega o conhecimento da cultura específica do paciente para a obtenção dos insights. Isso não significa que na clínica transcultural os instrumentos de facilitação no contato com o migrante sejam dispensáveis, pelo contrário, eles são tidos como válidos para o estabelecimento da relação terapêutica, no entanto, parte-se da ideia de que, conforme o tratamento se desenvolva, estes possam ser postos de lado (Devereux apud Moro e Lachal, 2008).

Entendendo que a cultura atua enquanto um codificador que possibilita com que se atribua sentidos ao mundo e que é a partir dela que se pode pensar as relações entre normal e patológico, tem-se a base para a clínica da migração. Esta exige complexidade do trabalho psicoterápico, uma vez que se considera que, nesses casos, em que há outra língua e pressupostos culturais distintos daqueles do terapeuta, a dimensão transcultural é um dos caminhos possíveis para o exercício da atividade clínica.

Para Moro e Lachal (2008) nas situações em que o clínico e o paciente não compartilham de uma mesma cultura, se faz necessária a criação de um novo continente cultural que permita a interação e o desenvolvimento do trabalho terapêutico. Isso é feito desde uma perspectiva chamada complementarista e que vai em um sentido diferente do que se tinha até então, o comparatismo. Enquanto no comparatismo há uma busca por estabelecer equivalências e pontos comuns entre uma cultura e outra, o complementarismo se pauta na proposta etnopsicanalítica da clínica transcultural e que tem na universalidade psíquica um de seus pressupostos. (Moro, 2015; Moro e Lachal, 2008)

Dessa forma, partindo da compreensão de Cultura e psiquismo enquanto fenômenos universais que se faz possível o trabalho como o da clínica transcultural, que leva em consideração a cultura do paciente mesmo sem conhecê-la em suas especificidades. Isso, pois, como argumentam Moro e Lachal (2008) é tendo em conta o princípio da universalidade psíquica que se entende que o sujeito é definido por seu funcionamento psíquico e que isso se aplica a todo ser humano, ou seja, independente de sociedade ou época e das mais variadas formas de viver que se encontra, sempre haverá um psiquismo que rege o indivíduo. O que se aplica também à questão da cultura, já que estando ela e o psiquismo intrinsecamente relacionadas, parte-se da ideia de que há "uma universalidade de funcionamento, de processo, de uma universalidade estrutural e de fato. Mas se todo ser humano tende para o universal, ele o faz pelo particular de sua cultura de pertença" (Moro e Lachal, 2008, p. 135). Destacamos que não se trata de desconsiderar a singularidade das diferentes culturas, visto que considerá-las enriquece o processo terapêutico, mas sim de ser possível o desenvolvimento de um trabalho psicoterápico mesmo quando não há possibilidade de conhecer a fundo a cultura do outro.

Referências:

- Araujo, A. R. A. (2016) Trinta e cinco anos no limbo e Outros Tantos Mais. (Master's thesis). Retrieved from: https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/12860/1/2016_ECSH_DA_Dissertacao_Ana%20Rita%20Assuncao%20Araujo.pdf
- Bastide, R. (1971). Prefácio. In G. Devereux. *Ensayos de Etnopsiquiatria General*. Barral Editores: Barcelona.
- Devereux, G. (1971). *Ensayos de etnopsiquiatria general*. Barcelona: Barral Editores.
- Devereux, G. (1972). *Etnopsicanálise Complementarista*. Buenos Aires: Amorou Editores.
- Domingues, E.; Honda, H.; Reis, J. G. dos. (2019). A etnopsicanálise de Devereux no filme Jimmy P.: uma introdução à clínica transcultural. *Psicologia em Estudo*, v.24, DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/psicoestud.v24io.38337>
- Laplantine, F. (1994) *Aprender etnopsiquiatria*. Tradução de Ramon Américo Vasques. São Paulo: Brasiliense.
- Moro, M. R. (2015) *Psicoterapia transcultural da migração*. *Psicologia USP*. v. 26, n. 2, p. 186 – 192.
- Moro, M. R.; Lachal, C. (2008) *As psicoterapias: modelos, métodos e indicações*. Tradução: Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Ortigue, M. C.; Ortigue, E. (1989). *Édipo Africano*. São Paulo: Escuta.

Vidas em movimento: refúgio, sofrimento e reinvenções do cotidiano na vida e na prática clínica

Autor: Laura Quadros (UERJ)

Coautor: Fabiana Ling Hui Pan (UERJ)

O fenômeno da migração vêm aumentando em todos os continentes e, atualmente, estima-se que haja cerca de 232 milhões de migrantes internacionais transitando pelo mundo. Especialmente no Brasil ainda há pouco material de pesquisa e ações sensíveis dedicadas à essa causa e, nesse sentido, consideramos pertinente abordar esse tema que nos aponta diversas possibilidades. O objetivo desse trabalho é apresentar uma pesquisa que vêm se desdobrando numa experiência que está sendo desenvolvida no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da UERJ de atendimento clínico à refugiados de diferentes nacionalidades. O refúgio constitui-se numa vivência radical e nos exige um olhar múltiplo, um olhar de integração de saberes em prol de uma realidade cada vez mais dramática e presente em nosso tempo. Nossa proposta é abordar o fenômeno da migração a partir de seus atores, as pessoas em situação de refúgio, considerando tanto a experiência de sofrimento psíquico quanto os arranjos possíveis criados pelos próprios refugiados a fim de suportar perdas inerentes a esse deslocamento dramático e ao mesmo tempo tão vital para tantos.

Consideramos que a psicologia pode trazer contribuições interessantes para esse campo de estudo uma vez que abrange aspectos subjetivos inerentes a experiência que transcendem a materialidade. A articulação que propomos entre a abordagem gestáltica e a teoria ator-rede nos permite tanto um alcance da dimensão sensível da experiência quanto suas reverberações no coletivo, uma vez que nos desloca de uma intervenção predominantemente individualizada e interiorizada para um compartilhamento que potencializa uma rede de suporte que nos aproxima de nossa humanidade. Portanto, a relevância desse estudo se constitui pela urgência do tema e pela necessidade de articularmos um conhecimento vivo num campo onde muitos processos ainda são desconhecidos ou afastados de nossa vivência cotidiana.

O fenômeno das migrações não pode ser compreendido de forma simplificada por apresentar peculiaridades e envolver pessoas que trazem suas histórias, diferentes culturas, expectativas, traumas e necessidades. No Brasil, no que tange as políticas públicas para esse segmento, ainda há muito a ser feito e trazer esse tema para a universidade cria uma oportunidade de compreensão mais ampliada daquilo que parece ser um dos grandes desafios políticos e sociais da atualidade. Não é possível fechar os olhos para os desdobramentos que esse grande deslocamento humano produz. São vidas em movimento em direção à rumos involuntários que trazem impactos em todas as esferas e exigem reflexões para a formação de conhecimento:

Considerando especialmente o campo da psicologia, a pesquisa acadêmica tem como função primordial construir conhecimentos em interface com os acontecimentos que emergem na vida. Assim, nesse cenário das migrações e direitos humanos, interessa-nos a possibilidade de constituirmos uma intervenção que se construa com esses atores e não sobre eles. Segundo Moraes (2010), devemos tomar nossos pesquisados não como elementos passivos, mas sim como sujeitos potentes e capazes de produzir efeitos na rede tecida na pesquisa. A pesquisa, então, se faz num campo de afetações reavivando o caráter dinâmico desse intervir. Daí nosso interesse em partir das narrativas de nossos pesquisados considerando-os como detentores de seu próprio processo.

Estamos nesse momento desenvolvendo uma linha de estágio no Serviço de Psicologia aplicada (SPA) no Instituto de Psicologia da UERJ, em parceria com a Cáritas (entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos ligada a Igreja católica, uma instituição que faz um trabalho pioneiro de assistência aos refugiados no Rio de Janeiro) e recentemente nos articulamos à Cátedra Sérgio Vieira de Mello (Cátedra que visa promover a educação, pesquisa e extensão acadêmica voltada a população em condição de refúgio é um dos objetivos da Agência da ONU para Refugiados - ACNUR). na UERJ. Assim, considerando as peculiaridades desse campo e a oportunidade de construirmos modos de intervir que possam reconhecer e legitimar as necessidades e os afetos experimentados pelas pessoas em situação de refúgio, compreendemos que essa pesquisa aqui pode nos trazer subsídios fundamentais para a compreensão e, conseqüentemente, proposição de ações inclusivas e de acolhimento às demandas emocionais, afetivas, bem como criar condições para a expressão livre e a apropriação da multiplicidade de histórias que compõe esse coletivo. Como bem nos aponta Chimamanda Adiche (2012), os perigos de uma única história estão no reducionismo e no apagamento das marcas da singularidade e da riqueza de mundos. Pensar que o mundo é feito de histórias como nos afirma Eduardo Galeano (2014) nos convida a refletir como lidamos com tantas e diferentes histórias que nos atravessam e conectam-se às nossas próprias histórias...



Em nossas práticas psi, onde articulamos a abordagem gestáltica e a teoria ator-rede tanto na pesquisa, na clínica quanto em situações extremas, a escuta de histórias é, ao mesmo tempo, nosso ofício e nosso desafio. O que fazemos com tantas histórias?

Que responsabilidades elas nos trazem? Podemos acreditar que há apenas uma versão, uma possibilidade que seja universal? Da pesquisa à clínica, as histórias são processos vivos que, muitas vezes, transcendem fatos e constroem desvios que nos provocam deslocamentos. Portanto, escutá-las e acolhê-las é ser atravessado por elas.

Para essa prática no SPA, contamos com uma equipe de estagiários multilíngue (inglês, francês, espanhol, além do português) e realizamos atendimentos clínicos na abordagem gestáltica, uma clínica de inspiração fenomenológica que compreende a pessoa de forma não determinista, considerando suas potencialidades e capacidades para estar no mundo em relação. Consideramos esse não apenas um exercício de uma clínica ampliada, mas também uma construção de possíveis, uma reinvenção do cotidiano nas práticas de intervenção desdobradas em reconfigurações nossas e também dessas pessoas que deixam suas pátrias para buscar novos modos de viver. Temos vivenciado um processo de descobertas, aprendizados e afetações mútuas onde tanto o sofrimento quanto a potência de vida são expressas, acolhidas e respeitadas em suas formas.

As migrações internacionais expõem as pessoas a situações de sofrimento, ainda que em nome da sobrevivência. Abrir um espaço onde a escuta e a livre expressão sejam as protagonistas desse processo, pode criar condições para a reconfiguração dessa experiência. Acolher, reconhecer e validar a vivência das pessoas em situação de refúgio cria um caminho para o conhecimento dessa realidade e a possibilidade de a compreendermos a partir de seus protagonistas. Nesse sentido, consideramos pertinente nossa participação no GT 22, visto que nossa temática tangencia a proposição de pensar o processo de subjetivação na situação de refúgio. Destacamos ainda que a prática aqui proposta se faz numa parceria a fim de criarmos melhores condições para suporte de uma experiência de sofrimento extremo que se desdobre em potencial de saúde e possibilidades de viver, para além do sobreviver.

Ao atuarmos com a dimensão sensível da experiência, articulamos ciência e vida numa totalidade indivisível, e desenvolvemos uma prática clínica a partir do que encontramos no campo do vivido.

Vidas em Trânsito: ascensão financeira e o enredo identitário que aprisiona na condição liminar.

Autor: Diane

Diane Portugueis, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo: Nosso foco é a investigação de como se organiza o processo de constituição, metamorfose e rearranjo identitário, dentro da perspectiva de liminaridade que atravessa a vivência de indivíduos em sua busca por maior autonomia financeira. Procuramos também compreender as crises implícitas aos seus movimentos no trânsito entre distintos espaços de vivência, em diferentes países. Nossos sujeitos são ítalo-brasileiros que atuam como trabalhadores em sorveterias na Alemanha. São jovens estimulados a adquirir o passaporte italiano pela rede existente entre as cidades de Urussanga-SC e Longarone, na Itália, que possibilita o recrutamento, o treinamento para o trabalho em gelaterias e a inserção na Alemanha. São relações com territórios diversos, uma vez que continuam a visitar sua cidade natal, onde adquirem propriedades para um futuro retorno definitivo. Englobam-se questionamentos acerca da relação construída com os territórios, inclusão/exclusão, produção de subjetividades, modos de opressão e políticas de identidade. Como os indivíduos lidam com a vida entre lugares e como isto transforma suas identidades são questões exploradas. A metodologia escolhida para obtenção de dados é a de narrativas de histórias de vida, que são analisadas com base no sintagma identidade-metamorfose-emancipação proposto por Antônio da Costa Ciampa, etnografia multissituada e entrevistas não diretivas.

Nossa pesquisa se deu junto a uma população de descendentes de imigrantes italianos nascidos no Brasil, cujo contexto da obtenção de sua cidadania italiana visa um objetivo específico. Trata-se de uma imigração de trabalho que começou no início da década de 1990 (SAVOLDI, 1998; SERAFIM, 2007). Esta imigração diz respeito aos descendentes de imigrantes italianos nascidos no Brasil, que emigram para a Alemanha com a finalidade de exercerem trabalhos em sorveterias e para tanto, adquirem a cidadania italiana por meio da obtenção de passaporte italiano em um processo que envolve grande investimento, tanto econômico, como emocional/psicológico (PORTUGUEIS, 2016).

Chamou nossa atenção a peculiaridade com que tal imigração acontece: os brasileiros descendentes de italia-



nos trabalham na Alemanha, não falam o idioma alemão, por vezes nem o italiano. Vivem na Alemanha durante a temporada da venda de sorvetes (quando as temperaturas se elevam) retornando ao Brasil no inverno europeu. Os brasileiros permanecem na Alemanha por cerca de oito meses, voltam ao Brasil e posteriormente reiniciam o novo ciclo na reabertura da temporada de vendas de sorvete no país. Caracteriza-se uma relação de circularidade, sendo a temporalidade importante fator de escolha para o trabalho na Alemanha, que torna possível o retorno anual. Neste país as sorveterias fecham no inverno.

No ano de 2014, quando iniciamos nossa pesquisa, encontramos poucos sites na internet que retratassem a existência desta imigração. Nestes, o que capturou nossa atenção foi a descrição deste fato como possibilidade de rápida ascensão social pelo trabalho na Europa, sendo o recrutamento da mão de obra exclusivo para pessoas que consigam obter o passaporte italiano. Percebemos que se tratava de um mercado específico, ligado à características que envolvem a formação de uma rede ligada à questões de ordem identitária e também políticas de identidade (CIAMPA, 2002). Tais redes, em sua gênese, “incluem” ao mesmo tempo em que “excluem”. O público visado para o trabalho em sorveterias deve ser necessariamente de descendentes de italiano, com possibilidade de viver na Europa sem restrições documentais. Não são todos os brasileiros que têm chances de trabalhar neste nicho, que contempla ítalo-brasileiros devidamente documentados. Cabe ressaltar que este público deve possuir respaldo financeiro antes mesmo da candidatura ao trabalho na Europa. Seja para a aquisição dos documentos para a retirada do passaporte italiano, como para arranjos familiares pré imigração, como organização de casamentos que antecedem a viagem, busca por acolhimento para os filhos que permanecerão no Brasil, bem como outras estratégias para a aquisição rápida do passaporte, à exemplo de sua solicitação diretamente na Itália (PORTUGUEIS, 2018). Tudo isso gera gastos elevados, além de empenho pessoal e desgaste. Alguns processos podem levar anos e a vida destes sujeitos passa a girar em torno disso, uma vez que além do projeto de vida estar focalizado na ida pra a Alemanha é necessário sanar dívidas feitas para a aquisição dos papéis. A expectativa é que o investimento econômico feito seja recuperado nas primeiras temporadas vendendo sorvetes.

Destaca-se tal possibilidade migratória como chance de ascensão social e financeira rápida, seja no imaginário daqueles que ainda não empreenderam a imigração, como nos comentários daqueles que já partiram. Trata-se ainda de algo construído junto ao imaginário de “retorno” do descendente italiano para a Europa. Retorno esse que deve ser “bem sucedido”, revertido em ganhos materiais como carros, terrenos e aquisição da casa própria no Brasil. São estes os fatores que levam muitos jovens ao consulado italiano para a obtenção do passaporte europeu tão logo atinjam a maioridade.

Para além da aproximação com a Itália, uma vez que são recrutados por italianos donos de gelaterias para o trabalho na Alemanha, a motivação principal é em primeira ordem econômica. De acordo com nossos entrevistados a região em que vivem não proporciona meios para que alcancem seu principal objetivo- a casa própria, sendo assim a Alemanha constituída desde a adolescência como possibilidade de rápida ascensão social e econômica. Há também um suposto prestígio creditado aos brasileiros que vão morar na Europa, podendo este também ser fator motivacional para a emigração. (PISCITELLI, 2008)

A partir das informações coletadas acerca do fluxo migratório de jovens da região de Urussanga-SC para a Alemanha, surgiu a necessidade de investigar-se tal realidade. Caberia averiguar como a rede migratória surgiu, como funciona, se mantém e se multiplica. Através de entrevistas com associações italianas de Urussanga, sabemos que anualmente é comemorado o aniversário da assinatura do acordo gemellaggio com a cidade italiana de Longarone.

Longarone é uma cidade italiana da região do Vêneto, Província de Belluno. É conhecida pela arte de fazer sorvetes. Desta região, emigraram muitos italianos para a Alemanha, onde possuem/administram sorveterias desde os anos 50, após a Segunda Guerra Mundial. Na cidade também é realizada a Feira e Mostra Internacional do sorvete, interessados do mundo inteiro visitam a região para participarem.

A rede que se desenvolveu por meio da assinatura do acordo gemellaggio entre as mencionadas cidades proporcionou que fossem facilitados acordos de trabalho e solicitações de passaportes aos interessados em trabalhar em gelaterias na Alemanha. Tal acordo, firmado nos anos 90, gerou a possibilidade de aproximação da região para o suposto resgate e reaproximação com a Itália (PORTUGUEIS, 2018) através do intercâmbio de seus jovens cidadãos. Na região são conhecidas as festas de exaltação a tradição italiana como a festa Ritorno alle origini e a Festa do Vinho, que acabam por atrair, além da população local, italianos de Longarone ligados a sorveterias alemãs que angariam jovens interessados no trabalho.

Trabalhar neste ramo não é uma atividade qualquer. Ligado ao imaginário do “retorno as origens” passou a ser, além de chance de ascensão econômica, um rito de passagem para jovens descendentes de italianos irem



“fazer a América” em alusão ao seus antepassados italianos no Brasil outrora. Esse caminho não é fácil. Tratam-se de longas jornadas de trabalho na sorveteria, que podem chegar a 14 horas por dia, com uma folga semanal. Os sorveteiros moram e fazem suas refeições no local de trabalho, não têm acesso ao aprendizado da língua alemã, bem como à socialização ou lazer. O objetivo é unicamente guardar dinheiro para construir a casa própria no Brasil, para então retornar. Retorno esse que dificilmente acontece. Encontramos nos relatos e nas visitas ao campo importantes questões ligadas a problemas de ordem psicológica e subjetiva. A condição do ir e vir constante, ligados a uma construção subjetiva que não se objetiva de fato, levam a um esvaziamento de sentidos e ao aprisionamento a uma condição liminar (TURNER, 2013).

Passado, presente e políticas de identidade se misturam nos projetos de vida dos sorveteiros constituindo um espaço de vidas entre (não) lugares. Essas configurações surgem em resposta à indefinição de status, desencadeada pela relação socioeconômica, histórica e política em que os sujeitos são socializados, ocasionando a permanência na liminaridade.

GT23: Mundos por vir em Abyayla: descolonialidades, territórios e justaposição de saberes.

“Marabaixando a vida”: identidades e afetos ético-políticos na negra Macapá

Autor: Livia Arrelias

Considerar o momento sócio histórico em que vivemos compreende reaprender a olhar, de perspectivas não privilegiadas historicamente, o tempo e o território em que as diversas condições de vida são possíveis e estão organizadas. Realizar uma leitura crítica decolonial deste tempo-espaço nos leva a considerar as versões afetivas de sentidos dados por uma memória social pouco explorada porque invisibilizada e subalternizada. Os processos sociais são ressignificados a partir de uma relação outra com o tempo-espaço, tornando possível a emergência de outros sujeitos, outras formas de existência, territorializadas sob perspectivas também outras. A história oficial do estado do Amapá segue o paradigma eurocêntrico apagador e negador de possibilidades de existência não brancas. Trata-se de uma história que privilegia as lutas europeias pela conquista militarizada da região, a ponto de a cidade de Macapá, capital do estado, nascer oficialmente a partir da construção da Fortaleza de São José, com fins de proteção da foz do rio Amazonas, impedindo ou dificultando a entrada de nações inimigas dos portugueses em território nativo não explorado. A população nativa ali existente e a população negra escravizada para a construção do forte mal são citadas nestas fontes oficiais, as quais reafirmam a necessidade de proteção e, mais tarde, quase na metade do século XX, de civilizar um lugar considerado abandonado. Esta narrativa invisibiliza as formas violentas de ocupação e criação da área urbana local, assentadas sob as crueldades da escravidão negro africana e indígena, em nome de um desenvolvimento baseado em modelos que não consideram, até hoje, as muitas especificidades e potencialidades das populações locais. Em Macapá e região próxima – municípios de Santana e Mazagão – este modelo de tentativa de desenvolvimento favorece políticas eugenistas, importando de maneira mascarada (através de incentivos e ganhos políticos e financeiros) mão de obra especializada – entenda-se, branca – de regiões consideradas como mais desenvolvidas do país. As práticas políticas institucionalizadas assumem, escancaradamente, as teorias eugenistas e a lógica do mito da democracia racial vigente de forma acentuada. Esta realidade cria formas de construção intersubjetiva em que os grupos populacionais negro, indígena e branco ocupam e mantêm lugares sociais estanques e ainda confrontados oficialmente de maneira insuficiente, tornando possíveis formas de relações sociais em que há naturalização de lugares raciais estanques, com manutenção e fortalecimento de um tipo de sofrimento que é precedido de cerceamentos que rebaixam a condição de humanidade dos grupos humanos subalternizados. A presença e ação de diferentes atrizes e atores do movimento negro tem apresentado resistências importantes no que se refere à visibilização destas contradições, potencializando manifestações éticas em que o afeto é força motriz. É por este motivo que se tem a chance de recontar a história local sob perspectivas não europeizantes, em que a população negra, neste caso específico, conta sua versão da história a partir de si, de suas experiências potentemente afetivas, mostrando suas contribuições para a formação das sociedades locais. Além disso, torna possível a construção de identidades negras complexas e dinâmicas, o que, para a Psicologia, apresenta o desafio de reaprender a olhar para estas subjetividades específicas, sem calar

o discurso de quem sabe dizer de si, e que conquista este espaço a partir de muita luta. O objetivo deste trabalho é realizar uma descrição reflexiva das realidades instituídas de vivências de relações raciais na cidade de Macapá, considerando a constituição histórica deste território de vida, bem como as identidades afetivas presentes no cotidiano de uma cidade que enxerga a si mesma prioritariamente a partir do olhar “de fora”. Se relaciona com a proposta geral do Encontro e com o eixo temático ao se compreender que a emancipação humana só é possível de acontecer de forma saudável a partir de ações que envolvem as vivências dos afetos reconhecidos como tais e confirmados como experiências potentes por quem os vivencia, e isto se dá em territórios vivos. Portanto, no caso de Macapá, tornar visível a força colonizadora brancocêntrica significa, entre outras coisas, tensionar as maneiras constituídas de se ver e se colocar em ação potente, a partir do lugar racializado de cada pessoa. Além disso, a história local, contada a partir dos diferentes grupos populacionais da Amazônia tem sido negada ou silenciada – porque não escutada – inclusive pela academia, privilegiadora que é de uma saber que só se torna reconhecido quando parte dela, do que ela quer saber e deseja ouvir. Genericamente, na realidade amapaense, pessoas negras, brancas e indígenas estão integradas socialmente em lugares estanques na lógica da necropolítica, a qual decide quem pode viver e quem deve morrer, e quais as condições de vida e de morte para cada grupo populacional racializado. Manter esta estratégia sócio afetiva de dominação é o mesmo que negar possibilidades democráticas de vida e de emancipação humana, gerando modos de existência que se mantêm subalternos, desde a história oficial do estado. A partir de relatos de experiências pessoais em intervenções profissionais e na docência em Psicologia, foram realizadas reflexões teóricas embasadas em literatura decolonial e de autoria local – do Amapá e da Amazônia – bem como na perspectiva crítica da Psicologia Social. Os resultados indicam que uma reflexão possível a respeito dos efeitos do racismo em pessoas negras na cidade de Macapá é uma espécie de letargia decorrente de um processo histórico perverso que nega a sua existência em detrimento de uma mestiçagem calcada no mito da democracia racial profundamente arraigado e cotidianamente concretizado, além de uma preocupação mais visível e intensa com as situações genocidas em que vivem os povos indígenas locais. Não há, aqui, negação ou diminuição da dor e do horror causados pela violência histórica contra povos indígenas. O que destaca é a negação e o enfraquecimento das lutas em relação às condições de vida degradantes da população negra local, vítima preferencial do racismo institucional na forma de precarização das condições de vida, do encarceramento em massa, da morte da juventude negra e periférica, do aumento da feminicídio de mulheres negras, do enfraquecimento e descrédito aos diversos setores do movimento negro, da apropriação cultural dos bens imateriais construídos e mantidos por parte da população negra – como o marabaixo e o batuque –, entre outras situações. Para quem tem consciência política de sua negritude, os afetos emergem visceralmente como dor, como adoecimentos físicos e psíquicos diversos, como luta, como inércia, como negação de sua identidade racial, e levam a posicionamentos que tensionam processos racialmente instituídos. Por outro lado, tem-se uma visibilização constante das diferentes formas históricas de sobrevivências de pessoas negras no estado, a despeito dos contra movimentos de apagar e/ou destruir estas (re)ações. Entende-se que os efeitos psicossociais do racismo, especificamente para negres e brancos, destas ações confrontativas, ainda precisam ser mais bem descritos, analisados e compreendidos neste contexto específico da realidade amazônica, a fim de contribuir para políticas públicas e privadas que priorizem a dignidade humana, construída em espaços diversos de construção de vida. Reconhecer um histórico territorial de apagamento – concreto, simbólico, científico, afetivo – da população negra no estado do Amapá significa assumir a responsabilidade por processos identitários e (inter)subjetivos ancorados em uma compreensão decolonial das conceituações de vida locais. Envolve, inclusive, reconhecer que outras perspectivas civilizatórias – não brancas europeias ou norte-americanas – são possíveis, necessárias e urgentes. Considerando as especificidades amazônicas, estas perspectivas civilizatórias estão por ser encaradas de frente, com ética e respeito, uma vez que elas vêm se mantendo – sem cristalizações – ao longo de, pelo menos, quatro séculos, considerando-se a entrada oficial de pessoas negras escravizadas a partir do século XVIII, com a construção da Fortaleza de São José de Macapá e a transferências de famílias portuguesas da cidade de Mazagão, na África, fundando a vila de Mazagão, no Amapá, com seus escravizados. A responsabilidade e o compromisso ético-político e afetivo nesta realidade pode ser redimensionado a partir de concepções e atitudes pautadas em uma clínica que se (re)faça em condições de escuta, olhar e intervenções qualificadas e reconstruídas a partir das potências de vida da população em seus territórios existenciais ressignificados por perspectivas civilizatórias inclusivas e pluriversais.



A população de rua na América Latina a partir dos estudos decoloniais

Autor: Matheus Rios Silva Santos (UFRN)

Coautor: Candida Dantas (UFRN)

Nas sociedades ocidentais que sofreram o processo de colonização europeu não se pode perder de vista que os germes do fenômeno das pessoas em situação de rua está intimamente relacionado com a face encoberta do Outro. Nestes países, a colonialidade do poder através do controle da economia e da autoridade se desdobrou na implementação do sistema capitalista como forma de organização (exclusão) social, econômica e política. Nas palavras de Dussel, a colonização excluiu muitos rostos, sujeitos históricos, da comunidade de comunicação hegemônica. Mais de quinhentos anos se passaram e a exclusão de sujeitos históricos ainda reverberam na América Latina nos dias atuais. Uma das faces dessa exclusão, talvez a mais perversa delas, é a existência de pessoas que encontram nas ruas seu único refúgio de sobrevivência. É importante considerar ainda que, recentemente, o Brasil (e a América Latina como um todo) vem sofrendo uma nova forma de colonização através da intensificação da implementação do neoliberalismo, que na sua nova roupagem aliou-se ao conservadorismo e à retórica fascista para atacar diretamente os investimentos em políticas sociais e os direitos trabalhistas. Esse cenário reverbera diretamente no aumento de pessoas em situação de rua e o crescimento das suas condições de vulnerabilidade. Através da realização de revisão de literatura dos estudos sobre a população em situação de rua em países da América Latina percebemos que existem outras maneiras de enquadramento e leitura deste grupo social. Neste sentido, o presente trabalho tem o objetivo de investigar o fenômeno da população em situação de rua sobre o lastro teórico dos estudos decoloniais. Partindo de uma leitura decolonial, é possível constatar que, na América Latina, o fenômeno das pessoas em situação de rua teve origem em decorrência do afã expansionista europeu e do processo colonizador. É durante este processo de colonização que começa aparecer com maior força pessoas em situação de rua. De fato, os estudos decoloniais nos permite operar por conceitos fundamentais para compreensão dos efeitos da colonização para a população de rua. Em termos práticos, é analisar o fenômeno da população através da dimensão da colonialidade do poder e colonialidade do ser e do encobrimento do Outro. Mas se por um lado, a colonização através de sua forma de organização em um sistema capitalista gera exclusão e vulnerabilidade, por outro, o encontro e a convivência e a vida de pessoas pelas ruas da cidade também gera potência, conhecimento, modos de organização contra-hegemônicos. Assim, o presente trabalho vincula-se a proposta apresentada no Grupo de Trabalho 23: Mundos por vir em Abyayla: descolonialidades, territórios e justaposição de saberes. Uma vez que ambos se propõem a buscar “narrativas outras tensionam os pressupostos metodológicos, políticos e epistêmicos, exigindo epistemologias e ontologias decoloniais para coabitação de mundos em justaposição tal como se configuram nos conhecimentos e modos de vida dos variados povos, grupos e coletivos presentes no território latino-americano”. E se contarmos histórias desde perspectivas dos habitantes de las calles através dos estudos decoloniais? É importante assentar que, de um ponto de vista geral, o perfil populacional das pessoas que estão na rua é a expressão do efeito perverso da colonialidade uma vez que é indissociável a questão da maioria das pessoas em situação de rua na América Latina originarem de povos indígenas, criollos e dos povos negros colonizados. Ainda que desgarradas das suas tradições de origem, essas pessoas passam a desenvolver novas formas de convivência, sistema de regras e organização ao habitar as ruas. Dessa forma, valorizar a epistemologia, a sociabilidade, a cronopolítica e a cosmogonia das pessoas em situação de rua à luz das contribuições decoloniais nos garantirá novas formas de relações, compreensão e aproximação desse fenômeno que é tão complexo e multifatorial. De fato, por ser um fenômeno com múltiplas determinações, fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais); biográficos (rupturas dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo frequente de álcool e outras drogas) e fatos da natureza ou desastre de massas (terremotos e inundações) estão na base de ocorrências que podem levar as pessoas a viver nas ruas. Metodologicamente falando, recorreremos à revisão de literatura de artigos que tinham o tema da vida e da organização das pessoas em situação de rua como objetivo de discussão. Assim, recorreremos às bases de dados da LILACS e do Google Acadêmico. As palavras utilizadas para a busca foram “habitantes de calle”, “habitantes de la calle” e “personas en situación de calle”. Foram selecionados 12 artigos. Por fim, recorreremos aos livros, artigos e manuscritos escritos pelos/pelas autores e autoras dos estudos de decoloniais, principalmente aqueles que fazem parte do Grupo Colonialidade/Modernidade para vinculá-los ao conhecimento produzido no bojo dos artigos encontrados sobre a população de rua na América Latina. Como isso, esta articulação nos fez compreender que na América Latina a formação do fenômeno da população de rua está intimamente ligada ao modelo de estrutura colonial de poder

que produziu as discriminações sociais e estas foram codificadas nas categorias de raça e etnia. Isso implicou uma escala de classificação racial e social no qual tanto as pessoas negras como pessoas em situação de rua ocupam o patamar mais inferior de humanidade. Assim, a população de rua nos rende possibilidade de analisar a percepção bio-gráfica do corpo Negro no Terceiro Mundo. Assim, é possível perceber a forma mais perversa da colonialidade do ser sendo manifestado no fenômeno das pessoas em situação de rua. Ou seja, é a expressão cabal da diferença sub-ontológica descrita por Fanon. A criação da taxonomia de seres humanos colonizados. Dessa forma, estereótipos e preconceitos sobre as pessoas em situação de rua reforçam os estigmas e preconceitos relacionados a essa população. Para além disso, o estudo decolonial do fenômeno da população em situação de rua nos remete a construção de paradigmas outros, no sentido apresentado por Walter Mignolo, no qual ele defende a diversidade de formas críticas de pensamento analítico. De modo que os estudos decoloniais funcionam como uma forma lente analítica para a leitura da condição de grupos subalternizados ao longo do processo histórico, dentre eles, as pessoas em situação de rua. Neste sentido, novas compreensões sobre este fenômeno pode nos garantir novas formas de instrumentalização de políticas públicas e dos trabalhos de profissionais de assistência social e saúde na América Latina.

As trajetórias possíveis do corpo banzeado: reflexões sobre narração de autoria negra

Autor: Diego Soares (UERJ)

O presente trabalho pretende discutir a narração de autoria negra a partir da noção de banzo. “Banzar” surge como verbo presente no primeiro dicionário de língua portuguesa de meados do século XVIII como ação de pasmar com pena. Tornou-se oficialmente substantivo na segunda metade do século XIX, nos dicionários de Eduardo Faria (1859) e de frei Domingos Vieira (1871), significando nostalgia mortal em escravizados africanos trazidos à força ao Brasil. Cientistas europeus iniciaram suas pesquisas sobre a enfermidade, identificando-a como melancolia suscetível a suicídio por conta do afastamento violento da terra natal, perda de liberdade e pesados castigos (ODA, 2008).

Nos anos de 1930/40, por conta da influência da teoria culturalista nos estudos sociológicos, Gilberto Freyre encabeça a mudança do paradigma do determinismo racial para a ideologia da miscigenação, positivando assim a presença negra na sociedade, e criando o estigma da democracia racial (MARTINS, 2018). É nesse contexto que o banzo retorna à baila nos estudos da influência da língua africana no português, onde mbanza, de etimologia quibundo significa aldeia: “banzo, saudade da aldeia e, por extensão, da terra natal” (ODA, 2008). Curiosamente, Freyre (2003), termina seu livro *Casa Grande e Senzala*, com essa temática: “Houve os que se suicidaram comendo terra, enforcando-se, envenenando-se com ervas e potagens dos mandingueiros. O banzo deu cabo de muitos. O banzo – a saudade da África.” (FREYRE, 2003, p. 553).

Banzo parece ter estado vinculado a uma ideia de trauma, nostalgia e/ou melancolia. Benjamin (1994) simboliza o início da morte da experiência comunicável no trauma do soldado que retorna da segunda grande guerra incapaz de narrá-la. A melancolia aparece com a não escolha do lado da história oficial, a história única dos vencedores e perdedores, apartando a pessoa melancólica do mundo e das relações. O olhar fatalista, como filho da modernidade, individualiza a angústia, caracterizando-se como conformismo.

Aplicando esse entendimento à vivência escravizadora como trauma, as explicações de Neusa Santos (MARTINS, 2018) fazem sentido quando tomamos os efeitos simbólicos do racismo sobre o sujeito negro que tem sua identidade negada. A violência é dirigida para si, já que falta uma parte, falta a memória a se lembrar – o sofrimento da retirada de seu país de origem, a violência do escravismo – todas encobertas. Talvez o banzo continue por aqui sob outros nomes: melancolia, depressão, síndrome do pânico, que é para parecer menos negro. Diante do exposto, resta o questionamento: banzo é melancolia? Pois bem, se banzo for melancolia, traz em seu seio o germen fatalista. Então, a pessoa negra acometida por essa enfermidade está imóvel, conformada, culpada, incapacitada de narrar sua história? Assim, nosso objetivo é refletir sobre as aproximações e afastamentos entre banzo e melancolia, expondo, nesse processo, os pressupostos epistemológicos que nos revela ou apaga determinados referenciais teóricos e outros saberes, particularmente a literatura ficcional. Parto da ideia de contestação do banzo individualizado já que sua compreensão pede outras leituras que implementem um resgate histórico (MARTÍN-BARO, 2011).



Conceição Evaristo, em seu livro *Becos da memória* (2017), conta a história de um grupo de pessoas negras moradoras de uma favela prestes a ser demolida a partir dos olhos de uma menina chamada Maria-Nova, que no final do romance assume seu desejo político de escrever as histórias daquelas pessoas. Em uma lindíssima passagem, quase no fim, a menina é convidada pela professora de história para falar sobre a libertação dos escravos e percebe que é uma história longa que habita o agora, o hoje, as histórias das pessoas da favela onde mora. A menina reconhece então a potência da escrita dessas histórias e assume naquele momento esse compromisso político. Procurei aqui pontuar que escrever a história da favela, de seus moradores, ou seja, a autoria negra em obras de ficção é uma das possibilidades de organização política na construção de uma identidade socialmente compartilhada e celebrada. Marcar o território simbólico ocupado pela população negra para além, ou a partir do banzo, pensando que muitas dessas histórias são atravessadas por ele e mesmo assim, não param, recuam ou morrem, vivem pelas bocas, palavras e livros de Conceições, Carolinas Marias, Marias Firminas, Cidinhas da Silva e tantas outras.

Como aposta teórico- metodológica, assumi obras literárias ficcionais de Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Cidinha da Silva e Grace Passô, como essencial aporte teórico na mesma medida que estudos antropológicos, sociológicos e psicológicos. Orientaram-me num sentido de construção de uma continuidade de sentidos para o banzo. Aproximei-me de Walter Benjamin, para pensar as possibilidades de narração; de Michel Foucault, para situar o indivíduo moderno e os dispositivos de controle; e de Martín-Baró, para firmar o banzo como empenho político, Bruno Latour, na articulação do não moderno – os quatro para situar e criticar as perspectivas do projeto de modernidade. Muniz Sodré, que apesar de ser da área da comunicação, apresenta um extenso trabalho em prol da descolonização dos saberes e resgate da cultura nagô, Leda Maria Martins, em seus trabalhos sobre oralitura, Gilberto Freyre, Neusa Santos, Ana Maria Galdini Raimundo Oda, Hidelberto Vieira Martins, entre outros/as, me auxiliaram a refletir sobre a história negra no Brasil.

A metodologia consistiu na construção de um campo a partir e com as obras de ficção. Partindo de um modo de fazer pesquisa não moderno, aproprio-me da noção de estilo (ARENDR, QUADROS, MORAES, 2018), onde a contestação de uma totalidade do eu permite o aparecimento de outro modo de fazer pesquisa. Não há mais um objeto a ser conhecido por um sujeito conhecedor, existem trajetórias a ser seguidas. Nesse sentido, o ritmo surge como condição importante para o fazer da psicologia, bem como da literatura ficcional que segue junto. O processo permite o desvelamento das redes de conexão nas obras, das suas continuidades e descontinuidades, que remontam os entendimentos possíveis sobre banzo. Estilo é tanto um analisador das obras como um modo de fazer pesquisa. E, para tanto, o relaciono ao que Trinh T. Minh-Há (1982) chama de “falar ao lado” – empreender uma circulação pelo campo permitindo o respiro nas zonas fronteiriças, para que a posterior construção do trabalho ressoe mais em sua forma que em seu conteúdo, admitindo ritmo na travessia. Não pretendi falar sobre a autoria negra, mas falar ao lado.

Acredito que meu trabalho dialogue com o grupo temático 23 – Mundos por vir em *Abyayla: descolonialidades, territórios e justaposição de saberes* – não só por apresentar algumas referências semelhantes de autorias não modernas, como Latour e Haraway, mas também por apresentar a problemática da narração, do contar histórias como essencial para o resgate histórico da população negra em diáspora.

Não pretendi responder assertivamente os questionamentos que lancei, mas acredito que a travessia por um modo de fazer que se constitui ao mesmo tempo que faz, o potencial de ação contido nas obras ficcionais, tenha muito a dizer sobre banzo. E talvez não tenha a ver com melancolia. Pode-se supor que banzo já é a própria ação em si, de elaboração, de luto, de luta. De negação das estruturas opressoras. Pode ser que novos estudos (decoloniais) sobre esse fenômeno o retirem da lógica médica de enfermidade, de uma resposta fatalista diante da vida, e o coloque no lugar de uma primeira forma de tomada de consciência.

O banzo precisa existir para lembrar o que foi perdido, o que foi sofrido, para que não se repita. E precisa ser narrado, como na bela passagem do filme *Ganga Zumba* (1963) de Cacá Diegues, em que o personagem negro em fuga reflete sobre banzo como “saudade da terra livre que conheceu”, mas traz à tona também uma série de novas significações e articulações possíveis para além de nostalgia mortal, quando associa o estado de banzo a uma atitude poética, contemplativa, de lazer no fumo da maconha/diamba: “Fica tudo sem sentido. Num enxerga as coisas todas. Depois tudo explode dentro da gente. Explode aqui dentro como se Exu tivesse apoderado. É ser livre como antes.”. Banzo pode representar a manutenção de um elo que permita vislumbre da liberdade, assentando e organizando a luta que segue esse vislumbre.



Referências bibliográficas

- ARENDRT, Ronald; QUADROS, Laura Cristina de Toledo; MORAES, Márcia Oliveira. DIGRESSÕES ACERCA DA NOÇÃO DE ESTILO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA PERSPECTIVA NÃO MODERNA DO EU. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 31, e188953, 2019.
- BENJAMIN, Walter. 1985. *Obras Escolhidas – I: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DIEGUES, Ganga Zumba. 1963.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da memória* (2006). 3ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- MARTÍN-BARÓ, Ignácio. *Para uma psicologia da libertação*. Campinas: Alínea, 2011.
- MARTINS, Hidelberto Vieira. *Psicologia, raça e racismo: breve análise de suas bases históricas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nau, 2018.
- Minh-ha. Trinh T. *Reassemblage*. Estados Unidos, Women Makes Movies, 1982.
- ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo*. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 11, n. 4, supl. p. 735-761, Dec. 2008.

Dança-Eólica : uma narrativa visual para decolonizar a relação humano-tecnologia-natureza

Autor: Danielle Milioli

Coautor: Dolores Galindo (UFMT)

Recursos ambientais podem ser visíveis nos corpos, nas línguas: estes constituem modos de subjetivação. Neste sentido, pode-se afirmar que os agenciamentos humano-ambiente cabem dentro da figuração espécies companheiras, a qual foi cunhada por Donna Haraway (2008) para incluir as relações entre cães e humanos na construção de modos de viver. Essa figuração contribui para discussões que abordam mixagens transgressoras (porque operam em zonas de dicotomias sem reafirmá-las) efetuadas entre humanos e não/humanos entendidos como singularidades em conexão. Falar em espécies companheiras não significa fixar fronteiras entre elas e essencializar uma categoria: espécie. Significa entender que esse é um forte tropo que atravessa o modo como compreendemos a nós mesmos (GALINDO, MILIOLI, MELLO, 2013). Partimos desta possibilidade e da proposição efetuada pela própria Donna Haraway de que a Arte é uma irmã natural desta figuração para investigar “danças eólicas”: afetos trazidos pelo vento a coreografar um visual arejado, ou seja, uma paisagem dançada em um Parque Eólico para oferecer formas decolonizadas de compreender a relação humano-tecnologia-natureza. Visual porque este dançar não constitui uma performance representativa-visível, nem tampouco abstrata-invisível. O visual, assim, nos desprende das condições consideradas normais, habitualmente adotadas, pois designa a potência do que não é visível, do que torna possível uma multiplicidade de significações sempre abertas, sempre parciais, cujas totalidades nunca iremos conhecer (DIDI-HUBERMAN, 2013). A pesquisa se dá em um Parque Eólico, situado em Bom Jardim da Serra, Santa Catarina. Inaugurado em 2011 o Parque conta com 62 aerogeradores espalhados numa área plana no topo do Cânion da Ronda. As instalações eólicas neste Parque compõe um ambiente turístico, recebendo pessoas que transitam no local em função também da paisagem natural do Cânion. As turbinas na paisagem acumulam uma série de reações públicas, de muito amadas a muito difamadas. Tecnologia avançada que, paradoxalmente, conta sobre dispositivos de borda, que vivem nas margens da indeterminação. Território nos quais os coletivos de agentes animados emaranhados não são meros “ambientes”, no sentido de um fundo homogêneo, estático. Ao invés disso, “eles são complexas “ecologias de seres” (DOOREN, KIRSKEY, MÜNSTE, 2016). Trazemos ainda para compor a pesquisa o trabalho do artista argentino Eduardo Navarro intitulado “Predição Instantânea do Tempo”, uma instalação na qual 30 trajes – uma roupa-biruta criadas pelo artista com tecido à base de nylon, comumente usado em paraquedas e guarda-chuvas que conecta o corpo com o ar em movimento - ficam expostos até serem ativados por performers e bailarinos. Navarro parte de uma pesquisa sobre o movimento dos ventos e junto com a bailarina e coreógrafa paulista Zélia Monteiro criou uma dança que investiga a plasticidade e as corporalidades efetuadas na relação com às correntes de vento sobre roupa-biruta. Navarro trabalha com colaboradores de diversas áreas técnicas no intuito de propor pontos de convergências entre arte e ciência e, especialmente, de

diálogo entre espécies; de criar dispositivos “para medir, mapear e investigar os efeitos dos fenômenos naturais na experiência humana, abrindo assim novas possibilidades de contato e interação com o nosso entorno imediato”. As relações entre espécies produzem uma mudança na natureza humana e no modo de estarmos no ambiente. Em essência, somos todos multiespécies, diz Haraway (2008). Estamos implicados uns nos outros, emaranhados. Humanos e ambientes não preexistem a sua constitutiva intra-ação em cada dobra de tempo e espaço, efeitos de ações multidirecionais que tem um incrível poder de nos contar que a natureza humana é também a não humana. As relações entre humanos e não/humanos, o mundo comum como denomina Latour (2001), não está pronto: nós devemos compô-lo. As relações com a natureza têm um caráter extremamente experimental. Não estamos continuando nada: estamos na desordem, na heterogeneidade, naquilo que está em elaboração. Em sua crítica à lógica exploradora da tecnociência Ocidental, Haraway (2004) enfatiza que o poder, hoje, é uma teia dinâmica de interconexões ou contaminações híbridas, um princípio de não-pureza radical. Estamos lidando, ainda, com a dissolução do telos natural ou ordem, como diferença da mediação tecnológica. Neste sentido, é preciso reestruturar o nosso relacionamento coletivo para o novo composto naturezicultura das tecnociências contemporâneas. Haraway (2004) chama para um renovado sistema de parentesco, radicado nos concretos laços afetivos com os “outros” não-humanos. A autora argumenta que as divisões sujeito-objeto, natureza-cultura estão ligadas as narrativas patriarcal, edipiana e familiar. Somente a partir da introdução de outro sistema de parentes, que mobiliza um sentido ampliado de comunidade, que se estende aos não-humanos, como animais, plantas, células, bactérias e a Terra como um todo, é possível desviarmos dos sistemas de dominação destrutivos atuais. Donna Haraway (2019), em conversa com Ana Tsing, pontua que as catástrofes ambientais resultam não do humano como espécie, mas de alguns humanos atados a tramas colonialistas. Fontes eólicas são consideradas limpas por não esgotarem recursos naturais, contudo a dicotomia limpo e sujo para fontes energéticas se mostra frágil. É necessário atentar às paisagens compostas com as quais se ligam as turbinas eólicas. Nossa dança eólica é, assim, sobre efetuar uma prática de pesquisa como força que move e poliniza territórios heterogêneos – naturais culturais - nos quais um futuro menos bárbaro é possível (STENGERS, 2015). Dançar é, portanto, criar narrativas que buscam engendrar transformações nos modos de viver individuais e coletivos; é inserir-se, enquanto pesquisadores e pesquisadoras em Psicologia Social, nas naturezsculturas que nos afetam e que, por isso, não podemos mais ignorar.

Do acoplamento Esquizoanálise-Brasil: pistas pela decolonialidade

Autor: Renata Flores Trepte (UFRGS)

Este texto vem dar notícias de um projeto que propõe mapear acoplamentos da Esquizoanálise, de Gilles Deleuze e Félix Guattari, no Brasil. Esquizoanálise, como dispositivo que reúne uma crítica ao modelo de inconsciente pautado no desejo como falta e na indissociabilidade existente entre subjetividade e política e uma estratégia de produção de ruptura permanente nos equilíbrios estabelecidos. O dispositivo de pensamento de Deleuze e Guattari irá conceber os processos sociais exclusivamente a partir de problemas vinculados à expressão social do desejo, bem como às questões da vida psíquica por meio da ressonância das estruturas sociais no universo subjetivo, uma vez que: “Há tão somente o desejo e o social, e nada mais”.

Essa construção conceitual aponta para uma outra cartografia, tendo em vista ter implicações políticas imediatas, já que não é possível explicar a racionalidade de um sistema econômico e político se não formos capazes de explicar como se engendra o desejo, suas inunções e premissas. Deleuze e Guattari irão afirmar que não há um regime de sujeição baseado exclusivamente na coerção – a sujeição é também uma captura do desejo. E o fascismo advém como exemplo expressivo e motor da produção dos filósofos após maio de 1968: se as massas não foram enganadas, se as massas desejaram o fascismo, o que levaria a esse desejo?

Na década de 1970, a postura crítica da filosofia francesa encontrava ressonância em um país vivendo sob regime militar. Engatava-se. A chegada no Brasil dos pensamentos que efervesciam na França após maio de 1968 suscitou novas perguntas em diferentes áreas.

No texto “Esquizoanálise e Antropofagia” (2000), Rolnik discute o quadro de reverberação da filosofia francesa de Deleuze e Guattari no Brasil, em que a Esquizoanálise encontra um solo fértil nas práticas clínicas locais, principalmente as psicanalíticas e acadêmicas. Hoje, encontramos rapidamente no meio acadêmico uma proliferação de trabalhos que diretamente discutem a temática da Esquizoanálise, bem como grupos de pesquisa no país dedicados aos estudos contemporâneos a partir de Deleuze e Guattari, muito além do campo da Psicologia e



Psicanálise, mas da arte, cinema, comunicação, arquitetura, entre outros. Fora da academia, práticas no interior da clínica, com inspiração nas produções de Deleuze e Guattari têm se multiplicado; encontramos ofertas de formação em Esquizoanálise; além das práticas da Análise Institucional.

Um país vivendo sob Ditadura Militar engata-se com uma filosofia que propõe-se a pensar o que leva a submissão do desejo e, daí, encontrar pontos de potência e ruptura. Na esteira dessa discussão, Rolnik lança hipótese explicativa a esse enlace, estabelecendo relação entre a concepção de subjetividade de Deleuze e Guattari, implicada em sua teoria da clínica, e no que seria um dos princípios constitutivos das subjetividades no Brasil, que ela chama “antropofágico”, trazendo para a esfera da subjetividade e reinterpretando aquilo que o Movimento Antropofágico apontou no domínio da estética e da cultura brasileiras. Tanto os antropófagos quanto Deleuze e Guattari apostaram em uma crítica contundente aos modos de subjetivação subordinados ao regime identitário e ao modelo da representação.

Quanto ao esforço de Deleuze e Guattari de pensar o modo de produção de subjetividade dominante na era do capitalismo globalizado e de propor uma prática esquizoanalítica, Suely Rolnik irá dizer: “nesse sentido, sua obra constitui uma poderosa cartografia para nos movermos nos meandros dos processos de subjetivação contemporâneos, cartografia essa que ainda está por ser descoberta e explorada” (2000, p. 10). Nos rumos de explorar esta cartografia, a pesquisa que vem sendo desenvolvida coloca-se o desafio de formular uma História da Esquizoanálise no Brasil.

Mas parece que a própria curiosidade e o que seria o objetivo dessa pesquisa nos apontam uma armadilha: não seria um contrassenso pesquisar a história da Esquizoanálise a partir de pontos de cristalização e institucionalização de suas práticas? Pois, para estudar os desdobramentos da Esquizoanálise no País, não seria necessário dizer, primeiro, o que é Esquizoanálise, a essência desse conceito? Mas fazer isso, não seria já deixar de ser Esquizoanálise?

Por muito tempo [os conceitos] foram usados para determinar o que uma coisa é (essência). Nós, ao contrário, nos interessamos pelas circunstâncias de uma coisa: em que casos, onde e quando, como etc.? Para nós, o conceito deve dizer o acontecimento, e não mais a essência. (DELEUZE, 1992, p. 37)

Deleuze e Guattari forjam o conceito de Esquizoanálise a partir de leituras de filosofia, política, ciência, arte e literatura. Captam e leem movimentos que passam a identificar como esquizos. Uma das tarefas que essa pesquisa se coloca é inversa, é mapear os movimentos que se identificam como esquizoanalíticos no País. Percorrer a história da Esquizoanálise no Brasil, sem prescindir de um olhar esquizoanalítico da história, que é, portanto, rizomático, que foge, inventa. Ao contar a história da Psicanálise da França, Roudinesco nos adverte que “uma teoria, tal como o pensamento, não tem fronteiras nem pátria, mas as condições em que ambos se exercem são sempre nacionais e linguísticas” (1989, p.9). O interesse está nas circunstâncias da coisa, nos casos, no onde, quando e como, não na suposta essência. Não é preciso que concordemos com a existência de uma Esquizoanálise brasileira; basta que ela se apresente como prática discursiva. E nos colocar o desafio de mapear as condições nacionais, linguísticas, sociais, políticas e desejantes que a constituíram.

O convite a exploração que Rolnik nos aponta é usado como provocação ao pensamento: partimos do antropofágico, canibal, dos tupinambás, que não é um modo bárbaro de alimentação, que reduz um semelhante a comida, mas devorar o inimigo para assumir o seu nome, tornar-se o inimigo, tornar-se outro, que já não é o mesmo que o inimigo, nem o mesmo que a si antes disso. Seguindo as trilhas dessa discussão, numa espécie de ensaio especulativo acerca de algumas questões que vem movimentando a pesquisa, este trabalho encontra-se com as leituras decoloniais. Encontramos na decolonialidade a afirmação do saber localizado, do pensamento fronteiriço (Mignolo, 2003), o uso deliberado do repertório da filosofia francesa (Noguera, 2011) e a justaposição de saberes, perspectivas que interrogam a pesquisa, posto que falamos do acoplamento das máquinas Esquizoanálise e Brasil, pensamos o encontro com a terra, o Brasil muda nesse encontro, assim como a esquizoanálise muda também. A filosofia pós-estruturalista assimilada em um esforço antropofágico que dialoga com as epistemologias do “terceiro mundo”, em que o estrangeiro aparece não como colonizador do pensamento, mas em que faz-se o exercício de “engolir o outro, sobretudo o outro admirado, de forma que partículas do universo desse outro se misturem às que já povoam a subjetividade do antropófago e, na invisível química dessa mistura, se produza uma verdadeira transmutação” (ROLNIK, 2000, p.452-453).

Os caminhos que vem sendo tramados na pesquisa dizem de um modo esquivo e decolonial de produzir conhecimento, contra-hegemônico, que tensiona pressupostos epistemológicos e opera pela justaposição de saberes e práticas. Há injunções entre Esquizoanálise e a produção decolonial a serem exploradas, esta pesquisa vem explorar esses encontros.



Referências:

- DELEUZE, G. Conversações. São Paulo: Editora 34, 1992.
- MIGNOLO, Walter. Historias locais/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.
- NOGUERA, R. Denegrindo a filosofia: o pensamento como coreografia de conceitos afroperspectivistas Griot – Revista de Filosofia, Amargosa, Bahia – Brasil, v.4, n.2, dezembro/2011.
- ROLNIK, S. Esquizoanálise e Antropofagia. In: ALLIEZ, E. (org). Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Editora 34, 2000.
- ROUDINESCO, E. História da Psicanálise na França: A Batalha dos Cem Anos. Volume 1 (1885-1939). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

Eu queria cobrar minha saúde: vulnerabilidade e alternativas de cuidado em comunidade quilombola.

Autor: Hemile e Saulo Luders Fernandes (ufal)

Coautor: Roberto Albuquerque Salsa (UFAL), Liliane Santos Pereira Silva (UFAL), Milena de Siqueira Nolasco, Karen Lauren Monteiro Silva (UFAL), Maria (UFAL), Charlie Bellow (UFAL) e Milena Stéfane Nunes da Costa (UFAL)

O presente trabalho é resultado de um processo de imersão em uma comunidade quilombola situada no agreste alagoano, na cidade de Palmeira dos Índios, Alagoas. Buscamos, através de uma pesquisa qualitativa descritiva, compreender os itinerários terapêuticos de saúde mental de moradores de uma Comunidade Quilombola do agreste de Alagoas. Segundo dados da SEPIR (2014), há cerca de 3.900 comunidades quilombolas no Brasil, onde 2.474 são reconhecidas. Entretanto, apenas 217 se encontram com a titulação da terra. O reconhecimento não é garantia direta de efetivação das políticas públicas em seus territórios e do direito à terra. Estes dados apontam para as dificuldades de efetivação dos direitos adquiridos nos territórios quilombolas, que apesar de conquistarem legalmente seu reconhecimento identitário na constituição de 1988, tal direito ainda não é garantido de forma efetiva. O direito à saúde passa a ser requerido nos territórios rurais quilombolas, como meio de luta contra as violências historicamente vividas por estas populações. A pesquisa está sendo desenvolvida em cinco etapas. A primeira consiste em levantamento bibliográfico e revisão sistemática sobre a temática saúde mental em comunidades quilombolas, sendo pesquisadas: teses, dissertações, livros, documentos e artigos relacionados ao tema. A segunda etapa consistiu em conversas iniciais com as lideranças comunitárias para o aceite, viabilidade e negociações à realização da pesquisa na comunidade pesquisada, seguida pelo mapeamento dos moradores participantes do estudo junto as lideranças comunitárias e os profissionais da atenção primária em saúde responsáveis pelo território. Na terceira etapa foi realizada a coleta de informações, inicialmente com o preenchimento do questionário sociodemográfico, auxiliando a compreender as condições sociais vividas pelos moradores participantes. Em seguida, foi realizada a entrevista semi-estruturada para descrição dos itinerários terapêuticos de saúde mental dos moradores do quilombo, que teve como o intuito, compreender as necessidades vividas por eles no acesso a atenção primária e psicossocial em saúde, além de identificar as formas de cuidado e outros dispositivos cotidiano acessados no cuidado à saúde mental. A quarta etapa da pesquisa consiste na análise das informações coletadas por meio de análises quantitativa e qualitativa dos dados. Por fim, será feita a devolutiva da pesquisa para a comunidade, profissionais e gestores de saúde. A presente pesquisa encontra-se em andamento e apresentaremos neste trabalho apenas a análise de uma entrevista. Com base nos itinerários terapêuticos, o estudo objetivou identificar, através da análise do discurso, as formas de cuidado produzidas no cotidiano e o acesso dos moradores do quilombo as políticas públicas de atenção básica e psicossocial a saúde mental. Para isso, a pesquisa teve como referencial teórico a psicologia social crítica latino-americana, fazendo interface com áreas afins das ciências humanas, e nos estudos que vinculem saúde e direitos humanos. Neste estudo, compreendemos que a comunidade vive situações estruturais que dificultam o acesso à saúde e promovem processos de adoecimento psíquico. Diante das dificuldades estruturais e escassez de recursos, operam outras práticas de cuidados informais em seus percursos para lidar com o processo saúde/adoecimento mental. Assim, a saúde está para além de um tratamento a ser seguido a um organismo posto e acabado, mas define-se como produções intersubjetivas condicionadas a determinantes sociais que delineiam as possíveis formas de cuidar e adoecer no contexto quilombola. Pensar a saúde mental, sobretudo em contextos de vulnerabilidades sociais é ir além do discurso biomédico hege-

mônico. Tal lógica tem dificultado encarar os fenômenos de ordem psicossocial em sua integralidade. A análise da saúde mental não pode individualizar o sujeito, seus sintomas e sofrimentos, pois o contexto, os determinantes sociais, as cosmovisões de mundo e os recursos disponíveis, atuarão de forma significativa e decisiva nos modos de vida das pessoas. Desse modo, a compreensão por saúde mental na América Latina precisa estar comprometida sobretudo, com a transformação social, na atuação em rede dentro das políticas públicas de saúde. Os sujeitos precisam ser compreendidos em sua integralidade e completude, não reduzidos ao diagnóstico da doença. A partir da análise de uma entrevista, pode-se observar que a rede de atenção psicossocial se apresenta fragilizada com poucos recursos institucionais de saúde para resolução dos agravos vividos. Neste sentido, os processos de saúde/doença baseados nos direitos humanos devem ser constituídos, avaliados e monitorados por meio das dimensões de vulnerabilidade vivenciada pelos indivíduos, coletivos e comunidades. Pode ser concluído que os processos de saúde/adoecimento/cuidado são vividos de modos singulares pelos sujeitos, e que estes modos estão diretamente implicados aos recursos disponíveis à população. Dessa forma, os determinantes sociais de vulnerabilidade identificados em condições precárias de moradias, como no difícil acesso à saúde, nas condições disponíveis de acesso a água e ao saneamento básico, têm intensificado e produzido processos de sofrimentos psíquicos compartilhados de forma coletiva. Dessa forma, os itinerários terapêuticos de saúde mental dos moradores dessa comunidade estão sendo traçados na implicação não só de modos próprios de interpretar o mundo, mas a partir dos recursos disponíveis a sua realidade. As dificuldades em acessar os equipamentos de saúde têm produzidos situações agravantes de sofrimentos psíquicos, da mesma forma que esse acesso precarizado não tem contribuído para práticas de saúde emancipatórias, esbarrando no discurso medicamentoso e em uma prática de saúde desconexa com o território quilombola. Portanto, em cenários de vulnerabilidades sociais, é imprescindível compreender o sofrimento mental a partir dos elementos que compõem os determinantes sociais, o contexto e a relação com o território. Apesar deste cenário, outras saídas para os agravos têm sido visualizadas, como o apoio de programas assistencialistas e o investimento em políticas públicas em saúde compatíveis com o território. Além desses elementos, por meios dos itinerários terapêuticos, os moradores têm sido capazes de construir ações de cuidado em saúde coletivas e singulares capazes de lidar de forma potencial e resiliente aos cenários de vulnerabilidade. As alternativas são produzidas por meio do fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares, bem como, a busca por práticas populares de saúde como benzimentos e rezas. As informações iniciais permitem contribuições nos estudos em psicologia social latino-americanos, fomentando produções sobre saúde mental em comunidades quilombola do país, bem como evidencia as situações de vulnerabilidades presentes nesse contexto.

O presente trabalho contempla o GT23: Mundos por vir em Abyayla: descolonialidades, territórios e justaposição de saberes, pois busca problematizar constituição epistemológica do saber psicológico voltado a saúde mental, o qual se apresentou hegemonicamente sustentado na perspectiva biomédica e psicopatológica. O olhar para povos tradicionais, sobretudo, quilombolas, implica na decolonização dos saberes psi, os quais se constituíram na hierarquização epistemológicas, sob a produção de um conhecimento universal e abstrato. A pesquisa surge como meio de produzir novos horizontes para uma psicologia crítica latino-americana comprometida com a transformação social da realidade de seus povos.

Mensageiras da memória: ritos contemporâneos de cura e reverência à ancestralidade guiados por mulheres na Amazônia

Autor: Bruna de Almeida Cruz (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ)

Esta comunicação é movida pelo encantamento diante das histórias de vida de mulheres que conheci. Essas mulheres carregam em suas trajetórias e práticas cotidianas a guarda e a frutificação de saberes ancestrais das terras em que vivem e por onde andam. Fazendo livre jogo simbólico a partir do papel social dos guardiões da memória, venho contar outra história: a das mensageiras da memória. São mensageiras entre mundos, transitando entre as tradições que curam e o mundo ocidentalizado e adoecido em nossos corpos colonizados. Tendo como fomentadora uma aproximação teórica em direção aos estudos decoloniais, este trabalho busca percorrer um rito de arrebatamento, no qual seja possível contar uma história de apaixonamento e pertença e, junto, germinar saberes que digam das potentes trocas do nosso presente com os nossos passados. Em outras palavras, tem como objetivo produzir memória sobre fazeres das mulheres em questão e colocá-los em diálogo com as discussões acadêmicas acerca da colonialidade e da necessidade do pensamento decolonial. Para tanto, aqui vos trago minhas anotações



a respeito do que vejo, sinto e penso ao conviver com duas mulheres amazônidas: uma mulher xamã que guia ritos de consagração do Santo Daime (ayahuasca), nascida no Pará e vivente na Ilha de Colares; a outra, focalizadora e pesquisadora de danças circulares sagradas dos povos, nascida em Turiaçu, no Maranhão, viajante cujo paradeiro atual é a cidade de Belém, Pará. Duas Marias, que se apresentam também identificando-se por suas respectivas famílias de aldeia, Kokokre e Tenetehara. O que dispara as conversações propostas aqui são algumas reflexões, tais como: como se sustentam socialmente as práticas promovidas por essas mulheres? O que há de tradição e o que há de criação nessas práticas? De onde e com quem falam essas práticas? E, sobretudo, como são manejados processos de cura sob seu comando? Por meio de um diário de anotações e da reunião de um acervo de mídias, entre vídeos, fotografias e canções destinado ao rito proposto aqui, percorro por essas e outras reflexões que se colocam para mim atualmente como verdadeiras mobilizadoras de sentidos em relação ao que é pesquisar na Amazônia. Esse corpo de notas é lido a partir dos seguintes eixos temáticos: 1) Interloquções sobre o conhecimento, que contemplam aportes sobre as formas de conhecer e se repassar conhecimento nessas práticas, que são tanto práticas de ensino-aprendizagem quanto processos de repasse da memória como processos humanos de transformação também intelectual; 2) Interloquções sobre o cuidado, que miram os mesmos processos, interessando, no entanto, pensar em como essas práticas promovem curas e de que concepções de saúde e de quais dimensões humanas provavelmente se está falando; 3) Interloquções sobre cultura e política, que articulam as práticas ao contexto atual da sociedade, sobretudo o avanço de forças predatórias no Brasil, representando ameaça aos meios de sobrevivência do sentido dessas práticas: a terra, as plantas, os povos e suas culturas. As histórias trazidas neste trabalho não são propriamente heroicas, ou ao menos não precisam ser tomadas dessa maneira. Talvez possamos considerá-las míticas, embora falem de mulheres de carne e osso, da mesma Amazônia que arde nas manchetes do mundo Terra. São histórias de trocas culturais. Sincrético por si só, o Santo Daime provém de encontros entre diferentes saberes, tradições e cosmologias, mas, para completar, o chá da ayahuasca ganhou o mundo e tem seu lugar até mesmo no mercado internacional de drogas. As danças circulares sagradas, por sua vez, nascem como movimento na Europa, mas chegam ao Brasil e no coração de uma maranhense que se põe a pesquisar as tradições e danças dos povos daqui, e hoje são uma das Práticas Integrativas e Complementares reconhecidas pelo SUS. Quantos atravessamentos e controvérsias cabem em apenas uma prática? Como afirma Gloria Anzaldúa, a ambivalência vivida no choque de vozes provoca perplexidade. Pensando com ela, reconheço que a colonialidade tem também como efeito a mestiçagem e uma das crises que enfrentamos ao defender uma postura decolonial emancipatória é justamente reconhecer o que herdamos de nossos colonizadores que também nos constitui. No entanto, diante das práticas analisadas, protagonizadas por pessoas que se relacionam de algum modo com saberes críticos da colonialidade, em vez de discutir apenas a presença da mesma no seu terreno de existência, também identifico as formas sutis com que essas pessoas em seus fazeres e saberes contribuem para novas formas de enraizamento, sem sobrevalorizar essencialismos, seguindo nesta análise a trilha deixada por Liliana Parra Valencia e Dolores Galindo. Discuto ainda como noções de saúde e cuidado podem ser ampliadas e enriquecidas a partir das curas tais como se mostram nessas histórias, defendendo que toda prática de cura perpassa algum posicionamento sobre o ser, o saber e o poder. Por fim, reflito sobre o importante papel desempenhado por mulheres e suas revoluções contemporâneas nos processos de resistência ao apagamento das histórias de seus povos e na afirmação da vida. Diante dessas linhas iniciais, considero que o estudo aqui apresentado ganhará potência se colocado em debate junto a outros estudos dispostos a mirar nossos territórios historicamente negados e vislumbrar novos mundos.

O colonialismo na formação da subjetividade na América Latina e a insurgência do decolonialismo para sua transformação.

Autor: Mariana (UFF)

O interesse em contribuir com a apresentação oral parte do encontro com o que estou pesquisando e estudando para o meu trabalho de conclusão de curso em psicologia. Com o tema geral sobre como o colonialismo nos formou e forma a nossa subjetividade enquanto latino americanos.

A pertinência do estudo e aprofundamento desse tema se dá pela fato de que após 519 anos não chegamos sequer perto de superar a colonização. E superá-la requer mais que passar do estado de colonização para uma não colonização. Mas subverte-la, deixar emergir outros epistemologias e cosmovisões. Justo essas que foram dominadas e silenciadas.



No entanto não se trata de falar das ciências dos povos originários ou daqueles que estão do lado de lá do trópico de câncer. Isso as ciências ocidentais, brancas, já fazem tornando os povos não ocidentais objetos de estudo, bebendo das suas fontes simbólicas e produzindo conhecimento. O que está em jogo aqui é a saída do lugar de objeto para lugar de sujeito, que é portador da voz deles mesmos, que dizem sobre eles mesmos, que falam dos seus conhecimentos, das suas interações, das suas visões do cosmos.

O processo colonizatório ainda não foi superado e transgredido porque temos políticas de Estado de matar preto e favelado. Porque o número de feminicídios, de estupros, violências de todas as formas contra a mulher possuem estatísticas exorbitantes. Porque para o atual Governo Brasileiro interessa mais expandir o cultivo de monoculturas manejadas com agrotóxicos e sementes transgênicas destruindo ecossistemas, extraindo minérios passando por cima de vidas, e de pessoas que estão naquele território muito antes da invasão europeia em 1500. E não superamos pelo fato da presença majoritária nas universidades e na produção do conhecimento serem de pessoas mais identificadas com a branquitude e com a classe média. E nesse rol está incluída a psicologia como ciência e profissão. A perspectiva decolonial para além de uma teoria é uma práxis contínua, sem embargo em termos de reflexão acadêmica a sociologia, a antropologia, as relações internacionais possuem um debate mais organizado, consolidado. Entretanto, ainda carece na psicologia esse debate. Afirmando à partir do meu lugar como discente em uma instituição federal de nível superior, pela grade curricular e interesse das e dos professores. Por esse tema em demais encontros e congresso de psicologia.

A inclinação para esse tema se fortaleceu quando realizei uma mobilidade acadêmica internacional no México e fiz uma viagem por alguns países da América Latina. E pude reconhecer e interrogar sobre o que é ser latino, sul americana, sobra a minha latinidade, na geopolítica atual, que vem de um processo e nas minhas formas de desejar. Vi a diversidade de idiomas falados, de costumes, de organizações. Elegi matérias de outros cursos na Universidad de Guanajuato como, ciências sociais, antropologia social e artes. Estive em um encontro de mulheres em um caracol zapatista organizado por elas, fui testemunha da narrativa dos traumas da guerra civil das mulheres na Guatemala, principalmente as Mayas. Encontrei Belize após a invasão espanhola e a Inglesa. Conheci Silva Culsicanqui no Tambo em La Paz, fui caminhante nas montanhas do Perú tomando a chicha e comendo batatas andinas de todas as cores. E quando regressei ao Brasil nesse atual cenário político e econômico tomado por forças fascistas, reativas como diz Rolnik, vendo todos os tipos de forças coloniais se expressando, eu quis insurgir na escrita o que percorre minhas veias, minha pele. E comparto da ideia da psicanalista Suely Rolnik de que é necessário rever o imperativo da colonialidade no inconsciente, na clínica, na micropolítica. Das leituras que tenho feito sobre decolonialismo autores das ciências sociais como Aníbal Quijano centraliza o marco do colonialismo na subjetividade. Mas é a mesma noção de subjetividade? A noção de subjetividade que compreendo é como Rolnik e Félix Guattari a concebem como processo.

É composição, encontros de múltiplas forças, formas, lugares, discursos, ou, usando seus termos, agenciamentos coletivo de enunciação. Tampouco está apenas circunscrito na órbita do grupal. Como coloca os autores na obra *Micropolítica e Cartografias do Desejo*, os agenciamentos de enunciação extrapola as instâncias intrapsíquicas/pessoais (desejos, afetos, sensibilidades, memória, percepção, automatismos, fisiologia) e extrapsíquicas/individual (economia, sistemas sociais, tecnológicos, midiáticos, enfim, a macroestrutura). Assim a subjetividade é produzida através do encontro dessas múltiplas esferas, ela perpassa a todos. Ela é produzida. Ela atua simultaneamente no âmbito macro e micropolítico.

Assim, entendendo a subjetividade como produção e processo partimos para o ponto de como ela vê se manifestando, isso é, na sua expressão capitalística e colonial. No capitalismo mundial integrado (CMI) a produção de subjetividade opera em uma máquina produção em série, estabelecendo normas/padrão homogeneizantes a serem propagados e seguidos socialmente. Dessa forma, muito além, e primordialmente, de se ocupar em produzir objetos e mercadorias o CMI está disposto e preocupado em produzir subjetividades a serem consumidas e devoradas. Ele opera na semiótica, nas sensibilidades, em maneiras de se relacionar, na produção de desejo. O que está em jogo aqui é criar primeiro um mercado consumidor, consumidor não só no sentido de consumir matéria mas desejos. Dessa forma, esse sistema incide principalmente nas esferas micropolíticas, mais sutis, difícil de palpar, porém mais perigosas, pelo mesmo. O capitalismo astuto não só percebeu mas incorporou efetivamente ao seu esquema, sendo assim sua produção de lança, sua matéria-prima para toda e qualquer produção material e ideológica porvir. A subjetividade capitalística caminha junto com a colonial, considerando também que a colonial foi condição de emergência para a capitalística emergir. É possível defender uma teoria plural mas o decolonialismo precisa ser defendido e isso quer dizer vivido, no mundo dos afetos. Subverter nossas formas de desejar,



nossas formas de simbolizar, nossos valores. Deixo claro para a banca que falo em primeira pessoa me colocando na apresentação, a partir do lugar que falo como estudiosa e pesquisadora, meu ponto de vista que não é neutro, tem uma opinião e está no limiar de um relato de experiência e pesquisa.

O pensamento decolonial nas produções acadêmicas da Psicologia brasileira

Autor: Priscila Lima (UFPA)

Coautor: Bruna de Almeida Cruz (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ)

O presente trabalho parte da inquietação resultante da aproximação das autoras, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, dos debates empreendidos no meio acadêmico latinoamericano a respeito da importância do pensamento decolonial e seus desdobramentos epistemológicos para a produção de conhecimento. Considerando que, nos momentos iniciais que configuraram a Psicologia Social brasileira, psicólogas/os brasileiras/os dialogavam com outros/as autores/as da América Latina que se empenhavam nesse campo de estudos e construíam de certo modo alicerces no Brasil para pensarmos uma prática psicológica comprometida socialmente, perguntamo-nos: em que pé estaria esse diálogo nas produções acadêmicas atualmente? Neste sentido, buscou-se investigar como a noção de decolonialidade comparece dentro do campo de produção acadêmica da psicologia social brasileira. Entendendo-se, a princípio, que as terminologias utilizadas com referência a esse campo de estudos variam entre si, demarcando posicionamentos políticos e epistemológicos, optamos pelo uso do termo “decolonial” e não “pós-colonial” ou “descolonial”, por exemplo, uma vez que a nossa aproximação se deu a partir de escritos oriundos do grupo Modernidade/Colonialidade (em especial Aníbal Quijano), que faz uso daquele termo, diferenciando-se dos demais em alguns aspectos. A metodologia empreendida ocorreu por meio da revisão da literatura em duas etapas: 1) a partir da busca por assunto direcionada pelos termos “psicologia” e “decolonial” no portal de periódicos da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES); 2) a partir da busca, no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, pela palavra-chave “decolonial”, selecionando-se as opções “Psicologia” e “Psicologia Social” no filtro por área de conhecimento. De um total de 72 artigos analisados, podemos afirmar que a primeira etapa de pesquisa não nos forneceu nenhuma produção que fizesse referência a experiências brasileiras de debate de psicólogos ou psicólogas no campo em questão; ou seja, com referência direta ao pensamento decolonial, com exceção de um artigo de Vivian Matias Santos, pesquisadora graduada no curso de Serviço Social e que atualmente está vinculada a um Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Na segunda etapa, foram encontrados 17 trabalhos de pós-graduação strictu sensu, realizados em universidades brasileiras e a respeito de experiências também brasileiras, sendo 13 dissertações de mestrado e 4 teses de doutorado. A análise centrou-se nos recortes: a presença ou não da referência explícita ao conceito de decolonialidade; a referência teórica do conceito utilizado; a localização territorial dos/as autores/as; temas abordados; ano de publicação e a revista no qual o artigo foi publicado. A produção encontrada demonstra que os diálogos com estudos decoloniais realizados pela Psicologia em produções acadêmicas se localizam em alguns campos temáticos, tais como: estudos de gênero, em especial, estudos feministas; educação; juventude; discussões sobre psicologia clínica e diferença; modos de vida de povos tradicionais e, de forma geral, versam sobre modos de se ser, se saber e se poder que se apresentam como resistências à forma ocidental de se viver, que nos é ferozmente colocada como modelo hegemônico. Entre alguns estudos analisados, a noção de processos de subjetivação ocorre como balizadora das interlocuções entre esses estudos, caros aos campos político e social, e os saberes psicológicos, mas em um deles a discussão sobre psicologia clínica ocorre de forma mais ostensiva. Estudos de gênero merecem destaque no corpo de análise desta pesquisa, uma vez que a grande maioria dos trabalhos encontrados se relacionam com esse eixo temático, sendo bastante presentes e diversificadas as articulações feitas entre o mesmo e os estudos decoloniais. Em linhas gerais, embora esta revisão não tenha sido exaustiva, nota-se pouca, se não inexistente, participação de autores/as psicólogos/as do Brasil se relacionando em seus escritos com estudos decoloniais em artigos publicados em periódicos. No que se refere a teses e dissertações, a produção pode ser considerada mais consistente, embora recente, sendo o trabalho mais antigo datado de 2014, mas a maioria absoluta deles defendidos em 2018. Vale ressaltar também que, embora tenhamos utilizado em nossas estratégias de busca a palavra decolonial, fizeram-se presentes entre os textos analisados, articulações de conceitos e outras contribuições identificadas com estudos pós-coloniais, descasos, entre outros, de modo que comumente não se fazia nos textos exatamente uma segregação entre as contribuições de cada perspectiva,

pelo contrário, produziavam-se diálogos fluidos na mais sofisticada desobediência epistêmica! A partir deste estudo, sugere-se que a Psicologia brasileira tem caminhos inúmeros ainda não desbravados ao encontro do campo de estudos decoloniais, que vem contribuindo para a estruturação de debates em alguns campos temáticos e se mostrando um terreno fértil para darmos conta da complexidade das nossas realidades locais como povo historicamente colonizado, mas ainda não se dissemina de forma contundente em outros campos de debate e atuação psicológica. Embora seja notável que os aspectos discutidos por esse campo sejam por vezes contemplados em expoentes brasileiros, como Paulo Freire – que inclusive é citado em uma das dissertações analisadas –, é importante observar que os caminhos a que nos leva o seu legado, embora extremamente relevante à sua maneira, podem ainda ser desdobrados e enriquecidos quando postos em conversação com as propostas dos nossos vizinhos do lado de cá do jogo da colonialidade. Defendemos que essa aproximação siga sendo pautada, uma vez que cada vez mais urge, dados os avanços ultraconservadores – e por que não ultracoloniais? – na geopolítica mundial, a necessidade de nos colocarmos politicamente em resistência, reconhecendo-nos propriamente como povos construídos como subalternos. Acreditamos que, a partir de um movimento nesse sentido, temos muito a somar no campo da Psicologia, à medida que nos debruçamos no conhecimento dos mecanismos e amarras que nos sujeitam e nos distanciam de nos emanciparmos como sujeitos e como sociedade, ao passo que cultivamos as nossas próprias versões da história, os modos como queremos viver, nossas potências. A partir do exposto, acreditamos que o presente trabalho se alinha com o objetivo do GT escolhido por problematizar um dos aspectos de colonialidade que atravessa a Psicologia social e suscitar a interlocução com autores e autoras que nos permitem pensar as colonialidades do ser, saber e poder. Neste sentido, acredita-se que o trabalho se articula ao Eixo 7 por problematizar a produção de conhecimento em Psicologia social seja crucial para repensar nossas epistemologias sob pontos de vistas ético-políticos anticapitalistas e antirracistas.

PesquisarCOM Jovens no Trabalho Educativo: narrativas de encontros entre experiências e saberes diversos

Autor: Marília (UFRGS)

Coautor: Lilian Cruz (UFRGS)

Este trabalho compartilha uma pesquisa de mestrado a qual tem como tema a diversidade de experiências e de modos de existir das juventudes no Trabalho Educativo (TEd). O TEd é uma modalidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) destinada a jovens de 14 a 18 anos incompletos em situação de vulnerabilidade social. O SCFV - Trabalho Educativo é um serviço que visa garantir a Proteção Social Básica no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo como foco a prevenção de situações de risco social em que há violação de direitos (BRASIL, 2009). No TEd são ofertadas atividades em grupo no contraturno da escola que buscam fortalecer a convivência social, a participação cidadã e a formação para o mundo do trabalho. Em encontros com os jovens do Trabalho Educativo, destacaram-se as narrativas que escapavam das prescrições e formatações colonizadoras do Trabalho Educativo. Os relatos dos jovens manifestavam intensidades e modos de experimentar o TEd que fugiam dos discursos homogeneizantes de adolescência. A partir desses encontros, as seguintes problematizações emergiram: como pesquisar junto com as jovens do Trabalho Educativo? Como valorizar a produção de conhecimentos de sujeitas subalternizadas nas pesquisas acadêmicas? Como expressar as intensidades e modos de experimentar as juventudes no Trabalho Educativo através de narrativas? Assim, esta pesquisa tem como objetivo apostar em uma política de escrita na qual se PesquisaCOM os jovens - ao invés de SOBRE os jovens - valorizando as narrativas de experiências e saberes de juventudes subalternizadas. O presente trabalho se aproxima do eixo temático 10 da ENABRAPSO - "Território e modos de vida: atuação e pesquisa em Psicologia Social na cidade e no campo" - assim como do GT no qual é apresentado - por ter como orientação teórica e metodológica autoras e autores que problematizam as colonialidades que perpassam as políticas públicas, os territórios das favelas e os modos de vida das juventudes marcadas pelo racismo, pelo classismo e pelo sexismo. Chimamanda Adichie (2014), Chinua Achebe (1964) e Maria Paula Menezes (2010) alertam para o perigo de uma única história hegemônica destruir modos de existência, não permitindo que outras vozes sejam ouvidas e reforçando estereótipos de inferioridades. Já a obra de Michel Foucault (1997) fundamenta a discussão sobre como os discursos adultocêntricos e Norte-cêntricos sobre adolescência e juventude - presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) - naturalizam e universalizam a experiência de ser jovem, contribuindo para estratégias

de governo dessas populações. O conceito de epistemicídio de Sueli Carneiro (2011) contribui para a discussão sobre relações raciais que perpassam os encontros com as juventudes do TEd no território da Vila Santa Anita, favela na cidade de Porto Alegre. O percurso metodológico foi alicerçado no PesquisadorCOM, proposto por Marcia Moraes (2010), como um processo em que convidamos os jovens a construir as interrogações e as narrativas que compõem essa pesquisa. O PesquisadorCOM é construído nos encontros entre saberes não-hierarquizados dos jovens e das pesquisadoras. A partir de sugestões dos jovens, foram confeccionados cadernos nos quais são narrados com ilustrações e textos as experiências coletivas e singulares das juventudes do TEd. Cada jovem recebeu um caderno com folhas sem pauta no qual era possível criar uma capa personalizada. Os participantes podiam escrever, colar ou desenhar o que desejassem sobre a experiência de ser jovem e sobre o Trabalho Educativo. Apenas as páginas escolhidas pelos participantes foram digitalizadas para serem publicadas na pesquisa. Alguns jovens preferiram não compartilhar nenhuma página ou não quiseram utilizar o caderno. Além dos cadernos particulares, foram criadas narrativas coletivas e algumas narrativas orais foram transcritas para texto. Após a produção dos cadernos e das narrativas, notou-se a importância de escutar e valorizar as experiências e os saberes dos jovens na construção das oficinas do TEd, principalmente o módulo de cidadania, para que o serviço não reproduza lógicas colonizadoras, racistas, epistemicidas e violentas. Durante o processo de PesquisadorCOM, destacou-se também a importância ética de não formatar ou analisar o material produzido pelas juventudes, utilizar o nome de autoria escolhido por cada jovem e permitir que os jovens participem da pesquisa inclusive não participando. Ou seja, propor um PesquisadorCOM descolonizador envolve aceitar os limites impostos pelos participantes, sem compeli-los a participar da pesquisa e compartilhar as suas narrativas de acordo com o desejo das pesquisadoras.

Referências:

- ACHEBE, Chinua. *Arrow of God*. London: Heinemann, 1964.
- ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma única história. Disponível em https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt Acesso em 6 de Maio de 2019.
- BRASIL. Diário Oficial da União. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da Resolução Nº 109, nov. 2009.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, DE 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Estatuto da Juventude. Lei Nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- MENESES, Maria Paula. Outras vozes existem, outras histórias são possíveis. In: GARCIA, R. L. (org.) *Diálogos Cotidianos*. Petrópolis: DP&A, 2010.
- MORAES, M. PesquisadorCOM: política ontológica e deficiência visual. In: Moraes, M. e Kastrup, V. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

Políticas da loucura, saberes descoloniais e a genealogia do sujeito universal

Autor: Carlos Lira (UFRGS)

Este estudo busca problematizar como se opera a multiplicidade e simultaneidade de tecnologias de poder no campo epistemológico da saúde mental brasileira e como estes dispositivos atuam na constituição subjetiva do sujeito universal, capturando e invisibilizando corpos, identidades e singularidades.

Contudo, essa análise não pode vir dissociada de uma crítica e destituição anterior ao paradigma ocidental moderno e seu universalismo epistêmico eurocentrado, matriz-global do projeto imperialista-colonial sobre os povos latino-americanos e africanos. Uma lógica que perpetua-se até os dias de hoje, atualizando-se em estruturas, instituições, discursos e práticas que engendram mecanismos de subalternidade, exclusão, violência e morte sobre grupos humanos que não correspondem a imagem fabricada do homem branco ocidental e pretensamente universal.

A partir disto, torna-se fundamental revisitarmos a história do Brasil desde o período colonial, demarcando os acontecimentos e discontinuidades, nos quais determinados corpos foram sistematicamente condenados a inexistência humana ou subjugados a uma humanidade inferior, por serem considerados desprovidos de racionalidade. E assim, pensar como esse status de desrazão atribuída autorizou uma engrenagem desenfreada de capturas



de pessoas negras, de povos indígenas e de mulheres brancas em diferentes contextos, instituições e territórios.

Neste sentido, considerando o projeto moral, higienista e eugenista dos primeiros hospitais psiquiátricos no Brasil em meados do século XIX, que enclausuravam todo e qualquer indivíduo desviante da norma universal, proponho refletir sobre a correlação destas instituições manicomiais com os paralelos históricos: o regime escravista e pós-abolicionista sobre corpos negros, o patriarcado jurídico sobre os corpos de mulheres brancas e as políticas de espoliação e extermínio dos corpos indígenas.

Portanto, pretendo pensar as marcas desta herança em todo o percurso histórico da assistência psiquiátrica no Brasil, que se funda na lógica ocidental moderna e sua estrutura epistêmica de caráter racista, sexista e classista. Um trajeto que se inicia ainda no Brasil-Império, com a criação do Hospício D. Pedro II, "inspirado" no Modelo Asilar Francês, de Tradição Pineliana, e se encerra nas transformações mais recentes e progressistas, a Reforma Psiquiátrica e a Política de Atenção Psicossocial, "inspiradas" no Modelo da Psiquiatria Democrática Italiana, de Tradição Basagliana.

Neste cenário, buscarei investigar como o poder disciplinar, o dispositivo da biopolítica e a sociedade de controle, tecnologias forjadas a partir da matriz universal da modernidade, se desdobram, se atualizam e se imprimem sobre corpos colonizados sul-globais e quais suas possibilidades de agência e singularização no contexto da atenção psicossocial, considerando a micropolítica da produção da diferença e as estratégias de resistência.

Para compreender este processo, proponho um exercício de aproximações possíveis e diálogos de fronteira entre pensadores europeus pós-modernos, como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Boaventura de Souza Santos, e pensadores latino-americanos e africanos descoloniais, como Ramón Grosfoguel, Frantz Fanon, Walter Dignolo, Achille Mbembe, Enrique Dussel e Anibal Quijano. Além, claro, de pensadores contemporâneos da Reforma Psiquiátrica brasileira, como Paulo Amarante, Anna Pitta e Roberto Machado.

Apesar das inúmeras conquistas e avanços da Reforma Psiquiátrica brasileira nas últimas décadas, sua ruptura com o modelo manicomial e a implementação do cuidado em liberdade, com vistas a restituição de uma cidadania historicamente negada às pessoas com transtornos mentais. O presente estudo parte de uma crítica a produção do conhecimento no campo da saúde mental brasileira, diante da invisibilidade ou pouca expressão dos marcadores de raça, gênero e classe em sua construção epistemológica, considerando a natureza estrutural desses elementos na constituição das relações sociais.

Neste contexto, questiona-se o esvaziamento da singularidade identitária dos sujeitos nas práticas psicossociais, a indiferença aos processos de sofrimento psíquico e violência produzidos pelo racismo, pelo cisheteropatriarcado e pelo capitalismo, e ainda, a tendência de ajustamento aos modos de sociabilidade universais como sinônimos de qualidade de vida e pertencimento social. Deste modo, a pesquisa visa a produzir contribuições descoloniais ao debate da atenção psicossocial, no sentido de problematizar os diversos dispositivos contemporâneos de captura, para além dos manicomiais, compreender as dissimetrias e desigualdades na realidade dos corpos subalternizados e ampliar a potência da atenção e do cuidado a partir da produção da diferença.

Dentre os objetivos, nos propomos a compreender a história da assistência psiquiátrica no Brasil, considerando seu caráter colonial, eugenista e moral sobre os corpos subalternizados; problematizar as tecnologias de poder no campo epistemológico da saúde mental brasileira e como estes dispositivos atuam na constituição do sujeito universal; analisar a emergência dos marcadores de raça, gênero e classe na produção do conhecimento em saúde mental, a partir de perspectivas descoloniais; e por fim, investigar as possibilidades de agência e singularização no contexto da atenção psicossocial, considerando a micropolítica da produção da diferença e as estratégias de resistência.

Quanto a metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem genealógica, que se propõe a investigar a história da epistemologia em saúde mental no Brasil, buscando dar visibilidade às forças, suas virtualidades, riscos de captura e possibilidades de criação na constituição de um determinado objeto. Neste sentido, torna-se fundamental a desnaturalização das formas instituídas e a localização de suas contingências, compreendendo-as como resultado de uma historicidade descontínua e heterogênea, a partir de determinadas condições de possibilidades. Assim, para a produção de dados, pretendo analisar relatórios de conferências nacionais de saúde mental, documentos históricos e produções teóricas disponíveis em meio eletrônico, que retratem o percurso e processo de constituição epistemológica da reforma psiquiátrica brasileira, situados entre os anos de 1987 - marco político de início da Luta Antimanicomial no Brasil, a partir da Carta de Bauru - até o presente ano de 2019.



Possibilidades de resistência e educação no âmbito da colonialidade de gênero/raça e branquitude

Autor: Cibele Bitencourt Silva (PUC-SP)

Coautor: Sara Moura de Carvalho (PUC-SP)

Pensando a partir dos feminismos negros e decoloniais e resgatando o pensamento de Maria Lugones (2014) de que a intersecção raça/classe/gênero é construto central do sistema de poder capitalista mundial, entendemos a necessidade de pensar possibilidades de resistência ativa. No contexto dessas resistências, nos propomos a pensar especificamente o aspecto da colonialidade de gênero/raça e suas relações com a branquitude no Brasil. Nossa pergunta e objetivo de investigação teórica/construção prática é: como seria possível construir práticas de resistências a partir da educação popular no enfrentamento à colonialidade de gênero/raça em termos da branquitude e especificamente em território brasileiro?

Como nos ensina María Lugones (2008), há dois marcos de análise fundamentais: os trabalhos desenvolvidos por feministas de cor nos Estados Unidos e pelos feminismos do Terceiro Mundo, os quais denunciam a exclusão histórica e teórico-prática de mulheres não brancas e; o conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano, em que ele analisa o padrão global de poder capitalista. Ao destacar esses dois marcos e entrelaçá-los, dá nome ao sistema colonial de gênero moderno, indicando que a organização diferencial de gênero em termos raciais se deu a partir da colonização. Ao chegar nas Américas, os europeus solaparam as culturas originárias e perpretaram violências físicas e psíquicas, sistematicamente, classificando populações originárias em termos fictícios de gênero e raça, não presentes aqui, e destituindo sua humanidade quando se colocavam, e especificamente o homem branco europeu, como o ideal de humanidade (LUGONES, 2014).

Fanon (2008) nos aponta para os efeitos de profunda desestruturação social e psíquica das colonizações europeias, especificamente no contexto de Madagascar, mas que ampliamos para as demais colonizações europeias e trazemos para o contexto brasileiro. O autor nos aponta para a extrema dificuldade das pessoas colonizadas em se enxergarem como humanas, já que é o colonizador que desumaniza e se coloca como o próprio referencial de humanidade e dignidade.

Tendo em mente esses aspectos da colonização de raça/gênero, resgatamos as considerações de Maria Aparecida Silva Bento (2016) acerca da branquitude. A autora explica que o medo do negro assola as elites brancas no período próximo à Abolição da Escravatura também porque, como as elites e a população negra sabiam, a condição miserável da população negra liberta era fruto "da apropriação indébita (para sermos elegantes), da violência física e simbólica durante quase quatro séculos, por parte dessa elite" (BENTO, 2016, p. 36). Ou seja, foi o medo do negro que originou as políticas de branqueamento, mas também o desejo pela europeização, com um ideário de Brasil branco e desenvolvido tal qual Europa. A partir daí, não é difícil entender porque seria importante exaltar o europeu imigrante e reforçar políticas de apagamento, exclusão e extermínio de um Brasil negro e indígena. Daí que a ideologia da democracia racial, de um país miscigenado e pacífico, serve para encobrir as violências históricas e constantemente atualizadas à população negra e indígena, ao mesmo tempo em que exalta e valoriza a população branca, em especial a de origem europeia, num processo de negação da identidade negra brasileira. Conforme último censo do IBGE (2011), a maioria da população brasileira é negra, composta por pretos e pardos, desafiando a negação advinda principalmente da elite branca, mas também da população branca em geral, de que o presente do Brasil é negro, e não apenas seu passado como se vem tentando desde as políticas de branqueamento.

É importante entender de onde esse medo branco voltado para o negro pode ter surgido, e para isso se faz necessário compreender alguns aspectos da branquitude, ou da identidade racial das pessoas brancas brasileiras. Maria Aparecida Bento (2016) aponta que no contexto dos debates, pesquisas e implementação de programas institucionais de combate às desigualdades, chama a atenção a omissão, o silêncio ou a distorção acerca do lugar do branco nas relações raciais brasileiras. A autora aponta que a falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reforçar a ideia de que as desigualdades raciais são um problema do negro, o qual é estudado e problematizado, e que evitar focalizar o branco é deixar de discutir dimensões variadas do privilégio, pois "mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da branquitude, o que não é pouca coisa" (BENTO, 2016, p. 27).

A população branca, que vê a si mesma e à sua cultura como a norma, em relação aos que considera diferentes, e em nosso caso brasileiro, principalmente em relação à população negra, é a própria capacidade de identifica-

ção com o próximo, “criando-se, desse modo, as bases de uma intolerância generalizada contra tudo o que possa representar a diferença” (BENTO, 2016, p. 39-40). Esse processo projetivo funciona também quando pensamos nas normas de sexualidade e gênero, e no ódio-medo projetados para as e os que não se cabem nas normas. Educar para a igualdade racial, para os direitos das mulheres e para as diversidades sexuais e de gênero tem sido um dos caminhos para transformarmos essa realidade, mas há muito mais a se caminhar, e em especial se não reconhecermos a profundidade e complexidade da questão racial no Brasil. Não se pode conquistar mudanças efetivas no sentido de educação para as diversidades e avanço na justiça social se a questão racial não for profundamente trabalhada. E para isso, é preciso que as sombras sejam devolvidas a quem de fato as produz: é preciso rever o mito da supremacia racial branca e da educação euro-americana, as quais alimentam o individualismo e a competição em detrimento da saúde coletiva (NOGUEIRA, 2013).

REFERÊNCIAS

- BENTO, Maria A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria A. S. (Orgs.). *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- FANON, Frantz. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Revista Tábula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Tradução de Juliana Watson e Tatiana Nascimento. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- NOGUEIRA, Simone G. *Psicologia crítica africana e descolonização da vida na prática da capoeira de Angola*. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Repensando práticas e saberes a partir da vivência em comunidades rurais

Autor: Sayonara Neves Barbosa Gomes (UFAL)

Coautor: CLAUDIA DA SILVA NICACIO (UFAL), CLEANE LACERDA (UFAL), José Nilson Nobre Filho (UFAL), Xili Ribeiro (UFAL), Mirella e Samuel (UFAL)

Este resumo objetiva apresentar uma vivência realizada por discentes de Psicologia, acerca dos processos de ruralidades, suas dinâmicas e seus modos de existência, como formas de dialogar sobre as práticas psis. O encontro com pessoas, que vivem em uma realidade, que não a da cidade, produziu em ambas as partes (moradores/as das comunidades e discentes), uma reflexão sobre suas práticas cotidianas, assim como uma imersão em outras formas de existências e resistências. Além disso, busca-se refletir sobre a relação campo-cidade, não mais pautada em uma dicotomia, mas de forma dialógica, numa relação de trocas, em que os modos de vidas das pessoas do campo são evidenciados, bem como as produções de subjetividades, visualizadas a partir das especificidades que dialogam com o contexto histórico de cada época. É importante, também, visualizar as implicações político-econômicas na vida da população rural. A vivência aconteceu a partir da articulação com as comunidades pertencentes ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), realizada por um professor do curso de Psicologia de uma Universidade do interior e seus/as alunos/as, que convidaram um grupo de estudantes e uma professora da capital, para juntos/as participarem de um fim de semana com os/as moradores/as de três comunidades rurais, que se dispuseram a recebê-lo/as e compartilhar suas atividades cotidianas. Os/as estudantes e tutor/a distribuíram-se em três grupos, cada um em uma comunidade e ao final da vivência foi compartilhada a experiência dos grupos, assim como dos/as moradores/as que acolheram os/as estudantes. O MPA é um movimento camponês que tem como objetivo a produção de alimentos saudáveis. Este é caracterizado por ser um movimento de massas e de caráter nacional, faz parte, portanto, da Vía Campesina, da Confederação Latino-americana de Organizações Camponesas (CLOC) e da Frente Brasil Popular (FBP). Além disso, tem como base social grupos de famílias de comunidades camponesas. Assim, o MPA resgata o sentimento de pertencimento relacionado ao campesinato e a vida no campo, resgatando, então, valores, princípios, costumes e a diversidade dos povos rurais, fortalecendo, assim, a identidade desse povo. Dessa forma, aprendemos acerca da sua fundação, relações de trabalho e de como é necessária a atuação desse movimento no contexto rural. Vivenciar essas dinâmicas, possibilitou uma maior aproximação com o espaço de (Re)Existências do território rural do agreste alagoano. Fazendo-nos (re)pensar conceitos arraigados no seio social como de riqueza, viver bem, saber, dentre outros. Além de pensarmos nos direitos da população do campo (em especial das mulheres), assim como o acesso às instituições sociais como as escolas e hospitais,

aos transportes públicos e demais serviços. Para além de observar estes fatores territoriais, busca-se compreender as dinâmicas das relações a partir dos marcadores sociais entre raça, gênero e classe. Durante os dias de imersão nas comunidades, foi possível conhecer o modo que lidam com a natureza, numa relação de troca, que possibilita seus ganhos financeiros e também maior bem-estar. Além disso, a valorização das crenças populares, o trabalho coletivo, a solidariedade, o respeito e o companheirismo, são princípios que norteiam as práticas sociais dos/as moradores/as. Nossa vivência foi marcada pela afetividade e construção de vínculos, bem como aprendizagens sobre o campo. O diálogo e as atividades com as comunidades rurais caracterizam-se como uma proposta de saída do lugar hegemônico/eurocêntrico, no qual o/a pesquisador/a é concebido/a como detentor/a do saber. Dessa forma, assume-se um posicionamento em que, a relação com o/a outro/a ocorre em termos de igualdade e respeito, despontando, assim, as possibilidades de transmissão e construção conjunta de outras narrativas. O encontro com outras práticas sociais produziu nos/as estudantes um estranhamento e uma transformação epistemológica. Um processo que se iniciou durante a vivência e que se faz constante e efetivo, ocasionando, um impacto relevante nas formações e, consecutivamente, na futura atuação profissional dos/as estudantes. Aos/às estudantes, a experiência possibilitou refletir criticamente sobre as práticas cotidianas produzidas na academia. Aos/às agricultores/as, uma aproximação com a comunidade acadêmica, a partir de uma construção coletiva de conhecimentos. Consideramos a relevância desta atividade, pois ampliou nossos conhecimentos, além das práticas pedagógicas na universidade, afirmando-se como um espaço de transformação e compromisso social. O fortalecimento de vínculos proporcionou reencontros posteriores a vivência, quando uma das moradoras da comunidade foi convidada por uma estudante de psicologia da capital para facilitar uma roda de conversa na Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA). Além disso, consideramos a relevância de analisar-se os efeitos e implicações das medidas governamentais às vidas das camponesas/es. A proposta da Reforma da Previdência (PEC 06/2019), por exemplo, representa uma ameaça aos direitos básicos, conquistados por meio das lutas sociais, pois tem como elementos centrais o aumento do tempo de contribuição para homens e mulheres, quando se trata das mulheres do campo equipara-se a idade de aposentadoria a dos homens, além da comprovação de contribuição mínima de 20 anos. As mulheres são as que mais sofrerão com a reforma devido às duplas e até triplas jornadas de trabalho, tanto doméstico como rural e/ou urbano. A Reforma da Previdência, portanto, representa um retrocesso mais acentuado para as mulheres camponesas. Além disso, é necessário levar em consideração a responsabilidade do Estado em garantir as condições necessárias de qualidade de vida dessas pessoas, visto que tem-se um índice da expectativa de vida que varia quando levado em consideração a realidade das mulheres camponesas e dos homens camponeses. Assim, por meio dessa ótica podemos estabelecer um diálogo entre os saberes psis e as políticas públicas, assim como os saberes do campo e das mulheres camponesas, visualizando suas práticas a partir de um contexto social, cultural, histórico, político e econômico, bem como da interseccionalidade (gênero, raça e classe social), de forma a propor uma mudança epistemológica no modo de olhar os diferentes saberes.

Sem papéis definidos, mas reconstruídos: relação entre saberes em uma comunidade quilombola alagoana

Autor: Liliane Santos Pereira Silva (UFAL) e Maria (UFAL)

Coautor: Karen Lauren Monteiro Silva (UFAL), Hemile, Milena Stéfane Nunes da Costa (UFAL), Roberto Albuquerque Salsa (UFAL), Charlie Bellow (UFAL), Milena de Siqueira Nolasco e Sarla Silva de Oliveira (UFAL)

INTRODUÇÃO

A proposta de atividade de extensão teve início a partir das discussões levantadas pelo Núcleo de Estudo do Semiárido Alagoano (PET-Nesal). O projeto de extensão está sendo desenvolvido em uma Comunidade Quilombola, localizada no sertão alagoano, reconhecida desde 2005, que abrange em seu território cerca de 80 famílias. Os trabalhos são exercidos pela agricultura familiar e pelo deslocamento de alguns moradores no trabalho na cidade. Através de encontros com a liderança comunitária e alguns moradores, foi levantado como questão o elevado número de jovens com formação superior que não conseguem inserção no mercado trabalho. Com isso, definiu-se o direcionamento de trabalho: compreender como as pessoas da comunidade que concluem o ensino superior conseguem aliar os saberes científicos aos saberes comunitários.

A extensão encontra-se em fase parcial de desenvolvimento, mas percebe-se a implicação da comunidade na construção de espaços coletivos para a formação de seus conhecimentos e práticas. Acredita-se que as produções



coletivas auxiliam a repensar o modelo acadêmico de produção de saber que, por vezes, se realiza de forma a segmentar a realidade local, dificultando a promoção de um ensino superior que favoreça a equidade étnico-racial e regional do país.

OBJETIVO

• Compreender como as pessoas da comunidade que concluem o ensino superior conseguem aliar os saberes científicos aos saberes comunitários.

RELAÇÃO COM O GT

Por compreender que os saberes científicos não sobrepõe aos saberes populares, pelo contrário podem se potencializar, a discussão é contemplada no GT23: *Mundos por vir em Abyayla: descolonialidades, territórios e justaposição de saberes*. Assim, a justaposição de saberes possibilita romper com a racionalidade opressora a qual procura organizar o mundo por meio da destruição do que é diferente do seu, no qual a existência do outro está vinculada à dominação e a opressão.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

O negro foi introduzido no Brasil na condição de uma migração forçada, conhecida como processo afro diaspórico, como sujeito que não foi convidado e tampouco pôde decidir pelo seu processo migratório. O negro foi “julgado o ser sem história e família” uma mercadoria de fundamental importância no momento oportuno da acumulação primitiva do capital. A população negra conheceu as piores formas de violência desde a captura na África, passando pelo sofrimento dos “navios tumbeiros”

Porém os negros não foram passivos diante da situação de humilhação, muitos usavam a revolta, a fuga e a formação de aldeamento chamados quilombos para resistir. No período da escravidão existiu um número bastante considerável de quilombos, sua formação se deu como uma das formas encontradas pelos negros para sobrevivência e enfrentar o regime escravocrata colonial, bem como, de se defender contra os ataques dos capitães do mato.

O conhecimento hegemônico/universalizante das Universidades tem o poder de definir/desqualificar/negar essas vidas negras e também não legitima as lutas pela (re)existência dessa população, quando nos referimos ao conhecimento científico produzido por ela, nos quais seus integrantes se reconhecem na capacidade de produzir espaços de afirmação e emancipação. Assim, a educação entra como processo possível de afirmação e emancipação.

Dessa forma, a educação apresenta-se como processo possível de luta para os povos que vivenciaram historicamente situação de opressão/dominação. Já que o ato de educar não é uma transferência de saberes, mas um processo de formação pessoal e histórica para a vida, que possibilita ao sujeito situar sua existência em seu lugar histórico e político. Educar para vida é promover uma educação que fortaleça os sujeitos e coletivos para um projeto político de luta pela liberdade e de enfrentamento às formas de dominação/opressão.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, foi fundamental o direcionamento teórico-metodológico crítico, que terá como norte a pesquisa participante, cuja principal característica será indagar a interação entre pesquisadores e participantes envolvidas na prática extensionista. A partir de leituras bibliográficas e documentais, foi elaborado um referencial teórico comum que buscou a organização e a sistematização da relação educação superior e comunidades quilombolas, desse modo, o primeiro passo foi à delimitação das informações disponíveis.

A imersão na comunidade realizou-se através de visitas, em reuniões com a liderança comunitária e alguns moradores que apresentaram uma demanda específica: o elevado número de pessoas com formação superior que não conseguem inserção no mercado trabalho, dentro ou fora da comunidade.

Nisso, a extensão se dividiu nas seguintes etapas:

1. Identificação da demanda;
2. Levantamento bibliográfico e documental;
3. Aplicação de questionários socioeconômico;
4. Apresentação dos resultados dos questionários a comunidade;
5. Realização de rodas de conversa;
6. Articulação de ações comunitárias.



RESULTADOS

Em conjunto com a comunidade, foi articulado o primeiro momento da atividade, que consistiu na elaboração de um levantamento socioeconômico, de cunho qualitativo e quantitativo buscando compreender a realidade da comunidade, por meio de indagações coletivas: renda familiar, uso dos benefícios sociais, formação profissional, situação habitacional, ingresso no mercado de trabalho, espaços de lazer, dentre outros.

Devido a aplicação dos questionários, observou-se nos resultados que os profissionais com ensino superior além não estarem sendo retidas pelo mercado de trabalho, elas não conseguiam relacionar os saberes instituídos na academia com os saberes comunitários. Com isso, a apresentação da demanda dentro da comunidade, reflete as dificuldades acadêmicas em indagar conhecimentos que sejam postos no cotidiano de realidades singulares, em pensar seus saberes para além do espaço urbano.

Com os resultados analisados, foi desenvolvido um espaço de discussão em relação as conclusões que o estudo chegou, apresentando a liderança e moradores da comunidade os empecilhos de raça, gênero, etnia e território que poderiam ser impostos na luta pelo trabalho, os quais são acrescidos quando trata-se de uma comunidade rural e quilombola.

Diante desse lugar de discussão foi sugerido pelos envolvidos duas rodas de conversas que ocorrerão na associação comunitária. Os temas a serem discutidos são: "reconhecimento e resistência no combate ao racismo"; "a relação do saber científico com o sujeito/contexto quilombola", as rodas estão em fase parcial de desenvolvimento.

Por fim, os resultados obtidos através das rodas de conversas, serão apresentados para a comunidade, a fim de gerar ações capazes de aliar os saberes científicos aos saberes comunitários.

CONCLUSÕES

Considerando que a universidade ainda é um espaço povoado por saberes científicos hegemônicos, muitos conhecimentos e modos de vida sujeitos periféricos são invisibilizados. Acarretando uma trajetória de ensino que apaga saberes quilombolas, pois essa ideologia que centraliza o saber, coloniza de forma sutil as pessoas em suas várias dimensões, os afasta dos seus processos construtivos e os esvazia dos seus saberes, sendo necessário discussões e ações concretas que possam ser sentidas e visualizadas pela população negra.

Assim, optar por novo paradigma científico que valorize os saberes locais, ativa a produção de conhecimentos e atualiza nos envolvidos a capacidade de ação e transformação da realidade. A definição de transformação aqui mencionada, acompanha as compreensões da psicologia social latino-americana, que afirma que o ato transformador não é apenas alterar certas relações, mas é permitir a emergência de forças que buscam romper com as relações de dominação, bem como, com as experiências de desigualdade vividas.

Técnica e existência no Brasil contemporâneo: políticas públicas e modernização da família

Autor: Caio Monteiro Silva (UFC)

O campo em que esta pesquisa se propõe a atuar diz respeito às relações entre as vicissitudes da sociedade contemporânea brasileira e a família. A Modernidade como momento fundamental e estruturante da vida contemporânea é explorada em seus efeitos e impactos. A premissa desse estudo é a de que as técnicas oriundas do desenvolvimento do conhecimento produzido na e pela sociedade contemporânea, inspirado em ideais modernos, têm um efeito reflexivo e transformam as relações entre família e sociedade. A sociedade brasileira contemporânea é por nós tomada a partir dos efeitos de um processo de modernização que vem desde a colonização até o desenvolvimento de alguns conceitos que parecem hegemônicos no Ocidente como o Risco, o Controle e a Performance. Importante destacar que em nosso modo de entendimento essas coordenadas que localizam o sujeito contemporâneo só puderam ser pensadas a partir da relação de alteridade que se colocou diante do Eu europeu no encontro com o que veio posteriormente chamar-se de América. Risco, Controle e Performance não podem ser pensados como categorias já dadas sem que se refiram necessariamente também a um projeto existencial onde cada técnica encontra-se no presente como a possibilidade auxiliar na realização desse projeto. Assim, é preciso considerar que a tecnologia que ordena e justifica as políticas públicas tem em si as sementes para a realização de um projeto. O projeto de Modernidade não pode ser entendido sem seus aspectos e atitudes de modernização a



qual impunha sobre aquilo que se opunha a Europa como tendo um estatuto de existência própria. Assim, é preciso reconhecer a Modernização como um dispositivo de colonização e com isso desvelar o jogo em que sob o signo do desenvolvimento se operaram ações concretas que invisibilizaram os processos de violência colonial como se a Modernidade, como nos dirá Aníbal Quijano, não permitisse aparecer a Colonialidade como seu lado obscuro. A formação do nosso atual Sistema-Mundo – tomando o conceito emprestado do sociólogo americano Immanuel Wallerstein - só pode ser então, pensada pelo sintagma Modernidade, Capitalismo e Colonialidade em que respectivamente esses eixos apresentam o protagonismo cultural, econômico e político no Brasil Contemporâneo. Processo que produziu um estreitamento entre técnica e existência. Com isso temos que a partir da noção de risco pode ser notada uma série de produção de eventos que em sua extensão e continuidade tornaram-se críticos às próprias bases que sustentaram a sociedade em um momento anterior. Desta forma, a família inscrita sob os contornos de uma sociedade de risco passa a ser criticada por esta própria sociedade através do que chamamos de Sistemas Seguro – procedimentos de administração do risco. Os Sistemas Seguro apresentados neste projeto assumem sua centralidade no grupo familiar e produzem efeitos, os quais são de interesse a esta investigação. A justificativa e pertinência de atender-se para esse tema se dá devido ao lugar de prestígio atribuído a família e as expectativas sociais que são lançadas a esse grupo específico como um elemento fundamental para a constituição da sociedade. Desta forma observamos que a família é considerada: presença relevante na adesão a tratamentos – unidades de terapia intensiva (MOLINA; BERCINE; VARELA et al., 2007), terapia hemodialítica (MALDANER; BEUTER; BRODANI et al., 2008), tratamento da hipertensão arterial (BARRETO; MARCON, 2014), tratamento de transtornos do comportamento alimentar (SOUZA; SANTOS, 2012); lugar privilegiado de atenção nas políticas públicas – PAEFI[1], ESF[2]; espaço de disputa político-institucional – discussões na Comissão de Família da Câmara dos Deputados a respeito do Estatuto da Família (PL 6583/2013); meio para estabilização social – a família hodierna utiliza-se de conhecimentos científicos especializados para solucionar problemas psicológicos, fisiológicos e educacionais que poderiam vir a desestabilizar a forma família bem como a sociedade (BELTRÃO, 1973). O que não podemos deixar de destacar nesse processo são principalmente dois pontos. O primeiro seria que isto mesmo que torna a família interessante e especial tornando-a espaço destacado para a intervenção possa, justamente através desses processos de intervenção técnica, marginalizar a família deste lugar operando assim processos de socialização que não se dão pela família, mas através da família. O segundo diz respeito a pensar a relação e a dependência cognitiva que justifica a leitura da família como o espaço de risco que convoca os saberes especialistas através de uma atuação do Estado a uma intervenção. O objetivo deste trabalho, portanto, é inspirado na estratégia de Desconstrução através da qual pretendemos compreender os efeitos da centralidade do grupo familiar na sociedade brasileira contemporânea a partir das Políticas Públicas em seus efeitos sobre as sociabilidades contemporâneas brasileiras. Tendo em conta as questões apresentadas torna-se importante ressaltar que o reconhecimento das Políticas Públicas em um modelo de organização Moderna no sentido europeu do termo permite repensar os processos de Modernização implícitos dirigidos as famílias brasileiras em que os processos políticos muitas vezes parecem estar subsumidos a forma sociedade. Nesse sentido, a política ou as ações políticas concretas operadas pelo campo das Políticas Públicas não seriam objeto de transformação social e sim de manutenção da organização desta forma de sociedade. Pensar os mundos por vir dentro de uma perspectiva pós-colonial, grupo de trabalho ao qual este escrito pretende colaborar, diz respeito a pensar a questão da descolonialidade necessariamente como nos dirá Enrique Dussel, a partir da produção de um pensamento que se volto a nossa totalidade prático-produtiva, que pense sobre nossas próprias questões que inescapavelmente acabam por dirigir-se ao tema da colonização. A libertação na América Latina não diz necessariamente respeito a pensar complexamente o tema da liberdade, e sim assumir que este processo se dá em considerar os elementos de colonialidade e seus efeitos sobre nós.



GT24: Normalização resistências: problematizações entre cidades corpos

“O que é que eu vou fazer com essa tal liberdade?”: pergunta-escárnio no mundo fantástico da segurança.

Autor: GIOVANA GALEANO (UFRGS - Núcleo Epolitcs)

Coautor: Neuza Guareschi (UFRGS), Luis Henrique da Silva Souza (UFRGS), Jacinta (UFRGS) e Carolina dos Reis (UFRGS)

A pesquisa da qual se origina a presente discussão tem sido desenvolvida na cidade de Porto Alegre – RS e se atrela à análise das lógicas de segurança nos espaços urbanos e seus efeitos na produção de subjetividades. Como norteadores epistemológicos, inspiramo-nos nos estudos de Michel Foucault, Giorgio Agamben e Walter Benjamin, uma vez que os autores nos permitem analisar as formas como têm sido produzidas estratégias bio e tanatopolíticas, isto é, práticas de gestão da vida e da morte, bem como propõem formas de produção de conhecimento que tensionam as relações político-científicas.

Esta escrita emerge com o objetivo de problematizar as estratégias de vigilância produzidas pelas lógicas de segurança na ordem do dia das cidades, tomando como analisador uma funcionalidade específica do aplicativo #EuFaçoPOA. Os procedimentos metodológicos utilizados para esta discussão envolveram a leitura e análise de notícias e demais documentos, impressos e digitais, relacionados à temática e, também, a inspiração Benjaminiana no cronista da vida cotidiana cuja atenção se direciona aos elementos que passariam despercebidos no fluxo frenético das grandes cidades.

Em junho de 2017 a Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre – PROCEMPA, através da Prefeitura do referido município, disponibilizou o aplicativo chamado #EuFaçoPOA cuja funcionalidade chamada “Detetive Cidadão” permite registrar informações sobre veículos suspeitos que estejam circulando na cidade. A ideia do aplicativo foi a de possibilitar ao cidadão cooperar com os órgãos de segurança pública, mantendo o anonimato, a identificar e recuperar veículos roubados ou furtados, possibilitando ao cidadão agir em relação ao crime e à violência.

A referida funcionalidade, ao permitir que qualquer pessoa que tenha o aplicativo instalado em seus telefones móveis faça a denúncia de veículos suspeitos de serem roubados coloca em operação todo um procedimento diagnóstico: observação, avaliação e intervenção das situações e, portanto, dos outros sujeitos. O Detetive Cidadão dá visibilidade à figura caricaturada do sujeito da segurança: atento, vigilante e denunciador; ou, ainda, aquele sujeito que tudo vê, tudo ouve, tudo captura. Ao mesmo tempo em que o aplicativo visa a criação de um vínculo entre os acontecimentos citadinos, especialmente no que concerne à gestão dos espaços, o caráter anônimo das denúncias implica no estabelecimento de uma relação com a liberdade que se pauta pela abstenção.

Aqui nos interessa mais compreender qual concepção de segurança é operacionalizada pelo aplicativo em termos de regime de verdade, do que propriamente a finalidade para a qual o mesmo foi produzido. Além disso, uma aporia presente no aplicativo é a continuidade da lógica punitiva e de violação de direitos evidenciada pela presunção não de inocência, mas criminalidade, associada à operacionalização de uma função de polícia por parte dos cidadãos. Cabe direcionar o olhar, portanto, para quais relações de poder são produzidas no que concerne à segurança. Se por um lado, Foucault (2008) afirma que o governo é um exercício de poder em uma condição de relação, onde temos ao menos dois elementos: aquele que exerce poder e aquele que resiste ou pode resistir a este exercício. Para Agamben (2014) a relação que se estabelece em uma lógica de segurança é a da exceção, uma vez que se trata de uma forma extrema de relação que inclui alguma coisa unicamente através de sua exclusão.

É nessa esteira de pensamento que a pergunta-escárnio que dá título a esta comunicação, qual seja “o que é que eu vou fazer com essa tal liberdade?”, visa provocar a o caráter de decisão atrelado à figura caricaturada da segurança, uma vez que todos os artifícios utilizados para produzir segurança criam, ao contrário, encarceramentos e circuitos fechados não apenas nos espaços da cidade, mas nas formas como nos relacionamos e nos constituímos enquanto sujeitos. Por essa razão se trata de um escárnio: uma pergunta feita para provocar hilaridade no que diz respeito à falsa sensação de proteção e, também, uma forma de menosprezo indignado com relação aos discursos que fazem manutenção da credulidade na fábula – talvez a mais fantástica já escrita – da segurança.

O aplicativo #EuFaçoPOA implica não apenas a constituição de um tipo de cidade, mas de um tipo de sujeito, seja ele o cidadão vigilante, detetive ou, ainda, o cidadão “de bem” que cumpre com suas obrigações civis e, portanto, tem assegurado ou, no mínimo, permitido o acesso aos direitos relacionados à cidadania. Por sua vez, essa estratégia de vigilância tensiona a operacionalização da lei que delimita o campo do crime, no qual a infração se constitui enquanto o elemento pelo qual o direito captura a vida (Foucault, 2008b; Agamben, 2004; 2007). Desse modo, #EuFaçoPOA implica uma prática da/na cidade que produzirá efeitos não apenas no ordenamento do espaço, da circulação, mas, especialmente, da constituição desses sujeito que articula vida e direito: o cidadão. É nesse sentido que acreditamos que nossa discussão se atrela à proposta elaborada pelo GT Normalização e resistências: problematizações entre cidades e corpos.

As cidades e os fluxos migratórios contemporâneos: processos de in/exclusão

Autor: Betina Hillesheim (UNISC)

Em 2016, o número de migrantes internacionais ultrapassou a marca dos 244 milhões, representando um aumento de 41% em 15 anos. No Brasil, entre os anos de 2010 a 2016, havia 9.552 refugiados reconhecidos, sendo que, no período acumulado entre os anos de 2011 a 2013, houve um crescimento de 50,9% de imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro. Não obstante tal crescimento, a presença dos migrantes é ainda limitada, sendo que, conforme os dados do IBGE, os estrangeiros registrados representam menos de 1% da população brasileira. Diante do expressivo aumento dos fluxos migratórios e a partir da compreensão de que as cidades se constituem como campos de batalha nos quais se confrontam as questões globais e os sentidos e identidades locais, este trabalho objetiva apresentar parte das discussões produzidas a partir da pesquisa “Migração e Processos de in(ex)clusão”. Na referida pesquisa, investiga-se os movimentos migratórios em três municípios localizados no interior do Estado do Rio Grande do Sul (Lajeado, Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul), buscando compreender como se constituem, nos municípios, as estratégias biopolíticas e práticas de governo dos fluxos migratórios contemporâneos, fundamentando-se nas teorizações do filósofo Michel Foucault. Ressalta-se que o Rio Grande do Sul caracteriza-se por um grande número de migrantes assentados em cidades menores do interior do Estado e na região metropolitana, constituindo-se como um dos locais que mais recebe imigrantes haitianos no país, bem como senegaleses, venezuelanos, entre outros. Nessa perspectiva, o estudo volta-se para uma problematização dos processos de in/exclusão dos migrantes, a partir de diferentes legislações e ações municipais, percorrendo uma problemática na qual as próprias políticas de inclusão necessitam ser interrogadas. Para tanto, propõe-se tomar a governamentalidade como uma ferramenta analítica, buscando compreender os processos de in/exclusão que são produzidos na gestão das vidas dos migrantes quando em contato com realidades locais, entendendo, assim, que as políticas de inclusão são parte de uma governamentalidade. Para tanto, uma das estratégias de produção de dados é a análise dos documentos produzidos pelas câmaras de vereadores dos referidos municípios, entre os anos de 2013 a 2017, entendendo-se que a chegada desses migrantes gera, nas cidades, a necessidade de soluções locais para problemas produzidos globalmente, sendo que uma das vias desse debate ocorre nas câmaras de vereadores. A escolha do período se justifica pelo fato que, embora essas migrações tenham se intensificado a partir de 2010, nas regiões estudadas elas se tornaram mais visíveis a partir de 2013, sendo que o período analisado abarca tanto um momento de pico de emprego para os migrantes (2013), quanto a crise econômica ocorrida a partir de 2014. O mapeamento das sessões legislativas realizado até o momento tem apontado, de forma geral, para uma invisibilidade da questão desses fluxos migratórios nas sessões das câmaras de vereadores. Destaca-se, por outro lado, que, especialmente no município de Lajeado, que conta com o maior número de migrantes entre os três que compõem a pesquisa (em março de 2018, havia, na cidade, 591 migrantes que obtiveram residência por motivo humanitário, sem contabilizar aqueles que ainda aguardavam decisão sobre o pedido), quando a migração aparece é referente à imigração europeia do século XIX, a qual é celebrada e homenageada de diferentes formas (festividades, nomes dados a espaços públicos, tais como ruas, parques, prédios, bairros, etc.). Têm-se assim, ações diversas de afirmação de uma determinada migração, de origem europeia, enquanto que os migrantes recentes – de origem caribenha ou africana –, não são pautados nas discussões do legislativo. Nos outros dois municípios, também se evidencia um silenciamento das discussões das câmaras sobre esse tema. No caso de Venâncio Aires, tal invisibilidade chama a atenção, pois é considerada pelo ACNUR como uma cidade solidária. Assinala-se ainda que, o município de Santa Cruz do Sul, apesar de ser o maior em população entre os três e se caracterizar por

possuir um parque industrial desenvolvido e boas condições socioeconômicas, conta com número pequeno de imigrantes residentes (05 venezuelanos e 10 senegaleses, segundo dados de março de 2018), sendo significativo que nos anos de 2014, 2015 e 2017, há um pedido de informações realizado por um vereador e encaminhado para a Polícia Federal, questionando sobre diferentes aspectos da vida desses migrantes: condições de saúde, nível de escolaridade, desenvolvimento social, tempo de permanência, natalidade, renda, entre outros. Dessa maneira, os dados produzidos até o presente momento indicam uma oscilação nas formas de governo desses migrantes que têm se estabelecido nas cidades em questão: por um lado, eles são ignorados nas discussões legislativas e desconsiderados como relevantes para a cidade e seu funcionamento, e, por outro, são vistos como ameaças aos cidadãos locais, devendo, portanto, ser acompanhados e controlados. Portanto, não se trata de considerar a inclusão e a exclusão como opostas, mas como partes de um processo relacional que obedece a uma determinada lógica de governo da população. Assim, é possível perceber um jogo constante entre inclusão e exclusão, sendo que os resultados mostram, seja pelo silenciamento, seja pelo controle, as diferentes formas pelas quais os migrantes são compreendidos/ignorados/assimilados/rechagados pelas populações locais, gerando processos de in/exclusão.

As cidades e seus restos: um olhar genealógico sobre miséria e sustentabilidade

Autor: Ricardo Abussafy de Souza (Nu-Sol - PUC-SP)

Introdução

Nas últimas duas décadas, observa-se uma reconfiguração no tratamento dos restos derivados da existência do sujeito em sociedade. A palavra lixo se decompõe em termos técnicos que procuram amenizar um impacto, não apenas social, econômico e ambiental, mas também semântico. Resíduos, rejeitos, materiais recicláveis, embalagens pós-consumo são alguns destes termos que desvelam um novo contexto sobre a relação entre o sujeito e os refugos por ele expelidos. A produção e disseminação de tal tecnologia tem sua aderência nos mecanismos de gestão dos restos humanos/urbanos e na nova ordem capitalização industrial projetada pelo tema da sustentabilidade.

Ao final da Copa do Mundo de Futebol (Brasil, 2014), foi realizada a VI Cúpula dos BRICS com a Declaração de Fortaleza, cujo foco recairia no "Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis". Logo no primeiro item do documento coloca-se o princípio "imperativo de enfrentar desafios à humanidade postos pela necessidade de se alcançar simultaneamente crescimento, inclusão, proteção e preservação" (BRICS, 2014).

Ao que concerne este estudo, vale ressaltar algumas das "palavras-chave" destacadas nas primeiras proposições deste documento: inclusão social, desenvolvimento sustentável, preservação e proteção num sistema de cooperação mútua. Este recorte propõe analisar como estes conceitos, ou ainda, estas noções de inteligibilidade sobre um grupo definido de práticas, acaba por desvelar uma racionalidade de governo de si e dos outros.

Tem-se por objetivo descrever e analisar a produção de práticas de governamentalidade, em que certa tecnologia de gestão da miséria, desenvolvida principalmente no Brasil, torna-se modelo a ser disseminado em outros países – especialmente aqueles compostos pelo bloco econômico BRICS (Brasil, Rússia, Índia China e África do Sul) –, cujas particularidades socioeconômicas tornam-se a chave para sua efetivação. A pesquisa é resultado de pós-doutoramento pertencente ao Projeto Temático FAPESP Ecolítica: governamentalização planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle (PUC-SP).

No campo metodológico, seguiu-se a estratégia genealógica foucaultiana em que foram realizados o arrolamento de bibliografia, bem como, o levantamento e análise de documentos de instituições econômicas, sociais e ambientais que asseveram sobre a temática em questão. Realizou-se visitas de campo em diferentes cidades do Brasil, África do Sul, Índia, China e Uruguai. A visita ao Uruguai ocorreu em substituição à visita que deveria ser realizada na Rússia pela impossibilidade de realização de contatos neste país.

Nas visitas de campo realizou-se entrevistas em organizações não-governamentais, com pesquisadores, visitas a grupos de catadores e entrevistas com lideranças de movimentos sociais que representam esta categoria profissional.

O manejo sustentável da miséria

A palavra manejo aliada aos processos de gestão dos restos está marcada no campo dos governos, senão pela primeira vez, mas com mais evidência, no documento intitulado Agenda 21, resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992 (ECO – 92).

O capítulo 21 deste documento discorre sobre os diferentes campos de intervenção e mecanismos de implementação para o Manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e questões relacionadas com os esgotos: “o manejo ambientalmente saudável desses resíduos deve ir além do simples depósito ou aproveitamento por métodos seguros dos resíduos gerados e buscar resolver a causa fundamental do problema, procurando mudar os padrões não sustentáveis de produção e consumo”; e, portanto, considerando esta como “oportunidade única de conciliar o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente” (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO HUMANO, Agenda 21, item 21.4., 1992).

O conceito de manejo, ou handling em inglês, está referendado, etimologicamente, à ideia de direção, ou condução. No conjunto de seus sentidos estão: ato ou efeito de manejar; direção, gerência; aparelho que aumenta o movimento ou a força que o animal imprime a uma máquina; arte de domar, de ensinar cavalos; figurado – manobra, artimanha. Manejo também remete à manutenção de algo para conservação das condições de exploração, como no caso do termo manejo sustentável: “modelo que permite a exploração racional com técnicas de mínimo impacto ambiental sobre os elementos da natureza”.

Manejo, portanto, remete às estratégias de condução e conservação de uma determinada realidade com objetivo de continuar permitindo a “boa exploração” de suas potencialidades sociais, ambientais e econômicas. O solo fértil nesta situação de pesquisa, parte de uma conjuntura de precariedade, entre os mercados informal e o formal, pela conservação das condições de miséria desta natureza de trabalho.

Breve relato sobre visitas de campo (indícios ou resquícios de resultados)

Neste plano de atuação, aqueles que vivem dos restos tonam-se um objeto a ser também conduzido, dirigido, manejado. Anteriormente definidos como lixeiros, carroceiros, trapeiros, garrafeiros, tigres, catadores de lixo, catadores de papel e, até mesmo, burros sem rabo, na atual configuração de manejo do ciclo vital, tornam-se os catadores de materiais recicláveis, tendo algumas derivações como recicladores, recuperadores ou, por muitas vezes, agentes ambientais (SOUZA, 2013).

No Brasil, as regulamentações posteriores à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) visaram a priorização de cooperativas de catadores na inclusão para a Logística Reversa de Indústrias. O que se vê até então, são projetos sociais revestidos de Programa de Logística Reversa que mantêm o catador em condições precárias de operacionalização enquanto o setor de resíduos movimentou recursos correspondentes a R\$ 28,5 bilhões no país.

Em visitas de campo por outros países que seguem este modelo brasileiro de formalização do trabalho dos catadores, corrobora-se tal ritmo de inclusão seletiva apenas daqueles que se adequam ao novo modelo. Nos arredores da África do Sul, também às margens de um lixão, catadores são transferidos para uma nova central de triagem, sem energia elétrica, sem equipamentos adequados, enquanto que, na inauguração, autoridades municipais e indústrias discursam efusivamente sobre a primeira iniciativa no país ao molde brasileiro de organização dos catadores em cooperativas, afirmando que agora estão dando todas as condições para o crescimento do trabalho do catador.

Em outra visita de campo, catadores de Montevideu, estes catadores de rua e não de lixão, são alvo de um conjunto de leis e de procedimentos que, travestidos de discursos e práticas de responsabilidade socioambiental urbana, evidenciam-se como estratégias para erradicá-los da região central da cidade.

Na China, as grandes waste villages de lixo eletrônico vão, ao mesmo tempo se ampliando, mas também se afastando das regiões centrais graças às novas políticas ambientais. Para o governo chinês interessa manter esta natureza de trabalho que recebe ilegalmente milhares de toneladas de lixo eletrônico asiático, europeu, americano, principalmente pelo baixo custo da informalidade e alta rentabilidade industrial após esta separação primária.

Na Índia, seu conjunto de leis acerca dos resíduos foi revisado para incluir os catadores neste processo. A maioria dos conteúdos destas revisões preocupa-se com o reconhecimento da categoria nos serviços de coleta do lixo das cidades (já que poucas áreas urbanas possuem coleta de lixo domiciliar regular), oferece algumas orientações aos municípios para que haja uma estrutura de trabalho para os catadores, mas estabelecem uma série de obstáculos para a contratação formal de seus serviços, não apenas de triagem, não apenas de coleta de materiais recicláveis, mas pela coleta do lixo convencional que realizam, muitas vezes, informalmente.

Evidencia-se um tipo específico de funcionamento cujo contexto envolve a exposição social dos catadores como uma expressão da miséria no contemporâneo, a apresentação do discurso e práticas ecológicas como uma ressignificação positiva desta natureza de trabalho e as estratégias de desenvolvimento sustentável como uma saída economicamente viável (leia-se: máximo resultado, mínimo custo) para a situação da gestão de resíduos pós-consumo e formalização de um tipo de economia que gera alta receita e que não vem sendo taxada.

Considerações finais

Esta transição da inclusão social para a capitalização social, caracteriza-se por substituir, aos poucos, os instrumentos assistenciais, para a implementação de práticas de “capitalização mais generalizada possível para todas as classes sociais”, enfim, a produção de uma “economia social de mercado” (FOUCAULT, 2008, p. 197-198). O fortalecimento de pequenas organizações produtivas dos catadores implica a multiplicação da forma “empresa”, do empreendedorismo como estratégia de crescimento simultâneo, correlativo e ajustado da população e dos meios de subsistência: “sociedade empresarial e sociedade judiciária, sociedade indexada à empresa e sociedade enquadrada por uma multiplicidade de instituições judiciárias são as duas faces de um mesmo fenômeno” (2008, p. 204).

Por fim, Passetti descreve de forma direta e contundente sobre esta relação entre o capital patronal e os trabalhadores em que, mais do que uma dialética, desvelam um paradoxo do contemporâneo: “empresariado (capital) e o capital humano (empreendedores de si) produzem nova cooperação liberal, nomeada como produção compartilhada e competitiva. E todos amam ou devem amar sua condição no processo de erradicação da pobreza” (PASSETTI, 2013, p. 13).

Referências bibliográficas

FOUCAULT, M. Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Eduardo Brandão ; revisão da tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Coleção Tópicos.

PASSETTI, Edson (2013). Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. Revista Ecopolítica, São Paulo, n. 5, jan-abr, pp. 2-37. (<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/download/15120/11292> – visitado em 12/08/2019).

SOUZA, R. A. O lixo e a conduta humana: gestão dos insuportáveis na vida urbana. 2013. 243 f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

As relações cidade-corpo e loucura: redes e possíveis entre alteridade e normalização

Autor: GUILHERME A. SOUZA PRADO (UFDPAr)

INTRODUÇÃO: A amalgama da loucura, marcada como negatividade e alteridade radical de nossa cultura sob o signo da desrazão, da alienação, da doença mental e do transtorno, adquire distintos contornos com as transformações da produção social no contexto de neoliberalismo. Tais definições transitórias são indissociáveis das formações discursivas e das práticas de poder que atravessam o campo social. Se a loucura só existe numa sociedade, em nossa cultura ela ocupa o lugar de outro de nós mesmos ao lado de outras vidas e corpos marginalizados. Logo, o presente ensaio visa colocar em questão a relação da alteridade com os dispositivos de circunscrição e busca da verdade que fundamentam e dão base às práticas de normalização das condutas e de controle da vida em torno da questão da loucura. Assim, tematizamos a relação entre a loucura e cidade, enquanto lugar de trocas e passagens de fluxos, de contato e atrito com o outro, que abriga e dá condições para os processos de exclusão política, social e cultural; nos furtando da compreensão da cidade como mero cenário em proveito de uma perspectiva de cidade-corpo rizomática. **OBJETIVO:** Visamos analisar e problematizar as formas a partir das quais a alteridade, sob o signo da loucura – manifestas em situações de drogadição intensiva, transtornos sindrômicos em condição de pobreza e demais marginalidades miseráveis – acaba sendo colonizada desde o exterior ao passo em que coibida de partilhar o espaço público da cidade. Por fim, alçamos uma mirada ao horizonte de possíveis resistências e atuações micropolíticas no que se refere ao enfrentamento das práticas cotidianas de normalização massiva em nossa sociedade assentadas na fragmentação da cidade e no asseveramento das relações individualistas característicos da burocratização das possibilidades de vida e da privatização da relação com o espaço e entre sujeitos dos



tempos atuais. GT E EIXO: O tema da presente pesquisa se articula aos processos de construção de direitos sociais – direito à saúde e à assistência qualificada – junto às políticas públicas no enfrentamento à privatização daqueles no contexto de neoliberalização. Com isto, não deixa de lançar um olhar crítico aos domínios de saber-poder asentados na busca de verdades sob os quais recaem as instituições e equipamentos assistenciais. Destarte, assumimos que as relações e entraves entre loucura, produção de subjetividades e cidade perfazem o campo do exercício político organizado na relação entre os sujeitos e a vida coletiva que se manifesta nas articulações entre a urbe e os corpos, entre as normalizações e a resistência. Feixe desde o qual deslindamos a problematização de nossa atualidade: como se organiza nossa existência, o que está em questão neste jogo e quais seus efeitos no presente? ORIENTAÇÃO TEÓRICA: Nossa pesquisa se vale sobretudo de uma releitura do tema da loucura, da anormalidade e da marginalidade a partir dos cursos que Michel Foucault realiza nos anos 1970. A partir daí, trabalhamos a noção de afirmação política e as reflexões sobre a alteridade na cidade de Baptista (2012a, 2012b) além dos conceitos foucaultianos de disciplina e normalização, como formas de produzir e controlar os sujeitos através da aplicação de poder sobre os corpos individuais, mediante controle do tempo, dos espaços, das necessidades, dos gestos, da circulação dos fluxos. Concomitantemente, nos valem de uma gama de ferramentas-conceitos oriundos da intercessão perturbadora da filosofia da diferença com a psicologia. A noção de cidade-corpo articula as condições materiais de existência com a dinâmica imaterial opera das trocas. Já o conceito de rizoma de Deleuze e Guattari nos serve para fundamentar outros tipos de relações entre os circuitos de trocas e fluxos da cidade, que não uma forma funcionalista, pautados em regimes de causalidade lineares. Por fim, a perspectiva de Deligny acerca do modo de vida das redes e de linhas de errância. MÉTODO: Em nossa pesquisa bibliográfica de caráter ensaístico utilizando propomos uma genealogia cartográfica das linhas de força que compõem as formas da alteridade, da marginalidade e da loucura na cidade e que perfazem seus processos de exclusão. Próxima da arqueogenealogia, que busca analisar e problematizar as condições de possibilidade e de proveniência dos discursos, dos enunciados e das práticas não-discursivas, a genealogia cartográfica questiona e acompanha as linhas de força que compõe os diagramas, desde uma perspectiva descritiva, mas também inventiva na medida em que instala um campo problemático e forja in loco as categorias de pesquisa. RESULTADOS: Inicialmente, é importante ressaltar que a loucura tem diferentes entradas na cidade e em nossa cultura ocidental, estas entradas, ou seja, o modo como são lidas e compreendidas estão relacionadas ao tipo de saídas que se propõe e se permite para a loucura. Se no Renascimento, o desatino se refere a uma experiência errática com o cosmos, ele integra os mistérios do mundo e aparece como fato cultural nos interstícios da cultura - ao lado do misticismo herege ou santificado, nas naus dos loucos e nas obras de cunho moralizante, nos bufões e posteriormente representados nos personagens enlouquecidos de Shakespeare que estão via de regra com a verdade das peças. Já na assim chamada era Clássica na perspectiva foucaultiana, a loucura assume o posto de mal antinatural, encarnado na desrazão enclausurada e amarrada nos Hospitais Gerais, que limpam a cidade da ociosidade e, correlativamente, decalcam a razão de uma dúvida impertinente, que ameaça o cogito cartesiano com o sonho e o gênio maligno. Na aurora da Modernidade, a alienação e a doença mental aparecem como desvio da natureza individual e passam a se referir à interioridade psicológica, desacomodada para ser tratada atrás dos muros dos manicômios, que junto com outros espaços disciplinares e de lazer, díspares como o quartel e o pub, inventam o reino da privacidade e da intimidade. A relação com a cidade e os seus passa a ser necessariamente mediada pela medicina – enquanto regime discursivo e conjunto de práticas asilares e posteriormente medicamentosas, eventualmente punitivas, torturantes e não raro, abuso de poder e violência institucional. Hoje, nos cabe cartografar as relações entre a loucura e o espaço da polis e ver em que sentido a contrarreforma psiquiátrica em curso no Brasil ao lado de um avanço do desmanche neoliberal do público reativam e complexificam as diferentes formas de exclusão da loucura da esfera política. Em que medida a exclusão na informalidade das relações de sociabilidade espontânea se assemelha a um júbilo em torno da ode à superação e ao culto da resiliência? Seria conveniente enxergar uma nova desrazão que acomete uma multidão heterogênea de marginalizados na onda de internação compulsórias de pessoas em situação de uso de crack. Por fim, questionamos como a institucionalização das modalidades de cura e eliminação da doença e dos desvios individuais, que passam mormente pelo controle e normalização generalizados pela via dos psicofármacos se articulam a loucura em sua experiência com a cidade-corpo rizomática. Esta, irreduzível às estruturas funcionalistas lineares e pré-estipulados metaboliza e regurgita a loucura nas suas relações de inclusão/exclusão estabelecidas nas trocas de elementos materiais – pedra, asfalto, concreto, árvores, pessoas, casas – e imateriais – afetos, pensamentos, desejos, interesses. As múltiplas entradas da loucura nesta cidade – por onde ela emerge, na escola, no bairro, nas instituições de saúde, na vida doméstica –, contudo, são reiteradamente reenviadas às saídas da

exclusão e da normalização. Excluída dos campos de trocas, trabalho, vida familiar, partilha e linguagem ela é recapturada na normalização de condutas, comportamentos e formas de pensar e agir. Mediante isto, um amplo leque de questões se coloca para nós. Quais as possibilidades de expressão da diversidade e da multiplicidade de respostas e universos existenciais para os integrantes de uma população mais empobrecida, nos vários sentidos que a pobreza tem? Quais as figuras que decaem ao patamar da desrazão enquanto desordem e mal a ser extirpado? Como os desvios individualizados, tidos como loucuras e transtornos se manifestam e podem alcançar a legitimidade do reconhecimento público? Quais as possibilidades de construção de uma prática libertária em contextos de pauperização e escassez planejada de recursos? CONCLUSÕES: Entendemos que o início do desenlace dos impasses entre loucura, cidades e produção de subjetividade passam pela trama de redes, na perspectiva cartográfica inaugurada por Ferdinand Deligny em sua convivência com autistas. Tal experiência não ocupa o posto de modelo, mas em sua exímia radicalidade pode nos conferir pistas a respeito da composição de uma atuação comprometida simultaneamente com a libertação e a diversidade. Antes de empoderamento do sujeito, com o aumento da resiliência, a capacidade de restituir as formas iniciais, a potencialização das linhas cotidianas ou ocasionais, de sustentação ou acontecimentais, que tramam as redes, tão provisórias quanto necessárias como uma necessidade vital, um modo de ser em rede que oferece suporte para o costumeiro e a errância intrínseca ao viver. Nossa aposta é que os desafios e impasses cotidianos na atuação com o amplo espectro assistencial que cobre marginalizados e desviantes sob o signo da loucura – quando não substituído ou concomitante ao do crime e da punição – respiram um pouco de possível nos modos de ser em rede, que oferecem suporte para o costumeiro e a errância intrínseca ao viver.

Calada Noite Preta: Gestão e Uso dos Espaços Públicos e Ocupação da Noite Urbana

Autor: Rodrigo Kreher (PPGPSI/UFRGS)

Coautor: Neuza Guareschi (UFRGS)

Neste trabalho, partimos de um certo número de práticas de uso e ocupação dos espaços públicos urbanos e da noite na cidade, tomadas enquanto fios de tensão, para colocar nossas questões de pesquisa. Com isso, nos perguntamos como o aparecimento e a intensificação de acontecimentos e eventos públicos que operam na forma de ocupação das ruas e demais espaços da cidade emergem como um problema político do presente, ensejando a produção de políticas de gestão do uso destes espaços? Para esta comunicação oral apresentamos nosso trabalho de pesquisa em três momentos. No primeiro momento narramos brevemente três distintas experiências de uso e ocupação das ruas e espaços públicos da cidade de Porto Alegre/RS, as quais tiveram suas condições de possibilidade produzidas em um contexto histórico de contestação de políticas urbanas levadas à cabo pela prefeitura municipal e justificadas na adequação da cidade à realização de megaeventos. Assim, através da prática da pichação urbana, de manifestações políticas contra a privatização de espaços públicos e do ressurgimento do carnaval de rua, mapeamos como a ocupação e o uso dos espaços públicos urbanos passaram a ser tomados pelo poder público municipal como um problema político da ordem do governo da população no presente. Em um segundo momento, tomamos a produção teórica de Michel Foucault (1926-1984) sobre a emergência da população enquanto um problema de governo para pensar como a cidade passa a se constituir como objeto de gestão política na modernidade. Desta forma, nossa discussão sobre o governo da cidade reside no momento em que o sujeito e a sua vida em atividade são tomados como questão central das preocupações do poder político, articulando desta forma os conceitos foucaultianos de governamentalidade e biopolítica. Assim, governar a cidade também é exercer ações de poder mais ou menos dirigidas e condicionadas sob as condutas do sujeito urbano. Diante disso, nos aproximamos dos estudos de Joachim Schlör (1960) sobre o surgimento da noite urbana, na medida em que o historiador alemão advoga que é na noite das grandes cidades que a problemática da vida nas modernas sociedades urbanizadas aparece de modo mais intenso e, paradoxalmente, mais nítido e visível. Com isso, a partir do advento da iluminação elétrica pública, o autor aponta para a emergência de três dispositivos que se ocupam de gerir os acontecimentos da noite urbana: a segurança, a moralidade e a acessibilidade. A partir destes elementos argumentamos que o governo da noite nas grandes cidades também passa pela gestão do uso dos espaços públicos urbanos. Contudo, se é desde à noite que, em nosso percurso de pesquisa, entramos em contato com algumas práticas de uso dos espaços públicos, bem como discutimos as estratégias de governo da vida noturna, também é através da noite que passamos a apontar para a existência de um exercício do poder que se ocupa de organizar,

conduzir e produzir as relações entre os habitantes da cidade e os espaços públicos. Isto é o que em nosso trabalho denominamos políticas de gestão do uso dos espaços públicos urbanos. Tocante à noção de espaço público, nos apoiamos nos estudos realizados pelo sociólogo brasileiro Rogério Proença Leite, o qual aborda este conceito como um espaço em constante produção a partir de três aspectos que se atravessam e se constituem mutuamente: esfera pública, espaço urbano e espaço-signo. Com isso, indagamos como estas políticas de gestão do uso dos espaços públicos urbanos, ao mesmo tempo em que exercem um governo da vida nestes espaços, no contemporâneo atuam também na sua produção. Este questionamento nos levou aos escritos de David Harvey (1935) acerca dos processos de urbanização contemporâneos como uma estratégia global da produção de excedentes para a manutenção do capital, e com isso interrogamos que possibilidades de uso dos espaços públicos estas políticas de gestão promovem em um contexto de neoliberalismo? Para tanto, tomamos o pensamento de Walter Benjamin (1892 – 1940) e Giorgio Agamben (1942), sobre o capitalismo como a religião da modernidade, a qual, operaria através da separação das coisas do uso comum dos homens, sacralizando-as na esfera do consumo e nos outorgando como única possibilidade uma relação de reverência e desprovida de experiência. Nossos estudos teóricos e de campo nos levaram a formulação da seguinte questão: como esta operação de poder sacralizante tem atuado na formulação de políticas de gestão do uso dos espaços públicos no contemporâneo, sendo postas em funcionamento no âmbito da cidade, bem como quais as estratégias de resistência e profanação desses mecanismos de governo que os movimentos de ocupação dos espaços públicos e uso da noite urbana intentam e inventam?

Em um terceiro momento, apresentamos o nosso processo metodológico de pesquisa, o qual partiu da noção foucaultiana de problematização e do modo como esta se insere no campo da psicologia social. Para problematizar como as políticas de gestão do uso dos espaços públicos incidem no conjunto da população, detalhamos duas leis municipais, as quais, juntamente com as cenas narradas sobre pichações urbanas, manifestações políticas e carnaval de rua, se constituíram em nossos principais materiais de pesquisa. A primeira lei é o Decreto nº 19.823/17, que cria um órgão chamado Escritório de Eventos, o qual vinculado à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, atua na regulamentação do uso dos espaços públicos, estabelecendo procedimentos gerais para a autorização de eventos de impacto na cidade. A segunda é a Lei Complementar nº 832/18, que atualiza uma série de dispositivos do Código de Posturas de Porto Alegre (LC nº 12/75), sobretudo em matéria de polícia administrativa, ampliando assim o rol de competências e atuação da Guarda Municipal e dos agentes de fiscalização como tecnologia de proteção do patrimônio e vigilância do uso dos espaços públicos. A partir da análise destes materiais, organizamos as práticas de uso dos espaços públicos e ocupação da noite urbana em três grandes grupos de questões, mostrando que cada grupo é composto por um domínio, um conjunto de estratégias e um certo número de sujeitos. O primeiro grupo se concentra no domínio da política, sua principal estratégia são os protestos e o seu sujeito o manifestante. O segundo seria o domínio da arte, a partir das festas de rua e manifestações artístico-culturais, de forma a mobilizar como sujeito o artista de rua e; o terceiro domínio gira em torno do consumo, desde o qual encontramos como estratégia de atuação as feiras locais de economia criativa, fazendo aparecer o sujeito empreendedor do espaço público. Contudo, advertimos que não se tratou de tomar estes três grandes grupos como questões fixas e impermeáveis. Em alguma medida, estes domínios estão o tempo todo se atravessando e se produzindo mútua e concomitantemente, fazendo com que assim, também as suas estratégias se caracterizem pela fluidez e variação e seus sujeitos circulem e ocupem mais de uma posição. A pesquisa tornou possível apontar que as políticas de gestão do uso dos espaços públicos urbanos verificadas em Porto Alegre se organizam empregando na direção dos três domínios (política, arte, consumo) mais ou menos três grandes estratégias de controle, as quais obedecem à certa regularidade, ainda que por vezes se atravessam e se constituem concomitantemente. Em relação ao domínio da política a inviabilização, a dispersão e a criminalização, uma vez que não se trata diretamente de uma proibição; ao domínio da arte a desmobilização por meio da burocratização e ao domínio do consumo a permissão por meio da regulamentação. Por fim, a partir da pesquisa desenvolvida, suscitamos como reflexão a existência de um paradoxo na experiência urbana contemporânea: na medida em que somos cada vez mais convocados a ocupar o espaço público, temos nossas condições de uso e fruição dele, por seu turno, cada vez mais limitadas, reguladas, previstas e ordenadas.



Conjuntura política e eleições para o Sistema Conselhos de Psicologia: análises pertinentes para tempos impertinentes

Autor: Jureuda Duarte Guerra (CFP) e Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP RJ)

Em que momento nos perdemos no caminho? Esta pergunta serviu de inspiração para pensarmos a conjuntura brasileira após o resultado das eleições presidenciais de 2018, a qual nos remete a um sentido inequívoco de hipertrofia do conservadorismo e retração de valores como a justiça social, a liberdade democrática, a defesa da vida e da diversidade cultural, o protagonismo da ciência e da educação.

A conjuntura brasileira escancara que o consenso de nossas classes dominantes em torno do agronegócio, do mercado das águas e dos minérios, além do lucro dos bancos, convive com o acirramento da violência étnica, do racismo, da violação da biodiversidade, do apagamento dos saberes dos povos, do patriarcado, da produção de medo dirigido aos que ousam existir fora do modelo de família propagado pelos então dirigentes do executivo federal, revelando que “a realidade histórica brasileira demonstrou a persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo galhardamente, inviolavelmente, à repetição, em fase progressiva, da experiência capitalista” (FAORO, 2001, p. 869).

Assim, os horrores mal resolvidos de nossa história foram ganhando suas feições moderno-coloniais na elevação e naturalização das mortes no campo (o Brasil, em 2017, foi o país que mais matou defensores dos direitos humanos, segundo a Comissão Pastoral da Terra, 2018), além de 110 indígenas assassinados, segundo o Conselho Indigenista Missionário (2018) e 18 quilombolas assassinados, um aumento de 350% em relação a 2016, segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (2018); no crescimento desenfreado do desmatamento da Amazônia, como nos alertam Fonseca, Salomão, Ribeiro e Souza Jr (2018); na banalização dos extermínios nas periferias das cidades (foram 63.880 mortes violentas em 2017, na grande maioria de jovens negros, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018); e na mínima importância dada à elevação de feminicídios e da LGBTIfobia (tendo o Brasil a quinta maior taxa de assassinato de mulheres no mundo e sendo o país que mais mata LGBTIs, tendo sido registradas 445 mortes em 2017, segundo o Grupo Gay da Bahia (2018). E sem esquecer as complicitades do poder político instituído que resultam na ausência de elucidações do assassinato da vereadora Marielle Franco.

Um projeto de apagamento dos muitos Brasis, para o qual a vida – em sua diversidade – caracteriza-se como um empecilho ao desenvolvimento, onde se encerra qualquer possibilidade crítica a racionalidades que escravizam, que discriminam, que estigmatizam, que criminalizam, como já alertara Milton Santos (2005).

No Brasil, não é a primeira vez que nos vemos diante de uma disjuntiva histórica de avanço das forças retrógradas com graves consequências para as forças populares. A queda de Vargas, as tentativas para evitar a posse de João Goulart, o golpe civil-militar de 1964, a transição para uma Nova República que deixou intactos os porões da ditadura, a eleição de um “caçador de marajás”. Recentemente, o impeachment de uma presidente eleita. E, mais recente, uma vaza-jato que escancara mais um golpe na democracia brasileira.

O exercício analítico que aqui propomos mergulha no contexto procurando não se afogar nele, mas reconhecer a densidade do presente, sem ignorar o valor da memória e a possibilidade de renovar nossos horizontes. Deste modo, apostamos na análise das eleições para o Sistema Conselhos de Psicologia de 2019 para torcermos a pergunta inicial: Em que momento nos encontramos no caminho?

A Psicologia brasileira, que em 2019 contava com 350.000 profissionais inscritos no cadastro nacional do Sistema Conselhos, foi às urnas por meio do voto eletrônico de cerca de um terço dos profissionais aptos ao escrutínio. Que respostas foram dadas às urnas, pela categoria? E de que modo tais eleições produzem ressonâncias para fora da Psicologia? A questão remete à necessidade de superação de um pragmatismo disciplinar, para que nossa análise se veja inscrita num horizonte estratégico verdadeiramente revolucionário. Para isso, nosso horizonte de sentido político não pode se restringir às eleições que elegeram novas gestões para o Conselho Federal e os atuais 24 Conselhos Regionais de Psicologia, Mas, certamente, foi sinalizado que “dias melhores virão”. Analisemos e pensemos o que o recente “não” ao fundamentalismo, dado por uma importante categoria profissional, pode nos sinalizar.

Historicamente a interface da Psicologia e, mais especificamente da Psicologia Política, com o campo da justiça e dos direitos se fez de maneiras muito diversas, abarcando, inclusive, a diversidade de perspectivas teóricas da própria Psicologia.



Atualmente, sob perspectivas críticas, encontramos reflexões consistentes sobre a construção de saberes e a problematização da inserção profissional de psicólogas e psicólogos junto às políticas públicas, as quais intensificam importantes e necessárias discussões sobre desigualdades, exclusão social, cidadania e direitos humanos.

O desafio que se evidencia para a Psicologia Política é identificar este conjunto discursivo e como o mesmo cria espaços de inclusão ou exclusão, reconhecimento da legitimidade de pautas e demandas diversas, bem como os sujeitos sociais têm construído estratégias de enfrentamento e resistência a este cenário. Para além destes aspectos, é importante verificar quais projetos de psicologia têm lidado com as diferentes formas de resistir e garantido um sistema de democracia participativa cultivado como ideal da prática política.

Considerando a interface entre Psicologia e Política, e a necessidade de construção de estratégias de democratização, é importante ter em vista os complexos movimentos entre direitos que se ampliam e se restringem, tomando como base os paradoxos presentes nos diferentes projetos que se apresentam para a gestão de nossas instituições e na resposta dada, nas urnas, a essas diferentes propostas que atualizam diferentes modos de gestão.

Corpos que subvertem a cidade: coreopólicia e coreopolítica na manifestação de 14 de junho em Belo Horizonte.

Autor: Pablo Ribeiro (UFMG)

Coautor: - (UFMG)

Diante dos ataques que vêm sofrendo as universidades públicas, as ciências e os direitos humanos no Brasil, se faz fundamental a visibilização de práticas de resistências em defesa dessas pautas. Nesse sentido, para o presente trabalho, a cidade se configura enquanto campo de materialização de subjetividades que se mobilizam performativamente para subverter sentidos atribuídos pelo status quo na utilização dos espaços. São corpos que, contrapostos à polícia do lugar, fazem emergir a política do/no espaço. O presente trabalho se realizou em um dos atos em defesa da educação no País, ocorrido no dia 14 de junho de 2019 na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. O objetivo que nos norteou foi discutir a materialização da subjetividade por meio dos gestos dos corpos que se manifestam na cidade, contra os ataques do governo Bolsonaro à educação. Entendemos que a presente proposta se acerca das discussões pensadas na proposta deste GT, uma vez que abarca práticas de resistência na cidade frente aos retrocessos governamentais, e traz para a cena os corpos em movimento, bem como a potência do ato de estar no espaço público, sublevando-se contra os ataques do neoliberalismo. A manifestação, enquanto prática de resistência, pressupõe a circulação de diferentes corpos que, juntos, combatem uma lógica de poder que se opõe aos interesses da população. Nesse sentido, elevam-se questões de fundamental importância que atravessam não somente a proposta do GT como também do Eixo em que se encontra e, especialmente, a temática que norteia o XX ENABRAPSO. Temos em conta, portanto, os desafios da contraposição a um modelo de poder autoritário e violento, agora instalado, na busca da retomada do processo de construção da democracia, assumindo uma posição coerente com a missão da Psicologia Social enquanto campo do saber que não se acovarda diante da necessidade de se posicionar politicamente. Para entender a cidade, é necessário compreender as forças que se tensionam em torno da interseção dos desejos de seus atores políticos, visto que um dos mais preciosos direitos humanos é a liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades. Não é possível negligenciar, contudo, que tal exercício se faz desafiador dado o fato de vivermos em cidades divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito. Nesse contexto, as diferenças se apresentam como potência, no sentido da produção de uma diversidade pulsante e criativa, expressando-se especialmente na produção cultural, mas que, por outro lado, também resulta em segregações, marginalidade e exclusão. Partindo da perspectiva prevalecente, desde o século XVIII, de que policiar é a tecnologia política para governar, tencionando-se atuar sobre o território como estratégia de controle do poder, é por meio de seus corpos que a população se insurge. Assim, se por um lado a cidade se apresenta enquanto palco da diferença, da alteridade e da liberdade, por outro ela também é lugar de controle e racionalização, concretizando-se, portanto, na dialética diversidade-controle. Instaure-se, como estratégia de controle, um poder disciplinar, o qual ressoa, inclusive entre a população. Poder este que sob a etiqueta do urbanismo moderno oitocentista se apresenta no desenho urbano da cidade de Belo Horizonte, estabelecendo funções para um espaço idealizado em linhas retas, que se entrecruzam no intuito de garantir a fluidez do trânsito, garantindo a sua primazia sobre o transitar. É em duas das principais avenidas desse espaço que corpos se insurgem contra essa lógica, produzindo gestos disruptivos que ajudam a compor o movimento da resistência. Compreen-



demos o caminhar como nosso gesto mais ordinário, cotidiano, mas que assume outra perspectiva quando analisado no contexto de uma manifestação política. É a partir da caminhada que nossa análise sobre a corporalidade se inicia, o estar na rua em um momento tão crítico da nossa jovem democracia é, por si só, um ato desviante e, sobretudo, político. Além do caminhar outros gestos e ações se manifestavam – batuque, braços levantados segurando cartazes, gritos de comando - essas e outras corpografias se viam na manifestação do dia 14 na capital mineira. Consideramos tais movimentos enquanto manifestações de uma coreopolítica do espaço urbano, que nos convida a pensar na pluralidade que os compõem. Pensar a cidade a partir de um movimento coreopolítico é pensá-la por meio do dissenso, do conflito, é perceber que a cidade pode ser mais do que uma reprodução cinética cansativa, pobre; mas que pode ser alegre e potencializadora de desejos, é compreender que é possível, sobretudo, imaginar uma cidade diferente e mais democrática. Ao considerar a manifestação enquanto uma estética da coreopolítica, compreendemos que naquela multidão, que se une em torno de um ideal central, há também tensão, há também pautas de grupos específicos. É justamente nessa diferença que surge a possibilidade de uma cidade mais democrática, onde todas e todos possam mostrar sua insatisfação e lutar pelos seus direitos. No entanto, se há a coreopolítica e movimentos dissensuais, necessariamente há também a coreopólicia. Se a cidade assume uma cinética cansativa isso se dá devido ao poder de polícia exercido no espaço urbano e que comanda a coreografia da cidade, docilizando corpos, enquadrando-os em uma lógica normativa, tentando impedir o surgimento de gestos disruptivos. Na manifestação do dia 14 foi possível compreender de forma contundente esses dois potentes conceitos, compreendendo aquele ato como um movimento coreopolítico que cria e possibilita outras coreografias para a cidade, que se expressa também pela materialização subjetiva, afinal se a subjetividade é a forma como nos colocamos no mundo, ao vivenciar a cidade por meio de uma lógica disruptiva estamos produzindo subjetividades mais enriquecidas, que se materializam na resistência. Para compreender e entrar em contato com esses movimentos disruptivos, obviamente, era necessário também caminhar. Utilizamos, portanto, como ferramenta metodológica a deriva, que nos possibilitou movimentar com as multidões e vivenciar o espaço público de maneira distinta, rompendo com uma certa alienação e passividade a que somos levados no cotidiano da cidade. Essa potente ferramenta foi proposta pela Internacional Situacionista, um movimento artístico-político criado na França na década de 60. A deriva tem por objetivo construir mapas afetivos distintos para a cidade, rompendo com uma certa espetacularização dos espaços – ser um caminhante ativo que observa e traça rotas diferentes daquelas cotidianas. Caminhamos em deriva na manifestação e registramos o que víamos por meio da fotografia de pessoas, da arquitetura e sinalizações, que juntos ajudavam a compor a coreografia disruptiva da cidade. É necessário apontar que, seguindo os preceitos éticos em pesquisa, que pressupõe a utilização do termo de consentimento do uso de imagens, caso o sujeito seja reconhecido na fotografia, não focamos nos rostos das pessoas, afinal, mais do que identificar o transeunte, o que nos importava eram os gestos produzidos e a consequente produção subjetiva. Em deriva nos perguntávamos: qual a potência desses corpos? Quais movimentos que vão na contramão do atual governo, dos roteiros preestabelecidos pela cidade e, portanto, qual(is) outra(s) coreografia(s), podemos encontrar? No percurso de nossa deriva, pudemos observar, essencialmente, a subversão de espaços constituídos pela lógica policial urbanística que, ora se materializava sob a forma iconográfica, por meio de sinalizações pintadas no asfalto e que diziam qual eram as funções atribuídas àquele espaço, outrora se expressava nos gestos e olhares de transeuntes paralisados sob as marquises em pontos fixos que se estendiam ao longo do trajeto, em claro sinal de oposição ao movimento que ali fluía. Por outro lado, em um ritmo marcado pela sincronia dos passos de muitos que, com os braços levantados e punhos cerrados entoando gritos de protestos nem sempre uníssonos, marchavam sobre as demarcações de uma superfície onde, ao invés de pessoas, se esperavam carros, motos e ônibus. A coreopolítica transfigurava a imagem da via que, mais tarde, seria mostrada no jornal televisivo em uma tomada aérea ampliada, prensada em meio a veículos parados que performavam a coreopólicia, em defesa dos princípios oitocentistas que idealizaram a construção daquele espaço. Por fim, no chão, a iconografia que reivindicava para os veículos o direito de uso daquele espaço competia com a marca de pegadas de tintas azuis e laranjas que, por sua vez, defendiam o alargamento (não de vias ou ruas) da concepção de cidade e da ação política que se nela se potencializa. Pensar em novas coreografias para a cidade, potencializando as diferenças e inúmeras construções subjetivas, é ato político e pode ser um embate importante para frear os retrocessos que vivemos. Derivar pela polis deveria ser, portanto, algo cotidiano – transeuntes ativos criando a todo tempo inúmeras coreografias para o tecido urbano, possibilitando distintas formas de (re)existir na cidade. Cabe, entretanto, destacar que também encontramos fortes contradições, dentro do próprio movimento, expressas por coreografias de corpos que reproduziam a mesma lógica combatida pelas faixas que pintavam. Ainda marca a nossa memória um cenário que do



mesmo ângulo que se via a pintura de uma faixa, onde estava escrito “resistência” havia mais adiante uma pessoa em situação de rua, dormindo em meio a vários bancos de praça onde, de costas para ela, encontravam-se diversos dos manifestantes. Revela-se, portanto, que as nossas contradições não se manifestam alhures e, portanto, não é possível prescindir de revisarmos as nossas próprias coreografias.

É proibido morar, o preferível é demolir: práticas de resistência, gestão da cidade e violência.

Autor: Luis Henrique da Silva Souza (UFRGS)

Coautor: Neuza Guareschi (UFRGS), GIOVANA GALEANO (UFRGS - Núcleo Epolitcs) e Jacinta (UFRGS)

Na cidade de Porto Alegre evidenciamos que a lógica da privatização dos espaços urbanos públicos tem seu grau de intensidade aumentado uma vez que tramita o Projeto de lei complementar do executivo 016/18 que propõe a criação do Programa de Aproveitamento e Gestão dos Imóveis Próprios Municipais. Por essa proposta, o Município pode alienar bens imóveis próprios, de suas autarquias e fundações por meio de leilão, também pode permutar por outros imóveis públicos, particulares ou por uma área pública. Em disputa pelo espaço da cidade, ocorrem também os casos de coletivos e/ou grupos que ocupam imóveis que estão abandonados. Forma-se este cenário de disputa e jogos de interesse que tomamos como temática: os processos de ocupação/desocupação e a reintegração de posse desses espaços públicos urbanos.

Assim, este trabalho parte do projeto maior de pesquisa Cidade e resistências: estudo sobre intervenções que resistem às práticas de normalização neoliberais nos espaços urbanos do E-politcs (Núcleo de Estudos em Políticas e tecnologias Contemporâneas de Subjetivação) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e se propõe a discutir os discursos utilizados pela prefeitura de Porto Alegre para reintegração de posse.

Um exemplo é a Ocupação Baronesa, esta ficou conhecida por tomar posse de um imóvel público que pertence a Prefeitura de Porto Alegre e que estava abandonado. O coletivo tem este nome, por ter ocupado o casarão situado na esquina das ruas Baronesa de Gravataí e 17 de Junho, localizado num bairro de classe média/alta Cidade Baixa. Uma das integrantes do grupo da Ocupação Baronesa afirma que este não esteve vinculado a movimentos sociais pela luta do direito à moradia, as pessoas que ocuparam haviam sido despejadas de onde residiam, outras eram sem teto, ou também, que não tinham onde morar por conta da questão financeira e não queriam viver na rua. Antes da ocupação este local encontrava-se sem uso por mais de uma década e era conhecido por ser um espaço utilizado por pessoas em situação de rua, descarte de objetos roubados e/ou lixo e para o uso de drogas. Desta forma, o grupo era formado por dez famílias, que se dividem em 20 adultos e 13 crianças. Antes da ocupação o grupo convidou um arquiteto para fazer uma vistoria no prédio e este colocou que estava apto para moradia. O prédio foi ocupado no dia 28 de março de 2019 e após a entrada do grupo, o local passou por uma limpeza e pequenas reformas para dar maior comodidade e revitalização ao espaço, o plano do coletivo era futuramente fundar no casarão um Centro Cultural.

As ações da prefeitura em relação a esta ocupação iniciaram no dia 7 de maio de 2019, com a visita de um procurador municipal e representantes do Departamento de água e esgoto (Dmae), da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) e do Conselho Tutelar com um pedido de reintegração de posse. Neste mesmo dia foi suspenso o fornecimento de água e luz do prédio.

No dia 21 de maio de 2019 acontece uma reunião entre a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação e líderes da Ocupação Baronesa, para discussão do caso. A ordem de despejo é baseada em um laudo, feito pela prefeitura que atesta a existência de risco de habitação no local, por conta de um incêndio ocorrido antes da ocupação. O representante do Dmae colocou que o corte de água se deu por ter sido feito uma denúncia anônima de que havia uma ligação de água clandestina no prédio. Como resultado desta reunião essa Comissão enviou uma carta ao prefeito com o pedido de retirada da decisão da ordem de despejo. O conselho tutelar colocou que as crianças encontravam-se bem assistidas e a Defensoria Pública tentaria postergar a decisão judicial de reintegração de posse.

Mesmo com este movimento, no início de junho aconteceu a primeira desocupação feita pela prefeitura. As famílias que foram despejadas acampam e continuaram morando na calçada em frente a ocupação com a utilização de lonas e outros materiais. O grupo voltou a ocupar o prédio por conta das questões climáticas, que assolavam a cidade de Porto Alegre. Mesmo com essa justificativa o governo municipal, volta a intervir e desalojam



novamente as famílias. Como última medida tomada, para que o coletivo não se reapropriasse do prédio, este foi então demolido no dia 18 de Julho de 2019. A prefeitura ofereceu serviços da Fasc e auxílio moradia aos despejados, para que eles saíssem das calçadas, usando como justificativa que eles estavam atrapalhando a passagem pública. O que resta agora no antigo endereço são escombros do que fazia a função social e material de casa para esse grupo de pessoas. O grupo ainda ficou um tempo no terreno com o prédio demolido e depois passou a ocupar outro imóvel que estava abandonado no mesmo bairro.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é discutir como os discursos utilizados pela Prefeitura de Porto Alegre justificam o desalojamento e reintegração de posse dos espaços públicos ocupados por pessoas sem moradia. Tomamos o discurso como práticas sociais, a partir da abordagem teórica foucaultiana, que incidem sobre os sujeitos e que produzem regimes de verdade. Assim, entendemos os discursos entendemos como estratégias e que se constroem pelas relações históricas e que fundamentam as práticas sociais. Os argumentos visibilizados nos regimes discursivos se pautavam numa lógica de segurança, ou seja, as ações de desalojamento da prefeitura visavam a segurança das famílias e a integridade física dessas pessoas, indicando que o prédio não tinha condições para habitação e que também possuía condições insalubres. As ações dos governantes ofereceu para os integrantes da ocupação a ida para outros espaços como albergues e instituições de acolhimento.

Assim, apontamos através das nossas análises que os discursos utilizados pela prefeitura evidenciam que as práticas operacionalizadas pelo estado são nas intervenções das reintegrações de posse dos imóveis e desalojamentos são fundamentadas como forma de gestão que visam a segurança da população. Os discursos hegemônicos e higienistas que engendram estas práticas de desocupação, efetivadas pela prefeitura, disfarçam seus interesse mercadológico e de privatização dos espaços públicos. O que se evidencia é a proteção do espaço/imóvel que pode ser usado para fins ligados a uma lógica neoliberalista lucrativa economicamente. Desta forma podemos mostrar como o Estado também age com a barbárie em seu discurso disfarçando-o numa preocupação com a segurança e saúde da população.

No episódio da Ocupação Baronesa temos a manifestação das intervenções estatais e de como seu funcionamento é violento quando a lógica neoliberal produz estratégias para proteger esses espaços que podem ser lucrativos. Percebemos que por mais que a Ocupação Baronesa produzisse uma resistência frente às políticas de normalização, ela sofreu intervenções da prefeitura de forma rápida e efetiva. Ela produz então uma denúncia aos modos de gestão do governo dos espaços urbanos públicos. A lei coloca que essa população tem direito à moradia, mas o que rege é a especulação imobiliária e o lucro que os espaços públicos podem oferecer.

Entre a cidade concebida e a cidade vivida: a psicologia no debate

Autor: Carolina Villanova Heguedusch (UNESP)

Em certo momento de suas reflexões, Milton Santos nos permite reconhecer que a cidade não é feita para o humano. Sabemos que na gestão neoliberal das cidades, os interesses imobiliários e das elites aliados ao planejamento urbano se tornam ainda mais evidentes. A partir das décadas de 1970 e 1980, segundo o geógrafo David Harvey (2006), as governanças urbanas – tomando aqui os mais variados agentes sociais envolvidos na organização urbana – passam de um modelo “administrativo” para o modelo “empreendedor”. Na era do empreendedorismo urbano, as esferas público/privada se estreitam, se mesclam, em uma constante busca por investimentos, em que o público assume o risco, o privado os benefícios. A cidade é pensada e planejada para se investir não para se viver. Essa lógica se escancara na atualidade das administrações urbanas de nosso país por figuras que se auto-proclamam empresários, na negativa de qualquer relação com a identidade política. Como por exemplo, o mote de campanha que levou João Doria a prefeitura da cidade de São Paulo em 2017: “não sou político, sou gestor”.

As discussões atuais sobre a questão urbana partem, predominantemente, dessa dimensão macro, das forças hegemônicas que atuam sobre o planejamento das cidades. Os atores sociais, as pessoas e suas ações, o cotidiano e suas redes de sociabilidade são postos em segundo plano. Esse olhar de longe e estatístico só enxerga o que é homogêneo. Não alcança a proliferação da “inventividade artesanal” (DE CERTAU, 2004, p.46). Sem perder de vista esta perspectiva, pelo contrário, levando em conta essa dimensão do concebido é que pretendemos conduzir nossa pesquisa etnográfica, de perto e de dentro (MAGNANI, 2002), imergindo no cotidiano da cidade e suas interações singulares. A partir de ferramentas teóricas possibilitadas por autores, que se dedicaram a essas dimensões que a nós nos interessa. Entre eles, Milton Santos (2006) e seu conceito de espaço; De Certau (2004) e seu estudo



sobre as práticas cotidianas comuns, do fazer e não dos fatos, dos usos que escapam ao enquadramento racional e funcional dos espaços (táticas versus estratégias); Lefebvre (2006) e sua tríade percebido, vivido e concebido. Buscamos, não um mergulho na fragmentação, mas um plano intermediário, entre o plano formal (racional) e o informal (sensível) conduzido pela pergunta: quais outras cidades existem dentro daquela apreendida pela visibilidade homogeneizante e imediata?

A proposta etnográfica de imersão no cotidiano pretende justamente adentrar a dimensão do vivido. Somente a partir daí podemos perceber a relação entre as táticas inventivas dos atores urbanos e a estratégia dos dispositivos de controle proliferados. Nessa distância, entre o concebido e o vivido, há uma infinidade de minúsculas possibilidades de fazer e praticar o espaço urbano que são produtoras de novos espaços e subjetivações.

Nosso objeto de pesquisa etnográfica no cotidiano urbano se localiza nesse encontro. De que modo esse encontro, ou seja, o vivido confirma, ultrapassa, supera ou resiste ao concebido?

A presente pesquisa de doutoramento em psicologia social, ainda em andamento, segue a proposta da etnografia urbana aliada a técnicas que acreditamos nos auxiliarão na busca por nossos objetivos. Entre a observação participante, como técnica fundamental à etnografia, contamos com outras que consideramos, justamente, a disposição de um pesquisador imerso em um cotidiano urbano em movimento. São elas: a *observation flottante* (PÉTONNET, 1982), o método andante (LOPES, 2009) e a deriva (DEBORD, 2003).

A partir de nossa pesquisa bibliográfica, percebemos que o campo teórico e prático relacionado às questões urbanas está localizado, sobretudo, no saber especializado da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano. Já os estudos sobre a cidade na geografia, antropologia e sociologia. A psicologia chega tarde a esse debate (GUZZO, 2008). Nesta, a cidade aparece mais como uma localização de fenômenos do que na investigação do uso cotidiano de seus espaços em relação às produções de subjetivação. Tendemos a tomar como problema, no interior dos nossos debates, a atuação de diversas instituições funcionando como dispositivos reguladores e vigilantes dos nossos corpos, mas não refletimos tanto sobre como a organização racional e funcional do espaço-tempo da cidade conforma aspectos desde os mais cotidianos de nossas vidas. Também é verdade um crescente interesse e a produção de importantes trabalhos em psicologia sobre questões relativas à vida na cidade. No entanto, justamente por se tratar de um tema tão complexo e em constante transformação é que a demanda permanece.

Partimos do entendimento de que o espaço urbano é lugar de atuação das mais diversas profissões, inclusive da psicologia. Compreendemos que essa pesquisa possa vir contribuir para reflexões mais localizadas da atuação do psicólogo na cidade, não somente na sua prática tradicional, mas também para nos atentarmos da importância e pertinência de psicólogos participando diretamente da gestão da cidade.

As discussões em torno de planejamento participativo e Direito à Cidade são bastante recentes no Brasil. O Ministério das Cidades, criado em 2003, ainda no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, contava com importantes ferramentas de políticas públicas de ampliação do debate acerca da gestão urbana e uma maior participação da sociedade civil. Além disso, essas ferramentas, como o Conselho das Cidades e a Conferências das Cidades, eram uma tentativa de maior integração entre âmbitos federais, estaduais e municipais, com maior possibilidade de diálogo direto com prefeituras e suas demandas específicas. Junto à política de criação desse ministério estava a obrigatoriedade de se construir o Plano Diretor participativo de cidades com mais de 20.000 habitantes ou que se enquadrem em outras categorias, inspirado nas questões do Direito à Cidade. Nesse período, muito foi divulgado de que ideia principal era construir diagnósticos e criar soluções para o futuro das cidades, de modo que ela pudessem gerar bem-estar para seus habitantes. Mas como toda política pública em construção e desenvolvimento, essa também não se isentou de seus obstáculos e problemáticas. De acordo com Villaça (2005), podemos identificar a manutenção dos interesses dominantes na aliança com o saber especializado da cidade. Há ainda quem possa dizer e praticar a cidade e há quem não possa. A cidade racional funcional é pensada como uma máquina de geração de lucro. Onde se localiza a vida humana nisso tudo? Em que lugar podemos nos colocar nesse enfrentamento? Quando se pinta de cinza um muro colorido de denúncias espontâneas, quando se passa com tratores e máquinas sobre comunidades inteiras, quando se organiza as linhas e horários do transporte público, quando se projeta o zoneamento de uma cidade, uma porção de interesses aí se materializa, enquanto uma porção maior ainda de vida, de memória, de criação se extingue.

Nesse sentido, por se tratar, justamente, de uma pesquisa que se pretende localizar nessa tensão entre as forças de uma gestão neoliberal pautada numa racionalidade funcional da cidade e as forças de suas possíveis resistências, sejam operadas por práticas singulares dos atores urbanos (individuais ou coletivas), sejam pela via das políticas públicas, é que pensamos ser oportuno participarmos das discussões propostas pelo Grupo de Trabalho.



Assim como, pela intenção de discutir sobre o papel da psicologia brasileira na participação crítica, não somente no plano acadêmico e reflexivo, mas no plano direto da prática nos espaços de gestão urbana, considerando os alarmantes retrocessos que experimenta a organização política e social do nosso país, atualmente.

GUIZZO, Iazana. *Micropolíticas Urbanas: uma aposta na cidade expressiva*. 2008. 159 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006.

JACQUES, Paola Berenstein. *Apologia da deriva*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006.

LOPES, João Teixeira. "Entre "cá" e "lá": estudo comparado—espaços públicos centrais em São Paulo e no Porto." *Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*. Nº. 4, 2009.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 17. Nº. 49. P. 11-29, 2002.

PÉTONNET, Colette. *L'Observation flottante L'exemple d'un cimetière parisien*. *l'Homme*, p. 37-47, 1982.

SANTOS, Minton. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9. Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

VILLAÇA, Flávio. *As ilusões do plano diretor*. São Paulo: Publicação em meio digital disponível no site <http://www.usp.br/fau/fau/galeria/paginas/index.html>, agosto de 2005. 2005.

FIAPÓS DE HISTÓRIAS: cidades feitas de pano, de frestas, de festas, de enfrentamentos, gritos de guerra e jogos na lama

Autor: Ana Cabral (UFF)

Coautor: Alice Tavares (UFF), Eliana Gonçalves de Souza (UFF), Isadora Dutra (UFF), Vitor da Cruz Firmino (UFF), Anderson Ribeiro (UFF), Luiza Meira do Nascimento (UFF - VOLTA REDONDA), Priscila Mitsue Moura Nishida (UFF) e Gerson Ramos Brandão

Este trabalho resulta dos percursos do Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (Departamento de Psicologia UFF – Volta Redonda) realizado sob o projeto de pesquisa "Histórias que não se ouvem: investigações acerca do estatuto político dos modos de subjetivação contemporâneos" (PIBIC - CNPq). Seu objetivo é investigar, a partir da tomada estratégica da palavra "cidade" – objeto de disputa e dispositivo de análise – o conceito de subjetividade, sustentando-o por seu estatuto político e na qualidade de constructo ético e epistemologicamente capaz de recolher incidências da alteridade. Dirigimo-nos, portanto, a algo de fundamental à formação no campo psi marcada por uma recusa aos especialismos, pois desta investigação não se extrai qualquer sentido de desvelamento da realidade que apenas estaria à espera das teorias e métodos mais perspicazes. Antes, compreende-se que a historicidade inextricável dos objetos do conhecimento, para além de apontar para sua invenção, para sua urdidura no espaço e no tempo, carrega a chance de nos arrancar de um tempo homogêneo e vazio, aquilo que em Walter Benjamin é a exigência por uma verdadeira história – completamente distinto da História verdadeira ou da história única. De modo que investigar o conceito de subjetividade, então, se faz pela urgência de enfrentamento aos fascismos. Ou seja, enfrentamento àquilo que cotidianamente engendra violências que decretam o esgotamento de certos sentidos de existência, desmanchando-se territorialidades vividas, alisando-se espaços, interrompendo abruptamente memórias partilhadas.

Estamos, assim, diante das incontáveis e edulcoradas violências urbanas que operam sem necessidade do uso de força, sem que se derrame uma gota de sangue – luzes, outdoors, revitalizações fazem este trabalho. Estamos diante de violências que matam e deixam morrer – formas insidiosas ou escancaradas; massacres, chacinas daqueles que podem, dentro de uma ordem social e em favor da mesma, ser extirpados, ser calados. E – é preciso grifar – mesmo que perplexos encontramos-nos, muitas vezes, sem um instrumental teórico argumentativo e sobretudo corpóreo, experiencial, que interrogue, incisivamente, aquilo que ampara – não apenas em nossas legalidades e instituições formais – a trivialidade de tais violências. É nessa direção que se sustenta nossa inserção neste GT intitulado Normalização resistências: problematizações entre cidades corpos, uma vez que os dispositivos que temos acionado – por usos que fazemos de fragmentos urbanos – fazem ver e tensionam modos de dizer dos corpos e das ruas colocando em jogo, no mesmo passo, nossos próprios corpos-pesquisadores que adentram arenas e disputas



discursivas.

Atentos a isso, nossa metodologia desenvolve-se por “Oficinas de Montagens” que, através da produção e do uso que fazemos de tais fragmentos urbanos (feitos de imagens, palavras, corporeidades, sonoridades, arrancadas de um cotidiano homogêneo), realiza-se em um movimento que se poderia denominar ensaístico, porque errático, incompleto, renitente (sempre por se fazer). Uma metodologia que opera tanto no plano da escrita, quanto no das composições corporais, dos encontros, das afecções - em deslizamentos, choques, arranjos, por exemplo, como o fazem montagens literárias e de cinema, inaugurando-se, por elas, novas constelações analíticas, nos termos benjaminianos. Assim, acionamos um modo de oficina no qual tanto estes planos da pesquisa se imbricam, quanto os começos e encerramentos de cada oficina se mostram imprecisos, uma vez que é sempre pelos rastros de acontecimentos anteriores que adentramos outras territorialidades invisibilizadas nas disputas por se contar as histórias de uma cidade chamada Volta Redonda.

Temos trabalhado com uma territorialidade que provisoriamente denominamos infâncias em ocupação, por uma perspectiva ético-epistemológica do “pesquisarCom”. O que orienta essas composições está longe de ser um interesse em produzir um saber sobre a infância, sobretudo se o sentido desta investigação for compreendido enquanto um movimento de se perscrutar A infância por variedades de formas de viver na cidade (o que não raro conduz à idílicas ou nostálgicas conclusões ancoradas em romantizações e normalizações). Diferentemente, apostamos na produção de ressonâncias de alguns sentidos comuns – reconhecendo-os como provisórios e igualmente táticos às composições que realizamos com tal territorialidade. Importante notar que a produção deste comum não implica dissolução das diferenças; ao contrário, evidencia-as, coloca-as em jogo de modo que, inclusive, negociações sejam possíveis para estar com este outro e para com ele poder produzir conhecimento. É dos dispositivos narrativos de “dizeres cidade e subjetividade”, constituídos nestas composições, que recolhemos toda sorte de precariedades absolutamente inúteis à compreensão da natureza da subjetividade, mas completamente potentes (ou, como dizemos: desúteis) à compreensão de sua invenção, suas disputas, seu estatuto político, enfim. São imagens que, marcadas pelo signo ocupação, nos dizem de cidades feitas de pano, de frestas, de festas, de enfrentamentos, gritos de guerra e jogos na lama. São infâncias que coexistem como arenas em corpos brincantes, por atravessamentos sobre as linhas que dividem urbanidades e desurbanidades, cidades demasiado reais e cidades que se ousam inventar com desenhos feitos de pedrinhas e jogos de “faz-de-conta que somos todos investigadores”.

Atentos aos sentidos de direito à cidade, em David Harvey, esses fragmentos recolhidos têm se oferecido como materiais que tensionam a opacidade da cidade do aço por novas configurações analíticas que nos apontam, em seu próprio cotidiano, outras virtualidades, outras temporalidades: outras histórias. Sem que, em qualquer momento, elas tenham que convergir para um plano resolutivo, seja em um sentido de cidade ou de experiência que se pudesse supor mais adequado, autêntico, saudável. Não é disso que se trata. E isso ganha o relevo necessário na medida em que nos dirigimos à problemática benjaminiana da narração que fundamenta este trabalho e que nos convoca à seguinte questão: se as imemoriais artes de narrar encontram-se em declínio e se, com isso, nossa capacidade de intercambiar experiência, de fazê-la tecido que enlaça uma vida a outra, uma geração a outra, igualmente esfacela-se, conforme alerta-nos Benjamin, podemos assumir que estamos diante de uma injunção ética que nos exige atenção aos efeitos dessa fragmentação da transmissão nas mais diferentes políticas cotidianas de invenção da vida. Exigindo-nos, pois, um posicionamento no que diz respeito aos usos que se podem fazer desses cacos da narração no tempo presente. O que significa dar lugar às ruínas, aos fragmentos, a algo que resta não como um apelo ao antigo, não como uma busca por preservá-lo o mais intacta e autenticamente possível, mas como uma indagação ao tempo presente. Pois da ruína recolhemos a insistência do passado no presente: sua incompletude. E, por ela, dizemos de uma alteridade que no presente se inscreve, que o tensiona, e o faz outro dele próprio. Problematizando, pois, a própria cronologia tranquila entre passado-presente-futuro.

Assim, a exigência em questão constitui-se, como uma atenção às práticas que sustentam a experiência de um tempo sempre em frente, pelo qual acumulam-se incessantemente amontoados de restolhos sem qualquer peso ou valor na consecução da História que está sendo contada. Esse que, na qualidade de despojos, podem simplesmente ser ignorados ou deglutidos ou descartados. De modo que, tomar como questão a ruína significa dizê-la em sua dignidade e capacidade interpelativa; significa dar lugar àquilo que ficou inacabado, recolhendo as migalhas de uma narratividade e experiência (Erfahrung) estilhaçadas para delas fazer uso. Trata-se de uma tentativa, sempre retomada, de uma fidelidade àquilo que pedia um outro devir, por uma teimosa indagação sobre o que pode saltar de novo, de inaudito, de ruptura frente à mesmidade do presente. Tomar, enfim, esse objeto inscrito na



problemática da narrativa, tal como dizemos aqui, significa compreender que o declínio – e não a decadência! – de uma experiência entretecida nas passagens da palavra de uma vida a outra aponta para o entendimento de que as tessituras dos modos de existência não se sustentam por si só, para além ou aquém das práticas, das políticas cotidianas.

Temos construído no cotidiano de nossas oficinas o entendimento de que tomar tal objeto assim inscrito significa constituir caminhos narrativos para aquilo que, em meio a práticas de violência, emerge como fiapos de histórias. De forma que não cabe a pergunta: “quem são aqueles que contam, que trazem esses fiapos de histórias?”. Pois, mesmo que neste momento estejamos compondo com as infâncias de uma ocupação do MTST, há algo de impessoal aqui que se faz fundamental, visto que se trata antes de uma relação, de um lugar ocupado, seja por uma fala, seja por um ator social, um objeto, um gesto etc., concernente a um certo jogo de forças, a uma certa territorialidade erigida no campo de investigação, nos quais não podemos estar senão implicados.

Criar esses caminhos narrativos consiste, pois, em dizer subjetividade através dos usos de histórias balbuciantes, entrecortadas. E – não exatamente a despeito desta precariedade, mas a propósito dela – narrar tropeçadamente histórias que não se ouvem. Que, se assim são denominadas, não o são por passarem despercebidas nas velocidades do cotidiano, e sim porque delatam uma perda de lastro do arcabouço cultural que poderia mediar uma experiência comum a convocar a atenção daqueles que ali se veriam então enredados. Também porque, nesse mesmo sentido da perda de uma territorialidade comum entre várias e singulares vidas, reiteradamente não se reconhece que uma história está sendo contada, que um modo de dizer subjetividade está em disputa, que vidas anseiam, ali, dizerem-se em sua dignidade.

Maracatu, arte e vida: Reflexões sobre o Direito à cidade

Autor: Adria Lima (ABRAPSO/UFSC)

Coautor: Aline de Lima (Uninorte)

A arte acompanha a dinâmica da própria vida tanto quanto a diversidade presente na identidade do Maracatu que se configura tanto como patrimônio cultural, social, como arte e tantos outros ainda não nominados. O presente trabalho tem o objetivo de esboçar uma discussão sobre as possibilidades vivenciadas na cidade enquanto espaço de vida e de acontecimentos diversos e desvelar o Maracatu como expressão possível do direito a cidade como arte e vida. A arte concebida como dimensão da existência e, portanto, a própria vida, encontra no Maracatu mais uma forma de ser presença no cotidiano que desvela histórias e contextos. Para articular tais aspectos, apresentaram-se aspectos relacionados à cidade enquanto dimensão da existência e como mediadora cultural.

Tal proposta alinha-se a perspectiva do GT-24 “Normalização resistências: problematizações entre cidades corpo” por permitir discussões sobre o direito legítimo de ocupação as cidades mediante manifestações culturais como o exemplo do Maracatu. Ao problematizar o Maracatu como arte e vida, como contexto de possibilidade de engajamento, resistência e participação política, acredita-se que o eixo temático coerente com tal proposta aproxima-se do eixo 4 “Insurgências ético-estético-políticas: contribuições da Psicologia Social”.

Para produção deste trabalho, realizou-se uma revisão de literatura narrativa que buscou articular o conceito de arte a partir da perspectiva de Vygotsky que entende a relação da arte com a própria vida. Buscou-se ainda compreender o Maracatu enquanto práxis, arte, cultura e contexto para fazer um diálogo sobre as formas de expressão possibilitadas na cidade e problematizar a questão pertinente sobre o direito à cidade. Cidade para quem? Cidade de quem? Como os grupos de Maracatu que se apresentam nas cidades vivenciam esse direito e como a arte é mediação dessa existência e potência de vida?

Questiona-se sobre o que é arte e se o Maracatu pode ser entendido como tal. O Maracatu tem suas raízes em Pernambuco, mas disseminou-se por todo o Brasil e pelo mundo, como expressão cultural que se viabiliza a partir da síntese de vários elementos artísticos: música, dança, confecção de instrumentos, etc. Como patrimônio cultural o Maracatu só pode ser compreendido de forma complexa. O Maracatu foi reconhecido como patrimônio imaterial da cultura brasileira e se expressa de muitas formas. O Maracatu do Baque Virado, por exemplo, geralmente sai às ruas para desfiles e apresentações durante o Carnaval oportunizando a expressão de musicalidade, simbolismos e valorização da cultura afro-brasileira. Assim, compreender o Maracatu é entendê-lo conforme o conceito da antropologia acerca da cultura, como um padrão de crenças, conhecimentos, costumes, que distinguem um grupo social e representam um dado lugar social e momento histórico. O Maracatu também representa



a arte, pois permite transformações, criações e recriações dentro de um contexto cultural próprio e sua expressão como direito à cidade e é um elemento importante para se discutir cidadania.

Os Maracatus ganham vida a partir do grupo de pessoas que se organizam para tocar os instrumentos, conduzir cortejos e apresentações, bem como outras práticas inerentes ao seu movimento, levando adiante as manifestações históricas e culturais expressas por esta expressão artística. Dessa forma, é possível falar que os grupos de Maracatus, quando organizados com fins específicos de ocupação e expressão cultural, nos espaços que circundam, tornam-se movimentos sociais.

O Maracatu como expressão cultural, como engajamento político e de caráter polissêmico só pode ser entendido de forma complexa. O Maracatu tem na arte uma das suas dimensões. Isto porque a arte tem caráter decisivo na transformação da vida das pessoas, da sociedade e do mundo.

Urgente é situar as artes que se encontram e são possíveis nas cidades. A vida não é uma categoria abstrata de análise, mas um acontecimento situado em espaços e lugares. Para grande parte da população a vida acontece nas cidades. A cidade, como macro ambiente, tem sido palco principal das ações e indeterminação da existência. O Direito a cidade requer a possibilidade de vivenciar experiências diversas, de acesso, de potência e transformação em espaços de vida mais justos, igualitários e saudáveis.

Desse modo, o presente trabalho configurou-se como uma tentativa de promover reflexões tão fluidas e leves: Arte, cidade e maracatu. E embora não tenha sido possível adentrar e muito menos esgotar todos esses aspectos devido a complexidade e profundidade envolvida em cada um destes temas, buscou-se contextualizar teorias e achados que mobilizam a compreensão do Maracatu como arte e vida que acontece nas cidades e como acontecimento no sentido amplo do termo entendendo a cidade como dimensão da existência e a vida como fenômeno urbano.

Contando histórias, dançando, cantando e encantando o Maracatu como arte e vida revela seu potencial transformador do mundo. Tanto pelos sons produzidos por batuqueiras e batuqueiros como pelos espectadores engajados ou emancipados que pelo ritmo contagiam-se indo além do simples contágio para promover seus próprios processos criativos de pessoas que habitam um mundo, um espaço, uma cidade. Maracatu como arte existe e resiste pelas ruas, pelas salas, por auditórios, por espaços concretos e por aspectos simbólicos que desvelam seu caráter emancipador. Na diversidade de cores, de ritmos e de pessoas que compõem o mosaico urbano, o Maracatu é mais uma das muitas cores que compõe o corpo das cidades.

Considera-se, portanto que a vida acontece na cidade, nos espaços e que a arte diz respeito à própria vida e também acontece e revela-se nesse contexto entre tantos outros. A arte como acontecimento nesse espaço promove o direito a cidade e o direito a suas verdades. Maracatu, mais que o som dos tambores, expressão do vivido que pelo corpo faz-se corpo e caminha em cortejo, transformando os que caminham, os que observam, os que dançam e (en) cantam. Transformando a cidade e o direito à cidade, existem e resistem como expressão de vida.

Psicologia Social, Necropolítica e Resistências: experiências de pesquisa e extensão no Ceará

Autor: João Paulo

Coautor: Luis Fernando de Souza Benicio (UFC), Gabriel Miranda e Paulo Francis Jorge da Silva (Universidade Federal do Ceará)

Este trabalho visa discutir, a partir da psicologia social, tanto formas de operação de uma necropolítica quanto a invenção de práticas de resistência a essas políticas de instrumentalização da morte em periferias urbanas brasileiras. Para tanto, tomará como base experiências de pesquisa e extensão realizadas pelo VIESES: Grupo de Pesquisas e Inter(in)venções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação, ligado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). O VIESES foi criado em 2015, inicialmente na condição de grupo de pesquisa ligado ao diretório do CNPq e, posteriormente, como Programa de Extensão da UFC, integrando, além da pesquisa, ações de ensino e extensão. Essas operam de forma retroalimentativa, possibilitando intercessões e diálogos entre alunos da graduação e da pós-graduação, bem como entre a universidade e outros agentes sociais. O grupo tem como objetivo problematizar questões referentes à violência urbana e à exclusão social, especialmente no que tange às implicações dessas nos modos de subjetivação contemporâneo, sobretudo de adolescentes e jovens. Para isso, assume uma postura crítica e implicada frente às



problemáticas supracitadas, apostando que a Psicologia Social, numa perspectiva multi e transdisciplinar de pesquisa-intervenção, pode fornecer os aspectos teóricos-metodológicos para contribuir com o debate acerca das implicações psicossociais dos processos de violência e exclusão, bem como o desenvolvimento de formas de resistir. Nesse sentido, o VIESES vem desenvolvendo, desde 2015, com financiamento do CNPq, uma pesquisa geral com o título "Juventude e violência urbana: cartografia de processos de subjetivação na cidade de Fortaleza-CE", cujo objetivo principal é analisar processos de subjetivação engendrados por práticas sociais relativas à problemática da violência urbana envolvendo jovens na cidade de Fortaleza. Mais do que imagem de um "guarda-chuva", entendemos que essa investigação se assemelha à de uma pesquisa-rizoma, orientada pela perspectiva da pesquisa-inter(in)venção, que articula investigações específicas de doutorado, mestrado, conclusão de curso de graduação e iniciação científica. Dentre suas estratégias metodológicas, nossa pesquisa-inter(in)venção tem lançado mão de grupos com jovens de diversas regiões periféricas de Fortaleza com elevadas taxas de letalidade juvenil, no formato de oficinas ou rodas de conversa, com vistas a contemplar objetivos específicos da pesquisa, que diziam respeito à cartografia das relações tecidas entre juventude e violência, bem como dos processos psicossociais que sustentavam a problemática da intensificação e naturalização dos homicídios na cidade. Seguindo a linha central desenvolvida por essa pesquisa, o VIESES tem, nos últimos anos, produzido investigações específicas que problematizam e refletem, com um olhar mais focalizado, modos de viver e ser de diversos corpos periféricos, a partir de um alinhamento com a imagem de um rizoma que, refletido por Deleuze e Guattari, crescem em diversas direções e deslocam-se a partir da formatação do meio. Nesse sentido, as pesquisas do grupo têm pautado discussões acerca das implicações subjetivas da violência em vidas cotidianamente invisibilizadas, dentre elas jovens e adolescentes residentes em periferias, mulheres, comunidade LGBTQI+ e mães cujos filhos foram assassinados, tangenciando, ainda, o debate acerca da naturalização da morte de grupos específicos em diversos âmbitos. Assim, reflete-se, neste trabalho, como essas pesquisas, que se interseccionam tanto em relação a temáticas de vidas descartáveis como em relação à uma metodologia dita participativa, formatada com e para além do pesquisador, atuam como uma ferramenta que visibiliza discursos majoritariamente silenciados, de modo a evidenciar e potencializar práticas de resistências manifestadas nas falas de tais corpos. Através dos desdobramentos da investigação guarda-chuva, dentro da perspectiva de pesquisa-inter(in)venção¹, com o auxílio de parcerias tanto no âmbito da sociedade civil como de organizações governamentais, articulando-se com a pesquisa, o VIESES agrega três extensões, "Re-Tratos da Juventude", "Histórias DesMedidas" e "EntreTantos", e estas, por sua vez, estão territorialmente localizadas nas áreas mais afetadas pela violência urbana e pelos homicídios de jovens e adolescentes da cidade de Fortaleza-CE (Vicente Pinzon, na Secretaria Executiva Regional II; Jangurussu, na Regional VI; Grande Bom Jardim, Mondubim e Conjunto Ceará, na Regional V). As ações são voltadas para jovens e adolescentes que são atravessados diretamente pela violência e exclusão social nos contextos periféricos, bem como os profissionais que atuam com esse segmento e familiares de jovens e adolescentes vítimas de homicídio. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva, em síntese, situar como as atividades de pesquisa e extensão do VIESES operam como dispositivos suscitantes de debates acerca da necropolítica, de modo a evidenciar que tipos específicos de corpos são considerados matáveis e os impactos subjetivos das dinâmicas de violências nas vidas desses sujeitos e seus familiares, contribuindo para o debate acerca do papel da Psicologia em tal seara, que não deve ser neutra frente a tais temáticas. Para além disso, discute-se o papel das metodologias utilizadas nas pesquisas/extensões na construção de novos sentidos acerca dos corpos considerados periféricos, em uma perspectiva que valide suas existências e ressalte que todas as vidas importam, tornando-as visíveis e esforçando-se para que esses novos sentidos, acerca de suas próprias vidas, sejam incorporados por elas, trazendo à tona perspectivas de resistências já existentes e auxiliando na construção de novas. Dessa forma, como tarefa ético-política, o Vieses compreende que resistir contra uma necropolítica é investir em uma noção de humanidade que não seja parcial, que reconheça segmentos negros, LGBTQI's, mulheres e tantos outros que sofrem com as políticas de precarização sistemática e desigual de suas existências, lutando, dessa forma, contra a política neoliberal que inviabiliza certas existências em prol de outras, viabilizando formas de existir e resistir em meio a essa panorama.



Reconocimiento social de los habitantes de calle de la ciudad de Medellín Colombia

Autor: Maria Jimena Osorio Salazar (Universidad Católica Luis Amig)

La habitabilidad en calle es un fenómeno social que se manifiesta de manera multidimensional afectando a individuos, familias y colectivos. A nivel mundial, las Naciones Unidas (2014) estiman que aproximadamente cien millones de personas no tienen hogar y esta problemática, lejos de ir desapareciendo, va en ascenso y cada contexto enfrenta esta situación de diversas formas. Con el paso del tiempo se han sugerido diferentes causas para explicar el origen de este fenómeno, como las de tipo económico propias al contexto social (Cortés et al., 2015), la carencia en las políticas públicas que intentan responder a la problemática (Daza 2017), las asociadas a la pobreza y los actos de violencia urbana (Cepeda y Torrez 2012) o las que plantea Correa (2007) relacionadas con la ruptura en los lazos afectivos.

Por otro lado, habitar la calle también tiene unas raíces estructurales agudizadas por factores políticos y sociales que han generado exclusión de esta población, debido a una asociación generalizada con prácticas delictivas (Correa, 2007). Esta relación ha producido una brecha entre los habitantes de calle y la sociedad, de allí que muchas investigaciones se han centrado en aspectos como la exclusión y la discriminación. Por su parte Ritterbusch y Zuleta (2018) plantean que todo ciudadano tiene derecho a los espacios públicos, pero para los habitantes de calle cada vez se minimiza esta opción, y su desplazamiento se va configurando en una exclusión socioespacial, por lo cual terminan desplazándose a las zonas más deplorables de las ciudades.

Aunque son varios los énfasis de las investigaciones revisadas, se evidencia que ninguna de ellas está centrada en las subjetividades del individuo que habita la calle, ni la posición del mismo para tomar la decisión de asumir la calle como lugar de hábitat, por lo cual para este estudio, se planteó como objetivo principal: Comprender los procesos de constitución del reconocimiento social de los habitantes de calle de la ciudad de Medellín Colombia, desde la teoría del reconocimiento de Axel Honneth.

Honneth (1999), afirma que el ser humano se constituye como tal en relación con otros en un medio intersubjetivo de interacción, siendo así, el reconocimiento es el elemento fundamental de constitución de la subjetividad humana. En este sentido la ausencia o falta de reconocimiento o reconocimiento fallido en los individuos, se constituye en el principal daño a la subjetividad del individuo. Sin embargo, un reconocimiento real debe darse de una manera bidireccional y recíproca logrando la autorrealización, en la cual exista un reconocimiento social que parta del sujeto y su identidad. Estos referentes permiten conocer y explicar los conflictos de una sociedad cuando se trata del encuentro entre ésta y un sujeto menospreciado; incluso facilitan la identificación de las relaciones sociales, el reconocimiento de los derechos y deberes y los obstáculos que emergen en los procesos de cambio social.

Según la teoría de Honneth, la primera esfera se refiere al amor, es la esfera más elemental del ser humano; inicialmente surge de la relación primaria entre la madre y el niño e integra los componentes físicos y psíquicos para el desarrollo de los individuos. De este modo, esta esfera se configura como una dimensión individual, pues dentro de ella sólo tienen cabida las personas más cercanas al individuo, es decir, el grupo de referencia constituido por la familia, amigos y relaciones afectivas muy cercanas. Es por ello que en esta esfera no se exige reconocimiento a todos los individuos por igual, sino únicamente a aquellos que pertenecen al círculo íntimo o más cercano de los sujetos.

La segunda esfera alude al Derecho partiendo del principio de la igualdad, concebido como el reconocimiento jurídico y el respeto de los individuos y de su libertad. Así mismo, cuando una persona forma parte de una sociedad, se vuelve un sujeto de derechos y deberes y por tal es reconocido a nivel colectivo. Con el compromiso esencial de la reconstrucción de dimensiones normativas, el derecho intenta propiciar la libertad de los individuos, facilitando una libre acción en cuanto a sus cualidades. En este marco ideas, el derecho demanda un respeto hacia el otro, pero es importante resaltar que también trae consigo unos deberes, y por eso el reconocimiento se expresa en la reciprocidad de los derechos y los deberes.

La última esfera es la solidaridad, definida por Honneth (1999) como un conjunto de prácticas sociales encaminadas a que el individuo logre conocerlas como cualidades propias e importantes de sí mismo. Se puede considerar la solidaridad como un tipo de reconocimiento recíproco donde los individuos se valoran de manera igualitaria y logran desarrollar cualidades dentro de la colectividad de la cual hacen parte. En este sentido, la solidaridad está relacionada con las prácticas de reconocimiento social en un sentido bidireccional, entendido como la valoración de las características que los sujetos presentan para el cumplimiento de objetivos socialmente compartidos, manifestados principalmente en la forma de remuneración, asignación de roles significativos y reconocimiento de capacidades.

Este estudio se inscribió en los presupuestos del paradigma hermenéutico-interpretativo en el que según Krause (1999) prima la interpretación social del significado de las prácticas humanas y sus relaciones intersubjetivas, e intenta conocer cómo las personas perciben la realidad a partir de sus propias concepciones en el entorno que las rodea. El enfoque de la investigación es cualitativo, permitiendo conocer las diferentes interacciones de los sujetos investigados y sus realidades y la historia oral como estrategia metodológica, la cual favoreció la comprensión de fenómenos sociales desde fuentes testimoniales (Galeano, 2004). En este sentido se realizaron entrevistas semiestructuradas a 6 habitantes de calle y 6 actores sociales de la ciudad de Medellín.

Teniendo en cuenta lo descrito hasta el momento, este estudio se inscribe en el GT24: "Resistencias de normalización: problematización entre cuerpos de ciudad". Dentro del tema: "Prácticas de normalización, segregación, higiene y desigualdades de acceso al espacio urbano y sus efectos en la producción de subjetividades". Teniendo en cuenta que el fenómeno de la habitabilidad en la calle aquí abordado, muestra una forma de resistencia en un contexto específico de ciudad en el que se han producido rupturas en las formas hegemónicas de habitarla, y aunque han promovido políticas públicas y creado programas de intervención, no se ha respondido a los intereses y necesidades de esta población, agudizando prácticas sociales de exclusión y menosprecio asociadas a la forma particular de habitar un espacio urbano.

Se destaca que en este contexto los habitantes de calle entre sí han tejido relaciones solidarias de acogida y se han gestado acciones colectivas que pueden leerse como prácticas de emancipación, pese a la constitución de un reconocimiento fallido que se ha dado en diferentes momentos de la vida de estos sujetos.

Hallazgos

Dentro de los principales hallazgos con relación a los habitantes de calle entrevistados, se encontró que, según la teoría de Honneth (1999), hay un reconocimiento fallido en las relaciones afectivas primarias debido a que en la infancia no se dio una relación recíproca de afecto, afectando los procesos de socialización. Por lo tanto, no se consolidaron unos cimientos emocionales que permitieron a estas personas sostener un lugar dentro del hogar, optando por la calle como lugar de hábitat, el cual describen como espacio de acogida, en el que se desenvuelven de manera autónoma, evocando una sensación de libertad que puede ser entendida como un acto de resistencia y emancipación como respuesta a formas de injusticia y menosprecio social.

Se identifica la directa influencia que tienen las relaciones afectivas primarias en la constitución del reconocimiento y las fallas en éste dieron lugar a la decisión de asumir la calle como morada permanente, además de la afectación directa en las relaciones sociales. Además de las diversas formas de resistir que se han gestado en un contexto hostil como lo es la calle la cual ellos consideran un lugar de acogida.

Ahora bien, desde la esfera del derecho, en los habitantes de calle entrevistados existe un reconocimiento fallido, afectando la condición de sujeto, exteriorizada en la humillación, hasta el punto de llegar a la privación de los derechos de manera sistemática dentro del propio grupo social. Algunos de los participantes reconocieron derechos como la salud, la educación y la alimentación. Sin embargo, varios de ellos plantearon que al no asumir sus deberes como ciudadanos en el momento de acceder a sus derechos se ven excluidos, debido a no dar respuesta positiva a la demanda normativa que exige la sociedad y el Estado.

Así, los derechos son un medio para acceder a lo institucional, pero, muchos de los habitantes de calle han renunciado a ello y resuelven por sus medios el acceso a los derechos, ya que las instituciones del Estado, encargadas de velar por ellos, están condicionadas por un orden normativo que no están dispuestos a asumir, ya que inciden en las dinámicas del espacio urbano que ellos habitan limitando sus relaciones subjetivas. Por lo tanto, la normalización y las resistencias que se dan entre este grupo poblacional con sus acciones son cruciales para la producción de sus subjetividades, evidencia de otro tipo de ciudadanía como respuesta al actual mundo globalizado.



Redesenhar a cidade: potências nas diferentes relações com o espaço urbano

Autor: Jacinta (UFRGS)

Coautor: Carolina dos Reis (UFRGS), GIOVANA GALEANO (UFRGS - Núcleo Epolitcs), Luis Henrique da Silva Souza (UFRGS), Neuza Guareschi (UFRGS), Maurício Figueiredo Maffei (Maurício Maffei) e Tiago Schimit Rocha (UFRGS)

O atual contexto político brasileiro, especialmente após as eleições de 2018, encontra-se demarcado pela intensificação de violências e de discursos de ódio. O Estado, tanto por meio de forças policiais quanto através do acirramento de narrativas, faz-se ativo em seu papel repressor, direcionando sua truculência a determinados grupos sociais e populações marginalizadas. Reproduzindo lógicas neoliberais, pautadas em relações individualizantes e na defesa da propriedade privada, a gestão das cidades – em que se fazem cada vez mais presentes, por exemplo, a construção de condomínios fechados e os processos de especulação imobiliária – opera na manutenção de desigualdades e na produção de determinados modos de vida. Os sujeitos enclausuram-se em seus apartamentos e os vazios urbanos tomam conta dos centros das cidades. Os moradores de rua, não assujeitados às maneiras hegemônicas de habitar a cidade, veem-se expostos aos movimentos e aos confrontos que se dão no espaço urbano, deparando-se com os efeitos de tal fazer político diariamente, tendo seus corpos e direitos violados.

Apesar de a população de rua ser crescente no Brasil, suas demandas e experiências não são ouvidas, e as cidades estruturam-se sem que ocorra o diálogo com aqueles que vivem os conflitos urbanos diariamente. Na cidade de Porto Alegre, a prefeitura apresentou, no ano de 2018, o Plano Municipal de Superação da Situação de Rua, composto por diversas estratégias direcionadas ao povo da rua. Entretanto, a construção de tal medida não foi fruto da discussão e da participação dos moradores de rua e, embora seja amplamente criticada pelos movimentos e pelas lideranças dessa população, segue em andamento. Esse descaso nos mostra que o poder público, além de promover e permitir constantes violências e remoções, mantém-se distante das demandas do grupo quando se trata de políticas públicas, silenciando suas vivências e dificultando sua participação nas tomadas de decisões sobre o acesso à cidade e à moradia.

A escuta das demandas da população de rua torna-se ainda mais necessária no ano de 2019, em que ocorrerá a rediscussão do Plano Diretor de Porto Alegre – lei municipal que define as diretrizes para a gestão do espaço urbano. Impulsionados pela revisão dessa lei, um conjunto de movimentos sociais relacionados à luta pela democratização da cidade, do qual fazemos parte, iniciou um processo de articulação de suas pautas, visando unificar sua militância, aproximar a população do debate e atender para grupos negligenciados pelo poder público. Para que essa discussão seja feita de maneira horizontal e com participação popular, é fundamental que a população de rua faça parte desse diálogo.

Tendo em vista esse cenário, a presente pesquisa, que compõe o projeto “Práticas de militância e a construção de modos comuns de habitar a cidade”, vinculado ao Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (E-Politcs), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tem por objetivo analisar a relação da população de rua com o espaço urbano, a fim de refletir sobre como o povo da rua resiste aos modos hegemônicos de habitar a cidade e como se produzem tensionamentos na construção dos modos de vida urbanos. Para tanto, buscamos problematizar o que se reconhece como modo de morar mais legítimo, bem como estudar os repertórios de ação e militância da população de rua, atentando para as suas estratégias frente à violência cotidiana e para a sua organização enquanto coletivo. Assim, entendemos que essa pesquisa se articula às discussões propostas pelo GT “Normalização/resistências: problematização entre cidades/corpos”, na medida em que nos propomos a pensar as práticas de resistência da população de rua diante das ações de normalização neoliberais – pontos centrais da proposta do GT –, bem como seus efeitos na gestão das cidades e na construção do espaço urbano.

Tomamos, então, como disparador para nossas reflexões, o Jornal Boca de Rua, publicação produzida inteiramente pela população em situação de rua, com apoio da Agência Livre para Informação Cidadania e Comunicação (Alice). O jornal, além de servir como geração de renda para o grupo envolvido na sua confecção e venda, é uma ferramenta do povo da rua para difusão de informação e, sobretudo, para discussão sobre os usos do espaço urbano e sobre as políticas de gestão da cidade de Porto Alegre. Assim, a partir da leitura do jornal, bem como da participação enquanto colaboradora voluntária no seu processo de produção, podemos atender para as demandas do grupo e pensar as diferentes relações que se constituem no contato com o espaço urbano.

Como norteadores epistemológicos para a discussão do tema, nos fundamentamos nos estudos de autores como Michel Foucault e Luis Antonio Baptista, especialmente no que diz respeito às reflexões voltadas para prá-



ticas de normalização e resistência e como elas se agenciam na gestão do espaço urbano. Assim, entendemos a cidade não como um mero plano de fundo, mas sim como um agente ativo, que, em constante movimento, atua no confronto e na produção de subjetividades.

A partir das reflexões geradas pelo Jornal Boca de Rua, reconhecemos a potência do jornal enquanto um movimento de resistência por si só, na medida em que sua produção constitui diferentes relações de formação política e cidadã dos participantes, além da autonomia promovida pela geração de renda. Em contraponto aos modos hegemônicos individualizantes de habitar a cidade, notadamente reforçados pelo cenário anteriormente descrito, as estratégias desenvolvidas pela população de rua, tanto as cotidianas quanto as que dizem respeito à organização enquanto movimento, produzem diferentes concepções de cidade e moradia. Dessa forma, o povo da rua, na medida em que amplia os modos possíveis de se relacionar com a cidade, atua enquanto produtor de desenhos urbanos distintos, promovendo rupturas nas formas homogêneas de construção das cidades.

Remoções de favelas no Rio de Janeiro: Segregação territorial e produção de subjetividades removíveis

Autor: Lucas Gabriel de Matos Santos (PPGP - UFRJ)

A cidade do Rio de Janeiro concentrou grande parte das atenções das mídias internacionais e dos investimentos de corporações globais enquanto sede de megaeventos, em sua maioria esportivos. Para que grande parte do que foi planejado para a cidade olímpica acontecesse, a gestão municipal de Eduardo Paes (2009 - 2017) colocou em ação uma agenda expressiva de remoção de casas em regiões empobrecidas. Apesar das remoções estarem presentes historicamente na cidade como uma ferramenta auxiliar capaz de solucionar problemas urbanísticos, o número de pessoas removidas nas últimas duas décadas ultrapassa expressivamente as gestões anteriores, chegando a 77 mil pessoas removidas de suas casas. As psicologias, principalmente as que se dirigem a uma discussão social (ou da sociedade), apesar de considerar com frequência as cidades como um espaço determinante na produção das subjetividades, causando desvios e produzindo modos de ser, pouco discute o que envolve o modo como as cidades se organizam através de disciplinas do conhecimento e da prática de gestão urbanística e do planejamento urbano, ou mesmo como essas disciplinas produzem modos de ser específicos nos moradores das cidades. Apesar da circunscrição dessas disciplinas à áreas específicas das ciências humanas, elas estão inseridas e atuam em processos subjetivantes estruturados pelo colonialismo, produzindo subjetividades a partir das segregações, exclusões, hierarquias sociais e territoriais, muitas vezes manifestas na construção ou destruição de casas, prédios, vias e estradas, disponibilização ou não de aparatos e serviços públicos coletivos, entre outras implicações da organização da cidade. O objetivo desta comunicação oral é trazer reflexões, a partir da psicologia, quanto a organização das cidades, em específico, da cidade do Rio de Janeiro, através de uma prática histórica também específica dos contextos urbanos fluminenses, as remoções de favelas. As reflexões foram elaboradas ao acompanhar um processo jurídico-político de remoção de uma favela no Rio de Janeiro como dispositivo de pesquisa para a elaboração de uma dissertação de mestrado em psicologia ainda em curso, através de uma atitude metodológica cartográfica inspirada nas elaborações teóricas de Deleuze e Guattari, articulando com outros conceitos como necropolítica e produção de subjetividade capitalística. Em contraponto a metodologias clássicas de pesquisa que essencializam e naturalizam objetos de pesquisa a partir das suas representações ou de extrações simbólicas de materiais coletados, o esforço da cartografia, enquanto metodologia de pesquisa processual, está em acompanhar processualidades que estão a todo momento acontecendo, implicando inclusive o pesquisador no processo de pesquisar e tudo mais que puder fazer conexão a processualidade acompanhada. A proposta cartográfica de pesquisa em remoções de favelas não é se aprofundar em um processo de remoção a fim de extrair o que há de essencial nestes processos, mas acompanhar quais racionalidades são acionadas e sobre quais estruturas de poder possibilitam que elas aconteçam. A discussão ora apresentada está articulada com um campo de atuação em um projeto de extensão intitulado "Entre cidades de direitos e cidades de privilégios", do qual faz parte o autor. O projeto atua na favela Indiana, uma pequena comunidade com cerca de 800 pessoas, a fim de discutir aspectos concernentes ao direito à cidade com os moradores da comunidade, e contribuir para mobilização política do território na resistência frente às remoções e na defesa pela moradia. A favela, localizada em uma região de classe média da zona norte do Rio de Janeiro, já passou por diversas ameaças de remoção que se acentuaram na última década, chegando a ser parcialmente removida no ano de 2012. O acionamento jurídico de um grupo organizado

da comunidade contra a gestão municipal da época, somado a mobilização coletiva de outros atores como os movimentos sociais, lideranças de outras comunidades também ameaçadas de remoção, o Núcleo de terras e habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH-DEPERJ), o Instituto de Terras e Cartografias do Rio de Janeiro (ITERJ), pesquisadores e assessorias parlamentares e técnicas, contribuíram para a resistência da comunidade até o seu provisório desfecho com uma sentença favorável expedida somente em 2019. Provisório pois, após a finalização do processo jurídico, uma nova movimentação por parte da atual gestão municipal traz novamente os sinais de remoção para comunidade. O processo político-jurídico-traumático que a comunidade Indiana enfrenta será tomado enquanto dispositivo capaz de apontar as racionalidades que operam na cidade do Rio de Janeiro e produz territórios removíveis ou não removíveis. Racionalidades essas que serão analisadas através de três analisadores. As legislações urbanísticas brasileiras e sua aplicação seletiva aos territórios; a história remocionista na capital carioca, priorizando a expulsão de territórios ocupados historicamente por pessoas recém libertas do período de escravização e trabalhadores subalternizados; os processos de subjetivação culpabilizantes nos moradores por habitarem em lugares removíveis, sendo necessário que eles garantam sua permanência por meios não exigidos pelo restante da cidade, como mutirões de limpezas ou estratégias para a diminuição do descarte de resíduos, entre outros. Apesar do efeito benéfico gerado a partir dessas movimentações, não pode ser ignorado que essas estratégias só são acionadas por uma política do medo de ser removido.

GT25: O Poder Comum de Agir e a Produção de Subjetividades

A importância do graffiti na construção da subjetividade e seu compromisso Social.

Autor: Tais Exposito Filgueiras (Salesiana)

O ato de escrever e desenhar nas paredes é um hábito bem antigo que acompanha a história da humanidade. As tecnologias utilizadas são as mais variadas possíveis dentro da realidade de cada civilização. Essa forma de comunicação é impregnada de emoções, expressões e dados históricos. Que unidos formam o imaginário de um lugar.

Segundo Leontiev (1978/2004) os indivíduos, para se humanizarem, precisam se apropriar da cultura e dos mediadores culturais criados pela humanidade. Portanto, o homem só se torna homem quando se apropria do mundo, e é nesse ir e vir do mundo interno para mundo externo que se constitui a subjetividade. Numa relação entre objetividade e subjetividade.

O graffiti é uma produção objetiva e subjetiva no meio urbano. O ato de grafitar marcou as décadas de 1960, 1970 e 1980 no movimento contracultural, em que jovens se encontravam insatisfeitos com a política. Ainda nos dias atuais, fornecem novas formas de construir imagens e símbolos coletivos. Os grafiteiros em seus processos criativos além de manifestarem a subjetividade em suas obras de forma consciente e/ou inconsciente também são construtores de subjetividades e de cultura, possibilitando novas ferramentas para se pensar em subjetividade e práticas sociais. O graffiti tem grande relevância na área acadêmica, principalmente para a Psicologia Social. E a pergunta que fica: O Graffiti pode então ser um elemento que influencia as identidades pessoais e culturais das pessoas? Os grafiteiros possuem como objetivo causar um desconforto ou deslumbre no espectador?

Para F. Araújo (2007), a capacidade imaginativa é ativada a partir das inter-relações ou atravessamento e encontros dos sujeitos com o mundo composto dos signos urbanos: som, sensação, imagem e território. Desta forma, as imagens advindas do mundo material atuam na psique individual como um tipo de linguagem que afeta a psique e fundamenta as fantasias pessoais e coletivas. Assim, tudo aquilo que acontece na dimensão psíquica é simbólica e cada fenômeno também é um símbolo: o corpo, a casa, o trabalho, o dinheiro, os amigos, aos parentes, etc.

E por que é importante pensar nesses atravessamentos que ocorrem todos os dias? Porque a cidade é influenciada pela expansão desenfreada do capitalismo, que reflete diretamente nos pensamentos dos sujeitos, na construção de subjetividade e na cultura, isto é, as propagandas comerciais advindas do mundo externo invadem o mundo interno e geram novas formas de se pensar em subjetividade. Num certo momento, as referências de



Deleuze e Foucault atribuem em destaque um acontecimento que demonstra decisivamente o contemporâneo e cujos efeitos se fazem sentir na vida de todos nós. Esse acontecimento pode ser representado como uma mudança no regime de poder vigente, ou seja, as “sociedades de classe. Colocando assim a mídia num contexto de uma sociedade controle. Deleuze nos permitem considerar que os meios de comunicação têm um papel estratégico nas formas de controle que estão se consolidando hoje.

Como vocês sabem, não temos [o equivalente da] palavra “self” em francês; é uma pena, porque penso ser uma boa palavra. Em francês, temos duas palavras, “sujeito” e “subjetividade”, e não sei se vocês usam com frequência “subjetividade”, penso que não. Vejam: por “si” eu entendo o tipo de relação que o ser humano enquanto sujeito pode ter e nutrir com ele mesmo. Por exemplo, o ser humano pode ser, na cidade, um sujeito político. Sujeito político, isso quer dizer que ele pode votar, ou que ele pode ser explorado pelos outros etc. O si seria o tipo de relação que este ser humano enquanto sujeito tem com ele mesmo numa relação política. Podemos chamar isso de “subjetividade” em francês, mas não é satisfatório, eu penso que “si” é melhor. E este tipo de relação do sujeito consigo mesmo é, eu creio, o alvo das técnicas... (FOUCAULT, 2013, p. 131).

“A noção de mídia, enquanto exposição de produtos, como numa espécie de super-mercado, é algo que determina não só as formas de consumo da literatura, da arte, etc., mas também modeliza as formas de produção artística e literária” (GUATTARI; ROLNIK, 1993, p. 113).

Nesse contexto foi realizado uma entrevista com grafiteiros na cidade de Macaé, com objetivo de conhecer mais sobre seus trabalhos e motivações que os levaram a iniciar o graffiti. Acreditando que, conhecendo um pouco de suas histórias e inspirações nos aproximaríamos de sua vivência, compreendendo melhor a linguagem do graffiti. Surge como primeira pergunta o que é graffiti?. Essa pergunta é feita pelo fato de em outros países como EUA a pichação e o graffiti não terem distinções, e aqui no Brasil já existe essa separação. O que nos leva há várias reflexões sobre arte e suas expressões. Quando dizemos que o xarpi não é uma arte desvalorizamos toda construção do sujeito o colocando num patamar inferior. Enquanto o graffiti é considerado belo.

Percebe-se com esse trabalho, que essa pluralidade imaginativa representa a heterogeneidade da cidade, e é também formadora de espaços e opiniões democráticos. Uma vez que, a grande massa dos grafiteiros encontra no graffiti uma forma de se expressar e reinventar novas formas e possibilidades de existir, abrem também espaços para uma alternativa de várias questões que estão colocados na sociedade. Nos fazendo refletir sobre a nossa própria cultura.

Aproximações de uma instituição localizada em comunidade com “cotidiano difícil”

Autor: Rita de Cassia Mendes Alvares

Nesse texto, abordaremos, de modo breve, o que estamos nos propondo nessa apresentação oral. Essa proposição parte do recorte de uma pesquisa de doutorado defendida em 2016. Durante um ano a psicóloga/pesquisadora foi uma vez por semana em Organização não governamental localizada na comunidade Parque Marechal Rondon, no Capão Redondo, zona sul do município de São Paulo.

Essa instituição abrigava no período da realização da pesquisa de campo, o projeto Centro de Juventude, ligado a área de assistência social da prefeitura desse município, recebia jovens moradores das proximidades no turno contrário ao da escola. Havia também outros projetos ocorrendo no local, mas a pesquisa ficou mais restrita aos jovens.

Deve ser considerado que a situação social, o “cotidiano difícil” (Referência a canção Na zona sul do Sabotagem), pode apontar para uma posição na qual o sujeito tem sua identidade mais facilmente capturada pelo Outro social, figurado pelas instituições e pelos princípios associados a uma moralidade social, que reforçam as posições de sacrifício impostas ao sujeito. Por outro lado, esse “cotidiano difícil” pode encontrar possibilidade para reinvenções. A escuta disponibilizada para esse sujeito, pode abrir, em algumas situações, espaço para elaborações. Nesse contexto, tensionamos as possibilidades de aproximação e questionamos: como construir possibilidades de escuta? A presença da psicóloga/pesquisadora poderia vir a reforçar as forças de dominação? Como estabelecer laços?

A referida comunicação oral nesse grupo de trabalho tem como objetivo compartilhar tensões que se produziram na presença da psicóloga e pesquisadora, nessa instituição, com pontos de avanço, mas também com muitas limitações.



A pesquisa partiu do pressuposto de que a psicóloga/pesquisadora deveria ir para o local e estar aberta ao que pudesse advir da presença no local. A pesquisa estava direcionada inicialmente para fazer entrevistas com os jovens que participavam do Projeto centro de juventude, mas essas entrevistas tiveram continuidade. O que nos levou a uma perspectiva de uma escuta que se amplia para fora dos muros, das paredes dos consultórios e pode ser oferecida a pessoas de diferentes classes sociais, que em muitas situações não teriam acesso a essa escuta se não fosse desse modo.

Escuta esta que dialoga com perspectiva referida por Freud (1919/2010, p. 292) ao sublinhar que, se houvesse um aumento da quantidade de psicanalistas, estes poderiam tornar acessível a psicanálise a um número maior de pessoas. Ao finalizar seu texto, Freud aponta para a necessidade das técnicas de trabalho se adaptarem a novas condições. Para ele, o “puro ouro” da psicanálise teria que passar por modificações; mas os pressupostos deveriam continuar sendo aqueles de uma “psicanálise rigorosa e não tendenciosa.”. De qualquer modo, os pressupostos éticos seriam mantidos. Nessa mesma linha encontramos alguns artigos com experiências relevantes: S. Cottet (2005) “Problemas de formação no Centro Psicanalítico de Consultas e Tratamento”; J. Vilhena, A. Moreira, J. Novaes e M. Bittencourt (2011) “À la recherche d’une écoute. La clinique psychanalytique dans la banlieue de la citoyenneté”; J. Vilhena (2002) “Da cidade onde vivemos a uma clínica do território: lugar e produção de subjetividade”. Lembremos, ainda, de um número da revista da APPOA intitulado “Psicanálise, invenção e intervenção” com vários artigos — dentre eles: M. D. Rosa (2013) “Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clinicopolíticas”.

Retomando as questões relacionadas ao caminho de pesquisa escolhido, ressalta-se, envolveu deslocamento para uma região da cidade de São Paulo, até então desconhecida para mim. Não tinha vínculo anterior com essa instituição, estava vinculada a universidade no contexto de uma pesquisa. Ao fazer a proposição para os coordenadores, acertamos dia e horário que estaria presente no local, disponível para entrevistar os jovens que se interessassem. As entrevistas eram não diretivas, a continuidade do processo dependia de uma relação que poderia se estabelecer. Havia uma aposta de que a partir deste dispositivo, pudesse se abrir a possibilidade, para algum dos jovens estabelecer uma relação que garantisse um vínculo transferencial e a emergência de um falar sobre si.

A aposta de risco inicial, estabelecer um espaço garantido pela presença semanal da psicóloga/pesquisadora na instituição, levou a disponibilização de um espaço de escuta viabilizou falas de profissionais que trabalhavam na instituição e de jovens. Dentre as inúmeras entrevistas com jovens, uma se estendeu durante todo o período em que esse espaço foi sustentado. Essa escuta inspirou a elaboração do Caso Maria, que está nas entrelinhas das reflexões que se produziram sobre as implicações e os desdobramentos do estabelecimento de um espaço de escuta durante o contexto dessa pesquisa.

Vejo articulações da apresentação oral proposta com um modo de resistência, de enfrentamento a uma determinada condição presente no início da pesquisa. Foi necessária uma aposta para que um laço pudesse se estabelecer. Essa relação foi se construindo lentamente no contexto institucional. Levou progressivamente a uma abertura e aproximação. Porém foi necessário um processo inventivo nesse comum que faz o tecido social, foi também, uma aposta nas relações que poderiam se estabelecer num “contexto difícil”, no qual a psicóloga/pesquisadora era uma forasteira. No entanto, a reinvenção em contextos de dominação é possível e os implicados são atores no processo de construção.

Artes na Queimada: cartografias da emoção criadora no contexto comunitário.

Autor: Laís Regina Schmitz (UFSC) e Larissa Niemann Pellicer (UFSC)

Coautor: André

Linhas paralelas se encontram no infinito
no infinito horizonte do mar visto de cima do morro.

Subimos o Morro da Queimada, antiga Boca do Vento, traçamos suas curvas, desviamos dos buracos na rua e das crianças que nela circulam pela falta de calçadas, chegamos no topo: a encruzilhada entre igreja, polícia e Artes na Queimada.

Caminhamos em direção à multiplicidade reunida na Cooperativa da Queimada, atentas aos corpos permeáveis ao atravessamento das forças e dos afetos imprevisíveis do encontro. Aqui, a troca mútua não é de conteúdo mas de perturbações que criam outros objetos-sujeitos e deixam nascer caminhos que levam a lugares desconhe-



cidos. Ainda que tais encontros aconteçam sem uma definição precisa dos contornos da pesquisa-intervenção, ainda que atravessadas pela não-seriedade da escuta para uma liberdade da fala, subimos atentas à colonização do inconsciente que Suely Rolnik (2018) enuncia mas que a desigualdade social escancara: é da potência de ação que o capitalismo com seus mecanismos de biopoder se apropria; a subjetividade alienada de suas demandas vitais, o corpo separado daquilo que pode, o desejo desviado a favor da produção de cenários conservadores do regime: é o que não deixa de atravessar os processos criativos das mulheres da Queimada, cuja expressão revela os modos de subjetivação marcados pelas questões de classe, de raça e de gênero.

Artes na Queimada é um projeto de pesquisa e extensão universitária realizado com a comunidade do Morro da Queimada na cidade de Florianópolis - SC, em uma parceria entre a Cooperativa da Queimada, o CRAS-Centro e a Universidade Federal de Santa Catarina. Desde março de 2017, realizamos oficinas de diferentes linguagens artísticas junto às formas de vida que nesse ponto se encontram e se expressam coletivamente. No momento da nossa inserção, a partir de 2018, o foco é a produção artesanal de colares junto ao grupo composto por oito mulheres da comunidade com idades entre 35 e 60 anos. Os encontros acontecem na Cooperativa da Queimada, são semanais e têm duração de três horas. Os interesses das participantes são norteadores das atividades propostas e o trabalho em grupo se realiza a partir de conversas sobre temáticas que emergem a cada encontro: as relações entre as participantes e as situações cotidianas que lhes são significativas, a organização comunitária, a possibilidade de geração de renda, a abertura de novos possíveis. A produção artística especificamente realizada pelo grupo de mulheres, com materiais e insumos adquiridos por meio de doações, tem sido comercializada em eventos culturais, acadêmicos e feiras de economia solidária da cidade, com o lucro integralmente revertido para as mulheres, o que contribui para a geração de renda. O grupo é como um grande colar colorido, bricolado, infindo; como um ser vivo em mutação constante.

Sentimos que para fazer jus à imensidão de afetos que recebemos nesses encontros na Queimada, que nos constituíram e que fazem parte dos nossos corpos, haveríamos de evocar a liberdade poética da escrita cartográfica proposta por Deleuze e Guattari (2017). A cartografia enquanto prática escrita é como a criação de um mapa-livro, a geografia de um não lugar, algo que não se estabiliza em uma forma em si, como dunas de areias, algo sempre em movimento de acordo com a orientação dos ventos. E no topo do morro o que não falta é vento.

Isto posto, destacamos a importância do método cartográfico, precisamente na incompletude em si do objetivo, ao qual qualquer tentativa de demarcação não será apenas provisória, mas inacabada frente à complexidade da experiência afetiva e do devir. No entanto, como a linguagem acadêmica clama por um objetivo formalmente registrado, poderíamos dizer que nossos objetivos são de oferecer oficinas estéticas mediadas por linguagens artísticas para moradoras do Morro da Queimada e de avaliar a mediação artística no dispositivo grupal como estratégia efetiva de diminuição do sofrimento ético-político e do aumento da potência de ação. O mesmo se vale como um princípio ético: fazer rizoma, deixar nascer multiplicidades cuja composição e vibrações possibilitem que as alegrias ativas sejam predominantes, abrindo brechas que alarguem os horizontes de liberdade coletiva.

Destarte, a composição deste trabalho é tecido na própria itinerância do pesquisar. O movimento não aparece separado do processo de pesquisa como um todo, de maneira que este trabalho mapeia as linhas de forças que constituem a experiência das mulheres participantes das oficinas na relação com a arte, com o dispositivo grupal e os efeitos e sentidos que esta experiência produz em suas vidas. Tal compreensão inspira o desenho de um possível mapa-texto, sobre o qual são traçadas linhas que, mediante a escrita, possibilitam o entrelaçamento de distintas vozes a se compor no caminho do pesquisar. Para tanto, nos valem das ferramentas teóricas disponibilizadas pela filosofia da imanência, que tem em Espinosa sua grande expressão, encontrando continuidade em Deleuze e Guattari, conjugando interlocuções com a obra de Foucault, traços de Nietzsche, bem como com autoras/es da Psicologia Social Abrapsiana que trabalham nestas interfaces.

Dentro de um contexto histórico tomado pelo regime do Capitalismo Mundial Integrado (Guattari, Rolnik, 2005), a violência se dá não só na esfera macropolítica, contra o Estado de direito e a democracia, mas essencialmente contra a própria vida. A vida enquanto força de criação e transformação, força na qual mora seu destino ético de perseverar no seu ser, que passa então a ser desviada para a produção de modos de existência enrijecidos, relações reduzidas ao interesse econômico, cenários inteiros que preservem o regime colonial-capitalista. Corrupção do desejo. Subjetividades ensimesmadas pelo delírio do livre-arbítrio. Sujeitos desagregados fisiologicamente. Todo esse abuso que nas margens se soma ao sofrimento de ser mulher, pobre e negra.

O que se segue dos encontros com a Queimada afirmam a indissociabilidade da operação micropolítica de descolonização do inconsciente à experiência estética. A garantia de alternativas ao biopoder só se completa com



a criação de novos modos de existência que performatizem as demandas vitais, o suficiente para que se reativem nos diversos lugares da vida social. É o que vivenciamos quando as artistas descem do morro por ocasiões de exposições e vendas dos colares. Ocupam a praça central da cidade, feiras em eventos, a própria universidade, lugares outros. No centro recordam espaços de intimidade, de quem outrora fez do banco da praça sua cama, reconhecem seus aliados, identificam-se com eles como se por um instante habitassem um outro tempo, também há aqueles encontros que as conservam em seu tempo obstruindo o devaneio, o pastor que se aproxima com a bússola da moral e fixa o lugar instituído a elas: “deveria estar pregando a palavra de Cristo ao invés de vender colar”. No entanto, existe a dimensão que é da partilha do sensível dos corpos que se dispõem ao afeto e possibilitam a performance da parte artista de seu ser. Tudo é espelho. O espelho do ordinário, do estranho, do colar. A vulnerabilidade que se marca mas também se mistura e se faz espelho e o espelho se quebra e se reconstitui nas intensidades das comunicações transversais de espaços estéticos heterogêneos. “São processos de afetação recíproca, de criação e recriação biopolítica, em que uma diversidade de modos de vida podem ser entendidos como experimentações de mundos possíveis, de novas subjetivações”, de acordo com a proposta do Grupo de Trabalho 25. Quanto ao eixo temático 4, a conexão se dá por meio da arte, do corpo e da política; ao eixo 6, pela resistência micropolítica frente aos avanços do neoliberalismo e retrocessos no campo dos direitos.

Eis de onde se insurge a Psicologia quando se aproxima da margem, cuja aposta passa por compartilhar a vida onde ela está escassa, criar relações de amizade, desestigmatizar os lugares estéticos. Isso é focar na potência de vida e multiplicá-la, essa é a política da alegria Espinosista. É na ação e no processo artístico enquanto emoção criadora que movimentamos as coisas. É neste sentido que consideramos que a arte está diretamente ligada à potência de vida. A arte, como aponta Sawaia (2006), compreendida desde um plano ontológico, ou seja, produzindo vida, sujeitos, relações; criando corpos e subjetividades audíveis, visíveis, palpáveis para aquilo que a vida pede toda vez que ela se vê diminuída em seus modos de existir, ao seu modo de interpretar o mundo e responder aos acontecimentos que nos cercam (Costa, Zanella, Fonseca, 2016).

De fato, o que nos faz homogêneas é, paradoxalmente, o compartilhar do comum, entendido como plano heterogêneo e plural, composto por seres singulares e seus encontros num terreno partilhado de expansão da vida (Rocha, 2012) e seguir na tentativa de sempre reconstruí-lo nos fluxos do dispositivo grupal. E é precisamente aí que habita essa potência transformadora: a afecção enquanto força que resiste ou que se submete, que a todas desloca e potencializa, às vezes pelas brechas, às vezes face a face, pelo simples fato de dilatarmos-nos em nossas verdades e assim percebermos nossa capacidade de emancipação coletiva. Ampliar as possibilidades de relação e ação com o diverso é de interesse vital! É no desejo ativo que a Queimada sobrevive.

Drogadição E Representação Midiática: Uma Análise da produção da revista VEJA.

Autor: Gabriela (ISECENSA)

Coautor: Gabriela (ISECENSA), Pedro Henrique de A. Silva (ISECENSA) e ERICA RIBEIRO-ANDRADE (ISECENSA/CAMPOS-RJ)

As mídias e suas formas de representação da realidade tem importante papel na construção social. No que tange a drogadição, a sociedade vai desenvolvendo formas de leitura do referido fenômeno a partir do que se veícula enquanto informações e notícias sobre o mesmo. É neste sentido que faz-se necessário que as ciências humanas e sociais estabeleçam uma crítica acerca da representação midiática sobre os mais variados estados adocimentos psicossociais uma vez que é neste contexto informacional que os profissionais atuarão.

Esta pesquisa objetivou identificar as matérias sobre drogadição publicadas numa revista de grande circulação nacional, avaliando o perfil destas informações.

O Eixo temático 3: Psicologia Social, Comunicação e Mídias foi escolhido por sua discussão sobre os modos de comunicação e também por reunir trabalhos que reflitam sobre a mídia como instrumento de mediação entre o conhecimento sobre as realidades e a sociedade em si. O entendimento essencial aqui é a função da Psicologia Social enquanto analisadora das mediações sociais. A mídia é sem dúvidas umas destas mediações que precisam ser compreendidas, criticadas, para então serem potencializadas.

GT25: O Poder Comum de Agir e a Produção de Subjetividades (PRIMEIRA OPÇÃO) Ao estabelecer um contato social através da mídia, as revistas vinculam informações e conhecimentos que são produtores de subjetividades.

A maneira de compreender um determinado fenômeno embasa a estrutura do agir social, gerando reações



que podem variar desde a responsabilidade na transformação dos fenômenos até uma completa alienação. O presente estudo mostra-se aderente a este grupo de trabalho por sua intensão de refletir sobre como um importante canal de produção de subjetividades tem representado em suas publicações o fenômeno da drogadição.

Utilizou-se para um primeiro levantamento teórico autores que apresentam a questão das Representações sociais e meios de comunicação, além disso contou-se com experiências de pesquisas publicadas sobre dependência química, com um destaque para a pesquisa de Pedrosa et. Al (2011) sobre o Consumo de álcool entre estudantes universitários.

O banco de dados para esta pesquisa envolveu todas as revistas VEJA publicadas nos últimos três anos, compreendendo as edições de janeiro de 2016 até julho de 2019. Além do critério de inclusão relativo a data de publicação, era fundamental que a matéria publicada apresentasse informações de qualquer tipo sobre drogas, drogadição ou estudos envolvendo substâncias químicas ilícitas. Incluiu-se nesta amostra também as matérias sobre o álcool e o tabaco mesmo sendo comercializadas licitamente no país, a exceção de notas de marketing para anúncios e vendas destas substâncias. Quanto as matérias sobre outras drogas lícitas como as medicações farmacológicas, manteve-se na amostra os estudos que associavam as substâncias à uma realidade de dependência, excluindo desta forma, publicações que apresentavam os remédios em seus benefícios ou estudos com novas substâncias para cura de doenças. Este foi o caso de uma das matérias que tratava sobre novas intervenções medicamentosas no tratamento de transtornos como a Ansiedade e a Depressão. Foram excluídas desta amostra matérias que falavam sobre facções criminosas e distribuição de drogas, mas não tinham uma tônica da saúde pública ou do comportamento dos sujeitos adictos, mantendo seu escopo na segurança pública.

Ao final da aplicação destes filtros, vinte e oito matérias foram localizadas, lidas na íntegra e organizadas numa tabela contendo a data e a edição da revista, o título da matéria, a idéia central apresentada. As matérias foram agrupadas por temas comuns em função de uma análise de conteúdo gerando o que chamou-se de analisadores. As temáticas recorrentes foram : CIGARRO ELETRÔNICO, DROGAS E CELEBRIDADES, PERFIL DE CONSUMO, IMAGINÁRIO SOCIAL SOBRE DROGAS, PREVENÇÃO ÀS DROGAS, ESTUDOS SOBRE AS SUBSTÂNCIAS, ESTUDOS SOBRE AS SUBSTÂNCIAS, DROGADIÇÃO EM OUTROS PAÍSES, LIBERAÇÃO DAS DROGAS E TABACO. A maior concentração de matérias deu-se nas temáticas Estudos sobre as substâncias e Drogas e Celebidades.

Algumas matérias poderiam ser registradas em mais de um analisador, todavia, optou-se por manter apenas um deles por maior relevância de correspondência ao analisador. Destaca-se a recorrência das matérias sobre o cigarro eletrônico, figurando ao mesmo tempo como um meio de redução de danos a drogadição, e a formação de uma nova compulsão pelo uso do objeto. Nota-se exclamativamente também que apenas uma matéria sobre prevenção a dependência química fora publicada neste período.

Fica claro a necessidade de expandir o critério temporal para uma nova pesquisa, bem como uma análise mais profunda dos discursos produzidos nas publicações, o que seria aderente as metodologias da Análise do Discurso. Confirma-se a idéia de uma imagem negativa do uso de substâncias químicas no imaginário social. Destaca-se o fato de que as publicações sobre as celebridades em sua relação com as drogas ganharem maior proeminência do que matérias sobre prevenção ou tratamento. Sobre este último entende-se que os estudos sobre as substâncias podem, em alguns casos, servir como estímulos adversos contribuindo à prevenção. Todavia a completa inexistência de matérias sobre as diversas modalidades de tratamento e reabilitação do sujeito drogadicto aponta para uma negligência deste importante veículo de informação. A hipótese gerada a partir deste dado é que é de uma implicação e responsabilidade social inefcaz de certas frentes da mídia, o que sem dúvidas deve continuar sendo investigado e denunciado.



Experiências, narrativas urbanas e as possibilidades de produção do comum

Autor: Janaina Bechler (UFBA)

Diante do discurso fascista e da precarização da vida nas suas manifestações mais variadas, essa comunicação busca pensar experiências urbanas e formas de narrá-las, apostando que sejam potencialmente exercícios de alteridade urbana, de produção existencial, afirmação de um lugar comum/singular. Sem compromisso assumido com a realidade, nem com algum estilo ficcional, essa produção de narrativas acontece em um certo limiar epistêmico/metodológico - nem na etnografia, nem na cartografia (de quem parece estar mais próxima), e também disciplinar - artistas, psicólogos, arquitetos, sociólogos, historiadores, psicanalistas, entre outros, ao produzirem erráticas caminhadas, ou simplesmente paradas, aventuras pelas ruas da cidade,

(...) ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para lugares comuns de uma ordem, não constituem somente um 'suplemento' aos enunciados pedestres e às retóricas caminhatórias. Não se contentam em deslocá-los e transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam. (De Certeau, 1994)

Particularmente nos interessam aquelas que se propõe a uma disponibilidade para experimentar a rua, a cidade, a partir da colocação em suspensão de um "si mesmo", identitário. Encontramos essas formas narrativas em relatos de movimentos errantes, nas "vagabundagens", "deambulações", derivas, formações delirantes, de artistas, loucos, literatos. A partir de uma condição, seja ela produzida e intencionada, ou não, que desestabiliza o domínio da ação e do modo de estar na cidade cotidianamente, a experiência e sua narração aproximam-se muito de um lugar de exílio do sujeito, comum à literatura e às poéticas, ao que Blanchot, em diferentes obras, nomeará como neutro, fora, noite, exterior.

Em nossa hipótese, essa condição Fora/externo se transmite nos relatos como um vácuo de sentido, e, ainda que seja escrito em primeira pessoa, não se deixa reduzir em posições linguageiras comuns, de sujeito e objeto, e constitui-se como uma questão, um 'entre' a identidade do Eu e vertigem de seu esfacelamento.

"Em outras palavras, a literatura não é algo que se dê num espaço exterior ao mundo, ele é o fora, esse não-lugar sem intimidade, sem um interior oculto, onde o arista é aquele que perdeu o mundo e que também se perdeu, uma vez que não pode mais dizer Eu. Portanto, a literatura não se fixa a nada, nem a um espaço - interior ou exterior, nem a um tempo, nem a um sujeito. Sua fala é essencialmente errante, móvel, nômade; ela se coloca sempre fora de si mesma." (LEVY, 2011, 29-30)

Parece-nos ainda, e nos interessa também por essa característica, como um lampejo da constituição primitiva do EU, quando da separação do espaço eu-outro, em que os limites-bordas do corpo se produzem no embate com outros corpos, um enigma de constituição que resta como tal, insistindo em não se desvelar, mas se impõem como um radical desconhecido. A estranheza de si e do espaço, uma vez que essas categorias são suspensas:

"Acreditamos falar do neutro ali onde a relação direta com um sujeito que a exerceria parece faltar a uma ação de passividade; isso deseja, morre-se. Certamente, a pulsão do enigma que Freud, ao nomear Inconsciente (e ao servir-se, como de um dos pontos de referência capazes de delimitá-lo, da palavra de certo modo muda de que o francês ça [isso], a um tempo grosseiro e refinado - como se da rua "vulgar" se elevasse o murmúrio de uma afirmação indomável, à maneira de um grito do submundo - , assinala melhor ainda a estranheza), não cessa de designar sem poder fixá-la, é de início entendida por meio do neutro, e, em todo caso, faz com que nos limitemos a entender o neutro como a pressão desse enigma" (BLANCHOT, 1986, 38)

Se pensarmos que a transmissão desse "desconhecido" desestabiliza a ordem valorativa das palavras, como afirma Blanchot (1986, pp. 38), podemos pensar que há uma possibilidade intrínseca ao ato de produção das experiências urbanas, e sua transmissão, de uma abertura para uma transfiguração dos espaços da cidade, e a possibilidade de existência de outras histórias contadas e fabuladas. Quem sabe, apontam também para uma transfiguração do sentido da política (escrevemos com Agamben(1995), política como "fenda comunicante"), a medida em que colocam em questão a relação eu-outro, a partir desse "desconhecido" posto em cena.

AGAMBEN, G. 1995. *Moyens sans fins – notes sur la politique*. Paris, Payot & Rivages, 2002.

ARAGON, Louis. *O camponês de Paris*. Tradução, notas e prefácio de Flávia Nascimento. R. de Janeiro: Imago, 1996.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas, vol.1. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
Obras escolhidas, vol.2. Rua de mão Única São Paulo: Brasiliense, 1985.



Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Obras escolhidas volume III. São Paulo: Brasiliense, 1989.
BLANCHOT, M. 1986. A Conversa Infinita 3: A ausência de livro. São Paulo, Escuta, 2010.
CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano 1 – Artes de fazer. São paulo:Vozes, 1994.
JACQUES, Paola Bereinstein. Elogio aos errantes. Salvador: EDUFBA, 2012.
LEVY, Tatiana Salem. 2011. A experiência do fora. Blanchot, Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

Geração Z: vínculos afetivos e a construção da identidade dos adolescentes contemporâneos

Autor: Camila Sabater

A Psicologia tem se capacitado para investigar as instâncias subjetivas que envolvem os sujeitos em relação às suas condições de vida, cultural e social, assim como também cabe à Psicologia gerar reflexões sobre os acontecimentos e mudanças ocorridas na sociedade. O tema deste trabalho faz parte de uma pesquisa científica do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/AF) da Universidade Estadual de Maringá realizada no ano de 2017 e 2018 no qual tem-se proximidade com o eixo temático 3 “Psicologia Social, Comunicação e Mídias” em que se é discutido as relações entre modos de comunicação com a produção de subjetividades dilaceradas pautadas por ideais mercadológicos e de interesses políticos e fundamentalistas.

Podemos salientar que o momento histórico presente tem sido atravessado pelas tecnologias e suas virtualidades e pela insaciável sociedade do consumo regida e sustentada pelo sistema capitalista liberal. Bauman (2004) acrescentou que os espasmos da proximidade virtual terminam, idealmente, podendo “ser encerrada, real e metaforicamente, sem nada mais que o apertar de um botão” (p. 82). Em outras palavras, o simples toque numa tela de celular nos permite sem muita demora fazer novas “amizades” e construir um vínculo sustentado pelos likes e o mesmo toque que aceita uma nova solicitação de amizade é o mesmo que exclui o outro da rede virtual de amigos. Para um breve reflexão salientou Bauman (2004) “você permanece conectado – mesmo estando em constante movimento, e ainda que os remetentes ou destinatários invisíveis das mensagens recebidas e enviadas também estejam em movimento, cada qual seguindo suas próprias trajetórias” (p. 78).

Os adolescentes contemporâneos da Geração Z nascidos a partir de 1996 vivem um novo jeito de se relacionarem e se comunicarem, pois se antes dependiam da demora de um fax, hoje com a instantaneidade que a tecnologia nos tem proporcionado enviam mensagens com a instantaneidade do retorno. Geração Z seria uma nomeação baseada por uma sociedade de caráter midiático, consumista e vinculada com a crescente tecnologia e suas virtualidades, por serem caracterizados como consumidores emergentes, por terem domínio nas ferramentas virtuais e tecnológicas e por serem persuadidos pelas ideologias produzidas pela Indústria Cultural (Filho e Lemos, 2008). No entanto, a tecnologia é usufruída pela mídia e pelos meios de comunicação de massa governada pelo poder da Indústria Cultural na qual dita as mudanças sociais e a formação da opinião pública, funcionalidade do aparelho psíquico e da mentalidade social. Considerando o exposto, o objetivo dessa pesquisa foi de analisar a vulnerabilidade da Geração Z em relação a influência e ataques perversos da Indústria Cultural, e no que interfere na construção de laços afetivos e no processo de identificação. Podemos dizer que a sociedade atual necessita de homens altamente individualistas, que não respeitem a alteridade entre os indivíduos e nem sejam autônomos.

A indústria cultural visa produzir uma consciência alienante e transmitir padrões de comportamentos conformistas nos sujeitos ditando falsas verdades: o “consumidor não é rei como a indústria cultural gostaria de fazer crer, ele não é o sujeito dessa indústria, mas seu objeto” (ADORNO, 1986 p. 93). Ousamos dizer que a maioria dos conteúdos disparados na sociedade pela Indústria Cultural é através das redes virtuais e de comunicação de massa pode que tem impactado negativamente o desenvolvimento dialético do aparelho psíquico dos indivíduos pois, devido a capacidade deformadora que a Indústria Cultural induz nas pessoas de massificar, padronizar de forma psicologizada pode afetar a capacidade de criar, pensar e de analisar criticamente as situações vividas. No mundo contemporâneo, a sobrevivência dos homens está sob ameaça de extinção pois, a cultura está atravessada de certo modo pela Indústria Cultural, e os homens sobrevivem em uma sociedade que torna empecilho a construção de uma identidade autêntica, os vínculos de amparo e de afeto constante e o respeito às diferenças e às alteridades. Enquanto estratégia metodológica, a pesquisa propõe uma investigação de natureza qualitativa sob à luz do referencial teórico do método psicanalítico (IRIBARRY, 2003) acerca da problemática de adolescentes quando



submetidos aos ditames da Indústria Cultural: suas singularidades são cooptadas socialmente e os laços afetivos esvaziados.

Os resultados obtidos desta pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa nos proporcionou reflexões sobre as astúcias da Indústria Cultural em detrimento da cultura que antes, era genuinamente humana e depois da interferência da Indústria Cultural se perverteu para uma cultura de massa condizente a massificação, integração, padronização e passividade dos indivíduos. Como foi possível perceber os discursos elaborados pela Indústria Cultural ditam as regras, normas e modos de vivermos e de nos relacionarmos em nossa vida, visa produzir uma consciência alienante para afim de transmitir padrões de comportamentos conformistas ditando falsas verdades. A fragilidade do ego de um adolescente que está num processo de construir sua identidade pode ser fortemente influenciada por esses ditames, pois os discursos elaborados por indivíduos glamourizadas da Indústria que tem uma visibilidade midiática muito conhecida passaram a ocupar o lugar de centralidade juntamente com os modelos identificatórios mais importantes para um adolescente, ao lado dos pais. São atores fragilizados pois estão alienados pelos preceitos da Indústria Cultural e atores glamourizados por venderem uma vida "american way" inundados em belíssimos corpos e estilo. São essas figuras que tem ocupado o vértice das atenções sociais e afetiva dos adolescentes. Pois bem, construir uma identidade tendo como referencial pessoas tão frágeis e padronizadas como toda a massa é fomentar adolescentes que vivenciam intensas crises de identidade que sanciona crises desde a escolha objetal à sexual.

Considerando todo o exposto concluímos que a busca por pesquisar os adolescentes da Geração Z nos levou a aprofundar questões e indagações em pesquisas e aportes teóricos sobre a sociedade do consumo assim como a Indústria Cultural dada por Theodor Adorno. Compreendemos que para ter empatia com o adolescente contemporâneo da Geração Z se fez necessário entendermos o momento histórico em que estamos vivendo. Considera-se importante a atuação do psicólogo em perceber o momento histórico dos adolescentes afim de compreenderem o processo de subjetivação no mundo atual, o que nos remeteria a investigar questionamentos acerca da identidade.

Referências:

- ADORNO, T. W. A indústria cultural. In: COHN, G. (ORG); FERNANDES, F. (Coor.). Theodor Adorno: Sociologia. São Paulo: Ática, 1986
- BAUMAN, Z. Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.
- IRIBARY, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica?. Porto Alegre: Revista Ágora, v. VI n. 1, JAN/JUN, p. 115-138.
- FILHO, J. F.; LEMOS, J. F. Imperativos de conduta juvenil no século XXI: a "Geração Digital" na mídia impressa brasileira. São Paulo: Comunicação, mídia e consumo, vol, 5, n. 13 p. 11-25, Jul. 2008

Movimento Feminista e interconexão digital das atuações políticas

Autor: Marilene de Oliveira (UCP)

Coautor: Pollyanna Santos da Silveira (UCP)

Os questionamentos sobre as práticas sócio culturais de desigualdade e subalternização que normatizam e definem a existência feminina caracterizam as pautas dos primeiros levantes sociais liderados por mulheres. A mulher por muito tempo viveu sobre uma estrutura de limitação e invalidação de sua existência, reservada a uma posição de precária e pouca significação social e pessoal teve, e ainda tem, sua vida orientada para os cuidados do lar, criação dos filhos e satisfação do marido. Não obstante, ao longo do tempo esses entendimentos e concepções foram colocados em xeque e lentamente reelaborados por meio das diversas frente de mobilizações das mulheres, com seus diferentes alcances e impactos produz efeitos significativos nas concepções sobre seu papel social abrindo novas perspectivas de reflexão e transformações fortalecendo o que atualmente é conhecido como Movimento Feminista. Com progressivo alcance e atuação política o movimento trabalha sobre um enredo de relações de desigualdades, concepções naturalísticas, noções de poder e subordinação constituída e construtora das relações pessoais e sociais entre homens e mulheres, indo paulatinamente difundido seus discursos, ocupando espaços e conscientizando para a condição social que encerra a existência feminina buscando por transformações em nível micro e macrossocial. Expansão de pensamento feminista que se articular com o desenvolvimento do ciberespaço possibilitado pela comunicação interconectada dos dispositivos digitais, abre novos campos para socialização e

comunicação, proliferação de discursos e reconfiguração de práticas, surge como campo de ampliação e difusão de conhecimentos, mesclagens, (re) produção de saberes engendrando mudanças na forma de acesso, conhecimento e participação da e na pólis, reconfigurando o modo de fazer e ser política (o). Paralelo a isso surgem extensões do feminismo no ambiente virtual, como blogs, sites, grupos e páginas feministas com propósito de conscientização e organização possibilitando a unificação das identidades políticas, recrutamento e agregação de mais pessoas a militância. Ocupando e mediado pelas mídias utiliza-as como ferramenta para promoção de campanhas por meio das hastags (#) como: #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto, #nãomereçoserestuprada, #elenãodentre outras, com propósito de tornar visível e abordar as discriminações e as violações sofridas, afim também de dar voz e romper com o silêncio frente a problemática, possibilitando, assim a afirmação, empoderamento e união para transformação social. Ações que podem atuar na maximização da maturação pessoal e sócio política sobre as temáticas sociais da condição feminina e maior engajamento nas luta. Nessa perspectiva, o presente trabalho foi proposto em duas fases de desenvolvimento (estudo 1 e 2), sendo ambas pesquisas empíricas e qualitativas. Nestas buscou-se entender quais os impactos das informações disponíveis sobre o feminismo na mudança de crenças, percepções e comportamentos frente as pautas do movimento, buscando compreender as possíveis implicações na produção de conhecimento capaz de promover o engajamento sócio político por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Para isso, no estudo 1 foi realizado uma pesquisa documental das matérias publicadas sobre o movimento feminista ou que citam de alguma forma o feminismo pelo portal de notícias G1, no período de 30 de setembro de 2018 a 06 de outubro do mesmo ano. Para seleção do período recorreu a ferramenta Google Trends - ferramenta que aponta os principais tópicos de buscas na web em determinados períodos e localidades. Para o estudo 2 foi realizado dois grupos com dez pessoas cada para aplicação da abordagem de grupo focal, para especificações de origem dessas pessoas um grupo foi constituído por mulheres do coletivo chamado "O clã" e outras (os) dez pessoas serão convidadas (os) pela página do Facebook da Universidade Católica de Petrópolis. Para verificação dos dados recorreu ao método de Análise de Discursos de Michel Foucault, método de investigação que se preocupa na interpretação dos discursos, seja ele verbal ou não verbal, as formas como são produzidos dentro de um contexto socio histórico e seus efeitos na construção subjetiva e definição de seus lugares dos sujeitos dentro da dinâmica social. Pode-se compreender os diversos impactos decorrentes dos múltiplos modos de apropriação e uso dos dispositivos tecnológicos, percebendo com isso a ampliação do acesso e potencialidade de difusão das informações produzidas seja através das mídias digitais, redes sociais online, blogs, sites e coletivos com organização dentro e fora dos ambientes virtuais, utilizando-se e fazendo do espaço social e virtual dimensões interdependentes e que oportuniza diferentes alcances, acessos e agregação abrindo margem para o entendimento sobre o movimento feminista e suas motivações. Ao mesmo tempo, observa-se, mesmo diante da considerável quantidade de informação o raso conhecimento e consumo de informações distorcidas sobre o movimento implicando muitas no afastamento e repulsa a causa. Assim, as perspectivas em relação as tecnologias de comunicação agem como signos de possibilidades, não apresentando uma função fechada podendo corresponder de igual modo a outros ideais regressivos e de reafirmação de ideologias opressivas, deslegitimação das lutas e manutenção do status quo. Aspectos que apontam os modos de apropriação e as possibilidades discursivas, produção de conhecimento e verdades por meio dos dispositivos tecnológicos atentando-se para os efeitos na produção subjetiva e maior engajamento político dos sujeitos contemporâneos.

Novas famílias brasileiras e construção de subjetividades: um estudo com alunos de Psicologia

Autor: Fael Caetano (UNESA) e Helen Alice Bezerra Moraes

Coautor: Fael Caetano (UNESA)

Família é entendida como um microsistema social que está inserido em diversos contextos. Muitos a consideram como uma das responsáveis dos sucessos e insucessos e também agente motivador de saúde ou de distúrbios psíquicos de seus membros, assim como núcleo formador da subjetividade. As pessoas que constituem esse microsistema compartilham sentimentos, valores, aprendizados em organizações que possuem um funcionamento próprio e singular e há uma grande diversidade de modelos que têm se alterado ao longo do tempo. Um breve olhar para a história da família brasileira nos permite constatar as mudanças progressivas e as razões são múltiplas. Hoje temos famílias constituídas por mães solteiras ou divorciadas, uniões homoafetivas, casais sem filhos, casais



que adotam, família extensa, entre outras. Essas interações nos mostram como a família se organiza e também que o profissional de psicologia precisa estar atento as atualizações e transformações da mesma, tendo em vista que a prática da Psicologia é norteada por princípios humanísticos, reflexivos e socioculturais e um de seus grandes interesses é a constituição da subjetividade. Assim o Psicólogo deve perceber essas diferenças e como elas afetam/influenciam a constituição da subjetividade de seus membros. Nesse sentido é preciso investigar como essas diversas configurações têm sido consideradas por futuros profissionais da Psicologia. O objetivo da pesquisa é verificar como a formação em Psicologia influencia (de que forma influencia) a percepção dos alunos sobre as diferentes conjunturas de famílias na atualidade. Propõe-se aqui o reconhecimento da família como produtora de subjetividade e a investigação de como este tema tem sido tratado no curso de graduação em psicologia (Campus Nova Iguaçu), afetando a percepção de seus alunos. Estão sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com 60 alunos de Psicologia, dos 1º, 6º e 10º períodos da Universidade Estácio de Sá do referido campus. Serão também realizados grupos focais com alunos destes mesmos períodos, nos turnos manhã e noite. Os dados das entrevistas estão sendo submetidos à análise do discurso. Até o momento, foram feitas três entrevistas com os alunos do 6º período e cinco entrevistas com os alunos do 10º período. Apesar do número reduzido de entrevistas já realizadas, já é possível uma análise das respostas com indicações e correlações interessantes entre as respostas dos diferentes períodos. As primeiras perguntas da entrevista são embasadas nas informações pessoais de cada sujeito, sendo elas idade, identidade de gênero, estado civil e religião. Os alunos do 6º período possuem idades entre 18 anos a 20 anos de idade, enquanto os alunos do 10º período possuem de 26 anos a 42 anos de idade. No que diz respeito a identidade de gênero, seis dos voluntários se identificaram com o gênero feminino, um voluntário respondeu se identificar com o gênero masculino e um disse não saber sobre seu gênero. Todos os alunos 6º período estavam solteiros de acordo com seu estado civil. Já sobre os alunos do 10º período, dois voluntários declararam ser casados no civil e no religioso, outros dois apenas no civil e um em uma união estável. Sobre a questão religião, três voluntários se declararam ser cristãos evangélicos (todos do 10º período), um voluntário era autodeclarado como judeu (também do 10º período) e o restante disse não possuir nenhuma religião (os três alunos do 6º período é apenas um do 10º período). Analisando de forma qualitativa as respostas entre os períodos, foi possível perceber semelhanças e profundas diferenças. Em relação às semelhanças a maioria dos participantes afirmou que a família seria a base de tudo, em especial do ponto de vista afetivo e social e em segundo, do ponto de vista moral, ambos usam o termo "família estruturada" para definir o que seria o formato ideal de família, porém não atrelaram este conceito a uma formação específica de família, e deixam claro que não são os laços consanguíneos que determinam este vínculo familiar. No que tange às diferenças, a faixa etária parece ter delineado respostas com um teor diferente pois enquanto a maioria dos entrevistados frisa a importância do círculo familiar mais íntimo dentro da família nuclear, os participantes do 6º período destacaram a importância dos círculos extra domésticos, como amigos e instituições, além de ressaltar que a sua maneira de pensar está atravessada por esses ciclos e vivências. Do ponto de vista da influência da família sobre a formação de subjetividade, os voluntários do 6º período se mostraram apesar de terem menos idade, mais críticos ao formato de criação que receberam dos pais, enquanto os do 10º tiveram em sua maioria respostas que mostram uma forte influência do núcleo familiar sobre suas convicções atuais. Cabe ressaltar que o pensamento religioso parece nortear o rumo moral em algumas das respostas. Este resumo se adequa ao grupo de trabalho "A dimensão subjetiva da desigualdade e da dominação: avançando no compromisso social da psicologia", correspondente ao Eixo 1 " Psicologia social, políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais". Considerando o foco do GT em discutir as diversas expressões de desigualdade na sociedade brasileira, essa pesquisa objetiva analisar como essas desigualdades tem sido percebida pelos futuros profissionais de psicologia. Assim como o GT aponta que a psicologia social contribui para a compreensão dos fenômenos sociais, e que estes são constituídos por subjetividades, entende-se que é de grande importância encontrar, nos futuros psicólogos brasileiros, a consistência e o domínio sobre o conceito de subjetividade no exercício da profissão. Acredita-se que dar voz a estes alunos e reunir seus discursos de maneira interpretativa em relação as diferentes percepções sobre as inúmeras configurações familiares pode nortear os estudos nas áreas que propõem investigar as novas instituições familiares. Assim, a atualização de um assunto que tem sido motivo de grandes discussões intelectuais sobre questões biopsicossociais é de grande importância para a sociedade acadêmica e profissional, visto que os alunos do curso de Psicologia necessitam não só de compreender sobre a diversidade familiar humana, mas também contribuir para o bem-estar de todos os seus constituintes de maneira igualitária e sem prejulgamentos. Tendo em vista de que as novas instituições familiares e suas construções subjetivas se dão de maneira cronológica e ligadas de forma intrínseca com as transformações



biológicas, sociais e históricas, o estudo tem como objetivo principal alertar sobre a importância desses diferentes contextos presentes em nossa sociedade, incentivando discussões dentro das universidades a respeito do tema e promovendo o conhecimento e tolerância que são esperados dos futuros profissionais de Psicologia. A possível falta de conhecimento da temática por parte dos alunos de Psicologia pode acarretar em grandes divergências com a prática do mesmo, levando-os a negligenciar as principais recomendações do Conselho Federal de Psicologia. Associamos a nossa pesquisa a esse GT e seu eixo temático com o objetivo de contribuir para a visão de um panorama da formação dos psicólogos diante das representações sociais que norteiam esta temática, a fim por em discussão as construções de subjetividade, as convicções expressas pelos participantes, e questionar se nossos processos de formação em psicologia estão sendo eficazes em promover a prática de uma psicologia crítica e comprometida em compreender as dinâmicas sociais dos contextos familiares, contribuindo com a desconstituição de padrões sociais rígidos que promovem padrões sociais promotores de desigualdades estruturais e discriminação diante do estranhamento natural diante do contato com as diferenças.

O gênero masculino e a problemática adictiva: uma escuta em grupo terapêutico

Autor: Jullya Silva Monteiro (ISECENSA)

Coautor: Gabriela (ISECENSA) e ERICA RIBEIRO-ANDRADE (ISECENSA/CAMPOS-RJ)

INTRODUÇÃO: Reflexões sobre o tema da problemática adictiva têm sido constantes, porém as questões subjetivas específicas aos conflitos emocionais nos discursos, ao gênero do sujeito envolvido nessa questão, e aos atravessamentos do Outro sobre a expressividade de sentimentos ainda é restrita em termos de pesquisas e averiguações. É possível dizer que o sujeito é constituído por imposições socioculturais de maior destaque para o gênero masculino, no qual ocorre uma expectativa desde sua infância para o mesmo se apropriar de atitudes machistas que inibem seus sentimentos e sufocam sua subjetivação, o levando a situações mais propícias de se tornarem adictivos e dependentes de algum objeto para direcionar sua pulsão. Este estudo surgiu do interesse em avaliar os tipos de conflitos emocionais que são mais recorrentes nos discursos dos sujeitos drogadictos. Foi sugerido durante o curso de Psicologia, na disciplina Psicologia e drogadição, do 5º período de Psicologia dos Institutos Superiores de Ensino do CENSA. **OBJETIVO:** Refletir sobre a questão da drogadição a partir de uma realidade específica, a saber: a reunião de um grupo terapêutico. **RELAÇÃO COM O EIXO TEMÁTICO: EIXO NÚMERO DOIS: PSICOLOGIA SOCIAL, GÊNERO E SEXUALIDADES.** Apesar de inicialmente não consistir em um objetivo específico do trabalho, os resultados apontaram para uma questão de gênero atravessando os sujeitos em questão tanto na fala quanto na própria constituição do grupo. **RELAÇÃO COM O GT 14:** Esta pesquisa tem a questão da drogadição como tônica em sua relação com a questão da masculinidade como um analisador presente no discurso. Um enfrentamento desta questão de grande impacto social será ineficiente se não for considerada em seus recortes mais específicos. Estudos tem relevado peculiaridades do adoecimento pela dependência química no gênero feminino, diferenciando as experiências entre os sexos. Neste sentido Outros dois gts possíveis são o gt 25 e o gt 49. **METODOLOGIA:** A proposta inicial se deu por uma pesquisa de campo embasada na observação participante de reunião aberta de grupos Terapêuticos para sujeitos drogadictos e/ou familiares. Esta proposta contou com roteiro do relatório do que foi feito a partir da escuta da reunião **ORIENTAÇÃO TEÓRICA:** O embasamento teórico deu-se por artigos científicos, em sua maioria de referência conceitual psicanalítica e suas contribuições para a problemática e também outros, envolvendo a construção da masculinidade e sua relação com a adicção. **RESULTADOS:** A adicção é capaz de aprisionar o sujeito dominando e destruindo sua condição de sujeito do desejo, para uma compreensão do fenômeno da adicção faz-se essencial passar pelo conhecimento antropológico e de seu efeito sociocultural. O homem, desde muito cedo, é estimulado pela sociedade a demonstrar potência, virilidade e a se auto afirmar. Frequentando ambientes sociais que propiciam aproximação entre os sexos é bem aceito que ele abuse um pouco do álcool, partindo a seguir em busca de sua parceira sexual. Dizem que nem todos os homens são providos de traços e atitudes que geralmente qualificam masculinidade. Porém, a masculinidade, pode oferecer uma sequência de vantagens que leva aos homens a ter interesse em cumprir esse papel, assim como as mulheres a adotar algumas posturas e comportamentos atribuídos a eles. **ANÁLISE DE DADOS.** Oito indivíduos compartilharam ao longo da reunião, todos do gênero masculino. A relação com os amigos, homens, apareceu como mobilizador inicial para o uso de álcool e depois outras drogas, numa tentativa de reafirmação da masculinidade. A quantidade de droga ingerida figurou em um dos discursos como um elemento de vantagem

diante do grupo social de pertencimento. Um dos sujeitos afirma as emoções são vivencia-das de forma diferente por um adicto sendo uma fonte de muita angústia. De igual forma outro indivíduo afirmou que os “não adictos” não conseguem entender tais emoções por não viverem essa realidade. Percebeu-se que, no caso dos que foram ouvidos no campo de pesquisa, os homens mostraram-se distantes dos suas funções sociais como pais, esposos e filhos. **CONCLUSÕES:** É possível perceber que durante a ilusão do momento do uso compulsivo da droga ocorre uma sensação de força e poder, porém ao final do efeito se sentem impotentes e escravos desta. A constituição do sujeito é atravessada pelo contexto social. A masculinidade é constituída por imposições de padrões de comportamentos que permeiam a sua história, desde a sua infância, refletindo em suas atitudes na vida adulta. Fica em evidência que o machismo não só prejudica as mulheres, como também os próprios homens. O percurso na problemática adictiva tem seu início com o vício do álcool, onde o mesmo é apresentado de forma natural, livre de julgamentos sociais para o gênero masculino, dando início a vícios gradativamente prejudiciais tendo mais propensão a se tornar um dependente químico. Tendo em vista os aspectos observados, pode-se concluir que há uma resistência do homem para lidar com seus conflitos emocionais e sentimentais e assim acabam buscando na droga ou no álcool uma maneira de desviar a atenção dos seus problemas internos.

O processo de escolha de vinculação a trajetórias culturais em criadores de instituições culturais em uma cidade do interior de Minas Gerais

Autor: Sanyo (UFGD)

Introdução: A estruturação de instituições culturais em cidades pequenas, além de representarem a cultura dessas cidades, muitas vezes é decorrente do trabalho sistemático de pessoas específicas, que assumem para si a responsabilidade de criá-las e sustenta-las. Ainda que tais ações se deem em conjunto com outros membros da comunidade, a dedicação sistemática dessas pessoas possui um papel de extrema importância, principalmente nos períodos iniciais dessas instituições, no qual essas ainda não se estruturaram formalmente nem no que diz respeito à autonomia de sua sustentabilidade e legitimidade sociais. No entanto, o que leva tais pessoas a se mobilizarem e se dedicarem à criação e manutenção dessas instituições, e principalmente, a estas instituições especificamente, e não a outras? A partir da pesquisa “Consciência do Legado em trajetórias de vida dedicadas à produção e promoção cultural local”, buscamos a resposta a essa questão a partir da noção de “escolha de legado”, compreendido dentro da Teoria da Dádiva de Mauss, no momento do “receber” a dádiva.

Objetivo: Analisar a estruturação do processo de escolha de vinculação a um legado, a partir das trajetórias de dedicação à criação e manutenção de instituições culturais, em membros de uma cidade do interior de Minas Gerais.

Relação Clara com o GT e o eixo temático escolhido: O presente trabalho se localiza no eixo 4, por abordar aspectos relacionados às vivências psíquicas ligadas à cultura e a arte, se articulando principalmente com os GT 25 e GT04, em função da articulação que estes realizam entre cultura, arte e subjetividade.

Orientação Teórica: A noção de Consciência do Legado (Carvalho, Pires e Malvezzi, 2018), se estrutura a partir da percepção da contribuição pessoal de um sujeito ou grupo a uma tradição cultural. Essa contribuição vai se estruturar a partir de um conhecimento pessoal, de cunho experiencial, que vai servir de base para a atribuição de sentido às práticas e instituições culturais das quais o sujeito participa e contribui para criar e manter, ultrapassando, no entanto, o sentido explícito das instituições, e se estruturando como um contraponto à construção de um sentido histórico das instituições, que estão articulados com as práticas de atribuição de sentido dadas pelos arquivos (Roudinesco, 2006).

O legado vai passar por duas formas, a princípio, contrapostas de produção de sentido, mas que se articulam na compreensão de um conhecimento que ultrapasse o sujeito. Ela se estrutura então, primeiro como um conhecimento tácito (Polanyi, 1966), pessoal, e por definição, de difícil comunicação, produzido a partir das sínteses pessoais desenvolvidas pelas histórias de vida. Esse desenvolvimento, no entanto, sempre se dá em relação ao algo, o que possibilita que essa síntese pessoal, e o conhecimento a ela associado, tenha alguma possibilidade de expressão, ainda que limitada na sua formulação enquanto dimensão cognitiva (Polanyi, 1969).

A expressão e compartilhamento dessa reflexão pessoal se estruturam, no entanto, além de uma dimensão cognitiva, a partir do que Mauss (2003), vai chamar de Dádiva. A noção de uma economia da dádiva se baseia em uma cadeia de trocas baseadas na tríade, Dar-Receber-Retribuir, ou seja, uma pessoa estabelece uma relação de



troca, que diferente das relações hegemônicas do capitalismo não buscam a extinção da relação no cumprimento obrigação, mas a manutenção da obrigação. Ao receber algo que alguém me dá, eu me obrigo a retribuir, e, ao receber, minha retribuição, a pessoa, reinstaura o ciclo, gerando a manutenção da relação entre os envolvidos. Nesse sentido, a abertura, que se estabelece para a troca de experiências pessoais se dá, porque, mais do que troca de bens ou informações, o que é fundamentalmente compartilhado na cadeia de dádiva são compromissos.

A noção de legado vai então se estruturar como uma transmissão de conhecimentos tácitos, ou seja, experienciais, formalizados como compromissos, a partir da inserção desses conhecimentos em cadeias de dádiva, de dedicação a manutenção e criação cultural de elementos que foram recebidos de alguém que já os havia produzido antes, e que são repassados para quem irá sustentá-los depois, não se configurando nem como conhecimentos nem como instituições, mas como contribuições em algo que os ultrapassa (Carvalho e Pires, 2019).

No entanto, como nos mostra Derrida e Roudinesco (2004), de uma forma ou de outra, sempre vai haver uma escolha em relação a qual narrativa de sentido vai-se filiar, ou, em relação à qual projeto, e sujeitos sociais, nos colocamos em dívida, ao aceitar receber uma dádiva que nos é oferecida. O que nos leva então, dentre as várias dádivas (cuja variedade pode se diferenciar de sujeito a sujeito) que nos são oferecidas, ao longo da vida, a escolher uma, e a nos filiar a ela?

A resposta a tal questão vai nos remeter a noção psicanalítica de desejo, e à função que este possui de articular a dinâmica e a economia psíquica do sujeito com legado. O desejo, que surge como tentativa de reinvestimento de uma primeira satisfação cujo representante se perdeu, nos organiza não só em relação às nossas necessidades e à busca de uma harmonia interna, mas também na nossa relação com o outro. O legado vai se estruturar então entre um desejo de aprender e um desejo de transmitir o que se aprendeu (Carvalho, Pires e Malvezzi, 2018). Cabe então identificar onde, na trajetória dos sujeitos, tal desejo encontra no legado uma maneira de expressão e de satisfação.

Método: O estudo se realizou com três sujeitos que são referência na criação e estruturação de instituições culturais em um município do interior de Minas Gerais, a partir da história de vida (Spindola e Santos, 2003). Buscou-se por meio de entrevistas e análises de documentos, o momento em que se estruturam a adesão a tradições culturais que os levaram a criar e manter as instituições às quais são vinculados.

Resultados: Percebeu-se nos entrevistados que a adesão a ações culturais específicas deu-se em função das experiências destes com as mesmas durante o período do final da adolescência, e se articulou com suas trajetórias profissionais, embora nenhum deles tenha formação universitária na área, vivam de ganhos com as atividades culturais, ou tenham nelas os principais trabalhos de sua trajetória laboral. A adesão às ações culturais ocorreu por afinidade, e pela atribuição de importância às mesmas na estruturação de suas vidas, principalmente como fruição ou como elemento intermediador de vinculação social. É importante ressaltar que as experiências iniciais, e o processo de formação ocorreram fora da cidade onde atuam. Pudemos perceber também a atribuição de grande importância a figuras percebidas como agentes culturais ligadas à sua infância, e que não tiveram relação direta com o processo de formação ou contato com os a área cultural no qual atuam.

Conclusões: O processo de escolha do legado mostra-se então articulado com um duplo recebimento, primeiro, de uma atribuição de valor e respeito a pessoas em função de sua vinculação com a cultura, e em segundo lugar, a uma formação (leiga e relativamente informal) em uma área cultural específica, que agenciava processos de fruição estética e de socialização. Com isso pudemos perceber que o receber se mostra não só como um receber isolado, ligado à formação técnica, mas também como decorrente da percepção da cadeia de dádiva que já se completava nas figuras reconhecidas como possuidores e disseminadores de cultura de sua cidade.

Referências

Carvalho, R.A.A., Pires, S.D. Perfil das Lideranças em Gestão Cultural: um recorte no "Eixo da Produção" Brasileiro. Revista Observatório Itaú Cultural, n. 26, p.60-85, 2019.

Carvalho, R.A.A.; Pires, S.D., Malvezzi, S. O Paradigma do Dom e a Arte de Legar. Revista de Administração IMED, v. 8, n. 2, p. 236-259, 2018.

Freud, S. (1919/1996). O "Estranho". In S. Freud. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, volume XVII, Rio de Janeiro: Imago.

Mauss, M. (2003). Ensaio sobre a Dádiva. In Mauss, M. Antropologia e Sociologia. São Paulo: Editora Cossacnaif.

Polanyi, M. (1966). The tacit dimension. Londres: Routledge & Kegan Paul.



Polanyi, M. (1969). *Personal knowledge: towards a post-critical philosophy*. London Routledge & Kegan Paul.
Spindola, T.; Santos, R.S. *Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?)*. Revista Escola de Enfermagem USP; v. 37, n. 2, 119-26, 2003.

O Sintoma entre a Psicologia e a Literatura: uma leitura de “O Estrangeiro”

Autor: Camila (UEL)

Na perspectiva da Psicologia Social, o presente trabalho se propõe a uma reflexão ensaística sobre um possível caminho de se abordar o conceito de sintoma e a obra “O Estrangeiro” de Albert Camus (2004). Nesse sentido, a escolha do Grupo de Trabalho 04 “A ficção e a poética como território de experimentação clínico-política ético-estética: corpo, imagem e escrita” se deu frente ao desafio encontrado na tensão entre o corpo dos pesquisadores, o corpo da pesquisa, o corpo da narrativa que perpassa ao de Mersault (narrador-personagem da obra referida) e dos pesquisadores-narradores que se encontram em intensidades e afetos frente as alteridades.

Atentos agora ao corpo em sua acepção somática, durante a época clássica houve sua descoberta como objeto e alvo de poder, o que possibilitou uma atenção dedicada ao corpo que se manipula, modela, treina e obedece. De acordo com Foucault (1987), esse anseio do “Homem-máquina” foi construído por La Mettrie e os médicos e filósofos que continuaram a afirmar em seu registro anátomo-metafísico, e constituído por um conjunto de regulamentos técnico-políticos para controlar e corrigir as operações do corpo, tornando-o útil e inteligível.

Boaventura (1987), ao dizer sobre a Ciência Moderna, coloca que esta desconfia sistematicamente das evidências da experiência imediata. O modo que tornou seu modelo de racionalidade hegemonicamente construído passou por viseiras comuns perante a distinção sujeito/objeto. Os princípios do modelo moderno de racionalidade estão pautados na ideia de valorização da razão e na necessidade de experimentação a fim de comprovação e explicações da natureza. Descartes (1983), no século XVII, já submetia as ideias matemáticas afim de explicar as coisas, diferentemente do método dedutivo aristotélico. Para Boaventura (1987), o conhecimento científico moderno é fundamentado no conhecimento causal que aspira formulação de leis a luz das regularidades observadas, com a finalidade de prever o comportamento futuro dos fenômenos (Boaventura, 1987).

No advento da hegemonia da racionalidade moderna, há um desenvolvimento da ciência em geral e da medicina científica em particular, na qual ocorre um grande impulso na sistematização e tratamento de doenças. Quando a medicina moderna passa por uma transformação fundamental da organização de seu conhecimento e sua prática, apresentados agora, sobre um presumido empirismo, Foucault (1977) concebe “O Nascimento da Clínica”. Com a mudança no nível dos objetos, conceitos e métodos que, sob uma variação semântica e sintática que pressupunha uma discursividade racional conveniente e pertinente ao modelo científico, há alteração também de uma determinada configuração linguística que compõe o discurso médico.

A doença e o corpo doente não foram engendrados em benefício de um conhecimento neutralizado, mas sim fundados em um olhar positivo. No espaço da Clínica, onde se entrecruzam corpos e olhares, o saber do sofrimento – alocado na subjetividade dos sintomas – é inserido em um discurso redutor e objetivante. O que cria a possibilidade de uma experiência clínica é justamente a aplicação de um olhar sobre a doença que lhe confere objetividade, pois há sempre no corpo doente um a priori concreto possível de ser desvelado. Nas palavras de Foucault: “A experiência clínica – do indivíduo concreto à linguagem da racionalidade – foi tomada como um confronto simples, sem conceito, de um olhar sobre o corpo” (Foucault, 1977, p. 13).

Dito isso, Foucault (1987) diz sobre uma “alma” moderna que tem uma realidade em sua produção permanente do corpo, produção que ocorre pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os punidos. À serviço, e como meio dessa produção, nasce a psicologia visando corrigir os loucos, os criminosos, os colonizados, etc., e todos os que “são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência” (Foucault, 1987, p.27). Nesse contexto, a palavra sintoma passou a ser usada ampla e livremente, dotada de sentido, mas competindo ao médico sua significação, sua decifração. Portanto, o sintoma passa ser compreendido como sendo ou não sinal de uma doença (Pimenta & Ferreira, 2003). Com a psicanálise e sua contribuição na ideia de inconsciente, o sintoma também é dotado de sentido, o tomando em uma outra dimensão médica. O sintoma não se refere a algo detectável no organismo que permite elaborar o diagnóstico de uma doença orgânica, mas algo que deve ser acolhido e decifrado de acordo com Quinet (2000).

Atentos a esse cenário, delinear-se como objetivo do presente estudo teórico uma leitura produzida no en-

contro dos pesquisadores, personagens, narradores, autores visitantes, ferramentas-conceituais, em produção com e nesta comunicação perante as exigências políticas e morais do agora sobre o conceito de sintoma, sendo este a principal ferramenta de estudo deste trabalho, o qual busca na obra "O Estrangeiro" de Albert Camus uma possível linha para o pensamento. Tal relação pode ser considerada um desafio, devido o tema de pesquisa estar na interface entre psicologia e literatura, e por um olhar sobre a narrativa de si. Essa narrativa de si passa pela literatura que coloca em xeque uma concepção médica patologizante do sintoma.

A noções parciais aludidas nesta comunicação se articulam com a pesquisa que por fim, culminará em uma dissertação. Mais próximos da vertente marginal das ciências sociais, que de alguma forma implode a dicotomia natural/social, ficcionaliza-se de modo a reivindicar um estatuto epistêmico e metodológico próprio, o qual não apresenta pouco rigor científico, mas sim um rigor outro. Rigor este perante uma postura ética para com a existência e a transformação, buscando uma não caracterização do objeto e uma negação de um modelo global de racionalidade científica. Então, é o artifício ficcional que permite a tessitura de uma trama heterogênea e complexa da realidade (Costa, 2014).

A produção de conhecimento ultrapassa de tal modo o âmbito estritamente denominado científico, que se alia então a literatura como alternativa crítica de imposições de discursos dominantes, técnicos e burocráticos. Nesse sentido, Albert Camus (2004) nos ajuda a compreender os absurdos da causalidade protagonizadas pelo Sol, ideia que observamos permeada por toda construção da sintomatologia. Neste estilo de produção de conhecimento, a pesquisa é entendida como coisa em si, uma vez que seu método também surge como potencialidade de aprendizado encarnado em meio à criação de quem escreve. Em um ato tal é a intensidade de sentir, que com e na escrita "há a realidade dos sentidos afirmados" (Costa, 2014, p. 553).

Os corpos da ficção: a pesquisa-intervenção entre personagens e narrativas

Autor: Angela Francisca Almeida De Ol (UFRGS)

Coautor: Vanessa Maurenre (UFRGS)

O presente trabalho emerge das ações desenvolvidas junto ao projeto de pesquisa "Oficinando em Rede: figurações corporificadas", desenvolvido no âmbito do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre. A partir do conceito de figurações de Donna Haraway e da perspectiva enativa de Francisco Varela foi desenvolvida uma narrativa ficcional transmídia como dispositivo para uma oficina, realizada através de um grupo de whatsapp, na qual pesquisadores não-atores interpretavam personagens de um futuro distópico. O recorte apresentado nesta comunicação consiste em propor uma reflexão sobre a experiência dos pesquisadores diante do desafio de dar voz às personagens desta narrativa e o modo de composição que se instaura no momento da interpretação. A oficina coloca-se na tentativa de produzir experiências de breakdown, deslocando os pressupostos assumidos pelos participantes sobre marcadores sociais e seus impactos; possibilitando formas mais horizontais de pensar e agir no mundo. A ficção, nesta experiência, está sendo considerada na perspectiva aristotélica de uma potência para fazer emergir novos modelos para o real. Embora trabalhe dando visibilidade a estratégias econômicas e políticas vivenciadas na atualidade, no deslocamento narrativo de sua temporalidade, propõe um distanciamento crítico fundamental para a emergência de estratégias mais inventivas de ação no mundo. A oficina possui três momentos: apresentação da narrativa; interação entre personagens e participantes; o encontro para compartilhamento das impressões. A ficção construída pelo grupo propõe um futuro distópico no qual o consumo de alimentos produzidos pela Indústria do Gênero, contendo pequenas doses de hormônios e psicotrópicos, é objeto de reflexão a partir do relato de consumidores de seus produtos infantis. As personagens inseridas na narrativa operam como interlocutores dos participantes e, a partir de seus relatos, são dispostos enunciados disparadores para a análise. Por meio da improvisação no ambiente virtual, são exercitadas, pelos pesquisadores, modulações das personagens, propostas como figurações de marcadores sociais centrais nas disputas políticas do contexto brasileiro. Na oficina, os pesquisadores interpretam jovens adultos que possuíram diferentes experiências com os produtos na infância. Em uma atuação improvisada, na qual as frases dispostas no grupo de whatsapp afirmam um lugar de fala dentro da circunstância ficcional colocada em jogo, os pesquisadores desafiam-se a verbalizar a voz de um outro que, embora tenha um delineamento prévio, no momento da oficina, é convocado a expor uma vivência ainda não prevista. A partir das perguntas e interações com os participantes da oficina, os pesquisadores constroem memórias e inventam uma alteridade discursiva que, para além de dar forma

à ficção, dialoga com suas próprias memórias e concepções sobre os aspectos propostos para cada um dos sujeitos ficcionais da ação em seus vínculos com o real. Diferentemente do que ocorre em uma interpretação teatral, que tem a experimentação com a personagem moldada por um texto prévio ou pelos recortes definidos na direção de atores, os pesquisadores inventam a cada oficina uma subjetividade não-fixa. Há a disposição para existir em um território fronteiriço - de constituição e ação partilhadas entre real e ficcional, entre concretude física e materialidade virtual - e passa-se a evidenciar os atravessamentos que compõem as subjetividades na composição que elas elaboram com as outras. Ao acessar a personagem, os pesquisadores experimentam uma co-habitação entre personagens ficcionais e personas reais que produz enunciados e inventa uma nova potência de vida. Há um contato corpóreo com o outro ficcional que acreditamos produzir uma experiência distinta e potente de reflexão imersiva ao fazer-se também parte da fantasia, ao encontrar-se como ser semi-narrativo ou semi-real. Produz-se uma espécie de experiência ciborgue que, nos deslocamentos que intenta produzir, produz também a si mesma. Ao inventar a personagem na atuação de seu discurso, o pesquisador se vê imediatamente confrontado ao nó e as ramificações da narrativa, mas também ao que se inscreve em seu próprio corpo. A cada frase experimenta-se a observação atenta sobre o contexto distópico, mas também sobre o mundo real e a própria subjetividade do pesquisador naquilo que torna viável a produção desse outro em metamorfose e invenção contínua. Na execução das oficinas, diferentes pesquisadores atuam como diferentes personagens, havendo sempre uma nova faceta da ficção a se desdobrar. Ao analisar os registros de cada encontro, verifica-se uma variação das personagens visibilizada não somente pela interpretação pesquisador-personagem, mas também nas interações que começam a surgir personagem-personagem. Os corpos da ficção ganham substância e os pesquisadores, ao retomarem o olhar sobre sua temporalidade e localização já não possuem os mesmo olhos. As oficinas com narrativas e as experiências delas advindas nos permitem lidar com o compartilhamento da experiência entre sujeitos e as reverberações desse movimento de abertura. Ao realizarmos pesquisa-intervenção com narrativas ficcionais, experimentamos uma ampliação do real cotidiano, na qual o corpo da fantasia se mescla à nossa experiência concreta de corpo afetado pelo mundo. Estamos nos colocando em jogo e dispendo nossos corpos a aprenderem a ser afetados e a ressoar a partir das articulações, das proposições encontradas, como nos diria Bruno Latour. Acreditamos na potência de um oficiar com a ficção, vislumbrando através de seus processos a construção de outros corpos, mais permeáveis e inventivos.

Pistas de um blackface para o consumo? Atravessamentos do capital nos processos de subjetivação de afrodescendentes no Brasil contemporâneo

Autor: Felipe Mathias Castello Branco (UFRJ-EICOS)

Coautor: não tem (Fred Tavares) e Catalina Revollo Pardo (EICOS - UFRJ)

A proposta para comunicação oral de pesquisa em andamento, que segue, vem na forma de ensaio teórico, que enfoca práticas mercadológicas num contexto de comercialização de formas simbólicas da cultura afro-brasileira. Neste, alguns exemplos de produtos e serviços oferecidos no mercado com características alegadas como pertencentes à cultura negra são comparados sob dois aspectos: aqueles que se aproximam e comprometem com tradições culturais afrocentradas e aqueles que sugerem uma captura simbólica da cultura negra para fins comerciais. Entendemos que o problema sobre o qual nos debruçamos esteja ancorado nos atravessamentos do capital à formas de ser e, em específico, aos processos de subjetivação dos afrodescendentes brasileiros dos dias atuais, que têm sua cultura, símbolos ancestrais e características étnicas na mira de investimentos mercadológicos que visam à captura [de tais símbolos; de sua cultura – muitas vezes nomeada 'sua negritude'] para que se tornem mercantilizáveis e transformados em produtos para consumo em massa.

O objetivo da pesquisa foi buscar em meios de comunicação – material disponibilizado na internet; em campanhas publicitárias; em mídias sociais – que ilustrassem os usos que elementos e símbolos da cultura afrodescendente brasileira ganham nos meios sociais de ampla visibilidade. Acreditamos que buscar por formas de usos e reproduções de símbolos da cultura negra no Brasil dos dias atuais poderia nos apontar para pistas acerca de como os afrodescendentes brasileiros são descritos e enquadrados – tanto por empresas que produzem e comercializam com vistas à larga escala, quanto por produtores [de bens e serviços] que se identificam como perpetuadores de tradições mais genuínas; menos atravessadas pela lógica do capital global.

Campanhas publicitárias que nasceram a partir do mote 'Se não me reconheço, não compro', comumente replicado em redes sociais, na atualidade, reforçaram a vontade entre consumidores afrodescendentes de verem



símbolos que remetam à cultura negra; evidenciados naquilo que se dispõem a comprar. E é justamente neste ponto, valendo-se de um movimento mercadológico de captura de desejos, que o capital parece se apropriar de símbolos, falas e sinais específicos da negritude, para (moldando tais apropriações a formas comercializáveis), produtivar aquilo que antes não era produto: a própria cultura negra – e, por consequência, os processos de subjetivação dos sujeitos afrodescendentes.

Tomando a Psicossociologia como campo de discussão, trazemos buscamos hoje apresentar alguns exemplos que evidenciam diferenças entre produções materiais (produtos e serviços) quando feitas, por um lado, a partir de uma inserção direta na cultura negra brasileira (entendendo esta inserção como comprometida com suas tradições e valores) e, por outro lado, quando sugere uma captura comercial das formas simbólicas do que é a negritude afrodescendente (com intuito meramente comercial; descolado de implicações mais profundas com as tradições negras). Exploramos essas diferenças a partir de exemplos tomados do mercado, onde produtos e serviços são oferecidos como representativos de uma negritude genuína e um apelo a subjetividades afrocentradas. Questionamo-nos, criticamente, se o capital contribui para a produção de uma negritude pós-moderna, que é um tipo de negritude prêt-à-porter; cingido e moldado pelas forças de mercado. Uma negritude aparece na publicidade, na mídia e na vida pública, moldada a partir de kits de subjetividade (TAVARES, IRVING & VARGAS, 2013) que indicam formas de ser, para o negro que, vendo modelos exibidos nos produtos expostos nas prateleiras, deve se reconhecer naquilo que é oferecido no mercado.

Acreditamos que o trabalho pode contribuir com as discussões tratadas no eixo temático que faz conversar a Psicologia Social e as discussões acerca de igualdade racial e étnica no Brasil. Compreendemos que os atravessamentos perpetrados pelo capital à cultura afrodescendente, com objetivo de comercializar o que não deveria ser comercializável (a própria negritude), é questão que deve ser discutida criticamente: ações mercadológicas que impactam os processos de subjetivação dos sujeitos afrodescendentes, ambicionando construir um modelo pronto de negritude que seja 'adequada' à comercialização surge-nos como insidiosa insistência manter práticas de subalternização da negritude, por meio da captura de seus símbolos; modelagem de sua cultura; conformação das subjetividades em kits prontos para o mercado.

Um eixo teórico conduziu a nossa problematização, partindo de alguns autores seminais na localização das ideias de cultura negra e negritude: como estas foram construídas na modernidade por meio dos discursos colonizadores, até o momento atual. Levantamos também construções teóricas que observaram formas de apropriação cultural das tradições negras e sua conformação em padrões palatáveis ao mercado global – modos de domesticar o que [a colonialidade chamou] de 'selvagem' na cultura negra, para que esta pudesse ser comercializada mundialmente.

Situamos o nosso estudo no momento atual, e para este, adotamos as visões de mundo pós-moderno e neoliberal (FERGUSON, 2016; BAUMAN, 2008b); palco da fusão potencial entre o capitalismo global e o animismo (MBEMBE, 2018). É neste mundo que localizamos o ser humano com suas tradições, relações e valores 'liquefeitos'; tornados fluidos; relativizados ao bel-prazer do mercado; ser humano que é guetificando; excluído da vida social, se não estiver pronto a consumir – e ser ele mesmo consumido como produto; objetivamente transformado em mercadoria (BAUMAN, 2008a, 2008b, 2007, 1998).

A partir do eixo teórico que traz para a discussão Hall (2018), Santos (2008), Fanon (2008), Bauman (2008a, 2008b, 2007, 1998), Sodré (1999) e outros teóricos de grande contribuição, nosso ensaio enseja olhar criticamente para as formas com as quais o negro e a negritude são representados na sociedade brasileira, pela via de produtos e serviços – que tentam simbolizar o que é ser negro e o que é coisa de negro; para o negro. Nesta lógica, distinguimos kits de subjetividade (TAVARES, IRVING & VARGAS, 2013) atrelados a representações de uma negritude possível; prêt-à-porter disponibilizadas no mercado. Também observamos o que um engajamento contra-hegemônico dos movimentos afroempreendedores se apresenta como contrapartida às tentativas de captura cultural encetadas pelo capital.

A análise de conteúdo guia a orientação metodológica da pesquisa. Após revisão bibliográfica e apresentação de exemplos os autores realizam uma análise dos elementos encontrados e sugerem que o mercado pode estar encenando o que propusemos chamar de um blackface para o consumo: encenações que mimetizam características da cultura negra sobre produtos a serem comercializados, sem que estes remetam a um comprometimento com comunidades, programas ou agendas afrocentradas. Tal percepção nos leva à conclusão que o mercado busca realizar capturas simbólicas sobre aspectos que remetam às culturas de matriz africana, para transformar em produto aquilo que não é produtível: a própria negritude.



Nossos achados nos conduzem a apontar para esforços do capital no sentido de produtivar, mercantilizar a cultura negra. Como é práxis do capital, busca-se transformar em produto aquilo que não pode ser produto. O capital, novo senhor imperial, replica numa dimensão atualizada, aquela prática antiga que a arte do senhor colonial produziu nos palcos de entretenimento do século que ficou para trás: é o blackface que sai dos espetáculos de minstrel para as prateleiras do comércio e cenas dos anúncios comerciais de televisão. O mercado pratica o que entendemos ser um blackface para o consumo.

Mas também somos levados a ponderar que onde se observam movimentos sociais, também é possível encontrarmos contra-forças atuantes no campo. Desta forma, aquela negritude que pode estar sendo moldada em clichês prêt-à-porter – o que sugeriria uma forma de produção de discursos de um discurso do novo colonialismo: o colonialismo comercial (MBEMBE, 2018; FERGUSON, 2016; SANTOS, 2008; HALL, 2002), – parece opor resistências. Uma tensão parece se apresentar, ainda que de forma sutil, entre, de um lado, grandes agentes de mercado – que representando o capital (com maior poder financeiro, mais amplo alcance comercial e capilaridade), agiram na captura de símbolos das tradições negras; transformando-os em ícones massificados; produzidos em série; prontos para serem vendidos como uma negritude prescrita – e, de outro, aqueles que se apresentam como afroempreendedores, reclamando para suas produções ligações mais comprometidas com as tradições ancestrais de raízes africanas e uma filosofia de produção e consumo ligada a princípios milenares – como o consumo sustentável; a produção em pequena escala; o retorno de parte dos lucros à economia local de base comunitária. Percebem-se indícios de que esses afroempreendedores defendem que seus esforços são mais do que apenas produzir, vender e enriquecer; associam à sua produção as ações empreendidas por movimentos de emancipação, afirmação e ascensão a posições de protagonismo social dos negros, para além de questões meramente pecuniárias. Para aqueles que produzem e vendem alegando não se dissociarem das tradições de origem africana, o afroempreendedorismo parece ser tratado como arena material para uma ressignificação racial e comunitária.

Quem são esses filhos de Jah? Um estudo sobre as visões de mundo e o cotidiano dos rastafáris do aglomerado da Serra

Autor: Layla Oliveira (Puc -MG)

“Quem são os filhos de Jah? Um estudo sobre as visões de mundo e o cotidiano dos Rastafáris do Aglomerado da Serra” foi uma monografia apresentada ao curso de Psicologia da Puc Minas. O objetivo foi compreender a cultura Rastafári, os modos de vida De um grupo Rastafári que reside no Aglomerado da Serra que é composto por 7 vilas, é o maior complexo de favelas de Minas Gerais, apreender se a cultura interferiu nos modos de subjetivação do grupo e demonstrar que a cultura rastafári não se relaciona somente ao reggae e a utilização da maconha .

A cultura rastafári é de origem jamaicana com influências híbridas, vindas da Índia, Inglaterra e do continente africano; reúne um conjunto de costumes, valores e padrões estéticos que se apresentam como modos de resistência e levante frente à diáspora africana, fundamenta-se no uso da arte como lógica de ativismo, alavancando a saída dessa proposta de descaso, egoísmo e isolamento, instaurada por uma sociedade estabelecida na espetacularização e no consumo. (PRESTA, 2015). Vivem então com um novo estilo de vida pensando em múltiplas dimensões, sociais, políticas, econômicas, alimento, valores e costumes entre outras. Tem como precursor Mosiah Marcus Garvey ativista do movimento negro, que acreditava na repatriação africana e Hailie Selassie rei da Etiópia que acreditam que unificou a África e é Deus da cultura rastafári. O que é mais conhecido da cultura são os dreadlocks que são os cabelos enrolados, o reggae difundido por Bob Marley no mundo e a utilização da maconha. Entretanto falar da cultura rastafári e falar da cultura negra e também da valorização do povo afroamericano em contexto de diáspora, e discorrer sobre uma cultura que é comprometida com a criação de novas subjetividades e valorização da negritude.

Todo estudo foi realizado à luz da teoria de Félix Guatarri, e Suely Rolnick utilizando o que desenvolveram a respeito de cultura e subjetividade sobre revoluções moleculares e o emergir de uma subjetividade aproximada dos desejos que propõe liberdade de existir mesmo em um mundo que sufoca as potências de vida. Mesclado a teoria descrita, houve uma pesquisa aprofundada das raízes históricas da cultura rastafári, as simbologias e os costumes advindo desta. Foi pesquisado também na literatura, as visões no senso comum dos sujeitos rastafári para verificar se de fato a realidade dos Rastas da Serra condiz com as visões encontradas no que está descrito.



A metodologia utilizada para buscar os objetivos supracitados e coletar as informações foi a observação participante aos moldes da pesquisa etnográfica uma vez que estamos tratando de um grupo que naturalmente é estigmatizado e que a ética na pesquisa e o respeito aos costumes deve ser levado em consideração. Entrevistas e qualquer coleta na qual o distanciamento da pesquisadora estivesse em voga não teriam adesão e não deixariam as pessoas confortáveis para viver seu cotidiano e serem naturais. A escolha por essa técnica se deu também para que a coleta de dados na pesquisa e se desse de forma completa e fosse compreendida de forma holística o cotidiano. Acompanhei o grupo e o trabalho destes durante seis meses escrevendo diários de campo.

Esta pesquisa se relaciona diretamente com os grupos de trabalho propostos porque apontam claramente um caminho encontrado para emergir a possibilidade de se reinventar mesmo em tempos de precarização e achatamentos de subjetividades e mostra o protagonismo de um grupo estigmatizado e periférico na criação da vida e na resistência política frente a estrutura que está posta. Reforça a importância da mobilização comunitária no território e também aponta que o cuidado com a natureza e também cuidado com as pessoas e com o todo.

Ao longo da pesquisa e da escrita da monografia ficou claramente explícito que os rastafáris da Serra tem um grande comprometimento com a vida seja na ecologia das relações, social e da natureza humana. Possuem grande comprometimento em preservação da natureza, em reciclagem, na alimentação saudável, na preservação da natureza em seu território ou em outros, possuem ação ativa em trabalhos comunitários visando criar dispositivos para o devir de outras pessoas através da preservação da natureza e consumo consciente, atingindo os moram no aglomerado da serra e outros territórios belorizontinos. Acreditam e praticam a autogestão e autoanálise no grupo, tendo espaços abertos de construção da realidade posta e das tarefas diárias tendo o grupo pilares na transversalidade como propõe Guatarri(1981) em revolução molecular. Se tratando do trabalho, para estes é somente para a criação da vida e não a vida para o trabalho como o capitalismo faz muitas pessoas acreditarem, trabalham com horta e alimentação, e em todo os momentos debocham daquelas pessoas que vivem capturadas pelo trabalho compreendendo claramente que é mecanismo de controle. Compreendem que a sua cultura e o modo de vida rastafári é a solução para a segregação e para o controle neoliberalista. Observa-se que criam sua vida de acordo com o que acreditam e o que são e buscam mecanismos para manter-se na vida que propõe a incluindo o constante devir. E que são o retrato do que Guatarri(1996) nomeia de processo de singularização possuindo sua subjetividade subversiva. Criando sua própria liberdade de ser e agir no campo das micropolíticas. Apresentar este trabalho ajuda na compreensão do rastafári no mundo e também pode mostrar as pessoas que é possível viver de forma transversal e ser um sujeito de desejo mesmo em tempos de retrocesso e este posicionamento no campo micropolítico impacta também os níveis macrossociais. Os rastafáris do aglomerado da

Serra são atores sociais e de alguma forma encontraram o caminho para viver sem ser engolido pela subjetividade produtiva. Ser rastafári é mais que fumar maconha usar dreadlocks e ouvir reggae, é compromisso direto com a transformação e a ação.

RPG Terapêutico metodologia de desenvolvimento das Habilidades Sociais de adolescentes Autistas

Autor: Grazi Piva (Associação Mundo Autista)

O uso do RPG (Role Playing Games ou Roleplaying Games) como técnica terapêutica de grupo de Adolescentes Autistas Leves, onde através da narração interativa os adolescentes passam a desenvolver suas habilidades sociais. Teve por finalidade discutir e avaliar as vantagens específicas do uso do RPG como metodologia para desenvolver a socialização e as habilidades sociais dos adolescentes autistas de forma a poder proporcionar aos mesmo uma vida funcional. Este trabalho pode enquadrar-se em GTO4: A ficção e a poética como território de experimentação clínico-política ético-estética: corpo, imagem e escrita. Em se valendo do aspecto lúdico, permite-se a análise do RPG como estratégia de metodologia para estimular o processo de socialização do adolescentes, promovendo as habilidades sociais funcionais através da vivência e condicionantes do problema. Trata-se de uma Pesquisa Fenomenológica, de abordagem Qualitativa, e cunho Exploratório, com Pesquisadores Participantes e simulação de casos e situações. Rutter et al., (1996) define Autismo como uma síndrome comportamental de etiologias múltiplas, que compromete o processo do desenvolvimento infantil, tendo apresentado alterações severas e precoces em três áreas: 1) comprometimento qualitativo da interação social; 2) comprometimento da comunicação e; 3) padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades. Segundo Cordioli (2014),



Transtorno do Espectro Autista – TEA apresentam transtornos de linguagem, fala, comunicação social e fluência com início na infância. O sujeito com TEA distingue-se por apresentar déficits na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, na habilidade de reciprocidade social, na expressão e compreensão de comportamentos não verbais de comunicação utilizados, o que gera dificuldade de interação social e fazer a “leitura e compreensão” do relacionamentos. Além de desenvolver comportamentos restritos e repetitivos. A criança e adolescente com TEA Leve apresenta um processo de “leitura literal” do mundo, compreende as situações de forma usual, sem compreender o contexto envolvido. Este comportamento dificulta o desenvolvimento de suas habilidades sociais, pois sentem dificuldade de se comunicar ou compreender os significados “intrínsecos” em um diálogo. Somente através do convívio com outras pessoas pode se exercitar o ajustamento psicossocial e funcionamento adaptativo da criança ou adolescente, que dá subsídios para o mesmo desenvolvam habilidades de socialização e como consequência a empatia. No tratamento da criança com autismo os profissionais devem se focar entorna-los funcionais para o convívio social e independência, levando em consideração as Habilidades Sociais, para Del Prette & Del Prette (2001) o conjunto das habilidades requeridas para relações interpessoais satisfatórias inclui diferentes classes e subclasses dentre as quais as habilidades de comunicação, assertivas, empáticas, de civilidade, de expressividade emocional, de trabalho etc. Epston (1997) considera como tarefa do psicoterapeuta assistir a criança na produção de conhecimento, gerando suas próprias soluções, para o teórico a estranheza que tal afirmação pode causar, pois habitualmente o adulto espera que a criança o leve a sério tentando trazê-la para o mundo adulto em vez de considerá-la seriamente, procurando compreender o seu mundo. A técnica do RPG é um jogo colaborativo, em que não existe vencedor, dando liberdade de interação e a possibilidade de infinitas tentativas de sucesso até criar concepção mais precisa de como lidar com os problemas apresentados, o RPG é um jogo grupal de interação dos participantes e interpretação oral, e as vezes gestual (quando a pessoa desejar), das ações de um personagem que o jogador vai montar e “dar vida”. Cada escolha e/ou atitude tomada individualmente pelos jogadores influencia as decisões do grupo. Já feitas pelo grupo estas ações determinam diretamente e/ou indiretamente “o fim” (ou seja, se irão ou não completar a missão). O desafio e diversão do jogo é imaginar situações apresentadas como obstáculos, interpretar um personagem nessas situações e buscar uma solução com base nas regras estabelecidas. A partir de situações específicas são desenvolvidas simulações, para a aplicação do conceito de interpretação de papéis. O Grupo é ABERTO composto por sete jovens autistas leves de idade de 10 a 19 anos, e cinco Ego Auxiliares três acadêmicos de psicologia e dois jovens típicos que conhecem o jogo para das suporte durante a atividade. O grupo desenvolve a atividade com pano de fundo “Super Heróis Marvel & DC”, assumindo os diversos “papéis” de heróis que mais admiram e juntos formam a “equipe de trabalho envolvida”, criando uma mini realidade social, com intuito de estimular o processo de socialização. Esta metodologia instiga a compreensão mútua entre os participantes e a percepção das diferenças de raciocínio. Embora seja um trabalho desenvolvido durante um ano, é possível perceber melhora no processo de socialização dos adolescente autistas e o início do processo de inclusão em um grupo misto, exercitando o ajustamento psicossocial e funcionamento adaptativo destes jovens, que dá subsídios para o mesmo desenvolva a chave das habilidades de sociais, o desenvolvimento da empatia. O RPG apresentado como estratégia Terapêutica possibilita as primeiras interações sociais e o desenvolvimento das habilidades sociais, proporciona a (re)construção do conhecimento e da forma do processo de raciocínio lógico do jovem autista, emancipando-o e possibilitando transforma-lo em protagonista de sua história.

Teatro de Rua como estratégia metodológica: percorrendo formas de ocupar a cidade

Autor: Júlia Palmiere (UCDB)

Coautor: Anita Guazzelli Bernardes (Anita Bernardes), CAMILLA MARQUES (UCDB) e Vitória (UCDB)

Este trabalho tem por objetivo pensar sobre a construção de ferramentas metodológicas situadas e localizadas para investigações no campo da Psicologia, que envolvam trabalho com diferentes sujeitos e territórios. Para isto, apresenta e discute aspectos teórico-metodológicos de uma pesquisa voltada aos modos de ocupar a cidade de Campo Grande (MS), mais especificamente o centro da capital, território em que há jogos de força relacionados às distintas maneiras de habitar a cidade: ocupações através de intervenções artísticas, relações de cuidado com grupos marginalizados, processos de revitalização do centro comercial, estratégias de higienização do centro urbano. A pesquisa se apoia na Cartografia, metodologia formulada por Deleuze e Guattari a partir da ideia de



Rizoma, que funciona como um mapa aberto em múltiplas conexões. Assim, é possível construir procedimentos metodológicos durante o próprio percurso de investigação, considerando singularidades do território existencial que será tomado como campo de análise, com suas características culturais, sociais, políticas e subjetivas. Nessa direção, buscamos incorporar discussões realizadas por autores decoloniais e da filosofia africana para pensar esta construção de ferramentas metodológicas. Tais discussões têm permitido problematizar formas hegemônicas e eurocêntricas de produzir conhecimento, as quais contribuem para imposição de modelos epistemológicos, políticos e morais sobre populações e povos diversos.

Destaca-se que o cenário constitutivo do paradigma moderno provocou efeitos nos modos de subjetivação no mundo ocidental, na medida em que a fabricação de epistemologias e ontologias ofereceram condições para pensar o sujeito e os territórios a partir de referentes universais, essencializados e eurocêntricos. No âmbito da pesquisa, este agenciamento coletivo condiciona posicionamentos epistemológicos, como escolhas teóricas, metodológicas e conceituais, portanto, escolhas políticas. Especificamente em relação ao método, por meio da Ciência Moderna, foi marcado por noções de universalidade, neutralidade e separação sujeito\objeto, com um *modus operandi* apoiado em categorias binárias, ser\não ser, racional\irracional, verdadeiro\falso, mente\corpo. Tal modelo epistemológico atrelado a uma lógica colonial criou condições de possibilidade para transposição de metodologias utilizadas no eixo Europa-Estados Unidos para pensar problemáticas de outras localidades, permitindo colonizar modos de viver a partir de pressupostos culturais e científicos hegemônicos. A colonialidade do poder — conceito proposto por Anibal Quijano — produz efeitos nas formas de conhecer o mundo, por isto, colocar em questão as colonialidades epistemológicas permite forjar metodologias situadas para pensar singularidades dos territórios e diferentes modos de viver. Nesta perspectiva, a pesquisa em questão passou a considerar estratégias utilizadas por alguns grupos de artistas de rua para ocupar e viver a cidade de Campo Grande como inspiração metodológica para cartografar territórios existenciais.

Arranjos produzidos por grupos de Teatro de Rua da capital, com os quais se entrou em contato, passaram a funcionar como estratégia para seguir rastros no espaço urbano, isto tendo em vista a relação imanente entre metodologia e realidade. A forma como essa modalidade dramática vive\reivindica\experimenta a cidade diz respeito à construção de cenas em conjunto com elementos do cotidiano, a rua, pessoas, automóveis, objetos. Assim, consideram a escuta do outro para criação da cena, que não está finalizada no momento da sua execução, mas se torna possível na relação com a realidade. Interrogar a cidade a partir de estratégias metodológicas construídas na relação com a própria cidade e seguindo os rastros do próprio Teatro de Rua é uma maneira de encarar a pesquisa, comprometida com um percurso situado e localizado e com a produção de um conhecimento conectado às suas condições empíricas. Diante disto, o Teatro de Rua passou a ser considerado a partir de dois vetores: estratégia para investigação e estratégia de habitação do espaço urbano.

Para operacionalizar este percurso, tem-se passado algum tempo frequentando espaços no centro antigo de Campo Grande, como a Antiga Rodoviária da região, considerada pelas mídias locais como a *cracolândia* da cidade; a Orla Ferroviária; e o Vagão Larica's da Lu, em que acontecem eventos artísticos, batalhas de Slam poesia e rodas de conversa sobre feminismo, racismo, LGBTQofobia etc. O tempo e a forma pelos quais se frequenta estes espaços variam de acordo com a relação estabelecida em termos de afetos e sensibilidades teóricas\conceituais com a realidade, bem como, a maneira pela qual alguns eventos do cotidiano foram tomados como acontecimentos a serem pensados. Assim, podem funcionar como breves encontros ou exigir que se habite o território por algum tempo, o que implica em seguir determinados percursos e itinerários. Nesta direção, a experiência do corpo é elemento do percurso de pesquisa, em uma corpografia pelo espaço urbano — a partir da relação com os elementos que o compõe e das afetações que interpelam o corpo que pesquisa — incorporando pressupostos do Teatro de Rua para orientar trajetórias e posturas, o que possibilita uma experiência sensorial e afetiva com o território, no sentido de uma *cosmopercepção*, como inspira a considerar a filosofia africana, que discute outras formas de perceber o mundo. Diferentes dimensões sensoriais contam no percurso, para além da visão, eleita pela *cosmovisão* moderna como elemento central nos processos de conhecimento na lógica da comprovação.

A partir das cartografias realizadas, tem sido possível pensar sobre algumas questões. Tal como estratégias de gestão da vida consideradas higienistas operacionalizadas no centro da cidade através de projetos de revitalização do centro urbano, as quais priorizam a circulação de mercadorias e sujeitos consumidores, criando condições para o afastamento de algumas populações do centro: pobres, moradores de rua, não consumidores. Tem-se formas de gestão da cidade que parecem se aproximar de uma colonização do território urbano por uma racionalidade neoliberal, em que os espaços públicos se tornam cenários com imagens genéricas marcadas pela padronização,



uniformização, sensação de limpeza e harmonia da imagem. Em face a isto, alguns movimentos artísticos e sociais da cidade têm problematizado esta lógica de gestão da vida, utilizando-se de intervenções no espaço público (teatro, dança, performance) para questionar e pensar o presente. Seguindo o rastro destes grupos, principalmente de movimentos artísticos, foi possível pousar a atenção no Vagão da Lu, em que outras práticas e formas de relação têm sido produzidas, marcadas pela transversalidade da relação entre diferentes corpos. O local tem sido considerado por representantes do Conselho Regional de Psicologia (CRP-14) como espaço de redução de danos para usuários de drogas que habitam aquele território, pois, ali, grupos marginalizados — moradores de rua e usuários de drogas — passaram a ser iluminados por outro olhar, que não apenas da criminalidade, desvio, imoralidade e invisibilidade, mas também pelo reconhecimento, o que torna possível a habitação de um espaço comum entre diferentes sujeitos e vidas precárias. Estas formas de ocupar a cidade tensionam e produzem enfrentamentos em relação aos modos neoliberais de produzir cidade, engendrando outros processos de subjetivação, o que tem permitido colocar em questão as formas de habitar a cidade pela diferença, bem como, diferentes arranjos na ocupação do urbano.

Diante disto, entende-se que para acompanhar estes processos é necessário ouvir vozes de protagonistas historicamente subalternizados, como do movimento negro, feminista, coletivos artísticos que vem de periferias e atuam nas ruas etc., considerando o processo de invisibilização das epistemologias não brancas e não ocidentais, bem como, a sub-intelectualização de populações (negros, mulheres, indígenas). Portanto, estratégias de ocupação da cidade por diferentes grupos podem inspirar a própria forma pela qual se produz conhecimento sobre a vida no espaço urbano, tendo em vista a relação imanente entre metodologia e realidade. Aqui especificamente, a lógica do Teatro de Rua funciona como agenciadora de posturas metodológicas para percorrer territórios existenciais. Entende-se que o caráter situado e localizado da investigação científica deve atravessar todo processo de construção da pesquisa, de modo a potencializar um olhar descolonizador para os territórios e sujeitos. Para a Psicologia, experiências de reflexão sobre a construção de estratégias metodológicas localizadas pode fortalecer a construção de uma ciência capaz de negociar e escapar aos modelos eurocêntricos e coloniais de produção do conhecimento e de subjetividades.

GT26: O trabalho em tempos sombrios: políticas públicas, olhares críticos e resistências frente ao neoliberalismo e à precarização da vida

Análise da relação trabalho-família como um fator de risco psicossocial emergente: pesquisa realizada com operadores de escavadeira a cabo no Estado do Pará

Autor: Danielle Monteiro (PUC Minas) e JOAO CESAR

Coautor: Bruna Coutinho Silva

Este trabalho objetiva apresentar os resultados de uma pesquisa que analisou os fatores de riscos psicossociais no trabalho, especialmente o risco emergente trabalho-família, de operadores de escavadeira a cabo, de uma mineradora, em um município no Estado do Pará. As mudanças ocasionadas na organização do trabalho, desde a reestruturação produtiva na década de 70, apresentaram novas exigências e desafios aos profissionais que atuam no campo da saúde do trabalhador. Estas mudanças ampliaram a forma de pesquisa e intervenção, no sentido de identificar e compreender os fatores de natureza psicossocial que funcionam como agentes estressores e que potencializam ou ocasionam o adoecimento.

Nesse cenário, a superação do modelo biomédico, no qual as doenças são vistas de forma biológica e sintomatológica, passa a ser preeminente, assim como, a transposição para um conceito de saúde multideterminado por aspectos biológico, social, psicológico, econômico e cultural. A análise do trabalho como fator exógeno, desencadeante de saúde ou de doença, faz-se necessária para identificar os riscos aos quais os trabalhadores estão expostos. Esses riscos, segundo Seligmann-Silva (2011) consistem na “probabilidade de que pessoas expostas a determinado fator ou elenco de fatores sofram danos em sua saúde” (p. 126). A terminologia “riscos psicossociais” é oriunda de diversos conceitos que surgiram a partir da reestruturação produtiva, que exigiu dos trabalhadores uma nova forma de participação mental no trabalho.

O modelo PRIMA-EF: Orientações do Modelo Europeu para a Gestão de Riscos Psicossociais (SESI, 2011) entende por riscos psicossociais o “[...] estresse relacionado ao trabalho, a violência, o bullying e o assédio no ambiente de trabalho (SESI, 2011, p. 10). Para o Comitê Misto da Organização Internacional do Trabalho e Organização Mundial de Saúde, o conceito abarca as interações entre o meio ambiente laboral, as características e as condições de trabalho, as relações entre os trabalhadores e a organização, as características do trabalhador, sua natureza, suas necessidades e suas situações fora do trabalho (NEFFA, 2015).

As situações fora do trabalho têm sido compreendidas, especialmente, pelo desequilíbrio na relação trabalho-família, apontado como um fator de risco emergente na contemporaneidade. Esse risco refere-se ao conflito entre a atividade profissional, desenvolvida por um membro da família, e o suporte familiar que esse membro recebe (MATOS, 2014). Matos (2014), explicita que as exigências relacionadas à organização do trabalho geram uma sobrecarga psíquica ao trabalhador que interfere e impacta, diretamente, no relacionamento com sua família. Esse impacto pode ser medido pelo aumento na ocorrência de brigas conjugais, a frequência dos processos de irritabilidade com os filhos, pela falta de diálogo intrafamiliar, pelo número de divórcios entre outros aspectos. Assim, o desenvolvimento de políticas voltadas para a saúde do trabalhador, que envolvam a família, é de extrema importância na manutenção da saúde e da qualidade de vida no trabalho.

Pela complexidade e abrangência do termo, os riscos psicossociais constituem, hoje, um dos principais desafios contemporâneos, principalmente nos aspectos de pesquisa e intervenção. Zanelli (2010) aponta que a compreensão desses fatores pode se dar mediante a utilização de modelos de pesquisa que buscam compreender a realidade, mediante instrumentos que consigam medir o problema, o que facilita a identificação e permite ações de prevenção. A instituição do espaço de fala e de escuta também é uma estratégia importante, pois ampliar o poder de agir dos trabalhadores. Assim, agregar métodos quantitativos e qualitativos é uma estratégia importante, pois amplia o escopo de análise.

Em nossa pesquisa, utilizamos dessa estratégia metodológica. Assim, em um primeiro momento, empregamos como referência o modelo quantitativo Tridimensional de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho, proposto por Karasek e Theorell (1990), que realiza avaliação dos riscos a partir de três indicadores: demanda psicológica, controle sobre o trabalho e apoio social. A utilização desse modelo tem sido considerada em pesquisas científicas principalmente para se compreender o impacto dos riscos psicossociais para a saúde do trabalhador, associando-os a desfechos de saúde (Alves et al, 2013). Na análise das variáveis do modelo, o maior risco de adoecimento encontra-se quando se tem alto controle sobre o trabalho e baixa demanda ou quando se predomina a alta demanda e o baixo controle (KARASEK, 1979).

Tomando como base esse modelo, elaboramos um questionário com 74 questões, que contemplava a caracterização da amostra; os fatores psicossociais do trabalho (fatores organizacionais, condições ergonômicas de trabalho, demanda, controle e apoio social) e a relação trabalho-família, nas quais utilizamos a escala de Likert como gradação de respostas. Isso nos possibilitou realizar o somatório da pontuação das questões. A partir disso, calculamos a média e, de acordo com a classificação proposta por nosso modelo de referência, atribuímos “baixo” para quem estava abaixo da média e “alto” para os sujeitos que estavam acima dela. Além disso, realizamos entrevistas semiestruturadas, para dar voz aos sujeitos pesquisados.

A amostra foi composta de vinte e dois (22) trabalhadores que responderam o questionário. A predominância foi masculina (100%), sendo 91% casados e 54,4% com idade entre 25 a 44 anos. Da amostra, 50% possuía ensino médio técnico. Em relação aos aspectos socioeconômicos, 72,7% residiam em moradia alugada pela empresa e 63,6% recebem até três salários mínimo, sendo que 54,5% trabalham na empresa há mais de 20 anos.

Em relação ao impacto dos fatores organizacionais, das condições ergonômicas do trabalho e da demanda psicológica, 45,4% dos trabalhadores apresentaram alto risco para o adoecimento, mesma porcentagem para os três indicadores. Em relação ao controle sobre o trabalho e o apoio social de colegas e chefia, 50% dos trabalhadores apresentaram risco aumentado. Quanto a relação trabalho-família, 45,4% manifestaram a necessidade de fortalecimento dos vínculos familiares, o que englobava, sobretudo, a ampliação do diálogo com os filhos e com a esposa.

Durante a pesquisa, observamos que a identificação dos fatores de riscos propiciou o desenvolvimento de ações específicas em cada área. Em relação às famílias foram realizadas, inicialmente, duas ações: um trabalho em grupo para fortalecimento de vínculos e visitas domiciliares. No grupo, discutiu-se sobre as percepções dos familiares sobre o trabalho dos operadores, bem como os conflitos vivenciados em decorrência das moradias de baixo custo fornecida pela empresa. Nas visitas domiciliares, foi possível uma aproximação com o cotidiano e com



as condições de existência das famílias, ocasião em que transitamos no território e compreendemos suas particularidades, como a precariedade de políticas públicas e a baixa geração de empregos no município. Nessa parte da pesquisa, percebemos que a prática da empresa em fornecer benefícios aos trabalhadores e suas famílias, como moradia e escola privada, é percebido como segurança e estabilidade, o que minimiza os problemas oriundos do próprio trabalho, como jornada de trabalho, por exemplo, e a natureza da atividade desenvolvida. A distância das famílias de origem e extensa, também se apresentou como fator prejudicial à constituição de redes de apoio social, pois muitas mudaram-se de suas cidades de origem em prol do trabalho.

Esse resultado mostrou a necessidade do desenvolvimento de ações voltadas para o fortalecimento do vínculo familiar. Foi desenvolvido, então, o projeto "O Livro da Vida: laços de família", que priorizou os objetivos de ampliar o diálogo intrafamiliar; de promover a socialização das histórias de vida de cada família; de promover o apoio social entre elas e, com isso, de ampliar a rede de apoio sociofamiliar. Esse projeto ainda encontra-se em andamento, mas, através dele, acredita-se que será fortalecido o apoio social familiar, assim como o vínculo entre as famílias, construindo e solidificando uma rede de apoio entre elas.

A relação dessa pesquisa com o grupo de trabalho "Trabalho, vida e saúde: contribuições da psicologia social do trabalho para a saúde do trabalhador" encontra-se pela ampliação da discussão sobre os fatores de riscos psicossociais no trabalho que interferem na saúde do trabalhador, principalmente o risco emergente trabalho-família, e sobre formas de intervenção que propiciem o fortalecimento dos vínculos sociais e familiares.

As vivências do desemprego entre trabalhadores desempregados no interior do Rio Grande do Norte

Autor: Fellipe Coelho-Lima (UFRN)

Coautor: Katiane Leite da Silva Lima

O desemprego tem retornado como uma pauta preocupante para população, mídia e Estado, no Brasil, em meados dessa década. A partir de 2012 os índices de pessoas desempregados têm subido rapidamente, tendo alcançado 12,7% dos trabalhadores brasileiros. Ainda que ele possa variar, como ocorreu no Brasil, a depender da conjuntura econômico-política, o desemprego, em uma compreensão marxista, trata-se de um fenômeno orgânico do capitalismo. Ele colabora, duplamente, para o processo de acumulação de capital, por, ao mesmo tempo, pressionar pela redução dos salários e piora das condições de trabalho e reduzir o poder de organização política da classe trabalhadora. Para além de um fenômeno estritamente econômico, também possui reverberações significativas para os trabalhadores que estão nessa situação em diversos aspectos, como na sua saúde mental, renda, relacionamentos sociais, arranjos familiares, autoestima, dentre outros. Esse tema tem sido investigado pela Psicologia desde a década de 1920 e nacionalmente tem se preocupado principalmente com as questões relativas à saúde mental e experiência do trabalhador desempregado. Essas investigações têm como público os trabalhadores desempregados oriundos das capitais e centros econômicos do eixo Sul-Sudeste brasileiro. Dessa forma, há poucos estudos sobre os efeitos do desemprego para os trabalhadores no interior do país, sendo que esses estão sob uma condição de acesso ao mercado de trabalho diferente, não podendo contar nem com o número de postos de trabalho nem com a estrutura de políticas públicas existentes nos grandes centros. A presente investigação vai nessa direção e tem por objetivo caracterizar a vivência do desemprego por trabalhadores desempregados em um município interiorano. Por vivência compreende-se, com base a teoria vygotskyana, como a forma que os sujeitos metabolizam as situações de conflito e confronto (dramáticas) que enfrentam no seu cotidiano, mobilizando amplamente suas funções psicológicas superiores, potencialmente, reorganizando-as. As vivências também pressupõem a elaboração de práxis com vista a resolver/superar tais dramas. Para essa pesquisa, elencou-se quatro aspectos que ajudam a nos aproximarmos dessa vivência, qual sejam, os significados do trabalho/desemprego, os afetos despertados pelo desemprego e as formas como os sujeitos sobrevivência e buscam superar essa situação. Para alcançar esse objetivo, foram realizadas entrevista em profundidade guiada pelas quatro dimensões relativas a vivência e participando trabalhadores desempregados que residiam na região do Trairi, interior do Rio Grande do Norte. A composição do número de participantes foi por meio da saturação teórica, chegando-se ao número de dez participantes. Essas pessoas foram contatadas no posto de atendimento do SINE que existe na região e por meio da técnica de "bola de neve". As entrevistas foram gravadas e transcritas, sendo o conteúdo do seu texto organizado em categorias de acordo com os quatro eixos da entrevista. A análise foi realizada em duas etapas. Na

primeira, considerou-se cada caso em específico com o objetivo de caracterizar a singularidade de cada vivências dos sujeitos diante do desemprego. Posteriormente, os conteúdos de cada eixo foram comparados entre si, a fim de apreender os traços essenciais dessas vivências e que tratassem da condição genérica desses sujeitos relativos ao contexto histórico-social que participam. Como principais resultados, obteve-se, quanto às crenças relativas ao desemprego, predominam as justificativas relacionadas a situação econômica nacional, considerando a crise pela qual passava o Brasil em 2016. Os participantes significaram o trabalho, de forma predominante, como uma forma de sobreviver e de prover sustento para a família. Com relação aos sentimentos despertados pela situação, encontrou-se diversos relatos de sentimentos negativos nomeados pelos participantes como desamparo, tristeza, incômodo, mal-estar, saudades de trabalhar e desespero. Alguns aspectos específicos relacionados ao desemprego são associados a esses sentimentos, pelos participantes como a falta de renda, a ausência da atividade laboral em si, quebra da rotina anterior, retirada de um ambiente de trabalho e de relações sociais prazerosas e falta de perspectiva de um novo emprego. É importante destacar que para alguns participantes, os sentimentos despertados são o oposto (alívio e expectativas positivas), em face da saída de um trabalho em condições precárias. Para sobreviver ao desemprego, os participantes costumam utilizar três estratégias: realização de trabalhos informais, como venda de peças íntimas, de perfumaria, produção de artesanato, realização de serviços domésticos como diarista, de trabalhos esporádicos e auxílio a familiares em seus negócios. Além disso, também contam com o auxílio financeiro da família e apenas duas pessoas utilizam de algum recurso proveniente de política pública (Bolsa Família e Seguro-Desemprego). Quanto a estratégia para superação do desemprego, elas se concentraram em distribuição de currículos, realização de capacitação e busca de vagas abertas. Dessa forma, a população estudada compartilha com as de outras regiões do país a predominância de afetos ambíguos quanto ao desemprego. Ao mesmo tempo em que há o relato de diversos afetos negativos relacionados a situação, também são evocados sentimentos positivos, principalmente, motivados pela saída de um emprego precário que gerava sofrimento no participante. Também se assemelha as significações produzidas em torno do trabalho, qual seja, equivalê-lo a sobrevivência, bem como o recurso a saídas individuais para o desemprego. Alguma divergência é identificada quanto às estratégias de sobrevivência e superação. No primeiro caso, o que se destaca é a prioridade de explicações voltadas a causas sociais do desemprego (e não, autculpabilizações), e no segundo, destaca-se a pouca participação das políticas públicas como forma de enfrentar o desemprego. Tais semelhanças identificadas nas vivências tanto dos trabalhadores em cidades mais e menos desenvolvidas economicamente pode ser explicada por ambas estarem inseridas, mesmo que de forma desigual, no sociometabolismo capitalista e da cultura e organização do trabalho dele emanados. Quanto às diferenças encontradas é possível inferir que nela se revele a particularidade da vivência desses trabalhadores, a condição material a qual estão submetidos por estarem em uma cidade com menor desenvolvimento econômico. Igualmente, a aparente contradição entre os participantes compreenderem o desemprego como determinado socialmente, mas adotarem ações individuais para buscar a sua superação, pode ser explicada por, ao menos, duas determinações específicas. A primeira delas, seria a ausência em suas consciências de alternativas coletivas concretas e viáveis, mesmo, na região do Trairi, existindo algumas cooperativas. Uma segunda determinação pode ser a predominância de valores individualistas, característico dos elementos culturais da atual etapa do capitalismo, que limitam a elaboração de alternativas coletivas por esses desempregados. O que os resultados e reflexões advindas dessas e de outras pesquisas sobre a vida dos trabalhadores desempregos acaba por revelar o constate processo de piora nas condições de vida dessas pessoas. Diante desse cenário, é importante pesquisas nessa direção que revelem as particularidades da barbárie do desemprego para os diversos grupos de homens e mulheres que estão nessa situação e, muito mais, fundamente ações que promovam a emancipação desses sujeitos desse sociometabolismo que se revela, dia após dia, contraditoriamente, mais desumanizador.



Assédio Moral na contemporaneidade: Revisão do cenário brasileiro dos últimos cinco anos.

Autor: Laura Oliveira (LAURA OLIVEIRA)

O presente estudo possui como objetivo principal realizar a revisão do cenário brasileiro em relação ao Assédio Moral nos últimos cinco anos. Além disso, perceber as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e caracterizar o assédio moral como fruto deste contexto. A metodologia utilizada foi de revisão bibliográfica sistemática. A base de dados utilizadas foram a Scielo Brasil e CAPES e ao adotar os critérios de inclusão e exclusão selecionados 79 artigos para análise, entre eles, artigos teóricos e empíricos. Nos resultados dos artigos encontrados pode-se definir quatro categorias principais: Violência no Trabalho/Violência Social; Fatores Organizacionais que propiciam assédio moral / Políticas de Gestão; Contexto das relações de trabalho na contemporaneidade e Características do Assédio Moral. Assim, conclui-se na análise que o Assédio Moral se faz como violência psicológica que se relaciona intimamente com as relações de trabalho pautados no modelo econômico capitalista, pois é reafirmado pela valorização dos poderes hierárquicos, dos processos avaliativos que estimulam a competitividade, e ao fomentar esse contexto, rompe com os laços de solidariedade tornando os indivíduos mais expostos ao assédio como política institucional.

O fenômeno do assédio moral é tão antigo quanto o próprio trabalho (Freitas, 2001), visto que o trabalho modificou seu funcionamento ao longo do tempo, passando por modelos de servidão e escravidão, até os dias atuais, pautados em relações desiguais. Porém, a definição para esse fenômeno se faz de forma recente.

O assédio moral é definido, segundo Heloani (2004), por sua intencionalidade: conduta abusiva intencional em relação ao outro na tentativa de neutralizá-lo em termos de poder. Utiliza-se do enfraquecimento psíquico como processo disciplinador e despersonalizador. Cada indivíduo é produto e produtor de uma construção sócio histórica. Assim, a perversão moral que possibilita a prática de condutas abusivas e vexatórias, aliada a uma política social de hipercompetitividade, torna possível enxergar o outro não como igual, mas como instrumento para se alcançar objetivos.

O entendimento do assédio moral como fenômeno visível possui como uma de suas origens o estudo do etnólogo Konrad Lorenz (1991 como citado em Hirigoyen, 2002), que faz uso do termo mobbing pela primeira vez ao descrever em suas pesquisas o comportamento agressivo de animais. Já na década de 1960, o médico alemão Peter Paul Heinemann (1972 como citado em Hirigoyen, 2002) reproduz esse conceito, ao observar comportamentos hostis em crianças dentro das escolas. O mobbing pode ser caracterizado por uma situação comunicativa "hostil", iniciada por desacordos envolvendo um ou mais indivíduos e que se desdobrem em coação e perseguição com o intuito de levar à fraqueza psicológica. O sujeito passa a ser marcado pela exclusão (Leymann, 1996). Na década de 1980, Leymann (1996) passou a investigar o mobbing no ambiente de trabalho, observando comportamentos de hostilidade e agressividade usados por um grupo visando à exclusão de um dos seus membros.

Além de mobbing, diversos outros termos, como bullying, são citados no sentido de caracterizar tais comportamentos hostis. O termo bullying foi utilizado pela primeira vez por Olweus, em 1978, também no contexto de crianças na escola, embora muitas das vezes utilizado como sinônimo do conceito de mobbing proposto acima (Freitas, Heloani, & Barreto, 2008).

Porém, foi com a psicoterapeuta Maria France Hirigoyen (2002) que o termo assédio moral surge como conceito pensado em uma perspectiva individual e psicopatológica. Refere a autora:

Por assédio em um local de trabalho temos que entender toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se, sobretudo, por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho (Hirigoyen, 2010, p. 65).

É com esta definição que a autora traz a perspectiva de uma perversão moral que caracterizaria algumas pessoas. Mediante a "perversão do ego" o perverso narcísico utiliza-se da única forma com que sabe se relacionar: subjugando o outro.

Alguns fatores se tornam contribuintes para o aparecimento das "vítimas"; como a deterioração das condições de trabalho, que funciona como método principal para a criação de um ambiente hostil e favorável à fragilidade; recusa de comunicação; atitudes de desqualificação perante o outro, culminando na destruição psicológica quando se isola a vítima, tornando-a cada vez mais frágil e manipulável. Tais fatores manifestam-se no campo psicológico por intermédio da depressão e ansiedade e também fisicamente, com sintomas como hipertensão,



problemas cardíacos, entre outros (Hirigoyen, 2002).

É importante considerar que, para Hirigoyen (2010), os termos *mobbing*, *bullying* e *assédio moral*, embora apareçam na literatura algumas vezes como sinônimos, não o são. *Mobbing* está relacionado ao coletivo, no sentido de perseguições que podem ou não incluir agressões físicas. O *bullying* é mais abrangente, engloba agressões físicas, chacotas, provocações e pode partir do plano individual ou coletivo. O *assédio moral* se caracteriza por sua sutileza – sua agressão é mascarada.

No Brasil, Margarita Barreto (2003) contribuiu para a discussão do tema ao realizar uma extensa pesquisa com trabalhadores dos setores químicos, observando o assédio como uma exposição repetitiva e prolongada dos trabalhadores a situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes, sendo essas situações violadoras dos seus direitos fundamentais. Para a autora, o assédio não é uma doença. Tende-se a culpabilizar o indivíduo dentro de uma situação em que não se pode esquivar-se da análise do contexto social, regido por mecanismos de flexibilização, reestruturação constante e empregabilidade. Fugindo da ideia psicologizadora dos autores citados acima, Margarita Barreto se atem a necessidade da visão do assédio relacionando-o com o contexto das condições e das relações de trabalho presentes.

Seguindo este caminho, o assédio moral, segundo discussão iniciada por Vieira, Lima e Lima (2012), pode ser visualizado segundo duas perspectivas.

A primeira delas, tradicional, parte da relação vítima-agressor, busca por soluções e explicações no âmbito psíquico do indivíduo pela utilização de “perfis” e concebe a redução do assédio como um aspecto entre duas pessoas, passando pelo processo de culpabilização. É preciso haver intenção e um culpado para que a situação se mostre comprovada. O olhar estará voltado para o sujeito, e as principais formas de enfrentamento e intervenção são pautadas na judicialização e tratamentos psicológicos (Soboll, 2017).

A segunda, a abordagem psicossocial, entende o fenômeno do assédio como fruto da organização do trabalho e do contexto social em que está inserido, sendo que a violência pode se expressar não só pelos indivíduos, mas também por meio de práticas e políticas organizacionais institucionalizadas, visto que a personalidade individual não abrange de forma isolada toda a complexidade do fenômeno do assédio. A organização se torna responsável, pois se trata de um problema que se revela em processo, de forma continuada, sutil, e se mantém mediante a convivência (Soboll, 2017).

Acredita-se ser fundamental a utilização de um conceito e abordagem uniforme. Afinal, a definição do conceito do assédio é recente e demanda aprofundamento. Sua sutileza e fragilidade tornam-no um fenômeno de alto poder adoecedor, porém de grande complexidade para identificação e comprovação. Assim, evita-se a banalização do conceito e permitem-se as corretas intervenções e prevenção.

Entende-se, para este estudo, o assédio moral como aparecendo na forma cronicada de comportamentos hostis e rudes em “[...] um processo grave e extremo de violência psicológica, que acontece de maneira continuada e repetitiva no contexto de trabalho e que produz efeito de humilhação, ofensa e constrangimento” (Soboll, 2010, p. 40).

Utilizaremos para análise a perspectiva psicossocial, dado o entendimento de que o fenômeno do assédio é também uma produção de poder. Vivemos em uma sociedade disciplinar que legitima a violência por meio dos poderes hierárquicos. O trabalho se constrói de forma precária e seletiva, favorecendo a terceirização, a automação e informatização, o que constitui a hipercompetitividade. Coloca, assim, um indivíduo contra o outro e se desenvolve a ideia da “educação salvadora”, pois para me manter competitivo no mercado tenho de estar em constante atualização e reestruturação, reafirmando uma ideologia neoliberal de adaptação e perfil tecnicizado.

O mal-estar se estende nas relações das sociedades atuais por meio da corrosão dos vínculos e valores sociais e coletivos (Dejours, 1998). Vivemos tempos de emergência da importância do indivíduo e valorização exacerbada do individualismo. Dessa forma, o outro me serve como instrumento para meus fins, sendo assim mutado, por pessoas e pelas próprias empresas, de indivíduo para um número ou código que pode ser usado, vendido, trocado ou descartado. A sociedade e o trabalho utilizam-se de estratégias de coerção e sedução como tentativa de reificação e rentabilização do indivíduo.

Com a dissolução dos laços e o clima de competição generalizada, o aumento da hostilidade se faz inevitável. A cooperação em equipe se faz antagônica à competição para adquirir e manter o trabalho. O outro se mostra como objeto de ódio e ressentimento, inaugurando uma nova forma de violência social latente (Freitas, Heloani, & Barreto, 2008). Esta violência social latente se dá de maneira direta nas relações sociais permeadas pelo Estado, mas principalmente de forma simbólica, e o assédio moral torna-se sua representante dentro das organizações.



Atividade cotidiana, resistências e saúde de trabalhadoras domésticas diaristas

Autor: LEO (Trampos / IP- USP)

A comunicação oral que venho propor assume a saúde de trabalhadores em condições de informalidade como campo-tema de pesquisa. O objetivo da pesquisa, ainda em desenvolvimento, consiste em compreender as relações entre atividade de trabalho e a saúde de profissionais diaristas que realizam serviços de faxina sem alguma vinculação contratual. A pesquisa já está na fase de explorações empíricas e se realiza numa unidade do SINE em Fortaleza (CE) que realiza encaminhamentos de profissionais para diversos serviços domésticos sem a exigência de contratos de trabalho padronizados. A apresentação desta comunicação oral tem por finalidade, além de propor de apresentar questões teóricas e empíricas acerca o campo-tema escolhido, gerar diálogos acerca os limites e possibilidades da pesquisa e da intervenção junto ao público de trabalhadores informais.

Em relatório recentemente pela International Labor Organization (ILO, 2018) revela que mais de 60% da população economicamente ativa mundial está atuando em condições de informalidade. Este levantamento, realizado junto aos cem países que encaminharam dados para o estudo, considera que cerca de dois bilhões de pessoas no mundo estão privadas de condições necessárias para o trabalho decente, ou seja, “situações de trabalho sem garantias de segurança, liberdade, equidade e dignidade” (p.21). São, em sua maioria, atividades econômicas que funcionam à margem de qualquer regulamentação estatal. O trabalho informal é o principal objeto de discussão nesta pesquisa, a partir do qual me proponho a pensar sobre como as situações concretas implicada nas relações de trabalho informal, e nos modos de organização individual da atividade cotidiana de trabalhadores informais, influenciam a saúde destas pessoas.

A constatada realidade do elevadíssimo contingente de trabalhadores que atuam na informalidade suscita demandas para as ciências do trabalho por estudos que compreendam a realidade prática na qual os setores populares resolvem a sua sobrevivência. É com este objetivo que Giraldo (2017), por exemplo, desenvolve uma visão sobre a “economia popular”. Neste sentido o autor afirma se diferenciar de visões, como os estudos elaborados pelos órgãos internacionais, que partem de noções prévias sobre a o assunto e só depois vão considerar o conceito na realidade.

Na busca por compreender a economia popular, Giraldo (2017) observa que tais atividades funcionam à margem das leis estatais, mas ao mesmo tempo não podem ser consideradas ilegais. Nesta zona do mercado de trabalho identifica-se, então, discursos e contra-discursos que colocam em conflito as pessoas que precisam deste tipo de inserção para sobreviver e as políticas públicas estatais, as quais comumente os direcionam apenas ações de controle e segurança. O Estado, oficialmente, não pode negociar com quem está à margem da Lei e o fato de “não reconhecer a estrutura complexa e desconhecida da economia popular contribui para disseminação de processos de trabalho em condições precárias” (Giraldo, 2017, p.15), sem nenhuma proteção social e que abalam a saúde e a dignidade destes trabalhadores.

A inexistência de regulações contratuais nas diversas modalidades do trabalho informal (seja no comércio, nos serviços, na construção civil ou nos arranjos produtivos familiares) suscita questões quanto a proteção destas pessoas, não apenas frente às políticas públicas de seguridade social – previdência, saúde e assistência -, mas também em relação às vulnerabilidades da atividade de trabalho em si. A falta de contrato impede, por exemplo, que o trabalhador seja contemplado pelo programa do seguro desemprego quando for demitido. É comum também observarmos nas calçadas dos centros comerciais pessoas que trabalham expostas ao sol, à fumaça, ao intenso barulho da rua e à movimentação de pessoas desconhecidas. Podemos questionar ainda se informalidade representa um aspecto de desfiliação em relação à sociedade salarial, nos termos de Castel (2010), implicando em “relações aleatórias de trabalho” (p.24), o que dificulta a permanência dos proventos necessários para a sobrevivência do trabalhador e da sua família. O conjunto de vulnerabilidades pertinentes a atuação de trabalhadores que atuam em condições de informalidade - as quais pretendo explorar mais aguçadamente delimitando um público de interesse em específico - me conduzem à curiosidade sobre como a saúde destes sujeitos se configura a partir dos processos de vida por eles experienciados. No campo de uma Psicologia que pensa o trabalho, cabe ainda questionar sobre quais são sentidos subjetivos elaborados por estes trabalhadores, e como estes sentidos se relacionam com a saúde e os respectivos modos de vida.

Subjaz neste momento introdutório a necessidade de expor qual a noção de saúde que irei assumir a fim de estudar a atividade de trabalho em condições informalidade. Se tomarmos a noção de trabalhador como “um agente de mudanças, com saberes e vivências acumuladas sobre o seu próprio trabalho, compartilhadas cole-



tivamente," (Lacaz, 1986, p. 24) torna-se claro que a problematização acerca da saúde dos trabalhadores deve envolver aspectos históricos e processuais, e não se resumir à caracterização dos fatores ambientais como meros agentes externos e nocivos.

Neste sentido escolho pelo enfoque sobre a saúde de trabalhadores pautado nas interações cotidianas entre o sujeito e as condições (objetivas e sociais) de sua atividade. A proposta é situar a atividade de trabalho "numa perspectiva de interação entre o biológico e o psíquico, constituindo um nexos psicofísico indissociável, cujo desequilíbrio (...) pode expressar-se numa ampla e variada gama de distúrbios, classificados como doenças, malestares difusos, sofrimentos e danos que se somam às doenças ocupacionais clássicas" (Sato, Lacaz, Hespanhol Bernardo, 2008, p.283).

O filósofo chileno Vladimir Safatle comenta, com base nos estudos de Georges Canguilhem sobre "o normal e o patológico", que a doença deve ser considerada como a "produção de normas de ajustamento entre o organismo e o meio ambiente; normas estas vivenciadas como restrição do mundo e da capacidade de atuação do indivíduo biológico" (Safatle, 2011, p. 23). Já o processo de saúde consistiria numa característica do organismo produtor de normas na sua relação com o ambiente, "na sua capacidade de ajustamento às exigências de um meio casualmente fechado" (Idem, p.26). Considera-se que esta noção de saúde é adequada para o presente projeto de pesquisa já que, além de ser uma perspectiva adotada por diversos autores da psicologia do trabalho, aborda os aspectos ambientais e psicossociais na relação entre o indivíduo e a organização do trabalho cotidiano como fatores determinantes da atividade e, portanto, da saúde dos trabalhadores.

Devido a grande multiplicidade de situações que envolvem o trabalho informal faz-se necessário uma objetiva delimitação do público alvo para efetivação deste estudo. Sendo assim escolho por investigar pessoas que são encaminhadas pelo Centro do Trabalhador Autônomo (CTA) - projeto que será devidamente apresentado na metodologia (item 6 deste texto) - para realização de serviços domiciliares sem a necessidade de qualquer regulação contratual entre contratante e trabalhadores. O CTA possui atuação em vários bairros da cidade de Fortaleza (CE), consiste numa ação financiada com recursos públicos do Sistema Nacional do Emprego (SINE) e tem como função a intermediação de trabalhadores para serviços domiciliares pontuais, sem vínculo empregatício ou recolhimento de impostos em favor do trabalhador. Dentre os serviços encaminhados pelo CTA estão: faxina, serviços gerais, costura, cozinha, baby sister, acompanhante de idosos, atendimento em mesa, churrasqueira, motorista particular, jardinagem e vigilância. O fato de ser um projeto financiado com recursos públicos e que encaminha pessoas para serviços informais torna do CTA um campo de singular relevância.

Circuitos, regulações e deslocamentos na prostituição entre homens

Autor: Cristiano Hamann (UFRGS)

Coautor: Inês Hennigen (UFRGS)

A presente proposta busca colocar em discussão a multiplicidade de experiências sexuais/afetivas/laborais a partir de um percurso etnográfico na prostituição entre homens. Esse campo de reflexão se fez possível a partir da construção de uma pesquisa de doutorado, processo em que procura-se a compreender como as vivências de homens envolvidos na prostituição desconstituem o que é inscrito como da ordem das dicotomias em sexualidade e gênero (homossexualidade/heterossexualidade, masculino/feminino), e nas inscrições tradicionais de oposição laboral (trabalho/afeto). O trânsito etnográfico, e as transações no movimento de pesquisar, têm mostrado que os homens estrategicamente compõem-se com dimensões normativas, mas não se reduzem a essas planificações, produzindo certas experiências que destoam dos estereótipos da prostituição e que convocam diferentes territorialidades (geográficas e existenciais).

A incursão em campo se fez possível, inicialmente, a partir da pesquisa de mestrado do primeiro autor. No momento de construção da dissertação, utilizou-se de informantes-chave contatados através da técnica de snowball. Inicialmente, um coordenador da área de DST/Aids e Hepatites Virais do Município de Porto Alegre indicou outro informante que exercia um cargo de gerência em uma sauna da cidade voltada para prostituição exercida por homens. O contato com interlocutores desse ambiente, a cada entrevista, levou a outros locais – cujo critério era fazer parte do itinerário dos entrevistados. Este processo de incursão, no qual as observações registradas em diários de campo e entrevistas narrativas se compuseram, constituiu-se dando privilégio a três locais: uma rua, um bar e uma sauna. Aproveitando esse percurso iniciado, durante o doutorado foram elencados outros dois locais:



uma sauna e um bar. Ainda que outros espaços tenham sido observados, dado a necessidade de síntese e tempo disponível no desenvolvimento da pesquisa, foram escolhidos estes para análise em profundidade. Essa escolha, apesar de arbitrária, se fez pela maior permanência nestes ambientes e pela característica de formação da rede (um maior número de homens indicava estes locais como parte de seus itinerários na prostituição).

O trajeto investigativo desenvolvido indicou que as relações na prostituição entre homens mostravam-se composto com diversos agentes sociais e em uma série de 'formatos': mulheres trans e travestis não só frequentavam as casas de prostituição, mas mantinham relações afetivas/sexuais com os homens que se prostituíam; namoradas/esposas que transitavam em locais de "programa" estabeleciam uma relação de proximidade com os clientes de seus namorados/maridos; trabalhadores do sexo que se casaram com trabalhadoras do sexo, pois estas "compreendiam" as particularidades e demandas do campo laboral; estabelecimento de contratos de preferência com certos clientes (configurando o que era chamado "cliente fixo"); homens que declaravam não ter um intercurso de trabalho com clientes fixos, mas sim que percebiam-se em relações outras, o que lhes fazia deslizar em um "entre", nem encontros enquadráveis no campo 'conjugal' nem no marco dos usuais "programas".

Na esteira dessa discussão, vemos se estabelecerem diversos tensionamentos. Discursos heteronormativos (no qual, nas narrativas dos homens, a existência de um marco heterossexual parecia afastar das identificações com a homossexualidade e com o feminino) se mesclavam com práticas nas quais esse marco não era convocado. Noções laboristas e capitalistas (no qual a prostituição era tomada pela via do trabalho como elemento que imunizava do prazer com clientes e instaurava uma relação de lucro/subsistência/investimento) se compunham com trânsitos não pensáveis dentro da racionalidade liberal. A relação com "o cara que ajuda", ou com a suposta necessidade de lucro/subsistência/investimento derivada do trabalho, muitas vezes inscreveu derivas singulares que não se enquadraram nessas formatações regulatórias. Por vezes o cliente virava um companheiro "boa gente" e o dinheiro ganho com os programas era utilizado para produzir novos prazeres (por exemplo, garotos que decidiam gastar o dinheiro do trabalho sexual, realizados em saunas e bares gays, como clientes nos percursos de prostituição feminina).

Estas questões, tomadas a partir da compreensão do poder enquanto vetor estratégico, nos davam indícios de que essas relações não produziam somente esquemas de restrição a associações com o anormal, homossexual e seus prazeres, mas também formas outras de prazer que se possibilitavam a partir (mas não somente dentro) do marco da subjetivação capitalística contemporânea. Produziam-se movimentos nos quais valores, estilos, comportamentos, legitimados através de dispositivos de saber e poder, em certa política geral de produção de verdades (Foucault, 1988), conviviam com relações que guardavam a potência de criação de espaços de liberdade, mobilizando formas outras de viver e desejar. Ou seja, vimos se estabelecerem possibilidades de adesão a elementos socialmente engendrados, mas também a visualização de linhas de fuga (Peixoto Jr, 2008). Nesse campo, aspectos fortemente institucionalizados (como o campo conjugal, familiar, liberal) conviviam com "formações íntimas desterritorializantes" (Zourabichvili, 2004).

Pensando nesse entremeio – essa fronteira em que o movimento que se coloca é de desterritorialização –, nos debruçamos sob certas 'conjugações', ou seja, espaços de afecção potencialmente fora dos marcos regulatórios que se engendram tendo a prostituição enquanto cenário. Conjugações, neste sentido, demandam compreender uma série de agenciamentos entre elementos que possibilitam, pela via das afecções, a construção de encontros fora do marco do trabalho higienizado ou da relação amorosa romântica. Pensando nos percursos realizados por esses homens, vemos que muitas vezes se gestam formas de vida em espaços existenciais outros, que se recusam a ceder a estriamentos identitários marcados pelo campo subjetivo tradicionalmente familista, conjugal ou laboral.

Referências

- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. São Paulo: Graal.
- Peixoto Júnior, C. A. (2008). O corpo intensivo: notas para uma concepção não-representacional. In: Peixoto Júnior, C. A. *Singularidade e subjetivação: ensaios sobre clínica e cultura*. Rio de Janeiro: 7Letras / PUC-Rio, p. 134-151.
- Zourabichvili, F. (2004). *Deleuze: una filosofía del acontecimiento*. Amorrortu.



Condições de trabalho de Psicólogas: uma análise do contexto cearense

Autor: Mayrá Lobato (CRP11-CE)

A psicologia hoje, em constante transformação, apresenta novos paradigmas e modos de atuação profissional (ANTUNES, 2001). Surge no contexto de precarização do trabalho, reforma trabalhista, de flexibilização e do retrocesso nas políticas públicas a necessidade de pensar e analisar a Psicologia enquanto classe trabalhadora tanto para o movimentos sindical da categoria como para a população de forma geral. O trabalho deve ser compreendido como categoria central para a compreensão da sociedade e para a estruturação da vida das pessoas (ANTUNES, 2009; MARX, 1975), reverberando na qualidade de vida dos trabalhadores (OIT, 2009), na construção de suas identidades e no desenvolvimento socioeconômico da região (ANTUNES, 1995; CASTEL, 2008). Dessa forma, torna-se imprescindível a compreensão das condições de trabalho de psicólogas para fornecer subsídios para a atuação de órgão regulamentadores e para a própria categoria profissional, levando em consideração o contexto sócio histórico no qual se encontram. Para Borges (2013) condições de trabalho são fenômenos multi e interdisciplinares. sendo as primeiras contribuições teóricas surgidas em obras clássicas, como as de Marx (1975) e Engels (1986). contudo o termo "condições de trabalho" permaneceu durante anos sendo utilizado de forma ampla e inespecífica (RAMOS, PEIRÓ E RIPOLL, 2002). Poucos autores buscaram a delimitação desse termo em construto teórico no século xx/xxi, sendo os principais exemplos dos que fugiram a essa norma: Tiffin e McCormick (1942/1959), Muchinsky (1994), Prieto (1994), Ramos e cols. (2002), Blanch (2003) Ferreira e Mendes (2003, 2008) e Alvaro e Garrido (2005). As contribuições conceituais e classificatórias apresentadas por esses teóricos têm colaborado para a pesquisa sobre a temática das condições de trabalho. a compreensão de condições de trabalho que embasa esta pesquisa advém dos construtos dos citados, a saber, um conjunto de circunstâncias em que se desenvolvem as atividades laborais e que incidem significativamente, tanto na experiência laborativa, quanto na dinâmica das relações de trabalho. Com base nisso, traçamos como objetivo geral investigar a atuação, as características e as condições de trabalho de psicólogas inscritas no Conselho Regional de Psicologia da 11ª região (Ceará) visando obter dados que permitam o desenvolvimento de ações do conselho junto a categoria e a sociedade. para concretizar a investigação realizamos uma pesquisa quantitativa. A primeira etapa da pesquisa foi o levantamento bibliográfico acerca da prática profissional de psicólogas no contexto brasileiro e no contexto cearense. A diversidade de atuações e práticas profissionais foi investigada através de uma amostra aleatória simples de 384 profissionais (erro amostral de 5% e nível de confiança de 95%), garantindo que os resultados da pesquisa sejam precisos quando a todo o universo estudado (aproximadamente 6.000 psicólogas), tendo como critério de inclusão, ser psicóloga cadastrada e ativa no CRP11. Os dados foram coletados através de um questionário online (google formulários) com 23 questões, entre abertas e fechadas. A análise dos dados foi feita com a utilização de programas de organização de dados no caso o SPSS. Houveram 384 respostas válidas, excluíram-se respostas duplicadas e respostas que não pertenciam aos critérios de inclusão do estudo. Dos resultados destacamos que a maioria das respondentes se concentra na faixa de 20 a 30 anos. configurando-se como uma população adulta jovem e de recém formadas. Majoritariamente as respondentes são do sexo feminino 76,2% (n=292), demonstrando o recorte de gênero da profissão. A maioria das respondentes 47,8% (n=184) se declarou parda. Importante frisar a ambiguidade da referência parda que destaca a miscigenação, mas também o embranquecimento da população negra. Quanto a religião destaca-se que a maioria das psicólogas (n=193) se afirmou na religião católica. Contudo se apresenta uma diversidade religiosa e o considerável número de pessoas que afirmaram não possuir religião. Houveram respostas das diversas regiões do estado. Observando nominalmente as cidades destaca-se que a maioria (n=157) das respondentes trabalham no município de Fortaleza. a segunda cidade com maior número foi sobral (n=44). quanto a quantidade de trabalho/vínculo observa-se que 58,5% (n=224) das respondentes tem apenas um trabalho/vínculo atualmente e 41,5% (n=160) possuem mais de um trabalho/vínculo. A principal área de atuação como psicóloga é a área social, totalizando 30% das respondentes (n=113). Em segundo destaca-se a área clínica com 22,5% (n=85). Quanto a jornada de trabalho destacamos que a maioria 46,7% (n=180) das respondentes trabalha 40 horas semanais e 23,0% (n=87) trabalham 20 horas semanais. A maioria 29,5% (n=113) das respondentes ganha de R\$ 1.577,00 a R\$ 2.364,00. o valor com o segundo maior número de respostas 22,7% (n=87) são os que ganham de R\$ 2.365,00 a R\$ 3.152,00. Quanto aos instrumentos de trabalho a maioria (77,5% - n=297) utiliza o computador e recursos de informática em seu cotidiano. Sendo segundo instrumento mais utilizado o transporte 51,6% (n=199). Majoritariamente as respondentes 37,2% (n=154) colocaram os testes psicológicos como instrumentos necessários no exercício profissional e que não são disponibilizados. O segundo maior

número de respostas (n=138) foram os instrumentos lúdicos para crianças. A maioria (n=135) das psicólogas avalia suas condições de trabalho de forma regular. Contudo a soma das avaliações ruins (n=241) coloca que a maioria da categoria avalia negativamente suas condições. A partir dos resultados percebe-se a expansão da psicologia no estado do Ceará, com aumento das instituições formadoras e consequente aumento do número de psicólogas. A Psicologia no Ceará é majoritariamente feminina, parda e atua na área social. Destaca-se que esta área é geralmente ligada a atuação nas políticas públicas, contudo é importante frisar o grande número de psicólogas que atuam na área clínica. A categoria avalia de forma regular suas condições de trabalho, o que evidencia a necessidade de melhorias, sobretudo na questões relativas à remuneração, à situação contratual e às condições de segurança e saúde. Soma-se a necessidade de instrumentos de trabalho, especialmente testes psicológicos e material lúdico para atendimento de crianças. Diante dos achados, salienta-se o aprofundamento de estudos sobre as condições de trabalho de psicólogas e a necessidade de contínua atualização das investigações sobre o tema. Coloca-se também como imperativo o estudo acerca do desemprego na categoria das psicólogas. Finalizamos com a reflexão para que a categoria de psicólogas se aproprie destas informações e se engaje na luta por melhores condições de trabalho não só para si mas para a classe trabalhadora de forma geral.

Economia solidária como desacelerador, emancipador e resistência na produção em saúde

Autor: Plínio J. Simon Neto (UNISINOS)

Coautor: Zuleika Köhler Gonzales (Unisinós)

O tempo na modernidade dá-se numa função capitalística; a função da produtividade, do dinheiro; e tempo é dinheiro (Pelbart, 1993). Espaços encarcerados e disciplinares preveem cada movimento, sem deixar de observar a nada, de controlar todos os corpos e detalhes (Foucault, 2015). Na contemporaneidade passa-se à cronopolítica, uma aceleração totalizante do tempo. Uma aniquilação do tempo na medida da instantaneidade, apagando o deslocamento no espaço. As tecnologias informáticas acabam por expressar de forma exemplar a abolição do tempo. A informação antecipada neutraliza, não só o tempo, mas o acontecimento ligado a ele (Pelbart, 1993).

Os tempos da loucura aos usuários psicóticos diferem do tempo vivido pelos usuários do Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Outras Drogas – de São Leopoldo (CAPS AD-SL). Aos psicóticos, lentificação dos espaços vividos nos longos silêncios, usuários perdidos no passado, como outros tantos em um tempo aquém do tempo. A cronopolítica da abolição do tempo é tátil nas vivências cotidianas dos usuários do CAPS AD-SL. A máxima expressão subjetiva desta aceleração que desmaterializa a realidade e em sua imensa potência paralisa; encontra-se na manifestação desta sintomática do tempo aos usuários (Pelbart, 1993).

A exemplo, uma pequena historietta, uma vida imensa que nos momentos de desaceleração produzidos, no Espaço de Convivência (EC-CAPS AD-SL), acaba por resgatar algumas memórias. Michel tem trinta e um anos, recém completos em 2019. Não gosta do aniversário, menos ainda das felicitações que ele acarreta. Sua história é marcada pela violência e pelo abandono. Desde criança esteve em meio à violência familiar e a emergência de sobreviver. Ao completar dezoito anos adentrou o exército e passou a vivenciar intensas experiências com sexo e drogas. Passada uma década, Michel está em situação de rua, sem trabalho formal, sem renda fixa e tem por referência o CAPS AD-SL; referência tanto às atribuições de estabelecimento de saúde, como ponto de ancoragem que Michel pode ter um mínimo de acesso a coisas corriqueiras. Banho, alimentação, barbear, descansar, etc.

Em uma data comemorativa o CAPS AD-SL estava fechado, pois unira-se aos demais serviços da rede de saúde mental. Houvera a concentração destes serviços da rede (CAPS II, infanto-juvenil e AD) no espaço do CAPS II-Capilé. Os usuários destes serviços concentraram-se neste estabelecimento. Michel estava no período “fora” do Albergue Municipal Bom Pastor. Dada a organização do serviço, o usuário após trinta dias albergado passar trinta dias sem acessar. Michel em seu período “fora” do albergue acaba por se desorganizar bastante. Quem antes estava em intensa remissão do uso, progressivamente organizado e ampliando suas redes de contato e apoio, acaba por pagar o preço cobrado pela rua. Michel em seu acesso ao CAPS AD-SL têm cuidados, neste dia, não pode tê-los. Era terça-feira, quatorze horas passadas, fazia quatro dias que não acessava qualquer estabelecimento público. Michel, muito irritado, clama aos céus: “Eu só queria tomar um banho”. Uma pessoa da equipe respondeu, inocentemente: “Por que não tomou ontem?”. Ainda mais irritado, ele respondeu: “O que quero saber de ontem?! Eu quero saber de agora!”. Sai a passos largos.

As poucas linhas traçadas anteriormente não se arriscam à tentativa de descrever a complexidade de Michel, servem para que se teça um fio até o seu sofrimento e tempo: o eterno presente. Pelbart (1993) afirma haver uma ausência ou excesso de concretude, assim como uma ahistoricidade, um vazio perpetuo, que condena a uma contemplação invejosa na quietude observacional da existência outra.

A vida de Michel acontece em excesso de concretude, o acontecimento narrado se presta ao exemplo, uma emergência pela sobrevivência. Há sempre algo a estar fazendo no tempo-instante do futuro imediato. Conversar com “madrinhas” e/ou “padrinhos” ao fim da madrugada para tomar o desjejum, manguear pela manhã para almoçar, cuidar de carros à tarde para jantar, chegar ao estabelecimento de albergagem ao tempo certo e sair às seis horas da manhã. Tal qual dá-se a relação com as com as drogas, trata-se de conseguir o valor, por vezes mínimo, de consumo. A presentificação constitui um dos motores principais do modo de subjetivação de Michel, logo, relacional deste sujeito e que não se restringe unicamente às esferas supracitadas.

A breve historietta relatada, serve aqui, de modo amostrar a paleta de cores que recobrem a trama do tecido dos usuários do EC-CAPS AD-SL. De modo a incorrer no erro da generalização, os usuários deste espaço apresentam este modo de existência com muitos pontos em comum, sendo concretamente: situação de rua, trabalho informal, pouca ou nenhuma renda, vida atravessada pela violência, imperativo da sobrevivência.

Dada esta demanda, objetivou-se com o projeto desenvolvido junto aos usuários do EC-CAPS AD-SL a constituição de oficina de geração de trabalho e renda, com as coordenadas apontando para: o cuidado em saúde mental considerando a integralidade dos sujeitos; a promoção de autonomia, protagonismo, autogestão democrática do coletivo e de cidadania; também, o fortalecimento de vínculo da coletividade no EC-CAPS AD-SL e formas alternativas de ocupação nos espaços do município. Entendendo que outras formas de relacionar-se, seja com a equipe do serviço, com o coletivo de usuários e com os territórios, possibilita esse desacelerar tão necessário para produzir saúde, memória, autonomia, coletividade e cidadania. Pois, dado o paradoxo aceleração-imobilidade, nada se faz além de antecipar o futuro e intensificar o presente, sem haver espaço para a experiência do tempo descolado de uma cronopolítica (Pelbart, 1993).

Buscou-se com a intervenção relatada o tensionamento com as conformações de ser-estar na sociedade; das formas cristalizadas e normativas. A resignificação do território constitui base de enfrentamento às lógicas conservadoras em seu registro moral e neoliberais nas relações econômicas e de trabalho instituídas, em conjunto e suportada pela Portaria 3.088 (Ministério da Saúde, 2011) que, em especial, nos seus artigos 2º, 4º e 12º, consideram como objetivos a reinserção, a inclusão social, a autonomia e o exercício da cidadania; ainda, considera iniciativas de trabalho e geração de renda como veículos para melhoria concreta da vida.

Por orientação teórica tomou-se os tempos da loucura e a cronopolítica, de Pelbart (1993), como articuladores. Destes conceitos, a reflexão acerca dos tempos produzidos e reproduzidos pelos usuários do serviço, assim como a equipe.

Às sexta-feira eram produzidos, organizados e transportados os artesanatos e comprava-se os insumos. Aos sábados, fazia-se o transporte dos materiais até a Feira do Alimento Saudável de São Leopoldo (FAS-SL), a montagem de estrutura, exposição e venda dos artigos. Todos os sábados contaram com a presença do CAPS AD-SL, excetuando-se os chuvosos (três). Ainda houveram participações em eventos na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e durante a Semana de Luta Antimanicomial de São Leopoldo. O projeto iniciou em 15/03/2019 e o seu término em 15/06/2019.

Como resultado, o fortalecimento do vínculo da coletividade dos usuários participação efetiva na FAZ-SL e no movimento de integração da Associação Criativizando de Atenção Psicossocial de São Leopoldo no circuito de Economia Solidária (ES) do município. A primeira participação da Criativizando na assembleia da ES deu-se em 05/06/2019, sendo necessárias três participações consecutivas, uma vez ao mês, e um curso de capacitação. Até o momento da redação do presente texto a associação realizava o primeiro de três módulos do curso de capacitação para os participantes da ES. Compreendendo esse acontecimento como catapultante para a assunção do protagonismo, autonomia, autogestão e cidadania dos usuários. A FAS – SL, dentre outras atividades no serviço, possibilitou ocupar a cidade de outra forma que não a usual presentificação de tempo-instante, produzindo tempo-espaço que não das formas capitalísticas habituais viabilizando um “jorrar do tempo” (Pelbart, 1993, p. 35), um tempo-espaço por vir.

Conclui-se que a sintomática expressa por meio da toxicomania é um expoente máximo de múltiplos atravessamentos, resultado de uma cronopolítica disciplinar de aceleração totalizante do tempo que culmina em um modo de subjetivação capitalístico. Esse modo de existência técnico-científico se faz pertencer pelo consumo e



pelo consumo se faz aliviar o sofrimento produzido por esta forma de ser-estar no mundo. Aquele que não se insere no registro do consumo é condenado a marginalidade. Entende-se a possibilidade de uma forma outra de relação com os espaços marcadamente de consumo um ato de resistência. Produzir um tempo-espaço em psicologia que não seja normativa, que não reproduza o saber-poder oriundo de um projeto de ordenamento social regulatório que individualiza e interioriza uma lógica capitalista (Filho, 2009); mas que abra tempo-espaço para o acontecimento e para a exaltação da diferença.

REFERÊNCIAS

Filho, K. P. (2009). Para uma arqueologia da Psicologia. In N. M. de F. Guareschi & S. M. Hüning (Eds.), Foucault e a psicologia (p. 181). Porto Alegre: Edipucrs.

Foucault, M. (2015). Ditos e escritos, volume IV: estratégia, poder-saber. (M. B. da Motta, Ed.) (3rd ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Ministério da Saúde. (2011). PORTARIA No 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011(*). Retrieved October 25, 2018, from http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html

Pelbart, P. P. (1993). A nau do tempo-rei: 7 ensaios sobre o tempo da loucura. Rio de Janeiro: Imago.zccc

Entre a dor e a resiliência: do assédio moral ao adoecimento no trabalho, um estudo de caso.

Autor: PRISCILA MOREIRA MOREIRA SANTA (PRISCILA SANTANA)

O presente estudo de caso apresenta a história de Ary de 40 anos, trabalhador por mais de 15 anos na mesma empresa no distrito industrial na cidade Manaus, sofreu assédio moral e hoje encontra-se adoecido, portador de laudo psiquiátrico, afastado e sem benefício do INSS, sua relato apresenta a dor vivida entre os muros da empresa, influenciadoras de seu processo de adoecimento. O objetivo geral consiste em desvelar os caminhos do assediado em meio a dor e a solidão; de maneira específica busca-se: identificar os impactos do sofrimento mediante a organização do trabalho; analisar as estratégias defensivas utilizadas neste processo; descrever a influência do processo clínico na clínica do trabalho e sua relação com o grupo. O presente estudo é fruto de uma clínica do trabalho *stricto sensu* dejouriana realizada no CEREST -AM, entre os anos de 2016 à 2017. A clínica do trabalho fundamenta-se teoricamente na psicodinâmica do trabalho criada por Dejours nos anos 80 e segue seus preceitos metodológicos. A clínica ocorre em etapas, a primeira é a análise da demanda, esta, foi realizada mediante a triagem do CEREST-AM, dá-se início então a clínica propriamente dita, onde os encontros são semanais, com média de uma hora de duração, entre o (08) oito a (12) doze sessões. O coletivo de pesquisa utilizado para discutir as sessões da clínica e refletir sobre o andamento da mesma ocorria no Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho do UFAM. Inicialmente as sessões eram semanais, no entanto, ao se aproximar do fechamento da clínica elas passaram a ser quinzenais. A análise de dados segue os preceitos da ACT- análise clínica do trabalho, descrita por Mendes (2011), estes forma organizados em eixos o primeiro a organização do trabalho; o segundo a mobilização subjetiva; o terceiro sofrimento defesas e patologias. Os resultados encontrados revelam a importância do grupo de trabalhadores unificados pela dor, esta foi uma clínica que teve seu maior tempo de duração, um ano e meio, e isto muito em função do sofrimento mediante o relato acompanhado de muito sofrimento e dor, com ideação suicidas, seguido de alucinações, visuais e auditivas, como ponto de gatilho nas descrições sádicas do assediador, caracterizado como sádico e perverso, sem empatia alguma diante da sobrecarga e violência psicológica aplicadas a Ary, além destas o corpo já acometido por mazelas crônicas apresentando dores musculares em virtude do adoecimento físico e forte comprometimento de sua coluna. Sua organização do trabalho compreendia tarefas de alta periculosidade, estava sempre em ambientes que exigiam manutenção constante, altas temperaturas, além de dedicação exclusiva, estando sempre a postos para que a produção não parasse nunca, mesmo que isso colocasse em risco sua vida e de seus colegas, como aconteceu de fato, presenciou a morte de um trabalhador, um amigo, morte em um acidente de trabalho, completamente contorcido pela máquina, ao socorrer o amigo ainda vivo, o viu clamando por seu nome até o último suspiro, seu assediador banalizou o acontecimento mandou apenas que deixasse o corpo encostado ao lado e que continuasse as máquinas, o trabalho não pode parar. No entanto, a potência do grupo o fortaleceu, essa foi uma das principais estratégias apresentadas, seguido da inteligência prática na luta por seus direitos o que inclui tanto o processo da empresa como a assistência do INSS - Instituto nacional

de seguridade social-, ou até mesmo, compreender sua família, seus amigos, a relação entre o pares ficou comprometida e este lhes é muito doloroso e para muitos motivo de rompimento devido a falta de compreensão. Outra estratégia envolve o acesso ao SUS – sistema único de saúde- encontrando atendimento médico necessário aos laudos da perícia. E mesmo assim os participantes preferiam participar da clínica do trabalho, o argumento consistia que de fato era compreendido, a necessidade de provar o que se fala é muito presente, lá a escuta clínica do trabalho, lhe trouxe alívio para sua angústia, conforto entre os pares e isso independente do labor desenvolvido, ele era o único com função de trabalho diferenciada dos demais participantes do grupo, mas ao participar mobilizava a fala e os fortalecia e era fortalecido por eles. A identificação com GT26: O trabalho em tempo sombrios: políticas públicas, olhares críticos e resistências frente ao neoliberalismo e à precarização da vida, inicialmente por estar aberto a relatos de experiência prática real do mundo do trabalho, que nos leve a uma reflexão real e consistente do severo problema que estamos enfrentando, na qual tanto a saúde do trabalhador em parceria tanto com a psicologia organizacional do trabalho, como a própria psicologia social, já que, este sujeito é histórico e possuidor de uma subjetividade única, mas que ao adentrar no mundo do trabalho, depara-se com uma realidade bruta, intolerante e alienante, capaz de alterar a sua subjetividade, porém sem se perceberem tornam-se apenas zumbis, incapazes de refletir, exceto quando adoecem e são então obrigados a enfrentar o problema. Mediante esta organização do trabalho que o exército de lesionados vem aumentando, juntamente com a precariedade revelada em relatos de muita dor e sofrimento, se faz fundamental mediante esta discussão discutir as diversas mazelas que assolam o trabalho na atualidade.

O trabalho terceirizado da Psicologia na Assistência Social no interior do Rio Grande do Sul/RS

Autor: Roberta Fin Motta (PUCRS)

Coautor: Fellipe Coelho-Lima (UFRN)

A terceirização surge como resposta à crise do capital pós-1980, sendo um processo que impacta em todas as atividades (rurais e urbanas), nas indústrias, no comércio, nos serviços e nos setores público e privado. Assim, passa a ocupar um lugar central nas políticas de organização e gestão do trabalho. Essa modalidade de trabalho incorpora uma nova forma de mercantilização da força de trabalho, diante de péssimas condições de trabalho e salariais; exposição a piores condições de segurança e saúde no trabalho, possibilitando a perda de enraizamento e de vínculos com o serviço além de favorecer a perda dos direitos trabalhistas. Na década de 1990, passa a ser uma estratégia adotada pela Administração Pública Brasileira, avançando e atingindo de forma mais acentuada o campo das Políticas Públicas, especialmente, a Assistência Social. Tal política foi a que mais tardiamente efetivou-se, diante disso, encontra-se suscintamente convivendo com a redução, fragilização e precarização de investimentos, traços que facilitam a adoção da terceirização enquanto prática de trabalho. Nessa direção, a Psicologia, enquanto uma das profissões que compõem as equipes de referência dos equipamentos dessa Política, passa a conviver com essa modalidade de trabalho, algo ainda pouco abordado na Academia. Este resumo busca apresentar um recorte da pesquisa de Dissertação de Mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (PPGP/UFSM), o qual teve enquanto objetivo analisar a terceirização da prática profissional da Psicologia na Política Pública de Assistência Social em um município do interior do Rio Grande do Sul/RS. Os pressupostos teóricos que orientaram a escrita e as discussões ao longo deste estudo, embasam-se na Psicologia Social Crítica, fazendo uso também das teorias críticas do trabalho, principalmente pelas reflexões promovidas por textos de Graça Druck e Ricardo Antunes. Para isso, lançou-se mão de leituras em livros, capítulos de livros, artigos científicos e dossiês sobre as temáticas centrais da Dissertação. Em relação ao processo para a execução da pesquisa, em um primeiro momento foram realizadas tentativas com psicólogas que estivessem em regime de terceirização atuando nos serviços socioassistenciais. Porém, percebeu-se muitas resistências desse grupo, por meio desse dado pode-se imaginar que o processo de terceirização vivido por essas profissionais traz anseios, medo de retaliação e problemas com as empresas terceirizadas. Diante disso, buscou-se redefinir a população-alvo da pesquisa, ampliando para um grupo de profissionais que atuaram em serviços da rede socioassistencial por meio de contratos terceirizados, entre os anos de 2013 a 2017. Para isso utilizou-se a técnica da bola de neve, sendo que as primeiras informantes-chaves foram escolhidas por conveniência. A partir dessas participantes iniciais foi sendo constituída uma rede de informações, que atingiu o ponto de saturação com 12 entrevistas realizadas. A coleta de

informações ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, composta por um roteiro, que buscou contemplar aspectos sobre: condições de trabalho e exercício profissional. Todas as participantes do estudo foram contatadas via ligação telefônica e convidadas a participar da pesquisa. Ressalta-se que as entrevistas foram agendadas conforme a disponibilidade das psicólogas e em um local de suas preferências. Além disso, foram gravadas em áudio e posteriormente analisadas qualitativamente conforme Análise de Conteúdo. Aliás, salienta-se que a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Maria (CEP/UFSM), sob parecer CAEE nº 89346518.4.0000.5346. Entre os resultados identificou-se que a precarização do trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) perpassa os processos seletivos que foram submetidos, os quais eram obscuros em seus critérios e métodos; a diversidade de formas de contratação, não sendo raro os casos de contratos de prestação de serviço autônomo; além das elevadas cargas horárias, as quais permitiam o acúmulo e desvios de funções bem como a execução de outras atividades para além das que constava em seus contratos; baixa remuneração, necessitando uma complementação de renda por meio de um segundo emprego; falta de incentivo à Educação Permanente e interferência direta da gestão sobre a atividade das profissionais. Soma-se a esse quadro, ainda, dificuldades de comunicação com as empresas terceirizadas contratantes, conflitos com os gestores do serviço e da contratante e a fragilização tanto da segurança como na saúde da trabalhadora no serviço, gerando adoecimento nas profissionais. Com isso, os dados advindos dessa pesquisa indicam um cenário de precarização das condições de trabalho das psicólogas que estão atuando no SUAS a partir de contratos terceirizados. Salientando-se que tais informações refletem um processo de despotencialização das trabalhadoras, uma vez que elas são as principais ferramentas de trabalho desta Política. Desse modo, percebe-se um descompasso entre o que fomenta e preconiza a Política Pública de Assistência Social e o modelo de contratação e gestão do trabalho, no município pesquisado, o qual impede a efetivação propriamente dita dessa política. Aliás, esses resultados também geram reflexões para a própria Psicologia, uma vez que acaba por revelar uma parcela das psicólogas sofre com o mesmo processo de terceirização que outras profissões, reafirmando o lugar das primeiras como classe trabalhadora assalariada.

Observação da dinâmica do trabalho sexual na Guaicurus: uma tentativa de aproximação do real trabalho

Autor: Beatriz Malverde (UFMG)

Coautor: Nídia Dias (UFMG), Ana Clara Marques Robes (UFMG), Lucas Castro Matrangolo (UFMG), Amanda Nathália Vieira Gomes (UFMG) e Giovanna de Araújo Bettoni (Universidade Federal de Minas)

Atualmente, no Brasil, a prostituição se caracteriza como uma atividade cercada por tabus e preconceitos e tal realidade faz com que este tema seja uma pauta de discussão que encontra entraves na sociedade, nos movimentos sociais e no meio acadêmico. As prostitutas carregam o peso do julgamento moral acerca do exercício do seu ofício, algo que dificulta ainda mais os diálogos sobre o tema, já que, no lugar de serem arguidas sobre sua própria atividade, encontram opiniões pré-concebidas, carregadas de desinformação e senso comum que pouco dialogam com a sua realidade.

Wijers (2004) aponta para a existência de quatro regimes legais sobre a prostituição: proibicionista, regulamentarista, abolicionista e laboral, que se diferenciam na visão que possuem da prostituta: delinquente, mal social, vítima ou mulher trabalhadora, respectivamente. O autor afirma que todos estes regimes, com exceção do último, visam o controle e a abolição da indústria do sexo, já que há um julgamento moral da profissão.

Apesar de ser uma ocupação presente em inúmeras cidades brasileiras, só no ano de 2002 que a prostituição foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), documento que reconhece, nomeia e codifica as ocupações existentes no mercado brasileiro (MINISTÉRIO, 2008). Além disso, o trabalho das trabalhadoras sexuais no país não é reconhecido, mas tolerado. Não há criminalização de quem exerce a atividade, mas quem a "incentiva" ou a facilita, como gerentes ou donos de casas de prostituição, comete ato criminoso passível de pena prevista pelo Código Penal Brasileiro. Esta configuração da lei impede o requerimento de leis trabalhistas.

A falta de regulamentação de tal profissão, juntamente com a ausência de direitos, a vulnerabilidade social e a estigmatização que as/os profissionais enfrentam, prejudica discussões sobre condições de trabalho e saúde das(os) trabalhadoras(es). É diante deste cenário que se faz necessário maior visibilidade, para que seja possível promover um maior debate sobre a regulamentação e promoção de direitos para as trabalhadoras sexuais, extrapolando a ótica da moralidade e controle de corpos.



Neste projeto, trabalho final da disciplina de Psicologia do Trabalho do curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, foi proposto fazer uma investigação sobre as dinâmicas laborais da prostituição, tendo como foco observar como as profissionais da rua Guaicurus, em Belo Horizonte, se organizam e se relacionam com a rede de hotéis, procurando compreender o trabalho tendo como pressuposto de que as condições de trabalho devem estar adaptadas ao trabalhador, às suas características físicas e psicofisiológicas, e não o contrário, pois, tendo em vista que cada um constrói seu próprio fazer e por ele é afetado, apenas é possível entender a atividade em diálogo com as diferentes subjetividades que a praticam. Ademais, buscou-se refletir sobre a prostituição à luz do ordenamento político e jurídico em que ela se encontra no Brasil atual, e ver como esse debate está inserido entre as próprias profissionais. Um dos primeiros passos para tal é alinhar a luta das trabalhadoras sexuais à luta dos trabalhadores.

Para a realização dessa pesquisa, nos apropriamos do pressuposto da Psicologia do Trabalho de que quem detém o conhecimento da atividade laboral é o trabalhador, e de que só é possível nos aproximarmos no real do trabalho se efetivamente formos até as situações em que ele ocorre, pois é preciso “compreender o trabalho para transformá-lo”. Em relação ao referencial teórico, nos baseamos principalmente da obra de François Guérin, A. Kerguelen e A. Laville, chamada Compreender o Trabalho para Transformá-lo: A Prática da Ergonomia.

A observação ergonômica, como sendo uma ferramenta de transformação do trabalho, divide-se em três campos: o campo físico (biomecânica da tarefa), o campo cognitivo (aspectos psicológicos) e o campo ambiental (área organizacional; meio ambiente do trabalho). Em relação ao primeiro campo, em nossas observações tomamos nota dos aspectos posturais, gestos e os deslocamentos realizados pelas trabalhadoras. No campo psicológico observamos a comunicação das trabalhadoras com suas colegas de trabalho, clientes, com as associações e movimentos sociais presentes no hotel, e por fim com os outros trabalhadores (gerentes do hotel, seguranças etc). Já no campo do ambiente, observamos a iluminação, ruídos, diferenças estruturais entre os hotéis, as ferramentas de trabalho e o estado geral dos quartos (estrutura, disposição dos objetos e as diferenças e semelhanças entre eles). Dessa forma, nossas observações nos permitiram levantar discussões sobre as consequências dessas situações de trabalho sobre a subjetividade e saúde das trabalhadoras. Foi possível observar de perto as péssimas condições de trabalho em que viviam as prostitutas. Situações que vão desde a falta de informações sobre ISTs a vivências extremamente violentas, como ter que trabalhar enquanto grávidas por não terem outra forma de fazer dinheiro para poder alimentar o futuro filho. Ou seja, elementos extremamente ligados ao trabalho precário que exercem, precarizado para que obedeça às configurações de trabalho exigidas para a hegemonia capitalista neoliberal. O adoecimento mental/psicológico aparece em consequência do ambiente inóspito, da vida marginalizada e invisibilizada como vida, da falta de apoio, da vivência numa estrutura de trabalho violenta para a mulher, dentre outras perspectiva que aparecem como fatores de desamparo.

Para viabilizar as observações nos hotéis, entramos em contato com a APROSMIG (Associação das prostitutas de Minas Gerais), associação que realiza várias atividades como eventos de vacinação, distribuição de preservativos, acolhimento e prestação de serviços jurídicos para as trabalhadoras, dentre muitas outras atividades pautadas na redução de danos. Nossa pesquisa foi composta por três partes: observação (mediadas por uma integrante da Aprosmig), roda de conversa e discussão. A primeira consistiu na apreensão da atividade de trabalho pelos estudantes por meio de coleta de informações visuais no momento efetivo dessa atividade. Cada dupla ficou responsável pela observação do ambiente de trabalho das trabalhadoras sexuais, totalizando em 6 (seis) observações feitas em 10 (dez) hotéis distintos durante 2 (dois) meses. Após as observações, foi registrado em diário de campo as impressões e experiências vividas. Posteriormente, foi realizada uma roda de conversa em um dos hotéis, com algumas perguntas sobre o que foi observado e que requerem outras informações sobre o exercício laboral das prostitutas. Por fim, a última etapa ocorreu em sala de aula, em uma apresentação de seminário da disciplina de Psicologia do Trabalho, com a turma do 5º período de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Nesta fase, ocorreu a discussão e reflexões acerca do que foi experienciado pelos pesquisadores.

Através das observações, foi possível visualizar um panorama sobre as condições de trabalho nos hotéis e a diferença entre eles. Além disso obteve-se algumas informações sobre as ferramentas de trabalho e relações interpessoais entre as trabalhadoras. Sobre as condições de trabalho, o grupo observou alguns problemas que se repetem nos diferentes hotéis, como a falta de espaço e iluminação externa, problemas posturais (uma vez que grande parte delas passam horas em pé) e ausência de momentos de descanso ou lazer devido ao alto valor das diárias nos hotéis e consequente extensão da jornada de trabalho. Devido a dinâmica das observações, que deveriam ser rápidas para que não as prejudicasse em seu trabalho, muitas perguntas apareceram. Com isso, surgiu a



ideia de se construir uma roda de conversa com as trabalhadoras, para que elas falassem de seu próprio trabalho. Todo o planejamento e execução da roda de conversa foi realizado conjuntamente com a APROSMIG, que nos ajudou na escolha do hotel, na distribuição dos convites, e no dia da atividade em si. A partir dessa roda, foi possível apreender elementos das situações concretas da atividade de trabalho, tais como as relações interpessoais, o estabelecimento de preços e contratos sociais estabelecidos pelas trabalhadoras. Além disso, obteve-se um maior entendimento sobre a visão que elas possuem sobre a própria ocupação, sendo, na maioria dos casos, entendida como um trabalho temporário, proveniente de um momento de falta de recursos e precariedade social.

Por meio deste trabalho, foi possível concluir que ainda se estabelece uma distância muito grande entre o trabalhador e academia. No caso da prostituição, o desconforto e tabu que tal ocupação gera na sociedade fazem com que esta distância seja maior, o que se evidencia na dificuldade que o grupo enfrentou de encontrar trabalhos anteriores na perspectiva da psicologia do trabalho sobre o tema. A vulnerabilidade social e outros problemas enfrentados por grande parte destas mulheres fazem com que discussões como a regulamentação da prostituição não sejam uma pauta prioritária, é preciso, antes, discutir possíveis políticas públicas acolhedoras que tratam a mulher por trás da ocupação como protagonista da questão. Os debates acerca da prostituição são muito mais complexos do que se imaginava e estas devem, obrigatoriamente, serem realizadas junto com as trabalhadoras, possibilitando assim uma construção de conhecimento horizontal e democrático.

Orientação Profissional em tempos de neoliberalismo: (im)possibilidades em meio ao caos político?

Autor: Sandra

Trata-se de uma tese de mestrado em andamento motivada pela inserção em cursinhos populares direcionados aos jovens afrodescendentes, bem como para brancos pobres e indígena. Tem-se a intenção de discutir a Orientação Profissional no contexto da realidade brasileira, especificamente, da periferia da cidade de São Paulo. O cursinho popular preparatório para vestibular e concursos públicos, pela proposta de formação de estudantes e cidadãos, proporcionou olhares críticos para pensar as diferentes dimensões da vida de jovens em situação de vulnerabilidade social, como: simbólica e, material simultaneamente histórica e política. Neste cenário, é mister pensar formas concretas de atuação da Psicologia por meio da Orientação Vocacional. Assim, é necessário olhar de maneira contextualizada para as noções de carreira e emprego – e como elas permeiam a vida de jovens de baixa renda. Como os modos de vida são construídos a partir de uma noção de sucesso – portanto, também é fundamental refletir sobre noções de humilhação social e exploração (material e subjetiva). A Orientação Vocacional, ainda mais em contextos como o dos cursinhos populares, exige interações que vão para além do setting terapêutico individual, observando também as transformações no mundo do trabalho e a imperatividade da garantias de direitos. Desta forma, a partir do referencial teórico da Psicologia Social crítica, pensou-se na intermediação da construção de projeto para o futuro com os jovens de periferia, trazendo um olhar histórico sobre a meritocracia e seu papel de controle simbólico sobre a desigualdade social. Ademais, propõe-se uma orientação profissional articulada com políticas públicas e garantia de direitos que garantam sustentação às demandas raciais. Durante a experiência de trabalho nos cursinhos, foi possível realizar encontros em formato de grupo operativo Pichon Rivière. Prevê-se, assim, a construção de uma pesquisa participante com registro da experiência com os grupos, em encontros que permanecerão na ativa. Estão previstos os seguintes temas para debate em grupo: mundo do trabalho: novas formas de trabalho e da relação com o trabalho; sucesso e fracasso profissional; desigualdade social e trabalho. Também será proposto a realização de entrevistas em profundidade por jovens que participam do grupo, colocando as seguintes questões para reflexão: O que é sucesso e fracasso? Espera-se promover uma reflexão, junto aos participantes do estudo, sobre aspectos psicossociais que perpassam as condições de vida e trabalho do jovem negro em vulnerabilidade social, assim como é esperado refletir sobre como a Orientação Profissional pode se tornar um ambiente democrático e de transformação pessoal, com um olhar crítico responsabilização pelo 'próprio' fracasso. Acredita-se que este trabalho se insere no GT - O trabalho em tempos sombrios: políticas públicas, olhares críticos e resistências frente ao neoliberalismo e à precarização da vida, porque pressupõe contribuições nas discussões com a temática aqui pontuada. Quanto a dimensão histórica, sob a perspectiva de trabalho a partir de Antunes (1998) é possível refletir sobre os impactos decorrentes da nova configuração no mundo do trabalho. A partir um cenário sobre a problemática das mudanças nas práticas de trabalho, e os elementos apresentados

por ele não difere do cenário comumente abordado no Brasil, mesmo reservando peculiaridades culturais, ainda assim assemelham-se quanto à estrutura de organização no mundo do trabalho e (re)significações no comportamento dos atores que compõem esse cenário. Neste panorama é possível perceber que as transformações se deram significativamente impactando na vida social economicamente, psicologicamente e política. As experiências por ele apresentadas evidenciam questões de desindustrialização, padrões de empregos por gênero, mudanças nos contratos de trabalho, insegurança e estresse decorrentes do processo de mutação. Assevera sobre as consequências oriundas da reestruturação no campo do trabalho, pontua que tais consequências não somente afetou a dimensão da materialidade, mas também a subjetividade. No transcorrer das pontuações discutidas por ele, diz sobre impactos significativos no modo de vida das pessoas, mais precisamente dos proletariados, que neste cenário de reestruturação viu-se forçado a refazer suas trajetórias de vida de trabalho. Os desafios para que haja minimamente garantias de direitos, permanecem em dias atuais quanto ao crescente número de desempregos e dispersão do desenvolvimento societais em detrimento ao crescimento capitalista. Sendo o processo de transformação no mundo do trabalho uma realidade na contemporaneidade, e a precarização dos recursos financeiros um fato concreto advindo da escassez de emprego, é salutar potencializar pessoas em vulnerabilidade social para que a culpabilização e responsabilização pelo suposto 'fracasso' não se presentifique em sua trajetória de vida de trabalho. A orientação profissional sob o viés crítico estaria cumprindo o papel de não potencialização da culpabilização e responsabilização do sujeito, mas permitindo um autoconhecimento que garanta possibilidades de escolhas desmistificando fragilidades individualizantes. A garantia da 'superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável' (OIT, 2019), é um exercício permanente. E como atores profissionais podemos nos autorizar a ser participante na promoção de uma trajetória de vida equânime aos jovens em contexto de vulnerabilidade social.

Rompendo com o silêncio das situações de assédio sexual e moral no trabalho

Autor: andrea de conto garbin (PUC) e Gabriel Carvalho Mugnatto

Coautor: Gabriel Carvalho Mugnatto

Atualmente homens e mulheres trabalham em ritmo e intensidade maior e condições de trabalho precarizadas, no entanto a divisão sexual do trabalho sustenta a segregação de mulheres em determinadas atividades menos qualificadas e estáveis e mais suscetíveis à discriminação sexual e moral. Em ambos assédios, a mulher é a principal vítima. A complexidade do fenômeno resulta em uma complexa interação entre diversos campos de saber, envolvendo aspectos psicológicos, jurídicos, sócias e históricos. Com o crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho, também cresce a importância do debate acerca da discriminação sexual no ambiente de trabalho. O estudo se relaciona com a temática do GT Trabalho, Vida e Saúde: contribuições da Psicologia Social do Trabalho para a Saúde do Trabalhador”, pois trata da precarização do espaço laboral pela discriminação sexual. Os objetivos da pesquisa foram compreender o fenômeno do assédio sexual e moral ocorridos com mulheres no trabalho, seus impactos na saúde das vítimas e identificar como os casos desenrolaram, como o assédio evoluiu, como as entrevistadas lidaram com as situações e como as empresas reagiram frente as denúncias. A trabalhadora, colocada em situações humilhantes, acaba por se isolar e vivenciar complicações tanto dentro e fora do trabalho. A fundamentação teórica baseou-se no estruturalismo de Pierre Bourdieu, acerca de construções históricas sobre a dominação masculina, na elaboração teórica de Marie-France Hirigoyen sobre a temática do assédio moral, e também referências da Psicologia Social e do Trabalho, sensíveis às questões de gênero e a precarização das relações de trabalho. Desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa exploratória. Foram entrevistadas seis mulheres sobre as situações de assédio vivenciadas e quais seus impactos. Quatro relataram casos de assédio sexual e duas de assédio moral. A análise das entrevistas foi feita através da metodologia dos núcleos de significação, separando por tópicos o que surgiu nas entrevistas de mais frequente ou impactante. Esses tópicos foram analisados a partir do referencial teórico, de forma a elucidar detalhes das vivências do assédio. Os casos de assédio sexual incluíram brincadeiras e insinuações. Foi constatado o caráter restritivo da norma brasileira em sua tipificação do assédio, que considera apenas casos em que o ofensor se utiliza de seu poder hierárquico; os relatos demonstram casos de assédios que ocorreram independente do cargo ocupado pelo agressor. Foi possível analisar nos casos violências simbólicas – violências que não utilizam da coesão física, mas sim, das vias simbólicas da comunicação e do conhecimento. Frequentemente os casos envolviam uma insistência do agressor, o que acaba por afetar as relações

dentro do espaço laboral, levando a um clima de desconforto e retraimento para a mulher. No caso do assédio moral, os relatos envolveram gritos, humilhações e situações que geravam ansiedade na entrevistada, fazendo com que cometesse erros. Apesar disso, os casos demonstraram um início sutil, o que faz com que seja mais difícil para a vítima detectá-lo. Assim, pouco a pouco, o assédio vai se intensificando e repetindo, até se tornar insustentável. Surgiram casos em que o assédio não era direcionado apenas para a entrevistada, mas também para seus colegas de trabalho, gerando um clima de tensão em todo o setor. Alguns desses colegas foram afastados por conta das agressões sofridas. Portanto, em ambos assédios foram relatados impactos que vão desde prejuízos no desempenho laboral, nas relações dentro e fora do trabalho, repercussões na saúde em geral, como sentimentos depressivos, alterações no humor e na perspectiva de vida, além de dúvidas sobre a própria conduta e sentimentos de culpa pelo assédio sexual e moral. A mulher já assediada passa a ser responsabilizada pelo comportamento do agressor. O momento de denunciar é repleto de obstáculos tornando as situações ainda mais penosas para as mulheres. Os processos de culpabilização inibem as denúncias e a prevenção ao assédio. No assédio sexual, a culpabilização se referiu a roupa que as entrevistadas usavam e no assédio moral a culpa apareceu como dificuldades da trabalhadora lidar com a figura de autoridade. Esse cenário acaba gerando custos para a empresa, com a saída dos trabalhadores, queda da produtividade, custos judiciais e para a sociedade, como gastos com desemprego e a invalidez do trabalhador, gastos com medicação e perda de trabalhadores produtivos e de recursos humanos. Verificaram-se processos de exclusão do trabalho das mulheres que vivenciaram o assédio tanto sexual quanto moral. O estudo revela estruturas patriarcais de poder e dominação masculina, principalmente nas situações de assédio sexual. A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos. Atua de modo a promover nos dominados, contra a própria vontade, sentimentos de vergonha, humilhação, timidez, ansiedade e culpa como maneiras de se submeter ocasionando conflitos internos. Os assédios acabam gerando sentimentos de vergonha, humilhação, timidez, ansiedade e culpa nas vítimas, que se veem submetidas as situações degradantes. A tomada de consciência acerca das relações que são estabelecidas entre os sexos, assim como de sua divisão histórica, demonstra um ato de subversão da ordem estabelecida. Os relatos demonstraram que raramente houve intervenções por parte das organizações para interromper as ações assediadoras e frequentemente as situações conduziram ao desligamento/mudança de local de trabalho.

Servidores, funcionários, terceirizados e empregados: a babel dos vínculos, cotidiano de trabalho e vivências dos trabalhadores em um serviço público

Autor: Juliano A. Bastos (UNIT)

Este trabalho se inscreve na tradição que vem sendo construída no Brasil pela Psicologia social do Trabalho e é resultado da pesquisa que originou a tese de doutorado do mesmo título realizada sob orientação da Professora Leny Sato, no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. O objetivo geral foi compreender o cotidiano e as vivências dos trabalhadores no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA) no qual se verifica uma babel de vínculos de trabalho, uma vez que os trabalhadores estão submetidos a diferentes modalidades de vínculo, assim identificadas: servidores, funcionários, terceirizados e empregados. Cada um desses vínculos encerra direitos e obrigações previstas desde a contratação e outras que surgem no cotidiano de trabalho, conformando um contexto de relações desiguais, a partir das quais várias situações problemáticas emergem e se configuram como novas exigências do trabalho. Descrever as práticas cotidianas que expressam a desigualdade decorrente da diferenciação entre os vínculos; identificar as transformações vivenciadas pelos trabalhadores no cotidiano a partir da mudança no modelo gerencial no HUPAA e compreender as demandas psicossociais enfrentadas pelos trabalhadores no cotidiano de trabalho, foram os objetivos específicos traçados. A inserção do pesquisador na condição de trabalhador, na Divisão de Gestão de Pessoas do HUPAA, foi o ponto de partida para o levantamento das primeiras questões, que, posteriormente, assumiram a forma de um problema de pesquisa. Considerando as condições do contexto em que este se deu, adotaram-se como referenciais teórico-metodológicos os estudos do cotidiano, utilizando-se uma abordagem etnográfica, a partir da qual, observação participante, entrevistas e análise de documentos foram os principais procedimentos utilizados para a produção/catalogação de informações. O desenvolvimento de estudos voltados para a compreensão do trabalho no serviço público e a possibilidade de contribuir com a descrição densa das vivências dos trabalhadores, ressaltando as demandas que enfrentam no cotidiano, são as principais justificativas

para a realização da pesquisa. Os resultados apontam as seguintes compreensões: a transição pela qual o HUPAA passou, deixando de ser um órgão de apoio acadêmico administrado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e passando à condição de filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), correspondeu ao ápice da babel dos vínculos, pois, além de inserir mais um contingente de trabalhadores com vínculo diferente dos que já existiam, introduziu novos modos de gerenciar o trabalho, desencadeando um processo de 'empresarialização' no interior de um serviço, cuja natureza é pública. No cotidiano de trabalho do HUPAA, apresentam-se situações de preconceito, discriminação e hostilidade. A babel dos vínculos submete os trabalhadores a uma fragmentação crescente, na qual os trabalhadores de vínculos distintos competem entre si e até os de mesmo vínculo também passam a adotar essa postura, posto que estimulados pela competitividade institucionalizada pela empresa, o que fragiliza o reconhecimento enquanto classe e a organização coletiva e, conseqüentemente, dificulta o enfrentamento às imposições da gerência mercadologicamente orientada que tem sido o modelo de gestão adotado no hospital. Com a EBSERH, evidencia-se também a substituição paulatina dos servidores públicos, com seu regime de regulação contratual específico, pelos empregados públicos, cujos contratos são regulados pelo mesmo regime que os trabalhadores do setor privado no Brasil. A instabilidade do emprego promove a vulnerabilidade política de todos, pois os trabalhadores ficam submetidos às compreensões adotadas e as decisões tomadas pelos grupos políticos que detêm o poder em cada momento histórico. Mesmo os trabalhadores cujo vínculo lhes garante maior estabilidade do emprego, mostram-se fragilizados frente às transformações que assistem no cotidiano de trabalho. A competitividade e a instabilidade aliadas à adoção de novas práticas gerenciais produzem novas exigências a serem enfrentadas pelos trabalhadores no cotidiano. O sofrimento no trabalho passa a ser compreendido como um atributo do trabalho no HUPAA filial da EBSERH, restando aos trabalhadores resistir ou se adaptar a ele. Defende-se que o trabalhador do serviço público deve estar protegido das alternâncias de governo, características do Estado democrático, pois só assim terá condições de manter a continuidade das ações e a qualidade dos serviços, uma vez que poderá desenvolver suas atividades tendo como referência os princípios éticos e técnicos da atuação profissional. É com essa condição que terá a possibilidade de organização coletiva fortalecida e assim favorecer a defesa de seus direitos trabalhistas e também a defesa dos serviços públicos enquanto bem comum, necessários a sobrevivência de todos. Defende-se ainda que o sofrimento que se tem instaurado tem sua gênese política e é nessa arena que deve ser enfrentado. Nessa direção, a compreensão de que as dificuldades de funcionamento enfrentadas pelo HUPAA não se restringem a problemas de gestão e sim a uma problemática política mais ampla que diz respeito à própria concepção de serviço público e do papel do Estado na promoção destes, também constitui um resultado alcançado. Ademais, para além dos objetivos previamente perseguidos, o de inscrever (registrar / documentar) as vivências cotidianas dos trabalhadores, emergiu como uma necessidade por eles apontada durante o processo de pesquisa.

Síndrome de Burnout e sua influência na prática docente: um estudo documental

Autor: Andreia Aparecida (Andreia Pinto)

Coautor: Andrea Nascimento (Centro Universitário FIEO), PAULA COIMBRA DA COSTA PEREIRA e Álvaro da Cruz Picanço Junior (UNIFIEO)

Introdução

Devido aos avanços da tecnologia e à grande demanda dentro das instituições escolares, sejam elas públicas ou particulares, torna-se cada vez mais frequente o adoecimento dos professores. As exigências acerca da prática docente e a desvalorização desta profissão têm sido fatores preponderantes no alto índice de estresse que pode levar ao quadro de depressão e ao diagnóstico da Síndrome de Burnout (SB). (Benevides-Pereira, 2012).

O objetivo deste estudo foi identificar a incidência dessa síndrome entre professores (da Educação Básica ao Ensino Superior), analisando a influência da SB na prática docente, a partir da busca de artigos em periódicos nacionais. Diante do exposto, este estudo está relacionado ao eixo 5 "Psicologia Social e trabalho no neoliberalismo: lutas sociais e resistências", uma vez que discute o processo de adoecimento no ambiente de trabalho e sua relação com a prática profissional, corroborando com a parte do eixo que refere-se a "formas de viver e significar modos de organização do trabalho e suas implicações à saúde, subjetividade".



Método

Fonte de dados: artigos publicados em periódicos nacionais (indexados na base de dados Scielo e no Google Acadêmico). Ao todo foram verificados 35 periódicos, nos quais foram localizados um total de 40 artigos a partir das palavras-chave burnout, burnout em docentes, saúde e estresse. Procedimentos de coleta e dados: após uma primeira análise de todos os resumos da temática, o número de artigos foi reduzido para 35, presentes em 20 dos periódicos verificados. Estes foram definidos de acordo com os seguintes critérios de exclusão: a) mesmos autores e mesma temática dos artigos; b) síndrome de burnout sem foco no professor. Organização e análise dos dados: optou-se por trabalhar com a seção de discussão e considerações finais de cada artigo e não apenas com os resumos, afim de obter maior aproveitamento dos dados dos participantes. O material textual resultante foi submetido ao processamento do software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) que permite diferentes formas de processamento e organização dos dados. Na presente pesquisa foi realizada uma análise do tipo Classificação Hierárquica Descendente (CHD) (Camargo & Justo, 2013).

Resultados: o software fracionou o corpus em 733 segmentos de texto (ST), dos quais 605 foram aproveitados no procedimento de CHD, o que representa aproximadamente 78,27% de aproveitamento do corpus, originando quatro classes, que serão fdescritas a seguir.

A Classe 1, denominada "Condições de trabalho e adoecimento do professor", abarcou trabalhos que focaram a síndrome de burnout em contextos educacionais (preocupação com o bem-estar físico e emocional dentro e fora do ambiente de trabalho), revelando os efeitos destes contextos sobre a experiência do trabalho docente. Algumas palavras destacadas na classe: trabalho, condição, vida, saúde, problema, enfrentamento, estratégia, atividade, desenvolvimento, ambiente, lidar e possibilidade. A seguir apresentamos estrutura de texto ilustrativa dessa classe:

"...o professor pode então se sentir cansado em dar mais do que recebe, exaurindo suas energias por não vislumbrar qualquer possibilidade de mudança" (*art_004 *resultados).

Já a Classe 2, foi denominada "Aspectos psicossociais e sua influência no estress do professor", abrangeu estudos que evidenciaram a coexistência entre o excesso de trabalho, conflitos e ambiente hostil como causadores da maior incidência de burnout em docentes, como se pode notar nas palavras destacadas na classe: elevado, prevalência, feminino, nervosismo, cansaço, masculino, maior, idade, diferença. Exemplo de estrutura de texto:

"...desvalorização pessoal e financeira falta de perspectiva de crescimento profissional cansaço e desânimo se resalta que oitenta dos entrevistados afirmaram que deveriam receber mais pelo serviço prestado" (*art_009 *resultados).

Enquanto que a Classe 3 foi denominada "Análise quantitativa da Síndrome de Burnout em docentes" abarcou estudos que demonstraram a validade ou não dos instrumentos aplicados em relação a incidência dessa síndrome nas instituições de ensino públicas e particulares, desde a Educação Básica, até o Ensino Superior, de acordo com as palavras destacadas na classe: rede, estadual, satisfação, particular, público, exaustão, emocional e despersonalização. Segue estrutura de texto ilustrativa dessa classe:

"...os professores da rede pública estadual possuem índices médios estatisticamente maiores em relação à dimensão exaustão emocional e índices médios estatisticamente menores em relação à dimensão realização profissional comparados aos professores da rede particular de ensin" (*art_005 *resultados).

Por fim, a Classe 4, denominada "Prevenção e intervenção à Síndrome de Burnout", trouxe estudos que demonstraram a necessidade da criação de espaços que cuidem da saúde do professor. Atuar na prevenção e intervenção nos quadros de estresse e depressão é possibilitar a redução na incidência ou estágios mais avançados dessa síndrome, de acordo com as palavras destacadas na classe: prevenção, ampliação, necessidade, inclusão, validação, futuro, medida, e psicológico. Segue estrutura de texto ilustrativas dessa classe:

"...a análise relacionada aos dados deste estudo comprova a necessidade de criação e desenvolvimento de políticas de adequação de pessoal para a promoção da saúde dos professores e a prevenção da síndrome de burnout o que conseqüentemente resultará na saúde da organização" (*art_004 *resultados).

Conclusão: de acordo com as análises dos 35 artigos presentes em 20 periódicos houve significativa incidência da SB, com pouca diferença entre instituições de ensino públicas e particulares. Na maior parte dos estudos a causa apontada para a SB foi o cansaço físico e desgaste emocional dos professores, assim como a sobrecarga de trabalho, baixo salário e excesso de horas destinadas às atividades escolares. Ademais, apontou-se como aspecto



relevante a implementação de medidas preventivas ao estresse do professor a fim de reduzir a incidência desta síndrome em docentes. Também verificou-se que professores mais comprometidos e envolvidos afetivamente com seus alunos e com a sua profissão, apresentaram menor probabilidade de adquirir altos níveis de estresse. Concluiu-se, portanto que o bem estar do professor depende também da implementação de Políticas Públicas que visem manter a qualidade do trabalho e a valorização profissional dentro das instituições de ensino, bem como garantir a formação docente. Por fim, uma das considerações importantes, citadas em grande parte dos artigos refere-se à necessidade da continuidade de pesquisas acerca da Síndrome de Burnout, bem como a aplicação de instrumentos que tragam dados mais concretos no que diz respeito a sua incidência e aos diferentes estágios que a mesma se apresenta.

Trabalho e Formação: A formação da subjetividade dos trabalhadores-estudantes na Universidade Federal de Goiás

Autor: Bethânia Marques Teles (Universidade Federal de Goiás)

Introdução

A crise do sistema capitalista desencadeada na década de 1970 impulsionou o fracasso do estado de "bem estar social" e acirrou a luta de classes que engendrou também uma crise hegemônica do capitalismo. Como alternativa, a ideologia neoliberal se estabeleceu através de um profundo processo de transição do modo de acumulação do capital para o modo de acumulação flexível (Harvey, 2008), bem como na reorganização do Estado e elaboração de uma base cultural do capitalismo contemporâneo.

Para atender as demandas desse processo, a necessidade era formar o trabalhador para se adaptar às condições impostas pela crise. Devido ao desemprego estrutural o discurso neoliberal se volta para estabelecer ideologia da empregabilidade (Frigotto, 1998), que justifica a falta de emprego como falta de qualificação do indivíduo e, assim, o impulsiona a buscar qualificação profissional como possibilidade de escapar dos empregos cada vez mais precarizados.

Objetivamente o acesso ao ensino superior aparece então como uma saída neste cenário em que a ideologia dominante coloca os indivíduos como os únicos responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso social (Alves, 2011). Contudo, as possibilidades de acesso e permanência são limitadas. Logo, a desigualdade de classes é então propagada, mas de maneira mistificada pelo discurso neoliberal de que a qualificação possibilitará o acesso aos melhores empregos e a mudança do status quo.

A inserção no mercado de trabalho tende a provocar uma influência nas escolhas e na realidade desses estudantes ao longo da graduação. As escolhas e percursos formativos estão ligados – por meio de várias mediações que carecem de ser apreendidas corretamente – a processos complexos de que degradam os trabalhadores-estudantes já na sua formação, de modo que, as condições objetivas provocam uma mudança na relação do sujeito que trabalha com o seu trabalho que também modifica a constituição da sua subjetividade.

Objetivamos interrogar e analisar de que modo o trabalho assalariado e a atividade de estudante de graduação se desdobram em determinações recíprocas sobre o processo de formação da subjetividade dos trabalhadores-estudantes que cursam licenciaturas na Universidade Federal de Goiás (Regional Goiânia).

Objetivo

A pesquisa objetiva compreender como se dá a relação entre trabalho e formação para os trabalhadores-estudantes dos cursos de licenciatura da UFG (Regional Goiânia). E os objetivos específicos são: identificar e caracterizar o perfil desse trabalhador-estudante; analisar o impacto do trabalho na graduação; apreender de que tipo de subjetividade a relação entre trabalho assalariado e graduação produzem na vida pessoal do estudante-trabalhador; identificar as influências que o trabalho pode exercer na formação da subjetividade desses futuros professores.

Relação clara com o GT e eixo temático escolhido

A pesquisa tem como tema central a discussão e análise dos processos de precarização do trabalho e da vida do trabalhador-estudante impulsionadas pelo regime de acumulação flexível, no sentido de compreender como a ideologia neoliberal através da intensificação dos processos de alienação, e subordinação à lógica do capital



influencia na captura da subjetividade do sujeito trabalhador-estudante de licenciatura. Nessa perspectiva, acreditamos que a temática da pesquisa articula com as discussões propostas pelo eixo temático e grupo de trabalho escolhido.

Orientação teórica

O trabalho – em seu sentido ontológico – é o modo pelo qual o ser humano faz um intercâmbio material com a natureza modificando-a ao mesmo tempo em que modifica a si através de sua própria ação (Marx, 2016). Na sociedade capitalista a força de trabalho é convertida em mercadoria que é trocada por salário, de modo que com a apropriação privada do produto do trabalho os sujeitos alienam-se do gênero humano, pois sua atividade vital torna-se apenas em um meio de vida individual (Malaguty & Rossler, 2016).

Outrossim, “essas relações objetivas engendradas pelo desenvolvimento da propriedade privada determinam as propriedades da consciência humana nas condições da sociedade de classes (Leontiev, 2004, p. 129).” No âmbito da consciência o estranhamento promove uma “desintegração de sua estrutura geral que caracteriza o aparecimento de uma relação de alienação entre os sentidos e as significações, nas quais o seu mundo e a sua própria vida se refratam (Leontiev, 2004, p.133)”.

O método materialista histórico dialético parte da análise a partir da materialidade dos fenômenos, ou seja, da realidade material objetiva até o seu produto: a consciência. (Netto, 2011). Dessa forma, buscaremos apreender a categoria da subjetividade à luz da teoria histórico-cultural, que compreende que a formação da consciência tem determinações sociais, entendo que o trabalho é um fenômeno psicossocial complexo, portanto uma das categorias centrais para apreender os processos de subjetivação e construção da identidade dos sujeitos na sociedade do capital.

Método

Esta pesquisa é continuidade do trabalho de monografia “Trabalhadores estudantes de educação física: uma análise das influências do trabalho alienado na formação” que buscou identificar os estudantes-trabalhadores dos cursos de licenciatura em Educação Física da UFG – regional Goiânia.

Utilizamos a técnica de triangulação para compreender os dados que foram obtidos através de análises documentais, questionários com perguntas abertas e fechadas e grupo focal. As etapas da pesquisa perpassaram pelo estudo dos referenciais teóricos e documentos oficiais, aplicação de um questionário com todas as turmas de licenciatura em Educação Física, que nos permitiu identificar o perfil desses estudantes. A partir do questionário, selecionamos aleatoriamente para o grupo focal 5 estudantes trabalhadores que faziam parte do grupo que trabalhava durante toda a graduação com o objetivo de apreender as percepções dos sujeitos da pesquisa acerca de suas realidades de conciliação entre trabalho e graduação.

Para a análise das respostas do grupo focal utilizamos a técnica de análise de conteúdo, realizando descrição objetiva das falas, análise e interpretação das mesmas, correlacionando com os dados obtidos com os questionários e os referenciais teóricos que embasaram o estudo.

Nesta pesquisa seguiremos caminho metodológico semelhante, por perceber que as técnicas de investigação possibilitaram uma aproximação com o movimento real do objeto. Pretende-se, à priori, investigar os estudantes-trabalhadores dos cursos de licenciatura da UFG regional Goiânia, dentre eles os estudantes do curso de licenciatura em Educação Física.

Para a definição da amostra, serão aplicados questionários aos estudantes matriculados nos dois últimos períodos da graduação dos cursos selecionados que já eram trabalhadores quando ingressaram no curso e seguiram trabalhando no percurso da graduação. A partir da aplicação dos questionários, será selecionada uma amostra dos estudantes para participarem do grupo focal de maneira a captar a percepção dos trabalhadores-estudantes acerca da influência do trabalho na formação da subjetividade desses sujeitos.

Resultados

Os resultados obtidos a partir da pesquisa anterior trouxeram contribuições e questionamentos que impulsionaram a continuidade dessa pesquisa. Dentre eles podemos destacar, que a maioria dos estudantes eram trabalhadores e destes, cerca de 62% tinham vínculo de trabalho informal. Observamos que as influências do trabalho na formação são determinantes para as escolhas desses sujeitos no que diz respeito à preferência por área de atuação, perspectiva de carreira e formação continuada e identificação com a matriz curricular do curso.



Constatamos também através das falas dos estudantes entrevistados a não identificação com o curso, representando este apenas uma “qualificação” para melhores empregos, de modo que os relatos evidenciaram o não interesse e atuar na área escolar, principalmente pelas dificuldades de se conseguir emprego e valorização.

Tal resultado expressa a contradição no processo de formação desses estudantes. Assim, ao buscar compreender como essa relação trabalho-graduação influencia na constituição da subjetividade desses sujeitos poderemos esmiuçar essa contradição posta, e também apreender como essa relação é constituída em outras áreas de licenciatura. Consequentemente pensar em alternativas e ações de resistência tendo como perspectiva outro projeto de formação e de sociedade.

Conclusões

Os resultados encontrados na pesquisa permitem afirmar que o trabalho tem uma influência significativa na formação dos licenciandos que estão relacionadas com as condições objetivas de necessidade de sobrevivência diretamente aliadas com a ideologia do capitalismo. O processo de formação é determinado pelas demandas do mercado e pelas necessidades imediatas desses sujeitos. Logo, o processo de alienação do trabalho impede que a formação colabore para um salto qualitativo da consciência dos trabalhadores-estudantes.

Referências

- Alves, G. (2011). Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório – O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. *Revista da Rede de Estudos do Trabalho*. V(8), Marília: UNESP, pp. 1-31.
- Frigotto, G. (1998). Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: Teorias em conflito Em Frigotto, G.(org.) Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, pp.25-54.
- Harvey, D. (2008). Condição pós-moderna – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. (17a ed) São Paulo. Edições Loyola.
- Leontiev, A. (2004). O Desenvolvimento do Psiquismo. (Frias, R. E. Trad.) (2a ed.) São Paulo: Centauro.
- Malaguty, S., Rossler, J. H. (2016, dezembro). Da essência do trabalho no capitalismo à sua forma histórica contemporânea: Contribuições de A. N. Leontiev para o entendimento do sofrimento pelo trabalho. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*. (7).
- Marx, K. (2016). O Capital: crítica da economia política: livro I. (34a ed.) (Sant’ Anna, R. trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Netto, J. P. (2011). Introdução ao Estudo do Método de Marx. São Paulo: Expressão Popular.

Trabalho Social com Famílias: analisando experiências no Serviço de Atendimento Familiar

Autor: Juliana dos Santos Betat (UFRGS)

Coautor: Lilian Cruz (UFRGS)

O presente trabalho é um recorte do projeto de mestrado “Histórias de Famílias: narrativas na política de assistência social”. O objetivo da pesquisa é conhecer quais narrativas são possíveis entre proteger e desproteger para as pessoas atendidas pelo Serviço de Atendimento Familiar (SAF) no município de Porto Alegre/RS. Contudo, aqui nos deteremos em aprofundar a discussão acerca de algumas questões que envolvem o trabalho social com famílias. Desta maneira, o objetivo é traçar um campo de análise a partir da experiência de trabalho da primeira autora num SAF em Porto Alegre, focando a problematização do trabalho social com famílias sob a perspectiva dos direitos sociais. Entendemos que isso se justifica por contribuir com a qualificação do processo de trabalho nas Políticas Públicas, conforme a proposta do grupo de trabalho escolhido. A metodologia que propomos inicia com a demarcação das forças que atravessam o trabalho nas políticas públicas a partir de analisadores que emergem do campo nos mostrando as relações para além do que vemos, ouvimos e fazemos. A partir disso, pretendemos problematizar estigmas que por vezes culpabilizam famílias que acessam os serviços. Quanto ao aporte teórico, a Análise Institucional nos ajudará a compreender o contexto a ser estudado através das forças instituídas e instituintes que se fazem presentes entre os analisadores aos quais daremos visibilidade. Além disso, tais forças emergem do campo de análise enredadas no panorama histórico que compõe os atravessamentos do cotidiano do trabalho. O exercício proposto permite através da análise das implicações aproximações com algumas instituições,

entre elas podemos destacar a pobreza, a assistência social e a família. Inicialmente cabe contextualizarmos que a cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, tem algumas peculiaridades na organização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), uma delas é a implantação do SAF. Além dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) a gestão municipal têm parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para execução do SAF, demarcamos o analisador-execução. Esta foi uma estratégia da cidade para ampliar o atendimento na Proteção Social Básica (PSB) nos territórios desde a implantação da PNAS sem investir unicamente em serviços próprios (Fundação de Assistência Social e Cidadania, 2010). Percebemos com esta escolha um posicionamento político, tanto pela questão financeira quanto pela primazia do Estado na execução das políticas públicas. Esmiuçando tal analisador-execução podemos dizer que a cidade tem como característica o repasse das responsabilidades públicas para o âmbito privado, sendo o SAF um exemplo. Possivelmente isto ocorra em outros municípios de nosso país, pois é uma postura que converge com os interesses neoliberais em diminuir o Estado. Por outro lado, precisamos dizer que as OSCs têm um importante papel no acesso aos direitos sociais na capital. As parcerias são responsáveis por aproximadamente 65% do atendimento na PSB em atendimentos às famílias; são 35 SAFs para 22 CRAS (Santos, 2017). Porém, é preciso ir além da discussão sobre quem executa, é necessário problematizar a forma como o trabalho se materializa, agora incluímos o conceito de trabalho social com famílias que, por sua vez, carrega consigo uma complexidade imensa (Mioto, 2016), demarcamos aqui o analisador-trabalho. Estamos nos referindo a um conceito complexo e que se constitui em meio a um campo de lutas (Koga, 2015). A atuação nesta perspectiva deve constituir-se pelo “[...] caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos, promover o acesso e o usufruto de direitos e contribuir na melhoria da qualidade de vida”. (Brasil, 2014, p. 12). Assim como peças em um quebra-cabeça os analisadores vão se imbricando uns aos outros, pois ao falarmos no trabalho social emerge a dimensão de acesso aos direitos sociais. O analisador-direito carrega consigo uma luta histórica, tanto a nível mundial como nacional. Na jovem democracia do Brasil o grande avanço vem com a Promulgação da Constituição Cidadã em 1988 onde consta a responsabilização do Estado e a universalização dos direitos. Sendo tais direitos necessidades sociais que, por sua vez, devem ter o acesso garantido pelo Estado, inclusive para a população que antes ficava à margem (Couto, 2010). As lutas ao atuar numa política pública são constantes, embates são necessários principalmente na defesa intransigente dos direitos das famílias. E, quem por vezes deveria somar na luta pode se colocar a serviço da culpabilização tecendo expressões que passam longe dos analisadores trabalho e direito acima mencionados. A partir de agora abrimos espaço para os analisadores-culpa, podemos citar os seguintes: “elas procriam como bichos”, “só quer ficar com os filhos por causa do benefício”, “onde já se viu gastar o dinheiro do Bolsa Família em shampoo”. Tais analisadores são expressões referidas por profissionais de diversas políticas públicas e explicitamente denotam o lugar que por vezes é atribuído às famílias. Lugar este habitado por forças que visivelmente expressam juízos de valores. Por mais que as políticas públicas sejam uma grande conquista ao pensarmos sob a perspectiva dos direitos sociais percebemos um jogo de forças, pois ainda existem resquícios de uma lógica que vai contra os sujeitos de direitos. Ao pautar o trabalho por uma lógica de culpabilização das famílias, não respeitando sua história e autonomia a atuação indica ser orientada pelo controle, onde o profissional se coloca no lugar de juiz. Assim, quando as famílias fogem a norma aprovada pelos profissionais são responsabilizadas por sua condição de vida. Percebemos uma lógica de causa-efeito, a família recebe o benefício e precisa fazer uso dele de um modo socialmente aceitável, caso contrário não está sendo uma “boa” família. Porém, nesta perspectiva são deixadas de lado as dimensões políticas, econômicas e sociais que incidem sobre as condições de vida das pessoas. Infelizmente, as expressões elencadas demarcam que ao se colocar no lugar de quem concede benefícios os profissionais se atribuem o direito de exercer um controle sobre a vida das pessoas. Consideramos que é preciso cuidado e reflexão crítica, pois o aparato burocrático representado pelos profissionais pode vir a ocupar um lugar na estratégia para a gestão da pobreza, assim como problematiza Aldaíza Sposati (1988). Desta maneira, acreditamos que um profissional comprometido ética, política e metodologicamente com o trabalho social com famílias precisa ter em mente que está lutando contra as contradições, mas ao trabalhar nas políticas públicas atua de dentro do próprio sistema. Vivemos em um contexto intenso de lutas pela garantia acesso a direitos, cotidianamente embates são travados com representantes de um Estado conservador que não quer assumir sua responsabilidade frente às desigualdades sociais. Apesar disso, acreditamos que investir num processo de trabalho implicado ética e politicamente, em espaços de reflexão e no empoderamento das famílias que acessam a política constitui-se como estratégia de resistência frente à precarização que tem assolado as políticas públicas. Além disso, o compromisso com a defesa dos direitos sociais é necessário em busca da transformação social.



GT27: Os impactos da mineração e seus danos para as comunidades: o que a Psicologia tem a ver com isso?

Atuação do psicólogo em emergências e desastres: reflexões sobre as ações e intervenções da psicologia em Brumadinho / MG

Autor: Fernanda Poliana Santos Pessoa (PUC Minas) e Fernanda Carla Carolino Silva (PUC Minas)

Coautor: Mirelle (PUC Minas) e Gustavo Barreto de Oliveira (PUC Minas)

A sequência de situações de desastres e emergências ocorridas em nosso país, em especial nosso Estado, Minas Gerais, como o recente fato ocorrido em Brumadinho, despertou o olhar de vários atores para as formas de atuação e contribuições da Psicologia nessas situações. Se por um lado, para alunos de primeiro ano do curso de Psicologia seria óbvio pensar em intervenções clínicas pontuais visando atendimentos imediatos aos sobreviventes e familiares das vítimas, por outro, as dimensões do ocorrido, o número de vítimas e a destruição ocasionada nos remeteu a uma reflexão mais ampla e profunda sobre as possíveis contribuições da Psicologia. Nesse contexto, conhecer a atuação específica de psicólogos no contexto de desastres e emergências mostrou-se muito relevante. A psicologia dos desastres e emergências é um campo de estudo relativamente novo no Brasil e tem como focos a saúde mental e as necessidades psicossociais de pessoas e comunidades afetadas por catástrofes (COGO e FRANCO, 2015). Ao contrário do que se imagina em um primeiro momento, a atuação dos profissionais não se restringe a eventos ocorridos durante e após o desastre, mas também antes dele, uma vez que este atua também preventivamente construindo e treinando planos de emergência (ALVES, LACERDA e LEGAL, 2012). O presente estudo discute alguns dos trabalhos desempenhados por psicólogos diante do desastre humano/ambiental de Brumadinho. Para isso, serão descritas algumas experiências de autores desse trabalho. Especificamente, foi realizada visita à cidade Brumadinho, 64 dias após o rompimento da barragem de Córrego do Feijão e entrevista, nessa ocasião, com uma psicóloga moradora da cidade que atuava diretamente desde as primeiras horas após o desastre. Houve ainda outra entrevista com uma psicóloga com experiência internacional em situações de desastres e emergências que atua na coordenação de ações na área junto ao Conselho Federal de Psicologia que atuou em Brumadinho e na formação de profissionais que desempenharam atividades nos meses seguintes nessa localidade. Finalmente, será discutida a experiência de atuação de uma das autoras desse trabalho no Projeto de Extensão da PUC Minas "Intervenções Psicossociais e Sócio Comunitárias em Brumadinho" que resultou no "Relatório Qualitativo: um breve reconhecimento territorial de Brumadinho e oito comunidades do município". Tal relatório foi produzido para apresentar os resultados deste primeiro momento do projeto, visto que servirá como referência para que as propostas de novos projetos de extensão da PUC Minas. A observação da cidade na visita realizada mostrou que a extração de minério predomina na economia da cidade. E após o ocorrido, além da revolta e de uma tristeza profunda, a incerteza do futuro econômico da cidade também era motivo de angústia dos moradores. A cidade estava vazia, sem turistas ou com poucos moradores circulando até mesmo na área comercial da cidade. Nesse contexto, foi possível perceber uma atmosfera que emanava muitas perdas: pessoais, afetivas e materiais. Era como se a lama tivesse levado literalmente a história dos moradores e a alma da cidade. A partir das entrevistas, foi possível observar que a precária formação do psicólogo para esse tipo de atuação contribuiu para que um enorme contingente de profissionais que se comoveram com a situação se deslocassem ao local sem saber como executar práticas profissionais adequadas. De acordo com as duas entrevistadas tal fato levou a intervenções não articuladas e desorganizadas, violando muitas vezes a privacidade dos moradores, uma vez que o excesso de profissionais no primeiro momento ocasionou que uma mesma pessoa fosse abordada por profissionais psicólogos diferentes, repetidas vezes. A urgência em se fazer útil e acalantar o desejo pessoal em ajudar, mesmo que com um sentimento solidário e com boa intenção, ultrapassou o limite de respeito ao desejo do outro. Os atingidos não eram ouvidos em suas necessidades e, desta forma, perdiam o protagonismo de sua própria história. Além disso, as práticas nesse momento tinham um caráter de escuta clínica que não era demandada por muitos, havendo poucas atuações caracterizadas por objetivos psicossociais. A partir da segunda entrevista, foi possível perceber como as intervenções articuladas com os vários setores como Centros de Saúde e Secretaria de Assistência Social contemplam uma visão mais ampla do ponto de vista psicossocial. Para a segunda psicóloga entrevistada, tais intervenções são muito mais demandadas e úteis para a comunidade de maneira em geral do que a atuação restri-

ta a intervenções clínicas individuais. Ela sinalizou a importância de um trabalho com a comunidade e não para a comunidade. De fato, a análise da prática extensionista mostra como parte desse trabalho já está sendo realizado. A partir da prática extensionista, foi possível compreender que a comunidade atingida necessitava de uma ação coletiva no qual a Psicologia Social seria a ponte para a comunicação, entre comunidade e profissionais, respeitando a cultura de cada grupo, a dor e as lideranças locais. Para Gonçalves, Saadallah e Queiroz (2015), as redes sociais podem ser consideradas uma forma de organização inovadora e orgânica, com o objetivo de construir autonomia e criatividade de forma horizontal e democrática apta a enfrentar a complexidade dos problemas sociais. Sendo assim, são ações voltadas para mudanças sociais através de um projeto escolhido e construído pelos participantes daquele grupo. Desta forma, a rede precisa ser articulada e fortalecida para que os atingidos tenham autonomia no processo, nas resoluções de conflitos internos e externos e para elaboração do processo do luto. Em conjunto, a visita, as entrevistas e a prática extensionista levou-nos a refletir sobre a importância da formação para a execução adequada da prática psicológica diante dos desastres e emergências, assim como sobre a importância de se pensar práticas em um âmbito social a longo prazo. É preciso despertar entre os moradores a compreensão de uma dimensão maior, para que não se deixem contentar apenas com indenizações e apoio financeiro em um curto prazo de tempo. Todos os atores envolvidos, sejam eles os moradores de Brumadinho e de todas as outras que possuem a chamado "minério dependência", o poder público, as minorias como os índios e até mesmo os trabalhadores e empresas exploradoras de minério, precisam se articular para pensar novas formas de produção socioeconômicas. Dessa forma será possível criar uma rede de apoio em prol de um objetivo comum e um futuro diferente para as próximas gerações.

Intervenções psicossociais e sócio comunitárias em Brumadinho: passos iniciais

Autor: Vinicius Ricardo (Vinicius Ricardo) e Isabela Emerick Mendes (PUC-MG BETIM)

Coautor: Márcia Mansur (PUC Minas), Rubens (PUC Minas), Fernanda Carla Carolino Silva (PUC Minas), Pedro de Paula Teixeira (PUC MG), Thamiris Marcela S. de Almeida (PUC-MG BETIM), Gabriela Miranda Oliveira, Vanessa Barbosa Guimarães, LORENA SILVA VIANA (PUC MG) e Gabi (Puc minas)

Este trabalho é resultado da experiência do projeto de extensão denominado: "Intervenções psicossociais e sócio comunitárias em Brumadinho". Realizado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em parceria com a Arquidiocese de Belo Horizonte. O projeto conta com cerca de vinte e cinco extensionistas dos cursos de Psicologia e Serviço Social, oito professoras (es). Até o momento a intervenção inicial resultou na elaboração/escrita do relatório - "Relatório Qualitativo: um breve reconhecimento territorial de Brumadinho e oito comunidades do município" - produzido com o apoio de informantes-chaves das comunidades da cidade. Inicialmente trabalhou-se com a ideia de oito comunidades, entretanto, no semestre atual pretende-se trabalhar inicialmente com quatro comunidades mais a Sede (região central da Cidade).

De acordo com a metodologia de trabalho comunitário (Pereira, 2008), na entrada em campo os agentes externos desenvolvem um processo de "familiarização com a comunidade", no qual vão se estabelecendo e desenvolvendo vínculos afetivos e de trabalho. Isto pode se dar de formas diversas, dentre elas, por intermediação de informantes-chave. No nosso caso, fizemos contatos com lideranças autorizadas devido ao seu envolvimento e compromisso com a cidade. São ela e eles representantes institucionais internos e externos à Brumadinho. Além disto, a literatura técnica sugere visitas, participações em reuniões, eventos culturais, religiosos etc. Nossas equipes têm realizado esse trabalho, por exemplo, com a participação em reunião aberta à comunidade para discussão sobre Plano Diretor de Brumadinho e a presença na celebração religiosa....

Já nos primeiros contatos ficou-se evidente o sofrimento das pessoas que atuam como interventoras e apoiadoras das comunidades e movimentos sociais da cidade. Elas, também sensibilizadas, nos disseram, de diversas formas, sobre como toda a população está fragilizada emocionalmente por causa das perdas por morte, mas para além disto. Ocorrem ausência ou insuficiência de informações e orientações confiáveis sobre questões vitais que atravessam o cotidiano das comunidades. Exemplos: "Não tomamos a água da cisterna, mas os animais a consomem. Posso, eu e minha família beber o leite da nossa vaca?" As crianças podem brincar na rua onde há restos da lama trazidas pela rodagem de caminhões e tratores?". Observa-se assim que situações reais e imaginárias atravessam as mentes e corações das pessoas e coletividades da cidade de Brumadinho, o que expressa um clima social, no qual continua havendo a necessidade de mobilização social pós-desastre, mas, sempre, considerando os



impactos subjetivos correlacionados. Concernente a isto, decidimos, não alterar nossos objetivos, mas trabalhar com menos pressa e maior proximidade e atenção para com as pessoas e famílias de cada comunidade definida dentro do público-meta. Assim, dividimos a equipe em várias subequipes, cada uma responsável pela inserção e interações investigativas nas diversas comunidades. Foi a forma de irmos nos apresentando e já coletando informações e dados qualitativos, que, somados a outros de fontes secundárias possibilitaram este produto, ora apresentado, entendido como diagnóstico inicial.

O projeto é um entre quinze que compõem o Programa PUC Minas e Brumadinho: Unindo Forças, e foi o primeiro a ir a campo. Durante os meses de maio e junho o grupo foi a campo com o objetivo de realizar um diagnóstico preliminar, responsável por levantar as demandas das comunidades afetadas pelo crime sócio ambiental causado pelo rompimento de uma barragem da Vale, na Mina de Córrego do Feijão ocorrido no dia 25 de Janeiro de 2019 às 12h28min25s. Até o momento da escrita deste texto, o crime contava com 270 vítimas, sendo dessas, 22 ainda desaparecidas no meio da lama de rejeitos. Este mapeamento foi usado como base para a entrada dos demais projetos que fazem parte do programa, e buscou articular as ações de acordo com a demanda da comunidade. O programa conta com a participação de projetos de várias áreas do conhecimento, e tem como objetivo contribuir para o enfrentamento dos problemas provenientes do crime.

A metodologia que utilizamos ao chegar nas comunidades partiu do conhecimento da realidade do território local. Assim, utilizamos como estratégia de aproximação, conhecimento e reconhecimento do território a realização de um diagnóstico da comunidade para que possamos entender como se organizam, quem são os moradores e usuários, quais são suas crenças, costumes e seu modo de vida. Neste conhecimento procuramos avaliar as relações após o crime, e como se expressam nas comunidades atingidas. Acreditamos que a identificação e desenvolvimento das potencialidades existentes nos territórios tornam-se pressupostos fundamentais do nosso trabalho, pois são esses ativos que permitirão às comunidades de Brumadinho superarem um momento tão difícil na sua história. Assim, procuramos identificar os movimentos e especificidades dos territórios com vistas à criação de práticas emancipatórias. Trabalhamos com o conceito de vulnerabilidade desenvolvido por Carla Bronzo (2008), que relaciona-o com a exposição ao risco, por um lado, e com a capacidade de resposta, material e simbólica, que indivíduos e famílias conseguem construir para fazer frente ao risco. Entendemos que é preciso que sejam criadas estratégias de superação. De acordo com Bronzo (2008), para se enfrentar de forma efetiva e sustentável as condições de vulnerabilidade, precisamos criar estratégias que garantam, além de oportunidades, o fortalecimento dos ativos e da capacidade de respostas de indivíduos e famílias às situações de risco de enfrentar os riscos e seus efeitos. Nossas estratégias passam pelo fortalecimento tanto das comunidades atingidas pelo crime, quanto pela articulação das políticas públicas e demais iniciativas sociais e comunitárias da cidade

O cuidado que se teve ao entrar na comunidade para construir uma relação, foi um dos principais motivos pelo qual apenas esse projeto entrou em campo no primeiro semestre do ano de 2019. Encontramos uma população sofrida, lidando com perdas em diversas dimensões. As comunidades perderam um pouco de tudo que tinham para se perder. As pessoas atingidas estão para muito além de onde a lama chegou, pois todos perderam alguém ou alguma coisa. Brumadinho é uma cidade enlutada, e as relações mudam com isso. A rotina de toda a cidade foi alterada, pois em todas as comunidades da cidade ocorreram mudanças: na passagem, na natureza, nas pessoas transitando, nos vizinhos que chegam com certo tipo de interesse e nos que foram embora por conta do crime. Brumadinho, agora, está vivendo uma situação de muita ambivalência, porque a mineração sempre foi o que tiveram de melhor. Muitos que sonharam em lá trabalhar e se realizar, foram agora brutalmente atingidos pela ação criminosa da mineradora.

Muito se fala sobre Brumadinho, mas inúmeras pessoas não conhecem a cidade para além do crime. É uma cidade de grande extensão territorial, quase duas vezes maior que Belo Horizonte, entretanto, a densidade demográfica é muito menor, com cerca de 39.520 brumadinhenses (IBGE, 2018). O município tem como característica a vida com ares de interior, onde as pessoas conhecem umas às outras. E tem em seu território comunidades quilombolas e indígenas e o assentamento do Movimento Sem Terra.

Os impactos subjetivos e sociais do crime levantados aqui neste texto não pretendem finalizar o levantamento das mesmas, ainda há inúmeras lacunas sobre os impactos de curto, médio e longo prazo, e mesmo com a experiência de Mariana, não se tem referências de um evento desse tamanho que possa ajudar a mensurar esses. Portanto, os impactos estão em constante movimento e identificação, gerando diferentes conflitos em momentos diferentes, com causas variadas, considerando cada comunidade e suas formas de enfrentamentos.

Tratando desse processo de entrada, o projeto visa fazê-la de forma cautelosa e não invasiva, pensando em formas de garantir visibilidade para os impactados. O trabalho mencionado de construção de relação e confiança



é permanente e crucial para que se possa, a partir dos pressupostos da psicologia social, contribuir com o fortalecimento e autonomia das comunidades - agindo nos conflitos internos e externos que surgem eventualmente nos grupos, com o entendimento do protagonismo das comunidades. Tal visibilidade e reconhecimento conquistado pelos grupos são capazes de auxiliar um processo de luta e de luto, assim como o fortalecimento das culturas locais, principalmente as mais atingidas devido aos danos do rio Paraopeba como a indígena, os Pataxó. A psicologia social constrói em conjunto, pontes de comunicação entre comunidades e dentro das mesmas a partir de uma intervenção dentro do limite e respeito às culturas e processos subjetivos de cada grupo, facilitando a relação entre os atores sociais e demais integrantes das comunidades. Assim, se fazem eventos para reunião de todos, para apresentação, interação, escuta, visitando a realidade de cada um estando a serviço de pessoas que tiveram seus direitos básicos violados.

Mapeamento E Reconhecimento Territorial DE Brumadinho Após o Crime Sócio Ambiental - Uma Aproximação Entre Universidade E Comunidade

Autor: Gabi (Puc minas) e Márcia Mansur (PUC Minas)

Coautor: Isabela Emerick Mendes (PUC-MG BETIM), Thamiris Marcela S. de Almeida (PUC-MG BETIM), Vinicius Ricardo (Vinicius Ricardo), Fernanda Carla Carolino Silva (PUC Minas), Rubens (PUC Minas), Vanessa Barbosa Guimarães, LORENA SILVA VIANA (PUC MG), Gabriela Miranda Oliveira e Pedro de Paula Teixeira (PUC MG)

Este trabalho é resultado das primeiras ações do projeto de extensão "Intervenção psicossocial e sócio comunitária em Brumadinho", realizado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em parceria com a Arquidiocese de Belo Horizonte. A equipe conta com aproximadamente 25 alunos dos cursos de psicologia e serviço social, além de professores de ambos os cursos, que foram a campo no primeiro semestre de 2019 com a proposta de realizar um diagnóstico prévio. Um relatório denominado: "Relatório Qualitativo: um breve reconhecimento territorial de Brumadinho e oito comunidades do município" foi produzido para apresentar os resultados deste primeiro momento do projeto, visto que servirá como referência para que as propostas de novos projetos de extensão, que fazem parte do programa de Extensão PUC Minas em Brumadinho – Unindo Forças e que estão previstos para entrar em campo neste segundo semestre, estejam alinhadas com a demanda local.

O diagnóstico foi construído a partir da aproximação da equipe com algumas das comunidades atingidas direta, ou indiretamente, pelo rompimento da barragem I da mina Córrego do Feijão. Além de iniciar este diálogo entre universidade e comunidade, o projeto também contava com o objetivo de levantar as demandas, compreender as potencialidades, bem como, as histórias e costumes, para que, a partir disso, fosse possível contribuir com o fortalecimento comunitário, das políticas públicas e dos movimentos sociais que atuam no município.

Tendo isto em vista, a equipe interdisciplinar foi sendo apresentada às lideranças de cada comunidade de maneira gradativa e com a ajuda de representantes da arquidiocese de Belo Horizonte, mas que também são moradoras da cidade e estão em atuação direta e permanente desde o rompimento da barragem. A escolha de se aproximar da comunidade desta forma se deu pelo fato de haver uma necessidade de um prévio estabelecimento de vínculo, para que os moradores sentissem confiança e dessem abertura para o trabalho ser efetuado da melhor forma possível.

Aos poucos a equipe foi se aproximando das referências de cada comunidade e participando de eventos junto a estes agentes sociais, visando a possibilidade de compreender melhor a dinâmica de cada comunidade. No entanto, apesar de todo cuidado e das estratégias na imersão da equipe, algumas comunidades não se mostraram abertas à proposta levada, sendo estas as comunidades mais próximas do local onde ficava a barragem que rompeu. Neste caso, foi avaliada a necessidade de respeitar o momento dessas pessoas, afastando a equipe e deixando disponível a ideia de que o projeto estará à disposição caso essas comunidades mudem o seu parecer.

Se familiarizar com cada situação para saber a atitude de maior viabilidade é, e está sendo essencial no processo de identificação, como também, na forma de se relacionar com as subjetividades que emergem ali. Após alguns encontros identificamos como é essencial estabelecer transferência junto a essas comunidades. Considerando esse processo no qual o projeto se insere através uma liderança, exercer empatia e iniciar um trabalho grupal é essencial. Os ideais de um trabalho em grupo partem de um princípio de convicção do desejo dos oprimidos, de forma que aquilo proporcione prazer nas suas questões sociais, ou seja, o sentimento prestigioso de ser capaz de direcionar a vontade da comunidade como um todo. Outro fator são as ações participativas que darão senti-



do a essa convicção transmitida, quer dizer que a construção dos objetivos está sendo feita em Brumadinho de forma conjunta - se adaptando à realidade da população, por meio das palavras e ações da própria comunidade. A presença no centro de líderes, no centro de Brumadinho e nas regiões atingidas permite além da captação de demandas, uma troca cultural muito intensa.

Esse planejamento participativo realizado com reuniões dos atingidos que suprem o luto de maneira subjetiva, cultural, religiosa e também outras de conteúdo mais objetivo – traçando estratégias, são os que tornam possíveis a formação de forças comunitárias para se levantar a moral e atravessar obstáculos que a mineradora Vale, autora do crime ambiental, impõe nas articulações com a população. A problematização é inerente a esse processo e está em ocorrência a todo o momento nessa situação, com ela a reflexão crítica se torna mais acessível assim como a consciência de grupo. De tal maneira, o projeto está sempre em posição de respeitar a historicidade social dos grupos, ligando essa presença e comunicação à confiabilidade da comunidade com o projeto, sendo possível assim acessar a demanda.

O processo de análise e construção da demanda pressupõe diálogo e empatia, não se tratando apenas de partir do zero. Sendo assim, deve ser um movimento que considere a realidade e suas particularidades além de outros saberes sobre o território. Dessa forma, torna-se possível que as intervenções alcancem qualidade significativa para todos os envolvidos. Tal processo se deu a partir de aproximações progressivas junto às comunidades mediante a articulação com um agente de referência. Posteriormente foi percebida pela equipe a relevância do ato - partindo do conteúdo trazido pelas comunidades - desde demandas explícitas até aquelas em que a comunidade manifestava de outras maneiras. Entre as demandas pontuadas, há pontos comuns em relação à assistência social (acesso à saúde e educação), diante da leitura de cenário cabe a percepção de que tais necessidades foram acentuadas pelo crime, mas não necessariamente decorrentes dele. Exemplo disso é a falta de postos de saúde e escolas, que atendam aos grupos de forma efetiva - seja com a inclusão da educação indígena na grade curricular, ou ainda, atendendo à educação básica completa em algumas comunidades quilombolas. Além disso, as comunidades estudadas traziam demandas não muito claras a partir da expectativa que depositavam na articulação comunitária e da perspectiva disseminada no senso comum sobre o profissional psicólogo.

Nesse sentido vale ressaltar ainda, diante de uma leitura da equipe, as violações e violências sofridas no processo de busca de direitos que não foram implementados, mesmo com o movimento das lideranças comunitárias. No contexto das violências, cabe destaque sob a visão da pesquisa experimentada e relatada por um grupo, como algo que retira informações sobre relatórios produzidos junto às comunidades, a partir de sua experiência e conhecimento.

Finalmente, relatar sobre as iniciativas de dialogar com as lideranças comunitárias, com seus integrantes e dispositivos da rede de apoio a essas comunidades. Sendo os seguintes dispositivos: a Associação Comunitária, a Igreja, as Escolas, UBS, CRAS, Correios entre outros, parte essencial na construção e identificação das possibilidades, ou seja, o principal objetivo atual é aumentar a legitimidade e confiabilidade do projeto para auxílio em ações concretas.

O desastre-crime da Samarco: aspectos éticos, políticos e psicossociais do cuidado aos atingidos.

Autor: Sergio Rossi (Ramboll)

Coautor: Maíra Almeida Carvalho (UFMG)

Introdução

Passados mais de três anos do rompimento da barragem de Fundão da mineradora Samarco, as comunidades atingidas ainda sofrem os danos e impactos socioeconômicos e socioambientais decorrentes da maior tragédia socioambiental já registrada no país. Além das perdas materiais e simbólicas ocasionadas pelo desastre tecnológico, as famílias e pessoas das comunidades atingidas e deslocadas forçadamente em Mariana/MG convivem diariamente com novos e reiterados processos de violações de seus direitos. A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do município tem desenvolvido uma estratégia de cuidado e atenção psicossocial aos atingidos pelo rompimento da barragem que ampare e acolha os atingidos frente às violações de direitos já ocorridas e aquelas ainda em andamento, assim como evitando a adoção de abordagens e ações de medicalização e patologização do sofrimento vivenciado pelas comunidades e pessoas atingidas. Dessa forma, a estratégia de saúde mental e atenção psicossocial



social organizada no âmbito da RAPS do município tem como características um processo dinâmico, que se (re) organiza ao longo do tempo face aos processos de lutas e reivindicações dos atingidos, aos processos de desterritorialização e reterritorialização das comunidades e dos processos de subjetivação subjacentes ao contexto em que estão inseridos.

Objetivo

Apresentar e relatar as ações organizadas através da RAPS do município para o cuidado e atenção psicossocial da população atingida. Discutir e analisar o papel e preparação do SUS e da Política de Saúde Mental face aos desastres socioambientais provocados pela mineração, buscando contribuir com a construção de análise crítica sobre uma política de saúde universal na organização do cuidado e na garantia e preservação de direitos de uma população extremamente vulnerável, bem como do papel e atuação de psicólogos e profissionais da saúde mental nestes contextos.

Método

Trata-se de um estudo de caso, em que buscamos uma reflexão e análise crítica das intervenções e do contexto em que estão inseridas as ações de saúde mental para a população atingida. Para a análise e construção das intervenções nos amparamos numa abordagem multidisciplinar a partir de contribuições como de Martín-Baró sobre os traumas psicossociais e no método Paideia (Wagner) para a construção, planejamento e gestão das intervenções.

Resultados

Diante do desastre a RAPS de Mariana precisou se reorganizar para atuação frente aos impactos e rupturas sociais provocadas pelo rompimento de Fundão no município. Além do aumento de recursos humanos em outras equipes de saúde mental, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centro de Atenção Psicossocial Infância Juvenil (CAPSij), e equipes de matriciamento apoiadoras da Atenção Primária à Saúde, houve a criação da equipe CONVIVER. Esta tem construído uma atuação longitudinal e específica de cuidados psicossociais no território para os atingidos dos distritos rurais que sofreram deslocamento forçado para sede urbana do município. O processo de institucionalização desta equipe tem sido desafiadora, tendo em vista a ausência de parâmetros institucionais prévios e de diretrizes apontadas pela Política Nacional de Saúde Mental para atuação em desastres. Essa construção tornou-se possível a partir da iniciativa da gestão municipal de construir um plano de ação que prevê o acompanhamento e construção de repostas a longo prazo. A direção do cuidado psicossocial é guiada pelas escutas coletivas, visitas domiciliares, atendimentos individuais e acompanhamentos no território. A especificidade do sofrimento provocado pelo desastre tem sido identificada não só pelos danos e perdas provocados pela lama em 5 de novembro de 2015, mas pelo rastro que o seu curso tem provocado, a partir das mudanças abruptas dos modos de vida e rotinas desses sujeitos e, também, repostas violadoras e insuficientes por parte da empresa, caracterizando um contexto (re) vitimizador. As negociações intrincadas, as construções de repostas que não condizem com a realidade social dos sujeitos, bem como o assédio das famílias por empresas e instituições terceirizadas responsáveis por sua reparação, acentua a dor moral dos sujeitos e convoca uma cotidiana luta pela garantia de direitos. A atenção psicossocial ofertada pelo CONVIVER parte do pressuposto que a atuação dos trabalhadores da saúde mental está intrínseca à compreensão dos processos que acentuam o sofrimento social dos atingidos, e também atento às construções de cuidado que apresentem saídas individuais e coletivas e construções de novos projetos de vida. Nesse sentido, o território da cidade torna-se lugar central para construção das intervenções, a partir da construção de espaços terapêuticos de cuidado, da construção de rodas de escuta, oficinas terapêuticas, acompanhamento de assembleias decisórias e de reuniões das comissões dos atingidos, além de uma atuação intersectorial que dialoga com dispositivos assistência social, educação, órgãos da justiça e assessoria técnica dos atingidos.

Conclusões

Uma análise crítica do desastre e seus impactos leva em consideração as condições sócio-históricas, culturais, econômicas e políticas que originam e desencadeiam os desastres da mineração como o da Barragem de Fundão da mineradora Samarco. Pensar e articular intervenções em saúde no contexto das políticas públicas passa por entender tais marcadores, tendo em vista que muitas vezes a saúde mental e seus diagnósticos têm sido utilizados tanto como ferramenta de silenciamento e deslegitimação das reivindicações e reparações das pessoas e comu-



nidades atingidas, mas também como mecanismo para acesso a direitos e reivindicações, em que a perspectiva do “trauma” é o recurso e instrumento político para garantia de direitos e acesso à justiça. Assim, é necessário desconstruir uma perspectiva biomédica ou focada em patologias e pensarmos os aspectos do adoecer a partir também dos determinantes sociais relacionados às especificidades de cada realidade social. Também é preciso pensar em diretrizes específicas para atuação nesses contextos, tendo em vista a necessidade de construção de respostas de cuidado que acompanhem as especificidades das demandas e necessidades dos sujeitos atingidos, e na construção de respostas que longitudinais que acompanhem o curso das violações provocadas pelo tempo social do desastre.

Psicologia social e o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho: um relato de experiência

Autor: Carmem Regina Giongo (UFRGS)

Desde sua implantação no século XVII no Brasil os empreendimentos minerários foram marcados por diversos eventos trágicos, causando graves danos socioambientais e importantes acidentes de trabalho. No dia 25 de janeiro de 2019 as doze horas e vinte e oito minutos rompia a Barragem I do Córrego do Feijão localizada em Brumadinho, Minas Gerais. O desastre causou uma avalanche de minérios de ferro atingindo áreas administrativas da Vale, comunidades rurais, rios e diversos ecossistemas. As sirenes não tocaram, o que dificultou a evacuação das pessoas causando 171 mortes e deixando dezenas de pessoas desaparecidas. Este já é considerado o maior acidente de trabalho do Brasil e, conforme anunciado pelo relator da ONU (Organização das Nações Unidas) o desastre deverá ser investigado como crime. A ONU ainda salienta que o Brasil tem atuado na contramão da proteção ambiental e garantia dos direitos humanos, na medida em que flexibiliza constantemente a legislação ambiental.

A barragem havia sido construída em 1976, possuía 11,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos, estava desativada e pertence a Vale, considerada a maior produtora de minério de ferro e de níquel do mundo. A empresa foi fundada na cidade mineira de Itabira em 1942, como Companhia Vale do Rio Doce. Atualmente possui mais de 20 minas em operação no estado, além da Estrada de Ferro que liga Minas a Vitória transportando os minérios. No discurso da companhia sua atividade fim é apresentada como estratégica para a vida humana, destacando que o seu “principal negócio é a mineração, uma atividade essencial para a vida moderna. De telefones celulares a aviões, de estruturas de prédios a moedas, os minérios são ingredientes para diversos itens indispensáveis para o seu dia a dia”. Além disso uma análise de sua visão, missão e valores coloca a vida, o desenvolvimento sustentável e a segurança em destaque. Ressalta-se que o valor número um da empresa é “a vida em primeiro lugar”, seguido por “cuidar do nosso planeta” e “crescer e evoluir juntos”.

Nestes últimos anos tenho estudado o sofrimento social e ambiental vivenciado pelas comunidades atingidas pela construção de barragens hidrelétricas na bacia do Rio Uruguai, no sul do Brasil. Este percurso me levou à Brumadinho através do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), que realiza um importante trabalho na construção de direitos dos atingidos. Cheguei na região no dia 10 de fevereiro, 17 dias após o rompimento da barragem de rejeitos da Vale - o que influenciou diretamente as demandas e as características da minha atuação. Permaneci oito dias na cidade e fui acolhida no alojamento do MAB, com outros 50 voluntários de diversas regiões do país. A partir disso, este trabalho possui o objetivo de apresentar um relato de experiência de minha atuação no contexto do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, pautando-se no olhar na psicologia social.

No que se refere ao relato desta experiência, gostaria de destacar três frentes de trabalho principais que emergiram. A primeira foi a de atenção aos trabalhadores que atendiam as comunidades afetadas. Dentre eles estavam as equipes de voluntários e de diferentes políticas públicas, afinal, muitos também haviam perdido seus familiares e amigos, estavam atuando há vários dias sem descanso ou apresentavam sintomas de intoxicação em função do contato direto com os rejeitos. Os trabalhadores também precisavam que suas dores físicas e psicológicas fossem escutadas e reconhecidas.

Outra frente de trabalho em conjunto com o Ministério Público foi a organização de assembleias com as comunidades que viviam às margens do rio Paraopeba. Estas regiões, por estarem afastadas geograficamente do rompimento da barragem, até então não haviam recebido atenção. Tratavam-se de agricultores e pescadores que demandavam informações sobre a contaminação do rio, auxílio no levantamento dos danos e, principalmente,



acolhimento. Além disso atuei na construção dos fluxos de encaminhamentos entre a rede de saúde, o Ministério Público e o MAB.

Neste sentido, gostaria de realizar alguns apontamentos importantes para a atuação neste contexto: a) mesmo que a nossa intervenção ocorra em um período específico precisamos lançar um olhar global sobre o desastre, considerando sua construção histórica e social; b) é imprescindível a atuação em rede, a compreensão das relações de poder e o auxílio na organização das diversas instituições que oferecem apoio, afinal, as vítimas do desastre permanecerão no território e serão acompanhadas pelas políticas públicas do município; c) é essencial fundamentar nossa atuação no Código de Ética do Psicólogo e nas resoluções sobre emergências e desastres. Neste processo é preciso constantemente reconhecer os nossos limites – pessoais, técnicos e éticos. Afinal, partimos com a expectativa de oferecer o nosso trabalho como psicólogos, mas voltamos afetados em nossa humanidade, deslocados, em luto. De algum modo somos profundamente atingidos e convocados a problematizar o papel da Psicologia frente a violação e a garantia de direitos.

Finalmente, cabe destacar que este relato de experiência sustenta-se no ofício da Psicologia Social e do XX Encontro da Abrapso de atuar na problematização das violações de direitos historicamente cometidas pelos grandes empreendimentos e legitimadas pelo Estado, produzindo, assim, estranhamentos acerca da injustiça e do sofrimento sob o discurso do progresso em detrimento da preservação do meio ambiente e do bem-estar social.

Violações de direitos em contextos de catástrofes ambientais: relatos iniciais de um estudo no acampamento do MST as margens do Rio Paraopeba-MG

Autor: TATIANE LUCIA DE MELO (PUC Minas / FAPEMIG) e Téo (PUC Minas)

INTRODUÇÃO

O início de 2019 foi marcado pelo rompimento da barragem da mineradora Vale no bairro de Córrego do Feijão, no município de Brumadinho/MG, trazendo como consequências a morte constatada de mais de 250 pessoas e inúmeros prejuízos sociais, econômicos e ambientais para a população do município e grupos instalados as margens do Rio Paraopeba.

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa que teve o objetivo de investigar as violações de direitos ocorridas a partir contaminação da água do rio Paraopeba e que impactou diretamente a vida cotidiana de moradores do Acampamento do Movimento dos Sem Terra "Pátria Livre". Localizado as margens do rio Paraopeba, o Acampamento foi diretamente atingido em seu abastecimento de água, gerando inúmeros prejuízos e iniciando um processo de contínuas de violações de direitos.

Classificada como de "baixo risco" e "alto potencial de danos", a barragem da mina de Córrego do Feijão rompeu-se liberando cerca de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos úmidos de minério de ferro, gerando uma onda de lama que atingiu de imediato toda a localidade de Córrego do Feijão, seguindo até alcançar o rio Paraopeba, que desagua no rio São Francisco. (ROMÃO ET AL, 2019a).

2. METODOLOGIA

Estabeleceu-se como estratégia a abordagem de natureza qualitativa, que vai possibilitar a exploração do problema reunindo um conjunto de dados e impressões que permitirão analisar a interação de suas variáveis. (YIN, 2005). Foram coletadas informações por meio de visita a área do rio próxima ao local do rompimento da barragem, registro fotográfico e entrevistas com moradores do Acampamento Pátria Livre, instalado na divisa entre os municípios de Brumadinho, São Joaquim de Bicas e Mário Campos, as margens do rio Paraopeba.

Foi realizada uma pesquisa de campo no Acampamento do Movimento dos Sem Terra "Pátria Livre", instalado as margens do rio Paraopeba e diretamente atingido pela contaminação da água pela lama tóxica da barragem.

3. RELATO DE PESQUISA

3.1 Sobre o grupo pesquisado e o local visitado

A pesquisa foi realizada no Acampamento do Movimento de Sem Terra "Pátria Livre", instalado as margens do rio Paraopeba na divisa entre os municípios de Brumadinho, São Joaquim de Bicas e Mário Campos. Com uma estrutura que mescla características rurais com a organização semelhante à de uma pequena cidade, com ruas



estreitas e loteamento, o acampamento foi criado na região há dois anos, e conta atualmente com a presença de 650 famílias, abarcando aproximadamente três mil pessoas. Sem saneamento básico ou rede elétrica, as famílias residem em casas de metal e madeirite, a maioria coberta de telhas de amianto improvisado.

O cenário visualizado demonstra a dimensão do ocorrido: uma água de cor marrom e as margens do rio apresentando acúmulos semelhantes a bancos de areia. Porém, era lama do rompimento da barragem. Para um visitante, a sensação de medo e insegurança é inevitável, uma vez que a travessia do rio para acesso ao acampamento é necessária e a percepção da contaminação da água é aparentemente evidente. A isto, podem-se acrescentar as condições precárias do pequeno barco que realiza o transporte diário entre uma margem e outra, sob o pagamento de R\$ 1,50 cada viagem.

A entrevista foi realizada com duas integrantes do acampamento, responsáveis pela área da Saúde. As questões apresentadas envolviam quatro eixos a partir do rompimento da barragem: a relação com o poder público (Prefeitura, serviços públicos), o uso da água do rio, o rompimento da barragem e a relação com a população em geral.

3.2 A relação com as Prefeituras

A dificuldade de diálogo com as Prefeituras esteve presente durante todo o relato das entrevistadas. Desde o início foi destacado o quanto a condição de “Sem Terra” inviabiliza o acesso aos direitos básicos. No caso do Pátria Livre, tal condição se agrava, uma vez que o mesmo se encontra na divisa entre três municípios diferentes, o que gera um “empurra empurra” (sic) entre as prefeituras, que não reconhecem os moradores do acampamento como cidadãos do município.

As entrevistadas relatam que somente após muitas negociações com a Prefeitura os moradores do Acampamento passaram a ter direito a busca de atendimento do SUS em São Joaquim de Bicas. Todavia, essa utilização do atendimento só ocorre em casos mais sérios, como nos episódios de dengue e nas feridas de pele que surgiram após o rompimento da barragem da Vale.

Mesmo com o episódio do rompimento, a Prefeitura de Brumadinho não considerou os moradores do acampamento como público destinatário das políticas públicas do município ou com direito de acesso às doações recebidas pelo município. Nas palavras das entrevistadas, “mesmo com donativos e água sobrando em Brumadinho, nenhuma dessas doações foi encaminhada para o Acampamento, que vem passando por muitas dificuldades.” (sic)

As violações de direitos e violências as quais são submetidas as populações de regiões atingidas pelos desastres produzidos pela mineração envolvem desde a destruição de bens materiais e imposição de riscos à saúde física até o sofrimento subjetivo decorrente das perdas e da instabilidade emocional causada pela insegurança. As controvérsias sociotécnicas, as desgastantes idas e vindas de determinações jurídicas, a instauração de uma rotina completamente diferente da que estas pessoas estavam acostumadas a vivenciar se configuram como fator de aflição e de aprofundamento da violação de direitos. (ZHOURI, 2016).

3.3 A utilização da água do rio Paraopeba

O acampamento dependia da água do rio para praticamente tudo: consumo, banho, lavagem de roupas, plantio, criação de animais. Desde a contaminação pelo rompimento, a sobrevivência como um todo depende de doações e da utilização de uma nascente de água que existe próxima ao local, mas que ainda não se sabe se foi contaminada.

Ao serem questionadas sobre a existência de monitoramento sobre a contaminação da água ou do solo, as entrevistadas afirmam desconhecer a visita de agentes públicos ou da própria Vale no acampamento para qualquer tipo de averiguação. Além da visível contaminação da água e do solo nas margens do rio, os moradores do acampamento também possuem registros do que foi encontrado nos dias seguintes do rompimento. As imagens vão desde animais levados pela lama até corpos humanos despedaçados.

A contaminação e a degradação do leito do rio Paraopeba e seu entorno vem produzindo alterações significativas na fauna, flora e qualidade da água, causando como perda de biodiversidade, morte de peixes e répteis, inviabilização de sistemas de abastecimento de água e migração de espécies animais. (ROMÃO ET AL, 2019a). Tal situação, semelhante ao que ocorreu (e ainda ocorre) no caso do Rio Doce, gera inúmeros questionamentos em torno da toxicidade da lama, levando as vítimas a permanecerem por um longo tempo após o incidente na incerteza sobre a contaminação das terras e de suas fontes de água. (ZHOURI ET AL, 2016)

3.4 Sobre o episódio do rompimento

O acampamento não sofreu perdas humanas ou materiais no dia episódio. Porém, se não houve perdas diretas no dia do rompimento da barragem, as perdas e danos após o episódio são explícitas.

As avaliações preliminares sobre a contaminação da água na bacia do Rio Paraopeba, realizadas pela FIOCRUZ, afirmam que desastres como o que ocorreu em Brumadinho podem ter efeitos a curto e longo prazos e se estender por centenas de quilômetros do local de origem. O impacto imediato das perdas e danos no epicentro da situação (Brumadinho) permite prever significativas alterações nas condições de vida, alterações no ecossistema e proliferação de doenças contagiosas. Além disso, ocorre o aumento da incidência de doenças já existentes na região, como a febre amarela, diarreias e esquistossomose, podendo inclusive se tratar de uma consequência do desastre a médio prazo. (ROMÃO, ET AL 2019b).

3.5 A relação com a população dos municípios vizinhos

Os relatos apresentados pelas duas entrevistadas demonstram uma relação um pouco mais próxima com os habitantes de São Joaquim de Bicas, e muito distante com os moradores de Brumadinho e Mario Campos.

É importante destacar a marginalização social que envolve públicos diretamente afetados por desastres ambientais. O projeto PRISMMA, executado pelo Núcleo de Pesquisa em Vulnerabilidades e Saúde da UFMG (NA-VeS-UFMG) realizou o Diagnóstico de Saúde das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem do Fundão (NEVES ET AL, 2018), e veio a constatar a existência de discriminações explícitas em decorrência das condições de atingidos. Todavia, temos no episódio de Brumadinho um cenário novo, em que há uma sobreposição de marginalidades, na qual a condição de atingido se soma ao estigma ligado ao Movimento dos Sem Terra.

4. CONCLUSÃO

Se as Ciências Humanas se propõem a compreender a sociedade, suas dinâmicas e seus processos de mudanças e transformações, episódios como o rompimento das barragens de rejeitos de minério em Mariana e Brumadinho se apresentam como grandes desafios a serem abordados. É preciso se perguntar sobre os processos, por vezes silenciosos e imperceptíveis, que levaram a tais acontecimentos.

O que as pesquisas realizadas demonstram é que existe um cenário de profunda violação de direitos e violências contra comunidades em decorrência de grandes corporações capitalistas, sendo que tais violações atingem comunidades pobres e grupos vulneráveis, que muitas vezes são silenciados pelas empresas de mineração quando tentam denunciar qualquer tipo de ação arbitrária em seus territórios.

“Eu LUTO, Brumadinho VIVE!”: o movimento de força coletiva e resistência criado pela articulação da população de Brumadinho.

Autor: Sônia Maria Costa Azevedo (CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA)

Coautor: Téio (PUC Minas)

1) INTRODUÇÃO

O Estado de Minas Gerais possui vasto histórico de exploração minerária. Parte da configuração espacial do seu território está pautada na extração mineral. Brumadinho não foge à regra. Sua economia está totalmente vinculada à extração mineral, estabelecendo-se, assim, relações de poder e controle, enquanto dependência econômica desta atividade. A possibilidade do acontecimento de um desastre ambiental jamais foi publicamente considerada pelas autoridades locais ou pelas inúmeras empresas exploradoras do minério que existentes na região.

Porém, para a população local, sempre pairou a ameaça invisível desta possibilidade. A desconfiança se tornou realidade às 12:15 do dia 25 de janeiro de 2019, que a Barragem B-I da Mina do Córrego do Feijão, sob responsabilidade da mineradora VALE S/A, despejou sobre a área de Brumadinho os seus 11,7 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério de ferro. Como um grande mar de lama, seguiu devastando inicialmente as instalações administrativas da empresa (o refeitório, máquinas, uma ponte de robusta estrutura), várias casas e instalações até chegar ao rio Paraopeba. Até a presente data, é registrado um total de 249 mortos e um número incalculável de animais, além de um rastro de destruição na fauna e flora de Brumadinho e região.

Pânico, surpresa, medo, insegurança, foram sentimentos que, naquele momento viveu a população local e as demais pessoas que ouviram, estupefatas, as notícias veiculadas como se fossem de um filme de terror distante



daquela realidade. Inesperadas confirmações do desaparecimento de cerca de 300 pessoas, dentre estes, os próprios funcionários da VALE e prestadoras de serviço, como moradores rurais do entorno da região atingida.

Sete meses após o rompimento da barragem, a perda de 249 pessoas, ainda com 21 desaparecidas, a equipe incansável do corpo de bombeiros reveza-se na busca esperançosa de amenizar a dor dos familiares que esperam para enterrar dignamente o que restar, sob os metros de lama e rejeito, de seus entes queridos e, assim, encerrar um ciclo e buscar formas de retomar a normalidade da vida. Tristeza, dor, angústia, revolta e adoecimento de todas as formas é o cenário que se encontra entre os que buscam por resposta a este lamentável episódio na vida da cidade de Brumadinho. As atenções do mundo voltaram-se para a cidade de porte médio, de 760 km², e cerca de 40 mil habitantes da região metropolitana de Belo Horizonte, que até então era conhecida pela qualidade de vida ali existente, por suas belezas naturais, trazendo para o seu mundo turistas de várias regiões.

2) DESENVOLVIMENTO

2.1 O processo de surgimento do movimento “EU LUTO, Brumadinho Vive.”

Ainda sob o impacto deste imensurável crime socioambiental, instituições de ensino superior público (UFMG) e privado (PUC MINAS) por meio de seus setores de pesquisa e extensão começaram a atuar no município. A UFMG, através do programa Polos de Cidadania, mobilizou cerca de 100 pessoas, que se reuniram no dia 28/01/2019 no Centro de Treinamento de Líderes, em Brumadinho. O objetivo inicial era atender as necessidades básicas de amparo às famílias naquele momento. Estava nascendo, ali o movimento “EU LUTO, Brumadinho Vive”, com a intenção inicial de agregação dos diversos atores locais, sociedade civil e município, ou quem nele se fizer interessado, com os seguintes objetivos e premissas:

2.2 Premissas

O “Eu LUTO – Brumadinho VIVE!” é uma articulação entre pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho em 25/01/2019, orientado pelas seguintes premissas:

- 1) Não nos constituímos em movimento social, organização não governamental ou associação;
- 2) Não temos registro de pessoa jurídica, portanto não recebemos doações de qualquer natureza e nem propomos ou executamos projetos;
- 3) Defendemos que o rompimento da barragem de Córrego do Feijão, ocorrido no dia 25/01/2019 configura-se como crime socioambiental e empresarial;
- 4) Somos todos atingidos.

2.3 Objetivos

O “Eu LUTO – Brumadinho VIVE!” tem como objetivos centrais:

- 1) Colaborar para o acesso e divulgação de informações confiáveis e de interesse das comunidades locais;
- 2) Colaborar para a articulação de ações e iniciativas locais junto às pessoas, famílias e comunidades atingidas pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do feijão em 25/01/2019, tendo em vista sua centralidade, autonomia e protagonismo;
- 3) Estabelecer o diálogo com e entre as diferentes associações locais e externos à Brumadinho, com o intuito de articular projetos e ações alinhados à pauta do Eu LUTO – Brumadinho Vive: centralidade, autonomia e protagonismo das comunidades locais;
- 4) Dar visibilidade ao potencial local a partir do reconhecimento da rica diversidade de atores do território. Por isso afirmamos que: Brumadinho Vive!;
- 5) Atuar na garantia dos direitos de todos os atingidos no processo de reparação dos danos de todas as ordens.

2.4 Grupos temáticos

A partir daí, iniciou-se uma série de ações em busca de cumprir o real objetivo da articulação, já que vários movimentos de renome nos desastres ambientais, como MAB- Movimento dos Atingidos por Barragens, rapidamente aportaram ao município, na pretensão de ocupar o protagonismo dos atingidos e falar em nome dos mesmos junto ao Ministério Público e Defensoria Pública.

Metodologicamente, então foram criados 5 grupos temáticos de trabalho, composto por profissionais de várias áreas, a fim de ficarem atentos a todas os processos perpetrados pela empresa VALE, verificando e analisando



as ações junto aos atingidos, em todas as instâncias, para coibir a violação dos seus direitos, evitando que os desdobramentos sejam semelhantes ao ocorrido em outros municípios atingidos por barragens. São eles:

- Grupo de Comunicação;
- Grupo Social;
- Grupo Jurídico;
- Grupo de Memória;
- Grupo de Meio Ambiente e Tecnologia.

3. Conclusão

A experiência do luto em situações como a ocorrida em Brumadinho, pode adquirir configurações muito específicas, uma vez que envolve não apenas o luto pela perda de um ente querido, mas sim de maiores proporções. Estamos diante de uma situação que envolve o luto pelos vários entes queridos (é comum encontrar em Brumadinho algumas pessoas que perderam vários familiares, ou rede de 20, 30 amigos), o luto pelo laço com a cidade (a devastação de bairros rurais nos quais as pessoas viveram uma vida inteira) e, até mesmo, o luto por um ideal que foi perdido: que a mineração (e a Vale, conseqüentemente) era benéfica para o município.

O surgimento do movimento "Eu Luto, Brumadinho vive!" é uma experiência de enorme significado. Em seu título já fica expressa a intenção de que o luto pelo que se perdeu se torne também o lutar: lutar por uma reorganização psíquica perante a dor e lutar por uma reestruturação social e econômica de uma cidade que de repente se viu devastada.

O desenvolvimento das ações do Eu luto, Brumadinho vive! é importante não apenas para Brumadinho, mas para o cenário atual no estado de Minas Gerais. A proposta de se repensar a dependência da mineração e as formas alternativas de produção socioeconômica é uma construção a ser feita por cidades como Brumadinho e Mariana, onde os desastres já ocorreram, mas também deve chegar aos municípios que possuem arranjos produtivos completamente associados à mineração e que estão mercê de desastres ambientais tão graves quanto os que ocorreram em 2015 e 2019.

O que se percebe é que a discussão sobre desastres ambientais passa também pela resignificação histórica e social do território atingido. Passa pelo sentimento de pertencimento da população e do engajamento do processo de reconstrução do que fora destruído, materialmente e simbolicamente. O caso de Brumadinho, ao que tudo indica, começa a sinalizar uma importante saída encontrada pela população para se reorganizar, pela via da construção e articulação comunitária, o início da reconstrução de uma nova cidade.

GT28: Perspectivas construcionistas e pós-construcionistas em Psicologia Social

"Small Space, Big Life"? Projetos de arquitetura de pequena metragem

Autor: Gustavo Guazzelli Nanni (PUC-SP)

A pesquisa intitulada "Small space, big life? Projetos de arquitetura de pequena metragem", de base Construcionista Social tem por objetivo fazer uma análise comparativa de projetos residenciais destinados a distintas camadas da população. Neste sentido, pergunta-se para que (função) e para quem (endereçamento) são projetadas, vendidas, construídas, conquistadas as moradias? Tais categorias de análise foram elencadas pelo próprio pesquisador na medida em que foi sem alinhando-se com o campo-tema (SPINK, 2003), pois considerou que "função" seria categoria fundamental para compreender o objetivo pelo qual tanto mercado imobiliário quanto política pública habitacional atuam; a categoria "endereçamento", através da perspectiva da linguagem no cotidiano, denota o para quem são destinadas as distintas versões de moradia que circulam sob a regulação do mercado.

A questão social da habitação é um problema majoritariamente urbano, relacionado diretamente ao ônus excessivo do aluguel, nos grandes centros, ocorrendo em maior proporção na região Sudeste (39%) do país (Fundação João Pinheiro, 2015). Sob um cenário em que a moradia é especula e mercadoria, os movimentos sociais que fazem a luta por habitação dependem de financiamentos provindos de programas tal como o Minha Casa

Minha Vida, através da modalidade Entidades. Por outro lado, o mercado imobiliário realiza a comercialização de apartamentos com as mais distintas tipologias vendendo “estilos de vida”. Apresentamos uma breve história das políticas habitacionais no Brasil (1889-2016), articulando-o com a questão do déficit habitacional brasileiro atual – populações e políticas públicas de habitação – e os mutirões Florestan Fernandes e José Maria Amaral, da modalidade Minha Casa Minha Vida – Entidades. Desse modo podemos compreender como uma questão social mais generalizada (p. ex.: déficit habitacional) se efetua no cotidiano, bem como no cotidiano, questões que aparentam serem locais, estão também atravessadas por problemáticas de ordem geral. Também foram apresentados os programas habitacionais Municipais, Estaduais e Federais: COHAB, CDHU e MCMV, este último o maior historicamente e em operação, isso nível de unidade habitacionais produzidas.

A análise é fundamentada no Construcionismo Social, movimento que faz parte da Psicologia Social, profundamente relacionada com a perspectiva trabalhada no GT28. Para análise dos projetos de habitação social foram selecionados dois empreendimentos do Minha Casa Minha Vida - Entidades: Florestan Fernandes e José Maria Amaral, ambos localizados no mesmo terreno na Cidade Tiradente, São Paulo. A partir de informações obtidas no site do MST Leste¹ e da União Nacional dos Movimentos por Moradia (UNMP), bem como experiência de estágio realizada através da PUC-SP. Como comparação, encontramos como genealogia do apartamento de pequena metragem os apartamentos tipo kitchenette. Na cidade de São Paulo, os primeiros apartamentos deste tipo foram construídos pelo arquiteto Adolf Franz Heep entre os anos de 1940 e 1950. Optou-se pelo enquadre dos apartamentos de pequena metragem, tendo em vista que seu tamanho é o mais próximo do tamanho das unidades habitacionais produzidas por políticas sociais de habitação. Além disso, o pesquisador utilizou-se de recursos gráficos e visuais para sistematizar informações e apresentar tipologias habitacionais de ambos modelos. Os dados foram colhidos através da descrição pormenorizada de panfleto e site de venda de apartamento do Edifício Verité Perdizes. Para a presente análise foram destacadas as categorias: endereçamento (SPINK, 2010), localização, diferenças nos processos de obtenção da casa própria (AQUINO, 2015) e estilo de vida (SPINK, 2009).

Concluiu-se com através da análise comparativa que há também uma profunda diferença nos processos de se desejar a moradia e conquista-la. No caso da Leste¹ o processo é longo e cansativo, dependente de políticas públicas de habitação social – moradia é direito humano fundamental, realizado através dos mutirões autogestão, sem escolha prévia da localização do projeto, em que é necessária a participação, o envolvimento e a luta dos beneficiários (manifestações, assembleias, reuniões de coordenadores) para pontuação – organização interna do movimento. Enquanto isso, na realidade do mercado imobiliário, para que se vá do desejo à sua consumação, é preciso que haja inicialmente capacidade de endividamento – renda – para a compra da mercadoria – apartamento, com relações intra-residenciais que são reguladas pela lógica do condomínio (DUNKER, 2009), na medida em que o desejo efetua-se como promessa de um estilo de vida veiculado através de panfletos que circulam livremente pelos locais de convívio de uma classe em específico.

Encerra-se a pesquisa com a discussão de que o objeto da pesquisa, moradia, trata-se de um local privilegiado para as discussões da Psicologia Social, a qual também é encarregada de realizar a superação da dicotomia indivíduo-sociedade, pois através dela é possível entrar em contato com as próprias condições de moradia que habitamos, bem como compreender as distintas versões que circulam em nossa sociedade. O espaço forma e informa e é atravessado, no caso, por questões como: desigualdade social, localização, políticas públicas, mercado financeiro, movimentos sociais. Neste sentido, as noções de habitar, habitação, hábitat e espaços domésticos de Segaud (2016) tornam-se categorias fundamentais para a análise. Por fim, relata-se como num cenário de austeridade as políticas públicas e as populações por elas beneficiadas encontram-se em uma situação de instabilidade e desesperança, o que dialeticamente encontra brechas de resistência e esperança.



A nomeação violência obstétrica no contexto das lutas pela humanização do parto e nascimento

Autor: Alaiana Menezes (UFPA)

Coautor: Jacqueline Brigagão (USP)

Introdução: O debate sobre a violência obstétrica, originou-se no contexto de lutas prol da humanização do parto e tem sido tema de pesquisa e de discussões de profissionais de saúde, bem como dos movimentos de mulheres. Nas décadas de 1980 e 1990, defensores dos direitos humanos e reprodutivos das mulheres, se organizaram a fim de promoverem a discussão sobre a violência no parto. Diversos termos foram utilizado para caracterizar a violência que mulheres sofriam no parto, como “abuso obstétrico”, “desrespeito e abuso”, “violência institucional em maternidades” “violência no parto”, até chegar ao termo que atualmente chamamos: “Violência Obstétrica”. Trata-se de reconhecer no pré-natal, parto e pós-parto, as mulheres vítimas de violências institucionais nos serviços de saúde. Alguns estados, apresentam Leis municipais específicas que visam a proteção da mulher contra a violência obstétrica. Mas essa é uma nomeação recente que tem encontrado muitas resistências no Brasil, especialmente das corporações de profissionais e de gestores de órgãos governamentais. Assim o objetivo desse trabalho foi traçar o histórico do uso da nomeação violência obstétrica no Brasil e os principais embates em torno dessa. Utilizando-se da perspectiva construcionista no contexto das análises discursivas o texto volta-se para a linguagem em uso, isso implica trabalhar os aspectos performáticos da linguagem (quando, de que modo, em que condições, a intenção) ou seja, de que forma as pessoas, por meio da linguagem, produzem sentido e posicionam-se em relações sociais do cotidiano (SPINK, 2010). O sentido construído coletivamente ou melhor interativamente, é atravessado por relações sócio-historicamente e culturalmente datadas e localizadas, sendo assim, produzir sentido é lidar com situações do dia-a-dia. A metodologia utilizada foi a análise de documentos de domínio público referentes a essa nomeação, foram analisados: páginas online de sites do movimento de humanização do parto; resoluções do Conselho de Medicina, artigos científicos, documentos do Ministério da Saúde, Ministério Público Federal e Leis Municipais. Os documentos permitem novas configurações de produção de sentido, proporcionando visibilidade na dinâmica de produção. Esses documentos posto em público, tornam-se acessíveis para a leitura, interpretações e questionamentos, eles permitem analisar o uso de noções, conceito, termos que circulam na sociedade e geram debates temáticos. Além do que, documentos são fontes de compreensão que permitem localizar a emergência de um tema e a sua ascensão no cenário social, na medida em que adquire intensa visibilidade num determinado momento histórico (MELLO et al. 2007). Os resultados preliminares indicam que essa nomeação passou a ser utilizada no Brasil, a partir de 2010 e teve ampla aceitação no contexto do movimento de humanização do parto e pelos meios acadêmicos que passaram a desenvolver pesquisas sobre essa temática. O Ministério da Saúde em 2017 ainda utilizava essa nomeação e desenvolvia ações de educação em saúde com essa temática. Mas em 2019 o CRM do Rio de Janeiro contesta oficialmente essa nomeação através da Resolução nº 293/2019 (Dispõe sobre a proibição do Plano de Parto), onde o conselho argumentou que o documento pode causar inúmeros problemas para o profissional, inclusive sendo passível de ser denunciado por “violência obstétrica”, termo inventado para difamar médicos. No mesmo ano o Ministério da Saúde através do Despacho nº 017/19 reconsidera sua posição em relação a essa nomeação, relatando que o termo tem conotação inadequada. No entanto, o Ministério Público Federal recomendou ao Ministério da Saúde que esclarecesse por meio de nota que o termo “violência obstétrica” é uma expressão já consagrada em documentos científicos, legais e empregada comumente pela sociedade civil e que a expressão pode ser usada por profissionais de saúde. Visto que a Procurado da República Ana Carolina Previtali, responsável por um inquérito civil público apresento um documento com quase 2000 páginas e 40 anexos com relatos de denúncia de violência obstétrica em maternidades e hospitais de todo o país. Os efeitos da nota de Despacho do Ministério da Saúde tiveram repercussões em Pelotas no Rio Grande do Sul, onde o Projeto de Lei 1195/2019 (Lei de combate a Violência Obstétrica) que havia sido aprovado pela câmara dos vereadores, foi vetada pela prefeita após SIMERS (Sindicato dos Médicos), ter levantado argumentos sobre o termo Violência Obstétrica, ressaltando que a nomeação tem cunho ideológico e que o projeto teria a intenção de criminalizar o exercício da Medicina e provocar uma judicialização maior contra os profissionais (SIMERS, 2019). Além do mais, o presidente do SIMERS afirmou que o despacho é uma vitória para a categoria porque modifica o que está acontecendo na base jurídica brasileira do ponto de vista da obstetrícia. Pode-se concluir que na medida em que certas categorias de profissionais ampliam seu conhecimento, eles assumem um lugar de saber-poder sobre os corpos, argumentando sobre os procedimentos e técnicas que são aplicadas ao corpo feminino. As noções de cuidado em

saúde materno-infantil circulam na nossa sociedade privilegiando práticas intervencionistas que desrespeitam os direitos da mulher. Entende-se que nomeações são importantes, visto que o modo como se fala e utiliza as palavras no cotidiano são fundamentais para a legitimidade das práticas. No entanto o termo violência obstétrica não é um consenso e que parece haver diversos interesses em disputa e uma tentativa de retirar de circulação os repertórios associados a violência obstétrica.

As narrativas dos corpos de homens autores de violência?: provocações epistemológicas do (pós)construcionismo

Autor: David Tiago Cardoso (UFSC)

Coautor: Adriano Beiras

O Construcionismo Social tem uma de suas genealogias no campo das Ciências Sociais marcada pelo interesse em ser um projeto epistemológico potente para aquelas críticas frente às produções de conhecimentos preocupadas com a essencialização e a universalização de explicações sobre a realidade, que estava ali para ser capturada por meio dos métodos reconhecidos como científicos. Encontrando lugar no jogo de linguagem das ciências, surge, dentro do próprio movimento construcionista, críticas sobre produções científicas do Construcionismo Social onde a ausência de crítica era notória, em especial, sobre o sistema de opressão capitalista e seus efeitos. Neste sentido, surge no horizonte acadêmico o (Pós)construcionismo, um novo rumo para a epistemologia construcionista, um que possa superar as fragilidades da mesma, uma nova era para a Psicologia Social propondo novos debates, novas ideias e novas práticas, entendendo que alguns pressupostos socioconstrucionistas podem se manter, contudo outros têm a possibilidade de atender às críticas e dar espaço a novas perspectivas, no interesse de se refazer a agenda política de modo a adaptá-la aos novos desafios sociais, contribuindo com a construção de um mundo mais justo e igualitário. É por meio deste horizonte (pós)construcionista que buscamos problematizar como o conceito de Self Narrativo, proposto por Kenneth Gergen, pode dialogar com a proposta de Judith Butler a respeito da performatividade. Em outras palavras, tecer conversas epistemológicas de como os homens autores de violência, atendidos em grupos reflexivos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, compartilham as narrativas inscritas em seus corpos. Para Gergen as narrativas são recursos de diálogos e conversas, abertas para alterações por meio das interações em ação, o que vai produzindo o self, ou, o self narrativo, que tem a funcionalidade de histórias orais usadas pela sociedade como recursos culturais, podendo ser utilizadas em diferentes objetivos sociais. Desta forma, o Self não é propriedade do sujeito, mas uma construção do “entre” das relações. No outro lado de nossa proposta está o conceito de Performatividade de Judith Butler, importante para a proposta (pós)construcionista, tratando-se de uma posição não-essencialista que tanto nega uma natureza para o corpo quanto um caráter fixo e estável, ou seja, permanentemente contingente pelos discursos localizados em determinado contexto e momento da história. Para Butler o gênero e corpo são indissociáveis. O gênero inscrito no corpo acontece por meio de atos e gestos repetidos em atos descontínuos, que são capturados como algo natural ou da essência dos sujeitos, contudo são invenções fabricadas e preservadas pelo corpo. Neste sentido, o próprio corpo é uma invenção discursiva. Em outras, para Butler os corpos não são, mas estão dados. A questão aqui não está em definir se tudo é uma construção narrativa ou discursiva, pois ao definir as coisas desta forma, se nega a força constitutiva da performance. Estamos trabalhando com a compreensão de que o Self Narrativo não está dentro deste corpo discursivo, mas sim, inscrito neste corpo. Como diria Nietzsche, somos o corpo e nada além disso, uma multiplicidade, em um único sentido. Assim, os corpos em relação, no processo conversacional, constroem narrativas, ainda que os discursos as precedem. Embora haja muitos corpos distintos, se resiste a ideia da pluralidade e os enquadram no binário homem-mulher como condição de reconhecimento. O corpo tem uma existência performativa dentro de marcadores culturais que o faz visível ou não. Neste processo, os corpos dos homens estão (re)produzindo a violência, sendo construídos discursivamente para ser o autor desta violência. Nosso interesse é desestabilizar esta identidade compreendendo que o processo de subjetivação destes corpos é plural e, por meio desta pluralidade, suas narrativas também são. Voltando a compreensão de Gergen, o Self é este discurso produzidos pelas condições que encontra em seu contexto sócio-histórico, estando as narrativas disponíveis para sustentar os relacionamentos, escapando a uma identidade fixa e linear, por apresentar uma fluidez contínua, espalhando em diversas direções conforme os relacionamentos que engendra e é engendrado. Frente a isso, quais as narrativas que os corpos de homens autores de violência produzem nos grupos reflexivos de gênero no

Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS? Antes, destacando a metodologia dos grupos reflexivos de gênero, fundamentada nos encontros epistemológicos das teorias feministas com o construcionismo social, trata-se do exercício da equipe de facilitadores em criar um espaço dialógico-reflexivo com os homens atendidos, na direção de um processo transformativo, com foco na desnaturalização da violência, da responsabilização, da prevenção e na construção de uma rede de atenção aos participantes. É neste espaço dialógico que os homens produzem suas narrativas, desde o momento da acolhida, quando chegam ao CREAS. Performam corpos que narram a injustiça que estão vivendo, não entendendo como chegaram a ser denunciados como agressores, pois são bons homens, muito diferentes daqueles que acompanham nas redes sociais e na mídia em geral. Parece que a pluralidade de corpos que chegam, totalmente diferentes uns dos outros, leva a uma única narrativa. Um detalhe que escapou, a acolhida é feita individualmente e estas narrativas são desta relação. No processo grupal, os corpos passam a compartilhar a multiplicidade de suas narrativas. Por meio da proposta reflexiva, alguns homens trazem que nunca haviam falado de seus sentimentos com outros homens, que, por meio de suas experiências, suas vidas tinham um único sentido, existir como um homem violento, apagando todas as marcas das violências que sofrem. Surgem narrativas de filhos que sofreram violência dos pais, seja violência física ou psicológica, mas sempre na direção de ser um homem de verdade. Narrativas de amigos que os levam a colocar os outros corpos, de “não-homens de verdade”, no lugar de subalternidade, do masculino exercendo poder sobre tudo que é feminino. Tantas narrativas denunciando a violência normativa, desta heterossexualidade compulsória. Contudo, agora há a possibilidade de produzir narrativas diferentes daquelas que estavam vivenciando. Os corpos passam a reconhecer que podem revelar sua condição vulnerável. Por meio da experiência da relação com os outros, alguns sugerem que vão se policiar para não cometer mais a violência, outros tantos que entendem que é preciso manter-se no processo reflexivo para escapar deste lugar de agressor, ou de autor da violência e há os que dizem seguir a mesma narrativa, pois não conseguem viver de outra forma que não a de relacionamentos construídos pela violência. Contudo, por meio das provocações das epistemologias (pós)construcionistas, compreendemos que tais narrativas não são fixas e estáveis, mas que buscam estabilizar os corpos que não encontram tantos lugares para as transformações necessárias, para se manterem nas condições de reconhecimento. Ao sermos o corpo e nada além disso, esta multiplicidade de narrativas possíveis, o sentido que buscamos construir é de ampliação dos espaços coletivos para que as narrativas marginais destes corpos possam construir relacionamentos não-violentos. Ainda, é preciso ampliar as matrizes de inteligibilidade sobre os demais corpos, que os homens possam reconhecer tantos outros corpos que, ainda que fora destas matrizes, o constituem, mesmo que na ausência ou na negação de suas existências, ampliando, assim, as possibilidades da construção de novas narrativas. O (pós)construcionismo, ao dialogar com as teorias feministas, em especial, com o conceito de performatividade, possibilita o retorno da crítica para dentro das epistemologias construcionistas, uma crítica que tem como direção as transformações sociais.

Construcionismo social, ordens morais e mudança social: o debate na obra de Kenneth Gergen

Autor: Emerson Rasera (UFU)

O construcionismo social, como discurso teórico-prático em Psicologia, tem tanto produzido atrações e capturado a atenção dos pesquisadores, o que tem levado à sua expansão na comunidade científica, como um conjunto de críticas que buscam apontar seus limites e desacreditar em sua potencialidade. Entre essas críticas estão a da negação da experiência pessoal, do abandono da preocupação com o “mundo real”, do papel da ciência, e fundamentalmente a de um relativismo amplo, tanto conceitual, como ontológico e moral. De forma significativa, o construcionismo social é tipicamente olhado com suspeita por aqueles pesquisadores e profissionais preocupados com questões de justiça, democracia e transformação social. É como se o construcionismo social não oferecesse caminhos a serem seguidos, não fosse suficientemente crítico, subestimasse as desigualdades sociais, e desconsiderasse as questões de poder. Segundo tais críticos, em sua análise dos processos de construção social, e da negação do caráter essencialista, fundacional e universal de qualquer conhecimento, parece que o construcionismo social possibilita a legitimidade de qualquer ação, numa forma irracional de tolerância social, que leva a um ‘vazio moral’. Essa é a famosa acusação de um relativismo moral sustentado pelo construcionismo social. A literatura construcionista busca responder a essa desconfiança de diferentes maneiras, porém, parece não satisfazer seus críticos. Vários autores têm contribuído para esse debate complexo e de várias facetas, que inclui tanto a disputa



sobre os pressupostos e implicações do construcionismo social em relação ao realismo - em que se produz defesas firmes do relativismo, bem como, a afirmação de um realismo crítico entre pesquisadores construcionistas; quanto uma proposta do uso do construcionismo social como uma estratégia política; e a busca de produção de uma teoria política construcionista social. Assim, o objetivo geral desse ensaio é compreender as possibilidades morais e políticas de transformação social promovidas pelo discurso construcionista social. Especificamente, buscamos analisar a obra de Kenneth Gergen, dada a relevância desse autor para a sustentação e difusão das ideias construcionistas. Esse estudo teórico conceitual se realiza a partir dos próprios orientadores de uma pesquisa influenciada pelo pensamento construcionista, especialmente, pelo desenvolvimento de uma crítica interna tal qual proposta por Gergen, a qual se refere à avaliação e reflexão por parte dos pesquisadores de suas descrições do real e as práticas associadas e é facilitada pelo desenvolvimento de uma postura de desconstrução. Segundo seus críticos, o construcionismo representado na obra de Gergen tem pouco a contribuir no campo moral e político, sendo conservador e não oferecendo um olhar crítico que questione o status quo e possa oferecer um caminho para a transformação social. Se, por um lado, podemos concordar que Gergen não produziu um discurso pragmático que aponte um caminho, uma diretriz, ou apresente uma "convocação para a revolução", por outro, é possível identificar vários aspectos em sua obra em que as preocupações com a mudança social estão presentes – seja no questionamento da necessidade e na análise dos riscos de uma moralidade universal, seja na leitura crítica de determinadas formas de relação social. Por meio da análise de sua obra, podemos identificar três críticas centrais na obra desse autor que, ao mesmo tempo, questionam o status quo e estimulam a construção de certas formas de vida social, quais sejam: a Crítica à Ciência Psicológica, a Crítica ao Individualismo e a Revisão das Ordens Morais. Essas três críticas mostram o potencial construcionista para a mudança social, seja da comunidade científica, seja da sociedade em geral. Nesse sentido, as leituras teóricas propostas pelos construcionistas são em si uma forma de intervenção social, pois operam algumas desconstruções que possibilitam a criação de outras inteligibilidades e consequentemente novos campos de ação. Além disso, a partir da afirmação de uma inteligibilidade relacional proposta pelo construcionismo social, é importante ir além da crítica e propor novas formas de entendimento. Assim, vale considerar algumas apostas explícitas na literatura construcionista apoiada em uma reconstrução relacional dos conceitos que visa a transformação da realidade social. Entre elas, se destacam a Revisão do Conceito de Democracia e a busca por uma Responsabilidade Relacional. Essas duas propostas de nos dão algumas pistas sobre as relações entre o discurso construcionista e as possibilidades de transformação moral e política da sociedade. Nesse sentido, torna-se importante refletir: Quais as consequências dessa ênfase no diálogo para os processos de mudança social? Qual a visão de diálogo e de sociedade aí presente? Como entender a visão de relacionalidade proposta pelo autor? Como se articula essa reconstrução relacional com outros conceitos e preocupações de Gergen? Para finalizar, é importante apontar que a análise da produção de Gergen deve considerar o histórico e a inserção desse autor na comunidade científica. Com um dos autores significativos da "crise da Psicologia Social" que foi impulsionada especialmente a partir da década de 1970, Gergen apresenta uma reflexão fundamentalmente de cunho teórico e epistemológico, o que focaliza sua atenção, em termos políticos, especialmente, no campo da vida científica. Contudo, o desenvolvimento de sua obra o levou a uma preocupação mais recente com as práticas sociais e os campos aplicados do conhecimento. É preciso, assim reconhecer em que sentido se produz a crítica construcionista para então se legitimar sua contribuição em seus próprios termos; bem como, considerar que a obra desse autor ainda está em desenvolvimento, sujeita a transformações e novas interpretações (CNPQ/FAPEMIG).



Construindo sentidos acerca do cuidado de um ente querido com doença crônica

Autor: Júlia de Paula Oliveira (UFTM)

Coautor: Cintia Bragheto Ferreira (UFTM)

A incapacidade de um indivíduo para a realização de suas atividades de vida diária pode ocorrer de maneira gradativa, como em decorrência da evolução de uma doença crônica não transmissível (DCNT), e a experiência de tornar-se um cuidador pode acontecer de forma inesperada. Em decorrência dessas circunstâncias, os familiares, enquanto cuidadores, podem sofrer um forte impacto no âmbito pessoal e experimentar estresse diante das mudanças físicas, emocionais e neuropsicológicas que se produzem no paciente. Diante do fato de que o impacto da doença pode ser tão devastador para a família quanto para o paciente, a pesquisa justifica-se pela importância de verificar de que forma os familiares cuidadores lidam com o processo de cuidar e acompanhar o paciente com DCNT em domicílio. O sofrimento em presenciar um ente querido ameaçado pela doença, sujeito a tratamentos agressivos, dor, dependência, provocam uma série de sentimentos no cuidador, como medo, ansiedade e insegurança. A família cuidadora necessita de informações sobre como realizar esses cuidados, desde as adaptações necessárias no ambiente doméstico, para facilitar a vida do paciente, até as rotinas dos medicamentos. Nesse aspecto, estabelecer uma rede de suporte aos cuidadores pode minimizar o sofrimento experienciado pela referida díade e facilitar os cuidados ofertados ao paciente com DCNT. Observando-se que é de fundamental importância a aplicabilidade de políticas públicas que auxiliem na prestação de serviços de atendimento, tanto ao paciente acometido por uma doença crônica quanto àquele que está lidando diretamente com seus cuidados. Visando a continuidade do cuidado fora do âmbito hospitalar, surgiu no Brasil, na década de 1960, os Serviços de Atenção Domiciliar (SAD). Especificamente em 25 de abril de 2016, entrou em vigor a Portaria nº 825 que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e atualiza as equipes habilitadas. O SAD é uma forma de atenção à saúde oferecida na moradia do paciente, e se caracteriza por um conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças, reabilitação, palição e promoção de saúde com garantia da continuidade do cuidado em domicílio. Esse serviço proporciona um cuidado relacionado diretamente aos aspectos referentes à estrutura familiar, que leva em consideração questões socioeconômicas, rotinas, relações afetivas pré-estabelecidas ao adoecimento, e à infraestrutura do domicílio, necessárias para cada tipo de enfermidade, evitando-se hospitalizações desnecessárias e diminuindo o risco de infecções do paciente. Neste contexto, indaga-se sobre os sentidos de cuidar de um doente crônico, com incapacidades para a realização de suas atividades de vida diária, na perspectiva do cuidador familiar, assistido pelo SAD. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é compreender a vivência de familiares que cuidam de entes queridos em domicílio e são acompanhados pelo SAD. Partindo do pressuposto de que tudo o que é real parte de algum tipo de relação social, a compreensão dos familiares cuidadores participantes desse estudo está fundamentada na perspectiva das práticas discursivas e produção de sentidos, embasada no referencial do construcionismo social, o qual busca identificar os processos pelos quais as pessoas descrevem e compreendem o mundo em que vivem. Sendo assim, o foco desse estudo é compreender o modo como os sentidos são construídos, e para tal é necessário considerar o contexto histórico-social e cultural dos participantes da pesquisa, que, nesse caso, estão relacionados à vivência de cuidar de um paciente com incapacidades decorrentes da DCNT. Essa discussão corrobora com a proposta do grupo de trabalho do GT28: Perspectivas construcionistas e pós-construcionistas em Psicologia Social, visto que a presente pesquisa busca um percurso teórico-metodológico ancorado na perspectiva de que o pesquisador construcionista entende que a realidade é construída a partir daquilo que as pessoas realizam em conjunto e o que as pessoas fazem juntas estará sempre contextualizado histórico e culturalmente (Gergen, 1985). Isso significa que os indivíduos não constroem realidades de maneira isolada, ou seja, nenhuma ação tem sentido sozinha. O pesquisador construcionista volta o seu olhar para o contexto local, para os participantes que estão envolvidos na produção de sentidos e para os fatores culturais e históricos mais amplos que participam da construção dos significados particulares e ações produzidas em um dado momento interativo. Além disso, a produção de sentido não é uma atividade cognitiva individual, nem pura e simples. Ela é uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso, considerada enquanto um fenômeno sociolinguístico (Spink, 2013). O presente estudo apresenta um estudo exploratório, transversal e descritivo, de abordagem qualitativa, que consiste em um estudo de campo no qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicação do átomo social com cuidadores familiares de pacientes com DCNT que são assistidos pelo SAD de um município goiano. O átomo social é visto como a configuração social das relações interpessoais que o indivíduo estabelece. Dessa forma, a utilização do átomo social neste estudo teve como finalidade perceber

as relações sociais do familiar cuidador em momento anterior ao acometimento da DCNT e após o acometimento, para que dessa forma fosse possível analisar a rede de suporte que o cuidador familiar recebe, o seu funcionamento e possíveis mudanças que ocorreram. Para a coleta de dados, foram incluídos no estudo familiares cuidadores, maiores de 18 anos, de pacientes em acompanhamento pelo SAD e que estavam cuidando de pacientes entre 18 e 59 anos. O primeiro contato foi realizado via telefone com os familiares que seguiam os critérios de inclusão, visando o convite para participação da pesquisa e posterior agendamento para a realização da entrevista. Após o aceite para participar do estudo, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Todas as entrevistas foram audiogravadas e ocorreram no domicílio dos participantes e, posteriormente, seguiu-se à transcrição na íntegra. Segundo Gergen (2009), no construcionismo social não é possível construir sentidos sozinho. A partir disso, ocorreu um segundo momento com os entrevistados, no qual a pesquisadora dirigiu-se novamente até o domicílio dos entrevistados, recuperou a transcrição da entrevista e a leu conjuntamente com os participantes, com a finalidade de construção de novos sentidos para a vivência dos cuidadores. A pesquisa contou com a participação de dez familiares assistidos pelo SAD, com idades entre 28 e 65 anos, todos do sexo feminino. A análise parcial dos dados mostra que, as cuidadoras familiares ao se verem diante desse processo de imersão de cuidados relataram sentimentos de angústia, medo, insegurança, impotência e isolamento. Durante a realização do átomo social, as cuidadoras perceberam um afastamento de outros familiares e de amigos, contribuindo ainda mais com o sentimento de isolamento e a sobrecarga. A sobrecarga pode ser entendida como um conceito múltiplo, ocorrendo tanto de forma física quanto emocional, podendo ser desencadeada devido ao estresse relacionado à dificuldade de enfrentamento do quadro clínico do ente querido, levando em consideração as suas sequelas neurológicas e as perdas/mudanças de papéis socioafetivos. As cuidadoras expuseram que o SAD consegue auxiliá-las na orientação dos cuidados de rotina do paciente. Porém, relataram uma relação conflituosa com a equipe de profissionais do SAD referentes à falta de apoio e de escuta qualificada. Outra importante limitação exposta, foi a falta de profissionais que atuam com a reabilitação, o que gera um impacto negativo no cuidado em domicílio. Diante do fato de que o cuidador é o elo entre a equipe de saúde e o usuário, e é a pessoa com quem os profissionais compartilham as responsabilidades, na pesquisa foi possível perceber que o cuidador está sendo visto e tratado apenas como um simples executor de procedimentos, tendo a obrigação de atender de forma unilateral o que é prescrito pela equipe do SAD. Como observado, essa situação produz tensão e os cuidadores não possuem espaço para questionamentos, o que leva a perceber que o cuidado em domicílio ofertado pelo SAD está mais alinhado aos pressupostos do modelo biomédico de cuidado em saúde, visto que os profissionais do SAD atuam com o olhar voltado para a sintomatologia do paciente com DCNT. Nesse aspecto, visando melhorar o ambiente para o cuidado, é essencial uma boa parceria entre a equipe de saúde e o cuidador, pois é importante que os profissionais do SAD não apenas orientem e supervisionem o cuidador na execução dos cuidados ao paciente, mas que ofereçam suporte, monitoramento e escuta das demandas, tendo em vista o momento que o familiar cuidador vivencia. Também foi possível observar que as participantes, ao serem questionadas sobre o papel de cuidadoras, inicialmente, elas não se percebiam como ocupantes desse lugar, pois relatavam serem esposa/mãe/filha/irmã. Contudo, ao compreenderem o lugar que ocupam, relataram sentir que também realizam esse papel de cuidadora. Sendo assim, diante dos pressupostos do construcionismo social de que a realidade é construída a partir das práticas cotidianas, o questionamento acerca do sentimento sobre ser um cuidador provocou efeitos nas participantes, ajudando a construir esse sentido e compreender melhor o momento que vivenciavam. Finalmente, ressalta-se a importância de voltar a atenção aos cuidadores, buscando analisar as barreiras físicas, emocionais e sociais envolvidas no ato de cuidar, pois a família, apresentada neste estudo como principal agente de produção de cuidados e proteção também precisa ser cuidada.



Ensaio teórico-metodológico de uma pesquisa na perspectiva construcionista como metáfora de viagem: navegar é preciso, viver não é preciso, relatar é impreciso!

Autor: Rubens Espejo da Silva (PUC/SP)

(...) é preciso não colocar estranheza onde não existe nada. Creio que é esse o perigo, quando se faz um diário: exagera-se tudo, vive-se à espreita, força-se constantemente a verdade.

Jean-Paul Sartre – *A Náusea

Trançando as rotas

Na viagem-escrita, em alguns momentos é preciso se ancorar. Viagens sem parada cansam, atordoam, mas principalmente amedrontam. É com esta metáfora que comecei a pensar não sobre a viagem em si, mas onde nela se realizou os atos de paragem, suspensão do fluxo de ir, observância de estados dentro-fora que possibilitaram saber como estava sendo a navegação, como foram criados os espaços-tempo para contar sobre a viagem, enfim precisei de um diário de bordo. Encontrei neste estilo narrativo uma forma de compartilhar não só os dados empíricos da pesquisa, mas também o que geralmente não aparece, a saber: o Eu do pesquisador. Este ensaio é fruto de minha pesquisa de mestrado em andamento (Redução de Danos e o Cuidado de si: sobre quais cuidados falamos?), ao qual compartilho como metáfora de viagem. Não falo das viagens psiconáuticas, mas sim do encontro entre os viajantes, do viajar e as histórias sobre como “naufragar” e sobreviver. Nesta pesquisa busquei compreender como os conviventes de um centro de acolhida na cidade de São Paulo, que fazem uso de álcool e outras substâncias psicoativas (SPA) cuidam de si. Os relatos dos conviventes sobre o cotidiano dentro-e-fora de um equipamento de Alta Complexidade da Assistência Social - as regras sociais, as regras institucionais, as regras implícitas e explícitas – todo esse contexto faz parte de um cuidado ofertado, mas também de um cuidado a ser elaborado por eles próprios – um cuidado específico – talvez nem percebido como cuidado, mas que foi registrado nos diários de bordo. Havia antes de embarcar na viagem, certa expectativa de chegar ao porto seguro dos “objetivos específicos atingidos”, e, um deles era; - Discutir as controvérsias entre estratégias de redução de danos e a prática tradicional de internação a partir do desejo dos usuários em como se tratar/cuidar. Mas havia outras nuances que transbordaram nos discursos, mais do que falar sobre as drogas, sobre cuidados específicos, era fundamental ouvir histórias vivas, como por exemplo: sobre a religiosidade na vida, sobre as amizades e/ou a falta delas, mas principalmente sobre um cuidado com os outros e com as regras do lugar, pois eram fundamentais para a sobrevivência ali. Falar sobre drogas, já sabiam, por vezes nem queriam. Minha presença no campo-tema e a escrita do diário de bordo durante os meses de agosto até dezembro de 2018 foi revelador nos seguintes aspectos: (i) constatar como as pessoas ali se cuidam e se descuidam, e o quanto o ato de cuidar-se e descuidar-se se misturavam para além da questão do uso de drogas; (ii) como me cuidei e fui cuidado pelos conviventes e pelos trabalhadores do equipamento, e por fim (iii), notar a minha implicação como militante na meta de fortalecer e divulgar a Redução de Danos como estratégia de cuidado para além do paradigma da abstinência que toma como prerrogativa a necessidade de “cura”. Pois bem, eu como pesquisador, também sou usuário de drogas lícitas e ilícitas. Dito isto, explico uma de minhas implicações com a nossa “viagem-pesquisa” ou seria “pesquisa-viagem”?

A Bússola – O (des)construcionismo

Em posse da bússola, instrumento de navegação e orientação, partiremos da seguinte pergunta; O que é o construcionismo? Poder-se-ia obter uma resposta simples: é a teoria pelo qual se entende que o conhecimento é uma construção social. Porém, não é teoria! Então, como se dá uma epistemologia sem teoria e que não gera teoria? Nesta simplicidade lógica, caímos numa aporia. Já que aqui não há rota, busquemos então nas bases epistemológicas! Enfim, para tal ancoragem epistemológica, vou seguir firme junto à Tomás Ibáñez, pensador heterodoxo, pós-anarquista, e que é capaz de nos ofertar um modo de empreender a viagem, a saber: – não siga pelas rotas da modernidade, em outras palavras, não siga as diretrizes positivistas, evite a hipervalorização da razão; o representacionismo; o universalismo; a centralidade do sujeito e da consciência; enfim a tal ideia de progresso. Apresentados estes apanágios que são constitutivos da modernidade, já temos pistas de quais rotas o pesquisador “construcionista” não deve seguir, ou melhor, não deveria se guiar. Nestas contraposições de valores ofertou-se o que não é o construcionismo. Eis o nosso “desconstrucionismo”. Neste processo de desconstrução, criamos bases para pensar o construcionismo, não por meio de afirmações e proposições, não de forma positivada - causa e efeito e replicação. Nas palavras de Mary Jane Spink, o construcionismo é movimento – processualidade, então,



optamos pelo “risco”, optamos pela negativa, pela inversão das explicações, por conseguinte, ao invés de afirmar o que é o construcionismo pelos seus atributos, afirmamos-nos pela ausência deles.

A embarcação - “Rodas de conversa”

Para o convívio com os participantes/colaboradores da pesquisa foram realizadas nove Rodas de Conversa. Nestas Rodas de Conversa as temáticas variaram sobre redução de danos, estigmas e preconceitos, prevenção, saúde mental e justiça. Havia temas geradores pré-definidos, porém com o passar dos encontros, exigiu-se mais flexibilidade, surgindo os dias de “tema-livre”. A liberdade de escolha se mostrou mais efetiva, mais anárquica, enfim, mais potente. Afinal, não precisa ser o pesquisador quem deve ditar as regras, mas o ACASO dos ENCONTROS. Sem dúvida que as Rodas de Conversa serviram para conhecer e ser conhecido, mas o fundamental foram os encontros contraditórios, polêmicos, o choque de verdades entre as pessoas e suas necessidades emergentes. Importante salientar que as rodas foram organizadas em conjunto com o corpo técnico do centro de acolhida (Gerente, Psicóloga e Assistentes Sociais), mas depois de algum tempo a presença do corpo técnico foi rareando, sendo o grupo principal composto mais por conviventes do que pela equipe técnica.

Diário de bordo – Precisão e imprecisões

Optei por utilizar o termo diário de bordo ao invés de diário de campo. O que foi ao encontro da viagem como metáfora de pesquisa. Nos diários de bordo a complexidade das versões narradas se apresentou, explico; muitas vezes a mesma pessoa que narrou uma determinada posição sobre um tema, depois, conversando comigo no corredor, logo após a roda, apresentou outra versão, por vezes antagônica a primeira. Importante salientar que para preservar as identidades dos colaboradores da pesquisa, bem como dos profissionais, utilizei nomes fictícios. Nas rodas de conversa foram 47 vezes diferentes, todos os nomes-vozes foram renomeados pelo princípio “saramaguiano” do livro Ensaio sobre a Cegueira, pois nenhuma personagem tinha “nome e sobrenome”, mas sim atributos que os nomeavam – exemplo; - no livro tínhamos “o homem do tapa-olho preto”, para nós, temos “El brujo”. Viagem como ficção. Pesquisa como ficção. Eis uma forma de intervenção? Busquei neste “jeito” de conversação e descrição, rodas de conversa e diários de bordo, respectivamente, a “rota” que deixasse para trás a rigidez da uma entrevista semi-estruturada. Dialogar foi uma forma de horizontalizar as posições, primeiro a minha como pesquisador-viajante-estrangeiro, segundo, a deles como navegadores-viventes-de-si-mesmos. Creio que nestes encontros nenhum de nós sabíamos o destino. Quando se parte numa viagem náutica e o continente fica distante, por vezes o único campo de visão é a linha do horizonte. Paraphraseando as avessas a frase do Imperador Romano Septimius Severus – “omnino fui, nihill expedit” – (Fui tudo, nada vale a pena), digo: Não fiz tudo, mas vale a pena!

Navegar é preciso, viver é impreciso, resistir é necessário!

Somos e vivemos nesta sociedade dicotômica, que opera racionalmente de forma binária, normais versus anormais, sujeitos versus objetos, são versus loucos. Cultura maniqueísta que não consegue pensar além do bem e do mal. Em tempos de um governo Bolsonaroista que potencializou o ódio e recrudesceram os preconceitos aos diferentes, precisamos de uma sociedade menos careta e covarde. Assim cantou Cazusa! Portanto, devemos resistir, por dentro e por fora. Na academia e fora dela, e, se tudo parecer utopia, busquemos construir heterotopias, dentro e fora de nossos corpos, como na belíssima epígrafe - Do Livro das Drogas: usos e abusos desafios e preconceitos - do ensaísta espanhol Antonio Escohotado: “Da pele para dentro começa minha exclusiva jurisdição. Eu elejo aquilo que pode ou não cruzar essa fronteira. Sou um estado soberano e os limites da minha pele são muito mais sagrados que os confins de qualquer país”. O propósito deste ensaio chegou ao fim, a saber: compartilhar (des)caminhos de uma pesquisa no campo da Psicologia Social na perspectiva construcionista, assumir uma posição ético política, endoidecer bússolas por meio da retirada das “peças-teorias”, mas principalmente resistir ao desejo de chegada ao porto seguro. A viagem não há de terminar com o fim da pesquisa, pois os tripulantes ainda se vêem. No dia 16 de agosto de 2019, lá estávamos nós, Eu e El brujo (colaborador da pesquisa), discutindo e compartilhando experiências sobre nossas viagens com ayahuasca. Esta sim, psiconáutica!

* Sartre escreveu o livro A Náusea após experimentar mescalina.

Entre poder, materialidades e práticas discursivas: a questão da consolidação da diferença sexual

Autor: Priscila Kiselar Mortelaro (PUC-SP)

Em linhas gerais, aquilo que chamamos de construcionismo, como se este fosse um campo unívoco, seria melhor definido como uma postura crítica que se assume frente a certos consensos e verdades naturalizadas. Em seu texto "Nuevos debates, nuevas ideas y nuevas prácticas en la psicología social de la era 'post-construccionista'", Lupicinio Iñiguez (2005) apresenta os quatro elementos que definem tal postura, a saber: o antiessencialismo; o relativismo, aqui entendido como a concepção de que a realidade não é independente da produção de conhecimento ou das descrições que fazemos dela; o questionamento das verdades geralmente aceitas; o caráter histórico e cultural da produção de conhecimento; e, por fim, o papel ativo da linguagem na construção da realidade.

Quando se associa à problemática do poder, tais posturas fornecem um campo teórico-conceitual que contribui significativamente para pesquisas que pretendem reconstituir genealogicamente categorias consolidadas historicamente no âmbito de redes de relações de poder que vinculam práticas discursivas e não discursivas, bem como as relações que estabelecem com as materialidades nesse processo. Os campos dos estudos de gênero e dos estudos feministas acolhem com facilidade trabalhos com esse teor, desde que sejam reconhecidos em sua multiplicidade.

Nesse sentido, nosso objetivo é discutir como a emergência do modelo da diferença sexual pós-iluminismo se localiza na intersecção entre poder, linguagem e materialidades. Citado por Mary Jane Spink em seu texto sobre o poder da medicina na legitimação das construções sociais de igualdade e diferença publicada no livro *Psicologia Social e Saúde* (2013), utilizamos como base o trabalho de reconstituição do processo de consolidação do dimorfismo e da diferença sexual e suas implicações realizado por Thomas Laqueur.

Em seu livro "Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud", Laqueur (2001) apresenta uma postura marcadamente crítica em relação às categorias que utilizamos para dar sentido à "forma de moldar o self na experiência da carne", lembrando-nos que nem os dados da natureza, nem os discursos sobre o corpo consolidaram isoladamente a diferença sexual e, conseqüentemente, seus efeitos na experiência feminina. O autor situa que o modelo do dimorfismo sexual emergente de um encontro da materialidade do corpo com a linguagem, foi legitimado no âmbito de um determinado projeto de sociedade no qual as mulheres haviam de ocupar um lugar específico, evidenciando a necessidade de nos voltarmos às relações de poder.

Vigente desde a Antiguidade, segundo o modelo do sexo único homens e mulheres se diferenciavam em grau, não em gênero. Classificando as mulheres, cuja estrutura genital não se externalizara em função da falta de calor, como inferiores aos homens em seu grau de perfeição. Tal modelo era marcado pela linguagem, de modo que os ovários sequer tinham um nome específico, sendo nomeados do mesmo modo que os testículos masculinos.

O antigo modelo deu lugar a um modelo de dimorfismo radical. O discurso que passa a ser dominante no século XVIII era formulado pela visão de que havia dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos. Desse modo, os aspectos essenciais de uma diferença que se expressa em espécie, não em grau, estão impressos no corpo, baseando-se à princípio na natureza. Desse modo, o dimorfismo sexual se apresenta, à primeira vista, como um oposto do modelo do sexo único, uma vez que, ao invés de ser marcado pela linguagem, se baseia nos dados da natureza.

No entanto, a ruptura entre os dois não é tão evidente. No primeiro modelo, a materialidade do corpo feminino era constantemente convocada para justificar a indistinção entre os aparelhos sexuais femininos e masculinos. Conforme nos lembra Laqueur, Galeno (séc. II d. C.) citava os trabalhos de dissecação de Herófilo (séc. III a.C.), a fim de justificar o sexo único, respaldando que as mulheres tinham estruturas genitais como as masculinas: dois testículos internalizados com ductos seminiais, um de cada lado do útero.

No segundo modelo, mais uma vez os achados da natureza são convocados discursivamente para dar sentido à materialidade do corpo, porém, de um modo distinto. Laqueur cita os tratados de medicina por meio dos quais os médicos se afirmavam categoricamente capazes de identificar os aspectos essenciais que pertencem às mulheres, que servem para distingui-las e fazer delas o que são. Desde os traços faciais, até seus tecidos e órgãos.

Há, no entanto, uma ruptura que deve ser reconhecida na passagem de um modelo para o outro. Uma mudança epistêmica por meio do qual o modelo iluminista passa a reduzir os significados a um substrato biológico. Nos relatos de produção pós-iluminista, o mundo físico real coloca-se como anterior e independente das reivindicações feitas em seu nome. Nesse contexto, o sexo ou o corpo passou a ser compreendido como epifenômeno,

enquanto o gênero, hoje considerado uma categoria cultural, no modelo pré-iluminista era primário, real, e o sexo era uma categoria sociológica, não ontológica.

Nesse sentido, tanto o antigo quanto o novo modelo são construídos por meio de uma relação intrínseca entre os dois elementos, a linguagem e o corpo. Essa coincidência evidencia o fato de que, mesmo opostos, os dois modelos não são “ficções desenfreadas”, mas dependem de pontos de ancoragem que as materialidades fornecem.

Por mais que os efeitos produzidos pela linguagem devam ser sempre contextualizados em relação às materialidades nas quais se ancoram, isso não significa que devemos pensá-las como algum tipo de substrato irreduzível. Conforme destaca Rohden à propósito do lugar do corpo nas reflexões de Laqueur, é preciso levar às últimas consequências a ideia de que ele também é objeto de construção. Nesse sentido, o enfoque de Laqueur parte da centralidade do corpo na ordem social, seja tanto como elemento que embasa a produção de discursos, quanto como produto de discursos. O autor pontua que o fato de nos tornarmos humanos na cultura não nos dá licença para ignorar o corpo e que o corpo aparece mesmo nas reflexões daqueles que voltaram sua atenção para a linguagem, o poder e a cultura, como Foucault.

No entanto, mesmo com as condições que a relação entre as materialidades do corpo e a linguagem forneceram para a mudança geral na interpretação dos corpos femininos e masculinos, Laqueur pontua que a só pode ser efetivamente possível quando a diferença se tornou politicamente importante. Adentrando o problema do poder, o autor afirma que só houve interesse em buscar evidência dos dois sexos distintos, apesar de descobertas científicas que datavam de antes, quando a biologia, associada à ideia de corpos estáveis, não históricos e sexuados, passa a ser o fundamento epistêmico das afirmações sobre a ordem social. Os fatos naturais forjados no âmbito dessa discursividade legitimaram processos de diferenciação e hierarquização da sociedade baseando a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres e seus papéis de gênero.

Apesar de termos separados para fins didáticos linguagem e poder, com o único objetivo de nos contrapor às análises que acabam por dissociar tais elementos, concluímos que, conforme já nos alertou Foucault, há uma indissociabilidade entre discurso – com sua pretensão de verdade – e poder. No entanto, assumindo que é inevitável se deparar com o problema do poder ao pensar a emergência de qualquer modelo explicativo da questão da diferença sexual e seus efeitos, faz-se necessário reafirmar que tais modelos só podem ser compreendidos partindo da questão do corpo como materialidade que participa ativamente deste processo de consolidação.

Explorando a noção de “controle social” no SUS a partir de uma perspectiva praxio-gráfica

Autor: Rodolfo Luis Almeida Maia (Universidade de São Paulo)

Coautor: MARIANA (Universidade de São Paulo)

A expressão “controle social” faz circular uma diversidade de sentidos. Se, por um lado, ela pode ser entendida como o controle que um Estado exerce sobre seus cidadãos, por outro, também está associada ao processo inverso, quando cidadãos ou grupos deliberam, decidem ou fiscalizam as ações do Estado.

A partir do final da década de 1980, impulsionado pelo processo de redemocratização, o Brasil vivenciou um intenso debate sobre a participação da população nas tomadas de decisão do Estado. Diversos mecanismos foram desenvolvidos para que a “sociedade civil organizada” pudesse ter influência sobre a formulação, implementação e vigilância das políticas públicas. O termo controle social foi apropriado pelos diversos grupos e movimentos populares para dizer justamente o oposto daquilo que até então ele significava: ele passou a descrever os mecanismos de controle dos grupos sociais sobre as ações do Estado.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é tido como referência na institucionalização de espaços de controle social, principalmente por conta de seu arcabouço jurídico que delimita detalhadamente os chamados espaços de controle social. Com a consolidação do SUS em 1990 e a promulgação da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8142/1990), foram instituídos diversos espaços que, em tese, teriam como finalidade fomentar a participação da população nas decisões do governo sobre a política pública de saúde. Citamos em especial, três deles: (1) os conselhos gestores, que são fóruns permanentes de deliberação nos quais usuários, trabalhadores e gestores são eleitos conselheiros e deliberam sobre as ações que devem ser tomadas pelos gestores públicos; (2) as conferências de saúde, que são realizadas, em média, a cada quatro anos e funcionam a partir de um sistema de eleição de delegadas/os que representam seus territórios; (3) as audiências públicas, que são reuniões abertas convocadas pelo poder público



para discutir e debater com as/os presentes assuntos de interesse público, por exemplo, a mudança de local de um determinado serviço vinculado ao SUS.

Diversos grupos e movimentos sociais utilizam esses espaços para buscar uma aproximação com o poder público e reivindicar pautas específicas. Neste trabalho, falamos mais diretamente sobre um destes grupos, intitulado "Comissão de Moradores do Jardim Brasília e Vitória-régia". A Comissão de Moradores é um grupo auto-organizado que existe há cerca de 10 anos e atua nesses espaços de controle social para levar adiante sua pauta de construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que atenderia os bairros do Jardim Brasília e Jardim Vitória-régia, localizados no distrito da Brasilândia, na periferia de São Paulo. Esses bairros sofrem com a falta de acesso a serviços públicos de saúde. No início de 2018, iniciamos uma parceria entre a Comissão de Moradores e o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) para desenvolver a pesquisa de mestrado em Psicologia Social intitulada "Para além do Controle social no SUS", com o objetivo de investigar como o controle social, previsto nas normativas do SUS, se dá na prática.

Desde então, vimos acompanhando a Comissão de Moradores nos diversos espaços por onde ela circula buscando, por um lado, contribuir ao máximo para ajudar o grupo em sua reivindicação e, por outro, realizando um trabalho de investigação do tema "controle social no SUS" a partir de nossas vivências no campo.

Em termos metodológicos, realizamos o registro de todas as informações e impressões em diários de campo, que posteriormente foram transcritos e organizados em um arquivo digital em formato Microsoft Word. A partir desses diários de campo, confeccionamos quadros referenciais de análise nos quais as reuniões e encontros foram tabulados em uma planilha do programa Microsoft Excel buscando-se responder as seguintes perguntas: Quais são as ações que a Comissão de Moradores toma? Quais são os processos pelos quais a Comissão delibera acerca de uma melhor estratégia de ação? Quais são os espaços por onde a Comissão circula? Quais são os interlocutores das ações tomadas pela Comissão (ou seja, a quais atores as ações são direcionadas)?

Utilizamos aqui o termo ator de forma mais genérica, adaptando a proposta trazida por Latour (2012) para o contexto específico das políticas públicas de saúde com o qual trabalharemos neste relatório. Assim, chamamos de ator qualquer interlocutor que possua, em um determinado contexto específico e em interação com outros atores, algum tipo de agência sobre as deliberações associadas à gestão das políticas de saúde. Em outras palavras, os atores podem ser pessoas, grupos, legislações, ofícios, instituições ou qualquer outro tipo de elemento que interfira diretamente nos processos decisórios que envolvem a formulação, implementação e fiscalização das políticas públicas de saúde.

Assim, o que buscamos com as análises acima descritas é realizar uma pesquisa, identificando as redes que são criadas a partir da atuação da Comissão de Moradores e das práticas pelas quais estas redes se desenvolvem. Em outras palavras, nosso objetivo é investigar as práticas pelas quais a Comissão de Moradores produz controle social, mapeando os seus efeitos. Consideramos, portanto, que a pesquisa que apresentaremos no XX ENABRAPSO é uma investigação com inspirações da praxiografia de da Teoria Ator-rede.

Se a Lei 8142/1990 prevê a criação de conselhos e a realização de conferências e de audiências públicas, ela se torna um disparador de uma série de práticas que produzem (ou não) aquilo que é descrito como o controle social. Se o controle social é definido como a participação da "sociedade civil" nas esferas de decisão do Estado, parece óbvio que os espaços de controle social produzem participação. Porém, se invertermos a lógica de uma perspectiva ontológica para uma perspectiva praxiográfica, conforme proposto por Mol (2002), e entendermos o controle social enquanto produto das diversas práticas que o compõem, percebemos que os efeitos destes dispositivos institucionais (conferências, conselhos gestores e audiências públicas) vão muito além da mera produção de participação.

Strathern (2014) afirma que os conceitos são como prismas que refletem a rede de relações nas quais estão inseridos. Assim, ao utilizarmos termos como social, controle ou participação, o que estamos fazendo é desagregá-los dos contextos nos quais ele estão inseridos e reagregá-los em uma rede de outras relações com a intenção de que eles consigam elucidar uma parte da realidade sobre a qual estamos nos propondo a discutir. Ou seja, essas palavras não são conceitos que explicam o fenômeno que estamos nos propondo a descrever, mas, ao contrário, são noções produzidas a partir das práticas nas quais estão inseridas e que, portanto, precisam ser descritas e analisadas.

Assim, esperamos discutir em nossa apresentação no XX Encontro Nacional da ABRAPSO a ideia de que o controle social não é algo dado a priori. Ele não existe senão a partir das relações que se estabelecem entre os diversos atores que interagem entre si criando uma rede que produz e configura o que estamos chamando de con-



trole social. Para isso, partiremos de alguns referenciais pós-construcionistas, em especial das reflexões trazidas por Bruno Latour (2012), Annemarie Mol (2002) e Marilyn Strathern (2014). Portanto, esperamos que a oportunidade de apresentar nossa pesquisa e as reflexões teóricas que vimos desenvolvendo no Grupo de Trabalho do XX ENABRAPSO enriqueça o debate sobre as possíveis formas de utilização destes referenciais tanto pela pesquisa descrita neste resumo quanto por outras investigações sobre temas relacionados a políticas públicas.

Referências

- Latour, Bruno (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA-Edusc.
- Mol, Annemarie. (2002). *The body multiple: ontology in medical practice*. Londres: Duke University Press.
- Strathern, Marylin. (2014). *O efeito etnográfico e outros ensaios*. (Iracema Duley, Jamille Pinheiro e Luíza Valentini, trads.) São Paulo: Cosac-Naify.

O Paradoxo contribuições-sofrimento no campo do trabalho: uma experiência entre-lugares nos diferentes modos de (r)existir como trabalhador

Autor: Monique Vieira (UERJ)

Coautor: Laura Quadros (UERJ)

O trabalho em questão é fruto de uma pesquisa de mestrado em sua fase inicial cuja proposta é (re)conhecer as dicotomias no campo do trabalho, no qual a eficiência e a saúde, traduzida aqui a partir dos diferentes modos existência (LATOURE,2012), formam certo paradoxo atravessado pelo sofrimento, por vezes valorizado como consequência do bom trabalho. O reconhecimento de quem somos, do que desejamos e em que acreditamos é um percurso em que a “chegada” se faz ao longo do próprio caminhar. Ao longo dessa trajetória, uma série de variáveis interfere na constituição do nosso ser. O desafio constitui-se em identificar em que medida, e de que modo, cada uma delas nos atravessa. Apesar da complexidade referente às diferentes variáveis e à infinidade de relações que estas podem estabelecer entre si, existem algumas que, por serem mais valorizadas socialmente, apresentam interferência direta em nossos modos de existência, o trabalho é uma delas. Frente ao contexto capitalista, a categoria trabalho é constituinte dos sujeitos. O ser trabalhador é supervalorizado e considerado, muitas vezes, como elemento definidor de quem somos. Essa valorização produz um movimento paradoxal entre as contribuições sociais do trabalho e o sofrimento das imposições deste campo; um movimento que transita entre a satisfação com o trabalho (materializada pela sensação de “utilidade” social) e o sofrimento das imposições que esse campo apresenta. As imposições do campo do trabalho são tratadas a luz dos estudos da Psicodinâmica do Trabalho, de Christophe Dejours, caracterizadas como aquelas manifestadas por chefias, colegas de trabalho, família, instituição em que trabalha, clientes internos, clientes externos e todas que, de alguma forma, precisam ser atendidas para o trabalhador ser “reconhecido” como um “bom trabalhador”. Com base nesse paradoxo contribuições-sofrimentos, o estudo em questão levanta indagações e reflexões relativas à compreensão do campo do trabalho e suas interferências nos modos de existir, e (r)existir, dos trabalhadores. A proposta é provocar o debate sobre os caminhos e os entre-lugares que se apresentam no trânsito contribuição-sofrimento, identificando a potencialidade de forças que podem ser mobilizadas para estruturação das identidades e de formas de existência e resistência no campo do trabalho. A abordagem dos modos de existir dos sujeitos será desdobrada considerando os conceitos de existência e de noção de estilo (ARENDETT;QUADROS:MORAES,2018). As formas de existência no campo do trabalho são manifestações que criam o estilo, ou seja, a singularidade com que o trabalhador lida com o cotidiano que lhe é apresentado, seja interna ou externamente ao ambiente de trabalho. Portanto, essa é uma experiência processual e interferida por muitos fatores que tanto nos aproximam quanto nos diferenciam enquanto sujeitos no mundo. Nesta pesquisa, as formas de lidar dos trabalhadores são vistas como desdobramentos de uma rede de variáveis com possibilidades inúmeras de se conectarem e produzirem diversas formas de ser trabalhador, de modos de existir e (r)existir. O trabalho passa a ser entendido como espaço de aprendizado onde se experimenta a vida que, em um fluxo de conexões, produz e é produzido pelos diferentes modos de existir e do ser trabalhador. Nesse sentido, de acordo com as respostas ao que lhe apresenta, o ser trabalhador vai se estruturando como sujeito da sua experiência, aberto e exposto a interferir e se deixar interferir. Tendo por base as discussões sobre experiência, sujeito da experiência e saber da experiência tratadas por Jorge Larrosa (2002), o trabalhador produz seus modos de existir, e (r)existir pelo que o toca, o que o atravessa; não sendo uma simples resposta, mas sua manifestação

de existência. O sujeito da experiência não é passivo ao que lhe é apresentado, mas se permite ser afetado pelas experimentações e, a partir delas, vai se constituindo como trabalhador. De tal modo, o campo do trabalho não se define, nessa perspectiva, de forma objetiva e absoluta, caracterizado por regras e expectativas delimitadas, mas sim como um vir a ser, um espaço que está se fazendo, por meio das possibilidades oriundas das possíveis conexões. A construção relacional entre essas variáveis em rede será abordada com base no Método Pragmatista, de William James, e na Teoria Ator-Rede, de Bruno Latour. A metodologia aplicada no estudo em questão é pautada na perspectiva pesquisarCOM de Márcia Moraes (2010), buscando levantar questões por meio das narrativas dos trabalhadores. Os principais instrumentos de coleta de narrativas foram os relatos dos trabalhadores levantados ao longo da trajetória na área de Recursos Humanos. As narrativas demonstram as formas dos trabalhadores afetarem e serem afetados pelas redes presentes em seu campo. O ponto central de tal proposta será compreender a construção do ser trabalhador por meio das experiências dos mesmos, identificando como veem a realidade e como formulam suas crenças e verdades em relação ao trabalho, afetando e sendo afetados por ele. Não é proposta deste estudo levantar a expectativa de por fim ao paradoxo contribuições-sofrimento, mas sim considerar o que ele produz e afeta os modos de existir, e (r)existir, dos trabalhadores. As contribuições sociais do trabalho são evidentes e o sofrimento existe por si só nos diferentes campos da existência humana. Também não é intenção esgotar as reflexões propostas ou supor a redução de imposições no campo de trabalho. A questão que se coloca é outra, é do campo da reflexão e da análise dos próprios trabalhadores a respeito das inter-relações, interferências e entre-lugares entre as expectativas externas em relação ao seu trabalho e seus modos de existência. Grupos de trabalho que considerem o processo de existência do sujeito trabalhador para além das imposições do campo do trabalho como um movimento de libertação e de encontro com possibilidades de mudanças construídas no próprio se fazer trabalhador; e que admitam práticas de pesquisa abertas à perspectivas não-modernas, são propostas de GT para apresentação do trabalho em questão.

Práticas discursivas de psicólogos/as sobre formação, atuação e saúde mental: o caso de uma universidade colombiana

Autor: Maricelly Gómez (UFBA)

Na Colômbia tem sido naturalizada a equiparação reducionista da saúde mental com a psicopatologia, esta última com a psicologia clínica, e a psicologia clínica com a psicoterapia. Essa pesquisa pretende partir da crítica de que esse reducionismo tem excluindo aos/as psicólogos/as das outras áreas aplicadas da psicologia à responsabilidade para compreender, avaliar e intervir na saúde mental. Estamos considerando que é preciso enfrentar essa discussão, pois a saúde mental como experiência exige que contribuições da psicologia como ciência e profissão não deveria se limitar ao campo assistencial de saúde.

Por isso o objetivo geral é compreender as práticas discursivas e produção de sentidos de professores/as universitários/as de cursos de psicologia e psicólogos/as profissionais preceptores/as de estagiários de uma universidade colombiana sobre a formação e a atuação na sua relação com a saúde mental em diferentes áreas aplicadas. A pesquisa está fundamentada nos princípios teórico-metodológicos do construcionismo social, e é desenvolvido no curso de Doutorado em Psicologia da Universidade Federal da Bahia sob a orientação da Doutora Professora Mônica Lima.

É preciso assinalar que essa ênfase no construcionismo como alicerce para refletir sobre formação, atuação e saúde mental, faz que o projeto tenha relação com o Grupo de Trabalho (GT) "Perspectivas construcionistas e pós-construcionistas em Psicologia Social" e o eixo "Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções".

O problema de pesquisa emerge porque recentemente, o conceito de saúde mental foi ampliado em dois textos para se referir a esse tema na Colômbia, os quais serão analisados com a profundidade necessária, nessa tese. Na Lei de saúde mental n. 1616 de 2013, definindo-a como um estado dinâmico para desenvolver os recursos psicológicos e sociais das pessoas. No Estudo Nacional de Saúde Mental, de 2015, que propõe um espectro-contínuo diferenciando os termos saúde mental, problemas da saúde mental e transtornos mentais.

Também chama atenção que os estudos colombianos sobre formação dos/as psicólogos/as estão mais focados nas competências acadêmicas e laborais alicerçadas em modelos de outros países. Enquanto a atuação, o Colégio Colombiano de Psicólogos não tem clarezas sobre o rol da psicologia perante situações de saúde e saúde



mental nos seus âmbitos profissionais. Inclusive, as pesquisas psicológicas colombianas que usam a categoria saúde mental nos seus títulos, contêm só descrições dos transtornos segundo os manuais diagnósticos classificados pela psiquiatria ou são avaliações de signos e sintomas sem análises contextuais e psicológicas que as sustentam.

O caso escolhido é o curso de graduação em psicologia da Universidade Católica Luis Amigó com sede em cinco cidades colombianas, elas são: Medellín, Bogotá, Manizales, Monteria e Apartadó. O curso foi aprovado para Medellín (sede principal) no ano 2000 pelo Sistema Nacional de Informação da Educação Superior e atualmente está ativo em todas as sedes na sua modalidade presencial. Em Medellín o curso conta com aproximadamente 80 professores, psicólogos/as formados/as em diferentes universidades do país, dos/as quais 15 ministram uma disciplina chamada Staff, oferecida no nono e no décimo semestres do curso, espaço no qual são orientados grupos de 10-15 estudantes no seu processo de estágio acadêmico. A segunda sede com maior número de estudantes na graduação em psicologia é Manizales, cuja equipe docente é de aproximadamente 24 pessoas, dos quais 8 ministram a disciplina de Staff, com grupos de 12 estudantes. As outras sedes não serão incluídas no estudo devido ao número menor de discentes e docentes ativos no curso, o que não facilitaria a conformação dos grupos para a produção de dados.

Existem grupos de staff nas áreas educativa, das organizações e comunitária, e os/as estagiários/as levam para essas aulas suas experiencias, discutem teorias, conceitos e estratégias de avaliação e intervenção. O estágio tem dois níveis, cada um de quatro meses de duração, o/a estudante pode escolher desempenhar durante esse tempo numa única área, ou trocar por outra no seguinte nível, segundo seu interesse de formação. A instituição tem um/a preceptor/a, geralmente profissional em psicologia, quem acompanha o/a estudante no seu processo, ele/ela é convidado/a anualmente para uma reunião de avaliação e seguimento dos estágios na universidade. Em Medellín são mais ou menos 50 preceptores e em Manizales 30, o que pode variar semestralmente, segundo a renovação e criação de convênios interinstitucionais.

Para conseguir o objetivo da pesquisa, serão realizadas oito oficinas como elaborado por Mary Jane Spink, Vera Menegon e Benedito Medrado (2014). Trata-se de uma proposta baseada nos pressupostos do construcionismo social compreendendo o grupo como um lugar discursivo de negociação, daí que a oficina seja uma ferramenta ético-política para a coconstrução de sentidos diversos sobre uma temática, levando em consideração as formações discursivas históricas e culturais mais amplas. Esses autores indicam que as oficinas herdaram do grupo focal a ênfase num foco temático, da dinâmica de grupo sua plasticidade e criatividade das atividades e das rodas de conversa resgatam o caráter político de uma ação grupal.

Os grupos das oficinas incluem dois tipos de profissionais: professores/as universitários/as do curso em Psicologia da Universidade Católica Luis Amigó que ministram a disciplina de Staff e profissionais da psicologia preceptores/as dos/as estagiários/as desta universidade nas cidades de Medellín e Manizales. O/a participante deve cumprir com os seguintes critérios de seleção:

- No caso dos/as professores/as: contar no mínimo com um ano de experiencia docente, ministrar a disciplina de Staff no mínimo por um semestre, formados/as em qualquer universidade e que trabalhem na Universidade Católica Luis Amigó por no mínimo seis meses.

- No caso dos/as profissionais psicólogos/as preceptores/as dos/as estagiários: ter no mínimo um ano de experiencia profissional, formados/as em qualquer universidade e ser preceptor/a de estágio faz um semestre.

As oficinas vão ter as seguintes etapas:

Etapa 1. Apresentação: são previstos 15 minutos para a apresentação do projeto, seus objetivos, da pesquisadora e dos participantes. Depois será distribuído o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para ser assinado.

Etapa 2. Associação de ideias: vai se solicitar aos participantes escrever em 5 minutos numa folha de papel as palavras associadas à saúde mental para sua socialização durante outros 5 minutos de modo que eles identifiquem a polissemia de sentidos da saúde mental.

Etapa 3. Memórias de situações: serão distribuídas papeletas para que os participantes em 10 minutos escrevam lembranças de situações de saúde mental (uma para cada papel), seja que os/as professores/as tenham ensinado na sua disciplina, ou que os/as preceptores/as possam destacar da sua prática profissional cotidiana.

Etapa 4. Sentidos da saúde mental: propõe-se uma discussão que também vai ser gravada; ela vai-se orientar numas perguntas para responder aos objetivos específicos 3, 4 y 5: quais as concepções que eles conhecem para explicar a saúde mental nessa classificação? quais as formas de atuação diante os fenômenos associados à saúde



mental? quais os limites e possibilidades de ação da psicológica na saúde mental nos âmbitos aplicados onde eles se desempenham?

A análise da etapa 1 começa com a contextualização do desenvolvimento da oficina, o local, duração, dinâmica da discussão, elementos usados, distribuição das pessoas no espaço do grupo etc., em geral, consiste numa inscrição situada do/a pesquisador/a, sem esquecer a análise do conjunto de produções tanto do/a participante como da pesquisadora. Na etapa 2, vai se analisar as associações de ideias coletadas e sua diversidade, levando a uma tabela de Excel a lista das palavras para comparar entre grupos.

Na terceira etapa, as situações evidenciadas na atividade serão analisadas, segundo as considerações teóricas sobre saúde mental advindas dos modelos explicativos identificados na revisão integrativa, apresentada na seção seguinte. A quarta etapa será analisada a partir da transcrição sequencial das falas e da transcrição integral da discussão para ter uma visão da dinâmica de aparição delas e do seu conteúdo. Na transcrição sequencial identifica-se os processos de negociação de sentidos sobre o tema, cuja técnica usada vai ser o mapa de associação de ideias, pois os trechos das falas evidenciam as negociações de sentido sobre o tema da pesquisa.

O mapa é definido em Spink e Lima (2013) como um instrumento de visualização e sistematização das práticas discursivas para identificar os aspectos formais da construção linguística. Numa tabela usam-se umas colunas diferenciadas segundo os objetivos específicos do estudo e dos temas identificados na transcrição, respeitando a sequência do diálogo.

Relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo no cinema: discursos e representatividade

Autor: Paula Neves Tannous Dib (USP Ribeirão Preto) e DOMITILA SHIZUE KAWAKAMI GONZA (FFCLRP)

Coautor: Carla Guanaes-Lorenzi (USP) e Lenise Santana Borges (PUC/GP)

O construcionismo social entende a construção de diferentes discursos como distintas maneiras de produzir explicações e narrativas sobre nós e o mundo onde vivemos. Nessa perspectiva podemos alocar a mídia como um sistema cultural complexo cujos produtos são práticas sociais de caráter discursivo. As produções culturais fazem parte do processo de construção, reprodução e circulação de repertórios discursivos, que ao mesmo tempo reproduzem normas e ampliam possibilidades de interação.

Nesta linha argumentativa, compartilhamos dos entendimentos de Lenise Borges e Mary Jane Spink que produtos midiáticos se relacionam a valores dominantes do contexto histórico e cultural, e ilustram, diária e cotidianamente, formas de relacionamentos, além de dar visibilidade a fenômenos sociais. Então, segundo a proposta temporal de Mary Jane Spink e Benedito Medrado, que compreende as práticas discursivas em três tempos em que os discursos se interconectam, o tempo longo, vivido e curto, estas influências são ou não acolhidas no processo de composição de novos repertórios linguísticos. Ao mesmo tempo que os produtos midiáticos veiculam discursos hegemônicos, majoritariamente normativos, reforçados no discurso do tempo longo, também circulam imagens e discursos que podem se complementar ou se contradizer no tempo curto e vivido, e acabam por alimentar a rede de significações do cotidiano.

Tendo esta discussão como pano de fundo, o objetivo deste trabalho é debater análise de estudos sobre a representatividade de relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo no cinema. Foi feita revisão da literatura nas bases Web of Science, Scopus, Periódicos Capes, cujas indexações têm notoriedade compartilhadas entre comunidade acadêmica, usando os descritores: media, homosexual/homoerotic/bisexual/gay/lesbian, relation/relationship, cinema/video/film. Por meio da leitura dos textos, foram selecionados 10 para análise. Discutimos o material por meio da perspectiva das práticas discursivas sob influência temporal da heteronormatividade. Trata-se de um estudo teórico da literatura acadêmica, na interface com arte, mais especificamente cinema, e como este pode ser recurso potencial para transformar relações sociais, buscando visibilidade aos movimentos que combatem a heteronormatividade, legitimando e iluminando outras vivências e identidades sexuais. Desta maneira, coadunamos com a perspectiva de que pesquisa e cinema críticos podem oferecer repertórios criativos para futuros onde queremos estar. A importância deste tema se refere à presença quase inerente da mídia audiovisual nas práticas cotidianas ocidentais globalizadas, o que torna relevante os discursos relacionados à representatividade estética, verbal, de posicionamentos, de saúde mental (entre outras), de pessoas vivendo relacionamentos afetivos e sexuais com pessoas do mesmo sexo.



Como resultados do nosso estudo teórico, ressaltamos o posicionamento crítico das autoras dos artigos em relação aos filmes analisados, promovendo debate sobre relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo e sexualidade das personagens circunscritos em contexto sociopolítico. Também debatem como se dão estas formas de se relacionar nos roteiros, apresentando elementos sociais, éticos e políticos pertinentes, favorecendo ampliação das discussões sobre representação destes relacionamentos no cinema. Além de descreverem os filmes, as autoras dos artigos textos analisados também os discutem, apresentado como desejos por pessoas do mesmo sexo puderam ou não ser consumados, e apresentam suas interpretações de como estes filmes foram coerentes ou não com as vivências da população LGBT, considerando aspectos sociais e políticos que podem interferir na produção.

Assim, refletimos sobre possíveis tensionamentos ou reproduções dos discursos do tempo longo nos filmes analisados nos artigos, a partir do que foi narrado pelas autoras. Entendemos que o discurso social heteronormativo (tempo longo) se presentifica nas produções cinematográficas analisadas, isto é, as relações entre pessoas de mesmo sexo parecem responder profundamente aos padrões heteronormativos, como visto na dificuldade em ultrapassar a heterorrepresentatividade monogâmica e romântica da construção das relações.

No que se refere a um possível tensionamento da heteronormatividade, ilustramos como mudanças históricas vêm transformando discursos sobre sexualidades e gêneros, permitindo que se construam outros significados, situações em que os discursos heteronormativos tornam-se incoerentes com a realidade vivenciada pelas pessoas LGBT. Diante disso, as autoras dos artigos textos reiteram que as produções cinematográficas condizem coerentemente às realidades fora das telas quando as produções são dirigidas por homens e mulheres LGBT, incentivando que escrevam suas próprias histórias, pelo debate interseccional das questões econômicas, de raça, etnia, gênero e deslocamentos de territórios.

Reiteramos a importância do cinema e ciência política e eticamente engajados, posicionando estas ferramentas como potencialmente transformadoras das práticas cotidianas em busca de espaços plurais possíveis, sugerindo construções positivas de subjetividades LGBT. Ao mesmo tempo, quando estas vias de produção de sentidos reproduzem estereótipos negativos, também se reproduzem processos de marginalização e opressão.

Esta proposta se relaciona com o Grupo de Trabalho Perspectivas construcionistas e pós-construcionistas em Psicologia Social pelo entendimento da linguagem como construtora da realidade, e inserida sócio-historicamente nas redes de significação. Neste panorama, este estudo teórico discute e produz questionamentos a respeito de normas sociais essencialistas que regulam e determinam identidades, gêneros e sexualidades, de forma a buscar transformações sociais, desconstruindo “verdades”, e corroborando para a transformação da sociedade a partir da perspectiva construcionista social.

Repertórios sobre crimes de feminicídio no Jornal Folha de S. Paulo

Autor: Marluci Delavi (PUC)

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar os repertórios sobre crimes de feminicídio publicados no Jornal Folha de S. Paulo no período de janeiro a dezembro de 2018. Para a consecução deste objetivo foi necessário, em um primeiro momento, revisitar o passado por meio de revisão bibliográfica, a fim de compreender o contexto das lutas feministas brasileiras, que foram marcados por três ondas, como visto anteriormente. O direito ao voto foi a primeira grande conquista das mulheres, mas, não satisfeitas e sabendo que havia muito mais a avançar em prol de uma vida digna para as mulheres, o movimento feminista se manteve em luta e, graças aos enfrentamentos, tivemos muitos progressos. Destacamos aqui a Lei do Feminicídio, promulgada em 2015, que tipifica o ato de assassinar uma mulher por razão de sua condição de gênero, passando o crime a ser considerado homicídio qualificado, com pena de 12 a 30 anos de prisão.

Nossa incursão na literatura nos colocou ainda mais implicadas com as lutas feministas e, devido a este fato, analisar os repertórios das notícias se mostrou um desafio. Entendemos, enquanto construcionistas, que, ao falar/escrever estamos fazendo; ou seja, a escrita é uma ação! Ou melhor, a escrita é uma ação política. Nesse sentido, podemos tanto contribuir para avançarmos na luta por direitos das mulheres, como também podemos acabar por reproduzir estereótipos que não contribuem para tal avanço. E esse foi um dos motivos que nos levaram a escolher um jornal como objeto de pesquisa.

Desse modo, visando responder ao objetivo de pesquisa, buscamos no banco de dados online do Jornal Folha de S. Paulo, as notícias em que o termo feminicídio apareceu; posteriormente, verificamos no jornal impresso –



foco de nossa pesquisa – quais notícias sobre o tema foram veiculadas; por fim, refinamos a busca focando nos crimes de feminicídio divulgados.

Quanto à visibilidade sobre o tema feminicídio, no ano de 2018, o jornal impresso divulgou 15 matérias em que o termo aparece. Sobre mulheres vítimas do crime de feminicídio, foram 7 matérias publicadas, as quais eram correspondentes a 4 assassinatos.

Além de o Jornal Folha de S. Paulo publicar um número inexpressivo de notícias diante dos casos de feminicídio ocorridos no Brasil, nenhuma matéria foi capa do jornal, todas estavam localizadas no caderno Cotidiano, cujo principal foco é publicar assuntos do dia a dia. Dessa maneira, ao manter todas as notícias no caderno Cotidiano, o jornal contribui para reforçar a naturalização da violência contra a mulher. Ainda sobre as reportagens, apenas em uma consta no título da matéria a tipificação feminicídio. Mary Jane Spink aponta

Tornar “natural” é transformar em “dado”, portanto em “real” algo que é socialmente construído, produto de nossas práticas cotidianas. O “crime” por si só não existe. É parte, ou até consequência, de uma cadeia de interações dialógicas e como tal só pode ser entendido “em relação”: pessoas, instituições, práticas, armas, hospitais, leis e tudo mais que, em conjunto, produz ações que denominamos “violência” (SPINK, M. J., 2006, p. 37).

Quanto às categorias de análise, estas foram divididas em três eixos, com foco nos repertórios empregados pelo jornal. Cabe lembrar aqui que os repertórios têm longa história e são os conteúdos culturais que fazem parte do discurso de determinada época. Em suma, são conjuntos de termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem presentes no contexto em que essas práticas discursivas são utilizadas, conforme os gêneros de linguagem que lhe são próprios (SPINK, M. J.; MEDRADO, 1999/2013).

Primeiramente, focamos nos repertórios sobre a mulher; posteriormente, sobre o agressor; e, por fim, sobre o crime. Concluímos que, de modo geral, os repertórios utilizados pelo jornal: não aprofundam a discussão sobre feminicídio; não informam a população sobre canais de proteção à mulher; e não trazem informações se a vítima vivia em situação de violência. Assim, passa a impressão de o feminicídio ser um caso isolado, e não o resultado final de uma série de agressões, tal como demonstrou a literatura.

No que tange aos repertórios para descrever as mulheres, todas são apresentadas por meio de seu vínculo familiar e profissão. O jornal não informou raça, cor ou etnia das vítimas, mas, pelas imagens publicadas, concluiu-se que eram brancas e, devido aos repertórios empregados, que eram mulheres de classe média. Sobre a escolha dos termos usados para descrever a situação em que os crimes ocorreram, eles colocam a mulher enquanto sujeito ativo de sua morte, reproduzindo, assim, um viés machista que culpabiliza a vítima e reforça estereótipos sobre comportamentos que se espera socialmente de uma mulher.

Em relação aos repertórios para descrever o agressor, o jornal deu ênfase em designá-lo pelo nome, sobrenome e profissão; o termo “suspeito” apareceu, mas não teve a mesma abrangência quanto os citados anteriormente. As justificativas para o crime também receberam destaque. Nesses casos, os assassinos foram apresentados como bêbados, drogados, enciumados – elemento que, conforme a literatura, acaba por reforçar estereótipos de que o crime foi cometido em um momento de descontrole. Tal aspecto é corroborado pelo fato de a notícia não relatar se havia histórico de violência por parte do agressor. Os repertórios utilizados nessa categoria reiteram a ideia de homem trabalhador que, em um momento de descontrole, acaba por cometer um crime. Tal como ocorria no início da década de 1970, o jornal – ainda que de forma sutil (para alguns) – minimiza a responsabilidade do criminoso.

No que concerne aos repertórios para descrever o crime, apontamos a falta de problematização em relação à presença de testemunhas no momento do assassinato, bem como sua passividade diante do ato criminoso. Quando o jornal não problematiza a omissão das testemunhas diante da violência desferida contra a mulher, acaba por reiterar a cultura de que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, resultado de valores construídos com base em uma sociedade machista e patriarcal, à qual o jornal não apenas pertence, mas, também, reproduz. Sobre a brutalidade dos crimes, foi possível constatar o sensacionalismo empregado pelo jornal ao detalhar o assassinato. Sensacionalismo este que, tal como discutido anteriormente, impulsiona a venda de jornais. Sobre a tipificação do crime de feminicídio, foi possível concluir que, mesmo quando o termo aparece no jornal, não é problematizada a violência de gênero e não é estimulada a reflexão sobre as causas da violência contra as mulheres.

Em suma, o Jornal Folha de S. Paulo, ao noticiar crimes de feminicídio, os aborda como crimes pontuais, não problematizando a violência de gênero; deste modo, promove a manutenção do uso de repertórios de longo tempo, ou seja, reifica estereótipos quanto a comportamentos socialmente aceitos em relação ao papel do homem e da mulher.

No entanto, destacamos que, mesmo diante da falta de informações que possibilitem o pensamento crítico da sociedade em relação ao crime de feminicídio, o jornalismo possui uma função social imprescindível, que pode ser potencialmente transformadora na formação da opinião pública, contribuindo para ampliar, contextualizar e aprofundar os debates sobre a violência de gênero e, conseqüentemente, sobre o feminicídio.

Finalizamos esse trabalho destacando que não somente o discurso midiático possui potencial transformador, mas, também, a pesquisa científica é fundamental nesse processo. Nossa escrita é também um ato político! E quem sabe, por essa razão tem incomodado tanto alguns governantes. Dessa maneira, continuaremos pesquisando, pensando, debatendo e, principalmente, lutando para que, mesmo diante das dificuldades existentes, o processo de transformação social continue avançando.

Rodas de conversa com mulheres: produção de sentido sobre maturidade e cotidiano

Autor: Raquel Lima Cesário (São Camilo) e Vanda Nascimento (UNIP-SP)

Coautor: Kayque Pelegrino Alves de Sena (Centro Universitari São Camilo) e Roberval Santos da Silva

Refletir a importância da prática da psicologia social no cotidiano comunitário, vem ao encontro do reconhecimento da capacidade dos indivíduos e da própria comunidade de serem responsáveis na construção de suas vidas e nos processos comunitários e suas complexidades.

É a partir do olhar da psicologia para a intersubjetividade que o/a psicólogo/a direciona sua ação influenciando de maneira direta a vida e os valores do homem em relação ao seu meio cultural, à sua comunidade (Maciel; Alves, 2015). Sendo o/a psicólogo/a um/a facilitador/a com o compromisso social de apresentar à população maneiras que possibilitem construções de formas dignas, humanas e éticas de convivência comunitária. Nesse contexto, é importante refletir sobre o papel do grupo na comunidade, visando o protagonismo deste em seu cotidiano.

Nesse sentido, pensar a inserção da Psicologia Social no distrito do M'Boi Mirim é pensar nas características deste campo. Segundo Spink, M.J.; Spink (2017), a vasta região do M'Boi Mirim está situada em uma zona de proteção ambiental (mananciais da represa Guarapiranga). Esta é uma região marcada pelas desigualdades sociais, com altos índices de vulnerabilidade e exclusão social temos, conseqüentemente, uma população por volta de 700 mil habitantes à margem da sociedade (Oliveira, 2015). Nos primeiros contatos com a comunidade do bairro Jardim das Flores foram citadas, pelos frequentadores da Mitra Diocesana do Campo Limpo, várias problemáticas sociais que apresentam relação direta com a história de luta e militância da região da zona sul de São Paulo. A instituição onde ocorreu a experiência de estágio, relatada neste trabalho, mostra-se como um espaço de identidade social e fomentação de pensamento crítico com relação às questões sociais que permeiam o cotidiano dos moradores do bairro.

Baseando-se nas características demográficas da região e sua população, o fenômeno psicossocial do envelhecimento se mostra tênue em relação ao bairro em questão, haja visto que a história da região expõe a experiência dessa faixa da população, que caminha entre a luta e o esquecimento por parte do estado. Alguns dados, coletados por agentes comunitários de saúde do Programa Saúde da Família, em um trabalho de diagnóstico elaborado pela equipe técnica da Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento Social da Subprefeitura do M'Boi Mirim (São Paulo, 2008), sobre a população idosa na referida região, serviram como apoio à investigação ativa e permeou o trabalho junto com a comunidade.

O crescimento da população idosa, não apenas na Região do M'Boi Mirim, mas em âmbito nacional, provoca discussões inevitáveis sobre o que é o envelhecer e, conseqüentemente, refletir sobre o estigma a uma simbiose simbólica na qual o idoso é pensado como indicativo de um "fim", reforçando uma lógica da perda de direitos e determinando lugares sociais para o idoso enquanto sujeito. O envelhecer, na contemporaneidade, evidencia e mostra as dificuldades em uma dinâmica do consumo, na qual, prezar pela beleza, juventude e aspectos que ditam algo da ordem do padronizado, direcionam o olhar da sociedade sobre o processo de envelhecimento.

A despeito da lógica perversa supracitada, a atuação do/a psicólogo social se dá de forma bastante contrária quando pensamos em uma perspectiva construcionista e é nessa direção que este trabalho se propõe a refletir. Pretende-se relatar a experiência de campo na instituição Mitra Diocesana do Campo Limpo objetivando analisar a dinâmica e respectivos efeitos das rodas de conversa realizadas com mulheres na maturidade e identificar as contribuições ou benefícios das práticas discursivas para a produção de sentidos no cotidiano dessas participantes.



Sendo assim, algumas inquietações se fazem presentes e produzem efeitos que, a partir do reconhecimento e observação do funcionamento do campo de estágio, fomentaram questões norteadoras para nossa reflexão, como: “como as pessoas produzem sentidos no cotidiano?”, “como as subjetividades dessas mulheres são constituídas por meio das práticas discursivas nos seus cotidianos?” E “em que medida as rodas de conversa auxiliaram essas mulheres em relação à maturidade?” Questões centrais que irão balizar a discussão sobre conceitos-chave como “cotidiano”, “territorialidade”, “horizontalidade”, “campo-tema”, “intersubjetividade” entre outros conceitos fundamentais da perspectiva construcionista e pós-construcionista que este Grupo de Trabalho e, consequente, eixo temático nos propõe.

A metodologia de trabalho foi pautada na intervenção por meio de rodas de conversa, como forma de acessar um saber horizontal, co-construído, entre participantes e facilitadora/es do grupo, valorizando-se a interação, fluidez e negociações de sentidos. (Méllo et al., 2007, p.30).

As rodas de conversa tiveram como requisitos para participação: a faixa etária, interessados(as) em participar da proposta tinham que ter idade mínima de 55 anos e a limitação de participantes era de até dez pessoas. As rodas de conversa foram abertas a todos os gêneros, mas a adesão foi massivamente feminina. Os encontros tiveram duração média de 1h15min e o tipo de grupo era aberto, em que foi possível ouvir propostas e demandas trazidas pelo coletivo, possibilitando o fazer da comunidade para a comunidade, fomentando discussões que tinham o atravessamento geracional da maturidade.

A condução das rodas de conversa sobre maturidade, funcionou em um modelo de co-coordenação e observação participante, sendo os papéis rotativos ao longo dos oito encontros, que ocorriam semanalmente, aos sábados pela manhã. Tendo em vista que essa foi uma prática realizada em um contexto de estágio curricular, houve a supervisão semanal de uma docente e psicóloga da instituição responsável pelo estágio e em campo do supervisor e também psicólogo, responsável pelo campo de estágio.

A metodologia se mostrou bastante apropriada à proposta interventiva com a população escolhida, enquanto um método dialógico, no qual o uso da linguagem foi central, nos convocando a pensar e repensar diversas vezes nos atravessamentos multidimensionais existentes no campo social. A roda de conversa se desenrolou numa troca constante entre as/os participantes. E, a partir da experiência vivenciada com grupo de maturidade, foram observados os seguintes resultados: o protagonismo de cada participante ao contar suas narrativas, os insights e efeitos catárticos proporcionados pela fala e escuta ativa no setting, o efeito terapêutico do grupo em si e a possibilidade de reescrever a própria história, independentemente da idade em que as participantes se encontravam. Pontos que também foram evidenciados pelas participantes, que protagonizaram todo o processo de construção de sentidos fomentado pelas rodas de conversa.

Percebemos, a partir da observação institucional, que as demandas não são algo dado a priori ou estanque, mas que se faz emergir a partir de uma escuta atenta dos indivíduos que ali circulam. Nesse sentido a práxis no campo social requer em seu escopo um olhar sensível para a alteridade, compromisso ético e social em sua atuação, visando assim auxiliar o sujeito a construir na coletividade sentidos, em seu dia a dia, ampliando sua realidade.

O trabalho da psicologia com grupos de idosos é muito rico uma vez que permite ao sujeito romper com a ideia negativa, e estereotipada, sobre a velhice e o envelhecimento. “Ao contrário [...], ele pode criar e resignificar, pode pensar em prospecção, em futuro, pode se apresentar como um sujeito desejante e autor da própria história. Pode, enfim, protagonizar” (Bezerra et al., 2015, p. 451).

A possibilidade da intervenção por meio da roda de conversa buscou, então, legitimar e possibilitar um espaço para as demandas surgidas a partir dos discursos subjetivos, reverberando uma reflexão coletiva sobre as diversas formas de se envelhecer e de viver o envelhecimento, com suas complexidades e suas aproximações. Visto a importância da oferta de um lugar de escuta e principalmente de um lugar de fala, evidenciou-se a possibilidade das participantes de partilharem suas narrativas junto à escuta das demais. Em uma participação plural, puderam resignificar questões subjetivas importantes, que se mostraram muitas vezes semelhantes às de outras participantes, concebendo uma participação ativa e plural de cada uma passando, exatamente, a um lugar de protagonismo.

Referências

Bezerra, Paulo Victor; Baldin, Talita; Justo, José Sterza. Oficinas de Psicologia com idosos e as possibilidades de resignificações do presente e futuro. Revista Kairós Gerontologia, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 433-455, jul./ set. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/29333/20455>. Acesso em: 09 junho 2018.



Maciel, Tania Maria de Freitas Barros; Alves, Monalisa Barbosa. A importância da psicologia social comunitária para o desenvolvimento sustentável. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 10, n. 2, p. 270-283, jun./ dez. 2015. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/Maciel%2C%20Alves/1028. Acesso em: 18 junho 2018.

Méllo, R. P. et al. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa. *Psicologia & Sociedade*, v.19, n.3, p. 26-32, 2007.

Oliveira, J.H.P. As múltiplas dimensões da participação grupal: um estudo de caso sobre um clube de mães da Zona Sul de São Paulo. 2015. 116f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

São Paulo (Município). Diagnóstico de M'boi Mirim. Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (Subprefeitura M' Boi Mirim). Agosto, 2008. Disponível em https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/u60/diagnostico_de_saude_mboi_2008.pdf. Acesso em: junho 2018.

Spink, Mary Jane Paris; Spink, Peter Kevin. Pesquisar o/no cotidiano na pesquisa social: reflexões sobre a noção de lugar, território e redes de associação. *Quaestio*, Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 591-605, dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3156/2770>. Acesso em: 06 junho 2018.

Seguindo os rastros do morango: discutindo questões bioéticas a partir do território

Autor: Camila (Univás)

A bioética é considerada como uma disciplina prática que busca provocar reflexões acerca de problemas morais provenientes da prática humana. Pode-se afirmar que a bioética se desenvolveu, sobretudo no campo da ética clínica, seguida de questões voltadas para a ecologia e meio ambiente (bioética global) e mais recentemente, a incorporação das questões sociais, sobretudo no tocante aos problemas que afetam os países da América Lática e do continente africano. A Bioética Social ganha destaque em um contexto no qual percebe-se a necessidade de ultrapassar a arena clínica, para lidar com conflitos éticos na dimensão social, tais como vulnerabilidade, exclusão, desigualdades e justiça social. Tem por base os Direitos Humanos e se propõe a discutir conflitos éticos considerando o contexto social e econômico. Para isso, atua na esfera pública e coletiva, tanto intervindo na responsabilização do Estado pela situação social dos excluídos e marginalizados, mas também em estratégias de proteção das pessoas que foram vulnerabilizadas em decorrência do contexto econômico e social, sobretudo nos países latino americanos. Partindo desta concepção da bioética, conciliando com a perspectiva construcionista social, sobretudo nos trabalhos orientados pela prof. Mary Jane Spink, este trabalho tem o objetivo de discutir e argumentar sobre a relevância de se realizar pesquisas bioéticas no "lugar", no território ou, mais precisamente, no cotidiano. Esta prática, comum nas ciências sociais, implica na necessidade da inserção do/a pesquisador/a no contexto de vida das pessoas, apreciando a diversidade de acontecimentos psicossociais que ocorrem nos microlugares e, a partir desta experiência, problematizar questões que afetam à vida das pessoas em uma perspectiva bioética, tais como as questões morais que atravessam a existência e produzem efeitos, como as desigualdades sociais, as questões de gênero e outras formas de discriminação e exclusão social. Trata-se de uma prática comprometida ética e politicamente com o contexto com o qual se pretende lidar e, conseqüentemente, que se converta em benefícios para as pessoas que participam do estudo. Pode ser uma estratégia interessante para construir conhecimento sobre a vida das pessoas, considerando a diversidade de acontecimentos psicossociais que ocorrem nos microlugares. Permite ao/à pesquisador/a tornar-se partícipe desses territórios, criar vínculos e, ao analisar as situações cotidianas, conhecer a diversidade de sentidos e significados construídos nas interações sociais. É um convite para estar diante do novo, do inesperado e das singularidades, opondo-se às teorias totalizantes e disciplinadoras. Métodos de pesquisa que tenham como foco a participação são bem vindos em uma perspectiva que compreende o conhecimento enquanto construção social, tais como: pesquisa participante, pesquisa ação, etnografia ou outras estratégias colaborativas, rompendo com a perspectiva assimétrica na construção das informações, embora reconhecendo a relação de poder que se dá no processo de investigação devido ao posicionamento do/a pesquisador/a, incluindo aqui a possibilidade de co-autorias com as demais pessoas que participam da pesquisa. Para embasar esta discussão, pretende-se utilizar os conceitos de cotidiano, microlugares e multiterritorialidades, na interface com a Teoria Ator Rede. Para corroborar com esta discussão, pretende-se apresentar a pesquisa que teve início

em uma cidade no sul de Minas Gerais, no qual foram realizadas visitas, entrevistas e observação participante, além de pesquisas em documentos de domínio público que tratam sobre o tema em questão. Este município vem vivenciando uma transformação na agricultura, através do cultivo do morango, o qual substituiu as lavouras de batata. Atualmente, o município tem aproximadamente 315 hectares de morangos plantados, anualmente saem do município cerca de 17.325 toneladas de morango. O cultivo é completamente manual, sendo esse um dos motivos para município receber migrantes vindos dos estados do Maranhão e Tocantins. Seguindo os rastros do morango (considerando esta materialidade o nosso actante), foi possível descrever desdobramentos, tais como a questão da migração na região, o trabalho análogo ao escravo, pobreza, crianças em situação de risco, preconceito, discriminação e xenofobia. Por exemplo, partindo da lavoura do morango, observamos a lona branca de plástico que cobre a plantação para protegê-la das adversidades do tempo e as mangueiras pretas utilizadas para a irrigação. Quando este material é descartado da lavoura, é utilizado para construir casas, sendo a lona de plástico as paredes e as mangueiras servirão para amarrar este material nas madeiras, que por conseguinte, irão abrigar vidas provenientes dos Estados do Maranhão e Tocantins que migram a procura de emprego e melhores condições de vida, cujas mãos irão tocar o morango, que após colheita, seguirão para os grandes centros de distribuição. Ao seguir estes actantes e descrever seus encontros, se faz necessário lidar com a complexidade, reconhecendo a existência de múltiplas versões e múltiplos atores presentes na rede heterogênea composta por atores humanos e não humanos, tais como morangos, agrotóxicos, trabalhadores e proprietários da terra. Conforme alerta Spink, é preciso reconhecer que neste emaranhado existem múltiplas versões de realidade. Com esta experiência, foi possível argumentar sobre a relevância de que as questões bioéticas partam do local onde a vida acontece. Pensar e exercer uma Bioética no cotidiano permite ao/a pesquisador/a tornar-se partícipe desses territórios, criar vínculos e, ao analisar as situações cotidianas, conhecer a diversidade de sentidos e significados construídos nas interações sociais. Com isso, espera-se exercer uma bioética alinhada com as questões que nos afetam no contexto brasileiro e, sobretudo, que o conhecimento produzido na academia alcance a comunidade. Ou para ser mais éticos, que tudo o que for produzido no território, permaneça no território.

Sentidos do trabalho decente para trabalhadores e trabalhadoras no Brasil: Uma análise socioconstrucionista

Autor: Marcelo Ribeiro (USP)

Introdução: O mundo do trabalho contemporâneo tem sido marcado pelas rupturas e fragilizações de suas estruturas tradicionais e a emergência de dinâmicas de trabalho mais fluídas, tornando-o mais flexível, heterogêneo e complexo, gerando, de um lado, abertura para mudanças e inovações, mas, de outro lado, frequentes situações de precarização, instabilidade e insegurança, bem como uma maior responsabilização dos/as próprios/as trabalhadores/as sobre seu trabalho e sua carreira na chamada flexissegurança ou estabilidade contemporânea, que não seria marcada pela instabilidade, mas por uma nova forma de estabilidade conseguida pela posição ativa das pessoas nas relações com os contextos de trabalho a fim de gerar experiências de continuidade e sentido na vida de trabalho. Diante deste cenário, instituições internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), têm tentado auxiliar na garantia de segurança, dignidade e proteção no trabalho na contemporaneidade, através de proposições como trabalho decente e uma agenda de ações para garantir trabalho decente. Para a OIT, um trabalho decente seria caracterizado pela oferta de renda justa, segurança no local de trabalho e proteção social para as famílias, melhores perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social, liberdade para as pessoas expressarem suas preocupações, se organizarem e participarem das decisões que afetam suas vidas, e igualdade de oportunidades e tratamento para todas as mulheres e homens. Entretanto, as noções de segurança, estabilidade, proteção social, integração social, precariedade, liberdade, igualdade, participação, poder de decisão, trabalho e carreira têm se modificado gradativamente, bem como os sentidos e significados de trabalho, além de serem variáveis em contextos distintos. Na presente agenda de pesquisa, nos interessou compreender os sentidos atribuídos ao trabalho para poder cruzar estes sentidos com os significados produzidos por discursos institucionais, como, por exemplo, a noção de trabalho decente da ILO (1999) a fim de analisar as pertinências e incongruências entre narrativas de trabalhadores/as de dado contexto específico e discursos genéricos produzidos por instituições internacionais. O termo “trabalho decente” não tem sido utilizado na literatura acadêmica e a psicologia, em particular, tem se dedicado mais a estudar o trabalho enquanto emprego, muitas vezes, não incluindo múltiplas for-



mas coexistentes de trabalho, se constituindo, por exemplo, numa grande oportunidade para pesquisar, avaliar e compreender fenômenos como o do trabalho não-regulado ou da economia informal, característicos da realidade brasileira. Objetivo: Compreender as percepções de trabalho decente e futuro para três grupos distintos de pessoas (jovens trabalhadores/as com baixo nível de qualificação, trabalhadores/as informais, e trabalhadores/as com ensino superior), e contrastá-los com a definição de trabalho decente do OIT, visando analisar as relações, semelhanças e diferenças entre um discurso social coletivo instituído e as narrativas singulares dos/as entrevistados/as, e contribuir com as discussões acerca da noção de trabalho decente e suas possibilidades e limites em termos de concepção teórica e aplicação prática. Relação clara com o GT (GT28: Perspectivas construcionistas e pós-construcionistas em Psicologia Social) e eixo temático escolhido (Psicologia Social e trabalho no neoliberalismo: lutas sociais e resistências): A presente pesquisa está relacionada ao GT especificado e ao eixo temático escolhido, pois se insere no interior do quadro de estudos contemporâneos que tem discutido a relação entre trabalho e modos de subjetivação engendrados no atual contexto produtivo a fim de compreender a complexidade do mundo do trabalho contemporâneo e dos processos de subjetivação em curso em seus diferentes contextos através do fenômeno específico das construções de sentido no campo laboral a partir de uma perspectiva do construcionismo social. Orientação teórica: A presente pesquisa tem base numa perspectiva socioconstrucionista, pois concebe que trabalho decente não deveria ter uma definição substantiva, mas psicossocial, construída a partir dos discursos, narrativas e práticas de trabalhadores/as gerados nos processos relacionais de significação, que lhes atribuem sentidos e significados, ou seja, haveria versões distintas de trabalhos decentes variando em função de contextos distintos. Assim, o presente estudo está fundamentado em três concepções básicas propostas pelo construcionismo social. Em primeiro lugar, a noção de psicossocial é central e pode ser definida, como um processo que não é nem 'psicológico', nem 'social', mas transcende a separação desses elementos para criar algo novo - o psicossocial. Em segundo lugar, é fundamentada na noção de ontologia relacional, pois a realidade não é constituída objetivamente, mas construída de forma intersubjetiva por meio das narrativas e práticas sociais geradas nos processos relacionais. E, por último, é baseado na noção de narrabilidade, compreendida como a capacidade psicossocial de narrar sua trajetória de vida com sentido para si e para os/as outros/as. As narrativas seriam uma importante estratégia metodológica para compreender o mundo do trabalho através daqueles/as que atuam nele e elas definiriam as formas pelas quais as pessoas constroem sentidos nas relações com o mundo e com os/as outros/as, se constituindo em realidades narrativas que permitiriam analisar as múltiplas formas e significados dos discursos sociais vigentes. Método: Através de um enfoque qualitativo narrativo, buscou-se compreender os sentidos de trabalho decente construídos por meio da análise das narrativas sobre trabalho decente geradas por três diferentes grupos: 30 jovens trabalhadores/as com baixo nível de qualificação (Estudo I), 20 trabalhadores/as informais (Estudo II), e 300 trabalhadores/as com ensino superior (Estudo III), selecionados intencionalmente, e contrastá-los com a definição de trabalho decente da OIT, visando analisar as relações, semelhanças e diferenças entre um discurso social coletivo instituído e as narrativas singulares dos/as entrevistados/as. Resultados: O Estudo I apresentou resultados que corroboram uma percepção de trabalho decente focada na ideia de que a honra do trabalho está na sua própria execução, o trabalhar, independente das condições e do tipo de atividade realizada; que a percepção de um trabalho decente está atrelada à capacidade de participação nas decisões a serem tomadas e nas relações estabelecidas, tanto com os/as funcionários/as como com os/as clientes e patrões/oas; que a definição de trabalho decente apresentada aos/às participantes nem sempre está em sintonia com a percepção que eles/as possuem sobre o que é um bom/decente trabalho; que a definição de trabalho decente possui traços tanto comuns quanto diferenciados; que comparando a definição de trabalho decente com o trabalho em exercício, muitos pontos faltam neste, deixando em dúvida seu caráter de trabalho bom e decente. Os principais resultados do Estudo II apontaram que os/as participantes buscam trabalho com rendimentos justos, proteção social, segurança e melhores oportunidades de desenvolvimento pessoal, como preconiza o OIT, mas a principal diferença seria que estas características não viriam da ação do Estado, como no modelo do emprego e da qualificação formal, mas das redes informais de relacionamento, principalmente familiar e comunitária. As oportunidades de trabalho, bem como a proteção social, são geradas pelas redes informais de relacionamento; a qualificação se dá pela aprendizagem na prática com os/as colegas mais experientes; o sucesso e a segurança são percebidos pela possibilidade de conseguir permanecer trabalhando (empregado ou na informalidade); e o desenvolvimento pessoal e laboral é traduzido pela possibilidade de fazer escolhas e ter controle sobre a vida. E, o Estudo III, teve como resultados a associação do trabalho decente com a questão da renda justa, da segurança no local de trabalho, da proteção social para famílias e das boas perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social existentes na definição da OIT. Entretanto, in-

dicaram, de forma menos representativa, a questão das oportunidades de trabalho produtivas e, de forma pontual, as questões da liberdade para as pessoas expressarem suas preocupações, da liberdade para participarem das decisões que afetam suas vidas e da igualdade de oportunidades e tratamento para todos – mulheres e homens. O dado mais significativo foi o fato de nenhuma resposta mencionar a questão da liberdade para se organizar em sindicatos, posto que para a OIT a organização sindical é central para a concepção de um trabalho decente. Como elementos emergentes e novos em relação à definição de OIT, pode-se destacar quatro dimensões para definir o trabalho decente: (1) a questão do respeito como elemento fundante de qualquer relação de trabalho; (2) a questão das condições dignas de trabalho em termos tanto objetivos (infraestrutura física e material), quanto psicossociais (bom ambiente relacional, reconhecimento e valorização dos trabalhadores); (3) a importância da dimensão psicológica da realização e de um trabalho com sentido para todos/as; e (4) a necessidade central de que um trabalho para ser considerado decente tenha que articular tanto o desenvolvimento pessoal, quanto social, ou seja, o adjetivo decente estaria vinculado à capacidade que o trabalho teria de articular pessoas e sociedade a fim de construir um mundo melhor. Conclusões: A síntese das narrativas singulares dos/as participantes indicou uma busca pelos princípios preconizados pelo OIT, entretanto, em contextos mais coletivistas, com vulnerabilidade e com apoio restrito do Estado, estes princípios são coconstruídos comunitariamente, não oferecidos pelo poder público, o que produz uma forma diferenciada de geração de trabalho decente, sendo necessário, portanto, adotar uma concepção de trabalho decente com elementos universais (trabalho decente no singular), mas com a relativização e absolutização destes elementos em função do contexto no qual o trabalhar acontece numa visão psicossocial do trabalho decente (trabalhos decentes no plural).

GT29: Pesquisas e práticas em psicologia social junto a crianças em territórios da cidade e do campo

As práticas de cuidado em saúde engendradas no contexto hospitalar pediátrico segundo crianças-usuárias

Autor: Andréia Maria de Lima Assunção (Andréia Assunção)

Coautor: Daniela Barros da Silva Freire (UFMT)

O presente trabalho tem como objetivo estabelecer o delineamento de diálogos entre os saberes partilhados por crianças-usuárias e as práticas de saúde empreendidas pelas equipes de um equipamento de saúde hospitalar pediátrico. No escopo ora proposto, a enfermaria pediátrica de um hospital público do município de Cuiabá/MT foi tomado como um contexto da cena pública destinado à infância, cujo acesso permite sua inserção na rede assistencial de atenção integral à saúde da referida categoria geracional. Com base nesta proposição, parte-se do pressuposto de que a pediatria hospitalar se configura enquanto um importante locus de exercício de visibilidade social e cívica da infância, uma vez que as vivências engendradas pela utilização de serviços públicos oportunizam circunstâncias nas quais as crianças possam forjar brechas institucionais para exercer sua condição cidadã, ao participarem de uma rede de relações sociais decorrentes de direitos historicamente conquistados. Neste sentido, a pesquisa de mestrado intitulada “Representações sociais sobre profissionais de saúde segundo crianças: implicações identitárias no contexto da hospitalização pediátrica” (ASSUNÇÃO, 2018) – desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, sob a orientação da Profa. Dra. Daniela Barros da Silva Freire Andrade – foi revisitada com o intuito de mobilizar reflexões que desvelassem os modos de inscrição e as redes de significações partilhadas por vinte e seis crianças-usuárias frente às práticas de saúde pediátrica tecidas pela equipe de saúde engajada no tratamento destas. As crianças foram integradas ao grupo de participantes mediante seus respectivos assentimentos e o consentimento dos/as pais/mães e/ou responsáveis. Na medida em que a investigação apresentou o delineamento de uma abordagem de pesquisa com crianças, enfatizou-se uma modalidade de escuta atenta ao pertencimento e à inserção social de uma categoria geracional que dispõe de estatuto social e político específicos e que mobiliza processos de participação fundados por esta condição de existência. Deste modo, assume-se como patente o exercício de encontro com a alteridade objetivada pela criança, convocando para a criação e o tencionamento de estratégias que reivindiquem

a legitimidade de seus modos de compor e se inscrever nos diferentes contextos de existência, com vistas a superação do estatuto social que as confere o semblante de negatividade e de ausência (SARMENTO, 2007) ao interpor condições para o reconhecimento de sua condição cidadã e da legitimidade de sua participação social nos diferentes cenários. Ao dedicar-se à abordagem de pesquisa com crianças, procedeu-se com a elaboração de adequações metodológicas que permitissem o encontro com as crianças participantes, assumido enquanto diálogo intergeracional. Esta construção foi norteadada pela adaptação e pelo refinamento dos procedimentos para que adquirissem o potencial de propiciar a escuta e o registro da pluralidade de expressões das crianças, tomadas como interlocutoras legítimas. A investigação ora enfocada orientou-se pelos contornos da pesquisa do tipo etnográfica, tal como sintetiza André (2003), apoiada pelo emprego de entrevistas, de observação participante e de análise documental. Contudo, a presente discussão edificará como recorte os conteúdos engendrados particularmente pelas entrevistas com as crianças hospitalizadas. No que tange às entrevistas, ponderou-se como pertinente a elaboração de um roteiro lúdico, segundo a proposição de rearranjos deste procedimento ao ter sido esboçado a partir do delineamento de uma brincadeira mediada pela pesquisadora na qual as crianças foram convidadas à construção de desenhos e narrativas, apreciados como ferramentas compatíveis à expressividade e enunciação das significações que compartilhavam acerca das intervenções de saúde objetivadas pelas práticas dos/as profissionais implicados/as no tratamento destas. O aporte teórico que sustentou a presente discussão alicerçou-se pelo diálogo entre a teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 2003; 2012; CASTORINA; KAPLAN, 2008) e a teoria histórico-cultural (VIGOTSKI, 2000; 2001; 2006; 2009; BOZHOVICH, 2009). As conjecturas analíticas empreendidas expuseram que a trama de relações vivenciadas pelas crianças no contexto da enfermaria pediátrica oscilou entre posições de coparticipação/ autoria e de expectadoras, recordando as problematizações suscitadas a partir das noções de paciente, por um lado, e de usuário/a ou cliente dos serviços, por outro. Essas nomenclaturas, longe de se configurarem enquanto alheias e abstratas, traduzem modelos de atenção e de gestão em saúde que sinalizam direções ético-políticas distintas. As expressões das crianças-usuárias revelaram que as modalidades de participação forjadas na esfera intra-hospitalar assumiu diferentes contornos, tendo sido esboçadas segundo os episódios nos quais puderam enunciar as relações estabelecidas entre pares, com os/as adultos/as e com as particularidades da instituição de saúde pediátrica; mas também quando operaram por intermédio de brincadeiras de faz-de-conta que proporcionaram o ensejo para que desempenhassem outras funções sociais na cena de cuidado; ou quando exerceram um papel compartilhado e coparticipe no tratamento por intermédio das relações colaborativas com os/as adultos e entre pares; bem como suscitaram o desenvolvimento de estratégias de escape frente ao saber objetivado, sobretudo diante de circunstâncias menos lineares e prescritivas, promovendo saúde mental e conforto à hospitalização por intermédio de recursos e estratégias que dominavam e consideravam legítimos. A partir do exercício analítico empreendido, depreende-se que o contexto hospitalar pediátrico, apesar de centrado sob os alicerces da lógica adultocentrada e biomédica, caracteriza-se enquanto uma instituição social que concorre para os processos de produção e partilha de conhecimentos sociais sobre o outro e sobre si em uma perspectiva intergeracional, anunciando as esferas educativas e de cidadania de tais contextos. Neste âmbito, as práticas de educação em saúde notabilizam-se enquanto estruturas de oportunidade capazes de encorajar a elaboração de estratégias de participação de crianças no interior de uma rede de práticas, discursos e saberes social e historicamente constituídos, cujo marco constitucional referenda-se pelas políticas públicas de saúde e de garantia de direitos a esses grupos sociais. Referências: ANDRÉ, M. E. D. A. Etnografia da prática escolar. Série Prática Pedagógica. 9ª Edição. Campinas, SP: Papirus, 2003. ASSUNÇÃO, A. M. L. Representações sociais sobre profissionais de saúde segundo crianças: implicações identitárias no contexto da hospitalização pediátrica. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso – MT, 2018. SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. In: Vasconcellos, V. M. R.; SARMENTO, M. J. (Orgs.). Infância (in)visível. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007. [p. 25-47]. BOZHOVICH, L. I. The social situation of child development. Journal of Russian and East European Psychology, vol. 47, n. 4, July-August, p. 59-86, 2009. CASTORINA, J. A.; KAPLAN, C. V. Las representaciones sociales: problemas teóricos y desafíos educativos. In: CASTORINA, J. A. (Org.) Representaciones sociales: Problemas teóricos y conocimientos infantiles. Buenos Aires: Ed. Gedisa, p. 9-27, 2008. MOSCOVICI, S. A psicanálise, sua imagem e seu público. Tradução Sonia Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. VIGOTSKI, L. S. Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico: livro para professores. Apresentação e comentários Ana Luiza Smolka. Tradução Zoia Ribeiro Prestes. São Paulo: Ática, 2009. VIGOTSKI, L. S. A crise dos sete anos. Traduzido de: Vigotski, L. S. La crisis de los siete años. Obras escogidas. Tomo IV. Madrid: Visor y A. Machado Libros, 2006. [p.

377-386]. VIGOTSKI, L. S. Lev S. Vigotski: Manuscrito de 1929. Revista Educação & Sociedade, Tradução de A.A. Puzirei, Campinas, ano XXI, n.71, pp. 21-44, Julho, 2000. VYGOTSKI, L. S. (2001). Estudio del desarrollo de los conceptos científicos en la edad infantil. In: VYGOTSKI, L. S. Obras Escogidas. Tomo II. Problemas de Psicología General. Tradução José Maria Bravo. Edición em lengua castellana, 2ª Ed. Madrid: Antonio Machado Libros, 2001. [p. 181-285].

Educação e a cidade: levantamento de publicações direcionadas à juventude

Autor: Gustavo Henrique Wollmann (UFSC)

Coautor: Neiva de Assis (Instituto Federal Catarinense)

Acima de um retrato inanimado, nesse trabalho entendemos a cidade pelos movimentos que nela se desenrolam e pelo papel assumido por suas estruturas para permitirem que dinâmicas vivas ocorram. Assim, a cidade é considerada não somente como um ente físico ou construído, mas, sobretudo, como espaço social, sendo as relações sociais tanto moldadas como moldantes da materialidade do espaço físico.

Os jovens foram nosso público alvo, e através da psicologia histórico-cultural foram compreendidos como sujeitos constituídos num processo em aberto, inacabado, desenvolvido por meio de relações culturalmente mediadas estabelecidas com os outros dentro de contextos dialógicos.

Observando a institucionalização de práticas educativas, a juventude nos parece contemporaneamente privada da experiência urbana, sendo seus poucos contatos com a cidade, como nos caminhos de casa à escola, indicativos já das ricas práticas subjetivas possíveis aos jovens através da espacialidade urbana.

Apostando, assim, na cidade como arena educativa pra juventude, promotora de processos subjetivos inclusivos e de vivências éticas, estéticas e solidárias, este estudo teve como objetivo identificar possibilidades de educação vinculadas aos espaços urbanos para além do ensino institucionalizado.

Nos interessamos em conhecer as publicações científicas que abordam o tema e caracterizar essas experiências educativas encontradas, realizando, pra isso, um levantamento bibliográfico através plataforma de periódicos EBSCO Discovery Service usando os descritores "cidade", "educação" e "juventude". Para serem selecionados os artigos encontrados deveriam, em alguma medida, apresentar cada um desses três temas citados.

Através da leitura dos títulos, dos resumos e mesmo dos artigos na íntegra, o universo de 2077 resultados iniciais foi reduzido a, efetivamente, 112 artigos, analisados, categorizados e discutidos tanto através de dados catalográficos básicos, como ano de publicação, como também através de nove categorias teórico-metodológicas.

Inicialmente, destacaram-se estudos das áreas da Educação (26,8%) e Geografia (8%), e mesmo buscando atividades fora dos limites escolares muitas vezes a reencontramos como via para nossas discussões. Houveram muitos estudos Interdisciplinares (21,4%) e poucos trabalhos foram da Psicologia (3,6%), provavelmente pela área ocupar-se, ainda, com campos mais tradicionais.

Os Jovens (59,8%) são o público mais presente nos estudos, e a faixa dos 17 aos 18 anos foi a mais comum. O meio Urbano (75,9%), dividido em Centro (50%) e Periferia (25,9%), aparece como principal área dos participantes, sendo esta última muito relacionada a práticas desinstitucionalizadas. A área Rural (8,9%) é sobretudo retratada na busca de seus moradores pelo ensino regular e nas dificuldades que encontram nesse processo, como práticas pedagógicas guiadas por referenciais urbanos que não valorizam saberes rurais.

Entre os Tipos de Pesquisa, direcionados à análise de instrumentos técnicos, destaque como métodos valiosos aos estudos urbanos as Etnografias (13,4%) e a Pesquisa Participante (8%). O Instrumento Metodológico mais comum foi a Pesquisa Multimetodológica (27,7%), indicando a diversidade de ferramentas necessárias pra operar sobre a complexidade das práticas educativas, contexto onde metodologias interativas, como Oficinas, aumentam o envolvimento dos sujeitos. As principais teorias utilizadas como Bases Teóricas foram as da Escola de Frankfurt e Outros Marxistas (6,3%), de Pierre Bourdieu (6,3%) e de Paulo Freire (5,4%), sendo as práticas da Educação Popular, como da Psicologia Histórico-Cultural e do Círculo de Bakhtin (2,7%), importantes para perspectivas não formais e informais, dialógicas e relacionadas a saberes cotidianos.

As Atividades Artístico-Culturais (17%) destacam-se entre as Atividades Desenvolvidas; o Uso da Rua e do Urbano (8%) ilustra as numerosas práticas com que as cidades são ocupadas; e a Cultura Hip-Hop (8%) atua como meio para juventudes marginalizadas expandirem seus circuitos e subverterem estigmas.

Entre os Principais Resultados apontados pelos artigos estão as "Experiências coletivas artísticas modificando

a relação dos sujeitos com o espaço" (20,5%); a "Importância da relação entre a proposta escolar e ações comunitárias" (15,2%); e as insuficiências e fragilidades das "Políticas públicas voltadas à juventude" (10,7%), responsáveis por instrumentalizar meios de controle sobre essa população e responsabilizá-las individualmente por tramas que são sócio-históricas.

Finalmente, a categoria Discussão de Cidade, traz as perspectivas com as quais a espacialidade urbana é abordada nos artigos, sendo elas: "Cidade como Plano de Fundo" (31,3%), quando representa apenas o cenário sobre o qual os sujeitos vivem; "Cidade como Evento" (16,1%), destacando acontecimentos e culturas tradicionais celebradas em áreas urbanas; "Cidade como Dispositivo" (10,7%), ao focalizar diferentes estruturas disponíveis na cidade pra auxiliarem experiências urbanas; "Cidade como Território" (17%), relacionada a pertencimentos singulares de atores espacialmente inscritos; e "Cidade como Comunhão" (10,7%), onde a cidade é tomada por pertencimentos grupais tidos sobre territórios comuns, valorizando a coletividade.

As conclusões apontam, assim, para variados usos da cidade, às vezes anunciados como educativos, às vezes cotidianos, informais, e ainda assim processos de aprendizagem. Apostamos na Psicologia como área potente para iniciativas educadoras urbanas e oferecemos um panorama inaugural àqueles que desejam trabalhar por cidades educativas e defenderem sua centralidade na promoção de encontros territoriais sensíveis, guiados pela diversidade e voltados ao combate das desigualdades, convocando a união de afetos, sentidos e saberes.

Famílias rurais e a escolaridade de seus filhos: Desafios da vida escolar no Chile

Autor: Karen Marabolí Radrigán

Coautor: Profa. Ana Paula (USP-FFCLRP)

Apesar de a educação ser um direito valorizado pela sociedade atual, ela costuma ser negligenciada quando a consideramos nas políticas educacionais destinadas às populações em contextos rurais. Em situações como a do Chile, onde desde a origem do sistema nacional de educação, tem existido homogeneidade na proposta educativa, que não reconhece as especificidades do mundo e da cultura rural, além de ser um país onde a educação em áreas rurais é obrigatória pelo Estado, porém, oferecida de forma deficiente, devido às suas particularidades como, em sua maioria, ser unidocente (contam com um/a único/a professor/a que leciona todas as disciplinas de todos os níveis), multisseriada (as crianças estudam todas juntas na mesma sala, independentemente do nível educativo de cada criança) e incompleta (quer dizer que não oferecem todos os níveis educativos obrigatórios, além disso, não oferece nem o ciclo básico completo, quer dizer, que de 8 anos de ensino básico somente é oferecido até 6º ano), torna-se indiscutível a necessidade de prestar atenção aos discursos das pessoas que ali moram, na tentativa gerar uma proposta que considere a especificidade destes contextos, principalmente, no currículo e na vinculação com a cultura, a produção e o uso de tecnologias próprias das áreas rurais. Os objetivos da pesquisa foram compreender qual é a importância que as famílias atribuem à educação, no que diz respeito às vidas de seus filhos e como isso motiva a escolha do local de estudo dos seus filhos; analisar os relatos das famílias e crianças e comparar o significado que tem para elas o fato de seus membros se dividirem em lugares diferentes, em função da educação. O eixo temático escolhido foi o número 10: "Território e modos de vida: atuação e pesquisa em Psicologia Social na cidade e no campo", o qual se relaciona com o presente trabalho principalmente porque é o único eixo temático que envolve questões relativas às comunidades rurais, entendendo a necessidade de abranger as particularidades das formas de vida presentes nestes contextos. O GT escolhido foi o número 29: "Pesquisas e práticas em psicologia social junto a crianças em territórios da cidade e do campo", pois, da mesma forma que o eixo temático, é o único a tratar questões rurais e ainda focado nas vivências das próprias crianças, as quais foram incluídas na presente pesquisa, precisamente por ser os atores principais do deslocamento obrigado em função da educação. A pesquisa é baseada na perspectiva teórico-metodológica da Rede de Significações (RedSig), a qual investiga processos psicológicos, sociais e culturais, baseada em autores Histórico-Culturais como Vigotsky, Wallon, Bakhtin, entre outros. Foi desenvolvida na localidade rural de Toconey, localizada na Región del Maule, Chile. Contou com a participação das famílias da comunidade, com filhos em idade escolar próxima ao ano de interrupção da educação, conformando dessa forma dois grupos: famílias cujos filhos, no ano escolar de 2018, cursaram o 5º e/ou 6º anos do ensino básico em alguma escola da localidade e famílias de Toconey cujos filhos deram continuidade aos estudos, no 7º e/ou o 8º anos do ensino básico, fora da comunidade. A investigação, de caráter qualitativo, teve os seguintes instrumentos utilizados: diário de campo, onde foram registradas atividades em

espaços públicos, objetivando compreender as marcas de ruralidade presentes nas relações sociais; entrevistas com adultos, para entender o valor da educação para a família e para o futuro das gerações mais novas e também conhecer justificativas e motivações que sustentam a decisão de que seus filhos estudem em uma escola e não em outra; roda de conversa com crianças, para conversar sobre o papel da escola nas suas vidas, a vivência no interior da escola (seja ela na localidade ou na cidade) e o sentimento de pertencimento à comunidade; e grupo focal com adultos, feito com o fim de compreender de que forma uma mudança relacionada à educação afeta a dinâmica da família rural. A pesquisa encontra-se na etapa de análise dos resultados, pelo que é possível apresentar apenas alguns resultados preliminares, como que as famílias de ambos os grupos privilegiam a continuidade da educação de seus filhos, optando por diferentes estratégias para prover educação a eles, tais como matriculá-los em um internato; enviá-los para a cidade sob os cuidados de parentes; ou que eles estudem fora da comunidade, mas que voltem para casa diariamente. Nesse sentido, foi possível perceber que a educação dos filhos para as famílias rurais é algo importante e imperativo, sendo mais privilegiada, inclusive, do que a própria manutenção do grupo familiar na comunidade, independentemente das exigências e esforços que isto significa para a família toda. A partir do anterior, é admissível refletir sobre as percepções positivas que as pessoas que participaram da pesquisa tem com respeito à educação, já que, embora vivenciado como um processo sofrido por parte das famílias, o afastamento temporário das crianças do lar com curta idade (terminando 6º ano do ensino básico) é aceito, sob a crença na mobilidade social que o processo educativo gera, incorporando a ideia de que a educação é uma porta à superação para as novas gerações.

Núcleo de Atenção à Violência Estrutural: Escrevivências intergeracionais sobre o lugar de fala na escola.

Autor: Nancy Lamenza (UFF)

O trabalho a ser compartilhado faz parte do Projeto de Extensão denominado Núcleo de Atenção as Violências Estruturais - NAVE, que é um braço do Programa de Extensão do Observatório de Direitos Humanos Sul Fluminense. Este projeto resulta de demandas coletadas em assembleias públicas realizadas pelo ODHSF, onde coletivos, movimentos sociais da região e o Núcleo de Práticas Jurídicas (UFF_PUVR), solicitaram ações de acolhimento ao sofrimento psíquico provenientes de violências. Optamos pelo a priori de que qualquer trabalho sobre a violência deve reconhecer que a mesma é um fenômeno complexo, polissêmico e controverso, que assume diferentes "funções sociais", principalmente quando se identifica que a violência é desigualmente distribuída, culturalmente delimitada, revelando as contradições e formas de dominação. Em função dessa complexidade, polissemia e controvérsia consideramos que o conceito de violência estrutural seria a melhor ferramenta conceitual para orientar nossas estratégias e análises. Compreendemos que a:

Compreendemos que a:

[...] Violência estrutural [...] oferece um marco à violência do comportamento, [e] se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de determinadas pessoas a quem se negam vantagens da sociedade, tornando-as mais vulneráveis ao sofrimento e à morte. Essas estruturas determinam igualmente as práticas de socialização que levam os indivíduos a aceitar ou a infligir sofrimentos, de acordo com o papel que desempenham. (BOULDING, 1981, p.)

Uma importante característica da violência estrutural é reconhecer que o "locus" da mesma se encontra numa sociedade de democracia aparente, ou seja, em sociedades onde a propagação do ideal de participação, liberdade e igualdade dos cidadãos não garante a todos o pleno acesso a seus direitos. Como afirmam CRUZ NETO e MOREIRA (1999, p. 37-38):

[...] As situações e condições sócio-econômicas que inspiram a violência estrutural devem ser perscrutadas na própria estrutura da sociedade [...] Este esquema engendra e propicia todas as características de uma prática de violência estrutural: não é natural, mas sim histórica e socialmente produzida; possui raízes profundas nas relações de poder; apresenta resquício de autoritarismo social; é política e geograficamente demarcada; tem objetivos determinados; define propositadamente seus destinatários; afeta principalmente cidadãos com reduzida capacidade de defesa; alimenta a ostentação de poucos com o sofrimento de muitos; amplia as disparidades sociais; cerceia oportunidades e legítimos projetos de vida; inibe a escolha racional, favorecendo a escolha constrangida:

mendicância, tráfico, delinquência, por exemplo; fomenta preconceitos e causa danos morais, psicológicos, físicos e a morte.

Nos interessa em particular, um mecanismo cruel da violência estrutural, que seria a instauração de um processo seletivo segundo o qual teria o poder de decidir quem tem direito de desfrutar o “bem-estar social” e quem deveria ser excluído dessa condição. Esse processo seletivo gera uma sociabilidade sustentada por um desejo de isolamento/proteção, confrontado diariamente com um encontro “real” de desiguais. Percebe-se que “o agravamento dos problemas sociais e o aumento dos índices de delinquência vão, pouco a pouco, potencializando rancores que se expressam no preconceito, na intolerância e no medo.” (CRUZ NETO e MOREIRA, 1999, p.39)

Privilegiaremos discutir o grupo de trabalho intergeracional, desenvolvido com alunos de uma escola municipal da cidade de Volta Redonda. Esta escola se encontra em território periférico da cidade, transformando-a em um dos principais representantes do Estado e do Poder Público para a comunidade. Ou seja, esta escola é extremamente territorializada e a relação com a comunidade tem sido constituída de entrelaçamentos que vem gerando uma busca pelo sentido da escola para além dos objetivos institucionalizados. Este grupo é um dispositivo através do qual pretendemos trabalhar a violência estrutural a partir das relações entre o lugar de fala da criança/adolescente na escola e suas “escrevivências”. Acreditamos que a escola é sempre “falada” a partir do adultocentrismo e da perspectiva de construção de um futuro profissional. Nesse sentido, queremos trazer uma afirmação da infância como uma experiência que atravessa a produção de subjetividade em contraponto a infância como sinônimo de imaturidade ou inacabado - o que Renato Nogueira denomina de força da infância. Utilizaremos como principal referência o conceito de escrevivência de Conceição Evaristo e oralitura de Leda Maria Martins. A primeira nos ajuda a construir uma perspectiva de reparação de uma memória esfacelada pela violência que silencia, por meio de uma memória viva que é fruto da experimentação de um texto ficcional con-fundindo escrita e vida, escrita e vivência. “Busco a voz, a fala de quem conta, para se misturar à minha” (EVARISTO, 2017). Para MARTINS, os corpos desses seres que são trazidos para o Brasil para serem escravizados, estão nus, mas revestidos de todos os saberes, saberes que se grafam e se inscrevem nos corpos, na performance e na voz. Este dois conceitos nos ajudam a vislumbrar o desenho de uma “clínica da ancestralidade”, onde as narrativas constituem-se em estratégias de construção de ações reparadoras e atos de cuidado, na medida em que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas sim o de poder existir.” (RIBEIRO, 2017, p. 64) Ou, como nos diz Rosana Borges (2017) na reportagem O que é lugar de fala e como ele é aplicado no debate público, pensar o lugar de fala é uma postura ética, pois saber o lugar desde onde falamos é fundamental para pensar as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e patriarcalismo. Confirmado por Jota Mombaça (2017), quando considera que se o conceito de fala se converte numa ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas, é porque o lugar de fala desautoriza a matriz de autoridade que construiu o mundo como evento epistemicida. Porém, como fazê-lo? Nossa aposta é que o grupo de trabalho intergeracional constituído por alunos de diferentes idades possa ser um caminho disparador. Para além de um grupo temático, o grupo seria um dispositivo que faça funcionar a palavra geradora de Paulo Freire e a Tradição viva do poder da palavra de Hampaté Bâ. Onde seja possível transgredir a imersão social, produzir a emersão social a fim de que a inserção social seja pautada pela dignidade. Onde o poder da palavra recupere seu poder sagrado de criar mundos porque é pautada pela ancestralidade. Por fim, este projeto do GT com alunos iniciou-se este semestre, com encontros quinzenais, no turno da manhã e da tarde. A equipe conta com psicólogos formados e alunos de graduação de psicologia e administração pública. Pretendemos compartilhar dados, experiências e narrativas do início deste processo.



Pesquisa-intervenção com crianças e jovens quilombolas: diálogos intergeracionais e decolonialidade

Autor: Beatriz Corsino Perez (UFF)

Coautor: Amanda Thuns Biazzi, Caroline Garcia (UFF) e Maria Bongiovani Marçal

No atual contexto sociopolítico, as comunidades quilombolas estão sendo fortemente atacadas. A disputa pela terra e pelo território tem sido um dos principais motivos do aumento da violência no campo, atingindo principalmente as comunidades tradicionais. Tendo em vista o passado escravista do Brasil, que possui reverberações diretas na estrutura atual do país e nas heranças colonialistas, os povos quilombolas são vítimas de um silenciamento, que dificulta a preservação da história de resistência e de luta. Sendo assim, o presente trabalho aborda a relação intergeracional como forma de preservar a memória social, fortalecendo os vínculos de crianças e jovens com as gerações anteriores e a sua comunidade. Os diálogos intergeracionais propiciam, através de suas narrativas, a atualização do passado no presente. Entendemos que, dessa forma, podemos fortalecer também a luta territorial.

A história do Brasil é marcada pelos processos de colonização e escravização nos quais, além dos nativos que já residiam aqui, africanos foram brutalmente arrancados de suas terras e trazidos por meio de navios em condições desumanas. Aos que conseguiam sobreviver ao trajeto, continuaram submetidos ao doloroso processo de desarticulação das suas experiências de vida, tendo o racismo como principal ferramenta para domínio e a implantação de uma forma de ser pautada na negação. Entretanto, a formação de quilombos foi uma das principais formas de articulação a fim de resistir à escravidão e ao modo de vida imposto pelos europeus. A proposta da virada decolonial é encaminhar a uma negação da negação (Fanon, 1968), ao estabelecimento de uma autonomia advinda de uma descolonização do pensamento. A partir da situação em que os povos latinoamericanos se encontram, reformular sua existência fora dos moldes europeus impostos outrora. Neste sentido, buscamos compreender neste trabalho os modos de vida de crianças e jovens quilombolas, a partir dos atravessamentos da colonialidade do poder (Quijano, 2005), como lidam com a memória e as heranças culturais das gerações anteriores. Consideramos, por esse motivo, que o trabalho se relaciona com o tema do GT "Pesquisas e práticas em psicologia social junto a crianças em territórios da cidade e do campo".

Elegemos a comunidade de Cafuringa situada em Campos dos Goytacazes/RJ para a realização de uma pesquisa-intervenção com 30 crianças e jovens de idades entre 3 a 18 anos. Chegamos ao local através da Comissão Pastoral da Terra, que anunciou a necessidade da presença da psicologia devido a precariedade das condições de vida e dos serviços públicos ofertados. O município de Campos é caracterizado historicamente pela exploração latifundiária da cana-de-açúcar, devido a presença de usinas na região. Atualmente, a indústria álcool-açucareira encontra-se em crise, o que repercute nas formas de organização e trabalho na área rural. Embora tenha o maior número de quilombos reconhecidos no Estado do Rio de Janeiro (Gomes, 2015), ainda são poucas as investigações que se dedicam a compreender as infâncias presentes nesses territórios.

Nesta pesquisa-intervenção, realizamos oficinas nas quais buscamos despertar o interesse de crianças e jovens pelo passado de resistência da comunidade, propiciando espaço para a participação destes na vida comunitária, na investigação e no registro da memória social. Também foram realizadas entrevistas com sete adultos pelas jovens quilombolas, que versavam sobre as tradições, memórias, manifestações culturais, lendas, conflitos e dificuldades vividas no território, participação e o sentimento de coletividade. Assim, a pesquisa objetivou propiciar condições favoráveis para que as crianças e jovens se expressassem, produzissem e registrassem conhecimentos sobre os seus modos de vida e a história da comunidade, por intermédio de diálogos com as gerações mais velhas.

Buscando atingir o objetivo supracitado, partimos de uma perspectiva contemporânea e interdisciplinar dos estudos da infância, que considera as singularidades das diferentes formas de se viver a infância (Castro, 2001). Ao considerarmos a infância como uma categoria geracional (Qvortrup, 2001), construída histórica e socialmente, passa a ser relevante investigar sua articulação com outras categorias, como as de raça, gênero, classe social, território. A ideia de geração implica em politizarmos as diferenças existentes entre adultos e crianças, e refletirmos sobre quais delas são relevantes para cada cultura. O conceito da criança e do jovem como hierarquicamente inferiores perante aos adultos provoca um silenciamento da infância, considerada muitas vezes como incapaz de produzir conhecimento, cultura e mudança (Castro, 2001).

Como resultados parciais, as produções das crianças demonstram com recorrência os momentos autoafirmação enquanto pessoas negras e quilombolas. Como a definição dada por um jovem: "quilombo é isso aqui. Somos



todas de família negra e vivemos aqui. Somos daqui, entendeu?”. As crianças puderam ampliar seus olhares para fauna e da flora local, por intermédio do incentivo a observação e ao registro das plantas e dos bichos existentes. Foi feito um caderno da botânica de Cafuringa, assim como pinturas, colagens, fotografias e poemas, em que as crianças puderam falar sobre o seu conhecimento e as relações que estabelecem com o território.

Através das entrevistas realizadas com os mais velhos, as crianças e os jovens puderam conhecer mais sobre as lendas, a matriarca da comunidade e as práticas culturais e religiosas que existiam, como forró, jongo, festas católicas e o candomblé. Todavia, as crianças também apresentaram, em suas falas, os estigmas que permeiam a sua ancestralidade, principalmente, pela presença da igreja evangélica. A lenda da jaqueira que outrora “caia” na rua, impedindo que moradores pudessem circular, de acordo com relatos dos moradores antigos, começou a permanecer “de pé” depois que a Igreja se instalou em Cafuringa. As mudanças também fizeram com que o jongo e o candomblé fossem recriminados, assim como aqueles que não seguem os costumes da Igreja, levando a desvalorização da cultura afrobrasileira e quilombola.

As crianças e os jovens fizeram denúncias, de forma direta ou indireta, sobre o racismo e o preconceito vividos, tornando dolorosas as tarefas simples do cotidiano como ir a escola e usar transporte público, além da falta de infraestrutura da comunidade. Eles trazem em suas falas o peso que é sentir-se encurralado entre o haras (que já tomou grande parte das terras) e os bois de pequenos fazendeiros, que impedem a sua circulação pelo território. Ademais, vivem rodeados por cercas elétricas, que “protegem” a terra do haras, mas privam e machucam as crianças cotidianamente. Recentemente, descobriram na divisão das propriedades a presença de agrotóxicos, os quais são uma ameaça as plantações, pois comprometem o desenvolvimento agroecológico e a saúde da comunidade, além de trazerem danos que ainda não são possíveis de mensurar.

Assim, realizar a pesquisa com crianças e jovens de Cafuringa nos permite compreender as suas particularidades, como também questões políticas e sociais mais amplas, que não se limitam a este território, mas que atravessam a sociedade brasileira em geral, bem como, a questão da terra e os conflitos que envolvem as comunidades tradicionais no Brasil.

Relações familiares e bem-estar da criança: o Grupo CriAção como uma experiência

Autor: Carolina Scherer Beidacki (GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO)

Coautor: Victória Paulo Menin

A Unidade de Saúde em que atuo enquanto psicóloga residente do Programa de Saúde da Família e Comunidade está localizada na zona norte de Porto Alegre/RS em um território de reassentamento e é uma área de extrema vulnerabilidade social. Dentre as atribuições de núcleo e campo que realizo nesta unidade estão os atendimentos individuais, os grupos terapêuticos e o matriciamento, internamente para os profissionais da unidade e externamente para as escolas do território. Em meio a estes processos é muito comum recebermos encaminhamentos/solicitações de acompanhamento psicológico para crianças, em especial relacionado a queixas escolares de mau comportamento, agitação e desrespeito ou agressividade com professores e colegas. No ano de 2018 conduzíamos um grupo de crianças para dar conta de alguns casos e ao realizar uma avaliação no início de 2019 percebemos que o grupo não estava sendo produtivo para a finalidade intencionada, então decidimos reformular a proposta.

Entendemos que as crianças costumam ser porta-vozes de algo que não vai bem nas relações escolares e familiares e, em uma comunidade com tantos atravessamentos de fragilidade social e econômica, outros agravantes ambientais. Após inúmeras discussões de casos com as escolas que matriciamos, atendimentos individuais e anos de experiência com o grupo de crianças, pensamos em uma proposta de abordagem familiar.

O Capítulo 7 do Volume 2 dos Cadernos HumanizaSUS trata do trabalho com grupos na Atenção Básica e os autores Paula Giovana Furlan e Gastão Wagner de Sousa Campos trazem para discussão os porquês e para quês do fazer grupos. Dentre eles estão dois pontos que julgamos vitais. A emergência do afeto nos compartilhamentos possibilita que os integrantes do grupo sintam-se mais à vontade para trazer suas experiências e reflexões, algo que o estar em grupo potencializa ainda mais que os atendimentos ambulatoriais, pelo tempo disponível e pela horizontalidade das trocas, mais que uma prescrição vertical do profissional. O outro ponto diz da potência de reunir, em um mesmo espaço-tempo pessoas que compõem uma mesma comunidade e têm experiências, hábitos e histórias em comum, que se entrelaçam. Esse em especial nos motivou pela possibilidade de facilitar um transbor-



de para o além-grupo. Entendemos que nosso trabalho visa também a autonomia destes indivíduos e, portanto, trabalhamos para que se forme uma rede social e de suporte cotidiana, que busquem uns nos outros referência.

Com um projeto de grupo que envolvesse as crianças e suas famílias acreditamos que seria possível abordar questões das relações familiares, trabalhando assuntos como autopercepção e percepção do outro, sentimentos, comunicação, cooperação e autonomia. Na troca de experiências e na reflexão coletiva, as famílias poderiam encontrar umas nas outras semelhança, inspiração e apoio. E, com isso, impactar o funcionamento entre os integrantes da família e as formas de se relacionar, promover a saúde psicossocial do grupo familiar e, conseqüentemente, da criança.

No processo de planejamento buscamos referências nacionais e internacionais de experiências similares que pudessem inspirar a criação do nosso modelo de intervenção. Encontramos poucas que envolvessem crianças e familiares num mesmo espaço e interagindo entre si com o objetivo que tínhamos. Uma das referências que encontramos foi o Programa ELOS – Construindo Coletivos, uma iniciativa do Ministério da Saúde, que foca na aprendizagem de habilidades para a vida escolar e extra-escolar, para que as crianças possam estabelecer relações mais positivas, produtivas e harmônicas com seus pares e adultos de referência no contexto escolar e familiar. A partir do manual deste programa e as dinâmicas utilizadas fizemos um projeto levando em consideração as especificidades territoriais e temporais, e direcionando o foco para uma abordagem fora da sala de aula, integrada com o serviço de saúde local. Nossa programação final foi de oito encontros, a maioria deles somente com os familiares e outros que reuniram as crianças com os responsáveis para que pudessemos trabalhar as temáticas a partir de sua interação.

Através das discussões de caso com a equipe e com a escola identificamos famílias potenciais candidatas à essa intervenção grupal e fizemos o convite para que participassem. No primeiro ciclo tivemos a adesão de cinco famílias, com eventuais ausências em alguns encontros.

Até o presente momento tivemos a experiência de completar o primeiro ciclo e, no início de novembro de 2019, encerraremos o segundo ciclo, que após a avaliação final do grupo componente da primeira experiência, já sofreu algumas alterações na programação, com inclusão de temáticas e ampliação de encontros. Avaliamos positivamente, em conjunto com as participantes, a experiência do primeiro ciclo. A cada encontro, no relato das mães que integraram o grupo, percebemos mudanças nas relações familiares, uma maior disponibilidade de escuta do outro, cooperação mútua e, sobretudo, abertura para repensar suas formas de se relacionarem.

Percebemos, a partir desta nova proposta de responder às demandas relacionadas à infância, o potencial transformador das abordagens grupais na Atenção Primária à Saúde e, em especial, nas situações de fragilidade psicossocial. Algumas das integrantes relataram que com a vivência de grupo puderam identificar em si e em seus companheiros comportamentos violentos e pouco construtivos para o desenvolvimento das crianças, tendo, assim, mudado suas atitudes, deixando a violência física de lado e apostado em diálogos e combinações de modo mais horizontal com as crianças e que isso impactou no comportamento dos filhos.

“Mais que reproduzir o ato de receitar fórmulas sobre como viver, o que comer, o que tomar, em cima de prerrogativas técnicas sobre o certo-errado, ou baseado em sua própria história de vida, o profissional de saúde deve possibilitar, no espaço grupal, que apareçam as diversas formas de viver, de lidar com o adoecimento, com as dificuldades, com as dores, com os sentimentos e com as histórias, e, a partir daí, reconstruir maneiras possíveis, com seu conhecimento e história, junto às pessoas, de se viver seja de forma mais autônoma, em rede e melhor.” (HumanizaSUS, volume 2, p. 116)



Sem Terrinhas: pesquisa ação participante com crianças de um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Oeste da Bahia

Autor: Wellington da Rocha Almeida (FASB) e Fabiana (Fabiana Grossi)

A Psicologia Social se caracteriza como uma ponte entre o saber da Psicologia e da Sociologia, construídos a partir dos valores dessas áreas científicas. Com isso, esse saber científico considera que a subjetividade de um indivíduo se constrói a partir da relação desse com o seu contexto (cultura, valores e costumes) e quando esse também opera o ambiente pode ser alterado/modificado (SOUZA, 2009). Porém, a Psicologia Social ao chegar na América Latina se ancorava em uma realidade Europeia e Norte Americana nos anos 50. Ademais, essa tinha como objetivo de normatizar e padronizar possíveis comportamentos por meio das relações individuais e grupais. (LANE, 2006). A Psicologia Social Comunitária é definida por Góis (1993) como uma área de saber que estuda a cultura das pessoas a partir de relação entre a história de vida dessa pessoa, com o lugar de moradia (comunidade), na qual analisa os vários sistemas existente nesse lugar, desde a identificação e pertencimento das pessoas com a comunidade, relações e representações, tendo como função trabalhar o desenvolvimento da consciência do lugar de pertença, incluindo-os/as como indivíduos que fazem parte de todo processo histórico de sua realidade e comunidade, na qual, por meio dessa problemática a Psicologia Comunitária (PC) tem como objetivo primordial a transformação do indivíduo, levando-o/a a ser o/a protagonista de sua própria história. O surgimento do MST, se deu entre os anos de 1979 a 1985, com a consolidação no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, na qual teve como principais propostas, a luta pela terra, luta pela reforma agrária e luta contra o capitalismo opressor. Este encontro nacional do MST foi contemplado com a participação de lideranças de 23 das 27 unidades federativas do Brasil, na qual ocorreu no período de 21 a 24 de 1984, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná (CALDART, 2001). Todo esse processo, veio a partir das primeiras ocupações organizadas, que acarretou na definição concreta de sua estrutura organizativa, surgindo assim, as primeiras lideranças do movimento (FERNANDES, 2008). Dentro desse processo há o público das crianças, identificadas culturalmente pela comunidade do MST, como Sem Terrinha. Nisto, os Sem Terrinhas fazem parte da história de luta dos acampamentos, bem como após a conquista da terra, se tornando assentamento, passando a apresentar as suas demandas de formar reivindicatória, principalmente no que tange ao campo da educação e formação específica voltada para o campo (BARROS, 2013). Esta pesquisa tem como objetivo realizar uma análise e intervenção das demandas voltadas para a valorização do campo com as crianças do MST através de uma Investigação Ação Participante. O presente estudo está ancorado em uma perspectiva da Psicologia Social Comunitária, na qual dispõe de resultados parciais; sendo sabido que essa procura estudar o ser humano dentro de sua totalidade e todos os possíveis aspectos dialéticos internos e externos, como também a relação entre o indivíduo e sociedade (cultura que está inserido), que permite o indivíduo ter uma leitura da sociedade de forma mais ampla. Ademais, a intervenção seguiu os respectivos procedimentos de etapa: primeiro os/as pesquisadores/as, conheceram o acampamento (organização, liderança, população, criança e etc.), mobilizando as crianças e os cuidadores a participar do processo de Investigação Ação Participante – IAP; segundo, junto com a participação dos Sem Terrinhas, foram levantadas possíveis problemáticas, para posteriormente serem trabalhadas. Nisto, foi levado em consideração fidedigna os aspectos conceituais da IAP, na qual as informações foram coletadas, por meio do diálogo e participação do objeto de pesquisa na qual posteriormente, acontecerá, por meio das demandas apresentadas, um espaço de organização de uma ação política em que essa ação será criada junto com a população que está sendo trabalhada, com o objetivo de potencializar as ações de resistência e reivindicação de dada comunidade. Essa pesquisa está sendo desenvolvida no tipo aplicada, longitudinal, descritiva e exploratória. Assim, o pesquisador teve um diálogo com as lideranças do MST, sendo essas, uma pessoa da regional/líder e a líder do acampamento. Logo após o consentimento e apoio das lideranças foram realizadas entrevistas com os/as cuidadores/as das crianças do movimento composta por nove perguntas relativas aos dados sócio demográficos e econômicos e nove perguntas referentes ao tema da pesquisa; posteriormente foi realizado um encontro com as crianças do acampamento, na qual foi desenvolvido um grupo focal dialógico, que teve como questão central quatro perguntas relacionado ao tema da pesquisa. A pesquisa está sendo realizada em um acampamento do MST, localizado na região Oeste da Bahia. No local, residem famílias que têm como principal fonte de renda a agricultura familiar, sendo identificadas, como população camponesa. Dentro dos dados sócio demográficos todos/as os cuidadores/as tem como renda principal a agricultura familiar; são três mulheres, sendo esses de idade 20, 27 e 78 anos e um homem de 65 anos; dois cuidadores tem como renda auxiliar o Bolsa Família. Dentro das perguntas relacionadas ao tema central da pesquisa, apareceram como fatores

preponderantes os seguintes aspectos: a comunidade é desprovida de energia, as casas de forma unânime são de lonas/barracos de lona; além disso, não tem escola na comunidade, levando as crianças a estudarem em contextos urbanos; relataram também a necessidade de valorização cultural no acampamento. O grupo dos Sem Terrinhas é composto por sete crianças. Estas, por sua vez relataram não conhecer o projeto do Sem Terrinhas, criado pelo MST; como a escola está abandonada, foi sugerido atividades na qual valorize o devido espaço; estudos voltados a agricultura familiar e sobre a história do MST; a criação de uma quadra de vôlei; criação de uma horta comunitária agroecológica e a necessidade da escola ser reativada. Segundo a Constituição Federal do Brasil (1988) no art. IV e V: todo cidadão tem direito ao bem-estar, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor e idade. Todos são iguais perante a lei com direito a vida, a liberdade, segurança e a propriedade. As crianças dos acampamentos e assentamentos do MST estão de forma direta vinculadas a sua população e comunidade, passando, por sua vez a ter o direito de conhecer todos os processos organizativos do movimento e, com isso, poder contribuir e dar continuidade ao movimento. O MST tem construído ao longo do tempo, a possibilidade de a sociedade entender, a sua cultura e história, nas quais as crianças tem importância significativa nesse processo, pois considera-se que elas são integradas/incluídas a frente de massa de luta pela terra, necessitando de uma educação que é voltada para a cultura do campo, práxis que vem sendo negada para esse público, que pelo devido fato de serem testemunhas dessa história, têm em suas marcas a cultura dessa luta. As atividades pedagógicas mediadas com as crianças são principiadas nas práticas de coletividade, dentro da realidade do acampamento ou assentamento, fazendo com que as crianças tenham a condição de viver coletivamente, valorizando as suas inter-relações e lutando pela terra (MORAES, 2010). Assim, existe uma necessidade de maiores estudos voltados para as populações camponesas, para os Movimentos Sociais que militam pela garantia de acesso à terra, como também a valorização da criança Sem Terra, que dentro dessa conjuntura estão sendo alfabetizadas em um modelo de ensino urbanizado e, por muitas a sua cultura e subjetividade são violadas.

Referencias

- BARROS, M. R. S. Os Sem terra: uma história da luta social no Brasil. (1981-2012). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Ceará (Faculdade de História – UFC), Fortaleza. (2013).
- BRASIL (1988). Constituição federal de 1988. Fonte: Planalto. gov.
- CALDART, R. S. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, 2001.
- FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. *OSAL, Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires, CLACSO, ano IX, 24, 2008.
- GÓIS, C. W. L. *Noções de Psicologia Comunitaria*, Ceará, Edições UFC. 1993.
- LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para Psicologia. (2006). In: LANE, S. T. M.; COLDO, W. (Orgs). *Psicologia Social: O Homem em Movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- MORAES, E. M. A infância pelo olhar das crianças do MST: ser criança culturas infantis e educação. Dissertação (mestrado em educação) Universidade Federal do Pará (Faculdade de educação, UFPA), Belém. 2010.
- SOUZA, A. S. A. A Saúde na perspectiva sócio-política: pesquisa ação participante na comunidade da Terra Irmã Alberta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 2012.



GT30: Políticas de Identidade em tempos de fundamentalismos, neopropolítica e vidas precárias

“Essa é a minha identidade”: mulheres muçulmanas brasileiras e o sofrimento sociopolítico

Autor: Camila Motta Paiva (USP)

Propõe-se, para esta comunicação, concentrar a atenção sobre as mulheres muçulmanas brasileiras, vozes ainda consideradas subalternas (Spivak, 2010). Barbosa (2017), baseada nesta ideia, perguntou se poderiam as mulheres muçulmanas falar; aproveitei-me da questão e questionei se elas poderiam falar sobre sexo em minha dissertação de mestrado; agora questiono se elas podem falar sobre as diversas dimensões dos seus sofrimentos em minha pesquisa de doutorado. Portanto, além do marcador religioso, também é feita uma análise de gênero. Parte-se do princípio de que, assim como dentro da temática da sexualidade os corpos das mulheres muçulmanas são tratados como menos importantes, também parece haver formas de sofrer mais reconhecidas do que outras, o que frequentemente coloca as experiências de subjetivação das mulheres muçulmanas no campo da invisibilidade. Devido ao desconhecimento e ao reforço de estereótipos e de distorções, o Islã é uma religião frequentemente tomada de forma equivocada como uma ameaça: à segurança, aos direitos humanos e a igualdade de gênero. Se sabemos que as mulheres todas sofrem desvantagens diárias pelo fato de serem mulheres, as mulheres muçulmanas encaram múltiplas dificuldades por serem mulheres e muçulmanas - e quem está inserido em campo islâmico vê que resistir é um ato cotidiano que rege a vida de muitas delas. Ainda hoje, sabe-se que muitas vezes as mulheres muçulmanas são deslegitimadas dentro de diversas discussões sociais, especialmente em se tratando de muçulmanas que fazem uso do hijab, o véu islâmico. É impossível não citar o já clássico trabalho da antropóloga Lila Abu-Lughod (2013), que questiona: afinal, as mulheres muçulmanas precisam de salvação? De acordo com a autora, como os muçulmanos são frequentemente representados como ameaça, isso faz com que se pense que é necessário resgatar estas mulheres de suas próprias vidas, de seus próprios contextos. Isso é totalmente problemático porque adotar essa postura salvacionista significa tomar alguns valores e condutas como superiores a outros. Que violências estão associadas a isso, e quais presunções estão sendo feitas sobre a superioridade daquilo para o qual você a está salvando e sobre a inferioridade daquilo do qual ela deve ser salva? É interessante refletir sobre um dos principais ataques direcionados às mulheres muçulmanas: “volte para o seu país”, algo muito relatado também pelas minhas interlocutoras que são, em sua grande maioria, brasileiras nascidas e criadas no Brasil. Abu-Lughod alerta que há pouca tentativa de enxergar as particularidades das comunidades muçulmanas: o Islã não está confinado a uma sociedade ou apenas uma tradição cultural, está espalhado, tem abrangência mundial, mas segue-se tentando entender o Islã (e as mulheres muçulmanas) como algo monolítico, estanque. A autora jocosamente coloca que o Islã não é um lugar de onde a pessoa vem: “não existe uma islamland” (2013, p. 69)... ou seja, frequentemente tenta-se desprivilegiar a mulher muçulmana também por um uso pervertido do marcador étnico-racial, que se soma à gênero e à religião. Esse discurso revela um forte desejo de considerar esses muçulmanos e muçulmanas como cidadãos ilegítimos: se eu os enxergo como estrangeiros distantes, que nada têm a ver comigo e meus valores, forja-se esse afastamento, pretende-se estabelecer essa fronteira. Cristina, uma das minhas interlocutoras de pesquisa, escolhe se apresentar da seguinte forma: “eu sou muçulmana, brasileira, estudante, trabalhadora, esposa, mãe”. Percebe-se em sua fala que ela defende a importância de demarcar as especificidades de ser muçulmana e ser brasileira, ou seja, ser muçulmana brasileira – não de origem árabe ou outra. A fala da interlocutora nos ajuda a entender o papel da etnicidade na construção e consolidação das identidades das mulheres muçulmanas. Em tom político, ela chama nossa atenção para um olhar social que preze pela interseccionalidade, que possa abranger todos os seus diversos pertencimentos para valorizá-la e não para desprivilegiá-la. Evidencia-se que mulheres muçulmanas não querem ser vistas como vítimas e não precisam ser salvas dos homens muçulmanos, nem de sua religião nem de suas culturas. Pelo contrário, querem ser reconhecidas em sua posição de mulher e de muçulmana, de mulher muçulmana, cada qual a sua maneira, mas possuidoras de agência e protagonistas de suas vidas. Percebe-se que a colonialidade ocidental, o feminismo “ocidentalocêntrico” e as interpretações machistas são exemplos dos “diversos abismos opressivos” que estão no caminho cotidiano das mulheres muçulmanas (GROSFUGUEL, 2014). Assim, exige-se um refinamento cada vez maior em direção a uma

decolonialidade para que se possa desviar do etnocentrismo rumo à validação das pautas, das lutas e das próprias vidas dessas mulheres, superando os julgamentos que são constantemente reproduzidos sobre elas. Nesta comunicação, portanto, tecerei alguns comentários sobre as experiências de mulheres muçulmanas brasileiras no que diz respeito ao sofrimento, especialmente sociopolítico, tomando como base os meus diálogos com elas, a minha inserção etnográfica presencial em uma mesquita da cidade de São Paulo e notas da minha etnografia virtual, elementos que compõem os meus últimos três anos de experiência nos complexos emaranhamentos do campo islâmico brasileiro.

A constituição da subjetividade feminina: a produção de territorialidades

Autor: Emanuelle (Univiçosa)

Coautor: Emanuelle (Univiçosa)

Esta pesquisa tem como tema a constituição da subjetividade feminina, a qual se propõe a apresentar como têm sido engendradas as vivências do feminino a partir de certos territórios, sobretudo, a raça, idade, classe social e o espaço urbano e rural. Desta forma, a pesquisa teve como objetivo possibilitar um breve percurso do contexto histórico do processo de subjetivação feminina, além de analisar tal processo com base na interseccionalidade, a fim de evidenciar as territorialidades decorrentes deste entrecruzamento. Portanto, entende-se que o estudo das territorialidades no feminino refere-se às vivências destes sujeitos frente a sua realidade, permitindo investigar seus movimentos. A territorialidade reflete a multidimensionalidade do vivido territorial, pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. As etapas desta pesquisa se deram da seguinte forma: foi realizado o levantamento bibliográfico a partir de estudos contemporâneos que contemplam um arcabouço considerável sobre o contexto histórico sobre a constituição da feminilidade. Nota-se como se naturalizou a noção de homem, afinal, foram eles que estiveram à frente da construção dessa história, escreveram suas experiências como algo universal e a história das mulheres desenvolveu-se a partir de suas representações, constituindo-se a margem da daquela. Posto isso, compreende-se que há uma hierarquia que circunda o feminino e o masculino, e nessa relação de poder de modo que as mulheres são inferiorizadas. A diferença entre os sexos viabiliza a desigualdade e anuncia o privilégio do modelo masculino. Essas desigualdades podem ser percebidas nos simples gestos, comportamentos ou as tarefas ditas femininas, que são transmitidas aos filhos desde a infância. Assim, desde a época do século XVIII e XIX propagavam-se um discurso que possuía como tentativa de adequar as mulheres à determinadas características, restrições e funções que, além de colocá-la em posição inferior, estabelecia a ideia de feminilidade. Observa-se como a feminilidade foi associada à inferioridade, o que se constituiu e nos foi sendo transmitido. Conquanto, feminilidade é compreendida enquanto um conjunto de características próprias das mulheres, vinculadas a aspectos do corpo dessas e a particularidade de procriação. Devido a essa capacidade institui-se o lugar social da mulher – a família e as funções domésticas – o que atribui somente um caminho para as mulheres, a função de ser mãe. Frente a isso, deseja-se que a mulher corresponda a sua única função natural, regozijando e explorando qualidades próprias da feminilidade, qualidades essas que foram constituídas socialmente em cima de aspectos biológicos. Em suma, consta-se que propagar a ideia de uma essência feminina, só reforça os males que acompanham tal perspectiva, pois as imposições sociais colocam limites na vida de inúmeras mulheres. É necessário que haja reflexão e questionamento de todos os papéis que são impostos contendo uma justificativa de gênero, tendo em vista que são eles os responsáveis por sustentar uma sociedade patriarcal. A partir das referências levantadas compreende-se que a constituição subjetiva abrange experiências individuais e coletivas, a partir de agentes históricos, sociais, políticos, institucionais e outros. Os territórios podem se identificar como espaços ou concepções simbólicas culturais e sociais que constituem a realidade do sujeito, portanto, instigando-nos a pesquisar a partir deles, a percepção que as mulheres detêm sobre sua condição feminina. Portanto, a interseccionalidade entre o feminino e a raça e etnia, classe social, espaço urbano e rural, idade, é por entender que a produção subjetiva não ocorre da mesma forma para todos os sujeitos. De modo geral, raça, gênero, classe, etnia são tomadas como principais devido suas naturalizações e por serem atribuído um destino biológico a determinados grupos. Sendo assim, as categorias devem ser escolhidas a partir do público em discussão, já que para certos grupos existem situações históricas específicas que implicam em categorias que sejam mais importantes que outras na construção de posições. A interseccionalidade permite, com isso, pensar a subjetivação, recuperando as experiências dos grupos subordinados e das relações de poder que enfrentam em diversos contextos sócio históricos. Mais claramente,



demonstra como as classificações sociais incidem sobre as experiências de determinados grupos. Em um segundo momento, este estudo contou com a pesquisa de campo, cujo delineamento metodológico é de abordagem qualitativa do tipo exploratória. Para coleta dos dados foi utilizada a entrevista semi-estruturada, com mulheres na faixa etária de 18 a 40 anos e vinculadas à Faculdade de Ciência e Tecnologia de Viçosa. O recorte feito com relação ao público da pesquisa é em razão à acessibilidade para as entrevistas. A pesquisa foi apresentada ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da faculdade referida. Após sua aprovação, 30 mulheres foram convidadas para compor a amostra de nosso estudo. As participantes foram informadas sobre o objetivo da pesquisa e aquelas que confirmaram o interesse, assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para sua participação. A entrevista foi elaborada de forma a contemplar perguntas referentes às categorias propostas e que investigassem a concepção que as entrevistadas tem sobre o que é ser mulher na conjuntura brasileira, local. Para a análise de dados que serão obtidos por meio da entrevista, será utilizada a análise de conteúdo. Na apuração dos dados será realizada a classificação por temas ou categorias a fim de compreender o conteúdo dos discursos.

Aprender a ler e a escrever na idade adulta: Um ato de resistência e desejo de emancipação e autonomia em meio a um ambiente neoliberal

Autor: Alfredo Cesar da Veiga (PUC-SP)

O presente texto aborda a temática da alfabetização na idade adulta e pretende suscitar reflexões pertinentes tanto com o momento histórico nacional, de esvaziamento do papel da educação para promover a autonomia e a consciência crítica, quanto com o eixo temático do Congresso da Abrapso de 2019, Políticas de Identidade em tempos de fundamentalismos, necropolítica e vidas precárias. Nesse sentido, o texto pretende contribuir para pensar a alfabetização adulta, reconhecendo ser esse, antes de tudo, um problema social que subjuga o sujeito e destrói toda possibilidade de transitar entre as diversas atividades possibilitadas pelo convívio social. De fato, coisas simples para aquele que lê, como pegar um ônibus ou conferir mensagens no celular são, para aquele que não sabe ler, obstáculos gigantescos. Por outro lado, quando alguém se decide pela alfabetização, não se deve desprezar o fato de que uma atitude como essa representa tanto um ato de resistência quanto um desejo de emancipação. Resistir a quê e emancipar-se do quê, são questões que permeiam o presente artigo.

Além de tecer essas reflexões, o texto tem o objetivo, ainda, de contribuir para o debate contemporâneo sobre o papel das emoções para a aprendizagem da leitura na idade adulta, e para isso, parte do princípio de que escrever e ler não são apenas processos mecânicos, desprovido de sentido, mas forças que despertam a sensibilidade e a percepção de si. Sem isso, a escrita será fria e monótona, a leitura, alguma coisa sem a força da expressão de si mesmo, nascida da experiência de vida do sujeito.

O texto é fruto de reflexões que foram sendo feitas a partir da pesquisa para doutorado em Psicologia Social, na PUC-SP, com apoio da CAPES e fala do emocionar como ingrediente imprescindível na alfabetização do adulto e sua constituição como sujeito. O projeto de pesquisa para o doutorado tem como base epistemológica a teoria de identidade, compreendida por Ciampa (1987) como metamorfose, a fim de tentar entender os mecanismos envolvidos na formação da identidade de leitor. Por outro lado, o texto pretende apontar a existência de mecanismos que se aglutinam a fim de obscurecer e até mesmo impedir esse vir-a-ser que caracteriza o processo identitário e, com destaque principal, o sistema neoliberal, conhecido por estrangular toda possibilidade emocional de ser.

A metodologia utilizada para o trabalho está assentada em um tripé: A pesquisa-ação, o relato de história de vida e o Método Paulo Freire. Na pesquisa-ação, o pesquisador está envolvido no estudo que realiza ensinando dois adultos a ler e a escrever através do Método Paulo Freire. Por sua vez, Freire compreende o relato de história de vida como o grande aliado na alfabetização. A escrita é a forma estruturada do pensamento, é o registro visível da história contada, através dela o alfabetizando vai assumindo, gradualmente, "a consciência de testemunha de uma história de que se sabe autor" (2016, p. 39).

Neste texto será apresentada a reação de uma das entrevistadas quando, sem atinar muito para isso, reproduz, em sua fala, um sistema que a oprime ao exigir que a maior parte de seu tempo fique comprometida com trabalhos mecânicos, monótonos e enfadonhos, que dispensam criação e criatividade, apontando, em última análise, para uma distância abissal entre conhecimento e experiência, que marca a sociedade ocidental contemporânea.

O contexto capitalista molda a vida de acordo com a direção que toma o dinheiro e o lucro, imputando, assim, uma separação entre casa e trabalho; casa, como o espaço que evoca o "lugar" emocional; trabalho, como o



“lugar” da racionalidade, que separa a ação do sentimento. A economia capitalista, portanto, retirou do trabalho a possibilidade da emoção quando subtraiu do trabalhador o tempo, antes cíclico, baseado nos compassos da natureza, como o nascer e o pôr do sol, o cantar das aves, os ritmos das estações, por um outro, retilíneo, marcado pela rotina, um tempo que não pertence mais àquela família que se ocupa de seu trabalho. Com o advento da indústria, esse tempo passa a pertencer ao proprietário ou chefe da empresa e, contíguo a isso, se criam teorias para sustentar as “virtudes” da rotina para a produção em massa. É nesse contexto que o dinheiro foi, pouco a pouco, reconfigurando as relações humanas, de modo que se pode falar em uma “subjetividade contábil”, ou uma subjetividade forjada pelo capital.

Quando pois, o capitalismo incentiva que empregados sejam alfabetizados, ao menos em seus rudimentos, está implícito, nessa intenção, seu lado perverso, uma vez que não se pode colher lucros e dividendos sem que empregados saibam fazer contas, classificar os objetos que produz ou ler as instruções para melhor montar uma peça que será depois comercializada. Porém, em muitos casos, se exige deles que sejam alfabetizados apenas em números, e não necessariamente em letras. A maioria, senão a totalidade dos adultos a serem alfabetizados, chega aos cursos de alfabetização nessa condição, sabem bem ler números, mas sem conseguir ler e decifrar letras e palavras, já que o mundo que os cerca, desde muito cedo, os coloca em contato com números, adições, multiplicações. Uma das entrevistadas, perguntada sobre como se locomove na cidade, uma vez que não sabe ler os itinerários escritos na parte frontal dos ônibus, diz que lê os números, pois os conhece bem. Outro confessa a dificuldade em ler palavras, mas não em ler números, pois aprendeu em seu ofício de pedreiro a medir as quantidades exatas de cada ingrediente necessárias para fazer uma massa de cimento ou saber quantos tijolos serão necessários para fazer uma parede.

A vingança dos alfabetizados surge de três formas: Primeiro, ao tomar espaços negados, em seguida, de se sentir capaz e, finalmente, e talvez mais importante, de tomar posse da própria autonomia. Nesse quesito, o neo-alfabetizado tem uma verdadeira explosão de emoção, e não é para menos. Se antes dependia dos outros para ser, agora, se torna dono do seu próprio destino. Sabe ler por si mesmo todas as indicações que lhe mostram quais caminhos decide andar. Poder simplesmente ler os sinais indicativos nos pontos de ônibus significa conseguir tomar conta de si mesmo, de ter a liberdade de decidir qual caminho seguir mas, mais importante ainda, de ter coragem de ir mais além, sobressaltando barreiras que, no início, pareciam gigantescas e intransponíveis!

As (de)formações das Metamorfoses no Mundo da Vida: as psicopatologias da razão na perspectiva da Psicologia Social Crítica

Autor: José (UFC)

Com o presente trabalho, problematizamos as psicopatologias enquanto condições de experiência humana estruturadoras de modos estáticos de viver, que (de)formam vidas humanas, pelas normatizações sistêmicas do capitalismo. Especificamente, discutimos as (psico)patologias como políticas de identidades, materializadas nas garantias e/ou privações de direitos, formas de reconhecimento e (in)viabilizações de projetos de vida emancipatórios. Com base nas discussões recentes de Lima (2017), de sua pesquisa “Coisas Frágeis”, problematizamos factas das psicopatologias para além das semânticas e dos sentidos de sofrimento psíquico. Questionamos o quanto diagnósticos de transtornos mentais agenciam a produção de formas de reconhecimento social que pervertem as possibilidades de construção de novos projetos de vida ou, até mesmo, a superação das condições de sofrimento psíquico. Precisamente, cada diagnóstico de psicopatologia garante a manutenção de uma política, seja pela valorização do orgânico em detrimento dos problemas psicossociais, seja na manutenção de formas de administração social, especialmente na (in)viabilização de direitos de assistência social ou no fortalecimento de mecanismos de controle da vida. As condições propícias para (de)formações das metamorfoses pelas normatizações da psicopatologias são consubstancializações das racionalidades instrumentais que interferem na esferas simbólicas do mundo da vida cotidiano. Especificamente, os princípios instrumentais da eficiência e do lucro retardam as significações das histórias de vidas das identidades, e por consequência as possibilidades de construção de novas personagens enquanto materialização de novas formas de vidas para com o mundo. Como consequência dessas consequências da modernização social do capitalismo contemporâneo, as vicissitudes e intermitências da experiências humana dos indivíduos, como sentimentos, afetos e valores, são moldadas por formas de objetividade, sobretudo para seu controle e administração através da efetivação do pensamento técnico-científico na cultura. Para além do pade-



cimento psíquico ou sofrimento de indeterminação, cada psicopatologia, ou transtorno mental, demarca modos fixos de viver, sem os quais não se viabilizam o reconhecimento do sujeito e, conjuntamente, seus direitos sociais; sobretudo, ajustando os indivíduos aos padrões de normalidades/normalização vigentes, para além de seus projetos e vontades particulares. Quando a diferença e a alteridade surgem em meio a formas de racionalização objetivista, as estratégias de intervenção sistêmicas produzem discursos que explicam o inusitado pela “anormalidade”, ou seja, pela patologização e estigmatização, os próprios pressupostos de intersubjetividade do mundo da vida sofrem as mesmas interferências instrumentais que os processos de racionalização social moderna tendem a capturar a vida humana pelas padronizações estáticas das psicopatologias e seus diagnósticos. Partimos do referencial teórico-metodológico do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação (CIAMPA, 2005; ALMEIDA, 2005; LIMA, 2010) e da Teoria Crítica da Sociedade (HABERMAS, 2012a e 2012b; HONNETH, 2007, 2008 e 2009). Ao discutir as psicopatologias, o sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação questiona as dimensões éticas e políticas dos diagnósticos na produção de formas de vida na cultura pela produção de novas perspectivas de sociabilidade na esfera pública. A pragmática de cada vida humana materializa ideologias hegemônicas de uma sociedade e cultura, especialmente por cada subjetividade participar da dinâmica de administração e controle social agenciada pelos pressupostos de intersubjetividade; sobretudo, quando as formas de solidariedade do mundo da vida cedem lugar para regulações funcionais sistêmicas de normatização social, especialmente pelas normatizações administrativas das identidades quando as psicopatologias exercem suas formas de poder e legitimação. Para tanto, os fundamentos normativos da sociedade, discutidos na obra habermasiana, indicam os pressupostos intersubjetivos da sociedade, produtores de racionalizações patológicas que funcionalizam as relações, especialmente por princípios econômicos e burocráticos de poder e eficiência. As psicopatologias modernas são resultados das relações de concorrência entre o Mundo da Vida e organizações sistêmicas que interpelam as subjetividades a se adequarem às normatividades vigentes na esfera pública. Trata-se da colonização do Mundo da Vida cotidiano, quando o capitalismo impõe processos de racionalização instrumental que sufocam ou reprimem as construções racionais dialógicas dos indivíduos com as esferas de significação do Mundo da Vida. Na crítica das estratégias de intervenção sistêmicas, trabalhamos com Honnet a gramática moral de relações sociais, que viabilizam o reconhecimento social dos pressupostos de intersubjetividade da cultura. Ou seja, a Teoria Crítica da Sociedade procura diagnosticar as esferas de sociabilidade, seja na condição subjetiva individual, seja nos pressupostos intersubjetivos da cultura, ambos deformados e interceptados pelos modos de racionalização objetivista do capitalismo tardio. Sobre nossos aspectos metodológicos a crítica pela Reconstrução norteiam nossa investigação: ora, com narrativas de história de vida, reconstruiremos metamorfoses que evidenciem deformações de projetos de vida em função das intervenções do capitalismo; ora, reconstruiremos os enunciados da Psicologia Social Crítica e da Teoria Crítica da Sociedade, para uma crítica da racionalidade instrumental nas psicopatologias contemporâneas. Assim, ensaiaremos discussões sobre as deformações sofridas pelas metamorfoses pelas intervenções sistêmicas, ou seja, problematizamos a condições de construção e transformações da identidade em sua metamorfoses no mundo da vida (Souza Filho, 2017). As discussões tecidas constituem os trabalhos em andamento de uma pesquisa de doutoramento vinculado ao PARALAXE: Grupo Interdisciplinar de estudos e pesquisas em Psicologia Social Crítica. Agradecemos a CAPES pelo financiamento da presente pesquisa.

Formas de controle e administração biopolítica das Coisas Frágeis: apontamentos teórico-metodológicos

Autor: Aluísio Lima (Universidade Federal do Ceará)

Essa proposta de apresentação oral, que alinha-se ao GT30 Políticas de Identidade em tempos de fundamentalismos, necropolítica e vidas precárias, sobretudo no que se refere ao interesse pelo debate da “existência de indivíduos socialmente penalizados, condenados apenas a manter uma vida marcada por sofrimentos e destituída de qualidade, dignidade, respeito, direitos etc., ou seja, de uma vida precária”, tem como objetivo apresentar a maneira como diferentes narrativas de história de vida, trabalhadas no projeto “Coisas Frágeis: narrativas sobre experiências de sofrimento e os efeitos dos enquadramentos psi”. Proposta registrada na Plataforma Brasil (CAAE: 53338416.0.0000.5054), aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Ceará (UFC) em 18/03/2016 (parecer n. 1.457.037), contemplada pelo Edital de Bolsas de Produtividade do CNPq (Edital PQ 2015) e renovado pelo Edital de Bolsas de Produtividade do CNPq (Edital PQ 2018). Nesse projeto procurei com-



prender, por meio de narrativas de história de vida de pessoas maiores de 18 anos, de diferentes interseccionalidades (gêneros, classe, raça, idade etc.), residentes na cidade de Fortaleza-Ceará, que em algum momento de suas vidas tiveram experiências de sofrimento e performatividades não desejadas enquadradas pela tradução e redução de suas narrativas pelos saberes psi, as implicações do diagnóstico psiquiátrico para as metamorfoses da identidade de indivíduos que viveram/vivem a experiência de sofrimento mental. Isso, por sua vez, implicou: a) na discussão das implicações do diagnóstico psiquiátrico para a identidade, enquanto prática de reconhecimento que produz e/ou legitima a representação de uma personagem; b) na descrição de como ocorre o processo de redução da identidade da pessoa com diagnóstico psiquiátrico e sua função enquanto condição para a inclusão nos serviços de saúde mental; c) na identificação de novas formas de controle e administração biopolítica por meio de estigmas, da violência ética e da medicalização; d) na análise das diferentes tentativas de resistência por parte daqueles que foram diagnosticados em algum momento de suas vidas. O marco teórico que mobilizou as alternativas da abordagem metodológica que tinham como base a análise das narrativas de história de vida foi pautado na apropriação e articulação dos estudos acerca da identidade metamorfose e reconhecimento em Psicologia Social Crítica, sobretudo as reflexões de autores da chamada Teoria Crítica contemporânea (identificada aqui como composta sobretudo pela escola de Frankfurt, mas incorporando a produção contemporânea de Judith Butler, Slavoj Žižek e Giorgio Agamben, entre outros). Para tanto, foram convidados a participar da pesquisa. A apropriação da narrativa de história de vida como método mostrou-se imprescindível para acessar diferentes narrativas de história de vida e identificar como os diferentes enquadramentos e traduções das experiências de sofrimento, são instaladas e normalizadas. Evidenciando uma aplicação de diagnósticos, enquadramentos e medicalização que funcionam de forma instrumental e desconectada das condições de existência das pessoas. É possível dizer que os enquadramentos contemporâneos, operacionalizados por categorias clínicas, sobretudo aqueles produzidos pelos saberes psicológico e psiquiátrico, tratados aqui como "saberes psi", resultam na captura de determinadas performatividades das metamorfoses dos sujeitos ao longo de suas vidas e "fabricam" personagens reconhecidos como se fossem suas "verdadeiras" identidades, em um processo de redução das infinitas possibilidades de existência aos códigos de uma nosologia. O projeto "Coisas Frágeis" têm permitido a análise dos efeitos dos enquadramentos resultantes dos saberes psi nas metamorfoses identitárias e a sua relação com a administração biopolítica e (re) produção das formas de vida. Isso porque as diferentes formas de sofrimento pessoal, resultantes das formas de abandono, desrespeito, violência, que acabam por gerar um sofrimento de indeterminação, são direcionados, devido a popularidade e hegemonia dos discursos psis, para a avaliação psicológica ou psiquiátrica e reduzidos a um diagnóstico. Estas narrativas também têm oferecido a possibilidade de compreensão das resistências, disputas, rupturas e poéticas da existência, expressam também, na própria performatividade das metamorfoses, uma forma de contestação das normatividades e administração social. Sobretudo nos movimentos libertadores observados na relação de alguns participantes da pesquisa com o diagnóstico, onde determinados sujeitos, ao questionarem a validade e justificação dos diagnósticos, puderam fazer um balanço de suas vidas e retomar seus projetos pessoais, que foram se perdendo ao longo de suas trajetórias. De todo modo, percebe-se nas narrativas analisadas que a forma de controle e administração biopolítica, que outrora funcionava a partir da exclusão por meio de estigmas, da violência ética e da medicalização, nas coordenadas atuais do capitalismo, tem se utilizado dos diagnósticos como para incluir e incorporar os desvios ao seu modo "normal" de funcionamento, ou seja, como formas de vida. A partir dos enquadramentos psis as pessoas agora são consideradas produtos, contribuintes ativos, consumidores de mercadorias (principalmente medicamentos) e serviços; representantes de uma cidadania fraca, que os tornam usuários (dependentes) dos serviços de saúde mental e demais acompanhamentos liberais de "tratamento". O próprio ritmo do consumo, cada vez mais marcado pelas tecnologias, é inseparável das exigências de autoadministração contínua. Assim como a maneira como os padrões de consumo gerados pelas mídias e produtos de comunicação estão presentes em quase todas as esferas da vida se reflete na produção alucinante de mercadorias pela indústria farmacêutica.



Fundamentalismo religioso, estado de exceção e necropolítica: autoritarismos e políticas de morte como projetos de sociedade

Autor: Raul Alves Barreto Raul Alves (PUC/SP)

A proposta desse trabalho é trazer algumas reflexões e provocações em torno da presente conjuntura política pensando sobre o fundamentalismo religioso como um importante fator mediador da visão de mundo, das relações sociais e dos projetos de governo e sociedade. A atual conjuntura social e política tem cotidianamente apresentado suas inúmeras formas de funcionamento sombrio, sendo muitos os pilares regressivos que sustentam ideologicamente esse projeto de governo. Dentre eles, podemos elencar a lógica neoliberal que, por si só, sinaliza o retrocesso, a retirada de direitos e a ampliação das vulnerabilidades e desigualdades sociais, recaindo de forma pesada e massiva sobre a população mais pobre do país, justamente a qual mais necessita de intervenção e proteção do Estado; temos também a lógica paranoica e maniqueísta que, em sua perversidade cultural e individualmente patológica, ataca exaustivamente as diferenças e diversidades, revelando seu caráter marcadamente anti-civilizatório; temos o fundamentalismo religioso – esmagadoramente cristão –, como sendo um fator marcante e fortemente presente no discurso coletivo, o qual media uma visão de mundo que, em sua radicalidade, se apresenta impositivamente por meio da intolerância e do ódio para com as representações que destoam de modelos hegemônicos e idealmente homogêneos de ser e existir; em suma, contra qualquer existência idenditária que se revele divergente da normatividade cultural, mesmo que tal pretensa homogeneidade, compreendida de forma universalizada, se apresente mais em termos de ideal e fantasia do que em uma realidade concretamente alcançável e vivida. Esses processos de desumanização, contudo, se revelam de formas em que comportam complexidades e ambiguidades que merecem atenção, uma vez que, penetrando nos espaços decisórios e de atuação nas políticas públicas, essas vertentes ideológicas se presentificam em suas articulações reacionárias e destrutivas. Um primeiro apontamento que evidencia tal ambiguidade se revela nas tratativas adotadas pelas práticas fundamentalistas religiosas para com as desigualdades sociais. Há a primazia nesses discursos, entrelaçados com o pensamento liberal, de que existe uma lógica de merecimento em que determinadas condições e sofrimentos apenas existem, numa compreensão meritocrática, de que certas pessoas apenas se encontram em tais situações em função da ausência de maiores esforços individuais para superá-las. É como se fosse algo inerente dos indivíduos, os quais, em função de sua cosmovisão, voluntariamente quisessem e desejassem se encontrar em situações de opressão, violência, pobreza e vulnerabilidade. A meritocracia romantiza o sofrimento, suaviza as violências e, em geral, se autoexplica tomando as exceções em detrimento das regras. Essa mesma ideia está subjacente ao pensamento neoliberal, o qual acirra e legitima as desigualdades sociais. Complementarmente, e recorrendo às reflexões de Martin Baró, temos ainda a presença do fatalismo, o qual, nessa lógica apresentada, pode sim ser internalizado e se expressar nos discursos e experiências das pessoas em situação de vulnerabilidade social, uma vez que se desenvolvem socialmente compreendendo que determinadas situações que vivenciam estão dadas, são naturais, e pertencem e são reguladas por uma ordem divina, logo, nada há o que fazer para alterar tais realidades, pois, “a vida é assim mesmo”. Entretanto, sabemos que os sistemas de conhecimento e saber, no uso dos seus dispositivos de poder e dominação, sustentam essas ideias fatalistas a fim de que se preserve uma conformação e naturalização das vulnerabilidades e violações de direitos, inclusive, dificultando que sejam compreendidas como tais, já que fazem parte de um ordenamento imutável e a-histórico. Ainda sobre o funcionamento das tratativas pautadas no fundamentalismo religioso e suas fixações e conservadorismos, temos então uma grande ambiguidade que se faz presente quando as instituições religiosas se ligam constantemente para com a questão da pobreza, muito em função da própria história da religião enquanto instituição. Neste ponto, as condutas para com os ditos “menos favorecidos” são, em sua grande maioria, guiadas por uma perspectiva eminentemente assistencialista e caritativa. O que desejo refletir é que, em si mesmas, tais conduções não são contrárias às políticas públicas existentes, já que enquanto instituição outra e pertencente à sociedade civil, podem ser complementares. Contudo, o ponto de atenção trata-se justamente quando essa instituição massivamente se posiciona politicamente fazendo a defesa de um projeto de governo que sustenta a ideia um Estado mínimo com expressões autoritárias e policialescas, o qual tende a suprimir e dificultar o atendimento às classes socialmente mais baixas, como em relação às políticas públicas. Ademais, percebemos que esse neoliberalismo tal qual é defendido, de forma alguma faz a defesa das liberdades individuais uma vez que na prática, tende a demonizar, humilhar e perseguir expressões idenditárias e experiências que fujam de um ideal moral inscrito numa norma muito bem fundamentada nos estreitos códigos morais religiosos. Essa ambiguidade se faz visível quando a realidade concreta demonstra que essa dita

“liberdade” é reivindicada prioritariamente para o atendimento da lógica de mercado e dos interesses do capital, dinâmicos esses que se nutrem parasitariamente das desigualdades sociais que, para o “sucesso” desse modelo de sociedade, não devem ser superadas. Nessas contradições, se apresenta certa perversidade a qual aponta fortemente para uma necropolítica e uma política narcísica, já que parece indicar a necessidade de que haja pessoas vivendo em condições subumanas para que se possa realizar uma expiação individual, como se revelasse uma identificação com a pobreza no sentido de lidar com ela, mas sabendo que não se está na mesma condição de sofrimento: i.e., um lugar existencial o qual jamais se deseja habitar. É como se fosse necessário a existência e perpetuação dessas condições, afinal, na lógica fatalista, são configurações naturais, mas que podem ser remediadas pela benevolência caritativa que provê um sentido de santificação, engrandecimento, purificação e, por que não, superioridade pessoal. Esse tipo de expiação remonta à salvação que objetiva a vida eterna e não uma “salvação terrena” que possa superar as condições estruturais que produzem as desigualdades, e a partir dessas reflexões, aponta então para um profundo fetiche pela pobreza, o qual, obviamente não se dá de forma homogênea, já que dentro dessas perspectivas fundamentalistas, “salva-se quando necessita, higieniza-se quando se quer”, pois também causa repulsa, incômodo e raiva. Ao adotar uma visão de mundo que abarca unicamente as experiências pessoais, essas são transpostas e impostas fazendo uso do discurso meritocrático como fundamento para explicação e resolução dos problemas sociais. Esse estado dissociativo mostra de forma sombria que no fundo, não existe um projeto de emancipação humana considerando o desenvolvimento de autonomia e protagonismo, mas se apresenta quase como um darwinismo social atrelado a um complexo de superioridade o qual diz quando pode ou não intervir, e quem são os mais fortes que podem (devem e merecem) sobreviver. Aqui, os autoritarismos desnudam as formas em que a necropolítica se incrusta e se atualiza cotidianamente nas instituições, nos discursos, e nas relações sociais. No contexto que vivenciamos atualmente, o fundamentalismo religioso flerta de forma voraz com a intolerância, a indiferença, o ódio, a violência e o extermínio – simbólico e literal – das identidades e dos indivíduos. Fazer a defesa do desmonte das políticas públicas é fazer a defesa de um Estado regulado pela morte, ou melhor, pelo poder de decidir quando produzir vida ou morte. O cotidiano ilustra isso quando ouvimos quais têm sido as tratativas para com a população LGBTQ, a população negra, as mulheres, a população das classes mais baixas, a classe trabalhadora, a população indígena, a população quilombola, a população sem-terra, a população rural, as religiões de outras matrizes (como as africanas), a educação, a ciência, a saúde, a arte e cultura, a assistência social, a previdência social, os direitos trabalhistas, o meio ambiente, etc. Poderíamos ampliar essa lista ainda mais, considerando que inúmeros setores da sociedade estão sob forte ataque, alguns deles, em avançado processo de desmonte, situação que em breve pode cobrar sua irreversibilidade. As questões aqui postas estão longe de se configurarem de forma despropositada. Muito pelo contrário; elas revelam projetos de governo que atendem a uma elite econômica plutocrática, oligárquica e aristocrática, bem como ao capital transacional. Também seria incoerente declarar que os usos feitos por meio das instituições religiosas possuem inerentemente as intenções anteriormente narradas, afinal, grande massa da população brasileira concebe as concebe como importantes espaços de socialização, de espiritualidade e produção de sentidos na vida, mesmo que em muitos desses espaços ela seja ingenuamente levada a acreditar e perpetuar os discursos coloniais, moralizantes e autoritários da vertente fundamentalista, os quais colaboram para a manutenção e reprodução da lógica da exclusão, da marginalização e do extermínio. Finalizamos então retomando a noção de necropolítica que sustenta as práticas de um Estado de exceção, e do quanto ela está subjacente ao modelo de funcionamento atual em nosso país, o que atesta para o profundo nível de alienação social em que nos encontramos coletivamente, afinal, o cotidiano tem revelado como o discurso coletivo tem defendido e naturalizado as maiores barbáries que, sistêmica e dialeticamente, retroagem com força destrutiva no tecido social. Nesse momento em que se repudia o pensamento e o cultivo de uma consciência crítica, talvez tenhamos muito mais perguntas do que respostas, e o ato de questionar pode ser nossa movimentação mais imediata diante de tantas urgências que irrompem e nos atravessam.



Homem a homem: encontros de masculinidades.

Autor: Alessandro Campos (Unifesp)

A intenção é relatar o surgimento de um encontro exclusivamente de homens para pensar o tema das masculinidades na cidade de São Paulo. Esse é um relato de uma práxis. É considerar uma identidade política para propor uma política de identidade (Ciampa). Na nossa prática clínica alguns homens em seus processos terapêuticos percebiam que parte de suas angústias envolviam uma luta com uma identidade que já não fazia tanto sentido, onde uma masculinidade convencional e estereotipada (podemos reconhecer no conceito de masculinidade tóxica alguns desses elementos: ignorar sentimentos, culto à violência, sexualidade falocêntrica, idealização de atividades masculinas, intolerância à diversidade, superioridade masculina, etc) deixava de ser atraente, porém eles não tinham a menor ideia de como ser diferentes. Muitos eram incapazes de dizer exatamente o que buscavam, mas revelavam um enorme esgotamento físico e emocional e sabiam que o caminho que trilhavam em suas vidas não se dirigia para algo que valesse a pena continuar. Eles tinham a percepção que a vida que levavam como homens precisa ser revista. Entendemos nessa prática clínica que a vida dos homens é em boa medida governada pelo medo. As vezes medos objetivos e pontuais, dado em contextos concretos e explícitos, mas também alguns mais abstratos e confusos envolvendo idealização de desempenhos, expectativas inatingíveis e projeções angustiantes sobre o que “deveriam ou poderiam”. Falar sobre masculinidades é algo que vem se ampliando e exigindo, de quem assim o pretende fazer, crítica e posicionamento. Primeiro porque a questão de gênero permanecesse como algo urgente. Uma reflexão contínua e comprometida com o bem estar de todos os seres humanos. Coletivos e associações de mulheres, as pautas feministas e as estatísticas sobre violência contra a mulher não nos deixam enganar ou ignorar a necessidade de se continuar a trabalhar por igualdade entre gêneros. A questão é que entendemos que homens não podem mais esperar que mulheres lhes digam o que fazer para serem diferentes e melhores. Segundo, que tipo de olhar podemos ter sobre algo que pode despertar profunda desconfiança e dúvida? Afinal, o que significa uma reunião de homens para pensar sua condição masculina nos tempos atuais? Homens já se reúnem em tantos lugares, como em bares, nas quadras e campos de futebol, pra treinar, pra discutir projetos de trabalho, e tantos outros espaços e situações onde prevalece a presença masculina, então para que falar disso em outro momento?

As masculinidades são muitas e variadas. Não há masculinidade, mas masculinidades. É sempre plural e sempre performática (Butler). As masculinidades transitam pelas dimensões subjetivas da angústia. E caminham por especificidades com questões próprias comparadas às questões envolvendo masculinidades convencionais. Aqui convencional como sinônimo de conservação, da manutenção de um status social marcando a humanidade e seu ideal como sendo branco, heterossexual, cis, econômica e politicamente garantido em direitos (Faustino). A pluralidade sobre homens pode ser entendida por diferentes perspectivas, mas por onde quer que caminhemos nos deparamos com uma significativa produção de inquietação e conflito identitário. Envidenciamos a natureza política de uma identidade. Ainda que sempre precisemos considerar boa parte delas envolvendo dinâmicas de raça, orientação sexual, idade, classe social, etc., essas particularidades são produzidas em determinados momentos pelo que chamamos de alinhamentos e sobreposições. Alinhamentos em privilégios (como uma ontologia do que é o homem/masculino e conseqüentemente sua crítica) e sobreposições morais e de responsabilidades (o que pode esse homem e como existir). Isso indica então a necessidade de falar sobre masculinidades dentro de uma perspectiva complexa, sempre buscando diferentes ângulos. Pensamos que a importância de se estar em grupo ajuda a garantir uma pedagogia onde homens aprendem com outros homens e ensinam outros homens sobre masculinidades. Um espaço de partilha, confiança e respeito aonde é possível revelar contradições e vulnerabilidades. A potência dessa vivência indica uma ampliação da responsabilidade de cada um consigo mesmo, assim como com o entorno fazendo com o que a experiência no grupo acaba por afetar o cotidiano dessas pessoas para além dos encontros.

Cabe agora apresentar, de forma muito breve, um pouco do que foi e é a experiência do Encontro de masculinidades “Homem a Homem”. Foi inicialmente uma laboratório onde cada encontro durava em média cinco horas de duração. O primeiro ocorreu em agosto de 2017. Desde então já se foram dois anos... Por uma necessidade de brevidade aponto os seis primeiros temas e seus efeitos.

Tinha a seguinte chamada: “Encontros sobre masculinidades. O que homens tem a ver com isso?” Buscávamos em seguida compreender sua finalidade. Esses encontros surgem tanto pela necessidade de espaços queensem uma masculinidade mais propositiva, com melhor crítica do lugar que ocupam no mundo e entendimento de



suas contradições. Nessa proposta estamos interessados em buscar e cultivar comportamentos mais generosos, potentes e justos. Essa é uma iniciativa sobre o lugar político-existencial-afetivo do homem nos dias atuais. Uma convergência entre pensar-fazer-sentir com um método em espiral centrado nas masculinidades.

O trabalho aconteceu com cinco eixos interligados durante seis encontros mensais:

1. Gênero - que tem seu lugar de passagem pela política, ideologia e poder (atravessados por etnia/raça, classe social e orientação sexual). Que possamos desenvolver autonomia, maturidade, justiça e reconhecimento.
2. Sentidos – que tem seu lugar de passagem na identidade, metamorfose, angústia, auto-imagem. Que possamos desenvolver aceitação, lealdade, confiança e emancipação.
3. Saúde – que tem seu lugar de passagem pela sexualidade, prazer, erotismo, estética, relacionamentos, compromisso e cuidado. Que possamos desenvolver criatividade, iniciativa e responsabilidade.
4. Corpo – que tem seu lugar de passagem com presença, limite, intuição, descanso, disciplina, agressividade e territórios para ir além do herói e do patriarca. Que possamos desenvolver o bom combate, a malandragem e a cura.
5. Sagrado - que tem seu lugar de passagem no amor, memória, comunidade, espírito, humor e morte. Que possamos desenvolver uma apropriação crítica da tradição, reconhecer a ancestralidade, o pertencimento, partilha, projetos e sabedoria.

A metodologia é composta de duas partes. Uma inicial, sendo experimental, e que implica em uma vivência/dinâmica onde todos os presentes devem participar. o facilitador é sempre um provocador do grupo. A segunda parte, reflexiva e conceitual, propoe uma análise coletiva e compartilhada sobre a primeira parte, e se aplica aqui um esforço de uma praxis das referencias de cada pessoa no grupo.

O que nos parece importante nesse breve relato é saber que, como aponta a psicologia, reconhecer de diferentes formas a realidade, mas sabendo que ela é construída socialmente e localizada histórica, cultural e materialmente (Mol). Isso acaba por produzir um discurso que influencia e é influenciado por todos os atores do campo psicossocial. Portanto, é necessário pensar as questões sobre o (anti) essencialismo, o relativismo, o questionamento das verdades geralmente aceitas, as determinações culturais, a historicidade do conhecimento, a linguagem e o conhecimento como produção social. É isso também o que envolve pensar masculinidades. É possível outras formas de viver o ser homem.

Nesse sentido, propomos com tantos outros, uma crítica da masculinidade que apresenta seus riscos e enfrentamentos propícios ao debate. Como construir uma tradição crítica (reflexiva) das masculinidades? Ou ainda, como pensar a apropriação crítica de qualquer tradição? Há problemas que trazem para a discussão as narrativas de vida, de natureza identitária, cujo seus posicionamentos envolvem uma performatividade das muitas práticas desse saber. Afinal, o que queremos preservar e o que queremos transformar? Buscando dar conta dessas interrogações, qualquer encontro de masculinidades deve ter a preocupação em ser plural e aberto para todos que se autodeclaram homens, independente da masculinidade que se experimenta.

Identidade de gênero, performance e reconhecimento perverso: dos canais mandy candy e thiessita do youtube

Autor: Stephanie Caroline Ferreira de Lima

Este trabalho é desdobramento da pesquisa de Mestrado da autora, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), acerca das narrativas apresentadas nos canais Mandy Candy e Thiessita, ambos cujo roteiro, edição e divulgação é realizada pelas youtubers trans-femininas com a maior quantidade de seguidores do Brasil. Da década de 1990 em diante, a Psicologia Social tem problematizado discursos que reduzem as trajetórias de vidas trans a diagnósticos psiquiátricos, hormonização, procedimentos cirúrgicos e a uma suposta escolha individual, ao reivindicar a despatologização da transexualidade e da travestilidade, por compreendê-la como identidade política perpassada pelas desigualdades historicamente produzidas e que legitimam a cisheteronormatividade. Paralelo a isso, pesquisadores como Peter Dahlgren têm discutido acerca da reverberação da internet na sociedade, especialmente no que tange à esperança de que as mídias digitais pudessem, de algum modo, ter o impacto de fortalecer os ideais democráticos. Os objetivos desta pesquisa de Mestrado



foram discutir a militância online nos canais Mandy Candy e Thiessita; compreender seus posicionamentos ao se confrontarem com a heteronormatividade cissexista, enquanto relacionados à exposição de si e sua performatividade/performance nos vídeos; e compreender de que maneira as experiências das youtubers são oferecidas como referencial de estética corporal e ativismo para a audiência. Esta temática se alinha ao que será discutido no grupo de trabalhos “Políticas de Identidade em tempos de fundamentalismos, necropolítica e vidas precárias” devido à dialética entre identidade-reconhecimento e fetichização da exposição de si na internet, perpassada pela problematização quanto à representação glamourizada de si e à ilusão de representatividade oferecida pela plataforma. Além disso, tem como referencial teórico a Psicologia Social Crítica brasileira, em especial, estudos de identidade como metamorfose e luta por reconhecimento, de Antonio Ciampa, Juracy Almeida e Aluísio Lima; e a Teoria Crítica Feminista contemporânea, através dos estudos de Nancy Fraser e Judith Butler, que enfocam as condições de reconhecimento, a precariedade enfrentada por pessoas trans e os desafios da mobilização política contra as desigualdades de gênero, primando pela despatologização das identidades de gênero. No que se refere à ética desta investigação, fundamentamo-nos pela resolução nº 510/2016 do Comitê de Ética, amparada pela Lei de Acesso a Informação (nº 12.527/2011), as quais dispensam pesquisas dependentes exclusivamente de informações de acesso público da submissão ao Comitê de Ética. Foram analisados 15 vídeos, tendo em vista aspectos autobiográficos e imagéticos das narrativas, através da crítica imanente da apropriação de discursos de mobilização política LGBTQIA+ pelas empresas de comunicação online embasadas na lógica neoliberal. A publicização de suas trajetórias de vida possibilita discutir a exposição de si na internet como potencializadora do debate acerca do caráter político-ativista da identidade de gênero e mostrar o agenciamento da (in)visibilidade trans. Por outro lado, oferece elementos para a crítica da ilusão de simetria de poder amplamente defendida pelos monopólios empresariais, como a Google, proprietária do YouTube que alinha a lógica político-econômica neoliberal à pressuposição de fortalecimento da liberdade de expressão e diversidade identitária. Como resultado disso, vemos que o YouTube se configura como meio de transmissão e não de interação, por oferecer propagandas personalizadas e fetichizar as identidades ali existentes, produzindo um reconhecimento perverso embasado na inclusão pelo consumo e engendrada, assim como em outras mídias digitais, pela apropriação mercadológica das militâncias e dos ativismos, disfarçada de engajamento político.

Identidade de Mulheres Negras: Resistência e Enfrentamentos

Autor: Libna Raquel (Universidade Federal de Goiás)

Coautor: Fernando Paulino (UFCat)

INTRODUÇÃO

As mulheres negras estão no topo das estatísticas de feminicídios, violência doméstica e violência obstétrica, além de ocuparem lugares subalternos e desqualificados em todos os sentidos. Este trabalho justifica-se socialmente uma vez que a mulher negra vive uma realidade em que sofre constantemente os impactos de uma sociedade machista e racista. Portanto, pesquisar a construção da identidade de mulheres negras é de extrema relevância social, pois essas vivências causam inúmeros impactos em seu processo de constituição identitária. Nesse contexto, mulheres negras têm uma vivência duplamente oprimida. Assim, o presente trabalho foi desenvolvido no sentido de estabelecer uma relação entre os processos vivenciados por mulheres negras e os impactos de tais vivências em sua constituição identitária.

OBJETIVOS

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo compreender o processo de construção da identidade da mulher negra em suas vivências e relações cotidianas, buscando refletir os impactos causados por uma vivência duplamente oprimida. Tendo como objetivos específicos: a) investigar e refletir sobre o papel da mulher negra em suas relações cotidianas; b) analisar o processo de construção da identidade da mulher negra no interior de suas relações sociais: família, amigos, relacionamentos amorosos; c) identificar quais tem sido suas estratégias de enfrentamento e resistência frente ao racismo e sexismo.



RELAÇÃO COM O GT E EIXO TEMÁTICO

O trabalho estabelece relação direta com o GT: Políticas de resistência: gênero e raça como ferramentas para produzir enfrentamentos antirracistas e antissexistas, uma vez que apresenta as temáticas de gênero e raça como marcadores importantes na constituição identitária dos sujeitos. Além disso, a negritude e prática política é tida como uma forma de resistência e enfrentamento diante do processo de exclusão vivenciado.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

Ao falar sobre negritude e a condição da população negra no Brasil, é importante atentar-se ao conceito de raça, pois mesmo sendo refutado pela ciência, ainda gere o pensamento construído historicamente de uma “raça superior” a outra. Foi com base nessa ideia, que se passou a julgar características intelectuais, morais, culturais, estéticas e sexuais a partir da cor e dos fenótipos dos indivíduos. Nesse sentido, a população negra foi caracterizada como inferior a população não negra (MUNANGA, 2014).

Nesse sentido, Costa (1983) afirma que ser negro (a) é ser constantemente violentado por uma dupla opressão: a de se sujeitar e buscar meios para atingir o ideal, o padrão, a “brancura”, e por recusar, negar continuamente a presença de sua negritude. Além de violentada, outra situação comum a população negra é a exclusão. Os negros (as) vivem em seu cotidiano a condição de exclusão. Exclusão em todos os sentidos, político, cultural, educacional, condições construídas historicamente, que ainda hoje refletem nas estruturas da sociedade.

Mulheres negras sofrem com o racismo e com o sexismo, estando na base da pirâmide social, ou seja, enfrentam cotidianamente o sofrimento advindo de construções históricas que a colocam em uma posição de subalteridade que dita todas as suas maneiras de existência

Em relação à taxa de mortalidade da mulher, os dados do Atlas da Violência (2017) mostram que no período de 2005 a 2015 houve um aumento de 22% na taxa de mortalidade da mulher negra, totalizando 5,2 mortes para cada 100 mil mulheres negras, número considerado acima da média nacional, uma vez que a taxa de mortalidade de mulheres não negras teve uma queda 7,4 % no mesmo período. Com relação a mortes por agressão a mulher negra também ocupa o topo com uma taxa de 65,3 %.

Ao se falar em identidade, é necessário entender que a mesma se constrói e se modifica por meio das relações sociais. De acordo com Lane (1984/2012) ao se analisar o ser humano e sua identidade, é necessário considerar que este carrega consigo uma dimensão que deve ser considerada: sua condição social e histórica. A identidade metamorfose constrói-se a partir das relações com os outros, assim como das relações que se estabelecem com a sociedade.

A identidade da população negra é marcada por concepções construídas socialmente que a colocam como inferior, a partir de valores vistos como negativos. É uma população levada a negar seu próprio corpo, sua negritude, a fim de atingir um ideal, um ideal que é branco. Diante da impossibilidade de atingir tal ideal, restam-lhe duas possibilidades: submeter-se aos sentimentos de melancolia, perda da autoestima, sentimento de culpa, inferioridade, angústia, autodesvalorização, ou lutar em busca de novas saídas.

A segunda alternativa é a luta na busca por novos caminhos, através da militância e da luta política, como forma de transformar sua própria história, passando de antes mero personagem de uma narrativa contada por uma sociedade excludente, à autor e ator de sua própria história.

Diante disso, ainda é possível uma reconstrução subjetiva positiva. Esse processo pode ocorrer em diferentes espaços, que podem atuar tanto para exclusão quanto aceitação e ressignificação da pessoa negra, tais como: a família, a participação política, amizades ou relacionamento afetivos, o envolvimento com a luta racial (GOMES, 2003).

METODOLOGIA

A pesquisa é de abordagem qualitativa, a qual se aproxima do mundo dos significados. Assim, a metodologia qualitativa trabalha com as crenças, motivos, valores, questões que não podem ser reduzidas a operacionalização de variáveis, busca-se a compreensão particular dos fenômenos, sem se preocupar com a generalização e a previsibilidade dos fatos, seu foco são as vivências subjetivas e seus significados para o sujeito (MORATO, et al, 2009).

A pesquisa qualitativa não se preocupa com a representação numérica de participantes, mas sim com as particularidades de cada um. Preocupa-se com uma realidade social que muitas vezes não pode ser quantificada, não existe preocupação em medir os comportamentos e sim compreendê-los, trabalha com a ordem da vivência, da



experiência, crenças, valores, atitudes e hábitos. (MINAYO, 2001). A Coleta de dados foi feita a partir de entrevista não diretiva semiestruturada, e o método utilizado foi a história de vida, a fim de coletar informações sobre a história pessoal.

Foi realizada uma entrevista presencial semiestruturada com uma mulher de 21 anos que se autodeclara negra, a qual me refiro por Beatriz. A mesma cursa Geografia em uma Universidade Federal. A entrevistada foi previamente informada sobre as questões éticas e assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para realização da mesma. Além disso, a entrevista foi gravada e transcrita e o conteúdo foi revisado e aprovado anteriormente pela participante. A escolha da participante se deu a partir do histórico de lutas e participação nos movimentos sociais da Universidade

RESULTADOS

As identidades individuais são construídas e modificadas pelas relações sociais que ocorrem durante toda a vida do indivíduo através dos processos de socialização, no qual o sujeito interioriza e internaliza os valores que lhe são atribuídos através das instituições como: família, igreja e escola.

A partir da narrativa da história de vida da participante, foi possível evidenciar situações de: depreciação e negação do próprio corpo, hipersexualização e objetificação da mulher negra, além de sentimento de culpa e tentativas de suprir com as expectativas sociais sendo "a melhor". Questões como: solidão, afetos, auto estima, cabelos crespos e transição capilar também foram presentes em sua narrativa.

Foi a partir da entrada na Universidade, que Beatriz passa a ter consciência de sua negritude, se identificando como uma mulher negra. Esse processo foi fundamental em sua história, pois foi quando passou a se amar, se cuidar e criar estratégias de enfrentamento e resistência frente a todo processo histórico a qual vivenciou e vivencia.

Destarte, a prática política é entendida como meio de recuperar sua autoestima, e lugar privilegiado de construção e transformação de sua História. Sendo assim, construir uma identidade negra é um ato político.

No caminho dessa tomada de consciência de sua negritude, é necessário romper com o modelo que é considerado padrão, contrariando a identidade antes imposta. A construção de uma nova identidade possibilita a transformação de sua história individual, assim como de sua história coletiva, social e psicológica. Esse é o caminho percorrido por Beatriz, que está aos poucos, (re) existindo e construindo assim, uma nova história.

CONCLUSÕES

Constituir-se enquanto mulher negra nessa sociedade é um desafio, se posicionar neste espaço de fala, constitui-se como um ato político e ideológico, que mostra a nossa resistência frente a essa realidade muitas vezes devastadora. Percebe-se a importância de se falar sobre nossas questões, nossas vivências, que por muito tempo foram negligenciadas.

A identidade negra é um processo social, histórico, cultural e plural. Sabendo disso, a construção da identidade negra perpassa vários desafios, uma vez que a sociedade ensina desde cedo que para serem aceito é preciso negar a si mesmo.

No entanto, a luta política e o engajamento nas causas raciais, constitui-se como um dos meios de reconstrução positiva da identidade da mulher negra, que passa a transformar sua história individual e coletiva. Portanto, através da identidade política é possível então a construção de novas formas de existência, se desvinculando do que lhe é imposto e construindo novas formas de existência, (re) existindo e criando estratégias de enfrentamento e resistência.



Narrativas de si e imagem autobiográfica: memória e esquecimento em narrativas de histórias de vida

Autor: Fernando Luís Maia da Cunha (POSPSI / UFC)

Coautor: Aluísio Lima (Universidade Federal do Ceará)

As narrativas estão presentes em todos os lugares, tempos e sociedades. Grupos e pessoas desenvolvem suas narrativas e as compartilham com diferentes sujeitos e culturas. As narrativas geram histórias, que são contadas de diversas formas, através de diferentes meios, ganhando sentido e representações que perpassam pela oralidade, por mitos, por rituais musicais e cênicos e pelas imagens, sendo referendadas como práticas subjetivas e culturais que as qualificam como narrativas. Como reflete Walter Benjamin narrar é a arte que inviabiliza a manifestação da memória, e a narrativa autobiográfica aborda as afirmações de Antonio da Costa Ciampa que assinala o fato das memórias e esquecimentos definirem um repertório de possibilidades de existência, na infundável metamorfose da identidade. É aquilo que podemos entender sobre nós mesmos, pensando a memória o esquecimento como condição para o processo de subjetivação e construção das de personas que no contato com a alteridade estabelecem a identidade. Considerando as proposições de Ciampa, além das desenvolvidas por Juracy Armando Mariano de Almeida e Aluísio Ferreira de Lima, pretendemos no GT30: Políticas de Identidade em tempos de fundamentalismos, necropolítica e vidas precárias, pensar e discutir os desdobramentos da pesquisa de doutorado que estamos desenvolvendo no Parallaxe: Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica da Universidade Federal do Ceará (UFC), cujo título é "Narrativas de si e imagem autobiográfica: memória e esquecimento em narrativas de histórias de vida" e que trata da compreensão de como as narrativas de *Sí*, são produzidas e significadas pelas práticas de construção da imagem autobiográfica e pelo reconhecimento da identidade por meio dos processos de reconhecimento. Acreditamos que essa compreensão poderá possibilitar o entendimento de como o tempo, a narrativa e a intensidade da emoção dão uma sustentação para a construção desta identidade. Assim como, mapear como o estatuto icônico da imagem define a temporalidade e referencia instantes experimentados pelos sujeitos em um tempo histórico geram marcadores que dão sentido ao que se considera a existência ou realidade validando a memória. Além disso, entender o quanto a narrativa de história de vida pode sustentar a construção de si através da imagem autobiográfica e como ela funciona como tensionamento da memória. Para tanto, discutiremos como temos adotado uma Triangulação metodológica e fim de alcançar os objetivos propostos, onde a pesquisa se valerá das ferramentas para estabelecer um percurso metodológico compreendido por quatro vetores que já foram elaborados: pesquisa do material referente as histórias de vida dos meus pais como: documentos da justiça, DOPS, diários, textos e entrevistas gravadas; realização de um ensaio fotográfico que atualiza meu álbum de família ficcional elaborado em Paris – Tirana e Roma; análise através das narrativas de si e história de vida das transcrições já elaboradas dos diários escritos durante a viagem por mim e por minha mãe; análise das transcrições das gravações e filmagens elaboradas por mim e por minha mãe no período do ensaio fotográfico; curadoria e análise das fotografias contidas nos dois álbuns de família; curadoria e análise das cinco mil fotos produzidas no ensaio fotográfico elaborado em Paris, Tirana e Roma. A aposta é que ao fazer uso e articulação de imagens com as narrativas se torna possível tensionar uma realidade, explorando espaços, intervalos e silêncios da narração, assim como a produção das ficções, ou seja, como os sujeitos tomam para si aquilo que despertam as narrativas autobiográficas e como as imagens sedimentam essas lembranças que são perpassadas por uma série de momentos que estão fora do controle do sujeito, racionalizando a memória, provocando um avanço em direção a uma reflexão crítica. Afinal, ao tocarm o real, as fotografias suscitam novas visualidades e percepções estéticas que se modificam ao longo do processo de crescimento da consciência técnica e artística. Sem se adequarem a uma lógica que aprisiona o sensível, buscam, por meio de tensionamentos e problematizações ao longo dos tempos, novos caminhos pautados em experimentações estéticas, teóricas e políticas, que passam longe de uma fundamentação lógica. Pelo contrário, na maioria dos casos, são fruto de uma motivação empírica inconformista. Como acreditamos ter evidenciado, as imagens validam o entendimento de como se dá a experiência da noção de tempo e como a relação com o tempo e a memória pode vir a ser importante com a construção da identidade enquanto metamorfose. Finalmente, a partir do que temos pesquisado, em nossa apresentação pretendemos explorar nossa afirmação de que a articulação entre os estudos da identidade metamorfose e fotografia aparece como uma estratégia potente para enfrentar desafios estéticos, conceituais e políticos ao ouvir o que as imagens pensam e nos dizem, proporcionando uma configuração esperançosa de mudança para esses tempos sombrios. A imagem que narra os acontecimentos, leva em conta a verdade de que nada do

que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história, através deste trabalho buscamos compreender como o processo de construção da Imagem autobiográfica pela fotografia cria marcadores e referências para pensar estratégias da construção de relatos de si, atualizando as histórias de vida, fundamentando as memórias e validando-as.

Necropolítica, violência e violação de direitos contra a população em situação de rua

Autor: Dinaê Espíndola Martins

Coautor: Fred (UFRGS)

No atual cenário político e social os discursos e práticas autoritárias e racistas se acirram, os retrocessos no campo das políticas públicas e direitos sociais acentuam-se e algumas populações são alvos prioritários de ações violentas e retiradas de direitos. A população em situação de rua, que historicamente vivencia processos de violações de direitos e extermínio, segue compondo o grupo das vidas matáveis das grandes cidades. Composta majoritariamente por pessoas negras e em contexto intergeracional e contínuo de miserabilidade, são atravessadas pela violência de Estado e pelo ódio social, compreendidas nesta discussão como mecanismos articulados da Necropolítica. Na esteira dessa discussão, este trabalho tem por objetivo discutir a violência e a violação de direitos contra a população em situação de rua em Porto Alegre/RS. O conceito de Necropolítica, de Achille Mbembe, foi utilizado para compreender e analisar as expressões do necropoder nas situações de violência e violação de direitos perpetrados contra a população em situação de rua, considerando que demonstram um mecanismo amplo e disperso atravessado por uma política de produção de morte. Como metodologia de pesquisa utilizou-se a cartografia, apoiada em encontros formais e informais com adultos em situação de rua que acessaram serviços da rede de saúde e assistência social do município, bem como a observação sistemática de espaços públicos da cidade da região central da cidade de Porto Alegre como praças, viadutos, avenidas, dentre outros – locais frequentemente utilizados para permanência e pernoite de quem está em situação de rua. Para organização da informação construída na pesquisa utilizou-se o diário de campo, relatos e registros fotográficos. A pesquisa, realizada entre julho de 2016 a novembro de 2018, evidenciou diferentes formas ou expressões práticas dos mecanismos necropolíticos, expressos desde movimentos sutis de produção de morte simbólica, até contextos mais diretos de violência e morte física. É possível analisar processos de gestão do uso do espaço da cidade, como a gentrificação e revitalização, a execução de remoções e deslocamentos forçados, além das mudanças e cortes nas políticas públicas e serviços. Na cidade de Porto Alegre/RS, a necropolítica tem se intensificado à medida que as gestões governamentais da cidade assumem seu caráter higienizador e racista, legitimando e promovendo articulações com setores privados da construção civil e do setor de serviços, por meio da especulação imobiliária de determinadas regiões da cidade, onde passa a existir uma restrição ainda mais intensa de circulação e permanência de pessoas em situação de rua. A cidade e sua política de morte delimitam quem pode ali habitar e viver, e quem deve ser expulso e morrer. Para tanto, são executadas ações comunitárias como o uso de jatos de água e produtos tóxicos, além da criação de barreiras e estruturas físicas na arquitetura da cidade, como o uso de grades e armações pontiagudas, evitando que pessoas em situação de rua acessem ou permaneçam nas proximidades de praças, parques, ou mesmo em abas de prédios ou calçadas. Tais regiões da cidade tornam-se locais de usufruto das classes média e alta da cidade, que exigem do poder estatal a contínua vigilância para a higienização social e racial da cidade. Somado a isso, são realizadas ações de remoção e deslocamento forçados, executados com o uso do poder estatal (órgãos da segurança pública e setores de limpeza urbana) onde as pessoas em situação de rua são expropriadas de seus pertences pessoais (barracas, colchões, documentos, alimentos, lonas, etc) sendo forçadas a se deslocar a outros pontos da cidade, visando localizar novos espaços possíveis de proteção e abrigo. Esses movimentos fragilizam ainda mais a condição de vida dessas pessoas, produzindo o rompimento de vínculos e das relações de apoio social (doação de alimentos e de relações de apadrinhamento, por exemplo), expondo-as ainda mais à violência e às consequências de processos contínuos de desterritorialização e desapropriação. O agravamento da condição social e de sobrevivência de quem se encontra em situação de rua pode ser evidenciado com o retrocesso no campo das políticas públicas e os cortes severos na disposição de serviços e garantias de direitos, visualizados em Porto Alegre a partir do fechamento de serviços, terceirizações e privatizações e no contexto nacional a partir da restrição de acesso aos benefícios sociais como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Auxílio Doença. Assim, a necropolí-

tica enquanto mecanismo racista de produção de vidas matáveis nas ruas é desenvolvida por meios de ações e discursos das forças estatais, articulada com determinados campos da sociedade civil, que reproduzem mecanismos necropolíticos sobre as pessoas e grupos que se encontram em situação de rua na cidade. Esse processo promove continuamente a violação do corpo físico e a exposição à morte por meio do agravamento das situações de saúde e risco social da população em situação de rua. Considerando os dados sobre a composição da população em situação de rua de Porto Alegre como sendo majoritariamente negra, torna-se inevitável compreender a necropolítica como mecanismo que recorta quem pode viver e quem deve morrer, apontando para o caráter transversal da questão racial. É necessário apontar que a violação de direitos contra a população em situação de rua traduz-se como mais um processo reprodutor do racismo de estado e da produção de vidas matáveis nas ruas. A produção de pesquisas e da difusão de informações sobre as violações sofridas por pessoas em situação de rua precisa ser ampliada, compreendendo o papel da radicalidade de uma Psicologia Social que pense e atue na defesa da garantia de direitos. Como formas potentes de resistência frente ao desenvolvimento desses mecanismos, movimentos e ações coletivas de organização política atuam no campo da defesa das Políticas Públicas e dos direitos das pessoas em situação de rua, cuja formulação e desenvolvimento precisam ser potencializados. Dentre eles, a organização e articulação entre os movimentos sociais como o Movimento Nacional da População de Rua e os trabalhadores e pesquisadores do campo das políticas públicas.

O Uso Contracultural dos Códigos Somatopolíticos: O teatro de Fortaleza enquanto metamorfose dos corpos e narrativas de si

Autor: Yuri Patrick Oliveira Marrocos (Universidade Federal do Ceará)

A necessidade de conquistar a autonomia de si e o domínio da própria identidade, da própria metamorfose, foi assumida por quem caminha na margem e na vanguarda da história, sejam artistas, sejam intelectuais ou existências marginalizadas. Essa pesquisa pretende explorar a reivindicação somatopolítica daqueles que colocam o seu corpo como zona de discussão, território de combate e campo de desconstrução por meio da arte.

Os pensadores Adorno e Horkheimer (1985) definem Indústria Cultural como o uso de técnica industrial visando à comercialização da obra de arte. Para eles, essa mercantilização da arte surge como instrumentos de alienação cultural e ideológica, com finalidades puramente mercadológicas, com pouca ou nenhuma obrigação crítica. Entendendo a transmissão dos códigos somatopolíticos através da distribuição acrítica dos materiais artísticos, a autora feminista Judith Butler (2003) define gênero, masculinidade e feminilidade, em termos de performances, de processos de repetições regulados, de normas internalizadas em forma de estilo corporal, de representação e de teatralização pública. Paul B. Preciado, ao pensar a construção de gênero como uma "autoconstrução" social através da transmissão dessas normas e representações públicas, cita em seu livro *Testo Junkie* (2018) que a realidade do gênero está precisamente nos efeitos da sua representação; o gênero é realizado se torna "real", quando essa representação se torna autorrepresentação. É individualmente assumida como uma forma da própria identidade social e subjetiva. Assim, os artistas e intelectuais que se debruçaram a pensar sobre o corpo, na verdade, buscavam mobilizar o indivíduo para questionar o heterocapitalismo higienista e os comportamentos que se materializaram na realidade somática dos sujeitos. O caráter material da performance artística representa a arte incapaz de ser veiculada pela Indústria Cultural. Representa um questionamento do corpo que não pode ser fagocitado pelo mercado e o que permanece é sempre a narrativa dos artistas a respeito da materialidade das ideologias que se depositam em seus corpos.

Entendendo a problematização não como uma busca de um objetivo, mas a investigação de um objeto de estudo que consiste na escuta das narrativas de si dos corpos destoantes do corpo-modelo por meio do teatro, essa pesquisa se debruça nas seguintes indagações: De que forma a arte performativa captura narrativas de vidas que não são oficializadas pelo capitalismo? Até que ponto a arte como campo de experimentação do corpo serve ao debate da desestatização somática do indivíduo? Em quais instâncias a arte contribui para a libertação catártica do artista? Sobre quais circunstâncias o mercado age na produção de identidades a serem massivamente consumidas e quais as formas de resistência estão sendo utilizadas pelos corpos que não consomem tais identidades?

O objetivo deste estudo é pesquisar e entender os discursos dos corpos que se encontram enquanto dissidentes do corpo-modelo heterocapitalista. Discutir e estudar o teatro da cidade de Fortaleza que se propõe na urbe enquanto uma anarquia somatopolítica de recusa a esse modelo higienista de produção de sujeitos. O corpo



enquanto narrativa, a narrativa enquanto identidade e a identidade enquanto verdade subjetiva. Aprofundar os questionamentos trazidos por artistas e intelectuais que pensam a relação corpo-estado-narrativa e trazer para a pesquisa as descobertas. Investigar, na performance, o processo de desconstrução da realidade que atravessa quem se dispõe a reivindicar a autonomia da própria identidade.

É de grande interesse aqui estudar as obras artísticas que partam do conflito diretamente orgânico entre o sujeito e a realidade que não o quer representar. Como afirma Butler (2010), aquelas cujas vidas precárias não são dignas de serem choradas. A performance e o teatro, enquanto narrativas artísticas dessas vidas precarizadas, são um dispositivo visual-cênico que estimula no olhar do espectador os mecanismos contestatórios das ideologias imediatas. É preciso se construir mecanismos de ruptura com essa sociedade higienista e com os modelos capitalistas de experimentar o corpo. Obras de arte que questionem o corpo-modelo precisam ser vivenciadas e multiplicadas para que todas as experiências somatopolíticas dos indivíduos possam ser contempladas.

A pesquisa se propõe tanto a compreender as existências marginais dos artistas que reivindicam o uso do próprio corpo por meio de narrativas e de produções teatrais da cidade de Fortaleza quanto um estudo que se alimenta de diversas fontes bibliográficas. Propõe-se, portanto, os seguintes questionamentos: Como as existências tidas como não-oficiais discutem sobre sua “não-identidade” e recolocam sua dimensão somatopolítica no mundo através da arte? De que maneira as inquietações de artistas e intelectuais da cidade de Fortaleza reverberam na construção de um corpo capaz de romper com os moldes limitantes da heterocissociedade? Entendendo a necessidade de dar conta dessa ampla discussão, é preciso partir de uma ampla bibliografia sobre o assunto tratado para que seja evitada uma pesquisa unilateral e isolada. Na primeira parte da pesquisa, será abordado termos e aspectos introdutórios a respeito da relação identidade, narrativa e corpo. Na segunda parte, será analisada essa relação através da produção performática e teatral de artistas de Fortaleza, analisando seus discursos e suas narrativas de vida. Na última parte da pesquisa, será feita uma análise completa da relação arte-discurso e seus impactos para o próprio artista – o teatro como narrativa de vida – e seu impacto enquanto fomentadora do debate de gênero. Dentre os pensadores-norteadores dessa pesquisa estarão: Paul B. Preciado, Judith Butler e Michel Foucault com suas questões de gênero; Antonin Artaud e seu Teatro da Crueldade; Otto Mühl, Peter Weibel, Oswald Wiener, Rudolf Schwarzkogler e Valie Export com o Acionismo Vienense; Theodor Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin e seus estudos (deixo aqui ainda espaço para que outros teóricos-artistas surjam no caminho e para os artistas de Fortaleza).

Uma reflexão crítica sobre o trabalho junto a mulheres mães e seus bebês em situação de cárcere

Autor: LUIZA RIBEIRO PINTO FERREIRA (USP)

Coautor: Adriana Marcondes Machado (adriana.marcondes)

Descreveremos uma cena vivida e, para compreendê-la, iremos desemaranhar algumas linhas que a constituem, destacando elementos da cena para pensar sobre o processo de separação das mulheres-mães que estão em situação de cárcere junto com seus bebês. É previsto que mulheres fiquem presas com seus bebês até que eles tenham 6 meses. A principal justificativa é a garantia do período mínimo indicado mundialmente para o aleitamento.

Essa justificava que tem seu peso maior nos benefícios ditos biológicos da amamentação evidencia um achatamento da relação mãe-bebê para sua dimensão estritamente biológica (Winnicott 1994). Há mulheres presas que vão para a ala materno-infantil e que não querem exercer o papel de mães, vivendo a maternidade de modo compulsório. Há mulheres presas que desejam exercer a função materna. A situação que trataremos se refere a uma mulher que tem o desejo de ser e agir como mãe.

Quando esses bebês são separados de sua mãe, a equipe técnica da penitenciária entra em contato com a família da mãe e na impossibilidade de ficarem com o bebê, o mesmo vai para serviço de acolhimento. Nos SAICAS deve ser realizado o trabalho com a família, conforme previsto nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento. Se esgotadas as possibilidades, ele é encaminhado para família substituta e passa pelo processo de adoção.

A partir da parceria institucional com a penitenciária, construímos com a equipe (coordenadora da saúde e psicóloga da penitenciária) uma abertura possível para compormos junto à assistente social o acompanhamento



do processo de separação da mãe e do bebê. Isto é, ter contato com a família, com o abrigo e com a mãe, acompanhando, conhecendo e criando esse caminho. Dessa forma, compor uma linha desse processo na tentativa de intervir nesse emaranhado de forças institucionais que incidem no destino de mães e bebês.

Em conversa com a diretora do materno-infantil afirmamos que, à luz do que escutamos nos grupos e nos corredores na penitenciária, seria importante o acompanhamento de Midiã e sua bebê, Dodó. Importa que a história de ambas, tão cheia de pormenores, e tão analisadora do racismo estrutural, seja descrita sucintamente agora: mulher, quase branca quase preta, de tão pobre é tratada, perdeu a convivência com sete dos oito filhos. Tem 32 anos. Paradoxalmente os muros do cárcere foram as paredes que deram contorno para que ela pudesse cuidar e se vincular a sua filha, ao mesmo tempo em que reconhece e vive na pele as violações de direitos que o ambiente do cárcere impõe. As grades para ela também estavam postas na rua, cerceando seu direito de ser mãe logo cedo. Midiã percebeu que o suposto abandono de seus outros filhos, de fato, não dizia de rejeição ou de não-desejo (Zornig e Levy, 2006), mas sim da falta de contorno e apoio para exercer essa função.

Vamos à cena. Loló já estava com quase 6 meses de idade quando a proposta de acompanhamento estava acordada com a equipe da penitenciária. Dado à falta de pernas para acompanhar todos os casos, nos propusemos a acompanhar duas duplas de mulheres com seus bebês. Sugerimos que começássemos com Midiã e Dodó. A profissional da penitenciária diz: Midiã? Mas é caso de adoção. Não querem acompanhar outro caso? Frente a essa frase sustentamos que acompanhar o processo de separação de ambas se fazia necessário independente do destino final. O que fica em relevo se nos debruçarmos sobre a certeza da adoção?

Ao afirmar que seria caso de adoção, essa colocação gera algo similar à força do diagnóstico: esse saber – seria caso de adoção - subjetiva o bebê em um lugar pré-determinado, lugar de quem será adotado. Algo do sujeito é gerado sob esse discurso: Dodó vai para adoção. Midiã é mulher destituída de seu direito a maternidade. Dodó é destituída de seu estatuto subjetivo de filha. Porque a possibilidade de adoção é usada como justificativa para o não investimento no processo? Sabe-se também da angustia nomeada pelos profissionais técnicos com a possibilidade da mãe ganhar liberdade e ficar em situação de rua com a filha. Angustiam-se, também, com as impossibilidades do próprio trabalho.

O lugar de parceria com a equipe da penitenciária, e ao mesmo tempo a direção ética na escuta de cada relação singular, nos levou ao diálogo com as reflexões que Butler toma emprestado de Foucault para discutir o que é a crítica. Estar no contexto de cárcere de forma crítica é um grande desafio. O que seria afinal a crítica? Como escreveu Butler “A tarefa de expor as constelações de poder é sabotada pela ânsia de julgar” (p. 160). A vontade de julgar os profissionais que dão corpo e fazem operar uma parte da lógica institucional, individualizando, blindando e simplificando toda a rede de saber-poder que ali opera é uma das linhas que se evidenciam nesse contexto.

Aqui outro paralelo com Foucault nas palavras de Judith Butler (2013): “os fundamentos ilegítimos não são contraditórios. Eles visam obliterar qualquer relação crítica” (p. 164). Há, assim, a fabricação de uma certeza: de um lado, as profissionais parecem ter certeza que o caso é de adoção. De outro, Midiã esboça esperança de que ela poderá ficar com a filha depois que ganhar liberdade. Ao ser informada que Dodó vai para abrigo, se tranquiliza na certeza de que estaríamos em contato com o abrigo e também compartilhando com ela as notícias de seu processo e de sua filha, o que vem sendo construído.

A frase anunciada “é caso de adoção” também parece por em relevo a verticalização da relação penitenciária/Estado e Midiã (e Dodó), de modo a estreitar o destino da dupla. A abertura para acompanharmos a situação indica possibilidade de construção de relações, dúvidas e questionamentos e, portanto, a não totalização de um discurso.

A certeza do destino adoção dá relevo à institucionalização dos discursos e das práticas que incidem sob a vida de Midiã e seus filhos. Peguemos mais uma contribuição de Butler (2013), inspirada em Adorno. “(...)Para a crítica ser parte de uma práxis é preciso aprender os modos pelos quais as categorias são instituídas, o modo como o campo do conhecimento é ordenado” (pg.160). O histórico de Midiã é usado como justificativa para mais separação. A cena ressalta a polarização posta entre mãe e bebê, como se não houvesse uma relação em que se constituem. Outra linha que se desenrola e emerge nessa cena é a concepção naturalizada de que o bebê nada sente e que ele tem apenas possibilidades futuras, e não atuais (Rosemberg, 2002).

A preocupação da equipe com o futuro de Dodó põe em relevo a tentativa de proteger a bebê de sua mãe e de seu contexto, separando bebê e mãe em polos quase que opostos. Existe, por exemplo, uma ligação histórica entre os estudos feministas/de direitos das mulheres e da infância (Alanen, 2001). Quiça, olhar para história da luta dos direitos das mulheres e das crianças seja uma pista para estranharmos quando a discussão sobre o direito da criança é feita separada da compreensão dos direitos das mulheres. A relação da dupla mãe-bebê, se

capturada em sua singularidade e também em sua historicidade pode nos apontar outra direção que não a dessa dicotomia.

Por ora, a linha que nos salta aos olhos ao habitar essa cena vivida, faz pensar na adoção posta como destino considerado como sendo o melhor. Lygia Santa Maria Ayres (2008) discute, ao analisar processos da Vara da Infância, a naturalização da família que adota como sendo afetuosa e, da mãe, como desnaturalizada, propiciando, assim, toda uma prática institucionalizada de incentivo à adoção contra as mães desnaturalizadas. É de racismo institucional que essa cena se trata e, aqui, caberia um aprofundamento para compreendermos as repetições que vem se refinando desde o período escravocrata brasileiro. Sabe-se que a separação de mulheres e filhos faz parte da identidade do povo latino-americano.

Violência de Estado e Subjetividade: O Rap e o Funk como contra-expressão do Estado Penal

Autor: Alice Puglisi de Paula Souza (PUC-SP)

Coautor: Verônica Barros Carneiro (PUC SP), Gabriela Draibe Mortoza (PUC-SP) e Veridiana Fernandes de Sa (puc sp)

Entende-se violência de Estado como um conjunto de práticas e crenças que se orientam no sentido da obstrução de vida e, portanto, da produção de morte, tanto material quanto simbólica e subjetiva, de grupos sociais historicamente marginalizados. A violência estatal opera, principalmente, pela via da violação dos direitos estabelecidos pela Constituição de 1988 que, apesar de afirmados enquanto guia civilizatório nacional, não encontraram meios políticos para sua concretização. Em outras palavras, a não garantia dos direitos sociais presentes na Constituição está implicada e é implicadora de um modelo estatal que opera no sentido da garantia de privilégios para alguns, não de direitos para todos. Nessa lógica, ações de extermínio, por parte do Estado, passam a ser sistematizadas e, inclusive, institucionalizadas como é o caso, por exemplo, da abordagem policial nas periferias urbanas. Em tal contexto, observou-se, nas letras presentes no RAP e no Funk nacional, não somente denúncias acerca da violência estatal, mas também produções que negam a mesma, se posicionando contra tal, em um movimento de embate social que busca a possibilidade de produção de vida onde há a outorga da morte. Dessa forma, este artigo pretendeu compreender o impacto dos movimentos do RAP e do Funk nos processos de subjetivação e produção de subjetividade, enquanto espaços de potência em resistência social. De modo a representarem uma via de ação que explicita a violência e ao mesmo tempo, cria possibilidades de elaboração desse modo de vida. Nesse sentido, o presente trabalho propôs a discussão da potência da cultura popular, por meio do rap e do funk, como forma de contra-expressão da violência estatal. Assim, pretendeu investigar e explicitar essas potencialidades, principalmente no sentido de produção de subjetividades, assim como caracterizar mecanismos que sustentam a violência de Estado, a partir de denúncias encontradas em produções dos próprios movimentos. Utilizou-se referenciais teóricos que, a partir da realidade latino-americana, constroem um saber crítico e comprometido com a prática libertária. Tomou-se as enunciações de Achille Mbembe, acerca da concepção de necropolítica, como referencial teórico para se pensar a discussão dos mecanismos de “fazer morrer” e “deixar viver” reproduzidos pelo Estado Penal. Frente a tamanha violência, os movimentos sociais do rap e do funk, vistos enquanto espaços de resistência à política necro e de produção de vida, foram colocados sob a ótica de luta segundo Frantz Fanon. O pensamento fanoniano serviu como orientação a partir dos conceitos de fatalismo e alienação colonial, considerada como a impossibilidade do ser humano de se constituir enquanto sujeito da própria história. Assim, desalienação não se esgota na mudança de visão de mundo, mas envolve uma mudança da realidade concreta, ou seja, seria através de uma luta prática que se faria possível a superação da posição alienada. Dessa maneira, neste artigo pensou-se os movimentos do rap e do funk enquanto espaços de luta concreta e, portanto, dotados de potência para promover a libertação dos indivíduos violentados pelo Estado. Tal libertação se concretiza frente a possibilidade, encontrada também na luta, desses indivíduos se tornarem sujeitos da própria história. Ainda, pensou-se a respeito dos processos de subjetivação que entremeiam o rap e o funk enquanto espaços de luta social. Para orientar tal olhar, apoiou-se na visão de Martín Baró acerca da práxis em psicologia localizada espacial e historicamente e, então, fomentada e praticada de forma crítica e responsável. Sustentadas então por essas compreensões, foram realizadas análises de alguns trechos de músicas, a fim de compreender o papel das produções na denúncia de violação de direitos e no processo de elaboração de subjetividades. A escolha dos trechos foi guiada por três eixos estruturan-

tes nas relações sociais e da construção subjetiva dos sujeitos: gênero, a raça e a classe. A investigação possibilitou considerar a estrutura estatal brasileira como tendo, em seu cerne, o aumento do disciplinamento, a penalização das classes sociais marginalizadas e a culpabilização do indivíduo, através dos aparatos jurídico-legais, acerca de problemáticas tocantes ao coletivo. Assim, no Brasil, o Estado se desloca da posição de instituição responsável pela garantia de direitos e se transfigura enquanto instituição que opera em favor de interesses privados das classes privilegiadas. Os direitos, em sua maioria, por não terem sido garantidos e concretizados, transformam-se em privilégios de alguns. E é através da imputação de práticas e técnicas em equipamentos institucionalizados que a violência é (re)produzida e direcionada para as populações, historicamente, vulnerabilizadas. Nesse sentido, criam-se retóricas sociais que constroem a figura de um inimigo nacional, culpado por todas as mazelas, ao qual todo tipo violação de direitos é justificável. Ao se criar o inimigo interno nacional, cria-se também espaço para a isenção do Estado com relação a suas obrigações, estabelecidas pela Constituição de 1988. Desta maneira, é através do Estado Penal que a prática das mais diversas formas de violência reproduz a lógica colonial, dando continuidade ao genocídio material e simbólico de determinados grupos sociais, em prol da manutenção de uma suposta ordem. Fica explicitado que esse genocídio vai no sentido da negação do ser, em que o princípio civilizatório é da violência corporal e psíquica e que os movimentos populares refletem, reagem e elaboram essa experiência da violência pervasiva. A partir de suas ações, ilustram simbolicamente a paisagem de morte e arbítrio, que estrutura a sociabilidade nas favelas, redefinindo-a como uma estrutura de sentimento, modo de subjetivação e sentido. Cria-se então, um coletivo comum dessas massas oprimidas, que a partir da identificação, expõe a realidade violenta na qual alguns sujeitos são oprimidos, segregados e estigmatizados socialmente. Por meio da resistência e da contra expressão da alienação, é elaborada, coletivamente, uma forma de superação da posição fatal, possibilitando a tais sujeitos, a apropriação de sua própria história. A partir disso, pode-se refletir como a psicologia vem se posicionando em relação a violência estatal e a movimentos populares como o rap e o funk. É necessário pensar numa prática preocupada com o olhar para processos históricos na construção da realidade, das subjetividades produzidas; e, com o compromisso com o sofrimento psíquico e com a transformação social. Considera-se os movimentos sociais do rap e funk como práticas de resistência, luta por direitos e denúncia do sofrimento produzido socialmente. O trabalho de escutar, acolher e evidenciar as demandas coletivas apresentadas é papel da Psicologia, que apontando o modo como o Estado, por meio de suas ações, garante ou viola Direitos Humanos, se mostra compromissada com o coletivo e com a denúncia daquilo que viola suas diretrizes. Isto é, o papel da psicologia é desenvolver nas pessoas a capacidade de canalizar simbólica e construtivamente suas frustrações, desenvolvendo uma consciência crítica frente aos modelos sociais que determinam papéis discriminatórios e institucionalizados, a fim de desmascarar os interesses que estão por trás dessas convicções e as falsas justificativas que os colocam, desmontando a ideologia do "inimigo". Para isso, é necessário promover atitudes de colaboração e incentivar um estilo de vida solidário e de alteridade, que consistem em reforçar o êxito coletivo mais que o individual. Proporcionando uma nova ordem das relações sociais, em que cada indivíduo entenda que para a violência deixar de ser o modo econômico mais eficaz é necessário uma mudança radical das estruturas de alienação, próprias da ordem social vigente.

“Cura Gay”: sexualidades em disputa no campo da Psicologia

Autor: Gilmara Joanol Arndt (NUGEMS - UFSC)

Coautor: RAQUEL DE BARROS PINTO MIGUEL (UFSC)

A resolução 01/1999 estabelece normas de atuação para as/os profissionais da Psicologia no tocante às questões de orientação sexual. Desta forma, a normativa determina que a atuação do psicólogo seja pautada no respeito aos princípios estabelecidos pelo Código de Ética Profissional quanto a não discriminação e estabelece o dever profissional de contribuir para a produção de reflexões sobre a temática. Além disso, expressa proibições aos profissionais quanto à: realização de ações que contribuam para a patologização de práticas homoeróticas; contribuição com eventos e serviços que ofereçam cura das homossexualidades e, ainda, pronunciamentos públicos que contribuam para o entendimento da homossexualidade como uma doença. A normativa foi criada após denúncias recebidas pelo CFP de que haveria igrejas oferecendo rituais de “cura da homossexualidade” com o aval de profissionais da Psicologia. O texto - desenvolvido por um grupo de trabalho e submetido à aprovação do Conselho - teve sua versão final lançada em 22 de março de 1999 e representou uma tomada de posição da enti-



dade no modo de embasar a prática psicológica relacionada à orientação sexual. Assim, diante das denúncias, no lugar de atender as demandas individualmente, buscou-se compreendê-las de modo ampliado, fazendo-se desse documento, então, um ponto de partida para as discussões da categoria no tocante às práticas psicológicas com a população LGBTQIA+. Ao longo desses vinte anos, a normativa têm fornecido subsídios para as discussões e ações realizadas pelo Conselho Federal de Psicologia a respeito dessa e de outras temáticas relacionadas. Além disso, seu texto tem servido de exemplo para outras categorias profissionais, as orientações ali expressas têm amparado os posicionamentos da entidade frente a diferentes contextos. Não por acaso, a Resolução 01/99 é a mais questionada dentre as normativas lançadas pelo CFP. Desde sua criação, foram várias as tentativas legislativas e judiciais de anular seus efeitos legais, sendo o exemplo mais recente o da Ação Popular ajuizada contra o Conselho Federal de Psicologia, em agosto de 2017, por 23 profissionais - projetos que passaram a ganhar destaque na mídia, sob a alcunha de "Cura Gay". Além de Ações Populares propostas contra o CFP, há os Projetos de Decreto Legislativo (PDC) que visam sustar a resolução, de modo parcial ou integralmente, como é o caso dos PDC 1640/2009; PDC 234/2011; PDC 1457/2014 e PDC 539/2016. Merece atenção, também, a articulação entre Psicologia e Religião/Cristianismo. Neste cenário, são representativas as participações de psicólogas cristãs evangélicas que, ora reivindicando uma identificação profissional, ora referindo-se a suas filiações religiosas, já são reconhecidas na mídia, sobretudo, por suas posições polêmicas a respeito das pautas LGBTQIA+; participando, também, das tentativas de revogação da referida resolução. Assim, temos como proposta de participação no XX Encontro Nacional Abrapso, apresentar um panorama daquilo que constitui o contexto de "cura gay" no Brasil, com seus principais representantes no cenário político e midiático. Entendemos que tal iniciativa vai ao encontro do que propõe o Grupo de Trabalho "Psicologia, Política e Sexualidades", inserido no eixo temático 2 "Psicologia Social, Gênero e Sexualidades", na medida em que a finalidade de nossa exposição é contribuir para o processo de historicização daquilo que compõe um projeto político/religioso de patologização de sexualidades não-normativas, bem como problematizar o modo como psicologia e religião têm sido articulados para o favorecimento de um discurso conservador que tem ganhado força no contexto nacional. Para isso, faremos uma exposição dos referidos projetos legislativos, tendo como foco problematizar as noções de gênero e sexualidade ali apresentadas e discutir sobre os sentidos atribuídos à(s) Psicologia(s), uma vez que a/o psicóloga/o aparece nestas iniciativas como a/o mais habilitada/o para lidar com questões do campo da sexualidade, oferecendo uma pretensa solução para aquilo que se constituiria em um conflito. A análise aqui empreendida faz uso de documentos integrais dos projetos de decreto legislativo; audiências públicas na câmara dos deputados; bem como entrevistas divulgadas na mídia a respeito da temática. Como perspectiva teórico-metodológica foi adotada a Análise de Discurso Francesa para quem o discurso constitui-se em prática social, de natureza sócio-histórica e constrói-se no movimento entre o intradiscurso e o interdiscurso. Neste sentido, entendemos que a produção de discursos a respeito da sexualidade, contexto em que estão inseridas tanto a resolução, como as tentativas de barrá-la, compõem uma arena política, um território de disputa de sentidos daquilo que constituiria o normal e o desvio da sexualidade. Assim, embora pouco se fale de "doença" ou de "pecado" na defesa desses projetos, defendemos, amparada em outras discussões, que sustentar uma possibilidade de modificação deliberada da homossexualidade para a heterossexualidade está relacionada à associação de valores positivos à heterossexualidade, em detrimento de sexualidades não-normativas. Assim, recorreremos à concepção de heteronormatividade proposta por Judith Butler para pensar como operam estes diferentes discursos a respeito da sexualidade no interior da(s) Psicologia(s). Para a autora, a heteronorma constitui o modo como a norma heterossexual se impõe a fim de produzir inteligibilidade a partir de uma lógica binária, onde o gênero seria um mecanismo pelo qual noções de masculino e feminino são naturalizadas a partir de uma suposta harmonia e coerência entre sexo e gênero, prática e desejo (Butler, 2003; Butler, 2014). Esperamos, assim, que este trabalho possa contribuir para o fortalecimento do debate em defesa dos direitos da população LGBTQIA+, bem como para uma reflexão crítica a respeito de nossa profissão e de um compromisso ético-político que esteja alinhado à defesa da democracia e da emancipação humana.



GT31: Políticas de resistência: gênero e raça como ferramentas para produzir enfrentamentos antirracistas e antissexistas

A influência da temática racial em oficinas de gênero e sexualidade: corpos em foco

Autor: Bruna Paulino (UERJ)

Coautor: Amana Rocha Mattos (UERJ)

Introdução

O presente trabalho propõe-se a discutir os atravessamentos da temática racial em oficinas sobre gênero e sexualidade realizadas em uma escola pública do Rio de Janeiro, oferecidas no ambiente escolar de 2015 até o início de 2016, com foco na questão da estética. Tais atividades foram conduzidas por estudantes de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), integrantes do subprojeto Saber escolar e formação docente na educação básica do Programa de Iniciação à Docência (PIBID Edital 2013/UERJ), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

As atividades foram realizadas em três turmas da escola durante um semestre cada, com uma média de oito oficinas realizadas com cada turma. Participaram das oficinas jovens de 13 a 15 anos, entre meninos e meninas.

A maioria das(os) participantes das oficinas eram pessoas negras e moradoras de favelas localizadas ao redor do colégio. Assim, apesar de a proposta central do trabalho ter como foco as temáticas de gênero e sexualidade, diversos foram os momentos nos quais marcadores raciais apareciam durante nossas atividades, convocando-nos a olhar com mais cuidado para esta temática. Para refletir sobre esses atravessamentos da temática racial ao longo das oficinas sobre gênero e sexualidade, nos basearemos em estudos sobre a racialidade e a construção social e subjetiva do negro.

Discussão teórica e análise do campo

Para pensar a construção social da racialidade, utilizaremos reflexões de Sueli Carneiro (2005), que propõe, a partir de escritos de Michel Foucault (1979), a existência de um dispositivo da racialidade. Assim como outros dispositivos, o dispositivo da racialidade opera de forma dita e não-dita, através, por exemplo, discursos, leis, normas, proposições científicas e políticas regulamentadoras. O dispositivo da racialidade delimita a branca e todos os signos que a envolvem como marcador intrínseco de humanidade – de Ser – elegendo o branco como ideal de Ser para os não-brancos, que são vistos como os Outros.

Constitui-se então como dispositivo de poder no qual pessoas não-brancas não têm sua humanidade reconhecida, posto que não se assemelham a racionalidade, a cultura e a civilização padronizadas por a branca. Para ser visto como Ser, a pessoa não-branca deve assemelhar-se à branca, como afirma Neusa Santos Souza (1893), evidenciando o quanto este processo é violento na medida em que se trata de algo da ordem do impossível.

Além disso, Jurandir Freire Costa (1883), autor do prefácio do livro de Souza, reflete sobre o quanto essa necessidade imposta às pessoas negras de performarem a branca incide não apenas na psique como também no corpo, ao dizer: “ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (1983, p. 2). Assim, cria-se também um ideal estético relacionado à branca, o qual trataremos como foco desta análise.

Nas oficinas, foram muitos os momentos em que foi possível perceber a desvalorização de traços estéticos do corpo negro. Pudemos observar e discutir esta questão, principalmente através da atividade que nomeamos “Desenho de um corpo”.

Nesta atividade, pedíamos para os/as estudantes desenharem um corpo de uma pessoa de sua idade. O objetivo da atividade era entender como as e os participantes representavam este corpo, discutindo as diferenças e os padrões corporais. Quando realizamos esta oficina com a turma T (As turmas serão identificadas por letras aleatórias, para fins de organização), um dos participantes afirmou que o cabelo de uma colega de classe era “ruim”, comparando-o com o de uma estagiária: “olha só, isso que é cabelo. Balança, voa. O seu nem se mexe.”. A colega para qual ele direcionou seu comentário era uma menina negra, enquanto a estagiária era branca, evidenciando



como uma característica majoritariamente ligada ao corpo negro – o cabelo crespo – é desvalorizada em comparação à uma característica estética relacionada à brancura.

Também nesta oficina uma situação com a turma I chamou atenção na retomada dos relatórios. Ao discutirmos sobre um desenho identificado como sendo o corpo de um menino, o qual apresentava barriga avantajada e traços como olhos e boca bem finos. A responsável por desenhá-lo disse se tratar de um colega de turma – um menino negro. Entretanto, outros estudantes discordaram, dizendo que para ser o colega o desenho deveria ter a boca grossa e grande. O menino ao qual se referiam disse que havia gostado dessa parte do desenho pois a boca estava bonita, ao contrário da barriga. E contradizendo as afirmações que havia feito anteriormente na atividade sobre se importar muito em ter um corpo magro e sarado, comentou: “prefiro ser gordo, do que ter a boca grande, apesar de não gostar de ser gordo também”.

Tal afirmação apresenta-se como mais uma negação a uma característica estética muito mais presente em pessoas negras – lábios grandes – que em pessoas brancas. Munanga (1997, apud CARNEIRO, 2005, p. 67) aponta que este ideal de se assemelhar, mesmo que em partes, a brancura, prejudica a possibilidade de criação de um ideal estético baseado na negritude.

Durante a mesma oficina com a turma B, um dos grupos elaborou um desenho no qual representavam “um menino se tornando uma menina”, “um transexual”, na palavra de participantes do grupo, que tinha como características físicas pele negra, cabelo loiro e curto, e olhos azuis. Uma participante do grupo disse que objetivo inicial era desenhar uma pessoa branca, entretanto mudaram de ideia ao verem os gizos de cera cor de pele da UNIAFRO – um estojo com diversos tons de marrom – decidindo que desenhariam um favelado”, fazendo menção ao cabelo loiro e à pele negra.

A colocação corrobora com autoras/es já citados (SANTOS, 1983; COSTA, 1983; CARNEIRO, 2005), que mostram que mesmo ao performar características estéticas relacionadas à brancura, ainda assim pessoas negras continuam sendo colocadas e identificadas como inferiores, já que até nessas tentativas de se assemelharem ao Ideal estético branco mantêm traços negros que os colocam como não Ser.

Neste caso, a pele negra faz com que a jovem transexual seja identificada como “favelada”, marcador social utilizado para identificar a população moradora de favelas e morros como tendo comportamentos que vão de encontro à racionalidade edificada pelo dispositivo da racialidade, a saber: a agressividade/violência, a falta de educação, falta de “senso” estético, etc. Mais uma vez, dentro deste construto social sobre a população negra – maioria nas favelas – se “reafirma a representação de animalidade no negro, em oposição à sua condição histórica, à sua humanidade” (SANTOS, 1983, p. 31). Em diálogo com as autoras e através das falas observadas no campo, é possível apontar que o racismo institui diversas características encontradas em corpos negros – o cabelo, a boca, o nariz, a cor da pele – como sendo do âmbito do ruim, do feio, do erro, do perigoso, da negatividade e, em última instância, da desumanidade.

Considerações finais

Nós, sujeitos socializados dentro desta sociedade racista, acabamos então por naturalizar essas supostas verdades ditas aos quatro ventos, da mídia aos livros didáticos, sem muitas vezes percebemos que este movimento de inferiorizar certas características estéticas, acaba por se tornar um meio de manutenção das hierarquias raciais. Neste sentido, ao colocar o corpo branco e a brancura como Ideal de Ser e tudo o que se difere destes como sendo do campo do Outro (CARNEIRO, 2005), cria-se um padrão estético que tem como um dos seus efeitos o que foi observado ao longo das oficinas: a destituição da valorização da beleza em características físicas lidas como pertencentes ao corpo negro.

A forma com que os e as estudantes pareciam não enxergar seus corpos e principalmente sua raça/cor como sendo algo a ser desejado em muito dialoga com as perspectivas teóricas aqui apresentadas. Aqui, os mecanismos sociais de manutenção de hierarquias de saber, poder, ética e estética se mostram tão bem-sucedidos a ponto de serem reproduzidos até mesmo por aqueles/as que são prejudicados por estes. Seguindo o apontamento de Santos que “para afirmar-se ou para negar-se, o negro toma o branco como marco referencial” (1983, p. 27).

Desta forma, a importância de se discutir racismo e as influências do mesmo é fundamental, não apenas quando nos propomos a discutir gênero e sexualidade no ambiente escolar, como também no próprio cotidiano escolar, visto que os padrões estabelecidos pelo dispositivo da racialidade se fazem presentes no chão da escola. Tais padrões são muitas vezes utilizados no cotidiano escolar para se referir a determinados corpos, gerando situações nas quais crianças e adolescentes negros/as são alvos de discriminação racial e têm suas vidas e subjetividades marcadas pela violência racial.



Referências

- CARNEIRO, S. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. USP, SP, 2005.
- SANTOS, N. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. RJ, Graal 1983.
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem do Brasil. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. SP, 1997 apud CARNEIRO, S. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. USP, SP, 2005.

A Percepção dos Relacionamentos Abusivos por Mulheres de acordo com a faixa etária

Autor: Caroline Lopes Bolsoni (Caroline Bolsoni)

O machismo é um sistema representativo das relações sociais embasadas no sexo ou gênero, categoriza as interações entre homens e mulheres, sendo essas classes explicitamente divididas entre dominantes, homens, e dominados, mulheres. Por isso, trata-se de uma objetificação dos sexos, principalmente das mulheres, colocando-as como sexo frágil e, por consequência, submissas aos homens. Portanto, pode-se dizer que o machismo está intrinsecamente ligado a desigualdade de gênero, visto que aquele corrobora com o desenvolvimento deste (DRUMONT, 1980).

De acordo com Godoi (2018), desde que as civilizações começaram a ser formar, o machismo faz parte da cultura, como exemplo na Grécia Antiga, nas grandes polis, como Esparta e Atenas, as mulheres eram privadas de todos os direitos, com exceção da prática de exercícios físicos em prol da procriação. Além disso as mulheres eram tratadas como mercadorias de troca em benefício de objetivos políticos e econômicos, como no casamento de conchavo – acordo no qual a mulher é usada como objeto de negociação.

Assim como em Atenas, na sociedade colonial brasileira, esse tipo de acordo era habitual, a mulher transpassava do domínio do pai para o do marido, vivendo uma contínua submissão ao sexo masculino. Ademais, no período Imperial, a educação para mulheres e homens possuíam diferentes bases e objetivos marcados por essas relações de poder sexistas, a mulher voltada para o âmbito doméstico e os homens aos conhecimentos científicos gerais (GODOI, 2018). Atualmente, a mulher continua enfrentando o machismo, a sua essência permanece inalterada, contudo o mesmo se apresenta em diferentes formas. Por exemplo na desigualdade salarial, distribuições injustas de cargos acadêmicos e trabalhistas, feminicídio e relações abusivas, cujo assunto é o tópico dessa pesquisa (GODOI, 2018).

Relacionamento abusivo é uma clara violação aos direitos fundamentais do ser humano, como também se constitui uma agressão à saúde da mulher, seu bem estar psicológico, pessoal e social. Segundo a ONU, três em cada cinco mulheres são vítimas de relacionamentos abusivos. No entanto esse tipo de relacionamento pode ser compreendido sob diferentes perspectivas que vão de acordo com as diferentes gerações, podendo a mulher estar consciente do que é um relacionamento abusivo ou negar a existência do mesmo (MAIA, 2017). Considerando a discussão abordada, qual a percepção das mulheres, conforme a idade, a respeito de relacionamentos abusivos? Assim, o objetivo principal desta pesquisa é/foi avaliar a perspectiva das mulheres que passaram ou estão passando por um relacionamento abusivo e as condutas adotadas por elas ao se deparar com uma situação abusiva vivenciada junto a um parceiro afetivo.

Entende-se que este trabalho se alinha à proposta do Eixo Temático Psicologia Social, Gênero e sexualidades, visto que o mesmo visa abordar temas referentes as relações embasadas no patriarcado e no sexismo atreladas a questão geracional e às conjugalidades. Além disso, este trabalho também pode ser enquadrado no enfrentamento aos desafios impostos pelo atual momento político, colocando em debate os retrocessos do governo e da legislação frente representação social da mulher, as violências amplificadas sobre esta população e a negação de direitos das mulheres pelos homens e por si próprias também. Desse modo, reafirma-se a relevância desse estudo científico para o esclarecimento das características do relacionamento abusivo, a ampliação do acesso à informação sobre o machismo e suas instâncias e, conseqüentemente, a conscientização da comunidade a respeito desse tópico.

Portanto, evidenciando a importância do tema no panorama político-histórico atual, o mesmo pode ser vinculado ao GT "Políticas de resistência: gênero e raça como ferramentas para produzir enfrentamentos antirracistas



e antissexistas”, cujo objetivo é discutir os entrelaçamentos entre pautas, como gênero e sexualidades, os quais estão enraizados na nossa cultura e presentes na estrutura social brasileira.

Como enquadre teórico, este trabalho encontra respaldo em referenciais da psicologia social crítica e de estudos feministas, como as teorias de Judith Butler e Pierre Bordieu, entre outros (DRUMONT, M.P. Brasil. 1980; GODOI, Ivonete Coriolano Guedes. Brasil. 2018; MAIA, Laura Rodrigues; CASCAES, Neide. Brasil. 2015.), além de documentos oficiais que orientam políticas para a garantia de direitos de mulheres em situação de violência.

Tratou-se de uma pesquisa de campo conduzida em uma cidade paranaense. A produção dos dados foi feita com aplicação de questionários semiestruturados, sendo sua análise realizada de forma e qualitativa. Sendo assim, o instrumento de coleta trouxe 32 questões, das quais as cinco perguntas iniciais se propuseram a identificar o perfil sócio-econômico-demográfico da entrevistada, abrangendo o nível de escolaridade, a classe socioeconômica, a orientação sexual e o estado civil. As três questões seguintes se configuraram como abertas tendo em vista a compreensão da perspectiva da participante a respeito da existência do relacionamento abusivo o qual ocorre principalmente com mulheres. Por fim, os demais inquéritos foram afirmações sobre características de um relacionamento abusivo, nas quais a participante refletiu o quanto ela se identifica com cada sentença e assim assinalou a alternativa que corresponde mais adequadamente a sua visão. Dessa forma, as frases foram construídas com base na Escala Likert em que são utilizados números de 1 a 5 para descrever a percepção da mulher a respeito do tema.

Com a finalidade de averiguar as discrepâncias entre as gerações, o questionário foi aplicado em uma amostra aleatória e randômica de mulheres entre as faixas etárias de 18 a 29 anos e 60 a 75 anos, o mesmo foi aplicado em instituição de ensino universitário e em locais públicos, como shoppings, feiras e terminais de ônibus urbanos por meio da aproximação pessoal e individual das pesquisadoras que utilizarão aparelhos eletrônicos para a coleta dos dados, por exemplo o aparelho de celular.

Voltando-se para a análise qualitativa dos dados, os mesmos foram tabulados e mensurados diretamente pela plataforma do Google Form em planilhas no Microsoft Excel, depois inseridos em formato de tabela para organização e descrição dos dados, assim foram gerados gráficos sobre os dados levantados. Análises iniciais dos resultados sugerem que mulheres com idade entre 60 e 75 anos apresentam o tipo de relato que negligencia a existência do relacionamento abusivo, provavelmente devido ao fato de crescerem inicialmente em uma geração em que o relacionamento abusivo era um comportamento encoberto pela sociedade. Enquanto que mulheres com faixa etária entre 18 e 29 anos se posicionam de maneira mais consciente a respeito da existência do relacionamento abusivo, pois já nasceram inseridas em uma sociedade na qual a expressão feminina possui seus direitos e a informação é disseminada de maneira ampla que possibilita à mulher refletir e ter sua própria opinião sobre o assunto.

As principais reflexões geradas por este trabalho giram entorno da intergeracionalidade que influencia na percepção e na vivência de mulheres frente aos relacionamentos abusivos. A partir dessas diferenças, políticas podem ser produzidas no sentido de qualificar os abusos sofridos e estabelecer as estratégias de resistências que mulheres de diferentes faixas etárias possuem para lidar com a situação, sendo assim há diversas formas de combater e remediar as consequências desse fenômeno. Ademais, outros questionamentos se tornam pertinentes: é possível desconstruir e reconstruir os ideais de relacionamentos amorosos nas gerações antecessoras ao século XXI? Como quebrar os padrões machistas da sociedade nas relações senis e promover essa nova construção de pensamentos pós-modernos?

Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: problematizações sobre raça, gênero e pobreza

Autor: Tatiana Oliveira Moreira (UERJ)

Coautor: Giovanna Giovanna (UERJ)

O presente trabalho apresenta como tema o acolhimento institucional de crianças e adolescentes a partir da problematização em relação aos marcadores sociais de diferença, nomeadamente raça, gênero e pobreza. Tal proposta tem como base a pesquisa realizada no mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ, tendo como campo de pesquisa a atuação em uma Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da capital fluminense. Há diversas produções que se referem à proteção à infância que abordam a pobreza, mas desconhecemos referências que ampliem a discussão sobre as questões raciais e de gênero, que marcam a pobreza, assim como percebemos que estão ausentes da literatura as intersecções existentes e que se evidenciam para análise ao trabalharmos esses



marcadores sociais de desigualdade no campo em questão.

Primeiramente algumas perguntas emergiram como questões: Por que há no acolhimento institucional de crianças e adolescentes praticamente o mesmo perfil de famílias? Por que essas famílias são em sua maioria negras, pobres e com a mulher como única figura responsável pelos filhos? Quais as lógicas de poder que fazem ver sempre o mesmo público como alvo de questionamentos, intervenções e vigilâncias em relação ao cuidado com os filhos?

A escolha de inscrição do trabalho no GT31 – Políticas de resistência: gênero e raça como ferramentas para produzir enfrentamentos antirracistas e antissexistas se deu a partir da análise pela possibilidade de diálogo da pesquisa que vem sendo realizada com a proposta do GT, pois a partir da pesquisa foi possível analisar que não é qualquer criança que está sob os olhares da rede de proteção da criança e do adolescente e nas instituições de acolhimento. As crianças e suas famílias são pobres, têm cor, em sua maioria negra e a constituição familiar tem marcas de gênero. Quase sempre encontramos mulheres sem a presença dos companheiros, o genitor por muitas vezes não aparece como responsável pelas crianças e a figura da mulher é a que primeiramente é questionada, interpelada e julgada pelos olhares nos serviços da rede de proteção e na justiça.

Para tal discussão foram utilizados conceitos tais como biopoder e biopolítica, de Michel Foucault; necropolítica, de Achille Mbembe; autoras que discutem o racismo e o sexismo no Brasil, tais como: Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Luiza Barros, Beatriz Nascimento; autoras que contribuem com uma leitura amefricana: Angela Davis e Kimberlé Crenshaw. E fazendo uma intensa problematização interseccional, Carla Akotirene. Também nos valem de autores que se dedicaram a estudar a história de afrodescendentes e do racismo no Brasil como, Kabengele Munanga e Clóvis Moura. E sobre racismo e branquitude, Lia Vainer Schucman.

A pesquisa teve como aporte metodológico, além da interseccionalidade, a análise institucional, essa referência tornou possível elencar analisadores que levaram a análises e à restituição de discussões estruturantes do campo dos direitos da infância e adolescência no Brasil. As análises fazem ver que a proteção à infância tem sido reprodutora do racismo e sexismo que estrutura a sociedade brasileira. Tendo René Lourau como referência da análise institucional, na pesquisa não houve distanciamento do campo, assim, não ocorreu um lugar esperado de neutralidade acadêmica, pois, a partir do conhecimento e da intervenção psicossocial no campo, a pesquisa pôde ser construída. Nesse contexto, também foram levantados dados de institutos brasileiros que demonstram as desigualdades que atravessam a situação da população negra e pobre brasileira, articulando essas informações macropolíticas com histórias colhidas em atendimentos realizados no contexto de trabalho psicossocial na vara de infância. Histórias que ajudam a pensar como aparece no cotidiano um retrato dos dados e dos argumentos teóricos que se repetem. Histórias que dizem como as famílias são levadas ao judiciário, que questionamentos e interpelações são feitos em relação ao cuidado com os filhos, a precariedade social e de relações presente na vida dessas pessoas, a intersecção entre racismo e sexismo que pauta a vida de mulheres negras, vistas quando mães.

Há infâncias desiguais no Brasil e isso está diretamente relacionado com o histórico brasileiro de escravidão e à forma como a população negra sempre foi tratada no país, sendo jogada para as margens das grandes cidades, ocupando postos de trabalho subalternizados e pouco valorizados. Assim, historicamente as crianças pertencentes às famílias negras eram as que tinham menos acesso à educação, mas sempre foram alvo de programas de proteção à infância, tendo suas famílias vistas como negligentes ou insuficientes para cuidar de um filho. Tais questões passam por muitos profissionais que também são subjetivados pela lógica racista estruturante e tendem a invisibilizar a questão racial, a dimensão generificada e socioeconômica da população nos atendimentos. Há um processo de naturalização que praticamente iguala a negligência a uma condição intrínseca à pobreza, desconsiderando a história que coloca essas famílias no lugar de suposta incompetência no cuidado com os filhos.

A pesquisa aborda aspectos importantes para a atuação de profissionais que lidam com o campo dos direitos da infância e juventude no sentido de dar visibilidade a um contexto histórico das famílias negras e pobres, por serem levadas a estar em condição precária, alvo de desqualificação de suas relações e cuidados, no limite, sendo questionadas pelo Estado quanto ao cuidado com seus filhos e sofrendo a perda do poder familiar. Importante não individualizar as histórias e tampouco analisá-las como contextos isolados, pois com a sensibilidade analítica de observar a intersecção dos marcadores sociais de diferença, que no Brasil produzem e justificam desigualdades, podemos contribuir para revelar a história racista e cisheteropatriarcal do país. História social e cultural que tem mantido a continuidade ao longo dos tempos, dos serviços e das políticas de modo que sempre são as mesmas famílias em situações precárias. Essas continuidades são ainda hoje pouco analisadas e o que elas encobrem fomenta a conduta do Estado e de seus agentes na abertura de processos judiciais nas Varas da Infância, assim como a separação dos filhos através de uma medida considerada protetiva, o acolhimento institucional.



Bruxas e loucas: como essas personagens evidenciam uma certa epistemologia feminista?

Autor: Ana Carolina Dias Ramos (UERJ)

Coautor: Laura Quadros (UERJ)

Partindo da ideia de que a bruxa e a louca são figuras dos discursos forjados sobre o feminino, buscaremos apresentar uma discussão acerca da produção de conhecimento para além dessa ótica. O feminicídio que foi a caça às bruxas e a psiquiatrização da diferença que instaura a mulher como potencialmente louca ou histérica foram caminhos traçados a partir dos rastros encontrados na história. Em função do trabalho de apropriação do corpo e da sexualidade da mulher pela medicina, as bruxas deixaram de queimar: elas se tornaram as histéricas de Charcot! Seguindo a lógica da inferioridade feminina, a figura forjada da histérica surgiu para patologizar o feminino agora sob a égide da ciência. A bruxa ainda poderia ser salva pela Igreja ou pela fé, mas a histérica não teria salvação. O próprio uso da palavra *hystera* é problemático, uma vez que designa doença do útero. Essa palavra foi utilizada pela primeira vez no hipocrático "Sobre as Doenças das Mulheres". Ao longo dos séculos, o diagnóstico de histeria foi sendo alterado diversas vezes mas sua relação com a bruxaria nunca foi rompida. Prova disso é que até o século XIX, na França, um teste usado com as bruxas - espetá-las com alfinetes e agulhas - era utilizado na demonstração clínica da histeria (GARCIA, 1995). Assim, enquanto os homens erigiram impérios, guerras, livros, onde estavam as mulheres nos livros, na história, na filosofia? Quem desejou narrar as histórias de suas vidas? A História que estudamos e conhecemos, as relações de poder-saber que nos contam são baseadas em homens, em masculinidade, em falo. Um homem conquistou, outro morreu. O que arrancou, então, essas mulheres-bruxas e mulheres-loucas da noite, da insignificância foi o encontro com o poder. Resgatá-las e rememorá-las pode parecer um tanto inusitado no primeiro momento mas suas vidas concretas e a virtualidade dos discursos que se erigiu em torno delas nos contam sobre produção de conhecimento e sobre mulheres, sobre ciência no feminino, cuidado e coletivo. O que entendemos por loucura foi sendo modificado ao longo dos tempos. No caso das mulheres, seus comportamentos foram sendo interpretados em função de suas especificidades fisiológicas: o útero e os ovários seriam considerados locais que predispunham a doenças mentais (ENGEL, 2007), evidenciando uma patologização e inferiorização do corpo feminino. Se todo discurso é uma relação de saber-poder (FOUCAULT, 2009), pensar acerca de como foram de forjando discursos sobre o feminino é pensar também que narrativas estão sendo construídas sobre essas experiências ímpares. Essa é, portanto, uma das diretrizes fundamentais deste trabalho. Portanto, tomamos como objetivo desse trabalho a possibilidade de pensarmos a produção de conhecimento no feminino (STENGERS, 1989), para além das imagens da loucas e da bruxa. e problematizar práticas de verdades que constituem o que podemos chamar de performances de gênero. Como possíveis desdobramentos e a partir da proposição apresentada buscaremos colher outras versões do feminino para além das imagens da louca e da bruxa para compor narrativas que coloquem em jogo outras histórias marginais sobre o feminino. Entendemos que a relação com o GT escolhido evidencia-se na proposta de pensar a produção de conhecimento no feminino, usando para isso a imagem da bruxa, figura-mulher construída pela Igreja e financiada pelo Estado, visando, principalmente, o extermínio devastador da vida de milhares de mulheres, utilizando para isso discursos misóginos, ridicularizando práticas predominantemente femininas à época, construindo e reforçando discursos de ódio em relação ao corpo feminino. Uso também como analisador a imagem da louca, figura forjada pela discurso médico que patologiza experiências femininas. Não à toa, opto por essas figuras; a história nos conta suas aproximações. Em diferentes graus, ambas figuras são dispositivos utilizados até hoje para engrossar os discursos misóginos. Diante da história que nos é contada, pensando na ética que Grada Kilomba nos oferta, tensionamos e, com isso, propomos aberturas para que possamos contar outras histórias. Nesse sentido, como essas figuras nos ensinam a pensar um outro modo de produção de conhecimento? Tensionando as relações de saber-poder construídas pelo patricarcado, como essas figuras marginais nos auxiliam a pensar a construção de outras relações, outros vínculos, outros coletivos possíveis? Como podemos aprender com elas (e não a partir delas) outras versões acerca da sexualidade, território, discursos e afetividade? Afinal, ao propor outras versões da história, desacomodamos o conceito de Verdade, Razão e História tão caros ao patriarcado e à Filosofia e me disponho a construir um espaço outro, mais plural, mais coletivo, e por isso, menos masculinista. Como método estamos experimentando uma produção de conhecimento que se faz no caminho do que se quer conhecer, encontrar o caminho pesquisando, descobrindo. Pensar não no metha odos, mas justamente no odos metha, ou seja, a descoberta é primeira em relação ao caminho estabelecido. Na própria metodologia teremos como intuito "discutir políticas de pesquisa

afinadas com conhecimentos locais, situados e encarnados” (QUADROS et al, 2015). Portanto, entrelaçamos a proposta da Teoria ator-rede com o método cartográfico, compreendendo a pesquisa como um processo aberto, vivo e ativo. Estando ainda em sua primeira fase, encontramos no levantamento bibliográfico sobre os discursos que tem sido produzidos sobre o feminino no campo das ciências humanas, especificamente na psicologia, problematizando a exacerbada patologização do corpo feminino, estranhando discursos científicos que ligam processos eminentemente femininos, tais como menstruação e gravidez, à fraqueza e subjugação. Compreendemos que, dessa forma, podemos contribuir para o campo da saúde mental, estudando o conceito de loucura ao longo dos tempos, atentando-se ao recorte de gênero e ao resgatar o conceito de bruxa, veremos como ele se aproxima do conceito de louca, ambas figuras femininas, desdobrando a discussão acerca do feminino na atualidade.

Camponesas na luta pela terra e pela vida em Rondônia

Autor: Regina Clara de Aguiar (UNIR)

Coautor: Juliana da Silva Nóbrega (UNIR)

O estado de Rondônia, território amazônida, pode, atualmente, ser caracterizado não mais por sua floresta e biodiversidade tropical, mas pelo deserto cada vez mais extenso de soja e pasto. O projeto da monocultura do capitalismo, representado ali pelo agronegócio, vai se consolidando em toda a sua extensão. De acordo com o censo agropecuário de 2017, num estado de 1.757.589 pessoas há mais de 10 milhões de bovinos. Nos automóveis, há um tempo atrás, se podia ler o slogan adesivado que dizia: “Rondônia: estado natural da pecuária”. Desde sempre, vigora o discurso da naturalização dos processos de controle dos territórios e das riquezas, e também da necessária violência contra os povos e suas comunidades.

A história oficial, entretanto, costuma não ser a história das lutas sociais e das resistências. Se de um lado há transformações operadas pelo regime de acumulação capitalista, de outro há grupos e movimentos que reivindicam direitos sociais e mais do que isso, propõe e concretizam, mesmo que de forma limitada, um modelo de desenvolvimento anticapitalista (SCOTT, 2002).

A diversidade de formas de luta presentes em Rondônia – no campo ou na cidade, entre mulheres e homens, jovens e crianças, diferentes etnias e condições sociais – é a maior expressão da agência das pessoas diante da violência desse projeto de sociedade que se concretiza a partir do capital e da barbárie. O estado conta com importantes movimentos sociais tanto no campo quanto na cidade e estes vem produzindo, cotidianamente, práticas discursivas impregnadas de outros sentidos de sociedade, outras hegemonias ou hegemonias alternativas.

Dentre os movimentos sociais que se destacam na luta pela terra, podemos ressaltar a Via Campesina, que em Rondônia, é composta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (SOUZA, 2011). Dentre as múltiplas ações desses grupos, chama atenção o papel ativo das mulheres camponesas militantes e a sua participação decisiva na luta pela terra.

Este é o relato de uma pesquisa etnográfica (GEERTZ, 2008; SATO & SOUZA, 2001; ROCKWELL, 2009) que buscou contar a história da presença das mulheres a luta pela terra ao longo da existência desses movimentos sociais ligados a Via, especialmente o MST, MPA e MAB. Mesmo com a distância geográfica entre os assentamentos de reforma agrária no estado, a militância das mulheres encontra maneiras de reunir-se e driblar as dificuldades. Assim, amparadas na perspectiva de uma psicologia social crítica e voltada ao entendimento das ruralidades (LANDINI, 2015) e das formas de participação política das mulheres, a pesquisa ouviu e documentou, em formato audiovisual, as trajetórias de dez militantes desses movimentos sociais.

As entrevistas passaram por um processo de categorização e edição, tornando-se parte de um documentário etnográfico “Camponesas na luta em defesa da terra e da vida”, construído em parceria com as interlocutoras. Ao término da edição, o documentário foi sendo exibido em cada assentamento a que pertenciam as mulheres, em grandes rodas de conversa.

Além desse processo de recordação das memórias (BOSI, 1994; 2013) de um tempo que passou e das dificuldades vividas no início da organização dos movimentos no estado, as entrevistas trouxeram elementos importantes para a reflexão dos valiosos direitos conquistados (e novamente ameaçados) pelas mulheres camponesas e das lutas que ainda são necessárias na atualidade.



Para se entender melhor a situação de cada mulher se indagou sobre suas experiências de vida na lida, enquanto camponesas e militantes. Os depoimentos testemunhais demonstram como essas mulheres lidam com as questões do dia a dia – trabalho na roça, no espaço doméstico e na militância, família, educação, entre outros, indicando sobretudo, os atravessamentos de gênero na produção das desigualdades vividas por elas (CARNEIRO, 1994).

Em alguns depoimentos foi possível observar a preocupação com a família e os filhos. Nos relacionamentos amorosos, algumas relatam a importância de um companheiro que entenda e compreenda as tarefas da militância e da divisão das tarefas de cuidado no espaço doméstico

Muitas relataram a necessidade de provar que são capazes, muito havendo ainda a ser feito, para garantirem confiança e credibilidade em sua militância. Para as mulheres isso é muito mais exigido e exige delas dedicação e doação. Isso requer muito mais sacrifício da parte da mulher, que precisa agir de forma redobrada para dar conta de tudo. Em alguns casos, as sentem que precisam se masculinizar para serem reconhecidas enquanto dirigentes na militância.

As mulheres que lutam por suas existências e conquista de seus territórios para permanência e produção em favor de suas famílias e comunidades falam da força para enfrentar as violências vividas cotidianamente. Relataram o medo em relação aos enfrentamentos, despejos com a presença da polícia armada, a perda dos barracos e a tensão na barraca de lona, que era maior à noite, quando a qualquer momento o pistoleiro poderia surgir.

Quanto às diversas formas como se iniciaram na militância, os depoimentos são variados. Por exemplo, uma professora militante afirmou que devido a questões políticas, por ocasião de uma candidatura dela a um cargo como vereadora, que infelizmente não a elegeu, foi transferida para uma escola no assentamento, onde vive hoje, por sinal bem adaptada. Acredita que a sua ida para o local não passou de um castigo a que foi submetida. Ao contrário do efeito punitivo que essa retaliação pudesse ter tido, foi ali que a professora pode conhecer e ingressar no movimento a que pertence hoje. Outra relata a violência sofrida pela expulsão das terras por ocasião da construção das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira e todo o sofrimento psicossocial que se reverteu em luta quando conheceu o MAB.

Duas das entrevistadas tomaram a decisão de participar, em nível nacional, da greve de fome contra a Reforma da Previdência e ambas relatam o quanto foi difícil tomar essa decisão e viver o processo todo, ressaltando a importância da família e dúvida em relação ao tempo e a saúde física e emocional. Mas a convicção de que era algo que precisavam fazer por todos foi maior.

Sobre a terra como local de afeto, as narrativas são sugestivas de uma relação com que ultrapassa o próprio cotidiano e trazem aspectos de uma identidade coletiva em que a terra e a agricultura são fundantes. Nesse sentido podemos observar na fala de uma das entrevistadas o seu amor pela terra: Sou filha de camponeses. Sou camponesa, filha de camponês sem terra, vindo do nordeste em busca de um pedaço de chão. Mais do que um valor monetário, a terra é lugar de vida e de luta para elas.

Para finalizar, constata-se a importância das mulheres como constituintes da luta pela terra no estado e, apesar de sua aparente invisibilidade nos relatos, a importância dessa história ou dessas diferentes histórias na luta anticapitalista mais ampla. Suas narrativas dão visibilidade a seus sentimentos, medos e avanços na conquista e permanência na terra.

Além disso, os princípios que nortearam a execução da pesquisa são múltiplos nesse entrelaçar cultural presente em cada entrevista das dez informantes. E oferece uma percepção de que os valores humanos e culturais estão nesse bojo, no campo da ética, disciplina, tenacidade, resiliência, resistência, desafio, solidariedade, honra, respeito, amor ao próximo e a terra, temas que foram surgindo fortemente, imbricados em cada fala de áudio gravado.

BOSI, E. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. O Tempo Vivo da Memória. São Paulo: Editorial Ateliê, 2013.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. Estudos Sociedade e Agricultura, UFRRJ/CPDA: 11-22, 1994.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LANDINI Fernando. Hacia una psicología rural latinoamericana. Buenos Aires : CLACSO, 2015. E-Book.

ROCKWELL, Elsie. La experiencia etnográfica: historia y cultura en los procesos educativos. Buenos Aires: Paidós, 2009.



SATO, L.; SOUZA, M.P.R. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em Psicologia. *Revista Psicologia USP*. São Paulo, vol.12, n.2, p. 29-47. 2001.

SCOTT James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010). Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2011.

Como tornar resistências em metodologias?

Autor: Giovanna Liz (UCDB)

Coautor: Anita Guazzelli Bernardes (Anita Bernardes)

O trabalho tem como objetivo pensar em modos de fazer pesquisa que levem em consideração os saberes e práticas produzidos por mulheres e por epistemologias feministas que estão constantemente tensionando as relações de poder estabelecidas por uma estrutura patriarcal, machista e racista, ao afirmar suas existências e engendrar estratégias de resistência e enfrentamento às opressões, desigualdades e violências vividas.

Esse objetivo surgiu devido a pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, sobre o feminicídio. Ao investigar de que maneira o feminicídio tem sido objetivado pelos discursos científicos, na tentativa de reunir referências e materiais teóricos que dessem sustentação a composição de um campo social acerca do fenômeno e, com isso, reconhecer algumas perspectivas que compõe essa produção de discursos, tais como: estatísticas geradas sobre os crimes, processos de criação e estruturação de um aparato jurídico penal, contextualização acerca das circunstâncias em que as mortes ocorrem, análises das narrativas que enunciam as mortes, entre outras; foi possível refletir que, ao mesmo tempo que existe uma prática de produção de morte de mulheres no Brasil (em especial de mulheres negras e de classes menos favorecidas), há também práticas de produção de vida e resistência por parte de inúmeras mulheres que denunciam às opressões, violências e extermínios vividos por elas.

Aliás, foi somente a partir das lutas e reivindicações das mulheres e dos movimentos sociais que se tornou possível pensar em políticas de enfrentamento à violência, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio. Essa reflexão criou condições de possibilidade para fazer um movimento de deslocamento de olhar acerca do presente problema de pesquisa, ao espriar-se por outra linha de investigação. Não mais a busca pelos discursos sobre o feminicídio, e sim que agora está interessada em seguir as pistas, cenas e fragmentos de vida, potência e produção de saberes realizados por mulheres que se organizam para resistir a ele.

Com base nesse redirecionamento é que os estudos de epistemologias feministas emergem como referencial teórico e metodológico. Procura-se ainda pensar nas relações de poder alicerçada pelos escritos sobre a analítica do poder de Michel Foucault.

Para dar visibilidade as situações das mulheres que habitam a sociedade estruturada de forma patriarcal, machista e racista, os estudos de epistemologias feministas articulam em suas análises, os marcadores sociais de gênero, classe e raça, em uma perspectiva que entrecruza essas intersecções. Como diz Carneiro, temos que "levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso" (2019, p. 274). É por isso que deve existir o reconhecimento de que a presença de determinados marcadores sociais pode expor algumas mulheres a maiores situações de desigualdade e vulnerabilidade.

Quando Angela Davis faz uma contextualização do movimento antiescravagista e a origem dos direitos das mulheres, nos Estados Unidos, século XIX, a autora diz que uma luta não deve sobrepor a outra. "Por terem uma consciência tão profunda da indissociabilidade entre a luta pela libertação negra e a luta pela libertação feminina" (DAVIS, 2016, p. 56) é que alianças foram formadas. Acreditamos que é isso que as mulheres fazem ao articular suas denúncias as diversas formas estruturais de opressão e violência que se constituem como práticas em nossa sociedade.

Segato (2006) faz uma análise do que acredita ser a estrutura que mantém o patriarcado. A antropóloga considera a existência de dois elementos que, interligados, produzem esse modo de organização social que tem por finalidade punir aquelas que transgridem às normas e imposições estabelecidas, ameaçando o poder atribuído aos homens. Esses elementos correspondem a eixos: "un eje que llamé de vertical, por vincular las posiciones asimétricas de poder con sujeción, o sea, del perpetrador con su víctima; y un eje que llamé de horizontal y que vincula al



perpetrador con sus pares” (SEGATO, 2006, p. 5). Sendo assim, a manutenção do eixo horizontal depende da manutenção do eixo vertical. Uma das maneiras de se preservar essa estrutura é manter o desequilíbrio entre homens e mulheres, usando como ferramenta diversas formas de violência.

Se tomarmos como suporte a analítica de poder pensada por Michel Foucault (1988/2010), partimos do pressuposto que as relações sociais são compostas por jogos de poder e resistência. Nessa perspectiva, o poder não é o total subjugamento do outro, pois existem formas de negociação presentes nas relações, tensionamentos que operam dentro desse jogo. “O caráter estritamente relacional das relações de poder. Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário” (FOUCAULT, 2010, p. 106). Desta forma, mesmo que a violência seja uma estratégia usada nas relações de poder, a resistência compõe essa relação. A resistência é também uma forma de poder. Logo, o poder não está localizado somente na figura do homem que oprime e violenta, mas igualmente, está nas mulheres que denunciam e resistem a essas condições.

Acredita-se que o presente trabalho se relaciona ao GT “Políticas de resistência: gênero e raça como ferramentas para produzir enfrentamentos antirracistas e antissexistas”, em virtude de apresentar análises que articulam as categorias de gênero, raça e classe enquanto elementos que estruturam as relações sociais e produzem modos de subjetivação. Além de discutir as relações entre violência e práticas de enfrentamento.

Talvez uma forma de construir enfrentamentos antirracistas e antissexistas é reconhecer, dar voz e visibilidade às mulheres. Ao afirmar suas existências, ao ocupar os espaços, ao produzir conhecimentos, mulheres estão nos mostrando potências de enfrentamento. Em tempos de práticas de extermínio da população e lutas por garantias de direitos, se faz urgente aprender com essas mulheres a pensar estratégias de cuidado e modos de promoção da vida. O que elas têm a nos ensinar? Como podemos aprender a resistir como elas?

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, H. B. (Org). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 400 p. (p. 271-289).

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: A vontade do saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988/2010.

SEGATO, R. L. Que és un feminicidio: notas para um debate emergente. *Série Antropologia*, 2006, 401.

Empoderar para cuidar: uma proposta de autocuidado apoiado para mulheres em situação de vulnerabilidade social

Autor: Jéssica Oliveira de Almeida

O projeto de intervenção surgiu em resposta às problemáticas de saúde pública que recaem sobre os grupos de maior fragilidade socioeconômica do município de Palmas, TO. Ao avaliar os dados epidemiológicos, chamou a atenção o alto índice de violência interpessoal, predominante em todo o município diante dos demais agravos.

As condições sociais de saúde da comunidade que estas mulheres estão inseridas caracterizam o que se entende por vulnerabilidade social: metade dos moradores (as) do Taquari (onde o projeto está intervindo) estão em condição de desemprego, desenvolvem atividades econômicas autônomas e não contribuem com a previdência social. Parte das casas são de alvenaria, não tem tratamento do esgoto/ ligação regular de água tratada.

Analisando o crescimento das taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil) nas capitais do Brasil no período de 2006 a 2013, ver-se que o feminicídio em Palmas aumentou em 951,6% - ocupando com isso a primeira posição entre as capitais do país. O perfil destas mulheres que mais sofrem com a violência concentra-se na população negra, sendo predominante na faixa de 18 a 30 anos de idade. Sabe-se que violência de gênero é multifacetada e complexa, representa um desafio mundial, pois as medidas de prevenção não se limitam a controle de vetores, mas, de mudanças de comportamentos e transformações culturais complexas e longínquas.

Objetivo

Promover maior criticidade em relação às experiências de violência, e, através do vínculo com a comunidade, envolver as mulheres num processo de autocuidado, buscando soluções para as vulnerabilidades sociais vivenciadas.



Relação clara com o GT e eixo temático escolhido

A desigualdade crônica entre mulheres e homens contribui energicamente para dependência econômica em relação ao parceiro e vulneráveis a diferentes violências. O desafio de produzir saúde, não é de responsabilidade exclusiva do SUS, uma vez que a dominação se reproduz no nível das histórias pessoais, das relações comunitárias e das instituições gerais do sistema social. Articular estes grupos é a tarefa a que este projeto tem se debruçado, por compreender que é um processo fundamental para a construção do contrapoder.

Orientação teórica

Como forma de sintetizar o perfil epidemiológico crítico, na perspectiva de Breilh⁸, será descrito o que foi identificado com maior regularidade enquanto processo crítico de vulnerabilidade e em seguida de proteção (que estão conectados pelos fatores globais, particulares e singulares).

Processos críticos de Vulnerabilidade

Dentre as formas de violência experienciadas, foi predominante a violência física e sexual, sendo a violência psicológica presente em todos os casos. Apenas 2 casos tiveram cunho judicial: um de uma jovem, na época menor de idade, e, que ao contar a violência sexual praticada pelo pai para uma vizinha, a polícia foi acionada e o genitor/agressor foi preso; e outro que durante o período de execução do projeto, uma das mulheres foi agredida fisicamente pelo ex-companheiro, contatou a polícia para denunciá-lo, garantindo medida protetiva. Foi realizado encaminhamento de uma das mulheres para psicoterapia individual, devido à revivência da experiência traumática e ideação suicida, apesar de outras integrantes também fazerem uso de psicotrópicos para o tratamento de transtornos de depressão, ansiedade, déficit de atenção (relacionado ao evento estressor) e uma delas de esquizofrenia.

Processos críticos de Proteção

No nível micro, ou seja, do grupo de pessoas atendidas, pode-se concluir que os vínculos comunitários podem favorecer o suporte individual. Pois ao compartilhar a "vontade de sumir", ou "achar que não vai aguentar", davam lugar a mediações em que eram instigadas a responder como poderiam se apoiar. Emergiram respostas sobre o que era possível fazer para diminuir a dor dessas pessoas, em que surgiam lágrimas e abraços, palavras de conforto e oferta de escuta.

Tais vínculos são fundamentais para atender a necessidade coletiva, em que se observam estratégias de defesa que estimulam a vida, ainda que a desigualdade de gênero e as condições adversas a ela relacionada provoquem privação e deterioração da vida (transtornos mentais, conflitos intrafamiliares, visão negativa dos membros da comunidade e falta de união). Isto ocorre porque os modos de vida podem não ser modificados profundamente, ao ponto de superar reprodução social.

Por isso a epidemiologia crítica coloca-se a serviço do fortalecimento da subjetividade dos explorados; Entende que a etnicidade, o gênero e a classe social são a fonte/ processos produtores de iniquidade. Isto porque a raiz germinativa dos três processos é a acumulação e a estrutura de poder da sociedade. É também através das relações de subordinação criadas nesses três grupos, que reverberam as desigualdades no acesso ao emprego, cultura, lazer e demais componentes que caracterizam uma vida digna, a igualdade.

Defende-se que, somente atuando no nível singular (resgate da autoestima); particular (fortalecimento da participação nos conselhos comunitários para que responda positivamente às necessidades elencadas por elas durante os encontros) e global (constituir parcerias com diferentes atores sociais para incubar cooperativas de geração de renda, novas políticas de proteção e prevenção da violência) é que será possível o empoderamento, pois ele não ocorre através da fala, mas sim a partir da transformação das condições materiais de vida.

Método

Trata-se de um relato de experiência do projeto de intervenção que está em desenvolvimento desde abril de 2018, fase em que as intervenções foram iniciadas na comunidade do Taquari, bairro de Palmas, capital do estado do Tocantins.

Os encontros foram planejados para ocorrerem a cada quinze dias, em que são mobilizados também parceiros intersetoriais. Entretanto, até o presente momento ocorreram ao todo 12 encontros, com duração média de 3 horas cada (de 9 às 12:00). Através de oficinas, rodas de conversa e vivências foram identificados os principais



problemas da comunidade também os sonhos das pessoas envolvidas. Participam do projeto 1 psicóloga, 1 enfermeiro, 3 odontólogas e 1 nutricionista.

Para construção das oficinas foi utilizado o referencial teórico de Rauterg, pois defende que cada oficina precisa ter um objetivo claro, sendo, os aspectos fundamentais: a consciência de uma proposta ética (negação da alienação e busca de encontros que potencializem a vida), estética (inserção no mundo da coletividade através da arte, do afeto e do amor, por exemplo) e política (desejo de transformar intencionalmente ou não a sociedade que se insere).

Resultados

Roda de conversa sobre a curta metragem Vida de Maria – A grande maioria das mulheres (exceto uma) são mães (variando 1 e 7 quanto ao número de filhos) houve uma identificação direta com a história da personagem principal. Referiram sentimento de tristeza, histórias sofrimento, do não direito a infância (brincar) além da reprodução da história de seus pais que pararam de estudar para trabalhar e sustentar a família. Também reflexão de uma das integrantes, quanto à exigência que tem com suas filhas mais velhas, que são tratadas muitas vezes de forma ríspida (ao exigir que parem de brincar/ estudar para ajudar nas tarefas domésticas e para o cuidado com os irmãos) e se emocionou ao falar que se reviu como mãe.

Empreendedorismo feminino - Diante da demanda das mulheres em desenvolver uma atividade laboral, surgiu a parceria com Professor responsável pelo Núcleo de Economia Solidária. Através do vídeo sobre a experiência exitosa das quebradeiras de coco babaçu, gerou-se a identificação em relação ao gênero, além de aspectos físicos e culturais. As mulheres demonstraram preocupação com o prazo necessário (dois anos), desde a criação de uma associação de mulheres, análise de mercado, até a consolidação do negócio.

Contando minha história/ Encontro sobre autoestima – É predominante a violência sexual em todos os casos praticados por pessoas próximas (pai, padrasto, avô), sendo uma delas cometida por mais de um agressor, porém ainda na primeira infância (no ambiente familiar de onde fugiu e após denúncia foi morar num abrigo, de onde voltou a fugir por maus tratos), e, depois em uma casa que foi trabalhar como empregada. Esta mulher se emocionou ao falar fase em que “escolheu” morar na rua e se prostituía. Outras histórias que se conectaram foi a da fome desde a infância, a incapacidade de se defender por ser muito pequena, não ter quem cuidasse delas. Além de conflitos familiares, o medo de se relacionar, e, terem adquirido transtornos mentais após as humilhações/ agressões físicas sofridas.

Conclusões

A maior dificuldade para a execução do projeto foi à fragilidade do vínculo com a comunidade, que culminou em uma mobilização extremamente limitada. Isto se deve também por ser uma região em que não há políticas públicas e projetos sociais que estimulem a juventude (para apoiar através da mobilização cultural, por exemplo).

É fundamental refletir sobre a técnica empregada para aprimorar o método, porém, é igualmente importante que os profissionais que se desafiam a construir práticas emancipatórias evitem a frustração, pois são milênios de construção do modelo assistencialista em que as pessoas foram condicionadas a exercerem um papel absolutamente passivo.

Por fim, a contracultura é um movimento, como tal, não tem resultados precisos. Não há como determinar que a mulher estará ou não imune a novas formas de violência, mas, sem dúvidas, o aumento da autoestima das mulheres contempladas no projeto, o resgate de suas potências, dos recursos que dispõe na comunidade em que estão inseridas (todas as assistências que já receberam, apoio de vizinhos) ecoa para lugares sequer previstos.



Masculinidades negras: subjetividades e (des)humanidades

Autor: Alessandro Campos (Unifesp)

A psicologia reconhece de diferentes formas a realidade, mas sabe que ela é construída socialmente e localizada histórica, cultural e materialmente (Mol, 2007). Isso acaba por produzir um discurso que influencia e é influenciado por todos os atores do campo psicossocial. Portanto, é necessário pensar as questões sobre o (anti) essencialismo, o relativismo, o questionamento das verdades geralmente aceitas, as determinações culturais, a historicidade do conhecimento, a linguagem e o conhecimento como produção social (Iñiguez, 2004). Não há masculinidade, mas masculinidades. É sempre plural e sempre performática. As masculinidades negras transitam pelas dimensões subjetivas da angústia. E caminham por especificidades da negritude possuindo questões próprias comparadas às questões envolvendo masculinidades convencionais. Aqui convencional como sinônimo de conservação, da manutenção de um status social marcando a humanidade e seu ideal como sendo branco, heterossexual, cis, econômica e politicamente garantido em direitos (Faustino, 2014). A pluralidade sobre homens negros pode ser entendida por diferentes perspectivas, mas por onde quer que caminhemos nos deparamos com uma significativa produção de inquietação e conflito sobre sua identidade. Ainda que sempre precisemos considerar boa parte delas envolvendo dinâmicas de gênero, raça, orientação sexual, idade, classe social, etc., essas particularidades são produzidas em determinados momentos pelo que chamamos de alinhamentos e sobreposições. Alinhamentos em privilégios (como uma ontologia do que é o homem e conseqüentemente sua crítica) e sobreposições morais e de responsabilidades (o que pode esse homem e como existir). Isso indica então a necessidade de falar sobre masculinidades negras dentro de uma perspectiva complexa, sempre buscando diferentes ângulos. Estamos buscando apontar que há uma produção de narrativas subversivas e outras tendidas a subalternidades. Subversivas porque lutam por reconhecimento e esse é um problema da emancipação. Subalternas porque são corpos-conflitos inscritos em uma história que conflitivamente lhes nega a memória e o direito de existir. Precisamos pensar sobre as masculinidades negras e a relação entre identidade, narrativa e memória. Essa relação precisa ser entendida enquanto processos elaborados na estrutura social, em uma produção psicossocial impar envolvendo reconhecimento e desejo, e não apenas como grupos de pessoas independentes. Estamos interessados em subjetividades negras, logo uma subjetividade que invoca uma afirmação e uma negação simultânea das identidades (Arditi, 2011).

Nesse sentido, propomos uma crítica da tradição das masculinidades que apresenta seus riscos e enfrentamentos propícios ao debate. Como construir uma tradição crítica das masculinidades? Como as masculinidades negras narram-se? Ou ainda, como pensar a apropriação crítica de qualquer tradição? Temos problemas que trazem para a discussão as narrativas de vida, de natureza identitária, cujo seus posicionamentos envolvem uma performatividade das muitas práticas desse saber (Butler,). Afinal, o que queremos preservar e o que queremos mudar?

Interessa-nos reconhecer e perguntar quem somos, de onde viemos e onde estamos nessa trajetória. A questão ontológica é crucial se queremos entender onde está localizada essa realidade e, particularmente, as formas de produzi-la. Temos que lidar com o questionamento das posições ocupadas e conhecimentos herdados de certas escolas e pensamentos. A Europa há muito não tem condições de narrar o homem negro (Cesairé, 2010) Isso não significa que o retorno a matriz cultural em perspectiva afrodiáspórica elimina alguma contribuição distinta dessa, mas coloca a questão identitária exigindo um posicionamento. Precisa enfrentar a questão sobre como pensar uma narrativa. Aqui talvez encontramos chances para escapar de uma determinação histórica e da heteronomia que persegue os homens negros enquanto construção discursiva. Se há uma diversidade de modos de ação para a transformação social em um amplo campo de saberes, como produzir crítica a tradição e simultaneamente uma tradição crítica?

O percurso denunciado pela negritude revela uma predominância de conflitos da subalternidade e marginalização. A ideia de masculinidade convencional (substancialmente dominante e agressiva) vem acompanhada da problemática idealização da branquitude (ideal de humanidade) construída desde a colonização. Como diz Azevedo (2018), "A escravidão produziu no Brasil uma espécie de trânsito que esfumaça os limites entre vida pública e privada, produzindo uma intimidade envenenada, tão intensa, que opera por uma espécie de suturação: o preto é tão próximo, tão presente, que já não é visto, uma vez que o outro não aparece aos olhos sem que alguma distância se produza. A presença a presença do preto sem foi vivida como excesso; estando em toda parte, o preto, contudo, não tinha lugar algum. Eis a lógica da exceção brasileira: o preto, não estando ausente, é aquele a quem



falta, e essa falta é uma condição. Ausência como falta, nesse caso, implica a demanda de presença, ou sua recusa. Esse é o movimento pendular que ainda toma conta de nossa vida social. “ E isso sempre indica a manutenção de privilégios, pois há hierarquizações e acúmulos de sujeição a serem reconhecidos e enfrentados. Não há homem negro sem sua história coletiva, sem memória, sem o percurso de seu grupo étnico-racial.

As masculinidades negras encarnadas na singularidade dos corpos existentes em nossa sociedade sabem o que os atravessa, mas isso não garante modos adequados de lidar com suas contradições. A memória destes episódios instiga a imaginar seus registros e anúncios. Porém, sempre corremos o risco de cair numa ideologização da história do cotidiano, como se esta fosse o avesso oculto da história política hegemônica. E não há correlações de causa e efeito nestes constructos. De toda forma, entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana, como diz Ricoeur (2007), há uma correlação que não é puramente acidental. Compreendemos que somos obrigados a construir, por nosso próprio risco, os elos que intermediam essa suposta correlação, proposição que pondera nosso interesse pela negritude pois, nosso foco não é a análise desta correlação e, sim, sua relevância em termos do seu potencial transcultural. Especificamente, o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo e que tal narrativa atinge seu pleno significado ao tornar-se uma condição da existência temporal. Para os homens negros há, em nosso entender, quatro marcadores fundamentais que podem ser usados como categorias de análise da performatividade desses corpos negros para entendermos a relação entre o tempo e a narrativa levando a elaboração de suas dificuldades para uma projeto emancipatório. Indicamos quatro marcadores fundamentais nessa elaboração:

O primeiro é a narrativa do medo. O corpo negro foi e é narrado como uma ameaça. Ele pode matar, logo pode ser matável, encarcerado, linchado ou despedaçado. Uma medida de “prevenção” para parte da sociedade que quer manter seus dispositivos de controle na manutenção das desigualdades estruturantes. É justamente o racismo uma das expressões mais características da discriminação brasileira. (Gonzalez, 1988). O medo, que é condição comum de nossa humanidade, quando pigmentado tornasse o terror e passa a ser combatido para justificar o genocídio. O segundo diz respeito ao mundo do trabalho. O corpo negro ainda está submetido a exaustão, um cansaço físico e existencial. Importante antes que possamos compreender contextos que envolvem (ou não) reconhecimento social, o que sabemos é que a maioria dos homens negros entendem que precisam ser muito melhores e mais competentes do que homens brancos para ter frequentemente reconhecimento muito menor. O conflito raça-classe é dessa ordem. Definitivamente as noções e relações entre a igualdade, desigualdade e diferença são ímpares para a consolidação desse marcador (Barros, 2006).

O terceiro é a narrativa da sexualidade. A ideia do “vigor sexual” certamente é uma das coisas mais incompletas (e porque não injustas?) a respeito do homem negro. Ela é primeiramente racista, pois aponta para o homem negro como algo primitivo, animalesco e vulgar. O homem negro, por essa ideia, não tem sexualidade, tem sexo. Não tem erotismo, tem coito. Fanon, Cleaver, Memmi, já apontaram para isso. O homem negro quando tratado apenas como um pênis, e o pênis como coisa, é objeto de uma reificação grosseira e um ato de desumanização. E o homem que se disponibiliza a ser essa reificação dos outros caminha para uma solidão inevitável porque em algum momento não será mais objeto de interesse desse outro. Permanece ainda quase exclusivamente fetiche. O homem negro quer e pode ser amado sem a presença da estereotipia grosseira de ganância insaciável e afins. Há muita sensibilidade e gentileza possível nos afetos negros. E o quarto marcador: a saúde mental do homem negro. A insegurança e a instabilidade emocional tem se instalado com vigor nas interpretações das masculinidades negras. O suicídio, o abuso de álcool e drogas, a não verbalização dos sentimentos, o não lugar para a vulnerabilidade, o conflito da paternidade, são alguns exemplos de ambivalências. No caso do suicídio não pode e nem deve ser aceito como possibilidade do povo negro para encaminhar e lidar com suas aflições. Esse é um sintoma assustador que atravessa muitos homens negros atualmente. Sueli Carneiro diz frequentemente para as jovens feministas negras que elas devem reivindicar a fragilidade e o cuidado. Mudar o foco de que mulheres negras são sempre fortes e aguentam tudo do jeito que for, da mulher negra pronta pra guerra. “Isso já foi feito. Permitam-se outras coisas além de serem fortes”, diz ela. Esse é um desafio compartilhado por homens negros: reivindicar cuidado.



Mulheres negras escritoras: interseccionalidades

Autor: Ianá Souza (USP)

A comunicação versará sobre depoimentos e contos de escritoras negras entrevistadas para meu doutorado em psicologia social no IPUSP, sendo elas quatro escritoras negras contemporâneas e de língua portuguesa – as brasileiras, Conceição Evaristo e Esmeralda Ribeiro, e as moçambicanas, Lília Momplé e Paulina Chiziane. Com isso, pretendemos fornecer elementos para uma reflexão sobre a criação literária de escritoras negras no contexto das literaturas de língua portuguesa, a partir da análise de quatro livros de contos – *As andorinhas* (Paulina Chiziane), *Insubmissas lágrimas de mulheres* (Conceição Evaristo), *Malungos e milongas* (Esmeralda Ribeiro) e *Ninguém matou Suhura* (Lília Momplé). Discute-se neste trabalho a escrita como ação política e a resistência de escritoras negras que agem política e ideologicamente para descolonizar a história e as mentes de leitores, movimentando o espaço literário e de branquitude e seu discurso hegemônico. De acordo com os resultados de nossa pesquisa, a criação literária de escritoras negras representa vivências e experiências organizadas a partir de uma situação biograficamente determinada pela condição de serem mulheres e negras. Sustentamos que essas mulheres são autoras e intérpretes de sentidos e de significados de ser mulher, negra e escritora em sociedades de classes. Consideramos, portanto, que elas representam dois grupos sociais historicamente subordinados, mulheres e negros, e que vivem em sociedades ainda marcadamente constituída por três formas de dominação: capitalista, colonialista e patriarcal. Seus depoimentos para a pesquisa, revelaram mulheres que tiveram de aprender a força necessária para resistir à desumanização que o racismo, o sexismo e o capitalismo lhes legaram. Mulheres que encontraram as potenciais qualidades da diferença social, racial e de gênero, especificamente as da marginalidade, como experiência estimulante, embora muitas vezes dolorosa, para criar textos literários. Tudo o que elas viveram, experienciaram e aprenderam tornou-se alicerce para suas falas e criações literárias. Portanto, apresentaremos uma discussão pautado nos depoimentos das escritoras e nos temas referentes à movimentação social de seus textos literários (contexto político, cultural e histórico das tramas, tal como aparecem no interior de cada livro), a pobreza, a condição dos negros, a subordinação da mulher e vivências e respostas de mulheres negras a eventos ou circunstâncias de racismo e sexismo (respostas ao rebaixamento econômico-político longamente formado contra mulheres negras, o que necessariamente incluiu respostas à opressão e à reificação da mulher negra, à subordinação e aos atributos de coisa que lhe foram historicamente impingidos). Para isso, a comunicação parte de uma primeira premissa, que se organiza em torno de questões levantadas por Virginia Woolf sobre os impedimentos para o surgimento de mulheres escritoras nas sociedades patriarcais. Lendo a pesquisa de Virginia Woolf sobre escritoras do século XIX, ficou clara para nós a sua discussão sobre as dificuldades para a produção de uma escrita feminina na delimitação temporal proposta pela autora, considerando que as mulheres encontravam obstáculos porque viviam em sociedades patriarcais, dominadas por homens. No entanto, concluímos com o entendimento de que há outras questões que se colocam quando não se trata de escritoras brancas, europeias e de classes abastadas, ainda que submetidas à opressão de um mundo hegemônico, burguês e masculino, mas de escritoras negras contemporâneas. Surgem aí os obstáculos levantados pelas próprias escritoras depoentes sobre a condição dos negros em sociedades dominadas por brancos e que precisaram ser considerados com densidade, uma vez que estruturam materialmente todo o funcionamento econômico, social e político do mundo contemporâneo. Há também que se pensar com densidade na pobreza do sexo feminino apontada por Virginia, nas mulheres como destituídas da propriedade do dinheiro, da falta de liberdade e de espaço na vida social e política. E ainda considerar que dentro das sociedades patriarcais e do Estado capitalista, há sempre, entre os dominados, aqueles que são ainda mais pobres, explorados e desqualificados e, portanto, mais oprimidos. Mulheres brancas e homens negros têm condições de assumir o papel de exploradores e opressores. Os homens negros podem ser golpeados pelo racismo e pela classe social, mas seu gênero lhes permite oprimir e explorar mulheres. As mulheres brancas, mesmo pobres, têm os privilégios da branquitude e podem atuar como opressoras de pessoas negras, mas à mulher negra não resta outra forma que não a de explorada (Hooks, 2015). Como se vê, as mulheres negras são as mais oprimidas, relegadas à inferioridade social, racial e de gênero dentro das estruturas sociais e econômicas capitalistas, racistas e patriarcais. Isso tudo lhe imputa sofrimento social e político e contribui para obstáculos ainda maiores para tornarem-se escritora. Se antes de Virginia, em seu tempo e pouco depois de sua morte, estava fora de questão uma mulher branca ter *Um teto todo seu* (2014) para escrever, para as mulheres negras, a realidade social, política e histórica era ainda mais restritiva. Além da pobreza, elas precisaram superar práticas racistas e estereótipos negativos para exercer a profissão, uma vez que foram acentuadamente silenciadas, desqualificadas

e ignoradas como escritoras também por causa da cor da pele que possuíam; mais do que expressa, a autoria de escritoras negras esteve sempre a reboque da coletividade negra. Como as brancas, as mulheres negras estão sob as exigências e a tirania do patriarcado, igualmente sujeitas a interrupções na carreira profissional em função da maternidade ou do matrimônio, mas também tendo de enfrentar o racismo, uma vez que a cor da pele é outro elemento que estabelece hierarquias. As mulheres brancas, quando escrevem, correm o risco de esbarrar em homens que ainda acreditam na inferioridade intelectual das mulheres; as negras, além desses, podem esbarrar em racistas. Seguindo Virginia Woolf sobre o papel social das escritoras e de seu espaço, o fato de uma mulher escrever é comparável às Cruzadas ou à Guerra das Rosas. No entanto, quando se trata de uma mulher negra, escrever é ainda mais grave, porque seus enfrentamentos sociais e políticos são potencializados pelas relações racistas historicamente construídas dentro de realidades capitalistas de exploração do trabalho. Na exploração capitalista do trabalho, homens levam vantagem sobre mulheres em razão de seu sexo, brancos encontram vantagem na cor da pele e, se forem ricos, têm aí uma terceira vantagem (Saffioti, 2015, p. 32). Evidentemente, tudo isso caracteriza a singularidade dos textos literários de escritoras negras, que exercem a profissão na contramão de um sistema desigual e excludente. Constitui um imperativo, portanto, o entendimento de que para as escritoras negras, escrever significou, antes de mais nada, dissolver os grillhões forjados pela tripla inscrição na inferioridade – de gênero, classe e raça –, de modo que, de alguma maneira, essas mulheres tiveram condições de usar histórica e racionalmente a liberdade intelectual de escritoras para chegar a uma compreensão reflexiva do mundo na literatura, por meio de suas vivências e experiências, individuais e coletivas, e sob regime de autorização da fala. Quem pode falar numa sociedade patriarcal e racista? Se toda interdição tem, simultaneamente, um sim e um não, é pertinente responder a essa pergunta da seguinte maneira: o espaço na literatura foi uma conquista do grupo social negro. Há, portanto, para essa categoria de escritoras, uma responsabilidade intelectual, moral, política e ética com as questões ligadas a seu ofício e, é claro, a seu grupo social. Assim, elas escrevem a partir de um ponto de vista marcado ética e politicamente pelo compromisso com seu grupo social. Elucidam na escrita um ponto de vista de pessoas negras.

Mulheres Pretas Psicólogas: a construção de (Re)Existências na Psicologia

Autor: Tainá Valente Amaro (UERJ)

Coautor: Amana Rocha Mattos (UERJ)

O presente estudo tem como inquietação mapear e compreender as trajetórias e estratégias de (re) existências que têm sido criadas por psicólogas negras da cidade do Rio de Janeiro, assim como perceber de que forma o racismo incide sobre a construção de suas humanidades. Nele busco construir novos conhecimentos através e nas relações com meus pares, assumindo o desafio também de repensar e refletir sobre a minha própria prática e construção enquanto pesquisadora.

Como objetivo procuro analisar quais estratégias de (re)existência têm sido criadas coletiva e individualmente por essas mulheres negras psicólogas diante a uma profissão elitizada e que segue lógica colonial de subalternização de pessoas negras. Desta forma, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com mulheres negras psicólogas do município do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa de mestrado de caráter qualitativa, de natureza exploratória, cuja as análises serão realizadas a partir de teorias interseccionais negras.

Entende-se que o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (MUNANGA, 2003). No Brasil, a raça branca tem poder e dominação política e é considerada essencialmente superior, enquanto as raças não brancas são consideradas essencialmente inferiores desviantes e merecedoras de desigualdades além de serem alvos de humilhação social e genocídio.

Bairros (1995) destaca que para pessoas negras é necessário questionar também a sustentação do patriarcado não apenas porque a dominação patriarcal corrobora com relações de poder nas esferas pessoal interpessoal e íntimas, mas também porque o patriarcado se sustenta em bases ideológicas semelhantes às que permitem a existência do racismo, a crença na dominação construída com base em noções de inferioridade e superioridades.

Outro braço do racismo é o epistemicídio, teorizado principalmente por Sueli Carneiro, é a imposição e valorização de um conjunto de conhecimentos, eurocêntricos, brancos, masculinos, que então passa a ser hegemônico e visto como universal, enquanto outros conjuntos de conhecimentos, são invisibilizados, discriminados e desqualificados ou mesmo absorvidos, utilizados apropriados, roubados e utilizados como se fossem criados por pessoas



brancas (CARNEIRO, 2011).

Para Akotirene (2018) a interseccionalidade nos auxilia a compreender a inseparabilidade estrutural do racismo, cisheteropatriarcado, capitalismo e as articulações decorrentes desses sistemas, que imbricados repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. A autora alerta também sobre o esvaziamento do termo, uma vez que para falar sobre interseccionalidades é necessário trabalhar a origem das opressões e propostas epistemológicas de mulheres negras.

Atualmente o que tange aos cursos de Psicologia em universidades públicas, eles são planejados e ofertados em turno integral ou diurno, dificultando o ingresso de pessoas que necessitam trabalhar para a manutenção da própria formação, especialmente de mulheres pretas. A psicologia foi, e ainda é considerada um locus da branquitude, um campo profissional potencializador do processo de desumanização e inferiorização de pessoas pretas, no momento em que nega e exclui e suas epistemologias e reproduz o modelo ocidental de ser e estar no mundo enquanto padrão de normalidade.

Neste contexto, a psicologia possui dados importantes para as teorias de gênero/sexo, pois é uma profissão exercida predominantemente por mulheres, totalizando 84,7% (CFP, 2018). Porém poucos questionamentos e discussões são feitos sobre a raça/cor dessas psicólogas. Nos últimos dados do Conselho Federal de Psicologia 67% das psicólogas brasileiras entrevistadas afirmaram ser de raça ou cor branca, 28% se declararam negras (pretas e pardas), 3% amarela e 1% indígenas (LHULLIER; ROSLINDO, 2013).

No I Encontro Nacional de Psicólogos/as Negros/as e Pesquisadores/as sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil (PSINEP), em 2010, os/as participantes elaboraram uma carta aberta onde apontam o desinteresse da psicologia brasileira pela temática das questões raciais e ressaltam que suas práticas atuais demonstram omissão frente aos aspectos subjetivos decorrentes dos mecanismos de violência sistemática operada pelo racismo.

Ressalta-se a importância do envolvimento da psicologia no campo político, profissional e acadêmico para a superação da sua condição racista e elitista, e sua responsabilidade ética na produção de conhecimento sobre os impactos do racismo sobre as dimensões psíquicas e sociais de homens e mulheres negros/as. Assim, é imprescindível fomentar as discussões sobre raça dentro da psicologia brasileira, pela pouca produção de trabalhos na área científica sobre essa temática e como forma de contribuir para uma maior visibilidade e reflexão dos efeitos psicossociais do racismo como fatores de sofrimento psíquico.

As poucas produções sobre raça na Psicologia parte principalmente de intelectuais negras e é elas que destaca, pois como aponta Audre Lorde (1979) "as ferramentas do Senhor nunca vão desmantelar a casa grande" a autora discute a importância de avaliar criticamente as ferramentas teóricas e técnicas que estão à disposição na academia, analisando o que realmente serve a emancipação e na engabelação.

A intelectual negra não é uma condição atrelada a títulos acadêmicos, pode ser inclusive alguém que não teve educação formal mas que desenvolve análises utilizando epistemologias próprias, que inclusive desafia as próprias bases do discurso intelectual padrão. Como a produção de Conceição Evaristo (2008) que cunha o termo *escrevivência* de mulheres negras para descrever o estilo de expressão e resistência baseado nos referenciais próprios.

O lugar social destinado às pessoas negras na sociedade brasileira são os sub-empregos. À mulher negra destina-se a profissão de doméstica, a criação da mulata e da doméstica fez-se a partir da figura da mucama, a doméstica nada mais é do que a mucama permitida a dar prestações de bens e serviços e é nesse contexto que podemos constatar que somos sempre vistas como domésticas, independente da classe social que estamos, espera-se sempre que estejamos para servir as pessoas brancas. (RIBEIRO, 1995).

E, na medida em que subimos degraus, alcançamos voos, chegamos a espaços não destinados a nós, como a academia e o curso de Psicologia, o racismo torna-se evidente nas oportunidades ou ausência de oportunidades tanto acadêmicas quanto profissionais vivenciadas por mulheres pretas psicólogas. Racismo evidenciado durante o acesso ou no não acesso a lugares, espaços, territórios que historicamente possuem hegemonia branca, e na imposição de "ser a melhor", uma vez que mulheres que não se encaixam no padrão hegemônico eurocêntrico de corpo e não se encaixam no estereótipo hegemônico de psicóloga - de mulher branca, se obrigam a ocupar uma posição de destaque, pois a todo momento as práticas racistas ressaltam que esse não é um lugar delas, para permanecerem precisam ser "melhores".

Não obstante, mesmo diante de adversidades e sofrimentos produzidos pela matriz colonial de poder que insiste em nos impor a não-humanidade, (re)existimos e criamos estratégias de afirmação de nossa presença preta na universidade, na clínica, em todos os espaços que julgamos necessário. (Re)existimos com a força do coletivo, da família, da comunidade. A partir de questionamentos sobre a presença de pessoas pretas no campo da Psicolo-



gia, psicólogos e psicólogas pretas foram construindo espaços e redes para pensar e discutir sobre uma Psicologia Antirracista e que considere elementos tradicionais da matriz civilizatória africana como promotoras de saúde mental, como refere Alves (2012).

Algumas iniciativas marcaram a organização de psicólogos negros como a Articulação Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) Sobre Relações Raciais e Subjetividade, que realizou o I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil, em São Paulo no ano de 2010 (PSINEP, 2010). Assim como: A Rede Dandaras - rede de saúde voltada ao acolhimento de mulheres pretas - com intuito de articular, fortalecer a rede e promover saúde entre as mulheres pretas, a qual criou no ano de 2017, um Mapeamento de Psicólogas Negras no Brasil; A rede PapoPretas com o foco na saúde e bem-estar da mulher preta, que se propõe a fazer um trabalho psicoterapêutico unindo a estética e estratégias de enfrentamento ao racismo; O espaço Terapretas Terapias Naturais do Rio de Janeiro, que possui um grupo de mulheres pretas psicólogas, onde além do atendimento clínico, realizam práticas não convencionais de saúde; O Grupo público no Facebook, Afro Terapeutas, que possui mais de mil membros - criado como uma rede de profissionais e estudantes pretas e pretos atuantes na área da saúde, o grupo possui anúncio de centenas de pessoas pretas divulgando e procurando serviços psicológicos.

Estas redes, em sua maioria iniciativas de mulheres pretas, sinalizam que psicólogos e psicólogas pretas estão se voltando para a saúde da população preta e que clientes/pacientes pretos e pretas têm, cada vez mais, buscado atendimento com profissionais pretos. Articulações em rede que podem potencializar o compartilhamento de informações e a articulação política e científica no campo da Psicologia.

Não obstante, necessitamos de estudos sobre essas redes e seus processos organizativos, seus significados e pertinência no cuidado com a saúde mental da população preta, bem como, sobre as trajetórias de homens e mulheres pretas que passaram a constituir-las. Estudos protagonizados por pesquisadores e pesquisadoras pretas, cujo propósito seja subverter a lógica colonial da ciência moderna – que sempre nos colocou no lugar de objeto de estudo –, com vistas construir uma relação sujeito-sujeito na produção do conhecimento.

O que nos dizem as produções acadêmicas entre 2003-2014 sobre igualdade de gênero nas escolas

Autor: Talita Santos (Centro Universitário Estácio)

Coautor: Renato Maciel dos Santos (Centro Universitário Estácio), Tuany Ferreira (Tuany Ferreira), Anna Karina e Arthur Silva de Andrade (Estácio)

Por volta da década de 70/80, o Brasil começou a se transformar politicamente devido a redemocratização do estado brasileiro. As diferentes mulheres que estiveram unidas, cujo processo foi iniciado ainda na década de 1970, quando durante o regime militar, muitas delas saíram às ruas na campanha pela anistia, contra a violência, contra a carestia. Na década seguinte, em 1980, pelas eleições diretas, culminando com a eleição de algumas dessas mulheres para a Assembleia Legislativa. Não foi muito expressivo o número de eleitas, apenas 5%, mas, o efeito pedagógico do processo foi positivo, pois, além de visibilizar os problemas das mulheres, foram congregados na Constituição de 1988, temas importantes para a vida das brasileiras, além da igualdade de direitos entre homens e mulheres (BRABO, 2008). E, desde então, o movimento feminista galgou espaços nunca antes alcançados na história nacional. Neste cenário, sobre a caminhada histórica de luta do movimento feminista brasileiro, a favor dos direitos das mulheres, podemos ressaltar que houve conquistas, e dentre elas, a evolução das leis e mudanças nos costumes.

No entanto, pode-se ainda afirmar que algumas situações denunciadas pelas feministas naquela época, ainda estão presentes no Brasil, como: a violência, tanto na vida privada como pública, a diferença salarial, as jornadas dupla de trabalho (incluindo o trabalho doméstico), e ainda estão para se resolver a questão dos direitos reprodutivos e direitos sexuais, além do gênero ser uma questão quase invisível para educadores e educadoras.

Já na década de 90, documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), legitimaram a necessidade de se trabalhar as questões de gênero em todos os níveis de ensino, fundamental I, fundamental II e médio. A presença dos temas transversais como gênero e raça em documentos como os PCN's deve-se a presença maciça do movimento feminista no processo de redemocratização do país. Neste documento destaca-se, as relações de gênero como referências fundamentais para a constituição da identidade/subjetividade de crianças e jovens e são



coerentes com os fundamentos e princípios da Constituição Federal, na medida que trazem como espinha dorsal da educação o exercício da cidadania e apresentam a inclusão de temas da vida cidadã, objetivando destacar a importância da “dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, a participação ativa na sociedade e a responsabilidade pela vida social” (VIANNA, UNBEHAUM, 2004, p.96). Esse documento representa um significativo avanço em relação à adoção de uma perspectiva de gênero.

Entretanto, a questão de gênero se perdeu depois de ter sido incluída no currículo das escolas, mesmo depois dos debates dos anos de 1980, os temas transversais incluídos nos parâmetros curriculares nacionais, incluído gênero foram recebidos com muita resistência na década mencionada e ainda hoje é questão polêmica. Embora tudo o que foi feito não garantia mudanças, esperava-se que ao vivenciar a democracia e assimilar os valores de igualdade, de liberdade, de direitos, nossos meninos e meninas passariam a se ver como sujeitos de direitos e compreenderiam o seu papel de cidadão e cidadã, questão essencial para a consolidação da democracia.

Conforme Blay (1988), o movimento das mulheres brasileiras construiu uma ação política contra as decisões do poder. Orientando as ações para a construção de um novo espaço público, do qual elas também fazem parte. Começaram a problematizar as ações e omissões de quem deveria defender, como os sindicatos e associações de classe, discriminações disseminadas pela imprensa e ensino, buscando mudanças dentro da estrutura sindical, da organização político-partidária e das próprias leis que regem os direitos civis. Esse processo culminou com a criação dos Conselhos da Condição Feminina e das Delegacias de Defesa da Mulher, inicialmente no Estado de São Paulo.

Já em 2007, foi proposto o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, no qual pode contribuir para o resgate e ampliação do debate acerca da igualdade de direitos de mulheres e homens nas escolas e na sociedade. Outro ganho do movimento feminista, em termos de política de Estado, que contribuiu para mudanças no que diz respeito à educação para a igualdade de gênero, foi a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no primeiro dia do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, objetivando desenvolver ações conjuntas com todos outros Ministérios e Secretarias Especiais e apresentava como metas, a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania. Apesar do reduzido avanço, frente as conquistas que se almeja no cenário político, não se pode negar que a história de luta das mulheres revela êxitos.

Ainda em 2007, o Ministério da Educação e do Desporto, iniciou um processo de formação contínua para educadores e educadoras das escolas públicas estaduais, versando sobre Ética e cidadania: construindo valores humanos na escola, no qual as questões dos direitos e de gênero foram contempladas, buscando contribuir para mudanças no que se refere à educação em direitos humanos e sensibilidade à questão de gênero. No entanto o trabalho docente feminino, além de ser um processo regulador produzido pelo sistema capitalista, encontra-se engendrado por uma heteronormatização, no qual valoriza-se o masculino, acentuando-se controle via sistema social, sobre a vida das mulheres. E tal situação pode ser uma das explicações para a insensibilidade de educadores e educadoras a respeito da questão de gênero. Além do fato de os cursos de formação de educadores/as não abordarem a temática. A profissão magistério de certo modo discrimina a mulher, na medida que não proporciona a reflexão necessária acerca da questão do “ser mulher” e da questão de gênero (BRABO, 2005).

A pesquisa tem por objetivo analisar as produções acadêmicas sobre igualdade de gênero nas escolas de ensino fundamental no Brasil, no período correspondente a 2003 a 2014, especialmente teses e dissertações, no banco de teses e dissertações da CAPES. A escolha por este período se dar por ter sido o momento brasileiro em que mais pautas feministas e de outros movimentos foram atendidas pelo Governo Federal, muito em função do modelo de gestão que se iniciava.

Este trabalho de abordagem qualitativa, é de natureza bibliográfica exploratória-descritiva, pois a medida em que tentará proporcionar maior familiaridade com o tema pesquisado, assumirá a forma de levantamento das produções acadêmicas sobre a temática. O material selecionado como fonte de pesquisa, são as teses e dissertações do banco da CAPES/ BDTD, cujo mote é, políticas educacionais, questões de gênero no trabalho docente do ensino fundamental. Como instrumento a ser utilizado para obtenção das teses e dissertações, será realizado por mecanismo de metabusca (GIL, 2010). A identificação e localização das produções acadêmicas, dar-se-á pela leitura exploratória, tendo como objetivo, verificar em que medida a produção acadêmica consultada interessa à pesquisa.

Deste modo, a pedagogia do movimento feminista, ainda é atual e necessária. Necessitando de investimento na formação de educadoras e educadores, mais sensíveis a questão de gênero, presente na política educacional. De acordo com contexto histórico brasileiro, nos baseamos nas epistemologias feministas pós-estruturalistas



como Butler (2003), Rubin, (1993/ 2012), como também Foucault (2011/2014) para analisar os resultados das produções acadêmicas.

O conceito de gênero proporcionada por Judith Butler(2003) nos promove o entendimento da performatividade dos corpos, cujas relações de poder estão neles engendrados, revelando a necessidade de pensar o sistema sexo/gênero para além dos binarismos. A necessidade de educadoras e educadores estarem sensíveis a essa questão possibilitará uma prática educativa menos contributiva para uma sociedade misógina, machista e homofóbica, quando educadoras e educadores não se posicionarem binariamente em relação a existência humana.

Gayle Rubin (1993/2012) contribuirá para pensar a respeito da opressão das mulheres e a circulação de acordo com os ditames o Estado e dos sistemas econômicos. Sua teoria possibilitará refletir sobre qual lugar da mulher neste intervalo entre 2003 a 2014, na visão dos educadoras e educadores.

Por último, Michael Foucault (2011/2014) contribuirá através do seu conceito de biopolítica para analisarmos como as práticas docentes contribuem para o governo dos corpos e de que forma essas práticas são produtoras de subjetividades.

Sobre a comparação a do GT escolhido e o eixo temático da pesquisa, temos discussões das regressões ocorridas na área de gênero e raça, assim como reconhecer estratégias de resistências e linhas de escoamento diante do desmonte de diversas políticas públicas e direitos já conquistados. Também, articula-se ao viés governamental, onde é no tocante do enfrentamento aos desafios impostos pelo atual momento político, retrocessos, violências e negação de direitos, bem como a produção de uma rede que potencialize estratégias de resistência no que diz respeito aos processos coletivos, a despatologização das identidades, dos gêneros e dos sujeitos; ambos os sub-grupos entendem que problematizar questões relacionadas ao racismo, patriarcado e sexismo são imprescindíveis no contexto atual, desta forma estabelece-se o dado trabalho.

Sensação de Não-lugar e a Exclusão da Bixa Preta no Ensino Superior Brasileiro

Autor: Anderson Moraes Pires (Anderson Pires)

Coautor: Dênis Peixoto Araújo e SELENE MAZZA (ESTÁCIO CEARÁ e UNICHRISTUS)

Aqui no Brasil, o que separa o mundo dos privilégios e direitos do mundo de privações e deveres é o preconceito racial, que há muito tempo foi associado com a condição de pobreza dos pretos. Neste sentido, a condição de pobreza dos pretos é resultado de um processo de legitimidade no aniquilamento cultural dos costumes africanos, de exclusão social e política da maior parte da população. Dessa forma, o país foi sustentado por uma ordem escravocrata onde a representação da elite era branca e o povo era negro. A educação é vista como um instrumento de ascensão social e foi, principalmente, na década passada, levantada a discussão sobre a presença de pessoas negras nas universidades. A Lei de Cotas, a fim de diminuir e acabar com a exclusão educacional, foi defendida, pois permite o avanço do pluralismo, fazendo com que seu impacto seja mais profundo, e foi aprovada com grande dificuldade, visto que o mito da democracia racial no país já reforçava a crença de que o Brasil era justo, igual e democrático. Esse cruel sistema de desigualdades reafirmava que não havia espaço para pessoas negras e pobres, e fez com que elas recebessem uma educação de qualidade inferior, enquanto a elite nacional, a branca, fosse “merecedora” do ensino com qualidade. Atualmente, a discriminação racial no Brasil costuma se mostrar de uma forma envergonhada de ser o que é. É contraditório, pois a Constituição Federal do Brasil afirma como objetivo fundamental do país a promoção do bem de todas/os, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Mesmo com estas informações constituintes, ainda é possível ver o comportamento de ódio racial de alguns sujeitos que acreditam na superioridade racial. Além da ordem escravocrata, a cis-hétero-norma, ainda muito defendida por pessoas moralistas, reforça que o lugar dos garotos negros homossexuais, que serão apresentados neste trabalho como bixas pretas, é o da marginalidade. Dessa forma, as bixas pretas são excluídas da sociedade porque são vistas como anormais, transtornadas, pecadoras e/ou desajustadas, pelo fato de manifestarem a sexualidade diferente da cis-hétero-norma. Citar este lugar marginal é suscitar a exposição das bixas pretas às exclusões e violências e, conseqüentemente, denunciar que o direcionamento para tal lugar pode gerar a sensação de não-lugar, de não pertencimento da sociedade brasileira e não merecedora de direitos fundamentais. A diversidade não é defendida pela cis-hétero-norma. Podemos ter a escola com turmas homogêneas como um ambiente-situação de controle que reverbera no ensino superior: crianças da mesma idade, com os mesmos referenciais culturais, mesma classe social, religião, com famílias “estruturadas”

de uma forma bem similar e heterossexuais. A diversidade, neste caso, é vista como um enorme desafio, pois discussões variadas seriam abordadas, a exemplo de: pertencimentos religiosos, identidades e orientações sexuais, perfil socioeconômico, estruturas familiares, culturas juvenis e composição étnica e racial. O termo “desafio” é aplicado como algo negativo, a fim de justificar as turmas homogêneas. Portanto, mais uma vez, o controle da cis-hétero-norma efetiva a sua segregação e anula as possibilidades de aprendizagem ética e plural. Concomitantemente, o regime de heteronormatividade, estabelece como natural certa coerência entre sexo, gênero e orientação sexual. A semelhança ideológica entre o regime heteronormativo com a ideia de superioridade racial branca faz o reforço de orientações “corretas” para as pessoas sobre os seus modos de viver, de se relacionarem, de sentir um estranhamento e deslocamento do seu próprio corpo. A bixa preta, neste contexto, pode passar pela situação vulnerável por não fazer parte da “raça superior branca” e não seguir as normas hetero. Os membros de grupos negativamente estereotipados passam facilmente por processos psicossociais de exclusão, pois costumam estar fora do padrão das pessoas conservadoras, os “cidadãos de bem”. Os julgamentos são estruturados a partir de uma moral conservadora dos bons costumes e as críticas às minorias surgem a fim de justificar o descaso, a exploração, a desumanização. Ou seja, as bixas pretas são excluídas de pautas sobre a saúde, ensino formal e o mercado de trabalho, pois são consideradas sem valor, indignas e estão sujeitas à exploração. Este trabalho visa, a partir do contexto brasileiro, articular o conceito da sensação de não-lugar com a exclusão que os garotos negros homossexuais enfrentam no ensino superior. A interação deste trabalho com o eixo temático é a despatologização do sujeito, da bixa preta, e um olhar crítico das relações sociais, no que diz respeito à raça-etnia, idade-geração e classe. Considerando também que é necessário defender os direitos já conquistados, além de continuar lutando a fim de diminuir a polarização social existente. Lucas Veiga (2018) e Frantz Fanon (2008) foram alguns dos autores que auxiliaram na compreensão do tema, que serviram de base para a construção do embasamento teórico desta pesquisa. Mesmo com as dificuldades de aprovação da Lei de Cotas e as dificuldades para permanência na universidade, as pessoas negras estão começando a ocupar as principais universidades do país. Entretanto, isso não significa que as pessoas negras - que representavam apenas 2%, em 2001, dos estudantes das universidades públicas e particulares -, que as pessoas LGBTQIA+ e que as pessoas pobres estão “se dando bem”. Um erro de distribuição econômico e de diversidade de um país não será resolvido em tão pouco tempo. O ensino superior e os movimentos LGBTQIA+ aqui no Brasil ainda são pautados por questões de sujeitos brancos, pela supremacia branca. Esses espaços mais diversos ainda abrigam o racismo e a homotransfobia. As bixas pretas experienciam a recusa de pessoas desses movimentos, mesmo que de modo não tão explícito, e suas personalidades, histórias, desejos e os modos de ser e de estar no mundo estão constantemente sendo reduzidos e enquadrados no modelo de ser do homem branco. Pode-se correlacionar a falta de pessoas negras no ensino superior brasileiro à sensação de não-lugar. A discussão sobre relações étnico-raciais ainda é muito recente, o corpo docente ainda é branco. Há pouco menos de 40 anos que foi iniciado um processo de pressão ao Ministério da Educação, a fim de questionar o seu papel na superação do racismo no ensino e na sociedade. A inserção de pessoas negras no ensino superior gera uma nova perspectiva sobre as relações étnico-raciais na política educacional, apontando as discriminações das negras nos livros, o silêncio frente ao racismo nas escolas e as lutas e resistências negras que eram apagadas. Narrativa que começa a se fragilizar, uma vez que inserido nesses espaços a bixa preta começa a falar sobre si, começa a construir sua própria narrativa.



Sexualidades, raça, classe e gênero: reflexões teóricas sobre jovens em cumprimento de medidas socioprotetivas e socioeducativas no Brasil

Autor: Raissa Falcão (UFPE)

Coautor: Karla Galvão Adrião (UFPE)

A transmissão silenciosa dos privilégios da brancura invade e evade tanto a Psicologia, quanto os modos de subjetivação de pessoas brancas e negras. Ela é marcante desde a constatação da Psicologia como ciência colonizadora até a possibilidade de (re)abertura das mais dolorosas feridas psíquicas na população negra (FANON, 2008). Isso porque a diferença entre conquistadores e conquistados foi codificada a partir da ideia de raça (BERNARDINO-COSTA, GROSFOGUEL, 2016). Ou seja, não existe racismo pré-colonial, mas sim o constrangimento de notar as fortes heranças denunciadoras da escravizante e narcísica deformação subjetiva branca (BENTO, 2002).

No Brasil, a maior parte do número de pessoas jovens brasileiras em cumprimento de medidas socioprotetivas e socioeducativas é pobre. A desautorização das famílias pobres chamadas “desestruturadas”, por exemplo, no caso de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas existe através de aparelhos de normalização, regulação e controle do Estado. Junto a ele, um aparato jurídico e a própria Psicologia adquirem valor de palavra legal de modo a prescrever e patologizar determinados comportamentos, em que as sexualidades/subjetividades jovens pobres são, portanto, tidas como aquelas que precisam de intervenção (NASCIMENTO; LACAZ; TRAVASSOS, 2010), ou seja: se tornam uma questão de Estado. Diante disso, o principal objetivo desta pesquisa consistiu em analisar as possíveis interlocuções teóricas entre sexualidades, raça, classe, gênero e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas no Brasil. Para tanto, partiu de uma epistemologia decolonial (LUGONES, 2014) feminista (HARAWAY, 1995) e pós-estruturalista.

Assim, a criminalização e desqualificação da negritude são indissociáveis também das questões de classe, uma vez que a própria noção de classe se funda a partir da escravização do povo negro e indígena no Brasil e nas Américas. Dessa forma, no Brasil, existem oposições entre “brancos” e “negros” muitas vezes interligadas com a pobreza associada à periculosidade e violência e com ideias como a de “pobre honesto” e do “pobre delinquente” que recriam práticas de abandono e de ódio de classe no nosso país (SOUZA, 2017).

No entanto, é preciso um cuidado para que a discriminação racial não seja vista como uma questão apenas de classe ou ainda como algo episódico ou pontual, o que é comum no Brasil, país onde a presença do mito da democracia racial se fortalece através do não-dito racista (SALES JUNIOR, 2006). Isso significa problematizar o dado em que a maior parte do número de pessoas jovens brasileiras em cumprimento de medidas socioprotetivas e socioeducativas não apenas pobre: é negra. Nesse sentido, esta Pesquisa partiu do seguinte problema: Quais as possíveis interlocuções teóricas sobre sexualidade, raça classe e gênero e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas?

Metodologicamente, este foi um estudo recortado do Projeto de Qualificação de tese de Doutorado, a partir de levantamento bibliográfico em que foram buscados estudos no Banco de Teses e Dissertações da Capes e no Scielo Brasil. No banco de teses, através dos descritores “racismo”, “classe”, “jovens” “gênero” e “sexualidade”, foram localizados 106.308 trabalhos, lidos cem resumos e selecionados dez, de acordo com o critério dos mais recentes (últimos cinco anos) e mais aproximados com a temática. Já no Scielo Brasil, através dos descritores “sexualidade, jovens e raça”, foram encontrados oito artigos e selecionados três, de acordo com a aproximação com a temática desta Pesquisa.

Como resultamos, encontramos que a estigmatização de pessoas jovens negras são metafórica e literalmente evidenciadas em seus sofrimentos “de” e “na” pele, em que estudos mostram, por exemplo, a grande dimensão dos prejuízos psíquicos envolvidos nas repressões de suas emoções (bell hooks, 2010) e desvalorização da auto-imagem (LIMA; VALA, 2004). Dessa maneira, apesar das dores nem sempre serem literalmente corpóreas, no corpo negro são repercutidas dores em que a hierarquia racista age de forma extremamente opressora.

Assim, as questões de branquitude vão desde a concepção de ciência às violências mais explicitamente racializadas sofridas pelas pessoas jovens no Brasil, na qual convivem o medo e ódio da elite branca. Na gênese desses processos, está sobretudo o medo da sexualidade projetada no negro e negada pelo europeu cristão (BENTO, 2002). Isso porque o “mito do negro ruim”, de que nos fala Fanon (2008), faz parte do sistema de crenças e valores da sociedade brasileira.

Dessa forma, as perversidades das dinâmicas racializadas circunscrevem as relações com a sexualidade de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e socioprotetivas de diversas formas, na medida em que se



ligam às perdas de direitos sobre o próprio corpo. De uma maneira geral, podemos dizer que a erotização de corpos jovens negros brasileiros parece facilmente concebê-los ora como estupradores, ora como estupráveis, o que também é atravessado por questões de gênero. Nesse sentido é que é necessário compreender também o gênero como uma imposição colonial (LUGONES, 2014).

No caso de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, por exemplo, existe a crença na suposta virilidade indomável do corpo negro ainda mais perigoso na “puberdade”. No caso de jovens em cumprimento de medidas socioprotetivas, se atualizam também as dinâmicas de exploração sexual da mulher negra (NASCIMENTO, 2016; GONZALES, 1984), na medida em que são altíssimos os índices de violência sexual, direcionados a jovens (meninos e meninas) supostamente passivos mas ao mesmo tempo, sedutores- com quem se estabelecem relações geralmente fortuitas e a quem também comumente se culpabiliza pelo estupro.

É também oriundo do sistema colonial mascarar a sexualidade feminina, por exemplo, como maligna. Essa tensão entre hipersexualidade (estupradores) e passividade sexual (estupráveis) está interligada, com um dos domínios da sujeição dos grupos colonizados, já que os elevar à categoria de “humanos” não era uma meta colonial (LUGONES, 2014). Assim, podem estar aí envolvidos, ao mesmo tempo, os efeitos políticos de não-humanidade, da abjeção e da repugnância de que nos falam Fígari e Benítez (2009) relativos aos corpos que desafiam a sexualidade como dispositivo de poder da modernidade ocidental.

Desse modo, nesta Pesquisa, partimos do pressuposto de que gênero constrói sexo, no sentido de desnaturalizar tal noção, ou seja, não mais descrevê-la como parte da história natural das sociedades humanas (PRECIADO, 2004). O debate queer desfaz a suposta linearidade da tríade sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2003) e portanto a ideia de que gênero é a interpretação social/subjetiva de um sexo “primeiro” e/ou anatomicamente “dado”.

Assim, nessa perspectiva, é considerado ponto de partida localizar a historicidade sempre linguística da construção cultural que é o sexo, assim como o gênero (TONELI, 2012) e como a noção de sujeito-raça (FIGARI; BENÍTEZ, 2009). Desse modo, é possível considerar que tal prática contrassexual- de não admitir a existência do sexo/gênero e/ou sujeito/raça pré-linguísticos- podem funcionar como uma tecnologia de resistência (PRECIADO, 2004) em que corpos abjetos colonizados conquistem novos lugares investidos de relações menos desiguais de poder.

Isso porque sexo e gênero, assim com sujeito e raça, funcionam como conceitos performativos que se transformam em substâncias fictícias que só tem realidade linguística. Ou seja, a ideia é que fora das oposições homem/mulher; heterossexual/homossexual; feminino/masculino; branca(o)/negra(o) possam ser ampliados os espaços para os direitos às dissidências e às possibilidades de prazer sexual, enfraquecendo assim as forças homogeneizantes que castigam os corpos de que vive fora da(s) norma(s).

Diante disso, é possível concluir que as teorias em Psicologia precisam funcionar também como uma oferta criativa da visibilização de outras relações entre a sexualidade, as questões de raça, classe e gênero e tais jovens que, não por acaso, acabam sendo violentados pelo Estado através das formas como são realizadas o cumprimento de medidas. Ou seja, é necessário discutir acerca do favorecimento de estudos que possam promover a ideia de que tais jovens possam garantir, como sujeitos de direito, o diálogo sobre suas relações com os prazeres de ser e estar no mundo.

Violência obstétrica, intersecções entre gênero e raça e a formação em saúde no Brasil: resistências

Autor: Lilian Lameira (UEPA/FSCMPA)

Coautor: Crissia Cruz (UFPA)

A violência obstétrica é tema de crescentes discussões nas áreas de saúde pública, de direitos humanos e das ciências sociais, e cada vez mais atinge reflexões que vão para além da coerção durante o trabalho de parto. Trata-se de um fenômeno complexo, multidimensional, determinado por aspectos históricos, sociais e culturais, bem como por marcadores de gênero e raça. Esta violência é expressa através de agressões, sejam verbais, físicas ou psicológicas, direcionadas à gestante/puérpera e seus familiares, nos serviços de atenção ao ciclo gravídico puerperal, sendo perpetrada por profissionais das instituições; fundamenta-se no controle do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres, operando por meio de relações de saber-poder engendradas no domínio médico sobre a obstetrícia, assentadas em um modelo assistencial presente nas instituições. Diante disso, movimentos feministas e pró humanização da assistência obstétrica engajaram-se no combate aos maus tratos contra às mulheres nos



serviços de saúde, e em resposta às suas reivindicações, alcançaram importantes conquistas, como a oficialização de políticas de humanização do parto no Brasil. Contudo, ainda há dificuldades a enfrentar, em especial no contexto de retrocessos vivenciados, no sentido da marginalização do debate de temáticas que atingem os segmentos mais sensíveis da sociedade. O posicionamento do Ministério da Saúde, via despacho em 03 de maio de 2019, a favor da extinção do termo “violência obstétrica”, e a ação de voltar atrás após a recomendação nº 29/2019 do MPF, ratifica a posição do atual governo de ignorar as evidências científicas e a literatura existente acerca da temática, contribuindo assim para a manutenção de um modelo assistencial violento. A partir de uma perspectiva interseccional, é fundamental compreender a interdependência entre os marcadores de gênero e raça como estruturantes das desigualdades sociais, visto que estes não atuam de forma separada na vida das pessoas, conferindo assim maior vulnerabilidade às mulheres negras em todos os âmbitos das relações sociais, atuando também na atenção em saúde. Há ainda dificuldades em reconhecer as perspectivas de gênero e raça como fundamentos de relações violentas no contexto da atenção obstétrica, isto aparece também como um reflexo da lacuna existente nas formações em saúde quando se trata de condicionantes e determinantes de saúde amplos, que incluam a violência e seus processos históricos. A partir do exposto, este trabalho tem como objetivo relatar experiência de atividade de educação continuada em saúde, como um espaço de fomento ao debate crítico acerca da violência obstétrica, voltado ao público de residentes profissionais em formação. Em relação aos alinhamentos com as temáticas propostas pelo evento, situa-se no eixo temático 2 Psicologia Social, Gênero e Sexualidades, à medida em que pauta aspectos de gênero e raça enquanto fundamentos das relações sociais, visando o enfrentamento de violências e negação de direitos, adentrando também o território dos direitos sexuais e reprodutivos, buscando contribuir para a produção de estratégias de resistência. Este trabalho alinha-se ao GT 31: Políticas de resistência: gênero e raça como ferramentas para produzir enfrentamentos antirracistas e antissexistas, por articular gênero e raça como elementos estruturantes das relações sociais, que estão presentes nas relações de cuidado em saúde, também visa propiciar debate na temática de violência de gênero em um cenário de retrocessos e autoritarismos, bem como pretende adensar as discussões e práticas emancipatórias relativas às violências contra a mulher. O presente trabalho é orientado a partir de uma perspectiva construcionista, no sentido de situar a psicologia nos discursos e nas relações de poder, engendradas em processos históricos, sociais e políticos. Nestes termos, a organização metodológica do presente trabalho se dá por meio de um ensaio empírico fundamentado na análise crítica da experiência de apresentação de estudo de caso clínico - com temática de violência obstétrica, vinculado ao projeto de Aprimoramento e Inovação no Cuidado e Ensino em Obstetrícia e Neonatologia (Ápice ON), em instituição hospitalar de assistência e ensino. O projeto Ápice ON consiste em uma ferramenta de qualificação no campo da atenção à saúde da mulher, no âmbito da Rede Cegonha, que atua por meio de práticas formativas de atenção e de gestão, baseadas em evidências científicas. Configura-se como um importante espaço de transformação das práticas em saúde, tendo como principal aspecto a inovação no cuidado, visando a superação de modelos de assistência tradicionais. Como resultados, algumas reflexões são possíveis. A demanda endereçada ao profissional de psicologia, no debate relacionado à temática da violência obstétrica, é que trabalhe as consequências psicológicas dessa violência. Certamente, é função do profissional de psicologia fornecer escuta diante do sofrimento humano, porém esta atuação não deve ser limitada, no sentido de somente responder à ordem médica, e sim possibilitar a construção de outras formas de atuação em serviços de saúde, através de discussões clínico-políticas, que proponham mudanças nas lógicas assistenciais. Desta forma, buscou-se introduzir a discussão para além do caso clínico, por meio das conceituações das formas de violência e seus mecanismos de operacionalização. Com objetivo de situar a atuação profissional em um modelo assistencial, foi introduzida a temática das relações de gênero e poder no hospital, bem como os processos históricos e sociais que constroem o modelo atual. Por se tratar de uma atividade voltada para atuação profissional, buscou-se privilegiar a discussão acerca das formações em saúde, diretamente relacionadas às práticas violentas em saúde, um dos fatores deve-se à parca permeabilidade das instituições de formação em saúde em incorporar evidências científicas no cuidado em obstetrícia e em desconstruir a reprodução de relações de poder autoritárias. Há nas formações em saúde, engendradas em um modelo biomédico, pouca discussão sobre temas político-sociais e seus atravessamentos, como as temáticas de violência de gênero, raça/etnia e classe social. Este modelo de formação cristalizado se traduz na falta de preparo para uma atuação emancipatória e interseccional, e fomenta a reprodução de violências por desconhecer e negligenciar os atravessamentos culturais e subjetivos, bem como os marcadores sociais, que vão para além do processo saúde-doença. Tendo em vista a complexidade da perpetuação da violência e as relações sociais que as fundamentam, há uma indeterminação parcial dos fenômenos sociais, que abre margem para resistências e construção de novas

formas de atuação. Neste sentido, a apresentação realizada buscou acarretar algum impacto na formação e atuação de profissionais residentes e servidores da instituição hospitalar e de ensino. A partir das reflexões experienciadas, o trabalho ensaia proposições de ações de educação em saúde, fundamentadas em uma ótica historicizada do gênero, da raça e da classe, em atuações que valorizem os aspectos relacionais das interações entre profissionais e pacientes, favorecendo assim a construção de formas de atuação implicadas por parte dos profissionais.

'Nó' rompido pelas mulheres: Estruturas sociais e resistência feminina em saúde mental.

Autor: Marilda Castelar (BAHIANA) e Larissa Lima

Coautor: Marilda Castelar (BAHIANA)

Introdução: O presente trabalho discute de que maneira o entrelaçamento do capitalismo, patriarcado e racismo se relaciona com distintas formas de sofrimento, com ênfase no psíquico, das mulheres que utilizam os serviços de saúde mental, por sua vez demarcadas pelo estigma da loucura. De acordo com Safiotti (2015), os eixos estruturantes – gênero, raça e classe social – formam um 'nó', que contém uma condensação, exacerbação e potencialização de contradições e atua de forma imbricada, sobretudo na vida das mulheres. São estes fatores considerados enquanto tripé que compõe a estrutura social e são "enovelados", ou seja, atuam conjuntamente e "atravessam" o corpo, a subjetividade e as relações das mulheres, assim como as suas formas de existir no mundo. Dessa maneira, a pesquisa prioriza a articulação entre o gênero feminino e a saúde mental, partindo da compreensão de gênero, raça e classe social para além de recortes, mas enquanto aspectos constitutivos à existência biológica, subjetiva e social de sujeitos/as. O artigo também potencializa a autorganização e protagonismo feminino como ferramentas de transformação social além do âmbito individual, mas sobretudo coletivo, enfatizando a importância da resistência feminina organizada e pautada em ideais concretos de libertação das mulheres a partir da disputa por um projeto de sociedade que as garanta representatividade nas suas mais diversas especificidades. Seguindo essa lógica, Farias (2017) evoca o protagonismo e luta das mulheres na desconstrução social e institucional da loucura com as políticas de saúde mental e direitos humanos em substituição às pautadas na violência como tratamento. Com isso, produzem novas formas de resiliência no cuidado que emancipa e acolhe subjetividades. **Objetivo:** Analisar o posicionamento de mulheres, profissionais de saúde, acerca do sofrimento psíquico das usuárias da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em Salvador – BA, considerando o gênero, raça e classe social enquanto fatores determinantes. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, que teve como interlocutoras cinco profissionais de saúde, militantes e atuantes na RAPS em Salvador – BA. A escolha se deu a partir de contatos de referência do Movimento de Mulheres e/ou da Luta Antimanicomial. Foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado contendo perguntas específicas acerca do tema, gravadas em áudio, transcritas e analisadas em seu conteúdo. O trabalho se debruçou sob duas categorias de análise, sendo estas: O 'nó' e o(s) sofrimento(s) das mulheres – aprofunda a transversalização entre o capitalismo, patriarcado e racismo e as formas de sofrimento e adoecimento psíquico que acomete as mulheres a partir dessa imbricação (referida como 'nó'); **Protagonismo e resistência feminina** – enfatiza e estimula a importância da autonomia e organização coletiva das mulheres para o processo de cuidado como formas de resistência e transformação da sociedade. **Resultados:** As interlocutoras compreendem o tripé pesquisado (capitalismo-patriarcado-racismo) enquanto desencadeador ou intensificador de sofrimento psíquico de formas e intensidades distintas. Elas demarcam como as limitações sociais se intensificam em relação às mulheres usuárias do sistema de saúde mental, em sua maioria negras e pobres, e por isso a necessidade de transversalização desse debate nos serviços, extrapolando datas comemorativas pontuais. Passos e Pereira (2017) dialogam com essa pauta quando afirmam que é necessário ampliar a luta antimanicomial para uma compreensão que parte da luta de classes e de suas contradições, opressões/explorações e desigualdades, ainda mais considerando que, nesse contexto, a relação das mulheres com a saúde mental encontra-se subalternizada e invisibilizada. As participantes da pesquisa convergem com as autoras, afirmando a atuação da lógica manicomial como agente de violência ao silenciar e amplificar a exclusão de determinadas pessoas que não representam o padrão ideal – masculino, cisgênero, branco, rico e heteronormativo – tornando-se descartáveis. Por isso, acreditam que a transformação social tem como potencializadores o protagonismo e autonomia feminina no processo de cuidado, sendo fundamental também a participação de outros gêneros, por não ser pauta exclusiva das mulheres, mas sim por dizer respeito ao rompimento de estruturas sociais que com-

põem e organizam as relações, modos de vida e existência na sociedade. É necessário considerar a pluralidade de mulheres e suas diversas especificidades para, de acordo com Safiotti (2015), avançar além das 'diferenças culturais' e da constatação abstrata da construção social das relações de gênero. Mas sim, investigá-las como elementos político-econômicos concretos, implicados numa dinâmica global de dominação de nações e classes sociais e de mercantilização da vida. Considerações Finais: É de suma importância considerar a pluralidade e diversidade de especificidades das mulheres usuárias dos serviços de saúde mental. Estimular o empoderamento a partir da construção de redes de suporte e organização coletiva das mulheres "loucas", em torno do(s) feminismo(s) e da perspectiva antimanicomial, é essencial. Para isso, faz-se fundamental o aperfeiçoamento pessoal, profissional e político das/os técnicas/os da RAPS, na formulação e compartilhamento de práticas inovadoras e exitosas para produção de "fazer" contrahegemônicos, de resistência, que não se restrinjam às limitações burocráticas, mas sim estabeleçam "microfissuras" no tripé estrutural e na lógica manicomial, que pode se configurar como um quarto elemento do 'nó' das opressões sociais. Convocar a Psicologia, enquanto ciência que se debruça de forma mais orientada e específica para o sofrimento psíquico, para o constante desenvolvimento de enfrentamentos antirracistas, antissexistas, anticapitalistas e conseqüentemente antimanicomiais, é fundamental para o fortalecimento de práxis transformadoras e efetivamente libertárias.

GT32: Políticas Públicas e Juventudes: Direitos, Violências e Resistências

A "Guerra Não Declarada": o homicídio de jovens negros e as resistências negras em Porto Alegre

Autor: Mariana Gonçalves da Silva (UFRGS)

Os sistemas de estratificação social se configuram de maneira diferente conforme o processo histórico de cada lugar, assim sendo há de se considerar que alguns fatores serão determinantes para o estabelecimento das disposições sociais, culturais e econômicas. Na formação de uma sociedade como a brasileira, podemos considerar que os processos de colonização e escravidão compõem a gama de fatores que determinam as formas como as relações sociais se estruturaram até aqui. Portanto, torna-se praticamente impossível pensarmos os conflitos gerados no Brasil, sem pensarmos a localização social em que os negros brasileiros historicamente se encontram.

Diante do evidente cenário de acirramento da violência urbana nas grandes capitais brasileiras, é possível verificar que normalmente as populações mais atingidas pelo problema são aquelas mais pobres, que ocupam os bairros periféricos e que possuem um grande contingente de pessoas negras. A marginalização e criminalização que os negros foram submetidos, principalmente no período que sucede a abolição da escravidão fazem com que sejam os principais alvos da violência, como demonstram os dados publicados anualmente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Mapa da Violência também anual.

Não obstante, ressalta-se que de maneira alguma os negros no Brasil mantiveram-se passivos frente às diversas tentativas de inferiorização de sua condição racial na sociedade. Pelo contrário, questiona-se fortemente o direito à diferença (ou à igualdade) bem como, melhorias nas condições de vida da população negra em geral. O Movimento Negro, mesmo composto por tamanha diversidade e complexidade, há praticamente um século mantém-se atuante no enfrentamento pela garantia dos direitos do povo negro em diferentes esferas da sociedade brasileira.

Esta pesquisa foi realizada para obtenção de título de bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e buscou investigar quais as formas de resistência empreendidas pelo Movimento Negro frente aos altos índices de homicídios de jovens negros no Brasil, analisando os pontos de resistência em que a atuação se dá de forma mais intensa. Considerando o processo de institucionalização experienciado por alguns setores do Movimento Negro desde o início dos anos 2000, buscou-se identificar se as práticas de luta e enfrentamento ainda se mantêm na esfera institucional ou se dão de forma mais autônoma. Bem como, se a atuação dos militantes ainda se mantém no interior dos partidos políticos visando garantir a pauta racial no centro da luta pela transfor-

mação social e também, quais os efeitos que as atividades políticas e culturais produzem no sentido de dialogar com o maior número possível de pessoas negras, sobretudo com a juventude.

O objetivo desse estudo consistiu em analisar as formas como atualmente os militantes negros atuantes no Movimento Negro na cidade de Porto Alegre mobilizam as agendas de suas organizações, no sentido de desenvolver ações voltadas diretamente para os jovens negros, visando contribuir com a minimização da problemática dos índices de homicídios constatados nas recentes pesquisas divulgadas. Assim como, contribuir teoricamente com os estudos realizados acerca das lutas travadas pelo Movimento Negro brasileiro, buscando colocar em evidência as contradições presentes durante sua trajetória no período contemporâneo.

Para tanto foi realizado um estudo sobre a relação entre a violência urbana e o processo de marginalização e criminalização da população negra no Brasil, evidenciando as complexidades presentes no sistema de relações raciais no contexto das sociedades capitalistas com histórico de escravidão. Após, foram levantados dados acerca dos índices de homicídios no Brasil, Rio Grande do Sul e Porto Alegre para justificar a necessidade de mobilização por parte do Movimento Negro diante da realidade apresentada. A pesquisa foi realizada com aporte teórico apresentado a partir da noção de resistência proposta por Michael Foucault e analisando os pontos de resistência empreendidos pelo Movimento Negro em Porto Alegre.

Foram investigadas as diferentes perspectivas acerca da definição dos termos “raça” e racismo que deram sentido a existência e a luta do Movimento Negro em seus diferentes períodos. Exploraram-se rapidamente as fases históricas do Movimento Negro, examinando mais precisamente o seu período contemporâneo de atuação no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 04 (quatro) militantes negros de diferentes grupos e áreas de atuação e de diferentes faixas etárias, questionando sobre suas percepções e avaliações acerca da atuação do Movimento Negro diante dos índices de morte de jovens negros no Brasil. Através da utilização da metodologia de análise de conteúdo, buscou-se evidenciar o entrecruzamento de suas trajetórias e os contrastes nas abordagens de cada um. Verificou-se que suas percepções destoam ao tratar determinados assuntos, como por exemplo, quando se referem à avaliação da atuação do Movimento Negro contemporâneo. Uma vez que os jovens possuem uma visão crítica ao processo de institucionalização, negando-se a compor os espaços destinados ao povo negro dentro das esferas estatais. Em que pese, participem de processos eleitorais a através do lançamento de candidaturas no âmbito municipal, estadual e federal. No entanto, pareceu consenso a percepção de que o problema do negro no Brasil perpassa as questões históricas relacionadas e escravidão e à pobreza. Sendo possível constatar a partir do que Achille Mbembe (2016) define como Necropolítica, como sendo a presença do desenvolvimento do mecanismo de poder do Estado, que historicamente considera os jovens negros como seus “inimigos” abrindo margem para definir então, quem deverá morrer no contexto de acirramento da violência no Brasil.

Considerando as informações coletadas durante a pesquisa, é possível afirmar que os desafios para investigação do tema da atuação da militância da juventude negra no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre oferecem elementos importantes para reflexão acerca de diferentes assuntos que atravessam seu lugar enquanto sujeito político. Tanto pelo seu teor crítico às estratégias anteriormente utilizadas, quanto pela reinvenção de métodos que possibilitam o diálogo com seus pares. Por fim, conclui-se que a pesquisa acerca da atuação do Movimento Negro brasileiro, mais especificamente em Porto Alegre frente aos casos de homicídios de jovens negros não se esgota por aqui, sendo ela uma temática complexa a ser repensada inclusive pelos próprios militantes. Uma vez que se a atuação do Movimento Negro até aqui pôde ser classificada por suas “fases”, talvez este seja o momento de avaliar a atual fase em que vivemos possibilitando repensar novas estratégias de atuação conjunta.



As contradições da responsabilização individual do adolescente na medida socioeducativa: perspectivas e dilemas

Autor: Joelma Pereira dos Reis Rabelo (UFMG)

Coautor: Vanessa Barros (UFPB)

Esta proposta diz respeito a uma pesquisa de mestrado em andamento, onde nos propomos a discutir e problematizar um dos objetivos das medidas socioeducativas como preconizado pelo SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo): a responsabilização dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Medida esta considerada a mais gravosa, tendo em vista que o adolescente pode ficar privado de liberdade por até três anos. Tais medidas são entendidas como estratégias destinadas aos adolescentes considerados autores de atos infracionais.

Como recorte, pretendemos discutir a política de atendimento socioeducativo nos moldes como se apresenta em Minas Gerais, que ratifica a importância dos vários âmbitos na proteção das crianças e adolescentes. Portanto nossa discussão partirá dessa concepção de responsabilização ampliada e compartilhada com o Estado, com a sociedade e com a família, indo ao encontro do proposto no artigo 227 da Constituição Federal do Brasil, que consolida os direitos da criança e do adolescente. Nesse sentido, buscaremos analisar se a concepção de responsabilidade compartilhada é levada em consideração pelas equipes das unidades socioeducativas ao trabalhar a responsabilização do adolescente no cumprimento da medida socioeducativa. Nossa experiência como trabalhadores e pesquisadores neste campo, nos mostra uma tendência a individualização, encobrindo a responsabilidade estatal quanto as desigualdades sociais perpetuadas pelo Estado. Diante disso, pretende-se analisar as contradições entre a noção de responsabilização individual das medidas socioeducativas e uma possível (des)responsabilização do Estado, em relação a esses adolescentes que chegam nas medidas com uma trajetória de vida precárias, direitos violados e exclusão das oportunidades sociais.

Esta pesquisa advém de minha experiência como psicóloga no acompanhamento de adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação, em um Centro Socioeducativo de Belo Horizonte. Tal percurso me fez interrogar as normativas e a noção de responsabilização utilizada para balizar um suposto cumprimento satisfatório de medida pelo adolescente. Pretendemos abordar os vários discursos que sustentam a noção de responsabilização: discurso jurídico, psicanalítico, moral-religioso e outros utilizados no trabalho das equipes. Em muitas das vezes, a expectativa das instituições envolvidas no acompanhamento do adolescente, é que ele manifeste reconhecimento da culpa e arrependimento, parâmetro do âmbito da moral religiosa, que frequentemente é empregado para medir a responsabilização do adolescente e consequentemente seu desligamento da medida.

Conforme Paula (2006), crianças e adolescentes são institucionalizados no Brasil desde o início do século XX, advindos prioritariamente de estratos empobrecidos e marginalizados. Estas eram encaminhadas inicialmente para as casas de correção e a partir da década de 1970, com a Política Nacional do Bem Estar do Menor, para as Febens (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor). Assim, era responsabilidade do Estado educar essas crianças e adolescentes de estratos mais pobres.

A partir da década de 1990, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, o Brasil inaugura uma nova proposta jurídica para coordenar a atuação do Estado em relação aos adolescentes que cometem atos infracionais. Para esses adolescentes, a lei prevê como resposta, seis medidas socioeducativas, aplicadas por autoridade competente, que são: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

Outra normativa importante é a Lei Nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas ao adolescente que pratique ato infracional. Para tanto, no §2 do SINASE, é enumerado os três objetivos das medidas socioeducativas: a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, a integração social dos adolescentes e a garantia dos seus direitos individuais e a desaprovação da conduta infracional.

Um fator importante a considerar é o clamor social por punição e o discurso do sistema de controle, que considera os adolescentes responsáveis por grande parte da criminalidade. Diante esse cenário midiaticamente construído, emerge uma demanda e incentivo por um recrudescimento das penas, bem como discussão sobre a possibilidade de redução da maioridade penal. Pesquisas internacionais, contudo, não corroboram esta afirmação, indicando que adolescentes de 14-18 são responsáveis por somente 4,5% da criminalidade e que 2/3 das infrações

penais são constituídas de furtos simples, dano, lesão leve e outros (SANTOS, 2002). Outras pesquisas ainda apontam que adolescentes e jovens são as maiores vítimas da violência.

Ademais, ainda segundo o autor, o crime não pode ser concebido ontologicamente, mas deve ser entendido como socialmente construído pelo sistema de controle, sendo que o determinante para a criminalização é a posição social marginal do autor. Dessa forma, ao analisar os dados dos adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas, constatamos que são em sua maioria negros e pardos, oriundos de periferias e aglomerados. A Vara Infracional da Infância e Juventude de Belo Horizonte, apresentou dados dos adolescentes apreendidos e encaminhados ao CIA/BH (Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato infracional), no ano de 2017. Percebe-se a luz desses dados, que a população de adolescentes alvos de políticas estatais de controle, perfaz o perfil apontado em pesquisas: A maioria dos adolescentes estão na idade entre 15 e 17 anos, são do sexo masculino (86,40% dos adolescentes apreendidos) e com autodeclaração quanto a raça/cor como preta/parda (75,76%).

Outro ponto importante que se percebe no público que cumpre medidas socioeducativas é um histórico de evasão escolar, onde a maioria dos adolescentes apresentam uma distorção quanto a idade e série, havendo ainda um quantitativo de adolescentes analfabetos. De acordo com o mesmo relatório, em 2017, 76,97% dos adolescentes apreendidos e encaminhados ao CIA/BH não concluíram o ensino fundamental. Este é mais um dado que faz com que tais adolescentes tenham dificuldades para se inserir no mercado formal de trabalho, por exemplo, e assim se mantém a exclusão social. Conforme Santos (2002), muitos adolescentes de periferias e favelas acabam não tendo muitas alternativas e acabam utilizando-se de meios ilegítimos para garantir sua sobrevivência. Eles praticam atos infracionais e sobre eles recai o poder repressivo do Estado e como consequência o Estado aplica-lhes medidas socioeducativas. E dessa forma, esses adolescentes devem se responsabilizar individualmente pelo ato infracional, considerado como falha individual em sua socialização e educação.

Para atingir os objetivos propostos nessa pesquisa, será adotada a metodologia qualitativa, utilizando como referencial teórico a psicossociologia e a criminologia crítica. Os métodos de coleta de dados serão grupos de discussão com adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação e entrevistas com técnicos que trabalham nas medidas socioeducativas, com objetivo de compreender melhor o dispositivo institucional. O recorte da pesquisa se dará com adolescentes do sexo masculino, que cumprem medida socioeducativa de internação, nas unidades do município de Belo Horizonte.

A abordagem psicossociológica, compreende o sujeito em uma multiplicidade de dimensões e fornecerá subsídios e ferramentas necessárias para analisar o adolescente em cumprimento de medida de uma forma ampliada e não psicologizando suas atuações e suas respostas na medida. É importante compreender como as instituições e grupos interferem na forma como o adolescente responde e igualmente como este afeta a instituição na qual está inserido. Nesta perspectiva a "psicossociologia oferece um conjunto de recursos essenciais para os campos da investigação e da ação, constituído pela articulação entre campo social, condutas humanas e vida psíquica". (Lhuillier, 2014, p.2).

A abordagem da criminologia crítica ao compreender o crime como produto da gênese social, constitui-se em uma perspectiva analítica que contribuirá com as reflexões, trazendo um olhar crítico quanto à criminalização de alguns grupos sociais específicos. Assim, o sistema de justiça criminal tende a reproduzir as desigualdades sociais, conforme pondera Santos: "as desigualdades estruturais das relações econômicas e sociais, instituídas pelas formas políticas e jurídicas do Estado, garantem e legitimam uma ordem social injusta." (2002, p.119).

Com esta pesquisa, propomos reflexões acerca da importância do compartilhamento da responsabilização quanto a situação dos adolescentes encarcerados. Para isso é necessário problematizar a estrutura econômica e social da nossa sociedade, sustentada pelas desigualdades sociais, deslocando-se da concepção individualista da política econômica neoliberal.



Desafios do egresso de medidas socioeducativas: a escola como projeto esvaziado

Autor: CELSO TAKASHIYOKOMISO (UNIFESP)

Coautor: Jose Boff (José Boff)

Introdução

Através da prática socioeducativa são reveladas as marcas da exclusão social que cada adolescente traz em sua trajetória. A entrada nas atividades delitivas é quase sempre acompanhada por outros elementos. Um deles, a evasão escolar, que demanda a construção de ações preventivas e posteriores ao cometimento do ato infracional.

Diante deste cenário, profissionais das medidas socioeducativas e dos equipamentos de ensino formal são levados à discussão de estratégias, defrontando-se com questões organizacionais das instituições socioassistenciais e de educação, aspectos culturais das famílias e comunidades, resistências do próprio corpo de socioeducadores e professores, políticas públicas, entre outros.

Coloca-se o problema: quais são os desafios impostos aos jovens egressos de medidas socioeducativas frente à sua escolarização?

1. Objetivos

A pesquisa tem como objetivos:

- Investigar o percurso escolar de jovens egressos de medidas socioeducativas;
- Refletir sobre as ações dos equipamentos socioeducativos e escolas;
- Propor estratégias para modificação da situação exposta.

2. Relação clara com o GT e eixo temático escolhido

A pesquisa se articula com o GT32 ao se debruçar sobre as fragilidades de políticas públicas voltadas para adolescentes infratores, assim como às violações de direitos que acometem este grupo, quadro ainda mais agravado diante do desmonte gradativo do Estado de Bem-Estar Social e difusão maciça da violência e segregação como prática de controle social.

3. Orientação teórica

A pesquisa se pauta nos pressupostos da Psicologia Social. Trabalha com conceitos como: exclusão social, políticas públicas e intersectorialidade.

4. Métodos

A pesquisa foi realizada partir de entrevistas semiestruturadas junto a: 2 (dois) jovens egressos da medida socioeducativa de semiliberdade, com mais de 18 anos; e 2 (dois) socioeducadores de centro de semiliberdade, sendo 1 (um) da área psicossocial e 1 (uma) da educacional.

As informações foram trabalhadas a partir da análise de conteúdo que, conforme Bardin (2010, p. 280) apresenta as fases: organização da análise; codificação; categorização; tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados.

Quatro eixos de análise se depreenderam do material: a) a experiência escolar dos jovens antes do cumprimento da medida de Semiliberdade; b) a trajetória escolar durante o cumprimento da medida; c) o papel da família como espaço protetivo para o adolescente; d) o egresso, a rede de proteção e a permanência dos jovens na escola.

5. Resultados

5.1 A experiência escolar dos jovens antes do cumprimento da medida de Semiliberdade

No relato dos estudantes surgem aspectos comuns a ambos. Os dois estavam fora da escola quando ingressaram no Centro Socioeducativo de Semiliberdade. O percurso escolar no primeiro ciclo do ensino fundamental foi marcado por dificuldades, defasagem de série e frequência irregular, desinteresse pelos estudos, conflitos escolares, resultando em inúmeras suspensões. Nota-se o distanciamento dos adolescentes frente aos estudos e a falta de identificação com o ambiente escolar.

A situação vai de encontro com o perfil de evasão de jovens em medidas socioeducativas. Conforme Yokomiso (2013), 74% dos adolescentes em medida socioeducativa largaram a escola em algum momento. É necessário

cautela, no entanto, frente a interpretações que direcionem o fracasso ao adolescente. Teixeira e Onofre (2009, pg. 166) ressaltam que ao se atribuir somente ao indivíduo a responsabilidade por sua própria educação e permanência no espaço escolar, a escola mascara a sua influência no processo de exclusão. São colocados à margem da escola aqueles que sofrem repetências e defasagem de série, não alcançando o padrão esperado pelo sistema educacional.

Segundo Conanda (2006, pg. 15), uma ação socioeducativa deve ser sustentada nos princípios dos direitos humanos, com as ideias de alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturada em bases éticas e pedagógicas. Deve criar condições para que o adolescente em conflito com a lei possa ser visto como prioridade social e não como problema (BARRETO, D.B.M; PEREIRA, S.M; 2017, pg. 204).

5.2 Trajetória escolar durante o cumprimento da medida

Conforme a entrevistada Claudia, algumas escolas são resistentes para efetuar a matrícula destes jovens, cedendo apenas mediante ofícios judiciais. Zanella (2010, pg.14) reforça, em mesmo sentido, que quando a escola é procurada para reinserir em seu Sistema de Ensino o aluno autor de ato infracional há, com recorrência, a alegação de não possuir vagas.

A profissional relata ainda que, durante o cumprimento da medida, procura identificar os fatores da evasão escolar dos adolescentes, desencadeando o processo de sensibilização para o seu retorno às aulas.

Primeiro eu ia pela obrigação mesmo. Eu estava ainda com aquela cabeça... tipo, quando eu era mais novo. Aí eu fui pegando, depois foi passando, eu fui pegando gosto pela matéria. As pessoas me ajudavam no regime socioeducativo, as coisas iam mudando, até que peguei gosto pela escola (Francisco, 23 anos).

Para Padovani e Ristum (2013, pg. 982) a descontinuidade no envolvimento com atos infracionais ocorre gradativamente, com a possibilidade do jovem em experimentar novas experiências e oportunidades, abrindo-lhe caminhos. Assim, através da escola e das medidas socioeducativas, por meio de orientações e acompanhamentos, pode ser instaurado um novo conjunto de representações que lhe sirva de parâmetro em meio ao ambiente muitas vezes desorganizado em que vive.

5.3 O papel da família como espaço protetivo para o adolescente

A família constitui-se como uns dos atores fundamentais na rede de proteção para assegurar o direito à educação do jovem egresso da medida socioeducativa. No entanto, muitos desafios precisam ser vencidos.

A participação das famílias tem sido de distanciamento, uma vez que o adolescente esteve fora da escola. Na medida (socioeducativa) não tem sido diferente, embora haja um esforço muito grande dos profissionais da educação dentro dos Centros quanto ao direito do adolescente e deveres das famílias (Ivan Reis).

Estudos (Medeiros e Paiva, 2015; Yokomiso, 2013) apontam a anteposição entre a centralidade da família enquanto instituição de suporte e apoio, e a vulnerabilidade destas mesmas famílias, pouco capazes de atuação frente ao problema de seus jovens.

Conforme pesquisa conduzida por Yokomiso (2014, pg. 195) 31% possuíam familiares envolvidos em crimes; 41% tinham familiar adicto em álcool e/ou drogas ilícitas; 31,2% sofreram violência doméstica. O ato infracional, portanto, liga-se à fragilidade dos espaços grupais onde o jovem se constrói.

Medeiros e Paiva (2015, pg. 572) reforçam ainda que a maior parte das famílias de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas vivencia condições concretas de violação aos direitos sociais básicos, assim como uma série de problemas dela decorrentes.

5.4 O egresso, a rede de proteção e a permanência dos jovens na escola

Os jovens quando egressos da medida socioeducativa, com recorrência, largam a escola, encarando a evasão escolar como algo natural. O acompanhamento aos egressos do sistema socioeducativo tem se mostrado incipiente por parte da rede de proteção, havendo fragilidade nas políticas públicas para o alcance deste grupo.

Recebi minha liberdade, continuei estudando sim... (mas) eu trabalhava né? Eu saí da medida, eu estava trabalhando, então era super corrido. Não batia os horários, porque eu estava trabalhando. Eu saí da medida com trabalho (...) Então, eu tive que parar de estudar. (Elton).



Souza (2009 in apud ANDRADE E BARROS, 2018, pg. 46) discorre sobre a falta de conexão entre trabalho e escola na vida desses jovens, como derivada das experiências de seus pais que, embora afirmem a importância dos estudos, não concluíram os seus próprios. Já Barros e Carreteiro (2011 in apud ANDRADE e BARROS, 2018, pg. 47) tecem, neste contexto, a diferenciação entre os pré-trabalhadores e os pré-universitários, para apontar a marca da classe social na escolha dos caminhos de vida.

A escola faz parte da rede de proteção, mas percebe-se que a articulação com o sistema socioeducativo e demais atores do Sistema de Garantias de Direitos precisa ser incrementada. São necessários maiores esforços e investimentos para garantir o acesso, permanência e sucesso dos adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa que retomam seus estudos.

Conclusões

Conclui-se que ações de acompanhamento aos egressos do sistema socioeducativo são incipientes, não havendo registro sistematizado desse atendimento. Além disso, as ações desenvolvidas ocorrem de forma fragmentada, o que abre campo para rupturas de processos interessantes de inclusão social em andamento.

A formação de comissões entre os equipamentos educacionais e socioassistenciais, neste sentido, pode se constituir como uma das estratégias de gestão para acompanhar e melhor organizar as práticas voltadas à reinserção do adolescente infrator. Da mesma forma, a edificação de políticas específicas para o egresso abre caminhos para uma continuidade do processo socioeducativo e fortalece os ganhos obtidos no período.

Há que se trabalhar com uma noção de investimento e justiça social e repelir ações imediatistas que camuflam a produção da violência. Os enormes retrocessos no campo da infância e juventude vigentes no atual governança minam direitos e alargam o fosso que separa os jovens de uma vida digna e com oportunidades.

Fórum em Defesa da Vida: 23 anos de resistência pela vida dos/as jovens moradores das periferias da zona sul de São Paulo

Autor: Robeth M. Tavanti (FGV - SP)

A proposta deste trabalho é apresentar o histórico das lutas populares no campo dos direitos humanos promovidas pelo Fórum em Defesa da Vida: pela superação da violência, com atuação há mais de 23 anos na região do Jardim Ângela, zona sul da cidade de São Paulo. De modo especial, busca-se estabelecer aproximações entre os estudos sobre políticas públicas, com base na abordagem da ação pública para os assuntos públicos, e a análise das práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano relacionada às ações coletivas de organização, articulação e mobilização dos mais diversos agentes e coletividades integrantes deste Fórum. A abordagem de ação pública para assuntos públicos sugere a importância de considerarmos a relação entre múltiplos atores dentro e fora do governo e da administração pública - incluindo organizações públicas e privadas, instituições financeiras, fóruns e redes de coletivos, associações, comunidades, etc. -, em uma variedade de formas de integração e coordenação; essas que se combinam em diferentes escalas de atividade (LASCOURMES; LE GALÈS, 2009). Em outras palavras, ação pública, como é utilizada na América Latina, refere-se ao movimento duplo do Estado para a sociedade civil e da sociedade civil para o Estado, sempre com ênfase nas instituições públicas no âmbito local, especialmente os municípios e outras formas de governo local onde as mudanças têm sido mais significativas. Conforme Peter Spink (2012): ação pública - uma interessante fusão entre política pública e ação social - pode ser entendida em seu sentido amplo na compreensão das ações de diferentes instituições públicas e também qualquer outra atividade que está sendo articulada na esfera pública e em referência a um bem comum. Vale dizer que o problema público que motivou a criação do Fórum foi a situação de violência alarmante que era vivida pela população desta região no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Um dos eventos que despertou a urgência de se organizar, articular e mobilizar a comunidade local foi o alerta da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1996, de que o Jd. Ângela era o núcleo urbano mais violento do mundo. As estatísticas apontavam 120 assassinatos/ano para cada 100 mil habitantes, tendo como predominância das vítimas jovens do sexo masculino com idade de 15 a 25 anos. Acorados em uma perspectiva crítica da Psicologia Social Discursiva, dedicaremos esforços na descrição e caracterização das ações políticas e comunitárias promovidas pelo Fórum ao longo do tempo, de modo especial, a partir das 23 edições da Caminhada pela Vida e pela Paz. Destacam-se nesse trabalho os seguintes procedimentos de produção e análise de informações: a) identificação, sistematização e análise de documentos de domínio público

relacionados ao histórico das ações coletivas organizadas e mobilizadas pelo Fórum desde 1996; e, b) sistematização e análise de conversas e anotações em diários de campo, produzidos pelo autor, ao longo dos últimos cinco anos, decorrentes de sua participação nas diversas ações coletivas promovidas pelo Fórum. As análises sugerem que a participação e a mobilização comunitária em torno de assuntos públicos de interesse comum podem ser consideradas como um dos fatores responsáveis pela expressiva redução nos índices sobre homicídios após os anos 2000. Ou seja, é consenso entre os movimentos sociais e as organizações sociais dessa região de que a queda da violência se deu em parte como consequência da soma de pequenas ações da sociedade civil organizada e de sua interação com os governos locais e municipal, incluindo as articulações com agentes públicos de instituições do Estado como representantes do Ministério Público e da Defensoria. Dentre alguns dos “temas” defendidos nas edições da Caminhada pela Vida e pela Paz que estabelecem articulações diretas com conquistas para a comunidade local, ressaltamos: 1) a implementação dos projetos de bases de policiamento comunitário; 2) a instalação de dois Centros de Integração e Cidadania; 3) a construção do primeiro e único Hospital de M’ Boi Mirim; e, 4) a construção de dois Centros de Educação Unificado nesses territórios. Uma outra experiência de destaque ao longo desses anos foi a criação e realização a cada dois anos do Fórum Social Sul. Nascido nos moldes do Fórum Social Mundial, em sua primeira edição, em 2004, o Fórum Social Sul contou com sete mil participantes. Sustentado pelo ideal de “uma outra periferia é possível, necessária e urgente”: o propósito deste Fórum é criar espaços para o diálogo e circulação de ideias e experiências a partir dos encontros entre pessoas e coletividades com atuação nesses territórios interessadas em construir uma sociedade igualitária e mais democrática. O Fórum Social Sul pode ser visto como um espaço de articulação da sociedade civil organizada na e para a região não apenas do Jardim Ângela, mas incluindo aqui Capão Redondo e Campo Limpo, assim como Cidade Adhemar, Grajaú, Taboão da Serra, Embu. São temas de destaque: juventudes, educação e cultura, segurança cidadã, saúde, meio ambiente, mobilidade, etc. sempre num sentido de debatermos as bases da democracia participativa e de uma cidadania ativa. Sustentamos assim, o argumento de que o interesse das pessoas e coletividades engajadas nesses Fóruns sinalizam a necessidade de se dar visibilidade pública às questões vividas em territórios vulnerabilizados, ainda mais, quando nos dias de hoje, identificamos a ação policial como uma das principais causas do extermínio da juventude negra, pobre e periférica. Consideramos, portanto, os espaços democráticos e comunitários como os fóruns e redes da sociedade civil, lugares onde o empoderamento político e simbólico dos movimentos sociais e das organizações de base territorial se constrói e se reconstrói de forma ativa e efetiva; o que por sua vez possibilita e potencializa a criação de novos mecanismos de participação e negociação com diferentes setores e instituições do Estado brasileiro, com vistas à implementação de políticas públicas e consolidação de uma democracia mais participativa.

Gênero e Sexualidade: conversações e desdobramentos (im)possíveis em escolas públicas do Rio de Janeiro

Autor: Hiôrran Dalcin (Unigranrio) e Letícia R. Oliveira (UNIGRANRIO)

O presente trabalho é um relato de experiência sobre atividades desenvolvidas em escolas públicas da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, sendo uma localizada em Duque de Caxias, região da baixada fluminense, e duas no município do Rio de Janeiro, com alunos/as do ensino fundamental e do ensino médio, onde buscamos pensar questões de gênero e sexualidade das juventudes tendo como embasamento teórico-conceitual e metodológico a Análise Institucional. Trabalhamos educação e escola como instituições analisando a interseccionalidade com idade, gênero, raça, etnia, classe social, escolaridade e localização geográfica, onde foi possível perceber como está engendrado nos jovens os conceitos binários de gênero, os discursos de legitimação do machismo estrutural, beneficiando mais o patriarcado e desenvolvendo concomitantemente ideias racistas e homofóbicas. Observamos como o binarismo se mostra construído socialmente e coletivamente, e constituem mesmo as subjetividades juvenis.

Levando em conta o acesso à informação e a educação como direito e a escola como um espaço público, de geração de conhecimento e pensamento crítico, o ambiente escolar torna-se um local propício para se repensar as representações sociais de homens e mulheres e transformar paradigmas impostos pela sociedade.

A proposta de nosso trabalho é promover a discussão acerca da desconstrução dos papéis binários de gênero, propiciando a resignificação dos estereótipos que cristalizam os comportamentos vistos como “masculinos” e “femininos” e propondo novas maneiras de pensar a existência objetivando uma sociedade mais igualitária e me-



nos violenta em relação às sexualidades não heteronormativas.

Nosso trabalho se desenvolve tendo como cenário um contexto político nacional que utiliza-se da violência simbólica - dentre outras -, encarnada na linguagem e nas suas formas e cria-se um ambiente cuja dominação social se dá pela manipulação dos discursos que promovem a violência a determinados grupos minoritários, perpetuando crimes cometidos em uma lógica de violência "sistêmica", que consiste nas consequências catastróficas do funcionamento do nosso sistema econômico e político.

Isso se torna mais evidente diante da crescente onda de violência aos grupos minoritários no Brasil, onde os discursos de ódio são publicamente legitimados, tornando urgente e imprescindível o debate acerca das questões de gênero e sexualidade no âmbito das políticas públicas de educação.

Neste trabalho nos inspiramos nas proposições de Michel Foucault, Judith Butler, Alexandre Bortolini e Slavoj Žižek. De Foucault, nos valemos dos conceitos das relações de poder em que as pessoas são inseridas na sociedade, na produção histórica em que são criados seus próprios conjuntos de regras a partir dos quais aquilo que é dito pode ou não tornar-se verdadeiro e em como essas "verdades" levam a desdobramentos que hierarquizam as relações de poder. Na teoria queer de Judith Butler que nos leva a problematizar os padrões binários de gênero. Slavoj Žižek nos ajuda a questionar o contexto social e político. Alexandre Bortolini nos leva a propor a construção de métodos que instrumentalizam práticas que possibilitem a discussão sobre diversidade sexual na escola de uma maneira mais abrangente e objetiva, diante das construções sociais, históricas e culturais de gênero, esses autores possibilitaram a criação de um denominador comum pautado nas diferentes maneiras de se pensar a subjetividade e, conseqüentemente, na sexualidade do indivíduo.

O trabalho se realizou através de metodologia participativa onde realizamos oficinas sobre gênero e sexualidade que aconteceram em uma escola pública do município de Duque de Caxias e duas escolas estaduais do Rio de Janeiro, por meio de um projeto de extensão do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). A oficina realizou-se em sala de aula e era composta por um jogo em que os alunos deveriam relacionar inventos aos seus inventores, podendo ser homem ou mulher, seguido de um vídeo e, posteriormente, uma discussão acerca da relação do mesmo com o jogo e as opiniões e experiências dos alunos em relação ao binarismo de gênero e, conseqüentemente, à sexualidade.

As principais questões que emergiram nas intervenções possuíam um grande discurso fundamentado no binarismo de gênero por parte dos alunos, que refletia a hipervalorização da construção social do que é "ser homem", totalmente dicotômica do "ser mulher", que colocava o feminino numa posição de inferioridade, em que todas as atribuições socialmente reconhecidas como femininas eram vistas como detentoras de menor valor, sendo colocadas sempre em uma posição hierarquizada às atribuições masculinas, simbolizado por uma imensa distinção dos papéis de gênero, a medida em que o homem fica sempre acima numa visão verticalizada da mulher.

Apesar dos atravessamentos institucionais, é necessário se pensar nos recortes de gênero e sexo perante à questão da territorialidade como fator preponderante para a definição de práticas que contemplem intervenções de ressignificação da identidade normativa, criando um ambiente em que esses indivíduos possam ser facilitadores de diálogos que proporcionem um novo sentido aos discursos vigentes, possibilitando a ocupação de espaços físicos e não físicos, compondo um cenário em que todos sejam protagonistas na criação de uma sociedade mais igualitária coexistente com diferentes sujeitos e percepções culturais no tecido social e que facilite o trânsito de corpos que simbolizam uma sociedade multicultural, explicitando assim, a não categorização do sujeito a uma sociedade cisheteronormativa.



Juventudes e periferias: as políticas públicas no limiar das violências e direitos humanos

Autor: Cristiane Dameda (UFRJ)

Coautor: Caíque Azael Ferreira da Silva (UFRJ) e Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro (UFRJ)

A juventude é um período da vida voltado para a formação humana e desenvolvimento, compreendido pela Organização Mundial da Saúde como o intervalo que vai desde os 15 até os 29 anos. Este trabalho surge com a tarefa de refletir e problematizar os modos de ser que estão possíveis a uma parcela da juventude, no contexto do Estado do Rio de Janeiro, residentes nas favelas e/ou periferias urbanas. Pensar juventudes, periferias, violências e políticas públicas em um contexto fluminense é, inicialmente, focalizá-las como “caixas-pretas” (que para Latour (2011) se referem as estabilizações que cessam as controvérsias), no entanto, no aprofundamento da análise é percebido que a própria constituição do conceito de juventudes envolve questões geográficas, históricas, étnico-raciais, classistas e, mais do que isso, exige ampliar olhar para as tessituras dessa rede, inclusive para a produção de saberes que as permeiam e considerá-las nas suas pluralidades.

O que mais nos convoca, nesse momento, é questionar as violações de direitos contra essa população enquanto limitadores não só de seu desenvolvimento individual, mas como um fator de reprodução de desigualdades estruturais na sociedade brasileira. De acordo com o Atlas da Violência (2019) com base em dados de 2007 a 2017, o Brasil teve em 2017 o maior nível histórico de letalidade violenta intencional do país, a qual acomete principalmente a população jovem; e quando se trata do cenário carioca, os dados são ainda mais alarmantes, pelo agravamento fruto da relação com a crise política, econômica e social do último período.

As violências, para tanto, precisam também serem analisadas a partir das diversidades e multiplicidades de elementos que a compõem, os movimentos e (des)continuidades, uma vez que, acontece em uma complexa e emaranhada rede. Bonamigo (2008) descreve que para entender um evento violento é preciso abrir a caixa-preta, isto é, acompanhar os atores e suas vinculações e assim se verá que a violência é

efeito de redes compostas por elementos heterogêneos, híbridos de natureza-cultura, de humanos e não-humanos, do científico, do político, do afetivo e do tecnológico. Desta forma, a “violência” não se configura como ponto de partida, mas como ponto de chegada, como resultado de um processo que envolve mediadores em sua fabricação. (BONAMIGO, 2008, p. 350).

Igualmente, o IBGE (2010) também demonstra que menos de 1% dos crimes de latrocínio e homicídio é cometido por adolescentes/jovens; portanto, esse público é o que menos comete homicídios, mas o que mais é alvo desse crime. Dessa forma, “esses jovens aparecem no cenário nacional ora como vítimas ora como vilões, polarizando a opinião pública e, também, seus modos de ser e estar no mundo.” (VAVASSORI; TONELLI, 2015, p. 1190). A violação de direitos de uma parcela da população, muitas vezes por responsabilidade direta do Estado - o qual deveria atuar incansavelmente na sua proteção e defesa - sinaliza que, de diversas formas, tais sujeitos não são passíveis dos mesmos direitos que outros. Desponta-se a máxima: que direitos, para que sujeitos?

A partir dessa análise, em diálogo com movimentos sociais e pesquisadores, é impulsionada em 2019 uma ação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) que instaura a Comissão Especial de Juventude, proposta e presidida pela deputada Dani Monteiro (PSOL), tem-se a compreensão de que a juventude é o um setor marcado por diferentes vulnerabilidades, expressas na dificuldade de acesso à saúde, educação, esporte, cultura, lazer, trabalho formal e moradia.

De acordo com o requerimento que instaura a Comissão Especial, a crise pela qual o Estado do Rio de Janeiro atravessou no último período elevou o número de pessoas desempregadas, afetando principalmente jovens. A informação é sustentada por dados apresentados nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que indica um aumento progressivo nos índices de desemprego: no primeiro trimestre de 2019, foi de 15,3% da população, superando a marca de 15% do primeiro trimestre de 2018 (G1, 2019). O impacto disso na juventude é muito severo: a taxa de desocupação é em média o dobro da média geral da população (G1, 2018).

A dificuldade no acesso ao mercado formal de trabalho expressa nesses dados é uma dimensão da violação de direitos sob os quais essa parcela da população está submetida, que também se apresenta no acesso limitado à educação, tendo em vista que em 2019 mais de 20 mil jovens não conseguiram vagas nas escolas públicas do Rio de Janeiro (ALFANO, 2019); bem como na criminalização de suas expressões culturais, com os processos de criminalização do funk e das rodas de rap no Estado (que apontam, inclusive, para uma discussão mais ampla de ataque aos modos de ser em suas dimensões mais práticas - trabalho e escola - mas também psicossociais e cole-



tivas). Hoje, mais de 20% dos jovens no país não tem acesso nem a emprego formal nem aos estudos (juventude “nem-nem”), ao mesmo tempo que a Câmara dos Deputados indica em seu Relatório Final da CPI de Assassinato de Jovens Negros e Pobres (2015) que a vitimização da juventude negra é um dos principais desafios a serem superados pela sociedade.

Assim, apresenta-se uma realidade onde os jovens também compõem o grupo mais vulnerável quando se trata de violações como um todo. Nas camadas mais pauperizadas, dadas as contradições inerentes a organização política capitalista, conforme os dados apresentados anteriormente, os jovens conectam-se, muitas vezes, às situações como pouca possibilidade de integração no mundo do trabalho, dificuldade de acesso à saúde, à escolaridade e/ou permanência no contexto escolar, com consumo e tráfico de drogas, atos infracionais – todas as vinculam a novas situações violentas (WAISELFISZ, 2014, 2016; PAIVA; OLIVEIRA, 2015). Estes fenômenos expressam-se sob as mais variadas e complexas formas, são produzidas por emaranhados diferentes atores em seu processo de composição. Nesse contexto, pensar políticas públicas específicas para juventudes específicas, sobretudo em sua dimensão mais precarizada - no caso do Rio de Janeiro, os jovens negros, moradores da periferia urbana - se apresenta como uma urgência.

A promoção de direitos fundamentais à população não pode ser feita apenas por meio de grupos civis autônomos ao Estado Brasileiro, como ONGs, instituições privadas ou movimentos sociais, pois a atribuição de fornecer condições dignas para a formação e desenvolvimento da população é, internacionalmente convencionada, responsabilidade dos governos em suas diferentes esferas, na construção de políticas públicas nas suas mais diferentes aplicabilidades - essa uma outra discussão que também precisa ser pautada.

Na problematização dessas temáticas, paulatinamente apresentou-se a base epistemologia de tais reflexões: trata-se de caminhos guiados pela Teoria Ator-rede (TAR). Proposta por Latour (2006, 2011), a TAR é uma abordagem teórica e metodológica que entende a rede como uma tessitura composta por atores humanos e não humanos que estão em interação e, à medida que se conectam, ramificam expandindo essa rede.

Juventudes empobrecidas, territórios marginalizados, presença/ausência de políticas públicas são elementos de uma trama que denotam uma realidade específica, isto é uma rede que produz mundos e subjetividades, mas que também é produzida por elas. A rede, portanto, é definida por suas ligações ou elos, também reconhecidos como “nós” que se constituem dos encontros, pela multiplicidade de atores e conexões. Entende-se que não há uma rede, mas várias que se interligam contendo diversas vias de acesso, sem que uma se torne principal. Para tanto, a TAR também se estabelece como um método, o qual não dispõe de ferramentas prontas, mas à medida que os envolvidos se movimentam na rede, conectam-se e fabricam os propósitos, o curso da busca e seus desfechos.

A partir desses pressupostos, este trabalho pretende compartilhar reflexões ao caminhar por essas redes. O ator chave aqui se expressa, inicialmente, nas “juventudes”, no entanto é perceber que, à medida que se avança, há uma imbricação entre diversos outros atores, que são múltiplos e plurais. Nossa pesquisa se debruça, portanto, numa dimensão que assume essa rede.

Falar de fluxos e processos exige contar, ainda, que este trabalho é resultado de aproximações e distanciamentos reflexivos fabricados nas discussões coletivas no âmbito do grupo Cultura Contemporânea: subjetividade, conhecimento e tecnologia (CNPq), e sua apresentação é de relevância pois, os debates que serão incitados a partir dela, contribuirão na composição nas pesquisas que estão sendo lançadas pelos autores principais no decorrer dos seus respectivos processos de pós graduação na UFRJ.

ALFANO, B. Estado precisa de 20 mil vagas, mas turno da tarde tem 60 mil alunos a menos do que a capacidade. Publicado em 20 de fevereiro de 2019.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Orgs). Brasília, Rio de Janeiro, 2019.

BONAMIGO, Irme Salete. Violências e processos contemporâneos de subjetivação. In: BONAMIGO, Irme; TONDIN, Celso; BRUXEL, Karin. As práticas da psicologia social com(o) movimentos de resistência e criação. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2010.

LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor. São Paulo, 2006.



_____. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora*. 2 ed., São Paulo: Unesp, 2011.

PAIVA, Ilana Lemos de; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. *Juventude, violência ...*

Práticas coletivas na socioeducação: pensando processos dialógicos e produções de autonomia

Autor: YLIAH CAVALCANTI SARDINHA (PUC/SP)

Coautor: Izabela S Oliveira (PUC SP)

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com a Doutrina da Proteção Integral, trouxeram a afirmação legal de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em contraposição à Doutrina da Situação Irregular anterior, que os considerava como objetos de tutela. No entanto, os atuais marcos legais da infância e da juventude não romperam completamente com o antigo paradigma e ainda carregam tensões, seja no interior do seu texto, seja na sua efetuação. Buscando a concretude da proteção, convoca-se a sociedade para participar da elaboração, gestão e monitoramento dessas políticas, estratégias que convivem paralelamente com a legitimação da intervenção tutelar do Estado sob as vestimentas do “pelo melhor interesse da criança”. No cenário das medidas socioeducativas essa ambiguidade se agrava. Inicialmente, considera-se o adolescente em conflito com a lei como sujeito em situação de vulnerabilidade, ao qual seria preciso despender mais rigorosa formação moral por essa tripla condição (adolescência, vulnerabilidade, envolvimento infracional) que seria servida por meio do acompanhamento socioeducativo, buscando a não reincidência e a chamada ressocialização. Nessa construção, a vinculação da imagem do adolescente como o sujeito naturalmente insurgente e agressivo instiga a formulação de técnicas de contenção desse comportamento, com o aparente objetivo de assegurar um desenvolvimento saudável para si e uma boa convivência com a sociedade. A partir dessa perspectiva, o ser adolescente torna-se, por si só, problemático. Ao praticar um ato infracional, essa conceituação perigosa da adolescência é intensificada com as marcas da criminalização, especialmente se o adolescente for negro e periférico.

Em resposta, a nova socialização oferecida pelo Estado é um molde pré-formatado, composto pela adequação ao mercado de trabalho através de cursos profissionalizantes e inserção em baixos postos de labor, manutenção de alta frequência escolar, e outras formas de normalização. Ao mesmo tempo em que o direito de acesso às políticas públicas é convertido em dever, buscando incutir normas de conduta nos jovens, posição evidentemente tutelar e de controle, toma-se a participação, o protagonismo e a autonomia do adolescente como diretrizes para a elaboração, acompanhamento e revisão do Plano Individual de Atendimento (PIA), documento que pretende nortear as intervenções socioeducativas, conforme disposto no SINASE.

Tais questões suscitaram a inquietude das pesquisadoras enquanto trabalhavam no sistema socioeducativo em meio aberto na cidade de São Paulo, onde a política estava distribuída em 64 serviços em meio aberto feitos em parceria entre Organizações Sociais e Prefeitura. Nesses serviços, distribuídos em territórios, acompanham-se os adolescentes condenados a cumprir Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Entre o exigido pelo Poder Judiciário e as realidades vividas, questiona-se o que é possível e como é possível criar nos espaços das medidas socioeducativas em meio aberto com uma direção coletiva, incluindo as potências criadoras e criativas dos adolescentes e suas mais diversas formas de expressá-las. As pesquisadoras apostam que no encontro entre as equipes que aplicam as diretrizes institucionais e os adolescentes alvo da política existem novas formas de instituir as políticas públicas, sempre permeadas e mediadas pelos caminhos de escuta e de encontro entre esses dois polos.

As metodologias utilizadas no Grupo de Diálogo Universidade, Cárcere e Comunidade (GDUCC), proposto e sustentado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), e nos grupos de Gestão Autônoma da Medicação (GAM), realizados em alguns Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), foram tomados como inspiração e parâmetro inicial das pesquisas. O GDUCC tem como linhas mestras para a realização de um diálogo a simetria e a autenticidade. Os encontros propostos pelo GDUCC buscam fomentar o diálogo entre o segmento não encarcerado da sociedade e os membros da parte encarcerada. Nestes encontros, valorizam-se as trocas dialógicas, respeitando a trajetórias de vida dos sujeitos e a escuta dos mesmos. A estratégia GAM busca a construção de autonomia cogestiva e manejo cogestivo, ou seja, formas de construção de autonomia dos usuários entrelaçadas



com a execução de políticas públicas. Além da elaboração do autocuidado do usuário e a construção de novas relações entre usuário e serviço, questiona-se a estrutura historicamente heteronômica dos equipamentos públicos, elaborando como e porque apostar em gestões mais comprometidas com a criatividade e a desalienação, de modo a potencializar experiências mais autônomas. Apesar de serem metodologias aplicadas fora do campo da socioeducação e da Assistência Social, busca-se fazer um paralelo, de modo a instigar e potencializar esses espaços de aproximação.

Diante das considerações acima, o objetivo das pesquisas é salientar as práticas coletivas já realizadas na condução dos processos socioeducativos em meio aberto em alguns serviços na cidade de São Paulo. As pesquisas, desenvolvidas dentro do programa de Mestrado de Psicologia Social da PUC/SP, ainda se encontram em andamento, então não há resultados a serem apresentados no momento. Os referenciais teóricos utilizados são as dimensões de biopoder apresentados por Michel Foucault, o movimento autonomista de Janusz Korczak, as práticas de Fernand Deligny, as posições de pesquisa com infância e juventude de Lúcia Rabello de Castro e os escritos de Maturana e Varela sobre autonomia.

Psicologia Social e efeitos da violência nas trajetórias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

Autor: Carla Jéssica de Araújo Gomes (VIESES-UFC)

Coautor: Larissa, Clara (Universidade Federal do Ceará) e Rodrigo Bezerra Saraiva (UFC)

O presente estudo traz como campo de problematização as intersecções entre violência urbana, juventudes e políticas de privação de liberdade para adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional. O estado do Ceará, local em que se situa a pesquisa, é um dos estados mais violentos e que mais mata adolescentes no Brasil, com agravante de um crescimento sistemático de mortes de adolescentes e jovens mulheres nos últimos quatro anos. Essa realidade se deve às transformações nas dinâmicas da violência urbana nos municípios, sobretudo com a chegada e fortalecimento de organizações criminosas, e ao sucateamento de políticas garantidoras de direitos em detrimento do avanço de políticas de segurança pública calcadas no militarismo e no punitivismo. Esses fatores ampliaram o encarceramento em massa de adolescentes e adultos no Ceará, homens e mulheres, o que, por sua vez, trouxe como efeito a rotulação destes em “envolvidos” e “envolidas”. Esse enquadramento ocorre sobretudo por agentes de segurança pública do estado e pela mídia hegemônica, por uma suposta associação desses(as) adolescentes ao mercado ilegal de tráfico de drogas e em coletivos criminais. Portanto, de modo geral, são vidas ininteligíveis e não passíveis de luto. Segundo o Relatório Cada Vida Importa de 2018.2, jovens negros(as), pobres e moradores(as) de periferias são a maioria dos quase 900 adolescentes assassinados no Ceará em 2018, assim como também representam mais da metade de pessoas presas ou em cumprimento de medida socioeducativa. Frente a essa realidade, o Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC), ligado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), tem realizado atividades de pesquisa e extensão universitária nos bairros de Fortaleza com maiores números de homicídios de adolescentes. Este escrito se constitui como um desdobramento da pesquisa guarda-chuva do VIESES-UFC intitulada “Juventude e violência urbana: cartografia de processos de subjetivação na cidade de Fortaleza/CE”, cujo objetivo geral tem sido cartografar processos de subjetivação constituídos na articulação de práticas sociais relacionadas à problemática da violência urbana envolvendo segmentos juvenis em territórios da cidade de Fortaleza-CE com elevados índices de homicídios. Especificamente, esta pesquisa está conectada a um dos projetos de extensão do VIESES-UFC, o Histórias DesMedidas, que, por sua vez, divide-se em duas frentes: a. produção de atividades grupais com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; b. contribuição para o monitoramento do sistema socioeducativo no estado do Ceará. O projeto de extensão se propõe à, na primeira frente, desenvolver oficinas temáticas com os jovens abordando assuntos acerca da cidadania, responsabilização juvenil, direitos humanos e condições juvenis na contemporaneidade, como forma de conceber espaços de problematização sobre as suas trajetórias e perspectivas de vida que sejam capazes de agenciar a produção micropolítica de processos de singularização e ressignificação das relações desses adolescentes/jovens com a violência. Na segunda frente, a partir da participação em comissões de monitoramento do sistema socioeducativo da sociedade civil, o objetivo é fortalecer tanto o monitoramento como a incidência técnica e política da psicologia nesse campo. Portanto, nesta pesquisa, elegemos como objetivo

geral analisar os efeitos psicossociais da violência nas trajetórias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, e os seguintes objetivos específicos: a. mapear como a dinâmica da violência atravessa as trajetórias de adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional e seus cotidianos institucionais; b. discutir a perspectiva de adolescentes sobre as transformações psicossociais da violência armada na cidade de Fortaleza; c. problematizar a relação entre raça, classe e gênero nas trajetórias desses(as) jovens a partir das suas narrativas. A relação com o GT32: Políticas Públicas e Juventudes: Direitos, Violências e Resistências, e, consequentemente, com o Eixo 1: Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais, dá-se ao problematizarmos a efetividade das políticas públicas que atravessam a trajetória de adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional, bem como o trabalho da psicologia nessas instituições. A partir das narrativas, discutiremos como essas adolescências acabam conectadas pela institucionalização em uma política pública obsoleta em sua função garantidora de direitos e eficaz como um mecanismo de gestão da miséria, sobretudo pela vivência de uma adolescência desigualmente construída e atravessada pela intersecção dos marcadores sociais de raça, gênero, e classe. A pesquisa se ancora teórico-metodologicamente em interlocuções da Psicologia Social com referenciais da filosofia da diferença, como Deleuze e Guattari, pós-estruturais, como Foucault e Judith Butler, e autores de estudos anticoloniais, como Mbembe e Sayak Valencia. A metodologia consiste em uma cartografia como método de pesquisa-inter(in)venção. As ferramentas metodológicas consistiram em observação participante de atividades grupais e realização de grupo de discussão no formato de oficinas temáticas no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) de Fortaleza dirigidas a adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto nesse equipamento. Foram realizadas entrevistas narrativas com esse público e com jovens egressos do sistema socioeducativo que participaram conosco dessas ações grupais, além de entrevistas narrativas com adolescentes e jovens mulheres em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado. As entrevistas narrativas foram gravadas e tanto as observações quanto os grupos de discussão foram registrados na forma de diário de campo. A partir da observação e das entrevistas realizadas com os(as) adolescentes, surgem relatos de juventudes marcadas pelo racismo e sua consequente condição de matabilidade. As falas apontam para realidades inseridas em dinâmicas de medo e acumamento frente às restrições de acesso à locais da cidade que não permitem a livre circulação, ligadas especialmente às disputas de territórios pelos grupos criminosos que competem pelo mercado ilegal de drogas e armas nas regiões periféricas da cidade. Muitos desses(as) adolescentes, inseridos nessa realidade, elegem a perda de amigos e parentes assassinados como o principal subproduto gerado por essas dinâmicas da violência. Alguns se filiam a esses grupos criminosos (popularmente chamados de facções) como estratégia de sobrevivência e negociação da vida em meio a maquinarias necropolíticas, aderindo subjetivamente à políticas de inimizade e à performatização de envolvimento em tais grupos. Vemos, então, que a juventude negra e periférica encontra-se no meio de uma dinâmica de um “fogo cruzado”, um campo minado, em meio às maquinarias de guerra que se circunscrevem em meio aos territórios marginalizados. Conclui-se que as trajetórias de vida dos(as) adolescentes institucionalizados(as), sejam em medida de meio aberto ou em meio fechado, são constituídas sob o signo da desigualdade, sobretudo pela intersecção dos marcadores sociais de raça, classe, gênero, territorial e geracional. Esses sujeitos são desumanizados, não sendo reconhecidos como cidadãos(ãs) e humanos, principalmente após serem marcados como “socioeducandos(as)”, retrogradamente associado ao “menor”. Contudo, são jovens que a partir de seus “corres” conseguem encontrar estratégias de “reexistência”, agenciados(as), sobretudo pelo desejo pela vida.



Psicologia social e questões raciais: reflexões sobre práticas em pesquisa com juventudes.

Autor: Luis Fernando de Souza Benicio (UFC)

Coautor: Jéssica Silva Rodrigues (UFC), Aldemar Ferreira da Costa e Glenda Sabino Paiva

O presente trabalho propõe uma reflexão acerca de práticas em pesquisa no campo da psicologia social em interface com as relações raciais. Para tanto, tomaremos como analisadores algumas pesquisas-intervenções que vêm sendo desenvolvidas no Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC). Esses estudos derivam de uma pesquisa guarda-chuva realizada pelo referido núcleo, intitulada: "Juventudes e violência urbana: cartografia de processos de subjetivação na cidade de Fortaleza", que tem como um dos seus objetivos problematizar práticas institucionais em territórios da cidade que estejam relacionadas à problemática da violência urbana envolvendo segmentos infanto-juvenis. As pesquisas desenvolvidas respondem a uma aposta ética de pesquisar COM os participantes, a partir dos locais em que esses habitam e se relacionam. Não se trata, portanto, de uma pesquisa SOBRE eles/elas, o que nos permite recusar os enquadramentos que recaem sobre determinadas vidas e desenvolver um olhar potente acerca dos processos de resistência e subjetivação. A partir de diálogos com produções do campo da psicologia social, desenvolvemos, uma perspectiva de pesquisa que se situa entre a pesquisa-intervenção e a cartografia, a qual chamamos de pesquisa-inter(in)venção cartográfica. O pesquisar COM e a cartografia, enquanto metodologias de pesquisa, permitem-nos uma relação horizontal com os sujeitos e uma maior aproximação com seus cotidianos. Nesse percurso, ao acompanhar tais dinâmicas, deparamo-nos com discursos que denunciam práticas racistas, especialmente oriundas do racismo institucional, materializado-se em cenários de violências contra jovens negros e periféricos, na violação de seus direitos e na legitimação de suas mortes. Tendo em vistas essas questões, torna-se necessário problematizar as políticas públicas, em especial, as de segurança que se ancoram em uma lógica penal-punitiva que tem os corpos negros e periféricos como principais alvos. Refletir sobre os modos como determinados dispositivos articulam e reproduzem o racismo em suas práticas cotidianas é emblemático para se compreender não só regimes políticos e modos de subjetivação contemporâneos, mas das formas históricas com que forças estatais têm se relacionado com especialidades e populações racializadas, perpetuando e sofisticando lógicas e formas de ocupação coloniais. Para entender tais práticas e seus efeitos no cotidiano de juventudes negras das periferias de Fortaleza, traçamos diálogos da Psicologia Social com estudos foucaultianos sobre dispositivo de segurança, reflexões de Mbembe acerca da necropolítica e discussões sobre a questão racial no Brasil. Nesse cenário, as pesquisas apontam para um agravamento de racismos institucionais, produzido, sobretudo, por políticas de segurança pública locais, expondo jovens negros a situações de criminalização e violação de direitos. Articula-se a isto o racismo estrutural que, historicamente, atua na segregação do povo negro e discriminação social, em que ao negro foi sendo atribuído lugar de subalternidade e periculosidade, fomentando práticas racistas e eugênicas. Ao mesmo tempo, acompanhamos um recrudescimento de um Estado securitário, resultando na precarização e no enclausuramento de vidas racializadas, seja em prisões ou nas margens urbanas, como prisioneiras à céu aberto. Argumenta-se que o racismo opera na seletividade penal-punitiva, de modo que recaem, principalmente, sobre corpos que carregam em si determinadas marcas de raça, gênero e classe social. A articulação do dispositivo de segurança ao dispositivo racial se sustenta por uma racionalidade necrobiopolítica caracterizado pela gerência e exacerbação da morte de vidas negras consideradas indignas. Essas questões fazem funcionar uma engrenagem que se afirma como um projeto político de massificação das mortes de negros e negras, tomando proporções genocidas. Nesse bojo, as margens urbanas emergem como zonas de morte e espaços heterotópicos, reforçando a estigmatização de juventudes negras como inimigos fictícios e dos territórios em que vivem como 'territórios sem lei'. Essa racionalidade põe em execução certa política de subjetivação produtora de juventudes desiguais com especial incidência nas margens urbanas e na trama de seus viventes, cujo efeito é a reiteração, pelo dispositivo de segurança e suas facetas criminalizantes, de funções de sujeição ligadas à subjetivação capitalística: segregação, culpabilização e silenciamento. Analisa-se de que modos a construção desses corpos como inimigos fictícios operam na legitimação de suas mortes. Diante de tais cenários, acreditamos que a pesquisa em psicologia, especialmente aquela que se desenha dentro de um paradigma ético-estético-político, como a que produzimos COM esses segmentos, pode ser uma importante aliada na luta antirracista, desmontando políticas e dispositivos de segurança, destacando suas racionalidades e seus efeitos no cotidiano de jovens negros inseridos nas margens urbanas, a partir do diálogo com esses segmentos historicamente silenciados por uma lógica colonial que ainda

se atualiza fortemente no Brasil. Interrogar práticas autoritárias e excludentes engendradas e cristalizadas nas instituições e no cotidiano de certas populações por meio de intervenções produzidas nas pesquisas em Psicologia Social desnaturaliza determinadas práticas institucionais que agenciam e perpetuam uma lógica racista e os seus efeitos de maneira a promover intervenções micropolíticas nos modos como lidam com os atravessamentos decorrentes disso. Em suma, o presente trabalho propõe uma reflexão acerca das desigualdades históricas étnico-raciais no Brasil e estimula uma discussão sobre as técnicas planejadas e sistemáticas das políticas de morte direcionadas à população jovem negra e pobre de Fortaleza. Promove, dessa forma, um diálogo entre pesquisadores/pesquisadoras e profissionais sobre a psicologia social enquanto instrumento para chegarmos à igualdade racial. No atual momento político, especificamente, a discussão proposta torna-se extremamente necessária, uma vez que, em contextos neoliberais, cresce a validação de processos de marginalização, exclusão e morte de negros(as) e pobres da periferia.

Quebrada em Rede: a favela como espaço de arte, cultura e resistência

Autor: Carolina Braga (PUC MINAS GERAIS) e Camila Montandon Dumont Lopes (PUC Minas)

Coautor: Luísa Prates (PUC Minas), Breno Stefano Martins (PUC-MG) e Márcia Mansur (PUC Minas)

Percebe-se que as juventudes no Brasil fazem parte das possibilidades de transformações sociais da atualidade, porém, os números alarmantes do mapa da violência interpelam para a necessidade de se pensar tal grupo como parte de uma rede e que deve ser potencializada, incentivada e, acima de tudo, trabalhada enquanto uma população que sofre com a ausência de políticas públicas. Nota-se a necessidade de fortalecimento das culturas juvenis já existentes e a promoção de acessibilidade aos meios sociais para produzir e fomentar a cultura local, a partir da construção de metodologias participativas que reforcem o direito à cidade, direitos sociais e políticas públicas, o pertencimento ao território e ao espaço em que se vive.

As populações jovens, negras e periféricas, segundo o mapa da violência, realizado por Waiselfisz (2016), lideram o ranking de assassinatos, além disso as políticas públicas existentes são, por vezes, insuficientes, pois autoras e dados estatísticos apontam para a existência de um genocídio da população jovem nas favelas – especialmente a população negra – e, sobretudo nos países periféricos como o Brasil, a pobreza tem um caminho já delineado; portanto, não é por acaso o alto índice de jovens pobres exterminados (Soares, 1996).

Percebe-se que é urgente a necessidade de se pensar meios para contribuir no combate a este extermínio jovem nas favelas. Dada as realidades supracitadas, movimentos sociais e políticos, entidades institucionais ou não, entre elas a Psicologia brasileira, acreditam em uma promoção de mudanças que levem a uma equidade social. Para Saadallah (2007), a participação institucional da Psicologia tem sido percebida em diversos momentos, como nos posicionamentos nítidos a favor da transformação social assumidos por entidades representativas da Psicologia; na participação da Psicologia e das(os) psicólogas(os) em espaços institucionalizados de defesa de direitos humanos ligados à infância e juventude, saúde mental, educação, terceira idade, pessoas com necessidades especiais, entre outros.

Considerando este contexto, Quebrada em Rede é elaborado como um projeto de extensão do curso de Psicologia em parceria com o curso de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Consiste no desenvolvimento de ações que visam contribuir para o fortalecimento de vínculos entre as(os) jovens da Vila Cemig, Conjunto Esperança e Alto das Antenas, assim como o fortalecimento das relações da juventude com a rede social comunitária e com o território.

O sentimento de pertencimento e identificação das(os) jovens entre si e com a comunidade onde moram são trabalhados, utilizando referências e aspectos culturais, com o intuito de estabelecer uma articulação entre as(os) jovens para a ocupação dos espaços públicos, formação política e potencialização das iniciativas, através da comunicação junto à rede ampla da comunidade, além de articulações junto ao cenário cultural no entorno regional.

A demanda deste projeto surge como encaminhamento de outro projeto de extensão – Articulando Redes, Fortalecendo Comunidades – que, hoje, atua como um coletivo composto por psicólogas e estudantes de Psicologia. Em 2018, o antigo projeto completou sete anos de atuação junto às comunidades, compondo e fortalecendo uma rede composta por equipamentos públicos, entidades não governamentais e atores sociais. Foi através dos desdobramentos do Articulando Redes, Fortalecendo Comunidades que se percebeu junto à rede algumas lacunas na ocupação dos espaços por meio do protagonismo de jovens. Dessa forma, surgiu como demanda a identifica-



ção, aproximação, fortalecimento e integração destes jovens às ações já promovidas nas comunidades, visando a potencialização das iniciativas existentes, além de um diálogo mais aproximado com as redes locais já presentes e atuantes.

A construção do projeto conta com iniciativas junto ao território, por meio de parcerias já consolidadas com o Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC), a Escola Municipal Dinorah Magalhães Fabri, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Instituto Fubá Café, a Escola Municipal Polo de Educação Integrada (Poeint do Barreiro) e o Instituto Macunaíma, estes últimos visando ampliar as articulações das comunidades com o entorno regional do Barreiro.

O projeto tem uma perspectiva potencializadora junto às/os jovens, em que a noção de pertencimento ao território pode fomentar cultura e acessibilidade. Busca-se estabelecer articulações entre as(os) jovens de modo a emancipá-los para a ocupação dos espaços públicos, formação política e potencialização das iniciativas existentes no território, utilizando referências e aspectos culturais, por meio de mapeamentos das instituições com atuação nos territórios, além de mapeamentos do perfil da juventude e das iniciativas culturais e da identificação de jovens mobilizadores que são referências nas comunidades.

Acredita-se que somente através de interações dialógicas, como as proporcionadas pelas articulações, faz-se possível construir um conhecimento legitimamente democrático. Por este motivo, por meio do Quebrada em Rede atuamos nas comunidades de forma intersetorial, autônoma e co-construindo ações que potencializam as iniciativas existentes e o desenvolvimento social da região, através do fortalecimento das(os) jovens e dos espaços de cultura e iniciativas diversas demandadas pela juventude.

A metodologia ancora-se em ações potencializadoras do envolvimento da juventude, através de propostas de capacitação e potencialização das atividades e oficinas já desenvolvidas, assim como proposta de novas oficinas, eventos, rodas de conversas articuladas junto à rede cultural ampla do Barreiro, além de mapeamentos culturais como construção de informações acerca do perfil e demandas da juventude, assim como ofertas e iniciativas para serem articuladas no cenário cultural.

As atividades e ações desenvolvidas pelo projeto são articuladas em conjunto com a rede e com o intuito de envolver a juventude e a comunidade em todas as etapas, para possibilitar a apropriação e identificação, assim como a emancipação para construções que estejam de acordo com as demandas e com o cenário artístico e cultural existente nas periferias. Dentre as atividades em desenvolvimento contamos com capacitações com temáticas relevantes às juventudes e contextos políticos, como raça, gênero, violência institucional e participação social, além de oficinas que abordam vivências e possibilitam diálogos e identificações dentro das temáticas de sexualidade e gênero, afro afetos, cultura, arte e política.

As rodas de conversa, as quais têm como intuito articular a rede das comunidades com o entorno amplo da regional Barreiro, abordam temas como territórios, juventudes e potencialidades, e também possibilitam encontros de mulheres para abordar afetos e resistências, criando uma rede de apoio e trocas.

Os eventos são fundamentais para gerar o vínculo comunitário e a ocupação dos espaços públicos; nesse sentido, são construídos junto aos equipamentos e atores sociais das comunidades. Dentre estes, destacamos os festivais de pipas A juventude voa alto e o Festival de Pipas para Meninas, a inauguração do Parque Ecológico Carangola – que se propõe a ser um espaço de convivência e plantio de hortas –, o mutirão de grafite para ocupação e revitalização do Instituto Fubá Café, a construção e inauguração da Biblioteca Comunitária Marielle Semente, o Cine Quebrada – proposta de cineclubes em praças e espaços públicos diversos, com intervenções culturais e produções coletivas, como uma Fanzine – e eventos com apresentações culturais de rap, poesia falada, funk, além de eventos esportivos voltados para campeonatos de futebol, vôlei e capoeira.

Após aproximadamente um ano de execução do projeto, percebemos como a cultura e a arte, dentro de uma perspectiva crítica e política, são fundamentais na emancipação e autonomia das periferias e na construção de novas possibilidades para a juventude das favelas, constantemente marginalizada nos espaços educativos, culturais, na mídia e pelo poder público, por meio de violências e preconceitos institucionais. A importância dessas articulações coloca-se na potencialização dos coletivos e iniciativas da juventude para ocupação dos espaços públicos e artístico-culturais, contrariando as imposições sociais que afastam as(os) jovens favelados de contextos de visibilidade e representatividade políticos, gerando afetos e resistências de mulheres, negras(os), LGBTQI+ e periféricas(os), que partem ao encontro de uma transformação social, a qual caminha oposta a lógicas hegemônicas e excludentes.



Redução da Maioridade Penal em Pauta: Um Novo Velho Debate

Autor: Ana Marcela (UERJ)

Este trabalho é parte da minha pesquisa de doutorado, ainda em andamento. As reflexões que seguem têm relação direta com o Grupo de Trabalho "Políticas Públicas e Juventudes: Direitos, Violências e Resistências", pois debatem sobre os impactos da política de privação de liberdade para jovens e seus desdobramentos na contemporaneidade. No Brasil a Maioridade Penal se dá aos 18 anos de acordo com a Constituição Federal em seu artigo 27, ou seja, crianças e adolescentes que cometeram atos infracionais são responsabilizados com medidas diversas dos adultos, como também prevê o ECA (Estatuto da Criança e o Adolescente - lei 8.069/1990). Discussões sobre reduzir a maioridade penal para 14 ou 16 anos são comuns principalmente quando a pauta é segurança pública e violência. O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (2019), e a violência continua a estar entre os maiores problemas sociais dos brasileiros. Neste trabalho discuto a produção de subjetividade contemporânea e o clamor popular por mais punição, especificamente pelo maior encarceramento de jovens brasileiros. A metodologia utilizada foi a genealogia descrita por Foucault (1979). Ou seja, àquela que se opõe à busca da origem. Logo, não pretendi aqui pesquisar de onde surgiram os discursos punitivos que embasam o crescente apelo pela Redução da Maioridade Penal e sua sempre atual discussão. Mas quais engendramentos podem constituir esses discursos no Brasil hoje. Busquei compreender quais e como essas linhas de força se convergem para gerar modos de subjetivação e, com elas, leis, políticas públicas, discursos midiáticos, ou seja, modos de ser e estar no mundo. Para isto, segui algumas pistas – nunca estáticas – que construíram nós ou emergências que formam o emaranhado punitivo desse momento político e histórico que vivemos hoje. Estudos sobre a infância de Arantes e Vaz (2012) apontam para uma dicotomização da idéia de infância: ora entendida como necessitada de tutela e cuidado, ora como portadora de risco e violência. Esta noção da infância também pode representar a ideia que se tem da juventude, inclusive na construção de políticas públicas para a mesma. Outra pista importante nestas reflexões advém do debate de autoras como Calveiro (2017) e Coimbra (2001), que apontam para o lugar de destaque da vítima nos tempos atuais. A polarização dos diversos conflitos da sociedade no pólo vítima-agressor contribuem para uma noção punitivista e vingativa de justiça. Nesse sentido, existe a busca por um sistema judiciário mais presente na vida cotidiana, tendo o aprisionamento como solução prioritária dos conflitos sociais mais graves, mesmo sem isto ter necessariamente correlação com a redução da criminalidade ou com a sensação de segurança da população. A judicialização da vida, portanto, não está presente apenas nas prisões e no sistema judiciário, mas em comportamentos cotidianos e, muitas vezes, nos programas assistenciais que normatizam e controlam a vida de seus participantes, como reflete Augusto (2009). Além disso, refletindo sobre a guerra contra o crime organizado e a criação de um inimigo interno ao qual devemos combater, Cecília Coimbra (2001) fez profunda análise em seus escritos sobre a ditadura militar e a continuação da lógica da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil. Elegemos vítimas prioritárias, elegemos inimigos e estamos em guerra. Essa produção subjetiva parece fazer com que o sofrimento, a tortura e até a morte do tal inimigo sejam naturalizados e até comemorados. A eliminação biofísica do outro, como descrito por Mbembe (2018) se reafirma. Declarações de governantes a favor da Redução da Maioridade Penal, com apoio popular – perceptível nas redes sociais, nas conversas de corredor, em telejornais sensacionalistas sobre segurança pública – remetem a este autor, que discorre sobre o uso da morte como método de política, dominação e também de resistência em determinadas situações. Mas para além da morte, a "condição permanente de 'viver na dor'" (Mbembe, 2018, pág. 68) com a tamanha militarização cotidiana da vida. E esta, não se dá somente nos que estão cidadãos presos, mas profundamente também em nós que acreditamos estar em liberdade. Além disso, Mbembe (2018) ao refletir a partir de outros estudiosos como Foucault sobre o Estado Nazista, afirma as semelhanças desta época com a atualidade. Refletir, se questionar e pesquisar sobre a Redução da Maioridade Penal, facilmente poderia se limitar ao mergulho burocrático nas diversas leis que versam sobre o tema e seus caminhos oficiais. Ou ainda, às dezenas de milhares de discursos de pessoas públicas e governantes, que discorrem de forma decidida sobre o tema. De fato, esses materiais foram importantes para a pesquisa, mas não são os únicos. Há o entre, o escape, a notícia de pé de página, a complexidade de ser gente e estar nesse mundo. O medo pode ter em seu espelho leis mais rígidas para controle e privação de liberdade. Mas quais são as linhas que engendram esse momento? Quais forças podem fazer este ou aquele comportamento se tornarem criminalizáveis? Quem escreve as leis, em que momento histórico, para que servem, qual o sujeito que atingem? São alguns questionamentos que começaram a ganhar delineamentos nesta pesquisa.

Resistência e insistência: o rap como uma alternativa de sentido e articulação com a vida

Autor: Vitória (UCDB)

Coautor: Anita Guazzelli Bernardes (Anita Bernardes), CAMILLA MARQUES (UCDB), Gabrielly Santiago (UCDB) e Júlia Palmiere (UCDB)

O presente trabalho se trata de uma pesquisa que se insere na área da Psicologia Social, cujo objetivo foi compreender e problematizar os processos de constituição de subjetividade de comunidades vulneráveis tendo, como pista metodológica, a musicalidade. A investigação se constituiu apoiada teórico-metodologicamente na perspectiva pós-estruturalista, fundamentada, principalmente, em Michel Foucault, a partir de conceitos, tais como, saber, poder, governamentalidade, biopolítica e racismo de Estado.

Assumimos como estratégia metodológica a Cartografia que nos permitiu percorrer materialidades, como documentos oficiais, artigos, vídeos, entrevistas, documentários, blogs e outros materiais de mídias sociais, possibilitando assim forjar um plano de consistência para a pesquisa.

Sem intenção de exigir planos prévios e verdades já estabelecidas, a Cartografia enquanto método, nos abriu para múltiplas conexões de investigação, possibilitadas por diferentes modalidades de afetações, consolidando-se a partir de livres práticas. Essa estratégia metodológica não busca a representação de objetos, tampouco a postulação de verdade, e sim a produção de pensamentos e conhecimento, por meio de um percurso situado. Nesse sentido, foi possível rastrear e acompanhar processualidades relacionadas a musicalidade e comunidades vulneráveis, permitindo não somente a produção de dados de pesquisa, mas, principalmente, diferentes atravessamentos à pesquisadora, nesse trajeto intervencionista da pesquisa cartográfica.

A partir desta modalidade intervencionista de pesquisa, na ação de mergulhar e acompanhar processos a pesquisadora foi atravessada por uma modalidade musical: o rap. Um gênero musical rico e amplo que, em suas diferentes performances, exercita denúncias de violências cotidianas em suas letras e melodias. Além de apresentar diferentes modos de significação, insistência e sentido à vida dessas populações.

Percorrendo este território, a pesquisa apoiou-se nos conceitos de poder e saber, de Michel Foucault, considerando a constituição da subjetividade na articulação de ambos e possibilitando, assim, diferentes formas de experiência, abarcando o rap em questão. Tais experiências, a partir dessa perspectiva teórica, se tornam possíveis mediante o estabelecimento da relação entre poder e saber, forjando assim a constituição da subjetividade a partir de uma relação associada e conjunta. Desse modo, as relações de poder são compreendidas a partir de ações difusas, capilares e micropolíticas, espalhando-se por redes e englobando diversos planos sociais, forças que agem sobre outras forças possíveis capazes de produzir regimes de verdades com os quais os sujeitos/população vão estabelecer relações e negociações compondo, assim, modos de existências.

A análise do rap, enquanto pista metodológica, a partir da Cartografia, buscou novos rumos reflexivos quanto às análises categóricas, já comuns a este campo do saber. Tais rumos, voltados à compreensão do fenômeno dentro de um campo heterogêneo de forças e relações se encontra em permanente transformação. A aproximação do rap, em termos de musicalidade, concebeu diferentes possibilidades de rastreamento metodológico, admitindo buscas por pistas que poderiam ir além do próprio rap. Assim, utilizou-se de documentários, materiais documentais e bibliográficos referentes a esta temática, que permitiram acessar um plano de visibilidades e dizibilidades a ser percorrido por meio de afetações e reflexões.

A partir da incursão pelo campo de análise, foi possível focalizar em problematizações sobre o acesso às modalidades artísticas por jovens, negros e periféricos. Para isto, buscou-se analisar os desdobramentos deste acesso e como reverberam dentro do campo da vulnerabilidade social. Também se investigou as ações do Estado voltadas à este acesso, considerando os investimentos na vida da população, em termos de governamentalidade. Para isso, percorremos a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) - em especial, os artigos 3, 21 e 27 em que são abordados os direitos de acesso às modalidades e produções sócio-culturais e artísticas. Os artigos afirmam não caber descaso por diferentes tendências e instituem acesso à segurança e garantia do Estado a tais atividades.

Considerando a relação entre subjetividade e vulnerabilidade, é válido apontar que a compreensão acerca da vulnerabilidade tem se dado a partir da análise de populações situadas em periferias, afastadas de centros urbanos, suscetíveis a meios precários em relação ao saneamento básico, educação, moradia, mobilidade, entre outros fatores. A utilização destes fatores como critério de inteligibilidade da vulnerabilidade é possível a partir de uma



cultura sutilmente racista que circunscreve em corpos, majoritariamente negros, diferentes desdobramentos que incluem a marginalidade e a vulnerabilidade.

Critérios esses de vulnerabilidades que não são considerados muitas vezes na forma de gestão da população, como aponta Foucault, quando opera com o conceito de governamentalidade no qual evidencia que a admissão da liberdade possibilita a própria lógica de governo dos Estados modernos. Sendo então que, tal “possibilidade” recaia, nesta lógica, em modos de subjetivação individualizantes, restringindo a autonomia de corpos cabendo, exclusivamente, a estes, sua ascensão social.

A partir do conceito de biopoder é possível pensar sobre estratégias de governo da vida voltadas a algumas populações. O biopoder funciona como um conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que circunscreve e constitui características biológicas fundamentais. Tais mecanismos reverberam em estratégias de capilarização do poder, evidenciando sua articulação e localização no nível da vida e da espécie. Assim, possibilita uma compreensão abrangente sobre articulações de tecnologias de ação sobre determinada população em termos de governamentalidade. Nesta articulação, o racismo se torna elemento de práticas de governamentalidade que atravessam o campo de relações em que grupos específicos (juventudes negras e periféricas) vivem e se subjetivam. Em especial, o racismo de Estado escancara-se na medida em que se apropria de práticas de regulação das populações para engendrar estratégias que tornam determinados grupos alvo de extermínio legitimado. Os conceitos de biopoder e racismo de Estado são destacados, pois auxiliam a pensar as estratégias de governo da vida operacionalizadas neste território.

O itinerário percorrido se deparou com o rap brasileiro em seu percurso, assim, foi possível visualizar expressões artísticas como modos de subjetivação nas quais diferentes estratégias de poder são instaladas e submergidas. Tal modalidade musical incorpora críticas e denúncias sobre o racismo nas relações cotidianas, problematizando discursos instituídos sobre a população negra e periférica, como em versos do cantor Abebe Bikila sobre experiências vividas. Nesta esteira, também dão-se as canções de Rincon Sapiência e Karol Conka, as quais se impõem como instrumento de resignificação da condição precária que o negro periférico se encontra, através de versos que reivindicam a raiz africana, a liberdade de fala e a autonomia para escolher seus caminhos de vida. O rap problematiza diferentes questões sociais e políticas, desde o panorama geral da cultura negra brasileira e do processo histórico de racismo, até o resgate do orgulho cultural negro a partir da intersecção do gênero.

Para artistas que cantam rap — como possível visualizar em documentários e entrevistas — ele funciona como uma espécie de libertação e denúncia falada, que possibilita incitar outros modos de experimentação de si. Nesta direção, o acesso de jovens ao rap, como através de algumas experiências cartografadas, tem possibilitado outra relação com aflições e vivências cotidianas, que se dão através de melodias e poemas. Neste sentido, o rap se torna um dispositivo interessante para desencadeamento de produção de saúde e expressões de modos de vida, que cotidianamente são postergadas dentro de um cenário desgastado pelo neoliberalismo.

Portanto, a articulação do rap como uma espécie de “denúncia falada” possibilita aos sujeitos afetados por diferentes contextos de vulnerabilidade a exposição de diversos atravessamentos, sejam estes de caráter de sentido e insistência à vida ou de anunciar violências cotidianas voltadas a essas populações, sendo todas essas práticas diferentes modos de resistência, possíveis mediante a articulação micropolítica do poder. Aproximar a Psicologia destas discussões é um exercício comprometido com as diferentes formas de enfrentamento e negociação com a atual biopolítica, marcada pelo racismo e precarização de algumas vidas, sobretudo negras e periféricas.



Sentidos De Escola E Trabalho Para Adolescentes Que Cumprem Medida De Internação Em Rondônia

Autor: CRISTIANO CABRAL (FEASE)

Coautor: Juliana da Silva Nóbrega (UNIR)

O interesse por esta pesquisa partiu de experiências profissionais como psicólogo de um Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) no interior de Rondônia. Mesmo não sendo um trabalho clínico e sim psicossocial, ocorre ali a escuta de diversas histórias, relatos de jovens que tiveram seus direitos violados ao longo de suas vidas. Garotos que tiveram que optar entre escola e trabalho ou mesmo deixar tudo isso de lado para criarem outras formas de existir em uma sociedade caracterizada pela exclusão/inclusão social (SAWAIA, 2001). Nessas conversas, as experiências escolares e de trabalho apareciam, em geral, como negação ou como fracasso. Ao mesmo tempo, a percepção da preocupação de todo o sistema de socioeducação em promover a escolarização durante o processo de internação e as tentativas de inserção no mundo do trabalho, convocou-nos a refletir sobre o que esses garotos pensam a respeito da escola e do trabalho. Assim, essa pesquisa, que se deu no âmbito do mestrado, teve como objetivo conhecer os sentidos de escola e de trabalho entre adolescentes em conflito com a lei, mais especificamente, aqueles que se encontram cumprindo medida de internação (MSI) em Ji-Paraná-RO. A desigualdade social vigente há muito vem sendo discutida e está ainda muito longe de ser resolvida, pois é inerente ao modo de produção capitalista. Ainda assim, é necessário buscar formas de enfrentamento desta realidade, especialmente no que diz respeito às políticas públicas voltadas a infância e adolescência e sua ressocialização. E por esta razão esta pesquisa contribui com a temática escolhida: Políticas Públicas e Juventudes: Direitos, Violências e Resistências. Já que o adolescente que cumpre MSI tiveram seus direitos violados, sofreram violências como físicas, raciais e ainda estigmas. Socialmente, atribui-se a escola o papel de combater o fenômeno de exclusão (PADOVANI; RISTUM, 2013) por meio dos esforços individuais de cada estudante. A meritocracia, característica do modelo capitalista, pressupõe uma subjetividade orientada para a busca da ascensão social e transformação da realidade econômica, responsabilizando-se individualmente os sujeitos, tanto para o sucesso, quanto pelo fracasso. O que se vê é uma escola que tem apenas reforçado essa exclusão e estigma generalizando e homogeneizando os sujeitos, distanciando jovens que apresentam dificuldades na escolarização, ignorando as diferenças que há entre eles (PADOVANI; RISTUM, 2013). Quando não lhe é ofertado, por meio de políticas públicas, o acesso à escola, o jovem é excluído de sua sociedade e mais uma vez posto à margem desta. A este adolescente atribui-se um potencial criminoso, embasado na sua pobreza e no seu pouco grau de escolarização. Já o trabalho, tal como é conhecido em nossa sociedade, é visto como ferramenta de humanização do ser (MARX, 1980). É comum a crença de que, por meio dele, a dignidade é estabelecida, afinal, o trabalho dignifica o homem. Em se tratando do adolescente em conflito com a lei, circula no cotidiano a ideia de que a capacitação e o emprego serão capazes de retirá-lo do mundo do crime. O que não se diz, entretanto, é que também a responsabilidade de conseguir um emprego e de se capacitar é novamente individualizada, bastando apenas a força de vontade e disciplina, desconsiderando-se as taxas devastadoras de desemprego do país. Para Enríquez (2014), tanto para marxistas e para não marxistas o trabalho é considerado como a essência do homem. André Gorz (2005) diz que o trabalho estrutura a relação do homem com o mundo, bem como as relações sociais, pois é central na sociedade. O ócio, por sua vez, é desvalorizado pela sociedade capitalista e tido como risco de práticas infracionais por ser ameaçador da moral – cabeça vazia, oficina do diabo (CONSTANTINIDIS, 2012). A escola e o trabalho cumprem, histórica e socialmente, supostamente, o papel de retirar a pessoa da condição infratora. A escola como forma de acesso a conhecimentos científicos, com maior prestígio social e status, pode conduzir ao trabalho digno – “ser alguém na vida”. E o trabalho como oportunidade de mudar de vida, melhorar as condições, etc. Utilizamos um referencial teórico-metodológico embasado na perspectiva pós-construcionista (SPINK, 2013) que busca compreender a produção das noções/sentidos circulantes no cotidiano da sociedade a partir de um entendimento de que estas práticas discursivas são construções sociais e históricas que produzem as maneiras de ser e estar no mundo, datadas e localizadas. Tomamos como fundamentação teórica as discussões da Psicologia Escolar Crítica e também aquelas da Psicologia Social do Trabalho para essa discussão. Buscamos na metodologia da história de vida um respaldo para compreender as trajetórias desses adolescentes, com foco na centralidade ou não da escola e do trabalho, seja naquilo que foi vivido ou naquilo que está sendo projetado para o futuro. Acreditamos que a história de vida dos sujeitos pesquisados permite conhecer vivências significativas para compreensão do sujeito frente a fenômenos sociais existentes por permitir “[...] compreender, a partir da diversidade, as múltiplas especificidades que constituem a complexidade

humana" (FISCHER, 1997, p. 13) e por se preocupar com a fidelidade das experiências e interpretações que o autor tem sobre o seu mundo (HAGUETTE, 1987; BECK, 1994). As entrevistas de história de vida são entendidas como práticas discursivas, isto é, como interações situadas e contextualizadas por meio da qual os sentidos são produzidos e visões da realidade são construídas (PINHEIRO, 2004). Com base nesses pressupostos, foram realizadas entrevistas com cinco adolescentes internados no CASE, com idades entre 15 e 18 anos, matriculados no ensino modular ou em processo de matrícula. As entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas à análise posteriormente. Concluímos que os sentidos de escola para os adolescentes dizem respeito desde o mero cumprimento da função de ensinar a ler e escrever até uma ferramenta que lhes proporcione recursos para ascender socialmente, garantindo-lhes um emprego que seja estável e que lhes permitirá "ser alguém na vida". Percebemos ainda que a escola pode ser considerada como passageira, apenas um lugar em que precisam passar para cumprir as exigências da família e da sociedade, exigências inclusive de transferência de renda. Foi possível também compreender que, ainda assim, há um esforço em pertencer a este lugar. A escola é, de um modo ou de outro, também um dos primeiros lugares onde se tem contato com a criminalidade de modo mais efetivo, por meio das amizades. De toda sorte, a escola não se apresentou, para estes jovens como espaço de transformação e fomento de potencialidades, passando por suas vidas e deixando poucas ou nenhuma marca de ascensão. Já no que diz respeito ao trabalho, entendemos que seus sentidos estão embasados na ideia de que é capaz de retirar o indivíduo da criminalidade e que cabe ao sujeito essa decisão de buscar por meio de seus esforços pessoais uma vida melhor, longe das práticas infracionais. O trabalho ainda é experimentado por alguns deles como forma de "endireitar" suas vidas, abandonando a criminalidade e iniciando uma vida honesta. Destacamos também o sentido de sobrevivência que o trabalho possui, como ferramenta capaz de ajudar a família financeiramente nas necessidades materiais. Ainda, foi visto como desvalorizado por permitir condições mínimas de sobrevivência, gerando revolta e valorização do tráfico de drogas como mais rentável; este como gerador de renda para obter bens de consumo. Os sentidos a respeito da escola e do trabalho para os adolescentes que comprem MSI são entrelaçadas pelo contexto cultural e social, que por sua vez, permanecem evidenciando a crença de que ambos podem retirá-los da criminalidade e ascender socialmente, mesmo que isso não se cumpra na vida destes meninos em decorrência da exclusão social.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Howard S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Tradução: Marco Estevão e Renato Areira. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- CONSTANTINIDIS, Teresinha Cid. "Cabeça vazia, oficina do diabo": concepções populares do termo ocupação e a terapia ocupacional. *Psicologia & Sociedade*; 24(3): 6191-700, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n3/22.pdf>.
- ENRIQUEZ, Eugene. O trabalho, essência do homem? O que é trabalho? *Card. Psicol. Soc. Trab.*, São Paulo, v 17, n. spe. 1, p. 163-176, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/80645/84295>.
- FISCHER, Beatriz Daudt. Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais. *História da Educação. ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas (1): 5-20, abr., 1997. Disponível em: <file:///C:/Users/ACER/Downloads/Dialnet-FoucaultEHistoriasDeVida-4891742.pdf>.
- GORZ, André. O imaterial: conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Junior. São Paulo. Annablume, 2005.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editoria Vozes Ltda., 1987.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, 1980. Tradução Rubens Enderle, E-books, Boitempo Editorial, 2013.
- PADOVANI, Andréa Sandoval; RISTUM, Marilena. A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 969-984, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n4/aop1064pt.pdf>.
- SAWAIA, Bader (org.). As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2ª edição, Editora Vozes: Petrópolis, 2001, p. 7-13.
- SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de Sentido no Cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. IN.: SPINK, Mary Jane. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Edição virtual, 2013.
- PINHEIRO, Odette de Godoy. Entrevista: uma prática discursiva. IN.: SPINK, Mary Jane. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Centro Edeistein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, Edição virtual, 2013.

Sobre os fios que se tecem nas tramas entre assistência social e socioeducação

Autor: Aline (UFRGS)

Coautor: Lilian Cruz (UFRGS)

A Política Nacional de Assistência Social, de 2004, prevê que as medidas socioeducativas em meio aberto sejam executadas pelos Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), no âmbito da proteção social especial de média complexidade. A Lei 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, estabelece, por sua vez, a competência dos municípios em criar e manter programas de atendimento para a execução de medidas em meio aberto. Dessa maneira, a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade são acompanhadas pelos referidos serviços socioassistenciais com caráter municipal, cujo foco incide sobre o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e sobre a inserção na rede de políticas públicas voltadas à garantia de direitos sociais para infância e juventude. Trata-se, portanto, de uma juventude que se constitui de modo singular no que diz respeito aos marcadores sociais de raça, classe, gênero e também naquilo que lhes confere certo estatuto social, posto que, com a sentença judicial, passam a ser chamados de 'adolescentes em conflito com a lei', expressão que enuncia processos de subjetivação-objetivação de corpos capturados pelas malhas de saber e poder que se cruzam entre sistema de justiça, assistência social, educação e saúde. Neste trabalho colocaremos em discussão um percurso de pesquisa em andamento, que toma como lócus principal de articulação o acompanhamento de atividades em um CREAS localizado no município de Porto Alegre (RS). O objetivo geral de nossa pesquisa é problematizar a produção de vida e de morte na socioeducação, atentando para vulnerabilidades, potencialidades e enfrentamentos juvenis aos processos de extermínio produzidos pelo Estado, cuja face mortífera e violadora de direitos imbrica-se com discursos voltados à proteção e promoção de autonomia. Colocar em questão as andanças e (des)encontros que se dão nesse contexto requer pensar o modo como as políticas públicas configuram-se como dispositivos de normalização das famílias e jovens, bem como a produção do abandono da vida na política contemporânea. Tal abandono ocorre quando a maneira de o Estado investir em certas vidas é justamente produzindo precariedades numa zona nebulosa entre vida e morte. Nesse sentido, a proposta aqui apresentada vincula-se ao Eixo Temático "Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais", particularmente ao GT 32, intitulado "Políticas Públicas e Juventudes: Direitos, Violências e Resistências". Entendemos que essas políticas forjam, junto com a garantia de direitos, a despotencialização dos jovens no atual contexto de acirramento do conservadorismo punitivista, que vê nas juventudes periféricas e negras um dos principais alvos de extermínio. A emblemática garantia de direitos – sustentadora dos discursos oficiais das políticas de educação, assistência, saúde e segurança pública – cria processos que, em nome da inclusão, produzem efeitos de exclusão materializados cotidianamente a partir de uma não efetivação daquilo que está previsto na legislação oficial. Nosso contemporâneo está marcado pelo aumento da violência de Estado contra diversas camadas da população, sobretudo as minorias sociais, aliado à precarização do trabalho, ao desmonte da educação pública e ao fascínio exercido pelos discursos de ódio, os quais elegem os jovens como inimigos sociais e legitimam a violação de direitos humanos. Os operadores teórico-conceituais de normalização, tecnologias de segurança e experiência-limite, de Michel Foucault, bem como as relações entre Estado e vida na política contemporânea, em Giorgio Agamben, e os conceitos de raça, necropolítica, democracia e inimizade, em Achille Mbembe, orientam as análises empreendidas. Como método de pesquisa, adotamos a pesquisa-intervenção, que também se constitui como crítica aos modelos positivistas de ciência, concebendo a produção de conhecimento e a intervenção em instituições e contextos locais como processos simultâneos e indissociáveis. A partir de contatos e aproximações com o CREAS, acompanhamos atividades do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto, tais como acolhimentos individuais e acolhimentos coletivos realizados pela equipe técnica, visitas domiciliares, reuniões de rede, eventos e debates ligados ao tema de pesquisa. Além disso, a partir de demanda institucional e do planejamento com a equipe, temos realizado oficinas quinzenais com um grupo de jovens, produzindo espaços de construção de vínculos, diálogo e reflexões sobre temáticas tais como: racismo, negritudes, gênero e sexualidade, violência, memória, história e potencialidades do território, dentre outros temas pactuados com os participantes das oficinas. Tomamos como estratégias de produção de dados a escrita de notas e diários de campo, cujas narrativas buscam não somente descrever, mas dar lugar aos tensionamentos e afetos que marcam o corpo da pesquisadora como rastro e duração da experiência. As especificidades locais indicam complexidades nas relações entre socioeducação e educação, em um contexto marcado por tensões e exclusões de jovens do contexto escolar. O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, por meio da

Resolução nº 343/2018, decidiu que, a partir de janeiro de 2020, jovens entre quinze e dezoito anos somente poderão matricular-se em EJA (Educação de Jovens e Adultos) no turno diurno, o que limita a possibilidade de os jovens atendidos nas medidas concluírem o ensino fundamental e médio. Cotidianamente, deparamo-nos com dificuldades impostas pelas escolas do sistema regular de ensino em lidarem com esses jovens, o que aponta que a escola tem se constituído cada vez menos como um lugar possível na trajetória dita socioeducativa. Ao mesmo tempo, a inserção em cursos de formação profissionalizante esbarra na baixa escolarização dos jovens para atender às exigências das instituições privadas. Além disso, as dificuldades de encaminhamento e acompanhamento na rede de saúde mental levam a um descompasso entre assistência social e saúde mental, demarcando a necessidade de fortalecimento da intersetorialidade. Ademais, as múltiplas dimensões da violência estatal em comunidades periféricas têm-se agravado, levando a uma constatação frequente de que 'os adolescentes não estão chegando'. Embora a diminuição do número de jovens com ingresso no meio aberto pareça indicativo de uma redução nos índices de violência, precisamos atentar para o modo como a abordagem policial tem operado uma justiça à parte, baseada em práticas ilegais de castigos e torturas, sem encaminhá-los para as delegacias com a devida apuração do ato infracional. Nesse contexto de exposição à morte, os jovens continuam a resistir em apostar na vida, seja a partir de suas expressões culturais, seja no modo singular de se relacionarem compondo afetos e insubmissões às capturas e normalizações operadas sobre eles. Assim, faz-se necessário atentarmos para os processos de sujeição e vulnerabilidades, mas também para os enfrentamentos que se dão a partir de uma capacidade crítica e inventiva nas relações micropolíticas.

Visita íntima de Adolescente no Sistema Socioeducativo: Espaço de Resistência à Prescrição Normativa da Sexualidade

Autor: Juraci Brito da Silva (Juraci Brito)

Coautor: Anna Paula Uziel (uerj) e Sílvia Maria Melo Gonçalves (UFRRJ)

O trabalho que se segue visa apresentar fragmentos de pesquisa realizada por Silva e Gonçalves no ano de 2015 e 2016 em uma unidade de internação masculina no Departamento Geral de Ações Socioeducativa – DEGASE – RJ. O estudo teve como objetivo ouvir o que os adolescentes pensam sobre a visita íntima. Dando seguimento à questão do direito à visita íntima, nova pesquisa iniciada em 2019 Silva e Uziel vem constatando que, apesar desse direito não ter sido efetivado, existe uma produção discursiva naturalizada, idealizada e normalizadora a respeito da sexualidade da/do adolescente como não sendo “capazes” ou imaturos para vivenciarem tal experiência.

Neste sentido, entendemos que o conceito de analisador, entendido como certo acontecimento que põe em análise a realidade institucional (ROSSI e PASSOS, 2014), pode nos ajudar a pensar como formas discursivas produzem práticas disciplinares sobre os corpos juvenis encarcerados e que são esvaziados de uma sexualidade enquanto potência de vida e de direito, reduzindo-a a práticas de prescrição médica e outras atividades restritas ao campo da prevenção de gravidezes e de Infecções Sexualmente Transmissíveis – ISTs no âmbito institucional.

Sob a perspectiva de que o exercício da visita íntima pode ser um espaço de resistência às prescrições normativas de modos de vida e existências da/do adolescente e jovem na instituição socioeducativa, propusemos um “projeto piloto” que se encontra em análise pelo órgão.

Vale ressaltar que até a presente data o Degase realizou dois GTs para organizar o fluxo da execução da visita íntima. O primeiro em junho de 2012 voltado às questões administrativas e legais; enquanto o segundo, em 2013, entendeu que se deveria implantar um programa de saúde e sexualidade do/da adolescente. Ambos indicaram metodologias e fluxos de trabalho com vistas à efetivação da visita íntima como um direito.

O SINASE – (Lei 12.594 de 2012, art. 68) garante aos adolescentes e jovens casados civilmente ou que vivam em união estável comprovada o direito à visita íntima. Um dos princípios, dentre outros, que sustenta tal direito é a convivência familiar e a garantia da continuidade do vínculo entre o casal.

Outro dispositivo, que consta na portaria nº 1.082 do Ministério da Saúde (2014) - (PNAISARI), estabelece diretrizes para assegurar a Saúde Integral dos/das adolescentes em regime de internação e internação provisória, baseado nos princípios da promoção, da prevenção, da assistência e da recuperação da saúde, nas três esferas de gestão.

A conversa sobre a convivência íntima de adolescente internado no sistema socioeducativo torna-se imprescindível para abordar as questões da sexualidade, da diversidade sexual e de gênero. No entanto, na pesquisa



de Silva e Gonçalves (2016), a liberdade de vivência dos prazeres de forma responsável, o cuidado com o outro nas trocas íntimas, o respeito e as escolhas individuais, ficavam circunscritos à despotencialização/desqualificação dos/das adolescentes, como se pode observar nas seguintes falas: “como permitir que adolescentes ‘irresponsáveis’ façam sexo”? “Nós adultos, não estaremos sendo coniventes em casos de gravidezes ou transmissão de doenças”? “O adolescente ainda não definiu sua escolha sexual, por isso os adultos precisam decidir por ele”? “Se um pode, todos podem; e aqueles que estão doentes”? “E aqueles (as) que fazem uso do seu corpo como meio de sobrevivência (prostituição)”?

Os discursos e práticas produzidos na instituição socioeducativa, em sua maioria, abordam a sexualidade na perspectiva do controle e da disciplina dos corpos; compreensão que já foi bastante criticada nos estudos de Foucault (1985). Para ele o sexo tornou-se uma questão de polícia, de saúde pública, de governo, e isso incluiu a preocupação com a natalidade, a fecundidade, a morbidade, a procriação, a expectativa de vida, o aumento da população. Desse modo, na atualidade, diversas áreas assumiram a função reguladora do sexo passando pela escola, pela medicina, pela psiquiatria, pela psicologia, entre outras. Essas foram e ainda são as tecnologias de controle que mantêm os corpos vigiados de modo que continuem sendo doces e úteis à ordem vigente.

Tanto na pesquisa de Silva e Gonçalves (2016) quanto no diário de campo da pesquisa de doutorado ora em curso, é possível observar uma dupla exclusão. Em nome da proteção, os homossexuais, os gays, as trans, os que romperam com a facção, os que cometeram faltas disciplinares no estabelecimento socioeducativo são isolados nos módulos conhecidos como “seguro”. O que colocamos em análise, além da violência praticada pelo isolamento, é a forma sutil de esquadramento das subjetividades, produzindo outras categorias de humano, os que podem ser facilmente eliminados.

Nas duas pesquisas pudemos constatar que existe na instituição uma racionalidade discursiva, pautada na segurança, que acaba alimentando modelos de masculinidades produzidas nas facções criminais de que a cadeia é ‘lugar para macho’, reafirmando o binarismo de gênero, dentro de uma lógica heteronormativa identificados nos estudos de BUTLER (1990).

Nos encontros com os trabalhadores do sistema socioeducativo identificamos que ainda persiste a negação à existência de práticas sexuais consentidas ou não entre os/as adolescentes no interior das unidades. No entanto, a atividade de pesquisa-intervenção realizada através do método cartográfico (Kastrup e Barros, 2010) e conduzidas em unidades socioeducativas, vem produzindo resultados importantes sobre o exercício da sexualidade como direito: “apesar de ainda haver resistência, percebemos os funcionários e adolescentes mais tranquilos, quando um adolescente assume sua relação com outro”; / “pensamos que a camisinha poderia ficar em um local neutro, por exemplo, no banheiro ou num local onde os adolescentes pudessem pegar sem serem olhados (vigiados), mas essa ideia foi refutada para garantir a segurança”

Na pesquisa anterior de Silva e Gonçalves (2016), foram identificados 08 adolescentes com perfil para usufruir da visita íntima, seguindo as exigências legais do SINASE 2012. Inicialmente, eles foram ouvidos em 02 grupos de 04 adolescentes. Em seguida, foram realizados encontros individuais valendo-se de material como apoio de roteiro de entrevista. Após as análises das entrevistas, identificou-se que os adolescentes veem a possibilidade da visita íntima com suas companheiras como um acontecimento do cotidiano de suas vidas, ou seja, com certa naturalidade; surgiram preocupações com possíveis violações ou abusos de suas companheiras no decorrer do processo da visita; houve relatos de desconfiança dos agentes masculinos na recepção de suas companheiras; as roupas de cama e material de higiene pessoal deveriam vir de fora, pois não confiam na limpeza do material que é fornecido pela unidade socioeducativa.

Constatamos que o debate sobre sexualidade e afetividade entre os adolescentes vem ganhando espaço entre funcionários e nos cursos de formação realizados na Escola de Gestão Socioeducativa do DEGASE e provocada pelas universidades parceiras e pesquisadoras no Departamento. Isso tem possibilitado que não sejam aceitos discursos do tipo: “antes de o adolescente ter direito à visita íntima, temos outras prioridades como escola, salas de atendimento, paredes limpas” – diante dessa fala, outra se produziu: “Esse argumento não é válido, se assim for, o adolescente não terá nada, pois sempre faltará algo na instituição para ele e para os trabalhadores”.

Por fim, entendemos que a conversa sobre a visita íntima é atravessada por uma discussão mais ampla sobre sexualidade, homossexualidade, transexualidade, gênero, saúde reprodutiva e outros temas afins e vem provocando e convocando os atores do sistema socioeducativo a se posicionarem de outro lugar na defesa dos direitos humanos.



Referências

BRASIL. Portaria M. S. nº 1.082 de 2014 - (PNAISARI) estabelece diretrizes para assegurar a Saúde Integral dos/das adolescentes em regime de internação e internação provisória. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1082_23_05_2014.html acesso em jul. 2018.

BUTLER, Judith. Atos performativos y constitución del género: um ensayo sobre fenomenologia y teoria feminista. In Tomado de Sue-Ellen Case: *feminist Critical Theory and Theatre*. (Ed Performing Ferminisms): Johns Hopkins University press, 1990. p. 270-282.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

KASTRUP, Virgínia; BARROS, Regina Benevides de. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia, In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana Da. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010

ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Rev. Epos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 156-181, jun. 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100009. Acesso em set. 2018.

SILVA, Juraci Brito e GONÇALVES, Sílvia Maria. *A visita íntima do adolescente no sistema socioeducativo: um direito a ser exercido*. Dissertação de Mestrado, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4183056. Acesso em ago. 2018.

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em ago. 2018.

GT33: Práticas de criação e processos de subjetivação em contextos educativos

A saúde em Nietzsche como dispositivo de tensionamentos aos saberes e práticas clínicas

Autor: YAN MENEZES OLIVEIRA

O presente trabalho se desdobra a partir da pesquisa de mestrado do autor, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo e defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia institucional, e tem como intuito discutir sobre a atividade clínica em sua abrangência que combina heterogeneamente a área da produção de saúde e a produção estética dos corpos, partindo não do paradigma biomédico, mas sim do pensamento da diferença que, a nosso ver, tem em comum certa valorização afirmativa da experiência do sofrimento e a ênfase nas vivências e corporeidades dos processos de produção de subjetividade. Desta forma, nosso plano é traçar uma cartografia, com o auxílio de Gilles Deleuze e Michel Foucault, da forma como a clínica se produziu atrelada ao modelo médico moderno e como tal atividade poderia sofrer uma torção, apoiando-nos no pensamento e obra de Friedrich Nietzsche, em especial quando este se debruça de maneira crítica sobre seu próprio corpo e vivências, em direção à afirmação do sofrimento e à produção estética. Com isso, o trabalho ganha contornos educacionais quando objetivamos pensar o ensino e a pesquisa a respeito da produção de saúde atrelada à produção de subjetividade, em especial nas práticas psi, sem se reduzir a conceitos e práticas estanques, ao paradigma biomédico e aos preconceitos morais provindos de uma perspectiva metafísica da saúde. Para tanto, aproximamo-nos do o autor intenta apontar as relações de ressonância entre a literatura, filosofia e a clínica psiquiátrica. Deste esforço tomamos duas colocações para embasar nosso trabalho. A primeira delas é a divisão da atividade clínica e seu trato com o sofrimento na forma de patologia em, minimamente, três atos medicinais: a etiologia (pesquisa das causas da doença), a sintomatologia (estudo dos signos da doença) e, por fim, a terapêutica (o estudo ou aplicação de um tratamento). Será a partir desta pista sobre a divisão da atividade clínica, bem como de sua proveniência inclinada a negar, equilibrar, normalizar e objetificar o sofrimento dos corpos a partir de certa "vontade de verdade" que esboçamos uma genealogia do modelo clínico da modernidade. Tal genealogia se apoia no pensamento de Michel Foucault referente à emergência de tal modelo ao longo do século XIX na clínica médica e psiquiátrica, bem como a partir dos textos de Sigmund Freud que tocam no tema da clínica psicanalítica. Ainda na esteira do pensamento deleuziano,

acompanhamos a possibilidade de haver intercessões possíveis entre a literatura, a filosofia e a clínica, afirmando como essas atividades partilharam pontos de intercessão ao refletirem relações de sentido e transformação do sofrimento. A partir desta colocação, pensamos na possibilidade da criação deste espaço de intercessão que propomos, isto é, um espaço onde seja possível usar e criar novos conceitos e concepções a partir das reverberações entre a filosofia de Nietzsche e a atividade clínica. Para tanto, tomamos em muito emprestada a interpretação deleuziana de que proposta crítica nietzschiana seria baseada na crítica do valor e do sentido que as vontades produzem, ou seja, no aspecto ético-moral que envolve, fortalece e adoce as vontades. Em muitos aspectos, tentamos reverberar essa concepção da crítica nietzschiana com a atividade clínica em seu aspecto positivo, isto é, no que tange a proposta de uma clínica livre de preconceitos morais metafísicos, que ensinaria abafar a relevância das vivências e dos corpos na constituição da subjetividade, e constantemente crítica em relação a qualquer formação moral, bem como afirmativa em relação à importância da experiência do sofrimento. Aproximamo-nos ainda de Deleuze diante de sua compreensão do homem como espécie que lida mal com a experiência do sofrimento e que, portanto, se torna adocida pelo ressentimento, e a interpretação do trabalho de Nietzsche como uma proposta não de melhoramento, mas de superação do homem e de libertação da vontade do espírito de vingança. A aproximação e troca conceitual entre Nietzsche e a atividade clínica se justifica tanto em função da singular interpretação do filósofo a respeito do sofrimento e do adoecimento ao longo de sua obra, quanto de sua aproximação da atividade quando o pensador busca em seu corpo, em suas vivências e em seu próprio trabalho diagnosticar e transformar diversos aspectos considerados decadentes e doentes da modernidade. Para a produção do referido espaço de intercessão, dois movimentos foram realizados a partir do pensamento crítico de Nietzsche. Em primeiro lugar, uma crítica genealógica da emergência dos valores do modelo clínico da modernidade, partindo de sua composição durante a transição do século XVIII para o XIX dentro da Europa a partir da prática médica, passando pela clínica psiquiátrica e alcançando os trabalhos psicanalíticos de Sigmund Freud. Dentro desta análise genealógica, buscou-se identificar expressões da "vontade de verdade" na clínica, em especial as noções de "equilíbrio", "normalidade" e "objetividade" dentro da teoria e da prática de tal modelo clínico para, desta maneira, contrapor com o pensamento de Nietzsche, abertamente avesso a tais noções estáticas, distantes dos corpos e vivências e próximas de uma moralidade metafísica. Compreendemos a partir dessa genealogia, a esteira do pensamento e da prática em saúde que produz certa alienação do sofrimento alheio, certa noção equilibrada e estática de vida, bem como uma normalização e achatamento dos modos de vida. Em segundo lugar, o trabalho se propôs a pesquisar dentro da obra e do método genealógico de Nietzsche um conjunto de conceitos que corroborassem com a produção de um modelo clínico distante de preconceitos morais metafísicos que teriam orientado essa atividade. Recorreu-se ao estudo e entrelaçamento de conceitos dentro da obra do autor tais como corpo, grande razão, saúde, transvaloração de todos os valores, perspectiva trágica e etc.. Adiante, recorreremos às recentes pesquisas sobre a obra e o pensamento de Nietzsche que trabalham o conceito de autogenealogia. Tais pesquisas nos ajudaram a refletir a respeito do pensamento genealógico nietzschiano quando este teria modificado seu foco da análise da cultura para uma análise de seu corpo e suas próprias vivências, bem como de sua trajetória intelectual. Diante dessa operação genealógica de si, dessa auto avaliação dos valores que teriam constituído sua própria subjetividade, Nietzsche teria empregado o rigor genealógico do médico da cultura para se tornar um médico de si e ser capaz de operar a transvaloração de todos os valores constituintes do sistema moral de que fazia parte. Conclui-se ser possível aproximar e criar um espaço de intercessão entre o pensamento de Nietzsche e a atividade clínica de forma a propor uma crítica em relação aos preconceitos morais metafísicos que sustentam a "vontade de verdade" acerca do sofrimento e afastam o homem da perspectiva trágica da vida e da superação de sua condição como homem do ressentimento. Enxergamos tal espaço de intercessão como um espaço potente para que novas pesquisas e novas práticas nos campo da saúde possam emergir, de forma que não se submeta a compreensão da produção de saúde ao assujeitamento dos corpos às supostas verdades sobre seus sofrimentos, à equilibração e normatização dos mesmos.



BALBURDIAR A LINGUAGEM: escrever e pesquisar-com adolescentes em medidas socioeducativas

Autor: Tatiele Mesquita Corrêa (UFRGS)

Escrevo mobilizada pelo desejo de experimentar interlocuções dos campos de educação e cultura, escrita e sua dimensão ético-política, ao pesquisar as infâncias vivenciadas no cotidiano de adolescentes em conflito com a lei. Enquanto mestranda em Psicologia Social Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o intento de minha pesquisa é “balburdiar a linguagem” com adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

Balbúrdia

Substantivo feminino; antônimo de tranquilidade, organização, arrumação, sossego, ou ainda é o contrário de calma, conforme dicionário online da língua portuguesa. No que diz respeito a sua etimologia: de origem questionável. Da mesma forma, é também questionável quem a popularizou como justificativa para cortes na Educação; quando analisamos as justificativas sobre a redução de verbas às universidades, constatamos o atual exemplo de balbúrdia como um paradigma de falta de rigor.

Balburdiar (a linguagem)

Verbo regular, transitivo e direto. Fazer balbúrdia, tumulto, confusão, gritaria.

Aqui, o intento é operar balbúrdia com a linguagem, conectando-a à ideia de desobediência, proposto por Skliar (2014; 2017).

A fala, a leitura e a escritura procedem e derivam de certo tipo de experiência de desobediência da língua. Se não houvesse desobediência à língua e se a língua não fosse desobedecida, não haveria filosofia, nem arte, nem amor, nem silêncio, nem mundo, nem nada (SKLIAR, 2017, p. 60).

É através dessa ideia de desobediência que podemos refletir sobre o que pode nos dar a pensar e a pensar-nos enquanto sujeitos, educadoras, pessoas, pesquisadoras que “se movem em meio a escrita ou à pronúncia do inconfessável: aquilo que ainda tem palavras e pode ir além do que parece haver acabado; aquilo que reina num território híbrido entre o compreensível e o incompreensível” (SKLIAR, 2014, p. 23).

A infância (ou o infante selvagem) surge neste projeto de pesquisa como tentativa de aumentar o grau de potência daquilo que “ainda não fala”, o inominável que aguarda o rumor capaz de arranhar e por vezes brincar com o circuito de sentido dado a priori, de uma língua adultizada pela norma, convenções, prescrições e proscricções. Assim “no arriscado viver, cria vidas no ritmo da selvageria. A selvageria é a forma de se movimentar do infante, daquilo que se aventura na noite do pensamento e adormece para o dia” (COSTA; BANDEIRA, 2017, p. 292-293). Cabe aqui colocar que o selvagem em questão não diz respeito à cultura (ou à falta de), mas a uma condição de linguagem, a um potencial sógnico de produção de sentido.

O que pode parecer acabado, pode ser um inventário em aberto ao infante selvagem, passível de transformação, composto de ideias, crenças e (in)certezas. Para essa conexão é preciso pensar-nos na relação com o outro, indagar práticas, o que está/há por trás delas e quais são as verdades que as sustentam. Skliar (2014), provoca-nos a assumir, cada vez mais, o lugar de “uma voz que escuta” (SKLIAR, 2014, p. 24).

Inspirada nas práticas de extensão universitária, e por acreditar na potência da ação de extensão, pretendo acessar o campo de pesquisa pela via do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PPSC). A atuação no campo da pesquisa que proponho será através da metodologia de “pesquisarCOM”, assumindo uma política de pesquisa que favoreça o acontecimento; “que desloca a ciência de um eixo central de totalização e dominação para redes compostas por saberes, práticas, entidades, atores diversos sempre em movimento de performance de mundos e sujeitos” (TAVARES; FRANCISCO, 2016, p. 137-138).

Assim sendo, é sublinhar e reconhecer o processo de produção desses verbetes, reforçando a questão da cidadania, exercício de alteridade, práticas de liberdade, autoria. Importante problematizar que a palavra “autoria” à atribuição destas e destes adolescentes está costumeiramente vinculada a um delito, deslize, delinquência, ou “ato” infracional. Eis aí um desafio para nossa pesquisa, de desobedecer estas palavras grandes que subjetivam sujeitos, aprisionando-os.

O objetivo é produzir vivências e verbetes com temáticas provocadas pela infância, desobediência, a partir de oficinas a serem realizadas, e que o material elaborado possa se tornar um livro e que produza outros sentidos de autoria à essas e esses adolescentes. Por se tratar de uma pesquisa que está em seu início não há resultados e conclusões a serem apresentadas. Todavia, a perspectiva é que todo o processo de organização/produção do dicionário tenha as/os adolescentes como participantes ativas/os, ora na vivência das oficinas, ora na escrita dos verbetes,

ora na organização do livro, ora na produção do mesmo, ora na sua publicização. A ideia é que, juntamente com a parceria junto ao Programa de Prestação de Serviços à Comunidade - PPSC/UFRGS, possamos trabalhar junto a ações juvenis empreendidas pela própria equipe do Programa em parceria com a Gráfica da UFRGS.

Esta ideia de pesquisa se inspira em dicionários que foram produzidos na interseção entre psicologia, filosofia, educação e literatura. Como forma de exemplificar, torna-se relevante citar o trabalho intitulado "Medida Socioeducativa: entre A & Z" (2014). Trata-se de um glossário que apresenta termos do contexto de extensão com práticas em medidas socioeducativas, diretrizes e marcos legais que tratam o tema. Possui 101 verbetes produzidos por professores, técnicos, estudantes, militantes, familiares e adolescentes. Ao mesmo tempo que minha proposta de pesquisa se aproxima do livro citado, há um diferencial por se tratar somente das vozes e escritas das e dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, em temáticas movimentadas pela infância, desobediência, "balbúrdia da linguagem".

Desta forma, entendo que o GT 33: Práticas de criação e processos de subjetivação em contextos educativos, vem a ser o espaço adequado para discussões, reflexões sobre essa experimentação que me proponho com criação/subjetivação através do dicionário enquanto ferramenta de pesquisar-COM.

REFERÊNCIAS

BALBÚRDIA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/balburdia/>. Acesso em: 24 de agosto de 2019.

COSTA, Luciano B. BANDEIRA, Larisa V. CORRÊA, Tatiele M. (Orgs). Estátuas de Nuvens: dicionário de palavras pesquisadas por infâncias. Porto Alegre: Sulina, 2017.

LAZZAROTTO, Gislei D. Romanzini. et al. Medida Socioeducativa: entre A & Z. Porto Alegre: Evangraf, 1.ed. v. 1, 2014.

SKLIAR, Carlos. Desobedecer a linguagem: educar. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

_____. Desobedecer (a desobediência da língua). In: COSTA, Luciano B. BANDEIRA, Larisa V. CORRÊA, Tatiele M. (Orgs). Estátuas de Nuvens: dicionário de palavras pesquisadas por infâncias. Porto Alegre: Sulina, 2017, p. 60.

TAVARES, Gilead Marchezi; FRANCISCO, Rayanne Suim. Pesquisa como acontecimento: exercícios de escreverCOM. Revista Polis e Psique, v. 6, 2016. p. 136 – 148. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 24 de agosto de 2019.

Construção e escrita de narrativas com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas: fazer ver uma vida

Autor: Beatriz Saks Hahne (Universidade de São Paulo)

Coautor: Adriana Marcondes Machado (adriana.marcondes)

Introdução: chegando ao tema da pesquisa

O campo da medida socioeducativa, política pública que atende adolescentes, em acordo com a Lei 8.069/90, como consequência de ação avaliada pelo poder judiciário como prática de ato infracional, carrega distintas terminologias que parecem autoexplicativas aos ouvidos de quem cotidianamente depara-se com a tarefa de acompanhar estas jovens vidas. Todavia, não podemos saber, de partida, o que são para cada existência com a qual nos deparamos.

Provocados por aquilo que ficaria de fora quando consideramos que "já sabemos" os sentidos para os termos recorrentemente repetidos, apostamos na importância da investigação das palavras que, sem cautela, na prática profissional reproduzem certo modo de pensar o adolescente autor de ato infracional que lhe retira a possibilidade de existir enquanto autor de sua biografia.

Meninos e meninas cujas trajetórias são atravessadas por formas diversas de violência - institucional, policial, racial, territorial – são historicamente investidos por um modo de operacionalização da política pública que implica, fundamentalmente, em serem encaminhados aos serviços de saúde e da rede socioassistencial. A compreensão disseminada no corpo social é a de que a "ressocialização" – termo que deve ser colocado em questão - passaria por aquilo que as instituições ofereceriam em detrimento de suas experiências com estes serviços.

Esta racionalidade, presente desde a apreensão policial ao gabinete da autoridade judiciária e programas que executam as medidas socioeducativas, implica na suposição de que os profissionais sabem o que é melhor para o outro. Lógica correcional das vidas. Formulamos a hipótese de que o encaminhamento feito de maneira maquina deixaria de fora a experiência mais particular desses adolescentes em seu território e nos lugares por onde passa.

Afirmado determinadas formas de vida como corretas – avaliação sempre do campo da moral e da arbitrariedade –, todos ficam assimilados como adolescentes-infratores; com isso, contribuimos para um certo enrijecimento identitário (Rolnik, 2006). Ao considerá-los viventes com as mesmas necessidades, rouba-se a possibilidade de reflexão sobre a própria vida e os atravessamentos políticos que a constituem. A retomada de solicitações pela redução da maioridade penal e pela ampliação do tempo de privação da liberdade tornam urgente esta discussão.

Objetivo: a construção de narrativas como alvo

Buscando contribuir para a discussão do campo temático da adolescência que cumpre medida socioeducativa, a pesquisa que alimenta estas linhas realiza a construção de narrativas com jovens que, hoje, cumprem sanção em meio aberto – Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida – ou que possuem trajetória anterior de cumprimento de alguma das seis sanções descritas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Escutamos suas histórias para alongar o olhar em relação a um horizonte que diz respeito a vidas ameaçadas em sua dignidade e corpo físico. Na intenção de conhecer as trajetórias destes adolescentes, tomamos o ato infracional vinculado ao contexto histórico que o constitui: o Brasil escolhe como compreende a infração e os modos através dos quais lida com seu autor.

Orientação: os nortes da pesquisa

A legislação brasileira (Lei 8.069/90; Lei 12.594/12) defende a participação do adolescente na construção de sua trajetória, ação que se constitui como importante estratégia para seu distanciamento em relação ao universo infracional e que carrega, inevitavelmente, uma aposta da qual provavelmente nunca saberemos o resultado: se estará ou não afastado da ação criminosa é algo que não podemos dominar. Ainda assim, apostamos em suas vidas singularmente, em cada uma delas, ao advogarmos por elas (Lapoujade, 2017), e as defendemos através daquilo que sobre elas falamos e, no encontro com elas, praticamos.

Participação é palavra que repetimos sem atentarmos para o fato de que, ao afirmarmos a participação, com frequência, já perdemos seu sentido. O que seria participar dentro do contexto socioeducativo? A conquista da construção coletiva dos processos é tão complexa quanto a defesa da vida dos adolescentes que vivem a medida socioeducativa, sujeitos atravessados insistentemente por discursos que os tomam como violentos e antissociais (Violante, 1984; Trassi, 2006).

Nesse contexto inscrevemos a pesquisa em andamento, sobre a qual aqui falamos: em meio à produção massificada de vidas-adolescentes, construir narrativas com aqueles cujas existências são marcadas pelos modos a partir dos quais o Brasil tem compreendido o ato infracional. A construção de narrativas atua como dispositivo para provocar a pensar como os adolescentes sobrevivem em contextos indignos. Memórias e experiências permitem ver como o Sistema Socioeducativo é percebido por eles e os efeitos que neles produz. A escrita das narrativas e as reflexões nascidas durante o processo de sua elaboração permitem ver que o falado e o escrito sobre eles compõem a existência e a maneira de cumprir a sanção. Identificações e nomeações em relação às situações que esses jovens vivem são construídas a partir das compreensões do mundo e daqueles que com eles convivem.

Método: ou dos percursos de construção

A constituição do espaço narrativo é apoiada na história oral, que tem sido o caminho para conhecermos as vivências singulares tomadas em um campo plural que carrega consigo História e Sociedade (Portelli, 2016). O método pede atenção para quatro elementos: 1) a ação entre aquele que escuta e aquele que fala, 2) o tempo em que a fala é realizada e o tempo que criou a memória, 3) o fato de que a história ocorre em meio à História e 4) a oralidade e a escrita produzidas.

Na pesquisa, as narrativas são construídas em, pelo menos, três tempos: constituição do relato; escrita posterior pela pesquisadora e encontros para releitura com os colaboradores, sempre com a abertura para correções e mudanças de rotas. Esses tempos são formados em muitos encontros, tantos quantos forem necessários para o estabelecimento de confiança que torne possível o relato das cenas vividas. O tempo é distinto em cada relação e precisa ser considerado para que evitemos atravessamentos que, por vontade nossa, desrespeitassem a vida vivida pelo jovem. Nesse sentido, o tempo da pesquisa motiva, mas não determina o trabalho.

Assumir esses adolescentes como narradores do vivido é brigar pela dignificação de suas vidas. Apostando na importância da literatura para afirmar a singularidade de suas existências, algo que lhes teria sido furtado quando considerados vidas matáveis (Agamben, 2010), as palavras escritas e lidas no pequeno coletivo formado por pesquisadora e colaborador se tornam suporte para o registro dos dias, tomados com a complexidade que a vida ordena. No trabalho de construção das narrativas são utilizados poemas, letras de músicas e textos literários como recursos estratégicos para a produção de saberes sobre si e sobre o mundo social.

A persistência em promover a continuidade dos encontros tem permitido a construção de alianças e a possibilidade de o jovem interlocutor ver-se coautor das linhas que registram suas experiências. No processo, uma das condições reconhecidas como necessárias para esses encontros tem sido o tempo: tempo para as distâncias em que os encontros se dão; tempo para a espera; tempo para sustentar um intervalo entre os encontros. As disponibilidades mudam e nos provocam a lembrar das complexidades que nos envolvem a todos.

Resultados: colheitas do meio do processo

Nos encontros-entrevistas são contadas histórias de diferentes fontes literárias e lidos poemas inspirados nas palavras dos entrevistados. Com as biografias que permitem a variação do olhar sobre o vivido, o mundo vai ficando maior, permitindo uma elaboração mais autoral dos discursos sobre si. Um jovem interlocutor nos ajuda a ver:

A vida do menino pequeno que nasce quase grande gera a sensação de estar vivendo em uma corda bamba. Corda que também tem a ver com a necessidade de ter de decidir a todo o momento se rouba novamente ou não: a mão coça para fazer a ação que traria algum dinheiro muito rapidamente. Ficar “firmão” é o que ajuda. A namorada também segura. Corda bamba faz pensar em queda e, também, em perseverar. A vida não é uma só.

Arquitetar novos movimentos em conjunto com esses adolescentes ganha sentido quando nos deparamos ininterruptamente com os efeitos do vivido. Tendo em mãos uma escrita construída com a direção ética de potencializar a existência, convidamos o jovem a deparar-se com novas narrativa sobre si.

Concluindo: o que vimos aprendendo com a construção das narrativas

Vimos nos encontrando com jovens insistentemente colocados no lugar para o qual Eduardo Galeano (2010) invoca nossa atenção: “os ninguéns, que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local” (p. 71). Fazer existir implica brigar contra o apagamento e a sombra, efeitos de muitas violências. Lapoujade (2017) afirma o advogar em defesa das existências que são impedidas como questão política: direito de não existir conforme modelos predeterminados. Conhecer aquilo que nossos narradores contam de seus percursos atravessados pelo cumprimento de medida socioeducativa nos convoca a pensar nossas práticas a partir de uma posição de estranhamento: as histórias de vida falam daquilo que temos produzido no encontro com esses adolescentes e dos efeitos que a suposição sobre modos de vida enlaça em uma existência.

Entre palavras e imagens: a poesia de Manoel de Barros para uma experimentação da escrita

Autor: Marcelo Amorim (UFG)

Coautor: Tânia Maia Barcelos (UFCat)

Esta comunicação decorre de um trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado na Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Catalão (UFCat), localizada em uma cidade de médio porte no interior de Goiás. Trata-se de uma parceria fecunda construída nos processos de escrita e orientação, buscando problematizar o que se passa entre palavras e imagens. Para nos auxiliar nessa travessia, contamos com a preciosa companhia de Manoel de Barros (1916-2014), importante poeta brasileiro do século XX, que nos encoraja a criar novas linguagens, nas quais as palavras são expressas de modos inusitados e as imagens brotam em momentos imprevistos. Somos desafiados a pensar fora das margens ou fronteiras da nossa área de conhecimento específico: a psicologia.

Tomamos como ponto de partida as seguintes perguntas: como brincar com as palavras, os desenhos e sustentar outros modos de produzir conhecimentos? Como fazer com que a escrita e o pensamento ganhem velocidade por meio das imagens? Tais perguntas mobilizaram pequenas batalhas em defesa de uma escrita atravessada por aquilo que afeta nossos corpos, tentando resistir aos ditames dos “tempos-textos-mercadoria” (COSTA, 2017) com suas políticas e engrenagens de vigilância e voracidade.



Nesse sentido, habitamos lugares de tensão entre dois campos fundamentais da linguagem (o das palavras e o das imagens), os quais compõem um misto fundamental no percurso construído ao longo do trabalho. Para sustentar as discussões propostas, buscamos diferentes interlocutores que nos levaram a fazer uma escrita rítmica, ora mais próxima da linguagem acadêmica convencional, ora mais flexível e porosa aos acasos dos encontros com o poeta e os autores escolhidos.

A partir de Deleuze e Guattari (1995), Rolnik (1996), Kastrup (2015), Costa (2014), dentre outros, utilizamos a cartografia como perspectiva metodológica - aberta aos agenciamentos, fluxos e saberes provisórios que nos possibilitam criar estratégias de resistência aos modos acadêmicos majoritários de escrever/pensar instituídos nas práticas cotidianas da universidade. Escolhemos a cartografia como método transversal, por sua pertinência para acompanhar os processos, por meio de pistas e procedimentos encarnados nos dispositivos, compostos por diferentes linhas e caracterizados por uma capacidade de irrupção, produção de tensionamentos e deslocamentos.

Nesse trabalho, imagens e desenhos se entrecruzam, não para ilustrar ou representar objetos, mas para acionar um exercício lúdico do pensamento como um desafio urgente e necessário, sobretudo, em tempos de cansaço e desgastes com a violência das práticas produtivistas, com suas metodologias, cobranças e seus resultados alcançados com menos prazos possíveis.

Desse modo, a aproximação com o poeta Manoel de Barros possibilitou aprendizados fundamentais: desenhar palavras de outras maneiras, apreciar as miudezas e usufruir da velocidade das tartarugas. Aprendemos com Manoel Barros a não destratar as coisas e experimentar as pequenas sensações que nos puxam e arrastam para lugares incertos/insetos. É preciso aprender com as lagartixas, com as borboletas, com a grama que transitam por entre diferentes lugares, sobrevivem, resistem e transbordam. Não é fácil dar importância às coisas miúdas em contextos que exigem de nossos corpos, pressa, velocidade e eficiência para conquistar aquilo que engrandece ou engordam nossos olhos. É difícil prezar a velocidade dos caramujos, prestar atenção nas insignificâncias, afetar-se pela força dos signos provenientes dos encontros com os textos poéticos de Manoel de Barros que nos ensina a brincar e desenhar palavras de outras maneiras.

Esse aprendizado, que implica a invenção de si e do mundo (KASTRUP, 2001) desafia o orientando e a orientadora a não se furtarem à condição de aprendizes. A professora/orientadora abandona o lugar de condutora do processo de ensino-aprendizagem e, junto com seu orientando, é arrastada pela experimentação dos devires que atravessam a poesia de Manoel de Barros - devir-criança, devir-poeta, devir-escritor.

Nesse processo poético-acadêmico, com seus delírios inevitáveis no meio do caminho, buscamos escutar os gritos de socorro de nossos corpos consumidos e quase abatidos pelo corre-corre insano do dia a dia na universidade. Conquistamos saúde e vida. Respiramos, puxados por ventos e palavras (BARROS, 2016) e constatamos que a formação em psicologia pode, também, ser estética, poética e porosa a diferentes linguagens e despropósitos.

Entre palavras e imagens, criamos coragem para desarrumar frases e tentamos desarrumá-las da melhor maneira que pudemos. Ganhamos leveza e lufadas de alegria por enfrentar a luta contra certas algemas históricas do pensamento. Percebemos como é complexo deslizar por entre formas e forças, criação e desconstrução de mundos.

Em um cenário sócio político assombroso, que aponta para retrocessos gritantes e endurece os modos de apreensão da realidade, Manoel de Barros facilita alguns processos, auxiliando-nos a criar intimidade com as coisas pequenas e a desendurecer o olhar para o mundo. Desaceleramos, fazemos pausas, questionamos nossas práticas e nossas vidas, apostando que esses movimentos sejam vitais para o fortalecimento de uma Psicologia "sensível aos acontecimentos e aos encontros com um plano caótico e vivo, produtor de crises e novos enredos para o sujeito e a vida" (FONSECA et.al., 2010, p.171). Uma psicologia que produza e sustente diferentes possibilidades de insurgência ético-estético-políticas nos seus diversos campos de atuação e intervenção. Esse desafio está posto e precisamos enfrentá-lo em nossas práticas cotidianas. O contexto atual exige isso de nós: lutas, resistência e invenção.



Escrita e pesquisa no encontro da psicologia com a educação

Autor: Carolina Terruggi Martinez (USP)

Coautor: Adriana Marcondes Machado (adriana.marcondes)

O presente trabalho parte de uma pesquisa de mestrado em andamento que acompanha uma escola pública municipal de São Paulo de ensino fundamental, em seu processo de transformação do Projeto Político-Pedagógico, com o objetivo de refletir a partir dos impasses e dos enfrentamentos vividos pelos professores e pela gestão na construção desse projeto coletivo de escola. Trata-se de um percurso construído por meio das alianças com o campo em que a pesquisadora acompanha as relações no interior da instituição analisando as forças em jogo nesse processo de transição de modelos de educação que a escola está vivenciando. É sobre esse “acompanhar processos” – método da presente pesquisa – que esse trabalho se debruça, com foco especial nas questões que vão se produzindo na escrita deste processo de pesquisa. Como construir as narrativas desse processo de pesquisa que se constrói em campo de disputas e tensões? Consideramos a escrita como força presente no campo que produz o outro. O modo como falamos sobre os atores do campo de nossas pesquisas não está apartado do mundo e, por isso, refletimos sobre essa escrita a partir de autores que a tem discutido no campo das pesquisas em psicologia e educação: Barros e Kastrup (2014), Machado (2017), Rocha e Aguiar (2010) e Larrosa (2003). Pensamos, então, numa narrativa sobre a escola advinda de uma experiência sensível e não de formulações gerais pré-concebidas sobre a “escola pública”, sobre os “professores”, sobre categorias gerais. Esta experiência sensível pode permitir-nos acessar problemas que vão além da lógica binária, além das totalizações e generalizações sobre a educação e além das explicações apressadas. Para que algo dessa outra ordem – do sensível – se dê, faz-se necessário uma abertura ao encontro e uma análise dos problemas com que nos deparamos que não pretenda respondê-los a partir de categorias gerais explicativas das teorias psicológicas, sociológicas, etc. Temos buscado maneiras de ressaltar as práticas em campo e a escrita que produzam questões e pensamento. Como afirma Machado (2017): “o problema, se compreendido como uma interrogação a ser respondida, perde o que lhe seria próprio: uma experiência sensível que faz o pensamento diferir” (p. 40). E como produzir esta experiência através de nossas escritas? Há uma posição de presença em relação aos problemas que vamos elegendo em nossas pesquisas que é imprescindível neste modo de fazer pesquisa. Essa presença nos convoca a participar da cena, de modo que não possamos mais nos considerar neutros em sua produção, pois se não consideramos nossa presença como mulher-psicóloga-pesquisadora-branca alterando as forças em jogo, fica parecendo que somos força externa e que os problemas que analisamos não se produzem a partir das relações. Na escola em questão, por exemplo, muitos cuidados foram sendo necessários na escrita. A proposta de construção de um projeto político democrático criou uma polarização: os apoiadores do projeto novo e os não apoiadores. O desafio dessa polarização em nossa escrita, era escrever sobre as cenas sem acusações e culpabilizações pessoais. Algumas pistas contribuem para essa construção da escrita, ou o que podemos chamar, a partir de Barros e Kastrup (2014), de política da escrita: a valorização do coletivo, o rompimento da relação utilitária com os objetos da pesquisa e a inclusão de contradições, conflitos e problemas em aberto. Essa política da escrita permite “a expansão do campo problemático (...) por suas conclusões, mas também por suas inconclusões” (p. 72). Situamos aí nossa matriz de trabalho deste texto: refletir sobre a potência das inconclusões e das aberturas da escrita em uma pesquisa-intervenção produtora de saberes e fazeres e, portanto, de subjetividade. A nossa pesquisa não se constrói pelo outro apenas, suas palavras o produzem na mesma medida. Isto implica uma necessidade de zelo e pensamento sobre as palavras escolhidas para dizer sobre esse encontro. Se qualifico uma professora como desinformada e busco resolver a situação dando-lhe certa informação que considero imprescindível frente a sua identidade desinformada, não acesso a camada mais profunda dessa situação. O que a produziu com poucas informações? Quais as forças que constituem esse modo de agir desinformada neste momento? Como se constrói essa relação de poder/saber em que passamos a ser aqueles que pretendem dar informação? E, por fim, quais os efeitos de nossa escrita nomeando-a de desinformada? Questões necessárias para devolver complexidade aos processos de produção de nossas subjetividades. Com isso, pensamos que explorar, a partir da experiência de uma pesquisa de mestrado em construção, os desafios da escrita sobre nosso encontro com o campo, possa contribuir para a construção de uma escrita acadêmica mais profana, sensível e comprometida eticamente com o campo. Uma escrita política no sentido mais amplo (conectado à política da escrita) na intenção de fortalecimento de forças minoritárias e produção de comum com o campo em que atuamos. Os profissionais da escola buscam autoria no campo educativo, desenvolvem formações dos educadores e criação de dispositivos outros para o estudo (como aulas de música, artes, tutorias, atividades em espaços culturais pela

cidade, conexão com o território da escola, entre outros) em relações de poder e saber permeadas pela questão de gênero, classe e cor. As tensões que se operam demandam uma presença aberta à experiência sensível e que rache com adjetivações e interpretações que transformam a experiência, o campo, as pessoas, em totalidades fora das relações. Narrar esse processo não é simples, pois implica a desconstrução de um lugar de pesquisadora que pretende validar a criticidade da psicologia perante um mundo problemático em relação ao qual haveria verdades a serem formuladas. Habitar processos em uma pesquisa que pretende fortalecer os esforços democráticos, tem a direção ética de ser democrática e isso implica em fazer da escrita campos de debate, de disputa e de compartilhamento.

Referências

BARROS, L.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. da. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MACHADO, A. M. A experiência sensível e a constituição do problema em um trabalho de intervenção. In: MACHADO, A. M.; LERNER, A. B. C.; FONSECA, P. F. (orgs.). *Concepções e proposições em psicologia e educação: a trajetória do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Blucher, 2017. 257 p.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Entreatos: percursos e construções da psicologia na rede pública de ensino. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, ano 10, nº1, 1º quadrimestre. Rio de Janeiro, 2010, p. 68-84.

LARROSA, J. O ensaio e a escrita acadêmica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 101-115, jan./dez. 2003.

Experiência e linguagem como estratégias de resistência: narrativas de moradores em situação de vulnerabilidade Santo Ângelo/RS

Autor: Andrea Feminino Duarte (URI- Santo Ângelo)

Definição do Tema e do Problema

"A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade."

Walter Benjamin, "Sobre o conceito de história"

A história das populações em situação muito precárias e de pouco acesso aos recursos que atualmente são disponíveis nas cidades é de longa data. No Brasil a história de moradores de áreas periféricas ficou conhecida particularmente pelos diários publicados de Carolina de Jesus (1966) – *Quarto de despejo: o diário de uma favelada*, obra testemunhal de uma moradora da favela do Canidé em São Paulo nos anos de 1955-1965, conquistando uma visibilidade a populações historicamente marginalizadas. Em 2004, com o documentário *Estamira*, outra voz da periferia, dessa vez, uma moradora e trabalhadora do Aterro Sanitário do Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro, é trazida à cena. O que vemos é uma voz adoecida, com trágicos lampejos de lucidez na psicose desenvolvida por uma vida demasiado dura, demasiada violentada, seja pelo Estado, seja pelo outro, anônimo. O que interessa nessas duas histórias paralelas no tempo é a potência de transmissão de seus testemunhos, capazes de fazer uma marca na cultura, e ainda, qual é a potência dessas histórias de interrogar o presente que elas apresentam? No primeiro caso, Carolina se torna escritora, e a partir da publicação de seu diário, passa a ter uma nova posição no mundo. E *Estamira*, ao ter a chance de narrar a sua história para a lente de uma câmera encarna uma espécie de profeta, que já existia antes, e que fez o Marcos Prado, o diretor, ir ao seu encontro, registrá-la. No Brasil desde 2017, vimos se desenrolar uma política em defesa de um Estado excludente, com perda de direitos historicamente conquistados. E estamos vendo ainda, a instauração de um estado de exceção, com uma política de violência direcionada às populações socialmente excluídas, moradoras de favelas, áreas periféricas, geralmente pobres, pretos e favelados.

Objetivos

Pesquisar, narrar e documentar as histórias de vida da comunidade dos bairros Harmonia e União da cidade de Santo Ângelo. Ao final da pesquisa prevê-se a criação de algum tipo de mídia, escrita e/ou audiovisual como forma de testemunho.



A importância de colher as narrativas dos moradores dos bairros periféricos se dá na medida de incluí-los na história, conhecer seus nomes e trajetórias. População invisível e esquecida, como narro em outro artigo :

Os bairros esquecidos e seus invisíveis

A vulnerabilidade pode ser uma potência. A forma-frágil tem seu valor de testemunho e de quase-coisa que se aventura no percurso. Há uma geografia do espaço, a cidade não recebe a todos da mesma maneira. Assim como eu nunca tinha entrado no bairro Harmonia e no bairro União, as moradoras destes respectivos bairros nunca haviam entrado na universidade, o mais próximo que chegaram foi na calçada, na parada de ônibus: "já tinha vindo aqui, mas nunca tinha cruzado a linha da calçada". São linhas invisíveis que determinam lugares onde se pode, ou não, entrar. (DUARTE, COSTA, STEINHAUS, OLIVEIRA, 2018)

A tarefa de tornar visíveis aqueles que são invisíveis é política. Nossa questão principal é: quais são as narrativas e as histórias de vida da comunidade dos bairros Harmonia e União da cidade de Santo Ângelo? Para Seligman-Silva (2008) em seu texto "Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas", ao analisar o gesto testemunhal e algumas características que o marcam, percebe a narrativa como elementar e absolutamente necessária para ajudar os sobreviventes a estabelecer uma "ponte" com o outros, de "conseguir resgatar o sobrevivente do sítio da outridade" e ainda, que "a narrativa permite que o sobrevivente inicie seu trabalho de religamento ao mundo, de reconstrução de sua casa". (p.66)

Nesse sentido, (POLI, ROSA, 2011) dizem que, as práticas psicanalíticas se constituem modalidades de resistência, pois "permitem resgatar as condições para o reposicionamento do sujeito. Em situações de extrema angústia e perda de referenciais identificatórios prevalece a oferta da escuta." (p.515). Entendendo que a escuta implica a presença do analista e a palavra, capaz de operar movimentos associativos e o relançamento das significações.

O GT33 "Práticas de criação e processos de subjetivação em contextos educativos" foi escolhido por propor "reflexões e experimentações que flertam com criação/subjetivação. "Aberto à quem se utiliza da arte para inventar, produzir, criar, colaborar, se colocar ao lado de processos de subjetivação". E se vincula ao EIXO 4 - Insurgências ético-estético-políticas, pelos mesmos motivos.

Método

Esta pesquisa se constitui de uma pesquisa-intervenção a partir da escuta psicanalítica e coleta de testemunhos a partir de encontros no território. E pretende construir documentos testemunhais. Este projeto, portanto, procura intervir com ações concretas, voltadas para escutar comunidades excluídas, e operar registros e produzir mídias capazes de dar visibilidade e voz a seus moradores. A pesquisa acontece com o apoio de agentes de saúde da ESF União, onde elas acompanham os pesquisadores até as casas dos possíveis entrevistados. Após a apresentação da pesquisa e o que ela propõe, o aceite ou não vai do morador, que é convidado a ler o termo de consentimento, onde se esclarece acerca do sigilo, gravações das entrevistas, entre outras questões. Se o morador aceita participar da pesquisa assina-se o termo e passa-se para a etapa de entrevistas.

Resultados Parciais

Pedaços de Uma vida: Vitória (e as vitórias do União)

A família de Vitória morava no bairro Harmonia até o ano 2001, quando se mudaram buscando sair da zona de tiro que acontecia na frente da casa onde habitavam. O ponto de corte foi quando um dos tiros quase acertou Vitória, que estava na porta de casa com a filha nos braços.

Era um bang bang lá embaixo né [...] daí eles deram um tiro pra cima da porta, e eu tava na porta com a gurria no colo (filha de Vitória, na época com menos de um ano de idade) [...] daí daquele dia em diante a gente pensou: não, não tinha como conviver ali embaixo né, a gurria ia crescer e não ia ter liberdade pra nada, né?

Praticamente nós viemos pra cá quando não tinha água, quando não tinha luz [...] era só um contrato de compra e venda, continua sendo um contrato só de compra e venda dos terreno, sabe? Mas assim, não era uma coisa certa quando nós viemos pra cá, sabe? Tipo, era mato [...] agora é um bairro [...] a maioria era mato quando a gente veio. Mas daí, agora modificou bastante, muita coisa não, mas a maioria.

As condições da casa eram precárias, ela era feita de compensado e tábuas de madeira, não tinha banheiro. A casa era composta de dois cômodos: um que servia de sala e cozinha, e um quarto. Há anos ela vai na prefeitura buscando que implementação da rede de esgoto no bairro, mas sem sucesso até o momento. Parte da paisagem também é o lixo. É o que resta para a população, trabalhar com o lixo. A mãe de Vitória trabalhou com reciclagem, Vitória trabalhou com reciclagem e a filha mais velha de Vitória segue o mesmo caminho, está trabalhando na em-

presa de reciclagem: “É o único lugar que arrumou serviço né, porque ela largou currículo por tudo e não arrumou em lugar nenhum.” É uma das poucas oportunidades que os moradores do bairro têm além do tráfico de drogas. Vitória trabalhou desde cedo. Quando teve a primeira filha, sozinha aos 14 anos, fugiu para outra cidade buscando trabalho, para trazer dinheiro para casa e poder sustentar sua filha. Depois trabalhou com reciclagem, lavadeira, limpeza e cozinheira. No último emprego de Vitória, devido ao stress sofrido, acabou tendo um surto psicótico que quase a levou a cometer um homicídio. Depois do episódio ela foi até uma rodovia e esperou um carro vir para se jogar na frente, felizmente a irmã a achou antes que ela o fizesse, e a internou na ala de saúde mental do hospital.

Aqui fiz um corte na narrativa.

Conclusões

Carolina de Jesus diz em seu livro: “Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar, eu escrevia. Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário” (JESUS, 2007, p. 195). Apostamos que escutar e documentar histórias das margens das cidades, de vidas periféricas, tem uma potência de visibilizar o que a sociedade se recusa a ver, perfurando dessa maneira um discurso perverso que coloca as populações em situação de exclusão social numa espécie de não-lugar do humano, ou, como apontam as psicanalistas (ROSA E POLI, 2011), num lugar onde há a perda da qualidade de humano, e como consequência, a transformação dessa população num lugar de resto, dejetado, ficando no lugar de objeto de violência do outro. Testemunhar essas vidas é não compactuar com essas atrocidades. Essa é uma das tarefas que nos colocamos.

Improvizando Relações Entre Corpos Marginais: Dança Contemporânea e Processos Autoecopoéticos

Autor: Taís Carvalho Soares (UFRRJ)

A marginalidade dos corpos dos dançarinos de Seropédica, região periférica do estado do Rio de Janeiro, se apresenta enquanto potência ético-estético-política para criação de si e do mundo nas relações entre os mesmos a partir de práticas de improvisação na dança contemporânea. O distanciamento do centro e, por consequência, das normas e padrões hegemônicos tanto do virtuosismo e tecnicismo da dança, bem como, dos protocolos políticos e normativos dos modos de existir abre linhas de fuga para o agenciamento de processos autoecopoéticos. Herdeiros do pensamento cartesiano ainda hoje nos encontramos submetidos à trágica separação entre corpo e mente, ação e pensamento, teoria e prática, disciplinas, órgãos e classes produzindo corpos dóceis, úteis e alienados de suas virtualidades em uma realidade transdisciplinar e que compõe multiversos. Acreditando na necessidade de superação de tal fragmentação com atitudes dialógicas e políticas inventando novos modos de pensar, agir, educar e nos relacionar este trabalho apresenta reflexões acerca de experimentos metodológicos desenvolvidos no contexto de aulas de Dança Contemporânea em rizomas cartográficos e analisa os seus processos de subjetivação subjacentes enquanto corpos marginais dançantes. O objetivo é identificar as forças de saber e poder que os atravessam e desenvolver um método de ensino da dança que transpasse seus limites causando um rasgo no tempo provocado por afetos intensivos, intempestivos e integrados ao corpo ativo e ao pensamento afirmativo. Deconstruir posições de vítimas buscando por bons encontros na cumplicidade de novos arranjos estéticos, sociais e artísticos dos sujeitos dançantes. Além de reduzir experiências negativas e de segregação entre o espaço universitário e os artistas da cidade, abrindo portas e janelas no fluir do devir criativo sem o aprisionamento à regimes de verdade ao focar em práticas vivas que dialogam com os acontecimentos. Considerando o eixo temático quatro – Insurgências ético-estético-políticas: contribuições da Psicologia Social em que se inserem os grupos de trabalho sugeridos o diálogo com os mesmos se evidencia nesse estudo por meio da produção teórico-prática acerca do processo autoecopoético em questão. Apropriando-se de técnicas de educação corporal aplicadas e transformadas a partir das exigências emergentes da prática resignificando a marginalidade na dança enquanto dispositivo para criação de processos psicossociais éticos de subjetivação ao construir um campo interdisciplinar e concreto para a Psicologia Social. Sua aproximação com o mundo da Dança Contemporânea embasada na filosofia francesa permite a composição de diferentes linguagens que se atravessam enquanto corpo e dança se modificam. Apropria-se do conceito de autoecopoiese desenvolvido a partir da autopoiese de Francisco Varela e Humberto Maturana acrescido do sufixo eco proposto por Sacha Kagan evidenciando a necessidade de ampliar o olhar da autoprodução de si em interação com o espaço, considerando que sujeito e ambiente garantem a sua autonomia

na medida em que se retroalimentam constantemente. Especialmente ancorado na Filosofia da Diferença apresentada por Gilles Deleuze e Félix Guattari para a construção da metodologia experimental a partir da diversidade literária que envolve o campo Somático explorado por Sylvie Fortin e o conceito de autoimagem enquanto pano de fundo filosófico do método Feldenkrais. Para além do estudo das tecnologias na criação das técnicas busca-se compreender o funcionamento dos dançarinos enquanto “máquinas vivas”, em vez de produtos, mas produtoras de novos sentidos nas relações que as constituem e de suas narrativas enquanto arranjos temporais distintos que penetram as paisagens, parafraseando Michel Serres. Para tanto, inicialmente foi realizado um processo de aproximação com os artistas da cena e dançarinos moradores de Seropédica fundando-se um grupo heterogêneo de Dança Contemporânea no Centro de Arte e Cultura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro liderado pela coordenadora deste projeto que é parte da sua pesquisa de doutoramento em Psicologia. Estabeleceu-se, dessa forma, uma programação semanal para sua realização onde foi aplicado ao longo de vinte e quatro encontros o método experimental desenvolvido para o ensino da dança e o acompanhamento da transformação dos processos de subjetivação envolvidos. O método de ensino compõe as seguintes etapas: 1ª ação – percepção da autoimagem (consciência corporal e ambiental, respiração, alongamento, expansão, contato e integração); 2ª ação – frases de movimento (experiência de várias ações dentro de uma ação principal, sequências, técnicas, habilidades, auto aperfeiçoamento e expressão do pensamento, ideias e conceitos); 3ª ação – fluidez do movimento (criação de narrativas e dramaturgias a partir de improvisações individuais e coletivas); 4ª ação – reflexão sobre o processo e compartilhamento de novas proposições (relaxamento e atenção às modificações do corpo). Neste processo compreende-se o corpo como ele próprio sendo a técnica e a arte através da realização de combinações intercambiantes e sensíveis entre espaço, tempo, movimento, fluência, ritmo e peso. Os resultados apontam para novos sentidos produzidos entre os corpos-cérebros pensantes sobre a terra em um modo de percepção marginal discutindo o contemporâneo em contraposição a uma visão meramente tecnicista das práticas e produzindo autonomia e voz aos corpos. Considerando a marginalidade que se distingue por ser extraordinária e expressa a sua potência de criar atravessando questões sociais e abrindo espaços outros entre as margens em um movimento de multiplicação dos centros. Ao compreender a dança como um lugar político de marginalidade composto por potências e desafios que singularizam essa experiência enfrenta-se as expressões de segmentariedade dos modos de organização dominante que privilegiam as forças do capital. Concebe-se, dessa forma, poéticas do instante que não estão fora do sistema social, mas que experimentam possibilidades de maquinação com proposições abertas enfatizando a singularidade e os processos de diferenciação de si e dos outros na criação coletiva. Por fim, acredita-se na extensão e multiplicação rizomática dessas experiências na medida em que têm provocado agenciamentos para além do tempo vivido gerando novos fluxos e se redistribuindo em novas formações coletivas entre os artistas marginais da cena se desdobrando em dois grupos maiores que provocam a atualização das metodologias de ensino inspiradas em uma educação que se aproxime das novas peculiaridades emergentes.

Jovens, cidade e educação

Autor: Neiva de Assis (Instituto Federal Catarinense)

Coautor: João Eduardo Martins Junior (UFSC) e Marina Valerio (UFSC)

Este projeto de extensão em andamento tem como temática central experiências educativas que apostem na cidade como política de educação. Tem como pressupostos teóricos as contribuições da psicologia histórico-cultural e da pesquisa-intervenção. Este projeto está associado ao projeto de pesquisa em desenvolvimento denominado “Educação, cidades e subjetividades”; e utiliza os conhecimentos produzidos nessa investigação com relação ao levantamento bibliográfico sobre educação e cidade. Esse projeto de extensão, por sua vez, elegeu algumas dessas iniciativas de organizações para a realização de intervenções direcionadas para a experiências com/na cidade. Compreende-se que intervenções baseadas em uma educação estética poderá mobilizar processos psíquicos complexos que integram aspectos afetivos, volitivos e cognitivos dos sujeitos que participam de ações de educação. (VIGOTSKI, 2010, ZANELLA, 2006). Inicialmente o grupo de trabalho envolveu-se no estudo de textos e preparação para a entrada no campo. Abordamos as temáticas educação, cidade e subjetividade em diversas leituras, como por exemplo, a obra “Carne e Pedra - o corpo e a cidade na civilização ocidental” de Richard Sennet, que sensibilizou o grupo para iniciar as experimentações na cidade de Florianópolis e conhecer mais a história do território que acolheria as ações. Participamos ainda de diversas atividades oferecidas na cidade de Florianópolis,

seja por serviços públicos de educação e cultura ou coletivos independentes de arquitetos e artistas envolvidos com a experimentação estética da cidade. Destacamos o evento “Onde está Desterro?”, projeto desenvolvido por um grupo de arquitetos que por meio da distribuição em lugares específicos do centro histórico de códigos digitais promove acesso a textos e fotografias presentes nesta ferramenta tecnológica e convite a uma caminhada com observações atentas aos imóveis ali dispostos. Através dessa plataforma, o grupo pode descobrir a história da senhora Rita de Cássia, do marinheiro Augusto, e de Francisco, quintadeiro, natural da região da África Central de onde vieram o maior número de africanos escravizados para Santa Catarina. Apenas para ter uma ideia, entre 1788 a 1850, foram identificados 5.245 registros de batismos de escravos. Ao conhecer essas memórias que a história oficial não conta, o planejamento das ações do projeto de extensão em questão impulsionou outros pensamentos e afetos com relação à cidade, seus moradores e as possibilidades ofertadas aos jovens - principalmente nas regiões periféricas da cidade. E permitiu um olhar voltado para a pluralidade dos modos de vida presentes na cidade e o reconhecimento da presença negra no processo de urbanização da cidade. Com relação aos procedimentos metodológicos recorreremos ao uso de oficinas de educação estética (VIGOSTKI, 2001, 2009). Ou seja, experiências sensíveis que possibilitem o sujeito criar novas possibilidades de apropriar-se de si mesmo, de suas relações e de seus contextos coletivos. As oficinas estéticas realizam-se com grupos e são articuladas com diferentes linguagens artísticas que contribuem para o estranhamento e para o estabelecimento de relações mais sensíveis na arte e na vida. Os jovens participantes dos projetos de educação, bem como aos professores/mediadores e à própria comunidade interessada são o público alvo deste projeto. A primeira etapa deste projeto se deu através do mapeamento de iniciativas de educação não formal que ocorrem na cidade de Florianópolis, de modo a conhecer e selecionar algumas áreas de maior demanda e relevância social. Para isso, elaborou-se um mapa online de Florianópolis pontuando as atividades que foram encontradas em cada localidade, com o objetivo de visualizá-las e poder perceber quais regiões concernem ainda poucas possibilidades de educação informal. Deste levantamento destacaram-se quatro comunidades que vivenciam processos de exclusão social e oferecem poucas experiências educativas não formais aos jovens. Iniciou-se algumas aproximações com algumas dessas localidades, por meio da escola ou de outros atores locais, a partir da necessidade de construção de espaços de convivência e criação com os jovens, apostando deste modo nas oficinas estéticas. Destacamos nesse relato, a experiência em parceria com a escola de um dos bairros identificados, que embora caracterize-se por modalidade de educação formal, mostrou-se sensível às questões da juventude e disponível para mobilizar jovens para participarem de experiências não formais no contraturno da escola. Realizamos uma oficina com os jovens na escola com intuito de apresentar os participantes do projeto de extensão em questão e conhecer os estudantes, identificar possibilidades de trabalho, assim como seus interesses, inseguranças e anseios. A atividade ocorreu com a mediação do audiovisual curta-metragem “O pequeno e o grande”, dirigido por Marco Antônio Oliveira dos Santos que narra a intervenção urbana inventiva de jovens no Rio de Janeiro a partir de performances e de uma instalação artística com restos de materiais da construção civil. A partir disso foram gerados debates e compartilhamento de ideias. A mediação possibilitou questionar sobre práticas juvenis contemporâneas e o modo como participam na e com a cidade. Que espaços ocupam para além da escola? Como experimentam a cidade? Que espaços frequentam cotidianamente? Observou-se poucas experiências e possibilidades de socialização entre aqueles jovens e elencamos temáticas que demandavam intervenções da psicologia escolar/educacional institucional a longo prazo. E por isso, a escola foi encaminhada para a abertura de campo de estágio em psicologia escolar que está em andamento. Observou-se nesse primeiro momento de realização do projeto a ausência de políticas públicas para a juventude, a existência de outras privada com fins lucrativos e a presença de algumas iniciativas locais, ligadas ao território, com esforços comunitários e poucos recursos, mas que de forma inventiva ocupam-se da tarefa de oferecer atividades culturais e formativas aos jovens moradores. Nesse momento, o projeto em andamento inicia o processo de imersão em outra localidade reconhecida como comunidade com remascentes quilombolas, em um projeto informal identificado pelo mapeamento e coordenado por uma líder comunitária que oferta oficinas educativas com crianças e adolescentes. Espera-se oferecer subsídios para a invenção de práticas educativas que contemplem a polissemia da vida e que possam incluir a cidade como possibilidade educadora ao mesmo tempo que desejamos ações da universidade próximas da realidade social da população brasileira.



Literatura Infantil e Criação de Novas Histórias: Uma Cartografia

Autor: Maria Laura (UFRGS)

Philippe Ariès (1978) afirma que a infância é uma invenção da modernidade, destacando sua construção social e histórica. Segundo o historiador francês, na civilização medieval e no início da modernidade, as crianças ingressavam na comunidade dos homens apenas eram capazes de prescindir da ajuda das mães. Os pequenos eram tratados como adultos, e participavam das mesmas atividades que estes. Entre as atividades compartilhadas, estava a contação de histórias tradicionais, onde pessoas de todas as idades se reuniam ao redor de um bom narrador. A partir dos últimos quatro séculos, muitas dessas narrativas tradicionais constituíram-se numa forma de ficção e foram progressivamente relegadas ao público infantil (CORSO; CORSO, 2006).

Sendo assim, a literatura infantil também nasce no contexto sócio-histórico da modernidade. De acordo com Zilberman (2015), os primeiros livros para crianças surgiram ao final do século XVII. O novo entendimento da infância como uma faixa etária diferenciada guarda uma profunda ligação com a posição que a criança passou a ocupar no novo modelo familiar, já não mais composto por amplas relações de parentesco, mas centrado em um núcleo pequeno. A nova família burguesa e a valorização da infância tornaram necessária a criação de dispositivos de controle do desenvolvimento intelectual e emocional das crianças: a literatura infantil e a reforma da escola são convocadas a realizar essa tarefa. A consolidação do capitalismo na sociedade moderna não funcionou apenas como modo de produção da ordem do capital, mas também como modo de produção de subjetividade, não somente individual, mas produção de subjetividade social (ROLNIK; GUATTARI, 1986).

Sendo assim, nesta pesquisa pretende-se realizar oficinas que permitam a criação de novas histórias por parte de crianças alunas de uma escola pública situada na periferia. Sabe-se que estas crianças não recebem tanto investimento na promoção de uma infância saudável, quando comparadas às crianças que frequentam escolas privadas ou escolas públicas localizadas em bairros mais favorecidos. Nestas oficinas, busca-se utilizar o potencial que a literatura e a criação de novas histórias têm para expandir a subjetividade das crianças, entendendo a ampliação da subjetividade como um modo de resistência aos discursos dominantes sobre a infância. Dessa forma, busca-se responder: como a literatura infantil e a invenção de novas histórias reverberam na produção de subjetividade das crianças?

O objetivo geral desta pesquisa será investigar os efeitos das oficinas de criação de novas histórias na produção de subjetividade das crianças. Como objetivos específicos, busca-se refletir sobre a potência da criação de novas histórias como fator expansivo da subjetividade e propiciar um espaço de criação e invenção de si às crianças no ambiente escolar.

Ao tratar-se de um trabalho que abordará processos de criação e subjetivação, escolheu-se o GT33 "Práticas de criação e processos de subjetivação em contextos educativos" para sua submissão. O GT33 foi proposto dentro do eixo 4 "Insurgências ético-estético-políticas: contribuições da psicologia social". Nesta pesquisa, a insurgência ético-estético-política utilizada para explorar os processos de subjetivação será a escrita coletiva, elaborada a partir de encontros em formato de oficinas. A oficina não é apenas um dispositivo de aprendizagem de técnicas artísticas: seu ponto essencial reside em ser um espaço de aprendizagem inventiva, onde ocorrem processos de invenção de si e do mundo (KASTRUP; BARROS, 2009).

A obra de Deleuze caracteriza-se por um constante diálogo com as artes em geral, resgatando a sua potência na produção de modos de subjetividade singulares. O filósofo confere especial atenção à literatura, considerando que a escrita é inseparável do devir: escrever é "sempre inacabado, sempre a fazer-se" (DELEUZE, 2004, p.11). Ao analisar a obra de Kafka, Deleuze e Guattari apresentam o conceito de literatura menor. Trata-se de uma literatura que produz um desvio em relação a um modelo dominante: "uma literatura menor não pertence a uma língua menor, mas, antes, à língua que uma minoria constrói numa língua maior" (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p.38). Isso porque Kafka, judeu tcheco, escrevia em alemão, usando esta língua dominante para dar voz a um povo que não a têm. Dessa forma, Deleuze apresenta o problema político da expressão. "O escritor deixa de ser um indivíduo privilegiado para passar a ser um agente coletivo (...), em relação a uma comunidade, desagregada ou submetida, cuja expressão pratica na esperança da sua libertação" (PELLEJERO, 2008, p.75).

Pode-se utilizar o conceito de literatura menor para pensar as oficinas aqui propostas, pois também se trata de uma expressão conjunta que gera desvios a uma série de condições opressivas. Pode ser pensado um desvio em relação à literatura infantil dominante que surge na modernidade. Conforme Zilberman (2015), os primeiros textos para crianças foram escritos por pedagogos e tinham um notável intuito educativo. No Brasil, a literatura infantil

começou a ser produzida no século XIX por professores, com o objetivo de ensinar às crianças valores morais e sociais acordes ao modelo republicano. Em decorrência da sua origem, na atualidade o gênero continua sendo simultaneamente estético e didático (MORTATTI, 2001), causando-lhe grandes prejuízos: “não é aceita como arte, por ter uma finalidade pragmática; e a presença do objetivo didático faz com que ela participe de uma atividade comprometida com a dominação da criança” (ZILBERMAN, 2015, p. 11).

René Schéerer (citado em GALLO, 2015) chama a atenção sobre o fato de que a infância é uma concepção do adulto, podendo ser pensada só a partir da visão deste. Segundo o filósofo, a infância deve ser pensada como movimento, mas as instituições educativas operam na direção oposta, imobilizando a expansão do movimento passional das crianças. Silvio Gallo (2002) desloca o conceito de literatura menor para pensar numa educação menor, sendo esta um ato de resistência e singularização que se expressa nas ações cotidianas do dia a dia em sala de aula, pertencendo ao âmbito da micropolítica. Contrapõe-se à educação maior, que “procura construir-se como uma imensa máquina de controle, de subjetivação, de produção de indivíduos em série” (GALLO, 2002, p. 174). A educação menor diz respeito a possibilitar aprendizados insuspeitados no contexto escolar, criar novas possibilidades, desterritorializar as normas, os mecanismos da produção de indivíduos serializados, e apostar à multiplicidade. Nesse sentido, realizar as oficinas na escola é pertinente para mobilizar a potência criadora das crianças em um ambiente propenso historicamente a extinguir sua singularidade criadora.

Sendo assim, serão realizadas oficinas de criação de novas histórias, direcionadas a crianças do primeiro ano do ensino fundamental de uma escola pública situada na periferia de Porto Alegre. Por ser a subjetividade o objeto desta pesquisa, optou-se por utilizar a cartografia como método de pesquisa-intervenção. Trata-se de um método que assume uma perspectiva construtivista do conhecimento, pois afirma a coemergência de objeto, sujeito e conhecimento como efeitos do processo de pesquisar (PASSOS; BARROS, 2009; KASTRUP, 2009). De acordo com Kastrup e Pozzana (2009, p.53), “a pesquisa cartográfica consiste no acompanhamento de processos e não na representação de objetos”, o que a torna pertinente para acompanhar a processualidade dos processos de subjetivação.

Esta pesquisa encontra-se no início. Por este motivo, ainda não possui resultados e conclusões.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. A História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.
- CORSO, D.; CORSO, M. Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis. Artmed Editora, 2006.
- DELEUZE, G. A literatura e a vida. In: _____. Crítica e clínica. São Paulo: Ed.34, 2004, p. 11-16.
- DELEUZE, G.; GUATARI, F. Kafka: por uma literatura menor. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- GALLO, S. René Scherer e a filosofia da educação: aproximações. Reunião Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, v. 37, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT17-3575.pdf> Acesso em: 30 mai. 2019.
- GALLO, S. Em torno de uma educação menor. Educação & Realidade, v. 27, n. 2, 2002. Disponível em <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25926>. Acesso em: 30 mai. 2019.
- KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In PASSOS, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. Disponível em: <https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2019.
- KASTRUP, V.; POZZANA, L. Cartografar é acompanhar processos. In PASSOS, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. Disponível em: <https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf> Acesso em: 29 mai. 2019.
- MORTATTI, M. R. L. Leitura crítica da literatura infantil. ITINERÁRIOS—Revista de Literatura, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/3458>. Acesso em: 28 mai. 2019.
- PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In PASSOS, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. Disponível em: <https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf> Acesso em: 29 mai. 2019.
- PELLEJERO, E. Literatura e fabulação: Deleuze e a política da expressão. Polymatheia—Revista de filosofia, v. 4, n. 5, p. 61-79, 2008.
- ROLNIK, S.; GUATTARI, F. Micropolítica: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- ZILBERMAN, R. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global Ed, 2015.

Máquinas de ódio: sobre processos de subjetivação e mídias digitais

Autor: Wellisson Guilhermino (UFPEL)

Coautor: Édio Raniere (UFPEl)

Pensado por Empédocles de Agrigento, na sua obra *Sobre a Natureza* (BORNHEIM, 1998) o ódio seria o grau de separação entre os elementos que formam a realidade, onde no limite, no afastamento máximo, apenas os elementos básicos existiriam, nada que fosse resultado da composição entre eles seria possível. Já para Baruch de Spinoza (2009) o ódio seria uma tristeza composta com a ideia de uma causa exterior, uma diminuição da potência da mente, que está associada a uma menor capacidade de agir do corpo, uma transição de um estado de maior potência para um de menor potência. Haveria, contudo, uma relação entre o afeto em questão e os modos de produção que constituem o capitalismo? Em que medida o funcionamento de ambos estaria conectado?

Se tanto as tecnologias quanto as relações que permitem a existência e a reprodução das condições materiais no capitalismo envolvem processos de subjetivação (DELEUZE & GUATTARI, 2011) a pergunta por este afeto nos parece relevante. Seria o ódio uma conjuntura no funcionamento de um capitalismo psicográfico, que nos divide e classifica através do mapeamento de nossos gostos, comentários e toda sorte de informação que disponibilizamos na internet? Em que medida esse capitalismo que se espalha pelos quatro cantos das redes sociais necessita constantemente da produção de ódio? Na tentativa de produzir sentido diante tais questões conceitos como máquina (DELEUZE & GUATTARI, 2011) e agenciamento (DELEUZE & GUATTARI, 1995) se apresentam como ferramentas extremamente potentes.

Criamos a internet, computadores, smartphones, aplicativos, sites, redes sociais digitais, todos aparelhos que nos permitem uma comunicação mais rápida, acesso a todo tipo de informação, o armazenamento e o processamento praticamente sem limites de dados, e que modulam nossas relações e a construção de nossas narrativas individuais e coletivas possibilitando também um mapeamento psicográfico, que registra nossas ações, atitudes, gostos, estilo de vida e nos segmenta de acordo com nossos potenciais de consumir ou sermos manipulados.

No agenciamento entre os dispositivos digitais e os indivíduos, estes deixaram de ser apenas produtores e consumidores, se tornaram também o produto, no sentido mercadológico. Com a facilidade de aquisição de informações e processamento dos interesses, através de uma mídia dos afetos (HAN, 2018a), dentro da ditadura da transparência (HAN, 2018b), somos instigados a mostrar mais, a não esconder nada, tudo pode – e deve – ser exposto, para que algoritmos nos entendam – e até prevejam nossas ações – para então nos transformarmos no fluxo de entrada do Big Data, que tem como saída a satisfação de nossos apetites, e como resultado a diminuição da nossa ação.

Algoritmos identificam nossos gostos e nos oferecem mais do mesmo, permanecemos nesse território, com a grande quantidade de oferta, o esforço para o exercício da 'liberdade' de escolha é maior e a lei do menor esforço nos mantém no que é confortavelmente oferecido por algo que nos entende, mesmo quando tentamos sair desse terreno conhecido, rapidamente, com o aprendizado de máquina, essa mudança é capturada pelo processamento e novamente estamos em um lugar estável.

Nessa era digital os sistemas estão sempre nos perguntando "O que você está pensando?", uma tentativa de humanização no contato com os aparelhos que nos aproxima deles e ao mesmo tempo tende a nos afastar de outros humanos, os quais geralmente estão mergulhados nos seus próprios interesses e por isso nem sempre encontram condições de possibilidade para aquilo que pensamos ou queremos. Em que medida este afastamento, este encapsulamento em nossos próprios universos individuais estaria relacionado com o ódio? Além da imagem que construímos para publicação nas redes digitais, há a imagem que é construída de nós pelos algoritmos, quando olhamos para as câmeras, a inteligência artificial nos olha de volta, e nos oferece respostas. Em que medida tais respostas passam pelo ódio? Em que medida as plataformas digitais que utilizamos para oferecer uma imagem que produzimos de nós mesmos necessitam do ódio para operar?

Essa captura da potência diminui a capacidade de ação do indivíduo que fechado no círculo de sugestões algorítmicas não arrisca no novo, na criação de outras possibilidades, e quando o faz é rapidamente capturado. Esse funcionamento também diminuiria a capacidade coletiva de agir como um nós? Byung Chul-Han (2018a) define como enxame essa organização coletiva, agenciada pelas mídias digitais, onde indivíduos possuem perfis próprios e trabalham em seu melhoramento. Quando reunido falta a esse coletivo condições de fazer emergir um nós, falta uma forma de desindividualização que permita a criação de algo além de uma série de sujeitos, construídos e reforçados pelo funcionamento psicográfico do capitalismo. A constante necessidade de satisfação individual

produziria ligações mais frágeis entre os indivíduos do enxame? Seriam esses enxames também um produto a ser consumido no capitalismo atual? Consumidos por quem tem o poder de direcioná-los e mantê-los reunidos através de um permanente reforço de narrativas que satisfaçam esses segmentos de mercado identificados?

A partir das questões levantadas pede passagem uma produção audiovisual que não pretende representar a realidade ou responder as questões, mas tenta encontrar pistas e outros caminhos a serem seguidos nessa investigação sobre o ódio, produção que surge justamente das possibilidades criadas por dispositivos digitais que são as ferramentas utilizadas para dar forma a essa expressão.

Por utilizar dessa forma de expressão na exploração do tema da pesquisa, que já se relaciona com tecnologia, e o aporte teórico utilizado, acreditamos que o trabalho se encaixa no eixo quatro: Insurgências ético-estético-políticas: contribuições da Psicologia Social. Quanto ao grupo de trabalho parece existir uma relação entre uma das questões que norteia o grupo trinta e três: práticas de criação e processos de subjetivação em contextos educativos: “como alguém se torna o que é”, ao pensar processos de subjetivação, relacionados aos agenciamentos com dispositivos digitais, mas também no processo de criação da produção audiovisual resultante das questões levantadas no contexto de um grupo de pesquisa.

Referências:

- BORNHEIM, Gerd. Os Filósofos Pré-Socráticos. Editora: Cultrix. 1998.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs - Capitalismo e Esquizofrenia. V.1. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. 2. ed. tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011.
- HAN, Byung-Chul. No Enxame: perspectivas do digital. tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ : Vozes, 2018a.
- HAN, Byung-Chul. Psicopolítica - O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Ayiné, 2018b.
- SAUVAGNARGUES, Anne. ARTMACHINES Deleuze, Guattari, Simondon. Tradução por: Suzanne Verderber. Edinburg: Edinburgh University Press Ltd, 2016. p. 185-194.
- SPINOZA, Benedictus de. Ética. tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

Narrativas do cárcere: os lugares do sujeito no sistema socioeducativo

Autor: Renan De Vita Alves de Brito (ufsc)

A socioeducação, política que substitui o antigo “Código de Menores” e que institui, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a abordagem do estado frente ao ato infracional cometido por adolescentes, é uma proposta de abordagem que tem como princípio a mudança nos modos de ver e, conseqüentemente, na forma de intervir nessa complexa problemática. A intervenção, nesse sentido, quando verificada a prática do ato infracional, deve ser balizada, de um lado, pela responsabilização do adolescente ao ato cometido – medida sancionatória – e, em igual proporção, pela afirmação de uma intervenção educativa de natureza ético-política (PINTO e SILVA, 2014; RODRIGUES e OLIVEIRA, 2016).

Portanto, uma vez que se ancora em uma concepção de promoção dos direitos humanos e de cidadania, pautando-se no tensionamento entre singularidade do sujeito a que se destinam as medidas e a complexidade do campo de atuação e do cenário sócio-político – ou seja, sujeito e contexto constituídos mútua e historicamente – indica, eminentemente, um projeto ético-pedagógico, e exige, conseqüentemente, um posicionamento estético-político.

O modelo de abordagem previsto pelas medidas socioeducativas, porém, ainda que represente um real avanço na afirmação dos direitos humanos e da complexidade na análise do ato infracional, não garante por si só o cumprimento de tal medida. As pesquisas são praticamente unânimes em apontar indicadores que revelam a manutenção de abordagens de caráter punitivo e disciplinador nesses contextos e a semelhança aos sistemas carcerários (BRASIL/SINASE, 2006; CFP, 2010; TEIXEIRA, 2013; PAES, 2008). Pois, ainda que o ECA aponte como diretriz a afirmação dos direitos humanos, a forma pela qual a história vem sendo inscrita, devido à singularidade e complexidade contextuais, assim como às diferentes compreensões relativas à formação socioeducativa e à própria compreensão de jovens que cometem ato infracional micros, é marcada principalmente pelo tensionamento das relações ente adolescentes e agentes socioeducativos. As intervenções, portanto, não raro configuram-se como



medidas de contenção, disciplinarização e manutenção de discursos dominantes, tanto por parte dos agentes socioeducativos e demais técnicos do serviço, quanto dos próprios adolescentes em regime de internação, que diariamente criam mecanismos de resistência e não medem esforços para afirmarem modos imperativos de relação. Tratam-se de tensões que revelam diferentes posições de saber/fazer, visões de mundo e de relações com o outro.

Considerando a complexidade das problemáticas que envolvem as questões da socioeducação, este trabalho pretende apresentar os desafios do trabalho do psicólogo em uma unidade de privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei e problematizar as condições de possibilidades de realizar uma interlocução, no campo de atuação, entre as intervenções realizadas com os adolescentes (que cometeram atos infracionais) e a formação dos agentes socioeducativos da instituição. O trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida em um dos Centros de Antedimento Socioeducativo da cidade de Florianópolis, cujo objetivo é articular as práticas cotidianas dos agentes frente aos jovens e os respectivos tensionamentos que estes produzem às suas ações, aos seus discursos, a fim de dar vazão a um processo de formação ético-política. Trata-se de uma pesquisa-intervenção cujo trabalho de campo foi iniciado em março de 2018 onde o pesquisador, ao longo desse período, recorreu a diversos modos de abordagem, tanto com os jovens quanto com os agentes socioeducativos. O primeiro dispositivo utilizado foram oficinas de grafite com os adolescentes das duas alas (masculina e feminina) nos muros dos espaços de convívio dos jovens. As oficinas de grafite produziram diversos tensionamentos dentro da instituição e várias foram as tentativas de veto com a justificativa de que incentivavam práticas de transgressão. Várias medidas foram tomadas pelo pesquisador, junto a duas estagiárias de psicologia que cumpriam suas atividades de estágio ali, no sentido de criação de espaços de diálogo com diversos atores da instituição, o que marcou, na pesquisa, o início de uma formação ético-política pautada nos acontecimentos da própria instituição. Após esse primeiro momento outras formas de abordagem foram desenvolvidas; algumas mais direcionadas aos adolescentes, como pinturas em camisetas, oficinas de história política dos povos marginalizados, até a criação de espaços de conversas semanais com os/as agentes da instituição para a problematização da socioeducação.

As leituras vêm sendo desenvolvidas nas perspectivas críticas (materialismo histórico-dialético) e pós-críticas (filosofia da diferença), pois entende-se que o método da cartografia somado à problematização das condições de desigualdade dos jovens vem produzindo efeitos significativos nas intervenções realizadas na instituição.

Os resultados produzidos dizem respeito às resistências dos/das agentes frente aos processos de formação institucionalizados, como por exemplo as rodas semanais de conversa, sendo que as principais reflexões e implicações desses à formação proposta se deu, principalmente a partir dos acontecimentos cotidianos, a partir dos posicionamentos em ato do pesquisador e da equipe psi frente às violências típicas do contexto no momento em elas aconteciam. Foi possível problematizar os lugares instituídos aos jovens (e aos/as agentes) e as (im)possibilidades de reinvenção desses lugares a partir dos processos de criação engendrados nas oficinas, que possibilitaram, sobretudo, problematizar as condições de emergência do sujeito.

O quem e o além dos cadeados de uma escola da periferia de Fortaleza

Autor: Bruna Almeida Quinto (UFC)

Coautor: Caio e Sarah Rabelo Cavalcante (ufc)

Os cinco bairros que constituem o território do Grande Bom Jardim na cidade de Fortaleza possuem um estigma negativo entre a população por apresentarem grandes indicadores de vulnerabilidade e violência, estando entre os doze bairros mais vulneráveis da cidade. Dentre os índices existentes, pode-se observar inclusive um número muito elevado da taxa de homicídios de jovens nessa localidade. Portanto, é possível conjecturar que, de alguma forma, crianças e adolescentes são sujeitos impactados por todo o imaginário e a própria realidade existente no bairro. Como forma de trabalhar acerca da temática da violência nesse território através da perspectiva dos jovens que crescem cercados por tantas expectativas e crenças diferentes sobre eles, iniciou-se o Projeto de Intervenção e Promoção de Arte e Saúde (PIPAS) extensão ligada ao projeto de Promoção de Arte, Saúde e Garantia de Direitos (PASÁRGADA) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Este projeto teve a intenção de utilizar a arte como forma de proporcionar um espaço de promoção de saúde, ao mesmo tempo em que seriam realizadas discussões sobre o tema da violência territorial, ou seja, apostou-se na potência da arte para reinvenção e emancipação dos sujeitos. Por ser a arte um dispositivo capaz de perpassar caminhos que a linguagem usual da escrita e da fala muitas vezes não permite aos indivíduos, ela se revela extremamente potente como ferramenta



para intervenção, ainda mais considerando que o público alvo da ação eram turmas de ensino fundamental. O PIPAS atuou no ano de 2018 em uma escola considerada por alguns moradores como a pior da região, pois existia a ideia de que os alunos mais indisciplinados eram matriculados nela, gerando preconceito e estigma para esse público. O planejamento desta ação se iniciou após um vínculo feito com a Rede Acolhe, programa da Defensoria Pública do Estado do Ceará, que tem como objetivo oferecer assistência multiprofissional (jurídica e psicossocial) aos familiares de vítimas da violência na cidade, bem como atuar na prevenção desse fenômeno. Por esse motivo, a intervenção teve como foco discutir essa questão. A recepção da coordenação e dos professores ao projeto foi bastante positiva, pois destacavam a importância de existir alguma ação que pudesse acolher sujeitos que, muitas vezes, passaram por diversas negligências durante sua vida, tanto pelo Estado, quanto pela sua própria família e comunidade. Vimos, contudo, que essa abertura, em muitos casos, significava uma certa transferência de responsabilidade, no sentido de os professores não se vincularem também as atividades, com o intuito de ressignificá-las dentro do contexto escolar nos momentos em que não estávamos lá. Quando de algum modo estavam presentes durante os encontros, muitas vezes os professores tendiam a interferir fazendo com que a atividade tivesse o caráter de avaliação de disciplina em sala de aula e, conseqüentemente, tendo um modo específico de ocorrer, devendo assim os alunos agirem de maneira considerada adequada. Essa delimitação da forma apropriada de operar era acompanhada de algumas outras lógicas de aprisionamento e desconfiança sobre os alunos, como o trancamento de todos os corredores e salas com grades e cadeados impedindo-os de transitar livremente pelos espaços. Dentre os locais da escola aos quais os jovens eram privados de acesso, estava, inclusive, a biblioteca do colégio, em que sequer podiam utilizar os livros. Isto se dava com a pretensa prerrogativa de que eles poderiam danificar ou não devolver os livros. Ou seja, há a interdição da possibilidade de funcionamento real da proposta de uma biblioteca devido a uma suspeição preconceituosa possivelmente reverberada pelo que se enuncia acerca da representação das juventudes periféricas e, sobretudo, negras. Além disso, cotidianamente, surgiam múltiplas forças que desestabilizavam e deslocavam a escola, cobrando-a de reinventar-se para lidar com esse novo produzido. No entanto, rigidamente institucional como o é, falhava e dava margem a outros vários processos de assujeitamento. Assim, evidencia-se que o público-alvo de nossas intervenções localiza-se em um território existencial desenhado por uma subjetivação marcada pela encruzilhada de múltiplas violências, sejam elas do ponto de vista macropolítico - tendo em vista as taxas de homicídios e criminalização destas juventudes -, sejam do micropolítico: de caráter simbólico e/ou institucional. Ao contrário da lógica dominante na escola, a dinâmica da intervenção, baseada no exercício do compromisso ético-estético-político, nasce do desejo de produzir um espaço para que os alunos pudessem se expressar livremente, ou seja, buscarem as intensidades, fugirem da instrumentalização e do adestramento e, portanto, abrirem-se para a experimentação, o acontecimento, o devir, e para, acima de tudo, a vida potente. Assim, iniciando o contato com as turmas, uma discussão sobre o que seria arte era incitada tentando provocá-las a refletir acerca das múltiplas formas existentes, desde suas manifestações mais clássicas até as mais marginalizadas, para, a partir disso, poderem produzir, com base em suas próprias vivências, alguma criação artística que representasse questões que os perpassassem, que os subjetivam. Com isso, , podia-se compreender um pouco sobre como os estudantes entendiam e se afetavam pelo contexto de amplas formas de violência e como ocorriam os processos de resistência em meio a essa conjuntura. Apesar das dificuldades institucionais, a extensão possibilitou a criação conjunta de um espaço em que os jovens se sentissem confortáveis para ir além dos temas inicialmente pensados. As produções dos jovens falavam da violência territorial, mas, de uma forma diferente da esperada inicialmente, mostravam como os conflitos afetavam a forma com que eles se enxergavam, as formas com que eles viam o outro e as relações que mantinham entre si. Mas para além da violência, a arte se constituiu como meio que possibilitou o surgimento de espaços de reflexão e criação de estratégias de enfrentamento perante às realidades opressoras do bullying, dos papéis socialmente construído como de homens e de mulheres e da lgbtphobia, por exemplo. Temas que não eram tão tratados com eles por conta de muitos fatores, incluindo o estigma de alunos fadados ao fracasso. Ainda que os objetivos desejados pela Rede Acolhe não tenham sido alcançados, já que não nos delongamos em tratar da violência com o foco desejado pelo programa, pois ele pretendia tratar da prevenção dela no que tange à violência territorial do bairro, consideramos que a construção de espaço de expressão de diversas questões relevantes aos estudantes, ao permitir que eles saíssem da dinâmica cotidiana enclausuradora da escola, foi um resultado positivo do projeto e demonstrava que existia potência capaz de impulsionar os sujeitos para além dos muros e dos cadeados da escola.



O filme Limite de Mário Peixoto: singulares narrativas

Autor: Mauro Telles (UERJ-PPGPS)

Coautor: Laura Quadros (UERJ)

A proposta desse projeto é acompanhar os trajetos e desvios nas narrativas da experiência de um grupo de pessoas ao assistir a exibição do filme *Limite*, de Mário Peixoto. Uma das motivações para essa pesquisa funda-se na percepção de que nos últimos tempos, a aceleração do tempo e a velocidade da comunicação via internet encurtam as distâncias e afastam os encontros. Desta maneira, acreditamos ser apropriado adotar como dispositivo a projeção do filme *Limite* para apreender e acomodar os conteúdos após as pessoas desvelarem suas histórias e fazer saber as controvérsias, como desvios, de seus relatos.

Apesar da boa reputação atual, o filme *Limite*, do cineasta Mário Peixoto, nunca foi exibido comercialmente no Brasil. O longa-metragem teve somente uma pré-estreia para convidados em 1931 sem boa receptividade. O fracasso com os críticos de cinema fez com que o filme não entrasse no circuito comercial. Em 1932 ocorreu nova tentativa frustrada de exibição comercial, resultando em outro fracasso. No entanto, somente a partir de 1978, depois de uma sessão pública na Funarte (Fundação Nacional de Artes), no Rio de Janeiro, o filme *Limite* passou a ser exibido periodicamente em faculdades de Cinema, Comunicação, Artes e Filosofia no Brasil e no mundo. Em 1988 *Limite* foi escolhido pela Cinemateca Brasileira, entre os principais críticos de cinema brasileiros, o melhor filme brasileiro de todos os tempos (fonte: MELLO, Saulo Pereira de – *Limite* – Rio de Janeiro: Rocco, 1996). Também em 2015, foi escolhido novamente como o melhor filme de todos os tempos pela Associação Brasileira de críticos de cinema (ABRACCINE).

O filme *Limite*, na falta de palavra que o defina melhor, é extraordinário e surpreendente. Nele, o cruzamento das histórias de duas mulheres e um homem são contadas de forma não-linear, até o encontro no qual estão num barco à deriva em alto mar. A narrativa não utiliza diálogos e existe a inserção somente de três intertítulos quase ao final de filme. Não bastasse isso como ousadia, a montagem, os enquadramentos e os movimentos de câmera representam um rompimento na estética cinematográfica da época. Cada fotograma carrega o filme inteiro dentro dele. A montagem do filme é de uma modernidade intensa. É possível esquecer que estamos assistindo um filme mudo (silencioso) realizado no fim dos anos de 1920, segunda década do século XX. As inovações tecnológicas e os equipamentos de suporte de câmera construídos especificamente para este filme, nos fazem esquecer que o peso das câmeras naquela época era quase uma centena de quilo. As imagens parecem ter sido captadas com apenas uma mão, por algum aparelho celular de 500 gramas de peso.

O consumo midiático proporcionado pela internet, rede mundial de comunicação e compartilhamento de dados, conecta todas as esquinas, todos as lentes e aparelhos celulares inteligentes, ditos espertos (smartphones) por permitir a instalação de aplicativos e programas que tornam a vida mais desperta, fácil e ilusória. Promessa de felicidade e sucesso. Somente por possuir um destes aparelhos, traz a ilusão da vida resolvida em alguns cliques e mensagens. Com câmeras de alta resolução, são capazes de moldar e congelar no tempo imagens e memórias, em equipamentos de armazenamento digital de larga capacidade. Também o espaço há muito foi rompido na circulação de notícias, com a divulgação de diários pessoais, dos sorrisos das fotos de família algumas vezes forçados, dos corpos saudáveis sem defeitos, das conquistas financeiras, da diversão fácil, da tolerância e da intolerância.

Divulgar a vida pessoal nas redes sociais para tornar o viver uma realidade, pode ser a forma na qual muitos consigam ter a possibilidade de enxergar a própria história. Esta realidade produzida, por vezes distorcida, ainda que concreta, desfila prazerosamente como distração na intimidade da vida privada, tendo os celulares conectados durante a refeição da família, como objeto integrante da louça do jantar posta à mesa ou até mesmo um companheiro para o sanduíche solitário.

Estar em relação, vivos, implica em lidarmos com o estranho, com o não conhecido, com a novidade daquilo que ainda não se sabe ou não se entende. Implicar-se na relação e compreender o que se dá no encontro, na busca por uma escuta atenta. E este encontro necessita de diálogo que pode assumir variados modos. É na relação dialógica, no encontro legítimo e autêntico, no campo do entre que acontece a alternância rítmica entre a escuta e a resposta. Ir além de estar presente, tornar-se presente neste encontro, na abertura do entre, com o surgimento de uma genuína e recíproca presentificação. No entanto, encontro não é sinônimo de relação. O encontro é temporal, dado no fenômeno quando acontece dentro da relação e é ela que possibilita a criação de um encontro dialógico. E nele, surge a possibilidade de expressão da existência humana de forma ampliada, na qual o encontro enfatize a presença e a singularidade de cada pessoa. Como se deu a expressão individual daquele que assistiu o filme *Limite*

numa sala de projeção em grupo? A projeção foi realizada para um grupo de psicólogos de diferentes orientações teóricas e os impactos foram diversos. Porém, uma constatação foi interessante. Apesar de ser um filme silencioso, todos apontaram reverberações “barulhentas”, ou seja, o silêncio foi o que menos se destacou, configurando-se, então, numa experiência com tonalidades múltiplas.

Para compreender esse fenômeno nos apoiamos na Teoria ator-rede (TAR) cujo modo de pesquisar possibilita a construção de um diálogo de múltiplas dimensões e coloca o pesquisador num lugar de incertezas. Na expressão ator-rede da TAR, ator é tudo e todos que afetam e são afetados, tanto humanos como não-humanos e que por sua ação geram alguma repercussão. De forma a atualizar e configurar a rede ao mesmo tempo que atuam, concebem com isso uma característica imprevisível e heterogênea destas múltiplas conexões em abertura, resultantes de dinâmicas ações e efeitos, construções, reconstruções e desconstruções. Com isso, a TAR propõe que a possibilidade de modos de aquisição instáveis e sujeitos a alterações, proporciona descrever relações mais consistentes e reveladoras, do que a tentativa de controle e ordenamento de padrões. Em decorrência disso, é possível descrever um relato ator-rede de enunciados que absolutamente não guardem similaridade a uma rede padrão, como por exemplo uma ópera, uma plantação de trigo, uma produção artesanal de óculos ou mesmo um filme de cinema.

A TAR nos traz recursos para acompanhar as articulações nessa rede de humanos e não-humanos apoiando as questões norteadoras dessa pesquisa: “Qual o seu limite?” e “Como é a expressão daquele que vive a experiência de estar no próprio limite?”. De que maneira as práticas nos constituem. Acreditamos que essa discussão pode nos trazer elementos que possam ampliar a compreensão acerca desse fenômeno que atravessa o âmbito da psicologia tradicionalmente apoiada na palavra. Escolhemos o cinema silencioso de longa metragem, com a exibição do filme *Limite*, por envolver outras dimensões além da fala.

PesquisarCOM jovens no cotidiano escolar: relato de experiência de uma pesquisa participativa em uma escola pública de Fortaleza

Autor: Thalia Araújo Bezerra (UFC)

Coautor: Luisa Maria Freire Miranda (UFC), Luciana Lobo Miranda (UFC), Lara Thayse de Lima Gonçalves, Mayara Ruth Nishiyama Soares (UFC), Shirley dias (Shirley Dias) e Andressa Pontes (UFC)

O resumo em tela tem por finalidade apresentar a pesquisa “Educação, modos de subjetivação e formação de jovens pesquisadores da micropolítica do cotidiano escolar” que foi realizada em uma escola pública de ensino médio regular do município de Fortaleza, Ceará, no primeiro semestre de 2019 e teve como participantes 30 alunos do 2º ano do ensino médio. O grupo dos alunos participantes é composto por 19 mulheres e 11 homens, sendo 5 alunos negros, 18 pardos e 7 brancos (dados autodeclarados) e com idades entre 15 e 18 anos. Este trabalho se constitui a partir do deslocamento feito de uma pesquisa que não se propõe pesquisar “os” jovens em seu cotidiano escolar, mas pesquisar com eles. Neste sentido, tanto o pesquisador oriundo da academia busca habitar de modo diverso seu campo de investigação, estabelecendo, com isso, uma relação horizontalizada com os sujeitos da pesquisa, como os estudantes da escola, partícipes do processo, são convocados a ocupar o lugar de pesquisadores de seu entorno escolar, adotando, com isto, uma postura reflexiva e de desnaturalização do olhar diante dos elementos e dos fenômenos que atravessam seu cotidiano. Assume-se, a partir disso, que o ato de pesquisar não se legitima pelo lugar de onde se fala - como ocorre no caso da Universidade, considerada pela sociedade espaço privilegiado e, muitas vezes, exclusivo de produção de pesquisa e pesquisadores -, mas permite que qualquer pessoa, a partir de qualquer lugar possa adotar uma atitude de inquietação, problematização, tornando-se, portanto, pesquisador. Costura-se, com isto, a possibilidade de que estes estudantes, ao ocuparem o lugar de pesquisadores de seu cotidiano escolar, possam romper com correntes de discursos sobre jovens da periferia que frequentemente se constituem em torno da ideia de perigo, seja por se tratarem de indivíduos considerados vulneráveis ao perigo presente na região onde vivem, seja por um perigo que eles mesmos - presumidamente - podem oferecer à sociedade. A pesquisa se pautou no referencial teórico metodológico da pesquisa intervenção (PI), na cartografia de Deleuze e Guattari e na Análise Institucional Francesa de Lourau, e da Critical Participatory Action Research (CPAR), articuladas aos estudos foucaultianos voltados para a área educacional, que prevê tanto a inserção como a intervenção da micropolítica do cotidiano institucional (PI), quanto à formação do sujeito pesquisado como co-pesquisador como forma de descolonização do saber e justiça social (CPAR). Isto posto, a pesquisa tem por objetivo problematizar a relação dos jovens com a sua escola a partir do lugar de co-pesquisadores, analisando, dessa



maneira, o próprio processo de produção da pesquisa dos jovens estudantes no contexto escolar. Tais objetivos são balizados pela perspectiva do pesquisar COM os jovens que recusa, dentre outros aspectos concernentes à concepção clássica da pesquisa, aquela que se pauta na relação polarizada e distanciada entre sujeito-objeto. Dessa forma, a formação dos estudantes em pesquisadores e as produções decorrentes desta experiência não são apreendidas como objeto de nossa própria pesquisa, mas uma construção dialética engendrada pela atuação de todos sujeitos que ativamente compõem o processo: alunos da universidade, da escola pública e professores. Para que a pesquisa fosse realizada foi proposto um curso de formação voltado aos estudantes intitulado de "Formação de jovens pesquisadores do cotidiano escolar" que é vinculado ao projeto "É da nossa escola que falamos", organizado pela coordenadora docente e por discentes de graduação e de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), sendo este curso cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão e dando direito à certificação. A produção da pesquisa realizada pelos alunos da escola partiu da proposta central de investigar com seus pares a relação que estabelecem com a micropolítica do cotidiano escolar através de um percurso trilhado por eles que passou pela formulação do tema, de pergunta de partida, dos instrumentos de pesquisa até a forma escolhida para análise dos resultados obtidos. O curso de formação de jovens pesquisadores foi ofertado para alunos tanto do turno da manhã quanto do turno da tarde, sendo realizado uma vez por semana no contraturno das atividades escolares dos jovens, totalizando 9 encontros para alunos de cada turno, mais 2 encontros gerais. Os grupos de pesquisa se organizaram a partir do interesse em comum apresentado pelos jovens acerca de temáticas que passavam o dia-a-dia da escola. Assim, para que a construção da pesquisa se desse de forma coletiva, dinâmica e sempre compartilhada, trabalhamos as temáticas por meio de esquetes, desenhos, colagens e produção de um caderno, utilizado como diário de campo. Neste caderno-diário, eles colocavam as impressões acerca do percurso das pesquisas desenvolvidas ao longo dos encontros do curso em forma de imagens, recortes, escritos etc. Como culminância do curso, foram produzidas sete pesquisas com os seguintes temas: "Como quebrar os padrões sociais?" que teve como recorte as questões raciais e como o racismo atinge os alunos negros e pardos no cotidiano escolar; "Construindo meu eu na vida escolar", que trabalhou com questões mais voltadas para a relação do ambiente escolar com a formação da personalidade dos alunos da escola em questão; "O desgaste do adolescente na sua vida acadêmica", que procurou analisar como a pressão, seja ela da escola, da família ou de si mesmo, influencia no desgaste dos jovens do ensino médio regular; "O hoje afetando o amanhã", que abordou como a gravidez na adolescência pode afetar adolescentes na fase escolar; "A saúde mental dos jovens", que discutiu a temática da saúde mental dos estudantes, interrogando como eles se sentiam na escola e se já haviam passado por alguma situação dentro do ambiente escolar que levasse ao sofrimento psíquico; "Diferença de pensamentos", que buscou analisar as variadas formas de preconceito presentes dentro ou fora do ambiente escolar; "Pressão pré-vestibular", que teve como enquadre principal a pressão que os pré-universitários vivenciam antes de ingressar no ensino superior, colocando em pauta o tema da ansiedade que deriva desta pressão. Depois de sistematizar, analisar e discutir os dados com seus pares, os alunos tiveram um momento com os professores diretores de turma e com o núcleo gestor da escola destinado a dialogar acerca dos resultados que foram obtidos. Este encontro revelou a potência da pesquisa feita por jovens secundaristas ao ensejar um fecundo diálogo entre alunos e professores que não se centrou apenas na exposição dos dados das pesquisas, mas ampliou-se na discussão a respeito das implicações práticas dos assuntos trazidos pelos estudantes, destacando a importância de serem pensadas proposições concretas como fruto desse encontro e que pudessem atuar como catalisadoras de transformações no espaço escolar. Ainda em vias de acontecer, o material produto das pesquisas dos estudantes será divulgado para toda a comunidade escolar em setembro de 2019. Alinhados à perspectiva teórico-metodológica presente no CPAR, tais produtos e produções destas pesquisas não servirão de matéria-prima apenas à escrita de artigos científicos - lugar-comum da materialização da produção de conhecimento na academia - mas também e, talvez principalmente, por meio de outros modos de expressão e transmissão de saberes e experiências a serem escolhidos pelos próprios alunos, como: filmes, poesia, dança, performances teatrais, música, documentários etc. Por fim, buscamos, através do pesquisar COM, romper com a visão hegemônica da pesquisa clássica, fomentando neste espaço o entusiasmo pelo ato de pesquisar, engendrando novas e inventivas formas de falar sobre si e sobre o seu entorno, enunciando e visibilizando os limites, as potências e os tensionamentos presentes no contexto escolar.



Por uma Clínica Transmusicada: a ética musical como intercessor em práticas institucionais

Autor: Cássio Mattiello Alves (UFRGS)

O presente trabalho surge concomitantemente ao início da realização de um curso de mestrado em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a partir do desejo de experimentar nas interlocuções dos campos da música/arte, da filosofia e da psicologia a invenção de intercessores que busquem potencializar a escuta no encontro da clínica. Considera-se como posição ético-epistemológica a busca por uma aproximação com a perspectiva trágica/estética da existência abordada ao longo da obra do filósofo Friedrich Nietzsche, buscando problematizar uma suposta necessidade de que os saberes agenciados na clínica passem pelo circuito da autorização da verdade científica, transcendente, conceitual e tomando-se assim como possibilidade a experimentação de outros modos de encontro nesse âmbito. Roberto Machado (2017) aponta que, em suas investigações, Nietzsche percebeu uma relação de continuidade a moral e a ciência, para as quais a verdade se apresenta como elemento fundamental, à medida em que apresenta valores que se pretendam como universais, limitando assim as possibilidades de emergência de outras existências, de outros modos de vida. Entende-se, desta forma, que este trabalho se aproxima da proposta do GT04: A ficção e a poética como território de experimentação clínico-política ético-estética: corpo, imagem e escrita.

Afirmamos que a clínica tem a potencialidade de se ampliar seu território para além da prática de um molde tradicional, liberal, individual, que foca sua atenção na busca de curas para doenças, e que se fundamenta tanto pela moral quanto pela verdade na lógica da reprodução de modelos e eliminação de simulacros (DELEUZE, 1974). A clínica da qual aqui se fala, é um corpo constituído de corpos, que por sua vez são constituídos de outros corpos e assim por diante, em uma multiplicidade rizomática. Corpos esses que se caracterizam por suas relações de velocidades e lentidões, e pelo poder de afetar e ser afetado (DELEUZE, 2002). Ao contrário de normalizar, portanto, essa clínica procura divergir, desviar, provocar movimentos em um plano comum de imanência através das afecções dos encontros entre os corpos.

Anteriormente ao início deste trabalho, foram apresentados como trabalho de conclusão de curso de psicologia os movimentos iniciais de uma prática singular chamada Clínica Musicada. A Clínica Musicada consiste na tentativa de elaboração de um conceito que acolha as especificidades da Clínica Ampliada anteriormente destacadas em suas aproximações com a música e com a proposta de articulação entre música e semiótica de Lucia Santaella (2009). Considera-se que a Clínica Musicada se divide em três dimensões da escuta/encontro: o Ritmo Clínico, a Melodia Clínica e a Harmonia Clínica. Assim como nas categorizações fenomenológicas da semiótica de Charles Sanders Peirce, o Ritmo Clínico se da condição de primeiridade, sendo potência de existir dos outros elementos e da Clínica Musicada em si. A Melodia Clínica assume uma condição de secundidade, supondo a presença de um ritmo e uma existência singular, assim como na música a melodia se reporta a uma sucessão de notas. Por sua vez, a Harmonia Clínica como Terceiridade, supõe a existência de um ritmo e uma melodia e se refere à dimensão dos encontros dos corpos, portanto à dimensão política.

No campo das políticas públicas, em nossa experiência, por vezes somos coagidos a operar práticas e técnicas de governo sobre os corpos, que nem sempre atuam no sentido imediato de expandir as possibilidades de existências. Faz-se, portanto, necessário problematizar algumas noções como a de cuidado, de vida, de clínica e de saúde para buscar éticas que possibilitem resistir ou transvalorar lógicas moralizantes, universalizantes e limitadoras da vida. O desafio que se vislumbra está em transformar a Clínica Musicada uma ferramenta para potencializar os encontros e as múltiplas afetações compondo diálogos inter, multi, transprofissionais que tenham como pista ética a de possibilitar a expansão dos modos de vida a partir de suas práticas. Sendo assim, meu problema de pesquisa se desenha da seguinte forma: Como a Clínica Musicada pode potencializar a emergência de práticas transdisciplinares de singularização de existências a partir da Filosofia Trágica e Filosofia da Diferença? Tem-se por objetivos, portanto, potencializar práticas transdisciplinares de singularização da existência a partir da afirmação da Clínica Musicada, situando uma problematização das práticas de cuidado contemporâneas a partir da Filosofia Trágica e da Filosofia da Diferença, cartografando as forças que compõem a Clínica Musicada em práticas de cuidado humano nas políticas públicas; e fabricando intercessores que possibilitem o diálogo entre disciplinas a partir de uma ética musical.

Portanto, optou-se por adotar a cartografia como ponto de partida, buscando estar aberto à multiplicidade, às afecções provocadas pelos encontros e às múltiplas conexões e acoplamentos que isso pode proporcionar, di-



ferentemente do que acontece em pesquisas orientadas pela política de cognição realista, que toma o mundo como objeto dado a ser conhecido (KASTRUP, PASSOS E ESCÓCIA, 2015), aos quais correspondem métodos de pesquisa rigidamente estruturados aos quais se deve seguir à risca. O tipo de conhecimento que se busca produzir possui muito mais um caráter singular, transitório, que busque se inserir na complexidade (PAULON E ROMAGNOLI, 2010) do que um conhecimento totalizante e universalizante. Buscamos explorar possibilidades de diálogos e conexões transdisciplinares entre diferentes práticas de atenção humana (como práticas da área da saúde, do serviço social, da educação, do direito, etc.) por meio de pesquisa em bases de dados, buscando artigos, dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso que tenham como ponto de conexão epistemológica a Filosofia Trágica e a Filosofia da Diferença, além de músicas, sons, e os demais intercessores narrativos que forem fabricados/encontrados ao longo do percurso desta pesquisa.

Se tratando de uma pesquisa que está em seu início, poderia se afirmar que não há resultados e conclusões a se apresentar. Entretanto, considerando a abordagem cartográfica em que interessa mais a processualidade do percurso do que ao fim ao qual se chega, o que se tem para se apresentar como resultado são justamente as discussões pelas quais percorremos até agora, o que com o decorrer da trajetória se ampliará, se expandirá e se transformará em outra coisa.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

DELEUZE, Gilles. *Espinosa: filosofia prática*. Tradução de Daniel Lins; Fabien Pascal Lins. São Paulo, SP: Escuta, 2002.

MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a verdade*. 3 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PAULON, Simone; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. *Estudos e pesquisas em Psicologia*, v. 10, n. 1, p. 85–102, 1 abr. 2010.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Apresentação. In: _____. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, RS: Sulina, 2015. p. 7–16.

SANTAELLA, Lúcia. *Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual verbal: aplicações na hipermídia*. 3. ed. São Paulo - SP: Iluminuras, 2009.

Quais os caminhos possíveis para descolonizar as práticas da Psicologia na escola atual?

Autor: AMANDA NEVES RASTRELLI (UERJ)

Coautor: Amana Rocha Mattos (UERJ) e Anna Paula Uziel (uerj)

Introdução

Durante o processo de Mestrado no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de março de 2017 a fevereiro de 2019, o objetivo investigar o processo de subjetivação no que tange à construção de gênero e sexualidades na escola, tendo como recorte os estudos de colonialidade.

Aprofundar os estudos acerca da descolonização mostrou que o modelo de educação e normatização é perpetuado em nossa sociedade. A escola é um dos grandes acontecimentos acometidos ao sujeito durante toda a sua trajetória. Como nos mostra Cynthia Greive Veiga(2002), a instituição escolar usa da estratégia da escolarização para alcançar os jogos de poder, deixando de ser uma dispositivos de educação e pensamento crítico para tornar-se um ambiente de escolarização. Pensando nisso, o direcionamento deste projeto tem sido de estudo da instituição escolar e do impacto desta na constituição do sujeito, na construção da identidade sexual e de gênero na ótica da descolonialidade..

Algumas das perguntas que norteiam esta pesquisa são: como acontece a produção do gênero e das sexualidades na escola? Que tipo de corpo está sendo moldado? Quais estereótipos de gênero estão sendo corporificados e perpetuados?

A necessidade de inserção no campo vem da compreensão descolonial que busca não hierarquizar conhecimento e acreditar que a prática também é teoria. Como Espinosa-Miñoso (2012) aponta, o processo de descolonização é também um processo de restituição genealógica de como a sociedade se dava antes da invasão dos colo-



nizadores e que foi perdendo-se conforme o conhecimento científico foi se consolidando à medida que a medicina e a religião foram ganhando força como lugar de saber na sociedade. Ou seja, um processo que abre possibilidades de encontrar outros significados de sociedade, outros horizontes de pensamento que não tenha necessidade de serem universalmente aprovados, mas reconhecidos por cada comunidade. Isso não significa que produzir teorias e transmitir conhecimentos não seja importante, mas causar sensação de identificação em quem acessa esse conhecimento é aqui prioridade.

Yuderkys (2014) nos chama a atenção para a necessidade de romper com a dependência entre conhecimento e ciência, e de incorporarmos os conhecimentos “comunitários, indígenas, afros, populares urbanos”. (Espinosa-Miñoso, 2014, pág.: 3). Que, na América do Sul, paremos de defender estratégias políticas e, conseqüentemente, de conhecimentos que perpetuem o modelo imposto por um Estado colonial. É preciso estar atenta aos jogos de força que facilitam, dificultam e compõem este esforço descolonial, visto que a colonialidade está enraizada em nossa constituição enquanto indivíduo e enquanto sociedade. É preciso buscar modos de produzir fissuras neste modelo de sociedade ainda colonial.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é, colocando em análise os saberes legitimados pela instituição escolar, pensar de que formas gênero e sexualidade transbordam colonialidade e que práticas têm sido construídas para pensar outros caminhos. Tal qual ensina Espinosa-Miñoso (2014), fazer outras perguntas que não as propostas pelos colonizadores.

Relação com o GT 33: Práticas de criação e processos de subjetivação em contextos educativos

A fim de realizar esta proposta investigativa, usamos a experiência com o PIBID em 2017 para desenhar as minhas próprias oficinas, que foram desenvolvidas em uma escola do interior do Estado do Rio de Janeiro. Estas oficinas foram realizadas no formato de grupo de reflexão com estudantes, sobre as temáticas de gênero e sexualidades. Oficinas estas que, como proposto no projeto que apresentei à direção da escola, foram desenvolvidas quinzenalmente durante as aulas de português e geografia cedidas pelas próprias professoras.

Utilizamos a oportunidade de estar nesta escola para tentar entender a construção de estereótipos de gênero, usando do tema da identidade sexual e de gênero para questionar relações de poder. Ao mesmo tempo em que procuramos respeitar as práticas locais no campo das sexualidades, buscamos contribuir para a construção de um espaço no qual as e os estudantes possam falar de suas experiências e questioná-las coletivamente. Fazendo das oficinas um espaço seguro para estas discussões. A base das atividades desenvolvidas foram as oficinas do PIBID, que nomeadas de “Atividades de gênero e sexualidade”. Estas atividades discutem as relações entre os sujeitos, consentimento, construção de gênero e sexualidade, etc., de forma bem didática e ilustrativa.

O trabalho proposto se alinha com a proposta deste GT, de pensar as formas de saber. Como entender a forma através das quais o próprio corpo entra na escola e a atravessa e é atravessado por ela? Como este atravessamento mútuo e múltiplo produz novas formas de conhecimento, de saber? Estar na escola de um outro lugar pode produzir potência ao invés de saber?

Orientação Teórica

Este trabalho é a materialização da inquietação diária, que atravessa a forma de ver o mundo, através da palavra descolonizar. O contato com o trabalho de Maria Galindo (2014), fez com que as lógicas e práticas cotidianas fossem repensadas a partir desta palavra. Descolonizar é um trabalho político diário, que não pode escapar do trabalho acadêmico. Aplicar a ótica descolonial ao campo da educação se construiu como um movimento notório, porém muito complexo. Complexo porque, no Brasil, de acordo com Foucault (1999), em sua aula de 14 de janeiro de 1976, que está em seu livro *Em defesa da sociedade*, a escola compulsória não foi implementada para ser um lugar onde se desenvolve o pensamento crítico. A escola serve como lugar que ensina essa obediência, que introduz a criança na cultura de seu território de forma mais ampla. A escola é um lugar onde se repetem e reproduzem verdades normatizantes e, mais do que isso, verdades repletas de colonialidade. Tentando explicitar a associação acerca do cerceamento existente sob a construção da identidade de gênero e sexual, é possível entender que a escola é o lugar onde se perpetua a colonialidade. Porém, esta colonialidade acontece através do corpo, a partir das heteronormatizações advindas da colonização, com a Igreja, a que somos submetidas (os) durante a vida. Logo, o corpo também é um território. Para repensar e mudar, de alguma forma, a história e a política destes corpos, é



preciso reconhecê-lo como território histórico e político. Uma das formas de fazê-lo, é compreendendo também que a história que ele traz é pessoal, mas também é ancestral.

Conclusão

Estar dentro de sala de aula, totalmente vulnerável, de formar transversal propondo discursos descoloniais, propondo atividades que são sempre realizadas pela equipe PIBID, construímos um elo de identificação. Ter criado, junto de estudantes e das professoras, um ambiente tão seguro ao ponto deles e delas poderem desabafar, reclamar, chorar, discutirem. Receber abraços de agradecimento no final de atividades que mexiam demais com elas e eles. Esta parece ser um exemplo da potência da Psicologia na escola.

Conforme a leitura e discussão de Patto (1988), a Psicologia na escola, apesar de ainda ser patologizadora, tem também potencial para ser transformadora, sobretudo através do diálogo, da escuta e da não hierarquização do saber. A Psicologia pode e deve deixar de ser parte do que molda estudantes para se tornar no que as (os) transforma em si mesmas (os).

Referências Bibliográficas

ESPINOSA-MIÑOSO, Y. De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación-co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. Solar. Año 12, Volumen 12, Número 1, Lima, pp.171. DOI. 10.20939/solar.2016.12.0109

ESPINOSA-MIÑOSO, Y. Feminismo decolonial: una ruptura con la visión hegemónica, eurocéntrica, racista y burguesa. Disponível em: <https://iberoamericasocial.com/feminismo-decolonial-una-ruptura-con-la-vision-hegemonica-eurocentrica-racista-y-burguesa/> acessado em 18/10/2017 às 15h.

FOUCAULT, M. Aula de 14 de janeiro de 1976. In: Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GALINDO, M; A despatriarcar. Disponível em: <http://mujerescreando.org/pag/articulos/2014/05-21-2014-a%20despatriarcar.html> acessado em 01/03/2016 às 22:00h

PATTO, MS. O fracasso escolar como objeto de estudo: anotações sobre as características de um discurso. Cad. Pesq., São Paulo (65): 72/77, maio 1988.

SANGLARD, G. De Nova Friburgo a Frioburg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes. História, Ciências, Saúde Manguinhos, vol. 10(1): 173-202, jan.-abr. 2003.

VEIGA, C. A escolarização como projeto de civilização. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez 2002 Nº 21

GT34: Precarização do Mundo do Trabalho, Novas Tecnologias e Economia Solidária

A Quarteirização no setor Têxtil-Vestuarista de Blumenau/SC: Da precarização do trabalho a precarização da vida

Autor: Alan F Previley Contesini (PUC/SP)

O presente resumo objetiva ampliar e qualificar a discussão referente as relações de trabalho em tempos de precarização do Mundo do Trabalho, ensaiadas a partir do trabalho quarteirizado no segmento têxtil-vestuarista de Blumenau/SC. Cabe ressaltar que este resumo é produto de uma pesquisa de mestrado que encontra-se em andamento no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Portanto, este trabalho ainda não produziu conclusões e tampouco definiu os caminhos metodológicos que serão traçados para a realização da pesquisa, contudo, apresenta alguns apontamentos acerca da quarteirização como reflexo da precarização do trabalho na modernidade. A partir da Revolução Industrial e das crises do capital, a dinâmica estrutural do Mundo do Trabalho pode ser caracterizada, cada vez mais, por laços/vínculos precarizados e flexibilizados. Os trabalhadores são sujeitados a condições de trabalho onde as garantias de direitos e perspectivas não são consolidadas e são acometidos por uma dinâmica de trabalho exaustiva. A dinâmica do capital

sobre o trabalho determina aos trabalhadores uma condição de sofrimento que, de inegável, passa à condição de um sofrimento do qual não se alcança mais tomar em conta. Tanto o sofrimento quanto o eu, o locus intrapsíquico do sujeito que sofre, são pulverizados pelo recorrente ato de atender a demanda produtiva e a necessidade de sobrevivência. Diferentemente do fenômeno da terceirização que vem sendo exaustivamente estudado no campo das ciências sociais, o fenômeno da quarteirização, até o presente momento foi pouco explorado. Este tema na maioria das vezes é tratado como uma evolução do processo de terceirização, ou ainda, como uma técnica complementar de gerenciamento, sem caracterização própria. Entretanto, a quarteirização tem como característica a informalidade e a invisibilidade social do trabalhador, ou seja, o trabalhador submetido a essa condição não é amparado pelo Estado, o que não ocorre nos contratos de trabalho terceirizado. Portanto a quarteirização pode ser entendida como uma relação de trabalho estabelecida entre os trabalhadores por conta própria, empreendedores, autônomos, com empresas terceirizadas prestadoras de serviços e intermediadoras dos processos de subcontratação de força de trabalho necessária à produção das grandes corporações econômicas no setor têxtil-vestuário. Pode-se afirmar que os trabalhadores quarteirizados não são prestadores de serviço, trabalhadores autônomos e microempreendedores, mas empregados sem direitos, integrados por meio da reestruturação e dos sistemas de informação, ao processo produtivo industrial de modo informal e precarizado, em formas mais intensas e extensas de exploração do trabalho. Os trabalhadores quarteirizados compõem a cadeia de exploração do trabalho alheio, apresentam-se como uma força de trabalho solapada, mas disponível a ser contratada quando necessário no processo produtivo, apesar de invisível na relação direta de produção têxtil-vestuarista. Destaca-se que essa lógica de subcontratação quarteirizada pode ser reproduzida inúmeras vezes, ou seja, o quanto for necessário ao capital, favorecido pelo aumento constante do exército industrial de reserva e pela ausência de alternativas de geração de emprego e renda. Partindo da concepção que o capital necessita criar estratégias para manter o domínio da classe burguesa e que por meio da exploração da força de trabalho é gerada a mais-valia. Apreende-se o trabalho quarteirizado como uma forma de incremento do lucro industrial, por meio da ampliação do trabalho não pago, do sobretrabalho, além de uma tentativa de minimizar os custos da produção, notadamente, por meio da redução dos gastos salariais, trabalhistas e previdenciários. O processo de quarteirização é uma relação entre o capital-trabalho não amparada pela legislação social e configura-se como uma nova forma de organizar o processo produtivo e que não pode ser compreendida como uma extensão do processo de terceirização, mas como uma nova configuração de trabalho precarizado, que resgata formas de trabalho compreendidas como ultrapassadas, primitivas e com características escravistas. Essa condição de precarização passa a afetar, diretamente, a vida cotidiana dos trabalhadores quarteirizados, que submetidos, a um excesso de horas na jornada de trabalho e a baixa remuneração pelo serviço prestado perecem no adoecimento do corpo e na desconexão com a experiência sociocultural de seus processos imediatos de grupalização dados na família, bairro e amigos. Os trabalhadores inseridos na dinâmica do trabalho quarteirizado normalmente não compõem as estatísticas e os estudos atinentes ao Mundo do Trabalho, tendo suas condições de produção e reprodução social da vida pouco conhecidas. O trabalho quarteirizado torna-se uma forma invisível de produção, tendo em vista que se encontra à margem da legalidade, não contribui tributariamente e está aquém das proteções sociais. O trabalhador quarteirizado acaba por tornar-se dependente do processo de precarização, pois é nesta relação que ele garante sua existência. Esta dependência, incide diretamente na vida cotidiana, pois, a partir dessa nova organização da atividade do trabalho, os trabalhadores passam a relacionar-se, seja na organização do tempo diário e na relação com os familiares a partir da rotina do trabalho. Isto quer dizer que este trabalhador é tomado pela dinâmica do trabalho, o espaço da casa, da vida privada é absorvido pelo espaço e tempo do trabalho. Assim, é possível afirmar que os processos de subjetivação desses trabalhadores são de certo modo capturados pelo capital. O trabalhador diante da fragilização das relações de trabalho acaba por torna-se invisível frente à sociedade e ao Estado e ainda, não toma conhecimento da configuração dos processos da sua atividade do trabalho. O que se estabelece aqui é, de fato, a promoção de um sentido organizativo da relação de trabalho mediada e configurada a partir das necessidades do grande capital e que produzem impactos na vida cotidiana do trabalhador e em seus processos psíquicos de constituição da subjetividade.



As dimensões subjetivas da Economia da Atenção

Autor: LUIS HENRIQUE GONCALVES

As dimensões subjetivas da Economia da Atenção

Este trabalho pretende apresentar o estado da arte da pesquisa de doutorado sobre a chamada Economia da Atenção. Esta é aqui entendida como uma nova outra forma de produção de valor caracterizada pela captura da atenção humana através de dispositivos digitais para a produção social alienada de dados comportamentais visando a composição da mercadoria publicidade segmentada (FUCHS, 2015). As relações sociais que advêm e que naturalizam essa forma produtiva requerem o suporte e a renovação de dimensões subjetivas da realidade que reforçariam o controle social e a “impotência do homem contemporâneo diante do mundo estranhado” (FURTADO E SVARTMAN, 2009, p. 100).

Esta captura massiva da atenção se efetiva através de uma série de abordagens psicomobilizadoras tais como as criadas pela Captologia, que se apresenta como a “disciplina que estuda o uso de computadores para influenciar ideias e comportamentos” (FOGG, 1996). Desenvolvida por psicólogos sociais e comportamentais, a Captologia se aplica principalmente nas interfaces dos dispositivos digitais, através de psicotecnologias (TERRANOVA, 2012) como o chamado design de experiência do usuário (User eXperience Design – UX). A UX é a meticulosa articulação de estímulos e recompensas e da escolha, hierarquia, apresentação e navegação de conteúdos, com o objetivo de garantir que o usuário permaneça o máximo de tempo e frequência conectado e engajado nesses dispositivos (HARRIS, 2016).

Uma imersão preliminar no objeto de pesquisa traz uma série de elementos para essa investigação. Em primeiro lugar, tais novos arranjos integrariam o contexto da chamada 4ª Revolução Industrial. Algumas das suas principais características são a intensificação da exploração do trabalho, da concentração de capital e sua financeirização e o aumento do controle social (HARVEY, 2016). Essa concentração tem se dado destacadamente nas mãos de corporações tecnológica como as GAFA (Google, Amazon, Facebook e Apple), que controlam hoje cerca de 51% do mercado mundial da atenção. Em 2018, Apple e Amazon chegaram a 1 trilhão de dólares em valor de mercado cada uma. Para a IBM, os dados são o novo petróleo, “o principal ativo e o principal lubrificante para todos os modelos socioeconômicos” (CFR, 2013). A inteligência artificial (AI) têm o potencial de gerar para essas corporações “uma atividade econômica global adicional de US\$ 13 trilhões até 2030, ou um PIB cumulativo 16% maior que o de hoje” (BUGHIN, 2018).

Uma das consequências desses oligopólios foi a mudança na natureza do mercado global da publicidade com o uso massivo de dados pessoais para o marketing segmentado iniciada pelo Google, a partir de 2012. Como desdobramento, somente ela e o Facebook passaram a controlar mais de 20% do mercado mundial de publicidade (Zenith, 2017). Tal recorte é importante para este estudo na medida em que a publicidade, o marketing e consumismo são elementos centrais na produção de sentidos pessoais nas trocas socioculturais reificadas (FURTADO, 1996; FURTADO e SVARTMAN 2009).

Essas mudanças nos levam a observar uma série de desdobramentos em nossa subjetividade e em nosso sociometabolismo. A chegada dos smartphones (2007) trouxe profundas transformações no comportamento dos adolescentes, como a diminuição dos encontros sociais e amorosos e o tempo do sono, enquanto aumentou entre eles a sensação de solidão (LIVINGSTONE, 2017). Estudos também relacionam a depressão ao uso do Facebook (KROSS et al, 2013) – que teria inclusive oferecido para seus anunciantes a capacidade de perceber este comportamento (Facebook, 2017). Até mesmo um de seus fundadores, Chamath Palihapitiya, admitiu que as plataformas criaram “ciclos de feedback de curto prazo, impulsionados pela dopamina, que estão destruindo a forma como a sociedade funciona” (Stanford GSB, 2017).

O objetivo de tais ciclos e métodos, na palavra dos seus próprios teóricos, seria “criar hábitos, mostrar o que causa o comportamento, automatizar a mudança de comportamento e persuadir as pessoas através de telefones celulares” (FOGG, 2012). Como resultado (e condição), hoje cerca de 4 bilhões de pessoas passam em média 6 horas por dia online (We Are Social, 2018), tocando seus smartphones cerca de 2.600 vezes por dia (Discout, 2016). Estaríamos, assim, falando de uma tal “modificação de código de sentido/atenção/cognitivo/neural” capaz de se constituírem no “mecanismo paradigmático de extração de valor hoje”, uma “evolução infeliz do trabalho e a nova forma expansiva e abrangente de trabalho” (BELLER, 2016).

A partir daqui, para o aprofundamento do problema de pesquisa, é importante a sua vinculação ao seu referencial teórico, ainda que introdutoriamente. Assim, busca-se evitar que ele seja apreendido de modo meramente

moral, psicopatológico ou economicista. Para seus entusiastas, essa capacidade de coletar dados comportamentais os permitiria desenvolver “uma teoria causal da estrutura social” e, finalmente, estabelecer “uma explicação matemática para o que a sociedade reage” em todas as circunstâncias (PENTLAND, 2015). Esse fetichismo dos dados se apresenta na prática como uma “alvorada do estágio supremo e final do positivismo” (MEYER, 2018). Aqui, tanto o objeto (a sociedade) passa a ser submetido por uma “Razão soberana” – agora plasmada nos algoritmos –, como o próprio sujeito (o ser social) “é praticamente anulado pelo caráter instrumental que adquire” (GONÇALVES, 2007, p. 119).

Para Fuchs (2013, 2016, 2018), Beller (2016) e Dantas (2017) dentre outros, o desenvolvimento das forças produtivas nas últimas décadas – hardwares, AI, big data, algoritmos etc. – criou as condições para o entendimento da atenção como um “excedente cognitivo” (SHIRKY, 2010). Fuchs e Sevignani (2013), ao observarem que sua compreensão da atividade os aproxima da psicologia crítica, conclui que “se torna imaginável que as atividades de pensamento (cognição), comunicação e cooperação produzam superávits sociais” que podem “ser explorados como o trabalho tradicional pode ser”. Assim, os usuários das redes sociais realizariam um tipo de esforço de atenção interativa que se tornaria produtivo – o que Toffler (1980) chamou de prosumers (aqueles que produzem e consomem ao mesmo tempo).

O presente Projeto de Pesquisa pretende arguir e explorar essas hipóteses. Em resumo, o que pode decorrer das postulações desses e outros autores é que, sob o capitalismo, a atividade consciente livre (MARX, 2004) da sociabilidade tem se tornado alienada da vida comum, capturada e involucrada em uma forma-mercadoria de dupla natureza chamada de conectividade social – ou, como o Facebook explica em sua Missão, “o poder de compartilhar informações e fazer do mundo um lugar mais aberto e conectado”. Cada vez mais elementos e momentos da sociabilidade se realizam em ambientes privados chamados plataformas de redes sociais, cujo acesso se dá exclusivamente mediante um contrato de troca de direitos legais. Com isso, a sociabilidade, então externalizada e reificada, passaria a incorporar um valor de uso – e, simultânea e causalmente, também um valor de troca. Então, se se quiser viver a conectividade social, é necessário consumi-la. E, na sociedade das trocas, se se quiser consumi-la, é preciso trocar algo com o capitalista possuidor dessa mercadoria. Mas, se tal mercadoria se apresenta como gratuita em sua forma aparente, então o seu capitalista não quer em troca a forma-dinheiro do seu cliente. O que ele quer em troca, segundo tais postulações, é que o cliente lhe produza valor, através da cessão de um determinado tempo da sua atividade consciente – transfigurada aqui em uma nova forma de trabalho abstrato (FUCHS, 2015). Esse capitalista precisa que o cliente (agora contratualmente um prosumer) atue na/como força de trabalho combinada (MARX, 2011) – em conjunto com outros clientes, com os programadores da plataforma, engenheiros e operários dos hardwares, transportadores e mineradores de terras raras (FUCHS, 2013) –, pois sem a atuação do prosumer da rede social, ela não se completa.

Mas que mercadoria de dupla natureza essa força de trabalho combinada e desterritorializada produz, para que tal capitalista a troque de forma lucrativa com outros agentes? Enquanto os prosumers atuam na construção do próprio valor de uso que consomem, eles o fariam criando – e cedendo seus direitos econômicos sobre – cópias digitais de suas experiências de vida, além de outros marcadores do seu comportamento e subjetividade (textos, áudios e imagens postados ou apenas contidos nos equipamentos conectados, além de inúmeros metadados, como históricos de navegação, GPS etc.). Ao combiná-los com muitos outros databases, algoritmos concluem tal produção, sintetizando dados comportamentais na forma de inúmeros perfis dos seus bilhões de prosumers. Esses perfis – combinados com a atenção desses produtores retida nessas plataformas – as tornam a forma de publicidade de mais direcionada e eficaz que jamais existiu. Assim, essa mercadoria-plataforma-de-publicidade-dirigida é oferecida (também por meio de algoritmos que “leiloam” os perfis) à capitalistas que, por sua vez, necessitam realizar a valorização do seu capital na esfera da circulação, pondo-os em contato com clientes potenciais específicos para seus produtos através de mensagens publicitárias segmentadas – mecanismo igualmente válido para a promoção de crenças políticas, sociais ou culturais, como no caso das eleições brasileiras de 2018. Um indústria que fatura US\$ 220,3 bilhões por ano (Valor, 2018), cujo componente central (os dados comportamentais) são produzidos pelos prosumers sem o desembolso do capital variável salário, no que Stiegler (2010) chama de proletarização da subjetividade.



Entre a segregação e tentativas de inclusão do estudante com deficiência: em busca da superação

Autor: Luciana Magalhães (PUC SP)

Coautor: Ruzia

Este trabalho foi delineado no interior do Grupo Atividade Docente e Subjetividade – GADS, que se insere no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Wanda Maria Junqueira de Aguiar, e se propõe a apreender as significações de professoras de uma escola pública de Ensino Fundamental situada na zona norte da cidade de São Paulo sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência. O aporte teórico-metodológico adotado se sustenta na Psicologia Sócio-Histórica e no Materialismo Histórico Dialético. As informações foram produzidas mediante o processo de Pesquisa e Formação, ferramenta de pesquisa em desenvolvimento pelo grupo, que se configurou na realização de reuniões reflexivas e de cinco encontros com um grupo constituído em média por doze professoras e três pesquisadores membros do GADS. Os dados produzidos foram analisados com base na técnica de núcleos de significação (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015; AGUIAR; OZELLA, 2006, 2013) que permitiu apreender as significações atribuídas pelos participantes sobre o objeto investigado.

O cerne deste trabalho está em um dos núcleos de significação elaborados no processo de análise, o núcleo dois, “Entre a segregação e tentativas de inclusão do estudante com deficiência: em busca da superação”. Este recorte permite refletir acerca da concepção de inclusão partilhada na cena escolar. Entre tentativas, erros e acertos em relação à inclusão dos alunos com deficiência, os/as atores/atrizes sociais envolvidos nesse processo devem atuar de forma a eliminar as barreiras que constituem esse fenômeno para que seja superada a segregação a que estes alunos estão submetidos. Sabemos que esse é um direito... Mas torna-se fundamental a indagação de como este direito - em tese adquirido - acontece de fato na realidade escolar? Em meio a tantos condicionamentos, no cotidiano dinâmico das escolas, há possibilidades de produção de novas significações dos professores sobre o respeito à acessibilidade atitudinal e pedagógica em relação aos estudantes com deficiência?

O objetivo geral das pesquisas empreendidas pelo GADS é de investigar a dimensão subjetiva da realidade escolar ao focar, especialmente, nas significações constituídas pelos professores, gestores, alunos, funcionários, familiares e/ou responsáveis sobre esta realidade e suas relações com o processo de transformação do indivíduo, entendido como um ser mediado pela história e pela cultura. Assim, o subgrupo que se dedica a discutir a Educação na Perspectiva Inclusiva, procura atuar colaborativamente na escola onde é promovida a pesquisa, realizando “Pesquisa e Formação”. Esta modalidade de investigação vem sendo aprimorada pelo grupo em seu movimento de atender aos objetivos das pesquisas e, concomitantemente, amparar e colaborar com a formação dos atores/atrizes sociais implicados/as nesse processo. Destaca-se que o exercício de Pesquisa e Formação dentro do âmbito crítico a que se propõe o GADS é produzir dados da realidade, na medida em que se atua não apenas descrevendo os fenômenos dessa realidade, mas contribuindo colaborativamente para a sua transformação e produção de novas formas de atuar. Enceta na descrição, na compreensão dos fenômenos em sua materialidade e caminha para a apreensão destes em uma matriz explicativa e revolucionária, haja vista sua busca pela transformação das realidades onde atua.

As práxis desenvolvidas no movimento de pesquisar e formar, se alicerçam em categorias teóricas da Psicologia Sócio-Histórica, como os pares dialéticos pensamento e palavra, subjetivação-objetivação e também em categorias metodológicas do Materialismo Histórico Dialético, tal como a contradição e a historicidade, que se revelam como importantes fundamentos para se buscar a essência da realidade da inclusão escolar.

Em relação ao proceder dos encontros, os primeiros momentos se desenrolaram por meio das aproximações iniciais com os sujeitos vinculados a cena escolar, com o intuito de caracterizar o perfil da escola e dos alunos com deficiência que a compõem e, de forma interrelacionada, foram propostos debates que abarcaram os objetivos da pesquisa e formação em foco. As informações geradas por meio das reuniões reflexivas foram escritas em diário de campo e também registradas por meio de gravações de áudio que posteriormente foram transcritas.

Sob este aspecto, convém mencionar que a escolarização dos alunos com deficiência na perspectiva inclusiva é algo relativamente novo, que se ampara nos princípios orientadores da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de 2008 (BRASIL, 2008). Neste prisma, pode-se aludir que historicamente as pessoas com deficiência foram invisibilizadas no âmbito educação, e tal situação se reverbera nos saberes e práticas dirigidos aos alunos com deficiência nos dias atuais. A segregação a que foram expostos pode estar associada ao fenômeno

que teima em existir nas escolas, como pode-se notar na frase comumente partilhada “não tenho formação para isso”, que expressa como a síntese destes anos todos em que pessoas com deficiência não tinham direito a ser reconhecidos como estudantes. Nos dados analisados neste recorte da pesquisa ficou patente essa falta de acessibilidade atitudinal por parte dos professores:

Eu cheguei lá da PUC, recém-saída da graduação... ‘Oi, você que é a professora dos louquinhos?’ Você acha absurdo, mas era isso mesmo.” (Núcleo 2, indicador 1)

Esta percepção “calorosa” revelada no excerto acima, oferece elementos que podem estar imbuídos na visão inicial construída frente a pessoa com deficiência, em que as limitações relativas ao corpo objetivaram-se na própria pessoa compreendida como limitada, atribuindo-lhe um lugar excludente, reproduzido nas relações sociais. Tais premissas podem estar associadas a compreensão de escola como instituição formal, que foi orientada pelas políticas educacionais de épocas anteriores que sistematizava o processo de aprendizagem de modo segregatório. Simultaneamente, a fala destacada anteriormente enfatiza o estranhamento do sujeito frente ao que está institucionalizado. Ao questionar a ordem dada, traz nuances de transformações, processo que ocorre na dimensão individual e representa aspectos do social, compreendidos pela dialética objetividade-subjetividade. Bauer (2005, p. 85) elucida que toda reflexão sobre a educação é primeiramente uma reflexão sobre nós mesmos. A percepção do eu, de como me localizo no mundo, dita qual será o nível de ação sobre este meio. Esta percepção de eu, ou seja, os aspectos subjetivos são construídos dialeticamente na relação com o real.

Diante disso, é importante elucidar que em muitos casos, o reconhecimento da pessoa com deficiência é forçado, imposto mediante relações fundadas em princípios assimétricos, dado que historicamente houve resistências em reconhecer a deficiência. Por essa ótica, pode-se pensar que aquilo que nos traz questionamentos sobre nossas próprias mazelas, se configura em algo difícil de se enfrentar. Segundo Diniz (2007, p. 08):

A ideia de que a cegueira, a surdez ou a lesão medular nada mais são do que diferentes modos de vida é algo absolutamente revolucionário para a literatura acadêmica sobre deficiência.

Sob essa perspectiva, a deficiência passa a ocupar o lugar de modos de vida diferentes dos que a articulação entre a segregação e a inclusão geralmente nos revela. Reivindicações por direitos, engendradas em um determinado momento histórico pelas pessoas com deficiência, seus familiares e entidades, se enlaçam nas tramas do social, cuja objetivação marca a percepção dos professores relativa à própria vivência: uns ancorados ainda à segregação, outros olhando para a inclusão, ambos em processo, em um caminho de construção da superação ao status quo, aspecto que não foi alcançado plenamente.

Face as formulações explicitadas, pode-se elucidar que o estudo em tela procura corroborar com os movimentos de luta pelos direitos da pessoa com deficiência, haja vista que a busca pelo acesso e permanência à uma educação de boa qualidade é terreno fértil para conquista de autonomia e emancipação. Trazer a questão da deficiência para o foco é denunciar situações precarizadas e refletir sobre alternativas.

As contradições reveladas nas significações partilhadas pelas professoras são representativas de uma compreensão pouco aprofundada sobre as questões que envolvem deficiência e educação inclusiva, ao demonstrarem a ausência de um preparo adequado e condições de oferecer e/ou elaborar acessibilidade às questões-problemas por elas enfrentados. Com base nessas pressuposições, pode-se salientar que o caminho para quem se contrapõe à segregação é o da resistência e o da formação continuada. E é neste cenário que entendemos a questão da educação de pessoas com deficiência como um desafio importante para o desenvolvimento estrutural da escola e da sociedade.

Referências

AGUIAR, W. M. J. de; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245, jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S141498932006000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 23 jul. 2019.

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n236/15.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2019

AGUIAR, W. M. J. de; SOARES, J. R.; MACHADO, V. C. Núcleos de Significação: Uma proposta Histórico-Dialética de apreensão das significações. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.45, n.155, p.56-75, jan./mar.2015. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/2818/2868>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BAUER, C. Reflexões sobre o tempo, a história e a utopia no cotidiano escolar. São Paulo: Edições Pulsar, 2005.
BRASIL. Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC, 2008.
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em 22 de jun. 2019.
DINIZ, Debora. 2007. O que é deficiência. São Paulo: Editora Brasiliense.

Jogador profissional de e-sport: que trabalho é esse?

Autor: Rafael Soares Mariano Costa (PUC Minas)

INTRODUÇÃO

As inovações tecnológicas recentes foram incorporadas de maneira muito intensa na vida cotidiana. A internet, robótica, celulares e computadores potentes permitem o surgimento de diversas formas de interação entre as pessoas e novas formas de utilização das tecnologias. Essas mudanças podem não ser percebidas imediatamente, mas podem gerar modificações profundas nos modos de ser e agir (NICOLACI-DA-COSTA, 2002).

Neste texto irei dar ênfase as transformações geradas no trabalho, entendo este como “componente da realidade social construída e reproduzida, que interage com diferentes variáveis pessoais e sociais e influencia as ações das pessoas e a natureza da sociedade num dado momento histórico” (TOLFO; PICCININI, 2007, p. 40).

O trabalho moderno, tem como sua principal característica a centralidade do conhecimento como fator de produção (LIMA; OLIVEIRA, 2017). Observamos assim que essa produção do trabalho não estaria ligada a uma produção material de bens e produtos, mas sim a uma produção não-material, que no caso são conhecimentos, produtos e serviços que se “materializam” na esfera virtual. E mais especificamente de uma recente modalidade de trabalho: a de jogador profissional de e-sport.

Nas redes sociais, na mídia e na academia a forma mais comum de se referir aos jogadores profissionais de jogos eletrônicos é o termo “e-sport” ou “eSport”, ambas formas de abreviação para “eletronic sport”, que em tradução livre para o português seria “esporte eletrônico”. Jensen (2017, p. 18) define e-sport como “uma forma competitiva de jogar videogames em um ambiente profissionalizado”.

Os videogames nasceram na década de 1960 com o objetivo de entretenimento, desde então passaram por grandes mudanças em sua estrutura, evoluindo de consoles individuais simples para os atuais mecanismos complexos de interação online, com recursos gráficos e sonoros cada vez mais interativos (JENSEN, 2017).

Essa ampliação das possibilidades de interação, abriu espaços para novas formas de jogar, saindo do contexto de uma prática individual e/ou familiar, para um contexto globalizado de competições. Em 1972, foi realizado o primeiro campeonato de videogames por um pequeno grupo, cujo prêmio foi um ano de assinatura de uma revista (JENSEN, 2017), já em 2018 um campeonato organizado via financiamento coletivo pagou o equivalente a R\$106,2 milhões em prêmios aos participantes (ZOGBI, 2018). Atualmente a indústria de jogos arrecada cerca de R\$81,5 bilhões por ano (JENSEN, 2017).

É possível traçar um paralelo das inovações técnicas (conectividade online, capacidade de armazenamento de informações) presentes nos jogos com as inovações tecnológicas que foram incorporadas em nossa sociedade, nos campos da indústria, educação, no transporte, das relações entre outros. Resultando em novas formas de comunicação e acesso a informações mediadas por uma gama de equipamentos e tecnologias.

Este cenário apresenta novas formas de organização do trabalho, voltando para uma indústria ligada ao entretenimento, que por sua vez, requer uma participação ativa dos usuários/jogadores. Conhecer esse campo de trabalho, permite aprofundar a discussão de como essas novas tecnologias impactam o trabalho, como se organizam esses trabalhadores/jogadores e por fim, quais processos subjetivos eles vivenciam.

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Este trabalho é uma representação parcial de uma pesquisa de doutorado e busca apresentar uma pesquisa bibliográfica sobre a temática dos e-sports e reflexões sobre este campo de pesquisa.

Foram utilizadas como palavras-chave eletronic sport (e suas variações), jogos digitais, jogos eletrônicos nas bases de dados Scielo e Portal de Periódicos CAPES. Nos resultados encontrados, foi possível localizar diversas produções sobre jogos digitais em relação com as temáticas de: adolescência e desenvolvimento; cultura; educação; gestão; meio ambiente; saúde; psicologia; patologias; processos de criação.

No entanto, nas mesmas bases de palavras-chave “E-sport” e suas variações não deram nenhum resultado. No Portal de Periódicos CAPES os resultados encontrados não foram precisos, pois o sistema confundia a grafia de “e-sport” com “sport” e com “e sport”.

Entretanto nenhum desses trabalhos e pesquisas apresentavam uma discussão sobre o trabalhador/jogador na perspectiva de uma discussão que articulasse diretamente com a psicologia do trabalho. Portanto optou-se por recorrer a trabalhos e pesquisas ligados ao trabalhador na era digital e produções de outros países, na tentativa de criar uma reflexão sobre esses profissionais.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As novas formas de trabalho do século XXI permitem uma saída das fábricas e dos serviços diretos, para outras formas de interação que se dão, em sua maioria, em ambientes online. Nesse cenário, a indústria do entretenimento, tem uma grande relevância, especialmente os setores ligados aos jogos eletrônicos.

Atualmente os jogos online permitem uma grande variedade de interações, tanto dentro dos próprios jogos, como a possibilidade de jogar com outros jogadores ao redor do mundo, como também a possibilidade de uma interação direta, através de bate-papo de texto e voz. Neste cenário, destacam-se aqueles jogadores que, além do interesse pelo próprio jogo, buscam construir um caminho profissional, com a participação em competições e a divulgação de suas habilidades em diversas redes e serviços na internet (TAYLOR, 2012).

O grande mercado de jogos e a existência de jogadores profissionais apontam para a espetacularização dos jogos digitais, que se dá em formato similar aos esportes tradicionais. A mercadoria e-sport, traz um sentimento de pertencimento, participação, que por sua vez refletem uma forma de produção em vários aspectos não materiais, como vídeos sobre jogos e publicações em redes sociais (JENSEN, 2017).

Podemos elencar as semelhanças entre as competições ligadas a jogos digitais e os esportes tradicionais: organização por ligas e federações; as competições são transmitidas por meios de comunicação em massa; a mercantilização promoveu assalariamento de atletas e a uma gama de produtos ligados aos jogos (JENSEN, 2017; MACEDO; FALCÃO, 2019).

As regras dos jogos eletrônicos não se diferem tanto se comparadas com esportes tradicionais: os jogadores utilizam os sistemas já existentes para desenvolver estratégias de ação. Sendo um sistema fechado, o jogo oferece ao jogador um objetivo e formas mais ou menos eficientes de alcançá-los. A especialização de jogadores demanda uma série de habilidades físicas e motoras específicas, como, por exemplo, o controle visual e ações no teclado e mouse, além de elevada capacidade de concentração e velocidade na tomada de decisão (BROCK; FRASER, 2018; TAYLOR, 2012).

O e-sport não se encontra no espaço do esporte tradicional (que valoriza a parte física) e nem em esportes reconhecidamente intelectuais (como o xadrez), ficando em uma fronteira desses campos (MACEDO; FALCÃO, 2019) e essa mesma comparação pode ser usada para pensar a questão de trabalho. Ao mesmo tempo que o jogador não se encontra no espaço do jogador de esporte tradicional e ele não está no campo de trabalho profissional digital, visto que não demanda conhecimentos voltados para uma produção não-material.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças provocadas pelas novas tecnológicas geraram transformações profundas na sociedade moderna, principalmente na organização do trabalho. O trabalho digital está ligado a uma produção não-material e ocorre em grande parte em ambientes virtuais, o que demanda novas habilidades e outras formas de relação do trabalho.

Este estudo teceu uma aproximação da psicologia do trabalho com os trabalhadores-jogadores nos e-sports. Frente a esta interlocução e a constatação de poucos estudos na área, abre espaço aos profissionais da psicologia para compreender os processos psicossociais envolvidos nessa atividade.

Os e-sports, por estarem em um campo misto entre os esportes tradicionais e intelectuais, entre o trabalho socialmente reconhecido e o entretenimento, convidam o pesquisador para uma reflexão interdisciplinar e aponta necessidades de futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

BROCK, Tom; FRASER, Emma. Is computer gaming a craft? Prehension, * practice, and puzzle-solving in gaming labour. *Information Communication and Society*, v. 21, n. 9, p. 1219–1233, 2018.



JENSEN, Larissa. e-Sports: profissionalização e espetacularização em competições eletrônicas. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

LIMA, Jacob Carlos; DE OLIVEIRA, Daniela Ribeiro. Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 1, p. 115–143, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v32n1/0102-6992-se-32-01-00115.pdf>.

MACEDO, Tarcízio; FALCÃO, Thiago. E-Sports, herdeiros de uma tradição. *Intexto*, v. 45, n. maio/ago, p. 246–267, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/issue/view/3692>.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 18, n. 2, p. 193–202, 2002.

TAYLOR, T. L. *Raising the Stakes: E-Sports and the Professionalization of Computer Gaming*. Cambridge: MIT Press, 2012.

TOLFO, Suzana da Rosa; PICCININI, Valmíria. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 38-46, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-71822007000400007&lng=pt&nrm=iso.

ZOGBI, Paula. Torneiro de eSports paga prêmio 60% maior que o Brasileirão em 2018. [S.l.]: Info Money, 2018. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/carreira/emprego/noticia/7591537/torneio-de-esports-paga-premio-60-maior-que-o-brasileirao-em-2018>.

Novas Tecnologias e processos de subjetivação dos trabalhadores

Autor: Thiele da Costa Muller Castro (UFRGS)

Coautor: Jaqueline Tittoni (UFRGS)

Este resumo busca apresentar uma pesquisa de doutorado em andamento, que busca trabalhar com duas questões contemporâneas: a saúde mental no trabalho e a inserção das tecnologias no mundo do trabalho. O desejo de investigar os impactos e as formas de subjetivação do sujeito trabalhador a partir da relação com tecnologias que permitem que o trabalho e o lar se entrelacem novamente, surge a partir da experiência da pesquisadora com pesquisas e escuta clínica em órgãos públicos e algumas instituições privadas, além de sindicatos, onde as equipes trazem pistas de como se relacionam com as novas tecnologias, através do teletrabalho e grupos de whatsapp, amarrando a discussão com os modelos de gestão.

Nas falas dos trabalhadores as novas tecnologias aparecem como algo que facilita, mas também como algo que atrapalha, aparece como possibilidade de prazer e saúde, mas também como possibilidade de sobrecarga e adoecimento no trabalho. As tecnologias podem ser aparelhos celulares, notebooks, tablets, mas também podem ser tecnologias utilizadas para organização do trabalho, como o teletrabalho, que muitos se referem a ele como privilégio, mas outros o veem como forma de penalidade. O teletrabalho, para se efetivar, também necessita de um suporte físico, como um computador ou notebook, ligado em rede, para que o sujeito consiga produzir e estar “conectado” a um gestor, ou a uma equipe, dentro de um projeto de trabalho. A proposta não é dicotomizar, no sentido de pesquisar se a tecnologia é boa ou má para a saúde mental dos trabalhadores, mas sim compreender os efeitos que ela produz nos sujeitos contemporâneos, que não são vítimas das tecnologias, mas que se constituem na relação com elas.

Sibilia (2012) afirma que nós, sujeitos contemporâneos, temos corpos compatíveis com as tecnologias. A autora fala sobre as transformações que vem ocorrendo em nossa sociedade, as transformações sociais, políticas e econômicas, que sustentam essa forma de trabalhar a distância, que surgiu na década de 50, com a crise do petróleo, e que vem cada vez mais tomando corpo nos dias atuais.

Utilizada por empresas públicas e privadas, se mantém pelo discurso da não necessidade de tantas pessoas se deslocando diariamente, diminuição do tráfego, não necessidade de grandes escritórios, fim das barreiras físicas que faziam com que alguns trabalhadores precisassem mudar de cidade para trabalhar em determinadas instituições, todavia, ainda é pequena a produção sobre os impactos do teletrabalho na saúde mental destes trabalhadores.

Em situações informais, vemos as pessoas desejando trabalhos flexíveis, percebemos que poder trabalhar de casa, ou trabalhar enquanto viaja é o sonho de consumo de muitos trabalhadores, pois este é um tipo de trabalho vendido como ócio criativo ou lazer; mas na prática, quando isso se efetiva, ouvimos as pessoas reclamando da



forma como foram parar lá, ou sentem-se sozinhas em suas casas, em seus espaços íntimos, sentem a ausência dos coletivos; todavia, também há aqueles que sentem-se honrados por não estarem mais se relacionando diretamente com alguns colegas ou chefias, e de não precisarem estar no local físico do trabalho.

Todas essas possibilidades de tessituras da trama do trabalho com as novas tecnologias instiga, trazendo questões: Como os modos de ser e estar no mundo fazem os trabalhadores tão compatíveis com as tecnologias ao ponto de clamarem por organizações do trabalho remotas? Como sentem-se aqueles que estão utilizando destas formas de trabalho? Como fica o espaço público e o espaço privado na vida dos trabalhadores com a utilização das tecnologias em rede? Quais são os nós que se apresentam para pensar o prazer e o sofrimento no trabalho a partir desta relação?

Assim, este trabalho de pesquisa tem como tema a relação entre trabalho, tecnologias e saúde mental e, como objeto de pesquisa, as práticas de teletrabalho. Fundamenta-se na importância de avaliar como essas práticas são produzidas e produzem formas de ser e estar no mundo destes trabalhadores contemporâneos. Levy (1993) já traz a importância de se pensar o papel das tecnologias da informação na constituição das culturas e inteligências dos grupos, transporte, então, esta preocupação, para o mundo do trabalho, e não só das tecnologias da informação, mas também das tecnologias de gestão.

O objetivo desta pesquisa é entender como o uso das tecnologias incidem na saúde mental dos trabalhadores; percebendo como essas tecnologias influenciam a produção de subjetividade para estes.

Para sustentar a questão de pesquisa que se apresenta, proponho trabalhar com alguns conceitos operadores, que acredito, auxiliarão na sustentação para pensar os objetivos deste trabalho. Início, assim, contextualizando de onde se parte, da Psicologia Social, trazendo a importância do trabalho como constituidor da identidade dos sujeitos, também pensando sobre essa centralidade do trabalho

A partir desta perspectiva trago a discussão sobre os conceitos de saúde mental e adoecimento, tramados com as vivências de prazer e sofrimento no trabalho. Um fator que incide diretamente sobre toda esta trama que se tece nas relações de trabalho e com o trabalho, surge a discussão sobre os modelos de gestão, as novas tecnologias e os modos de subjetivação; se apresentando a discussão sobre as relações de poder.

A estratégia metodológica será a intervenção fotográfica (TITTONI, 2009; TITTONI et al, 2017; PRUDENTE e TITTONI, 2014; TITTONI e PRUDENTE, 2015), trazendo a fotografia não como uma prova da realidade, mas sim como uma produção. A escolha por essa estratégia se baseia na aposta da visibilidade e do registro de um trabalho que se faz solitário, mesmo que em rede. Lourau (1993) afirma que a intervenção é um dispositivo de análise social coletiva. Além do mais, a tecnologia está no foco desta pesquisa, e a fotografia é uma tecnologia do olhar, que se inscreve na história da sociedade moderna e pós moderna, que fala de um modo de vida contemporâneo.

A intervenção fotográfica permitirá um deslocamento do olhar, pensando o trabalho a partir dos modos de visibilidade e invisibilidade. Segundo Tittoni (2015, p.94), "a utilização da fotografia na pesquisa já convoca a uma reflexão sobre este modo tão incisivo de relatar e de compartilhar a vida e as experiências". Em momentos onde os trabalhadores não estão em coletivos, se encontram sozinhos em algum espaço não compartilhado com os colegas, a aposta é que a fotografia dispare essa experiência do compartilhar.

A fotografia permitirá que os trabalhadores compartilhem imagens de seus locais remotos de trabalho, locais íntimos, que não são comuns aos demais colegas, e que a partir deste compartilhamento possa surgir ou ressurgir um senso de coletivo entre os sujeitos. Quando o trabalhador permite que o olhar do outro acesse seu espaço de trabalho há uma abertura para a discussão e para o compartilhamento não só de imagens, mas de sensações, de vivências e de afetos que geram e são gerados pelo ambiente de trabalho.



O sofrimento e resistência dos atingidos pelo desastre da mineração em Mariana-MG.

Autor: CAMILLA VERAS

No dia 05 de novembro de 2015, aconteceu um dos maiores crimes socioambientais do Brasil. O desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, pertencente à mineradora Samarco S.A (Vale e BHP), na região de Mariana-MG, despejou um “mar de lama” de rejeitos de minérios que soterrou municípios e percorreu o curso do rio Doce e seus afluentes nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, chegando ao oceano no sul da Bahia (Felippe, Costa, Franco e Matos, 2016; PoEMAS, 2015).

Das localidades completamente destruídas pela lama de rejeitos, destacam-se Bento Rodrigues-MG, Paracatu de Baixo-MG, Paracatu de Cima-MG e parte da cidade de Barra Longa-MG. O desastre provocou 19 mortes, entre elas de 14 trabalhadores terceirizados da mineradora. Atingiu mais de um milhão de pessoas, em sua maioria trabalhadores rurais, ribeirinhos e povos tradicionais, e comprometeu toda bacia hidrográfica do rio Doce, afetando as águas, o solo e todo ecossistema da região.

Zhouri et. al (2016) discutem o prolongamento da condição de sofrimento social da população atingida, em razão das medidas adotadas pelas empresas envolvidas e pelo poder público. Ao tratar a população e a empresa “em uma mesa de negociação” de forma simétrica, permite a ressignificação da empresa como vítima, perpetuando injustiças sociais e flexibilizando os direitos fundamentais dos atingidos. Os autores apontam também, que a população vivencia uma condição de incerteza, situações de assédio das mineradoras, morosidade do Estado e desinformação, sobretudo, a respeito de quando serão ressarcidos e a respeito da toxicidade da lama e os possíveis impactos à sua condição de saúde.

No ano de 2016, após acordo com os governos e órgãos do poder público sem a participação dos atingidos e da sociedade civil, a Samarco (Vale e BHP) criou a Fundação Renova, gerida pelos diretores da mineradora com objetivo de cadastrar a população atingida, reparar e mitigar os danos do rompimento da barragem através de investimentos em infraestrutura e também das indenizações. Contudo, a reparação financeira é uma realidade de poucos e exclui grande parte da população que não se enquadra nos critérios e definições, sobre o que é ser atingido, adotados pela mineradora.

Alguns estudiosos definem o desastre provocado pelo rompimento da barragem de rejeitos como um desastre tecnológico. De acordo com Zhouri et. al (2016, p.37) trata-se de “um desastre atribuído em parte ou no todo a uma intenção humana, erro, negligência, ou envolvendo uma falha de um sistema humano, resultando em danos (ou ferimentos) significativos ou mortes”.

No ano de 2018, a situação se repete em um desastre de maior magnitude e impacto. Provocado pelo rompimento da barragem da Vale no Córrego do Feijão em Brumadinho. O desastre em Brumadinho, ceifou a vida de 221 pessoas, além das 75 pessoas ainda em situação de desaparecimento. A situação local é catastrófica, a região se tornou um cemitério. A lama atingiu o rio Paraopeba e ameaça chegar na bacia do rio São Francisco, comprometendo o modo de vida de milhares de pessoas que dependem do rio e da terra para sobreviver.

O desastre da Samarco (Vale e BHP) em Mariana e o mais recente da Vale em Brumadinho. configuram-se como os maiores crimes socioambientais do Brasil. São frutos do modelo de exploração mineral adotado no país, baseado na superexploração das riquezas naturais, territórios e pessoas. Modelo que combina o aumento da extração de minérios para exportação, com a redução de custos com segurança dos trabalhadores e das barragens e flexibilização do licenciamento ambiental, apenas visando o lucro dos acionistas (PoEMAS, 2015; Zonta & Trocate, 2015).

O rompimento da barragem de Fundão e do Feijão não foram casos isolados. Só em Minas Gerais já haviam sido reportados outros incidentes envolvendo barragens de rejeitos. De acordo com o Relatório de Segurança das Barragens produzido em 2017 pela Agência Nacional das Águas (ANA), atualmente, 723 barragens estão classificadas com alto risco de rompimento e 45 estão com suas estruturas comprometidas, gerando terror nas populações que vivem nestas localidades. O modelo mineral adotado no Brasil está diretamente ligado com a produção de desastres em séries.

O presente estudo parte do pressuposto que o desastre é sempre um fenômeno social e histórico, produto das estruturas sociais, da relação com o modelo econômico vigente e das interações humanas dadas em determinado contexto social. (Sartori, 2014; Valencio, 2010). Possui uma dimensão coletiva, compartilhada por um grupo social,



uma comunidade, e também a dimensão singular, dos sentidos diversos produzidos a partir das histórias de vida e vivências dos sujeitos inseridos no contexto catastrófico.

Altera bruscamente a realidade de um território, modifica a rotina e como no caso do desastre ocorrido na região de Mariana, acarretou em perdas afetivas e materiais, a exemplo das mortes de entes queridos e destruição de comunidades inteiras. Neste contexto, a dor, a tristeza e o luto devem ser compreendidos como respostas esperadas ao fenômeno inesperado que é uma situação de desastre, capaz de afetar diretamente o plano das relações sociais e simbólicas dos territórios atingidos. (Sartori, 2014).

O sofrimento vivenciado pela população atingida se aproxima do conceito de trauma psicossocial formulado por Martín-Baró (2000) que o define como a expressão singular da dimensão sócio-histórica, cultural, política e econômica da região assolada por um crime de Estado, guerra ou massacre. Martín Baró (2000) conceitua o trauma psicossocial no cenário da guerra em El Salvador e afirma que o trauma vivenciado pelos sujeitos atingidos se relaciona dialeticamente com a realidade social que o produz. O sofrimento psíquico acontece como uma resposta às condições degradantes impostas aos seres humanos pela ordem capitalista de exploração da força de trabalho, recursos naturais e acumulação de riquezas, como escancara uma situação de desastre.

O conceito de sofrimento ético-político (Sawaia, 2014) dialoga com a formulação do trauma psicossocial de Martín-Baró (2000) e ajuda a compreender a vivência de padecimento dos sujeitos atingidos pelo desastre. Segundo Sawaia (2014), o sofrimento ético-político é produzido pela ordem social, pelo cotidiano das injustiças e exclusão social, reflete a dor da submissão e da condição de subalternidade no sistema capitalista.

No entanto, mesmo no contexto assolado pelo desastre, as comunidades também são espaços de produção de resistências. Sawaia (2007) discute comunidade como espaço relacional e emocional, onde os vínculos e a cultura local se formam. É o espaço de constante tensão e relação entre o individual e coletivo. A comunidade desenvolve sua própria dinâmica para lidar e transformar a realidade, é o lugar da ação coletiva. (Montero & Serrano-Garcia, 2011; Sawaia, 2007).

Valencio (2011) afirma que os grupos empobrecidos estão em uma luta incessante pela garantia da sobrevivência. Os recursos culturais e a solidariedade produzida pelas comunidades é o que sustenta os sujeitos no contexto de caos. Existem estratégias exitosas que advém dos saberes das próprias comunidades e são estas que precisam ser visibilizadas. A resistência ocorre nas brechas da ordem capitalista que domina as instituições e desmobiliza os sujeitos (Benincá, 2009). Resistir através da organização popular em um movimento político é ir de encontro a cultura da submissão imposta, é produzir transformações objetivas e subjetivas na realidade.

O presente trabalho visa compartilhar as análises e resultados da pesquisa realizada no contexto do desastre da bacia do rio Doce, provocado pelo rompimento da barragem de rejeitos de minérios pertencentes a Samarco S.A, de propriedade das mineradoras Vale e BHP Billiton, na região de Mariana, Minas Gerais, no ano de 2015. A pesquisa foi realizada nos moldes da observação participante e através de entrevistas e da imersão no território visou compreender a vivência dos sujeitos atingidos pelo desastre, os sentidos e significados atribuídos ao acontecimento, além das estratégias de enfrentamento dadas a partir da organização social em um movimento popular, no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Através das unidades de sentido encontradas na pesquisa, conclui-se que os atingidos pelo desastre vivenciam uma condição de sofrimento ético-político e trauma psicossocial. Contudo, através da participação e organização popular encontraram possibilidades de reconstrução das suas vidas e promoção de saúde ético-política.



Ouvindo as crianças sobre o futuro do/a aluno/a anunciado/a com queixa escolar

Autor: Ruzia

Coautor: Ruzia

Este trabalho, sustentado em um estudo do tipo etnográfico (ANDRÉ, 2003), se propõe a investigar as significações elaboradas e compartilhadas por crianças sobre as projeções futuras relativas às formas de ser, estar e agir no mundo acerca do/a aluno/a anunciado com a queixa escola em seu processo de escolarização. Tendo em vista essa finalidade, parte-se da premissa que as negociações e apropriações em tornos destes conteúdos representacionais se configuram no seio das relações sociais que estes sujeitos estabelecem com o outro e consigo mesmo, as quais estão implicadas múltiplos determinantes, sociais, econômicas, políticas e culturais, que constituem continuamente seus processos identitários. Diante disso, buscou-se contribuir com os esforços das investigações com crianças que objetivam qualificar e legitimar estes/as atores/atrizes sociais em sua agência transformadora, como sujeito ativo e protagonista de sua história e da sociedade na qual se insere, com vistas a superar a naturalização de saberes e práticas engendrados nos processos de invisibilidade social, científica e cívica endereçados a essa população (JENKS, 2005; CORSARO, 2005, 2011; SARMENTO, 2007). Para tanto, esboça-se um recorte da pesquisa de mestrado intitulada Crianças anunciadas com queixa escolar: estudo sobre significações e implicações na representação de si, que possuiu o objetivo de identificar e analisar as significações partilhadas por crianças sobre a queixa escolar e suas implicações identitárias, segundo vinte e seis crianças, entre seis e sete anos, vinculadas a uma unidade escolar da rede municipal de ensino, localizada na cidade de Cuiabá-MT (SANTOS, 2018). O aporte teórico empregado ampara-se nas aproximações entre a teoria histórico-cultural (VIGOTSKI, 2000; 2009a, 2009b; 2010) e a teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 1978; 2012; 2015) em sua abordagem ontogenética (DUVEEN; LLOYD, 2008), que permitem ampliar e aprofundar na compreensão dos fenômenos constitutivos desta problemática educacional brasileira em foco. Os caminhos teórico-metodológicos percorridos inspiraram-se nos contornos do estudo do tipo etnográfico (ANDRÉ, 2003; EZPELETA; ROCKWELL, 1986), ao privilegiar a observação participante da cena escolar lócus de investigação, combinada com a realização de entrevistas semiestruturadas com os/as participantes. Este último procedimento salientado, foi sistematizado mediante a utilização de um roteiro lúdico apropriado as particularidades das investigações com crianças. No bojo deste diálogo, destaca-se que ao considerar as significações partilhadas pelas crianças sobre suas expectativas futuras relativas aquele/a visto/a com dificuldades de aprendizagem e/ou comportamento no processo de escolarização, buscou-se distanciar de pressupostos que focalizam estas como um ser em devir, incompleto, inacabado que se configura como receptáculo passivo das ações dos adultos, os quais são vistos como parâmetro absoluto de autonomia e independência a ser alcançado. Ao refutar estes pressupostos explicitados, este trabalho assenta-se no reconhecimento das particularidades da categoria geracional infância e, por essa via, compreende-se que os adultos assim como as crianças são sujeitos em contínuo processos de aprendizagem e desenvolvimento que se forjam nas redes de relações intersubjetivas face-a-face e anônima (MOLON, 1999; 2000). Por sua vez, os dados gerados foram transcritos e analisados compreensivamente mediante o delineamento de episódios interpretativos. Os resultados desvelam que a forma pela qual as crianças significam as hipóteses acerca da perspectiva de futuro do aluno/a anunciado/a com queixa escolar (SOUZA, 2015), expressam uma íntima relação que estas estabelecem em seu cotidiano com as diferentes formas de expressões de violência e criminalidade que operam como um dos sistemas de referência que regulam os universos de socializações por meios dos quais elas elaboram hipóteses sobre si mesma e acerca do seu entorno. Diante deste aspecto, ao serem indagadas sobre as perspectivas futuras em relação ao aluno nomeado/a com a queixa escolar, exprimem um maior nível de compartilhamento em projeções fundadas em pontos de ancoragem circunscritos na antinomia configurada em torno de imagens sobre o/a aluno/a bom/mal que foram objetivadas, respectivamente, nas possibilidades de ser polícia ou ladrão. Com efeito, os elementos representacionais subjacentes à função social de ser ladrão foram delineados mediante atributos negativos associados imagem sobre aluno/a bagunceiro/a, desobediente, teimoso/a, danado/a que foi considerado transgressor e antagonista, ao se diferenciar dos anseios adultocêntrico. Consequentemente, por assumirem estas posturas estes/as aprendizes deveriam sofrer ações punitivas por parte do policial que seria o sujeito agenciador dos mecanismos de controle e silenciamento frente aqueles/as que destoam da homogeneização de desempenho que lhes são exigidos, mediante as ações punitivas por via dos castigos objetivados em seus corpos. Nota-se que as significações apropriadas pelas crianças denunciam os elementos constitutivo da criminalização e/ou patologização daqueles/as que se distanciam do caráter disciplinador que permeiam o aprender. Por outro lado, as narrativas

das crianças oferecem indicativos de que o papel social de ser policial está vinculada a imagem estereotipada do/a aluno/a bom/boa, aquele/a que virá a ser o/a salvador/a do universo, ao ser identificado a partir de referências relativas ao/a aluno/a que não se manifesta nos espaços de socialização para além do que é esperado e permitido pelo/a professor/a. Diante das contradições presentes em seus discursos, torna-se necessário pensar nas condições materiais e simbólicas apropriadas por elas nos espaços educativos formais e não formais, que estão implicadas no reconhecimento e na aposta delas, predominantemente, nas referidas formas de ser e estar no mundo, que se configuram como elementos constitutivos de seus processos identitários. Com base nas formulações tecidas, considera-se pertinente o aprofundamento das interlocuções entre os campos da Psicologia Social e Psicologia do Desenvolvimento, com vistas a contribuir para o fortalecimento das mobilizações promovidas em prol da transmutação da lógica hegemônica de invisibilidade da categoria geracional em questão.

Referências

- ANDRÉ, M. E. D. A. de. *Etnografia da prática escolar*. Série Prática Pedagógica. 9ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- CORSARO, W. A. *Entrada em campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas*. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-464, mai./ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/ao8v26g1>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- _____. *Sociologia da Infância*. Trad. de Lia Gabriele R. Reis. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DUVEEN, G.; LLOYD, B. *Las representaciones sociales como una perspectiva de la psicología social*. In: CAS-TORINA, J. A. (Org.) *Representaciones sociales: Problemas teóricos y conocimientos infantiles*. Buenos Aires: Ed. Gedisa, 2008. [p. 29-39].
- EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. *Pesquisa Participante*. (Traduzido por Francisco Salatiel de Alencar Barbosa). São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.
- MOLON, S. I. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. São Paulo: EDUC, 1999.
- JENKS, C. *Investigação Zeitegeist na infância*. In: CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. (Orgs.). *Investigação com Crianças: perspectivas e práticas*. Porto, ESEPF, 2005. [p.55-71].
- MOLON, S. I. *Cultura – A dimensão psicológica e a mudança histórica e cultural*. Trabalho apresentado na III Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural, Campinas, SP. 2000. Disponível em: www.fae.unicamp.br/br2000/trabs/2330.doc. Acesso em: 28 jun. 2019.
- MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- _____. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Tradução Sônia Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- _____. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- SANTOS, R. C. *Crianças anunciadas com queixa escolar: estudo sobre significações e implicações na representação de si*. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.
- SARMENTO, M. J. *Visibilidade Social e Estudo da Infância*. In: VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. (Orgs.). *Infância (in)visível*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007. [p. 25-49].
- SOUZA, B. P. *Apresentando a Orientação à Queixa Escolar*. In: SOUZA, B. P. (Org.). *Orientação à queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015. [p.97-118].
- VIGOTSKI, L. S. *Manuscrito de 1929*. *Educação & Sociedade*, Tradução de A. A. Puzirei, Campinas, ano XXI, n. 71, p. 21-44, jul. 2000.
- VIGOTSKI, L. S. *Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico: livro para professores*. Apresentação e comentários de Ana Luiza Smolka. Tradução de Zoia Ribeiro Prestes. São Paulo: Ática, 2009a.
- _____. *A crise dos sete anos*. Tradução instrumental para fins didáticos, por Achilles Delari Junior. Produção voluntária independente: Umuarama, 2009b. Disponível em: <http://www.vigotski.net/criseset.pdf>. Acesso em: 25 de jun. 2019.
- _____. *Quarta aula: a questão do meio na pedologia*. Tradução de Márcia Pileggi Vinha. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 681-701, out./dez. 2010.

Psicologia do Trabalho e Cooperativismo: um relato de experiência em uma Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis

Autor: Luisa Langella Testolino (PUC-Campinas)

Este relato de experiência refere-se a um estágio curricular realizado por alunas do oitavo período do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas em uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis. O projeto desenvolvido teve como perspectiva teórica a Psicologia Social, e também a Economia Solidária, que guiou a análise do contexto em que se inserem os cooperados e a relevância do trabalho como principal atividade social do homem. Partindo da convivência na cooperativa, dos diálogos e reflexões advindos de levantamentos teóricos, refletiu-se a respeito das condições e relações de trabalho estabelecidas, bem como os impactos na subjetividade dos cooperados, considerando a perspectiva da Economia Solidária, que apresenta-se como uma alternativa de trabalho e renda às tradicionais formas de trabalho na sociedade capitalista.

A partir dos processos de subjetivação no contexto laboral, e da saúde dos cooperados, que encontram nesse modelo de trabalho formas de resistência à visão fixa de assalariamento como única maneira de trabalhar e viver; buscou-se ampliar e problematizar os motivos pelos quais eles permanecem neste modelo de organização produtiva e a importância do mesmo num contexto de exclusão e precarização social do trabalho. Os catadores de materiais recicláveis da cooperativa em questão fazem parte de uma parcela da sociedade que se encontra à margem do sistema capitalista e através da Economia Solidária, têm a possibilidade de organizar o próprio trabalho, bem como todas as etapas do processo produtivo da cooperativa.

Através da inserção nesta cooperativa de catadores de materiais recicláveis, foi possível conhecer novas formas de viver e atribuir significado ao trabalho, num contexto que engloba atividade econômica, comunidade, sustentabilidade e atividade social. Uma economia autogerida e democrática que traz diversos benefícios para a saúde e subjetividade dos trabalhadores e sua organização, mas também tem enfrentando uma série de limitações. No barracão de triagem da cooperativa, são triados os materiais recicláveis coletados pelo poder público municipal. A atividade de triagem/seleção contempla a separação por tipo de material (plástico, papel, isopor, metal, garrafa PET, vidro) e, após este processo, os materiais são vendidos para empresas de reciclagem e, assim, o valor obtido com a venda dos materiais é dividido igualmente entre todos, assim como as tarefas a serem executadas.

No período em que o estágio foi realizado, a equipe de cooperados era formada por sete mulheres e três homens, e todos buscavam sua participação nas decisões de trabalho, no objetivo de construir o processo de autogestão conforme proposto pela Economia Solidária, o que tem se configurado como um dos grandes desafios deste grupo em questão. Nos processos auto gerenciais dos empreendimentos populares, não deve haver uma relação vertical de chefe e subordinados, mas sim uma relação horizontal entre cooperados. Contudo, há eleições periódicas para a posição de "presidente" da organização, que seria a pessoa responsável pela gestão financeira e organização das atividades. A presidente exerce uma liderança efetiva sobre o grupo, e está na cooperativa desde sua fundação.

A atuação das estagiárias na cooperativa se deu com base na observação do funcionamento da mesma, no que tange à dinâmica de trabalho e à relação entre cooperados. O objetivo das observações foi subsidiar propostas que contribuíssem no melhor funcionamento da cooperativa, bem como para o estabelecimento de relações mais saudáveis entre os cooperados. Foram realizadas rodas de conversa, para que fosse viabilizado um espaço de troca entre cooperados e estagiárias e também diálogos individuais com cada membro da cooperativa a fim de que as estagiárias pudessem compreender as relações de trabalho estabelecidas no local, assim como o próprio funcionamento da Cooperativa como um todo.

A primeira proposta levantada após as rodas de conversa foi a realização de um mutirão de organização do espaço de trabalho, bem como a construção de um espaço de convívio para que os cooperados pudessem descansar, realizar as refeições e reuniões. No entanto, a mesma encontrou resistência na presidência da cooperativa para ser implementada, e acabou sendo adiada. Com o objetivo de promover e analisar a cooperação entre os integrantes da cooperativa, as estagiárias utilizaram também dinâmicas grupais como ferramenta para tal. A partir destes diálogos, rodas e dinâmicas, tornou-se possível perceber conflitos interpessoais entre cooperados, dificuldades e conquistas relacionadas ao trabalho dentro da Economia Solidária, e também histórias de vida dos cooperados.

Com os dados observados na cooperativa, buscou-se realizar uma intervenção frente a alguns conflitos que ocorriam entre os cooperados, como brincadeiras ofensivas e discussões, visando assim contribuir para um bom convívio e bem-estar no ambiente de trabalho. Durante este processo, houve muitas resistências por parte dos



integrantes da cooperativa que não aceitavam as mudanças e algumas atividades propostas, o que dificultou a atuação das estagiárias e motivou a mudança no tipo de intervenção a ser realizada, focando nas relações interpessoais e cooperação, mas não no espaço de convívio dos trabalhadores. Apesar das inúmeras tentativas, o grupo de cooperados não obteve mudanças nas relações da equipe, continuando com ofensas, pouca comunicação, conflitos e baixa cooperatividade entre si.

Outro aspecto observado durante a intervenção foi o papel ocupado pela presidente da cooperativa, que a partir da liderança exercida, sufocava o movimento do grupo quando o mesmo propunha qualquer mudança efetiva na forma de organização do local de trabalho. Em suma, pode-se concluir que a Cooperativa cumpre sua função de oferecer trabalho e renda aos trabalhadores que se encontram à margem do sistema capitalista, porém muitos valores cultivados na proposta da Economia Solidária e cooperativismo, como a autogestão e a cooperação entre trabalhadores, não se solidificam na realidade da mesma. Assim sendo, houve muita resistência dos cooperados e baixa adesão aos trabalhos propostos, sendo possível perceber que a precariedade de vida e de trabalho, tem reflexos importantes na organização do grupo, que na luta pela sobrevivência, acaba por reproduzir uma postura individualista e descomprometida com a construção coletiva do espaço de trabalho.

Relato de experiência da Gestão de Pessoas em uma organização de comunicação popular

Autor: CAMILLA VERAS

Coautor: Sophia Miranda de Paula Assis (PUC SP)

A Gestão de Pessoas é uma área da Psicologia Organizacional e do Trabalho, que tradicionalmente envolve a atuação do psicólogo, em conjunto com outros profissionais, em organizações de trabalho formais ou informais. Corresponde a função gerencial que tem como objetivo construir a cooperação das pessoas que atuam nas organizações para o alcance dos objetivos tanto organizacionais quanto individuais.

É uma “evolução” das áreas que eram designada como Administração de Pessoal, Relações Industriais e Administração de Recursos Humanos. O início das atividades dos profissionais se deu com o uso de medidas psicológicas na seleção de pessoas para determinadas ocupações em organizações, a síntese desse período é “a pessoa certa no lugar certo”.

A partir dos processos seletivos, os profissionais começaram a refletir sobre a organização do trabalho, a análise das tarefas e dos postos de trabalho, as condições de trabalho. O centro da atuação, que se restringia às questões relacionadas às atividades e às tarefas, ampliou-se e questões foram se somando, como as políticas organizacionais de recompensas e punições, que impactam a vida do trabalhador, sua saúde e seu bem-estar, e sua eficiência e efetividade.

Diante do acelerado desenvolvimento das forças produtivas, as organizações passaram por inúmeras alterações, que determinam essa “evolução” da área de G.P. Algumas empresas anunciam a disposição de tratar os trabalhadores como “parceiros”, incentivando a participação em tomadas de decisões e utilizando ao máximo as capacidades técnicas e pessoais dos funcionários, para obtenção das condições necessárias ao desenvolvimento do indivíduo e do coletivo. As preocupações com o estresse no trabalho e a utilização de estratégias para seu enfrentamento, ou o estabelecimento de burnout e o adoecimento, passaram a ser de grande preocupação para a psicologia do trabalho e das organizações.

Compreende-se que as organizações são compostas por pessoas, que devem agir, de acordo com as regras de condutas estabelecidas pela gestão. As normas determinam o sistema de cooperação, para que se desenvolva o que for desejável para seus membros, com o objetivo de se obterem vantagens mútuas, as quais por sua vez são marcadas por interesses individualizados mesmo que se exista identidade de interesses.

O conflito entre pessoas, grupos e gestão nas organizações é parte da vida que nela se desenvolve. Diante de uma decisão de seus dirigentes, por exemplo, alguns podem ficar felizes, enquanto outros se sentirão desconfortáveis, poderão sofrer e mesmo adoecer. Os estudiosos e profissionais passam a entender que a organização existe como dimensão psicológica em qualquer cargo ou função. Os indivíduos reagem frente a imagem que ele constrói da organização, isto é existe um conjunto de expectativas de cada um dos trabalhadores. O trabalho depende dessa imagem e não apenas das características das tarefas típicas da ocupação.



Os profissionais têm como objeto de investigação e intervenção os comportamentos individuais e do grupo, mas também a própria organização que responde, como um todo, a demandas e necessidades internas e externas. Responder a essas demandas e necessidades significa compreender que a organização é influenciada tanto pelos interesses e exigências de papel de seus membros quanto pelo contexto social, econômico e político onde está inserida.

O sofrimento de um trabalhador na organização pode ser fruto de incompatibilidade entre o perfil pessoal e as tarefas desempenhadas, ou decorrer de sobrecarga de trabalho, ou da dualidade de papéis em equipes de trabalho que exigem mudanças constantes de postura. Pode ainda ser decorrente das incongruências entre valores pessoais e organizacionais, ou entre perfil pessoal e características organizacionais, como um perfil conservador em uma organização que tem como objetivo a construção de uma nova sociedade.

A compreensão crítica do trabalho alienado, que leva a relações desumanizadoras e a condições precárias, não pode ignorar que o que está em jogo também são as formas de organizar o trabalho. Abrindo a reflexão para quais formas de organizar o trabalho sustentam a sociedade em que vivemos? Que formatos e configurações organizacionais serviriam melhor aos propósitos da humanização do trabalho? Será possível uma psicologia organizacional e do trabalho plenamente comprometida com os interesses do trabalhador?

O leito teórico e prático da Psicologia Organizacional e do Trabalho, nos coloca inúmeros desafios, ao desenvolver essa área na organização popular, tanto na desconstrução de um enfoque nas melhorias do desempenho e dos resultados, aumentando a exploração da classe trabalhadora e suavizando a percepção individual desse processo, quanto na dificuldade de adaptação das intervenções que de fato melhorem as condições de trabalho dos funcionários e a vida da organização.

Temos a tarefa de construir um Projeto de Gestão de Pessoas, que esteja alinhado com os objetivos políticos estratégicos da organização popular, considerando o conjunto de trabalhadores da organização, analisando os perfis, as potencialidades individuais e coletivas, a projeção que cada um e cada equipe tem da organização, os processos de sofrimento, de adoecimento e esgotamento, criando mecanismo de prevenção e promoção de saúde. É possível desenvolver análises e ações, que ajudem aos objetivos do projeto, desde que se entenda a dimensão estratégica da Gestão de Pessoas.

2. Breve histórico

O trabalho com Gestão de Pessoas nesta organização que tem por enfoque a comunicação popular, é iniciado no ano de 2017. Naquele momento visava organizar o departamento pessoal e as demandas administrativas decorrentes do crescimento do quadro de funcionários. Desde então, foram realizadas diversas atividades, aprimoradas ao longo do tempo com o crescimento e estruturação da equipe do Administrativo. Atualmente, é realizado por duas psicólogas, além de uma assistente de departamento pessoal.

Com a crescente demanda de contratação de novos trabalhadores foram organizados os processos e métodos de Recrutamento e Seleção. Os processos seletivos passam por algumas etapas de avaliação de perfil: análise de currículo, entrevista e exercício técnico acompanhados pelas recrutadoras, coordenação de equipe e direção política.

Após a etapa de contratação, é realizada a recepção dos trabalhadores que envolve acolhimento na chegada, compartilhamento das normas e regimento interno, entrega de equipamentos e participação em oficinas técnicas. A ideia é que o trabalhador seja bem recepcionado na sua adaptação no novo trabalho.

Outra tarefa estruturada a partir da Gestão de Pessoas são os processos de avaliação de desempenho dos funcionários e devolutivas à respeito do trabalho realizado. As devolutivas ou feedbacks são espaços de compartilhamento das impressões, avaliações e análises dos processos de trabalho realizado pelo coordenador da equipe e pelo funcionário, mediados pela psicóloga. Há o processo de sistematização da avaliação em conjunto com a coordenação e a elaboração de um relatório, que pode ser revisitado.

Além das devolutivas, são realizados o acompanhamento e acolhimento permanente, através da demanda espontânea ou indicação da coordenação. São construídos espaços de conversa e sigilo, em que os trabalhadores podem acionar para compartilhar sobre questões relacionadas ao trabalho e pessoais. Desta forma, auxilia-se na mediação de conflitos e pequenas mudanças na rotina que podem contribuir com a satisfação e o bem-estar no ambiente de trabalho.

Nos casos mais delicados, que envolvem sofrimento psíquico ou outras questões de saúde, o procedimento envolve escutas sensíveis, e encaminhamentos para a rede de saúde. Os trabalhadores são acompanhados e dire-



cionados a partir do caso à caso. Contudo, é preciso atuar de forma a prevenir e identificar os fatores que podem gerar ou agravar problemas nesta dimensão, além de implementar ferramentas que possam mensurar e acompanhar a saúde do trabalhador, já utilizadas em outras organizações.

Ainda no campo da avaliação e diagnóstico foi realizada a Pesquisa de Clima Organizacional. Estes resultados subsidiaram um diagnóstico de clima organizacional para o entendimento da dinâmica interna.

A Gestão de Pessoas acompanha também, os processos de desligamento dos funcionários em todas as suas etapas. Porém, ainda é necessário melhorar a compreensão dos fatores que levam ao pedido de demissão pelo trabalhador ou o desligamento por decisão dos empregadores, de forma a diminuir a sua incidência.

Também compete a Gestão de Pessoas a organização dos espaços de capacitação dos trabalhadores. A Formação consiste em atividades externas e internas que visam aprimorar os conhecimentos técnicos e políticos dos trabalhadores. Desde o surgimento da organização são realizadas análises de conjuntura política e oficinas técnicas entre as equipes de trabalho. Como atividades de formação realizadas destacam-se: 1) Oficinas internas com conteúdos ligados ao cotidiano de trabalho, à exemplo da Edição de áudio, Segurança da informação.; 2) Espaços de conjuntura e debates teóricos com participação de especialistas e representantes de organizações populares.

Além das atividades internas, os trabalhadores são indicados à participação em espaços de formação externos, como cursos e seminários. Por fim, foi realizado um mapeamento da formação técnica e política dos trabalhadores para conhecer suas habilidades, coletar as demandas e direcionar as atividades formativas que ocorrem, de forma a fomentar espaços de compartilhamento de conhecimento entre as equipes de trabalho e em parceria com outras organizações.

Este breve histórico apresentou resumidamente as atividades desenvolvidas ao longo da construção do setor em paralelo ao crescimento e desenvolvimento da organização. A Gestão de Pessoas compreendida de forma estratégica, contribui na manutenção de um clima organizacional produtivo e motivador. Auxilia no desenvolvimento profissional dos trabalhadores e também na melhoria da qualidade dos resultados de trabalho, colaborando para o fortalecimento da organização e da comunicação popular.

Saúde Pública, Saúde do Trabalhador e Psicologia: uma compreensão a partir da dimensão subjetiva da realidade.

Autor: Guilherme Aleixo Sandrin

Esta pesquisa considera o complexo mundo do trabalho e como na sociedade dominada pelo Capital, este, se reorganiza de modo a se expandir e garantir seu objetivo principal: o lucro. Para isso, o faz de maneira a explorar cada vez mais aqueles e aquelas que vivem da venda de sua força de trabalho.

Tendo em vista este contexto, na presente pesquisa, se introduz brevemente o agronegócio e como seu desenvolvimento no Brasil tem afetado a esfera econômica nas regiões onde ele se instala. Justificamos essa introdução ao levarmos em consideração a região onde a pesquisa foi realizada: um município no interior do estado de São Paulo.

Nesse sentido, a contextualização econômica e produtiva da região pesquisada tem o objetivo de melhor compreender criticamente as relações de trabalho e sociais que se produzem naquele contexto específico, dando base para a análise produzida aqui sobre as políticas públicas de saúde presentes no município, objetivo principal do trabalho.

Caracterizado o contexto, partimos do SUS e seus princípios que o guiam, direcionando o estudo para a Atenção Básica, uma vez que esta se encontra presente em todos os municípios do território nacional. Discorre-se sobre suas diretrizes de ações e estratégias para compreender se existem ou não, ações direcionadas a Saúde do Trabalhador, lembrando do contexto econômico em que as políticas de saúde do município se enquadram.

O que se busca é uma análise crítica da Psicologia Social sobre as políticas de saúde de um determinado município, para a compreensão da totalidade das políticas públicas. Mais especificamente, nos valem da Psicologia Sócio-Histórica para a compreensão dessa realidade, para tal, lançamos mão sobre categorias fundamentais para a socio-histórica, são elas: Trabalho/atividade, busca-se a partir desta categoria compreender o trabalho como colocado na sociedade capitalista, ou seja, trabalho explorado, trabalho forçado que em última instância é em benefício de outro; Historicidade, entende-se que esta categoria é de fundamental importância para a Psicologia Sócio-Histórica, uma vez que não basta a compreensão histórica dos movimentos sociais que nos trouxe até o



presente, mas sim, uma compreensão histórica levando em consideração o movimento do capitalismo e suas contradições que produziu a sociedade em que vivemos; E por fim, a categoria dimensão subjetiva da realidade, esta que ajuda a compreender a relação indivíduo-sociedade de uma maneira crítica, contextualizando o indivíduo em sua relação com a sociedade e, ao mesmo tempo, reconhecendo os fenômenos sociais que o cercam.

Aborda-se brevemente, a partir das categorias acima citadas, da profissão de psicologia de forma a construir uma análise crítica da profissão e também de sua atuação nas políticas públicas pelo recorte da saúde. Também, de forma crítica e se valendo das categorias da Psicologia Sócio-Histórica, discute-se a formação da política pública da saúde do trabalhador, de forma a compreender os enfrentamentos da política e os movimentos da sociedade.

Como pesquisa de campo, se realiza em uma Unidade Básica de Saúde(UBS), a qual está coberta pelo programa Estratégia Saúde da Família (ESF). A pesquisa se enquadra como pesquisa de observação/participante, onde o pesquisador participava das visitas domiciliares das Agentes Comunitárias de Saúde(ACS), e que, após cada visita se construía pequenas narrativas que serviram para a criação de três categorias de análise, são elas: 1) Políticas Públicas e Saúde do Trabalhador: desafios para ESF enquanto ponto estratégico da Saúde do trabalhador; 2)Condições de trabalho da região pesquisada e saúde do trabalhador: O agronegócio e seus impactos nas relações de trabalho; 3) A saúde do trabalhador do trabalhador em saúde: o trabalho da agente comunitária de saúde.

A primeira aponta para as dificuldades de efetivação da ESF, sendo esta, um modelo de saúde contrário ao modelo hegemônico (hospitalocêntrico), nesta categoria busca-se a compreensão a partir da Psicologia Sócio-Histórica, as mediações presentes nas relações de trabalho e gestão que dificultam ou muitas vezes impedem a efetivação de políticas contra hegemônicas.

Na segunda, as condições de produção capitalista, oculta as condições de trabalho dificultando ou não existindo ações em Saúde do Trabalhador, sendo assim, ações e estratégias em saúde do trabalhador que deveriam fazer parte do cotidiano do trabalhador da atenção básica, não existem, porém, não por má gestão ou descaso, mas sim a uma lógica que encobre a realidade.

Por fim, na terceira, dedica-se ao trabalho das ACS's, explorando o cotidiano a qual as Agentes, em sua maioria mulheres, vivem no trabalho. A cada visita domiciliar fica de um lado o sentimento de trabalho cumprido e, do outro, uma falta de reconhecimento perante a sociedade e aos demais profissionais de saúde.

Compreendemos por fim, que o Capital, muito além de um produtor de bens, é um sistema de reprodução social, ou seja, está presente também nas relações sociais e, portanto, nas políticas públicas como um poder Totalizador. As políticas públicas, no caso da pesquisa, políticas de saúde, apontam a contradição do Capital, ao se mostrar como uma forma de enfrentar as desigualdades sociais indissociáveis da sociedade capitalista. Apontam para uma sociedade mais justa e menos desigual para além da renda, sendo assim, a dimensão subjetiva das políticas públicas, nos permite ver a totalidade desta contradição e compreender que, políticas universais, gratuitas e baseadas na coletividade, em uma sociedade regida pelos termos do Capital, são políticas contra hegemônicas de um sistema que individualiza e naturaliza o sujeito, mantendo sua contradição de sociedade desigual.



GT35: Precarização Social e do Trabalho e a Subjetividade: desgaste, sofrimento e adoecimento

A dialética entre o trabalho vivo e a “mortificação” do trabalho: novas estratégias gerenciais educativas sobre a relação saúde-trabalho-doença

Autor: Hugo Fonseca (UFG)

O presente trabalho resulta de investigação de carácter teórico-metodológica que interrogou os processos formativos desdobrados na forma de organização do processo de trabalho própria à produção capitalista, objetivando analisar os processos, relações e estruturas inerentes à uma determinada pedagogia industrial renovada em função do reordenamento do mundo do trabalho nos últimos 40 anos. Uma pedagogia de carácter flexível que, na aparência, entrava em contraposição à pedagogia taylor-fordista.

Neste trabalho o núcleo das questões que envolve as ações de educação intencionalmente organizada no interior das relações na produção esteve assentado na problemática do processo saúde-trabalho-doença. Buscou-se identificar e analisar como os setores empresariais adotam estratégias pedagógicas que aparentemente promovem saúde no trabalho, porém, intencionam manipular a subjetividade de trabalhadores e trabalhadoras quanto às condições de trabalho e seus reflexos sobre sua saúde.

Nas últimas três décadas é possível identificar no cotidiano de diferentes empreendimentos, em distintos setores econômicos, a crescente intervenção de campos de intervenção e conhecimento, tais como, a medicina do trabalho, o serviço social, a psicologia organizacional e do trabalho, a ergonomia, os managers e mesmo professores de educação física ou fisioterapeutas, no desenvolvimento de políticas de promoção de saúde no trabalho.

Não obstante o fato de que, na aparência, essas ações se manifestem como desenvolvimento de intervenções sobre a saúde dos trabalhadores, a substância mesma dessas ações está localizada na constituição de tecnologias de gestão dos trabalhadores, cuja característica central é a manipulação da subjetividade daqueles que trabalham.

Nas condições contemporâneas do mundo do trabalho os chamados modelos flexíveis de organização e gestão do trabalho, em oposição ao modelo taylorista-fordista, vêm incorporando uma série de “tecnologias de gestão” que se apresentam como dinâmicas de “humanização do trabalho”. Elementos como democracia na produção, abertura à participação dos trabalhadores, desenvolvimento de espaços que valoriza a palavra, criatividade e a imaginação dos trabalhadores e o desenvolvimento de ambientes de trabalho limpos e saudáveis fazem parte da complexificação da organização e gestão do trabalho. Nos interessa de perto, acompanhar o logro das políticas gerencial de promoção da saúde no trabalho, daí sua contribuição ao GT 35, que problematiza a relação saúde-trabalho-doença.

O contraponto dessas técnicas gerenciais identificadas como promoção da saúde no trabalho são os modelos de gestão e organização do trabalho e da produção de carácter flexível. Ao contrário da promessa de redução da carga de trabalho e das pressões sobre os trabalhadores, esses modelos têm corroborado a produção de condições mais insalubres de trabalho. A organização do trabalho é instaurada como uma forma de violência, gerando adoecimento físico e mental dos trabalhadores. As formas de organização do trabalho, baseadas nas metas de produtividade, no fluxo tensionado, na gestão by stress, flexibilização interna e responsabilização, têm provocado sofrimento e adoecimento entre os trabalhadores de todo o mundo. Desse modo, antigas formas de penosidade no trabalho são cada vez mais associadas a novos tipos de adoecimentos resultantes das relações laborais.

A racionalização do processo saúde-trabalho-doença: as estratégias educativas para o consentimento ativo

A racionalização do trabalho se constitui como formas de ordenamento da produção com desdobramentos para as demais esferas sociais. Exemplo disto foram as iniciativas desenroladas como princípio do fordismo nos Estados Unidos de controle da vida dos trabalhadores e trabalhadoras fora da jornada de trabalho, afetando aspectos como o consumo do álcool, os hábitos sexuais, higiene, nutrição, tempo livre etc.

A pedagogia imanente aos modelos de organização e gestão do trabalho tem como finalidade primordial a formação do nexos psicofísico do trabalhador coletivo e individual necessário à produção e reprodução do capital. Para isso, exige um complexo de relações formativas que nasce na produção e se estende para as demais esferas

da vida social, notadamente a educação institucionalizada, o controle do tempo livre e a saúde dos trabalhadores.

A pedagogia do trabalho capitalista tem na produção e conservação da saúde dos trabalhadores um importante nexo da reprodução da força de trabalho e na formação de capital humano. O movimento contraditório entre elevação/preservação e degradação da força de trabalho tem a potencialidade de revelar o conflito entre processo de humanização pela mediação do trabalho e relação de coisificação, alienação do trabalhador.

A relação entre saúde, trabalho e doença se configura como uma determinação central dos processos formativos investidos sobre indivíduo no âmbito do trabalho. A questão da saúde no trabalho torna-se também reveladora das contradições educacionais, na medida em que o modo como o capital intervém sobre o problema, através da mediação da ciência, técnica, tecnologia e campos de saberes (medicina, engenharia, administração e educação), envolve ações, intervenções e políticas de formação da força de trabalho fundamentadas em medidas socioeducativas que se apresentam sob o mote de promoção da saúde e bem-estar dos trabalhadores.

Na relação entre saúde, trabalho e doença se apresenta a questão da reprodução e manutenção do trabalho vivo como um limite do próprio capital. Apesar de as personificações do capital permanentemente buscarem suplantarem a produção o trabalho vivo e substituí-lo por trabalho morto, a estrutura e dinâmica societal do capital não permite a extinção da exploração de força de trabalho, isto é, de homens e mulheres vivos que dependem suas faculdades físicas e mentais na produção de mercadorias. Para o capital, contraditoriamente, é preciso desgastar e manter a força de trabalho em condições de efetivação.

Trata-se da dialética entre trabalho vivo e trabalho morto que remete não apenas ao processo de desenvolvimento de forças produtivas e de intercâmbio entre os elementos que compõe o processo de trabalho, mas, sobretudo, a constituição dos seres humanos em “fator de produção”, “ferramenta produtiva”, o chamado “fator humano”. Há, portanto, um permanente processo de decomposição do trabalho vivo para a composição do capital. Uma das principais formas de materialização da decomposição do trabalho vivo é a degradação dos trabalhadores efetivada mediante a exploração intensiva do mais trabalho.

Não obstante a isto, para que o capital continue a ser produzido e reproduzido como uma relação social é necessário que o trabalho vivo seja permanentemente recomposto. E para recompor o trabalho vivo inúmeras estratégias empresariais são realizadas com as finalidades de reduzir a fadiga e o desgaste do trabalho, de estabelecer condições de trabalho higiênicas e seguras, de promover saúde e bem-estar entre os trabalhadores e de envolvê-los de maneira motivada.

É possível observar no interior dos modelos flexíveis de gestão e organização da produção e do trabalho, que o ideário gerencial vem se tornando o fundamento da estratégia de ação empresarial para atuar na recomposição da força de trabalho, atuando sobre o processo saúde-doença mediado pelo trabalho.

Essa forma de conceber e intervir sobre a relação saúde-trabalho-doença do ponto de vista do capital tem se deslocado das históricas formulações da medicina do trabalho e da saúde ocupacional para o âmbito das teorias da gestão do trabalho. Enquanto as concepções de medicina do trabalho e de saúde ocupacional entendem os agravos à saúde do trabalhador, respectivamente, como resultado da história natural da doença e dos riscos ambientais, a gestão da saúde no trabalho compreende essa questão como um problema de coordenação e direção do comportamento individual em relação ao seu estilo de vida.

Essa concepção se fundamenta em uma política internacional de efetivação de “ambientes de trabalho saudáveis”, em razão dos dados alarmantes do adoecimento e morte laborais em escala mundial. No entanto, os princípios dessas políticas devem ser adequados ao ambiente competitivo do mercado mundial, julgando ser possível articular aumento de índices de produtividade e ambientes de trabalho saudáveis.

Concretamente, as estratégias empresariais têm se materializado em inúmeras tecnologias de gestão de “recursos humanos”, cujas formas mais evidentes na atualidade são: o emprego da ergonomia na avaliação do ambiente, dos postos de trabalho, da relação homem-máquina, da comunicação, das posturas corporais, entre outras; a atividade física e o lazer ativo promovidos durante as jornadas de trabalho nas próprias empresas e no tempo disponível dos trabalhadores e de suas famílias; as ferramentas de qualidade de vida no trabalho que procuram aliar bem-estar, satisfação dos trabalhadores e eficiência produtiva.

Além dessas novas técnicas gerenciais, antigas atividades continuam sendo operacionalizadas no âmbito das empresas, como, por exemplo: os workshops de “saúde do trabalhador” promovidos pelos recursos humanos, centrados em pedagogias higienistas e de responsabilização individualizante; semanas de saúde e segurança no trabalho; medidas de prevenção, como os mapas de risco; a exigência prévia de um status de saúde e, agora, de aparência corporal como requisitos a serem contabilizados na contratação de novos trabalhadores.



Considerações Finais

Essas estratégias de intervenção, no interior do processo de trabalho, são aqui consideradas como políticas da produção com vistas a produzir consentimento ativo, baseadas em tecnologias de gestão de recursos humanos e tomando a problemática da relação saúde-trabalho-doença como eixo de sua intervenção. Trata-se de uma “nova” pedagogia do e no trabalho visando conformar a personalidade viva dos trabalhadores às condições de um trabalho flexibilizado e exaustivo física e emocionalmente. Seus componentes, profundamente ideológicos, prometem a saúde por meio de artifícios morais, pedagógicos e psicológicos, ao mesmo tempo que exaurem os trabalhadores por meio da intensificação do trabalho, da insegurança no emprego e do sofrimento, precarizando-os objetiva e subjetivamente.

A trajetória de trabalho e a vivência de mulheres em situação de desemprego

Autor: Suzani Sousa (UFRN)

Coautor: Fellipe Coelho-Lima (UFRN)

Introdução: O trabalho consiste em objeto de múltipla e ambígua atribuição de significados e de sentidos e historicamente apresenta centralidade na vida do ser humano, visto que abrange diversas dimensões constituintes do sujeito como a psicológica, a social, a econômica e a ontológica (Borges & Yamamoto, 2014). Neste sentido, o não trabalho envolve, também, as dimensões sociais e subjetivas do indivíduo. O desemprego configurou-se sócio-historicamente como uma questão de natureza político-econômica, entretanto, nas últimas décadas, o desemprego sofreu uma ampliação de seu espectro, tendo em vista o aumento precarização dos vínculos e das condições de trabalho, e do crescimento do desemprego estrutural, desse modo, o desemprego configura-se, também, uma questão psicossocial (Ribeiro, 2009). No que concerne à realidade brasileira, compreende-se que o quantitativo da população desocupada, no 2º trimestre de 2018, considerando a população a partir de 14 anos de idade, apresenta as mulheres como a maioria (51,0%) enquanto que os homens representam 49% dessa população. Além disso, esse percentual de mulheres na população desocupada, ou seja, pessoas sem trabalho em ocupação na semana da pesquisa e que tomaram alguma providência para consegui-lo, superior aos dos homens consiste em uma realidade apresentada em quase todas as regiões do Brasil. Com exceção do Nordeste, no qual o percentual representa 46,9% das mulheres em desocupação, enquanto que na região Sul (53,4%) apresenta o maior percentual de mulheres desocupadas (IBGE, 2018). Já quanto a população fora da força de trabalho (pessoas que não estavam ocupadas e nem desocupadas na semana da entrevista) é composta em sua maioria por mulheres, no 2º trimestre de 2018 representavam 64,9% (IBGE, 2018). Além do mais, ao considerar o contexto norte-rio-grandense, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuo, no 1º trimestre de 2018 o percentual de mulheres desocupadas no RN é de 16,5%, enquanto que o percentual de homens é inferior, equivalente a 12,8%. É diante deste cenário, que discute-se a realidade vivenciada no mundo laboral por trabalhadoras e trabalhadores, no qual há diferenças no que engloba a classe social, o sexo, o nível de escolaridade, a raça, a dimensão de localização geográfica, dentre outros fatores. Portanto, tendo em vista que as relações sociais nos contextos de trabalho perpassam por relações sexuais e baseiam-se em relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou antagônicas de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo que foram socialmente construídas (Hirata, 2002). Além de considerar, o quanto que historicamente a mulher efetua, predominantemente, trabalhos na esfera reprodutiva e privada ocupando as atribuições no trabalho doméstico e as atividades de cuidado, enquanto que os homens ocupam a esfera produtiva. Diante disso, faz-se necessário um estudo aprofundado considerando a dinâmica das relações sociais de sexo bem como a divisão sexual do trabalho. Além de considerar, que as relações sociais de sexo se estruturam enquanto consubstanciais, na medida em que formam um nó que não se faz possível desatá-lo no nível das práticas sociais mas no âmbito da perspectiva da análise sociológica; e coextensivas, no que envolve as relações de classe, gênero e raça, as quais se reproduzem e se coproduzem mutuamente (Kergoat, 2010). Ademais, as mulheres ocupam funções em que sofrem opressão, tanto a nível familiar e privado quanto a nível público, no desempenho de atividades nos contextos de trabalho. Dessa forma, ressalta-se a relevância de considerar a dinâmica das relações intersubjetivas, próprias dos indivíduos, e as relações sociais, as abstratas, as quais continuam a se manifestar sob a forma de exploração, dominação e opressão (Kergoat, 2010). Neste sentido, o presente estudo apresenta enquanto questão de pesquisa: como se compreende a trajetória de trabalho e a vivência de mulheres durante o desemprego. Considera-se vivência enquanto termo proposto por Vygotski, em

russo “pereživânie” traduzido como vivência ou vivenciamento. Segundo Bytsenko, tradutora de Biéli (2005) consiste no estado espiritual suscitado por impressões e sensações fortes, no qual envolve a experiência acompanhada por sentimentos e emoções vividos (Toassa, 2009). Objetivos Geral e Específicos: Neste sentido, a presente pesquisa buscou analisar o modo como as mulheres vivenciam o desemprego, considerando as relações sociais de sexo que estão inseridas. Além do mais, apresentou enquanto objetivos específicos a) identificar os sentidos e significados atribuídos ao trabalho e ao desemprego. b) designar quais os sentimentos despertados na situação do desemprego, as estratégias de enfrentamento e sobrevivência e os projetos profissionais das trabalhadoras desempregadas; c) analisar como as vivências singulares das mulheres desempregadas se articulam com o quadro mais amplo da “relações sociais de sexo”; d) descrever elementos de trajetória de trabalho das entrevistadas. Desse modo, o presente estudo buscou analisar a vivência de mulheres trabalhadoras diante do desemprego, visto que se têm verificado, desde meados dos anos 90, as maiores taxas de desemprego entre as mulheres do que entre os homens (IBGE, 2018). Ademais, um dos fatores associados a esse dado, consiste no contínuo aumento da população economicamente ativa feminina, ou seja, de mulheres que ingressam no mercado de trabalho à procura de emprego. Entretanto, mesmo diante desse aumento das trabalhadoras no mercado de trabalho, nos colocamos diante de um paradoxo, visto que é predominantemente mulheres que ocupam os empregos de menor remuneração, empregos precários e de baixo valor social, atualmente. Relação com o GT: A presente pesquisa relaciona-se com o GT tendo em vista que apresenta um estudo com mulheres em situação de vulnerabilidade social, as quais são muitas vezes invisibilizadas em detrimento da sua classe social e marcadas por vínculos de trabalho precarizados, além de problematizar questões atuais em relação ao desemprego no cenário capitalista e as implicações para as mulheres trabalhadoras diante de relações de trabalho excludentes. Método: Portanto, esta pesquisa apresentou enquanto grupo de participantes, mulheres desempregadas em situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidades de trabalho ou que exercem um trabalho irregular/ocasional, com desejo de mudança. Considerou-se, neste estudo, a população desempregada, segundo os parâmetros adotados na metodologia dos estudos do DIESSE. Em suma, a metodologia utilizada consistiu em caráter qualitativo e em entrevistas em profundidade, voltadas a temática do trabalho e do desemprego. Foram entrevistadas trabalhadoras desempregadas usuárias das agências públicas municipais de emprego em Natal/RN, visto que são nessas instituições em que trabalhadores e trabalhadoras ao desvincular-se de uma relação de emprego formal buscam o auxílio do seguro-desemprego, além de ser um espaço de procura para novas oportunidades de emprego. Desse modo, as entrevistas realizadas com as mulheres participantes perpassam pelos seguintes eixos temáticos: a) história de vida: expectativas quanto ao trabalho durante diferentes fases do desenvolvimento humano; b) trajetória profissional: o nível de escolaridade e qualificação, a inserção no mercado de trabalho e as principais experiências profissionais formais e informais; c) vivência com o desemprego: tempo na situação de não trabalho, os sentidos atribuídos ao desemprego e as estratégias de enfrentamento; d) trabalho doméstico e trabalho remunerado: atribuições no âmbito familiar e nas atividades laborais remuneradas diante do papel social do ser mulher; e) relações sociais de sexo: a experiência do ser mulher nas relações de trabalho. Além do mais, no que envolve a sistematização e análise dos dados, o presente estudo utilizou a amostra por saturação teórica. Ou seja, as coletas de dados foram interrompidas quando se constatou que elementos novos para subsidiar a teorização não foram mais apreendidos a partir do campo (Glaser & Strauss, 1967; Pires, 2008). A presente pesquisa encontra-se em processo de análise dos dados coletados. Quanto ao aporte teórico-metodológico norteador para a análise das entrevistas, consistiu na Psicologia Histórico-Cultural na perspectiva de Vygotsky no que envolve os conceitos de vivência, sentidos e consciência, concomitantemente, o estudo se fundamentou no feminismo materialista, ao considerar a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo. Ao considerar a relação dos sentidos e significados, na teoria vygotskiana eles são possíveis quando relaciona-se com a biografia e a situação material dos sujeitos e a partir das suas relações sociais. Ademais, a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê Central de Ética em Pesquisa da UFRN, via protocolo CAAE: 08001518.7.0000.5537. Resultados Esperados e Implicações: Pretende-se, portanto, ao final deste estudo, encontrar enquanto resultado, evidências de como a condição do ser mulher afeta as possibilidades de enfrentamento ao desemprego, o modo em que vivenciam essa situação, a maneira que percebem a sua realidade e como atuam sobre a mesma. Espera-se, ainda, com a presente pesquisa, subsidiar contribuições para uma melhor compreensão do ser mulher quanto aos sentidos, significados e experiências relacionadas ao trabalho, além de um aprofundamento quanto ao fenômeno social do desemprego, o qual tem gerado consequências a nível individual e social. Além disso, este estudo, fará contribuições na área das ciências sociais e humanas, acrescentando reflexões quanto a melhoria das políticas públicas de amparo a mulher buscando melhor inserção

no mercado de trabalho e preservação aos direitos humanos femininos. Por conseguinte, fomenta, ainda, a discussão, o embasamento e a produção do conhecimento que auxilie no combate às desigualdades de gênero na sociedade contemporânea.

Desgaste, sofrimento e adoecimento no serviço público federal: a experiência do Sindisprevrs

Autor: Liliana Dantas da Silva (SINDISPREV RS/ UFRGS)

Coautor: FABIANE MACHADO (SINDISPREVRS/UFRGS), Dulcineia (SINDISPREVRS), Carmen Fosch (SINDISPREVRS) e Elisiane Wolf de Fraga (UFRGS)

O presente artigo trata da experiência na Secretaria de Saúde do Trabalhador, junto ao Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no Rio Grande do Sul (SINDISPREV-RS) com sede em Porto Alegre, e a demanda atendida relacionada aos casos de adoecimento e sofrimento mental provocados entre múltiplos fatores pelas condições precarizadas do trabalho. A importância do tema é realçada diante dos prognósticos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que vêm divulgando que o impacto da reestruturação produtiva e a disseminação das políticas ajustadas no atual estágio do capitalismo mundial, em sua fase imperialista, no processo de gestão do ambiente de trabalho, acabam tendo como consequência os agravos à saúde do trabalhador caracterizados por depressões, angústias e outros danos psíquicos significativos à sociedade como um todo, não restringindo-se apenas aos trabalhadores que estão em sofrimento.

Em virtude da relevância do tema em questão, a Secretaria de Saúde do Trabalhador (SST) do sindicato tem como objetivo deste presente trabalho visibilizar o debate sobre a problemática do sofrimento mental relacionado ao trabalho, divulgando os resultados do levantamento a ser realizado a partir dos casos atendidos por esta secretaria entre 2014 e 2019.

Como metodologia para a elaboração do presente estudo ainda em andamento, utilizamos o levantamento dos casos atendidos pela Secretaria de Saúde do Trabalhador, por meio da sistematização dos dados estatísticos encontrados sobre o perfil dos servidores e as principais queixas de sofrimento mental trazidos por meio dos atendimentos realizados. Primeiramente, apresentamos os dados existentes do período de 2014 a 2017, e, posteriormente, apresentaremos os dados obtidos ao longo de 2017 e 2019.

CONTEXTO ECONÔMICO-POLÍTICO E PROCESSO DE SAÚDE-DOENÇA DO TRABALHADOR PÚBLICO FEDERAL

Antes de falarmos acerca dos dados obtidos, é importante contextualizar a realidade conjuntural econômico-política a qual vivemos. Estamos inseridos em uma sociedade dividida em classes, de modo de produção capitalista, já em alto nível de qualidade, cujas forças produtivas materiais estão bastante desenvolvidas até mesmo nos países de periferia do capitalismo mundial, como é o caso do Brasil. Vivemos, na atualidade, a fase superior do capitalismo, o imperialismo, que consiste na dinamização de processos de exploração a nível mundial, não mais tendo nas barreiras geográficas e culturais um impedimento para a concretização do lucro e, assim, para que haja mais lucro necessita-se intensificar a exploração dos trabalhadores. Pensando nesta intensificação, percebemos a dinâmica de sucateamento e desmonte do Estado como um pilar fundamental neste processo, de forma que penaliza os trabalhadores usuários dos serviços, mas, sobretudo, os trabalhadores atuantes nos serviços do Estado, foco de intervenção do SINDISPREV-RS.

Fora dos tempos de crise cíclica e periódica do Capital, os trabalhadores já precisam lidar com medidas de arrocho e precarização das condições de trabalho, porém, em períodos de crise, a situação toma proporções ainda maiores. Este tipo de resposta por parte da patronal é fato causador de muitos problemas de saúde ao trabalhador nos aspectos físico e mental. Como resposta à crise, as reformas na administração federal propostas pelo governo de Michel Temer (2016-2018) e materializadas e intensificadas pelo atual governo Bolsonaro (2019) acabaram impactando direta e profundamente a vida laboral dos trabalhadores federais, o que resulta em diversos danos e demandas referentes à saúde desses trabalhadores. As mudanças na gestão dos órgãos, o desmonte da previdência social brasileira e as profundas mudanças no âmbito do trabalho no país, referentes a mudanças no próprio



Ministério do Trabalho (Lei n. 13.467/2017), o que inclui a terceirização irrestrita também nos serviços públicos, apresentando um grande retrocesso e descaso para o operador.

Resultados

Assim, como resultados parciais obtidos durante o período entre março de 2014 e janeiro de 2017 foram identificados 185 casos individuais e 14 casos coletivos. Desses casos, 83,1% referiram-se ao atendimento a mulheres e 4% ao atendimento a homens, sendo que 12,9% foram casos coletivos. A faixa etária predominante era entre 50 e 70 anos, demonstrando a importância das ações voltadas à preparação da aposentadoria, pois sabe-se que a maioria dos casos está em abono de permanência no Serviço Público Federal.

Com relação às demandas recebidas, registramos em 55,30% casos referentes ao assédio moral no trabalho, em 44,24% ocorrências relativas a conflitos no ambiente de trabalho, 38,21% com situações relativas ao direito à saúde judicializadas, 27,20% em casos com necessidade de suporte e acompanhamento psicossocial e 9,5% de demandas de acompanhados por estarem respondendo processos administrativos (PAD).

Com relação ao adoecimento, observou-se que, dos casos individuais recebidos, 44% se apresentaram sem diagnóstico de saúde, porém, com o passar do tempo, foram encaminhados a profissionais de saúde por se tratar de casos absolutamente vulneráveis ao adoecimento. Observa-se, também, conforme expressa a literatura da área, uma maior parcela de mulheres que já buscaram ajuda para problemas de saúde decorrentes do trabalho (50%) no comparativo com os homens, considerando-se que em torno de 15% dos que buscaram a Secretaria de Saúde do Trabalhador aceitaram o encaminhamento para tratamento de saúde. Nos demais casos de homens atendidos, ainda que de modo resistente, em face ao quadro de adoecimento já bastante agravado ao buscarem o apoio do sindicato, a doença já estava instalada, o que dificulta muitas vezes aspectos referentes ao tratamento e à ajuda relativos a determinados quadros de saúde mental, tais como: depressão, fobias e quadros ansiogênicos.

Referentemente às demandas recebidas até 2017, também foi possível observar que 72% das situações que se apresentaram aos trabalhadores nos ambientes de trabalho foram oriundas de desacordo com o padrão e/ou colegas de trabalho (CID Z56.4) e 20% eram relativas ao ritmo de trabalho penoso (CID Z56.3). Cabe observar que a documentação médica de muitos desses casos apresentava como diagnósticos depressivos (CID F32) e também massivamente como Transtorno de Ansiedade (CID F41). Todavia, observou-se que a maioria dos casos identificados inicialmente como depressivos e/ou ansiosos, demonstraram, após o aprofundamento da investigação diagnóstica pela equipe da SST, tratar-se de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), provocado por algum conflito no trabalho ou proveniente do clima hostil presente nos próprios ambientes laborais. Estes casos, em sua maioria, se apresentaram inicialmente sem o nexo com o trabalho reconhecido em laudos oficiais, o que resulta na invisibilidade do adoecimento e dos agravos à saúde dos trabalhadores federais afastados do trabalho.

Esse fato deve-se, provavelmente, à falta de conhecimento e reconhecimento por parte dos profissionais da saúde, ou seja, dos profissionais assistentes que atenderam os trabalhadores, e à dificuldade em avaliar e definir o diagnóstico de saúde, com prejuízos à saúde dos trabalhadores decorrentes do trabalho nos sintomas demonstrados pelos casos atendidos pelo sindicato. Os transtornos mentais e do comportamento, igualmente observados no anuário estatístico da Previdência Social (Ministério da Fazenda, 2018), também expressam essa dificuldade. Por um lado, reconhecem-se as patologias relativas à saúde mental e suas gravidades decorrentes, mas pouco se reconhece o nexo das mesmas com o trabalho, de modo que essas patologias são reconhecidas muitas vezes apenas para fins de benefício, e não de dano ou dolo, o que contribui para sua invisibilidade.

Quanto aos resultados finais, pretendemos apontar se ao longo de 2017 a 2019 o cenário no que diz respeito à saúde do trabalhador sofreu mudanças significativas e se existem mudanças, seja no perfil dos trabalhadores ou outros aspectos biopsicossociais. Dessa forma, mais que visibilizar patologias, estende-se a compreensão de totalidade do processo de saúde-doença dos trabalhadores, pensando na perspectiva de garantir promoção e prevenção em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado dessa experiência, como forma de contribuição para a identificação dos processos de desgaste, sofrimento e adoecimento psíquico e físico dos trabalhadores inseridos no Serviço Público Federal, foi e é bastante expressiva, uma vez que mostra a necessidade de promoção de espaços que visem ao cuidado e à prevenção em saúde dos trabalhadores, como forma de garantir qualidade de vida para além da jornada de trabalho, mas também na mesma. Assim, compreendemos como fundamental espaços como a SST promovido pelo SINDISPREV-

-RS, realizando acolhida e atenção biopsicossocial para o trabalhador público, objetivando, além do atendimento direto, o diálogo com gestores e trabalhadores.

Em processo de sistematização dos dados, já previamente podemos pontuar como importante o desafio de qualificação e sensibilização do olhar das equipes envolvidas nas perícias dos trabalhadores mapeando e reconhecendo os agravos à saúde mental relacionados ao trabalho; fornecendo suporte e segurança, através do acompanhamento sistemáticos dos casos, contemplando a suspeição, a investigação, o diagnóstico e o nexos com o ambiente de trabalho, para que o trabalhador adoecido possa ser acolhido e ter suas necessidades atendidas, bem como receber o correto encaminhamento da situação; introduzindo a cultura da notificação de agravos à saúde do trabalhador, tanto de forma física, quanto na forma psicológica, que pode ser efetuada em qualquer serviço de saúde do SUS e compreende, inclusive, as situações de violências vividas durante o expediente de trabalho. Importante destacar que o reconhecimento dos acidentes e doenças relacionados ao trabalho no serviço público ainda é algo desconhecido por parte dos trabalhadores públicos, o que reforça sua invisibilidade e a necessidade de promover espaços de discussão sobre a temática como estratégia de enfrentamento desse cenário.

Entre a demanda empreendedora e o des-esperar do emprego

Autor: Flávia Uchôa

Introdução

Este resumo apresenta parte das análises desenvolvidas na pesquisa de doutorado da autora. Os trechos aqui apresentados são da entrevista realizada com uma trabalhadora de 36 anos, negra, migrante nordestina, moradora de um bairro pobre localizado na zona oeste de São Paulo. A partir da trajetória dessa trabalhadora temos por objetivo argumentar que a demanda empreendedora é estabelecida na encruzilhada entre o emprego precarizado e o desemprego (ou desocupação). Por demanda empreendedora, compreendemos o intenso e contínuo imperativo para uma forma de inserção econômica que também se espalha como um modelo de organização social e comportamental no neoliberalismo: o empreendedorismo. A noção de demanda empreendedora é um empréstimo que fazemos das ideias de Ulrich Bröckling (2015). A preocupação deste autor é de dar nome ou protagonismo à constante chamada para a ação empreendedora, à injunção de que todos devem transformar a si mesmos, até o último rincão de suas almas, em empreendedores em missão própria (2015, p.11 [tradução nossa]). Passemos então à discussão entre trajetória e demanda empreendedora.

A trajetória

"Eu rogo a Deus que eu não trabalhe pra ninguém nunca mais". Foi assim que Marta explicou seu des-esperar no emprego. Entre lágrimas e risadas, ela contou-nos de seus planos e de sua história, enquanto vendia os doces caseiros que sua mãe, fizera no dia anterior. Ela estava se "virando" com as vendas e com o trabalho como auxiliar de limpeza terceirizada em um escritório num bairro rico de São Paulo. Marta casou-se cedo, aos 19 anos, com um rapaz também migrante do nordeste, vindo do mesmo estado que ela. À época, as coisas pareciam começar a se ajustar. Seu marido construiu uma casa muito simples mas confortável, e também ajudou a fazer um "puxadinho" para sua mãe. Os irmãos arranjaram emprego e a família "se ajudava". Mas as coisas mudaram muito quando Marta e o marido tiveram filho. O "anjo enviado" para Marta, batizado de Rafael, tem problemas de crescimento que o faziam ter uma rotina de médicos, fisioterapeuta e fonoaudiólogo "puxada", o que fez com que Marta abandonasse as vendas de lingerie de "porta em porta". Por algum tempo, somente o marido dela mantinha as contas de casa e Marta dedicava-se aos cuidados do lar e de Rafael. Até que o marido apaixonou-se por outra mulher, uma vizinha e amiga da família, e também migrante nordestina. Quando o marido decidiu "abandonar a casa", Marta teve de voltar a trabalhar às pressas. Arranjou um emprego como auxiliar de limpeza terceirizada e foi se desdobrando entre o trabalho, o cuidado com a casa e a rotina de tratamentos do filho. Ela se disse cansada e "sem fôlego" para enfrentar o que se impunha no dia-a-dia. Os abandonos, a solidão, a humilhação e a restrição da renda pareciam tirar-lhe as forças. Ela não via a hora de ter dinheiro suficiente para voltar a vender lingerie de "porta em porta". O salário que tinha como terceirizada mal cobria as contas de casa, e nem lhe "davam" o seguro saúde, algo que seria muito importante para Rafael. "Além disso ser pisada e humilhada?". Marta contou emocionada que além da dificuldade financeira, as humilhações que sofrera no emprego lhe faziam sentir "lixo" ou "coisa descartável". Não conseguia manter os cuidados com o filho pois lhe negavam às saídas no meio do expediente

ou soltavam “graça” sobre seus constantes compromissos médicos. Neste último emprego, num escritório em um bairro rico de São Paulo, aconteceu “a gota d’água”. Sua patroa acusou-a de roubar um pote de margarina. Foi nesse dia que Marta decidiu por rogar a Deus, juntar o pouco dinheiro que ganhava e buscar uma vida “sem patrão”. Do emprego, Marta pouco ou nada espera. O baixo assalariamento, a hierarquização e a humilhação são três componentes que se fortalecem entre si e empurram-na para fora do contrato salarial e para dentro do “empreendedorismo por necessidade”.

O des-esperar no emprego

É o que chamaremos aqui de des-esperar do emprego. Sem benefícios, “pisada” em sua subjetividade e com o corpo cansado, a trabalhadora vê no trabalho autônomo, informal e empreendedor, uma saída. O corpo permanecerá cansado, pois a venda de porta em porta pressupõe disposição para as intermináveis andanças debaixo de sol ou de chuva. Os rendimentos mensais serão iguais ou um pouco melhores que seu salário atual, ao menos pelas suas contas. “Sempre há de se vender um pouco mais em alguns meses”, o que lhe dá esperança e motivação. Ao contrário do salário que desanima por ser “a mesma coisa todo mês”. Além disso, ela terá horários flexíveis e autonomia para realizar seu trabalho “como bem queira”. Não precisará recorrer à bondade do patrão para cumprir a rotina de cuidados com Rafael. Ainda poderá se dedicar a fazer mais doces com sua mãe e quem sabe agregar as duas vendas. Utilizando-nos das ideias de Pablo Gentili (1998) e de Adalberto Cardoso (2019), argumentamos que na desintegração da promessa integradora do emprego, na era neoliberal (re)surge a demanda empreendedora. A integração do trabalhador ao mercado formal de trabalho não mais será o balizador de um projeto político, institucional e social. O imperativo que orienta o mercado de trabalho e as políticas educacionais no neoliberalismo será o de que todos os trabalhadores devem criar seus trabalhos, administrar suas atividades e investir em suas capacidades individuais. Disponibilizar sua força de trabalho pelo tempo e horários que assim sejam requeridos, assumindo todos os riscos que dessa atividade possam advir. Entretanto, a demanda empreendedora na era neoliberal não deve ser conferida na realidade de maneira simplista. Em outras palavras, pela trajetória de Marta não se pode derivar uma sedução ou manipulação pelo discurso empreendedor para que ela abandone seu emprego. Não há uma valorização do próprio mérito por meio de um comportamento empreendedor ou do “sonho” de ter um negócio próprio. O que se encontra na trajetória dela é o estreitamento das possibilidades que desembocam numa “única alternativa”: cumprir a demanda empreendedora. Nesse sentido, não identificamos em Marta um tipo de “fantoche do empreendedorismo”, manipulado pela mente e pelo corpo “por conteúdos ocultos e semi-ocultos das instâncias intrapsíquicas” (Alves, 2010, p.14). Identificamos um sujeito que, pelos desdobramentos de sua experiência nas condições históricas do capitalismo, na era neoliberal, gerencia sua sobrevivência. Não há uma efetivação direta e completa entre a demanda empreendedora e a vida desta trabalhadora. O que identificamos é a produtividade da demanda, enquanto discurso e prática disponíveis no neoliberalismo e associados à desigualdade e à precariedade na trajetória de Marta. Precariedade que não está contida na experiência individual dessa trabalhadora ou na “era do neoliberalismo”, vem de antes mas se (re)coloca como inevitável por meio da experiência individual e concorrencial no neoliberalismo. Em nossa história social, as brasileiras sempre estiveram no mercado de trabalho, mas em suas periferias. Os trabalhos de Maria Odila Leite da Silva Dias (1983) e os de Marília Bueno de Araujo Ariza (2017) remontam essa marginalidade da mulher desde o século XIX. As autoras assinalam que desde os “momentos finais do século XIX e começo do século XX, São Paulo, especificamente, era [uma cidade] vivida de forma particular por família depauperadas compostas por mulheres sós e seus filhos” (Ariza, 2017, p. 26). Mesmo antes, no início do século, em 1822, “quase quarenta por cento” dos habitantes da cidade de São Paulo eram mulheres sozinhas, chefes de família, “muitas delas concubinas e mães solteiras” (Dias, 1983, p. 42). Dias e Ariza também enfatizam o caráter improvisado e informal da sobrevivência dessas mulheres e de seus filhos. Os registros históricos apontam que muitas declaravam “viver de seu próprio trabalho”. Maria Odila ressalta que “mulheres pobres, socialmente desqualificadas pertencem ao domínio dos espaços e papéis informais, improvisados, sintomas de necessidades novas e de mudanças estruturais” (Dias, 1983, p. 42). Mas se, por acaso, ela não tivesse aprendido a “viver de seu próprio trabalho” desde cedo ou não conseguisse por si mesma colocar em prática o “espírito empreendedor”, a governamentalidade política do neoliberalismo prover-lhe-ia as condições para acolher e exercitar a si mesma na precariedade que lhe rodeia. Por exemplo, tornou-se comum que nas agências de emprego e empresas de análise de crédito, como a Serasa em parceria com o Sebrae, sejam entregues cartilhas que colocam o empreendedorismo como a saída para o desemprego e a desocupação. Numa dessas cartilhas, encontra-se a chamada: “Desempregado, não! Empreendedor.”. Ulrich Bröckling (2015, p.62) as-

sinala que imaginar-se como empreendedor transforma a experiência de desamparo contida no desemprego ou na ameaça de estar desempregado em uma postura ativa e produz um indivíduo austero que busca “fazer por si mesmo” no mercado de trabalho. Bröckling concorda e utiliza-se das pistas deixadas por Colin Gordon (1991, p.43) sobre a ideia de que a demanda por ser empreendedor implica em um sentido de “permanecer continuamente empregado” ao menos na sua própria empresa (que é o próprio indivíduo). Esse sentido mobiliza os indivíduos a se adequarem continuamente para manter, reproduzir e reconstruir seu próprio negócio, isto é, a si mesmos.

Entre a inclusão produtiva e a construção da identidade social: a economia solidária em questão

Autor: Jaqueline da Cunha Souveral (Jaqueline Souveral)

Coautor: Dimas de Oliveira Estevam (Dimas) e Caroline da Graça Jacques (UNESC)

A Economia Solidária emerge no auge do capitalismo industrial, como uma resposta a situação precária dos operários nas fabricas, juntamente com o empobrecimento dos artesões. É nesse contexto excludente que surgem industriais mais esclarecidos, como Robert Owen, proprietário de uma imensa indústria têxtil em New Lanark (SINGER, 2002). Owen percebeu que ao pressionar seus empregados, o desempenho caía drasticamente, logo no século XIX, limitou a jornada de trabalho dos trabalhadores e proibiu o trabalho infantil, que era recorrente na época. Como resultado, Owen obteve mais lucros aplicando seus métodos, sendo assim reconhecido e admirado.

Nos países de capitalismo periférico e semiperiférico como o Brasil, a competitividade entre empresas aliado à flexibilidade das leis trabalhistas de proteção social, gera o abuso de mão de obra trabalhadora, reduzindo as vagas de empregos e a qualidade de vida no emprego. O capitalismo em seu âmbito globalizado, apoiado em políticas neoliberais, contribui para a ampliação da pobreza e da marginalização social. É nesse contexto excludente que a Economia Solidária se consolida. É possível observar que boa parte da população à margem do mercado formal de trabalho, encontrou na Economia Solidária uma direção para inserir-se produtivamente. Portanto, a Economia Solidária é uma resposta possível e viável para promover a redução das desigualdades sociais, incluindo os indivíduos em situação de vulnerabilidade social no mercado de trabalho. Oportunizando uma construção e automação pessoal.

A exclusão é vista como um fenômeno social, iniciada nos princípios da sociedade moderna, tendo como causa o crescimento urbano exacerbado, a uniformização do sistema escolar juntamente com a competitividade gerada pelo capitalismo, criando hierarquização de funcionários e desigualdades salariais (SAWAIA, 2002). A Economia Solidária vem para incluir os sujeitos a quem a vulnerabilidade social é constante, os quais estão em sofrimento ético político. Nesse sofrimento, é possível observar que o pobre visa apenas a sobrevivência, sendo retirado da sociedade, impedido de construir a sua identidade através das mazelas sociais.

A Economia solidária visa valorizar socialmente o trabalho humano, satisfazendo as necessidades de todos com o sustento da criatividade tecnológica e da atividade econômica, inserindo a todos em uma relação de respeito para com o próximo e com a natureza. A mesma constitui o fundamento de uma globalização humanizada, de um desenvolvimento social justo, sustentável e direcionado para a satisfação real das respectivas necessidades de cada cidadão da Terra, acompanhando uma direção intergeracional de desenvolvimento sustentável, visando a qualidade de vida. Seu valor central é o trabalho, representando práticas instituídas em relações colaborativas e solidárias, motivadas por valores culturais, definindo-se como eficiência social, em direção a felicidade e a satisfação de seus membros. Cultivando uma nova forma de pensar economia, desenvolvendo atividades e experiências de ordem produtiva, comercial, financeira e de serviços. Ela visa também relações econômicas sustentáveis, solidárias e mais retas

O presente estudo tem como objetivo conhecer os alcances da Economia Solidária em um meio de exclusão, em particular pela construção do sujeito através do Projeto de Extensão universitária denominado “Feira de Economia Solidária” - da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Através de uma entrevista semiestruturada, os feirantes participantes da Feira de Economia Solidária da Unesc foram questionados sobre como a Economia Solidária os ajudou na estruturação de uma saúde mental de boa qualidade, dentro do processo de construção de identidade. A entrevista foi aplicada com 14 feirantes, onde os mesmos foram instruídos a falar livremente sobre o sentimento envolto na feira de Economia Solidária.



A Feira de Economia Solidária do projeto de extensão Programa de Ações em Economia Solidária da Unesc, foi criada em 2012 partindo da iniciativa de vários de projetos de extensão desenvolvidos pelos professores vinculados ao PAES. Atualmente, participam semanalmente cinco cooperativas descentralizadas da agricultura familiar, quatro associações de artesões e uma Colônia de Pescadores da região da Amrec.

Como resultado obtemos as 14 falas, com mais de 40 minutos cada, 12 dos 14 feirantes relataram o sentimento de pertencer a um grupo, juntamente com a sensação de bem-estar por estar frequentando o ambiente. Ao serem questionados sobre como a vida de cada um era antes de entrar na feira de Economia Solidária, os 14 entrevistados relataram uma melhora significativa na saúde mental, tendo no grupo usuário de antidepressivos, onde os mesmos relataram a diminuição da dose das medicações. Os sentimentos de liberdade e autonomia também surgiram ao longo das entrevistas.

Como conclusão, observa-se que a Economia Solidária, com seu jeito diferente de gerar renda e estabilidade financeira, também auxilia na construção saudável do sujeito em meio a sociedade, gerando um grupo no qual os indivíduos afetados pelas desigualdades existentes, sentem-se pertencentes novamente a uma sociedade, criando laços e realizando desejos reais e não apenas a sobrevivência. Fazendo com que o olhar desses indivíduos perante a sociedade seja modificado e integrado nela, mesmo em meio ao capitalismo competitivo com bases neoliberais que potencializam a exclusão, dando assim a devida autonomia para o sujeito, fazendo com que ele seja construtor da sua própria identidade em meio ao trabalho decente.

Referências:

SAWAIA, Bader. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. SAWAIA, Bader (Org.). Petrópolis: Ed. Vozes, 2002. p.07-13

SINGER, Paul. Introdução a economia solidária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2002.

O trabalhador e sua labuta: memórias em músicas brasileiras e sua atualidade

Autor: Alyssa Magalhães Prado (UFU)

Nos anos recentes, o trabalho brasileiro vem enfrentando dificuldades como o aumento do desemprego e mudanças na legislação trabalhista, com forte estímulo a informalidade, flexibilidade e precarização ligadas a políticas neoliberais. Entretanto, essa realidade não se desconecta com a história do trabalho e processos anteriores que irão ter relação próxima com os problemas atuais. Emerge enquanto possibilidade de investigação o resgate de documentos e arquivos que retomam à história para uma busca da memória ligada a processos de trabalho, para quem sabe provocar um futuro diferente. Isto posto, o presente trabalho tem como objetivo analisar fragmentos de canções brasileiras que envolvem as memórias dos sujeitos em suas relações com o trabalho, visando compreender como essa experiência se relaciona com o sofrimento cotidiano e coletivo. A temática se associa proximamente com o Eixo temático e GT escolhidos, pois estes visam justamente o pensamento crítico do trabalho atual e seus impactos para a saúde e sociedade. A reflexão e análise foi orientada pela Psicologia Social Crítica, acompanhada por uma compreensão materialista dialética do trabalho como função ontológica e teleológica na vida do homem e responsável por organizar a vida social e subjetiva dos sujeitos. Além dessa compreensão, o estudo foi inspirado pelas contribuições de Ecléa Bosi acerca da pesquisa em memória social, que produz uma composição do local de rememorar a partir do mapeamento afetivo e reflexivo. O material foi coletado no canal da plataforma de vídeos Youtube do Centro de Memória Sindical, acervo que organiza arquivos referentes ao resgate histórico sobre o trabalhador brasileiro. Foram selecionadas cinco músicas, compostas entre 1965 e 1997, e as temáticas principais escolhidas e abordadas foram a relação empregado/empregador, o desemprego, o sofrimento e a resistência. A análise do discurso de orientação inglesa foi um importante recurso para ajudar a pensar nos funcionamentos discursivos das músicas e na interdiscursividade, isto é, as formas como os discursos presentes nas letras se articulam com outros discursos presentes no contexto social. Entre os resultados, foi possível perceber na análise da categoria ligada a relação empregado e empregador, a partir da leitura da melodia "O patrão e o empregado" interpretada por Tião Carreiro e Pardinho, que trata da relação entre esses papéis sociais, a maneira naturalizada e entendida enquanto correta e justa do vínculo entre patrão e empregado, destacada ainda mais no contexto do campo e música sertaneja. Na categoria relacionada ao desemprego, a música "Dança do desempregado" de Gabriel, O Pensador, retrata uma das grandes demandas nos anos 90 e que retorna fortemente nos últi-

mos anos enquanto uma das questões mais alarmantes no mundo do trabalho na contemporaneidade. É possível perceber a utilização da ironia na música produzida na época, a partir do uso de um ritmo mais descompromissado e ligado a uma musicalidade menos crítica, enquanto recurso que convoca o sujeito a crítica social realizada. Pensando o sofrimento no mundo do trabalho, duas canções contribuem: a primeira, “Operário Brasileiro” composta e interpretada por Jair Rodrigues, conta do sofrimento a partir de um samba alegre que contrasta o relato presente na composição e pode ser relacionado com estereótipos ligados a brasilidade; já a outra canção, “Um homem também chora” de Gonzaguinha, relaciona a masculinidade, sofrimento e trabalho, simbolizando a figura do operário clássico enquanto ser que também padece e necessita de suporte. Por fim, a resistência em “A voz do povo” na voz de Paulinho da Viola e letra de João do Vale, músico maranhense negro e de origem simples, que retrata a possibilidade de articulação do mundo do trabalho com um povo, coletivo, o qual apesar das derrotas e dificuldades, pode insurgir novas lutas. Percebeu-se durante a pesquisa, o quanto as músicas mesmo estando situadas em um passado recente, retratam lutas passadas, presentes, e por que não, futuras. As músicas realizam um trabalho de resgate da memória coletiva e individual de diversas vivências e experiências ligadas ao trabalho brasileiro, além de demandas e sofrimentos que podem ser elaborados e formar críticas sociais a partir da arte musical, podendo promover visibilidade para o Centro de Memória Sindical e luta trabalhista. Outro ponto importante diz respeito à saúde mental e o trabalho. Ainda que nenhuma das músicas fale propriamente sobre subjetividade, todas são compostas da relação entre o individual e coletivo, das consequências e implicações e de imaginários ligados ao mundo laboral. Esses resultados fazem refletir sobre o quanto as canções podem funcionar enquanto instrumento de posicionamento e reflexão ainda nos dias de hoje, em tempos onde o trabalho se individualiza e se afasta dos sentidos produzidos em coletividade. Acredita-se que apesar da forma de veiculação de músicas e estilos musicais estarem recorrentemente se modificando, as músicas apresentam diferentes estilos, com linguajar fácil e são um material que pode causar impacto enquanto instrumento no trabalho do psicólogo interessado na saúde e trabalho e em sua inserção em contextos. Mesmo que em tempos de pouca profundidade na comunicação, favorecendo, por exemplo, as notícias falseadas, é preciso acreditar no trabalhador e sua capacidade e potencialidade criativa, visando exercer uma psicologia engajada e libertadora.

Produtivismo e precarização na produção científica: impactos na saúde psíquica do pesquisador.

Autor: MARILUCIA RICIERI (UEM)

Coautor: Guilherme Elias da Silva

O trabalho é fundamental para o ser humano: na evolução da sociedade e na constituição da subjetividade. Quando se aborda o tema trabalho, submergem discussões referentes ao emprego, ao salário, à aposentadoria, às mudanças na legislação trabalhista e reforma da previdência, à subjetividade, ao adoecimento e, até ao suicídio. Mas o trabalho na sua constituição, relações e diretrizes, não foi sempre o mesmo em qualquer época ou lugar, ele não é estagnado. A regulação imbricada no trabalho se altera em função dos cenários políticos, sociais, gestores e das condições oferecidas para o momento em que se vive, e como consequência das transformações ao longo da história da humanidade. Na sociedade atual, nos deparamos com uma configuração nas relações laborais direcionadas ao produtivismo, à flexibilização e à precarização na configuração dos modos de pensar e realizar as atividades incumbidas ao trabalhador nas diversas áreas de atuação. Druck (2011) aponta que no momento atual há uma dinâmica de transformação predominante que é a dinâmica da precarização social do trabalho.

Partindo do pressuposto que, toda e qualquer construção do sujeito é relacional, intersubjetiva, afetando de alguma forma o outro, as diretrizes e ações impelidas no mundo do trabalho, vão impactar o trabalhador e sua subjetividade, acarretando sofrimento e adoecimento. Considerando essa temática, buscamos compreender o entrelaçamento entre os moldes gerencialistas de regulação do conhecimento e das produções científicas, e as implicações à saúde psíquica (biopsicossocial) do pesquisador. Os moldes de regulação gerencialista que são norteados por crivos cada vez mais severos e vinculados a uma lógica quantitativa e competitiva, resultando em produções científicas mercantilizadas; promulgadas como mercadoria rentável em prol de resultados eficazes.

A pesquisa enquadra-se no eixo temático: Precarização Social e do Trabalho e a Subjetividade: desgaste, sofrimento e adoecimento, porque visa a busca de reflexões e debates acerca da precarização do trabalho em decorrência do atual cenário político brasileiro, que afeta diretamente a subjetividade dos pesquisadores (em especial,



docentes) que são regulados pelo gerencialismo que preconiza a eficiência e resultados exacerbados de produções científicas, tomadas não como produção advinda do conhecimento (em sentido stricto), mas como produções mercantilizadas e quantificadas como mercadorias; proporcionando, muitas vezes, como resultado devastador, a precarização social do trabalho, o adoecimento psíquico dos pesquisadores e a coisificação da subjetividade (operada pelo trabalho). A nova economia capitalista preconiza a busca incessante por desempenho com excelência, atrelados ao imperativo da adaptabilidade às mudanças constantes de lugar, de espaço, de interlocutores no sistema produtivo e nos resultados exigidos. O sucesso é colocado em primeiro lugar, é preciso sempre fazer mais, superar-se; vencer é trabalhar mais e melhor (Pagès et al., 1987). Para tanto, nos orientamos na fundamentação teórico-metodológica da Psicossociologia do Trabalho, dos estudos referentes à precarização e flexibilização do trabalho, e ao gerencialismo.

As mudanças no âmbito da educação também estão imbricadas com a reorganização dos demais processos produtivos e das emergentes inovações tecnológicas, advindas da conjuntura capitalista e do neoliberalismo, que trouxe à tona o acirramento da competição, do individualismo contrapondo o coletivo de trabalho, exigências de alta performance e auto-suficiência, fragilizando o sujeito, isolando, alienando e adoecendo. “Em uma economia de mercado [...] a pressão para submeter o sistema educativo às normas gerencialistas é permanente” (Gaulejac, 2007, p. 271).

Os ditames gerencialistas incutem no sujeito a necessidade de um rendimento superior, em competição com os demais, até mesmo com seus pares mais circunvizinhos. E no âmago dessa incessante rotina, depara-se com o imperativo de compelir a si mesmo que seja excelente, para atingir a alta performance em tudo que realiza (Oliveira, 2004). A precarização do e no trabalho tem um efeito flagrante como resultado do cenário atual, sinalizando transformações substantivas com evidências no âmbito psicossocial através de índices elevados de degradação da saúde em um âmbito multidimensional, que altera a vida do sujeito dentro e fora do trabalho; mantém os trabalhadores em estado de excitação e insegurança, ao mesmo tempo, por inúmeros motivos: dentre os quais, não se confere ao trabalhador a clareza do que, de fato, se espera como resultado de suas atribuições (Seligmann-Silva et al., 2010). É um cenário com mudanças instantâneas, que dissemina incertezas e medos, produzindo um resultado nefasto e caótico para a saúde do indivíduo, afetando seu equilíbrio mental. As exigências de performance, flexibilidade e excelência imperativas do gerencialismo, apontados por Ehrenberg (2010) [que geram impactos na saúde do trabalhador], não estão limitadas às estratégias administrativas empresariais. Elas extrapolam, alcançando a educação e seus trabalhadores que não ficam imunes às fustigadas gerencialistas (Paes de Paula, 2005). Toda obstinação na busca de resultados cada vez mais crescentes e impetuosos, traz uma enxurrada de determinismos à produção científica; é a ciência da eficácia e eficiência, transponível muito mais ao rentável em detrimento do qualitativo, pois as mensurações e compensações, em tal âmbito, privilegiam, muitas vezes, critérios quantitativos.

No contexto atual da produção científica, o “pesquisador de sucesso” vai lesando seu processo de trabalho ao seguir os ditames do produtivismo e do gerencialismo, pois, produzir ciência demanda tempo, reflexões, conjecturas e elaborações que requerem estratégias no âmbito psíquico, cognitivo e social. Gaulejac (2007), desperta a atenção para a questão da produção diante do sistema educativo pautado na lógica do mundo econômico: o que se leva em consideração não é a qualidade das pesquisas realizadas ou ensinamentos, mas sim, a produtividade quantitativa que é ponderada por uma classificação dos estabelecimentos, das revistas científicas e dos editores. Segundo Oliveira (2004), no Brasil, esse cenário vem se intensificando desde as reformas educacionais iniciadas nas últimas décadas, pois a nova regulação vem repercutindo na estrutura, composição e gestão, implantando medidas que têm determinações conceituais de desempenho, eficiência e excelência, ditames praticados nas teorias administrativas e implantados nas orientações do campo pedagógico e da produção científica.

Todo esse panorama nefasto fica bem explícito quando nos deparamos com publicações na mídia que apresentam as posições nos rankings mundiais de produção de artigos científicos, deflagrando um cenário de guerra mercadológica entre os líderes do ranking para se manterem nas melhores posições, sobrepujando aqueles que ficaram para trás. Essa lógica do produtivismo na atuação do pesquisador aguça a competitividade e a busca quantitativa por resultados, acompanhados de regulações gestionárias e a mercantilização da produção científica, acometendo um esvaziamento no sentido do trabalho, o isolamento e muitas vezes, o silenciamento do pesquisador. Manifestações como essas tem se tornado frequentes dentre docentes e pesquisadores:

- “Estou doente... Produzo mais papeis e máquinas e menos seres humanos, indivíduos! A nossa era se chama “PRODUÇÃO CIENTÍFICA”... Quanto? Preciso estar “on-line” e ligado 24 horas para produzir: 5 artigos por ano pelo



menos 1 Qualis A e os demais podem ser A2, B1 ou B2, mas o resto não interessa; pelo menos 1 livro e 1 capítulo de livro por ano”.

- “Na academia, o lema é publicar ou perecer: e assim pilhas de palavras, gráficos e equações são produzidas apenas para aumentar a quantidade das coisas que irão, rapidamente, para o lixo da história, inflando por algum tempo o ego e a reputação local de alguns. (...) Pois é, não quero entender como tanta energia pode ser gasta em tanto trabalho vazio: acho mesmo que eu já deveria estar no lixo. Só que, enquanto isso não acontece, irracionalmente continuo produzindo textos vazios como estes”. (Barreto; Venco, 2011, p. 240).

Diante disso, torna-se urgente refletir sobre as políticas que gerem as diretrizes da produção científica em âmbito nacional, logo que essa produção mercantilizada em médio e longo prazo tende a corroborar com cenários destrutivos para o coletivo de trabalho e para a saúde biopsicossocial – que já vem se revelando em índices alarmantes de transtornos depressivos e de ansiedade, burnout e, até mesmo, a radicalização a quadros que culminam em tentativas de suicídio ou suicídios consumados por parte de discentes e docentes em Instituições de Ensino Superior e, especialmente, Programas de Pós-Graduação. É essencial um debate entre os representantes da comunidade científica, de modo a potencializar o agir de resistência e transformação desse cenário, vislumbrando minimizar as consequências da violência aos sujeitos da produção científica que vêm se pulverizando nos campos acadêmicos de maneira insidiosa.

Referências

- Druck, G. (2011). Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? Caderno CRH, v. 24, n. 1, p. 37-57. Salvador.
- Ehrenberg A. (2010). O culto da performance. Da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida-SP: Ideias & Letras.
- Gaulejac, V. de (2007). Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida-SP: Ideias & Letras.
- Oliveira, D.A. (2004) A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.
- Paes de Paula, A.P. (2005) Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. RAE, vol. 5. nr.1
- Pagès, M.; et al (1987) O poder das organizações. São Paulo: Atlas.
- Seligmann-Silva, E. et al. (2010). O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, vol. 35, núm. 122, 2010, pp. 187-191 Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho São Paulo, Brasil.

Reflexões acerca do trabalho policial militar frente às metamorfoses no mundo do trabalho.

Autor: Italo Emanuel Pinheiro de Lima (UNILEÃO)

Coautor: Cássio Aquino (UFC)

Enquanto categoria antropológica e histórica, o trabalho sempre passou por metamorfoses que afetaram o cotidiano daqueles que vivenciavam essas mudanças. Alguns destes momentos são particularmente emblemáticos por promoverem cortes paradigmáticos na organização da vida em sociedade, seja em seus estratos sociais, em sua organização econômica e/ou no psiquismo dos sujeitos que participam da construção desta realidade. As mudanças processuais ocorridas nos últimos cem anos no mundo do trabalho representaram a falência de um modelo hegemônico durante quase todo século XX. O modelo Fordista-taylorista segundo nos mostra Antunes (2012) compôs muito da estrutura do mundo moderno, tendo influências diretas e indiretas nas dimensões da vida cotidiana ainda hoje. Com a segunda metade do século XX o mundo do trabalho assistiu a ascensão de modelos que, apesar de não abandonarem a lógica econômica inerente ao modelo anterior, subvertem a forma de produção e organização do trabalho daqueles que trabalham, seja através da organização produtiva, do tempo e espaço de produção, dos modelos de relação laboral, do perfil exigido para os sujeitos que trabalham ou da combinação destes elementos (POCHMANN, 2012), configurando o que Harvey (2009) aponta como reestruturação produtiva. O atual cenário laboral aponta para a corrosão de diversas garantias conquistadas pelo trabalhador, promovendo



uma corrida em busca de redutos onde ainda haja, mesmo que de forma residual, elementos de referência de uma configuração estável de trabalho (BARBOSA, 1998). A iniciativa privada incorpora diversas mudanças em pouco tempo, quer seja pela introdução de novas tecnologias aplicadas ao trabalho ou pela adoção de modelos que promovem maior implicação, afetiva e cognitiva do trabalhador, extraindo maior produtividade e lucratividade, gerando um cenário de constantes incertezas. Neste sentido observamos que o Estado, como ente empregador em suas diversas instâncias, acaba se delineando como espaço laboral desejado por ainda conter as características anteriormente referidas, criando um cenário que leva a Psicologia Social do Trabalho nos moldes descritos por Sato, Coutinho e Bernardo (2017, p. 16) a se pronunciar, visto que todo este processo produz subjetividades e consequentemente, novos modos de ser para os sujeitos. Reconhecendo que para a compreensão da dimensão psicológica ser alcançada devemos tomar o trabalho em sua materialidade e historicidade, demarcando peculiaridades do momento contemporâneo. Se faz necessário salientar que mesmo de forma mais lenta que a iniciativa privada, nos deparamos com mudanças baseadas nos modelos decorrentes da reestruturação produtiva, tanto na gestão do Estado, como de atividades laborais dentro de sua estrutura. Como nos aponta Alves (2007), o atual modelo não seria meramente uma forma de governo, mas uma configuração política que se afirma no capitalismo global, respondendo a anseios de grandes dos oligopólios financeiros, abrindo lacunas dentro da abrangência de suas atividades, como exemplo podemos apontar o afastamento de algumas áreas da segurança pública, hoje ocupada por organizações de segurança privada. Desta feita, destacamos em nosso trabalho a atividade policial militar como emblemática por observamos nela pontos de tensão existentes entre sua conformação anterior e os últimos modelos implementados no seu funcionamento. De uma atividade laboral, que, no Brasil, nasce com o objetivo de proteção clara das elites e de ordenação social pelo uso da força de um grupo subalterno, arregimentado de forma aleatória e sem nenhuma preparação, tal modelo se institucionaliza e como outras formas de organização também é influenciado pelas metamorfoses do trabalho, passando a fazer parte de seu cotidiano a exigência de um trabalhador mais preparado para as complexas situações enfrentadas em seu cotidiano de trabalho, aproximando-se do modelo cunhado após a segunda metade do século XX. Assim, o trabalhador deveria se preocupar diretamente com a efetividade dos seus resultados, com uma produção com menores custos, maximizando o aproveitamento dos recursos, horizontalizando as estruturas organizacionais, tornando-se um elemento diferencial na composição da organização de trabalho. Tal proposta nos parece conflituosa com o modelo de trabalho rígido, baseada em uma concepção verticalizada, burocrática, onde o policial militar deve acima de tudo, atender aos ditames da organização, sob a pena de receber sanções administrativas vivenciando uma série de frustrações como nos sugere Gaulejac (2007). Partindo deste contexto formulamos como pergunta de partida a seguinte questão: Como os policiais militares do estado do Ceará experienciam as metamorfoses no/do trabalho policial a partir do processo de profissionalização da atividade laboral exercida por eles. Tal estudo se faz pertinente a nosso ver pelo fato desta atividade ter sido responsável pelo maior número de vagas ofertadas pelo estado do Ceará em concursos públicos nos últimos dez anos, compondo um contingente considerável de trabalhadores e por estes terem vivido em seu cotidiano pelo menos dois modelos de aplicação de seu trabalho, a saber, o modelo comunitário e o de guerra ao crime (BARBOZA, 2013), diferentes em sua proposta e fins, mas que apresentam o imperativo de profissionalização em suas propostas como um dado relevante. Além disso, enquanto agentes da segurança pública diretamente associados ao combate da violência, estes trabalhadores sofrem com uma prescrição social/institucional que entra em embate cotidiano com suas representações no imaginário social, levando ao sofrimento, muitos dos trabalhadores e provocando grande número de afastamento do trabalho e evasão da instituição (SOUZA, 2012 e CECARECHI e SCATOLIN, 2017). Nosso trabalho decorre das primeiras reflexões da pesquisa de Doutorado em psicologia intitulada: Sob a espada de Dâmokles – Profissionalização e metamorfoses do trabalho na atividade do policial militar no estado do Ceará e suas implicações subjetivas. Buscamos aqui expor as reflexões iniciais do trabalho, analisando como a literatura trata as diversas configurações da atividade laboral policial militar em nosso contextos e sua relação com as metamorfoses do/no trabalho a partir do processo de profissionalização da atividade policial. Como nossa investigação busca a compreensão de fenômenos que ainda se delineiam no cotidiano, produzindo modos de subjetivação que demarcam o trabalhador contemporâneo, buscamos sistematizar as principais correntes teóricas que tratam do processo de profissionalização através de uma revisão sistemática da literatura produzida sobre profissionalização policial, trabalho policial e profissionalização no Brasil tratada pela psicologia. Os resultados iniciais apontam um campo pouco explorado e que tem se detido aos processos formativo/educacional e de saúde/adoecimento, não atentando criteriosamente para as subjetividades decorrentes das tensões entre o ideal profissional e as formas de compreensão do trabalho dada a intensa

cooptação subjetiva apontada por Gaulejac, (2007) e Aquino (2014). Reconhecemos que tais processos possuem características sociais, culturais e subjetivas não sendo, nem mais nem menos, influenciadas por nenhuma destas dimensões, formando assim uma unidade onde, em muitos momentos, individual e coletivo, interior e exterior, não são passíveis de distinção, configurando campo fértil para os estudos em Psicologia social do trabalho, como as expostas por Coutinho e Oliveira (2017). Observamos ainda que o trabalho policial ainda é tido como um cenário obscuro de informações, principalmente quando estas são colhidas diretamente com os trabalhadores desta atividade laboral, o que representa um desafio da pesquisa em etapa futura.

Repercussões à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras a partir da reforma trabalhista proposta no Brasil

Autor: Carla Bottega (UERGS)

Coautor: Thiele da Costa Muller Castro (UFRGS)

Este trabalho discute o panorama atual que estamos vivendo no Brasil a partir da “Reforma Trabalhista” e as repercussões para a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. Lutas sociais vem sendo novamente travadas, principalmente a partir de mudanças provenientes do atual governo nacional, após a troca da presidência no país. As propostas impactam a vida da população e vão contra a garantia de direitos, os dispositivos constitucionais e/ou as ofertas de atendimento que estavam vigentes nas políticas públicas. Continuando a falar da saúde, destacamos a Emenda Constitucional 95, também conhecida como “Teto dos Gastos”, “PEC do fim mundo” ou ainda “Novo Regime Fiscal” que congela os gastos públicos por até 20 anos, principalmente nas áreas da saúde e educação. É importante lembrar que desde a Constituição Federal de 1988, a Lei n 8.080 e a lei n 8.142 de 1990, o SUS nunca teve o financiamento previsto. Sempre tivemos um subfinanciamento do sistema, e, portanto, não há como apenas falar da dificuldade de gestão se não tivemos o orçamento necessário para sua real implantação. E é importante trazer a questão da gestão do SUS porque é onde temos tentado implantar e discutir a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, que desde 2012 busca agregar as ações realizadas no sistema em prol de seus usuários. Nesse sentido, em 24 de julho de 2017, o Conselho Nacional de Saúde lançou a seguinte nota de esclarecimento: “Entenda como a redução de investimentos no SUS vai afetar sua vida”. Como a nota é curta, vou fazer sua leitura: “O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado em 1988 pela Constituição Federativa do Brasil. O artigo 196 diz que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”, devendo o governo garantir a “redução do risco de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços” da saúde. Desde então, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) vem defendendo seus direitos. Ou seja, os mais de 200 milhões de habitantes do nosso país, sem qualquer discriminação, têm direito de serem atendidos gratuitamente nas mais diversas especialidades médicas de baixa, média e alta complexidade, em todos os estados e no Distrito Federal. O SUS é considerado um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Mesmo assim, o atual governo, junto ao Congresso Nacional, vem reduzindo investimentos com a justificativa de que é necessário recuperar-se da crise econômica. Desde a mais recente mudança de governo, os retrocessos vêm afetando a principal política pública desenvolvida no Brasil. A PEC 241 ou EC 95 é uma emenda que muda a Constituição, congelando os investimentos em saúde por até 20 anos. Será uma perda estimada em R\$ 400 bilhões. Isso significa que o governo, em vez de dar continuidade ao aporte de recursos para uma política que funciona, está fugindo da responsabilidade, tirando de você aquilo que a Constituição garante.” Na nota são elencados cinco aspectos: Redução da Atenção Básica, Menos remédios gratuitos, Menos profissionais da saúde no rural brasileiro, Aumento da depressão, Atendimento padronizado, em vez de especializado.” Com relação ao aumento da depressão coloca: “Em cenário de crise, é comum que os índices de depressão aumentem devido à perda de emprego entre os trabalhadores e trabalhadoras. Essa doença silenciosa afeta 11,5 milhões de brasileiros e brasileiras, cerca de 5,8% da nossa população. Com mais pessoas abaladas emocionalmente e com menos financiamento, o cenário pode ficar ainda pior.” O que o Conselho Nacional de Saúde nos aponta é o aumento de um verdadeiro ciclo de adoecimento, em que temos diminuição de investimentos, conseqüente diminuição de oferta, mas aumento de demanda. A o mesmo tempo, também temos um ponto não menos importante que é um conjunto de psicólogos e psicólogas que atuam no SUS e que tem muitas dúvidas e dificuldades na atenção à população. Se sentem despreparados para atuar com a realidade dos usuários. Apesar deste não ser o nosso foco temos que pensar também que temos aproximadamente 60 mil profissionais no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) em 2017. É importante ressaltar que a

atual realidade do SUS já traz formas de contratações diversas, com concursados, contratos e terceirizados muitas vezes executando as mesmas funções, mas com salários e relações trabalhistas diversas. Então utilizando o sistema como um exemplo, nós podemos verificar que muito do que já acontece apenas passa a ser regularizado, mas pode ter efeito para um grande conjunto de trabalhadores. Podemos perceber o quanto o momento atual de mudanças na legislação em diversas áreas acontece num contexto desfavorável, com retroação de conquistas importantíssimas da classe trabalhadora, ameaçando também suas formas próprias de organização. Vide o ponto principal da nossa discussão a reforma trabalhista sancionada pelo Governo Temer em 2017, fundamentalmente com a aprovação da Lei 13.467/2017. Apesar da construção da Consolidação das Leis do Trabalho não ter passado por um movimento coletivo, a sua permanência e manutenção é fruto da organização social de representações sindicais, trabalhadores e trabalhadoras e sociedade em geral. O discurso dos defensores dessas medidas, afirmam que as reformas permitem o crescimento dos empregos e a diminuição dos conflitos trabalhistas, entre outros; mas o que temos visto é um aumento das formas precarizadas de contratação e a redução da judicialização, pelos obstáculos colocados. Entendemos que a atual conjuntura tende a aumentar as situações vividas no trabalho de violência psicológica, assédio moral e conseqüentes sofrimento e adoecimento. Se a situação de adoecimento já chamava atenção e vinha crescendo rapidamente nos últimos anos, a tendência com as mudanças na forma de operar as relações de trabalho é que essa situação piore.

Revisitando o panorama histórico da evolução do conceito de Trabalho

Autor: Cristiany David Marques Alves (UNINTA)

Coautor: Bruna Clézia

Resumo: O presente estudo analisa a evolução da categoria conceitual trabalho ao longo de sua história, desde a Antiguidade, passando pela Idade Média, Moderna até a época Contemporânea. O objetivo é realizar uma revisão bibliográfica e descrever como o conceito de trabalho foi resignificado em uma perspectiva histórica a partir de um conjunto de informações que poderão propiciar uma melhor compreensão. O estudo partiu de uma metodologia qualitativa e desenvolveu-se através de uma pesquisa bibliográfica, por meio da qual se procurou identificar o significado do trabalho nos diferentes períodos históricos, incluindo os escritos sobre o exercício da Psicologia Social do Trabalho. O significado do trabalho é entendido como o motor que move todo tipo de sociedade e civilização. Ao longo do tempo, o trabalho mudou e se reformulou de acordo com as necessidades de cada sociedade e cultura. No começo da pré-história, o trabalho representava uma luta constante pela subsistência. Este permanecia voltado à agricultura, à pesca e, a cada esgotamento, buscavam-se novos recursos para a sobrevivência em diferentes lugares. Na Idade Média, não havia emprego, mas já existia trabalho e esse vínculo era representado pela relação senhor-servo. Na servidão, o servo não trabalha para receber uma remuneração, mas para ter o direito de morar nas terras do seu senhor. Na Idade Moderna, aconteceu uma série de mudanças: Passaram a existir as empresas familiares, vendas de produtos, e foi nessa época que surgiu o esboço do que viria a ser a noção de emprego. Na Contemporaneidade, com a chegada da Revolução Industrial, o trabalho passou a ter ainda mais transformações. O trabalhador, hoje, oferece seu trabalho como moeda de troca. Essa perspectiva engendra, por conseguinte, a noção de emprego, que foi criado pela necessidade de organizar o trabalho, principalmente quando envolvia muitas pessoas. Desta forma, o conceito de trabalho deixou de ser ligado à subsistência, para representar venda da força de produção. Segundo Marx, o trabalho é uma condição essencial para que o homem seja cada vez mais livre e dono de si. Marx diz que o trabalho pode abranger um processo de transformação e além de tudo, representa a satisfação de necessidades, através de uma mediação entre o homem e a natureza. A partir dessa interação se dá o processo de formação do homem, principalmente no que se refere a sua formação enquanto ser social. No modo de produção capitalista, o trabalho vem perdendo o seu caráter social, pois, ao ser vendida, a força de trabalho iguala-se a uma mercadoria e limita-se às condições colocadas pelo sistema capitalista, que paga um salário irrisório ao trabalhador. Por vezes, este é tratado como uma mercadoria e, por encontrar-se sujeito aos interesses dos proprietários dos meios de produção, o trabalho que produz torna-se alienado. Neste contexto, na medida em que o sujeito produz um objeto e não pode possuí-lo, o trabalhador aliena-se da própria atividade produtiva tendo somente a finalidade de satisfazer suas necessidades. O termo alienação nos permite pensar que o trabalho, ao invés de ser um instrumento de realização do homem, torna-se, ao contrário, um meio de escravidão e exploração. Enquanto supliciado, o trabalhador vive dentro de um espaço limitado, repetindo o

que faz sem saber a importância ou até mesmo a finalidade de sua atividade. O trabalhador não se percebe nessa condição, ou seja, quanto, mais produz mais ele se afasta da produção, no sentido de ser incapaz de reconhecer o resultado final dos seus esforços. O sujeito não percebe mais o que acontece ao seu redor, envolto por uma rotina capitalista que o faz esquecer-se da própria vida. O trabalho deixa de ser a satisfação de uma necessidade, e passa se constituir como um meio para alcançar necessidades externas como um salário no final do mês. Nesse tipo de situação é que o indivíduo explorado tem a produção de sua subjetividade diretamente afetada, uma vez que o modo como a categoria trabalho será por ele ressignificado vai afetar diretamente a construção de sua identidade enquanto cidadão e trabalhador. Os resultados obtidos do estudo nos permitiram traçar perspectivas sobre a concepção do que é trabalho, e quais os impactos das transformações provocadas por toda essa (r)evolução. Passamos a nos confrontar com a precariedade do trabalho e das condições de vida, impostas pelas armadilhas do que propõe hoje essa estratégia de flexibilização das relações de trabalho, que virou tendência e passou a ser vendida como um novo modo de alcançar o sucesso profissional através de atividades autônomas. A ilusão de promoção de felicidade divulgada por muitos pela flexibilidade de horários e tempo livre, por sua vez acaba sendo transformada em mercadoria. Ao longo desta apresentação pôde-se constatar que o trabalho sempre existiu na trajetória do homem, porém em cada época ele se mostrava especificamente valorado, adaptado às necessidades do homem, de acordo com os seus propósitos. Nesse estudo também foi possível comprovar que o homem precisou trabalhar para se manter vivo, depois o trabalho passou a ser em algum momento representação de ascensão social. No entanto, em termos de perspectivas, evidenciou-se uma inquietação com esta concepção herdada historicamente, e que se resume numa tentativa de representar o trabalho como total fonte de realização. Desta maneira, o trabalho sempre foi importante na vida do homem desde os inícios dos tempos, e até hoje a força do trabalho só cessa quando a morte chega.

Saúde, Subjetividade e Trabalho na Estratégia Saúde da Família Fluvial no interior do Amazonas: Uma análise dejouriana

Autor: Anne Karina Andrade (UFAM)

A Saúde do Trabalhador tem se mostrado como um campo fértil de pesquisas que estabelecem a relação de saúde, trabalho e adoecimento. No Brasil, a problemática da Saúde do Trabalhador tem se apresentado como uma questão de saúde pública nas últimas décadas. A degradação das condições de trabalho, o acúmulo de funções e o descumprimento dos regulamentos de proteção à saúde tem provocado sofrimento físico e psíquico para os trabalhadores. Este estudo faz parte do "Projeto de Pesquisa Estudo exploratório das condições de vida, saúde e acesso aos serviços de saúde de populações rurais ribeirinhas de Manaus e Novo Airão, no estado do Amazonas" (ILMD/Fiocruz) (Pereira et al., 2016). Como pesquisa de mestrado teve como objetivo discutir a relação saúde, subjetividade e trabalho das Equipes de Saúde da Família Fluvial que exercem sua atividade com populações rurais ribeirinhas no município de Manaus e/ou Novo Airão- AM. Focamos as dimensões subjetivas relacionadas ao sofrimento e ao prazer no trabalho, a partir da perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho desenvolvida por Christophe Dejours (1992). Esta teoria pressupõe que o trabalho também pode ser uma via de prazer, quando o trabalhador consegue subverter a organização do trabalho e transformar o sofrimento. Com uma abordagem metodológica qualitativa, participaram da pesquisa profissionais de saúde das equipes da Unidade Móvel Fluvial que atuam nas comunidades ribeirinhas próximas do município de Manaus e Novo Airão, a unidade atende comunidades às margens do baixo Rio Negro e presta cuidados de saúde à população, deslocando-se uma vez por mês visitando 16 localidades. Destes profissionais, 08 concordaram em participar da pesquisa, dessa forma foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado com profissionais de duas equipes da ESF Fluvial. Para a análise dos dados das entrevistas utilizamos a Análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). As categorias de análise estabelecidas foram as relações de prazer e sofrimento na realização do trabalho, condições e organização do trabalho, estratégias defensivas, reconhecimento, relações interpessoais e a relação saúde-adoecimento. Os resultados demonstraram diversas especificidades da organização do trabalho que impactam na saúde dos trabalhadores, e causam o sofrimento tais como o horário prolongado de trabalho, isolamento temporário de suas famílias, intenso convívio entre os trabalhadores. O horário estendido dos atendimentos contribui para a sobrecarga de trabalho dos profissionais, o que reflete na saúde física e mental destes, pois diminui o tempo de descanso, aumentando os níveis de desgaste físico e emocional. Os trabalhadores referiram também dificuldades em lidar com a situação socioeconômica das



comunidades, estes acabam se compadecendo dos usuários e sentem-se impotentes diante da realidade que os moradores vivem. As condições de trabalho nas quais os profissionais entrevistados estão submetidos configuram-se também como um fator de estresse e desgaste, estes expressaram dificuldades relacionadas tanto a fatores de estrutura quanto à falta de materiais essenciais para os atendimentos, forçando muitas vezes os profissionais a improvisar no desenvolvimento do seu trabalho. Dentro das dependências do barco, as condições também não se apresentam como ideais, há reclamações acerca do espaço destinado aos atendimentos, consideradas pequenas e que não promovem a escuta sigilosa. No que se refere às estratégias de proteção, os trabalhadores racionalizam a noção de tempo e foi observada uma importante cooperação nos relacionamentos interpessoais da equipe multiprofissional, no coletivo das equipes da ESF Fluvial, o compartilhamento e construção dos objetivos em comum da organização de trabalho mobilizam a cooperação entre os trabalhadores, a noção de coletividade reforça a unidade da equipe. O sofrimento é explicitado de diversas formas pela equipe, entretanto são também vivenciadas formas de prazer. Atender a comunidade e perceber a resolutividade são fatores que promovem a satisfação no trabalho com as populações ribeirinhas apesar das dificuldades. No que se refere a categoria reconhecimento, esta surge tanto pelo público atendido quanto pelo reconhecimento dos pares. O sentimento de gratificação pelo trabalho realizado se faz presente por esse reconhecimento da comunidade. Já o reconhecimento entre pares está relacionado com a percepção da dimensão de trabalho coletivo, no qual cada profissional depende do trabalho do outro. As relações interpessoais mostraram-se coesas na maior parte dos relatos, onde cada um serve de suporte no desenvolvimento de atividades, de apoio emocional e de companheirismo. A partir dos resultados alcançados pode-se contribuir para subsidiar futuras discussões sobre a formulação de políticas de saúde do trabalhador da atenção primária em áreas rurais na Amazônia, principalmente nas especificidades da relação entre processo de trabalho e sofrimento psíquico. Tendo em vista que se pode estabelecer a relação entre saúde e trabalho é importante discutir como o trabalho dessas equipes está organizado e como suas condições de trabalho tem se agravado, o que pode acarretar consequências para a qualidade da atenção ofertada. Há ainda poucos estudos relacionando saúde do trabalhador e subjetividade na área rural ribeirinha, a carência de condições adequadas de trabalho, recursos materiais e humanos indicam que o sofrimento físico e psíquico a estes trabalhadores tem se intensificado.

Seria o desenvolvedor de software um profissional com prazo de validade?

Autor: Dímitre Moita (UFC)

Esta comunicação oral é desdobramento de tese de doutorado empreendida no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará acerca da vivência espaço-temporal mediada pela atividade de desenvolvimento de software. O esforço de pesquisa até o momento originou a questão: seria o desenvolvedor de software um profissional com prazo de validade? Mais do que buscar respostas para o questionamento, gostaria de explicitar os fatores do contexto da atividade que lhe atribuem sentido, que permitem enunciá-lo. A partir de pesquisas sobre a atividade de desenvolvimento de software em diversos países (Argentina, Brasil, Canadá e Índia) e de dados construídos em minha dissertação de mestrado (2015), busco evidenciar a insegurança no trabalho, a instabilidade laboral e o desgaste vivido por desenvolvedores como a raiz para a busca por alternativas ao desenvolvimento de software.

Em 2012, 51% da mão de obra empregada na Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI (IBSS) situava-se na faixa etária de 18 a 29 anos. Já na ponta oposta do espectro etário, com 50 anos ou mais, estavam apenas 6,7% do total de empregados, ocupando, geralmente, cargos de direção. Este dado estatístico poderia ser explicado pelo recente desenvolvimento da indústria de software brasileira, mas, quando considerado ao lado dos dados qualitativos que seguem, é possível perceber outros fatores, ligados à atividade de desenvolvimento de software que colaboram para a constituição dessa pirâmide etária.

Aline Pires (2016), que discute diretamente o discurso da flexibilidade em torno da geração "Y", refere-se, a partir da fala de um de seus entrevistados, a um "perfil incansável". Os desenvolvedores devem desprender grandes esforços pessoais para manter-se sempre atualizados e aptos a atuar nos mais diversos projetos, adaptar-se a espaços e horários comumente cambiantes, responder a exigências incessantes por criatividade e inovação, lidar com a insegurança proveniente de contratos flexíveis e fazer frente a pressão por prazos e resultados. Requisitos que geram estresse e desgaste, contribuindo para o rápido envelhecimento desses trabalhadores.



Marisa D’Mello e Sundeep Sahay (2007), ao investigar as relações entre mobilidade, lugar e identidade entre desenvolvedores indianos, observam que esses trabalhadores precisam realizar um malabarismo entre vida pessoal e profissional, e um de seus entrevistados chega a afirmar que o desenvolvimento de software é um trabalho de aposentadoria prematura.

Além das jornadas extensas no ambiente de trabalho, que chegam a passar das 14 horas quando há implementação ou suporte, o desenvolvimento de software é uma atividade que facilmente acompanha o trabalhador para além do espaço-tempo dedicado ao trabalho. É comum colher relatos de desenvolvedores que afirmam passar horas fora do trabalho “cismando” com problemas lógicos e suas possíveis soluções. Tal exigência cognitiva é associada a um limite de duração por um desenvolvedor argentino entrevistado por Andrea Pujol (2014): “eu não penso que posso continuar assim durante 10 ou 15 anos [...] às vezes, à noite, continuo pensando nas tarefas e é difícil conciliar o sono”.

Stéphanie Chessario e Marie-Josée Legault (2014), ao discutirem os riscos à saúde pertinentes à gestão por projetos, modelo de gestão sob o qual trabalham grande parte das empresas de software, constatam que, na realidade canadense, é comum que o desgaste sentido pelos trabalhadores justifique a busca por ambientes menos instáveis. Entre empresas de consultoria em informática e da indústria de videogames, a média de idade dos trabalhadores é baixa e aqueles de mais idade deixam esses ambientes em busca de empresas públicas ou de grandes empresas sindicalizadas.

Em minha pesquisa de mestrado, quando realizei entrevistas semiestruturadas com seis desenvolvedores de software acerca da precariedade em suas atividades, observei que as percepções sobre ascensão na carreira eram distintas segundo a faixa etária ocupada pelos trabalhadores. Enquanto os mais jovens do grupo (23 e 24 anos) valorizavam a flexibilidade e a rotatividade no trabalho como meios para obter novas experiências e enfrentar novos desafios, entre os menos jovens (32 e 48 anos) percebiam-se obstáculos consideráveis a ascensão.

Essa constatação se aproxima do observado por Maria Aparecida Bridi e Benilde Motim (2014) de que as condições mais vulneráveis de contratação são mais comuns no início da carreira no setor, e possivelmente justificadas como meio para adquirir experiência. Após algum tempo de profissão, os trabalhadores procuram o vínculo formal de trabalho, buscando estabelecer-se por conta própria ou tornando-se PJ (contrato como pessoa jurídica) da empresa em que trabalham, o que não necessariamente representa uma fuga do desgaste gerado pela atividade.

Cinara Rosenfield (2011) e Aline Pires (2016) concordam que as formas flexíveis de contratação são valorizadas nos primeiros anos de profissão, até que passam a ser questionadas diante do surgimento de maiores responsabilidades que vêm, por exemplo, com a constituição de família. Rosenfield (2011), em pesquisa com 22 quadros médios-superiores e superiores de empresas de TI, discute um sentimento de fragilização entre os profissionais, e que este é observado entre os menos jovens, casados e com filhos pequenos, mas não entre os jovens, solteiros e sem filhos. Se entre os mais jovens o mercado de trabalho é considerado mais atrativo por representar autonomia e aventura, entre os mais velhos surge a necessidade de equilibrar aventura e certo nível de segurança.

A insegurança, a instabilidade e o desgaste presentes na profissão parecem apontar para três alternativas principais: a busca por atividades mais “leves” no setor de TI; a ocupação de cargos de direção; ou a saída definitiva da área. Exemplifico a seguir como cada uma dessas alternativas foi encontrada em minha pesquisa.

Érico, um desenvolvedor de 32 anos entrevistado em minha pesquisa de mestrado e aqui referido por pseudônimo, descreve sua preocupação com a garantia de um futuro mais estável e menos sobrecarregado, buscando uma fonte de renda mais “leve” do que o trabalho na empresa de consultoria em que trabalhou. Sua aspiração é de construir um sistema de automação que possa vender a empresas, que lhe garanta uma renda extra com a manutenção e com o qual não precise se preocupar tanto.

Os desenvolvedores que alcançam ascensão dentro de suas empresas passam a ocupar cargos de gestão, tais como gerente de negócios ou coordenadores, cargos que permitem, inclusive, certa estabilidade, sobretudo se considerarmos que há empresas que operam com um quadro fixo mais enxuto, formado pelos trabalhadores de gestão, recorrendo à contratação de pessoal flexível mediante demanda. Porém, não é razoável supor que esta alternativa eliminaria as sobrecargas de trabalho, uma vez que, como descreve Rosenfield (2011), há um processo de precarização da atividade dos quadros médios-superiores e superiores das empresas de TI.

A saída definitiva da área seria a última alternativa elencada. Amaral, um analista de sistemas de 48 anos, também entrevistado em minha pesquisa de mestrado e aqui referido por pseudônimo, expressou o desejo de abandonar a profissão, contudo, a idade surge como um impeditivo para realizar uma reorientação de sua vida



laboral. Buscar um mercado de trabalho que não o de TI se torna particularmente delicado e complicado quando não se dispõe de outra formação e nem há condições seguras de empreendê-la.

Como indicado no início desta comunicação, não há pretensão de responder à questão se seria o desenvolvedor de software um profissional com prazo de validade, contudo, evidenciar as condições que permitem enunciá-la torna perceptível que há algo de contraditório na atividade desses trabalhadores. A ideia de um desgaste entre os desenvolvedores de software que lhes imporia um prazo de validade chama atenção por revelar uma realidade de trabalho que leva as exigências do capital sobre o trabalhador a um extremo com tons de ineditismo e influir sobre a expectativa de futuro que é possível construir diante desse quadro. Os ritmos alucinantes, as altas demandas físicas e cognitivas, os modos flexíveis de contratação, a grande pressão por resultados e atualização constante e a invasão da vida pessoal pelo trabalho parecem construir um ambiente em que os desenvolvedores se consomem como produtos, com um prazo que pode se estender mais adiante ou mais brevemente no futuro.

Suicídio e Trabalho no contexto da precarização trabalhista

Autor: Marcos F. dos Santos Lima (UFMS)

Os casos de adoecimento no trabalho, seja com manifestações físicas ou psíquicas, convertem-se em denúncia de um sistema político-econômico com sofisticadas técnicas de dominação, submetendo o trabalhador a processos de trabalho progressivamente adoecedores. Diante disso, discutir o modo como as novas relações de trabalho têm se constituído e suas implicações para os trabalhadores tornou-se fundamental, uma vez que, na sociedade contemporânea o trabalho adquiriu importância central na vida dos sujeitos, em parte devido às novas maneiras de gestão.

Frente aos novos modelos de gestão do trabalho, fundamentados pela reestruturação produtiva e política neoliberal, identifica-se o que pode se considerar a manifestação máxima da precarização do trabalho na sociedade capitalista: o suicídio do trabalhador. A relevância do estudo de tal temática se expressa, consoante Dejours e Bègue (2010), por considerar que o suicídio de um trabalhador em seu local de trabalho revela uma mensagem atroz, além de demonstrar o patente nas sociedades ultraindividualistas: de que a vida matável, atravessada pela ideologia do sacrifício individual e expressa nos diversos exemplos de vidas descartáveis, é fator essencial para a manutenção da economia mundial – de outra maneira, ou o sujeito se adapta às condições de desumanização ou morre.

Nesse sentido, as condições do modo de produção capitalista conduziram a uma visão utilitarista do trabalho, sustentada por uma economia de mercado, enfatizando a validade de qualquer trabalho, independentemente de suas condições materiais. Abrem-se então precedentes para que, aqueles que detêm os meios de produção, explorem a mão-de-obra proletária dando-lhes o mínimo de segurança e, transformando questões de doença no trabalho como ineficiência do trabalhador. Assim responsabiliza-se o trabalhador pelo seu fracasso, adoecimento e o próprio suicídio.

Evidencia-se que, nessa organização de sociedade, o trabalhador acaba por, inevitavelmente, reproduzir os valores e modos de comportamento que garantem a manutenção do sistema (MARCUSE, 1970). Destaca-se isso pelo progressivo investimento libidinal que o sujeito direciona ao trabalho. Vive-se, desse modo, pela corporação, adquirindo sua linguagem, seus princípios e sua maneira de enxergar o trabalho. Assim, torna-se mais fácil a homogeneização dos trabalhadores, destituindo-os de sua singularidade e imprimindo a marca da organização.

Verifica-se que essa sofisticação dos processos de dominação no trabalho possibilita que a injustiça se esconda sob a falácia do progresso e da racionalidade tecnológica (ADORNO, 1993). Conseqüentemente, o receio dos sofrimentos físico e psicológico sustentados pelos mecanismos de exploração, continua presente. Contudo, esse receio é agora considerado motivo de vergonha ou fraqueza, uma vez que não é entendido como interiorização de uma doença coletiva, mas própria do sujeito, produto de sua inabilidade, incapacidade e debilidade frente ao processo produtivo. Diante disso, é também relevante à compreensão de como se dá a formação psíquica dos sujeitos no capitalismo atual.

Nesse sentido, a partir de uma revisão sistemática da literatura, o que este estudo pretende discutir são: os tipos de organização do trabalho que corroboram com o suicídio nesse contexto; o modo como as políticas públicas têm se inserido na temática; as bases epistemológicas mais frequentes nas considerações sobre o fenômeno; e as categorias profissionais mais referenciadas nos estudos.



Enquanto fundamentação teórica, o estudo é embasado na Teoria Crítica da Sociedade, pois esta se mostra efetiva no entendimento do fenômeno em questão uma vez que os frankfurtianos se dedicaram aos mais variados temas, compreendendo desde os processos civilizatórios da sociedade e os desdobramentos do sujeito na era da técnica até a política, a arte, a música, a literatura e a vida cotidiana. Nesse bojo, puderam identificar a progressiva relevância das manifestações midiáticas e culturais de mercado na constituição da subjetividade e nos modos de vida contemporâneos

Seligmann-Silva (2010) argumenta que os estudos da Escola de Frankfurt são sempre acompanhados de uma análise histórica e crítica. Dessa forma, vê-se a cultura como um documento que pode ser lido como “testemunho da barbárie”. Assim, esclarece-se que um fenômeno tão singular como o suicídio no contexto do trabalho, não deve ser encarado a partir de uma simples análise psicológica, individualizando o episódio, mas tendo em vista todo o processo contemporâneo de constituição subjetiva, bem como a materialidade das condições de trabalho na sociedade capitalista.

O entendimento psicológico sustentado pela Teoria Crítica faz referência a um novo objeto surgido no fascismo do século XX (CROCHÍK, 2008). Isto é, objetiva-se compreender porque os indivíduos agem contra os seus interesses racionais em uma sociedade com uma administração fundamentada na racionalidade formal. Tal fenômeno é patente no mundo do trabalho, e sua análise, conforme propõe a teoria, efetiva-se sem reduzir o fenômeno social a determinantes psíquicos.

Em relação ao método utilizado, foi realizada uma revisão sistemática da literatura. Considerando uma prévia revisão realizada pelo autor da pesquisa, os textos destacaram como relevantes os descritores “suicídio” e “trabalho”. Além disso, estudo semelhante realizado por Cortez, Veiga, Gomide e Souza (2019) fez uso dos mesmos descritores. Duas bases de dados foram selecionadas para a busca dos artigos, sendo elas: Periódicos Capes e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).

Dessa maneira, os critérios de inclusão elencados foram: determinação do recorte temporal, considerando artigos de 2009 a 2019; idioma português; apenas artigos científicos; e publicações com texto completo disponível. Haja vista os objetivos do estudo, foram considerados exclusivamente aqueles documentos que tinham como objetivo central a discussão referente ao suicídio relacionado ao trabalho. Para isso, artigos que versavam sobre a saúde ou sofrimento do trabalhador, ainda que citassem a questão do suicídio, se não a traziam como elemento principal do debate foram descartados da revisão.

Assim, empregando-se os critérios descritos na estratégia de localização dos artigos por meio do operador booleano (suicídio AND trabalho) nos Periódicos Capes, obteve-se o total de 619 trabalhos disponíveis de forma completa. A princípio, o título dos estudos foram analisados, conduzindo-se à exclusão de 591 por inadequação em relação ao tema. Entre os temas mais frequentes ocorriam: suicídio em idosos, manejo do suicídio, suicídio no meio acadêmico, revisões de literatura, violência sexual, estratégia de saúde da família, uso de benzodiazepínicos, suicídio indígena, autópsia psicológica, entre outros. No índice LILACS, após pesquisa seguindo os mesmos critérios, foram encontrados 144 artigos. Após leitura dos títulos, foram excluídos do estudo 128 documentos por incompatibilidade com os objetivos da pesquisa. Enfim, permaneceram no estudo 11 artigos para leitura na íntegra.

Os resultados demonstram que o tipo de organização do trabalho mais evidenciado é aquele de inspiração japonesa, conhecido como toyotismo. Tal modelo de produção, nascido no bojo da reestruturação produtiva que marcou o mundo entre as décadas de 1970/1980, traz como referência princípios como a flexibilização, cooptação da subjetividade dos trabalhadores, novos mecanismos de controle da produção e a produção com ausência ou o mínimo de estoque possível.

No que se refere à discussão das políticas públicas, poucos estudos trouxeram tal referência e, quando o fizeram, foi de maneira breve e pouco consistente. Nesse sentido, denuncia-se o pouco esforço do Estado em fornecer recursos que minimizem o fenômeno do suicídio relacionado ao trabalho, permanecendo em uma lógica pactuante com o modo de produção vigente. Em relação às categorias profissionais mais destacadas, bancários, profissionais da saúde e profissionais da segurança pública foram os mais citados. Já as bases epistemológicas que mais frequentemente embasaram as pesquisas, há um destaque especial para a psicodinâmica do trabalho, teorias de base fenomenológica e estudos marxistas.

Assim, considerando a Psicologia Social como ferramenta de reflexão e intervenção crítica e levando em conta o Eixo 5: Psicologia Social e trabalho no neoliberalismo, este estudo traz importantes questionamentos sobre o modo como a organização da sociedade e, em especial, a organização do mundo do trabalho tem produzido consequências atroz para a constituição da subjetividade dos trabalhadores. Reforça-se, desse modo, a coisificação



dos sujeitos, removendo progressivamente seu poder de articulação e mobilização coletiva, restando indivíduos isolados e solitários, sem domínio sobre o processo produtivo e cada vez mais inconsciente das forças que o controlam.

REFERÊNCIAS:

- ADORNO, Theodor (1993). *Minima moralia*. São Paulo: Ática (Trabalho original publicada em 1951).
- CORTEZ, Pedro Afonso et al. Suicídio no trabalho: um estudo de revisão da literatura brasileira em psicologia. *Rev. Psicol., Organ. Trab., Brasília*, v. 19, n. 1, p. 523-531, jun. 2019.
- CROCHÍK, José Leon. Theodor Adorno e a Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*; 20 (2): 287-296, 2008.
- DEJOURS, C., & BUÈGUE, F. (2010). Suicídio e trabalho: o que fazer? Brasília, DF: Paralelo 15.
- MARCUSE, H. (1970). Teoria das pulsões e liberdade. In H. Marcuse. *Progresso social e liberdade* (pp. 31-70). Porto: Ed. Textos Marginais (Trabalho original publicado em 1957).
- SELIGMANN-SILVA, M. 2010. A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 142 p.

Tripla jornada de trabalho e as condições de permanência da mulher na Universidade

Autor: VIVIAN ARANDA FERREIRA SASSO (UMC)

Coautor: Annelize Rocha de Oliveira (UMC), Beatriz de Melo Rios e Flávio Silva (Universidade Mogi das Cruzes)

INTRODUÇÃO:

A divisão desigual de atividades domésticas e dos cuidados com os filhos entre homens e mulheres, socialmente atribuídas de acordo com as diferenças de gênero, gera uma sobrecarga para as mulheres que passaram a ocupar diferentes espaços, como mercado de trabalho e universidade, além dessas atribuições que lhe são impostas, caracterizando assim a tripla jornada de trabalho (VILLAS-BOAS, OLIVEIRA e HERAS, 2014). A hierarquia de gênero está relacionada a formas diferentes de hierarquia social, que também se relacionam com a divisão do trabalho. As desigualdades nesse âmbito têm origem na formação de classes e Estados, que serve de base para a exploração. Perante esta desigualdade a mulher acaba sendo subordinada ao homem (STREY, 2013).

OBJETIVOS:

Assim, este trabalho teve como objetivo geral foi identificar aspectos que permeiam a vida de mulheres universitárias em tripla jornada de trabalho, descrever as situações vivenciadas por mulheres que conciliam trabalho, estudo e vida doméstica; objetivos específicos: a) identificar as principais dificuldades de acesso e permanência delas na graduação; b) verificar como a vida acadêmica influencia nas relações afetivas e sociais de universitárias; descrever as principais estratégias desenvolvidas por essas estudantes para cumprir seus diferentes papéis; e c) analisar como a tripla jornada afeta o rendimento acadêmico delas.

MÉTODO:

Trata-se de estudo descritivo e exploratório de abordagem qualitativa, que se utilizou da metodologia da História Oral Temática (MEIHY e HOLANDA, 2007). Participaram da pesquisa 15 mulheres que vivenciam uma tripla jornada de trabalho e estão matriculadas em uma universidade privada do Alto Tietê. A pesquisa foi feita através da realização de entrevistas abertas, partindo da seguinte questão: Pode me contar como você concilia trabalho, família e atividades domésticas com os estudos? As entrevistas foram transcritas, textualizadas, transcriadas e cartografadas. Para a análise, foram entrelaçados recortes de falas dos depoimentos com reflexões das pesquisadoras e dos autores estudados buscando encontrar sentido e refletir acerca das questões a partir da Psicologia Social Crítica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A partir dos relatos, foi possível observar que a pressão e cobrança familiar estão presentes no cotidiano de boa parte delas. A rotina desgastante, somada ao fato de não poderem se dedicar à família como queriam ou são socialmente cobradas, geram sentimentos de culpa, como identificado no relato de P1: "É uma porcaria, né? Você



acaba se culpando por isso, é difícil, muito difícil” (P1). Uma das falas mais frequentes nas entrevistas foi a respeito da falta que os filhos sentem da presença integral da mãe em suas vidas: “Tenho pouco tempo com o meu filho, fico pouco, ele sente muita falta e é o mais complicado, né? Mas a gente vai tocando” (P8). Para Strey (2007, p.24), a pressão cultural sobre as mulheres, no que diz respeito à maternidade, é uma das mais fortes e persistentes. Algumas das depoentes falaram sobre o fim do relacionamento e sobre a possibilidade de terem iniciado a graduação após um término, como no relato de P6: “Eu me separei com trinta e um anos, aí que eu resolvi fazer o que eu tinha vontade de fazer que era estudar, porque meu ex-marido não deixava e como eu dependia dele, então eu acabava me submetendo a essas situações” (P6). Isso se baseia no fato de que na sociedade a mulher é cobrada por se afastar da esfera privada, representada pela vida doméstica, sendo acusada de abandonar marido e filho (FABBRO, 2006). Conforme outros relatos, o marido até participa, porém as atividades ainda recaem sobre a mulher: “Eu não tenho uma pessoa para me ajudar, é meu marido que me ajuda bastante. Então ele até fala “ah, eu vou te ajudando, adiantando algumas coisas” (P12). Pesquisas realizadas por Bruschini (2006) constataram que as mulheres dispõem maior tempo por semana às tarefas domésticas que os homens. A sobrecarga de tarefas se faria menor se essas mulheres contassem com uma divisão justa entre elas e seus parceiros, o que, quando acontece, é visto pela maioria delas como uma ajuda e não uma obrigação, por acreditarem que este seja papel exclusivo das mulheres (ÁVILA e PORTES, 2012). Em todos os relatos as mulheres responderam que era um grande desafio conciliar a tripla jornada de trabalho, sendo necessário um planejamento. Algumas relataram que dentre as prioridades, os afazeres domésticos não são os mais urgentes. Algumas participantes relataram deixar os filhos aos cuidados do marido ou avós, enquanto estão em outras jornadas. Quanto a isso, relata P4: “Porque se não fosse ela (sogra) eu não ia conseguir estudar[...] tanto que eu só consegui voltar para a faculdade depois que ela se aposentou” (P4). Outro desafio para a mulher em tripla jornada é interagir em sala de aula e trabalhos em grupos: “Às vezes a gente tem dificuldade, principalmente em grupo, de achar um tempo para conseguir fazer [...], as pessoas não entendem, às vezes, a correria que é” (P3). Apesar disso, foi possível identificar nas narrativas das mulheres em tripla jornada que cursar uma graduação está vinculado à busca de uma realização pessoal, como no relato de P4: “A faculdade para mim é uma válvula de escape, é o único momento que eu tenho para mim [...]. Eu estou fazendo alguma coisa para mim, não é para ninguém, não é para filho, não é para casa, não é para marido, porque a gente que tem esposo e que tem filho vive em função de todo mundo, sabe?” (P4).

(IN)CONCLUSÕES:

O estudo evidenciou alguns fatores determinantes para a permanência (ou não) das mulheres em tripla jornada de trabalho na universidade. No caso das mulheres casadas, os maridos podem surgir como um apoio, mas, muitas vezes, dificultam tanto o acesso quanto permanência, pois reforçam estereótipos patriarcais de que só mulheres sejam responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados com os filhos. Outro fator que se fez presente em todos os relatos é o ingresso no Ensino Superior como realização pessoal, influenciando na permanência dessas mulheres na universidade, tornando os estudos uma forma de estarem fazendo algo por si. Em contrapartida, as cobranças externas somadas à ausência de tempo para realização das atividades relacionadas ao lar, faculdade e trabalho, bem como a falta de momentos de lazer e descanso, atuam como más condições, que limitam suas vivências na universidade e tudo aquilo que a vida acadêmica pode proporcionar, afetando a saúde física e mental dessas mulheres, impactando em sua qualidade de vida. É evidente que as atuais relações de gênero e a divisão sexual do trabalho construídas e enraizadas na sociedade ao longo do tempo acerca do papel da mulher, a colocam exclusivamente à disposição e em função de outros. (In)Conclui-se, portanto, que conciliar uma tripla jornada de trabalho encontra ainda mais obstáculos diante de uma sociedade com princípios patriarcais que, apesar de dar o direito, não garante condições justas para que mulheres que trabalham e são mães possam ser também estudantes universitárias. Neste sentido, faz-se necessário que se discuta cada vez mais a participação feminina na sociedade e se atue no sentido de romper com papéis cristalizados de gênero que limitam e inferiorizam mulheres, sendo sugeridos, assim, novos estudos.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos.

BRUSCHINI, Cristina.. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 23, n. 1, p.331-353, 2006.



FABBRO, Márcia Regina Cangiani. Mulher e Trabalho: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade. 2006. 366 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: Como fazer, como penar. São Paulo: Contexto, 2007.

STREY, Marlene Neves (Org.). Gênero, Família e Sociedade. In: STREY, Marlene Neves; SILVA NETO, João Alves da; HORTA, Rogério Lessa (Org.). Família e Gênero. Porto Alegre: Edipucrs, 2007. Cap. 1, p. 331.

VILLAS-BOAS, Susana; OLIVEIRA, Catarina Sales; HERAS, Soledad Las. Tarefas domésticas e gênero: representações de estudantes do ensino superior. Ex aequo, Lisboa, n. 30, p. 113-129, dez. 2014.

“Carandiru”: Adoecimento e resistência em uma experiência de readaptação profissional no setor elétrico

Autor: JULIE MICHELINE AMARAL SILVA (FIOCRUZ MINAS)

Coautor: FABiana Goulart (UNA)

Introdução

O trabalho funda a sociabilidade e permite construção de subjetividade. Através da interação com a objetividade do mundo, os sujeitos transformam a si mesmos e constroem sua identidade social. O trabalho é ainda a principal forma de interação do homem com a natureza, sendo categoria central (Organista, 2006; Rabelo; Castro; Silva, 2016, Lima, 2003).

É por meio do trabalho que as subjetividades são forjadas socialmente, ancorando-se no desenvolvimento pessoal, estabilidade e satisfação, ou até mesmo através da produção de adoecimentos. Ele é, ainda, garantia de sobrevivência aos sujeitos sociais (Cestari e Calotto, 2012). No entanto, o afastamento do trabalho, por diversos motivos, como adoecimentos e acidentes podem comprometer a construção subjetiva e a sobrevivência trazendo consequências diversas ao trabalhador, como sofrimento e vazio existencial, podendo desencadear ou agravar quadros de adoecimentos existentes (Lima, 2003). Nesse contexto, a reabilitação ou readaptação profissional torna-se um importante instrumento para retomar o sentido proporcionado pelo trabalho, pois é através dela que o trabalhador tem condições de tornar-se apto e produtivo novamente.

Em uma busca pela literatura brasileira sobre do tema, observamos que a maioria dos estudos encontrados apontam para processos de reabilitação/readaptação profissional falhos, além disso, percebemos que estudos como esse são raros na literatura brasileira e demonstram carência de informações para intervenções no campo da saúde coletiva. Considerando o trabalho como categoria ontológica e central na construção societária e identitária, sendo portanto peça fundamental na compreensão de processos de saúde e doença, o campo de saúde do trabalhador é uma das áreas de saber da Saúde Coletiva, que se debruça sobre a elaboração de políticas e construção de modelos, apoio aos sistemas de saúde, explicações para os processos de saúde e doença, intervenções de práticas e promoção de saúde (Bregalda e Lopes, 2016). Dessa maneira, pretendemos compreender a experiência vivida de readaptação/reabilitação profissional de trabalhadores eletricitários com ênfase no processo saúde e doença.

Os teóricos do campo da Saúde Mental e Trabalho (Sivadon, 1993, Le Guillant, 1984; Lima, 1998, 2006) foram eleitos como arcabouço teórico deste trabalho por deixarem claro que as formas de organização do trabalho podem apresentar-se como potencial patogênico, como podem também ser terapia imprescindível na recuperação de uma doença. Além disso, como um conjunto de teorias que propõe uma articulação entre o mundo psíquico e social, as clínicas do trabalho também nos ajudam a compreender a relação entre trabalho e subjetividade (Bendassolli e Solboll, 2011).

Percurso metodológico

Atentando aos objetivos propostos, utilizamos o caminho de uma pesquisa qualitativa, que visa a descrição detalhada das situações e fenômenos visando compreender os sujeitos sociais em seus próprios termos, trazendo à tona os significados, valores, atitudes, motivos, aspirações e crenças; preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado (Rabelo, Barros e Cunha, 2016; Minayo, 2002).

Utilizando como base um método não apriorístico e uma postura ontológica (Lima, 2002) como principal inspiração de coleta e análise de dados, usamos a Grounded Theory (GT) ou teoria fundamentada nos dados (Tarozzi,



2011). Para tanto, foi necessária uma aproximação “máxima” aos dados, através dos discursos dos trabalhadores e sentidos neles contidos. Com intuito de fazer emergir a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, a GT atendeu nossos objetivos, pois não fixa instrumentos e olhares sobre o campo a priori.

A entrevista foi escolhida como o principal instrumento metodológico da pesquisa. Foram realizadas nove entrevistas em profundidade com três trabalhadores eletricitários e duas respectivas esposas. Todos os participantes da pesquisa são homens, com idade média de 50 anos e com média de 30 anos de vida laboral. Esses trabalhadores foram afastados do trabalho pelo serviço médico da empresa, transferidos de postos de trabalho e encaminhados ao um espaço denominado, simbolicamente, como “Carandiru”, uma oficina de manutenção de equipamentos do setor elétrico localizada em uma das bases operacionais da empresa. Todos os afastamentos se deram decorrência de alterações/aumento de peso corporal que impossibilitaram os trabalhadores de continuar trabalhando em área de risco, ou seja, que implicam contato direto com rede elétrica e risco de queda em função de trabalhos em altura.

Introdução

O trabalho funda a sociabilidade e permite construção de subjetividade. Através da interação com a objetividade do mundo, os sujeitos transformam a si mesmos e constroem sua identidade social. O trabalho é ainda a principal forma de intereção do homem com a natureza, sendo categoria central (Organista, 2006; Rabelo; Castro; Silva, 2016, Lima, 2003).

É por meio do trabalho que as subjetividades são forjadas socialmente, ancorando-se no desenvolvimento pessoal, estabilidade e satisfação, ou até mesmo através da produção de adoecimentos. Ele é, ainda, garantia de sobrevivência aos sujeitos sociais (Cestari e Calotto, 2012). No entanto, o afastamento do trabalho, por diversos motivos, como adoecimentos e acidentes podem comprometer a construção subjetiva e a sobrevivência trazendo consequências diversas ao trabalhador, como sofrimento e vazio existencial, podendo desencadear ou agravar quadros de adoecimentos existentes (Lima, 2003). Nesse contexto, a reabilitação ou readaptação profissional torna-se um importante instrumento para retomar o sentido proporcionado pelo trabalho, pois é através dela que o trabalhador tem condições de tornar-se apto e produtivo novamente.

Em uma busca pela literatura brasileira sobre do tema, observamos que a maioria dos estudos encontrados apontam para processos de reabilitação/readaptação profissional falhos, além disso, percebemos que estudos como esse são raros na literatura brasileira e demonstram carência de informações para intervenções no campo da saúde coletiva. Considerando o trabalho como categoria ontológica e central na construção societária e indentitária, sendo portanto peça fundamental na compreensão de processos de saúde e doença, o campo de saúde do trabalhador é uma das áreas de saber da Saúde Coletiva, que se debruça sobre a elaboração de políticas e construção de modelos, apoio aos sistemas de saúde, explicações para os processos de saúde e doença, intervenções de práticas e promoção de saúde (Bregalda e Lopes, 2016). Dessa maneira, pretendemos compreender a experiência vivida de readaptação/reabilitação profissional de trabalhadores eletricitários com ênfase no processo saúde e doença.

Os teóricos do campo da Saúde Mental e Trabalho (Sivadon, 1993, Le Guillant, 1984; Lima, 1998, 2006) foram eleitos como arcabouço teórico deste trabalho por deixarem claro que as formas de organização do trabalho podem apresentar-se como potencial patogênico, como podem também ser terapia imprescindível na recuperação de uma doença. Além disso, como um conjunto de teorias que propõe uma articulação entre o mundo psíquico e social, as clínicas do trabalho também nos ajudam a compreender a relação entre trabalho e subjetividade (Bendassolli e Solboll, 2011).

Percurso metodológico

Atentando aos objetivos propostos, utilizamos o caminho de uma pesquisa qualitativa, que visa a descrição detalhada das situações e fenômenos visando compreender os sujeitos sociais em seus próprios termos, trazendo à tona os significados, valores, atitudes, motivos, aspirações e crenças; preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado (Rabelo, Barros e Cunha, 2016; Minayo, 2002).

Utilizando como base um método não apriorístico e uma postura ontológica (Lima, 2002) como principal inspiração de coleta e análise de dados, usamos a Grounded Theory (GT) ou teoria fundamentada nos dados (Tarozzi, 2011). Para tanto, foi necessária uma aproximação “máxima” aos dados, através dos discursos dos trabalhadores e sentidos neles contidos. Com intuito de fazer emergir a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, a GT atendeu nossos objetivos, pois não fixa instrumentos e olhares sobre o campo a priori.



A entrevista foi escolhida como o principal instrumento metodológico da pesquisa. Foram realizadas nove entrevistas em profundidade com três trabalhadores eletricitários e duas respectivas esposas. Todos os participantes da pesquisa são homens, com idade média de 50 anos e com média de 30 anos de vida laboral. Esses trabalhadores foram afastados do trabalho pelo serviço médico da empresa, transferidos de postos de trabalho e encaminhados ao um espaço denominado, simbolicamente, como “Carandiru”, uma oficina de manutenção de equipamentos do setor elétrico localizada em uma das bases operacionais da empresa. Todos os afastamentos se deram decorrência de alterações/aumento de peso corporal que impossibilitaram os trabalhadores de continuar trabalhando em área de risco, ou seja, que implicam contato direto com rede elétrica e risco de queda em função de trabalhos em altura.

Resultados e Conclusões Parciais

A pesquisa encontra-se em andamento e, por isso, não há dados conclusivos. Contudo, a partir da análise fluida proposta pela GT, houve a criação de categorias simultaneamente à inserção no campo de pesquisa (Tarozzi, 2011). Dessa forma, pretendemos trabalhar e aprofundar os seguintes eixos analíticos: o afastamento do trabalho e a ruptura identitária; O reconhecimento em questão; O sofrimento e a vergonha; O “trabalho sujo” – o “servicinho”; Impactos psicossociais da readaptação profissional. Todas essas categorias remetem ao fato de que o afastamento das atividades cotidianas levam os trabalhadores ao adoecimento psíquico, oriundo no sentimento de vergonha, inutilidade e subestimação de capacidades e expertises.

Trabalhadores altamente capacitados, exercendo suas atividades há cerca de 30 anos, sendo cotidianamente reconhecidos pelos seus bons resultados foram colocados em atividades que demandava expertises e qualificações inferiores aquelas desenvolvidas no curso da vida laboral. A sensação de perda do trabalho gera traumatismo social generalizado: crises de identidade, baixa autoestima, ressentimento, sensação de abandono, de incompetência, de frustração e culpa; instabilidade emocional, caracterizada por insegurança, ansiedade, angústia, estresse e depressão. Além disso, a ruptura com o meio laboral relaciona-se à impotência em se projetar no futuro, esfacelamento do status social, desaparecimento dos vínculos com os outros, sentimento de exclusão social, abalo das relações familiares e sociais; mudanças no poder aquisitivo e pode gerar abuso de drogas e de álcool, deterioração da saúde física e até mesmo tentativas de suicídio (Clavier citado por Lima, 2003; Doppler, 2007).

Além dos eixos mencionados, há ainda outra categoria que se mostrou importante no campo de pesquisa: A reconstrução do “Carandiru” através da solidariedade, família, pares, confraternizações, reorganização física e trabalhos “extras”. Percebemos que o “Carandiru” apresenta-se como um espaço de resistência dos trabalhadores afastados, que possibilita, por meio do coletivo, o desenvolvimento de recursos subjetivos ao enfrentamento do sofrimento vivenciado no processo.

A princípio acreditamos que os achados parciais de campo nos levam a concordar com Maeno e Vilela (2010) sobre a afirmação de que a reabilitação profissional ainda é um direito a ser conquistado na prática, ressaltando a necessidade de torná-la um política pública. De maneira semelhante Toldrá, Dalton, Santos e Lancman (2010) propõem que o programa deve envolver ainda ações de mudanças no ambiente de trabalho, pois, muitas vezes, lá está a fonte de adoecimento dos trabalhadores. Por fim, a carência de estudos sobre o tema fazem emergir a necessidade de novas pesquisas.

Referências Bibliográficas

- Bendassolli, P. F., & Soboll, L. A. P. (2011). Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. In Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade.
- Bregalda, M. M., & Lopes, R. E. (2016). A reabilitação profissional no INSS: caminhos da terapia ocupacional. *Saúde e Sociedade, 25*, 479-493.
- Cestari, E., & Carlotto, M. S. (2012). Reabilitação profissional: o que pensa o trabalhador sobre sua reinserção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, 12*(1), 93-115.
- Doppler, F. (2007) Trabalho e Saúde. In Ergonomia. Editora Blucher.
- Le Guillant, L. (1984) *Quelle psychiatrie pour notre société?*. Paris: Érès.
- Lima, M. E. A. (1998). A Psicopatologia do trabalho. *Psicologia: ciência e profissão, 18*(2), 10-15.
- Lima, M. E. A. (2002). A questão do método em psicologia do trabalho. *Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 123-132.
- Lima, M. E. A. (2003). A polêmica em torno da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. *Destarte. Vitória, 2*(2), 161-194.

Lima, M. E. A. (Org.) (2006), *Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho*. Petrópolis: Vozes. 1997.

Minayo, M. C. D. S., Deslandes, S. F., & Gomes, R. C. (2002). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. In *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*.

Minayo, M. C. D. S. (2007). *O desafio do conhecimento: metodologia de pesquisa social (qualitativa) em saúde*.

Organista, J. H. C. (2006). *O debate sobre a centralidade do trabalho*. *Expressão Popular*.

Rabelo, L. D. B. C.; Barros, V. A.; Cunha, D. M.. (2016) *A metodologia de pesquisa entre o prescrito e o real*. In: Lima, F.; Rabelo, L.; Catro, M. (Org). *Conectando Saberes: Dispositivos sociais de prevenção de acidentes e doenças no trabalho*. Belo Horizonte: Fabrefactum.

Rabelo, L. D. B. C., Castro, M. L. G. L. D., & Silva, J. M. A. (2016). *Dublês do setor elétrico: reflexões sobre identidade e trabalho terceirizado*. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 16(2), 166-175.

Sivadon, P. (1993) *Psychiatrie et socialites*, Paris: Érès.

Tarozzi, M. (2011). *O que é a Grounded Theory. Metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados*. Petrópolis-RJ: Vozes.

Toldrá, R. C., Daldon, M. T. B., dos Santos, M. D. C., & Lancman, S. (2010). *Facilitadores e barreiras para o retorno ao trabalho: a experiência de trabalhadores atendidos em um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador-SP, Brasil*. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(121), 10-22.

GT36: Psicologia Política

A atuação do Conselho Federal de Psicologia frente ao avanço dos fascismos e conservadorismos no Brasil

Autor: Candida Dantas (UFRN) e Matheus Rios Silva Santos (UFRN)

Coautor: Magda Dimenstein (UFRN) e JOAO PAULO SALES MACEDO (UFPI)

O presente trabalho objetiva problematizar a escalada do fascismo e do conservadorismo no Brasil e as principais formas de enfrentamento construídas pelo Conselho Federal de Psicologia, desde o Golpe Parlamentar de 2016. Este trabalho se articula com o Eixo 6 "Estado, democracia e movimentos sociais" e com o Grupo de Trabalho 36 "Psicologia Política", já que se propõe a problematizar a ação política do CFP em defesa dos direitos humanos e da democracia frente ao cenário de retrocessos e desmontes das políticas públicas, com o avanço do neoliberalismo, dos fascismos e dos conservadorismos no país. O ano de 2016 é considerado o marco da ruptura democrática que ocorre no Brasil a partir do impeachment da Presidente, então eleita, Dilma Rousseff (PT), seguindo a tendência de outros golpes na cena contemporânea da América Latina, marcados por alianças entre o capitalismo financeiro, neoliberalismo e neoconservadorismo de caráter classista e racista. Assim, acompanhamos no país um aumento significativo de discursos conservadores e de práticas e ações que cerceiam as liberdades e posicionamentos individuais e de instituições que, historicamente, nos remetem ao fascismo. Aliado a isso, detectamos retrocessos no campo dos direitos sociais e o início de um processo veloz de desmonte das políticas públicas, com rebatimentos na oferta e gestão de serviços e no retraimento dos espaços de controle social, em um movimento de adesão cada mais acentuada à agenda neoliberal. A Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem sido um dos alvos prioritários dessa onda conservadora que vem assolando o país, além de sofrer diretamente os impactos do retraimento de serviços e programas vinculados às políticas públicas, campo de atuação profissional vinculado ao compromisso social da área. A crescente politização da profissão, a partir da década de 1980, em consonância com o processo de abertura política do Brasil após a ditadura civil-militar, significou uma aproximação aos debates e um posicionamento gradativo em relação à defesa dos direitos humanos e dos processos democráticos, bem como da construção de práticas e saberes voltadas para as populações vulnerabilizadas no âmbito das políticas públicas. Esse alinhamento da Psicologia às pautas democráticas tem, conseqüentemente, gerado inúmeras disputas e enfrentamentos pela categoria na atualidade, já que se trata de campo profissional permeado por contradições e lutas internas, resultado da sua diversidade teórica e epistemológica, e por diferentes visões de mundo e posições políticas que norteiam a produção de saberes e fazeres. Assim, do ponto de vista teórico, adotamos uma

perspectiva interdisciplinar para problematizar, por um lado, alguns elementos históricos que propiciaram a ascensão do conservadorismo e do fascismo no Brasil e suas expressões no cenário político atual, com destaque para a literatura sobre a temática do fascismo como experiências históricas e as que propõem uma análise dos micro-fascismos cotidianos. Aliado a isso, recorreremos a alguns estudos históricos e atuais sobre o campo da Psicologia e a emergência das suas entidades representativas em articulação com os processos políticos no país. Em termos metodológicos, foi realizado um levantamento das notícias hospedadas no site virtual do Conselho Federal de Psicologia, no período de janeiro de 2016 a maio de 2019. Foram selecionadas notícias relacionadas às seguintes temáticas: violação de direitos, processos políticos, políticas públicas, debate ou ações em torno de populações minoritárias (lgbt, crianças, povos indígenas, população negra, pessoas encarceradas), as quais guardam relação direta com o posicionamento político assumido pelo CFP nas últimas décadas. Todas as notícias foram lidas na íntegra para verificar o grau de proximidade destas com as temáticas acima elencadas e, posteriormente, organizadas nas seguintes categorias: Diversidade Sexual, Relações de Gênero, Relações Étnico-raciais, Criança e Adolescentes, Psicologia Cristã, Saúde Mental, Políticas Públicas, Conjuntura Política e Direitos Humanos. Elegemos dois eixos principais de análise. O primeiro refere-se aos discursos e pautas conservadoras que englobam temas como Diversidade Sexual, Relações de Gênero, Crianças e Adolescentes, Relações Étnico-raciais e Psicologia Cristã. As notícias agrupadas nesse primeiro eixo demonstram, por exemplo, o inequívoco posicionamento do Conselho em lutar por garantir a autonomia da pessoa viver sua identidade de gênero, seja ela a hegemônica ou relacionada às minorias sexuais, além seu posicionamento na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, garantindo à sua integridade física, psicológica e moral. Ainda neste primeiro eixo, outro campo de disputas importante diz respeito à vida, à saúde e à integridade de populações minoritárias que foram subalternizadas ao longo do processo histórico do Brasil, como é o caso das populações indígenas e quilombolas. O segundo eixo tem relação com os retrocessos no campo dos direitos e desmonte das políticas públicas e concentra temas como Saúde Mental, Políticas Públicas, Conjuntura Política e Direitos Humanos. As notícias reunidas aqui apresentam o posicionamento do CFP contrário ao fortalecimento da lógica manicomial, à retração da rede de serviços socioassistenciais, ao aumento de comunidades terapêuticas e à perda de vagas de trabalho por conta do desmonte das políticas de saúde mental no país e dos retrocessos visíveis nos últimos 2 anos. Além disso, verificamos a divulgação de cartas, notas e manifestos que expressavam preocupação com o cenário político de graves ameaças à democracia, bem como a defesa dos diferentes dispositivos de garantia dos direitos humanos e sociais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social e do Sistema Único de Saúde. Assim, de um modo geral, os resultados revelam importantes considerações sobre a postura do Conselho frente ao desmonte das políticas públicas, dos retrocessos no campo dos direitos sociais e civis e das manifestações de preconceito, racismo, lgbtfobia ocorridas no país nos últimos anos. Dessa forma, o CFP tem se mostrado um dispositivo potente de combate ao conservadorismo e ao fascismo no país. Por meio de sua atuação, podemos acompanhar os acontecimentos em curso no país fazendo análise do presente e de apreensão do nosso tempo histórico-político. No âmbito profissional, o Conselho tem enfrentado as contradições constitutivas da história da psicologia, questionando sua neutralidade política, o tecnicismo, o reducionismo epistêmico e ontológico. Esses enfrentamentos têm dado visibilidade a um conjunto de forças que operaram hegemonicamente em nossa sociedade guiadas pelo culto à moralidade, ao colonialismo, à escravidão.

A dimensão conflitiva do político e a precariedade do social: fundamentos para uma democracia radical

Autor: Deivson Barros (Universidade Federal de Alagoa)

Coautor: Frederico Alves Costa (UFAL)

Este trabalho corresponde ao recorte de uma pesquisa de mestrado que encontra-se em andamento. A referida pesquisa objetiva analisar o modo como a psicanálise foi introduzida por Ernesto Laclau em sua teoria democrática, considerando nesse processo, o campo dialógico que se estabelece entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento que constituem a teoria democrática radical e plural, proposta pelo autor em conjunto com Chantal Mouffe, a saber: a) a filosofia analítica de Wittgenstein; b) a fenomenologia e análise existencial de Heidegger; c) as tradições marxistas de Althusser e de Gramsci; d) a crítica pós-estruturalista. A partir das articulações teóricas constituintes do pensamento de Laclau é possível compreender como o autor propõe as categorias social e político para pensar a construção de projetos democráticos de sociedade. Dito isso, o presente



trabalho tem como tema “o social e o político em Laclau” e circunscreve-se em torno da seguinte questão: como são pensadas a categoria “social” e “político” em Laclau, e como, a partir delas, o autor nos ajuda a pensar a construção de um projeto de sociedade democrática e pluralista? Por esses trilhos, a presente pesquisa objetiva refletir sobre o processo de construção das categorias social e político, considerando para tanto, os deslocamentos e rearticulações teóricas que lhes são concernentes.

Em termos da relação do presente trabalho com o GT Psicologia Política, destacamos a relevância de buscar refletir sobre a teoria de Laclau, que se trata de uma teoriademocrática contemporânea que nos permite ampliar as possibilidades de reflexão e intervenção sobre a conjuntura política atual brasileira. Isso porque, assim como no cenário brasileiro, o contexto social e político europeu da década de 1980, que levou Laclau junto com Chantal Mouffe a propor suas reflexões e noções de social e político, caracterizam-se por um cenário em que os sistemas hegemônicos vigentes, articulados à emergente onda neoliberal, ameaçavam as condições de possibilidade que viabilizam a existência e legitimidade de distintos sujeitos, demandas e lutas (pautas trabalhistas, LGBTs, feministas, de movimentos negros, dentre outros).

A presente pesquisa trata-se de um trabalho teórico de análise da obra de Laclau. Os livros a partir dos quais foram discutidas a categoria “social” e “político” são: “Hegemonia e estratégia socialista – por uma política democrática radical”, publicado por Laclau e Mouffe em 1985; e “Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo”, publicado por Laclau em 1990. A leitura dos livros foi orientada pelo procedimento de leitura analítica proposta por Rogério Lustosa Bastos em seu livro “Psicanálise e pesquisa: ciência? Arte? Contraciência?”. O autor propõe que a leitura analítica diz respeito ao processo pelo qual o pesquisador busca compreender atentamente o conteúdo do texto e sua lógica argumentativa. Para tanto, Bastos oferece alguns pontos norteadores: a) compreender o objetivo do autor do texto; b) identificar com quem o autor está dialogando ou discutindo (implícita ou explicitamente); c) identificar as categorias utilizadas e as hipóteses de trabalho. Dito isso, em termos de procedimentos metodológicos, foram realizadas leituras exploratórias e fichamentos dos livros selecionados. Nesse processo, foram identificados os autores a quem Laclau recorre e com quem dialoga para propor as categorias “social” e “político” e buscou-se entender a lógica argumentativa empregada por Laclau (e Mouffe), os deslocamentos teóricos concernentes às categorias “social” e “político”, além de refletir sobre como as referidas categorias analíticas nos auxiliam a pensar a construção de um projeto democrático de sociedade.

A análise dos livros levou-nos a compreensão de que Laclau (e Mouffe), a partir de uma leitura arqueológica, criticou os pressupostos do determinismo econômico e da “necessidade histórica” presentes no marxismo. Segundo estes pressupostos, os rumos da história estariam a priori determinados, com as delimitações dos seus atores polarizados entre burguesia\capitalistas e trabalhadores\proletários, e com a determinação de que apenas via a constituição de uma consciência de classe unificada, por parte do proletariado, teríamos a emergência do ator político da história responsável por romper com a opressão capitalista e estabelecer um sistema socialista.

A partir da contribuição de autores como Wittgenstein, Gramsci, Heidegger, Derrida e Lacan, Laclau (e Mouffe) construiu sua teoria do discurso, a teoria democrática radical e plural, segundo a qual concebe a realidade como uma construção social, um sistema de relações diferenciais simbólicas, precárias e parciais. A esta realidade discursiva, Laclau e Mouffe chamam de o “social”, o espaço em que se dão as interações humanas, suas relações e disputas de poder. Este social, distinto do que propõe a teoria marxista, não é passível a determinações últimas, isso porque, segundo o que desenvolvem Laclau e Mouffe, a pluralidade de diferenças, de sujeitos, de modos de vidas, de demandas sociais e de lutas que constituem o campo da discursividade são infinitas, daí a compreensão do que os autores propõem como a infinidade do social, sua abertura e impossibilidade de se constituir como sociedade coesa.

Esta multiplicidade de sujeitos, de demandas e de lutas nos leva a compreensão do “político”, o segundo conceito tomado como foco de análise. Uma vez que o social é esse campo das diferenças perpassado por relações de poder, a dimensão das disputas discursivas, dos antagonismos por meio dos quais a realidade é constituída apresenta-se intrínseco ao social. Este aspecto conflitivo\antagonístico das articulações e rearticulações discursivas é o que Laclau e Mouffe propõem como o político.

Estes dois conceitos, social e político, bem como outras categorias que a eles estão associadas, como hegemonia e antagonismo, orientam-nos a compreender que o social enquanto o campo da diferença, da multiplicidade de sujeitos, de lutas e de demandas, é um campo passível de ser questionado e continuamente construído discursivamente. É por via da articulação de diferentes demandas e do estabelecimento de fronteiras antagônicas que se faz possível a construção de um projeto democrático, popular e plural de sociedade. .



Autonomia, conexão e redes: princípios da ação ativista

Autor: andre (Andre)

Coautor: Flávio Fernandes Fontes

Ao analisar os protestos disparados em Junho de 2013, Bringel (2013) pondera sobre os desafios analíticos trazidos por aqueles acontecimentos e recomenda atenção às relações entre os fatos no Brasil e eventos semelhantes espalhados pelo mundo. Dois anos depois (Bringel & Pleyers, 2015), ele reforça o argumento das ressonâncias internacionais e pontua como efeito delas, “um questionamento dos códigos, sujeitos e ações tradicionais que primaram no país durante as últimas duas décadas” (p. 4). A preferência pelo termo ativismo, em detrimento da palavra militância, é um elemento crucial para a entendimento das marcas singulares trazidas pelos acontecimentos daquele ano. A palavra ativismo foi usada pelos manifestantes que tomaram ruas e redes sociais em Junho de 2013, por alunos secundaristas que ocuparam escolas e impediram o governo do estado de São Paulo de reorganizar as ofertas da rede estadual de ensino e tem sido empregada por coletivos temáticos e outros arranjos coletivos contemporâneos. Em seu sentido político, o termo pode ser definido como uma “metodologia para produzir ações coletivas a fim de intervir/interferir nas normas sociais vigentes” (Sales, Fontes, & Yasui, 2018, p. 567). Este trabalho visou identificar os princípios que organizam essa forma de agir em conjunto para modificar as normas que regem a nossa vida coletiva. Para tanto, foram usadas as seguintes bases empíricas: revisão da literatura publicada no período entre Março de 2014 e Março de 2017 sobre protestos e manifestações contestatórias no Brasil depois de 2013; investigação no acervo virtual do Movimento Passe Livre São Paulo e do coletivo de estudantes de ensino médio “O Mal-Educado”; análise do documentário “Lute como uma Mina” e da websérie “#DESDEJUNHO”. As atividades de imersão nesse material foram realizadas em moldes semelhantes ao que se espera de um trabalho de campo orientado pela perspectiva cartográfica (Passos, Kastrup, & Tedesco, 2016). Através de ciclos de análise de conteúdo, foram encontrados as seguintes convergências entre os dados trabalhados: a) inclusão do termo ativismo na coerência simbólica dos manifestantes; b) reconhecimento da importância do Movimento Passe Livre São Paulo como catalisador das jornadas de junho e também fonte de influência para formas de ação coletivas desencadeadas após 2013; c) consenso de que as tecnologias de comunicação e informação são elementos fundamentais a forma de ação ativista; d) negação dos modelos sindicais e político-partidários de disparar e conduzir as ações coletivas e protestos – nomeados pelos jovens ativistas como formas de organização tipicamente militantes; d) associação das mudanças à presença de valores que reforçam a importância da autonomia, com ou sem menção direta à cultura política anarquista. Esses achados foram analisados em busca de pistas para a compreensão da “nova cultura de participação juvenil” (Gonh, 2018) que vem sendo fabricada através das ações dos ativistas. A análise desses resultados permitiu concluir que a metodologia ativista: a) potencializa a autonomia dos atores e parte das necessidades cotidianas como sustentáculo das transformações sociais; b) se vale amplamente das tecnologias de comunicação e informação, como internet, tablets e smartphones, para articular a ação e expandir o movimento; c) adota modelos organizativos em rede. Alinhados a cultura política que vem ganhando maior visibilidade No cenário da cultura política emergente depois dos protestos de Seattle em 1999, para os jovens ativistas brasileiros, autonomia não compreendida como um atributo essencial de um corpo biológico. A ideia não faz menção a um impulso vital inato que o indivíduo usará para se autodeterminar ao longo de toda a sua vida. A autonomia de um sujeito é compreendida como sendo diretamente proporcional à capacidade deste de estabelecer relações com seus pares e com o ambiente ao seu redor, a fim de aumentar sua capacidade de agir intencionalmente. Nesse sentido, autonomia dependerá sempre do contexto no qual se está inserido, e seu aumento envolve a construção de relações marcadas por independência colaborativa e solidária com os demais sujeitos. O uso de arranjos organizativos em rede, e as novas tecnologias de comunicação e informação são instrumentos que favorecem o aumento da autonomia dos participantes. Isso pois, autonomia poderia ser definida como a capacidade de um sujeito de, reconhecendo-se dependentes do mundo e dos Outros para suprir suas necessidades e expressar suas potencialidades, construir relações colaborativas com o mundo e com esses Outros, sem perder de vista a necessidade singular que o move. Tal entendimento torna possível ir além da crítica feita por muitos representantes da esquerda sindical brasileira de que os jovens ativistas eram pouco comprometidos com a realidade social, ou excessivamente individualistas. Enxergar autonomia, conexão e organização em rede como orientadores da metodologia que se apresenta com maior intensidade no ciclo de protesto atual auxilia na compreensão dos motivos pelos tanto os integrantes do Movimento Passe Livre, quanto os jovens secundaristas que ocuparam as escolas de ensino médio em São Paulo não abrem mão do prazer, da alegria e do cuidado de si em

meio aos momentos de luta. Tendo ou não lido Foucault, eles parecem estar convencidos de que não é preciso “ser triste para ser militante, mesmo que a coisa que se combata seja abominável” (Foucault, 1977, p. 03). Ao apontar a atualização de tais princípios nas formas de ação ativista, esperamos ter sublinhado categorias explicativas relevantes para a compreensão do assunto e levantar questões a serem debatidas em estudos futuros.

Referências

Bringel, B. (2013). Sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL), Dossiê Temático 03, 16-29.

Bringel, B., Pleyers, G. (2015). Junho de 2013... dois anos depois. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad*, Especial em Português, 4-17. Disponível em: http://nuso.org/media/articles/downloads/COY1_Bringel_Pleyers.pdf.

Foucault, M. (1977). Introdução à vida não fascista. In G. Deleuze & F. Guattari. (1977) *Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* (pp. 3-4). Lisboa: Assírio e Alvim.

Gohn, M. da G. (2018). JOVENS NA POLÍTICA NA ATUALIDADE – uma nova cultura de participação. *Caderno CRH*, 31(82), 117-133. <https://dx.doi.org/10.1590/50103-49792018000100008>.

Passos, E., Kastrup, V., & Tedesco, S. (2016). *Pistas do Método da Cartografia, Vol. 2: A experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina.

Sales, A. L. L. de F., Fontes, F. F., & Yasui, S. (2018). Para (re)colocar um problema: a militância em questão. *Temas em Psicologia*, 26(2), 565-577.

Construção discursiva de horizontes políticos de sociedade realizada por Michel Temer, vinculado ao MDB.

Autor: Thamires Cruz (UFAL)

Coautor: Frederico Alves Costa (UFAL)

A crise política vivenciada no Brasil, caracterizada pela descrença na representação política e pelo fortalecimento de discursos autoritários no campo político, denotam a importância de compreendermos as construções discursivas referentes a horizontes políticos de sociedade que têm sido propostas na sociedade brasileira. A proposta teórica formulada por Ernesto Laclau para analisar a constituição política da sociedade implica entender as experiências políticas a partir da dimensão simbólica que as constituem, sendo assim um caminho interessante para refletirmos sobre a crise política vivenciada no Brasil. A partir desta perspectiva discursiva, que se caracteriza pela ausência de qualquer fundamento a priori, o discurso é concebido como uma tentativa de fixação de sentido no interior de disputas políticas pela nomeação da realidade. Deste modo, o objetivo geral deste trabalho é analisar a construção discursiva de horizonte político de sociedade realizada pelo ex-presidente da República Michel Temer, vinculado ao MDB, durante o período de mandato presidencial, e problematizar como este horizonte favoreceu ou não o fortalecimento de discursos autoritários no Brasil. Os objetivos específicos são: contextualizar historicamente a trajetória política de Michel Temer e a construção e consolidação do MDB no país; delimitar as demandas sociais presentes no discurso de Michel Temer e discutir o modo como são articuladas neste discurso. A relação deste trabalho com o GT está em propor investigar a construção de horizontes políticos de sociedade produzida pelo ex-presidente da República, refletindo sobre modos de expansão da democracia e sobre os desafios colocados a esta expansão na história recente do país. Metodologicamente, selecionamos e analisamos fontes documentais primárias e secundárias de domínio público. Para tanto, na primeira etapa da pesquisa, selecionamos fontes documentais primárias em que utilizamos o sítio do MDB, consultando a história do partido; e fontes documentais secundárias: a biografia do ex-presidente publicada no sítio da Biblioteca da Presidência da República e artigos referentes à trajetória de Michel Temer e do MDB, selecionados, através de um levantamento bibliográfico, no Portal Periódico Capes e no Scielo. Nas segunda e terceira etapas do projeto buscamos compreender, respectivamente, a construção discursiva de horizonte político de sociedade produzida por Temer, a partir do modo como demandas sociais presentes em seu discurso são articuladas; e como esta construção discursiva favoreceu ou não o fortalecimento de discursos autoritários no Brasil. Para tanto, acessamos as seguintes fontes documentais primárias no sítio da Biblioteca da Presidência da República: discursos, entrevistas e pronunciamentos proferidos pelo ex-Presidente Michel Temer em cadeia nacional de televisão ou rádio, discursos dirigidos por ele ao Congres-

so Nacional e o seu discurso de posse. A análise foi realizada a partir de dois conceitos centrais à Teoria do Discurso proposta por Ernesto Laclau: o conceito de “povo”, concebido como uma lógica política, construída através da articulação entre demandas sociais e do estabelecimento de fronteiras políticas, que acarreta na delimitação de um horizonte político de sociedade; o conceito de democracia, entendida como uma forma de sociedade caracterizada pela indeterminação e por disputas políticas relativas aos modos de constituição da ordem social. Deste modo, para a análise do horizonte político de sociedade buscamos delimitar no discurso de Temer elementos considerados fundamentais por Laclau (2013) para a compreensão do “povo” como uma lógica política: a) demandas sociais; b) a articulação entre estas demandas a partir da lógica da equivalência ou da lógica da diferença; c) o estabelecimento de fronteiras políticas, a partir da noção de antagonismo. Para a análise de como a construção discursiva de horizonte político produzida por Temer favoreceu ou não o fortalecimento de discursos autoritários no Brasil, consideramos a compreensão de Laclau (2013) de que a constituição do “povo” é condição para o funcionamento da democracia e a noção de agonismo proposta por Chantal Mouffe. O agonismo é um modo de compreender a relação antagonica não como uma relação entre inimigos, mas como uma relação entre adversários, ou seja, como forças conflitantes que mesmo em desacordo reconhecem a legitimidade de existência uma da outra, sendo a pluralidade de modos de vida um elemento central à democracia. Observamos nos discursos de Temer que a recuperação da estabilidade econômica opera como o significante vazio que nomeia o horizonte político de sociedade construído por ele e que há uma relação equivalencial entre a demanda pela recuperação da estabilidade econômica, a demanda por combate à pobreza, modernização da educação e a geração de empregos. Equivalência fundamentada no estabelecimento de uma fronteira política com os governos petistas, dos quais o próprio MDB e Michel Temer fizeram parte. Ademais, observamos que para alcançar seu horizonte político, Temer reconhece a legitimidade de alguns atores contrários às suas propostas (sindicatos e oposições parlamentares), mas deslegitima outros (estudantes). Quanto à análise sobre o favorecimento ou não do discurso de Temer para o fortalecimento de discursos autoritários no país, desde o início da sua gestão, o então presidente revelava interesse em debater com sua oposição. Em convergência com esta posição, podemos observar que Temer buscou, em relação a alguns adversários (sindicatos e oposição parlamentar), invisibilizar a fronteira entre nós e eles para unir forças contra a consequente crise derivada das gestões petistas anteriores. Deste modo, afirmava-se aberto ao diálogo com o objetivo de aprovar sua agenda de reformas, que, segundo ele, seria a única possibilidade de alcançar o horizonte político pretendido por ele: a recuperação da estabilidade econômica para tornar possível o alcance de demandas por direitos sociais. Neste sentido, podemos perceber que, embora houvesse discordâncias, Temer considerava os sindicatos e a oposição parlamentar como atores legítimos, tratando-os como adversários e não como inimigos. Condição, segundo Mouffe (2015), fundamental para a democracia, na medida em que esta depende da afirmação da pluralidade de modos de vida. Importante também considerar que esta abertura para o diálogo tornava passível deslocamentos na fronteira política, na medida em que possibilitava que determinadas demandas dos adversários fossem satisfeitas via lógica da diferença. De modo distinto a esta forma de construção da relação entre nós e eles, podemos notar que Temer buscou deslegitimar outros atores que se manifestaram contrariamente ao seu governo. Temer não reconheceu as ocupações das escolas contra a PEC do Teto dos Gastos (PEC 241) e contra a Reforma do Ensino Médio como legítimas, concebendo-as como improdutivas para o país e sem caráter racional e argumentativo. Assim, podemos pensar que esta construção discursiva de Temer favoreceu o fortalecimento de discursos autoritários no país favoráveis à criminalização das manifestações de esquerda, sendo os atores destas manifestações concebidos como “manifestantes do mal”: invasores das escolas, produtores de caos, responsáveis por atrapalhar dias de aula, de trabalho e a mobilidade urbana. Este discurso ofensivo contra a esquerda cresceu no Brasil conjuntamente com a construção de manifestações organizadas por movimentos conservadores de direita, com pautas relacionadas à defesa da moral, da família tradicional, de um governo liberal e de um patriotismo exacerbado. Os atores destas manifestações foram identificados pela grande mídia e por políticos de partidos políticos da base de apoio do governo Temer como manifestantes legítimos, como os “manifestantes de bem”, em antagonismo àqueles “manifestantes do mal”.



Encontros entre mídia e feminismo: o ativismo digital e as lutas por igualdade

Autor: Djenifer Samantha Marx (UFSC)

Coautor: RAQUEL DE BARROS PINTO MIGUEL (UFSC)

As novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) perpassam as discussões atuais sobre gênero e subjetividade. Ao ultrapassar fronteiras de tempo e espaço, as TICs - e em especial a Internet -, vêm mudando as formas de interação humana e, conseqüentemente, o modo como nos constituímos sujeitos através da relação com o outro (SANTOS, 2002; BRUNO, 2004; PEREIRA, 2011). O ativismo online e a criação de vínculos através de redes sociais, portanto, são questões importantes para as discussões feministas e para os estudos sobre o ciberfeminismo. Atualmente, as redes sociais se solidificam como importante espaço para a veiculação de discursos feministas, bem como para a socialização e organização política, são as redes sociais. Combinando ações comunitárias e tecnopolíticas, as redes político-comunicativas feministas não apenas articulam manifestações e lutas nas ruas, mas também permitem a identificação dos sujeitos com o feminismo, por meio de trocas e produção de discursos (FERREIRA, 2015). Ainda, as redes digitais e a incorporação das tecnologias às práticas cotidianas ampliaram significativamente as possibilidades de colaboração e participação em ações coletivas para grupos historicamente discriminados, e vêm contribuindo para o florescimento de feminismos plurais, participativos e contraculturais (ABREU, 2017). No contexto brasileiro, já eclodiram várias campanhas utilizando o uso de hashtags como estratégia política, principalmente em ações contra a violência e o assédio às mulheres. Podemos citar as campanhas #primeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto, ambas lançadas em 2015 por iniciativas de coletivos feministas, a saber o coletivo Think Olga e o coletivo Não Me Kahlo, através de redes sociais. As campanhas incentivaram meninas e mulheres a contar situações de abuso, assédio e agressão, promovendo um debate sobre a naturalização dessas violências. Ainda nesse sentido, as campanhas "Chega de Fiu Fiu" e #VamosJuntas, contra o assédio sexual em espaços públicos, estimularam ações de colaboração e união entre mulheres, no caminho de um enfrentamento a essas situações. Ademais, é importante mencionar o impacto do ativismo digital na campanha presidencial de 2018 no Brasil. Por meio das redes sociais e, em especial, da campanha #EleNão, foram organizados debates e manifestações contra o discurso de ódio, posicionamento e projeto político do candidato presidencial. Deste modo, podemos entender o ciberespaço como um território de subversão e desconstrução de discursos de poder-saber normalizantes, oferecendo novas possibilidades para processos de subjetivação dissidentes. Ainda, ao discutir a articulação entre mídia e sujeito político, temos como base a psicologia sócio-histórica de Vigotski, que se sustenta no materialismo histórico e dialético de Marx. Nesse sentido, entendemos que há uma posição ativa do sujeito em relação ao seu meio. Entendendo que o feminismo abarca teoria e prática, a pesquisa acadêmica nesse campo deve ser comprometida criticamente na construção e desconstrução de discursos, práticas e lugares de poder (SCHMIDT, 2004). Assim, considerando o atual contexto político, marcado por discursos autoritários e retrocessos, atentamos para a importância de pesquisas nesse campo, entendendo o potencial das novas mídias para a articulação de demandas sociais e a construção de horizontes políticos mais democráticos. Diante desse cenário, o presente estudo busca apresentar um panorama a respeito da forma como o feminismo tem se apropriado das mídias atualmente, especialmente de sua aproximação com o meio digital. A pesquisa se articula com o GT36 ("Psicologia Política") e com o Eixo 6 ("Estado, democracia e movimentos sociais"), na medida em que lança o olhar para novas formas de articulação entre democracia, movimentos sociais e participação política. Ainda, relaciona-se com o objetivo de debater sobre as novas tecnologias de informação e comunicação para organização coletiva e fomentar o debate sobre o uso da mídia como estratégia política em defesa de direitos e da democracia. A fim de alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma revisão de literatura nas bases Scielo, Scopus, Capes (teses e periódicos), bem como buscas informais em blogs, sites e redes sociais, buscando compreender a relação entre mídia e feminismo no período que algumas pesquisadoras chamam de "Quarta Onda" feminista. Cabe ressaltar que para compreender a relação entre mídia e feminismo atualmente, se fez necessário retomar a trajetória dessa relação ao longo da história do movimento feminista. Até o momento, foi possível verificar a existência de discussões que se debruçam sobre uma possível mercantilização do movimento feminista, onde suas pautas são utilizadas como meio para atingir um público consumidor que se interesse por tal temática. Por outro lado, percebe-se que, apesar de tal pasteurização do movimento, o fato de o feminismo estar sendo pautado em diferentes veículos midiáticos, traz visibilidade às agendas feministas. Nesse sentido, esses espaços podem ser usados politicamente como instrumentos de transformação crítica e social. Com essa pesquisa, esperamos tecer reflexões sobre a mídia enquanto arena política de disputa sobre pautas e discussões feministas, bem como levantar algumas potencialidades e

especificidades do feminismo digital. Espera-se assim, contribuir para o debate sobre novas formas de resistência em tempos de ataque à democracia, bem como para as discussões atuais a respeito do ativismo online, mídia e feminismo.

Referências Bibliográficas

ABREU, Carla. Narrativas digifeministas: arte, ativismo e posicionamentos políticos na internet. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica*, v. 2, n. 4, p. 134-152, 2017.

BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. *Porto Alegre: Revista Famecos*, v. 11, n. 24, p. 110-124, 2004.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *Cadernos Pagu, Campinas: Cadernos Pagu*, n.44, p. 199-228, 2015.

PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. *Rio de Janeiro: Encontro da compolítica*, v. 4, p. 1-26, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reinventar a democracia*. Lisboa: Editora Gradiva, 2002.

SCHMIDT, Simone Pereira. Como e por que somos feministas. *Rev. Estud. Fem., Florianópolis*, v. 12, n. esp, p. 17-22, Dec. 2004.

Fake News: a produção de ódio como técnica de governo da vida

Autor: Maurício Figueiredo Maffei (Maurício Maffei)

Coautor: Neuza Guareschi (UFRGS), Carolina dos Reis (UFRGS), Luis Henrique da Silva Souza (UFRGS), GIOVANA GALEANO (UFRGS - Núcleo Epolitics), Jacinta (UFRGS) e Tiago Schimit Rocha (UFRGS)

Tendo se destacado substancialmente nas eleições de 2016 nos Estados Unidos da América, as fake news como prática sistemática ganharam a cena no Brasil em 2018, chegando a ser registradas, por agências de checagem, mais de 120 dessas notícias entre agosto e novembro do ano em questão. Lançadas a outro patamar por uma empresa internacional que têm se dedicado a vencer eleições através dessa prática, os detalhes sobre essa forma de atuar politicamente vêm sendo destrinchadas por documentários, reportagens ao redor do mundo, porém, para além das questões éticas vinculadas à prática em si, está em questão como ela incide e opera sobre a produção de subjetividade no contexto brasileiro. A partir de uma reportagem em um jornal de grande circulação nacional, passou-se a atentar para o impacto do uso de fake news durante o período eleitoral de 2018, não obstante, é notável que essa constante distorção - ou mesmo a invenção - de narrativas segue sendo prática recorrente no governo do presidente do PSL. A partir de 2019, notou-se um acirramento de um processo que já vinha anunciando-se: o desmonte de políticas públicas, silenciamento de instituições, o fim do ensino público de qualidade no Brasil, a privatização em massa de empresas, assim como o aumento dos discursos de ódio. Entende-se, frente a essa realidade, que a circulação e mobilização de informações nos meios digitais, que incluem as fake news, foram fatores importantes na consolidação desse cenário. Ou seja, torna-se possível, e talvez necessário, compreender as fake news como uma tática de governo, considerando o espaço digital onde a prática acontece não como uma virtualidade, mas como um território, possibilitando atentar às suas topografias, suas organizações e seus agenciamentos como fatores implicados na produção e captura dos desejos, mobilizando novos arranjos das relações que constituem a vida. Dessa forma, as fake news são um fator importante para se compreender o acirramento da polarização política no Brasil bem como uma mudança na relação de significativa parte da população brasileira com os meios de informação - como a mídia tradicional e as universidades. Por isso, o trabalho "Fake News: produção de ódio como técnica de governo da vida" vinculado ao projeto "Políticas de Normalização e Práticas Estatais: Discursos Normativos no Governo da Vida" do grupo E-Politics do PPGPSI - UFRGS, tem como objetivo compreender como as fake news se relacionam e operam na produção de verdade, além de mapear que discursos são mobilizados por essa prática no Brasil. Seguindo por esse caminho, pretende-se analisar a produção de normas e de modos de governo visibilizados pelas fake news. Para isso, tomamos como material de análise as principais fake news investigadas por grupos de checagem durante o período eleitoral brasileiro de 2018, fazendo levantamento do local de circulação das informações e por quais discursos elas são atravessadas, relacionando-as com processos de normalização. Cabe, ainda, ressaltar a peculiaridade no estudo dessa tática de comunicação, justamente pelo aparente anonimato das mensagens, no sentido de que não se sabe quem as iniciou ou criou, e a dificuldade de

localizá-las em sua totalidade. É bastante possível, portanto, que as fake news analisadas neste trabalho não correspondam à maior parte das informações falsas que tenham circulado durante as eleições, não obstante, crê-se que é plausível, mesmo assim, dar visibilidade as transformações nos jogos de produção do verdadeiro e do falso, além de como as mudanças estratégicas que as fake news produzem na articulação de modos de governo e suas relações com o saber/poder, bem como seus efeitos na vida política brasileira.

Para fins de análise do material, fez-se uso, como norteadores epistemológicos, dos estudos de Michel Foucault, principalmente no que tange às discussões sobre regimes de verdade e sua relação com o poder, atentando, ainda para as obras que versam sobre modos de governo e processos de normalização. Entendendo, a partir dessas leituras, que os discursos são agentes importantes para a compreensão do social e atuam diretamente na forma como nos relacionamos com os regimes de verdade e, conseqüentemente, com o poder.

Tendo sido feita esta exposição, compreendemos que o estudo das fake news e dos discursos que as atravessam é relevante para buscar entender o avanço do pensamento conservador e dos discursos de ódio no Brasil, uma vez que, pelo menos uma parte desse processo, decorre de um guerra de narrativas nas quais as fake news se inserem. Além disso, pode-se pensar como novas tecnologias como o big data, aplicativos de mensagens instantâneas e redes sociais, aliadas, inclusive, a saberes psi, modificam a nossa forma de nos relacionarmos com a informação e que impactos isso traz para a mobilização política. A partir das análises iniciais, é possível evidenciar que as próprias características das fake news - de uma circulação aparentemente horizontalizada e anônima - produzem um deslocamento nas instituições até então reconhecidas como legítimas de afirmação de verdades, como a mídia tradicional e as universidades. Os sujeitos tornam-se, todos, possíveis fontes de informação, uma vez que ela circula sem origem, apenas remetentes. Além disso, há uma questão importante envolvida, pois quem repassa as informações são, normalmente, pessoas conhecidas e com certo nível de afinidade, permitindo, assim, que as informações circulem por grupos nos quais as pessoas confiam umas nas outras, diferentemente de informações de propagandas ou de grandes mídias, sobre as quais recaem, com frequência, a ideia de serem manipuladoras. Esse tipo de noção, inclusive reiterada por discursos presentes nas fake news como críticas à universidade pública e à mídia tradicional, acaba tendo como efeito a desqualificação dos debates sobre políticas públicas, pretendendo tornar inócuas as manifestações de grupos opositores, resultando na precarização das resistências às práticas neoliberais.

Fernando Henrique Cardoso e a construção discursiva de horizonte político de sociedade.

Autor: Milena Wanderley Barros (UFAL)

Coautor: Frederico Alves Costa (UFAL)

Esta pesquisa localiza-se no campo das ciências humanas e sociais e a fim de contribuir para reflexões críticas sobre a conjuntura política brasileira atual, marcada pela descrença na representação política e pelo fortalecimento de discursos autoritários no campo político, tem como objetivo geral analisar a construção discursiva de horizonte político de sociedade realizada pelo ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, vinculado ao Partido da Social Democracia Brasileira e problematizar como esta construção discursiva favoreceu ou não o fortalecimento de discursos autoritários no Brasil. Os objetivos específicos dessa pesquisa são: 1) contextualização histórica da trajetória política de Fernando Henrique Cardoso e a construção e consolidação do PSDB no país; 2) delimitação das demandas sociais presentes no discurso de Fernando Henrique Cardoso e discussão do modo como são articuladas neste discurso, constituindo um horizonte político de sociedade; e 3) discussão sobre em que medida o horizonte político de sociedade construído discursivamente por Fernando Henrique Cardoso favoreceu ou não o fortalecimento de discursos autoritários no Brasil. Este trabalho possui relação com o GT pois ao propor analisar a construção de horizontes políticos de sociedade por um ex-presidente da República, buscamos refletir sobre modos de expansão da democracia e sobre os desafios colocados a esta expansão na história recente do país. Esta reflexão foi elaborada de maneira convergente, sobretudo, com um dos interesses do GT: discutir a articulação e rearticulação de demandas sociais em torno de horizontes políticos de sociedade, considerando o fortalecimento da direita e da extrema-direita no Brasil. A partir da leitura de fontes documentais primárias e secundárias construímos uma discussão sobre a trajetória política de FHC e do PSDB, focalizando articulações políticas e mudanças discursivas. Posteriormente, a partir de textos produzidos por FHC, delimitamos as deman-



das sociais presentes em seu discurso e discutimos o modo como são articuladas em torno de um horizonte político de sociedade. A análise foi realizada tendo como referencial teórico a Teoria Democrática Radical e Plural, desenvolvida por Ernesto Laclau e por Chantal Mouffe desde meados dos anos 1980. Deste modo, analisamos a construção discursiva de horizonte político de sociedade realizada por FHC a partir do conceito de “povo” proposto por Laclau (2013), o qual o concebe como uma lógica política construída através da articulação entre demandas sociais e do estabelecimento de fronteiras políticas. Desse modo buscamos delimitar no discurso de FHC elementos considerados fundamentais por Laclau (2013) para a compreensão do “povo”: a) demandas sociais; b) a articulação entre estas demandas a partir da lógica da equivalência ou da lógica da diferença; c) o estabelecimento de fronteiras políticas, a partir da noção de antagonismo. Nessa perspectiva, as demandas sociais são entendidas como a matéria-prima para a construção de um horizonte político de sociedade, caracterizando-se por demandas particulares que não se encontram satisfeitas na ordem social presente. A lógica da diferença caracteriza-se pela busca de satisfação das demandas a partir da afirmação de sua particularidade no interior desta ordem social. A lógica da equivalência é entendida como aquela que possibilita a construção de lutas democráticas, ou seja, a articulação entre diferentes demandas em torno de um horizonte de sociedade, buscando significar a plenitude ausente na hegemonia existente, constituindo demandas populares (Laclau, 2013). Esta articulação se faz a partir do estabelecimento de uma fronteira antagônica que delimita um “nós” (o “povo”) a partir da negação de um “eles” (forças que impedem a satisfação de todas as demandas). Vale ressaltar que esta fronteira não é rígida, ela se desloca diante da exclusão ou inclusão de novas demandas na cadeia equivalencial. Por fim, o estabelecimento da identidade popular (“nós”) se faz a partir de um processo de nomeação da cadeia equivalencial, caracterizado por uma das demandas que constitui a cadeia alcançar a condição de um significante vazio, ou seja, representar a totalidade das demandas da cadeia. Considerando as duas questões chave da pesquisa - que horizontes políticos têm sido construídos por importantes políticos brasileiros? Em que medida estes horizontes têm favorecido ou não o fortalecimento de discursos autoritários no país? – no que diz respeito à primeira questão podemos dizer que o horizonte político de sociedade construído por FHC se constitui a partir de uma relação agonística com os governos petistas. A demanda que atua como significante vazio neste horizonte político de sociedade é a demanda por estabilidade e crescimento econômico, a qual se articula, via lógica da equivalência, com as demandas por emprego, por universalização do atendimento à saúde e à educação e por acesso à terra. Ademais, notamos que demandas em defesa da diversidade cultural e de políticas identitárias foram incorporadas no discurso de FHC a partir da lógica da diferença, numa estratégia de afastamento de demandas conservadoras e autoritárias defendidas pela “nova direita” que se fortaleceu no Brasil desde o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Em relação à segunda questão chave da pesquisa, podemos afirmar que o horizonte político de sociedade construído por FHC contribui para o enfrentamento ao fortalecimento de discursos autoritários no país, sendo um elemento central para este entendimento a consideração de que as oposições não podem ser entendidas como inimigos a ser aniquilados e sim como adversários. O que poderíamos conceber como semelhante à proposta agonística de Mouffe (2015) no que diz respeito à relação entre nós e eles. Em consonância com esta posição que podemos entender aquela defesa por FHC de demandas particulares de grupos minoritários, pois trata-se mais uma vez da afirmação da pluralidade de modos de vida como condição para a democracia.

Militância e ativismo distintos modos de resistir - hipóteses iniciais

Autor: Flávio Fernandes Fontes

Coautor: andre (Andre)

Desde as eleições presidenciais de 2018 pululam nas ruas, praças e redes sociais frases como: “se fere minha existência, serei resistência”. Conduzir a ideia de resistência à condição de problema atende à demanda teórica de qualificação do vocabulário empregado no campo dos estudos dos movimentos sociais, visto que ela é elemento central na construção da coerência simbólica das formas de ação-coletiva contestatórias, e, tem ganhado cada vez mais atenção no contexto político brasileiro atual. Os sentidos usuais da palavra resistência referem-se à habilidade de um corpo reagir sobre a ação de outro corpo; à capacidade de suportar a fadiga, a fome; à aptidão para se interpor a um outro. O cenário político vigente, no qual “as autoridades nacionais estão aumentando a probabilidade de que [defensores e defensoras de direitos humanos] sofram ataques ao rotulá-los de encrenqueiros, subversivos ou criminosos” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2012, p. 63), torna necessário ir além da reação e da



oposição aos projetos políticos postos em curso por membros do poder executivo em suas diferentes instâncias. Definimos militância e ativismo como “metodologia[s] para produzir ações coletivas a fim de intervir/interferir nas normas sociais vigentes” (SALES, FONTES, YASUI, 2018, p. 567), e usamos os conceitos de repertório, estratégia e subjetivação para escrutinar as diferenças entre tais metodologias (SALES, FONTES, YASUI, 2019). Ao analisar a dimensão estratégica e as consequências subjetivas das metodologias militante e ativista, foi possível: a) identificar pontos comuns nas formas de luta usada por sujeitos situados em polos opostos do espectro político; b) compreender efeitos subjetivos inesperados de formas tradicionais de manifestações e protestos, como o apreço à regularidade, à disciplina e à heteronomia; c) entender como as mudanças nas formas de comunicação e sociabilidade contemporâneas tem participado da reorganização das formas de contestação em curso no Brasil e no mundo (SALES, 2019). A militância foi caracterizada uma estratégia antagonista, desenhada para revolucionar pessoas e organizações existentes no tempo presente visando criar no futuro pessoas e organizações alinhadas ao projeto de sociedade defendido pelo grupo de militantes. Sua racionalidade tática visa combater os valores e ideais potencialmente nocivos ao projeto de sociedade almejado e promover a conscientização da necessidade de revolucionar pessoas e instituições. Para tanto, ela utiliza como princípios organizacionais preferenciais: hierarquização organizativa, rigidez disciplinar e aumento da heteronomia dos militantes. Por sua vez, o ativismo é uma estratégia agonista, usada para experimentar no tempo presente regras e modos de vida alinhados ao projeto de sociedade defendido para o Futuro. Sua racionalidade tática usa o engajamento de pessoas e instituições em atividades experienciais como forma de prefigurar valores, ideias e atividades críticas para a construção das normas sociais pelas quais se luta. Isso é possível graças ao uso intenso de estruturas organizativas em rede, da adoção de uma postura experimental nas atividades desenvolvidas e do aumento da autonomia dos ativistas. Sendo modos distintos de fazer, quais são as concepções de resistência mobilizadas pelas metodologias militante e ativista? Como elas modulam os modos de subjetivação de militantes e ativistas? Investigaremos isso comparando dois movimentos do século passado – a Reforma Sanitária Brasileira, movimento social na qual foi usado a estratégia militante; e movimento e o movimento AIDS Coalition to Unleash Power (ACT UP) Nova Iorque – forma de luta coletiva na qual se encontram traços do ativismo como descrito aqui – com duas ações coletivas contemporâneas articuladas para resistir a ações propostas pelo presidente Jair Bolsonaro no início de 2019 – a ação “O que eu faço na Federal” e a campanha “#OBrasilPrecisaDeConselho”. A metodologia empregada para tanto consiste em: coleta de dados primários e secundários, construção de estudos de casos e discussão desses com especialistas no Brasil, nos Estados Unidos e no Canadá. Partiremos das seguintes hipóteses: a) a noção de resistência, nos sentidos de se opor e de impedir que algo aconteça, exerce funções diferentes na construção da coerência simbólica – forma “como participantes, ou observadores do fenômeno atribuem a ele unidade e significado” (TILLY, 2006, p. 46) – de movimentos militantes e ativistas; b) sendo antagonismo um traço distintivo da militância brasileira, organizações militantes tendem a perceber resistência como fonte de força e de expressão do compromisso dos militantes com o projeto de sociedade por eles defendido; c) uma vez que a prefiguração é um traço distintivo do ativismo brasileiro, coletivos ativistas tendem a perceber experimentação como fonte de força e de expressão do compromisso dos ativistas com o projeto de sociedade por eles defendido; d) a concepção de resistência mobilizada pode ser um entrave à renovação das formas de luta militantes; e) a importância atribuída à experimentação nas práticas ativistas pode favorecer a inovação dos repertórios de ação e formas de luta, bem como a construção de alternativas ainda impensadas; e) o lugar ocupado na construção da coerência simbólica militante pela ideia de resistência é equivalente aquele ocupado pela ideia de experimentação na coerência simbólica ativista. Investigar sentidos, ideias e conceitos produzidos, e produtores, de práticas diversas compreendidas como “resistência”, neste momento em que muitos se sentem sem palavras para compreender o presente, qualificará as análises que temos feito e fornecerá pistas para a condução de ações que tentam inventar o futuro. Fazer isso pode “liberar o pensamento daquilo que ele pensa silenciosamente, e permitir-lhe pensar diferentemente” (FOUCAULT, 1984, p. 13). Estranhar o comum, duvidar do óbvio e convocar o natural a dar explicações é uma contribuição singular que o campo da Psicologia tem a oferecer nesse momento em que o vocabulário político parece não dar conta daquilo que pulula na esfera pública. Estudar a forma como a noção de resistência comparece na estruturação de práticas que buscam intervir/interferir em normas sociais é um ato teórico com importantes desdobramentos políticos através do qual reforçamos a aposta na Psicologia como uma área da ciência apta a disparar a reflexão crítica sobre questões que nos são colocadas neste tempo histórico.



Referências

- ANISTIA INTERNACIONAL. Transformando dor em Esperança Defensores e defensoras de direitos humanos nas Américas. Amnesty International Ltd, Reino Unido, 2012.
- FOUCAULT, M.. História da Sexualidade II: O uso dos prazeres. 1 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- SALES, A. L. L. de F. Quais as diferenças entre os termos militância e ativismo? Entrevista publicada no Nexa em 26 de Fevereiro de 2019. Recuperado de <http://tiny.cc/3hz07y>, em 07 de Junho de 2019.
- SALES, A. L. L. de F., FONTES, F. F., YASUI, S.. Para (re)colocar um problema: a militância em questão. Temas em Psicologia, 26(2), 565-577, 2018
- SALES, A. L. L. de F., FONTES, F. F., YASUI, S.. Militância e Ativismo no Brasil depois de Junho de 2013: entre Repertórios, Estratégias e Instituições. Psicologia Política, 19(45), p. 154-169, 2019.
- TILLY, C. Regimes and repertoires. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

Modos de Vida e o Enfrentamento à Pobreza de jovens em Movimentos Sociais

Autor: Lucas Soares Rodrigues (UFMG)

Coautor: -

Introdução

Trata-se de comunicação oral acerca da pesquisa de mestrado Modos de Vida e o Enfrentamento a Pobreza de jovens pobres em movimentos sociais, ainda em curso, que busca compreender se e como a militância política tem potencializado o surgimento de estratégias de enfrentamento às condições de pobreza em jovens pobres militantes do Levante Popular da Juventude (Levante).

Objetivo

A pesquisa organiza-se sob o objetivo geral de compreender se e como a militância política tem potencializado o surgimento de estratégias de enfrentamento às condições de pobreza em jovens pobres militantes do movimento social Levante Popular da Juventude. Sendo ainda objetivos específicos: identificar a incidência de privação e pobreza multidimensional; analisar modos de vida dos jovens militantes; compreender as estratégias de enfrentamento utilizando de categorias analíticas das implicações psicossociais da pobreza tais como Fatalismo, Humilhação e Vergonha, Apoio Social, Sentimento de Comunidade, Conscientização e Fortalecimento.

Relação clara com o GT e eixo temático escolhido

Com este estudo, pretendemos contribuir na compreensão das dinâmicas da luta social por parte da juventude frente as condições de pobreza e desigualdade social, em específico no caso do Levante. Entendemos que as discussões desta pesquisa contribuirão para o debate no GT36: Psicologia Política, por abordar um movimento social de relevância nacional, compreendendo suas agendas de lutas e estratégias políticas, à partir do olhar dos jovens envolvidos em suas ações.

Orientação teórica

Pesquisar juventude é adentrar em um campo de teorização em disputa. A própria definição do termo recebe diferentes recortes e enfatizam distintas dimensões, seja na percepção dos jovens como sujeitos apolíticos e apáticos, seja no anúncio destes como sujeitos da inovação e da liberdade

O Levante é um movimento social que surge em 2006 no Estado do Rio Grande do Sul, sua fundação objetiva a construção de uma ferramenta de organização para a juventude O movimento nasce de certo acúmulo e impulsionamento do trabalho da Via Campesina com jovens no início da década de 2000, bem como de uma deliberação da Consulta Popular, de 2005, que apontava a necessidade de criar uma ferramenta de organização da juventude trabalhadora, em especial na periferia. A literatura aponta que o movimento é a experiência gaúcha desta deliberação da Consulta Popular

A partir de 2012, o movimento se nacionalizou espalhando-se por todo o país. A proposta é organizar a juventude onde ela está e para isso a atuação dá por três frentes: a) a frente estudantil, que atua em escolas e universidades; b) a frente camponesa, que atua no campo; e, c) a frente territorial, que atua nas periferias. Além das frentes, são construídas ações específicas e espaços auto-organizados de mulheres, negritude, LGBT, dentre



outras minorias políticas. Optamos nesta pesquisa por uma investigação junto à frente territorial, que tem realizado diversas atividades de relevância e abrangência nacional.

Os estudos e discursos sobre a pobreza por vezes se sustentam em abordagens unidimensionais de análise, limitando-se ao aspecto monetário, traçando linhas de definição do que é ou não pobreza. Visando uma compreensão ampla, adotamos uma abordagem multidimensional, que oferece uma concepção integral do ser humano, compreendendo a pobreza como um fenômeno de bases social, política e ideológica, sob a qual aponta-se a necessidade de um debate crítico a respeito das origens e manutenção da pobreza, tanto quanto a inclusão dimensões psicossociais, ampliando sua compreensão. Carece entender o caráter estrutural da pobreza e seus impactos na formação psiquismo, as ferramentas psicossociais de dominação, de ajustamento e conformismo protetivo frente à realidade adversa, assim como as de enfrentamento.

Martín-Baró e Silva Lane apontam para superação das perspectivas ideológicas na compreensão da relação indivíduo-sociedade. Ambos compreendem um indivíduo ativo, criativo, produtor e produto de sua realidade histórico-social, é então um ser social construído nas relações com os outros. Assim, a vida coletiva é parte do sujeito, a comunidade e os movimentos sociais são entendidos como expressões humanas da coletividade enquanto motor da libertação, de superação da reprodução ideológica e das contradições histórico-sociais. Neste sentido cabe situar que uma das hipóteses que guia este estudo é que as ações do Levante contribuem para a organização social nas periferias e pode potencializar estratégias individuais, psicossociais e comunitárias para enfrentamento à pobreza e às adversidades cotidianas, às quais estão submetidas à juventude pobre e periférica.

Torna-se importante compreender as estratégias de enfrentamento e o papel da militância a partir dos modos de vida dos jovens, entendendo modos de vida como uma como as elaborações do sujeito de si, da vida e da comunidade, bem como, seus trânsitos, seu cotidiano e as redes de relações que desenvolve. Para esta investigação utiliza-se categorias de análise da pobreza presentes na literatura da psicologia comunitária, no campo das implicações psicossociais da pobreza.

Método

Esta pesquisa está baseada no materialismo histórico-dialético e nos preceitos teórico-metodológicos e éticos da psicologia comunitária, enquanto uma área da Psicologia da Libertação. Adota-se um percurso metodológico constituído de: a) observação participante, com registro de Diário de Campo; b) entrevistas em profundidade com referências organizativas; e c) entrevistas em profundidade com educandos do cursinho popular do movimento, mediadas pelo recurso da autofotografia e por um Questionário Socioeconômico.

A observação participante ocorre junto a atuação do movimento em uma região socialmente periférica de determinada cidade do sudeste brasileiro, contudo, opta-se neste momento por não expor a localidade, por motivos de segurança. As entrevistas com referências foram realizadas e estão sendo programadas as entrevistas com educandos. Os dados serão analisados à partir da Análise de Conteúdo Temática, utilizando-se das categorias das implicações psicossociais da pobreza.

Resultados

O Levante nasce no campo político denominado Campo Popular, dos quais fazem parte os maiores movimentos populares do país, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terras. Estes movimentos, vários nascidos da efervescia política do período 1975-1990, e com forte influência da Teologia da Libertação, passam de herança ao Levante uma série de elementos que constitui sua identidade, práxis política e organicidade, como é o caso da organização em células, da prática da mística e da agitação e propaganda.

A literatura aponta que o caráter organizativo do movimento mescla tanto elementos dos movimentos populares e organizações de classe do século 20, quanto elementos dos Novos Movimentos Sociais. Para com estes, o movimento é similar no que tange, por exemplo, a aposta da dimensão afetiva, a disputa da cultura e da política, a defesa de uma nova sociabilidade. Também agita e debate as questões de gênero, raça e diversidade sexual, tidos muitas vezes como pautas identitárias. Entretanto, o faz a partir de espaços de formação, bem como conforma em sua organicidade nacional, estadual e local, espaços para o fortalecimento dessas questões, na forma de coletivos nacionais e setores. Assim, o movimento encaminha tais lutas para a construção de seu projeto político, o Projeto Popular, incluindo-as em sua análise da realidade e em seu projeto de transformação, sem abandonar uma leitura política que sustenta o conceito de classe trabalhadora e a defesa da possibilidade de transformação social profunda, mantendo-se assim a perspectiva da revolução brasileira e da construção do socialismo.



Durante a observação participante acompanhou-se as aulas de capoeira lecionadas por um jovem militante, que se mudou para o território, e saiu do movimento, durante esta pesquisa, após mudanças em seu contexto de vida. As entrevistas realizadas com este jovem e com outro militante de referência para o território indicam que a militância ocupa lugar central em suas trajetórias, sendo potencializadora processos de conscientização, o que inclui tanto um reorganização da visão de mundo quanto de seu autoconceito, resignificando, por exemplo, vivências de humilhação e vergonha oriundas de desigualdades de raça, classe e orientação sexual.

Acompanhou-se também as atividades do Podemos+, cursinho popular do movimento. Destaca-se que este espaço tem servido de instrumento de conscientização ao adotar a práxis da educação popular. As implicações de tal processo são diversas, cabendo ressaltar o seu desenvolvimento também em educandos não-jovens, sendo esses mais presentes nas atividades políticas conclamadas pelo cursinho. Aponta-se também o caráter central das disputas políticas no campo educação para a ação e organização política da juventude, sendo este campo de disputa um potencializador para outros enfrentamentos.

Conclusões

Observa-se que a juventude é um campo de disputa estratégico. Toma ainda um caráter central em conjuntura de ascensão de extrema-direita e de crise do capitalismo. Compreende-se a luta social é o caminho da libertação, é então essencial compreender seu desenvolvimento abarcando as implicações psicossociais, as dinâmicas materiais, interpessoais, organizativas e comunitárias que estão envolvidas neste processo, e que ainda demandam ser exploradas, em especial quando se inclui ao debate as questões da juventude. Neste sentido, este estudo contribui para ampliar as análises sobre a pobreza, na perspectiva do enfrentamento via organização popular da juventude, tomando como base a ação do Levante nas periferias.

Por fim, ressaltamos que até a data da apresentação deste trabalho a pesquisa estará na fase de análise de dados. Desta forma, poderemos apresentar análises ainda mais consistentes quanto a atuação deste movimento, suas implicações, contradições e contribuições, tanto para os jovens envolvidos em suas ações, quanto para a compreensão da realidade brasileira e as estratégias de atuação em uma conjuntura de retrocessos.

Participação social nas políticas públicas de direitos humanos

Autor: TELMA PAULA SOUZA (UNIMEP)

Após mais de três décadas de experiências de uma democracia participativa forjada no suposto “diálogo” entre representantes da sociedade civil e representantes governamentais, dentro dos espaços públicos (ou instituições participativas), urge aprofundarmos o debate acerca do real poder desses espaços na efetivação de políticas públicas comprometidas com os direitos humanos no sentido libertário. A urgência desse debate justifica-se no atual contexto socioeconômico e político de crise generalizada, que tem fragilizado os referenciais regulatórios e emancipatórios brasileiros, atualmente atravessados por uma pauta conservadora dos costumes que tem esfuamaçando os reais interesses em jogo no campo político-econômico. A pesquisa, realizada entre os anos 2016-2018 (FAP-UNIMEP/FAPESP), teve entre seus objetivos: I - Analisar o processo de participação social na Conferência Municipal Conjunta de Direitos Humanos e os sentidos dessa participação entre alguns representantes; II - Analisar o processo de construção do Plano Decenal Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (PDMD-CA) os sentidos desse Plano para alguns representantes responsáveis pela sua elaboração. Trabalhamos com uma metodologia qualitativa com observação participante, análise documental e entrevistas. Problematicamos as experiências de democracia que compartilham as responsabilidades na execução das políticas públicas, por meio do discurso das parcerias público-privado, mas não permitem a partilha do poder de fato, mantendo o poder das elites brasileiras. Nessa problematização destacamos: (1) os limites da representação, nos dois lados – governo-sociedade civil; (2) os limites da competência dos pretensos representantes e (3) os limites da arquitetura do Estado, que facilita uma unidade antitética entre democracia representativa e a participativa. Analisamos os limites da participação e como esses espaços são forjados para a construção de um consenso sem consentimento, neutralizando a participação política da sociedade civil, historicamente excluída dos espaços de decisões, legitimando novas elites para a manutenção dos lugares de poder. O enfrentamento dessas questões também é uma condição para qualificar a participação social nos espaços públicos que deliberam sobre essas políticas, como as Conferências de direitos humanos e a elaboração, monitoramento e avaliação dos Planos para a execução das políticas pú-

blicas, que revelaram-se, nos resultados dessa pesquisa, frágeis para a consolidação da democracia participativa no Brasil. Nos casos analisados, alguns fatores limitaram a participação concreta dos envolvidos: ausência do reconhecimento dos Conselhos de políticas públicas como propositivos das políticas e orçamento e não apenas fiscalizador, quando isso ocorre; as agendas e atravessamentos dessa pelas exigências burocráticas que se sobrepõem as ações mais propositivas nas IPs, como os conselhos gestores; o não reconhecimento do significado estratégico dos Planos das políticas públicas como base para o planejamento e execução de ações que devem ser implementadas pelo Poder Executivo e monitoradas pelas IPs; ausência de avaliação sistemática e participativa das políticas públicas; o não reconhecimento prático e político da articulação intersetorial; entre outros. As atividades de planejamento e de orçamento são pensadas separadamente. É baixíssima a presença de conselheiros no ciclo orçamentário. Não existem conectores entre as diversas unidades “deliberativas” municipais, o que impossibilita a construção de um Plano que deve ser fundamentalmente articulatório das ações setoriais. Não reconhecemos a participação social, enquanto participação política, nos espaços analisados nessa pesquisa. O grande desafio, nesse contexto, é problematizar essas questões nos espaços de conversação, não necessariamente nas IPs existentes no município. Temos observado diversos grupos relativamente organizados no município, que parecem constituir pequenas comunidades políticas sem grande interesse na política institucionalizada. Como fora das interações socioestatais há pouca possibilidade da sociedade intervir nas políticas públicas, parece-nos que é necessário estimular esses grupos para o “diálogo” com o poder público, na perspectiva da “política da presença” (Anne Phillips, 2001), especialmente os grupos minoritários e oprimidos. Nos espaços analisados, predominantemente, observamos a presença de profissionais que atuam nas políticas públicas, que colocam-se como representantes daqueles com os quais trabalham cotidianamente e os limites vividos nesse trabalho (condições trabalhistas, salários, capacitação, e outros) atravessam a pauta dos direitos daqueles que estão ausentes dos processos decisórios. As observações que pudemos realizar no processo conferencial, em todos os níveis federativos, permitem entender participação social nesse processo enquanto qualificador dos discursos acerca dos direitos humanos, tanto na dimensão de revelar as demandas sociais expressas por setores sociais mais organizados, como na dimensão da produção de ideais que têm sido a base de definições normativas, expressas em leis, decretos, portarias, pactos, documentos de orientação e recomendação, que são “filtrados” para a proposição de políticas públicas nem sempre operacionalizadas no mesmo sentido produzido nas suas origens. Observamos que a operacionalização das políticas públicas em benefícios, programas, projetos e ações comporta os elementos discursivos forjados nesses espaços participativos, mas ressignificados na lógica gerencial. Nesse sentido, acompanhamos as discussões de Châtelet, Duhamel e Pisier-Kouchner (1990) acerca da ideia de Estado-Gerente, que tem o pluralismo político como necessário para a gerência, e irá reduzi-lo à uniformidade para forjar o consenso e perpetuar sua gerência. Assim significamos o efeito das conferências e o significado político da participação social nesse contexto. Reduzem a pluralidade dos sujeitos (especialmente na Conferência Conjunta de Direitos Humanos) a um discurso supostamente consensual, que comporta simultaneamente: (a) a crítica social a um Estado liberal e as exigências de que esse assuma uma função redistributiva justa por meio de políticas públicas efetivas e eficazes, como clamado no próprio tema da Conferência (“Direitos Humanos para Todas e Todos: Democracia, Justiça e Igualdade”) e (b) a garantia da governabilidade, construída por uma tecnologia, ou uma racionalidade técnica, como diriam Châtelet, Duhamel e Pisier-Kouchner (1990), que entendemos ser produzida pelas “elites” da democracia participativa, muitos pertencentes a universidades. As estratégias que identificamos para a produção dos consensos expressos nas deliberações conferenciais, que incorporam e negam a pluralidade para a produção de reformas, são: I- A definição das pautas políticas das conferências, indicadas nos temas, eixos e subeixos, são definidas por “especialistas”, que também produzem os textos base que devem orientar todo o processo conferencial (análise de conjuntura, princípios doutrinários e operacionais, diretrizes, metodologia, regulamentos, regimentos e relatórios finais). No caso das Conferências Conjuntas de Direitos Humanos, que integrou a XII Conferência dos Direitos Humanos e Conferências temáticas, considerando-se as etapas municipais, regionais, estaduais e nacional, houve grande confusão, visto descompassos entre as orientações, provavelmente, em função de que o discurso dos especialistas (fundamentado normativa e juridicamente) não é o discurso hegemônico e as demandas que emergem dos sujeitos com maior experiência popular, parecem estar em outra ordem, muitas vezes repondo uma relação mais clientelista com o Estado. Observamos que as Conferências mais recentes, frente as dificuldades dos conselhos para a organização dessas, têm sido preparadas por Consultores externos, como ocorreu nas Conferências mais focadas nessa pesquisa. II- Os critérios para a representatividade dos participantes, também definidos pela Comissão Organizadora Nacional, são ressignificados nas etapas municipais, regionais e estaduais, segundo



interesses em disputa. Lembramos que as conferências devem garantir a paridade na representação do poder público e sociedade civil. Em relação ao poder público, parece-nos que existe pouca disputa, talvez porque já entendam o baixo poder decisório desses espaços. Alguns, apesar disso, revelam grande envolvimento e são propositivos, mas, geralmente, as vagas para representação do poder público não são plenamente preenchidas. Na sociedade civil sempre ocorrem disputas para a representação, sendo difícil identificar as motivações para essa representação. Para aqueles que, de fato, representam coletivos organizados, a representação é definida, geralmente, pelos posicionamentos do coletivo que representam e não do segmento social que supostamente representa, o que permite o questionamento acerca da legitimidade da representação. A representação é presumida (Almeida, 2015), o que tem sido discutido por alguns teóricos como ilegítima, posto que não foi autorizada pela sociedade civil, sendo a representação fundamentada no sentimento de identificação do representante com as demandas dos representados, o que lhe autorizaria a falar por eles, mesmo não pertencendo ao coletivo representado. Outra estratégia para a produção de “consenso” (3) é o desenho metodológico da conferência, especialmente no momento de aprovação das proposituras. Embora todas as Conferências de Direitos tenham produzido significativo avanço no plano normativo-legal, sua efetividade só pode ser reconhecida analisando seus impactos nas políticas públicas e ações implementadas efetivamente nos municípios, com permanente monitoramento e avaliação, o que não tem sido evidenciado. Em uma perspectiva abrangente, analisamos a ausência de um sujeito coletivo na elaboração do PDMDCA. A ação mecânica da participação dos integrantes (rotativos) nos espaços de reunião, impede que reconheçam que um Plano de Políticas Públicas, especialmente no seu processo de formulação e de avaliação é muito mais do que a elaboração de texto, pois exige uma responsabilidade ética, individual e coletiva, com o BEM COMUM, o que deve ser considerado para além das VONTADES dos gestores setoriais a serviço das VONTADES do gestor municipal. Os discursos mais contra-hegemônicos assumem um sentido mais indolente que limita o potencial de ação desses sujeitos a uma constante reclamação. As entrevistas revelam essa razão indolente (SANTOS, 2000), que nos espaços de elaboração do Plano focado nessa pesquisa, transforma os participantes em audiência. Fim do espetáculo, volta para a mesma rotina que impossibilita um agir alicerçado nos direitos humanos como um BEM COMUM.

Psicologia das Massas e Ideologia Nazista: uma leitura freudiana de Mein Kampf

Autor: Raquel Zalman (UFPa)

Coautor: Mauricio Souza (Universidade Federal do Pará)

Mein Kampf (Minha Luta), livro de Adolf Hitler que forneceu as diretrizes fundamentais do movimento nazista, foi publicado em 1925, poucos anos após a derrota alemã na I Grande Guerra e em meio: 1) às possíveis ameaças que o socialismo representava (considerando-se a então recente Revolução Russa de 1917); 2) à alta inflação alemã da época; 3) ao enorme índice de desemprego no país; 4) às insatisfações com o governo, manifestadas por meio de intensos protestos e tentativas de golpe e; 5) ao apoio popular às promessas do fascismo diante da crise então vigente, tomando-se como referência a Itália de Mussolini. Ao nos remetermos ao Brasil atual, é notório o quanto o termo “fascismo” vem sendo utilizado com bastante ênfase no debate político, em particular a partir da última eleição presidencial de 2018, sendo associado tanto à presença e à história da intolerância e do autoritarismo em nosso país quanto à reatualização de tais discursos e práticas em um contexto de grande polarização partidária. É diante desse quadro que objetivamos no presente trabalho privilegiar as hipóteses freudianas acerca da psicologia das massas presentes em Psicologia das Massas e Análise do Eu como possibilidades para uma leitura de alguns trechos específicos do livro Minha Luta, compreendendo, assim, os mecanismos psicológicos utilizados pelo líder nazista para a conquista das massas em suas eventuais relações com a teia política brasileira atual. O presente trabalho se enquadra no Eixo Temático 12: Psicologia Social, democracia, autoritarismos e subjetividades, pois adentra a discussão acerca dos ataques à democracia e sua relação com a produção de subjetividades. Neste mesmo sentido, pode fazer parte do Grupo de Trabalho de número 36 sobre Psicologia Política, uma vez que aborda questões relativas ao fenômeno coletivo das massas frente a cenários povoados por posturas intolerantes e autoritárias, inclusive no Brasil atual, onde a política corrente se apoia largamente em discursos de ódio que despertam grandes paixões em seus correligionários. Em termos metodológicos, a revisão bibliográfica e comparativa aparece como principal ferramenta utilizada aqui, sendo priorizados dois escritos em particular: Psicologia das Massas e Análise do Eu, de Sigmund Freud, e Minha Luta, de Adolf Hitler, além de alguns comentadores referendados de

ambas as obras. Já em termos conceituais, serão privilegiadas noções como as de massa, identificação, eu ideal, ideal de eu e narcisismo das pequenas diferenças. Quanto aos resultados obtidos até o presente momento nesta pesquisa, destacamos em nossa releitura psicossociológica do livro de Hitler, por exemplo, a sua ênfase no comportamento de agir em prol da massa, deixando de lado interesses individuais, algo que, na leitura freudiana, assemelha-se às características do sujeito que tem suas motivações inconscientes menos censuradas, uma vez que aspira a interesses em comum com o grupo do qual faz parte. Como se torna possível notar, o livro de Hitler pretendia, desse modo, conquistar mais adeptos para o movimento nazista pela via da identificação com ideias de cunho coletivo a serem selecionadas de acordo com a sua maior eficácia atrativa. Assim, a partir da identificação com outros que possuíam o mesmo olhar a respeito da situação social do “povo germânico” e do mundo da época, os sujeitos se identificavam também com um líder – a saber: Adolf Hitler. Mais uma vez em termos freudianos, cada participante da massa se encontrava ligada libidinalmente tanto aos demais sujeitos que a compõem quanto ao líder. Tal relação com o chefe se revelou bem importante no nazismo, algo claramente exposto em *Minha Luta* quando o ditador expôs que sua missão, para além da sistematização de uma visão de mundo, era unir em uma frente de batalha comum aqueles que compactuassem com os princípios da ideologia nazista. Hitler se coloca no lugar do ideal de Eu de cada sujeito da massa, o que implica na ausência de censura sobre si como. Ou seja, tudo aquilo que ele representa, bem como sua concepção de mundo, não sofrerá repressão. O Führer nazista é engrandecido e superinvestido de maneira semelhante ao que ocorre no processo denominado por Freud de enamoramento, o qual resulta em uma diminuição do Eu e em um investimento no outro. Em *Minha Luta* há ainda um argumento que explana o quanto alguém poderia influenciar uma pessoa a ponto de fazê-la duvidar de suas próprias convicções anteriores. Nessa ideia, aquele que entra em um comício envolvido em dúvidas sairia dali fortalecido e membro de uma coletividade. Em meio à massa, tal sujeito é encorajado e estimulado. Portanto, não apenas a palavra tem explícito poder, mas o outro é apresentado enquanto importante nessa relação, pois, em meio ao grande grupo, cada um se fortalece e adquire um “espírito coletivo” em conformidade com os demais. Trata-se aqui de um outro que, para Freud, apresenta-se como essencial na constituição do sujeito e que, segundo Hitler, poderia influenciar poderosamente um indivíduo qualquer para que viesse a duvidar de suas próprias convicções anteriores. É nesses termos que pudemos identificar em nossa releitura de *Minha Luta* mecanismos psicológicos como: a) o da identificação, no momento em que Hitler se utiliza de vários elementos familiares ao povo alemão para uni-lo e fazer com que se identificasse com o “ideal ariano” proposto; b) o narcisismo das pequenas diferenças, a partir do ódio direcionado aos inimigos do movimento; c) a colocação do líder como figura infalível e onipotente e, de maneira relacionada, o movimento de enamoramento fomentado nas massas a partir de tal engrandecimento e superinvestimento, resultando em uma obediência próxima à cegueira. Apesar de tais mecanismos psicológicos das massas serem encontrados no escrito de Adolf Hitler, isso não denota necessariamente um conhecimento aprofundado a respeito da sua psicologia, nem tampouco demonstra que aspectos da teoria freudiana tenham sido propositalmente utilizados pelo ditador austríaco. Revela, porém, processos que efetivamente ocorrem nas massas e que, importante, são frequentemente utilizados para fins políticos, remetendo a questões características da nossa época em termos de como a sociedade e suas instituições são concebidas, organizam-se e se sustentam. Diante disso, à guisa de considerações finais, procuramos aproximar (sem, entretanto, reduzir – é importante acrescentar) alguns elementos da psicologia das massas presentes em *Minha Luta* do contexto do Brasil atual, pautado pelas cores da polarização política e, com ela, de uma forte intolerância diante não somente das diferenças, mas de alguns dos princípios básicos que regem o próprio pacto democrático. Nesses termos, assim como na Alemanha da década de 1930, nas eleições brasileiras de 2018 a “colonização ideológica” apareceu como um objetivo fundamental. Aqui, como lá, para além dos efeitos psíquicos dos comícios populares, a conquista das massas só pareceu se tornar viável se outra prática detivesse lugar: a destruição dos seus supostos inimigos externos. O narcisismo se concentra, portanto, nas diferenças que supostamente distinguem dois polos específicos. Partindo do pressuposto freudiano da ambivalência dos afetos, em tal cenário os sujeitos vivenciam apenas sentimentos positivos dentro da massa e o ódio que nasce dentro dela é jogado para os grupos de fora a fim de preservar a sua união e coerência interna. Essa postura excludente pode ser lida como outro elemento que ajudou na polarização política brasileira, separando o “cidadão de bem” do “vagabundo imoral” e o “corrupto” da “última esperança da nação”. E, nesse Brasil polarizado, a certeza dogmática e/ou a identificação cega foram responsáveis pela divisão política por meio da propagação de fake news, assim como na Alemanha da década de 1930. Também em ambos os contextos, um grande risco para a democracia é o ódio que segrega. Aqui a simples existência do outro é tida como inconcebível. Logo, ele passa a ser destituído de sua cidadania como se sua vivência não fosse



digna de gozar dos mesmos direitos que os apoiadores de determinado partido ou postura ideológica. Diante disso, conscientes de que, a partir do debate proposto acima, mais elementos podem e devem ser melhor expostos ou problematizados, esperamos a oportunidade de fazê-lo em conjunto no Grupo de Trabalho sobre Psicologia Política deste vigésimo ENABRAPSO.

Psicologia Política, conservadorismo e produção de sentidos: o caso da “ideologia de gênero”

Autor: Henrique Araujo Aragusuku (Henrique Aragusuku)

Coautor: MARIANA (Universidade de São Paulo)

Nos últimos dez anos, presenciamos o surgimento de novos discursos políticos vinculados à emergência de uma nova direita no Brasil, um fenômeno ainda pouco estudado que carece de pesquisas teóricas e empíricas mais sistemáticas. Dentre estes novos discursos políticos, temos o discurso da “ideologia de gênero” que vem sendo mobilizado nas disputas que perpassam o campo da sexualidade, visando sobretudo a deslegitimação das demandas sociais oriundas dos movimentos feministas e LGBT. Para os grupos e ativistas que mobilizam este discurso, a “ideologia de gênero” representa uma ameaça aos valores da sociedade brasileira; em especial, à família tradicional, aos valores cristãos, à moralidade pública e à socialização das crianças em um ordenamento heteronormativo.

Na perspectiva de tais grupos, a “ideologia de gênero” seria uma falsa ideia (uma “ideologia”) que promove a “desconstrução e desestruturação social” ao apagar o papel do “sexo biológico” na constituição da divisão sexual, provocando assim a desfiguração do ser humano em sua ontologia primordial, ou seja, a divisão natural e complementar entre o homem e a mulher. Desse modo, esta ideologia estaria sendo promovida, ao longo do século XX, por uma rede ampla de atores – como governos, meios de comunicação, partidos, ONGs, movimentos sociais etc. – sob o lema do “progresso”, dos “direitos humanos” e da “diversidade”, estando vinculada a uma agenda de doutrinação ideológica de esquerda efetuada por meio das políticas de educação e dos instrumentos de disseminação cultural.

Cabe ressaltar que se trata de um discurso articulado por redes transnacionais de ativismo conservador, organizada fundamentalmente por grupos vinculados à Igreja Católica e a uma diversidade de congregações evangélicas. O termo “ideologia de gênero” foi inicialmente empregado por lideranças eclesiais da Igreja Católica no início dos anos 2000 e se expandiu internacionalmente no vocabulário político conservador a partir dos anos de 2010. Desse modo, gradualmente, a “ideologia de gênero” se tornou uma noção comum nas disputas políticas em diversas realidades nacionais, como na Espanha, na França, na Polônia, no Brasil, na Colômbia, no Peru, entre outros países. Inclusive, nos países em que lideranças conservadoras ganharam recentemente as eleições, como no Brasil e na Polônia, presenciamos a utilização deste termo no discurso oficial dos governos.

Já existem diversas produções acadêmicas que analisam de forma crítica este discurso político, tanto por meio da análise de sua estrutura discursiva (análise semântica, retórica, lexical etc.), quanto por meio da interpretação de suas implicações em termos de poder, cultura e política. Dessa forma, a partir da chave crítico-analítica, foram publicados diversos estudos que buscaram contextualizar o discurso da “ideologia de gênero” nas disputas políticas, enquadrando-o como um discurso conservador que reafirma estruturas sociais heteronormativas e relações desiguais de poder no campo do gênero e da sexualidade.

No entanto, não existem ainda pesquisas que se atentem aos aspectos intersubjetivos que são endógenos aos grupos conservadores que promovem este discurso político. Isto é, carecem pesquisas que elencam como objeto central da análise os grupos e sujeitos que mobilizam o discurso da “ideologia de gênero”, visualizando os sentidos mobilizados, as redes políticas, as diferenças internas, os processos subjetivos etc. Compreendemos que a escolha pelo enquadramento crítico-analítico produz um efeito de exterioridade e de oposição a priori a este discurso, dando foco unicamente à interpretação de seus efeitos socioculturais no campo da política, em contrapartida a outras possibilidades de enquadramento analítico.

Assim, para abarcar outros aspectos deste fenômeno, é necessário um redirecionamento da análise tendo em vista não apenas a crítica a este discurso, mas também a compreensão das intenções e dos sentidos produzidos pelos sujeitos engajados em sua propagação. Ou seja, a análise não se assentaria em um nível macro de crítica social, mas se voltaria para os aspectos micro da interação política – fundamentalmente individuais e intersubjetivos – como os processos de produção de sentidos e a constituição de engajamento político.

Esta comunicação busca fundamentalmente apresentar algumas considerações teóricas e metodológicas vinculadas a minha pesquisa de doutorado em andamento, intitulada "Produção de sentidos e engajamento político em ativistas e grupos conservadores a partir do discurso de "combate à ideologia de gênero" no Brasil". Em seu desenvolvimento, articulamos os referenciais teóricos da Psicologia Social, da Ciência Política e da Psicologia Política, trabalhando a partir de conceitos como engajamento, narrativa, discurso, sentidos e conservadorismo.

Desse modo, partimos do seguinte problema de pesquisa: quais as relações entre o processo de produção de sentidos e a constituição de engajamento político em ativistas e grupos conservadores que mobilizam o discurso de "combate à ideologia de gênero" no Brasil? Concomitantemente, outras perguntas de pesquisa se somam a este problema inicial, das quais podemos destacar: como os sujeitos engajados na propagação do discurso da "ideologia de gênero" produzem sentidos em torno de sua prática política? Quais seriam os sentidos mobilizados nas narrativas destes sujeitos para além do divulgado em documentos públicos? E como estes sentidos conformam um engajamento político conservador?

Consideramos que este problema de pesquisa se estrutura a partir de uma orientação qualitativa e empírica, tendo em vista a interpretação de um fenômeno político por meio da compreensão dos discursos e das narrativas mobilizadas pelos sujeitos protagonistas da ação política. Buscamos, de forma paralela, (I) a resolução de um problema teórico de pesquisa vinculado à questão da construção de sentidos e do engajamento político; e (II) a produção de dados, oriundos da pesquisa empírica, sobre a atuação política de grupos conservadores no Brasil contemporâneo. Esta orientação qualitativa e empírica se inspira em pesquisas recentemente realizadas sobre conservadorismo político e grupos de direita no Brasil, que buscam compreender como esses grupos produzem ideologias políticas, disputam a esfera pública e mobilizam uma agenda particular de políticas públicas.

Desse modo, direcionando o foco de análise para a interpretação das relações entre o processo de produção de sentidos e a constituição de engajamento político, buscamos apreender uma dimensão psicológica que atravessa os fenômenos políticos em um nível micro de análise. Para isso, articulamos referenciais teórico-metodológicos da Psicologia Social e da Psicologia Política, refletindo sobre as inter-relações entre discurso, política e subjetividade.

Destacamos que nos localizamos fundamentalmente em uma tradição construcionista e interpretativa de produção de conhecimento psicológico nas Ciências Sociais, com a compreensão da realidade como uma construção social que se constitui historicamente a partir das interações entre grupos e indivíduos. Ou seja, a "realidade" existe a partir dos sentidos que os sujeitos constroem sobre o mundo, em meio a negociações intersubjetivas e condicionantes sócio-institucionais. Esta perspectiva inclusive nos possibilita um olhar distinto sobre os fenômenos políticos para além do conflito e da polarização ideológica, de forma a adentrar nos sentidos particulares e nas motivações mobilizadas pelos sujeitos sem um julgamento normativo restritivo e pré-determinado.

Não se trata de apagar as implicações normativas, as relações de poder e os posicionamentos políticos do pesquisador e dos sujeitos pesquisados, mas sim de compreender os sentidos mobilizados nas narrativas e discursos políticos (mesmo que diametralmente opostos aos posicionamentos do pesquisador) como legítimos e constitutivos de uma "experiência humana" marcada por múltiplos conflitos, negociações e distintas realidades. Portanto, esta pesquisa busca adentrar no "mundo" dos grupos e sujeitos engajados na propagação do discurso da "ideologia de gênero" – seus sentidos, suas projeções políticas, as identidades grupais, as construções narrativas, etc.

Por outro lado, destacamos também o papel das "narrativas" no processo de produção de sentidos relacionados à interação política. As narrativas são conceituadas como uma modalidade específica de enunciação discursiva, vinculada à pessoalidade e ao engajamento afetivo. Isto é, as narrativas envolvem uma autoralidade relacionada à história de vida dos sujeitos que a enunciam, e são construídas de forma particular em meio às negociações de sentidos. A partir das narrativas é possível compreender as correlações entre as percepções de si (ou o self) e as distintas identidades grupais que perpassam o processo de interação política. Desse modo, a análise das narrativas nos possibilita um olhar atento sobre a esfera subjetiva da prática política, de forma a contextualizar o processo de produção de sentidos a partir da história de vida e da percepção de si dos sujeitos que a enunciam.

Por fim, concebemos que a constituição do engajamento político perpassa fundamentalmente um nível micro de análise, relacionada a ação ativa dos sujeitos que se alicerça na esfera da agência – ou seja, na capacidade dos sujeitos de se engajarem em reflexões temporais e, sobretudo, projeções futuras tendo em vista a manutenção ou transformação de determinados ambientes e estruturas sociais. Assim, em confluência com a literatura sobre mobilização da Psicologia Política latino-americana, buscamos analisar o engajamento político a partir de seus distintos níveis de interação psicossocial, perpassando as identidades grupais (construção do "eu" e do "outro"), o sentimento de eficácia da ação política, os afetos mobilizados, as crenças e expectativas sociais, os valores e as percepções normativas, entre outros elementos de análise.



Saberes do passado e do presente: a geração de mulheres militantes nos movimentos sociais do campo em Rondônia

Autor: Clara Martins (UNIR)

Coautor: Juliana da Silva Nóbrega (UNIR)

Dado os mais de 30 anos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e das lutas sindicais rurais, já é possível falar em várias gerações de mulheres militantes. Essa convivência entre diferentes gerações, por sua vez, gera uma revisão dos fundamentos que tem orientado a militância política, ao mesmo tempo em que vem constituindo novos sujeitos. Conforme Scott (2010) a articulação entre gênero e geração exige uma atenção especial para que possamos compreender a reordenação das relações familiares e do trabalho. Diante disso, faz-se relevante pensar como essas gerações se sucedem umas após as outras, como estas se organizam e lutam através dos saberes passados e os novos que estão sendo construídos. Historicamente a sociedade tem-se utilizado de diversas categorias que possibilitam compreender dimensões da vida social, como raça, classe, gênero, geração. Estas, por sua vez, são categorias que propiciam análises valiosas, pois permitem pensar as diferenças que são vivenciadas a partir de cada categoria social. No aspecto geracional, esses recortes podem resultar em exclusão e discriminação baseadas na idade, tal como critérios relativos ao gênero. Podem ser utilizados como reguladores para a pertinência social dos sujeitos, assim como penalidades em casos de infração de prescrições legais. A geração, enquanto categoria analítica, é considerada importante para compreender alguns pontos, como: quais são as condições geracionais; qual a posição geracional do sujeito; de que maneira isso ocorre nas dinâmicas sociais; como se dão as relações entre as gerações, entre outros aspectos. A partir dessas reflexões, esta pesquisa buscou conhecer as diferentes dimensões da luta presentes entre as mulheres militantes, jovens e mais velhas, tomando como ponto de partida suas experiências na militância dos movimentos sociais do campo no estado de Rondônia, no período de Agosto de 2018 à Junho de 2019. O foco, portanto, foi compreender a inserção, participação e as estratégias organizativas das mulheres militantes na luta pela terra. Deste modo, esse trabalho se articula com o GT "Psicologia Política" por ser um estudo que se dedica a investigar as questões associadas ao campo de estudos do comportamento político. Neste caso, como as pessoas produzem sentidos partindo suas experiências em meios sócio-políticos, e como esses sentidos são vinculados às diferentes formas de participação política. Trata-se, portanto, de um estudo fundamentado na abordagem qualitativa (MINAYO, GUIRRIERO, 2013) inspirada nas contribuições da perspectiva pós-construcionista em Psicologia Social. Para esta, as investigações buscam a compreensão dos sentidos que são produzidos no cotidiano, a partir das práticas discursivas, pela qual as pessoas vivenciam, interpretam e descrevem suas experiências e os acontecimentos a sua volta (SPINK, 2013). Para cumprimento dos objetivos propostos, esta pesquisa adotou a realização de revisão bibliográfica, observação participante e a entrevista semiestruturada. Deste modo, a pesquisa foi dividida em duas etapas: a primeira de revisão bibliográfica e a segunda à ida visita aos assentamentos. Na primeira etapa, fez-se revisão bibliográfica nas bases de dados PePSIC, SciELO e Portal CAPES sobre trabalhos que focalizavam a mulher militante em movimentos sociais do campo. Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: 1) produções que tratassem sobre mulheres militantes; 2) que falassem de movimentos sociais do campo; 3) recorte temporal de cinco anos (2014-2018); 4) estudos que fossem brasileiros. Na segunda etapa, foram realizadas observações participantes em dois assentamentos de reforma agrária no interior do estado de Rondônia com intuito de se aproximar e conhecer os espaços cotidianos das mulheres militantes, seus lares, suas cozinhas coletivas e suas hortas. Além disso, foram realizadas duas entrevistas com mulheres militantes, sendo uma mais jovem e outra mais velha, a primeira do MST e a segunda, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). As entrevistas foram gravadas digitalmente, transcritas e analisadas a partir das práticas discursivas e do recurso das linhas narrativas. Com os resultados, foram levantados apenas cinco artigos condizentes com as palavras-chave propostas, e destes, alguns aspectos puderam ser refletidos. Em primeiro lugar, nenhum deles aborda especificamente a militância das mulheres do MPA. O fato deve-se, muito provavelmente, as características desse movimento que não se apresentam como de luta pela terra, como o MST e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), mas de luta na terra, pela garantia da permanência camponesa na terra. Um dos fatores que possibilitou o processo formativo de consciência política e de gênero no MST foi o fato de que as mulheres que participaram da constituição inicial do movimento eram as mesmas que vivenciaram a resistência nos anos 1980, na luta por direitos, democracia e reforma agrária. Ou seja, mulheres que tinham formação política e que trouxeram a necessidade de luta não somente no plano de classe, mas também de gênero. O MST, ao inserir a família na luta pela terra, insere também a mulher em espaços públicos da luta política, diferenciando-

-se de outras instâncias políticas, como sindicatos, partidos, que costumeiramente separavam a relação familiar da luta política, ocasionando dessa forma, a representação familiar por meio de um membro da família, sendo este tradicionalmente o homem. No que se referem às práticas educativas, muitas vezes não-formais, tem possibilitado as transformações nas relações de gênero que ocorrem por meio da troca de saberes, de aprendizagem, possibilitando assim, uma nova leitura de mundo. Foi destacado que o reconhecimento das mulheres sobre seus papéis enquanto produtoras de alimentos e saberes seja sobre as plantas, o preparo de remédios, são assumidos, inclusive, como estratégicos na mobilização política e na sensibilização para outras questões identificadas como de gênero, sendo elas a agroecologia e soberania alimentar. No aspecto geracional, a conquista do direito da aposentadoria é um processo que pode indicar uma porta de entrada ou de saída para as mulheres, uma vez que conquistados esse direito isso pode afetar diretamente na participação, organização e mobilização das mesmas tanto em casa quanto nos sindicatos e/ou movimentos. Outro aspecto relacionado às mulheres mais velhas é a dificuldade de continuar na militância devido os deslocamentos que a participação política exige, como viagens, locomoções sendo muitas vezes, intermunicipais e interestaduais. A velhice se apresenta como um declínio para a militância política de mulheres, pois essa seria uma condição limitadora, de improdutividade. Estas mulheres também se preocupam com o pouco interesse das mais jovens em permanecer no campo. Nas entrevistas, foi possível perceber que as inserções nos movimentos sociais podem ter diversas motivações, mas três se apresentaram como principais, como: a possibilidade de ter acesso à terra, pertencimento social e valores geracionais. Este último se mostrou fortemente presente nas narrativas das duas participantes. A vontade de participar da luta vem da observação e admiração pela luta, sobretudo, de seus familiares. A respeito da participação e a divisão sexual do trabalho, os dois movimentos têm se preocupado em criar novos mecanismos para horizontalizar as relações, sejam elas nas esferas da organização, na produção e da cozinha. Resultado disso é a criação da cozinha coletiva que tem permitido a divisão do trabalho entre homem e mulher, assim como tem possibilitado que as mulheres possam se ausentar para participar de atividades formativas, de mobilização ou de liderança. Entretanto, a esfera doméstica ainda se apresentou como uma atividade que ainda é atribuído às mulheres, sobretudo as jovens, por serem estas as filhas e/ou esposas. O setor de Formação, Educação e Gênero - FEG, do MST, mostrou-se como um motor importante na discussão do feminismo camponês. Ali, a presença das mulheres mais velhas era substancialmente mais forte em seu momento de criação, hoje a participação das jovens tem se destacado. Assim, conclui-se que a inserção nos movimentos produz nas mulheres sentidos de pertença e autonomia, passando da condição de estar sem terra para a de ser Sem-Terra (ALVAIDES, SCOPINHO, 2013). Dessa forma, a participação política, além de ampliar o engajamento político, permite a construção e a troca conhecimentos. As multiplicidades de processos educativos, sejam no cotidiano ou nas formações, criam condições para potencializar a autoestima de mulheres em relação aos seus saberes, capacidades e direitos. Fortalece os coletivos e deixa a luta social mais próxima do discurso. Diante disso, faz-se imperativo a ampliação de debates e discussões na Psicologia em contextos rurais, assim como em movimentos sociais insurgentes e anticapitalistas, seja porque reconhecem a importância de seu papel ou porque percebem as interdições e dificuldades no decorrer desses processos.

ALVAIDES, N. K.; SCOPINHO, R. A. De sem-terra a Sem-Terra: memórias e identidades. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. 2, p. 288-297, 2013.

MINAYO, M. C. de S.; GUERRIERO, I. C. Z. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1103-1112, 2014.

SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.) Gênero e geração em contextos rurais. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SPINK, M. J. (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Rio de Janeiro, Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2013.



Saberes e práticas que decolonizam: projetos de universidade(s) pública em disputa através das narrativas de docentes da UFMG.

Autor: Ricardo Dias de Castro (UFSJ/UFMG)

Esse projeto se situa dentro de um cenário universitário que tem sido interpelado por pensamentos, práticas e saberes, historicamente, excluídos dos espaços de enunciação e de legitimidade pública; assim como é o caso do ensino superior público brasileiro. Nesse sentido, recentemente, é possível reconhecer que o espaço da universidade convive, de forma publicamente conflituosa, com uma pluralidade de perspectivas sobre as rotinas pedagógicas universitárias, dos temas de investigação no campo da ciência, dos modos de saber-fazer pesquisa-ensino-extensão e da dinâmica societária. Reconhece-se, nessa direção, por exemplo, uma incipiente, mas importante potência democrática racial e popular no ensino superior público. O que parece ter sido potencializado pela institucionalização das políticas de ação afirmativa enquanto uma demanda histórica do movimento negro. Esse enegrecimento, não só empírico-populacional da comunidade acadêmica, mas, também, epistêmico, conceitual e metodológico; tem trazido para o âmbito da política educacional outros modelos, perspectivas e campo-temas de produção de conhecimento. Paralelamente a esse movimento, podemos citar, também, como uma posição feminista mais fortificada, na ciência, tem levado à interpelação de pilares históricos da universidade pública, das maneiras de se pensar a produção de conhecimento e colocado, em disputa, os vários projetos de ensino e sociedade possíveis quando rompemos com a pretensa neutralidade do gênero nas produções acadêmicas e políticas. Ademais, reconhece-se que a colonização latina ainda nutre processos epistemicidas que eliminam as propostas de conhecimento e jeitos de se pensar política educacional a partir/com/para a “epistemologia local” africana, afro-brasileira e ameríndia. Para além desses três movimentos citados – o antirracismo, o feminismo e a decolonialidade– é certo que há vários outros caminhos críticos que docentes sustentam como ponto de partida e horizonte das suas produções e ações acadêmicas. Quais são essas outras fontes críticas? Como elas se relacionam com um projeto de universidade que, também, pluralize os sentidos de universal da universidade pública? Com isso, queremos dizer que tem havido um movimento antirracista, feminista, indigenista, afroreferenciado e decolonial que agencia a politização das bases de sustentação das condições de produção do conhecimento científico, os meios de alcançá-lo e as suas possibilidades de análise-intervenção e transformação da sociedade. Toda essa pluralização das práticas de conhecimento como um fenômeno, fundamentalmente, político tem colocado em questão as práticas político-pedagógicas, os valores, os temas de investigação e, sobretudo, questionando-nos: quem pode ser o sujeito (individual e/ou coletivo) da enunciação científica? Quais saberes são legítimos o bastante para comporem o âmbito do ensino superior público e de seus centros de pesquisa? Quais são as estratégias de construção de um conhecimento, saber e prática que tensione os alicerces modernos, experimentais, racionalistas e positivistas de produção científica como modelos únicos e totais de ciência? Com quem esses saberes têm sido construídos? E para quem? Diante desse cenário, portanto, essa pesquisa investiga, a partir de uma perspectiva decolonial, como docentes da UFMG - a partir das grandes áreas do conhecimento da Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharia; Linguística, Letras e Artes e área Multidisciplinar - constroem e interpelam a universidade pública e deslizam pelas fronteiras decoloniais de (re)existência. A partir das contribuições do campo psicossocial e psicopolítico, em interface com a perspectiva decolonial, tomamos as trajetórias de docentes da UFMG - através da construção de narrativas (auto)biográficas - como analisadores de um projeto de sujeito, sociedade e de universidade que colabore na expansão da universidade como local transmoderno e decolonial de produção de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, vários docentes não abandonam a pesquisa ocidental ou (quase) tudo o que se produziu nos últimos séculos; mas, sobretudo, empenham-se em rever aqueles conceitos, motivos e ideias do cânone que são sustentáculo aos modelos de conhecimento que tentam disfarçar suas ideias discriminatórias, violentas e epistemicidas por meio de discursos de objetividade, neutralidade e verdades científicas. Em um movimento contrário, alguns docentes da UFMG, a partir de suas diferentes trajetórias e formações acadêmico-políticas, têm (re)valorizado saberes, práticas, vivências, cosmologias e epistemologias de grupos, historicamente, subalternizados campo um de saber/viver legítimo. O que tem redimensionado as verdades e interpelado as violências (branco-centradas, racistas, eurocêntricas, elitistas, burguesas, patriarcais, adultocêntricas, sexistas, LGBTfóbicas, conservadoras e etc...) que, historicamente, a universidade sedimentou como sendo a sua principal face. Diante de uma atmosfera, então, em que as questões referentes ao debate da democratização epistêmica-teórica-metodológica da universidade ganham mais legitimidade pública, política e científica - sobretudo, a partir da contribuição de

saberes das populações indígenas, afrodiáspóricas e latino-americanas - ; pretendemos compreender como os docentes da UFMG performam o tripé ensino-pesquisa-extensão a partir de saberes e práticas que colaboram na resistência à hegemonia colonial como parâmetro na construção da ciência e do conhecimento ocidental e latino-americano. Para alcançarmos esse desejo de pesquisa, recorreremos ao campo narrativo (auto)biográfico como um modus operandi composto por um conjunto de estudos, propostas, críticas e princípios – quase nunca homogêneos – que lançam luz a inevitabilidade de se compreender a experiência como um conjunto de histórias vividas e narradas. O que, analiticamente, requer uma atuação de pesquisa que intencione compreender e interpretar as dimensões subjetivas e coletivas para além de esquemas fechados, recortados e quantificáveis. A atmosfera das pesquisas narrativas apontam, então, para a emergência de um caminho de pesquisa alternativo aos modelos hegemônicos, colocando, em cena, uma interpelação aos modos de produção do conhecimento positivista e moderno; autorizando a abertura de outros horizontes para as investigações interpretativas que tomam como campo de análise-intervenção a vida social, política, comunitária, discursiva e cultural, em oposição à busca por leis gerais e prescritivas do comportamento humano. Por fim, na aposta de que todo projeto de sujeito está, invariavelmente, associado a um projeto coletivo de sociedade – ainda que com tensões, paradoxos e ambiguidades – intencionamos, com essa pesquisa, 1) elencar elementos das trajetórias dos professores que (im)possibilitaram a entrada desses sujeitos como docentes na UFMG, 2) analisar os processos psicossociais e psicopolíticos envolvidos na construção econômica, racial, sexual/gênero e territorial desses docentes em suas trajetórias de vida privada e acadêmica, 3) elencar as estratégias pedagógicas, acadêmicas e políticas de combate à colonização do pensamento/prática científica por meio das atividades de ensino-pesquisa-extensão, 4) investigar a concepção e a percepção que esses docentes constroem sobre a democratização do ensino superior público na América Latina e no Brasil e, por fim, 5) definir o que esses docentes compreendem como resistência político-acadêmica no atual contexto da Universidade Federal de Minas Gerais e do Brasil.

Uma Psicologia Social do Direito: investigações sobre os movimentos dissidentes no judiciário brasileiro

Autor: André Guerra (UFRGS)

Coautor: André Guerra (UFRGS)

Desde um ponto de vista estritamente jurídico se pode dizer que “norma” é a decisão aplicada ao caso concreto por órgão competente; entretanto, ao observarmos a atividade jurisdicional desde um ponto de vista crítico, perceberemos que há uma textura aberta constitutiva não somente do ordenamento jurídico, mas também dos próprios métodos e, inclusive, valores, ideias, ideais e práticas que os operadores do direito se servem para tomar suas decisões. Em outras palavras, as “razões jurídicas” expressadas formalmente nas decisões judiciais até podem justificar juridicamente as decisões, todavia elas são insuficientes para explicar por que aquela decisão foi tomada em detrimento de outra, já que isso extravasa os limites do campo jurídico e adentra a seara psicossociológica. A ciência jurídica, no entanto, acredita já ter resolvido essa questão positivando institutos tais como o de “livre convencimento motivado” dos magistrados; contudo, retirando do contexto puramente jurídico, notamos que dispositivos como esse não resolvem um problema fundamental que está no âmago do fenômeno jurídico: as motivações ou razões jurídicas são apenas expressões a posteriori de um convencimento consumado no encontro e atravessamento de elementos e fatores de uma situação interpretativa concreta e pré-reflexiva – portanto simbólica, ou imaginária – com que se depara o corpo-subjetivo-interpretante do magistrado e outros operadores do direito. Sendo assim, para além de uma acepção meramente jurídica do termo “norma”, podemos avançar para um sentido existencial, em que esse termo ganha a conotação de “vínculo”. Ou seja, a norma deixa de ser aquilo que está à frente dos nossos olhos ou ao alcance da escolha de nossas mãos; ela deixa de ser aquilo que nos submete, proíbe, obriga ou permite - assim como concebem os juristas; e passa a ser, desde um ponto de vista psicossociológico, a condição de possibilidade originário que nos abre cada uma dessas alternativas jurídicas. Nesse sentido, a própria existência se torna normativa. Essa compreensão nos auxiliará a colocarmos um problema que, independentemente de nossa capacidade atual de solução, necessita ser reconhecido: o fenômeno jurídico é uma manifestação e materialização conflituosa de relações de poder internas e externas ao Judiciário, e, independentemente dos mecanismos de controle que adotemos, a própria existência do aparato judiciário como uma instituição que supostamente se direciona a conter o poder arbitrário consagra contraditoriamente a existência de seu exato

oposto, que é o exercício arbitrário do poder por parte daqueles que detêm a legitimação para estipularem os limites e fronteiras do que será ou não definido como arbitrário. O direito é, portanto, constantemente fabricado, criado e inventado, consolidando e desenvolvendo verdadeiros horizontes hermenêuticos e imaginários, subculturas e subjetividades, de cujos embates, alianças e enfrentamentos resultarão hegemonias e dissidências; maiorias e minorias. A questão que fica por compreendermos é de como se dão esses embates, alianças e enfrentamentos no interior do Judiciário? Quais normas detêm o poder normatizador capaz de normatizar as próprias interpretações? Quais são as fontes normativas que detêm o poder de fato sobre as normas de direito? De que modo se dão os processos decisórios que decidem como e sob quais parâmetros as decisões devem ser tomadas? Em uma organização que supostamente resguarda o Estado Democrático, há democracia? O que é e como se dá essa peculiar democracia do Judiciário brasileiro? Para nos aproximarmos dessas respostas, que podem ser indigestas, quem melhor pode nos auxiliar são aqueles agentes que produzem contrastes na organização judiciária, a qual pretensamente se quer fazer perceber como um bloco monolítico. Esses agentes são os aqueles que denominaremos “dissidentes”. Esta pesquisa, portanto, tem dois objetivos: 1) em primeiro lugar, investigar empiricamente, a partir de fontes primárias e secundárias, os enfrentamentos conduzidos por movimentos dissidentes dentro do Judiciário brasileiro, isto é, como se dão no interior dessa organização os conflitos e antagonismos, os quais têm como objeto de disputa a materialização daquilo que aqui denominaremos normas originárias ou normas normatizadoras ou, ainda, das condições de possibilidade normativas, ou seja, o plano em se que tornam factíveis, dizíveis, pensáveis determinadas decisões jurídicas em detrimento de outras. A partir de entrevistas episódicas com os agentes “dissidentes” investigaremos o eventos ocorridos entre 2015-2019, buscando compreender como se deram os enfrentamentos conduzidos por movimentos dissidentes dentro do Judiciário brasileiro. Utilizaremos o método da Hermenêutica de Profundidade para interpretar os dados obtidos. Queremos compreender os conflitos e antagonismos que têm como objeto de disputa a materialização de “normas originárias” ou “normas normatizadoras” ou, ainda, “condições de possibilidade normativas” que tornam factíveis, dizíveis, pensáveis determinadas decisões jurídicas em detrimento de outras. O problema colocado por essa pesquisa não almeja ser resolvido, mas levar ao escrutínio público a seguinte provocação: qual é o papel que o Judiciário no século XXI desempenha e pode desempenhar em uma sociedade capitalista-neoliberal, em que a midiaticização das relações é a variável central na condução dos rumos políticos da sociedade? Ainda é possível conceber o judiciário e o próprio direito a partir das promessas que os legitimam socialmente?

GT37: Psicologia Política e direitos sociais como produto das políticas: práticas, saberes, resistências e lutas pela cidadania tempos neoliberais

A política pública de Assistência Social como instituição

Autor: Benelli (FCL/UNESP)

Diferentemente da tradição positivista e funcionalista que considera que as instituições são naturais, eternas e a-históricas, a Análise Institucional (AI) (LOURAU, 1995; LAPASSADE, 1989; BAREMBLITT, 1988; COSTA-Rosa, 2013) permite pensar criticamente o processo lógico de criação de uma nova instituição, possibilitando acompanhar seu complexo processo de institucionalização que é realizado por um conjunto diverso de atores sociais nos planos teórico-técnico, jurídico-político, sociocultural e ético. Uma instituição nova consiste em uma resposta social e histórica a um dado conjunto de pulsações instituintes da demanda social que são recortadas pelo imaginário e pela ideologia e às quais se responde sob a forma de determinadas encomendas específicas. A demanda é convertida em encomenda, à qual se busca responder. Uma instituição é criada com a intenção de responder a um dado conjunto que questões que são traduzidas como problemas que podem ser resolvidos de certa forma. Muito provavelmente, boa parte das pulsações instituintes da demanda social não são tomadas como questões que possuam gravidade tal que as levem a ser inseridas na agenda política e, portanto, não se criam instituições para responder a elas, que permanecem sendo vivenciadas como um estado de coisas incômodo e, talvez, mesmo inominado. Aquelas que ingressam na agenda política e são debatidas, podem gerar políticas públicas, que são as modalidades que o Estado cria para dar respostas institucionais ao problema que foi recortado e identificado.

Institucionalizar é o verbo que alude ao gesto fundador e ao processo inaugural de construção de uma nova instituição que, ao ser criada passa por um processo de institucionalização, de consolidação, desdobrando-se em várias possibilidades, fazendo dispositivos concretos tais como são a organização, os estabelecimentos com seus equipamentos, discursos, práticas, atores sociais novos e efeitos éticos diversos na realidade social. Isso leva a instituição a se encarnar na história, passando ao plano do instituído, do estável, do permanente, do fixo, mas perdendo assim parte de sua dimensão instituinte original. A ação instituinte, como verbo, passa ao momento do substantivo: a instituição existe como formação social concreta, possui substância e consistência, bem como um objeto e funções próprias, ela funciona gozando de uma autonomia relativa no conjunto das demais instituições sociais, com as quais se articula. A impressão que se tem então é a de que a instituição existiu desde sempre. Uma vez que ela existe, parece indispensável, eterna, imutável. O plano jurídico representa um momento importante de formalização legal e administrativa e técnica da nova instituição, que passa a ser legalmente reconhecida e exigível, gozando de plausibilidade e de amparo legal. Isso lhe dá certa garantia de perenidade diante das muitas vicissitudes comuns no âmbito maior da dinâmica política de um país.

Enquanto vai sendo institucionalizada a nova instituição, os planos teóricos e técnicos também vão sendo formulados. Os atores institucionais, enquanto fundadores, legisladores e criadores da instituição, vão produzindo textos escritos, projetos, planos, documentos, leis, resoluções, portarias, regimentos, manuais de procedimentos, cartilhas, folders, nos quais descrevem, caracterizam, desenham e organizam a instituição em sua especificidade. Uma instituição possui um objeto próprio que a distingue das demais, indicando sua singularidade, da qual deriva sua importância e necessidade social. Esse objeto singular é apreendido enquanto tal no contexto de uma dada teoria que permite que ele tenha visibilidade em sua particularidade e que também inclui, por dedução, os meios e modos técnicos, operatórios e práticos de se lidar com tal objeto. A teoria sobre o objeto inclui a metodologia de operação sobre ele, visando sua modificação em certa direção. Isso corresponde ao plano da instituição como conceito, como objeto do pensamento. O processo de formalização da instituição consiste na sua dimensão conceitual. Todo um jargão teórico e conceitual próprio pode ser construído, permitindo expressar e entender o que uma dada instituição é, quais seriam suas funções, modos de operar, qual é seu objeto, quais são seus efeitos pretendidos. Essa massa documental pode adquirir tal volume e consistência que podemos considerar que uma instituição pode ser entendida como dando origem a uma área de conhecimento específica.

A política pública de Assistência Social no Brasil

A Análise Institucional (AI), como uma perspectiva de original de investigação permite desvelar e desdobrar aspectos da locução rica e polissêmica Assistência Social: como formação social, ela aparece como uma política pública; enquanto conceito, pode ser pensada como uma instituição complexa (LOURAU, 1995), e também pode ser considerada como uma “área de conhecimento”, pois possui um conjunto de documentos, de leis, de textos e de normativas consistentes e específicas, configurando uma área discursiva e prática dotada de singularidade.

No Brasil, a Assistência Social foi elevada à categoria de política pública social com a promulgação da Constituição Federal no ano de 1988. No ano de 1993, foi publicada a Lei Orgânica da Assistência Social, regulamentando os dispositivos constitucionais. Há uma longa história quanto às diversas possibilidades de configuração institucional da Assistência Social, sendo que seria possível falar em paradigmas que emergem e ainda convivem nesse campo, tais como: o paradigma da caridade, típico das diversas organizações religiosas; o paradigma da promoção humana, no qual as entidades de origem confessionais procuram incorporar o discurso dos direitos humanos; o paradigma da filantropia, próprio da elite benemerente, no qual se busca amenizar a situação precária das classes denominadas “desfavorecidas”, sobretudo, por meio da educação para o trabalho, num esforço de profissionalizar os pobres com cursos pseudoprofissionalizantes e inseri-los no mercado de trabalho; e o paradigma do clientelismo assistencialista, tradicional nas práticas do poder público municipal que descobriu as promissoras possibilidades de capitalizar politicamente o atendimento assistencial aos pobres por meio de programas de execução direta (BENELLI, 2014).

No caso da Assistência Social, utilizando os operadores conceituais da AI, teríamos o seguinte:

Instituição: Assistência Social, função oficial: produzir Proteção Social

Organização: Ministério da Cidadania, Secretaria Estadual de Assistência Social, Secretaria Municipal de Assistência Social.

Estabelecimentos: CRAS, CREAS, entidades assistenciais públicas e privadas.

Equipamentos: prédios diversos, sala de recepção, salas de atendimento, espaços de convivência, horta, salas de oficinas temáticas, cozinha, etc.



Discursos: CF, LOAS, PNAS, SUAS, expressão escrita e falada que define o que é a instituição, o que ela faz, o que não faz, como faz, porque faz, o que lhe compete, o que não lhe compete, possibilidades, limites. Materializam-se em leis, portarias, normas, cartilhas, apostilas, manuais, revistas, folhetos (documentos oficiais). O escrito, o dito (falado no cotidiano) e o não dito (omissões, lacunas, ausências) compõe o discurso, que é lacunar, ideológico, contraditório.

Práticas: ações desenvolvidas nos estabelecimentos de AS: atendimentos individuais, grupais, familiares, orientação, diagnósticos, visitas domiciliares, oficinas diversas, reuniões variadas, articulação em rede, encaminhamentos, monitoramento, atividades socioeducativas, etc. Há práticas que não estão previstas nos documentos e são realizadas, sendo que muitas das prescritas não são desenvolvidas.

Atores institucionais: "usuários" (sujeitos) diversos que buscam por atenção assistencial, profissionais, técnicos e outros trabalhadores que atuam nos estabelecimentos de Assistência Social;

Independentemente da boa vontade pessoal dos dirigentes e das equipes profissionais, – incluindo psicólogos e assistentes sociais –, que atuam nos mais diversos estabelecimentos assistenciais – estabelecimentos que podem ser compreendidos por meio de modelos paradigmáticos –, ainda é comum que os usuários sejam considerados como objetos de cuidado e tutela, sendo vistos como pobres, carentes, necessitados, em "situação de risco pessoal e social" e também como sendo potencialmente delinquentes e infratores, que devem ser mantidos sob um cuidado e um olhar vigilante, procurando evitar que descambem para a marginalidade e para a criminalidade.

Na atualidade, constamos a emergência de um outro paradigma tentando institucionalizar-se no campo das políticas públicas oficiais de Assistência Social, aquele no qual as pessoas são consideradas como cidadãos e sujeitos de direitos (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012), a partir da PNAS do ano de 2004 e do SUAS de 2005. Esse novo modelo encontra grandes obstáculos para sua consolidação dada a persistência dos paradigmas anteriores que ainda permeiam o campo, com grande prevalência e efetividade.

Referências

- BAREMBLITT, G. F. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1998.
- BENELLI, S. J. *Entidades assistenciais socioeducativas: a trama institucional*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da Assistência Social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. *Psicologia USP*, v. 23, n.4, p. 609-660, 2012.
- BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na Assistência Social. *Estudos de Psicologia, Puc-Campinas*, v. 30, n. 2, p. 283-301, 2013.
- COSTA-ROSA, A. *Saúde Mental Comunitária: análise dialética de um movimento alternativo*. 1987. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1987.
- COSTA-ROSA, A. *Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva*. São Paulo: Unesp, 2013.
- LAPASSADE, G. *Grupos, organizações e instituições*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- LOURAU, R. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MEXKO, S.; COSTA-ROSA, A.; BENELLI, S. J.; SOUZA, W. A. A instituição Assistência Social como dispositivo social de produção de subjetividade. In: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M. F. (Orgs.). *Subjetividade, violência e políticas públicas: teorias e práticas*. Curitiba: CRV, 2016. p. 9-30.

As interfaces entre memória, poder e ideologia na conjuntura política brasileira

Autor: SORAIA ANSARA (EACH-USP)

Coautor: Não (Universidade Mackenzie)

O presente trabalho aborda as interfaces entre memória, poder e ideologia a partir de dois estudos empíricos: um primeiro, realizado entre 2003 e 2005, que analisou a memória política da ditadura militar no Brasil e um segundo, desenvolvido entre 2007 e 2011, que examinou os discursos político-religiosos dos parlamentares evangélicos na Câmara Federal, na 53ª legislatura e os comparou, posteriormente, com as legislaturas subsequentes. Nas respectivas pesquisas, foram entrevistados 18 lideranças sindicais e comunitárias de três capitais brasileiras (Curitiba, Minas Gerais e São Paulo) e 34 deputados federais evangélicos.

Os dois estudos serviram de base para a análise dos discursos político-religiosos que circulam na atualidade no Brasil possibilitando perceber as relações entre memória, poder e ideologia e identificar os vestígios do passado repressivo nos discursos político-religiosos dos parlamentares evangélicos que, notadamente, estão disseminados nos sistemas simbólicos da população brasileira, convergindo com a memória oficial da ditadura.

Percebemos que alguns dos discursos político-religiosos dos parlamentares evangélicos na Câmara Federal, produzidos nas três últimas legislaturas, que pareciam circunscritos na bancada evangélica, estão sendo difundidos e reproduzidos por uma grande parcela da população que, julgando defender mudanças radicais para o Brasil, sustentam e propagam essas mesmas ideias.

A memória (HALBWACHS, 2006; POLLAK, 1989) é uma importante referência para a compreensão da cultura política brasileira, pois se insere no quadro dos grandes dilemas políticos com os quais se confrontam os povos latino-americanos, conforme sugere Martín-Baró (1990, p.100): "(...) el dilema entre dictadura y democracia, entre dependencia y autonomía regional y entre alienación e identidad histórica".

O dilema entre autoritarismo e democracia, bem como repressão e resistência; a imposição do esquecimento jurídico provocada pelos processos de anistia que apagam as responsabilidades legais dos repressores são questões importantes para pensarmos, do ponto de vista psicopolítico, as possibilidades de enfrentamento dos conflitos políticos que vivemos na América Latina, particularmente na sociedade brasileira.

O que estamos assistindo nos últimos anos, especialmente na atual conjuntura política brasileira, tem revelado que a memória oficial se apresenta como instrumento de manutenção de um sistema ideológico que reforça o poder instituído, mantido pela lógica da repressão, violência, opressão e racismo. Desde o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, em 2016, a democracia brasileira está enfrentando uma crise de credibilidade e legitimidade, que compromete a força e estabilidade de suas instituições. Operações da Polícia Federal, denúncias do Ministério Público e sessões de julgamento de políticos por suposta participação em esquemas de corrupção têm sido sistematicamente veiculadas nos principais veículos de comunicação, produzindo uma espécie de criminalização da política e desconfiança em relação às possibilidades da democracia liberal (CASTELLS, 2018). Em virtude do enfraquecimento das instituições democráticas e da descrença na política, o poder judiciário tem assumido o protagonismo das decisões políticas no Brasil. Questões políticas passaram a ser resolvidas judicialmente, caracterizando um processo de judicialização da política e politização da justiça. A crise política se intensificou em razão da crise econômica que produziu uma significativa recessão e aumento dos índices de desemprego.

Nesse cenário de desencanto com a política e a democracia liberal representativa, discursos em defesa da ditadura e da intervenção militar começam a ganhar força e são transformados em propostas políticas como solução para a crise. Esse apelo de retorno ao regime de exceção revela um desconhecimento e uma negação dos acontecimentos políticos ocorridos durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Em nossa análise, identificamos que as memórias hegemônicas, reveladas nesses discursos, reforçam posições de poder com base em categorias políticas, que remontam aos tempos da ditadura militar no Brasil, como a construção do inimigo, a ameaça do comunismo, a propagação do medo e do ódio, a naturalização da violência como estratégia de instauração da ordem moral, a institucionalização da mentira, o retorno à tradição, a constante referência à religião e a defesa da família heteronormativa.

Entendemos essas memórias como ideológicas na medida em que constroem uma versão dominante do passado, distorcem as representações, promovem o esquecimento de eventos políticos, ocultam relações de dominação e consolidam o poder constituído. Cabe salientar que nem toda memória é ideológica, mas somente aquelas que manipulam o passado e produzem esquecimento por meio de mecanismos de ocultação da realidade ou elaboração de versões deturpadas dos acontecimentos passados.

Nesse sentido, as políticas de esquecimento e a difusão da memória oficial atuaram para ocultar a natureza violenta, totalitária e repressiva de nosso passado recente. As estratégias utilizadas pelo regime civil-militar, que persistiram ao longo de todo processo de democratização, impuseram uma memória oficial que levou ao esquecimento de determinados eventos políticos, naturalizando o cotidiano político, encobrindo os acontecimentos repressivos e gerando uma esfera de normalidade, a ponto de muitos brasileiros desconhecerem os fatos e efeitos da ditadura civil-militar no Brasil.

A polarização social e a mentira institucionalizada, propagadas pelo atual governo brasileiro e manifestadas nos discursos que circulam na atualidade, nos permitiram aprofundar a análise sobre a construção de uma memória política ideologizada e indagar quais memórias vêm sendo construídas; quais mecanismos têm favorecido a manutenção da memória oficial difundida desde o fim da ditadura civil-militar.

A tensão política resultante da polarização social se acirrou no momento crítico das eleições de 2018, reforçada pela produção de uma memória ideologizada que, recorrendo aos mecanismos do esquecimento e da distorção, repete a lógica do período militar que promoveu a construção de um inimigo a ser exterminado; a estigmatização das minorias políticas (negros, índios, LGBTTI+, mulheres), a naturalização e banalização da violência, a negação da história e a anulação do passado.

Nesse sentido, a questão do esquecimento e da memória é fundamental para se interpretar os acontecimentos da ditadura e o momento político brasileiro atual marcado pelo retorno ao autoritarismo e à repressão, sinalizados nos discursos atuais político-religiosos que reativam o que a memória oficial propagou.

Consciência Política e Participação: um estudo no Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória - ES

Autor: Arthur Gomes Dau (UFES)

Coautor: mppezotti@hotmail.com (UFES)

Busca compreender como se configura a consciência política e a participação dos conselheiros titulares e suplentes representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória. A discussão baseia-se no modelo de consciência política para compreensão da participação em ações coletivas, de Sandoval (2001). No Brasil, as bases da Psicologia Política desenvolvidas pela linha de pesquisa de Salvador Sandoval estão ligadas a uma esfera interdisciplinar nascida na interação de diversos campos do saber, principalmente Política, Psicologia Social, Sociologia e História.

O conceito de consciência política de Sandoval (2001) é inspirado no conceito de consciência operária de Tournai (1966), onde este autor estabelece três dimensões básicas para a construção da consciência operária: identidade (entendimento sobre o reconhecimento de classe), oposição (percepção do indivíduo em relação ao seu grupo e ao grupo distinto do seu) e totalidade (percepção do indivíduo da totalidade social, isto é, distribuição de bens, dominação, bem como seu funcionamento e sua dinâmica).

Entretanto, Sandoval (2001, p. 185) viu a necessidade de somar a elas mais uma dimensão: a predisposição para intervenção. Sendo assim, o autor define como consciência política

um composto de dimensões psicológicas sociais inter-relacionadas de significados e informações que permitam aos indivíduos tomar decisões quanto ao melhor curso de ação dentro de contextos políticos e situações específicas.

No modelo, o autor nos apresenta a consciência política como uma combinação dos aspectos identitários, tendo ligação direta às crenças dos indivíduos, estas sendo produzidas e desenvolvidas através das relações com a sociedade em que vive. Assim, cada indivíduo instaura sobre si um modelo de análise e de entendimento sobre determinado lugar, pessoas e instituições que o faz pensar e agir de determinado modo, gerando um comportamento social orientado para a realização ou não de determinadas ações (DAU, PALASSI, ZORZAL E SILVA, 2019).

O modelo é composto por sete dimensões: identidade coletiva; crenças, valores e expectativas sociais; interesses antagônicos e adversários, eficácia política, sentimento de justiça e injustiça, vontade de agir coletivamente e metas e ações do movimento social. Essas dimensões são conceituadas em forma de sentimentos, "permitindo visualizar as mudanças nas estruturas e relações sociais e como elas afetam a predisposição das pessoas para agirem em defesa de seus interesses" (PALASSI, 2011, p. 137). Vale ressaltar que não há hierarquia entre estas



dimensões, elas servem para analisar as reflexões realizadas por um sujeito, a fim de decidir se participa de uma ação coletiva ou individual.

A Identidade Coletiva caracteriza-se pelo sentimento de pertencimento de um indivíduo ou sua identificação a um ou mais grupos sociais. Sandoval apoia-se no conceito de Identidade Coletiva de Melucci (1995), onde o autor constrói uma teoria psicossocial de ação coletiva.

As crenças, valores e expectativas societais que um indivíduo desenvolve em relação à sociedade onde vive oferece uma noção do mundo deles, apresentada de maneira mais explícita em forma de ideologia política. Esta dimensão revela a lente pela qual o indivíduo vê e interpreta a sociedade, suas perspectivas e expectativas sobre temas que envolvem o seu cotidiano e o de seus iguais. Esta dimensão manifesta-se junto à identidade individual e coletiva (TAJFEL, 1981), caracterizadas por representações sociais do indivíduo, produzidas nas interações e experiências com demais grupos.

A identificação de interesses antagônicos e adversários, consiste no sentimento do indivíduo em relação a como seus interesses materiais e simbólicos se opõem aos interesses de outros grupos e até que ponto os interesses antagônicos levam à concepção da existência de adversários coletivos na sociedade (SANDOVAL, 2001).

A eficácia política busca compreender o sentimento do indivíduo sobre sua capacidade de interferir em uma situação política. Sandoval (2001) utiliza-se da teoria da atribuição de Hewstone (1989) através da interpretação do nexos de causalidade dividida em três locus: a impotência percebida diante de fenômenos naturais e transcendentais; a busca por soluções individuais para problemas sociais; e soluções conjuntas sobre aflições que envolvem o grupo a que o indivíduo pertence. É por meio desta dimensão que se descobre se os indivíduos são capazes de tornarem-se atores visando mudar suas próprias vidas (SANDOVAL 2001).

O sentimento de justiça e injustiça explica a capacidade do indivíduo de perceber, em um arranjo social, o nível de reciprocidade social existente (SANDOVAL, 2001). O autor baseia-se no conceito de justiça social de Moore (1978) que se refere ao sentimento de concordância entre as obrigações e as recompensas.

Para descrever a dimensão vontade de agir coletivamente Sandoval (2001) apoia-se em Klandermans (1992). Esta dimensão se refere a um aspecto mais instrumental da predisposição de um indivíduo para realizar um conjunto de ações coletivas, não só como forma de procurar reparação de injustiças cometidas contra ele, mas também de alcançar seus objetivos (SANDOVAL, 2001). Envolve três aspectos que condicionam a participação coletiva: o primeiro refere-se aos custos e benefícios envolvendo laços interpessoais e de lealdade resultantes da participação ou não em determinado movimento; o segundo remete aos ganhos e perdas de benefícios materiais relativos à participação em um movimento e o terceiro faz alusão aos riscos físicos ao se engajar em ações coletivas.

Metas e ações do movimento reportam-se ao grau em que os participantes percebem a correspondência entre os objetivos do movimento, suas estratégias de atuação, os sentimentos de injustiça e de eficácia política com aquilo que é efetivamente realizado nas ações coletivas. Centra-se na percepção do indivíduo de que as ações do movimento estão condizentes com os aspectos ideológicos, materiais e simbólicos que originaram tal ação coletiva em determinado momento (SANDOVAL, 2001).

Este trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos dados – posteriormente submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 2004) – foram obtidos através de análise de documentos, observação não participante às plenárias e entrevistas semiestruturadas com 8 conselheiros titulares e suplentes representantes da sociedade civil no Conselho.

A sistematização e análise dos dados mostram a existência de consciências políticas e configurações participativas distintas nos três tipos de representação da sociedade civil: a) representantes de entidades e organizações sociais, b) representantes de usuários e c) representantes de trabalhadores da área (conselhos de classes e sindicatos). Entre eles constatou-se a presença das dimensões enunciadas no modelo de consciência política de Sandoval (2001): identidade coletiva; crenças, valores e expectativas societais; interesses antagônicos e adversários; eficácia política; justiça e injustiça; metas e ações do movimento social e vontade de agir coletivamente – constituídas, porém, de maneira diferente. As distintas configurações de consciência política entre os diferentes grupos de atores, reflete distintas formas de atuação desses sujeitos no âmbito do conselho.

A participação dos representantes da sociedade civil no COMASV caracteriza-se, principalmente, pelos sentimentos categorizados pelas dimensões identidade coletiva, eficácia política e vontade de agir coletivamente. Essas três dimensões do modelo de consciência política de Sandoval (2001) indicam os principais valores dos conselheiros que os fazem participar das atividades no conselho e fora dele.

Representantes de trabalhadores da área possuem sentimentos de justiça e injustiça e de eficácia política como condicionantes na configuração das demais dimensões e participam de maneira limitada nas plenárias, comissões temáticas e em ONGs.

Representantes de usuários têm sentimentos de identidade coletiva, eficácia política e justiça e injustiça como condicionantes aos demais sentimentos e participam de maneira mais abrangente em movimentos sociais, associações de bairros e face à administração pública cobrando ações de interesse social.

Representantes de entidades têm sentimentos de identidade coletiva, eficácia política e interesses coletivos e antagônicos como condicionantes à formação das demais dimensões e participam de movimentos sociais, de ações em relação ao poder público e em movimentos que envolvem os assistidos pelas entidades.

A análise da participação dos conselheiros representantes da sociedade civil no COMASV, à luz do modelo (SANDOVAL, 2001), evidencia as motivações e os tipos de sentimento que perpassam o comportamento dos atores civis em suas atividades conselhistas. Dentre as principais motivações e fatores que os fazem participar como conselheiros no Conselho, está o sentimento de identidade coletiva, de pertencimento ao conselho e aos representados, o sentimento de eficácia política, que os fazem se perceber como instrumentos de mudança social, e a vontade de agir coletivamente, que atribui ao coletivo a possibilidade de gerar resultados.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- DAU, A. G.; PALASSI, M. P.; SILVA, M. Z. *Consciência Política e Participação dos Representantes da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória - ES*. Cadernos EBAPE.BR, v. 17, n. 1, p. 199-211, 2019.
- HEWSTONE, M. *Causal Attribution: from cognitive processes to collective beliefs*. London: Basil Blackwell, 1989.
- KLANDERMANS, B. *Mobilization and Participation: Social Psychological Expansion of the Resource Mobilization Theory*. American Sociological Review, n. 49, p. 583- 600, 1992.
- MELUCCI, A. *The process of collective identity: social movements and culture*. Minneapolis: Universidade de Minnesota, 1995
- MOORE, B. *Injustiça: a base social da obediência e revolta*. São Paulo: Cortez, 1978.
- PALASSI, M. P. *Ações coletivas e consciência política no mundo do trabalho*. Curitiba: Juruá Editora, 2011.
- SANDOVAL, S. A. M. *The Crises of the Brazilian of Labor Movement and the Emergence of Alternatives of Working-class Contention in the 1990s*. Psicologia Política, São Paulo, v.1, p. 173-195, 2001.
- TOURAINÉ, A. *La conscience ouvrière*. Paris: Seuil, 1996.

Medicalização e atenção primária em saúde: uma análise genealógica sobre a nova PNAB

Autor: Bruno Lima (UFPA)

Este trabalho é parte de tese que possui como principal objetivo realizar uma problematização, utilizando o método histórico-genealógico de Foucault, sobre a medicalização na atenção primária em saúde, mais especificamente, na legislação vigente que versa sobre esta política. Problematizarei a medicalização enquanto acontecimento histórico, destacando suas práticas discursivas e possíveis ressonâncias sobre a vida das pessoas. Entende-se que a medicalização guarda relações com saberes e poderes, materializando-se a partir de tramas biopolíticas, permitindo a visibilidade da medicalização, ao passo que cria ferramentas e estratégias de resistências frente a tal processo. Buscarei evidenciar que o processo de medicalização emerge em um importante momento da história da humanidade: o nascimento das sociedades neoliberais, uma vez que surge a necessidade do controle dos corpos, também por meio de medicamentos. Foucault nos mostra que a gênese do movimento de medicalização está ligada às aglomerações urbanas que se formam no final do século XVIII e início do século XIX. Dessa forma, evidencia-se o surgimento de práticas ditas de cuidado, como a internação, a higiene, o controle dos corpos, sob o manto da promoção da saúde. Compreende-se medicalização como um processo de transformar questões não-médicas, eminentemente de natureza social e política, em questões médicas. Questões como o chamado comportamento hiperativo de crianças em escolas, ações violentas (seja no plano individual ou coletivo), questões até mesmo ligadas à religiosidade (como a mediunidade), passam a ser estudadas pela medicina a partir de uma concepção de

caráter desviante dessas ações. A criança passa a ser objeto de estudo se ela se apresenta muito agitada na escola; o sofrimento psicológico é “abafado” a partir da prescrição farmacológica, entre outros. A medicina (porém, não somente esta), então ganha status de ciência do social, classificando e categorizando condutas e servindo para a definição e implementação de políticas públicas: é o governo dos vivos. Numa sociedade que preza pelo controle a partir da implementação de regras de conduta, padrões normativos, maneiras de como as pessoas devem agir e crianças se desenvolver, tudo passa a ser diagnosticável e rotulável. Consequência disto, é o crescente número de diagnósticos médicos sobre características do ser humano que até bem pouco tempo eram vistas como normais. A tristeza passa a ter uma descrição bastante acurada e é chamada de depressão; a insônia, que inclusive, é bastante relacionada ao processo criativo das pessoas, passa a ser tratada como distúrbio do sono, além de outros descritores que surgem a partir da verificação e matematização da existência. Problemas que são eminentemente sociais, passam a possuir status biológico/patológico, esquadrihando diversos “métodos de tratamento”, que prezam por uma “cura” baseada nas análises de causa-efeito, desconsiderando o caráter cultural, social, do ser humano. Vemos, assim, o nascimento de um conjunto de saberes e poderes em torno da medicalização da vida. Profissões que anteriormente estavam preocupadas em realizar o combate à doenças, passam a possuir o poder de normalizar. Todo um arranjo complexo é formado em torno da escola. Especializações, linhas de pesquisas e instrumentais surgem a fim de verificar, mensurar, as crianças e determinar o nível do seu fracasso. Os saberes produzem suas próprias patologias e formas de tratamento, justificando suas existências e necessidades de intervenção nos diversos meios sociais. O exemplo desses nascimentos é o higienismo, entendido como um desdobramento da medicina social, apoiando-se como uma prática em saúde, mas que se apoia em processos econômicos e sociais. As intervenções realizadas por esse movimento tinham como foco a família e a criação dos filhos, desenvolvendo prescrições para gerenciar as condutas dentro da vida privada. Isso é comumente revelado, por exemplo, nos acessos a serviços estatais de saúde e educação, além de distribuição de renda, definindo critérios a serem atendidos pelas famílias para acessarem direitos.

Sendo assim, fica explicitada a relevância da realização deste estudo, uma vez que, por is só, a temática da medicalização atravessa a constituição dos saberes e práticas profissionais, além de estar em permanente atravessamento pelo corpo das pessoas. Justifica-se a realização deste estudo a partir da necessidade da problematização das ações medicalizantes presentes na nossa sociedade, e, tendo como perspectiva a construção de conhecimentos que promovam autonomia das pessoas, este estudo se faz importante para divulgação dos saberes contra-hegemônicos que estão sendo produzidos em diversos espaços de debates e construções coletivas de resistências. A pesquisa realizada é qualitativa, uma análise de documentos referentes à legislação da Política Nacional de Atenção Básica de 2017. Foi realizada profunda revisão bibliográfica sobre a temática, tendo como método o proposto por Foucault, histórico-genealógico. São organizadas, a partir de então, séries discursivas sobre a medicalização.

Fez-se uma investigação criteriosa a respeito da temática, considerando acontecimentos, discursos desvalorizados, apagados, esquecidos e reprimidos, atentando para as rupturas e descontinuidades da história destes acontecimentos, dando luz às forças que estão em disputa, que estão em jogo quanto à temática, notando que tais acontecimentos não ocorrem ao acaso, são construções históricas que não possuem origens fixas. Foram, então, destacadas para este grupo de trabalho, duas séries discursivas emergentes: a emergência da medicalização na atenção primária e as práticas de medicalização na atenção primária. A primeira, destacando o desenvolvimento histórico destas práticas no interior deste serviço. A segunda, busca demonstrar quais práticas são medicalizantes que estão apresentadas no documento como práticas de promoção/prevenção em saúde.



Memória Política e Consciência Política na Reestruturação Urbana de Arapiraca-AL: Práticas, Resistências e Lutas.

Autor: Vinicius H. A. Silva (UFAL)

Coautor: Maria Quitéria Castro de Brito (UFAL) e Eliel Dantas (UFAL)

Nossa problemática parte de sujeitos estudados em um TCC de graduação em Psicologia, que revelou um extremo sofrimento ético e político. Essa problemática consiste na remoção da comunidade Caboge, na cidade de Arapiraca – Alagoas (Brasil), inserida no contexto do processo de reestruturação urbana que afeta cidades brasileiras. Tal movimento intenta um reordenamento dos espaços urbanos privilegiados, pelas intervenções públicas na recuperação de espaços degradados. O território acaba ficando restrito a novos personagens outrora alheios, enquanto aos moradores tradicionais resta a remoção, quase sempre movida a injustas indenizações e por vezes violações do direito a moradia, configurando um processo de migração forçada.

Nosso objetivo consiste em potencializar a memória coletiva da comunidade excluída, no sentido que nos possa desvelar os contornos excludentes da política urbana aplicada. Norteados pelo enfoque qualitativo, com ênfase na coleta de dados sobre a vivência da urbanidade no espaço transformado e do processo de remoção, temos como finalidade agregar o conjunto de sentidos interpretativos dos sujeitos mediante o evento estudado. Os primeiros resultados dão conta de uma memória política conflituosa, ora reprodutora dos discursos do poder, ora insipiente de uma resistência e resignação pela exclusão social operada no espaço transformado, além da clara ausência de diálogo entre os atores sociais e o poder público.

Acreditamos assim termos proposto relações diretas com o tema geral do XX ENABRAPSO (“A psicologia social frente aos autoritarismos, polarização social e crise sistêmica do capitalismo: em defesa da democracia e da emancipação humana”), primeiro pelo combate ao autoritarismo seja ele macropolítico com implicações ditatórias em âmbito nacional, ou em práticas de violência autoritária de instâncias estaduais ou municipais que fazem parte do estado e também devem atuar enquanto instituição maior de garantia e manutenção de direitos aos indivíduos. E depois pela nossa busca de uma organização da comunidade de forma que propicie uma busca por direitos e uma legitimação da cidadania que lhes foi negada, atributos estes que permearam todo o processo de investigação do presente trabalho, ou seja, a identificação de uma participação política que criasse as condições necessárias para a reivindicação da comunidade e uma possível atividade política no campo social para luta por políticas públicas efetivas no caso da remoção dos moradores.

Sendo assim fica mais do que explícita a relação do presente trabalho com o GT: “Psicologia Política e direitos sociais como produto das políticas: práticas, saberes, resistências e lutas pela cidadania tempos neoliberais”, pela necessidade de encontrar movimentos que lutem contra o tratamento dado aos cidadãos em nome de práticas neoliberais de “limpeza urbana”, e a proposta de compreensão de estratégias de resistência por parte da comunidade e a luta pela conquista da cidadania.

Utilizamos como referências o modelo de análise da consciência política desenvolvido por Salvador Sandoval, a partir do reconhecimento da memória política como fomenta de consciência, tema desenvolvido por Soraia Ansara. O contexto de estudo é interpretado a luz da geografia crítica de Ana Fani Carlos, e dos estudos urbanistas acerca das reestruturações em andamento na cidade. Além de diálogos conceituais com Martin-baró e seus reflexões relacionadas a comunidade e o coletivo.

No que se refere a metodologia, este projeto é norteados pelo enfoque qualitativo, com ênfase na coleta de dados sobre a vivência da urbanidade no espaço transformado e do processo de remoção, tendo como finalidade agregar o conjunto de sentidos interpretativos dos sujeitos mediante o evento estudado. Para isto, foram utilizadas entrevistas abertas individuais com os moradores removidos e para o registro de dados foi utilizado gravador de áudio, para posterior análise. Diante de como a metodologia foi formulada, é necessário evidenciar as dificuldades encontradas mediante a escolha dos sujeitos da pesquisa. Ao adentrar em campo, os envolvidos do estudo em questão, tiveram grandes dificuldades em obter o contato necessário com os sujeitos, isso deu-se pelo fato das pessoas residentes do lugar estarem sempre atentas com a presença de tais e atemorizadas por questões políticas, tornando esse contato distante. Além disso, os líderes que facilitariam esse contato, não favoreceram uma colaboração. Inclusive, o que garantiu a facilitação, não deu notícias. A realidade encontrada diante do exposto é de medo, impossibilitando que as pessoas falassem e conseqüentemente impedindo que pudéssemos chegar até as pessoas que trazem as representações negativas da remoção de forma explícita e isso levou a um tipo de sujeito que revela partes positivas do que é tratado. Desse modo, os participantes da pesquisa não se referem aos que

sofreram com a remoção e que é contra a remoção, mas sim sujeitos contrários. Logo, como não foi encontrado esse tipo de sujeito, tentamos buscar as contradições reveladas no discurso de tais.

Na pesquisa constatamos que os entrevistados não veem tal acordo social justo, pois afirmam que o novo local em que recebeu a casa mostra-se bastante perigoso, desvalorizado e longe de qualquer necessidade que venha a precisar; todavia, não há a presença da vontade de agir coletivamente em busca de acordos justos.

Desse modo, Martin- Baró, ao propor o rompimento do fatalismo por meio da recuperação da memória histórica, mostra que a conscientização é fundamental para a intervenção da realidade concreta. As pessoas, como traz Halbwachs costumam lembrar dos eventos como membros dos grupos. A recuperação de uma memória política, desse modo, possibilita uma intervenção no mundo objetivo.

De acordo com o objetivo principal da pesquisa, encontrar os sujeitos condizentes com a nossa problemática e realizar a busca pelos sete elementos que constituem a consciência política nas falas dos entrevistados, como já descrito na metodologia, o foco dos sujeitos foi alterado. Desse modo, nos colocando a analisar a presente falta desses elementos que foram primordiais para que a remoção fosse permitida e as contradições presentes em seus respectivos discursos. Portanto, diante da fala apresentada pelos entrevistados, foi de clara evidência que os elementos que constituem a consciência política, não contribuíram para a formação de uma resistência entre os moradores, contra a remoção na época. É notório que, a ausência dos sete elementos possibilitou o processo da remoção e durante o contato com os participantes é possível observar que os principais elementos ausentes são: Identidade coletiva, Interesses antagônicos e adversários, Sentimentos de justiça e injustiça.

Os moradores da comunidade Caboge não possuíam consciência do que tratava-se a remoção, não tinham um conhecimento de que existia um conflito territorial, eles só atentavam para o fato de que residiam em lugar que não dispunha de algumas necessidades básicas e que ganhariam uma casa para sair do aluguel, não existia a noção de que aquela transformação era implicada em uma valorização imobiliária. Logo, como já analisado, o processo como um todo possui um caráter de alienação por parte dos moradores, além da clara ausência de diálogo entre os atores sociais e o poder público, e uma política interna dominada por cooptação de lideranças e influências eleitoreiras locais.

Moradia, Terra e Poder: Reflexões sobre os Limites e Possibilidades das Políticas Públicas de Habitação

Autor: Douglas (USP)

Neste trabalho buscamos discutir sobre as raízes do problema da moradia urbana no Brasil, trazendo alguns elementos da história e pré-história das políticas públicas de habitação, para, então, fazer uma breve análise do programa Minha Casa, Minha Vida. Procuramos, adotando por método o materialismo histórico, assinalar alguns dos limites e possibilidades das iniciativas do Estado e a função deste Estado em um sistema capitalista, assim como também buscamos refletir sobre os limites e possibilidades da atuação dos profissionais inseridos neste campo, em especial a dos psicólogos(as).

Dentro desta proposta, entendemos que este trabalho se relaciona com o primeiro eixo temático do XX ENABRAPSO: "Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais", possuindo também íntima relação com os objetivos propostos pelos grupos de trabalho "Psicologia Política e direitos sociais como produto das políticas: práticas, saberes, resistências e lutas pela cidadania tempos neoliberais", "A dimensão subjetiva da desigualdade e da dominação: avançando no compromisso social da psicologia" e "Itinerários formativos e atuação nas políticas públicas para garantia de direitos: desafios do trabalho com sujeitos, grupos, instituições e comunidades".

Importante destacar alguns conceitos e autores que foram fundamentais na construção das posições aqui defendidas: o conceito de Estado, dentro da perspectiva marxista, tomando como referência o trabalho de David Harvey; as particularidades do desenvolvimento do capitalismo brasileiro apontadas por Florestan Fernandes e também as especificidades do processo de ocupação de terras no Brasil, estudadas por José de Souza Martins; o conceito de humilhação social (ou política) proposto por José Moura Gonçalves Filho.

Consideramos que para discutir o tema da moradia é fundamental tratar da questão fundiária e o patrimonialismo enraizado na gênese da nossa organização social, econômica e política. O exercício do poder esteve sempre associado ao patrimônio (quer seja de escravos ou de terras). No Brasil, em 1850, foi promulgada a lei que extin-



guia o tráfico negreiro. No mesmo ano foram adotadas mudanças na legislação que asseguraram a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, garantindo a oferta de mão de obra para a grande lavoura. Neste contexto, era necessário também evitar que ocorresse um perigoso deslocamento: com o iminente fim da escravidão, os antigos escravos poderiam trabalhar nas abundantes terras que estavam disponíveis; efetivou-se, assim, também no ano de 1850, um novo regime de propriedade da terra, ficando proibida a aquisição de terras por outro título que não fosse de compra (como afirma José de Souza Martins: se a terra fosse livre, o trabalhador teria que ser escravo; se o trabalhador fosse livre, a terra teria que ser escrava).

Segundo Florestan Fernandes, com a independência do Brasil e o fim do estatuto colonial, houve uma reorganização do fluxo de renda, no entanto, continuou extrema e irredutível a sujeição econômica do país. Os senhores feudais assumiram o controle da economia, Estado e da vida social, transferindo para si os frutos da espoliação aqui operada e anteriormente remetida para a Metrópole. O Estado nacional independente (politicamente, mas economicamente subordinado ao capitalismo central) era, na prática, instrumento de dominação patrimonialista no nível político, estruturado para atender aos interesses sociais e às determinações políticas das camadas senhoriais. A concentração de terras é umas das nefastas consequências dessa organização.

No Brasil, a industrialização tardia conviveu com a manutenção do latifúndio improdutivo, elemento característico do patrimonialismo e um dos maiores problemas no campo e das cidades latino-americanas, uma vez que dificulta a ocupação sustentável e mais justa do território. Na era industrial não se estabeleceu uma relação entre capitalismo e descolonização. O capitalismo dependente brasileiro não foi capaz de promover uma revolução urbana, assim como foi incapaz de promover uma revolução agrícola, provocando a reprodução da história social do campo na evolução das grandes metrópoles e cidades.

No intenso processo de urbanização brasileiro (na década de 1970, pela primeira vez, a população urbana supera a rural, atingindo 56%, na década de 1980, esse número chegou a 68%) a classe trabalhadora instalou-se nas áreas recusadas pelo mercado imobiliário privado e em espaços públicos localizados em regiões desvalorizadas: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes, regiões poluídas, áreas de proteção ambiental. O modelo periférico de urbanização é, portanto, condição que atende aos interesses do mercado imobiliário. A desigual ocupação do espaço urbano obedece a uma lógica em que a moradia e a cidade são convertidas em mercadorias.

É a partir da abolição da escravatura e a constituição de um mercado de trabalho livre que alguma ação pública pode ser notada na área da moradia, mesmo que tímida. É possível dividir a história das políticas públicas de habitação no Brasil em cinco períodos. Nessa perspectiva, a longa fase colonial e imperial, marcada por quase quatro séculos, a escravidão é excluída, uma vez que não existia qualquer iniciativa para enfrentar as necessidades de habitação dos escravos. Aqui nos restringimos a tratar do último período, iniciado no fim do século XXI. Ele tem como principais características: a estruturação de um novo modelo de financiamento, incluindo subsídios que permitiram o atendimento a famílias de baixa renda; um novo desenho institucional que articulou os diversos estados na tentativa de implementar um programa de construção massiva de novas moradias; a criação de regras estáveis para estimular a produção e financiamento de mercado. É nesse ciclo que nasceu o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), iniciativa que merece uma análise mais demorada.

O PMCMV foi lançado em 2009 pelo governo federal como forma de reagir à crise econômica internacional de 2008, com atuação focada no incentivo à construção e aquisição de unidades habitacionais. Os resultados do PMCMV são contraditórios. O programa foi um marco na política habitacional brasileira – ao incluir subsídio como elemento fundamental para produção de moradias populares em massa – tem grandes méritos por ter conseguido aportar recursos bilionários, como nunca havia acontecido, para o atendimento à população de baixa renda. Contudo, o programa não interfere no lugar da cidade relegado à classe trabalhadora, reproduz o padrão periférico, contribuindo para consolidar a segregação do espaço a ser ocupado pelas camadas mais pobres. Prevalece a lógica do mercado, inibindo iniciativas pautadas em outras perspectivas, como o direito à cidade e as reais necessidades habitacionais.

O PMCMV também não foi capaz de fomentar a construção de espaços de participação popular. Sua implantação é efetuada de forma horizontal, autocrática, inibindo a organização de processos participativos, o que irá impactar na forma como os moradores irão se apropriar do novo espaço e, conseqüentemente, na construção das relações com a vizinhança, comprometendo, muitas vezes, sua manutenção na nova moradia. O PMCMV opera em uma lógica em que, frequentemente, as famílias por ele atendidas sofrem com o peso da humilhação social. O programa reedita processos de estigmatização da pobreza e de dominação historicamente vivenciados pelas classes populares.



Para melhor compreender os limites e propósitos do PMCMV e das próprias políticas públicas, faz-se necessário buscar compreender a forma em que o Estado se organiza. Harvey, baseado na obra marxiana, considera que o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade. O Estado constitui-se como um instrumento de dominação de classe, organiza-se para sustentar a relação entre capital e trabalho, mas discursivamente defende que suas práticas são para o bem de todos. Ele opera para satisfazer as exigências do modo capitalista de produção, incorporando uma poderosa defesa ideológica e legal da igualdade, mobilidade e liberdade dos indivíduos e simultaneamente é protetor da propriedade privada e da relação básica entre capital e trabalho.

Dentro desses intrincados processos, cabe questionar qual o papel do(a) psicólogo(a), quais são suas possibilidades de atuação e seu compromisso social. É necessário reconhecer os limites à autonomia da atuação profissional dentro de uma sociedade capitalista, em que o trabalho do psicólogo, como de qualquer outro profissional, traduz-se pela venda e compra de força de trabalho. A sua reprodução é justificada por sua capacidade de contribuir para o processo de produção e reprodução de mais valia, na medida em que produz serviços que atendem a necessidades sociais. Coloca-se, portanto, como desafio para a categoria ampliar os limites da dimensão política da ação profissional; nessa perspectiva, Yamamoto destaca duas frentes de atuação: alinhamento com setores progressistas da sociedade civil (fundamental na correlação de forças para eventuais avanços nas políticas públicas) e o desenvolvimento, na área acadêmica, de outras possibilidades teórico-técnicas que não estejam alinhadas aos interesses das classes dominantes; com correntes hegemônicas da psicologia que historicamente serviram para perpetuação das relações de dominação.

Silvia Lane defende que, para escapar a uma visão distorcida, devemos considerar as condições sociais e históricas dos processos. Acreditamos que essa seja condição basilar para construção de uma prática que seja transformadora e não reprodutora da realidade. A realidade é fruto de construções sociais, dentro de dadas condições históricas, a realidade presente é uma entre diversas possibilidades, sendo passível, portanto, de ser transformada.

Mulheres Migrantes e Políticas Públicas Locais

Autor: Rocio Bravo Shuña (Instituto de Psicologia - USP)

Coautor: Núria Margarit Carbassa (Instituto de Psicologia USP)

Introdução

Nas migrações contemporâneas atuais, as mulheres conformam um 48% das pessoas que moram fora do país de origem (Global Migration Data Portal, c2019), o que faz delas a parcela majoritária dos processos migratórios. Embora a feminização das migrações venha sendo mais estudada, e analisada como o resultado da articulação complexa entre forças estruturais condicionadas pelos papéis de gênero, a discriminação sexual e a globalização (Neves, Nogueira, Topa e Silva, 2016), ainda há importantes questões referentes a como que os governos vão respondendo a esta demanda.

Nesse cenário em que se encontram as mulheres migrantes e os migrantes em geral, o controle geopolítico da migração joga um importante papel na situação das migrantes nos países de destino. Assim como Bertoldo (2018) defende, o controle que os países exercem sobre as pessoas que migram não só cria entraves mas também abre espaços para que certos direitos sejam reconhecidos, em especial aqueles que sejam úteis para o sistema de produção capitalista, e o Brasil não é uma exceção.

No Brasil, até outubro de 2018 a Polícia Federal registrou um total de 1,8 milhão de residentes estrangeiros regularizados, onde o 47,12% mora em São Paulo.

A nível federal, no ano 2017 foi promulgada a atual política migratória brasileira, a Lei nº 13.445 (Brasil, 2017), sancionada pelo presidente interino Michel Temer, substituindo assim o Estatuto do Estrangeiro de 1980. A Nova Lei foi aprovada com 30 vetos, fato que gerou certo descontento na comunidade imigrante ao lhes negar amnistia a pessoas, entre elas mulheres, que se encontram em estado irregular no país, como também aos indígenas ao não lhes permitirem o livre trânsito dentro de suas comunidades nas fronteiras. E também, aos técnicos que tinham participado durante dois anos na construção e nos debates na Câmara dos Deputados do PLS 288/2013 de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP, do qual derivou a mencionada Nova Lei.

A nível local, o Município de São Paulo constitui, até agora, o primeiro município em criar uma Lei Municipal de Políticas para a População Imigrante, Lei nº16.478 no ano 2016 que regulamentou iniciativas anteriores como a Coordenação Municipal de Políticas para Imigrantes; e a criação de outras instâncias como Conselho Municipal



de Políticas para Imigrantes, às Conferências Municipais de Políticas para Imigrantes, entre outras ações que promovem a participação social de Imigrantes na esfera pública. Se bem isto pode ser considerado um avanço social e político a nível local para as/os imigrantes, este trabalho pretende entender as nuances desse processo de construção e como as mulheres imigrantes participaram neste percurso.

Desse modo, consideramos importante papel que a Psicologia tem na criação e no questionamento das políticas públicas, campo recente que vem se constituindo como área de conhecimento, práticas e pesquisa.

Objetivo

Entender de que maneira as mulheres imigrantes participaram nos debates e foram inseridas no teor da Política Municipal para a População Imigrante da cidade de São Paulo.

Metodologia

Fizemos um breve histórico da construção e formulação de políticas locais do Município de São Paulo relacionadas com a migração internacional, identificando propostas relacionadas sobre a temática mulher imigrante nas atas de eventos municipais preparatórios à elaboração da Lei Municipal de Políticas para Imigrantes.

Além disso, o histórico anteriormente explicado foi refletido em diálogo com a entrevista realizada a uma mulher imigrante ativista que participou desse processo.

Orientação teórica

A pesquisa se desenvolveu a partir de uma perspectiva feminista trazendo os debates de gênero (Fraser, 2002, 2006a, 2006b; Scott, 2005; Haraway, 2009; Spivak, 2010), Direitos Humanos (Ayres, Paiva e França Jr, 2012) e interculturalidade (Mignolo, 2008; Idáñez, Buraschi, 2012).

Relação clara com o GT e eixo temático escolhido

Neste trabalho fizemos algumas interpretações e reflexões do processo de construção da Política Municipal para a População Imigrante da cidade São Paulo, focalizando nas mulheres migrantes como agentes sociais no processo de construção de estas.

Consideramos às políticas públicas e os processos políticos como parte de processos de subjetivação, uma vez elas se constituem como um mecanismo para a organização da sociedade, onde elas geram, particularmente as políticas no campo migratório, categorias e distinções que constituem as pessoas enquanto sujeitos e objetos.

Resultados e considerações finais

Ao revisar os documentos e dialogar com nossa entrevistada observamos que a gestação da idéia, o processo de construção, a promulgação e a regulamentação da Lei nº16.478 foi o resultado da conjunção de um governo municipal com tendências democráticas e participativas como também das demandas da sociedade civil organizada que trabalhava com migração internacional ou que eram imigrantes que encaminhou e construiu o teor da lei.

Neste cenário, as mulheres migrantes cis maioritariamente nacionais de países de América do Sul, ganharam, de a poucos, espaços de protagonismo nesse processo. Tendo como principal parceira a então Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres durante o governo municipal de Fernando Haddad (2013 a 2016), situação que mudou com a entrada de um novo prefeito com uma visão de governo capitalista liberal, onde o enfrentamento a qualquer crises econômica foi traduzida em diminuição orçamentária para a garantia de direitos sociais, sendo especificamente a mais afetadas as instâncias de participação e controle social, como também os equipamentos sociais de atendimento a mulheres em toda sua diversidade.

Dito panorama remarca a fragilidade com que são reconhecidos e atendidos os direitos das mulheres, e dentro desse grupo a das imigrantes. Mesmo que elas possam ser inseridas em algumas estruturas como suas nacionais, essa inserção tende a folclorizar-a ou quer apagar sua diversidade num processo de 'standardização' cultural e diminuição de potencialidades.

Portanto, ainda há muito que se construir em políticas para migrantes desde uma perspectiva intercultural e de gênero, não como tarefa que atinge só ao município de São Paulo e sim também ao Estado. A migração é um fato sempre atual portanto todos os governos municipais, estaduais e federais devem construir e/ou instrumentalizar políticas públicas específicas para atender as demandas deste grupo populacional.

Consideramos que a nomeação, convocação e participação da mulher imigrante nas pautas das políticas e



dos decretos legislativos atuais, assim como nas propostas que apareceram, é ainda insuficiente para dar conta da complexidade que traz a migração feminina.

Finalmente, caberia nos atentar quando debatemos está temática de que mulher imigrante estamos falando, que outros marcadores sociais perpassam suas vivências, a nível de gênero, orientação sexual, raça/etnia/cor, nacionalidade e classe. De modo a repensar nessa diversidade de vozes que são ditas, ouvidas e atendidas quando formulamos políticas públicas.

Referências bibliográficas

Ayres, José Ricardo; Paiva, Vera e França Jr., Ivan (2012). Conceitos e práticas da prevenção: da história natural da doença ao quadro da vulnerabilidade e direitos humanos. Em Paiva, Vera; Ayres, José Ricardo e Buchalla, Cassia Maria (Org.). Vulnerabilidade e Direitos Humanos: Prevenção e promoção de saúde. Livro I: Da doença à cidadania. Curitiba: Juruá Editora, 4, 71-94.

Bertoldo, Jaqueline (2018). Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. *Revista Katálisis*, 2(21), 313-323.

Brasil. Senado Federal (2017). Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, 2017. Institui a Lei de Migração. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>. Acesso em 22 jun. 2019.

Fraser, Nancy. (2002). A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista crítica de ciências sociais*, (63), 07-20

Fraser, Nancy. (2006). La justicia social en la era de la política de la identidad: Redistribución, reconocimiento y participación. In: Fraser, Nancy; Honneth, Axel. In: ¿Redistribución o reconocimiento?: un debate político-filosófico. Madrid: Morata, 2006b. p. 149-175.

Fraser, Nancy. (2007). Reconhecimento sem ética?. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (70), 101-138.

Global Migration Data Portal (c2019) Migration Data Portal: The biggest picture, c2019. Disponível em: https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2017. Acesso em 20 jul 2019.

Idáñez, María José Aguilar & Buraschi, Daniel (2012). El desafío de la convivencia intercultural. *REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 20(38), 27-43.

Neves, Ana Sofia Antunes das; Nogueira, Maria da Conceição Oliveira Carvalho; Topa, Joana Bessa e Silva, Estefânia Gonçalves (2016). Mulheres imigrantes em Portugal: uma análise de gênero. *Estudos de Psicologia*, 33(04), 723-733.

Scott, Joan W. (2005). O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, 13 (1), 11-30.

Os Retrocessos na Saúde Pública Brasileira em Tempos de Neoliberalismo e Mercantilização da Vida

Autor: Julia Tocalino Morabito (UFPR)

O presente trabalho consiste num estudo teórico, em andamento, acerca dos retrocessos que a saúde pública brasileira tem vivido nas últimas décadas como consequência da materialização de políticas norteadas pela lógica neoliberal, mercantilista e contrária aos direitos sociais e às políticas públicas, conquistados a partir das mobilizações e lutas dos trabalhadores e movimentos sociais por garantias de qualidade de vida e direitos. Visando fundamentar melhor o entendimento e as práticas profissionais da psicologia no contexto da saúde, a pesquisa busca relacionar as profundas modificações que a saúde pública têm sofrido com a promoção do projeto político-econômico neoliberal de desmonte e sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Para isso, o trabalho expõe como este fenômeno não ocorre por acaso ou sequer isoladamente, mas na atual fase do capitalismo e no contexto latino-americano, em que o neoliberalismo tem ganhado força e quase hegemonia, influenciando os rumos não somente da saúde, mas também de outras esferas, tais como educação e previdência. Ainda, o presente trabalho se justifica pela importância que o Sistema Único de Saúde tem para a população brasileira, pela relação que os ataques ao SUS possuem com o atual momento histórico-político que vivemos, bem como pelo fato de o SUS constituir resultado da reforma sanitária produzida no país, envolvendo ampla participação popular, e sendo conquista da luta da população brasileira. Conforme a revisão bibliográfica tornou evidente, o SUS, alvo de ataques desde sua concepção e início de implementação, tem recebido investidas intensificadas e apoiadas por

poderosas instituições a serviço do capital, como o Banco Mundial, enquanto uma série de medidas são tomadas pelos governos de forma a beneficiar a saúde privada, representada, no país, pelo setor de saúde suplementar. Uma vez que o desmonte do SUS e a mercantilização da saúde configuram-se como resultados do avanço do neoliberalismo no atual momento conjuntural, entende-se que a discussão a que se propõe este trabalho é bastante pertinente com as propostas do Eixo temático 1, Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais, e do GT37, Psicologia Política e direitos sociais como produto das políticas: práticas, saberes, resistências e lutas pela cidadania tempos neoliberais. Cabe dizer que o estudo está sendo realizado em formato de Programa de Voluntariado Acadêmico (PVA) na Universidade Federal do Paraná durante o ano de 2019. A pesquisa se fundamenta na concepção de que se deve defender o Sistema Único de Saúde e seu caráter universalizante. Assim, parte-se do pressuposto de que os processos da desestruturação do SUS e da mercantilização da saúde, retirando seu caráter de direito social, consistem em violências promovidas por agentes comprometidos com uma lógica dominante de benefício ao capital. Como metodologia de investigação, recorreu-se às produções de autores e autoras contemporâneos e conhecidos por serem referência na temática de saúde pública, tais como Jairnilson Paim e Madel Luz. Ainda, o método incluiu a realização de buscas científicas através da Scientific Electronic Library Online (SciELO). A pesquisa online por meio da SciELO foi efetuada a partir da seleção de materiais científicos encontrados por intermédio das palavras-chave "neoliberalismo" e "saúde", que encontrou pouco menos de 90 produções. Estas foram filtradas pelo título, conforme pertinência com a proposta deste trabalho, e data, uma vez que se deu prioridade para os documentos produzidos mais recentemente. Além disso, alguns anais de eventos abordando a temática de saúde e ataques políticos ao Sistema Único de Saúde foram consultados para melhor discutir os retrocessos que se verificam nas últimas décadas. Como resultado até o momento, constata-se que as investidas comprometidas em inviabilizar a consolidação da universalização da saúde como um direito no Brasil, existentes desde a fase inicial de implementação do SUS, têm se intensificado de forma complexa e ganhado força capaz de colocar em xeque a manutenção deste sistema público, cada vez mais ameaçado. Assim, como a revisão evidenciou, os agentes da lógica contrária à universalização da saúde, que historicamente impuseram entraves à consolidação do projeto de saúde democrático, não se retiraram da disputa nas últimas décadas, tendo complexificado suas estratégias de atuação à serviço dos interesses capitalistas durante todos os governos. Atualmente, além de subfinanciado, o Sistema Único de Saúde encontra-se ameaçado pela abertura à participação de empresas e de capital internacional na assistência à saúde, tem seu orçamento limitado por imposição do regime fiscal autorizado pela Emenda Constitucional nº 95 (do Teto dos Gastos Sociais), e enfrenta uma injusta disputa com o setor privado que avança no mercado da saúde e disputa o fundo público para se recuperar dos efeitos da crise capitalista. Como agravante, o atual governo presidencial brasileiro representa uma ameaça ainda maior ao SUS, que já no início da gestão teve sua gratuidade questionada, e sofreu ataques, como os direcionados à política nacional de drogas e à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). A pesquisa identifica que os ataques ao SUS não significam somente a desestruturação de um sistema público, mas colocam em risco a própria concepção de saúde que tornou possível a consolidação do sistema. Por fim, conclui-se que para barrar o desmonte do SUS e o avanço das complexas formas de mercantilização da saúde, é necessário se erguer em resistência. A defesa do Sistema Único de Saúde está localizada num contexto de luta de classes, polarizada, portanto, por interesses opostos. Como consequência, nenhum governo esteve isento da prática de sucateamento deste sistema, e, por isso, a alternativa se encontra na luta dos trabalhadores e da comunidade, que devem estar unidos por meio de lutas organizadas, tais como os Fóruns de Saúde, entre outras formas de resistência, para defender a saúde como um direito. Assim como a consolidação do Sistema Único de Saúde só foi possível mediante luta da sociedade, o mesmo vale para a sua manutenção, conservando seu caráter e impedindo a efetivação da saúde como mercadoria.



Participação política de idosos nas políticas públicas: sentidos e significados desta participação

Autor: Samyra Maida

Coautor: Regina Celia do Prado Fiedler (Universidade Cruzeiro do Sul)

A partir do momento em que o idoso deixa de ser capaz de produzir, perde seu espaço de atuar na sociedade, é excluído, torna-se invisível e tem suas reivindicações e sua “voz” ignoradas. No entanto, este cenário vem mudando mundialmente, e hoje o envelhecimento populacional é um fenômeno que tem progredido no país, dando a esta população maior visibilidade política, inclusive. A questão do idoso torna-se uma pauta entre as políticas públicas e novas demandas e reivindicações, que atendam às necessidades da população idosa, devem ser feitas e dentro desse cenário surge a discussão de qual a função do idoso enquanto agente de mudança de sua própria realidade. A Política Nacional do Idoso traz, dentre seus artigos, a proposta de integração e participação efetiva do idoso na sociedade, através de movimentos sociais e Conselhos do Idoso. Entretanto, estudos revelam que há uma ausência quase que completa desta parte da população tanto na reivindicação de políticas públicas como na implementação das que já existem. A pesquisa realizada teve como objetivo compreender quais as concepções que o idoso constrói a respeito de políticas públicas e participação política, visando compreender se a ausência desta participação ainda se fazia presente e o que a motivava. Relaciona-se, portanto, com o eixo temático 1 e o Grupo de Trabalho 37, por considerar homens e mulheres de todas as idades como capazes de se posicionarem enquanto atores sociais e entender que é preciso olhar para a forma como o idoso está inserido na sociedade atualmente para se analisar quais as possibilidades e impasses encontrados para que eles se apropriem de seus direitos civis, políticos e sociais. A pesquisa procurou realizar um estudo que proporcionasse um contato direto com a população idosa, criando um espaço de reflexão acerca do papel do idoso dentro da sociedade, sendo essa uma forma de incentivar e fortalecer a participação política destes sujeitos. Para alcançar nosso objetivo utilizamos a Teoria das Representações Sociais de Moscovici para analisar quais as representações sociais que os idosos possuem, sendo necessário realizar uma correlação destas com a teoria da psicologia política sobre consciência política e participação política. Para tanto foram entrevistados 6 idosos, entre 60 e 76 anos, sendo 3 que participam de conselhos para idosos e 3 que não possuem participação efetiva, mas que fazem uso de equipamentos fruto de política pública para o idoso. A análise de conteúdo das representações sociais, que foram explicitadas durante as entrevistas, revelou cinco categorias temáticas. São elas: a concepção de política pública, a concepção de participação política, a concepção do idoso, a avaliação que os idosos fazem das políticas públicas já existentes para a população idosa e os motivos para a ausência de participação política. A partir da análise destes discursos pôde-se observar uma ausência de linguagem para se falar sobre a temática entre os idosos e este é um dos motivos que faz com que o idoso se torne receoso em participar, por não se sentir potente quanto ao assunto. Quando se trata de investigar as representações de participação política, observou-se que existe uma forte representação da democracia representativa por parte daqueles que não tem participação política ativa: a ideia de cobrança dos representantes e o voto aparecem como únicas ações de participação política. Já com os idosos que tem participação em conselhos foi interessante perceber que tem suas representações mais associadas a democracia participativa e que se sentem mais convictos de sua função social. Associam as suas representações de participação à felicidade e sentimento de utilidade e pertença, algo que contribui para o envelhecimento ativo. Se fez presente, também uma representação social de que o idoso não possui voz e é invisível e desvalorizado, e uma desvalorização do que é a política formal tendo como resultado a ausência de participação nos espaços a ele destinados. Conclui-se que, de fato, há uma ausência do idoso no que diz respeito a sua participação política, confirmando o que estudos anteriores já trouxeram. É válido apontar que, no caso dos idosos que não possuem uma participação política, o discurso sobre sua ausência política se pauta na falta de conhecimento, que leva a um receio e sensação de impotência perante ao papel do idoso enquanto agente de mudança, mas no caso daqueles que já estão exercendo tal papel dentro dos Conselhos do Idoso, o discurso da ausência surge como fruto da insatisfação e desânimo que o idoso sente frente ao pouco de atenção que suas reivindicações recebem. Por mais que sintam os benefícios dessa participação ativa, a falta de apoio político faz com que mesmo aqueles que já estão inseridos no meio participativo se afastem. Com isso, reflete-se sobre o quanto ainda é preciso caminhar para que o idoso de fato possa ser inserido na sociedade como um indivíduo capaz de contribuir e exercer a sua cidadania. É válido apontar que, no caso dos idosos que não possuem uma participação política, o discurso sobre sua ausência política se pauta na falta de conhecimento, que leva a um receio e sensação de impotência perante ao papel do idoso enquanto agente de mudança, mas no caso

daqueles que já estão exercendo tal papel dentro dos Conselhos do Idoso, o discurso da ausência surge como fruto da insatisfação e desânimo que o idoso sente frente ao pouco de atenção que suas reivindicações recebem. Por mais que sintam os benefícios dessa participação ativa, a falta de apoio político faz com que mesmo aqueles que já estão inseridos no meio participativo se afastem. Com isso, reflete-se sobre o quanto ainda é preciso caminhar para que o idoso de fato possa ser inserido na sociedade como um indivíduo capaz de contribuir e exercer a sua cidadania.

Políticas públicas: entre a identidade, o reconhecimento e a biopolítica

Autor: Vinicius (UNESP/UNIMEP)

Este trabalho provém de nossa tese de doutoramento e pretende delinear seu objeto (identidade, reconhecimento e biopolítica) na relação com as políticas públicas. A questão central da política de nossa sociedade contemporânea, como destaca o filósofo Safatle (2016), tem sido lidar com a problemática acerca de como se construir estruturas institucionais que dêem conta de exigências de reconhecimento de sujeitos não-substanciais que se manifestam como pura potência disruptiva e negativa. Deste modo, o reconhecimento passa a tornar-se indispensável na esfera política e social, tendo de ser institucionalizado na dimensão do direito e da política pública, na medida em que os déficits de reconhecimento implicam formas de desrespeito, rebaixamento e injustiça – conforme discutem Taylor (1993), Honneth (2003) e Fraser (2006). De modo antagônico, entretanto, afirma o filósofo Agamben (2010) que por trás do processo que leva ao reconhecimento dos direitos e das liberdades formais está o corpo do homem sacro, com sua vida insuscetível, porém, matável. Isto implica, por sua vez, que, embora o reconhecimento tenha se tornado indispensável no cenário social de nosso tempo, no paradigma político compreendido por Agamben (2010), ele também pode operar como um dispositivo da biopolítica. A emergência das diferenças dos sujeitos, na medida em que surgem diferentes identidades coletivas não substanciais, portanto, buscam ser capturadas pelos modos com que se operam os dispositivos biopolíticos, quando o reconhecimento de tais diferenças produzem enclausuramentos em moldes identitários. É neste sentido que Lima (2010) aponta que o reconhecimento pode se dar de modo perverso, fazendo com que os indivíduos fiquem aprisionados numa única personagem fetichizada. A identidade, portanto, que, como demarca Ciampa (2009), se expressa por meio de personagens, ficaria aprisionada ao mundo da mesmice. O reconhecimento, em sua dimensão perversa (Lima, 2010), deste modo, pode conformar-se como um dispositivo da biopolítica na medida em que busca cooptar as diferenças de sujeitos não substanciais – como da comunidade LGBT, por exemplo - como tentativa de administração identitária (Souza, 2012), buscando reduzir o sentido anamórfico das identidades (Almeida, 2005), isto é, sua potência emancipatória e negativa. Deste modo, o reconhecimento, aparece com sentido ambíguo: como paralaxe e como perverso (Lima, 2010). Enquanto potência paralática, inscreve-se em seus diferentes aspectos - amor, direito e solidariedade – como possibilidade de impulsionar os indivíduos numa luta pela construção de sua autonomia e reconhecimento da diferença do outro que se dá por aquele a quem se reconhece. Em sua dimensão perversa, o reconhecimento opera como ponto nodal operandis da biopolítica, na medida em que o deixar sobreviver enquanto vida vegetativa implica uma vida aprisionada ao mundo das modulações, uma sobrevivência modulável indefinida ao reconhecimento de um não-humano separado do humano. Assim, é nesta dimensão do reconhecimento, que se dá de modo perverso, que entendemos que ele pode operar enquanto um dispositivo da biopolítica como forma de administração da identidade - na perspectiva que Agamben (2010/2008) compreende a biopolítica -, como forma de manutenção de uma sobrevivência modulável enquanto vida vegetativa, a qual, na dimensão da expressão identitária, se conforma enquanto modulações de personagens, em que se têm personagens moduláveis e possibilidades extremamente reduzidas de metamorfoses com caráter emancipatório (Ciampa, 1997). Assim, a biopolítica, enquanto paradigma da política, opera como uma forma de inclusão-exclusiva (Agamben, 2010), uma política que inclui pela exclusão. Podemos perguntar, portanto, “pode falar o subalterno?” (Spivak, 2010); ou, podemos trazer para nossa problemática, “qual o reconhecimento, na dimensão política, que se dá ao subalterno?”. Essa lógica é facilmente identificada nos contextos de participação política, como em conselhos gestores, conferências de políticas públicas e outros espaços de disputa política, em que a distribuição das identidades, entre aqueles que são poder público e aqueles que são sociedade civil, delineiam-se por relações assimétricas que se demarcam por seus lugares e funções sociais. Dito de outro modo, as relações assimétricas que se circunscrevem entre poder público e sociedade civil são determinadas pela estrutura de poder que distribui as identidades de modo hierárquico.

Assim, destaca Almeida (2005), que as políticas públicas funcionam como políticas de identidade regulatórias que reforçam a heteronomia e retiram a legitimidade das ações e dos discursos autônomos dos indivíduos e dos grupos subalternos, inferiorizados e marginalizados, negando-lhes representatividade na cena pública. Como vemos no artigo primeiro da Declaração de 1948, "todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos". Todavia, destaca Coimbra (2000), que "sempre estiveram fora desses direitos à vida e à dignidade os segmentos pauperizados e percebidos como 'marginais': os 'deficientes' de todos os tipos, os 'desviantes', os miseráveis, dentre muitos outros" (p. 142). Há identidades, dentro de uma lógica de distribuição hierárquica, que são marginalizadas às políticas públicas (de identidade), assim como identidades alocadas a estas políticas que são "positivamente" assistidas e "negativamente" discriminadas, elas operam no sentido de discriminar identidades para desenvolver estratégias de compensação social bem como inserção no mercado de trabalho, podendo "correr o grande risco de transformarem facilmente a discriminação positiva das necessidades em discriminação negativa das carências dos assistidos" (Souza, 2011, p. 115). Assim as políticas públicas perpassam pela questão do reconhecimento da formação psicossocial das identidades dos beneficiários e podem desembocar em formas de discriminação e mitificação identitária, em que a identidade renegada do excluído passa a ser a identidade funcional do assistido, na qual ocorrem a fortificação e ampliação do sistema (Souza, 2011). Assim, como podemos ver no caso da política de saúde mental, na qual para que o usuário possa permanecer nela precisa se submeter à identidade de doente mental, como se vê no estudo de Lima (2010), o que conforma, por sua vez, não a negação do reconhecimento, mas a circunscrição de um reconhecimento perverso. As políticas públicas podem operar também, neste sentido, como (bio)políticas de reconhecimento identitário, as quais inscrevem-se por formas de controle das identidades.

Práticas de Judicialização da Violência contra Crianças e Adolescentes de 1990 a 2015

Autor: Daniel Castro (UFPA)

Coautor: Flávia Lemos

A judicialização implica em encaminhar os desvios das normas sociais ao Poder Judiciário e receber encomendas também de juízes, promotores e delegados para a realização de relatórios técnicos, usados nas decisões judiciais. A relação entre as normas e as leis foi estudada pelo filósofo francês Michel Foucault (1979; 1999; 2008). De acordo com Foucault (2008), há uma inflação jurídica nas práticas sociais, cada vez mais acirradas, nas últimas décadas. Face aos mínimos desvios sociais das normas instituídas instalam-se medidas judiciais, antecipadamente às outras possibilidades de intervenção.

Uma sociedade punitiva se amplia por meio da relação judicializante da vida; todavia, ela igualmente se materializa na normalização do Direito e na expansão intensiva da lógica de tribunais para as relações cotidianas de nossa sociedade. Nesse sentido, Michel Foucault (1999) observou que as escolas, as famílias, as fábricas, os hospitais se parecem com as prisões e estas se assemelham às outras. Obviamente, há diferenças entre elas, porém, há práticas vizinhas em efeitos recíprocos.

A sociedade contemporânea criou uma maquinaria jurídica sem igual: os juízes, os promotores e os defensores públicos e advogados, que são profissionais que a todo o momento são acionados. Com o discurso de que as leis devem ser mais rigorosas, e as que já existem são ineficientes para a demanda atual, o pedido de criação de mais e mais leis para atender a aclamação, desenvolve uma proliferação legislativa, no qual o Poder Judiciário parece converter-se em uma espécie de arena única, para a qual convergem os pedidos marcados por dores e dramas variados, os quais são reduzidos em sua complexidade em nome da vingança reativa do Direito Positivo Penal e Retributivo.

Nesse sentido, a Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) apresenta-se como um organismo internacional voltado para a proteção de crianças e adolescentes em situações ditas perigosas em países em desenvolvimento (LEMOS; ALMEIDA; SILVA, 2012). Assim, articulam com organizações governamentais e não governamentais, como ONGs, bancos, fundações, institutos e empresas de todo tipo, inclusive midiáticas, entrecruzando o setor social, a economia política e os direitos humanos para a proteção, defesa e promoção dos direitos da infância e da adolescência.

Diante do exposto, esta pesquisa de iniciação científica, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), teve como objetivo problematizar as práticas desta agência multilateral



face a judicialização da violência contra crianças e adolescentes pelo UNICEF de 1990 a 2015, no Brasil, a partir dos relatórios publicados por ela. O recorte temporal remonta ao ano de promulgação da lei do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a qual dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente e os constitui como sujeitos de direito visando a assegurar-lhes o pleno desenvolvimento. O trabalho dialoga com o GT 37 (Psicologia Política e direitos sociais como produto das políticas: práticas, saberes, resistências e lutas pela cidadania tempos neoliberais), e o eixo 1 (Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais) por tratar sobre políticas públicas e direitos para crianças e adolescentes no Brasil.

Para isso, levantou-se os documentos disponíveis no site da UNICEF na internet que tratavam do tema em questão, analisou-se as propostas baseadas na metodologia genealógica do filósofo francês Michel Foucault (1924-1984) e da História Nova. Dos 48 relatórios disponíveis na biblioteca virtual da UNICEF, 5, publicados entre 2001 e 2015, foram selecionados para compor o corpo documental desta pesquisa histórica. Por meio do método utilizado nesta pesquisa e com base nos critérios de seleção dos anos ímpares encontrados no site da UNICEF, os seguintes documentos utilizados como fonte de análise em nosso trabalho: os relatórios anuais de 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015.

O UNICEF se apresenta com a intenção de oferecer cuidado àqueles que supostamente são vulneráveis, perigosos e estão em situação de perigo (LEMOS; ALMEIDA; SILVA, 2012). No documento, a adolescência é vista como desafio, pois é uma fase da vida que se presencia situações de risco, a UNICEF trabalha com o discurso de “proteção” a vida, uma tática da biopolítica em oferecer a vida, maximizando e otimizando, como forma de governo de condutas, assim detecta os perigos (por meio de cálculos e estatísticas), em busca de uma prevenção do que pode vir a ser fora da normalidade.

“Atuou por meio de acompanhamento e apoio técnico para o desenvolvimento de uma legislação de medidas não privativas de liberdade e mobilização estadual visando a reforma das instituições que lidam com os adolescentes” (UNICEF, 2009). A aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto tende a crescer, como apontou o estudo realizado pelo ILANUD (2008) e pelo Instituto Fonte (2008). É apresentado que a tendência é apenas a diversificação das maneiras de punir o jovem e não em correr a diminuição as medidas de intervenção, mantendo-os controlados, quietos e felizes. Assim, a manutenção desses jovens cumprindo pena é uma política que é caracteriza por administrar as periferias das grandes cidades como campos de concentração a céu aberto. Segundo Passeti (2003), o campo de concentração a céu aberto é uma tecnologia de governo que opera em lugares sem a privação de liberdade, nem mesmo por uma delimitação territorial, mas por uma administração da vida em um território monitorada por seus próprios habitantes.

“É fundamental orientar esses profissionais para que se evite, ao máximo, o rompimento dos laços familiares com a institucionalização da criança, sendo mandada para abrigos e lares temporários” (UNICEF, 2013). Mesmo com o ECA, que configura as novas medidas de proteção, a partir da consideração da criança e do adolescente como sujeitos de direitos percebe-se o enquadramento de hegemônicos da infância e família. Com isso, as intervenções sociais e jurídicas mantêm a punição aos pobres, como, por exemplo, com a destituição do poder familiar, com a imposição de normas de conduta (NASCIMENTO; CUNHA; VICENTE, 2007).

A partir do momento que um grupo é tido como estando em risco, ele começa a ser vigiado, monitorado, observado e controlado. Mesmo que todos os grupos sociais sintam está em risco, há uma construção subjetiva de que a pobreza é a mais exposta as situações de vulnerabilidade, com isso, é com maior frequência que a análise minuciosa dos riscos tem operado entre os pobres, o que desenvolve um apontamento uma virtualidade com a identificação com o crime (NASCIMENTO, 2012).

O UNICEF afirma que condições de raça/etnia, renda ou seu local de moradia, como situações consideradas de vulnerabilidade, poderiam favorecer, o acontecimento de violência e discriminação por e entre crianças e adolescentes. Esse posicionamento do UNICEF é complicado, pois cria a ideia de que fazer parte de certa raça/etnia, ou de certo local de moradia seria um fator facilitador para ocorrência de violência entre crianças e adolescentes.

Pensando que o UNICEF se volta a cuidar e proteger crianças e adolescentes de países considerados em desenvolvimento, portanto, crianças e adolescentes considerados pobres, de países considerados pobres (LEMOS; ALMEIDA; SILVA, 2012), nos quais negros constituem historicamente a maioria da população em situação de pobreza e marginalidade, por questões que remetem a um racismo estrutural, afirmar uma preocupação acerca da relação entre a diversidade e violência, como afirma o UNICEF em seus relatórios, remete à ideia de que suas recomendações de práticas preventivas estão voltadas às crianças e adolescentes negros e pobres, predominantemente da periferia brasileira, visando prevenir a ameaça da pobreza para os interesses políticos e econômicos



do Estado neoliberal.

É questionável se os Estados apenas obedecem aos parâmetros, mesmo quando os ratificam e dizem que irão segui-los, se os projetos e programas financiados por estas agencias são realmente executados tal como foi estabelecido nos contratos realizados. E principalmente, indagar se a população-alvo destas políticas apenas aceitam o lugar de vítimas e de passividade receptiva dessas políticas recompensatórias prescritas por estes projetos e programas.

O UNICEF constitui estratégias de controle disciplinar e biopolítico das condutas, com o discurso de proteger e garantir direitos em políticas públicas e outros programas aos quais a agencia possa realizar como organismo multilateral que atua no Brasil visando as crianças e adolescentes em situações ditas de vulnerabilidade e de risco em parceria com o Estado e com empresas e outras instituições. Assim, conduz a uma caminhada para tornar adultos docilizados politicamente, produtivos e que não ocasionarão prejuízos para o Estado e à sociedade.

A busca por justiça pela via judicial tem configurado uma encomenda biopolítica, pautada em um dispositivo de segurança pela judicialização da vida. As práticas jurídicas são propostas como uma suposta solução para reivindicar saúde e gerenciar os direitos. A reivindicação de políticas sociais reparadoras de danos sofridos vem ganhando espaço na sociedade e grande incidência política. O racismo de sociedade mata, expropria e bane ao isolamento os que se subvertem a docilidade política e resistem às modulações do capitalismo. Produzir direitos e lutar por eles, produzir outros territórios de existência, nesta condição, são formas de contrapoder aos processos de dominação econômica e sujeição política.

Psicologia Política e Políticas Públicas: contribuições críticas da esquizoanálise

Autor: Domênico Uhng Hur (UFG)

Introdução: As políticas públicas geralmente são positivadas no discurso do senso comum, ou por exemplo pelas entidades de Psicologia, como o Conselho Federal de Psicologia, que sustenta o lema "Psicologia e Políticas Públicas" e inclusive instituiu o CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Contudo, será que as práticas nas diversas políticas públicas devem ser assim positivadas tal como no discurso oficial da Psicologia brasileira? Evidentemente configuram-se como um campo de trabalho profícuo que implica uma ampliação do exercício profissional, que há muito não se restringe ao consultório. Mas elas não estão apenas na assistência social, saúde, educação etc., enfim em áreas relacionadas ao cuidado. Também há políticas públicas relacionadas ao que Althusser (1984) denomina de aparatos repressivos de Estado, como na justiça, na segurança pública etc. Dessa forma, como práticas de Estado, deve-se realizar uma análise institucional de sua configuração e composição de forças, pois sabe-se da relação conflituosa, complexa e multifacetada entre Estado e sociedade. Portanto, de antemão, afirmamos que não se pode naturalizar as políticas públicas, enquanto práticas de Estado, como algo positivo já em si.

Objetivo: Deste modo, o objetivo deste trabalho é refletir criticamente sobre as políticas públicas e o Estado a partir do referencial teórico da esquizoanálise.

Relação com o GT: Além do trabalho ser remetido ao GT que sou um dos propositores, ele vem a contribuir com uma reflexão dentro do campo da Psicologia Política às distintas configurações e regimes de forças das políticas públicas.

Método e orientação teórica: Este trabalho parte de uma reflexão teórica, na qual se utiliza como ferramentas teóricas alguns conceitos do filósofo Gilles Deleuze e do pensador e militante Félix Guattari, resultantes de sua larga obra, que conta com mais de sessenta livros, denominada de Esquizoanálise. Alguns de seus conceitos norteadores para nosso trabalho são o de axiomática do capital (Deleuze & Guattari, 1976) e o de Aparelho de Captura (Deleuze & Guattari, 1997). Também são utilizados enunciados de autores próximos a esta tradição teórica, como os de biopolítica e governamentalidade de Michel Foucault (1979) e o de noopolítica de Maurizio Lazzarato (2006). Nossa proposta a partir desses conceitos é o de analisar os distintos diagramas de forças envolvidos nas políticas públicas, que podem se referir tanto ao Estado, à disciplina Psicologia, bem como à comunidade assistida.

Resultados: Na análise dos diagramas, constata-se que independente de qual política pública a prática do psicólogo está inserida, há um contexto mais amplo que não pode ser ignorado e que pode trazer distinções nos regimes de forças e seus efeitos. Por mais que o objetivo explícito de determinada política pública seja a promoção de inclusão e cidadania, não necessariamente é isso que ocorre. Pois como a política pública está atrelada ao Esta-



do, ela pode passar a atualizar seu diagrama de forças, muitas vezes mais atrelada a processos de captura, normalização e regulação, do que emancipação e inclusão social, tal como estipulado no projeto da política pública, ou pela intenção do psicólogo que promove a intervenção. Portanto constata-se uma disparidade na composição de forças na política pública, na qual o Estado refere-se a um diagrama de soberania (Foucault, 1979), de captura (Hur, 2018), e a prática do psicólogo a outros dois diagramas de forças. No caso do psicólogo com uma prática tradicional, considera-se que atualiza um diagrama disciplinar (Foucault, 1984), de normalização. Entretanto, a prática do psicólogo crítico, do psicólogo-ativista, possivelmente pode atualizar linhas de força e desejantes, linhas de fuga, que se referem a um diagrama de transformação e desterritorialização, tal como o plano do corpo sem órgãos (Deleuze & Guattari, 1996). Nesse último caso, percebe-se que as forças propagadas seguem um vetor contrário ao do Estado, sendo disruptivo e insurgente. Entretanto, além dos diagramas de forças institucionais, cabe ressaltar o papel que o capitalismo vem assumindo nesse processo. Deleuze & Guattari (1976) afirmam que o capitalismo não se restringe apenas à esfera político-econômica, mas é uma máquina abstrata que pode se atualizar em múltiplos espaços. Há assim uma axiomática do capital que não só descodifica e modula o Estado, como produz uma modalidade subjetiva, denominada de subjetividade capitalística. Esta axiomática refere-se a um diagrama do rendimento (Hur, 2018), que faz com que os corpos sejam modulados para uma hiperprodução, a uma hipertrofia de tudo, sem fim. Dessa forma, consideramos que esta axiomática também modula diretamente o Estado, as políticas públicas e a finalidade da intervenção do psicólogo, no qual o risco é que sua prática acabe por ser uma correia de transmissão da lógica do capital. Por isso muitas vezes sua prática acaba reproduzindo os imperativos da axiomática do capital, seja perseguindo o trabalho, emprego, finanças e o rendimento máximo em qualquer instância.

Conclusões: Com a análise dos diferentes diagramas de forças envoltos na política pública, seja da instância estatal, da disciplina psicologia, e da prática crítica da Psicologia, consideramos que há três tipos distintos. Primeiro, do diagrama da soberania, segundo, do disciplinar, e terceiro, do diagrama da autonomia. Não obstante, os três estão modulados por um outro diagrama, que é o do rendimento, da axiomática do capital. Portanto, não se pode naturalizar as políticas públicas como positivas, pois seus efeitos, em muitos casos, podem ser muito mais relacionados à captura e normalização, à “docilização dos corpos” ou à hiperprodução, do que à emancipação. Pois se a política pública atualiza a razão de Estado, o capitalismo, ou a razão disciplinar da Psicologia, ela estará diretamente reproduzindo os modelos instituídos sociais que não alteram as relações de forças instituídas socialmente. Por outro lado, se a política pública atualizar um outro tipo de linha de força, tal como a linha de fuga, poderá estar criando um outro regime de composição entre Estado e comunidade, no qual efetivamente pode fomentar fissuras para que novos processos de agenciamento e criação sejam compostos pelos sujeitos que estão sendo assistidos por determinada política pública. Deste modo, sugerimos que esta dimensão de uma analítica das forças sempre seja ressaltada e recordada nas diferentes práticas da psicologia nas políticas públicas, para que o objetivo da autonomia não se esvazie e se torne reprodução e assujeitamento.

Referências:

- Deleuze, G. & Guattari, F. (1976). *O Anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, Vol. 3. São Paulo: Ed. 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, Vol. 5. São Paulo: Ed. 34.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1984). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- Hur, D. U. (2018). *Psicologia, política e esquizoanálise*. Campinas: Alínea.
- Lazzarato, M. (2006). *Políticas del acontecimiento*. Buenos Aires, Argentina: Tinta Limón ediciones.

Psicologia Social e Metodologias Participativas com crianças e jovens em periferias de Fortaleza

Autor: Isadora Alves (Universidade Federal do Ceará)

Coautor: Laisa Forte Cavalcante (UFC), Paula Autran Nunes (Paula Autran) e Victória Gomes (Universidade Federal do Ceará)

Este trabalho se propõe a refletir modos de produção de infâncias e juventudes periféricas na cidade de Fortaleza, tensionando práticas neoliberais de normalização e assujeitamento da vida, isto é, pensando de que maneira a produção de desigualdades nesses segmentos perpassa a relação com o território, a raça e a pobreza e produz contextos de violência e precarização da vida. Aliado a isso, o recorte e a escolha de metodologias participativas como modos de reverberação das múltiplas infâncias e juventudes que vivem em territórios periféricos se justificam como uma forma de tornar evidente contextos de desigualdade social e de privação de direitos e também problematizá-los a partir da produção de deslocamentos frente às hegemonias discursivas conservadoras e estigmatizantes. Essa temática se articula fundamentada no olhar da Psicologia Social, principalmente no que se refere às suas produções no contexto latino-americano, que visa problematizar práticas psicológicas alheias à realidade social. Este espaço de discussão promove a crítica do suposto estatuto de neutralidade do escopo de saberes e práticas psicológicas que, alicerçados em um modelo de racionalidade, produzem e reproduzem invisibilidades. Uma construção de conhecimento pautada na implicação ético-política da pesquisa se faz imprescindível para refletirmos a atuação profissional em Psicologia em territórios vulnerabilizados e marginalizados, contextos de diversas violações de direitos das infâncias e juventudes. Para nossa pesquisa-intervenção, torna-se importante situar a violência urbana nas periferias do Brasil, do Ceará e também de sua capital, Fortaleza. Esses são territórios em que esse fenômeno tem alcançado proporções catastróficas nas vidas das pessoas, sobretudo de crianças e de jovens periféricos negro(a)s. Dados do Atlas da Violência de 2019 revelam que em 2017 ocorreram 65.602 homicídios no Brasil - a crescente desse índice revela uma naturalização dessas mortes por parte das autoridades do governo e também de uma parcela da sociedade civil. De acordo com dados do Comitê Cearense pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência (CCPHA), que é uma iniciativa conjunta da Assembleia Legislativa do Ceará, Governo do Estado do Ceará e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), nos últimos três anos o número de vítimas que tinham menos de 15 anos na data de seu assassinato praticamente triplicou, ocorrendo uma espécie de "infantilização" dos homicídios. Ainda segundo Atlas da Violência de 2019, o número de homicídios de jovens no país foi de 35.783 em 2017, evidenciando um aumento de 6,7% em relação a 2016. O estado do Ceará, por sua vez, nesse mesmo ano teve o segundo pior panorama de assassinatos. As consequências dessa conjuntura se assemelham ao de um contexto bélico, revelando uma fragmentação dos espaços urbanos cujo efeitos trazem implicações na saúde pública, no oferecimento de políticas assistenciais e no desenvolvimento econômico e social do estado. Essa realidade impõe a crianças e jovens de territorialidades periféricas condições subalternas de vida, em que o contexto social e econômico são precarizados, tornando a vida desses segmentos mais vulneráveis e, por sua vez, propiciando o extermínio desses sujeitos. Analisando sob um prisma trabalhado pelos estudos pós-estruturalistas, como os de Michel Foucault e Judith Butler, e críticos à colonialidade, como os de Achille Mbembe, temos as normas sociais como produção dessas vidas que são apreendidas em duas categorias: as dignas de serem vividas e as não passíveis de luto. Se dá a partir do entendimento de como a lógica neoliberal influencia diretamente na produção dessas normas, as quais definirão, por meio do saber-poder de dispositivos disciplinares, os corpos dóceis e úteis e aqueles que não se enquadram na "lógica" de mercado, sendo, nesse caso, apenas peças descartáveis de uma maquinaria necropolítica de gerenciamento das populações. Como uma possibilidade de engendrar novas bases teórico-metodológicas nos campos em que se investiga, a pesquisa-intervenção aparece nas práticas em psicologia se propondo a questionar práticas e saberes enrijecidos e a implicar ética e politicamente o próprio pesquisador nas vidas das pessoas desses territórios pauperizados e subalternizados, distanciando-se, dessa forma, de um viés positivista e de assepsia científica. Nesse sentido, essa prática mais implicada da pesquisa-intervenção se une a uma outra metodologia abordada nesta análise: a cartografia. A cartografia se caracteriza como um movimento de traçar mapas sociais, afastando-se de um sentido unicamente topográfico ou homogêneo e se colocando de forma mais sensível ao analisar relações de poder com um comprometimento crítico da realidade. Com um modo processual de investigação de fenômenos, a pesquisa cartográfica também se propõe a enxergar modos de resistência e de luta, os atores singulares que as compõem e os vieses políticos que transversalizam as realidades e essa produção de conhecimento. Sob essa ótica, temos como exemplo algumas extensões universitárias vincu-

ladas ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação - VIESES, programa de extensão vinculado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Este trabalho e as intervenções ligadas a ele se constituem como um desdobramento da pesquisa guarda-chuva do VIESES intitulada "Juventude e violência urbana: cartografia de processos de subjetivação na cidade de Fortaleza/CE". Como forma de subverter a lógica necropolítica de gestão de certas infâncias e juventudes e de construir, nesse processo, redes de afetos frente a isso, algumas atividades de grupo em territórios periféricos de Fortaleza podem ser citadas como exemplo de práticas sob o prisma da pesquisa-intervenção e da cartografia. Uma delas foi realizada com um grupo de crianças e a outra com jovens em uma escola estadual de ensino médio. As intervenções em grupo tornam o ambiente propício para percorrermos por três caminhos: o da problematização, da desindividualização e da experimentação. Experimentar o território e seus trajetos faz com que a subjetividade se emaranhe com o caminho percorrido - as ruas, os "becos" e as proibições repercutem naqueles que percorrem o território. Em ambos os territórios, as atividades desenvolvidas tinham a arte como dispositivo de expressão - foram realizadas oficinas de fanzines, rodas de conversas, jornal do bairro, mapas afetivos, entre outras. Os encontros realizados tinham como temática direitos humanos, violência urbana e medo, temas esses que são constantemente invocados devido às violações de direitos que crianças e jovens de territorialidades periféricas sofrem em forma de silenciamentos e sujeições de diversas experiências infantis e juvenis. Diante das atividades realizadas, pudemos perceber alguns deslocamentos importantes postos nos discursos proferidos tanto das crianças como dos jovens, como o desenvolvimento de um olhar crítico diante das inúmeras violações de direitos presentes tanto em abordagens policiais cotidianas, como as construções estigmatizantes reverberada por campos institucionais e por veículos midiáticos que colocam o jovem e a criança de periferia como a representação do inimigo e do perigo social. Portanto, essas experiências de pesquisa e intervenção ratificam o compromisso ético-político de uma Psicologia implicada, que admite cenários de produção de vulnerabilidades e desigualdades sociais constituintes de modos de subjetivação das infâncias e das juventudes, mas que incide técnica e politicamente nessas realidades como forma de promoção e garantia de direitos sociais desses segmentos, compondo, assim, a construção de um plano comum onde a participação apreende faíscas de resistência.

Psicopolítica da Violência contra atingidos por barragens: a subjetividade como instrumento de legitimação

Autor: Andreia Duarte-Alves (UNOESTE)

O aumento de populações desalojadas pela implantação ou rompimento de barragens e o decorrente aprofundamento de crises sociais e ambientais associadas a essas expulsões são resultado da apropriação ilimitada do espaço por parte do capital, autorizada pelos Estados sob a promessa à sociedade de um lugar na cúpula do progresso. Supostamente esse lugar ao sol na economia global depende de garantias estatais de uso irrestrito dos territórios sem custos ou entraves sociais e políticos, resiliência das vítimas às condições impostas pelo fluxo acumulativo e cumplicidade institucional por parte do poder público. As barragens são representativas da violência característica dessa ordem econômica e, a cada ano, a experiência das vítimas desses empreendimentos demonstra não se tratar de um fato específico ou isolado, mas uma dinâmica na qual todos estamos potencialmente subjugados. Diante desse cenário de profunda violência social e ambiental, temos nos dedicado a pesquisar violências contra populações atingidas por barragens desde o início dos anos 2000. No trabalho de conclusão da graduação e na dissertação de mestrado estudamos uma comunidade desalojada pela implantação de uma barragem hidrelétrica e as consequências para a subjetividade e os modos de subjetivação após o deslocamento. Após a conclusão desses estudos, inquietou-nos observar a influência dos aspectos subjetivos nas negociações com as empresas e as estratégias de produzir na comunidade um sentimento de gratidão por terem sido salvos do desamparo, tentando subverter as violações de direitos e os danos pessoais, sociais e ambientais. As inquietações deixadas pelas primeiras pesquisas motivaram a proposta de investigação de doutorado, que busca identificar nos rompimentos das barragens de Fundão em Mariana (MG) e do Feijão em Sobradinho (MG) a relação entre subjetividade e a legitimação da violência. Embora existam distinções entre a realidade dos atingidos pela construção de barragens e dos atingidos pelo rompimento, relatórios realizados pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) sobre as violações de direitos desses dois processos revelam uma mesma dinâmica. Tanto o relatório do CNDH sobre atingidos por barragens hidrelétricas de 2010 quanto o relatório sobre o rompimento de uma barra-



gem de resíduos de mineração em Mariana (MG) realizado em 2017 revelaram a mesma lógica de violações de direitos: negociações autoritárias, criminalização das ações de resistência, penalização de lideranças comunitárias, burocratização e instrumentalização das políticas de assistência social, ausência ou fragilidade de indenizações e medidas reparadoras, entre outras. Um olhar mais atento aos discursos e práticas institucionais junto a essas comunidades atingidas revela uma artificialidade da aplicação das garantias constitucionais a fim de aparentar legalidade e legitimar a violência. O objetivo, portanto, da nossa pesquisa é compreender a produção da subjetividade como instrumento de efetivação da dinâmica de legitimação da violência contra populações desabrigadas e desalojadas compulsoriamente e expulsas de seus territórios pelo rompimento de barragens, utilizando como parâmetros dados documentais acerca desse assunto e disponibilizados digitalmente em sites da internet. Temos estudado como as empresas atuam junto às vítimas promovendo um certo modo de subjetivação que funciona como desarticulador de resistências e promove a percepção das arbitrariedades nas negociações indenizatórias como sendo legítimas ou benevolentes. Em geral, preocupadas com conter as oscilações no valor de suas ações no mercado de capitais, as empresas atuam junto às vítimas com discursos publicitários voltados a produzir um determinado modo de subjetivação que facilite as negociações e permita reduzir ao máximo os custos indenizatórios. A pesquisa tem realizado uma análise qualitativa de documentos disponíveis em domínio público referentes a desapropriações e desalojamentos compulsórios e expulsões territoriais por rompimento de barragens. O trabalho de pesquisa com documentos auxilia na problematização e desnaturalização de práticas sociais, tomando esses processos de violência não mais como fatos históricos, mas como eventos específicos e datadas". Ao compor narrativas a partir de documentos públicos sobre uma cadeia de violências contra essas populações, temos buscado compor uma antropologia do ato linguístico, pois ao tentar compor uma história desses eventos trabalhamos na tensão entre a "vida contemplativa", própria do espaço privado, e da "vida política", própria do espaço público, para isso entendemos que é necessário considerar a dinâmica da relação entre a "ação narrada" e a "narrativa atuante". Fundamentamos teoricamente nossas análises na Psicologia Política e no pensamento de Byung-Chul Han sobre Psicopolítica no qual apresenta que a ilusão de democratização da informação e da liberdade de expressão tem possibilitando a instrumentalização da subjetividade como arma de guerra política. Recorremos também aos estudos sobre violência de Martín-Baró, cuja perspectiva tem nos auxiliado a compreender as instituições como instrumentos de reprodução das violências e desigualdades estruturais de uma sociedade. Neste sentido, temos identificado a ocorrência em cadeia de três outros tipos de violência contra essas comunidades: violências simbólicas, violências psicológicas e violências institucionais. A violência simbólica é produzida a partir de discursos presentes nos documentos e pronunciamentos públicos das empresas – em geral, norteadores dos discursos reproduzidos pelas mídias patrocinadas por elas – por um lado igualando catástrofes naturais a construção ou rompimento de barragens, por outro construindo uma inferiorização identitária dessas populações ribeirinhas apresentadas como atrasadas, miseráveis, sem acesso à modos de vida civilizados e que vivem nessas localidades por falta de melhores alternativas na cidade. Esse discurso torna a saída compulsória dessas populações de seu território para serem lançadas nas periferias das cidades algo benéfico e até desejado. A violência psicológica utiliza-se de forma instrumental da produção de sentimentos de medo, insegurança e desalento que ampliam a sensação de caos a fim de que a mínima atitude de reparação possa ser recebida com gratidão pelas vítimas. A violência institucional é encontrada no direcionamento das políticas públicas que participam da naturalização da violência ao validar a dependência dessas vítimas, dificultarem a articulação coletiva e priorizar o assistencialismo em detrimento do acesso à justiça. A violência institucional é múltipla, não podendo ser limitada a um tipo específico ou homogêneo, quatro fatores são comuns e constitutivos desse processo: a estrutura formal, o aspecto pessoal, o contexto possibilitador e o fundo ideológico. Entendemos que a apresentação dos dados preliminares de nossa pesquisa neste Grupo de Trabalho contribuirá com as reflexões da Psicologia Política sobre violência, direitos sociais e resistências, problematizando os efeitos da crise das democracias liberais, do capitalismo informacional e avanço do autoritarismo para o campo das políticas públicas.



Reflexões sobre o processo de emancipação grupal com mulheres da periferia de Bauru

Autor: Thais Silva Araújo de Sousa (UNESP)

Coautor: Andrea Tiemi Watari (Unesp), Nilma Renildes da Silva e Fernanda Alves da Silva

Introdução

O presente trabalho foi desenvolvido e pautado a partir de um estágio de Psicologia Social Comunitária em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) - Seara de Luz, localizado na periferia da cidade de Bauru. O projeto atua com um grupo de mulheres, realizado desde 2017. O grupo tem como participantes mães das crianças e adolescentes frequentadores do SCFV, assim como outras mulheres do bairro. Além disso, o projeto conta com uma equipe multiprofissional, com psicóloga, assistente social, educadores sociais, entre outros.

A condição atual do bairro é bem precária, boa parte das ruas ainda são de terra, o esgoto fica a céu aberto, têm poucas áreas de lazer, muito lixo jogado nos matos não cortados, muitos mosquitos, casas de alvenaria em algumas regiões e ruas do bairro e, por fim, várias outras casas que são "barracos", configurando em extremas vulnerabilidades sociais e altos índices de violência.

As entidades que compõem a rede socioassistencial na cidade, estão vinculadas a entidades filantrópicas ou estritamente vinculadas a faculdades particulares onde é oferecido o curso superior de Serviço Social. É possível observar também que os Conselhos que administram e fiscalizam a rede de serviços de Assistência Social na cidade de Bauru, são compostos por pessoas que trabalham ou coordenam estes mesmos serviços, inebriando a imparcialidade com que recursos financeiros e fiscalizações ocorrem no município, assim como o caráter de garantia de direitos que concorre com ações assistencialistas de boa parte das entidades.

O Sistema Único de Assistência Social, é implantado no ano de 2005, trata-se de um sistema nacional de direção única que se caracteriza pela gestão compartilhada e cofinanciamento, dos três entes federados (união, estado e município) e seu controle social é exercido pelos Conselhos Municipais da Assistência Social. As ações desta política pública devem ser realizadas de acordo com o território atendido, a demanda da população e suas necessidades e são organizadas em dois tipos de proteção: básica e especial, que são desenvolvidos ou coordenados especificamente pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especial da Assistência Social (CREAS).

O SCFV é um dos tipos de programas que compõem a rede básica da assistência social, estando localizado numa das maiores favelas da cidade. O centro de convivência também atende pessoas de todas as idades, desse modo torna-se possível realizar o grupo de mulheres dentro do Seara de Luz, apesar da instituição, majoritariamente, atender crianças e adolescentes. O grupo também pode ser classificado como uma medida de proteção social, que seria a prevenção de riscos sociais e pessoais.

Objetivo

Proporcionar durante os encontros espaços de discussão, questionamentos, reflexões e informações que sirvam de apoio cognitivo e psicológico para as mulheres, para que elas possam se tornar agentes promotoras de mudança pessoal e dentro da comunidade.

Os temas iniciais trabalhados no primeiro semestre de 2019 foram: trabalho doméstico, desemprego e racismo. Considerando a relação intrínseca que se articula entre tais conteúdos e que são norteados pelo sistema capitalista neoliberal. Sendo assim, a condução e articulação de tais conteúdos foram dadas conforme a dinâmica e necessidade do grupo, levando em conta a complexidade e vulnerabilidade vivencial de cada uma das participantes, visando estratégias de intervenção que dialoguem de fato com o grupo.

Relação clara com o GT e eixo temático escolhido

Tendo em vista o contexto desigual da sociedade brasileira, torna-se cada vez mais crucial intervenções sociais que vão de encontro a implantação e/ou garantia de políticas públicas, condizentes às carências do cenário social no qual nos encontramos. Desse modo, como apresenta Baró (1996), concerne aos saberes da psicologia uma elaboração de bem estar, realizações e interesses, de modo que a realização de tais fatores não se dê na concentração de alguns grupos em detrimento da negligência e marginalização da grande maioria.

O movimento de mudanças no capitalismo, mais especificamente a partir da década de 80 com a efetivação do neoliberalismo, resultou em transformações expressivas nas estruturas periféricas dos grandes centros. Con-



figurando em um maior assentamento da marginalização e desigualdade, a vivência dos que se encontram às margens tornam-se cada vez mais comprometidas e dependentes.

A sociedade contemporânea e globalizada vive seu auge, estruturada por completas dinamicidades, sendo assim, através da observação das configurações sociais desse novo meio globalizado, é possível ver a contradição posta nesse cenário, tendo de um lado a apresentação ideológica de um processo dito moderno e supressor dos problemas reais, mas de outro se configura a consolidação das desigualdades e marginalizações, como evidenciado pelo geógrafo Milton Santos: “o desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida” (SANTOS, 2003, p. 13).

É importante considerar ainda, as relações da mulher negra na sociedade que ocupa posições difíceis em um meio formulado por uma supremacia branca que se estrutura nas representações de masculinidade e branquitude. Sendo assim, é imprescindível que se faça compreender a branquitude, como privilégio simbólico da população branca que terá suas representações como padrão universal de humanidade. Além disso, tem-se a masculinidade como fator estrutural de uma sociedade patriarcal e misógina. Como apresentado por Kilomba (2008, p.124), que relata “nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma”.

Desse modo, como forma de enfrentamento e combate às desigualdades sociais busca-se benefícios direcionados ao grupo, sendo eles, a criação de vínculos entre as próprias mulheres participantes, aumento da rede de apoio, fortalecimento para poder enfrentar os problemas cotidianos.

Orientação teórica

Para trabalharmos com o grupo, nos guiaremos pelo viés da Psicologia Social Comunitária, assim como a Psicologia Histórico-cultural. A Psicologia Histórico-Cultural considera que os seres humanos e a sociedade são construídos historicamente e fruto de múltiplas determinações, mais do que isso, que o modelo de sociedade atual é alienante, impossibilitando que todas as pessoas possam ter acesso ao que a humanidade já produziu.

Tomando como paradigma a Psicologia Social Comunitária, que segundo Andery (1986), tem um compromisso com as classes populares, desafia os modelos de ação psicológica de atendimento à elite e ao serviço do controle social, colocando por chão a possibilidade de uma prática profissional e científica fundada na neutralidade, o trabalho do psicólogo na comunidade deve ser feito em conjunto, explicitando seu viés político.

Martin-Barò (1989, p. 206) formula um novo conceito para grupo: “uma estrutura de vínculos e relações entre pessoas que canaliza em cada circunstância suas necessidades individuais e/ou interesses coletivos”. Analisando essa frase do autor, pode-se perceber que o caráter de estrutura é a interdependência entre os membros do grupo, ou seja, agrupar-se é condição essencial para satisfazer as necessidades humanas, desde biológica até as sociais e culturais.

Método

Para atingir os objetivos propostos, foram feitos grupos semanais de 1h30 dentro da instituição Seara de Luz. Utilizam-se diversas técnicas para conduzir o grupo: escuta qualificada, oficinas, discussões, exposição de materiais, técnicas para dinâmicas grupais, etc.

Além disso, julgamos importante a realização de visitas domiciliares. Tanto pela questão da criação de vínculo com as estagiárias e a psicóloga, como para verificar aspectos de vulnerabilidade que não podem ser apreendidos no grupo. Fora isso, é uma forma de conseguirmos entender melhor e atuar no bairro.

Resultados

A partir das análises feitas dos encontros, pode-se ter como resultados iniciais fenômenos relacionados a questões como, trabalho doméstico, consciência corporal, reflexões sobre diversos tipos de violência, encarceramento e dificuldades que permeiam as relações familiares.

Desde 2017 o grupo tomou diversas configurações com diferentes participantes, estas mudanças na composição grupal alterou também a demanda no decorrer do tempo. No trabalho realizado procurou-se atender os temas que são de interesse das participantes, o que reflete na atuação do SCFV como um todo, pois muitas vezes as ações precisam ser articuladas com outras áreas de saberes.

O grupo tende a se reconhecer como uma rede de apoio e com o passar do tempo é possível perceber como estas relações se estabelecem, em quais circunstâncias elas se tornam importantes e a forma como se fortalece.

O trabalho realizado junto ao grupo, mesmo sendo em pontos específicos e com apresentações mais particulares, questionamentos e reflexões, objetiva de forma geral o acesso à informação, direitos dos moradores das



periferias e o fortalecimento de vínculos entre as participantes que a médio e longo prazo pode se tornar o fator gerador de mudanças nas relações sociais e da realidade concreta das participantes.

Conclusões

Considerando o papel da mulher na sociedade, sobretudo da mulher negra na periferia, o grupo visa na elaboração de uma construção coletiva de discussões, conhecimentos, vínculos, sob a ótica de tais aspectos sociais. Desse modo, as articulações pretendidas vão de encontro ao desenvolvimento de autonomias tanto nos espaços familiares quanto fora deles, bem como o conhecimento das dimensionalidades do trabalho doméstico, junto a questões de classe, raça e gênero.

A busca por uma construção coletiva e emancipada é o norte visado nas relações grupais, não se limitando às fundamentações teóricas. Estas são consideráveis para que haja um engajamento efetivo, mas é importante que se considere as vivências reais que fluem no momento do encontro e que sejam conduzidas a realidade material de cada integrante.

GT38: Psicologia Social Comunitária: Práticas, Formação e Pesquisa

A formação em Psicologia Social Comunitária em tempos do discurso conservador

Autor: CLAUDIA SOUZA (UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA)

Esse trabalho debate a formação do psicólogo comunitário e as suas práticas profissionais no Brasil Contemporâneo, partindo de uma questão central: qual o impacto do quadro político-social-econômico contemporâneo na formação dos psicólogos sociais comunitários? Como consequência por refletir a formação profissional, o trabalho busca também responder: como poderão se dar as práticas do psicólogo nessa configuração social?

O objetivo geral desse texto é refletir sobre a formação em psicologia social comunitária, oferecida nas universidades brasileiras, nesse quadro político-social-econômico complexo e o objetivo específico é analisar as consequências dessa configuração social nas práticas profissionais. Com esse fim, o trabalho se articulou aos pensadores da Psicologia Social Comunitária. O pressuposto desse trabalho é que a formação em Psicologia Social Comunitária terá que atender a uma demanda, que nasce nesse tempo de produção de um discurso conservador, que se coloca contra as minorias, ou seja, aqueles que não cabem nesse novo projeto de sociedade, justamente os sujeitos com os quais, historicamente, o campo trabalha. Esse trabalho se articula ao GT de Psicologia Social Comunitária: Práticas, Formação e Pesquisa por se interessar em debater sua formação e as práticas contemporâneas, trazendo possíveis reflexões/contribuições para a construção de caminhos para a formação de profissionais, aptos ao enfrentamento de novas resistências que podem se apresentar. A regulamentação da profissão de psicólogo no início da década de sessenta foi sucedida pelo evento do Golpe Militar, assim o período inicial da profissão foi marcado pela existência de práticas psicológicas descontextualizadas das realidades sociais e políticas do país. Esse descompasso foi fomentado pela existência de uma formação acadêmica desarticulada, onde havia o predomínio de perspectivas individualizantes e teorias que descontextualizavam a análise do ser humano. Sobre essa formação havia um patrulhamento ideológico na construção do currículo do curso, dessa forma, foi somente nos anos oitenta que as teorias críticas entraram nas grades curriculares do curso. Todo o processo de questionamento da Psicologia, que ocorreu durante essa década, foi crucial para o início da ampliação das práticas psi. A discussão sobre a função/compromisso social da Psicologia possibilitou que, na década seguinte, a Psicologia se aproximasse das políticas públicas, algo que se efetivou melhor no início dos anos 2000. O que podemos entender como interseção entre essas práticas? Uma leitura histórica/crítica da realidade social, sua interlocução com os movimentos sociais, sua leitura da complexidade do cotidiano das pessoas que participam da intervenção, ou seja, elementos se configuram como bases para as práticas.

Essa nova configuração necessitou da existência de uma nova formação dos psicólogos brasileiros, isso se comprova por um novo projeto político-pedagógico do curso de Psicologia, que se traduziu na construção das Diretrizes Curriculares de 2004. Nesse documento, a formação em Psicologia ampliou sua visão sobre o sujeito, trazendo a noção de um sujeito histórico-político-econômico-cultural-social que, por todas essas determinações,

só pode ser compreendido a partir de um olhar pluralista. Essa defesa fez com que as disciplinas do campo social, dentre elas a Psicologia Comunitária, tomassem um lugar de destaque na formação profissional do psicólogo.

A realidade política contemporânea decorre da eleição de um novo presidente, precedida por um processo de polarização social/político partidário, que recrudescer na construção de discursos partidários diversificados e que teve como resultado a eleição de um partido pautado em um discurso conservador que, atualmente, se volta contra as minorias e, em consequência, seus processos de emancipação. A partir dessa constatação, o presente trabalho questiona: Qual o impacto desse discurso conservador nas políticas públicas, campo de inserção da psicologia junto às pessoas em condição de vulnerabilidade social? E qual a responsabilidade da formação do psicólogo nesse contexto?

O quadro político contemporâneo traz um panorama negativo para as minorias que tendem a ser culpabilizadas pelos seus próprios infortúnios, por exemplo, políticas de saúde mental. Diante dessa realidade, a Psicologia Social Comunitária deverá retornar à sua base, devendo trabalhar junto aos processos de consciência coletiva e autonomia, pautando-se, cada vez mais, nos pressupostos da base da psicologia social comunitária: nos conceitos de atividade, consciência e identidade. Nesse cenário, o trabalho junto aos grupos se torna, cada vez mais, importante e os princípios valorizados por Sílvia Lane devem estar, cada vez mais presentes, na formação e nas práticas da área. Diante do quadro exposto acima, esse trabalho conclui que a formação profissional deve se voltar à valorização das diretrizes curriculares, não apenas sob o aspecto teórico, mas também sob um viés prático. Nesse contexto o grupo deve ser alvo de atuação da Psicologia, visando desenvolver os processos de autonomia e de consciência social/política tão importantes nesses tempos de conservadorismo social e de culpabilização das diferenças.

Esse trabalho conclui pela necessidade de voltarmos aos fundamentos teóricos e práticos da Psicologia Social Comunitária, visando a construção de perspectivas que possam ser desenvolvidas junto ao grupo no sentido de superação dos processos de exclusão social que a Psicologia Social Comunitária visa combater

Apoio psicológico em Psicologia Social-Comunitária: um relato de experiência

Autor: Laura Aparecida Tristão (UNIFRAN-Universidade de Franca)

Coautor: Berenice Bolzani (Universidade de Franca)

Introdução: Nos dias atuais o homem demanda novas formas de intervenção, que visa um olhar comprometido com seu meio social, assim sendo, o profissional amparado nos preceitos da Psicologia Social se dispõe a realizar o acolhimento do indivíduo onde quer que esteja, considerando a forma como identifica sentidos em suas experiências, estimulando a escuta em momentos de crise, com o intuito de promover a compreensão do sofrimento vivido e não o aprofundamento da problemática. Neste sentido, emergiu o apoio psicológico, que segundo Rebouças e Dutra (2010) acontece em um espaço que favorece a experiência, no qual o psicólogo não ocupa o lugar de detentor do saber, mas disposto e presente, auxiliando para que o indivíduo tenha sua visão ampliada frente aos conflitos. Serviço esse prestado na instituição onde foi realizada a intervenção, que possui como foco a realização de audiências de mediação, serviços de orientação ao cidadão e comunidade, tendo em vista que parte da população não possui fácil acesso ao judiciário, por questões econômicas, sociais, culturais e estigmas da justiça. Considera-se válido ressaltar que os trabalhos comunitários se estabelecem a partir das necessidades e carências do grupo, estimulando a conscientização, para que os indivíduos possam assumir seu papel e sua história, envolto por um exercício crítico e construtivo. Desta maneira, a Psicologia Social-Comunitária relaciona-se ao estudo dos modos de vida, atentando-se ao sistema de representações, níveis de consciência e identificação, compreendendo o sujeito enquanto ser histórico e comunitário. (CAMPOS, 2007). **Objetivos:** Tendo em vista o papel das intervenções psicossociais como instrumento da promoção de bem-estar, estipulou-se como objetivo a descrição da prática do psicólogo nas instituições de caráter social, considerando o contexto e suas peculiaridades. **Relação com o eixo temático escolhido:** Considerando o caminho que possibilitou a criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflito, isto é, a resolução nº 125, que estimulou a criação de espaços para a realização de audiências de mediação, bem como, serviços de orientação ao cidadão e comunidade, é válido destacar que o apoio psicológico e a temática em questão abrange a dimensão coletiva ao proporcionar o acolhimento e empoderamento do usuário frente a sua problemática, estimulando assim a autonomia e bem-estar que reflete posteriormente no seu posicionamento na comunidade, como detalhado por Sampaio (2017). "Muitas vezes, o indivíduo se encontra estressado, preocu-

pado, um tanto mais sensível de acordo com o motivo, fazendo com que a escuta seja valiosa e muito benéfica” (SAMPAIO, 2017, p.16). Orientação teórica: Considerando a Psicologia Social no cotidiano da comunidade, tornou-se pertinente o aprofundamento em preceitos mencionados por Neiva (2010), que estabelece que a intervenção psicossocial deve visar o processo de interação sujeito-meio social, abarcando diferentes áreas onde esta relação ocorre, conhecendo o público alvo com o qual se pretende trabalhar, levantando necessidades psicossociais e estabelecendo atividades condizentes ao contexto. Percebeu-se ainda, a necessidade de acolher o indivíduo de maneira integrada e humanizada, assim sendo, utilizou-se a terapia centrada no cliente, que segundo Rogers (2003) estimula o indivíduo a perceber as contradições em sua fala, reconhecendo incoerências, enfrentando-as, reexaminando-as de modo que novas possibilidades possam ser estabelecidas, estimulando assim a sensação de autocontrole e autonomia. Destaca-se ainda que o trabalho esteve amparado nos preceitos mencionados por Safra (2006), considerando que este autor traz à tona questões pertinentes que se referem ao manejo em apoio psicológico, isto é, elencando etapas estabelece que, para que o indivíduo possa discorrer sobre seus conflitos é necessário haver uma relação empática entre psicólogo e usuário, sendo que, uma vez que isto ocorra, poderão pensar juntos sobre contradições e impasses, possibilitando a elaboração dos conteúdos. Percebeu-se ainda, a necessidade de aprofundamento na teoria relacionada ao divórcio, bem como, os pressupostos e efeitos da mediação, tendo em vista que os usuários atendidos souberam do serviço de apoio psicológico após procurarem a instituição com a finalidade de solucionar o conflito conjugal. Raposo et al. (2011) salienta que, apesar de existirem reações diferentes frente ao divórcio, é notável que este processo afeta socialmente o desenvolvimento e relação entre familiares, posto que, engloba diversos ajustamentos incluindo amigos, sociedade, família extensa. Método: Utilizou-se a pesquisa participante, onde o pesquisador e sujeitos constroem juntos explicações para os problemas enfrentados, corroborando com o compromisso ético e político, trabalhando condições e sentidos impostos ao exercício da cidadania, democracia e igualdade, como exposto por Campos (2007). As intervenções ocorreram uma vez por semana, por 4 meses, onde eram estipulados de 30 a 50 minutos para cada apoio, a depender da queixa. Foram utilizadas como técnicas para suporte: entrevistas simplificadas para pais, entrevistas voltadas ao público infantil e adolescente, atividades lúdicas, exercícios de reflexão e atividades projetivas, bem como, a escuta ativa para o acolhimento. Resultados: Foi realizado um acompanhamento completo de 4 usuárias, que tiveram à disposição 6 atendimentos para cada uma delas. Foram trabalhados os sentimentos e conflitos emergentes. Ademais, considerando as ausências a instituição disponibilizou espaço para que observação de audiências e apoios emergenciais fossem realizados. Verificou-se que o divórcio pode provocar diferentes impactos no núcleo familiar, desde a troca de papéis, responsabilização e amadurecimento precoce dos filhos, bem como, alterações socioeconômicas, que podem ser fatores estressores e até mesmo gerar conflitos nas relações familiares, pela nova estrutura, rotina e membros que podem ser agregados a este círculo, como destacado no discurso da usuária: “- Estou cansada, estamos passando dificuldades e sinto que estou sendo a mãe da casa, e não irmã [...] não gosto desse novo namorado dela e nunca irei gostar”. Percebeu-se ainda, que após o impacto inicial da separação, genitoras tendem a se relacionar novamente, podendo assumir uma postura mais impulsiva, ou então utilizando a nova relação de forma a repensar atitudes passadas. Como exemplificado nos dizeres das participantes: “- Eu sempre me dediquei 100% aos filhos, e agora quero me dar esse tempo e espaço sendo mulher”, e “-Eu já falei para o meu namorado que venho de um casamento longo, não penso em assumir essa responsabilidade novamente tão cedo, hoje vejo que não posso me comportar da mesma forma de antes”. Posto isto, os apoios realizados foram eficazes visto que, pelas técnicas utilizadas os usuários puderam compreender as modificações recentes e se impuseram por meio de uma postura ativa e dinâmica diante de seus conflitos. Os usuários foram compreendidos em uma visão integrativa, considerando seus conflitos, vivências e a influência de seu posicionamento e seu bem-estar. Destaca-se ainda que foram oferecidos atendimentos a famílias inteiras, para que o amparo fosse disponibilizado a todos que estavam interligados nessa rede de relações. Atrelando assim, a visão da psicologia social comunitária com uma abordagem sistêmica. Diante das ausências de alguns usuários foram realizadas triagens, agendamentos, confecção de termos de audiência, questões administrativas como conferência de termos e livros de registro de sentença, o que possibilitou o contato com diferentes casos, orientações relacionadas a questões cível e de família, o que estimulou o aprimoramento da escuta, compreensão dos aparatos e caminhos judiciais a cada caso, promovendo um conhecimento ampliado sobre o posicionamento de cada indivíduo frente as problemáticas vividas. Ao todo foram redigidos 10 termos de audiência, sendo estes: divórcio, negociação, revisional de alimentos, exoneração e modificação de visitas, destes 6 foram frutíferos (acordo), contabilizando 27 pessoas em audiência. Com relação às triagens e agendamentos, a estagiária realizou 4 registros no sistema, sendo estes de divórcio,

reconhecimento e dissolução de união estável e revisional de alimentos. Costa et al. (2009) informam a importância do psicólogo em instituições que mediam situações jurídicas, posto que além do olhar voltado as questões psicológicas, é possível ter contato com os impactos e a abrangência dos conflitos, em sua dimensão social, o que possibilita a criação de intervenções voltadas aquele território. Conclusões: O atendimento de apoio psicológico proposto a essa comunidade estimulou o processo de síntese dos usuários que naturalmente associavam suas contradições e se propunham a refletir sobre elas. Considera-se que o contato com indivíduos de diversas idades, nível socioeconômico, diferentes personalidades fomentou e ampliou o conhecimento obtido, tendo em vista que em cada atendimento era proposta uma abordagem empática. Torna-se pertinente destacar que a presença do psicólogo conjuntamente com outros profissionais ligados as políticas públicas e a efetivação da lei, como exemplo advogados e mediadores, oferecem saberes ao profissional da psicologia, o que pode ampliar sua visão frente ao contexto, a comunidade, possibilitando a criação de um espaço de amparo e humanização, retirando-o de um contexto clínico e biomédico, tornando possível o questionamento sobre a desigualdade e vulnerabilidade.

Aproximações entre psicologia e atenção básica à saúde: desafios para a formação

Autor: Bruna Caroline Machado Gomes (Bruna Machado)

Coautor: Tânia Maia Barcelos (UFCat), Adriane Erbs de Abreu (UFG), Kelviany Freitas de Oliveira (UFG), Flávia de Andrade (Ufg), Eduarda Gomes de Alcantara, Nayara Ranielle (Nayara Ranielle) e Jhuliane Oliveira Santos

Este trabalho é resultado de uma experiência teórico-prática desenvolvido na disciplina Psicologia Institucional Comunitária ofertado na graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. A disciplina possibilita aproximações com instituições públicas e espaços comunitários da cidade de Catalão/GO, localizada no interior de Goiás. Nesse sentido, este trabalho foi realizado em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que exige dos profissionais o enfrentamento dos modos clássicos de atuação, a inserção em trabalhos de equipes, o trânsito por conhecimentos interdisciplinares e a circulação nos espaços comunitários (MACEDO; DIMENSTEIN, 2012). Foram realizadas oito visitas na UBS do Setor Universitário, nas quais pudemos conhecer a instituição, conversar com a coordenadora, definir uma proposta de intervenção e executá-la da melhor maneira possível. Buscando atender a uma demanda apresentada pela instituição, nossa atividade teve o objetivo de auxiliar no preenchimento da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa, estratégia proposta pelo Ministério da Saúde há alguns anos. Essa Caderneta, que permite o registro e o acompanhamento de informações (pessoais, familiares, sócio-ambientais), integra um conjunto de iniciativas que visa qualificar a atenção ofertada às pessoas idosas no Sistema Único de Saúde. Trata-se de um instrumento usado pelas equipes de saúde, pelos idosos, seus familiares e cuidadores, visando à integração de informações que contribuem para qualificar a atenção à saúde da pessoa idosa e do trabalho da equipe, otimizando as ações de avaliação da saúde, identificação das principais vulnerabilidades e orientações de autocuidado (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017). A Caderneta de Saúde da pessoa idosa contém sessenta páginas e busca obter informações sobre dados pessoais, medicamentos utilizados, vacinações, pressão arterial, glicemia, possíveis alergias, cirurgias, questões socioculturais, cognitivas, dentre outras. Durante as visitas feitas à UBS, realizamos observações e entrevistas com alguns profissionais da instituição. Ao mesmo tempo, realizamos as atividades relacionadas ao preenchimento da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa, por meio da aproximação e conversas informais com os usuários da UBS, buscando construir, com eles, um ambiente favorável, sem invasões e constrangimentos desnecessários. Nossa inserção nessa instituição proporcionou contatos importantes com os idosos, que responderam perguntas e tiveram a oportunidade de construir narrativas sobre si mesmos, oferecendo aos estudantes de psicologia, a chance de exercerem uma escuta atenta, o acolhimento dos pacientes e a inserção efetiva no espaço de uma Unidade Básica de Saúde. O auxílio no preenchimento da caderneta, aparentemente, algo simples ou talvez, de pouca importância para o psicólogo, foi uma ação complexa por envolver aspectos importantes para as práticas de atenção à saúde, tais como, as informações significativas sobre a população idosa do bairro, o nível de alfabetização, de vulnerabilidade e os estilos de vida mais frequentes. Nesse processo, questões relativas à saúde mental emergiram e recomendamos apoio psicológico disponível na rede de saúde mental da cidade; informamos, também, sobre os projetos da UBS, específicos para os idosos, como o grupo de Hiperdia (para hipertensos e diabéticos), a caminhada que acontece semanalmente e o grupo educativo de atividades manuais e artesanais. Entendemos que a realização deste trabalho, que inclui o preenchimento e a entrega da caderneta para os idosos, facilita o cuidado com a saúde dos pacientes e o trabalho da equipe de uma

UBS. Por meio das entrevistas com os profissionais da saúde foi possível obter informações sobre o funcionamento da unidade, conhecer as demandas recebidas, a faixa-etária dos usuários, a quantidade de funcionários e possíveis práticas do psicólogo em uma unidade básica de saúde. A partir da entrevista com o estagiário de psicologia da UBS, percebemos diversos desafios teórico-práticos da nossa profissão, sendo um deles, a distância entre a expectativa que criamos, durante a nossa formação, e as práticas realizadas no cotidiano. Constatamos o que Macedo e Dimenstein (2012) apontam: há precarização das condições de trabalho e da rede de serviços; a estrutura é insuficiente para a realização de atendimentos (individuais e grupais) e falta transporte adequado para as visitas domiciliares. Inclusive, não pudemos fazer as visitas domiciliares, por não haver agentes de saúde disponíveis para nos acompanhar. A precarização das condições de trabalho nas UBS vem se intensificando no cenário político atual que, cada vez mais, têm gerado retrocessos nas políticas públicas de saúde e assistência social, ameaçando direitos conquistados e a qualidade de vida da maioria da população brasileira. Acreditamos que este tipo de trabalho, que possibilita a aproximação e inserção dos estudantes de psicologia na comunidade, especialmente, na atenção básica à saúde, fortalece a nossa crítica e resistência às brutalidades impostas na atualidade. Conhecer a realidade, conversar/ouvir as pessoas idosas de uma comunidade, transitar por uma unidade básica de saúde e contribuir com as estratégias utilizadas pela equipe são experiências fundamentais na formação em psicologia, que necessita estar aberta para as perspectivas de transformação social, às lutas em favor da melhoria das condições de vida das pessoas e de um cotidiano mais digno e justo, concretizado nas relações e projetos construídos coletivamente (QUINTAL FREITAS, 2016). A realidade brasileira continua nos desafiando e, sem dúvida, nós, futuros profissionais de psicologia precisamos ficar atentos e dispostos para a criação de novas concepções teórico-práticas. Novos olhares e rumos em defesa de uma psicologia comprometida, verdadeiramente, com as condições da vida concreta do nosso povo. É isso, também, que vislumbramos com este trabalho realizado em uma disciplina de graduação no quinto período de psicologia.

Desafios para a efetivação da Psicologia Social Comunitária: apontamentos de pesquisa realizada em Nova Friburgo

Autor: Rafael Luz (UNESA/TJ-RJ)

O presente trabalho consiste em uma apresentação reflexiva da pesquisa "Saberes e Práticas em Psicologia Social Comunitária em Nova Friburgo, RJ", que contou com o apoio do Programa de Pesquisa Produtividade e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, ambos da Universidade Estácio de Sá (UNESA). A pesquisa teve como objetivo principal sistematizar os saberes e práticas em Psicologia Comunitária (doravante, PSC) nas instituições, equipamentos, serviços e iniciativas públicas e privadas no referido município. Desenvolvida a partir de experiências concretas de muitas psicólogas em grupos e comunidades desfavorecidas (LIMA, 2012), e numa clara oposição a Psicologias elitistas, individualistas e adaptacionistas, a PSC é atualmente um campo voltado para a compreensão e promoção das relações comunitárias, seja através do desenvolvimento da consciência, da ética da solidariedade ou de práticas cooperativas (CAMPOS, 2014). Ao pensar o sujeito no âmbito de suas relações, sendo sua constituição, portanto, fundamentalmente social (GUARESCHI, 2014), o trabalho das psicólogas comunitárias ocorreria no âmbito da intersubjetividade. Um trabalho ético-politicamente comprometido com a radicalização da democracia e com a transformação social envolveria necessariamente a adoção da perspectiva comunitária (FREITAS, 2014), na qual a dimensão intersubjetiva é entendida como o meio de fortalecimento dos vínculos comunitários. Apesar de ser um campo de pesquisa e intervenção consolidado, a PSC ainda representa um desafio para a formação e prática profissionais. Nesse sentido, a proposta buscou analisar se e como ocorreria a aplicação das contribuições teórico-metodológicas desse campo no trabalho de psicólogas no referido município. Entendemos que tal proposta poderia colaborar para a visibilidade e compartilhamento de experiências consolidadas no âmbito da PSC, assim como a construção de alternativas. Tal empreendimento, desse modo, mostrou-se relevante tanto para profissionais de Psicologia quanto profissionais em formação, representando rica contribuição para a produção de conhecimento nesse campo. A primeira fase da pesquisa consistiu em um levantamento bibliográfico dos últimos cinco anos na base Scielo. Os artigos foram agrupados em seis eixos temáticos, sendo os dois maiores "Saúde" e "Discussão do campo, conceitos e metodologias". Apesar das variações e imprecisões conceituais, como ocorre com o termo comunidade, e apesar da PSC continuar apresentando relevância na saúde, permanecem os esforços de delimitação teórica e afirmação identitária, de modo que a produção de conhecimento na PSC ain-

da se mostra desafiadora. A segunda fase consistiu na pesquisa de campo por meio da realização de entrevistas semiestruturadas e voluntárias com as profissionais de Psicologia. Foram entrevistadas ao todo 58 psicólogas, inseridas em 27 instituições e equipamentos, maioria do setor público. A última fase consistiu na análise de conteúdo (BARDIN, 2016) da transcrição dessas entrevistas. Os dados levantados e a análise desenvolvida permitiram um diagnóstico das práticas psi no contexto comunitário em Nova Friburgo, com seus desafios e potencialidades, especialmente no campo das políticas públicas. Destacamos a seguir algumas considerações realizadas a partir da análise categorial, técnica que consiste na criação de categorias e subcategorias e que tem como função reagrupar elementos de texto que apresentam afinidade temática (BARDIN, 2016). Na categoria "Identidade profissional", que procura delinear o perfil dos profissionais entrevistados, apontamos para a predominância de ações e intervenções voltadas para o âmbito individual, mesmo em trabalhos de âmbito coletivo. Tal contradição levava, muitas vezes, a desencontros e embates de representações dessa identidade. A categoria "Precarizações" reúne os elementos que indicam precariedades variadas relacionadas ao trabalho. Nesta, foi possível constatar que o discurso da precarização institucional colocou na penumbra as dificuldades das psicólogas em atender demandas de caráter coletivo, de intervir em contextos comunitários, tendo em vista que a formação se apresentou hegemonicamente voltada para o âmbito individual. Nesse sentido, a atuação profissional limitada a intervenções pontuais e de cunho individualista parece reforçada por uma conjuntura de precarizações tanto dos serviços quanto da própria formação. Na categoria "Apropriações e imprecisões conceituais", destacamos o uso do termo comunidade, que perde sua dimensão ético-política de fomento às relações igualitárias e de transformação social ao se aproximar da noção clássica de território, restrita à delimitação geográfica. Quando não se apresentava como algo estranho ou inconveniente para o trabalho, a possibilidade de ações em âmbito comunitário era compreendida como um desdobramento, um adendo à profissão e ciência psicológicas. Os elementos abrigados na categoria "Contexto comunitário" enfocam os conhecimentos que os profissionais possuem da comunidade ou do seu entorno. Dentre as considerações, destacamos a proeminência da leitura das subjetividades apartadas de questões sociais. A categoria "Questões de ordem ético-política" especifica os elementos que se referem aos atravessamentos ético-políticos do trabalho psi, destacando o compromisso social da PSC. Identificamos alguns casos em que as profissionais elencam práticas implicadas, nas quais se estabelece uma relação de horizontalidade com outras profissionais e clientes/pacientes/usuários, evidenciando tentativas de atuação sensibilizada por demandas e desafios locais e tendo como horizonte a mudança social. Por fim, a categoria "Fatalismo" aponta a frequência de uma visão fatalista, entendida como um modo de subjetivação relacionado ao contexto amplo de precarizações e limitações do trabalho, de modo a naturalizá-las. Podemos considerar que uma formação psicológica tradicional, centrada no indivíduo em oposição ao social, não se sustenta em contextos nos quais o trabalho necessita ocorrer em meio a grupos e coletividades, atravessado por uma implicação ético-política. Com base nos achados da pesquisa, argumentamos que o desafio da apropriação e reverberação da PSC no contexto analisado estaria relacionado a um quadro de amplas precarizações, tanto institucionais quanto formativas. Apesar de ser uma profissão consolidada, com diversos cursos de graduação e pós-graduação, a Psicologia ainda precisa cumprir metas quanto à plenitude da formação e preparação dos profissionais, em estreita relação e compromisso social com as populações que têm sido alvo de seus trabalhos (FREITAS, 2015). Referências: BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016; CAMPOS, R. H. F. Introdução: A Psicologia social comunitária. In: CAMPOS, R. H. F. (ORG.). Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, pp. 9-14; FREITAS, M. F. Q. Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: exigências e desafios ético-políticos. Estudos de Psicologia, v. 32, n. 3, 2015, pp. 521-532; FREITAS, M. F. Q. Psicologia Social Comunitária como politização da vida cotidiana: desafios à prática em comunidade. In: STELLA, C. (ORG.). Psicologia Comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências. Petrópolis: Vozes, 2014, pp. 65-85; GUARESCHI, P. Relações comunitárias – relações de dominação. In: CAMPOS, R. H. F. (ORG.). Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, pp. 66-81; LIMA, R. S. A Psicologia Comunitária no Rio de Janeiro entre 1960 e 1990. Psicologia: Ciência e Profissão, n. especial 32, 2012, pp. 154-165.



Grupos com pais de crianças vítimas de violência sexual: Uma práxis educativo-comunitária de atendimento psicossocial

Autor: Amailson Barros (UFMT)

Coautor: Vilderly Veras Martins Lopes (UFMT) e Melissa Hung Martins

O presente resumo tem como objetivo apresentar uma prática de intervenção psicossocial e educacional realizada com pais, mães e outros familiares (avó, avô, tias, irmãs mais velhas) responsáveis pelo cuidado direto de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Informa-se que para a escrita deste trabalho, as participantes e os participantes dos grupos serão nomeados como pais, sem que isso implique uma postura sexista dos autores. Este trabalho com grupos de pais compôs o conjunto de atividades do Estágio Supervisionado Específico em Contextos Socioeducativo I e II, realizados no nono e no décimo semestre do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Cuiabá. Cada grupo foi formado por número de quatro a cinco participantes. No semestre de 2019/1 foram realizados dois grupos de pais. Os casos atendidos foram de famílias atendidas primeiramente na Delegacia Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (DEDDICA), localizada em Cuiabá-MT. Os encontros dos grupos ocorreram semanalmente no período da manhã das sextas-feiras, em uma sala do Serviço de Psicologia Aplicada da UFMT. Cada encontro teve duração de uma hora e trinta minutos. Os encontros foram mediados por uma dupla de estagiárias e que receberam supervisão acadêmica semanal. Os grupos tiveram duração de 10 encontros. A presença dos pais nos encontros não foi obrigatória ou condição para atendimento pela equipe psicossocial da DEDDICA. Os referenciais teórico-metodológicos e técnico-operativos que orientaram a condução dos grupos ancoraram-se nos paradigmas da Psicologia Social Comunitária e da Educação Popular, na perspectiva latino-americana e de Paulo Freire. Seguindo as premissas destas abordagens, as estagiárias atuaram como mediadoras dos encontros e dos diálogos entre os participantes, o que exigiu delas um exercício de escuta sensível e um olhar apurado para os conteúdos e necessidades concretas que emergiram no e pelo grupo. Para a materialização dos encontros adotou-se a seguinte estrutura metodológica: a) Momento de acolhimento dos participantes, seguido de alguma atividade de aquecimento e relaxamento, geralmente, utilizando-se de estratégias lúdicas, de músicas, cirandas, danças e jogos teatrais. As atividades de aquecimento e de relaxamento foram pensadas como práticas expressivo-criativas facilitadoras de fortalecimento de vínculos entre os participantes e estiveram relacionadas com o tema proposto para cada encontro; b) Momento dialógico-reflexivo, no qual os participantes do grupo apresentavam suas impressões e externavam seus sentimentos em relação a atividade de aquecimento e de relaxamento. A partir das verbalizações dos participantes e primando por um movimento gradativo de imersão do grupo nas discussões, problematizavam-se os conteúdos e os temas dos encontros, buscando um entendimento crítico sobre os mesmos. Objetivou-se, assim, potencializar ressignificações sobre a violência vivenciada e novas possibilidades para que os pais pudessem expressar seus pensamentos, saberes, conhecimentos e sentimentos e, com isso, dizerem a palavra, conforme referenciava Paulo Freire, na sua proposta de Educação Popular e que fazer dialógico-vivencial; c) Momento de síntese das reflexões do grupo e levantamento do tema-conteúdo a ser trabalhado no próximo encontro. Nesse momento, as estagiárias realizavam também o fechamento do encontro. Os temas trabalhados nos encontros foram: aspectos psicossociais da violência (física, psicológica, negligência, sexual); mitos e verdades sobre a violência sexual; a infância e a adolescência como construção social e histórica; as funções e configurações familiares; sexualidade, gênero e relações de poder; como se organiza a rede de atenção e proteção a pessoas vítimas de violência. Como resultados positivos deste trabalho foram observados: compromisso e assiduidade dos participantes nos encontros dos grupos (não ocorreram desistências); fortalecimento de vínculos afetivos entre pais e filhas; fortalecimento da função protetiva da família; compreensão dos aspectos psicossociais da violência sexual; rompimento com discursos psicologizantes sobre a situação vivenciada pela família; construção compartilhada de conhecimentos e saberes; o grupo como espaço seguro de acolhimento dos sofrimentos dos pais e de desenvolvimento das potencialidades protetivas da família; históricas compartilhadas e expressão de solidariedade entre os participantes. Como limitação do trabalho foi possível constatar baixa procura das famílias atendidas e encaminhadas pela DEDDICA para os grupos e o horário dos encontros, pois, potenciais participantes não puderam comparecer justificando sua não participação pelo fato dos encontros ocorrerem em horário de trabalho dos pais. Apesar dessas limitações, os resultados da intervenção sinalizam para a potencialidade do atendimento na modalidade grupo junto aos pais e trazem contribuições da Psicologia Social Comunitária para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo possível sua realização em espaços institucionais e de serviços públicos. Foi possível verificar

que a participação dos pais nos grupos contribuiu para a formação de uma rede de apoio entre eles de maneira que pudessem falar sobre temas difíceis do cotidiano e contarem com o acolhimento dos pares. Conforme se expressou uma avó participante dos encontros, foi no grupo que compreendeu que “essa dor não é só minha” (sic) e que o “não há de ser nada, era muita coisa” (sic) ao se referir sobre a violência sexual sofrida pela neta e os sinais que a mesma apresentava. Importante informar que concomitante ao trabalho desenvolvido com os pais, foram realizados grupos com as crianças e as adolescentes, sendo esses organizados de acordo com a faixa etária de cada participante. Esses grupos foram mediados por uma outra dupla de estagiárias e mostraram-se também potenciais no atendimento a situações de violência sexual infanto-juvenil.

Justiça Restaurativa, Mediação Comunitária e Psicologia Social Comunitária Latino-Americana

Autor: Rubens (PUC Minas)

Coautor: DANIEL SANTOS DA SILVA

Propomos comunicar e dialogar sobre um processo de aproximação e intercâmbios entre pesquisadores e interventores acadêmicos, comunitários e de políticas públicas que desenvolvem investimentos em justiça restaurativa e mediação comunitária expressivo do diálogo com perspectivas inter-transdisciplinares emancipatórias e dentre elas, com destaque, a educação social e a psicologia social comunitária crítica latino-americana. Um dos proponentes se localiza como professor da PUC Minas e coordena um projeto de extensão em mediação comunitária com finalidades de formação ético-política de estagiários e extensionistas envolvidos. O projeto contempla práticas comunitárias, restaurativas e de mediação de conflitos além de atividades específicas de educação em direitos humanos. O outro é coordenador do Programa de Justiça Restaurativa da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativa do Estado de Minas Gerais (SUASE) intitulado ÉNOIS (Núcleo de Orientação Institucional e Solução de Conflitos nas Unidades Socioeducativas). Este, por meio dos processos circulares, metodologia de raízes ancestrais que visa a construção de novas possibilidades de interpretação dos conflitos, objetiva a valorização do processo de tomada de decisão consensual, o entendimento e reconhecimento mútuo pela via do diálogo e da escuta ativa, visando a construção da paz. Considera a necessidade de todos os envolvidos e favorece o florescer de um senso comunitário, conforme Kay Pranis. Através de uma ação transversal dos diversos eixos de execução das medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade, o ÉNOIS desenvolve ações que propõem a superação de uma lógica estritamente retributiva e repressiva identificada como traço característico do sistema de justiça tradicional. Propõe também a ampliação da perspectiva de ação dos diversos atores que trabalham o processo de construção de autonomia e responsabilização previsto na execução das medidas socioeducativas. É identificado como passo primordial para esta construção, a sensibilização pré-paradigmática que apresenta o paradigma restaurativo e os valores e princípios da Justiça Restaurativa. Ambos os proponentes se encontraram como professor e aluno na Universidade e depois como membros comuns da Comissão de Justiça e Práticas Restaurativas vinculadas ao Centro de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato infracional do Fórum Permanente do Sistema Socioeducativo de Belo Horizonte. Lá têm participado de um amplo planejamento de implementação da Justiça Restaurativa em Minas Gerais. Nesse contexto aproximaram-se também para a elaboração de um projeto que contribuirá na sensibilização em Justiça Restaurativa da equipe técnica do Sistema Socioeducativo de BH e no processo de formação de estagiários e extensionistas como facilitadores de Justiça Restaurativa orientado pela perspectiva da mediação comunitária e pela estratégia metodológica da intervenção psicossocial. Num contexto de ultraliberalismo, conservadorismo patriarcal, ressurgimento de um fascismo, antes, brevemente represso, fundamentalismo religioso e crise da democracia, faz-se mister investir em saberes e fazeres emancipatórios já reconhecidos, mas também visibilizar e criar condições para emergência de novas iniciativas inventivas e sintonizadas com os tempos atuais bem como a promoção de diálogos entre velhas e novas práticas em defesa da democracia, da melhor qualidade de vida e da justiça social para todas as pessoas e grupos sociais. Neste sentido, em diálogo, com o tema geral do Encontro e deste eixo temático pretendemos contemplar questões de formação e intervenção em Justiça Restaurativa e mediação comunitária vindo a promovermos diálogos com as “epistemologias outras”, ou seja, saberes e fazeres que, para além das dimensões epistemológicas, ontológicas e metodológicas características de um paradigma científico, se pautem por orientações éticas e políticas que problematizam o processo de colonização dos saberes, da ciência e da sociedade. As psicologias sociais críticas contemplam a im-

bricação do social e do individual, contrapõem as dicotomias teoria-prática, ciência e ideologia, corpo e mente, indivíduo e sociedade. Focalizam as interações sociais, a linguagem com seus significados e sentidos e contemplam conceitos como ideologia como formas simbólicas a serviço de relações de dominação, representações sociais como saberes compartilhados no cotidiano por uma comunidade de sentido e práticas discursivas como a linguagem em ação nas interanimações dialógicas. Guardadas as diferenças, é destacada a sua condição comum de, conforme Mary Jane Spink e Peter Spink, contribuir para o conhecimento das diversas teorizações sobre a maneira como as pessoas dão sentido ao cotidiano e para a análise e intervenção nas múltiplas formas de sociabilidade, sendo elas de microalcance como relações afetivas e amorosas, emoções, de médio alcance como os processos de socialização, as relações familiares e institucionais ou macroalcance como nossa inserção na vida política, nos movimentos sociais e nas relações comunitárias. São caracterizadas como um todo mais a partir dos que as aproxima do que da sua pluralidade e diferenças. São ainda um movimento amplo de luta que abriga múltiplas correntes que tem em comum, por exemplo, o fomento à solidariedade e à cidadania, a defesa dos direitos humanos, a emancipação social, a autonomia, a construção processual e contínua de relações igualitárias presente em vários países. No nosso continente, correntes como a psicologia socio-histórica associada ao nome da brasileira Silvia Lane, a psicologia da libertação representada a partir de El Salvador por Ignacio Martim Baró e a psicologia social comunitária que tem na Venezuelana Maritza Montero um nome de destaque, dialogando mais ou menos com correntes institucionalistas e psicossociológicas europeias e com feminismos, construcionismos e pós-construcionismos demarcam a chamada psicologia social crítica latino-americana. Junto com o colombiano Orlando Falls Borda, o educador Paulo Freire é considerado um pilar. Este e outros autores como Enrique Dussel, filósofo da libertação e criador da analética, uma “dialética melhorada” em suas ambições éticas e de respeito e valorização da alteridade, compõem as bases comuns de várias disciplinas de vieses emancipatórios no Brasil e na América Latina. Sendo uma delas, a educação social se faz no fazer com o outro, é a arte de estar presente a partir do diálogo, do encontro, estabelecendo relação horizontal e aberta à transformação mútua que venha a possibilitar o florescer do novo. Educadores como Walter Ude e Miguel Arroyo são representantes. Psicologia social comunitária crítica latino-americana e educação social têm muito em comum e podem dialogar e fundamentar teórica, metodológica e praticamente iniciativas de Justiça Restaurativa e Mediação Comunitária, podendo vir a ser consideradas como modalidades contemporâneas de práticas comunitárias com altos potenciais emancipatórios conforme o modo como são conceituadas, apropriadas e executadas. A Justiça Restaurativa (JR) é concebida como uma filosofia, um modo de vida e também como uma metodologia que se distinguem do sistema de justiça vigente que é retributivo, orientado por um paradigma punitivo aos autores e de pouca atenção e cuidado com as vítimas. As atividades de JR se dão por meio de processos restaurativos e de práticas restaurativas sendo os processos circulares de construção de paz um recurso metodológico de destaque. A Mediação Comunitária pode ser entendida como uma estratégia metodológica e prática que focaliza a mediação de conflitos interpessoais, intra e intergrupais, institucionais, comunitários e intercomunitários tendo como objetivos e metas a prevenção à violência, a transformação das relações e a promoção de uma cultura de paz. Implica no conhecimento da comunidade e da rede social e o desenvolvimento comunitário orientado pela educação para autonomia e a emancipação social. Justiça Restaurativa e Mediação Comunitária podem se encontrar na Justiça Comunitária, esta, que se faz com a expansão da jurisdição indo além dos meios oficiais e da base nos direitos postos e recorrendo a atuações extrajudiciais, como a própria mediação de conflitos e as práticas restaurativas, desempenhadas na, para, com e pela comunidade. A comunicação pretende contemplar relatos reflexivos de práticas, teorizações e ponderações sobre possibilidades e limites das práticas nos contextos de ações acadêmicas, comunitárias e de políticas públicas. Serão promovidas discussões sobre a relevância teórico-prática e ético-política, em vistas de metas como autonomia, emancipação e transformação social, de cada concepção em questão (Justiça Restaurativa e Mediação Comunitária) como também de conceitos básicos correlatos tais como comunidade, saber comunitário e acesso à justiça. Relacionados a esses, pode haver atenção a outros conceitos afins à psicologia social comunitária, tais como, relações comunitárias, atividade comunitária, desenvolvimento comunitário, sujeito comunitário, autoanálise, autogestão, demanda, análise da demanda, diagnóstico participativo, plano de trabalho, execução cooperativa, política, estratégia, tática. Esperamos poder dialogar com outras práticas facilitadoras de ações comunitárias e autogestivas relacionadas à justiça e à emancipação sociais no Brasil e nos submetermos à apreciações que nos comuniquem sobre a pertinência da nossa proposta a este GT para fins de auto-avaliação da nossas práticas particulares e comuns.



Mediação comunitária: práticas comunitárias, restaurativas e de mediação de conflitos

Autor: Lilian Marques Lopes (Lilian Lopes)

Coautor: Rubens (PUC Minas) e Bruno Moreira Silva

O projeto de extensão Mediação Comunitária: Práticas Comunitárias, Restaurativas e de Mediação de Conflitos, desenvolvido pela PUC Minas São Gabriel visa a promoção do diálogo, com foco nas relações e no exercício da alteridade, sob a compreensão de que as partes são sujeitos sociais, passíveis de mudança e detentores de responsabilidade sobre suas escolhas. Considerando que uma decisão judicial não contempla os aspectos relacionais de um conflito, os métodos consensuais de resolução pacífica de conflitos buscam investir no diálogo cooperativo, que contribui para que as pessoas, especialmente das comunidades populares, sejam partícipes na solução dos próprios conflitos. Através das atividades desenvolvidas em Mediação de Conflitos, Justiça Restaurativa e Educação em Direitos Humanos sob a perspectiva de Mediação Comunitária, a ligação e integração da comunidade acadêmica e o exterior da universidade são fortalecidos, buscando o incentivo da troca bilateral e pluridimensional entre ambas as partes. A prática da mediação transformativa busca o fortalecimento das relações humanas e a transformação de ambas as partes, ou seja, não concluindo as partes conflitantes em um acordo relacionado às situações-problema, há a possibilidade de que através da resignificação, o entendimento do conflito e a percepção da relação entre os indivíduos seja transformada. Prioriza-se a transformação do padrão relacional, por meio da comunicação, da apropriação e do reconhecimento. A JR. é definida como filosofia e metodologia na perspectiva da cultura de paz e distinta da justiça tradicional que é retributiva e punitiva. A relevância que o projeto desempenha junto à comunidade e aos atores envolvidos de forma direta, e, ainda, a importância das experiências vividas pelo grupo em contato com os mediados e com as situações por eles apresentadas se percebe na medida da atuação de cada participante envolvido. Nessa perspectiva, cada membro do projeto situa-se no contexto dos atendimentos de mediação não apenas como ouvinte, mas como ator social, representando diferentes posições e percepções que contribuem para fomentar a capacidade de colocar-se no lugar ocupado pelo outro, bem como para o crescimento pessoal e profissional dos demais integrantes do grupo. As supervisões do projeto de extensão ocorrem uma vez por semana na instituição PUC Minas, na sala de extensão, onde cada membro do grupo compartilha suas perspectivas a respeito das situações objeto de mediação, revelando experiências individuais vivenciadas a partir de diversas posições sociais. A partir disso, o grupo caminha em constante transformação conjunta e pessoal de cada integrante, refletindo acerca de conceitos advindos das bagagens adquiridas por cada um ao longo da vida e da formação nos cursos de Direito e Psicologia. Nas supervisões, ocorrem ainda planejamentos, realização e participação de oficinas e seminários, e indicações de materiais a serem estudados acerca de temas como, principalmente, Mediação Comunitária, Justiça Restaurativa e Educação em Direitos Humanos. As experiências teórico-práticas de ensino-aprendizagem em mediação de conflitos, justiça restaurativa e educação em Direitos Humanos promovidas no âmbito do projeto de extensão da PUC Minas leva os extensionistas a compreenderem que sendo os seres humanos atravessados por questões pessoais, ideológicas, religiosas e político-institucionais é possível fazer uma autoanálise e perceber que no contexto do diálogo entre pessoas-pessoas e entre pessoas-saberes, podem ser ativadas novas possibilidades, novos caminhos. Nessa perspectiva, vislumbra-se que é possível desenvolver a postura ética e crítica de participação e construção nos enlances da vida e na forma de relacionar de forma interpessoal e de como se posicionar frente às questões que perpassam os direitos humanos, a justiça e paz social. O projeto de extensão desenvolvido pela PUC Minas - São Gabriel, contribui para a formação de excelência de seus participantes nas áreas de Psicologia e Direito, na medida em que articula ensino, pesquisa e extensão, proporcionando o início de formação em mediação e justiça restaurativa, mobilizando a compreensão teórico-prática da mediação comunitária no contexto das intervenções psicossociais comunitárias. Os norteadores do projeto de extensão e construtores de suas bases são as relações sociais, o exercício da alteridade, a efetiva participação da comunidade no processo de solução dos conflitos e de garantia do seu acesso a direitos, sendo possibilitado pela mediação de conflitos, Justiça Restaurativa e Justiça Comunitária, via comunicação não violenta. Através das práticas do projeto, colaborando ativamente para uma visão dinâmica da comunidade, o que se busca é o desenvolvimento e fortalecimento destas para que possam, entendendo que os grupos podem ser transformados, estimular o protagonismo das comunidades e de seus membros bem como suas ações para solução de conflitos. Os atendimentos da mediação ocorrem uma vez por semana em espaço externo à Universidade, na Fundação Metodista de Ação Social e Cultural, com recursos e técnicas, compatíveis com a busca da

horizontalidade como a mesa redonda, círculos de construção de paz, escuta atenta e intervenções necessárias de mediadores e co-mediadores da mesa, além do respeito quanto ao sigilo e forma de tratamento de cada caso. Durante os atendimentos de mediação, é comum perceber e ouvir das partes expressões de satisfação em participar do processo, pelo fato de serem acolhidos e motivados a falarem e se escutarem. Os atendimentos no âmbito da Justiça Restaurativa e Mediação Comunitária acontecem por meio de rodas de conversa, círculo de construção de paz, mediação de conflitos no contexto da intervenção psicossocial como estratégia metodológica. No primeiro semestre de 2019, foram realizadas 32 reuniões, sendo onze atendimentos de pré-mediação e encontros de mediação e as demais a título de supervisão/intervisão. Foi realizado um ciclo de mediação completo com quatro encontros que finalizaram em acordo entre os mediandos. Visualiza-se que o projeto de extensão da PUC Minas possui espaço consolidado na comunidade em que se localiza, no bairro São Gabriel e na parceria firmada com a Fundação Metodista. Esse possui boa receptividade pelas pessoas que buscam o atendimento sendo bem quisto pelos parceiros atuais e futuros. O projeto de extensão incluiu a Justiça Restaurativa entre suas práticas, através da parceria com a Vara Infracional de Belo Horizonte e Centro Integrado de Atenção ao Adolescente Autor de Ato infracional (CIA/BH) e a PUC Minas, consistente em prestação de atendimentos aos adolescentes encaminhados pela referida instituição. Desta parceria, será inaugurado na Clínica de Psicologia da Universidade o Núcleo de Atendimento em Justiça Restaurativa - NaJR. Está em andamento as tratativas para ser firmada parceria entre o projeto com a Polícia Civil de Belo Horizonte/MG para a prestação de atendimento em Mediação Vítima/Ofensor. O projeto se vale de investimentos na ampliação de campos do Estágio de Psicologia e Justiça Restaurativa, além dos existentes junto ao Estágio Psicologia e Mediação Comunitária e de disciplina e grupos de estudo pertinentes no curso de Psicologia. A atuação dos alunos no projeto de extensão possibilita o amadurecimento pessoal e profissional, proporciona aprendizado para além da teoria e prática do curso de Psicologia e Direito, qual seja, incentiva processos de mudanças pessoais, formativas e profissionais nos acadêmicos envolvidos em vista de uma sociedade melhor. O projeto procura proporcionar ao extensionista motivação e instrumentalização para a luta contra as injustiças sociais, a promoção da equidade e da cidadania, a busca por se colocar, efetivamente, como ator e mediador social em seus saberes e fazeres como mediador de conflitos.

NUPSICO: vivências sociais comunitárias em um centro de extensão universitária de Porto Alegre/RS

Autor: Giovanna de Bortoli (PUCRS) e Roberta Fin Motta (PUCRS)

A Psicologia Social Comunitária, tem como tarefa analisar e compreender o funcionamento e fluxo das famílias e da comunidade, de maneira que, a partir disso, permita-se entender o processo de saúde e de adoecimento neste campo. Da mesma forma, a atuação da Psicologia Comunitária tem como objetivo promover o fortalecimento pessoal e coletivo da comunidade atendida, visando a potencialização de sujeitos, famílias e grupos comunitários, a partir de intervenções pensadas no contexto vivido, sendo de extrema relevância conhecer as demandas específicas do território atendido. Objetiva-se a partir disto, a produção de sujeitos autônomos e protagonistas de suas vidas. O presente trabalho busca, por meio de um relato de experiência, compartilhar as vivências concernentes à atuação de um grupo de estudantes universitários que, realizando estágio em Psicologia Social Comunitária, com supervisão técnica e acadêmica de psicólogas atuantes na área, compõem o Núcleo de Psicologia Social Comunitária (NUPSICO), vinculado ao Serviço de Atendimento e Pesquisa em Psicologia (SAPP) que exerce atividades junto ao Centro de Extensão Universitária Vila Fátima (CEUVF), centro de saúde oferecido pelo Hospital São Lucas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul (PUCRS), localizado na Vila Nossa Senhora de Fátima/Mato Sampaio, Porto Alegre/RS. Atuando em comunidades que estão em situação de risco e vulnerabilidade social, com o intuito de corroborar com a promoção do (re)conhecimento da população acerca de seus direitos e com a busca por melhores condições de vida, o NUPSICO é uma das equipes que compõem o Serviço de Atendimento e Pesquisa em Psicologia (SAPP), serviço escola oferecido pela PUCRS, que promove atendimento em saúde mental e impulsiona pesquisas na área. Ainda, tem o intuito de abordar os enfoques teóricos relacionados as abordagens e metodologias de intervenção psicossocial, bem como, avaliar e analisar os impactos de intervenções nos processos de participação comunitária, entre outros. Com o objetivo de planejar e implementar práticas interventivas em instituições ou comunidades consideradas em situações de vulnerabilidades diversas, o NUPSICO parte de pressupostos técnicos e teóricos referentes à Psicologia Social Crítica e Saúde Comunitária. Nesse sentido, atua de



acordo com o posicionamento ético-político-social e contextualizado sócio-historicamente da Psicologia enquanto ciência e profissão. Portanto, as atividades são propostas na perspectiva de formação de redes comunitárias de apoio e de construções de ações coletivas e dispositivos de saúde, buscando promover a saúde e garantia de direitos para melhoria das condições de vida da população atendida (usuários(as) residentes no território abrangido pelo CEUVF, na região leste do município de Porto Alegre/RS). As atividades do NUPSICO envolvem, dentre outras: diagnóstico comunitário, avaliação no contexto comunitário, orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais; acolhimento/recepção; trabalho destinado à saúde do(a) trabalhador(a), por meio de escuta, oficinas com temas diversos a serem levantados e discutidos em conjunto com a equipe; participação em reuniões (equipe/técnicas, rede de saúde e socioassistencial, controle social, etc.); psicoterapia breve focal; oficinas/grupos/encontros/rodas de conversa, ações sociais, mutirões, memorial (com o recurso da arte, da cultura, do audiovisual, e outros), junto à comunidade na perspectiva de formação pessoal e profissional (desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social e com a rede de saúde e socioassistencial); orientações e encaminhamentos; visitas domiciliares; reconhecimento de território, atendimentos domiciliares; desenvolvimento de ações multidisciplinares, interdisciplinares e interprofissionais; desenvolvimento de ações na perspectiva da Educação Permanente em Saúde e da promoção e prevenção de saúde, além de propor atividades em conjunto com os demais profissionais, como estudos de caso, visitas domiciliares, grupos, interconsultas, atividades de sala de espera, dentre outras atividades desenvolvendo a compreensão integral do sujeito; atividades vinculadas às demais instituições que fazem parte do contexto comunitário, como Associação Comunitária, escolas, dentre outras.

As inúmeras atividades que permeiam a prática da Psicologia Social Comunitária com efetiva inserção dos estudantes na comunidade permitem, por meio de trocas constantes e vivências, que ensejam um contínuo repensar acerca da prática da Psicologia nos dias de hoje, assim como de sua trajetória política e social. Propõe-se uma atuação comprometida com as condições de vida da população brasileira, que tensiona os enquadres clássicos e direciona-se a uma prática que não mais separa os registros do individual e do social, compreendendo a integralidade do sujeito e a inseparabilidade dessas esferas, atuando de acordo com as demandas emergentes no contexto. A interdisciplinaridade e a co-gestão aliadas à busca de uma verdadeira inserção na comunidade, propicia um aprendizado que acontece numa área de intersecção entre os saberes, que transcende os anseios acadêmicos e adentra no processo de subjetivação dos estudantes envolvidos. Esse processo, ao desenvolver-se, impulsiona exponencialmente a implicação destes na colaboração da expansão das potencialidades presentes na comunidade atuante e nos contextos envolvidos. É uma prática que, diante do cenário brasileiro atual, corrobora com a produção de vínculos, recursos e dispositivos terapêuticos, elaborando um elo entre a saúde pública e a constituição integral do indivíduo e comunidade, e que trafega entre impactos micro e macropolíticos.

Processos comunitários, campo de estágio, trabalho e a formação do Psicólogo

Autor: Antonio Monteiro (UNIGRANRIO)

A formação de Psicólogos, ainda que venha sofrendo transformações nos últimos anos para se adaptar aos novos modos de produção e de intervenção na saúde, na assistência social, no trabalho, entre outros, ainda é centrada nas áreas tradicionais da Psicologia – clínica, educacional e organizacional – com total hegemonia da prática clínica com viés ambulatorial. Diversas pesquisas e autores apontam o predomínio do atendimento clínico enquanto o fator motivacional de maior prevalência para a entrada de estudantes no curso de psicologia, fato que constatamos a cada novo período. O fascínio dos alunos pela compreensão dos fenômenos psicológicos e o desejo de ajudar o outro influem na construção de sentimentos de realização profissional cuja a atuação clínica é a que melhor responde estas expectativas (Ambiel & Martins, 2016, Haselhuhn & Cloopton, 2008; Lopes, Palma, Bártolo-Ribeiro & Cunha, 2011; Yamamoto & Costa, 2010). Estes fatos ficam ainda mais evidentes quanto se deparam com as práticas e intervenções da Psicologia em processos comunitários.

É no sentido de problematizar a necessidade de atuação em perspectiva comunitária nas diversas políticas sociais e a relação desta atuação com o campo de formação no Estágio Básico, que desenvolvemos esta comunicação. Para tanto nos valeremos do relato de experiência da construção de um estágio supervisionado básico em Psicologia e Processos Comunitários – coordenado por este autor – em uma universidade particular da baixada fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Nosso objetivo consiste em discutir a formação do Psicólogo para a atuação em políticas sociais, através da experiência do Estágio Supervisionado Básico em Psicologia e Processos Comunitários.



Fica evidente a relação direta com os objetivos do GT em abordar “os processos de intervenção psicossocial na vida cotidiana” que versem a respeito da Psicologia Social Comunitária “na ótica de suas relações com a formação em psicologia”. Do mesmo modo pode ser evidenciada pela aderência com o Eixo 7, que trata das “questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções”

A Psicologia Social Comunitária geralmente está associada as dimensões das práticas nas Políticas Sociais, se constituindo em ponto fundamental na formação de psicólogos para atuação nesta área. Buscamos construir junto ao aluno um processo de trabalho na perspectiva da clínica ampliada para a construção de linhas de cuidados e manejo de casos. De modo a articular os saberes relativos ao território, rede de proteção próxima e proteção social, instituição e políticas sociais.

Para além de construir um novo conhecimento, cabe desconstruir uma concepção reducionista da clínica e da prática do Psicólogo. Visão apropriada pelo senso comum e produzida e reproduzida pela acadêmica enquanto representação social da psicologia. É estranho para a maioria das pessoas e dos alunos no início da graduação, pensar um psicólogo que nunca tenha realizado atendimento em psicoterapia durante sua vida profissional. A identidade de psicólogo se constitui a partir da atuação enquanto psicoterapeuta. A razão médica que hegemonicamente se construiu no senso comum a partir da academia é de uma Psicologia de consultório para tratar desajustados e doentes mentais.

O desenvolvimento de habilidades do psicólogo, de modo geral, tende mais a um olhar para uma clínica reducionista do que para a complexidade do manejo de casos, há uma tendência pela ênfase no treinamento em psicoterapia, em detrimento ao atendimento psicológico em equipes interdisciplinares. Esta dificuldade demonstra o que historicamente caracterizou a psicologia; uma clínica reducionista de consultórios, um trabalho ambulatorial voltado para o fenômeno “psi”, tal qual a medicina reduz o humano ao fenômeno “bio” e a sociologia aos fenômenos sociais (Rozemberg & Minayo, 2001). Cabe ressaltar que não é o local ou tipo de trabalho que determina se este é ou não reducionista, mas sim o modo como se articula os saberes diante da complexidade biopsicossocial.

De certo modo, percebemos que o próprio corpo discente tenciona as graduações de psicologia por cursos com mais experiências práticas e teóricas voltadas às psicoterapias. Vozes controversas a este ponto de vista encontramos em trabalhos como Campos et al. (1999) e Bedin et al. (2013), que apontam a formação generalista como reflexo da própria diversidade de interesses verificados no estudante de psicologia. Este conflito entre a diversificação dos interesses e a clínica como o local hegemônico de construção da identidade profissional, foi o que buscamos apaziguar no estágio em processos comunitários, através da perspectiva da clínica ampliada.

Pensado a partir deste ponto de vista e tendo como base os fundamentos teóricos metodológicos da Psicologia Comunitária, Sócio Histórica, Educação Popular e Saúde Coletiva buscou-se chegar a um modelo de estágio que levasse os alunos à vivenciar os diversos lugares e métodos de atuação do psicólogo que em processos comunitários. A busca foi por uma prática integrativa, ao mesmo tempo crítica e com capacidade de intervenção, com o olhar voltado para as complexidades biopsicossocial do fenômeno humano.

No processo de construção foram realizadas diversas reuniões com o Núcleo Docente Estruturante, levantamento bibliográfico e estudos de programas dos cursos de Psicologia e analisadas as normativas, orientações e legislações. As normativas das DCNs/CFP/ABEP no que concerne ao Estágio Supervisionado Básico visa propiciar ao estudante um período exploratório através de vivências diretas nas diferentes possibilidades de práticas e locais de atuação. No entanto, estas mesmas normativas deixam lacunas em relação a lei de estágio, ao nomear institucionalmente as práticas acadêmicas com a nomenclatura de “estágio” impõe-se exigências legais que não são observadas nas exigências do estágio básico.

A ideia de “processos de trabalho”, busca a superação das fronteiras tradicionais nas diferentes áreas de atuação do Psicólogo, sem deixar de levar em conta as especificidades de cada contexto. Por exemplo, realizamos processo de acolhimento, acompanhamento, avaliação, processos educativos, formativos, grupais, de mobilização social, organizativos, de orientação e planejamento em diversos locais de atuação. Muitos dos processos de trabalho descritos acima foram realizados pelos estagiários, em escolas, CAPs, CRAS, CREAS, Conselhos Tutelares e abrigos. Deste modo o Estágio Supervisionado Básico em Psicologia e Processo Comunitários foi estruturado para propiciar ao aluno a vivência em instituições públicas, privadas ou em áreas emergentes da Psicologia. Através destas vivências e da supervisão acadêmica os alunos realizaram transcrição em termos psicológicos de diferentes situações que envolve análise, levantamento de dados, produção de documentos, relatórios e outros. Realizavam ainda, estudos de casos, coordenação de dinâmicas de grupos, construção de instrumentos de observação e elaboração de diagnósticos psicossociais.



Compreendemos processo comunitários como um recurso metodológico utilizado na condução e manejo de casos. Diz respeito ao atendimento que gera a necessidade de articular saberes e ações que passa pela rede de proteção próxima, políticas sociais, território e instituição.

Entre as diversas ações realizadas pelos alunos, nos CAPs, CRAS, CREAS, Conselhos Tutelares e abrigos, descreveremos as ações desenvolvidas nas Escolas, por demonstrar de modo objetivo o que estamos chamando de "processos comunitários". Inspirado no Programa de Saúde nas Escolas, foi estruturado ações de Promoção da cultura de paz e ao direito sexual e reprodutivo e prevenção às ISTs/AIDS junto as escolas estaduais do Município de Duque de Caxias. Desde modo, os estagiários passaram a desenvolver atividades de promoção da cultura de paz para adolescentes e jovens, como prevenção às violências, bullying, discriminações, entre outros. Desenvolveu também oficinas de promoção ao direito sexual e reprodutivo e prevenção às ISTs/AIDS. Nestas oficinas foram realizadas palestras, rodas de conversas, dinâmicas de grupo, filmes debates, planejamento junto as escolas, avaliação e monitoramento.

O contato com os alunos nas escolas, nos levou a desenvolver, a partir da lógica do matriciamento, um processo de identificação e avaliação das vulnerabilidades, fatores e comportamentos de risco a saúde mental e de agravos relativo às diversas violências. Ao identificar estes casos os estagiários buscavam as equipes de referências do PSF no território ou encaminhava diretamente para UBS, ONGs e Serviços-escola de Psicologia. Este encaminhamento gerava uma continuidade de acompanhamento e monitoramento na escola, e reuniões com as equipes ou profissional de referência. Desde modo o estagiário vislumbrava a relação entre território, políticas sociais, interdisciplinaridade, o manejo e a busca por resolutividade nos casos.

A experiência nos mostrou a necessidade de inventar a própria prática, criar soluções e modos de intervenção pensando na atuação do psicólogo nas políticas sociais e nas implicações gerais da Psicologia enquanto ciência e profissão.

Em processos comunitários não cabe reducionismos, a formação do Psicólogo para a atuação em políticas sociais, não deve ser pautada apenas pelas disciplinas que congregam valores teóricos automaticamente identificada com o campo social, mas durante todo o processo de formação através de uma perspectiva clinica que perpassa pela complexidade humana. A meu ver, a busca por uma maior integração dos diversos campos do saber "PSI" na formação do psicólogo para atuação nas políticas sociais não se constitui no maior desafio. O grande desafio se dá pela necessidade de formar um profissional criativo com base teórica-metodológica consistente o suficiente, para que tenha a competência e a habilidade de inventar sua própria prática de modo crítico e propositivo.

A partir da experiência relatada esperamos contribuir para o debate na formação do Psicólogo na atuação em políticas sociais, de modo que possa ser aproveitada para a reflexão daqueles que se interessam por questões similares.

Processos psicossociais de formação e trabalho policial militar: considerações sobre o fenômeno da sugação

Autor: Dênis Wellinton Viana (UFPR)

Coautor: Fatima Quintal (UFPR - NUPCES)

Os processos de educativos relacionados à formação de policiais militares têm sido objeto de pesquisas científicas e também alvo de políticas ligadas à Segurança Pública e a filosofia de Polícia Comunitária. Os documentos, legislações e documentos oficiais atuais, em sua maioria, são orientados para uma perspectiva de educação contextualizada e voltada para a valorização dos Direitos Humanos. No entanto, a realidade educativa de policiais militares em suas nuances mais concretas apontam para um currículo oculto que favorece uma série de práticas indesejadas. Tendo esse cenário em perspectiva, pretende-se analisar os impactos psicossociais das práticas denominadas de "sugação" na formação de policiais militares. Esse trabalho busca realizar uma análise das relações presentes no cotidiano educativo dos profissionais policiais militares, com a intenção de refletir os aspectos de conscientização e emancipação diante de cenários de autoritarismo. Neste trabalho adota-se a Psicologia Social Comunitária como orientação teórica, especialmente no que se refere aos conceitos de naturalização, habituação e conformismo. Os três conceitos articulam-se à medida que situações vivenciadas no dia-a-dia de forma rotineira tornam-se comuns e constantemente repetidas a ponto de tornarem-se um hábito. Este processo pode fazer com que as situações rotinizadas deixem de passar um processo reflexivo crítico, por meio de questionamentos, como



por exemplo, do porque, para que e quem os faz, levando-se a uma naturalização e a uma visão de que as coisas são assim porque são. Para tanto, realizaram-se nove entrevistas em profundidade com policiais militares da graduação de soldados no Município Curitiba, Estado do Paraná. Todas as sessões foram gravadas com a autorização dos participantes, após os áudios das entrevistas foram transcritos e o material organizado em temáticas recorrentes e divergentes. As entrevistas foram organizadas em um tópico-guia e contemplava os seguintes assuntos: rotinas de serviço, memórias da escola de soldados, vivências do estágio operacional e horizontes educacionais. Em todos estes assuntos a temática da sugação apareceu, porém com diferentes nuances. As expressões “sugação”, “sugado” e “sugar” são comuns no jargão profissional de policiais militares paranaenses e denotam um conjunto de atividades cansativas e desgastantes, que podem ou não envolver exercícios físicos, que comumente são compreendidas como inerentes à profissão. Durante a escola de formação de soldados, a sugação foi indicada pelos entrevistados nas práticas de atividades físicas como flexões, em exercícios militares, que envolvem privação de sono e alimentação nas sanções disciplinares militares próprias deste período educativo. A prática educativa e a organização do tempo escolar também foram indicadas como sugação: de um lado indicava-se o tempo ocioso dos cursos com finalidades para além das educativas, e por outro, indicava-se o tempo das aulas como enfadonhos e pouco aplicados à prática de trabalho cotidiano, especificamente no que se refere aos conteúdos teóricos da formação. Outra etapa do período de formação são os exercícios de marcha e campo, em que as práticas sugadas tornam-se mais evidentes. Nesses exercícios são montados acampamentos para as práticas específicas, sendo o desgaste físico uma das intenções “formativas”. Nos estágios operacionais, a defasagem da estrutura logística, ligada especialmente aos equipamentos de trabalho, o número de horas trabalhadas e ao tipo de trabalhos desempenhados, com prevalência para os trabalhos de policiamento a pé, são os elementos que caracterizam a sugação deste período. Nas práticas de trabalho realizadas pelos entrevistados em suas atividades de policiamento nas ruas das cidades, a sugação é retratada em dificuldades de gestão administrativa e faz com que problemas de ordem institucional passem a ser solucionados por meios pontuais e individualizados. Neste processo, há, de certo modo, uma culpabilização concreta dos indivíduos e não uma reformulação de práticas e de gestão institucional. Um exemplo é a defasagem de efetivo policial, que sobrecarrega a rotina dos policiais que já desempenham suas funções. A sugação no período de formação acadêmica foi percebida por todos os entrevistados como algo necessário para constituição do que se espera de um bom policial militar ou no jargão profissional de um policial “operacional”. Ou seja, um policial forte e resistente o suficiente para lidar com as duras demandas da violência cotidiana. Quanto à sugação nos exercícios de marcha e campo, os entrevistados posicionaram-se de maneiras diversas: alguns entendem como uma vivência necessária (mesmo os que não passaram pela experiência de campo e marcha), por outro lado, outros entrevistados indicaram a falta de aplicação do vivenciado nas suas práticas de cotidiano de trabalho nas ruas das cidades. Um ponto interessante a ser destacado é que policiais formados a mais tempo têm uma concepção de que a formação atual é mais leve, do ponto de vista da sugação, e por isso formaria policiais militares mais “frouxos”. No entanto, os relatos dos entrevistados formados mais recentemente indicam que as práticas antigas e novas de sugação se repetem ao longo do tempo. Se por um lado as lógicas de sofrimento e desgaste são valorizadas pelos entrevistados como uma prática necessária para a constituição da identidade dos policiais militares. De outro lado, há de se questionar como a rotinização e naturalização do sofrimento tornam-se um elemento central no currículo, seja explícito ou oculto, da formação de policiais militares e, de que modo estas experiências concretas favorecem não só os saberes, mas também as práticas policiais indesejadas, que inclusive contrariam os preceitos humanitários e a filosofia da Polícia Comunitária. Nota-se que o perpassar da sugação em diferentes fases da carreira (na formação, no estágio e nas práticas cotidianas) são variados. Um dos possíveis impactos psicossociais de todo o processo de sugação possa ser a resignação diante de processos de formação e também das relações de trabalho. Essas vivências não contribuem para a humanização das relações entre os próprios policiais e entre os policiais e a comunidade. Apesar de a realidade policial militar apresentar aspectos bastante específicos e pontuais no que se refere à sugação, outras profissões apresentam características e rotinas, que também podem ser equiparadas a este fenômeno, a exemplo de professores e enfermeiros. Portanto, os rituais, as rotinas e as cargas-horárias exaustivas, e muitas vezes, desgastantes passam a ser valorizados e indicativos de dedicação ao trabalho. Os consensos e as normalizações em práticas profissionais precisam passar por processos de desnaturalização, a fim de possibilitar a mobilização de consciência sobre o porquê e para quê estes fenômenos ocorrem, refletindo especificamente sobre como elas incidem no que se pretende educar e em que aspectos deixam de contribuir com práticas educativas e de trabalho que valorizem relações humanizadoras e comunitárias. Esta análise e mobilização de consciência poderão contribuir para a aproximação das práticas educativas de formação policial às legislações e documentos que indicam a necessidade de uma educação policial contextualizada.



Projeto “Ciclos de Ação Comunitária”: uma proposta psicossocial para extensão universitária participativa

Autor: JOSE FERNANDO (UEFS)

[Introdução]

Este trabalho pretende apresentar e discutir contribuições da Psicologia Social Comunitária para o desenvolvimento de ações de Extensão Universitária participativas. O conceito de “extensão universitária” definido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2012) ressalta o preceito constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão acrescentando ênfase sobre a perspectiva de uma interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. No entanto, essas duas diretrizes encontram dificuldades de se efetivarem no cotidiano, seja em função da posição de menor prestígio da extensão universitária em relação à pesquisa, inovação e ensino, seja devido ao relativo insulamento da universidade frente às demandas das comunidades (Costa, 2018). Os conhecimentos teóricos e práticos desenvolvidos pela Psicologia Social Comunitária latino-americana podem contribuir para reduzir essas dificuldades e para ampliar o horizonte da ação institucional das universidades, visando retirá-las de sua posição de “torre de marfim” e reconectá-la com as demandas concretas das comunidades. Na atual conjuntura brasileira, a defesa da Universidade Pública passa também pela construção de ações formativas e interventivas de qualidade que ressaltem o compromisso político e socialmente referenciado com o fortalecimento e bem-estar das comunidades.

[Objetivo]

Neste sentido, esta comunicação objetiva apresentar e discutir uma metodologia participativa de construção da extensão universitária a partir do projeto “Ciclos de Ação Comunitária: fortalecimento psicossocial e promoção da saúde e do bem-estar na comunidade” que vem sendo desenvolvido em uma Universidade Pública do interior do Estado da Bahia, no chamado “portal do sertão”.

[Relação com o GT e eixo temático]

Essa metodologia fundamenta-se nos aportes teóricos e metodológicos da Psicologia Social Comunitária latino-americana, em especial nas contribuições de Maritza Montero (2006). Dessa forma, este trabalho coaduna-se com a proposta do Grupo de Trabalho “Psicologia Social Comunitária: práticas, formação e pesquisa” e vincula-se ao Eixo 7 “Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções”. Trata-se de compartilhar uma experiência em andamento para discutir e avaliar potencialidades, dificuldades e aprendizados quanto a articulação entre formação, pesquisa e prática da psicologia em contextos comunitários.

[Orientação teórica]

Os aportes teóricos mais relevantes que orientam esse trabalho referem-se à (1) participação, (2) compromisso e (3) fortalecimento comunitário, tal como desenvolvidos pela Psicologia Social Comunitária latino-americana. (1) Participação é entendida aqui como o eixo central de uma ética libertadora, na qual a construção da ação comunitária deve incluir tanto os agentes externos (membros da universidade) quanto agentes internos (da comunidade) de forma horizontal, crítica e autorreflexiva. Não é possível realizar um trabalho comunitário efetivamente transformador sem a devida consideração no caráter ativo dos sujeitos comunitários como partícipes em todo o processo; (2) Compromisso significa uma orientação política, no sentido mais radical do termo, voltada para a construção de relações democráticas baseadas na consciência e no sentimento de responsabilidade com o outro e com o trabalho comunitário; (3) Fortalecimento comunitário é entendido como um processo mediante o qual os membros organizados atuam conjuntamente para atingir uma transformação na comunidade, segundo seus interesses, necessidades e recursos, transformando-se a si mesmos nesse processo.

[Método]

Para a construção do projeto de extensão universitária “Ciclos de Ação” foram empregados os princípios da metodologia de Investigação-Ação Participante (IAP), pois esta se configura como o método por excelência da Psicologia Social Comunitária latino-americana.



[Resultados parciais]

Por se tratar de um processo iniciado em 2018, e ainda em desenvolvimento, podem ser indicados os seguintes resultados parciais obtidos até o momento. A partir do contato inicial entre um docente e uma liderança comunitária, foi organizado um grupo executivo ampliado composto por vinte e oito agentes externos e internos, sendo dois docentes universitários, uma psiquiatra, uma psicopedagoga, nove psicólogas, treze estudantes de psicologia e duas lideranças religiosas. Após reuniões sistemáticas de discussão sobre o projeto, o território e as principais demandas da comunidade foi estabelecida uma metodologia de trabalho denominada "Ciclos de Ação Comunitária". Cada "ciclo de ação" corresponde a uma série de oito encontros semanais na comunidade nos quais um subgrupo de facilitadores estabelece junto a agentes internos convidados os objetivos de uma ação comunitária a ser desenvolvida durante o ciclo e socializada ao final com outros agentes internos. O conteúdo de cada ciclo é definido de acordo com as necessidades e recursos dos participantes, em cada momento, mas há uma orientação básica para a perspectiva de promoção da saúde e do bem-estar da comunidade. Ao longo do processo de cada ciclo são realizadas, de forma paralela, reuniões de avaliação e de preparação das ações com o subgrupo de facilitadores e a coordenação do projeto. Podem ocorrer mais de um ciclo, simultaneamente, em cinco diferentes comunidades circunvizinhas ao campus da Universidade, conforme definido no planejamento inicial. O projeto está previsto para oferecer diversos ciclos nessas cinco comunidades durante o período de dois anos, após o qual o projeto será avaliado integralmente e poderá se tornar um programa de extensão universitária. Todas as ações são baseadas no princípio de ação-reflexão-ação e acompanhadas semanalmente pela coordenação do projeto e por membros dos subgrupos executivos (facilitadores).

[Considerações finais]

A despeito de ainda estar no início, essa proposta tem se revelado promissora para a efetivação das intenções contidas no conceito de extensão universitária, tal como definido pelo FORPROEX, além de visar a formação e pesquisa em Psicologia Social Comunitária a partir das ações participativas no território voltadas para o fortalecimento, a promoção da saúde e do bem-estar na comunidade. No entanto, também podem ser identificadas algumas dificuldades, relacionadas aos diferentes ritmos de trabalho entre agentes internos e externos, aos interesses difusos em relação aos ciclos e às expectativas colocadas sobre o alcance do projeto. Essas e outras dificuldades são inerentes ao trabalho comunitário e, longe de serem limitadoras da ação, constituem fonte de motivação para um fazer participativo e transformador na comunidade, com a comunidade e para a comunidade.

[Referências]

- Costa, J. F. A. (2018). Articulação entre ensino, pesquisa e extensão: um desafio que permanece. *Revista Ciência em Extensão*, 14(2), 9-19.
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. (2012). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus, AM.
- Montero, M. (2006). *Hacer para transformar: el método en psicología comunitaria*. Buenos Aires: Paidós.

Psicologia Comunitária na Amazônia Ocidental: mobilização acerca da intolerância religiosa em um terreiro de Umbanda

Autor: Fábio Rodrigues Carvalho (FACIMED)

Coautor: Raylane Luiz Martins (Facimed), Daylan (Facimed) e Iago Souza (FACIMED)

Apesar de o Brasil estar entre os países do mundo que propõe a instituição de um Estado laico, os índices apontam uma cena preocupante diante da problemática da intolerância religiosa. Segundo Fernandes (2017), a intolerância religiosa se tornou uma das principais causas de perseguição das minorias no mundo e com frequência as atitudes de intolerância não vêm isoladas; componentes de etnocentrismo, racismo, questões econômicas e de manutenção do status quo são algumas das motivações que podem acompanhar tal manifestação. Em nível nacional, o Ministério dos Direitos Humanos (MDH) revelou, a partir de denúncias feitas pelo DISQUE 100 no período de 2011 à junho de 2018, 2566 casos registrados de discriminação religiosa. A distribuição destas por estado indica que São Paulo, Rio de Janeiro, Natal estão no topo da lista de denúncias. Na grande maioria das denúncias a religião não é informada, prejudicando as informações na ajuda de conclusões e generalizações dos dados. Porém, a



maioria das denúncias de intolerância religiosa são de religiões de matriz africana, somando 573 casos. Segundo Gomes (2016), os casos de denúncia de intolerância religiosa ocorridas em maior parte contra religiões de matriz africana, tem como característica as formas danosas e radicais de preconceito e discriminação, causando um impacto direto no coletivo e na subjetividade do indivíduo. Sendo então o preconceito um fator que limita a crença e ritos dessas religiões. Observam-se diversos casos de ataques físicos aos participantes de religiões afro-brasileiras e destruição de terreiros como um fenômeno frequente no Brasil com casos aumentando a cada ano (NEXO JORNAL, 2017, online). No que diz respeito à atuação em psicologia, a conjuntura apresentada gera desdobramentos para além do acolhimento e encaminhamento de atendimento psicológico, mas também uma intervenção no sentido de auxiliar na redução dos impactos da intolerância religiosa, fortalecendo as pessoas, potencializando o sentimento de cidadania. Uma atuação que proporcione suporte para esses sujeitos atravessados pelas questões históricas e sociais, desnormalizando os olhares e escutas (GOMES, 2016). Na análise de Rappaport (1977) a psicologia comunitária se debruça em um embate entre o que seria a psicologia do indivíduo e a psicologia do grupo. Principalmente porque reúne a noção de subjetividade da psicologia e o termo Comunidade em seu discurso e teoria, e que a psicologia comunitária deve trabalhar para resolver esse paradoxo. Na América latina e no Brasil, os três modelos teóricos seguidos com mais relevância foram o modelo americano, voltado em prol da saúde mental; o modelo cognitivista, inclinado para promover desenvolvimento social; e a ação comunitária, com suas raízes progressistas utilizando-se do método do materialismo histórico, visando alguma transformação social (Gomes, 1999). A inserção do profissional da psicologia comunitária é orientada pela responsabilidade de que o trabalho realizado pelos psicólogos deve promover uma mudança das condições vividas pela população, sendo que esta que estabelece os caminhos a serem percorridos para mudança. Acredita-se no homem protagonista da sua história, no homem em movimento. Essa inserção baseia-se na possibilidade de uma mudança social e na construção do conhecimento da área (FREITAS, 1986). O presente trabalho buscou embasar sua atuação nos conceitos em Psicologia comunitária de Vasconcelos (1985) o mesmo delinea as diferenças de atuação da Psicologia tradicional e a comunitária, a última busca a ênfase nos trabalhos multidisciplinares, o foco nos indivíduos como seres sociais, onde os conteúdos psicológicos têm conotações também institucionais, sociais, culturais e políticas. Busca uma visão totalizante do social, tendo um compromisso político e social claro, tendo prioridade às classes populares, e toda e qualquer formação nesta área necessita da prática social. Buscou-se também interpretar a realidade segundo as análises da psicologia sócio-histórica, como delinea Ana Bock (2001) A Psicologia sócio-histórica carrega consigo a possibilidade de crítica não apenas teórica, mas também da realidade concreta. Concebendo o homem como ativo social e histórico, a sociedade como uma produção histórica dos homens, que pelo trabalho produz sua vida material, ideias como representação da realidade material e a realidade material fundada em contradições que se expressam nas ideias e a história, como o movimento contraditório constante do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda produção de ideias, incluindo a ciência e a Psicologia. Destarte, a presente prática em Psicologia comunitária, buscou sua inserção em uma comunidade religiosa de Umbanda de Cacoal, RO, dirigida por um pai de santo, fundada em setembro de 2011. Escolheu-se a casa de lemanjá por conta da simpatia dos membros do grupo pelo assunto, por ser uma realidade pouco conhecida e explorada em Cacoal, RO e ainda por ser uma comunidade que sofre com o preconceito e a invisibilização dentro do município. A solicitação da demanda no local se deu através do líder religioso, que em entrevista colocou aspectos como aceitação social, relacionadas a preconceitos e desconhecimentos das práticas de religiões afrodescendentes como uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos praticantes da Umbanda na comunidade. O trabalho de intervenção buscou elaborar estratégias em conjunto com os frequentadores do terreiro, que visassem amenizar esse quadro de falta de aceitação de práticas de religiões afrodescendentes, procurando uma conscientização do meio em que esse terreiro está inserido, através de aproximação das pessoas inseridas nesse contexto e a comunicação assertiva de conhecimentos acerca dessas práticas religiosas, outro ponto foi o trabalho direto com o grupo afetado, buscando estratégias de trabalho que buscassem fortalecer a autoestima do grupo; desenvolvendo sua autonomia perante a problemática. O trabalho de inserção foi uma prática comunitária realizada na disciplina de Psicologia comunitária e Políticas Públicas, por 04 acadêmicos do 5º Período de Psicologia de uma instituição privada de ensino e 01 psicóloga supervisora. As práticas tiveram como objetivo principal desenvolver trabalhos de cunho educativo junto à comunidade, fomentando autonomia do grupo social e viabilizando novas percepções diante de uma determinada problemática. Foram realizados 04 encontros, sendo: O 1º encontro se deu com o Pai de Santo responsável pelo Terreiro, com uma duração de 40 minutos, foi colhido informações de possíveis demandas do grupo, sendo já indicado a problemática de intolerância religiosa; o 2º encontro se deu no Terreiro, onde estiveram



presentes o Pai de Santo e mais 04 membros da comunidade religiosa, este encontro teve uma duração de 50 minutos, buscou-se deixar que os membros falassem a respeito de suas dificuldades e logo foi possível constatar que realmente a demanda da prática seria a de intolerância religiosa. Levantada à demanda foi feito um 3º encontro no Terreiro, duração de 40 minutos, com mais 04 pessoas, sendo que 02 dessas pessoas não estavam presentes no encontro anterior, para a discussão de possíveis ações no contexto em que viviam que poderia ajudar de alguma forma a desfazer certos preconceitos e estereótipos contra a prática religiosa de Umbanda, foi então decidido pela panfletagem para psicoeducar à população, os panfletos constavam informações relevantes sobre os cultos religiosos de matriz africana, como história e algumas curiosidades. A panfletagem foi feita no próprio bairro da comunidade de Umbanda e também em uma praça do centro de Cacoal, onde se buscou trazer informações relevantes para a população sobre o assunto. Foi interessante observar as diversas reações obtidas com a panfletagem, como várias pessoas mesmo com as explicações se mostravam impassíveis ou até mesmo se negavam a receber os panfletos, mas também tiveram aqueles que com as explicações se sentiram surpresos e curiosos vendo que certas crenças sobre a prática religiosa de matriz africana não condizem com a realidade. Após a panfletagem, foi realizado um último encontro devolutivo, onde estavam presentes o Pai de Santo e os 04 membros do Terreiro que estavam presentes no 2º encontro, neste encontro através de uma roda de conversa se contou como se procedeu à prática, e como foi à reação das pessoas, tanto positivas como negativas. Neste momento pudemos observar através das falas dos participantes o quanto para eles foi importante a nossa disposição em contribuir como acadêmicos em Psicologia junto à comunidade para ao menos trazer novos olhares sobre sua praxe religiosa. A prática realizada se mostrou eficaz em pensar estratégias de ações que podem ser utilizadas pelos membros da comunidade, gerando autonomia do sujeito perante o problema e também buscando a conscientização social como estratégia de quebra de preconceitos normatizados por discursos dominantes em nossa sociedade. Temos em Rondônia um grande percentual de cristãos protestantes, estes dominam os discursos religiosos no estado, sendo então necessário trabalhar formas de visibilidade para com outros grupos religiosos que muitas vezes são marginalizados e estigmatizados. É de suma importância que a Psicologia esteja alinhada a ações que promovam o combate ao preconceito e corroboram para a dissolução de estereótipos em todos os níveis, fortalecendo o respeito à diversidade religiosa, e essas ações devem começar já na formação profissional, com apoio direto das instituições de ensino. Somente com uma formação apoiada na discussão de temáticas como a da intolerância religiosa, é possível projetar uma Psicologia realmente inclusiva, com pautas antiopressão que fomente a luta por direitos e mudanças sociais.

Psicologia Comunitária: Por uma prática a serviço do bem comum

Autor: ROMILDO RODRIGUES NEVES JUNIOR (UFG)

Coautor: Fernando Paulino (UFCat)

O processo de se estudar a sociedade de uma forma crítica, na psicologia, teve sua notoriedade nas décadas de 70 e 80. Segundo Silvia Lane (2012) nessas décadas ocorreu um movimento mais amplo da avaliação crítica do papel social das ciências, pois anterior a este movimento o pesquisador se deparava com o paradigma da neutralidade científica, onde cabia a ele não se inserir de uma forma profunda no seu objeto de estudo. Com este novo modo de se ler a sociedade, averiguou se que as práticas de ação se equivaliam às elaboradas nas instituições e consultórios. Dessa forma, o presente trabalho se materializa por meio do projeto de extensão universitária denominado "Psicologia na Comunidade". Este Projeto consiste na atuação, por meio de grupo de estudo e supervisão, de alunos concluintes e ex-alunos do Curso de Psicologia, que atuam em comunidades de zona periférica da cidade de Catalão – GO, e a reflexão sobre a relação entre teoria e prática em processos grupais na dimensão terapêutico-educativa. Propõe a discussão sobre o fazer do psicólogo e a atuação profissional com a comunidade a ser trabalhada. Ressalta as ações norteadoras para trabalhar com processos grupais no âmbito educativo tendo como categoria de análise três dimensões - Campos: Afetivo, Valorativo e Operativo. Os encontros entre os discentes ocorrem no laboratório de Psicologia da Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão e conta com a supervisão do professor-orientador por meio de reuniões que acontecem semanalmente. O objetivo geral do trabalho desenvolvido na comunidade é o de proporcionar à população saúde e bem estar, bem como promover reflexões acerca do lugar que esses indivíduos ocupam na sociedade buscando emancipação e significado para a "luta" no cotidianamente. A prática é realizada semanalmente por três estudantes em horário fixo concordado com a co-



munidade, esses encontros se dão em um salão, comumente, chamado “Casa da Sopa”. Nos encontros é possível discutir temas que giram em torno do dia-a-dia dos moradores da comunidade, como saúde, lazer, direitos civis, sofrimento psíquico, morte entre outros assuntos que permeiam ao longo das reuniões, é importante frisar que a demanda suscita dos indivíduos que frequentam os encontros a partir daí é pensada a discussão. Após esta prática os relatos são registrados em Diários de Campo para posterior discussão durante a supervisão com o professor, as quais são embasadas em textos correspondentes à Psicologia Social Comunitária, que são lidos, fichados e discutidos pelo grupo de estudo do Projeto de Extensão. Por meio dessa ação na comunidade, foi possível visualizar de perto como os indivíduos passam por agruras e estão desassistidos pelas políticas públicas e ações que deveriam resguardar os direitos fundamentais do ser humano, como direito a saúde, lazer e educação. Trabalhamos com o concreto e com o que nos é apresentado, diante dessas situações de sofrimento e angústias o nosso posicionamento sempre girou em torno de informar esses indivíduos a respeito dos seus direitos, bem como o de buscar estratégias para solucionar os problemas apresentados. Por meio de ideias e diálogos conseguimos conscientizar a comunidade para requerer os seus direitos, e evitar o retrocesso dos direitos já adquiridos. Houve momentos no grupo que percebíamos a necessidade das pessoas falarem de questões internas que resultavam numa crise de ansiedade ou depressão, fazendo com o quê esses sintomas as impedissem de trabalhar, vivenciar o lazer, socializar. As vivências nos grupos terapêuticos educativos deram espaço e momento de fala para superarem esses incômodos e dificuldades, justamente por discutirmos questões relativas aos afetos e valores dos sujeitos. Ao fim, a relevância de nosso trabalho foi sendo explicitamente apresentada na medida em que os próprios moradores da comunidade se dirigiam a nós para narrar os benefícios e a superação dos momentos de aflição. Conciliar todo o conhecimento adquirido no decorrer da graduação e colocá-lo em prática é algo que nós, estudantes de psicologia devemos fazer, sobretudo quando os resultados começam a aparecer concretamente diante de nós. Desse modo, mais do que relevante, se faz obrigatório a expansão do projeto para outros cursos de graduação. Entendemos o conhecimento como interdisciplinar, portanto, são campos que dialogam em função do bem comum. A psicologia tem muito a contribuir nas mais diversas áreas e está disposta a promover reflexões que integrem a participação popular nas políticas que almejam a emancipação dos atores sociais. No início da extensão na “Casa da Sopa”, encontramos algumas dificuldades, como a aceitação da comunidade, mediante universitários com uma proposta para a comunidade, assim como a assiduidade dos moradores nos grupos. Apesar desses fatores supraditos, não deixamos com que eles impossibilitassem a nossa prática, pelo contrário, encaramos como desafios e entraves a serem superados. Hoje podemos ver que os nossos objetivos têm sido alcançados, pois a comunidade em si faz questão de nos dar um feedback acerca de como se posicionam mediante alguns problemas políticos que acontecem dentro da comunidade. Ter esse olhar voltado para o outro e suas relações na sociedade foi nossa preocupação e cuidado desde o início. Proporcionar saúde, visão crítica e enxergar o ser humano como um todo, bem como a interação Universidade/ Comunidade foi outro ponto crucial que levamos em conta e fazemos questão de destacar. A título de concluirmos o nosso trabalho, ratificamos que a extensão universitária tem muito a oferecer no campo onde ela é executada, pois permite o contato direto entre teoria e prática, academia e sociedade, é práxis sendo desenvolvida e experienciada. Embora tenhamos lidado com saberes diferentes, são dois campos que unidos contribuem para a formação humanitária e sociopolítica de cada envolvido.

Psicologia Social Comunitária e Pesquisa Participante: parceria necessária na pesquisa-intervenção

Autor: Mírian Sewo

Coautor: Fatima Quintal (UFPR - NUPCES)

Apresentamos nesse trabalho as reflexões contíguas ao processo de construção de uma pesquisa de doutorado que teve a Psicologia Social Comunitária como o seu principal referencial teórico-metodológico e analítico. Essa assunção da Psicologia Social Comunitária como referencial teórico-metodológico e analítico de uma pesquisa requer algumas reflexões e indagações já construídas por esse campo sobre a própria pesquisa e a suas implicações ético-políticas. O processo de se fazer pesquisa envolve uma gama de decisões que se referem às aspirações em relação ao que se propõe a pesquisar, propostas metodológicas e referenciais teóricos; e todas essas questões estão, de alguma maneira, relacionadas aos posicionamentos políticos diante da vida e do mundo em que se vive e a forma em que esse mundo está organizado e organizando as pessoas. A ciência, como um produto cultural,



responde aos interesses de classe; e a ciência ocidental, em grande medida, colabora para a manutenção e fortalecimento do sistema capitalista quando se volta para os objetivos específicos e os interesses da classe dominante e/ou quando opera de acordo com uma racionalidade que ratifica a lógica capitalista em seus aspectos individualista, competitivo, hierarquizado, opressor, explorador etc. (FALS BORDA, 1999). A Psicologia Social Comunitária latino-americana, desde o seu nascedouro, coloca-se em oposição a essa ciência e se desenvolve com o propósito de contribuir com as comunidades em seus processos de organização para a conquista de uma vida mais digna e uma sociedade mais justa e igualitária (FREITAS, 1998, 2001, 2008). Ou seja, é uma ciência encarnada no povo e comprometida com o seu processo de libertação. É uma ciência que nasceu sob as inspirações da Educação Popular e absorveu dela o conhecimento de que todo trabalho que se propõe libertador das opressões deve ser feito com o povo e não para ele e nem apartada dele (MARTÍN-BARÓ, 1986; FREITAS, 1999). Nesse sentido, é de se esperar que uma pesquisa que tem a Psicologia Social Comunitária como referencial teórico-metodológico e analítico estivesse no campo da Pesquisa Participante, considerando que esta propõe uma forma de pesquisa que se desenvolve com as populações exploradas e marginalizadas a partir da premissa de que elas possuem potencialidades para conhecer e agir sobre a realidade opressora, transformando-a. Também porque a Pesquisa Participante faz parte das bases metodológicas constitutivas da Psicologia Social Comunitária (FREITAS, 2008). Contudo, intentar uma Pesquisa Participante com um prazo de término antecipadamente estipulado por organizações externas ao grupo participante da pesquisa - além de outras convenções que fazem parte da estrutura acadêmica que envolvem uma pesquisa de doutorado ou mestrado, como banca de qualificação por exemplo - apresentam diversos questionamentos sobre as limitações, riscos e até mesmo incoerências que poderiam estar aí imbricadas, considerando que muitas das decisões envolvidas nessas pesquisas não estão sob o controle do grupo participante. O que fazer? Abandonar totalmente a proposta da Pesquisa Participante porque ela não cabe nos limites da estrutura acadêmica seria o caminho fácil. Contudo, este seria um caminho repleto de angústias para quem trabalha na perspectiva da Psicologia Social Comunitária posto que, no momento de fazer sua formação, precisaria abandonar suas convicções e práticas político-científicas para atender às exigências de uma estrutura acadêmica conservadora e que cada vez mais vai se delineando pelos ditames da lógica capitalista para a universidade e para o conhecimento que ela produz. Por isso, ainda que não seja possível realizar uma Pesquisa Participante, sem que ela seja descaracterizada como tal nos meandros dos processos acadêmicos da pós-graduação, defendemos que é possível assumir os seus princípios como balizadores para a concepção da pesquisa e a sua execução, bem como, para a constante reflexão sobre o fazer político enquanto sujeito pesquisador. Assim, apresentamos aqui alguns elementos reflexivos que nortearam a construção de uma pesquisa de doutorado, em andamento, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que adotou o referencial teórico-metodológico e analítico da Psicologia Social Comunitária, seguindo alguns dos princípios da Pesquisa Participante: a ciência modesta e as técnicas dialógicas, a valorização do conhecimento popular, a autenticidade e o compromisso e o antidogmatismo (Fals Borda, 1999). O objetivo estabelecido para a pesquisa em questão foi compreender, à luz da Psicologia Social Comunitária brasileira e latino-americana, as principais dificuldades e necessidades vivenciadas pelos assentados do Movimento. As principais definições da pesquisa foram construídas em permanente diálogo com os participantes do MST: o que pesquisar e para que pesquisar a temática em questão; no que esse estudo poderia contribuir com o Movimento; a definição da população e decisão a respeito daqueles que poderiam participar desta pesquisa; e a definição de como seria o trabalho de campo. Pretendemos, também, buscar esse mesmo diálogo e construção coletiva no processo de análise e avaliação da pesquisa. Essa forma de pensar e construir uma pesquisa encontra-se alicerçada no princípio da ciência modesta e nas técnicas dialógicas destacadas por Fals Borda (1999), segundo o qual, no nível de desenvolvimento econômico e social atual da maioria dos locais, a atividade científica não precisa de sofisticadas técnicas que podem distanciar o pesquisador da realidade concreta. Além disso, afirma que o pesquisador deveria aprender a pesquisar incluindo o outro, rompendo com as relações assimétricas que se fazem também na pesquisa, aprendendo a ouvir os diferentes discursos que foram produzidos em outros contextos culturais diferentes dos tradicionais locus do saber, bem como ter a humildade para aprender não só o que se considera como conhecimento científico, como também, valorizar com mesmo status o conhecimento popular. Fals Borda (1999, p.45) ressalta o valor do conhecimento popular no processo histórico da humanidade e destaca que o mesmo possui sua própria racionalidade e estrutura de causalidade e, por isto, pode "demonstrar que tem mérito e validade científica per se". Nesse sentido, na pesquisa que aqui apresentamos, o conhecimento popular - esse conhecimento elaborado nas bases, nas comunidades e nos movimentos sociais, resultante da labuta cotidiana do povo para viver em um mundo regido por uma ordem que a todo tempo lhe oprime - tem seu lugar, é respeitado,

valorizado e reconhecido com igual valor ao científico. Martín-Baró (1986, p.227) também ressalta a importância de se construir o conhecimento junto com os povos e isto implica em “pensar e teorizar com eles e a partir deles”, de forma que eles estejam no papel de sujeitos do conhecimento e de seu próprio processo de libertação, e isso não implica em abrir mão de todo o conhecimento já acumulado pela ciência, mas de considerar que há conhecimento na prática cotidiana do povo e que esse conhecimento tem suas formas de validação no cotidiano das vidas destes povos. Isso remete ao outro princípio que é o da autenticidade e compromisso. Sabendo que ciência não é sujeito, mas técnica a serviço de uma classe, o compromisso assumido é com a classe trabalhadora representada na presente pesquisa nas pessoas do MST e em sua organização enquanto sujeito político. Compromisso de intentar contribuir, a partir da Psicologia Social Comunitária, com o MST e o seu trabalho na construção da Reforma Agrária Popular e de um mundo mais justo e solidário. Por fim, mas não menos importante, o compromisso com o antidogmatismo, a respeito do qual Fals Borda (1999) alerta sobre os seus riscos para a pesquisa e também para a luta popular e aponta o caráter colonialista que as teorias podem imprimir aos trabalhos com os grupos populares. A reflexão sobre o dogmatismo durante a realização de uma pesquisa é um desafio necessário, pois em geral, não é do costume dos acadêmicos se questionarem a respeito, ainda que se compreenda que a posição dogmática está no ponto oposto à do pesquisador. Nesse sentido, o antidogmatismo se firmou nesta pesquisa como um princípio a ser perseguido constantemente e de modo vigilante, como desafio epistemológico e como alerta constante à necessidade de abertura ao novo, ao diferente, sem deixar de exercer a crítica tão necessária ao conhecimento como processo de desvelamento do mundo. Avaliamos que a pesquisa construída a partir desses princípios, ainda que não possibilite os ganhos tal qual uma Pesquisa Participante, além de instigar o pesquisador a refletir sobre as práticas em pesquisa e suas implicações, mantém a participação como elemento central, considerando a participação dos dois agentes comunitários: aquele denominado externo, representado pela figura do pesquisador-participante, e o agente comunitário-interno, representando pela comunidade-participante. Sem a participação, ainda que a pesquisa ficasse satisfatória para as exigências acadêmicas, não estaria para as aspirações da Psicologia Social Comunitária que só se realiza, no sentido prático (de efetivação) e o no sentido de contentamento, com a Comunidade.

Psicologia Social Comunitária em questão: interfaces com as políticas sociais

Autor: KARLA GRACIANO RIBEIRO

Este trabalho tem como temática principal as interfaces entre Psicologia Social Comunitária (PSC) e políticas sociais adotando como material de análise produções bibliográficas sobre essa área da psicologia. Parte-se da compreensão da PSC como um desdobramento importante da crise da Psicologia Social a partir da década de 1970 e da intenção de psicólogas e psicólogos em aproximar a teoria e a prática psicológica a projetos de transformação social. Devido a essas especificidades e à intrínseca relação com a Psicologia Social, o termo Psicologia Social Comunitária (PSC) é indicado para demarcar as características próprias do percurso da área na América Latina, diferenciando-a da Psicologia Comunitária norte-americana. Assim, como esta pesquisa tem por escopo a Psicologia Comunitária produzida no Brasil, adota-se a nomeação PSC. A outra temática fundamental desta investigação, políticas sociais, são condicionadas pelas especificidades do contexto histórico, político e governamental no que se refere à sua existência e formas de concretização. Em suma, trata-se de leis e estratégias que compreendem os esforços estatais em dar respostas às consequências da “questão social”, como a pobreza, fome, violência, desemprego, acesso à educação e saúde, dentre outros. Trata-se de um campo, que a partir da década de 1980 destaca-se como possibilidade de atuação para psicólogos(as).

Os objetivos da pesquisa foram caracterizar a psicologia (social) comunitária, sua origem e especificidades; investigar e analisar publicações que discutiram relações entre PSC e políticas sociais, bem como, problematizar quais são os limites, obstáculos e potencialidades dessa relação. Inicialmente, realiza-se pesquisa e seleção de livros, dissertações, teses e artigos que possuem contribuições significativas para pensar a história, pressupostos e conceitos da PSC de modo a atender o primeiro objetivo listado. Com o intuito de investigar como as políticas sociais têm aparecido na produção científica sobre a PSC, foi realizada uma pesquisa bibliográfica na base de dados online do Scielo e Pepsic entre os anos de 2007 e 2017 com os descritores “psicologia comunitária”, “psicologia social comunitária e “comunidade” sendo selecionados os artigos em que havia, direta ou indiretamente, a relação entre esses campos.



Destaca-se que a investigação sobre a PSC é relevante tendo em vista a presença imperiosa da desigualdade e injustiça social na América Latina e Brasil e considerando se tratar de uma área cuja origem é caracterizada pela preocupação com o papel da Psicologia diante das mazelas da realidade social, com o intento de transformá-la. Ademais, é fundamental a investigação das relações entre a área e o âmbito das políticas sociais, pois este vem se consolidando como um campo de atuação historicamente novo para psicólogos, lançando desafios para a formação e profissionalização em Psicologia.

Diante do contato com a bibliografia selecionada, cujas temáticas dividiam-se entre reflexões sobre as políticas sociais como campo de atuação e relatos e análises de experiência, alguns aspectos podem ser ressaltados. O primeiro deles diz respeito às transformações no percurso histórico dessa área de estudos e intervenção. Lembra-se que a PSC, quando essa denominação ainda nem havia sido consolidada, indicava as práticas do profissional psicólogo que se aproximou da comunidade, movido por preocupações políticas de mudança da realidade e pelos esforços de “deselitizar” a Psicologia. Predominantemente, os trabalhos eram desenvolvidos de modo autônomo e em compromisso com movimentos sociais. Atualmente, na prática em PSC, as políticas sociais apresentam-se como proeminentes possibilidades de atuação. Trata-se de uma atuação amplamente distinta aos primórdios da PSC na medida em que vinculada a instituições públicas e de terceiro setor.

Ademais, com a análise do material selecionado, identificou-se que a PSC é descrita como uma contribuição e suporte de embasamento para a atuação psicológica na política pública. Essa aproximação, contudo, acarreta desafios. Dentre esses, há a contradição da função de políticas sociais (auxiliar a reprodução da estrutura capitalista) diante do compromisso com a transformação social que caracteriza a PSC. Ademais, a análise da bibliografia indicou que muitos psicólogos(as) apoiam-se em teorias e atuações da psicologia tradicional em suas atuações nas políticas públicas, destacando-se aqui a Assistência Social, o que indica a necessidade de mudanças na formação a fim de fortalecer uma prática comunitária constantemente refletida, politicamente comprometida e consciente das suas limitações. Por fim, é avaliado que na prática comunitária em equipamentos de saúde pública e assistência social, deve-se estar consciente das limitações de contribuir para a transformação social. Isso não implica, todavia, o abandono da relação entre PSC e políticas sociais, é necessário, ao contrário, encontrar brechas e fissuras para uma atuação que fortaleça a garantia dos direitos sociais, conquista histórica de movimentos populares. A consciência das contradições e obstáculos da prática não deve recair em posições derrotistas, mas sim, pautar uma prática refletida, atenta às armadilhas de contribuir com a desigualdade social e que tenha maiores condições de atuar rumo ao protagonismo dos sujeitos na garantia de seus direitos fundamentais. Considerando as limitações do recorte temporal desta investigação e a relevância da temática, ressalta-se a indispensabilidade de mais reflexões científicas sobre as políticas sociais e PSC levando em conta suas expressões teóricas e a prática profissional cotidiana.

Revista Psicologia & Sociedade: artigos em Psicologia Social Comunitária

Autor: Manuella Vieira (Anhanguera de Rio Grande)

Coautor: Julia da Fonseca Lopes (FURG)

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma discussão acerca das publicações em Psicologia Social Comunitária (PSC) na revista científica *Psicologia & Sociedade*. Correspondendo ao Eixo 7: “Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções”, é pertinente a análise das publicações neste periódico a fim de compreender os objetivos, os conteúdos e os resultados que têm sido desenvolvidos nos últimos cinco anos sobre esta temática.

Desse modo, em relação ao tema da PSC, os principais conceitos que aparecem nos artigos pesquisados, são: práxis e teoria-epistemológica, economia solidária, justiça social, política de assistência social e musicoterapia. Os artigos apresentam compreensões similares da Psicologia (Social) Comunitária e utilizam referencial teórico de base em comum, contudo diferem na profundidade da análise acerca da teoria.

A Psicologia Comunitária apresenta-se nos artigos como uma abordagem ligada diretamente à prática psicossocial nas esferas coletivas. Conforme Gonçalves e Portugal (2016) abordam em seu estudo, os artigos encontrados nesta breve pesquisa enquadram-se na divisão dos autores sobre as produções em Psicologia Social Comunitária, são elas propostas de análises teóricas-epistemológicas ou sobre a prática comunitária.



2. METODOLOGIA

Por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscou-se encontrar artigos científicos que tratassem da Psicologia Social Comunitária na revista *Psicologia & Sociedade*. Foram encontrados 24 artigos na busca pelo descritor Comunitária, sendo 5 artigos publicados em português a partir de 2015.

3. RESULTADOS

Em seu estudo, Gonçalves e Portugal (2016) problematizam o que tem sido realizado nas últimas décadas (1990-2000) pela Psicologia Social Comunitária (PSC), tendo como base teses, dissertações, artigos e livros. A partir dos conteúdos encontrados, os autores diferenciaram a análise destes em dois eixos: análise teórico-epistemológica da PSC e caracterização do trabalho do psicólogo comunitário. A proposta de problematização realizada pelos autores aponta para a compreensão de que as aproximações da Psicologia com as comunidades não dependem apenas de um referencial teórico como a PSC, tendo-se em vista que o psicólogo inserido no contexto comunitário faz parte deste campo, e que para realizar sua prática, torna-se importante ter um conjunto teórico consolidado para as suas intervenções.

Assim, os autores destacam a relação entre Psicologia Tradicional versus Psicologia Comunitária, como uma divisão de ações nos domínios individual vs coletivo, respectivamente, ficando cada uma a cargo de uma só dimensão. Nessa linha de compreensão, desenvolvem uma crítica à unificação da teoria, apontando que a PSC não possui um marco teórico-epistemológico comum. Com isso, consideram a intenção em tornar a PSC em um especialismo como limitar este campo de atuação, e defendem que isto inibe a criação de novos fazeres, conferindo a grupos específicos autoridade que desenvolvem uma forma de exclusão. Consequente, afirmam a necessidade da inclusão de debates sobre as questões sociais e de políticas públicas durante a formação em Psicologia, pois estes conhecimentos não devem ser contemplados apenas por quem busca se aproximar das atuações comunitárias (GONÇALVES & PORTUGAL, 2016).

Já o artigo de Jorge e Sarriera (2015) propõe discutir o conceito de justiça social e sua relevância para a Psicologia Comunitária, como também questões relacionadas à transformação social, sua implementação e promoção como um valor social. Os autores afirmam que o conceito de justiça social deve ser melhor explorado pelos Psicólogos Comunitários, por ser fundamental para a práxis, tendo em vista que se apresenta atrelada ao papel dos psicólogos como agentes transformadores da realidade, e não de agentes de controle, pois buscam práticas envolvidas na mudança social frente ao status quo.

A justiça social é compreendida, no artigo, como um valor coletivo ligado à mudança social, que influencia no aumento do bem-estar da comunidade. Estes autores também destacam o empoderamento dos sujeitos e da comunidade como avanço para a autonomia e para o protagonismo real. Conforme a proposta de problematizar a justiça social, esta implica em “provocar a discussão em torno daquilo que a maioria explícita da coletividade aceita de forma consentida em seu entorno.” (p. 3), sendo assim, legitimando e naturalizando relações de desigualdade, intolerância e injustiça (PRILLELTENSKY & FOX, 2007 apud SILVA & SARRIERA 2016). Por fim, apontam para o desenvolvimento do compromisso social por meio do estabelecimento de relações autênticas para transformações da realidade, tanto individual, quanto coletivas (CAMARA, 2008 apud SILVA & SARRIERA 2016).

O trabalho de extensão universitária analisado pelos autores Santos e Oliveira (2015) parte de um grupo de discentes e docentes denominado Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Teve com objetivo executar projeto de intervenção econômica e de gestão de trabalho e renda, por meio da Economia Solidária com uma associação de coletores de material reciclável de um município próximo à cidade de São João del-Rei (MG). Utilizaram-se da Psicologia do Trabalho e da Psicologia Comunitária para orientar suas intervenções.

Os autores apontam que a Psicologia Comunitária pode auxiliar na concretização de ações comunitárias e no desenvolvimento de núcleos solidários de trabalho (FREITAS, 2005 apud SANTOS & OLIVEIRA, 2015) ao identificar diferentes formas de opressão sobre a vida cotidiana de pessoas socialmente excluídas. Visto, assim, que os autores utilizam da Psicologia Comunitária como forma de proporcionar planejamento e formas de reflexão do grupo acerca da sua realidade por meio das atividades realizadas. Com isso, consideram a promoção de empreendedorismo pela economia solidária uma forma de inclusão social frente às desigualdades. Os autores propõem maior inserção da Psicologia em grupos cooperativos, a fim de promover novas formas de produção, de relação e de vida, contribuindo efetivamente com os seus saberes teóricos e práticos para uma sociedade mais justa e igualitária.

Souza e Gonçalves (2017) realizaram uma pesquisa qualitativa em um Centro de Assistência Social (CRAS) que por meio de entrevistas buscou compreender a construção identitária de psicólogos e usuários deste dispositivo.

Neste artigo, a Psicologia Comunitária não é diretamente mencionada ou referenciada, mas está implícita em na atuação e no contexto comunitário, principalmente, nas ações da política de proteção social básica.

Conforme o artigo, compreender a identidade é compreender a relação indivíduo-sociedade, tornando possível perceber as questões sociais, como a emancipação dos sujeitos e as desigualdades (CIAMPA, 1977, apud SOUZA & GONÇALVES, 2017). A partir das entrevistas com os psicólogos foi possível compreender angústias e dificuldades que entravam suas práticas emancipatórias. Em relação aos cidadãos usuários, foi verificada pouca de compreensão sobre política, o não reconhecimento da psicologia enquanto prática comunitária e o conformismo e a resignação diante das precariedades vividas.

O artigo de Arnt e Volpi (2016), por meio de uma revisão integrativa, propõe uma discussão sobre a musicoterapia e ações de base social e comunitária. Consequente, analisa referências bibliográficas da Psicologia Social e Comunitária a fim dialogar interdisciplinarmente e aprofundar as questões das ações de musicoterapia nas relações sociais, culturais e históricas dos seus participantes. As autoras afirmam que mesmo por ser uma prática social e comunitária isto não define um espaço ou lugar, pois é uma ação mediadora de transformação social.

4. CONCLUSÕES

Conforme o exposto, este levantamento teve o intuito de conhecer as produções científicas que vêm sendo realizadas nos últimos cinco anos sobre a Psicologia Social Comunitária. A partir disso, pôde-se identificar que os artigos encontrados versam sobre a PSC por meio dos seguintes temas: práxis e teoria-epistemológica, economia solidária, justiça social, política de assistência social e musicoterapia.

Estudos como esses tornam-se importantes para a área, em especial por demonstrar que seu campo teórico permite o diálogo com diferentes conceitos, e que influenciam diretamente em práticas diversas. Com isto, a PSC proporciona referencial crítico necessário para a aproximação entre a relação teoria e prática, que por sua vez, está em constante desenvolvimento.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNDT, Andressa Dias; CUNHA, Rosemyriam; VOLPI, Sheila. Aspectos da prática musicoterapêutica: contexto social e comunitário em perspectiva. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 387-395, ago. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p387>. Acesso em: 06 set. 2019.

GONÇALVES, Mariana Alves; PORTUGAL, Francisco Teixeira. Análise histórica da Psicologia Social Comunitária no Brasil. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 562-571, dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p562>. Acesso em: 06 set. 2019.

SANTOS, Joelma Cristina; OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. Possibilidades para a Psicologia na Economia Solidária: atuação numa ITCP. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 372-382, ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p372>. Acesso em: 06 set. 2019.

SILVA, Caroline Lima; SARRIERA, Jorge Castellá. Promover a justiça social: compromisso ético para relações comunitárias. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 380-386, ago. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015aop003>. Acesso em: 06 set. 2019. Epub 15 set. 2015.

SOUZA, Renato Ferreira; GONÇALVES, André Luiz Vieira. A mesma identidade: a (im)possibilidade de emancipação na política de assistência social. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 29, e171276, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29171276>. Acesso em: 06 set. 2019. Epub 18 dez. 2017.



GT39: Psicologia Social do Trabalho e Outras Economias: lutas e resistências anticapitalistas no mundo do trabalho

Sentimento de culpa na Economia Solidária: Uma análise de caso

Autor: Sanyo (UFGD)

Introdução: O desenvolvimento de processos de incubação de empreendimentos de economia solidária nos coloca uma série de desafios de diferentes tipos, que vão variar desde aspectos educacionais, técnicos e administrativos. No entanto, em todos esses âmbitos, podemos perceber a presença da dimensão psicossocial como elemento que os perpassa, ao mesmo tempo os influenciando e sendo por eles influenciada. Tal dimensão psicossocial por sua vez vai se apresentar a partir de um conjunto de processos psíquicos que, ainda que articulados, podem ser pensados em suas especificidades. Um desses processos são os mecanismos de defesa psíquica em relação à organização do trabalho. Embora encontre um ambiente como possibilidade de menor agressão ao psiquismo do sujeito em situações de autogestão e da economia solidária, esses mecanismos defensivos não deixam de existir, em função do conflito sujeito-organização inerente a toda organização produtiva. A consideração e a maior compreensão dessas defesas se mostra então como um importante passo para o desenvolvimento de processos de fomento à economia solidária, e dentre eles, principalmente, os processos de incubação.

Objetivo: O presente estudo pretende descrever e analisar um caso de conflito entre diferentes conjuntos de normas e valores sociais e sua manifestação psíquica estruturada como sentimento de culpa, nos membros de um EES da área de produção cultural, em processo de incubação na ITESS/UFGD, bem como os obstáculos que tal manifestação colocou ao processo de incubação.

Relação com o GT e eixo temático escolhido: O trabalho se insere fundamentalmente no eixo 5, pois busca discutir sobre possibilidades de novas conformações de organizações do trabalho, e seus impactos psicossociais. Os grupos de trabalho principais são os que abordam a temática da economia solidária, principalmente os GTs 39, 34 e 12. No entanto, a perspectiva principal de discussão de processos psíquicos inerentes à estruturação e vivência de uma Outra Economia articulam o trabalho principalmente com o GT 39.

Orientação teórica: A Economia Solidária, bem como as vivências psíquicas que lhe são subjacentes, embora marcadas por processos de emancipação e solidariedade, também se estruturam a partir de sua inserção social conflitiva em relação a valores e modos de pensar e agir do meio circundante, baseados no modelo socioeconômico hegemônico (Carvalho e Pires, 2001). Partindo do pressuposto de que as organizações produtivas possuem uma importante parte na conformação das dinâmicas de satisfação pulsional e identitárias do sujeito (Enriquez, 1994), consideramos que essa inserção conflitiva vai colocar para o sujeito um conjunto de demandas, por parte da organização autogestionária, que vão se chocar com as demandas oriundas dos meios circundantes. Além disso, vai estabelecer também conflitos entre os mecanismos defensivos frente à organização do trabalho aprendidos nos grupos sociais aos quais pertencem e nas suas trajetórias laborais anteriores (em empresas e trabalhos heterogestionários) e os mecanismos defensivos necessários às situações do trabalho autogestionários (Pires, 2018). Uma das saídas dos sujeitos frente a tal situação são processos de idealização da empresa autogestionária e à negação do conflito sujeito-organização na mesma. Esses processos de idealização, por sua vez vão estabelecer, além de uma perda da capacidade de elaboração do sujeito da sua vivência concreta na organização, também uma discrepância entre as demandas da organização e o desempenho do sujeito, principalmente em relação às suas dinâmicas sociais (Enriquez, 1997). Devido ao fato de que as normas sociais são internalizadas pelo sujeito como representantes da sociedade em seu psiquismo, tal déficit entre essa percepção de demandas colocadas para o sujeito e seu desempenho na solução das mesmas pode, quando relacionados à conteúdos conflitivos recalcados devido ao risco que estabelecem para a organização psíquica consciente, ser experimentado como sentimento de culpa, ou seja, como uma necessidade inconsciente de castigo, em função da transgressão ou não cumprimento de normas sociais (Freud, 1923/1996). No caso da economia solidária, esse déficit vai ser ressaltado, em função do conflito entre normas, que vão necessariamente colocar o sujeito frente a uma situação de escolha e de ruptura com um sistema de normas e valores extremamente difícil de ser realizado, ou a uma constante sensação de descumprimento de um deles.

Método: O presente estudo foi estruturado a partir de um modelo de observação de campo, que denominamos “conversa ao pé da máquina” (Carvalho e Pires, 2001), que consiste na observação do trabalho concreto e das significações construídas em relação a ele pelos trabalhadores no momento em que o realizam, bem como com entrevistas individuais e grupos de discussão com os membros do EES estudado.

Resultado: O EES, já existente anteriormente ao processo de incubação, passava por uma série de limitações no seu desenvolvimento em função da necessidade de formalização, o que foi a demanda principal do processo de incubação. Tal ausência de formalização também gerava uma série de problemas nas relações entre os membros, devido a indefinições de funções e responsabilidades dos mesmos em relação ao EES e aos projetos por ele desenvolvidos, sendo o processo de organização frente a tais tarefas remetido principalmente a valores morais de solidariedade de às relações afetivas entre os membros. Durante todo o processo de incubação, a tentativa de formalizar essas funções, encontrou resistências tanto de ordem econômica como organizacional (Pires, Jesus, 2018). Porém, além dessas, também pudemos perceber que a evitação e os esvaziamentos das discussões referentes aos processos de formalização sempre vinham acompanhadas de manifestações de sentimentos de culpa. Tal sentimento se mostrava intrinsecamente associado à tentativa de articulação das ações econômicas desenvolvidas no EES como outros trabalhos realizados pelos membros e outras identidades profissionais desenvolvidas fora dele, além de conflitos familiares decorrentes de suas adesões ao EES. A expressão desse sentimento se mostrou então como um dificultador no processo de elaboração do estatuto e do regimento interno dos mesmos, se colocando em conflito como as negociações de cunho afetivo e moral que regulavam a relação entre os membros, e levando a ações de boicote ao processo de incubação e exacerbação de situações conflitivas entre os membros, e destes com o entorno social do EES.

Conclusão: O sentimento de culpa é um processo psíquico pouco estudado na economia solidária, mas pode ser um importante descritor de mecanismos de resistência à mesma, e ao processo de incubação de EESs. O presente estudo mostra sua manifestação em um caso específico, remetendo a necessidade de articulação com outros estudos sobre o tema, para que as compreensões sobre esse processo possam ser ampliadas e articuladas em ações mais sistematizadas para auxílio e desenvolvimento da Economia Solidária.

Bibliografia citada:

Carvalho, R.A.A., Pires, S.D. Em busca de novas solidariedades: os empreendimentos de economia social em questão. *Sociedade e Estado*, v.16, n.1-2, p.159-185, 2001.

Enriquez, E. *A Organização em Análise*. Petrópolis: Vozes, 1994

Enriquez, E. O indivíduo preso na armadilha da estruturara estratégica. *ERA*, v. 37, n. 1, p. 18-29, 1997.

Freud, S. O ego e o id. In S. Freud, Ed. *Standard Brasileira* v. 19, pp. 13-80. Rio de Janeiro: Imago, 1923/1996.

Pires, S.D. Perlação de mecanismos defensivos em relação ao trabalho em empreendimentos de Economia Solidária. *Desenvolve*, v.7, n.1, p. 39-53, 2018.

Pires, S.D., Jesus, M.C. Resistência à formalização de um EES no ramo da cultura: análise de caso. *Anais II CONPES*, São Carlos, 2018.



GT40: Psicologia Social em contextos de educação: leituras, análises e práticas de resistência

“Uma falsa paz é o bastante para quem não tem nada”: Estudo exploratório com adolescentes de Escolas Municipais da Cidade do Recife sobre a automutilação

Autor: Pedro Figueiredo (Faculdade Esuda)

Há muito se tem falado e discutido sobre a automutilação, suas causas, agravos e formas de prevenção e/ou tratamento, bem como sobre as implicações, e se estão ou não correlacionadas ao fenômeno do suicídio. É válido ainda acrescentar que o entendimento sobre a automutilação e suas representações podem apontar variações no transcorrer da história, no desenvolvimento de sociedades e culturas. Entretanto a prática da automutilação é, ainda, frequente. Abordar essa temática é não só uma forma de reconhecer seus grupos de risco, mas também maneira de propor intervenções com fins de prevenção a partir do reconhecimento dos motivos pelos quais as pessoas se automutilam.

Nesse sentido, conforme Araújo et al. (2016), a automutilação não é uma prática recente: ela ocorre há milhares de anos e possivelmente influenciada pelos aspectos culturais, religiosos e sociais. Contudo, anteriormente, na história, estava ligada simbolicamente a marcar uma passagem: seja em ritos de nascimento, morte ou ainda da infância para a adolescência. Atualmente, pode ser considerada também um comportamento de autodestruição, que pode ter fins de punição (CASTRO apud VIEIRA; PIRES, M.; PIRES, O, 2016) e pode estar associado com transtornos mentais (DUQUE e NEVES, 2004; PINTO et al., 2014; VIEIRA, PIRES, R.; PIRES, C., 2016; BHANDARI, 2018).

O número de mortes por lesões autoprovocadas nos últimos anos é apresentado como uma realidade no Brasil, sendo o grupo etário mais vulnerável dos 10 aos 19 anos (PINTO et al., 2017). No Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde, intitulado Perfil epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção à saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017), Pernambuco aparece como o 10º Estado brasileiro com mais casos de suicídios, onde foi percebida uma média de 469 casos de violências autoprovocadas entre 2010 e 2018 (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2018).

Estes dados estatísticos sobre o suicídio e lesões autoprovocadas viraram processos de inscrição (ROSE, 1998) e foram traduzidas num dado material, tangível, no qual um cálculo político é gerado para poder se intervir na população. De acordo com Nikolas Rose (1991), dentre outros modos de se utilizar números para fazer política, há os que tornam possível o próprio modo de governo democrático liberal, no qual a contagem da população, nascimento, morte e morbidade tornaram-se intrínsecas para a formulação e justificação de programas governamentais.

Tais números não inscrevem meramente uma realidade pré-existente – pessoas tentam se suicidar ou se suicidam – mas elas a constituem. A coleção e agregação de números participam na fabricação de uma “desobstrução” na qual o pensamento e a ação podem ocorrer. É nesse preâmbulo que a coleção de estatísticas sobre suicídio e tentativa de suicídio torna possível a construção e a visibilização de um fenômeno: pessoas atentam contra a própria vida em todo o mundo. Em nosso caso, queremos tornar visível como um determinado tipo de pessoa, adolescente estudante que se automutila, está em risco.

Por risco entendemos uma maneira específica, na Modernidade Tardia, de se administrar as incertezas, domesticar o acaso, como diz o filósofo Ian Hacking (1990), por técnicas de cálculo que são interpretadas para produzir sentido a partir de práticas discursivas. Ou seja, um fato que hoje é visto como algo extremamente necessário, a intervenção quanto às lesões autoprovocadas, deve ser entendido como um evento que foi montado através de diferentes interesses, instituições, ideias e práticas, em resposta ao problema das pessoas que praticam essas lesões, que deve ser resolvido.

Dessa forma, risco surge como parte de uma racionalidade governamental que tem por intento o governo das populações e a domesticação de seus eventos futuros, possível a partir do advento e da evolução de práticas de registro e das tecnologias de cálculos de probabilidade (HACKING, 1990). Para gerir esse risco, exige-se a ação de órgãos governamentais e não-governamentais, almejando minimizar ao máximo a ocorrência desse fenômeno, como a exemplo o programa de Vigilância Epidemiológicas em Saúde instituído e pactuado formação do SUS, onde são realizadas a vigilância das violências autoprovocadas pelo Sistema de Notificação de Agravos de Notificação e a o controle territorial do suicídio através do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM).

O presente trabalho é o recorde de pesquisa de Iniciação Científica em andamento desenvolvida no Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas Esuda, em Recife-PE, intitulada "Discursos sobre Automutilação em Adolescentes", na qual temos por objetivo geral compreender os discursos de professores e alunos de escolas públicas estaduais em Recife sobre automutilação. Nos interessa compreender como a Escola pode ser um local no qual ações de prevenção podem ser realizadas com fins de se gerir o risco de suicídio entre adolescentes. Mais especificamente, no que diz respeito à prática de automutilação entre adolescentes e como a mesma corresponde a um fator de risco importante para o suicídio (VIDAL e GONTIJO, 2013), mesmo reconhecendo que práticas de automutilação não estão necessariamente correlacionadas com tentativa de suicídio (NOCK et al., 2006).

Nesse sentido, almejamos compreender quais repertórios interpretativos (POTTER; WETHERELL, 1987) são produzidos por alunos dessas escolas sobre a automutilação. Partimos da premissa que o modo pelo qual cotidianamente alunos/as argumentam sobre a prática da automutilação influencia a maneira como os/as alunos/as que praticam automutilação são percebidos, podendo dificultar ações de prevenção e/ou intensificando a prática. Utilizamos a Psicologia Social Discursiva, com ênfase na análise das práticas discursivas, conforme desenvolvida por pesquisadores como Jonathan Potter, Margareth Wetherell, Derek Edwards, Michael Billig, que enfatizam a natureza retórica do discurso (como as pessoas argumentam sobre eventos e fenômenos), sua função (ação e consequências do discurso) e variabilidade (BILLIG, 2008; POTTER; WETHERELL, 1987; EDWARDS, 2004). Tivemos como participantes 214 adolescentes de duas escolas públicas da cidade do Recife. Utilizamos questionários com 10 perguntas fechadas e 2 perguntas abertas, aplicados em duas turmas de 1º e 2º ano do ensino médio de cada escola. A aplicação de questionário ocorreu de forma coletiva em cada turma, garantindo o anonimato e sendo as respostas individuais para cada aluno/a, e sob supervisão de uma dupla de pesquisadores. Nesse trabalho, analisamos a última resposta aberta, que consistia da pergunta "Você já se automutilou?" e um espaço em branco para, caso a resposta fosse sim, o/a adolescente justificasse o(s) motivo(s). Do total, 45 adolescentes responderam que "sim" e justificaram. Após a leitura minuciosa das respostas, agrupamos as mesmas em quatro categorias: 1) Depressão/ansiedade: consideravam a automutilação uma possibilidade de alívio em relação à depressão e/ou ansiedade. Nesse sentido, tais participantes parecem corroborar com a literatura que busca correlacionar a prática com algum tipo de transtorno mental ou ainda como ponto de alívio, em que a dor não é mencionada como algo negativo; 2) Vivências: automutilações cometidas de maneira duradoura ou episódica e relacionadas a perda do autocontrole, experiências e violências sofridas em outros momentos; 3) Insatisfação/solidão: presença de insatisfação no que diz respeito a autoestima e à solidão, bem como fatores indeterminados. O que predominaria seria a tentativa de alívio, consolação ou compensação na intenção de alívio da dor emocional na troca por uma dor física; e 4) Relacionamentos: predominância de conflitos dos âmbitos familiares ou amorosos, envolvendo o contexto de perdas, diferenças de convivência ou términos de relações.

Trata-se de reflexões preliminares, nas quais utilizamos os questionários para explorar possíveis repertórios em relação a como os estudantes percebem a automutilação para aprofundar a discussão através de entrevistas individuais com professores e grupos focais com estudantes. Enfatizamos a importância da Escola em informar os casos percebidos, uma vez que as notificações são registradas e investigadas e, a partir delas, novas formas de prevenção e conscientização podem ser realizadas. Destacamos ainda ser importante diferenciar que, nos comportamentos de violência autoprovocada, nem todos aqueles/as que a cometem estão realizando uma tentativa de suicídio. Talvez essa diferenciação, como já pontuada na literatura (NOCK et al., 2006), seja importante para propor uma intervenção distinta nesses casos.



A Psicologia Escolar em Minas Gerais, História, Atuação e Desafios Contemporâneos: dados preliminares

Autor: Ana Clara Marques Robes (UFMG)

A construção da psicologia brasileira se deu, principalmente, a partir dos saberes no campo da Medicina e das Escolas Normais no século XIX e início de século XX. A psicologia escolar e educacional se desenvolveu, em um primeiro momento, a partir da onda dos testes e de orientações médico-clínicas, que buscavam identificar as chamadas “crianças-problema”. Posteriormente, o pensamento eugenista e higienista também apareceram como influência nos períodos mais iniciais, o que justificava e fortalecia uma prática de identificação, seleção e classificação das crianças (BARBOSA, 2012).

Em Minas Gerais, existe uma grande contribuição da professora e psicóloga russa Helena Antipoff. Ela chegou ao Brasil em 1929 e foi nessa época que se iniciaram as contratações de psicólogos estrangeiros para atuar junto aos educadores na formação de professores. A Psicologia Educacional, como era então chamada, passou a ser um dos elementos de formação nas Escolas Normais (escolas de preparação de professores) e, foi neste contexto inicial, que o encontro entre estas duas áreas aconteceu.

Após a consolidação dos cursos de graduação em psicologia, nos anos 1960 e 1970, houve a prevalência da ideia de que a criança deveria se adaptar ao espaço escolar, de modo que qualquer dificuldade no âmbito da aprendizagem ou de alguma disciplina escolar deveria ter sua causa no desenvolvimento infantil, nas relações familiares ou na classe social de origem. Isso marcou a prática do psicólogo escolar tradicional que se baseava em um modelo médico-clínico e psicométrico, marcado pelo psicodiagnóstico e educação compensatória. A partir desse contexto, na década de 1980, instaurou-se o período da crítica. Atualmente, denominamos de Psicologia escolar institucional ou Psicologia Escolar Crítica este campo de saber que não mais enfoca apenas na criança-problema a causa do fracasso escolar. Dentro da Psicologia Educacional e Escolar na perspectiva crítica, alguns dos critérios importantes que delineiam o referencial de trabalho são: a) o entendimento do ser humano como um ser social, devendo ser compreendido em sua complexidade pela Psicologia e áreas afins; b) a valorização do trabalho coletivo e, c) a interdisciplinaridade para entender as questões educacionais (TANAMACHI apud SILVA, 2012). Além disso, o foco do trabalho passa a ser as relações que ocorrem na escola produtoras do fenômeno do fracasso ou do sucesso escolar.

O presente estudo tem como objetivo investigar a história das práticas desenvolvidas pelos psicólogos no Estado de Minas Gerais em Psicologia Educacional e Escolar, bem como compreender os desafios contemporâneos que se colocam para os aqueles que atuam nos contextos educativos públicos (prefeituras) a partir da década de 1970 até a atualidade. Ademais, diante do cenário político atual, com constantes ataques à educação brasileira, se torna necessário cada vez mais estudos com um referencial crítico que promovam uma prática emancipadora como forma de resistência. A Psicologia Educacional e Escolar na perspectiva crítica se assemelha aos estudos de Psicologia Social críticos, na medida em que defende também que a educação deve ser promotora do desenvolvimento humano, defensora dos direitos humanos e emancipadora.

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se dos pressupostos das psicologias social e escolar crítica, que dizem sobre uma necessidade do compromisso com a realidade e a superação das desigualdades, diferentemente daquela cuja atividade teórica era desvinculada de seu contexto histórico e social e que era comprometida com controle e as funcionalidades sistêmicas (Lane, 1989a: 13, apud Lima, 2009).

Os posicionamentos da Psicologia Educacional e Escolar Crítica, portanto, direcionam-se no sentido de compreender tanto o fracasso escolar quanto o sucesso como uma construção conjunta e que demanda a busca de estratégias coletivas e relacionais para ser resolvido (PERETTA, 2014). Por isso, é de grande importância para o psicólogo escolar considerar o contexto e analisar as causas das queixas apresentadas, para que sua prática vá além das soluções paliativas e naturalizantes em que, geralmente, o aluno leva a culpa por não aprender. Entretanto, as marcas históricas permaneceram e incidiram sobre a imagem do psicólogo escolar. Devido a isto, alguns psicólogos ainda trabalham numa perspectiva tradicional, com foco no “aluno-problema” e com práticas culpabilizantes e individualizantes que contribuem para que a comunidade escolar tenha um ideário confuso acerca do papel deste profissional.

A parte metodológica da pesquisa é composta por três etapas: 1) levantamento bibliográfico sobre a prática em psicologia educacional e escolar em Minas Gerais, com três bases de dados: a) Biblioteca Virtual de Saúde em Psicologia BVS-Psi; b) repositórios bibliográficos de todas as Universidades Federais de Minas Gerais; e c) consulta



ao jornal do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais; 2) envio de cartas, e-mails, realização de telefonemas e consulta ao portal de transparência das prefeituras de Minas Gerais, a fim de realizar o mapeamento da existência de psicólogos na rede pública de educação; 3) entrevistas presenciais com psicólogos educacionais e escolares dos municípios. O estudo está sendo realizado nas regiões Central e Metropolitana de Belo Horizonte, Campo das Vertentes, Vale do Aço e Triângulo Mineiro, perfazendo um total de mais de 250 (duzentos e cinquenta) cidades.

Como resultados iniciais, até o presente momento, obteve-se resposta de 70 (setenta) Secretarias de Educação dos municípios de Minas Gerais. Dentre elas, 21 (vinte e uma) responderam que existe a figura do psicólogo ou psicopedagogo na rede pública de educação e 49 (quarenta e nove) relataram a não existência deste profissional na Secretaria de Educação. Nas cidades em que possuem tal serviço, há, em média, um psicólogo por prefeitura, com exceção de cinco municípios, que possuem de três a quatro psicólogos.

O estudo ainda está em andamento, na etapa das entrevistas presenciais. Até o momento, foram entrevistados 13 psicólogos de 11 (onze) municípios de Minas Gerais. De um modo geral, encontrou-se diferentes tipos de práticas destes profissionais, dentre as quais estão: a prática clínica de atendimento às crianças encaminhadas da escola, a atuação junto à educação especial, a prática crítica com educadores do ensino fundamental, pais, alunos e comunidade, a avaliação psicométrica de aprendizes, e também o trabalho de gestão/coordenação do serviço de psicologia escolar.

A partir das entrevistas realizadas, pode-se perceber que há uma necessidade de maior contato desses psicólogos que se encontram na prática da educação, tanto por parte das instituições formadoras, quanto por parte do CRP-MG e ABRAPEE para orientação de uma prática mais alinhada aos novos pressupostos da área que são defendidos desde o fim dos anos 1970. Isto pode ser percebido uma vez que muitos dos entrevistados não conheciam a ABRAPEE (Associação Brasileira de Psicologia Educacional e Escolar), nem a comissão de Psicologia Escolar do CRP-MG, além do fato de que eles mostraram, de um modo geral, um isolamento e falta de conhecimento atualizado sobre a área. Muitos deles fizeram sua formação quase integralmente na área clínica e não possuem muitos referenciais sobre a forma de atuação no campo educativo, ou ainda entendem que sua prática é atender ao denominado "aluno-problema" ou crianças com necessidades educativas especiais.

A análise dos resultados iniciais está pautada na metodologia quantitativa, utilizando frequência simples e porcentagem, e análise de conteúdo das entrevistas. Entende-se que, como conclusões iniciais, é possível afirmar que há um distanciamento das produções teóricas no campo da psicologia educacional e escolar produzidas nas universidades, verificado pelo levantamento bibliográfico e análise das falas dos psicólogos da prática. Em sua maioria, disseram se sentir isolados e distantes de outros profissionais que realizam práticas semelhantes.

Composições críticas a partir da Psicologia à discussão da educação domiciliar no Brasil

Autor: Erick da Silva Vieira (UFRJ)

Como relatado em textos oficiais que versam sobre a matéria da educação domiciliar no Brasil, tal pauta não é recente e tem convocado, no último ano, discussões em várias esferas sociais, desde organizações da sociedade civil – como a Associação Nacional de Educação Domiciliar - ANED - ao Supremo Tribunal Federal, instância máxima do poder judiciário. O primeiro Projeto de Lei (PL) dedicado à reivindicação do reconhecimento desta prática pela legislação brasileira data de 1994 e, até 2008, projetos com ementa semelhante foram arquivados por obterem pareceres desfavoráveis das comissões aos quais foram encaminhados quanto ao mérito das propostas. Contudo, em 2012, o PL 3179, de autoria do Deputado Lincoln Portela (PR-MG), obteve parecer favorável à sua aceitação, tendo obtido sucesso em sua tramitação inclusive por meio de apensados (PL 3261/2015 de Eduardo Bolsonaro/PSC-SP e PL 10185/2018 de Alan Rick/DEM-AC) e de sua constituição como pauta do atual governo federal. Partindo de uma análise crítica do histórico da Psicologia como área de conhecimento que oferece contribuições tanto ao processo de ensino-aprendizagem como à esfera familiar, assim como sua atuação na esfera educacional, o presente trabalho tem por objetivo discutir o agenciamento coletivo das propostas legislativas, suas condições de possibilidade e os atravessamentos de tal prática no contexto brasileiro sob a ótica da produção de subjetividade e da compreensão da educação enquanto direito humano imprescindível ao desenvolvimento humano. Neste sentido, as reflexões aqui propostas articulam-se com o eixo temático I ("Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais:

práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais”) na medida em que compreende a relevância da Psicologia, enquanto campo de saber convocado a atender a interesses universalistas, reacionários e mantenedores de desigualdades diversas – inclusive e exponencialmente no contexto escolar – em somar-se à luta pelo avanço e não retrocesso das políticas públicas de educação já alcançadas a partir da valorização da diferença enquanto produtora de vidas e não como ferramenta de restrição desta. Em decorrência disso, a submissão ao Grupo de Trabalho 40 (“Psicologia Social em contextos de educação: leituras, análises e práticas de resistência”) justifica-se pelo fato de a discussão proposta por esse ser a de reconhecer os movimentos e efeitos de tais interesses neste contexto e buscar estratégias de resistência a esse cenário – ainda mais em se tratando das esferas familiar e escolar, em que a produção do campo da Psicologia historicamente serviu para ratificar perspectivas individualizantes, normalizantes e correccionais. Sendo assim, para o alcance de tal objetivo utilizou-se da abordagem metodológica da revisão integrativa a fim de investigar a produção já realizada por diversas áreas de conhecimento, seguida da análise crítica desse material a partir das pistas encontradas na produção de autores da esquizoanálise e da filosofia da diferença, como os conceitos-ferramenta de dispositivo, encontro e agenciamento coletivo de enunciação. A busca foi realizada nas bases indexadas Scielo e Portal CAPES a partir do descritor “educação domiciliar”; publicação a partir do ano de 2012 e escrita em língua portuguesa foram elencados como critérios de inclusão na revisão. Após a análise de títulos e resumos, oito escritos foram definidos como componentes desta, dos quais seis compõem o mesmo número da Revista Pro-Posições, intitulado “Homeschooling e o Direito à Educação”, dossiê importante na produção acerca da temática. Verificou-se a prevalência de produções de especialistas da área de Educação, Direito e Políticas Públicas com subsídios para a discussão acerca da constitucionalidade e interesses envolvidos, assim como dos argumentos envolvidos nas posições favoráveis e desfavoráveis - como liberdade de escolha dos pais em relação à educação de seus filhos, ausência de proibição expressa nas legislações pertinentes ao tema e falência do sistema educacional, contrapostos à influência direta de ideologias religiosas, projeto neoliberalista de sociedade e papel do Estado na área educacional. Nesse sentido, contribuições da Psicologia somam-se a uma disputa de narrativas que enfatizam ora a liberdade dos progenitores na escolha do método de educação de seus filhos ora os possíveis efeitos de tal reconhecimento legal na retenção dos investimentos estatais na educação pública. Ao analisar tal fenômeno a partir da produção de subjetividade, considera-se, portanto, colocar em um mesmo plano relações familiares, sociais, econômicas e políticas, na medida em que produz efeitos que longe estão de impactar somente as famílias adeptas ao movimento da educação domiciliar. Reconhecer a escola como um espaço no qual o controle incide sobre os corpos e subjetividades permite sua resignificação a partir da não negação do poder operado e da ratificação do compromisso com uma educação emancipatória, de qualidade e, principalmente, que possibilita a compreensão de encontros de diferenças como aumento da potência de agir no mundo. Em um cenário nacional no qual compõe o programa Escola Sem Partido, a educação domiciliar deve ser problematizada em seus efeitos nos mais diversos planos, na medida em que pretende uma educação ad(i)versa à multiplicidade de perspectivas de construção de si e do mundo.

Contingenciamentos no Ensino Superior, arte e protagonismo universitário: relato de uma experiência grupal

Autor: Fernanda Borges Barcellos (UFTM)

Coautor: Camila Silva Castro (UFTM), Renata (UFTM) e Tales Vilela Santeiro (UFTM)

As universidades têm como propósito gerar, sistematizar e socializar saberes, formando profissionais e cidadãos que possam contribuir para o projeto de uma sociedade justa e igualitária. Trata-se, portanto, de uma instituição representativa da sociedade brasileira, repleta, por consequência, de inúmeras contradições. Atualmente, observa-se a adoção de um conjunto de medidas de contingenciamento de recursos em nível nacional que afeta também o Ensino Superior (ES). Tem-se observado, por exemplo, retraimento no investimento em medidas voltadas à inclusão social nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IES), como nos Programas de Assistência Estudantil (PAE). Para além dos impactos negativos que vêm sendo discutidos quanto à realização de pesquisa, oferta de serviços voltados à população e aos processos formativos propriamente ditos, pode-se pensar em como este cenário afeta subjetivamente os universitários e o que se tem feito a respeito. Sabe-se que a graduação em si é permeada por desafios que, acrescidos às incertezas quanto à existência de condições para permanência na Universidade e à falta de informações quanto a como essas mudanças se darão micropoliticamente, podem afetar



como se dá o desenvolvimento pessoal e profissional dos universitários. Tal situação demanda manejo de recursos socioemocionais e o desenvolvimento de estratégias, como integração ao grupo e mobilização crítico-reflexiva quanto aos múltiplos afetos que esta realidade evoca. A Psicologia enquanto área de atuação que tem como princípio o direcionamento de um olhar sobre o humano e sobre a constituição de sua subjetividade em interação com seu meio, poderia contribuir ao proporcionar espaço dialógico para expressão dos afetos evocados pelos processos de ensino, propiciando também a oportunidade para os estudantes de pensarem a dialética saúde-doença e autocuidado, além de identificarem ou construírem recursos que têm utilizado para lidar com situações de sofrimento e os prazeres que eventualmente o espaço universitário possa ocasionar. Este trabalho busca apresentar os resultados de uma intervenção grupal que teve como objetivo geral promover diálogo e troca de experiências entre universitários e universitárias de uma IES, em cenário de disciplina enfocada em teorias e práticas grupais. Teve como objetivos específicos: a) identificar questões apontadas como recorrentes pelos participantes no espaço educacional; e b) verificar se o alcance dos grupos propostos como ferramenta promotora de saúde mental de estudantes, em especial em momento de transição no cenário político educacional em âmbito de ensino superior público, em andamento no país (primeiro semestre letivo de 2019). O tema do trabalho encontra-se vinculado ao eixo 1: "Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais", uma vez que se preocupa em dialogar a respeito de como os processos de precarização na Educação Superior ressoam na saúde mental dos universitários, bem como propõe o diálogo grupal como forma de produção de sentidos e fazeres acerca dessa realidade. Além disso, também está associado ao apresentado no GT40: "Psicologia Social em contextos de educação: leituras, análises e práticas de resistência", ao abordar questões como a precarização das condições de permanência dos estudantes nas universidades concomitante ao aumento de pressões por produtividade acadêmica, seguindo a lógica do capital, situação intimamente ligada ao acirramento de angústias e mobilização de estratégias para resistência e superação desses desafios, recursos tais representados no presente relato por encontros grupais mediados predominantemente pela linguagem artística. Quanto à execução, foram realizados três encontros abertos com duração de uma hora cada. A intenção inicial era a realização de grupos operativos (GO), algo que não foi possível devido à quantidade de participantes do grupo. Assim, apesar de a intervenção estar ancorada no corpo teórico dos GO – como a proposta de uma tarefa que os estudantes realizariam em conjunto – os encontros foram marcados pela horizontalidade característica de "grupos de discussão", sem contemplar a divisão de funções inicialmente planejada (terapeuta, co-terapeuta e observador). O grupo foi composto por dois universitários, uma do sexo feminino e um do masculino, regularmente matriculados na instituição de ensino onde a prática ocorreu. A faixa etária deles foi de 22 e 30 anos e o estado civil de ambos era solteiro. A estudante do sexo feminino foi a única que compareceu aos três encontros. A equipe de trabalho foi composta por três membros discentes do curso de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro que se revezaram nas funções de observador e coordenador dos grupos, contando com o suporte de duas monitoras e um supervisor. O convite foi realizado via redes sociais, e por meio de folders afixados pelo campus. Foram utilizados como recursos disparadores dos diálogos notícias, textos e produções artísticas para discutir os temas: "Quais os impactos dos cortes na educação na saúde mental dos estudantes?", "O protagonismo do universitário frente aos cortes na educação" e "A arte como forma de resistência". Foram desenvolvidas reflexões a respeito do cansaço e do sentimento de impotência frente a questões sociais em um cenário de controle institucional que valoriza a produção em detrimento da reflexão, da crítica e do cuidado consigo e com os coletivos. Surgiram também discussões a respeito de consciência de classe, da alienação, do engajamento em movimentos estudantis. Foram citados como fatores de proteção: espaços de troca entre pares, legitimação da fala do estudante, sentimento de apoio de familiares e amigos, realização de atividades de lazer, articulação com outros grupos sociais na reivindicação de direitos. A partir destas conversas foi possível pensar em como a Psicologia ocupa o lugar de permitir questionamentos, olhar para as contradições subjetivas e sociais e permitir ao sujeito dizer sobre elas. Nesse sentido, valida-se o protagonismo dos sujeitos sobre suas realidades, por meio da possibilidade de refletirem sobre seu fazer enquanto universitários e cidadãos e repensá-lo de forma a torná-lo mais significativo, permitindo reelaborações e transformações pessoais e sociais. A experiência grupal foi finalizada por meio de discussões a respeito de como a arte ocupa lugar privilegiado na comunicação de afetos, (in)conformações, podendo assumir função de recurso para resistência, inspiração para o prosseguimento de movimentos de resistência e luta ou alienação, aprisionamento a determinadas formas de entendimento da realidade sem pluralidades e contradições. No último encontro os integrantes do grupo caminharam pelos corredores do centro educacional e após observar as intervenções realizadas nas paredes da instituição como forma de manifestação em ocupação do prédio ocorrida

em 2014, produziu-se, como síntese do processo grupal, um cartaz, contendo as frases mais significativas para os componentes do encontro. Embora não tenha sido possível realizar GO, alguns conceitos desta foram utilizados para compreensão dos processos, em caráter de “grupo de discussão”. A fim de viabilizar o diálogo e a reflexão, as integrantes da equipe de execução optaram por participar ativamente nos grupos. Os encontros possibilitaram a aprendizagem coletiva, as temáticas (tarefas) foram discutidas com contribuições e sugestões de toda as integrantes, estando presente o sentimento de afiliação e pertença ao grupo e à proposta. Apesar do emprego do modelo “grupo de discussão” para denominar o trabalho realizado, é necessário reconhecer que nessa prática nem todos os critérios foram atendidos. Embora a horizontalidade tenha sido um dos traços mais marcantes dessa experiência, via de regra o moderador das discussões, responsável por incitar o diálogo, não deve prevalecer aos participantes para que os objetivos propostos sejam alcançados. Dessa forma, encontra-se aqui uma configuração que pode ser compreendida a partir de mais de uma fundamentação teórica. Entende-se como limitação do trabalho a quantidade de estudantes, menor que a esperada, inviabilizando a realização de um GO. Para uma futura realização de grupos com estudantes universitários sugere-se pensar em formas alternativas de divulgação desde o início do semestre letivo. Ainda que maior quantidade de estudantes fosse esperada, os objetivos foram alcançados. Como potencialidades, destacam-se as contribuições para o desenvolvimento de competências nas discentes que coordenaram o processo grupal, entendendo que a atividade foi realizada em contexto de ensino-aprendizagem, como parte da disciplina “Teorias e Práticas de Grupo”. Há indicativos de que os encontros também produziram aprendizado significativo e reflexão para aqueles que estiveram presentes, por meio da utilização de múltiplos recursos disparadores.

Dialogando sobre trabalho na escola: reflexões sobre orientação profissional junto ao projeto “Acreditar é Investir”.

Autor: Caroline Sebage Pereira (FURG)

Coautor: Geruza (Furg)

A Orientação Profissional (OP) pode proporcionar aos jovens um espaço para planejar suas escolhas profissionais, seja em escolas públicas ou particulares. Para alguns(mas) autores(as), a prática de OP nas escolas poderia auxiliar os alunos a refletir sobre seu futuro profissional, propiciando um espaço de discussão a respeito do trabalho, preparando o aluno para uma inserção, consciente e crítica, no mundo do trabalho. Já a ausência desse tipo de discussão dentro da escola pode fazer com que os(as) estudantes saiam despreparados(as) para a construção de estratégias que lhes permitam enfrentar criticamente as dificuldades e buscar novos caminhos na concretização de seus projetos de vida. Assim sendo, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a prática da OP nas escolas públicas por meio do relato de experiência do estágio obrigatório em Psicologia Social numa escola pública de Ensino Fundamental. O GT4o: Psicologia Social em contextos de educação: leituras, análises e práticas de resistência tem como um dos objetivos refletir as práticas do psicólogo nos contextos educacionais e de que forma as produções de conhecimento podem colaborar para diminuir os impactos da desigualdade social. Tendo a psicologia social como campo teórico, metodológico e prático, o presente resumo se propõe a refletir as práticas de orientação profissional nas escolas públicas, bem como busca estabelecer relação entre auto conhecimento, informação profissional e projeto de vida, e de que forma estes podem ser ferramentas de resistência à desigualdade social e precarização do mundo do trabalho, saindo da ótica assistencialista e produzindo saberes em conjunto. O projeto do estágio tinha como objetivo dialogar sobre trabalho na escola, a partir de uma necessidade da própria instituição. Importante frisar que para alguns autores a OP pouco se adequa à demanda de estudantes de escolas públicas e, muitas vezes, essa prática está direcionada àqueles(as) que gostariam de ingressar em uma instituição de ensino superior, o que pouco reflete a realidade de muitos(as) estudantes de escolas públicas. Por vezes, a necessidade de trabalhar não abarca a oportunidade de cursar o ensino superior, nesse sentido o trabalho que buscamos desenvolver foi uma orientação para o trabalho, isto é, um espaço que pudesse promover junto aos(as) jovens mais do que conhecimento acerca das profissões ou ocupações, mas também conhecimento de si mesmo e de sua realidade, levando em consideração o cenário e as necessidades trazidas pelos jovens. Então, este trabalho está sendo realizado junto ao projeto “Acreditar é Investir”, de uma escola localizada num município do extremo sul do Rio Grande do Sul (RS). O projeto consiste em oportunizar aos(as) jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o primeiro contato com o mundo do trabalho, considerando que os(as) jovens selecionados para participar do refe-

rido projeto realizam estágio remunerado nos setores da escola ou da Universidade local em turno inverso ao de seus estudos. Nesse sentido, desde abril do ano corrente, nos reunimos com os(as) jovens uma vez por semana, com a duração de quatro horas em cada encontro, no formato de uma Roda de Conversa com a intenção de debater questões relacionadas ao trabalho e ao cotidiano dos(as) jovens. Uma das primeiras atividades desenvolvidas com o grupo foi o levantamento de interesses profissionais em que, a partir de um jogo, pedimos que os estudantes escrevessem com o que gostariam de trabalhar e o que não fariam de jeito nenhum; em seguida colocamos todos os papéis em um envelope e pedimos que cada um retirasse e tentasse adivinhar quem gostaria ou não de trabalhar naquela profissão/ocupação. A partir do levantamento desses interesses, foram planejadas atividades que envolvessem alguma profissão/ocupação que surgiu neste primeiro dia, para que pudéssemos estimular a curiosidade e o interesse pelo mundo do trabalho. Um dos pontos debatidos, foi “que lugar cabe a mim?”, quando discutimos sobre a vivência de ser estudante de escola pública, “periférico” e a relação que se estabelece com o mundo do trabalho. Nos meses de maio, junho, julho e agosto foram trabalhadas questões relacionadas à inserção na universidade pública, realizamos um passeio pelo campus da universidade local, bem como tivemos a oportunidade de conhecer um pouco sobre os cursos de Psicologia e Ciências Biológicas. Algumas atividades realizadas durante os meses de maio e junho: colagens e desenhos em cartazes com o intuito de entender como os jovens se percebem no mundo, como se descrevem a partir de desenhos, figuras ou objetos; buscamos trazer algumas práticas que pudessem fortalecer o vínculo dos participantes, através do reconhecimento, valorização do trabalho coletivo e da autoestima; oficinas de elaboração de currículo, juntamente de uma explicação sobre direitos trabalhistas, documentação e cidadania. Durante o mês de agosto trabalhamos questões relacionadas ao mundo do trabalho com a intersecção racial, realizamos um cine debate com o filme “The hate u give” (em português: o ódio que você semeia), onde conseguimos trazer a discussão sobre racismo estrutural e de que forma atinge, também, a esfera do trabalho. Neste momento, nos preparamos para finalizar o projeto e pretendemos realizar visitas aos colégios de ensino médio e técnico e às universidades, mas também problematizar questões de saúde, saúde mental, direitos humanos, entre outras temáticas que dialogam com a inserção e a permanência no mundo do trabalho. Numa perspectiva da Psicologia Social, colocam-se como desafios da realização da OP em escola pública a dificuldade de dialogar com os demais educadores(as) e trabalhadores(as) da escola, de trazer para o debate os pais e responsáveis dos(as) estudantes, assim como a necessidade de “aquecer” a rede pública de saúde e assistência social – dimensões da vida relacionadas aos processos de trabalho. Além disso, sugere-se um trabalho mais amplo para os próximos projetos de estágio em psicologia para dialogar sobre trabalho com outros estudantes da escola – não apenas com aqueles(as) que participam do projeto “Acreditar”, com pais, professores(as) e/ou gestores(as), pois, neste momento, vivenciamos um contexto de mudanças e retrocessos em termos de direitos trabalhistas e previdenciários, o que reflete no contexto e nas condições laborais presentes na própria escola e nos estágios realizados pelos(as) estudantes.

DIÁLOGOS COM A EDUCAÇÃO BÁSICA: Experiência do grupo de estudos escola e família

Autor: Camila Montandon Dumont Lopes (PUC Minas) e ROBERTA CARVALHO ROMAGNOLI

Este trabalho pretende apresentar os resultados parciais da pesquisa-intervenção “Educação Básica e Família: reproduções e invenções no programa Escola Integrada de Belo Horizonte” financiada pelo CNPq que tem como objetivo de analisar as relações estabelecidas pelos coordenadores e alunos em formação docente nas oficinas do Programa Escola Integrada (PEI) da PUC Minas em convênio com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), enfatizando a articulação entre estes, a escola e as famílias, com o intuito favorecer a invenção de novas formas de expressão nesses grupos.

Vivemos hoje em nosso país uma tendência à ampliação da jornada escolar no ensino fundamental. Essa expansão é recomendada pela legislação e fomentada pelas políticas públicas, visando ampliar o papel da escola e atender às necessidades e às demandas das famílias, que requerem apoio para levar a cabo seu papel de proteção social. Atenta à demanda nacional de ampliação dos programas de tempo integral na rede pública de ensino para a melhoria da qualidade da educação, a PBH elaborou o PEI que assegura atividades de acompanhamento pedagógico, cultura, esportes, lazer e formação cidadã. Desde o ano de sua criação, 2007, a PUC Minas atua junto ao PEI, através de ações educacionais nas escolas municipais com oficinas desenvolvidas por estudantes universitários



(Barros, 2015). Na ampliação da jornada escolar, a participação da família no processo de escolarização dos filhos tem sido cada vez mais considerada nas discussões das trajetórias escolares das crianças. Apesar da maioria dos discursos sustentar a necessidade da parceria família-escola, existem dificuldades, tensões e contradições nessa associação, com poucos enfrentamentos produtivos. Em sua prática, o PEI encontra impasses, dentre eles a própria relação família-escola, na qual algumas tensões foram levantadas: o medo das famílias, a falta de diálogo e a indiferença frente aos problemas dos filhos, a percepção da violência doméstica, o uso excessivo de medicalização com a aprovação dos pais, a falta de apoio da gestão para a convocação das famílias, dentre outros.

Certo é que as ações do PEI suscitam mudanças, tensões e adaptações no que tange às expectativas recíprocas e às interações entre família e escola. O processo formativo para os universitários corresponde a uma rede de aprendizado que envolve o enfrentamento de conflitos, representações instituídas, negociações e invenções, ou seja, convoca a transversalidade no campo da educação. Utilizando o marco teórico da esquizoanálise entendemos essa transversalidade através do conceito de rizoma, como uma rede, e investigar os processos de subjetivação que perpassam essas relações dialogando com Deleuze e Guattari (1995). Segundo os referidos autores, essa rede se autoengendra por agenciamentos com os mais variados elementos da realidade, aos quais se conecta e reconecta a todo instante, não se reportando a uma unidade. Essa dinâmica de autoprodução é incessante, remetendo a forças/fluxos que não têm forma e nem limites pré-determinados. Tal concepção permite deslocamentos inventivos que se libertam das estruturas cristalizadas calcadas em padrões reprodutivos e que impedem a criação, nesse caso, inviabilizam a sustentação das ações educativas complementares em novas conexões com as famílias. Usando a metodologia da pesquisa-intervenção esse estudo apresenta dois eixos concomitantes de ação, compreendendo a formulação de um campo de análise e um campo de intervenção. O campo de análise se constitui dos estudos e discussões permanentes acerca da esquizoanálise, da formação docente, da relação-família escola, dos impasses atuais da educação e da vulnerabilidade social. O campo de intervenção é formado através de um projeto de trabalho coletivo com a equipe de professores da PUC Minas e os graduandos do PEI acolhendo as demandas e dificuldades locais e envolvendo discussões acerca da dimensão político-institucional e da dimensão da relação com as famílias. Estes dois campos se interpenetrarão a todo instante no percurso da pesquisa. Essa metodologia nos permite pensar as relações, mais do que os sujeitos/objetos, voltando-se para a dimensão das forças que atravessam essas relações, para o que ocorre entre as famílias, os graduandos, os coordenadores, os professores e nós atentos aos contextos históricos e sociais e às multideterminações da realidade. Assim, pensar, trabalhar e intervir, tendo como foco a relação família-escola, envolve uma complexidade constante e funcionamentos diferentes da realidade, que ocorrem ao mesmo tempo, mas produzem efeitos distintos. Permite ainda colocar os professores em formação como pesquisadores de si e da escola, na busca da liberação da vida para que algo se crie e não somente se reproduza.

Neste contexto, esse trabalho tem como objetivo compartilhar as experiências adquiridas no Grupo de Estudos "Escola e Família" do qual fazem parte professores supervisores e alunos do PEI e da psicologia, em consonância com a proposta do GT 40 - Psicologia Social em contextos de educação: leituras, análises e práticas de resistência que busca problematizar produções de conhecimento e práticas potencializadoras nesse domínio. Através do estudo de textos, da escolha dos temas pertinentes para o grupo e dos relatos de experiência do PEI, aproximamos teoria e prática, pesquisador e campo de pesquisa, além de favorecer experiências interdisciplinares. No grupo de estudos discutimos até agora a relação família e escola e a violência à escola, a violência contra a escola e a violência cometida com a escola. Temas que tentamos desnaturalizar, sustentando atravessamentos histórico-sociais, relações de poder calcadas em modelos ideias, propostas neoliberais e verdades sustentadas por lógicas excludentes.

Entendemos esse grupo como um vetor de transformação, grupo-dispositivo que agencia diferentes atores, de áreas distintas e classes institucionais variadas dentro da universidade, e que em alguns momentos se engendra de forma reprodutiva, e em outros momentos funciona transversalmente, sustentando novos possíveis. Dentre as linhas de reprodução temos uma universidade, várias escolas, uma sala de aula com horário específico, membros com certa assiduidade, professores que supostamente possuem uma hierarquia de saber superior e alunos que pensam que sabem menos, um projeto de extensão e um projeto de pesquisa em curso, ambos com bolsas e financiamento de instituições de peso. Para convocar a invenção tentamos produzir zonas de intercessão, circulação de experiências e saberes de vida intercambiantes. Trata-se de ampliar conexões, de sustentar dimensões transversais (Guattari, 1987).



Embora estejamos ainda no percurso inicial da pesquisa, os dados foram produzidos com aos alunos do PEI, com os professores que os orientam e com os alunos de psicologia. Podemos concluir, de forma circunstancial e provisória, a importância do coletivo e dos processos grupais em contraposição ao modo-indivíduo, à valorização do privado e da ruptura com o social, sobretudo para a inserção da psicologia e de futuros professores na educação básica. Sempre haverá tensões, mas que estas possam se deslocar e promover de novas práticas sobre e com os alunos, os professores e as famílias.

Referências Bibliográficas

Barros, Ev'ângela Batista Rodrigues de (2015). Desafios e avanços do Programa Escola Integrada com espaço de prática extensionista sob a ótica dos graduandos da PUC Minas (pp. 193-217). In: Rita Fazzi et al (Orgs.). *Infâncias e Adolescências: cidadania em construção*. Belo Horizonte: FMARC.

Barros, R. D. B. de. (2009). Grupo: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina/ Ed. da UFRGS.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). Introdução: rizoma. In G. Deleuze & F. Guattari. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (v. 1, pp. 11-37). Rio de Janeiro: Ed. 34

Guattari, F. (1987). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo, SP: Brasiliense.

Errâncias no ensino: brotos de autonomia

Autor: Sheila Hempkemeyer (UFSC)

O corpo, para se manter vivo, trava guerras cotidianas. Guerras biológicas, por territórios, por direitos, por existir. Existir enquanto corpo que respira, que caminha, que segue e para. Que se comunica e ocupa espaços e tempos para permanecer vivo e forte. E luta pelo uso da palavra como instrumento de defesa e ataque e expressão de resistência e vida. Com quais palavras poderemos nos armar para restituir humanidades negadas? Quais espaços ocuparemos para a batalha que ainda nos aguarda?

Por acreditar, e mais do que isso, defender, que é pela expressão daquilo que se pensa e sente que podemos, minimamente, permanecer fortes, buscamos palavras e gestos e práticas que pudessem deslocar o pensamento sobre o que podemos em psicologia social. (re)Construir refúgios para nos acolher, e, através disso, palavrear o inominável. Reinventar práticas profissionais como um ato estético-político no exercício de uma pedagogia autônoma e de enfrentamento.

Este trabalho é um relato de experiência, fruto de uma prática docente em Psicologia Social e Comunitária e de um estágio docente em licenciatura no ensino de Ciências. Ambas experiências permitiram operar na construção de uma educação libertária, nos princípios de Paulo Freire, com o compromisso político de formar educadoras/es para atuarem com responsabilidade e comprometimento ético, na garantia e defesa dos direitos humanos e promoção de uma sociedade equânime. Em tempos onde a palavra é vociferada de modo irresponsável e banal pelo representante deste país, e seu exército de seguidores, nada mais estratégico que, através dela, possamos criar as nossas estratégias de combate. Pensando nisso, durante o primeiro semestre de 2018 e o primeiro semestre de 2019, lecionando e estagiando, respectivamente, nos apegamos àquilo que poderia ser potência pelo mínimo. Apostar na formação de educadoras/es, acreditando que a Psicologia Social e Comunitária exerce, sobretudo, uma ação educativa nos vários espaços de atuação.

A balbúrdia era feita desde o início, bagunçando as cadeiras, os lugares, as verdades e certezas, a ordem e a formação. Bagunçávamos também as ideias sobre o que vem a ser a psicologia social e como ela pode habitar os espaços. Entre um silêncio e outro, a dúvida se fazia hospedeira diante dos diversos temas trazidos para a rede discursiva. Foram convocados outros elementos e autorias na tentativa de diluir o amargor que muitas vezes nos acompanha. O objetivo era alargar ainda mais a atuação profissional e perceber o potencial pedagógico da área, permitindo o trânsito autônomo e libertador das palavras e histórias que se entrelaçam nos espaços e tempos educativos. O reordenamento do espaço e o chamado para ocupar um lugar de criação propunha despertar o sujeito artista que pode acompanhar a psicologia social. Desde as primeiras palavras até as últimas imagens e sons, os movimentos deslocaram aquilo que insistia em se solidificar. Descongelava a rigidez da figura profissional, decompondo os lugares de conforto.

Palavras e verbos trazem consigo uma intencionalidade, promovem a ação concreta de uma ideia. São mecanismos de manutenção do poder e demarcam territórios. A escolha de uma e de outro, para construir uma ação,



podem definir a postura e as encruzilhadas que se quer percorrer. Pensando nisso, arriscamos experimentar palavras e verbos distantes da tradicional órbita. Fazê-los existir enquanto intenção cotidiana e romper com padrões historicamente consolidados no universo da educação formal. Entender que educar é incitar outras leituras do mundo e suas criações. Compreender que processos educativos são feitos de água, que sempre encontra (ou cria) um leito para desaguar, acreditando que a escola e a universidade são territórios de criação, de espaços e tempos inventivos, e de promoção de autonomia e autorias. E pode ser um campo de forças de recriação de modos de existir para todos os seres que lá transitam. Onde se defenda, conforme a proposição trazida por Djamilia Ribeiro (2017), o debate plural de diferentes perspectivas permitindo que outras histórias e vidas, historicamente invisibilizadas, se façam presentes.

No exercício da docência é preciso garantir o diálogo e o compartilhamento de saberes e fazeres e pensares e tempos e... Onde a quinta letra do alfabeto possa operar nas reticências que alargam cada aula, desestabilizando verdades e (des)construindo coletivamente processos moventes de ensinagens e aprenderes. Sobretudo garantindo o direito de poder existir. O processo formativo é gradual e constante e está acontecendo entre trocas viventes, nos mais variados ambientes. A processualidade tem uma dimensão afetiva e estética e este movimento cria aberturas possíveis para esse exercício profissional.

Há uma base legalista e um desejo latente das máquinas de poder capitalístico em instrumentalizar a educação formal e agentes que fazem parte deste universo. Com manuais e técnicas apostiladas, padronizam modos de ensinar e acessar determinados conteúdos. Na tentativa de escapar da instrumentalização do ensino, a aposta foi acionar outras palavras e verbos e referências que pudessem deslocar o pensamento. Palavras (re)ativas que nos ajudassem a criar modos de permaner fortes na contemporaneidade. Verbos que, num infinitivo atemporal, iam sendo conjugados nos movimentos errantes que provocavam os corpos e pensamentos. Operar na lógica da errância é pensar e agir sobre aquilo que nos escapa, que se perde e nos perde. Isso quer dizer que nada está pronto e fechado. Mas que os fluxos de aprendizagens vitais são aberturas oceânicas e encantamentos em picos vulcânicos. Perceber as potências mínimas existentes nas miudezas cotidianas. Perfurando estereótipos e proliferando outros modos de atuar, com as palavras, os artefatos culturais, na (de)composição gradativa da matéria.

Carregada de sentidos às palavras jogadas no mundo (com responsabilidade e ética) podem criar fissuras quando proferidas, sobretudo durante as aulas. Pensando nisso algumas delas foram catalogadas com um único objetivo: compor outras formas de (in)ventar a docência e a psicologia social, costurando outros diálogos e tensionando práticas pedagógicas hegemônicas. Estas palavras e verbos ajudam a tecer este texto, e estão em cada frase proliferando a escrita e o pensamento, sendo brotos de autonomia.

Renomear o mundo é também deslocar o pensamento. Não é mera busca por sinônimos que possam dizer mais do mesmo, mas fazer de outro modo aquilo que se aprende, “imaginar outro mundo possível, é no sentido de reordenamento das relações e dos espaços, de novos entendimentos de como podemos nos relacionar” (KRENAK, 2019, p.67). Menosprezar a palavra é negligenciar a vida, pois é através da linguagem que nos fazemos mundo.

A cada encontro aula era incorporada a desconstrução daquilo que tantas vezes nos foi instrumental e ilustrativo. Diálogos e questões que nos levavam a abandonar bagagens e suspender estereótipos que nos habitam. Intervalar o aprendizado, intercambiar os processos de experimentação. Produzir silêncios necessários para se dizer algo, ou deixar ser devorada por ele. Dar tempo a quem escuta, entendendo que “sementes necessitam de silêncio” (MUNDURUKU, 2017, p.38). Sentir. Quebrar. Escapar. Bordar saberes com as histórias dos caminhos e as emoções que nos acompanham no (per)curso. Isso ganhou força nas produções imagéticas de fanzines, comunicando-se através de outra estética criativa, sobre aquilo que a psicologia social pode contribuir para garantir existências mínimas e a transformação social. O fanzine foi acionado para sufocar o comodismo e assustar a inércia onde nos colocamos por diversas vezes. Impactar para além da mera ilustração. Desacomodar e/ou incomodar. E criar tensionamentos oportunos para o combate instrumental. Que materiais pedagógicos utilizamos para planejar nossas ações? Como eles habitam nossas propostas?

Cenas e corpos e vidas marginais orbitavam nos encontros, fornecendo elementos para (des)organizar a produção do conhecimento. Fortalecendo ainda mais as dúvidas e confrontando as certezas. Uma das táticas de combate foi o mergulho, ainda que superficial, em temas que escapam a formação acadêmica. Feminismos plurais. Povos Indígenas. Infâncias e juventudes. Há que se importar com o universo das crianças, sobre o modo como elas nos apresentam o mundo. Incentivar a imaginação como uma tática de desobediência. Como algo que pode ser ensinado com práticas pedagógicas libertárias. O corpo infantil nos ensina sobre fugir da disciplinarização e docilização que insistimos em reproduzir. Deixando talvez o recreio habitar a sala de aula. Intervalar a docência.



Acessar e ativar outros modos de pensamento, sobre a vida e o mundo, confrontam modos hegemônicos de produção de conhecimento. Dedicar presença, tempo e uma breve escuta sobre a pauta indígena, nos fez perceber que há nesta nossa ancestralidade brasileira uma força insurgente para se contrapor a lógica capitalística, para permanecer fortes. E como pontua Ailton Krenak (2019) devemos resistir expandindo a subjetividade, “pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como o cosmos onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos” (p.30).

Mapear outros modos de organização social, outras palavras e verbos, é um exercício de criação, um treino de libertação. Deschavear a palavra e dar-lhes asas, assumindo o risco de descontrolar os fluxos dos ventos, (in)ventar a docência, é uma experiência mágica de suspensão, ensaio e experimentação. O abismo segue inominável, porém menos assustador, pois nossa arma mais poderosa, a palavra, foi temporariamente reformulada.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. Mundurukando 2: sobre vivências, piolhos e afetos: roda de conversa com educadores. Lorena, SP: UK'A Editorial, 2017.

RIBEIRO, Djamilia. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Justificando, 2017.

Família, escola e futuro: desafios atuais em contexto educativo

Autor: Rômulo Lopes da Silva (PUC-CAMPINAS)

Coautor: Rômulo Lopes da Silva (PUC-CAMPINAS), Guilherme Siqueira Arinelli (PUC-Campinas) e Vera Lucia Trevisan de Souza (Vera Trevisan)

Este trabalho apresenta reflexões de uma pesquisa em andamento, suscitadas em intervenções realizadas em contexto educativo com pais/responsáveis de alunos de uma escola da rede estadual no interior do estado de São Paulo. Fundamentados nos pressupostos teóricos-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural, em especial, os postulados por Vigotski, partimos da compreensão de que a escola e a família se configuram enquanto instituições importantes na vida dos adolescentes. Destaca-se que ambas compartilham, em diferentes níveis, da responsabilidade de preparar os adolescentes para a inserção crítica, participativa e produtiva na sociedade capitalista moderna. No entanto, se diferem na tarefa de educar, pois enquanto a escola centra-se na transmissão de saberes sistematizados - isto é, do conhecimento científico -, a família visa promover a socialização das crianças, o que inclui o aprendizado de condutas, atitudes e valores aceitos pela sociedade” o que poderíamos compreender por conhecimento espontâneo. Na literatura científica é reconhecida a importância da relação escola-família, porém, algumas pesquisas sinalizam problemáticas envolvidas nesse cenário, como por exemplo, um movimento de culpabilização, individualização e ataques recíprocos, que se reforça na escassez de espaços de diálogo no cotidiano escolar. De acordo com a perspectiva teórica-metodológica adotada neste trabalho, acredita-se que a escola e família podem se constituir como espaços capazes de produzir vivências que transformam o modo como os jovens agem e interpretam o mundo e desenvolvem perspectivas de futuro. Diante desse contexto, nos demanda a seguinte questão: quais os impactos dessa relação no processo de escolarização e na projeção de futuro dos jovens escolarizados? Nesse âmbito, este estudo objetiva compreender os sentidos e significados atribuídos por pais/responsáveis ao futuro de seus filhos, alunos do ensino médio noturno de uma escola pública estadual. Trata-se de uma pesquisa-intervenção em que se adota como referencial teórico-metodológico os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, sobretudo os de Vigotski e compõe o conjunto de investigações do grupo de pesquisa Processos de Constituição do Sujeito em Práticas Educativas - PROSPED - da linha Intervenções psicológicas e processos de desenvolvimento humano, do programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da PUC-Campinas. Foram realizados contatos iniciais com os familiares para o levantamento de temas de seu interesse a serem abordados em encontros futuros e, posteriormente, foram realizadas entrevistas individuais de modo a conhecer as significações atribuídas pelos pais ao futuro dos filhos. Para tanto, foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas individuais com quatro mães e um pai de alunos do ensino médio público noturno. O processo de análise, se deu inicialmente por leituras das entrevistas transcritas e identificação de temas presentes nas falas dos pais/responsáveis, tendo como critério compreender as significações atribuídas pelos pais ao futuro dos filhos. Nas quais, se evidenciou os seguintes temas: (a) a incerteza versus certeza de acesso e permanência no mundo do trabalho; (b) a responsabilização e culpabilização do aluno sobre o seu futuro; e, (c) a expectativa da educação como garantia de um futuro melhor. Tais temas, exigem a compreensão do contexto histórico, social e político em que

se desenvolve a pesquisa, no qual, os pais/responsáveis são provocados a pensarem sobre o futuro de seus filhos. Diante do contexto neoliberal, marcado pelo individualismo nas relações, instabilidades econômicas e precarização de políticas públicas e sociais, cabe a reflexão sobre como os sujeitos se desenvolvem e podem pensar sobre as perspectivas de futuro. Os resultados preliminares indicam que o psicólogo, enquanto profissional das relações comprometido com a transformação da realidade, deve intervir de modo a criar espaços dialógicos que possibilitem aos pais e à escola a ressignificação do seu papel na construção do futuro de seus filhos e alunos, compreendendo a importância da interação família-escola no desenvolvimento dos adolescentes e dos processos sociais e históricos na constituição dos sujeitos. Essas problematizações acerca da realidade atual assumem importância para atuação de psicólogos em contextos educativos, visando a compreensão de processos que individualizam e responsabilizam o sujeito de que tem sua origem em processos sociais. Tais processos de individualização excluem a noção do comum e das coletividades, portanto, acreditamos que a atuação do psicólogo em espaços educativos deve buscar a contribuir para que se desenvolvam estratégias coletivas de transformação e que podem promover a emancipação dos sujeitos diante de realidades que tensionam no impedimento de imaginar novas possibilidades de futuro. Espera-se, com o estudo, contribuir para a compreensão dos fatores que estão na base da aproximação e do distanciamento dos pais da vida escolar de seus filhos, notadamente ao que se refere à responsabilização do papel de cada uma das instituições – família e escola – na formação de adolescentes capazes de enfrentar os desafios da sociedade contemporânea. Busca-se, ainda, fomentar a discussão sobre a importância do psicólogo como profissional que pode trazer contribuições à escola no que concerne à compreensão e promoção do desenvolvimento de adolescentes e da importância do diálogo e parceria com as famílias em seu processo educativo, diante dos desafios presentes na realidade social atual.

Inclusão Social na Universidade Pública: Notas sobre a Permanência Estudantil

Autor: Renata Trasse (UNESP)

Introdução: A Educação traz em seu bojo inúmeros fenômenos relacionados a possibilidades de transformações no contexto social, político e educacional de um país. Em menos de duas décadas, as Ações Afirmativas em sua implementação realizadas no Brasil, aqui englobando tanto as relacionadas ao acesso no Ensino Superior pelas etnias, como as voltadas por reserva de vagas para as classes refletoras das desigualdades sociais, apresentaram-se como propostas de enfrentamento a exclusão dos grupos historicamente excluídos da sociedade, que poderiam assim, através do Ensino Superior, superar a alcunha da desigualdade social e racial. Tal conjuntura e seus respectivos fatores estruturais, incorporam para as universidades públicas a problemática das desigualdades de escolarização entre classes sociais e etnias em seu contexto, apresentando várias questões inéditas. A pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação de Psicologia na UNESP de Assis, intitulada Significações da Vivência Acadêmica de Universitários Cotistas de Engenharia: Um Estudos dos Modelos Organizadores do Pensamento tem como um de seus eixos fundamentais de estruturação a análise da vulnerabilidade social na universidade pública expressa na Permanência Estudantil. O tema apresenta a inclusão social na Educação Superior de jovens de vulnerabilidade social e traz como problemática a Permanência Estudantil. O país apresentou melhoras na última década pela viabilidade de acesso dos jovens à universidade pública e buscou criar programas de suporte ao estudante. Todavia, a Educação Superior mostra na atualidade um acesso bem abaixo do esperado de jovens e dificuldades estruturais, funcionais e conceituais para a Permanência Estudantil em suas universidades. A Permanência Estudantil é um tema recente, pouco estudado e deve ser ampliado para diversos campos do conhecimento, o que torna complexo sua análise. O Brasil, que vive no momento regressão em várias dimensões em suas políticas educacionais e tecnológicas das políticas neoliberais do atual governo visualiza até mesmo a possibilidade de extinção dos programas de Permanência Estudantil. Contudo, sua relevância é primal para a efetivação da Educação enquanto direito social da sociedade brasileira. Portanto a Psicologia apresenta em seu arcabouço de saberes e práticas um papel relevante nessa discussão.

Objetivo: Realizar estudo teórico sobre Inclusão Social na Universidade Pública analisando os conceitos de Permanência Estudantil e Vulnerabilidade Social.

Relação clara com o GT e eixo temático escolhido: O trabalho evidencia no campo da política educacional a relevância da inclusão social como propulsora de uma educação pública emancipadora. Trata-se de um assunto de extrema relevância, pois o Brasil sempre apresentou uma grande desigualdade social no acesso dos jovens na



Educação Superior e, em especial no acesso à universidade pública. O cenário atual, marcado pelo desmonte da Educação, ilustrado pelo combate incessante a Educação Superior e a Ciência e Tecnologia desestabiliza de forma séria as políticas de Ação Afirmativa das Universidades Públicas.

Orientação teórica: Esse trabalho é uma tentativa de buscar uma análise da pesquisa por lentes diferenciadas de sua linha de pesquisa, delimitada no sujeito. Tal ousadia foi motivada pela presença da dialética sempre presente nos binômios indivíduo - sociedade, razão e afetividade. Para tal fez-se uma aproximação com a Psicologia Social Crítica, assumindo a educação como recurso fundante da emancipação do indivíduo. Nessa análise foram utilizados como marcos teóricos estruturais os conceitos de Educação, Vulnerabilidade Social, Juventudes e Permanência Estudantil. A Educação aqui é compreendida como direito fundamental do ser humano, elemento continuamente construído, constitutivo das condições da materialidade da subsistência do indivíduo e da soberania do país, a condição prévia da prática de cidadania, o alicerce para o empoderamento coletivo. A Educação Superior no Brasil foi corroborada no país na Constituição de 1988 que determinou a sustentação vital das universidades: a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e a autogestão universitária. O país, ao implantar políticas afirmativas na educação superior, oportuniza acesso em instituições anteriormente outorgadas as elites, almejando a minimização das assimetrias estruturais da desigualdade social da sociedade na medida que fomenta à equidade, reconhecimento, justiça, na via das políticas públicas educacionais. A Vulnerabilidade Social abrange múltiplos fatores que fragilizam os sujeitos no exercício de sua cidadania, não se limitando a pobreza entendida por renda. As ações profissionais no âmbito das políticas podem tanto reduzir quanto reforçar a vulnerabilidade social pois influenciam e são capazes de serem influenciados pelas práticas sociais e (não)produção de cidadania. O conceito de Vulnerabilidade Social foi escolhido de forma proposital para superar a definição de pobreza. A juventude, cuja marca no Ensino Superior incorpora também o jovem adulto, a compreende inserida em um processo social em construção, relacionado com os aspectos históricos e culturais, sem desconsiderar os aspectos geracionais e biológicos. Dotada de grande diversidade e ambivalência social: ora tida como futuro do país, ora relacionada a risco social e marginalidade. As juventudes são caracterizadas em seus diversos contextos, não podendo ser tratadas de forma homogênea, por terem intrínseca, entre outras dimensões, condições sociais plurais. Finalmente, a Permanência Estudantil foi interpretada nesse estudo como categoria conceitual em formação, associada ao desenvolvimento de políticas inclusivas para os alunos oriundos da política de Ação Afirmativa, sendo consequência e necessidade direta da ampliação do acesso as vagas no Ensino Superior e a visualização de necessidades das classes sociais vulneráveis, geralmente direcionadas a materialidade da subsistência. Em oposição e complementação ao conceito, políticas de permanência estudantil, seriam a somatória de diferentes políticas de campos diversos e interdependentes, que juntos teriam a incumbência de efetivar a Educação Superior enquanto um direito social.. Finalmente,

Método: Estudo teórico de cunho bibliográfico, com reflexão crítica e abordagem compreensiva-interpretativa.

Resultados : Pensar Inclusão Social no Ensino Superior do Brasil introduz como cernes de discussão e de forma integrada o segmento da Educação e Juventude, a Vulnerabilidade Social e a compreensão da Permanência Estudantil enquanto políticas. O estudo apontou a relevância de uma caracterização das Juventudes em seu campo social, pois diferentes significados são atribuídos em cada contexto. Uma ruptura com a homogeneização dessa parcela da população em suas expressões diferenciadas é fundamental para os Programas de Permanência Estudantil. Por sua vez a aproximação com os estudos sobre a Permanência Estudantil mostraram seu sinônimo com a assistência estudantil, trazendo um grande erro, inclusive conceitual, reducionista e limitante para intervenções e garantia dos direitos sociais. Em concomitância não foram observados na literatura discussões que envolvessem conceitos de risco social e vulnerabilidade como analisadores institucionais nas políticas públicas de Educação no Ensino Superior bem como as múltiplas dimensões (saúde, cultura, lazer, cidadania, etc) que envolvem as Juventudes não apresentaram estudos conceituais associados a Permanência Estudantil.

Conclusões: A Inclusão Social no Ensino Superior dá-se pela via do acesso e da Permanência Estudantil. Todavia o alcance da relação dos modos históricos na Questão Social, que se expressa na produção massiva da desigualdade social, é inerente a esse processo. A Psicologia, enquanto ciência e profissão, em seu claro compromisso com os interesses dos pobres, ao trazer seus saberes e práticas, através dos dispositivos e equipamentos que se faz presente, em seus discursos, poderes e atores que a operacionalizam enquanto ciência trazem grandes elementos para essa transformação. O recorte da pesquisa aqui apresentado, publiciza a estruturação assistencialista da Permanência Estudantil, colada a ideais meritocráticas, portanto que produzem ajustamento e adaptação



social, normalidade e normatização do indivíduo em sua condição de pobreza quando inserido na universidade pública. A Universidade deve legitimar a Educação em todo o processo de desenvolvimento humano, o que inclui a Juventude em sua diversidade de necessidades. Cabe a Universidade em conjunto com o campo da psicologia o desenvolvimento interseccional das políticas correlatas ao segmento juvenil, a luta incessante pela manutenção e estrutura das Ações Afirmativas, a adoção da Política Nacional da Juventude como um desdobramento em seus muros e a consolidação de políticas ampliadas aos indivíduos e coletivos marcados pela vulnerabilidade social de permanência estudantil integralizada, problematizando e perfazendo uma análise ética, estética e política do trabalho de psicólogas e psicólogos que atuam em contextos universitários em uma sociedade atravessada por marcadores sociais que produzem desigualdades.

O enfrentamento das violências na/da escola: rejeição social e bullying.

Autor: Vânia Santos Rodrigues (UNOESTE)

Coautor: Thalita Santos Bastos (UNOESTE) e Andreia Duarte-Alves (UNOESTE)

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência de estágio em uma escola municipal de Educação Infantil e Fundamental I do interior de São Paulo que apresentava uma crescente demanda de violência entre os alunos. A intervenção contemplou majoritariamente os alunos e foram desenvolvidas algumas ações específicas com pais, professores e gestoras. No decorrer das intervenções e visitas, observou-se uma dinâmica de naturalização ou medicalização da violência, visíveis nas frequentes situações de rejeição social a alunos e grupos, bullying, agressões físicas e verbais. Esse contexto interferia diretamente no trabalho pedagógico e no processo de aprendizagem. O problema da violência na escola demanda um debate urgente e aprofundado pela Psicologia, principalmente pelo aumento de casos extremos e pelos riscos de explicações que justifiquem ou corroborem para a naturalização desses eventos.

A intervenção visou oferecer para as crianças um espaço de acolhimento e reflexão sobre os diferentes aspectos que compõem o cotidiano escolar, favorecendo o reconhecimento de si e do outro, estimulando a construção de um saber crítico sobre as causas e consequências dos conflitos e agressões vivenciadas. Dessa forma buscou-se desenvolver autonomia, ética e respeito às diferenças, bem como desenvolver estratégias de enfrentamento de situações de rejeição social e bullying compactuadas por toda comunidade escolar contra indivíduos ou grupos.

Os resultados obtidos nesta intervenção a partir das falas das crianças e situações identificadas no cotidiano da escola demonstram a importância de um olhar crítico sobre a violência dentro da escola, em busca de desnaturalizar concepções e condutas cristalizadas no cotidiano escolar. As intervenções permitiram entender atitudes agressivas das crianças como resultado de uma rede complexa de violências institucionais, que silenciam os espaços de fala e fortalecem discursos culpabilizadores. Este trabalho se alinha ao Eixo 1 "Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais", assim como aos Grupo de Trabalho nele inserido por contribuir para a discussão sobre alternativas de intervenção a respeito das políticas públicas dentro do ambiente escolar proporcionando espaços dialógicos para as próprias crianças que vivem a privação de direitos, as práticas autoritárias e a banalização da suas particularidades. Compreendendo a escola como um lugar em que possa ocorrer à dissolução dessas práticas, esta intervenção entende que o enfrentamento da violência na escola passa pela promoção de espaços de fala como meio de emancipação das crianças na construção da sua história, possibilitando questionar ações identificadas como naturais e assim refletir sobre o poder de criar novos modos de viver, se expressar e se relacionar.

O planejamento e análise dos dados são fundamentados na Psicologia Social Crítica e na concepção de Processo Grupal de Silvia Lane e Ignacio Martín-Baró. Baseado na proposta do trabalho que foi realizado majoritariamente com as crianças, se deu a escolha dessas perspectivas, compreendendo o ser em sua formação, como um ser total, passível de particularidades e individualidades, como, de expressões e manifestações sociais comuns a outros. Compreende o grupo, não apenas como uma reunião de pessoas com alguma semelhança, mas como um processo de caráter histórico e dialético, acontecendo ao mesmo tempo e no mesmo espaço experiências pessoais e compartilhadas de uma sociedade, materializando elementos da estrutura social. Nessa mesma perspectiva foram buscadas similaridades metodológicas que colaborassem com a construção de uma intervenção que possibilitasse a constituição de grupos mais livres e autônomos. Recorremos à concepção de Martín Baró sobre a violência como um processo dinâmico e político que funciona como instrumento de manutenção de uma



determinada ordem social. Neste sentido, a violência institucional deve ser compreendida como uma dinâmica que atua em diferentes equipamentos do estado com a função de legitimar e reproduzir as injustiças estruturais de uma sociedade. Neste sentido, entendemos que tanto a rejeição social quanto o bullying são fenômenos difíceis de serem identificados e enfrentados pela comunidade escolar pela própria condição da escola ser instrumento de reprodução de uma estrutura social e política violenta. Porém, é também a partir da escola que podemos promover resistência e a interrupção de ciclos de injustiças, desigualdades e exclusão social.

A intervenção com os alunos foi realizada em grupos semanais com duração de cerca de uma hora e meia. Foi adotado como metodologia, rodas de conversa, atividades lúdicas, jogos, dramatizações e dinâmicas de grupo direcionadas à compreensão das crianças enquanto sujeitos históricos e capazes de produzir conhecimento sobre si e sobre a escola, percebendo seu papel no ambiente escolar e suas implicações na experiência afetiva do outro.

As atividades permitiram um espaço dialógico e espontâneo de expressão de aspectos subjetivos e objetivos da vida dessas crianças, espaço antes não existente no ambiente escolar. Os alunos participaram ativamente, demonstrando mais autonomia, problematizando preconceitos e estereótipos construídos a respeito de si e dos outros, favorecendo a pluralidade e o respeito às diferenças. Ao longo do trabalho também foram realizadas ações específicas com professores, pais e gestoras a fim de promover estratégias de enfrentamento mais amplas e efetivas para a construção de práticas promotoras de emancipação e cidadania.

A resposta dos alunos à intervenção permitiu compreender que a demanda inicial de indisciplina e agressividade dos alunos apresentada pela escola constituía numa resposta ou defesa das crianças a uma dinâmica de violências institucionais. A questão da violência entre os alunos é constantemente tratada como um problema cuja solução não está nas mãos da escola, uma vez que supostamente decorre das condições sociais, biológicas ou psicológicas das crianças, ou ainda, da falta de imposição de limites pelas famílias. Durante toda a intervenção pode-se problematizar e refletir sobre as condutas da comunidade escolar diante dos conflitos, agressões ou violências praticadas pelos alunos, permitindo pensar o lugar da escola dentro do contexto social e político da sociedade, as formas de ensino, o ideal de escola, formação docente, capacitação de gestores, metodologias aplicadas, disposição de recursos entre outras problemáticas que frequentemente são pouco lembradas quando discutimos o problema da violência na escola. Diante das dificuldades da rede de abrir espaços para intervenções mais amplas, o trabalho foi direcionado a promover ações micropolíticas com os alunos, pais e professoras oferecendo espaços de fala e de produção de saberes sobre a escola, a cultura, a realidade social, a história e os projetos de futuro.

Pesquisa e Formação como unidade dialética: uma possibilidade em discussão

Autor: Sayuri Masukawa Dezerto (PUC-SP)

A presente proposta de comunicação oral corresponde a uma pesquisa de doutorado em andamento no campo do Materialismo Histórico e Dialético, da Psicologia Sócio-Histórica e da Pedagogia Crítica, realizada no âmbito do GADS (Grupo Atividade Docente e Subjetividade), do Programa de Psicologia da Educação da PUC-SP, e junto ao grupo de pesquisa de Anna Stetsenko, no Graduate Center da City University of New York-USA, tendo em vista o necessário compromisso social da pesquisa. A tese em questão tem como objetivo geral construir e apresentar uma proposta dialética de pesquisa e formação de educadores para o desenvolvimento de um posicionamento ativista transformador, e como objetivos específicos: a) apreender significações de formadores de educadores sobre quais e como são as práticas de formação desenvolvidas por eles; b) apreender significações de formadores de educadores sobre sua atividade e que concepções a constituem; e c) desenvolver um posicionamento ativista e transformador tanto nos pesquisados-formandos como na pesquisadora-formadora. Tais objetivos foram definidos a partir das seguintes questões-problema: 1) Que concepções sobre ensino, aprendizagem, desenvolvimento e conhecimento fundamentam os processos de formação de educadores? 2) Quão claras são para formadores de educadores as concepções que constituem as práticas de formação que eles desenvolvem? 3) Quais seriam as contribuições e os limites dessas concepções? É central nesta proposta a concepção de ser humano como sujeito ativo, que tem potencial para transformar a sociedade e, dialeticamente, é transformado por ela. Nesta direção, conforme mencionado anteriormente, a fundamentação teórico-metodológica desta pesquisa se dá no campo do Materialismo Histórico e Dialético, da Psicologia Sócio-Histórica e da Pedagogia Crítica, em que destacamos o Posicionamento Ativista e Transformador (STETSENKO, 2017); o significado político de classe da Educação (CHARLOT, 2013); Educação como intervenção política para transformação social (GIROUX, 2004); o debate de cânone,

construção de conhecimento e educação multicultural (BANKS, 1993); imperialismo cultural (APPLE, 2011); o papel central do julgamento (BIESTA, 2015); práxis (FREIRE, 1987); Pesquisa Crítica-Colaborativa – PCCol (MAGALHÃES, 2013); categorias do Materialismo Histórico e Dialético (MARX, 1818 - 1883), como historicidade, mediação, práxis, totalidade, e da Psicologia Sócio-Histórica, como atividade, pensamento e linguagem, sentidos e significados, dimensão subjetiva da realidade (AGUIAR et al, 2009); e Núcleos de Significação (AGUIAR et al, 2015). Dá-se relevo à categoria dimensão subjetiva da realidade devido ao seu potencial de construir e dar visibilidade à síntese mais avançada e totalizante alcançada até o momento em relação ao objeto estudado. Considera-se que a fundamentação teórico-metodológica mencionada, bem como os conceitos e categorias destacados, contribuem de modo substancial à necessária articulação dialética dos processos de pesquisa e formação. Tal articulação é não apenas convergente com a perspectiva empreendida nesta pesquisa, mas também viabiliza o compromisso com a sociedade de pesquisadores críticos interessados em compreender a realidade para transformá-la, de modo a superar a desigualdade social. A referida proposta de pesquisa e formação como unidade dialética tem sido tratada como alternativa fundamental para a produção de conhecimento sobre objetos de estudo diversificados na trajetória do GADS, tais como gestão escolar; autoconhecimento; direitos humanos; educação alimentar e nutricional; relação família-escola; educação na perspectiva inclusiva, entre outros. Nesta tese, o objeto de estudo em questão é a atividade de formadores de educadores. Ao pesquisar este objeto, espera-se que a pesquisadora contribua para a produção de um posicionamento ativista e transformador tanto dela mesma como dos sujeitos pesquisados. No total há a participação de 9 (nove) formadores de educadores, distribuídos em 3 (três) grupos de 3 (três) profissionais que atuam em Secretarias ou Departamentos Municipais de Educação, sendo 1 (um) grupo por Secretaria ou Departamento. O procedimento de produção de informações corresponde a 5 (cinco) encontros presenciais de 2 (duas) horas cada com cada grupo, em um processo de pesquisa e formação que, dentre outros elementos, preza por colaboração e crítica. Há 2 (duas) Secretarias de Educação que se situam no Estado de São Paulo, na região do Vale do Paraíba; e 1 (um) Departamento de Educação que também se localiza no Estado de São Paulo, na região do Vale do Ribeira. Embora tanto as Secretarias como o Departamento de Educação contem com uma equipe de outros profissionais que também se dedicam a Educação, os sujeitos convidados a participar desta pesquisa correspondem apenas àqueles que realizam a atividade de formar educadores. O procedimento de análise e interpretação de informações utilizado é o denominado Núcleos de Significação (AGUIAR et al, 2015). Avalia-se como de suma importância a apreensão das significações dos sujeitos participantes por meio do procedimento Núcleos de Significação, pois entende-se que tal procedimento coaduna com a perspectiva e fundamentação teórico-metodológica aqui adotadas. Cabe ressaltar que há movimentos reiterados ao longo do processo de pesquisa e formação, com em movimentos de idas e vindas entre os encontros com os participantes e a análise das informações. Postula-se que a já referida apreensão das significações serve como meio para se desenvolver dialeticamente os processos de pesquisa e formação; e como fim para explicitar, na tese, as análises das informações e os conhecimentos produzidos ao longo do processo. Espera-se que a proposta de desenvolvimento dialético dos processos de pesquisa e formação aqui apresentada, em linhas gerais, venha a favorecer a produção de um posicionamento ativista e transformador tanto da pesquisadora como dos sujeitos pesquisados; a melhoria das práticas de formação realizadas pelos sujeitos envolvidos; e a contribuição para a transformação crítica e colaborativa da realidade, de modo a contribuir para a superação da desigualdade social.



Políticas de identidade e Políticas Públicas de Educação: Um estudo sobre identidade de professores do ensino fundamental II

Autor: Valquíria Soares Proence (PUC-SP)

As Políticas educacionais têm por objetivo as ações do Estado no âmbito do ensino público. A história das políticas públicas de educação tem como aspecto, o que antes foi o direcionamento aos interesses da colônia, das elites, dos ditadores e que hoje inicia num contexto de novas definições pautadas em privatizações e as exigências do mercado internacional (Alves e Cobra, 2013). O presente estudo fundamenta-se na ideia de que a escola, no contexto das novas definições das políticas educacionais, cria e recria cotidianamente uma prática em que estão em jogo as exigências do mercado e as atribuições de sucesso e fracasso às individualidades dos integrantes da escola. O projeto de educação, tecido ao longo da história brasileira, tem sustentado a instituição escolar como mediadora de uma política de identidade que prioriza a colonização em detrimento da emancipação. Se propõem então, identificar na instituição escolar as políticas de identidade que se manifestam no contexto da escola pública. O problema desta pesquisa se estabelece na identificação e análise dos paradoxos produzidos nas relações efetivadas no interior da escola e as possibilidades de identidades em emancipação, isto é: como a escola, enquanto instituição educativa, tem se posicionado no que se refere à constituição do sujeito e no que diz respeito à emancipação humana? Desenvolvida dentro do programa de Iniciação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) no período de Agosto de 2018 a Julho de 2019, a pesquisa usou para a expressão do empírico as narrativas de histórias de vida (Lima, 2014) de duas Professoras do Ensino Fundamental II de uma escola municipal democrática, localizada na cidade de São Paulo. A perspectiva da Psicologia Social Crítica, a partir da ideia da dimensão histórico-social, compreende que os fenômenos psicológicos são resultado de um processo de constituição social do indivíduo, no qual o considera como produto e produtor de sua história pessoal e social. Para Lane (2006), o indivíduo se constitui por suas relações sociais e trajetória de vida, sendo um ser histórico e cultural. Compreendendo que o indivíduo é produto e produtor de sua história, a Psicologia Social assume que a atividade, consciência, afetividade e identidade são quatro categorias fundantes para compreender o indivíduo. E nessa última categoria que essa pesquisa se debruça. Antônio Costa Ciampa (2007) apresenta a ideia de que o indivíduo é uma representação do momento histórico, do lugar da família de origem e da vida que vive, supondo que a identidade de maneira dinâmica. A pesquisa de Ciampa representou uma nova concepção de identidade, revolucionando o campo e as importantes teorias utilizadas no Brasil até então, que tinham uma leitura de identidade como "natural" e "estática", propondo uma leitura de identidade como algo dinâmico, de constante metamorfose. A identidade é compreendida como um processo dialético, dinâmico, contínuo e transformador, no qual o indivíduo vive, produz em torno de construções sobre si mesmo e sobre as referências do mundo, afetando e sendo afetado pela realidade na qual está inserido. Sobre as narrativas de história de vida, método utilizado na pesquisa, ela não está focada em descrever informações precisas, relatórios ou informações, mas sim no que a história traz sobre o sujeito, ou o que o sujeito traz sobre a própria história, sobre como os acontecimentos se revelaram para ele, e como foram importantes para o processo de metamorfose da sua identidade, sendo verdadeira ou não a narrativa trazida. Compreendendo esses pontos, a análise foi feita a partir da perspectiva da Psicologia Social Crítica, a luz do Sintagma Identidade-metamorfose-emancipação, proposta por Ciampa (2007). A educação brasileira, desde sua gênese tem como projeto uma política que direciona aos interesses da colônia, das elites, dos ditadores e que hoje inicia num contexto de novas definições pautadas em privatizações e as exigências do mercado internacional (Alves e Cobra, 2013). E aqui uma contradição da educação foi posta, pois apesar da democratização do acesso à educação, afirmada pela constituição como direito social, não implicou em uma educação democrática (Oliveira, 2012). A escola aqui investigada tem um projeto pedagógico que questiona essa política posta, ela tem como norteador de suas práticas um projeto político-pedagógico que aposta na maior participação de todos os membros da comunidade escolar nas instâncias deliberativas e na possibilidade do aluno de gerir seu processo de aprendizagem. A compreensão de que o "singular materializa o universal", permitiu observar que apesar da escola apresentar, com o projeto pedagógico com pretensões ousadas, grandes desafios e que causam receios e medos as professoras, principalmente por essa proposta de as colocarem em um novo lugar de protagonismo dentro da escola, esse novo lugar também possibilita que as professoras tenham uma posição de protagonista – e não de refém – na busca ou na construção de possibilidades emancipatórias. A entrada na escola com gestão democrática trouxe as entrevistadas novas possibilidades identitárias, que foram construídas com mais autonomia, permitindo assim o desenvolvimento em sentido emancipatório. As características que alinham a prática da escola, situadas

no campo da objetividade/materialidade, juntamente com a subjetividade das professoras, em um processo dialético, trouxeram transformações nas identidades das participantes, transformações essas que também foram no sentido emancipatório.

Por uma educação antirracista: aproximações e ressonâncias entre branquitude e negritude na construção da identidade

Autor: ADRIANA MORAES (UFPA)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo identificar e discutir as consequências materiais, simbólicas e psíquicas vividas pela população negra na contemporaneidade, bem como, analisar e refletir qual a relação entre os conceitos de branquitude, negritude e identidade e a prática educacional, apontando as contribuições da Psicologia Social no contexto Educacional brasileiro no que tange ao combate e enfrentamento ao racismo por vias de práticas educativas formais e não formais.

Buscando-se metodologicamente ancorar-se no estudo, discussões e análises de textos das literaturas produzidas nacional e internacionalmente sobre branquitude, negritude e identidade negra de maneira contextualizada e reflexiva da realidade brasileira interseccionando com uma Educação Antirracista e nas perspectivas das premissas dispostas nas Políticas de Ações Afirmativas da Lei 10639/03 e suas posteriores atualizações e do legado de anos de reivindicações, lutas e pressões do Movimento Negro no Brasil, por uma educação não mais com características hegemônicas e eurocêntricas, mas sim antirracista.

Embora a categoria raça não possua sustentação científica, continua sendo uma construção política e social, bem como, discursiva sobre a qual se organizou o referido regime de poder socioeconômico, que tentava legitimar e justificar as desigualdades sociais e raciais, embora a experiência praticada no Brasil refere-se a importância que é atribuída a cor da pele, ou seja, ao colorismo, quando mais pigmentada a pele mais racismo se sofre. No contexto social-educacional brasileiro desvela-se um discurso recorrente na categoria dos Educadores, onde muitos afirmam não terem sido suficientemente bem amparados ou pouco instrumentalizados para lidar/intervir neste fenômeno social, isso nos levar a compreender que no processo de combate e enfrentamento ao racismo e seus derivados existe uma lacuna no que tange a aplicabilidade da 10639/03 no se refere a formação dos formadores se considerarmos os cursos de Licenciatura e Formação.

Observa-se que parece haver uma dicotomia, uma separação, um hiato, uma linha "imaginária" que separa teoria e prática, com isso a prática docente parece ganhar um status de "desafio e impossibilidade".

Trazer a luz tais problematizações decorre principalmente de minha condição de mulher e negra, com formação em Psicologia, bem como, de minha inserção na docência superior através dos programas de interiorização dos cursos de Licenciatura nos Municípios de Estado do Pará durante os últimos 12 (doze) anos e na própria atividade como docente e no acompanhamento e orientações dos alunos em atividades acadêmicas, a qual possibilitou o surgimento de observações, de inquietações e estranhamentos diante de um cenário tão desafiador e instigante quanto prazeroso.

Os estudos para a compreensão sobre as relações raciais no Brasil, no campo da Psicologia orienta-se a partir da identificação de três momentos do pensamento psicológico brasileiro acerca das relações étnico-raciais no Brasil: Período 1- do final do século XIX e início do XX, Período 2- de 1930 até 1950 marca o debate sobre a construção social das diferenças, crítica e de desconstrução do determinismo biológico das raças na constituição do campo da Psicologia e da Psicologia Social e o Período 3- de 1990 em diante, início dos estudos de Branqueamento e Branquitude.

Na década de 1990, ganha novo fôlego; Iray Carone, Maria Aparecida Bento e Edith Pizza inauguram estudos sobre branqueamento e branquitude, ou seja, a identidade étnico-racial que uma pessoa branca pode escolher ou não revelar, baseada pelos benefícios simbólicos decorrentes do privilégio em que a hierarquia racial coloca os brancos. Para Maria Aparecida Bento(2004), o branqueamento é um processo político que nasce do medo das elites brasileiras do crescimento da população negra/mestiça; refere-se à construção de uma identidade branca pela pessoa negra, que incorpora um conjunto de padrões. Mas nesse processo, algo também acontece com os brancos, ocorre um movimento de mudança: os estudos deslocam-se dos racializados para o centro.



Tais críticas são, atualmente endereças dentre outros aspectos ao processo da saúde mental dos negros enquanto consequência perversa e desumanizante a qual a população brasileira tem sido sistemática, ininterrupta e frequentemente vítima de práticas racistas e discriminatórias. Os estudos sobre branqueamento e branquitude, evidenciam então as relações de poder que essa estrutura leva: ao privilégio simbólico e material dos sujeitos brancos e aos aviltamentos relacionados aos negros em nossa sociedade. Mostram que, assim como as categorias de classe e de gênero, a categoria raça constitui, diferencia, hierarquiza e localiza os sujeitos em nossa sociedade. Os estudos na área devem considerar que o momento atual sugere maior ênfase no aspecto relacional da construção das identidades.

Alias, a decisão de escravizar ou a omissão frente ao sistema escravocrata já carrega em si indiscutíveis sinais de deformidade moral e ética, ao contrário do que se concebia anteriormente, citando as tentativas por parte dos negros de ascensão e integração social como um sintoma do desejo de branquear, negando-lhe todas as possibilidades de movimentos reais, verdadeiros e genuínos de luta, resistência e potencialidades (Bento, 2004). Assim, como pode o negro constituir-se enquanto sujeito, como pode constituir uma identidade negra positivada tendo suas características assolapadas pelas tramas simbólicas do branqueamento? Como pensar então uma negritude co-existindo em um sistema estrutural e estruturante de racismo que culpa-o pela própria discriminação que sofre e que assim legitima as desigualdades sociais e raciais. Essa mesma estrutura, conduz a uma negação, silenciamento, omissão, escamoteamento e distorções a respeito das discussões do papel e do lugar que o branco tem secularmente ocupado nas relações étnico raciais no contexto brasileiro, contribuindo para reiteradamente apontar o negro como algoz de si mesmo.

Isso nos leva a observarmos e indagarmos a não neutralidade científica diante de tais fenômenos e sua possível participação na reprodução das desigualdades sociais e raciais, que podem inferir um parâmetro importante nos estudos das práticas psicológicas e pedagógicas no contexto educacional, seus efeitos e consequências no que concerne ao racismo, e o sofrimento e a saúde mental da população negra, bem como, a constituição da identidade daí decorrentes, entendidas aqui como a branquitude e a negritude.

Tais estudos são relevantes pois possibilitam alcançar a compreensão real da dinâmica que envolve a compreensão do fenômeno em questão, bem como, explicitar suas contradições, refletindo e procurando desmitificá-lo, para uma atuação mais consistente e de qualidade no âmbito da Educação científica.

METODOLOGIA

As atividades foram desenvolvidas em sala de aula de forma dialogada, com leitura e discussão de textos, exibição de filmes e documentários, primando por uma atmosfera participativa e reflexiva, fundamentando-se nesse processo pedagógico na relação teoria-prática, objetivando constituir-se um espaço privilegiado de construção coletiva do conhecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Logo, não parece pouco complexa a discussão e problematização ética, profissional e política dos atores sociais imbricados com estas questões, destacando-se aqui os Educadores e seus lócus de atuação o contexto Educacional. Assim como as principais discursividades que atravessam e que ainda vigoram no campo das relações étnico raciais no campo da Educação. Tal observação ganha relevância pois a atuação/intervenção de modo irrefletido produz apenas treinamento, habilidades, mecanismos vazios em contra partida a um posicionamento mais ético e político, tão necessário quando pensamos em identidades e subjetividades, ou seja, existe uma historicidade e uma regionalidade na criação e utilização das teorias e conceitos, avançando no enfrentamento dos problemas contemporâneos.

O início desse processo, talvez esteja na possibilidade de se identificar os pontos de cristalização, os resquícios de estratégias que se pautam pela exclusiva reprodução de conhecimentos, esvaziadas de um enfrentamento ético-político e que, possibilite a constituição de um movimento conta-hegemônico, aliando as necessidades sociais e o exercício profissional em conformidade com as demandas desse seguimento da população brasileira. Nesse sentido, a Psicologia junto as demais Ciências tem a importante e longa tarefa de colaborar na construção de novos conhecimentos neste campo, na pesquisa, na intervenção pedagógica no que tange as repercussões psíquicas que o sistema escravocrata e o processo de branqueamento deixou para as gerações posteriores da população negra.



Assim, identificar e discutir sobre uma Educação Antirracista representa um importante aporte teórico/prático na discussão das questões raciais no Brasil buscando interface entre os estudos sobre branquitude/negritude e Educação Antirracista, servindo de instrumento de interpretação/compreensão/análise/conhecimento dos fenômenos educativos, para que suas repostas/decisões cotidianas possam ser respaldadas no conhecimento.

BIBLIOGRAFIA

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e Branqueamento no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida. (Orgs) Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. (1979). Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. Ed. Brasil: LTC, 1988.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Estratégias Políticas de Combate à Discriminação Racial. São Paulo: EDUSP/Estação das Letras, 1996.

_____. Negritude: uso dos sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

_____. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 4. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Relações Sociais e Participação Estudantil: Relato de Experiência de Estágio em Psicologia Escolar

Autor: Matheus Rocha (PUC Campinas)

Coautor: monica gobitta e Andreia Rodrigues (PUC CAMPINAS)

O presente trabalho está inserido no contexto de práticas de estágio supervisionado do 10º período de Psicologia Escolar, em duas turmas de 8º ano do Ensino Fundamental II de uma Escola Municipal do interior do Estado de São Paulo. A atuação da Psicologia na escola envolve, entre outras coisas, a compreensão do ambiente escolar e seus diversos atores, para isso é necessário a análise da instituição de ensino, bem como da realidade social em que os alunos, professores e funcionários estão inseridos. Ora, isso contribui para que as demandas apresentadas pela escola sejam compreendidas como um processo historicamente construído na inter-relação dos atores do processo educacional, a saber, os alunos, professores, coordenação e comunidade escolar, promovendo assim possibilidades de emancipação dos dilemas escolares, contrariando o movimento hegemônico de culpabilização dos alunos e/ou professores e familiares. A escola em que ocorre o estágio passou por recentes mudanças na gestão e no funcionamento da instituição, como o trabalho em salas ambiente, que é uma proposta em que cada sala será sede de uma disciplina. Sendo assim, os alunos têm que se deslocar entre as salas a cada mudança de aula. Além de constantes tentativas de aproximação com a comunidade em que a escola está inserida. No que se refere às turmas de 8º ano, também passaram por recentes mudanças, pois nos anos anteriores (6º e 7º anos) tinham uma composição de alunos e para o ano de 2019, a gestão escolar optou por mesclar as turmas e, diante disso novas relações entre alunos ocorreram. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi promover reflexões sobre as relações sociais presentes na escola, perspectiva de futuro e participação estudantil na instituição de ensino. Para o cumprimento de tais objetivos, lançamos mão da Psicologia Histórico-Cultural, especificamente das obras de Vigotski, para fundamentar nossa atuação. Desse modo, a compreensão do ser humano é pautada na ideia de que o desenvolvimento ocorre no/pelo meio, contexto no qual as relações sociais e intersubjetivas se desenvolvem, destacando-se assim, a relação dialética do ser humano como produto-produtor da realidade objetiva. Nessa perspectiva, a adolescência é compreendida como uma fase transição, visto que algumas características da infância são superadas, quando o adolescente passa a desenvolver modos mais complexos de relação com a realidade, especificamente o pensamento e a imaginação. Isso posto, não é possível separar o funcionamento do pensamento e da imaginação. A partir dessa vinculação, a capacidade de imaginar seguirá a mesma proporção das possibilidades de pensar abstratamente. Ora, a partir da imaginação o adolescente pode acessar diversos conhecimentos que são transmitidos via professores, livros, filmes, música e afins, o que possibilita pensar para além do que está dado no

presente. Fundamentados nessa perspectiva teórico-metodológica, inicialmente foram realizadas observações em sala de aula e conversas com os protagonistas da escola, a saber, alunos, professores, gestores e funcionários, com o objetivo de compreender profundamente as demandas presentes na escola e a realidade concreta e objetiva da instituição de ensino. Em seguida, foi elaborado um projeto de intervenção, que serviu como referência para o desenvolvimento das atividades. Diante disso, as intervenções realizadas com as turmas foram realizadas por meio, do uso de músicas, vídeos e produções artísticas, como desenhos e textos, todos como materialidade artística, as quais possibilitam ao adolescente atribuir diversos significados e sentidos, possibilitando, também, tocar nos afetos, podendo promover a superação da reprodução de discursos e consequentemente da alienação. Além disso, foram utilizadas, também, dinâmicas grupais. Tais atividades possibilitaram aos alunos terem um espaço de expressão, para compreendermos como apreendem a escola e as relações presentes. Foram participantes, cerca de 50 alunos das duas turmas e seus professores. Notou-se que os alunos, por vezes, se percebem e atuam na escola em uma posição passiva, frente às relações de poder presentes na instituição. Em contrapartida, o corpo gestor da escola está em constante tentativa de proporcionar espaços de protagonismo e participação estudantil, evidenciando um tensionamento em relação à como, de fato, a escola pode ser um espaço em que os alunos se percebam como participantes ativos, visto que as contradições são percebidas entre o discurso e prática pedagógica. Isso posto, foi constatada a necessidade de constantes ações para possibilitar que a escola, seja de fato, um espaço de emancipação do sujeito e, não um espaço para práticas alienantes, em favor das classes dominantes. Diante disso, esta proposta de apresentação oral foi pensada a partir da prática de estágio em Psicologia Escolar, em uma escola pública e, vai ao encontro com a proposta de trabalho do GT Psicologia Social em contextos de educação: leituras, análises e práticas de resistência, o qual pertence ao eixo temático Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais, pois buscou problematizar criticamente como se dão as relações sociais na escola, e o protagonismo estudantil, frente ao contexto de desmonte das políticas públicas, principalmente na Educação, bem como, quais as possíveis contribuições da Psicologia nesse contexto. Sendo assim, uma prática de resistência frente aos diversos ataques à Educação, em especial à escola pública brasileira.

Violência e gênero: contribuições da Psicologia Social Crítica por meio de grupos terapêutico-educativos.

Autor: Ângela Cristina Oliveira (UFG) e Gabriela Araújo Barbosa (UFG)

Coautor: Pedro (Pedro Henrique Santos) e VALMIRA RODRIGUES (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS)

O trabalho em questão é fruto das discussões geradas por meio de grupos terapêuticos-educativos com alunos do primeiro período do ensino médio de uma escola estadual da cidade de Catalão-GO. A atividade realizada é uma das ações de extensão do projeto Psicologia na Comunidade sob a orientação do professor Dr. Fernando César Paulino-Pereira, do curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão. A proposta de trabalho foi discutir de maneira crítica as relações de gênero e violência, tendo como objetivo provocar reflexões e problematização de questões que envolvem as histórias de vida dos sujeitos participantes do grupo. Questão que se mostra cada vez mais urgente, visto a ascensão dos discursos de ódio e de relações pautadas pelo patriarcado que reforçam e influenciam sobremaneira ações de violência de gênero. Nesse sentido, buscou-se também, pensar o papel da Psicologia Social Crítica frente a tal problemática. Ademais, pretendeu-se potencializar a percepção da turma enquanto grupo, inserido em um contexto social e político marcado por desigualdades de classe e gênero e ao mesmo tempo, agentes da história social na qual representam membros indissociáveis da totalidade histórica que os produz e que também, a transformam por meio de suas atividades igualmente indissociáveis. Para tal, se teve como abordagem teórica a Psicologia Social Crítica que se baseia no Materialismo Histórico-Dialético, se fez uso de conceitos como Preconceito, Instituição, Emancipação, Papéis Sociais e, Identidade-Metamorfose. Dessa maneira, a atividade foi desenvolvida em encontros semanais através de grupos terapêutico-educativos, cada grupo foi pensado e organizado previamente pelos extensionistas, tendo como base o conteúdo apresentado pela turma durante as discussões. Ao final, totalizaram seis encontros semanais com duração de aproximadamente 2 horas cada. Os dois primeiros encontros foram realizados sem distinção de gênero e, posteriormente com o grupo dividido entre gênero feminino e masculino. Utilizou-se o primeiro encontro para realizar as apresentações dos extensionistas e alunos e, entender quais as concepções da turma acerca da temática gênero. Temática essa que



se estendeu para o segundo encontro, momento em que também foi trabalhado o tema respeito, tendo como referência os direitos humanos garantidos através instrumentos legais, como a Constituição da República Federativa do Brasil, principalmente direitos que dizem respeito às mulheres e LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer). Nesse ínterim, intentou-se problematizar os papéis sociais estabelecidos para o gênero masculino e feminino, bem como as implicações de tais definições na cotidianidade de cada participante. Em seguida, com o grupo dividido por gênero, os extensionistas coordenaram encontros com as temáticas violência e gênero. A temática foi acordada a priori pelos integrantes do projeto de extensão, tendo como justificativa o atual cenário político social brasileiro, que denuncia constantemente a necessidade de uma discussão crítica e reflexiva em torno de tal assunto. No entanto, durante o desenrolar das atividades, buscou-se não trabalhar com algo tido como pronto e acabado, mas sim como uma construção coletiva na qual os alunos participaram ativamente, apontando demandas e sugerindo temas relacionados com a violência de gênero para a discussão. Durante a primeira discussão a cerca do tema gênero, foi possível perceber diferentes concepções, desde aquelas que o consideraram como uma “construção social, em torno do que é ser homem e o que é ser mulher” a aqueles que o identificaram até mesmo enquanto gênero textual. Notou-se também, numerosos entendimentos que remeteram o gênero a questão anatômica, falas como “homem é quem tem pinto e mulher quem tem boceta”. Diante de falas como essa, vez ou outra, os próprios alunos questionaram tal posicionamento, apontando exemplos da cotidianidade e provocando discussões que levaram a turma a refletir e problematizar discursos já cristalizados socialmente. Momento esse, que oportunizou a todos os integrantes do processo grupal repensar ações, ter consciência de si e demais envolvidos, refletir sobre os sentidos pessoais atribuídos a suas falas e confrontá-los com as consequências geradas pela atividade desenvolvida pelo grupo social. Ainda sobre esse assunto, os extensionistas discorreram sobre a formação da Identidade, enquanto processo sócio-histórico, em constante movimento, isto é, em metamorfose, processo esse, que o sujeito transforma e é transformado pelo meio social em que se encontra inserido. No que se refere à temática violência, em diversas falas surgiram relatos de relacionamentos abusivos envolvendo violência física e psicológica, fatos esses que não eram reconhecidos como violências e sim naturalizados na vida cotidiana de muitos participantes. Diante de tal problemática, os extensionistas buscaram questionar os papéis sociais atribuídos e construídos socialmente para o homem e para a mulher, papéis esses marcados por uma cultura patriarcal e machista, que acarreta diversas consequências aos modos de existir do sujeito, entre elas as relações de violência. Outro ponto de grande relevância, foram as descrições feitas em relação aos gêneros masculinos e femininos, compreensões que se coincidiram tanto no grupo com as meninas quanto com os meninos. As mulheres foram descritas como “dóceis”, “educadas”, e “gentis” e os homens “viris”, “fortes” e “protetores”, o que representa mais uma vez, um modo de existir pautado pelo modelo patriarcal, modelo que é constantemente reforçado pelas instituições desde a Socialização Primária e Secundária. Dessarte, foi possível perceber um considerável movimento por parte do grupo, principalmente na interação da turma para discussão de temas tidos como tabus, como o tema proposto pelo Projeto de Extensão. Após os encontros realizados, a turma se mostrou aberta e interessada a refletir questões cotidianas que até então não haviam sido questionadas, como por exemplo, papéis sociais, preconceitos, relacionamentos abusivos e violência de gênero. Isto posto, considera-se que o trabalho realizado foi de grande importância enquanto inserção no campo, mas que exige continuidade, para que se possa aprofundar de maneira pontual as demandas apresentadas pela turma durante a realização dos encontros. No mais, acredita-se que o trabalho exposto representa uma relevante oportunidade de discussão proposta pelo eixo 2, Psicologia Social, Gênero e Sexualidades, visto que no decorrer das atividades foi possível discutir de maneira crítica as relações de gênero e violência, possibilitando assim a partilha de conhecimentos entre os sujeitos. E assim, o fortalecimento da turma enquanto grupo, o que potencializa o surgimento de redes de resistência no enfrentamento dos desafios impostos pelo atual momento político.



GT41: Psicologia Social Jurídica na interface da Justiça e dos direitos: desafios, lutas e problematizações

(Im)Possibilidades de intervenção no contexto socioeducativo: um relato de práticas psicossociais na Amazônia

Autor: Isabella

Coautor: Eliane Fernandes e Edson da Costa Carvalho (FIMCA)

Este trabalho é um relato resultante do estágio profissionalizante final do curso de Psicologia das Faculdades Integradas Aparício Carvalho, na área de Psicologia Social, realizado em uma Unidade de Internação Sentenciada Masculina de Porto Velho, capital de Rondônia, durante o período de seis meses entre os anos de 2018 e 2019, que acolhe os adolescentes da capital, bem como as demandas do distrito e municípios próximos. Em proposta ao estágio, foram destacadas como ofertas as possibilidades de proporcionar à acadêmica conhecimentos referentes à atuação de um (a) psicólogo (a) em colaboração ao funcionamento da aplicação da Medida Socioeducativa em meio fechado, vivenciando a rotina da profissional, juntamente com a dinâmica institucional, tendo por objetivo a prática da psicologia e propostas que pudessem contribuir com o trabalho desenvolvido pela equipe técnica local em prol dos adolescentes que estejam em cumprimento da medida estabelecida. Durante o estágio, foram cumpridas atividades de rotina previstas ao profissional de psicologia, como elaboração de documentos e encaminhamentos, atendimentos individuais e visitas domiciliares, além das propostas de intervenções sugeridas pela estagiária ou solicitadas pela equipe técnica conforme as demandas emergentes no local, sendo ofertadas rodas de conversa com o intuito de incitar discussões que tinham como tema as possíveis formas de violência encontradas no cerne do cotidiano, criando-se um espaço de provocação para reflexões necessárias, além do acolhimento das falas – como método de protagonismo dos sujeitos – e experiências vivenciadas. Ademais, fora realizada a implantação do projeto relacionado ao clube de leitura de gibis, vindo como proposta de atividade estimuladora ao desenvolvimento, considerando a defasagem de atividades na instituição, e ainda o estímulo à leitura, considerando o baixo índice de alfabetização local, onde inicialmente se arquitetou na leitura e construção de histórias em grupo. No entanto, devido a alguns empecilhos institucionais, a prática tomou uma nova estrutura de entrega individual. Ainda assim, tal processo possibilitou uma prática de considerável teor interventivo e dotado de reflexividade, estabelecimento de proximidade com a equipe que gerou a abertura de um maior canal de comunicação, além da confiança e responsabilidade acerca do material e visualização dos avanços na leitura em torno da ficha de registros realizados. O estágio possibilitou o vislumbre acerca do trabalho em equipe realizado entre a psicóloga e a assistente social, compreendendo o construto multidisciplinar que nesse contexto se faz necessariamente interdependente através de um arsenal teórico-prático que além de psicossocial, é também sociojurídico. Foi possível ainda vislumbrar como se dá a fundamentação da estrutura e da cultura institucionais, que apresentavam problemas implicados no sistema socioeducativo, fazendo reconhecer a necessidade do papel da Psicologia em refletir acerca das práticas enraizadas e das questões em torno da saúde mental dos atores fundamentais na construção das relações cotidianas da instituição, atores tais podendo ser os penalmente segregados, situados à mercê de uma institucionalização totalizante, ou os agentes, figuras de poder que a um nível micro possuem a função de manter a ordem, mas que a um nível macro podem ser considerados a personificação das coerções sociais do Estado, sob as quais os indivíduos estão submetidos antes mesmo de adentrarem o sistema penitenciário. Outrossim, percebeu-se a necessidade de investimento e efetivação de práticas pedagógicas que sejam de competência socioeducativa, além da busca pela desconstrução de uma cultura punitiva. A idealização pensada estruturalmente como referência ao processo socioeducativo demonstra potencial, no entanto, ainda há um distanciamento em relação à cultura cotidiana, sendo necessária a responsabilização acerca de melhorias e efetivações. Logo, o psicólogo deve pautar sua conduta promovendo reflexões que busquem promover condições para combater as violações existentes, pois o desinteresse em buscar possibilidades de reformulação do referido sistema não apenas reproduz o caráter marginalizador do Estado, como também lança cada vez mais sujeitos a um sistema em que é visível, além do descaso, processos que interferem as expressões e o desenvolvimento subjetivo dos indivíduos, tornando-os alvos de despersonalização sob pena de toda e qualquer punição. O desafio é buscar a conscientização, sensibilização, aproximação e formação aos fatores do sistema, ofertando condições e

propondo diálogo acerca das soluções necessárias. Pensando nisso, durante o período de estágio foi possível realizar uma análise institucional acerca das (im)possibilidades existentes na cultura gestacional e práticas cotidianas no espaço hostil e opressor que se mantinha diariamente, trazendo dificuldade e resistência frente às atividades propostas pela estagiária em relação aos adolescentes. No entanto, notou-se o adoecimento estrutural existente, considerando a falta de treinamento continuado ou assistência à saúde mental dos socioeducadores, além das insatisfações voltadas a remuneração. Recentemente a Unidade sofreu com reajustes políticos, compreendendo sua lotação anterior na Secretaria Estadual de Justiça, com práticas punitivas e semelhantes ao sistema carcerário. Logo, houve a alteração para a Secretaria Estadual da Assistência e do Desenvolvimento Social, criando-se uma Fundação específica para o Atendimento Socioeducativo. Porém, apesar do remanejamento para um órgão que visa o sujeito social e de direitos, não foi possível notar ainda mudanças práticas e estruturais que consolidassem a ótica da assistência e do desenvolvimento social em prol dos sujeitos inseridos no sistema carcerário, uma vez que estes ainda são vistos e tratados da mesma forma. Faz-se necessário, portanto, investir em capacitações teóricas e práticas dentro de um prisma que valorize a dignidade das pessoas que se encontram naquela unidade, privados não apenas de sua liberdade, como também de seus demais direitos fundamentais. O olhar da Psicologia aqui se faz fundamental, no que se refere à compreensão humana que pode tanto embasar como ser desenvolvida pelas relações dentro desse contexto, consideradas também como relações intersubjetivas.

A quem importam as políticas públicas carcerárias?! A psicologia se fazendo pela participação social

Autor: Micael Jayme Casarin Castagna (Micael Castagna)

As políticas públicas que formalizam canais de participação social, instrumentalizando a descentralização e a democracia participativa, têm sido alvo de ataques e desmontes governamentais no ano de 2019. Arduamente construídas em um processo que ocorre há algumas décadas, tais políticas nascem com o processo de redemocratização brasileiro, do qual a Constituição Federal de 1988 é o principal marco legal. Seu desenho teve grande participação da sociedade, contando com propostas populares e com discussões e trocas entre grupos de movimentos sociais e deputados e senadores do Congresso Nacional. Entendemos que o esforço de participação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil na construção dessa carta magna aponte para a participação social como fundamental para que a carta mantenha sua possibilidade de execução efetiva. É uma compreensão de que a Constituição Federal seja executada diariamente, de maneira coletivizada, para que ela não seja apenas um papel, mas diretriz de uma organização social democrática. Segundo Enid Rocha (2008), o princípio da participação social é regulamentado de maneira a incentivar a criação de estruturas diversas que referenciam aos conselhos de Estado. Os conselhos de Seguridade, previdência, saúde e assistência social se organizaram, então, desde os anos 90, partilhando desafios comuns, mas com variados instrumentos de participação.

Em maio de 2014, a então presidenta Dilma Rousseff aprovou o Decreto nº 8.243, que instituía a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Eram movimentos do governo que tinham “o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil”. Esse é considerado pelas pesquisas da área como um segundo marco rumo à efetivação das políticas públicas, prevendo diversas instrumentalizações para a participação social na construção, implementação e monitoramento dessas políticas.

O Decreto nº 9.759, de abril desse ano (alterado pelo Decreto nº 9.812, de maio de 2019), revoga o decreto nº 8.243, e “extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.”. Quando visto em articulação a diversos outros decretos assinados em 2019 que limitam e regulam Conselhos diversos (como o CONAMA e o CONAD), configura-se o que tem sido entendido por um desmonte no âmbito da participação social no Brasil. As justificativas dadas para tal posicionamento do governo variam entre argumentos de “economia administrativa” e “desburocratização da máquina estatal”. Contudo, aquilo que é entendido como “burocracia” trata justamente da complexidade envolvida no processo de descentralização e controle social, uma forma de qualificar e possibilitar desenvolvimento brasileiro. O desmonte da participação social tem representado um movimento antidemocrático, que impacta a sociedade inclusive no que tange à aplicação de recursos públicos.

Acompanhemos, então, outra movimentação de desmonte político caracterizado por decreto em 2019. A Constituição Brasileira de 1988 proíbe absolutamente a prática da tortura sem, no entanto, defini-la. A lei nº 9.455,



de abril de 1997, traz algumas variações do crime de tortura, definindo, em seu artigo 1º, II, uma de suas formas como: “submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo”. Em 2013, cinco anos depois de o Brasil ter assumido, junto à Organização das Nações Unidas, o compromisso de criar um mecanismo estatal de prevenção à tortura e melhoria das condições do sistema carcerário, a então presidenta Dilma Rousseff sanciona a lei nº 12.847, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT) para fiscalizar, combater e reprimir a prática de tortura nas prisões brasileiras. Para execução de tais funções, é criado o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), estruturas específicas da Secretaria de Direitos Humanos que, junto ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) e ao órgão do Ministério da Justiça responsável pelo sistema penitenciário nacional (Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN), compoem o SNPCT. Contudo, em junho de 2019, é assinado o decreto nº 9.831, em alteração ao Decreto nº 8.154/2013, que dispunha sobre o funcionamento do SNPCT e sobre a composição e o funcionamento do CNPCT e do MNPCT. O decreto nº 9.831/2019, entre outras ações, exonerava os atuais 11 peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), estabelecia que a participação de novos peritos seria “considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada” e ditava novas regulações quanto à seleção dos peritos. Tais “modificações” no funcionamento do MNPCT demonstram, em análise contextual da conjuntura política atual e da atuação do Mecanismo desde sua instituição, graves interferências nas políticas contra a tortura, caracterizando o desmonte de um de seus principais órgãos executivos. O decreto apresenta caráter inconstitucional no que tange a denúncia e prevenção da prática da tortura em instituições penitenciárias, indo contra diversos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro supracitados.

O que esses desmontes representam? E como podemos agir em relação a decretos e políticas a princípio tão distantes das práticas cotidianas da psicologia?

O Fórum Permanente de Saúde no Sistema Penitenciário (FPSSP) nasce de uma audiência pública, datada de 15 de abril de 2011. Tal evento de participação social foi realizado pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) para debater o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), que se destinava a prover a atenção integral à saúde da população prisional em unidades penitenciária, bem como nas psiquiátricas. A construção de um Fórum de monitoramento da saúde no sistema penitenciário se deu pela confluência de urgências diversas em termos de violações de direitos identificadas nesse sistema. Como nos expõe o FPSSP, as condições de vida da população encarcerada são pouco discutidas na sociedade e na mídia. Distante das ideias de uma instituição de “recuperação”, “ressocialização” ou de “reeducação”, a realidade prisional é de um espaço da humilhação, tortura, violação dos direitos humanos e adoecimento, situação que vem se agravando com o superencarceramento e que aponta para a necessidade do caráter permanente e propositivo do Fórum. O desinteresse social por tais condições apenas evidencia como o estigma da prisão representa uma segunda exclusão dos já excluídos socialmente. As dificuldades de acesso à assistência integral à saúde, em descumprimento à Lei de Execução Penal, configuram uma “sobrepensa” às pessoas privadas de liberdade. Dada a complexidade da condição da privação de liberdade colocada, está caracterizada uma necessidade de atenção exponencial na implementação e monitoramento das políticas públicas destinadas à saúde dessa população. Desde o primeiro seminário proposto pelo Fórum em 2012 até 2019, um marco foi de extrema relevância para suas atividades: a publicação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) pela Portaria Interministerial nº 1 de janeiro de 2014, aprovada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A PNAISP (2014) aglutina em alguns de seus princípios muitas demandas diferentes que se encontram na intersecção entre as atribuições referentes à saúde e à justiça. Ela prevê uma integralidade da atenção à saúde da população privada de liberdade, forma de contemplar a complexidade do contexto de saúde das pessoas em situação de vulnerabilidade (não exclusivamente) pela privação de liberdade. Outro de seus princípios é a valorização de mecanismos de participação popular e controle social no que tange aos processos de formulação e gestão de políticas de saúde das pessoas privadas de liberdade.

O FPSSP é uma instância de controle social das políticas de saúde penitenciária. Ele atua junto e a partir do Comitê e do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, principais órgãos da atualidade no exercício da elaboração, acompanhamento e fiscalização de ações de prevenção e combate à tortura, e assim dos espaços carcerários. Além disso, reúne movimentos sociais e instâncias governamentais na discussão e controle de políticas públicas carcerárias. Poderíamos dizer que um horizonte do FPSSP seria não existir, assim como disse um dia



Foucault: “a melhor prisão é aquela que não existe”. Entretanto, tendo em vista suas funções e práticas, fortalecer, pensar e divulgar as ações do Fórum tem se configurado como compromisso ético nos dias de hoje. Sua existência, assim como a de ações similares, tem sido de extrema importância, ainda que o fato de serem tão importantes nos aponte para um lugar de preocupação e incentivo, simultaneamente.

A vida das mulheres infames: genealogia da moral de mulheres usuárias de drogas e/ou em situação de rua e seus bebês

Autor: Cássia Rosato

No Brasil, um tipo específico de violação de direitos tem acometido mulheres grávidas usuárias de substâncias psicoativas e/ou em situação de rua. O Ministério Público e as Varas de Infância têm sido os principais protagonistas desse fenômeno ao determinar o acolhimento institucional de bebês, dessas mulheres, logo após seu nascimento, ainda nas maternidades e hospitais das grandes cidades brasileiras. Há uma compreensão de que essas mães são incapazes de exercer a maternidade e essa prática se configuraria como uma suposta proteção para os bebês. Nesse sentido, os conceitos de biopolítica e governamentalidade são importantes para entender como o Estado tem promovido a gestão da vida destas mulheres, maciçamente pobres, negras e vulneráveis. O controle dos corpos dessas mulheres e de seus bebês ilustra como essa população é alvo de técnicas de governo que têm recebido o apoio de diversos profissionais e setores que fazem parte da rede de atendimento desse público. Alguns dos argumentos jurídicos que têm justificado essa prática estão fundamentados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dificultando a problematização dessa prática. Buscamos descrever e discutir esse fenômeno também como uma nova forma de violência engendrada sob a narrativa da proteção. Podemos afirmar que se trata de um estudo interdisciplinar que envolveu diferentes áreas de pesquisa e intervenção, caracterizando-se como um fenômeno que está na interface entre a Justiça e a Saúde. De modo mais específico, percebemos que práticas jurídicas, médicas, psicológicas e sociais integram o acolhimento institucional de bebês, filhos/as de mães que fazem uso de substâncias psicoativas. Temos, portanto, um fenômeno recente e ainda sem estudos científicos prévios, sendo essa uma pesquisa qualitativa e exploratória. O desenho metodológico desse trabalho constituiu-se pela análise de documentos públicos sobre o assunto e a realização de entrevistas com profissionais que acompanharam casos concretos de mulheres que não puderam exercer a maternidade por estar nessas condições de vulnerabilidade. Objetivamos identificar os mecanismos, as estratégias e os contextos que ensejaram a adoção desse tipo de prática, procurando descrever e problematizar as correlações de força que têm permitido a emergência desse tipo de experiência de exceção. Também visamos compreender os processos psicossociais e jurídicos pelos quais essa conduta se institucionaliza. Do ponto de vista teórico, as obras de Michel Foucault e Giorgio Agamben colaboraram na análise dos dados produzidos, especialmente os conceitos de biopolítica, governamentalidade e estado de exceção para entender as relações de poder, os jogos de produção de verdade e o exercício do poder soberano nessas práticas. Buscamos destacar o que tem ocorrido, os modos como têm se dado esse acolhimento institucional dito compulsório e os porquês desse tipo de prática. Os principais achados indicam que essas ações de controle dos corpos de mulheres e seus bebês possui um grau de seletividade, na medida em que apenas uma determinada população vulnerável tem vivenciado essa separação familiar abrupta. São situações limítrofes e extremas, gerando intenso sofrimento para essas mães, mas também para as equipes que acompanham o abrigo dos bebês. A lógica da disciplina se faz presente, na tentativa de instituir condutas profissionais de quem faz o atendimento direto dessas mulheres. Ao mesmo tempo, contracondutas e práticas de resistência são produzidas, questionando as imposições feitas. A judicialização dos casos dificulta a vida das famílias e os vínculos afetivos não se consolidam. Em relação aos desdobramentos dessa separação familiar ainda nas maternidades, constatamos que essas famílias vulneráveis não são devidamente orientadas sobre o que está ocorrendo, muitas vezes, não sabendo para onde os bebês são levados nem que têm direito à defesa. Quando conseguem orientação jurídica, já se passou tempo suficiente para que os vínculos afetivos não tenham se constituído, prejudicando ainda mais as possibilidades de retorno para a família de origem. A figura paterna aparece pouco nos relatos, incidindo quase sempre na mãe a culpabilização pela sua situação de vulnerabilidade. Vemos como se trata de um fenômeno que envolve eminentemente mulheres, tanto no que diz respeito às famílias afetadas como no que diz respeito às equipes que atendem essas gestantes e mães. Funções de cuidado no nível privado e doméstico como também nos serviços públicos continuam sendo tarefas de mulheres, ensejando análises de gênero específicas sobre o tema.

Entretanto, na presente investigação, identificamos como a ideia de cuidado encontra-se revestida de moralidade relacionada ao exercício da maternidade, ou seja, diferentes modos de ser mãe não são aceitos, cerceando a liberdade e a autonomia dessas mulheres e seus corpos que desviam dos padrões vigentes da nossa época. O uso de drogas e a vivência de rua emergem como aspectos agravantes nesse contexto. As avaliações feitas pelas equipes, seja da assistência social, da justiça, como da saúde estão imbuídas de valores morais e de classe, incorrendo em decisões pessoais e não técnicas. Em relação aos porquês, a suposta proteção dos bebês tem sido uma das principais justificativas, por considerarem que existe uma situação de risco. Tendo em vista que nada ainda aconteceu em termos de concretização do risco, trata-se de algo presumido, sendo o histórico de vida dessas mulheres suficiente para determinar o abrigo. A racionalidade específica que tem sustentado essas práticas encontra-se revestida de questões morais e temas ainda considerados tabus em nossa sociedade. Compreendemos que o acolhimento institucional, nesse contexto, caracteriza-se como uma violação de direitos dos bebês e de suas mães. Essa investigação permite a construção de novos posicionamentos e práticas no que diz respeito às noções de cuidado e tratamento de mulheres em condições de vulnerabilidade e seus bebês. Essa pesquisa também pode subsidiar o trabalho de profissionais que lidam com essa temática, contribuindo para a construção de reflexões acerca de como tal prática tem se instituído. Isso significa a qualificação dos trabalhos realizados junto às famílias, especialmente mulheres, que têm vivenciado tais arbitrariedades.

As contribuições dos saberes e técnicas da Psicologia na Mediação de Conflitos

Autor: Gabriella Cronemberger (PUC-SP)

A Mediação tem se apresentado como um método pacífico e preventivo de resolução de conflitos, na atualidade, revelando-se como um modo alternativo para lidar com eles, sendo disposto pela Lei nº13.140/15, o marco regulatório do instituto da Mediação. Corresponde a um método não litigioso que visa promover um espaço de conversa e reflexão para pessoas que estão em conflito interessadas em solucioná-lo por meio da figura de um terceiro facilitador. Entretanto, seu objetivo não é necessariamente a solução do conflito, mas aprender um modo diverso de olhar, de refletir sobre e o que pode ser subtraído a partir dele, compreendendo-o para além da perspectiva negativa, mas como potencial de crescimento e transformação direcionando para possibilidades, assim como aplicar esse novo aprendizado em situações futuras de novos conflitos que surgirem.

Nas escolas e ambientes comunitários, a Mediação está relacionada à iniciativas da Cultura de Paz, movimento inclusive promovido e patrocinado pela UNESCO, que aborda o tema da educação sem violência no Brasil. Trata-se de uma perspectiva de olhar para o conflito que pode ser utilizada para sua resolução em diversos contextos, como familiares, escolares, comunitários, jurídicos, empresariais, e por isso objeto de estudo de distintos campos, que requer e atravessa diferentes saberes. Corresponde a uma ferramenta que amplia o contexto da resolução conflitos para além da responsabilidade e atuação somente do campo do jurídico, permitindo novos olhares e contribuições de outros campos de saber que podem e devem ser corresponsáveis por essas questões em sua sociedade de diferentes formas.

Sua epistemologia é baseada em várias áreas do conhecimento, como Direito, Psicologia, Antropologia, trabalho social, e dessa forma a Psicologia tem muito contribuído com esse método que é transdisciplinar em seu saber e fazer, sendo um espaço ao qual muitos psicólogos têm investido e se dedicado.

O presente trabalho, seguindo a perspectiva da Psicologia Social, tem como objetivo identificar as técnicas do campo da Psicologia e seus saberes que contribuem com essa prática, assim como seus limites. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória que seguiu o método hermenêutico-dialético de Minayo (2001), por investigação dos resultados obtidos através de três entrevistas semi-direcionadas com duas psicólogas e um advogado que atuam no campo da Mediação de Conflitos que ilustram a prática desenvolvida nesta área, as experiências diversas e desafios. Buscou-se por meio delas reconhecer os diferentes olhares e entender como atuam esses profissionais. Interessou identificar como a Psicologia contribui para a Mediação de Conflitos, a partir das vivências relatadas.

Os entrevistados revelaram que atuam na área há mais de dez anos, têm formação multiprofissional e prática principal na área jurídica. Apontaram o mediador como um facilitador de conversas em um exercício transdisciplinar que caminha de acordo com o que propõe a cultura de paz, rompendo com paradigmas sociais vigentes. Reconhecem a Mediação como uma tecnologia inserida em uma sociedade pouco autônoma, não educada a ser



responsável por seus conflitos, mas que prefere judicializa-los, orientada por uma lógica paternalista, na qual uma solução é imposta e para a competição em uma lógica do ganhar-perder.

Os entrevistados abordaram benefícios individuais e sociais dessa prática frente à cultura de litígio, assim como as dificuldades de seu desenvolvimento e ampliação, ainda muito vinculado ao contexto jurídico.

Além disso, indicaram os conhecimentos, saberes e técnicas dos quais fazem uso que reconhecem como contribuições da Psicologia, atentando para limites da utilização desses recursos na Mediação bem como diferenças entre essas áreas. Nesse sentido, abordaram princípios norteadores semelhantes entre os campos da Psicologia e da Mediação, entre eles o empoderamento, protagonismo, autoria, auto-implicação e responsabilidade. Para conduzir o processo, é papel do mediador promover combinados de conversas, identificar não ditos, suspender pré-julgamentos, o que também segue de acordo com os conhecimentos do psicólogo. Observou-se que a Mediação se utiliza de técnicas da Psicologia que envolvem o trabalho com a linguagem, desde uma escuta refinada, a percepção de expectativas, desejos e emoções envolvidas nas falas, empatia, reflexão e organização de sentimentos, sobre as defesas, entre outras, promovendo um espaço de diálogo, aprendizagem e prevenção de conflitos futuros.

A transdisciplinaridade foi referida como fundamental para o exercício da Mediação, que transita através e além das disciplinas, entre diversos saberes e fazeres, possibilitando entender como é intrínseca a relação entre os campos de estudos aqui propostos. Saberes que se mesclam para dar conta da natureza real do objeto em oposição ao que propõe o cientificismo. Nesse sentido rompe com paradigmas cartesianos e vale-se de um pensamento sistêmico.

Os entrevistados revelaram que a intervenção do mediador requer um olhar para o todo, desde situações concretas e objetivas a abstratas e mais subjetivas presentes no conflito. Referiram dessa forma sobre o olhar para a subjetividade e a integralidade dos sujeitos, considerando-os como singulares, possuidores de emoções e sentimentos, mas também inseridos em contextos sociais multideterminados, desse modo sem dicotimizá-los ou naturalizá-los, oferecendo-lhes acolhimento e promoção de autoconhecimento, de modo que os torna capazes de identificar interesses e necessidades envolvidos nos conflitos. A partir disso, na Mediação é possível a construção de solução do problema pelos próprios atores, tendo como princípios a corresponsabilidade, a cooperação e protagonismo; o que vai também ao encontro com o que propõe a Psicologia quando considera o indivíduo como sujeito de sua própria vida, que possui autonomia por suas escolhas de acordo com sua realidade e deve ser comprometido com elas.

Dessa forma, a Mediação convida os sujeitos para uma postura colaborativa, que contribui para a qualidade de interação nas relações humanas, direciona as partes a assumirem uma postura de responsabilidade para encontrar a solução de seus próprios conflitos pela conversa e de modo reflexivo, ao invés de incumbir essa função a um terceiro, como acontece no judiciário.

Portanto, este estudo apresenta algumas contribuições do saber psi relacionado a Mediação e neste sentido, acredita-se que a Psicologia vem contribuindo na mudança deste paradigma litigante e judicial, sendo um espaço potente para atuação do profissional de Psicologia de modo crítico, podendo contribuir e cumprir com seu papel para com os sujeitos, oferecendo-lhes espaço de reflexão, conversa e uma ampliação do acesso à justiça a partir de um novo paradigma, considerando o sujeito como histórico-social.

As práticas legitimadoras da criminalização da loucura e a ineficácia da Lei 10.216 ao louco infrator

Autor: Thais Lasevicius (Thais Lasevicius)

Coautor: Heloisa Gonçalves Alexandre (CAPS AD III/UNIFESP)

Este artigo teve por objetivo contribuir na discussão da prevalência da criminalização da loucura, justificada por laudos psiquiátricos, psicológicos e sociais, endossados ainda pelo conceito de periculosidade do Código Penal Brasileiro de 1940, acreditando que o encontro entre o direito penal, a psiquiatria e outras áreas das ciências sociais e saúde utilizam como forma de legitimar a normalização do comportamento do "sujeito louco". Para desmistificar os conceitos de periculosidade e verificar a hipótese dessa criminalização, utilizou-se como metodologia um levantamento bibliográfico referente à temática nas áreas de direito penal e psiquiatria forense e a partir dos resultados encontrados, percebeu-se uma caracterização da loucura enquanto forma positivista e patologizante,



de estigma e segregação. A conclusão do presente trabalho foi, com base na análise através da criminologia crítica e referências em saúde mental sobre o estudo da loucura, a problematização da forma como é vinculada a noção de crime do sujeito com algum transtorno mental, sustentando também, uma reflexão sobre a forma como se dá a validação para a punição da loucura, mesmo tendo em vigor a Lei 10.216/2001. A Lei refere-se para o não-cuidado asilar dos sujeitos, garantindo o cuidado voltado para a “reinserção” na sociedade e quando há internação, ou seja, desvinculação do sujeito na sociedade se faz necessária, os locais que os recebem devem dispor de “assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros” (BRASIL, LEI 10.216/2001), porém, onde o Sistema de Justiça entra neste cuidado? Efetivamente, o Sistema de Justiça não entra no cuidado direto, no entanto acaba por criminalizar o sujeito que é “diagnosticado com a loucura”, utilizando-se de um aval biologicista, próprio do corpo do sujeito, de cunho técnico-científico para atribuir responsabilidade penal ao louco, pois este será perigoso tanto para o direito penal quanto para a psiquiatria forense, quando apresenta sintomatologia referente à loucura, utilizando-se de avaliação psiquiátrica forense a fim de interagir o crime com a loucura, medindo a gravidade do ato cometido pelo sujeito a fim de aplicar a penalidade. Portanto, trazer o “tratamento” para o momento da sentença, caracteriza a loucura como algo que pode ser punido e não cuidado, transformando o tratar a sintomatologia que coloca o usuário em crise e o leva a cometer um ato caracterizado como uma contravenção penal passível de punição, atestando que a loucura é algo que o sujeito adoecido tem que dar conta sozinho, adicionando aí a existência de uma sociabilidade normatizadora, cruel e fetichizada que tem em sua gênese a necessidade de produzir sujeitos improdutivos para que estes componham uma camada societária dos incapazes para a reprodução capitalista. A forma como a loucura é tratada dentro do Sistema de Justiça e do direito penal, atrelado ao discurso medicalocêntrico psiquiátrico, sujeita ao louco uma “periculosidade” inerente à sua condição psíquica e não à sociabilidade e formas de delimitação do viver, na qual este hora é mais perigoso, hora é menos perigoso, mas é sempre perigoso, não abrindo espaço para uma possibilidade de outra vida para o mesmo, limitando-o a viver em meio as entradas e saídas dos Fóruns Criminais, onde ora será livre e ora será preso. A Lei 10.216, que promoveu um grande avanço nas políticas de saúde mental do país, apesar de atualmente ameaçada pela nova proposta da mudança da Política Nacional de Saúde Mental (2017), acaba por não fazer valer e nem atribuir cuidado ao sujeito considerado “louco criminoso” que está em uma “pena-tratamento”. A 10.216 não contempla esse sujeito, que ainda permanece rotulado e estigmatizado pela sua loucura, e mais ainda: preso e violado pela personificação desse rótulo. Apesar das iniciativas antimanicomiais para o “louco infrator” como o PAILI (GO) - o Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator ou mesmo o PAI-PJ (MG), Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário, ainda assim, vemos que a 10.216, apesar de ser um dos maiores dispositivos normativos referidos pelo fim dos manicômios, das práticas asilares e de promoção de modelos de atenção e cuidado em rede e acolhimento efetivo da saúde do sujeito, acaba por de fato não chegar à esses indivíduos que não são apenas rotulados, mas diagnosticados e presos à duas nomenclaturas taxativas: louco e criminoso, ou seja, tudo o que a sociedade personifica como perigoso e que deve (e foi), repellido ao longo dos séculos pela política econômica do capital. Ainda, acreditamos no avanço real que fora para o cuidado dos sujeitos com transtornos mentais a promulgação da Lei 10.2016, já que esta materializa a necessidade de um outro olhar e propõe ações relacionados aos sujeitos, além do cuidado e acolhimento necessários em rede e território como afirmativas principais em proteção à saúde, contudo esta Lei não alcança os sujeitos tidos como “loucos infratores” que adentram o Sistema Prisional Brasileiro, acabando por ser deturpada nas mãos do Sistema de Justiça que utiliza dos incisos e artigos relacionados à tratamento presentes na mesma, com a colaboração da psiquiatria forense, da psicologia, da medicina e todos os seus outros braços repressivos e punitivos legitimados por essas categorias técnico-científicas como forma de patologizar e cada vez mais marginalizar esses sujeitos, com o aval das Ciências Humanas e da Saúde como forma de normatização dos mesmos. Para além disso, um dos principais preceitos presentes na 10.216, o da luta pelo fim dos manicômios, acaba também sendo radicalmente violentado, uma vez ao insistirmos na lógica do cárcere, seja ela a prisão, o manicômio judiciário ou a nova roupagem do hospital de custódia, ainda assim, intensificando as práticas de um modelo asilar, manicomial e que principalmente, acaba por violar os direitos humanos fundamentais mais básicos e desacreditar no sujeito enquanto uma construção material e histórica, portanto, humana.



Cadê a família que estava aqui? A problemática da devolução de crianças adotadas

Autor: Fernanda Hermínia (Atuando em Famílias)

O presente trabalho aborda, sob a perspectiva da Psicologia Social Jurídica, a devolução de crianças que foram adotadas. Uma análise dos termos: entrega, abandono e devolução se faz imperativa nesta temática cujos estudos ainda são escassos. O que se entende por abandono em um contexto de acolhimento institucional? Temos uma mãe que abandona seu filho ou uma mulher que entrega uma criança? Que termo utilizar em casos de pais e mães que adotam e desadotam? Eles devolvem, entregam ou abandonam seus filhos? Quais estudos tem relacionado o acolhimento institucional a adoção? Esses questionamentos fazem parte deste estudo cujo objetivo é analisar, por meio de pesquisa bibliográfica e da legislação brasileira que regulamenta a adoção, casos de crianças inseridas em família substituta por meio da adoção e que, posteriormente, deixaram de fazer parte daquele grupo familiar. Notícias sobre o tema tem sido veiculadas. Pode-se citar, no ano de 2012, a reportagem divulgada pelo Conselho Nacional de Justiça com a então Corregedora Nacional, Ministra Eliana Calmon, cuja chamada foi "Adoção não pode ser rápida como uma compra, diz corregedora". A ministra explica que a justiça tem empreendido esforços a fim de uniformizar os procedimentos de adoção no Brasil e afirma que eles não podem ser realizados a semelhança de compra de produtos em uma loja. A Ministra destaca, também, que a devolução de crianças é um grande problema (AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS, 2012). Em outubro de 2014, a Assessoria de Comunicação Social do Instituto Brasileiro de Direito de Família comunicou, no portal de notícias do IBDFAM, que o Ministério Público interpôs ação pedindo a condenação, por danos morais e materiais, de um casal que desistiu do pedido de adoção de uma criança. Aquele casal protocolou ação de adoção com pedido de guarda em março de 2008 permanecendo com a pequena por mais de dois anos e, após esse período, desistiu da adoção (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO IBDFAM, 2014). No ano de 2016, IBDFAM divulgou a seguinte notícia: "Casos de devolução de crianças adotadas revelam deficiências no sistema e na lei". A advogada Silvana do Monte Moreira, presidente da Comissão de Adoção do IBDFAM, atribui a ocorrência de casos como esse devido à ausência de equipe técnica nas varas de infância e juventude. Em agosto de 2019, o portal O Globo, veicula a história de um garoto que ajuizou ação de indenização contra uma pretendente a adoção que após dois anos de guarda no estágio de convivência, engravidou e, em seguida, desistiu de adotá-lo. A reportagem descreve a seguinte fala do garoto: "não gosto de falar muito disso. Achei que ia ser adotado, que teria uma família, e, de repente, tudo acabou". Essas notícias demonstram a necessidade de uma análise aprofundada sobre casos de devolução de crianças. No que se refere à legislação citamos as alterações fixadas pela Lei 13.509/2017 no Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA (1990). O ordenamento determina novos prazos e procedimentos de adoção, estes diminutos, em relação ao disciplinado anteriormente, além de prever novas hipóteses de destituição do poder familiar, de apadrinhamento afetivo e regular a entrega voluntária de crianças e adolescentes à adoção. A lei adicionou também ao Estatuto (1990), a previsão de sanções para aqueles que desistem da adoção após o trânsito em julgado da sentença, como sua exclusão dos cadastros de adoção e na vedação de renovação da habilitação e outras penas como danos morais e pensão alimentícia. O que significa então a desburocratização do processo de adoção? Garantir a convivência familiar a todo custo sem cuidar da vinculação afetiva? Com o intuito de compreender as indagações supracitadas o presente estudo visa, ainda, analisar se o abrandamento da legislação quanto o processo de destituição do poder familiar e adoção por ter uma conexão direta ou indireta com o aumento de casos de devolução de crianças adotadas. Segundo levantamentos divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça, em abril de 2019, das características solicitadas pelos pretendentes no momento de realizar o Cadastro Nacional de Adoção, uma das mais difíceis de serem atendidas é a idade. Enquanto 74.48% dos adotantes aceitam apenas crianças de até cinco anos, somente 28,81% das crianças possuem de zero a cinco anos. Apenas 4.82% dos pretendentes aceitam adotar crianças com mais de nove anos e, 59.65% das crianças estão acima dessa idade com nove anos ou mais. Tais dados indicam uma divergência entre a expectativa daqueles que anseiam ser pais e a realidade das crianças e adolescentes em acolhimento institucional e disponíveis a serem adotadas. Entende-se que, apesar das divergências entre o perfil, a busca pela adoção tem aumentado nos últimos anos, e sinalizado um impasse: o alto número de pretendentes e o baixo número de crianças aptas a adoção. Neste contexto, encontram-se os programas de incentivo a adoção por meio de diversas campanhas no país principalmente nos anos de 2016 e 2017. Os resultados desses programas de incentivo foram considerados positivos pelo CNJ, ao ponto de lançarem uma nova versão do Cadastro Nacional de Adoção que estará disponível em todo Brasil até o final do ano de 2019. Essa nova proposta tem como finalidade facilitar a atualização cadastral dos pretendentes, bem como, acessar o livre acesso a imagens, desenhos, cartas e vídeos das crianças.

Diante do exposto, levanta-se a reflexão sobre os motivos que levam à adoção, as expectativas da maternidade e da paternidade, o tempo de preparação para os adotantes durante o processo, a necessidade de estudos sobre a parentalidade e o imaginário social acerca da adoção.

Enfrentamento à violência de gênero em projeto da Polícia Civil: contribuições da psicologia social crítica

Autor: Bibiana Beck Garbero (UFSC)

Coautor: Adriano Beiras

A Psicologia Jurídica é marcada por desafios epistêmicos e contradições entre o Direito e a Psicologia. Essas tensões se tornam visíveis dentro de instituições de segurança pública, como a Polícia Civil e ainda mais quando tratamos de um fenômeno complexo tal qual a violência de gênero: um problema social, de saúde e de segurança pública, que é legitimado em diversos contextos e é acompanhado por outras formas naturalizadas de dominação masculina, violências simbólicas e práticas de agressão. Categorias complexas, que não são alcançadas por uma abordagem linear de causa e efeito. Neste ínterim, é importante pensar qual papel das instituições no enfrentamento a práticas violentas e, ao mesmo tempo, de que formas suas próprias práticas apoiam a construção social de um status quo que legitima as violências e, ainda, a participação da psicologia neste contexto.

O trabalho é parte componente do projeto “Estudos da judicialização da ‘violência de gênero’ e difusão de práticas alternativas numa perspectiva comparada entre Brasil e Argentina” aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tivemos como objetivo identificar e caracterizar as ações sociojudiciárias desempenhadas pela Polícia Civil no âmbito da violência de gênero e contribuir para a discussão em torno dos dilemas envolvidos na efetivação dos direitos humanos e acesso à justiça, especificamente no que diz respeito às demandas por direitos que envolvem conflitos originados pelas desigualdades de poder nas relações de gênero, compreendendo os significados acionados por esta categoria no contexto pesquisado.

Buscou-se investigar o papel da psicologia na criação de intervenções que vão além da dicotomia vítima-agressor e da punição no enfrentamento da violência de gênero dentro de uma instituição policial, levando à consideração a complexidade do fenômeno, as construções sociais nele abarcadas, as práticas dos psicólogos e as relações presentes no contexto das ações de socioproteção e socioeducação da Polícia Civil em relação a violência de gênero. Pensamos a psicologia jurídica como social, implicando-a em reflexões críticas posicionadas em diálogo com teorias feministas, com a sociologia e com o construcionismo social, comprometida com direitos humanos, autonomia dos sujeitos, interseccionalidades, gênero e reflexões sociais críticas.

A pesquisa é amparada por vasta literatura feminista, visto que desde a década de 1980 a violência de gênero vem se tornando tema prioritário nas lutas feministas e uma categoria internacionalizada (Simião, 2005), além de um conjunto significativo de trabalhos realizados sobre os juizados de violência contra a mulher, que trazem importantes contribuições para pensar as possibilidades abertas pela Lei 11.340/2006 (Minghelli et al., 2013; Campos, 2011; Maciel, 2011; Abadala et al., 2011; Pougy, 2010; Pasinato, 2010; Machado, 2010) e estudos sobre a Delegacia da Mulher, como de Muniz (1996), assim como estudos que problematizam a Psicologia Jurídica e a Psicologia Policial (Arantes, 2007; Brito, 2005; Cadan e Albanese, 2018; Cesca, 2004; França, 2004; Granjeiro e Costa, 2008; Leal, 2008).

Compreendemos gênero como uma categoria de análise (Scott, 1989), uma forma de entender as relações históricas e de interpretar a sociedade, uma forma de estranhar e refletir sobre a cultura, a linguagem e a ordem social. A partir de Butler (2015) problematiza-se que a própria vida e a categoria humanidade não é dada aprioristicamente, mas produzidas no interior de relações de poder, de práticas discursivas, normas, organizações sociais e políticas que guiam nossas organizações sociais, moralidades e práticas, sendo utilizado para justificar violências e definir quem merece atenção e cuidado. Isso nos leva ao conceito de economia moral, jogos normativos e sociais que fundam práticas políticas nos discursos, tecnologias, estratégias e táticas, influenciando o modo que indivíduos e grupos são tratados (Fassin, 2009)

A investigação tem caráter qualitativo e as atividades centrais foram a observação participante e a descrição minuciosa dos contextos, ações, relações e sujeitos observados. A etnografia foi central no desenvolvimento do estudo, interligando as atividades de ver, ouvir e escrever em um todo, inscrevendo o “dado” etnográfico no plano fenomenológico e na construção de uma realidade apreensível a partir da observação e da análise (Emerson,



Fretz e Shaw, 1995). Foram realizadas doze inserções em campo, buscando analisar diferentes contextos. Entre os lócus estiveram duas delegacias de proteção à mulher, eventos externos organizados por agentes da Polícia Civil relacionados à violência de gênero, reuniões entre as regionais da Polícia Civil dentro do escopo do projeto, um seminário estadual e atividades na coordenadoria das delegacias de proteção. A intenção foi realizar uma análise de psicologia social e institucional. Todos os procedimentos propostos neste projeto estão submetidos ao Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia, considerando-se a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regula a avaliação da ética em pesquisa nas ciências humanas e sociais.

Observamos a implantação de um projeto focado em ações de prevenção a violência de gênero, com atividades focadas em mudança de cultura, como grupos de mulheres e homens autores de violência, além de oficinas sobre violência no namoro nas escolas, e ações com os próprios policiais. Segundo um dos psicólogos policiais envolvidos no projeto, os principais objetivos são “aproximar a polícia da comunidade” e “dar uma cara social para a polícia”. As iniciativas buscam responder às demandas e pressões da sociedade, com destaque para a importância atribuída pelos profissionais à cobertura da mídia e repercussões; sendo estes considerados como indicador de sucesso das ações e o material de divulgação foi feito antes de as ações acontecerem.

O projeto configura-se como um esforço para construir diretrizes básicas para as ações alternativas dos Psicólogos Policiais Civis que trabalham nas delegacias de proteção à mulher, visto que até então estas eram pontuais, pulverizadas e dependiam da iniciativa de cada profissional para acontecerem. Entre as atividades acompanhadas estão mapeamentos, criação de manuais, grupos de estudos, eventos e pilotos de grupos para organizar uma rede, qualificar as práticas e sensibilizar os profissionais para ações sociais que vão além da judicialização da violência de gênero como forma de enfrentamento, além de uma forma de criar e definir a função do psicólogo dentro da polícia como agente de mudança cultural e social, em acordo com o que a psicologia social crítica preconiza.

O trabalho, no entanto, ainda se dá com tensionamentos e contradições entre o Direito e a Psicologia, e a função de policial e psicólogo. Ainda não é explícito para todos os membros da Polícia Civil, como delegados e escrivães, qual é o papel da Psicologia e dos psicólogos em uma instituição policial para além de laudos e relatórios. O psicólogo jurídico também tem a possibilidade de desvelar sentidos à luz de saberes que superam as das normas e leis, além de e que interpretar os fatos com um olhar diferente ao esperado de um trabalho investigativo (Brito, 2005), o que - apesar de abrir a possibilidade para um fazer policial diferente e mais emancipatório dos sujeitos - por vezes frustra as expectativas dos operadores de Direito, que aguardam afirmações categóricas e não consideram o trabalho de prevenção e mudança de cultura como parte da atuação da polícia.

Em tempos em que educação, reflexão crítica e democracia precisam ser defendidos, como pensar práticas psicológicas e de defesa de direitos humanos que produzam enfrentamentos a violências? Sabemos que a psicologia por muitos anos e ainda hoje é entendida como um dispositivo de produção de ações de normalização e produção de ordem social. Mas qual ordem social ela busca produzir? Seria uma ordem aliada a dominação de um gênero sobre outro ou aquela que produz e respeita a diversidade democrática de jeitos diversos de modos de existir e se relacionar? Isso se torna um desafio constante nos discursos sociais e acadêmico, e também na prática profissional.

Durante nossas inserções no campo, apresentaram-se demandas complexas, que superam os aspectos relacionados à justiça e que não podem ser reduzidas a dicotomia vítima-agressor sem que haja prejuízos aos envolvidos. Seja pela exposição ao risco a partir da denúncia ou pelos afetos envolvidos em violências intrafamiliares, a maioria dos casos observados em campo não podem ser reduzidos a uma “queixa-crime”, um inquérito policial ou um laudo psicológico. Portanto, as formas de reparação ao sujeito, pensando em informação e orientação, além da prevenção de agravos e reincidência, além de oferecer escuta qualificada e atuar junto a outros operadores de direito na prevenção da revitimização.

As práticas da psicologia social crítica - enquanto emancipatória dos sujeitos -, e as da polícia - enquanto instituição ligada a trâmites punitivistas -, podem parecer uma combinação improvável. Porém, podem se mostrar extremamente potentes se a segurança pública se dispuser a repensar suas práticas para superar paradigmas da punição para buscar a proteção dos indivíduos e além da reeducação de pessoas em conflito com a lei. Assim, será possível aos psicólogos policiais atuarem como agentes de educação, contextualização e responsabilização, gerando novos potenciais de ação e linhas de fuga capazes de fazer-nos avançar no desafio de trabalhar a violência de gênero a partir das ações em uma instituição de segurança pública.



Estudo sobre a psicologia na interface com a justiça através do método do Depoimento Especial

Autor: Ana Carolina Rodrigues Choli

O presente estudo abordou a questão da oitiva da criança e do adolescente em casos de abuso sexual infantil através do método denominado Depoimento Especial (normatizado pela lei Nº 13.431 de abril de 2017). Conjuntamente discutiu-se a atuação do profissional de psicologia na interface com a Justiça, abordando os desafios do alcance de uma relação horizontal e interdisciplinar com os agentes do direito. O Depoimento Especial atenderia às preocupações com a não revitimização da criança durante o cumprimento das necessidades burocráticas do processo judicial que objetiva unicamente a responsabilização do suposto agressor. Trata-se de um procedimento de oitiva da criança vítima de violência em um ambiente acolhedor, com a presença apenas dela e do técnico (sendo recomendada a qualificação de psicólogo ou assistente social) responsável pelo intermédio entre o juiz e o depoente através de um ponto de escuta eletrônico. O ambiente é interligado com a sala de audiência por um sistema de áudio e vídeo e a entrevista é transmitida em tempo real (BRITO, PARENTE 2012). É recomendado que a criança realize o depoimento uma única vez na tentativa de reduzir a revitimização. No início da utilização de tal método, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou a resolução nº10 em 2010 vetando a prática da inquirição pelo profissional da psicologia e enfatizando a necessidade de uma relação horizontal entre os saberes, preservando a autonomia do profissional e promovendo a interdisciplinaridade (CFP nº10/2010). Diante das divergências dos dois campos do saber, esta pesquisa objetivou compreender a problemática que envolve a implementação do Depoimento Especial no Brasil, identificando também de que maneira se dá a atuação dos profissionais de psicologia no sistema judicial. Tal temática insere-se na preocupação ética da atuação dos profissionais de psicologia, diante de um contexto de retrocesso na defesa dos direitos humanos, caracterizado pelo projeto de precarização das políticas públicas e consequente intensificação da judicialização dos conflitos. A metodologia do estudo consiste em duas etapas: levantamento bibliográfico dos últimos 15 anos (2002 – 2017) e uma pesquisa de campo de caráter qualitativo, realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas com 5 psicólogas(os) que atuam na temática da infância e juventude no Sistema de Justiça da região metropolitana de São Paulo. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o número CAAE: 04213418.3.0000.5482. Os principais tópicos que nortearam a discussão referiam-se ao uso da criança e do psicólogo como instrumento dos agentes do direito para responder às necessidades do processo, a pertinência ou não do profissional de psicologia na função de coleta do depoimento e a busca pela legitimação da autonomia profissional dentro do sistema judiciário. Dentre os autores selecionados para fundamentar o estudo bibliográfico estão: o juiz José Antônio Daltoé Cesar (2007), autor do Depoimento Sem Dano, Brito e Parente (2012), Schaefer, Rossetto e Kristensen (2012), os autores Pelisoli, Dobke e Dalbosco Dell'Aglio (2014). Também foram consultados o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Conselho Federal de Psicologia. Após a análise do material coletado foi possível perceber que não houve consenso quanto implementação do método. Considerando o caráter de produção de prova da coleta do depoimento, uma das problemáticas levantadas refere-se a responsabilização da criança de incriminar seu agressor que, muitas vezes, possui vínculos afetivos com ela, já que 80% dos casos de abuso ocorrem no meio intrafamiliar. Pontuou-se também que a criança acaba tornando-se objeto de disputa familiar, na qual uma denúncia de abuso paterno não comprovada pode culminar na perda da guarda da mãe, baseado na lei da alienação parental. Nesse contexto, uma(um) das(os) entrevistadas(os) ressalta ainda como os processos judiciais agravam os conflitos familiares, uma vez que dicotomizam os posicionamentos dos envolvidos. O critério apresentado nas entrevistas para uma atuação bem sucedida do psicólogo consistiria não no cumprimento do protocolo processual, mas na possibilidade de oferecer um atendimento que correspondesse às necessidades dos envolvidos, realizando uma articulação com a rede. Esse trabalho interdisciplinar é o que tira o foco da condenação do réu e permite utilizar a Justiça a favor da saúde. Para tanto destacou-se a importância da autonomia profissional, ainda que nem sempre respeitada pelos agentes do direito. Uma(um) das(os) entrevistadas(os) descreve essa relação como hierárquica e pautada pela centralidade da figura do juiz, que impõe sua linha de raciocínio e suas decisões a outras áreas do saber. Dentro desse contexto, ela(ele) ainda problematiza o fato da Justiça ter anulado a resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP nº10/2010) que vetava a prática de inquirição pelo psicólogo no Depoimento Sem Dano como representação dessa imposição do poder jurídico, interferindo nas decisões da categoria profissional. Um(a) dos(as) entrevistados(as) afirmou, ainda, que a atuação é dispar em relação a núcleos familiares de classes mais baixas e de maior poder aquisitivo. A Justiça assumiria uma postura mais interventiva na dinâmica das famílias

em situações de vulnerabilidade, enquanto ocupam uma posição mais observadora com famílias ricas. O estudo identificou a possibilidade da(o) psicóloga(o) atuar na proteção da criança durante a tomada de depoimento ao, preservada a autonomia profissional, limitar as intervenções dos agentes do direito e usar de seus conhecimentos para a produção de um relatório que insira as falas no contexto familiar e social da criança. No entanto, tal tarefa pode ser inviabilizada, dado o predomínio da busca pela verdade objetiva no Direito e o poder do juiz de validar ou não as decisões da(o) psicóloga(o) e o relatório psicossocial. A função de coletar o depoimento não caberia ao profissional de psicologia, uma vez que a necessidade dessa tarefa justifica-se apenas para a produção de provas e aumento de condenações, optando por ações punitivas e individualizantes como política de enfrentamento à violência em detrimento do fortalecimento de políticas públicas preventivas. Tendo em vista o compromisso ético com o sujeito e a não instrumentalização da psicologia para as necessidades jurídicas, conclui-se a importância de um trabalho interdisciplinar, com legitimidade nas avaliações e intervenções psicológicas, criando-se a possibilidade de um sistema de justiça menos punitivo e excludente e mais voltado à promoção de saúde mental e a garantia dos direitos. Apresenta-se a necessidade de fortalecimento de políticas públicas como alternativas mais efetivas para lidar com o atendimento e a prevenção de casos de abusos, considerando-os como fruto de uma sociedade neoliberal patriarcal que hierarquiza as relações sociais impondo um modelo de opressão e dominação através da violação dos corpos, no qual o outro é submetido a condição de objeto, criando-se opressões de gênero, etnia e, nos casos de abuso sexual infantil, geracional. A atuação do profissional de psicologia justifica-se pela perspectiva do cuidado e proteção que não simplifica nem dicotomiza as relações, acirrando as disputas de poder e afetos, como ocorre no contexto jurídico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição (1988). Lei nº13.431, de 04 de abril de 2017. . Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13431.htm. Acesso em: 05 jun. 2017. BRITO, Leila Maria Torraca; PEREIRA, Joyce Barros. Depoimento de crianças: um divisor de águas nos processos judiciais?. *Psico-USF*, 2012, 17.2: 285-293.

DALTOÉ, Cezar, J. A. Depoimento sem dano: uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes nos processos judiciais. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

SCHAEFER, L. S., ROSSETTO, S., & KRISTENSEN, C. H.. Perícia psicológica no abuso sexual de crianças e adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2012, 28(2), 227-234. PELISOLI, Cátula; DOBKE, Veleda; DALBOSCO DELL'AGLIO, Débora. Depoimento Especial: Para além do embate e pela proteção das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Temas em Psicologia*, 2014, 22.1.

Experiência híbrida, a Comissão de Ética e a potencialidade transformadora pelo cotidiano.

Autor: Carina Maciel Gonçalves (UFMG/ CRP-MG)

Coautor: Silvana Pontes Bueno

A partir da vivência e do cotidiano experienciado no Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, na Comissão de Ética e na Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos em suas atividades, o presente texto aborda a partir da prática a contextualização que corrobora para o tensionamento ético de seu fazer, ao colocar em evidência as intersecções que envolvem a Justiça e o sistema de Conselhos. No agenciamento das demandas que se apresentam (desde 2016 até o momento) e convocando à um compromisso ético-político em sua práxis, a atuação da Referência Técnica e da Estagiária ressalta o hibridismo necessário, ademais as relações de poder que envolvem a comunicação entre a Justiça e a Psicologia, a partir de um lugar outro e próximo que corrobora para a problematização e enfrentamento dos desafios inerentes a área.

A posição ética de preservar as partes, e o cuidado nas questões que compreendem nas violações de direitos e seus impactos para os envolvidos, uma vez que os documentos são elaborados visando uma resposta a respeito da denúncia e expõe as situações de violações de direitos, e provocam à exposição dos sujeitos envolvidos se não mediados e acolhidos. Assim, a escolha do Grupo de Trabalho está às voltas com a reflexão sobre a importância da conduta profissional, que em sua práxis, pela atuação técnica e do exercício do estágio, pelo contato direto com o público (com as psicólogas e psicólogos) e com o jurídico. A proximidade com o Eixo 9: Ética, violências e (in)justiça



em tempos de retrocessos mundial e nacional dos direitos humanos: contribuições da Psicologia Social, se dá no âmbito que o fazer destas profissionais atravessado pela Psicologia Social e a proximidade com os usuários e com os serviços ofertados baseia-se no exercício contínuo de avaliação das situações; que orientadas pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo, além do Código de Processamento Disciplinar tornam-se crivo pelo olhar interno da Comissão, cuja função é resguardar as partes.

O hibridismo compreende nas funções da estagiária e o tensionamento e papel da Universidade no debate e proposições nas atividades e discussões do Conselho, assim como a responsabilidade da técnica que possui um compromisso com a formação continuada e toda a experiência que se torna crucial nas movimentações e decisões prestadas à Comissão (de Ética). Assim, a proximidade com o Eixo 7: Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções, se dá em contexto, o que justifica e ressalta pelo fazer que se propõe nesta apresentação se dar no estado de Minas Gerais e as relações do CRP-MG e com a UFMG na graduação de Psicologia. A relação entre formação, pesquisa e intervenções que toma o caráter híbrido de transposição de diversas linguagens no âmbito do diálogo e da prática, assim como a condição da territorialidade e a proximidade com as subjetividades que se apresentam e recorrem como usuários-sujeitos ao sistema, particularizando as intervenções que são propostas.

O procedimento desde o recebimento das denúncias éticas, até a instauração ou exclusão de um processo ético percorre desde o atendimento dos usuários presencialmente ou contato via E-mail e telefone até a apresentação e proposição da mediação (quando possível). Pela experiência do cotidiano do Conselho observa-se na chegada de usuários, e de suas queixas, a necessidade proximal de um acolhimento; a escuta como matéria prima do serviço psicológico se presta nas sedes e subsedes do CRP-MG, assim como o diálogo interno e o entendimento processual e contextual do caso a caso. Com a carreira da Psicologia, em ato, por formação, pesquisa e intervenções o espaço do Conselho e da Comissão de Ética especificamente trás esta elaboração acerca do hiato que representa ao se prestar tanto na condução (pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo e pelo Código de Processamento Disciplinar) como pela tomada da dimensão do sofrimento que envolvem o reconhecimento da denúncia para as partes e a sua importância política em relação ao contemporâneo, em tempos de retrocessos dos direitos humanos.

Os modos como a parte jurídica e linguagem da lei operam no dia a dia dos serviços realizados no Conselho também pelo caráter híbrido, que atravessa a dimensão humana e o manejo dos afetos na área da Psicologia, corroboram para analisar acerca da movimentação e do desafio de seu exercício. Situações que envolvem a noção e dimensão territorial de trâmites que ocorrem no estado de Minas Gerais se tornam dados a serem observados e que influenciam de modos particulares nas situações que surgem, assim o espaço afetivo e a busca demasiada do espaço textual que é analisado se tornam um campo de trabalho e proposta interventiva ao sofrimento que se apresenta. Diante do cenário quantitativamente crescente do surgimento de denúncias, analisadas desde 2016 até agosto de 2019, considerando a situação regional e nacional ocorre para além o cuidado e a delicadeza de prestar-se a escutar e então mediar o que surge como conflito e que torna também a especificidade e potência política e transformadora da Psicologia.

Imputabilidade impossível: uma crítica da razão psicojurídica

Autor: Júlia Arnhold Rombaldi (PPGPSI/UFRGS)

Coautor: Artur Costa (PPGPSI UFRGS)

A reflexão proposta neste trabalho é parte do percurso de mestrado da autora em que pretende-se colocar em questão a compreensão de culpa oferecida pelo Código Penal brasileiro a partir da problematização da categoria de inimputável penal. A inimputabilidade penal é definida legalmente como a impossibilidade do agente de um crime de ser considerado culpado por seu ato, porque ele seria incapaz de entender a ilicitude do fato, ou de agir conforme esse entendimento, já que não teria capacidade psíquica para compreender a reprovabilidade de sua conduta. São considerados inimputáveis, segundo o Código Penal, "doentes mentais ou com desenvolvimento mental incompleto ou retardado" e também os menores de dezoito anos (BRASIL, 1940). Assim, no lugar de uma pena, os adolescentes e alguns adultos que cometem crimes cumprem, respectivamente, medidas socioeducativas e medidas de segurança.



A categorização jurídica de alguns sujeitos como inimputáveis cria questões não só para o campo do direito, mas também para o da psicologia. Conforme consta em alguns dos documentos que versam sobre as respostas legais destinadas a essas pessoas, o Código Penal (BRASIL, 1940) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), o tempo de duração dessas medidas é indeterminado, devendo ser revisto em no mínimo um e no máximo três anos, no caso da medida de segurança, e a cada seis meses no caso da medida socioeducativa de internação. A lei não evidencia, porém, qual é o critério para que findem as medidas: fala-se em cessação de periculosidade para aqueles internados em hospital de custódia e tratamento e, no caso dos adolescentes, não há menção a qualquer regra, desde que a decisão de o manter internado seja “fundamentada”. Nos dois casos, essas decisões e tantas outras relacionadas aos destinos dessas pessoas no sistema penal são, muitas vezes, vinculadas a juízos emitidos por psiquiatras e psicólogos e que fogem aos critérios um pouco mais objetivos delineados pelo direito para definir o fim de uma pena – sendo o principal deles o da proporcionalidade entre o crime cometido e o tempo de cumprimento.

Como mencionado, os inimputáveis são descritos como aqueles que seriam, “ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz[es] de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar[em]-se de acordo com esse entendimento” (BRASIL, 1940). O Código prevê ainda a existência de uma categoria “intermediária”, a de semi-imputável, que funciona apenas para os adultos, mas não explicita exatamente no que esta categoria consistiria naquilo que diz respeito ao agente, apenas faz referência à consequência de seu reconhecimento em termos de cálculo de pena ou de aplicação de medida de segurança. A partir disso, se poderia colocar algumas questões: os imputáveis seriam então inteiramente capazes de entendimento? E os semi-imputáveis, seriam parcialmente capazes? Em que medida se daria essa parcialidade? No caso dos saberes psi, é mesmo possível totalizar uma experiência de ser sujeito em uma completude, seja ela positiva ou negativa com relação a algum atributo? Não deixa de ser curioso observar que a psicologia como disciplina seja convocada a dar aspecto técnico-científico às definições dessas categorias, ao mesmo tempo em que muitas formas de a exercer nem mesmo trabalhem a partir dessa perspectiva de sujeito passível de totalização, de qualquer completude que seja.

A realidade é que essa categoria, criada para dar conta das diferenças que teriam esses sujeitos na sua relação com o crime, resulta em milhares de pessoas internadas em locais como os manicômios judiciais e as instituições de cumprimento de medidas socioeducativas, que têm poucas condições de dar conta dos motivos pelos quais esses sujeitos estariam lá privados de liberdade. Torna-se necessário, então, colocar em questão a maneira como aquilo que marcaria a diferença desses sujeitos é materializado, definindo para eles um “caminho alternativo” no sistema penal que, no entanto, parece apenas violentá-los nessa diferença. A questão, porém, parece ser anterior ao modo de cumprimento das medidas: tem relação com aquilo que daria suporte à construção mesma da categoria de inimputável.

A definição da categoria de inimputável penal se sustenta na noção de entendimento, que muitas vezes se sobrepõe a outras como consciência, juízo, livre-arbítrio... Ainda que cada uma dessas palavras possa ser conceituada de diferentes maneiras, no âmbito jurídico elas adquirem significados bastante específicos. Pensadas a partir da filosofia de Immanuel Kant, da qual essas definições são herdeiras nesse contexto, elas formam uma rede de significados que, de uma forma ou de outra, remetem a essa possibilidade ou impossibilidade do sujeito de agir conforme uma normativa. Para o autor, o ser humano é dotado de uma forma especial de causalidade, que é a causalidade da vontade. É “uma lei da natureza que tudo o que ocorre possui uma causa, e que a causalidade dessa causa (ou seja, o elemento que a torna capaz de produzir efeitos) também tem uma causa” (GIACÓIA, 2012, p.39). A partir dessa lei, “todos os eventos numa ordem natural são empiricamente determinados” (ibidem, p. 40). Nessa dinâmica, os seres humanos estariam em um lugar diferenciado porque sua causalidade poderia ser incondicionada, isto é, não estaria determinada por essa ordem, dependendo dessa vontade própria de cada um. Essa proposição dotaria o sujeito de liberdade, que na teoria do autor encontra suporte na ideia de imperativo categórico. Assim, os sujeitos só são realmente livres quando inseridos em uma dinâmica ética que é a do dever, chamada de deontológica. Esse dever, para Kant, tem um caráter necessariamente universal, em consonância com a ideia de que a natureza teria uma regra geral e, assim, o ser humano, porque é livre, definiria essa regra para si mesmo a partir de um premissa que pode ser enunciada da seguinte maneira: “age apenas de acordo com aquela máxima, por meio da qual tu ao mesmo tempo possas querer que ela se torne uma lei universal da natureza” (ibidem, p. 56-57).

Assim, por não serem sujeitos de livre-arbítrio nos termos kantianos, também crianças, mas mais comumente adolescentes e também os adultos entendidos como “doentes mentais”, não estariam em condições de poder



escolher agir de outra maneira, sendo condicionados. Essa concepção da categoria de inimputável considera-os como sujeitos que estão em condições diferentes daqueles que são considerados imputáveis – o que de fato estão. A questão a ser problematizada aqui é se esse critério utilizado para diferenciar o encaminhamento desses sujeitos após a sentença de fato condiz com as questões suscitadas por essas singularidades e contribui para definir que encaminhamento será esse.

Em *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética* (2017), a filósofa americana Judith Butler vai problematizar essa compreensão de sujeito apresentada até aqui, refletindo sobre os limites de nossa possibilidade de narrar a nós mesmos de forma coerente. A partir da ideia de uma opacidade do sujeito para si mesmo, ela vai dizer que sempre há algo de nossa própria história que nos escapa, nos excede, que, enfim, nos é opaco. Além disso, a nossa “própria” história é, na verdade, também a história de um outro, ou de vários outros, já que esse eu que narra só seria constituído a partir do outro, em relação à alteridade. O outro, os outros, ou o Outro, também aparecem no momento mesmo do relato, já que é também do interlocutor que depende a forma como se efetua isso que produz sobre mim. Com essa reflexão, ela sugere que são essas condições de opacidade e relação com esses outros que, para a autora, diriam de uma possibilidade de responsabilidade do sujeito.

Assim, a partir dessa construção da autora sobre a possibilidade de responsabilização a partir da opacidade do sujeito para si mesmo e da constituição de si a partir do outro, propõe-se uma desambiguação dos termos culpa e responsabilidade para problematizar a própria fórmula adotada pelo direito penal para penalizar as pessoas, imputáveis ou inimputáveis, e propor outras formas de resolução dos conflitos entre os sujeitos. Nesse sentido, outros autores como Deleuze e Guattari (1995), Nietzsche (2012), Foucault (1995) e Mbembe (2018) são importantes para colocar em questão conceitos fundamentais como racionalidade, liberdade e alteridade.

Partindo do encontro da genealogia e da cartografia propostos por Zambenedetti e Silva (2013), analisando materiais tais como decisões judiciais de segunda instância relativas a inimputáveis adultos, o exame para verificação de excludente de culpabilidade relativa a inimputáveis adultos, propostas de emenda à constituição de redução da maioria penal relativa a inimputáveis adolescentes, e os discursos correntes sobre a redução da maioria penal relativa a inimputáveis adolescentes encontrados nas mídias, redes sociais, normas técnicas e bases teóricas da psicologia, pretende-se destrinchar os significados que os saberes psi atribuem à inimputabilidade e, conseqüentemente, à imputabilidade, e de que forma o judiciário usa desses sentidos para atribuir culpa, ou não, a um sujeito. A partir disso, é possível problematizar esses significados, colocando em questão um dos fundamentos da punição penal, e repensar as formas de resolução de conflitos vigentes.

Masculinidades em grupos reflexivos: impasses entre o enfrentamento da violência de gênero e a judicialização

Autor: Lucas Reis Machado (UFMG)

Coautor: Laura Soares (UFMG)

No contexto da sociedade contemporânea, considerando o fenômeno cunhado judicialização, no qual há um alargamento das situações cotidianas que são atravessadas pelo judiciário, contemplando desde brigas entre casais até situações conflitantes no contexto escolar, torna-se complexo situar os discursos modernos vinculados à violência (Arantes, 2011; Nascimento, 2014; Oliveira & Brito, 2013; Rifiotis, 2007, 2008, 2014, 2015; Soares & Moreira, 2016). Neste sentido, o trabalho propõe abordar a concepção da violência entendida como um problema social, e não apenas uma categoria de análise (Rifiotis, 2008). A criação de espaços que visam proteção às mulheres, como as Delegacias da Mulher (DM) e as Varas Especializadas em crimes contra a mulher, além da promulgação de Leis que buscam coibir a violência contra este grupo - as mulheres -, tal qual a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio, instituem protocolos de atendimentos e ações que nem sempre consideram a complexidade das vivências delas e de outras pessoas envolvidas. No caso da Lei Federal 11.340/06 (Brasil, 2006), pode-se considerar que ela reconhece através da tipificação penal da violência doméstica e familiar contra as mulheres a ênfase nos mecanismos legais como forma de coibir este tipo de violência. Esse aparato jurídico tem seu valor e sua importância social, posto que visa instituir normativas para a proteção de mulheres, como as medidas protetivas de urgência, além de prevê a criação de equipamentos especializados no atendimento para os homens autores de violência (HAV) e para as mulheres em situação de violência. A despeito dessa importância do reconhecimento do Estado para a problemática da violência contra as mulheres, é relevante visualizar os dilemas e as ambivalências presentes nas



situações de violência contra elas, já que, muitas vezes, há um vínculo afetivo entre as partes envolvidas nestes processos e, muitas vezes, quando refere-se à justiça penal as pessoas envolvidas podem se tornar testemunhas do próprio caso (Rifiotis, 2007). A concepção desta pesquisa surgiu a partir de inquietações que o pesquisador se deparou durante a experiência como facilitador de grupos reflexivos de gênero no período de maio até dezembro de 2017. Essa inserção profissional no programa CEAPA (Central de Alternativas Penais) - serviço que faz parte da Política de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais e é executado por organizações do terceiro setor - permitiu ao pesquisador ter aproximação sobre o referencial teórico da Psicologia Jurídica e da temática da Violência de Gênero. Ademais, ressalta-se que parte do público atendido pela CEAPA é composto de homens encaminhados pelos Juizados Especiais Criminais, a fim de cumprirem determinação judicial de participação nos grupos reflexivos de gênero. Esses serviços não estão alocados diretamente no Poder Judiciário, como nos tribunais, porém produzem documentos com a participação de profissionais da psicologia, que são anexados nos autos processuais dos envolvidos, tais quais: ofícios ou listas de presença. Equivale a dizer que o trabalho com HAV vincula-se como medida judicial e remete-se ao Sistema de Justiça situam-se, portanto, no campo da Psicologia Social Jurídica. Com base no que foi explanado sobre as implicações de pesquisa até o momento, é relevante mencionar que o objetivo geral do estudo trata-se de compreender como os homens que participaram de grupos reflexivos de gênero vivenciam a experiência da atividade grupal e do processo judicial e os objetivos específicos são: levantar as contribuições da psicologia nas pesquisas e nas práticas com os grupos reflexivos de gênero, problematizar a falta de consensos sobre as metodologias empregadas nos trabalhos com os grupos reflexivos de gênero, debater as dicotomias presentes entre vítima e agressor (a) no contexto da judicialização das relações sociais. O presente trabalho está relacionado com o eixo 9: Ética, Violências e (In) justiça em tempos de retrocessos mundial e nacional dos direitos humanos: contribuições da Psicologia Social, especialmente ao GT 41: Psicologia Social Jurídica na interface da Justiça e dos direitos: desafios, lutas e problematizações. Isso pode ser explicitado pelo repertório teórico no qual o estudo é ancorado, uma vez que busca articular reflexões críticas concernentes aos saberes e fazeres na perspectiva da Psicologia Social Crítica, considerando os desafios e as potencialidades presentes no enfrentamento da violência de gênero em diálogo com o Sistema de Justiça, como: o fenômeno da judicialização das relações sociais, os estudos sobre as masculinidades e as teorias feministas de gênero.

Se, por um lado, a Lei Maria da Penha propõe politizar a relação da justiça na ação dos casos de violência de gênero, por exemplo, instituindo que sejam realizadas intervenções com o outro pólo da questão desse tipo de agressão, como os trabalhos voltados para os homens autores de violência. Por outro lado, essa atuação pode vir a reforçar posições cristalizadas de vítima/agressor, de modo que as relações sócio-históricas de gênero não fiquem contempladas em suas complexidades. A ausência de políticas específicas sobre os serviços prestados aos HAV e também a falta de diretrizes peculiares sobre a condução desses trabalhos são alguns apontamentos que justificam os estudos e as pesquisas nesse campo (Beiras, 2014). Aprofundar a compreensão sobre a organização metodológica das instâncias que atendem os HAV, além do levantamento da rede que atua com esses usuários é importante para consolidar estes dispositivos de atenção e proteção que intervêm nos casos de violência de gênero (Beiras, 2014). De acordo com Toneli, Beiras & Ried (2017), os serviços voltados para os trabalhos com os HAV estão imbricados no campo das políticas públicas que precisam de ações intersetoriais, envolvendo demandas da assistência social, da saúde e da segurança pública. Na metodologia, o foco são os homens que cumpriram grupos reflexivos de gênero referente à Lei Nº11.340/06 como determinação judicial. De acordo com Kind (2008), o grupo focal é uma técnica para coleta de dados, coletivamente, capaz de capturar informações por meio da discussão de tópicos sugeridos pelo pesquisador, essa técnica tem suas bases teóricas fundada principalmente pelas teorias de grupos. Desse modo, foi empregado o Grupo Focal para a coleta dos dados, o encontro foi composto por seis (06) participantes voluntários, teve duração aproximada de 90 minutos, contou com a presença de um moderador, no caso o pesquisador, uma vez que este já possui experiência com manejo de grupos e um observador. O observador é um participante do Laboratório de Psicologia Social Jurídica da UFMG e foi o responsável por auxiliar o moderador nas discussões após o término do encontro, além de analisar as intervenções feitas por ele e, também, de focar nos registros das reações das interações no grupo, como as características que se destacam entre os participantes ou sobre próprio moderador. As categorias de análises foram selecionadas com base em conceitos apontados pela literatura do campo da Psicologia Jurídica, notadamente em diálogo com a Psicologia Social, sendo elas: processos de judicialização, possibilidades de masculinidades, efeitos sociais e convivência familiar. Os participantes contaram histórias que continham aspectos relativos aos impactos do processo judicial nas suas vivências familiares, nos seus contextos de trabalho ou em outros espaços de interação social. Os dados foram analisados por meio da

análise de conteúdo temática, visto que já houve a realização do grupo focal, que ocorreu no dia 14 de agosto de 2019. Considera-se importante o destaque sobre aspectos que, por enquanto, não foram enfatizados neste trabalho, mas que poderão ser trabalhados durante a análise dos dados levantados e/ou em estudos posteriores, tais quais: o aprofundamento nas discussões que apontem sobre o equívoco de considerar o recrudescimento penal como solução para as situações diversas de violência que assolam o país, além das reflexões sobre outros marcadores sociais, como raça, classe e geração, que se interseccionam na produção de masculinidades alternativas em contraposição às masculinidades hegemônicas. Conclui-se que, entre os temas debatidos pelos homens durante o encontro do Grupo Focal, percebeu-se certa recorrência quanto às dificuldades de convivência familiar deles com os/as filhos/as, na maioria das vezes, isso era apontado como consequência da medida protetiva de urgência aplicada pelo Judiciário. Em outros casos, alguns homens contaram sobre situações que dificultam o exercício da paternidade, principalmente quando as brigas atinentes à conjugalidade misturam-se com a questão da parentalidade.

Os impactos do encarceramento e do poder de punir nas famílias de presos e presas

Autor: TIAGO ANTÔNIO DE PÁDUA (UFMG)

Coautor: Carolyne Reis Barros (UFMG) e Vanessa Barros (UFPB)

O poder de punir, ao longo dos tempos, manifestando-se de maneiras isoladas ou concomitantes (suplício dos corpos, degredo, multas, dentre outros) tem na forma da prisão, o dispositivo punitivo burguês por excelência. À época em que surgiu, respondia à necessidade capitalista de adequar os camponeses expulsos do campo à realidade manufatureira emergente nas cidades, assentando-se como escolas preparatórias para a exploração na manufatura. O intento dessa instituição não era outro, senão tornar esta massa útil aos interesses econômicos. Na atualidade, as prisões, reconfiguradas em sua utilidade, despontam como estratégia estatal de dominação e eliminação do corpo social, de classes inteiras de sujeitos alçados à categoria de grandes inimigos da sociedade. O estado neoliberal consegue exercer o controle social sob os sujeitos classificados como perigosos, alicerçando seu poder genocida sob uma pretensa promessa protecionista. Nesta lógica, toda a sociedade acredita estar mais segura quando o grande inimigo está apartado. A realidade do sistema prisional brasileiro, composto em sua maioria por jovens, negros, vindos de estratos sociais desprivilegiados e estigmatizados, colocam o país na preocupante e pouco meritória terceira colocação no ranking de países que mais encarceram no mundo. Por tal configuração, problematizamos como o poder punitivo extrapola a pessoa do sujeito preso, reverberando para além dos muros das prisões, sobre as famílias desse contingente de párias da sociedade. Parafraseando e ampliando uma constatação de muitos familiares, podemos afirmar que milhões de pessoas cumprem a pena junto a esses sujeitos. Diante os inegáveis transbordamentos da prisão para além de suas barreiras físicas, propomos refletir e compreender os impactos deste projeto de encarceramento em massa no tecido social, mais especificamente, as reverberações da prisão sobre os familiares de presos e presas. O presente trabalho parte das reflexões do primeiro autor na sua pesquisa de mestrado assim como da experiência de todos os três autores com presos, egressos e suas famílias, seja na condição de trabalhadores do cárcere, militantes ou pesquisadores. O sistema prisional ainda assume um espaço de pouco destaque em pesquisas. Quando estudado cientificamente, geralmente são os presos e os trabalhadores do cárcere que são objeto de reflexões. As famílias, não raro, ocupam uma reflexão secundária e momentaneamente compreendidas tão somente numa perspectiva desestruturante e desestruturada frente ao encarceramento de algum de seus membros. Sob a um cenário de pouca visibilidade às experiências de familiares de presos, algumas reflexões fazem-se necessárias e contribuem para recolocar as famílias numa perspectiva crítica, rompendo com paradigmas rasos, buscando assim compreender como elas (re)organizam-se quando da prisão de um de seus membros. Uma primeira problematização é justamente apontar o transbordamento do poder de punir do estado para além da prisão-prédio, estendendo sua função punitiva também sobre os familiares. Isso se configura desde o rompimento abrupto das relações afetivas do preso com sua família (quando ele é sumariamente deslocado de sua rede relacional e passa a habitar as prisões) até ao acesso desses familiares à própria instituição, condição esta perpassada por prescrições e imposições, condicionadas a todos aqueles que desejarem transpor as barreiras físicas das prisões. Outra forma do estado engendrar a família em sua teia punitiva, é averiguada na impossibilidade de todo o preso cumprir sua pena no domicílio de origem, ou seja, próximo a suas redes de apoio e afeto. Tal situação apresenta-se dificultadora para manutenção dos laços afetivos para aquelas famílias de estra-

tos sociais empobrecidos. Superado esse primeiro obstáculo (ou não, quando geralmente culmina no rompimento completo do contato família-presos), outros somam-se no processo de contato. Adentrar as prisões para visitação, por exemplo, exige do familiar cumprir uma série de requisitos, formais e informais, múltiplos e mutáveis, que via de regra transfiguram-se de unidade prisional para unidade prisional, e dentro de uma mesma unidade, entre as diferentes equipes. O ritual de visitação, que inicia-se muito antes da visita em si (afinal a família precisa organizar todo uma rotina e sincronizar sua existência às prescrições irredutíveis das unidades, como dias e horários específicos para visitação) toma contornos de um escrutínio estatal sobre as famílias, entendidas como agentes criminog nicas e passíveis de influências negativas e ilícitas ao preso. Para dirimir esse impasse, a revista vexatória, prescrição quase indispensável para adentrar as prisões, impõe sob a família a eterna suspeição: faz-se necessário invadir a intimidade do visitante para confirmar sua honestidade. Tal revista, violentadora, imposta a todos, funciona como uma primeira seleção dos familiares no ambiente prisional: expostos ao manuseio de agentes penitenciários, são escrutinados, sendo-lhes exigido que se desnudem, se agachem, exponham órgãos genitais, façam força, na tentativa de descoberta de objetos ilícitos que sejam intercambiáveis para dentro da prisão. As visitas geralmente são acompanhadas pela entrega autorizada de alimentos e/ou produtos e objetos de uso pessoal e/ou coletivo igualmente vistoriados sob um rígido sistema de vigilância e prescrições. Nesse aspecto vale denunciar como a família assume a função provedora do estado: frente as suas ingerências, em que falta de tudo (desde produtos de higiene pessoal a remédios, de cobertores a acesso a atendimentos de saúde)   a família que é convocada a suprir materialmente sua ausência e insuficiência. O impacto financeiro intensifica-se se aquele familiar preso contribuía para as dinâmicas financeiras. Também impacta uma vez que a família assumir  suas demandas básicas de subsistência intramuros. Um sujeito preso condiciona novas despesas que vão exigir configurações outras por parte da família. Ainda somam-se outros gastos: transporte para visitação, contratação de advogado, suprir obrigações alimentícias com filhos dos presos/presas, todas despesas que vão avultando-se num horizonte já bastante marcado por carências e marginalizações. Permeando essa etapa, os discursos de familiares denotam suas impressões sobre a dinâmica na qual são inseridos: os relatos dão conta de inúmeras humilhações e constrangimentos a que são expostos quando no contato com os trabalhadores do cárcere, geralmente agentes penitenciários. Outra forma do estado incutir responsabilidade   família,   convocando-a a participar do tido processo ressocializador. Assim, o desempenho positivo do preso (seja enquanto institucionalizado, seja p s encarceramento), está atrelado também   capacidade da família de acolher, aconselhar, supri-lo durante o seu processo de transformação, a que a prisão se propõe a fazer. A família também acaba assumindo um lugar de estigmatização: pelos órgãos jurídicos-assistenciais estatais é tida como uma família desestruturada, sendo essa condição geralmente ratificada a todo instante como justificativa para o percurso delituoso do membro familiar. Também assume o estigma de família de presos, e todas as impressões depreciativas destinadas a este, acabam por contaminar, devido à proximidade, aqueles membros familiares que com ele se relacionam. Acrescido a tudo isso, as políticas estatais de apoio as famílias são escassas e para aquelas existentes, a grande m dia monopolizada acaba por conferir-lhes percepções distorcidas: não raro assistimos noticiários policialescos bradando o absurdo do auxílio reclusão, por exemplo, fazendo uma leitura equivocada e inexata da real necessidade desse direito, que visa sobretudo assegurar aos dependentes dos presos/as as condições mínimas para subsistir enquanto perdurar o encarceramento. Nosso posicionamento ético-est tico-político nos mobiliza sempre a denunciar os efeitos deletérios, violentos e violadores do encarceramento sobre presos e suas famílias, contudo é salutar refletir como a prisão de um membro da família convoca-a a reconfigurar-se; a ausência não implica somente em desestruturação familiar, concepção at mica e estanque normalmente veiculada. Em meio aos impactos psicossociais e financeiros, ainda assim as famílias estruturam-se apesar da prisão, constituindo-se em trajetórias que são singulares e passíveis de ressingularizaç o. Assim precisamos compreender melhor os alcances, por vezes sutis, que o estado penal punitivista consegue estender para além das prisões, maximizando as mazelas e dores do encarceramento aos próprios familiares. Todavia também devemos entender criticamente o papel ativo que famílias desempenham no percurso de cumprimento da pena, bem como evidenciar o processo de reconfiguração frente   prisão. De nossa parte, contudo, a única solução para essa realidade, caminha na direção da abolição desse modelo perverso de segregação de vidas conjugado a uma completa reestruturação social.



Pensando as demandas de visitação assistida no tribunal: fundamentos e posicionamentos da Psicologia Social Jurídica

Autor: Rar o Chaves e Resende (UFMG)

Coautor: Laura Soares (UFMG)

Alguns dos movimentos do social que mais impactaram a família do contemporâneo envolvem a um discurso de democratiza o da família e a influência do cientificismo no modo de vida dos sujeitos (Brito & Cardoso, 2017). Nesse contexto, insere-se a prática do psicólogo alocado nas Varas de Famílias, o qual necessita ter um olhar atento para essas transforma es do contemporâneo e como elas afetam as famílias. A judicializa o, por exemplo, impacta na demanda que recebe do judiciário, na contraposta e no diálogo com essa instância, além do formato das problemáticas e as novas demandas que adentram o judiciário. As famílias, instância social afetada por essas transforma es, quanto mais judicializadas, mais procuram o judiciário como forma de soluço privilegiada dos conflitos que vivenciam. Uma das respostas inventadas na atualidade para a soluço de casos específicos na Vara de Família é a medida provisória de visita o assistida. Ela é aplicada em situa es que um dos familiares se vê impedido de conviver com a criança ou adolescente. Esse impedimento pode decorrer de vários fatores, no recorte escolhido, salienta-se os possíveis desdobramentos do pós divórcio como uma denúncia de abuso sexual infantil ou o rompimento/fragiliza o de vínculos da criança com um dos familiares. A pesquisa usa como fundamenta o teórica a Psicologia Social Jurídica, comprometida politicamente com as transforma es do contexto social na qual se insere e marcada por uma responsabilidade  tica com os direitos humanos a partir de um posicionamento crítico. Pretende-se aqui discutir parte dos resultados de uma pesquisa de cunho qualitativa a partir de realiza o de entrevistas com os psicólogos jurídicos a qual objetivou, entre outros delineamentos, analisar como se apresenta a demanda por visita o assistida aos psicólogos da Vara de Família e como ela vem sendo respondida. Além disso, teve-se como meta identificar o posicionamento dos psicólogos frente a essa prática e o contexto em que acontecem os acompanhamentos de visitas. Nesta investiga o foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas com dez profissionais psicólogos que atuam em Varas de Famílias localizadas em Tribunal de Justiça de uma capital do sudeste brasileiro entre janeiro de 2016 e maio de 2016. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comit  de  tica em Pesquisa da Universidade. Os/as psicólogos/as entrevistados/as demonstraram certo desconforto em realizar essa prática de visita o assistida tendo como fundamenta o uma problemática do que seria a fun o do psicólogo e as prerrogativas  ticas da profissão. Para tanto, a equipe demonstra possuir um posicionamento divergente de uma prática estritamente tecnicista e de fiscaliza o, nomeando de outra forma o que fazem, a saber, acompanhamento de visitas. Logo, a rela o clara com o GT se apresenta, já que presta-se ao trabalho de construir uma discussão do fazer do psicólogo no âmbito dos tribunais de justiça de forma a contribuir para uma prática emancipatória e crítica ao governo dos sujeitos em litígio. Salienta-se a necessidade de problematizar a prática do psicólogo no sistema de justiça a fim de compor resistências em cenários cada vez mais autoritários. Preocupa-se com uma assimila o acrítica por parte dos psicólogos de práticas demandadas pelos tribunais de justiça, principalmente quando o saber psi se presta a dizer sobre uma verdade acrítica e a-histórica, posicionando-se no lugar de vigilância e fiscaliza o. Encontra-se nisto a clara judicializa o da prática psi, afastando-a dos pressupostos do que seria seu fazer para além da perícia e o que significa um dever ético com as partes submetidas ao seu trabalho. Para desconstruir tal perspectiva,   necessário pensar uma independência técnica entre o psicólogo e o juiz, assim como a presta o de serviço às partes atendidas. Nesse sentido, como conciliar uma prática que garanta os direitos humanos, mas que, no entanto, não se restringe somente   observância e ao tecnicismo? Onde se situam as práticas de visita o assistida e acompanhamento de visitas nesse cenário? Estaria a visita o assistida assumindo o lugar de fazer do/a psicólogo/a onde ele/a endossa discursos punitivistas em nome da prote o da vítima? Ademais, a importância de se discutir essa temática na seara da psicologia jurídica aumenta quando constata-se quase nenhum trabalho no Brasil que diga sobre a prática de visita o assistida, o que pode contribuir mais facilmente para uma judicializa o e ado o acrítica dessa prática por parte do psicólogo. Sendo assim, assume-se uma responsabilidade enquanto produtores de conhecimento na psicologia e espera-se agregar argumentos científicos para que esse profissional possa se posicionar na mesa de debates de um lugar ético e baseado em saberes por ele apropriados. A presente exposi o discute resultados encontrados em pesquisa de cunho qualitativo que teve por objetivo principal compreender quais são as demandas emergentes no campo da família que tem adentrado o judiciário e quais respostas têm sido dadas a essas solicita es. Para uma discussão mais aprofundada optou-se por fazer um recorte da categoria específica que aborda a temática da visita o assistida. A

prática de visita assistida remete o psicólogo ao lugar onde ele está ali somente para averiguar se existe algum crime que está sendo ou foi cometido, ou seja, vigiar e controlar. Vale lembrar que o psicólogo nunca deve se eximir da responsabilidade de zelar pela proteção física e psíquica da criança/adolescente em um contexto onde existe uma denúncia e, portanto, suposta violência sendo cometida contra ela, mas preocupa-se com a simplificação das relações humanas que poderiam por consequência aprofundar discórdias e gerar mais sofrimento dentro do conflito familiar (Sousa & Bolognini, 2017). É nesse caminho que reúne a complexidade envolvida no litígio familiar que a prática de um acompanhamento de visitas vai além, ela busca também a intervenção no sentido de novas possibilidades de construção de laços entre os sujeitos em questão. Acredita-se numa prática interventiva e que busca a mudança social no contexto em que o psicólogo se encontra, mudança essa possibilitada por dar a oportunidade do sujeito repensar suas ações ao se escutar, por legitimar vozes de sujeitos negligenciados e criar espaços para se falar do que não era exposto ou dito. Nesse sentido, a intervenção no litígio abarca a necessidade de se olhar para o fenômeno, não de forma simplória e binária, mas de forma complexa inclusive pensando a criança nessa dinâmica. No grupo investigado pode-se salientar duas importantes prerrogativas: a negação de um trabalho estritamente pericial e, em contrapartida, a afirmação de um trabalho interventivo e que se preocupa com a ética do cuidado e da confidencialidade. Para eles, não seria suficiente somente se atentar para as peculiaridades de cada caso, mas é fundamental adotar uma posição crítica em relação ao próprio trabalho e ao que lhe é solicitado. Dentro do cenário traçado e do esforço teórico de distanciar o acompanhamento de visitas da visita assistida, ainda sim é prudente ficar sempre atento para as afinidades entre elas. Deve-se pontuar, em um exercício crítico, poderiam essas propostas ainda serem similares e terem efeitos semelhantes? Como fazer com que o acompanhamento de visitas não se torne uma penalidade? Uma dica seria propor uma condução diferente a partir de pressupostos outros. Dois pontos parecem indispensáveis para se começar o diálogo. O acompanhamento de visitas não é e não pode ser resposta simplória e rápida como tentativa de solução de qualquer tipo de problema de convivência colocado por uma das partes. O segundo ponto diz respeito ao não reducionismo do direito à convivência ao direito à visitas. Afinal, existem outras formas de se promoverem a convivência da criança com ambos os pais no cenário do pós divórcio, por exemplo, a partir da discussão da guarda compartilhada como modalidade prioritária, inclusive em casos de litígio, ou mesmo da promoção de grupos de pais e mães separados para refletirem sobre as possibilidades da convivência familiar após o término conjugal. Mesmo após a tentativa de resposta a algumas perguntas, outras continuam a ecoar. Seria a diferença de contexto, lugar e frequência das visitas suficiente para se dizer que a convivência está sendo promovida? No acompanhamento de visitas, o caráter da temporalidade seria suficiente para amenizar o aspecto punitivo que a medida tem? São questões que merecem mais elaboração e problematizações em pesquisas futuras, seja em preocupações com as possíveis manipulações que a medida possa tomar ou, além, sobre a legitimação e discursos reproduzidos por trás de sua existência. Por fim, vale ressaltar que atualmente existe uma tentativa do judiciário de solicitar que o psicólogo trabalhe fora do seu horário de trabalho nos espaços destinados a realizar as visitas assistidas. Além disso, devido a uma solicitação da categoria, alguns tribunais já modificaram os lugares onde ocorrem essas visitas, construindo espaços à semelhança dos Espaces de Rencontre na França. Essas instituições existem desde a década de 1980 como forma de garantir o direito à convivência familiar oferecendo uma resposta aos pais em litígio e tendo como princípio a temporalidade, transitoriedade, gratuidade e confidencialidade (Resende & Soares, 2019). Cabe lembrar que os Espaces de Rencontre não são subordinados ao judiciário para produção de provas ou documentos.



Práxis e Ética Psicológica no Sistema Carcerário: Uma Relação Dicotômica?

Autor: Caio Duarte de Almeida Pinto (Universidade de Vassouras)

Coautor: Maria Clara de Mello Andrade

O presente trabalho surge da necessidade de problematizar a prática do profissional psicólogo nos presídios considerando-se o que consta no código de ética da (o) profissional psicóloga (o) e a maneira como se dá o tratamento das pessoas em privação de liberdade em nosso país. Os últimos dados sobre a população carcerária do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, do ano de 2016, mostram que os presídios estão longe de ser uma alternativa de combate à criminalidade e que os detentos se encontram em situações subumanas, na maioria das vezes. Para boa parte da sociedade e do judiciário, as prisões representam um objeto para castigo, com papel pedagógico de ensinar a não desrespeitar leis, através de punições severas que servirão de exemplo para que ninguém repita o ato infrator. Esse tipo de pensamento parece ter sido construído ao decorrer da história, com bases nos suplícios, castigos físicos que eram aplicados àqueles que não obedeciam às leis e que faziam correlacionar o tipo de ferimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso e o nível social de suas vítimas. Diante deste cenário, a psicologia tem o desafio de trabalhar nessa instituição de acordo com seu código de ética, pautada nos Direitos Humanos. Mas, como trabalhar de forma ética e humana em uma instituição que historicamente foi construída para isolar, causar sofrimento e punir? Trabalharia de forma a promover saúde mental ou perpetuaria o sofrimento da reclusão? Caso trabalhasse pela saúde mental, como falar em saúde mental dentro de um sistema que foi feito com o objetivo de causar sofrimento? São esses questionamentos que são explorados e que tenta-se chegar a alguma resposta. O objetivo é analisar e discutir a atuação da psicologia nas cadeias brasileiras pensando tais práticas sobre a ótica do código de ética da (o) profissional psicóloga (o) e dos direitos humanos, tendo em vista a criação de ferramentas que construam possibilidades de atuação afinizadas com a ética da profissão nestes espaços. Isto posto, o trabalho enquadra-se na discussão proposta pelo Grupo de Trabalho 41 "Psicologia Social Jurídica na interface da Justiça e dos direitos humanos: desafios, lutas e problematizações" pois aborda a dicotomia entre a ética da psicologia e as práxis psicológicas no sistema carcerário, trazendo uma das interfaces da Psicologia com o Judiciário, problematizando as atuações das (os) psicólogas (os) e abordando os desafios da inserção da Psicologia nesse contexto. E, por conseguinte, também enquadra-se no "Eixo 9: Ética, violências e (in)justiça em tempos de retrocessos mundial e nacional dos direitos humanos: contribuições da Psicologia Social", por abordar as questões éticas da psicologia ao atuar no sistema carcerário e a incoerência ética de práticas psicológicas que individualizam a questão do ato infracional nessas instituições. Como metodologia de trabalho foi utilizada revisão bibliográfica, foram utilizados materiais já publicados pelo Conselho Federal de Psicologia acerca da atuação dos Psicólogos no sistema carcerário, as Leis de Execução Penal e o que estava previsto nelas para a atuação de profissionais da psicologia nos presídios. Além da análise de dados publicados em 2016 pelo Ministério da Justiça, que realizou um levantamento sobre o sistema carcerário brasileiro com o título "Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias" e apresenta o retrato das prisões brasileiras focalizando dados como idade, raça/cor, escolaridade e tipo penal. Também foram utilizadas como fonte de pesquisas dados do Senado Federal e as últimas publicações em revistas e jornais eletrônicos relativos ao sistema carcerário. E para percorrer pistas acerca do surgimento das penas e prisões e pensar o atual sistema carcerário, foi utilizado o pensamento de Michel Foucault. Assim, foi feito um apanhado histórico do surgimento das prisões e das penas para pensar sistema carcerário buscando por frestas que desembocassem na possibilidade de novas práticas psicológicas para atuação com pessoas em privação de liberdade. A discussão gira em torno da complexidade de uma prática psicológica ética em uma instituição historicamente construída para punir, somado à expectativa, tanto do judiciário quanto da sociedade, de que a psicologia perpetue a perversidade do mal tratamento ao recluso. São levantadas problematizações acerca desta área de investigação, fazendo um traçado entre o surgimento das prisões, a atual situação dos presídios e os desafios para uma práxis ética dentro dos mesmos, tendo como objetivo contribuir para a elaboração de alternativas pautadas em uma abordagem libertadora que promova saúde mental. Para Ângela Davis, pensar em alternativas à lógica carcerária não se trata de buscar substitutos da prisão que sejam semelhantes à prisão, trata-se de colocar o desencarceramento como estratégia, imaginando uma série de alternativas ao encarceramento como a revitalização da educação, um sistema de saúde que ofereça atendimento físico e mental gratuito para todos e um sistema de justiça baseado na reparação e na reconciliação em vez de na punição e retaliação. Concluiu-se que a psicologia possui o papel ético de trabalhar pela melhoria tanto do tratamento quanto das condições de reclusão dos presos, visando o desmonte

da instituição prisão da maneira como ela se organiza hoje e almejando alternativas mais éticas e humanas de lidar com a criminalidade.

Vozes bem-ditas: saúde mental e ensino jurídico universitário

Autor: Renata Ghisleni (UFMG)

Este estudo trata-se de uma pesquisa de pós-doutorado que problematiza situações envolvendo saúde mental no âmbito universitário, especificamente, no contexto da formação jurídica. Nos últimos anos, encontramos nas universidades brasileiras um aumento significativo de problemas relacionados à saúde mental da comunidade acadêmica – estudantes, servidores técnicos e professores. A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Os problemas relativos à saúde mental têm ganhado bastante visibilidade, inclusive sendo pautados com grande frequência nos meios midiáticos. Diversos estudos vêm sendo desenvolvidos pondo em análise a produção de saúde mental e sofrimento psíquico do ensino superior. Pesquisas internacionais que focavam, por exemplo, distúrbios dos estudantes universitários, apontaram a alta prevalência de transtornos mentais. Destacou-se a predominância dos transtornos depressivos e identificou-se também que os transtornos mentais têm maior chance de surgir, pela primeira vez, principalmente no período universitário, sendo documentada uma maior taxa de sofrimento mental entre estudantes universitários, se comparados com outros jovens da mesma idade. No Brasil, em 1958, foi realizado o primeiro estudo sobre saúde mental em estudantes universitários. Os estudos brasileiros confirmaram a prevalência de um relevante sofrimento psíquico e destacam a importância de uma rede de apoio para promover a saúde mental dos jovens. A aposta da pesquisa de pós-doutorado é de que a análise crítica e reflexiva destas questões possibilita compreender a saúde mental de modo ampliado, contribuindo para a elaboração de políticas institucionais pautadas por diretrizes de cuidado e acolhimento e para construção de novos parâmetros de formação acadêmica que colocam em questão a lógica produtivista, individual e competitiva que atravessa o contexto universitário. Compreendendo a saúde mental numa dimensão institucional e coletiva, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) vem construindo de forma pioneira no Brasil uma série de ações para sua comunidade acadêmica em consonância com o Sistema Único de Saúde (SUS), baseadas nos princípios antimanicomiais de promoção de desestigmatização e despatologização do sofrimento mental. Apoiados pela Pro-reitoria de Extensão, Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Colegiados dos cursos de graduação, a Universidade vem construindo e fortalecendo uma série espaços de acolhimento, escuta e diálogo com a rede de saúde mental do município, tais como: a Rede de Saúde Mental e a Comissão de Saúde Mental que vêm realizando mapeamento das principais demandas da comunidade acadêmica. De acordo com relatório elaborado pela Comissão Institucional de Saúde Mental (2016), o 1º Conversatório, realizado em 2015, configurou-se num espaço de diálogo da comunidade universitária sobre saúde mental proposto pelo Programa de Extensão em Atenção à Saúde Mental (PASME), com o apoio de demais instâncias da universidade, durante a III Semana de Saúde Mental e Inclusão Social da UFMG. Os relatos dos estudantes de sofrimento e desconfortos corroboraram com os dados estatísticos sobre o trancamento de matrícula nos anos de 2013 e 2014, evidenciando que 70% das demandas estão relacionadas a transtornos mentais e comportamentais. Os efeitos deste encontro apontaram para o fortalecimento da CISME e a instituição da Política de Saúde Mental na UFMG, através da Portaria nº 079 de 07/10/2015. A proposta de trabalho desenhada pela Comissão foi de potencializar o debate permanente, utilizando as seguintes estratégias de intervenção: reuniões abertas, o dispositivo “conversatórios”, a organização das edições IV, V, VI e VII da Semana de Saúde Mental e Inclusão Social da UFMG, realizadas em 2016, 2017, 2018 e 2019, respectivamente, e os fóruns de discussão a partir dos debates promovidos nos diferentes espaços de diálogo. De acordo com o relatório de atendimentos aos discentes realizados pelo Departamento de Atenção à Saúde do Trabalhador (DAST) da UFMG, entre 2011 e 2015, foram atendidos 51 alunos oriundos da Faculdade de Direito. Este número corresponde à unidade com quinta maior procura pelo serviço que é passagem obrigatória para aqueles que realizam o desligamento do curso ou o trancamento da matrícula por longo período. Historicamente, os cursos de Direito foram espaços de formação das elites brasileiras, constituindo-se de forma homogênea por grupos de homens brancos, oriundos de famílias abastadas economicamente e, boa parte delas, ligadas à política institucionalizada. A Faculdade de Direito da UFMG não seria diferente. Também chamada de “Vetusta Casa de Afonso Pena” ou apenas “Casa de Afonso Pena”, a Faculdade é uma das escolas de Direito mais antigas e tradicionais do país, frequentada majoritariamente por

elites. A “Vetusta”, que significa “antiga” e também “venerável e adorável”, vem passando por transformações, sobretudo, a partir de 2013, com a implantação do sistema de cotas na Universidade. Desse modo, um fator importante de análise são as políticas de democratização no acesso ao ensino superior, fomentadas pela Lei de Cotas (12.711/2012) que têm gerado diversas transformações no cenário da educação superior, sobretudo, em cursos historicamente mais concorridos como Direito e Medicina, produzindo demandas específicas de permanência na universidade, de convívio com a diversidade e tensões na lógica de elitização destes cursos. Diante deste panorama, a pesquisa toma como analisadores vozes que (d)enunciam tensões e sofrimentos relativos à saúde mental, racismo, questões de gênero e sexualidades na formação jurídica por meio de pichações nas paredes da Faculdade e de frases da coluna “Vozes malditas”, da revista do centro acadêmico. Trata-se de um estudo qualitativo que se apoia em ferramentas teórico-metodológicas da Análise Institucional francesa e da análise de discurso de Michel Foucault. Desse modo, o trabalho situa-se no Eixo 9 “Ética, violências e (in)justiça em tempos de retrocessos mundial e nacional dos direitos humanos: contribuições da Psicologia Social” e insere-se na discussão proposta pelo GT 41 “Psicologia Social Jurídica na interface da Justiça e dos direitos: desafios, lutas e problematizações”.

GT42: Psicologia social para quem? Encontro de saberes indígenas, quilombolas, de periferias e de favelas

A participação social nas questões ecológicas: Uma análise documental

Autor: Patrícia Bortoloti (UEL)

Coautor: Paulo Roberto de Carvalho e Sonia Regina Vargas Mansano

O interesse pelas questões ecológicas que marcou o final do século XX e o início do século XXI, especialmente com a realização de diversas conferências nacionais e internacionais sobre o meio ambiente, ainda deixam a desejar diante da acelerada devastação e degradação da natureza ocorre em escala planetária (Stengers, 2015; Godoy, 2008). Especificamente no Brasil, a agressão ao meio ambiente tem sido particularmente acelerada desde o início do ano de 2019 com ações governamentais que atacam os institutos de pesquisa, os trabalhadores e os pesquisadores que se dedicam a causa socioecológica. Cabe dizer que o descuido e a agressão também recaem sobre as populações que estão diretamente ligadas ao cuidado com a natureza, como é o caso dos indígenas e as pequenas comunidades agrícolas. O cenário fica ainda mais dramático quando a população, particularmente a urbana, está distante de reconhecer a importância da preservação e o quanto ações cotidianas, aparentemente ingênuas, favorecem a agressão à natureza pelo consumo desenfreado, pelo descarte inadequado de objetos e pela produção crescente de lixo. Atenta a este quadro, a presente pesquisa documental buscou fazer uma análise sobre a importância atribuída à participação social nas questões ambientais presente em um documento específico que é a denominada Agenda 21. Esta foi elaborada no ano de 1992, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Rio-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Diversos foram os agentes sociais e instituições que participaram do debate e da elaboração desse documento, dentre os quais se destacaram os movimentos sociais ecológicos, os governos de diferentes nações, os pesquisadores de instituições acadêmicas e centros de pesquisas e uma parcela da população preocupada com o tema (Piga, Mansano e Mostagi, 2018). Assim, o objetivo da pesquisa foi analisar a noção de participação social no âmbito da sustentabilidade e seus desdobramentos no espaço urbano. Metodologicamente, a pesquisa debruçou-se sobre a Agenda 21, definindo como critério de busca a incidência da expressão “participação social”. Os fragmentos foram selecionados, organizados e analisados de acordo com sua relevância e argumentação. Como resultado, foi possível constatar três pontos: Primeiro, que a Agenda 21 manteve grande preocupação com o tema da participação social, tratando-o em diferentes momentos e adotando diferentes perspectivas para evidenciar sua importância; segundo, a maneira como aborda a participação social busca tomar em consideração as diferenças sociais, culturais e tecnológicas de cada nação, mantendo uma linguagem suficientemente aberta para que o documento possa ser apropriado em contextos distintos; terceiro, essa abertura incorre em alguns problemas, como o fato de não indicar possibilidades efetivas de incentivar a participação social nas questões ecológicas.

Em especial essa última característica abriu espaços para diferentes críticas que são dirigidas a esse documento, como, por exemplo, a de manter um destaque na dimensão econômica como principal pilar do desenvolvimento sustentável (Acsehrad e Leroy, 1999); a dificuldade de manter a adesão e o compromisso dos países signatários do documento com suas metas (Censi e Gatto, 2008); a ausência de uma dimensão mais prática que pudesse oferecer norteadores de ações para as nações; e, por fim, a dificuldade de envolver a população local com práticas sustentáveis em seu cotidiano. Como conclusão deste trabalho documental, pode-se dizer que o esforço em aglutinar diferentes nações na assinatura e compromisso com um documento desse porte foi apenas um primeiro passo para sensibilizar, em especial os governantes, sobre a importância de manter uma vinculação efetiva com as questões ambientais. O desafio ora colocado, e que foi abordado em eventos internacionais mais recentes sobre o meio ambiente, ainda está voltado para a criação de estratégias que sensibilizem a população para os reais problemas ligados ao meio ambiente. Tal desafio se intensifica na necessidade de implicá-la mais diretamente com ações cotidianas concretas e mudanças de hábitos (Guattari, 1992). Ao final desta investigação, acumulamos condições conceituais e analíticas de responder, ou ao menos sustentar um debate, acerca da seguinte questão: Em que tipo de cidade desejamos viver e o que estamos fazendo para construí-la em ações cotidianas de proteção e respeito ao meio ambiente? Nota-se que os modos de vida, em larga medida atravessados pela organização socioeconômica capitalista, trouxeram benefícios e comodidades à população. Mas, indissociável disso, acarretaram também problemas sérios a serem enfrentados, como é o caso da crescente desigualdade social, com a impossibilidade de acesso à qualidade de vida e à cidadania plena para uma parte majoritária da população e, tão grave quanto, a depredação sistemática da natureza (Stengers, 2015). O esforço em elaborar acordos internacionais de preservação do meio ambiente ainda é discreto frente à amplitude do problema instalado. Assim, o presente estudo também deixou entrever os efeitos produzidos pela busca incessante de lucro que atravessa a vida urbana com seus desdobramentos em descuido, depredação e ruína daquilo que precisa ser considerado nosso maior bem: a natureza. Desse modo, qualquer forma de cuidado e proteção dirigidos à natureza como bem comum não está dado. Ações efetivas nessa direção demandam ampla participação em uma construção coletiva que implica uma série de lutas, algumas delas já em curso. Faz parte dessa luta o cuidado ético e responsável da natureza, seja em nível afetivo, social ou ambiental.

As narrativas de vida numa comunidade remanescente de quilombo: desafios da intervenção no noroeste fluminense

Autor: Lurdes Oberg (UFF)

Coautor: Roney Borges (Universidade Federal Fluminens), Érika Costa, Paulo Henrique Prado da Silva, Cecília Diniz Mariano (Cecília Diniz), Mariana Fontes Vieira Perrone (UFF) e Isabelle França Pontes

A psicologia, para o presente coletivo, é compreendida como um campo o qual possui ligações de proximidade com questões da terra e, no que diz respeito à formação profissional da referida área, ressalta-se o compromisso com as populações historicamente expostas à invisibilidade social. Os trabalhos de Paulo Freire, sistematizados nas práticas de oposição às ditaduras na realidade latino-americana, possibilitaram a autonomia dos grupos comunitários. A transformação social conquistada na interiorização da universidade pública e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão são forças potentes nesta intervenção. Afirma-se ainda a importância de uma universidade pública, gratuita e de qualidade no Brasil. O coletivo em questão considera que a parceria da universidade com os movimentos populares e outras organizações poderá favorecer os moradores de comunidades rurais que têm suas vidas ainda marcadas por ações filantrópicas e clientelistas. A região noroeste fluminense do estado do Rio de Janeiro demonstra em seu histórico uma realidade escravista e a lavoura de cana de açúcar como uma das principais fontes de renda. Desse modo, avaliando a relevância desse contexto para a região, assim como atentando para o fato de que a extrema pobreza é predominante nas áreas rurais locais, torna-se crucial analisar essa região na atualidade brasileira. A aproximação com a localidade de Cafuringa surge com a sinalização da Comissão Pastoral da Terra, revelando a urgência de uma intervenção nessa comunidade remanescente de quilombo, localizada em Campos dos Goytacazes. Segundo os relatos que foram apresentados pela Pastoral da Terra, os moradores somam cerca de vinte famílias e apenas alguns têm a posse da terra, sem reconhecimento oficial de ser a localidade uma comunidade quilombola. As ruas não possuem pavimentação, não há placas com indicação sobre a localização, e seu limite é construído a partir das vivências dos moradores no próprio cotidiano. A questão ambiental e a saúde



da população local também foram mencionadas, sendo a água potável vista como um dos principais problemas experimentados pelos moradores. Observa-se que a localidade não possui coleta regular de lixo e saneamento básico, e o transporte público funciona de forma precária. Este estudo enfatiza o referencial teórico da psicologia social comunitária e as contribuições da psicossociologia. Apresenta como objetivo geral valorizar as narradoras com que se tem contato desde 2016, tendo em vista o sofrimento ético-político presente em suas histórias de vida. Priorizam-se ainda as intervenções sobre temas periféricos que contestem uma colonização político-científica, decorrente da hegemonia de modelos europeus e norte-americanos. Assim, nas práticas de atuação, é destacado o que se aprendeu com Franz Fanon e Martin-Baró, pois considera-se o viés colonizador, fatalista e racista presente no território em que se atua. A metodologia das narrativas de vida possibilita a expressão de fenômenos subjetivos e coletivos, contribuindo para a apropriação da história pessoal, familiar e social dos sujeitos. Nessa intervenção, portanto, pretende-se mostrar temas que vêm à tona nas narrativas de vida, como saneamento básico, agricultura familiar, racismo, religião, poesia, fome, vergonha e outros pontos levantados pelas próprias narradoras com que se manteve contato. São utilizados como critérios o respeito às diferenças, os vínculos entre os atores sociais, as implicações do coletivo de pesquisadoras e pesquisadores e os efeitos de sua presença no processo da investigação. O livre fluir das ideias, a singularidade e os aspectos inconscientes e sociais dos sujeitos são da mesma forma levados em conta nesse percurso. Os resultados indicam que as narradoras desejam ampliar suas relações sociais na dinâmica campo-cidade e permanecer no contexto rural. Consta-se que a comunidade acadêmica pode ser sensibilizada sobre a dicotomia urbano-rural, as questões da terra, a relação entre a fome e a vergonha e o racismo estrutural presente no cotidiano de suas vidas. A parceria dos presentes pesquisadores e pesquisadoras com a Superintendência da Igualdade Racial da cidade de Campos é significativa para o reconhecimento dos direitos sociais das narradoras, pois observa-se a ausência de políticas públicas no território. A participação social no âmbito da Psicologia Comunitária não deve estar apenas focada em seu desenvolvimento no contexto local, mas também deve visar a intervenção na tomada de decisões da macropolítica. É válido frisar que a dominância da questão religiosa encobrendo os saberes quilombolas é também um analisador importante nas práticas de atuação dos autores e autoras desse estudo. Acredita-se em uma formação profissional que valorize as diferenças e provoque a produção de saberes descolonizados, salientando as dimensões interdisciplinares dos temas abordados. Por fim, conclui-se que as narrativas orais possibilitam a legitimação de experiências que não se encontram registradas nos escritos oficiais da cidade. Elas podem ser potentes para a ruptura do fatalismo, pois as narradoras, as quais, como já mencionado, objetivam uma ampliação de suas relações sociais na dinâmica campo-cidade, podem reconstruir o passado, compreender o presente e planejar o futuro. A partir das narrativas de vida é evidenciada a articulação entre produção de subjetividade e os processos sociais, históricos e políticos como fundamentais para a construção de práticas profissionais que rompam com posições psicologizantes e/ou patologizantes no seu contexto de atuação. Entende-se o caráter dinâmico e provisório de toda pesquisa, entretanto, admite-se que a troca da universidade com os sujeitos comunitários promove a democratização do conhecimento e a construção de saberes periféricos. Além disso, a relação entre aspectos macroestruturais e microestruturais constitui-se compromisso importante no contexto comunitário como ponte para a aproximação com as políticas públicas e, em especial, as políticas de igualdade étnica e racial.

Referências

- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para Atuação das (os) Psicólogas (os) em Questões Relativas a Terra. Brasília, agosto, 1ª. Edição, Cadernos CREPOP, 2013.
- COSTA ARAÚJO, R. O processo de inserção em psicologia comunitária: ultrapassando o nível dos papéis. In: R. Brandão & Z. A. C. Bonfim (Orgs.). Os Jardins da psicologia comunitária: Escritos sobre a trajetória de um modelo teórico-vivencial (pp. 79-96). Fortaleza: Pró-Reitoria de Extensão da UFC/ABRAPSO, 1999.
- CRUZ, L. R. & GUARESCHI, N. Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogos com as práticas psicológicas. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FANON, F. Peles Negras e Máscaras Brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GAULEJAC, V. As origens da Vergonha. São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria, 2006.
- MARTIN-BARÓ, I. O latino-indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. In: MARTIN-BARÓ, Psicologia da Libertação (pp. 173-203). Petrópolis: Vozes, 2017.
- SOUZA, A. C. & CARRETEIRO, T. Narrativas de vida e o seu uso pela Psicossociologia. (Narrativas de Vida e Psicossociologia). Sergipe: Clínica e Cultura, v.5, n.1, jan-jun, UFS, 23-26, 2016.
- THOMPSON, P. A Voz do Passado. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992.

Caso Carmem de Oxum: uma história de racismo religioso nas redes sociais

Autor: Karoline Peres (UERJ)

Este trabalho é fruto da monografia “Mídia, religião e política: uma análise do discurso racista religioso nas redes”. O objetivo é problematizar a respeito do discurso racista religioso nas redes sociais e chamar atenção para urgência deste fenômeno social enquanto um campo de importante discussão para a psicologia. Segundo o RIVIR (Relatório sobre Intolerância Religiosa e Violência Religiosa no Brasil) de 2011 a 2015, foram registrados 965 casos de intolerância religiosa, onde 45 casos são de ataques a espaços religiões afro-brasileiras. Através do caso Carmem de Oxum (principal analisador do trabalho), iyalorixá que foi obrigada por traficantes evangélicos, a destruir seu terreiro através desta cruzada religiosa que temos assistido com recorrência (FONSECA, 2018).

Mulher, negra e sacerdotisa, Carmem, denominada pelos mesmos de “demônio chefe”, foi exposta nas redes sociais por ele, cuja ação pode ser legitimada por internautas. Estes, assim como os vizinhos dela que aplaudiram a cena, semelhantes a pastores que demonizam orixás junto aqueles que ficam “em silêncio” são denominados de amoladores de faca (BAPTISTA, 1999). Isto é, sujeitos que através do seu discurso participam do genocídio de grupos vulnerabilizados pelo status quo, cuja presença pode passar despercebida no cotidiano. Na inexistência de separação entre discurso e prática (FOUCAULT, 2012), já que o discurso age também na criação de expectativas, desejos e projetos e fomenta a reprodução de uma maneira esperada de viver (MOSCHETA, 2014), o que ocorre é a reprodução do poder colonial através do racismo religioso, como no enunciado “Eu gostei. Na casa da minha avó tem muitas imagens. Me dá vontade de quebrar tudo”. A colonialidade do poder, enquanto denúncia de opressões que perpetuam racismo, eurocentrismo e paternalismo como hegemônicos, é ilustrada com este caso, que teve como fim o banimento (degredo) da mãe de santo de “nosso” território (BALLESTRIN, 2013).

Enquanto ordenavam-na a destruir o terreiro, o que também ocorreu com outro candomblecista presente no lugar, eles diziam “Taca fogo em tudo ... pelo sangue de Jesus tem poder”. A gramática pentecostal presente nesses enunciados, relaciona-se à neopentecostalização do campo religioso brasileiro a partir da proliferação de igrejas baseadas na Teologia da Prosperidade (TP), em uma perspectiva demasiadamente dualista em rituais de libertação, cura e exorcismo (VITAL DA CUNHA, 2008). Semelhante ao período inquisitório onde as normativas eram de recriminação jurídica e moral aos credos de origem afro, a dinâmica existencial tecida, na contemporaneidade, nos leva a refletir sobre a dominação territorial por igrejas neopentecostais e pentecostais nas cidades em que a missão é “pregar” a fé, já que, em determinados lugares “mal afamados” (FANON, 2010) a presença do Mal precisa ser combatida (VITAL DA CUNHA, 2008). Frantz Fanon (2010) afirma que o mundo colonizado é um mundo cindido em dois, em que a fronteira é indicada pelos quartéis e delegacias de polícias. Este arranjo relacional é encontrado em nosso país: a cidade do colono e a cidade do colonizado, cisão que se estende à cidade virtual. As duas cidades se opõem e não há conciliação possível. A cidade do colono (dos brancos e estrangeiros) é sólida, saciada e indolente, já a cidade do colonizado (a cidade negra, indígena e árabe) é um lugar de má fama, com seres mal afamados.

Apesar da polifonia de vozes no contexto midiático, me detive, através da Análise do Discurso, aos que reiteram esta discriminação e participam enquanto coautores da violência simbólica e física descrita e reproduzindo a cisão colonizadora de territórios. Para um internauta, ao se deparar com o caso de Carmem, “Se todo traficante fosse assim as favelas estavam salvas”. A análise de fragmentos como este percorreu o caminho temporal do ano todo de 2018 até janeiro de 2019 e teve como principais campos de pesquisa a reportagem do caso na página do portal de notícias da Globo (G1) e da página Um Jovem Cristão – ambas encontradas no Facebook. Além desta, analisei os comentários dos internautas presente na página Rio West Fm no Youtube, onde é possível encontrar o vídeo a respeito do caso. Segundo um internauta, nesta rede social, o traficante está de parabéns “... macumbeiro e viados deviam ser enforcados. Só servem para sujar a sociedade”.

Ainda que acreditemos que as redes sociais democratizaram lugares de enunciação, na medida em que o poder é fragmentado, novos agentes de repressão têm lugar (MCQUIRE, 2011). Encontramos uma inquisição compartilhada, que ordenam existências, onde punição e vigilância não são mais exclusivos do Estado: o poder nas guerras atuais é desenhado em mosaico, cooperando para uma política de morte destinada à determinadas populações (MBEMBE, 2016). Apesar da tentativa vigente de desdemocratização e do fundamentalismo religioso objetivarem o silenciamento desta denúncia, é necessário se aliar aos que também lutam pela cidadania e humanização em seu sentido inclusivo. Portanto, um caminho de enfrentamento à hegemonia política é o debate público e coletivo com os que se mobilizam com este movimento (VITAL DA CUNHA, 2018). A aposta é no diálogo com

movimentos de defesa dos direitos humanos e comunidades de fé de diferentes locais diante do conservadorismo de valores e na manutenção de abismos sociais (LIONÇO, 2017), num contexto de reprodução da colonização do outro, do diferente (BOBSIN, 2018).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília. n. 11, p. 89-117, 2013.
- BAPTISTA, Luís Antônio dos Santos. A Atriz, o Padre e a Psicanalista - os amoladores de faca. *Anuário do Lasp*, Niterói, v. 1, n. 3/4, p. 103-109, 1999.
- BOBSIN, Oneide. Intolerâncias, violência religiosa – a demonização do diferente. In: *Estado laico, intolerância e diversidade religiosa no Brasil*. Ministério dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Cidadania, p. 72-88, 2018.
- FANON, Frantz. Da violência. In: *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, p.23-74, 2010.
- FONSECA, Alexandre Brasil. Primeiras análises do Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil (2011-2015). In: *Estado laico, intolerância e diversidade religiosa no Brasil*. Ministério dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Cidadania, p. 22-48, 2018.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- LIONÇO, Tatiana. Demonização: liberdade religiosa ou discurso de ódio. Disponível em: <https://constitucionalismo.com.br/demonizacao-liberdade-religiosa-ou-discurso-de-odio/>. Acesso em: 24 de fev. 2019.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*. Revista do PPGAV, EBA, UFRJ, n. 32, dez., 2016.
- MCQUIRE, Scott. A casa estranhada. *Revista do Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ*. Dossiê: cidades midiáticas, v. 14, n. 01. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ: p. 196-232, 2011.
- MOSCHETA, Murilo dos Santos. A pós modernidade e o contexto para a emergência do discurso construcionista social. In: *Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, p.23-47, 2014.
- VITAL DA CUNHA, Christina. Liberdade e normatividade: Estratégias Políticas, Retórica da Perda e da Ordem Social no Brasil Contemporâneo. In: *Estado laico, intolerância e diversidade religiosa no Brasil*. Ministério dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Cidadania, p. 98-107, 2018.
- _____. “Traficantes evangélicos”: novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.15, p.23-46, 2008.

Educação Quilombola: Possibilidades de atuação para a Psicologia em um contexto de mobilização social

Autor: Juliana Matheus Silva (UFSC) e Thais Furtado Cardoso (UFSC)

Coautor: Neiva de Assis (Instituto Federal Catarinense)

O presente trabalho foi produzido ao longo do estágio obrigatório curricular do curso de Psicologia, ambientado no projeto Educação Escolar Quilombola (EEQ) do Morro da Queimada em Florianópolis com o objetivo principal de contribuir para o acesso e permanência de estudantes no processo de escolarização, destacando as relações com a remanescente ancestralidade quilombola da comunidade. A EEQ é uma Política Pública que passou por diversos trâmites legais, até ser institucionalizada no ano de 2010, sendo amparada pela homologação de outras leis referentes aos direitos da população negra brasileira. Tais leis como a 12.288/10 e a 10.639 asseguram os direitos dessa população, e denotam um avanço significativo na caminhada por uma sociedade que pautadamente as questões étnico raciais. Contudo, observa-se, que a dificuldade de acesso aos direitos sociais por essa população continua alarmante. A relevância de uma perspectiva étnico-racial nas análises sociais e conjunturais ainda é ignorada, consequência da desconsideração da discriminação histórica sofrida pela população negra no Brasil. Ao ignorar esse fato, se corrobora para que essa população continue exposta a vivências em condições de marginalidade e vulnerabilidade. Partimos da compreensão que não se faz possível uma atuação neutra, visto que ao se adotar uma postura neutra ignora-se a possibilidade concreta de transformação da realidade social e da construção de uma educação antirracista. Dessa forma, constatamos ao longo desta experiência a importância

dos movimentos sociais para a conquista e efetivação da EEQ que só se mantém devido a uma luta constante dos movimentos sociais, que além de conseguirem a promulgação dessa modalidade de educação garantem a continuidade e melhoria de seu funcionamento. Ao longo de nosso tempo de atuação nessa escola, foi possível perceber que apesar de as leis serem fundamentais para um embasamento constitucional da temática possibilitando a reivindicação dos direitos previstos, por si só não promovem mudanças efetivas, é preciso um constante tensionamento para o cumprimento dessas leis e para que um projeto de nação antirracista seja pautado. Entendemos assim, que os movimentos sociais são atores fundamentais nesse processo. Observou-se ao longo do estágio que as educadoras, muitas delas militantes do movimento negro, realizam um trabalho coletivo com esforço para manter as atividades educativas apesar das mínimas condições para sua execução. Em contrapartida, esse esforço é algo unilateral visto que o Estado se ausenta das suas responsabilidades, fazendo com que a atuação engajada dessas professoras se dê de forma quase isolada. Com isso, esse grupo de docentes acaba por assumir a tarefa de se constituir como um grupo de luta e reivindicações em torno desta modalidade de educação. Ao compreender o caráter do campo e os atravessamentos existentes no cotidiano da escola, a maior parte das ações realizadas foram pensadas como espaços de troca que visassem fortalecer o grupo de educadoras, com propostas que pudessem favorecer o compartilhamento de dificuldades bem como a busca por alternativas de trabalho. A defesa da EEQ se faz necessária, diante do desmonte das políticas públicas nos últimos meses, mas principalmente porque apesar das diversas dificuldades enfrentadas cotidianamente, essa modalidade de educação possui uma importância por permitir a inclusão de estudantes que historicamente são expulsos da educação formal, e neste espaço encontram uma nova possibilidade de conclusão dos estudos e de afirmação de si como sujeitos de direito. Ainda cabe ressaltar que estes estudantes ao entrar na modalidade EEQ, tem a possibilidade de um reencontro com sua própria ancestralidade, devido a isso, ao longo dos anos esse espaço escolar tornou-se um lugar de segurança e referência para as pessoas negras que ali estudam. Sendo assim, relacionamos nosso trabalho com o Eixo 8 - Psicologia social e políticas de igualdade racial e étnica no Brasil, e com o GT 42 - Psicologia social para quem? Encontro de saberes indígenas, quilombolas, de periferias e de favelas, pois a EEQ é uma política pública tida como uma modalidade educacional estando voltada para o atendimento de comunidades quilombolas. A EEQ distingue-se da escolarização tradicional pela relação feita entre os conteúdos escolares e os conhecimentos quilombolas, incluindo o debate racial, bem como a retomada da ancestralidade e da história da comunidade na qual estão inseridos. Dessa forma, permite que os estudantes aprendam de outra forma o processo histórico de desafios e de conquistas desse grupo étnico, sem que o foco do processo de ensino-aprendizagem esteja passado unicamente pela visão eurocêntrica. Ainda destacamos a importância deste relato pois, existem poucos materiais que respaldam esse tipo de prática, o que corroborou para nos depararmos com o questionamento de para quem essa ciência era produzida, visto a escassez de debates sobre a atuação nesses espaços. Entendemos isso como uma consequência da Psicologia ser uma das ciências que corroborou com a manutenção do racismo ao divulgar e criar teorias que ratificaram as ideias eurocêntricas e eugenistas utilizadas como justificativa para a exclusão e marginalização desses povos. Apesar desse passado, entendemos que é impossível atuar em espaços com enfoque nas questões raciais sem considerar que sujeitos são socialmente produzidos, construindo sua subjetividade por meio das relações estabelecidas e mediadas, ao mesmo tempo em que constitui o contexto em que se insere. Ao entender isso não se pode ignorar que o racismo, com o qual têm de conviver diariamente, afeta profundamente a subjetividade desses sujeitos. Portanto os profissionais dessa área tem a responsabilidade ética de posicionarem-se ao perceberem violências e lutar para que a prática psicológica reconheça o sofrimento ético e político produzido pelo racismo. Seguimos acreditando que a Psicologia, apesar de todas suas contradições, pode proporcionar momentos de troca e de potencialização dos sujeitos em diferentes contextos, e são em formas de atuação socialmente comprometidas que apostamos, pautando as questões raciais para que se construa uma alternativa para o rumo da ordem social vigente.



Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária na UFMT: contribuições da Psicologia Social Comunitária

Autor: Gislayne Cristina Figueiredo

Coautor: Mírian Sewo, Rosa Lúcia Rocha Ribeiro (UFMT) e Amailson Barros (UFMT)

Este trabalho tem como objetivo apresentar o processo de organização e realização local da 2ª Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA), ocorrida na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no primeiro semestre de 2019, a qual foi construída seguindo os princípios da Educação Popular e da Psicologia Social Comunitária. No 2º encontro Nacional de Professores Universitários com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizado em São Paulo, em 2013, deliberou-se que a partir de 2014 as universidades, entre os meses de abril e maio, realizariam a JURA como forma de marcar o calendário de Lutas de Abril, período em que o MST relembra o massacre de Eldorado dos Carajás-Pará, ocorrido no dia 17 de abril de 1996. A primeira edição da JURA foi realizada em mais de 40 Institutos de Ensino Superior (IES) e, atualmente, é realizada em mais de 60 IES. Em Mato Grosso, a JURA foi realizada pela primeira vez no ano de 2018, no campus da UFMT/Cuiabá e reuniu na comissão organizadora 23 pessoas entre docentes, estudantes, técnicos administrativos, representantes da comunidade, de sindicatos e de movimentos sociais populares como o MST, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Essa 1ª JURA resultou na participação de mais de 500 pessoas em três dias de discussões e reflexões sobre a reforma agrária, as populações do campo e temáticas que abarcam o campo social, e a realidade educacional e econômica brasileira, dentre outras. Na UFMT, metodologicamente, buscou-se organizar a JURA a partir dos princípios da Educação Popular e da Psicologia Social Comunitária latino-americana, no sentido de fortalecer a participação e o compromisso de mais pessoas na elaboração e efetivação do evento. No processo de organização da jornada, adotou-se encontros semanais, com duração de uma hora e trinta minutos, realizados nas dependências da UFMT, sempre às terças-feiras, no final da tarde. Os encontros foram pensados como estratégicos para o processo de familiarização entre os participantes-organizadores da jornada, bem como espaço ético-político para realização de análise de conjuntura e desenvolvimento do plano de ações do evento, consonante às orientações enviadas pela coordenação nacional da JURA. Destaca-se que a realização desses encontros primou pela construção de processos coletivos, participativos e democráticos; e pela construção de relações comunitárias, portanto, horizontais e respeitadas, compreendendo que a transformação do mundo e das consciências se faz nas práticas cotidianas. A essa metodologia de trabalho e à força de aglutinação do tema da reforma agrária e das injustiças no campo atribui-se o êxito da JURA nos dois anos na UFMT, bem como o engajamento crescente da comunidade universitária e dos movimentos sociais populares: assinala-se que a segunda edição da JURA contou com 70 pessoas na comissão organizadora, e com a participação de mais de 1000 pessoas em seus três dias de atividades. Defende-se aqui que nos trabalhos desenvolvidos na perspectiva da Psicologia Social Comunitária, os resultados abrangem todo o processo e não aparecem apenas como produtos finais. Ou seja, a forma como esses trabalhos foram realizados já representam ganhos na medida em que proporcionam a construção de relações de amizade e parcerias, solidariedade e companheirismo, partilha de saberes, crescimento mútuo e unidade nas lutas. Nesse sentido, a JURA na UFMT proporcionou: a) o encontro semanal da universidade com os movimentos sociais e a possibilidade de maior proximidade, trocas e idealização de projetos futuros, inclusive de extensão, ensino e pesquisa; b) o encontro entre movimentos sociais diversos, o que proporcionou a formação de vínculos e construção de redes entre os participantes dos movimentos sociais; c) discussão semanal da conjuntura a partir da perspectiva de diferentes práticas, saberes e lugares de luta propiciando uma leitura da realidade mais abrangente; d) discussão da própria universidade, seus objetivos, métodos e posicionamentos políticos frente às necessidades do povo; e) a partilha de frustrações e de sonhos e também o fortalecimento conjunto do ânimo para continuar trabalhando para a conquista das transformações sociais tão necessárias para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária; f) a ocupação, por parte das populações do campo - Sem Terra, povos indígenas e quilombolas, de um lugar de fala nas conferências e mesas do evento tornando possível evidenciar o valor de seus conhecimentos e inverter os lugares tradicionais em nossa sociedade na relação com o saber, promovendo um espaço de reconhecimento mútuo e desconstrução da visão que a academia faz a respeito dos indivíduos oriundos da zona rural; g) a ocupação das populações do campo - Sem Terra e povos indígenas - do espaço da universidade por meio de acampamentos proporcionando às pessoas que ali circulam a oportunidade de conviverem no mesmo espaço e desfazer mitos e preconceitos; h) a oportunidade a estudantes, docentes e comunidade de conhecer a realidade e as pessoas de um acampamento e um assentamento do Mato Grosso proporcionada por uma atividade de

visita a esses locais; i) a elaboração de um livro com algumas das discussões produzidas no evento. Avalia-se que a JURA na UFMT tem sido um importante instrumento de mobilização, de organização, de formação e de construção coletiva que reúne movimentos sociais, sindicatos, comunidade e academia em uma dinâmica de apropriação do espaço acadêmico com atividades que colocam em discussão não só a reforma agrária, mas a sociedade que temos, seus limites e a necessidade de transformá-la. Considerando que a universidade adota práticas que são reconhecidas, mas muitas vezes automatizadas, repetitivas e cristalizadas, conclui-se frisando a importância da realização de atividades organizativas que primem pela adoção de propostas teórico-metodológicas congruentes com a visão de subjetividade, de mundo e de sociedade que nós adotamos como horizonte, ou seja, onde a própria prática organizativa permita criar um espaço onde as pessoas e as relações se transformem de forma coletiva, em um processo educativo e emancipatório.

Migrações sul-sul e Psicologia Social Comunitária

Autor: Catalina Revollo Pardo (EICOS - UFRJ)

Coautor: Mohammed ElHajji

A migração é um fenômeno inerente à humanidade, o qual está acontecendo em altas proporções e velocidade, com características próprias ao sistema mundial atual. São migrações inseridas numa realidade de globalizações e interconectadas, suportadas na interface das novas tecnologias, as quais geram novas estratégias de sobrevivência e organização social econômica e política da população migrante no mundo.

A presença dos migrantes nos contextos locais e globais alteram os contextos políticos, econômicos e sociais comunitários, midiáticos e geográficos dos territórios. A atividade migratória acontece suportada por um complexo de redes locais, nacionais e globais de migrantes e instituições, que propiciam encontros entre migrantes; e estes encontros têm gerado a configuração de movimentos sociais de migrantes na lógica de organização da sociedade civil e no enquadramento dos novos movimentos sociais, tais como coletivos sociais de migrantes e redes de coletivos.

Na atualidade o destaque das migrações sul-sul no cenário global tem gerado exigências para os estudos migratórios. Pois o fenômeno não está simplesmente relacionado com a divisão internacional do trabalho ou com a mobilidade do capital (Baeninger, 2018). Estas migrações na América Latina, África e Sul da Ásia e Médio Oriente têm alterado os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais em cada região. Nosso interesse está no caso das migrações sul-sul na América Latina e a importância da compreensão deste fenômeno para a psicologia comunitária na atualidade.

Esta apresentação tem como objetivo refletir as implicações do fenômeno das migrações sul-sul na América Latina para a psicologia comunitária.

Compreendemos que a psicologia social comunitária é uma aposta de um conhecimento e prática fundamentalmente eclético, questionando o cânone acadêmico e profissional euro centrado em rígidas fronteiras disciplinares, que exclui ou reduz os saberes criados e reproduzidos no interior das comunidades, movimentos sociais e grupos étnicos da América Latina. Historicamente a psicologia social comunitária tem se caracterizado por confrontar as mais diversas estruturas de poder, questionando o status quo das injustiças sociais, através do desenvolvimento de práxis ancoradas às bases comunitárias promovendo mudanças estruturais junto com as comunidades, pelo que durante algumas das ditaduras vivenciadas na América na segunda metade do século XX, a Psicologia Social Comunitária foi colocada como subversiva e sua práxis gerou a perseguição e aniquilação de alguns de seus representantes, como o caso de Martín Baró no Salvador. Na atual conjuntura das migrações Sul-Sul no meio de autoritarismos locais, regionais e globais, é fundamental destacar a perseverante práxis da psicologia social comunitária, que não deixa de ser militante na defesa da emancipação humana e comunitária.

Os desdobramentos teóricos estão relacionados com a proposta da Inácia D'Ávila Neto (2011) na que problematiza como a globalização não só nos aproxima como multiplica as diferenças e gera novas desigualdades, por isso é necessário buscar o caminho do possível.

Se territórios e nações têm fronteiras que exacerbam nossos preconceitos, em direção à exclusão do outro, devemos exercitar-nos a redimensionar com fronteiras infinitas a construção da solidariedade, que significa tornar sólidos os nossos laços, quase sempre muito tênue um com o outro. Este me parece ser o caminho de uma sociedade do futuro. Eu quero crer com valor o momento de incerteza, que o ideal de justiça não violência para todos,



no exercício de uma cidadania mais universal para cada um seja um laço político, a expansão da participação autogerida e participativa seja um laço comunitário, a durabilidade do desenvolvimento seja um laço econômico, a expansão dos direitos universais do homem e da mulher, da criança, dos jovens, dos velhos, dos estrangeiros e autóctonos, seja um laço cultural. A reinvenção da relação com a natureza, seja nosso laço ecológico. E todos esses laços estejam, desde já, completando a solidariedade como laço social e anunciando que mesmo convivendo com a incerteza e o desequilíbrio, o futuro começa hoje." (D'Ávila Neto, 2011).

A presença massiva dos imigrantes em diferentes contextos locais questiona o vínculo da cidadania, gerando uma problemática de alteridade, ligada à ordem social estabelecida pela colonialidade do poder de onde emerge a ideia de raça (Quijano, 2000). É necessário desdobrar o complexo do colonizado (Fanon, 2008) para problematizar o fenômeno migratório na região ligado às implicações para a psicologia social comunitária na região.

A metodologia aplicada nesta apresentação é a análise da geopolítica das migrações sul-sul no contexto latino americano por meio de dados estatísticos e análises das principais rotas migratórias na região na atualidade e suas implicações teórico-metodológicas com a psicologia social comunitária, daremos atenção à:

- Observação participante, a minha condição como imigrante constitui uma vantagem considerável para esta aproximação e concede grande sensibilidade para a pesquisa. Geralmente sou procurada pela mesma comunidade de migrantes latino-americanos no Rio e em São Paulo, para ajudar com orientações, articular contatos entre migrantes e outras coisas.

- Tradução, empreender o desafio de ser pesquisadora no mesmo contexto no qual vivo tem implicado um grande esforço por sistematizar as informações e experiências que estão ao meu redor, com a ideia de ser uma tradutora delas para o contexto acadêmico, mas ao mesmo tempo traduzir para a comunidade de migrantes com a que trabalho como pesquisadora e como ativistas do movimento migrante.

Os resultados apontaram a necessidade de uma análise decolonial das migrações sul-sul para refletir o papel da psicologia social comunitária no contexto das migrações na atualidade.

Políticas cognitivas, cartografia e favela: Aprendizagem de desenvolvimento de software em favelas cariocas

Autor: Irapoan Nogueira Filho

O presente trabalho é um registro de uma intervenção ainda em andamento, tecida por um diálogo entre o Núcleo de Estudos em Cognição, Atividade e Gestão (NECAG, da UFRRJ) e o Instituto Precisa Ser, uma plataforma de ação coletiva em inovação social no Rio de Janeiro. Esse instituto possui diversas ações, entre elas o Vai Na Web.

O Vai na Web tem como objetivo democratizar o acesso à tecnologia, promover a diversidade e formar profissionais de excelência. Para cumprir esse objetivo, propõe ensinar linguagens de programação de software sofisticadas e desejadas pelo mercado, além de habilidades socioemocionais. Todos instrutores do programa são oriundos ou moradores de regiões periféricas. Alguns inclusive tiveram a formação no próprio programa.

O Vai Na Web está dividido em 3 módulos independentes e de crescente complexidade, cada um corresponde a um âmbito de formação profissional. Cada módulo mesmo está organizado por meio de aulas expositivas, tarefas presenciais e virtuais, individuais e em grupo. Ainda, ao final do módulo, os discentes dividem-se em grupos para a realização de projetos de software para a comunidade, no campo de atuação do respectivo módulo. A avaliação ocorre por meio de acompanhamento de sua realização, e não da avaliação de seu resultado.

Uma das questões colocadas no programa foi como aumentar o índice de aproveitamento das ações. Em diálogo com o presidente do Instituto, foi elaborado um acordo de cooperação técnico-científica entre o NECAG e o Instituto. A atuação da equipe interventora/pesquisadora procura, a partir da demanda inicial, estabelecer novos caminhos para a colaboração com o projeto.

Utilizando a cartografia como método de intervenção, não se busca retratar fenômenos e realizar ações sobre o quadro estabelecido, mas sim acompanhar os processos existentes, e colaborar para aqueles que favorecem a produção de saúde. Ou seja, colaborar com tentativas para expandir as capacidades do coletivo (estudantes e instrutores) contra a instabilidade inerente à vida.

A cartografia constitui um método que pressupõe a inseparabilidade entre fazer e conhecer. Intervir é produzir conhecimento. E esta intervenção acontece em um plano de afetação recíproca, agenciando sujeito e objeto. Tanto pesquisador e quanto campo pesquisado são criados reciprocamente no ato de pesquisar, constituindo um



território sempre móvel, provisório, inacabado, em constante produzir.

Entendo que o conceito de território constitui um ambiente de vida que só existe para aquele que o habita, sendo conjunto de interações entre vivente e meio. É um domínio cognitivo, afetivo e estético do sujeito. É, portanto, construído no rastro da interação entre pesquisador e população pesquisada, sendo produção coletiva. Logo, o território produzido no rastro da cartografia constitui em um plano comum de produção de sentido. É desta maneira que o ato de conhecer coincide com o ato de intervir.

A expressão favela foi originada e batizada desta forma no Rio de Janeiro. Durante muito tempo, a expressão serviu como modelo para o Brasil, contribuindo para consolidar e ratificar os preconceitos e conceitos. Lê-se a favela a partir da perspectiva do asfalto. Faz-se necessário mobilizar ferramentas teórico-metodológicas que consigam ler a favela a partir de sua ótica própria. O método da cartografia parece interessante nesta tarefa, por estar interessado em acompanhar os processos existentes, ao invés de retratar e catalogar. Junto a este método, nesta intervenção buscou-se utilizar os estudos em “políticas da cognição”, como ferramenta de análise e ponto de partida para o percurso desta cartografia.

A expressão “política de cognição” tem sido encontrada na literatura científica para sinalizar uma distinção entre um modelo de cognição enquanto representação de um mundo preexistente e um modelo de cognição enquanto processo de invenção de si e do mundo. Modelos estes que, para além de distintos modelos teóricos, são também dois modos distintos de existir no mundo, de estabelecer relação consigo próprio, e com a própria atividade de conhecer. Abrange, portanto, um conjunto de posturas em relação ao mundo e a si mesmo, bem como ao conhecimento e ao processo de conhecer -ocasionando práticas que têm efeito concreto no cotidiano

Em relação às favelas, é perceptível a existência de práticas que pensam a cognição enquanto idêntica a si, e que toma uma leitura de déficit para todo e qualquer exercício cognitivo que ocorra de maneira distinta daquele do não-favela. E, faz-se necessário apontar, que o próprio discurso acerca sobre “A” favela é produtor de uma falsa homogeneizante, apagando as singularidades pertencentes a cada uma (cada favela é UMA favela). Absorvendo esse amálgama falsamente homogêneo sob o símbolo do déficit: “A” favela vira sinônimo de “comunidade carente”, carências essas que são definidas a partir da perspectiva da não-favela.

Torna-se possível, então, uma percepção sobre uma produção de determinadas políticas cognitivas sobre a favela. A partir da expressão políticas de cognição como ferramenta conceitual de análise, tomando a cartografia como ferramenta metodológica de intervenção, pode-se encontrar algumas perguntas por onde começar: Que práticas de ensino-intervenção estão envolvidas? Qual percepção e relacionamento o público-alvo dessas práticas têm com essas práticas? Em que medidas há descompasso entre o desejado e o presente, e quais os empasses enfrentados no momento? E, sobretudo, como auxiliar os movimentos de construção de potencialidades cognitivas ali presentes?

Cabe agora apresentar os resultados até então produzidos da investigação. Em primeiro, são apresentados os resultados obtidos dos encontros dialógicos iniciais. Após, serão apresentados os resultados provisórios obtidos. Quando do início da intervenção, equipe do Vai na Web era composta por 2 instrutores, 2 professores, 1 coordenadora pedagógica, 1 assistente social, 2 relações institucionais. A equipe se dividia entre atividades no Morro dos Prazeres e no Complexo do Alemão. O número total de alunos do curso, em seus diferentes módulos era, quando do início da intervenção, de 113 discentes, a partir dos 14 anos de idade.

Uma demanda surge nos primeiros dias, por parte dos profissionais: de que a intervenção consistiria “escutar o sofrimento dos alunos” e que fizesse “todos se sentirem bem”. Foi apresentado à equipe o diálogo que deu origem à solicitação de intervenção.

Os diálogos foram submetidos à apreciação da equipe, que transformou a demanda inicial em distintas problemáticas:

- Além de lidar com questões ligadas à segurança pública - que interferem diretamente no ensino (desde o exercício das atividades até à possibilidade de traslado até o local de ensino);
- Presença de uma correlação entre evasão e ser “arrimo de família”;
- Relatos recorrentes de alunos com auto-imagem de “favelado”, acompanhados de discursos sobre “não ser para mim esse trabalho”;

As deliberações coletivas se tornaram um instrumento de desenho e apreciação e destes desafios que estavam presentes no programa. E, ainda, torna-se possível propor novos caminhos, resultando em:

- Elaboração de um perfil de egresso, no que tange ao projeto Vai na Web;
- Divulgação posterior deste mesmo perfil de egresso, nas comunidades interna e externa;



- Aplicação de boas-vindas para os alunos e familiares, para apresentá-los na cultura e na proposta do projeto;
- Proposição de um acompanhamento individual, atendendo às singularidades de cada estudante;
- Criação de dois polos de desenvolvimento de software, nas respectivas comunidades -onde todos os desenvolvedoras e desenvolvedores são oriundos do programa.

Ainda, outra intervenção foi feita: a primeira semana de aula passou a incluir um curso de “Introdução à História da Favela”. A proposição de deste tema de aula teve o intuito de resgatar as narrativas presentes no território a partir delas próprias -e não a partir da lógica do “asfalto”. E, a partir da aula e dos estudos solicitados a partir da mesma, possibilitar aos alunos do projeto a possibilidades de construção de novas narrativas e subjetividades, diferentes daquelas que lhe são atribuídas pela sociedade “asfalcêntrica”. Eliciando, por meio de ruptura nas subjetividades, a potência no pensar e agir presentes nos territórios.

As falas e os trabalhos produzidos pelos alunos possibilitaram a emergência de diálogos e percepções de si e do território que não são permeados por uma visão de si mesmos como o outro”, “o favelado” (aqui, no sentido pejorativo), o inapto. Dentro destes diálogos e novas percepções acerca das possibilidades do próprio território, enquanto campo passível de ser explorado e fortalecido. Um conceito potente de favela é forjado pelos participantes.

Tais medidas possibilitaram um aumento de aproveitamento no curso (em 2017, concluíram 56 dos alunos, sendo 10 alunos imediatamente incorporados no mercado). O desenvolvimento parecia promissor. Todavia, em fevereiro de 2018 dá-se início à intervenção militar no Rio de Janeiro.

A intervenção militar no Rio de Janeiro traz novas implicações para o projeto. E novos problemas se colocam: não raro, incursões de militares no Complexo do Alemão por vezes paralisam e até inviabilizam as atividades do programa. A incidência de conflitos no Morro dos Prazeres também se acentuou. O índice de matriculados no programa caiu para 84, e o de concluintes diminuiu para 28 (dados do programa, colhidos em outubro de 2018).

Foi profícuo pensar a favela a partir de seus referenciais, e colaborar para a emergência, no local de intervenção, de outros modos de agir que não centrados na lógica do asfalto. Sobretudo em um paradigma de retirada de direitos e de protagonismo popular.

Ser monitora: Atuação pautada nos direitos humanos, afeto e potencialidades fundamental para fortalecer corpos marginalizados.

Autor: Breno Stefano Martins (PUC-MG) e Larissa Cecília (PUC MG)

Durante muitos anos as Instituições de Ensino Superior dedicaram-se ao campo de pesquisa/prática investigativa sempre utilizando os sujeitos como objetos de estudo, pois, até aqui, o importante era centralizar e colocar todo o saber das estudantes em prática. Nos últimos – poucos – anos a mudança começou, mas ainda acontece de forma lenta. Os questionamentos sobre utilizar o outro exclusivamente como objeto de estudo não condiz com postura ética do se fazer psicóloga.

Dentre as possibilidades de ampliar a formação acadêmica nos deparamos com a prática de extensão universitária, iniciação científica, monitoria, disciplinas complementares, intercâmbios, estágios obrigatórios, dentre outros. Assim sendo, optamos dedicar a nossa formação, também, para o processo de sermos monitores, por perceber que neste momento o fazer psicologia se tornaria mais humano, menos centralizado, mais ético e mais amplo.

Este trabalho surgiu com a ideia de compartilhar com as estudantes, com as psicólogas, bem como, com a sociedade civil a prática realizada a partir da monitoria do Estágio Supervisionado VI – O psicólogo na comunidade – ofertado pela Faculdade de Psicologia da PUC/MG ao curso de Psicologia. Gostaríamos de destacar que antes de sermos monitores deste estágio fomos estagiárias e a partir disto surgiu a vontade de atuar como monitores.

O estágio supracitado tem como campo de atuação a favela da Vila Cemig, Conjunto Esperança e Alto das Antenas, que ficam localizados na região do Barreiro em Belo Horizonte. Apesar de serem três territórios, estes se caracterizam como uma comunidade. O objetivo principal do estágio é ofertar acompanhamento psicossocial às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade. As famílias são indicadas pelos equipamentos que compõem a rede, como também, as atoras sociais (liderança comunitária) que identificam as diversas vulnerabilidades.

As monitorias/supervisões acontecem semanalmente, assim como, os atendimentos realizados pelas estagiárias junto às famílias. Outro método utilizado é o grupo de mulheres, que acontece quinzenalmente. Nas super-



visões a professora coordenadora orienta as estagiárias juntamente com as monitoras. A correção de relatórios, elucidações de dúvidas, conversas nos corredores (para acolhimento das angústias, medos, insegurança, começos), controle de e-mail, etc. são realizadas pelas monitoras com orientação da supervisora.

No decorrer do semestre percebemos que os acompanhamentos semanais dos atendimentos influenciam diretamente no processo e na consolidação do vínculo, como também, na emancipação e fortalecimento dos sujeitos/família, constituindo momento de ampliação da visão sobre o território e o acesso às políticas públicas. Percebemos que o sentimento de pertencimento em relação a comunidade é expandido, uma vez que as famílias começam a perceber as potências da sua periferia, a sua potência e a importância do fortalecimento de vínculos sociais/comunitários. Nos grupos, identificamos que a partir da fala e da troca de experiências, as mulheres se identificam, observam um novo ponto de vista sobre a sua realidade, ressignificam vivências, se fortalecem e formam novos laços comunitários.

O trabalho em rede tem sido fundamental para o fortalecimento das famílias de forma geral (biopsicossocial): saúde física, saúde mental, assistência social, lazer e cultura. Reforça-se assim, a importância do trabalho integrado e multiprofissional, para que se possa pensar de forma complementar a superação dos eventos de riscos.

A atuação tanto no estágio quanto na monitoria amplia o conhecimento das estagiárias sobre políticas públicas e direitos humanos e não possuindo caráter investigativo ou de pesquisa exploratória, pois neste caso, a ideia central é ampliar os horizontes das estudantes sobre as possibilidades de se fazer psicologia, principalmente no âmbito da psicologia social comunitária. Para a psicologia social o vínculo é crucial para o trabalho ser desenvolvido e a comunidade ser fortalecida. Em contrapartida, identificamos que um dificultador nesse processo é a falta de representatividade das estudantes, pois em sua grande maioria são pessoas que ocupam lugares muito privilegiados.

Quando as estagiárias iniciam a prática, apresentam o olhar de caridade que está diretamente ligado ao assistencialismo e acreditam que atuar na favela é o momento de ressignificar o seu fazer enquanto psicólogas, como também, o seu crescimento profissional. Para além, o estigma da periferia é presente, pois em sua grande maioria as estagiárias acreditam que a comunidade é um local extremamente perigoso. Para não reforçar esses olhares, utilizamos dos textos, do diálogo e demais instrumentos que possam desconstruir essa visão. A desconstrução é um fator positivo, pois assim, acreditamos que as futuras profissionais atuarão minimamente com um olhar menos reforçador de estigmas e mais inclusivo/acolhedor.

De acordo com Ansara (2010), o sentimento de impotência e insegurança frente aos desafios apresentados pela família/comunidade é comum entre os profissionais, estudantes e atuantes na comunidade, uma vez que estes acreditam haver uma fórmula de como atuar no campo sócio-comunitário mas as histórias não são as mesmas. Dessa maneira, as supervisões foram fundamentais para sanar e trabalhar esses pontos de insegurança, expectativas, analisar as dificuldades, os obstáculos e as possibilidades de atividades com a família, pois foram apresentadas reflexões teórico-metodológicas com intuito de norteá-las frente às demandas.

Sawaia (2009,) apresenta uma perspectiva analítica que entende que por trás da desigualdade social existe vida, sofrimento, medo, humilhação, mas em contrapartida, existe a vontade de ser feliz e de recomeçar, mesmo que toda esperança pareça morta. Em meio a esse cenário de vulnerabilidade, sabemos que existem pessoas por inteiro, de corpo e mente, dotadas de emoção e razão, determinado e determinantes da sociedade de uma maneira que o que acontece e como um afeta o outro. Além disso, Sawaia (2009) cita Espinosa (1632-1677) que apresenta uma comparação à concepção dominante em sua época e que perpassa pelos dias atuais, defendendo que as emoções não devem ser combatidas ou criticadas, e sim compreendidas não como um vício da natureza humana, mas como uma propriedade que é pertinente, assim como o calor e o frio. Sendo assim, optamos por sair do modelo clássico e apostar nas emoções no decorrer do estágio e da monitoria, pois identificamos que para haver qualquer tipo de intervenção no grupo familiar seria de suma importância a criação dos afetos e do entendimento das emoções que circulam no ambiente familiar.

Sawaia (2009) traz ainda, o livro escrito por Espinosa, *Ética* (1957) em que o autor defende que a vida ética começa no interior dos afetos, e não contra eles, pois são constituintes tanto da base da servidão como da liberdade. A servidão por sua vez acontece porque os homens são tristes, amedrontados e supersticiosos, e quando isso ocorre, percebe-se a anulação do ser e das suas potências de vida, ficando vulneráveis à tirania do outro, em que depositam a esperança de suas felicidades. Para que isso não ocorra não é necessário tirar o tirano, pois outros ocuparão o seu lugar, mas é preciso destruir as relações que sustentam a servidão.



Durante as supervisões acompanhamos os diferentes processos dos atendimentos e como as estagiárias e a família estão frente às mais diversas situações, focando, principalmente, na consolidação do vínculo. A oportunidade de estarmos com as famílias uma vez por semana tem potencializado a superação das diversas vulnerabilidades, pois os acompanhamentos acontecem de forma sistematizada e a periodicidade (semanal) é um dos pontos fortes, sendo inviável para as técnicas dos equipamentos públicos estarem com as famílias neste mesmo formato.

Em tempos de autoritarismos, desmontes das políticas, principalmente públicas, crise do capitalismo e os ataques diversos aos grupos marginalizados, é necessário nos atentarmos para as práticas, pesquisas e atuações no campo da psicologia para não reforçarmos os lugares de marginalização e estigmas, mas sim, uma psicologia crítica que esteja em consonância com os direitos humanos, a ética e inclusão das pessoas que não possuem acesso a estes serviços. Que sejam práticas mais emancipatórias e menos exploratórias.

A falta de representatividades por parte das estagiárias também é um fator a ser considerado, pois assim como as monitoras, são em sua grande maioria pessoas brancas, elitizadas, magras, etc., e isso tem um impacto direto na criação do vínculo, uma vez que inicialmente gera um olhar de desconfiança por parte das famílias. O papel das monitoras é fundamental nesse processo, pois na primeira visita elas vão para explicar sobre todo o processo, articular o início e/ou continuidade de um acompanhamento, assim sendo, a representatividade torna-se algo fundamental nesse processo.

Contudo, entendemos que a potência deste estágio tem fortalecido os vínculos comunitários, potencializado a crítica da atuação profissional, mas ainda é necessário que a universidade crie políticas que potencializem a presença de monitoras marginalizadas, pois em sua grande maioria as pessoas mais favorecidas estão nestes lugares. A crítica apresentada aqui não refere-se ao fato de que das pessoas favorecidas/privilegiadas nos mais diversos aspectos (como por exemplo raça e estrato social) estejam nesses lugares, mas sim, que somente elas permaneçam nesses lugares.

GT43: Psicologia Social, Políticas Públicas e Deficiência

Análise de implicações como dispositivo teórico-metodológico na articulação entre a psicologia social e os estudos sobre deficiência

Autor: Gisele De Mozzi (UFRGS)

A proposta deste texto é tecer algumas possibilidades teórico-metodológicas no encontro entre a Psicologia Social e os Estudos sobre Deficiência, em especial com base em perspectivas críticas, queer e crip. Proponho pensar a análise de implicações como dispositivo que permite romper com os modelos tradicionais e hegemônicos de produção de conhecimento, bem como amplifica as possibilidades de contestação dos modos naturalizados e estereotipados de compreensão da deficiência. Com isso, objetiva-se contribuir para a constituição de uma psicologia social crítica aleijada, ou seja, capaz de antecipar e desejar a diversidade funcional e corporal e, desta forma, promover e garantir o acesso e a participação das pessoas com deficiência nos diferentes espaços, contextos e atuações desenvolvidas no campo da psicologia social, em parceria COM as pessoas com deficiência.

Autoras e autores do campo de estudos sobre deficiência têm descrito a deficiência como uma característica inerente à condição humana. Assim como gênero, sexualidade, raça, etnia, entre outros marcadores sociais da diferença e na articulação com estas categorias, a deficiência caracteriza-se, para estas autoras e autores, como um elemento constituinte da subjetividade (MELLO; NUERNBERG, 2012; GOODLEY, 2017; DINIZ, 2003; 2007; TITCHKOSKY; MICHALKO, 2009). Para Tanya Titchkosky e Rod Michalko (2009, p. 6 – tradução minha), a deficiência “é parte integrante da diversidade essencial da vida humana, tanto individual como coletivamente”, sendo assim, fundamental para os estudos sobre deficiência, bem como para a psicologia social. Longe de enquadrar a deficiência como um acontecimento negativo, infeliz e trágico da existência humana, os estudos sobre deficiência a descrevem como uma forma legítima de ser/estar no mundo. “É uma maneira de entender quem somos ou, pelo menos, uma parte de quem somos.” (TITCHKOSKY; MICHALKO, 2009, p. 6 – tradução minha).

Parte constituinte de quem somos, a deficiência é produzida e entendida nas relações cotidianas que estabelecemos uns com os outros. Não é algo que acontece apenas com as pessoas com deficiência que experienciam barreiras impostas por ambientes sociais pouco sensíveis à variação corporal e funcional humana. É, como afirmam Marcia Moraes, Luiza Teles Mascarenhas, Fernando Fontes e Bruno Sena Martins (2018), uma questão política e social que concerne a todas e todos nós. Entendemos a deficiência, portanto, como algo que nos constitui, como uma experiência, um acontecimento que produz afetos e efeitos (BONDÍA, 2002).

Com base no exposto, sugiro utilizar a análise de implicações como dispositivo metodológico, como proposto por Cecília M. B. Coimbra e Maria Lívia do Nascimento (2008), uma vez que possibilita empreender uma análise dos lugares que ocupamos e, em especial, dos afetos e efeitos constituídos cotidianamente na relação com a deficiência. De acordo com Coimbra e Nascimento (2008), a análise de implicações pressupõe a recusa aos universalismos, totalizações e unificações, em prol da afirmação de um plano micropolítico de processualidades e encontros, singularidades e multiplicidades. É nesse plano que se faz possível empreender uma prática (ou atitude) crítica (FOUCAULT, 1978; BUTLER, 2013). A análise de implicações nos permite, portanto, apreender as questões cotidianas que perpassam nossas práticas e pesquisas no campo da psicologia social e dos estudos sobre deficiência em sua transitoriedade e contingência.

O reconhecimento da contingência e da parcialidade, bem como a implementação de uma “prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede” (HARAWAY, 1995, p. 24) nos permite apostar na análise de implicações como uma ferramenta para a transformação social. Ao colocar em análise “nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008, p. 3), a análise de implicações nos permite atentar para as repercussões e os agenciamentos que nossos modos de fazer psicologia põem em funcionamento na relação com as pessoas com deficiência. Pode constituir-se, portanto, como uma ferramenta teórico-metodológica importante para compreender de que modo nossas atuações no campo da psicologia social têm contribuído para a reiteração do capacitismo. Ou seja, entendendo o capacitismo como “(...) uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade” (MELLO, 2016, p. 3272), cabe à psicologia social empreender uma análise de como nossas intervenções contribuem para os processos de exclusão e opressão das pessoas com deficiência.

Além disso, a análise de implicações nos convoca a “prestar contas” (HARAWAY, 1995) e assumir responsabilidade frente aos impactos e consequências materiais que nossas práticas e pesquisas produzem na relação com as pessoas com deficiência. Essa necessidade de empreender investigações éticas e políticas no campo de estudos sobre deficiência vem sendo defendida por autoras e autores como Susan Baglieri, Jan W. Valle, David J. Connor e Deborah J. Gallagher (2011), Bruno Sena Martins, Fernando Fontes, Pedro Hespanha e Aleksandra Berg (2012) e Marcia Moraes, Luiza Teles Mascarenhas, Fernando Fontes e Bruno Sena Martins (2018). Ao contestar definições naturalizantes e totalizantes acerca da deficiência, entendemos que a análise de implicações oferece também possibilidades teórico-metodológicas para complexificar os modos de compreender as múltiplas experiências de deficiência e, ao mesmo tempo, cria espaço para fissuras e invenção de outros modos de relação com a deficiência, como vem sendo proposto por autoras como Márcia Moraes e Alexandra Tsallis (2016), Eliza Chandler (2010), Carla Rice, Eliza Chandler, Elisabeth Harrison, Kirsty Liddiard e Manuela Ferrari (2015).

A proposta deste trabalho se insere no “GT43: Psicologia Social, Políticas Públicas e Deficiência”, uma vez que procura discorrer sobre proposições teórico-metodológicas que permitem a articulação entre os estudos sobre deficiência e a psicologia social. Além disso, essa discussão dialoga com o trabalho de autoras e autores que defendem a importância analítica e política da incorporação da categoria deficiência nas discussões promovidas pela psicologia social brasileira, como Marivete Gesser, Adriano Henrique Nuernberg e Maria Juracy Filgueiras Toneli (2012). Encontra-se inserida no “Eixo Políticas sociais, políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais”, pois oferece subsídios para compreender as dinâmicas de opressão e desigualdades, bem como apresenta ferramentas para a contestação de modos naturalizados de compreender a deficiência. Deste modo, coaduna o compromisso da psicologia social de romper com as reiterações de violências embasadas em lógicas capacitistas, sexistas, racistas, heteronormativas, classistas, entre outras. Outrossim, entendemos que propostas teórico-metodológicas que rompam com as perspectivas hegemônicas de produção de conhecimentos acerca da deficiência podem ser consideradas estratégias de resistência e emancipação, especialmente quando partem de uma perspectiva de coprodução COM as pessoas com deficiência.



Referências

- BAGLIERI, S.; VALLE, J. W.; CONNOR, D. J.; GALLAGHER, D. J. Disability Studies in Education: The Need for a Plurality of Perspectives on Disability. *Remedial and Special Education*, v. 32, n. 4, p. 267-278, 2011.
- BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, 2002.
- BUTLER, J. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. Tradução de Gustavo Hessmann Dalaqua. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 22, p. 159-179, 2013.
- CHANDLER, E. Sidewalk Stories: The Troubling Task of Identification. *Disability Studies Quarterly (Online)*, v. 30, n. 3/4, 2010.
- COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: GEISLER, A. R. R.; ABRAHÃO, A. L.; COIMBRA, C. M. B. (Orgs.). *Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde*. Niterói, RJ: EdUFF, 2008, p. 143-153.
- DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo: Editora Brasiliense; 2007. 96 pp.
- DINIZ, D. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. *Série Anis*, v. 28, p. 1-10, 2003.
- FOUCAULT, M. O que é a crítica? Conferência, 1978.
- GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J. F. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 3, p. 557-566, 2012.
- GOODLEY, D. *Disability studies: An interdisciplinary introduction*. 2. ed. London: Sage Publications, 2017.
- HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.
- MARTINS, B. S.; FONTES, F.; HESPANHA, P.; BERG, A. A emancipação dos estudos da deficiência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 98, p. 45-64, 2012.
- MELLO, A. G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, out. 2016.
- MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, p. 635-655, 2012.
- MORAES, M.; MASCARENHAS, L. T.; FONTES, F.; MARTINS, B. S. Introdução. In: MORAES, M. et al. (Org.). *Deficiência em questão: para uma crise da normalidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2018.
- MORAES, M.; TSALLIS, A. C. Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. *Rev. Polis e Psique*, v. 6, n. 1, p. 39-50, 2016.
- RICE, C.; CHANDLER, E.; HARRISON, E.; LIDDIARD, K.; FERRARI, M. Project Re•Vision: disability at the edges of representation. *Disability & Society*, v. 30 n. 4, p. 513-527, 2015.
- TITCHKOSKY, T.; MICHALKO, R. *Rethinking normalcy: A disability studies reader*. Toronto: Canadian Scholars' Press, 2009.

Atenção à saúde mental de cuidadoras de autistas pela criação de redes de cuidado

Autor: Angélica Glória (UERJ)

Coautor: Laura Quadros (UERJ)

Neste trabalho nos debruçamos sobre temática da produção de redes de cuidado para cuidadoras de crianças e adolescentes com autismo, com enfoque na criação de dispositivos e pensamentos de políticas públicas que levem em consideração a realidade brasileira e faça recorte de classe. Pretendo usar as teóricas feministas do Modelo Social da Deficiência, o pensamento da epistemologia política, a teoria ator-rede e outros pensamentos que possam produzir articulações interessantes na pesquisa. No rastro de Haraway(1995) pensamos na importância de uma pesquisa localizada, situada e atenta para a importância do saber da experiência que surge em contato com essas cuidadoras.

O problema central desta pesquisa é a desmistificação do cuidado individualizado destas mulheres e a atenção para o sofrimento diário relatado por elas. Todos os dias cuidadoras vagam exaustas rumo aos dispositivos de saúde com os sujeitos autistas. Levam-nos para terapias de grupo, psicólogos, terapeutas ocupacionais, psiquiatras e fonoaudiólogos, mas cada vez menos encontram um tempo ou espaço para se debruçarem sobre si mesmas ou



terem a sua própria dor escutada. Este problema é relevante socialmente pois pensar na importância de criar redes não só para o cuidado com o autismo, mas para as cuidadoras que exercem um papel intenso e diário com estes é reconhecer a ilusão da autonomia, entendendo que as pessoas não são autossuficientes em diversos contextos de sua existência e precisam de articulações diversas. Nós precisamos uns dos outros e negar isso é silenciar o sofrimento e a exaustão de mulheres que padecem todos os dias, sozinhas, no cuidado integral com a criança autista.

Para a psicologia, este problema é importante pois atender-se para o saber da experiência de como essas cuidadoras convivem com estas crianças e adolescentes no dia a dia é se interessar pelas histórias destas mulheres, que não são vistas mas que são o que acontece, de fato, na construção dos modos de ser destas pessoas. Precisamos ampliar e fortalecer a rede destas pessoas pois é necessário para que as cuidadoras possam realizar outras atividades para além do cuidado, como o autocuidado, entretenimento e até mesmo exercer atividades de trabalho, caso queiram. Ao possuir uma rede de apoio, as cuidadoras podem ter uma melhora em sua qualidade de vida, diminuindo o seu adoecimento físico e emocional, quando dividindo as sobrecargas com outras partes da rede que constroem esta forma de apoio social.

Para desenvolver o tema deste trabalho compomos com a epistemologia política de Vinciane Despret e Stengers, a teoria ator-rede de Bruno Latour, as filósofas feministas da segunda geração do Modelo Social da Deficiência e com outros trabalhos que têm surgido acerca da saúde mental de mulheres que cuidam de pessoas com deficiência.

Acredito que seja necessário discorrer sobre as concepções de deficiências que foram construídas historicamente e qual delas orienta o fazer deste trabalho. Tais concepções são importantes para encarnar uma prática desta e não de outra maneira e nos ajudam a rever pressupostos antes incrustados no cotidiano que, se repensados, não fazem tanto sentido e nem tampouco ajudam como se espera que aconteça. Segundo Debora Diniz, (2007) até a metade do século XX a deficiência era vista a partir da concepção biomédica, entendida como uma doença que poderia, em todos os casos, ser avaliada, tratada e reduzida. A maioria das pessoas que apresentava qualquer tipo de deficiência era segregada ao máximo, de forma que suas deficiências fossem feitas tão inexistentes quanto elas mesmas eram tornadas. O tratamento pensado para todas as deficiências era de tentar aproximar o funcionamento dos "sujeitos" o máximo possível do funcionamento das pessoas não deficientes, ditas "normais". Essa é uma visão normalizadora, ao passo que perpassa o caminho da reabilitação, tornando a diferença uma patologia e a enxergando sobretudo como um déficit que precisa ser consertado. Aqui, a noção de corpo ideal/normal a ser alcançado diz respeito a um corpo sem limites, produtivo e com capacidade intrínseca e absoluta de pensar e agir, independente de qualquer ajuda. Tal perspectiva inviabiliza toda a peculiaridade de outras formas de corpo existentes, como o autismo, e essa concepção de um corpo independente e produtivo está presente em nosso cotidiano ainda hoje e atinge a todos nós.

Ao estudar sobre a deficiência junto às filósofas feministas deparamo-nos com certas peculiaridades da existência humana as quais não havia ainda me dado conta, como por exemplo, o conceito de interdependência. Esse conceito foi construído por essas mulheres cuidadoras de deficientes no debate sobre a expansão do Modelo Social da Deficiência e ressalta que não só estruturas sociais oprimem o deficiente, existem pessoas que mesmo com todo o aporte e auxílio necessário para a sua vida ainda não vão conseguir atingir o ideal de sobrevalorização da independência. Aqui, se trata majoritariamente de pessoas com algum tipo de comprometimento dito intelectual, que necessitam de cuidado integral por toda ou maior parte de seu dia, podendo incluir sujeitos do espectro autista. Para além da busca incessante ao pico máximo da independência dessas pessoas, há de se considerar que existe dor, sofrimento e limites corporais. Não devemos ignorar a dimensão do corpo e, assim, enxergar o cuidado também como um grande objetivo de trabalho com essas pessoas. Enxergar os sujeitos como interdependentes é importante porque faz criar um mundo onde as conexões são constituintes de uma maneira de ser, ou seja, são necessárias. Os registros alcançados a partir desta versão de mundo podem variar muito e serem muito diferentes do que é dito comum na vida de uma pessoa cuidadora de um sujeito com deficiência.

De acordo com a literatura encontrada sobre a temática, as cuidadoras, na maioria das vezes, são pessoas que não praticam nenhum tipo de cuidado com a sua saúde física ou mental, não praticam atividades de lazer, não trabalham e raramente estão envolvidas em outras tarefas que não sejam o cuidado do outro. Essas mulheres necessitam de apoio emocional, físico e de manejo com diversas situações inesperadas presentes na vida de uma criança ou adolescente que se encontre no TEA. Já que a vida da cuidadora se estrutura em torno da pessoa cuidada, raramente ela cria projetos de vida e vontade própria. O que acontece, ao contrário disso, é que em grande parte os serviços de saúde não estão preparados para auxiliar essas mulheres no processo do cuidar nem tão pouco en-



xergam a necessidade de oferecer apoio em situações do cotidiano a essas mulheres. A pesquisa está em sua fase inicial, sendo realizada com cuidadoras de sujeitos que se encontram dentro do transtorno do espectro autista e que fazem tratamento na rede pública de saúde no município de Niterói. Participam cuidadoras de diversas faixas etárias que acompanham os sujeitos autistas em instituições da rede de saúde pública do município de Niterói. Um dos materiais utilizados para registrar as intervenções são anotações sobre o campo, através de diários de campo. Cada intervenção possuirá, em média, duas horas de duração por encontro, sendo necessário, aproximadamente, um ano para a atuação prática do projeto com as cuidadoras.

Entende-se que os fatos são feitos dentro dos dispositivos de pesquisa que são usados e através das mais diversas maneiras que podem ser usado. Por isso os elementos que compõem esta pesquisa tem um papel fundamental no testemunho dado por aqueles que são interrogados no dispositivo e não em qualquer outro lugar.

Nesta pesquisa a escrita é pensada como um exercício constante que possui importância no mundo a partir da narração de histórias que muitas das vezes não aparecessem nos ditos manuais de pesquisa em psicologia mais tradicionais, que usam o sujeito como mero objeto de pesquisa, como quem não possui fala existente no mundo. A narração também é entendida como intervenção no campo de pesquisa, ela é mediadora na transmissão de vivências e apostar na diferença é ajudar as multiplicar as versões de mundo. Portanto, nos propomos ao pesquisarCOM (Moraes, 2010) essas cuidadoras, trazendo não apenas seus diversos discursos e saberes, mas também os atravessamentos que essa pesquisa produz em nós enquanto mulheres pesquisadoras.

Contribuições da psicologia para a inclusão e emancipação do estudante com deficiência no Ensino Superior

Autor: Ana Paula Camilo Ciantelli (UNESP Bauru)

Coautor: Lúcia Pereira Leite (UNESP)

O Ensino Superior brasileiro possui diversas barreiras de acessibilidade que devem ser superadas para que se promova a inclusão do estudante com deficiência nesse nível de ensino. Atualmente, um dos grandes desafios para a efetivação dessa inclusão diz respeito às condições de permanência (meios que garantam as condições adequadas para permanecer na instituição e, conseqüentemente, concluir o curso com sucesso).

Considerando que a forma com que o estudante com deficiência se sente incluído ao ambiente universitário está diretamente relacionada ao seu sucesso acadêmico, contribuindo para a sua permanência na universidade: sua efetivação tem relação relevante com a maneira pela qual o estudante é acolhido pela instituição e com os apoios recebidos – família, colegas, professores, serviços/núcleos de apoio, somados aos fatores pessoais para enfrentar os desafios postos em sua trajetória acadêmica, a oferta do apoio psicológico pode facilitar o processo de inclusão do estudante com deficiência no Ensino Superior, atuando com ele no desenvolvimento social, pessoal, afetivo e acadêmico e promovendo a sensibilização da comunidade acadêmica sobre a temática deficiência, por entender que a inclusão social exige ações tanto na esfera individual como no contexto em que o fenômeno ocorre.

Compreendendo ainda que o psicólogo é um profissional de destaque na criação e atuação dos programas de serviços de apoio ao estudante nas universidades, promovendo suporte psicológico (individual ou em grupo) aos estudantes que enfrentam dificuldades em se adaptar e se manter no ensino superior – realizando sensibilizações, conscientizações, palestras e campanhas que visam à remoção de barreiras atitudinais e ao reconhecimento da diversidade no ambiente universitário –, efetivando orientações e planejamento de estratégias voltadas ao ensino e à aprendizagem, assim como intervenções visando à emancipação, independência, autonomia, autoestima positiva, aceitação da deficiência e empoderamento desses estudantes em relação a seus direitos, explorando suas potencialidades e fornecendo condições para o pleno exercício de sua cidadania, o estudo teve como objetivo analisar os efeitos de uma proposta de intervenção da área da psicologia como promotora de inclusão social e educacional de estudantes com deficiência no contexto universitário.

Participaram do estudo quatro estudantes com deficiência (três estudantes com deficiência física e um com transtorno do espectro do autismo), matriculados nos cursos de Ciências Biológicas, Psicologia, Engenharia Mecânica e Engenharia Civil da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Bauru.

Para a coleta de dados, primeiramente os estudantes com deficiência realizaram entrevistas abertas individualmente, sendo convidados a contar suas histórias de vida e a responder a três instrumentos: o Questionário de Vivência Acadêmica na versão reduzida (QVA-r); a Escala Concepções de Deficiência (ECD) e a Escala de Percepção



de Suporte Social (EPSS). Posterior as entrevistas, os estudantes foram convidados a participarem de um programa de intervenção grupal com o objetivo de promover um local de escuta, acolhimento e voz a estes jovens. Finalizado o grupo de intervenção, realizou-se o Fórum “Universidade (D)eficiente – Inclusão e Acessibilidade: Você se importa?” aberto a toda comunidade acadêmica, no qual, os estudantes foram os protagonistas do evento, realizou-se uma nova entrevista aberta individualmente com os quatro estudantes, tendo como pergunta norteadora: “Para você, o que participar do estudo te possibilitou?” e a reaplicação dos três instrumentos, a fim de avaliar se a intervenção trouxe mudanças na trajetória de vida e acadêmica desses sujeitos, em prol de uma inclusão mais efetiva no contexto universitário.

Para a análise de dados, realizou-se uma análise crítica geral dos encontros do programa de intervenção, uma análise estatística e descritiva dos instrumentos antes e após o programa de intervenção e uma análise através do núcleo de significação das entrevistas. Tal proposição se baseia nos conceitos da Psicologia Histórico-Cultural, visando ao acesso aos sentidos, considerando a complexidade e profundidade dos resultados.

Amparado nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, de uma concepção social da deficiência e dos aparatos legais da Educação Inclusiva e dos Direitos da pessoa com deficiência, o programa de intervenção grupal ofertou dez encontros de duas horas cada as sextas-feiras pela manhã no Centro de Psicologia Aplicada (CPA) da instituição. Dentre alguns temas trabalhados destaca-se: a (re)construção da identidade, a aceitação da deficiência, a história do movimento político da pessoa com deficiência, as concepções de deficiência, o conceito de acessibilidade e seus diferentes âmbitos, o conhecimento e empoderamento dos seus direitos, a promoção de interações sociais e a promoção de estratégias de enfrentamento as diferentes barreiras de acessibilidade, destacando as barreiras atitudinais.

Como resultados dos instrumentos temos que estes estudantes, mantiveram uma percepção positiva de sua integração no ambiente acadêmico, destacando a dimensão carreira e institucional, sugerindo que estes sujeitos parecem estar realizados com a escolha do curso e da profissão, assim como da instituição que estudam, favorecendo sua permanência nessa instituição. Em relação a concepção de deficiência, a concepção social e histórico-cultural continuaram as mais predominantes para esses estudantes, havendo um aumento na concepção histórico-cultural e a percepção de suporte social teve poucas alterações após intervenção, o que indica que ainda se faz necessário promover ações que promovam suporte social a estes estudantes.

O grupo de intervenção e participação no estudo demonstraram a importância do apoio psicológico ofertado a esses estudantes para a construção de laços afetivos, amizades e de redes de apoio na universidade, para a construção de estudantes com melhores qualidades de vida, mais conscientes, críticos, reflexivos, incluídos, emancipados e empoderados dos seus direitos, favorecendo sua permanência e bem-estar na universidade. Destaca-se ainda que o Fórum “Universidade (D)eficiente – Inclusão e Acessibilidade: Você se importa?” foi um momento de representatividade dos estudantes com deficiência no compartilhamento de suas experiências e luta pelos seus direitos na universidade.

Diante do exposto e da necessidade de se promover espaços mais inclusivos no Ensino Superior brasileiro do estudante com deficiência, com propostas que valorizem a visibilidade e voz destes sujeitos, possibilitando a desconstrução de poderes hegemônicos, a valorização e emancipação desse grupo e garantindo que mudanças sociais e educacionais passem a ocorrer com a participação plena dos mais interessados pela causa, justifica-se a apresentação desse trabalho no Congresso e no GT Psicologia Social, Políticas Públicas e Deficiência, inserido no eixo de “Políticas sociais, políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais”, colocando em cena as contribuições da psicologia para a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior.



Contribuições do modelo social da deficiência para a educação inclusiva e a formação em Psicologia

Autor: Barbara Vasconcelos Maia Forte (Barbara Vasconcelos) e Jéssica Rodrigues Soares (UFRJ)

Coautor: Sophia Pereira Ferrão (UFRJ), Patricia Cardoso de Jesus e Maria Clara de Almeida Carijó (UFRJ)

A consolidação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (BRASIL, 2008) e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (BRASIL, 2015), vem ampliando a garantia de acesso e permanência de estudantes com deficiência às escolas regulares. A PNEEPEI afirma a educação especial como transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, num esforço de superação de um modelo historicamente excludente e segregacionista de educação especial. Tanto a PNEEPEI quanto a LBI são políticas que representam um importante avanço no campo educacional e nas lutas dos movimentos das pessoas com deficiência. Entretanto, ainda encontramos inúmeros desafios no que tange a sua concretização no cotidiano escolar. Uma série de dificuldades são relatadas por educadores e pais na efetivação de tais políticas, decorrentes de variados fatores, de ordem política, econômica, social e institucional. Com frequência, professores e outros profissionais da educação denunciam a falta de recursos, de profissionais especializados, de adequações físicas e materiais e de formação para o trabalho com estudantes com deficiência na educação básica. Visando atender à demanda por formação, o projeto de extensão Encontros com educadores na Baixada Fluminense: Diálogos a Respeito de Inclusão e Mediação, iniciado em 2015 por professoras e estudantes da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ), e hoje realizado em parceria entre esta instituição e o Instituto de Psicologia da UFRJ, tem como proposta oferecer encontros de formação continuada junto a professores da educação básica visando a problematização de temas que atravessam práticas de mediação e inclusão de crianças com deficiência nas escolas. O presente trabalho é proposto por alunas extensionistas do curso de Psicologia da UFRJ e tem por objetivo trazer reflexões sobre como a participação no referido projeto tem transformado e tornado nosso olhar mais sensível, como estudantes de psicologia, para as temáticas da deficiência e da educação inclusiva. Nossa discussão relaciona-se com o Eixo 1 do XX ENABRAPSO, "Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais", uma vez que se refere a uma experiência de extensão universitária que, ao mesmo tempo em que lida e acompanha questões decorrentes dos desafios da implementação de políticas públicas de educação especial, busca também promover diálogos e reflexões críticas com educadores a fim de contribuir para a invenção de práticas inclusivas que garantam o direito das pessoas com deficiência à educação de qualidade. Além disso, por pensar a deficiência e seu encontro com o campo da educação tomando como referencial teórico o modelo social da deficiência, aproximamo-nos também do GT43, "Psicologia Social, Políticas Públicas e Deficiência". Os encontros com educadores têm tido como norte a problematização de práticas medicalizantes que invadem o espaço escolar, mediadas por concepções biomédicas de deficiência centradas nos corpos dos estudantes deficientes, que ressaltam suas faltas e incapacidades. Em vez disso, temos procurado construir novas perspectivas sobre a questão, a partir de uma concepção social de deficiência proveniente dos estudos da deficiência (DINIZ, 2012; MELLO, NUERNBERG, BLOCK, 2014). O modelo social da deficiência promove uma leitura sociológica crítica acerca da opressão sofrida por pessoas deficientes, ressaltando o caráter socialmente construído das limitações que as atingem. Desse modo, nosso projeto de extensão pensa as práticas de mediação e inclusão para além de uma perspectiva biomédica de deficiência, centrada no diagnóstico e/ou lesão. Entendendo a deficiência enquanto uma experiência que decorre do encontro do sujeito com barreiras físicas e atitudinais impostas pela sociedade, procuramos pensar e articular as práticas docentes não somente com as dificuldades, mas também com as potencialidades trazidas pelos alunos. Trabalhar nesse sentido de produção de novas práticas, de criar novos espaços de discussão e de compreensão da realidade que povoa o espaço dentro da escola contribui para se pensar as diferentes formas de ser e agir. A partir disso buscar favorecer a multiplicidade de histórias do/no cotidiano pode contribuir para se promover a superação de barreiras socialmente impostas, que dificultam a inserção de algumas pessoas não apenas no ambiente escolar, mas também no social. O projeto realiza encontros temáticos mensais na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ), em Duque de Caxias. A partir de um texto disparador, os educadores participantes são convidados a partilhar suas experiências com alunos com deficiência em situação de inclusão. Elegeu-se como estratégia metodológica o enfoque nas narrativas orais e escritas de situações vividas entre educadores e alunos, a fim de valorizar suas experiências particulares, ressignificando-as, e de problematizar o discurso tecnocientífico sobre deficiência presente na escola, de caráter universalizante e excludente. Enquanto extensionistas do presente projeto, participamos do planejamento

e execução das atividades dos encontros com os educadores e trabalhamos na escuta dos relatos de suas práticas profissionais, com o intuito de produzir questionamentos e reformulações de concepções cristalizadas e limitantes sobre deficiência. A partir de uma perspectiva crítica do passado sócio-histórico da psicologia e da sua relação com a educação (ANTUNES, 2008, MACHADO, 1994), vemos como muitas práticas psicológicas no campo escolar advêm de uma demanda social que, em diversas situações, individualizam, diagnosticam e excluem alunos e alunas considerados “problemáticos” no processo de ensino-aprendizagem. É perpassando essa análise que entendemos a necessidade de profissionais e estudantes do campo da Psicologia assumirem um compromisso social e político com a produção de uma educação inclusiva, de qualidade e para todos/todas, não mais (re)produzindo discriminação, violências físicas e simbólicas e preconceitos. O projeto tem impactado diretamente na nossa formação e no modo de pensarmos e fazermos psicologia. A partir do momento em que se entende a construção de saberes dentro do campo de atuação como ferramenta atrelada à produção de discursos sobre certos sujeitos, e, desse modo, também de subjetividades, o compromisso social passa a ocupar uma posição estrutural e fundamental dentro das nossas práticas. Sendo assim, ao partir do referencial teórico do modelo social de deficiência, nossa inserção no projeto vem se desdobrando diretamente em uma mudança radical de perspectiva no que diz respeito às práticas educacionais com pessoas com deficiência; tanto para nós quanto para as (os) educadoras (es) que participam dos encontros, esse deslocamento de olhar proporciona uma atuação mais comprometida socialmente. Tendo em vista que historicamente a psicologia brasileira contribuiu em diversos momentos com a produção e manutenção de desigualdades - e isso é ainda mais evidente quando falamos das pessoas com deficiência - é essencial reforçar a necessidade de (re)pensar os impactos do nosso saber-fazer dentro da sociedade. Assumir um compromisso social em nossa atuação é, portanto, também pensar de forma efetivamente inclusiva. Com isso, esperamos sensibilizar profissionais da educação para esta temática de um projeto político-pedagógico emancipador no cotidiano escolar e nos processos de escolarização e ensino-aprendizagem, pensando para além de uma perspectiva biomédica e medicalizante e promovendo reflexões acerca das concepções de deficiência que circulam na escola e dos impactos que estas geram sobre as práticas pedagógicas. Ademais, pretendemos contribuir para a construção de saberes e formação de discursos contra-hegemônicos em nosso campo de formação, prosseguindo na contramão de noções desumanizantes a respeito da deficiência. Aposta-se, dessa forma, nesses espaços de discussão e troca como dispositivos de elaboração de práticas que não reduzam os alunos à dificuldades, ausências e impossibilidades, mas sim que explorem suas potencialidades e interesses; que não os isole em práticas paternalistas, como meros destinatários de ações informadas por saberes sobre deficiências, produzidos por um campo médico-científico à parte dos acontecimentos escolares, mas que possibilitem sua constituição e afirmação como agentes de seu processo de escolarização. Enfim, desejamos participar da construção de práticas que não constituam, elas mesmas, barreiras produtoras de deficiência dentro do espaço escolar, mas permitam aos alunos ampliarem suas conexões com a escola, seu espaço e seus atores, ampliando sua autonomia (KAUFMAN, 2017), através da positivação e construção de relações de cuidado pautadas na interdependência.

REFERÊNCIAS:

- ANTUNES, M.A.M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), v. 12 n. 2, pp. 469-475, 2008.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015.
- DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 2012.
- KAUFMAN, N. Deficiências, dificuldades e diferenças: critérios e direções para mediar na escola. In: MORAES, M.; MARTINS, B. S.; FONTES F.; MASCARENHAS, L. T. (Org.). Deficiência em questão: para uma crise da normalidade. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2017, p. 113-135.
- MACHADO, A. M. Crianças de Classe Especial: efeitos do encontro da saúde com a educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- MELLO, A. G., NUERNBERG, A. H., BLOCK, P. Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo. In: SCHIMANSKI, E.; CAVALCANTE, F. G. (Org.). Pesquisa e Extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares. Ponta Grossa: UEPG, 2014, p. 91-118.

De PesquisarCOM a viverCOM: efeitos da pesquisa/extensão com pessoas cegas e com baixa visão

Autor: Daiana Gaignoux de Oliveira

Coautor: Caique Almeida (UFF), Joyce da Silva Nunes (Universidade Federal Fluminens), Juliana Cabral Macedo (Ju Cabral), _ (Universidade Federal Fluminens) e Ellen Cristina Bispo Viana (UFF)

Este trabalho narra um recorte da experiência no programa de extensão da Universidade Federal Fluminense Ver e Não Ver: Corpo e Subjetividade com pessoas cegas e com baixa visão, que desenvolve-se junto ao projeto de iniciação científica Perceber Sem Ver, ambos coordenados pela professora Márcia Moraes. O projeto em questão vem se desdobrando na proposição de oficinas de experimentação corporal com pessoas cegas e de baixa visão no Instituto Benjamin Constant (IBC), na Associação Fluminense de amparo ao cego (AFAC) e, mais recentemente, na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Atualmente, nossa atividade tem se desdobrado em oficinas realizadas na UFF às quintas, ocasião em que experimentamos possibilidades e exploramos novas conjunções entre corpos, objetos, espaço, sensorialidades. Pode-se dizer que os encontros são sempre um espaço de experimentar-se e, por isso mesmo, os processos e resultados do programa Ver e não Ver sempre se efetuam borrando os limites entre o intervir e pesquisar. Mais recentemente, os espaços de intervenção e pesquisa têm traçado novos contornos e têm extrapolado o ambiente das oficinas. E é justamente isso que escolhemos narrar no presente trabalho: do PesquisarCOM ao viverCOM, como estarCOM - na prática extensionista - propõe novos modos de pesquisar, além de narrar os efeitos transformadores da ocupação do espaço universitário por parte dos "objetos", estes que achamos habitar o "fora".

Neste trabalho, a partir dos nossos encontros semanais, pretendemos abordar as consequências metodológicas que se puderam desdobrar a partir justamente dos desvios, dos dissensos, das quebras de protocolo. Em outras palavras: o que aprendemos quando radicalizamos, em ato, a preposição COM? O que aprendemos sobre nós, sobre eles, sobre o PesquisarCOM e, em última instância, sobre a própria prática de pesquisa e extensão? O que o viverCOM as marcas de nossos corpos trazem de problemas e interrogações a um dispositivo que já se pensava comprometido com a diferença? A pertinência deste trabalho se dá exatamente no ponto em que recoloca nossos problemas de pesquisa e nos articula, quando mobilizados pelos novos acontecimentos, a intervir de maneira mais interessante, justamente, porque mais engajada com os encontros que temos com os participantes deste projeto. A grosso modo, este trabalho pretende desdobrar quais os efeitos da prática de extensão na pesquisa acadêmica. Pretendemos narrar, portanto, cenas que nos conduzam por esses desvios e que, enfim, desviem as histórias sobre eficiência e deficiência de suas versões hegemônicas.

Nesse percurso, a metodologia deste trabalho tem sido, ao mesmo tempo, sua aposta ético-política: PesquisarCOM (MORAES, 2010) propõe uma atividade que se dá no encontro e engajada em uma prática corporificada, feita de narrativas únicas, vivas e, portanto, contra-hegemônicas sobre a vida com a cegueira e o processo de cegar. Isso significa dizer que nosso modo de pesquisa-intervenção se dá como uma aposta no encontro: acolher os consensos e os dissensos. Levar a sério os caminhos que o encontro com estes participantes faz tomar. É sempre um indicativo de colar-se ao presente, de estar COM.

Dessa maneira, o problema deste trabalho se colocou a partir da vinda dos participantes das oficinas - até então oferecidas na AFAC - à UFF. Quando deixamos afrouxar os limites entre pesquisa e intervenção, entre participante e coordenador, entre oficina e vida é que questões antes impensáveis puderam se colocar. Com a vinda dos participantes de nossas oficinas a um espaço antes não pensado PARA eles, pôde-se pensar e intervir sobre e COM; pudemos demonstrar em ato como o encontro entre universidade e comunidade pode produzir conhecimento e reverberar para além dos muros da academia.

Pensar cada deficiência abre um mundo singular, e o desafio de contar histórias encarnadas está no direito de existir de cada singularidade. As narrativas encarnadas não ambicionam desconstruir mundos ou apontar contradições, mas para enriquecer com diferentes sentidos e densidades o mundo em que vivemos, sem ocluir os movimentos que constituem nosso dispositivo.

"O que diferencia um modo ou outro de lidar com esta transformação é o que ele inclui e faz valer como positivo, como realidade, e o que ele exclui como parasita, como erro a corrigir." (MORAES, 2010 p. 4)

O dispositivo-intervenção utilizado em nossas atividades são as Oficinas de Experimentação Corporal, na qual buscamos promover experiências que colocam em questão uma compreensão biologizante do que é (d)eficiência, permitindo de algum modo que se constituam outras versões e possibilidades de reorganização do corpo a partir



da perda da visão. Assim, lançando mão de experimentações sensoriais, objetivamos mobilizar uma abertura do corpo para explorar os diferentes sentidos ativos e novos possíveis que surgem a cada encontro.

Como já apresentado anteriormente, a nossa pesquisa/extensão aposta em um modo de se fazer COM (Moraes, 2011; 2010; Moraes e Kastrup, 2010). Com esta direção de método problematizamos o lugar do pesquisador e do pesquisado, tomando o encontro como transformador para ambos. É fundamental que não tomemos os participantes das oficinas como alvos passivos de nossas ações, mas como experts. É a partir das experiências que eles compartilham com o grupo que se tecem os caminhos a serem seguidos nas oficinas.

Norteamos nosso percurso de modo imanente ao campo, através da escrita, leitura e discussão dos diários de campo. Desde o início de 2016, pactuamos com os participantes uma escrita coletiva do diário de campo, aproximando-os das narrativas produzidas a partir de nossos encontros.

Afirmar a prática de intervenção como um estar COM muda o sentido de uma saída da universidade à comunidade para, no inverso, deixar que o mundo chacoalhe a produção de saberes. É somente se atentando aos movimentos contínuos que o encontro entre nossa presença e a de nossos parceiros traz, que qualquer intervenção pode se dar. A partir disso, se pode pesquisar COM a diferença e, em última instância, pesquisar diferentemente. Afirmar uma conjunção como método nos convoca a um trabalho permanente de presença, atenção, parceria e transformação.

Como conclusão, sublinhamos que a prática extensionista, uma vez que engajada com um fazer COM, produz apontamentos fundamentais para uma prática de pesquisa. Produz saberes localizados, conhecimentos encarnados, pesquisas alinhavadas às narrativas singulares encontradas no campo.

O conectivo COM, enquanto direcionamento ético, nos permite, muitas vezes, mudar o sentido habitual da prática de extensão em que é a universidade que intervém na comunidade, para, no sentido inverso, poder colher os efeitos da intervenção da comunidade sobre a universidade. Isso, arriscamos dizer, se efetua na produção de novas versões para o mundo:

a) povoar o campo dos saberes com versões da cegueira que digam respeito a experiências singulares, colocando em xeque versões hegemônicas e desencarnadas da cegueira e da deficiência visual;

b) descobrir novas nuances da (falta de) acessibilidade dos espaços na cidade a partir do contato com estes sujeitos e, assim, traçar novas estratégias de transformação no mundo;

c) tensionar as maneiras de fazer pesquisa e de produzir saberes a partir do que as vidas com as quais trabalhamos fazem intervir;

d) intervir no campo da cegueira de forma a aprender novas lições sobre o viver COM a deficiência e, em consequência, acolher e desdobrar os direcionamentos que elas trazem para o mundo;

e) fazer proliferar os sentidos de ver e não ver é também um modo de intervir nas vidas das pessoas com deficiência visual, potencializando eficiências e acolhendo as deficiências;

e) tomar o dispositivo da oficina como um lugar de experimentação o torna capaz de afirmar a diferença como ponto de partida da construção de um mundo ao mesmo tempo múltiplo e comum.

Bibliografia:

Moraes, M. Pesquisar COM: política ontológica e deficiência visual. In: Moraes, M. e Kastrup, V. Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010



Deficiência psicossocial como categoria de disputa: tensões entre os campos da saúde mental e da reabilitação

Autor: Paula Carolina Mariano Furlan (IP - USP)

Coautor: LETICIA VIER MACHADO (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO) e Adriana Marcondes Machado (adriana marcondes)

Introdução:

Este trabalho surge do encontro de uma pesquisa de mestrado e uma de doutorado, desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (IP-USP). Elas dialogam quanto aos usos da categoria de deficiência, e sobretudo da categoria "deficiência psicossocial".

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) desloca a compreensão de deficiência como algo situado no corpo do indivíduo para o encontro de um corpo com limitações funcionais com um ambiente que lhe impõe barreiras. Nesta compreensão são incorporadas, junto às pessoas que apresentam as tradicionais deficiências (física, intelectual, auditiva, visual), as pessoas em situação de deficiência decorrentes de impedimentos de longo prazo de natureza mental, a que se denomina deficiência psicossocial. A categoria de deficiência psicossocial resulta de impedimentos de natureza mental, ainda que esta denominação não apareça de forma explícita na Convenção, mas conste em documentos da ONU a respeito da CDPD. O objetivo deste trabalho é pôr em cena a identidade "deficiência psicossocial", estando de acordo com os objetivos do GT "Psicologia Social, Políticas Públicas e Deficiência" e amparando-se na compreensão de deficiência a partir do modelo social. Tal perspectiva implica desindividualizar a experiência da deficiência, não atrelada exclusivamente ao corpo, e pensar nos efeitos produzidos pela presença destes corpos no campo social.

Nosso trabalho propõe uma articulação entre os campos da saúde mental e da deficiência considerando as políticas voltadas ao autismo e aquelas referentes a moradias para adultos em situação de vulnerabilidade, da Residência Inclusiva e da Residência Terapêutica. Sobrepondo que há um uso enfraquecido da identidade de "pessoa com deficiência psicossocial", essa incursão dá a ver quais acessos e impedimentos estão sendo construídos quando na ausência de articulação entre os campos da saúde mental e dos estudos da deficiência.

Autismo, políticas públicas, deficiência:

O autismo tornou-se recentemente pauta de discussões teóricas e políticas importantes no Brasil. Uma disputa sobre a eficácia de abordagens de tratamento e uma demanda crescente por políticas públicas nesta seara marcam os debates nos diferentes campos. A consequência imediata dessa visibilidade adquirida foi a conquista de um espaço na agenda pública, impulsionada pela legibilidade quantitativa da condição, já que a ideia da epidemia legitima a realização de pesquisas e a conquista de direitos sociais.

Em tensão, há os atores que pressionam o Estado para a proposição de tratamento, reabilitação, escolarização e diagnóstico precoce de autismo, se amparando na lacuna histórica de falta de políticas de atenção ao autismo até o momento - cenário no qual protagonizam os pais e familiares de autistas -, e aqueles que se opõem à ideia de uma epidemia. Estes últimos, representados na figura dos movimentos da neurodiversidade, argumentam que tratar o autismo como epidemia faz com que a condição pareça uma espécie de doença contagiosa, perspectiva contrária ao ideário da diversidade e das políticas de inclusão.

A força do primeiro discurso, dominante, que advoga pela proposição de tratamentos, assistência e diagnóstico, tende a ler o autismo como deficiência no sentido biomédico, apontando para o que há de deficitário na condição e que merece assistência do Estado. O segundo discurso, minoritário, também se utiliza de uma compreensão biomédica, que entende a deficiência como atrelada ao corpo do sujeito, mas dessa vez com o intuito de reivindicar a legitimidade da diversidade cerebral.

Como compreender o autismo na chave de leitura do modelo social da deficiência, já que quando é de fato discutido na cena pública, é predominantemente apresentado como uma catástrofe indesejada? Que tipo de políticas públicas construir a partir deste referencial? O autismo nos confronta com as formas pelas quais a deficiência, como fenômeno, e as pessoas com deficiência, foram colocadas à margem das discussões relacionadas às suas vidas.

A inclusão legal do autismo no campo das deficiências para todos os efeitos legais (Lei 12.764, Brasil, 2012), ratificando o posicionamento adotado na CDPD, foi fruto da luta e mobilização de pais-ativistas de autistas de todo o país, que reivindicavam atenção especial à condição de seus filhos. Com a lei, tensionam-se as relações entre



autismo e deficiência, na medida em que o sentido do que essa palavra pode ou não representar, garantir, autorizar passa a ser disputado, conduzindo à constatação de que “deficiência” é um termo controverso no Brasil, tanto entre profissionais da saúde mental, quanto na sua historicidade e nos seus diferentes usos políticos (Rios, 2018).

Atualmente, a garantia dos mesmos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência aos autistas está, não raro, condicionado a um diagnóstico psiquiátrico, no qual deverá constar um código da CID, como é o caso da Lei de Cotas para inclusão no mercado de trabalho. Na perspectiva de pais-ativistas, a consecução dos objetivos de inclusão social, de acesso a direitos e de superação da opressão ocorre pela centralidade do diagnóstico, com ênfase na dimensão orgânica, e resulta na reivindicação pela especialização de serviços segregados. Nesse paradoxo, a categoria de deficiência torna-se uma falsa solução para a inclusão, pois seria preciso assumir a condição de incapaz e deficitário para ter acesso a benefícios e políticas sociais.

Direito à moradia: residências inclusivas e residências terapêuticas:

A crítica à institucionalização nos manicômios, cuja lógica submete sem separação diagnóstica tanto as pessoas com deficiência como as pessoas com transtornos mentais, devolveu a necessidade de uma resposta estatal afinada em oferecer moradia digna a essas populações. Assim, coincidem nessa proposição desinstitucionalizante (Mello, 2004, p. 44) as Residências Terapêuticas (RTs), instituídas em 2000 (Portaria nº- 106/GM/MS) e as Residências Inclusivas (RIs), inscritas na tipificação do SUAS em 2009.

As RTs estão no escopo da rede de atenção psicossocial do SUS, sendo produto do processo da Reforma Psiquiátrica brasileira. Assim, o acesso de um usuário ao serviço subjaz um processo de desinstitucionalização. A política das RIs dialoga com a proposição de um diagnóstico biopsicossocial da deficiência e da dependência - proposto pela CIF. Seu texto, diferentemente das RTs do SUS, está inscrito no rol das políticas de alta complexidade da assistência social do SUAS, situando a vulnerabilidade socioeconômica como uma das chaves de leitura da população atendida.

Os dois equipamentos recebem pessoas que passaram por processos diagnósticos distintos sem, no entanto, deixar de haver um encontro entre os serviços e as populações atendidas que insiste em se repetir para além dos muros dos asilos. Os dados de Surjus e Onocko-Campos (2017) comunicam desse encontro, ao levantarem que a despeito do diagnóstico de deficiência ser considerado como um dos argumentos contra a inserção de alguém em um CAPS, as pessoas com deficiência intelectual perfazem o segundo maior número populacional dos usuários desses serviços.

Não há dados estatísticos sobre os impedimentos vividos pelas pessoas moradoras das RIs. No entanto, quer-se acentuar que na existência, de um lado, das RTs, e de outro, das RIs, sem nitidez sobre o que seria a deficiência psicossocial, há uma zona de indefinição para a pessoa com transtorno mental que esteja em situação de dependência e não tenha passado por longas internações. Na mesma medida, ficam invisíveis os possíveis transtornos mentais que as pessoas com deficiência intelectual vivem.

Assim, por haver uma disputa de diagnósticos, atrelados ao usuário da saúde mental e à pessoa com deficiência, estes podem funcionar como impedimentos aos cuidados tanto da saúde mental como da assistência social, deixando aqueles em situação de deficiência (intelectual e psicossocial) em vulnerabilidade acrescida.

Conclusões: a contaminação entre os campos da saúde mental e da deficiência:

Talvez a dificuldade em reconhecer o autismo e os transtornos mentais como uma deficiência psicossocial esteja na invisibilidade dos prejuízos funcionais, como ocorre nas limitações físicas – visão, audição, etc. Aqui, as barreiras condicionam seu aparecimento à relação com o outro, e com os diferentes espaços que tais corpos podem e são, ou não, autorizados a habitar.

Dessa forma, há um cruzamento de disputas diagnósticas, com o domínio das concepções capacitistas sobre a deficiência pelo modelo biomédico (noção de déficit, incapacidade e insuficiência) e, minoritariamente, seguem aquelas concepções afinadas em produzir a circulação da diferença, como evocam os discursos da saúde mental e da deficiência pelo modelo social. Aos dois últimos postulamos como Costa Andrada (2017, p. 89), quando afirma: “Digno de nota é a virtual ausência, no Brasil, de um debate público em torno da noção de ‘deficiência psicossocial’ ou de ‘deficiência relacional’”.



Escregravar: acessibilidade na produção de diários de campo com pessoas cegas e com baixa visão

Autor: Joyce da Silva Nunes (Universidade Federal Fluminens)

Coautor: Juliana Cabral Macedo (Ju Cabral), Ellen Cristina Bispo Viana (UFF), Caique Almeida (UFF), Daiana Gaig-noux de Oliveira e _ (Universidade Federal Fluminens)

O grupo de pesquisa Perceber sem Ver, junto ao projeto de extensão Ver e Não Ver: Corpo e Subjetividade com pessoas cegas e com baixa visão, desenvolve atividades desde 2004, ambos coordenados pela professora Márcia Moraes. Atualmente, tem se desdobrado em oficinas realizadas na UFF, em que experimentamos possibilidades e exploramos novas conjunções entre corpos, objetos, espaço, sensorialidades.

Estes encontros são sempre um espaço de experimentar-se, borrando os limites entre o intervir e pesquisar. Produzimos conhecimentos acerca da deficiência visual e das relações entre corpo e cegueira na medida em que intervimos no campo, a fim de encontrar dispositivos que possam recriar suas possibilidades de ser no mundo e de produzir novas versões do ver e do não ver.

Apostando na singularidade das experiências, o que realizamos no encontro com os participantes da oficina é fundamental para a pesquisa e a intervenção e assim conhecer a cegueira além de concepções hegemônicas que a marcam como falta, tragédia e déficit, trazendo uma única história (Adichie, 2009; Conti, 2015) do que é cegar.

Acreditamos numa aposta ética e política de pesquisar COM os outros e não sobre os outros. Reconhecemos a extensão não como uma aplicação de um conhecimento universal a um determinado setor social, mas como construção e fortalecimento de saberes locais, tecidos numa relação de parceria e vínculo com as pessoas cegas e com baixa visão. Por meio desse fazer COM, construímos conhecimentos situados capazes de desestabilizar versões estereotipadas da cegueira, como as de tragédia ou superação. Pretendemos narrar cenas que nos conduzam pelos desvios entre histórias sobre eficiência e deficiência de suas versões hegemônicas.

No processo de cegar, as pessoas se encontram em um limiar de (re)elaboração da vida, o que implica na reinvenção das relações entre corpo e percepção e exige um trabalho de reorganização dos sentidos. Em nosso trabalho, tomamos o corpo como base da percepção (Masini, 1994; Latour, 2007), de tal modo que intervir nas experiências corporais é intervir nos modos de organização dos sentidos, nos modos como ocorrem o perceber.

Bruno Latour (2007) afirma que ter um corpo é afetar e ser afetado, ou seja, é marcar a vida com uma presença dinâmica e ser sensível “àquilo de que é feito o mundo”. Para o autor, o corpo, base do perceber, se define na conexão com o mundo. Quanto mais conexões corpo-mundo, maiores são as parcelas de mundo que se pode perceber. Desta feita, não temos dúvida de que a perda de um sentido como a visão implica, num primeiro momento, a perda de uma certa parcela do mundo. No entanto, seguindo as pistas de Latour (2007), o que está em jogo é a possibilidade de tomar o corpo não como algo estático, mas enquanto corporeidade – uma trajetória dinâmica, capaz de recriar conexões, laços e vínculos com o mundo e que nunca chegará a uma instância finalizadora. Por esta via, em nossas oficinas o corpo é trabalhado buscando essa presença dinâmica que constrói redes, se articula e constrói um mundo para além do sentido binário de deficiência/eficiência.

Em nosso trabalho de campo, nos deparamos com um não saber frente ao modo como somos interpelados: somos pessoas que enxergam, desconhecemos a experiência de cegar. Entre o ver e o não ver afirmamos a diferença como aquilo que nos liga e nos move. Mais do que tomar esse não saber como impossibilidade, trata-se de tomá-lo em sua positividade, entendendo que o encontro com o outro se dá no plano da diferença. Há sempre algo na experiência do outro que é inapreensível (Martins, 2013) e, por isso, cabe a nós, pesquisadoras, criar um corpo sensível para ouvir e acolher o que os participantes têm a nos contar.

“Uma vez eu estava subindo no ônibus com as mãos apoiadas nas barras das portas, porque eu consigo, né, apoiar as mãos e subir tranquilamente, eu só levo mais tempo. Aí veio uma moça, agarrou meus braços e me puxou pra cima! Eu fiquei chateada, né? As pessoas têm que saber que cegos raciocinam, eles sabem fazer as coisas. Pra ajudar você tem que perguntar ao cego se ele quer ser ajudado, e não sair ajudando.” (Trecho de diário de campo, 2018)

É justamente nesse sentido que, conforme Conti (2015) e Manso (2010), as narrativas colhidas no campo de pesquisa/extensão importam. Colher as narrativas do não ver é uma forma de povoar o mundo não com histórias estereotipadas da deficiência, mas com universos de conhecimento plenos de sentidos e sensorialidades que não raras vezes escapam a nós, videntes. Conti (2015) defende que na contramão das únicas histórias acerca da deficiência, cabe ao pesquisador proliferar as histórias únicas. Em outras palavras, para Conti (2015) as únicas histórias

são aquelas que não cessam de repetir o mesmo, são únicas no sentido que dizemos do tamanho único, isto é, um tamanho supostamente universal, como uma medida a caber em qualquer corpo. São histórias que pertencem a todos e, paradoxalmente, não pertencem a ninguém. Já as histórias únicas são aquelas que se marcam pela singularidade, pelo que apresentam enquanto diferença. Seguindo as indicações desses autores, afirmamos que nosso projeto se interessa pelas histórias únicas.

O dispositivo-intervenção utilizado são as Oficinas de Experimentação Corporal, nas quais buscamos promover experiências que colocam em questão uma compreensão biologizante do que é (d)eficiência, permitindo de algum modo que se constituam outras versões e possibilidades de reorganização do corpo a partir da perda da visão. Assim, lançando mão de objetos heterogêneos, como balões, plástico-bolha, tecidos, entre outros, desenvolvemos experimentações lúdicas que têm como objetivo mobilizar uma abertura do corpo para explorar os diferentes sentidos ativos e novos possíveis que surgem a cada encontro.

A nossa pesquisa/extensão aposta em um modo de se fazer COM (Moraes, 2011; 2010; Moraes e Kastrup, 2010). Com esta direção de método problematizamos o lugar do pesquisador e do pesquisado, tomando o encontro como transformador para ambos. É fundamental que não tomemos os participantes das oficinas como passivos de nossas ações, mas como experts. É a partir das experiências que eles compartilham com o grupo que se tecem os caminhos a serem seguidos nas oficinas. Deste modo, o planejamento é tecido de modo imanente ao campo, através da escrita, leitura e discussão dos diários de campo, onde buscamos possíveis pistas e impasses que norteiam nosso percurso.

Muitas vezes, sentimos que os participantes lidam com a perda da visão pelo caminho do enrijecimento, da cautela, e, assim, a relação com seus corpos acontece de forma distanciada. Ainda que reconheçamos este caminho como uma forma de consciência do corpo, apostamos numa sensibilização para outras possibilidades, uma atenção para outros sentidos que estão ativos ali. Na radicalidade do encontro, buscamos tecer um trabalho COM pessoas com deficiência visual - e não sobre. O COM não está dado a priori, é uma construção cujos sentidos foram se transformando e ampliando, processo que se deu também na nossa escrita.

No início de 2016, fizemos uma nova aposta, que busca fortalecer a preposição COM na qual nos apoiamos: coletivizar e pactuar também esta escrita, que a partir de então ocorre no momento das oficinas, aproximando este dispositivo dos participantes, que são convidados a interferir diretamente nela. Junto a isso, passamos também a buscar momentos de devolução desta escrita – que não tem a pretensão de avaliar, mas de colher as tantas e ricas minúcias que surgem nos encontros. É no início de 2018 que a escrita toma outra forma e surge o “escregravar”, que modifica a narrativa de maneira não capacitista.

Os diários eram inicialmente escritos a partir de memórias das oficinas. No início de 2016 apostamos no fortalecimento da preposição COM: os diários passaram a ser escritos durante elas, com a pactuação com os participantes.. Buscamos, junto a isso, fazer uma devolutiva do que era escrito. Esta pesquisa pretende abordar as reverberações do fazerCOM, e entra em cena nesse momento o capacitismo que é naturalmente embutido na escrita no papel nos posicionando para uma mudança. Esta nova forma de escrita nos convoca outros meios e ferramentas que mudam radicalmente quem conta as histórias. Em alguns momentos houve desconfiança sobre nossos escritos e éramos questionadas sobre uma possível avaliação sobre eles. Aos poucos a relação de pesquisa foi se modificando, e o diário ganhando outros sentidos: os participantes diziam o que gostariam que fosse escrito. Entretanto, a escrita deixa de fazer sentido, pois a leitura era feita por nós, videntes. Eles sugerem, então, um “escregravar” dos diários, uma escrita gravada que os alcançaria e os daria controle total sobre o que seria dito.

Deste modo, é possível notar que o resultado obtido através de nossas oficinas vai contra a hegemonia acerca da questão da deficiência. Os participantes constroem novas formas de se conectar com o mundo e nos convidam para uma nova maneira de enxergar a cegueira. Percebemos os resultados da nossa aposta nesses momentos, em que nossas concepções se enroscam e, a partir daqueles que vivenciam a deficiência, desenroscam-se e são reconstruídas.

Feminismo Deficiente: Movimento de Mulheres com Deficiência INCLUSIVASS

Autor: Raquel Guerreiro (UFRGS)

Como a deficiência opera no cotidiano? De que modos os corpos com deficiência afetam outros corpos? Quais as marcas que a deficiência produz no corpo social e de que modo a sociedade o afeta de volta? Pesquisar acerca do tema da deficiência sendo uma pesquisadora que tem o corpo marcado por ela é estar atenta aos efeitos que isto provoca nos encontros do cotidiano. É lançar-se no mundo disponível a ser interpelada, muitas vezes, não como pesquisadora, mas como sujeito deficiente e perceber nisto a oportunidade de produção de material de trabalho. Considerar enquanto dados de pesquisa acontecimentos do dia-a-dia e permear espaços onde o assunto da deficiência é abordado, atenta às discursividades e às práticas que a envolvem, é expandir-se do corpo próprio ao corpo social.

Foi por meio da minha inserção no Movimento de Mulheres com deficiência INCLUSIVASS, formado em 2014 na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que se produziu um desvio importante no meu olhar sobre a deficiência e na experiência do meu próprio corpo. Este é um grupo que se autodeclara feminista, composto por mulheres com diferentes deficiências e que tem como mote a luta por visibilidade e por políticas públicas para mulheres e meninas com deficiência. O grupo é apoiado pela ONG Coletivo Feminino Plural, Movimento Superação, Projeto Rumo Norte, Rede Feminista e outros movimentos feministas e autônomos. Ao longo dos meses de convivência com as companheiras e a partir de nossas discussões e ações, vi trilhar-se um possível caminho de articulação entre o saber do movimento social e o acadêmico, rumo à produção de conhecimento sobre a deficiência.

O objetivo deste trabalho é, portanto, compartilhar algumas reflexões e questões surgidas em meu percurso de doutorado em Psicologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em que me debruço sobre o tema da deficiência em um sentido amplo, pensando a potência inventiva dos corpos deficientes junto às INCLUSIVASS. Como metodologia pratico o método da cartografia - uma pesquisa-intervenção que envolve o acompanhamento de processos, a emergência de problemas em campo e que trata o conhecimento como algo que é produzido coletivamente. O campo desta pesquisa se trata do que eu chamo de "campo-tema-corpo", por ser um tema que carregamos conosco, que ganha corpo vestindo nosso próprio corpo, que faz com que o campo se espalhe por todos os momentos do cotidiano. Entendido desta forma, o campo é a própria vida, é uma disponibilidade de colocar o corpo enquanto zona permeável por afetos do mundo, de colocar o próprio corpo em questão o tempo todo. Afirmar um campo-tema-corpo é estar constantemente em pesquisa.

A complexidade que atravessa o conceito de deficiência passa a ser evidenciado a partir do surgimento dos estudos sobre deficiência na década de setenta, no Reino Unido e nos Estados Unidos. Este novo campo disciplinar de pesquisas sociológicas e políticas sobre a deficiência levou à elaboração do Modelo Social da Deficiência, que coloca a discussão em outros termos por pautar as questões sociais que envolvem os sujeitos com deficiência, como a opressão que recai sobre aqueles que apresentam um corpo fora da norma. Opressão que se traduz não somente no estigma que carregam pela diferença de seus corpos, mas em barreiras de acesso ao mais básico, como saúde, educação e participação social nos ambientes onde vivem. O Modelo Social apresenta, portanto, a deficiência enquanto um conceito amplo, que transborda para além da esfera pessoal e atinge o campo social enquanto uma questão para políticas públicas, o que torna político o conceito de deficiência. Deste modo a questão se intensifica e se desloca dos limites impostos pelo funcionamento de um corpo aos limitantes impostos pela estrutura social. Falar sobre deficiência em termos de opressão é levá-la para além do campo biomédico em que ficava inicialmente restrita, encarada como um problema de caráter individual por tomar como enfoque apenas a dimensão patológica do corpo e seus efeitos limitantes.

Nos anos 90, teóricas feministas adentraram o debate, fundando a Segunda Geração do Modelo Social da Deficiência. A crítica das teóricas feministas ao modelo social não veio como oposição ao que havia sido proposto pelos autores deste modelo, mas enquanto a busca por aprofundamento de algumas questões. O principal argumento das autoras deste novo modelo foi o da necessidade de se considerar seriamente os papéis de gênero enquanto condição de possibilidade para o surgimento de novas questões, como a experiência do cuidado, que atravessa a vida de muitas pessoas com deficiência. Outra contribuição importante trazida pelas teóricas feministas foi a consideração da subjetividade do corpo lesado e com dor, pautando assim a deficiência enquanto experiência e trazendo novamente a questão do corpo deficiente. Contudo, o tema do corpo é abordado pelas teóricas feministas de modo distinto do paradigma biomédico, que ainda hoje no Brasil, pauta o corpo deficiente enquanto aquele

que necessita ser reparado/reabilitado (DINIZ, 2007; MELLO, NUERNBERG, 2012). Deste modo, a crítica feminista enriquece as discussões sobre o tema e desafia tanto o Modelo Médico quanto o Modelo Social.

De início, eu estranhava ser sempre sublinhada pelas INCLUSIVASS a importância de se fazer um recorte de gênero ao se falar sobre deficiência. Ou seja, para as integrantes, o termo “pessoa com deficiência” não representa a perspectiva das mulheres com deficiência. Assim como as mulheres negras, as mulheres com deficiência são interseccionais, experimentando um lugar de dupla exclusão: são invisíveis nos movimentos de pessoas com deficiência, que se referem aos homens com deficiência, e tampouco aparecem nos movimentos de luta pelos direitos das mulheres, já que estes não levam em consideração suas singularidades por referirem-se às mulheres sem deficiência (LLOYD, 1992). Com o tempo, fui percebendo que os temas abordados pelas INCLUSIVASS frente aos órgãos públicos e à sociedade são os mesmos daqueles apresentados pelas teóricas feministas da segunda geração do modelo social. O grupo é composto por mulheres deficientes e também por mulheres que cuidam de pessoas com deficiência, colocando as cuidadoras também enquanto protagonistas na luta por também experimentarem a opressão e a solidão ao ocuparem o lugar do cuidado. Nestes casos, a lesão não está no corpo delas, mas é vivenciada a partir dos efeitos da relação de dependência que sustenta esta relação. São mães, filhas ou irmãs de pessoas com deficiência. Outros temas caros às INCLUSIVASS são a violência de gênero, a dor crônica e os direitos reprodutivos. O movimento INCLUSIVASS é um dos únicos (se não for o primeiro) grupos do Brasil constituído por esta formação mais plural e que pauta as demandas das mulheres dentro do campo dos movimentos sociais de luta pelos direitos das pessoas da deficiência. Afirmar-se enquanto mulher com deficiência é assumir, portanto, uma identidade política.

Mello e Nuernberg (2012) assinalam que no campo dos estudos feministas e de gênero, a interface com os movimentos de ativismo feminista tem apontado para a necessidade do cruzamento de outras categorias de análise com os aspectos de gênero. Contudo, a categoria deficiência segue ainda pouco investigada nos debates intercategoriais na produção acadêmica feminista brasileira, por ser considerada uma temática muito específica e distante das Ciências Humanas e Sociais (2012, p.635). Segundo os autores, os estudos sobre deficiência são ainda pouco conhecidos e difundidos no Brasil, o que relega à deficiência o caráter predominantemente biomédico (2012, p.637). Seguindo o apontamento dos autores, reforço que o debate crítico acerca da deficiência, além de estar limitado a uma pequena parcela de disciplinas acadêmicas, se encontra muito distante também da sociedade civil, cujo olhar sobre o tema é ainda sustentado por uma concepção capacitista da deficiência.

O que faz com que a deficiência possa ser vista enquanto um marcador social de análise, assim como gênero, raça e classe? Ser pautada em termos de opressão, retirada do âmbito individual, do privado para o público, elevando-a a uma questão que concerne à sociedade como um todo. Este outro olhar sobre a deficiência pode fazer cair por terra os discursos da superação e adaptação que a envolvem, colocando ainda sobre o indivíduo a responsabilidade de adequar-se a um contexto nada sensível às suas demandas corporais ou cognitivas. Deste modo, afirmo a importância de pesquisar e escrever sobre a deficiência a partir de um viés crítico e propositivo, no intuito de colocar esta questão enquanto pauta que concerne a todos. Com o desenvolvimento deste tema nos estudos acadêmicos brasileiros junto aos saberes dos movimentos sociais podemos produzir um novo modo de encarar a deficiência: de algo no corpo a ser consertado para a criação de modos de singulares de viver.

Implicações decorrentes das concepções de deficiência: um estudo com universitários

Autor: Lúcia Pereira Leite (UNESP)

Coautor: Taize (Unesp)

Introdução

Pautado em preceitos da Psicologia Histórico-cultural entendemos que concepções podem ser entendidas como conceitos atrelados a fenômenos, e dentre seus sinônimos podem ser entendidos como “compreensão”, “percepção” ou a própria definição de “conceito”. A busca por compreensão de uma prática social ou cultural está atrelada a percepção que o sujeito faz a partir dela. É a partir do conceito que podemos compreender fenômenos e atuar diante deles.

O fenômeno da deficiência se configura como um constructo social complexo e datado historicamente. Na atualidade ainda é comum observar que a sociedade interpreta a deficiência (e a pessoa que se encontra nessa



condição) à luz de um referencial individual, localizando-a no organismo que a apresenta, ou seja, num modelo biológico-clínico. Em função disso, espera que esse sujeito se ajuste para se adequar ao meio, eximindo assim o contexto se promover alterações para atender a diversidade humana, dentre ela aqueles que possuem diferenças físicas, sensoriais e/ou comportamentais, por exemplo. Limitar a compreensão do fenômeno a uma dada perspectiva prejudica a sua compreensão maior a ponto de excluir o diferente.

Igualmente, ainda nos dias de hoje, temos a presença do modelo metafísico de compreensão da deficiência como algo que transcende a condição humana, indicando fatores sobrenaturais (como da esfera religiosa) para explicar o fenômeno. Nesse direcionamento, a deficiência é vista como uma benção, ou um castigo, e até decorrente de carma ou escolha divina. Ao coadunar com esse posicionamento escapa ao homem explicá-la, tomando-a como algo dado e muitas vezes um fardo em que a aceitação e a entrega é algo certo. Decorrem dessa vertente ações de caridade, benevolência e/ou assistencialismo.

Sinteticamente, percebe-se, portanto, que algumas concepções podem facilitar a categorização depreciativa e a estigmatização do sujeito que se encontra na condição de deficiente, o que causam efeito negativo, seja físico e/ou psicológico, tendo implicações diretas no curso de desenvolvimento desses

Objetivo: Diante da importância de se conhecer como futuros profissionais se colocam em relação à deficiência (e em decorrência as pessoas nessa condição), este estudo objetiva identificar as concepções de deficiência em universitários de uma universidade privada no interior paulista.

Procedimentos

O estudo retratado respeita os padrões éticos exigidos pela Resolução 466/2012, e com parecer favorável no comitê de ética, protocolo nº 84374018.2.1098 - CAAE/Plataforma Brasil.

A Escala de Concepções da Deficiência – ECD - é instrumento de pesquisa elaborado por Leite e colaboradores (2019) e se configura numa escala do tipo Likert (com variação de cinco pontos, indo da discordância a concordância total passando pela indiferença), composta de 43 enunciados que discorrem sobre três principais concepções de deficiência: a) biológica, que entende a deficiência como uma disfunção do órgão; b) metafísica, que compreende a deficiência como uma benção ou castigo divino; c) concepção social que identifica o contexto social como facilitador de práticas inclusivas ou não. Os enunciados são afirmativos e distribuídos de maneira randomizada.

A coleta de dados se deu de modo presencial, a saber a ECD foi aplicada em 623 alunos de 15 cursos diferentes de graduação de uma instituição privada do interior paulista.

A análise dos dados utilizou o software de análise estatística IBM SPSS Statistics Base, versão 22, para análises descritivas gerais dos dados, como cálculo de frequência, média, mediana e desvio-padrão; e inferenciais, como o uso do teste Mann-Whitney, para médias entre as concepções de deficiência e gênero.

Resultados

A amostra de estudantes de graduação contou com 286 participantes do sexo masculino e 330 do sexo feminino – 7 indivíduos não declararam; a faixa etária variou dos 17 aos 58 anos e o compreendeu cursistas do primeiro ao quinto ano. No total foram 623 estudantes das três grandes áreas de conhecimento, distribuída nos cursos de: Administração (43), Ciências Contábeis (11), Engenharia Civil (51), Fisioterapia (36), Marketing (1), Pedagogia (63), Psicologia (123), Recursos Humanos (12), Direito (87), Biomedicina (13), Enfermagem (31), Engenharia Elétrica (41), Engenharia de Produção (49), Engenharia Mecânica (40), Engenharia de Controle e Automação (13) e o que que Não declararam (9).

Buscou identificar se teriam alunos que se autodeclarariam com deficiência, embora em conversa inicial com os coordenadores sobre adaptação de instrumentos nenhum deles, ou dos professores, sinalizaram necessidades de adaptação do instrumento. No entanto, do universo investigado, 16 se autodeclararam com alguma deficiência, sendo cinco com comprometimentos de natureza física, quatro auditiva e três visual.

Na análise das medianas das concepções, percebeu-se na amostra uma alta concordância com a concepção biológica, e concordância com a metafísica, e baixa discordância com a social.

Realizou-se o teste Mann-Whitney para verificar relação de gênero com as concepções. Os valores indicaram significância da concepção metafísica e maior posto de média nos estudantes do gênero feminino. Embora a mediana da concepção biológica tenha dado concordância na nota de corte, não apresentou significância estatística, mas o posto de média maior é foi nos estudantes do gênero masculino.

Discussão

Dentre os resultados obtidos na pesquisa, chama a atenção para a alta concordância com enunciados que concebem a deficiência como um fenômeno metafísico e/ou biológico, distanciando de uma concepção social. Nesse sentido, é possível defender que o constructo parte de uma representação mais antiga da deficiência, que adota um modelo biomédico – ou clínico- como algo restrito ao organismo, dando-lhe o status de anormal, ou a algo em que o homem pouco pode agir, ou seja, interpretando-a num viés sobrenatural fundamentado em aspectos religiosos.

No debate, aqueles que coadunam com a concepção biológica podem compartilhar de estereótipos, preconceitos e estigmas que atribuem a pessoas com deficiência uma posição social de inferioridade, pois voltam seu entendimento para uma perspectiva orgânica ancorada na disfuncionalidade. Porém, é preciso dizer que se pautar na concepção social de deficiência, também não é garantia da isenção de estereótipos, estigmas e preconceitos. Todavia, vislumbra em perceber que a condição de deficiência reside no contexto, ou seja, a diferença pode residir na esfera individual, de natureza estrutural, biológica, sensorial e/ou comportamental, mas fazer dessa diferença uma marca de inferioridade é responsabilidade do social. Cabe, então, a sociedade por intermédio de suas ações, compreender que ajustes podem ser facilitadores ou dificultadores para garantir a participação da pessoa com deficiência nos diversos contextos.

Outro aspecto que chama atenção na amostra investigada é a diferença de posicionamentos em função do gênero, uma vez que pessoas que se identificaram no gênero feminino concordaram mais com a concepção metafísica, sendo possível aventar que as mulheres estão envoltas nas práticas e crenças religiosas.

Considerações Finais

Este estudo buscou compreender com futuros profissionais, matriculados em diferentes cursos de graduação de uma universidade privada, se posicionam diante de enunciados que buscam compreender a deficiência a partir de modelos distintos. Observou-se que a maior parte dos estudantes se pauta de uma perspectiva biológica e até metafísica para compreendê-la, se distanciando de um modelo social. Isso tem implicação direta na marginalização desse público na sociedade, uma vez que, se a condição é restrita ao sujeito, ou ainda a fenômenos externos a compreensão humana, pouco o contexto pode fazer para atenuar os prejuízos sociais decorrentes de comprometimentos de ordem física, sensorial e/ou comportamental apresentados por algumas pessoas, que passam, em função disso, serem objetos de caridade, assistencialismo ou ainda entendidas com incapazes e/ou improdutivos, por exemplo.

No entanto, na atualidade, em termos normativos, percebe-se um avanço no modo de compreender a deficiência após a promulgação em da Lei Brasileira de Inclusão, nomeada igualmente de Estatuto da Pessoa com Deficiência, uma vez que a pessoa com deficiência para a ser definida como [...] “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Tal definição decorre de eventos de cooperação internacional na garantia de direitos, e orienta um olhar mais amplo ao perceber que as condições materiais e culturais é que podem favorecer ou não a participação desse grupo social.

Destarte, identificar as concepções de deficiência, em contextos socioculturais distintos, pode auxiliar na promoção de práticas culturais e de políticas públicas que favoreçam que sujeitos entendidos como diferentes possam cada vez mais participar mais ativamente de espaços comuns, fortalecendo ações de acessibilidade, rumo a uma sociedade mais inclusiva, sendo que a Psicologia muito pode contribuir nesse processo.

Referências:

BRASIL. Lei 13146. Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

LEITE, L.P, & LACERDA, C.B.F. A construção de uma escala sobre as concepções de deficiência. *Psicologia USP*, 29(3), 432-441, 2018.

<https://doi.org/10.1590/0103-65642018109>

Financiamento: Este texto deriva de uma pesquisa maior intitulada CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA EM UNIVERSITÁRIOS: estudos em contextos internacionais distintos, financiada pela Fapesp 2017/12721-5 e Bolsa Produtividade em Pesquisa CNPq (Proc. 305575/2017-1)



O conceito de inclusão e/ou educação inclusiva de professores de Educação Física: uma revisão sistemática-integrativa (2007-2018)

Autor: Sandra Oliveira (UFVJM)

Este texto tem como finalidade apresentar parte dos dados obtidos numa pesquisa, que têm como tema central a Educação Física inclusiva. Buscou-se compreender as concepções de inclusão dos professores de Educação Física que têm em suas turmas alunos com deficiência através das pesquisas descritas em dissertações e teses publicadas no Brasil. Embasada nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, da Pedagogia Histórico Crítica e da abordagem Crítico-Superadora da Educação Física pretendeu-se compreender o cenário das pesquisas investigadas em sua temporalidade e historicidade, pensando ser possível, através das teorias citadas, contribuir para uma Educação Física mais humanizadora, orientando nosso pensamento a partir do Método Materialista Histórico-Dialético. Entendemos este texto claramente relacionado ao GT Psicologia Social, Políticas Públicas e Deficiência. Embora as políticas de inclusão sejam importantes para fortalecer os grupos e movimentos sociais a favor das pessoas com deficiência, a organização social atende aos interesses apenas de uma parte da sociedade e não de todos. As desigualdades, que não são apenas econômicas, apontam os privilégios de alguns e as desvantagens de outros, o que não é acidental, mas socialmente produzido. Na escola parece que poucos foram os avanços rumo à educação inclusiva. As justificativas para não ter a legislação atendida são muitos, como falta de apoio e suporte do Estado, de capacitação, ausência de materiais ou recursos pedagógicos, entre outros. Entende-se que estes são de fato dificultadores do processo, mas não impeditivos; além disso, embora haja esse panorama desfavorável, a partir do referencial teórico, especialmente das contribuições de Vigotski acerca do desenvolvimento e de suas formulações sobre o que se denominava, defectologia, defende-se que a criança com deficiência deva estar na escola regular, juntamente com crianças sem deficiência. Na escola, a Educação Física “sofre os efeitos da discriminação promovida pela crença na igualdade” (Marinho, 2012, p.112), acrescida por características peculiares no que diz respeito à exposição “do corpo”. A nosso ver, não há na escola outra disciplina em que o indivíduo esteja tão exposto, tão “a olho nu”. Há também o processo histórico de desenvolvimento desse conteúdo curricular, que ainda reforça as diferenças individuais não como identidades ou singularidades, mas motivos para exclusão. No Brasil, nas quatro primeiras décadas do século XX, a Educação Física sofreu influências dos métodos ginásticos e da instituição militar, com o objetivo de torná-la um apoio ideológico-político (DARIDO, 2004). No final do período da ditadura militar, o esporte teve papel predominante. Como afirma Soares et al. (2012, p. 53): “Essa influência do esporte no sistema escolar é de tal magnitude que temos, então, não o esporte da escola mas, sim o esporte na escola”. Tal característica resultou em padrões e códigos esportivos exigidos, como regras, condutas, necessidade de resultados, princípios de rendimento e técnicas. Há também a ocorrência simultânea da pedagogia tecnicista, na década de 1970, tendo por princípios a eficiência, a produtividade e a racionalidade. O final da década de 1970, anos 1980 e início da década de 1990 foram de muita efervescência para a comunidade acadêmica da área. Nesse período surgiram os movimentos engajados na renovação teórico-prática, com o objetivo de estruturar seu campo de conhecimento. Destes, a Teoria Crítico-Superadora orienta nosso trabalho, e se aproxima das concepções da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural, com fundamentos do materialismo histórico dialético. Nesta teoria a Educação Física “é uma disciplina que trata, pedagogicamente, na escola, do conhecimento de uma área denominada aqui de cultura corporal” (SOARES et al., 2012, p. 61). Afirmam os autores: “Os temas da cultura corporal, tratados na escola, expressam um sentido/significado onde se interpenetram, dialeticamente, a intencionalidade/objetivos do homem e as intenções/objetivos da sociedade” (2012, p. 62). A cultura corporal deve permitir que o aluno apreenda que o homem, na construção de sua corporeidade, transformou a natureza, construiu cultura e se construiu e, nesse sentido, que ele se compreenda como um ser histórico, que além de conhecer as atividades corporais já institucionalizadas possa também ser um produtor de outras atividades (SOARES et al., 2012). A partir das características históricas das práticas pedagógicas desta disciplina, o que se vê são aulas excludentes, com favorecimento dos mais habilidosos, enfatizando a competição, reforçando o desinteresse daqueles que não têm as habilidades esperadas ou prescritas. Essas consequências afetam ainda mais os alunos que com deficiências e que, normalmente, são excluídos das aulas de Educação Física. Método: Realizou-se uma revisão sistemática-integrativa através de um levantamento dos trabalhos publicados na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com as seguintes palavras-chave: Educação Física Adaptada; Educação Física Inclusiva; Educação Física Especial e Educação Física e Inclusão. Aplicou-se os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos compondo um banco de dados com 23 dissertações e 10 teses. Resultados e Reflexões: Os

autores dos trabalhos questionaram o que os professores entendem por inclusão ou educação inclusiva. Essa pergunta esteve presente em 30,30% dos trabalhos. De forma geral, os professores compreendem que é uma determinação legal, uma obrigação. O dever de incluir e o direito de estar incluso estão postos; entretanto, não entendem que devem promover o desenvolvimento do aluno e que isto seja de responsabilidade do professor. Há aqueles que entendem que a inclusão é prejudicial para o aluno que tem deficiência, que eles deveriam ter acompanhamento específico dentro e fora da escola. Estes, entendem que o mínimo basta e este mínimo está na integração e socialização dos alunos com deficiência junto aos demais. Vigotski (1987) defende que toda criança, com deficiência ou não, terá no coletivo a fonte de desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Um coletivo composto somente de crianças com deficiência intelectual é uma ideia falsa de um suposto ideal pedagógico, visto que contradiz a noção de diversidade e da dinâmica das funções psicológicas em qualquer criança, especialmente nas crianças com "atrasos". Se o aluno com deficiência está na escola, em turmas regulares, diante da diversidade das características individuais de cada um, estará exposto, assim como os demais, a um maior número de processos de mediação entre as próprias crianças e entre si e o professor, favorecendo seu desenvolvimento. Em relação à educação inclusiva, além de se reconhecer o direito das crianças aprenderem juntas, há que se assumir que esse processo pode e deve ser mediador para o máximo desenvolvimento do educando. Defende-se que as relações sociais da criança, na diversidade das salas de aula regulares, favorecem tanto os processos de compensação quanto o desenvolvimento das mesmas, especialmente considerando a zona de desenvolvimento próximo. Para tanto, a seleção e a organização dos conteúdos, assim como a mediação dos processos de aprendizagem, requerem professores com formação que os instrumentalize teórica e metodologicamente para sua atividade profissional. Para Barroco (2007, p.231) o objetivo da Educação Especial é "provocar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ou a formação do homem cultural tanto quanto possível", ainda que a condição do indivíduo seja muito agravante, a meta do professor não é ser um cuidador, mas, por meio de seu trabalho promover o desenvolvimento. Não se pode mais aceitar que alunos sejam deixados de lado, sozinhos, em atividades completamente livres ou conduzidos para atividades diferentes, fora das aulas de Educação Física porque possuem uma deficiência e não se adequam à aula. Alguns professores argumentam que em turmas com alunos com deficiência, os alunos sem deficiência têm sua aprendizagem e desenvolvimento prejudicados. Concordamos com Silva (2016), que alunos "mais habilidosos" quando colaboram no processo de aprendizagem, precisam pensar em como ensinar e isso amplia seus conhecimentos e habilidades, visto que se faz necessário pensar em como ensinar aos que não sabem tanto quanto ele, o que significa ter consciência de como fazer, como o outro faz, e como ensinar ao outro. Como afirma a autora, a mediação do professor deve conduzir esse processo de forma a valorizar as habilidades e capacidades dos alunos. Concorda-se com Rossato e Leonardo (2018) ao afirmarem que é preciso discutir e não dissimular as desigualdades, as contradições da sociedade capitalista sob a ideologia neoliberal e reconhecer que embora os alunos com deficiência estejam matriculados nas classes comuns, eles permanecem à margem do processo de ensino-aprendizagem, da apropriação de diferentes e significativos saberes que são fundamentais para sua autonomia. Como afirma Martins, "A humanização dos indivíduos não resulta de determinantes evolutivos naturais nem se identifica com o simples pertencimento destes à vida social" (p. 271). Concorda-se com a autora, ao afirmar que, na educação escolar as transformações mais marcantes estão na formação da consciência do indivíduo, na formação dos processos superiores, majoritariamente na condução de seu autodomínio. Afirmar que o psiquismo humano é histórico e cultural significa compreender que o desenvolvimento da personalidade tem seus limites dados pelo avanço da sociedade e, neste sentido, como afirma Martins (2015), a maior contribuição da educação escolar à transformação social é a formação de indivíduos que possam intencionalmente modificá-la.



O trabalho do Psicólogo no atendimento a Pessoas com Deficiências em situações de violência

Autor: Matheus (UEL)

INTRODUÇÃO

Pautado na Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), criada no ano de 1993 e alterada pela lei de nº 12.435, de 6 de julho de 2011, dispõe sobre a proteção social tendo como objetivo garantir a vida, reduzir danos e prevenir situações de risco à população, principalmente a parcelas mais vulneráveis, como no caso das pessoas com deficiência.

Desta forma, como uma política de proteção social, a Assistência Social preconiza uma metodologia de análise situacional, para verificar quais as demandas de cada público específico, considerando fatores macro e micro sociais, os quais exigem um olhar atento aos indivíduos, ao território e ao cotidiano das famílias e comunidades percebendo a dinâmica social e política desses espaços, como a presença ou ausência de vínculos familiares e comunitários, o acesso a bens e serviços, as desigualdades e os processos de exclusão. Nesse sentido, o papel das políticas públicas voltadas à acessibilidade e à inclusão das pessoas com deficiência é justamente para materializar a função do Estado enquanto órgão responsável por garantir direitos de acordo com os diversos segmentos da população.

Deste modo, no enfoque das políticas públicas e dentro do quadro de profissionais que trabalham atualmente no âmbito da Assistência Social direcionada à pessoas com deficiência, especificamente no CREAS, encontramos as(os) psicólogas(os). A Psicologia enquanto ciência e profissão desenvolveu-se em ambiente médico e próximo das ciências naturais, tendo se iniciado com atendimentos individuais que favoreciam apenas aqueles que poderiam pagar por isso e, portanto, caracterizada como uma prática voltada às classes dominantes. Ao inserir-se no âmbito das políticas públicas precisou reformular-se, pois os métodos tradicionais já não condiziam com a realidade social na qual vivemos. Nesse sentido, de acordo com Senra e Guzzo (2012, p. 294) "uma análise da realidade concreta de vida das pessoas, a partir de uma compreensão histórica e social de constituição dos indivíduos exige, no entanto, novos posicionamentos da Psicologia e do fazer psicológico". Sendo assim, por estar presente na política de Assistência Social de forma recente, ainda há muitos percursos e desafios para os profissionais da área no intuito de ressignificar e desenvolver as práticas relevantes e coerentes no contexto das Políticas Públicas, considerando as estruturas e dispositivos de poder, os processos de exclusão social advindos de uma sociedade global capitalista e a diversidade dos modos de existir de cada indivíduo.

OBJETIVO

Através do relato de experiências no cotidiano de trabalho, objetiva-se neste trabalho a proposição de reflexões acerca das práticas da psicologia no âmbito da Proteção Social de Média Complexidade da Assistência Social, do município de Londrina, abarcando questionamentos e ressignificações sobre os processos cotidianos de trabalho nesse contexto, junto aos usuários da Política Pública de Assistência Social e também junto a(o)s profissionais que atuam na rede de serviços do município. De forma a considerar também as nuances que compõem as diversas formas de violências discursadas e praticadas cotidianamente contra as pessoas com deficiências.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

Este trabalho teve respaldo teórico da Psicologia Social Crítica, proposta por Sílvia Lane. Frisando a importância que esta vertente ocupa nos processos de transformação de determinadas comunidades, grupos e/ou subjetividades através de processos críticos e criativos, que colaboram para a emancipação cidadã. Nesse sentido, exige-se ao pesquisador uma implicação reflexiva, crítica e combativa de situações de violação de direitos contra minorias. Numa proposta de pensar, respeitar, defender e trocar, através de discursos e práticas, diversos modos de existir e resistir em tempos de autoritarismos totalitários.

MÉTODO

Baseando-se no método de pesquisa proposto por Peter Spink, que aponta um pesquisador conversador no cotidiano, o presente trabalho propõe um relato de experiência a partir do olhar de um psicólogo atuante em um Serviço de Média Complexidade da Assistência Social, no município de Londrina/PR, destinado ao atendimento de Pessoas com Deficiência e Idosos.



O método proposto por Spink parte da premissa de que o cotidiano merece um olhar atento por ser não apenas uma sequência de acontecimentos, mas o lugar no qual a vida acontece, lugar esse que não deve ser entendido apenas como espaço físico, mas de uma maneira metafórica. Lugares, ou melhor dizendo, micro-lugares, segundo o autor consistem nos encontros e desencontros não programados da vida diária podendo ser conversas no corredor, na praça, na fila do banco ou na padaria, segundo Spink (2008, p.72):

Ao contrário dos métodos planejados em que se delinea a priori um roteiro de perguntas sobre um tema previamente acordado e operacionalmente definido, ser um pesquisador no cotidiano se caracteriza frequentemente por conversas espontâneas em encontros situados.

A partir do trecho acima é possível compreender que o nome escolhido pelo autor - "Pesquisador Conversador no Cotidiano" - indica um pesquisador que não está inserido no cotidiano das pessoas como mero observador, mas que tem como principal ferramenta a conversa, diferindo-se dos demais métodos por não ser pré-delimitada mas acontecendo a partir dos encontros, atentando também para a importância em estabelecer relações horizontais, principalmente com os(as) usuários do serviço.

É justamente esse movimento de percepção de fragmentos de conversas e observações realizadas no desenrolar da vida cotidiana que será explanado no relato de experiência apresentado a seguir.

RESULTADOS

No cotidiano de trabalho, nos deparamos com diversas práticas e discursos que ferem os direitos das pessoas com deficiência. Mas para intervir de forma adequada e efetiva, é importante que se faça uma análise social, econômica e política, na qual estão inseridas as pessoas com deficiência e suas famílias, considerando o papel de todas as instâncias participativas (família, sociedade e Estado) no cotidiano destas pessoas. Conforme estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2013, p.5), no artigo 13:

É dever do Estado, da sociedade, da comunidade e da família assegurar, com prioridade, às pessoas com deficiência a plena efetivação dos direitos referentes à vida, saúde, sexualidade, paternidade e maternidade, alimentação, habitação, educação, profissionalização, ao trabalho, à previdência social, habilitação e reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, cultura, ao desporto, turismo, lazer, à informação e comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade e convivência familiar e comunitária, dentre outros decorrentes da Constituição da República Federativa do Brasil, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU e seu Protocolo Facultativo e das leis e outras normas, que garantam seu bem estar pessoal, social e econômico.

Os processos de violação de direitos das pessoas com deficiência extrapolam, no entanto, o âmbito familiar e também se apresentam em outros ambientes, como nos serviços públicos (seja na política de Assistência Social, Saúde e/ou Educação), na empresas que empregam pessoas com deficiência (muitas vezes apenas por determinações legais, estabelecida pela lei n 8.213, conhecida como Lei de Cotas) e no próprio território onde residem estas pessoas. Nestes ambientes, predominam discursos preconceituosos e discriminatórios, imbuídos de conteúdos estigmatizantes, que rotulam as pessoas com deficiência como incapazes.

A partir desta conjuntura, percebemos que a população com deficiência têm seus direitos suprimidos nos mais diversos ambientes. No entanto, apesar deste cenário, cabe não só aos profissionais da Psicologia, como a todos os outros que atuam no atendimento as pessoas com deficiência e principalmente à elas mesmas, existir e resistir para enfrentar e, possivelmente, quebrar algumas dessas barreiras (físicas e atitudinais) estabelecidas por uma cultura da exclusão, realizando intervenções que através de reflexões, ocupações, diálogos, enfrentamentos e críticas, que possam vir a colaborar para um processo de transformação social. Possibilitando assim, conforme previsto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2012), que a sociedade num todo reconheça às diversidades existentes, e que as pessoas com deficiência ocupem também seu papel como cidadãos numa democracia, com direito a circulação livre nos espaços cotidianos e também ao acesso a bens e serviços disponibilizados a toda população.

CONCLUSÕES

A Psicologia, com as suas diferentes formas de perceber os sujeitos nas suas singularidades e diversidades e também com um olhar crítico a respeito da conjuntura social, econômica e política na qual vivemos, tem muito a contribuir para a compreensão e problematização das demandas existentes no contexto das políticas públicas. Através do contato direto com as pessoas com deficiência e com suas famílias, nos atendimentos realizados nos



microespaços do cotidiano profissional, obtemos conhecimento a respeito destas demandas, trazidas a tona pelos próprios usuários, os quais muitas vezes se encontram desamparados e imersos numa situação de risco social e total desproteção, seja por parte da família, sociedade ou do Estado.

Considerando esse fatores sociais, econômicos, políticos e subjetivos, cabe aos profissionais da Psicologia questionar e pensar além de discursos simplistas, que muitas vezes culpabilizam as pessoas com deficiência de sua própria situação, de forma a contribuir na definição de estratégias e ações para proteção deste segmento da população, buscando garantir a efetivação de seus direitos fundamentais. É imprescindível também o engajamento dos profissionais nos espaços de tensionamento político, como o Conselho da Pessoa com Deficiência (seja na esfera municipal, estadual ou mesmo nacional), Conselhos de Classe Profissional (CRP), Audiências Públicas, Conferências, manifestações populares, entre outros, pois são ambientes nos quais a categoria tem a oportunidade de participar ativamente das discussões, planejamento, execução e avaliação das políticas públicas.

Permanência do Conselho Nacional de Direitos das Pessoas com Deficiência - (CONADE) na conjuntura política atual

Autor: Paula Helena Lopes

Coautor: JULIANA (UFSC), Alana (UFSC) e SIMONE DE MAMANN FERREIRA (UFSC)

A promulgação da Constituição Federal de 1988 garantiu mecanismos de participação da sociedade civil. Por meio de projeto de lei específicos, uma dessas formas de participação foi a implantação dos conselhos de direitos. Os conselhos são órgãos paritários, formados por entidades da sociedade civil e órgãos governamentais, que tem por incumbência formular, supervisionar, avaliar e fiscalizar as políticas públicas nas esferas correspondentes a sua atuação, seja federal, estadual e municipal.

O Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CONADE tem função de acompanhar e avaliar o desenvolvimento das leis relacionadas à deficiência, a exemplo da Lei Brasileira de Inclusão - LBI das Pessoas com Deficiência e das políticas sociais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana, dirigidas a este grupo social.

O CONADE vem funcionando desde 1999, haja vista Decreto nº 3298/1999, tendo como objetivo fiscalizar as leis e políticas para pessoas com deficiência. Em 2019, a partir do Decreto nº 9.759, assinado pelo então Presidente da República, que previa a diminuição e extinção de conselhos previstos pela Política Nacional de Participação Social. Não somente o CONADE, mas diversos conselhos nacionais se vêem a priori atacados, com risco de extinção. Após pressão social, surge um complemento ao decreto que permite aos conselhos, provar a necessidade de sua existência e permanência.

Nesse sentido, o CONADE responde prontamente com uma carta de 18 páginas sobre suas importantes contribuições para a sociedade em geral, e especificamente para as Pessoas com Deficiência. O presente trabalho se debruça nesta carta pública, que garantiu a permanência do CONADE, visando identificar quais compromissos esse conselho firma e estabelece com os direitos das pessoas com deficiência nesse cenário político de cerceamento dos direitos.

O Objetivo geral desta comunicação é analisar os compromissos do Conselho Nacional de Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE) com pautas dos direitos das pessoas com deficiência no cenário político atual no Brasil. Por objetivos específicos temos: a) Conhecer os argumentos relacionados a extinção dos conselhos de direitos propostos pelo governo brasileiro; b) Identificar na carta de manutenção os argumento para permanência (ou justificativa de continuação de existência) do Conselho Nacional de Direitos das Pessoas com Deficiência - CONADE; e c) Descrever a partir da carta, os compromissos do CONADE após sua permanência no cenário político de desmonte.

Considera-se fundamental entender esse processo de implementação, extinção e permanência para pensar quais os possíveis riscos que os conselhos interpelam para o atual governo. Os motivos para pressão popular a favor da sua permanência e seu impacto, os argumentos utilizados para justificar sua existência. Esse trabalho se insere no "Eixo Políticas sociais, políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais", e no GT "Psicologia Social, Políticas Públicas e Deficiência" uma vez que visa discutir esse processo de permanência e a existência do conselho de direitos como uma das possibilidades de participação política de PCD, num órgão deliberativo importante para as políticas públicas na tentativa de garantir justiça social

para Pessoas com Deficiência em suas diversas intersecções.

Em termos teóricos epistemológicos essa pesquisa está situada na Psicologia Social e alinhada com o campo dos Estudos sobre a Deficiência - Disability Studies, que caracteriza-se como um campo teórico que considera a deficiência como categoria analítica e cujo modelo teórico, evidencia a relação da deficiência com o contexto social. O Modelo Social preconiza que é a interação entre a lesão e o modo como a sociedade está organizada que produz barreiras, e conseqüentemente as dificuldades, as limitações, a exclusão das Pessoas com deficiência.

O Modelo Social surgiu em contraposição ao modelo biomédico da deficiência, e com passar do tempo foi se desenvolvendo com a contribuição das críticas feministas, ampliando suas concepções acerca do cuidado, da interdependência, e da experiência dos corpos com deficiência.

Em relação ao método, a presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa documental, baseada na análise dos documentos relacionados a extinção e a permanência do Conselho Nacional de Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE). Para tal, os documentos analisados foram: a) Decreto de implementação do CONADE; b) Decreto do Presidente da República em relação a extinção dos conselhos de direitos; c) Nota técnica do MP acerca dos Conselhos de direitos; e d) Carta justificativa de permanência do CONADE.

Em linhas gerais, a análise sobre o conteúdo do Decreto 9.759 acabou versando sobre alguns aspectos principais: extinção dos colegiados (conselhos, comissões, comitês, etc.); e regras e limitações de funcionamento para os colegiados recriados. O Governo afirma que as propostas são para diminuir os gastos da máquina pública, contudo, o Decreto não explicita embasamentos e dados para justificar a extinção ou os critérios para avaliação dos colegiados recriados.

Segundo o Ministério Público o decreto apresenta inconstitucionalidade visto que extingue a Política e o Sistema Nacional de Participação Social previstos na Constituição, inclusive, por meio de Conselhos. A extinção dos colegiados também compromete o controle social, a fiscalização, a transparência e a publicidade da atuação estatal; e demonstra um caráter comprometedor da própria democracia uma vez que cria uma situação em que a participação social quase exclusivamente só pode ser exercida via representação formal do Poder Legislativo.

Pensando que vivemos uma necropolítica, ou seja, uma política de morte e extermínio de determinados corpos, podemos citar a população indígena, fortemente atacada desde o início do governo, a população negra vítima de um genocídio velado há tempos, mas com uma intensificação nesses primeiros meses de governo. Achille Mbembe (2018), filósofo camaronês, revela que a soberania apoia-se no poder e na capacidade de validar quem pode ou não viver.

Nesse sentido, ao cercear direitos de participação dos conselhos de direitos, que são em sua maioria construídos por e para as minorias já oprimidas historicamente, percebemos uma clara definição de quem deve viver/participar/defender-se e de quem deve morrer/ser silenciado/não participar da sociedade. O autor ainda ressalta que o uso do poder projeta-se de forma a apropriar-se da soberania para lutar contra a autonomia dos sujeitos e promover um generalização da existência humana em termos de capacidade e a aniquilação de determinados corpos e populações.

As pessoas com deficiência são alvo dessa necropolítica, não só nos dias atuais, mas o foram durante longo período da história eugenista do mundo. De toda forma, a iminência desse ataque atualmente, traz a tona, a emergência da defesa dos direitos a grande custo conquistados por essa população. Por muito tempo, excluídos da sociedade e de uma participação social, as pessoas com deficiência almejam a manutenção das leis, políticas e conselhos de direitos, que pleiteiam sobre pautas tão caras e que custam, literalmente, vidas.

A carta do CONADE justificando sua existência é um importante documento histórico, que além de trazer a trajetória deste conselho nas duas últimas décadas, evidencia os compromissos com a vida das pessoas com deficiência nesse país. Há na carta muitos trechos que tornam-se materiais de análise riquíssimos, apontando as contribuições para pensar a participação política da pessoas com deficiência. Desse modo, apresentamos ao leitor de forma sintética durante a análise, trechos aos quais identificamos os compromissos firmados pelo CONADE em relação aos direitos das pessoas com deficiência nesse cenário político, produzindo análises sobre a conjuntura de cerceamento e censura que visam impedir a existência e realização desses compromissos de resistência.

Concluimos que o CONADE conseguiu por meio desta carta justificar sua permanência. Entretanto, não compreendemos que o atual governo passou de fato a sentir-se satisfeito com essa permanência, visto outras posturas, a exemplo da exclusão da Secretaria Nacional de Políticas para Pessoas com Deficiência, desmantelada nesta gestão e adicionada como pasta dentro de uma política de direitos humanos, que em nada representa sua existência. Desse modo, é importante tornar conhecida a existência e possibilidades de atuação dos conselhos de direitos



que permaneceram em atividade. O CONADE firma um compromisso com a sociedade e com a pauta dos direitos das Pessoas com Deficiência, ao resistir aos ataques e tentativas de aniquilamento. É um dever ético da sociedade, em especial do campo da Psicologia Social, conhecer e colocar-se ao lado desse conselho na luta pela existência não apenas do conselho, mas da existência das Pessoas com Deficiência.

PesquisarCOM: constantes movimentos na pesquisa/extensão com pessoas cegas e com baixa visão

Autor: Caique Almeida (UFF)

Coautor: Joyce da Silva Nunes (Universidade Federal Fluminense), Juliana Cabral Macedo (Ju Cabral), Daiana Gaig-noux de Oliveira, Ellen Cristina Bispo Viana (UFF) e _ (Universidade Federal Fluminense)

No programa de extensão “Ver e não ver: corpo e subjetividade com pessoas cegas e de baixa visão” realizamos oficinas de experimentação corporal com pessoas com deficiência visual junto ao projeto de iniciação científica *Perceber Sem Ver*, ambos coordenados pela professora Márcia Moraes. Estabelecendo uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense, o Instituto Benjamin Constant (IBC), no Rio de Janeiro, desde 2004 e a Associação Fluminense de Amparo aos Cegos (AFAC), em Niterói, nos anos 2016 e 2017, oferecemos Oficinas de Experimentação Corporal a adultos cegos e com baixa visão. Em 2018 não foi possível continuar a proposição das oficinas na AFAC e, a partir daí, nos deparamos com um limite que nos mobilizou a criar novas maneiras e espaços para dar continuidade com a parceria com os/as participantes das oficinas.

Atualmente as oficinas são realizadas às quintas-feiras na UFF, com aproximadamente 6 pessoas. Os encontros se desenrolam em experimentações planejadas em conjunto com os/as participantes e nas reuniões posteriores. Articulamos pesquisa e extensão, já que em nosso trabalho conhecer e intervir são ações que caminham juntas. Percebemos que o corpo daqueles que passam pela perda da visão também passam por um processo de reelaboração dos modos de se conectar e relacionar com o espaço, com o outro, consigo mesmo, tendo de recriar suas possibilidades de ser no mundo. Então, buscamos dispositivos que mobilizem, potencializem e transformem o corpo – transformação essa que se dá sempre de modo singular, fazendo surgir novas versões do ver e do não ver. Apostamos no termo “experimentação corporal” para evidenciar um trabalho com o corpo que se dá no sentido de senti-lo, percebê-lo, vivê-lo. Para isso, planejamos oficinas que despertam os sentidos, pretendendo uma aproximação ao corpo que não conta mais com a visão.

No percurso desse trabalho, entendemos que o saber é encarnado e produzido na experiência a partir do que temos de mais próximo: a sensação. Porém, por vezes, nos deparamos com uma questão aparentemente contraditória - a dificuldade em entrar em contato com o corpo durante as oficinas. Por apostarmos na expertise da pessoa com deficiência acerca de sua experiência, somos interpeladas por uma questão: nossa proposta estava distante da vida daquelas pessoas? Afinal, o que (não) é experimentação corporal? A partir daí, nos movimentamos para estarmos mais atentos às marcas dos lugares ocupados durante as oficinas: pesquisadoras e participantes. Nos debruçamos em perceber os efeitos de um fazer que parte da academia para a vida daquelas pessoas. Qual o nosso lugar como coordenadoras/pesquisadoras nas oficinas? Qual o peso da academia? Que saber possuímos? É nesse momento que iniciamos as oficinas no espaço da UFF. Este trabalho resulta de colheitas resultantes dessa mudança.

A transição do espaço em que passamos a encontrar os/as participantes das oficinas traz novas questões. Como fazê-los(as) chegar aqui? Quais os efeitos desses corpos - não acadêmicos e deficientes - na universidade? Como essas experiências, ao se aproximarem do “lugar de produção do saber”, intervêm nas nossas concepções de ciência? Com que produções e efeitos nos implicamos a partir daí? FazerCOM envolve, sempre, necessariamente, a imanência do encontro, a afirmação radical - feminista - de que existimos apenas e tão somente em relação. Os seres não pré-existem às relações e nossas relacionalidades produzem efeitos, performam mundos. Nesse caso, existiam diferenças inegáveis e incômodas. Como manejar com a inacessibilidade da cidade? O deslocamento AFAC-UFF denunciou um empecilho estrutural. Os espaços não foram projetados levando em conta a circulação de pessoas cadeirantes, cegas, anãs, etc. Não se pode desgrudar da imanência. É por dentro das relações, de modo situado, posicionado, que dissentimos uns dos outros. Assim, dissentir por dentro é intrínseco ao fazerCOM. Diferimos, imersas nas relacionalidades e não de longe. É justo por isso que pesquisarCOM envolve transformar-se, mover-se. Seguimos, com o corpo, com o outro, apostando na potência de criação que emerge no encontro com a diferença.



“Posto as cadeiras em roda, vou conduzindo uma caminhada pela sala, seguido a referência da madeira na parede. Alguém diz que a sala lembra um pouco a Afac. Ana pergunta se é do mesmo tamanho e fica surpresa com a minha resposta. “A sala da Afac é maior, bem maior.” Sentamos em roda, sugiro que cada um se apresente, fale um pouco como está se sentindo. Wanda se apresenta, diz que está muito feliz de estar ali, que a vida dela ganhou um novo sentido por isso. [...] José também fala bastante. [...] Alice faz uma fala bem demorada. Se apresenta e fala do percurso na Afac com a gente, entre muitas coisas que diz, o que ficou pra mim mais forte, foi quando ela disse de como é bom saber que nós estávamos ali falando por eles. Eu me seguro o máximo que posso para não interromper a fala dela, até o momento que não me aguento por dizer que não podemos falar por eles, por mais que quiséssemos, que no máximo, poderíamos falar com eles, mas que sem eles nunca. Ela me explica que quis dizer o quanto é importante nós levarmos as narrativas deles adiante. Conta de uma passagem que viveu no ônibus, quando o motorista achou que ela era pedinte e disse que ela poderia entrar mas não pedir dinheiro. Também contou de outra passagem, quando uma pessoa no intuito de ajudar pegou no braço dela com brutalidade e a colocou ela sentada[...] “A gente precisa de ajuda, sim, e muito, mas não essa ajuda.”. Continuamos as apresentações, agora Renato falava” (Trecho de diário de campo, abril de 2018)

O dispositivo-intervenção utilizado no Programa de Extensão são as Oficinas de Experimentação Corporal, na qual buscamos promover experiências que colocam em questão uma compreensão biologizante do que é (d) eficiência, permitindo de algum modo que se constituam outras versões e possibilidades de reorganização do corpo a partir da perda da visão. Assim, lançando mão de objetos heterogêneos, como lixas, balões, plástico-bolha, tecidos, entre outros, desenvolvemos experimentações lúdicas que tem como objetivo mobilizar uma abertura do corpo para explorar os diferentes sentidos ativos e novos possíveis que surgem a cada encontro.

Como já apresentado anteriormente, a nossa pesquisa/extensão aposta em um modo de se fazerCOM (Moraes, 2011; 2010; Moraes e Kastrup, 2010). Com esta direção de método problematizamos o lugar do pesquisador e do pesquisado, tomando o encontro como transformador para ambos. É fundamental que não tomemos os participantes das oficinas como alvos passivos de nossas ações, mas como experts. É a partir das experiências que eles compartilham com o grupo que se tecem os caminhos a serem seguidos nas oficinas. Nesse percurso, a metodologia deste trabalho tem sido, ao mesmo tempo, sua aposta ético-política: PesquisarCOM (MORAES, 2010) propõe uma atividade que se dá no encontro e engajada em uma prática corporificada, feita de narrativas únicas, vivas e, portanto, contra-hegemônicas sobre a vida com a cegueira e o processo de cegar. O grifo se dá precisamente, no conectivo. Isso significa dizer que intervir e pesquisar são, a partir dessa aposta, sempre uma artesanaria do encontro: acolher os consensos e os dissensos. Levar a sério os caminhos que o encontro com estes participantes faz tomar. É sempre um indicativo de colar-se ao presente, em que caminhar COM é justamente aterrar-se, fincar os pés no chão.

Este projeto de extensão, assim, tem se desdobrado como uma intervenção à academia. Afirmar a prática de intervenção como um estarCOM muda o sentido de uma saída da universidade à comunidade para, no inverso, deixar que o mundo chacoalhe a produção de saberes. PesquisarCOM não garante nada de partida senão a conjunção, ela mesma. É somente colados a essa atualização do presente, e aos movimentos contínuos que o encontro entre nossa presença e a de nossos parceiros traz, que qualquer intervenção pode se dar. Isso significa dizer que é justamente à partir dos ruídos, das falhas do dispositivo, das discordâncias, do dissenso que algo emerge como pista e, a partir do acolhimento e elaboração disso, se pode pesquisar COM a diferença. O trecho do diário de campo trazido mostra como temos vivido e acompanhado mudanças no modo de pesquisar, no modo de fazer extensão, na vida das pessoas com deficiência e na vida das pesquisadoras. A academia está sendo ocupada por corpos deficientes, suas (in)acessibilidades têm sido marcadas, ao mesmo tempo em que são criadas maneiras de (re)existir frente a isso e convocar transformações.

Como conclusão, sublinhamos que a prática extensionista, uma vez que engajada com um fazerCOM, produz apontamentos fundamentais para uma prática de pesquisa. Produz saberes localizados, conhecimentos encarnados, pesquisas alinhavadas às narrativas singulares encontradas no campo.

O conectivo COM, enquanto direcionamento ético, nos permite, muitas vezes, mudar o sentido habitual da prática de extensão em que é a universidade que intervém na comunidade, para, no sentido inverso, poder colher os efeitos da intervenção da comunidade sobre a universidade. Isso, arriscamos dizer, se efetua na produção de novas versões para o mundo.



Residências Inclusivas: entre a assistência social e a assistência psiquiátrica no Brasil

Autor: Renata de Andrade (Residências Inclusivas) e Luiz (Residências Inclusivas)

Coautor: Ana Paula Müller Andrade (UNICENTRO)

Introdução

A Reforma Psiquiátrica ganhou força no Brasil concomitante a reforma sanitária, ocorrido no fim da década de 70, em meio a ditadura militar instaurada no país. No ano de 1978, o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), constituído por trabalhadores do movimento sanitário, associações de familiares e pacientes da saúde mental, sindicalistas, dentre outros atores sociais, começaram a se organizar e a denunciar as violências existentes nos manicômios, a existência de uma rede privada de assistencialismo e a mercantilização da loucura. (AMARANTE, 1995) Tal movimento tinha como uma das intenções construir a crítica ao saber psiquiátrico e ao modelo hospitalocêntrico até então dominante no tratamento de pacientes com transtornos mentais e, sobretudo, propor outro modelo de assistência psiquiátrica (Brasil, 2005).

A partir desse primeiro momento, foram sendo construídas várias proposições de modelos substitutivos aos tratamentos manicomial, mas somente em 2001 - após 12 anos de tramitação no Congresso Nacional - a Lei Federal 10.216 foi aprovada. Em seu texto base, esta lei propõe o redirecionamento da assistência em saúde mental, fortalecendo a oferta de tratamentos em serviços de base comunitária. Contudo, apesar dessas proposições, a lei não instituiu de forma clara mecanismos para a extinção progressiva dos manicômios. Ainda assim, a aprovação da Lei 10216 e a realização da III Conferência Nacional de Saúde Mental foram essenciais para impulsionar e dar maior visibilidade a essas novas formas de assistência psiquiátrica (Brasil, 2005)

Muito próximo a esse primeiro momento de consolidação da Lei 10.216, vinha sendo construída a proposta de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cuja criação deu-se no ano de 2005, através da Política Nacional de Assistência Social. O SUAS tem como objetivos romper com a lógica do assistencialismo e de ações fragmentadas e promover o acesso a benefícios, serviços, projetos e programas socioassistenciais que vão desde a proteção social básica até a proteção especial (MDS, 2015).

O público alvo das políticas de assistência social são famílias e sujeitos em situação de vulnerabilidade social, cuja proteção social, em seus diferentes níveis, deverá prevenir e/ ou reparar a violação de direitos.

Sabe-se que durante longos períodos da história, o atendimento à pessoa com deficiência esteve atrelado à instituições totais, em sua maioria, hospitais psiquiátricos e manicômios. Goffman(2008) define essas instituições como sendo um "local de residência e trabalho de um grande número de indivíduos com situações semelhantes, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada" (Goffman, 2008, p. 11). Nessas instituições, por sua tendência ao fechamento, eram confinadas um conjunto heterogêneo de pessoas, inclusive aquelas que apresentassem algum tipo de deficiência.

Vale ressaltar que deficiência, aqui, é entendida de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, ou seja, é um impedimento caracterizado por ser de longo prazo, podendo ter uma natureza física, intelectual, mental ou sensorial e que pode dificultar a participação de um indivíduo de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condição das demais pessoas (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, Art. 2º, 2015).

No âmbito do SUAS, com o objetivo de estabelecer um processo de reordenamento para a diminuição do número de jovens e adultos com deficiência nos grandes abrigos e direcioná-los a locais com atendimento mais apropriado, foram criadas as Residências Inclusivas (SDH, 2014, p.106). Tais residências, apresentadas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) e no Plano Viver sem Limites (2014), tem como a proposta acolher pessoas com deficiência e incentivá-las a criar autonomia e propiciar a integração na vida comunitária, diferenciando-se assim da perspectiva das instituições totais (SDH, 2014).

Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência desenvolvida em serviços de Residências Inclusivas Regionalizadas, executado no município de Irati-PR, a partir da interface entre os princípios da reforma psiquiátrica e aqueles da política de assistência social no Brasil.

Método

Trata-se de um relato de experiência de profissionais responsáveis pela execução da política de assistência social no âmbito de duas Residências Inclusivas Regionalizadas, no município de Irati - PR, amparado na interface entre os princípios da assistência psiquiátrica e assistência social.

As RI's se caracterizam como um serviço de acolhimento para para jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar (MDS, 2014). Atualmente o município conta com duas unidades que acolhem 14 mulheres e são geridas por uma equipe multiprofissional (1 Coordenador, 1 Assistente Social e 1 Psicóloga), 1 motorista e 16 cuidadoras e está vinculada a Proteção Social Especial - alta complexidade da Secretaria de Assistência Social do Município. Tais unidades são financiadas por uma parceria entre os governos Estadual e Federal e tem como objetivo trabalhar a autonomia e a reinserção das mulheres na vida comunitária. Vale ressaltar que uma característica exclusiva das RI's do município de Irati, é o fato de que as moradoras das residências apresentam além da deficiência, quadros associados de transtornos mentais.

Resultados e discussões

Desde a implantação do serviço no município, no ano de 2016, a equipe multidisciplinar vem trabalhando com o intuito de construir práticas de desinstitucionalização com as acolhidas, com a equipe de cuidadoras, assim como, com os demais atores sociais do SUAS, procurando desenvolver uma lógica antimanicomial, em especial, com as usuárias que, por terem histórico de longas internações em instituições totais, trazem as marcas das violências sofridas nessas instituições.

Para isso, busca-se um olhar diferenciado no atendimento às pessoas com deficiência, tomando como base alguns princípios da Reforma Psiquiátrica, especialmente naquilo que tange a um tratamento mais humanizado e singularizado. Para Birman (1992) é preciso delinear um outro lugar social para a loucura dentro da nossa cultura tradicional. Entendemos que, dessa mesma forma, é necessário e urgente pensar também um novo lugar para a deficiência, através de práticas e políticas que coloquem esses indivíduos como protagonistas de suas próprias histórias.

Na experiência desenvolvida nas Residências Inclusivas buscamos ampliar o olhar para o trabalho com a pessoa com deficiência (PcD), no intuito de melhorar a prática para com esse público, bem como pensar novos espaços de construções de diálogos e políticas acessíveis. Fazemos isso em consonância com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que versa sobre a garantia de direitos no âmbito do SUAS, pensando em como garantir a qualidade de vida e o acesso às demais necessidades cotidianas para esse público.

A Reforma Psiquiátrica foi um processo que visou ampliar a inclusão social e a promoção da cidadania para as pessoas hospitalizadas em razão de transtornos mentais. Tal processo vai ao encontro com o trabalho realizado dentro do serviço das Residências Inclusivas, já que este busca promover a inclusão de pessoas com deficiência na vida comunitária e social, contribuir para a interação e superação das barreiras, além de promover um novo conceito de autonomia com maior independência e protagonismo no desenvolvimento das atividades da vida diária (MDS, 2014). Dentro do serviço ofertado no município, todos esses processos de busca de autonomia são construídos em conjunto com as acolhidas, respeitando suas limitações e desejos, sendo que atualmente, 14 das 16 mulheres acolhidas frequentam a escola (nas modalidades EJA e ensino regular), e todas se utilizam dos espaços comunitários da cidade, como estabelecimentos de comércio, lazer, rede de saúde, dentre outros.

Considerações Finais

Quando a Reforma Psiquiátrica trouxe novas formas de pensar o tratamento para loucura - e dentro disso também de pessoas com deficiência - por muito tempo considerou os tratamentos apenas no âmbito do SUS. Contudo, como temos percebido em nossa experiência de trabalho nas Residências Inclusivas, a ampliação de formas de refletir e atuar também é necessária no âmbito da Política de Assistência Social.

Referências

AMARANTE, Paulo(coord.). Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. Residências Inclusivas: Perguntas e Respostas. Brasília, 2014.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa Com Deficiência. Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Plano Viver Sem Limites. Brasília, 2014. p. 180

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Refor-



ma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

BRASIL, Senado Federal. Lei no. 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília: 2015. 65p.

BIRMAN, J. A cidadania tresloucada. In: Bezerra B, Amarante P, organizadores. Psiquiatria sem hospício. Contribuições ao estado da Reforma Psiquiátrica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 1992. p. 71-90.

GOFFMAN, E. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Perspectivas, 2008.

MARCA DOS 10 ANOS DO SUAS REPRESENTA O INÍCIO DA CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA SOCIOASSISTENCIAL. Disponível em : <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/abril/marca-dos-10-anos-do-suas-representa-o-inicio-da-consolidacao-da-politica-socioassistencial>. Acesso em: 30 ago. 2019

Um adulto com deficiência mental no SPA: fazendo realidades acadêmicas mais inclusivas, sensíveis e democráticas.

Autor: Luciana Soares (CENTRO UNIV. CELSO LISBOA)

Muito se falava sobre a curta vida dos síndromicos. Atualmente, essa não é mais uma afirmação possível – eles crescem e envelhecem. Crianças com Síndrome de Down são acolhidas em classes comuns nas escolas da rede pública ou, da particular. Incluir é lei. Como isso é feito, é questionável, pois obedece ao ritmo de desenvolvimento e normalização imposto pela educação formal. Adolescentes síndromicos contam com programas de profissionalização em oficinas inclusivas e programas de treinamento para o trabalho, visando a independência preconizada pela lógica do desempenho (Han, 2010) preconizada pelo neoliberalismo. Pessoas que manifestam as características fenotípicas, o atraso de linguagem, dificuldades cognitivas e motoras da referida síndrome genética, têm longa infância e adolescência, curto período de vida adulta, que, em nossos dias, é seguida por acentuado envelhecimento. Convivemos com síndromicos idosos, até longevos em raros casos. Se não se espera mais que desenvolvam habilidades e competências para alcançar autonomia nos cuidados de si e empregos com remuneração que viabilize o próprio sustento, então, onde eles estão? O que eles fazem? O que fazemos COM eles? Latour (2008), discutindo o trabalho de I. Stengers e V. Despret, oferece seu entendimento do que é um corpo: “[...] um interface que vai ficando mais descritível quando aprende a ser afectado por muitos mais elementos. [...] aquilo que deixa uma trajetória dinâmica através da qual aprendemos a registrar e a ser sensíveis àquilo de que é feito o mundo.” (grifo do autor). A deficiência do síndromico é identificada não só pelo déficit cognitivo, mas principalmente pelo quanto seu corpo produz afetações. O síndromico contemporâneo não é apenas a criancinha comumente descrita como meiga e dócil; é também adulto e idoso – um corpo afetado e efetuado de outros modos, que produz novas afetações e efeitos. Portanto, sua presença está implicada em performar novos modos de existir. Como professora da graduação em psicologia constato a ausência quase absoluta de estudos e pesquisas que sejam movidos pelo propósito de conhecer as condições de criação de mundos a partir da perspectiva das deficiências e dos deficientes, em especial, os mais velhos. Com este trabalho pretendo problematizar modos de fazer psicologias desde a graduação, seguindo deficientes - actantes que ficam de fora da grade curricular, mas que estão nas redes, conectando múltiplos actantes, produzindo mundos. A recente chegada de um cliente de 53 anos com Síndrome de Down ao Serviço de Psicologia Aplicada [SPA] do Centro Universitário Celso Lisboa, no Rio de Janeiro, onde sou supervisora nas equipes de Plantão Psicológico e de Abordagem Gestáltica, foi um fato inédito nas 4 décadas de funcionamento desta clínica-escola. A chegada desta pessoa, inscrita por seus pais – que não apresentaram queixa de sofrimento ou descrição de sintomas de psicopatologia -, trouxe para os estagiários indagações do que fazer com ele. Um deficiente mental pode fazer psicoterapia? E, para quê? O que se pode esperar de um atendimento psicológico à essa pessoa? Que psicologia fazer com um deficiente adulto? Em que sala atendê-lo – nas salas de atendimento de adultos ou, na sala de atendimento de crianças? Esse actante nos tem conduzido na direção da construção de um mundo acadêmico marcado por uma diversidade até então invisibilizada. A normalidade não marcada (Haraway, 1995) da clientela do SPA ganha visibilidade e constitui-se como analisador do campo de práticas clínicas dos estagiários e supervisores – o que faz com que deficientes mentais adultos não sejam encaminhados a serviços de psicoterapia? Essa proposta de apresentação articula-se com o GT 43 ‘Psicologia Social, Políticas Públicas e Deficiência’ e com o Eixo temático 1 ‘Políticas sociais, políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais’, por sua problematização quanto aos fazeres psicológicos com os deficientes mentais, em especial, os adultos. Ao sermos convocados por esse actante para reconfigurar as práticas clínicas no SPA, vamos criando uma realidade acadêmica sensível

e inclusiva, resistindo à condição positivista, higienizada e excludente nas práticas na graduação em psicologia, que ficou evidenciada pelos questionamentos, estranhamentos e constatações que a presença desse candidato a atendimento psicológico movimentou. Quando o SPA abre suas portas para atender um deficiente mental adulto, que já manifesta sinais de envelhecimento, promove resistência ao que nos faz repetir padrões de fazeres na clínica tradicionalmente direcionada a um público predominantemente jovem e cognitivamente apto a beneficiar-se das intervenções psicológicas. Em minha tese de doutorado defendi a substituição de 'intervir' por 'inventarCOM' (Soares, 2017) nas práticas psicológicas na universidade, apoiada no 'pesquisarCOM' (Moraes, 2010). No cotidiano da graduação neste momento, somos convocadas a inventarCOM esse candidato a atendimento psicológico. O estudo etnográfico de Cavalcante (2003) aponta o deficiente como aquele que reinventa sua família e, a partir de sua pesquisa, a autora propõe que "É preciso reconstruir a dimensão de 'vida' e reintegrá-la às teorias e práticas. Assim, soluções 'de vida' poderão e deverão ser encontradas 'na vida' [...]" (p.414). Prosseguindo a partir da pesquisa de Cavalcante, nesse trabalho enfatizo que protagonizando sua existência sem ser forçado a cumprir normalizações e protocolos de desenvolvimento, o deficiente traz 'vida' às teorias e práticas psicológicas, ao conectar múltiplos actantes, múltiplos contextos, múltiplos fazeres e produzir afetações nos actantes e efeitos pelas redes que ajuda a criar. Em Mol (2008) encontro suporte para "[...] falar da realidade como múltipla [...]" (p.65), pois a autora põe ênfase nas intervenções dos actantes que performam realidades. Estas são performadas por actantes que, por suas ações, vão assumindo diferentes versões – neste caso, a partir de um actante deficiente, surge uma versão mais democrática de fazeres psicológicos na graduação em psicologia. A discussão aqui proposta é um dos efeitos produzidos pelas supervisões, nas quais vivenciamos as hesitações, curiosidades e aproximações que nos fazem tecer práticas psicológicas mais sensivelmente encorpadas, estabelecendo provocações à normalidade não marcada vigente nos fazeres psicológicos na academia. Cada vez mais excluído dos estudos e práticas na graduação em psicologia, a pessoa com deficiência que foi inscrita no SPA vem marcar politicamente o cenário acadêmico com sua potência transformadora promovendo deslocamentos e indeterminação que fazem a vida fluir e diferir. Considero extremamente relevante e provocativa a proposta do GT 43, ao articular a diversidade das deficiências e as práticas nas psicologias – no caso, especialmente, cognitiva, social e clínica - para a promoção de produção de conhecimento e de iniciativas fazendo a interface da população de deficientes com as formações em psicologia no Brasil.

CAVALCANTE, F. G. (2003) *Pessoas Muito Especiais: a construção social do portador de deficiência e a reinvenção da família*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

HAN, B. (2010) *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Ed. Vozes.

HARAWAY, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07-41.

LATOUR, B. (2008) Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, J. A. & ROQUE, R. *Objectos Impuros: Experiências em Estudos sobre a Ciência*. Porto: Edições Afrontamento.

MOL, A. (2008) Política Ontológica. Algumas ideias e várias perguntas. In: NUNES, J. A. & ROQUE, R. *Objectos Impuros: Experiências em Estudos sobre a Ciência*. Porto: Edições Afrontamento.

MORAES, M. O. (2010) *PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual*. In: MORAES, M. O. & KASTRUP, V. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora.

SOARES, L. L. M. (2017) *O estágio básico na graduação em Psicologia: laboratório das múltiplas conexões universidade-mundo*. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Orientador: Prof. Dr. Ronald João Jacques Arendt. Instituto de Psicologia. PPGPS. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



GT44: Psicologia, Marxismo e formação social brasileira: História, pesquisa e intervenções

A função da violência no capitalismo e a particularidade da formação social brasileira

Autor: Gustavo de Aguiar Campos (UFRN)

Coautor: Isabel Fernandes (UFRN)

Este trabalho é parte das análises tecidas no processo de pesquisa de mestrado, ainda em andamento, sobre o fenômeno da violência policial no contexto brasileiro. Trata-se, de maneira geral, de um estudo sobre a função social da polícia para a manutenção do capitalismo e a ascensão da face penal do Estado no estágio neoliberal. Esta comunicação, em específico, versa sobre o papel da violência na história do capitalismo mundialmente e localmente no Brasil. Dito isso, compreende-se de antemão que o modo de produção capitalista é um sistema totalizante de todas as relações sociais, com características globalizantes mundiais. Ele é marcado por diversas contradições, em especial no que tange a apropriação privada do que é produzido socialmente, que gera a divisão em classes sociais - a contradição capital trabalho, fundante e mantenedora dessa estruturação social. São diversas as formas de manutenção desse sistema, desde a sua consolidação pela acumulação primitiva até o estágio atual, do neoliberalismo. A violência, seja ela econômica ou extraeconômica, faz parte desse processo de reprodução do capital. É na administração da violência de variadas formas que se torna possível produzir a riqueza por meio do trabalho alienado. Por isso a violência que se alastra por todas as relações sociais tem uma função social, que seja, a reprodução da propriedade privada. Em países periféricos do capitalismo, com especial foco para o Brasil, onde a desigualdade social assume contornos específicos, a violência se torna motor do desenvolvimento dessa estrutura produtiva desde o processo de colonização das terras indígenas por países europeus e do tráfico de pessoas negras de diferentes regiões do continente africano para o trabalho escravo. Posto isso, o objetivo central deste trabalho é apresentar algumas considerações iniciais a respeito da violência econômica e extraeconômica no capitalismo de maneira geral e na particularidade da formação social brasileira. Para tanto, ancora-se na teoria social marxiana, em estudos clássicos e contemporâneos do marxismo, na teoria marxista da dependência e nos chamados intérpretes do Brasil para realizar uma revisão teórica crítica sobre a problemática apresentada anteriormente. Ancorado no materialismo histórico dialético, o processo de investigação seguido pretendeu desvelar a estrutura e a dinâmica do fenômeno da violência, buscando alcançar a essência do mesmo a partir das diferentes formas que o mesmo se apresenta em sua aparência. Parte-se do real e do concreto em suas múltiplas determinações para chegar a um conhecimento teórico. Os conceitos centrais do trabalho envolvem a história do modo de produção capitalista, o processo de divisão em classes sociais, a "questão social", as características dos estágios do capitalismo, Estado e forma política, colonização do Brasil, "questão racial" e dependência. Discute-se os aspectos gerais da economia política ligados à violência desse modo de produção nos diferentes estágios, passando pela discussão de Estado e a "questão social", para posteriormente discutir a especificidade do Brasil e sua formação social. O resultado geral a que se chegou é uma interpretação da violência desde sua função na estruturação produtiva, especialmente a importância fundamental desse fenômeno para a consolidação do capitalismo no Brasil. É no movimento dialético da história que se torna possível compreender como a violência se configura e se expressa. A história não é homogênea e portanto, se faz necessário pensar as especificidades regionais de cada Estado para compreendê-la. Outro resultado discutido é a maximização da violência desde o final da década de setenta do século XX, momento de reestruturação produtiva rumo ao neoliberalismo. Prioriza-se a discussão das diferentes manifestações da violência que envolvem a divisão de classes, o processo de imposição ao trabalho livre assalariado e a violência perpetrada pelo Estado capitalista. Com isso, chega-se à discussão do que é costumeiramente denominada "violência de Estado", na qual é esse o ente protagonista do ato violento em suas diferentes formas. A partir disso pretende-se realizar uma conceituação desse fenômeno da "violência de Estado", contribuindo para o campo de pesquisa no qual essa investigação se insere. Compreendendo a formação social brasileira e o papel central da violência nesse processo procura-se, com essa pesquisa, contribuir também na discussão sobre o atual contexto vivido no país, no qual práticas conservadoras e de extrema direita se espraiem para além da política penal. A propaganda da violência tornou-se arma potente para o fortalecimento da ideologia neoliberal no Brasil

e para a gestão da maioria que vive as mazelas desse sistema de desigualdades mundial. Analisar esse fenômeno se faz urgente. Com esse trabalho também pretende-se contribuir ao que tange às investigações sobre a violência que a Psicologia tem empreendido. Partir da teoria social marxiana para compreender esse fenômeno possibilita um olhar crítico que encontra as raízes dele na contradição capital trabalho, rompendo com visões individualistas, ahistóricas e/ou culturalistas. Visa assim interpretar e problematizar o fenômeno da violência e oferecer um arsenal teórico que contribua para a emancipação política e humana e a superação das formas de reprodução do capitalismo.

A ideologia da vocação na orientação profissional no Brasil: um breve histórico.

Autor: Larissa Brito Mendonça (UFG)

INTRODUÇÃO

Uma das práticas mais progressistas da orientação profissional (OP) no país parte da Psicologia Sócio-histórica. Ela tem se dedicado às intervenções partindo da visão dialética das interações indivíduo e sociedade diante da escolha da profissão, sem negar os processos sociais como parte essencial da decisão profissional. No entanto, as perspectivas mais expoentes dessa prática no Brasil não tem sido apenas progressistas.

A orientação profissional (OP) no Brasil atual apresenta crescentes práticas progressistas, vinculadas a contextos clínicos, nos quais o Psicólogo responde como orientador, atuando predominantemente na perspectiva individual e vocacional, o que oculta os aspectos socioeconômicos envolvidos na efetivação da escolha profissional. Ela ainda se restringe a um público seletivo. Portanto, este estudo pretende buscar a compreensão das características atuais brasileiras dessa prática partindo da análise totalizadora da orientação profissional importada e adaptada ao Brasil como um serviço que pretendia responder a uma necessidade socioeconômica.

OBJETIVO

Objetiva-se analisar e compreender as primeiras manifestações e desdobramentos da prática da orientação profissional no Brasil. Especificando o contexto socioeconômico do Brasil no período de estabelecimento da OP, pontuaremos a ideologia que estruturou esse fenômeno e a que se pretendia servir, elucidando as influências ideológicas nos seguintes desdobramentos da OP no campo da Psicologia.

RELAÇÃO CLARA COM O GT

As mais variadas perspectivas das orientações profissionais atuais no contexto brasileiro expressam os traços predominantes da ideologia burguesa. É preciso, portanto, conhecer minimamente as bases socioeconômicas de nossa sociedade com o objetivo de desnaturalizar os processos sociais que possibilitaram as práticas da OP. Deste conhecimento crítico desdobra-se a necessidade de se pensar uma prática que seja condizente com a realidade concreta dos filhos e filhas da classe trabalhadora diante da escolha profissional. Uma prática que seja efetivamente voltada para a classe trabalhadora e que a auxilie no desvendamento das contradições do mundo do trabalho. É fato, atualmente, que a OP ainda favoreça as concepções dominantes, portanto urge a necessidade de se debater com a classe trabalhadora o horizonte da emancipação humana sempre atento ao seu processo de consciência a fim de que ela compreenda os processos históricos do modo produção atual.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, os primeiros relatos da OP são datados a partir 1924 relacionada à orientação educacional. Como prática atuante da Psicologia e da educação profissional não obstante, em seu surgimento e estabelecimento, foi apurada sob conceitos ideológicos que guiaram as intervenções da escolha profissional dos usuários desse serviço (Silva & Jacquemin, 2001).

Ligada à Psicologia Aplicada que se desenvolvia no Brasil nesse período, restringiu-se à Teoria do Traço e Fator desde seu início. Pautou-se “pelas ideias de que o processo de Orientação Profissional é diretivo e o papel do orientador profissional é o de fazer diagnósticos, prognósticos e indicações das ocupações certas para cada indivíduo, o que foi feito, desde o início, com base na Psicologia Aplicada, especialmente na Psicometria” (Sparta, 2003).

Nesse sentido “enfrenta os fenômenos psíquicos como realidades biológicas; estuda seus resultados e suas inter-relações entre eles baseando-se na investigação experimental, qualitativa e quantitativa, das reações psíquicas



e psicofísicas” (Santos, 1979, p. 6). Logo, seus resultados convinham em determinar as aptidões profissionais de fazer-se encaixar a pessoa certa no lugar certo. Implica em dizer que os parâmetros característicos da orientação profissional tradicional desempenhava o papel de sujeitar o homem a um posto de trabalho que fosse produtivo e quanto melhor selecionado, mais aproveitável. (Pimenta, 1981).

Partiu-se, portanto, de um determinismo ocupacional. Por meio da Teoria de Traços e Fatores, instrumentos fundamentais presentes na OP e na Psicologia vocacional entre 1900 e 1950, buscava-se caracterizar a ocupação, caracterizar as aptidões e identificá-las a fim de haver um ajuste entre elas. (Pimenta, 1981). A contribuição da OP para a manutenção econômica de empresas direcionava seus estudos para uma utilidade: a análise ocupacional.

O psicologismo praticado pela OP, como afirma Pimenta (1981, p.42), é parcial e fragmentário, pois a pessoa não é soma de construtos psicológicos(...)” pelo contrário, o homem é ativo, social e histórico, enquanto que a sociedade é produzida historicamente pelos seres humanos através do trabalho. Produz-se sua vida material, e dialéticamente as contradições (Bock, 2007).

A década de 1920 no Brasil foi marcada por recessões econômicas e pelo processo de industrialização (Vieira & Pereira, 2014). Dessa forma, a necessidade de mão de obra que respondesse a esse quadro se tornou crescente, operacionalizando a importação do serviço de seleção e orientação de profissional que respondesse a essa dinâmica.

Com o objetivo de atender as necessidades relacionadas ao processo de industrialização, a OP é exportada para o Brasil e aqui se desenvolve principalmente em São Paulo, como lugar pioneiro, expandindo-se para outros estados. Contudo, são os marcos legais da orientação educacional que a institui como serviço obrigatório nos serviços educacionais (Santos, 1979; Silva & Jacquemin, 2001). Hoje essa prática não é mais obrigatória, dadas as condições precarizadas da educação profissional no Brasil. Dessa forma, a orientação profissional nas escolas deixa de ser prioridade também, por ser excepcionalmente, conectada a este ensino, portanto, somente funcional nesse contexto.

A prática de OP baseada nas teorias puramente psicológicas e inicialmente praticadas em contexto educacional, responde às necessidades das classes dominantes com ação conjunta de órgãos governamentais incumbidos de manter a estrutura social vigente. O governo expressava as vozes da classe dominante, ditando seus interesses e, assim amoldando, ao seu benefício, a força de trabalho. Um dos elementos ideológicos fundamentais para a constituição deste amoldamento é o discurso da vocação (Pimenta, 1981). As ideias dominantes acabam sendo introjetadas pela classe trabalhadora. Uma passagem de Marx ilustra bem o que queremos afirmar:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual (Marx, 2007, p.47).

Destarte, a orientação profissional foi instrumento de dominação que respondia à necessidade burguesa de força de trabalho qualificada, logo, mais produtiva e dadas as condições sociais, pois, ela quem detinha a possibilidade de ditar ideologicamente, seus desejos e vontades em detrimento da classe dominada.

MÉTODO

Realizou-se a revisão de artigos e livros em procedimento ordenado que fossem ao encontro do objetivo de nosso estudo e que respondessem às questões suscitadas. Analisando o período histórico da introdução da prática da orientação profissional, propusemos uma reflexão crítica, ainda que inicial, voltada para as representações ideológicas presentes em nosso objeto de estudo.

RESULTADOS

Diante dos levantamentos bibliográficos conclui-se que a OP enquanto prática situada no contexto brasileiro, em seus primórdios, respondia às necessidades das classes dominantes por meio de órgãos governamentais, como instrumento utilitário, capaz de manter a estrutura social vigente e aprimorá-la. O governo como porta-voz da classe dominante, ditava quais seus interesses e assim adaptava a força de trabalho para seus benefícios, por meio do discurso da vocação.



CONCLUSÃO

Conclui-se que a orientação profissional tradicional foi instrumento da classe dominante que tinha por objetivo uma mão de obra que se adaptasse às ocupações e por meio da produtividade oferecem lucros aos grandes detentores do capital pós-revolução industrial.

A ideologia vigente se situava no liberalismo que respaldava indivíduo de ser aquilo que ele quisesse, mas omitia as condições sociais como parte relacional das constituições e escolhas dos sujeitos.

A orientação profissional no início do século XX determinava a escolha profissional. Nessa determinação, os limites se davam pelas características individuais de cada pessoa. Essas características eram colhidas como dados por intermédio dos testes psicológicos que se desenvolveram de forma significativa nesse período.

Os testes e teorias psicológicas que guiavam as práticas de OP nesse período foram capazes de não só atender a uma ordem social dominante, mas de propagar, ao longo dos anos, a ideologia dominante e de estabelecer com bases científicas o psicologismo dentro da Psicologia e de suas práticas, como a OP.

O foco no indivíduo não questiona as determinações sociais e muito menos permite a visualização da mesma, ocultá-los é dar lugar a uma intervenção ideológica com resultados duvidosos pois, é na relação indivíduo e sociedade que o sujeito é constituído e da mesma forma suas escolhas. É preciso que o sujeito que escolhe tenha consciência de sua realidade social para não cair em armadilhas ideológicas.

As práticas contemporâneas mais críticas da OP brasileira expressam, mas de forma sutil, as ideias das classes dominantes, visto que partem e reforçam formulações do reducionismo psicologista, ocultando as determinações econômicas, políticas e sociais da ideologia do esforço pessoal.

Os modos de produção e reprodução da vida atuais, minimamente, exigem da prática de OP a interdisciplinaridade que evidencie aspectos socioeconômicos e individuais em relação constante, para que haja uma escolha consciente.

Apontamentos sobre a crítica lukácsiana ao existencialismo de Sartre e suas contribuições para a Psicologia

Autor: Evelin Geordana (Universidade Federal de Goiás)

As inquietações que encadearam o presente trabalho surgiram do desejo de que a Psicologia se apropriasse dos legados do marxismo e do existencialismo, visto que ambas correntes filosóficas são pouco exploradas por essa ciência. As visões de homem cedidas por essas tradições teóricas possibilitam um modelo de ciência engajado e comprometido socialmente. Considerando que ambas as correntes oferecem contribuições para a Psicologia, intentou-se identificar algumas das aproximações e distanciamentos entre eles. No início do século XX, a Psicologia enfrentou a crise entre objetivismo e subjetivismo. Essa crise demonstrava as limitações dos conhecimentos até então produzidos, revelando que, apesar dos avanços científicos, a miséria e vulnerabilidade humanas ainda se expressavam através da guerra. O existencialismo apresentou questionamentos acerca do racionalismo, preocupado-se em apreender a existência humana a um nível individual e particular. Uma das principais contribuições do existencialismo para a Psicologia é de que os seres humanos não trazem em si características intrínsecas e imutáveis, carregando em si a responsabilidade de escolhas, consumando o seu projeto de vida e de ser no mundo. Jean-Paul Sartre (1905-1980) propôs um pensamento que trabalha aspectos do ser-no-mundo, isto é, um ser biológico com características próprias e livre para fazer escolhas, livre para fazer o seu futuro. Essa concepção de liberdade provoca inúmeras discussões sobre as possibilidades individuais do ser social. Embora se reconheça as limitações físicas e sociais exercidas pelo mundo sobre os seres humanos, o enfoque existencialista recai sobre aquilo que o sujeito escolheu viver, como revela a máxima sartreana de que o importante não é aquilo que fazem de nós, mas o que fazemos do que os outros fizeram de nós. György Lukács, por sua vez, ao questionar os modos de ser e pensar na sociedade burguesa, se deparou com o existencialismo Sartreano e iniciou o clássico confronto entre existencialismo e marxismo. Uma psicologia marxista deve ter a possibilidade de polemizar e pensar dialeticamente. O marxismo é uma noção filosófica que estabelece os princípios nos quais as ciências particulares se desenvolvem. As relações entre psicologia e marxismo nem sempre resultam em uma psicologia marxista e nem por isso é menos legítima. Na prática, se determinada teria expressa o caráter intencional emancipatório contido no marxismo, se expressa a sua essência revolucionária. Em síntese, a psicologia marxista seria a tentativa do fazer de conhecimentos psicológicos com as ferramentas do marxismo.



O objetivo geral deste trabalho foi compreender quais as concepções e críticas de Lukács ao existencialismo, considerando suas contribuições para a Psicologia. Os objetivos específicos do estudo foram: 1) Compreender como a crítica lukacsiana do existencialismo problematiza a relação indivíduo-sociedade; 2) Descrever as contribuições e limitações da crítica lukacsiana do existencialismo para a Psicologia, especialmente vertentes influenciadas pelo existencialismo. Buscando explorar as contribuições desses referenciais teóricos para a emancipação humana, considerando quais concepções de homem contribuem para uma Psicologia que valorize a transformação da realidade social. Esta pesquisa foi realizada seguindo três etapas: 1) levantamento e seleção de textos de Sartre e Lukács, além de estudiosos de suas obras; 2) leitura imanente destes textos, com o objetivo de captar a compreender os aspectos da realidade; 3) síntese tendo como vetores de análise os objetivos definidos neste projeto.

O conceito de liberdade utilizado por Sartre considera que ainda que se crie uma situação que interfira na vida de outrem, isso não se constituiria um limitante em sua liberdade, exemplificando com a situação em que um torturado teria a liberdade de escolher entre denunciar os seus aliados ou guardar o silêncio. Ao não elaborar uma definição clara de liberdade, indicando que qualquer decisão pode ser tomada independente dos recursos internos existentes no indivíduo, a moral existencialista seria eclética e cheia de contradições, por apontar qualquer caminho como possível. De acordo com Lukács, Sartre distorce o marxismo ao considerar que o materialismo utilizado é metafísico, desconsiderando a dialética que o coloca em relação com o restante do mundo. Assim, as discordâncias de Sartre acerca do marxismo se dão devido ao seu desconhecimento dos postulados desta tradição. Além disso, haveria uma inversão nos pontos de partida das duas teorias: o existencialismo parte de ações individuais isoladas, enquanto o marxismo busca organizar o caos das ações individuais, tornando-as objetivas. Sem negar o papel da subjetividade na história, o marxismo remonta os fundamentos materiais da ação humana. Assim, para Lukács, restam apenas duas alternativas para o existencialismo: falsear as concepções marxistas ou incorporá-las ao existencialismo erroneamente. A metamorfose realizada por Sartre sobre as ideias marxistas as transforma em um lugar-comum abstrato e absurdo quando exprime frases como “um burguês opressor é oprimido por sua opressão”. De acordo com Lukács, Sartre estaria expressando o núcleo do pensamento liberal ao defender a liberdade ontológica de homens e mulheres, sendo uma metafísica a-histórica devida à sua inegável vinculação com a fenomenologia alemã. Ele considera que o posicionamento de Sartre era idealista e o seu encontro com o marxismo e com a história seriam deveriam vir acompanhados da recusa das teses presentes em *O ser e o nada*. Segundo Lukács considerações realizadas por Sartre nas obras que se seguiram, como em a *Crítica da razão dialética*, se apresentam como parasitas que viveriam às margens do marxismo. A crítica lukacsiana se sustenta na tese de que Sartre reconhecia as contribuições do marxismo e o definia como a teoria insuperável de nosso tempo, mas era incapaz de compreender a subjetividade concreta (BELO, 2008).

A Psicologia surge como um conhecimento científico de orientações teóricas difusas. Assim como outros campos do saber, a Psicologia foi (e é) alvo de disputas em meio à luta de classes. Desde as correntes positivista, passando pela psicanalista, até às humanistas se fazem presente no pensamento Psicológico. Buscando atribuir unidade à Psicologia, alguns intelectuais como Vigotski e Sartre se comprometeram com a tarefa de oferecer respostas ao despedaçamento teórico existente nessa ciência. O existencialismo foi uma das respostas na qual a Psicologia se assentou na tentativa de compreender a existência humana a nível individual. Essa filosofia se opunha às concepções que fragmentem o indivíduo, direcionando o seu foco para aquilo que o indivíduo escolheu viver. O existencialista possui aquilo que, por Calviño (2013), é essencial para aqueles que se proclamam marxista: o engajamento. Ainda que seja considerada uma doutrina aviltante, o existencialismo se expressa como o contrário disso: ela movimenta. Tira os indivíduos de seus lugares confortáveis de culpabilização do outro, da vida, da sociedade e o coloca como alguém responsável e ativo. Sem desconsiderar as imposições sociais, o existencialismo é uma filosofia de possibilidades, retirando homens e mulheres da inércia e colocando-os em atividade. É possível perceber que, à medida que Sartre se aproxima do marxismo, o existencialismo perde expressividade. Isso permitiria levantar a hipótese que, conforme afirmou Lukács (1979), Sartre de fato não possuía amplo domínio sobre os postulados marxistas e, quanto mais se aproxima dessa tradição teórica, mais se depara com as limitações do existencialismo, buscando incorporar o marxismo a este. Apesar disso, é admirável o movimento de reconhecer as limitações de seus estudos e traçar meios para superá-los. O marxismo-leninismo condenou um conjunto de teorias como “ideologias burguesas” ou “pequena burguesas” e entre elas estava o existencialismo. Para Lukács, o existencialismo é uma filosofia da pequena burguesia intelectualizada. De acordo com ele, a noção de liberdade empunhada por Sartre era um desejo expresso em consequência do crescente fascismo. Quando Lukács utiliza a classe social de Sartre como argumento para invalidação de sua teoria, ele parte da concepção mecanicista de

história e constituição do sujeito, que tem origem em Lênin com a teoria do reflexo. É inegável que a classe social e o momento histórico compõem a produção teórica dos autores, mas esse processo passa por uma série de mediações que torna impossível estabelecer uma relação de causa e consequência entre a classe de origem e a produção teórica desenvolvida). Uma vez que o existencialismo é uma corrente filosófica utilizada que compõe a atuação de psicólogos e psicólogas, a crítica de Lukács oferece condições de avanço nesses conceitos. Embora o existencialismo francês tenha avançado e realizado autocríticas acerca de seu isolamento histórico na fase inicial de desenvolvimento da teoria, ainda hoje ele é utilizado por abordagens humanistas da Psicologia sem esse viés crítico. Se reproduz com enorme frequência o Sartre de *O ser e o nada*, desconsiderando os apontamentos realizados por ele após a sua aproximação ao marxismo. Ainda que a crítica de Lukács tenha radicalizado e descontextualizado alguns dos posicionamentos de Sartre, elas podem servir de alerta para as possíveis faces assumidas a partir da epistemologia existencialista/ fenomenológica. A liberdade isolada do contexto social, conforme prometida por Sartre em sua primeira fase pode possibilitar o desenvolvimento de abordagens psicológicas meritocratas, elitistas e a serviço do status quo. Por outro lado, uma Psicologia que considere, de fato, os postulados do existencialismo francês seria capaz de se engajar e transformar ao lado de movimentos sociais.

Burguesia nacional se suicida diante da crise

Autor: Carmen (FACDO Araguaína) e Gabriel Araújo (Jornal O Homem Livre)

A psicologia está marcada historicamente por análises psicologizantes dos fenômenos, perdendo de vista sua base material e concreta. Com efeito, o suicídio, enquanto objeto de estudo, se encontra nesse quadro de concepções, que afetam a produção da identidade e do papel da psicologia, e que terminam por colocá-la a serviço do capital. É sobre isso que aborda Berenchein Netto (2007) ao colocar as categorias materialistas como base para a análise do suicídio, principalmente a categoria trabalho. A pesquisa de Berenchein Netto retoma, a propósito, "Sobre o suicídio" – obra de Marx (1846/2006), elaborada a partir de excertos escritos pelo burocrata francês, Jacques Peuchet, sobre os casos de suicídios da época em que trabalhou na administração estatal e na polícia francesa. É com base nesse referencial materialista que o presente trabalho buscou compreender a produção social do suicídio entre empresários brasileiros ao longo da atual crise do capital.

Marx em sua absorção das informações contidas nos casos relatados por Peuchet – casos estes não apenas limitados a somente uma camada social específica da sociedade –, identifica o suicídio enquanto a última via individual de manifestação humana (manifestação esta que pode ser provocada por inúmeros fatores) no que toca a vida privada, ou seja, uma clara ação social com objetivo de gerar um determinado impacto naqueles que permeiam as relações sociais diversas para com autor da ação, constituindo um fenômeno natural na história material dos homens. O suicídio seria a última medida individual a ser tomada pelo indivíduo afligido pelas mazelas da sociedade burguesa com seu modo capitalista de produção.

Marx naquele momento já compreendia que a dinâmica dessa sociedade implicava em uma premissa fundamental para sua operacionalização, que seriam as suas crises. E analisando os dados de Peuchet em paralelo com as crises capitalistas de sua época, identificou a explosão de suicídios delas decorrentes. A crise capitalista de 1929 é comparável em níveis de devastação à crise que se encontra aberta até os tempos atuais e que ficou mais nítida na superfície no ano de 2008; até mesmo do ponto de vista "sintomático" se assemelham à medida que tiveram como uma de suas principais características o suicídio de centenas de empresários.

Em outubro de 2008, logo em seguida à falência do banco Lehman Brothers houve um aumento de 132% nos registros de ligações para as redes de SOS suicida, quando comparado com o mesmo período em 2007. Uma pesquisa sobre os impactos globais da crise de 2008 foi realizada por pesquisadores da Universidade de Oxfam e de Bristol, publicado no *British Medical Journal*. O estudo abarcou 54 países (das Américas e da Europa), avaliou um ano pós-crise, obteve dados e informações através de levantamentos e relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Centro de Controle de Doenças e Prevenção e do Panorama Econômico Global do Fundo Monetário Internacional (FMI). A pesquisa constatou que houve cinco mil suicídios a mais do que era esperado, uma elevação de 6,4% para as Américas e 4,2% na Europa. Outro estudo, publicado na *British Journal Psychiatry*, constatou que a crise provocou dez mil suicídios entre os anos de 2008 e 2011. O estudo feito por pesquisadores da Universidade de Oxfam e da London School of Hygiene & Tropical Medicine, abarcou 24 países europeus, o Canadá e o EUA.



No caso brasileiro temos o exemplo dos industriais brasileiros: o dono da Luizzi Estofados de Rio Claro-SP, Luís Antônio Scussolino (66 anos), e do dono da Cerâmica Sergipe, Sadi Gitz, líder de mercado em Sergipe e político do conjunto de empresários do estado. No primeiro caso, de Scussolino, o mesmo retirou a própria vida no dia 21 de julho, dentro da sua própria fábrica no interior paulista. E, ao que tudo indica, o suicídio foi causado devido a queda em suas vendas e a crise, que certamente o colocava em um campo atrativo de fortes pressões pelas circunstâncias em que se encontrava. Já no segundo caso, do empresário Gitz, a manifestação de contraposição às circunstâncias político-econômicas em que o mesmo se encontrava culminou na atitude de tirar a própria vida no Simpósio de Oportunidades promovido pelo Governo do Sergipe, entre o discurso do Governado de Sergipe, Belivaldo Chagas (PSD) e do Ministro de Minas e Energia, Almirante Bento Albuquerque, chamando o governado de “mentiroso” e, por fim, se matando com um tiro na boca.

O Brasil, país de capitalismo atrasado e que até pouco tempo atrás possuía um parque industrial que de certa forma poderia enquadrar-se como intermediário (e avançado em certa medida se comparado com demais países do continente latino-americano), vem sofrendo um ataque sistemático a seu parque industrial desde o começo da década de 1990. A indústria que na década de 1980 chegou a representar mais de 30% do PIB do país, atualmente representa míseros 10% (mesma quantidade que na década de 1950). São mais de 1 milhão de postos formais de trabalho fechados nos últimos quatro anos. Na construção civil, com toda a ofensiva do judiciário, da imprensa e do imperialismo (com o objetivo de eliminar uma forte concorrente internacional), também são mais de 1 milhão de postos fechados nos últimos cinco anos.

Atualmente, guiado por processo semelhante na década de 90, o governo de Jair Bolsonaro, ao tocar um acordo de “livre-comércio” com a União Europeia, visa aprofundar esse processo de devastação do parque industrial do país, estabelecendo uma relação de dependência do capital estrangeiro. De 2018 para 2019, de acordo matéria do portal Pravda de Milton Lourenço com base em dados da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), houve uma queda em 9,8% nas exportações brasileiras. O país reduziu para 1/3 do que era nos ano 2000 a exportação de máquinas, equipamentos e meios de transporte para os norte-americanos (que representavam 60% das exportações em 2000, para 23% em 2017). A previsão do PIB, por sua vez, já foi reduzida incontáveis vezes e marcha rumo ao resultado negativo. Nesse sentido, observando estes dois casos emblemáticos aqui citados, pode-se deduzir que há uma tendência latente de que esta pode ser a gênese do “1929 brasileiro”, em alusão ao ocorrido nos E.U.A naquele ano.

De acordo com Berenchtein Netto (2012), o suicídio enquanto fenômeno psicossocial possui um caráter de denúncia sobre o sistema que o produz. O trabalho de Netto tem como eixo de análise mortes suicidas de trabalhadores; no presente artigo, por outro lado, trazemos uma breve análise para a compreensão de mortes da burguesia nacional, representada aqui por industriais. Os resultados são, entretanto, convergentes. Ocorre que no governo ilegítimo e golpista, a venda do país para o capital internacional esta matando inclusive elementos da própria burguesia nacional, levando-a a ter de tirar a própria vida devido aos sucessivos fracassos econômicos que lhes são impostos de dentro para fora, da norte-américa para a sul-américa.

Com efeito, os últimos dados divulgados pelo Ministério da Saúde sobre a taxa nacional de suicídios (comparação dos anos de 2015 e 2016) observou um aumento em 2,28% no número de suicídios, porém destacou que havia a possibilidade desse número ser 20% maior. Sendo assim, nota-se que a crise política e econômica provocada pela sanha dos banqueiros internacionais e dos golpistas, tem elevado o aumento de suicídios no país. Ao articularmos esses dados gerais do panorama econômico e político com a particularidade subjetiva de elementos da organização produtiva, fica explícito como é a dinâmica do agravamento do processo de sofrimento provocado pelas constantes crises capitalistas, mesmo para a elite brasileira, e, no caso específico do Brasil, pela adoção de uma agenda que é literalmente de destruição nacional, em claros rumos neocoloniais para a transformação desses mais de 8 milhões de quilômetros quadrados em uma grande fazenda do imperialismo norte-americano e europeu.

Em síntese, resta dizer, o suicídio no Brasil tem sido um meio estratégico para a implementação da agenda imperialista; ao passo que abre os caminhos para o capital estrangeiro – matando maiorias populares mas também empresários - sua manifestação como fenômeno psicológico, se analisado pela ótica hegemônica contribui com o mascaramento de tal realidade social e histórica, operando como instrumento ideológico a serviço do capital. Por essa razão, o materialismo histórico se faz urgente nas análises da psicologia social a fim de desvelar as contradições que estão na base da produção subjetiva e contribuir com o entendimento do papel - político - da psicologia de acordo com os dados da conjuntura (MARTÍN-BARÓ, 1996), buscando a construção do socialismo como alternativa para a vida, pois nem as camadas dominantes na ordem vigente estão ilesas de serem engolidas por esse sistema, que se encontra em seu período mais destrutivo.



Referências

- Berenchtein Netto, Nilson. Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. (Dissertação de Mestrado)
- _____. Educação, saberes psicológicos e morte voluntária: fundamentos para a compreensão da morte de si no Brasil Colonial. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. (Tese de Doutorado)
- Martín-Baró, Ignacio. O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia* 1996, 2(1), 7-27
- Marx, Karl. Sobre o suicídio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

Colonização, guerra e saúde mental: Fanon, Martín-Baró e as implicações para a Psicologia

Autor: Kíssila Teixeira Mendes (UFJF) e Pedro Henrique Antunes da Costa (UnB)

O presente trabalho objetiva discorrer sobre as compreensões de Frantz Fanon e Ignacio Martín-Baró acerca da relação entre guerra, colonização e saúde mental e como podem contribuir para a análise e entendimento de nossa realidade presente. Posteriormente, pretendemos refletir em que sentido tais subsídios se estendem e aplicam à Psicologia brasileira e seu projeto de ser humano e sociedade, na compreensão e abordagem dos fenômenos e realidade do país e suas gentes. Trata-se de um artigo teórico. Buscando alcançar a proposta, começamos por Fanon, com uma breve apresentação sobre a sua trajetória acadêmico-militante e focalizando nossa análise em seu livro - *Os Condenados da Terra* - e, nele, no capítulo *Guerra Colonial e Distúrbios Mentais*, extraindo elementos para pensarmos nossa realidade e presente momento histórico. Posteriormente, nos debruçamos sobre Martín-Baró, seguindo o mesmo caminho utilizado com Fanon e enfocando no seu texto *Guerra e Saúde Mental* (Martín-Baró, 2017a). A escolha destas duas obras, se deve ao fato que nelas, eles se assentam de maneira específica sobre os temas tratados no presente trabalho, por mais que eles atravessem suas trajetórias como um todo, sendo complementadas por outras produções dos autores. O primeiro foi um psiquiatra, filósofo, intelectual e revolucionário nascido em Martinica, colônia francesa no Caribe, mas com marcante presença na luta pela libertação na Argélia. Já o segundo, foi um padre jesuíta, filósofo, teólogo e psicólogo nascido na Espanha e naturalizado salvadorenho, onde também teve atuação marcante em um contexto de guerra civil pela libertação do povo de El Salvador. Ambos se propuseram a pensar e transformar a realidade colonial que lhes circunscrevia e como essa forjava indivíduos por meio de processos de negação, com impactos em suas subjetividades e, portanto, saúde mental. Ademais, foram atravessados por guerras sangüinárias que, pelo lado dos explorados e oprimidos, almejava autonomia e libertação, e, pelo polo colonizador, a manutenção da dominação.

A saúde mental está, mais do que nunca, em voga. E isso nos indica dois aspectos centrais - igualmente preocupantes - que se retroalimentam. Primeiro, que estamos sofrendo mais. E os estudos mostram o aumento na prevalência de transtornos mentais. Segundo, que devemos considerar a intensificação de uma lógica de psicopatologização da vida, expressa ilustrativamente nas classificações diagnósticas em saúde mental, como o modelo nosográfico do Código Internacional de Doenças (CID) e Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM), e que, por sua vez, no remete às próprias raízes da psiquiatria e seu mandato social de controle. Aliado a isso, temos a importância do lobby de indústrias farmacêuticas, conjugando psicopatologização e medicalização, e de categorias profissionais, para quem quanto mais "loucura", doença e, portanto, loucos e doentes, mais pacientes e fontes de renda. E isso nos traz à realidade brasileira. Um país da periferia da dinâmica capitalista, cuja constituição de base colonial-escravocrata, teve como razão-de-ser a ocupação e rapinagem de bens e gentes para sanar desejos e necessidades mercantis-econômicas dos invasores. Um sentido da colonização e de país "para fora", conforme analisou Caio Prado Júnior (2011). País e suas gentes que se fizeram (e foram feitos) não apenas em contato com o outro, mas a partir dele e conseqüente negação de si. Um outro que se desenvolve economicamente pela produção de nosso "subdesenvolvimento", implicando em uma condição de dependência e subserviência que se dá nas esferas econômicas e políticas, mas também reflete na dinâmica sociocultural como um todo, produzindo identidades e subjetividades que as expressem. Nisso, temos um brasileiro colonizado que se fez em terra arrasada; ao invés da somatória entre europeus, indígenas e africanos, é a subtração. Falar e abordar a saúde mental no Brasil significa, então, considerar a nossa constituição colonizada e como esta se expressa no conflito, na guerra, e por eles. Sendo assim, se os campos do saber-fazer, como a Psicologia, a Psiquiatria e afins, querem compreender e atuar com a saúde mental em nossa atualidade, para além da aparência, devem se



voltar para a forma como vivemos no presente, mas entendendo-a enquanto continuidade de um longo processo histórico - da sociedade e do Brasil circunscrito a ela -, o que nos remete às nossas bases constitutivas. E, nesse movimento, refletir sobre suas próprias fundações teórico-práticas e projetos ético-políticos.

Fanon conceitua os distúrbios mentais como germes de podridão imperialista/colonial que deveriam não só serem detectados, mas extirpados, tal como ervas daninhas que empesteiam as terras. Podemos, então, concluir que, se tais germes expressam uma putrefação sistêmica, no horizonte estaria a necessária eliminação deste sistema, e não só as importantes, mas remediativas podas e capinas nos planos objetivo e subjetivo. A influência de Fanon em Martín-Baró é candente, como poderemos ver à frente, sobretudo em suas análises sobre a relação entre colonização e violência e as implicações psicossociais da guerra.

A questão é como romper com esse estado das coisas e sociabilidade altamente eficazes em se manter, a despeito de si próprios. E, nisso, a dimensão subjetiva, possui um papel central. Sabemos da violência e ela nos atravessa, só que personalizada no outro. Consequentemente, nos polarizamos, como se a condição sistêmica de violência intrínseca e estrutural à sociabilidade capitalista e, sobretudo, a de constituição colonizada fosse culpa desses outros, com estes, em grande parte, sendo as principais vítimas dessa ordem violenta, exploratória e opressiva. Os níveis de encarceramento em massa não nos deixam mentir, fazendo da população encarcerada do Brasil a terceira maior no mundo, mas cuja violência cada vez mais se intensifica. E, por fim, as próprias formas de se apreender tal dinâmica em sua complexidade podem também conformar "mentiras", no sentido que a descaracterizam e obnubilizam, tal como Fanon apontou para os engendramentos e o papel desempenhado pela Psiquiatria em contextos de colonização.

Entendemos, portanto, que há uma continuidade da condição colonial numa etapa de desenvolvimento posterior da sociedade capitalista imperialista; uma preservação reengendrada e dinamizada, formando um "novo-velho". Logo, o horizonte libertador, explicitado por ambos, não se dará "apenas" por uma revolução nacional, mas uma revolução nacional socialista - internacional - e, por isso, africana, latino-americana etc. A construção de um novo homem, liberto, se dará quando este se libertar de todos os grilhões societários que lhe aprisionam, sendo este, um trabalho que engloba a todos e todas, inclusive dos países colonizadores e imperialistas.

As próprias trajetórias de vida de Ignácio Martín-Baró e Frantz Fanon, que nos apontam possibilidades e um horizonte mais do que possível: necessário. Em ambos os casos, práxis como critérios de verdade no sentido mais paulofreireano possível, onde, de fato, não houve distância entre o que se fez e o que se falou. Nos casos dos autores aqui trabalhados, as ideias não ficaram restritas ao papel, mas tornaram-se seus atos, corporificaram-se em pés e mãos. E ambos, ao se fazerem por suas ações, tornaram-se suas ideias. Praticaram o que disseram e, nisso, fizeram-se e o foram. Ficam os desafios para psicólogos(as), mas, mais do que isso, as inspirações como seres humanos, que só poderão ser libertos quando não houver mais nenhum outro explorado e oprimido.

Concepções de participação na Psicologia Comunitária: organização de consenso e hegemonia burguesa no Brasil

Autor: Larissa Soares Baima (UNESP Assis)

A proposta desta comunicação é a de trazer à discussão a ideia de participação social em sua possível funcionalidade na construção de uma forma passiva de consenso dentro do conjunto de transformações ocorridas no Brasil pós-redemocratização política, em especial nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016). Tem como objeto uma certa concepção de participação que tem sido veiculada em importantes produções recentes da Psicologia Comunitária. Trata-se de uma concepção que se fundamenta em uma proposta de trabalho comunitário crítica e alternativa a modelos ortodoxos de trabalho comunitário, como os desenvolvidos no Brasil sob a marca dos trabalhos de desenvolvimento de comunidades, ou os que foram historicamente dominantes em formas verticalizadas de participação social em políticas públicas. O modelo que se propõe crítico e alternativo a estes últimos, e que aqui se busca problematizar, é aquele apresentado como desenvolvimento comunitário.

A análise da concepção de participação presente nesta proposta de desenvolvimento comunitário, a partir da contribuição de uma abordagem genético-diacrônica da discussão de Antônio Gramsci (1891-1937) sobre o Estado em sua forma orgânica, torna possível a verificação de alguns fundamentos presentes tanto nos modelos ortodoxos de desenvolvimento de comunidades, como neste modelo alternativo do desenvolvimento comunitário. Ambos os modelos parecem veicular uma concepção de participação equivalente ao entendimento da composição do



Estado, em sua forma orgânica, que se difundiu a partir de interpretações hegemônicas do pensamento político de Gramsci, sobretudo aquelas realizadas na esteira da leitura de Norberto Bobbio (1909-2004).

Nestas leituras, a distinção entre sociedade política, sociedade civil e sociedade econômica, que em Gramsci é apenas um recurso metódico, é tornada efetiva, tendo, inclusive, uma positividade imanente atribuída à esfera da chamada sociedade civil. Esta distinção, levada ao pé da letra, parece estar presente nas concepções de participação veiculadas tanto nos modelos ortodoxos de desenvolvimento de comunidades, quanto em propostas alternativas, como a do desenvolvimento comunitário. Como consequência desta distinção, tem-se uma leitura de que é possível e desejável que as classes subalternas busquem o consenso e a hegemonia no interior da sociedade civil antes da tomada do poder, ou mesmo do enfrentamento direto ao Estado em sentido estrito.

A proposta de desenvolvimento comunitário, como uma alternativa crítica ao modelo verticalizado e hierarquizado de participação presente nos trabalhos comunitários ortodoxos, como os do desenvolvimento de comunidades, não parece, assim, superar esses elementos criticados. A problematização de sua concepção, a partir da contribuição teórica gramsciana, possibilita verificar que, na proposta de desenvolvimento comunitário, se verificam os mesmos pressupostos presentes nos trabalhos de desenvolvimento de comunidades, quais sejam: harmonização dos conflitos sociais, dissimulação do antagonismo de classes e despolitização da questão social.

Nesse sentido, acredita-se que propostas de trabalho comunitário que se fundamentam nesta concepção de participação acabam cumprindo um importante papel de organização do consenso de tipo passivo, sobretudo em sua articulação nos trabalhos dentro de políticas públicas ou de canais de abertura à participação cidadã democrática. Nos recentes governos PT, esse tipo de consenso, construído, principalmente, a partir das políticas públicas assistenciais, contribuiu, por um período, com a ampliação de uma importante base social para sua política de Estado. Junto à organização de um consenso ativo, construído a partir da assimilação de quadros políticos do movimento sindical e de movimentos sociais à gestão do Estado, essa forma de consenso passivo parece ter sido um importante elemento para o conjunto de transformações operadas nos referidos governos.

Tais transformações, ainda pensadas na chave conceitual gramsciana, não romperam com os mesmos velhos limites da formação econômico-social brasileira de um capitalismo dependente, financeirizado e de histórica ausência de transformações estruturais. Com uma combinação de processos de inovação-conservação, dentro dos quais a articulação ativa e passiva de consensos adquiriu importante papel, preservou-se um padrão de transformação que promoveu algumas atualizações no processo de acumulação capitalista, mas que conservou o caráter antidemocrático do Estado.

Divergindo de algumas leituras hegemônicas do pensamento gramsciano, que rejeitam a noção de revolução passiva como chave conceitual para explicar as transformações desse referido momento brasileiro, propõe-se, aqui, que o tipo de organização de consenso, possibilitado por formas de participação do tipo das incrementadas pelo modelo de desenvolvimento comunitário, foram funcionais à manutenção do padrão de transformações antidemocráticas e de atualização das formas de acumulação capitalista no país. É, contudo, também na contramão de perspectivas que positivaram uma certa fórmula de revolução passiva, transformando-a numa espécie de programa de uma transição socialista sem revolução – presente no historicismo de Benedetto Croce (1866-1952) e no caso brasileiro da leitura de Luiz Werneck Vianna –, que aqui se recorre ao referido conceito gramsciano.

Revolução passiva como chave conceitual para uma interpretação crítica do programa da burguesia, servindo à análise de sua política e hegemonia na direção do processo produtivo, do Estado e da cultura. Revolução passiva não como exceção do modo de operação das transformações históricas burguesas, mas como o modo mais generalizado, que se processa quando outros elementos ativos, de forma dominante, estão ausentes. Como o tipo de reformismo próprio da burguesia.

Nesta perspectiva, a presente comunicação tem como proposta defender que a concepção de participação veiculada em certas produções, como as várias que circulam na Psicologia Comunitária no Brasil, que se referenciam no modelo do desenvolvimento comunitário, preservam os mesmos fundamentos dos modelos ortodoxos de desenvolvimento de comunidades: conciliação de classes, despolitização da questão social e harmonização dos conflitos sociais. Isso, junto a outro elemento, não problematizado nesta comunicação, que é o do transformismo operado pelos principais instrumentos de organização da classe trabalhadora nos últimos 30 anos (CUT e PT), parece ter cumprido uma importante função na organização do consenso do conjunto das classes subalternas brasileiras às atualizações na acumulação capitalista operadas nos governos PT, com a preservação de sua política estatal antidemocrática.



Emancipação humana e Psicologia Social: o caso da Psicologia Crítica Alemã

Autor: Lucas Cruvinel (PUC=SP)

A Psicologia Crítica Alemã foi elaborada em um contexto de lutas estudantis do fim da década de 1960. Seu principal representante é Klaus Holzkamp, um professor-pesquisador da Universidade Livre de Berlim (FUB) que, em suas produções iniciais, tecia críticas a diversas abordagens da psicologia em uma perspectiva construtivista. A partir do acirramento das lutas sociais e diversas manifestações do movimento estudantil em sua universidade e, mais especificamente, no instituto de Psicologia do qual fazia parte, começou a ter contato com o marxismo e a crítica da economia política. Sua teoria compreende os indivíduos não como mero produto das condições que possibilitam sua existência, mas também criadores delas. Deste modo, este trabalho busca contribuir para a investigação de perspectivas em Psicologia que tenham como horizonte a emancipação humana e construção de um novo modo de sociabilidade a partir da superação do modo de produção capitalista. Cabe ressaltar que este resumo é produto de uma pesquisa de mestrado que encontra-se em andamento no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Assim, as conclusões aqui apresentadas são preliminares e com o intuito de buscar contribuições para o desenvolvimento do projeto. Admite-se, neste trabalho, certa limitação em relação ao acesso às fontes bibliográficas primárias que viabilizariam parte do estudo, uma vez que os textos originais de Klaus Holzkamp e de grande parte dos psicólogos filiados à Psicologia Crítica Alemã são escritos em alemão. Entretanto, existem produções sobre a Psicologia Crítica Alemã e traduções do próprio Holzkamp em inglês, espanhol e português. De acordo com Osterkamp e Schraube, a ciência não reflete a realidade, mas a cria virtualmente pela forma que a conceitualiza. Assim, a teoria deve ser localizada a partir de sua inserção na atividade produtiva e situar o pesquisador como parte ativa do processo. Da mesma forma, é possível estabelecer certo compromisso ético-político com o sistema produtivo em que se insere, mesmo que determinada teoria se pretenda neutra. Assim, essa pesquisa será realizada a partir do método histórico-bibliográfico guiada pelo materialismo histórico-dialético. Uma vez que a essência humana é dada a partir do conjunto de suas relações sociais, os estudos de Holzkamp ressaltam o caráter dual do psiquismo: a subjetividade está sujeita a condições dadas e à necessidade subjetiva de superar as condições que forçaram essa sujeição. Sua principal categoria de análise é a de agência como mediação entre o indivíduo e as atividades de sustentação da vida social. A agência representa a capacidade que os indivíduos têm, em cooperação com outros, de adquirir o controle sobre suas próprias condições de vida. Assim, a subjetividade e o sofrimento humano têm relação com a forma e o grau de controle que se tem das condições objetivas da própria vida, de forma que não é possível obter controle individual sem o controle coletivo. Em contrapartida, a agência restritiva corresponde aos casos em que as pessoas consideram melhor atuar de acordo com os limites impostos ao negociarem com aqueles que detêm o poder para impedir o estabelecimento de novas restrições ou resguardar o pouco controle que se tem. Entretanto, a agência restritiva reforça a dependência e contribui para a perpetuação da dominação de uns pelos outros. "Assim, a estratégia restritiva tem um fundamento subjetivo: no nível imediato e aparente, a potência de ação restritiva é um curso de ação mais racional do que desafiar estruturas de poder dominante". Ao controlar e viver às custas dos outros há um isolamento dos próprios indivíduos e uma redução da possibilidade de formar alianças para empreender uma agência coletiva que promova a autodeterminação dos sujeitos. Na tentativa de produzir uma Psicologia que se situasse do ponto de vista do sujeito e que almejasse mudanças reais e efetivas que contribuíssem para a promoção de melhoras subjetivas, Klaus Holzkamp elaborou uma revisão de vários conceitos difundidos em diversas abordagens. O pensamento, por exemplo, foi reconceitualizado a partir de sua relação com contradições reais. Ele representa a possibilidade de reproduzir as contradições existentes na realidade de forma não contraditória a fim de possibilitar sua superação na prática. Da mesma forma, a emoção é parte fundamental da agência humana e não é um fator contrário à racionalidade, como é difundido pela psicologia burguesa. Vale ressaltar que Holzkamp unifica as abordagens da Psicologia que defendem atuações circunscritas nos limites da sociedade burguesa (agência restritiva) como psicologia burguesa a fim de ressaltar seu compromisso ético-político em uma sociedade historicamente situada. Em contraposição, em uma perspectiva crítica, a emoção é a força motriz da aquisição de novos conhecimentos e possibilidades de ação e representa uma forma de acesso à relevância subjetiva dada pelos sujeitos de viver e agir em determinadas circunstâncias. A motivação tem, também, relação estreita com o conteúdo do que se almeja. Só se pode realizar algo de forma motivada quando é possível antecipar que isso trará melhorias para a sua própria vida e está dentro de suas possibilidades de ação. Deste modo, é possível compreender os esforços de elaboração

da Psicologia Crítica Alemã no sentido de contribuir para a emancipação humana a partir de uma apropriação crítica das produções em Psicologia.

Formação econômica e social brasileira e as raízes históricas do processo de consciência

Autor: Marcela Pereira Rosa

A discussão aqui proposta tem por objetivo abordar a particularidade da constituição do processo de consciência no Brasil. Buscamos refletir sobre suas raízes históricas, localizando-as nos processos de formação econômica e social brasileira. A discussão relaciona-se com o eixo temático “Estado, Democracia e Movimentos Sociais: contribuições da Psicologia Social” e o GT “Psicologia, Marxismo e formação social brasileira: História, pesquisa e intervenções”. Tomando a teoria social marxista como referencial de uma análise crítica, buscamos compreender a constituição do processo de consciência e suas diversas formas a partir da particularidade histórica da realidade brasileira. Trata-se, assim, de abordar alguns dos processos sociais que constituem a sociedade brasileira em sua concretude e, a partir de um enfoque psicológico, buscar compreender a maneira pela qual eles incidem e determinam a constituição de processos psíquicos.

O tema da constituição das formas de consciência forjadas no âmbito da sociedade capitalista é de profunda importância no que toca à tarefa revolucionária da superação desse modo de sociabilidade. Nenhum sistema social morre por si mesmo, sabemos, e uma sociedade para além do capital não é um destino inevitável, mas uma possibilidade histórica e objetiva, cuja efetivação depende da ação organizada e consciente da classe trabalhadora. Daí que seja imprescindível apreender em toda a sua complexidade os determinantes do processo de consciência implicados no movimento desta ação. O árduo trabalho em prol da emancipação humana, dentre tantos outros aspectos, demanda uma compreensão teórica apropriada acerca dos processos de constituição da consciência. Nos limites do presente trabalho, buscaremos trazer elementos iniciais, ensejando provocações que nos permitam avançar nesta discussão e contribuir para a compreensão da formação dos processos de consciência a partir de uma perspectiva dialética, materialista e histórica, tomando como referente as especificidades do caso brasileiro.

Para os fins da discussão proposta, abordaremos o processo de consciência a partir de duas dimensões que compreendemos serem distintas e, ao mesmo tempo, indissociáveis: a consciência de classe e a consciência individual. O processo de consciência, na maneira como aqui o entendemos, engloba a relação entre estas duas dimensões. Afastando-nos dos modelos analíticos da psicologia que fazem prevalecer o aspecto individual, compreendemos que o fenômeno da consciência deve estar inscrito no conjunto das relações que determinam o ser social da classe. Nossa compreensão acerca da consciência de classe apoia-se na leitura de Marx e Engels e de autores marxistas como György Lukács e István Mészáros. A consciência individual é conceituada a partir do referencial da Psicologia Histórico-Cultural, mais especificamente, de Lev Vygotski.

Partimos da compreensão do caráter histórico dos fenômenos psíquicos e buscamos recuperar as mediações dialéticas existentes entre a objetividade e a subjetividade e entre as dimensões sociais e individuais. Ao compreendermos o indivíduo como síntese das relações sociais das quais ele emerge, partimos do pressuposto de que aquilo que é interno do sujeito pressupõe a apreensão da essência do que é externo a ele. Trata-se, portanto, de desvelar os processos de mediação que convertem o social em individual, o intersíquico em intrapsíquico.

Em nossas reflexões, buscaremos enfatizar o caráter essencialmente histórico e social dos fenômenos psíquicos. Para apreendê-los em sua complexidade é necessário compreender seu desenvolvimento no quadro das relações sociais em que tais fenômenos se inserem, a saber, aquelas constituídas e constituintes do modo de produção capitalista. Como colocara Marx em sua conhecida assertiva, é a dimensão material da vida que condiciona todas as demais dimensões das relações humanas: “O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.

Compreender plenamente os processos de formação da consciência implica dotá-los de materialidade e historicidade dialética, debruçando-se sobre a realidade que constitui as bases de seu fundamento. É na particularidade histórica da formação econômica e social brasileira que encontraremos as raízes históricas das bases objetivas sobre as quais se assentam hoje os fundamentos de nossas formas de consciência. Assim, abordaremos alguns dos elementos que consideramos centrais nesse processo de formação.

A partir do lugar de colônia que a história nos relegou, nossa formação social se deu voltada para fora, em um largo processo de exploração econômica pautado sempre pelos interesses dos países centrais. No bojo da colonização do Brasil, nossa organização econômica surgiu, desde o início, voltada para o mercado externo, tendo como função primordial o abastecimento do mercado mundial a partir da especialização na produção de gêneros comerciais. Ao largo dos quatro séculos de colonização é que as bases da formação nacional brasileira foram sedimentadas, fazendo do país um grande empreendimento mercantil. Nas palavras de Caio Prado Jr., o Brasil surgiu como um negócio, que, ao longo da história, se especializou em fornecer produtos de diferentes gêneros para o comércio europeu. Desde a exploração do pau-brasil até os dias atuais, passando pela cana-de-açúcar, o ouro, o algodão, o café e a borracha, as terras brasileiras foram palco de um rotineiro e constante saque, que encheu os bolsos dos gigantes do que hoje chamamos mercado mundial. Acrescente-se a este quadro o emprego da mão-de-obra de indígenas e africanos escravizados. Sendo o escravismo um dos pilares da estruturação da colônia, o longo fio da história nos revela os caminhos pelos quais o capitalismo ganhava forma no Brasil, construindo seus palacetes por sobre os escombros da escravidão.

A formação social colonial no Brasil culminou em uma superestrutura de características e dinâmicas próprias, que inclui a formação de uma política de Estado manipuladora e alijadora das massas populares, encarnação da gênese da autocracia burguesa que se atualiza no decorrer da história. Da colonização à Independência, da República à “redemocratização” no pós-ditadura, acontecimentos históricos sempre efetivados “pelo alto”, a condição real de alijamento das massas populares se mantém intacta, camuflada, atualmente, por uma pueril democracia burguesa.

Subordinação, violência estrutural e o permanente alijamento das massas populares como expressão característica da autocracia burguesa são marcas fundamentais da sociabilidade brasileira em todo seu processo histórico. Acrescente-se aí a relação intrínseca que as relações patriarcais, de gênero e de raça, em seu imbricamento com as determinações de classe, sempre estabeleceram na realidade brasileira, forjando e atualizando sempre o inegável caráter machista, patriarcal e racista de nossa sociedade. Como já apontara Heleieth Saffioti, as opressões de gênero raça e classe, formam no Brasil um nó das contradições sociais que estruturam nossa sociedade.

A crise brasileira contemporânea – econômica e política – por seu turno, faz ressurgir traços marcantes desta sociedade colonial e escravista que delinearão nossa formação econômica e social. Daí que seja necessário recuperá-los. As contradições atuais da formação brasileira estão cravadas em seu passado colonial lusitano de origem mercantil. Estão aí as mais profundas raízes históricas da crise brasileira contemporânea, que insere-se, por sua vez, na crise estrutural do capital. Frente à inconclusa tarefa da superação de nosso passado colonial e escravista, traços característicos de nossa formação ressurgem e se atualizam, conformando os contornos particulares da nossa realidade presente.

Tendo em vista tais aspectos, discutiremos como nosso longo processo histórico de opressão, alijamento e alienação das massas, desdobra-se hoje na estruturação das formas de consciência da população brasileira. As bases objetivas dessa formação conformam nossa produção de ideias, afetos, sentidos, emoções e vontades, que também expressam e canalizam interesses sociais concretos nos marcos da luta de classes travada em nossa sociedade. A nosso ver, nossa consciência constitui-se a partir de um processo histórico que incutiu na sociedade brasileira a desigualdade estrutural e uma permanente condição de subordinação. A violência como herança cultural de nosso passado colonial se faz presente em nosso cotidiano até os dias de hoje: operamos e nos relacionamos atravessados por fortes resquícios de uma subjetividade escravocrata, intolerante, violenta e patriarcal.

Os processos de formação da consciência em nossa sociedade situam-se em uma realidade histórica construída a partir da cisão entre capital e trabalho que se particulariza em contornos específicos no caso brasileiro. A particularidade que medeia nossos processos de individualização acaba por impossibilitar o desenvolvimento livre e pleno do potencial humano, fundando uma consciência alienada, degradada e fragmentada que carrega consigo as marcas da subordinação, da dependência, do alijamento e das diversas formas de opressão. Compreender a maneira pela qual tais processos se dão é uma das tarefas prementes da Psicologia brasileira. É preciso conferir à análise psíquica a historicidade e a concreticidade que lhe são necessárias, fundando-a sobre as bases da dialética. Acreditamos que tais pressupostos são indispensáveis à construção de uma Psicologia que contribua efetivamente com a urgente e necessária tarefa da emancipação humana, da edificação de uma nova sociedade, estruturada em bases que superem a contradição capital-trabalho.



Ideologia de gênero e marxismo: quais as pontes teóricas dessa vinculação?

Autor: Brune Camillo Bonassi (Brune Bonassi)

Introdução

A intensão de minha pesquisa de doutorado é localizar, a partir do site do Movimento Escola Sem Partido (MESP), quais as formações discursivas que sustentam o uso do conceito ideologia de gênero. O que proponho para o vigésimo ENABRAPSO, é uma síntese de um capítulo da tese: o capítulo em que estudo como que o marxismo é vinculado à ideologia de gênero. Realço essas palavras nesse parágrafo porque elas estão incompletas, ou necessitam maior atenção. Não é apenas Marx que critica a família burguesa, mas também, e majoritariamente, Engels. Devemos então, de início, falar de como o marxismo-engelsismo está vinculado à noção de ideologia de gênero.

Em segundo lugar, devemos pôr em suspensão a palavra vinculado. O marxismo-engelsismo não está vinculado à noção de ideologia de gênero como duas teorias com pontos em comum que evoluíram paralelamente. O livro *A origem da família e da propriedade privada* de Engels, e *ideais de família marxistas*, estão na origem do conceito. Apenas mais um elemento precisa ser adicionado ao marxismo-engelsismo para que possamos entender o que a Igreja Católica teme ao denunciar uma ideologia de gênero na década de 1990: o livro *A dialética do sexo* de Shulamith Firestone, feminista ianque-canadense.

Em 1997 Dale O'Leary, católica ianque, lança o livro *Agenda de Gênero*, em que vincula os dois livros mencionados acima. No ano seguinte, um membro da hierarquia católica lança, no Peru, um artigo inspirado no livro de O'Leary com o título *Ideología del género: sus peligros e alcances*. A partir daí podemos rastrear todo um histórico (MISKOLCI; CAMPANA, 2017) de produção do medo contra um tipo de feminismo. Esse feminismo é caracterizado por lutas feministas - como descriminalização do aborto e direitos LGBTQs -, é mais extremo em alguns pontos - como a busca por abolição dos gêneros, para além da igualdade -, e delirante em outros, como na proposta de um comunismo cibernético de Shulamith Firestone.

É esmiuçando a teoria contida nos dois parágrafos acima que esse resumo seguirá. O método de análise de discurso foi a arqueogenealogia foucaultiana, em que se contrapõe formações discursivas. Essa contraposição visa o que ocorre nesse resumo: o rastreamento histórico de enunciados, a exposição de contradições em uma mesma formação discursiva, e em sua relação com outras, identificação de aglomerados estratégicos, etc.

Minha formação clínica é psicanalítica, portanto também parto do pressuposto que Shulamith Firestone se organizava de modo psicótico, rompendo alguns códigos morais da sociedade que necessitam ser mantidos. Seu delírio contribuiu para a paranoia contemporânea sobre a existência de uma ideologia de gênero. Mas, só chegou à grande mídia pela Igreja Católica que lhe deu repercussão como se as teorias de gênero fossem um equivalente da teoria da feminista ianque-canadense.

A doutrina comunista do casamento

Embora a teoria de Marx e Engels seja caracterizada por um regime de historicidade futurista - planeja a sociedade comunista e todos os obstáculos para chegar até ela -, a sexualidade aparece como um ponto fora da curva. Não há um futuro bem delimitado para a família. É necessário deixar a família cisheterossexual monogâmica, que visa a transmissão da herança, no passado. Porém, o que os autores propõem em contraposição? Para responder essa pergunta é necessário estudar o seu contexto histórico.

As revoluções francesa e Industrial promoveram tanto o liberalismo econômico, em detrimento do sistema feudal, quanto posteriores reações a ele (HOBBSAWN, 2014, p. 126). As reações ao liberalismo econômico tiveram o motor de seu desenvolvimento nas décadas de 1820-1830, quando Marx e Engels eram crianças. Livros que estudam essa época mostram como o trabalho infantil e de mulheres se tornou comum, alternativa a empregar homens adultos, que custavam mais. A indústria algodoeira de 1833 na Inglaterra, por exemplo, empregava aproximadamente 8000 crianças e 1000 jovens em tarefas como girar, costurar, dobrar e reparar tecidos (BAINES, 1835, pp. 342-343). O uso de máquinas, e o desemprego dos homens, gerou a morte por fome de 500 mil tecelões manuais nessas duas décadas na Inglaterra (HOBBSAWN, 2014, p. 79).

Segundo Engels, nas famílias que o homem não trabalha, o sustento da casa pela mulher e pelas crianças faz com que elas percam a noção de autoridade dos pais e maridos (ENGELS, 1975, p. 193). As mulheres podem divorciar-se, os filhos, saírem de casa. A desagregação da família mostra que "(...) não é o amor familiar o elo da família, mas sim o interesse privado conservado necessariamente nesta falsa comunidade de bens." (ENGELS, 1975, pp. 192-193).



A monogamia, no entanto, não é rechaçada por Marx e Engels (RIAZANOV, 1945, pp. 75-76). O livro de David Riazanov, ex-diretor do Instituto Marx-Engels de Moscou, reúne passagens de Marx e Engels contidas em documentos que não foram publicados ou são pouco acessíveis. Nesse livro fica explícita a crença de Marx e Engels no sistema binário cisgênero heterossexual, e no potencial de uma monogamia. Porém ela não deve ser atravessada por relações financeiras (RIAZANOV, 1945, pp. 26, 75, 77), ou melhor, relações financeiras de caráter exploratório não devem ter papel na formação ou manutenção de uma família.

Na família burguesa, "(...) o homem é o burguês e a mulher representa o proletário." (ENGELS, 1984, p. 80), somente em uma sociedade de igualdade social efetiva (ENGELS, 1984, p. 81) "(...) economia doméstica converter-se-á em indústria social" (ENGELS, 1984, p. 82). Se considerarmos a economia doméstica aristotélica, a mulher é submissa ao homem, trabalha para ele (ARISTÓTELES, 2016, pp. 205-206).

Na indústria social a mulher trabalha para a sociedade, sendo as tarefas de casa função independente do sexo. Segundo Marx, na idade em que poderiam dispensar cuidados maternos, as crianças seriam criadas e educadas por instituições do estado, não dependendo financeiramente de seus pais (RIAZANOV, 1945, p. 46-47). Isso libertaria as crianças da submissão financeira dos pais, e a mulher, podendo trabalhar, não estaria submetida ao marido.

Essa passagem obscura de Marx sobre a gestão de crianças no comunismo, escrita em um programa destinado à Associação dos Comunistas (Bund der Kommunisten), é inaplicável no Brasil. Deve-se levar em consideração que a maioria das famílias quer criar suas crianças, sendo a melhor opção as escolas que funcionam durante o turno de trabalho dos cuidadores. Em adicional, ela é contraditória: se no comunismo não há estado, como o estado pode estar encarregado das crianças?

Em resumo, a doutrina comunista do casamento: a) visa a igualdade de condições de trabalho a homens e mulheres; b) é cisheterossexual; c) é monogâmica; d) não deve ser atravessada por questões financeiras; e) possui propostas impraticáveis; e f) é contraditória.

O feminismo de Shulamith Firestone

Firestone parte de uma crítica a Marx. O marxismo, na visão da autora, teria um viés contrário às mulheres (FIRESTONE, 2003, p. 7). O sistema de classe fundamental, na sua leitura feminista, é o da família patriarcal nuclear (FIRESTONE, 2003, p. 12; 44), em que a função reprodutiva determina a identidade da mulher, do homem, e as regras de casamento.

No comunismo cibernético que propõe, as crianças seriam criadas em households (unidades de 7 a 10 pessoas), a monogamia deixaria de existir (FIRESTONE, 2003, p. 207). Dentre os quatro pontos de seu comunismo cibernético, o quarto é o mais delirante: a liberdade sexual para mulheres e crianças, todas as formas de sexualidade permitidas e incentivadas. Esse quarto ponto inclui a legalização das relações sexuais entre adultos e crianças (FIRESTONE, 2003, p. 215).

Nomeando Firestone como idealizadora do feminismo de gênero, Dale O'Leary (1997) produz material suficiente sobre os perigos da Agenda de Gênero para criar a paranoia inerente ao termo Ideologia de Gênero. Transforma o feminismo em uma realidade massificada e combativa, o que é ilógico, porque o feminismo em si é múltiplo, e sua grande maioria viria a discordar de Firestone. O'Leary toma o feminismo de gênero como inimigo por partir de uma teoria extrema, e esse extremismo virá a corroborar para a paranoia sobre ideologia de gênero no Brasil atual. Conclui que a Igreja Católica produziu e disseminou o do conceito Ideologia de Gênero, majoritariamente a partir da leitura de Firestone do marxismo-engelsismo.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2016

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto Alegre: Afrontamento, 1975.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família e da propriedade privada*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

FIRESTONE, Shulamith. *The dialectic of sex*. Straus and Giroux: New York, 2003.

HOBBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

MARX, Karl. *O capital*. Vol. II. Nova Cultura: São Paulo, 1996.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. *Ideologia de gênero: notas para a genealogia de um pânico moral cotidiano*. *Revista Sociedade e Estado*, 32, 3, 2017, pp. 725-747.

O'LEARY, Dale. *The gender agenda*. Lafayette: Vital Issues, 1997.

RIAZANOV, David. *A doutrina comunista do casamento*. São Paulo: E.C.I., 1945.

Ideologia e significado: aproximações para a intervenção no atual cenário político-social

Autor: Fellipe Coelho-Lima (UFRN)

Ainda que abandonada nas últimas décadas, a ideologia, enquanto categoria que trata do papel das ideias na determinação dos rumos dos conflitos sociais, marca profundamente o momento atual do capitalismo tardio. Isso é o que pode ser observado, por exemplo, nos diversos movimentos contestatórios da década de 2010, como o Occupy Wall Street, nos EUA; Indignados, na Espanha; nas Jornadas de Junho de 2013, no Brasil; na Primavera Árabe; ou nos movimentos como o Black Lives Matter e o Ni Una Menos. Muito mais, sua relevância se torna crescente quando se observa a ascensão de projetos e governos populistas de extrema-direita que remontam a elementos fascistas, como no caso brasileiro. Não obstante, o que muitos analistas políticos, acadêmicos e militantes tem se espantado é com a capacidade desses grupos em convencer um conjunto considerável da classe trabalhadora que as medidas por eles defendidas, que concretamente se direcionam a eliminação dos seus direitos, seriam o melhor caminho para esses trabalhadores. Nessa direção, vem sendo resgatado progressivamente a categoria de ideologia para explicar (e intervir) sobre esses processos. Conquanto haja esse resgate teórico, por outro, não é tarefa simples recorrer ao estudo da ideologia, considerando diversas barreiras que esse campo enfrentou nas últimas décadas. Do ponto de vista da Academia, uma das dificuldades foi converter os debates do campo filosófico-político para a sua identificação no cotidiano das pessoas. O objetivo desse estudo é apresentar uma proposta de abordagem teórico-metodológica que colabore com a superação dessa barreira metodológica do estudo da ideologia. Nessa direção, metodologicamente, optou-se pela exploração dos conceitos de ideologia presente na segunda parte da obra do filósofo marxista húngaro Georgy Lukács, *Para uma Ontologia do Ser Social*; e de significado, tratado pelo psicólogo soviético Lev Vygotsky em *Pensamento e Linguagem*. A escolha desses autores e obras não é acidental. O recurso à obra lukacsiana deve-se à visada original empreendida pelo autor em assumir a ideologia não de um ponto de vista gnosiológico, redundando na polarização verdadeiro/falso, mas sim ontológico, compreendida como uma categoria do ser social e que possui função específica nas relações sociais. Da mesma forma, o recurso à Vygotsky é pelo potencial que sua análise acerca da unidade sentido/significado possui em permitir compreender a relação dialética entre o indivíduo e a sociedade, principalmente, o modo como os sujeitos metabolizam os elementos da cultura e, a partir dela, organizam a sua ação. Seguindo esses pressupostos, para Lukács, a ideologia encontra-se materialidade na linguagem e é por meio dela que alcança a determinação da práxis dos sujeitos. Ao integrarmos a essa conclusão as ponderações de Vygotsky, podemos assumir que mais precisamente a ideologia se realiza nos significados que circulam socialmente e são internalizados pelos sujeitos. Então, o acesso da ideologia à consciência individual segue o mesmo processo que os demais elementos da cultura, qual seja, o de internalização dos significados. Tais significados, realizam os pensamentos, as ideias, por ser a dimensão da palavra que carrega as representações generalizadas da realidade. Isso é válido tanto no plano social, sendo os significados o conteúdo da cultura, seja no individual, sendo eles o conteúdo da consciência – produto e produtora dessa cultura. Assim, a ideologia, como qualquer outra ideia produzida pelo ser humano, encontra efetividade nas relações sociais por meio desses significados. Por se efetivar nos significados, é que passa a ser possível a ideologia se confirmar como uma ideia destinada a influenciar os sujeitos. Ao mesmo tempo, por se constituir como significados, é que a ideologia pode operar na função de comunicação e, sendo integrada à linguagem interior, passar a servir de instrumento para a organização do pensamento dos indivíduos e planejamento das suas práxis. Em outros termos, ao ser internalizada, assim como os demais elementos da cultura, a ideologia tem a possibilidade de produzir novas estruturas mentais que guiam a consciência e a práxis dos sujeitos. A partir dessa aproximação teórica é possível construir o circuito que se inicia na origem de uma ideologia e finaliza na determinação da práxis do indivíduo. Ele pode ser sintetizado da seguinte forma: 1) de acordo com a posição dos diversos grupos e classes nas relações sociais e de produção, emergem necessidades materiais vitais distintas que podem entrar em discordância; 2) quando o atendimento das necessidades de um grupo/classe corresponde, forçosamente, à negação da necessidade de outro grupo/classe se instaura um conflito social; 3) para resolução desse conflito social é preciso que as classes mobilizem os indivíduos, a fim de os orientar a resolver tal conflito da forma que a necessidade de uma das classes prevaleça; um dos mecanismos utilizado para persuadir esses sujeitos é a ideologia; 4) para cumprir esse objetivo, a ideologia precisa veicular-se na vida cotidiana dos homens e mulheres por meio da linguagem, assumindo o status de um elemento cultura; 5) a linguagem é constituída por significados sociais que se constituem em formas de generalização e abstração da realidade, os quais permitem tanto a comunicação, como reali-

zação do pensamento dos sujeitos; 6) portanto, as ideologias, ao se veicularem na linguagem, de fato se realizam nos significados sociais; 7) a ideologia, enquanto significado social pertencentes à cultura é apreendida pelos sujeitos por meio da comunicação; 8) os significados sociais apresentados por meio da comunicação aos indivíduos podem ser internalizados quando apresentam-se como uma ferramenta para a resolução de uma situação dramática do cotidiano desses sujeitos; 10) esses significados sociais que realizam a ideologia quando metabolizados passam a compor a linguagem interior; 11) ao comporem a linguagem interior, esses significados são reelaborados, refratados pela vivência do sujeito, a partir do enriquecimento de seu conteúdo de acordo com as memórias, conhecimentos, afetos e demais “fatos da consciência”; 11) a ideologia, ao servir de ferramenta de organização do pensamento e subordinação das funções psicológicas superiores – quando compõe a linguagem interior – diante das experiências do cotidiano, traduz-se em pensamento; 12) ao mesmo tempo em que chega a dimensão do pensamento, por estar organicamente vinculado a este, a ideologia também atinge a dimensão afetivo-volitiva; 13) somente após chegar no nível do pensamento/afeto é que a palavra conscientizada, que efetiva as ideias com funções ideológicas, influencia a práxis, exatamente na dimensão de ideação da prática social; 14) as práxis informadas pelas ideologias interiorizadas passam pela prova da realidade ao guiarem a ação dos sujeitos sobre o drama vivenciado no dia a dia, podendo ser conservadas quando da superação do conflito. A partir dessas aproximações teóricas acerca da relação entre ideologia e significado é possível desdobrar algumas implicações para o atual cenário político-social brasileiro. O primeiro deles é compreender que a ação da ideologia sobre a práxis dos sujeitos não é algo mecânico, em que basta um grupo/classe produzir discursos com um determinado objetivo, que ele será replicado pelo grupo/classe alvo. Ao contrário, esse processo passa por duas mediações. Primeiro, que a “porta de entrada” da ideologia nas consciências é o confronto dos indivíduos com os dilemas do seu dia a dia. O que determinaria a maior possibilidade das pessoas se apropriarem de determina ideia (ou significado, nos termos aqui tratado) como ferramenta para elaborar a sua práxis é o quanto tal elemento cultural oferece respostas ao conflito do cotidiano que o sujeito enfrenta. Segundo, mesmo quando esses significados ideológicos são apropriados eles passam por um metabolismo, não sendo o todo dessa ideologia que se replica na consciência dos indivíduos. Outra implicação importante é de que a ideologia não se trata apenas da apresentação de argumentos lógico-rationais coerentes: muito mais, trata-se da possibilidade desses significados serem elaborados em forma de afetos que mobilizem para a ação. Do ponto de vista da ação política, essa constatação tem implicações importantes. Uma delas é de que uma ofensiva contra a ideologia conservadora com elementos fascista, não depende apenas dos discursos de contra-ataque produzido pelos organismos da classe trabalho se massificarem. É necessário que eles produzam respostas viáveis aos trabalhadores e às trabalhadoras acerca dos problemas que enfrentam em seu dia a dia. Para tanto, um passo anterior, é precisar quais são esses problemas que, a rigor, são a manifestação do conflito central do capitalismo (capital-trabalho). Além disso, o combate a ideologia conservadora também não ocorre exclusivamente pelo desmonte racional de suas ideias. É necessário que nesse embate o recurso a dimensão afetiva dos indivíduos seja considerado, de modo a movê-los de uma compreensão de realidade para outra, ou melhor, de uma forma de agir no mundo, para outra. Como aludido, o objetivo desse estudo foi apresentar um modo de se compreender a forma como a ideologia determina as práxis individuais no seu cotidiano, dando subsídios teórico-metodológicos para a explicação e intervenção sobre essa questão. Contudo, é necessário que tais reflexões sejam aprofundadas acerca do contexto político atual, levantando as estratégias, conteúdos e consequência da batalha ideológica que vem sendo travada. Potencializar os estudos acerca da ideologia é uma trilha tortuosa, ainda mais quando se opta por estudá-la em seu alvo final, as consciências e práticas dos sujeitos. Contudo, é um empreendimento necessário dado o nível de acirramento desses conflitos que, no limite, determinam a sustentabilidade da vida humana.



Patriarcado e neoliberalismo no Bolsa Família: reabrindo o debate sobre a titularidade feminina

Autor: Camila Borges Machado

Coautor: Fernando Santana (UFJF)

O presente resumo, recorte da minha dissertação de mestrado em Psicologia, tem como objetivo discutir sobre os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) na vida das mulheres bolsistas e titulares do programa, analisando o papel desempenhado por elas em seus cotidianos e a maneira como percebem a titularidade em suas vidas. Em torno dessa reflexão, o papel das mulheres no desenvolvimento da política social é problematizado, especialmente no contexto das políticas de ajustes neoliberais. Com isso, em razão da complexidade que envolve a questão, emerge a nossa indagação de partida: quais são as relações que têm sido construídas pelo Estado Democrático de Direito com as mulheres no trato da questão da pobreza? A pobreza e suas formas de enfrentamento, na abordagem marxista, só podem ser compreendidas em relação às contradições de classe entre aqueles que vendem a sua força de trabalho e aqueles que a compram. Assim, quanto maior a riqueza produzida na sociedade capitalista, maior a acumulação dela (mediante a exploração de mais-valia) e maior a pauperização da maioria que socialmente produz a riqueza. Seu real enfrentamento significaria a supressão da burguesia, enfrentando, assim, sistematicamente e estruturalmente o capitalismo, de modo a socializar a riqueza e construir uma sociedade socialista. Nesta lógica, encontramos um cenário, de certo modo, pessimista, visto que no contexto neoliberal e atual crise do capital, a pobreza está marcada pela intervenção estatal minimizada, políticas financiadas e focalizadas, bem como pelo desmonte da política e diminuição dos direitos sociais por meio da ascensão da extrema direita e projetos políticos alinhados com o imperialismo e o fascismo. Atualmente, o debate sobre as políticas sociais reside primordialmente sobre o PBF, visto que este tem constituído o sistema de proteção social brasileiro como alternativa para “erradicar” as consequências estruturais advindas do capitalismo. No meio desse processo, através da agenda neoliberal, as famílias, ou melhor, as mulheres, ocupam o papel de parceiras do Estado, envolvendo-as em uma rede de obrigações e condicionalidades impostas, de modo a garantir a implementação de políticas sociais a baixo custo estatal. Tal parceria ancora-se nos papéis tradicionais da família nuclear burguesa, isto é, a figura paterna como provedora e a materna como dona-de-casa e cuidadora. As mulheres, por razões ideológicas-patriarcais, são condicionadas à função de mediar a esfera privada (espaço familiar) e a esfera pública (política pública), sendo a principal personagem da política, seja na gestão, execução e como titulares dos programas sociais. Para o feminismo marxista, no cerne do capitalismo, a dominação e exploração dirigida contra as mulheres, sobretudo as mulheres negras, é uma precondição para acumulação de riqueza, produzindo, assim, uma relação dialética entre a acumulação de capital e destruição da força de trabalho feminina. A considerar a natural forma com que os papéis de gênero e a divisão sexual do trabalho ocupam na ordem social, o debate sobre as opressões de gênero e raça deve ser entendido através da relação direta com o trabalho reprodutivo e a socialmente naturalizada responsabilização feminina por seus lares. Tal responsabilização é reforçada, inclusive, pelos programas de ajustes neoliberais de combate à pobreza, como o PBF, visto que as mulheres, enquanto titulares preferenciais, foram encarregadas de gerir, de fato, as políticas sociais abandonadas pelo Estado na ofensiva neoliberal. A partir dessas constatações, o trabalho de campo da pesquisa foi realizado junto a um grupo de mulheres atendidas em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), no município de Juiz de Fora - MG, durante um período de 07 meses. Como estratégias para a construção dos dados, foi empregada a observação participante em associação com o diário de campo. Além disso, foi realizado um grupo de discussão que contou com a participação de 18 mulheres (bolsistas e não bolsistas) e, posteriormente, quatro entrevistas semiestruturadas baseadas no método da história de vida com mulheres titulares do PBF. A análise dos dados da pesquisa culminou com a construção de 33 categorias distribuídas em cinco famílias: 1) História de vida; 2) CRAS; 3) As mulheres e o PBF; 4) Trabalho; 5) Questões projetivas. Em relação aos resultados, consideramos pertinente destacar que uma pesquisa que se propõe estudar a realidade social jamais se esgota ao término de uma dissertação ou tese. Na verdade, ao contrário, novas reflexões surgem impondo novos desafios e questionamentos. No entanto, de modo a apontar um sul, identificamos que para as participantes, a titularidade feminina é compreendida como um avanço político importante e que contribui nas tomadas de decisão no âmbito do lar, produzindo efeitos diretos sobre suas vidas. Elas também não identificaram problemas no tocante ao cumprimento das condicionalidades do PBF, tendo em vista se tratar de ações que são compreendidas como “naturalmente maternas”. Neste sentido, sob argumentos relacionados à finalidade da bolsa para a criação de seus filhos/as, elas demonstraram concordância ou até mesmo naturalidade

sobre a titularidade feminina, o que nos leva a refletir sobre a verdadeira “ideologia de gênero” que tanto tem sido empregada nos dias atuais: a ideologia patriarcal. Em diversos momentos da pesquisa, as mulheres se intitularam mais empoderadas, autônomas e independentes, a partir da titularidade do PBF. No entanto, tensionamos que essa participação feminina se mostra contraditória, uma vez que o apelo à autonomia ou empoderamento das mulheres está entrelaçado a suposições tradicionais sobre seu papel de mãe, forjando a expectativa de que elas não só continuarão a se responsabilizar pelos cuidados da casa e de seus membros, como também na (re)produção da força de trabalho para exploração capitalista. Desse modo, o tipo de autonomia e empoderamento proporcionada pelo modelo neoliberal tem andado de mãos dadas com a acumulação capitalista, enquanto, dialeticamente, o trabalho de prestação de cuidados pesa ainda mais sobre os ombros das mulheres. Portanto, a despeito da contribuição do PBF na garantia de mínimos para a sobrevivência destas mulheres e suas famílias, avaliamos a importância de se reconhecer os aspectos contraditórios de tal política, uma vez que o trabalho “natural” de reprodução social sustenta a política, o que repousa em um interesse material e concreto da ideologia patriarcal. Todavia, a realidade marcada pela extrema pobreza e miséria não anula a relevância do PBF, por apresentar impactos pontuais para as famílias/mulheres/mães que não dispõe, muitas vezes, de qualquer alimentação mínima. Entende-se, portanto, que tal problematização não significa desconsiderar os avanços significativos que o PBF representa na vida de inúmeras mulheres, mas compreendê-las através de uma análise das contradições concretas que constituem a totalidade.

Por que nós somos? Contribuições dos estudos feministas para as estratégias de enfrentamento às atuais dinâmicas do capital.

Autor: Marianna Rodrigues Vitória

O Brasil é terra de Dandara, Luíza Mahin, Tereza de Benguela. É também terra de Guajajaras, Guaranis-Kaiowás e tantas cujo nome jamais conheceremos, perseguidas que foram pelas missões coloniais. O que diria Maria Firmina dos Reis, se soubesse que seu livro virou leitura obrigatória para ingresso em uma Universidade? Ao tempo de “Úrsula”, as mulheres raramente eram letradas, não havia Universidade no Brasil, e, quando passou a haver, as mulheres ainda demoraram a ingressar. O Brasil é terra de inúmeras mulheres, cujas histórias de resistência e articulação nem sempre são conhecidas, mas existiram. Algumas dessas histórias foram registradas, documentadas em jornais, revistas, diários ou romances literários, a próprio punho ou por meio de insaciáveis escritoras; outras, foram apagadas. E quantas foram esquecidas?! Enfim, sobre a história de vida das mulheres - brasileiras ou não - paira um campo de forças cujas linhas de segmentaridade historicamente convergem para localizá-las em condições de violência, desigualdade, opressão, precariedade (pode-se discutir as palavras em outro momento). Ao mesmo tempo, é curioso como, ao longo da história, as mulheres escapam da sua condição pré-determinada.

Este trabalho é oriundo de uma pesquisa maior, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), na qual analisou-se a história e a atualidade da construção do 8 de Março - Dia Internacional das Mulheres. O objetivo geral da pesquisa foi documentar as mobilizações da data no período de 2017 a 2019, produtos das experiências como a Greve Internacional de Mulheres e o “Paro” do movimento argentino Ni Una Menos, que levaram multidões às ruas. A delimitação do campo de análise deu-se em torno de três eventos recentes: no âmbito internacional, o manifesto por uma Greve Internacional de Mulheres; no âmbito nacional, o primeiro ano de governo após o impeachment de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores); e, no plano local, em Porto Alegre, a organização do primeiro 8 de março unificado dos últimos trinta anos. A pesquisa foi de cunho exploratório, situada na área dos estudos feministas e baseada na interlocução entre métodos que rompem com as análises deterministas e essencialistas de uma psicologia identitária. Foram utilizadas, pois, as contribuições do materialismo histórico e dialético, dos estudos pós-coloniais e das perspectivas pós-estruturais sobre a história das mulheres. Os instrumentos utilizados para produção dos materiais de análise, além da pesquisa documental, foram entrevistas semi-estruturadas com lideranças do movimento, participação e leitura das atas das assembleias de organização, bem como os materiais de apresentação dos diferentes coletivos que integraram-se às agendas unificadas.

Para além das denúncias às violências específicas relacionadas ao corpo da mulher (estupro, feminicídio, racismo, homofobia, transfobia), a crítica à implementação das agendas neoliberais e ao drástico aumento das desigualdades sobressaiu-se como princípio aglutinador dos movimentos em análise. Contudo, ao mesmo tempo



em que os balanços das ações foram positivos, destacando-se pelo seu potencial de alcance, as sucessivas manifestações não foram suficientes para interromper as medidas em curso contra as quais se posicionavam. Dessa impossibilidade de concretizar as demandas a partir de iniciativas pontuais, levantou-se uma série de outras problemáticas, dentre as quais estão as questões sobre o que fazem os coletivos para além de um único dia de ação e de que maneira praticam as críticas estruturais que trazem consigo.

Ao final do século XX, as duras transformações decorrentes do modelo de desenvolvimento neoliberal, especialmente nos países de economia dependente, tiveram impacto direto nas estratégias de organização dos movimentos sociais. Com efeito, essas disputas estratégicas levaram a rompimentos profundos. No interior do movimento feminista, as disputas em torno dos modelos de organização chocaram-se com as controvérsias históricas do próprio campo, originando inúmeras tensões entre as diferentes tendências. Ainda assim, nos últimos anos, contrariando os indicativos conjunturais que apontavam para um acirramento das disputas entre as diferentes tendências do movimento, ocasionando fragmentações e desmobilização, o Dia Internacional das Mulheres ficou marcado pela ampla mobilização e a tentativa de rompimento com o que se denominou de “feminismo empresarial”.

“Feminismo empresarial” foi a expressão utilizada no manifesto por uma Greve Internacional de Mulheres, em 2017, fazendo-se referência às iniciativas individualizantes e concorrenciais que se apresentaram ao movimento com mais intensidade nas últimas décadas. Poderia ser traduzido também como “feminismo de mercado” ou, simplesmente, “feminismo neoliberal”. Naquele documento, baseado em diferentes experiências feministas ao redor do mundo, sobretudo na articulação por “Ni una menos” na Argentina, havia uma evidente intencionalidade em expor as correlações entre as violências específicas e os processos histórico-estruturais da sociedade, além de romper com as matizes neoliberais do movimento. Conforme constatamos na análise documental, não seria a primeira vez que o movimento de mulheres precisaria realizar uma ruptura.

No Brasil da primeira metade do século XX, a fragmentação entre as mulheres de um embrionário movimento feminista e as mulheres do movimento operário era explícita. No contexto de enfrentamento ao Estado Novo, aos poucos esses dois setores mais destacados do movimento de mulheres passaram a partilhar espaços de organização. Em meados de 1940, as organizações políticas de mulheres proliferaram-se, mesmo sob forte repressão, e estabeleceram alianças que seriam improváveis algumas décadas antes. A disposição das mulheres para a atividade política foi tão intensa que forçou uma mudança estratégica na classe dominante brasileira: em vez de apenas reprimi-las, passariam também a disputá-las. Em razão disso, nos movimentos que forjaram o golpe de 1963, havia um forte apelo à presença “feminina”.

Atualmente, o feminismo de mercado proliferou-se em um momento em que os blocos econômicos dominantes deflagraram uma série de crises globais. As crises são intrínsecas ao funcionamento dos Estados capitalistas, mas normalmente são apresentadas à população como um momento em que “não há mais o que fazer”. “Não tendo mais o que fazer”, é justamente em um período de crise que os Estados aplicam uma série de iniciativas: atrasam salários, cortam direitos, incentivam guerras. A crise é o momento de reorganização da acumulação do capital, aspecto basilar do modo de produção capitalista. Com base na crise, justifica-se todo tipo de barbárie. A crise é naturalizada, sempre esperada, mas não é permitida senão ao Estado.

Trabalhadoras e trabalhadores em estado de crise oferecem riscos às engrenagens do modo de produção capitalista, pois podem parar (de produzir, de consumir, de pagar as dívidas). Para que trabalhadoras e trabalhadores não entrem em crise, elabora-se uma complexa maquinaria de dominação com a intenção de readaptá-los ao modo de produção. A atual dinâmica neoliberal dos agenciamentos de crise aprofundou esses processos de subjetivação. Com o intuito de capturá-los, constroem-se variantes que funcionem de maneira mais adequada ao projeto político neoliberal - de tal modo que nem mesmo os movimentos historicamente marginalizados pelo sistema dominante são deixados de lado. Um dos fenômenos decorrentes dessa estratégia de captura neoliberal foi, justamente, o feminismo empresarial.

O feminismo empresarial funciona em plena consonância com o gerenciamento das políticas neoliberais. A partir da incorporação de discursos historicamente localizados no movimento feminista, difundem-se espaços de “empreendedorismo feminino”, por exemplo. Na prática, nesses espaços vende-se a ideia de empoderamento ou fortalecimento de liderança nas mulheres - o que pode parecer positivo a priori, especialmente em meio a uma conjuntura de instabilidade e redução de vagas no mercado de trabalho. No entanto, ao colocar as mulheres em concorrência umas com as outras, abstrai-se toda a ideia de articulação coletiva resguardada historicamente pelo movimento feminista e, como resultado, cria-se um grande “mercado dos direitos das mulheres”. Ademais, tam-



bém retira-se o caráter contestatário do movimento, pois a mulher assume a posição de gestora de negócios e, em vez de confrontar o sistema político e econômico, adapta-se a ele para garantir seu sucesso. Por constatarem essa contradição, as feministas signatárias da Greve Internacional de Mulheres salientaram a necessidade de rompimento com “o feminismo do Faça Acontecer e outras variantes do feminismo empresarial”.

Uma vez admitindo-se que o saldo político do movimento feminista é coletivizar as questões relacionadas às mulheres, incorporar uma tendência individualizante seria insustentável. Mais precisamente, trata-se de assumir que o feminismo não será uma prática possível através de uma atividade de acumulação de capital. Afinal, quando as feministas produzem ações coletivas, estão compartilhando a mais profunda singularidade com cada corpo que se movimenta com elas. Mais do que estar em coletivo, as mulheres “coletivizam-se” através do feminismo, isto é, deixam de ser um “eu” e passam a ser “nós”.

Além da crítica ao neoliberalismo, esta pesquisa também procurou mostrar como o encontro das mulheres com o feminismo foi permeado de complexidades. Houve um longo processo de articulações e transformações conjunturais para, finalmente, uma parcela considerável de mulheres reivindicar-se feminista. Revisitando a história do feminismo, portanto, podemos entendê-lo não como uma identidade (intrínseca e homogênea), mas como um instrumento dinâmico de organização política. Em meio aos mais variados processos de organização política, as mulheres trouxeram à tona suas singularidades, diferenças, e exploraram diversas bases de atuação. Quanto mais elástico tornava-se o feminismo, mais aberturas surgiam. Desse modo, o feminismo foi levado por mulheres aos sindicatos, às Universidades, às escolas, aos bairros, e até às arquibancadas dos estádios de futebol. Em meio à tanta potência, emerge a questão: poderia o feminismo derrubar o capitalismo?

Subjetividades no Brasil da cólera: formação e conjuntura

Autor: Pedro Henrique Antunes da Costa (UnB)

Coautor: Kíssila Teixeira Mendes (UFJF)

O presente trabalho é uma tentativa de síntese e, ao mesmo tempo, um recorte de um esforço em progresso de interpretação acerca das subjetividades produzidas na presente conjuntura. Um Brasil da cólera, cuja preposição “da”, propositalmente, produz um duplo sentido. Um país forjado nessa cólera e que a traz consigo em sua constituição, sendo que, no atual momento, a vê intensificar-se ou - e essa é a nossa aposta - “apenas” sair de maneira mais enfática dos chãos do real concreto que pisamos e teimamos em não enxergar. Entendemos que o atual estágio de desenvolvimento capitalista expressa, mais do que nunca, suas próprias limitações e natureza contraditória, e isso vale para a economia, para a política e para nossas subjetividades, vide os alarmantes e não-aceitáveis índices dos variados tipos de sofrimento, adoecimento, tanto físico quanto mentais - afinal tal separação não acontece na realidade em si, mas em nossas chaves interpretativas e trato com tais fenômenos. Portanto, o seu movimento de criação destrutiva, intensificado na atual quadra e faceta de barbárie, de cada vez maior esgotamento das possibilidades civilizacionais e humanização por dentro do próprio sistema, não se trata de uma mera regressão em seu desenvolvimento, de um mau funcionamento, de um erro ou desvio de rota, mas, justamente, o seu desenrolar, a sua rota.

Considerando estes elementos, como que nessa conjuntura, as subjetividades se produzem e conformam tal realidade, juntamente com os indivíduos que são produtos e produtores dela e de si mesmos? E, mais especificamente, como que tal dinâmica se expressa na realidade brasileira, ao mesmo tempo em que a manifesta? Em suma, como se dá a produção de subjetividades na presente conjuntura brasileira e como ela representam o próprio estágio de desenvolvimento do capitalismo tupiniquin, bem como da nossa formação social? A tentativa de resposta a estas perguntas é o que motiva a escrita do presente trabalho.

Diferentemente do que pode ser pensado e do que disciplinas do conhecimento e prática, como a Psicologia, a Psiquiatria, Neurorramificações e afins, hegemonicamente nos disseram, falar sobre subjetividade não significa, por um lado, adentrar no mundo auto governável das nuvens e reino dos céus ou, por outro, abrir a cabeça das pessoas para localizá-la em determinados excertos cerebrais. Tais subjetividades, portanto, não se produzem no vácuo, não são aglomerados de ideias puras e soltas, ou se tratam de meras causalidades de um social apartado do ser que o cria - e se cria a partir de sua ação. Tudo isso significa, portanto, ser radical no entendimento daquilo que nos propomos, indo na raiz da questão humana, com esta sendo o próprio ser humano, tal como Marx aponta na clássica Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução. Buscando uma síntese, a subjetivi-



dade aqui será compreendida enquanto processo de interiorização, por meio de representações mentais, de uma realidade externa, concreta e objetiva, mas também não um exato reflexo do exterior no interior, da materialidade externa.

Estabeleceremos diálogos com autores que seguem nessa esteira de continuidade à produção e pensamento marxianos, mas que, por respeito ao próprio, não representam uma obediência cega e dogmática sobre o que é, como funciona e como pode ser o ser humano e sua realidade. Buscaremos compreender elementos referentes à dinâmica de funcionamento da totalidade social capitalista e seu atual estágio de desenvolvimento para o necessário entendimento da produção de subjetividades circunscritas a essa totalidade. Para isso, além do próprio Marx, nos aportaremos, principalmente, nas reflexões de István Meszáros, que irá apregoar que a atual crise que vivemos, na verdade, possui um caráter estrutural, e não mais cíclico, que se desvela no início da década de 1970 e, em nossa interpretação, se intensifica na chamada “crise de 2008”. Não obstante, buscaremos adentrar nas especificidades do plano subjetivo, a partir de David Harvey e seus postulados sobre a formação de uma condição ou ambiência pós-moderna, como expressão das reformulações na esfera produtiva econômica e suas determinações reflexivas com a política, expressas pela reestruturação produtiva, acumulação flexível e neoliberalismo, justamente, como formas - ineficazes - de sanar tal crise estrutural do capitalismo. Nesse movimento, o neoliberalismo ganha terreno e passa a ocupar um papel central, como uma doutrina, focalizada para a dimensão político-econômica e que visa, por dentro do sistema, lidar com suas próprias contradições e limitações internas. Mas mais do que a concretização de mudanças econômicas, esta se configura como a razão-de-ser do capitalismo em sua presente constituição; em suma, uma “nova razão de mundo”, conforme formulam Pierre Dardot e Christian Laval (2016), implicando na produção de sujeitos e subjetividades neoliberais.

Nosso intuito aqui, portanto, seria o de considerar tais elementos para imergir em nossas especificidades enquanto periferia do capitalismo, evitando posições que desconsideram tudo o que vem de fora, simplesmente, por virem de fora, sob uma falsa bandeira de descolonização, mas que remete a uma xenofobia do pensamento. Valer-nos-emos de importantes autores do pensamento social brasileiro (e de outros países latino-americanos) e suas respectivas interpretações sobre o nosso processo de formação social, como forma de captar esse histórico e a relação dialética centro-periferia do capitalismo que, por sua vez, expressa um desenvolvimento desigual e combinado deste sistema. Assim, a tese inicial delineada no livro, e que abre alas para reflexões subsequentes, é a de que, o Brasil, ao se tratar de um país e sociedade de base colonial-escravocrata, contribuindo para uma inserção e uma existência no modo de produção capitalista e divisão internacional do trabalho dependente e subserviente, é conformado por subjetividades não apenas neoliberais, mas que também expressam essa dependência, servidão e colonização. Assim, serão resgatados o pensamento de intelectuais brasileiros(as) clássicos(as), como Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, outros marginalizados (Darcy Ribeiro, Ruy Mauro Marini e pensadores da Teoria Marxista da Dependência), e uns mais recentes, como Carlos Nelson Coutinho, Francisco de Oliveira, Leda Paulani e Virgínia Fontes, dialogando com outros latino-americanos/periféricos (por exemplo, Frantz Fanon, Pablo Casanova e Ignacio Martín-Baró). Soma-se a isso a intenção de resgate das análises acerca da formação do país, que consideram períodos históricos longos, mais comuns no século passado, sobretudo, na passagem do século XIX ao XX e primeiras décadas deste último, como forma de reflexão sobre as chagas coloniais que ainda imperam sob novas formas, transmutadas em nossa condição dependente e, mais, servil.

Nessa esteira, buscaremos demonstrar que, no caso brasileiro, a constituição colonizada confluíu para uma condição estrutural de dependência na dinâmica do capitalismo mundial e frente ao seu “centro” - os países ditos de primeiro mundo ou desenvolvidos -, e que isso também implicou nas subjetividades, afinal estas se produziram e produzem circunscritas a esse movimento de dominações: colonial e, depois, imperialista. Portanto, um país de base e constituição colonial, que corrobora para uma posição de dependência e servidão aos países ditos desenvolvidos - e que se desenvolvem, justamente, com base na nosso não-desenvolvimento e “subdesenvolvimento” -, é esperada a produção de subjetividades que expressem elementos, se não a totalidade, dessa colonização, dependência e servidão.

Wilhelm Reich, em *Psicologia de Massas do Fascismo*, postula: “o que é necessário explicar não é que o faminto roube ou que o explorado entre em greve, mas porque a maioria dos famintos não rouba e a maioria dos explorados não entra em greve”. Para nós, não importando as respostas à premente colocação, elas devem considerar a dimensão subjetiva, sua produção e o papel que desempenha na constituição dos indivíduos e sua ação no mundo. Dado o nosso escopo, gostaríamos de modificar um pouco o sentido de sua afirmação questionadora, acrescentando elementos que dizem respeito à nossa realidade: Mais do que necessário, é imprescindível não ape-



nas explicar que nossas subjetividades expressem nossa constituição colonizada e caráter dependente (e como a expressam), mas questionar como podemos romper com isso.

Esse movimento nos permitirá realizar uma análise da presente conjuntura, sem considerá-la como um ponto isolado, recaindo numa análise ahistórica e autocentrada, mas enquanto processualidade que se insere no próprio histórico de desenvolvimento da sociedade como um todo, e nela, do capitalismo e, mais especificamente, do Brasil. Nesse caldeirão, atentaremos para a presente ofensiva do capital aliada a uma onda conservadora enquanto expressões do recrudescimento da crise estrutural do capital, face à essa nossa constituição colonial e dependente. É nestes termos que damos continuidade à análise dialética periferia-centro, particular-totalidade que nos permite chegar ao nosso foco, que é a produção de subjetividades no Brasil de hoje.

Tais subjetividades, enquanto expressões do atual estágio de desenvolvimento da sociabilidade capitalista, na particularidade brasileira não apenas dependente, mas servil e de base colonial, demonstram a irreconciliabilidade a que chegamos, indicando o tamanho da montanha que devemos conquistar, mas, igualmente, sinalizando caminhos para essa conquista. Se a montanha não se move e se derruba sozinha, nós iremos até ela e provocaremos sua avalanche. Só que, para isso, precisamos, primeiro, dissecar sua geomorfologia, desde a raiz, passando pelo sopé até chegar ao cume. E numa montanha humana - que, inclusive, vem batendo recordes de empilhar corpos - começar pela raiz, significa se deparar com o próprio homem - como já dizia o velho Marx.

Um estudo sobre consciência e desigualdade social a partir de sujeitos destinatários da política de assistência social

Autor: Mariana de Almeida Pinto (UFJF)

Coautor: Fernando Santana (UFJF)

A desigualdade social é uma realidade percebida na esfera mundial, ainda que possua suas particularidades em cada país e continente. No contexto brasileiro, a desigualdade se expressa através de um quadro que coloca o país na liderança do ranking de concentração de renda entre o 1% mais rico, somado a uma significativa taxa de desemprego que alcança mais de 13 milhões de brasileiros e brasileiras. A pobreza é um fenômeno que atinge mais de 50 milhões de pessoas no país, sendo esta a população que enfrenta as piores condições de trabalho, moradia, saúde, educação e de acesso a demais direitos sociais básicos. Esse cenário de precarização da vida social atravessa grande parte da classe trabalhadora em nosso país, arrastando uma herança que afeta, especialmente, as mulheres, a população negra, indígena, do campo e a juventude. O panorama da desigualdade social brasileira se configura, portanto, a partir de imensuráveis e incontestáveis dimensões, ainda que sua análise possa ser realizada sob diferentes paradigmas, muitos dos quais se voltam para a sustentação e naturalização das relações sociais existentes. Entendemos, dessa forma, que a compreensão equivocada (porém, intencional) da desigualdade e suas causas reverbera-se na adoção de medidas, igualmente, limitadas e ineficazes para o seu real enfrentamento, como é o caso do processo de assistencialização que permeia a conformação do campo de proteção social brasileira, intensificada na agenda neoliberal, em que as ações paliativas, focalizadas e segmentadas têm ocupado um papel central nas políticas públicas estatais de combate às mazelas sociais - que, voltadas, sobretudo, para o aumento (ainda que precário) do poder de consumo da classe mais pauperizada da sociedade, se distanciam da perspectiva de universalização dos direitos sociais. Na contramão de visões fragmentadas e ideológicas que predominam na caracterização da "questão social", apostamos nos pressupostos da teoria marxista como tentativa de melhor desvendar a realidade. Compreendemos, assim, que a desigualdade social estrutura o modo de produção capitalista sustentado na contradição capital/trabalho e na acumulação privada da riqueza produzida, provocando as condições de pobreza e pauperismo, o que se desenvolve a partir da dinâmica cíclica que constitui o sistema econômico vigente, bem como se expressa com maior intensidade nos países marcados pelo capitalismo periférico e dependente, tendo em vista a lógica de dominação e superexploração imperialista imposta. A complexidade deste fenômeno, sem dúvidas, não se restringe à compreensão de seus fatores econômicos originários, ainda que tomá-los como ponto de partida seja crucial para investigar as demais dimensões envolvidas, seja de âmbito material ou psicossocial; individual ou coletivo. Ancorados em uma perspectiva totalizante e histórica de determinados processos que balizam a realidade concreta, assim, consideramos o movimento dialético e contraditório que atravessa a conformação dos sujeitos, especialmente, no que se refere à consciência. Nesse sentido, entendemos que o processo de objetivação/subjetivação inerente à condição ontológica, cuja mediação ocorre

pelo trabalho, se forja nas relações sociais desiguais de exploração capitalista através do desenvolvimento da alienação, causando, ao invés de uma relação mútua de apropriação-negação, um distanciamento/estranhamento entre o sujeito e aquilo por ele produzido; entre o sujeito e a natureza na qual ele intervém. Essa relação pautada na reificação da vida se fortalece, ainda, por meio dos mecanismos de reprodução social, como as ideologias dominantes, que forjam subjetividades e provocam diferentes processos psicossociais. Nas sociedades latino-americanas, o fatalismo se constitui, historicamente, enquanto ideologia voltada para a naturalização e adaptação aos problemas sociais, caracterizando-se pela predominância do conformismo, do presentismo e da resignação marcantes no modo de ser e agir dos sujeitos, sobretudo, dos mais pauperizados da sociedade, tendo em vista suas precárias condições objetivas de vida impostas. Em tempos de aprofundamento das desigualdades e neoliberalismo, o fortalecimento de ideologias que fatalizam e individualizam a realidade torna-se cada vez mais necessário para a preservação da (des)ordem social. Nesse cenário, a política de assistência social tem demonstrado seus dilemas para a contribuição de processos de conscientização e fortalecimento da população “assistida”, tendo em vista que o predomínio da cultura da pobreza arraigada nas ações assistencialistas tende a reforçar a lógica da subalternidade, submissão e despolitização dos sujeitos sociais. Consideramos, contudo, que as ideologias, calcadas nas bases materiais de vida, apresentam suas contradições próprias da constituição dialética do ser e da realidade social, o que nos permite, ainda, investigar a formação da consciência humana a partir de processos dinâmicos e não lineares, no que tange aos seus movimentos transitórios entre imediatismo e resignação e sentimentos de revolta e ação coletiva. Posto isso, a partir dos aportes teóricos levantados, objetivamos, neste trabalho, analisar como os sujeitos destinatários da política de assistência social percebem a si e sua realidade e atuam frente às condições de pobreza em que estão inseridos. Para tanto, apontamos como objetivos específicos: 1) investigar o movimento de consciência dos sujeitos à luz de categorias psicossociais como fatalismo e revolta; 2) analisar como a condição de assistido/usuário pode interferir em processos de resignação/ruptura em relação à condição subalterna; 3) identificar como os sujeitos destinatários da política percebem as contribuições e os limites dos programas socioassistenciais para o enfrentamento à realidade de pobreza e desigualdade social; por fim, 4) compreender as perspectivas dos sujeitos pauperizados em relação às possibilidades de enfrentamento e transformação da realidade social. Com base numa abordagem qualitativa de pesquisa, recorreremos, portanto, ao uso da entrevista semiestruturada, contando com dez participantes, bem como do diário de campo proveniente do período (três meses) de acompanhamento das atividades desenvolvidas em um dispositivo da proteção social básica, localizado na cidade de Juiz de Fora (MG). Os dados da presente investigação foram analisados através da técnica de Análise de Conteúdo do tipo temática, sendo, ao final, estabelecidas vinte e três categorias organizadas em quatro famílias. Para o processo de análise, as entrevistas foram integralmente transcritas, sendo utilizado o Software Atlas.ti. (6.2) como auxílio na organização e tratamento dos dados. A construção das categoriais passou, portanto, pelas etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos, a inferência e interpretação dos pesquisadores. Em consonância com os objetivos traçados em nosso trabalho e pautados em uma análise histórica e dialética dos fenômenos sociais, observamos que a predominância de visões fragmentadas e individualistas sobre a desigualdade social e a consequente dificuldade em reconhecer sua posição social na sociedade de classes fortalecem posturas pessimistas, conformistas e imediatistas nas classes subalternas, mediante a precariedade material forjadas em suas realidades cotidianas. As formas de enfrentamento/resignação da realidade encontradas, no geral, perpassam pela crença religiosa e/ou pela tentativa do esforço pessoal e meritocrático. Por outro lado, os sentimentos de revolta, indignação e coletividade se arraigam e são, muitas vezes, silenciados frente às contradições próprias das ideologias e das relações sociais vigentes. Descrença e descontentamentos direcionados à política institucional e ao Estado brasileiro aparecem em concomitância com posturas, no geral, passivas de indignação que esperam soluções por parte dos governantes. Nesse contexto, a conjuntura política atual do Brasil se expressa nas entrevistas a partir de diferentes elementos que a permeiam, como, por exemplo: por meio de críticas voltadas às medidas antipopulares do Governo Bolsonaro/PSL (como a reforma da previdência e a liberação do porte de armas de fogo); a prisão de Lula e a desilusão gerada diante da derrota dos governos petistas (ainda que, no geral, as críticas se voltem para uma discussão rasa sobre a problemática da corrupção, sem apontar o cerne do fracasso do projeto de conciliação de classes); a referência positiva no movimento grevista dos caminhoneiros de 2018; e a defesa da tomada do poder por militares como forma de revolucionar o sistema político e conter a corrupção que o constitui. Diante de tais contradições e problemáticas vivenciadas no cotidiano das classes subalternas, explicitam-se, ainda, os desafios apontados ao papel da política de assistência social, sobretudo, na ótica neoliberal, que, embora apresente sua significância na vida dos sujeitos, por ela, “assistidos”, ainda en-



frenta limitações em contribuir, dialeticamente, com avanços nas condições materiais e subjetivas de vida, de modo a comprometer o avanço da consciência de classe e de ações combativas frente ao encobrimento da lógica de direitos por parte do caráter tutelar e assistencialista predominante. Dessa forma, ao mesmo tempo em que consideramos importante o fortalecimento das políticas sociais na perspectiva da luta por direitos, se faz necessário apontar estratégias efetivas que fortaleçam e incitem a rebeldia e indignação dos sujeitos, por vezes, escamoteadas, em direção à superação radical das mazelas sociais produzidas nas e pelas relações de produção capitalistas e à emancipação humana.

“Bandido Bom é Bandido Morto” - Perspectivas Marxistas do Direito e Possibilidades da Psicologia Social

Autor: Barbara Sul Santana Fleury (UFG)

Coautor: Fernando Lacerda (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)

O presente trabalho analisa as possibilidades da Psicologia Social acerca das perspectivas de Direito e judicialização no Brasil. Parte-se, inicialmente, do discurso do atual governo do país marcado pela tese do combate à criminalidade de forma violenta e da ideia de que não existe possibilidade real de perspectiva de melhorias sociais, mesmo que na realidade da segurança pública. O atual presidente vem usando como palavra de ordem para a segurança pública, desde o período eleitoral até o presente, a conhecida frase “bandido bom é bandido morto”. Pesquisa realizada pelo IBOPE em 2018 afirma que 50% da população brasileira concordava com tal afirmação. Nota-se, portanto que é um discurso comprado por um setor expressivo da população sem que, de fato, análises reais acerca da problemática exposta sejam realizadas.

Defende-se aqui que, uma análise de conjuntura é necessária para se compreender as possibilidades sociais de enfrentamento de um contexto de violências. A violência é um processo que se reproduz na medida em que os sujeitos pertencentes às classes marginalizadas são permanentemente e sistemicamente afastados, pelo Estado capitalista, do acesso às suas reais possibilidades de insurgência na busca por emancipação política e emancipação humana. Neste sentido, as ciências psicológicas devem analisar e aprofundar pesquisas sobre as motivações de um Estado capitalista na manutenção dos contextos de exploração da classe trabalhadora e sobre as populações classificadas como problemáticas ou, usando a terminologia do atual governo, como “criminosas” e “bandidas”. Tal proposta de estudo é especialmente importante, já que, tal como diferentes informes estatísticos e na composição da população carcerária no Brasil, nota-se que a população de “bandidos” é a mesma que se encontra nas diversas situações de exploração cruel de seu trabalho e, nas mais diversas vezes, sem perspectivas de atuação social por meio de seu trabalho, a partir do estranhamento de sua própria atividade e de condições sociais precárias no decorrer de sua vida.

Neste sentido, a exploração do trabalho aqui, é tema central, pois o estudo das populações sistematicamente punidas pelo Estado deve ser o estudo das possibilidades e impossibilidades existentes para a população trabalhadora. A punitividade seletiva do Direito se dá intrinsecamente relacionada à garantia de manutenção da dominação por parte da classe dominante. Questiona-se, portanto, a partir de uma perspectiva Marxista, o papel do Estado e do Direito na manutenção das relações de exploração na sociedade capitalista. Para tanto, é necessário pensar: a) no trabalho, atividade primeira, cujo estranhamento próprio da sociedade capitalista ampara a manutenção das situações de violência contra populações específicas; b) nas reais motivações do sistema jurídico e do Estado ao perpetuarem uma situação de punitividade ineficaz; c) no discurso reacionário do atual governo acerca da situação da “criminalidade” no país, a aceitação acrítica da população e suas reais e possíveis possibilidades práticas; d) nas possibilidades insurgentes da Psicologia Social frente a tal discurso e situação, com a população agredida e com a população que compra tal discurso agressivo.

Ao apresentar tal questionamento, espera-se dar fundamentos que problematizem o papel da Psicologia Social e suas contribuições para o fortalecimento de possibilidades de emancipação política e emancipação humana, especialmente daqueles grupos que, cada vez mais, vem sofrendo com o genocídio populacional e o encarceramento em massa promovidos em favor dos interesses capitalistas.

Destaca-se, portanto, o aprofundamento nos referenciais teóricos marxistas acerca do Direito e do Estado, para a construção da perspectiva crítica acerca da totalidade histórica. Tal aprofundamento permite que, como profissionais, não naturalizemos as ações de instâncias estatais voltadas à manutenção de exploração social. Além

deste ponto principal, a citada análise teórica contribui para problematizar as possibilidades de atuação da Psicologia Social, observando quais ações são urgentes frente à situação atual.

A presente proposta, se adequa diretamente às possibilidades de discussão promovidas pela ABRAPSO, bem como, especificamente do GT44, "Psicologia, Marxismo e formação social brasileira: História, pesquisa e intervenções", pois trata da referida articulação entre Psicologia, Marxismo e formação social brasileira. , visto que, o Marxismo aqui é utilizado como questão central para a análise da problemática, e, a questão da punitividade do Estado, como formação social brasileira, é analisada aqui, partindo da perspectiva específica Marxista. O GT encontra-se inserido no eixo temático 6 (Estado, Democracia e Movimentos Sociais: contribuições da Psicologia Social), com o qual, o tema apresentado aqui, articula-se diretamente, mais precisamente no que diz respeito às análises acerca do Estado.

Pode-se concluir que as ações que visam a emancipação humana devem ser repetidamente alvo das proposições e pesquisas de uma Psicologia Social que se pretende relevante para enfrentar as crises sociais, e, especificamente o atual contexto neoliberal de governo no Brasil. O atual momento exige uma Psicologia comprometida de fato com a emancipação humana, critique e proponha ações contrárias aos processos societários que se formam, visando o combate aos retrocessos propostos, bem como a utilização da realidade concreta na qual nos encontramos inseridos, para a proposição de ações assertivas emancipatórias.

GT45: Psicologia, Política e Sexualidades

A resolução 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: vinte anos de luta contra a despatologização da homossexualidade

Autor: Henrique Araujo Aragusuku (Henrique Aragusuku)

Coautor: Maria Fernanda Aguilar Lara (Maria Fernanda)

A Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) – que proíbe a patologização da homossexualidade – completou, em 2019, vinte anos de existência em uma trajetória histórica marcada por conflitos, ataques e resistências. Certamente, esta é a resolução do CFP que mais foi atacada e questionada nas últimas duas décadas por uma diversidade de atores sociais em distintas arenas políticas (Legislativo, Judiciário, Sistema de Conselhos, etc.). Por outro lado, foi também a resolução que mais mobilizou grupos, entidades e movimentos sociais em sua defesa, a partir de uma linguagem política de resistência contra a patologização e estigmatização da homossexualidade.

Como mostraremos ao longo do presente trabalho, os ataques contra a Resolução 01/99 foram realizados fundamentalmente por grupos e sujeitos vinculados a um conservadorismo cristão que vem se rearticulando nas disputas políticas no Brasil. De forma geral, consideramos que existe um conflito em torno da presença das sexualidades dissidentes na esfera pública, no qual os grupos conservadores se rearticulam no campo político-institucional visando reafirmar o lugar universal da heteronormatividade na sociedade brasileira. A história da Resolução 01/99 nos traz importantes pontos de análise vinculados a este processo mais amplo, sobretudo para pensarmos nesta dinâmica de proposições, ataques e resistências que atravessa o campo das políticas sexuais.

Neste estudo, buscamos construir uma análise histórica da Resolução 01/99 do momento de sua proposição até os dias atuais; ou seja, fundamentalmente do período de 1999 a 2019. Desse modo, a partir de uma perspectiva analítico-discursiva, objetivamos descrever os eventos, os conflitos e os sentidos produzidos em seu entorno, traçando também alguns pontos de análise sobre as suas reverberações sociopolíticas e institucionais.

A produção desta estudo foi motivada principalmente pela inexistência de análises mais sistemáticas sobre a história e os efeitos da Resolução 01/99 no Sistema de Conselhos de Psicologia e na sociedade brasileira como um todo – um tema marcado por polêmicas e acirradas disputas políticas. De certa forma, buscamos construir uma interpretação particular sobre esta história, tendo em vista a incitação do debate público e de novas investigações acadêmicas.

Cabe destacar que esta análise tem como ponto de partida uma pesquisa mais ampla que tratou sobre a história das políticas de diversidade sexual e de gênero no Conselho Federal de Psicologia, que teve seus resultados

publicados no artigo “A Psicologia brasileira e as políticas LGBT no Conselho Federal de Psicologia”. Assim, tendo como base os materiais e dados analisados no âmbito da pesquisa anterior, realizamos uma revisão e atualização do corpus documental direcionada para o estudo da Resolução 01/99. Desse modo, produzimos um recorte de estudo mais específico, buscando aprofundar nossas análises em torno dos eventos que permearam a história desta resolução.

Em termos metodológicos, para além do levantamento da literatura acadêmica, foram investigados documentos de acesso público; como publicações oficiais do CFP; notícias de revistas, jornais e portais virtuais; projetos e atas de reuniões legislativas; relatórios, liminares e decisões do Poder Judiciário; entre outros. Ambos os levantamentos bibliográfico e documental ocorreram a partir da utilização do descritor “Resolução 01/99” e derivados, com o uso de ferramentas de pesquisa virtual.

Em nossa análise discursiva, buscamos evidenciar o uso das palavras, a produção e circulação dos sentidos, as formações retóricas e os direcionamentos em termos de poder que perpassaram as disputas sociopolíticas e institucionais em torno da Resolução 01/99. Concomitantemente, trabalhamos dentro de uma relativa linearidade temporal, organizando uma narrativa histórica a partir da disposição sequencial de eventos anteriormente dispersos. Tais eventos foram escolhidos, em detrimento a outros, porque ilustram diferentes posições discursivas em um momento de emergência do debate público. Dessa forma, podemos considerá-los como “incidentes críticos” – eventos relevantes, pois evidenciam a complexidade de um tema marcado por conflitos, contradições e polissemias.

Assim, dividimos nossa narrativa a partir de dois pontos de análise: o primeiro trata sobre a história da presença da Resolução 01/99 no âmbito das políticas de diversidade sexual e de gênero no Sistema de Conselhos de Psicologia; e o segundo trabalha unicamente sobre os conflitos, os ataques e as resistências que perpassaram a resolução nos últimos vinte anos. Estes dois pontos possuem linearidades históricas distintas, porém que se complementam. Possibilitam assim uma melhor compreensão, por um lado, sobre o processo propositivo de afirmação de uma agenda de direitos sexuais e, por outro, sobre o processo reativo de ataques e resistências que marcou a história desta resolução.

Em nossa percepção, consideramos que a história da Resolução 01/99 foi perpassada um processo ambivalente; pois, se por um lado, os constantes ataques demonstraram uma maior articulação de grupos conservadores dentro e fora da Psicologia; por outro, a temática da diversidade sexual e de gênero se manteve permanentemente em evidência, se consolidando como uma das principais pautas na agenda política do Sistema de Conselhos. Assim, podemos afirmar que, em certa medida, os constantes ataques acabaram por reafirmar o seu contrário: fortaleceram a relevância social e a validade político-jurídica da resolução. No entanto, apesar desta ambiguidade, compreendemos que tais ataques produzem ameaças reais a esta resolução, agora amplificadas pelo avanço de grupos conservadores em importantes espaços político-institucionais no Brasil. No âmbito das disputas que perpassam o CFP e os Conselhos Regionais, um novo léxico conservador vem sendo articulado por grupos que buscam afirmar uma “psicologia cristã”, propagando discursos como o combate à “perseguição religiosa”, à “doutrinação ideológica” e à “ideologia de gênero”.

Para tais grupos, as políticas de diversidade sexual e de gênero na Psicologia são ideológicas e falsas, e contribuem com a desfiguração da família, da moral e dos valores cristãos que fundam a sociedade brasileira. Desse modo, vemos a transposição de disputas presentes na sociedade brasileira para os espaços político-institucionais da Psicologia, em meio ao acirramento das polarizações políticas a partir de propagação de pânico morais. Neste cenário, a derrubada da Resolução 01/99 e a possibilidade do tratamento da “homossexualidade egodistônica” são declaradas como bandeiras e reivindicações políticas, impulsionadas por grupos que difundem discursos conservadores e traçam novas estratégias de disputa dos espaços decisórios do Sistema de Conselhos de Psicologia.

Cabe destacar que esta rearticulação do conservadorismo político no Brasil se constitui ainda enquanto um fenômeno recente, um processo em andamento, que demanda um olhar atento e análises mais sistemáticas – algo que vem se conformando como uma agenda de estudos que abrange o campo de produção de conhecimento psicológico. Por outro lado, vemos também a necessidade de um esforço conjunto de distintos atores da sociedade civil (entidades científicas e profissionais, grupos de pesquisa, movimentos sociais, etc.) na defesa de princípios ético-políticos basilares ameaçados pela chegada de grupos conservadores em importantes espaços institucionais e governamentais. Dentre estes princípios, podemos apontar a defesa da democracia, da perspectiva dos direitos humanos e da livre expressão da diversidade sexual.



Aprender a educar para a diversidade: redes de resistência e os desafios para a educação.

Autor: Juliano Bonfim (NUH/UFMG)

Coautor: Lucinei Pereira da Silva (SEE/MG)

A aposta deste trabalho é refletir sobre discussões que emergiram em uma oficina sobre diversidade junto a professoras e professores da Rede Estadual realizada durante um encontro de formação promovido pelo Coletivo Diversidade, Gênero e Negritude do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE), em parceria com a Superintendência Regional de Ensino da cidade de Governador Valadares, em Minas Gerais.

É pertinente sublinhar que, o Coletivo Diversidade, Gênero e Negritude surgiu a partir de formações sobre diversidade sexual e negritude promovidas pelo Coletivo Estadual do Sind-UTE em Belo Horizonte (MG) entre 2016 e 2017, cujo principal objetivo era propiciar e promover espaços de formação a fim de instrumentalizar trabalhadoras e trabalhadores em Educação ao combate da LGBTfobia e do racismo nos ambientes escolares. Em Governador Valadares, as atividades do coletivo se iniciaram em agosto de 2017, com o 1º Encontro de Educação sem LGBTfobia. As ações seguintes foram o 1º Encontro de Educação e Igualdade Racial em outubro de 2018 e Encontro de Gênero realizado em junho de 2019. Além disso, o coletivo promove atividades de formação junto a professoras e professores nas escolas e ações em parceria com outros movimentos sociais da cidade. Como temos acompanhado, Gênero e Sexualidade têm sido temáticas bastante debatidas principalmente nos últimos anos, constituindo-se como um vasto campo de pesquisa e atuação. Nesse sentido, acreditamos que o trabalho dialoga com o eixo temático “Psicologia Social, Gênero e Sexualidades” porque apresenta uma intervenção que buscou pensar em formas de (des)construção de práticas educativas que possibilitem enfrentar o cis-sexismo e a cis-heteronormatividade, tendo em vista as várias tentativas de retrocessos políticos no campo da Educação, principalmente após a popularização do movimento que se diz contra uma “ideologia de gênero”, que tem investido em uma cruzada antidireitos e anticidadania, carregando discursos e disputando significados que reproduzem e reforçam práticas e regulações sociais que inviabilizam, entre outras coisas, pensar gênero e sexualidade pela ótica da diversidade. Para esse campo de disputa, a Psicologia Social em sua interface/parceria com a Educação tem contribuído para pensar os avanços e os desafios de políticas voltadas à superação das desigualdades e para a afirmação da diversidade, enxergando a escola como um campo político antagônico e de disputas. Na ocasião do encontro de formação aqui relatado, aconteceram dois momentos: no horário da manhã, uma mesa voltada ao debate de diversidade, pensando principalmente os atravessamentos com as categorias Raça/Etnia, Gênero e Sexualidades; posteriormente, no horário da tarde, oficinas com temáticas sobre racismo, gênero e diversidade. Apesar do acolhimento e disposição das professoras e professores à mesa realizada no primeiro momento, no que diz respeito às discussões sobre a diversidade sexual e de gênero, muitas dúvidas não puderam ser tiradas, devido ao tempo e planejamento das atividades proposta para o encontro. Assim, mesmo com algumas professoras tendo nos chamado para fazer alguma pergunta após a realização da mesa de debate, nos surpreendeu a procura para participar da oficina. De acordo com o planejamento inicial, foram disponibilizadas algumas vagas em cada uma das três oficinas e as educadoras e educadores puderam se inscrever previamente. Por conta da demanda, algumas das inscritas e inscritos foram remanejados. Na oficina da diversidade, utilizamos a dinâmica adaptada do “biscoito sexual” com a intenção de produzir olhares menos “enquadradores” para pensar a gênero e de sexualidade pelas lentes da diversidade. Iniciamos com a combinação clássica que representa a expectativa do sistema “sexo-gênero-desejo” e em seguida realizamos outras combinações, com o propósito de discutirmos as diversas possibilidades de corpo, gênero e desejo. As educadoras e educadores demonstraram certa dificuldade em entender e diferenciar termos como, por exemplo, “cigênero”, “travesti”, “transexual”, “transgênero”, “homem transexual”, “travesti lésbica”, etc. Algumas hipóteses podem ser levantadas como causadoras dessas dificuldades: a pouca proximidade com a temática e o fato de ela levantar inúmeras polêmicas; falta de domínio ou clareza de expor alguns aspectos conceituais e teóricos apresentados por nós, facilitadores; o fato de lidarmos com questões que constroem e estruturam nossa cultura e nossas próprias identidades. Na oficina, marcou-nos duas falas: uma ocorrida enquanto esclarecíamos as dúvidas e discutíamos as questões trazidas durante a confecção do “biscoito sexual”, uma das participantes comentou que achava pertinente o trabalho com a diversidade, que era importante que professoras como ela tivessem conhecimento sobre aquelas várias denominações, principalmente porque elas chegavam no cotidiano da escola, mas que, na sua casa, como mãe, “ensinaria seu filho a ser um menino”. Os debates que dali surgiram foram bastante produtivos. Apesar da timidez e do estranhamento/

desconforto demonstrado por algumas das presentes, era perceptível na maioria das falas, uma certa preocupação com a temática, principalmente pensando os modos como elas chegavam como um problema para a escola e para as educadoras. No entanto, uma das participantes demonstrou um desconforto ainda maior. De forma anônima, escreveu que não concordava com nada do que havíamos exposto e justificou utilizando uma frase bíblica, devidamente referenciada, que dizia que deus havia criado homem e mulher e que era pecado irmos contra esta natureza. Neste aspecto vale ressaltar que, ao citar o versículo bíblico a educadora expressa sua opinião sobre gênero e sexualidade orientada por um plano divino, demonstrando sua incapacidade de reconhecer a diversidade, como se aquelas fossem determinações imutáveis, o que acaba limitando o seu envolvimento em um debate mais profundo e reflexivo sobre o tema. Como essa avaliação foi realizada após a oficina, não conseguimos trabalhar com aquele material naquele momento, mas nos inquietou. A partir das inquietações que nos acompanham desde a realização dessa formação, concluímos que a experiência da oficina, principalmente a partir dos relatos apresentados anteriormente, foi muito mais enriquecedor do que esperávamos. Quais pistas e indícios poderiam ser revelados na frase “ensinar o filho a ser menino”, citada pela educadora? Que repertórios conceituais temos para acolher falas como esta? Mais do que problematizarmos o que foi dito, a experiência nos colocou diante de uma questão para pensarmos nossas próprias práticas pedagógicas: como dialogar com questões e crenças que mobilizam coisas tão enraizadas na nossa cultura? Como romper com os preceitos normativos e reguladores? Sabemos que não é uma tarefa simples. Porque é necessário que repensemos as nossas próprias concepções de ser e estar no mundo. E como todo processo é gradual e demanda tempo, que busquemos alternativas para facilitar essa troca, assim como estabelecer e fortalecer parcerias. É um processo de resistência, principalmente nos dias atuais. Nesse sentido, acreditamos que espaços de diálogo como esses são cada vez mais necessários.

Formação continuada de docentes sobre o tema educação sexual dentro das escolas

Autor: Mônica Carla de Araújo (Mônica Carla)

Coautor: Evaldo Batista Mariano Júnior

A Educação para Sexualidade é uma temática de suma importância e necessária para o diálogo no contexto escolar. A escola é uma instituição socializadora que cumpre um papel fundamental no desenvolvimento intelectual e emocional dos alunos e na formação da subjetividade dos mesmos, o que reflete quase que diretamente na forma como os estudantes interpretaram ou podem interpretar as patologias ligadas à sexualidade. Assim como na família, a Educação para Sexualidade também precisa ser discutida neste âmbito, já que a escola se constitui como um espaço para diversas intervenções e reflexões. Para tal, não é necessário que o professor seja um especialista na área, porém é de grande importância que estes profissionais estejam devidamente informados e familiarizados com a temática e suas implicações, de modo a tornar o ambiente escolar em um lugar propício à reflexões e discussões. O objetivo deste estudo foi promover um diálogo com os professores do 9º ano do ensino fundamental de uma escola pública localizada no Triângulo Mineiro, à respeito da execução de práticas direcionadas à Educação para Sexualidade e prevenção de IST's/HIV/AIDS, no intuito de possibilitar que tenham um maior conhecimento e proporcionar novas possibilidades de enfrentamento aos desafios que eles encontram diariamente para lidar com esse conteúdo no ambiente escolar. Por se tratar de tais temáticas interligadas à psicologia, sexo, sexualidade e prevenção de infecções, entende-se que este trabalho encaixa-se no GT45: Psicologia, política e sexualidades. O então projeto teve como embasamento teórico o trabalho de Beraldo (2003), Jardim e Brêtas (2006), Figueiro (2009) e Sousa et al (2019), ligados à sexualidade e à Educação para a Sexualidade. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica acompanhada da pesquisa-ação, utilizando técnicas de coleta e interpretação dos dados, de intervenção na solução de problemas e organização de ações, bem como de técnicas e dinâmicas de grupo para trabalhar com a dimensão coletiva e interativa na produção do conhecimento e programação da ação coletiva. Tendo em vista o intuito de refletir e problematizar a sexualidade na escola pública, como também auxiliar a prevenção de IST's/HIV/AIDS com professores do 9º ano do Ensino Fundamental. Foram realizadas rodas de conversa com os professores, onde os temas foram expostos, permitindo a eles uma participação direta e uma discussão em torno da realidade vivida pelos discentes e docentes da escola. Através dos resultados parciais obtidos por meio das reflexões em grupo, foi possível perceber a dificuldade dos profissionais em falar sobre a sexualidade no contexto da escola. Tal dificuldade ocorre em torno da individualidade de cada aluno, do contexto familiar em



que estão inseridos e a falta de domínio dos docentes em abordar a sexualidade neste âmbito. Alguns professores chamaram a atenção para a “falta de responsabilidade do aluno” e conseqüentemente um impasse de informações envolvendo os pais. Outros questionamentos dos professores abordaram o nível de “liberdade” dos jovens, de tal forma que, o excesso poderia contribuir para que estes tivessem pouco discernimento dos riscos envolvendo as IST's/HIV/AIDS e novamente o contexto familiar torna-se presente nas falas. Foram discutidas questões sobre o acesso às informações em que os jovens têm por meio da internet, família e escola. Outra questão que aparece como impasse para a discussão da sexualidade na escola se deu por meio do embate de valores. Esse embate, segundo os professores, pode ser um fator negativo, uma vez que, as intervenções realizadas pela escola são criticadas por alguns familiares e os discentes não sabem agir mediante a algumas situações que envolve o núcleo familiar dos alunos, ocasionando um contato conflituoso com os mesmos. Todos estes conjuntos de fatores acabam gerando receio em grande parte desses profissionais, dificultando a abordagem desta problemática enquanto tema transversal, sendo abordada isoladamente apenas na disciplina de ciências. Questionados sobre a melhor série para realizar as intervenções alguns apontaram o 7º, 8º, 9º ano, afirmando que seria uma atuação preventiva e que a partir do sétimo ano percebiam que alguns comportamentos ligados a sexualidade já surgiam. Sugeriram a realização com primeiro ano do ensino médio, alegando taxas altas de gravidez. Uma professora alertou sobre a necessidade de haver diferentes didáticas para tratar o tema. Em relação às intervenções, um professor ressaltou a questão de como o vínculo pode ser diferente com cada turma, já que a receptividade pode mudar e o envolvimento com a temática também. Desta forma, é necessário que existam intervenções que possibilitem o domínio e autonomia dos profissionais diante de discussões para a sexualidade. É por meio da autonomia e domínio do conteúdo pelos professores que eles poderão elaborar em sala de aula discussões que causem reflexões sobre este tema. Sendo que a Psicologia possui um papel de grande importância na busca da promoção deste diálogo. Esses dados que aqui foram apresentados possibilitam que estudos semelhantes desenvolvam questionamentos sobre necessidade de trabalhar o domínio e preparo dos professores diante de aspectos da atualidade, pois são eles alguns dos principais sujeitos para a formação de conhecimento de jovens e adolescentes, e a escola o principal local para o desenvolvimento da aprendizagem.

Fronteiras, contaminações e algoritmos: uma análise das movimentações #EleNão

Autor: Mario Carvalho (UERJ)

A presente proposta é um esforço de a partir de algumas ferramentas analíticas desenvolvidas em minha trajetória de pesquisa junto ao ativismo trans, propor uma análise das respostas e resistências ao neofascismo, ainda durante o processo eleitoral de 2018 com especial destaque para as movimentações do #EleNão. Não se trata de uma análise acabada, com conexões teóricas suficientemente refinadas. Trata-se de levantar questões, de propor perspectivas parciais e localizadas.

Ao longo da minha trajetória de pesquisa me preocupei com questões relacionadas aos processos de definições de categorias de identidade coletiva e política, e, portanto, dos processos de produções de fronteiras identitárias (a diferenciação entre as categorias “travesti” e “mulher transexual” foi o ponto inicial deste processo). Trabalhei com teorias do reconhecimento em intersecção com algumas produções foucaultianas, chegando à proposição de se pensar as lutas por reconhecimento como disputas entre diferentes regimes de visibilidade e conhecimento. Mais recentemente, venho refletindo sobre os processos de subjetivação e engajamento político constituídos no contínuo online/offline transpassados pelo que o antropólogo Jair de Souza Ramos vem chamando de poder algorítmico, em paralelo com as reflexões foucaultianas sobre o poder. Colocadas estas questões teóricas iniciais, devo esclarecer que minha perspectiva parcial e localizada parte de um lugar híbrido entre a docência e a clínica. A docência de disciplinas de direitos humanos e de direitos e políticas sexuais em turmas interdisciplinares; e a clínica particular com uma clientela majoritariamente jovem, feminina e LGBT. Esse lugar também foi propulsor da proposição e coordenação de uma roda de escuta de sofrimento ético-político pós-eleitoral que conduzi junto com Céu Cavalcanti na semana seguinte a realização do segundo turno das eleições presidenciais dentro do escopo da Semana de Psicologia da UFRJ em 2018. Em suma, são estes os atravessamentos que constroem as reflexões aqui propostas.

A partir de diferentes cenas do trabalho de campo conduzido entre 2009 e 2015 juntos ao ativismo trans, busco tecer algumas considerações sobre os processos de produção de fronteiras identitárias assim como sobre os



processos de contaminação entre diferentes regimes de visibilidade. Seria possível estabelecer que grosso-modo grande parte de tais fronteiras são mediadas por desejos de Estado no estabelecimento de categorias de sujeitos necessárias para determinados tipos de categorias de direitos. Enquanto as contaminações seriam mais perceptíveis nas manifestações de rua marcadas por heranças de experiências como as Jornadas de Junho de 2013 e a Marcha da Vadias. Tais manifestações não podem ser percebidas como circunscritas a território das ruas. Há uma intersecção contagiosa entre corpos, ruas, bandeiras e redes.

Por fim, o vetor que atravessa todos esses processos é o da manipulação dos estigmas. Creio que um delimitador entre o sucesso e o fracasso de manifestações está nas possibilidades de superação da máxima de Goffman de não existência de solidariedade entre os estigmatizados. Tudo se passava como se as disputas pelo proscênio ativista tivessem sido substituídas por produções de solidariedade na identificação coletiva com o estigma e na contaminação entre regimes de visibilidade. Assim, se em outros momentos a disputa pelo foco do holofote visava construir barreiras que impedissem a contaminação de alguns pelo estigma de outras, agora é a contaminação que produz as alianças. Aqui me aproximo da concepção de reconhecimento de Judith Butler a partir da precariedade da vida, em diferentes intensidades, mas universalmente distribuída.

Parte desse processo está relacionado com uma descrença, por setores tanto feministas como LGBT, na possibilidade de angariar “respeito” através de símbolos e performances de “respeitabilidade” aceitos pela sociedade englobante. Assim, “dar-se ao respeito” não é uma tática aceita para ser respeitada, pois ela já é considerada ineficaz. Ao se jogar luz sobre os estigmas, a produção de solidariedade não se dá pela humanidade compartilhada de forma asséptica, inodora e incolor, mas justamente pelo polo negativo das relações sociais, pela contaminação entre diferentes regimes de visibilidade a partir da intrusividade dos estigmas.

Assim, chego aos dois eventos considerados emblemáticos da resposta ao neofascismo nesse processo eleitoral: o #EleNão, no primeiro turno, e o vira voto no segundo.

A possibilidade de coalização no Ele Não, não estava na identificação das fronteiras entre os diferentes sujeitos na proposição de um projeto político. Mas justamente no reconhecimento de nossa precariedade compartilhada (ainda que de forma desigual) frente a ascensão neofascista. A #, elemento importante nas relações de poder algorítmico, que teve sucesso não identifica um sujeito político específico... surgiram diferentes #, mulheres contra o coiso, LGBT pela democracia, terreiros contra o fascismo. Mas o sucesso estava na identificação do elemento que potencializava a nossa precariedade compartilhada: ele, o que não deve ser nomeado, o presidente eleito.

Ainda que fossemos rotulados de comunistas. Não surgiu a #SomosTodosComunistas. O significante do Outro perigoso parece o mesmo de 64: os comunistas. Mas o significado mudou. Nós, comunistas do século XXI, comunistas pós-comunismo, somos justamente o campo de defesa dos direitos humanos. As liberdades individuais, tão caras ao liberalismo burguês, parece ser a pedra fundamental de nosso comunismo.

Enchemos as ruas no domingo que antecedeu o primeiro turno a partir de uma #, logo submetidas às limitações próprias do poder algorítmico, que entre outras coisas tende a produção de bolhas. Nossas estratégias de contrapoder algorítmico não foram capazes de ir muito além, mas foram extremamente potentes na produção de coalizões e afetos políticos.

A partir da percepção de que não conseguíamos ir muito além daquilo que o poder algorítmico permitia nas redes, voltamos às ruas, aos afetos, às conversas e ao olho no olho. Falando aqui claramente do movimento vira voto, dos doces e guloseimas oferecidos como combustíveis para as interações face a face com aquele desconhecido, inatingível pelas redes, ou melhor, pelas nossas redes.

Se desde o golpe de 2016, um determinado campo popular e democrático vem perdendo no tabuleiro político-jurídico, o tabuleiro das ruas e das redes permanece em aberto. Poucos minutos após a divulgação do resultado eleitoral nossos feeds do instagram foram inundados por “ninguém solta a mão de ninguém”, porém muitas de nós estávamos sozinhas sem uma mão para segurar. A mão digital do meme não segura minha mão de carne, logo não me conforta, não me acalma. Pavor e pânico. Aqui, estamos falando de algo ainda em aberto que é o lugar dos sofrimentos e dos afetos ético-político nas produções de coalizões de resistência ao neofascismo, que também opera por afetos e sofrimentos. O que por hora posso dizer, como cantou Cazuza, é que “somos iguais em desgraça”, mas ainda nos resta decidir se vamos nos limitar a “pedir piedade por essa gente careta e covarde”, ou se “somos a resistência de um Brasil sem fascismo e sem horror, e vamos à luta pra derrotar o ódio e pregar o amor”.



Gênero e Sexualidade em interface com o direito: o projeto Transpasse

Autor: Sara Guerra Maia e Júlia Silva Vidal (UFMG)

O projeto Gênero e Sexualidade: Ações Interdisciplinares, proposto pelo departamento de psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, articula Direito e Psicologia, buscando pensar e combater processos de vulnerabilização e de violações de direitos humanos com o recorte de gênero e sexualidade. Para tal, o projeto se concretiza, desde 2017, associado à Clínica de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da UFMG, colaborando para o debate teórico e para a construção de intervenções relacionadas a temas como importunação sexual, violência obstétrica, mães órfãs e criminalização da experiência travesti, entre outros. Além das atividades gerais da Clínica, o projeto se faz presente em dois eixos específicos: 1) Direitos Reprodutivos e Sexuais e 2) Direitos LGBT. No que toca o segundo eixo, tem-se o trabalho realizado pelo projeto Transpasse, com a população de travestis e transexuais. O projeto, fruto da parceria entre a Clínica de Direitos Humanos (CdH/UFMG), o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (Nuh/UFMG) e a Divisão de Assistência Judiciária (DAJ/UFMG), visa trabalhar o acesso à justiça e o crescente encarceramento dessa população.

Nesse sentido, o Transpasse tem como objetivos: reduzir o encarceramento de travestis e transexuais, com o aperfeiçoamento da assistência e do acesso à justiça; oferecer apoio psicossocial, promovendo espaços de escuta qualificada, de sociabilidade e de construção de redes de apoio; modificar a cultura jurídica relativa às experiências de travestis e transexuais e garantia do acesso à justiça, através de incidências estratégicas; produzir dados qualitativos e quantitativos, potencializando o impacto das linhas de atuação e ampliando o debate fundamentado sobre o tema, fomentando pesquisas e políticas públicas; promover articulação em rede, incluindo equipamentos públicos, ONGs e movimentos sociais no acompanhamento de casos; mobilizar e acompanhar os serviços públicos para que se tornem aptos à recepção das pessoas trans e travestis, frequentemente apartadas desses espaços.

Compreendemos que nossa atuação se articula ao eixo Psicologia Social, Gênero e Sexualidade, por se consolidar a partir de atuação conjunta entre psicologia e direito, orientada por uma perspectiva crítica quanto às normatividades atreladas a gênero e sexualidade e engajada com o processo de mudança social. O projeto propõe reflexão acerca do papel do direito penal na constituição de hierarquias entre corpos e à produção de subjetividades. A partir de intervenções diretas, visa combater a discriminação e a vulnerabilidade da população LGBT, procurando a garantia de direitos e cidadania. Para tal, atualiza as opções metodológicas e as estratégias usadas para tal fim a partir das demandas e dos desafios que a ele se impõem. Por esses motivos, a iniciativa se articula com o GT45: Psicologia, Política e Sexualidades.

O Transpasse se orienta a partir de perspectivas do Abolicionismo Penal e da Criminologia Crítica (BATISTA, 2011; BARATTA, 2011), conjugadas com o acolhimento psicossocial e um trabalho ético a partir da psicologia comunitária. Pretende-se pensar a construção da criminalização de travestis, a partir da concepção do sistema prisional como uma ferramenta de manutenção da ordem social e do encarceramento como seletivo e parcial aos interesses dominantes. A escuta oferecida é atenta a tais fatores e valoriza a criação de vínculo, prezando pela construção conjunta de soluções e caminhos.

O projeto busca atuar triplamente sobre o problema do encarceramento, voltando-se não somente para o atendimento de pessoas trans e travestis que cumprem pena, mas também para evitar que aquelas que estão em liberdade sejam criminalizadas e que as egressas retornem ao sistema prisional. Tal atuação é relevante por se referir a uma parcela recorrentemente alijada de direitos fundamentais devido à incidência de atravessamentos marcados pela exclusão: a experiência trans e a trajetória do encarceramento. A partir desses princípios, são realizados plantões semanais no espaço da DAJ/UFMG, especificamente para o público não-cisgênero. Os atendimentos são feitos em duplas - uma estagiária da Psicologia e outra do Direito - e buscam contemplar tanto os conflitos sociais, quanto os essencialmente jurídicos. Privilegia-se o protagonismo das assistidas, encorajando a participação social, apostando na implicação dos sujeitos para a resolução dos seus conflitos sociais e com a lei, buscando construção de soluções de forma conjunta e se contrapondo às lógicas punitivistas, hierarquizantes e paternalistas. Além dos atendimentos, são realizadas reuniões semanais para mapear pontos de vulnerabilidade, possibilidades de intervenções com equipamentos públicos e parceiros e para acompanhamento de processos judiciais. Propõe-se, ainda, o desenvolvimento de eventos públicos para debate, capacitação de profissionais e formação de estudantes.

O projeto tem consolidado uma equipe multiprofissional e intensificado sua presença em plataformas para divulgação dos serviços e do conteúdo produzido. Em seis meses, vem garantindo a aderência das assistidas e



o fortalecimento do vínculo com a equipe, já tendo sido realizados 111 atendimentos em 35 casos. Entre esses atendimentos, houve o acompanhamento jurídico e a atuação em algumas diligências, em que conseguimos, por exemplo, a retirada de equipamento de monitoração eletrônica e progressão de regime de uma das assistidas. Temos conseguido, ainda, a mobilização de estudantes e professores, a partir, por exemplo, da realização de evento na FDCE/UFMG - que incluiu roda de conversa, com fala de travestis e transexuais sobre a criminalização de suas existências e a experiência do cárcere, feira de produtos de pessoas trans e travestis e performances artísticas.

Qualitativamente, tem havido o desenvolvimento de metodologias de atendimento, que possibilitam o tensionamento de balizas assentadas no direito penal no que toca ao tratamento dispensado a trans e travestis. Em relação à transformação social, a iniciativa promove o desenvolvimento de uma cultura contra o encarceramento, bem como o desenvolvimento e divulgação de estratégias de advocacia estratégica voltadas a essa finalidade. A iniciativa possibilita o fortalecimento da rede de assistência social e saúde da região e estimula o desenvolvimento de pesquisas, sobretudo diante do déficit de dados sobre o tema. Nesse sentido, é importante ressaltar que para a realização de atividades tão variadas tem sido fundamental a articulação com movimentos da sociedade civil organizada e órgãos do Estado, o que representa o início de construção e de consolidação de uma rede de atenção integral às pessoas trans e travestis de Belo Horizonte e região

Gênero e Sexualidade nos Relacionamentos Íntimos: Significados e Experiências de Idosas

Autor: Izabella Lenza Crema (UFTM)

Coautor: Rafael (UFTM)

Nas sociedades ocidentais contemporâneas sexualidade e gênero têm sido alvos de discursos heteronormativos que atribuem rígidos papéis aos homens e mulheres e que enfatizam a reprodução biológica e as relações dissimétricas entre e intragênero, além de corroborarem concepções equivocadas como a assexualidade das mulheres idosas. Ressalta-se que aspectos raciais, regionais, políticos e culturais, de classe, etnia, orientação sexual, idade, geração, religião, escolaridade e deficiência estabelecem intersecções com gênero gerando diferenças nas experiências da sexualidade e nas relações de gênero. Em relação à geração, entende-se que provavelmente os atuais idosos iniciaram suas experiências sexuais e se casaram em um período no qual predominou no Brasil o ideal de família designada como tradicional: casamentos heterossexuais, uniões nucleares, monogâmicas, indissolúveis e a distinção rígida de papéis entre homens e mulheres. Esse cenário foi marcado pelo estímulo aos relacionamentos de longa duração e a dupla moral sexual. Pesquisas demonstraram que a educação recebida pelas atuais mulheres idosas ao longo da vida pouco contemplou assuntos relacionados à sexualidade e gênero - mesmo para aquelas que concluíram o Ensino Superior. Além disso, as idosas brasileiras têm apresentado maiores comprometimentos em relação à sexualidade do que os homens, tais como menor qualidade de vida sexual e interesse sexual reduzido. Assim, este estudo objetivou compreender como mulheres idosas com diferentes níveis de escolaridades significam e vivenciam as relações de gênero e a sexualidade nos seus relacionamentos íntimos. Tais aspectos coadunam com as propostas do Eixo Temático 2 (Psicologia social, gênero e sexualidades) e do Grupo de Trabalho 45 (Psicologia, Política e Sexualidades), visto que este estudo buscou abordar de forma crítica e interseccional os atravessamentos da heteronormatividade e da educação na sexualidade e nos relacionamentos íntimos das mulheres ao longo do envelhecimento. Trata-se de um estudo descritivo de delineamento transversal baseado na abordagem qualitativa de pesquisa. Participaram doze mulheres que autorizaram a participação na pesquisa, com idade a partir de 60 anos, na pós-menopausa, frequentadoras de uma Unidade de Atenção ao Idoso (UAI) de um município de Minas Gerais, que vivenciaram/vivenciam um relacionamento íntimo de longa duração. Elas foram alocadas em dois grupos, cada qual com seis participantes, de acordo como nível de escolaridade (Grupo 1 - ensino básico incompleto; Grupo 2 - ensino básico completo e demais). Para recrutamento das interlocutoras de cada grupo utilizou-se o Método de Amostragem Bola de Neve e o banco de dados da UAI; já a coleta de dados pautou-se em entrevistas individuais semiestruturadas e notas e diário de campo. As entrevistas e notas foram transcritas e analisadas conforme a Análise de Conteúdo Temática e interpretadas a partir do referencial teórico de autores como Michel Foucault, Judith Butler, teorias não essencialistas e pós-estruturalistas sobre sexualidade e gênero, além de pesquisas recentes com perspectivas interseccionais. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal (CEP) com o número CAAE 55045116.6.0000.5154

na Plataforma Brasil. A média de idade das interlocutoras é 68,75 anos; oito são casadas, uma namora, duas são amasiadas e uma é viúva; a média de tempo de relacionamento foi de 37,66 anos. No Grupo 1 quatro disseram que possuem vida sexual ativa, e duas classificaram como inativa; dentre elas somente uma relatou que recebeu informações sobre sexualidade. No Grupo 2 cinco classificaram a vida sexual como inativa e apenas uma como ativa; sobre educação sexual, apenas duas receberam informações. Foram construídas posteriormente a coleta dos dados três categorias temáticas: (1) Influência da educação para a sexualidade; (2) Diferenças de gerações; (3) A performatividade no discurso. Os resultados apontaram que as idosas, independentemente da escolaridade, não receberam informações suficientes sobre sexualidade e tiveram uma educação rígida influenciada por valores morais, religiosos, tabus e papéis de gênero tradicionais. Ambos os grupos destacaram a ausência de diálogos e informações sobre sexualidade nos contextos familiares, sociais, educacionais, e pontuaram que quando abordados tais assuntos foram limitados às restrições e proibições para as vivências da sexualidade feminina. Tais aspectos geraram repercussões para os relacionamentos íntimos e a sexualidade, como desinformação, medo, vergonha, culpa, incertezas e dúvidas diferentemente de seus parceiros que segundo elas tiveram acesso distinto/privilegiado a esses assuntos. Elas declararam ainda diferenças percebidas entre gerações, destacando o estranhamento diante das mudanças dos comportamentos sexuais das novas gerações de mulheres. Assim, tiveram dificuldades de aceitação da maior liberdade sexual, mas avaliaram positivamente a emancipação feminina, a conquista por maior independência das mulheres e passaram a questionar padrões e a repressão que sofreram. Desse modo, observou-se que não houve linearidade e fixidez de pensamentos e atitudes a respeito da sexualidade, pois as interlocutoras destacaram as modificações, adaptações e negociações que fizeram ao longo da vida. Assim, seus significados e experiências transitaram de concepções tradicionais de gênero até, recentemente, questionamentos e insatisfações. Seus discursos contemplaram a naturalização da dicotomia de papéis nos relacionamentos (associação da sexualidade feminina à esfera privada, ao cuidado, à maternidade, reprodução biológica e à satisfação dos desejos do parceiro; e da masculina à virilidade, à liberdade sexual e à atuação na esfera pública), evidenciando nesse contexto situações de violência doméstica e a dupla moral sexual presente nos relacionamentos; todavia elas também pontuaram resistências e mudanças de concepções sobre os temas. Por fim, constatou-se que o nível de escolaridade, diferentemente do que aponta a literatura científica, não gerou resultados significativamente diferentes entre os grupos, pois ambos expressaram a educação rígida recebida pautada na heteronormatividade e a ausência de diálogo e informações. Tal contexto contribuiu para vivências de medo, vergonha, culpa e distanciamento da própria sexualidade. No entanto, foram perceptíveis as ressignificações feitas pelas interlocutoras de acordo com transformações pessoais, sociais, relacionamentos, condições de saúde e oportunidades de socialização atuais que desestabilizaram as normas aprendidas.

Interseccionalidade e vulnerabilidade na prevenção às ISTs/HIV entre lésbicas, bissexuais e outras mulheres não-heterossexuais

Autor: Amanda Dal Santo (Unicentro)

A interseccionalidade como categoria de análise e instrumento de luta política compreende que as relações de poder desencadeiam em formas conjugadas de opressão, a partir de marcadores sociais como raça, gênero, classe e sexualidade. Esses marcadores se potencializam na medida em que se entrecruzam, e são analisados de forma indissociada e não-hierarquizada. A partir dessa concepção é possível ampliar a compreensão de processos de vulnerabilidade no campo da saúde, caminhando para epistemologias e práticas que considerem a relação desses marcadores com as desigualdades de acesso a serviços, cuidados de si e reivindicações políticas. A ideia de vulnerabilidade utilizada parte de Ayres et. al (2009) que compreendem que a suscetibilidade ao adoecimento e às ISTs advém de um conjunto de aspectos que além de individuais, são também estruturais, coletivos e contextuais. Assim, se distancia das abordagens que resumem a prevenção a comportamentos de risco, podendo compreender de forma mais ampla e complexa o contexto de prevenção às ISTs/HIV. O objetivo desse trabalho é analisar como diversos marcadores sociais afetam no contexto de prevenção às ISTs/HIV entre mulheres lésbicas, bissexuais e outras mulheres cisgêneras de vivências não-heteronormativas, entendendo que essa dimensão ultrapassa o âmbito individual. Ademais, pretende-se relacionar a vivência conjugada desses marcadores com o aumento da vulnerabilidade em diferentes contextos. Para isso, foram selecionados 9 artigos de uma pesquisa bibliográfica em andamento que abordam alguns marcadores sociais que contribuem para a discussão de interseccionalidade,



vulnerabilidade e prevenção de ISTs/HIV nesse grupo. A pesquisa bibliográfica possui 23 artigos na amostra, com recorte de 2013 a 2017, coletados a partir das plataformas Scielo e da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os artigos eram predominantemente quantitativos e em língua inglesa. Como resultados, é possível compreender que todas as mulheres dos estudos analisados são atravessadas pelos marcadores sociais de gênero e sexualidade, e que estes estão relacionados com o apagamento do tema nas discussões sobre saúde, prevenção e políticas públicas. A invisibilidade das diversas existências potencializada por marcadores sociais vivenciados de forma conjugada perpassa todos os contextos. Historicamente, as condições para discutir sexualidades de mulheres foi e ainda é bastante precária, além de heteronormativa. A discussão sobre direitos reprodutivos ainda que subalternizada, se sobressai às dos direitos sexuais, e focaliza em mulheres heterossexuais. O sexo entre mulheres é banalizado e colocado como um não-sexo no social, e esse imaginário reflete na ideia de imunidade às ISTs/HIV, aumentando a vulnerabilidade dessas mulheres. Além disso, constata-se que esse cenário de invisibilidade e violência reflete no despreparo de profissionais da saúde para atenderem as demandas de saúde sexual dessas mulheres, na quase inexistência de programas, intervenções e políticas que abordem prevenção de ISTs/HIV no sexo entre mulheres, além do não-desenvolvimento de métodos preventivos específicos para este. Quando há conhecimento da suscetibilidade às ISTs/HIV entre essas mulheres, constata-se um desamparo quanto ao uso dos métodos existentes, seja por desconforto ou por não saberem ao certo como usá-los ou onde encontrá-los. A inexistência de uma cultura preventiva no grupo também é resultado da invisibilidade. As experiências de discriminação por conta da identidade sexual também atravessam o cenário de prevenção, isolando essas mulheres do acesso ao sistema de saúde, e também do judiciário e da política, que estão relacionados com a saúde e o adoecimento, pois reproduzem lógicas de discriminação. Esses aspectos são advindos da estrutura patriarcal e heteronormativa da sociedade, e desencadeiam na vulnerabilidade às ISTs/HIV nesse grupo. Os estudos também demonstram a necessidade de considerar o contexto específico de mulheres bissexuais no cenário da prevenção, pois estas são estigmatizadas dentro da própria comunidade de mulheres cisgêneras de vivências não-heteronormativas, além de estarem mais inseridas nos ditos comportamentos sexuais de risco, experiências de ansiedade e depressão, e violência. A raça também demonstrou ser um marcador social presente nos estudos e que potencializa a vulnerabilidade. Alguns estudos analisados demonstraram ser necessário considerar o contexto específico de mulheres afro-americanas e da África do Sul. As primeiras por apresentarem mais uso de drogas ilícitas e dos ditos comportamentos sexuais de risco que mulheres não-heterossexuais brancas, e as outras por estarem inseridas em um contexto conservador que possui elevados índices de discriminação por gênero e sexualidade. Além disso, mulheres da África do Sul negras apresentam maior índice de HIV que brancas. Ambos os cenários estão relacionados com estigma por identidade sexual. Também constata-se que mulheres que fazem sexo com homens e mulheres afro-americanas apresentaram maior número de ISTs. Esse cenário demonstra como a vulnerabilidade se apresenta de forma interseccional. Também é possível compreender que nos estudos sobre prevenção às ISTs/HIV entre mulheres lésbicas, bissexuais e outras mulheres cisgêneras de vivências não-heteronormativas, os marcadores sociais ainda são predominantemente abordados de forma isolada, devendo ser mais explorado a relação entre vulnerabilidade e interseccionalidade. Esse tema está relacionado com o Grupo de Trabalho (GT) das Psicologia Social, Políticas e Sexualidades, pois auxilia a pensar em questões que perpassam o campo das sexualidades, do ativismo político lésbico, bissexual e de outras mulheres cisgêneras não-heterossexuais, além da heteronormatividade presente nas práticas e nos discursos em saúde.



Mulher/Esposa/Família: Contribuições da filosofia africana para pensar a constituição da subjetividade da mulher ocidental

Autor: Ariane Lima de Brito (UCDB)

Coautor: Bruna e Anita Guazzelli Bernardes (Anita Bernardes)

Introdução: Este trabalho surge a partir do encontro com algumas autoras da filosofia africana e afro-brasileira, cujos textos foram discutidos em disciplina optativa no nosso programa de mestrado em Psicologia da Saúde. As discussões reverberaram nas temáticas já trabalhadas por nós que caminhavam por duas vias, aparentemente, distantes uma da outra: a violência contra a mulher e as políticas públicas de Assistência Social. O encontro com Oyèrónké Oyèwúmi, Aline Matos da Rocha e Adilbênia Freire Machado nos iluminou um campo até então opaco aos nossos olhos: o modo como, na sociedade ocidental, as categorias mulher/esposa/família são aproximadas e coladas uma na outra. Assim, surgiram alguns questionamentos: Como a filosofia africana pode nos ajudar a pensar essas temáticas no ocidente? Como a categoria “mulher” se apresenta? De que forma essas discussões podem nos apontar para a constituição da subjetividade da mulher ocidental? Do encontro do nosso corpo ocidental com essas autoras africanas e também do caminhar desses corpos pelo território da epistemologia pós-estruturalista, já utilizada no nosso pesquisar, nos implicamos em uma zona fronteira de discussões acerca da construção da categoria “mulher” na nossa sociedade com o objetivo de problematizar a sua relação com a noção de “esposa” constituída dentro de um núcleo familiar ocidental. Utilizamos, então, a cartografia como método, caminhando pelos territórios de subjetivação de personagens que compõem nossas pesquisas de dissertação e foram criadas a partir de memórias, andanças e afetos de mulheres brancas e pesquisadoras imersas em um incessante movimento de (des)construção das nossas temáticas. Oyèwúmi (1997) destaca o quanto as teorias biológicas são privilegiadas na construção de conhecimento e explicação do mundo no Ocidente, evidenciando a centralidade do corpo na construção da diferença na nossa cultura e construindo-se a partir de diversos binarismos baseados nesse “raciocínio corporal” (corpo/mente, homem/mulher, branco/negro, etc.) que ampara a construção de teorias de degeneração racial e justifica hierarquias entre pessoas com características biológicas diferentes. Afastando-se dessa construção ocidental sobre o corpo enquanto biológico, Butler (2015, p.15-16) afirma que “ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social, e isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social”. Esses corpos, sociais e interdependentes, estão expostos a forças articuladas social e politicamente. No caso da mulher, temos um corpo performado pelo gênero e que carrega um script cultural (modos de agir, pensar, sentir, se locomover, etc.) mantido por práticas sociais (ZANELLO, 2018). Entendendo, então, que essa construção binária corporal é ocidentalizada, passamos a interrogar-nos: de qual mulher estamos falando? Existe uma categoria universal de “mulher”? **Resultados e Discussão:** Oyèwúmi (2000) demonstra que o feminismo branco possui um discurso que privilegia a família nuclear euro-estadunidense, a tomando como universal na primazia da conjugalidade: “Desta maneira, defendo que o conceito de controle dos estudos feministas – mulher – é na verdade a família, uma vez que funciona como um sinônimo de esposa. A mulher no centro do feminismo é uma esposa.” (OYÈWÚMI, 2000, p.2). Ela contrapõe que os arranjos sociais familiares africanos derivam de constituição diferente dos ocidentais e que não é a relação conjugal que se estabelece como princípio organizador das famílias africanas e sim as relações consanguíneas. Não há uma delimitação espacial da família que coincide com a casa e as esposas, nesses arranjos, pertencem ao grupo das suas famílias de origem. Corroborando com o posicionamento de Oyèwúmi (2000) de destaque da conjugalidade na constituição da figura da mulher no ocidente (a qual se funde com a categoria de esposa), Zanello (2018) discorre sobre dois principais dispositivos envolvidos no processo de subjetivação da mulher no ocidente: 1) o dispositivo amoroso, mediado pelo ideal estético; e 2) o dispositivo materno. Zanello (2018, p.84) assinala que as mulheres, na nossa sociedade ocidental, “se subjetivam, na relação consigo mesmas, mediadas pelo olhar de um homem que as ‘escolha’”. Isto é, o amor, ser escolhida por um homem, é um fator identitário para elas”. E essa “escolha” encontra-se subsidiada por um ideal estético que demarca desigualdades: o ideal branco, louro, magro e jovem. Ela ressalta a assimetria das relações heteronormativas entre homem/mulher e indica que as mulheres se definem pela capacidade de estabelecer e manter relacionamentos amorosos, assim, muitas mulheres acabam por se casar com o casamento em si, não importando qual o parceiro que encontraram e da satisfação ou não que recebem dessa relação. Para as mulheres negras, as relações conjugais ainda possuem outros desdobramentos, quando escreve sobre a solidão da mulher negra, Louise (2015) diz que as mulheres negras são as que menos se casam e as mais propensas ao “celibato definitivo”; além disso, que é comum mulheres negras, diante das dificuldades de conseguir um relacionamento fixo, relacionarem-se com par-

ceiros de grau de escolaridade menor que o seu. Pelo exposto, observamos a relevância do dispositivo amoroso na constituição da subjetividade da mulher no ocidente, bem como do seu papel de esposa nas relações conjugais familiares. Isso tem relação com o segundo dispositivo operado por Zanello (2018): o dispositivo materno. É por meio desse dispositivo que se naturalizou na cultura ocidental, branca, a capacidade de cuidar e maternar associada à capacidade de procriação da mulher, a qual acarretou desdobramentos como os cuidados com a casa e outras formas de cuidar que são socialmente destinadas às mulheres. Em outras culturas, as quais compõem-se de diferentes arranjos familiares, como nas famílias africanas, ou até mesmo em grupos afrodescendentes no Brasil que mantiveram traços de suas tradições, o cuidado com as crianças não se dá de maneira “mãe-cêntrica”, concentrada na mãe biológica, mas existe um cuidado compartilhado com os familiares consanguíneos (ZANELLO, 2018), afastando-se dessa experiência privatizada à casa, como ilustra Oyèwúmi (2000, p. 5): “Em uma situação como o arranjo familiar africano, onde há muitas mães, muitos pais, muitos “maridos” de ambos os sexos, é impossível apresentar a relação entre mãe e filho nesses termos.” Em contato com os documentos das Políticas de Assistência Social, observamos que a própria política opera estratégias que sustentam a produção da categoria mulher colada à função de esposa, gestora da família, única e exclusiva responsável pelos cuidados dos filhos. Alguns programas de transferência de renda, especialmente o Bolsa Família, definem a mulher como titular preferencial para receber o benefício, em virtude de se entender que é a mulher responsável pela manutenção da casa (BRASIL, 2017). Hüning e Oliveira (2019) comentam que simultaneamente à produção e manutenção de um modelo de família pelas políticas públicas, acontece a exigência de um modelo de ser mulher, aquela que é mediadora e gestora da família e que cuida dos filhos. Essas discussões nos remetem a algumas personagens das nossas pesquisas de mestrado em andamento, a saber: a Maria das Dores e a Maria de Fátima. Maria das Dores tinha diabetes e fazia uso contínuo de álcool, fazia tratamento na UBSF, tinha a perna amputada por agravos da doença. Não tinha filhos, morava com o pai, o qual a agredia fisicamente. Parece que Maria não se enquadrou pelas políticas da assistência social nem como família, tampouco como mulher, chegando à rede pela via da doença. Como família, arriscamos a dizer que essa personagem não atendia os moldes do modelo de família esperado: não tinha marido e não tinha filhos. As próprias políticas prescrevem uma série de condutas que se espera dessa mulher/esposa no seio da família que precisa de assistência: se autogerir financeiramente, garantir que as crianças sejam assíduas na escola, garantir higiene e bons hábitos de autocuidado, alimentação e vestimenta, não promover situações de violência, não cultivar vícios. Maria das Dores, até então, não tem filhos, logo já não é possível que exerça uma série de ações exigidas para atender o modelo prescrito. Além do agravante do uso de álcool, prática facilmente engendrada pela moral e culpabilização do sujeito. Maria de Fátima, artesã, casada há 25 anos, dois filhos adultos e um marido com histórico de uso abusivo de álcool. Procura o serviço de saúde pedindo ajuda para o parceiro que bebe muito e apresenta comportamentos de risco. Em determinado momento, aparece com marcas de agressão no rosto, diz que não aguenta mais a falta de afeto e as brigas constantes. Há muito tempo vive assim, mas não pensa em denunciá-lo e diz que não consegue se imaginar separando-se: o que eu vou fazer sozinha no mundo depois de tanto tempo casada? Conclusões: Quando falamos de casal, é comum a expressão “marido e mulher”; assim como nessa expressão, a mulher também aparece como esposa em algumas práticas ocidentais por nós acompanhadas. O encontro dos textos africanos com os percursos das nossas Marias nas políticas nos aponta uma aproximação das categorias mulher/esposa no ocidente. Essa mulher/esposa no cerne da família ocidental pode dar pistas para a construção da nossa subjetividade de mulher no ocidente, dos investimentos para estabelecermos relações conjugais e ter filhos, bem como o acesso às políticas públicas que o circunscrevem por essa modalidade de subjetividade. Parece existir toda uma racionalidade da nossa sociedade patriarcal apoiada na lógica da relação entre ser mulher/ser esposa que atravessa as relações de saber-poder e nos conduz.



Operação Tarântula: análise psicossocial sobre a morte e o aprisionamento de travestis na década de 1980

Autor: Victória Gomes (Universidade Federal do Ceará)

Coautor: Victoria Marinho Barros (Victória Marinho) e Andressa Pontes (UFC)

O resumo em tela tem como objetivo investigar e refletir sobre a Operação Tarântula, fazendo uma análise psicossocial dos fatos com o auxílio de artigos, de documentários e de conceitos, como a produção de subjetividades nas práticas sociais da contemporaneidade, o poder disciplinar, a produção das ciências dos indivíduos, a biopolítica e a necropolítica e formas de regulação da vida e da morte das populações. Sob esta óptica, a Operação Tarântula foi uma operação policial especial realizada no Brasil e instaurada no ano de 1987, na cidade de São Paulo, quando o país estava passando por um período de redemocratização pós-ditadura militar. Essa operação visava ao extermínio e à prisão de travestis, utilizando-se da saúde pública para camuflar estas mortes, ao justificá-las como forma de combater a AIDS no país, epidemia que na época estava em seu auge. Com isso, a população se apoderou de liberdade para também agir sobre essa operação, o que foi o prelúdio de um massacre em que centenas de travestis eram agredidas e assassinadas nas ruas arbitrariamente por policiais e cidadãos. Vale ressaltar que essa caça também atingiu outros grupos da comunidade LGBTI, como os homossexuais, que formaram grande parte das vítimas de assassinatos nesse período, a ilustrar pelo modo o qual esses ataques ficaram mais conhecidos, que foi após o assassinato de um famoso diretor de teatro, Luiz Antônio Martins Corrêa, que era publicamente gay. A partir desse caso, que gerou bastante comoção, protestos pela cidade começaram a ganhar repercussão, surgindo movimentos que exigiam mais justiça para a população e para as vítimas dessa sangrenta operação. Nesse contexto, a Operação Tarântula serviu como esteio para que outras configurações de austeridades e LGBTIfobia fossem implementados por parte do governo e da população. Diante disso, este trabalho relaciona-se com os diversos pensamentos que perpassam a Psicologia Social e os direitos sociais, explorando um cenário de preconceito contra a população LGBTI, tendo em vista a ótica moralista e fascista da sociedade normalizadora da época, na qual a existência desses grupos era considerada anormal, pecaminosa e anti-higiênica, revelando no trabalho um tensionamento das práticas de ódio que até hoje se propagam. Assim, percebe-se ao longo dessa análise a aplicação de um poder disciplinar que é característico do biopoder, haja vista as justificativas dadas em termos de prevenção e promoção em saúde, que fiscaliza as transgressões e as alteridades, atuando de forma moralista ao fazer o sujeito ser julgado não em função daquilo que fez, mas em função daquilo que poderá fazer, o que desvela uma tentativa de impedir a transgressão e limita as diversas singularidades. Com isso, as figuras transgênero e homossexuais são postas como corpos marginalizados e estigmatizados, não pertencendo ao meio, que traça quem deve morrer e quem deve viver. Isso traz à tona o conceito de necropolítica sobre a valorização de certas vidas em detrimento de outras que são precarizadas e percebidas como perecíveis. Tendo como base que a sociedade do controle se dá na intensificação dos dispositivos de poder da sociedade disciplinar, é possível relacionar a Operação Tarântula, diante da sua magnitude como operação policial autorizada pelo estado, como um exemplo dessa extensão do poder disciplinar, pois nesse caso não seria apenas um sujeito agindo de modo preventivo sobre si e sobre o outro sujeito, mas o estado autorizando legalmente um poder regulador que pune o indivíduo por transgredir as normas, promovendo uma uniformização. Esse tipo de conduta também pode ser visualizada no contexto sociopolítico atual, em que estão sendo construídos e aceitos modos de opressão a grupos que destoam da normalização vigente, seja pela orientação afetivo-sexual ou pela identificação de gênero, a ilustrar pelo desmonte em políticas públicas e pela intensificação do restringimento de acesso dos direitos por certa parte da população, que ressoam no atual governo, bem como censuras LGBTIfóbicas a produções artísticas televisivas. Nessa conjuntura, percebe-se uma espetacularização da morte, em que assassinatos de indivíduos marginalizados eram, e continuam sendo, diariamente anunciados pela imprensa local e transmitidos em programas policiais, provocando uma ritualização pública da morte ao incentivar e gerar uma dessensibilização nos cidadãos, que têm essas mortes como entretenimento. Sob outro viés, também se faz relevante levar em consideração o modo como o capitalismo opera sobre as travestis, já que são corpos produzidos para serem vistos como mercadorias sexuais, colocando esses indivíduos tanto como objetos, a partir da prostituição e da desumanização com a qual são tratados, quanto como instrumentos de seu exercício, gerando um lucro que vai ser revertido no consumo dessas travestis para modificação de seus próprios corpos, hipersexualizando-os cada vez mais para que atendam o propósito imposto por essa lógica neoliberal. Com isso, tem-se que a sociedade só tolera a vida dessas travestis até elas cumprirem esse propósito, pois, ao mesmo tempo em que abusa desses corpos sexualmente, também abusa deles atentando

contra sua própria vida a partir do momento em que deixam de “servir” de acordo com a lógica dessa sociedade, alimentando um sistema conservador e camuflado que incide sobre esses corpos individuais, o que é muito bem demonstrado no funcionamento da Operação Tarântula. Em conclusão, a partir da análise da Operação Tarântula é possível perceber as múltiplas facetas de agenciamento presentes na nossa sociedade, que se demonstram em sua reverberação e em como se dão os níveis hierárquicos de privilégio, observados no caso analisado de modo que certas vidas são preferíveis em detrimento de outras, no que se refere à vida de travestis e de homossexuais assassinados sob alegações pífidas e equivocadas de segurança pública e de saúde coletiva. Concomitante a isso, é visível como ainda são marginalizadas as vivências de grupos minoritários, considerados insólitos, e como isso reflete os sistemas de poderes que comandam a lógica neoliberal à qual estamos submetidos. Diante disso, nota-se que esse fenômeno, ocorrido há 32 anos, que reproduz discurso de ódio e de extermínio a determinados grupos tomando bases interseccionais, nesse caso bases de gênero e sexualidade, ainda se faz muito presente nos discursos também reproduzidos atualmente, comprovando como o funcionamento desse sistema opressor de minorias é forte e está enraizado, sendo alimentado moralmente e microfisicamente no cotidiano, trazendo questionamentos acerca dessa realidade que dissemina diversas formas de violência, como a institucional, através também do silenciamento e da invisibilização de determinados grupos, como as travestis. Esse raciocínio é claramente exemplificado na operação policial analisada, que tenta fazer isso se utilizando do encarceramento em massa e de assassinatos, apagando e descartando essas vítimas.

Política, movimento e heteronormatividade: invisibilidades no cuidado em saúde de mulheres lésbicas e bissexuais

Autor: Isabela Alves (UFMG)

Coautor: Marco Aurélio Máximo Prado e Lisandra Moreira

A demanda por visibilidade é pauta principal do movimento de mulheres lésbicas e bissexuais, desde suas primeiras organizações formais. Especificamente no campo da saúde, uma série de demandas foram apresentadas a partir de então, por ativistas e acadêmicas, relacionadas à precariedade do cuidado em saúde oferecido a essas mulheres, que culminaram na criação de algumas políticas públicas e cartilhas voltadas para a questão. Assim, este trabalho objetiva discutir as políticas públicas de saúde voltadas para as mulheres lésbicas e bissexuais, compreendendo as tensões que se fizeram presentes na construção dessas políticas e as questões que permanecem sobrepondo barreiras para sua efetiva materialização.

A partir do exposto, é possível pensar no diálogo deste texto com o Grupo de Trabalho (GT) de Psicologia, Política e Sexualidades. O grupo pretende discutir múltiplas formas de pensar sexualidades, assim como os atravessamentos políticos nos modos de produção de subjetividades e de práticas profissionais. Analogamente, buscamos revisitar e pensar os caminhos trilhados para a construção de políticas públicas de saúde voltadas para mulheres lésbicas e bissexuais e de que forma tais políticas engendraram possibilidades de cuidado a essas mulheres e as práticas de profissionais de saúde ao atendê-las. Neste sentido, assim como proposto pelo GT, é possível refletir sobre as heteronormatividades que interpelam esta arena de debate e quais efeitos e realidades produzem.

Os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos foram possíveis a partir de forte articulação do movimento feminista na estruturação de políticas públicas brasileiras, possibilitando a inserção da saúde de mulheres lésbicas e bissexuais neste âmbito. Paralelamente, as produções acadêmicas de teóricas feministas possibilitavam a construção e reiteração de um discurso questionador das hierarquias e das normas de gênero e sexualidade. O diálogo com conceitos feministas nos dá ferramentas para refletir sobre os efeitos dos 35 anos de políticas públicas de saúde para mulheres, possibilitando questionamentos em relação à precarização e vulnerabilidade dos corpos de mulheres lésbicas e bissexuais e o lugar abjeto em que são colocadas.

Assim, fizemos um resgate das lutas e demandas levantadas pelo movimento lésbico, desde seu reconhecimento enquanto movimento social, e das políticas públicas voltadas para mulheres, de 1984 até os dias atuais, buscando fazer um recorte em relação a (in)visibilidade das lésbicas e bissexuais. Os textos e documentos encontrados foram colocados em diálogo com conceitos da teoria feminista, possibilitando analisar a trajetória de conquistas e retrocessos neste campo, especificamente em relação ao reconhecimento dessas mulheres enquanto sujeitas de direito. Para refletirmos sobre esta trajetória, vamos começar pela construção do movimento lésbico enquanto movimento social.



A conquista de um espaço político e social exclusivamente voltado para mulheres lésbicas e bissexuais começou a aparecer na esfera pública em meio a redemocratização do país. Em um cenário de pouca representatividade das lésbicas no movimento homossexual e de aproximação com as demandas do movimento feminista, um grupo exclusivamente composto por mulheres lésbicas se forma. A disputa por direitos reprodutivos e sexuais em diálogo com as pautas do movimento feminista e as questões em torno da transmissão de ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) no sexo entre mulheres nortearam as primeiras conquistas do movimento. A partir de 1991, com a criação da Rede Nacional Feminista de Saúde (RFS), uma série de questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres passaram a ser articuladas em âmbito nacional, possibilitando a discussão de temas antes negligenciados.

O florescimento dos movimentos sociais no Brasil criou contexto, a partir de sua articulação política, para a construção do modelo público de assistência e cuidado à saúde como conhecemos hoje. Um dos marcos de instituição deste modelo foi a Constituição Federal de 1988 e, junto dela, o Sistema Único de Saúde – SUS. Dois fatores, estreitamente relacionados à invisibilidade lésbica, também tiveram forte influência na forma como as políticas no Brasil foram sendo construídas: o viés materno-infantil das políticas de atenção à saúde das mulheres no cenário internacional e a resposta brasileira à epidemia da aids.

Impulsionadas por questionamentos do movimento feminista, houve uma série de transformações nas políticas de saúde voltadas para mulheres a partir de então. Em 1984 temos a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, que procurava ir além da concepção materno-infantil que operava até então. Em 1994 e 1995 temos, respectivamente, a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento em Cairo e a Conferência Mundial sobre Mulheres em Beijing, em que legitimaram a saúde reprodutiva e a saúde sexual como um direito às cidadãs e um dever do estado. Era o cenário propício para a elaboração de um encontro especificamente voltado para mulheres lésbicas, o primeiro Seminário de Nacional de Lésbicas (Senale), em 1996. Tanto este encontro, quanto os três que se seguiram apostaram na saúde como tema central de discussão.

Em 2004, temos o lançamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, com uma seção direcionada às lésbicas, pautado em pontos importantes discutidos nos últimos Senale, como: atendimentos ginecológicos heteronormativos, a ideia equivocada de que mulheres lésbicas não estão vulneráveis ao câncer de colo de útero, entre outras demandas. Nos anos seguintes outras cartilhas e políticas são lançadas, como a “Chegou a Hora de Cuidar da Saúde” voltada especificamente para mulheres lésbicas e bissexuais, o Plano Nacional de Políticas para Mulheres e o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids. Textos que apontam para avanços na visibilidade em relação à saúde de mulheres lésbicas, ainda que incipientes. No ano de 2012, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, buscando reconhecer os efeitos da discriminação e da exclusão neste âmbito. Somente em 2014, é lançado o livreto de Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, como uma resposta à demanda por visibilidade do Movimento Lésbico.

Apesar de demarcarmos o avanço nas conquistas do movimento lésbico e bissexual até o ano de 2014, hoje o cuidado oferecido a essas mulheres é ainda insuficiente. Uma série de questionamentos podem ser levantados, a primeira delas se refere à legitimação de demandas das mulheres, como se fossem uma unidade. Retomando o conceito de corpos abjetos da Butler, cabe lembrar dos corpos que não são inteligíveis no campo da norma, como as mulheres lésbicas e negras, que ocupam um lugar fronteiro na lógica binária que nos organiza, como já nos falava Anzaldúa, no feminismo chicano.

Para além da invisibilidade das mulheres lésbicas e das mulheres negras dentro do movimento feminista, as heteronormatividades são reproduzidas também dentro do próprio movimento lésbico. Somente em 2016, vinte anos após o primeiro Senale, é que houve o reconhecimento do apagamento das demandas de mulheres bissexuais dentro do movimento, modificando o nome do encontro para Senalesbi. Outros pontos de tensionamento se referem a tentativa de uso do termo epidemiológico MSM (mulheres que fazem sexo com mulheres), pretendendo ampliar o alcance numérico das políticas de saúde, no entanto o termo é fortemente questionado pelas ativistas, afirmando que ele reduz a experiência plural de ser lésbica a um comportamento sexual, como também a tentativa do movimento de afastar a ideia da lésbica como quem não performa a feminilidade esperada à mulher.

A norma que nos regula vai sendo reiterada, ainda que dentro de um movimento de resistência, à medida que esperamos determinadas performances ou visibilizamos algumas identidades e orientações sexuais em detrimento de outras. É necessário refletir sobre os caminhos priorizados dentro do movimento, uma vez que eles estão ligados ao que é produzido nas políticas públicas de saúde e, como já foi dito, o cuidado em saúde oferecido às mulheres lésbicas e bissexuais permanece insuficiente. Neste sentido, cabe refletir sobre a condição de vida pre-



cária a qual estas mulheres estão submetidas, quando não podem acessar sequer um serviço de saúde que as compreendam enquanto sujeitas de direito, ainda que este tenha sido assegurado nos textos contidos nas políticas.

Ainda que tenha havido algum tipo de visibilidade das pautas do movimento por meio das políticas aqui apresentadas, a invisibilidade lésbica persiste como questão. A inexistência da lésbica nos discursos e práticas reiterados socialmente continuam produzindo uma série de vulnerabilidades desses corpos, como a pressuposição da heterossexualidade da mulher lésbica quando ela vai a uma consulta médica e uma série de desinformações produzidas por esse ato normativo, que podem desencadear evasões em consultas, medo de respostas discriminatórias e as impedem de receber um atendimento de qualidade, suposto direito reservado a todos.

Permanece como desafio a efetiva implementação das políticas no cotidiano de profissionais de saúde que atendam mulheres lésbicas e bissexuais, bem como a ampliação de modos de acesso à informação para as próprias mulheres. Este cenário, que possibilitava o pensar e repensar na forma de se fazer políticas sociais, mudou. Nos anos mais recentes, começamos a acompanhar um retrocesso no campo das políticas sociais. O contexto político atual se caracteriza por uma forte ofensiva contra os direitos sociais conquistados nos últimos anos, dificultando ainda mais a garantia de visibilidade e respeito no âmbito da saúde das mulheres lésbicas e bissexuais.

Políticas da Diferença e Extensão Universitária em tempos de ofensiva antigênero: Uma experiência ao avesso da norma no Tocantins

Autor: Cristina Vianna (UFT)

Coautor: Bruna Andrade Irineu (UFMT) e Yanna Biatriz de Oliveira Góis

O debate sobre gênero, sexualidade e relações étnico-raciais vem sendo reiteradamente mitificado por discursos conservadores pautados por convicções religiosas fundamentalistas, acerca das identidades de gênero e da diversidade sexual. A ofensiva antigênero tem se espalhado por diversos setores da sociedade brasileira e, nos processos educacionais, vem se articulando nas tentativas sistemáticas de suprimir este debate, de modo a aterrorizar as pessoas das consequências, fantasiosas e fanáticas, de se discutir educação sexual, direitos sexuais e reprodutivos nas escolas e nas universidades. Neste cenário obscuro de violações de direitos e banalização da violência contra mulheres e LGBT's, alimentados por discursos fascistas e de ódio de classe, a universidade pública tem papel fundamental na luta pela democracia, na resistência ao desmonte das políticas públicas e no compromisso social e ético-político. O desejo das autoras deste texto é democratizar o debate feminista e socializar uma experiência de extensão sobre gênero, sexualidade e relações étnico-raciais desenvolvida no interior do Tocantins. Este trabalho trata da experiência do curso de extensão destinado a estudantes e comunidade intitulado "Direitos sexuais e reprodutivos: Educando para as diferenças" desenvolvido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos da Universidade Federal do Tocantins (UFT) no Campus de Miracema, no primeiro semestre de 2018. O objetivo do curso foi proporcionar um espaço de debate plural sobre diversidade sexual e de gênero no ambiente acadêmico, instrumentalizando cursistas para o enfrentamento do sexismo, homofobia, racismo e outros tipos de violência, com enfoque na conversação sobre direitos sexuais e reprodutivos. A proposta desta extensão se alia a compreensão do GT "Psicologia, Política e Sexualidades" de que os processos de formação devem ser marcados pelo posicionamento político e crítico em defesa dos direitos sexuais e direitos reprodutivos como direitos humanos. Este trabalho se inclui, portanto, no Eixo Temático "Psicologia Social, Gênero e Sexualidades" que pretende visibilizar experiências de pesquisa e prática em gênero, sexualidade, raça/etnia, classe social e outros marcadores sociais da diferença. O Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos da UFT, que completa 10 anos em 2019, tem contribuído com este debate, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão em nível estadual. A extensão tem sido, em grande medida, um espaço de formação plural voltado para o reconhecimento da diversidade, onde as pesquisadoras têm construído outros modos de ensinar, e também de aprender pela diferença, buscando atender demandas para além da comunidade acadêmica, com vistas a alcançar o território comunitário. O feminismo é a perspectiva teórica e metodológica utilizada pelas autoras deste trabalho. O lugar de fala feminista aponta os desafios de repensar o mundo a partir de um conhecimento crítico e reflexivo sobre os processos de engendramento, desigualdades e opressões, buscando mudanças nas relações sociais de gênero e a transformação societária. A metodologia feminista do projeto guiou estratégias diversificadas, plurais e interdisciplinares de condução dos processos educacionais e formativos de gênero na universidade. A extensão foi realizada durante os meses de maio e junho de 2018 no Campus de Miracema,

e ao todo foram realizados 10 encontros distribuídos em 30 horas de curso. O trabalho foi coordenado por duas pesquisadoras do Núcleo de Sexualidade, professoras dos cursos de Psicologia e Serviço Social, e também contou com a participação de facilitadora/es conduzindo os debates, pesquisadora/es das áreas de Filosofia, Educação e Direito, que potencializaram a discussão interdisciplinar. Houve palestra, roda de conversa, exibição de vídeos, documentários e filmes, e oficina de confecção de cartazes. O projeto teve o apoio da PROEX/UFT, por meio de bolsa de extensão para acadêmica de graduação. O referido curso, aberto a toda a comunidade, contou com a participação de 40 cursistas. O perfil das/os cursistas foi levantado por meio da ficha de inscrição. Do total de inscritos, 77% das/dos participantes se declararam do gênero feminino e 23% do gênero masculino. Em relação à orientação sexual, 54% das/os participantes se declararam heterossexuais, 21% homossexuais, 13% bissexuais, e 12% responderam 'outros'. Quanto a raça/etnia, 74% das/os participantes se declararam pretos/pardos, 25% brancos/as, 1% indígenas. Em relação a participação, 58% das/os cursistas eram estudantes do curso de Psicologia, 25% do curso de Serviço Social, 14% do curso de Pedagogia, e 3% da comunidade. Foram conduzidos módulos sobre gênero e sexualidade; raça/etnia, direitos sexuais e reprodutivos; família e direitos humanos; "ideologia de gênero" e processos educacionais. O último módulo reuniu arte e cultura produzidas pelas/os participantes, a partir das reflexões desenvolvidas durante o curso. Participantes compartilharam suas experiências declamando poemas sobre feminismo, empoderamento feminino, diversidade sexual, de combate ao machismo e a violência, produzidas por poetas de periferia e próximas/os de sua realidade, linguagem e lugar de fala. Também foram declamados poemas de autoria própria, apresentadas paródias de músicas e vídeos, produzidas ilustrações e cartazes. Este engajamento e a participação das/os cursistas nos debates propostos durante os encontros, refletiu o impacto positivo do curso de extensão. A extensão universitária em gênero e sexualidade se constrói como lócus de resistência, reforçando o papel da universidade pública na luta pela democracia.

Prostituição: Trabalho, Vulnerabilidade e Sofrimento das Profissionais do Sexo no Município de Araguaína - TO

Autor: Juliane H. Malizia (Faculdade Católica Dom Orione) e Henrique Oliveira (Faculdade Católica Dom Orione)

Coautor: Paula Nunes (Faculdade Católica Dom Orione) e Robenilson (ANPSINEP)

O presente trabalho é fruto de uma atividade realizada durante o curso de Psicologia da Faculdade Católica Dom Orione, na disciplina de Psicologia Clínica Comunitária com o objetivo de apresentar algumas reflexões e problematizações em torno do tabu existente na sociedade e sobretudo, na cidade de Araguaína situada na região Norte de Tocantins a respeito da prostituição como condições de trabalho, vulnerabilidade e sofrimento. A história da prostituição é considerada como uma das profissões mais antiga do mundo, constituindo-se como uma prática milenar. Ao longo da história, as prostitutas passaram por diversas configurações no imaginário social. Atualmente, podemos ver que o trabalho da prostituição é uma categoria que luta por seu reconhecimento enquanto profissão ainda que estigmatizada e marginalizada pela sociedade e órgãos públicos, embora tenha sido, em 2002, inscrita no código brasileiro de ocupações, ou seja, tenha existência legal reconhecida. Contudo, o trabalho realizado na disciplina de Psicologia Clínica Comunitária apontou para uma realidade de mulheres na região de Araguaína –TO com um percurso histórico em suas vidas sob diversas condições de vulnerabilidades, situações de sofrimento psíquico e condições de trabalho precárias diante do patriarcado e do não reconhecimento, estigmas e preconceitos de considerada como a profissional do sexo. A proposta do trabalho era realizar uma vivência, sob o método da pesquisa-ação e realizar uma imersão acompanhando o dia a dia apreendendo a realidade dessas mulheres. Proposta metodológica que nos possibilitou o elo entre o saber e o fazer, entre o conhecimento e a prática dentro de uma perspectiva epistemológica interdisciplinar a fim de compreender as infinitas dimensões da realidade vividas por essas mulheres para compreensão desse fenômeno complexo da prostituição. Durante a nossa imersão no campo trabalhamos com o aporte teórico referencial da Psicologia Comunitária que nos permitiu compreender o modo de vida que essas mulheres vivem no território de Araguaína, suas relações com esse complexo campo da prostituição, suas representações diante do momento atual que vive a sociedade e sobretudo a dimensão psíquica de sofrimento que dessas mulheres decorrentes desses aspectos como campo de sobrevivência a partir da realidade do seu trabalho. Nesse trabalho, umas das grandes dificuldades encontradas foi encontrar mulheres que estivessem dispostas a realizar um encontro. Essa dificuldade foi perceptível quando apenas uma mulher se dispôs a aceitar nosso convite, porém no dia estipulado para o encontro, a participante comunicou que não teria possi-

bilidade da realização da entrevista, impedindo assim que o trabalho fosse finalizado da forma proposta inicialmente. Diante disto, refletimos a necessidade de promovermos algumas reflexões em torno de alguns aspectos das práxis psicológicas frente aos desafios encontrados diante dessa população. A leitura desse fato encontrado no campo nos colocou frente ao debate sobre os aspectos psicossociais que silenciam essas mulheres diante da realidade histórica e social do lugar das “profissionais do sexo”. Um campo de pesquisa pouco trabalhado pela Psicologia dentro dos aspectos de grande vulnerabilidade. É perceptível a existência de uma diversidade semântica relacionada com a prostituição, dessa forma, a diversos termos usados para referenciar a pessoa que trabalha nesse âmbito, de maneira que a prostituta pode ser nomeada como quenga, garota de programa, mulher de vida fácil, trabalhadora do sexo, puta, profissional do sexo, acompanhante de luxo, etc. Os diferentes nomes usados para mencionar a prostituta estão relacionadas com a política específica, pois, em momentos oportunos anseiam em controlar tal profissão por meio de perseguição, e em outros, reivindicar e regulamentar os serviços oferecidos pela profissão (SOUZA, 2012). Entretanto, apesar de ser uma profissão regularizada, a expressão profissional do sexo que é designada como uma pessoa que faz sexo para fins lucrativos ainda é vista pela sociedade com olhos carregados de preconceitos (OLTRAMARI; CAMARGO, 2004). Portanto, parece-nos que esse terreno dos estigmas e preconceitos que essas mulheres se silenciam diante de suas realidades como um ponto de enfrentamento da estrutura social. Devido a isto as mesmas ficam às margens dos projetos sociais e sob contexto de vulnerabilidade, visto que estas pessoas são expostas diretamente a inúmeros fatores de risco como violência, consumo abusivo de drogas, doenças virais e bacterianas, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e outras condições de vulnerabilidade diante de determinantes sociais da saúde. Este estudo possibilitou alguns pontos discursivos em torno do processo histórico-cultural dos aspectos acerca da prostituição na região norte do Brasil, com ênfase no estado do Tocantins, com o intuito de fomentar e problematizar sobre a falta de pesquisas científicas sobre a temática, a exclusão dessas profissionais, precarização no ambiente de trabalho, condições de vulnerabilidade e invisibilidade das atuantes dessa profissão. Para além das prerrogativas acadêmicas, propomos continuar o trabalho com essas mulheres, a fim de repensar essa realidade diante de suas perspectivas sócio histórica para a transformação de paradigmas diante do imaginário social construído sobre os aspectos apontados diante da relação complexa da prostituição. Para tanto, continuaremos na busca de referenciais bibliográfico para construirmos um aporte teórico que fundamente nosso trabalho com a população de mulheres “profissionais do sexo” e suas condições de vulnerabilidade e sofrimento. A importância de abrir um canal de comunicação com essas mulheres foi necessário para percebermos que a realidade dessas profissionais é geradora de fatores psicológicos, sociais, econômicos e culturais ocasionados por padrões historicamente e culturalmente construídos pela sociedade que gera nessas mulheres níveis estratosféricos de adoecimento. Desse modo, o presente trabalho corresponde com o eixo temático dois, que aborda questões acerca da psicologia social, gênero e sexualidade e o grupo de trabalho psicologia, política e sexualidades.

Reflexões sobre resistência em um grupo artístico trans

Autor: CAROLINA LINS (UFPE)

O presente resumo é fruto de um ensaio que teve como objetivo relatar e problematizar a experiência de um espetáculo do grupo Transhow. O ensaio, entretanto, não se restringe ao espetáculo em si, e traz elementos da trajetória do grupo, bem como possibilidades de enfrentamento à heterocisnormatividade e a discursos morais do contexto onde está inserido.

O grupo Transhow surgiu em 2014, no estado de Alagoas, com aproximadamente cinco integrantes fixas, todas mulheres trans e travestis, e alguns artistas LGBT que atuam em caráter itinerante no grupo, em ambos os casos há uma maioria de artistas negras(os). O grupo reafirma o intuito de visibilizar suas habilidades artísticas através de performances, proporcionar um campo de trabalho alternativo e aproximar a população cisgênera de ideais menos estigmatizados dessa população. Desde então, as artistas do grupo tem realizado shows de dublagem, performances e pequenas peças teatrais, atingindo públicos majoritariamente ligados à comunidade LGBT.

O evento em questão foi realizado na cidade de Maceió e intitulado como “Qual matuta irá casar com o rei do milho?”, uma peça humorística que uniu teatro e performances musicais em torno da temática junina. Por acompanhar o grupo desde o seu início, conheço de perto a luta para conseguir público nos shows e para serem respeitadas enquanto artistas. Ainda que haja divulgação dos shows em veículos midiáticos mais acessíveis, o fato



de serem pessoas trans acaba virando motivo de piada, ou descrédito, fazendo com que qualquer valor de entrada pareça um investimento alto.

Essa questão deve ser vista com atenção, uma vez que a ideia de um espetáculo realizado por pessoas trans ser considerado 'cultura inútil' diz respeito a um posicionamento de caráter punitivo não só por serem sujeitas que rejeitam o estereótipo da prostituição, para subirem nos palcos, como também por estarem expondo corpos em desacordo com uma expectativa de continuidade e coerência entre sexo, gênero e desejo sexual, conforme discutiu Butler (1990).

Esse caráter punitivo toma lugar e força na matriz heterossexual vigente, uma vez que se entende "a diferença dos sexos como dogma filosófico e político" (Wittig, 1978, p.4), e ao naturalizar essa diferença e divisão binária "assumimos que "homem" e "mulher" sempre existiram" e expressamos nossa opressão, tornando impossível qualquer mudança, conforme pontua Wittig (1981, p.247). Dessa maneira, a vida dessas mulheres e suas atuações enquanto artistas acaba por dividir seu trabalho e o próprio espetáculo entre duas possibilidades de apreensão: o risível ou a violência. Isso repercute no fato de as integrantes do grupo terem resistido durante muito tempo à realização de performances, dublagens e peças humorísticas, a violência vivenciada no dia-a-dia gerava a insegurança de não saberem se a plateia riria do espetáculo ou de quem são.

Também reflito sobre essa questão a partir de uma conversa com a líder do grupo Transhow há um tempo atrás, a mesma contava que um amigo havia sugerido uma inovação no grupo e propunha espetáculos que trouxessem à tona performances mais próximas do que entendia como debate queer, que mostrasse de forma menos moralizante corpos trans e práticas sexuais dissidentes. Ela descreveu de forma bem humorada o exemplo dado pelo amigo: uma performance que consistia em enfiar uma vela no cu como ato disparador de reflexões. Algo similar a 'polêmica' performance intitulada Macaquinhos, apresentada em 2016 na cidade de São Paulo, que teve como objetivo explorar partes do corpo consideradas tabu, como o cu, centro do enredo da apresentação. Apesar de se tratar de proposta pertinente e necessária no contexto atual, por trazer a ideia de contra-sexualidade, que entre diversos debates enfatiza a "ressexualização do ânus, zona do corpo excluída de práticas sexuais heterocentradas por ser considerada a mais suja e mais abjeta" (Preciado, 2002, p.30), desencadeou outro questionamento: quem pode enfiar a vela no cu?

Essa mesma colega, líder do grupo, comentou sobre não conseguirem espaço pra se apresentar, o fato da população já não respeitar as travestis, e concluiu dizendo algo como "imagine se a gente for lá no palco enfiar vela no cu, bate até polícia, minha fia"; ela acabara de responder a pergunta que eu não havia vocalizado. Através da ideia de pânico moral, podemos compreender como o medo da homossexualidade, por exemplo, acaba recaindo sobre determinadas populações ou atividades que estejam fora de um círculo idealizado e higienizado de sexualidade, ativando o fanatismo e a política estatal, conforme discute Rubin (2003), e tornando doente e criminoso toda a prática que não seja considerada "normal, natural, saudável, sagrada" (p.11).

O atual movimento de 'caça às bruxas' no país tem se aproximado cada vez mais desse debate, a exemplo do rechaço à visita de Judith Butler ao Brasil para discutir democracia, ou o boicote ao Queer Museu. De modo que, o entendimento do queer como possibilidade de fuga das prescrições da heterossexualidade, e de uma matriz essencializadora que tem como objetivo tornar certos corpos abjetos (Miskolci, 2009), se ressignifica e abraça interseccionalidades pouco debatidas quando no contexto artístico. Isto porque parece haver uma expectativa generalizada de que uma produção artística queer se aproxime mais da ideia de pornoterrorismo do que fazer uma crítica à heterossexualidade compulsória simplesmente através da visibilização de corpos de lésbicas, gays, transgêneros, não-binários e intersex de forma menos higienizada.

O fato de nesse espetáculo corpos trans e não-brancos estarem no palco e de pacientes psiquiátricos estarem na plateia (alguns usuários das Residências Terapêuticas e do Consultório na Rua foram levados pelos profissionais que atuam com os mesmos) já encaminham através do 'estranho' encontros subjacentes por trazerem para o meio artístico existências que tradicionalmente estão encarceradas, seja em presídios, quartinhos mal iluminados ou em caixões, no caso das primeiras, ou em manicômios, como no caso dos segundos.

A peça em si, trouxe diversos elementos do grotesco para satirizar a padronização do corpo feminino e seus estereótipos, apresentando personagens mal educadas, com muitos pelos corporais na virilha e nas axilas, cabelos desgrenhados, dentes tortos, peitos e bunda gigantescos ou a ausência total de ambos, e maquiagens propositalmente mal feitas. Ademais, ficou perceptível um deslocamento da sexualização do corpo trans, apesar da peça tratar de um casamento entre o rei do milho e suas pretendentes horrorosas e incultas, a ideia de que não estão ali para vender uma sensualidade provoca uma quebra na imagem dessas sujeitas sempre ligada aos prazeres



sexuais. Conforme argumenta Pelúcio (2009), o entendimento do corpo travesti, de certa maneira, precisa corresponder às normas de sexo-gênero que regulam a comercialização desses corpos, especialmente para a atividade sexual, de modo que qualquer ambiguidade deve ser evitada.

Essa questão também pode ser entendida como identitária, uma vez que muitas mulheres trans e travestis do grupo mencionado definem outras(os) artistas não-trans como “transformistas”. O termo, apesar de ser relativamente antigo e ter ficado para trás na história do movimento LGBT, continua em plena utilização dentro do Transshow, denotando que transformista seria uma categoria identitária à parte. Cito o caso de Reinaldo Oliveira, ex-membro fixo do grupo, que se apresentava como Drielly Reis (o artista foi brutalmente assassinado no início de 2018) e que utilizava muitos elementos da cultura drag queen, mas era considerado transformista por ser homem gay.

Assim, se levarmos em conta o estereótipo de que drag queens seriam necessariamente homens vestidos de mulher por um tempo limitado, isso não só esvazia o próprio sentido da drag em geral, como também nos faz entender porque evitam essa rotulação dentro do grupo. De certa maneira, reconhecer esses elementos resgata a violência sofrida por mulheres trans e travestis durante a maior parte de suas vidas, uma vez que vivenciam experiências recorrentes de deslegitimação de suas identidades, por serem vistas como homens ‘disfarçados’ de mulher.

Ao final do espetáculo, como é de costume, todas discursam a seu modo a respeito da necessidade de serem vistas para além de uma racionalidade cisnormativa, racista e sexualmente utilitarista, fugindo da frieza e despreocupação do simples fechar das cortinas. Através da exposição de seus corpos e de colocarem à prova seus talentos artísticos, demonstram o que é um corpo político, conforme discute Maracci, Favero e Machado (2019).

Considerando isso, a atuação do Transshow tem se mostrado lugar de resistência na cidade, que apesar de possuir um movimento social ativo e algumas artistas atuantes, não possui uma cena de ativismo LGBT vinculada à arte consolidada. Devido aos shows e peças realizados não possuem nenhum tipo de suporte financeiro a experiência de assisti-los se torna sempre uma surpresa e um ato de reafirmação de um ideal de sociedade que reconhece as identidades dessas sujeitas e seu direito de transitar e trabalhar em espaços públicos.

Territórios que vibram: psicologia, direitos humanos, gênero e sexualidade

Autor: Ingrid Schulze Muniz

Coautor: Josiele Bené Lahorgue (Faculdade CESUSC)

Este trabalho tem como proposta apresentar o relato de estágio em psicologia desenvolvido na Associação de Direitos Humanos com enfoque na sexualidade – ADEH, situada na cidade de Florianópolis – SC. A ADEH foi fundada em 1993 e desde então atua na garantia dos direitos de pessoas LGBTI em articulação com as políticas públicas. Seu foco inicial estava voltado para ações de combate e prevenção de HIV/AIDS junto à população de travestis e transexuais que eram profissionais do sexo. Promovendo o acesso desta população aos serviços públicos de saúde e assistência social, sempre foi foco da ADEH a luta por direitos, o protagonismo social, o exercício da cidadania e a inclusão social. Desde 2006 a Associação funciona como Centro de Referência em Direitos Humanos local, regional e estadual, realizando o atendimento da população em vulnerabilidade, ou seja, que tenham vivenciado situações de violação de direitos. Os atendimentos são realizados através de diversas atividades, tais como: acolhimento individual e coletivo, acompanhamento de pessoas em situação de discriminação e violência de gênero, oficinas para geração de renda, rodas de familiares de pessoas LGBTI. Tais atividades são desenvolvidas por profissionais da psicologia e serviço social, estagiárias e voluntárias. A entidade realiza também trabalho de formação e capacitação de profissionais das políticas públicas para o atendimento de pessoas LGBTI, servindo como referência na área. O estágio realizado na instituição teve como um dos objetivos o levantamento de demandas do campo/associação, para em seguida organização e execução de uma proposta de intervenção. O campo se mostrou dinâmico e imprevisível, com rotinas fluidas e diversas, mas ao mesmo tempo, conseguimos compreender que havia uma demanda que se repetia quase que diariamente nos acolhimentos realizados pela equipe de psicologia: a busca por informações sobre direitos, sobre as redes de atendimento psicossociais e também a busca por espaços de acolhimento para pessoas LGBTI. Constatamos que há uma dificuldade de acesso a informações sobre direitos e políticas públicas para a população LGBTI e tal situação dificulta o acesso da mesma aos serviços, bem como aos direitos. A dificuldade de acesso à informação sobre direitos e políticas públicas também dificulta o repasse das informações pela equipe de profissionais, estagiárias e voluntárias. Tais questões indicaram a possibilidade de que



o projeto de intervenção focasse na construção coletiva de uma cartilha para pessoas LGBTI. A proposta viria a somar também com o trabalho realizado pela ADEH, de formação e capacitação da rede de atendimento psicossocial, servindo assim, também, para sensibilização de profissionais que trabalham nas áreas da saúde, assistência social e educação, tendo em vista que tais profissionais possuem pouco conhecimento sobre possibilidades de atuação junto à população LGBTI. Para organizar a confecção da cartilha, participamos das Rodas de Conversa com familiares de pessoas LGBTI, um dispositivo importante, tanto para a vinculação das pessoas com a ADEH, como entre si, visando o fortalecimento de laços e redes de apoio mútuos. A participação nas Rodas constitui-se como uma ferramenta importante para elencar quais temáticas deveriam compor a cartilha. Durante nossa atuação no estágio utilizamos o referencial da psicologia social comunitária para pensar nossa proposta de intervenção, trabalhando com o olhar para o território, compreendendo o mesmo para além do espaço físico com salas ocupadas por pessoas e utensílios e com seus usos determinados pela normatividade do que é ser um Associação em Defesa de Direitos. Propomos conhecer o território a partir de suas potencialidades, registrando nossa vivência a partir de descobertas, dúvidas, diferenças, desconfortos, experiências e possibilidades outras de ser e estar (FREIRE, 1994). Compreender o território como uma espaço de existências nos levou a perceber que um território não é vivenciado da mesma forma pelas pessoas que o compõem. Articulado a essa perspectiva aliamos o conceito de sexualidade. Destacamos que, assim como não vivemos o território da mesma forma que as demais pessoas que estão nele, a sexualidade também não é vivida de maneira igual por todas as pessoas. A sexualidade deve ser compreendida como um dispositivo historicamente constituído, uma invenção social que se constitui nos diversos discursos regulamentadores, que constroem dispositivos de “saberes” e “verdades” (FOUCAULT, 2017; LOURO, 2010). Vinculado a esses referenciais teóricos, pautamos nosso olhar a partir da discussão que articula direitos sexuais e direitos humanos e que considera que a diversidade sexual e as expressões de gênero relacionam-se com a política nos que diz respeito às reivindicações em torno da cidadania. Buscamos, em nossa prática de estágio, legitimar e confirmar os direitos civis da população atendida pela ADEH, trabalhando, portanto, com o conceito de democracia sexual (Nardi, 2013) como um operador analítico para pensar as transformações que ocorrem a partir do século XX nas democracias ocidentais envolvendo as questões em torno da igualdade de direitos dos corpos identificados ao nascer como homens e mulheres, e das diversas orientações sexuais e identidades de gênero e como estes são incorporados nas diferentes esferas sociais: educação, trabalho, família, assistência, cultura e segurança. A partir de nossa intervenção na ADEH, conseguimos compreender a necessidade de a Psicologia Social demarcar cada vez mais o seu lugar ao lado das populações vulnerabilizadas, na luta por garantia dos direitos sexuais e reprodutivos e contra o desmonte das políticas públicas. Consideramos fundamental o fortalecimento das associações civis e dos movimentos sociais que atuam diretamente com a população LGBTI, tendo em vista os retrocessos que estamos vivendo diante da onda conservadora que vem se alastrando no Brasil (e também na América Latina). É preciso desconstruir as normatividades dos corpos, demarcando as existências de corpos outros, que se compõem a partir de uma infinidade de possibilidades e que pulsam por serem reconhecidas e, para isso, é preciso falar sobre essas diversidades, fazer com que se conheçam suas existências como sujeitos de direitos.

Violência na escola: atravessamentos de gênero, sexualidade e raça

Autor: Amana Rocha Mattos (UERJ)

Coautor: Isabela Jessula Delgado, Júlia Leite Cavalcante (UERJ), Leonardo Aprigio de Almeida (UERJ) e Manoella Estrela

No atual contexto político, em que perspectivas ultraconservadoras têm dificultado o acesso de debates sobre diversidades ao contexto escolar, temáticas importantes para que o espaço de sala de aula exerça seu papel como um espaço de socialização correm riscos de serem negligenciadas. Diante de uma intensa vigilância social e familiar sobre esse espaço, passa-se a haver a necessidade de rever e reinventar estratégias e metodologias para o trabalho em sala de aula.

Compreendendo que o espaço tempo escolar é fator importante no processo de subjetivação dos sujeitos e pode se constituir como um eixo central para suas vidas e no aprendizado tanto de conteúdos formais curriculares quanto de regras disciplinarizantes, ideais e expressões culturais, entendemos que abordar temáticas como violência, desigualdades sociais e preconceito, que fazem parte da vivência dos/das alunos/as, são essenciais ao processo pedagógico. Neste trabalho, a partir da realização de oficinas de gênero e sexualidade em escolas, discu-



timos estratégias e metodologias que entendemos como possíveis na abordagem de tais questões em uma escola pública de Ensino Fundamental no Rio de Janeiro.

No segundo semestre de 2018, a equipe do Projeto de Extensão da UERJ “Oficinas de Gênero e Sexualidade na Escola” havia estabelecido o contato com duas escolas públicas do Rio de Janeiro para dar início às atividades. Após reuniões com a equipe pedagógica das instituições para o planejamento do trabalho, chegamos ao período eleitoral, que foi pautado por fake news que atacavam, principalmente, o debate sobre gênero e sexualidades nas escolas, a partir do combate à chamada “ideologia de gênero”. Neste cenário, a vigilância sobre as escolas por parte da sociedade, da família e de instituições religiosas se intensificou, e, por isso, as duas escolas com que estávamos em contato optaram pela suspensão das oficinas. Essa decisão foi em consideração à segurança da instituição, do corpo docente e discente.

Ao longo do semestre, mantivemos contato com uma das escolas e decidimos deslocar o tema principal das oficinas para violências em contextos escolares, visto que também intrinsecamente essas temáticas de gênero, sexualidades, raça, consentimento e preconceitos podem ser potencialmente trabalhados sob o tema geral da violência. A partir dessa proposta, demos início às atividades em março de 2019, retomando as reuniões e conversas com a equipe docente e, principalmente, nas atividades com as turmas em sala de aula.

Neste trabalho, apresentaremos as estratégias e os resultados de oficinas realizadas pela equipe com duas turmas do 5º ano e três turmas do 4º ano do Ensino Fundamental da escola parceira. O material será analisado a partir do referencial perspectiva pós-estruturalista e dos estudos de gênero e sexualidades. Tal discussão articula-se com a proposição do Grupo de Trabalho Psicologia, Política e Sexualidades, ao propor discutir os efeitos subjetivos e políticos do atual contexto e das relações escolares nos sujeitos pesquisados.

Entendendo que as diversidades e formas de violência já estão inseridas no cotidiano das/dos alunas/os, para o funcionamento e aproveitamento das oficinas, a lógica hierárquica presente em sala de aula é repensada, já que, ao falar de experiências cotidianas, o lugar de saber é deslocado e passa a ser difuso (LOURO, 2011). Dessa forma, todos/as os/as alunos/as podem contribuir para a discussão e construção de reflexões, colocando em xeque a suposta neutralidade do conhecimento verticalizado e trazendo para a lógica escolar, a ideia de autonomia, muitas vezes negadas em justificativa da construção de conhecimento curricular. Assim como estudantes têm suas vivências e posicionamentos, a neutralidade esperada do/a professor/a também é questionada, na medida em que esses, também, são atravessados/as por suas crenças e valores.

Os tensionamentos e desdobramentos das discussões a respeito de gênero, sexualidades e raça trazem reconfigurações e questionamentos sobre os saberes dominantes na sociedade e na lógica da escola, que passam a ser explícitas e desnaturalizadas. Sendo também escolhas políticas, passam a ser vistas como tal. Assim, as diversas formas de violências já presentes no cotidiano fora e dentro da escola também se evidentes. Portanto, os conflitos que ocorrem no contexto escolar não dependem do debate que o/a professor/a sugere, já que eles estão presentes na sociedade em que a escola é imersa. Dessa forma, entendemos que não falar sobre diversidade constitui, também, ser uma posição política, e não um posicionamento neutro.

A escola moderna é rica em normatizações e limitações que, a partir do poder disciplinar (FOUCAULT, 2014), são introjetadas pelos estudantes pelas regras, silenciamentos e punições praticadas nesse contexto. É essencial que entendamos essas normas também como formas de violência, na medida em que funcionam de acordo com marcações de gênero, sexualidades, raça e, conseqüentemente, naturalizando restrições e apagamentos de determinados grupos e individualidades. Com a escolha de não falar sobre essas temáticas, escolhemos dar o privilégio da visibilidade e do respeito a determinados grupos e modos de vida em detrimento a outros, o que gera sofrimento.

Entendemos as oficinas como um espaço com maior autonomia e aberto para discutir essas temáticas tanto com quem pratica a violência quanto com quem a sofre, o que torna as atividades um lugar de reflexão de normas internalizadas e fornecendo também um espaço de escuta para ambos, dando lugar para os questionamentos. Dessa forma, propomos uma análise das atividades realizadas com as turmas tendo essas discussões e reflexões em vista e considerando o contexto político de vigilância das práticas escolares (PENNA, 2016).



GT46: Psicologia, Travestilidades, Transexualidade e Interseccionalidades

A coragem de dizer a verdade: travestis e transexuais no contexto escolar

Autor: Marco Antonio (UFOP)

O presente trabalho apresenta uma pesquisa que investigou a produção da violência ética e do reconhecimento das sexualidades nos contextos escolares. Aqui utilizamos a noção de sexualidades para pensar na afirmação das identidades e das não identidades que se apresentam na contemporaneidade, algo que se aproxima do acrônimo LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Intersex e o sinal de + indicando uma abertura a outras performatividades de gênero), sem aventarmos de abrir mão da sigla LGBTI+ e seus desdobramentos no cotidiano escolar e nas políticas públicas. A identidade dos sujeitos como afirmação possível de si, a partir e além dos processos identitários torna-se possível com a compreensão do gênero como um ato performático; este ato diz do modo como as formas de existência se aproximam ou se afastam do binarismo de gênero. O regime de performatividade trazido por Judith Butler refere-se a reiteração das heteronormas e suas falhas no ato de repetição, o que possibilita outras formas de performatividade que nem sempre desfrutam de uma inteligibilidade moral e política. A adesão ou contestação de uma performatividade heterossexual pelos sujeitos, sempre ocorrerão num dado regime de verdade, a partir de Michel Foucault. As noções de violência ética e reconhecimento foram escolhidas por considerarmos ter elas grande potência na análise de disputas morais e políticas, como julgamos ser a questão das sexualidades nos contextos escolares. Judith Butler em sua obra analisa a noção de violência ética, reconhecimento e esperança para pensar os limites/possibilidades do sujeito em relatar a si mesmo diante das interpelações que sofre. Tal reconhecimento pode acontecer em três momentos que se entrecruzam, diante do coletivo, do outro e de si mesmo. Moral e política fazem parte da produção do silenciamento nos três momentos do reconhecimento. Nossas análises apontam tanto a produção de vidas insuportáveis como a constituição de resistências que buscam pela possibilidade de vidas habitáveis, porém num contexto marcado pelo recrudescimento de posições LGBTfóbicas. Esse termo, e seus desdobramentos (transfobia, lesbofobia etc.), ainda pouco apropriado nas publicações acadêmicas ganha espaços em congressos e nas políticas públicas, é uma noção que ganha força a partir da voz dos sujeitos da experiência. Ainda que uma certa polêmica exista acerca destes termos, eles adentram cada vez mais, como conceitos, na produção acadêmica, nos textos das políticas públicas e nos instrumentos de direitos humanos; estes termos provêm da pauta do ativismo social e dão inteligibilidade à experiência das sexualidades e do gênero. Consideramos que a violência ética tem produzido formas de existência insuportáveis de se viver, impedindo processos de reconhecimento em diferentes espaços sociais. Dessa insuportabilidade da existência os sujeitos se movem de muitas maneiras. “Tem gente que chega pra ficar. Tem gente que vai pra nunca mais. Tem gente que vem e quer voltar. Tem gente que vai e quer ficar. Tem gente que veio só olhar. Tem gente a sorrir e a chorar”, como diz a música de Fernando Brant e Milton Nascimento. A letra dos compositores mineiros ajuda a entender que a saída de uma vida insuportável nem sempre é o fim, os deslocamentos que ela provoca pode gerar ações, lutas e entre outras questões, o luto por quem decidiu partir. Nos relatos dos docentes destacamos a importância de se nomear/denunciar os ataques contra às sexualidades. Nomear/denunciar a violência sofrida tem sido uma das possibilidades de enfrentarmos a violência ética e isto se dá nem sempre de modo preciso, mas sem dúvida a emergência de políticas públicas, como proposto no Plano Nacional de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania de LGBT tem contribuído para isto. Cláudia Pereira Vianna, pesquisadora da USP, em sua análise considera que junto as conquistas de direitos sociais temos assistido reorientações da gestão pública para o neoliberalismo. Segundo a autora, esta reorientação afeta tanto a agenda de gênero iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso, mas ligada às orientações de organismos internacionais, como as articulações dos movimentos de LGBT+ no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda que não tenhamos encontrado uma origem da noção LGBTfobia, temos percebido sua articulação por ativistas do movimento LGBT+, principalmente no contexto das discussões do Supremo Tribunal Federal por ocasião dos debates da criminalização da homofobia, o que é de domínio público. A noção LGBTfobia ganha sentido político quando a tomamos como analisadora dos contextos escolares, apesar das questões teórico-metodológicas que podemos levantar acerca do termo. Consideramos que esses Outros sujeitos da educação produzem outras linguagens com grande potência no enfrentamento da cisheteronorma-

tiviade. O recorte empírico de nossa pesquisa analisou o desejo de reconhecimento nos relatos de professoras auto identificadas como travestis e mulheres transexuais sobre suas experiências como docentes. Nestes relatos ressaltam estratégias como o uso do bafão, do glamour e/ou da dureza em trabalhar melhor que os/as demais para serem reconhecidas. Analisamos seus relatos semelhantes a uma parresia, como proposta por Michel Foucault na década de 1980, ou seja, a vida dessas professoras dizem da coragem de falar tudo que pensam sobre si e sobre aqueles/as que estabelecem interlocuções com elas. Ao falar tudo elas querem romper com o silêncio imposto que tenta produzi-las como inexistentes ou anormais a partir da cisheteronormatividade. Produzem na escola deslocamentos de saberes, das relações de poder e dos modos de constituição do sujeito, talvez o que as faz tão assustadoras para muitos/as do contexto escolar. É neste processo que revelam seu desejo de reconhecimento e a capacidade de enfrentarem a violência ética, como proposto por Judith Butler. A análise de sua vidas nos informam de possibilidades de contestação e transformação das normas de um regime de verdade incapaz de fornecer inteligibilidade as formas de existência das travestilidades e transexualidades. Por outro lado, suas histórias trazem um relato de coragem em dizer a verdade num contexto marcado pela transfobia. Nossas análises apontaram tanto a produção do contexto de vidas insuportáveis como a constituição de resistências que buscam pela possibilidade de vidas habitáveis, porém num contexto marcado pelo recrudescimento de posições transfóbicas. Tanto os relatos de outras pesquisas quanto as narrativas de professoras travestis e transexuais não podem ser considerados um relato de si, mas os/as docentes trazem nos que disseram indícios e ruídos da constituição de condições para que esse relato se articule. Assim, as professoras travestis e/ou transexuais, jovens gays, lésbicas e tantos outros, podem ser considerados/as “gente que chegou para ficar” na escola, pessoas que pela sua voz podem romper com a violência ética que silencia as dores e sofrimentos de LGBT+.

A indústria pornográfica e a objetificação da mulher.

Autor: Beatriz (Beatriz Carvajal)

Coautor: Daniele Oliveira do Amaral (UNISO), Ariane Soares (Uniso) e Vitória Oliveira Santos (Vitória Oliveira)

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute o processo de objetificação da mulher na indústria pornográfica. Partindo de uma perspectiva feminista, Linz & Malamuth (1993) e Oliveira & Nogueira (2010) ressaltam o caráter heteronormativo desta indústria, que imprime ao conteúdo produzido neste contexto elementos que refletem as necessidades do público masculino heterossexual. Apesar das diferentes posições existentes entre as correntes feministas acerca da pornografia, Oliveira & Nogueira (2010) destacam o movimento dentro da indústria pornográfica que visa ampliar a produção de conteúdos desta natureza feito por mulheres e para mulheres.

OBJETIVO

- Discutir o caráter heteronormativo da indústria pornográfica e sua relação com o processo de objetificação da mulher nos conteúdos produzidos.
- Discutir as possibilidades de transformação nesta indústria que aponte para a criação de conteúdos fundamentados em outras formas de representação das mulheres.

RELAÇÃO CLARA COM O GT E EIXO TEMÁTICO ESCOLHIDO

O presente trabalho vincula-se à perspectiva proposta no GT-45: Psicologia, Políticas e Sexualidades. Esta relação funda-se no objetivo de problematizar o caráter heteronormativo da indústria pornográfica e sua função no processo de reprodução, de um lado, das formas de sexualidade hegemônicas e, de outro, da marginalização de sexualidades que desafiam estes parâmetros. A perspectiva trazida pelos autores que fundamentam a discussão permite a problematização das estratégias encontradas no contexto dos debates feministas em relação à questão. A aposta numa posição diferente daquela sustentada pelo movimento antipornografia aponta as transformações necessárias nesta indústria para que, principalmente as formas de objetificação da mulher, reflexos do caráter heteronormativo destas produções, possam ser modificados. Esta aposta destaca trajetórias de mulheres envolvidas neste processo e que vêm protagonizando produções que refletem perspectivas outras de representação da mulher nestes contextos. Tristan Taormino é uma mulher faz parte desse movimento, criando uma nova indústria pornográfica, ela é escritora do blog “PuckerUp” e também é produtora de filmes pornográficos., sobre seu traba-



lho ela diz em sua biografia no blog: “Minha missão é educar pessoas de todos os gêneros e orientações sexuais na busca de relacionamentos saudáveis, fortalecedores e transformadores. Eu espalhei minha mensagem positiva de prazer através de meus livros, filmes, textos, ensino e palestras”.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

Heteronormatividade é um termo utilizado para descrever situações e reproduções das práticas heterossexuais, onde as orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas. Refere-se à heteronormatividade, ao conceito de que apenas os relacionamentos entre pessoas de sexos opostos ou heterossexuais são normais ou corretos.

Sobre a objetificação, Belmiro (2015) diz: “A objetificação, termo cunhado no início dos anos 70, consiste em analisar um indivíduo a nível de objeto, sem considerar seu emocional ou psicológico.” Objetificar alguém quer dizer que não está sendo levado em conta o emocional e o psicológico desse indivíduo, o que acaba por o transformar em objeto passivo das ações de outros indivíduos. Nos dias de hoje é possível perceber nitidamente os casos em que isso ocorre com as mulheres, se pegarmos uma ação publicitária, por exemplo de cerveja, a mulher são sempre hipersexualizadas, o que acaba transformando a mulher em objeto sexual. Outro exemplo disso é a maneira como as mulheres são representadas nas revistas, onde o corpo sempre vem em destaque e não enaltecem o intelecto das mulheres, por conta dessa naturalização da objetificação da mulher nos dias de hoje, que a indústria pornográfica também representa as mulheres da mesma forma.

O feminismo, por ter vertentes distintas acabam tendo visões diferentes sobre a pornografia. Há aquelas que são anti-pornografia, onde afirmam que a pornografia é a causa da violência sexual contra a mulher ou condiciona o comportamento de seus consumidores para que haja violência. Outra vertente diz que a censura à pornografia é necessária para que as mulheres deixem de serem utilizadas como fonte de prazer sexual. Em contrapartida, há o feminismo que apoia a anti-censura, por isso, o ideal é que haja um novo movimento com novas pornografias que sejam feitas por mulheres para as mesmas consumirem, fazendo então com que surja um novo mercado dentro da indústria pornográfica.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Discute aspectos conceituais fundamentais para a compreensão do fenômeno destacado e levanta dados documentais disponíveis na internet que ilustram a posição assumida pelas autoras deste trabalho em relação à indústria da pornografia.

RESULTADOS

A indústria pornográfica é heteronormatizada e retrata as mulheres como objetos sexuais, onde elas são desumanizadas, submissas e aparecem em cenários degradantes onde os homens as tratam como “vagabundas”. Linz & Malamuth (1993) dizem em seu texto que as mulheres sofrem consequências por conta dessa representação feita pela indústria pornográfica, já que normalizam essas situações e facilitam com que se repitam em situações do cotidiano. Uma pesquisa realizada com homens sem indícios de agressão, apontou que eles se sentem excitados quando veem cenas de subordinação e violência contra a mulher, portanto, ainda como parte dessa pesquisa, foi realizado um experimento onde foi mostrado para os homens duas cenas de estupro: uma onde a mulher se mostra excitada (resultado positivo) e outra onde ela demonstra repugnância (resultado negativo); e também foi perguntado se eles cometeriam estupro, caso não houvesse punição. Como resultado foi obtido que, os homens se sentem menos excitados e apresentam menor probabilidade de estuprar quando a mulher reage com repugnância ao ato e quando é demonstrado excitação pela parte da mulher, o homem reage da mesma maneira que a mulher, mas a probabilidade de estupro, nesse caso, aumenta. Como resultado final foi obtido que os homens que apresentam probabilidade de cometer estupro, ficam mais excitados quando é mostrado a cena em que o sexo ocorre sem o consentimento da mulher.

Segundo o feminismo a indústria pornográfica além de aumentar as agressões sexuais também apresentam outros fatores negativos como o fanatismo, desprezo pelo gênero feminino e também está relacionado com as dificuldades que as mulheres enfrentam por terem menos igualdade no emprego, educação, serviços públicos, propriedades, o que contribui para a discriminação sexual porque quanto maior o número circulado de revistas pornográficas menor é o nível de igualdade entre os gêneros. Sobre os efeitos midiáticos, Malamuth sugere que a mídia sexualmente violenta pode afetar as atitudes dos homens e que combinada com outros fatores pode fazer



com que eles apresentem comportamentos violentos, mas não podemos dizer que a mídia em massa é a maior influenciadora do comportamento sexual violento, pois há diversos fatores que também podem influenciar esse comportamento como o contexto sociocultural em que a pessoa está inserida e também levamos em conta o psicológico dele.

Pinto, Nogueira e Oliveira (2010) dizem em seu artigo que graças à tecnologia, a indústria pornográfica conta com um acesso de pessoas sociocultural diversificadas dando então anonimato ao seu consumidor, e a tecnologia trouxe uma maior produção de filmes pornôis por causa do grande número de procura, já que hoje em dia o acesso a esses filmes não é restrito como antigamente que o consumidor precisaria se dirigir a uma locadora e ser exposto. Junto com o crescimento comercial dessa indústria a mídia alerta sobre os perigos que a cercam, que é o abuso sexual de crianças e o tráfico humano. Pesquisas psicossociológicas apontam que a pornografia é formadora de caráter e da personalidade do indivíduo que a consome, portanto as mulheres são vítimas do consumo da indústria pornográfica.

Durante o século XX o movimento feminista classificou a pornografia como a forma mais humilhante de violência contra a mulher, sendo então considerada como uma expressão do opressor masculino, onde homens criavam e os mesmos consumiam o produto criado, filmes pornográficos. Por conta disso as mulheres estão cada vez mais revolucionando a indústria pornográfica, onde as mesmas passaram a produzir conteúdo para as mulheres consumirem, e além disso proporcionam melhores condições de trabalho para ambos os sexos.

CONCLUSÃO

Para esse trabalho foi escolhido esses dois textos pois ambos se complementam e possuem alguns pontos em comum, como por exemplo, indicarem a pornografia como uma indústria heterossexual, criada e consumida por homens que fazem o uso excessivo da reprodução de mulheres em situações degradantes ou em situações de violência ou até mesmo em situações de estupro para então satisfazer os homens. O feminismo tem um papel muito importante para mudar essa indústria, porque ele sugere que surjam novos meios de produção sem que seja a representação da mulher em situações extremas, fazendo então com que as mulheres apresentem um papel mais humanizado. A indústria pornográfica é um ramo muito grande e muito consumido pela população, por conta disso a anti-pornografia que algumas feministas apoiam não seria eficaz. Portanto a anti-censura é o modelo mais adequado para essa cultura e indústria, pois as mudanças já realizadas pelas mulheres que estão inseridas nesse ramo, estão buscando formas em que as mulheres não são representadas em cenários degradantes, sendo violentadas, agora elas possuem um papel mais humanizado e mais próximo a realidade vivida pelas pessoas.

A marcha do debate: Reflexões sobre os processos de mobilização de mulheres militares

Autor: Rafaela Vasconcelos Freitas (UFRGS)

Quando as militares conversavam sobre trabalho, elas falavam de gênero. As atividades a elas designadas, a inadequação das estruturas, o desejo de resguardar a vida privada da regulação institucional, tudo em alguma medida denunciava um marcador que mediava o exercício de seus postos e graduações. No entanto, as suas leituras sobre essa situação nem sempre identificavam o gênero como algo relevante nessa análise. Mulheres adentram as casernas brasileiras a cerca de 30 anos. Não havia no período "feminismo" estampado em camisetas e nas letras de cantoras pop, era (era? é?) algo a ser combatido com orgulho como visto em revistas militares da época. Foi construído como um posicionamento radical, que descaracterizava a feminilidade, tão resguardada naquele contexto que não era o mais tradicional para mulheres.

Esta comunicação referente a uma discussão iniciada na tese de Doutorado "Nunca fui FEM. Interseções entre militarismo e normas de gênero na trajetória de combatentes transexuais" (Vasconcelos, 2018), busca discutir aspectos da mobilização de mulheres militares em torno das pautas de gênero. Se insere nas discussões propostas pelo GT 45 - Psicologia, Políticas e Sexualidade e nos delineamentos deste ENABRAPSO pois se propõe a apresentar e discutir os atravessamentos dos gêneros e das sexualidades nos modos de produção de subjetividades e nas práticas profissionais. E de como a constituição de sujeitos coletivos em torno dessas pautas tem/vem tensionando os limites institucionais, modificando e possibilitando outras trajetórias e outros contornos de si. No contexto analisado não se entende a política ou os processos de mobilização e politização a partir de grandes feitos formais



e institucionais. Mas sim do que tece Preciado (2008) ao não conceber a revolução sob a forma viril da luta, da transformação heróica, mas do que é parte do domínio do possível, dos microatos, nos quais se demanda uma nova política da experimentação e não unicamente aquela da representação.

Através de metodologias etnográficas que acompanham uma série de eventos locais e nacionais e o cotidiano de militares entre os anos 2014 e 2018, buscou-se traçar marcos que evidenciam as iniciativas de criação de espaços para o debate de gênero. Importantes porque indicam as disputas e a construção de entendimentos sobre as “diferenças” internamente às instituições, ajudam a visibilizar as construções coletivas sobre os gêneros e as vivências da sexualidade em contextos militares, onde as transexualidades e outras vivências das dissidências sexuais começam a se tornar visíveis e demandar reconhecimento.

As pioneiras tiveram que construir estratégias para trabalhar e se relacionar internamente, uma vez que não havia modelo semelhante a ser seguido. Os méritos de reconhecimento eram individuais, o coletivo era sinônimo de masculinidade (homem-cis), não de militares, pois o gênero era a marca da diferença que as inferioriza ou limitava. O regime das sexualidades as marcava como supostamente promíscuas, uma vez que estavam ainda mais visíveis (por serem as únicas) e por serem julgadas a partir de critérios morais específicos. Os valores institucionais, os modelos de sucesso, os impedimentos de sindicalização valorizavam o que se aproximava das masculinidades, construídas como norma. A recepção às recrutas nos anos subsequentes refletem esse contexto: não há instruções sobre os procedimentos/fluxos de denúncias a possíveis violações nem estímulos a isso, havia porém instruções sobre como o ‘nós’ (mulheres) deveriam se “comportar”. O repasse da tradição, entrecortado pelo gênero, era controle, não solidariedade e reflexão.

O tempo em campo indica os consensos provisórios de um grupo sobre os aspectos identitários e refletem as visões sobre gênero internamente. São evidentes as disputas e construções sobre aquilo que é de interesse das militares, mas também sobre o que é um debate de gênero.

Os depoimentos feitos nos eventos coletivos se aproximavam das entrevistas e observações no que pode ser chamado de ‘reapropriação do feminino’, como resposta aos anos de negociações entre as nomeações de “puta” ou de “lésbica”. Classificações que não eram resultante de um exercício sexual ou do desejo mas de uma performatividade de gênero. Se aparentava vaidade, feminilidade, era classificada como “ruim de serviço”, por não aparentar competência, e “puta”, porque devia estar se “oferecendo” aos masculinos. Se era “bruta”, conseguia trabalhar (operacional), porém era pejorativamente aproximada das lesbianidades. Apesar de sabermos que historicamente as instituições policiais fizeram uso das características ditas “femininas” para atividades mais sociais e administrativas, muitas atividades operacionais as desvalorizava. Se portar de forma séria, diretiva, demonstrar força física, ou evitar adereços, chamados em alguns estudos de “se masculinizar”, era uma estratégia para ganhar respeito, autoridade ou simplesmente trabalhar. O uso do termo “se masculinizar” deve ser observado, uma vez que reforça a ideia de que existe uma forma única de ser mulher/homem, generificando características que poderiam ser apropriadas por quaisquer corpos. Revela-se uma outra forma de pensar o gênero. Do que cabe dentro do “militar padrão”. Um movimento contínuo de resignificação do feminino, não somente como característica funcional (compreensão, organização, delicadeza para assuntos “sociais”, como a segurança pública tende a associar às mulheres), mas como algo que não é incompatível com atividades operacionais e com a identidade profissional militar.

São nas dinâmicas do cotidiano que alguns efeitos são percebidos e efetivados: Se apresentar com desleixo na aparência para não ser escalada como bandejinha; fingir que não tomam ou não sabem fazer café para não ter que fazê-lo para toda a sessão, se candidatar a cursos internos na tentativa de resistir ao trabalho continuado no setor administrativo. Os alojamentos aparecem não somente como um espaço que geograficamente separa os gênero e postos, mas também onde vão “sacando juntas” as violências de gênero, construindo no cotidiano formas de resistir e se apoiar.

Nesses espaços o debate sobre gênero, ou a condição de mulheres como elas nomeiam (e entendem), ainda está muito vinculado a aspectos estruturais (fardamentos adequados, alojamentos) que há quase 30 anos ainda não foram regulamentados e são fundamentais para a criação de condições equivalentes de trabalho. No entanto, se é possível hoje discutir a criação de novos alojamentos, não se questiona ainda a sua divisão por sexo/gênero. Se fala sobre mulher, mas não se estende o debate para um conceito mais ampliado de gênero, que colocaria em pauta temas como violência de gênero (muito comum entre militares), masculinidades, desigualdades de acesso à formação continuada, homo e lesbofobias. As questões de assédio e os impedimentos e negligências institucionais para denúncia e punição foram alarmantes, mas não passaram dos relatos, ou seja, ainda não se vislumbra



nenhuma medida coletiva e institucional para lidar com ele como um problema estrutural e não pessoal e que reconheça a insuficiência dos caminhos já existentes.

O debate sobre as vivências sexuais não-heteronormativas, as lesbianidades em especial, apesar de visivelmente presentes no cotidiano institucional e nos eventos “de mulheres”, não fizeram parte dos tópicos de discussão, nem dos espaços de fala nos eventos acompanhados.

A presença de mulheres em altos postos de comando é uma previsão, uma aposta de que as relações de poder sejam tensionadas e algumas pautas sejam abordadas, mas não é uma garantia de melhoria. As posições mais altas da hierarquia são lugares de fala e possibilidade de ação. Porém também são altamente reguladas. “Fazer política”, ou melhor, politizar relações, é se sujar, colocar em evidência um posicionamento que pode prejudicar sua carreira e/ou seu cotidiano, por estar em desacordo com práticas institucionais e sociais executadas por aqueles que definem os rumos da sua carreira e as dinâmicas do cotidiano de trabalho. O contexto institucional tende a valorizar trajetórias individuais, apagando a influência de marcadores sociais nessas trajetórias e desmobilizando a criação de pautas coletivas. Ingerências resultantes da hierarquia, abuso de poder e assédio moral são fatores de forte desmotivação daquelas que tentam implementar mudanças e projetos.

As novas gerações, embebidas pela popularização do feminismo no mundo civil, se ainda não tem atuado de forma expressiva na condução desses debates, tem por outro lado tensionado expressões cotidianas nos quartéis, insistindo em ocupar lugares em que são preteridas, ou mesmo em tornar visível um trabalho que fazem com orgulho e competência.

O olhar para as tentativas de debate acerca das questões de gênero nas instituições militares de segurança pública estadual nos apontam pistas de uma metáfora do contexto militar, desenha esboços do substrato onde se vê emergir publicamente as vivências trans. A disputa de formatos, temas, abordagens, quem ocupará lugar de fala, o que será silenciado, quem será silenciado, quais repertórios de ação serão selecionados, quando tais debates serão possíveis no calendário institucional, quem irá aderir, se a adesão é voluntária ou forçada, todas essas questões são curvas, fronteiras, formas do palco em que as transexualidades tentam existir. A inexistência de grandes marcos de conquista nas mobilizações pontuais ou cotidianas até aqui não devem ser confundidas com águas calmas. Os “microatos” a que se refere Preciado, tentam produzir no ambiente cultural e organizacional destas instituições as mesmas agitações que o helicóptero produz na piscina dos quartéis. Muito ainda se encontra em disputa e os riscos são latentes.

A psicologia escolar na inclusão social de travestis a partir do processo de escolarização.

Autor: Júnior Cavalcante (UNIT - AL)

Coautor: Ariane Nascimento de Moraes (UNIT/AL) e Andressa Pereira Lopes

Introdução: No ano de 2018, o Ministério dos Direitos Humanos, através da Secretaria Nacional de Cidadania publicou o Manual Orientador sobre Diversidade, abrangendo dentre outros conceitos, termos sobre identidade de gênero e sexualidade, sendo notada a importância de distinguir os papéis de gênero e orientação sexual, de forma a legitimar as possibilidades de expressão da sexualidade. Dessa forma, diversos processos de estigmatização colocam à margem qualquer tentativa de inserção social de travestis devido a algumas lógicas normativas impostas pela sociedade, que as consideram como desviantes, anormais, excêntricas dentre outras nomenclaturas, e por isso as excluem (SILVA e CERQUEIRA-SANTOS, 2014). O estigma em decorrência da discriminação, exclusão e violência propaga-se em vários grupos sociais, inclusive na escola, fazendo com que essa comunidade fique desprovida de qualquer tentativa de interação e inserção social (PERES, 2005). Na amplitude do campo escolar e educacional ao que se refere a sujeitos pertencentes a uma sociedade, que produz grupos relativamente distintos em relação à forma como eles se fazem pertencentes à mesma, alguns grupos surgem como “minorias”, e por isso, muitas vezes encontram alguns obstáculos nessa tentativa de pertencimento à sociedade na qual está presente. **Objetivo:** Discorrer sobre o papel do psicólogo escolar, identificando se a Psicologia Escolar tem contribuído para inclusão das pessoas travestis, observando os direcionamentos e influências de um aporte teórico eficiente nesses casos. **Relação clara com o GT e o eixo temático escolhido:** Tendo em vista a amplitude do contexto educacional, bem como as diversas formas de pensar e vivenciar a sexualidade, e o entendimento dos estudantes sobre a escola enquanto importante instituição social, o trabalho relaciona-se diretamente com os GT's: 40 “Psicologia



Social em contextos de educação: leituras, análises e práticas de resistência”, GT45 – “Psicologia, política e sexualidades” e GT46 – “Psicologia, travestilidades, transexualidades e interseccionalidades”; E com o Eixo 2 – “Psicologia Social, Gênero e Sexualidades”, ao que tange a escola como espaço de produção de conhecimentos, mas que apresenta lógicas discriminatórias e patologizantes, sendo considerável a discussão sobre questões que circundam a inclusão social de travestis através dessa vertente, tendo em vista que elas constituem um grupo que historicamente pratica a resistência frente às dinâmicas sociais. Orientação teórica: A pesquisa conta com referências advindas de documentos oficiais emitidos pelo Ministério dos Direitos Humanos, Constituição Federal, Conselho Federal de Psicologia, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, autores como Chauí, Peres, Butler, dentre outros que fomentam a discussão acerca do gênero, educação, psicologia e suas aproximações. Método: Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, realizada a partir de artigos científicos, livros e documentos oficiais de órgãos públicos que abordassem a temática. Resultados: Embora a escola seja uma das principais portas de entrada das pessoas para a vida social, e concomitantemente a psicologia escolar apareça como provável área a atuar para que a inclusão social de travestis ocorra, observou-se considerável lacuna nas suas contribuições. Diante disso, verificou-se que apesar da psicologia escolar ser uma área que visa à integração do sujeito para a aprendizagem e convívio social, existem questões, como os padrões de gênero, orientação sexual, tipos de violência sofridas, que circundam a temática e interferem no contexto ao qual os sujeitos estão inseridos, podendo essa área da psicologia atuar na construção de novos panoramas. Os padrões heteronormativos são os responsáveis por colocar a diversidade sexual como um “desencaminhamento”, podendo assim, propiciar atos de discriminação dentro do âmbito escolar, sendo esse fenômeno visualizado facilmente nos dias atuais (LOURO, 1998 apud MAIA et al, 2012). É interessante pensar que considerando o ano da citação original, essa discriminação já era visualizada há 21 anos e perpetua até hoje, conforme apresentam os autores citados. A partir dessa lógica, observam-se pessoas que expressando suas identidades de gênero fora da normativa binária, encontram dificuldades no âmbito escolar (NATAL-NETO, MACEDO e BICALHO, 2016), que por consequência acaba-se criando uma cadeia totalmente restrita de oportunidades e formação profissional, dificultando a inserção das travestis no mercado formal de trabalho e adesão à escolarização (RONDAS e MACHADO, 2015). Verificou-se que existe uma ênfase, na literatura, sobre a atuação do psicólogo escolar envolvendo atribuições de “avaliar, diagnosticar, atender e encaminhar os alunos com dificuldades escolares”, “orientação a alunos e pais”, “orientação profissional”, “orientação sexual”, “formação e orientação de professores”, “elaboração e coordenação de projetos educativos específicos (em relação, por exemplo, à violência, ao uso de drogas, à gravidez precoce, ao preconceito, entre outros)”. Porém, tem deixado considerável lacuna nas questões referentes à sexualidade, processos afetivos, dúvidas e inquietações sobre as questões emergentes relacionadas às travestis, que compilam uma atribuição bastante importante do psicólogo escolar assim como a promoção do autoconhecimento dos sujeitos enquanto expressão individual e grupal (MARTINEZ, 2010). Ao se posicionar frente ao programa Escola Sem Homofobia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) emitiu um parecer no ano de 2011 com algumas considerações acerca do desenvolvimento humano e o processo de ensino-aprendizagem através de vários aspectos, até mesmo nas políticas públicas. Dessa forma, contribuiu para a concepção dos indivíduos no meio social, no qual o espaço escolar possui a responsabilidade sobre valores e regras, abrangendo “Tempo e espaço que devem ser dedicados à formação e ao fortalecimento ético e social dos estudantes.” (CFP, p. 1, 2011). Conclusões: A realidade enfrentada por travestis nas escolas, exigem respostas dos profissionais, dentre eles, os(as) psicólogos(as) escolares, que devem atuar em conformidade com o CFP, assim, em suas atividades no ambiente escolar, precisam colaborar com seus conhecimentos técnicos/científicos para o esclarecimento de questões referentes a sexualidade, propiciando a superação de preconceitos e discriminações, dessa forma, não contribuindo com a manutenção de posicionamentos teóricos que favoreçam os moldes de exclusão. A pauta sobre o papel da escola enquanto instituição social permite a reflexão acerca de alguns pontos: sendo considerada a importância das relações desenvolvidas entre sujeito e sociedade, qual o posicionamento a ser assumido não só por profissionais, mas por todos, em relação a essas travestis que não conseguem criar essas relações através da escola? A Lei de Diretrizes Básicas (1996) que no seu artigo 2º determina que dentre as finalidades da educação, está o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, entendendo-se essa qualificação como um pré requisito para se tornar um ser social, a escola deveria ser essa instituição que proporciona esse aprendizado, no entanto, é necessário ter qualificação para tornar-se um ser social? Em contrapartida, as políticas públicas, diretrizes curriculares e modelo disciplinar nos fazem refletir sobre a necessidade de maior engajamento de toda a comunidade escolar no sentido de proporcionar novas concepções acerca das formas de expressão de gênero, sexualidade e suas reverberações no ambiente social. Todavia a prática da inclusão e execução da cidadania

nia para que se consiga alcançar, um dia, um panorama mais flexível que vise à promoção do respeito e reconhecimento das individualidades também deve ser pensada como responsabilidade da escola enquanto ambiente que participa diretamente da construção das identidades dos sujeitos. Logo, diante da relevância da temática abordada, destaca-se a necessidade de mais pesquisas e estudos nessa área, visto que, os estigmas e tabus acerca de travestis ainda são extensos, e mediante discussões de cunho científico através inclusive da produção de materiais e práticas, promove-se a diminuição desses estigmas e tabus, dessa forma, amenizando os traumas vividos por esses sujeitos no processo de se fazer pertencente à sociedade em que vivem principalmente em um cenário opressor conforme tem se apresentado os dias atuais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Parecer projeto "Escola Sem Homofobia. 2011. Brasília, CFP. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/02/parecer_tecnico_projeto_escola_sem_homofobia.pdf acesso em 20 mai 2019.
- MARTINEZ, A. M. O que pode fazer o psicólogo na escola? Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33536456.pdf> Acesso em 26 nov. 2018.
- PERES, W. S. Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade dos estigmas à construção da cidadania. Tese defendida no Instituto de Medicina Social da UERJ para obtenção do título de doutor em Saúde Coletiva. São Paulo, 2005.
- RONDAS, L. O.; MACHADO, L. R. S. Inserção profissional de travestis no mundo de trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. Artigo para conclusão de curso de mestrado. Centro Universitário UNA. São João del Rei. 2015.
- SILVA, B. B.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo Revista da SPAGESP, 15(2), 27-44. Aracajú. 2014.

Cartografia prisional: gênero, Estado e processos de subjetivação de pessoas LGBT privadas de liberdade

Autor: Vanessa Lima (UERJ)

A prisão enquanto dispositivo de controle nos convoca a refletir como aspectos subjetivos e sociais tais quais gênero, sexualidades, classe social, cor da pele têm aprisionado corpos tidos como indesejáveis, dissidentes, logo, matáveis (HARAWAY, 2011). Falar de corpos matáveis expõe todas as formas de mortes: simbólica, psicológica, subjetiva e até mesmo em seu extremo, a morte física.

Como instituição que organiza o tempo e a vida das pessoas, a prisão possibilita tensionar o dito e o não dito, aquilo que faz passar e circular, que atravessa e faz atravessar uma série de dispositivos que organiza o dia-a-dia das pessoas. Nesta perspectiva, o problema que se coloca é de como a prisão com suas brechas, fissuras e porosidades explode em linhas de fuga para que os afetos possam passar. Sem romantizar a prisão, mas para além disso, gostaríamos de abrir questões e co-produzir uma cartografia que se pretende sempre aberta e mutável.

Este trabalho parte do diálogo entre minha pesquisa de mestrado, em que cartografei os processos e construções de feminilidades em duas unidades prisionais referência para travestis e mulheres transexuais e minha pesquisa de doutorado em que faço uma dobra ao me debruçar nas relações de casamentos, afetos, sexualidades e subsistência que mantêm a possibilidade de vida na prisão. Nosso objetivo é cartografar as relações afetivas, sexuais e econômicas de mulheres trans, travestis e seus maridos pensando a economia dos afetos e relações de poder no cumprimento de pena e como elas estruturam e organizam a vida na prisão.

Se cartografar é acompanhar processos (BARROS; KASTRUP, 2009), pensar as travestilidades e transexualidades é sempre plural e heterogêneo, acompanhadas sempre dos processos de subjetivação no qual a intersecção de raça e classe são co-engendrada, logo, partes de um mesmo processo.

Na minha pesquisa de mestrado fiz conversas individuais e em grupos com 16 pessoas que se auto-identificaram como mulher trans e/ou travesti em duas unidades prisionais masculinas, mas que tenho referido como mista, no Estado do Rio de Janeiro que são referência para a população LGBT. Vale ressaltar que diante dos inúmeros



desafios que é cartografar na prisão, nenhuma conversa foi gravada por “medida de segurança”, desta maneira, utilizei um diário de campo no qual escrevia todos os afetos que eram encarnados nos nossos encontros.

Para o doutorado, embora eu esteja no primeiro ano, já dei entrada nos trâmites burocráticos e aguardo autorização. A intenção é continuar as conversas com as mulheres trans e travestis, mas agora do ponto de vista dos relacionamentos, ou melhor, casamentos, como elas afirmam. Se no mestrado, as experiências de viver o feminino era desafiador em meio a um ambiente inóspito, os relacionamentos aparecia com força nas nossas conversas. Foram inúmeras as vezes em que falaram de seus amores, desafetos, “fortalecimentos” e de como essas relações ganhavam outros contornos nas celas das prisões. Assim, fui convocada diante dessas narrativas a cartografar os afetos e as relações de trocas que administra a vida nas prisões.

A prisão enquanto instituição de preservação da ordem pública foi discutida a partir de diversas linhas que a compõem. Linhas duras, flexíveis, de fuga, de (des)(re)territorialização, que delineia os contornos das vidas que ali habitam. Ancoradas pelo conceito de liso e estriado de Deleuze e Guattari (1997) e de dobra de Deleuze (1991), vimos que a prisão se constitui em espaços que coexistem, se misturam, se dobram, colocando em questionamento as tensões e disputas que giram em torno da matriz inteligível de feminilidades.

Entendendo que toda cartografia é sempre provisória, no doutorado as linhas ainda são finas, mas ganham contornos cada vez mais expressivo na medida em que vemos diariamente novas configurações político-institucional-governamental formar um novo mapa. É na areia movediça na qual estamos suspirando que devemos abrir campos de possibilidades e de diálogo.

Esmiuçando, então, como certas feminilidades são inscritas e aperfeiçoadas através do tempo, o que vimos foi uma atualização das categorias identitárias como meio de fazer garantir os direitos da população LGBT. Desta forma, como foi abordado ao longo do texto, as experiências de mulheres trans e travestis na construção e/ou manutenção de feminilidades aparecem como desafio à cisheteronormatividade, o que pode constituí-las como processos de subjetivação. Assim, se faz importante questionar essas perturbações com o objetivo de criar, propor, formular, gerar novas propostas para pensar o gênero em sua potencialidade e pluralidade.

Partimos do conceito de gênero para pensar os processos constitutivos de controle e gestão da vida através da regulação do Estado nas políticas voltadas para a população de travestis e transexuais. Dizer que o gênero atravessa e organiza as experiências cotidianas da/na prisão é pensar nas diferentes performances das e nas quais gênero produz subjetividades e disputas. Durante a pesquisa, me debrucei sobre esta temática a partir de diferentes analisadores. Aqui, propomos pensar gênero e prisão com todos(as) os(as) agentes envolvidos no trabalho prisional e como se encontram imbricados nessa trama. Pessoas privadas de liberdade, sobretudo, mulheres trans e travestis, guardas e profissionais das equipes técnicas, todos(as) produzem e são produzidos(as) a partir de atravessamentos de gênero, sexualidades, raça, classe, etc.

A prisão enquanto instituição aciona uma série de dispositivos reguladores em que gênero e sexualidades passam a ser alvos de “processos de estado” (CANHEO, 2017). De acordo com Vianna e Lowenkron (2017, p.3), “as dinâmicas, práticas e imaginações generificadas que nos atravessam e à vida social como um todo não circulam ou existem ‘fora do Estado’, mas nele e por ele se tornam viáveis e compreensíveis”. Quanto aos direitos mínimos da população LGBT, é só a partir de resoluções específicas que esses sujeitos passam a ter direitos, que quase nunca são cumpridos. Assim, pretende-se falar como travestis, transexuais e prisão se articulam com dispositivos de saber, poder que engendra e cria gênero e sexualidades inteligíveis (VIANNA E LOWENKRON).

Embora a SEAP cumpra, ainda que precariamente, com as diretrizes estabelecidas quanto à regulação e manutenção das políticas destinadas para pessoas LGBT encarceradas, esses processos de Estado podem ser vistos quando a família muitas vezes acaba sendo a única garantidora e mantenedora das necessidades básicas de seus familiares que se encontram privados(as) de liberdade. Desta maneira, como diz Pereira, (p.2127, 2016) “É necessária uma logística para ‘manter’ aquele sujeito na prisão, que envolve dinheiro, redes de solidariedade e auxílio, cuidado com os filhos e o lar que ficou ‘do lado de fora’. Existe um laço latente que é reatualizado nos dias de visita”.

Portanto, dentro e fora da prisão se fazem através de linhas conectivas que se (des)dobram na tentativa de diminuir as vulnerabilidades devido à falta de acesso às políticas públicas e de saúde, o que coloca mais uma vez esse grupo na categoria de sujeitos “matáveis” (HARAWAY, 2011). Neste sentido, as visitas aparecem como produtoras de fluxos que se conectam dentro e fora nesse (des)fazer do Estado como meio de lidar com os processos de aprisionamento.

Referências

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-75.

CANHEO, Roberta Olivato. "Puxa pro Evaristo": produção e gestão da população LGBT presa na cidade do Rio de Janeiro. 2017. 163f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

DELEUZE, G. *A Dobra: Leibniz e o Barroco*. Tradução Luiz B.L Orlandi. Campinas, São paulo: Papirus, 1991.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, Vol.5. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo. Ed. 34, 1997.

HARAWAY, Donna. *A Partilha do Sofrimento: relações instrumentais entre animais em laboratórios e sua gente*. *Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 27-64, jan./jun. 2011.

PEREIRA, E. L. *Famílias de mulheres presas, promoção da saúde e acesso às políticas sociais no Distrito Federal, Brasil*. *Ciência & Saúde Coletiva (Online)*, v. 21, p. 2123-2134, 2016.

VIANNA, A.; LOWENKRON, L. *O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens*. *CADERNOS PAGU*, v. 1, p. 1, 2018.

Entre corpos, "c"istemas e prisões: relato de experiência com a população carcerária LGBT de Florianópolis

Autor: Ana Carolina Maurício

Coautor: Marília Amaral

Este trabalho apresenta o relato da experiência de construção e consolidação de uma intervenção psicossocial realizada com a população GBTI (gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo) em privação de liberdade na Penitenciária Masculina de Florianópolis - SC, durante a prática de estágio no segundo semestre de 2019. As ações deste projeto foram elaboradas por profissionais das áreas de Psicologia e do Serviço Social a partir da parceria estabelecida entre as seguintes instituições: a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH), o curso de Psicologia da Faculdade CESUSC e o Departamento de Administração Prisional (DEAP) – todas instituições localizadas em Florianópolis - SC. Desse modo, torna-se importante apresentar a ADEH como uma organização não-governamental, e portanto, sem fins lucrativos, que atua há vinte e seis anos pela luta e garantia da promoção de direitos e saúde da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Atualmente, a instituição realiza o acolhimento e o acompanhamento de pessoas em situação de discriminação e violência de gênero, com objetivo de promover a conscientização, divulgação e intervenção socioassistencial, jurídica e psicológica sob um viés não-discriminatório e despatologizante, tendo em vista que grande parte das pessoas que buscam os serviços da ONG tiveram seus direitos violados e/ou estão em situação de vulnerabilidade. A partir do vínculo estabelecido entre ADEH e Faculdade CESUSC para a realização de estágios em psicologia, firmou-se uma parceria para participação em diferentes projetos realizados pela ONG, entre elas a construção de um projeto psicossocial no contexto prisional. Esse projeto foi elaborado a partir de um cenário de aprovação de importantes marcos legais: a Resolução Conjunta nº 1/2014 de 15 de abril de 2014 que estabelece os parâmetros de acolhimento à população LGBT no âmbito das unidades prisionais nacionais, e a Portaria nº 0879/GABS/SJC/2017 de 05 de setembro de 2017 que dispõe sobre a atenção às pessoas LGBT no sistema carcerário catarinense. Neste contexto, constatou-se a necessidade e a urgência de um trabalho específico com a população carcerária GBTI de Florianópolis, possibilitando assim a parceria estabelecida entre a ADEH e o DEAP como um modo de ampliar as ações que já vem sendo realizadas pela ONG, agora também no Presídio Masculino de Florianópolis. Deste modo, a fim de atender às novas e recentes resoluções e, principalmente contribuir com ações que visem promoção de saúde mental, bem como o acesso e a garantia dos direitos humanos da população LGBT no contexto prisional, foi elaborado um projeto de intervenção psicossocial. No que se refere à revisão de literatura realizada para inserção no campo referentes à população carcerária no Brasil, constataram-se dois fatos: de que são poucos os dados oficiais referentes à pessoas em situação de privação de liberdade, nos quais os que existem são de difícil acesso e entendimento (vide dados do InfoPen-2016); e também, que não existem dados oficiais sobre pessoas LGBT que estão ou estiveram no sistema prisional brasileiro, fato que acaba por silenciar e dificultar o reconhecimento de

demandas específicas dessa população. Considerando que o Brasil segue em primeiro lugar no ranking de assassinatos de transexuais e travestis, segundo dados emitidos por organizações não-governamentais no Brasil e no mundo, tais como o Grupo Gay da Bahia e a Transgender Europe (TGEU), a situação se agrava ao se constatar a invisibilidade dessa população no sistema carcerário, entendendo que além da ação da violência normativa referente à identidade de gênero, exemplificada anteriormente e que pode ser encontrada tanto dentro quanto fora do sistema penitenciário, a ação da violência institucional enquanto forma de apagar a existência e as especificidades dessa população nos modos de atuação nas unidades prisionais, tem como efeito uma série de violações de direitos. Entretanto, percebe-se um importante movimento de mudança desta realidade, vide a elaboração de recentes normativas que buscam promover o respeito à autoidentificação da população LGBT nesse contexto, conforme citado anteriormente. Além disso, nos estados como Paraíba, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais, foram estabelecidas alas específicas para essa população. Baseando-se nos Princípios de Yogyakarta, que afirma o compromisso dos países em implementarem ações que garantam os direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, constata-se que as duas normativas comentadas anteriormente consideram a vulnerabilidade a que estas pessoas estão expostas, e orientam as(os) profissionais envolvidas(os) nesse sistema acerca do que é a transexualidade; os direitos fundamentais dessa população; e os modos de atuação profissional baseados nos direitos humanos que asseguram a dignidade e o respeito à diversidade. Com base nos dados de organizações não-governamentais, que ressaltam a realidade de constantes violências, e nos marcos internacionais e nacionais lançados que buscam a luta e garantia de direitos da população LGBT, esse projeto tem como objetivo promover intervenções que visem a prevenção e promoção em saúde mental da população GBTI em privação de liberdade, ressaltando a necessidade de um trabalho voltado para a promoção de saúde e assistência psicossocial em diferentes contextos de vulnerabilidade. Tendo em vista que entidades como a Organização Mundial da Saúde, e importantes instituições representativas do campo da psicologia, como a American Psychological Association e a British Psychological Society, reconhecem que os processos de exclusão e dificuldade de acesso aos direitos afetam diretamente a saúde mental de pessoas GBTI, considera-se neste projeto a prevenção e promoção de saúde mental não apenas sob a lógica do cuidado médico, mas também pela via do acesso à cidadania e do respeito à dignidade. Assim, reitera-se a importância de um espaço de acolhimento de demandas específicas da população GBTI do sistema penitenciário como forma de contribuir com a saúde integral desse público, a partir do respeito à sua autoidentificação. Ancoradas pelas perspectivas ético-teóricas da Psicologia Social Crítica, Psicologia Social Comunitária, e pelos Estudos de Gênero, e a partir de uma metodologia de base qualitativa-reflexiva, buscou-se entrar em contato com as particularidades desse público, a partir da oferta de espaços de escuta e reflexão para acolhimento individual e coletivo, assim como Rodas de Conversa. A partir disso, foram elencados como objetivos específicos: identificar as dúvidas e o nível de conhecimento das(os) profissionais da penitenciária referente às especificidades da população LGBT; conhecer e analisar como funcionam e se articulam as relações entre profissionais da instituição e a população GBTI atendida; identificar as demandas específicas e as potencialidades da população GBTI do local; contribuir com o fortalecimento das redes de relação entre as pessoas GBTI. Além disso, estuda-se a possibilidade de, futuramente, realizar oficinas profissionalizantes e um evento de confraternização, a fim de promover a aproximação entre as(os) envolvidas(os) no projeto. À guisa de conclusão, percebe-se que num contexto social constituído por diferentes marcadores sociais que findam por produzir corpos estigmatizados e expostos à vulnerabilidade e à naturalização de violências estruturais, torna-se de fundamental importância a participação da(o) profissional em psicologia na troca e construção de estratégias de (r) existência nos diferentes cenários que demarcam a vida em comum, a fim de ampliar a noção que se tem de promoção de saúde mental, como acesso à cidadania. Compreendendo o sistema cisheteronormativo como um dos modos de encarceramento, que pode ser encontrado em diferentes contextos – inclusive no sistema penitenciário, entende-se a necessidade de que o discurso acerca da não-discriminação e do respeito à dignidade em relação à população LGBT se façam presentes como práticas de garantia de direitos humanos e cidadania.



Percepções dos transexuais sobre atendimentos em saúde

Autor: Carla Cohen (UFTM)

Coautor: Rafael (UFTM)

O sistema binário de gênero reproduz ideias e práticas de que as performances de gênero (papéis sociais e sexuais de homens e mulheres) refletiriam as características supostamente naturais e biológicas dos sexos (de machos e fêmeas). Portanto, as supostas identidades naturais de gênero dos sujeitos seriam reguladas pelo sexo; todavia, elas seriam resultadas de relações de poder naturalizadas. A orientação heterossexual que articula sexo e gênero e desejo estabelece uma heteronormatividade que regula e determina a impossibilidade de viver e de se expressar fora dos seus termos. Os binarismos de sexo (machos/fêmeas) e de gênero (homens/mulheres) transformam a heterossexualidade em um destino inexorável, ou seja, uma forma compulsória de sexualidade. Se gênero é o resultado de práticas reguladoras que buscam uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória, a sociedade ainda impõe a coerência entre sexo (biologia), identidade de gênero (na perspectiva cisgênero) e orientação heterossexual. Portanto, não basta ser heterossexual, é preciso que o sujeito reconheça subjetivamente (identidade de gênero) o sexo (biológico) que lhe foi atribuído ao nascer – ser cisgênero, uma vez que casais compostos de homem e mulher transexuais heterossexuais não são aceitos por possuírem identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Por isso, a transexualidade é uma das múltiplas expressões identitárias que emergem como reação ao binarismo do sistema sexo/gênero que produz sujeitos considerados normais. Nesta perspectiva, o transexual reivindica sua identidade de gênero em discordância com o corpo-sexuado, além de poder ser bissexual, heterossexual, homossexual ou assexual. As performatividades de gênero articuladas fora da lógica heteronormativa são postas às margens e consideradas anormais e justamente por isso são alvos de intervenções que pretendem (hetero) normatizá-la, sendo uma delas a cirurgia de “mudança” de sexo para coadunar sexo biológico e identidade de gênero. Em reação a essas intervenções em 2009 iniciou-se um movimento mundial denominado Stop Trans Patologization (STP) que conseguiu, em parte, alcançar suas demandas quando em 2018 a World Health Organization divulgou que o índice “transexualismo” seria realocado para uma nova categoria, mantendo um CID para essa população específica, embora essa alteração seja considerada estratégica para que os transexuais possam continuar recebendo atendimento nos serviços públicos de saúde. No Brasil os transexuais ganharam o direito ao processo transexualizador a partir de 1997, mas somente em 2008 esse processo passou a ser realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2004 começaram a ser desenvolvidas ações como o Programa Brasil sem Homofobia, esperando consolidar atendimentos e tratamentos igualitários para a população Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais e Travestis (LGBT). Em 2011 foi lançada a Política Nacional de Saúde com o objetivo de ampliar o acesso a ações e serviços de qualidade, promover o enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde, além de reconhecer os efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde/doença dos LGBT. Contudo, o avanço mais expressivo ocorreu em 2018 quando os transexuais obtiveram o direito de alterar nome e sexo no documento civil sem necessidade da cirurgia de transgenitalização ou de decisão judicial. Assim, esta pesquisa teve como objetivo compreender as expectativas e anseios de transexuais atendidos por uma equipe de profissionais da saúde de um hospital público na microrregião do Triângulo Mineiro. Este trabalho se insere no EIXO 2 - Psicologia Social, Gênero e sexualidades, pois procura debater experiências das relações sociais pautadas pelo patriarcado, sexismo e pela cisheteronormatividade, instigando a produção de uma rede que potencialize estratégias de resistência no que diz respeito aos processos coletivos, à (re)invenção de si, a despatologização das identidades, dos gêneros e dos sujeitos, cuja pretensão é construir possibilidades de visibilidade aos que são estigmatizados por questionarem a cisheteronormatividade. Fazendo parte deste eixo, o GT46: Psicologia, Travestilidades, Transexualidade e Interseccionalidades pretende contribuir com a proposta de problematização da descrição/estigmatização das travestilidades, transexualidades e outras performatividades de gênero nos diferentes territórios, como a inserção nos serviços públicos de saúde por esses sujeitos. Os sujeitos trans demandam por inscrições sociais que começam pelo reconhecimento e respeito ao uso do nome social. Contudo, ainda existe uma demanda por políticas públicas específicas que ultrapasse a lógica curativa e cirúrgica. Contribuindo para essa discussão a interpretação dos dados deste trabalho foi realizada com base nos pressupostos teóricos da Teoria da Performatividade de Judith Butler, que questiona acerca da existência de performances femininas e masculinas pré-definidas pela biologia e que produzem cristalizações entre sexo e gênero. Trata-se de uma pesquisa empírica, transversal e qualitativa realizada em um hospital universitário (doravante, HC) na microrregião do Triângulo Mineiro que oferta diversas especialidades clínicas pelo SUS. Participaram das entrevistas nove transexuais

usuários do serviço ofertado no hospital, sendo quatro homens trans e cinco mulheres trans. A média de idade é de 33,22 anos e todos se consideraram heterossexuais. Foi realizada uma entrevista semiestruturada com cada participante cujos temas abordavam: concepções sobre transexualidade, informações sobre transexualidade, percepções acerca do atendimento recebido e sobre atenção à saúde, e legislação sobre transexualidade. O processo de recrutamento ocorreu pautado no Método de Amostragem Bola de Neve ou Cadeia Referenciada, sendo que o primeiro possível participante foi indicado por um dos profissionais da equipe de saúde do hospital. No processo de indicação somente dois participantes indicaram outros e os pesquisadores entraram novamente em contato com os profissionais da equipe de saúde buscando outras indicações. Quando as indicações se esgotaram (isto é, quando não foram indicados novos participantes) foi realizada busca ativa por participantes no hospital. Os conteúdos das entrevistas foram organizados em categorias com base na Análise de Conteúdo Temática com auxílio do software WebQDA nas fases de codificação e categorização dos conteúdos. Foram constituídas a posteriori quatro categorias temáticas: Concepções sobre transexualidade; Informações; Percepções sobre atenção à saúde; e Concepções sobre direitos e preconceitos. Os principais resultados apontaram para: (i) compreensão da transexualidade como experiência identitária discordante com o corpo biológico; (ii) busca por modificações corporais; (iii) ruptura com o binarismo dominante; (iv) insuficiências e ausências de informações para acesso e permanência nos serviços de saúde; (v) posturas discriminatórias dos profissionais de saúde; e (vi) insuficiências e ausências de organização nos serviços acarretando impactos no acesso, adesão e permanência aos tratamentos. Neste sentido, é forçoso reiterar que o acesso à saúde e à prestação de atendimentos às demandas dos transexuais devem prever a necessidade de cuidados ampliados e não limitados ao processo transexualizador. Como elemento positivo os participantes relataram que o nome social é costumeiramente respeitado naquele hospital, embora ainda destaquem a necessidade de sensibilização dos profissionais da saúde para a efetivação de atendimentos não discriminatórios. Contudo, ainda se faz necessário a construção, implementação e efetivação de políticas públicas voltadas especificamente para os transexuais que abarquem suas saúdes para além das demandas cirúrgicas e que efetivem os direitos ao acesso, permanência e tratamentos de saúde. Isso envolve capacitar os colaboradores e profissionais da saúde para um acolhimento e atendimento de forma humanizada e com qualidade – para todo e qualquer cidadão.

Políticas de Gênero: O direito de pessoas transexuais à educação superior

Autor: Flávia Regina (Univille)

O trabalho ora apresentado trata-se de um recorte da pesquisa em andamento no Programa de Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – Univille, intitulada Políticas de gênero e o direito à educação superior no cotidiano educacional de pessoas transexuais, que tem como objetivo principal analisar se as políticas que garantem o direito das pessoas transexuais na Educação Superior estão respeitadas no dia a dia da IES.

Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, teve início com a revisão dos documentos oficiais nacionais e internacionais, a respeito do direito de pessoas transexuais na educação superior. O estudo tomará as pessoas transexuais e estudantes de educação superior como sujeitos interlocutores. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas para coleta de dados, que serão analisados com base na Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977).

A transexualidade está inserida nos estudos de gênero e enquadra-se na sigla LGBTI, utilizada para definição de um grupo considerado minoritário por incluir sexualidades e gêneros opostos ao padrão normativo (CASTRO, 2016). Este grupo abraça a diversidade sexual de forma geral e, sendo assim, mostra-se presente em diversos documentos que determinam o respeito e o direito à igualdade.

Falar de transexualidade também implica entender o conceito de identidade de gênero, visto que ser transexual significa entender-se do gênero oposto ao biológico. Segundo Butler (2003), a normativa de gênero é constituída socialmente, considerando que homens e mulheres (masculino e feminino) possuem papéis e regras morais construídas ao longo do tempo. Segundo a autora,

A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam existir – isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de



direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. (BUTLER, 2003, p. 44)

Compreendendo então que as pessoas transexuais “contrariam” as normativas de gênero culturalmente construídas, foram estabelecidas políticas e direitos específicos para esta população que, além de reforçar as premissas básicas de Direitos Humanos e as resoluções que englobam a questão da diversidade, respeitam as particularidades dos transexuais, tais como a transição de gênero, utilização do nome social e a utilização de banheiros de acordo com sua identidade.

Conforme afirma Castro (2016, p. 69), “o Estado Democrático deve se caracterizar pelo equilíbrio entre a vontade da maioria e considerar a minoria, acolhendo-a sempre que possível, desde que este acolhimento não apresente uma ameaça aos valores escolhidos pela maioria”. Sendo assim, e compreendendo a educação como um direito universal do ser humano, torna-se necessário analisar as políticas que garantem o acesso e a vivência educacional às pessoas transexuais, bem como estas políticas se cumprem na prática da instituição de educação superior.

Entre os documentos encontrados nesta pesquisa, encontram-se aqueles que abordam a igualdade e a diversidade de maneira geral, outros específicos para a população LGBTI e ainda resoluções específicas para as pessoas transexuais. Tais premissas gerais são encontradas na própria Constituição da República Federativa do Brasil (1990-88), que em seu artigo 3º define como objetivo fundamental a promoção “do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Ainda na Constituição, em seus artigos seguintes, constam como direitos fundamentais a igualdade, sem distinção de qualquer natureza e a educação enquanto direito de todos (BRASIL, 1990).

No Plano Nacional de Educação (2001), reforça-se os aspectos constitucionais através das diretrizes que garantem “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” e a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2001). Outros documentos direcionados a educação abordam aspectos similares, como a Lei de Diretrizes e Bases (1996) e o Plano Nacional para Educação em Direitos Humanos (2006).

Ainda no contexto nacional, foram identificadas resoluções específicas para os direitos de pessoas LGBTI, como o Parecer de 16 de janeiro de 2015 (BRASIL, 2015) que estabelece a obrigatoriedade da instituição de ensino reconhecer o nome social da pessoa transexual, bem como a utilização de espaços públicos e banheiros de acordo com sua identidade de gênero.

No campo global, entre outros documentos, encontra-se a Agenda 2030, documento da UNESCO, aprovado pela Cúpula das Nações Unidas em Desenvolvimento Sustentável, em 2015. Neste documento, além de outras premissas, as Nações Unidas afirmam que:

Pre vemos um mundo de respeito universal dos direitos humanos e da dignidade humana, do Estado de Direito, da justiça, da igualdade e da não discriminação; do respeito pela raça, etnia e diversidade cultural; e da igualdade de oportunidades que permita a plena realização do potencial humano e contribua para a prosperidade compartilhada. Um mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo em que sejam atendidas as necessidades das pessoas mais vulneráveis. (UNESCO, 2015)

Compreende-se, até o presente momento, que os documentos encontrados, sejam de forma global ou nacional, geral ou específica, garantem às pessoas transexuais o direito à educação superior, de forma que possam vivenciar a educação de forma plena, sem distinções e preconceitos. Ainda, as resoluções encontradas no contexto brasileiro, específicas para a população transexual, garantem ainda que suas necessidades e particularidades sejam completamente atendidas, seja no âmbito educacional ou social.

Espera-se com esta pesquisa, quando acrescidas das entrevistas e das narrativas dos participantes, que seja identificável no cotidiano de estudantes transexuais o cumprimento dos direitos garantidos em lei ou lacunas ainda existentes entre o aspecto legal e a prática vivenciada pelos estudantes, contribuindo para reflexões a respeito do tema. Com estas reflexões, tornar-se-á possível buscar novas práticas e políticas na instituição de educação superior, de modo a propiciar um ambiente mais inclusivo e genuinamente diverso a todos os tipos de estudantes que lá frequentam.



Processo de construção de diálogo na diferença de opinião sobre gênero e sexualidade na educação

Autor: Pamela Lopes Marques (FFCLRP - USP)

Coautor: Laura Vilela Souza (USP)

Dentre os assuntos polêmicos que atualmente permeiam o cenário político brasileiro está o tema gênero e sexualidade na educação. Esse tema tem provocado debates intensos por gerar opiniões polarizadas, com expressões de moralidades distintas, envolvendo conflitos ideológicos muito debatidos no país. Algumas das polêmicas que envolveram a discussão desse tema diz respeito às políticas públicas direcionadas ao combate da homofobia no âmbito educacional, sendo elas: o programa “Escola Sem Homofobia”; os materiais didáticos do “Kit de Combate à Homofobia”; a retirada do termo “gênero” de grande parte dos Planos de Educação dos estados e municípios; o surgimento do Movimento Escola Sem Partido (MESP) para opor-se ao ensino de conteúdos considerados por eles impróprios para o ambiente escolar (como, diversidade sexual); dentre outros. Isso revela a importância de serem desenvolvidas estratégias dialógicas sobre esse tema, buscando possibilidades de conversação que não costumam estar presentes em espaços públicos de debate. A partir disso, a metodologia de facilitação de diálogos do Projeto de Conversações Públicas (PCP), pouco conhecida no Brasil, oferece instrumentos para uma conversa alternativa ao distanciamento causado pelo antagonismo de ideias. O PCP é uma metodologia desenvolvida nos Estados Unidos que foi criada por uma entidade sem fins lucrativos de mesmo nome, fundada em 1989 na cidade de Watertown, Massachusetts. Seu objetivo principal é promover estratégias de compreensão mútua. Dentre os assuntos trabalhados por essa instituição estão: diferenças religiosas, uso de animais em pesquisa, aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, manejo florestal e conflitos envolvendo o Oriente Médio. Embora estas experiências não sejam familiares no contexto brasileiro, elas podem ser adaptadas de acordo com o meio cultural e os desafios enfrentados no âmbito nacional. Tendo em vista a existência de aspectos moralmente e eticamente não negociáveis em cada tema conflitivo, o foco principal do PCP não é a busca do consenso entre as pessoas, mas a possibilidade de suscitar ações não violentas na forma de lidar com os conflitos de opiniões. Nesse sentido, entendemos que nosso trabalho se articula com o Grupo de Trabalho (GT) “Psicologia, Travestilidades, Transexualidade e Interseccionalidades” na medida em que aposta nas interações dialógicas como alternativa à intolerância e desrespeito à diversidade, ao mesmo tempo em que não ignora os efeitos das diferentes opiniões na construção de (im)possibilidades de defesa de direitos de cidadania do público LGBT, especialmente no ambiente escolar. A orientação teórica deste trabalho foi o discurso construcionista social que não se atém à busca por verdades, e por isso, não descarta o diálogo como método de pesquisa, mas considera sua relevância para a ciência e a possibilidade de todos - e não só os/as pesquisadores/as - serem protagonistas da produção de conhecimento. Nessa perspectiva, a linguagem é tomada como prática social e as ações conjuntas entre as pessoas são entendidas como locus da produção de sentidos sobre o mundo. Entende-se que sentidos não são produzidos individualmente, mas construídos na dinâmica das relações e permeados por diversas vozes e inteligibilidades, servindo como recurso para lidar com situações emergentes das relações. A metodologia original do PCP propõe uma estrutura de diálogo que conta com conversas individuais prévias ao encontro entre os/as participantes para serem esclarecidos os pontos a respeito da metodologia proposta, seus objetivos e acordos prévios (tais como não julgar o outro no grupo, ouvir com tolerância, não interromper a fala do outro, não persuadir ninguém a mudar de opinião, não ter falas abstratas). O encontro é composto por três principais momentos que, em suma, são: 1º) Compartilhamento de histórias pessoais que levaram ao posicionamento de cada pessoa sobre o tema; 2º) Reflexão acerca das possíveis contradições que possam ter sobre a própria opinião; e 3º) Oportunidade para fazer perguntas de curiosidade uns aos outros. A originalidade de nossa pesquisa está também em ampliar a estrutura do PCP de um para mais encontros e também utilizar as questões dos três momentos grupais desde as entrevistas individuais preparatórias. Nossa apresentação aborda um recorte dessa pesquisa maior, mostrando o percurso de construção do encontro de PCP a partir da descrição e posterior discussão dos processos de seleção de participantes, composição grupal e adesão ao encontro, reconhecendo e discutindo sobre os desafios de se propor diálogos sobre temas polêmicos em um momento no qual há a exacerbação da polarização de opiniões e potencialização de debates violentos sobre temas como gênero e sexualidade na educação em nosso país. O contato com os/as potenciais participantes aconteceu a partir da rede de contato dos pesquisadores com pessoas inserção em movimentos sociais, militâncias locais (conservadoras e progressistas), conselhos profissionais, religiosos e universidades. Essas pessoas foram, em esquema de bola de neve, indicando possíveis participantes ou aceitando eles/as mesmos par-

tipicarem da pesquisa. Foram realizadas entrevistas individuais prévias com cada participante com o objetivo de avaliar seu envolvimento em relação ao tema gênero e diversidade sexual na educação. Os encontros de PCP foram conduzidos por três facilitadores/as que assumiram o papel de coordenadores/as do grupo. Um primeiro aspecto a ser descrito e discutido é sobre como conseguimos o contato com potenciais participantes, destacando as estratégias úteis nesse processo, e como as conversas iniciais com cada um/a deles/as construíram a motivação para estar no encontro e a possibilidade de indicação e contato com outros/as possíveis participantes, tornando possível realizar o mapeamento dos principais atores envolvidos com o tema. O segundo aspecto diz respeito aos efeitos em utilizar as perguntas que são propostas durante o encontro grupal na entrevista preparatória individual, ressaltando o processo de autorreflexão produzido por essas questões e sua importância para provocar transformação de padrões conversacionais empobrecidos e cristalizados. O terceiro aspecto refere-se a dificuldade de adesão das pessoas contrárias a que a discussão de gênero e sexualidade seja trabalhada nas escolas, ainda que se mostrassem abertas e interessadas em conversar sobre o tema com as pesquisadoras/es nas entrevistas individuais. Um quarto aspecto é sobre o efeito de confiança que conversa preparatória tem sobre os/as participantes a partir da apresentação da estrutura da conversa (que foca nas histórias pessoais que permitem que se compreenda porque cada pessoa pensa da forma que pensa, além do foco da conversa em perguntas curiosas sobre a opinião alheia, ao invés do incentivo ao jogo da retórica e da persuasão que fomenta o surgimento de argumentos abstratos), e dos seus acordos. Por fim, abordamos as idiosincrasias da realização de um PCP em cenário brasileiro em uma cultura na qual mesmo que as pessoas se comprometam em participar, ausências de última hora acontecem, levando os/as facilitadores e pesquisadores/as a buscarem estratégias para driblar esses aspectos na busca de uma pluralidade de opiniões e lugares sociais. Concluímos que os passos de convite e composição grupal são fundamentais para o sucesso do PCP. O mapeamento dos/as participantes se mostrou a peça-chave para entender a complexidade das opiniões envolvendo a temática gênero e sexualidade na educação. Por isso, consideramos importante apresentar um trabalho que destacasse a relevância das fases de preparação para o encontro por ter se mostrado um momento de reflexão sobre que tipo de conversa está sendo construída. E sobre seus possíveis efeitos na exploração da diferença, diminuição dos estereótipos e qualificação das opiniões em direção a vivências mais pacíficas, sem que com isso se abra mão do posicionamento ético e político no qual nenhuma diferença justifique qualquer violência ou perda de direitos.

Representação política, estratégias e alianças: os mandatos de verança de travestis e transexuais entre expectativas e essencializações

Autor: Bárbara Mendes (UFMG)

No Brasil atual, o cenário político aponta para diversas ameaças ao regime democrático representativo, cujo fim impactaria diretamente a vida cotidiana dos sujeitos. Há uma descrença crescente nos representantes políticos, na mediação entre a população e Estado feita por meio das instituições partidárias, e na lógica procedimental em si, expressas pelo aumento de votos nulos, brancos e abstenções. Entretanto, apesar disso, vê-se uma situação nova no nosso regime democrático, no que concerne às votações. Nos últimos anos houve aumento significativo de candidaturas e de eleições de travestis e transexuais, principalmente para os cargos do legislativo municipal. Foram contabilizadas 76 candidatas à vereança em 2012 e, em 2016, no contexto nacional, de 94 candidatas travestis e transexuais, 9 foram eleitas para os mandatos efetivos e 5 como suplentes. É importante mencionar que dessas suplentes, 3 já ocuparam o cargo de vereança em algum momento de 2017 até setembro de 2019. No que tange à caracterização das candidaturas eleitas, se encontram distribuídas em Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rondônia e Rio Grande do Sul com filiações partidárias diversas dentro do espectro político bem como diversas pautas elencadas (principalmente ações direcionadas às minorias, não se restringindo à população LGBT). As reflexões aqui apresentadas têm como foco os cargos de vereança correspondentes ao período 2017-2020, votados no processo eleitoral de 2016, no estado de Minas Gerais: Isaias Martins (PMDB), em Patos de Minas; Pâmela Volp (PP), em Uberlândia; Brenda Santuonini (PP), em Viçosa e Najara Gomes (PSDB), em São Pedro de Caldas. Pensando nessas candidaturas, nas eleições e no cotidiano da política, algumas questões foram levantadas: qual a forma de construir essa vereança, no que tange às relações e associações estabelecidas antes e durante o mandato? Como isso implica nas possibilidades de agência no campo legislativo municipal? Dito de outra forma, o ponto central da reflexão passa pela lógica das articulações e estratégias políticas, centradas no dia-



-a-dia dessas vereanças. Fazendo um resgate histórico de travestis e transexuais na política nacional, que auxilie nessas elucubrações, a história de Katia Tapety - primeira vereadora travesti eleita no Brasil em 1992-, se destaca pela multiplicidade de vozes que construíram o “se tornar” uma figura pública da política sendo travesti, no contexto do sertão piauiense: cidadãos conterrâneos, outras travestis e transexuais envolvidas com o movimento trans e com política de forma mais ampla, outras figuras de destaque de sua cidade – como juízes, líderes religiosos, médicos, entre outros. Diante dessa construção midiática sobre a trajetória de Katia na política formal, outras articulações políticas cotidianas podem ser destacadas em ponderações sobre a temática: o discurso de colegas, aliados e inimigos políticos, colegas de trabalho no cotidiano da câmara, entre outros, principalmente pensando na diversidade de mandatos e de legendas às quais ela fora filiada. Durante as reflexões aqui apresentadas a questão representacional que permeia essa lógica de alianças e articulações na política formal foi um elemento que se fez presente. Mas também foi importante pensar a experiência e a política do cotidiano, para além do aparato Estatal. E, o que se elaborou com base nas alianças desenhadas no contexto de Katia, na realização das entrevistas e observações da atuação nas sessões plenárias das Câmaras Municipais mineiras, passa a se desmistificar. Num primeiro momento ainda focado na experiência de Katia, a lógica de alianças políticas como estratégia foi pensada como um aglutinamento, em apenas uma sujeita, de diversas demandas e questões, num processo personalista. Ou seja, o ponto era entender as lógicas da vereança trans perpassadas por enfrentamentos à precariedade diferencialmente forjada entre os sujeitos. Como tal dinâmica de “tonar visível” acabava não num movimento coletivo de aliança, mas centrada em uma única figura. Bem, ainda que as alianças, nesse caso, passem pela insuficiência do modelo democrático representacional vigente em contemplar todos os sujeitos e da força da lógica identitária nessa construção, o enfrentamento às vulnerabilidades politicamente constituídas tem uma reviravolta. O ponto de considerar que sob uma figura política num mandato específico, estavam diversas camadas de demandas é relevante, mas insuficiente, ainda que haja nessa perspectiva uma possível denúncia a elementos da política institucional. Mais que isso, atualmente, o questionamento é: pensar deste modo sobre as vereanças trans, não constituiria uma expectativa e até essencialização das travestilidades e transexualidades no contexto político procedimental? Isso, tendo em vista que para as articulações de mandatos cujos representantes não “fazem parte” das minorias políticas e sociais (no que tange a gênero e sexualidade – foco deste trabalho), a questão do desamparo vivido por algumas populações toma um viés muito mais próximo da gestão e da perversidade estratégica que do enfrentamento em si. Fugindo de uma dinâmica quase maniqueísta, é perceptível que existem outros níveis de aliança significativos que foram elucidados em algum momento, mas não foram contemplados no caminho analítico que se traçava. A negociação da trajetória trans na política não pode ser só focada em concentração de questões sociais diversas, mas, cabe frisar que também passa por outros elementos articulatórios e pela “sutileza” posta no cotidiano. Assim, o caminho que se abre agora é pensar, não em um projeto político em si, mas como se fazer presente dentro dessa governamentalidade possível. Existe certa conformação a determinado regime vigente? Suas experiências ampliam o campo de governança? Quais são os repertórios políticos dos quais elas lançam mão, frente a um determinado campo do qual, até então, a participação não era uma possibilidade, pelo menos em tese? Tudo isso começa a ser pensado no momento em as alianças tratadas anteriormente são deslocadas pela percepção de uma possível fratura no eixo unificador desse mandato, que tem início no momento da candidatura. Ou seja, seriam o gênero e a sexualidade eixos unificadores e que dão sentido para a conformação dessa vereança? Dito de outro modo, tendo em vista que na política e no campo legislativo, diversas questões consideradas importantes são elencadas como estratégias (saúde, educação, transporte, etc.), cabe refletir se o gênero, nesses casos, alcança esse patamar num projeto político. E mais que isso, é pertinente tirar dessa problematização qualquer ponto de expectativa que limite as possibilidades de ser uma vereadora trans, seus lugares de inserção e suas experiências cotidianas para além da política circunscrita.



Transexualidades, gênero e geração: rupturas e continuidades geracionais nas trajetórias de mulheres transexuais

Autor: Maiara Pereira (Unesp)

Introdução:

Ao falar-se sobre o conceito gênero, tem-se o entendimento que a sociedade esta dividida de forma binária e polarizada, em que é permitido apenas ser mulher ou homem. Esta forma de entendimento segue um padrão excludente que estigmatiza as pessoas que atravessam a fronteira entre os gêneros, das quais, pode-se citar as mulheres transexuais, pois através da corporeidade as mulheres transexuais subvertem e desestabilizam a naturalização entre o sexo biológico e o gênero.

De acordo com o olhar biomédico, apesar das recentes mudanças na Classificação Internacional de Doenças, na décima primeira edição (CID-11), ainda tem-se o entendimento da transexualidade como um transtorno mental. Por meio deste entendimento, as pessoas transexuais devem submeter-se à cirurgias e tratamentos hormonais para que sejam classificadas como “transexuais verdadeiras”, e tenham os direitos básicos garantidos. Porém, é importante ressaltar que não existe uma transexual oficial, sendo a transição de gênero uma experiência marcada por questões que envolvem a subjetividade humana e também fatores interseccionais.

Os corpos sempre sofrem marcas culturais, ou seja, recebem diferentes significados pela cultura e sociedade, em razão a isso é possível afirmar que os corpos estão sujeitos a diferentes significações conforme seu gênero, raça/etnia, classe social e nacionalidade, e torna-se importante ressaltar que estes fatores interseccionais podem influenciar o espaço social que um sujeito ocupa. Estes olhares para o ser humano sob diferentes análises são chamados de marcadores sociais das diferenças, dos quais a geração encontra-se inserida como uma categoria de análise.

A teoria sobre geração e as questões que a entornam, recentemente, despertam interesse nas discussões em ciências humanas. Porém, geração ainda possui uma imprecisão conceitual, e devido a isso tornou-se utilizada no cotidiano e perigosamente influenciada pelo senso comum. Um exemplo a ser citado é a divisão da mesma por datas específicas, como por exemplo: baby boomers, a geração X, a geração Y e a geração Z. Cada uma delas possui características específicas que as diferem umas das outras, mas pode-se pensar que esta forma de compreender geração é errônea, pois reduz a amplitude do conceito e não considera o impacto social da contemporaneidade.

Geração não deve ser reduzida apenas as pessoas que possuem data de nascimento próximas, ou por períodos delimitados, embora não se descarte a relevância deste dado. Deve-se entender geração como uma situação social, pois as trajetórias dos indivíduos constituem-se por meio da interatividade em que as gerações se influenciam mutuamente, transmitindo e herdando concepções. Para compreender melhor este conceito, torna-se importante falar sobre diferentes modos de analisar as gerações, que pode ser por meio da família e as relações de parentesco; coortes (ciclos biológicos); e a experiência vivida e mediada dos indivíduos e coletividades (categorias geracionais).

Compreender as mudanças geracionais possibilita um olhar crítico sobre a sociedade, pois permite um entendimento do passado, do momento presente e quais conceitos estão mantendo-se para o futuro. Ao realizar um diálogo do conceito de geração com as transexualidades, torna-se importante uma análise de rupturas e continuidades dentro destas trajetórias, pois por meio desta análise é possível verificar se a sociedade esta mudando a ótica em relação as pessoas que subvertem as normas de gênero.

Atualmente existem poucos estudos que articulam transexualidade e geração, diante desta realidade a presente pesquisa se propôs realizar um estudo que busca compreender as mudanças que ocorrem nas trajetórias transexuais sob uma perspectiva geracional.

Objetivo:

Esta pesquisa tem como objetivo geral realizar uma análise das rupturas e continuidades dentro das trajetórias transexuais. E para cumprir este objetivo central, seguiu os seguintes objetivos específicos: a) investigar as experiências relacionadas ao corpo, à identidade e relações interpessoais nas trajetórias de mulheres transexuais de dois grupos geracionais: jovens e adultas; b) Analisar as continuidades e rupturas nas trajetórias de vida de mulheres transexuais na intersecção entre gênero e geração; c) Discutir como as experiências individuais e coletivas da transexualidade são configuradas a partir das mudanças sociais e culturais.



Relação clara com o GT e eixo temático escolhido

Esta pesquisa relaciona-se com o eixo temático: Psicologia social, gênero e sexualidades, pois ela possibilita um olhar para as questões sociais que atravessam as trajetórias das pessoas que subvertem a norma cis-heteronormativa, mesmo em gerações distintas.

Em relação a um GT, esta pesquisa dialoga com o GT46: Psicologia, Travestilidades, Transexualidade e Interseccionalidades, pois esta pesquisa tem como temática central a transição de gênero sob uma analítica interseccional, da qual destaca-se a categoria analítica geração. Sendo assim, este estudo cumpre os objetivos propostos pelo GT46 e possibilitaria um diálogo sobre a temática. A pesquisa também pode ser relacionada com o GT14, pois permite um ensaio sobre o sofrimento psíquico e vulnerabilidades que permeiam as trajetórias transexuais. Em relação ao GT45, também é possível propiciar diálogo sobre os direitos das pessoas trans e sobre os marcadores sociais das diferenças que podem modificar as trajetórias humanas.

Orientação teórica

Esta pesquisa pauta-se na teoria sócio-histórica, pois o conceito de gênero e geração no entendimento da mesma é embasado como construção social e como fatores analíticos que compõem os marcadores sociais das diferenças. Estes aspectos interseccionais colocam as pessoas em posições sociais diferentes e modificam as suas trajetórias.

Método

Esta pesquisa classificada como qualitativa de caráter exploratório compreendeu três etapas: revisão bibliográfica narrativa e sistemática, produção de dados por meio de entrevistas e análise de dados fundamentada na dialética hermenêutica. Para a produção dos dados foram realizadas entrevistas com seis mulheres transexuais, mas para explicar os resultados parciais utilizou-se apenas duas entrevistas.

Resultados

Ao realizar a pré-análise foi possível verificar alguns dados que emergiram, tais dados foram investigados propositalmente por meio da coleta de dados ou surgiram no discurso das participantes de maneira espontânea. Para explicar os dados e exibir os resultados parciais escolheu-se duas entrevistadas pertencentes a coortes geracionais diferentes, com uma diferença de idade de dez anos entre elas. Embora como já explanado no conceito geração que idade não é o único dado para análises geracionais, o recorte utilizado ao representar a diferença de dez anos, pode implicar em contextos socioculturais distintos na trajetória destas participantes e com isso permitir conhecer melhor as rupturas geracionais. Os eixos temáticos que emergiram em suas trajetórias são: entendimento de feminilidade e masculinidade, identificação e transição de gênero, preconceitos e violências, vulnerabilidades da população trans, relações interpessoais e aspectos sociais, afetividade e objetificação nas relações românticas, relacionamento com o corpo, categorias geracionais (infância, juventude e maturidade). Tem-se como resultado parcial o entendimento de que as mulheres trans, mesmo em gerações distintas possuem experiências compartilhadas, principalmente em relação aos preconceitos vividos na sociedade. Mas também houveram possíveis discontinuidades geracionais, em relação a concepção de gênero, pois as gerações mais jovens possuem uma concepção de gênero mais fluída, enquanto as mulheres mais velhas possuem uma ideia de gênero que segue o modelo hegemônico.

Conclusões (reflexões geradas)

No desenvolvimento desta pesquisa foi possível perceber que as mulheres trans possuem experiências compartilhadas em suas trajetórias, mesmo pertencendo a distintas categorias geracionais. Também foi possível identificar a falta de análises geracionais na sociedade atual, e ao relacionar-se com gênero, essas análises são ainda mais escassas. Diante disso torna-se importante a realização de mais pesquisas geracionais, pois ao entender como as gerações se coeducam e o que é transmitido e herdado é possível refletir sobre a sociedade e propagar mudanças reais.



Um retrato das violações de direitos humanos de pessoas trans no Brasil do século XXI

Autor: Ubirajara de None Caputo (IP/USP)

Introdução e objetivo

Em minha dissertação de mestrado estudei a violência contra pessoas trans a partir de denúncias de violações de direitos humanos realizadas através do serviço Disque 100, então sob a responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos. No ano de 2010, o Disque 100, também conhecido como Disque Direitos Humanos, passou a receber denúncias de violações de direitos humanos de pessoas LGBT, entre outros segmentos populacionais. Ele compõe a principal política pública de proteção e defesa dos direitos humanos no Brasil.

O usuário do serviço Disque 100, chamado denunciante, relata ao atendente a situação em que teria havido violação de direitos humanos. O atendente transcreve o relato para registro em banco de dados, procurando obter do denunciante as seguintes informações: quem sofre a violência; qual tipo de violência; quem pratica a violência; como chegar ou localizar a vítima/suspeito; em qual endereço; há quanto tempo a violência ocorre; em que o horário; em qual local; como a violência é praticada; qual a situação atual da vítima; se algum órgão foi acionado. A base de dados contendo essas transcrições foi o principal objeto de análise da pesquisa realizada.

Método e orientações teóricas

Em termos metodológicos, a pesquisa realizou análise documental sistemática de base de dados contendo centenas de denúncias de violações de direitos humanos de travestis, mulheres transexuais e homens transexuais. As discussões suscitadas por tal análise valeram-se dos seguintes campos teóricos: Filosofia do Direito, Antropologia da Violência e Psicologia Social. Esta última justifica-se plenamente na medida em procurou-se entender os impactos intrassubjetivos da violência sofrida pelas pessoas trans utilizando-se a Teoria da Humilhação Social (Gonçalves Filho, 1998). O professor José Moura Gonçalves Filho foi meu orientador durante o mestrado e, em reunião de orientação, afirmou: “não se pode ignorar que a vítima olha para a violência de um ângulo privilegiado. É a ela, sobretudo, que cabe a tarefa de refletir sobre os atos violentos. É ela que especula as motivações e lida com os impactos da violência, tarefas que repercutem no tempo, sempre pedindo detalhamento.” (2018).

Relação com o Grupo de Trabalho 46

Acredito que os resultados da pesquisa possam contribuir com o GT46: Psicologia, Travestilidades, Transexualidade e Interseccionalidades pelos seguintes motivos. A violência contra pessoas trans é naturalmente um assunto de interesse do grupo. Para além dessa constatação, a pesquisa procurou entender em que contextos essa violência ocorre e se há características específicas em cada um deles. Por exemplo, a violência sexual é típica do contexto familiar, a negligência é mais encontrada na prestação de serviços públicos e a discriminação é frequente nas relações de consumo. Além disso, a pesquisa consultou trabalhos de vários países e tentou entender essa violência em termos globais, o que permitiu identificar alguns eixos operativos aplicáveis em diversas culturas.

Resultados e conclusões

O insumo básico para a pesquisa foi o conjunto de enunciados que descrevem denúncias de violações de direitos humanos de pessoas trans, realizadas através do serviço Disque 100 no ano de 2015. Identificou-se 308 denúncias tendo como vítimas travestis, mulheres transexuais e homens transexuais, nas várias unidades da federação. A análise dessas denúncias permitiu identificar 774 violações, o que resulta a média de 2,5 violações por denúncia. Assim como uma denúncia muitas vezes é composta por mais de uma violação, também podem ser múltiplos seus suspeitos, isto é, os agentes que por ação ou omissão teriam cometido as violações. Além disso, pode haver violações episódicas ou que persistam no tempo. Que atinjam uma só vítima ou grupos inteiros, inclusive por meio virtual. Que sejam investigadas ou não por órgãos de segurança. E que tenham como consequência desde um constrangimento até a morte das vítimas. Foram identificadas as seguintes categorias de violação: agressão verbal, ameaça/tentativa de morte, ameaças (exceto de morte), assassinato, discriminação, negligência, prejuízo financeiro, violência física e violência sexual. A maioria das violações são perpetradas por homens, exceto nos casos de negligência, em que os principais violadores são instituições públicas. Também foram descritas, numa abordagem qualitativa, situações de violação nos contextos familiar, de trabalho, de consumo, de exploração sexual e de utilização de serviços públicos, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social e segurança. Além



disso, procurou-se compreender os impactos da violência nas subjetividades das vítimas utilizando-se o conceito de humilhação social. À luz dos resultados desta pesquisa e de outros trabalhos realizados em várias partes do mundo, conclui-se que a transfobia é um fenômeno transcultural que se assenta em cinco eixos ligados à interdição e à reificação: interdição da vida corpórea, interdição na vida social, interdição na vida política, reificação para uso sexual e reificação para o escárnio.

Referências

Caputo, U. N. (2018). Geni e os direitos humanos: um retrato da violência contra pessoas trans no Brasil do século XXI. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/D.47.2018.tde-14112018-111830. Recuperado em 2019-06-01, de www.teses.usp.br

Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação social - um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11-67. doi: 10.1590/S0103-65641998000200002

Visibilidades artísticas: expressões de travestilidades e transexualidades e o teatro como dispositivo de luta política.

Autor: Herbert de Proença Lopes (PUC PR)

Este trabalho pretende relatar a experiência da Cia. Translúcidas, grupo de teatro formado através de oficinas voltadas preferencialmente ao público travesti e transexual da cidade de Londrina, interior do Paraná. O processo de oficinas e de formação do grupo se desenvolveu durante a pesquisa de mestrado em Psicologia e Sociedade, na Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP/Campus de Assis). A experiência relatada, no entanto, não se restringiu à pesquisa de mestrado, sendo que o grupo de teatro continuou desenvolvendo atividades após a finalização da pesquisa, em maio de 2018.

O objetivo deste trabalho é a partir do relato desta experiência local e situada, promover problematização sobre os processos de resistência presentes nas experiências individuais e coletivas de travestis e transexuais e como o teatro tem se caracterizado como um dispositivo de luta política e emancipatória que se dialoga com as diversas iniciativas de resistência contra a política de discriminação e de extermínio que são submetidas muitas vidas travestis e transexuais. O estudo das travestilidades e transexualidades adquire uma importante função de provocação ao campo da ciência psicológica, ao contextualizar modos de vida e de subjetividade considerados dissidentes dos modelos normativos de subjetividade recorridos no estudo da Psicologia, assim, apresentando um viés crítico neste campo de estudos e práticas. Tal provocação se configura em sua dimensão ética, pois a ampliação das concepções sobre subjetividade e suas relações com expressões de gêneros, práticas sexuais, sexualidades, raça, etnia, cor, entre outros atravessadores, tem ligação direta com a preocupação com os índices de violência social e institucional que marcam, por exemplo, a população trans e travesti.

Tais reflexões estiveram presentes e contribuíram na delimitação das abordagens teóricas utilizadas na pesquisa. A abordagem das travestilidades e transexualidades recorrida na pesquisa (e na relação pessoal com o grupo) não se pautou por reforçar visões estigmatizadoras da experiências transexual e travesti, fazendo eco às discursos patologizantes, oficiais e não-oficiais, que historicamente marcam o modo com Psicologia olhou para estas expressões. Assim, na pesquisa buscamos explorar teoricamente as expressões de travestilidades e transexualidades a partir de formas mais potentes de abordar tais expressões e encontramos nas perspectivas queer um caminho interessante, pois permitem analisar criticamente a produção da dissidência, e abordá-la não somente como um efeito "desviante" do processo de produção de gêneros e sexualidades, mas a partir de uma potência política subversiva contra o sistema desta produção. Também nos acompanhou o estudo dos modos de subjetivação pautados em Michel Foucault, Gilles Deleuze, Felix Guattari e demais autores pós-estruturalistas, que contribuíram na abordagem de modos mais singulares na produção de subjetividades.

Assim, procuramos no método da cartografia caminhos para acompanhar as linhas de subjetivação dos processos coletivos e pessoais que atravessaram a experiência teatral na Cia. Translúcidas. A cartografia criou condições para problematizar essa experiência como uma prática micropolítica de pesquisa e de ação, onde a relação entre pesquisador e participantes, a construção de narrativas e o acompanhamento do processo foram elementos marcantes. As experiências coletivas que permitiram o exercício do teatro e da pesquisa, colocaram o próprio sentido de experiência e de pesquisa em questão e foram abordados através desta aposta metodológica.



A Cia. Translúcidas surge do desejo compartilhado entre autor deste trabalho (pesquisador, ator, ativista) e integrantes do Coletivo ElityTrans, formado em 2012, na cidade de Londrina. O objetivo era oferecer oficinas de teatro às pessoas vinculadas ao coletivo, como sendo uma das ações ofertadas pelo Coletivo. O interesse, no entanto, era de criação de uma peça de teatro que abordasse as experiências de travestilidades e transexualidades trazidas por participantes como uma estratégia de visibilidade política.

O grupo começa suas atividades em junho de 2016 e em dezembro de 2017 estreia a peça teatral “Transtornada Eu”, resultado desse processo de oficinas. As oficinas tiveram a participação de travestis, transexuais além de outras pessoas LGBTI (lésbicas, gays e bissexuais que se aproximaram do grupo). No total, cerca de 20 pessoas participaram das oficinas em diferentes momentos. O grupo estreia a peça contando com um elenco de 4 pessoas, que apresentam uma dramaturgia construída pelas vozes de outras participações. A peça parte da narrativa de experiências de vida, pois assim foram caracterizadas as oficinas: encontros de compartilhar as histórias pessoais. Destas histórias, reações, distorções, provocações e outras interferências foram sendo feitas no jogo de construção da cena, e aos poucos, grupo foi selecionando o que queria dizer, o que queria mostrar e como.

Assim, a pesquisa acompanhou a montagem teatral realizada a partir de uma criação coletiva, e elaborada como um dispositivo de luta política e emancipatória, que se inscreve no cenário de violências contra expressões de gêneros dissidentes. Este dispositivo interessou-se por das condições de “ver” e “falar” que estavam entre os desejos das pessoas envolvidas ao projeto que confluíram na necessidade ética de luta pela garantia de direitos às pessoas trans e travestis. Do ponto de vista pessoal, a experiência com o grupo foi avaliada coletivamente como um modo de produção de saúde pois, ao participar do grupo, expressar ideias, sentimentos, gestos e falas, cura-se de algo que foi roubado (segundo a fala de uma participante): o direito de viver em paz. Do ponto de vista político, a peça ganha uma dimensão no cenário local, provocando a forma de pensar teatro, disputando a arena local política e artística, também marcadas pelas assimetrias de poder e invisibilidade, com estes temas, atrizes e atores.

A Cia. Translúcidas de teatro manteve seus trabalhos, mesmo após a finalização da pesquisa de mestrado, mostrando que o interesse do coletivo não se restringiu àquele contexto. A peça “Transtornada Eu” amplia sua atuação e a Cia. Translúcidas, hoje é reconhecida na cidade pelo seu trabalho. Em 2018 recebe um prêmio de incentivo à cultura, do Programa de Incentivo à Cultura de da Prefeitura de Londrina, realizando uma circulação com a peça pela cidade realizada em 2018 e 2019.

Além da experiência teatral, este processo acompanhou de perto a criação de outras iniciativas locais de luta política pelos direitos LGBTI, como por exemplo, a criação de uma Rede de Proteção e Garantia de Direitos da População Trans em Londrina, formada por ativistas, profissionais em parceria com a Defensoria Pública do Paraná. Outros projetos se somam à esta pesquisa e a Cia. Translúcidas continua o interesse em ocupar o campo do teatro, e outras artes, com a perspectiva de que seu trabalho contribui com diferentes iniciativas no campo cultural e artístico e no campo da militância que defendem a promoção de direitos à população travesti e transexual, sendo principal, o direito fundamental à existência.



GT47: Reflexões sobre as desigualdades raciais na sociedade brasileira e o papel da psicologia

A branquitude e a racialização da subjetividade branca: possíveis reflexões

Autor: Georgia Grube Marcinik (UERJ)

Coautor: Amana Rocha Mattos (UERJ)

Introdução

O conceito de subjetividade é frequentemente acionado no âmbito do pensamento psicológico, assim como a ideia de processo de subjetivação. No entanto, são diversas as perspectivas de sua utilização e entendimento. Para além de uma ótica essencialista e desenvolvimentista da ideia de um sujeito universal da Psicologia, faz-se necessária a compreensão de que os tecidos sociais e os processos de subjetivação são constituídos pelas relações de poder e atravessados por uma lógica hegemônica de gênero, raça, classe e sexualidade, substancialmente (BURMAN, 2008; MATTOS, 2012; MATTOS e CIDADE, 2016). Assim, se o sujeito é forjado a partir das relações de saber e poder, e não existe opressão sem relação de poder – sempre será algo relacional – pode-se afirmar que os processos de subjetivação e a subjetividade das pessoas se consolidam por meio de um diagrama de forças: ação sobre a ação do outro que está em constante disputa histórica, cultural, política e social (LIMA, 2017).

Neste sentido, é importante pensarmos a racialização da subjetividade dos sujeitos. Se há um sujeito dito universal para a Psicologia, que é respaldado por atravessamentos sociais hegemônicos – que são garantidos por um sistema institucional e estatal de poder –, porque insistimos em compreendê-lo como um ser que está para além de pertencimento de raça, gênero, sexualidade e classe privilegiadas? Ocupar um lugar que é padrão, norma e universal para a sociedade e não questionar tal lugar faz com que sistemas de opressão sejam constantemente (re) produzidos, reforçados, mantidos e garantidos. De certa forma, todas as pessoas serão atravessadas por algum privilégio/opressão, direito ou (des)vantagem frente a uma sociedade racista, machista, classista e lgbtfóbica que vivemos.

Assim, este trabalho tem como objetivo entender, a partir de uma perspectiva teórica, os processos de subjetivação e racialização de pessoas brancas e como a psicologia como ciência nos oferece outros caminhos de análise social e dos sujeitos. A proposta aqui elaborada se insere na minha atual pesquisa de doutorado, e que dá continuidade na discussão feita na dissertação – que teve como temática a branquitude nos movimentos feministas. A partir dos resultados obtidos foi verificada a necessidade de, a priori, investigar como se dão os processos de subjetivação e racialização de pessoas brancas, e quais os compromissos que devemos assumir para contribuir na prática com a luta antirracista.

Processos de subjetivação e racialização da pessoa branca

A construção da identidade nacional brasileira é feita a partir de uma lógica de branqueamento e branquitude que reflete nos processos subjetivos e raciais de pessoas brancas; e a psicologia, como disciplina que analisa os fenômenos subjetivos ligados aos processos de identificação do sujeito branco, contribui para a naturalização hegemônica racial destes. A branquitude, por esta ótica, é uma forma de proteção de seres privilegiados na sociedade, que acarretam em desigualdade, discriminação e extermínio de grupos atravessados pelas lógicas de opressão e que mantem uma hegemonia de poder que favorece poucos (BENTO, 2014; SCHUCMAN, 2014).

Por conseguinte, é fundamental entender os processos de subjetivação a partir de uma proposta de racialização da pessoa branca. Entendemos que as subjetividades são constituídas a partir dos atravessamentos de raça, gênero, sexualidade e classe e que os processos de subjetivação e racialização são uma coisa só, isto é, se fundem pelas lógicas sociais. Mas, assim como já anunciado, tais conceitos são construídos de forma dissociada. Porque? Acredito que os estudos críticos da branquitude, as produções e epistemologias feministas e as perspectivas de entendimento de relação de poder e descolonialidade nos dão caminhos de possíveis reflexões.

Nesta sequência de raciocínio, os processos de subjetivação podem ser compreendidos como os constituintes dos sujeitos, que são atravessados pelas diversas formas de relações sociais, políticas e culturais pelas quais se forjam. Segue-se, portanto, uma lógica que não é fixa e nem determinante, mas que está em constante movimento e transformação. Mattos e Cidade (2016, p. 150) afirmam que é urgente “levarmos em conta as singularidades, abar-

cando as multiplicidades possíveis das experiências das pessoas com suas constituições identitárias referentes não somente às identidades de gênero, mas às categorias interseccionais que operam tanto na produção de potências de vida quanto nos marcadores de exclusão e invisibilidade”. Neste sentido, a ideia de singularidade é fundamental para refletirmos sobre a constituição de subjetividades e na “diferença como potencializadora de planos comuns para a ação política, e para a produção de campos de pesquisa e de conhecimento”.

Ao mesmo tempo, a racialização tem uma gama de produção de subjetividade, visto que raça é um dos principais traços constitutivos na modernidade dos processos capitalistas, assim, todo mundo é racializado, de diferentes formas, pois o conceito de racialização não pode ser entendido como universal e fixo. Se tomamos a raça como um marcador social da diferença, a raça pode ser considerada um projeto colonial. Assim, a racialidade não pode ser discutida se não for levada em consideração a raça enquanto marcador da modernidade, da colonialidade compulsória – que ainda persiste nas relações sócio raciais do Brasil e que produzem relações de saber e poder (CURIEL, 2007, 2009; ESPINOSA-MIÑOSO, 2014, 2017, LIMA, 2017).

Compreender o impacto das diversas discriminações e exclusões sociais que as questões étnico-raciais produzem é insuficiente. Entendendo o sujeito como um algo que não é fixo e nem determinado, mas que está em constante processo subjetivo a partir dos atravessamentos interseccionais, faz-se indispensável compreender gênero, sexualidade e raça como uma expansão política.

Considerando a perspectiva de Lugones (2011), cabe destacar que precisamos enxergar os processos de racialização subjetiva além de uma lógica “categorial”. Somos, a todo o momento, capturadas por categorizações dos corpos, inclusive pelas lógicas de gênero – termo que não se escapa da modernidade colonial – que, através de uma hierarquia dicotômica, converte-se em ferramenta normativa e colonizadora. É através de um poder hegemônico que nos constituímos em uma existência colonizada, racialmente universal e oprimida, assim, a colonialidade de gênero se constitui e é constituída por uma colonialidade do poder, do saber e da linguagem.

Algumas considerações

Ao nos propormos a refletir sobre demandas sociais complexas na psicologia, acabamos por construir formas de pesquisa que não tem uma resposta exata das questões, mas que tem como principal intuito questionar coisas até então inquestionáveis. Para além de uma academia e escrita normativa, que se diz cientificamente neutra, é necessário usarmos nossas vivências e nossas histórias para materializarmos produções e táticas de desconstrução hegemônica.

Neste sentido, este texto teve a tentativa de dimensionar, o quão complexo é analisar e compreender uma temática que perpassa por múltiplos âmbitos, principalmente quando há uma série de discussões que têm como prioridade estabelecer uma interlocução da demanda da Psicologia Social com outras interfaces, como a dos movimentos sociais. Ademais, salientamos a emergência de produzirmos pesquisas que façam a confabulação e intersecção dos diversos atravessamentos das subjetividades e das sociabilidades, enxergando as formas de relações sociais e de poder sob uma ótica interdisciplinar que acolha os diversos marcadores sociais da diferença. Não há mais possibilidade de entender subjetivações e estruturas sociais sem estar atento às discussões que envolvem as questões de, minimamente, raça, gênero, classe e sexualidade.

A branquitude, como um fluxo migratório da racialização dos processos subjetivos é responsável pelo exercício da manutenção do poder dados pelo sistema hegemônico, que de alguma forma refletem em discursos, práticas e posicionamentos de pessoas brancas.

Referências bibliográficas

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. Psicologia Social do Racismo. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 25-57.

BURMAN, Erica. “Origens”. In: Deconstructing Developmental Psychology. Londres: Routledge, 2008, p. 67-84.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas*, n.26, p.92-101, 2007.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el Feminismo: Una Perspectiva desde America Latina y El Caribe. In: PRIMER COLOQUIO LATINO AMERICANO SOBRE PRAXIS Y PENSAMIENTO FEMINISTA. Buenos Aires: Universidad Nacional de Colombia, 2009. p. 1-8.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkis. De por qué es necesario un feminismo descolonial: Diferenciación, dominaci-



ón co-constitutividade la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. *Revista Solar de Filosofía Iberoamericana*, N° 12, 2017.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkis. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El Cotidiano*, 2014, pp. 7-12. Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco, Distrito Federal, México.

LIMA, Fátima. Vidas Pretas, Processos de Subjetivação e Sofrimento Psíquico: sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras. In: PASSOS, Rachel Gouveia; PEREIRA, Melissa de Oliveira. *Luta Antimanicomial: Discussões de gênero, raça e classe para a Reforma Psiquiátrica Brasileira*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

LUGONES, Maria. Hacia un feminismo descolonial. *La manzana de la discordia*, v.6, n.2, p.105-119, 2011.

MATTOS, Amana Rocha. *Liberdade: um problema do nosso tempo – Os sentidos de liberdade para jovens no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a Cisheteronormatividade na Psicologia. *Periódicus*, N.5, V.1, p.132-153, mai./out. 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2014.

A formação em psicologia em questão: invisibilidade da temática racial

Autor: Anna Clara da Rocha Luz (UERJ)

Coautor: Bruna Paulino (UERJ)

Introdução

A atual revisão pretende analisar os referenciais teóricos, epistêmicos e metodológicos relacionados à temática racial disponibilizados à estudantes de graduação em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Instigadas a pensar de que forma estamos sendo instrumentalizadas para lidar em nossa prática profissional com questões inerentes a construção subjetiva e social de pessoas negras, que compõem 55.8% da população Brasileira (IBGE, 2018). Busca-se investigar se, e a partir de qual perspectiva, as temáticas referentes ao sofrimento psíquico de pessoas negras estão sendo pautadas nas disciplinas obrigatórias do currículo da Graduação em Psicologia da UERJ.

Para tal, fez-se o levantamento e análise de ementas das disciplinas que compõe o ciclo básico da formação em Psicologia – tais disciplinas têm caráter obrigatórios e são realizadas do 1º ao 4º período da graduação. A escolha por delimitar a análise ao ciclo básico se deu por ser esta a etapa percorrida por todos graduandos, posto que compõe o ciclo de disciplinas obrigatórias. As ementas consultadas estão disponíveis no site do Departamento de Orientação e Supervisão Pedagógica da UERJ. Ao todo, foram observadas 31 ementas, em três pontos cruciais: objetivos, tema e bibliografia. Acerca das bibliografias de cada disciplina, foram levantadas as seguintes questões:

Existe a temática racial explicitada na bibliografia da ementa?

Se sim, é tratada a partir de qual perspectiva epistemológica?

Qual o peso da temática racial na bibliografia?

A temática racial consta como bibliografia obrigatória ou complementar?

As perguntas tinham como objetivo identificar quais saberes estão sendo ministrados em sala de aula e quais perspectivas epistemológicas estão sendo adotadas: as contra hegemônicas e decoloniais ou de epistemologias ocidentais e coloniais. É importante também ressaltar que as(os) docentes responsáveis por cada disciplina têm autonomia para propor textos e discussões que não constam na ementa, contanto que considerem tal alteração necessária e pertinente ao tema e objetivo explicitados na matéria.

Orientação Teórica

São alguns os nomes que podemos citar quando pensamos sobre Psicologia e relações raciais, autoras negras como Virginia Bicudo, primeira psicanalista não-médica do Brasil, pioneira da Psicanálise, que escreveu estudos pioneiros sobre as relações raciais e os efeitos dessas nas relações sociais. Neusa Santos Souza, também psicanalista, também tem importantes discussões sobre os efeitos psíquicos e subjetivos do racismo na trajetória de pessoas negras. Além dessas autoras, podemos citar Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Maria Aparecida Silva Bento e outras teóricas. Todas responsáveis por produções que, se não diretamente ligadas a Psicologia, em muito contribuiriam na construção deste campo comprometido com a compreensão integral do sujeito e de sua existên-



cia: os enxergando como seres marcados socialmente, no caso de pessoas negras, violentados historicamente, entendendo estes fatores como estruturantes do adoecimento psíquico. Nenhum destes nomes, no entanto, é facilmente apresentado e reconhecido como referenciais em Psicologia, como por exemplo, é o nome de Freud (OLIVEIRA, 2017a).

As epistemologias ensinadas na maioria das Universidades brasileiras são conceitualizadas por homens brancos ocidentais, em detrimento da produção teórica e intelectual de autoras(es) não-brancos, o que não se altera na formação em Psicologia (VEIGA, 2017; OLIVEIRA et al 2017b). O fenômeno de negligenciar estudos e teorias produzidos por pessoas não-brancas em perspectivas não-ocidentais é denominado como epistemicídio, que, segundo o filósofo Renato Nogueira (2017), consiste na representação do racismo nas práticas intelectuais e acadêmicas, impedindo a produção e divulgação de saberes produzidos por pessoas não-brancas. Principal referência do tema, Sueli Carneiro (2005), define-o também como uma estratégia de embranquecimento cultural e estratificação social. Com efeito, o saber branco, europeu e patriarcal estabelece assim seus pilares na sociedade.

Retornando a formação do psicólogo enquanto profissional, é importante ressaltar que o cuidado para com a saúde mental ainda é um privilégio de classes média-alta. Entretanto, é a população negra a que mais é alvo de violências que podem vir a causar questões subjetivas, já que são a população mais assassinada, com menor expectativa de vida, maioria entre mais pobres e entre a população carcerária. Por outro lado, "são minoria no congresso, nas universidades, na televisão e em todos os espaços de poder e prestígio da sociedade" (VEIGA, L.; 2017, s/p). Desse modo, é imprescindível uma escuta atenta a todos os marcadores políticos e culturais que incidem na existência de negros(as).

Resultados e análise

Após a leitura e análise das ementas das disciplinas obrigatórias da graduação em Psicologia da UERJ, foi-se encontrados os seguintes dados: a) em um total de 31 disciplinas, apenas 1 delas trazia a temática racial através de bibliografia; b) apenas 2 textos do total de 319 pautavam a temática racial, na matéria cuja questão racial se fazia presente tinha um total de 10 bibliografias listadas; c) os dois textos que tematizavam questões raciais foram escritos por homens brancos, com perspectivas ocidentais. Assim, confirmou-se com folga o que as orientações teóricas, epistemológicas e metodológicas transmitidas à estudantes de Psicologia da UERJ são saberes ocidentais, sendo tomados como o principal modo de produção de saberes. A não representação da temática foi tamanha, que as perguntas 2, 3 e 4 mal foram utilizadas.

Uma questão surgida da análise das ementas foi a contradição entre tema/objetivo e a bibliografia constada na disciplina. Matérias como Filosofia, Psicologia Social, Psicologia Clínica e Saúde Mental, Ética, História da Psicologia, Normal e Patológico e Estágio Básico são imprescindíveis de serem apontadas em tal situação, visto que todas possuem explicitado em seus temas e objetivos a necessidade de compreensão das subjetividades contemporâneas de acordo com a análise histórica, isto é, considerando o sujeito também a partir da sua inserção cultural e social. Isto aponta que escuta e o olhar do psicólogo deve ser comprometido com as questões que remontam nossa sociedade, porém, ainda que houvesse abertura para discussão de temas raciais, estes não foram encontrados nas bibliografias.

É necessário também apontar que as ementas analisadas não são assertivas no que diz respeito a sua aplicação em sala de aula, devido a supracitada autonomia docente. Contudo, a ausência de textos relacionados a temática racial nas ementas das disciplinas fazem com que a discussão deste tema em sala de aula dependa tão somente da escolha das docentes, dificultando uma cobrança por parte de estudantes, que não têm como argumentar que tais discussões são imprescindíveis – visto que, se tal saber não está documentado na ementa da matéria, não se pode efetivamente cobrá-la para que seja dada em sala de aula. Assim, são criados empecilhos para o fortalecimento e inserção das discussões raciais nas salas de aula.

Conclusão

Desta maneira, a formação em psicologia da UERJ, assim como a Psicologia no Brasil em geral, como apresentado pelas referências citadas, ao se orientar a partir de teorias e autores europeus, têm se furtado de debater as especificidades de pessoas negras, que são historicamente marginalizadas e desumanizadas por essas perspectivas. Contribuindo, desta forma, para a produção e reprodução de práticas e teorias desengajadas com as necessidades de parte da população que será atendida por estes(as) estudantes que se encontram em formação. Como é reconhecido pelo próprio Conselho Federal de Psicologia no documento "Relações Raciais: referências técnicas



para atuação de psicólogas/os” (2017), onde é afirmado que a temática racial, apesar de fundamental, raramente se faz presentes nas grades e conteúdos curriculares das faculdades brasileiras de Psicologia.

Assim, é urgente a construção de teorias e práticas socialmente implicadas e referenciadas, assim como o acesso e perpetuação de epistemologias e estudos já existentes, como alguns dos que citamos aqui, pois, como colocado no documento de referências técnicas do CFP: “a categoria raça é um dos fatores que constitui, diferencia, hierarquiza e localiza os sujeitos em nossa sociedade. Portanto, deve ser inserida na formação das(os) profissionais da área” (p. 106). Cabe a nós, psicólogas(os) e estudantes de psicologia, o papel de questionar e propor mudanças e avanços que visem a democratização do acesso ao cuidado psicológico em suas mais diversas formas, levando em conta as características estruturais da nossa sociedade, oriunda de um processo violento de escravidão de povos pretos e indígenas, que até hoje tem reflexos importantes na vida de pessoas negras e indígenas. Portanto, a luta para que tais processos sejam incluídos na formação profissional de quem se pretender a estudar os processos de subjetivação, a saúde mental, os sofrimentos psíquicos e os mais diversos fatores da existência, é extremamente legítima e necessária.

Referências

BORGES, P. Epistemicídio, a morte começa antes do tiro. *Alma Preta*, nov de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2HbHtNA>.

CARNEIRO, S. Epistemicídio. *Géledes*, set de 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2DeigAR>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília, 2017.

OLIVEIRA, M. de S. FRANTZ FANON, PSICOLOGIA E PSICANÁLISE: EPISTEMOLOGIAS DA VIOLÊNCIA. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 10, n. 24, p. 40-66, fev. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2LkRNrl>.

OLIVEIRA, M. de S.; NASCIMENTO, M. da C. A clínica e seus desafetos: pactos e omissões nos estudos sobre o negro no Brasil. *Revista da ABPN*, [S. l.], v. 10, n. 24, p. 129-147, fev de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ogUih7>.

VEIGA, L. *Descolonizar a Psicologia: Considerações a uma Psicologia Preta*. CEERT, nov de 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Zo6zds>.

A saúde mental da população negra: visões de uma experiência no Ministério da Saúde

Autor: Marcos Vinicius (PPGP UFRJ)

A saúde mental da população negra vem despertando interesse nos cenários da saúde e da psicologia. Nesse sentido, destaca-se a importância de profissionais da saúde, incluindo psicólogos, para promoverem tensionamentos em relação ao tema. Os problemas referentes a esse campo são diversos e revelam uma complexidade que se relaciona diretamente com a estruturação racista da sociedade brasileira. No âmbito federal, foram poucas as iniciativas no campo das políticas públicas de saúde orientadas para a discussão da temática do racismo e da saúde mental sob o enfoque da população negra. Diante disso, situamos a ação do Grupo de Trabalho Racismo e Saúde Mental no Ministério da Saúde como um importante objeto para se compreenderem as desigualdades raciais, suas relações com o campo dos saberes psicólogos e perspectivas de enfrentamento (IGNÁCIO, 2019). A partir da visão de profissionais e de documentos relacionados ao Grupo de Trabalho Racismo e Saúde Mental, o presente estudo teve como objetivos específicos: compreender as problemáticas acerca do racismo e da saúde mental sob enfoque da população negra; compreender os desafios de inclusão do enfrentamento ao racismo no campo da Reforma Psiquiátrica. O trabalho se relaciona com o eixo 8 (Psicologia social e políticas de igualdade racial e étnica no Brasil), pois trata das perspectivas de profissionais do campo da psicologia, as quais foram abordadas a partir de uma iniciativa política no âmbito federal, que visava lidar com a saúde mental da população negra. Tal proposta possui relação com o eixo 8, tendo em vista que tal iniciativa teve por objetivo compreender os impasses com relação à saúde mental da população negra, considerando os saberes psicológicos, bem como a tentativa de implementação de políticas nesse contexto. Considera-se que lidar com uma cultura racista implica necessariamente observar como efeito a mumificação (FANON, 1956) de determinada cultura. Ou seja, no lidar com forças racistas, observa-se que elas operam de modo a atenuar a vivacidade da cultura vítima do racismo, no bloqueio



de determinados modos de existência e, principalmente, na sua possibilidade de inclusão na história rumo a um futuro progressista. Nesse trabalho, há o enfrentamento da força que orienta a mumificação da cultura dos sujeitos marcados pelo signo negro e as produções que tratam dela. A relação entre racismo na cultura e o racismo expresso em saberes psicológicos foi notável no contexto brasileiro, tendo se revelado tanto em produções como em práticas desempenhadas no campo social. Historicamente, o questionamento dessas práticas foi colocado em pauta no movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, entretanto, sem ações potentes, principalmente no que se refere ao racismo e a sua relação com o campo de saber psiquiátrico/psicológico. Ao compreender a potência questionadora do movimento da Reforma, o presente trabalho trata da relação entre o racismo na cultura e no campo psi. Faz-se necessário o resgate dessa temática diante do risco de uma reatualização de saberes/práxis que podem desprivilegiar parte da população brasileira. A população negra, desde a diáspora forçada em direção às terras brasileiras, vem sofrendo com políticas colonialistas opressoras; da escravatura até a sistemática desassistência psicossocial. Diante de tal desassistência, o movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil é um importante questionador da atuação de saberes manicomialistas/totalizantes e se posiciona contra diferentes formas de opressão com relação à loucura, à classe, à raça, ao gênero, dentre outras (BAURU, 1987; BAURU, 2017). Em síntese, a metodologia ocorreu a partir de revisão bibliográfica, análise de atas dos encontros e de documentos relacionados ao decurso do Grupo de Trabalho de Racismo e Saúde Mental (2014-2015), bem como pela realização de entrevistas, a partir de um roteiro semiestruturado, com sujeitos que estiveram no processo. A pesquisa seguiu as regulamentações descritas na Resolução nº 466/2012. Por meio da análise dos materiais colhidos, foram obtidas diferentes categorias de problemas. Com relação às problemáticas referentes ao racismo e à saúde mental, sob o enfoque da população negra, foram apontadas a crítica à perspectiva individualista da psicologia e as dificuldades de uma parcela de profissionais de lidarem com os aspectos sócio históricos e a sua relação com o campo da saúde mental. Foi apontada a falta de sensibilidade racial e a necessidade de ser trabalhada a branquitude dos profissionais que lidam com a saúde mental de uma população majoritariamente negra. Foram verificadas desigualdades raciais no campo das internações psiquiátricas. Houve a inclusão da temática racismo e saúde mental no campo da Reforma Psiquiátrica. Além disso, foi destacada a pouca atenção dada ao acolhimento do sofrimento psíquico na rede de atenção psicossocial, o que impactaria no lidar com a sofrimento dos usuários negros. Por fim, verificou-se a necessidade de ações para uma formação e atuação profissionais atentas para as desigualdades raciais. Considerando o resgate das temáticas abordadas pelo grupo em seu curto decurso, faz-se urgente a implementação de ações específicas no campo da política de saúde mental para a superação das assimetrias raciais, as quais implicam mudanças tanto no âmbito da assistência como na cultura racista brasileira.

As psicólogas e as relações raciais: reflexões a partir da branquitude

Autor: Sara Moura de Carvalho (PUC-SP)

Coautor: Cibele Bitencourt Silva (PUC-SP)

Nas últimas duas décadas, pesquisas e práticas profissionais da Psicologia, têm sido revistas em novos contextos políticos, econômicos, sociais e culturais no país, demonstrando que esta ciência constitui campo fértil de produções que podem tanto compactuar quanto romper com tradições epistemológicas do campo. Dentre as abordagens críticas, aquelas que investigam as relações étnico-raciais nas práticas da psicologia é talvez a que tem produzido os maiores desafios teórico-conceituais.

Entretanto, as produções da psicologia social vêm mudando o tom das narrativas no sentido de construir sentidos psicossociais para o racismo. E, trazendo à baila questões como a branquitude, elaborando sobre como essa identidade tem papel fundamental nas relações raciais e na manutenção do racismo (BENTO, 2002; SCHUCMAN, 2012). De maneira geral, o conceito de branquitude refere-se ao espaço sociocultural de privilégios e de poder conferidos aos indivíduos da população branca. A branquitude é um atributo, uma prática social e o exercício de uma função ocupada por sujeitos brancos. Sendo eles aqueles que dominam majoritariamente um lugar, tanto simbólico, como material, no alto da pirâmide social, e esse lugar reforça e reproduz instituições racistas. (SOVIK, 2009). Guerreiro Ramos (1958), reconhecido como o precursor dos estudos sobre branquitude, postula que repensar as questões étnico-raciais pela perspectiva do branco significa radicalizá-lo, desnaturalizar certo estado de "normalidade" em que se encontra hoje e convidá-lo a (re)pensar a sua própria construção de identidade.



A identidade racial branca precisa ser analisada para que as pautas antirracistas possam avançar. Ela precisa ser teorizada como um problema político e estratégico. (SOVIK, 2009). Isso, porque a branquitude, historicamente, encarnou poder e privilégios sobre os quais paira o silêncio e quase nada se fala sobre o lugar que o branco ocupa nas relações raciais (BENTO, 2002). O rompimento desse silêncio é um possível caminho para criar rachaduras no que é chamado por Maria Aparecida Silva Bento como “pacto narcísico” entre brancos, que é a estrutura na qual eles “não falam sobre racismo e/ou encaram as desigualdades raciais como problema do negro” (BENTO, 2002, p. 46). Neste sentido, se faz necessário aprofundar os estudos sobre o sujeito branco nas relações raciais e de refletir sobre como as escolhas acadêmicas e atuação profissional estão marcadas pela questão de raça.

Isso posto, apontamos a importância de cada vez mais debates acerca da branquitude na psicologia, refletindo sobre os atravessamentos nas práxis, que tenham como objetivo diminuir ou mesmo acabar com práticas discriminativas e preconceituosas, bem como elaborar reflexões quem pautem o antirracismo. Considerando que, na psicologia, nove em cada dez profissionais são mulheres e é desenvolvida majoritariamente por brancas (LHULLIER E ROSLINDO, 2013), se torna importante considerarmos esses números para tentar trazer à tona o sentido de que ser branca faz toda a diferença ao que somos enquanto pessoas e, sobretudo, acadêmicas e/ou profissionais (MACHADO, 2016).

Embora haja esforços para se debater racismo na psicologia – principalmente por meio de atividades propostas por Conselhos Regionais - essas ações ainda são uma minoria no imenso contexto da psicologia brasileira. Nenhum Conselho tem o poder de modificar as grades curriculares das faculdades e Universidades e inserir disciplinas ou bibliografias que abordem o racismo de maneira profunda, como é necessário que se faça. De maneira geral, a composição do saber/fazer da psicologia ainda é marcada por uma visão eurocêntrica e universalizante.

A psicologia brasileira não tem dado a devida visibilidade as discussões de raça e de gênero nos seus mais diversos campos teóricos que estruturam a formação de psicólogas no Brasil. Como aponta Lia Schucman (2014, p. 85) “nos currículos dos cursos de psicologia brasileiros, raramente encontramos qualquer menção ao tema de raça ou racismo nas disciplinas obrigatórias”.

A formação em psicologia, ainda está centrada na ideia de um desenvolvimento do psiquismo humano, com enfoque individualista (SCHUCMAN, 2014; AZERÉDO, 2002). A categoria raça não é vista como um dos centrais fatores que localiza sujeitos no social (SCHUCMAN, 2014). Isso pode se tornar um desafio para a compreensão do racismo como sofrimento psíquico, por parte das psicólogas. Além dos aspectos raciais, enfrentadas pelas mesmas, que podem gerar barreiras para uma atuação antirracista

Enquanto categoria, muitas psicólogas, ainda reforçam a ideia de todas(os) usuárias(os)/pacientes/clientes são tratados da mesma maneira e como iguais (DA MATA et al., 2014). Subjacente a esta ideia está a leitura de que o racismo sempre está no outro, fora, como se ser racista é ter apenas algumas atitudes discriminatórias pontuais contra os negros.

Nesse sentido, a perspectiva colonialista é algo que se faz presente dentro da formação da(o) psicóloga(o) que, ao se posicionar como uma ciência neutra, se situa no lugar do discurso hegemônico, consolidando seu status quo. As abordagens teóricas, construídas a partir de um contexto eurocêntrico, são postas em prática sem evidenciar a contextualização de subjetividades não brancas (ALVES E DELMONDEZ, 2015). As autoras ainda apontam que o rompimento com o padrão colonial traz consequências relevantes, pois possibilita um entendimento diferente sobre as subjetivações.

A partir do reconhecimento do nosso lugar nesse campo de implicações, quais efeitos isso pode trazer para se refletir na prática enquanto psicólogas(os)? Pensando a psicologia como um campo relacional, e se relacionar é trazer à tona os sentidos que esse encontro provoca, colocar a branquitude como vetor de análise é algo que consideramos inevitável, para se pensar sobre o racismo e suas reverberações.

Deste modo, este trabalho tem como objetivo principal de discutir a importância de se articular as relações étnico-raciais e pensar quais os atravessamentos da branquitude e refletir sobre a práxis da psicóloga. Neste sentido, o que se busca é verificar como o fato de a maior parte das psicólogas serem brancas implica em suas práticas, tendo como eixo principal da discussão a teoria da interseccionalidade. Especificamente, pretende-se questionar a branquitude como efeito discursivo que pode incidir sobre a prática dessas profissionais.

Concluo trazendo Lia Schucman (2012), afirmando que em uma pesquisa em psicologia social é condição sine qua non que a pesquisadora saiba seu lugar de fala. Nos colocamos pertencendo ao grupo que pretendemos discutir. Teorizar os privilégios e colocar a branquitude em análise, não apenas para nomear coisas, mas para propor intervenções.

Referências:

- ALVES, C. B., & DELMONDEZ, P. (2015). Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. *Revista Psicologia Política*, 15(34), 647-661.
- AZERÊDO, S. M. O político, o público e a alteridade como desafios para a psicologia. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 22, n. 4, p. 14-23, 2002.
- BENTO, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 5-58.
- BENTO, M. A. S. (2002). Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, 147-162.
- DA MATA, V. et al. Relações raciais e produção de subjetividade, 2014. Disponível em: http://www.crprs.org.br/upload/files_publications/arquivo67.pdf. Acesso em: 25 abr. 2018.
- LHULLIER, L.A., & ROSLINDO, J.J. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In Lhullier, L. A. (2013) (org). *Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho*. (pp. 19-51) – Brasília, DF: CFP.
- MACHADO, E. S. Branquitude, gênero e performatividade no discurso de mulheres brancas acadêmicas. 2016.
- RAMOS, A. G. (1995). *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Editora UFRJ.
- SCHUCMAN, L. V. (2012). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, vol. 26, núm. 1, 2014, pp. 83-94. In: REIS FILHO, J. T. et al. (Org.). *Negritude e sofrimento psíquico*. Minas Gerais: Psicologia & Sociedade, 2014. vol. 26, núm. 1, p. 83-94.
- SOVIK, L. R. (2009). *Aqui ninguém é branco*. Aeroplano.

As “aspirações do negro” e seus espaços de difusão: uma análise do movimento negro do início do século XX

Autor: HILDEBERTO VIEIRA MARTINS (UFF) e Stephanie Rodrigues de Moraes

O nosso trabalho tem como objetivo principal discutir alguns aspectos da questão racial no Brasil nas décadas de 1930-1950, atentando-se especialmente para as apropriações que o movimento negro organizado fez de certa temática psicológica difundida em nossa sociedade. Tomou-se como base para essa pesquisa a análise bibliográfica e documental do movimento social denominado Frente Negra Brasileira (FNB) e sobre o Teatro Experimental do Negro (TEN). Analisamos ainda os jornais “A Voz da Raça” e o “Quilombo – Vida, Problemas e Aspirações do Negro” – porta-vozes da FNB e do TEM respectivamente. Tais movimentos possuíam como principal objetivo a luta contra a marginalização do negro. Consideramos que compreender a história desses movimentos sociais está intimamente coadunado com a proposta desse GT.

O jornal “A Voz da Raça”, que contou até o seu encerramento com a publicação de 70 edições, foi publicado em São Paulo de 1933 até 1937, e se tornou o principal meio difusor dos ideais e anseios do movimento negro para uma parcela da população. As noções de nacionalidade e de religiosidade apresentam-se como formadoras da personalidade e do caráter, e por isso são consideradas ferramentas imprescindíveis para as conquistas dos negros. Tais características, quando apresentadas no homem frentenegrino, contribuem para um processo de união da raça negra. Outro aspecto bastante abordado nas colunas do jornal diz respeito ao problema da desunião dentro da própria FNB, fator que atrapalhava o movimento negro em seu objetivo de conseguir alcançar a integração do negro junto à sociedade brasileira. Além disso, a FNB compreendia que para atingir de fato a liberdade – pois, até então, o que havia era uma pseudoliberalidade dos homens de cor conseguida com o advento do dia “13 de maio” – era necessário ser um sujeito de fé. Ademais, a FNB compreendia também a presença de inimigos dentro do próprio movimento negro. Para eles, o negro que não tinha coesão, fé, amor à sua nação e que esperava regalias do movimento, não procurando continuar a luta, era também um inimigo dessa causa. Na leitura das páginas do jornal fica evidente qual era o papel da “gente negra”: ter caráter, disciplina, ser capaz de sacrificar-se em prol do coletivo, afinal, se o próprio negro se mostrar como inimigo do movimento a luta pela liberdade de nada vale. E mesmo reconhecendo, denunciando e considerando as falhas da lei de 13 de maio de 1988, que tinha como objetivo integrar os negros na população livre, mas que com a falta de medidas para garantir isso, como estudo e capa-

citação, fez com que a raça negra continuasse submissa e explorada (Joaquim Pedro Kiel, "Frente Negra", edição 2/1933, p.4), a Frente afirmava que:

[...] ou o negro brasileiro se define de uma vez por todas como gente séria, de caráter, nobre, morigerada, capaz de sacrifícios pela coletividade, capaz de compreender as grandes causas que sacodem a Pátria Brasileira e a humanidade toda, - ou deve ser varrido e aniquilado como gente pernicioso, incapaz de compreensão, incapaz de se premunir contra exploradores imorais, contra pescadores de águas turvas, contra os inimigos do próprio Negro e da Nacionalidade (edição 7/1933, p.4 – Veiga dos Santos, Aos negros de boa vontade).

Cabe ainda destacar, que a FNB entendia a educação como um fator fundamental para a manifestação dessas características, sendo este um dos principais temas discutido pela Frente Negra Brasileira e uma das razões de sua criação.

O Teatro Experimental do Negro foi um experimento social e psicológico, liderado por Abdias Nascimento, professor, político e militante do Movimento Negro e também pelo sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, além de outros intelectuais. Criado no Rio de Janeiro, em 1944, e publicado a partir do ano 1948 até 1950, o TEN tinha como intuito de resgatar a cultura negro-africana, negada pelo modelo hegemônico eurocêntrico colonialista, valorizando, assim, o negro brasileiro. Dessa forma, atuaram através não só por meio de peças teatrais, mantendo também cursos de dança, de cultura, alfabetização dos artistas negros, concursos de beleza, conferências sobre assuntos sociológicos que contavam com a presença de "intelectuais de cor". Dessa forma, o TEN surge com a ideia dos negros ocuparem seu lugar de direito, colocando-os nos papéis que eles podem e devem ocupar, sempre de forma artística e politizada. Ademais, outro objetivo do TEN. é a mudança do papel do negro no meio científico e social. Neste sentido, convoca e patrocina a Conferência Nacional do Negro, e o Iº Congresso do Negro Brasileiro se contrapondo a ideia acadêmica da época, onde os negros eram objetos de estudo dos brancos, saindo então do lugar de passividade, e ocupando um lugar ativo dentro das discussões acerca da sociedade brasileira. Alguns desses eventos ocorriam no Instituto Nacional do Negro, que contava com a organização e orientação de Guerreiro Ramos. Esse intelectual ainda organizou os "Seminários de Grupoterapia", utilizando-se de maneira pioneira das técnicas do psicodrama e do sociodrama.

Na tentativa de mapear a inserção de conteúdo psicológico no material pesquisado e entender o modo que os intelectuais do TEN compreendiam a problemática racial brasileira da época, buscou-se nas dez edições do jornal a presença de algumas palavras-chaves, como "caráter", "discriminação", "personalidade", "preconceito", "psicologia", "psicológico", "subjetividade" e "subjetivo". Como se poderá perceber a partir da análise dos vocábulos pesquisados, o jornal foi um instrumento imprescindível para a difusão de ideias sobre o papel o lugar do negro em nossa sociedade. O papel da "Imprensa Negra" foi fundamental nesse momento histórico, retratando as discussões presentes na época sobre os problemas raciais, criticando até mesmo a difusão da ideia de democracia racial no país, evidenciando também questões sociais e psicológicas que marcavam a população negra. O jornal tinha a intenção de esclarecer a população sobre a não existência de raças superiores, conscientizar que a escravidão foi um fenômeno histórico a ser superado, mas também levantar problemáticas sobre a diferença entre liberdade jurídica e liberdade psicológica, assim como combater o preconceito de cor e de raça. Do mesmo modo, a partir da análise do jornal, pode-se observar como a o conceito de negritude como um movimento político-estético é afirmado pelos intelectuais do TEN, no sentido de privilegiar a valorização da cultura negra como modo de se refutar o racismo, o que fez com que o TEN ficasse conhecido como sendo fomentador de um racismo às avessas na sociedade brasileira.

Fontes de financiamento: FAPERJ



Contribuições da análise do comportamento para o entendimento do estabelecimento e redução do preconceito racial

Autor: Táhcita Mizael (UFSCar)

Nas duas revisões mais recentes sobre questões raciais com enfoque na Psicologia, foram encontrados apenas 41 (Martins, dos Santos, & Colosso, 2013) e 77 (Sacco, Couto, & Koller, 2016) trabalhos, o que mostra como a Psicologia, com todas suas diferentes abordagens teóricas ainda possui pouca produção, especialmente quando comparado ao número de produções estadunidenses. Na análise do comportamento, uma dessas abordagens, isso não é diferente. Uma revisão recente, do ano de 2018 identificou apenas nove trabalhos sobre a temática na área (Mizael, Gomes, & Silva). Além da pouca produção, o uso de linguagem técnica e a publicação em periódicos específicos da área constituem possíveis barreiras para que tal conhecimento seja difundido em outras vertentes da psicologia e entre a população em geral. Embora tal produção seja ainda incipiente, isso não significa que seus achados sejam irrelevantes. Nesse sentido, este trabalho busca, portanto, disseminar algumas produções analítico-comportamentais que contribuem para o entendimento de como o preconceito racial é aprendido e como ele pode ser modificado/reduzido, a partir de achados experimentais. Partindo de uma conceituação do preconceito racial como uma atitude negativa com relação a indivíduos que possuem determinadas características físicas, cor e/ou etnia, e focando na população negra em suas análises, a apresentação focará nas questões de linguagem e dos efeitos que a relação indireta entre pessoas negras e atributos negativos podem ter nos indivíduos que são expostos a tais relações. Pesquisas experimentais têm mostrado, por exemplo, que ao relacionar estímulos abstratos (sem significado prévio) entre si (por exemplo, relacionar A com B, B com C, C com D e, por fim, D com E), os participantes passam a agrupá-los em uma categoria, como se estes fossem substituíveis entre si em algumas ocasiões. Além disso, quando um destes estímulos possui um significado (por exemplo, o estímulo C é uma face alegre), a avaliação dos estímulos abstratos antes e após a tarefa experimental muda: no pré-teste, os participantes classificam todos os estímulos abstratos como neutros, e após a tarefa experimental, todos passam a ser considerados positivos, a partir de suas relações com a face alegre. O dado importante, em pesquisas desse tipo, é que o significado é transferido não apenas para os estímulos que foram diretamente relacionados a face alegre, mas a todos os outros que foram apenas indiretamente relacionados. Evidências experimentais também mostram que, se o estímulo significativo for considerado negativo, os outros membros dessa categoria também passam a ser considerados negativos, embora tenham sido classificados como neutros antes do experimento. Uma extrapolação destes dados pode ser pensada na investigação de formas mais “sutis” de aprendizagem do preconceito racial que vão além da aprendizagem direta da ideologia racial e do racismo institucional: Um indivíduo pode ser exposto, por exemplo, a relação negro-pobre (ao ler uma notícia que diz que a maioria das pessoas pobres, no Brasil, são negras) e possui já a relação pobre-inferior em seu repertório (é muito comum aprender, desde criança, que a pobreza está ligada a coisas ruins e que o pobre é inferior ao rico). A partir dessas duas relações, que podem ser esquematizadas como AB (negro-pobre) e BC (pobre-inferior), tal indivíduo pode aprender, sem que ninguém o ensine diretamente, que negros são inferiores. Do mesmo modo, uma pessoa pode aprender que a maioria da população negra é pobre (logo, negro-pobre) e, em outro momento, que grande parte dos pobres são analfabetos (pobre-analfabeto). A partir dessas duas relações, a pessoa pode derivar a relação negro-analfabeto sem que ninguém a ensine. Embora ainda não tenham pesquisas que investiguem exatamente o estabelecimento dessas relações (até porque elas já estão estabelecidas no repertório de boa parcela da população), os dados experimentais dão suporte para essa interpretação. Partindo desses dados, pode-se pensar que, se é possível que um indivíduo aprenda (ou reforce) a relação entre pessoas negras e atributos negativos de maneira indireta, como mostrado nos exemplos, é possível supor o uso do mesmo raciocínio para reverter ou alterar essa aprendizagem. A presente pesquisa parte desse entendimento e teve o objetivo de reduzir vieses raciais negativos em crianças que demonstrassem vieses raciais para pessoas negras. Inicialmente, 54 crianças de uma escola pública de uma cidade do interior do Estado de São Paulo foram recrutadas para o experimento, realizando uma tarefa na qual deveriam relacionar um símbolo positivo e outro negativo a pessoas brancas, negras e/ou a uma figura abstrata. Com base nesse pré-teste, 13 crianças foram recrutadas para o experimento, por relacionar as faces de pessoas negras com o estímulo negativo e/ou as faces de pessoas brancas com o estímulo positivo. A tarefa experimental ensinava as crianças a relacionarem o símbolo positivo (A1) a uma figura abstrata B1 e um símbolo negativo (A2) a outra figura abstrata (B2). Depois, as crianças aprenderam a relacionar a figura abstrata B1 a faces de pessoas negras, e a figura abstrata B2 a uma terceira imagem abstrata (C3). O teste tinha o objetivo de verificar se, a partir do ensino indireto

do símbolo positivo com as faces negras, as crianças passariam a escolher, diante do símbolo positivo, tais faces, e diante do símbolo negativo, a figura abstrata correspondente (C3). Todas as 13 crianças passaram a relacionar as faces negras com o estímulo positivo. Além disso, suas avaliações das faces negras mudaram, de modo que, no pré-teste, as crianças relacionaram as faces negras com o símbolo negativo 70 vezes (72% das tentativas), e no pós-teste, apenas 5 vezes (5,20% das tentativas). Os dados das avaliações de todos os estímulos no pré e pós-teste também mostraram que, no pré-teste, havia uma diferença estatisticamente significativa entre a avaliação das faces brancas e negras, com as brancas sendo consideradas positivas e as negras, negativas. No pós-teste, contudo, ambas as faces foram consideradas positivas e a diferença na avaliação das faces não foi estatisticamente significativa. Esses dados foram replicados em um estudo posterior, sendo obtidos dados de manutenção do responder, os quais mostraram que 75% das crianças mantiveram a redução dos vieses negativos seis semanas após o término da pesquisa. Embora seja uma pesquisa básica e o problema do racismo seja muito maior e necessite de análises mais amplas, ela indica questões importantes que são, muitas vezes, desconsideradas, como o uso frequente de expressões como "amanhã é dia de branco", "mercado negro" e "e piadas racistas, ambas consideradas por muitos inócuas em muitos contextos. Este trabalho se encaixa no GT 47: "Reflexões sobre as desigualdades raciais na sociedade brasileira e o papel da psicologia" pois mostra alguns achados de uma das áreas da Psicologia e como essa área pode contribuir com as produções já existentes que articulam o tema das relações raciais, em especial, da diminuição das desigualdades e do preconceito racial a partir de uma leitura da Psicologia.

Referências

- Martins, E., dos Santos, A. O., & Colosso, M. (2013). Relações étnico-raciais e psicologia: Publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 15(3), 118-133.
- Mizael, T. M., Gomes, A. R., & Silva, G. J. T. da. Negritude e análise do comportamento: Publicações, relevância e caminhos para seu estudo. *Comportamento em Foco*. (Manuscrito aceito para publicação).
- Sacco, A. M., Couto, M. C. P. P., & Koller, S. H. (2016). Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas em Psicologia*, 24(1), 233-250. doi: 10.9788/TP2016.1-16

DO ACESSO E PERMANÊNCIA À RESISTÊNCIA: Impactos das políticas afirmativas para negros na formação em psicologia

Autor: DETRAN (UFRJ)

A configuração da nossa sociedade reproduz dinâmicas de desigualdade social. Ainda hoje, para uma parcela expressiva da população as condições de sobrevivência são atravessadas por diversos obstáculos, sejam desfavorabilidade econômica ou a falta de acesso a direitos básicos, como por exemplo, a educação. Nessa perspectiva, quando pensamos no acesso à educação pública superior de qualidade notamos que, ao longo de muitas décadas, este configurou-se como um privilégio destinado às classes economicamente favorecidas. Ainda que não existisse um impedimento formal ao ingresso de estudantes negros e pobres nas instituições de ensino superior, as barreiras sociais cumpriam com esse papel. Até o final da década de 90 - período que antecedeu as primeiras medidas de democratização de acesso às universidades públicas - era baixa a expressão de negros e pobres no cenário acadêmico, em 1997 o percentual de jovens entre 18 e 24 anos que ingressaram em um curso de graduação era de 2,2% de pardos e 1,8% de negros (SOUZA, 2016).

Com o tempo, se intensificaram os debates acerca da necessidade de reduzir a marginalização socioeconômica a que estavam submetidos os grupos minoritários, sobretudo a população negra (pretos e pardos). Assim, o movimento negro destacou a educação como um caminho possível para superar esses antagonismos e potencializar a luta antirracista no Brasil, requerendo do Estado a elaboração de políticas públicas que visassem o combate ao racismo, entre elas a política de cotas raciais. Esse segmento compreende o acesso ao ensino como um direito que possibilita a ascensão social do negro, bem como seu exercício à cidadania.

O sistema de ação afirmativa entrou em vigor no país no início dos anos 2000, tendo a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) como uma das pioneiras na efetivação da política. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por sua vez, esse processo se deu de maneira tardia. Apenas em 2011 foi implantada a reserva de vagas, à época destinada aos estudantes oriundos de escolas públicas que ingressassem por meio das vagas ofertadas pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (MAGALHÃES E MENEZES, 2014). Somente a partir de



2012 foram reservadas 50% das matrículas para estudantes negros, pardos, indígenas e pessoas portadoras de deficiências de baixa renda.

Há que se considerar que essas recentes transformações na conformação do cenário universitário refletem na nossa formação acadêmica, evidenciando a urgência da reformulação de práticas e saberes cristalizados. Esse corpo estudantil que tem acessado o ensino público superior vem questionando os modelos de formação baseados em epistemologias que, muitas vezes, invisibilizam a realidade social das pessoas negras no Brasil. Trazer a psicologia para esse debate possibilita o resgate de um conhecimento silenciado, ao longo de décadas por esse campo de saber.

O presente estudo, ainda em andamento, busca contribuir para a continuidade dessas discussões, uma vez que se propõe a analisar os efeitos das políticas afirmativas para negros na graduação em psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e sua importância para a construção de uma formação ética e plural. Para isso, analiso a percepção do estudante cotista negro, do Instituto de Psicologia desta instituição, acerca de sua experiência acadêmica e suas ressonâncias nos processos de mobilização subjetiva e coletiva, bem como as estratégias utilizadas para confrontar a defasagem entre os campos normativos instituídos e a realidade vivenciada. Além disso, a questão da pesquisa, ao visibilizar dados críticos do campo social relacionados à afirmação de direitos, se volta para pensar aspectos ético-políticos referentes às práticas e à formação em psicologia. A orientação teórica será baseada nas produções de autores como Abdias do Nascimento, Conceição Evaristo, Silvio Almeida, entre outros.

Até o momento, foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais das normativas referentes à implementação das políticas afirmativas e dos programas de assistência estudantil vigentes na instituição, entrevistas semiestruturadas com 22 estudantes cotistas negros da graduação em psicologia da UFRJ, bem como diários de campo da pesquisadora acerca de suas afetações com o tema.

Os resultados iniciais evidenciam a necessidade da ampliação das políticas de assistência estudantil, uma vez que acesso e permanência precisam ser pensados no âmbito continuado, assim como a importância da descolonização das práticas e currículos de formação em psicologia.

Acredito que a inscrição no Grupo de Trabalho "Reflexões sobre as desigualdades raciais na sociedade brasileira e o papel da psicologia" se justifique pois, é necessário ampliar as discussões acerca da temática étnico-racial, em seus diferentes atravessamentos na interface com a psicologia. Esse campo de saber, ao longo de muitas décadas, negligenciou o debate racial e os impactos do racismo na subjetividade da população negra. A política de cotas tem sido fundamental para o desenvolvimento dessas discussões, uma vez os estudantes cotistas negros e pobres que têm ocupado o ensino público superior, através desta medida, têm tensionado mudanças estruturais na conformação das universidades e igualmente no campo de pesquisa e produção de conhecimento.

Referências:

MAGALHÃES, R; MENEZES, S. Ação afirmativa na UFRJ: a implantação de uma política e os dilemas da permanência. *O Social em Questão*. Ano XVII, nº32, 2014. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_32_3_Magalhaes_Menezes_WEB.pdf Acesso em 11 set. 2018.

SOUZA, A. Sistema de cotas na UERJ: uma abordagem sobre a demanda de inscritos. *Revista eletrônica do vestibular UERJ*. Ano 9, nº 25, 2016. Disponível em: http://www.revista.vestibular.uerj.br/artigo/artigo.php?seq_artigo=44 Acesso em: 14 de set. 2018.



Empoderamento e protagonismo negro a partir da análise de músicas brasileiras

Autor: Julia Andressa Romano Silva (UEM)

Coautor: Daniele Ferrazza (UEM)

A temática do empoderamento e do protagonismo negro se torna cada vez mais relevante como uma medida de transformação social de um povo que, desde o início de sua história em solo brasileiro, se viu ignorado e silenciado. A história do povo negro no Brasil foi marcada pelos anos de escravidão e de desvalorização de sua humanidade e, mesmo diante da libertação do cativo e da dispensa do trabalho forçado, negros e negras continuaram sendo recusados pela sociedade brasileira que não criou estratégias de aceitação e inserção dessa população como cidadãos.

O preconceito racial sofrido pelos escravos e depois pelos libertos foi fundamentado cientificamente por médicos e pesquisadores que defendiam a inferioridade biológica e reforçavam o racismo cotidiano, conforme Lilia Schwarcz (1994). O racismo é considerado com algo superado nas relações atuais brasileiras, no entanto, é possível perceber que estruturalmente o negro permanece desvalorizado e inferiorizado. Dessa forma, a luta do movimento negro segue em várias direções, dos enfrentamentos em âmbitos legislativos, em que se busca assegurar direitos à população negra, até as conquistas em meio social e em torno do reconhecimento cultural e histórico da contribuição desse povo para o país.

Diante do atual contexto social, a população negra se encontra permeada por diversas questões que envolvem a luta contra o racismo e a criação de estratégias para transformar-se, aceitar-se e mudar o contexto em que está inserida. Para isso, faz-se necessário refletir sobre a ocupação dos espaços pelo povo negro e, conforme aponta Berth (2018), o empoderamento é uma ferramenta de emancipação política e social que visa o enfrentamento das estruturas opressivas por meio de uma "tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades" sendo esse processo tanto interno quanto externo com vistas à libertação individual e coletiva (BERTH, 2018, p. 17).

Partindo dessas perspectivas, o objetivo do presente trabalho foi de identificar e analisar em discursos musicais brasileiros temas sobre o empoderamento e protagonismo negro, além das estratégias de luta e resistência contra a opressão e o racismo. Mais especificamente, objetivou-se selecionar músicas brasileiras que abordassem temáticas recorrentes da vivência negra, com intuito de verificar como essas concepções são representadas nas letras musicais para relacionar com as noções de empoderamento e protagonismo de modo que se reflita sobre possibilidades de dar visibilidade à luta da população negra.

Relacionado ao eixo temático "Psicologia social e políticas de igualdade racial e étnica no Brasil", o presente trabalho tem a proposta de promover um debate sobre a temática racial e o enfrentamento dos discursos e práticas racistas por meio de análises de letras musicais que exploram as problemáticas que envolvem a realidade da população negra. Assim como, também se propõe compreender a música como um recurso importante nas discussões de uma psicologia social crítica, ético-política e que busca na pluralidade da existência humana formas alternativas de abordar o empoderamento e protagonismo negro na nossa realidade. Dessa forma, conforme o material do Conselho Federal de Psicologia, "Relações Raciais: referências técnicas para a atuação dos psicólogos" (2017), é de extrema importância pensar em novas e atuais formas de discussão por vias teóricas e artísticas, tanto dentro da academia quanto no âmbito sociocultural, das estratégias de luta contra as desigualdades raciais.

Nesta pesquisa de cunho exploratório, foram selecionadas aleatoriamente músicas brasileiras de diversos ritmos de cantoras(es) e compositoras(es) negras(os) que tratavam das temáticas relacionadas à população negra. A partir da análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin (1977), criou-se quatro categorias temáticas: (1) "Perseguição policial e morte do negro", (2) "Classe social da população negra", (3) "A mulher negra e o feminismo" e (4) "Cultura negra brasileira e influências africanas".

Em relação ao eixo temático "Perseguição policial e morte do negro", podemos observar que na música "Negro Drama", dos Racionais Mc's, o aspecto associado a perseguição do corpo negro pela polícia é levantado: "Me ver pobre preso ou morto, já é cultural". A discriminação por parte dos órgãos reguladores da criminalidade no Brasil apresenta ações mais rígidas com a população jovem, negra e pobre. Além disso, confia-se nessa agência reguladora, a polícia, o papel de manter 'sob controle' esses sujeitos vistos como suspeitos. A materialização dessa lógica fica mais clara se observarmos os dados coletados pelo IPEA, no Atlas da Violência, publicado no ano de 2018, ao expor o risco de um jovem negro ser assassinado em 2015 era 2,7 vezes maior do que a de um jovem branco. Ademais, outro dado alarmante é que no período "entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%" (IPEA, 2018, p. 40).

Já no que se refere à categoria temática de “Classe social da população negra” uma das músicas trabalhadas foi “A carne” da cantora Elza Soares, que representa a forma como o negro seria compreendido: “A carne mais barata do mercado é a carne negra, que vai de graça pro presídio[...] que vai de graça pro subemprego.” Esse trecho exemplifica o quanto o negro é desvalorizado, por ser visto como inferior e teria também um valor menor para o mercado de trabalho e para a sociedade. Essa desvalorização fica explícita quando, segundo Osório (2004), ainda se vê nos classificados a exigência de “boa aparência”, pretensamente branca, para determinados cargos.

No terceiro eixo temático sobre “Mulher negra e o feminismo”, a cantora Preta Rara na música “Falsa Abolição” foi a disparadora para a discussão sobre a mulher negra, quando coloca: “Meninas negras não brincam com bonecas pretas [...] Sempre riam do meu cabelo e do meu nariz, na novela sou empregada, da globo sou escrava [...]”. Este trecho retrata essa realidade de silenciamento que a criança negra vive ao longo de sua infância e juventude. Fato esse que colabora para que elas perpetuam

[...]a valorização da estética de pessoas de pele branca e cabelo liso como o padrão considerado belo. Desse modo, o indivíduo negro tende a desqualificar as especificidades de sua negritude e partir em busca incessante de reprodução do modelo socialmente considerado ideal. (FERREIRA; CAMARGO, 2011).

No que se faz pertinente a discussão sobre o quarto eixo temático, relacionado “A cultura brasileira e as influências africanas”, um dos exemplos abordados foi o samba enredo da escola de samba Unidos da Tijuca, que no ano de 1975 expõe: “[...] Ogum, sincretizado com Santo Antônio na Bahia[...]”. Esse trecho da música nos mostra uma divindade da matriz afro que por estar inserida em outro contexto em que era necessário se adaptar, acaba sendo associada a uma imagem católica de muita devoção do povo baiano. Conforme propôs Ferretti (1998), esse sincretismo foi fundamental para a “sobrevivência cultural” de diversos aspectos vindos das religiões africanas e, consequentemente, da população negra.

É possível refletir que a música pode ser mais uma das estratégias utilizadas para dar voz e empoderar, na contemporaneidade brasileira, àqueles que foram silenciados e abre espaço para que os sujeitos além de terem a oportunidade de se identificar com tais situações de denúncias, ainda reflitam sobre formas de protagonizar as lutas por transformações sociais e culturais. Dessa forma, enquanto produtora de subjetividade, faz-se relevante observar que a música pode ser mais um dispositivo para a constituição de outras maneiras de disparar diálogos sobre as questões de igualdade racial e étnica no Brasil. Por fim, a partir dessa proposta de trabalho e análise é possível ponderar em torno da ampliação de qualquer uma das categorias descritas, tendo em vista que muito conteúdo musical já foi e continua sendo produzido pela população negra e assim muitas particularidades podem ser abordadas e investigadas.

Movimentos de (re)existência de estudantes negros e negras universitários estilhaçando a máscara do silenciamento

Autor: Oba Olori-Oba

O “Negro” é aquele “que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender” (Mbembe, 2014, p. 11). Aquele que é invisibilizado e silenciado mediante a hierarquização do humano em superiores e inferiores, racionais e irracionais, modernos e tradicionais, civilizados e primitivos, cuja ideia de raça consolida o racismo colonial (Quijano, 2010). A sociedade brasileira atualiza constantemente o silenciamento e a invisibilidade de homens e mulheres negras, na medida em que as pessoas brancas não se reconhecem racista, mas, ao mesmo tempo, reproduzem a ideia de inferioridade e/ou não humanidade de pessoas negras em suas práticas cotidianas. Que o racismo produz adoecimento psíquico nós, negros e negras, sabemos, vivenciamos, experienciamos. Homens e mulheres negras cujas vivências e experiências interpessoais e sociais irão se diferenciar por meio da violência racista. Esta, é aqui compreendida como a ação ou o efeito de empregar a ideia de raça e de hierarquização do humano nas relações sociais e interpessoais, produzindo a invisibilização, o silenciamento e a subalternização de sujeitos negros/as racializados/as. A violência racista, em meio à “colonialidade do poder” (Quijano, 2005; 2007; 2010), produz efeitos na construção subjetiva de homens e mulheres negras. Grada Kilomba (2019) faz uso do conceito de silenciamento como efeito do colonialismo, pois o colonizador, ou seja, o branco tinha medo de ouvir o que poderia ser revelado pelo sujeito negro. Para serem impedidas de falar, refere a autora, as pessoas escravizadas eram obrigadas a utilizar uma máscara cobrindo a boca para silenciá-las. Assim, o colonizador não teria que ouvi-las e entrar em desconforto com as verdades negadas e



reprimidas do “Outro” (Kilomba, 2019, p. 41). A máscara representa o controle da possibilidade de pertencimento dos/as colonizados/as por meio da fala, visto que somente aqueles/aquelas que são ouvidos/as podem pertencer. Projeto de silenciamento cuja máscara que silencia as pessoas negras não age somente na impossibilidade do ato de fala, mas, sobretudo, na invisibilidade de seus modos de existência, salienta Djamilia Ribeiro (2017, p. 64). No contexto universitário esse processo violento é reproduzido. Deste modo, levantamos alguns questionamentos: De que modo ser e (re)existir na universidade, em meio à invisibilidade e o silenciamento impostos pelo racismo colonial? De que modo a escuta clínica de vozes silenciadas pode estilhaçar a máscara do silenciamento, da invisibilidade? A partir destes questionamentos, emerge a necessidade de criar subsídios à clínica psicológica para o reconhecimento do sofrimento produzido pela violência racista; subsídios que tenham a potência de contribuir com a qualificação da escuta clínica de estudantes negros e negras; e que criem campos de possibilidades para o enfrentamento do racismo na prática profissional de psicólogos/as. Assim, o estudo objetiva compreender os movimentos de (re)existência de estudantes negros e negras em meio a invisibilidade e o silenciamento impostos pelo racismo, na perspectiva de contribuir para uma escuta psicológica qualificada. O referencial teórico-metodológico parte do pensamento crítico descolonial. Trata-se de um estudo qualitativo cujo universo da pesquisa investigou os movimentos de (re)existência de estudantes negros e negras em meio à invisibilidade e ao silenciamento impostos pelo racismo, a partir de narrativas que expressam os sentimentos de inadequação e não pertencimento nos espaços acadêmicos e sociais. A produção do material empírico ocorreu em abril de 2019. A construção do corpus de análise se deu na realização de entrevistas abertas, com a pergunta disparadora: “Como você se sente sendo um/uma estudante negro/a universitário/a?”. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas. Participaram das entrevistas quatro estudantes negros e negras todos/as regularmente matriculados/as em cursos de graduação e pós-graduação da UFPel, que receberam atendimento psicológico pelo projeto de extensão “Diz Aí” entre agosto de 2017 e dezembro de 2018. A pesquisa seguiu as normas do Conselho Nacional de Saúde que dispõem sobre a realização de pesquisa envolvendo seres humanos. A análise foi organizada em cinco etapas para a identificação de narrativas significativas e que permitiram a sistematização de três eixos temáticos: 1) Violência racista e produção de subjetividade; 2) (Re)existência, permanência e enfrentamento ao racismo na universidade; 3) O “Diz Aí” como estratégia de (re)existência. Homens e mulheres negras vivenciam desde muito cedo a violência racista em espaços de construção de conhecimento, da educação básica ao ensino superior. A presença e o encontro de corpos políticos negros na universidade constituem-se num porto seguro para estar, resistir e (re)existir neste espaço até então desconhecido. E, na medida em que os/as estudantes vão se apropriando do espaço universitário, passam a reivindicar, como refere Djamilia Ribeiro (2017, p. 64), não só o seu [lugar], mas o lugar de fala de toda a “intelectualidade negra”, na perspectiva de que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir”. O ato de permanecer e de romper com o silenciamento de nossos corpos, de nossas vozes, transforma a própria universidade na medida em que nossos corpos políticos negros passam a questionar a universalidade de saberes e práticas hegemônicos. A permanência está relacionada com “as possibilidades de (re)existência no curso e na universidade, mediante o enfrentamento à lógica racista colonial” (Alves & Amaral, 2018, p. 113), mediante o encontro entre iguais e a constituição de coletivos negros. A escuta clínica também figura como uma importante estratégia para o/a estudante negro e negra permanecer e existir na universidade, estilhaçando a máscara do silenciamento. Nesse cenário é enfatizado pelos participantes do estudo a importância da presença do psicólogo/a negro/a no setting terapêutico, haja vista a identificação com um corpo negro aberto a uma escuta clínica engajada e politizada. No entanto, legitimar o sofrimento produzido pela violência racista constitui-se num desafio para psicólogos/as brancos/as. Afinal, psicólogos/as brancos/as necessitam lidar com sua própria racialidade, com seu privilégio branco. Ou seja, os/as psicólogos/as brancos/as precisam reconhecer o lugar social de privilégio que a ideia de raça lhes impõe, além de, como refere Fanon (2008, p. 44) “ajudar o negro a se libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial”. Questões que necessitam ser aprofundadas na perspectiva de qualificar a escuta clínica de psicólogos/as brancos/as.



Negritude e carreira acadêmica: um estudo sobre trajetórias de Pós-Graduação e relações raciais na interface da Psicologia social com a Orientação Profissional

Autor: Vilmar Pereira de Oliveira (UFMG / PUC-MG)

A presente comunicação visa compartilhar e tecer reflexões a respeito de um estudo que se debruça sobre as experiências de pessoas negras com formação em Psicologia na Pós-Graduação stricto sensu. Versa então acerca dos processos de formação, escolarização e empregabilidade de tais sujeitos, ponderando a respeito dos dilemas, dos desafios, dos enfrentamentos, das soluções, conquistas, estratégias e agenciamentos recebidos e realizados. Trata-se de uma investigação alocada no campo da Psicologia Social, concentrando discussões sobre a cultura, a modernidade e os processos de subjetivação, propondo uma análise psicossocial da construção e das narrativas de carreira de psicólogas e psicólogos negros, com mestrado e/ou doutorado em Psicologia. Articulam-se então os estudos sobre carreira oriundos de perspectivas contemporâneas da Orientação Profissional com o campo das relações étnicas e raciais, especialmente no que diz respeito à constituição da identidade negra (discussões sobre negritude, reconhecimento, representatividade e branqueamento), não obstante, igualmente vislumbrando os efeitos de uma estrutura social racista na vida de tais sujeitos, examinando as suas trajetórias de escolarização e trabalho. Toca-se, então, na problemática do racismo, na intenção de apreender às experiências dos indivíduos abordados diante de tal discriminação, vislumbrando as artimanhas do exercício da empregabilidade. Desenvolve-se, neste sentido, a hipótese de que entraves sociais, historicamente colocados para a pessoa negra, como, por exemplo, a desigualdade material e de oportunidades de vida, dificultam a presença de referidos sujeitos nesta paisagem. Compreendendo que, historicamente, foi no campo da Psicologia Social que as discussões sobre o racismo e as relações raciais de modo amplo mais efervesceram dentro da Psicologia, instaurando a preocupação em se estabelecer saberes e intervenções críticas, considera-se então este conjunto teórico potente e basilar quanto ao exame de tais temáticas. Partindo de uma provocação e de um paradigma que busca a descolonização da Psicologia, defende-se a emergência de perspectivas mais críticas da Orientação Profissional e de Carreira ao contemplá-la na interface da Psicologia Social e das Epistemologias Descoloniais. Interessa ao estudo, através da análise das histórias de referidos sujeitos, discorrer acerca dos caminhos trilhados por estas pessoas antes e depois de receberem os seus diplomas de mestrado e doutorado, identificando o que estão fazendo e planejando em termos pessoais e de atuação, bem como os processos de afirmação da negritude e a maneira como têm abordado as temáticas étnico-raciais em suas práticas. Para tanto, é feita a exposição de um corpus de análise, formado a partir do compilado de observações, textos de campo e narrativas que versam a propósito dos modos de ser um sujeito negro pós-graduando ou pós-graduado em Psicologia. Busca-se então debater a respeito dos prejuízos e das dificuldades que as pessoas negras enfrentam em suas trajetórias de vida e carreira. Entraves vivenciados nos processos de seleção, seja para a entrada em um mestrado ou doutorado, seja para a conquista de uma oportunidade no mercado de trabalho, em especial considerando que a formação stricto sensu prepara e habilita para a docência e a carreira na pesquisa. Como é sobreviver a formação e a vida acadêmica? Como é fazer parte desse território e das suas dinâmicas e relações? Como se dá a inserção profissional dessas pessoas? Ela de fato ocorre? Assim, discorre-se acerca dos caminhos trilhados por estas pessoas antes e depois de receberem os seus diplomas de mestrado e doutorado, identificando o que estão fazendo e planejando em termos pessoais e de atuação, os desafios e as estratégias que encontraram para superá-los, os agenciamentos aos quais realizaram ou se beneficiaram, bem como os processos de afirmação da negritude e a maneira como têm abordado as temáticas étnico-raciais em suas práticas. Observa-se em nosso contexto a entrada desses sujeitos no Ensino Superior e nos cursos de Pós-Graduação, o que salienta as contribuições das políticas afirmativas nestes âmbitos, ao mesmo tempo que tenciona o desenvolvimento e as limitações das mesmas. Independente de envolvimento ou não com tais ações, pergunta-se o que é ser um psicólogo ou psicóloga negra em uma sociedade racista, em um curso de pós-graduação em Psicologia, visando à docência, visando o reconhecimento enquanto produtor de conhecimento, visando ocupar espaços até então hegemonicamente brancos. A reflexão e o planejamento de carreira são importantes para todos os sujeitos que procuram por melhores oportunidades de escolarização, trabalho e qualidade de vida. Ademais, se tornam ferramentas que podem auxiliar a pessoa negra a lidar com as repercussões da discriminação racial, pois, convida à ressignificar ou atribuir sentido a própria história, se organizar para o futuro (sonhos, metas), e a situar-se politicamente, uma vez que promove reflexão sobre as relações de poder e as realidades psicossociais. Argumentar-se, assim, a propósito de incluir a Orientação Profissional e de Carreira em práxis e perspectivas críticas como parte das ações afirmativas destinadas à população negra, considerando-a ainda como ferramenta para

intervenções clínicas e psicossociais diante das problemáticas apresentadas. A comunicação então se aproxima aos grupos de discussão que objetivam fomentar o debate entre estudantes, profissionais, pesquisadores e outros que, em suas várias frentes de atuação e estudo, têm se mobilizado em direção à emancipação da pessoa negra, zelando pelo compromisso das Psicologias, em especial das Psicologias Sociais, com o bem-estar dos sujeitos e com a desconstrução das desigualdades.

Percepções de casais inter-raciais sobre raça: tabu e a desigualdade não-dita

Autor: Felipe Carvalho Damacena (Universidade São Judas Tadeu) e Thais Gonçalves Gomes (Universidade São Judas Tadeu)

Coautor: Luís Antônio Gomes Lima (Universidade São Judas Tadeu)

Introdução: Relacionamento inter-racial é o nome dado a casais formados por pessoas de raças diferentes, também chamados de casais "heterocrômicos" (Moutinho, 2004) ou "racialmente heterogêneos" (Barros, 2003). Há diversos trabalhos que se debruçam sobre a dinâmica de tais relações, como os de Moutinho (2004), Barros (2003), Petruceli (2001), Santos (2018), Silva (1991; 1987), Scalon (1992) e Moreira e Sobrinho (1994). O conceito de raça antecede o de relações inter-raciais, logo, explana-se que embora o termo tenha sido empregado no âmbito biológico para justificar teorias racistas no passado (Schwarcz, 2001), ele é utilizado aqui com seu sentido sócio-histórico e cultural, construído em um determinado contexto. Opta-se pelo termo raça em vez de "etnia", que enfoca o aspecto da origem, e "cor", que ressalta a aparência física, pois abrange a ambos os aspectos e indica a desigualdade racial em nossa sociedade, onde "a principal marca é a cor da pele, mas outras, como o cabelo, também são importantes" (IBGE, 2013, p.88). Assim, os relacionamentos inter-raciais perpassam a discussão sobre mestiçagem e miscigenação. Fry (2005) expõe a dinâmica dialética pela qual a miscigenação, ao passo que foi utilizada como uma estratégia de branqueamento da população brasileira (Instituto AMMA Pique e Negritude, 2008), coexiste também com o mito da democracia racial (Freyre, 1933/2003), segundo o qual a miscigenação produziria um sentimento de fraternidade entre as raças, tornando "o povo brasileiro", supostamente constituído pelo tripé "branco colonizador, negro escravo e índio nativo", uma nação menos racista do que outras, como os EUA; logo, as relações afetivas são influenciadas pela raça, e a negação de tal fato corrobora a continuidade do racismo. Numa sociedade perpassada pela desigualdade racial, os relacionamentos e subjetividades são também atravessados pelo racismo (Fanon, 2003; Schucman, 2014). No entanto, a enfática maioria dos estudos sobre relacionamentos inter-raciais enfoca as relações heteroafetivas, em detrimento das homoafetivas. Objetivo: o estudo realizado pretendeu compreender de que maneiras as questões de raça são compreendidas por casais paulistanos, inter-raciais, monogâmicos, hetero e homoafetivos, sendo investigada a percepção dos indivíduos sobre a própria raça e a da(o) parceira(o), como é entendida a inter-racialidade na relação e como compreendem as percepções do círculo social mais próximo sobre a relação. Grupo de Trabalho (G.T.) e Eixo Temático: salienta-se a relação entre o tema da pesquisa realizada e o G.T. "47: Reflexões sobre as desigualdades raciais na sociedade brasileira e o papel da psicologia", visto que ambos visam a uma compreensão, no âmbito da Psicologia, sobre os aspectos raciais implicados nos modos como os indivíduos se relacionam inter-subjetivamente. Dada a escuta diferenciada e a atenção dada às representações sobre raça das pessoas que participaram de nosso estudo, depreende-se uma importante articulação com o Eixo Temático 8 "Psicologia social e políticas de igualdade racial e étnica no Brasil", por termos abordado a manifestação sutil da desigualdade racial e questionado aspectos da branquitude e da negritude nas subjetividades. Assim, nossa pesquisa se incorpora ao GT 47 e ao Eixo Temático 8 enquanto âmbitos de reflexão sobre o papel da(o) psicóloga(o) frente a tais temáticas. Orientação Teórica: Este estudo, orientado por uma abordagem qualitativa, contou com uma análise de conteúdo conforme descrito por Minayo (2012), com um início de análise de discurso pautado em Orlandi (2003) que compreende "a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (p.15)" e Pêcheux (1997), que articula a psicanálise ao materialismo histórico no manejo, categorização e estudo dos dados levantados. Desta forma, a compreensão dos dados foi feita sob uma perspectiva psicanalítica e de materialismo sócio-histórico. Método: Esta pesquisa de campo descritiva utilizou-se de entrevistas semi-estruturadas diretamente com os casais participantes. Após aprovação do projeto da pesquisa no Comitê de Ética da Universidade, alcançou-se cada casal através de amostra por conveniência, método pelo qual se pediu que pessoas conhecidas indicassem participantes que não possuíssem qualquer tipo de contato ou vínculo prévios com os pesquisadores. Foi alcançada uma

amostra de oito pessoas adultas, que compunham quatro casais monogâmicos e inter-raciais, compostos por uma pessoa negra e uma branca. Dois dos casais eram homoafetivos (um formado por dois homens gays e o outro formado por duas mulheres lésbicas) e os outros dois casais eram heterossexuais (um deles era composto de uma mulher branca e um homem negro, enquanto o outro era formado por uma mulher negra e um homem branco). A idade das(os) participantes ia de 21 a 28 anos, o tempo de relacionamento variou de um ano e meio a 5 anos e todos namoravam, com exceção do casal negra-branco, que estava casado. Realizou-se de três a quatro entrevistas, de aproximadamente 1h cada, por casal: duas entrevistas com a presença de ambos e uma entrevista individual posterior; elas aconteceram em ambientes reservados e da escolha dos participantes, como centros culturais e suas residências. As entrevistas abordaram aspectos sócio demográficos, questões acerca do casal e da percepção do casal sobre as questões raciais. Após cada entrevista realizada, gravada em áudio e transcrita, elaborou-se um roteiro com os principais pontos abordados a serem aprofundados na entrevista seguinte, e todos se iniciaram por questões gerais do casal antes de inserirem o tema da raça. Resultados: Os resultados da análise das entrevistas convergiram no mesmo eixo temático: a raça enquanto um tabu. Apesar dos cuidados metodológicos para propiciar a fala dos participantes sobre o tema, a questão racial mostrou-se um tema delicado e considerado como "proibido". A despeito da alegação manifesta por todos os casais de que a raça não era considerada um fator determinante em suas relações, a resistência a entrar em contato com o tema expunha os aspectos sutis em que a contradição apareceu. As seis categorias de análise encontradas foram: 1. O racismo perpassa a relação através do não-dito (a questão racial atravessa as relações sob o acordo de que o tema não seja abordado, e as relações parecem se assentar neste conluio inconsciente. Ao longo das entrevistas, foram relatados com marcada resistência alguns temores, fantasias e afetos sobre a raça que não haviam sido verbalizados antes nas relações, e que quando abordados, indicaram conflitos não-elaborados acerca do tema); 2. A pessoa branca enquanto neutra e a negra como racializada (foi um aspecto frequente na fala da parte branca da amostra uma não-introjeção de si mesmas enquanto pessoas da raça branca, sendo a raça algo que raramente ou nunca lhes disse respeito, as pessoas brancas se reconheceram de modo inconsciente como seres desprovidos de raça. Por sua vez, todas as pessoas negras tiveram relatos acerca dos processos de percepção da própria negritude, principalmente na infância, em relatos de vivência de racismo e de transição capilar); 3. A negação da própria raça por parte da pessoa negra (embora todos os participantes negros se reconheçam de modo consciente como tal, pôde-se identificar uma recusa deste público em aceitar alguns aspectos da própria negritude, seja pela aproximação à categoria "parda" como modo de assimilar-se à branquitude, seja pela rejeição de aspectos físicos e culturais da raça); 4. A projeção do preconceito através do relato sobre terceiros pessoas (embora com as resistências frente ao tema, os casais trouxeram percepções externas a eles sobre a raça. Foi mais fácil para os indivíduos falarem sobre os aspectos do racismo e das críticas à relação inter-racial quando estas estavam projetadas no olhar, nas falas ou atitudes de terceiros); 5. A raça enquanto diferença cultural e de classe (foram encontrados padrões de diferenças na cultura familiar das(os) participantes, algumas mais ligadas à classe, como o fato de todas(os) as(os) participantes negras(os) serem a parte principal da relação a se engajar nos afazeres domésticos e as inseguranças de participantes negras(os) com relação à família branca do(a) parceiro(a) com maior poder aquisitivo e formação acadêmica, até o contraste entre religiões de matriz africana na família negra e a família branca cristã) e; 6. A (contra)transferência na pesquisa sobre raça enquanto dificuldade metodológica (ao longo da pesquisa, o fato de tratar-se de uma pesquisadora negra e um pesquisador branco suscitou movimentos transferenciais por parte dos casais, que atuaram tal aspecto na postura distinta com cada pesquisador(a). Ao interagirem mais com o(a) pesquisador(a) da própria raça, denunciaram o próprio desconforto e questionaram a possibilidade de neutralidade na atividade de pesquisa sobre raça. Conclusão: ao convidar pessoas negras e brancas a falarem sobre suas relações inter-raciais, as negras apresentaram maior consciência sobre a própria raça, e as brancas se compreenderam, inconscientemente, como "racialmente neutras". Permaneceu na fala manifesta dos casais a fantasia de que "amor não tem cor", embora se constate que a desigualdade racial atravessa as relações de modo sutil e se perpetua através do silêncio. Conclui-se que, mesmo nas relações interpessoais íntimas, o que Moutinho (2004) chama de "etiqueta racial" faz com que o tema continue a ser tratado como um tabu. Salienta-se a indispensável reflexão crítica sobre a questão racial na atuação profissional, acadêmica e científica de psicólogas(os) explicitada na Resolução N.º 018/2002 do Conselho Federal de Psicologia, que torna imperativo o engajamento em práticas e saberes antirracistas.

Por quê pesquisar a dimensão subjetiva da desigualdade racial? Dados de trajetórias e processos de escolarização da população negra.

Autor: EVELYN FERNANDA PINHEIRO SILVA (PUCSP)

A população negra é submetida a uma série de violências sociais de classe, cor, e que são sintomas sociais “que nos faz lembrar de outro trauma ainda não elaborado: o trauma da escravidão” (OCARIZ, NETO, 2018). Ao abarcar as desigualdades, especificamente raciais, é preciso elucidar que: o Brasil compõe quase 210 milhões de brasileiros, sendo 54% negros, é a nona economia mundial, mas está em 10º lugar na escala de desigualdades. Ou seja, um país economicamente rico concentrado nas mãos de poucos, enquanto muitos sofrem com as condições desiguais, especificamente a camada pobre que é composta majoritariamente pelos negros.

Ao caracterizar a população, trazemos as contradições presentes na realidade social que são constitutivas de subjetividades. Enquanto pela dimensão subjetiva da realidade, olhar as desigualdades raciais que constituem objetivamente a realidade, é possível dizer que tal fenômeno social ao mesmo tempo que gera significações aos sujeitos, é, também, resultado da contribuição dos sujeitos na construção dessa dimensão do real. (GONÇALVES; FURTADO, 2016).

Necessita-se interseccionar as desigualdades com a educação, assim, será apresentado alguns dados que mostram o processo de escolarização dos negros, que concentra altos índices de desigualdades, com diversas barreiras/entraves que revelam o negro ocupando outros espaços que não os escolares/universitários.

Este trabalho tem temática das questões raciais e a educação, especificamente sobre o processo de escolarização dos negros até o ensino superior. Visando apresentar os dados demográficos que indicam a existência e a presença das desigualdades raciais, que constitui subjetividades e gera sofrimento nesta população, ao passo que o fenômeno das desigualdades está posto na realidade brasileira, e a população pobre e negra, é a que mais sofre com tais condições.

A psicologia sócio-histórica tem o referencial teórico do Materialismo Histórico-Dialético e as contribuições de Lev Vigotski, onde busca romper com dicotomias existentes na ciência psicológica, considerando o indivíduo-sociedade como polos diferentes que se constituem numa relação dialética. Para compreender o fenômeno em sua totalidade, utiliza-se as categorias metodológicas e de análise historicidade, contradição mediação, totalidade, pensamento-linguagem, significações e dimensão subjetiva da realidade.

Contextualizar a sociedade com seus diversos conflitos, significa compreendê-la além dos números, pois eles apresentam situações que estão postas na realidade social que é constituída historicamente pela ação humana gerando subjetividades nos sujeitos. Nesse sentido, a ideia é partir da descrição do empírico (que está posto na realidade) por meio de dados demográficos que revelam existência de desigualdades, para justificar a necessidade de se estudar pela dimensão subjetiva da desigualdade racial, as significações de pós-graduandos negros do percurso escolar até o doutorado. Aos quais, para além de meramente descrever as questões raciais, visa-se compreender, explicar e explicitar o racismo e as desigualdades como fenômenos sociais constitutivos da realidade.

De acordo com o IBGE (2018), o Brasil compõe quase 210 milhões de habitantes, e 54% dessa população é negra. Além disso, conforme Pnud (2017) o país é a nona economia mundial e em contrapartida está em 10º lugar na escala de desigualdade. Isso quer dizer, que estamos diante de um país riquíssimo, mas que concentra sua riqueza em tão poucos. Essa contradição econômica carrega reflexos significativos perante aos quase 400 anos de escravização.

Ao tratar da temática de desigualdades Almeida (2018) propõe que é fundamental que as questões de raças sejam incluídas, pois diversas pesquisas apontam a questão racial como marcador que determina as desigualdades. Além de que o “direito social e as políticas universais de combate à pobreza e distribuição de renda que não levem em conta o fator raça/cor mostram-se pouco efetivas.” (ALMEIDA, 2018), até porque o racismo é estruturante da sociedade, produtor de sofrimentos e gerador de subjetividades no povo brasileiro.

Ao caracterizar o Brasil pela distribuição de renda, percebe-se que os 5% mais ricos possuem mensalmente a renda dos outros 95% da população. E fazer a intersecção de raça e de gênero, identifica-se que a concentração de riqueza do país está nas mãos de homens brancos, ao passo que eles estão no topo da pirâmide social, seguida das mulheres brancas, posteriormente os homens negros e as mulheres negras, compondo a base da pirâmide social.

Ao se atentar para as relações de trabalho, é perceptível que a população negra, em específico as mulheres, são as mais vistas em relações precarizadas de trabalho e desempregadas. Tal como apresenta Ribeiro (2017), baseado nos dados do IPEA (2016), 39,6% das mulheres negras estavam inseridas em trabalhos precários, seguido



dos homens negros, 31,6%; as mulheres brancas 26,9%. por último os homens brancos, 20,6%. Percebe-se que aqui a pirâmide se inverte, ao passo que agora as mulheres negras estão no topo como maiorias no subemprego e os homens brancos como minorias, respectivamente.

Nesse sentido, torna-se fato o que vemos diariamente, as mulheres negras sendo mais vistas como trabalhadoras domésticas, babás etc., remetendo as próprias relações que se havia com os povos escravizados na época. Cabe aqui uma reflexão importante: "A manutenção por centenas de anos dessa extrema violência no tecido social do país trouxe profundas implicações no modo como a sociedade convive com sua história – e, conseqüentemente, com seu presente – onde a escravidão como exploração do homem pelo homem ainda existe." (OCARIZ; NETO, 2018, p. 12).

A psicologia tem apontado à necessidade de debates sobre racismo, desigualdades etc., a fim de tentar superá-los. Até porque tais fenômenos sociais que não são apenas estruturantes, mas determinam o acesso às políticas públicas essenciais da população que sofre com as condições desiguais, como por exemplo o acesso à educação.

O percurso escolar da população apresenta significativas instabilidades aos negros, à medida que segundo levantamento do movimento Todos Pela Educação (2016), com base no Pnad/IBGE, durante todo processo de escolarização, o negro tem dificuldades de acessar a escola e apresenta instabilidades para permanecer neste sistema, haja vista que é a maior população nas taxas de analfabetismo. Em números, no ano de 2001 os negros representavam 18,4% de analfabetos e os brancos 7,7%; em 2014 os índices diminuíram, mas os negro continuam maioria analfabeta, com 11,1% e os brancos 5%.

Do ensino fundamental para o ensino médio por exemplo, ocorrem significativas evasões de ambos os grupos raciais. Em 2014, a porcentagem de crianças de 7 a 14 anos que frequentavam a escola era de, 98,8% brancas e 98,1% negras. Já no ensino médio, quase 90% são brancas e 79% negras. Pode-se analisar que jovens negros ainda apresentam mais oscilações para permanecer na escola no decorrer dos anos, haja vista que muitos jovens são absorvidos precocemente pelo mercado de trabalho informal e se afastam do ensino básico regular. Fomentando, assim, desigualdades e barreiras para acessar o nível superior, e, automaticamente, a pós-graduação.

Quanto ao ensino superior, em 2010 os negros compunham 30% de presença, enquanto os brancos dobravam de frequência, 60%. Além disso, o relatório da OXFAM (2017) apresenta que na educação superior, em 2010, dos 34% de jovens matriculados, somente 18% se formavam, e destes, somente ¼ eram negros. Além de que das carreiras que proporcionavam alto rendimento, os negros evidenciavam metade da chance de concluir em comparação aos brancos.

Com tantas barreiras socialmente impostas à população negra, chegar ao nível de doutoramento, considerado um dos mais altos patamares da academia científica é ainda mais raro.

Conforme Gonçalves et al. (2019), a taxa de pessoas brancas e negras que frequentavam o mestrado e o doutorado em 2004 eram de 0,89% e 0,25%, respectivamente; e em 2013, os números apresentaram baixa evolução, sendo: 1,09% brancas e 0,36% negras.

Políticas de ações afirmativas foram e ainda são elementos bastante significativos ao ingresso das pessoas pobres e negras no ensino superior, mas ainda não foram capazes de romper com a desigualdade racial existente, principalmente quando se trata da educação superior a nível de pós-graduação que a presença negra é ínfima. Há necessidade de que seja analisada com bastante criticidade, afim de gerar políticas públicas que visem a transformação desta realidade, reconhecendo a necessidade da equiparação racial em todos os âmbitos, principalmente educacional, já que nela está uma das potências para transformar a realidade.

Diante dos resultados apresentados, a ideia do mapeamento foi de explicar as características de um Brasil que, diferentemente do que foi dito no passado, não é democraticamente racial, onde muitos acabam sofrendo com as condições desiguais deste país. Faz-se necessário compreender que o que foi posto como dado, compõe a realidade objetiva da população brasileira, com uma série de contradições que revelam o racismo como estruturante e um dos principais organizadores das desigualdades no país. A realidade social gera subjetividades, tanto naqueles que detém de privilégios quanto dos que estão em condições desiguais. As questões das desigualdades raciais e a interface da educação são importantes para compreender o panorama educacional do Brasil, além de que corrobora com o objetivo de se pesquisar significações constituídas pelos negros que chegaram ao doutorado na PUCSP (universidade privada, de qualidade, porém elitista, que apresenta custo mais alto que o padrão), bem como o percurso escolar que fizeram, suas vivências nesta trajetória e o alcance de um grau de escolaridade que poucos negros atingiram. Este estudo compõe parte da dissertação de mestrado em andamento, em Psicologia da Educação PUC-SP.



Torcendo os cânones das universidades ocidentalizadas a partir do pensamento de Carolina Maria de Jesus.

Autor: Érika Oliveira (UFAL)

Coautor: José Cicero dos Santos Júnior (UFAL), Willamys da Costa Melo (UFAL), Rayanne Caroline Amorim e Yasmin Maciane da Silva (UFAL)

Proveniente de um projeto de pesquisa que visa a produção de diálogos transdisciplinares que forneçam pistas às intervenções do nosso fazer em Psicologia, o presente trabalho busca percorrer as pistas deixadas pela escritora mineira Carolina Maria de Jesus durante toda sua vida. Entre os diversos aspectos possíveis de serem pensados, nosso objetivo aqui é trazer reflexões sobre as seguintes categorias: a) a fome (re)lembrada em seus dois diários; b) a importância da escolarização da população negra; c) a escrita testemunhal; d) um olhar sobre a branquitude feminina. Nosso principal objetivo é esmiuçar cada uma dessas pistas, de forma a compreender aspectos importantes da vida da escritora, que dizem respeito não só a ela, mas a um segmento específico da população e que tem sido abarcado pelas literaturas menores, as narrativas das personagens socialmente marginalizadas. Aqui podemos pensar no conceito de auto-história trazido pela teórica feminista chicana Gloria Anzaldúa para quem as narrativas autobiográficas e memorialísticas acabam por produzir tensionamentos nas individualidades de modo a refletirem sobre suas realidades sociais corriqueiramente apagadas pelas narrativas hegemônicas. A partir de diálogos com teorizações vindas do feminismo negro e decoloniais, fizemos uma pesquisa bibliográfica consultando as seguintes obras: Quarto de despejo: diário de uma favelada (1960), Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada (1961), Pedacos da fome (1963) e Diário de Bitita (1986). As pistas que tais leituras nos permitiram seguir são as seguintes: A primeira pista analisada, a fome (re)lembrada, se encontra em Quarto de Despejo e em Casa de Alvenaria rememorada de diversas formas. Enquanto no primeiro livro aparece como algo concreto, fazendo falta ao organismo humano, no segundo livro é trazida por meio de lembranças através do seu passado não tão distante, como sendo uma palavra jamais esquecida no dicionário de Carolina. No que se refere à educação da população negra, em Diário de Bitita a escritora sempre argumenta e nos faz lembrar acerca de sua importância, assim como fazem outras grandes escritoras negras. Carolina - que sofreu as consequências da proibição à escolarização formal - deixa claro que essa ideia provém de seu avô Benedito José, conhecido como Sócrates africano por ser um preto muito inteligente e traz diversos relatos de como essa interdição impactou as vidas de pessoas ao seu redor. Em relação à escrita testemunhal, conclui-se que devido ao seu formato de diário, é possível pensar Quarto de Despejo (1960) e Casa de Alvenaria (1961) a partir de diferentes gêneros literários de cunho pessoal, o que gera críticas sobre seu valor documental ou literário - utilizada para desvalorizar Carolina enquanto autora, apesar de sua explícita intenção literária. Pensamos sua escrita através da narrativa testemunhal: a partir do século XX, o testemunho passou a ser construído com um forte teor político, com um poder e função de criar condições para que grupos subalternizados possam se expressar, a partir de relato de indivíduos advindos de um contexto de urgência, violência e/ou opressão.. Por fim, a última pista nos é fornecida pela obra Pedacos da Fome (1963), onde é narrada a história da vida de Maria Clara, jovem branca e rica do interior paulista. Nesse sentido, na última categoria, "um olhar sobre a branquitude feminina", destacamos que o enredo do livro nos permite analisar a construção de uma protagonista branca criada a partir do olhar de uma mulher negra. A obra nos mostra como as condições socioeconômicas nos coloca em lugares específicos: da fazenda ao cortiço, do cortiço à favela, da favela à fazenda, e como cada espaço ocupado reservava um lugar social de riqueza, pobreza ou miserabilidade, evidenciando a desigualdade social agravante em nosso país. Além disso, com seu enredo Carolina explicita o regime de circulação de mulheres brancas a partir das trocas matrimoniais - elas passam das mãos do pai para as mãos do marido, tal como nos ensina Gayle Rubin. Regime este do qual as mulheres negras são apartadas, uma vez que são tidas como propriedades tanto de homens brancos como de mulheres brancos. Neste sentido, a protagonista do livro é construída por Carolina como uma mulher frágil, inocente, "uma boneca de porcelana", uma feminilidade muito distante daquela vivenciada pela própria escritora que nunca se casara e tinha que viver a lida diária sozinha, cuidando de três filhas(os). Na obra, a figura masculina é produtora de agenciamentos, deixando à sombra as mulheres que encontram-se imersas na lógica heteropatriarcal. Por fim, ressaltamos que as pistas de Carolina nos convidam a revisitar nossas crenças e a analisar como e para quem produzimos conhecimentos, provocando inquietações que nos tiram da zona de conforto. Como conclusão, podemos atentar-nos para o fato de que suas pistas denunciam a política racializada das salas de aula e da psicologia que, a partir de suas apostas em epistemes esbranquiçadas, deixam para fora de seus muros autoras e autores negras(os). Isso tem consequências diretas nas

perguntas que fazemos, nos problemas que nos colocamos e no modo como direcionamos nossas intervenções. Compreender Carolina Maria de Jesus como produtora de conhecimento sobre sua realidade social, des-hierarquizando o modo como conhecimentos outros chegam à academia brasileira, é um modo de torcer os cânones dos saberes produzidos nas universidades ocidentalizadas. Por meio de seu pensamento fronteiro, essa autora nos guia e dá parâmetros para que aprendamos a partir de suas reflexões como nos movimentarmos enquanto psicólogas(os) comprometidas(os) com a ruptura de desigualdades raciais e epistêmicas.

Um estudo intercultural: preconceito de universitários em relação a afrodescendentes

Autor: Julia (UCP - RJ) e Luís Antônio Monteiro Campos

Coautor: Isabela Gomes

A socialização nos torna aptos a convivência, intercâmbio e ajustamento psicológicos, em qualquer que seja o sistema sociocultural tomado referência, preparando-nos para lidar com o mundo social, onde nos descobrimos e geram-se as identificações grupais. Neste processo de diferenciação grupal, buscamos categorizar o mundo, criando crenças gerais sobre os elementos que o constituem, ideais comportamentais e atitudinais destes objetos e compartilhando com um grupo, sendo esta a origem da formação dos estereótipos. Os estereótipos são a base cognitiva do preconceito, que é uma atitude negativa frente a estes grupos ou aos membros deles, tendo como caráter principal o componente afetivo. Segundo a teoria, as ações sejam elas individuais ou coletivas, são motivadas pelo sistema de crenças sustentado em relação a algum objeto, e com a crescente (porém ainda desigual) entrada de pessoas afrodescendentes no ensino superior, acredita-se que este é um momento fértil para a pesquisa sobre estereótipos e preconceitos, já que estes são materializados no comportamento interpessoal do universitário. Os objetivos deste estudo foram: Testar diferenças nos níveis de racismo moderno entre pessoas dos diferentes cursos de graduação; testar diferenças nos níveis de racismo moderno entre pessoas que realizaram o ensino médio em escola pública e escola privada; mapear estereótipos de estudantes universitários com relação aos afrodescendentes. Este trabalho tem relação com o eixo temático 8, intitulado "Psicologia social e políticas de igualdade racial e étnica no Brasil", tendo em vista que é um trabalho que busca pesquisar e levantar problematizações acerca do espaço e dos desafios das pessoas negras nas universidades, através dos estereótipos, preconceito e estigmatizações que esta população recebe, mesmo sendo minoria, tendo em vista a realidade brasileira, nas universidades. Também levanta a questão sobre a necessidade de discussão acerca do racismo e suas formas de expressão, levando em consideração que a reflexão e reelaboração de conceitos quebra os paradigmas e suposições, gerando ambientes propícios a flexibilização de crenças e diminuição de estereótipos. Como base teórica, fundamentou-se este trabalho no entendimento de que as relações sociais são fundamentalmente marcadas pelo estado de interdependência entre todas partes envolvidas, dessa forma, somos tanto agentes influenciadores como suscetíveis a ações externas, movimento que propicia a obtenção, sustentação e reflexão sobre a transformação ou não de crenças. A socialização, definida por Krüger (1986, pg. 42) como "um processo que nos torna aptos à convivência, intercâmbio e ajustamento psicológicos, qualquer que seja o sistema sociocultural tomado referência", nos prepara para lidar com o mundo social, onde nos descobrimos e gera-se as identificações grupais. Neste processo de diferenciação grupal, o sujeito recolhe informações generalizadas sobre ideais comportamentais e atitudinais de outras pessoas e grupos. Sendo esta também a origem da formação de estereótipos. Entende-se por estereótipos as crenças mantidas e compartilhadas por um grupo acerca de um objeto, pessoa e/ou grupo social. Durante este processo, somos levados a entender e categorizar o mundo que nos rodeia e formamos as ideias a respeito de nós, do outro e do mundo e estabelecemos funções e expectativas comportamentais em relação ao outro e sobre si mesmo. Segundo Krüger, as investigações já realizadas e sistematizadas parecem ter seguido concepções teóricas que focalizavam a relação entre crenças, estereótipos e atitudes sociais e, deste modo, as ações sejam elas individuais ou coletivas são motivadas pelo sistema de crenças sustentado em relação a algum objeto. Crenças podem ser definidas como proposições que afirmam ou não a existência de relações entre objetos concretos ou abstratos, ou entre objetos e propriedades a eles atribuídas, sendo admitidas por pessoas. Segundo Rodrigues, Assmar e Jablonski (2000), os estereótipos são a base cognitiva do preconceito e, sendo assim, os sentimentos negativos em relação a um grupo constituiriam o componente afetivo do preconceito, e as ações, o componente comportamental. Sendo assim, o preconceito é uma atitude negativa frente a um grupo ou aos membros

de um grupo, tendo como caráter principal o componente afetivo. Com relação aos aspectos metodológicos do estudo, os participantes foram 104 estudantes universitários brasileiros e maiores de idade. Os instrumentos utilizados foram: um questionário online. Nele continha questões sociodemográficas; O Indicador de Estereótipos de Campos, que consiste em uma lista de adjetivos sobre o grupo “afrodescendentes”, em que o participante deveria assinalar os adjetivos que, em sua opinião, descreviam o grupo e a Escala de Racismo Moderno (SANTOS et al., 2006), que tem como objetivo mensurar o preconceito sutil em uma escala de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente). Para a análise dos dados, o tratamento dos resultados foi quantitativo, sendo realizados testes qui-quadrado, para testar associações entre cursos de graduação e estereótipos, e testes t para testar diferenças de médias nos níveis de preconceito sutil entre diferentes grupos. Os resultados encontrados foram: Na dimensão “afirmação das diferenças”, estudantes que cursaram o ensino médio em escola particular demonstraram maiores níveis de racismo moderno, em comparação com estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública. Na dimensão “negação do preconceito”, estudantes do curso de psicologia demonstraram menores níveis de racismo moderno, em comparação com alunos de outros cursos. As discussões levantadas foram que estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública tendem a conviver com maior diversidade racial, o que poderia estar associado ao menor nível de preconceito no ensino superior. Já os estudantes de escola particular tendem a não conviver com afrodescendentes ou conviver com poucos, o que é infelizmente a realidade do Brasil e pode resultar em maior preconceito, já que existe na Psicologia Social a ‘hipótese do contato’, de que o indivíduo conviver em igualdade de condições com pessoas de diferentes etnias diminui os níveis de preconceito. Com relação aos resultados relacionados aos estudantes de psicologia, entende-se que estes possuem uma formação humanista desde o início, voltada para a compreensão integral do ser humano, buscando entender o sofrimento psíquico, inclusive de grupos discriminados na sociedade, dessa forma, espera-se que estudantes de psicologia, por ter conhecimento acerca de preconceito que determinados grupos podem sofrer e ter isso como um dos temas de estudo da psicologia, tendam a negar menos que exista preconceito na sociedade.

- A morte começa antes do tiro – de que modo a ciência psicológica e suas produções estão narrando as relações étnico-raciais em seus saberes?

Autor: Paulo Vitor Palma Navasconi (Paulo Navasconi)

Nos círculos políticos progressistas o trabalho dos intelectuais raramente é reconhecido como uma forma de ativismo, na verdade, expressões mais visíveis de ativismo concreto são consideradas mais importantes para a luta revolucionária do que para o trabalho mental. É essa desvalorização do trabalho intelectual que muitas vezes torna difícil para indivíduos que vêm de grupos marginalizados considerarem importante o trabalho intelectual, isto é, uma atividade útil (hooks, 1995, p. 464-465). Pois então eu me questiono: Eu sou um intelectual? E você? O que te faz ser um intelectual? E o que me faz ser um pseudo-intelectual?

Bom (...) Vamos lá: Não sei como as e os avaliadores irão ler esta proposta de trabalho. Mas ousar, tencionar e desestabilizar a norma é necessário e urgente. Pois bem, Tenho como proposição de que a construção do saber psicológico no contexto Brasileiro ainda se perpetua majoritariamente pelo pensamento colonial (...) favorecendo para manutenção e reprodução da política de extermínio, ou seja, resultando no processo de apagamento e aniquilamento de vidas-vozes-intelectualidades-e-saberes (TATE, 2017; COLLINS, 1995). À vista disto, levanto algumas questões que serão norteadoras neste fazer pesquisa: O que é o étnico-racial na Psicologia? É possível pensar em uma Psicologia genuinamente antirracista? De que modo essas subjetividades (negras) foram e são representadas no contexto científico no âmbito do saber psicológico? Os corpos negros são objetos das pesquisas científicas? Se sim, de quais pesquisas? De que modo aparecem esses corpos? A literatura especializada em Psicologia e relações étnico-raciais contribuem para construção de um pensamento racista ou têm vislumbrado a construção de um pensamento decolonial anti-racista? (...) Tendo como base estas e dentre outras indagações, convido-me a REFELETIR sobre a contribuição teórica de quatro autoras negras para construção de uma Psicologia Brasileira antirracista. Bem como, contextualizar quais foram às autoras/os e psicólogas/os negras/os da Psicologia Brasileira que trabalharam e trabalham com as questões étnico-raciais; Refletir sobre o modo como uma política de circulação dos conhecimentos racializados opera em direção do projeto de embranquecimento; Discutir a circulação do conhecimento e a contribuição das quatro autoras escolhidas; compreender os efeitos e a assimilação desses



conhecimentos no campo da produção psicológica, bem como, refletir sobre a possibilidade da emergência da construção de uma Psicologia Brasileira Antirracista.

Deste modo, vislumbro a importância desta proposta justamente para que então possamos continuar a produzir fissuras e estudos que visem romper com o que encontramos nos saberes, nos discursos e livros didáticos onde nos apresentam concepções universalistas e eurocêntricas, e que desconsideram, silenciam e matam inúmeras vozes e potencialidades. É preciso reconhecermos que o projeto epistemológico da modernidade é um paradigma que se globalizou, se expandiu e se consolidou a partir do processo genocida de inúmeras culturas, vozes e etnias, resultando na transformação de alteridade em objeto, ou seja, desconhecendo outras vozes e humanidades, atribuindo a elas o processo de objetivação e desumanização.

Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais têm gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo. Podemos entender o racismo epistêmico como sendo um dos racismos mais invisibilizados no sistema-mundo capitalista, patriarcal, moderno e colonial, posto que, segundo Grosfoguel (2013), o racismo em nível social, político e econômico é muito mais reconhecido e visível que o racismo epistemológico. Este último opera privilegiando as políticas identitárias dos brancos ocidentais, ou seja, a tradição de pensamento e pensadores dos homens ocidentais (que quase nunca inclui as mulheres) é considerada como a única legítima para a produção de conhecimentos e como a única com capacidade de acesso à "universidade" e à "verdade".

Portanto, o racismo epistêmico considera os conhecimentos não-ocidentais como inferiores em relação aos conhecimentos ocidentais, resultando então na desqualificação, desvalorização, negação e no ocultamento das inúmeras contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural por exemplo. Sendo assim, a esses processos denominamos epistemicídio (SANTOS, 2010; CARNEIRO, 2005), episteme nos remete a ideia de conhecimento ou estudo do conhecimento, por sua vez cídio exprime a ideia de morte ou extermínio, logo epistemicídio pode ser entendido como assassinato do conhecimento de algo e, por conseguinte, assassinato do conhecimento produzido por determinado população.

Portanto: Escolher o que ignorar é estudar?" (MOMBAÇA, 2016)

Costumo dizer que pensar no processo metodológico não é uma tarefa fácil, posto que, é a partir da metodologia que passaremos vislumbrar possíveis caminhos para minimamente chegarmos a possíveis respostas, sendo assim, entendo este processo como sendo uma etapa de desafios: Por onde começarei? Quais respostas eu almejo responder? De que forma, de que modo e como irei respondê-las? Terão respostas? Poderei universaliza-las? Até que ponto não estou ou estarei imerso na lógica científica-perniciosa e, por conseguinte me silenciando, invisibilizando e me anulando para que o objeto da pesquisa possa corresponder aos moldes desta lógica centralizada, normativa e padronizada? Penso que para dar conta minimamente dessas indagações terei que construir estratégias metodológicas que visem à produção enquanto um processo, isto é, segundo Mombaça (2016) este estudo a que me propus pode ser caracterizado nos termos de um work in process (COHEN, 1999) via de criação arriscada, na qual o produto é inteiramente dependente das vicissitudes do processo e das negociações em relação aos tensionamentos, ou seja, trata-se aqui de tentar ser monstruoso no espaço da norma, indisciplinado no lugar e no espaço da disciplina. Com isto, sustentando-se no movimento Construcionista Social o qual convida-nos, a repensar aquilo que damos como certo em nossa maneira de perceber o mundo, e compreender como as descrições e formas de pensar funcionam, para quê servem, e em que situações e para quem, que pretendo lidar com tais desafios. Posto que, por décadas a Psicologia como ciência e como profissão de certo modo desconsiderou questões relacionadas aos marcadores étnico-raciais favorecendo para construção e manutenção de um conhecimento branco-ocidental marcado por um conhecimento universal oriundo das particularidades branco-europeias que toma o local como global.

No entanto, de acordo com a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais os cursos de Graduação em Psicologia contempla uma formação ampla do/a psicólogo/a, respeitando a multiplicidade de suas concepções teóricas e metodológicas, originadas em diferentes paradigmas e modos distintos de compreender a ciência, assim como a diversidade de suas práticas e contextos de atuação, neste sentido, em planos de diversidade esta aparece nos currículos e nas práticas?

Parece-me preciso que psicólogos/as e pesquisadores/as se indaguem sobre a necessidade da construção de uma Psicologia que contribui de modo efetivo com a luta antirracista nas diferentes dimensões teóricas, metodológicas e técnicas. Haja vista que pensar um projeto de nação que desconsidere a centralidade da questão racial



e conseqüentemente a intersecção de raça, classe e gênero tende a favorecer para construção de um modelo de sociedade racista e genocida.

Portanto, é necessário repensar aquilo que damos como certo em nossa maneira de perceber e conceber o mundo e compreender como as descrições e formas de pensar funcionam, para quê servem, e em que situações e para quem. É preciso suspeitar do óbvio. Para algumas pessoas torna-se natural, óbvio e confortável tomarmos o conhecimento eurocêntrico, branco, colonizador como sendo nosso conhecimento representativo, mas esta realidade seria ela natural?

Haja vista que, não haverá justiça social se não haverá uma justiça cognitiva, isto é, fundamental repensarmos nossas práticas, nossos saberes, bem como aquilo que damos como verdade (SANTOS, 2010). Portanto, acredito e muito na potência desta proposta, e escrevo mesmo temendo, pois muitas vezes a escrita se transformou em medo. No entanto, para que eu possa escapar de tantas construções coloniais eu escrevo. Neste mundo sou visto como um corpo que não pode produzir conhecimento. Como um corpo “fora” do lugar. Eu sei que enquanto escrevo cada palavra escolhida por mim será examinada. Então por que eu escrevo? Eu tenho que fazê-lo. Eu estou incorporado em uma história de silêncios impostos, vozes torturadas, línguas interrompidas, idiomas forçados e discursos interrompidos. E estou cercado por espaços brancos onde mal posso entrar e permanecer. Então porque eu escrevo? Eu escrevo quase como uma obrigação para encontrar a mim mesmo, enquanto escrevo, eu não sou o “outro”, mas a própria voz. Não sou o objeto, mas o sujeito. Torno-me aquele que descreve e não a que é descrito. Eu me torno autor, e a autoridade em minha própria história. Eu me torno a oposição absoluta ao que o projeto colonial predeterminou. Eu me torno, eu existo (KILOMBA, 2012; NAVASCONI, 2018). E assim encerro parafraseando Santos (2010): Não há epistemologias neutras e as que reclamam sê-lo são as menos neutras.

GT48: Relações horizontais como práticas de resistência e emancipação: contribuições do ensino e aprendizagem em Psicologia Social

A Psicologia Social Comunitária e a Epistemologia do Sul: aproximações e desafios no contexto neoliberal

Autor: Maximiliano Rodrigues e Marcos Vieira-Silva (UFSJ)

INTRODUÇÃO:

No sistema neoliberal, a ciência ocidental, sobretudo dos países do Norte, tornou-se um sistema de julgamento e validação do que é ou não conhecimento. Isso acabou gerando descrédito e silenciamento de inúmeras experiências e produções realizadas pelos povos dos países subdesenvolvidos. Nesse sentido, a ciência moderna instituiu-se, na maioria das vezes, como um sistema de controle e reprodução de ideologias repressoras.

A Psicologia, na condição de um campo científico e profissional, também vem atuando na perspectiva das ideologias dominantes. Os psicólogos brasileiros, desde a década de 1960 – com a regulamentação da profissão –, têm trabalhado objetivando atender as elites e suas demandas sociais. Além disso, as generalizações e reproduções de teorias norte-americanas e europeias, sem uma análise contextual, demonstram a falta de compromisso com a realidade dos povos latino-americanos.

Entretanto, algumas perspectivas críticas são importantes na luta contra os padrões hegemônicos da ciência ocidental e da psicologia brasileira. Dentre elas, destacam-se: a Psicologia Social Comunitária (PSC) – criada na década de 1970 – e a Epistemologia do Sul. Esses dois campos de conhecimento buscam uma práxis que visa a libertação e emancipação das pessoas em situação de opressão.

OBJETIVOS

Este trabalho busca analisar as principais aproximações entre a Psicologia Social Comunitária e a Epistemologia do Sul. Além disso, pretende-se problematizar os desafios de tais campos de conhecimento no desenvolvimento de práticas capazes de contribuir para a transformação da realidade social da população oprimida.



RELAÇÃO COM O EIXO TEMÁTICO

Pensar em saberes e fazeres que possam colaborar para uma sociedade mais justa e democrática é fundamental no contexto atual. Como o presente trabalho promove uma reflexão crítica diante das práticas e metodologias que buscam promover a transformação social das pessoas marginalizadas, escolheu-se como eixo temático "Psicologia Social Comunitária: práticas, formação e pesquisa".

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

O presente estudo é desenvolvido com base em autores que discutem o tema do ponto de vista da Psicologia Social Comunitária e da Epistemologia do Sul. A PSC surge na busca de responder às necessidades dos povos latino-americanos, procurando contribuir para a emancipação das pessoas e para a diminuição da desigualdade social. Para isso era preciso superar toda hegemonia das ciências e práticas do Norte. Ou seja, há uma necessidade de ultrapassar a ciência metodológica, a-histórica e imparcial para uma práxis contextualizada, política e ética (Freitas, 2000; Lane 1989; Vieira-Silva, 2015).

Em relação à Epistemologia do Sul, Boaventura de Sousa Santos fundamenta um projeto de uma epistemologia alternativa. O autor evidencia os diversos conhecimentos existentes no globo terrestre. As alternativas à epistemologia dominante partem do princípio que o mundo possui uma diversidade de saberes e práticas e que, longe de ser algo negativo, isso acaba proporcionando uma significativa capacidade humana para entender e conferir suas experiências sociais. Ou seja, as variadas formas de conhecimentos potencializam o avanço das sociedades (Santos & Meneses, 2009).

METODOLOGIA

O trabalho é realizado a partir da análise narrativa da literatura. Segundo Rother (2007), a revisão narrativa é utilizada para contextualizar o desenvolvimento de um determinado tema, sob um ponto de vista teórico/metodológico. A discussão será realizada sobre o referencial da Psicologia Social/Comunitária e da Epistemologia do Sul.

As fontes desta revisão foram identificadas em livros impressos e eletrônicos e nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Scientific Electronic Library Online (SciELO); e demais bibliotecas virtuais de periódicos científicos.

RESULTADOS

Algumas aproximações entre a Psicologia Social Comunitária e a Epistemologia do Sul podem ser perfeitamente explicitadas. A primeira é que ambas nascem com base em uma crítica aos paradigmas hegemônicos da produção e validação do conhecimento. A PSC é construída a partir de um questionamento de uma importação de metodologias norte-americanas e europeias. Essa generalização de técnicas era acrítica e não produzia resultados emancipatórios. Em relação à Epistemologia do Sul, também há uma crítica referente à supremacia da ciência ocidental, pois esta é que legítima e produz o "verdadeiro" conhecimento.

Uma segunda relação diz do compromisso ético que permeia a práxis da PSC e da Epistemologia do Sul. Para trabalhar na perspectiva da PSC é necessário que os profissionais tenham um compromisso ético e político diante da comunidade. Produzir as estratégias que facilitarão os processos de mudanças sociais, em conjunto com as pessoas que vivem no contexto de intervenção, é o principal objetivo de tal perspectiva. No tocante a Epistemologia do Sul, o engajamento político, ético e social contra os mecanismos de opressão é o caminho a ser seguido e trabalhado.

O terceiro ponto de convergência está relacionado a visão e construção dos conhecimentos. Para a Epistemologia do Sul existe uma diversidade de saberes que necessitam ser compreendidos e credibilizados. Em consonância com esses preceitos, a PSC parte do pressuposto que o verdadeiro conhecimento está situado no contexto comunitário. Isto é, a população que vive no cenário da intervenção é que possui o saber capaz de contribuir nas estratégias de mudança.

Já no tocante ao desafio existente para ambos os campos, destaca-se que a luta contra o sistema que causa opressão e desigualdade social permeia todo o pensamento da PSC e da Epistemologia do Sul. Neste ponto, observa-se o maior desafio para essas perspectivas, pois o sistema capitalista cria várias estratégias para a manutenção do poder.



CONCLUSÃO

A PSC e a Epistemologia do Sul – propostas contra-hegemônicas – estão realizando um constante movimento de crítica em relação à ciência ocidental enquanto ajuizadora das diversas experiências e possibilidades de vivência, criação e transformação humana. Esses campos epistemológicos e práticos também lutam contra todos os sistemas de opressão social.

Diante disso, as perspectivas alternativas, que propõem lutar contra os mecanismos de exploração e opressão humana, necessitam de atores que constroem o conhecimento com implicação transformadora e posicionamento ético e político. Caminhar na contramão do pensamento dominante é uma tarefa difícil, exige esforço e resistência. Mas tal percurso é potente na luta por mudanças sociais e na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Nesta perspectiva, tanto a Psicologia Social Comunitária, quanto a Epistemologia do Sul, convergem no caminhar.

REFERÊNCIAS

Freitas, M. F. Q. (2000). Psicologia na comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia (Social) Comunitária: Práticas da Psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In R. H. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 54-80). Petrópolis, RJ: Vozes.

Lane, S. T. (2000). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In R. H. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 54-80). Petrópolis, RJ: Vozes.

Rother, E. T. (2007). Systematic Literature Review x Narrative Review. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2), 5-6. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>

Santos, B. S., Meneses, M. P. (2009). Introdução. In: B. S. Santos, M. P. Meneses (Orgs). *Epistemologias do Sul* (pp. 9-20). Coimbra: Almedina.

Vieira-Silva, M. (2015). Práticas em psicologia comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(2), 292-300.

A universidade como espaço de formação em saúde mental para os agentes comunitários de saúde: contribuições da Psicologia Social Comunitária

Autor: Isabela Emerick Mendes (PUC-MG BETIM)

Coautor: Deborah, Karla Gomes Nunes (PUC-MG BETIM), Izabela e Letícia Sabrina Sales Silva (PUC Minas-Betim)

O presente texto tem como objetivo apresentar as percepções e resultados da experiência da realização de uma prática extensionista denominada "Projeto ACS em formação", desenvolvida pelos alunos do 7º período de psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- Campus Betim. O projeto originou-se de uma pesquisa realizada pelos professores Luiz Carlos Castello Branco Rena e Lúcia Miranda Afonso, intitulado "A inserção do Agente Comunitário de Saúde na estratégia de matriciamento em saúde mental: contribuições para uma política de educação permanente em saúde mental". Esta pesquisa, feita com as Agentes Comunitária de Saúde (ACS) da cidade de Betim-MG, entre os anos de 2015 e 2017, contou com a realização de oficinas com 70 ACS de 4 Unidades Básicas de Saúde da rede do Sistema Único de Saúde (SUS), nas quais a metodologia era a pesquisa-intervenção em Educação Permanente em Saúde.

As oficinas organizadas pela pesquisa propiciaram uma escuta sobre as dificuldades que as ACS encontravam na atenção aos pacientes de Saúde Mental. Descobriu-se, ao longo dessas oficinas, que havia grande angústia das agentes quanto ao atendimento a esses pacientes, pois, muitas vezes, elas não sabiam como agir frente a certas situações, sentindo-se impotentes, o que causava sofrimento psíquico nas profissionais. Foi daí que surgiu a parceria entre a PUC-MG e a Secretaria de Saúde de Betim, uma vez que, após a finalização da pesquisa, houve o convite para dar continuidade ao trabalho.

As ACS são as profissionais que estão mais presentes no território e são capazes de verificar casos que não chegam aos serviços. Percebeu-se que na cidade de Betim não havia um aparato as essas trabalhadoras e, portanto, existia uma necessidade de capacitá-las, a partir de uma prática que visava o fortalecimento das políticas públicas de saúde mental.

As oficinas aconteciam uma vez por semana, nas salas de aula da Universidade. O objetivo era identificar, juntamente com as 8 ACS do grupo, utilizando a metodologia da Educação Permanente em saúde, as demandas de capacitação. Essa metodologia consiste num "conjunto de ações educativas que buscam alternativas e soluções



para a transformação das práticas em saúde por meio da problematização coletiva” (SILVA; DUARTE, 2015, p. 104). Assim sendo, procurou-se, ao longo dos encontros, facilitar a criação de diálogos que possibilitassem o levantamento de temas para discussão, propiciando, a partir daí, um espaço para se pensar ações pedagógicas a eles relacionados. Considerando que a educação permanente surgiu da preocupação em promover o desenvolvimento entre o trabalho e a educação, para que a assistência aos pacientes pudesse ser potencializada (SILVA; DUARTE, 2015), entendemos que essa metodologia se configurava como a mais adequada para a realização dos encontros, uma vez que o objetivo do projeto era oferecer-lhes elementos que fossem essenciais para a melhoria da qualidade assistencial dirigida aos pacientes.

Ceccim (2005) compreende a Educação Permanente como uma estratégia capaz de propiciar transformações no trabalho, de modo que a atuação dos profissionais se torne mais crítica e reflexiva. Desse modo, a educação deve ser capaz de desencadear uma visão do todo, de interdependência entre as profissões de saúde, além de possibilitar a construção de redes de mudanças sociais, com a consequente expansão da consciência individual e coletiva.

Durante os 06 encontros, a roda de conversa foi utilizada como meio facilitador das discussões. Essa metodologia é considerada como uma “estratégia política libertadora, que favorece a emancipação humana, política e social de coletivos historicamente excluídos” (SAMPAIO et. al., p. 1300), pois possibilita a participação democrática de todos os integrantes de um grupo no debate em torno de algum assunto. Assim sendo, o objetivo das rodas de conversa foi a garantia de que todas, tanto as alunas como as ACS, teriam espaço de fala, para que a Educação Permanente acontecesse efetivamente.

Segundo Silva e Duarte (2015), os conteúdos trabalhados nas oficinas de Educação Permanente em Saúde devem ser relevantes para a prática profissional e, também, apresentar compatibilidade com a estrutura cognitiva do aprendiz, considerando seus conhecimentos prévios sobre o assunto. Os temas tratados vinham da realidade de trabalho das ACS, seu contato com os pacientes que sofrem com algum deles, bem como a maneira que poderiam atuar no acompanhamento, procurando abrir caminhos para a transformação, fugindo de uma reprodução acrítica da realidade social. Assim, as alunas procuraram, durante o processo, fazer uma ponte entre a teoria e a prática que elas têm contato no trabalho, utilizando seus relatos como exemplos para explicar conceitos teóricos da Psicologia e da Saúde Mental, buscando estabelecer reflexões sobre como elas poderiam utilizar aquele saber em seu contexto de trabalho.

Nas intervenções embasadas pela Psicologia Social Comunitária, o papel do psicólogo não possui uma definição preestabelecida. Entretanto, espera-se que estes profissionais auxiliem os sujeitos na transformação das suas condições sociais, trazendo consciência dos determinantes sócio históricos e desnaturalizando concepções ideológicas opressoras (BARÓ, 1996). No trabalho com as ACS, essa “não definição” do papel das alunas foi extremamente importante, pois as ACS chegaram com uma visão da psicologia: muitas acreditavam que o papel do psicólogo era medicar, ocupando uma posição de detentores do saber, assim como os outros profissionais de saúde das UBS em que trabalham. Ao entrarem em contato com as alunas, que não se colocaram nesse “lugar de saber”, tornou-se possível a criação de uma relação que não se estabelece entre dois polos como aponta Freitas (1998), mas sim construir uma relação de equidade. Acredita-se que o fato desse projeto ter sido executado por alunos e não profissionais formados também facilitou está construção.

Baró (1996) acredita que existe um idealismo metodológico em alguns campos da psicologia. Entretanto, ele defende que não há neutralidade e nem objetividade quando se trata do trabalho com sujeitos, pois sempre existirão valores e ideologias por trás de toda ação. Enquanto o realismo metodológico segundo Baró (1996) é uma postura metodológica, epistemológica e política, que se preocupa com as problemáticas oriundas da realidade social da maioria da população, a preocupação aqui é com a realidade e não com a mera aplicação da teoria. Como este trabalho não pretendia fazer um levantamento prévio de temas e para discussão com as ACS, devido à demanda previamente levantada pela pesquisa dos professores Luiz Rena e Lúcia Afonso, o primeiro encontro teve como objetivo ouvir suas maiores dificuldades no trabalho com pacientes de saúde mental, seus interesses relacionados a esse campo e o que esperavam dos encontros, para, assim, colher uma demanda genuína, que partisse delas, não sendo imposta verticalmente.

Em consonância com a metodologia da Educação Permanente em Saúde, a forma como os alunos de psicologia se inseriram nesse projeto é de extrema relevância, pois, segundo Freitas (1998) existem duas maneiras de inserção na comunidade que se pretende intervir: a primeira é quando os objetivos do que orientam a atuação do psicólogo são determinados a priori, ou seja, antes de conhecer o contexto de intervenção e os sujeitos com os



quais pretende-se atuar. Já a segunda forma busca estabelecer os objetivos a posteriori, que acontece quando a prática com a comunidade é estabelecida a partir das necessidades e demandas dos sujeitos (FREITAS, 1998), o que foi adotado na prática com as ACS. Este modo de inserção é extremamente relevante quando se trata do trabalho de intervenção do psicólogo, pois a maneira que este conduz o início de sua intervenção determinará a visão dos sujeitos sobre ele. Entende-se que a inserção a posteriori mantém o profissional em uma posição de igualdade, transformando os ambientes em um lugar propício à produção de conhecimento, despertando consciência crítica e transformando-os em sujeitos de mudanças (FREITAS, 1998).

Um dos percalços que o grupo enfrentou foi a tradução dos jargões profissionais da Psicologia e dos conceitos complexos envolvidos na Saúde Mental, para fazer com que as agentes compreendessem o que estava sendo dito. Isso demonstrou como muitas vezes o ensino na academia é elitizado e que quebrar barreiras linguísticas pode empoderar os sujeitos. Algumas ACS demonstraram interesse em fazer um curso superior ao perceberem que tais barreiras, que as separam da Universidade, são menores do que imaginavam e podem ser transpassadas. O interessante nisso é que os encontros foram realizados nas salas de aula da PUC por uma demanda dos alunos, e não se imaginava os efeitos subjetivos que a abertura dessas portas causaria nas agentes.

O projeto atendeu a um de seus principais objetivos: ofertar um espaço que desse suporte a uma pedagogia ativa, em que estudantes e ACS pudessem contribuir e compartilhar seus saberes, o que ficou evidente ao fim dos encontros, quando as agentes deram suas opiniões sobre a experiência de participação no projeto, dizendo que a prática as ajudou na condução cotidiana de seu trabalho e, ainda, se percebendo mais aptas para lidar com os pacientes de saúde mental. Em contraponto, algumas ACS reclamaram sobre a duração do projeto, que para elas foi muito curta, manifestando interesse em uma continuidade e sugerindo, também, que estes fossem realizados com diversos outros profissionais e estudantes da área da saúde.

Cartografias das violências em espaços-tempos escolares para a infância: resistências, estesias e produção de conhecimento

Autor: Rogério Machado Rosa (ufsc)

Coautor: Marta Corrêa de Moraes (UFSC) e Simone Vieira de Souza (UFSC)

O presente trabalho desdobra-se das ações/reflexões forjadas no Projeto de Extensão (2019.2-2020.2) intitulado “Cartografias das violências em espaços e tempos escolares para a infância: resistências, estesias e produção de conhecimento”; cuja finalidade precípua tem sido produzir cartografias sobre resistências e estesias erigidas de experiências transversalizadas por violências em espaços e tempos escolares para a infância. Metodologicamente, o projeto está estruturado em três módulos. O primeiro, transversal ao projeto, diz respeito à realização de grupos de estudos mensais sobre a temática das violências e a cartografia como estratégia útil de produção de conhecimento. O segundo módulo, refere-se à realização de Ciclos de Debate inspirados em experiências pedagógicas e de pesquisas vinculadas à temática das violências na escola contemporânea e as resistências e estesias produzidas pelas crianças. Por fim, o terceiro módulo, abrange oficinas destinadas a produção de cartografias infantis sobre as violências, suas possibilidades de resistências e expressões estéticas. Os resultados esperados são, respectivamente: a) aprofundamento de estudos junto à comunidade sobre a temática das violências e sobre a cartografia como metodologia de pesquisa; b) produção de inteligibilidades sobre as violências na escola, suas resistências e estesias, por meio da socialização reflexiva de experiências pedagógicas e de pesquisas tangenciadas pela temática em questão; c) conhecer, por meio de expressões estéticas das crianças, seus modos de resistências ante às situações de violências. O Projeto de Extensão situa-se no campo de estudos e intervenções voltadas para as temáticas “Violências e Educação”, desenvolvidas respectivamente pelo Núcleo Vida e Cuidado: estudos e pesquisas sobre violências – NUVIC/CED/UFSC e pelo Núcleo de Estudos de Atenção às Questões Escolares – NEAQUE/UNISUL. O Projeto tem como público alvo estudantes de Graduação e de Pós-Graduação, professores/as e funcionários/as das Instituições de Ensino Superior - IES as quais estão vinculados os respectivos núcleos de estudos proponentes. Também visa atender a comunidade externa às IES; principalmente docentes de uma Escola Pública Estadual da Grande Florianópolis e crianças matriculadas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na mesma instituição de ensino. Entre as relevâncias sociais do Projeto cabe ressaltar a insuficiência das discussões acerca da temática das violências na formação inicial e continuada dos/as profissionais que atuam em contextos dedicados à escolarização de crianças, atravessados por violências, o que, por sua vez, justifica a necessidade e a urgência de

uma abordagem mais profunda e sistematizada acerca das possibilidades de atuação, de resistências e de enfrentamentos às violações, em nome da garantia de direitos dos/as cidadãos/ãs. Nota-se também uma escassez de debates e intervenções que localizem e deem visibilidade reflexiva às estesias erigidas de experiências transversalizadas por violências nos espaços e tempos escolares para a infância. De acordo com Chauí (1980), a escola é violenta porque além de cultivar “a crença na não-violência do saber constituído (...) aplica sistematicamente, sob o nome de pedagogia, técnicas disciplinares de adaptação dos corpos ao mundo tal como está (p.74)”. Entretanto, no seu atuar, de distintos modos, o corpo opera apreendendo e sentindo o sentido graças à condição estética. Definida como a condição de processamento do estético, um componente constituinte de todo e qualquer arranjo de linguagem, a estesia é um processamento do corpo que sente as qualidades que sobre ele operam impressivamente (GRAIMAS, 1987). Quanto maior o grau de esteticidade, maior é a ação impressiva e a ação desse corpo operador que, sem automatismo para processar o manifesto por um plano da expressão, capta e sente as impulsões que produzem uma experiência do que é sentido para ser significado. No NUVIC e no NEAQUE temos construído reflexões que emergem de experiências formativas junto a grupos e comunidades populares, suscetíveis a terem direitos fundamentais violados, que têm fomentado práticas diversas de violências, as quais alimentam desagregações sociais, ao mesmo tempo em que fecundam novas agregações que afirmam o movimento da vida comunitária. Neste sentido, as concepções que orientam nossas ações ancoram-se na compreensão de que as violências se expressam como “linguagens (des)organizadoras da vida social e cultural (BALANDIER, 1997). Afirmar isso, implica reconhecer que o social apresenta-se sob a forma de configurações presididas pelo imaginário que o constitui e dá sentido. Assim, todo o movimento de ordem e desordem que compõe o social manifesta-se de forma figurativa, legitimando os grandes emblemas das sociedades contemporâneas. São violências que também transversalizam a constituição de sujeitos, tanto na infância quanto em outras temporalidades da vida, na forma de manifestações criadas, reproduzidas e recriadas nas relações com o contexto social em que se inserem. No tocante à infância, diferentemente das teorizações modernas, que a circunscreveram a um primeiro período da vida, organizado em etapas sucessivas, lineares e extemporâneas; orientamo-nos aqui pela ideia/imagem de uma “segunda infância”, por assim dizer. Infância minoritária, que “habita outra temporalidade, outras linhas [...] essa é a infância como experiência, como acontecimento, como ruptura da história, como revolução, como resistência e como criação” (KOHAN, 2003, p. 63). Infância que nos toca por seu caráter polissêmico, fugidio, cambiante e infinitamente complexo. Uma infância como imagem em aberto, como devir, não delimitada por pacto social algum, mas por um devir que se capacita sempre por expressões longe de equilíbrio. Quiçá, como diria Deleuze (1997), uma infância incessantemente à procura de novas imagens e mapeamentos para si: encontro real-imaginário. Investimos interessadamente em uma concepção de infância artística e/ou arteira. Aquela que carrega em si a capacidade de transformar qualquer tipo de movimento em dança, qualquer tipo de som em música, e qualquer tipo de palavra ou sentença em poesia. Trabalhamos movidos e atravessados por uma compreensão complexa, paradoxal de infância. Isso porque na medida em que foi e ainda é submetida aos poderes e saberes do seu tempo (e a toda violência que essa experiência abarca), também carrega em si um devir revolucionário, uma capacidade de outrar-se ante a barbárie. Diz-se de sua vontade de criação. Ei-la majestosa, a infância: espectro ético-estético-político. Buscamos produzir cartografias possíveis dos entre-lugares e extra-mundos existentes entre infância, escola e violências: cartografias das infâncias e suas resistências, suas estesias. A Cartografia aqui é eleita como estratégia de construção de conhecimento, e também como método de trabalho. Partilhamos da compreensão de que cartografar tem a ver com certa obsessão pela afirmação das diferenças e com a rejeição de postulados universais. Deleuze, ao falar sobre o uso da cartografia, que fazia juntamente com Guattari, e também com Foucault, afirma o seguinte: “nosso trabalho era analisar estados mistos, agenciamentos. Era preciso não remontar aos pontos, mas seguir e desmanchar as linhas: uma cartografia, que implicava uma microanálise para a criação de linhas de fugas” (DELEUZE, 2010, p. 113). O plano de uma cartografia é móvel: é o mundo e suas forças. O cartógrafo habita o “entre”, faz reverência a ele e às conexões rizomáticas improváveis que se dão no meio das forças coletivas tramadoras de mundos possíveis. Em uma cartografia, busca-se o acompanhamento de processos, e não a representação de objetos. No caso deste Projeto de Extensão-Experiência de inspiração cartográfica, isso resulta, conseqüentemente, na criação de movimentos e desvios singulares. São movimentos expressos tanto nas estilísticas das relações que compomos com os sujeitos, espaços e tempos do projeto, quanto nas formas de intervenção que criamos e na organização e desenvolvimento de reflexões que de diferentes maneiras apresentamos. Trata-se de “um projeto que pede passagem, que fala, que incorpora sentimentos, que emociona. É um mapa do presente que demarca um conjunto de fragmentos, em eterno movimento de produção” (MOURA & HERNANDEZ, 2012, p. 4).



Como um Projeto devir, o fim não pode ser agora anunciado, contudo, a intensidade entre o início e o fim nos convida a considerar que “entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, [...] riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 37). Por fim, o Projeto de Extensão aqui apresentado insere-se no bojo das reflexões propostas no GT33: Práticas de criação e processos de subjetivação em contextos educativos, proposto no EIXO 4 - Insurgências ético-estético-políticas: contribuições da Psicologia Social; sobretudo pelos autores(as) com quais dialoga e a sua ênfase em processos que envolvem criação, resistências e uma concepção de infância artística e/ou arteira.

Referências Bibliográficas

- BALANDIER, George. A desordem: elogio do movimento (Le désordre). Bertrand Brasil, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. “A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo”. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e PRADO J.R. Bento, (orgs.). Almanaque 11: Educação ou Desconversa?. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- DELEUZE, Gilles. Bergsonismo. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- _____. O que as crianças dizem. In Crítica e clínica (pp. 73-79) São Paulo: Editora 34, 1997.
- GREIMAS, A. J. Da imperfeição. Trad. de A.C. de Oliveira. São Paulo, Hacker Editores, 2002.
- KOHAN, Walter Omar. Infância: entre educação e filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- MOURA, Carla Borin; HERNANDEZ, Adriane. Cartografia como método de pesquisa em arte. In: Seminário de História da Arte - Centro de Artes - UFPel, 2012.

Ensino, Pesquisa e Extensão: caminhos de construção de uma práxis libertadora voltada para a comunidade.

Autor: Maria Natália (Universidade Federal do Ceará)

Coautor: Paulo Francis Jorge da Silva (Universidade Federal do Ceará)

Este trabalho abordará as possibilidades criadas a partir do tripé ensino/pesquisa/extensão, dentro do Núcleo de Psicologia Comunitária Da UFC (NUCOM), ligado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), em direção à construção de conhecimento e socialização desse para a comunidade em geral. Objetiva discutir, através de processos de formação, pesquisa e extensão, possibilidades e estratégias de enfrentamento frente a situações de opressão e vulnerabilidade, visando o sujeito como autor e transformador da própria história. A Psicologia Comunitária possui como objetivo a co-construção do sujeito e do psicólogo comunitário, numa relação dialógica, através do desenvolvimento da consciência crítica dos moradores em relação ao seu modo de vida e ao modo de vida da comunidade, seja ela urbana ou rural, opondo-se, desta forma, às estratégias sociais de manutenção da injustiça estrutural. Assim, pensamos em uma atuação em equipe de campo, que possua como característica uma práxis em Psicologia Comunitária, partindo do desenvolvimento de uma estratégia de atuação que dialogue com o ensino e a pesquisa. Dessa forma, o presente trabalho tomará por base as experiências de pesquisa e extensão do NUCOM. O núcleo, a princípio chamado de Projeto de Psicologia Comunitária, foi criado em 1992 pelo professor César Wagner de Lima Góis e foi o primeiro núcleo da Psicologia a, na década de 80, iniciar um trabalho de extensão na zona rural. As atividades iniciaram-se a partir da crítica de que se fazia necessário romper os muros da Universidade e construir, de fato, uma Psicologia da e para a comunidade. No NUCOM, Prática (extensão), Formação (ensino) e Pesquisa são articulados entre si, a fim de que a produção de conhecimento se estruture de forma válida e eficaz, bem como a atuação em campo e formação de estudantes de Psicologia enquanto agentes externos em uma comunidade. As atividades do núcleo têm como objetivo facilitar processos de reconhecimento de situações opressoras e modos de enfrentamento perante vulnerabilidades e estigmas, bem como mediar situações onde o sujeito se reconheça como detentor de potencialidades e autônomo diante de situações adversas. Atualmente, o NUCOM conta com um financiamento do CNPq, com a pesquisa intitulada “Pessoas em situação de rua: processos psicossociais relacionados à pobreza e à estigmatização”, que é composta por estudantes de graduação e pós-graduação e visa compreender os processos psicossociais relacionados à pobreza e à estigmatização vivenciados por pessoas em situação de rua

do Nordeste e Sul e: Descrever os modos de vida dessas pessoas; Mensurar a pobreza multidimensional dessa população; Analisar processos psicossociais de opressão presentes nessa população; Analisar processos psicossociais de libertação presentes nos enfrentamentos e Identificar as implicações dos preconceitos, dos estigmas e da violência na vida das pessoas situação de rua. A pesquisa tem como pergunta de partida: Como as pessoas de rua vivem os processos psicossociais relacionados à pobreza e à estigmatização? Pretende-se utilizar uma metodologia mista com dados quantitativos e qualitativos em virtude da complexidade do problema. São utilizados questionários compostos por perguntas relacionadas a Pobreza Multidimensional, Escala de Humilhação e Vergonha, Escala de Discriminação Quotidiana, Escala de Violência, Escala de Suporte Social, entrevistas e grupos focais. Em um primeiro momento, participam moradores/moradoras em situação de rua maiores de 18 anos do Município de Fortaleza. Dessa forma, buscam-se respostas acerca das condições opressoras que atingem as pessoas em situação de rua, com foco na pobreza e na estigmatização que se traduzem em claras violações de Direitos Humanos, como também, os processos de enfrentamento à essa situação. Seguindo a linha central desenvolvida por essa pesquisa, o NUCOM tem atuado, através de um Projeto de Extensão intitulado "Pessoas em situação de rua: processos de fortalecimento e de autonomia a partir da Psicologia Comunitária", em contextos de vulnerabilidade social, atendendo a parcelas da população que vivem em situação de extrema pobreza e geralmente são privados de acesso a várias políticas públicas e visa facilitar processos de fortalecimento e de autonomia das pessoas em situação de rua da cidade de Fortaleza, além de facilitar o desenvolvimento do sujeito comunitário, através do aprofundamento da consciência crítico-afetiva das pessoas em situação de rua. Além disso, busca compreender o significado do sentimento de comunidade para essa população; promover a defesa dos direitos das pessoas em situação de rua; identificar as formas de enfrentamento e de apoio social vivenciadas pela população em situação de rua e contribuir para sistematização teórica, metodológica e vivencial da Psicologia Comunitária a partir a convivência com as pessoas em situação de rua. A realização deste projeto contribui ainda com a formação acadêmica e sociopolítica dos extensionistas, que têm contato direto com a atuação em Psicologia e terão a oportunidade de realizar uma atuação pautada na mudança social. Para além da atuação em contexto Urbano, o NUCOM atua na Zona Rural, através do Projeto intitulado "Desenvolvimento comunitário na Região do Médio Curu (Sertão do Ceará): Psicologia Comunitária e Comunidades Rurais, que tem como objetivo construir estratégias de fortalecimento de ações comunitárias participativas de esporte, lazer, educação e saúde visando o desenvolvimento comunitário e a transformação positiva da comunidade da Canafístula (Apuiarés) a fim de superar as condições de pobreza e desenvolver processos de ensino-aprendizagem que contribuam para a formação teórico-prática crítica e comprometida de estudantes universitários por meio da integração de saberes interdisciplinares. O projeto desenvolve atividades voltadas para a comunidade da Região do Médio-Curu, especificamente, na comunidade da Canafístula, desde 2004. Ele já trabalhou com diversos grupos na comunidade, como: agricultores, mulheres e crianças. Então esse projeto tem atuação em dois eixos: grupo de jovens e inserção comunitária. Apesar de ocorrerem em lócus distintos, as extensões são norteadas pelos paradigmas da Psicologia Social Comunitária e da Libertação, na perspectiva brasileira e latinoamericana, num movimento contínuo de facilitação e conscientização da comunidade acerca de suas potencialidades e processo de reconhecimento enquanto sujeitos capazes de transformar o contexto de opressão no qual estão inseridos. Por fim, completando a tríade ensino/pesquisa/extensão, o NUCOM desenvolve grupo de estudo interno para capacitação dos extensionistas (GEI), grupo de estudo externo "Bom dia, Comunidade!" e cursos de extensão abertos à comunidade em geral, que abordam diversas temáticas. Não obstante, o NUCOM promove palestras, encontros e publicação de livros/artigos. Também colabora com a disciplina obrigatória de Psicologia Comunitária (graduação em Psicologia), já que é ministrada pela coordenadora do NUCOM. Desse modo, através da base que sustenta as intervenções e produções acerca de grupos vulneráveis, o NUCOM promove espaços de reflexão e transformação social, unindo prática, produção acadêmica e socialização para a comunidade, entendendo que é nela onde se encontra a fonte de toda investigação social científica e é para ela que essa produção deve retornar em forma de devolutiva, entendendo o sujeito não apenas como objeto de estudo, mas também como ser potente, sujeito de direitos e potencialidades.



O controle social como meio de garantir a efetivação das Políticas intersetoriais em prol dos direitos da criança e do adolescente no que tange ao trabalho infantil no contexto educacional.

Autor: Claudia Lustosa (CRP20)

Ao dispor sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, o ECA (1990) os reconhece e os legitimam como sujeitos de direitos e em condição especial de desenvolvimento. Para alcançar a efetivação dos direitos da criança e do adolescentes, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1998, alguns mecanismos reguladores foram criados. O controle social é um desses mecanismos que militam para a implementação das diretrizes preconizadas pelo Sistema de Garantia de Direitos, SGD. O SGD deve articular as políticas intersetoriais, zelando pela proteção dos direitos da criança e do adolescente e, quando necessário, restituindo esses direitos; essas políticas intersetoriais se desenvolvem nas áreas de assistência social, educação, saúde, judiciário, segurança pública, dentre outras (COSTA, 2018). Pensar de que maneira o Conselho Regional de Psicologia, bem como o Conselho Federal de Psicologia exercem seu papel de controle social assegurando direitos da criança e do adolescente, ou seja, direitos humanos, é o que se pretende mostrar, através das atuações deste Conselho nas mais diversas modalidades de conselho de direitos humanos, configurando sua atuação no controle social.

A Organização das Nações Unidas (ONU) selaram um pacto e determinaram princípios básicos de respeito e valorização das pessoas. A Declaração elenca direitos e princípios fundamentais que devem ser observados, no entanto, os direitos humanos básicos seguem ainda sendo violados em diversos países. Ainda que não restrita, a situação de violação de direitos humanos costuma atingir mais as crianças e os adolescentes que são mais vulneráveis. Em todo o mundo, mais de 165 milhões de crianças e adolescentes trabalham. No Brasil, ainda são mais de três milhões de crianças e adolescentes vítimas dessa chaga. Ainda que não seja citado na Declaração, o trabalho infantil impede que uma série de direitos básicos seja efetivada. Dos trinta artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, destacamos Artigo XXVI – 1. Todo ser humano tem direito à instrução (...) – o direito à educação é gravemente afetado pelo trabalho infantil. Ainda que os índices mostrem que a maioria das crianças que trabalham também frequentam a escola, seu desempenho é prejudicado. “Se as crianças conseguem o acesso a escola, chegam cansadas e nada ou pouco aprendem”, e além disso, o trabalho infantil também retira o tempo de estudo das crianças e adolescentes, prejudicando o desenvolvimento físico, motor, social, afetivo e psicológico. Neste sentido, O FEPETI composto por entidades governamentais e não governamentais realiza ações diversificadas no intuito de atenuar e/ou erradicar o trabalho infantil, investindo em ações que contribuem para a permanência e a qualidade do ensino das crianças e adolescentes nas escolas.

O Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região, através de sua Comissão Regional de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região, dentro de uma perspectiva inovadora vem atuando de forma integrada com diversos órgãos e instituições voltadas para os segmentos de crianças e adolescentes vítimas de violências, Direitos da Pessoa Humana, Combate a tortura em todas as formas, erradicação do trabalho Infantil etc. Com relação ao segmento de crianças e adolescentes esta Comissão tem representação Estadual no Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, no Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescentes, no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana, no Comitê Estadual de Combate à Tortura, no Fórum Estadual de Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil. Neste sentido, participa de audiências públicas, seminários e outras atividades que visam contribuir para a interlocução com todos os poderes para a garantia de direitos de crianças, adolescentes e os direitos da pessoa humana.

Face às desigualdades sociais de toda ordem no campo das políticas públicas referentes ao atendimento às crianças e adolescentes urge a necessidade de desvelar o véu que impede as camadas mais vulneráveis da sociedade em lutar por seus direitos sociais e as colocam como marginalizadas pela sociedade, deixando-as assim, duplamente prejudicadas em seus direitos. O GT33, GT 48 e GT18, possibilita uma discussão aprofundada sobre a dimensão subjetiva da desigualdade e da dominação implícita e por vezes explícitas que são impostas a estas classes sociais e somente por meio da educação e da articulação intersetorial poderemos avançar na busca de melhorias para as crianças, adolescentes, jovens e sociedade em geral. A possibilidade de políticas públicas inclusivas e extensivas aos grupos populares, por meio de programas e projetos educativos, esportivos, culturais,... poderão possibilitar novos horizontes para romper e minimizar as violações de direitos dos menos favorecidos.



Neste sentido, o Conselho Regional de Psicologia por meio das orientações que faz a categoria, e atendendo a sua função social e regimental no cumprimento dos seus pilares que é orientar, zelar e fiscalizar a atuação profissional, visando oferecer a sociedade trabalhos pautados na ciência e na ética profissional, vem ocupando espaços em fóruns, comitês, conselhos, comissões, grupos de trabalhos, nas áreas da educação, assistência social, saúde, organizacional, jurídica, direitos humanos, laicidade e trânsito. Vale ressaltar que estes assentos têm sido conquistados, respeitados e valorizados pelas instituições governamentais, não governamentais e sociedade em geral em função do compromisso que a classe tem desenvolvido em seus espaços de trabalho e atuação.

Assim sendo, embora tenhamos avançado, ainda há muito caminhos para percorrer e avançar e uma das formas que encontramos para melhorar nossa atuação é por meio de ações articuladas, coordenadas e integradas com as equipes multidisciplinares por meio da intersetorialidade.

Possibilidade de ingresso no ensino superior para alunos de escolas públicas: Relato de uma intervenção

Autor: Camila Silva Castro (UFTM)

Coautor: Helena (UFTM), Lauany Gonçalves Rodrigues (Uftm), Mariana Vergani Abbade (UFTM) e Ana Júlia Trebi

A experiência relatada neste trabalho surgiu a partir dos contatos prévios que alguns dos membros da Liga Acadêmica de Psicologia Educacional (LAPSE) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) tiveram com algumas escolas da rede pública municipal de ensino de Uberaba- MG, a partir do trabalho prático desenvolvido em algumas atividades de disciplinas e programas institucionais da UFTM, como a disciplina de Psicologia Educacional do curso de Psicologia e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Nessas experiências, foi possível perceber que muitos alunos de escolas públicas não possuíam conhecimento sobre as formas ingresso no ensino superior, bem como quais as possibilidades existentes nas instituições do próprio município. A partir disso, surgiu a ideia de desenvolver um projeto de extensão da LAPSE que possibilitasse a esse público o acesso a informações que pudessem contribuir para o maior conhecimento de suas possibilidades. Atualmente, nota-se que a fase da adolescência tem requerido dos jovens, períodos mais longos de educação ou treinamento profissional, para que quando iniciem a vida adulta, consigam assumir as responsabilidades dessa fase. No entanto, vale ressaltar que, assim como foi notado pelos membros da liga, nem todos os jovens possuem as mesmas oportunidades de acessarem informações necessárias para sanarem suas dúvidas, desenvolverem suas habilidades e se qualificarem profissionalmente, notando-se que o ingresso de alunos oriundo de escolas públicas no ensino superior, incluindo instituições públicas, ainda é baixo. Por esses motivos, entende-se a importância das ações extensionistas para intervirem de alguma forma nessa realidade. Partindo do princípio de que a construção de conhecimentos é possibilitada a partir da interação com o meio e com o outro, a abordagem utilizada é a teoria sócio-histórica, amplamente empregada para compreensão de vários aspectos que englobam o desenvolvimento humano e que tem como um de seus representantes, o nome Lev Vygotsky. O trabalho visa relatar a experiência vivenciada em um projeto de extensão, que teve como objetivo geral apresentar informações relacionadas às possíveis formas de ingresso no ensino superior para alunos do ensino médio de escolas públicas, bem como programas e serviços acadêmicos existentes, visando o incentivo à continuação dos estudos do público atendido. E como objetivos específicos: 1) apresentar informações sobre o ingresso no ensino superior para o público atendido, como SISU, ProUni, FIES, além de programas e serviços acadêmicos de permanência estudantil, 2) possibilitar o esclarecimento de questões relacionadas ao ingresso no ensino superior e 3) promover um espaço de discussão e troca de experiências para alunos que cursam o ensino médio público, contribuindo para a promoção de saúde mental do público atendido. O trabalho se relaciona com o eixo temático I - "Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais", na medida em que se trata do relato de uma ação promovida por uma liga acadêmica de discentes de uma universidade pública que visou a garantia da Educação enquanto um direito de todos e que, no cenário político atual, tem sofrido com retrocessos, em um contexto de desigualdades e vulnerabilidades. Além disso o trabalho contribui para a promoção de saúde mental do público atendido, visto que possibilita um espaço de escuta e discussões de questões que perpassam o momento vivenciado por estes jovens. Há também a relação com o GT48: "Relações horizontais como práticas de resistência e emancipação: contribuições do ensino e aprendizagem em Psicologia Social", uma vez que este GT busca acolher trabalhos que tratem, dentre outras coisas, de práticas que se relacionem de alguma forma

com o campo das políticas públicas, que visem a construção de uma sociedade mais democrática e que se configuram como uma forma de resistência em um momento de tantos retrocessos. Como público da ação, foram escolhidos adolescentes do sexo feminino ou masculino, cursando o ensino médio (1º, 2º ou 3º grau) em escolas públicas. Para realização do projeto, foram feitas parcerias com algumas instituições públicas que atendem alunos do Ensino Médio, onde os grupos ocorrem quinzenalmente. A equipe de execução foi composta por discentes dos cursos de Licenciatura e Psicologia e uma supervisora docente do curso de Psicologia da UFTM, que dedicaram oito horas semanais, distribuídas para realização da atividade na instituição, organização da mesma e supervisão entre a equipe de execução e a supervisora. A fim de propiciar aos participantes um espaço de escuta, bem como de conversação, a promoção de grupos de discussão foi escolhida como modalidade grupal. Tal modalidade grupal foi escolhida pelo fato de possibilitar o acesso à opiniões e produções de significados sobre determinado tema e para determinado grupo de pessoas, horizontalidade e o exercício de reflexão dos próprios participantes. O formato dos grupos foi fechado, com cerca de duas horas de duração e contando com a participação de cerca de 25 adolescentes em cada grupo. Como forma de facilitar o diálogo, alguns recursos facilitadores foram escolhidos, tais como: vídeos, filmes, charges, pinturas, músicas e dinâmicas. Como resultados, aponta-se a contribuição do projeto tanto para os membros da equipe de execução quanto para os participantes. As atividades desenvolvidas possibilitaram a prática dos conteúdos vistos em sala de aula, na medida em que se relacionam com algumas disciplinas dos cursos de Psicologia e Licenciaturas da UFTM, bem como com as discussões que são feitas na LAPSE. Dessa forma, os integrantes da equipe de execução puderam aprimorar seus conhecimentos teóricos e práticos sobre o contexto de atuação, exercitando um senso crítico sobre essa realidade, além de ser possível desenvolverem habilidades específicas para o trabalho com o público atendido. Já aos participantes, houve a possibilidade de ampliação de seus conhecimentos sobre as formas de ingresso no ensino superior, o esclarecimento de dúvidas relacionadas à temática trabalhada, as trocas de experiências entre os pares e o conhecimento de suas possibilidades enquanto cidadãos de direitos. A partir do exposto, nota-se que as ações extensionistas que buscam intervir de alguma forma na realidade descrita e com o público atendido são relevantes e necessárias, sendo recomendado que iniciativas deste tipo sejam promovidas em outros contextos. Isto posto, a LAPSE espera realizar o trabalho em outras instituições do município de Uberaba-MG, a fim de atender um público maior e ampliar os resultados alcançados com este projeto.

GT49: Relações pessoa-ambiente: territorialidades e produção de espaços de resistência

(R)eXistências na Amazônia: a atuação de coletivos em espaços públicos na cidade de Porto Velho-RO

Autor: Matheus Mendonça (Universidade de Vasconcelos)

Coautor: Lílian (UNIR)

A cidade de Porto Velho tem sua história marcada pelas contradições do desenvolvimentismo e do “progresso” capitalista. Sua constituição se deu a partir de ciclos de exploração de recursos naturais, o que causou grande fluxo migratório para todo o estado de Rondônia. O maior destes ocorrido na década de 1980, com projetos de expansão agrária e colonização durante o regime militar, mobilizados por campanhas publicitárias do Governo Federal que destacavam o estado como o novo “eldorado” (VALADÃO; BACKES, 2018). Desta forma, o estado – principalmente a capital – foi ocupado por pessoas que vieram de várias regiões como São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso e que esperavam ter oportunidade de ascender socialmente, o que em muitos casos não ocorreu. Um processo histórico que ainda dizimou as populações indígenas locais e acirrou a exclusão das populações ribeirinhas e das florestas que já habitam o local. Atualmente Porto Velho tem lidado com as consequências da construção de usinas hidrelétricas no Rio Madeira, fruto do Plano de Aceleração e Crescimento (PAC). Estes empreendimentos causaram outro fluxo migratório considerável, intensificando-se na efetivação da construção das usinas que trouxeram novas características a cidade, como o “boom” imobiliário e a expansão verticalizada do perímetro urbano (NASCIMENTO; SANTOS; SILVA, 2012). Além de afetar negativamente mais de 10.000 pessoas

que viviam a beira do rio, com atividades de pesca, extrativismo e agricultura familiar, as quais foram retiradas de suas habitações e perderam sua fonte de renda (PLATAFORMA DHESCA, 2011). No que se refere a urbanidade as condições de precariedade prevalecem. Com uma população estimada em 519.531 pessoas (IBGE, 2017), em sua maioria habitante do perímetro urbano, Porto Velho detém apenas 21,5% das vias com bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (IBGE, 2010). A cidade não conta com tratamento de esgoto; tampouco destino adequado para os resíduos sólidos e coleta seletiva; apenas 40% da população conta com abastecimento de água por rede geral (IBGE, 2017). O transporte público é insuficiente e ruim, com várias greves de trabalhadores deflagradas nos últimos anos. Neste cenário de desigualdades e violações de direitos, mas contraditoriamente de riqueza cultural e histórica, é importante entender mais amplamente as formas de participação e resistência encontradas/criadas pela população no espaço urbano de Porto Velho, pois as cidades, além de espaços de transitar e morar, se configuram como espaços de encontro político através de manifestações artísticas, do cotidiano dos cidadãos e de todas as tramas que envolvem o ser e estar na cidade. Estes encontros se dão de diversificadas formas e acontecem em decorrência dos processos históricos, culturais, sociais, econômicos, geográficos e políticos que materializam e simbolizam dinâmicas de pertencimento e exclusão no uso do espaço público, de (des)encontros e expressões individuais e coletivas. Baseando-se nestas reflexões, este estudo teve como objetivos identificar os coletivos que se reúnem/intervêm em espaços públicos centrais da cidade de Porto Velho; caracterizar seus encontros e o uso dos espaços; bem como as formas de divulgação de suas ações. Objetivos que apresentam interface com a proposta do GT "Relações pessoa-ambiente: territorialidades e produção de espaços de resistência", diante da análise de formas organizadas de resistência num território urbano específico da Amazônia. Metodologicamente, o trabalho de campo da pesquisa em tela foi dividido em três etapas: o primeiro consistiu em uma busca online de perfis públicos, fanpages e postagens de coletivos em redes sociais ou em sítios públicos; a etapa seguinte foi a de observação participante em locais públicos, tais como praças e parques da cidade e, por fim, um terceiro momento consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas, gravadas e integralmente transcritas, com participantes de quatro coletivos atuantes em Porto Velho. Após análises decorrentes das três etapas da pesquisa, à luz de referenciais críticos da psicologia social, inspirados no materialismo histórico e dialético, foi possível construir três indicadores acerca dos encontros de coletivos na cidade de Porto Velho: 1) Os locais públicos como palco de encontro e intervenção de coletivos artísticos – no qual destacam-se os dois coletivos artísticos que participaram do estudo (um de RAP e outro de lambe-lambe), que denunciam as contradições da cidade e da sociedade por meio da expressão da arte e, ao mesmo tempo, promovem os artistas e suas produções; 2) Encontros coletivos em espaços públicos institucionais – trata-se do coletivo que luta pelo fim da violência contra mulher e o abuso sexual infantil, por meio de propostas educativas/informativas, com palestras e rodas de conversa em hospitais, escolas, etc.; além da atuação na rede de enfrentamento à violência contra a mulher, com presença significativa e reivindicatória nas pautas das políticas e programas públicos municipais e estaduais e, por fim, 3) Encontros do coletivo em espaços privados com ações em espaços públicos comunitários no qual posiciona-se o coletivo de luta pelo direito à cidade, cujas reuniões ocorrem em locais privados (diante das ameaças na atual conjuntura de perseguição e violência contra movimentos sociais), ao mesmo tempo em que propõe intervenções em espaços comunitários, envolvendo a população periférica para discutir a urbanização em comunidades ribeirinhas, entre outros direitos relativos ao habitar e viver na cidade. No que se refere à publicidade e uso das redes sociais virtuais pelos coletivos estudados, pode-se afirmar que os dois agrupamentos artísticos as utilizam para a articulação nacional com artistas de outras regiões do país, além da divulgação das produções e seus autores. Especificamente o coletivo de lambe-lambe é mobilizado por esta via, trata-se de um circuito que produz coletivamente imagens/grudes envolvendo artistas/grupos/coletivos de várias cidades do país, nas quais a colagem será executada em muros/paredes. O coletivo de RAP faz divulgações de batalhas de RAP na cidade e também das obras musicais criadas. O coletivo de luta contra a violência de gênero, por sua vez, usa os espaços virtuais para publicar convites das ações desenvolvidas e para troca de mensagens com vítimas de abuso e violência e denúncias. O coletivo de direito a cidade tem página em sítios eletrônicos e já divulgou algumas ações, mas sua utilização não se dá com a mesma intensidade e frequência que os outros coletivos anteriormente citados. Este coletivo também se articula por meio das redes sociais com coletivos e movimentos sociais de outras regiões do país. Estas informações permitem, por fim, considerar que Porto Velho agrega os fluxos plurais e caóticos de relações humanas na urbe. Em seus muros, patrimônios, ruas e avenidas é possível ver a contradição de uma identidade amazônica ora reafirmada, ora negligenciada; também as contradições de uma dinâmica de inclusão/exclusão que aponta para a marginalização da população pobre, mesmo que haja espaço suficiente para construção de espaços que os abriguem em partes centrais da

cidade. Convive-se rotineiramente com a precariedade, a ausência, a feiura da equivocada (in)ação do poder público. Por outro lado, evidenciam-se a efervescência de agrupamentos coletivos que tencionam a ordem estabelecida no cotidiano citadino: produzindo sons, imagens e existências ao que na rotina cotidiana urbana não é, ou não pode ser dito, olhado, sentido. São as vozes, olhares e corpos da periferia, dos pobres, das comunidades locais, das mulheres, dos artistas da Amazônia que buscam no encontro com o outro na pólis, fortalecerem-se a si mesmos e aos demais. Pela expressão e resistência buscam existir. Também é preciso destacar que os coletivos não operam isolada ou corporativamente, eles possuem uma conexão com outros tantos coletivos, que se articulam em redes mais amplas interconectadas de organização e solidariedade. Em suas ações foram encontradas a esperança da mudança do contexto desgovernado que perpassa o dia-a-dia desta cidade, de inúmeros retrocessos, em que é preciso novamente lutar pelo que já havia sido conquistado. No entanto, historicamente, e mais do que nunca, o medo e a ameaça às vidas assombra tais encontros e não apenas a existência de alguns seres humanos, mas de toda a humanidade: a capacidade de com o outro estar, diferentemente pensar, expressar, ser e amar, em espaços multifacetados, mas não desiguais, indicando que para a manutenção do existir é preciso ainda mais resistir. Referências: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contagem Populacional. Rio de Janeiro, 2010; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html> Acesso em: 10 fev. 2019; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 10 fev. 2019; NASCIMENTO, C. P.; SANTOS, C.; SILVA, M. Porto Velho: a produção do espaço urbano de Rondônia (1980/2010). Revista Geografar, Curitiba, v. 7., v. 1, p. 20-52, 2012; PLATAFORMA DHESCA. Violações de direitos humanos nas hidrelétricas do Rio Madeira. Relatório Preliminar de Missão de Monitoramento, 2011. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/r_dhescas_missao_rio_madeira.pdf Acesso em: 10 mai. 2019; VALADÃO, A. D.; BACKES, J. L. A educação do campo em Ji-Paraná, RO: a mesmidade e a interdição de identidades camponesas. Interações, Campo Grande, v. 19, n. 2, p. 277-290, 2018.

A configuração dos hidroterritórios e o trabalho dos mercadores de água do sertão

Autor: Guilherme Paim Mascarenhas (UFRN)

A discussão deste trabalho é derivada da tese em andamento que tem como objetivo geral investigar a atividade dos trabalhadores dos caminhões-pipa no contexto do semiárido do alto oeste potiguar. Utiliza-se como referencial teórico o método materialista histórico-dialético, a categoria mais ampla de território com suas derivação e o aporte teórico da Clínica da Atividade. Parte-se da ideia que toda atividade de trabalho contém e é atravessada por seu contexto histórico. Nesse sentido, pretendo debater aqui a conformação territorial do semiárido para, futuramente, localizar a atividade dos trabalhadores dos caminhões-pipa na dinâmica de dominação dos hidroterritórios. Assim, o tema central deste trabalho alinha-se com o GT49: Relações pessoa-ambiente: territorialidades e produção de espaços de resistência.

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica narrativa como método de seleção das obras citadas. Este tipo de busca possui como preocupação central o alinhamento teórico das referências pesquisadas com as bases teórico-metodológicas que fundamentam o trabalho que se servirá delas. Portanto, trata-se de uma pesquisa exploratória com análise qualitativa das fontes guiada pela estrutura narrativa da tese.

Para iniciar a discussão das atuais configurações territoriais do semiárido, é preciso compreender sua gênese. No entanto, não pretendo e nem conseguiria esgotar toda a discussão possível de ser feita sobre este tema, mas sinalizo aqui, alguns pontos importantes para compreender a dinâmica territorial da região.

A estruturação fundiária do semiárido brasileiro passou por diversas mudanças ao longo do tempo e sua ocupação se deu de forma gradativa. Ao passo em que a exploração florestal do litoral nordestino foi sendo substituída pela cana-de-açúcar, a atividade da pecuária foi adentrando o semiárido. Um dos motivos dessa interiorização foi a falta de interesse de exploração da região, pois, na época, o interesse estrangeiro estava ligado a cadeia produtiva do açúcar, o que inclui o tráfico de escravos. Para Darcy Ribeiro, a pecuária colonial caracteriza uma das primeiras atividades econômicas da primeira geração de brasileiros, isto é, população originária da miscigenação forçada luso-africana-indígena.

Ao passo que a pecuária do sertão integra a cadeia produtiva do litoral, ela é explorada pela elite latifundiária local. O vaqueiro, um dos ícones do sertão, expressou (e em algumas localidades ainda expressa) justamente essas



contradições, pois geralmente perseguia bois que não eram dele e em terras que também não lhe pertenciam, ganhando pelos serviços prestados aos donos da terra.

Apesar da persistência da exploração do sertanejo pela elite local, os mecanismos que a produzem vêm sendo atualizados, portanto, mudando de qualidade. A partir da década de 60, a região sul do país experimenta a modernização do campo e logo expande suas fronteiras agrícolas. Além da ocupação do cerrado para plantio de soja, outra região (a que mais interessa ao debate deste trabalho) se apresenta como favorável à modernização do agrohidronegócio: o latifúndio do semiárido; precisamente, as terras localizadas na bacia do Rio São Francisco. Além de contar com recursos hídricos regulares e sol o ano todo, o semiárido nordestino oferece mão de obra abundante e historicamente precarizada.

A “modernização do latifúndio” local promovida pelos capitais mais produtivos da agricultura sulista e da financeirização da atividade enfraquece a produção familiar e acentuam o êxodo do campesinato para as cidades de médio e grande porte da região. Cria-se, assim, novas formas de territórios contra-hegemônicos nos espaços rurais e urbanos submetidos à hegemonia do agrohidronegócio; territórios que “sobram”. O êxito da empreitada para o capital investido promove novas expansões. Desta vez, a busca pela oferta regular de água no sertão não ocorre com a dominação de novos hidroterritórios, mas com a produção espacial destes.

O projeto de transposição que se efetiva, desde seu início, visa tanto o consumo humano de água como a transformação econômica da região. Percebe-se, no entanto, que, historicamente, o “problema da água” no semiárido está mais ligado à democratização do acesso, do que à falta extrema deste recurso. Nesse sentido, levar mais água sem alterar as estruturas sociais de exploração do campesinato sertanejo, provavelmente não resultará na eliminação da “falta d’água”. Ao contrário, fortalece-se o poder econômico-político das elites tornando cada vez mais difícil a luta pela terra com água. O que está na base desta forma de reprodução social é a exploração do trabalho e o monopólio da terra com a água.

Para concluir, é importante observar que toda e qualquer atividade humana ocorre no espaço, não por acaso a categoria território tem retomado sua importância nos estudos das ciências humanas. Localizar espacialmente os fenômenos sociais eleva sua concretude e promove uma leitura mais precisa das universalidades e singularidades do real. Nesse sentido, destaco três contribuições da análise territorial para o estudo em andamento.

Primeiro, a categoria hidroterritório, entendida enquanto aproximação teórica dos movimentos das realidades do semiárido, conseguem descrever as especificidades de dominação que tem a água como elemento central da dinâmica socioespacial. É fato que os recursos hídricos são, historicamente, fonte de disputa em diversas partes do mundo. No entanto, é preciso compreender quais são os elementos e como eles se relacionam para se conhecer o fenômeno que aparece no semiárido em sua essência. Sobre o processo de dominação e produção espacial do hidroterritório no semiárido, a necessidade de grandes volumes para atender uma agricultura industrial impulsionada pelo setor financeiro parece um elemento relativamente novo que merece atenção. Essa forma de produção agrícola eleva ao máximo sua produtividade, mesmo que para isso se contamine o solo e a água com os agrotóxicos, altere as formas tradicionais de relações sociais com o ambiente e chegue ao limite da exploração da mão de obra, o que nos leva ao segundo ponto.

A magnitude e voracidade do modelo produtivo do agrohidronegócio, além de demonstrar sua força cada vez maior, revela de modo abrupto as estruturas sociais que sustentam a exploração da terra, da água e do ser humano. Essa irrupção não dissimulada pode gerar formas de resistência e contra-estratégias de poder à altura do ataque, no campo e na cidade. Se os trabalhadores não estão mais sob o mesmo teto de fábrica, estão cada vez mais aglutinados e próximos, vivendo nos centros urbanos de poder que comandam remotamente os territórios do agrohidronegócio. Somam-se, assim, às lutas do campo.

Por fim, compreender as dinâmicas territoriais que envolvem o domínio da terra com água no sertão ampliam as leituras que podem ser feitas sobre as atividades de trabalho que seguem os movimentos hegemônicos deste modelo de reprodução social. Para ser mais preciso, localizar os atravessamentos conjunturais dos trabalhadores dos caminhões-pipa possibilita uma Clínica da Atividade mais social, material e histórica-dialética.



A dimensão subjetiva da reconstrução pós-desastre: explorações sobre “desfazer” o lar

Autor: Lais Pinto de Carvalho (Universidad de Valparaíso)

Situações de vulnerações aos direitos à moradia adequada são conflitos importantes na América Latina atual. Casos como a ausência de direitos formais sobre a moradia, remoções forçadas produto de construção de projetos de infraestrutura e especulação imobiliária, populações habitando áreas de risco de desastres, e a compressão da moradia como um bem financerizado mais que um direito, são exemplos que colocam em destaque o contexto de produção do habitar a partir de políticas sociais e econômicas que não priorizam a dignidade. As múltiplas vulnerações do direito à moradia adequada frequentemente são problematizadas e intervindas desde sua dimensão material, invisibilizando os circuitos de afetos, significados, discursos e práticas em torno ao habitar, tal como nos recentes casos brasileiros das remoções em massa pela construção da usina Belo Monte, ou nos desastres de Mariana e Brumadinho. Neste trabalho, com a proposta de dialogar sobre a dimensão subjetiva do habitar, esta apresentação busca articular reflexões a partir de uma pesquisa realizada no Chile, sobre os modos em que as pessoas fazem e desfazem seus lares, em um contexto de reconstrução após um desastre. Especificamente, se trabalhou a partir do caso da erupção do vulcão Chaitén -patagônia chilena- no ano 2008, e as diversas vidas que foram surpreendidas com a expulsão dos seus lares, qualificados como inabitáveis por processos de intervenção e política habitacional errática, produto do desastre. Perguntamos pela dimensão subjetiva do habitar em dois momentos.

Primeiro, se produziram e analisaram 18 relatos de vida e entrevistas caminhando com habitantes que optaram por retornar a viver em Chaitén, mesmo que o território até a atualidade seja considerado inabitável, não tenha sistema de esgoto, e os serviços de água, luz e transporte público estão presentes de maneira precária e informal. Identificamos que estes habitantes que optaram por retornar parecem não ter conseguido “desfazer” seu lar y refazê-lo em outro território, estando em uma situação de sofrimento por um lar suspenso no espaço-tempo. Se identificou no estudo deste caso, que a decisão destas famílias de retornar ao território em risco e inabitável provocou um mal-estar político, de ambivalências entre o desejo de obedecer a si mesmos/as, confrontado ao desejo de obedecer ao Estado. Mais que uma cidadania insurgente, ou o surgimento de um sujeito político, a emergência é de sentimentos de culpa e melancolia. É uma disputa pela cidade que se situa desde uma obediência neoliberal. O ato de retornar não é um ato de rebeldia, mas um ato melancólico e romântico, daqueles/as que foram obrigados/as a desfazer seu lar, mas se negaram. Neste sentido, a impossibilidade de desfazer o lar e a insistência de refazê-lo na mesma localização traduz também imaginários de amor romântico que, desde perspectivas feministas, podemos ler como um ato conservador mais que liberador, em que o sofrimento é valorizado, desvelando estruturas de opressão e precariedade. Nesta disputa, o circuito de afetos, práticas discursivas e materiais vão construindo um lar em suspensão. Estas práticas adquirem significações performativas, na medida em que, na sua atuação reiterada e normativa, excedem ao sujeito, e vão conformando um território.

Em segundo lugar, e como ênfase deste trabalho, se perguntou por aquelas pessoas que foram deslocadas e que atualmente habitam outro território -Alerce- distante em mais de 200km de Chaitén. Se hipotetizou que estas pessoas realizaram distintas estratégias com as quais desfizeram seus lares. Se realizou uma pesquisa de desenho analítico-relacional, de lógica exploratória e compreensiva, desde uma metodologia qualitativa. O estudo se realizou com o método biográfico e se utilizaram relatos de vida e entrevistas narrativas com espacialização. Trabalhamos com 16 habitantes que foram deslocados de Chaitén, perguntando sobre sua história de lar e como foi desfazê-lo em Chaitén. Se analisou cada caso em profundidade desde o método biográfico-narrativo-crítico. Durante todo o processo analítico nos situamos desde um compromisso com a reflexividade e a escuta polifônica. Os principais resultados nos permitem refletir sobre a reprodução das lógicas de ambivalência entre a obediência neoliberal e o mal-estar que se apresentam também em habitantes que foram deslocados. A experiência emergente não é a do lar que se conseguiu desfazer, mas sim de uma melancolia social. Os relatos demonstram sujeitos retirados do mundo, que vivem afetos de uma experiência traumática que nunca termina, presos na culpa e recriação individual de não terem conseguido superar o luto pelo habitar perdido.

A experiência de ambos grupos -retornados e deslocados- responde a lógicas neoliberais de individualização da experiência, de um sofrimento que atravessa trajetórias de vida e vai cotidianamente rompendo com projetos e autonomias. Aqueles/as que se deslocaram parecem não conseguir realizar nem a reconstituição do novo lar, nem a auto-determinação de desobeder e habitar o território desejado, como aqueles/as que retornaram. Neste sentido, apesar de que ambas experiências estão atravessadas pelo sofrimento, existe uma disputa performativa pelo



território daqueles que retornaram, indicando que apesar da experiência melancolia, de culpa e obediência, suas práticas cotidianas disputam e negociam estratégias de reivindicação da cidade, em processos de negociação, ainda que não intencionada, entre distintos agentes, a nível íntimo, doméstico e público.

Se desfaz um lar não somente em situações de desastres ou deslocamentos. Este é um processo simbólico e subjetivo que está presente nas trajetórias biográficas de todas as históricas com o lar, podendo representar características liberadoras, como em contextos de violência e opressão no contexto doméstico. No entanto, considerando que as políticas de moradia desde lógicas capitalistas e neoliberais ameaçam com forças estruturais a segurança do lar e sua tenência, os processos de desfazer um lar nestes contextos não se destacam por sua liberação, mas sim pelo atravessamento de disputas e violências, de ordem material, subjetivo e simbólico, vulnerando ainda mais o direito à moradia digna e adequada.

Acompanhamento Terapêutico: a apropriação da cidade e seus espaços por novos devires na sociedade

Autor: Letícia de Sousa Rodrigues

Coautor: Rosimár Alves Querino (UFTM), Raquel Bessa Martins Andrade (CAPS Maria Boneca) e Camila Reis (UFTM)

Introdução: Com o advento da Reforma Psiquiátrica, estabeleceram-se novas formas de cuidado em Saúde Mental, agora amparadas nos pressupostos da Atenção Psicossocial. Abandona-se o modelo racional psiquiátrico e passa-se a entender o sofrimento humano em sua complexidade, enquanto resultado de interações sociais do indivíduo e seus arredores, marcado por eventos socialmente determinados que ocorrem ao longo do tempo. Por muito tempo, os indivíduos em sofrimento mental foram mantidos isolados da sociedade e a criação de serviços substitutivos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), foi um grande passo na luta por uma sociedade sem manicômios. No entanto, para além disso, passadas três décadas desde o início da Reforma Psiquiátrica, a lida com os loucos e com a loucura ainda tem muitos caminhos a serem descobertos fora dos muros dos serviços-dia existentes. Em contrapartida, o cuidado psicossocial pauta-se na criação de possibilidades e na produção de subjetividades e sociabilidades, retirando o usuário do isolamento social e o colocando num lugar de experimentação dessa insanidade, atentando para que, ainda que em sofrimento, são capazes de sentir, pensar, fazer julgamentos e tomar decisões. A doença é colocada entre parênteses e o foco passa a ser a existência-sofrimento do indivíduo, perspectiva essa que lhes permite a construção de novos significados e subjetividades para as suas vidas. Assim, o Acompanhamento Terapêutico (AT) tem se consolidado como um dispositivo de cuidado em saúde mental, que vai além dos muros institucionais, participando de forma intrínseca no cotidiano dos usuários, buscando criativamente estratégias de enfrentamento para às dificuldades encontradas pelo usuário na sua relação com o meio e a comunidade. Em sua função acolhedora, o AT sustenta uma relação não linear que caminha na direção do novo, estruturando-se enquanto uma clínica do acontecimento, valendo-se prioritariamente com o que se passa em tal clínica, dando menor prioridade pro como e com o onde se dá. Desse modo, cabe ao acompanhante terapêutico (at), imergir, junto com o usuário, em seu campo vivencial, de modo a contemplar as demandas singulares dos sujeitos e/ou grupos atendidos. Nesse sentido, o AT pode ser entendido como uma possibilidade nômade e despadronizada em relação à clínica convencional, que oportuniza a geração de outros caminhos e devires a partir dos encontros permitidos pela circulação na cidade, a partir de locais públicos comuns, de modo à reestabelecer uma rede de intercâmbios em que todos os sujeitos sociais estão inseridos. Contingenciar o trabalho do AT exige a explicitação de que o seu campo de atuação é a cidade e, também, os lugares reais e imaginários do acompanhado, pessoas, símbolos e redes, ultrapassando o conceito de território comum, ligado ao espaço físico, à terra e às relações econômicas, explorando o novo território com o outro da loucura traçando caminhos em composições até então desconhecidas, compondo novos modos de existência. Assume-se a ideia de um território construtor de identidades. No lida do AT, as quatro paredes do consultório se dissolvem, e a intervenção ganha a rua e a cidade. Os chamados loucos, antes confinados aos seus espaços manicomial restritos e restritivos, circulam com seus pares – os at – pelas ruas da cidade. A loucura é inspiradora por transbordar as linhas imaginárias e o urbano é cenário e, também, possibilidade de intervenção. Gestos que antes eram congelados pelos sintomas assumem novas composições ao serem refeitos e criados e as saídas são tentativas de proporcionar desvios por novas rotas, mapas e controle do novo território que se instaura. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo relatar as experi-

ências de participação nas atividades de Acompanhante Terapêutico e contribuir para a ressignificação dos sujeitos, construindo territórios de vida permeados pela defesa de direitos humanos, bem como ampliar a formação dos acadêmicos no campo da Saúde Mental. A relação com o eixo “relações pessoa-ambiente: territorialidades e produção de espaços de resistência” se dá pela proposição da garantia da efetividade da função social do espaço, além da ressignificação da relação entre pessoa em sofrimento psíquico grave e os espaços públicos. O referencial teórico, baseado na Desinstitucionalização e nas produções sobre Acompanhamento Terapêutico, está em consonância com as possibilidades teórico-metodológicas que permitem apreender a natureza ético-política da dinâmica humano-espacial em suas diversas configurações, preconizando a identificação estratégias de ocupação/ produção dos territórios de identidade e pertencimento cultural e social, bem como as formas de resistência aos processos de expropriação de territórios. A ver, espontaneidade criadora do fazer do AT se compõe com a Clínica com K, edificada não pelo debruçar-se sobre o outro, mas se desviando pela inventividade, clinamen, afirmação da diferença. A Clínica assume lugar de passagem, de acontecimentos, a espontaneidade que possibilita criar vai tomando corpo através de uma percepção que engendra uma ação que produz algo. O AT se constitui de sutis novidades, a partir da circulação, ampliação e conexão das paisagens urbanas e emocionais, como num caleidoscópio móvel, como um nomadismo que requer o exercício constante de deixar-se capturar para vivenciar o improvável, o impossível, a consolidação liberta de algo novo. Método: Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, cuja vivência se dá através do projeto de extensão “(Re) Inserção Comunitária nos Territórios: acompanhamento terapêutico e cuidado psicossocial”, desenvolvido no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Maria Boneca, vinculado à Fundação Gregório F. Baremlitt, que objetiva o acolhimento, tratamento e reabilitação de pessoas com sofrimento mental. A instituição é uma das pioneiras no estado de Minas Gerais e o primeiro serviço substitutivo de Uberaba-MG. O projeto visa contribuir para a ressignificação dos sujeitos, a construção de territórios de vida permeados pela defesa de direitos humanos e a ampliação da formação dos acadêmicos no campo da Saúde Mental. O AT ocorre uma vez por semana, conduzido por uma psicóloga com formação em AT, em conjunto com extensionistas e estagiários. A etnografia guia a construção de diários de campo, que traz a narrativa densa da relação com o espaço-tempo, afetações e experiências da vivência em questão. A atividade encontra-se em andamento durante o ano de 2019. Resultados: No contexto do projeto de extensão, compreende-se as ações do AT como parte do processo (trans) formativo dos acadêmicos e do cuidado em saúde mental. As ações pretendem auxiliar na construção de novos modos de ser e estar dos usuários acompanhados, enquanto sujeitos atuantes, nos territórios. Além disso, busca-se enaltecer o estabelecimento de ações que possibilitem e/ou facilitem a articulação dos usuários na circulação social e a ampliação dos olhares sobre os processos de cuidado em saúde mental. Conclusão: A experiência tem permitido a construção de vínculos entre os extensionistas, usuários e trabalhadores do CAPS Maria Boneca e valorizado a inserção comunitária nos territórios de vida. Corroborando também para o contato dos acadêmicos com o campo da saúde mental e com novas formas de cuidado psicossocial.

Coletividades, território e resistências: possibilidades e desafios da população em situação de rua

Autor: Helô Petry (UFSC)

Coautor: Regia Carvalho, LAIS DE FARIAS ROSCOCHE (FACULDADE ESTACIO DE SA) e Mayara dos Passos Souza (Mayara Souza)

Este trabalho apresenta breve relato de experiência de atuação no PROJETO NÔMADE – projeto de extensão vinculado ao curso de Psicologia do Centro Universitário Estácio de Santa Catarina. Este projeto desenvolve ações em uma praça pública junto à população em situação de rua do município de São José-SC, pertencente à Grande Florianópolis, capital do estado.

Temos como objetivo desta explanação problematizar a experiência do projeto, debruçando-se sobre aspectos específicos que são os desafios e as possibilidades de resistência em ações coletivas engendradas pela população em situação de rua no território urbano. Partimos do diálogo com pressupostos que partem de uma análise crítica acerca da produção da inclusão/exclusão e de teorias que concebem os sujeitos produzidos discursivamente, corpos marcados pela história, atravessados pela linguagem e em processo de construção frente às relações de poder e possibilidades de resistências.



Sabemos que a população em situação de rua, ainda que amplamente heterogênea, apresenta vulnerabilidades e enfrentamentos específicos, constituindo-se como alvo de ações higienistas no território urbano, violações de seus direitos básicos e fundamentais, dificuldades de acesso às políticas públicas, violência generalizada e discriminações. A relação contingencial dos corpos que habitam o espaço da rua desorganiza concepções hegemônicas tanto em relação aos modos de vida capital, quanto ao uso público do espaço da cidade, tornando sua presença uma constante ameaça (FRANGELLA, 2004).

A vida na rua é vista como um desvio de percurso, um acidente que precisa ser reparado, buscando supostamente resgatar um modo de vida abastado e limpo, que inclua a inserção na esfera do trabalho, fontes de renda estáveis, casa telhada e família. Assim, na dialética inclusão/exclusão social (SAWAIA, 2001), a população em situação de rua é incluída como um “problema social”, e não raro, é atribuído aos indivíduos a responsabilidade pela “desgraça” da sua não inserção num determinado modo de estar no mundo e de ocupar a cidade. A população de rua invisível é aquela que não se quer ver, parte da paisagem por onde se passa. A que se vê, em geral, é alvo de uma urgência salvacionista ou ainda, de criminalizações de toda ordem – sendo assim duplamente abjeta.

Sennet (2003) alerta que o legado neoliberal para a relação corpo-cidade adota como imperativos a tecnologia da locomoção, o fluxo incessante voltado ao consumo, a anestesia e descorporificação política na relação sensorial com o espaço. Assim, quando a urbe é organizada de modo a inibir encontros no espaço público, “a ordem significa justamente a falta de contato” (SENNET, 2003, p.19).

A organização de ações coletivas com a população de rua visa provocar a permanência dos encontros, acionar dispositivos de reconhecimento e criar outras visibilidades, (re)posicionando desejos, necessidades singulares e coletivas perante relações de poder produtoras de verdades que violentam, humilham, silenciam, desqualificam. Frente a esta composição de forças, criam-se espaços de trocas, de escuta e de fala que possibilitam partilhar e engendrar estratégias de luta e de sobrevivência, reinventando outras forças. É importante dizer que apostar em ações coletivas não significa, no entanto, forjar homogeneidade ou eliminar conflitos diante das dissimetrias e das pluralidades de existências (MOUFFE, 2015).

Sobre o Projeto Nômade

O projeto Nômade iniciou em março de 2019 e visa potencializar a construção de laços coletivos, o desenvolvimento da autonomia e a articulação em rede visando reduzir danos, ampliar potências de vida e, pretensamente, angariar direitos. O projeto preza por ações independentes e autônomas, buscando distanciar-se da institucionalização, bem como de ações caritativas e /ou cooptadas pela lógica neoliberal com a emblemática noção de “responsabilidade social”.

A postura ético-política do projeto dialoga com a perspectiva de redução de danos, que é um conjunto de ideias e práticas que pressupõe: a) o pleno reconhecimento das pessoas em situação de vulnerabilidade como sujeito de direitos; b) o entendimento ampliado sobre o contexto histórico, social e cultural que produz e mantém vulnerabilidades, permitindo a desnaturalização de determinados pressupostos individualizantes; c) a constatação de que a prevenção e promoção de saúde devem dialogar com a realidade tal qual ela se apresenta, buscando reduzir os fatores de risco e ampliar os fatores de proteção, conforme cada contexto específico.

Realizamos encontros semanais em uma praça pública da cidade, onde desde o início do ano realizamos rodas de conversa a partir de temáticas diversas propostas pela população de rua participante; busca ativa; acolhimento individual e interlocução com as políticas públicas que trabalham com a população de rua. A atuação do projeto catalisa encontros e aproximações com o Movimento População de Rua da capital, Florianópolis. Recentemente sete participantes do Projeto ocuparam a universidade para realizar uma palestra em que discutiram políticas públicas da cidade, racismo, gênero e os desafios da rua, reposicionando os lugares hegemonicamente delimitados de quem fala, quem cala, quem escuta (SPIVAK, 2010).

Atualmente surgiu como proposta a partir dos encontros e debates, a produção de um jornal próprio da população em situação de rua. A ideia do jornal é criar um canal de comunicação com a comunidade local e arredores, apresentando narrativas e produções próprias das pessoas em situação de rua: poesias, histórias, denúncias, classificados de emprego, entre outros. O grupo tem a pretensão de fazer desta produção midiática, uma possibilidade de geração de renda.

Há dois grupos no Brasil que publicizaram tal experiência: a revista OCA, vendida por pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo- SP e o Jornal BOCA DE RUA, no município de Porto Alegre- RS. Apenas no segundo caso quem produz e também vende o jornal é o povo da rua, fazendo circular a palavra a partir de suas próprias



vozes, subvertendo e disputando narrativas outras sobre si perante discursos midiáticos, assim como deslocando lugares que se deslocam da posição de pedinte para de trabalhador. Hausen, Costa e Luce (2007) relatam a experiência do BOCA DE RUA de modo a ressaltar três formas de resistência – relação com o espaço, consumo e mídia e afirmam que “a resistência enquanto criação insere-se nas fissuras do sistema” (p.40), ou seja, uma ação que resiste não como oposição à máquina capitalística: nela se insere, dela se alimenta e se acopla para subvertê-la.

Desafios

Em sua análise genealógica sobre a loucura, Foucault (1972) aponta que as embarcações europeias do final da Idade Média, a Nau dos Loucos, carregava consigo todos aqueles que vagavam pelas ruas da cidade – loucos, pobres, ociosos, miseráveis, que, arremessados ao próprio destino, eram transformados em “prisioneiros da passagem”. Citando o romance de Tristão e Isolda, Foucault cita tal trecho: “malditos sejam os marinheiros que trouxeram este louco! Por que não o jogaram ao mar?” (1972, p. 13).

A relação ora benevolente, ora repressiva e odiosa – talvez não excludentes entre si – marca a forma proeminente de como o município em que se insere o projeto atua com a população de rua. A ocupação coletiva no espaço público pela população tem situação de rua nos encontros do projeto têm gerado incômodos e manifestações de ódio por parte da comunidade local, acionando agentes de segurança pública e conclamando por “limpeza”. O mal-estar é traduzido como “insegurança e medo” em um espaço em que coexistem “famílias de bem”.

Frangella (2004) problematiza que os agrupamentos das pessoas em situação de rua são escassos e ocorrem geralmente à noite, principalmente nos espaços de dormir. A autora afirma que evitar a permanência em bando, exceto em lugares de pouca circulação como debaixo de viadutos, é uma estratégia de sobrevivência das pessoas em situação de rua, considerando que tal agrupamento à luz do dia ou espaços movimentados, em geral produz medo e comumente atrai medidas repressivas.

Cientes dos imperativos higienistas e de atributos morais que marcam essa “marca divisória” entre cidadãos de bem versus vagabundos e criminosos, temos avaliado estratégias de diálogo com a comunidade ao redor. Circunscreve-se, portanto, como um desafio para a continuidade das ações de resistência, criar outros possíveis diante de vozes que, metaforicamente, vociferam por jogar corpos ao mar – expor à morte, à vulnerabilidade e ao abandono em nome do “bem-comum”, ou seja, em defesa de uma parcela da sociedade (FOUCAULT, 2005, PELBART, 2003) que busca salvaguardar seus privilégios de dominação dos acessos e da ocupação dos espaços.

Para concluir...

A política de guerra às drogas coadunada ao racismo que estrutura as relações sociais brasileiras reiteram determinados grupos como potencialmente perigosos, neles localizando o suposto grande mal-estar a ser combatido, tornando ininterrupta a engrenagem de criminalização, encarceramento, genocídio da população negra e a produção de vulnerabilidades. No ano de 2019, vimos ser instaurada a “nova” política nacional sobre Drogas por meio do Decreto nº. 9.761/2019, bem como a “nova” política de saúde mental via Nota Técnica nº 11/2019. Interações compulsórias, involuntárias, eletroconvulsoterapia, mercadologização da saúde e da segurança pública, fim da política da redução de danos, recrudescimento da lógica moral e punitiva: esse é o sinistro cenário que se agiganta diante de nossos olhos atônitos, assustadoramente imóveis.

Como afirma Bertold Brecht: “E o grito: ‘Aí vem o novo, tudo é novo, saúdem o novo, sejam novos como nós!’ seria ainda audível, não tivesse o trovão das armas sobrepujado tudo”. Resistir é urgente.



Coletivo Sarau do Binho: poesia, articulação territorial e direito à cidade

Autor: Tatiana Minchoni

Coautor: Robinson de Oliveira Padial (Coletivo Sarau do Binho), Suzi de Aguiar Soares (Coletivo Sarau do Binho) e Kátia Maheirie (UFSC)

A formação das periferias nos grandes centros urbanos guarda relação direta com o desenvolvimento sócio-metabólico do capital. Se por um lado as cidades funcionam como motores do capitalismo por concentrar a população, as atividades, os meios de reprodução do capital, da força de trabalho e do consumo, por outro lado, estas são determinadas por esse próprio funcionamento. Isso significa que a produção social do espaço e, conseqüentemente, a qualidade de vida das pessoas, obedecem à lógica da mercadoria, ou seja, qualquer pedaço de terra da cidade é uma oportunidade de negócio e a política urbana se configura como relação de mercado. Assim, o solo urbano hipermercantilizado determina a organização das cidades, de forma que quem detém mais capital tem mais possibilidades de escolhas, acessos e circulação nos espaços. Uma das conseqüências disso é a segregação socioespacial e racial que, em uma de suas primeiras manifestações aparece como o binômio centro-periferia, em que populações pobres e predominantemente negras são expulsas/deslocadas das áreas centrais, onde se concentram os excedentes, os serviços, os equipamentos de cultura e afins, ou seja, a parte mais rica da cidade. Em contraste, as periferias são áreas intencionalmente precárias, onde há alta densidade demográfica e a parca presença do Estado no que tange a garantir as condições mínimas para as populações locais viverem e, ao mesmo tempo, uma presença militarizada, repressiva e criminalizante no trato às mazelas da “questão social”. A cidade, no entanto, não se faz apenas pelas determinações socioeconômicas, ela é constituída por e constitutiva dos sujeitos, de forma que o espaço em que se vive define as possibilidades de existência e a produção das condições materiais para a mesma. Portanto, é necessário olhar para o território para compreender onde a vida cotidiana acontece, como o espaço é apropriado e usado pelas pessoas, fazendo-as pertencerem àquilo que as pertence. É para o território periférico do Campo Limpo, situado na zona sul da cidade de São Paulo/SP que lançamos nossos olhares, com o objetivo de discutir a apropriação do espaço por meio das ações do Coletivo Sarau do Binho. As reflexões ora elaboradas são oriundas da construção de informações por meio de entrevistas com roteiro norteador, participação observante e registros em diários de campo, a partir da inserção no Coletivo Sarau do Binho. Em um contexto abismal de desigualdade social, há poucos equipamentos públicos de cultura (bibliotecas, teatros, casas de cultura, casas de show, espaços de exposições) nos territórios periféricos para suprir a demanda dos povos ali viventes. Neste cenário, o Sarau do Binho foi criado para a livre expressão humana por meio da linguagem artística, o qual existe na zona sul de São Paulo há 16 anos como um espaço de encontros, em que a poesia tem papel central, mas onde há também apresentações teatrais, musicais, circenses, de dança, mostras audiovisuais, entre outras. É um espaço auto organizado, criado por pessoas do território e destinado às mesmas, que aposta na potência dos povos das periferias e no desenvolvimento humano mediado pelas artes. O Sarau do Binho foi realizado durante anos em bares, um dos poucos espaços de lazer e sociabilidade fortemente presentes nas periferias paulistanas. Por meio da apropriação do espaço, Suzi e Binho, criadores do Sarau, enxergaram possibilidades outras para seus bares, transformando-os em verdadeiros centros culturais. A permanência do Sarau do Binho no tempo se deu devido à composição com tantas outras pessoas do território que comparecem ora como artistas se apresentando, ora como espectadoras. Desde sua criação, o Sarau do Binho ganhou notoriedade no território por fomentar a leitura e a criação artística, por viabilizar o acesso democrático às artes e, ainda, por possibilitar um espaço para a expressão de povos historicamente subalternizados. Muito além dos bares, o Sarau do Binho passou a ser realizado mensalmente no Espaço Clariô de Teatro, na Praça do Campo Limpo, bem como em escolas e bibliotecas públicas e/ou comunitárias do território, espaços culturais independentes, fortalecendo a cultural local, investindo na educação não formal e propiciando a formação e visibilização de artistas do território, o que implica em processos de identificação e reconhecimento pela população local com as obras de artes produzidas. Ainda, o Coletivo realiza ações outras no território, como a distribuição gratuita de livros com a Bicletoteca e a Kombiblioteca; a Feira Literária da Zona Sul (FELIZS) realizada anualmente por 12 dias em diversos espaços do território; e, também, atividades quinzenais abertas à população no Espaço Cultural Sarau do Binho. Compreendemos que tais ações estão situadas nas horizontalidades do território do Campo Limpo, ou seja, nas relações intersubjetivas e afetos que movimentam o território, onde são criadas e recriadas cotidianamente formas de vida não hegemônicas e onde habita a heterogeneidade criadora. Portanto, pelo que é ofertado no espaço geográfico local é criada uma solidariedade orgânica, viabilizada pela experiência comum em um território partilhado, de forma que possi-

bilitam a criação de um corpo coletivo que sustenta o orgulho de ser “da quebrada”, de querer intencionalmente existir e agir para transformar o contexto periférico. Com distintas ações, o Coletivo Sarau do Binho se apropria subversivamente do espaço, de forma que este deixa de ser apenas um meio de produção para o capital e para o Estado e passa a ser uma criação político-cultural que viabiliza formas outras de experimentar os espaços públicos da cidade, tornando-os vivos, e propiciando o exercício do direito à cidade.

Corpo/cidade: marcas e tensões em um cortejo artístico de rua

Autor: Adriana Barbosa Ribeiro (UFSC/IFAP)

Coautor: Andrea V Zanella (UFSC)

O objetivo desse artigo é analisar as tensões que emergiram na apresentação da performance “Nenhuma a Menos” realizada em forma de cortejo pelo grupo de mulheres “Madalenas da Luta SC”, ocorrida em Florianópolis/ SC, em 2019. A proposta da apresentação nas ruas da capital busca colocar em debate e tensionar questões pautadas pelos movimentos feministas e de reivindicação aos direitos individuais e coletivos das mulheres, bem como o direito à cidade.

Uma vez que no decorrer da história, experimentamos formas distintas de nos relacionarmos com a cidade, de ser e de agir nela. Autores como Milton Santos (2006), David Harvey (2013) e Henri Lefebvre (2001) propõem refletir sobre a cidade enquanto movimento, cidades vivas, constituídas e marcadas pelas pessoas que as habitam e por elas circulam.

Nesse sentido, a cidade pode ser entendida como um lugar de realização da vida, marcada por tensões políticas, econômicas, sociais e culturais. Inclusive, compreendendo a cidade como lugar de diferença, de encontro e confronto com o outro. É lugar de interações criativas, em que a “desordem tem seus usos e visões, formas culturais e desejos individuais concorrentes se chocam” (Harvey, 2013, p.56).

Por meio de diferentes linguagens artísticas, como o teatro e a performance artistas produzem provocações, interações e tensionamentos sobre as relações instituídas historicamente com a cidade, entre as pessoas umas com as outras e os desdobramentos produzidos na subjetividade (Britto & Jacques, 2009, Carlson, 2012). Práticas artísticas que ao operarem ideias e conceitos assumem uma perspectiva relacional e/ou conceitual da arte (Freire, 2006; Bourriard, 2009), pois essas intervenções/performances desenvolvidas nos contextos urbanos interagem com os diversos debates sobre os processos ético-políticos da vida social (Berri, Zanella & Assis, 2015; Zonta & Zanella, 2019).

A performance, arte do corpo, híbrida e momentânea, é compreendida como um modo de ação cultural e de renegociação de experiências e sentidos (Pinho & Oliveira, 2013; Ramirez, 2017). Ao pensarmos, particularmente, sobre a performance que acontece na rua, a artista se propõe a interagir com o corpo da cidade e, por conseguinte, se propõe também a correr riscos. Ao resignificar o espaço da cidade para assumi-lo como palco, ela também se abre para o imprevisível daquele espaço-tempo e para a experiência estética que o encontro com a cidade e com o outro possibilita (Turle; & Trindade, 2016; Carlson, 2012).

Assim, a cidade revela suas polifonias nos ruídos, nas tensões e conflitos, que emergem desavisadamente, nos múltiplos tempos que se fazem ver e ouvir no espaço urbano. Apresenta-se assim como (diver)cidade, tendo “manifestações múltiplas engendradas entre o culto e o popular, o tradicional e o moderno, o artístico e o não artístico, tudo acontecendo simultaneamente, incorporado no tempo e na vivência metropolitana ” (Furtado; & Zanella, 2007, p. 310).

A intervenção na cidade apresentada nessa pesquisa é desenvolvida pelo grupo “Madalenas na Luta Santa Catarina” que se caracteriza por um grupo de mulheres “artistas-militantes-feministas, atuantes em movimentos sociais para a superação da sociedade capitalista, machista, racista, homofóbica e patriarcal”. Fundamentadas na estética do oprimido, de Augusto Boal (Boal, 2009) e no teatro político (Costa, 2001). Atualmente o grupo, tem aproximadamente 10 mulheres, com idades que vão de 20 anos até 70 anos, oriundas de diversos segmentos sociais, sindicais e comunitários.

A pesquisa é realizada por uma pesquisadora/participante inserida nas atividades artísticas e interventivas do grupo (Maraschin, 2004; Amador; Larazzotto & Santos, 2011). Usa-se registros do diário de campo, fotos dos arquivos pessoais e do grupo e conversas com as artistas, assim como, a descrição de experiência artística do processo.

No cortejo “Nenhuma a Menos” o estandarte abre caminho na rua e a batida grave do tambor anuncia que terá teatro, mas não há palco fixo, é na via pública que encontramos a plateia. A performance ocorre no caminho, percorrendo as ruas da cidade, em um circuito “nômade” (Turtle; & Trindade, 2017), mulheres-artistas enfileiradas, uma atrás da outra, visibilizam mulheres-ausentes.

Ao som do tambor ouve-se em alto e bom som o nome de uma mulher, mas não é daquela que fala. O nome é de uma mulher que foi calada, é de uma mulher que consta nas notícias de feminicídio dos jornais. O nome é o mote para resgatar o ocorrido, cidade e ano do assassinato, que é apresentado pelas atrizes.

A performance “Nenhuma a menos” é composta de 5 atos, o primeiro ocorre durante a caminhada e outros acontecem em paradas planejadas em pontos da cidade. O primeiro ato da apresentação resgata memórias e também denuncia os possíveis esquecimentos relativos aos feminicídios que ocorrem no Brasil. Afinal, todos os dias novos nomes passam a compor a extensa lista feminicídios, caracterizado segundo Meneghel e Portela (2017) por assassinatos de mulheres pelo fato de serem mulheres. Ligados a motivos de “ódio, desprezo, prazer ou sentimento de propriedade” (Meneghel & Portela, 2017, p. 3079). Os dados mostram que 1 mulher é morta a cada 2 horas; isto significa que em um dia são 12 mulheres que perdem a vida violentamente (Fórum Brasileiro de Segurança Pública-FBSP, 2017).

O anúncio dos nomes na performance contrapõe-se ao esquecimento dos casos, com a problematização do silenciamento de mulheres por uma sociedade patriarcal. De modo, a visibilizar para o público, o que por muito tempo esteve na ordem do privado, do lar, da vida pessoal. Em que mulheres sofrem diversas violências (física, psicológica, sexual e patrimonial) nas suas relações pessoais e afetivas, a ponto de chegarem ao feminicídio.

O dito popular conhecido por muitas gerações de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, é contraposto, na década de 1970, pelo enunciado “o pessoal é político”, usado pelos movimentos sociais e feministas que colocam em evidência que a violência doméstica contra a mulher não pode permanecer na instância do privado (Santos;& Izumino,2005; Pasinato, 2010). Assim, o resgate da memória para os casos de violência doméstica se reveste de um caráter ético-político, trazendo a discussão da vida cotidiana para as artes.

O segundo ato intitulado “Não estão todas, nenhum direito a menos”, se constitui pela parada das participantes em forma de círculo, momento em que as artistas falam com seus corpos voltados para a parte de externa do círculo e buscando os olhares dos espectadores, proferindo a frase “não estão aqui as mulheres...” que foram presas e sofreram torturas na América Latina; não estão as vítimas de abortos clandestinos, mulheres vítimas de abuso sexual, exploração e tráfico de pessoas, entre outras formas de violação de direitos contra as mulheres. Sem associar a nomes, a proposta é entender que muitos corpos femininos ainda continuam sujeitos a regimes de exploração semelhantes aos que oprimiram as antepassadas, condições que ainda se apresentam hoje, enquanto forças discursivas e enunciativas em disputa na arena de sentidos.

Segue-se para o terceiro ato – “o corpo que cai”. Uma das mulheres, percorre o interior do círculo em busca do olhar das outras mulheres, como uma súplica pelo apoio. Sem sucesso, ela cai, representando uma morte, no interior do círculo. Como lembra Judith Butler (2015, p. 66), “o luto público está inteiramente relacionado à indignação, e a indignação diante da injustiça, ou, na verdade, de uma perda irreparável” e nisso reside, segundo ela, seu “enorme potencial político”.

O quarto ato é composto pelo “desenho da silhueta”: uma integrante da roda contorna o corpo caído com tinta lilás ou giz, imprimindo na calçada a presença que restará como vestígio da performance, como resto da violência anunciada. Enquanto são enunciados os dados das diversas violências (física, simbólica e social) contra as mulheres, relacionando-os a elementos interseccionais, como classe, raça, gênero, entre outros, que, normalmente, intensificam a violação de direitos. O desenho da silhueta marca o lugar da queda/morte de mais uma mulher. Por conseguinte, a silhueta se tornará um rastro da apresentação, compondo com a cidade mais uma das marcas que se encontram em seu caminho.

O quinto ato é realizado pelo “renascer do corpo pela força das mulheres”, em que a Madalena que estava pintando volta a integrar o círculo e convida as outras a se darem as mãos para, juntas e de mãos dadas, levantarem o corpo que está caído. Convidando a personagem que estava “morta” a fazer parte daquele grupo, a mulher não mais caída recebe uma rosa vermelha e a deposita em cima da silhueta, enquanto outra Madalena acende uma vela. Uma terceira artista do grupo posiciona-se ao centro do círculo e declama o poema Pulso Aberto, de Maria Resende.

A performance se estrutura no cortejo que continua seu percurso com a cidade. Por conseguinte, as artistas marcam e são marcadas na/pela cidade, como discorre Nogueira



De dentro, imersos em narrativas, lugares, experiências, a cidade nos habita. Sujamo-nos de cidade a todo tempo, somos marcados por ela e, aí, necessariamente, deixamos nossas marcas. Somos feitos de cidade, seus tempos, modos, sua memória. Fazemos a cidade com nossos corpos e palavras, com os usos (Nogueira, 2003, p. 38).

A citação nos permite refletir sobre as relações que estabelecemos com a cidade em nossa ação artística, mas também cotidiana. Além de pensar quais os diálogos e dissensos que podem se estabelecer na triade espetáculo-artista-espectador.

Dialética exclusão/inclusão e política habitacional: a realidade de moradores de um conjunto habitacional em Barreiras, Bahia

Autor: Rosana Maria Reis dos Santos (FASB) e Jeovana de Souza Araújo (FASB)

Coautor: Marianna Oliveira de Souza (FASB), Fabiana (Fabiana Grossi), Wellington da Rocha Almeida (FASB) e Edelyn Knebel (Fasb)

O Brasil passou por profundas mudanças no século XX, na qual uma delas refere-se ao êxodo rural, especialmente a partir da década de 1950. A questão da habitação no contexto da industrialização e desenvolvimento do país marcam este período reproduzindo injustiças e desigualdade social. Assim, é possível afirmar que a precariedade habitacional é uma realidade nas cidades brasileiras, mais ainda, a partir da década de 1980 em que o país passa a ter uma estagnação econômica. Tal problema é representado através das favelas, cortiços e ocupações irregulares. Apesar da não omissão do Estado em relação a problemática, as políticas urbanas e habitacionais nunca foram suficientes, principalmente pelo fato de não contemplar as pessoas mais pobres (CYMBALISTA; MOREIRA, 2006). A inclusão perversa faz parte de um mecanismo criado pela sociedade capitalista que incluem para excluir, que produz ideias dos indivíduos que acreditam fazer parte do todo, ao mesmo tempo em que reproduz e sustenta a servidão, passividade, miséria e exploração e alienação do trabalhador. Essa estratégia mantém os homens dependentes de um estado de coisas mercadológicas que produz a ideia de perfeição e satisfação, porém não possuem liberdade e potência. (SAWAIA, 2003). O presente trabalho tem como objetivo compreender a dialética exclusão/inclusão e a relação com a política de habitação para moradores de conjuntos habitacionais no município de Barreiras, Bahia. Com base na teoria de Bader Sawaia (2001, 2011), por meio de entrevistas semi-estruturadas foram entrevistados nove moradores de um conjunto habitacional, localizado a 15km do centro da cidade. A presente pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da Faculdade São Francisco de Barreiras-FASB. O método utilizado foi qualitativo, as análises foram realizadas de forma dedutiva e a partir da análise de conteúdo de Bardin (1977). Com base nas três temáticas de Bader Sawaia, Inclusão perversa, Sofrimento ético político e Potência de ação, foram identificadas as seguintes categorias: ausência de políticas públicas, necessidade de inserção social, estereótipo do bairro, atividades comunitárias, alternativas para o trabalho e reivindicação dos direitos. Sendo assim a inclusão perversa, aparece para os moradores do bairro como a não existência de serviços públicos e a dificuldade de deslocamento para encontrar um atendimento seja em saúde, assistência social, educação e lazer. A falta de ocupação para os jovens refere-se na necessidade de inserção social, fazendo com que os mesmos fiquem marginalizados, sem oportunidade de qualificação e trabalho. No que se refere ao sofrimento ético político, o estereótipo de bairro demonstra o preconceito existente com os moradores que relatam negação de serviços e trabalho como: entrega dos mercados e farmácias e ausência do emprego por estigma de periculosidade do bairro. Por outro lado, alguns moradores conseguem desenvolver potência de ação como alternativa de enfrentamento diante das dificuldades. São realizadas atividades comunitárias como torneio de esporte. E como alternativas de trabalho, abrem comércio e cuidam das crianças para que as mães possam trabalhar. Reivindicações são realizadas como forma de buscar melhorias, através das redes de comunicação e contato com os órgãos públicos.

Levando em consideração que a partir de 1988, a moradia passa a ser um direito previsto na constituição federal (BRASIL, 2002), é importante ressaltar que não é apenas a moradia que supre as necessidades totais do indivíduo e que sua marginalização/afastamento das cidades é uma forma de privar essa população de ter direitos à cidade.

As políticas habitacionais levam em consideração as necessidades básicas e biológicas do ser humano; porém, negam a emoção e afetividade. Os sentimentos gerados por esse processo são relacionados à subalternidade e inferioridade em que essas pessoas são submetidas. Por outro lado, as pessoas excluídas possuem capacidade para



criar estratégias de resistência que visam enfrentar os problemas encontrados. Na sociedade em que vivemos, as políticas públicas, que devem visar o máximo de inclusão possível para as pessoas que dela precisam, fazem isso para depois começar o processo de exclusão, ou seja, incluem para depois excluir. Essa é a dialética da inclusão perversa, onde coloca o indivíduo em um meio e não lhe dá condições para que esse desenvolva as suas potencialidades, até mesmo não oferece meio para sua sobrevivência (SAWAIA, 2011). Podemos aqui citar as políticas de habitação, em que o governo busca incluir, mas se torna uma política de exclusão, pois essas moradias são construídas às margens das cidades. Assim, mesmo com tentativas de políticas de inclusão, o muro que separa os excluídos dos incluídos cresce cada vez mais. Pode-se dizer também que os excluídos não são somente rejeitados geograficamente, fisicamente ou materialmente, mas sim, de todas as formas que não são reconhecidos, através de valores, riquezas espirituais, ou seja, uma exclusão cultural. (SAWAIA, 2001). Sendo assim, a presente pesquisa possuiu como relevância compreender como os moradores de um conjunto habitacional são incluídos perversamente na sociedade, pois adquirem a casa em locais distantes, marginalizando os mesmos, sem a condição necessária de viver enquanto cidadãos. Através disso, é possível utilizar estratégias para melhor qualidade de vida e condições de vida para as pessoas que moram nesse conjunto habitacional, possibilitando que os mesmos reforcem a potência de ação.

REFERÊNCIAS:

- BARDIN. L. Análise de conteúdo. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2002.
- CYMBALISTA, Renato; MOREIRA, Tomás. Política Habitacional no Brasil: a história e os atores de uma narrativa incompleta. In: ALBUQUERQUE, M. C. Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira. São Paulo: Instituto Pólis.
- SAWAIA B. Introdução: Exclusão ou inclusão perversa? In: Sawaia, B. As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes: Petrópolis, 2001.
- SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Sawaia, B. As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes: Petrópolis, 2011.
- SAWAIA, Bader Burihan. Fome de felicidade e liberdade. In: Carvalho, M. C. B. Muitos lugares para aprender. São Paulo; CENPEC / Fundação Itaú Social / Unicef, 2003.

Enraizamento, participação e perspectiva temporal - uma discussão a partir da psicologia socioambiental crítica

Autor: Gustavo (USP)

Este trabalho propõe estudar a noção de enraizamento em psicologia socioambiental como um vínculo entre identidade psicossocial e socioambiente. O termo socioambiente, na forma como é utilizado nas discussões sobre enraizamento, inclui seus aspectos espaçotemporais e deve ser entendido em sentido suficientemente amplo para abranger a cultura de um povo, sua história e sua memória coletiva. Muitas vezes, enraizamento é entendido como um vínculo que surge naturalmente pelo transcurso do tempo. A estabilidade na relação com um lugar é vista como uma condição para o enraizamento. Ele depende, então, principalmente de uma relação com o passado. Mas esta visão põe o indivíduo como parte passiva frente ao ambiente. Uma abordagem crítica da psicologia ambiental, ao contrário, exige considerar que ambos os polos — indivíduo e socioambiente — constituem-se mutuamente. A percepção de estabilidade socioambiental não decorre necessariamente do transcurso do tempo. Ela depende de o indivíduo perceber sua ação no socioambiente como livre de opressão, depende da expressão da identidade psicossocial na criação livre de um socioambiente que, em contrapartida, o transforma continuamente. Kurt Lewin chama de “participação” a este tipo de ação. Por tais razões, o futuro, aquilo que se almeja na criação de um socioambiente, pode ser tão ou mais importante que o passado no estabelecimento de vínculos estáveis com o socioambiente. Para estudar tais relações, foram desenvolvidas duas pesquisas quali-quantitativas. A primeira, contando com a participação de comunidades tradicionais do sul do estado de São Paulo, visou estudar a relação entre apego ao lugar, identidade de lugar e participação política nas decisões coletivas. Foram aplicadas aos participantes escalas de apego e identidade de lugar e foram realizadas entrevistas. A hipótese era a de que

participantes que declarassem envolver-se nas decisões coletivas apresentariam maior grau de apego e identidade. O segundo estudo consistiu na aplicação on line de uma série de escalas, entre as quais as de apego e identidade de lugar, participação política e comunitária, perspectiva temporal e capital cultural. Também se questionou os participantes a respeito de sua participação no enfrentamento coletivo de problemas locais. Em ambos os trabalhos foram encontradas relações estatisticamente significantes entre apego e identidade de lugar, por um lado, e participação nas decisões coletivas, por outro. Foram encontradas diferenças significantes de acordo com a faixa etária. Os mais velhos sentem-se sistematicamente mais apegados e identificados com seus lugares de moradia. A relação entre participação e perspectiva temporal mostrou-se bastante complexa, com uma tendência de que pessoas mais apegadas e politicamente participantes apresentem perspectivas de futuro e passado mais positivas. Um outro estudo foi desenvolvido a partir dos dados coletados junto às comunidades tradicionais no primeiro estudo. Perguntou-se aos respondentes como se dava sua participação em decisões coletivas na comunidade. As respostas iam desde a indicação de que tal participação era ativa e vista como muito importante pelo respondente, até a indicação de que não havia qualquer participação em tais decisões. Essas respostas foram classificadas, por inspiração em Paulo Freire, em três grupos: aquelas que indicavam elevado grau de consciência sobre o papel político do respondente; aquelas que indicavam uma consciência parcial deste papel (como a afirmação de que o respondente participava apenas obedecendo ao que os outros membros da comunidade decidiam); e aquelas que declaravam não haver qualquer participação. Os níveis de apego e identidade de lugar entre esses três grupos foram comparados. O grupo que declarou participação ativa apresentou grau significativamente mais elevado de apego e identidade de lugar que os outros dois grupos. Esses estudos parecem corroborar a intuição de Simone Weil — para quem enraizamento implica uma participação real, ativa e natural em uma coletividade que preserva certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro — e mostram caminhos que permitem avançar na resolução de problemas teóricos do campo da psicologia ambiental. Entre esses problemas, está o da impossibilidade, alegada por muitos autores, de encontrar relações empíricas sólidas entre participação e apego ao lugar. O que os dados da presente pesquisa parecem indicar é que um problema fundamental dos estudos do campo reside no fato de que, devido ao problema crucial da crise ambiental, os pesquisadores consideram como participação apenas a ação que visa a preservação e o cuidado ao ambiente. Outros tipos de ação não são considerados. Ora, se a psicologia ambiental fizer valer sua vocação de, em busca da contextualização dos dados obtidos, opor-se aos estudos em laboratório, a partir de uma ênfase no local e no nível microsocial de análise, a partir da crítica ferrenha à pretensão universalizante de parte do conhecimento produzido no campo e a partir da aceitação de que, em sua origem, suas análises implicavam uma forte crítica social e uma busca por construir um ambiente melhor, a definição operacional de “participação” deve abrir-se para variações locais. Fundamentalmente, a ação participativa livre é aquela que colabora com a criação do futuro almejado pelos coletivos dos quais os indivíduos fazem parte, mesmo que não haja nesta participação qualquer atenção à preservação ambiental. Ao menos, quando tomamos este ponto de partida, os resultados parecem, ao contrário, indicar que tal relação pode ser encontrada em diversos grupos e que não há motivos para questionar, inicialmente, o valor da participação na formação de vínculos enraizados com o socioambiente.

Entre dois mundos. Remoção e realocação urbana: expectativas e realização

Autor: Egeu (Unifesp)

Coautor: Nicolas François Cohen (PUC-SP)

Esta pesquisa representa o esforço de incorporar a dimensão subjetiva da realidade social nos estudos sobre as cidades, sobretudo no que concerne ao sofrimento cotidiano mobilizado pela vida cidadã, à resiliência expressa tanto no uso insurgente dos espaços da urbe quanto na transformação astuta (e frequentemente ilegal) do espaço urbano, e também à resistência demonstrada nas lutas políticas pela cidade. Assim, pretendemos construir uma contribuição da Psicologia Social ao campo dos Estudos Urbanos e, no sentido oposto, trazer para a Psicologia Social problemáticas e reflexões advindas de estudos urbanos realizados por diversas disciplinas das ciências humanas e sociais. Tal esforço reconhece, como ponto de partida, a seguinte concepção de José Moura Gonçalves Filho: “Esta disciplina de fronteira, a Psicologia Social, caracteriza-se não pela focalização da subjetividade no indivíduo separado, mas pela exigência de encontrar o homem [e a mulher] na cidade, a subjetividade como aparição singular, vertical, no campo intersubjetivo e horizontal das experiências.” (Gonçalves Filho, 1998, p.14) A pesquisa



se inscreve, portanto, em uma Psicologia Social para a qual são caros os conceitos de pertencimento, (des)enraizamento, participação comunitária, memória social entre outros.

Tal consideração da pessoa em seu espaço social, físico e político, como parte fundamental dos estudos urbanos não se coloca como tarefa simples, pelo contrário, posto que a cidade é campo de disputas onde comparecem o capital, que se apropria de cada palmo da cidade que possa ser monetizado, valorado e explorado, e um poder público frequentemente capturado pelos interesses das elites financeiras, comerciais e fundiárias.

Ou seja, entre fenômenos da ordem de grandeza da captura do processo de urbanização e de transformação do espaço urbano por interesses privados que respondem exclusivamente aos ganhos advindos da valorização fundiária, em detrimento do direito à moradia digna em áreas com boa infraestrutura urbana, qual espaço sobra para considerar as pessoas em sua singularidade e integridade?

E é sobre considerá-las que se trata nosso desafio. Esses moradores da cidade que, aos milhões, buscam um pedaço chão para construir paredes e um teto, para deitar raízes e simplesmente poder viver e conviver, sem receber a enchente ou a remoção

E este não é fenômeno novo, nem recente. Em 1979 Ecléa Bosi escreveu, em “o tempo vivo da memória”, que: “O paulistano tornou-se um migrante urbano, empurrado pela especulação imobiliária de um lugar para outro. De 140 pessoas que entrevistei sobre seus deslocamentos urbanos, apenas 3 permaneciam na casa de sua infância.” (Bosi, 2003, p.76) E, não em vão, anos depois ela recomendou que: “Os urbanistas devem escutar os moradores, estar abertos à sua memória, que é a memória de cada rua e de cada bairro. Recuperar a dimensão humana do espaço é um problema político dos mais urgentes. A sobrevivência se liga estritamente à morfologia da cidade; esta ligação se desarticula quando a especulação urbana causa um intolerável grau de desenraizamento.” (Bosi, 2003, p.76)

No nosso entendimento, a tarefa ampla que cabe à Psicologia Social é demonstrar a primazia da cidade como lugar de socialização, de vida e de trabalho, onde ocorrem violentos processos de segregação socioespacial, de restrições de acesso (tanto às políticas públicas quanto às oportunidades privadas) e de impedimentos na efetivação de direitos, mas também como lugar de solidariedade vicinal, de organização comunitária, de luta coletiva e de festa. Portanto, nos parece fundamental descrever e compreender como as pessoas e suas coletividades sofrem o cotidiano da cidade, como reagem usando e transformando o espaço urbano e como lutam coletivamente por sua cidade.

Considerando que a cidade não é apenas um conjunto de espaços ou ambientes construídos, mas também a história da utilização dos espaços, então elas são também as relações entre as pessoas. Tal como na diferença entre lar e casa, uma cidade não é o mesmo que uma urbe, a cidade inclui o cotidiano das pessoas que vivem na urbe, entendemos portanto que, assim como o lar é a vida familiar numa casa, a cidade é a vida coletiva e social numa urbe.

Assim, supondo que todas as interações humanas que ocorrem nas cidades desempenham algum papel num permanente processo de socialização, e assumindo que o cotidiano cidadão produz sofrimento psicossocial (não necessariamente patogênico) ou ao qual as pessoas reagem de diversas maneiras, algumas produzindo sintomas de adoecimento psíquico, outras produzindo a luta pela cidade, propomos como hipótese que participar ativamente de coletivos de mobilização social e política constitui um importante fator de proteção à saúde mental para os moradores das cidades.

Se o que alimenta o enraizamento, nos termos de Simone Weil, é a participação cotidiana, ativa e real, numa coletividade. Daí que tudo o que dificulta ou impede a participação produz o seu oposto, o desenraizamento, que é vivido como violência simbólica e, por vezes, física (como no caso das remoções). Portanto, compreender a cidade como lugar de socialização e de produção de subjetividade é o objetivo central desta pesquisa.

A pesquisa adota um método de pesquisa participante e politicamente engajado, a pesquisa-ação, e utiliza diversos procedimentos de pesquisa (longa permanência em campo, rodas de conversa, entrevistas, além de oficinas estruturadas de diagnóstico, levantamento, mapeamento e planejamento participativo).

O trabalho de pesquisa foi iniciado em fevereiro de 2019 e está em andamento atualmente (agosto de 2019). Em sua primeira fase (já concluída), os pesquisadores passaram a habitar o cotidiano dos moradores da Comunidade do Tabor (Jd. São Gonçalo), aqui entendida como uma favela e um bairro da Zona Leste de São Paulo, acompanhando a vida comunitária destes, buscando indícios do engajamento social e comunitário deles e visando identificar fatores geradores e protetivos ao sofrimento psíquico.

A segunda fase, em desenvolvimento, tem como objetivo específico compreender os impactos psicossociais decorrentes de um processo de remoção e de realocação urbana que está acontecendo atualmente na Zona Leste



de São Paulo. Trata-se de acompanhar, descrever e compreender a situação coletiva desta população específica, a Comunidade do Tabor, situada às margens do Rio Aricanduva, num local onde aproximadamente 880 famílias residiam e conviviam (e residem e convivem) com riscos de desabamento e alagamento e que viveram (e alguns ainda viverão) o processo de reassentamento para o Conjunto Habitacional Safira, também na Zona Leste da Capital, tudo isso devido a um projeto de macrodrenagem de um trecho do Rio Aricanduva. Esta fase da pesquisa vem sendo realizada por meio da convivência em campo durante todo o processo de realocação (cerca de 10 meses), acompanhamento do cotidiano das famílias, tanto na comunidade às margens do Rio quanto no conjunto habitacional onde elas estão sendo gradualmente reassentadas, entrevistas semiestruturadas prolongadas e rodas de conversa com moradores.

Nessa fase a investigação visa compreender, em dois tempos (antes e depois da mudança) e em dois lugares (Tabor e Safira), as significações e expectativas dos moradores, primeiro com relação às expectativas da mudança para o cotidiano familiar e para a localidade (quando ainda era vivida como ameaça ou promessa) e, depois, com relação à nova vida a ser reconstruída em outro lugar, com outra sociabilidade. Nos encontros, conversas e entrevistas estão sendo abordadas questões relacionadas aos vínculos sociais e de pertencimento comunitário, aos diferentes modos de vida e de sociabilidade, bem como da identidade com os lugares, com os vizinhos etc.

A partir da análise dessa mudança “entre dois mundos”, a pesquisa pretende compreender os sentidos e significações atribuídas pelos moradores aos locais citados, aos modos de vida e de sociabilidade possíveis nestes locais, aos movimentos de resistência e de luta pela garantia de direitos sociais e aos agentes públicos, políticos e/ou técnicos, envolvidos com as políticas de saneamento, drenagem e habitação.

Formação e atuação em Psicologia Ambiental Comunitária num bairro periférico de Natal/RN

Autor: Gláucia Viviana Campos Xavier (UFRN)

Coautor: Raquel F Diniz, Emanuely (UFRN), Thatiane Mendes (UFRN) e Thayse Lira Santana (UFRN)

Este trabalho propõe-se a relatar a experiência de estágio em um bairro periférico de Natal/RN, realizada, desde o início do ano letivo de 2019 e ainda em curso até o presente momento, por estudantes do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O referido estágio, diferentemente dos demais ofertados no curso, geralmente vinculados a instituições e/ou estabelecimentos pré-definidos, busca construir uma intervenção de campo contextualizada e congruente com a história, demandas e potencialidades do território alvo. As atividades foram realizadas por uma equipe de 13 (treze) estagiários e estagiárias, supervisionados(as) por três professoras, com inserções nas áreas de saúde coletiva e relações pessoa-ambiente.

O bairro das Rocas, território escolhido para a atuação, localiza-se na zona leste de Natal/RN, numa região compreendida entre o rio Potengi e o mar. É um dos bairros mais antigos da cidade e possui origem nas comunidades de pescadores que exerciam a pesca em alto mar, na unidade de Conservação Ambiental do Atol das Rocas, de onde veio a inspiração para o seu nome. A escolha do bairro como alvo da proposta do estágio se deu a partir de uma implicação prévia de uma das professoras supervisoras com o Centro de Convivência e Cultura, um dispositivo da Atenção Básica do SUS, presente nas Rocas.

Nesse sentido, o estágio buscou uma perspectiva interventiva pautada pelo respeito aos conhecimentos, práticas e dispositivos produzidos naquele território, por seus atores e atrizes locais. Pretendeu-se, então, uma aproximação com o território das Rocas, a partir de uma experiência de imersão, para, junto com seus habitantes, planejar, construir e efetivar ações de resistência e transformação social, de caráter longitudinal e sustentável.

Esta produção relaciona-se com o Grupo de Trabalho “Relações pessoa-ambiente: territorialidades e produção de espaços de resistência”, na medida em que apresenta uma experiência que partiu do estudo das relações socioespaciais de um determinado território periférico da cidade para fundamentar a construção, junto de seus habitantes, de estratégias de transformação social e resistência frente à situação de vulnerabilidade do lugar. O trabalho foi realizado sob a orientação teórico-metodológica da Psicologia Ambiental e Social Comunitária, compreendendo que as pessoas se constituem como sujeitos a partir de suas relações sociais e ambientais, em interações materiais, simbólicas e afetivas.

As atividades do estágio dividiram-se em três fases: 1. Imersão territorial, 2. Planejamento de ações, e 3. Execução das ações planejadas. Durante a primeira fase, nossa equipe de estagiários e estagiárias buscou fazer um



reconhecimento do território das Rocas através da imersão em seu cotidiano, a fim de mapear os dispositivos, necessidades e potencialidades do lugar. Assim, interessou-nos entrar em contato com as práticas, os dialetos, os costumes, os cheiros, os caminhos, as instituições, as pessoas, as histórias e o cotidiano do bairro das Rocas. E, para alcançarmos tal objetivo, foi utilizada como metodologia de pesquisa primeira o Perambular pelo território.

De acordo com Cavalcante, Mourão & Gunther (2018), perambular seria andar sem um objetivo específico, deixando-se afetar a partir dessa atitude, para entrar em contato com a cidade e as possibilidades que se apresentam ali. Assim, realizamos um exercício de sensibilização aos estímulos da vida cotidiana/ordinária, que era um dos focos do objeto de análise e intervenção. Consonante a esse movimento, também foi de nossa responsabilidade a realização de pesquisas bibliográficas sobre os dispositivos institucionais presentes na Rede de Saúde, Assistência e Educação, dados demográficos e geográficos locais, bem como histórias e literatura do lugar.

Outro recurso metodológico utilizado foi a elaboração de Diários de Campo, que consiste no registro dos acontecimentos, percepções e afetações oriundas do Perambular (Pezzato & L'abbate, 2011). Cada estagiário e estagiária tinha a incumbência de narrar a sua experiência a cada ida ao campo e, posteriormente, compartilhá-la com o coletivo. A partir do Diário, foi empreendido o esforço de fazer o reconhecimento cognitivo e afetivo do espaço, pois, nesta perspectiva, a noção de território ultrapassa os limites físicos do lugar e adentra no campo dos afetos e subjetividade do observador. Assim, ressalta-se a importância da inclusão do enunciador na cena sobre a qual este se lança a pesquisar, o que nos remete a uma constante análise de implicação sobre nossa práxis.

Com a inspiração da Análise Institucional, lançamos mão da Análise de Implicação como dispositivo metodológico de autoanálise entre estagiários e estagiárias. Nesse sentido, "Implicação" (Baremblytt, 1988) diz respeito ao arcabouço de referências teóricas, práticas e metodológicas que dispomos e que influencia a maneira de nos relacionarmos com o outro ou com o objeto de análise. Assim, foi-nos permitido deslocar fronteiras entre a objetividade e a subjetividade, a partir de um exercício de tentar perceber como nossas dimensões subjetivas nos permitem objetivar um fenômeno em análise, ou seja, aquele território. E, a partir do compartilhamento dos registros sobre essa implicação, construir uma memória coletiva sobre essa experiência, num trabalho artesanal, feito a muitas mãos.

Analisar as nossas implicações foi fundamental no delineamento do segundo momento do estágio, em que nos subdividimos em grupos, a partir da definição de rotas temáticas. A divisão em subgrupos deu-se após a construção coletiva de um mapa de afetações do bairro, que objetivou cartografar os locais visitados e pessoas de referência com quem conversamos, estabelecendo relações entre eles. A partir dessa produção, pudemos elucidar três principais temas presentes no território: um primeiro relacionado aos dispositivos de saúde e trabalho, um segundo, que referia-se à produção de cultura e memória do bairro, e um terceiro, concernente aos dispositivos de educação. A partir das implicações nossas e das professoras, nos dividimos em três grupos com esses focos específicos sobre o território.

Este relato enfoca a atuação de quatro estagiárias em dispositivos educacionais das Rocas. Ressaltamos que, transversal aos métodos e ações por nós empreendidas, está o compromisso ético-político que orienta a nossa prática. Este compromisso é anterior ao uso de técnicas e diz respeito a uma práxis produzida a partir do encontro com o outro, que leva em conta a compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais analisados; o respeito aos direitos humanos; e a análise constante dos efeitos desse fazer.

O grupo o responsável pela rota de tema Educação elegeu uma Escola Estadual como foco de suas ações, em razão da quantidade e qualidade das demandas inicialmente identificadas através das observações cotidianas, bem como das falas com visível desgaste dos educadores. A escola em questão oferece educação do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental, numa situação de trabalho bastante precarizada: apesar de ser uma escola de ensino integral, conta com um corpo docente efetivo de apenas 5 professoras e realiza suas atividades em um prédio alugado, um antigo grêmio de pescadores do bairro, que não se adequa às necessidades básicas escolares.

Até o momento, foram feitas atividades de imersão no cotidiano da escola, a partir da participação no trabalho com estudantes e equipe pedagógica, além da presença em reunião de pais. Essas ações culminaram na realização da primeira Oficina de Práticas Pedagógicas com educadores e educadoras, ao final do semestre letivo. Com a Oficina foi possível compreender demandas explícitas e implícitas das professoras e planejar conjuntamente um cronograma de atividades para o semestre seguinte, que alinhava as necessidades expostas com as possibilidades daquele espaço, sem perder de vista o compromisso ético-político como o horizonte para a transformação daquela realidade.

Foram planejadas ações direcionadas às professoras e estudantes. Com relação às professoras, o planejamento inclui a realização de Oficinas de Práticas Pedagógicas periódicas, de forma a mediar reflexões sobre a função



social da(o) educadora(or), bem como suscitar a elaboração de estratégias de fortalecimento e resistência entre o corpo docente. No que concerne às(aos) estudantes, o foco são ações integradas com o objetivo de refletir e/ou experienciar temas emergentes daquele contexto, transversalizados pela questão “o que é crescer nas Rocas?”, a fim de instigar processos de construção de identidade e projetos de vida das crianças e adolescentes naquele bairro.

Além disso, também foram planejadas ações em articulação com outros dispositivos de cultura, lazer, trabalho e saúde do bairro, através do trabalho integrado com os grupos das demais rotas temáticas dos estágios. Essas ações visam ao processo de apropriação do espaço do bairro das Rocas e o fortalecimento da identidade e pertencimento social naquele lugar.

Adentrar neste cenário de vulnerabilidade social, atravessado pelo discurso da falta, com dificuldades materiais e institucionais que afetam diretamente a rotina da escola, foi importante para que compreendêssemos a complexidade das demandas ali emergentes. Fomos recebidas de maneira aberta e receptiva pela equipe pedagógica e pelos(as) alunos(as), que se mostraram engajados na construção coletiva da escola como espaço de diálogo, resistência e esperança. Assim, foi possível vivenciar a potência existente no encontro, em se deixar afetar e ser afetado pelo outro e pelo território, ressignificando relações de pertencimento e identidade, num trabalho de ampliação de horizontes de possibilidades para os que se implicaram no processo.

Para descolonizar a (re)produção de conhecimento sobre as relações pessoa-ambiente

Autor: Raquel F Diniz

No presente ensaio, pretendo contribuir para o debate das territorialidades e produção de espaços de resistência a partir da crítica à colonização do conhecimento (re)produzido em torno desses temas. Ao lançar luz sobre os desenvolvimentos históricos do campo de estudos das relações pessoa-ambiente, e da psicologia ambiental, vemos com nitidez seu berço ocidental, com conhecimentos hegemonicamente produzidos em universidades ocidentalizadas, embasados nas epistemologias do norte que são marcadas pelo racismo/sexismo epistêmico (Grosfoguel, 2016, Santos, 2018a). Não por acaso, esse campo tem feito leituras universalizantes e pretensamente neutras dos fenômenos, com enfoques pragmáticos, e produzido análises de cunho cognitivista, por vezes individualizante, e recortadas de seu contexto histórico, cultural, social, político, econômico e ambiental.

Da interdisciplinaridade característica desse campo de estudos, resulta uma diversidade metodológica bastante celebrada no exercício da pesquisa, que resulta na defesa dos multimétodos, métodos mistos, ou triangulação metodológica. Contudo, alinhadas e orientadas por uma epistemologia dominante e universalizante, tal diversidade metodológica finda por reproduzir a lógica colonizadora e extrativista na construção do conhecimento, dando prioridade ao conhecer “sobre” e “para” os objetos de interesse, mantendo a separação e assimetrias entre sujeito/conhecedor-objeto/a ser conhecido.

Tal postura resulta na ocultação de diversos processos contra-hegemônicos que poderiam contribuir para o avanço em múltiplas direções ainda não visibilizadas, a respeito do conhecimento sobre as relações pessoa-ambiente. Nesse sentido, Boaventura Santos (2018c) identifica cinco lógicas que embasam a produção da “não-existência”, percebidas no campo de saber em análise: monocultura do saber e do rigor do saber, tendo a ciência moderna como único saber válido; monocultura do tempo linear, único e universal; monocultura da naturalização das diferenças, resultando em diversas hierarquias; lógica da escala dominante, com foco no universal e global; monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Segundo o autor, em contraposição está a sociologia das ausências, que ao produzir presenças se centra “no estudo e na análise de fragmentos da experiência social não reconhecidos pela ciência eurocêntrica” (p.4).

O argumento aqui defendido, é em favor das relações pessoa-ambiente e uma psicologia ambiental “das ausências”, buscando lançar luz, de modo especial, sobre as experiências humano-ambientais vividas há séculos por nossas/os ancestrais ameríndias/os e africanas/os escravizadas/os. Desse modo, considera-se a importância de uma psicologia ambiental genuinamente latino-americana, procurando dar conta de saberes historicamente ocultados. Soma-se a esse empreendimento, a ecologia de saberes e a tradução intercultural que “procuram valorizar as pequenas experiências humanas que podem ser potenciais embriões de transformações mais amplas” (Santos, 2018c, p. 8).



Propostas oriundas do contexto latino-americano como a Teoria da Dependência e a Filosofia da Libertação, levantam questões e reivindicam abordagens teórico-metodológicas das especificidades locais de países que sofrem os efeitos das relações históricas de dominação no sistema-mundo, tais como a pobreza, a violência, o esfacelamento de vínculos comunitários, a degradação ambiental no campo e na cidade. Em sintonia com tais propostas, emergem abordagens pautadas na Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, e na Investigação-Ação-Participante, de Fals Borda, focadas na emancipação humana e na formação de agentes de transformação social e ambiental. A Psicologia da Libertação, que tem como referentes Silvia Lane e Ignacio Martin-Baró, também traz contribuições inovadoras para os trabalhos em contextos de pobreza e promoção de vínculos comunitários, que vão ao encontro dos debates sobre identidade de lugar, apego ao lugar assim como conectividade com a natureza, comportamento pró-ecológico, estilos de vida sustentáveis.

A incorporação de tais propostas, levam a um movimento similar ao discutido por Gimeno-Martín e Castaño-Madroñal (2016) a respeito de uma antropologia comprometida, de orientação pública, que assume um papel numa prática científica voltada para a emancipação. Para tanto, se reconhece a importância do diálogo e parceria com agentes das lutas na arena social, os movimentos sociais, os grupos organizados, cooperativas, sindicatos etc.

Torna-se imprescindível, também, problematizar o uso hegemônico das metodologias extrativistas. Na esteira do debate proposto por Rufer (2018) a respeito do uso das contra-memórias e da eliminação das hierarquias na coprodução do conhecimento com as pessoas envolvidas no contexto em estudo, descolonizando o fazer etnográfico; se unem as propostas de Ivani Faria (2017) a respeito das metodologias participantes, como alternativas não-extrativistas na construção do conhecimento científico, com ênfase em sua experiência com povos indígenas no norte do Brasil, no sentido de promover autonomia e possibilitando a presença de epistemologias próprias. Uma terceira contribuição para repensar (e romper com) o uso de metodologias dominantes se trata da abordagem das performances, discutida por Maria Antonieta Antonacci (2016), é a importância do corpo e da oralidade na construção de saberes, historicamente negligenciados em função do eruditismo que impregna o fazer acadêmico.

Da articulação entre uma epistemologia crítica, decolonial, que rompe com os fundamentos do pensamento eurocentrado sexista/racista, orientando um metodologias alternativas que desconstruam hierarquizações e assimetrias na pesquisa e nas práticas em geral, resultaria a abertura para a atuação de uma psicologia ambiental das ausências. Assim, os debates em torno da comunalidade e da reprodução comunitária da vida (Tzu-Tzu, 2015), serviriam a um propósito ético-político de transformação das relações pessoa-ambiente. Como afirma Gladys Tzu-Tzu (2015), nessa perspectiva a comunalidade indígena não aparece como uma essência que tenha que ser preservada de forças externas, tampouco uma forma arcaica do passado, mas que seja pensada como o funcionamento das estratégias de homens e mulheres que cotidianamente gestionam autorregulam e defendem seus territórios.

Uma prática científica que busque aprender com as experiências dos nossos povos originários pode contribuir para transformar nosso tempo presente, e as relações que estabelecemos com nossos múltiplos ambientes, e territórios. As epistemologias do sul lançam luz sobre esse processo de aprendizagem, que passa necessariamente pelo reconhecimento da ignorância, e de se produzir ignorâncias e desconhecimentos (Santos, 2018c). E se a ciência é produzida de forma predominante em nossas universidades, necessitamos assumir um papel na luta por sua atuação polifônica, como campo de múltiplas vozes, e comprometida com sua função social na emancipação humana, valorizando a pluralidade e processos de subversão da norma vigente nas epistemologias do norte (Santos, 2018b).

Finalmente, considera-se que as epistemologias do sul, alinhadas à perspectiva decolonial e ao pensamento latino-americano podem orientar uma agenda alternativa para investigações das relações pessoa-ambiente, com implicações diretas para processos efetivos e duradouros de mudança dessas relações.

Referências

Antonacci, M. A. (2016), "Decolonialidad de cuerpos y saberes". In José Gandarilla (ed.). *La crítica en el margen* (pp. 471-520). México: Akal.

Faria, I. (2017), *Metodologias Participantes e conhecimento indígena na Amazônia: propostas interculturais para autonomia*. Manaus, no prelo.

Gimeno, Juan Carlos y Castaño, Ángeles (2016), *Antropología comprometida, antropología de orientación pública e decolonialidade: desafios etnográficos e descolonização das metodologias*. *Revista Opsi*, 16(2), 261-279.

Grosfoguel, R. (2016). *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49.



Rufer, Mario (2018). La memoria como profanación y como pérdida. *A contracorriente*, 15(2), 149-166.

Santos, Boaventura de Sousa (2018a), "Más allá del pensamiento abismal: de las líneas globales a las ecologías de los saberes", in *Construyendo las Epistemologías del Sur - Para un pensamiento alternativo de alternativas*. Buenos Aires: CLACSO.

Santos, Boaventura de Sousa (2018b), "Hacia una universidad polifónica y comprometida: pluriversidad y subversidad", in *Construyendo las Epistemologías del Sur - Para un pensamiento alternativo de alternativas*. Buenos Aires: CLACSO.

Santos, Boaventura de Sousa (2018c). *Na oficina do sociólogo artesão. Aulas 2011-2016*. São Paulo: Cortez Editora, 55-126.

Tzul Tzul, G. (2017). Sistemas de gobierno comunal indígena: la organización de la reproducción de la vida. *El Apantle: revista de estudios comunitarios*, 1, 127-140.

Psicologia Social: formação para a criticidade e engajamento em movimentos sociais voltados para o campo

Autor: Áquila da Anunciação da Cruz (UNIFAAHF)

Coautor: Fabiana (Fabiana Grossi) e Andressa Soares Balsani (UNIFAAHF)

A construção da Psicologia como ciência se deu através da ascensão da burguesia e ciência moderna, inicialmente voltada a adaptar o ser humano às exigências sociais mecanicistas e deterministas, para tanto, esteve por muito tempo associada às classes dominantes, atuando em áreas privilegiadas de grandes centros contribuindo para manutenção da ordem social hegemônica (NASCIMENTO et al. 2015). O presente estudo tem como objetivo relacionar o contexto de formação histórica da Psicologia e suas formas de adaptação a novos campos de estudo e trabalho, com ênfase ao contexto rural, reiterando a importância de uma Psicologia crítica e engajada com a singularidade do indivíduo e que contribua para o fortalecimento de movimentos sociais ligados a conquista de autonomia cidadã e garantia dos direitos humanos. Para sua composição, foram explorados artigos em sites de base científica tais como SciELO e PepsiCo, além de publicações em revistas específicas a área de psicologia, utilizando-se do critério de levantamento bibliográfico para contextualizar o tema, a partir de palavras-chave como: Psicologia Social, Psicologia no Campo, Psicologia Rural, MST, Formação em Psicologia. A inserção da Psicologia em contexto de políticas públicas se deu de forma gradual, conforme expansão das universidades e necessidade de novos campos de atuação, vinculado ao surgimento de ideias que contradiziam o modelo único e tradicional de prestação de serviços em psicologia. Contudo, a Psicologia adentrou o campo de fato somente após os projetos de interiorização, através do deslocamento de serviços e atenção básica de saúde, educação e assistência aos municípios interioranos. A partir de tal contexto histórico, ao se inserir nas políticas sociais, o psicólogo chega ao campo, e apesar de tal aproximação, o primeiro desafio a enfrentar (ainda atual) é a tendência a compreender a nova realidade a partir de referências tidas no ambiente urbano, descaracterizando as singularidades dos espaços e populações (SILVA; MACEDO, 2017). Nesse sentido, é necessário ao profissional a quebra de paradigma sobre o rural ser o oposto do urbano e sinônimo de precariedade, arcaísmo e carência, compreendendo tal ambiente como um conjunto de elementos e atividades diversas que fazem conexão com o contexto urbano, sendo que tais espaços não são opostos entre si, os meios rurais abarcam diferentes formações culturais e modos de vida, formando uma complexidade social capaz de contribuir para a formação de subjetividade de seus atores. (SILVA; MACEDO, 2017). Um dos principais desafios para a preparação do profissional em psicologia para se inserir no contexto rural começa na graduação, visto que, o ensino acadêmico ainda é majoritariamente voltando para o campo de ciência e tecnicidade, principalmente para atuação clínica, voltada a realidade e problemáticas do homem urbano, têm-se aí a necessidade de uma graduação que contemple áreas mais diversas de atuação e aborde com afinco temáticas como cidadania, cultura, territorialidade e sua importância na formação da identidade social, deixando de ser uma formação excludente e elitista (VASQUEZ, 2009). Felizmente a Psicologia tem avançado para o seu lugar de compromisso social que abrange uma realidade mais diversificada, engajando-se nos espaços de lutas políticas e sociais. Tendo em vista que as áreas rurais estão em um contexto de vulnerabilidade social, opressão e desigualdade (XIMENES; JUNIOR, 2013), torna-se importante a vinculação da Psicologia com os movimentos sociais de fortalecimento da população. Destaca-se nesse parâmetro o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), fundado oficialmente em 1984 em favor da Reforma Agrária e oposição ao modelo econômico neoliberal,



contemplando objetivos como supremacia do trabalho sobre o capital, distribuição de terras improdutivas, garantia de trabalho e renda, busca pela justiça social e igualdade de direitos, difusão de valores humanistas e combate a todas as formas de discriminação social (DOMINGUES, 2007). Sob essa perspectiva, não há como a Psicologia ignorar a sua atuação nesse espaço, visto que o MST é um lugar de transformação social através da luta coletiva, onde o militante torna-se sujeito de sua própria história ao construir ali sua identidade e modo de vida (VASQUEZ, 2009), sendo assim, ao formar um movimento psicossocial forma-se respectivamente um campo de atuação para a Psicologia. O assentado vincula o seu projeto de vida pessoal ao de seu grupo, tornando-se politicamente formado e dedicado ao movimento, a militância proporciona o sujeito uma ligação com seu espaço e tempo, através de uma construção social, histórica, cultural e política (LEITE; DIMENSTEIN, 2010). Para a Psicologia, estar atento a essas demandas é assumir compromisso ético-político que preza pelos direitos e dignidade humana, contemplando aspectos envolvendo direito à moradia, renda, educação, assistência social e saúde mental, podendo contribuir através de estudos sobre: coesão grupal, liderança, influência de grupos minoritários sobre majoritários, participação democrática, desconstrução de conceitos e crenças errôneas, crenças e atitudes dos habitantes da zona rural sobre a ecologia e o desenvolvimento sustentável, qualidade de vida na zona rural, avaliação do impacto psicológico de políticas públicas, organização comunitária e aspectos subjetivos de desenvolvimento do indivíduo e sua ligação ao território (ALBUQUERQUE, 2002), além de intervenções práticas visando o empoderamento da cidadania. Conforme expresso por Martin-Baró (1998; apud ALBUQUERQUE, 2002), se o psicólogo não é chamado para intervir nos mecanismos socioeconômicos que articulam as estruturas de injustiça, pode intervir nos processos subjetivos que sustentam e viabilizam essas estruturas injustas; se não cabe ao psicólogo conciliar as forças e interesses sociais em confronto, este pode ajudar a encontrar caminhos para hábitos mais racionais; e, se não é de sua competência a definição de um projeto nacional autônomo, ainda pode contribuir para a formação de uma identidade coletiva, que responda às exigências mais autênticas dos povos.

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista. Psicologia social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 18, n. 1, p. 037-042, 2002.

DE BRITO, Kátya et al. Inserção e trabalho de psicólogas/os em contextos rurais: interpelações à psicologia. *Revista de Psicologia*, v. 8, n. 2, p. 146-154, 2017.

DOMINGUES, Eliane. Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. *Psicologia em estudo*, v. 12, n. 3, p. 573-582, 2007.

LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda. Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 2, p. 269-278, 2010.

NASCIMENTO, Victor Aurélio Santana et al. A Formação de Psicólogas (os) para a Atuação nos Contextos Rurais: a experiência da Residência Multiprofissional em Saúde do Campo. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, v. 6, n. 1, p. 44-61, 2016.

VASQUEZ, Gislayne Cristina Figueiredo. A Psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas. *Psicologia ciência e profissão*, v. 29, n. 4, p. 856-867, 2009.

VASQUEZ, Gislayne Cristina Figueiredo. Experiência e luta pela terra: o assentamento Sepé Tiaraju e o MST. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

XIMENES, Verônica Moraes; MOURA JR, J. F. Psicologia Comunitária e comunidades rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. *Psicologia e contextos rurais*, v. 1, p. 453-476, 2013.



Territorialidade, memória e luta por reconhecimento social.

Autor: Alexandra Arnold Rodrigues (FAE Centro Universitário)

O presente trabalho configura um ensaio teórico de cunho qualitativo, assentado na Teoria Crítica da Sociedade, a respeito da noção de territorialidade, vista como uma matriz para articulação da memória e reconhecimento social, conseqüentemente, para pensar em práticas de resistência local e regional frente às injunções psicossociais e políticas da globalização e do capitalismo flexível. Claude Raffestin (1993) analisa a diferença entre espaço e território, destacando que o espaço preexiste a ação humana, enquanto o território é uma produção intencional a partir do espaço, uma apropriação concreta ou abstrata do espaço por atores sociais. O território é assim campo de poder, delimitado e construído por um sistema de representação objetivado nas relações de dominação comunicadas. O que converge em certa medida com a perspectiva de Milton Santos de espaço social, enquanto espaço natural transformado pelo homem e que tende a transformar o homem. Por meio dos usos dos espaços, produz-se (re)territorializações em permanente conflitualidade. Assim, espaço e território só são inteligíveis no contexto relacional e, por este motivo, são carregados de sentidos. Espaço vivido, espaço concebido, espaço significativa (LEFEBRE, 2008). As redes de sociabilidade, mediadas pelo local de moradia e território, resguardam e consolidam experiências, representações e afetos multifacetados que produzem e se apropriam do território habitacional, simbólica e materialmente, inclusive, transgeracionalmente. Redes estas que reativam a cultura local-territorial, os saberes populares e laços de solidariedade, configurando o senso de pertença e identidade coletiva, ainda que por vezes assentadas sob uma identificação com os pares por equivalente vulnerabilidade frente a precárias condições socioeconômicas. Pode-se dizer então que a relação com o território e local de moradia mobiliza intensamente as memórias sociais que, atravessando memórias individuais, são construídas e sustentadas em uma relação coletiva com o território, sob um complexo sistema de trocas do qual desdobram-se processos de subjetivação. Desdobra-se do mesmo modo, as vertentes dos “comuns” (LEROY, 2016), ligadas a formas de ocupação de territórios por povos e comunidades, transversalizadas pela tradição, produzida pelo trabalho vivo sob uma significativa relação com o ambiente e com os recursos naturais. Entretanto, a lógica desenvolvimentista no capitalismo flexível, conforme pondera David Harvey, promove processos acumulação por expropriação-desposseção, incorporando bens e serviços de domínio coletivo na esfera de circulação capitalista. O território torna-se assim mercadoria, alvo de intervenção público-privado e de ofensivas legislativas arbitrárias em favor do “progresso” e do desenvolvimento urbano-industrial, orientado pela agenda extrativista ou do agronegócio, por exemplo. Nesta mesma diretriz, recorrentemente, regiões das cidades que abrigam de longa data a população mais carente são afetadas pela bandeira da “revitalização”, objetos da ação especulativa do capital que tolhe a autonomia e o direito à cidade das coletividades, subjugadas e segregadas por forças econômicas. Resulta desta manifestação do Estado subserviente e amalgamado ao capital o encerramento territorial, controle populacional e domínio dos recursos (RAFFESTIN, 1993), sob um véu ideológico glamouroso que brada a abundância e progresso desenvolvimentista. Contudo, como bem nos lembra Santiago Alba Rico, não se pode perder de vista a contradição essencial destes processos – trata-se da miséria coexistindo e sendo reforçada pela abundância, ou seja, do desenvolvimento socioeconômico às custas do desenvolvimento humano – dependente do subdesenvolvimento. Ou ainda, como pondera Boaventura de Souza Santos (2007), em nome da emancipação-regulamentação para parte da população, opera-se pela via da apropriação-violência com os demais; o que em última instância enuncia a reprodução dos processos de colonização no cotidiano, formas de neocolonização. Desta maneira, torna-se premente a incorporação da noção de território nas reflexões sobre desenvolvimento, de forma a evidenciar os “trunfos do poder” (RAFFESTIN, 1993), as cercas objetivas e simbólicas usurpadoras do patrimônio e da memória social dos povos e coletividades, invisibilizados por memórias oficiais-institucionais assentada em ideologias. Estas criam modulações perceptivas, politicamente e economicamente orientadas, sobre o bem comum, sobre as formas contra hegemônicas de habitar os territórios e, especialmente, sobre os grupos a estes vinculados, retratados como povos atrasados, grupos de risco, sendo inclusive criminalizados. Desta forma se mobiliza a opinião pública e sociedade civil, com certa conivência, em favor dos supostos processos de desenvolvimento, inclusive reiterados pelas ciências duras. Assim como veicula-se um pensamento abissal, conforme Boaventura de Souza Santos, de maneira a ocultar relações assimétricas assentadas na desigualdade, apagando conexões históricas, encobrindo as representações em disputa e as lutas socioespaciais. Reforça-se neste cenário o que Michel Calon e Bruno Latour chamam de dupla delegação, em que o cidadão se sentindo desautorizado ou despreparado, delega aos experts da ciência e da gestão a representatividade política e a decisão sobre o seu próprio futuro. Ainda que se conceba a perda do

poder de regulação do Estado, não se pode ignorar uma omissão que indica ação ativa por parte deste, em outras palavras, as malhas do Estado seguem atuantes, articuladas à iniciativa privada. Como pondera Leroy (2017), é evidente no contexto brasileiro a responsabilidade do Estado pela transferência da tutela pública dos territórios dos “comuns” – consagrada na constituição – para a tutela do mercado. Portanto, a conjuntura vislumbrada reverbera em importantes implicações ao reconhecimento social dos grupos afetados, seja pela privação de direitos e formas de degradação que ferem as expectativas morais, conforme sustenta Axel Honneth (2009), ou nos termos de Nancy Frayser (2008), por meio da impossibilidade de alocar os homens como pares, em igual valor moral e em iguais condições objetivas, intersubjetivas e políticas. Corroborando Porto-Gonçalves (2015), a independência dos povos é um processo não só político, mas também epistêmico. Por isso é preciso romper com as representações dominantes ligadas ao modelo de desenvolvimento técnico-científico produtivista, tido como “maduro”, “civilizado”, como caminho único, pretensamente universal-colonizador à serviço da dinâmica do capital. Pois coloca em risco a riqueza cultural, os direitos sociais, e a possibilidade de (re)encontrar caminhos para o desenvolvimento socioambiental e para o reconhecimento social mais amplo. Confirma-se por este viés, o postulado de Enrique Leff de que o conhecimento sobre a relação homem-natureza deve permitir novas definições e apropriações de cunho epistemológico, filosófico, tecno-cultural e econômico, de forma a subsidiar uma alocação consistente do tema na agenda política dos países. Se a ciência é capaz de operar rompendo e tensionando o monopólio hegemônico do conhecimento tradicionalmente produzido pelo pensamento moderno ocidental, dito colonial, ela pode se reposicionar e performar no sentido de oferecer contribuições genuínas para o Bem Viver e ao mesmo tempo para a inovação, para a integridade ambiental e para o desenvolvimento humano, ecosocioeconômico, permitindo inclusive ressignificar a noção de governança nas várias esferas da vida social. Para tanto, é fundamental considerar aspectos concretos da experiência humana nos locais em que se habita e nos tempos psicossociais vinculados ao território, reavivados por políticas de memória que reabilitem os agentes sociais para assumir a representatividade política. A participação local-regional é elemento chave para desenvolvimento territorial contrapondo e exercendo tensionamentos junto aos ordenamentos externos. Trata-se de resgate das múltiplas territorialidades, os seja, diferentes sentidos de habitar a “terra”, centrado no interesse pela vida em detrimento do produtivismo, mediante reapropriação dos tempos de vida e dos espaços da cidade, capaz de revitalizar as micropolíticas e os “trunfos do poder”, que não se restringem aos recursos e territórios, mas refere-se, principalmente, à população, que para Raffestin, inspirado em Michel Foucault, é a origem de todo poder, onde residem as capacidades virtuais de transformação.

Referências

- FRASER, N. Escalas de Justiça. Espanha: Herder, 2008.
- HONNETH, A. Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LEFEBVRE, H. Espaço e política. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.
- LEROY, J. P. Mercado ou Bens Comuns? O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental. Rio de Janeiro: 2017.
- RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: ed. Ática, 1993.
- SANTOS, B. de S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos*, 79. 2007
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina. *Polis*, 41. 2015.



“Eu só conto com Deus mesmo!”: um estudo sobre o fatalismo e a resiliência em pessoas residentes na zona rural brasileira

Autor: Elívia Camurça Cidade (Faculdade Ari de Sá)

Coautor: Verônica Morais Ximenes (UFC)

Este resumo apresenta resultados derivados de uma tese de doutorado em Psicologia que teve como objetivo geral analisar como o fatalismo e a resiliência interferem nas estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza de moradores da zona rural brasileira. O estudo se fundamenta em referenciais teóricos da Psicologia Comunitária, Psicologia da Libertação, Abordagem Multidimensional da Pobreza, Economia Política e Resiliência Social. Propõe um debate acerca dos modos de vida no contexto rural. Lança mão de uma reflexão histórico crítica dos processos de reprodução dos ciclos de pobreza no campo e da naturalização das disparidades regionais, o que o vincula ao Eixo 10 do Evento, pois o mesmo propõe um debate a respeito das relações entre território e modos de vida. Está, ainda, condizente com o GT49 (Relações pessoa-ambiente: territorialidades e produção de espaços de resistência) na medida em que debate as repercussões de um projeto societário que desqualifica a vida no campo e vulnerabiliza grupos sociais que ali residem, colocando-os à mercê de condições de intensificação da pobreza e de adoecimento. A pesquisa parte da consideração de que a vida em condições de pobreza acarreta implicações nos modos com que os sujeitos desenvolvem estratégias psicossociais de enfrentamento a um cotidiano adverso e questiona como o fatalismo e a resiliência interferem nestas elaborações. O fatalismo é entendido a partir de contribuições iniciais da Psicologia da Libertação, dispõe sobre uma resposta potencialmente adaptativa a situações incontornáveis da vida. Diz de um esforço (ou de uma habilidade) que é, ao mesmo tempo, cognitivo (MARTÍN-BARÓ, 1998, 2004; VALLEJO-MARTÍN, MORENO-JIMÉNEZ, RÍOS-RODRÍGUEZ, 2017), emocional (MARTÍN-BARÓ, 1998, 2004; DÍAZ et al., 2015) e comportamental (MARTÍN-BARÓ, 1998, 2004). Trata-se de um fenômeno que se manifesta como resultado aprendido de repetidas exposições a experiências negativas na vida. A variabilidade de termos utilizados para tentar definir resiliência anuncia o cuidado necessário ao discuti-la, afinal, ela diz de uma construção complexa (SAÉZ, 2012; MASTEN, 2014; SOUTHWICK et, 2014). Coimbra (2015) atenta para o risco do uso de visões da resiliência estritamente como superação de adversidade, pensamento que reforça a ideologia neoliberal ao responsabilizar isoladamente os sujeitos e desconsiderar os determinantes sociais, econômicos e culturais. Na tese, parte-se da contribuição de dois enfoques sobre o tema: as noções de resiliência comunitária e de resiliência social. O estudo possui natureza mista (quantitativa e qualitativa), desenvolvido junto à sujeitos residentes nas áreas rurais dos estados do Ceará e Paraná. A etapa quantitativa envolveu a aplicação de um Questionário de Mensuração da Pobreza Multidimensional e Escala Multidimensional de Fatalismo - Reduzida (EMF) junto à 737 sujeitos. A etapa qualitativa integrou a facilitação de 7 (sete) grupos focais com a presença total de 79 participantes. Foram realizadas análises estatísticas descritivas, comparação de médias (Teste t de Student e Análise de Variância), Análise de Correlação e Análise de Regressão Múltipla. A apreciação dos dados qualitativos foi fundamentada na proposta de Análise de Conteúdo de Bardin, mediada pelo uso do software Atlas Ti 8.4. Pentecoste aparece com maior incidência de pobreza multidimensional considerando o Índice de Mensuração de Pobreza Multidimensional quando comparada à Cascavel. Educação, trabalho e renda e aspectos subjetivos da pobreza foram as dimensões com mais elevado indicador de privação considerando a amostra geral. Corroboram com estes dados os resultados qualitativos, segundo os quais as implicações psicossociais da pobreza rural podem ser entendidas através de cinco categorias: acesso precário às políticas públicas, precariedade do trabalho rural, experiências de privação, aspectos subjetivos da pobreza e vulnerabilidade às variáveis climáticas. Os sujeitos vivenciam simultaneamente variados conteúdos de privação na forma de múltiplas insuficiências, sejam elas alimentares, de estrutura de habitação e de oferta de espaços de lazer na comunidade. A precariedade no acesso às políticas públicas é um fator que vulnerabiliza o sujeito à pobreza e ao adoecimento. Há que se considerar as consequências perversas que um percurso histórico marcado pela fragilização da oferta de políticas públicas (de saúde, de educação, de transporte, de lazer, de geração de emprego e renda), pela destinação de investimentos governamentais díspares entre regiões, pela invisibilização dos modos de ser e viver no campo e pela naturalização da pobreza geraram para as formas de sociabilidade no contexto rural. As dimensões analíticas das implicações psicossociais da pobreza rural permitem o entendimento de que estão sendo reproduzidas socialmente condições objetivas e subjetivas de perpetuação da pobreza. Desconsiderá-las acarreta na invisibilização das relações assimétricas de acesso à renda, às políticas públicas, à participação nos espaços de decisão econômica e política, reforçando a significação social da pobreza como algo natural, não passível de transformação concreta, intrínseco às suas experiências cotidianas

e à vida rural. A exposição dos sujeitos às repetidas experiências frustradas em transpor o cotidiano da pobreza fomenta o fatalismo, que se manifesta através de conteúdos de controle divino, predestinação, pessimismo e presentismo. O desamparo derivado da pobreza intensifica os pensamentos místicos, a baixa reflexividade crítica e a simplificação analítica dos fatos. A pobreza fragiliza, ainda, o acesso aos fatores que contribuem para a expressão da resiliência sociocomunitária. As relações de vizinhança são destacadas como uma relevante fonte de suporte social, permeada por sentimentos de confiança recíproca e fundamentada em códigos morais com ênfase na busca pela sobrevivência. Os participantes demonstram compreender o ato de enfrentar como enfrentamento da pobreza, o que acaba contribuindo para que discutam as experiências de privação como algo que deve ser combatido através do esforço estritamente individual. Estes pensamentos favorecem a culpabilização e apontam que o distanciamento analítico-emocional e o conformismo são consequência da intensidade da pobreza. Conclui-se que o caráter sobreposto, continuado e comum à uma coletividade, típico da pobreza rural, impacta negativamente na expressão dos fatores da resiliência sociocomunitária, deixando os sujeitos vulneráveis às concepções fatalistas. As estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza sofrem interferência do fatalismo e da resiliência pois estes são indicadores do que está ou não sendo assegurado ao sujeito para que, sob uma perspectiva comunitária, possa alcançar o horizonte de transformação. Agradecimentos à FUNCAP.

GT50: Residências Multiprofissionais em Saúde: formação para cuidado em liberdade e resistência aos retrocessos na Política de Saúde Mental brasileira

A atuação do psicólogo e demais profissionais residente em saúde mental e saúde da família e comunidade na promoção de articulação para a atenção intersetorial em rede ampliada de assistência

Autor: Daniel Toledo (UNESC)

Coautor: MILENA QUEIROZ DOURADO e Francielly Francesconi

Este resumo contempla a atuação dos profissionais residentes nos programas de Residência Multiprofissional de Saúde Mental e Residência Multiprofissional de Saúde da Família e Comunidade e seu processo de fomento à articulação do trabalho em rede ampliada de assistência ao usuário no município de Vilhena, Estado de Rondônia na região Amazônica, através de ações intersetoriais entre eles. Atualmente esses programas contam com duas turmas de cada núcleo, sendo compostos por profissionais em psicologia, assistência social e farmácia. No que tange a atuação dos profissionais residentes nos programas supracitados percebe-se o crescente diálogo em rede, propiciado pela formação em trabalho oriunda dos respectivos núcleos multiprofissionais de tais programas. Na cidade em questão os profissionais residentes desses dois programas vêm atuando junto aos NASF-AB – Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica, fazendo a ponte entre a atenção secundária e a atenção primária, uma vez que atuam também no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial. Atualmente, esses profissionais têm cumprido 40 (quarenta) horas semanais junto à atenção primária e 20 (vinte) horas na atenção secundária, reservados os horários de estudo o que contempla a carga-horária total dos programas de residência multiprofissional que segundo resolução ministerial é de 60 (sessenta) horas. Durante as vivências profissionais dos residentes, foi possível identificar a dificuldade da vinculação dos usuários nos serviços de assistência à saúde e assistência social, a deficiência no fluxo de atendimento em rede e as dificuldades do atendimento integrado desses usuários. O fazer intersetorial em Saúde Mental e Saúde da Família e Comunidade na Atenção Básica propicia o surgimento de uma nova práxis do profissional em psicologia no contexto contemporâneo e uma nova interação com aquele a quem deve ser atendido: o usuário da rede. Entende-se que esse usuário não deve ser visto de maneira reducionista, sendo então contemplado em assistências multiprofissionais e de forma intersetorial. Sobre atenção intersetorial, ressaltamos aqui a atuação dos profissionais do NASF-AB em conjunto com os órgãos da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, compostos pelos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, que atua no

fortalecimento dos vínculos familiares em baixa e média complexidade, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, responsável pelos atendimentos de alta complexidade e atenção ao usuário quando há rompimento de vínculo familiar, Centro de Atendimento à Terceira Idade – CATI, que atende aos idosos cadastrados no Cadastro Único – CadÚnico do Governo Federal com atenção em saúde, por meio de atividades físicas, de recreação, consultas médicas, de enfermagem e farmacêutica em parceria com a Estratégia Saúde da Família – ESF, bem como órgãos do terceiro setor como a Organização Não Governamental – ONG O Caminho, que trabalha na atenção à crianças e adolescentes, promovendo apoio pedagógico, de assistência social e saúde. Atualmente o NASF-AB atua junto aos órgãos supracitados na atenção à saúde mental da pessoa idosa, cadastrada junto ao CATI, promovendo cuidado multiprofissional com os usuários e no apoio matricial com o restante das equipes de saúde e atenção em assistência social. São desenvolvidos grupos operativos de psicoeducação, onde são abordados temas pertinentes à saúde mental, tais como orientação sobre o uso correto das medicações, direitos em assistência social e atenção psicossocial em saúde mental. Em paralelo com os grupos de saúde mental com a pessoa idosa, são desenvolvidos junto aos órgãos CRAS e CREAS, a busca ativa e atendimento de livre demanda para a promoção dos direitos em saúde e assistência social, mediante a assistência multiprofissional para fomentar o empoderamento do usuário atendido. Compete a equipe do NASF-AB a orientação e capacitação dos profissionais em saúde para a atenção especializada aos usuários do território abrangido. No que compete ao trabalho dos residentes multiprofissionais junto a ONG, desenvolve-se apoio em saúde e psicoeducação tanto com os usuários assistidos, quanto com a equipe que atua diretamente na atenção a eles. Sobre aquele que transita pelos diversos órgãos da Rede de Atenção à Saúde – RAS e a rede ampliada de assistência, composta também pelos órgãos da assistência social e sistema judiciário, entende-se que esse usuário atendido deve ser visto em sua integralidade, não sendo isolado somente na assistência à saúde ou em assistência social. Os profissionais atuantes no NASF-AB, trabalham na promoção da autonomia do usuário assistido, orientando-o não somente nos aspectos do cuidado à saúde, mas também sobre o funcionamento da rede ampliada de apoio e auxiliando na manutenção dos direitos do mesmo. O trabalho em questão dos residentes multiprofissionais em saúde da família e comunidade e saúde mental teve início no ano de 2018, sendo ampliado no corrente ano, resultando assim, melhor diálogo em rede, tanto no que diz respeito à saúde como na rede ampliada, o que resultou num aprimoramento do fluxo de atendimento desse usuário na atenção básica e especializada no município de Vilhena, bem como na melhor assistência integral em rede ampliada, promovendo assim melhores condições de saúde e vinculação dos mesmos nos órgãos responsáveis, desde a atenção primária até os níveis mais complexos do atendimento.

A psicologia e as residências multiprofissionais em saúde

Autor: DIRCE T. TATSCH (UPF-RS)

As residências multiprofissionais apresentam-se com o intuito de transformar a atuação do profissional de saúde nos diferentes espaços nos quais estejam inseridos. A psicologia, enquanto área que se compromete com as questões para muito além de apenas o corpo, encontra-se com a responsabilidade de manejar as dificuldades encontradas, através do trabalho multiprofissional, ao compartilhar com a equipe vendo o sujeito na perspectiva da integralidade.

Desta forma, o trabalho do profissional da psicologia na atenção básica volta-se para diferentes intervenções terapêuticas e possibilidades de manejo para auxiliar e beneficiar os indivíduos dentro de suas particularidades. Nesta perspectiva, além dos atendimentos individuais, pelos quais o trabalho desta área normalmente é associado, têm-se buscado priorizar ações capazes de abranger um número maior de pessoas ao mesmo tempo.

Na busca por acompanhamento psicológico na unidade básica de saúde, o usuário primeiramente recebe o acolhimento em saúde mental, o qual pode ser realizado pelos diferentes profissionais da equipe além do psicólogo e tem por objetivo compreender a demanda existente, direcionando o mesmo de maneira adequada à sua problemática. Acredita-se que o acolhimento, enquanto prática de cuidado, é um dispositivo importante para a formação de vínculo entre o usuário e o serviço, uma vez que este oferece um espaço seguro de escuta na atenção primária (BRASIL, 2013).

Logo, frente ao desafio de dispor de cuidados a partir das necessidades das pessoas, bem como de suas atitudes, valores e universos de sentidos garantindo-lhes um atendimento integral e com o propósito de desmistificar o atendimento psicológico individual, enquanto única e principal possibilidade terapêutica, um meio viável e que



tem se mostrado eficaz em sua magnitude, são os grupos de apoio terapêuticos, enquanto dispositivos comunitários, os quais abrangem significativo número de pessoas e podem contar com o auxílio dos variados profissionais que trabalham na equipe da unidade básica de saúde.

Como vantagem do trabalho em grupoterapia, observa-se o favorecimento para que casos com transtornos psiquiátricos ou psicológicos possam ser abordados pela psicoeducação, facilitando a intimidade entre os membros do grupo e oferecendo apoio àqueles que são semelhantes, assim como auxiliam na resolução de problemas, na redução do isolamento social e do estigma associado ao paciente (BECHELLI & SANTOS, 2004).

Neste sentido, diferentes modalidades grupais podem ser criadas, sejam por semelhantes condições ou interesses. Entre eles, formam-se, por exemplo, grupos de tabagismo, gestantes, mulheres, homens e crianças com dificuldades emocionais ou outras especificidades. Compreende-se, também, que através destes espaços viabiliza-se um aprofundamento acerca do mundo interno dos participantes com associação das vivências presentes a partir das trocas efetivas e afetivas de experiências entre os integrantes.

Também, é através de atividades de prevenção e promoção de saúde, em abordagens comunitárias, ou visitas domiciliares, junto à equipe multiprofissional ou incorporando os saberes da prática dos profissionais da saúde, que o psicólogo poderá ampliar a sua atuação. Temáticas como higiene, sexualidade, autocuidado e drogadição costumam ser abordadas em momentos de palestras ou rodas de conversas, geralmente em escolas ou na sala de espera da própria unidade básica. Datas alusivas costumam ser momentos para enfatizar a problemática trabalhada, como setembro amarelo, outubro rosa e novembro azul, meses que trabalham respectivamente a prevenção ao suicídio, o câncer de mama e o câncer de próstata.

A prática destas atividades são formas de atuação psicológica que têm como objeto o sujeito em suas relações, inserido em um território, não restrito apenas à algum muro institucional ou unicamente ao enfoque patológico (SPINK, MENEGON, GAMBA & LISBOA apud ROSA & SILVA-ROOSLI, 2019).

Em alguns casos fazem-se necessários também os atendimentos individuais, demandas que envolvem ideação suicida, automutilação e abuso sexual, exigem atenção de forma mais privativa entre o profissional psicólogo e o usuário do serviço.

A vista disso, a residência multiprofissional em consolidação com a atenção básica de saúde, permite à área da psicologia uma visão mais ampla frente ao usuário que se apresenta, haja vista a possibilidade de troca mútua com os demais profissionais e a sua inserção em espaços outrora inexplorados. Essa viabilização, instiga a busca por manejos diferentes e a constante pesquisa científica para subsidiar o trabalho realizado.

A experiência dos profissionais nestes contextos se apresentam como desafiadoras, visto que qualifica-os com características muitas vezes não contempladas durante o processo de formação durante a graduação e que nas realidades do mercado de trabalho são importantes, tais como: criatividade, melhores condições de escuta e flexibilidade tanto em relação aos pacientes quanto aos colegas, empatia, habilidade de comunicação, manejo de situações críticas, capacidade de adaptação frente adversidades, trabalho em equipe, etc.

Logo, a psicologia em consonância com a residência multiprofissional, respeitando os princípios éticos, legais e humanísticos de sua profissão, engaja-se na construção de estratégias de cuidado e de modos de atuação profissional capazes de identificar as necessidades individuais e coletivas de saúde da população, propiciando assistência compatível às necessidades de cada usuário e o fortalecimento dos serviços e práticas pautados na atenção integral, conforme preconizado pelo programa, através da relação ensino-serviço que qualifica não só o profissional, mas também o sistema de saúde.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. ; Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

BECHELLI, Luiz Paulo de C.; SANTOS, Manoel Antônio dos. Psicoterapia de grupo: como surgiu e evoluiu. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 242- 249, abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-11692004000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2018.



A responsabilidade do campo da Atenção Psicossocial para com as pessoas em situação de rua

Autor: Alexandra (Capsi Carim / IPUB / UFRJ)

Coautor: Leandro França Pacheco (UFRJ)

Apresentaremos o trabalho intersetorial realizado pelo CAPSi Carim, a partir de demanda situada de um grupo social morador do território do serviço com apresentação do relato de experiência caso Marcelo, e discutiremos de que forma tem sido possível transformar uma encomenda de incômodo social e higiene urbana em possibilidade de se reconhecer como sujeitos de direitos aqueles que compõem parcela da sociedade considerada como descartável, respeitando a sua direção de cuidado a partir dos encontros com os dispositivos de assistência social e saúde existentes, além das construções de outras ofertas possíveis. A direção de trabalho se assenta na perspectiva de Martin-Baró à guisa da Psicologia da Libertação.

A inclusão das crianças e dos adolescentes na agenda política brasileira de saúde mental só aconteceu no início do século XXI, a partir da III Conferência Nacional de Saúde Mental (BRASIL, 2002a), em dezembro de 2001, ainda que o seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos e o estabelecimento de um sistema universal de saúde (BRASIL, 1988; 1990) já lhes garantisse cuidado integral em saúde.

Ao se voltar o olhar para a história humana, a inclusão da infância e da juventude, nas diferentes searas da organização sociopolítica, em geral, ocorreu a posteriori. No campo jurídico, foi em 1990 que o Brasil reconheceu as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, afirmando seu compromisso com os princípios de proteção integral e prioridade absoluta por meio da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e da Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88), promulgada em 05 de outubro de 1988.

No campo da saúde, foi no mesmo período que o país elevou o direito à saúde ao patamar da universalidade, ratificando, em sua carta constitucional, ser, esse, um direito de todos e dever do Estado. Os artigos 196 e 198 da CF/88 afirmam que tal garantia se efetiva por meio de políticas sociais e econômicas, visando ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços componentes de um Sistema Único de Saúde (SUS), organizado sob as diretrizes de descentralização, integralidade e participação comunitária.

Todavia, quando se fala em saúde mental de crianças e adolescentes, os campos dos direitos infantojuvenis e da saúde demoraram muito a se encontrar (COUTO & DELGADO, 2015), tendo sido necessário percorrer um longo caminho para que se percebesse a exclusão das crianças e dos adolescentes do que se construía em termos de cuidado em saúde mental no Brasil.

Tais campos estabeleceram suas bases na década de 1990, mas só convergiram no final do ano de 2001. A atenção psicossocial foi tomada como direção de cuidado e o Brasil, na vigência de uma democracia, pôde reconhecer que é possível, ao mesmo tempo, garantir direitos e oferecer cuidados em saúde mental.

“Descartáveis urbanos” (VARANDA & ADORNO, 2004), essa expressão intitula e descreve enfaticamente o processo de vulnerabilização do segmento populacional identificado como população de rua. Segundo Varanda e Adorno (2004, p.57), a vulnerabilização é um processo dinâmico que ocorre antes da ida para as ruas, “no universo das redes de relações das classes populares”, cujas respostas institucionais “foram sendo ‘assumidas’ pela assistência social, por via assistencialista, e observando-se atualmente um processo de justificativa ‘medicalizante’ desse fenômeno”, reduzindo um problema social a um diagnóstico clínico.

Os autores destacam que população de rua é uma categoria social complexa, que abarca um intrincado conjunto de fatores que se inter-relacionam no processo de ida para as ruas, constituindo-se num importante desafio para as políticas públicas do Estado democrático de direitos.

Interessante refletir a partir das terminologias utilizadas para dizer sobre essa população. Aqueles que vivem na rua têm terminologia e conceitos próprios, nomeando e identificando-se, por exemplo, consoante o local de permanência, o trajeto diário realizado ou a droga que faz uso. Por outro lado, há o modo como o enquadre institucional “medicalizante” identifica essas pessoas, operando com classificações que dizem respeito a aparência, comportamento ou grau de cronicidade e degradação na significação do que seja a situação de rua (VARANDA & ADORNO, 2004).

Não é possível generalizar as experiências de cada pessoa na trajetória de ida para a situação de rua, contudo, não se trata de um caminho unicamente subjetivo, individual de fragilização, pois há relação entre as transforma-



ções socioeconômicas e o fenômeno “população de rua”, que se associa a um amplo processo de exclusão social (BURSZTYN & ARAÚJO, 1997).

Assim, estar na rua significa desenvolver um processo compensatório em relação às perdas, ou passar a usar outros recursos de sobrevivência, ficando evidente as carências e as deficiências, não a superação dos novos obstáculos.

O aumento da população na rua à noite, especialmente nos centros comerciais, que ficam vazios, é notório e tem a ver com o acesso ao trabalho, mas também pela intolerância com a permanência de pessoas dormindo próximas. É o que nos anos 1980 se conheceu como “arquitetura antimendigo” (VARANDA & ADORNO, 2004).

Por último, tem-se as políticas públicas, que, segundo Santos (2003, apud VARANDA & ADORNO, 2004, p. 67), fazem referência ao “novo paradigma para compreendermos uma das dimensões mais perversas da sociedade globalizada: a relação nodal entre o descarte de produtos e materiais industrializados e o descarte de seres humanos”.

Por isso a expressão “descartáveis urbanos”, em que a concepção do lixo social aproxima as pessoas do lixo urbano, um excedente que precisa ser varrido, eliminado. Essa concepção industrial, capitalista, penaliza o indivíduo, que não se esforçou o suficiente, está em tais condições por escolha.

Descartáveis também como uma reedição de práticas de controle da pobreza pelas lentes vigilantes e punitivas do aparelho Estatal e muito presente na atual conjuntura na tentativa de conter os “corpos” inadequados e indesejados.

As políticas públicas para os descartáveis urbanos oferecem programas para retirar as pessoas das ruas, mas poucas possibilidades de reestruturação de suas vidas. O sujeito introjeta esse descarte e parece seguir sem rumo, utilizando-se do álcool e das drogas como auxílio na dissociação da realidade. Essas pessoas não acessam os serviços de saúde e escancaram a ineficiência das políticas de saúde, não só pelas suas condições de saúde, mas, e também, pelo descumprimento dos preceitos de equidade, universalização e integralidade preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro.

O caso de Marcelo, tomado como mote à ação, construiu uma rede que tem se ampliado e trazido novos casos. Ele mesmo, doravante o vínculo construído, aceitou as abordagens e algumas das propostas de cuidado, chegando a sustentar o acolhimento institucional e a abstinência do crack.

A família de Marcelo pôde ser vista e reconhecida como um todo. E apesar de viver na rua, todos seus membros mantêm entre si importantes vínculos afetivos e de cuidado e proteção.

A rede que se construiu a partir da situação de Marcelo vem se fortalecendo e questionando a lógica que opera nos demais serviços. Desde a unidade de saúde, cujo segurança uma vez me afirmou que “posto não é lugar de menino de rua”, e a agente de saúde que exigia o cadastro prévio, com comprovação de endereço, para viabilizar o atendimento, até a guarda municipal, que foi questionada sobre o direito de ocupação dos espaços da cidade quando a equipe de trabalho propôs um encontro no parque para jogar futebol.

Dentro do próprio grupo, quem antes solicitava a todo momento uma resposta assertiva sobre como “retirar as drogas da cabeça desses meninos” passou a compreender o trabalho e defender que, antes de qualquer coisa, é preciso resgatar as possibilidades individuais de reestruturação da vida, e a droga sairá ou não conforme a vontade de cada um, pois esse não é o principal problema.

A construção de propostas de cuidado com as pessoas só foi possível a partir do trabalho com a noção de território, que na lógica da atenção psicossocial, a partir do que afirma Santos (1998), se trata do espaço da existência e da coexistência, do acontecer solidário, do lugar em que as pessoas vivem espacialmente próximas umas às outras e constroem suas redes sociais.

Quando o CAPSi Carim está semanalmente nas ruas para encontrar com essas pessoas, articulado com outros serviços e setores, ele realiza o seu mandato psicossocial, orientado pela lógica de funcionamento em rede e atuação no território de referência (COUTO & DELGADO, 2015). O objetivo não é que as crianças e os adolescentes cheguem ao CAPSi e recebam tratamento, mas que o CAPSi possa operar no seu cuidado intersetorialmente, a partir do olhar da integralidade e da clínica ampliada.

Nesta perspectiva o papel que o CAPSi vem construindo no circuito de serviços que acompanham a população de rua se enquadra como ordenador do cuidado após o encontro funcionando objetivamente no nosso serviço como uma possibilidade de ancoragem urbana para estes usuários. A partir dessa posição, nosso serviço se dispõe a fazer uma tensão de que é preciso construir novos lugares para esta parcela da população que permanece quase invisível nas políticas públicas e estatísticas de saúde e saúde mental, mesmo sendo uma constante no campo da segurança pública, revelando-se numa clínica que é política



O processo saúde-doença e as tecnologias de cuidado: percepções de uma equipe da ESF do município de Rio Grande - RS.

Autor: Raysha Nery (UFRGS / UCPel)

A Residência Multiprofissional em Saúde da Família ofertada pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) é uma modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu caracterizada pela formação em serviço, que desenvolve através de uma cooperação interinstitucional entre a Secretaria Municipal de Saúde do Rio Grande e a FURG na atenção à saúde da população, buscando além da formação dos profissionais, a expansão e a qualificação do serviço em saúde. É nesse contexto de formação em serviço que os residentes são inseridos em uma Unidade Básica de Saúde da Família. A Atenção Básica, nível de atenção que a Estratégia Saúde da Família integra, caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. [...] Utiliza tecnologias de cuidado complexas e variadas que devem auxiliar no manejo das demandas e necessidades de saúde de maior frequência e relevância em seu território, observando critérios de risco, vulnerabilidade, resiliência e o imperativo ético de que toda demanda, necessidade de saúde ou sofrimento devem ser acolhidos. (BRASIL, 2012a, p. 19)

Entretanto, apesar das definições e regulamentações sobre o processo de trabalho nas instituições de saúde e a atuação dos profissionais, faz-se necessário dar um passo atrás. Durante a leitura corremos o olho inúmeras vezes sobre as palavras saúde, doença e cuidado, mas sabemos defini-las se necessário, ou, ainda mais, identificar suas raízes históricas, implicações ético-políticas e desdobramentos das práticas a elas associadas?

Apesar de termos ou não essas respostas, enquanto profissionais atuantes na ESF, estamos todos os dias desenvolvendo práticas que estão, conscientes ou não, regulamentadas ou não, relacionadas diretamente a determinadas concepções de saúde-doença-cuidado. Dessa forma, torna-se necessário a problematização desses conceitos, posto que o âmbito dos enunciados, o âmbito dos discursos, está em permanente cruzamento com o âmbito do não-discursivo, do institucional. É por isso que a aceitação de determinado conceito implica muito mais que um enunciado, implica o direcionamento de certas intervenções efetivas sobre o corpo e a vida dos sujeitos, implica a redefinição desse espaço de onde se exerce o controle administrativo da saúde dos indivíduos (CAPONI apud Batistella, 2007, p. 26).

Assim, este trabalho objetivou analisar as percepções de uma equipe multiprofissional sobre o processo de saúde-adoecimento-cuidado a partir de seu cotidiano de trabalho na Estratégia Saúde da Família.

As concepções de saúde e doença, bem como as práticas de cuidado a estes relacionadas, só podem ser analisados a partir de sua historicidade. Em termos históricos, entre as sociedades ocidentais podemos destacar algumas concepções e momentos da história que tiveram maior importância no decorrer do desenvolvimento destes conceitos: o pensamento mágico-religioso, da medicina hipocrática, do pecado durante a Idade Média, sua modificação com o Renascimento, o surgimento da Medicina Social, a Era Bacteriológica e a discussão da causalidade a partir dos Modelos de Unicausalidade e Multicausalidade, até a ideia contemporânea de produção social da saúde e da doença (BATISTELLA, 2007). No Brasil, por sua vez, podemos destacar o movimento da Reforma Sanitária, a VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986, a Constituição Federal em 1988 e as legislações relativas ao SUS, em especial a lei 8080/90 e a Política Nacional de Promoção à Saúde (2014), que contribuíram para a discussão e formulação dos conceitos de saúde que balizam a atuação na Rede de Atenção à Saúde.

No que se refere às práticas atreladas aos conceitos saúde e doença, o trabalho na área da saúde tem como principal finalidade a produção do cuidado de sujeitos e populações. Essa produção compreende o uso de tecnologias, isto é, ferramentas também materiais ou simbólicas empregadas de modo intencional ou presentes no momento de produção (MERHY, 2014). As tecnologias de produção de cuidado

envolvidas no trabalho em saúde podem ser classificadas como: leves (como no caso das tecnologias das relações do tipo produção de vínculo, autonomização, acolhimento, gestão como uma forma de governar processos de trabalho), leve-duras (como no caso de saberes bem estruturados que operam no processo de trabalho em saúde, como a clínica médica, a clínica psicanalítica, a epidemiologia, o taylorismo, o fayolismo) e duras (como no caso de equipamentos tecnológicos do tipo máquinas, normas, estruturas organizacionais) (MERHY, 2014, p.49).



Ainda conforme Merhy, o trabalho em saúde é necessariamente centrado no trabalho vivo em ato permanentemente e com ênfase na utilização de tecnologias leves, pois a produção acontece no encontro entre profissional e usuário a partir de práticas de acolhimento, vínculo e promoção de autonomia.

Desse modo, a pesquisa foi realizada em uma UBSF no município de Rio Grande-RS, sendo convidados a participar todos os profissionais que participam do processo de trabalho diariamente e que de forma direta lidam com os usuários, através de acolhimento, recepção, atendimentos e/ou orientações, a saber: duas médicas, uma enfermeira (coordenadora da equipe), uma técnica de enfermagem, uma auxiliar de enfermagem, seis Agentes Comunitárias de Saúde, uma odontóloga, uma auxiliar de saúde bucal, dois burocratas, uma vigilante e uma auxiliar de serviços gerais.

A pesquisa tem caráter qualitativo, pois pretendeu compreender as significações, relações entre crenças e percepções, "interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam" (MINAYO, 2008, p. 57). A coleta de dados realizou-se através de um grupo focal e da utilização de um temário (FLICK, 2009), com duração de 1h20 durante reunião de equipe no espaço físico da própria UBSF, que foi audiogravado e transcrito na íntegra. Os dados foram explorados a partir da análise de conteúdo seguindo categorias temáticas (MINAYO, 2008). Ademais, a pesquisa observou os critérios éticos respeitando as recomendações da Resolução Nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

A partir da análise dos dados, foram estabelecidas duas categorias: Concepções de saúde-doença e Tecnologias de Cuidado. No que tange a primeira categoria, sobre as concepções que os profissionais trouxeram acerca do processo saúde-doença, pode-se dizer que é consenso entre a equipe da UBSF uma compreensão de saúde e de doença não atrelada somente ao adoecimento físico, mas perpassada pelo contexto socioeconômico da população, bem como foram levantadas questões referentes ao biopoder, ao paradigma biomédico, a ideia de promoção da saúde a partir de estilos de vida e de determinantes sociais da saúde. Sobre este último, percebe-se certa frustração na fala de alguns profissionais devido a dificuldade em atuar nos determinantes, pois fogem as ações da equipe, por exemplo, como o desemprego.

No que se refere a segunda categoria, a equipe relatou enfaticamente dificuldades no processo de trabalho devido a tecnologias duras, isto é, estrutura física insuficiente, falta de insumos e recursos humanos, alta demanda, obstáculos na comunicação com a gestão, entre outros. Ao mesmo tempo que demonstrou, através da operação em rede no território e do vínculo com a comunidade, uma abertura ao encontro subjetivo, a dimensão relacional e a utilização de tecnologias leves em seu processo de trabalho. Contudo, não apresenta total compreensão de que se trata de uma tecnologia de trabalho, bem como da potência dessa tecnologia na produção de saúde.

A partir do presente estudo evidenciou-se que, apesar do conceito de saúde não ser um objeto que se possa delimitar com facilidade, a equipe apresentou uma concepção atrelada ao contexto social dos sujeitos, bem como a percepção de adoecimento e sofrimento derivados desse contexto. Essa capacidade de olhar o entorno possibilita que atue nesses determinantes, a partir da criação de redes entre os profissionais, com o território e com as demais políticas públicas. Assim, se exemplifica a "complexidade do atuar em saúde e a necessária multidisciplinaridade" do trabalho nesse campo (MERHY, 2014, p.117).

Ademais, foi possível perceber a presença das três tecnologias no ato produtivo de cuidado, com ênfase nas capturas que as tecnologias duras proporcionam, bem como dificuldade em perceber a dimensão subjetiva como tecnologia de trabalho. Entretanto,

Apesar do trabalho vivo sofrer processos de captura pela normativa que regula a vida dos trabalhadores, individuais e coletivos, no interior das organizações, permanece uma capacidade operativa nas redes dos serviços, dada pela sua natureza rizomática, isto é, sua constituição por fluxos de conexão entre equipes, no plano mesmo da micropolítica. Isto torna possível ao trabalhador operar linhas de fuga e trabalhar com lógicas muito próprias, que são do próprio sujeito que opera o sistema produtivo, sendo ele próprio capaz de encontrar novos territórios de significações, que dão sentido para, por exemplo, a produção do cuidado quando tratamos do caso da saúde (FRANCO & MERHY, 2012, p. 160).

Assim, MERHY (2014) propõe a utilização das tecnologias leves como direcionamento de práticas em saúde que façam enfrentamento às estratégias de dominação do biopoder. Na abertura ao encontro de subjetividades como um recurso tecnologicamente orientado que se pode produzir coletivamente novas possibilidades de existência e de produção de cuidado, pensando as lutas do biopoder em suas facetas de dominação e resistência.



Residências em saúde mental como estratégia de fortalecimento da saúde pública e da atenção psicossocial

Autor: Isabella Lima

INTRODUÇÃO: As residências em saúde configuram-se como uma modalidade de formação estratégica para a qualificação de profissionais no campo da saúde coletiva e espaço privilegiado de formação para o Sistema Único de Saúde. No campo da saúde mental, as residências podem fortalecer a perspectiva da atenção psicossocial, desde que suas fundamentações teórico-pedagógicas estejam afinadas com tal perspectiva, possibilitando que os residentes desenvolvam atividades práticas supervisionadas em serviços abertos e de base comunitária e que tenham espaços qualificados para a reflexão sobre as práticas desenvolvidas. Nesse sentido realizamos a pesquisa de doutorado intitulada “A fortaleza da saúde mental está nas pessoas’: um estudo sobre as residências em saúde mental da região metropolitana de Belo Horizonte”, cujo recorte apresentaremos neste trabalho, que está sendo submetido para integrar o GT: “Residências Multiprofissionais em Saúde: formação para cuidado em liberdade e resistência aos retrocessos na Política de Saúde Mental brasileira”, pois configura-se como um relato de pesquisa recentemente realizada que teve como foco as discussões sobre a formação em saúde mental nas residências multiprofissionais. **ORIENTAÇÃO TEÓRICA/METODOLOGIA/OBJETIVO:** Considerando as discussões sobre o trabalho na perspectiva da atenção psicossocial (Alarcon, 2005; Amarante, 2007; 2008; 2015; Brasil, 2011; Costa-Rosa, 2000; Leal, 1999; Oliveira & Passos, 2012; Rotelli, 2008; Rotelli, Leonardis & Mauri, 2001), tomamos os conceitos de itinerário pedagógico singular e de encontros de aprendizagens (Dallegrave, 2013; Dallegrave & Ceccim, 2018a; 2018b), para nos indagarmos sobre a realização dos processos de formação para o trabalho no âmbito de dois programas de residência em saúde mental realizados na região metropolitana de Belo Horizonte. Foram realizadas entrevistas em profundidade com oito ex-residentes de diferentes categorias profissionais, que concluíram a formação entre os anos de 2012 a 2016. O processo de análise do material empírico, fundamentado na análise temática, foi realizado em dois momentos. No primeiro ficamos em contato direto e intenso com o material, realizando leituras verticais dos relatos, privilegiando sua compreensão singular e elaborando um esquema provisório de interpretação, à luz do referencial teórico da atenção psicossocial. Na sequência, realizamos a leitura horizontal do conjunto dos relatos, estabelecendo relações entre as narrativas. A síntese das leituras vertical e horizontal em diálogo com o contexto sociocultural e com nosso referencial teórico permitiu que identificássemos três núcleos temáticos principais: a formação em e na rede; o suporte teórico para o percurso formativo; efeitos-afetos nas subjetividades e trajetórias dos entrevistados. Neste trabalho, pretendemos discutir os impactos da formação sobre as trajetórias profissionais e de vida de ex-residentes de programas de residência em saúde mental executados integralmente em redes de atenção psicossocial. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** De acordo com os ex-residentes, a aprendizagem em serviço é uma fusão indissociável entre os conteúdos teóricos e a realização das práticas no cotidiano de trabalho, que envolve o trabalho em equipe e a produção do cuidado integral e em liberdade. Todos eles consideram extremamente positiva a organização da residência em serviços abertos e de base comunitária, com destaque para práticas realizadas em serviços menos instituídos ou nos próprios territórios. Para todos os entrevistados a residência em saúde mental foi uma experiência intensa e carregada de afetos. Eles descreveram processos de trabalho interdisciplinar e de cuidado integral em saúde que remetem não apenas ao desenvolvimento de competências técnicas, mas também de competências éticas e relacionais. Alguns ressaltaram que a residência possibilitou um tipo de contato com a realidade da população que foi responsável por reposicionamentos profissionais e subjetivos frente a situações de iniquidades em saúde e de desigualdade social. Entendemos que esses reposicionamentos surgiram como efeitos-afetos de encontros de aprendizagens em itinerários pedagógicos singulares que possibilitaram que os residentes reconhecessem os limites das suas atuações profissionais e os limites dos serviços da própria rede de atenção psicossocial (RAPS), apontando para a necessidade de ampliar as noções de saúde mental e de cuidado em liberdade, valorizando a rede intersetorial. Atualmente todos desenvolvem atividades de trabalho relativas ao campo da saúde mental, com destaque para o trabalho diretamente nas RAPS. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A aposta na rede de atenção psicossocial como local privilegiado para processos de ensino-aprendizagem, sem a utilização do hospital psiquiátrico, questiona práticas de formação estagnadas e possibilita a ampliação das formas de cuidado. Realizadas em consonância com a perspectiva da atenção psicossocial, as experiências descritas pelos ex-residentes colaboram para o fortalecimento do cuidado integral na saúde pública. Considerando as diversas transformações provocadas pelo movimento da reforma psiquiátrica, o que hoje temos como um dos desafios é a produção de novos processos de formação, de trabalho e novas maneiras de

nos relacionarmos com a loucura. Nesse sentido, tendo como base a reorganização de processos de trabalho, as residências em saúde são potencialmente transformadoras pois, ao assumirem novas formas de produção de cuidado, os próprios residentes experimentam novos processos de cognição e subjetivação. Portanto, reforçamos a importância de investimento financeiro por parte do Estado nessa modalidade de formação não apenas através de bolsas para residentes, mas também de incentivo financeiro para a realização de práticas de preceptoria e tutoria pelos trabalhadores vinculados às redes locais que sediam tais processos formativos.

GT51: Subjetividade, processos formativos e crítica da cultura na América Latina

Adolescência, psicologia e promoção da saúde: reflexões críticas sobre concepções e cuidados à saúde mental de adolescentes

Autor: Samuel Herrera Bordalo (UNIP)

Coautor: Barbara Queiroz (UNIP), Laura, André Bertolin Tedesco (Unip - Universidade Paulista), Dulcilene e Vanda Nascimento (UNIP-SP)

A adolescência, com suas próprias características biopsicossociais, necessidades e direitos, é marcada pelo processo de escolarização, formação subjetiva e por ser uma fase intermediária entre a vida da criança para a vida adulta. A passagem da criança para o adulto é justamente a mudança de indivíduo tutelado para um sujeito capaz de cuidar de si próprio, de dialogar diretamente com a sociedade e de cumprir seus deveres e exigir seus direitos. Assim, a adolescência possui um papel central na passagem de um modo de estar em sociedade para o outro, passagem efetuada através da inserção progressiva a outros grupos sociais e da aprendizagem que promovem formação subjetiva, sendo que a educação possui um papel fundamental nessa inserção progressiva dos indivíduos na sociedade e nos modos de relação com ela. Se pensarmos que o adulto é alguém capaz de cuidar de si próprio, em diálogo com a sociedade, então há a questão de como o adolescente, em estado de progressivo alargamento do campo social e em processo de escolarização, efetua a promoção da própria saúde mental na relação de cuidado consigo mesmo e de promoção da saúde, incluindo relação com profissionais e com as Políticas Públicas. Isto é, parte-se do problema de como os adolescentes compreendem a promoção da própria saúde, a partir de si e a partir da sociedade, e suas estratégias de cuidado de si mesmo. Partindo dessa problemática, objetivou-se conhecer as perspectivas e estratégias de promoção de saúde mental dos adolescentes. De modo que fosse efetuada uma discussão, partindo das concepções e estratégias dos próprios adolescentes, entre o grupo dos adolescentes e as políticas públicas e práticas profissionais. Assim, compreendendo-se a necessidade de entender concepções e estratégias desenvolvidas durante a formação subjetiva, isto é, da apropriação da cultura e do aprendizado formulando seus próprios meios a partir do social, pretendeu-se expor a comunidade dos adolescentes no seu diálogo (e na ausência dele) com as políticas públicas e atendimento profissional, de modo que fosse possível questionar principalmente a dimensão da saúde envolvida, mas também a cultura e a educação envolvida no processo de formação subjetiva. Desse modo, a pesquisa "Adolescência, psicologia e promoção da saúde: reflexões críticas sobre concepções e cuidados à saúde mental de adolescentes" se relaciona com o GT "Subjetividade, processos formativos e crítica da cultura na América Latina" na medida em que: (1) parte das mesmas compreensões (a) da existência da regularização dos sujeitos para a lógica do mercado (a partir da cultura em geral e de determinadas práticas educacionais a serviço do sistema), (b) da relação conflituosa de adaptação e resistência entre sujeito e sociedade, (c) crítica a concepções de educação que se coadunam com o neoliberalismo e (d) a defesa de uma relação de formação subjetiva que integre o aspecto social, público e democrático da existência e do aprendizado; (2) visa compreender e dialogar com uma população que demanda escolarização e saúde, principalmente em tempos de sucateamento do público e introdução de medidas de flexibilização que impactam a vida e a subjetividade dos adolescentes, inclusive procurando compreender como esses impactos são apropriados pelos adolescentes; (3) coaduna-se com o eixo temático I de forma que se pretendeu estudar, no momento atual neoliberal, concepções e estratégias de saúde mental que são gestadas na relação entre sujeito e sociedade, estudante e escola, adolescente, a própria comunidade dos adolescentes e outras comunidades, articulando forma de apropriação

dos próprios direitos sociais, políticas públicas e o fortalecimento do diálogo a respeito da saúde, da comunidade e da escola, relacionados principalmente à psicologia e à saúde mental; (4) refletir criticamente sobre as formações dos indivíduos nesta sociedade; sendo ainda possível indicar outras questões, críticas e intenções que relacionam a pesquisa acerca das concepções e estratégias de promoção de saúde mental dos adolescentes com o GT “Subjetividade, processos formativos e crítica da cultura na América Latina” e com o eixo I. A orientação teórica partiu da apropriação da fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty, por sua compreensão dialética, engajada, histórica, psicológica e social dos fenômenos da existência, sendo utilizado principalmente a ideia de estrutura do autor que sintetiza formas de relações entre sujeito e meio, liberdade e situação, percepção e ação, etc. A fenomenologia do autor poderia ser chamada de Fenomenologia Dialética ou Fenomenologia Crítica (tendo alguma proximidade com a ideia de crítica da Teoria Crítica), mas a própria ideia de fenomenologia em Merleau-Ponty é a exibição de uma existência que relaciona intrinsecamente sujeito e meio, em diversos sentidos, sendo desnecessário acrescentar algo após a fenomenologia pois ela já abrangeria por princípio fenomenológico; permitindo, assim, um diálogo entre Fenomenologia e Psicologia Social e, até mesmo, considerar a fenomenologia do autor como inspiração para o desenvolvimento e o trabalho dentro da Psicologia Social. O método se baseou na pesquisa qualitativa e na utilização do Grupo Focal, como levantamento de dados e, a Análise de Conteúdo, como análise de dados, segundo as ideias de Laurence Bardin. O Grupo Focal permitiu o endereçamento de questões para respostas abertas da comunidade dos adolescentes, sendo o grupo tomado como um todo, jamais individualizando concepções, mas contextualizando e focando assim na comunidade dos adolescentes propriamente. O Grupo Focal foi constituído de uma sessão de duas horas com nove participantes dentro de uma tradicional escola pública de ensino médio do Estado de São Paulo localizada na zona oeste da capital; os voluntários eram alunos que se interessaram e eram todos do terceiro ano e na faixa dos 16 anos. A Análise de Conteúdo, por sua vez, viabilizou a discussão de temas que surgiram através do discurso do grupo de adolescentes e da relação psicológica com tais temas. Os resultados mostraram, no discurso dos adolescentes: as compreensões acerca da saúde mental, em relação ao autocuidado, escuta, família, religião, entendimentos científicos, políticas públicas etc. Sendo que tais temas apresentaram possibilidades de cuidado quanto à saúde mental, mas também de promoção de descuido consigo próprio. As concepções de saúde mental e promoção da saúde se mostraram diversas, mas orientadas muitas vezes pela concepção de saúde assistencial da medicina, e da cultura da sociedade brasileira, focadas na reabilitação e cura, negligenciando-se a prevenção e promoção da saúde. Ou seja, nesse grupo de adolescentes, o cuidado de si próprio passa por esperar algo considerado como realmente sério para solicitar o auxílio, colocando nas mãos da família, do profissional ou da religião toda a responsabilidade e a prescrição de formas de tratamento e cuidado de que necessita ou deve ter. As estratégias, por sua vez, ou surgem sem a intenção direta de cuidar de si, mas procurando sair de determinada situação de sofrimento, ou não surgem; mesmo quando reconhecida uma situação de sofrimento, mantem-se preso a ela. Tais estratégias se condensam no diálogo com familiares e profissionais, atenção à aparência e na fuga ou enfrentamento dos problemas. As conclusões passam pela necessidade de crítica e de circulação de outros/novos discursos na comunidade dos adolescentes, discursos que não são meras palavras e enfatizam a emancipação. Esses discursos emancipatórios são justamente aquilo que vincula concepções e estratégias de modo a enfatizar as possibilidades de cuidado de si próprio dos adolescentes, a possibilidade de recorrer à comunidade e sociedade como auxiliadoras não assistencialistas e a possibilidade de requerer direitos que verdadeiramente os coloque na sociedade de modo igual e supra suas demandas básicas para tanto. Para tais discursos, a escola é um lugar privilegiado, afinal, ela tanto possibilitou a escuta à comunidade dos adolescentes na pesquisa realizada como a reflexão crítica das concepções e estratégias dos adolescentes visando promoção da saúde e emancipação, quanto a escola é um espaço que influencia a formação subjetiva dos adolescentes e propaga a cultura da sociedade, sendo necessário uma crítica e aprimoramento das formas de educação, como também das políticas públicas envolvidas. Assim, a presente pesquisa se insere na reflexão crítica a respeito da saúde mental e dos direitos, tendo a escola como lócus privilegiado, se efetivando como uma “psicologia social frente aos autoritarismos, polarização social e crise sistêmica do capitalismo” que passa pela defesa da democracia e da emancipação humana tendo a escola como lugar privilegiado de formação subjetiva e a saúde como prática indispensável.



Cidadania em crise? Ensaio para uma leitura das figuras da subjetividade a brasileira.

Autor: Emanuel Messias

Antônio Negri e Michael Hardt apontaram, de maneira assertiva, que as consequências da expansão neoliberal produziram formas mais ou menos regulares de organização das subjetividades. As figuras da crise, por eles assim nomeadas, são produtos da racionalidade neoliberal que organizam as formas de vida em modelos passivo de gestão. Assim, a figura do cidadão liberal dotado dos direitos sociais e civis regulados pelos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade está gradativamente dando lugar aos sujeitos: endividados, mediatizados, securitizados e representados. Para Negri e Hardt, as subjetividades em tempos neoliberais são, de alguma forma, análogas a esses padrões etológicos. Estamos assim no campo do que Deleuze e Guattari denominaram de dispositivos de sujeição social. Trata-se de dotar o sujeito de um ethos modelizado. Esse é, em certo sentido, o papel que cumpre as figuras da crise. Um horizonte modelo que pressiona as subjetividades em sua direção. Todavia, seria equivocada pensar o surgimento de tais figuras como uma mera falha da cidadania ou da democracia. Aqui é preciso recuperar a ideia de Theodor Adorno e Max Horkheimer em "A dialética do esclarecimento.". Longe da leitura padrão da modernidade, os autores frankfurtianos apontaram uma contradição imanente ao esclarecimento. Seguindo a tradição dialética de Hegel a Marx, propuseram que o custo da ciência iluminista era seu caráter totalitário frente ao homem e a natureza. Assim, para eles, haveria fortes indícios de semelhança entre o mito e a razão iluminista. Em todo percurso do pensamento esclarecido seu caráter ditatorial operou na penumbra de sua ciência. Em certo sentido tal ideia converge em muitos pontos com a noção de biopolítica na leitura desta oferecida por Giorgio Agamben. Para o filósofo italiano a biopolítica opera produzindo seu próprio horizonte de atuação: o campo. É no campo (que tem como principal modelo o campo de concentração nazista) que a biopolítica atinge o ápice de sua racionalidade. É no campo que o corpo se torna o objeto puro da política. Todavia, é também o campo o limiar da vida política e da vida nua. Uma vida destituída de direitos. A partir dessa posição pode-se inferir algo desta contradição imanente na cidadania. Seu horizonte errático. Sua definição negativa. As figuras da crise não são falhas da cidadania, mas consequência. A cidadania neoliberal é marcada nesse sentido pela sujeição social do cidadão a uma identidade de ethos mais ou menos regular mediado pelos processos da crise. Não se trata, e aqui nos afastamos de um certo pensamento marxista, de um momento de inflexão do capitalismo para reorganização de seus mecanismos e disposições. Trata-se de admitir, como faz a jornalista Naomi Klein em "Doutrina de Choque", que a racionalidade neoliberal encontra suas condições perfeitas de reprodução no estado de crise. Assim, a crise deixa de ser uma contradição inerente e passa a ser uma situação imanente no neoliberalismo. A servidão voluntária operada pela Indústria Cultural atinge assim seu ápice quando da ascensão dos mecanismos psicopolíticos das sociedades de controle. A crise não opera no campo da cognição social, mas do que Vladimir Safatle chamou de circuito dos afetos. Longe de ser produtos meramente de uma racionalidade, as figuras da crise são conjugações afetivas que se organizam em torno de certas contingências modelos. Desta feita, tais figuras passam a ser condição da cidadania. Ser cidadão no neoliberalismo é estar em dívida, com medo, interpelado pelas mídias e eleitor em um modelo de democracia representativa. Esse quadro teórico geral nos oferece elementos para, a partir da crítica a recente dinâmica política brasileira, oferecer, ainda que em tom ensaístico, uma quinta figura da subjetividade: o reencantado. O sociólogo alemão Max Weber aponta que os processos de racionalização da vida, fundamentalmente advindos do desenvolvimento da modernidade, produziram um desencantamento do mundo. Para o autor tratava-se da substituição gradativa da magia pela ciência como caminho da salvação. A cidadania neoliberal brasileira parece ter produzido uma reação adversa a esse fenômeno em que o estado aparece cada vez mais distante de sua laicidade e o "parlamento" brasileiro ganhou uma nova configuração a partir do surgimento da "bancada da bíblia". A figura do "reencantado", título passivo de crítica por pressupor de antemão o desencantamento, é marcado por um profundo desejo da substituição dos modelos normativos jurídicos pela moral religiosa. A racionalidade científica do corpo para ele é de pouco interesse muitas vezes posicionando-se contra campanhas de vacinação ou campanhas de combate a DST-AIDS. Para ele qualquer incursão biopolítica pelo corpo é apenas mera desculpa para a sexualização da vida. A crise brasileira produziu uma figura que, na contramão da proposição weberiana, esta gradativamente substituindo a ciência pela magia. Deve-se ressaltar, contudo, que diferente de uma certa condição do Capitalismo Mundial Integrado do norte do mundo. A racionalidade moderna brasileira nunca sobrepôs totalmente certa mística antropológica e social. Todavia, o protagonismo dessa mística e sua atuação ao lado do conservadorismo político que toma conta do parlamento brasileira é o que orienta a pro-

dução deste breve ensaio. Assim, em linhas gerais, sustentamos que a partir de uma dialética da cidadania, mais ou menos aos modos da dialética do esclarecimento, é possível identificar essas subjetividades simbióticas a figura do cidadão. Nesse sentido, a partir desse recurso metodológico, apontamos a figura do “reencantado” como produto dessa “contradição” imanente a cidadania neoliberal.

Contribuições da arte e do pensamento crítico no processo de formação de alunos de uma escola municipal em Boa Vista - RR

Autor: Wellen Crystine (UFRR)

Coautor: Carlos Eduardo Ramos (UFRR/USP)

Este estudo foi desenvolvido no decorrer do estágio obrigatório dos discentes do curso de psicologia da Universidade Federal de Roraima, com ênfase em psicologia escolar na perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade. O projeto de intervenção foi elaborado e executado durante o estágio em uma escola municipal na cidade de Boa Vista-RR, no ano de 2018. Este foi criado em parceria com a coordenação da escola, a partir das observações e entrevistas realizadas durante a primeira etapa do estágio.

Durante o estágio foram percebidas na dinâmica escolar algumas possibilidades de intervenção principalmente nas relações entre os alunos, que foram os protagonistas dessa intervenção. Percebeu-se a presença da competitividade entre os alunos como um entrave para a participação nas aulas e nas demais atividades educacionais. A competitividade é, portanto, um problema no processo educacional, tendo em vista que as relações de competitividade podem gerar efeitos negativos a curto e longo prazo diante dos objetivos da educação escolar. Associados à competitividade, estão outras problemáticas que também podem prejudicar a formação dos alunos, como o bullying, o preconceito, a violência física e simbólica, dentre outros fatores (CROCHÍK, 2013).

Como já demonstrado por vários estudos, há diversos fatores que influenciam no rendimento acadêmico, como o contexto familiar, a participação dos pais no processo educativo, dificuldades ligadas a desigualdade social etc. Diante disso, é possível compreender a fragilidade do discurso meritocrático, que não leva em conta aspectos que vão além do esforço individual. Isso impede uma formação igualitária e justa, conforme os princípios de cidadania previstos no Projeto Político e Pedagógico da escola.

A arte surgiu como uma possibilidade de trabalhar essas problemáticas, principalmente quando realizada no âmbito coletivo. Tendo em vista que o processo artístico em contexto grupal exige troca, solidariedade e cooperação, criou-se com essa intervenção o locus de trabalho ideal. Segundo Piaget (apud. LA TAILLE, 1992), a cooperação e o brincar ajudam no desenvolvimento da lógica mental, como também contribui para superação do egocentrismo, no qual a criança passa a assimilar outras opiniões e visões de mundo e as incorpora no seu escopo de estrutura mental.

A arte é uma dimensão do conhecimento privilegiada, pois como aponta Adorno (2017), é na arte, especialmente na música, que reside as possibilidades de contradição. Para o autor, a arte é necessária pois é a partir dela que é possível fazer uma crítica a sociedade e pensar formas de transformá-la. A arte é um recurso indispensável para a formação de indivíduos, sendo sua inserção nos contextos formais de formação essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico (ADORNO, 2003). Diante disso, no contexto da intervenção planejada, teve-se o objetivo de trabalhar a cooperação e coletividade por meio de atividades artísticas com os alunos do ensino fundamental de uma escola municipal na cidade de Boa Vista – Roraima, através da execução de estratégias que pudessem fomentar o senso de coletividade, cooperação e solidariedade nos alunos do quinto ano por meio da formação de um coral, dinâmicas e grupos cooperativos; promoção de outras formas de compreender outras formas de saber, considerando outras habilidades além do desempenho escolar tradicional (voltado principalmente para português e matemática); da conscientização dos alunos com relação as questões de bullying, preconceito e exclusão.

O estágio ocorreu no período de um ano no primeiro semestre foram feitas as observações, entrevistas e elaboração do projeto de intervenção, já no segundo ocorreu a intervenção propriamente dita. Este se deu por meio de visitas semanais, em três turmas do quinto ano. O critério para a seleção das turmas foi o período de desenvolvimento maturacional e a maior facilidade para desempenho das atividades, tendo em vista que os alunos dessas turmas têm cerca de 8 a 11 anos. Foram nove encontros com as três turmas. As atividades foram elaboradas de acordo com as demandas e temáticas que surgiram nas observações e no decorrer dos encontros. Inicialmente



foram desenvolvidas dinâmicas e jogos cooperativos com os temas que surgiram nos encontros e posteriormente foram feitos ensaios do canto coral.

Em todas as turmas a competitividade foi um fator que muito presente. Algumas atividades com o objetivo de valorizar e fortalecer a cooperação não foram concluídas devido a dificuldade em estabelecer um senso coletivo. Contudo, essas questões foram discutidas ao final das intervenções enfatizando a importância do trabalho coletivo para alcance de objetivos grupais e crescimento individual. Wallon (1979 apud BASTOS, 2010, p. 164), ao pesquisar sobre a importância dos grupos na constituição do sujeito, declarou que estes, “além de serem importantes para a aprendizagem social da criança, também o são para o desenvolvimento de sua personalidade e para a consciência de si própria”.

A atividade do canto coral proporcionou, além do contato com outros conhecimentos para além do conteúdo escolar, o entendimento da contribuição individual para a produção de um resultado satisfatório grupal, bem como a valorização do trabalho desenvolvido. Durante as intervenções musicais os alunos, de modo geral, estavam empenhados. Nesse sentido, Tunes e Pederiva (2013 apud NEVES; SOUZA 2018) apontam que a música incide primeiramente no âmbito do afeto e em seguida entramos em contato com seu conteúdo e letra, que faz parte do âmbito semântico. Proporcionando a construção de novos sentidos através do significado e relação com o contexto social que a música está inserida. Portanto, quando os alunos são tocados pelo afeto, as atividades passam a fazer sentido.

Questões relacionadas à diversidade, tais como, sexualidade, gênero, racismo e discriminação emergiram durante as intervenções através de comentários homofóbicos e discriminatórios. Freire, Santos e Haddad (2009) corroboram que a luta dos movimentos sociais pelo reconhecimento das diversidades, diversidade de gênero e combate a preconceitos étnico-raciais tem sido importante para a conquista de direitos e avanço da democratização social. Contudo, atitudes discriminatórias, enraizadas no identitário coletivo, causam naturalização e reprodução dentro da escola.

Portanto, esses foram alguns dos pontos possíveis de análise a partir desse contato com a instituição. Dentre as demandas percebidas e a partir das supervisões e discussões da dupla, a competitividade e a falta de cooperação e os conflitos dela advindos foram aspectos que se sobressaíram e revelaram-se como o principal foco para a intervenção. É necessário considerar que há uma limitação em nosso trabalho, por não haver um psicólogo(a) escolar atuante dentro do ambiente da escola. Ainda assim, a escola nos deu todo o suporte necessário para as intervenções, como se mostrou aberta as ideias e projetos da maneira que foi pensado. Acreditamos que a partir do apoio da escola, da disposição e curiosidade dos alunos em aprender, foi possível abordar e trabalhar outros fenômenos que se relacionam com a problemática da competitividade (como o bullying, preconceito, exclusão etc.). Enfim, intervenções nesse sentido são extremamente necessárias e contribuem para a superação da mera reprodução de conhecimento, norteadoras da dinâmica presente no modo de produção capitalista e consequentemente na escola, que legitima a competitividade e exclusão. É necessário que haja mais ações pautadas num pensamento crítico, buscando destituir a ideologia que justifica a exclusão e que promovam a ruptura dessa lógica dominante.

O GT subjetividade, processos formativos e crítica da cultura na América Latina, ressalta a necessidade de fortalecer a educação pública gratuita e de qualidade em meio a tantos ataques, dentre eles os incentivos a privatização do ensino e extinção da possibilidade de uma educação crítica por meio de ações como “escola sem partido” e “ideologia de gênero”. Tais iniciativas do Estado contribuem para o enfraquecimento do direito social a educação tendo em vista que limita o acesso e precariza a qualidade do ensino. A pesquisa está alinhada ao GT ao passo que propõe via reflexões sobre a dinâmica escolar e questões relacionadas a competitividade e exclusão que delas emergiram promovendo o fortalecimento de uma educação crítica por meio da promoção de espaços para discutir questões relacionadas a competitividade, diversidade, gênero e sexualidade.

Referências:

- ADORNO, T. W. A arte e as artes e Primeira introdução à Teoria estética. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
- _____. Educação e emancipação. 3. ed. Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BASTOS, A. Técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. *Psicol inf.*, São Paulo, v. 14, n. 14, p. 160-169, out. 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 nov. 2018.



CROCHIK, J. L. et al. Educação inclusiva: escolha e rejeição entre alunos. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 174-184, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000100019>. Acesso em: 14 junho 2017.

FREIRE, N.; SANTOS, E.; HADDAD, F. Construindo uma política de educação em gênero e diversidade. In: BARRETO, A.; ARAÚJO, L.; PEREIRA, E. (Org). *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. - Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. p. 85-98.

NEVES, M. A. P.; SOUZA, V. L. T. Música e psicologia na escola: mobilizando afetos na classe de recuperação. *Psicologia Escolar e Educacional*, Maringá, v. 22, n. 1, p. 17-25, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000100017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: em 08 nov. 2018.

Educação, família e sociedade: a dimensão subjetiva da função social da família na escola

Autor: Fábio Alves Gomes (PUC-SP)

Coautor: Raquel Antonio Alfredo

Com a universalização da educação básica e democratização do ensino, muitos desafios têm sido impostos à escola e mobilizado pesquisadores para compreensão dos processos educativos, em busca de uma educação de qualidade e do pleno desenvolvimento das capacidades humanas. As transformações sociais, culturais e econômicas evidenciam a dimensão dialética dos processos históricos, geradores conflitos, contradições e reorganizações que precisam ser investigados e compreendidos em seu processo de constituição.

A investigação da culpabilização presente na relação família-escola faz-se relevante, pois sua intensificação tem escamoteado aspectos macrosociais que determinam essa condição, num movimento contraditório que precisa ser amplamente discutido e enfrentado. No entanto, não se fez um estudo sobre a relação propriamente dita, mas investigou-se quais mediações determinam as relações estabelecidas (particular), a partir das objetivações presentes nas falas dos sujeitos e na cultura (singular), explicitando a sua expressão social como dimensão subjetiva da função social da família (universal).

Desta feita, o objetivo geral desta pesquisa foi explicitar e analisar a dimensão subjetiva da função social da família. Já os específicos foram: (a) analisar as significações constituídas pelos docentes acerca da função social da família; (b) analisar as mediações constitutivas da dimensão subjetiva da função social da família objetivadas pelos docentes.

Esta comunicação defende que a investigação da função social da família é imprescindível para compreensão do fenômeno educativo na prática social das instituições escolares. Observou-se que tal recorte está subjacente às produções científicas, cujo objetivo é a compreensão do fenômeno da relação família e escola, nas produções sobre fracasso escolar, dentre outros. No entanto, afirma-se neste a necessidade de apreender a função social da família como objeto principal de análise, pois entende-se que ela determina as relações estabelecidas.

A família tem se revelado uma categoria polissêmica e pode-se verificar no processo histórico da sua constituição que está intrinsecamente ligado aos modos de produção e reprodução da vida social (ENGELS, 1884/2006; ARIÈS, 1978). No entanto, o modo como os sujeitos se apropriam de sua função social e reivindicam, no campo político, a manutenção de um modelo específico de arranjo necessitam ser melhor investigada, haja vista as reverberações mediadoras objetivadas em vários campos da atividade humana.

Compreende-se que há insuficiente produção teórica (CORDEIRO, CANADUZZI & SCHLINDWEIN, 2008; SA-RAIVA & WAGNER, 2013; LIMA & PORFÍRIO, 2006) que analisa as significações dos docentes sobre o tema, porém, com o recorte desta pesquisa, pretende-se produzir análise sobre a dialética contida nas significações que medeiam e determinam a prática docente, ou seja, a dimensão subjetiva do fenômeno estudado.

Nesse sentido, assumiu-se a fundamentação da psicologia sócio-histórica que concebe o fenômeno psicológico como uma síntese individual do social e considera a sociedade e sua cultura como lugar do seu desenvolvimento. Portanto, o ser humano não deve ser compreendido a despeito de aspectos históricos e culturais da vida material que o constituem. Assim, este não é essencializado com uma natureza que o determina a priori, mas, sim, como um ser ativo encarnado na história, como um ser que age e modifica seu meio e é por ele modificado. Para



tanto, nos pressupostos da psicologia sócio-histórica, nos interessa considerar a dialética nos processos de constituição da função social da família e os processos de apropriação e expressão da sua dimensão subjetiva no campo social. (FURTADO, 1998; GOLÇALVES, BOCK, 2009)

A partir dos objetivos estabelecidos, a pesquisa originária desta comunicação foi realizada em uma escola da rede municipal de ensino de Manaus, no estado do Amazonas, localizada na zona oeste, que atende aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). A escola escolhida possui um grande número de salas de aulas para que se tenha disponível uma maior variedade de sujeitos (docentes) para produções de informação acerca do tema abordado. Participaram da produção das informações 12 docentes.

Como procedimento teórico-metodológico, realizou-se pesquisa de campo e bibliográfica (BAPTISTA, 2014). Quanto ao procedimento de produção de informação, foi por meio de grupo discussão (BAUER & GASKELL, 2008). Já o procedimento de análise e interpretação das informações fundamentou-se na proposta de Aguiar e Ozella (2006, 2013); Aguiar, Soares, Machado (2015) de análise de núcleos de significação.

Considera-se, nesta comunicação, as significações dos docentes sobre a função social da família como uma importante mediação da prática deste profissional da educação, contribuindo para a compreensão da complexidade que envolve as relações estabelecidas no âmbito escolar e a produção histórica das expectativas sobre a díade família e escola. Espera-se, assim, ampliar a compreensão sobre a dimensão subjetiva que constitui a realidade objetiva deste fenômeno, explicitando o percurso histórico e apreensão desta pelos docentes, e, portanto, favorecer o avanço do conhecimento científico, no campo da pesquisa educacional e da psicologia da educação.

A explicitação da dimensão subjetiva da função social da família e suas determinações constitutivas no processo educacional poderá contribuir, também, para o balizamento de políticas públicas de formação inicial e continuada de professores, bem como direcionar a práxis pedagógica para questões subjetivas permeadas pela materialidade dos movimentos históricos que determinam tais condições, pois "se o homem não for visto como produto e produtor, não só de sua história pessoal mas da história de sua sociedade, a Psicologia estará apenas reproduzindo as condições necessárias pra impedir a emergência das contradições e a transformação social." (LANE, 1994, p.15)

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 222-247, 2006.
- _____. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013.
- AGUIAR W. M. J.; SOARES, J. R.; MACHADO, V. C. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 155, p.56-75, jan./mar. 2015.
- ARAÚJO, M. I. P. Representações sociais da escola e da família: uma perspectiva de pais numa escola de ensino básico. UA: 2008, 223p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação), Departamento de Ciências da Educação, Universidade Aberta, 2008.
- ARIËS, P. História social da infância e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. BAPTISTA, M. N. Metodologia de pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009.
- DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia (Ribeirão Preto)* 2007, vol.17, n.36, pp. 21-32.
- ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª. Centauro Editora, São Paulo, 2006.
- FARIA FILHO, L. M. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação. São Paulo *Perspec.* 2000, vol.14, n.2, pp. 44-50.
- FURTADO, O. Dimensões subjetivas da realidade: um estudo de subjetividade social no Brasil. 1998. 211 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998
- GOMES, F. A. Diferenças culturais: um estudo dos significados atribuídos por docentes de uma escola urbana. Manaus: UFAM, 2013. Dissertação de Mestrado (Mestrado em educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, 2013.

LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LIMA, A. O.; PORFIRIO, A. V. Professores e Representação de Família: Um Estudo em Escolas Públicas da Zona Centro da Cidade do Recife. *Pesquisas e Práticas psicossociais*, v. 1, n. 1, São João del-Rei, jun. 2006

OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAUJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. *Estud. psicol. (Campinas)* 2010, vol.27, n.1, pp. 99-108.

ROSSO, A. J. SERPE, B. M. Família, a protagonista no discurso de professores da educação básica sobre as dificuldades encontradas no trabalho pedagógico em sala de aula. *Anais: IX ANPED|Sul*, pp. 16 – 32, 2012.

SARAIVA, L. A.; WAGNER, A. A Relação Família-Escola sob a ótica de Professores e Pais de crianças que frequentam o Ensino Fundamental. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.* 2013, vol.21, n.81, pp. 739-772.

SZYMANSKI, H. Práticas Educativas Familiares: A família como foco de atenção psicoeducacional. *Rev. Estudos de Psicologia, PUC – Campinas*, v.12, p. 5-16, Maio/Agosto, 2004.

_____. Teorias e teorias da família. In: CARVALHO, M.C.B: *A família contemporânea em debate*. São Paulo, Educ. Cortez Editora, 1995.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. 7ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

_____. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Fatores de Risco sobre a Evasão no Curso Técnico Profissional de nível médio

Autor: Denise Tieko (UNIFIEO - Centro Universitário)

Coautor: Janaína Fernandes

Introdução

A educação técnica escolar assume um papel importante para a sociedade, pois à medida que a sociedade evolui, tornando-se mais complexa e atualizada, esta educação torna-se essencial para formação econômica, social, político e cultural. Por meio da educação técnica escolar, o país desenvolve-se, construindo bases mais sólidas na formação socioeconômica e cultural (SCHWARTZMAN & CHRISTOPHE, 2005).

Para a melhoria do engajamento da população no processo educacional, devem-se analisar os precedentes que motivam e desmotivam os alunos durante o processo do curso. É necessário reconstruir a trajetória desta população no processo educacional, e dar continuidade à sua formação acadêmica, ampliando seus saberes e conhecimentos, tornando-os cidadão mais participativo numa sociedade democrática (RIBEIRO & MOREIRA, 2017).

Pensar na possibilidade de se inserir e se adaptar na educação técnica escolar representa não apenas um sonho, mas também a esperança de proporcionar condições concretas de construir uma vida melhor, socialmente e profissionalmente, além de resgatar a sua autoestima e ser mais participativo na sociedade (OLIVEIRA, 2006). Porém, estudar um curso técnico, muitas vezes é difícil e cheio de obstáculos, fazendo com que o futuro aluno, se sinta marginalizado, decepcionado, desiludido e impossibilitado financeiramente, desista (evadir) antes de iniciar o processo (FEIJÓ, 2009).

O presente estudo parte da questão. Os profissionais da educação estão efetivamente preocupados com a frequência à escola dos alunos ou com suas consequências sobre o aprendizado? O objetivo desta pesquisa foi identificar e analisar os fatores de risco da evasão escolar de alunos que ingressaram no 2º grau técnico em logística e segurança do trabalho, visando à redução da evasão escolar no ensino técnico profissionalizante escolar.

GT e eixo temático escolhido

EIXO 7.

Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções

A presente pesquisa propõe a compreensão de fatores de risco da evasão de escolar de público estudantes de formações técnicas específicas, além de trazer um caráter interventivo quando vida a redução do fenômeno estudado.

GT33: Práticas de criação e processos de subjetivação em contextos educativos.

GT53: Trabalho docente práxis e consciência de si.

GT51: Subjetividade, processos formativos e crítica da cultura na América Latina.



O trabalho de pesquisa desenvolvido abrange a evasão escolar no ensino técnico nível médio. O mundo gira em torno de constantes transformações pelas quais passam a sociedade, a tecnologia e o mercado de trabalho, onde muitos indivíduos não conseguem acompanhar e finalizar o almejado curso técnico. De tal modo, têm-se variáveis interligadas que precisam ser consideradas: o trabalho docente, as práticas, o processo de formação dos participantes e o contexto educativo. Espera-se que as trocas realizadas com os GTs indicados possam contribuir sobre o aprofundamento sobre o tema.

Orientação teórica

Esta pesquisa trata da análise de medidas utilizadas e quais as suas limitações na instituição de ensino pesquisada. Além de realizar uma breve discussão sobre as várias dimensões da evasão dos alunos nas atividades escolares do ensino técnico, com apoio da perspectiva de Foucault. Foucault (1996) explica que a sociedade disciplinar está pautada em determinados tipos de saberes, tais como: do técnico e do especialista na área. Para compreender como ocorrem as relações nestes espaços disciplinares é preciso considerar a eficiência das normas institucionais vigentes se aproximam ou se distanciam dos discursos veiculados pelos diferentes técnicos ou especialistas existentes. No caso do presente estudo, compreender também as motivações dos futuros técnicos em relação sua permanência ou não na instituição técnica de ensino no qual estão vinculados.

Método

A pesquisa foi de abordagem quali-quantitativa, do tipo descritivo, longitudinal com uma amostra não paramétrica. Utilizou-se um delineamento de pesquisa longitudinal com observações dos motivos das evasões dos alunos ingressantes em três momentos com intervalo de 18 meses.

A pesquisa foi realizada em Escola Técnica Estadual (ETEC) de ensino técnico, médio e técnico integrado ao médio, localizada na cidade de Ferraz de Vasconcelos em São Paulo. A amostra foi composta por alunos ingressantes (1º semestre de 2018) do curso técnico de logística e segurança do trabalho, noturno; com faixa etária entre 16 aos 40 anos de idade, residentes na região leste da Grande São Paulo (Poá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Suzano e Guaiunazes).

Os dados analisados foram retirados da secretaria acadêmica da instituição: formulários com justificativas de baixa frequência e das desistências dos estudantes; e as atas dos conselhos de classe e coordenação pedagógica. A análise dos dados procurou apresentar as razões da evasão, desistência do curso; motivos descritos de forma implícita.

Resultados

Com a pesquisa e análise dos relatórios pedagógicos, identificaram-se as principais causas e motivos impulsionadores da evasão escolar dos participantes da pesquisa. Os cursos pesquisados possuem uma boa demanda de concorrência: 3,5 (três e meio) alunos por vaga e o curso é gratuito, disponibilizado pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza é uma autarquia do governo do estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo.

Os cursos estão em alta de empregabilidade e possuem várias oportunidades de estágios na região. Muitos concorrentes/alunos utilizam o sistema de pontuação acrescida, escolaridade pública e afro descendência, para melhorar sua pontuação com o acréscimo máximo de 13% (treze por cento), no resultado para a lista final do processo classificatório. Tornando, assim, sua classificação mais competitiva para a vaga oferecida.

Os ingressantes/matriculados são integrados à instituição por meio das práticas pedagógicas de acolhimento e integração. Os alunos recebem o direito ao passe escolar e muitas cidades da região proporcionam o passe livre para estudantes.

Com vários direitos adquiridos, alunos ingressantes, recebem as orientações e muitos docentes realizam nas primeiras semanas de aula, atividades diagnósticas para a redução das lacunas de aprendizagem e nivelamento de conhecimentos. Neste momento os coordenadores de curso, pedagógicos e docentes, começam a conhecer as turmas iniciantes e sua caracterização (perfil social e pedagógico). E nesse início de atividades conhecem-se os primeiros desistentes.

Vários destes estudantes descrevem nos documentos de desistência: não consegue conciliar o trabalho com os estudos; falta de compatibilidade com o curso, e problemas pessoais. Motivos que não esclarecem a realidade da desistência logo no início do curso.



Para aqueles que ainda permaneceram no curso e conseguiram seguir para o semestre seguinte, foram constatados outros problemas da evasão: dificuldades com as disciplinas, excesso de atividades extracurriculares, falta de compatibilidade de trabalho em equipe, e problemas de integração com outros discentes da sala.

Essas causas são relevantes para a desistência do curso. Qual foi o fato gerador desses problemas? Será que os docentes e a coordenação, não identificaram esses fatos ao longo do semestre? Faltou orientação ou acompanhamento discente? Essas são questões para uma melhor análise do perfil de cada curso e dos seus integrantes principais (docentes e discentes).

O maior número de alunos evadidos foi constatado no 2º módulo, de cada curso. O que foi trabalhado para a redução desses índices? Quais as ações pontuais para cada curso? Observou-se que cada coordenação de curso e pedagógica, utilizou estratégias de retenção semelhante como: diversidade de metodologia da didática dos docentes com capacitações em grupo nas reuniões pedagógicas, visitas técnicas monitoradas, palestras com profissionais da área, aulas práticas do conteúdo das bases tecnológicas proposta ao curso, roda de conversa com alunos egressos, empregados e atuantes na área e atividade de integração com os outros módulos do curso.

Foram criados grupos de monitoria das disciplinas com o apoio do docente, melhoria na acessibilidade dos recursos informatizados da biblioteca escolar, período determinados para atividades avaliativas e de recuperação. Ações que diminuíram os índices de evasão.

Houve também outra ação que proporcionou o ingresso do aluno que possui o conhecimento técnico (atua na área), mas sem certificação e dos alunos que trancaram o curso. Uma recolocação no 2º módulo, por meio de uma prova de conhecimentos técnicos e entrevista com a coordenação, organizada pela secretaria acadêmica da instituição. Essa atividade proporcionou o regresso de vários alunos.

Todas essas ações reduziram a evasão dos alunos da instituição, mas a evasão não deixa de existir. A cada semestre, além das atividades citadas, os resultados do trabalho docente é um dos principais fatores para a retenção do aluno no curso.

Conclusões

Verificou-se que o fator psicológico do aluno é um dos componentes importantes para retenção no curso. Mantê-lo motivado e estimulado para os estudos é o principal desafio da instituição e do processo pedagógico. Todo o esforço de manter o aluno necessita de melhorias na motivação docente também.

Como proporcionar aos alunos aulas atrativas com conteúdo, se o docente também está desmotivado (sem apoio para os recursos pedagógicos, local com risco de segurança, sem clima organizacional, entre outros) ou está despreparado, necessitando de atualização técnica sobre o curso ministrado e suas bases tecnológicas. Espera-se que o presente estudo contribua com reflexões para a melhoria e redução da evasão do curso técnico.

Produção de conhecimento e modernidade: a universidade colonizada

Autor: Diego Drescher de Castro (UFRGS)

Coautor: Jaqueline Tittoni (UFRGS)

O trabalho que apresentamos aqui é parte de um projeto de tese desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande de Sul. As linhas que seguem compõem a fundamentação teórica da pesquisa intitulada "Produção de conhecimento e modernidade: a universidade colonizada" que visa à problematização da produção de conhecimento na universidade contemporânea e sua relação com os processos de colonialidade, principalmente a partir da episteme moderna.

A maneira moderna de pensar alterou definitivamente os modos de produção de conhecimento no ocidente a partir da passagem do século XVIII para o século XIX. Tal transformação acaba ganhando destaque no espaço das universidades, locais responsáveis pela reorganização dos saberes, naquilo que vai ser nomeado por Foucault como século do disciplinamento dos saberes. Nesse contexto, as universidades assumem a materialidade da produção de conhecimento da modernidade e se estabelecem, a partir de um lugar estratégico, como "grande aparelho uniforme dos saberes", com a função de fiscalizar, hierarquizar e validar o conhecimento produzido. Dessa forma, todo o saber que é considerado inadequado pela universidade acaba, se não totalmente excluído, pelo menos desconsiderado a priori. Assim, essa reconfiguração das universidades no contexto da episteme moderna produziu um disciplinamento dos saberes que ensejou o aparecimento de uma "regra nova que já não é a regra da



verdade, mas a regra da ciência". (FOUCAULT, 2005, p. 222)

Cabe salientar, no entanto, que a modernidade, tal qual apresentada por Foucault, se restringe a uma visão muito específica de mundo, centrada no pensamento europeu, colonial e branco. O predomínio da produção de conhecimento eurocêntrica e a universalização da figura do homem europeu como padrão influenciam diretamente na produção de conhecimento no dito "terceiro mundo".

Segundo Castro-Gómez (2007), as universidades latino-americanas estão submetidas a uma visão colonizada do mundo, ancorada em um modelo epistemológico implementado pela modernidade ocidental. O autor sustenta que a universidade contemporânea está inserida em uma "estrutura triangular da colonialidade", do ser, do poder e do saber. Ainda segundo o autor, a hierarquização arbórea e disciplinar do conhecimento e o lugar de fiscalização do saber ocupado pelas universidades reproduzem um modelo epistêmico moderno/colonial que ditaria o "ponto zero" do saber, o lugar quimérico do sujeito neutro que observa à distância seu objeto de estudo.

No contexto latino-americano as universidades funcionam como enclaves da Europa, que, ainda que estabelecidos no continente americano, seguem respondendo epistemologicamente aos padrões europeus. Tal estratégia diz respeito a uma visão eurocêntrica e colonialista de mundo, afinal, "como sabemos: o primeiro mundo tem conhecimento, o terceiro mundo tem cultura;" (Mignolo, 2009). Dessa forma, faz-se necessário o tensionamento da modernidade a partir da produção intelectual de autoras e autores descoloniais. A ideia de uma desobediência epistêmica, proposta por Mignolo, inaugura a possibilidade de transformar o sujeito colonizado, até então visto essencialmente como objeto de estudo, em sujeito de conhecimento, ou seja, transformar alguém que vinha sendo pensado a partir da visão de um terceiro, o colonizador, em sujeito de si e produtor de conhecimento sobre si e sobre o mundo ao seu redor.

Na América Latina, a produção de conhecimento descolonial coloca em xeque a univocidade do saber hegemônico e pressupõe um reposicionamento epistemológico, que leve em conta o caráter local. Segundo Costa (2014), a abordagem descolonial está ligada à história da América Latina, desde o início do século XVI até o presente. Tal perspectiva "ênfatisa a continuidade das relações coloniais de poder (colonialidade do poder) através das categorias de gênero, raça e classe" e busca um "desligamento de epistemologias eurocêntricas", principalmente a partir da validação e afirmação de diferentes saberes e paradigmas.

A partir de tais proposições, este trabalho objetiva pensar a produção de conhecimento na universidade moderna enquanto prática biopolítica, problematizando a partir da rede que se constitui no encontro de tais conceitos – modernidade, episteme, conhecimento, descolonialidade e liberdade – a composição de forças que permite um outro olhar e uma outra forma de encarar as práticas nas universidades contemporâneas, principalmente aquelas localizadas no sul global.

Em relação à perspectiva metodológica que orienta esse trabalho, encontramos na aproximação entre cartografia e genealogia as pistas para desenvolver essa pesquisa (Zambenedetti & Silva 2011). O conceito de genealogia, a partir da produção foucaultiana, surge como ferramenta conceitual para problematizar as linhas e força que atravessam essa produção. Buscamos, assim, pistas para desnaturalizar conceitos e analisar as condições de possibilidade para o surgimento da universidade e o entendimento do conhecimento enquanto produção. A partir da análise genealógica e das condições de possibilidade colocadas na modernidade e suas relações com a verdade, com o conhecimento e com a história enquanto produções, nos aproximamos, também, da cartografia. Através de seu caráter rizomático e de sua íntima relação com a subjetividade, a opção pela inspiração cartográfica surge como possibilidade de subversão aos modos instituídos de produção de conhecimento e de pesquisa acadêmica.

É fundamental sustentar práticas de resistência a partir de outras formas de lidar com a verdade. Práticas essas que encarem a produção de conhecimento como campo de batalha e se coloquem enquanto reativas aos processos de exclusão, baseando-se cada vez mais na ética do comum e menos na imposição dogmática de verdades. Assim, entendemos que a possibilidade de discutir esse trabalho em um evento pautado pela democracia e emancipação humana permite, não só, a qualificação da pesquisa em questão bem como a articulação e troca com outras pessoas dispostas a pensar a universidade enquanto espaço de disputa que passa, necessariamente, pela produção de epistemologias críticas à lógica normativa.

Referências:

Castro-Gómez, S. (2007). Decolonizar la Universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de Saberes. In: J. L. Saavedra (ed.), Educación superior, interculturalidad y descolonización (pp. 291-307). La Paz: Programa de Investigación Estratégica em Bolivia y Comité Ejecutivo de la Universidad Boliviana.



Costa, C. (2014). Feminismos descoloniais para além do humano. *Estudos Feministas*, 929-934. Retrieved 27 March, 2019, from <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/36754/28576>

Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France, 1975-1976*. 1 ed., São Paulo: Martins Fontes.

Mignolo, W. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF: Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34(1), 287-324. Retrieved 27 March, 2019, from <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf>

Zambenedetti, G. & Silva, R. A. (2011). Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 454-463. Retrieved 29 March, 2019, from <http://hdl.handle.net/10183/100237>

Trabalho e formação do Docente de Apoio à Integração na Província de Córdoba - Argentina

Autor: Lilian (Univille)

Coautor: Allan Gomes

Este trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento vinculado ao projeto de pesquisa guarda-chuva "Trabalho e formação docente, Educação Especial e processos de escolarização: desafios, perspectivas e possibilidades – I" - TRAEPE I - que tem como um dos objetivos específicos "conhecer os processos de escolarização, trabalho e formação docente que consubstanciam a aprendizagem de estudantes público alvo da Educação Especial nas escolas de Educação Básica em alguns países da América Latina (Argentina e Chile), a fim de identificar articulações, aproximações e/ou distanciamentos com o contexto educacional brasileiro". Assim, esta investigação buscou conhecer como se constitui a formação e o trabalho do docente de Educação Especial, também chamado de Docente de Apoio à Integração (DAI) na Província de Córdoba, na Argentina.

A Argentina, país vizinho do Brasil, é considerada a segunda maior economia da América do Sul com população estimada de 42,7 milhões de habitantes e território de 2.766,899 km² divididos em 23 províncias. A pesquisa está ancorada na Província de Córdoba, a quinta maior, com 3.304.825 habitantes (CORDOBA, 2010).

A escolha pelo GT 51 intitulado "Subjetividade, processos formativos e crítica da cultura na América Latina" e com o eixo 1 "Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais" deve-se ao interesse em contribuir para o estudo da Educação Especial, que preza pela educação como um direito para todos (ARGENTINA, 2006). Soma-se também a preocupação com o cenário educacional na América Latina, a fim de avançar no conhecimento, e conseqüentemente, auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas.

O aporte teórico é pautado na perspectiva histórico cultural, fundamentada pelos princípios do materialismo histórico dialético que realiza uma leitura crítica da realidade humana. Buscou-se entender o conceito de deficiência utilizado nos documentos legais, bem como o de integração, para então compreender o conceito de DAI, bem como sua formação e funções atribuídas.

Realizou-se uma pesquisa documental com base em algumas legislações como a Lei de Educação Nacional (LEN) da Argentina e Resoluções do Conselho Federal e Educação: nº 155/2011, nº 174/2012 e nº 311/2016, bem como a Resolução 667/2011, sendo esta uma Resolução exclusiva da Província de Córdoba.

Como resultado, aponta-se que a deficiência é pensada a partir de um "modelo social de deficiência". Esta proposta é esclarecida na Resolução nº 155/2011 do Conselho Federal de Educação:

la discapacidad no es un atributo de la persona, sino un conjunto de condiciones que responden a la interacción entre las características del individuo y el contexto social. En este sentido, la discapacidad es un resultado negativo de la interacción entre una condición personal (la deficiencia) y el medio (debido a sus barreras).

O conceito de integração na Argentina é compreendido como uma estratégia educativa, possibilitando a articulação entre os diversos atores da escola especial e comum, com objetivo de garantir a chamada inclusão educativa.

O termo "Docente de apoio à integração" (DAI) que é utilizado apenas na Província de Córdoba, e refere-se a um professor de Ensino Especial que está vinculado a uma Escola Especial de gestão estatal ou privada, tendo sob sua responsabilidade o número máximo de 10 alunos, conforme aponta a Resolução nº 667/2011.

A formação deste profissional deve incluir a didática das disciplinas, disciplinas relativas à Educação Especial e ainda, instâncias que sejam relativas aos sujeitos da Educação Especial (ARGENTINA, 2009). O profissional optará por um campo de formação específica, sendo eles: Educação Especial com orientação em deficiência visual, auditiva, intelectual ou neuromotora, ou ainda sendo considerado habilitado para este cargo, o profissional que cursar a graduação em Psicopedagogia.

Este docente desempenha diferentes funções relacionadas aos diversos atores que fazem parte deste processo, entre eles: a gestão, os docentes da escola comum, os alunos e os pais (ARGENTINA, 2011). O DAI atua junto à instituição com atividades que visam informar, sugerir, orientar e coordenar as ações pensadas para a trajetória escolar de cada estudante com deficiência. O trabalho em parceria com os docentes da escola comum deve tratar de assessorar e acompanhar o trabalho do docente, e auxiliar no processo de elaborar adequações curriculares necessárias às especificidades de cada aluno. As funções desempenhadas em relação ao aluno abrangem avaliar as possibilidades e barreiras de aprendizagem, bem como o acesso e a participação através da implementação de estratégias educativas que possam garantir um grau maior de autonomia, e conseqüentemente, diminuir o grau de dependência deste estudante no contexto educativo. Já com os pais, o DAI deve atuar no intuito de facilitar a aproximação e a participação da família no processo de integração ao promover uma abordagem integral do aluno em conjunto com o docente de aula.

Com base nas legislações consultadas, entende-se que a Educação Especial na Argentina, especificamente na Província de Córdoba, é pensada como um processo amplo e coletivo, isto é, está para além das fronteiras da sala de aula e da relação entre professor e aluno, envolvendo diversos atores no processo de integração dos alunos com deficiência. Mesmo com essa coletividade, percebe-se que o DAI ocupa uma gama de funções que talvez o coloquem como o maior responsável pelo processo de inclusão do estudante com deficiência na escola regular.

Viviendo la interculturalidad latinoamericana: resistència, artes do corpo e comunicação

Autor: Cláudio Henrique Lira da Silva (Associação Saúde da Família)

O presente trabalho investiga a interculturalidade e seus desdobramentos na sociedade pela interação com os coletivos de Artes do Corpo e Comunicação Escuela de Teatro Político (Buenos Aires - Argentina), Companhia Treme Terra (São Paulo - Brasil) e Corporación Cultural Afrocolombiana Sankofa Danzafro (Medelín - Colômbia), por meio de análise de discurso.

São ressaltados os conceitos de enfrentamento das hegemonias, valorização da diversidade cultural e a efetiva garantia de direitos sociais. O problema de pesquisa orientou-se por duas indagações propostas aos grupos: "O que se materializa na última década como efetiva interculturalidade latino-americana na produção e prática artístico-cultural do coletivo?" e "Como é possível identificar impacto das ações artístico-culturais do coletivo nas políticas de desenvolvimento social que cruzam a América Latina?"

No decorrer da trajetória investigativa, o contato direto com a produção dos coletivos artísticos Escuela de Teatro Político, Companhia Treme Terra e Corporación Cultural Afrocolombiana Sankofa Danzafro, com seus históricos de ação e seus impactos regionais evidenciou valorização de um desenvolvimento social permeado pela participação social, o que é possível compreender com base nas políticas públicas culturais locais.

Assim, a perspectiva investigativa e interpretativa partiu da descolonização política, posicionamento reorganizador da produção de conhecimento compreendido na coexistência de saberes pluriversais.

O território de ação comunitária e cultural da Escuela de Teatro Político problematiza a formação em Artes, indicando a formação e criação artísticas como subsídio para a transformação social, elaborando projetos de arte-educação que resultam na preparação de dois anos em Teatro Comunitário. Todo o projeto é atravessado pelas políticas culturais vigentes na Argentina, que se efetivam por meio das ações da Secretaria da Cultura e Ministério da Planificação Federal, Inversão Pública e Serviços.

Já a perspectiva ideológica de criação da Companhia Treme Terra oferece pesquisa em Artes do Corpo de matriz africana, "Artes do Corpo Negras", resgatando práticas corporais da Dança Moderna e Urbana estadunidense, Capoeira e Dança dos Orixás. Na área musical, apresentam intensa valorização dos tambores tradicionais em constante diálogo com instrumentos eletrônicos. A produção politizada do coletivo pode ser entendida enquanto



“prática de resistência”, contribuindo para a consolidação da Dança Negra Contemporânea, de formato intercultural e transdisciplinar.

O coletivo Sankofa apoia suas ações na legislação colombiana para a Cultura, estruturada no Plano Nacional de Cultura e nas determinações da Constituição Federal do país, de 1991. No Plano Nacional a gestão pública está formulada na valorização da construção coletiva de práticas e saberes, visando a pluralidade e a prática democrática. Por meio de projetos pedagógicos e criações artísticas, o posicionamento sociopolítico da Corporación Cultural Afrocolombiana Sankofa Danzafro tem sido pautado pelo estabelecimento de conexões culturais entre os povos colombianos e africanos, apoiado pelas práticas em Dança, e atravessado por heranças africanas tradicionais, pela contemporaneidade e pela interculturalidade.

Ao compreender a América Latina como possível bloco geopolítico, o fortalecimento político-cultural dos países latino-americanos torna-se uma necessidade para as pautas prioritárias na dinâmica político-econômica, oferecendo assim uma devolutiva crítica, de caráter revolucionário e construtiva, diante dos retrocessos propostos pelo neoliberalismo vigente, que tenta resgatar as dadas falências do sistema capitalista contemporâneo e transformá-las em cenário expandido uniformizado, de zonas dominadas.

Dessa forma, entende-se as lutas emancipatórias como forma de efetivação e valorização das identidades latino-americanas, propondo conexões entre os saberes populares em permanente diálogo com as mais variadas experiências institucionais. Um exemplo significativo de tais convivências é a iniciativa o Mirada Festival Íbero-americano de Artes Cênicas, promovido pelo Serviço Social do Comércio (SESC-SP), no qual se estabelecem conexões culturais, parcerias formativas, diálogos entre posicionamentos políticos e retorno dos bens culturais para a sociedade civil.

Esse posicionamento se revela como conduta político-cultural, a favor da diversidade e do combate às desigualdades sociais, propondo uma reorganização de estruturas conservadoras, onde a intersectorialidade abandona ligação com o meramente afirmativas e/ou conceituais, apresentando-se por vezes como inacessível a determinados arranjos sociais, e passa a ser tomada de consciência, apropriada horizontalmente; otimização de recursos contemporâneos, como estratégia emancipatória; e decisão de corporeidade.

E, ao propor a valorização de identidades pertencentes aos seus territórios, enaltecendo seus históricos de expressão sociocultural, a contribuição e transformação social que se estabelece apresenta estruturas adaptáveis para a sustentação da fruição dos bens culturais regionais, realizando contracontrole em relação aos projetos e poderes hegemônicos. Indica-se, assim, o sentido genuíno em tornar-se protagonista das próprias narrativas, partindo das lacunas criadas em sistemas dominadores, que impulsionam o apagamento da diversidade, para alcançar reorganizações sistêmicas e reivindicações existenciais. Logo, são formados campos geofísico e de produção de subjetividade, singular e coletiva, nos quais a predomina-se a tensão, esgotamentos e resistência, características que vão de encontro a intensidades diversas. Nesse sentido, ao vislumbrar a América Latina, interconectando-se em meio a interculturalidade, é possível alcançar consciência de classe e combate às desigualdades sociais, pelo alinhamento entre participação social e políticas públicas, evocadas como fundamento o desenvolvimento social, assumindo relevância científica, social, e principalmente, o enaltecimento de vivências latino-americanas.



GT52: Teoria Crítica, Formação e Psicologia Social: esclarecimento e resistência em tempos de totalitarismo e não-diálogo

A alienação como (de)formação: pontuações sobre exteriorização, mimese, identificação e pulsão de morte

Autor: Edson Guilherme de Souza (UFSJ)

Coautor: Kety (UFSJ)

Esta comunicação é desdobramento de um projeto de iniciação científica (CNPq) elaborado a partir da preocupação com a hipóstase de conceitos na Psicologia, os quais perdem sua aderência à realidade, a seus objetos, e são repetidos como verdade absoluta, além de justificarem a realidade tal como é, sem se preocupar com suas determinações históricas. Especificamente, a pesquisa procurou situar o conceito freudiano da “pulsão de morte” numa discussão mais ampla, em tensionamento com outras áreas do conhecimento, indagando-se se, e como, a proposição de uma pulsão de destruição como componente da psique humana relaciona-se com o momento histórico. Para isso, procedeu-se de acordo com as formulações dos autores da Teoria Crítica da Sociedade, Max Horkheimer (1895-1973) e Theodor W. Adorno (1903-1969). Para esses autores, a organização objetiva solicita uma subjetividade específica, sedimentada em mecanismos psíquicos, os quais as formulações da “psicologia das profundezas”, a Psicanálise, tentam acessar. Assim, esse proceder procura reunir e tensionar os conhecimentos elaborados sobre o fenômeno nas diversas ciências parcelares, como a Psicologia, a Sociologia e a Educação, e por diferentes autores e filósofos, em especial Karl Marx (1818-1883) e Sigmund Freud (1856-1938), na tentativa de se aproximar de suas múltiplas determinações. Nesse sentido, outras categorias que se aproximam e se distanciam do fenômeno pesquisado, a saber, as manifestações subjetivas de destruição, foram estudadas, especificamente a categoria frankfurtiana da “mimese” e o conceito marxiano de “alienação”, e formulou-se a hipótese de que tal manifestação pulsional destrutiva está ligada a uma regressão desses elementos, os quais estão ligados ao processo de formação como mútua determinação de objetividade e subjetividade. Por esses motivos, ao se propor essa ampliação, o trabalho tocou na constituição do pensamento e seus impasses, na (im)possibilidade de relacionamento com a objetividade de maneira crítica, num contato com os objetos da realidade, e suas consequências para a formação e para a área da Educação, promovendo a reflexão e o diálogo entre diversos âmbitos. O progresso do esclarecimento vem reunindo historicamente o conhecimento em tensão com as possibilidades de emancipação, mas ele vem arrastando consigo uma regressão imanente. Frente às ameaças da natureza, na busca por condições melhores para a vida, o homem recorreu à necessidade de dominação para submetê-la à sua vontade. Com isso, a constituição da cultura e da razão, nessa mediação e transformação da objetividade, trazem em si um elemento regressivo, pois a dominação se torna um fim em si mesma. O critério do conhecimento passa a ser sua utilidade na dominação da natureza e na organização da cultura. Logo, a sociedade vem sendo constituída pelo imperativo de manter seu bom funcionamento, eliminando tudo o que não se adapte a esse fim. O conhecimento é organizado no formalismo conceitual, tornando-se uma forma de controle e dominação. Os conceitos, o conhecimento formalizado, recobrem o objeto antes de qualquer contato sensível com ele. Mas sua constituição só é possível na experiência dessa imediatidade e na sua negação pela imaginação, em uma coordenação dialética entre ambas, na tensão entre os conceitos e os objetos da realidade. Porém, a sociedade, o modo como a cultura está organizada, e o conhecimento nos moldes atuais não formam o ser humano para uma possibilidade de conhecer criticamente a realidade, em contato dialético com os objetos. Assim, degrada-se o próprio pensamento e recai-se num movimento cíclico e implacável, que solicita adaptação para mera autoconservação. A progressão da dominação não pacifica a natureza dominada, pois a sociedade perdeu de vista os fins de realização da liberdade e da felicidade que passavam pela elaboração do medo e pela satisfação das pulsões. Estas, reconhecidas como natureza interna, sofrem o mesmo destino da natureza externa: a dominação. Com isso, a razão se condena a perder a própria capacidade de pensar a realidade, pois qualquer ligação com objetos externos, ligação que seria feita através da pulsão, é perdida. A “mimese” é descrita como um impulso duplo que sofre esse destino. Por um lado, ela é uma ligação corporal com os objetos, em que o diferente, o singular de cada objeto, é acolhido e experimentado a partir de si mesmo. Mas nesse movimento, deve haver o reconhecimento da distinção para que um não sucumba ao outro, pois, nesse caso, a mimese é mera adaptação ao espaço, um impulso que está arcaicamente ligado à sobre-

vivência, o “mimetismo”. A dominação do impulso mimético e sua substituição pelo pensamento formalizado foi sinônimo de civilização; no progresso do esclarecimento, a mimese refletora torna-se reflexão controlada, de acordo com Horkheimer e Adorno. Na constituição do próprio eu, é preciso se opor à mimese, à sua dissolução no meio. Assim, os autores aproximam o “mimetismo” da “pulsão de morte” freudiana, quanto a seu elemento de dissolução do eu. Pensando nesse processo histórico, a categoria da alienação também traz um caráter duplo. O conceito marxiano aparece em dois termos diferentes em alemão, o primeiro se aproximando da ideia de “exteriorização” e o outro que seria mais bem vertido para “estranhamento”. Ambos estão conectados num processo que Marx descreveu nos “Manuscritos econômico-filosóficos”. A alienação como “exteriorização” consiste na transposição de momento subjetivo para objetivo, no relacionar-se com a objetividade de forma sensível e dar sentido a ela. Nesse movimento, ao mesmo tempo em que o homem fabrica os objetos culturais através do trabalho, ele está se constituindo subjetivamente. Há um relacionamento com esse objeto e uma transformação do sujeito, em que o diferente é reconhecido e acolhido. Tal movimento é próximo à mimese, sendo ela uma experimentação corporal dos objetos. Porém, para que o processo se efetive, o objeto produzido deve ser reapropriado pelo homem, o momento de exteriorização deve ser superado dialeticamente. Mas no modo de produção atual, ocorre uma expropriação do conteúdo humano dos bens produzidos. O acirramento da distância entre os objetos e o homem leva a uma paralisia da formação pela exteriorização. É nesse sentido que a alienação se torna “estranhamento”. Na medida em que o objeto produzido pelo homem é perdido, visto como algo independente dele, o seu conteúdo humano não é reconhecido. A subjetividade do homem é extirpada e ele se reifica, tornando-se ele mesmo aparato da realidade, levado a se adaptar a ela e funcionar como um de seus aparatos. O objeto se torna estranho e a diferença é temida e combatida, vista como uma ameaça de fora, o que reativa o medo e a autoconservação com seu caráter coercitivo. Isso leva o impulso mimético a regredir em mimetismo, a mera adaptação ao que vem de fora a amedronta, por ser visto como estranho – mas que é familiar – e faz com que nos dissolvamos e nos tornemos imperceptíveis, iguais, para não se destacar e ser alvo da violência, pois o diferente é sinônimo de ameaça. Dessa forma, a natureza interna que significava um estorvo ao “bom funcionamento” da sociedade é instrumentalizada e incorporada ao sistema. Os conceitos de mimese e alienação tensionam-se com a identificação freudiana. Nesta, o contato com os objetos de amor deixa precipitados no eu, parte das características desses objetos é conservada nele. A identificação passa pela experimentação de ser esses objetos, um movimento de remeter-se a eles, imitá-los, algo próximo da alienação e da mimese. O eu traz em si a história das tentativas de ligação com os objetos de amor; então, se a objetividade não possui os modelos de identificação que tenham fins racionais e humanos, a subjetividade será também formada trazendo essas marcas de violência. A boa vontade pode se tornar má se os modelos são maus para com a preservação da vida. A repressão do impulso que se ligaria ao objeto leva à vontade de destruí-lo, pois aquilo que não se ligou no amor liga-se no ódio. Este movimento pode ser também aproximado da noção da pulsão de morte, supondo-a como consequência da regressão destrutiva das pulsões direcionadas ao mundo externo, que, com a dominação, o aparelho psíquico aprendeu a odiar e encontrar nisso sua satisfação. Horkheimer e Adorno, assim como Freud e Marx, nos mostram que a riqueza, principalmente a qualitativa, do mundo interno não é maior que a riqueza do mundo externo, riqueza que se encontra tanto nos objetos da cultura quanto nas mediações entre eles e o homem. Dessa forma, evita-se que a Psicologia recorra a argumentos que individualizem o problema ou o justifiquem atribuindo-o à existência de um impulso à destruição inato ao ser humano, principalmente quando em contato com a área da Educação. Essa compreensão é de suma importância por ser no espaço escolar onde a dominação das pulsões da criança, as quais começam na família, são reforçadas e onde, pela primeira vez, ela se vê confrontada com a sociedade e forçada a se adaptar. Portanto, pensar a qualidade das mediações que ali ocorrem contribui para a crítica aos processos formativos atuais e a tentativa de uma educação mais justa e humana, analisando seus impasses e resistindo criticamente àquilo que faz sofrer, para o qual o presente trabalho procurou contribuir.



Anotações sobre modelos críticos em Theodor W. Adorno e sedimentos de formação

Autor: Kety (UFSJ)

Coautor: Herik Oliveira (USP)

Como parte das reflexões advindas da pesquisa "Conhecimento e emancipação: impasses ético-políticos da Psicologia contemporânea", da disciplina "Psicologia e modelos críticos socialmente orientados" (COPSI/DPSIC/UFSJ) e dos desdobramentos realizados pelos autores no pós-doutorado (PPGE/FE/UFG) e mestrado (PSA/IP/USP), discute-se alguns fundamentos do programa de pensamento do filósofo Theodor W. Adorno, especialmente sobre seus modelos críticos, como potencialidade e atualidade na produção teórica e na práxis da Psicologia Social Crítica no Brasil. Essas anotações buscam tatear e discorrer, mesmo que restritamente, sobre como esses modelos podem orientar estudos/pesquisas na atualidade e, nisto, discorrer como a crítica característica desse pensador pode ser preservada ou esvaziada em sua radicalidade.

A forma como Adorno se apropria, objetiva e opera os modelos críticos pode ser encontrada ao longo de sua obra, mas também está explícita no nome de dois livros publicados na última década de vida: "Intervenciones: nueve modelos de crítica" (1969 em castelhano, original de 1963), e "Palavras e sinais: modelos críticos 2" (edição brasileira de 1995, original de 1969, ano de seu falecimento), obras referidas entre si como volumes em continuidade, que trazem ensaios, reunidos/organizados pelo próprio Adorno, sob títulos com a expressão "modelos críticos". Com essa base, ao todo são apresentadas cinco anotações sobre os modelos. Em torno da anotação principal sobre a primazia do objeto, orbitam outras quatro anotações: sobre como os modelos operam dos fragmentos à crítica da totalidade; seu caráter pragmático e interventivo; seu contato paciente com os objetos; e, nisto, a necessidade de acompanhar os objetos (seus aspectos dinâmicos e estáticos) na formação da realidade histórica e de sua atualidade.

Os prefácios desses livros fornecem pistas e algo substancial para se pensar os modelos, porém, o contato com os modelos objetivados em cada ensaio, pensar e sentir cada texto, é mais decisivo, inclusive porque eles se configuram em uma tensão forma-conteúdo específica dada em função do tema/assunto particular que Adorno elege como objeto, na sua primazia. Assim, é possível asseverar que não há elementos definidores de antemão de um modelo, ele só pode ser dado na reflexão mesma de cada objeto. Isso mostra a recusa do pensamento de Adorno em dobrar, torcer, encaixar o contato com os objetos a um único sistema filosófico postulado "a priori" e, nisto, a uma forma de exposição pré-moldada, anterior à experiência, anterior ao tatear as especificidades das questões e enigmas. Na medida em que esses aspectos são movimentados, é possível entrever nas análises prismáticas de Adorno, como uma segunda anotação, que o olhar do filósofo para algumas faces da totalidade social ocorre a partir de fragmentos dessa totalidade que a contém. Anotações que solicitam esforços para não se recair em uma classificação externa e totalitária do pensamento do frankfurtiano, tendo em vista que ele mesmo afirma a condicionalidade de seu pensamento, e das decorrentes formas de exposição, em relação aos objetos específicos pensados.

Nesse sentido, Adorno (1963/1969) argumenta no prefácio de "Intervenciones", que os nove ensaios apresentam uma palavra-chave recorrente, consciência reificada, sobre a qual os modelos críticos buscam intervir especificamente, consciência que pode conferir uma unidade de enfoque no limite dos objetos da realidade, posto que esta só se torna objeto digno de intervenção crítica à medida que é resultado e reflete a realidade concreta na qual ela se movimenta. Adorno (1969/1995), também no prefácio de "Palavras e sinais", provoca ao aceitar a polêmica que pode estar associada ao seu título em alemão, "Stichworten", sobre o qual a tradutora Maria Helena Ruschel esclarece em nota: "'Stich' de 'Stichworte', provém de 'stechen', que pode significar: picar, ferrar, queimar, gravar, ferir com algo pontudo" (p. 13). A terceira anotação indica que os modelos críticos como intervenções, expostos "de modo assistemático e descontínuo" (p. 12), devem, na primazia do objeto em tensão oferecida "pela unidade da experiência como constelação" (p. 13), picar, ferir agudamente as consciências reificadas, como expressão concreta da realidade sob o encanto do fetiche que a forma; deve queimar, incomodar a conformação com a paralisia da história pelo progresso da dominação. As observações, no prefácio de "Intervenciones", sobre a impotência e a cumplicidade com o horror que acompanham naquele momento histórico a pretensão de uma pura reflexão afastada da intervenção e a fragmentação da práxis, bem como os últimos ensaios de "Palavras e sinais", indicam os limites objetivos de qualquer ativismo que possa ser atribuído equivocadamente ao caráter pragmático e interventivo dos modelos críticos, estes se afastam no movimento teórico negativo da exigência afirmativa que recai



na práxis, em sua descontinuidade e em relação aos objetos: a teoria pode buscar a preservação e a comunicação de seu movimento constituindo a realidade onde a práxis tende a ceder à violência do existente.

Assim, a quarta anotação trata da paciência em relação aos segredos dos objetos, a contenção da reação virulenta em meio à violência em sua consubstanciação pacífica contra aquilo que objetivamente engendra a violência – características elencadas por Adorno (1951/1993) na obra “Minima Moralia”. A intervenção que pretende ferir, picar, queimar consciências reificadas meio ao que as reifica traz o trabalho com o conhecimento que reivindica um contato paciente com os objetos, incompatível com sua instrumentalização ou com chaves prontas para sua compreensão. Aqui a paciência não se refere a uma atitude passiva, prostrada e inerte, que espera a revelação de qualquer sentido por iniciativa dos próprios objetos. Não se trata também de qualquer olhar, mas um olhar demorado que desloca e estranha o objeto, que mantém uma proximidade distante e uma distância próxima, que requer experiência e mediação. Algo fundamental no contato com o campo, nas pesquisas empíricas, no trabalho com o dado, para que o conhecimento não sucumba ao fetichismo e à reificação.

Se a busca pela primazia do objeto se faz como resistência à existência sedimentada, deve-se isto também a uma quinta anotação que diz respeito à necessidade de contato com a realidade, de acompanhar os objetos, seus momentos dinâmico e/ou estático, na constituição da realidade. Nos dois prefácios, Adorno indica que os temas trazem tanto importância filosófica e política quanto algo de efemeridade, mas que também se apresentam em tensão com temas atuais. O trabalho de Adorno nessas duas obras, ao debater temas que para ele eram atuais, deixa índices que esse é um desafio para os modelos críticos: olhar para a realidade na face em que ela se apresenta, levando em consideração a totalidade e a particularidade daquele momento histórico e, do ponto de referência do testemunho do conhecimento produzido, que ele tem de específico, singular. Entretanto, debater temas atuais e em suas particularidades/singularidades não significa esquecer do passado nem o que já foi pensado ou da totalidade em que cada um e todos estão inseridos e remete ao modo de produção e reprodução da vida. Ao se perguntar sobre a atualidade do objeto ela só é inteligível como um momento de sua verdade e, portanto, está remetida às determinações que constituem a dialética histórica, sem desprezar seus momentos de impotência e paralisia, de dominação.

Decorre disso, que, na radicalidade, uma proposta em Psicologia Social orientada e inspirada pelos modelos críticos de Adorno, fazendo jus à primazia do objeto, precisa resistir inclusive, com toda a dificuldade que isso implica, à sedução de congelar a própria filosofia de Adorno, de ceder à reificação da teoria ou ao fetichismo da práxis ou ainda da empiria. Nesse sentido, quando algo, no trabalho com o conhecimento, revela e toca as feridas escondidas da cultura/sociedade nos indivíduos – tabus, acordos e pactos estabelecidos para a continuidade da dominação – isso faz emergir toda dor e angústia reprimidas, os acordos que legitimam a racionalidade irracional da expropriação. Porém, se o conhecimento não denunciar esses pactos, marcando, gravando neles algo que sinalize a dominação, ele mesmo se converte em dominação.

Considerando que a realidade constitutiva de cada modo de produção configura a alienação e conforma momentos específicos da tensão forma-conteúdo, com a sua intensificação no capitalismo, pelo fetichismo e pela reificação, passa a ocorrer uma crescente formalização, formas sem conteúdos humanos. Adorno (1959/1996), no ensaio “Teoria da semicultura”, indica que da promessa sensível e racional da cultura, tem-se a semicultura; da formação burguesa, por conter em si seu próprio logro, sucede-se a semiformação. Contexto que aumenta a paralisia do conhecimento e do pensamento por não estabelecerem contato com a realidade, naquilo que ela é formada pelo movimento histórico dos objetos. Mas, como os modelos críticos podem operar nessa realidade da “semiformação socializada” (p. 389)? Como devem se portar aqueles que buscam se movimentar com esses modelos? Se por um lado as dificuldades de “penetração crítica e carente de ilusões no que existe” (p. 409) daqueles se dedicam à teoria se avolumam, por outro o que pode sustentar a problematização da atualidade do século XXI, nos termos da crescente alienação, marca o necessário contato com a consciência reificada, com as formas de sua expropriação e com o que dela foi expropriado, com o que o filósofo indica ao final desse ensaio: a possibilidade de resistência da cultura acontece por meio da autorreflexão sobre o que ela se converteu, sobre a semiformação.



Aspectos do Autoritarismo e da Intolerância nas Redes Sociais: o caso do Movimento Brasil Livre

Autor: Raphael Santos das Mercês (UFPA)

Coautor: Mauricio Souza (Universidade Federal do Pará)

A opinião segundo a qual atravessamos um período de intensa mobilização política e emocional parece estar agora significativamente difundida tanto no imaginário popular quanto no debate das filosofias, das artes e das ciências humanas e sociais hoje produzidas em nosso país. Dentre os termos mais comumente associados ao momento atual, constam palavras alarmantes como crise, instabilidade e polarização. Esta delicada situação remonta ao ano de 2013, o qual marcou um ponto de virada à direita brasileira, antes mais inconsciente de si e quase que absolutamente desmobilizada. O que sucedeu foi que, por meio de uma ação coordenada por variados setores da grande imprensa nacional e por organizações políticas como o àquela época recém-criado Movimento Brasil Livre – MBL, uma parcela da população descarregou nas ruas o seu montante de insatisfação em relação ao que compreendia como graves pautas negativas, contra a corrupção ou a favor do impeachment, identificando-se os seus membros entre si pela via do ódio a determinados grupos que pudessem incorporar a vaga e simplória imagem do inimigo que então se formava: aquele que subverteria as regras do jogo e geraria “isso tudo que está aí”, expressão imprecisa e amplamente utilizada. Assim, auxiliado pelo recrudescimento de narrativas autoritárias e demandas regressivas, o capital expande hoje o seu controle e ameaça a estabilidade de democracias ao redor do mundo inteiro. Não por acaso, neste mesmo período uma série de modificações nas tecnologias da comunicação se sucederam, as quais, a propósito, atuaram com destacada importância na trama política que sinteticamente destrinchamos acima. Aqui nos referimos à difusão do uso da internet e das redes sociais digitais, passando com legítimo destaque pela popularização dos planos de internet móvel e dos smartphones. Do mesmo modo que a imprensa e a televisão no passado, esta nova roupagem da técnica reverberou na totalidade da vida em sociedade, gerando relevantes consequências psíquicas, culturais e sociopolíticas que incidem não apenas sobre o conteúdo da comunicação, mas também sobre a sua forma, pois promovem a sensação de estarmos continuamente conectados, “pilhados”, alterando nossa maneira de lidar com noções como as de tempo e espaço, com a linguagem, o texto e a imagem, etc. Mas aquilo que era visto com otimismo em um passado não muito distante – isto é, as potencialidades inclusivas e emancipatórias contidas nas particularidades intrínsecas do ciberespaço –, em especial devido ao seu rigoroso controle por parte de grandes corporações e a implementação de algoritmos na década passada, demonstrou ser uma ferramenta ambígua, cujo caráter estratégico não escapou ao projeto que vem sendo executado por tendências antidemocráticas de pensamento ora atuantes e em estado de evidente expansão, conforme aludido anteriormente. Não se trata de estabelecermos forçosos nexos de causalidade entre uma coisa e outra, mas de procurarmos compreender mais a fundo o ponto de toque em que a crise encontra um novo paradigma comunicativo e vice-versa: uma diferente maneira de expressão do conflito. É assim que o objetivo deste trabalho consiste em abordar potenciais articulações psicossociológicas entre a polarização política e a formação de massas pautadas por afetos de hostilidade e aversão para com a diferença e o advento e expansão das redes sociais na internet. Acreditamos que a presente pesquisa se comunique com o que está sendo proposto pelo GT52 deste XX Encontro Nacional da ABRAPSO, denominado Teoria Crítica, Formação e Psicologia Social: esclarecimento e resistência em tempos de totalitarismo e não-diálogo, bem como com os Eixos Temáticos 3 e 12 porque, conforme explicitaremos a seguir, discutiremos o modo de funcionamento destas novas modalidades de comunicação e de que maneira elas impactaram a vida coletiva, favorecendo a insurgência de subjetividades em que as diferenças soam cada vez menos toleráveis e a figura do outro, em regra, aparece como ameaça. Importante acrescentar que não se trata aqui de meramente desvelar alguma suposta essência vil da tecnologia, mas de situar o seu desenvolvimento no contexto do sistema de produção em que vivemos, o que possibilita a sua implicação como instrumento de destruição de princípios democráticos e destaca a importância de debatermos tanto a ética quanto a estratégia de seu uso para fins de fato emancipatórios. Orientamo-nos nesta pesquisa mediados principalmente por dois referenciais teóricos: a psicanálise freudiana, sobretudo no que se refere aos seus escritos voltados à crítica da cultura, com particular ênfase em Psicologia das Massas e Análise do Eu, e em autores vinculados à Teoria Crítica da Sociedade, especialmente T. W. Adorno. Neste sentido, procuramos abarcar tanto a dimensão da constituição libidinal das massas, enfocando, é claro, o cenário hodierno, caracterizado pela sua ocorrência no campo da virtualidade, quanto o descompasso entre o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento “humano”, assim como a relação de ambos com as tendências autoritárias que se manifestam na atualidade. Ainda em termos metodoló-

gicos, a presente pesquisa se constitui de duas etapas complementares: uma teórica e outra empírica. Na primeira, realizamos um levantamento bibliográfico acerca da temática proposta, ao passo que na segunda acompanhamos as interações ocorridas na página do MBL no Facebook, tanto dos seus membros entre si quanto com adversários políticos, inspirando-nos, devido às particularidades do fenômeno estudado, em uma etapa tida como introdutória do chamado método netnográfico, etapa esta conhecida como lurking (no inglês, algo como “espreitar”), também conhecida como netnografia observacional ou passiva. A escolha desse recorte em específico se deveu ao fato do grupo aqui observado haver crescido demasiadamente na esteira das manifestações que eclodiram ao longo do país a partir de junho de 2013, em particular em torno de reivindicações que muito contribuíram no sentido de homogeneizar determinados entes tomados como a imagem dos antagonistas da nação, a figura do “petista” ou do “esquerdista”, contribuindo assim para a polarização política que rendeu ao MBL a adesão de milhares de pessoas. Com efeito, não podemos ignorar a sua importância para a política contemporânea, como não deixaram dúvidas as eleições presidenciais de 2018. Assim, aprofundar o saber sobre as representações que circulam nessa comunidade virtual, sejam estas quanto a eles próprios ou quanto aos que por ela são rechaçados, bem como as suas categorias gerais e redes de significado, implica um esforço crítico que pode resultar em alternativas reflexivas bastante interessantes. Nestes termos, ao acompanharmos as referidas interações, verificamos, por exemplo, a separação do campo do político em categorias opostas como as de nós e eles, além da atribuição do conjunto daquilo que é o bem à primeira e daquilo que é o mal à segunda. Também nos parece deveras evidente um estreitamento do horizonte do diálogo, porquanto o adversário esteja sempre além ou aquém de qualquer possibilidade compreensiva, seja por questões intelectuais, seja por questões morais. Como justificativa para esse desdém quanto aos seus adversários, revela-se nos comentários e interações que visualizamos na página do MBL uma completa esterilização da imagem do grupo a que se pertence: ao “cidadão de bem” está antecipadamente suspensa a possibilidade do erro ou do crime. Os algoritmos utilizados pelo Facebook provavelmente contribuíram para este quadro na medida em que reduziram as possibilidades de encontro com a diferença, favorecendo a repetição e a criação de nichos ideológicos. Estes últimos, por sua vez, unidos às potencialidades interativas dos meios em questão, abalaram os critérios de validação do saber e da informação – ou, de modo mais simples, da realidade –, promovendo a proliferação de Fake News e uma equiparação inadvertida das mais diversas fontes de informação, das mídias convencionais às alternativas, da seriedade ao charlatanismo, enviesando o debate de modo a centrá-lo mais naquele que fala do que naquilo que é efetivamente dito. Ainda em termos dos resultados por nós obtidos até o momento, a descrição que fazemos do grupo analisado aqui se aproxima, no geral, de vários pontos da discussão freudiana sobre as massas, inclusive na relação que estabelecem com os seus líderes, de onde podemos derivar uma limitada, porém, ainda assim, preocupante frequência com que pessoas lhes declaram apoio incondicional. E, por fim, chamamos a atenção para o uso e abuso de símbolos e de uma retórica nacionalista de culto à rigidez, à ordem, a um passado glorioso e à disciplina militar, reconhecendo que na sinédoque operada por esta parcela do povo que se representa como o povo em geral jaz o germe de um autoritarismo que é necessário combater. Desta maneira, em suas considerações finais o presente trabalho aponta na direção de um debate ético e político que procure pensar formas de coabitarmos responsabilmente no ambiente online, sem pretender com isso, porém, oferecer respostas completas ou definitivas, mas considerando a complexidade e a constante abertura dos fenômenos humanos. Seguimos em tal direção, contudo, fazendo a crítica a uma realidade que decorre do controle rigoroso do meio virtual por parte de grandes empresas que o manejam, aplicando métodos obscuros e moldando-o conforme seus interesses particulares não necessariamente alinhados a ideais de autonomia e respeito para com as diferenças, mas a demandas políticas e mercadológicas que não se envergonham de flertar com o autoritarismo.



Pornografia online e indústria cultural: subjetividade resignada à rede?

Autor: Alberto G. de Freitas (UFPA)

Coautor: Mauricio Souza (Universidade Federal do Pará)

Em uma contemporaneidade onde avanços tecnológicos se inserem rápida e profundamente no cotidiano, faz-se necessária uma pausa para refletir sobre como esses movimentos afetam nossos modos de subjetivação e nossas relações com o outro. É assim que, em termos gerais, este estudo objetiva investigar nuances da relação sujeito- tecnologia na atualidade. Para isto, direcionamos nosso olhar a um objeto específico, esperando que esta análise se some a outras para tentar dar conta de um quadro mais geral. Assim, elegemos a pornografia online como foco de pesquisa. Levando em consideração a vasta quantidade de pornografia presente na internet, escolhemos um site específico para análise. Trata-se do Pornhub, atualmente entre os mais acessados e de maior acervo mundial. Tais características podem ser verificadas nas informações disponibilizadas por um dos sites pertencentes à rede do Pornhub, o Pornhub Insights. Segundo a plataforma, em 2018 o site recebeu 33,5 bilhões de visitas, com uma média de 92 milhões de visitas diárias, 11 milhões a mais que no ano anterior. Também apenas em 2018 foram adicionados mais de 4,5 milhões de vídeos, totalizando 1 milhão de horas de conteúdo. Apesar destes números demonstrarem uma veiculação massiva de pornografia, sua discussão não acompanha tal escala. Isso ocorre porque, diferentemente de outros tipos de produção, como filmes ou músicas, dificilmente o público em geral conversa sobre a pornografia que assiste, relegando essa discussão a ambientes específicos, o que limita o alcance da reflexão pública acerca do tema e pode intensificar processos de reificação presentes na (re)produção de mídia em sociedade. É a partir desses direcionamentos que o presente estudo objetiva verificar possíveis implicações subjetivas do consumo de pornografia online, fazendo uma aproximação entre esta e a indústria cultural, averiguando, a partir disto, prováveis internalizações e reproduções padronizadas de sexualidades que se distanciam de uma formação subjetiva mais autônoma. Em relação aos alinhamentos com o evento, acreditamos que este trabalho se filie ao Eixo Temático 3 – Psicologia Social, Comunicação e Mídias, tendo em vista que nossa análise aparece voltada a um site de compartilhamento de conteúdos e aos seus possíveis efeitos nas subjetividades dos seus consumidores. Pretendemos também nos vincular ao GT52: Teoria Crítica, Formação e Psicologia Social: esclarecimento e resistência em tempos de totalitarismo e não-diálogo, entendendo que o presente trabalho, além de ter a Teoria Crítica da Sociedade como principal referência teórica, se preocupa também em discutir tendências ao totalitarismo e autoritarismo na rede. É preciso considerar o quanto os mecanismos responsáveis pela apresentação e recomendação de conteúdos presentes em grande parte dos sites de compartilhamento tendem a usurpar a capacidade de escolha dos usuários, distanciando-os de uma formação emancipatória. Sabendo que, na internet, o sucesso e a veiculação de conteúdos são determinados pelo número de interações, existe aí uma propensão à homogeneização do consumo: quanto mais visualizações determinado conteúdo possui, mais ele é divulgado, atingindo um número sempre crescente de espectadores. Nesse sentido, percebe-se uma tendência ao totalitarismo e autoritarismo nas redes. Basta pensar que a internet está presente de forma ubíqua em grande parte da sociedade. Os mecanismos citados acima funcionam devido à leitura de dados de tráfego de cada internauta, de maneira que os caminhos feitos online são armazenados e recuperados de acordo com os interesses econômicos das empresas que administram tais informações. Este totalitarismo da informação auxilia na homogeneização do consumo, propagando determinadas formas de ser e marginalizando outras, incutindo em seus consumidores um autoritarismo sobre os modos de existência no qual só é sujeito social aquele que participa da vida em rede e segue seus parâmetros. As relações explicitadas acima entre o presente trabalho e os temas de debate aos quais pretendemos nos alinhar no evento abrem caminho para uma apresentação da orientação teórica utilizada aqui. Ao visualizarmos a indústria pornográfica sob a problemática do consumo massivo na internet, tornaram-se de grande relevância as considerações sobre indústria cultural feitas por Horkheimer e Adorno. Dentre os diversos desdobramentos feitos pelos autores na sua crítica à indústria cultural, destacamos a manipulação retroativa do conteúdo veiculado nas mídias, a qual, por meio da promoção privilegiada de determinados produtos, favorece aqueles que certamente terão maior aprovação, fazendo com que os conteúdos apresentados ao público sejam sempre os mesmos e, concomitantemente, instalando neste público o anseio por novas doses desse mesmo conteúdo. A partir disto, levanta-se a questão sobre a usurpação do esquematismo, tomando este último termo como a capacidade de formar conceitos a partir de experiências próprias. Para Horkheimer e Adorno, a indústria cultural, definindo previamente os conteúdos que irá veicular, furta tal capacidade do indivíduo, pois os significados que podem ser daí retirados já foram planejados antes de o sujeito entrar em contato com o produto, dificultando o

surgimento de algo diferente daquelas condições já presentes na sociedade e limitando sua capacidade emancipatória. Nesses termos, a metodologia utilizada aparece em duas frentes complementares: uma teórica e outra empírica. Na parte teórica, realizamos uma investigação histórica sobre a pornografia, desde sua inserção em um modo de produção industrial, com o surgimento da fotografia, até seu momento atual, relacionado à produção e veiculação pela e para a internet. Quanto à noção de indústria cultural, analisamos as críticas originais feitas por Horkheimer e Adorno na *Dialética do Esclarecimento*, assim como estudos mais recentes realizados por referendados estudiosos da área, levando em consideração atualizações dessa discussão para o contexto digital. Para a parte empírica da pesquisa, analisamos alguns elementos do Pornhub (páginas, propagandas, palavras, figuras) por meio de visitas periódicas, com ajuda do método da Análise do Discurso (AD), tendo em conta também a especificidade hipertextual da linguagem na internet. A AD se revelou útil à pesquisa por situar seu objeto de estudo em um local sócio-histórico atravessado pelo interdiscurso e simbolizado dentro de determinadas formações discursivas, tornando assim mais acessíveis as estratégias de construção do discurso e seus possíveis sentidos. Em se tratando dos resultados obtidos até aqui, nossa pesquisa histórica sobre pornografia confirmou sua íntima relação com as tecnologias de comunicação, tendo sido as novas invenções desta área sempre acompanhadas pelo avanço da pornografia. Além disso, um padrão pode ser notado pelo menos desde o século XVII: um ciclo de descoberta tecnológica, sua popularização e, por fim, sua apreensão pela produção industrial, distanciando-o de alguma eventual promessa de democratização nascida na etapa anterior. A visita periódica ao site mostrou primeiramente a prevalência dos mesmos vídeos e modelos apresentados em algumas das sessões de vídeo. A cada mês, estes conteúdos eram substituídos aos poucos por outros vídeos que novamente teriam sua veiculação privilegiada no mês seguinte. Outros dados mostram que, de 2007 a 2017, apenas quatro termos se alternaram entre os mais buscados no site. Este processo pode ser lido como uma atualização da manipulação retroativa da indústria cultural, que apresenta repetidamente os mesmos conteúdos ao consumidor. A diferença é que, desta vez, o próprio público cede às informações de consumo ao navegar pelo site. Outro dado relevante é a presença reduzida de pessoas de pele mais escura nas imagens do site. De fato, no ranking de atores mais acessados do Pornhub, dezoito perfis ocuparam os dez primeiros lugares durante os três meses da nossa coleta de dados. Dentre eles, dez eram mulheres brancas de cabelos lisos e claros. Diante disto, podemos afirmar com certa segurança que o público alvo do site são homens heterossexuais brancos. Assim, mesmo que o Pornhub apresente um acervo variado, notamos o oposto em relação aos tipos de sujeitos e sexualidades que têm seu acesso privilegiado pelos mecanismos da rede. No que tange aos textos dispostos no site, há uma valorização da intensidade quanti e qualitativa, do acervo, dos atores e da performance sexual, além da tentativa de colocar o Pornhub na posição de “mestre do sexo”. Ao analisarmos tais informações sob a ótica da Teoria Crítica de Horkheimer e Adorno, podemos afirmar que o site pretende apresentar ao seu público os sujeitos e comportamentos sexuais que garantirão o gozo, assim como aqueles que não o farão, relegando-os à menor representatividade. Desta forma, compreendemos como sendo retirada do sujeito ao menos parte da capacidade de construir autonomamente um elemento deveras importante da sua subjetividade: a sexualidade, cada vez mais manipulada e/já que resignada a traços pornográficos específicos e difundidos por sites de internet. Aqui, sabe de sexo quem segue o roteiro da pornografia. Em termos conclusivos, consideramos importante ressaltar que a reversão deste quadro não se dá por meio do abandono de plataformas como a do Pornhub, mas pelo seu uso crítico. Assim, em benefício da formação de subjetividades mais emancipadas, faz-se necessária a busca autônoma de conteúdos para além das simples recomendações da rede. Neste sentido, também pode auxiliar uma maior variedade de fontes de conteúdo e a demanda dos usuários para que as corporações façam melhor uso dos dados, como, por exemplo, recomendar também conteúdos diferentes daqueles mais acessados. À medida que maior importância for dada a essas questões, podem ser criadas condições para que as instituições responsáveis desenvolvam regulações para o uso de dados por grandes empresas, assim como verifiquem a atuação de monopólios e oligopólios no mundo digital.



Que Brasil quer a Globo para o futuro? O projeto “O Brasil que eu quero” no Jornal Nacional: eleição, propaganda e opinião sob uma perspectiva crítica

Autor: Herik Oliveira (USP)

No ano de 2018, através do conjunto de telejornais de âmbito nacional e regional e também em seus domínios virtuais, como a plataforma digital de streaming “Globo Play” e o portal de notícias “globo.com”, a Rede Globo de televisão lançou um projeto tendo em vista o contexto de eleições presidenciais. A iniciativa buscava “ouvir eleitores para ajudar a construir o futuro do país”, tal como foi possível encontrar na descrição de um vídeo disponível online naquele portal. Desde janeiro do referido ano, a programação jornalística do canal esteve repleta de convocações aos brasileiros para participar do projeto enviando um vídeo com o depoimento pessoal em resposta à pergunta “Que Brasil você quer para o futuro?”. O texto de convocação era basicamente o mesmo a despeito de qual telejornal ou programa de informação o apresentava, do período – manhã, tarde e noite – ou dia da semana em que era apresentado. Fosse no “Hora um da notícia”, televisionado nas horas iniciais da manhã; no “Jornal Hoje”, que vai ao ar no período do almoço; no “Jornal da Globo”, último telejornal diário; ou no “Fantástico” das noites de domingo; as chamadas, protagonizadas em geral pelos apresentadores daquele programa, eram exibidas e, nelas, forneciam-se ao público as instruções de como gravar e enviar os depoimentos manifestando-se como porta-voz de seu município. A proposta anunciada pelo canal era de exibir um depoimento como representante de cada um dos 5.570 municípios brasileiros durante as edições dos telejornais a partir do mês de março de 2018. Apenas 27 não foram representados, totalizando 95,5% de participação dos municípios no projeto, conforme dados anunciados pela Rede Globo. Além disso, segundo a emissora, mais de cinquenta mil brasileiros teriam encaminhado vídeos. Esses indicadores de alcance e participação permitem evidenciar a relevância de tal iniciativa como objeto a ser investigado e, por esse motivo, o presente trabalho dedica-se a ela. Ao mesmo tempo, os indicadores explicitam um acentuado volume de informações e dados, o qual impõe dificuldades à análise. Neste trabalho optou-se por recortes, com a clareza de que estudos produzidos a partir do todo dos dados certamente permitiriam alcançar análises qualitativamente mais acuradas. Ressalta-se, entretanto, que a uniformidade característica do projeto – presente desde os vídeos de convocação, passando pela divulgação dos depoimentos individuais até a conclusão – permite afirmar a representatividade dos recortes adotados. Tendo em vista esse aspecto, o trabalho foi dividido em três momentos que correspondem às três diferentes construções com que o projeto “O Brasil que eu quero” operou em âmbito televisivo público. No primeiro momento, antes de considerar os depoimentos propriamente ditos, buscou-se compreender as chamadas televisivas por meio das quais o projeto foi divulgado, o convite para participação do público foi apresentado e nas quais foram fornecidas aos espectadores as instruções de como proceder. Nessas chamadas, os próprios repórteres e apresentadores serviam como modelo, eles demonstravam como gravar o vídeo com o depoimento. Em uma das modalidades um mesmo repórter encenava todas as diretrizes, e, na outra, a chamada exposta era construída a partir da participação simultânea de vários jornalistas e apresentadores em que cada um comunicava e demonstrava um fragmento das instruções construindo, no conjunto, a informação total. Um vídeo correspondente a esta última modalidade foi escolhido para análise, ele foi recuperado na plataforma “GloboPlay” e apresentava a chamada transmitida no dia 15 de janeiro de 2018 no “Fantástico”. Com base nessa chamada foi possível abordar pontos-chave do projeto em questão e também entrever algumas das estratégias utilizadas para promover o engajamento do público. Embora o programa sobre o qual o presente trabalho se debruça seja o “Jornal Nacional” e não o “Fantástico”, a análise da chamada veiculada neste não pareceu implicar em prejuízos com relação ao método tendo em vista que a forma e o conteúdo de todas elas – ainda que com diferentes jornalistas protagonizando – foi padronizada e, portanto, era semelhante nos diferentes meios em que foram apresentadas: o mesmo texto era falado pelos apresentadores e também detalhes técnicos como os posicionamentos e enquadramentos de câmera obedeciam a um parâmetro comum. No segundo momento do trabalho foram analisados os depoimentos do projeto “O Brasil que eu quero” televisionados entre os dias 24 de setembro (segunda-feira) e 28 de setembro (sexta-feira) de 2018 no contexto do “Jornal Nacional”, cujas edições foram resgatadas e assistidas na plataforma de vídeos online “YouTube” em dezembro de 2018. Essa análise se deu de maneira contextualizada, levando em consideração os conteúdos – matérias e notícias – que os antecediam e sucediam a partir da sistematização dessas informações. Cabe destacar que a semana do recorte adotado neste trabalho foi a última na qual depoimentos do público foram ao ar e coincide com a semana anterior àquela quando ocorreram as votações do primeiro turno das eleições do ano de 2018, no dia 07 de outubro. Tais aspectos justificam o recorte temporal assumido. O terceiro momento de trabalho desdo-

brou-se do anterior. Ele correspondeu à análise do último dia de depoimentos apresentados, o dia 29 de setembro (sábado). Seu destaque ocorreu porque, seguido à exibição dos depoimentos, o “Jornal Nacional” veiculou uma reportagem especial com a finalização do projeto e os dados gerais produzidos a partir do processamento dos depoimentos individuais. As análises, nos três momentos, apoiaram-se no primado da inseparabilidade entre forma e conteúdo. Esse pressuposto é fundamental no estudo de produtos midiáticos e implica não perder o tensionamento entre elementos técnicos da produção audiovisual e o conteúdo comunicado. Nesse sentido, destaca-se tanto as reflexões de Max Horkheimer e Theodor W. Adorno – autores da primeira geração da Escola de Frankfurt, cujas reflexões delimitam o marco teórico deste trabalho – quanto considerações depreendidas do romance “Número Zero” do escritor e teórico italiano Umberto Eco (2015). Fundamentado em tais referenciais, foram esboçadas algumas ponderações acerca do “Projeto Brasil que eu quero” e suas funções como mecanismo de autopromoção do jornalismo da Rede Globo, catalizador de audiência por meio da admissão de estratégias de conectividade e interatividade por parte dos telejornais mais tradicionais do canal e também como articulador e integrador da programação jornalística. Essas funções, segundo a análise proposta, articulam-se no papel ideológico subentendido à iniciativa. Quando observado o sentido da pergunta “Que Brasil você quer para o futuro?” – o próprio slogan do empreendimento – evidencia-se que se trata da produção de uma imagem de nação na qual o novo, o futuro, é enfatizado, e, por extensão, a degradação do presente está implícita. A necessidade de mudança aparente foi mobilizada subjetivamente e, dentre as frentes políticas em disputa, havia propostas fundamentadas nessa necessidade. O que a Rede Globo se colocou no lugar de informar, afirmando dar voz aos brasileiros, foram os contornos e o conteúdo dessa imagem – embora pareça que pouco importava seus itens desde que a ideia primordial do novo fosse propagada. Dessa forma, com a análise de como os depoimentos se encaixaram nas edições dos jornais é possível indicar nuances desse projeto e os meios encontrados para sustenta-lo e dar credibilidade a ele. O primeiro desses meios foi a participação do público; quem estava dizendo era a própria população brasileira. Mas a estratégia não se reduziu a mostrar os depoimentos. Cada depoimento vago e editado de antemão era substanciado com informações complementares apresentadas nos telejornais e, ao mesmo tempo, cada notícia era legitimada pelos depoimentos a ela vinculados, alinhando o telejornalismo da Rede Globo aos interesses que estão “na boca do povo”. Em alguns momentos a costura entre depoimentos e notícias era direta, em outros, não. Porém, isso não exclui que havia ali conexões do tipo daquelas produzidas no projeto para a redação do jornal “O Amanhã” do romance de Eco (2015). Nessa redação, os jornalistas aprendiam a fazer brotar uma notícia das entrelinhas por meio do sutil encadeamento entre outras notícias. No caso aqui analisado tratava-se do encadeamento tanto das notícias entre si quanto delas com os depoimentos. Em uma estratégia de participação administrada, a opinião das pessoas – o próprio testemunho petrificado da paralisia do pensamento, ela mesma esvaziada de criticidade – alçou o status de fato e fundamentou o projeto “O Brasil que eu quero”. Este atuou como ampla propaganda a qual, conforme apontam Horkheimer e Adorno (1947/1985), é inseparável da falsidade e converte até mesmo conteúdos de verdade em meios, em meros instrumentos, degradando-os. Nesse sentido, para os teóricos críticos, não é possível pensar a mudança do mundo ou a resistência sob a forma da propaganda. Assim também não é possível pensar o projeto analisado como meio de transformação da realidade brasileira, e sim como instrumentalização do que apresentava-se como necessidade, inclusive aquelas porventura legítimas. Isso nos impõe a tarefa de compreender esses interesses e exigências sociais presentes nos depoimentos e seus usos midiáticos, considerando as próprias exigências como socialmente determinadas e marcadas pela heteronomia. O mecanismo em ação lembra, sobretudo, uma proposição de Adorno (1955/2015) em seu ensaio “Sobre a relação entre sociologia e psicologia”: a dominação não se faz contra os interesses das pessoas, mas através desses interesses que são dispostos e unidos aos interesses sociais irracionais e destrutivos.



Relações de trabalho entre professores e tradutores/intérpretes de Libras: análise e reflexão

Autor: Rejane (USP e UFMS)

Coautor: Branca Maria de Meneses (Branca Meneses)

Resumo: A proposta desta exposição refere-se a um questionamento decorrente de estudos, como os de Dorziat e Araújo (2012), Suzana (2014), Santos e Lacerda (2015) e Silva e Oliveira (2016), que indicam a existência de um distanciamento nas relações de trabalho entre professores e tradutores/intérpretes de Libras. Assim, objetivou-se analisar se dentre os fatores que estabelecem tal distanciamento reside, também, a manifestação do preconceito. Especificamente, pretendeu-se analisar os sentimentos manifestos e as atitudes dos professores em relação aos tradutores/intérpretes sob a ótica de ambas as categorias; verificar as concepções dos professores em relação aos tradutores/intérpretes em sala de aula; e verificar, sob a perspectiva dos tradutores/intérpretes, se existe – ou não – envolvimento e cooperação entre esses profissionais. Justificou-se a realização deste trabalho tendo em vista as implicações diretas da relação entre as duas categorias de profissionais destacadas neste estudo, a saber, professor e tradutor/intérprete, no processo educativo e inclusivo do aluno surdo. Metodologicamente, foram realizadas entrevistas – com gravação de áudio e posterior transcrição – com três professores e três tradutores/intérpretes de Libras de escolas públicas a partir de roteiro semiestruturado. O Grupo de Trabalho (GT40), “Psicologia Social em contextos de educação: leituras, análises e práticas de resistência”, contempla pesquisas, estudos e discussões em Psicologia Social pertinentes à política de inclusão e permanência em todos os níveis de educação formal. Assim, esta pesquisa se alinha ao GT escolhido por sua busca de reflexão e superação das contradições da inclusão escolar, com foco aqui no aluno surdo por meio das relações de trabalho entre professores e tradutores/intérpretes, com objetivo de promover uma educação pública de qualidade e emancipadora, e que possa se contrapor à lógica excludente, individualizante e competitiva presente na sociedade. Alinha-se, igualmente, ao Eixo 1, “Psicologia social, políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais”, tanto por ser uma pesquisa em Psicologia Social quanto por discutir aspectos de políticas públicas educacionais que fazem parte, também, dos temas do referido Eixo, sendo a questão da inclusão escolar a especificidade deste estudo. Esta exposição concerne a um recorte de análise a partir de uma pesquisa de mestrado estabelecida na linha de Psicologia e Processos Psicossociais e com referencial epistemológico na Teoria Crítica da Sociedade. Adorno e Horkheimer (1947/1985) explicam que o preconceito se pauta no pensamento estereotipado sobre os alvos como generalizações e a naturalização de características atribuídas a eles. São idealizações e, portanto, irrealis, tendo relação com elementos históricos difundidos socialmente. Os autores denominaram o pensamento coletivo e estereotipado sobre os alvos como pensamento de ticket, e este dificulta visualizar o alvo sem as características atribuídas e provoca comportamentos como indiferença, compensação ou hostilidade. Nesse sentido, as experiências são antepostas por conteúdos pré-formulados, mas poderiam servir para reformular os conceitos formados anteriormente. Contudo, Crochik (2011) explica que pode haver barreiras para que as experiências não deem conta de desfazer os conceitos prévios – as idealizações sobre os alvos. Tais barreiras podem estar relacionadas à manutenção da ordem social ou à existência de mecanismos psíquicos, como a projeção, por exemplo, que mantêm a rigidez do pensamento do preconceituoso sobre os alvos, conforme esclarecem Adorno e Horkheimer (1947/1985). Os resultados deste estudo indicaram a existência de preconceito nos julgamentos dos professores em relação aos tradutores/intérpretes. Os relatos colhidos apontaram que, na perspectiva dos docentes entrevistados, a presença dos tradutores/intérpretes tem importância, e alguns mencionaram que esse profissional contribui no trabalho pedagógico com os alunos surdos. Embora tenham apresentado essa fala, as demais respostas denotaram incoerência, pois houve a menção de que não haveria a necessidade da presença do tradutor/intérprete em sala de aula, ou que o referido profissional seria o único responsável pela escolaridade do aluno surdo, ou, ainda, que o tradutor/intérprete seria um “facilitador” ou um “professor de apoio especializado”. Essa perspectiva revela ausência de compreensão de qual seja, realmente, a função do tradutor/intérprete, além disso, revela ausência de aproximação entre as duas categorias que participaram deste estudo, pois, se houvesse compreensão e aproximação, não seriam cogitados tais depoimentos. Os professores e os tradutores/intérpretes precisam trabalhar numa relação de parceria e colaboração em todos os processos escolares, e isso demanda em flexibilidade e disposição de ambas as partes. Ademais, os depoimentos demonstram negação da inclusão escolar por meio de julgamentos e da reprodução/manutenção de estereótipos em torno do tradutor/intérprete e, inclusive, dos alunos surdos. Observa-se a relevância de estudos, reflexões e discussões em face do aprimora-

mento da inclusão escolar. Da parte dos tradutores/intérpretes entrevistados, seus relatos unânimes ratificaram a ausência de parceria/colaboração com os regentes, pois disseram que se sentem excluídos, ignorados, esquecidos e isolados junto aos alunos surdos dentro da sala de aula. Observaram, reiteradas vezes, que os professores lhes demandam a responsabilidade pelo processo educativo dos alunos surdos. Mencionaram que os regentes os prejudgam dizendo que seriam fiscalizadores, ou que não teriam uma verdadeira atividade funcional, ou, ainda, que exerceriam uma função fácil de desempenhar. Os tradutores/intérpretes informaram que não são convocados a participarem da elaboração do planejamento de ensino, e não o recebem com antecedência às aulas. Sobre a tentativa de aproximação com os docentes, os tradutores/intérpretes relataram que já o fizeram, mas que foi em vão porque encontraram dificuldades e falta de abertura, assim, até por uma questão de receio, preferem evitar conflitos no ambiente de trabalho. Contudo, trata-se de um profissional fundamental e que deve estar envolvido e participar da proposta pedagógica da escola e de seus objetivos. O conjunto dos resultados indica a manutenção/reprodução de discursos sociais estereotipados e de preconceções, além de falta de conhecimento e ausência de comprometimento e de trabalho em conjunto em face da formação dos alunos, como um todo. Essa concepção mostra o quanto as estratégias semifformativas e da racionalidade tecnológica, descritas por Adorno e Horkheimer (1947/1985), influenciam na perspectiva e nas ações desses profissionais. Os autores explicam que a organização da sociedade administrada mantém a exclusão de indivíduos ou de grupos minoritários. Assim, a discriminação está muito presente nas relações sociais, inclusive nas relações estabelecidas no interior das escolas. Crochík et al. (2013) verificam que a política de inclusão tem apresentado contradição, isto é, os alunos em situação de inclusão têm sofrido discriminação nas escolas comuns. Reitera-se a necessidade de se estabelecer: discussões em relação à inclusão e aos diversos outros temas fundamentais que precisam ser debatidos pelos profissionais educadores; reflexões, individuais e em conjunto, em torno das próprias práticas pedagógicas e formativas; e estudos continuados, também individuais e em conjunto, no ambiente de trabalho em questão, isto é, na escola.

Referências

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1947/1985.
- CROCHÍK, José Leon [et al.]. *Inclusão e Discriminação na Educação Escolar*. Campinas: Alínea, 2013.
- CROCHÍK, José Leon. *Preconceito, Indivíduo e Sociedade*. In: CROCHÍK, José Leon (Coord.). *Preconceito e Educação Inclusiva*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2011.
- DORZIAT, Ana; ARAÚJO, Joelma. *O Intérprete de Língua de Sinais no Contexto da Educação Inclusiva: o pronunciado e o executado*. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 18, n. 3, p. 391-410, Jul.-Set., 2012.
- SANTOS, Lara; LACERDA, Cristina. *Atuação do Intérprete Educacional: parceria com professores e autoria*. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 35, nº especial 2, p. 505533, jul-dez, 2015.
- SILVA, Keli; OLIVEIRA, Ivone. *O Trabalho do Intérprete de Libras na Escola: um estudo de caso*. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 695-712, jul./set. 2016.
- SUZANA, Elisama. *O Tradutor/Intérprete de Libras em Contextos de Inclusão Escolar: perspectivas em uma rede municipal do Rio Grande do Sul*. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

Theodor Adorno e a educação: a contribuição dos estudos em Teoria Crítica da Sociedade no âmbito da pesquisa e da extensão

Autor: Cynthia Maria Jorge Viana (Cynthia Viana)

O filósofo alemão Theodor W. Adorno dedicou-se a vários campos de conhecimento, contribuindo, inclusive, com uma discussão radical e profícua sobre educação. Em palestras e debates proferidos e publicados nas décadas de 1950 e 1960, mais especificamente no texto "Educação para quê?" ("Erziehung – wozu?"), o autor elabora a seguinte questão: "[...] para onde a educação deve conduzir?" (ADORNO, 1967/2011, p. 139). Tal pergunta, elaborada em um debate transmitido em setembro de 1966 e publicado em 1967, reitera um questionamento caro à educação e aos educadores: como a educação, como uma instância de mediação, é capaz de conduzir a um processo de formação humana e de estranhamento à barbárie e à socialização total?

Por meio da educação, dentre outros processos, é possível experienciar o mundo, perguntar-se sobre o sentido desta experiência e contrapor-se a uma coletividade que exige uma adesão cega ao que é irracional. Por outro



lado, e contrário a isso, a ideia de uma educação para habilidades e competências, mediada exclusivamente pela tecnologia, que destitui a figura do professor e substanciada pelo praticismo, pela funcionalidade, pela utilidade e pelo mercado de trabalho rebaixa a potencialidade educativa e engendra uma lógica fundamentada na racionalidade da sociedade capitalista. Essa racionalidade, que apregoa a individualização e a desumanização, justifica-se ideologicamente no mascaramento de desigualdades e formalização da instrumentalização da vida humana, a qual a educação também é herdeira e emblema. Eis que está posta a contradição: mesmo sendo uma instância que carrega a possibilidade de provocar nos homens um pensamento como ação e como práxis, a educação pode se voltar exclusivamente às necessidades formadas pelo e características do modelo de produção. Para Adorno (1967/2011), na base desse processo está uma racionalidade fundamentada pela incapacidade de viver experiência, bem como pela reprodução da indiferença ao outro como elemento de barbárie.

Essa comunicação versa, assim, sobre a tentativa de diálogo a respeito das questões acima mencionadas e apresenta ações de pesquisa e de extensão e estudos teóricos que se propõem a pensar a formação humana e a educação, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG), vinculadas ao Núcleo de Estudos e Pesquisas de Psicologia, Educação e Cultura (NEPPEC). No que tange à pesquisa, o projeto de “Educação e conhecimento: a constituição humana e a ‘consciência verdadeira’ em Theodor W. Adorno” – cuja duração está prevista para quatro anos (2018-2022) – tem como objetivo investigar a constituição humana por meio do que Adorno (1967/2011) nomeou de “consciência verdadeira”, que seria o fundamento de uma educação crítica e política. Essa expressão indica uma pista nos escritos de Adorno que sustenta o questionamento sobre o sentido da educação como instância que traz a possibilidade de um pensamento reflexivo sobre a realidade. Nesse sentido, o que estaria em jogo nesse pensar seria o desvelar, pela interpretação, de uma realidade enigmática e conflituosa. Partindo desta perspectiva, a constituição do humano em Adorno pode estar ligada à educação como esfera que produz uma consciência que, por sua vez, substancia uma educação que se configura como crítica. Para tanto, são necessários e estão sendo realizados estudos sobre as bases epistemológicas e conceituais da constituição humana em Adorno, partindo, inclusive, de escritos de Marx, Freud e outros autores no que diz respeito a esses temas; estudos sobre os elementos sociais que reafirmam a recaída da humanidade na barbárie, tendo o irrefreável progresso econômico e social como indicativo do caráter regressivo da naturalização da reificação dos homens; e, estudos sobre como Adorno entende a educação, a formação humana e os elementos que constituem o que foi nomeado por ele de “consciência verdadeira” e sua relação com o pensamento, o conhecimento e o potencial emancipador e político da educação.

No campo da extensão, o projeto “Educação, sociedade e cultura: diálogos entre o cinema e a formação de professores”, com duração de dois anos (2019-2021) tem como objetivo, por meio da exibição de filmes, pensar os processos de socialização e os processos educativos. Dividido em três eixos reflexivos, o que está vinculado a essa comunicação e, mais especificamente, à Teoria Crítica da Sociedade intenta, a partir de cine debates, fomentar a discussão sobre a formação humana e temas que envolvam a formação de professores, como a naturalização da violência e da barbárie. A reprodução do ódio elimina a possibilidade de tomar o estranho como familiar: o encontro de diferentes torna-se o mote para exclusão e para eliminação do outro. Como um projeto de extensão que reflete também sobre a formação de professores, intenta-se discutir e lançar luzes sobre as contradições e os desafios postos aos professores, assim como, a possibilidade de pensar a sala de aula como um lugar de encontro e de resistência.

Vinculadas a essas ações, o grupo de estudos “Teoria Crítica, formação humana e barbárie” propõe estudos teóricos que sustentam a pesquisa e a extensão e reafirmam uma educação comprometida com a autorreflexão e direcionada ao reconhecimento das contradições sociais e históricas. Por meio da educação, é possível conhecer as determinações materiais que constituem os homens, o que permite a crítica aos ditames objetivos e subjetivos que cerceiam a cultura e obstaculizam o trabalho do próprio pensamento. Ao indicar os limites e as possibilidades que circundam a apropriação da cultura, a educação revela sua dimensão política. Tal dimensão circunscreve-se como uma ação que busca uma intervenção social específica, cujo foco esteja voltado para o entendimento racional dos obstáculos que impedem a superação da cultura em seus aspectos repressivos. Nesses termos, a partir destes estudos e ações ainda em andamento, pensa-se que uma educação para reflexão é uma educação ética e política, cujo entendimento é possível por meio da tensão entre elementos que revelem uma realidade social, histórica e contraditória.



Violência na Escola e Constituição do indivíduo: contribuições da Psicanálise e da Teoria Crítica da Sociedade

Autor: Angelo Luiz Ferro (UFMS)

Coautor: Rômulo Lopes da Silva (PUC-CAMPINAS) e Italo Diego de Souza (UFMS)

O bullying é uma forma de violência que está presente na sociedade e configura-se como atos de violência física, psicológica e/ou simbólica de forma intencional ou repetitivo que é praticado por um sujeito ou grupo contra um outro sujeito ou grupo. O método utilizado para a constituição desse trabalho se deu a partir de pesquisa bibliográfica. A base epistemológica utilizada neste trabalho refere-se à Teoria Crítica da Sociedade, segundo as concepções de Adorno e Horkheimer e a Psicanálise Freudiana. Este trabalho justifica-se pela emergência de estudar e discutir o bullying e a necessidade de combater essa prática de maneira efetiva no âmbito escolar e, conseqüentemente, na sociedade. No século XXI, há uma preocupação eminente com práticas de violência, a qual é motivada, principalmente, para que o estado de barbárie, como aconteceu no período da II Guerra Mundial, por exemplo, não se repita mais.

Essa preocupação se dá, principalmente, nas marcas que estes atos de violência deixaram na condição do ser humano e como se deu a constituição desses indivíduos em um estado totalitário. Sabe-se que a sociedade é constituída por classes distintas e, em sendo distintas, seus interesses são, por vezes, opostos, o que pode levar a confrontos ou a atos violentos. Quando o indivíduo começa a criar e fabricar armas, a força intelectual assume o papel de pensar em como praticar a violência de maneira mais efetiva.

Assim, de acordo com a história da humanidade e como a violência se fez presente na mesma, pode-se questionar se a violência, de uma maneira ou de outra, mostrou-se como constituinte do indivíduo? Sabe-se que a mitologia, na Antiguidade Clássica, era utilizada para explicar inúmeras inquietações que faziam-se presentes no dia a dia do ser humano e, quando questionou-se sobre a violência, não seria diferente, já que a mitologia grega era repleta de histórias de violência, a saber: corpos que eram mutilados, suplícios, sangue, dentre outras coisas. No período do Império Romano existiam práticas violentas que eram socialmente permitidas, dentre as quais se destacavam o munus gladiatorium, a palavra munus significa oferta, ou seja, era um espetáculo oferecido para população no qual gladiadores lutavam das mais diversas formas.

Desta feita, não significava apenas uma forma de diversão para a população romana, mas sim uma maneira satisfazerem os instintos agressivos dos indivíduos, além de uma encenação que, a partir da violência mortal, tinha o intuito de ressaltar o domínio e o poder dos governantes através do sangue e da brutalidade na qual aconteciam esses espetáculos. Ou seja, tanto na cultura grega quanto na romana a violência era parte constitutiva social e, assim, influenciava diretamente na constituição do indivíduo.

Mudanças importantes aconteceram na passagem da Idade Antiga para a Idade Média, a religião tinha uma importante participação na vida do indivíduo, religião essa conhecida como Igreja Católica Apostólica Romana. Esta influenciava diretamente o indivíduo medievo. Com o cristianismo, a vida eterna foi promulgada pelo princípio da salvação, ou seja, aquilo que fizeres aqui em vida será importante para determinar a salvação eterna, pois a alma é imortal. Deste modo, a morte traz o entendimento que a vida do indivíduo tem um valor insubstituível, isso se dá, principalmente, porque a salvação é um processo individual. Posteriormente à Idade Média, com o início da Idade Moderna, o movimento humanista nos séculos XV e XVI, a cultura e a sociedade europeia experimentaram transformações decisivas, que modificaram radicalmente a cultura e a filosofia.

A existência está na capacidade de pensar, desta feita, existe uma conexão entre pensamento e existência e, disto resulta que a noção de pensamento é elementar no sistema cartesiano, pois o ato de pensar é condição para ser. Descartes consegue perceber as mudanças da Idade Média para a Idade Moderna, conseguindo pensar o indivíduo da época. Portanto, o indivíduo moderno, na perspectiva de Descartes, é consciente que não só obtém de si o objeto que conhece, mas também o critério que valida o conhecimento. Uma vez afirmada sua existência e a existência de seus atos.

Posteriormente, Kant empreende um estudo sobre o sujeito, assim, o sujeito kantiano é compreendido por sua razão prática, sua capacidade de ação, consciente de seus pensamentos e autor da produção e descoberta do conhecimento. Desta feita, esse "eu kantiano" se dá pela soma de uma razão prática, juntamente com uma razão teórica, ou seja, uma parte deste eu é fornecido pelo contato com o empírico quanto das categorias do entendimento. Deste modo, o sujeito para Kant, atua como um eu transcendental, com sua capacidade de pensar além do que está posto, a partir de sua autonomia moral e, portanto, racional, e, porque é livre, é consciente dos seus atos.

Hegel buscou entender o indivíduo, não como puramente abstração, mas como objetivo quando possui consciência-de-si. Essa se dá a partir do movimento de vir-a-ser do indivíduo nos processos de socialização; o trabalho ocupa importante papel, pois, quando o indivíduo age sobre o mundo a consciência em si poderá constituir-se com conceitos, e não apenas com representações das coisas existentes. Hegel foi, portanto, um dos primeiros filósofos a trazer a máxima de que o trabalho, a capacidade de ação no mundo, é também constituinte do indivíduo.

O indivíduo é distinto dos outros e isso, não há dúvidas, mas a pergunta que se faz é: mesmo sendo distinto, como se daria sua individuação? Como ele se diferenciaria? Além de toda a discussão filosófica feita anteriormente, a psicanálise freudiana e a Teoria Crítica da Sociedade trazem importantes contribuições para entender esse movimento.

Formamos um eu por meio de identificações e essas são, na verdade, a tentativa de ser como o outro, o que significa que nossa particularização, nossa singularidade, depende do quanto nos identificamos com o outro. A sociedade que não fornecer possibilidades para que a identificação aconteça encontrar-se-á em um momento em que a indiferenciação e a indiferença excedam o mecanismo da identificação e, desta feita, o cessar do sentimento social. A identificação está, portanto, subjacente às formações social e cultural.

Quando a identificação falha, há a constituição de indivíduos que são indiferentes, como foi abordado anteriormente, diminuindo a possibilidade da constituição de um eu diferenciado. Quando se pensa sobre o bullying, deve-se saber que o termo foi incorporado às práticas discursivas do senso-comum da sociedade contemporânea, porém não é comum que se faça questionamentos sobre essa prática, que se encontra inserida no cotidiano do indivíduo, o qual, por vezes, não se interroga a respeito da gravidade que isso traz para o quem sofre com essa ação, bem como para a sociedade como um todo.

GT53: Trabalho docente praxis e consciencia de si

Estudos sobre a humanização do cuidado no processo formativo de profissionais da saúde: relatos de pesquisa

Autor: Ana Luiza Brandão (PUC Minas)

O presente resumo apresenta uma versão preliminar de uma pesquisa de doutorado que visa conhecer e problematizar, à luz da Teoria Ator-Rede (TAR), como se dá a formação para a humanização dos cuidados nos cursos de graduação em saúde de uma instituição privada de Ensino Superior.

De acordo com Casate e Corrêa (2012), dentre as mudanças nas políticas de saúde e nas diretrizes nacionais para os cursos de graduação em saúde, a humanização é um dos temas centrais na formação do profissional, a fim de que se tenha como resultado o cuidado integral, a promoção da saúde e a valorização da dimensão subjetiva e social dos usuários dos serviços. Posto isso, considera-se importante construir um trajeto retrospectivo e adentrar a rede que compõe a humanização, a fim de compreender como esta se situa no âmbito das políticas públicas e nas práticas de cuidado.

A Teoria Ator-Rede, suporte teórico metodológico da presente investigação, como expõe Sanchez-Criado (2008), é um conjunto de princípios metodológicos, epistêmicos e de trabalhos de campo que, desde os anos 1980, tem levantado questões acerca das ciências sociais, sendo que uma de suas principais premissas é contornar as tradicionais dicotomias defendidas pela sociologia: natureza – sociedade, sujeito – objeto, micro – macro, humanos – não-humanos.

Assim, a partir dos caminhos propostos pela Teoria Ator-Rede, fundida em três principais eixos que consideram: os atores que estão envolvidos nas redes, sendo eles humanos e não-humanos; o traçado das redes; um arcabouço metodológico que possibilita registrar a construção dessas relações e trajetórias, busca-se considerar a humanização do cuidado como uma rede composta por múltiplos actantes. Como ressalta Latour (1994), a TAR localiza os efeitos das ações na composição ator-rede, uma vez que um ator nunca age sozinho nem isoladamente. Para tanto, propõe-se uma investigação de como essa questão se faz presente no decorrer das graduações dos profissionais de saúde em um contexto considerado relevante para ser estudado.

Por meio do conhecimento de como se dá o processo formativo dos profissionais da saúde será possível vislumbrar as razões da aplicabilidade (ou não) das propostas, políticas e práticas em prol humanização no cuidado da saúde, o que justifica esta pesquisa. Além disso, ao se adentrar a realidade de formação para a saúde na instituição estudada, será possível propor novas estratégias de ensino-aprendizagem, bem como oportunidades para a formação continuada em humanização, aos trabalhadores de saúde egressos da IES e/ou aqueles que atuam no município e na região circunvizinha.

Para a execução dessa pesquisa, foi eleita uma Instituição de Ensino Superior localizada na região Centro-Oeste de Minas Gerais, composta por dois cursos na área da saúde: Enfermagem e Psicologia.

Anteriormente ao início do processo investigativo foi realizado um contato com os representantes da IES e com os coordenadores dos cursos a serem pesquisados a fim de apresentar a proposta do estudo, bem como averiguar a viabilidade da realização da mesma. Dessa maneira, mediante anuência da IES e do CEP-CONEP foi iniciada a pesquisa.

Esta investigação tem sido realizada em três etapas principais. Num primeiro momento está sendo construída uma revisão teórica que busca delinear a humanização nas práticas de cuidado; o histórico do Sistema Único de Saúde e a criação das duas políticas eleitas nessa pesquisa: a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e a Política Nacional de Humanização – Humaniza SUS. Por fim, será dado um enfoque específico na humanização no contexto de formação no âmbito das graduações contempladas. Dessa forma, tal etapa tem sido construída por meio de pesquisas bibliográficas dos principais autores nacionais e internacionais, bem como com a utilização de documentos ministeriais que discutem sobre essa temática.

A segunda etapa será caracterizada pela investigação no contexto da IES proposta. Assim, a presente pesquisadora fará a sua imersão na instituição e, pautada no aprofundamento teórico anteriormente efetuado, será realizado um levantamento do material empírico junto aos porta-vozes (coordenações, professores e alunos) dessa rede.

Com um intuito de realizar um aprofundamento mais amplo neste campo de investigação, serão acessados alguns dos documentos dos cursos investigados: diretrizes curriculares nacionais, projeto pedagógico dos cursos, programas das disciplinas, estruturas curriculares e ementários.

Em seguida, a partir da pesquisa bibliográfica e documental da primeira etapa e do material empírico levantado na segunda etapa, será construído um indicativo de intervenção como sugestão para a Instituição de Ensino Superior, com o intento de fomentar a discussão concernente à humanização, bem como ampliar a formação dos discentes nesse sentido.

Este indicativo de intervenção poderá ser desenvolvido, posteriormente à pesquisa na IES, pela pesquisadora que também é docente da instituição e coordenadora de projetos como membro dos Núcleos Docentes Estruturantes de ambos os cursos investigados.

Para cada uma dessas etapas será elaborado um artigo correspondente que se configurarão como o corpo do texto da tese. A tese contará ainda, com detalhamento das etapas gerais de execução, antecedendo os artigos e um capítulo geral de conclusões.

Referências Bibliográficas:

Casate, J. C, & Corrêa, A. K. (2012). A humanização do cuidado na formação dos profissionais de saúde nos cursos de graduação. *Revista da Escola de Enfermagem USP*, 46(1), 219-226.

Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Sanchez-Criado, T. (2008). *Tecnogénesis: La construcción técnica de las ecologias humanas*. Madrid: Ed. Volumen



O ensino da Psicologia Comunitária e seus desafios teórico-metodológicos

Autor: Bruna Clézia

O ensino da Psicologia Comunitária se constitui como um grande desafio na carreira de um docente em Psicologia. Atualmente, os ementários dos cursos de graduação autorizados e reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) contam com a disciplina de Psicologia Comunitária dentro da matriz curricular de disciplinas obrigatórias para a formação do bacharel em Psicologia. Este é, sem dúvidas, um grande marco para a história da Psicologia Comunitária enquanto práxis reflexiva e área de atuação possível da Psicologia Social Crítica. A fim de ensejar um debate pertinente sobre o tema sem cair na argumentação rasa do senso comum, o ensino da Psicologia Comunitária torna-se provocador para aqueles que se arriscam no mar de vitórias e fiascos da docência. Para tal, o objetivo deste trabalho reside na reflexão crítica sobre o surgimento da constituição da Psicologia Comunitária e as possíveis estratégias que hoje podem ser implementadas no ensino desta disciplina. Entende-se de forma cada vez mais clara a importância deste conhecimento para a formação de um bom profissional, apostando que as Psicologias produzidas na América Latina têm em suas raízes a preocupação histórica com um compromisso ético-político, cerne de sua fundação. A produção bibliográfica constituinte deste recente campo de saberes, que intitulamos Psicologia (Social) Comunitária, nos coloca, enquanto educadores, uma missão laboriosa de reinventar métodos pedagógicos a fim de familiarizar e contextualizar o estudante de psicologia com um conhecimento que nasce da experimentação de práticas, construindo caminho inverso aos que foram trilhados por outras áreas de conhecimento, cuja aposta foi, inicialmente, em uma perscrutação teórica. Na contramão do processo, a Psicologia Comunitária insurgiu de uma necessidade que inúmeros psicólogos latino-americanos apontaram em sua formação: a busca por novos espaços de atuação, afastados do glamour elitizado das majoritárias práticas clínicas que, até os anos 70, eram hegemônicas no que tangia ao locus profissional do psicólogo. Espaços estes que pudessem fazer emergir diferentes sujeitos socio-históricos, cenários distintos do que até então se apresentava e, claro, novas formas de intervenção. A 'comunidade', até então vista como espaço esquecido, insólito, relegado ao assistencialismo, agora torna-se um lugar possível de práticas – e essa abertura foi vanguardista no sentido de expor um caleidoscópio de oportunidades interventivas para uma profissão classista que não imaginaria a periferia como o cliente mais improvável. O contexto histórico dessa saída dos consultórios é emblemático: não só no Brasil, mas em diversos países da América Latina, regimes fascistas ditatoriais usurpavam o poder e retrocediam a ordem de tudo o que vissem pela frente. A militância política tornou-se uma missão para a nossa classe e, em vias de consolidar-se como área de atuação da recente Psicologia Social Sócio-Histórica, a Psicologia Comunitária passa a representar um respiradouro para aqueles que buscavam outros modos possíveis de compreender a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais emergentes. Hoje, a epistemologia da Comunidade é vasta. Autores de diversas áreas de conhecimento, para além da Psicologia, já notificavam a necessidade de reapropriação do tema. Em diferentes épocas e momentos históricos, já ressaltavam o poder dos modos de vida comunitários, a busca que o humano empreende em torno da ideia de um novo "viver junto" e, atualmente, o eixo norteador da Psicologia Comunitária rotaciona em torno da intervenção psicossocial e da reflexão crítica sobre as possibilidades de poder e de potência que sujeitos comunitários podem desenvolver. Isso nos remete ao nosso ponto de partida: o ensino de uma Psicologia Comunitária que se reinventa todos os dias, a discussão sobre o significado de "Comunidade" em um momento histórico de resistência, mas também de desistência, de cansaço e niilismo. Hoje falamos em bairros periféricos pacificados que se auto intitulam "comunidades"; Comunidades Terapêuticas que se institucionalizam dentro das redes de atenção e cuidado em Saúde Mental, cujas práticas são não apenas questionáveis por inúmeros órgãos representativos da Psicologia, mas também alvo de denúncias e averiguação acerca de seus modos comprovadamente arbitrários de funcionamento; Comunidades Indígenas, Quilombolas, religiosas, virtuais, LGBTQ+; enfim, há uma vasta lista de grupos que se apropriaram do termo para explicitar um novo modo de viver junto, que causa atração e fascínio por parte daqueles que buscam entendimento compartilhado. Sem deixar esta discussão perder seu mote, mas também fugindo da pretensão soberba de trazer respostas prontas, apostamos na defesa da Comunidade não apenas como um lugar, mas sim como um sentimento. Para além de resultados prontos, a problematização pertinente reside no tensionamento do uso do termo e da forma como estamos, enquanto categoria profissional, olhando para esse curioso fenômeno de retorno ao desejo de viver junto, quando o momento histórico em que nos colocamos nos aponta a solidão como inevitável e inadiável. Deste modo, é infalível a aposta na compreensão histórica do surgimento de um saber, seja ele produzido através de práticas ou de produções teóricas. Retornar à linha do tempo do conceito de Comunidade e entender a trajetória de enfrentamentos da Psicologia Comunitária é o caminho possível em que apostamos para inventar novas práticas.

Psicologia social e políticas públicas: dilemas da docência na construção de saberes

Autor: SELENE MAZZA (ESTÁCIO CEARÁ e UNICHRISTUS)

INTRODUÇÃO

A crescente demanda por práticas de ensino inovadoras nas Instituições de Ensino Superior privadas fomenta a importância da problematização nas metodologias de ensino como forma de aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes por parte do discente e que, também, corresponda às expectativas da sociedade contemporânea. Então, investem na formação do docente no intuito de ampliar as possibilidades da práxis pedagógica. Neste contexto, o que resultaria do ensino em psicologia social?

No projeto pedagógico de uma IES privada, em Fortaleza/Ce, a disciplina de psicologia social está relacionada transversalmente, com diversas disciplinas, de forma teórica e prática, entre elas a de políticas públicas, constituindo um elo básico para fundamentar a prática do futuro psicólogo em diversos campos de atuação que necessitem de práticas "sociais".

Como docente dessa IES, foi proposto uma atividade, em sala de aula, com uma questão-problema. Em grupo, os(as) alunos(as) deveriam problematizar a questão através do debate e depois construir um texto a respeito das discussões ocorridas dentro do seu grupo.

Portanto, este trabalho apresenta o resultado textual desta atividade correlacionando com embates surgidos na práxis docente, ou seja, se apresenta um grande mosaico que revela "formas de pensar" e dimensionam elementos implicados, no que Giddens (2002) denomina "processo reflexivo do eu".

OBJETIVO

- Compreender que saberes são construídos na disciplina de psicologia social em diálogo com as políticas públicas.
- Elucidar experiências formativas e pedagógicas através de um percurso metodológico reflexivo e inventivo de fazer a docência em psicologia.
- Discorrer sobre limites e possibilidades construídos rotineiramente na práxis da docência em psicologia social em uma Instituição de Ensino Superior privada.

RELAÇÃO CLARA COM O GT E EIXO TEMÁTICO ESCOLHIDO

O trabalho apresenta como resultado relatos reflexivos sobre saberes que permeiam a formação profissional do psicólogo, tomando a escrita como forma de questionamento reflexivo e crítico. Utiliza o olhar analítico do docente para tecer considerações sobre aspectos políticos, teóricos e metodológicos na práxis docente. Traduz posicionamentos decorrentes da vivência acadêmica em psicologia (neste estudo, especificamente em psicologia social) em uma Instituição de Ensino Superior privada, com modelo de ensino previamente estabelecido. E, por fim, pode contribuir com a mudança paradigmática do ensino universitário privatista.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

Este estudo apresenta uma análise compreensiva sobre a experiência da docência em psicologia social, a partir de uma produção textual discente apresentando como referência a interlocução de saberes entre a psicologia social e as políticas públicas. A abordagem teórica apoia-se no "processo reflexivo do eu" de Anthony Giddens (2002). A reflexividade do eu não pode ser considerada uma entidade passiva, forjada por influências externas, mas sim por um sistema abstrato que afeta de forma difusa os processos psíquicos (GIDDENS, 2002).

São os dilemas da vida cotidiana que incitam a reflexividade do eu e, por isto, os dilemas da docência, por excelência, são um terreno de reflexividades. GIDDENS (2002) refere que no "processo reflexivo do eu" os indivíduos são propensos a criar habilidades com maior profundidade.

Colaborando com esta perspectiva, PAIS (2007) enfatiza que na modernidade reflexiva há predominância da reflexividade transformadora, ou seja, uma reflexividade que assume o cotidiano como um campo aberto à experiência, tornando-se cada vez mais um terreno de negociações onde se instauram os dilemas da vida.

MÉTODO

Em sala de aula, a docente apresentou uma questão-problema. Em seguida, dividiu a sala em grupos de quatro estudantes que após debaterem a questão problemática elaboraram um texto sobre as discussões surgidas.



A docente analisou os textos produzidos destacando deduções, certezas e lapsos significativos para poder contextualizar itinerários conceituais que incorporam, em uma perspectiva teórica, impressões fugazes da realidade formativa e profissional do psicólogo e se revelam de forma interina, integrada e experiencial.

GIDDENS (2002) salienta que há um monitoramento das circunstâncias que envolvem as atividades diárias, reveladas através de características discursivas.

Partindo desta perspectiva, torna-se um contraponto para o entendimento desses contextos e o processo de intersubjetividade docente-discente e, conseqüentemente, para a compreensão dos elementos dilemáticos de ser professor de psicologia social produzidos principalmente na vida cotidiana da sala de aula, assinalando a relevância de ambos (docente e discente) como atores da ação social.

RESULTADOS

Os relatos desvendam aproximações e distorções, narradas através de ações e práticas reveladoras de um significante comum: a sala de aula. Um espaço marcante no processo formativo de estudantes de psicologia de instituições privadas, visto que apresenta uma redução conceitual, pautada em preceitos abstraídos da realidade brasileira atual e que, como uma categoria analítica, objetifica conceitos psicológicos, podendo ocultar a compreensão das configurações sociais que permeiam as práticas em políticas públicas.

Existe uma heterogeneidade presente na vida destes estudantes, decorrente da própria estruturação social, o que diversifica as formas de compreensão da psicologia. A performance é ajustada à realidade da vida diária e acadêmica através do tempo e do espaço.

CONCLUSÕES

São diversos aspectos teóricos e metodológicos que permeiam à docência, especialmente em instituições privadas, que perpassam desde as condições objetivas de trabalho (recursos materiais, jornada de trabalho, política de ensino, entre outros) até as condições subjetivas de cada discente e que permeiam a construção de saberes.

A articulação de elementos objetivos e subjetivos coloca as dimensões emocionais e profissionais no campo de análise e compreensão do que é a psicologia social. Isto rompe com determinantes estruturais e coloca o discente como construtor da sua vida acadêmica e partícipe do processo de formação conceitual.

Refazendo a Psicologia através da docência em Psicologia Social

Autor: FERNANDA MARIA (FERNANDA MARIA)

A docência na disciplina de Psicologia Social nos cursos de graduação tem suma relevância para renovação da Psicologia enquanto ciência. Partindo do pressuposto que toda Psicologia é Social, o ensino dessa disciplina se torna um pilar nevrálgico para formação do profissional. Ela tem como objetivo principal transcender as barreiras da Psicologia enquanto saber tradicionalmente inacessível às camadas populares da sociedade, possibilitando ao aluno uma reflexão crítica de todos os campos de atuação da Psicologia e suas potencialidades.

Ressalta-se também a importância de formar profissionais comprometidos com uma atuação atenta aos fenômenos sociais do cotidiano, onde os aspectos ético-políticos identificados na realidade são pressupostos básicos para produção da Psicologia enquanto ciência comprometida com o reconhecimento e a diminuição das desigualdades sociais.

Entretanto, inúmeras dificuldades são encontradas no cotidiano das aulas de Psicologia Social, que coincidem com aspectos das conjunturas sociais e políticas do momento atual. Preconceitos, estigmas, representações sociais pautadas em estereótipos, não reconhecimento das desigualdades sociais, desqualificação dos movimentos de sociais e ações comunitárias, dentre outros aspectos são enfrentamentos diários que os professores desta temática vivenciam em sala de aula.

Dentre os conteúdos previstos em diversos planos de ensino desta disciplina, o professor deverá abordar basicamente dois momentos históricos da Psicologia Social: seu nascimento e sua crise. Tais apontamentos históricos apontam uma bifurcação na produção epistemológica da Psicologia, culminando no nascimento da Psicologia Social Crítica e seus pluralidades: Psicologia Socio-histórica; Psicologia Comunitária, Psicologia Política, dentre outras frentes de estudos, todos comprometidos com o caráter ético-político que a Psicologia assume após a década de 70.



Possíveis resistências identificadas nas relações aluno - professor e / ou professor - instituição frente a compreensão da Psicologia Social enquanto engajada com uma práxis política, denunciam um hiato preocupante na formação do profissional, tendo em vista as diretrizes previstas no código de ética do Psicólogo, onde trabalhar em prol da diminuição das desigualdades sociais e o reconhecimento dos impactos das relações de poder, são pressupostos básicos para atuação do profissional e para produção da Psicologia enquanto ciência.

Sendo assim, esta apresentação tem por objetivo trazer relatos de experiências na disciplina de Psicologia Social, comentando as principais dificuldades enfrentadas no decorrer das aulas, estratégias de ensino, abordagem das temáticas de desigualdades sociais (raça, gênero, sexualidade, etc), experiências positivas dentro e fora da sala de aula e construção de novos olhares deste profissional, para uma formação da Psicologia que abarque as especificidades emergentes do cotidiano social e que estão em constante transformação.

Segue relato original da situação vivenciada por uma docente da disciplina:

Aula sobre Kurt Lewin... Entre explicações sobre os conceitos do autor, conduzo os alunos à reflexão crítica sobre os mecanismos de adaptação do sujeito, de uma Psicologia ainda muito desvinculada dos movimentos de poder implícitos nas relações sociais, preocupada apenas em atender as expectativas destas normatizações impostas e mantenedoras das condições de alienação dos sujeitos.

Sim, podemos dar uma leitura crítica à Kurt Lewin (e aos demais teóricos da Psicologia), contextualizando numa perspectiva ético-política o cenário em que desenvolvia sua teoria. Ele propunha o reconhecimento do campo psicológico, pois já percebia as interferências das afetações dos sujeitos na dinâmica grupal. A pesquisa-ação, conceito por ele desenvolvido, direciona a compreensão da Psicologia de grupos para o caminho do campo, da vida cotidiana, e vislumbra os primeiros sinais da importância de se edificar esta ciência tão valiosa no próprio campo aonde ela será utilizada.

Nem de longe Kurt Lewin é meu teórico favorito. Entretanto, a docência tem dessas belezas: dar contexto e ambientar o momento histórico em que as teorias foram criadas transgride qualquer tentativa de torná-las verdades absolutas. O próprio Lewin pontua que o objetivo principal da pesquisa-ação é compreender a dinâmica grupal para promover mudança social.

Não seria uma simples aula, até porque a professora enreda sua apresentação na conjuntura histórica e faz questão de convocar seus alunos a reflexão crítica. Porém, nunca se sabe de antemão qual será a repercussão desta convocatória.

A estratégia era: trazer os conceitos de Kurt Lewin fazendo uma análise do filme "Quanto vale ou é por quanto?". O filme faz uma analogia entre o antigo comércio de escravos e a atual exploração da miséria pelo marketing social, que formam uma solidariedade de fachada. Como compreender a dinâmica grupal dos atores? Quais mudanças de comportamento se identificam ao longo da história? Quais as valências que interferem no campo psicológico dos sujeitos que se relacionam na trama do filme? Tais questionamentos tinham como intuito fazer com que os alunos articulassem a teoria de forma crítica e numa perspectiva ético-política.

De repente, surge a interjeição de um aluno, carregada de resistência e angústia diante do movimento transgressor que uma reflexão crítica convoca:

- Professora, sinceramente eu só vejo nesse filme, negro odiando branco, e pobre achando que ainda existe escravidão. Então a Psicologia Social é isso? É Psicologia pra pobre e negro?

Não consigo disfarçar meu espanto. Mas como boa psicóloga, faço minha cara de paisagem e digo:

- Pois bem, o filme aborda questões de desigualdades sociais, que interferem diretamente nas relações entre os sujeitos e no tocante ao campo psicológico de cada um. Como você compreende isto?

E o aluno prontamente responde:

- Que desigualdade? Não existe racismo. Por que você precisa falar disto em aula? Não acha tendencioso da sua parte? Acho que a senhora é que está fomentando as desigualdades quando quer nos convencer que existe raiva entre branco e negro e vice-versa. Pra quê? A escravidão já passou. Qualquer um se trabalhar e correr atrás as suas coisas, vai conseguir ser alguém na vida. Sempre por merecimento. Tem que ensinar isso na Psicologia Social, e não ficar falando que branco tem dívida com negro por causa da escravidão.

Respiro fundo... Penso em todo desenrolar histórico da Psicologia Social e em seu período de crise, na década



de 50, com a desconstrução de conceitos estabelecidos no início de seus estudos... Desde LeBon (Psicologia das massas), Freud (Mal estar da civilização, Psicologia das Massas e Análise do eu)... ao nascimento da Psicologia Social crítica, comunitária e institucional, com influências de Foucault, Gattarri, todos os teóricos da teoria crítica, o retorno à Marx, Vigotski, e a importância do desenvolvimento da Psicologia Social Latino-Americana, reconhecendo e procurando compreender os impactos dos acontecimentos históricos de cada país colonizado e suas especificidades.

Como ensinar Psicologia Social sem abordar as relações de poder estabelecidas em sociedade? Explicar os conceitos da Psicologia Social sem divagar sobre o cenário em que ela acontece é limitar a reflexão das suas teorias. Fazer isso é produzir alienação e retroceder na história desta ciência.

Respondo:

- Pois bem. A Psicologia Social tem como premissa o reconhecimento destas desigualdades sociais e das relações de poder que produzem exclusão e inclusão social. E inclusive, convoca a própria Psicologia enquanto ciência a repensar suas abordagens considerando esta viés.

O aluno retruca:

- Mas isso é ideologia. Você tem que mostrar duas possibilidades de ideias.

Respondo rapidamente:

-- Pois bem. Estou seguindo as referências da ementa, conforme informei no início das aulas. Tendo em vista que estamos num ambiente acadêmico, você poderia nos trazer teóricos da Psicologia que contradizem o reconhecimento da desigualdade social. Não dispomos desta referência na ementa. Sendo assim, lhe proponho um debate sobre o conceito de ideologia para Weber e para Marilene Chauí.

O aluno faz uma cara de desaprovação:

-- Mas por que tenho que ler esta mulher?

Respondo

- Pelo mesmo motivo que li Weber.

Foi a primeira vez que enfrentei uma divergência tão ríspida em sala de aula. Mas foi a primeira vez também que, de fato, percebi o quão é importante contextualizar historicamente os conceitos que trabalhamos na Psicologia. E como a Psicologia Social deu o pontapé inicial para se repensar a Psicologia tradicional.

Até então, todos os alunos se demonstravam empáticos e afetados de maneira crítica e esclarecedora no decorrer das aulas... Se dispor a afetar e ser afetado requer compreender que nunca seremos neutros em nossas relações. Não somos máquinas... Somos seres históricos... E por isso a docência pautada numa perspectiva ético-política rompe com comportamentos instituídos e alienantes, mantenedores das relações de poder, e por consequência, das desigualdades sociais.

Mas como garanti a continuidade do meu manejo técnico em sala? Recorrendo a práxis. Afinal, é através do campo que se produz Psicologia enquanto ciência.

Nosso código de ética (ainda) está pautado no reconhecimento das desigualdades sociais e relações de poder que afetam o trabalho do psicólogo. Não podemos atuar enquanto profissionais sem identificar tais questões. É uma habilidade crucial. E caso estas questões não fossem abordadas no decorrer da graduação, estaríamos limitando e alienando a formação de novos psicólogos capacitados para atuar as especificidades histórico-culturais de nosso país.

Saúde docente na Universidade privada

Autor: CRISTIANE GUIMARÃES (UNESA)

Coautor: Fael Caetano (UNESA)

O trabalho enquanto dimensão da existência humana sempre esteve presente na vida do indivíduo. É um elemento que faz parte da vida do sujeito e que se apresenta tão antigo quanto ele, sendo apontado inclusive como a atividade que possibilitou o próprio processo de transformação das formas pré-humanas em humanas. Nas formações sociais coexistem diferentes modos de produção. Englobam a atividade industrial e comercial, tanto quanto a atividade cultural e política. O homem se renova à medida que o tempo exige dele tal mudança. Por meio do trabalho é possível transformar o mundo. É importante levar em consideração que as próprias noções de trabalho são um continuum, isto é, assim como o mundo, também passam por transformações ao longo do tempo. Atualmente



a globalização da economia de mercado e os processos de reestruturação produtiva têm provocado mudanças nas organizações de trabalho e nas formas de gestão, influenciando de forma incisiva a saúde e o bem-estar do trabalhador. Neste cenário a saúde do professor tem despertado especial interesse da comunidade científica, visto que tal profissão é considerada uma das mais estressantes na atualidade, inclusive mais que as profissões voltadas à área da saúde, como medicina e enfermagem. A administração do conhecimento e a programação da inovação são capazes de produzir no docente a necessidade de demonstrar um bom desenvolvimento em seu trabalho, podendo resultar em desgaste psicológico, físico e emocional, levando a quadros de depressão, síndrome de burnout e sentimentos de insatisfação e/ou inaptidão profissional. No Brasil, a literatura científica sobre as condições de trabalho e saúde dos professores é ainda restrita. Quando procuramos por saúde docente do professor universitário da rede particular de ensino, a quantidade de artigos é ainda menor. Entendendo a universidade como uma instituição social comprometida com a formação de profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior, para atender às crescentes demandas da sociedade em um dado contexto histórico; instituição esta que representa o quadro social da época em que existe e que exerce o papel de manutenção ou transformação social e que reflete o momento histórico e as diferentes forças sociopolíticas da realidade em que está inserida, identifica-se que a temática é atual e bastante inédita. A presente pesquisa pretende cobrir uma possível lacuna no conhecimento, descrevendo a produção científica existente na literatura sobre a saúde física e mental do docente da rede privada de ensino superior, publicada nos últimos 05 anos. O objetivo é realizar revisão sistemática de estudos sobre a saúde física e mental do docente da rede privada de ensino superior no Brasil em literatura científica publicada entre os anos de 2014 a 2018. Estão sendo analisados artigos publicados nas seguintes bases de dados: SciELO Brasil, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) Brasil, Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), nas línguas portuguesa e inglesa, utilizando como descritores saúde docente; saúde mental docente; universidade privada, assim como teacher health; mental health teacher; private university. Seguindo a metodologia PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), foi realizada a primeira busca pelos artigos no período de 12/03/19 a 05/05/19. Esta busca levou a 673 artigos. Numa segunda análise, realizada no período de 06/05/19 a 10/06/19, do número inicial, somente 171 foram considerados, sendo 88 em inglês e 83 em português. Foram excluídos documentos que estivessem apresentados em duplicata entre as bases e cujo tema não contemplasse o objetivo proposto neste estudo. Por fim, foram eliminados também artigos que não tratavam da realidade brasileira, chegando a um total de 10 artigos selecionados. Considerando os dados do último relatório INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017) – que informa que são 209.442 professores da Educação Superior atuando na rede privada no Brasil, o número de artigos é muito pouco significativo. Os dados preliminares já indicam a necessidade de maiores estudos na área. Em relação aos 10 artigos selecionados, é possível identificar que as principais temáticas encontradas em literatura científica relacionadas à saúde do docente em contexto brasileiro referem-se ao comprometimento vocal ocasionado por grande jornada de trabalho em ambientes sem infraestrutura adequada ou pouco eficaz. Há referência também ao sofrimento psíquico manifestado através de sintomas depressivos e/ou ansiosos decorrentes de pouco reconhecimento no mercado financeiro e baixa valorização de seu trabalho. As pesquisas indicam também que os docentes experimentam sentimentos de incapacidade diante das multitarefas que lhe são exigidas, e estresse ocupacional, fazendo menção direta à síndrome de burnout, que inclui sintomas tanto físicos quanto psicológicos oriundos de vivências laborais. As metodologias empregadas nas 10 pesquisas selecionadas para compor esta produção foram de delineamentos: quase-experimental (1), observação sistemática e compilação de documentos (1) estudo de caso múltiplo de metodologia qualitativa (1), estudo transversal (1), qualitativo (1), exploratório descritivo transversal (1), quantitativo, exploratório, descritivo e transversal (1), descritivo exploratório de revisão sistemática (3). Os dados analisados até o momento apontam, mais uma vez, para a importância de novas pesquisas e estratégias focadas na saúde desta população que tanto contribui para a formação profissional e o desenvolvimento do potencial humano das novas gerações, mas que por outro lado tem adoecido no exercício de sua profissão. A pesquisa em questão tem relação direta com o Eixo 5 do Encontro que reúne trabalhos que tratam das configurações contemporâneas do mundo do trabalho, no cenário de hegemonia capitalista neoliberal, tratando da saúde de um profissional em instituição de ensino superior privada, que sofre as consequências de gerir o conhecimento e lidar com seres humanos em processo de formação, atravessado pela lógica capitalista do lucro, das metas e da competitividade; e com o GT 53, trabalho docente práxis e consciência de si.



GT54: Trabalho na América Latina: os efeitos do neoliberalismo para as populações que vivem do trabalho.

A realidade dos freelancers: análises introdutórias a partir uma página de internet

Autor: Juliana Lopes da Silva

Coautor: Fábio de Oliveira (USP)

O presente trabalho se pauta nas considerações acerca da precarização das condições de vida e trabalho no contexto brasileiro, que pode ser vista por meio da substituição, paulatina, do paradigma do trabalho regulado e protegido por leis trabalhistas por diversas formas de trabalho flexível (Antunes, 2013). Segundo Druck (2013), trata-se, em grande medida, de (novas) formas de trabalho que, pautadas no ideário da flexibilidade, não permitem que o trabalhador organize sua vida a partir de uma relação de trabalho estável, mas que o obrigam a adotar diversas estratégias para garantir a manutenção de suas condições de vida. Dentre essas (novas) formas de trabalho, podemos encontrar a dos trabalhadores freelancers, termo estrangeiro que expressa a atuação como autônomo para diversos empregadores e, com ou sem contrato de trabalho firmado para o desenvolvimento dessa atividade. Nesse sentido, a atuação como freelancer se mistura, ora com a informalidade nas relações de trabalho, ora com vínculos de trabalho atípico. Enquanto modalidades de trabalho atípico, compreende-se aqueles recentemente regulamentados por meio da Reforma Trabalhista aprovada pelo governo brasileiro (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2017), quais sejam: os trabalhos em tempo parcial, terceirizados, temporários, contratação de trabalhadores como Pessoa Jurídica (chamada popularmente de pejetização) que podem atuar exclusivamente para uma empresa, o teletrabalho e o contrato intermitente. Médor (2016) afirma que entre os trabalhadores que atuam como freelancers, há as mais variadas combinações de trabalho para manutenção das condições de vida, desde aqueles que já atuaram como trabalhadores assalariados, aqueles que adotam essa modalidade de trabalho para a composição da renda mensal, combinada com o salário mensal de uma relação formal de trabalho, bem como aqueles que atuam exclusivamente como trabalhadores autônomos. A partir de Druck (2013), pode-se afirmar que, por meio dessas (novas) formas de trabalho, a responsabilidade do empregador está ligada apenas à contrapartida financeira pela execução do trabalho, não havendo nenhum compromisso em relação à garantia de trabalho, suporte em caso de adoecimento ou outros direitos trabalhistas e sociais garantidos aos trabalhadores formalmente contratados. Antunes (2013) frisa que a informalidade contempla trabalhos desprovidos de direitos, propiciando uma ampliação das condições de precariedade. No contexto brasileiro, mediante a naturalização de formas cada vez mais flexíveis de trabalho, assentidas por meio das leis brasileiras, a crescente informalidade também parece ganhar tons cada vez mais naturalizados pela sociedade, ainda que por meio dessa forma de trabalho transfira-se completamente ao trabalhador a responsabilidade pela manutenção de suas condições de sobrevivência atual e futura. Frente ao exposto, o objetivo do presente trabalho é compreender as vivências de trabalhadores que buscam trabalhos na modalidade freelancer por meio das redes sociais. Este trabalho faz parte da construção de uma tese de doutorado em curso, a qual versa sobre as vivências de trabalhadores que atuam em categorias de trabalho que experienciam situações de trabalho precário. Para o desenvolvimento do trabalho, realizaram-se análises de postagens e comentários de uma página de uma rede social direcionada para freelancers de São Paulo, na qual trabalhadores em busca das mais diversas modalidades de emprego podem informar sua disponibilidade e empregadores podem publicar vagas de emprego. A página, criada no ano de 2015 e atualmente com mais de 42 mil membros inscritos, funciona como uma espécie de “agência de empregos precários”, uma vez que ocorre, com frequência, a candidatura espontânea por parte dos membros. A adoção das redes sociais como fonte de pesquisa pautou-se nos estudos de Teixeira (2013) e justifica-se por serem um espaço de expressão de situações sociais vivenciadas de forma comum por pessoas que não necessariamente convivem em seus cotidianos. As informações analisadas, que contemplam um período de quinze dias, no qual foram inseridos aproximadamente 19 novas postagens por dia, foram categorizadas a partir de seu conteúdo. A análise permitiu verificar que as poucas vagas de empregos divulgadas contemplam atividades de baixa remuneração e pagas por dia, tais como vagas para garçom, segurança para eventos, recreação e trabalhos remotos de divulgação de produtos e serviços via internet, sendo que estes são pagos, em sua maioria, pelo número de publicações realizadas. Há também divulgação de contratações para trabalhos por dia em programas de televisão que se intitulam como

elaborados a partir de roteiros polêmicos, tanto para compor o auditório quanto para a participação em quadros relacionados a relacionamentos familiares e situações de escolha de parceiro (que em seus anúncios relatam procurar pessoas “descoladas” para contratação). Há ainda procura por modelo fotográfico – tendo inclusive uma postagem que afirma que não haverá contrapartida financeira para o trabalho, mas o fornecimento das fotos e de um lanche como alimentação. Esta última postagem, bastante polêmica, gerou 49 comentários com muitos trabalhadores disponíveis para contratação, críticas a essa forma exploratória de pagamento e comentários em defesa. Foi possível identificar ainda algumas postagens de vagas com remuneração acima do valor usualmente pago por dia, que são identificadas como vagas fake. Nesse caso, para concluir a candidatura é obrigatório curtir a página da empresa que divulgou a vaga, mecanismo que faz com que a página aumente exponencialmente sua visibilidade na rede social. De acordo com os membros, essas vagas fake visam impulsionar a página da empresa que a divulgou, a qual posteriormente modifica seu nome e dá seguimento às suas atividades, mas mantém um grande número de curtidas. Dentre os usuários que identificam tal prática, suas críticas versam sobre a perversidade dos que praticam esse tipo de publicação, uma vez que utilizam a necessidade dos membros da página para promoção de mentiras e criação de falsas esperanças de emprego freelancer. Dentre as postagens oferecendo vagas, cabe ressaltar que não mencionam formalização atual ou futura da relação de trabalho. Mais frequentes são as postagens de pessoas em busca de oportunidades para atuar como freelancers, nas mais variadas atividades profissionais, dentre as quais trabalhadores da área de serviços, como limpeza, atendimento, segurança, motoboy, designer gráfico, entre outras. Há também diversas postagens nas quais as pessoas inserem fotos de rosto e corpo inteiro, visando encontrar trabalhos como modelo, atividades de atendimento e de preparação de alimentos. Muitas pessoas, em suas postagens, afirmam a necessidade de trabalhar como freelancer devido a situações de desemprego e impossibilidade de sustento da família, bem como a demanda de aumentar a renda mensal, combinando trabalho como freelancer durante os finais de semana ou em um período do dia com outras modalidades de contrato realizados em outros dias e períodos da semana. São frequentes as postagens que descrevem diversas atividades nas quais os trabalhadores possuem experiência, seguidas de afirmações sobre disponibilidade para atuar em outras atividades nas quais não possuem experiência, devido à urgência de encontrar um trabalho. Nesses casos, por vezes, é possível verificar uma descrição também de habilidades que são disseminadas como positivas no discurso empresarial, como “flexibilidade”, “proatividade”, “resiliência”, dentre outras. Enquanto há comentários nos quais se pode ver expressões de solidariedade frente as condições de vida expostas pelos membros da página, é possível ver, em alguns casos, comentários informando locais onde se pode procurar outros trabalhos e inserção de comentários “up”, que visam ampliar o número de visualizações daquela postagem na página. A partir da análise das informações, conclui-se que a atuação como freelancer demonstra as estratégias encontradas por trabalhadores que se encontram à margem de formas estáveis de garantia de remuneração, ou mesmo daqueles que encontram-se em situação de desemprego, estando, portanto, por conta de si mesmos na luta pela sobrevivência e desprotegidos pelo Estado.



GT55: Trabalho, Marginalidades e Direitos Humanos: precariedade e resistência

A participação de mulheres em movimentos sociais de trabalhadoras rurais como forma construção de subjetividades

Autor: Larissa Mazzucco Bianco (UNESC)

Coautor: Giovana Ilka (UNESC)

O presente texto introduz uma reflexão inicial acerca da relação existente entre os movimentos sociais de trabalhadoras no meio rural e a forma como a participação das mulheres e a militância ativa resultam na construção de uma existência outra, influenciando não somente o meio no qual os movimentos atuam, mas também a subjetividade e o modo como se constituem os sujeitos. A proposta faz parte de um projeto mais extenso do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero, no âmbito do projeto de base intitulado “Estudos de gênero e feminismos - perspectivas interdisciplinares e Ibero-Americanas” (2018-2020), que se propõe a realizar estudos de gênero e feminismos através de pesquisas interdisciplinares que abordem questões sociais, políticas, econômicas e culturais no contexto Ibero-Americano.

Para o desenvolvimento desse trabalho, foi efetuada uma pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), disponível em <http://bdtd.ibict.br/vufind/>, utilizando os descritores “movimento de mulheres trabalhadoras rurais”, “movimento de mulheres agricultoras” e “movimento de mulheres camponesas”. As pesquisas retornaram um total de 218 trabalhos, os quais foram analisados e selecionados de acordo com a proposta inicial de trabalho, finalizando, dessa forma, com o número de 50 estudos selecionados. É importante ressaltar que alguns dos trabalhos aqui citados são representativos do corpo completo de pesquisa, devido a impossibilidade de citar e referenciar todos os estudos.

Por meio dos trabalhos selecionados, buscou-se analisar a ligação existente entre a participação das mulheres em movimentos sociais e a construção de subjetividades. Para tanto, o texto foi dividido em dois momentos distintos: primeiramente, fez-se uma apresentação dos movimentos e sua emergência, seguido por uma análise acerca do modo como as lutas e conquistas obtidas pelas mulheres possuem relação direta com a construção de subjetividades.

O texto relaciona-se, então, com as análises propostas no eixo temático Psicologia Social e trabalho no neoliberalismo: lutas sociais e resistências, bem como busca dialogar diretamente com o grupo de trabalho denominado Trabalho, Marginalidades e Direitos Humanos: precariedade e resistência. A relação em questão se estabelece pela análise da participação feminina em movimentos sociais rurais enquanto promotora de subjetividades no/pelo trabalho. De forma específica, pelo trabalho, as mulheres estabelecem relações com a terra como fonte de (re)produção da vida, sobretudo, pautadas no respeito pela natureza e por todos os seres vivos que dela se nutrem, assim como uma forma de lutar diretamente por modos de produção não orientados pela ótica capitalista, mas que possibilitem justiça e igualdade de direitos.

Para tratar da participação de mulheres em movimentos sociais de trabalhadoras e a construção de subjetividades, é fundamental retomar e identificar aspectos históricos, teóricos e conceituais. Os movimentos de trabalhadoras rurais começam a emergir a partir da década de 1980, alguns ainda no âmbito da ditadura militar, motivados pelos questionamentos feitos por mulheres sobre a sua condição – de trabalhadora e de mulher – sendo que, por longos períodos de tempo, o trabalho feminino no espaço rural foi considerado apenas complementar ao do homem, o qual era visto como oficial e gerador de renda, responsável pela manutenção e sobrevivência do núcleo familiar.

Diante de um cenário de exclusão e inexistência, movimentos sociais começam a surgir em diferentes regiões do país entre os quais citamos: o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), em Santa Catarina, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), organizado em diferentes estados brasileiros, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), organizado no Nordeste. Cabe destacar que, em 2004, ocorreu a unificação de diversos movimentos sociais e a formação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), movimento nacional que atua em 18 estados brasileiros e levanta bandeiras de luta que perpassam desde a busca por direitos previdenciários até a batalha travada diariamente contra a violência doméstica e familiar (SILVA, 2014).

Desde os primeiros momentos, os movimentos sociais de mulheres do campo vêm promovendo mudanças nos espaços onde atuam. As mulheres que deles participam constroem diariamente uma consciência militante através das ações educativas que se fazem presentes como estratégias de disseminação das bandeiras de luta dos movimentos sociais (CINELLI, 2016). Essas ações educativas levam o conhecimento para todos os níveis do movimento, passando por todas as instâncias de organização e alcançando as bases, o que demonstra que na resistência e enfrentamento, em meio às contradições vivenciadas, há um processo pedagógico-cultural, o qual é educativo e também gerador de culturas, por meio do qual as mulheres tanto aprendem quando ensinam, simultaneamente, a produção do viver (CINELLI, 2016). Assim, é possível afirmar que as mulheres se organizam em busca da conquista de direitos e de mudanças, as quais transformam a sua condição como cidadãs e, ao mesmo tempo, criam novas formas de existir no campo.

Dessa forma, ao conquistarem o direito de serem reconhecidas como trabalhadoras e assim obterem direitos previdenciários e sindicais – novas formas de autopercepção foram produzidas, como afirma Gomes (2017, p. 126): “nas narrativas das mulheres trabalhadoras rurais são comuns as experiências que dizem que, para além de associadas do sindicato, as mulheres passam a ocupar e a constituir outros territórios de ação política.” Ou seja, ao ocupar novos espaços, elas conquistam conjuntamente novas formas de ser, de existir e de resistir.

Ao resistirem nos locais que ocupam, transformando-os por meio das ações políticas que praticam, as mulheres criam e defendem existências outras, formas novas de se inserirem no mundo. “O desassossego com as questões subjetivas associadas aos espaços privados, ao ser compartilhado no coletivo, ganha força e contribui para que outras mulheres, ao socializarem seus incômodos, possam ajudar-se mutuamente” (GOMES, 2017, p. 141).

Esse processo de ajuda mútua produz frutos que excedem os espaços do movimento e adentram diferentes esferas da comunidade, produzindo, então, não somente mudanças locais, mas construindo novas de pensar a sociedade, diretamente relacionadas com as lutas que são travadas pelos movimentos. Ao lutarem por uma sociedade sem violência contra as mulheres, por exemplo, não somente aquelas que participam dos movimentos são beneficiadas, mas também diversas outras mulheres que também sofrem com as mazelas de uma sociedade patriarcal e machista, fundamentada na desigualdade de gênero, raça e classe.

Assim, a participação da mulher em movimentos de trabalhadoras rurais é promotora de mudanças que visam construir e afirmar determinado protagonismo na construção de trajetórias singulares e coletivas, que se baseiam em um modelo novo de organização. Ou seja, “na procura de espaços outros, as instâncias de participação política contribuíram como território fértil para aberturas de possibilidades para (re)invenção de si” (GOMES, 2017, p. 143).

Entre outras possibilidades, pelo trabalho, a relação de cuidado com a terra, por exemplo, é representativa da luta das mulheres por outras formas de existência. A produção de alimentos livres de agrotóxicos possibilita que a alimentação seja promotora de saúde e não somente fonte de lucro para grandes empresas, de modo que a luta por uma sociedade mais justa e igualitária reverbera e soma vozes lado a lado com tantas outras mulheres que transformam o mundo ao seu redor.

Os movimentos estudados possuem nomeações diversas – Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), entre tantos outros -, porém possuem lutas semelhantes. De forma organizada e combativa, lutam por uma sociedade sem violência doméstica e familiar, por formas de produção no campo que respeitem a natureza e seus processos, por reconhecimento de sua profissão e de seus direitos, por acesso à saúde e pelo fim do machismo, e, acima de tudo, por novas formas de existência.

Assim, percebe-se que as relações de trabalho estabelecidas pelas mulheres com a terra e com o campo não se reduzem apenas a uma atividade laboral, mas configuram-se como um espaço de constituição de subjetividades que se constroem com base nas lutas que travam. O trabalho possui, então, ação formadora e política, agindo como propulsor de resistências e enfrentamentos que abrangem o espaço doméstico, social, e até econômico, sendo que não se orientam pela ótica capitalista e neoliberal, mas defendem que suas produções sejam agroecológicas, em desencontro direto com o modo de produção capitalista, livres de agrotóxico e pautadas na promoção de igualdade e de existências outras.

Referências

CINELLI, Catiane. O educativo na experiência do movimento de mulheres camponesas: resistência, enfrentamento e libertação. 2016. 187f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/149118>



GOMES, Rita de Cássia Maciazeki. Narrativas de si em movimento uma genealogia da ação política de mulheres trabalhadoras rurais do sul do Brasil. 2017. 231f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180436>

SILVA, Leididaina Araújo e. Movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu: mulheres, trabalho e informação. 2014. 105f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/798>

A violência simbólica no trabalho: estudo com operadores de telemarketing numa cidade do nordeste.

Autor: CRISTINA HASHIZUME (UNIFIEO)

O presente trabalho tem como objetivo verificar como o assédio moral é visto nos processos jurídicos trabalhistas no setor do telemarketing. Com isso, pretendemos, também, especificamente, analisar os argumentos jurídicos utilizados nos processos trabalhistas de assédio moral dos teleoperadores das empresas de telemarketing de uma cidade de médio porte do estado da Paraíba, a partir de crivos previamente definidos, Método: Trata-se um estudo de caráter qualitativo com objetivos exploratórios. A partir da análise de cinco processos trabalhistas vamos analisar os argumentos jurídicos utilizados nos processos trabalhistas de assédio moral dos teleoperadores das empresas de telemarketing da referida cidade, tendo como base a qualidade de vida e promoção de saúde para os trabalhadores do telemarketing da cidade de Campina Grande – PB, a partir de crivos previamente definidos, tendo como base a garantia de qualidade de vida e promoção de saúde para os trabalhadores do telemarketing, verificar o modo pelo qual o Ministério Público do Trabalho interfere nas relações produtivas nesse setor de trabalho, e identificar o assédio moral como uma prática recorrente e sistematizada nesse tipo de trabalho, tendo em vista a intensificação do trabalho sob consentimento do trabalhador.

Para facilitar e estruturar melhor a análise dos processos, formulamos um crivo de análises com os seguintes tópicos: “motivos pelos quais o processo foi aberto”, “argumentos utilizados pelo advogado para tentar comprovar o assédio”, “a partir dos argumentos utilizados, o advogado mostra preocupação com a qualidade de vida e com a promoção de saúde no ambiente laboral do seu cliente?”, “a reclamante possui provas que possam comprovar a sua alegação?”, “argumentos usados na contestação da empresa reclamada”, “questões como a condição do ambiente de trabalho e a promoção de bem estar e saúde do trabalhador são analisadas pelo Ministério Público do Trabalho?” e “decisão do Ministério Público do Trabalho”.

Em relação aos argumentos utilizados pelos advogados, nota-se claramente o cuidado e a preocupação que eles tiveram ao tentar encontrar provas e até mesmo suporte teórico para comprovar as atitudes assediadoras. Porém, pelo fato de a empresa possuir um sistema rígido de segurança e restritivo no que diz respeito ao uso de aparelhos eletrônicos pelos funcionários, os advogados deparavam-se com a dificuldade em arranjar provas. Há uma dificuldade também em que testemunhas possam depor a favor do funcionário, tendo em vista que receiam ser demitidas.

Sobre a questão da saúde do trabalhador, percebemos que os argumentos utilizados, em todos os cinco processos, não ultrapassavam a questão fisiológica dos trabalhadores. Os advogados focavam-se no prejuízo que os trabalhadores têm com as restritas idas ao banheiro e com o curto tempo de intervalo para as refeições e descanso alegando que as necessidades fisiológicas básicas dos trabalhadores não eram supridas devidamente.

Ficou evidente, na análise destes dois primeiros tópicos do crivo, que a preocupação primordial dos advogados era garantir uma indenização financeira aos seus clientes por todas as lesões por eles sofridas no período do trabalho. Não fica clara uma preocupação, por parte deste, com a condição psicológica e até mesmo física dos seus clientes. Esse procedimento jurídico puramente instrumental nos faz questionar a contribuição desses processos jurídicos. Tem-se a impressão de que, para eles, toda e qualquer pressão psicológica sofrida e as más condições de trabalho suportadas (pressões no ambiente de trabalho, atividades repetidas, passar horas sentados e utilizando fones de ouvido, muitas vezes de má qualidade, que podem levar o trabalhador a adquirir doenças como LER/DORT), são facilmente ressarcidas com uma boa indenização em dinheiro.

Fazer entender que a gestão do trabalho nesse tipo de empresa é assediadora torna-se complicado, uma vez que geralmente quando saem da empresa, os trabalhadores entram com processos jurídicos individuais, principal-



mente de assédio moral; a maioria desses processos são financiados particularmente por cada trabalhador e cada situação parece ser vista, pelo Ministério Público do Trabalho, como casos isolados e que nada tem a ver com as condições trabalhistas enfrentadas.

Consideramos que o sindicato, ao orientar os trabalhadores a buscarem a garantia dos seus direitos juntos, reforçando a união da classe trabalhadora, auxiliaria o Ministério Público do Trabalho no entendimento do assédio moral institucionalizado, coletivo, e não individual, como o Ministério Público do Trabalho enxerga, ao menos nos processos analisados.

A empresa reclamada, em todos os casos, alegou que as metas, cobranças e restrições ao uso do banheiro e o intervalo para refeição e para descanso são perfeitamente aceitáveis, uma vez que as metas, com o devido empenho, são facilmente alcançadas, as cobranças são necessárias para manter o funcionamento da empresa e os intervalos para o uso do banheiro e para fazer refeições são suficientes e não infringem nenhuma lei.

Verificamos que as regras são impostas pela reclamada sem levar em consideração o fato de que, por vezes, é necessário reelaborar tais regras para funcionários que possuam algum tipo de necessidade particular, a exemplo, no caso do uso do banheiro, de pessoas que estão com algum problema digestivo ou até mesmo mulheres que estão grávidas e que, por isso, podem sentir a necessidade de irem mais vezes ao banheiro.

Sem tal reelaboração, todos os funcionários são submetidos a uma meta produtiva média, sem se analisar casos específicos de ritmos produtivos diferenciados. A especificidade de cada trabalhador é desconsiderada, exigindo-se um padrão de produtividade mecânico e maquínico, numa atualização do Taylorismo do início do capitalismo, o que gera, por vezes, um ambiente laboral propício ao estresse e a condições que não cooperam com o bem-estar no trabalho, tornando as horas de trabalho cansativas e desmotivantes para os funcionários.

A partir da posição do Ministério Público nos julgamentos dos cinco processos, tivemos a impressão de que o modo pelo qual o trabalho é gerido na empresa de telemarketing é tido como normal e até mesmo necessário para o bom funcionamento da empresa, uma vez que não foi mostrada, em todos os processos, a preocupação com as condições enfrentadas pelos trabalhadores. O MPT indeferiu a ocorrência de assédio moral, seja por falta de provas consideradas relevantes, seja afirmar que não há elementos estressantes e desgastantes nas relações de trabalho no setor de telemarketing.

A qualidade de vida e o bem-estar no trabalho não são citados e, dadas as condições físicas e psicológicas enfrentadas no labor do telemarketing, consideramos essencial a preocupação, se não da própria empresa, do Ministério Público do Trabalho para com a saúde do trabalhador. Questões como o ritmo do trabalho, o modo pelo qual ele é executado e monitorado e as condições físicas do ambiente laboral têm que ser repensadas levando-se em consideração não apenas o lucro da empresa, como também o bem-estar do trabalhador, a sua satisfação com o trabalho, a qualidade do trabalho, como também a satisfação dos indivíduos que fazem uso de tal trabalho prestado.

Ao analisarmos os argumentos jurídicos utilizados pelos advogados nos processos trabalhistas de assédio moral dos teleoperadores, averiguarmos se o assédio moral é visto pelo Ministério Público do Trabalho como uma questão coletiva ou individual e verificar o modo pelo qual o Ministério Público do Trabalho interfere nas relações produtivas no setor do telemarketing, tivemos, como propósito, identificar o assédio moral como uma prática recorrente nesse tipo de trabalho.

O constante medo de demissão por não alcançar metas, a pressão e os constrangimentos vindos, geralmente, dos supervisores e até mesmo dos colegas que trabalham na mesma função, as más condições físicas do trabalho, as restrições indevidas de tempo para descanso e de idas ao banheiro, dentre outras características desse setor laboral, configuram o ambiente em um local de trabalho assediador e propício ao sofrimento.

Ao introjetar o discurso da empresa que afirma que tais características do trabalho são essenciais para o crescimento da empresa e para o crescimento dos funcionários, com promessas de promoções de cargos que muitas vezes não ocorrem, os funcionários acabam tornando-se coniventes com tal situação e, levando-se em consideração a grande quantidade de funcionários deste setor, o número de trabalhadores que critica e se volta contra tal modo de gestão da força de trabalho ainda é pequeno.

As consequências desse ambiente laboral mais diagnosticadas são adoecimento físico e psíquico, além de relatos periódicos relacionados ao sofrimento no trabalho. A judicialização de tal fenômeno é decorrência do individualismo vivenciado pelo trabalhador, pelo sindicato, e pela sociedade como um todo, que repercute nesses espaços, inclusive na categoria jurídica de procuradores e advogados do CEREST, junto a um certo oportunismo de advogados e de trabalhadores que veem a possibilidade de ganhar indenizações contra a empresa que lhe incluiu



num processo de adoecimento. São poucos os funcionários e/ou ex funcionários que têm conhecimento dos serviços oferecidos pelo sindicato da categoria, como também são escassos, infelizmente, os sindicatos que buscam mover ações coletivas, questionando práticas institucionalizadas da organização.

Problematizar e refletir a consolidação do Direito do Trabalho, não significa negá-lo em sua capacidade de atuação em uma sociedade capitalista, mas sim é uma maneira de recolocá-lo no horizonte de dignidade e justiça que ele se propõe a concretizar, elucidando sua possibilidade de proteger e trazer dignidade e progressividade social ao trabalho e, especificamente nesse caso, aos operadores de telemarketing.

Cotidiano e dispêndio no Baixo São Francisco: tensões nos modos de vida e desenvolvimentismo

Autor: Ana Beatriz Vilar Lessa

Coautor: Marcelo de Almeida Ferreri (UFS)

Este estudo é sequência de um projeto de pesquisa anterior, que iniciou a tentativa de abordar questões produzidas historicamente por transformações socioculturais em diversos povoamentos do território do Baixo São Francisco sergipano. Assim, esta pesquisa consistiu em caracterizar o cotidiano ribeirinho tendo em vista mudanças vivenciadas na região, provenientes de amplos processos de desenvolvimento econômico e social. Entende-se, por conseguinte, que esta pesquisa se alinha ao Eixo 10 e GT 18, haja vista as análises realizadas terem se dado em torno das implicações políticas e transformações dos modos de vida de uma determinada população ribeirinha em detrimento de políticas públicas e ações estatais que buscam instaurar o desenvolvimentismo. O estudo buscou analisar aspectos das tensões dos modos de vida da região, consoante à noção do dispêndio e à teoria certauniana do cotidiano como importantes referenciais teóricos. Bataille preconiza o dispêndio como a perda, a ação que se esgota nela mesma, sem maiores finalidades e para ele o consumo da atividade humana pode ser decomposto em dois momentos diferentes. O primeiro diz respeito ao “uso do mínimo necessário”, enquanto o segundo se refere a práticas que têm seu fim em si mesmas e a esta forma improdutiva de consumo o autor designou dispêndio. Bataille faz aproximações entre sua concepção de dispêndio e o dispêndio do Potlatch, com a ressalva de que no segundo a destruição pode levar à multiplicação das riquezas. Por conseguinte, é assinalado que a ideia de Potlatch deve ser destinada apenas para os dispêndios de tipo agonístico, em que há troca de dádivas mediante rivalidades; estando o dispêndio improdutivo em função de manter uma posição, porém sem provocar o aniquilamento do outro. Já Michel de Certeau na Invenção do Cotidiano faz emergir uma nova forma de concepção do cotidiano, em que as rupturas ganham maior relevância; a arte do fraco passa então a ter destaque com as táticas, em que uma massa marginal cria novas maneiras de fazer diante das estratégias do lado forte (Estado, empresas, dentre outros) e subvertem as leis impostas aos dominados. A discussão em Bataille, portanto, aproxima o potlatch de Mauss às ideias de Certeau, uma vez que faz aparecer o dispêndio em coisas menores da vida: no jogo, nas joias, na poesia. O dispêndio vira passagem da agonística das riquezas de Mauss para as artes do fraco na teoria certauniana do cotidiano. O material documental utilizado para a pesquisa foi resultado da confecção de um parecer de impacto socioambiental, por encomenda do poder judiciário, em um processo que ex-moradores do Povoado Cabeço moveram contra a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco tendo em vista os efeitos da construção da Usina Hidrelétrica de Energia na área. O acervo documental derivado da perícia é composto por um laudo pericial, fotos, áudios e diários de campo. Do acervo documental disponível, optou-se por trabalhar com partes do laudo e 6 registros dos diários de campo, disponíveis em um só arquivo Portable Document Format (PDF) e organizados com uma estrutura padrão que identificava o dia de ida campo, estagiário e local. Os registros, em seu conjunto, apresentam as idas e vindas de uma região programada para cumprimento da missão desenvolvimentista historicamente incumbida. Impressões de organização, ajuste e preparo no trato das transformações sócio-culturais da região, especialmente das que provêm da intervenção do desenvolvimento regional, aparecem como elemento analítico privilegiado para caracterizar a relação entre Estado, corporações e modo de vida local. O aporte metodológico para manejo com os documentos teve inspiração na Arqueologia do Saber, com o entendimento de documento monumento como um novo modo de olhar para o arquivo, em que ele tem algo a dizer para o pesquisador. Após a separação dos documentos, formaram-se duas categorias de análise: moradias e trabalho. Na primeira, partindo do acontecimento da desocupação de casas do programa Minha Casa Minha Vida, foram traçados paralelos entre as táticas e as ações dos ribeirinhos. Percebeu-se com a análise documental, que há

no planejamento da infraestrutura das casas do programa habitacional aspectos a serem questionados, além da demora na entrega das unidades (que foram ocupadas pelas famílias) culminando em desocupações das moradias. Referente ao tópico trabalho ficou visível como existe uma ineficácia da aplicação das políticas públicas na região, consequência de planejamentos que desconsideram as particularidades do local. Isso pode implicar em um descompasso entre o uso concebido e o efetado de determinados instrumentos que visam o progresso. Foi possível, a partir dos dados levantados, concluir que os ribeirinhos passaram por um processo de perda de independência com a instalação do aparelho de geração de energia. Verificou-se que as políticas de desenvolvimento para a região levaram a um assujeitamento, em um processo de universalização e naturalização de determinados padrões existenciais. Pode-se perceber, ao fim, como a partir do crescimento do projeto de desenvolvimento nacional nas comunidades que circundam o “Velho Chico”, o Baixo São Francisco tem vivido um gradual desarranjo dos modos de subsistência. Como meio de sobrevivência, frente às transformações impostas, através dos artifícios que os ribeirinhos inventam instaura-se não somente um novo modo de funcionamento, como um cenário de resistência às estratégias arbitrárias.

Dos trabalhos coletivos aos coletivos de trabalho: uma experiência agroecológica em uma ocupação urbana

Autor: Vivian Franchi Tofanelli (UFMG)

A cidade contemporânea inserida na lógica de acumulação de capital, vem sendo produzida de forma segregativa, impedindo grande parte de sua população de ter acesso à moradia. As ocupações urbanas surgem como uma forma de fazer frente à esse problema. Ao falarmos destas, não resumimos moradia à dimensão da casa. Moradia deve ser compreendida como espaço social de reprodução cotidiana da vida, que transborda e remodela dinamicamente os limites do que é privado, do que é público e do que é comum em um dado território.

O coletivo Agroecologia na Periferia é um grupo que se engaja em demandas sociais dessas famílias que se colocam na luta pelo direito à moradia e à cidade, atuando em especial, por meio do desenvolvimento da agricultura e da agroecologia urbana nesses territórios como alternativa real para a promoção da qualidade e sustentabilidade de vida nos grandes centros urbanos.

Em minha trajetória como militante e pesquisadora busquei compreender os modos de subjetivação e formas de sociabilidade que emergem no processo de afirmação de novas identidades coletivas nas práticas agroecológicas desenvolvidas em uma ocupação urbana.

A partir do acúmulo coletivo de anos de atuação nas ocupações urbanas, da reflexão e formulação político teórica contínua e da inquietação constante frente aos limites dos mecanismos de mobilização e organização comunitária quando há uma certa estabilização do conflito fundiário e, adentramos nos últimos anos na necessidade de se pensar estruturas produtivas e autogestionárias.

Utilizando-se dos conceitos de agregação e composição de Callon, Lascoumes e Barthes (2001), Valle (2015) afirma que, para os mecanismos de mobilização/participação (assembleia, mutirão e coordenação), implementados pelos militantes nas ocupações urbanas, como forma de potencializar a resistência, transitarem de estruturas de representação e controle social para fóruns híbridos, ou seja, caminhar de uma democracia representativa para uma democracia dialógica, seria necessária a transição do conjunto de pessoas que se agregam na luta pela moradia (transitória) para um conjunto composto por identidades coletivas emergentes, orientadas para iniciativas produtivas que respondam às necessidades cotidianas (permanente).

Por regime de agregação, entende-se o processo em que coletivos se agrupam e se edificam em torno de uma questão unitária, sobre a qual é construída a estrutura representativa (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2001). Já no regime de composição coletiva:

[...] as singularidades, ao invés de serem deixadas de lado, são reivindicadas e a afirmação de seu conteúdo constitui a substância do debate político. [...] Nesse regime, a substância não está em contar as vozes que são feitas formalmente idênticas para fazer surgir, para além das diferenças secundárias, semelhanças qualificadas como mais profundas [regime da agregação]. Pelo contrário, deve-se considerar os interesses específicos, singulares, as vozes particulares, para, em seguida, as compor sem esconder sua existência. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2001, p.187-188).

Para a passagem de um coletivo agregado de indivíduos ao coletivo composto por identidades intermediárias, segundo os autores (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2001), seria necessária a constituição de grupos, seguida da afirmação de suas identidades, de sua consideração mútua e de sua negociação.

Em minha dissertação de mestrado busquei compreender como se dá a emergência e o processo de constituição desses grupos produtivos. Como estes impactam na vida do conjunto das famílias e, também, como o fato de estar inserido neste contexto interfere, ou reverbera, na constituição do mesmo. Para capturar alguns elementos que facilitam a emergência desses grupos analisei a atuação do coletivo Agroecologia na Periferia. Para entender como se dá essa constituição analisei o caso do desenvolvimento da "horta comunitária/agrupada", projeto de um grupo de moradore(a)s da ocupação Tomas Balduino, localizada na cidade de Ribeirão das Neves, Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Para ser possível a composição do grupo produtivo e a organização do trabalho coletivo é necessária certa sintonização, um arranjo das singularidades entre os integrantes, assim como a inserção das atividades da horta no cotidiano dos mesmos. Porém ainda que se atinja esta a composição, a mesma não é estanque, sendo constantemente mobilizada pelo curso da ação na horta e pelo curso de vida dos indivíduos e do próprio coletivo. No avançar do processo, o trabalho coletivo, diante das imposições do real, se transforma e apresenta novas exigências ao grupo que deve se rearranjar para atendê-las. Assim, para que essa dinâmica contínua se estabilize faz-se necessária a passagem do trabalho coletivo ao coletivo de trabalho.

"Todo trabalho coletivo nem sempre implica um coletivo de trabalho"(CLOT, 2010, p. 167). O trabalho coletivo, para o psicólogo francês, é aquele realizado conjuntamente por um grupo de pessoas que têm um interesse, objetivo em comum e que envolve "trocas repetidas com o trabalho dos outros" (CLOT, 2010, p.179). Já o coletivo de trabalho, por sua vez, reúne, simultaneamente: (...) vários trabalhadores, uma obra e linguagem comuns, determinadas regras de ofício, além do respeito duradouro dessas regras por cada um, o que impõe uma evolução individual que vai do conhecimento das regras à sua interiorização (Cru, 1995). Tem de haver, uma vez mais no nosso vocabulário, o exercício de um trabalho sobre o trabalho, de um 'ofício ao quadrado' coletivamente organizado (CLOT, 2010, p. 167).

A organização do trabalho coletivo observada aponta indícios de como caminhar no sentido da necessária aproximação da dimensão produtiva, que no capitalismo se encontra centrada na acumulação de mais-valia, e da dimensão reprodutiva da vida, que nesse regime é reduzida à reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, nos provocando, assim, a refletir a possibilidade de um trabalho não estranhado e de maior apropriação dos meios de (re)produção de vida, ou, em outras palavras, de autorregulação dos modos de vida por parte dos moradores da ocupação envolvidos nessa experiência.

REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. *Agir Dans Un Monde Incertain. Essai sur la démocratie technique*. Paris: Le Suil, 2001.

CLOT, Yves. *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum editora, 2010.

VALLE, William Azalim do. *Produção colaborativa de valores de uso em ocupações urbanas: concepção técnica e política do espaço*. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Minas Gerais.



O Cigarro da Formiga: paradoxos entre trabalhadores e vagabundos na cadeia pública de Porto Alegre

Autor: Vanessa Branco (UFRGS)

Coautor: Artur Costa (PPGPSI UFRGS)

Esse trabalho advém do projeto de dissertação de mestrado em Psicologia Social e Institucional. Interessamos escrever uma ficção-cartográfica operando a redução ao absurdo das lógicas psico-prisional que pretendem reformar sujeitos em situação de prisão através do trabalho. Buscamos visibilizando os paradoxos existentes entre o que entendemos como trabalhadores e vagabundos e as diferentes relações que se constroem dentro do sistema carcerário.

O campo que serviu de base para esse trabalho é a Cadeia Pública de Porto Alegre (CPPA). Nos interessamos pela atuação das psicólogas nas políticas públicas que regem a assistência à pessoa presa no que diz respeito ao trabalho prisional. O trabalho vem sendo apresentado como principal instrumento para o discurso de ressocialização. Nessa relação, a Psicologia é chamada para realizar práticas de ortopedia social, seja de classificação ou adaptação, acabando por contribuir com a estigmatização das pessoas pobres, negras, moradoras de periferia, com baixa escolaridade. O trabalho das psicólogas no sistema prisional pode ser burocrático, repetitivo e sem muitos resultados práticos, estando voltado quase que exclusivamente em pensar a reforma dos sujeitos.

Contudo, o trabalho não pode ser confundido apenas com a venda do tempo em troca de salário. Não há uma simples e única definição desse conceito, mas sim uma constante criação de enigmas e paradoxos a respeito da sua origem e significados. Assim, não podemos dizer que trata-se apenas de emprego formal e, nesse ponto ousamos dizer que, nem somente de atividades legais ou moralmente aceitas. Por esse motivo, convidamos a pensar que há trabalho nas prisões, seja ele formal e informal, legal e ilegal.

A Lei de Execuções Penais (LEP) traz no seu texto o trabalho tanto como um direito, quanto como um dever social para as pessoas que estejam cumprindo pena. Apesar disso, são pouquíssimas as possibilidades de trabalho formal dentro do sistema prisional, ou seja, que resulte em pecúlio ou em remissão de pena. Em 2016, na CPPA, dos mais de 4000 privados de liberdade apenas 624 eram considerados "presos trabalhadores" e desses apenas 143 recebiam a contrapartida financeira e tinham os dias trabalhados remidos. O restante estavam realizando suas atividades apenas em troca de remissão de pena.

Para além disso, há outras atividades que não necessariamente são reconhecidas como trabalho. Contudo, proliferam os pequenos negócios – as "firmas" dentro das celas para prestar serviços à população carcerária: fabricação e venda dos mais variados produtos como lanches (cachorro-quente, xis, bolinho de batata, pastéis), doces (trufas, brigadeiros, bolos). Há também as "firmas" que embalam, escondem e revende drogas ilícitas. O crime organizado costuma ser a maior probabilidade de geração de renda, oferecendo ganhos maiores e tendo a maior base de clientes.

Os contornos entre trabalho, empreendedorismo e crime são constantemente borrados no dia a dia prisional pela acelerada e contínua criação de novas estratégias de sobrevivência no ambiente carcerário. Evidentemente, não se quer aqui glamourizar ou banalizar tais atividades criminosas, pois sabemos das agruras que levam grande parte da população a tais ocupações e também da crueldade e riscos presentes nestas, no entanto, não podemos nos furtar a evidenciar que tais empreendimentos criminosos não se dão por completo desarticulados do nosso campo legal do mercado.

Assim, há de se vislumbrar aqui os paroxismos existentes em nossa moral e tipificação do infame criminoso quando nos defrontamos com estes fatos, uma vez que o crime não acontece em um universo paralelo.

Dessa forma, se a lógica psico-prisional de reforma do sujeito se propõe a desenvolver o trabalho como pilar da ressocialização podemos operar aqui uma redução ao absurdo dessas racionalidades, levando-as a ultrapassarem seus próprios limites e visibilizando o quanto o seu funcionamento está à beira do colapso. Colapso para nós não é uma falha, mas sim a afirmação para além da impossibilidade de agir, ou seja, um corte radical que leva a microrrevoluções que não são completamente visíveis ou dizíveis, mas que levam a criação de novas possibilidades. Assim, entendemos que as dicotomias criadas entre trabalhadores e "vagabundos" pouco se sustentam na prática, uma vez que, colapsando essa racionalidade, o próprio crime poderia, como trabalho/ocupação operar uma reforma do sujeito.

Precisamos ter em mente que toda a normatização criada acaba levando a percepção que o vagabundo é trabalhador (ilegal), pois, mesmo que transgredindo a lei, obedece ainda a uma série regras/lógicas do mercado,



trabalho, empreendedorismo. E que quando o trabalho é colocado como o oposto do crime, perde-se toda uma dimensão de investimento do sujeito que atravessa não apenas a ressocialização prevista na LEP, mas toda uma política de geração de renda, atividade e ócio.

Para tanto, criamos uma personagem que é uma técnica-estagiária que permite tornar inteligível os afetos que nos levam a construção do nosso método-objeto. A técnica-estagiária, principal narradora da ficção proposta, busca nossas costuras dos campos conceituais com campos sensíveis, acolhendo histórias, impressões, produções artísticas, o dito e o que “não deveria ser dito” (como regra da instituição e dos seus operadores), nossas próprias experiências, textos acadêmicos, literários, músicas, documentários, filmes, diário de campo da pesquisa anterior, obras de arte, poesias, vida cotidiana e até os noticiários policiais e tudo mais que se fez presente no encontro com os temas da pesquisa, sem hierarquizar as relações entre saberes e tentando nos desprender das identidades profissionais e das noções de trabalho no sistema prisional.

Assim, esse exercício cartográfico-ficcional que pretende operar uma redução ao absurdo busca construir uma história baseada em campos de afetação que estão em constante produção, não uma linearidade ou veracidade histórica dos acontecimentos, mas sim a criação de linhas, mapas, diagramas, se relacionem com o problema da pesquisa, levando-nos a pensar as práticas de saber-poder que influenciam os modos de subjetivação sobre o trabalho no sistema prisional, mas também a sua abertura para o devir, levando a produção de novos sentidos e novos modos de ser.

Pretendemos com esse procedimento metodológico criar novas realidades, multiplicar as possibilidades de afetação, nublar contornos entre trabalhadores e vagabundos. Além disso, queremos circular por tempos intensivos no sistema prisional gaúcho, onde tanto o território, quanto a construção da narrativa e da personagem se dão no encontro com os diferentes corpos, sejam colegas da equipe multidisciplinar, policiais militares, pessoas em situação de prisão, familiares que os visitam, comerciantes locais, moradores dos arredores e o próprio espaço urbano.

Assim, colocamos a técnica-estagiária para “correr nua”, deixando-a contagiar pelas diferentes possibilidades que se apresentam no seu campo de trabalho e fazendo de momentos de estreitamento, pequenos instantes em que ela pode experimentar rupturas dos seus próprios regimes de visibilidade e dizibilidade, como no trecho a seguir:

[...] O ônibus esforçou-se para subir a última lomba até a Avenida Rócio, o motor fraquejou sobre o peso da nossa lotação. Ele vence e entra finalmente na rua que todos esperam descer. Ele dobra e eu avisto um quartel, que possui um alvo em tamanho natural de um ser humano, com buracos de munição disparada. Lembro do cântico dos soldados e do olho escuro do canhão. Outro aviso: a morte faz parte do nosso cotidiano. Mal passamos por ele e as mulheres, sem parecer notar ou já cansadas de ver aquilo que eu via pela primeira vez, levantam-se de seus assentos. Ajeitam suas crias e seus pertences. Depois daquelas curvas que vencemos juntas, estávamos bem próximas da casa prisional. Senti que ficava cada vez mais inadmissível que eu não levasse uma sacola. Todas carregavam algo. Inclusive eu, cheia das minhas teorias sobre as coisas. Uma sacola seria mais leve.

Notas:

Remissão de pena: De acordo com a LEP, a cada três dias de trabalho ou estudo, um dia é remido da pena (BRASIL, 1984).

Técnica-estagiária: Expressão criada para visibilizar a condição da psicóloga concursada para atuar como Técnica Superior Prisional na Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE), trabalhadora recém nomeada para o governo do Estado, em seu período de estágio probatório. A personagem faz uso desse lugar limítrofe para se colocar sempre como aprendiz em relação ao outro, com a intenção de se abrir para a experiência, não medindo-os pela régua de seu conhecimento pessoal e referências técnicas.



OPERADOR SISTEMA LAVRA MÓVEL: análise da atividade dos Operadores de Escavadeira a Cabo a partir dos pressupostos teóricos da Clínica da Atividade

Autor: Rafael Nascimento de Castro (PUC MINAS)

Coautor: José Newton (PUC Minas)

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como a atividade de trabalho do operador de escavadeira a cabo pode ser relacionada com os pressupostos teóricos da clínica da atividade. Já seus objetivos específicos abarcam: a) Analisar elementos de distanciamento entre a atividade realizada e real da atividade; b) Descrever e analisar a apropriação do gênero profissional e c) Analisar como os operadores de escavadeira a cabo lidam com a organização de trabalho. A investigação sobre o trabalho dos operadores apresenta-se a partir do projeto de pesquisa intitulado - Programa de Operadores de Alto Desempenho (POAD). A pesquisa é realizada por meio de quatro núcleos de pesquisa, sendo eles: Núcleo Técnico, Núcleo Clínico e Físico, Núcleo Cognitivo e Núcleo Psicossocial. O Núcleo Psicossocial, no qual a pesquisa vem sendo desenvolvida, tem por objetivo investigar as possibilidades de desenvolvimento de competências profissionais dos operadores de escavadeira a cabo, através da utilização dos preceitos da Clínica da Atividade. Em contato com o campo de pesquisa e estudos realizados até o presente momento, se percebe alguns pontos importantes que me despertaram interesse em aprofundar os estudos, tais como: distanciamento entre a atividade realizada e o real da atividade; as formas de se fazer o trabalho (atividades encorajadas ou proibidas) que são realizadas pelos operadores em uma espécie de prescrição informal, o discurso de segurança em primeiro lugar que se contrapõe a prática de priorizar a produção e organização de trabalho. O último levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2017), apontou que a indústria extrativa mineral tem participação fundamental no Produto Interno Bruto (PIB) e representa 1,4% de todo o PIB Brasil. Segundo dados do Portal da Mineração (2018), a indústria de mineração empregou até o ano de 2017 cerca de 180 mil trabalhadores diretamente. "O fator multiplicador para a indústria extrativa mineral com a indústria de transformação mineral é de 1 para 3,6 postos de trabalho, ou seja, ao final de 2017 este setor empregava 651 mil trabalhadores diretamente". O Brasil detém um considerável patrimônio mineral, sendo um dos maiores produtores e exportadores de minérios do mundo. Atualmente, o país é um dos cinco maiores produtores e exportadores de metais, materiais e minérios do mundo, exportando 85% de tudo o que produz, gerando apreciável e também indispensável montante de divisas. A mineração constitui-se um dos setores estratégicos para estabilidade econômica brasileira. No entanto, os minérios são exportados sem qualquer agregação de valor, e maior parte do que é comercializado (89%) é uma única commodity, o minério de ferro (DNPM, 2014). Dados levantados pelo IBRAM (2016) apontam que o principal produto de exportações no Brasil é o minério de ferro. No ano de 2013, o país exportou cerca de 35 bilhões em minérios, sendo que deste montante, 1,8 bilhão estão relacionadas com o cobre, 750 milhões a outros tipos de minérios e 32,5 bilhões referentes ao minério de ferro e seus contratados. O operador de escavadeira a cabo é responsável pela operação dos equipamentos que compõem o sistema truckless de lavra de minério de ferro (escavadeira, britagem móvel, belt wagon, enrolador de cabos, moega, correias transportadoras, carregadeira e trator) sendo também responsável pela integração das interfaces gráficas do sistema de automação. Sua atividade possui o objetivo de atingir as taxas definidas pela organização quanto a produtividade e alcançar os volumes necessários à alimentação contínua da planta de beneficiamento. As clínicas do trabalho têm como foco de investigação estudar a relação trabalho e subjetividade. Compreendemos por clínicas do trabalho como "um conjunto de teorias que têm como foco de estudo a relação entre trabalho e subjetividade. Apresentando uma diversidade epistemológica, teórica e metodológica, o objeto comum dessas teorias é a situação do trabalho" (CLOT; LEPLAT apud BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011, p.3). "As abordagens clínicas buscam evidenciar a relação entre trabalho e os processos de subjetivação, de forma que os conhecimentos produzidos nesta perspectiva oportunizam conscientização relativa às vivências nas relações de trabalho" (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p.4). A Clínica da Atividade, pressuposto teórico que estamos trabalhando nesta pesquisa, fundamenta-se em grande parte da teoria de Vygotsky, Leontiev e Bakhtin e teve sua origem a partir de 1990. Nesta teoria podemos destacar como principais autores Yves Clot e Daniel Faïta, sendo Yves Clot a principal referência (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011). Nessa linha teórica, de acordo com Bendassolli e Soboll (2011, p.10) "entende-se que a subjetividade é construída pela e na atividade". A Clínica da Atividade representa uma abordagem da análise do trabalho, que "busca intervir na situação favorecendo transformações na atividade e restabelecendo o poder de agir dos coletivos de trabalho" (FAITA; VIEIRA, 2003, p. 28). Entende-se que tudo que envolve a atividade de trabalho, interessa à Clínica da Atividade. Segundo Clot (2006, p. 57), o "trabalho nunca é senão um

dos elementos da dialética em que o sujeito se descobre". Ainda de acordo com Clot (2006, p. 11) "a análise do trabalho visa sempre, de todo modo, a compreender para transformar". Um dos objetivos da pesquisa é analisar elementos de distanciamento entre a atividade realizada e real da atividade. De acordo com Clot (2010, p. 226), a atividade realizada "é o que se pode ver, se pode observar e se pode descrever". Já o real da atividade segundo Clot (2016, p.116) "é, igualmente o que não se faz, aquilo que não se pode fazer, aquilo que se busca fazer sem conseguir – os fracassos -, aquilo que se teria querido ou podido fazer, aquilo que se pensa ou que se sonha poder fazer". Outro objetivo proposto na pesquisa é descrever e analisar a apropriação do gênero profissional. Para Clot (2010, p.144) "qualquer trabalho é uma atividade dirigida, ao mesmo tempo, pelo sujeito, pela tarefa e para outros". Entre a organização do trabalho (atividade realizada) e a atividade individual do sujeito (real da atividade) existe um trabalho de reorganização da atividade pelos coletivos profissionais. "A este trabalho de recriação das normas instituídas do trabalho e confronto com a realidade dá-se o nome de gênero profissional ou gênero da atividade" (CLOT E FAITA apud MONTEIRO, 2018). Quanto à organização do trabalho, para a Clínica da Atividade, a atividade prática e psíquica é sempre sede de investimentos do sujeito e "viver no trabalho é, portanto, poder aí desenvolver sua atividade, seus objetos, instrumentos e destinatários, afetando a organização do trabalho por sua iniciativa" (CLOT apud MONTEIRO, 2018, p.93). Para Clot citado por Silva [20??], "a organização do trabalho que deveria colocar seus recursos a disposição dos assalariados se furta massivamente a esta missão. Ela não oferece uma disponibilidade comparável aquela que ela exige dos trabalhadores em questão". Diante do exposto, busca-se realizar a investigação dentro da abordagem da clínica da atividade e então contribuir para melhoria do trabalho dos operadores. Para realizar esta investigação, será realizado um estudo baseado em uma abordagem qualitativa. Os estudos nas pesquisas qualitativas podem descrever a complexidade de determinado problema, proporcionando a compreensão e classificação dos processos vivenciados por grupos sociais. Como também possibilita maior aprofundamento no entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos ou grupos. (DIEHL, 2004). Neste trabalho contamos a participação de sete operadores de escavadeira a cabo que atuam na extração de minério. Como método para levantamento de informações, está sendo utilizadas as seguintes técnicas: entrevista semiestruturada, instrução ao sócia, autoconfrontação direta e cruzada. A análise desta pesquisa será realizada com a metodologia de análise de conteúdo. Bardin (2004) descreve a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A princípio os resultados da pesquisa ainda em andamento apontam que o trabalho do operador é definido como uma atividade que exige "ver e agir" como também manter-se atento todo o tempo, sendo uma competência que se constitui como uma condição para realização das suas atividades e, ao mesmo tempo, sendo um elemento do gênero profissional. Outro ponto identificado refere-se ao desempenho, que na visão do operador, não depende exclusivamente do seu comportamento na máquina, mas resulta das condições objetivas de trabalho e da gestão das variabilidades que se apresentam no processo produtivo, por parte de toda a equipe.

Precários e sobrantes: os sentidos do trabalho para usuários de drogas em situação de rua

Autor: Kíssila Teixeira Mendes (UFJF)

Coautor: Fernando Santana (UFJF)

A população em situação de rua (PSR) apresenta-se hoje como expressão máxima da questão social. O objetivo do presente trabalho é analisar os sentidos do trabalho entre homens em situação de rua usuários de drogas. Partimos da categoria trabalho definida por Marx nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844 enquanto dimensão ontológica fundamental, sendo o que diferencia o homem do animal e como condição de existência humana, fundamentalmente, por mediar a relação entre homem e natureza. Esta definição de trabalho, tida como "positiva", tem um contraponto "negativo" que se expressa as transformações observadas no mundo do trabalho, fundamentalmente as revoluções tecnológicas, o fim do trabalho e da mão de obra viva e a negação da centralidade do trabalho. Embora o desenvolvimento dos meios de produção reflita a história humana, por outro lado, Marx também define o trabalho como mortificação do homem e subordinação ao capital na medida em que ele se torna estranhado, ou seja, quando o homem não vê seu trabalho nas mercadorias que ele mesmo produz – separação entre trabalho e capital. Logo, as relações de produção, ao invés de serem dominadas pelo homem, o dominam, e o trabalhador se torna mais uma mercadoria – mais barata do que as que produz. É fundamental, dessa forma,



compreender como esta categoria se transformou com as mudanças sociais e econômicas. A década de 1970 – e o início de uma reestruturação do capital – é ponto fundamental de análise para a compreensão da crise estrutural do capital e de uma nova materialidade da classe trabalhadora, ocasionada, sobretudo, pelo fim do bloco socialista. Nesse período, a crise dos regimes de bem-estar social e a ascensão neoliberal marcam ainda características como: o desmonte dos direitos sociais, o combate ao sindicalismo, a ultramonopolização privada, a recusa às propostas socialistas e a propagação de valores subjetivistas e individualistas. No que tange o conceito de subjetividade – o que infere diretamente na saúde mental – as mudanças no mundo do trabalho e na esfera econômica provocam a emergência de uma forma de individualidade que é inédita do capitalismo. Logo, não é natural, fruto de uma liberdade individual e sim organizada a partir do modo de produção do capital e mediada pela forma da propriedade privada. Como consequência, o individualismo, a imediatéz e o afastamentos do domínio coletivo. A manutenção da vida urbana contemporânea passa a ser realizada por trabalhadores precários, desorganizados, produtos da fragmentação da vida urbana, que devem ser levados em conta ao se pensar em processos revolucionários. Os impactos psíquicos desse constante individualismo da ética neoliberal são evidentes: isolamento, ansiedade, neurose e (por que não?) um novo padrão de uso de drogas. A lógica do consumo, do excesso e do individualismo imposta pelo modo de vida capitalista faz com que aqueles que não estão no fluxo formal da mercadoria se insiram no consumismo de outras formas, como a partir do uso de drogas. A droga é mais um desses produtos e seu consumo, ao se tornar ilegal, passa a ser regido pela lógica do mercado marginal (mas ainda mercado!) e não mais das tradições. A PSR se localiza, dessa forma, em um exército de reserva, mais precisamente em sua forma estagnada, que possui grandes jornadas de trabalho sem que, portanto, tenha proteção social ou algum tipo de seguridade. Na rua, isso é visível em serviços como engraxate, vigia e catador de material reciclável, por exemplo. Mas, mesmo antes da condição de rua, tal população já assumia os postos de trabalho precarizados. Assim, o chamado processo de vulnerabilização dessa população é anterior à ida para as ruas e, embora perpassada por diferenças, é importante demarcar que as trajetórias de pobreza que culminam na situação de rua não são processos exclusivamente subjetivos e individuais e estão ligados a processos conjunturais de aprofundamento das desigualdades sociais.

Partindo de tais pressupostos teóricos, foi realizada uma investigação etnográfica que se valeu de observação participante e entrevistas em profundidade realizadas com 6 homens em situação de rua, que vivem próximos de instituições que prestam serviços voltados para a PSR em Juiz de Fora (MG). Os resultados encontrados foram sintetizados a partir das seguintes categorias: a) o trabalho como valor central; b) o não reconhecimento de si enquanto trabalhador; c) a reprodução do discurso precarizado. A partir desses resultados, refletimos como a centralidade da categoria trabalho e a inserção nele de forma precária têm impactos nocivos e específicos na saúde mental. A construção do artigo nos indica a incapacidade de compreensão sobre saúde mental e saúde, de forma ampliada, sem uma leitura conjuntural, pois o sofrimento não tem origem individual e subjetivo, e sim possui íntima relação com as formas e condições de trabalho contemporâneas, visto a centralidade deste. O trabalhador, dessa forma, se torna a mercadoria e o estranhamento do trabalho traz como consequências individualismo, fatalismo, naturalização, imediatismo, compulsividade, um novo padrão de consumo de drogas e transtornos mentais, tais como depressão e ansiedade. Embora a precarização seja pressuposto do capitalismo, este tem agido de forma mais destrutiva após o processo de reestruturação do trabalho, com formas mais sofisticadas de exploração e também extermínio. Como consequência, a naturalização do precariado, sobretudo pelos que dele são mais vitimados, conduzem ainda à desmobilização enquanto classe. A PSR reproduz os discursos alienantes que corroboram com uma visão meritocrata, sem questionarem os processos de pobreza aos quais estão expostas e a responsabilidade do Estado em suprir condições mínimas. Isso não as fazem, porém, tão diferente do restante da população, embora seus sofrimentos sejam agudizados e a perversidade mais extrema. Assim, encontram-se – como todos nós – conformadas ao ideal neoliberalista e individualista vigente. Além disso, essa posição é também legitimada pela atuação das instituições sociais, que tratam essas pessoas de forma homogeneizada e como desprovidas de saber. Fazem necessárias, assim, experiências emancipatórias, com esforço da desnaturalização de identidades estigmatizadas de forma a fomentar as potencialidades do humano com intuito de transformá-la. Dessa forma, a partir das questões sinalizadas anteriormente, nos deparamos com processos psicossociais de manutenção da opressão e dominação, que causam sofrimentos mentais e de saúde, de forma geral, tais como naturalização, normatizações, moralismos e atribuição de características que são empregadas ideologicamente com a finalidade de manter estruturas intactas. Concluímos, assim, que o trabalho permanece como valor central, mesmo com todas as mudanças que perpassaram as instituições e que a saúde, como bem definida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é a capacidade de lutar pelo o que nos oprime. Cabe-nos resgatar tal potencialidade.



Problemáticas do mundo do trabalho na vida de andarilhos de estrada e trecheiros

Autor: ALEXANDRE ESPOSITO (UNESP)

Introdução: O presente trabalho é a apresentação dos primeiros resultados parciais da pesquisa de doutorado em andamento chamada "Andarilhos de estrada e risco da vida errante" (processo FAPESP nº 2018/10161-5) e resultados de finais de nossa pesquisa de mestrado "Vidas no trecho: As interações dos trecheiros com os ambientes pelos quais transitam" (processo FAPESP nº 2015/15416-3) sobre as problematizações relacionadas a vida errante e o mundo do trabalho.

Diferentes questões de ordem psicossociais, socioeconômicas e políticas afetam cada vez mais a vida atual, incitando deslocamentos, movimentações, trânsitos e diferentes modos de mobilidade em todos os planos da vida. Dentre as várias formas de subjetivação caracterizadas pela mobilidade, destaca-se uma das mais radicais: os movimentos errantes vividos por andarilhos de estrada e dos trecheiros. Essa forma de caminhar, nomeada de errância, se constitui em um andar sem rumo, sem direção, sem planejamento e sem ponto de chegada. Os andarilhos de estrada e os trecheiros são sujeitos que perambulam, sem destino, pelos acostamentos das rodovias, com todos seus pertences que carregam num saco às costas, em alguma carroça improvisada, ou mesmo em uma bicicleta. Andarilhos de estrada e trecheiros tem algumas diferenças e os próprios se diferenciam eles assim. Andarilhos de estrada andam somente a pé ou de bicicleta e vivem nos acostamentos das rodovias, entrando nas cidades somente em caso de necessidades. Ficam muitos dias sem conversar com alguém, e quando fazem, são contatos breves em postos de combustíveis de caminhoneiros, postos de atendimento de concessionárias de pedágio ou postos da polícia rodoviária.

Os trecheiros também não se estabilizam em espaço algum, mas quando possível, fazem suas viagens utilizando ônibus, trens ou mesmo caronas conseguidas de diferentes formas. Eles têm maior contato com o meio urbano e costumam conversar entre eles quando se encontram em rodoviárias para conseguir informações.

Quando ambos se deslocam a pé nas rodovias, eles fazem pernoites improvisadas debaixo de pontes, abrigos de paradas de ônibus, postos de combustíveis, ou ao relento, nas margens das rodovias, eles enfrentam diversos riscos de acidentes que atentam contra suas vidas. Eles ainda são sujeitos ignorados pelas políticas públicas, ciência ou mesmo pela mídia, tendo pouca visibilidade e conquista de direitos. No que se refere aos direitos trabalhistas, não é diferente. A maioria dos trabalhos que os trecheiros arranjam, por exemplo, são freelances em lavouras, parques de diversões, borracharias, entre outros. Correm o risco de não serem pagos no final do trabalho, não receberem nenhum benefício por acidente de trabalho ou mesmo receberem um valor baixo de um serviço em tempo integral. Para conseguir recursos e sobreviver no trecho, palavra designada pelos próprios andarilhos de estrada e trecheiros para nomear chamar sua condição existencial, acabam por tentar fazer alternativas para conseguir recursos.

Objetivos: O presente trabalho visa apresentar as problemáticas sobre a vida no trecho dos andarilhos de estrada e trecheiros em relação ao trabalho e formas de se conseguir recursos. Apresenta resultados parciais dos riscos que correm os andarilhos de estrada no mundo do trabalho resultantes da pesquisa em andamento de doutorado, e a interação dos trecheiros com os espaços que transitam em relação a como conseguir recursos, parte dos resultados finais da pesquisa de mestrado.

Método: Na pesquisa concluída de mestrado, foi feita uma etnografia com os trecheiros que desembarcavam de ônibus na rodoviária da cidade. Eles eram acompanhados pelos pontos urbanos que gostavam de ir, como praças, bares e a própria rodoviária até o momento que embarcavam em outro ônibus. Na pesquisa de doutorado em andamento, estão sendo feitas viagens de carro pela rodovia, Raposo Tavares (BR – 374), Marechal Rondon (SP-300) e Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294), bem como rodovias menores como o trecho Assis-Marília. Foi utilizada a técnica da deriva, um andar sem rumo de carro, para ir ao encontro dos andarilhos de estrada. São realizadas entrevistas semiestruturadas, nos próprios acostamentos das rodovias, focalizando especificamente a questão dos riscos e perigos enfrentados nessa forma de vida. As entrevistas são analisadas pelo método da Análise de Conteúdo.

Resultados: Andarilhos de estrada e trecheiros têm diferentes formas de conseguir recursos no trecho. Separamos núcleos temáticos de discussão da diferença de trabalhos de ambos. Trecheiros arrumam trabalho em lavouras, parques de diversão e outros lugares com mais facilidade por estarem em certos espaços urbanos, como na rodoviária em contato rápido com outros trecheiros. Alguns deles indicam esses trabalhos temporários para os outros e até os chamam para irem junto. Também alertam para lugares que podem ter exploração de trabalho.



Os andarilhos de estrada são mais solitários e raramente entram em contato com outros andarilhos, trecheiros e demais pessoas em situação de rua. Conseguem recursos como alimento e roupas provenientes de postos de combustíveis de caminhoneiros. Em nossa atual pesquisa, por exemplo, conhecemos andarilhos de estrada que fazem pequenos bicos cortando câmara de ar em formato de tirar para venderem a caminhoneiros prenderem lonas.

Ambos costumam coletar materiais recicláveis nas beiras de estradas, jogas de veículos. Como alguns trecheiros tem contato com pessoas que vivem na cidade, param por algum tempo em espaços urbanos para fazerem artesanatos e praticar o magueio. Uma técnica utilizada por trecheiros e outras pessoas em situação de rua é o ato manguear ou acharcar. À primeira vista, parecerem ser sinônimos de do que pejorativamente é chamado de "mendigar". Esta palavra pejorativa é uma visão elitista sobre a atividade de pedir dinheiro. Ela é derivada da palavra "mendigo", considerada um insulto preconceituoso e eugenista para população em situação de rua. O ato de manguear, ou acharcar, para os trecheiros e demais pessoas em situação de rua é uma ação dotada de técnicas e discursos que, por meio de uma história contada, conseguem ganhar dinheiro de sujeitos da cidade. Dentre diversos relatos de nossas pesquisas, temos o caso de um trecheiro que, chorando em um velório de um desconhecido conseguiu convencer diversos parentes do defunto a dar algum dinheiro a ele.

Considerações finais: Existem diversas estratégias para se viver no trecho e tentar conseguir recursos. Uma das problemáticas ainda em estudo em relação ao mundo do trabalho e andarilhos de estrada são os relatos de exploração e trabalho escravo temporário. Ainda não divulgamos esses dados pois precisam ser tratados e analisados.

Como não existem trabalhos regulares e correm o risco de serem explorados, andarilhos de estrada, trecheiros e pessoas em situação de rua que querem tentar se estabilizar não conseguem por questões de falta de qualificação exigidas e preconceitos por parte dos empregadores. Deste modo, acabam conseguindo recursos de modo informal ou mesmo criativo para conseguirem viver e prosseguirem no trecho.

Trabalho e Formação do Fisioterapeuta: discursos do sujeito coletivo

Autor: Mariza Antonio Calongua (Centro Universitário FIEO)

Coautor: Janaína Fernandes e Aline Paz Freitas Gonçalves

INTRODUÇÃO

Fisioterapia é uma ciência da saúde que estuda, previne e trata distúrbios cinéticos funcionais intercorrentes em órgãos e sistema do corpo humano, gerados por alterações genéticas por trauma e doenças adquiridas (Leal, Santos & Sousa Leite, 2015).

Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2011) explicam que no mercado de trabalho podem ocorrer múltiplos entendimentos nas relações entre trabalhadores e organizações, uma vez que as ofertas e demandas de emprego se confrontam e as quantidades oferecidas e demanda se ajustam a qualidade em função do preço. Como os salários se transformam constantemente, oferece origem a inúmeras formas de compreender como estas relações podem ser compreendidas e efetivadas.

Nesse contexto é relevante a compreensão de como vem ocorrendo a inserção dos profissionais da fisioterapia no mercado de trabalho, considerando a universidade como principal instituição responsável pela formação deste grupo que tem o papel atender necessidades de saúde e ainda ser agente de transformação social (Püschel, Inácio & Pucci, 2009).

O interesse em estudar este tema partiu das experiências negativas da pesquisadora como fisioterapeuta no mercado de trabalho. Originada de país angolano a experiência com a atuação como fisioterapeuta possuía um caráter mais valorizado em relação sua experiência no Brasil. Trabalhando atualmente no Brasil em hospital privado a pesquisadora observa que o médico atua como um chefe do fisioterapeuta, cenário este que a leva a indignação, por desqualificar o conhecimento deste profissional em prol da saúde.

Na expectativa por mudanças neste cenário associada à falta de perspectivas para que isto aconteça, parte-se da hipótese que os estudantes de fisioterapia não conhecem este cenário de desvalorização que os aguardam.

De tal modo, a seguinte questão motivou o presente estudo: quais as expectativas de graduandos de fisioterapia em suas inserções no mercado de trabalho? Portanto, o objetivo desta pesquisa é analisar os discursos de estudantes de fisioterapia sobre o fisioterapeuta no mercado de trabalho.



GT e eixo temático escolhido

Eixo 5: Psicologia Social e trabalho no neoliberalismo: lutas sociais e resistências ao propor um debate a respeito das configurações contemporâneas do mundo do trabalho

GT35: Precarização Social e do Trabalho e a Subjetividade: desgaste, sofrimento e adoecimento.

GT57: Trabalho, Vida e Saúde: contribuições da Psicologia Social do Trabalho para a Saúde do Trabalhador.

GT55: Trabalho, Marginalidades e Direitos Humanos: precariedade e resistência.

Orientação teórica

Para responder este questionamento a presente pesquisa utilizou como aporte a Teoria das Representações Sociais. Moscovici (2012) explica as representações sociais como um conjunto de informações, opiniões, atitudes e crenças sobre determinado objeto, que são compartilhadas socialmente por meio da linguagem. Socialmente produzidas se apresentam como guia eficaz para uma visão de mundo, por serem marcadas por valores que são correspondentes ao sistema sócio ideológico e a história do grupo.

Por serem elaborações psicológicas e sociais são construídas por meio das interações sociais e possuem uma dupla função: tornar familiar o que é estranho e compreensível o que é invisível. Isso permite compreender as representações sociais como uma visão funcional do mundo que permite ao indivíduo ou grupo dar sentido ao comportamento e compreender a realidade por meio do próprio sistema de referência e adaptar-se e, assim, definir um lugar para si.

MÉTODO

O método utilizado na fase de investigação foi o estudo qualitativo do tipo descritivo exploratório, pautado na abordagem dinâmica da Teoria das Representações Sociais. A pesquisa foi realizada em Instituição de Ensino Superior privada localizada na região oeste da grande São Paulo. A pesquisa foi desenvolvida com amostra não probabilística em que foram convidados para participar 25 graduandos de curso de fisioterapia.

Para coleta de dados foi utilizado um questionário composto de 3 perguntas abertas para identificar as representações sociais: O que você pensa sobre o fisioterapeuta no mercado de trabalho? Você como estudante de fisioterapia, qual a sua expectativa em relação ao seu futuro profissional? O que você acha que a sociedade de um modo geral pensa sobre o profissional de fisioterapia? Esse roteiro de questões buscou contemplar as ideias, crenças, valores socialmente compartilhados pelos participantes sobre o tema proposto.

A pesquisa foi desenvolvida em dias e horários previamente agendados com os participantes e os responsáveis da instituição de ensino. O instrumento da pesquisa foi aplicado pela própria pesquisadora, de modo coletivo na sala de aula da instituição de ensino.

Os dados foram analisados por meio da Técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). O DSC é um instrumento que organiza os dados, ou seja, as respostas das participantes, com a estratégia de se extrair as ideias socialmente compartilhadas. A análise do DSC retira dos depoimentos as expressões chaves que são os recortes que melhor representam os conteúdos do discurso. O segundo passo é sintetizar de maneira precisa, a ideia central revelada na narração, possibilitando as categorizações. Por fim, o DSC resulta da síntese registrada na primeira pessoa do singular associando às expressões chaves que possui a mesma ideia central (LEFÈVRE & LEFÈVRE, 2005).

RESULTADOS

O que você pensa sobre o fisioterapeuta no mercado de trabalho?

Representações sociais positivas

O fisioterapeuta é um profissional da área da saúde muito valorizado. Eu penso que é um mercado amplo com muitas oportunidades, inclusive para empreendedorismo. A fisioterapia tem algumas especialidades em várias áreas que facilita na atuação e na vida profissional. É uma profissão imprescindível de grande importância para a sociedade, pois auxilia as pessoas em sua autoestima, na prevenção, reabilitação reintrodução no dia a dia (DSC dos participantes da pesquisa).

Representações sociais contraditórias

Porém, eu sei que com baixa remuneração. Apesar de ser uma profissão gratificante e linda, as clínicas tem ofertas salariais absurdas, com remuneração pouco compatível com a atribuição, que não reconhecem o valor de



sua atuação e desvalorizam o fisioterapeuta no mercado de trabalho. A profissão é pouco divulgada, faltam profissionais, pois na maioria das vezes são submetidos a trabalhar não registrados, cabendo aos profissionais mudarem este quadro (DSC dos participantes da pesquisa).

Você como estudante de fisioterapia, qual a sua expectativa em relação ao seu futuro profissional?

Eu tenho muitas expectativas, sei que no início vai ser difícil, mas acredito que encontrei uma grande área de atuação com o oferecimento de muitas vagas e oportunidades, entretanto, com baixa remuneração. Eu vou continuar estudando para obter conhecimento, me atualizar e me aprimorar na área para ter mais destaque, além da graduação. Pretendo me especializar na área que eu mais me identificar durante a formação e atuar nela abrindo oportunidade para ter o próprio espaço de atendimento, criar a própria clínica direcionada a cardiopulmonar. Eu quero ser um ótimo profissional e oferecer um bom atendimento ao público e trabalhar mais na promoção à saúde, especialmente na reabilitação. Eu ainda quero me tornar um profissional bem sucedido, de sucesso, valorizado e reconhecido no mercado de trabalho, com melhores oportunidades de emprego condigno e boas condições, bem remunerado, ou seja, ganhar dinheiro. Eu vejo com bons olhos uma grande expansão do mundo (DSC dos participantes da pesquisa).

O que você acha que a sociedade de um modo geral pensa sobre o profissional de fisioterapia?

Eu penso ser um profissional importante para a sociedade e valorizado. Hoje vejo que se tem uma visão mais ampla e se vê que este fisioterapeuta ganhou muito espaço, conquistando e mostrando seus objetivos de melhoria. A sociedade é bem receptiva a reabilitação com campo em varias áreas, mas ainda tem pensamento limitado sobre a atuação e a importância de um fisioterapeuta na vida, pois a maioria das pessoas não conhece muito bem o papel do fisioterapeuta e a importância do profissional dentro dos hospitais e clinicas. As pessoas o veem como um profissional de massagem e de eletroestimulação, que realiza terapias manuais, que faz aspiração, que cuida de quem tem dor e fraturas, sendo que esta é uma área mais ampla para quem conhece. Eu acredito que boa parte da sociedade não conhece todas as áreas de atuação do fisioterapeuta, muitas das vezes somos resumidos a tendinites. A visão ainda recai bastante sobre a área ortopédica e neurológica, como apenas reabilitação, não abrangendo a prevenção e o tratamento. O trabalho que os fisioterapeutas fazem é muito mais que dar choques, pois este profissional é muito importante em todos os setores da saúde. A sociedade muitas vezes não valoriza o profissional por motivo de convênios médicos que exploram o profissional e o mesmo não consegue ser eficaz e ter tempo hábil para um bom atendimento em suas condutas causando frustrações nos pacientes (DSC dos participantes da pesquisa).

Conclusão

A fisioterapia ao longo da história vem se mantendo nos níveis preventivo, diagnóstico e de reabilitação, pois possui competências habilidades suficiente para tais intervenções. De tal modo, a atuação deste profissional se faz necessária em diversos contextos, precisando assim de reflexões sobre os modelos de formação para sua posterior inserção no mercado de trabalho.



“NOSSO TRABALHO É INVISÍVEL”: aspectos psicossociais da atividade de Técnicos em Mina e Geologia em um sistema de exploração de minério de ferro

Autor: THIAGO CASEMIRO MENDES (PUC MINAS)

Coautor: José Newton (PUC Minas)

O trabalho faz parte da condição humana e se tornou uma categoria investigada por diversas disciplinas científicas, em suas diferentes áreas. Este é um tema complexo, vistos os múltiplos elementos que atravessam sua natureza, e por isso, torna-se desafiador. Este estudo, surge de um projeto de pesquisa denominado Programa de Operadores de Alto Desempenho (POAD), que apresenta o propósito de entender e mapear características e fatores-chave que podem afetar o desempenho do trabalhador, em um nível individual. O foco principal dessas análises está nos operadores de escavadeira a cabo, atuantes no ramo da mineração, na região norte do Brasil. O programa até então, é formado por quatro núcleos de investigação e intervenção, sendo eles: Clínico e Físico, Técnico, Cognitivo e Psicossocial. Pesquisadores de diferentes áreas científicas compõem cada núcleo que aplicam distintas ferramentas para atingir objetivos específicos de cada linha de pesquisa. O Núcleo Psicossocial, com base na perspectiva teórico-metodológica da Clínica da Atividade, tem por objetivo auxiliar os operadores a melhorar seu desempenho, refletindo sobre sua atividade de trabalho e seu significado, considerando a perspectiva coletiva de trabalho e enfatizando a proteção, prevenção e promoção da saúde. Historicamente os “escavadeiristas”, hoje denominados de “operadores de escavadeira”, possuem o cargo que mais confere status no setor, assumindo o papel de protagonistas na atividade da extração de minério, sendo considerados fundamentais no processo (MINAYO, 1986). O que de alguma forma justifica os investimentos atuais, direcionados às pesquisas que envolvem esse grupo, especificamente no POAD. Entretanto o que ainda não vinha sendo considerado no programa é o trabalho de outros profissionais envolvidos, tão pouco a participação desses, na construção de saberes, ou seja, em que momento, por exemplo, o saber adquirido na experiência dos Técnicos em Mina e Geologia seria considerado no contexto da atividade de extração de minério no sistema truckless. Dar-se aí a escolha por esses sujeitos, como público participante deste estudo, que se encontra em desenvolvimento. O cargo de Técnico em Mina e Geologia na hierarquia é o primeiro que está acima do Operador de Escavadeira. Partindo do pressuposto que os Técnicos possuem participação estratégica neste processo e diante dos trabalhos já desenvolvidos até o momento pelo Núcleo Psicossocial, do qual este pesquisador faz parte, surge a questão de quais os aspectos psicossociais presentes na atividade dos Técnicos em Mina e Geologia que atuam na extração de minério com o sistema truckless? Uma das tarefas para construir um caminho para a melhor compreensão relativa ao ofício desses trabalhadores, foi descrever e analisar os sentidos e significados do trabalho para estes, considerando o coletivo da atividade. Os significados são influenciados por aspectos sociais, econômicos e culturais, referem-se às narrativas sobre um determinado tema disponível socialmente, são reproduzidos e compreendidos em uma acepção mais ampla. Os sentidos relacionam-se aos aspectos e processos no campo singular dos significados, são do nível individual e estão pautados pela imaginação e pela criatividade (BENDASSOLLI e LIMA, 2015; FONSECA, TOLFO e MARTINS, 2015). Em síntese pode-se dizer que os significados estão associados aos elementos produzidos coletivamente, de forma mais generalizada, e que os sentidos são construídos a partir do significado que os sujeitos atribuem a determinados fenômenos de forma singular, atravessados pelos mecanismos psicológicos individuais. Para Clot (2011), os sentidos que o trabalhador estabelece para o seu trabalho é o que promove o encontro consigo mesmo e com o outro, possibilitando sua inserção no mundo. Clot (2011) defende que cada indivíduo traz o coletivo em seu interior, como um instrumento que é desenvolvido a partir das trocas de exteriores no trabalho coletivo. Por conseguinte, fez-se necessário analisar os discursos sobre as relações hierárquicas, avaliando os impactos sobre a gestão do trabalho e da equipe. Com o cenário organizacional, cada vez mais competitivo e tecnológico, permeado por discursos de inovação, torna-se necessário avaliar sob o ponto de vista da psicologia do trabalho, de que forma os modelos de gestão tem ou não contribuído para as relações de trabalho, na construção de subjetividade do trabalhador, na promoção de saúde, sentido e significado nos contextos de trabalho. Para essa discussão limitou-se em trazer como foco os modelos Taylorista, Fordista, Toyotista e a Gestão Gerencialista, por se tratarem de ideologias ainda comumente praticadas no cenário industrial e por isso não diferente na mineração. Como base teórica, buscou-se as clínicas do trabalho, situadas no campo da psicologia e do trabalho por privilegiarem metodologias qualitativas, visando aumentar o poder de agir dos sujeitos que são convocados à reflexão de suas práticas e atividades no contexto laboral (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011). Este estudo, não se limitará a buscar especificamente uma das clínicas do trabalho, compreendendo que essas oferecem pontos convergentes e divergentes que podem

contribuir para a análise da atividade, ou seja, do trabalho. Por fim, objetivou-se identificar e analisar os aspectos psicossociais presentes na atividade dos Técnicos em Mina e Geologia, avaliando possíveis riscos do adoecimento mental. O sofrimento no trabalho é uma preocupação das clínicas, principalmente quando considerada a vulnerabilização do sujeito e dos coletivos profissionais, com o olhar voltado para o sofrimento socialmente produzido. Conforme Bendassolli (2011) não basta tratar e curar o sujeito, quando é o trabalho que está doente e maltratado. É necessária uma intervenção no modo como esse é organizado e interfere na atividade. Assim, pesquisar/intervir por meio das clínicas do trabalho é tratar do trabalho e não somente do sujeito. Trata-se de uma pesquisa-ação, definida como uma forma colaborativa entre pesquisador e atores sociais, de construir as questões de pesquisa, na tentativa de produzir mudanças sociais positivas. Possui como principal característica a intervenção, propondo simultaneamente a ocorrência do “conhecer” e do “agir” no processo de pesquisa. Por se tratar de uma amostragem não probabilística, o procedimento de seleção dos sujeitos participantes, ocorreu conforme a disponibilidade da empresa e o interesse dos trabalhadores em participar da pesquisa. Como instrumentos para o levantamento de informações, propôs-se utilizar de uma triangulação dos métodos, oficina psicossocial, entrevista aberta e observação participante. Ressalta-se que, neste caso, a triangulação não possui intuito de validar ou testar os dados obtidos, mas sim ampliar e estimular uma reflexão acerca dos resultados (POPE e MAYS, 2009). O propósito principal é ampliar a reflexão sobre o trabalho por meio da atividade dos trabalhadores, conforme aventado por Bendassoli e Gondim (2014), assim como também proporcionar uma intervenção, no sentido de eventuais mudanças na organização, nos processos e nas condições de trabalho. Como resultados preliminares pode-se destacar, considerando os dados coletados até o momento, que os técnicos apontam uma ausência de reconhecimento da atividade, no sentido de uma invisibilidade do trabalho por parte da equipe e superiores, ou seja, um certo desablor pelo papel de coadjuvantes quando compreendem também serem protagonistas no processo. Outro aspecto já observado, refere-se à limitação de tempo e espaço para a programação e organização do trabalho, gerando a impossibilidade de construção de um diagnóstico que permita por parte dos trabalhadores, um planejamento mais adequado às situações reais que encontram no processo de trabalho.

“ZERO A ZERO” Processo de saída voluntária de integrantes de uma facção criminosa da cidade do Rio de Janeiro

Autor: Rafael Nascimento de Castro (PUC MINAS)

Coautor: JOAO CESAR

Este trabalho apresenta uma pesquisa de cunho qualitativo que foi realizada com membros de uma organização criminosa da cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa teve como objetivo geral investigar o processo de saída voluntária de integrantes de uma facção criminosa, a partir da perspectiva adotada pela Psicossociologia, utilizando elementos discursivos da área de Gestão de Pessoas. Já seus objetivos específicos abarcaram: a) Descrever e analisar o processo de inserção desses membros em uma facção criminosa e b) descrever e analisar o processo de desligamento voluntário de um membro de organização criminosa da cidade do Rio de Janeiro. Por tratar-se de um trabalho científico, buscou-se não fazer julgamento ético e moral da atividade, mas identificar como é realizada a apropriação de elementos do discurso típico da área de gestão de pessoas dentro de uma facção criminosa. Para contextualizar a pesquisa, recorreremos a algumas definições teóricas (resultantes de revisão bibliográfica) e a documentos diversos (como leis, reportagens e entrevistas), para mostrar que essa apropriação discursiva não é feita somente pelos traficantes. Trata-se de uma construção psicossocial, que se manifesta das mais diferentes formas. Adota-se nesse trabalho a compreensão de que o conceito de organização, estudado pela área de Gestão de Pessoas, pode ser aplicado para o melhor entendimento da facção criminosa. Mesmo porque, inclusive do ponto de vista legal, a facção criminosa é considerada uma forma de organização. A caracterização de organização criminosa passou a ser definida na esfera jurídica a partir da publicação da Lei nº 12.850, datada de 2 de agosto de 2013. Na redação de seu primeiro parágrafo da lei 12.850/2013, a formação de organização criminosa é definida como: “Associação de quatro ou mais indivíduos em uma estrutura permanente e organizada, com tarefas divididas entre estes integrantes mesma que informal com o objetivo de obter qualquer proveito, mediante o cometimento de infrações penais de caráter transacionais”. (BRASIL, 2013).

Segundo Artigo 33 da Lei nº 11.343 de 23 de Agosto de 2006, do código penal brasileiro, é considerado tráfico de drogas, as seguintes atividades: “Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender,

expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal". (BRASIL, 2006). Assim, podemos considerar que a facção criminosa seria uma organização, sendo pertinente aplicar no seu estudo as mesmas diretrizes e princípios utilizados no campo das teorias organizacionais (embora a tradição nesse campo seja das organizações formais). Da mesma forma, poderíamos dizer que o tráfico seria o "negócio", a atividade-fim dessa organização, ou pelo menos a atividade principal, em torno da qual se desenvolvem outras atividades, que poderiam ser consideradas periféricas.

Como instrumento de para produção/construção de informações, foi utilizada a entrevista semiestruturada. Segundo Minayo (2014) a modalidade de entrevista semiestruturada difere apenas em grau da não estruturada, porque na verdade nenhuma interação, para finalidade de pesquisa, se coloca de forma totalmente aberta ou totalmente fechada.

Foram entrevistados quatro sujeitos de uma facção criminosa da cidade do Rio de Janeiro. Os dados foram analisados pelo método de análise de conteúdo, considerada como pertinente ao referencial teórico adotado. De acordo com Minayo (2014, p. 303) "A análise de conteúdo diz respeito a técnicas de pesquisa que permitem tomar replicáveis e validas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos".

Buscou-se a psicossociologia por proporcionar a análise em diferentes contextos sociais. A Psicossociologia pode ser considerada como uma vertente da Psicologia Social, que dedica especial atenção aos grupos, organizações e comunidades em situações cotidianas. Utiliza frequentemente a metodologia da pesquisa-ação e, com base em seus fundamentos, constroem-se argumentos sobre o processo de formação e transformação dos vínculos entre os indivíduos, além de considerações sobre a dinâmica social e seus processos de mudança (Bendassolli e Soboll, 2011).

Cabe explicar que a opção por analisar uma facção criminosa é convergente com a Psicossociologia, uma vez que "o objeto de estudo e de intervenção da psicossociologia é o sujeito no quadro da vida cotidiana, em seus grupos, organizações e instituições" (Bendassolli e Soboll, 2011, p. 11).

Quanto aos resultados observaram-se vários pontos de aproximação entre as narrativas da área de Gestão de Pessoas, adotadas no âmbito das organizações tradicionalmente reconhecidas como legais e as construções práticas e discursivas apresentadas em torno das facções criminosas. Por exemplo, os processos de entrada dos indivíduos nas organizações criminosas carrega muita proximidade com os processos de Recrutamento e Seleção. Uma vez que o ingresso em uma facção criminosa ocorre através de uma rede de contatos dentro da comunidade, percebemos também a existência de critérios que serão avaliados pelos membros da facção criminosa para então definir se esse indivíduo pode tornar-se um integrante da organização. Já o rompimento com a facção, mostra-se possível, desde que não existam dívidas internas com a organização criminosa e ou integrante vá realizar denúncias que comprometam as atividades do tráfico na região.



GT56: Trabalho, neoliberalismo e reestruturação produtiva: autonomia e alienação

Articulações entre Psicologia e Sindicalismo: Uma experiência de observação

Autor: Mattheus Pessano (FURG) e Gabriela Del Ponte (FURG)

Coautor: Letícia Coutinho (FURG), Thuany Posada (FURG) e Fernanda Camilotto Bortoluzzi (Furg)

A ideia dessa observação surgiu através de uma proposta de avaliação para a disciplina obrigatória titulada de "Psicologia dos Processos Grupais" do curso de Psicologia da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Como avaliação da disciplina, tivemos a observação de um grupo escolhido pelos discentes e a análise desse com base nas teorias de grupais. A partir dessa proposta começou-se questionamentos relacionados aos espaços políticos e sociais que a psicologia deveria se apropriar, principalmente, devido ao momento atual da política brasileira e da necessidade de uma psicologia participativa dentro dos movimentos sociais. Assim, a observação teve como finalidade explorar os processos políticos e sociais envolvidos nos membros de dois sindicatos de trabalhadores da rede de educação pública vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) na cidade de Rio Grande - RS.

Historicamente, os sindicatos surgiram como ferramentas de articulação e unidade entre as classes para lutar pelos seus direitos e interesses, sendo fundamentais nas conquistas dos direitos da classe trabalhadora. Martin-Baró discorre sobre a importância do grupo e da necessidade de enfatizar a identidade grupal e o significado social desses, um sindicato constitui sua identidade grupal num processo de existência anticapitalista e crítica ao sistema, no momento em que todas(os) as(os) integrantes estão unidas(os) para reafirmar sua existência dialeticamente enquanto classe trabalhadora em oposição ao estado burguês (Martins, 2003). E como proposto por Silvia Lane e Bader Sawaia (1991) é dever da Psicologia entender o processo dialético dos indivíduos, que ocorre através das interações sociais. Além disso, a psicologia deve conhecer os processos grupais que produzem as identidades pessoais e ao mesmo tempo produzem uma série de significações e significados através da cooperação e da compreensão de determinantes histórico-sociais. Assim, a práxis psicológica deve se dar por meio de um movimento de conscientização social, através de atividades transformadoras da sociedade (Lane & Sawaia, 1991).

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência de uma observação em dois sindicatos de professores da rede pública de educação durante o mês de maio de 2019, na cidade de Rio Grande - RS. Cada observação teve duração de 4 horas, tendo sido utilizado um diário de campo para descrever as atividades observadas, e também foi apresentado um termo de consentimento, assinado pela professora para apresentar os estudantes e explicar a atividade. Essa experiência se articula com o eixo 5 - Psicologia Social e trabalho no neoliberalismo: lutas sociais e resistências e ao grupo de trabalho 56 ao propor um debate e algumas análises sobre a necessidade de se construir no coletivo pelos sindicatos, considerando estes como uma ferramenta importante para se disputar espaços de tensão em que o trabalhador de forma individualizada não conseguiria ter voz. Um espaço importante de geração de autonomia, autogestão dos próprios trabalhadores e de se colocar em luta contra os retrocessos.

A primeira reunião observada aconteceu no sindicato que representa (as)os professoras(es), funcionários e especialistas em educação do estado. A reunião iniciou-se com a leitura de informes gerais, e após começaram as discussões das pautas colocadas pelas(os) conselheiras(os), que possuem a função de levar as demandas da escola para as reuniões e são a representação do sindicato dentro das escolas. Nesse momento foi relatado a situação da falta de articulação da categoria, o desinteresse da classe em participar do sindicato e das paralisações. A principal questão trazida é que sempre após as paralisações, ocorre penalizações e as(os) professoras(es) devem recuperar o tempo perdido, tornando exaustivo a participação nas atividades e por muitas vezes nem assim suas demandas são escutadas. Na reunião estavam também presentes novos membros do sindicato, que demonstraram um grande interesse nas manifestações e em conversar com os moradores da comunidade em defesa da educação. Um desses professores novos no sindicato demonstrou a preocupação em relação a reforma do ensino médio, com o questionamento "não havia mais o que fazer". Uma das dirigentes respondeu que a luta deveria continuar e que eles não deveriam desistir. Um ponto que chamou a atenção durante a reunião foi que as professoras mais antigas afirmavam cansaço, e em contraponto, os novos integrantes expressavam muitas ideias e vontade de participar

ativamente das organizações do movimento nacional de professoras(es). Tal momento do grupo foi entendido como reflexo do cenário político em que se observa a desarticulação do movimento sindical nos últimos anos no Brasil.

A segunda reunião observada aconteceu no sindicato cuja representação abrange trabalhadores, técnicos e professores da rede municipal de Rio Grande. A reunião de conselheiros do sindicato, assim como a anterior, se iniciou com a leitura dos informes gerais. Um dos informes foi relacionado a entrega de uma carta ao presidente da câmara de vereadores do município pedindo um posicionamento em relação a PEC 00619. A carta relatava como a reforma da previdência iria prejudicar todos os trabalhadores, mais especificamente a categoria dos professores, composta em sua maioria por mulheres. A reunião também deliberou sobre o envolvimento dos membros do sindicato na mobilização nacional contra a PEC. Houve relatos sobre outros professores que apoiavam as medidas e sobre como não percebiam que tais reformas afetam suas vidas, a de seus filhos e seus alunos, como relato de uma sindicalista que disse se encontrar sozinha dentro da escola e que seus colegas chamaram os sindicalizados de vagabundos. O último informe foi a leitura de três projetos de lei que estavam relacionados com o Escola Sem Partido e que foram escritos pelo mesmo vereador. Os projetos tinham como eixos principais a proibição da abordagem teórica considerada “doutrinação ideológica” e a proibição da educação sexual em sala de aula, com a consideração de que fotos da anatomia do corpo humano seriam “pornográficas”. Os professores presentes na reunião sindical consideraram esse projeto um ataque direto, além de uma insinuação de que de eles abusavam e/ou assediavam os alunos. Terminado os repasses, a pauta única da reunião foi sobre a mobilização da luta sindical contra os retrocessos que se prevêem nos próximos anos. Nesse sentido, uma das coordenadoras afirmou que a categoria tem que se unir enquanto sindicato, e que os conselheiros que atuam como representação sindical dentro das escolas precisam defendê-lo. Pois, considera que apenas na luta organizada há a conquista de pautas importantes. Considerou ainda que o sindicato teve várias vitórias políticas significativas, ao longo dos anos na defesa das(os) professor(as)es, ressaltando a importância da luta coletiva e não individualizada.

Diante da experiência da observação destes dois momentos, percebe-se que as coordenações dos sindicatos e outros movimentos sociais encontram um desafio de fazer com que as metas e as propostas dos sindicatos e de suas lideranças correspondam aos interesses materiais e simbólicos dos sindicalizados. A abordagem de reivindicações justas e que as ações coletivas propostas estejam no horizonte de seus próprios sentimentos de eficácia política. Uma complexa tarefa de combinar objetivos e estratégias do movimento com as aspirações e capacidades auto percebidas do movimento (Sandoval, 2001). Ao falar sobre subjetividade devemos debater e criticar o sistema econômico e político vigente, o qual adocece os trabalhadores. Os sindicatos são uma das principais forças de resistência dessas classes, representando os desejos e as pautas de seus associados. Quando a classe trabalhadora se torna unidade o lucro é comprometido, e os trabalhadores têm voz de negociação. Questiona-se também como o psicólogo social escolar, enquanto membro da instituição escolar, se envolve nesta luta. Os psicólogos estão lutando? Que enfrentamento a exploração é realizado por aqueles que não são participativos nos movimentos sociais? Assim, ao questionarmos o ativismo das(os) psicólogas(os), propomos uma maior participação destes nos espaços de luta, desde inserindo no campo para conhecimento, como fizemos ou através de participação direta nas mobilizações. Já que entendemos que a mobilização coletiva se dá como forma de libertação do sistema e um modo de resistência diária à precarização das escolas públicas, e como proposto por Martín-Baró (1996), o psicólogo não tem função de resolver os problemas sociais, mas sim de auxiliar na superação das identidades alienadoras e transformar as condições de opressão do contexto social.

Referências

Lane, S. T. M., & Sawaia, B. B. (1991). *Psicología: ciência o política?* In M. Montero (Ed.), *Accion y discurso. Problemas de psicología política en America Latina* (pp. 59-85). Caracas, Venezuela: EDUVEN.

Martín-Baró, Ignacio. (1996). *O papel do psicólogo*. *Estudios de Psicologia* 1996, 2(1), 7-27. Recuperado em 10 de agosto, 2019, de <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>.

Martins, S. T. F. (2007). *Psicologia social e processo grupal: a coerência entre fazer, pensar sentir* em Silvia Lane. *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 76-80. Recuperado em 22 de junho, 2019, de <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000500022>

Sandoval, S. A. M. (2001). *The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s*. *Psicologia Política*, 1(1), 173-195. Recuperado em 24 de junho, 2019, de <https://abpsicologiapolitica.files.wordpress.com/2019/06/revista-psicologia-politica-v1n1.pdf>



Aspectos de trabalho e saúde dos docentes atuantes na rede estadual de ensino do Sul de Minas Gerais

Autor: FERNANDA (UNIFAL) e Ludmila Brandão (UNIFAL)

As pesquisas sobre trabalho docente e saúde no Brasil emergiram a partir da década de 1990, com diversos grupos de pesquisadores, vinculados, em sua maioria, a Universidades Federais e financiados por Sindicatos de Categorias Profissionais. Seguindo a lógica neoliberal do período, as políticas públicas para educação foram inseridas na lógica de mercado, com implementação do modelo gerencialista, voltado para qualidade, eficiência, avaliação e accountability. Não obstante, para atender referida visão administrativa, inúmeras novas responsabilidades foram atribuídas ao professor, sem observar as consequências para o educador dessa polivalência, bem como para aspectos de valorização do profissional. (ARAÚJO, PINHO e MASSON, 2019). Com intuito de contribuir para o desenvolvimento da temática, a presente pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar os aspectos do trabalho e as reações físicas desencadeadas nos professores da rede estadual de ensino do Sul de Minas Gerais. A população da amostra é composta por 435 docentes das escolas públicas da rede estadual de Três Corações e Varginha. A amostra é não probabilística e definida por critérios de acessibilidade. A coleta de dados foi operacionalizada por meio da aplicação da Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT) e do Questionário de Saúde Geral (QSG)-12. A EADRT é uma escala de 7 pontos e visa avaliar nos últimos meses os danos provocados pelo trabalho. Assim, 0=nenhuma vez, 1=uma vez, 3=três vezes, 4=quatro vezes, 5=cinco vezes, 6=seis ou mais vezes. Os itens propostos nesta escala retratam situações muito graves relacionadas à saúde. Assim, a sua aparição e repetição num nível moderado já significa adoecimento, razão pela qual o ponto médio embora matematicamente seja 3, para fins de análise, é desdobrado em dois intervalos com variação de desvio padrão. Os resultados, portanto, devem ser classificados em quatro níveis: acima de 4,1 (mais negativa, presença de doenças ocupacionais), entre 3,1 e 4,0 (moderada para frequente, grave), entre 2,0 e 3,0 (moderada, crítico) e abaixo de 1,9 (mais positiva, suportável). No presente estudo, a EADRT foi utilizada apenas na análise do fator danos físicos, que está relacionada a dores no corpo e distúrbios biológicos (MENDES, 2007). O QSG-12 é tem aplicação internacional consolidada no campo ocupacional e alinha-se à temática da Saúde Mental e Trabalho, sendo utilizado para mensurar deteriorações menores em saúde mental, ou seja, transtornos psíquicos leves e não-psicóticos (BORGES, ARGOLLO, 2002). O QSG-12 é composto por 12 perguntas com quatro opções de resposta numa escala de concordância. A apuração das respostas seguiu o sistema de escore 0011, atribuindo-se zero às duas primeiras opções de respostas ou um para escolhas da terceira ou quarta categorias, sendo os escores totais variam de zero a 12 e o ponto de corte $\frac{3}{4}$ foi adotado para definir indivíduos sem ou com transtornos mentais comuns (FERREIRA, 2015). O programa SPSS (Statistics Package for Social Science) foi utilizado para auxiliar na análise dos dados, tratando de forma estatística as informações coletadas. Pelo que se observou das análises, o Teste T para número de escolas foi positivo na análise do Questionário de Saúde Geral (QSG) 2 (perda do sono), 3 (desenvolvimento de papel útil na vida), 7 (satisfação com as atividades normais do dia-a-dia), 8 (capacidade de enfrentar seus problemas adequadamente) e 12 (sente feliz). Assim, infere-se que quanto maior o número de escolas trabalhadas, os docentes sentem mais que o de costume a perda do sono e menos que o de costume os demais itens, demonstrando claramente a influência da sobrecarga de trabalho no desencadeamento de transtornos psíquicos leves. Na análise do QSG Total, constata-se que 379 dos 435 entrevistados estão no escore 00, ou seja, nas duas primeiras opções de respostas, sendo que apenas 56 entrevistados, ou seja, 12% estão no escore 11, ou seja, nas duas últimas opções, que está mais especificamente relacionada a incidência dos transtornos mentais comuns. Quanto ao QSG Fator 1, 415 entrevistados estão no escore 00, ou seja, nas duas primeiras opções de resposta e apenas 20 entrevistados, ou seja, 5% no escore 11. Quanto ao QSG Fator 2, 402 entrevistados estão no escore 00 e apenas 33 entrevistados, ou seja, 8% no escore 11. É importante destacar dessa análise que, apesar da minoria dos entrevistados apresentar escore 11, o fato das perguntas utilizar o termo "de costume", pode implicar a incidência de transtornos psíquicos leves no grupo que está no escore 00, pois podem ser afetados pelos problemas relacionados na escala a tanto tempo que já são indiferentes quanto a sua incidência, ou seja, já assimilaram, se acostumaram aos problemas ali referidos. Na análise do número médio de alunos por turma, houve correlação significativa para a Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT) nos fatores 2 (dores nos braços), 5 (distúrbios digestivos), 7 (distúrbios auditivos), 9 (distúrbios na visão) e 13 (problemas vocais), e o Questionário de Saúde Geral (QSG) Total, 1 e 2. Constata-se, portanto, que, quanto maior o número médio de alunos por turma, os docentes são mais afetados por transtornos psíquicos menores e danos físicos expressos nos itens acima relacionados. Na análise da Escala

dos Danos Relacionados ao Trabalho (EDRT) Total, infere-se que 143 pessoas dentre os 435 entrevistados sentiram os problemas físicos relatados abaixo de 1,9. Assim, apenas 32% dos entrevistados estão na avaliação mais positiva, que implica níveis suportáveis relacionados a problemas físicos. Dessa análise, pode-se inferir que a maioria dos docentes entrevistados apresentam danos físicos. A correlação estabelecida entre tempo de serviço é significativa em relação ao QSG Total, 1 e 2, sendo inversamente proporcional, ou seja, quanto mais tempo de serviço, menor a percepção do docente com relação aos transtornos psíquicos menores. O que já não ocorre quanto a Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT), assim, quanto mais tempo de serviço, maior a incidência dos danos físicos. O trabalho alinha-se ao eixo 5 e aos grupos de trabalho 56, 26 e 20, diante da abordagem da saúde psíquica envolvendo a organização do trabalho docente e suas transformações com o capitalismo neoliberal. Almeja-se que os resultados possam contribuir para formulação de políticas públicas, com melhora nas condições de trabalho e à promoção da saúde do trabalhador. A pesquisa faz parte do projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFAL.

Coaching de carreira como ferramenta da psicologia social comunitária: pesquisa documental

Autor: Roberto Carvalho (UNIFIEO)

Coautor: Gabriela Mazzei (UNIFIEO), PAULA COIMBRA DA COSTA PEREIRA e Álvaro da Cruz Picanço Junior (UNIFIEO)

Introdução: este estudo está relacionado ao eixo temático 5 denominado “Psicologia Social e trabalho no neoliberalismo: lutas sociais e resistências”, uma vez que discute questões relacionadas ao trabalho, tais como a inserção de universitários no mercado de trabalho, e ferramentas para manutenção dos empregos ou evolução profissional, frente às configurações contemporâneas do novo capitalismo neoliberal.

Com o intuito de auxiliar o jovem ingressante no mercado de trabalho, bem como a manutenção do emprego aos demais profissionais, frente ao atual momento econômico-social em que o Brasil se encontra, o coaching de carreira apresenta papel relevante como instrumento da Psicologia Social Comunitária, que atua no intuito de auxiliar em questões ligadas às dificuldades que certos grupos sociais apresentam. Este campo aliou-se fundamentalmente à Psicologia Social, em sua perspectiva crítica, a fim de produzir intervenções sociais de caráter coletivo. (Gonçalves & Portugal, 2016).

Neste cenário, o trabalho do psicólogo comunitário requer uma formação com dimensões sociais e políticas abrangentes para a inserção na comunidade, sendo que sua especificidade está justamente na possibilidade de intervir em tais dimensões. Assim, é necessário diferenciarmos a prática do psicólogo de outros profissionais também envolvidos nas atuações comunitárias. (Gonçalves & Portugal, 2016).

Com objetivo de verificar se o processo de coaching de carreira, funciona como ferramenta da psicologia social comunitária, este estudo fez uma busca em periódicos indexados em bases nacionais, resultando em 14 artigos, que foram submetidos ao software IRAMUTEQ, cujo resultado configurou cinco classes, a partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Neste estudo, foram identificados a partir dos resultados, três grupos maiores: 1) ingresso no mercado de trabalho por parte dos jovens oriundos de classes sociais menos privilegiadas; 2) manutenção dos empregos por parte dos trabalhadores, através do fortalecimento das relações de trabalho entre líder e equipes; e 3) a progressão na carreira como processo de promoção na ascensão social.

Método

Fonte de dados: artigos nacionais indexados nas bases de dados Pepsic, IndexPsi, Scientific Electronic Library Online - Scielo e no buscador Google Acadêmico. Ao todo foram verificados 20 periódicos, nos quais foram localizados um total de 36 artigos a partir dos termos de busca: coach, coaching, “carreira graduação”, “ingresso na carreira graduação”, “início na carreira profissional”.

Procedimentos de coleta e dados: após uma primeira análise de todos os resumos que abordaram a temática do coaching de carreira (de forma direta ou indireta) ao todo 36, o número de artigos foi reduzido para 14, presentes em 10 dos periódicos verificados. Estes foram definidos de acordo com os seguintes critérios de exclusão: a) artigos com temática relacionada à atividade esportiva; b) artigos com temática relacionada à área da saúde. **Organização e análise dos dados:** optou-se por trabalhar com a seção de resultado, discussão e considerações finais de cada artigo ao invés dos resumos, para que houvesse mais informações quanto aos dados produzidos por

participantes. O material textual resultante foi submetido ao processamento do software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) programa computacional gratuito para processamento e organização de dados textuais, ligado ao pacote estatístico R para análises de conteúdo (Camargo & Justo, 2013).

Resultados: os 14 artigos selecionados foram organizados em um único banco (corpus) e submetido ao software, que fracionou o corpus em 699 segmentos de texto (ST), dos quais 542 foram aproveitados na análise, o que representa aproximadamente 77,54% do corpus, originando cinco classes. A Classe 1, denominada "a parceria entre coach e líderes", abarcou trabalhos que focaram na busca de coaches para auxiliar líderes e suas equipes no âmbito empresarial promovendo alta performance no desempenho da gestão emocional. Exemplo de estrutura de texto:

"...com o coaching e criada uma relação de apoio e de proximidade quer entre o líder e os membros do grupo quer entre os membros pares tornando natural a diminuição das emoções negativas e o aumento das emoções positivas" (*art_008 *resultados).

A Classe 2, denominada "transição da universidade para o mercado de trabalho", abrangeu estudos que evidenciaram a busca de estudantes universitários por coaches com o intuito de se desenvolver realizando sua transição de estudante para profissional qualificado no mercado de trabalho. Segue estrutura de texto:

"...os relatos apresentados pelos discentes participantes desta pesquisa revelaram que através da intervenção grupal da troca de experiências e da relação de colaboração e coleguismo entre os membros de um grupo é possível alcançar resultados positivos com as intervenções sociais realizadas o grupo teve a oportunidade de construir uma aliança grupal que encorajou os participantes na busca de seus objetivos esse processo facilitou aos sujeitos da pesquisa maior conhecimento sobre o mercado de trabalho" (*art_007 *resultados).

A Classe 3, denominada "coach auxiliando na busca da evolução profissional" abarcou estudos que discutiram a busca dos profissionais por promoção ou permanência no trabalho, necessitando de uma mediação para promover uma evolução no seu desempenho. Exemplo de estrutura de texto:

"...indicado a se submeter ao programa de coaching por seu superior imediato a queixa revelou a necessidade de desenvolver no coachee o trabalho em equipe e a comunicação". (*art_005 *resultados)

A Classe 4, denominada "coaching no desenvolvimento do autoconhecimento", abarcou estudos que trouxeram a necessidade dos trabalhadores de conhecerem suas habilidades para favorecer sua produtividade.

"...é possível verificar a relevância do autoconhecimento e do comprometimento com a carreira contribuindo não somente na tomada de decisão durante a transição mas também em escolhas mais satisfatórias na vida pessoal do indivíduo)

A Classe 5, denominada "o processo de coach promovendo apoio grupal" artigos que trouxeram a importância do entrosamento grupal para um ambiente facilitador e agradável de trabalho. Ilustrado no exemplo a seguir: "...de acordo com estes resultados podemos inferir que um clima de apoio oferecido pelo líder e a proximidade deste com o grupo assim como a proximidade entre pares propiciadas pelo coaching parecem criar um ambiente propício ao desenvolvimento de poucos conflitos" (*art_006 *resultados).

Conclusões

De acordo com os resultados encontrados, o coaching de carreira atendeu aos objetivos de preparação e auxílio de estudantes universitários para processos de planejamento e decisão quanto à transição de suas carreiras e inserção no mercado de trabalho.

Quanto ao trabalho do coach para apoiar líderes e suas equipes os resultados promoveram uma aproximação do gestor com sua equipe, de forma que a melhoria do suporte emocional, e a proximidade afetiva, aumentaria consequentemente o desempenho dessa equipe, resultando numa maior produtividade.

Conclui-se que o coaching ainda é uma ferramenta recente, com poucos estudos publicados, mas tem tido na psicologia social comunitária uma inserção com proveitosa utilização para solucionar questões referentes a carreira de forma geral, seja esta em fase inicial ou para promoção e ascensão de profissionais.



O panorama atual das perícias em trabalho-saúde: a construção das perícias em Saúde do Trabalhador

Autor: Bruno Chapadeiro Ribeiro (UNIFESP)

A presente pesquisa sobre as perícias em trabalho-saúde, visou conjugar uma análise diacrônica, de forma que nos preocupamos com a gênese e o desenvolvimento deste campo no bojo das práxis em trabalho-saúde no Brasil; com uma análise sincrônica, pensando sua estrutura e função dentro do que cunhamos, sistema jurídico-sanitário, na contribuição da organização da esfera da superestrutura na sociabilidade do capital. Demoramos a compreender que finalmente o lugar do qual falamos: (1) parte do olhar da Psicologia, principalmente da Psicologia Social do Trabalho, ou seja, de nossa formação inicial, em que temos intrínseca uma herança de exercício constante da escuta apurada e analítica voltada para a compreensão do desgaste no trabalho; (2) abrange uma concepção sociológica oriunda eminentemente da Sociologia do Trabalho que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais inerentes à sociabilidade do capital; (3) compreende “saúde” e “doença” enquanto um processo dinâmico e contraditório resultante da confluência (com ou sem coerência) das políticas econômicas e sociais, das transformações do meio ambiente e ambiente de trabalho que tem nos pressupostos da Medicina Social Latino Americana um modelo de investigação que afirma sua historicidade e busca compreender a multiplicidade de suas determinações; (4) visa à tutela jurídica da saúde dos trabalhadores porquanto direito inalienável próprio da visão do Direito do Trabalho crítico e; (5) entende “Educação” enquanto processo social com vistas à emancipação do trabalho estranhado inerente à forma social do capital. Em síntese, e como confluência dos diversos campos de estudo apresentados, seguimos os moldes do campo da Saúde do Trabalhador que tem como (a) Objeto: compreender as relações entre o processo de trabalho e a saúde (LACAZ, 1996); como (b) Método: os pressupostos do Movimento Operário Italiano (ODDONE, RÉ & BRIANTE, 1981); e ocorrendo dentro de um (c) Espaço: ou seja, no âmbito de políticas públicas, agregando o conceito de “práticas discursivas” de Foucault (1987). Como também, ancoramo-nos a todo tempo no método dialético para conhecermos a realidade concreta desse sistema pericial em trabalho-saúde em seu dinamismo e nas inter-relações. Por pesquisarmos um objeto vivo, mutável e em constante transformação que jaz à mercê das transformações político-econômicas do país, não se configurou sobremaneira porquanto empreitada simplificada. Inclusive, o próprio percurso da pesquisa, bem como a formação enquanto intelectual do pesquisador alteraram-se bastante no decorrer da mesma. A princípio, pensou-se em estudar somente os laudos psicológicos produzidos pelos peritos na esfera da Justiça do Trabalho. Entretanto, ao refletirmos que um instrumento, ou o produto de um trabalho não fala por si, mas sim que este é a síntese de uma gama de determinações e contradições sistêmicas, optamos por ampliar o escopo com vistas à compreensão do funcionamento deste “mundo” das perícias em trabalho-saúde, ampliando inclusive o universo dos laudos para os que tratassem das demais doenças não descartando que em todas há também o sofrimento psíquico de quem as experiencia. Assim, foram analisados não somente os laudos periciais, como também demais documentos e leis que abarcam o universo das perícias em trabalho-saúde, bem como o trabalho desse profissional com suas potencialidades e limites, e do funcionamento orgânico deste sistema a partir da imersão nas esferas institucionais ligadas a esse fazer e da aproximação a pessoas que nelas transitam. Apresentamos também dados que pudemos colher a partir de estágio doutoral no exterior, no caso, a França, para, numa breve comparação com um país de economia dita mais avançada, como também com vasta produção de estudos científicos sobre a temática em questão, empreendermos uma breve análise comparativa entre as formas periciais encontradas nos dois países, sem perder de vista as diferentes formações sociais e econômicas que separam ambos. Os resultados encontrados sugerem que o sistema pericial tal como o encontramos no mundo real e concreto no Brasil não funciona, ou ao menos não se presta a quem deveria, no caso, os trabalhadores brasileiros(as) que prosseguem em suas duras jornadas pela saúde no trabalho. À guisa de conclusão e sem nos esquecermos as diferentes formações sociais e históricas que existem entre o contexto francês e o brasileiro, ao expormos sucintamente a experiência do *Système d’Information Concret (SIC)*, buscamos evidenciar outro modo de se pensar uma forma pericial que combine o uso de recursos tecnológicos informacionais com um olhar situado sobre o processo produtivo, considerando o saber do trabalhador. Assim, sendo possível superarmos o modelo biomédico pautado no corpo, na norma, na doença e em protocolos já defasados como a CIDID que pautam hoje as perícias em trabalho-saúde em seus mais variados contextos e formas de ser, e pudermos ampliar o olhar para o campo intersetorial, multiprofissional e transdisciplinar da Saúde do Trabalhador, fazendo uso de instrumentos que favoreçam avaliações dinâmicas e interativas de tipo biopsicossociais tais como a CIF, prova-

velmente então, teremos perícias que saibam compreender os determinantes sociais do processo saúde-doença, integrando trabalhadores, profissionais de saúde e pesquisadores em rede interlocucional com vistas à quebra de paradigmas enraizados social e historicamente no interior do sistema jurídico-sanitário superestrutural, tendo no horizonte, a busca por formas de superá-lo.

Obediência e Conformidade no Mundo Corporativo

Autor: Alessandro

Introdução

A empresa moderna se apresenta como uma extensão daquilo que chamamos de lar. São comuns escritórios descolados e com diversas opções de lazer, além disso, palavras como 'família', 'amizade', 'equilíbrio' e 'colaboração' fazem parte dos valores de empresas citadas em listas de "melhores lugares para trabalhar" e que, conseqüentemente, são disputadas pelos quase 13 milhões de brasileiros desempregados.

Por trás do discurso, todavia, há contratos sociais e práticas que fomentam e reforçam a obediência às autoridades organizacionais, à conformidade com um código social e às relações de subordinação, que são formalizadas através do organograma ou ficam implícitas no mapa do poder (organograma dos relacionamentos e das influências exercidas pelas pessoas, independentemente do nível hierárquico). Observa-se que a busca pela adequação ao modelo corporativo resulta em um comportamento passivo, mesmo diante de práticas exploratórias, e no adoecimento do trabalhador.

Objetivo e orientação teórica

Este trabalho faz uma análise crítica das atuais práticas corporativas, sob a luz dos conceitos de obediência e conformidade, apresentados por Stanley Milgram no livro *Obediência à autoridade* (publicado no Brasil pela editora Francisco Alves), principal referência deste trabalho:

"Considere um recruta que entra para o serviço militar. Ele realiza escrupulosamente todas as ordens de seus superiores. Ao mesmo tempo, ele adota os hábitos, rotinas e linguagem de seus semelhantes. O primeiro representa obediência e o último, conformidade." (MILGRAM, 1983, p. 131).

Norteiam a pesquisa, também, as ideias dos livros *Obediência, autoritarismo e foro interior*, organizado pelas pesquisadoras Marion Brepohl e Roseli Boschilia e publicado em 2017 pela editora UFPR, e *Psicopolítica-O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*, de autoria do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han e publicado no Brasil em 2018, pela editora Âiné.

Método

A discussão proposta é defendida usando como exemplo empresas de Tecnologia da Informação e do segmento Financeiro, sediadas em São Paulo. A partir de informações disponibilizadas pelas próprias empresas ou encontradas em sites de notícias, é possível conhecer a oferta de entretenimento e distração para os funcionários. São escritórios com diversas opções de lazer, dentre as quais:

- Videogame;
- Piscina de bolinha;
- Violão;
- Fliperama;
- Patinete;
- Cerveja e outras bebidas.

Desta forma, a empresa se apresenta como um lugar de diversidade e liberdade, um local onde as pessoas (leia-se: funcionários) podem ser quem realmente são, permitindo que todos usem o seu potencial de produtividade e criatividade. Para reforçar o engajamento e o senso de pertencimento, as empresas costumam criar um substantivo para definir os seus funcionários (por exemplo a Credits, que chama os seus funcionários de Tripulantes) ou simplesmente nomeiam o grupo como uma 'família', induzindo o entendimento de que o vínculo empresa-funcionário já não é apenas funcional, mas afetivo.

Além do aparente encanto, entretanto, não são poucos os relatos e demonstrações da incoerência corporativa. Uma busca no site Glassdoor (www.glassdoor.com.br), plataforma onde funcionários (atuais e antigos) podem



relatar anonimamente a experiência de trabalhar nas empresas, indica que a prática não condiz com a mensagem vendida. Assédio moral, carga de trabalho excessiva, desrespeito e discriminação são citados por dezenas de pessoas que trabalharam (ou ainda trabalham) nessas organizações. Quando essas situações se tornam públicas, as empresas se defendem dizendo que são posturas isoladas e que não representam a cultura e nem os valores corporativos.

Se de um lado a empresa tenta criar um ambiente colaborativo e familiar, por outro lado temos metas agressivas e indicadores que incentivam a competição interna, Byung-Chul Han já nos alertou sobre a impossibilidade de existir amizade no ambiente neoliberal:

“O sujeito neoliberal como empreendedor de si mesmo é incapaz de se relacionar livre de qualquer propósito. Entre empreendedores não surge amizade desinteressada.” (HAN, 2018, p. 11).

Resultados

Analisando o discurso e a prática corporativa, é possível observar uma tentativa de “forçar” o engajamento para garantir a obediência e a conformidade com aquilo que é pregado pela empresa, de preferência sem questionamento.

Mas o escritório “moderno” e o seu modelo de gestão podem estar contribuindo no adoecimento das pessoas. As mesmas publicações que enaltecem as práticas corporativas também trazem indicadores preocupantes. A capa da edição 60 (fevereiro/março de 2019) da revista Você RH traz no título-em caixa alta-a frase “Causa mortis: Trabalho”, o subtítulo apresenta um número: 120.000 pessoas morrem nos EUA todos os anos por causa do trabalho. No site da revista Exame, há um artigo que cita a pesquisa realizada pelo International Stress Management Association, esta pesquisa concluiu que 72% da população brasileira sofre alguma seqüela do estresse.

Mesmo com os preocupantes indicadores, é possível observar que a área de Recursos Humanos das empresas, mesmo quando composta por pessoas formadas em Psicologia, não atua usando como base as definições previstas na Psicologia Organizacional e do Trabalho, documentadas na resolução 013/2007 do Conselho Federal de Psicologia. Deixando de lado o básico para garantir a saúde mental do trabalhador, o RH foca somente em ações que buscam a melhoria de desempenho e maior produtividade.

Conclusões

Conclui-se que a essência do relacionamento empresa-funcionário é baseada na exploração, algo que não mudará devido o capitalismo, que é o sistema econômico vigente. Reconhecendo este princípio, há algumas práticas que poderiam ser observadas pelas empresas e pelos funcionários:

EMPRESAS

- Reconhecer a essência exploratória do relacionamento com os funcionários;
- Criar mecanismos de controle que evitem o abuso da relação de poder chefe-subordinado;
- Buscar uma relação justa, considerando o lugar de fala das pessoas que são silenciadas e que só podem se expor no anonimato de sites como o Glassdoor (www.glassdoor.com.br).

FUNCIONÁRIAS E FUNCIONÁRIOS

- Sempre lembrar que o propósito da empresa é o lucro, ou seja, resultado financeiro para o acionista;
- Manter uma relação funcional com o trabalho, se protegendo do discurso e das práticas que a empresa oferece para criar um vínculo afetivo.



Operadores de alto desempenho: uso do Método de Avaliação de Pessoas (MAPA) na avaliação dos construtos da personalidade no contexto organizacional dos operadores de escavadeira a cabo que atuam na extração de minério.

Autor: Mariana Cabral Valente e Silva e Rebecca Monteiro (Puc Minas)

Coautor: Rafael Nascimento de Castro (PUC MINAS)

Este trabalho teve como objetivo realizar o mapeamento do perfil psicológico dos operadores de escavadeira a cabo que atuam na extração de minério dentro do sistema truckless. Para a realização do mapeamento, foi utilizado como instrumento o MAPA - Método de Avaliação de Pessoas que é um inventário de auto-relato que utiliza a escala likert como modelo de resposta e foi aprovado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em dezembro de 2011. O objetivo do instrumento é avaliar construtos organizadores da personalidade no contexto organizacional. O teste avalia 48 dimensões que estão organizadas em 14 escalas, que podem ser classificadas por meio de competências. O teste está baseado na Teoria Interacionista de Mischel e Shoda (1995) que define a personalidade a partir da interação do sujeito com o meio em que vive e pode ser considerada como um conjunto de variáveis pessoais cognitivas ligadas a um contexto e/ou domínio comportamental específico. Além disso, é possível dizer, por meio dessa teoria, que os indivíduos têm estratégias distintivas que os levam a comportar-se de maneiras características em determinada situação, mas levam a variabilidade comportamental nas diferentes situações. Nesse sentido, de acordo com a teoria de Mischel e Shoda (1995) os traços de personalidade são rótulos, códigos e construtos organizadores aplicados aos comportamentos que podem ser observados, associados às situações em que a pessoa vive, às suas expectativas e crenças, aos seus afetos, às suas metas e valores e às suas competências e planos auto-reguladores. Vale ressaltar, que este estudo faz parte de um projeto de pesquisa intitulado - Programa de Operadores de Alto Desempenho (POAD). A pesquisa tem sido realizada através de quatro núcleos, sendo eles, Núcleo Técnico, Núcleo Clínico e Físico, Núcleo Cognitivo e Núcleo Psicossocial. O Núcleo Psicossocial possui quatro linhas de ação, quais sejam, mapeamento psicológico no qual este trabalho encontra-se inserido, acompanhamento das famílias, análise da atividade, desenvolvimento gerencial e RH e saúde mental. O operador de escavadeira a cabo é responsável pela operação dos equipamentos que compõem o sistema truckless de lavra de minério de ferro (escavadeira, britagem móvel, belt wagon, enrolador de cabos, moega, correias transportadoras, carregadeira e trator) sendo também responsável pela integração das interfaces gráficas do sistema de automação. A atividade desse operador tem como meta atingir as taxas definidas pela organização quanto a produtividade e alcançar os volumes necessários à alimentação contínua da planta de beneficiamento. A fim de coletar dados para a elaboração do perfil desse operador, foi utilizado o teste Mapa e uma entrevista semiestruturada com o objetivo de buscar informações acerca da percepção desse operador sobre a sua rotina de trabalho, bem como seus projetos profissionais dentro da empresa. Segundo Minayo (2014) a modalidade de entrevista semiestruturada difere apenas em grau da não estruturada, porque na verdade nenhuma interação, para finalidade de pesquisa, se coloca de forma totalmente aberta ou totalmente fechada. Participaram deste estudo 16 operadores de escavadeira a cabo que atuam na extração de minério no sistema truckless, todos do sexo masculino e com idades entre 24 e 46 anos ($M= 35,58$; $DP=5,92$). Após a coleta de dados foram procedidas algumas análises estatísticas descritivas com o intuito de verificar as características mais presentes no grupo. A análise dos resultados foi dividida em quatro grandes competências, a saber, competências para a atividade que descrevem como os operadores do POAD fazem a execução do trabalho, competências de autogestão referentes a maneira como esses operadores lidam com seu afetos e emoções, competências de relacionamento interpessoal que dizem respeito a forma como se relacionam com os demais, competências corporais e de risco relacionadas às habilidades corporais para o exercício da função e o envolvimento em situações nas quais existem uma exposição ao risco físico. Dentre os resultados obtidos, observa-se que os operadores apresentam características satisfatórias relacionadas às competências de atividade e de autogestão, pois possuem foco para execução das atividades e não desistem com facilidade diante dos obstáculos que surgem no dia a dia. Além disso, procuram manter uma relação de respeito com as figuras hierárquicas sem perder a capacidade de reflexão crítica, e encontram-se vitalizados, sem sinais de depressão. No que se refere às características de relacionamento interpessoal o grupo demonstra interesse em ser cooperativo e no convívio social, e tendem a se relacionar sem recorrer a atitudes manipuladoras ou de criação de alianças. Por fim, em relação às competências corporais e de risco, os operadores não demonstram se envolver deliberadamente em situações de risco e possuem de forma geral uma boa habilidade manual. Entretanto a habilidade corporal global se encontra rebaixada o que pode comprometer a confiança corporal desses profissionais em um contexto que

exige uma alta propriocepção. A partir desses resultados se faz necessário estudos complementares a fim de verificar a relação dos achados obtidos por meio dessa linha de ação, mapeamento psicológico, com as demais linhas do núcleo psicossocial como o acompanhamento das famílias, análise da atividade, desenvolvimento gerencial e RH e saúde mental.

Reestruturação Produtiva e neoliberalismo: reflexos no trabalho e na saúde do trabalhador

Autor: Yasmin Queiroz (ULBRA) e Joana Alice Ribeiro de Freitas (UFG)

Coautor: Marisa Elias (ESTES/UFU)

Os desenvolvimentos do trabalho desde os primórdios da humanidade até a atualidade foram permeados por reestruturações. Convencionou-se, entretanto, chamar de reestruturação produtiva aquele processo de reorganização e reordenamento da produção ocorrido na última metade do século passado, mais precisamente na virada da década de 1970 para 1980. Neste mesmo período, no plano político, constituiu-se aquilo que se convencionou chamar de neoliberalismo. Ambos tiveram profundos impactos nas formas como se organizavam e realizavam os processos de trabalho concretamente existentes.

Se de um lado, o trabalho, de acordo com Marx (2013), como categoria universal, é a relação de mediação entre ser humano e natureza, por meio da qual o ser humano cria as condições materiais e simbólicas de sua existência, por outro lado, o trabalho se materializa historicamente de formas concretas distintas ao longo da história da humanidade. Desde o trabalho escravo na Antiguidade Clássica, ao trabalho servil na Idade Média e ao trabalho assalariado na modernidade burguesa; mesmo no interior da modernidade burguesa, ele se organizou de formas distintas (Siqueira da Silva & Silva, 2010).

O neoliberalismo enquanto formulação teórica remete, com Hayek, à década de 1940, e consiste em uma alternativa ao controle estatal de talhe keynesiano, característico do modelo taylorista-fordista nos Estados Unidos. Ao contrário do modelo keynesiano, o neoliberalismo caracteriza-se por apregoar uma intervenção mínima do Estado na economia; deixando a regulação desta a cargo do mercado (Harvey, 2008). Suas marcas distintivas são o caráter privatista e o autodenominado Estado mínimo – vale lembrar, entretanto, que o neoliberalismo é a “redução” do Estado apenas para as atividades públicas e sociais, como saúde, educação, previdência etc. e seu fortalecimento enquanto aparato garantidor de lucros das grandes corporações e, em particular, do sistema financeiro. Mais do que mera prescrição normativa, o neoliberalismo pode ser caracterizado como uma ideologia, com forte traço individualista (Netto, Braz, 2008).

A reestruturação produtiva, por sua vez, representa na esfera da produção uma resposta à crise enfrentada pelo modelo taylorista-fordista. Este modelo, que caracterizava-se principalmente pelo controle da produção pelo cronômetro, pela produção em massa, pela mão de obra especializada, pelo trabalho parcelizado e pela divisão rígida e hierárquica do trabalho, em fins da década de 1960 apresenta sinais de exaustão (Heloani, 2007).

A alternativa à rigidez característica do modelo tão bem representado por Charles Chaplin em ‘Tempos Modernos’, que demandava um trabalhador obediente, pouco qualificado e dotado unicamente de força física, que alcança êxito e se universaliza é a forma de organização da fábrica automobilística japonesa Toyota, assim como de outras experiências denominadas por David Harvey (2008) como formas de “acumulação flexível”.

No interior desta nova forma de organização do trabalho passa-se a se requerer um novo tipo de trabalhador, polivalente, qualificado, flexível e comprometido. Delineiam-se a partir daí novas e sofisticadas formas de manipulação da subjetividade: sequestro, segundo Faria (2007); captura, segundo Alves (2011); envolvimento incitado, segundo Coriat (1992) e envolvimento manipulado, segundo crítica de Antunes (2009) a Coriat.

Mais do que concomitantes, reestruturação produtiva e neoliberalismo são processos sociais profundamente articulados e até mesmo complementares. Cada um à sua maneira, a primeira do ponto de vista da esfera da produção, e o segundo do ponto de vista da esfera política, dirige-se em última instância ao trabalho – em sua forma particular alienada (Antunes et al, 2017). Posto ser o trabalho um regulador social fundamental para a subjetividade humana, as consequências destes processos sociais se fazem sentir inclusive em situações de perda do sentido do trabalho, desmobilização dos coletivos, naturalização da violência e a progressiva deterioração identitária (Seligmann-Silva, 2011). Em outras palavras, o sofrimento mental de trabalhadores e trabalhadoras.

O elemento que articula estas três esferas da vida social, a saber, trabalho, neoliberalismo e reestruturação

produtiva pode ser encontrado no conceito de 'crise estrutural do capital' (Mészáros, 2009).

As crises constituem uma normalidade do modo de produção capitalista e eclodem, desde o início do século XIX, em períodos cíclicos mais ou menos regulares. No entanto, estas crises – ora comerciais, ora de superprodução, ora de queda da decrescente da taxa de lucro, de acordo com Marx e Engels – são, no interior mesmo do modo de produção, contornadas (Marx e Engels, 1999). A saída imediatamente utilizada para contornar estas crises cíclicas é a intensificação da exploração do trabalho, e em situações nas quais a magnitude da crise é tal que além do aumento da exploração do trabalho não é suficiente para contorná-la, recorre-se a guerras (Mészáros, 2009).

Ainda de acordo com o autor, a crise de 1968-73, que supera em índices de queda da taxa de lucro a crise de 1929, não pode ser superada com o recurso a uma guerra mundial por razões óbvias, ou seja, a possibilidade de destruição do planeta, da humanidade e, conseqüentemente, do próprio capital. O capital está, então, privado de sua saída eficiente para crises de magnitude elevada. Restam, pois, pequenas guerras parciais (que não solucionam o problema) e a intensificação da exploração do trabalho.

Como desdobramento deste processo de intensificação, o trabalho é pressionado por um lado pela reestruturação produtiva, que aumenta os índices de produtividade, reduzindo os custos de produção, e por outro, pelo neoliberalismo que, por intermédio de sua propositura do Estado mínimo, retira direitos e investimentos de questões sociais. O complexo da alienação manifesta-se aqui não mais da forma 'bruta' do taylorismo-fordismo, mas sim de forma extremamente refinada, encoberta pela névoa do trabalho flexibilizado (Antunes et al, 2017).

Da mesma maneira que o trabalho como categoria universal materializa-se diferentemente ao longo da história da humanidade, a alienação, categoria fundamental do sistema do capital, materializa-se no interior do modo de produção capitalista de formas distintas (a manufatura, a grande indústria, o trabalho taylorista-fordista etc.) (Antunes, 2018), sendo o trabalho toyotista, resultante do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, a forma atual de trabalho (alienado) que se universaliza – o que não significa que ela não coexista não só com formas tayloristas-fordistas e até mesmo com formas rudimentares análogas à da escravidão.

De um ponto de vista mais amplo, a alienação pode ser compreendida como a separação entre o ser humano e o produto de seu trabalho, entre o ser humano e seu próprio trabalho, entre ser humano e sua humanidade e entre ser humano e ser humano – os quatro momentos da alienação desenvolvidos por Marx (2004). De um ponto de vista mais específico, a alienação manifesta-se também na perda por parte de trabalhadores e trabalhadoras de sua autonomia em relação ao que se produz, de como se produz, de para o que se produz e, finalmente, em relação à própria determinação das bases produtivas e reprodutivas da vida. A alienação é, então, o espaço da heteronomia típica da produção capitalista, seja ela taylorista-fordista ou toyotista.

Concretamente, esta relação alienação-autonomia, pode ser encontrada, por exemplo, na forma taylorista-fordista de trabalho que marcou boa parte do século XX – não só no plano imediato da organização do trabalho fabril, mas também em seus desdobramentos como na estrutura escolar (física e curricular), nas relações familiares, na sexualidade, nos próprios processos de subjetivação, na separação em diversas esferas da vida entre elaboração e execução (homo faber e homo sapiens gramscianos) (Mészáros, 2006).

A partir do toyotismo há uma ressignificação no que diz respeito a alguns aspectos da autonomia de trabalhadores e trabalhadoras. A inserção de tecnologia de base microeletrônica e as mudanças relativas ao processo de gestão demandam envolvimento diferenciado do trabalhador, convenientemente renomeado de colaborador. O trabalho individualizado do taylorismo-fordismo é substituído pelo trabalho em equipe, níveis hierárquicos anteriormente rígidos são extintos – a chamada horizontalização das estruturas organizacionais –, da mesma forma, as gerências já não são mais imprescindíveis, como foram anteriormente (Faria, 2004).

O trabalhador altamente especializado característico do modelo de produção em massa é substituído pelo trabalhador polivalente nessa fase da produção do just in time. A clara separação entre planejamento e execução é aparentemente substituída pela participação dos trabalhadores nas decisões e no auxílio à modificação e melhoria do processo de trabalho – os Círculos de Controle de Qualidade são um exemplo disso. Todas estas modificações que aludem ao aumento da autonomia dada ao trabalhador toyotista representam a sofisticação das formas de controle do trabalho, que se tornam mais sutis e insidiosas (Heloani, 2007).

Aos trabalhadores e trabalhadoras é dada tão somente a liberdade para executar e decidir sobre suas tarefas imediatas, em outros termos, maior liberdade para atingir as metas definidas em uma instância à qual os trabalhadores não têm acesso; o processo decisório continua reservado àqueles que planejam o trabalho.

Do ponto de vista dos processos de subjetivação relacionados ao trabalho, o discurso dos modelos flexíveis de gestão passa a demandar trabalhadores e trabalhadoras de maneira distinta. Se a estes era requerida num



momento anterior a mera execução de movimentos repetitivos, diante da atual conformação do trabalho, lhes são requeridos um envolvimento físico, intelectual e emocional total (Faria e Meneghetti, 2007). As consequências deste processo manipulatório são adoecimentos, acidentes, mortes e suicídios, que tem sido uma crescente no mundo do trabalho em escala global.

Sujeito, trabalho e formação: o ensino técnico integrado ao médio ofertado nos Institutos Federais

Autor: Sofia Urt (IFMS)

Coautor: LUCIANE (UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO)

O trabalho e a educação são considerados atividades especificamente humanas e essenciais para o desenvolvimento de cada indivíduo e da espécie. Considerando que a existência humana não é garantida pela natureza, mas deve ser produzida pelos próprios seres humanos, sendo um produto do seu trabalho, significa que o ser humano não nasce humano, ele se forma. Sendo assim, a relação trabalho-educação é indissociável e a separação ocorrida entre trabalho e educação constitui-se em um fenômeno que se manifestou no decurso da história. Sob a sociedade capitalista, o trabalho é transformado em mercadoria, ao trabalhador vender sua força de trabalho no mercado, para criar mercadorias e valorizar o capital, o que não possibilita que se satisfaça e se realize nesse processo, que o desumaniza e o aliena; e a educação é reduzida a um fator de produção, o 'capital humano', que por sua vez, constitui-se em um fetiche que, independente das relações de força e classes, pode possibilitar a equalização social, econômica e política entre os membros de uma sociedade e entre nações. Considerando o trabalho e a educação em seus aspectos contraditórios e, ainda, o trabalho como um princípio educativo, na presente pesquisa de doutorado em andamento, a partir da teoria sócio-histórica, temos por objetivo compreender os impactos no sujeito social decorrentes das exigências do trabalho no sistema capitalista e da formação para o trabalho em atendimento a tais exigências, tendo como foco a educação profissional do ensino médio integrado ao técnico, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs, atuais representantes da oferta pública federal de educação profissional. Historicamente destinada aos menos favorecidos, segundo a concepção progressista, a educação profissional ofertada nos IFs tem como fundamento político-pedagógico a formação humana integral do cidadão, não sendo considerada apenas uma preparação técnica ou treinamento para determinada atividade no sistema produtivo, ainda que o tenha como referência. Posto isso, para consecução de nosso objetivo, temos por objetivos específicos: analisar as concepções do modelo do ensino médio integrado ao técnico, ofertado nos Institutos Federais; analisar o modelo de competência que vem direcionando a organização da educação brasileira, especificamente para a formação dos trabalhadores; e discutir as implicações da formação profissional nos sujeitos, sob a perspectiva integral do ensino médio integrado ao técnico, diante dos objetivos educacionais para atendimento das necessidades do sistema produtivo capitalista. A pesquisa é fundamentada em teóricos e autores referendados pelo materialismo histórico dialético, que direcionam seus estudos sobre a organização produtiva de nossa sociedade e a constituição da subjetividade, bem como sobre os limites e possibilidades da formação profissional diante dessa, a exemplo dos autores Frigotto, Kuenzer, Saviani, dentre outros, pela leitura crítica que têm feito sobre a educação profissional brasileira. Temos por procedimentos metodológicos a análise documental e bibliográfica, tendo como fontes as leis, decretos, políticas e diretrizes para a formação dos trabalhadores brasileiros, e da educação profissional, em especial, do ensino técnico integrado ao ensino médio, ofertado nos Institutos Federais, bem como a bibliografia já produzida de análises críticas desses documentos. A fim de discutir os impactos no sujeito social decorrentes do modelo de educação profissional e das exigências do sistema produtivo, serão analisados os resultados de pesquisas com egressos do ensino médio integrado ao técnico, realizadas pelo Governo Federal e pelos diversos Institutos Federais, e, também, os dados coletados em um grupo focal. Por meio dessa técnica, foi constituído um único grupo, conforme adesão voluntária de participação na pesquisa, com seis estudantes do último período do curso técnico de eletrotécnica integrado ao ensino médio, do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas, a fim de compreender suas concepções e reflexões em relação a formação recebida e as exigências do mundo do trabalho. A realização dos encontros ocorreu no contra turno do horário de aula dos estudantes, para viabilizar a formação do grupo e a efetiva participação dos membros. Foram realizados quatro encontros, com duração aproximada de 1h30min, ocorrido um encontro por semana, ao logo de um mês. Nos três primeiros encontros, a fim de disparar o debate e discussão entre os estudantes em relação às

categorias de análise relacionadas ao tema da pesquisa, foram transmitidos trechos selecionados de um seriado, produzido por um canal de televisão britânico, que trata de um drama histórico, cujo cenário principal é uma propriedade fictícia em que vive uma família aristocrática inglesa e seus criados, no início do século XX (1912-1925). Ao longo das seis temporadas, sucedem alguns acontecimentos históricos, como a Primeira Guerra Mundial, Gripe Espanhola, Grande Depressão, além das descobertas científicas aliadas ao desenvolvimento tecnológico que vai sendo incorporado na mansão, como a utilização da energia, eletrodomésticos e etc., impactando na dinâmica das relações sociais entre os membros da família e seus criados, cujo o efetivo vai diminuindo ao longo do tempo. Os que ficam, auxiliados pelo incremento da tecnologia, incorporam as tarefas daqueles que se vão. Mudanças que também ocorrem nas relações sociais e de produção dos membros da família, decorrentes do declínio da aristocracia à época. A intensão proposta aos participantes é de analisarem as relações de trabalho estabelecidas e a qualificação profissional exigida frente às mudanças, por meio de um disparador indireto, por se situar em outro período histórico, e a possibilidade de realizarem analogias com o tempo atual. No quarto e último encontro, para proporcionar um disparador direto no que se refere às atuais relações e organização do trabalho, foi transmitido o filme estadunidense que tem como trama principal a história de um aposentado que busca uma recolocação profissional, a fim de modificar a monotonia nessa fase de sua vida, ingressando como estagiário de um programa especial para seniores, em uma StarUp de moda, que comercializa roupas pela internet. Nesse filme, como pano de fundo, podem ser observadas configurações atuais das relações do trabalho e de produção e também questões relacionadas à qualificação para o trabalho, e a necessidade da reinvenção do trabalhador que realiza uma atividade que se extingue, como no caso do Sr. Estagiário, que trabalhou por 40 anos em uma empresa que produzia listas telefônicas. O grupo foi moderado pela pesquisadora e, durante a condução dos encontros, foram realizadas anotações manuais de alguns conteúdos das falas e de questões relacionadas à dinâmica do grupo que foram consideradas necessárias, além da gravação de áudio de todos os encontros, em anuência dos participantes, que está em processo de transcrição, para as análises. Preliminarmente, concluímos que a educação, sob o capitalismo, não tem possibilitado o desenvolvimento integral do trabalhador e sua apropriação de todo o conhecimento produzido e acumulado historicamente pela sociedade, pois, também historicamente, o conhecimento foi de posse restrita das elites. Desse modo, a educação profissional deve ser concebida com a reflexão sobre a mediação exercida pelas relações de produção, que estão sob a lógica da produção e do consumo, e sobre quais as possibilidades de uma educação submetida a essa condição, bem como as implicações na constituição da subjetividade dos sujeitos trabalhadores frente as exigências a eles endereçadas, pelo sistema produtivo.

Trabalho e subjetividade: análise da aposentadoria na velhice no contexto do neoliberalismo.

Autor: katy (Universidade Federal de Goiás)

Coautor: Hugo Fonseca (UFG)

Resumo: A aposentadoria é um fenômeno contemporâneo caracterizado como o desligamento das atividades de trabalho formais, tendo sua incidência maior na velhice, que é uma fase do desenvolvimento humano socialmente e historicamente construída. Desse modo, essas duas categorias da realidade social estão intrinsecamente relacionadas. Portanto, tecemos a seguinte interrogação: de que modo a aposentadoria tem se configurado enquanto um fenômeno individual e social na velhice em tempos de neoliberalismo? O objetivo deste estudo é desenvolver uma reflexão acerca da aposentadoria na velhice no atual contexto do capitalismo, tendo como eixo norteador as relações entre trabalho e subjetividade. A investigação tem como método de análise o Materialismo Histórico-Dialético. A história nessa perspectiva "é uma construção dos próprios homens" (Húngaro, 2014, p. 55). Por essa via de análise, o enfoque do presente trabalho é o dialético crítico, que busca desvelar o real. Entende-se que o ser humano, enquanto ser genérico e universal deve ser compreendido por meio de sua totalidade, levando em consideração aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. As principais categorias analíticas são: a totalidade, a mediação e a contradição. Desse modo, por meio de uma revisão de literatura busca-se produzir reflexões a partir de uma análise teórica, de como a aposentadoria- não trabalho- tem sido discutida na etapa do desenvolvimento humano denominada velhice, visto que, é nessa etapa da vida que numericamente esse fenômeno mais se apresenta. O estudo é composto no primeiro momento, pela discussão das relações entre trabalho e subjetividade em uma perspectiva marxista, em conjunto com a configuração sócio-histórica da aposentado-

ria e da velhice. E, posteriormente, elabora-se um debate de como se apresenta o fenômeno da aposentadoria na velhice em tempos de políticas neoliberais, refletindo sobre os impactos da nova reforma de previdência. O marco da presente investigação é a consolidação das políticas neoliberais no Brasil, que produziram profundas transformações no mundo do trabalho laboral, e que incidiram sobre a vida individual e social dos sujeitos. Desde a década de 1970 o sistema do capital tem sua dinâmica atingida por uma crise de caráter estrutural, endêmica e crônica, que se arrasta desde então. A incapacidade de reestabelecer taxas de crescimento de maneira sólida e com longa duração associada à decomposição do modo de vida capitalista caracterizam os traços mais gerais dessa crise, colocando em questão o próprio projeto civilizatório do capital. Como respostas à sua crise, o capital, no centro e na periferia da divisão internacional do trabalho, dinamizou um processo de reestruturação do capital, cujas mutações afetaram não apenas a base técnica e produtiva, mas, também, as bases ideológicas e o modelo político de dominação. No plano político, sobretudo na esfera do Estado, instaurou-se o que se compreende por políticas neoliberais, cujas características principais foram: a reforma da aparelhagem do Estado no sentido de reduzir as ações e o investimento público no campo das políticas sociais e direcionar suas ações para a proteção e subsídio do mercado, fórmula esta conhecida como “Estado Mínimo”. O Estado passa a ter um papel central para a manutenção do sistema, torna-se mínimo para os indivíduos e máximo para o capital, sempre à seu serviço; a desregulamentação dos direitos dos trabalhadores e o desmonte do setor produtivo do Estado. Em conjunto com essas mudanças, constitui-se um novo modo de regulação da produção em correspondência com a reestruturação do mundo do trabalho, objetivando a retomada das taxas de expansão e acumulação (Antunes, 2010). Nesse contexto, e tendo como referencial teórico os princípios marxistas, acerca das relações entre trabalho e subjetividade (Marx, 2018, Lukács, 2013, Antunes, 2010, Alves, 2012, Duarte, 2004, entre outros) na compreensão do trabalho enquanto categoria ontológica, responsável pela criação do ser social. “Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social; parece, pois, metodologicamente vantajoso iniciar pela análise do trabalho, uma vez que o esclarecimento de suas determinações resultará num quadro bem claro dos traços essenciais do ser social.” (Lukács, 2013, p.35). E, na compreensão da hegemonia do trabalho abstrato na contemporaneidade. O trabalho possui duplo caráter: atividade consciente, autodeterminada, criadora da história e do próprio indivíduo social. Por outro lado, no trabalho alienado – forma predominante do trabalho sob o capital - o homem não se reconhece em sua produção, mas torna-se dela dependente. Pensar a aposentadoria nesse contexto é tentar compreender os desdobramentos sociais e subjetivos desse processo. A aposentadoria surgiu em alguns países europeus no final do século XIX e início do século XX como resposta as reivindicações dos movimentos operários que defendiam a necessidade de melhores condições de vida e de trabalho. Segundo Ariés (1983), os sistemas de aposentadoria foram uma das primeiras políticas públicas socialmente abrangentes destinadas à população idosa ao longo da história do capitalismo. Nesse sentido, o processo social da aposentadoria se constitui, nas condições históricas vigentes, em um importante condicionante da condição de sujeito na velhice. No entanto, esse fenômeno tem sido foco de inúmeros debates, questiona-se sua atual configuração, com a finalidade de diminuir o “peso” dessa política pública (alcançada por muitas lutas sociais) para o Estado, que tenta transferir a responsabilidade do sustento na velhice para os próprios indivíduos, o que produzirá inúmeros desdobramentos sociais e políticos. Por meios das análises desenvolvidas, tem-se como resultados que a aposentadoria na velhice é concebida de diferentes formas. Sendo sua compreensão marcada pela contradição, pois ao mesmo tempo em que é uma fase ideal, desejada, o lugar do ócio e do prazer, é o lugar da improdutiva e da inutilidade. E, que muitas vezes é negada pelos sujeitos como forma de continuar existindo socialmente. E, as novas políticas de aposentadoria provenientes da atual reforma da previdência poderá mudar a própria concepção da velhice na atualidade, além de que a classe trabalhadora será cada vez mais explorada e subjugada, com fins a manutenção do sistema de dominação vigente. Tais aspectos produziram inúmeras reflexões, principalmente no que se refere aos desdobramentos sociais e subjetivos provenientes da reforma da previdência que tem sido discutida e possivelmente legalizada no país. Além, de instigar o desenvolvimento de novas investigações de caráter empírico com a finalidade de apreender as nuances mais profundas desse fenômeno compreendido como categoria social da realidade. Desse modo, entende-se que o presente estudo tem ligação com o Gt 56, pois discute-se a aposentadoria nesse contexto de políticas neoliberais no Brasil, além de propiciar reflexões de possibilidades de autonomia dos sujeitos velhos frente a tal contexto. E, tem relação com o Gt 54, pelas temática discutida que refere-se ao trabalho (não trabalho) no contexto do neoliberalismo e de como as mudanças na forma de trabalho afetam os sujeitos que vivem da venda de sua força de trabalho. Poderá também compor o debate do Gt 26- que pela temática abrangente abre espaço para uma discussão crítica acerca da aposentadoria em tempos de hegemonia capitalista. Por fim,

o estudo visa por meio do diálogo, do conhecimento científico e do trabalho coletivo, (em conjunto principalmente com as lutas sociais), buscar novos caminhos para romper com a ordem vigente, busca-se apreender a essência do objeto, com a finalidade última de desenvolver uma sociedade mais humana, o que propiciará a possibilidade de desenvolver subjetividades mais ricas.

Trabalho Real e anulações de subjetividades: O adoecimento do Ser em tempos de crise

Autor: Jay França (Universidade do Estado do Rio)

Coautor: Leonardo Aprigio de Almeida (UERJ)

Introdução

No Brasil, ao longo das últimas décadas, temos uma grande incidência no número de trabalhadores (Pesquisa Nacional de Saúde, PNS - IBGE) que sofrem de Depressão e muito comumente citado em mídias de bem-estar e notícias, o Burnout (exaustão extrema). O grande mal que afeta não somente os adultos, mas também boa parte dos jovens, em decorrência de exacerbada cobrança por resultados e metas. Algumas vezes motivados por sonhos de realização profissional e pessoal, que envolvem plenamente o sujeito, de uma tal maneira a não permitir outra possibilidade de concretização deles, que não seja através de: dor, muito esforço físico e mental, sacrifícios e consequentemente, perdas. Apresentamos em resultado, uma sociedade doente e cansada, escrava de si mesma (HAN, 2015) sempre em busca do melhor desempenho. E em resposta a um possível fracasso, visto como unicamente derivado de mal desempenho dela, tal sociedade se julga como réu confesso e culpado. Fatores paralelos e inerentes a qualidade de vida como problemas na economia global e local, configurações da estruturação social que perpassam marginalizações e reforçadores de desigualdade, raça e gênero, se apresentam apenas como reforçadores negativos, mas comumente, são vistos em plano secundário.

Objetivos

Isto posto, o presente trabalho foi pensado e desenvolvido em 2018, com o propósito de elucidar os resultados de uma pesquisa de campo, acerca do processo do Ser, na vida cotidiana do trabalhador com suas transversalidades, implicações e consequências; abordando e comparando a teoria e a prática. Esse, foi apresentado como trabalho de final de curso para a disciplina "Psicologia do Trabalho e Organizacional, com ênfase no Trabalho". E buscamos com ele, trazer reflexões acerca da complexidade biopsicossocial e econômica que atravessam de uma forma mais generalizada, a todos os trabalhadores, e as subjetificações dos mesmos. Levando-se também em consideração, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (2012).

Orientações e métodos

Com tudo, em vista de facilitar tal pesquisa, que escolhemos envolver participação em campo, ou seja, uma observação participante (não limitando-se apenas à observação), onde podemos acompanhar as atividades do trabalhador e realizar as devidas notas no diário de campo, além de termos possibilidades de intervenção junto ao mesmo. Escolhemos então, uma profissão da área de serviços que fosse de fácil acesso e interação para todos os envolvidos na pesquisa. E por tanto, em foco para tal análise, selecionamos a profissão do Garçom, e mais especificamente, os que trabalham em bares.

A partir disso, selecionamos localidades próximas a um ponto de encontro central e outros mais distantes (em outros bairros) para efeito comparativo, e maior fornecimento de informações variáveis. Um dos estabelecimentos foi selecionado em uma parte de grande fluxo comercial e residencial na Zona Norte do Rio de Janeiro. Depois, selecionamos um segundo estabelecimento em uma localidade considerada nobre, na Zona Sul do Rio de Janeiro; e por último, também na Zona Norte, um estabelecimento localizado em uma região menos favorecida economicamente, e próximo a localidades classificadas como "carentes". E com os recursos teóricos de auxílio para execução da pesquisa, fornecidos basicamente na área da Psicologia Social, e textos orientadores sobre Trabalho Real e Prescrito (BRITO, 2009) além de coletas aferidas com auxílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sobre movimentações de demanda e economia, além de tantos outros. Realizamos uma coleta de dados ativos em campo, o que levou cerca de cinco meses, tendo o encerramento total do trabalho ocorrido após oito meses, com direito a retorno de resultado.



Resultados e Conclusões

Para os atores envolvidos na pesquisa, que incluiu não apenas garçons, mas também: atendentes, auxiliares de cozinha e gerentes. Um ponto surgiu em comum: excesso de implicação. Muitos agiam em parte com apoio na legislação, a exemplo da carteira assinada. Porém, realizavam o que compreendemos por desvio de função. Ou seja, executavam atividades não pertinentes a categoria, e que não eram de fato, suas atribuições prescritas, muitas vezes em contradição com o que estava registrado em carteira. Além de apresentarem algum tipo de problema de saúde, em níveis variáveis, de leve a mais graves (necessidade de cirurgia). Um dos casos resultou inclusive, em uma troca completa de atividade (sem registro em carteira de trabalho), acreditando que a nova escolha seja mais rentável e flexível, ainda que exija em prática, maior desprendimento de energia do sujeito para conseguir maiores retornos financeiros, incluindo uma falsa impressão de liberdade, e empreendedorismo. Sendo o sujeito, seu próprio responsável por horário e dias de trabalho. Com tudo, mais exposto as variáveis da economia e segurança. O mesmo optou por ser “motorista de aplicativos” como Uber e gg.

Porém, devemos levar em consideração a subjetividade do indivíduo. Nosso intuito não é legitimar essa prática que anula as subjetividades do ser, mas sim, buscamos alcançar uma análise profunda do atual sistema econômico que vivenciamos no país, e suas ferramentas utilizadas, principalmente em campanhas políticas e partidárias, que no final em nada contribuem para o desenvolvimento, ou erradicação da desigualdade social e econômica do país. Visto que, somos a sexta maior economia do mundo e aliado a isso, também somos o nono país em desigualdade social. E como resultado disso no Brasil, percebermos a existência de poucas pessoas com impacto econômico significativo e muitas pessoas com pouco acesso ao desenvolvimento social, fazendo com que os sujeitos empobrecidos optem por se anular cada vez mais para conseguir garantir o mínimo para sua família, ou por uma garantia de vínculo empregatício.

Referências:

BRASIL. PORTARIA Nº 1823, DE AGOSTO DE 2012. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília, DF, ago. 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html Acesso: 28

Julho 2019.

BRITO, Jussara Cruz de. Trabalho Prescrito. Dicionários da Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro, p. 453-459. 2009.

BRITO, Jussara Cruz de. Trabalho Real. Dicionários da Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro, p. 284-290, 2009

HAN, Byung-Chul. Sociedade do Cansaço. Tradução de Ênio Paulo Giachini, 1º Reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA; FIOCRUZ -

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Pesquisa Nacional de Saúde: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2sTgWBW> . Acesso em: 10 maio 2019

SATO, Leny; BERNARDO, Márcia Hespanhol. Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 869-878, Dec. 2005.

Trabalho, sociedade e educação: a formação de subjetividades no contexto da Quarta Revolução Industrial

Autor: Kaline O. da Cunha Pessoa

O objetivo deste trabalho é desenvolver uma reflexão sobre como a educação e os processos educacionais estão sendo concebidos diante das transformações impulsionadas pela Quarta Revolução Industrial, identificando estratégias aplicadas às práticas educacionais que objetivam formar subjetividades que atendam às novas demandas do Capital. Pela revisão de literatura, não se pretende esgotar, em termos de conhecimento, o tema em toda sua complexidade, mas provocar reflexões. A organização da investigação se dá, portanto, pelas seguintes discussões: inicialmente a ênfase incide sobre a análise das categorias trabalho, educação e subjetividade sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético; em seguida busca-se compreender as configurações do capital frente aos modelos de produção dominantes, fordismo/taylorismo e toyotismo, ao longo da história e as decorrentes trans-



formações na educação, na subjetividade dos sujeitos e na organização social; posteriormente, a análise se volta para a Quarta Revolução Industrial, suas características e impactos na educação, no mundo do trabalho, na sociedade e na subjetividade dos sujeitos. A teoria marxiana e a tradição marxista foram elegidas como fundamentos norteadores da investigação proposta. Desse modo, a orientação teórica que sustentará as discussões concernentes ao tema está ancorada nos pressupostos do materialismo-histórico dialético desenvolvido por Karl Marx e em autores clássicos e contemporâneos da tradição marxista como: Georg Lukács, Antonio Gramsci, István Mészáros, Newton Duarte, Giovanni Alves, Ricardo Antunes, Dermeval Saviani, entre outros. Quanto à abordagem da Quarta Revolução Industrial, a pesquisa apoia-se, primordialmente, nas análises de Klaus Schwab e, de forma complementar, em produções científicas atuais sobre o tema e em dados e informações de instituições, governamentais ou não, relevantes na produção e propagação de conteúdos vinculados aos fundamentos da Quarta Revolução Industrial. Ao final, como resultado da investigação, as análises realizadas possibilitam estabelecer relações esclarecedoras entre as configurações contemporâneas do mundo do trabalho, decorrentes das transformações que estão sendo impulsionadas pela Quarta Revolução Industrial, e seus efeitos no modo de vida dos sujeitos, na subjetividade, nos comportamentos e discursos produzidos e disseminados, por meio de processos educacionais, com o intuito de atender às novas demandas do capital. As reflexões geradas emergem do cenário atual, onde, o que se percebe é uma classe trabalhadora submetida aos mais desumanos modos de exploração, a humanidade sendo sequestrada de sua autenticidade, sujeitos vivendo em condições atroz de alienação, produzindo, reproduzindo e disseminando discursos, com a certeza equivocada de que são frutos de seus próprios esforços racionais. Uma era em que suor e músculos não mais atendem à insaciável ambição do capital, seu objeto de desejo e ferramenta de controle agora é a subjetividade, para que, por meio da educabilidade humana, o sujeito grite uma voz que não é sua, levante bandeiras que não conhece e lute batalhas para quem o domina. Discutir subjetividades, implica, portanto, explorar suas múltiplas determinações em uma sociedade administrada pela produção capitalista, na sua forma de acumulação flexível e em um novo modelo de reestruturação produtiva, que atinge, cada vez mais, a todos, em todas as dimensões da vida humana, em magnitude e intensidade consideráveis. Duarte (2013) evidencia que cada sujeito, ao nascer, apropria-se das objetivações realizadas pelas gerações passadas, apropriando-se também do gênero humano. Sendo assim, a educação, como objeto da educabilidade humana, assume um papel fundamental no processo de humanização, possibilitando que sujeito e humanidade se definam e evoluam, construindo e transformando a si mesmos e a natureza. Hoje, processos educacionais, estão servindo de instrumento para moldar subjetividades com o intuito de atender às necessidades das classes dominantes e servir à lógica do capital. Como evidencia Pelbart (2003, p.99), "De repente os aspectos mais humanos do homem (...) tornam-se a matéria-prima do próprio capital". O Capitalismo se apresenta como elemento hegemônico e as classes dominantes se utilizam da educabilidade humana para ofertarem processos instrucionais no lugar de uma educação voltada para a emancipação e autonomia humanas. Segundo Gramsci (1978), uma sociedade elabora seus projetos pedagógicos de acordo com as demandas de subjetividades que atendam o modo de produção dominante de cada momento histórico. Dessa forma, para compreender as mudanças no modelo educacional, sua relação com a subjetividade ao longo da história e como ele se apresenta hoje, também se faz necessária a análise dos regimes dominantes de produção e de suas influências no processo de formação de uma sociedade. As sucessivas revoluções industriais modificaram profundamente as formas de organização social e a Quarta Revolução Industrial traz, para o momento histórico atual, uma nova configuração do capital e, conseqüentemente, novos modelos de processos educacionais para atender às novas exigências do sistema. Segundo Schwab (2016, p. 8), presidente do Fórum Econômico de Davos, "estamos no início de uma revolução que alterará profundamente a maneira como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos". A relevância desse trabalho sustenta-se pela percepção da dimensão da propagação dos fundamentos da Quarta Revolução Industrial no Brasil e, considerando a estreita relação entre os processos educativos adotados por uma sociedade e as configurações do regime dominante de produção da época, se torna evidente a necessidade de investigar as estratégias aplicadas às práticas educacionais que objetivam formar subjetividades que atendam às novas demandas do sistema. A Confederação Nacional da Indústria - CNI (2018), em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, lançou em março de 2018 em seu endereço eletrônico, um pacote de serviços para inserir o Brasil na Quarta Revolução Industrial. Para isso, o SENAI, um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina, segundo a CNI (2018), disponibiliza uma plataforma de cursos, consultorias e serviços vinculados aos fundamentos da Indústria 4.0, mobilizando uma estrutura de cerca de 800 Unidades, 25 Institutos de Inovação e 57 Institutos de Tecnologia. Desde o seu surgimento em 1942, formou 73,7 milhões de trabalhadores em todo o território nacional. Dada a di-



menção da propagação dos fundamentos da Quarta Revolução Industrial no contexto sociocultural e econômico, convém apontar para o problema de como a subjetividade dos sujeitos está sendo moldada pelo capital, no momento de uma nova reestruturação produtiva, por meio de processos educativos, para atender às suas necessidades. Considerando o tema e a perspectiva teórica adotados, entende-se que esse trabalho se alinha ao eixo temático 5 - Psicologia Social e trabalho no neoliberalismo: lutas sociais e resistências, assim como, também, ao GT 56: Trabalho, neoliberalismo e reestruturação produtiva: autonomia e alienação, na medida em que ambos procuram propor reflexões a respeito das novas configurações do capital e seus desdobramentos no mundo do trabalho e na vida humana. Embora, pela temática, seja possível relacioná-lo, também, a debates propostos por outros Grupos de trabalho. Como se trata de um momento histórico ainda em construção, apreendê-lo em toda sua extensão e magnitude se torna um desafio pela dificuldade de distanciamento, contudo almeja-se que os resultados dessa pesquisa e do debate acadêmico possibilitado pelo evento permitam uma melhor compreensão desse fenômeno, ainda em desenvolvimento, contribuindo para a formação de uma postura crítica frente à realidade, com vistas a se pensar, cada vez mais, em ações concretas voltadas para autonomia e emancipação humanas.

Transtornos Mentais no Trabalhador como desafio de Saúde Pública no Âmbito Psicológico

Autor: Gracielle dos Santos Santana (UFMA)

Coautor: Yldry Pessoa (UFMA) e Carlos Eduardo Queiroz Pessoa (Edufor São Luís MA)

O presente estudo discutirá como a organização e condições de trabalho podem afetar a saúde mental do trabalhador, contribuindo para o desenvolvimento de transtornos mentais e de comportamento. Nesse sentido tem como objetivo analisar quais as possibilidades de intervenção da Psicologia Social do Trabalho e estratégias de defesa das quais o trabalhador lança mão para preservar sua saúde. Para tanto, será feita um breve contextualização da conotação do trabalho no decorrer dos séculos, bem como uma discussão acerca dos transtornos mentais e sua relação com o trabalho. Os transtornos mentais e comportamentais serão descritos e discutidos acerca de seunexo causal com o trabalho. Por fim serão explanadas as abordagens que discutem sobre os transtornos mentais e comportamentais, e sua importância para a discussão acerca da temática. Essa análise tem estreita relação com o eixo temático número 5, pois apesar de fazer um percurso histórico sobre a ideia que o trabalho adquiriu ao longo do tempo, questiona as práticas e tendências atuais administradas pelo sistema capitalista no seu recorte neoliberal e as consequências específicas que este tipo de sistema pode gerar ao trabalhador que se encontra cada vez mais numa lógica individualizante e excludente, além de estar muitas vezes num ambiente precarizado, aumentando cada vez mais a possibilidade de desenvolvimento de transtornos mentais e comportamentais. Foram utilizados pressupostos teóricos da Psicologia do Trabalho que se desenvolve fundamentalmente com o intuito de compreender o universo do trabalho humano e suas repercussões sobre o trabalhador, sua saúde, bem-estar, além de considerar como parte essencial, o sujeito que desenvolve esse trabalho. Deste modo, as questões relacionadas à saúde, segurança e direitos do trabalhador também puderam ser investigadas. Apoiada em outros fundamentos como a Psicanálise, Ergonomia e Psicopatologia do Trabalho, a Psicologia do trabalho foca nas relações de trabalho e subjetividade e tem como objetivo principal, o estudo da conjuntura do trabalhador na relação trabalho e não trabalho e suas repercussões sobre sua subjetividade e saúde. Ademais, utilizou-se documentos técnicos do Governo Federal acerca das classificações de transtornos mentais e comportamentais incluídos na lista de doenças do trabalho, bem como manuais técnicos de Psiquiatria e Psicopatologia para contribuir com as definições dos transtornos apresentados. Foi realizada uma pesquisa exploratória de caráter analítica e crítica, que se propõe a identificar fatores que contribuem para a ocorrência de determinados fenômenos à saúde do trabalhador. Além de bibliográfica, através de um levantamento de referências por meio de artigos publicados em periódicos Scielo, Pubmed, Lilacs e Medline e livros, a fim de obter conhecimento sobre o objeto investigado. Assim, a discussão entre saúde mental, adoecimento e trabalho tem se expandido, pois aumentou nos últimos anos o número de pessoas acometidas por transtornos mentais e comportamentais relacionadas ao trabalho. Aspecto que é confirmado pela Previdência Social quando indica os transtornos mentais e de comportamento como a terceira maior causa de incapacidade laboral no Brasil no ano de 2017. Portanto, compreender os desafios da saúde no trabalho é uma questão urgente e que os profissionais da Psicologia precisam se mobilizar cada vez mais para ocupar para sua promoção e intervenção. Atualmente existem robustas abordagens dentro da Psicologia do Trabalho que atuam

nesse âmbito da saúde mental, a abordagem genética trata os transtornos com caráter genético e orgânico, nos quais já existe uma predisposição biológica do indivíduo para o adoecimento e independente do que faça o sujeito está designado a adoecer. Nesse sentido, recebe subsídios da Neurociência para sua explicação, porém ainda é considerada superficial, porquanto deixa de considerar a importância do ambiente para o desenvolvimento do indivíduo. A causa psicogênica possui fundamentação psicanalítica e explica o surgimento dos transtornos mentais a partir das relações objetivas constituídas na primeira infância. Já de acordo com o terceiro grupo, o trabalho se configura como central dentre diversos aspectos que compõem a multicausalidade dos transtornos mentais, sendo considerada uma abordagem biopsicossocial. Esta teoria contesta aspectos psicologizantes, que desconsideram o viés social nas relações, bem como sociologizantes, que ignoram as características idiossincráticas de cada sujeito. Cada uma das abordagens fornece subsídios para o debate acerca do fenômeno de adoecimento mental no trabalho. Porém, estudos já constataram a presença do mesmo transtorno em empregados da mesma empresa ou que exercem atividades similares em organizações distintas contrariando as conclusões da abordagem de explicação psicogênica para os transtornos mentais e de comportamento. Ou seja, esta abordagem também deixa lacunas para a explicação do adoecimento, haja vista que dados conseguem sugerir a existência denexo causal entre certas condições de trabalho e transtornos mentais específicos. Deve-se discutir quais são os pontos que podem dificultar o olhar sobre o trabalhador e a importância da modificação da organização laboral para promover saúde ao trabalhador. É fundamental, independente de abordagem, que se tenha por parte da organização valorização da subjetividade do trabalhador e que o modelo de gestão possa criar estratégias de desenvolvimento das competências essenciais do cargo, para que assim intervenções apropriadas sejam realizadas em prol de sua saúde. Para isso, o psicólogo precisa ter senso crítico e se questionar sob quais condições ele está desenvolvendo seu trabalho e principalmente em qual contexto ele está atuando, a fim de não naturalizar as situações precarizadas e normatizadoras do âmbito capitalista.

GT57: Trabalho, Vida e Saúde: contribuições da Psicologia Social do Trabalho para a Saúde do Trabalhador

Apoio Institucional: da teoria às experimentações em campo

Autor: Janaina Liberali

O presente trabalho discute o Apoio Institucional, como método e como função, apontando dilemas e desafios atuais para que siga executando os objetivos para os quais foi criado. As reflexões críticas e analíticas apresentadas nesse trabalho são ancoradas na literatura sobre o tema, mas também em experimentações em campo e em trocas estabelecidas com um grupo de apoiadores que atua na atenção básica, em âmbito municipal. As análises se valeram de registros e observações de campo, bem como da análise de documentos. Este exercício investigativo e reflexivo foi produzido fora do âmbito acadêmico, mas aposta na sinergia entre trabalho e produção de conhecimento. O Apoio Institucional, pensado junto à Política de Humanização do SUS, no início dos anos 2000, é um método e uma função. O método está voltado para a criação de dispositivos para democratizar as relações institucionais, a partir da ativação de espaços de cogestão e de encontros de coletivos que se proponham a refletir e transformar seus processos e condições de trabalho. A função apoio, a priori, ocorre no “encontro” e na atenção a aspectos subjetivos e psicológicos das dinâmicas interacionais, no estímulo à produção de autonomia e de transformações nas organizações e nas práticas de saúde, envolvendo questões determinantes para a micropolítica no cotidiano dos serviços de saúde e dos espaços de gestão. Uma vez que os apoiadores atuam aumentando a capilaridade dos fluxos institucionais, são agentes estratégicos que se localizam entre os diferentes pontos da rede de atenção, trabalhando com o objetivo de ampliar a motivação, o vínculo e o engajamento dos profissionais com o trabalho. Estando entre os diferentes pontos da rede, buscam articular gestão, trabalhadores e usuários, de forma a manter as propostas institucionais, mas fomentando a formação de sujeitos críticos, propositivos e reflexivos dentro das instituições. Este perfil de atuação deve ser orientado de forma interdisciplinar, pois articula diferentes categorias profissionais e busca compor frentes de solução de problemas que transcendem os núcleos e demandam saberes multiprofissionais. No cotidiano de trabalho, a noção de apoio aparece muitas vezes de

forma genérica e pouco contextualizada o que não contribui para que estes aspectos sejam definidores da atuação do apoiador que, muitas vezes, acaba por se constituir como dispositivo de controle das equipes e serviços, aproximando-se, assim, à figura clássica de um supervisor, cujo papel é inspirado na gestão do trabalho sob uma perspectiva industrial. A compreensão pouco aprofundada sobre o Apoio, pode ser identificada, sobretudo, entre os trabalhadores e usuários, mas também nos espaços de gestão e planejamento, que acabam por localizar o apoiador, em pontos fixos do organograma, dificultando o deslocamento entre os espaços de criação e regulação, e aqueles da execução. Vimos identificando no exercício do apoio, aproximações e uma série de distanciamentos entre o que é teorizado e as práticas nos territórios, junto às equipes e à gestão. Outro desafio para o apoio é romper com uma lógica procedimentalista e burocrática que não raro caracteriza as práticas de gestão e de atenção à saúde. Trabalhar na perspectiva do apoio envolve transformações institucionais que demandam mudanças que nem sempre as equipes estão dispostas a enfrentar. Assim, há sempre um grau de tensão no trabalho do apoiador, pois ele busca desestabilizar processos cristalizados e desconstruir zonas de conforto, o que, muitas vezes, pode ser gerador de angústias, insegurança e, conseqüentemente, de resistências. Deste modo, para o trabalhador, o apoiador pode ser identificado como parte da “chefia”, mais associado à função de fiscalização e cobrança sobre a produtividade. A gestão acaba corroborando esta leitura, ao demandar dos apoiadores processos de trabalho que não foram construídos e pactuados coletivamente. No limiar desta tensão, o apoiador aparece para a gestão, associado ao trabalhador que reclama. Os desafios psicossociais do apoio institucional no âmbito da discussão sobre democratização esbarra tanto no enrijecimento e verticalização das relações no interior da gestão, pois demanda estar perto das ações de planejamento, tendo que por vezes criticar estas ações para seu aprimoramento, o que nem sempre é bem visto nas relações políticas que se estabelecem no poder executivo. Além disto, no presente contexto histórico, nota-se o rechaço da discussão sobre horizontalidade como sendo associada à um viés político partidário e não a um elemento com conseqüências técnicas fundamentadas em um referencial teórico-prático. Nesta perspectiva, argumentamos que os desinvestimentos em práticas de apoio (institucional e matricial), que temos identificado em algumas cidades brasileiras são prejudiciais tanto para a melhoria dos indicadores de saúde, quanto para a qualidade das práticas de atenção. Apontamos, ainda, que o desinvestimento em apoio é consoante com as novas políticas de saúde, centradas no produtivismo contábil e no reforço a uma perspectiva biomédica, e serão reforçadas pela austeridade que vem prejudicando seriamente as políticas de saúde como um todo, que já eram sub financiadas e agora correm o risco de simplesmente deixarem de existir. Neste trabalho, discutiremos ainda uma noção de apoio autofágico, cujo objetivo é se tornar desnecessário a cada passo que as equipes possam por si mesmas instalar processos de autogestão e oxigenar suas práticas, para então se tornar necessária em outros processos, pois sua existência pressupõe que os serviços precisam exatamente disporem de mecanismos de dinamização das práticas, de forma a acompanhar as mudanças externas ao sistema de saúde. A concepção de apoio autofágico reside na ideia de que, quanto mais sucesso se tem no ato de apoiar, produzindo equipes autônomas, críticas, com capacidade ampliada de reflexão e de proposições, menos se faz necessária a presença do apoiador naquele processo. Por fim, destacamos a importância de se fortalecer a atuação dos apoiadores nas instituições, enquanto agentes políticos, capazes de mobilizar e operar mudanças nos modos instituídos de fazer gestão e atenção.

As Representações Sociais sobre o trabalho realizado por Rifeiros de Lagoa da Prata/MG

Autor: THIAGO CASEMIRO MENDES (PUC MINAS)

Coautor: Rafael Nascimento de Castro (PUC MINAS)

Este trabalho apresenta uma pesquisa de cunho qualitativo que está sendo realizada com moradores da cidade de Lagoa da Prata em Minas Gerais. Ela tem como objetivo geral identificar quais as representações sociais que os cidadãos da cidade possuem sobre a atividade desenvolvida pelos rifeiros, partindo do pressuposto de que ao verificar as representações sociais sobre o trabalho desses sujeitos, talvez seja possível apontar os impactos psicossociais que estas podem causar. Já seus objetivos específicos abarcaram: a) Descrever e elucidar as atividades realizadas pelos rifeiros b) Compreender e analisar as representações sociais que os cidadãos possuem da atividade realizada pelos rifeiros e c) Apontar os impactos psicossociais que estas podem causar na vida dos trabalhadores. Como teoria base, esta pesquisa apoia-se na Teoria das Representações Sociais, que conforme Mendes



e Nascimento (2018) visa compreender os sujeitos pensam, sentem e agem diante dos fenômenos sociais. A Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici (1976) apresenta-se na dinâmica dos estudos em Ciências Sociais, e possui como proposta uma investigação em torno da construção das relações dos indivíduos com o conhecimento de um modo geral. Podemos entender as Representações Sociais como um conhecimento compartilhado socialmente por um grupo sobre um determinado objeto. Elas são, ao mesmo tempo, um conteúdo mental organizado e conscientemente compartilhado com outros membros do grupo social (WAGNER, 1998). Segundo Jodelet (2009), a teoria representa papel importante nas pesquisas científicas por atuar como uma guia e permitir a observação de diferentes aspectos do cotidiano. A pesquisa vem sendo desenvolvida na cidade Lagoa da Prata/MG que está localizada na região Sudeste do Brasil, no Centro-oeste mineiro, na microrregião administrativa de Bom Despacho e na região do Alto São Francisco. O limite fronteiriço apresenta-se da seguinte forma: Santo Antônio do Monte a leste; Moema ao norte; Japaraíba ao sul e Luz a oeste (IBGE, 2014). A economia do município de Lagoa da Prata/MG é pautada na agropecuária, principalmente na criação de gado leiteiro para o abastecimento da empresa Embaré Indústria Alimentícia S/A e o cultivo da cana-de-açúcar para abastecimento da indústria sucroenergética Usina Luciânia, que desde os anos 2000 encontra-se sob a direção da multinacional Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S.A. (MORAES, 2014). Lagoa da Prata também é conhecida como a cidade dos rifeiros, que abriga pequenas empresas dedicadas à confecção e montagem de kits de produtos variados que são destinados à comercialização na própria região e fora, através do trabalho realizado pelos vendedores ambulantes. Os produtos são diversos, como por exemplo: colchas, cortinas, toalhas, lençóis, utensílios para cozinha, bijuterias, maquiagens, dentre outros. As pequenas empresas colocam essas mercadorias a venda através dos vendedores ambulantes, intitulados de Rifeiros, no qual transitam por todas as cidades Brasileiras para realizarem a venda desses produtos. As mercadorias que são colocadas para comercialização provem tanto da fabricação nas pequenas empresas quanto de aquisições oriundas de importação. O trabalho realizado pelos Rifeiros caracteriza-se como uma atividade informal, ou seja, não lhe garantem direitos trabalhistas como também por vezes é considerado um trabalho precarizado. Podemos compreender como trabalho informal aquele que é exercido por trabalhadores que não possuem vínculos com uma organização, não obtendo, dessa forma, direitos, benefícios e proteções sociais. Cabe ressaltar que essa forma de contratação é desvantajosa para o trabalhador, pois o mesmo fica desprovido de garantias legais. Para realização do estudo está sendo utilizando a entrevista semiestruturada para o levantamento de informações. Conforme apresentado por Minayo (2014) a entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Até o presente momento foram entrevistados cinco sujeitos moradores da cidade de Lagoa da Prata/MG. Os dados estão sendo analisados pelo método de análise de conteúdo, considerado pertinente ao referencial teórico adotado. De acordo com (Minayo, 2014) a análise de conteúdo é uma das expressões mais frequentes para representar o tratamento de dados em uma pesquisa. No entanto, a expressão significa mais do que um procedimento técnico, faz parte de uma histórica busca teórica e prática no campo das investigações sociais. Os resultados obtidos até o presente momento apontam que a atividade realizada pelos Rifeiros é vista por uma maioria como um trabalho sem prestígio e que a concentração da renda destina-se exclusivamente ao topo da pirâmide, ou seja, fica com os fornecedores dos produtos. Compreende-se que o trabalho é pouco valorizado pelos cidadãos, mesmo que em contrapartida o exercício desses profissionais beneficie a economia da cidade. Entretanto, há quem deseje o ingresso na atividade por entender que o trabalho pode trazer grande ganho financeiro. Como também se identifica que a atividade dos rifeiros fomentam novas oportunidades de trabalho na cidade, sejam eles formais ou informais. Faz-se necessário expor uma das limitações já encontrada no percurso desta pesquisa, como a dificuldade em obter material teórico que aborde estudos que envolvam a atividade dos trabalhadores aqui investigados.



Formação em Psicologia e compromisso social com o mundo do trabalho

Autor: Mariana Villas Boas e HELOISA SOUZA (Heloisa Souza)

Coautor: Joyce (USP)

Considerando que o trabalho é um elemento central na constituição do ser humano e no funcionamento da sociedade e que na atualidade é marcado por contradições, implicando diretamente na constituição da subjetividade e no processo de saúde/adoecimento de quem trabalha, propomos a reflexão da necessidade de uma formação crítica em Psicologia, que possibilite que as (os) alunas (os) entrem em contato com diversas situações de trabalho e tenham experiências nas áreas para muito além das práticas hegemônicas nos setores de Recursos Humanos.

Para tal, partimos da perspectiva teórico-metodológica a Psicologia Social do Trabalho, que se difere da Psicologia Organizacional não apenas no campo teórico e metodológico, mas também no posicionamento ético-político. Com base nessa perspectiva, que se caracteriza por priorizar os saberes, os interesses e a participação das (os) trabalhadoras (es), encarando o trabalho como um fenômeno psicossocial e considerando as contradições presentes no mundo do trabalho, o presente trabalho tem o objetivo de apresentar experiências em estágios supervisionados e obrigatórios na área de trabalho e organizações em diversos contextos laborais. Esses estágios foram realizados por estudantes do oitavo período do curso de graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Os modelos de organização e as condições de trabalho, com frequência, são marcados por precarizações, que provocam exclusão, exploração, sofrimento e adoecimento, por esse motivo, defendemos práticas de estágios supervisionados em Psicologia que busquem se aproximar também das demandas de desempregados, de trabalhadores da economia solidária e informal, atuando em prol da inserção no mundo do trabalho de pessoas com deficiência e da diversidade de gênero, raça e classe social, promovendo o acolhimento de trabalhadoras (es) adoecidas (os) ou acidentadas (os), bem como, atuando na promoção de situações de trabalho que favoreçam a dignidade e a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras, buscando promover, dessa forma, uma formação em Psicologia voltada para o compromisso ético e social.

Esse trabalho se relaciona diretamente com a proposta do eixo 5 que aborda a Psicologia Social e trabalho no neoliberalismo, ao apresentar possibilidades alternativas ao modelo hegemônico de inserção de estudantes e profissionais da Psicologia no mundo do trabalho, partindo de uma perspectiva crítica, bem como se aproxima do GT 57 que trata das contribuições da Psicologia Social do Trabalho com a Saúde do Trabalhador.

São diversos os campos e temas que têm sido ocupados pelas (os) alunas (os) nas atividades práticas do estágio em Psicologia do Trabalho e Organizações, dentre eles, cabe destacar as experiências com: sindicatos, Centro de Referência LGBT, combate ao trabalho infantil e à violência psicológica no trabalho, atuações com Cooperativas de Catadoras (es) de Materiais Recicláveis, Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, Centro de Saúde, aproximação às demandas de trabalhadores informais e desempregados.

Nesse resumo optamos por relatar as experiências de estágio em uma Cooperativa de Catadoras (es) de Materiais Recicláveis que funciona no modelo organizativo proposto pela Economia Solidária; e a experiência em serviços públicos de saúde como a Atenção Básica e o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). A escolha por esses dois campos se deu por considerarmos que o compartilhamento de experiências das (os) futuras Psicólogas (os) em Cooperativas de Catadoras (es) de Materiais Recicláveis revela a importância do conhecimento de modelos alternativos de organização do trabalho e a possibilidade de aproximação e intervenção em um espaço de trabalho marcado por precarização e negligência social, enquanto a atuação na rede pública de saúde proporciona a reflexão do papel do trabalho na vida dos indivíduos, a participação da Psicologia nas políticas públicas em Saúde dos Trabalhador, com atuação na atenção e prevenção do adoecimento.

No campo das Cooperativas de Catadoras (es) de Materiais Recicláveis, as demandas surgiram a partir de conversas individuais e coletivas com as cooperadas, que tinham por objetivo conhecer o funcionamento da cooperativa. Essas conversas, traziam à tona diferentes problemáticas do espaço de trabalho, reflexões sobre a falta de acesso à políticas de saúde e segurança pública, ausência de reconhecimento e valorização social das atividades por elas realizadas, dentre outros fatores que revelavam a precarização social que se faz presente no cotidiano daquelas mulheres.

Durante as conversas, ficou bastante evidente a dificuldade de relações interpessoais entre as cooperadas e o desejo por um espaço melhor para convivência. A partir disso, foi estruturada uma intervenção que teve a constru-

ção de uma horta como instrumento de mediação para que pudessem ser trabalhadas as demandas identificadas. Durante o cultivo da horta, foi possível estabelecer um maior vínculo com as estagiárias e entre elas, refletir sobre a importância da atividade que realizam e ampliar os laços de solidariedade, acredita-se que isso auxiliou na organização coletiva e na construção de uma rede de suporte social entre as cooperadas

Dessa forma, a intervenção possibilitou facilitar a compreensão de que as demandas apresentadas poderiam envolver o precário contexto social e de trabalho refletindo diretamente na atuação e relação das trabalhadoras. Consideramos que a intervenção foi significativa ao passo que contribuiu com a conscientização da importância que cada cooperada tem naquele ambiente e, também, na busca por um engajamento que visasse a superação das restrições sociais que as cercavam. Assim, a Psicologia em espaços como esses pode contribuir com a viabilização do equilíbrio entre os indivíduos e sua história, a possibilidade de maior empatia e o fortalecimento de vínculos do grupo, desenvolvimento da autoestima das trabalhadoras e colaborar para o aumento da consciência crítica.

As intervenções realizadas na rede pública de saúde, objetivaram a prevenção do adoecimento das (os) trabalhadoras (es). Na Atenção Básica a ação partiu de uma demanda apresentada por um território bastante vulnerável, no qual, foi notificado um caso de adoecimento relacionado ao trabalho de um adolescente que inalou fibra de vidro no exercício de sua atividade laboral. Foram elaboradas atividades com a proposta de atuar de forma preventiva com crianças e adolescentes. Por ser uma região periférica, há uma grande concentração de pequenos comércios e empresas com pouca ou nenhuma regulamentação nas quais muitas pessoas, incluindo menores de idade, trabalham sem qualquer vínculo empregatício, em ambientes precários e com extensas jornadas.

Nessa ocasião, foi realizado um trabalho interdisciplinar entre uma estagiária de Psicologia da PUC Campinas, um grupo de estagiárias de Fonoaudiologia da Universidade Estadual de Campinas e agentes de saúde que tinham amplo conhecimento sobre o território e ajudaram na definição dos lugares onde as atividades poderiam ser realizadas. Foram escolhidas duas ONG's que trabalham com crianças e adolescentes e uma escola de ensino fundamental I e II, além do grupo de adolescentes que já frequentava a Unidade Básica de Saúde. As atividades ocorreram no formato de rodas de conversa e oficinas que tinham como tema o trabalho infantil, os tipos de trabalho e as relações de poder que permeiam o mundo do trabalho, partindo de exemplos colocados pelos participantes baseados em suas próprias realidades, entendendo que essas crianças e adolescentes também funcionam como porta-vozes nos outros ambientes em que estão inseridos e podem ser multiplicadores de um olhar crítico em relação ao trabalho.

Em conjunto com o CEREST, a partir da notificação de um caso de acidente de trabalho e violência psicológica sofrida por um trabalhador de uma famosa rede de fast food, foi realizada uma ação que deu origem a criação de conteúdos informativos sobre adoecimento mental relacionado ao trabalho, como folhetos, adesivos, camisetas e bottons e foi realizada uma campanha de comunicação em frente à bares, restaurantes, redes, lojas, bancos, academias, supermercados, entre outros estabelecimentos com indícios de violência psicológica contra as (os) trabalhadoras (es). A ação de rua, com o lema "Pela Dignidade e Paz no Trabalho", contou com a equipe do CEREST, sindicalistas e estudantes de Psicologia e forneceu informações a respeito do adoecimento mental relacionado ao trabalho e sobre a violência psicológica no trabalho.

Consideramos que a conscientização das (os) trabalhadoras (es) e da sociedade como um todo é uma indispensável ferramenta no combate da violência psicológica e do adoecimento mental relacionado ao trabalho. Essas ações e intervenções mostram o quão importante e urgente é a participação da Psicologia nos diversos contextos de trabalho e o quanto a Psicologia Social do Trabalho, ao adotar um posicionamento ético-político contra hegemônico, pode contribuir com atuações teórico-metodológicas que contribuem na compreensão das organizações do trabalho e seus impactos na saúde das (os) trabalhadoras (es), pensando, junto aos que desempenham a atividade laboral, possíveis formas de enfrentamento e resistências, além de contribuir para uma formação mais ampliada e contextualizada da (o) profissional de Psicologia.



Itinerário Terapêutico no entendimento de uma trajetória de cuidado no Adoecimento Mental Relacionado ao Trabalho

Autor: Joyce (USP)

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica, desenvolvida no Departamento de Desenvolvimento e Reabilitação da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Prof^a Dra^a Helenice Yemi Nakamura e sob co-orientação da Fga. Ms. Carla Salles Chamouton.

O trabalho na contemporaneidade do ponto de vista físico, no contexto das indústrias, tornou-se mais leve, mas em termos psicológicos, vem se configurando árduo, pesado e dificultando a organização coletiva entre os trabalhadores. Essas modificações nas características do trabalho impactam diretamente na saúde mental do (a) trabalhador (a). De acordo com dados da Previdência Social, os Transtornos Mentais e Comportamentais, no Brasil, são a terceira maior causa de afastamento do trabalho.

Apesar do crescente número de trabalhadores (as) adoecidos (as) mentalmente, o trabalho frequentemente deixa de ser considerado no momento de uma avaliação de saúde. Existem diversos fatores que contribuem para a dificuldade em estabelecer o nexo entre o adoecimento mental e o trabalho como a formação dos profissionais da saúde que resultam em práticas, principalmente no que diz respeito aos profissionais da medicina, centradas no diagnóstico que não necessariamente resolvem o problema; a falta de diálogo entre os diferentes serviços do SUS; além da lógica individualizante que busca na história pessoal do indivíduo as causas para seu adoecimento.

Diante disso, essa pesquisa teve por objetivo investigar o processo de adoecimento mental e os cuidados em saúde, por meio da reconstituição do Itinerário Terapêutico de uma trabalhadora, a qual atribuímos o nome Elis, adoecida mentalmente pelo trabalho. Esse objetivo se relaciona diretamente com a proposta do eixo 5 que aborda a Psicologia Social e trabalho no neoliberalismo, abordando os conflitos sociais e as possibilidades de resistência, bem como, se aproxima ao GT 57 que trata de questões ligadas ao Trabalho, Vida e Saúde.

Foi realizada uma entrevista em profundidade contendo questões disparadoras sobre a história de vida, história de trabalho, história do adoecimento e história do cuidado. Na entrevista, além dos eventos narrados, foi possível entender o significado dessas vivências na vida da entrevistada e sua interpretação subjetiva de tais experiências.

A reconstituição do Itinerário Terapêutico, tem como potencialidade auxiliar na compreensão do porque as pessoas aderem ou não a determinado tratamento, considerando que o indivíduo encontra diferentes formas de cuidado. Dessa forma, é possível perceber que a adesão ao tratamento, por vezes, não se limita somente à disponibilidade de serviços oferecidos, mas também ao contexto sociocultural, aos vínculos estabelecidos com os profissionais e o quão acolhedor esses ambientes se apresentam aos usuários.

A entrevista foi submetida à transcrição e análise posteriormente. Os resultados demonstram que existem diferenças no que diz respeito aos cuidados em saúde no âmbito público e privado, além de ressaltar a importância do cuidado integral e elaboração de projetos terapêuticos singulares. A leitura da transcrição da entrevista com base nas discussões levou à eleição de três categorias de análise, sendo que a terceira delas receberá maior enfoque neste resumo por compreendermos a necessidade de mostrar e defender ações exitosas de políticas públicas de saúde nesse momento em que a saúde pública está sob fortes ataques.

A primeira categoria apresenta os processos de trabalho que a entrevistada estava submetida. Os modelos de produção na atualidade, tem exigido cada vez mais das capacidades mentais dos (as) trabalhadores (as). Elis relata que, muitas vezes trabalhou sob um regime de 12 horas por dia e que, mesmo diante da longa jornada, até os horários de ida ao banheiro eram estabelecidos de acordo com as necessidades de produtividade da empresa. De acordo com a entrevistada, ela era colocada como responsável pela produtividade do setor e, por ter boa relação com a gestão e com as outras meninas da linha de produção, tinha o dever de convencê-las a fazer horas extras para que as metas fossem atingidas. Além disso, era comum que a encarregada ficasse com um cronômetro na linha controlando o tempo das atividades e, a trabalhadora que não conseguisse cumprir as metas, sofria retaliações e situações de exposição entre as colegas. Ou seja, a violência psicológica era comum no cotidiano de trabalho dessas mulheres e se configurava como uma ferramenta de controle.

A segunda dispõe sobre os impactos e consequências dessa organização em sua saúde mental. A lógica de responsabilização se faz presente no cotidiano de trabalho e contribui para que o trabalhador, até mesmo, deixe de atender suas necessidades, para atender as necessidades da empresa. Elis “[pensava] se eu colaborar com a empresa, a hora que eu precisar de alguma coisa eles também vão me ajudar né”. O discurso de participação, que

seduz o trabalhador e o faz sentir-se como se fosse um membro da “família-empresa”, contribui para a manutenção dos interesses da organização (Bernardo, 2009). Ao deparar-se com a contrariedade entre o discurso de participação e a prática nada acolhedora, é comum que surjam sentimentos como os descritos por Elis “eu me sentia sozinha, que eu não tinha ninguém, que eu não tava valendo mais nada no trabalho, que tudo que eu tinha feito pela empresa também não serviu de nada, que eu fui somente um número pra eles mesmo, como todo mundo falava. Ai eu fui alimentando aquele desejo de me matar [...]”.

A última categoria analisa os cuidados em saúde que passa por serviços públicos e privados. Elis relata que frequentou hospitais privados nas primeiras crises de ansiedade, além disso, também passou por consultas particulares com um neurologista, porém, não percebeu melhoras com as formas de tratamentos propostas que incluíam a prescrição de medicamentos e afastamento do trabalho por um período de tempo. Os medicamentos tornaram-se uma via para tentativas de suicídio pelo uso excessivo das dosagens, enquanto que o afastamento do trabalho contribui para o aumento da ansiedade, pois Elis sabia que em algum momento retornaria ao trabalho nas mesmas condições adoecedoras. A dificuldade financeira em manter as consultas particulares, levou a procura dos serviços públicos. Ao procurar seu Centro de Saúde de referência, foi encaminhada para o Centro de Referência de Atendimento Psicossocial (CREAPS) de seu município e, devido a complexidade do caso, foi encaminhada para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Nesse período de transição entre os serviços, Elis recebeu liberação do INSS para voltar ao trabalho e, em conversa com seu companheiro que se colocou à disposição para ajudá-la no processo de cuidado, decidiram que seria melhor que ela se desligasse da empresa e seguisse com o tratamento no CAPS. No CAPS, Elis recebeu encaminhamento para também participar de um grupo em um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, o qual relata que no início teve uma certa resistência em participar, mas devido ao vínculo e a relação de confiança que estabeleceu com a Terapeuta Ocupacional no CAPS, decidiu começar a frequentar o grupo. O estabelecimento de vínculo com a equipe de saúde foi fundamental na melhora na condição de Elis, pois, quando se sentiu acolhida e compreendida no serviço, começou a perceber mudanças e se empenhar cada vez mais.

A co-responsabilização de cuidado torna o sujeito ativo em seu tratamento com diminuição do sofrimento o que possibilitou à Elis, a elaboração do adoecimento visando reescrever novos caminhos na vida, o que destaca também a importância dos serviços públicos que possibilitam vínculo, atendimento compartilhado e projetos terapêuticos singulares, além da importante participação da família na composição da rede de cuidados.

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou perceber a relação entre as condições de trabalho e o adoecimento mental, percebendo também a centralidade dos serviços de saúde no processo de cuidado e reabilitação do sujeito. Embora tenha passado por diversos serviços privados, foi na rede pública que Elis, sentiu-se acolhida, ouvida e compreendida em sua subjetividade, considerando toda sua dimensão individual e os impactos do trabalho em seu adoecimento mental. Percebe-se assim, a importância dos recursos públicos de saúde na trajetória de cuidado de Elis, por meio da articulação da rede, estabelecimento de vínculo e elaboração de projetos singulares. Essas práticas revelam a necessidade de proteção desses serviços que vem sendo sucateados de forma a precarizar e dificultar cada vez mais as práticas dentro dos serviços e as condições de trabalho dos profissionais da saúde.



Narrativas interrompidas e a ausência da palavra: A perícia em saúde mental e trabalho e o lugar e não lugar do sofrimento psicológico no trabalho.

Autor: FABIANE MACHADO (SINDISPREVRS/UFRGS)

Coautor: Jaqueline Tittoni (UFRGS)

Introdução

O presente trabalho trata-se de uma proposta de tese que tem como objetivo a busca por decisões da justiça do trabalho do RS que contenham ou mencionem documentos referentes à saúde mental, relacionados com o trabalho e a partir da análise da documentação encontrada compreender a construção ou não do nexos do adoecimento psíquico com o trabalho no âmbito forense.

A pesquisa está em andamento, e sua conclusão prevista para 2022. Até o presente momento foi construído o projeto que está em fase de análise pelo Comitê de Ética em pesquisa da UFRGS, além da revisão bibliográfica que será apresentada neste trabalho, juntamente com a análise de um caso-piloto em andamento.

A Psicologia Jurídica é reconhecida como especialidade da ciência psicológica pelo Conselho Federal de Psicologia e refere-se à área de conhecimento específico que tem alguma vinculação com o Direito, seja ele no âmbito Cível, Criminal, de Família ou do Trabalho. Esta área Forense também é conhecida como Psicologia Jurídica, âmbito em que o Psicólogo desempenha a função principal de auxiliar do Juiz, isto é, de assessorar os magistrados para tomada de decisões jurídicas, por meio dos estudos psicológicos de casos disponibilizados através das avaliações psicológicas periciais. A área da Psicologia Jurídica tem sido destaque nos últimos anos, por caracterizar-se, através das avaliações, em um espaço profissional multifacetário, podendo ocorrer nos mais diversos espaços de trabalho do Psicólogo. Existem diversos estudos que abordam a questão da avaliação pericial observados a partir da década de 2000, caracterizados pela discussão central da questão da Avaliação Psicológica nos mais diversos contextos, seja no âmbito da família, no âmbito das instituições ou no âmbito do trabalho, conforme Cruz (2017), Rovinski (2013) e Rovinski e Cruz (2009).

Resultados Preliminares da Análise da Literatura

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, tendo como objetivo discutir a importância da Avaliação Psicológica Pericial no âmbito do Trabalho. Dessa forma, pretende-se subsidiar o fomento à produção dos Documentos Psicológicos especializados na avaliação da relação da extensão do Dano Psicológico e o nexos com o trabalho. A discussão do estabelecimento ou não do Nexos Causal entre os Danos Psicológicos que são relacionados ao trabalho são bastante polêmicos na área jurídica, por se tratar em muitos casos, de aspectos mais subjetivos, ligados à psiquê humana. Contudo, a Psicologia do Trabalho por sua vez, possui a expertise necessária para a compreensão destes fenômenos e, associada aos aspectos da Avaliação Psicológica tem muito a contribuir com este campo tão controverso na área da Psicologia Jurídica.

A revisão bibliográfica foi realizada através da base de dados do Scielo, não havendo recorte de datas das publicações, além de livros, manuais, legislação vigente e portarias do Sistema de Conselhos de Psicologia. Esta etapa demonstrou que a perícia no âmbito do trabalho deve ser compreendida de forma mais ampliada e multifatorial, seja em âmbito trabalhista, penal, civil ou até mesmo administrativo e, passa a ser fator relevante na Psicologia Jurídica. A constituição de uma prova real, que analisa o trabalho em suas múltiplas dimensões e complexidades, parece produzir melhores resultados, atuando de forma transformadora e compondo esta área tão promissora para a atuação do Psicólogo Perito.

O levantamento foi desenvolvido a partir de materiais existentes na fonte bibliográfica disponibilizadas pela plataforma Scielo, escolhida por conter a maioria das revistas na Psicologia indexadas e ainda de acesso livre e gratuito no país. Não foi feito recorte temporal, em função de haver encontrado apenas 19 artigos com o marcador "Perícia Psicológica", e quando vinculado às questões do trabalho foram encontrados apenas três artigos, todos do mesmo autor. Para o descritor "Psicologia Jurídica", foram localizadas 109 publicações, sendo 90% referentes à área das varas de família, e o restante compartilhada entre as áreas da segurança pública (Adolescentes em conflito com a Lei e Sistema Penitenciário), e os mesmos artigos encontrados no descritor anterior relacionados ao trabalho. Também foi consultada a literatura especializada (livros, manuais, legislação vigente e portarias do Sistema de Conselhos de Psicologia) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e do Conselho Regional de Psicologia (CRP) considerada relevante na área, igualmente sem data limitada de publicação, em função da restrição de acesso em algumas plataformas que são não gratuitas e/ou sem livre acesso.

Narrativas Interrompidas: O Processo-Piloto em Análise

Como forma de executar o projeto-piloto, foram acessados alguns processos que já estão encerrados, como forma de aproximação dos documentos. Como proposta metodológica, o estudo terá caráter exploratório, apoiada na pesquisa documental, com análise qualitativa com enfoque no discurso produzido a partir dos documentos e pela dimensão dos conteúdos encontrados, ainda está em fase preliminar de análise, para o projeto piloto.

A construção da narrativa observada a partir da proposição de tese jurídica será expressada nas formas de vinculação entre os transtornos mentais e do comportamento e o nexos com o trabalho, que tenham sido referidos como meio de prova na decisão do magistrado, a fim de explicitar de que forma é construída esta relação nos autos do processo. O pressuposto teórico a ser utilizado será inspirado pela produção de Foucault (2013) e Farge (2017) sobre a questão dos documentos, e para as questões de saúde mental e trabalho alguns autores tradicionais do campo da psicologia do trabalho e da saúde do trabalhador (Tittoni, 2007), Jacques (2007), Gaulejac (2007), Seligmann-Silva (2011), entre outros.

Conclusões

A prática do Psicólogo no âmbito da Perícia Psicológica na área do trabalho é um campo ainda bastante desconhecido de grande parte dos profissionais que atuam no campo jurídico. Diferentemente dos campos clínicos e da área das Varas de Família, por exemplo, a Perícia Psicológica vinculada às questões originadas a partir do ambiente de trabalho, levam em consideração aspectos não restritos à subjetividade e psiquismo e também, o ambiente, condições e fatores estressores externos ao sujeito a ser avaliado e que compõe o espaço laboral.

A questão da comprovação ou não do Dano Psicológico, assim como o estabelecimento do nexos causal com o trabalho, ainda é um desafio para o campo da Psicologia Jurídica. Negligências organizacionais referentes ao não seguimento de normas e legislação de segurança também são elementos importantes neste tipo de avaliação que, infelizmente, por vezes não são observados nos Laudos emitidos por Psicólogos em Perícias Judiciais, mantendo seu foco apenas nas questões projetivas da personalidade do sujeito avaliado.

A avaliação realizada sob este foco, é uma das propostas deste estudo, ainda em andamento, que possa proporcionar, de forma mais ampliada e multifatorial, seja em âmbito trabalhista, penal, civil ou até mesmo administrativo passa a ser fator relevante no processo judicializado. A constituição de uma prova real, que desperte o interesse de todos que analisam o trabalho, em suas dimensões e complexidade, parece produzir melhores resultados, atuando de forma transformadora e compondo esta área tão promissora para a atuação do Psicólogo Perito.

REFERENCIAS

- CRUZ, R. M. (2017). Perícia psicológica no contexto do trabalho. São Paulo: Vetor.
- FARGE, A. O sabor do arquivo. SP, EDUSP, 2017.
- FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. RJ, NAU, 2013.
- GAULEJAC, Vincent. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida-SP: Idéias& Letras, 2007.
- JACQUES, Maria da Graça. O nexos causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a Psicologia. Psicologia & Sociedade. v. 19, Edição Especial 1. p. 112-119 – Porto Alegre, 2007.
- TITTONI, J. Trabalho, Poder e Sujeição. Porto Alegre, Dom Quixote, 2007.
- ROVINSKI, S. L. R. (2013). Fundamentos da Perícia Psicológica Forense (3a ed.). São Paulo: Vetor.
- ROVINSKI, S. L. R., & Cruz, R. M. (Orgs.). (2009). Psicologia Jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção. São Paulo: Vetor.
- SELIGMANN-SILVA, E. (2011). Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez.



Neoliberalismo e Repercussões na Vida e Trabalho Docente

Autor: Gabriela Mota Sousa (UNIFESP)

Coautor: Francisco Lacaz (F. Lacaz)

Introdução: A partir do avanço do discurso (e prática) neoliberal, que toma força através da resposta dada à crise do capital na década de 1970, o mundo estrutura-se de tal forma que a produtividade, competitividade e performatividade passam a reger as relações mais microsociais. No mundo do trabalho isso significa trabalhadores cada vez mais sujeitos à intensificação e precarização do trabalho; relações de trabalho cada vez mais individualizadas; e, em decorrência disso, trabalhadores em sofrimento. No campo da educação, veem-se reformas na organização escolar que transformam não só as tarefas, mas também os modos de ser e de existir do professor. **Objetivo:** Este trabalho busca discutir a construção e o impacto das transformações causadas pela reestruturação produtiva sob a égide do neoliberalismo na vida docente, tanto no nível macrossocial como no microsocial. **Método:** Trata-se de um ensaio teórico desenvolvido a partir da leitura de obras sobre o tema do neoliberalismo; da educação sob a égide neoliberal, bem como do trabalho e da saúde do professor, enfocando as subjetividades neste contexto. Tal ensaio é parte de uma pesquisa em andamento (dissertação de mestrado) sobre as condições e bem-estar no trabalho de professores do ensino fundamental. **Relação com o GT escolhido:** Entendemos que o presente estudo relaciona-se com o GT57: Trabalho, Vida e Saúde: contribuições da Psicologia Social do Trabalho para a Saúde do Trabalhador, uma vez que as questões aqui discutidas acerca da repercussão do neoliberalismo na vida docente impactam diretamente na subjetividade e na saúde desses trabalhadores, foco da nossa pesquisa da qual as reflexões expostas aqui fazem parte, ancorando-se em elementos da Saúde do Trabalhador e da Psicologia Social do Trabalho. **Orientação teórica:** Adotando uma perspectiva materialista e histórica do trabalho, a pesquisa está ancorada em alguns trabalhos de autores marxistas, adotando elementos do campo Saúde do Trabalhador e também da Psicologia Social do Trabalho. Ademais, foram utilizados outros autores e campos teóricos que se debruçam sobre o estudo específico da Educação. **Resultados:** Os anos do pós II Guerra até a década de 1970, conhecidos como “anos de ouro” foram de um inusitado crescimento econômico. O Estado de Bem-Estar Social, marco da proteção de direitos básicos como saúde, educação e habitação, surge nesse período fruto da negociação, mediada pelo Estado, entre o Capital e o Trabalho. A eclosão da crise de acumulação provocou mudanças na configuração social e econômica, determinando uma profunda reestruturação do mundo do trabalho. A resposta a essa crise foi reestruturar a produção do modo capitalista sem transformar seus pilares essenciais, visando recompor os patamares de acumulação dos anos pós- II guerra. Neste período, o discurso neoliberal ganha força com a ideia de que a causa da crise eram os gastos sociais e, portanto, estava também localizada no movimento operário e sindicatos que faziam pressão para que o Estado gastasse mais com proteção social. Romper com esse movimento, diminuir os gastos sociais e reestabelecer a taxa “natural” de desemprego eram os objetivos propostos pelos neoliberais, ao lado de reduzir os impostos sobre a renda de altos rendimentos para dinamizar a economia e estabelecer uma desigualdade “saudável e necessária”. Sob a égide do neoliberalismo, houve a reorganização do aparato ideológico e político de dominação, o que foi acompanhado da privatização, da desregulamentação dos direitos do trabalho e desmonte do setor produtivo estatal. Tal reconfiguração também consistiu em mudanças na forma de organizar e controlar o trabalho, objetivando sua intensificação, ao mesmo tempo em que envolve os trabalhadores num sentimento de colaboração e parceria. Tais mudanças vieram por meio de reformas do Aparelho de Estado que atingiram, dentre outros setores, a Educação. O principal marco histórico das reformas educacionais foi a Conferência Mundial de Educação Para Todos, ocasião em que o Brasil figurava entre os 9 países com os piores indicadores educacionais do mundo. No Brasil, sob os ideais do gerencialismo, a reforma educacional iniciou-se na década de 1990 e trouxe mudanças que impactaram diretamente no trabalho docente como a implementação de novas bases para o processo de formação do próprio professor, uma vez que a causa para o baixo desempenho dos alunos passou a ser imputada à insuficiência do quadro docente; quando se dá a implantação dos sistemas de avaliação: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), já em 1990, e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 1998. As reformas educacionais citadas anteriormente parecem ser não só técnicas e estruturais, mas também funcionaram como mecanismos que reconfiguraram o sentido e o significado de ser professor. A identidade docente é, assim, afetada por essas novas formas de se produzir sujeitos sociais. Através dessa “captura” da subjetivação do docente nos processos de trabalho se vê cada vez mais o desgaste mental dessa categoria, provocando condições como estresse, Síndrome de Burnout, depressão, ansiedade etc. **Conclusão:** Conclui-se que as mudanças no mundo do trabalho que acompanharam o projeto neoliberal veem produzindo novos sentidos

também para o trabalho docente, novas identidades sociais em torno da figura do professor, novas formas de se constituir a partir do trabalho, bem como novas relações sociais em geral. Atrelado a essas novas construções, o adoecimento docente seria próprio do esvaziamento que é criado a partir da competitividade, do produtivismo e metas, e da performatividade, impostas pelo neoliberalismo.

Os impactos no processo da aposentadoria do trabalhador rural no Brasil

Autor: Fabiana (Fabiana Grossi)

Coautor: Heloisa Jansen (Heloisa Jansen), Laís Bertunes dos Santos (FASB) e Wellington da Rocha Almeida (FASB)

Desde os primórdios da colonização do país, o trabalhador rural demonstrou continuamente a sua importância econômica, porém nem sempre teve a visibilidade política e social merecida. No Brasil, os trabalhos acadêmicos sobre o contexto rural, tem crescido devido a necessidade de compreender e lidar com as transformações que se assemelham com o mundo urbano. Nesse sentido, a Psicologia é uma das ciências que também está contribuindo para esses estudos, entretanto, ainda se destaca a escassez de pesquisas relacionadas ao tema (SCOPINHO, 2017). Segundo Tavares et al (2015), os trabalhadores e idosos da zona rural estão afastados das pesquisas como também de aspectos fundamentais para sua qualidade de vida, e isso se justifica pela dificuldade de acesso. Segundo Maciel, Estevan, Salvaro e Bussarello (2014), o benefício previdenciário tem uma conotação positiva para as famílias da zona rural, podendo ser identificada como renda regular na própria composição da renda, sustento familiar, possibilitando a diminuição da pobreza; maior acesso aos serviços privados de saúde; maior aquisição de medicamentos; aperfeiçoamento das próprias moradias; entre outros. Como justificativa dessa pesquisa, ressaltase que a necessidade de compreender como está o cenário atual do trabalhador rural em relação a aposentadoria e pós aposentadoria é indispensável para o campo do saber da psicologia e que a partir dessa compreensão pode-se trabalhar para amenizar possíveis impactos que possam interferir negativamente na vida desses indivíduos de forma a contribuir em sua promoção do bem-estar e qualidade de vida. A presente pesquisa é uma Revisão sistemática da Literatura (RSL), a qual teve como objetivo investigar os aspectos que influenciam na aposentadoria do trabalhador rural no Brasil. A partir disso se criou a hipótese: quais os aspectos que influenciam na aposentadoria do trabalhador rural no Brasil? O delineamento do estudo foi feito através da revisão da literatura com a utilização de métodos explícitos e sistematizados, sendo a busca da bibliografia científica realizada mediante uma busca eletrônica de artigos ordenados pelo Portal Capes. Dentre os critérios de inclusão foi considerado: Estar inserido no portal Capes; somente formatos de artigos; pesquisas realizadas em qualquer ano. Enquanto os critérios de exclusão foram: artigos não empíricos, não estar disponível no portal, artigos não de acordo com os objetivos da pesquisa, serem repetidos e artigos não realizados no Brasil. A partir disso, foram encontrados na plataforma de dados artigos dos seguintes autores: JORGE; BRANDÃO, 2012; LEITE et al, 2017; PEREIRA et al 2005; RIQUINHO; HENNINGTON, 2014; RIQUINHO; GERHARDT, 2010; BURILE; GERHARDT 2018. Dentre os resultados encontrados, destaca-se a maior prevalência de estudos realizados no estado do Rio Grande do Sul, sendo as publicações encontradas dentre os anos de 2005 e 2018. Identificou-se que há uma maior prevalência de preocupação com as questões de saúde e adoecimento e aposentadoria do trabalhador rural. Além disso, foi possível observar que está atrelada a temática, a presença de determinantes sociais da saúde como: fatores que propiciam a doença, a qualidade de vida, segurança e de gênero estão bastante relacionados com o processo de envelhecimento e consequentemente com a aposentadoria do trabalhador rural. Os resultados também apontaram um contraste positivo em relação à aposentadoria sendo essa um grande influenciador na composição da renda e consequentemente na qualidade de vida (JORGE; BRANDÃO, 2012; LEITE et al, 2017; PEREIRA et al 2005; RIQUINHO; HENNINGTON, 2014; RIQUINHO; GERHARDT, 2010; BURILE; GERHARDT 2018). Entretanto, Burille e Gerhardt (2018) ressaltaram a importância da aposentadoria, e o quanto é fundamental o papel do Estado na sua regulação, uma vez que pode repercutir nas relações dos idosos. Com isso, foi evidenciado nos resultados da pesquisa ações como: ampliar o debate com a população e a importância de trabalhar de forma articulada com a rede sócio assistencial, buscando agir perante ao combate das desigualdades sociais e também estratégias coletivas de intervenção que incluam os trabalhadores rurais e suas famílias em ações e práticas de proteção e promoção da saúde e no planejamento e implementação de formas viáveis de reprodução física e social (LEITE et al, 2017 e RIQUINHO; HENNINGTON, 2014). Durante as discussões foram apontados aspectos que interferem no processo de aposentadoria e pós aposentadoria dessa população como: saúde física e mental, rede apoio, relações familiares e planejamento. Conclui-se que a

partir da base de dados pesquisada, foi identificado que há poucas publicações de artigos referente a temática no geral, ausência de pesquisas publicadas na região norte do país e que as pesquisas publicadas nesse contexto são recentes. No entanto, observou-se que os artigos encontrados na base de dados pesquisada têm grande relação com fatores saúde-doença dos trabalhadores rurais. Baseado nisso, pode-se afirmar que a partir desse estudo não há possibilidade de desvincular o processo de aposentadoria dos fatores saúde-doença. Contudo, para amenizar os impactos identificados nesse estudo, recomenda-se a qualificação voltada para o contexto rural assim como, estimular reflexões e ações das equipes de saúde que interagem com o trabalhador no meio rural e interação das equipes de saúde com os sindicatos.

Políticas Públicas, vinculação e trabalho: Promoção de Saúde do Trabalhador(a) em serviços de acolhimento institucional da criança e do adolescente (SAICAs)

Autor: RENATA PAPARELLI

Coautor: Mariana Luiza Zsigovics Alfino (PUC-SP), Júlia Pagano Costa e Isabel Drummond Weffort (PUC-SP)

O Programa de Educação Tutorial (PET) é uma política pública financiada pelo Ministério da Educação com o objetivo de fomentar atividades que contemplem a tríade ensino, pesquisa e extensão, a fim de qualificar o ensino superior brasileiro. O Programa se desenvolve a partir da ação de grupos compostos por até doze estudantes de graduação bolsistas e seis colaboradores e por um Professor Tutor, a fim de promover integração entre universidade e as demandas territoriais e questões sociais, incentivando a articulação da produção de conhecimento com a criatividade e potência dos grupos, além de desenvolver senso de análise crítica e responsabilidade social.

O Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) mantém-se realizando, desde 1995, atividades do PET Psicologia. Desde 2018, esse Programa tem como eixo a temática "Subjetividade e Direitos Humanos". Desenvolvemos, atualmente, pesquisas-intervenções norteadas por dois temas: "Clínica Ampliada" e "Políticas Públicas, vinculação e trabalho: Promoção de Saúde do Trabalhador(a) em Serviços de Acolhimento Institucional da Criança e do Adolescente (SAICAs)". Pretendemos, aqui, apresentar resultados parciais das atividades desenvolvidas nos SAICAs, ressaltando que essas atividades ainda se encontram em andamento.

A pesquisa-intervenção, que ocorre desde o início de 2018, desenvolve um trabalho no sentido de compreender as dinâmicas institucionais, tendo como finalidade a construção de um espaço coletivo de cuidado, reflexão e troca entre os(as) trabalhadores(as), a fim de se pensar as questões que envolvem seu trabalho. Entendemos que essa reflexão deve partir da compreensão dos modos de se fazer o trabalho e das estratégias utilizadas no cotidiano pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as), procurando construir novas possibilidades de enfrentamento, a partir da identificação e questionamento das práticas recorrentes. Assim, pretende-se viabilizar condições de trabalho em que haja promoção, proteção e atenção à saúde dos(as) trabalhadores(as).

As atividades são desenvolvidas em encontros realizados com grupos, tanto com os(as) trabalhadores(as) (equipe técnica, educadores e equipe operacional), quanto com as crianças e adolescentes acolhidos(as) pelo serviço que permaneciam nas casas durante os encontros com os(as) trabalhadores(as). Essas reuniões têm frequência semanal, sendo com duração de 90 minutos, com estrutura de grupo aberto de adesão voluntária, uma vez que procuramos acolher ambos os plantões, dado que o serviço se dá com turnos de trabalho de 12x36.

Os encontros com os(as) acolhidos(as) têm o objetivo de conhecer o funcionamento da instituição a partir do olhar dos que a habitam. A construção de vínculos com esses sujeitos, que se dá em especial através de linguagem lúdica, se mostrou como um dos principais meios de se atingir tal objetivo.

Ao longo do nosso trabalho foi possível observar a complementaridade dos grupos dos(as) trabalhadores(as) e das crianças e adolescentes, o que nos possibilita conhecer as dinâmicas das instituições em questão a partir de diferentes perspectivas. Algumas das temáticas que atravessam ambos os encontros e que analisamos mais a fundo estão associadas às dimensões do trabalho, da comunicação e da relação entre trabalhadores(as) e acolhidos(as). Especificamente em relação ao trabalho, alguns assuntos se destacam: o contexto de sucateamento dos SAICAs e de serviços da rede pública, e as implicações disso na saúde mental de todos os sujeitos; os imprevistos e as demandas que marcam o trabalho real diferenciando-o do trabalho prescrito; a importância do trabalho em equipe diante da multiplicidade de demandas, dado o cotidiano e o contexto social no qual os(as) acolhidos(as) se encontram; o compartilhamento de funções entre as diferentes equipes e a importância do reconhecimento disso pelo grupo, no sentido de abarcar a complexidade do serviço; o processo de construção do vínculo com as crianças e adolescen-



tes, sendo este fundamental para o desenvolvimento do trabalho, especialmente no que diz respeito a construção de relações que visem diálogo e autonomia; a identificação dos(as) trabalhadores(as) com os acolhidos(as), que as vezes se veem próximos em suas histórias de vida e vivências; situações que caracterizamos como momentos de crise institucional, e que os(as) próprios(as) trabalhadores(as) denominam como “surto”, que se configuram como analisadores institucionais motivadores de contínuo debate e reflexão nos grupos.

Para além dos encontros nos dois Serviços de Acolhimento Institucional, temos um espaço de formação, reflexão e construção coletiva do nosso grupo PET, supervisionado pela tutora do programa. Avaliamos um grande avanço nos trabalhos do semestre passado, entendendo que aprofundamos algumas questões importantes, bem como ampliamos nosso olhar e entendimento da instituição SAICA como um todo, com as particularidades e potências que as casas em que realizamos a pesquisa-intervenção trazem. A participação de todos(as) os(as) trabalhadores(as), que ocupam todas as funções colaborativas da casa, fez emergir demandas no grupo, questões e respostas que não teríamos sem a presença de todos(as) (equipe técnica, educadores e equipe operacional). Nesse sentido, os encontros com as crianças e adolescentes também nos trouxeram inquietações que se tornaram um dos principais pontos norteadores da supervisão, permitindo assim ampliarmos reflexões a respeito da saúde mental dos(as) trabalhadores(as) e da relação destes para com os acolhidos(as).

Psicologia Social do Trabalho e a inserção das pessoas transexuais no mundo do trabalho

Autor: Carlos Henrique da Silva (Carlos Henrique da Silva) e HELOISA SOUZA (Heloisa Souza)

Coautor: Rômulo Lopes da Silva (PUC-CAMPINAS)

A intolerância e o preconceito à diversidade de gênero e sexualidade estão presentes na sociedade brasileira. Levantamentos revelam que no Brasil, a cada 19 horas uma pessoa lésbica, gay, bissexual, travesti ou transexual (LGBT) é assassinada ou efetiva suicídio motivada pela LGBTfobia, ou seja, morrem por causa da rejeição social ou ódio por sua orientação sexual ou identidade de gênero. Essas mesmas pesquisas apontam que transexuais e travestis são as mais atingidas. Esse cenário de intolerância está muito presente também no mundo do trabalho, marcando a história de pessoas transexuais que sofrem discriminações e exclusões. Assim, considerando que o trabalho tem um papel central na vida do ser humano, acreditamos que o favorecimento da inserção no mundo do trabalho, pode ser uma forma de contribuir com a diminuição da marginalização e exclusão social das pessoas transexuais.

Vale destacar que a transexualidade e a travestilidade relacionam-se com a identidade de gênero, ou seja, se refere a experiência e percepção pessoal diante das expressões de gênero, ou seja, se a pessoa se percebe pertencente ao gênero masculino, ao gênero feminino ou a outras expressões de gênero. Desse modo, se historicamente o gênero constitui um obstáculo para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, que é marcada por desigualdades, sofrimentos e lutas que persistem até a atualidade, as dificuldades vivenciadas pelas pessoas transexuais também se aproximam das violências ou sofrimentos vivenciados por pessoas LGBTs. Assim, faz-se necessário discorrer acerca de discriminações e resistências vivenciadas por mulheres transexuais no mundo do trabalho e refletir sobre o papel da Psicologia Social no enfrentamento do preconceito e da exclusão contra essa parcela da população.

Nesse sentido, a Psicologia Social do Trabalho mostrou-se como a perspectiva teórica que oferece fundamentos para as reflexões propostas neste trabalho, visto que adota uma visão crítica e contextualizada do trabalho, considerando suas implicações para a constituição da vida cotidiana, da subjetividade, da identidade dos (as) trabalhadores (as), bem como do seu processo de saúde/adoecimento. Com base nesta perspectiva, o presente trabalho possui o objetivo de discutir o compromisso da Psicologia Social do Trabalho com a inclusão das pessoas transexuais no mundo do trabalho, com base em vivências profissionais das mulheres transexuais. Assim, pretende-se proporcionar algumas reflexões sobre a participação das (os) psicólogas (os) no combate da discriminação social e no favorecimento da inserção profissional desse grupo.

Primeiramente, realizamos uma breve discussão sobre as questões de gênero, conceituando a transexualidade, debatendo a heteronormatividade e refletindo sobre as características do trabalho na atualidade. Em seguida, apresentamos partes de uma pesquisa que teve o objetivo de compreender os desafios de mulheres transexuais para se inserirem profissionalmente e finalizamos abordando a importância das (os) Psicólogas (os) conhecerem



e estarem engajados na proteção dos direitos das pessoas transexuais. Em síntese, defendemos que é necessário conhecer as vivências das mulheres transexuais para que possamos nos posicionar de forma a contribuir para o enfrentamento e superação dos desafios encontrados por elas em nossa sociedade.

Diante desse contexto, são proporcionadas algumas reflexões sobre a participação das (os) Psicólogas no combate da discriminação social e no favorecimento da inserção profissional desse grupo, em consonância com os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional da Psicologia. Entre esses princípios destacamos que as (os) Psicólogas (os) devem fundamentar sua práxis na promoção do respeito e da equidade social e na erradicação e enfrentamento à toda forma de discriminação, preconceito e outras formas de violência presentes na sociedade.

Nesse sentido, constata-se que é indispensável à concretização da responsabilidade social e do compromisso ético-político das (os) Psicólogas (os), que a atuação de tais profissionais seja construída a partir da análise histórica e crítica da realidade social, política e econômica contemporânea, considerando as relações de poder vivenciadas nos contextos em que atua e as implicações dessas relações sobre as suas atividades profissionais. Portanto, a partir deste trabalho, destaca-se como imprescindível a análise e a reflexão pelas (os) Psicólogas (os) sobre as construções sociais sobre a transexualidade e as condições de vida e de trabalho na atualidade, para que possamos desenvolver ações que visem a promoção da saúde, individual e coletiva, sobretudo, para os grupos em maior vulnerabilidade social.

Em suma, revela-se a necessidade de nos posicionarmos criticamente, de forma a contribuir para o enfrentamento e superação dos desafios encontrados por tais mulheres em nossa sociedade. Além disso, sugere-se que a Psicologia Social continue a se debruçar sobre as problemáticas apresentadas nessa comunicação oral, por meio da promoção de espaços de discussão e reflexão das (os) Psicólogas (os) sobre as temáticas e pelo incentivo à produção científica especializada, para elucidar as contradições e a complexidade da realidade social vivenciada pelas mulheres transexuais, bem como para aperfeiçoar a práxis de nossa categoria e a abordagem da temática na formação da (o) futuro profissional de Psicologia. Por fim, conclui-se que é responsabilidade de todas (os) as (os) Psicólogas (os) defender os direitos das pessoas transexuais e ter um posicionamento crítico em relação às normas de gênero, que estigmatizam, excluem e geram sofrimento para as pessoas que nelas não se enquadram.

Saúde do Trabalhador e Reabilitação Profissional: articulações a partir da Psicologia Social do Trabalho

Autor: Maristela (UFU)

O presente trabalho tem como tema a Reabilitação Profissional enquanto política de Estado operacionalizada através da Previdência Social, cuja ação visa “proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente pra o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive”, conforme preconizado pela Lei nº 8.213/1991. O problema central focalizado diz respeito ao caráter limitado da política, dado que essa visa apenas ao oferecimento dos meios para que o usuário desenvolva sua reabilitação, cujo processo centra-se unicamente no indivíduo e não na busca de modificações nos processos de trabalho e ambiente no qual esse é ofertado. Há que se mencionar ainda outra problemática desse modelo, já que a responsabilidade pela reinserção profissional é atribuída ao próprio usuário, pois o processo de reabilitação é considerado concluído quando aquele recebe o certificado de reabilitado, não sendo responsabilidade governamental “a manutenção do segurado no mesmo emprego ou a sua colocação em outro para o qual foi reabilitado”, conforme prevê a mesma Lei, no inciso primeiro de seu Artigo 140. Diante do exposto, esse estudo visa apresentar uma intervenção-investigação realizada junto a trabalhadores e trabalhadoras em processo de Reabilitação Profissional no INSS. A intervenção, na modalidade grupal, teve por objetivo resgatar as experiências pessoais e profissionais desses sujeitos, relacionadas ao adoecimento e ao afastamento do trabalho, visando ao enfrentamento de sua condição atual e dos impasses gerados pela mesma, através do reconhecimento dos aspectos estruturais envolvidos nessa situação, da ativação de redes de apoio coletivas e da ampliação do seu repertório de ação. A ancoragem teórica desse trabalho encontra-se na Saúde do Trabalhador e na Psicologia Social do Trabalho. Vislumbra-se a Saúde do Trabalhador enquanto campo de práticas e conhecimentos que, alicerçado na Medicina Social Latino-Americana, compreende os processos saúde-doença como determinado socialmente e a partir das relações sociais de produção estabelecidas entre capital e trabalho. Já a Psicologia Social do Trabalho traz como principais aportes a perspectiva crítica bem estabelecida

com relação ao fazer profissional do psicólogo no mundo do trabalho e a elucidação dos processos psicossociais desencadeados na relação sujeito e trabalho. Em comum entre essas abordagens teóricas, apontamos a centralidade da categoria trabalho, a interdisciplinaridade, a ênfase no conhecimento e na experiência dos trabalhadores, a perspectiva contra-hegemônica e não exploratória e a busca pela transformação das condições e formas de organização do trabalho promotoras de adoecimento. Diante do exposto, a relação com o GT pretendido mostra-se evidente, sendo esperado que esse estudo possa contribuir com as discussões sobre as relações, intercruzamentos e possibilidades de colaboração entre a Psicologia Social do Trabalho e a Saúde do Trabalhador. Com relação ao método, configura-se como uma forma de intervenção-investigação, tendo em consideração que esses são fenômenos indissociáveis. Nessa lógica, assume-se que não há investigação que não comporte algum nível de intervenção e que toda intervenção deve ser objeto de reflexão e contribuir para o desenvolvimento teórico-metodológico do campo disciplinar no qual se situa. A intervenção grupal contou com um total de 7 grupos desenvolvidos ao longo de 7 semestres letivos. Cada grupo teve duração média de 10 encontros, com cerca de duas horas cada e entre 7 e 12 participantes diferentes. Os encontros ocorreram na Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sendo conduzidos por duplas de estagiárias, sob supervisão da autora. Os participantes dos grupos foram encaminhados pelo setor de Reabilitação Profissional do INSS, em uma parceria que se mostrou frutífera. Todos os participantes, homens e mulheres, com idades variadas, estavam afastados do trabalho e impossibilitados de retornar para a função que desempenhavam anteriormente. Quanto ao tipo vínculo com a previdência, uma parte estava caracterizada como B31 (benefício previdenciário, sem nexos com o trabalho) e outros como B91 (benefício acidentário, com nexos laborais estabelecidos), variando em proporção as duas categorias a cada semestre. Outro aspecto importante é que todos os trabalhadores e trabalhadoras encaminhados/as para o grupo apresentavam problemas de saúde no âmbito físico/fisiológico, seja por adoecimentos diversos ou por algum tipo de acidente. Curiosamente, não foram encaminhados sujeitos cujo processo de adoecimento tenha se dado inicialmente em nível psíquico, embora quase todos tenham desenvolvido algum tipo de sintoma emocional após o afastamento da função. Os temas discutidos nos encontros eram definidos pelos participantes, condizente com a proposta de grupo enquanto dispositivo. Tal perspectiva vislumbra o grupo como um processo que coloca subjetividades em movimento, que tensiona, que produz deslocamentos e opera sentidos diversos daqueles pré-existentes. Considerando que cada modo de produção cria seus modos de subjetivação correspondentes, e que no capitalismo o modo indivíduo é sua forma recíproca, o dispositivo grupal busca produzir novos agenciamentos, gerando novas formas de compreensão sobre si e sobre o processo de adoecimento, ao relacionar os efeitos vividos singularmente por cada participante com os processos macrosociais de produção, com as formas de organização do trabalho e da sociedade, com as condições laborais e com o cenário mais amplo no qual essas se inserem. Com relação aos resultados, primeiramente serão compartilhados os achados evidenciados no contato com os sujeitos no decorrer dos encontros e a seguir serão discutidas as ressonâncias provocadas pelo grupo sobre esses. Inicialmente destaca-se a constatação de uma ruptura na vida desses sujeitos, entre um antes marcado pela saúde e pelo trabalho, e um depois oprimido pela doença, pela dor, pela impossibilidade de trabalhar e pelos sentimentos de menos valia e inutilidade. Outro aspecto significativo notado foi a dependência dos participantes em relação ao INSS, traduzida tanto a nível material e objetivo, pois dependiam efetivamente do benefício para sobreviverem, quanto no âmbito emocional e subjetivo, dado que esse órgão era colocado como a instância decisória em suas vidas, responsável pela definição de seu retorno ao trabalho ou concessão de novo período de afastamento, bem como pelo arbitramento de sua capacidade produtiva ao proceder ao seu desligamento do programa de reabilitação, independentemente deles sentirem-se aptos ou não para retornar ao mercado de trabalho. Verificou-se que esses sujeitos não conseguiam pensar um futuro para si em médio e longo prazo, sendo o porvir restrito ao horizonte máximo de dois ou três meses, que coincidia com o período da próxima perícia, a qual poderia garantir mais alguns meses protegidos pelo recebimento do benefício, ou lançá-los na selva do mercado de trabalho, na qual teriam muito menos poder de troca, em função das sequelas físicas e do longo período sem desenvolver atividade produtiva. Outro aspecto relevante foi a verificação que as opções “formativas” oferecidas pelo INSS se mostravam muito limitadas e por vezes completamente distantes do desejo e das expectativas dos segurados, pesando ainda a obrigatoriedade de aceitá-las e cumprirem a carga horária estipulada. Por fim, outros elementos presentes nos diversos grupos foram a menção à presença constante da dor, a auto-culpabilização pela situação em que se encontravam (adoecimento, impossibilidade de trabalhar), sentimentos de vergonha pela condição atual e temores em relação ao futuro, dificuldades financeiras e relatos de incompreensão familiar diante das problemáticas vivenciadas por eles. Também foram verificadas diferenças de gênero, no sentido de que a grande maioria dos



homens tendia a passar os dias em casa, sem fazer nada, enquanto as mulheres continuavam a desenvolver as tarefas domésticas, agora com várias limitações e insatisfeitas por não poderem cuidar da casa como gostariam, geralmente sem receberem qualquer tipo de auxílio por parte dos demais membros do grupo familiar. No que diz respeito às mudanças possibilitadas pelos encontros grupais, foi possível notar o alargamento das compreensões sobre o adoecimento e afastamento laboral, pois, ao ouvirem as histórias dos demais participantes, emergia um tipo de espelhamento, no qual era possível identificar elementos da própria história, e assim surgirem percepções de que suas vivências, ainda que pessoais, são atravessadas por fenômenos sociais mais amplos. Desse modo, produziram-se ressignificações, pela compreensão de que a situação de marginalização em que se encontravam fazia parte de uma moldura mais ampla, em um mercado de trabalho excludente e opressor, sendo sua doença ou acidente, naqueles casos relacionados à ocupação laboral, percebidos não mais como uma falha individual, mas como resultante do trabalho em si. Outra mudança significativa vivenciada por muitos participantes deu-se no sentido de buscarem fazer escolhas por si e para além do INSS, podendo experimentar novamente o lugar de protagonistas de suas vidas. Como mudanças concretas operadas, houve relatos que contavam sobre a incorporação de ações diversas no cotidiano, em direção a uma vida com mais qualidade, tais como atividades físicas (caminhada, hidroterapia), busca de cursos por conta própria (horta, locução, artesanato, culinária), planos de mudança de carreira e incorporação de projetos alternativos de renda complementar. Conclui-se que o grupo mostrou ser uma ferramenta potente para a intervenção junto aos sujeitos cujas problemáticas relacionam-se às questões do mundo do trabalho, e para o fomento de compreensões de cunho psicossocial que extrapolam as explicações individuais e individualizantes nesse âmbito. Do mesmo modo, foi um instrumento profícuo para a investigação das questões relacionadas ao afastamento do trabalho e seus efeitos sobre a subjetividade, completando assim o circuito intervenção-investigação que norteou essa experiência.

Saúde do Trabalhador em Pauta: a Atuação do Sindicato como Resistência e Fortalecimento de luta.

Autor: FABIANE MACHADO (SINDISPREVRS/UFRGS)

Coautor: Dulcineia (SINDISPREVRS), Carmen Fosch (SINDISPREVRS), Liliana Dantas da Silva (SINDISPREVRS) e Elisiane Wolf de Fraga (UFRGS)

Introdução

As reformas na administração federal propostas pelo governo de Michel Temer (2016-2018) acabaram impactando profundamente a vida laboral dos trabalhadores federais atendidos pelo sindicato, o que resulta em diversas demandas referentes à sua saúde. O desmonte da previdência social e as acentuadas transformações no âmbito do trabalho e emprego no país, atinente às mudanças no Ministério do Trabalho pela reforma trabalhista (Lei n. 13.467/2017), que inclui a terceirização irrestrita no serviço público, apresentando um grande retrocesso e descaso com o trabalhador público, operador das políticas públicas e sociais.

Este desmonte é observado por Skinner (2017) e Biavaschi (2017) ao tratar as questões referentes ao projeto neoliberal e suas reformas reestruturantes, implantadas no triênio 2016-2018 no Brasil.

O impacto destas reformas pode ser observado na ausência de vínculo trabalhista, o que está relacionado às perdas de direitos e de benefícios indiretos já conquistados e conseqüentemente, às perdas salariais. Estas reformas acabam por reforçar o trabalho precarizado (Alves, 2007) e conseqüentemente, a precarização da saúde dos trabalhadores, caracterizada pela vulnerabilidade física, mental e subjetiva. (Santos, F. Giongo, C. Mendes, J., 2016). A fragilização do reconhecimento social, é um aspecto fundamental para a saúde mental e que deixa de compor o universo laboral, atuando na alienação, fragmentando o coletivo, isolando assim os profissionais, que acabam respondendo sozinhos pelo próprio sofrimento e adoecimento (Franco e cols., 2010).

Ainda, as novas tecnologias utilizadas para o acesso aos serviços públicos provoca mudanças na organização de vida e trabalho do trabalhador. O modo com que essas transformações chegam aos trabalhadores é preocupante para diversas áreas do conhecimento (Antunes e Alves, 2004), mas principalmente para as entidades sindicais. O recuo dos direitos sociais tem sido o maior impacto que desmancha uma história de lutas por condições mais dignas de vida e trabalho, conforme Alves, (2017), que alerta para a redução do custo da força de trabalho, operacionalizada através das reformas legais acerca do trabalho terceirizado, a limitação dos gastos orçamentários públicos, que impacta na redução dos programas sociais e políticas públicas, ocasionando o sucateamento da Previdência Pública.



É nesse contexto que o SINDISPREV-RS, através do trabalho da sua Secretaria de Saúde do Trabalhador (SST) está inserido e evidencia a necessidade de discutir junto aos trabalhadores públicos federais a saúde do trabalhador e de pensar estratégias de enfrentamento. Deste modo, constatou-se a importância de um trabalho interdisciplinar, através da articulação dos saberes do Serviço Social e da Psicologia Social do Trabalho na intervenção junto às múltiplas expressões apresentadas pelos casos atendidos na SST.

Encontros Regionais de Saúde do Trabalhador: Estratégias Coletivas Frente ao Desmonte das Políticas Públicas e Sociais

Como aproximação da realidade da categoria representada pelo sindicato que possui atuação em âmbito estadual, a SST propõe, junto à direção da entidade, a realização de encontros periódicos no interior do estado do Rio Grande do Sul a fim de aproximar a categoria para a discussão de suas condições de trabalho e portanto, direcionar a luta sindical.

O ciclo dos encontros regionais com os trabalhadores federais tem como objetivo propiciar a reflexão sobre a saúde do trabalhador e sobre a realidade dos locais de trabalho, tendo também o intuito de realizar um diagnóstico situacional relativo às condições de trabalho e saúde, proporcionando debate para prevenção e promoção de ações de proteção à saúde nas regionais de atuação sindical.

O tema central dos encontros que foram realizados no período de 2014 a 2019, em um primeiro momento, foi o adoecimento relacionado ao trabalho, com foco no impacto do processo de precarização das condições de trabalho na saúde mental dos trabalhadores. O delineamento desse trabalho se deu em virtude das estatísticas oficiais da Previdência Social sobre acidentes e doenças do trabalho, que se referem aos trabalhadores do regime geral e dos casos atendidos na SST que apontam os transtornos mentais e do comportamento como atual desafio para adoecimento no trabalho. Observamos a invisibilidade destas informações no serviço público federal, ocasionados pela falta de transparência e acesso aos dados de adoecimentos dos trabalhadores públicos e não publicizados pelas vias oficiais. Além disso, a realidade trazida pelos servidores à Secretaria de Saúde do Trabalhador do sindicato está em consonância com as estatísticas gerais dos demais trabalhadores, divulgada anualmente pelo anuário estatístico do INSS (2014-2018).

As atividades que contemplaram partes expositivas e dialogadas, intercalando-se palestras e discussões, que culminaram em uma oficina com pequenos grupos, agregados por região, dando o caráter de mapeamento de território e condições de trabalho. Essa estratégia proporcionou a interação entre a reflexão e o debate coletivo, ampliando a visão sobre a necessidade constante das trocas coletivas, além de instrumentalizar os trabalhadores para a realização da vigilância sobre seu próprio ambiente de trabalho e de sua saúde, viabilizando, conseqüentemente, o fortalecimento da coletividade.

Na abertura de cada encontro houve a apresentação da secretaria, que inclui a equipe técnica e demais diretores e trabalhadores do SINDISPREV-RS. A seguir, foram desenvolvidas palestras com temas diversos, tais como: "Trabalho Precário e o Impacto na nossa Saúde", "Assédio Moral no Trabalho" e, ainda, "Saúde do Trabalhador" e "Questões Jurídicas e Saúde do Trabalhador", que são assuntos diretamente envolvidos no processo de adoecimento. Observou-se que durante as explanações houve bastante mobilização entre os participantes, gerando algumas discussões paralelas às apresentações, que foram trabalhadas no coletivo e configurou espaço para a fala dos trabalhadores.

Em uma segunda parte do trabalho, foi desenvolvida uma oficina em forma de pequenos grupos, que objetivou a reflexão coletiva dos temas apresentados. Nela, como produto, cada grupo produziu a sua própria análise sobre as condições e os ambientes de trabalho aos quais estão submetidos, exercitando-se assim, a vigilância em saúde do trabalhador. O produto desses encontros resultou em um diagnóstico situacional ampliado às todas as regiões do estado, realizados de forma sistemática nas nove delegacias regionais do sindicato, e contaram com a participação de mais de 500 trabalhadores de vários órgãos partícipes.

Resultados

A partir do trabalho realizado foi possível perceber alguns marcadores considerados como negativos, por exemplo: pressão permanente por produção, controle excessivo das chefias, identificação dos riscos do processo de trabalho informatizado, intensificação do trabalho pela sobrecarga, diminuição da força de trabalho por aposentadorias e falta de reposição, extinção de serviços, terceirização, insegurança quanto às questões de afastamento por saúde, pois alguns órgãos dificultam o reconhecimento das doenças relacionadas ao trabalho e, por fim, violência econômica pela remuneração (sistema de gratificações) vinculada à produtividade. Por outro lado,



há outros marcadores identificados como positivos, como: desejo e possibilidade de controle sobre o processo de trabalho por parte dos trabalhadores, opção pelo teletrabalho como alívio da carga emocional que o atendimento direto ao público gera, diminuição de atritos nas relações interpessoais com o público externo, e abertura de canal direto com o sindicato via SST.

Foi a partir desses marcadores, apresentados por meio das experiências e dos sentimentos externalizados a partir das reflexões críticas nos grupos pelos próprios trabalhadores, que a Secretaria e a equipe técnica contribuíram com o SINDISPREV-RS na elaboração de seus instrumentos de luta em defesa da categoria por ele representada.

Como eixos de ações a serem planejadas e executadas pelo sindicato são apontados: o seguimento na luta pelos direitos dos trabalhadores da esfera pública, a melhoria das condições de trabalho, o enfrentamento e o combate do assédio moral e o apoio no planejamento do processo de aposentadoria.

Considerações Finais

O trabalho precarizado, reflexo da relação capital e trabalho, é visto dentro do serviço público com as alterações constantes na gestão do trabalho, marcada agora pela informatização crescente e pelo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) (Antunes, 2018).

O resultado dessa experiência, como forma de contribuição para a identificação e o acompanhamento desses casos de trabalhadores públicos expostos aos agravos à própria saúde, requer uma atenção especial de seus gestores. Como desafio, serão necessárias, ainda, além da qualificação, a sensibilização das equipes de perícias dos trabalhadores nos seguintes aspectos: mapear e reconhecer os agravos à saúde mental relacionados ao trabalho; fornecer suporte e segurança, através do acompanhamento sistemáticos dos casos, contemplando a suspeição, a investigação, o diagnóstico e o nexos com o ambiente de trabalho, para que o trabalhador adoecido possa ser acolhido e ter suas necessidades atendidas, bem como receber o correto encaminhamento da situação; introduzir a cultura da notificação de agravos à saúde do trabalhador, visto que o reconhecimento dos acidentes e doenças relacionados ao trabalho no serviço público ainda é algo desconhecido por muitos trabalhadores públicos, o que reforça sua invisibilidade.

Considerando-se os elementos que este relato de experiência traz por meio do trabalho interdisciplinar, impulsionado pelo Serviço Social e pela Psicologia Social do Trabalho, busca-se uma forma de atuação que denota atenção especial às mudanças em curso no serviço público do país. Portanto, o SINDISPREV-RS se propõe como um espaço de acolhida e atenção psicossocial para o trabalhador público, objetivando, além do atendimento direto, o diálogo permanente com os gestores e trabalhadores. O trabalho é desenvolvido levando em conta a dimensão política das ações junto à sua categoria, fomentando o fortalecimento do movimento e da saúde do trabalhador na entidade.

SAÚDE DO TRABALHADOR: adoecimento de servidores federais no ano de 2018.

Autor: Arieche Kitiane Silva Lima (Arieche Lima)

A necessidade de desenvolver um maior espaço de pesquisa e práticas voltadas à saúde mental no Brasil é imperativa, segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde (2017), são cerca de 11 milhões de brasileiros (5,8% da população) vivendo com transtorno depressivo e cerca de 18 milhões (9,3% da população) com algum transtorno ansioso, no que diz respeito ao continente americano, o país se posiciona em segundo lugar em relação a prevalência de transtorno depressivo e se posiciona na primeira colocação, ultrapassando os EUA, em relação à prevalência de adoecimento ansioso, esta patologia atinge 6,3% da população estadunidense. Em que pese a atenção voltada à saúde do trabalhador aplicada ao serviço público federal, as taxas de afastamento do trabalho por motivo de doença têm aumentado significativamente, com altas incidências relacionadas à transtornos mentais. Essa forma de adoecimento tem se tornado prevalente, constituindo um problema que pode ter maior agravamento, considerando o cenário de reestruturações que atingem a Administração Pública. Nesse contexto, a pesquisa objetiva descrever e analisar o perfil dos afastamentos por transtornos mentais e comportamentais dos servidores atendidos pela perícia médica da unidade do Subsistema Integrado de Saúde do Servidor Público Federal da Universidade Federal de Roraima (SIASS - UFRR), no ano de 2018. A construção de tal perfil permite discutir sobre as condições e organização do trabalho e suas possíveis relações com o sofrimento e adoecimento dos

servidores públicos federais. Destaca-se que os processos de trabalho vivenciados no interior das organizações estão vinculados à conjuntura sociopolítica que as envolve, tornando-se necessário considerar saúde como um processo histórico-social e entender o ser humano, não de forma isolada, mas em interação com o mundo material que o cerca (BLANCH, 2014; RIBEIRO, 2011; MERLO, 2010). Machado (2015) discute a ocorrência do gerencialismo vinculado às reestruturações no setor público, que envolve o enxugamento do quadro de pessoal, flexibilização dos contratos de trabalho, por meio de terceirizações e privatizações, marcando a presença crescente da lógica neoliberal nas Instituições. Quando o olhar é localizado nas relações de trabalho, diversos autores (OLIVEIRA, 2000; HELOANI, 2005; MATTOS et al., 2012; ZAMBALDI, et al., 2013) têm identificado um processo contínuo de precarização, seja no que diz respeito aos aspectos materiais e tecnológicos, envolvendo a execução das tarefas, como nas relações com os pares, com o público atendido e com os que estão em posição hierárquica elevada. Portanto, realizou-se um estudo retrospectivo dos diagnósticos da CID-10 que mais acarretaram afastamentos dos servidores públicos por motivo de saúde no ano de 2018, com base em análise quantitativa dos dados de 12 órgãos públicos federais, que são partícipes do SIASS-UFRR. Estudou-se 707 afastamentos por motivo de saúde, que somaram um total de 623 servidores e 11.488 dias de afastamento. O principal motivo de afastamento foi o Episódio depressivo moderado (45 casos), seguido por Influenza (gripe) (33 casos), Hipertensão essencial (primária) (24 casos), Episódios depressivos (21 casos) e Ansiedade Generalizada (21 casos). Entre os 10 mais recorrentes motivadores de afastamento no primeiro semestre, a maioria são CID F (Transtornos mentais e comportamentais [F00-F99]), relacionados a 45 ocorrências, 39 servidores e 1485 dias de afastamento; no segundo semestre a dinâmica se repete, a maioria são CID F, relacionados a 60 ocorrências, 47 servidores e 1915 dias de afastamento. Ao se fazer um perfil da forma como as codificações F se apresentaram, identificou-se como psicopatologias mais recorrentes os Episódios Depressivos (F32) e Outros Transtornos Ansiosos (F41). No que diz respeito ao público feminino, 110 mulheres afastaram-se 142 vezes, somando um total 3818 dias de licença. O Episódio depressivo moderado (25,35%), seguido dos Episódios depressivos (11,97%) e o do Transtorno depressivo recorrente, episódio atual moderado (7,75%) são os três adoecimentos mais prevalentes, representando a magnitude de 45,07% do total de afastamentos. Os homens contabilizaram um total de 81 afastamentos, isto é, 3220 dias de licença em relação a um quantitativo de 63 homens. Entre eles, o Episódio depressivo moderado (18,52%), a Ansiedade generalizada (16,05%) e o Transtorno misto ansioso e Depressivo (9,88%) são os três adoecimentos mais recorrentes, representando a magnitude de 44,45% do total de afastamentos. Em um cenário de altos índices de violência, instabilidade financeira e política, acesso cada vez mais precário a profissionais de saúde, principalmente no que diz respeito ao cuidado em saúde mental, a informação encontrada indica a necessidade premente de planejamento, desenvolvimento e implantação de ações voltadas à melhoria das condições e organização do trabalho para os servidores públicos federais. É fundamental considerar a valorização dos coletivos de trabalho e a sua educação em saúde, que envolve considerar saúde como um processo histórico-social. O trabalho carregado de sentido permite ao trabalhador reconhecer-se no seu fazer, favorecendo a saúde, enquanto a sua invalidação associa-o as incertezas e o coloca em uma posição de vulnerabilidade ao adoecer (BLANCH-RIBAS E CANTERA, 2011). Assim, analisar o adoecimento mental que incide sobre a saúde do servidor público é essencial para conhecer a dimensão da situação-problema, questionar possíveis causas, além de subsidiar o planejamento de intervenções que possam agir em relação aos afastamentos, assim como em relação à execução de práticas preventivas.

Trabalho no Neoliberalismo e suas Inferências ao Adoecimento de Professores de Psicologia da Baixada Fluminense

Autor: Isabela Ferreira Rocha Nunes

Coautor: Larissa Diniz de Pontes (Universidade Estácio de Sá)

A saúde mental do professor é um tema que adquire crescente relevância na comunidade científica e tem sido alvo de preocupação por parte dos profissionais, gestores e entidades sindicais e governamentais. As exigências e responsabilidades impostas sobre o trabalhador da área da educação tem aumentado progressivamente, o que tem provocado repercussões negativas na saúde mental do professor. Esta preocupação provém do fato de que tem crescido a pressão social do trabalhador da área da educação. Contudo, na busca por artigos em periódicos em português (SciELO, BVS e Pepsic) e repositórios de teses e dissertações de mestrado e doutorado das Universidades brasileiras, não há evidência de nenhum trabalho específico sobre a saúde mental dos professores do curso de

graduação em psicologia, apontando uma lacuna intrigante tendo em vista que estes professores são aqueles que devem ensinar seus alunos a lidarem com a saúde mental. Considerando esse cenário, a presente pesquisa teve como objetivo verificar a relação entre o processo de trabalho do docente e as condições sob as quais ele se desenvolve, a fim de verificar sua ligação ao surgimento de sofrimento mental dos professores do curso de graduação em psicologia do Campus Nova Iguaçu da Universidade Estácio de Sá (UNESA), visando analisar a percepção dos docentes em relação às suas vivências no ambiente universitário e o estabelecimento de vínculos com seus alunos e colegas de trabalho. Atualmente na UNESA o corpo docente tem vivenciado as demissões em massa que estão acontecendo na instituição desde o final de 2017. Este evento tem alterado as formas de socialização dos docentes e os seus modos de ser, é importante considerar as repercussões desse evento na vida e na saúde dos docentes. Para a compreensão das mudanças que estão acontecendo nesse contexto é imprescindível considerar o modo de produção capitalista e a sua doutrina neoliberalista. Este sistema traz consigo o aumento do individualismo e competitividade, e a responsabilização do indivíduo pela sua própria vulnerabilidade. Os sujeitos têm sofrido com as consequências desse modo de produção e o docente tem convivido com as mudanças nas leis trabalhista e reforma da previdência que está em andamento; isto tem permitido a violação dos direitos dos trabalhadores, acarretando no possível desemprego em massa dos professores. Nessas circunstâncias o docente que permanece na instituição é afligido pela insegurança e pela impotência frente às demissões de seus colegas de trabalho. Diante disso, é importante a ampliação dessa discussão, para compreensão e reflexão das mudanças no ambiente de trabalho, e o quanto isto tem afetado o bem-estar biopsicossocial do docente, para isto é importante um olhar da psicologia social, pois a mesma contribui com um olhar crítico e histórico para as vivências dos trabalhadores, desmitificando a ideia de culpabilização do sujeito pelas suas vulnerabilidades. No que concerne a todas as questões envolvendo o trabalho, a pressão social, e a culpabilização do profissional pelo "seu fracasso"; a função de professor tem de lidar com a chamada "sociedade do conhecimento", a administração do conhecimento e a programação da inovação são capazes de produzir no docente a necessidade de demonstrar um bom desenvolvimento em seu trabalho, podendo ocasionar em desgaste psicológico, físico e emocional, levando a quadros de depressão, síndrome de burnout (SB) e sentimentos de insatisfação e/ou inaptidão profissional. Tendo em vista esta realidade, nasceu um interesse pelas questões relacionadas ao adoecer psíquico dos professores do curso de graduação em Psicologia, e as repercussões da ausência ou instabilidade da saúde mental. Para isto, optou-se por realizar uma pesquisa exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa/quantitativa, utilização de procedimentos técnicos de aplicação de instrumento psicológico e entrevista semiestruturada. A entrevista foi composta por questões sobre atuação na universidade (tempo de docência, formação inicial e pós-graduação, título atual e idade), condições de trabalho (infraestrutura do Campus e Avaliação Institucional), relacionamentos (dificuldades e facilidades com os colegas de trabalho, alunos e gestores do Campus), auto avaliação como professor (expectativas alcançadas e expectativas a serem alcançadas), adoecimento mental e/ou emocional relacionado ao trabalho como professor (sintomas, incidência e comportamentos saudáveis para manutenção da saúde). Os dados da entrevista foram tratados segundo a análise de conteúdo do tipo análise categorial, isto é, as respostas foram desmembradas em categorias e organizadas de acordo com as mesmas, a saber: condições de trabalho; avaliação institucional; carga horária; relacionamento com os colegas de trabalho, gestores e alunos; auto avaliação no trabalho docente; adoecimento mental e/ou emocional relacionado ao trabalho docente. Consonante com a entrevista semiestruturada, foi utilizado como instrumento psicológico o instrumento de autopreenchimento Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20), que consiste em uma versão reduzida do SRQ-30, com 20 questões pertinentes a sintomas psicossomáticos para rastreamento de transtornos mentais não-psicóticos. O SRQ está recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para estudos comunitários em atenção básica à saúde, principalmente nos países em desenvolvimento em função de facilidade de uso e custo reduzido. Participaram desta pesquisa 22 professores do curso de graduação em Psicologia do Campus Nova Iguaçu da referida universidade. As entrevistas e a aplicação do instrumento foram realizadas nas dependências do campus. Deste total, 81,8% eram mulheres e 18,2% homens com idades entre 27 e 64 anos. Foi possível constatar a partir dos dados coletados que há uma precariedade nas condições de trabalho referentes a infraestrutura dos materiais para as aulas, que dificultam de modo significativo o prosseguimento das mesmas. Cerca de 59,1% dos docentes entrevistados salientam uma necessidade de investimento em tecnologia, dentre os pontos citados, está o fato de não haver Datashow, computadores com internet, caixas de som e outros instrumentos de apoio às aulas previamente instalados em todas as salas. Ademais, apontam a ausência de infraestrutura nos banheiros, elevadores, climatização, organização de materiais, problemas de gestão, falta de autonomia com o material didático, melhorias da privacidade na sala de coordenação e melhoria



nos laboratórios. Outro aspecto contribuinte ao adoecimento dos docentes se dá em relação a carga horária classificada como densa e cansativa. Em média, os docentes possuem uma carga horária aproximada de 32 horas semanais, sendo importante ressaltar que entre estes, há dois docentes com carga horária de 60 horas por semana, pois, além de atuar como docente na instituição, também são coordenadores do curso. O trabalho docente e as condições de trabalho corroboram para o surgimento de sintomas relacionados ao cansaço e desgaste físico, afecções osteomusculares como dores na coluna, no corpo e sobrecarga muscular, cefaleia e doenças otorrinolaringológicas (labirintite). Um dos docentes alega surgimento de doença autoimune e outro reconhece o surgimento de sintomas da Síndrome de Burnout. Além do mais, foi possível constatar o alto índice de estresse, sendo destacado o período de provas como o de maior prejuízo. Apontam o excesso de obrigações da carreira como docente, a quantidade de alunos, junção dessas atividades com atividades fora do ambiente acadêmico e a carga horária densa. Também indicam desgaste emocional e cansaço mental, bem como o surgimento de doenças psicossomáticas. Ao correlacionar os dados da entrevista com os dados apurados pelo SRQ-20, foi possível constatar um alto índice de sofrimento psíquico, em 54,5% das entrevistas, os docentes assinalaram afirmativamente sentir-se nervoso, tenso ou preocupado. Em 45,5% dos casos, os docentes afirmam cansar-se com facilidade e 36,4% confirmam que se sentem cansados durante a maior parte do tempo. Referente a ter uma qualidade ruim de sono, há uma prevalência em 31,8% dos casos, sendo importante ressaltar que, em dois casos, os docentes não marcaram nenhuma das alternativas, contudo, a especificaram como “em alguns momentos” ou “pouco”. O mesmo resultado é obtido a respeito da dificuldade em realizar satisfatoriamente as atividades diárias. O presente estudo, tendo como base a análise dos dados colhidos, atingiu a proposta de evidenciar as relações entre as condições do trabalho docente e o surgimento de adoecimento, especialmente o mental, que afligem os docentes da Universidade Estácio de Sá, Campus Nova Iguaçu. Espera-se que esses resultados impulsionem o planejamento de intervenções eficazes, considerando que a saúde e a educação são condições fundamentais para o desenvolvimento humano e social, é importante atentar que esses profissionais precisam de competência pedagógica, social e emocional para estimular a construção crítica dos indivíduos para que aprendam a ser e a conviver na sociedade como sujeitos conscientes, reflexivos e participativos, mas para isso é fundamental que também estejam física e mentalmente saudáveis.

Trabalho, gênero e raça: apontamentos ético-políticos à psicologia social do trabalho em contexto de precarização subjetiva

Autor: Sergio Dias Guimarães Junior (UFRJ)

Coautor: João Batista de Oliveira Ferre (Instituto de Psicologia - UFRJ)

O que resta à vida diante de um contexto de precarização subjetiva e constante desabilitação de direitos? Qual aposta ético-política poderia servir de referência diante das forças instituídas de captura que materializam-se nas formas de dominação e exclusão presentes nos contextos laborais da contemporaneidade? Tais indagações fazem parte do material reflexivo que serviu de base para a elaboração do presente trabalho que tem como intenção principal analisar a articulação entre as categorias gênero e raça a partir do recorte das situações de trabalho contemporâneas. Para tal, toma-se como ponto de partida alguns dos resultados de uma pesquisa realizada com trabalhadoras e trabalhadores terceirizados de uma universidade pública brasileira localizada na cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, observa-se que as recentes decisões político-jurídicas a respeito do processo de terceirização no contexto trabalhista brasileiro revelam a crescente consolidação desta prática e afirmam a natureza global da fragilização dos vínculos laborais. A recente autorização legal da subcontratação irrestrita no Brasil e o crescimento de sua capilarização estão acompanhados de forte ameaça aos mecanismos de proteção social, saúde, organização e resistência dos sujeitos envolvidos neste processo. Assim, o objetivo da pesquisa aqui mencionada foi analisar criticamente formas de resistência mobilizadas por sujeitos subcontratados diante de contextos de trabalho constituídos por relações laborais injustas e excludentes, que ameaçam a garantia de direitos e a afirmação de formas de trabalho dignas e ético-politicamente referenciadas. A proposta foi pensar tais resistências a partir da noção de dispositivo, no que tange ao tensionamento entre dispositivos de captura e ruptura, e sua articulação com processos de subjetivação. Os referenciais teórico-metodológicos utilizados partiram de autoras e autores brasileiros e latino-americanos da filosofia, da sociologia do trabalho e da psicodinâmica do trabalho. Participaram da pesquisa treze trabalhadoras e trabalhadores terceirizados (dez mulheres e três homens) que prestam serviços



de limpeza na referida universidade. Foram realizados, na própria instituição, dez encontros coletivos e uma entrevista individual de caráter semiestruturado. Também foram elaborados diários de campo pelos pesquisadores envolvidos. A partir das sinalizações obtidas, observa-se o tensionamento entre formas de dominação e resistências que estão em jogo no contexto da universidade e os impactos subjetivos que lhes são subjacentes. Por um lado, é possível observar formas de controle e dominação materializadas na rigidez das prescrições das tarefas a serem cumpridas pelos subcontratados, nos processos de vigilância, exclusão e invisibilidade que atravessam seu cotidiano e o modo como direitos trabalhistas são constantemente desrespeitados, por atrasos salariais ou pelas “empresas fantasmas” que desaparecem de forma repentina. Tais dispositivos de captura produzem vivências de sofrimento que, como parte de uma dinâmica marcada por medos e ameaças de punições ou demissão, são silenciadas pelos/entre os subcontratados. Em paralelo, questões de gênero e questões étnico-raciais foram mencionadas pelos sujeitos participantes que relataram ter presenciado formas diversas de discriminação, exclusão e preconceito racial e de gênero por parte de diferentes pessoas no contexto da universidade. Nota-se que o fato da grande maioria dos terceirizados ser composta por mulheres negras aponta para questões sócio-estruturais marcadas por uma trajetória de exploração, dominação e desigualdade nas relações de trabalho e vida no contexto brasileiro, assim como revela sinais de uma classe cujo trabalho encontra-se extremamente precarizado em diferentes níveis - inclusive existenciais. Tais sinalizações revelam a face contemporânea dos processos sócio-históricos de divisão sexual do trabalho e discriminação étnico-racial cujos efeitos alcançam a dimensão subjetiva da vida cotidiana e consolidam um cenário de ameaça à garantia de direitos e à afirmação de formas de trabalho ético-politicamente qualificadas. Em contrapartida, a partir dos resultados do estudo em questão também foi possível observar que esses sujeitos se mobilizam com diferentes formas de resistência: produzindo mecanismos de defesa contra o sofrimento, como maneira de buscar não adoecer; pelo envolvimento de caráter político em movimentos coletivos de lutas; e até mesmo nos possíveis quadros de adoecimento que, no limite, representam uma forma extrema de resistir ao trabalho extremamente precarizado. Resistências sempre singulares que se colocam em jogo em meio aos dispositivos de dominação presentes no contexto da universidade. Identificou-se também que os subcontratados se sentem mais reconhecidos no trabalho pelos estudantes do que por outros profissionais. Esses sujeitos atribuem valor ao seu fazer cotidiano quando afirmam que suas funções são indispensáveis para a continuidade das atividades de ensino, aprendizagem e produção de conhecimento da instituição. Observa-se, portanto, que as formas de resistência aqui analisadas provocam abalos e incitam reconfigurações micropolíticas na solidez das lógicas instituídas dos contextos laborais contemporâneos marcados por processos de dominação e exclusão e são fatores fundamentais para a continuidade da luta pela garantia de direitos e formas de trabalho pautadas na dignidade da vida. As sinalizações de pesquisa aqui apresentadas revelam-se como apontamentos críticos diante da complexa conjuntura do atual contexto trabalhista brasileiro, marcado por retrocessos de diferentes ordens e desabilitação de direitos em diversos níveis. Acredita-se, portanto, que a aposta em debater criticamente temáticas como questões de gênero e raça nos contextos de trabalho é potente exercício que coloca em questão lógicas instituídas e provoca abalos nos alicerces do capitalismo contemporâneo, marcado pela concorrência desmedida, banalização de injustiças e processos de corrosão do caráter, tendo a racionalidade neoliberal como fundamento primeiro. Defende-se, portanto, o compromisso ético-político da psicologia social do trabalho brasileira - como produto de seu tempo - de assumir uma postura crítica diante de situações de exclusão, dominação, discriminação, violência e desabilitação de direitos no trabalho e de contribuir para a promoção de movimentos de resistência e transformação em prol da garantia de modos de vida e trabalho singulares.



Uma crise anunciada: impactos da precarização das condições de trabalho em um Hospital Universitário Federal

Autor: Hilcéia Stefane Rosa Moreira (Hilcéia Moreira)

Coautor: Livia de Oliveira Borges

Introdução. O complexo hospitalar, hoje conhecido como Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC-UFMG), foi inaugurado em 1928, a partir do agrupamento de algumas clínicas que se reuniam ao redor da Faculdade de Medicina da UFMG. Inicialmente, o hospital atendia a população indigente e/ou excluídos do sistema de atenção à saúde da população previdenciária, sendo posteriormente integrado ao SUS (Sistema Único de Saúde). Passou a atender à população de forma mais ampla, segundo os princípios deste, ou seja, reconhecendo a saúde como um direito de todos e o papel do Estado na garantia de acesso às ações e serviços de saúde a todas as pessoas, sem discriminação de sexo, raça, classe ou outras características pessoais e/ou sociais e, ao mesmo tempo, atendo-se às necessidades distintas das mesmas. O HC-UFMG tem como missão “desenvolver a assistência na área da saúde, com eficácia e eficiência e, de forma indissociável e integrada, o ensino, a pesquisa e a extensão”, e visa ser reconhecido como um hospital universitário de excelência. Tem enfrentado, entretanto, dificuldades financeiras ao longo das últimas décadas, assim como o ocorrido em outros hospitais universitários do país. Esse fato tem prejudicado a qualidade da assistência, as condições de trabalho e o alcance dos objetivos referidos na sua missão. Pela evidente necessidade de mudanças e a partir do processo de reestruturação proposto pelo Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), o hospital aderiu à gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) em dezembro de 2013. Tal empresa foi criada em 15 de dezembro de 2011, através da Lei Federal no 12.550, para administrar nas instituições públicas federais de ensino, serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão na área da saúde, o que inclui hospitais universitários federais, dentre eles o HC-UFMG. A referida adesão foi complexa, uma vez que o funcionamento do hospital, antes mantido por profissionais com diversos vínculos (estatutários, contratados via cooperativas, terceirizados, etc.), por vezes precários, precisou ser modificado. Os profissionais terceirizados e autônomos, que compunham aproximadamente metade da força de trabalho do hospital, foram substituídos entre os anos de 2014 e 2015, sendo inseridos novos profissionais celetistas selecionados via concurso público, vinculados à EBSERH. Por consequência, o hospital tem enfrentado dificuldades para se adaptar às mudanças no quadro de pessoal provocadas pela adesão à essa gestão. Além da ocorrência da rotatividade involuntária (por iniciativa da organização e não dos trabalhadores), tem ocorrido também um significativo número de desligamentos por iniciativa dos trabalhadores celetistas, ou rotatividade voluntária. Além disso, com a adesão à gestão da EBSERH, as demais (p.ex., de estatutários devido à aposentadoria) deveriam ser repostas, ou seja, os concursos públicos para a provisão desses profissionais seriam realizados continuamente, o que não ocorreu. Em consequência disto, o hospital continua funcionando com déficit de profissionais, com prejuízos para as condições de trabalho dos mesmos, para a qualidade da assistência prestada à população e para o ensino e, uma vez que não há previsão para a realização de novos concursos, o número de atendimentos e procedimentos realizados pelo hospital está sendo revisto e leitos estão sendo fechados, tendo esses atos inclusive já se tornado de conhecimento público. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi analisar a relação entre a precarização das condições de trabalho, a rotatividade voluntária dos profissionais de saúde do HC-UFMG após a adesão à gestão EBSERH e os demais desafios atualmente enfrentados pelo hospital, como o fechamento de leitos, na perspectiva dos profissionais. Portanto, essa discussão, a ser realizada no âmbito da Psicologia Social e Trabalho no Neoliberalismo: Lutas Sociais e Resistência (Eixo 5), visou analisar impactos da precarização para a saúde da população e dos profissionais, uma vez que os participantes da pesquisa são corresponsáveis por prover assistência à saúde de qualidade, no âmbito do SUS. Para guiar a pesquisa, foram importantes os conceitos de precarização e condições de trabalho, além da diferenciação entre rotatividade involuntária e voluntária, já apresentada antes. O trabalho precário é caracterizado pela imprevisibilidade e, nele os riscos empregatícios são assumidos majoritariamente pelo trabalhador, e não pelo governo ou pelos empregadores. A precarização deste, numa perspectiva ampla, não se restringe às condições contratuais e jurídicas, ou seja, “desprecarizar” o trabalho é mais que a modificação dos vínculos contratuais. A precarização afeta outras dimensões, ou condições de trabalho, estas também entendidas como as condições físicas e materiais, as características das atividades, dentre outras.

Método. Fizemos a busca e análise dos formulários de registro das entrevistas de desligamento dos profissionais que deixaram voluntariamente de trabalhar no HC-UFMG, entre janeiro de 2015 e dezembro de 2018. Poste-

riormente, realizamos 11 entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuam na gestão do hospital, entre junho e julho de 2019. Após a construção de um banco de dados, as respostas aos formulários de desligamento foram submetidas à análise do conteúdo. As entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra e igualmente submetidas à análise de conteúdo.

Resultados. No período analisado, houve 187 desligamentos, em sua maioria voluntários, dos quais foram resgatados os 124 formulários disponíveis. As razões apontadas para o desligamento por esses profissionais foram: aprovação em outro concurso público, com mais estabilidade e melhor plano de carreira; ter recebido melhor proposta de trabalho; dar continuidade aos estudos e capacitação profissional; incompatibilidade de horário com outros os vínculos de trabalho; inflexibilidade da carga horária do hospital e/ou necessidade de diminuir a carga de trabalho por motivos pessoais e familiares; mudança de residência, dentre outras. Sobre a dificuldade para conciliar os vínculos de trabalho, principalmente dos médicos(as), uma das entrevistadas relatou que estes optam por desligar-se do HC-UFMG pela inflexibilidade da escala e “Porque a condição física é pior, porque o volume de trabalho é maior, porque as condições de trabalho são piores” (Entrevistada 2). Apesar da mudança dos vínculos trabalhistas, agora menos precários, os profissionais celetistas que se desligaram voluntariamente do HC-UFMG apontaram outros fatores que prejudicavam a realização do trabalho, ou “pontos fracos” do hospital, divididos nas seguintes categorias: a) Burocracia da gestão e conflitos interpessoais; b) Condições físicas e materiais inadequadas; c) Quantitativo inadequado de profissionais; d) Plano de cargos, carreira e salários insatisfatório; e e) falta de incentivo à educação continuada. Isso demonstra que, para tornar o trabalho menos precário, outras condições de trabalho, além dos vínculos contratuais, precisam ser modificadas. A continuidade da rotatividade voluntária, além da não realização de concursos públicos, e a consequente não reposição do quadro de profissionais que já estava inadequado, têm progressivamente agravado a situação do hospital, tornando necessária a revisão de sua capacidade de atendimentos e o fechamento de leitos. Na fala de uma das gestoras, com os desligamentos voluntários, as aposentadorias e a falta de concursos “[...] a gente acaba sofrendo uma diminuição na oferta da assistência, nas escalas, elas ficam deficitárias” (Entrevistada 10). A gestão foi descrita como engessada por ambos os grupos (profissionais que se desligaram e os que atuam na gestão) e a persistência dos conflitos interpessoais e entre os vínculos à EBSEH ou à UFMG, descrito por uma das entrevistas como “apartheid”. Provavelmente essas descrições se devem ao quadro geral, uma vez que foi realizada uma mudança organizacional da magnitude já mencionada, sem o devido preparo e posterior acompanhamento, como bem resume a entrevistada: “[...] deixou na arena que todo mundo se conversasse [...] a coisa foi acontecendo e hoje já do jeito que tá” (Entrevistada 10). Sobre essa transição é emblemática ainda a fala de uma das entrevistadas que resume sua entrada no HC-UFMG dizendo: “Caí de paraquedas no meio do caos” (Entrevistada 5).

Conclusões. A atual situação do HC-UFMG exige reflexões e ações que considerem as particularidades históricas e contextuais deste e dos demais hospitais universitários. Conforme discutido, a precarização do trabalho não se resume ao vínculo trabalhista firmado entre o profissional e a organização e, apesar da desprecarização dos vínculos praticada pela EBSEH, é possível afirmar que a precariedade das condições de trabalho no HC-UFMG não foi resolvida imediatamente com a adesão à gestão da empresa, haja vista a continuidade da rotatividade voluntária, os motivos alegados para esta, o progressivo fechamento de leitos e os impactos, não só para os trabalhadores, bem como para o ensino e para a população assistida. Outras mudanças e melhorias precisam ser feitas no HC-UFMG, conforme já apontavam os profissionais que se desligaram do mesmo e, um desafio imediato é a reversão e/ou administração do fechamento de leitos, não apenas em termos numéricos, mas (re)conhecendo e atuando sobre os aspectos que motivaram a sua ocorrência em 2019, uma vez que “não fechar leitos” é uma luta histórica do hospital. Por fim, é fundamental dar prosseguimento a esta reflexão e examinar os impactos dos fechamentos de leitos para a população e para os profissionais, a possibilidade dessa nova demanda ser absorvida por outros hospitais da rede SUS, além das ações, inclusive a nível governamental, que estão sendo empreendidas, ou não, para reverter este quadro.



GT58: Universidade, ação política e modos de subjetivação

A construção do jovem adulto universitário através da interface dos cuidados e limpeza da casa originária e casa república

Autor: Bárbara Gerard Martins (UFF Niterói)

Na minha pesquisa a construção do corpo do jovem adulto universitário na casa originária e na casa república é o fio condutor na pesquisa e me moveu a questionar os entrevistados sobre: afetos na mudança, movimento de cuidado com a casa originária e república antes e depois da mudança e regras estabelecidas, tanto numa casa quanto na outra e o contraste entre elas. O nome casa originária, no meu trabalho, se trata do lugar que o jovem passou sua vida ou maior parte dela antes de ingressar na universidade. A casa república chamo da casa compartilhada entre jovens com diversos acordos habitacionais construídos pelos próprios habitantes.

O meu objetivo com esse trabalho foi investigar a construção do corpo do jovem adulto universitário na mudança da casa originária para a casa república visitando a casa originária com certa frequência, para compreender como esses jovens foram afetados por este processo de mudança.

O trabalho se articula com a subjetivação do jovem adulto enquanto forma de se construir no ambiente universitário. Também se articula como a aposta da pesquisa de investigar o saber construído pelo corpo através do dispositivo das casas: originária e república, construindo assim pontes entre o saber construído na universidade e o saber construído na ação do corpo e do afeto. Dessa forma a subjetivação do jovem adulto universitário, a inclusão do afeto na pesquisa acadêmica através da busca pela conexão dos saberes acadêmicos e da casa e a relação entre pesquisador e pesquisando que possibilita a construção de uma ciência mais interessante e inovadora relacionam o meu trabalho com o GT e o Eixo Temático 12.

Para a construção do campo teórico me utilizei de conceitos como corporeidade e subjetividade em Donna Haraway, ontologias dos corpos-múltiplos em Annemarie Mol, kit de odores em Bruno Latour, etnopsicologia de Catherine Lutz, autogestão de Gregório Beremblitt, dispositivo para Vinciane Despret, e coalizão em Bernice Johnson. Além do quadro Abaporu de Tarsila do Amaral como modulação corporal do conceito de enact de Annemarie Mol.

Como método me utilizei de duas entrevistas: a primeira semi-estruturada e a segunda aberta, feitas ao mesmo tempo com o jovem adulto universitário e com um adulto da casa originária deste jovem escolhido por ele para realizar as entrevistas. Os jovens escolhidos foram jovens adultos universitários da Universidade Federal Fluminense - Niterói que voltassem com alguma frequência a casa originária, estabelecendo dessa forma uma habitação dessas duas casas. O adulto da casa originária que foi escolhido pelo próprio jovem universitário, foi reconhecido como um acompanhamento frequente em sua vida antes de se mudar para a casa república e depois da mudança. Na primeira entrevista foram feitas perguntas sobre as regras estabelecidas na casa originária antes do jovem se mudar para a casa república, as possíveis mudanças geradas a partir da mudança e sobre a relação entre os entrevistados antes e depois da mudança. Na segunda entrevista que foi aberta, foi uma oportunidade para que os entrevistados dissessem sobre o que achavam que deveria ter sido perguntado, alguma questão sobre a pesquisa e/ou alguma história que tenha sido lembrada. As falas das entrevistas foram analisadas qualitativamente e articuladas ao longo da escrita do trabalho na mesma formatação que as citações dos textos conceituais, com a intenção de provocar o leitor a experimentar uma leitura conjunta com a mesma perspectiva de importância. Ou seja, este trabalho se estrutura como teórico-prático, no qual as falas das entrevistas permeiam relações com as teorias.

Os resultados obtidos com a pesquisa foram: a ideia de diferenciação do socorro e do apoio, as novas regras na casa república que possibilitam uma atualização das regras na casa originária, a melhora na relação entre o jovem e o adulto a partir da perspectiva da mudança de casa e da nova necessidade de construção de relação com o novo espaço, o aprendizado por parte dos jovens na mudança para a casa república, o feminino enquanto figura de cuidado como todos os adultos que foram convidados a participar das entrevistas pelos jovens, a dor na separação tanto pelos jovens quanto pelos adultos, a mudança do dispositivo da casa originária pelo caso de uma entrevista específica na qual a casa originária foi construída de uma maneira diferente das outras entrevistas desenvolvendo uma relação diferente do jovem universitário dessa casa originária com a casa república, a hierarquia outra entre pesquisadora e pesquisandos evidenciada principalmente na segunda entrevista e a interação na vídeo-chamada

pelos entrevistados que se mostrou interessante pelas risadas de cumplicidade e uma maior tranquilidade das falas na segunda entrevista.

A conclusão gerada pelo trabalho é que as falas dos autores, dos jovens e dos adultos se encontram no ponto comum do crescimento e do sofrimento na mudança. Ou seja, os processos de cuidado e organização na casa república pelo jovem adulto possibilita uma nova articulação de relação com a casa originária e a si próprio.

A resiliência frente a sobrecarga docente na universidade

Autor: Lidiane dos Santos Furlan (UFTM)

Coautor: Sabrina M. Barroso (UFTM)

Introdução: O trabalho docente implica lidar com o tripé indissociável de ensino, pesquisa e extensão, somado às atividades burocráticas e administrativas. Essa realidade cria demandas diárias para os professores, que podem ser exemplificadas pela criação de cursos e programas, busca de financiamento, gestão de projetos, representação social da universidade, criação e manutenção de redes relacionamento com outras universidades em âmbito nacional e internacional, acompanhamento de estágio, orientações em diversos trabalhos, participação em bancas, produção de artigos, reuniões de equipes, cargos de representação do curso, entre outras. Para além disso, os docentes precisam manter-se atualizados, o que demanda comparecer a eventos científicos e conciliar uma carga grande de estudos com as demais atividades, o que nem sempre encontra respaldo ou apoio institucional. No Brasil, a Educação Superior passou por um fenômeno de expansão e interiorização ao longo das últimas décadas, o que culminou no aumento do número de professores. A partir dessa realidade, diversas dúvidas e preocupações surgiram em relação a qualificação, preparação e formação desses profissionais. A formação dos professores que atuam nas universidades supõe uma vocação ou que o profissional a construa por meio da experiência, pois a formação superior no Brasil é voltada para desenvolvimento de habilidades técnicas ou de pesquisadores, sendo menos direcionada para a docência, exceto nos cursos de licenciatura. Além disso, a progressão da carreira de um docente universitário se baseia na sua produção científica, o que acaba por exigir grande investimento de tempo e energia nessas demandas. Ao conciliar as competências e as demandas da carreira, o trabalho docente pode assumir um caráter de adoecedor, sendo os docentes a categoria profissional mais atingida pela síndrome de burnout. O burnout é uma doença laboral, que é provocada pela massificação de um processo de estresse, ocasionado por diversas características do trabalho. Mas é importante ressaltar que embora o trabalho possa ser gerador de adoecimento e insatisfações, nem todas as pessoas adoecem como consequência de suas profissões. Nesse sentido a resiliência surge como um mecanismo útil diante de condições adversas, contribuindo para que o indivíduo consiga superar diversas situações com menos estresse e consequências negativas, minimizando as pressões sofridas pelo trabalhador. Resiliência pode ser entendida como a capacidade do indivíduo de resistir flexivelmente as adversidades, por vezes encarando-as como oportunidades para seu desenvolvimento profissional, pessoal e social. Ela não seria inata, mas uma construção baseada na trajetória e nas experiências ao longo da vida humana, podendo ser treinada e estimulada. Ao falar sobre docentes, a resiliência surge como uma possibilidade para construção de novas perspectivas a partir da sua trajetória pessoal e profissional, a fim de buscar melhores fins para a sua saúde mental e psicossocial. Apesar da literatura indicar que os docentes estão em maior risco de adoecimento laboral, há poucos estudos sobre a resiliência e as estratégias de enfrentamento dos docentes no Brasil. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo avaliar o nível de resiliência dos docentes da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, as principais estratégias adotadas pelos docentes para enfrentamento de suas dificuldades no trabalho e avaliar a relação entre hábitos de vida, estratégias de enfrentamento e níveis de resiliência dos docentes universitários. **Relação com o GT:** O exposto nessa pesquisa alinha-se ao "GT58 - Universidade, ação política e modos de subjetivação", pois além de trazer à tona a sobrecarga laboral a que muitos professores estão submetidos, e a conseqüentemente a precarização do ensino, também busca perceber modos subjetivos de cada indivíduo para não adoecer frente aos desafios da vida acadêmica. **Orientação teórica:** Esse trabalho segue o referencial da Psicologia da Saúde, utilizando a definição de saúde trazida pela Organização Mundial de Saúde, que define saúde mental como completo bem-estar mental, físico e social, em que o sujeito consegue desenvolver suas habilidades e trabalhar de forma produtiva. Além disso, utiliza o referencial da Psicologia Positiva, em especial o conceito de resiliência, que define essa capacidade como a habilidade humana para lidar com adversidades sem desencadear processos de adoecimento físico e emocional. **Método:** Os docentes foram convidados a responder a pesquisa no

site SurveyMonkey ou presencialmente. Em ambos os participantes demonstraram concordância em participar da pesquisa através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e depois foram direcionados aos itens de interesse. Os docentes responderam um questionário elaborado para o estudo, com questões acerca sobre sexo, idade, estado civil, hábitos alimentares, hábitos de sono, consumo de álcool e tabaco, condições de trabalho, hábitos de trabalho, satisfação com o emprego, crença religiosa e histórico de saúde. Além deste, também responderam uma Escala Breve de Resiliência e um Questionário sobre saúde do paciente (PHQ-2). Resultados: A maior parte dos entrevistados era do sexo masculino (58,9%) e tinha uma média de 42 anos, sendo que 75 % assinalou ser casado. A grande maioria dos entrevistados (90,5%) trabalhava no regime de dedicação exclusiva com 40 horas semanais, e possuía doutorado (63,4%) como sua maior titulação. A docência apareceu como primeira escolha em 58,9% dos entrevistados. Os resultados também mostraram que além das atividades esperadas, desempenhadas nas 40 horas de trabalho, os docentes seguiam cumprindo com atividades laborais nos finais de semana, tais como orientação de trabalhos de iniciação científica (64%), orientação de trabalhos de conclusão de curso (76,6%), preparação de aulas (90,2%), preparação de provas e trabalhos (90,3%), correção de provas e trabalhos (93,6%) e atividades relacionadas a artigos (87,2%). Dentre os participantes da pesquisa (95 docentes), 63,2% possuíam triagem positiva para depressão. Quanto aos níveis de resiliência dos docentes, 28,4 % apresentou resiliência baixa, 33,7% apresentaram resiliência moderada e 37,9% apresentaram alto nível de resiliência. Ao verificar as relações entre a resiliência e outros aspectos, percebeu-se que os docentes mais resilientes tinham menos ansiedade e menos triagem para depressão. Outras análises sobre a resiliência dos docentes foram conduzidas, considerando aspectos individuais, familiar e institucional. No âmbito individual, notou-se que os docentes mais resilientes tinham mais tempo como professor, se percebiam como professores melhores, e com uma boa didática em sala de aula. Ainda no âmbito individual, notou-se que os professores com maiores níveis de resiliência possuíam maior sentimento de realização como professor, pensavam com menos frequência em desistir da profissão, possuíam maior capacidade de planejamento e de resolução de problemas, além de se sentirem menos desmotivados e menos incompetentes. Um dado importante é que docentes que se auto avaliaram como mais resilientes tinham níveis maiores de resiliência quando avaliados por meio de uma medida objetiva (escala de resiliência), mostrando que tinham, também, bom nível de autoconhecimento. No âmbito familiar os docentes com maiores níveis de resiliência percebiam maior apoio recebido pelos familiares. Já no que tange as instituições, os docentes mais resilientes possuíam um maior nível de autonomia para desenvolver o seu trabalho e melhor relacionamento com os alunos. Conclusão: Maior tempo na docência se mostrou como um colaborador no desenvolvimento da resiliência, além disso o apoio familiar, um bom relacionamento com os alunos, autonomia no trabalho e um planejamento de atividades, mostraram-se como auxiliares no desenvolvimento da resiliência. Percebeu -se, ainda, que a resiliência se associa a características pessoais, familiares e institucionais, influenciando na saúde e trabalho docente.

Assédio sexual no contexto educacional através da análise de conteúdo da #MeuProfessorAbusador

Autor: Silvia Maria Pereira Da Silva

Coautor: Ana Cristina Araujo (Unesa)

O assédio sexual se constitui numa das maiores problemáticas na sociedade, com números expressivos de vítimas, independentemente da idade, classe, raça e etnia, que coíbe a liberdade de ir e vir, de ocupar determinados espaços públicos e violando a sua integridade psicológica. As mulheres são as maiores vítimas de assédio sexual, o que levou a elaboração da lei nº10.224, art.216, conceitua-se como constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. No assédio sexual, ao predominar o desejo sexual do homem sobre as necessidades da mulher, sustenta-se a dominância masculina e a subordinação do sexo feminino; deve-se atentar ao conflito de gênero como o elemento crucial na compreensão do fenômeno da violência, principalmente onde as maiores vítimas são mulheres. Assim, gênero deve ser considerado como uma convenção social história sobre as diferenças entre homens e mulheres. Mas também, como categoria transversal sobre outros elementos, como sociais, culturais, econômicos e etc., para assim compreender os aspectos de caráter relacional entre gênero e classe social, gênero e raça/etnia, dentre outros. A violência contra a mulher é uma violação de direitos humanos e a manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e

homens; nesse sentido, tais pressupostos nos permitem inferir como a violência contra as mulheres, revela-se na área de educação, visto que ela também faz parte da sociedade em que vivemos. Considerando esse cenário, a presente pesquisa teve como objetivo deste artigo identificar as vivências e/ou experiências das mulheres que sofreram assédio sexual em espaços educacionais, para compreender sua recorrência, bem como analisar as possíveis interferências na vida e na saúde das mulheres e, assim, fomentar a implementação de políticas na área de educação voltadas para proteção dos direitos da mulher. De acordo com o Instituto de Pesquisa Avon/Data Popular (2015), o ambiente universitário é um espaço de medo para as alunas, em consequência da infraestrutura precária, falta de segurança e exposições de comportamentos machistas. Conforme a pesquisa, 42% das estudantes já sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário e 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência. As graves consequências para o bem-estar das vítimas às vivências de assédio sexual podem gerar uma série de alterações comportamentais, problemas psicossomáticos e psicopatológicos. Desse modo, ressaltam-se os aspectos da saúde física e psicológica como: ansiedade, medo, insônias, dores de cabeça, oscilações de humor, diminuição das capacidades cognitivas, depressão, são algumas consequências de que as vítimas podem sofrer, sobretudo se o assédio for prolongado. O presente trabalho, trata-se de um estudo etnográfico virtual, que permite a compreensão dos fenômenos culturais dados pela tecnologia; os dados foram obtidos por meio de depoimentos da página #MeuProfessorAbusador de domínio público na plataforma digital Facebook, que foi criada em 2016, sob a iniciativa formada por um grupo de mulheres, futuras professoras, com o objetivo de denunciar os abusos que ocorrem em sala de aula e prestar apoio às vítimas. Neste estudo, a proposta metodológica foi realizar a análise dos depoimentos feitos a partir da página #MeuProfessorAbusador para conhecer as percepções e vivências de mulheres, que experienciaram o assédio sexual em espaços educativos destinados ao ensino superior. A partir da análise prévia foram pré-selecionados 42 depoimentos no período do dia 15 a 26 de fevereiro de 2016. Após análise, os critérios considerados para a inclusão na amostra foram: os relatos que apresentavam sobre as características do assédio sexual, e priorizamos aqueles que, no mesmo depoimento apresentam também as formas como as mulheres lidaram com a situação e/ou fornecem subsídios para interpretarmos as influências nas emoções, na vida e na saúde da estudante, sendo assim, sucederam-se a seleção de 24 depoimentos que preenchem aos critérios estabelecidos. Foi possível identificar, a partir dos depoimentos coletados, as percepções, as vivências e as formas de enfrentamentos que as mulheres vítimas de assédio sexual vivenciam nas instituições de ensino superior. Para a análise dos dados, selecionamos cinco categorias a serem discutidas e aprofundadas: a) contextualização e a relação professor aluna no assédio sexual no ambiente universitário; b) as formas de lidarem com o assédio: individuais e coletivas; c) os aspectos emocionais na vida e na saúde das mulheres; d) o assédio moral. A primeira parte da pesquisa buscou investigar as vivências das alunas, visando a contextualização e a relação de docente-aluna sob perspectiva ao assédio sexual nas instituições de ensino superior no Brasil, que exibiram as articulações do assédio sexual por meio de atitudes de cunho sexual de professores para com as mulheres, através de toques indesejáveis, olhares sugestivos, “beijos acidentais”, cantadas e dentre outras ações. Mas também revelaram as manifestações do assédio sexual presente nas redes sociais através de elogios aos atributos físicos, convites para sair e procura persistente nas plataformas de mídias sociais e aplicativos de mensagens instantâneas; esse fato revela como o ambiente educacional pode ascender aos limites da Internet, por meio das redes sociais, o que cria um novo espaço para novas aparições do assédio sexual. Desse modo, as plataformas digitais pode ser uma ferramenta utilizada como reprodutor de violência para as estudantes universitárias, principalmente o assédio sexual. Do levantamento realizado, podemos verificar a relação docente-aluna nas acrescentando a relação de poder ao assédio sexual. Sendo assim, o professor (assediador) se apropria do poder e a autoridade confiada pela universidade, para estimular ou obter de alguma forma satisfação sexual através de conversas sobre as ambições, promessas de bolsas e sonhos na carreira acadêmica, como um mecanismo de aproximação e/ou retroalimentação para obtenção de satisfação e favores sexuais. No segundo tópico da pesquisa analisou as formas de enfrentamento das estudantes, planejando compreender o manejo do assédio sexual ocorrido nos espaços educacionais evidenciando as formas adotadas por alunas que sofreram assédio sexual no ambiente universitário, por meio de denúncias, mas também podemos examinar a banalização do comportamento e as medidas institucionais no ensino superior. A terceira parte da pesquisa, atentou-se aos aspectos emocionais, psicológicos na vida e na saúde das estudantes universitárias, mediante as suas experiências de assédio sexual. Nesse contexto, os resultados obtidos expuseram a realidade psíquica das discentes, podemos constatar uma série de alterações comportamentais, psicológicas e emocionais, que afetam o bem-estar e qualidade de vida de mulheres vítimas de assédio sexual. Segundo essas situações vivenciadas por alunas, as ações e práticas do assé-

dio sexual podem produzir adoecimento psíquico, gerando uma sucessão de danos psicológicos e comportamentais. Sendo assim, podemos verificar: auto culpabilização; vergonha; tristeza persistente; diminuição de auto estima; medo e outros fatores cognitivos como sentimento de impotência; de repulsa; de humilhação e vulnerabilidade; esse fato revela como o ambiente universitário pode ser um espaço opressivo e agente de violência; estas informações sugerem que as estudantes vítimas de assédio sexual são particularmente mais vulneráveis a desenvolver alguns transtornos psiquiátricos como: transtornos de ansiedade, depressão, abuso de substâncias, somatização, etc. A última parte da pesquisa considerou a análise dos depoimentos identificados sobre a temática de assédio moral, visando investigar o cruzamento dos limites do assédio sexual e assédio moral presentes nos espaços educacionais. O levantamento dos resultados obtidos é constituído de cinco relatos de alunas, assinalando vivências de assédio moral, mas também apresentavam trechos de discriminação de gênero, racismo e assédio sexual. Os resultados obtidos abordam o assédio sexual no contexto universitário, principalmente contra as mulheres (alunas) por homens (docentes) em uma relação desigual de poder autenticada pela educação superior. Por fim, os depoimentos exibidos apresentam evidências do reflexo velado da violência contra as mulheres. Bem como a omissão tanto no acolhimento das vítimas quanto ações e políticas na área de educação voltadas para proteção dos direitos da mulher em instituições educacionais na realidade brasileira. O presente estudo objetivou identificar as vivências das mulheres vítimas de assédio sexual nos espaços educacionais do Ensino superior na realidade brasileira. Tal discussão é importante, pois fomenta debates e reflexões em temas como: violência contra a mulher, violência de gênero, educação superior, assédio sexual e ética. Por isto, faz-se necessário proporcionar um espaço de apoio e validação dos relatos das mulheres vítimas, com base na averiguação dos fatos; acompanhamento dos sintomas emocionais, fisiológicos, comportamentais e materiais; promover assistência social e legal às questões emergentes e implantar ações que promovam o estatuto social das mulheres. Por fim, compreende-se também que, o assédio sexual pode estar inserido em circunstâncias que envolvam o assédio moral, dado que, devido ao público estudado, foi-se possível identificar situações com outras formas de violência como, discriminação e racismo. Portanto, entende-se que, as instituições de ensino superior, necessitam-se atentarem para os programas de combate à violência em seu território, através de ações e normas complementares na área de educação voltadas para proteção dos direitos da mulher no ambiente universitário na realidade brasileira.

Ensino e extensão no fim dos tempos: ‘Corpo, ética, clínica: os sujeitos sacrificáveis na era da necropolítica’

Autor: Fabio Dal Molin (FURG)

Coautor: Régis Garcia

O LEXPARTE - Laboratório de Extensão e Pesquisa em Psicanálise e Arte da Universidade Federal de Rio Grande, no primeiro semestre de 2019, apresentou o projeto de Ensino e Extensão “Corpo, ética e clínica: os sujeitos sacrificáveis na era da necropolítica”. O LEXPARTE - Laboratório de Extensão e Pesquisa em Psicanálise e Arte da Universidade Federal de Rio Grande, no primeiro semestre de 2019, apresentou o projeto de Ensino e Extensão “Corpo, ética e clínica: os sujeitos sacrificáveis na era da necropolítica”. O LEXPARTE - Laboratório de Extensão e Pesquisa em Psicanálise e Arte da Universidade Federal de Rio Grande, no primeiro semestre de 2019, apresentou o projeto de Ensino e Extensão “Corpo, ética e clínica: os sujeitos sacrificáveis na era da necropolítica”.

Realizado na forma de grupo de estudos, o projeto abordou temas transversais entre as questões contemporâneas a respeito de saúde mental, transexualidades, feminismos, racismo e violência acoplados à psicologia, à filosofia e a psicanálise, tendo como ponto de partida o conceito de necropolítica. Propomos um convite ao aprofundamento das graves questões éticas e clínicas que envolvem o engendramento de sujeitos do genocídio, as vidas sacrificáveis. Nosso mundo contemporâneo é precedido pelo que o historiador Eric Hobsbawm compreende como o “Breve século XX”, momento marcado pelas maiores guerras de extermínio de massa da história documentada, tendo como principal evento a Segunda Guerra Mundial e a política de “solução final” nazista, que culmina no extermínio programado e calculado de seis milhões de judeus, além das baixas ocasionadas pela guerra tradicional e as catástrofes atômicas de Hiroshima e Nagasaki.

As guerras massivas e industriais, aliadas às epidemias de AIDS e Ebola, as guerras étnicas da África e do Oriente Médio, a guerra do tráfico de drogas no México, Brasil e Colômbia e a questão Palestina, levaram a filósofos como Giorgio Agamben e Achille Mbembe a considerar o conceito de “Sujeito do poder e biopolítica” de Fou-



cault insuficiente, acabando por o ultrapassar, adicionando ao cerne de tal pensamento foucaultiano o semblante do conceito de “Homo Sacer” (Agamben data), esta configuração do sujeito de um novo ordenamento jurídico do Estado de Exceção, e do conceito de necropolítica, que envolve o fim da cultura humana e o controle da vida (biopolítica) e a ascensão da política do genocídio.

Segundo o filósofo Marildo Menegat (2019) o capitalismo chega ao seu ocaso pelo fim do trabalho e pelo esgotamento dos recursos do planeta, o que faz com que os detentores do capital não invistam mais na produção e sim na rapina. Tal estratégia inclui a tomada do poder usando a imensa máquina de propaganda indireta nas redes sociais. Nos últimos anos, políticos conservadores chegaram ao poder nas grandes democracias representativas do mundo com o apoio de uma grande empresa de marketing político nos EUA, Cambridge Analítica, cujo objetivo é construir uma espécie de negativo do que foi a Internacional Socialista do século XIX: fomentar a xenofobia, os chamados “valores da família tradicional”, e combater aquilo que chamam de “politicamente correto” sob a premissa de um governo livre da sombra comunista e de amarras ideológicas. Na lógica desta nova direita internacional, chamada “The Movement” cuja principal característica é o grande poder de disseminação de suas ideologias pelas redes sociais (lançando mão inclusive de recursos avançados de psicométrica associada aos algoritmos de busca em redes sociais). A utilização de recursos pelo Estado para combater o machismo, o racismo, a LGBTfobia, o desemprego estrutural, o extermínio de povos indígenas, os desastres ambientais e demais políticas afirmativas é vista por essa “nova direita” como um desperdício de dinheiro e constitui matéria de pura especulação ideológica de esquerda, ainda que países como o Brasil sejam recordistas mundiais em homicídios de jovens negros por arma de fogo, violência contra mulheres (o que inclui abortos clandestinos, espancamentos, inferioridade salarial e feminicídio) e transexuais, e que permaneça no quadro de países nos quais a AIDS é uma epidemia e o fantasma da sífilis volta a assombrar os serviços de saúde.

Como solução para tais problemas, os governos acenam com uma tênue defesa aos “valores cristãos da família tradicional”, a um suposto “liberalismo econômico e conservadorismo nos costumes”, a defesa da abstinência sexual e das drogas, a ideia de meritocracia (ou seja, de uma suposta e questionável igualdade de condições entre homens, mulheres, brancos, negros, etc) e o discurso de que aquele que sofre violência sistêmica - no nível em que for - se o típico vitimista.

O objetivo deste projeto é entrar no contrafluxo de tais políticas e, a partir do debate, da leitura de textos fundamentais e contemporâneos e da criação de um espaço pedagógico livre e de convivência, capacitar e empoderar os estudantes da universidade pública para enfrentar a onda de violência conservadora e retomar a ação política que proteja as populações alvo das perniciosas políticas de genocídio do mundo contemporâneo

Fragilização da dinâmica Universitária e suas principais relações com a saúde e o adoecimento discente

Autor: Ana Paula Todaro Taveira Leite (UFF) e Ana Carolina Reis (UFF)

Coautor: Luciana Dutra Silva Fajoses (Universidade Federal Fluminense), Nathalia da Silva Flôr (UFF) e Ana Paula Todaro Taveira Leite (UFF)

No parâmetro global no mundo do trabalho, a crise do petróleo (1973-74) e o fim do Bretton Woods (1971), dentre outras eventualidades econômicas e sociais, engendraram um processo no qual se estabeleceu um novo regime de acumulação, caracterizado pela predominância do discurso economicista, intensificando o processo de apropriação de riquezas. A substituição do binômio fordismo-keynesianismo pelo toyotismo, juntamente com a reestruturação produtiva, acabou por estabelecer relações homem-trabalho cada vez mais flexíveis, transformações significativas na função do Estado e, no que o presente trabalho se interessa, na educação.

Nas palavras de Harvey (1996, p. 117), “um sistema particular de acumulação pode existir porque o sistema de reprodução é coerente”. Tal coerência torna-se realizável a partir da interiorização de grande parte dos atores políticos no que diz respeito a sua função na reprodução daquele sistema. Exige-se, portanto, uma materialização do regime de acumulação por meio das construções sociais representadas por membros da sociedade, Estado, trabalhadores, instituições públicas e privadas, etc. Dado o contexto, a função do Estado – e seu próprio modo de estruturação - também assume múltiplas mudanças. Elas podem ser vistas a partir do estabelecimento da “Nova Gestão Pública”.



Numa linha heterogênea, entretanto fundamental para a compreensão do emaranhado de acontecimentos que emergem na atualidade, existe todo um processo político-jurídico no qual se fere gradativamente o regime de proteção ao trabalhador caracterizado pela responsabilização por parte do Estado em relação à classe trabalhadora. O trabalhador deixa de ser responsabilidade do Estado e da empresa em que reside e passa a ser gestor de si – o homem empresarial -, o que compactua cada vez mais com o estabelecimento de corpos flexíveis e individualizados que se adequam a esse modo gestão, e também fortifica a questão do desamparo na contemporaneidade. Há incentivo na busca de subverter a situação pela via do empreendedorismo, o que acaba por estimular ainda mais a individualidade como condição de sociabilidade humana no mundo do trabalho, além de influenciar os dispositivos escolares.

Nessa linha de raciocínio, e atentando-se às interfaces entre Estado, formas de educação e trabalho, é possível constatar que o aumento do discurso da flexibilidade das instituições públicas, o imperativo pela rentabilidade das ações – o utilitarismo - e a introjeção do discurso adaptativo aos quais as instituições educacionais têm se adequando frente a desresponsabilização do Estado, produziu novas formas de educação superior, tendo esta última frequentemente atuado como uma instituição que, embora seja autônoma, é atravessada pela intencionalidade e racionalidade econômica, frequentemente apresentando-se como uma extensão das práticas privatistas e gerencialistas na atualidade.

Na conjuntura dos desdobramentos da expansão das Instituições de Educação Públicas, entre avanços e retrocessos, práticas inclusivas e exclusivas, emerge o sofrimento universitário. Nos arredores das universidades em todo o Brasil, tem sido cada vez mais frequente a enunciação de episódios de ansiedade, angústia, isolamento social, drogadição como fuga do ambiente, depressão e até mesmo quadros de suicídio por parte dos discentes.

Somente no ano de 2018 ocorreram dois suicídios no Campus da UFF de Volta Redonda e é diante desse cenário que surgiu o grupo de extensão “Diálogos sobre sofrimento e saúde na universidade”, formado nesta mesma instituição em março de 2018. O grupo realizou diversas intervenções que permitiram expor e discutir as experiências de sofrimento dos estudantes e sua possível relação com o funcionamento da universidade. Essa hipótese de uma possível relação se deve não somente ao discurso dos estudantes, mas também diz muito sobre o marco teórico utilizado pelo grupo. A partir do olhar da Psicodinâmica do Trabalho torna-se possível, diante da definição ampliada do conceito de trabalho, qualificar os estudantes enquanto trabalhadores e a universidade como sua organização de trabalho, entendendo o trabalho como uma instância que transcende o emprego, e que diz respeito a presentificação de uma norma e ao engajamento e mobilização do sujeito a fim de realizar uma tarefa. (DEJOURS, 2004)

Esse trabalho não é puramente uma simples atividade, sendo também considerada uma instituição, visto que possui dupla função: psíquica e social. Logo, é perceptível como a práxis vem sendo formada a partir da própria instituição. (LHUILIER, 2014). Por meio dela, estudantes respondem às demandas do outro, intervêm nas relações, constroem coletivos e, ademais, estruturam sua identidade, pois assim como o trabalho, o estudo tem finalidades. Estuda-se para algo, formam-se subjetividades em determinado espaço que ocupam, promovendo saúde ou vias de sofrimento pelo reconhecimento ou não do seu trabalho.

Contudo, essa nova lógica capitalista também toca no quadrante de como o ensino é gerido e a visão do que seria o objetivo final da educação por meio da forma de gerenciamento das organizações e suas relações. Isso pode impactar na experimentação dos jovens em relação à educação, por estarem fundamentadas na lógica que fragmenta as formas de aprender e tem como escopo a neoprofissionalização de todo o sistema de ensino superior, a partir da elaboração de conhecimentos puramente comercializáveis. (MANCIBO; MAUÉS; CHAVES, 2006)

O contexto tende a se agravar ainda mais, haja vista o atual cenário político brasileiro que afeta diretamente o funcionamento e a manutenção das universidades. Diante da atual conjuntura, e dentro da trama dos cortes orçamentários de 30% em todas as universidades federais, foi anunciado recentemente um projeto que versa sobre novos encaminhamentos às IES, denominado “Future-se”. Trata-se do projeto de reestruturação do financiamento em Institutos Federais e Universidades Federais, apresentado pelo atual Ministro da Educação - Abraham Weintraub. No bojo de suas aspirações está a autonomia financeira da universidade, legitimando a desresponsabilização do Estado na manutenção da universidade, o que pode compactuar com a estagnação da democratização das universidades públicas realizadas nos últimos anos, bem como frear programas fundamentais para uma formação de universitários que supra a demanda da tríade de pesquisa-ensino-extensão, intensificando ainda mais as dissonâncias entre expectativas e realidade dos estudantes.



Considerando a complexidade e as repercussões psicossociais oriundas da ascensão do sofrimento e patologias sociais nas dinâmicas universitárias das IES públicas, este trabalho tem como propósito central a articulação das problemáticas apresentadas na modernidade pelos estudantes do Ensino Superior, analisando a possibilidade de afetação causada pelas atuais transformações no mundo do trabalho, bem como nos modos de existência das organizações educacionais, dirimindo análises sobre os modos como a educação vem se estruturando, tendo como prisma a negação da educação enquanto direito social para um ensino pautado no mérito e capacidade de quem utiliza seus serviços.

A orientação teórica de análise privilegia as perspectivas, numa abordagem interdisciplinar, da Psicologia Social Crítica, da Psicossociologia, das Ciências Sociais – com enfoque da Sociologia do Trabalho - e da Psicodinâmica do Trabalho. A metodologia do presente trabalho consiste, em primeiro momento, na análise bibliográfica e, em segundo momento, discorre sobre as intervenções realizadas por intermédio do grupo de extensão anteriormente citado. As intervenções realizadas se basearam numa série de atividades, tendo como pano de fundo uma dinâmica na qual um corpo era desenhado numa folha de papel pardo e, posteriormente, os participantes eram convidados a escrever fora do corpo as suas impressões acerca de quais são as pressões que os estudantes recebem do ambiente externo. Ao mesmo tempo, foi solicitado que escrevessem dentro do corpo palavras ou frases que demonstrasse como estavam lidando com essas demandas. Dos resultados até aqui já catalogados e consolidados temos como temas mais recorrentes:

Dentro do corpo: angústia, ansiedade, pressão, paciência, sensação de incapacidade, insônia, responsabilidade, desespero, sensação de estar perdido, insegurança, estresse, medo, medo de fracassar, cobrança, pessimismo, saudade, solidão.

Fora do corpo: injustiça, opressão, exposição, fala obrigatória, fala acadêmica, falta de empatia, solidão, disciplina, competição, cobrança, TCC, textos, saúde, família, CR, ensino-pesquisa-extensão, status, estágio, ansiedade, relacionamentos, tempo, produção a qualquer custo, sucesso, enquadramento, lidar com o luto por suicídio, poder docente, maternidade, medo do futuro, machismo, instabilidade financeira, futuro profissional, área de atuação, indiferença, vazio.

No bojo destas alegações, há o predomínio de situações que remetem a experiência estudantil à alta exigência de desempenho versus fatores dificultadores do alcance das exigências impostas pelo social. Tal fato pode ser explicado pela falta de políticas institucionais e o modo de socialização da universidade atravessada pela lógica de educação mercantil. Isso coaduna com as práticas de ensino com base no mérito e individualização, contribuindo ainda mais para a heterogeneidade, isto é, uma possível cisão entre os estudantes (aqueles que conseguem gerir e os que não conseguem), característica que tende a aumentar a culpabilização dos mesmos em relação ao fracasso escolar.

Como considerações finais, é possível dizer que a produção da subjetividade desses jovens está ancorada nos modos de viver contemporâneos e fazem ressonância com as demandas de um sistema produtivo que incita o desmantelamento dos coletivos, dos laços afetivos, da cooperação, do viver em comum. Logo, por meio das intervenções realizadas, percebe-se como as falas acerca do sofrimento estudantil podem ter relação com a atual estrutura do Ensino Superior, além de explicitar o quanto é primordial, portanto, espaços e atuações que proporcionem a discussão e a compreensão dos sofrimentos experienciados a partir das expectativas propostas pela nova ordem social que vem, claramente, resvalar no mundo do trabalho.

Humanização: ser clown em hospital federal de ensino

Autor: Nicolle (UFTM)

Coautor: Rosimár Alves Querino (UFTM) e João Argondizzi (UFTM)

A Política Nacional de Humanização (PNH), criada em 2003, visa fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) no cotidiano dos serviços de saúde, contribuindo para modificações nos modos de gestão e de cuidado. Essa política transversal estimula a comunicação entre gestores, trabalhadores e usuários, em busca da construção de processos coletivos de enfrentamento de relações de poder, valorizando a autonomia dos usuários dos serviços de saúde. Impulsionada pela aprovação da PNH, foi criada em 2004, na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), a Liga de Humanização Sarakura. A Liga objetiva desenvolver ações de educação em saúde e de formação de profissionais com o enfoque da humanização. Caracteriza-se por ações de ensino, pesquisa e extensão com



envolvimento de acadêmicos de diferentes cursos da área da saúde: medicina, biomedicina, enfermagem, terapia ocupacional, psicologia, educação física, fisioterapia e nutrição. O Hospital de Clínicas da UFTM se constitui no principal cenário de práticas da Liga Sarakura. As práticas mobilizam trabalhadores, acompanhantes e usuários das diversas faixas etárias e setores do hospital. As principais ferramentas empregadas pelos ligantes são a música e o clown. Objetiva-se relatar experiências de acadêmicos de Psicologia, integrantes da Liga de Humanização Sarakura, com a utilização do clown no processo de humanização da atenção hospitalar. A experiência e as reflexões construídas relacionam-se ao Eixo Temático Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais. As universidades públicas brasileiras possuem um papel importante na sociedade, atuando em pesquisas e ações de extensão na comunidade. No caso da área da saúde merece destaque a importância destas instituições para a efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS) e para a formação de profissionais mobilizados na defesa dos direitos sociais. Nos tempos atuais, marcado pelos retrocessos nas políticas sociais e avanços neoliberais, trata-se de divulgar e reconhecer as contribuições destas instituições para a concretização do SUS e efetivação da humanização da atenção à saúde. Neste contexto, a Psicologia possui papel importante na luta constante pela garantia de direitos dos cidadãos. A proposta relaciona-se com o eixo temático “Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais”, pois abrange a perspectiva do cuidado humanizado no contexto de um hospital-escola, discutindo a importância de se garantir um cuidado efetivo, com o respeito à autonomia dos sujeitos. Pretende-se contribuir com as discussões fomentadas no GT “Universidade, ação política e modos de subjetivação”, na medida em que discorre sobre um trabalho realizado por uma liga acadêmica de uma universidade federal com o objetivo de contribuir para a humanização do cuidado oferecido no ambiente hospitalar. As atividades de clown contribuem com o rompimento da normalização e patologização reinantes no hospital ao investirem na expressão das singularidades e subjetividades. A orientação teórica da Liga Sarakura é permeada por contribuições interdisciplinares em decorrência do envolvimento de diversos cursos e pautada pelos princípios da humanização. A linguagem lúdica permeia o processo de formação e atuação dos ligantes em decorrência da centralidade do clown nas atividades desenvolvidas no HC-UFTM. Trata-se de um relato de experiência de acadêmicos de Psicologia integrantes da liga. As atividades práticas aqui relatadas ocorreram, semanalmente, no período de junho a dezembro de 2018. Os setores do HC envolvidos foram: Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Ortopedia, Ginecologia e Obstetrícia, Pronto Socorro Infantil e Pediatria. As ações são registradas por meio de fotografias, com prévia autorização dos usuários e acompanhantes, e registros em diários de campo pelos ligantes. Os acadêmicos eram divididos em grupos de modo a garantir o atendimento de todos os setores. Ao chegar nos quartos, os alunos, enquanto clowns, ofereciam a visita, sendo que os pacientes e acompanhantes poderiam exercer sua autonomia, aceitando ou não a entrada dos palhaços. Nas visitas às crianças, recursos lúdicos como brincadeiras e fantoches também foram utilizados. No caso das crianças em isolamento, o contato e as brincadeiras eram feitos por meio da janela de vidro. Um instrumento bastante utilizado nas práticas foi a música. Os alunos cantavam a música tema da Liga nos corredores, o que fazia com que muitas pessoas se dirigissem até o grupo com empolgação. Nos quartos, os pacientes e acompanhantes escolhiam canções e cantavam junto ao grupo. Os gêneros musicais mais escolhidos nos leitos foram o religioso e o sertanejo raiz. O uso da música proporcionava interação entre os usuários, acompanhantes e ligantes, e gerava emoções diversas. Além das brincadeiras, músicas e encenações, muitas vezes os pacientes e acompanhantes solicitavam orações. Diversos pacientes e acompanhantes necessitavam de escuta e eram ouvidos com empatia. As ações exigiam dos clowns sensibilidade para perceber as necessidades das pessoas, compreendendo qual seria a prática mais adequada para cada momento. Houve interações constantes com os profissionais do hospital, algumas mais afetuosas que outras, mas todas foram essenciais para a intervenção. Como desafios cotidianos destacam-se a angústia causada pelo contato com o sofrimento dos usuários e acompanhantes e a resistência de alguns profissionais em relação à presença da Liga no hospital. O clown se mostrou um recurso muito importante para a humanização no contexto hospitalar. As atividades contribuíram para que os membros da Liga aprimorassem habilidades artísticas, como construção do personagem, brincadeiras e diversas formas de interação, utilizando comunicação verbal e não verbal. Foram aperfeiçoadas a sensibilidade, a capacidade de escuta empática e construídas relações de respeito e cuidado, pautadas pelo acolhimento e respeito ao sujeito em sua totalidade. A atuação de acadêmicos de diferentes cursos da área da saúde foi essencial nas práticas, o que enfatiza a importância da equipe multiprofissional nos serviços de saúde. A Liga Sarakura, enquanto potente encontro entre universidade e comunidade, oportuniza ricos aprendizados aos acadêmicos, especialmente o compromisso ético-político com um sistema de saúde universal, gratuito, de qualidade e com atenção humanizada.



Implantação de um Programa de Orientação Profissional para Estudantes Universitários: relato de uma experiência

Autor: Cristina Gattai (PUC-SP)

Até 1950, a orientação vocacional/profissional objetivava a escolha de uma profissão e o sucesso profissional, cabendo ao orientador analisar as capacidades do orientando comparando-as com as exigências das profissões, decidindo por aquela que alcançasse o maior matching. A escolha, que precedia a entrada no mercado de trabalho, era consequência da mensuração dos preditores de sucesso vocacional. Esse período, denominado psicometria, visava colocar o homem certo no lugar certo através da comparação entre as aptidões e interesses individuais às exigências profissionais. Após 1950, surgem outras teorias situando a orientação vocacional/profissional não mais como um processo estático, mas dinâmico, dentre as quais destacam-se três:

- a psicodinâmica, cujo foco deve ser função dos motivos e da organização dinâmica da personalidade do indivíduo, não se justificando uma forma de atendimento situacional estático nem o acompanhamento a longo prazo do desenvolvimento vocacional. O maior objetivo é rever e reelaborar as etapas do processo de desenvolvimento do indivíduo contribuindo para a tomada de decisão;

- a decisional que propõe um esquema de decisão sequencial em que várias decisões experimentais conduzem a uma escolha terminal sendo a dissonância cognitiva o principal fator no processo de decisão;

- a desenvolvimental, cuja escolha profissional é um processo que se inicia na infância. A cada estágio da vida, a pessoa adquire repertórios que possibilitam desenvolver-se e tomar decisões pautadas em suas próprias necessidades e nas oportunidades que lhe são oferecidas pela realidade social em que vive. O autoconhecimento do orientando influencia suas novas aquisições, contribuindo para a escolha profissional mais consciente. (LUCCHIARI, 1993; NEIVA, 2007).

Para Super (1962), esse processo possui cinco etapas, cada qual com tarefas específicas que facilitam seu desenvolvimento: (1) etapa do crescimento (equivalente a fase da infância) cuja tarefa é a cristalização possibilitando a formulação de ideias a respeito das próprias preferências ocupacionais; (2) exploração (equivalente a adolescência) cuja tarefa é a especificação, com tomada de uma decisão sobre a área de trabalho; (3) estabelecimento (idade adulta), cuja tarefa preponderante é a implementação, com o início da vida profissional; (4) permanência (ou maturidade) com a estabilização na área profissional escolhida; (5) declínio (similar a fase da velhice), em que ocorre a consolidação da experiência profissional.

Na orientação profissional, destaca-se a importância da informação, por fornecer dados para a tomada de decisão mais assertiva, tanto as relacionados a profissão e áreas de atuação quanto as que dizem respeito ao próprio indivíduo (autoconhecimento) visto que os conflitos na escolha da carreira muitas vezes ocorrem em consequência da escassez de dados com respeito ao seu futuro profissional, cabendo ao processo de Orientação Profissional (OP) fornecer subsídios para informar e corrigir imagens distorcidas sobre as ocupações. Para Bohoslavsky (1991), a carência de informações pode ser de três ordens: intrapessoal (características pessoais do orientando); interpessoal (dificuldades na identificação com profissionais e profissões) e transpessoal (valorização de algumas profissões em uma determinada época ou comunidade, atribuição de status ou poder ligado a profissão ou a ocupação exercida).

Quanto as ferramentas utilizadas em processos de OP com objetivo de levantar informações sobre o indivíduo auxiliando o orientador no diagnóstico e no planejamento da intervenção, Sparta (2006), destaca as baterias de aptidões (específicas e geral); inventários de habilidades e interesses profissionais e a entrevista.

Para Soares (1993), as sessões de OP devem proporcionar ao orientando o conhecimento de si mesmo; conhecimento das profissões e a escolha propriamente dita.

Parsons (2005) observa que a OP pauta-se em três princípios fundamentais: (1) análise das características do indivíduo, com uma clara compreensão de si mesmo, de suas aptidões, capacidades, interesses, ambições, recursos, limites e de suas causas; (2) análise das características das ocupações, conhecimento dos requisitos e condições de sucesso, vantagens e desvantagens, remuneração, oportunidades e das perspectivas nos diferentes tipos de trabalho; (3) cruzamento das informações: uma resultante verdadeira das relações entre as duas etapas anteriores.

Para Lima (2007) a OP deve explorar duas etapas. A primeira que engloba os interesses, aptidões e características de personalidade do orientando que facilitarão o autoconhecimento sendo utilizadas ferramentas como a entrevista psicológica, os testes de personalidade e um conjunto de técnicas que auxiliam na introspecção. Já a segunda se relaciona com o conhecimento do mercado de trabalho e com as oportunidades profissionais. Após as duas etapas, o orientando estará apto a fazer sua escolha profissional.



Desta forma, a Orientação Profissional deve pautar-se na promoção do autoconhecimento, no fornecimento de informação profissional e no processo de decisão, fruto da relação entre os dois primeiros itens.

Considerando a demanda de alunos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) principalmente os bolsistas que tinham dúvidas sobre sua assertividade na escolha do curso que fizeram ou em qual área se especializar, que não conseguiam inserção no mercado de trabalho, que apresentavam dificuldades na elaboração do currículo ou em participar das etapas de entrevista e dinâmicas de grupo dos processos seletivos que haviam se candidatado, o Núcleo de Psicologia Organizacional da PUC-SP em parceria com a Coordenadoria Geral de Estágios - CGE, estruturou um serviço de orientação profissional denominado Delineamento Individual de Carreira – DICA, que contribuisse para autoconhecimento e inserção profissional, colaborando com o olhar psicológico para a relação do indivíduo com o mercado de trabalho ajudando-o a obter, organizar e utilizar informações objetivas a respeito de si e do mundo do trabalho e ampliar seu índice de empregabilidade através de três pilares: autoconhecimento (identificando as potencialidades, fragilidades, valores, interesses e habilidades), trilhas de carreira (promovendo a reflexão sobre perspectivas para o futuro e traçando estratégias para seu atingimento) e preparação para processo seletivo (através de ações como elaboração de currículo e simulações de entrevistas e dinâmicas de grupo).

O estudo contou com uma amostra de 73 alunos dos diversos cursos, para validar um procedimento de orientação profissional, sendo oferecido para alunos e ex-alunos da PUC, que buscavam orientações sobre empregabilidade e trilhas de carreira utilizando para isso ferramentas que proporcionassem o autoconhecimento, ampliando suas possibilidades de sucesso em processos seletivos. Os atendimentos foram realizados no período de abril a dezembro de 2018. Foram agendadas em média de três a cinco sessões por participante, com uma hora de duração cada. No primeiro encontro, foram definidos os interesses do orientando pelos pilares de atendimento (o orientando podia interessar-se por um, dois ou pelos três pilares), e a ordem de prioridade. Em seguida foi solicitada sua assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Definido o pilar prioritário, foram estabelecidos os objetivos a serem alcançados e agendadas as sessões que eram sigilosas, e sem caráter psicoterapêutico. O principal instrumento utilizado nos três pilares foi a entrevista semiestruturada além de testes, exercícios e role play.

Quanto aos resultados, das 73 pessoas buscaram o atendimento, 17 (23,28%) desistiram por incompatibilidade de agenda e 42 (58,90 %) aguardam em fila de espera para serem atendidos em 2019. Dos 14 atendidos (19,18%), as principais demandas foram a busca pelo autoconhecimento; orientação para a conquista de um estágio remunerado; orientações sobre como proceder ao assédio moral e sexual no trabalho e dúvidas sobre o curso escolhido.

Apesar do pouco tempo de existência os resultados indicam que o DICA é um serviço de grande importância para a universidade e para os orientandos que se sentiram mais confiantes para participarem de processos seletivos após terem participado do programa de orientação de carreira.

O modelo de processo de orientação definiu-se a partir das próprias demandas dos orientandos, mas prevalecendo cinco sessões com uma hora de duração cada. O pilar mais procurado foi o Autoconhecimento seguido por Processo Seletivo.

O DICA continua suas atividades na PUC-SP e é intenção do Núcleo de Psicologia Organizacional ampliar a oferta desse importante serviço social que mantém estreita relação com o GT58, pois, se de um lado o acesso à educação superior ampliou-se, abrangendo setores sociais antes excluídos das universidades tornando-se acessíveis aos jovens das classes proletárias, por outro, as oportunidades de trabalho não acompanharam na mesma velocidade com muitos alunos bolsistas, com dificuldades em ingressarem no mercado de trabalho; com o GT55, por se aprofundar nas dificuldades dos bolsistas no enfrentamento da dificuldade da conquista do primeiro emprego e com o GT35, por apresentar o relato de uma experiência junto ao coletivo de alunos com dificuldades em empregar-se, com repercussões sociais e psicossociais destacando a vulnerabilidade social.

Referências

- Bohoslavsky, R. (1991). *Orientação vocacional: a estratégia clínica*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- Lima, M. T. (2007). *Orientação Profissional: Princípios Teóricos, Práticas e Textos para Psicólogos e Educadores*. São Paulo: Vetor.
- Lucchiari, D.H.P.S. (1993). O que é orientação profissional? Uma nova proposta de atuação. In D.H.P.S. Lucchiari (org). *Pensando e Vivendo a Orientação Profissional* (pp.11-16). São Paulo: Summus Editorial.
- Neiva, K. M. C. (2007). *Processos de Escolha e Orientação Profissional*. São Paulo: Vetor Editora.
- Parsons, F. (2005) *Choosing a vocation*. Boston: Houghton Mifflin (original de 1909).

Sparta, M.; Bardagi, M. P. & Teixeira, M. A. (2006). Modelos e Instrumentos de Avaliação em Orientação Profissional: Perspectiva Histórica e Situação.

Soares, D. H. P. (Org.). (1993). Pensando e vivendo a orientação profissional. São Paulo: Summus.

Super, D. (1962). Psicologia de la vida profesional. Madri, Rialp

Pertencimento e Identidade Social: Processos de Construção Subjetiva em uma Universidade da Baixada Fluminense

Autor: Joyce Sigolis Daher

Coautor: Mariana Barbosa de Souza (Uniabeu) e Nathalia Andréa Cardim P Souza

A formação acadêmica nas universidades tem sido alvo de preocupação tanto para o corpo docente como para o corpo discente em muitos cursos de graduação. Essa preocupação se faz presente no cotidiano dessas instituições, principalmente com o cenário que se apresenta no contexto brasileiro referente aos desmontes na educação, saúde e assistência social, no que diz respeito às Políticas Públicas e outros processos sociais. No que tange a educação, quais são as formas de pertencimento e de construção de identidade social no ambiente acadêmico quando surgem demandas ou queixas, por parte dos alunos dos diversos cursos, relacionadas a formação acadêmica? Que aspectos nos processos de subjetivação se apresentam em uma universidade da baixada fluminense do Rio de Janeiro? Desta forma, o projeto de pesquisa objetivou analisar a relação de afeto que envolve os estudantes universitários a se unirem para resolver suas queixas no tangente a sua formação, como por exemplo, a construção de centros acadêmicos como mecanismo para atender tais queixas. Buscou-se também entender como os sentimentos de identidade social e pertencimento ao ambiente universitário se desenvolvem e implicam na formação acadêmica, principalmente quando esta necessita de um movimento e levante por parte dos alunos para agir em prol de suas demandas. A partir disso, o presente relato pretende apresentar os resultados parciais sobre o projeto de pesquisa realizado por um grupo de alunos do sexto período letivo (2018.2) e que continua em desenvolvimento nos dias atuais, do curso de graduação em psicologia de uma instituição privada, localizada na Baixada Fluminense da Cidade do Rio de Janeiro. O trabalho é supervisionado pelo professor das disciplinas Psicologia Comunitária e Projeto Interdisciplinar, e desenvolve pesquisas acadêmicas sobre a formação no ensino superior. Na discussão teórica, foram utilizadas as concepções de Bauman (2003) sobre comunidade, segurança e liberdade, visto que a Universidade se localiza em Belford Roxo, no estado do Rio de Janeiro, cidade essa que já foi considerada a mais perigosa do mundo pela ONU na década de 1980. Porém, esse estigma de cidade violenta permanece até os dias atuais. Quanto a estes três conceitos, pode-se dizer que para que haja um “pertencer” a comunidade, é necessário que tenha, concomitantemente, uma sensação de segurança. Não só no que tange a segurança pública e violência urbana, mas que o indivíduo sinta conforto e confiança quanto aos membros e o local dessa comunidade. Visto que, para Bauman, “comunidade” não é só um local, mas um coletivo ligado através do afeto e objetivos em comum, se relacionando através do tempo e dividindo um mesmo espaço. Acreditamos também que o sentimento de pertencimento está ligado à construção e transformação da identidade dos alunos e sensação de vínculo ao ambiente em que estudam. Ora, se não se sentem confortáveis e afetados por ele, tão pouco irão se identificar e pertencer àquela comunidade. Ademais, foram utilizados referenciais teóricos de autores como Moriconi (2014), tendo como objetivo a compreensão de como a identidade social é atravessada e determinada pelo pertencimento ao ambiente em que o coletivo está inserido. Ambos os autores analisam como nascem as discussões e reflexões sobre o mundo e as atitudes diante de uma queixa ou demanda social. Dito isso, recorreu-se às definições de Bader Sawaia (1999) sobre potencial de ação, potencial de padecimento e tomada de consciência, na busca pela elucidação dos efeitos e origens que os sentimentos investigados podem ter. Com isso, é pensada a possibilidade do coletivo transformar suas queixas em demandas, agindo em prol do alcance de um potencial de ação, diminuindo seu potencial de padecimento (SAWAIA, 1999). A Roda de Conversa foi o recurso metodológico utilizado, tendo sido elaborada de modo a respeitar as diferenças pedagógicas e curriculares de cada curso, buscando utilizar uma linguagem comum a todos, e, neste sentido, foi aplicada para o levantamento das questões, estimulando a troca de experiência a partir de um roteiro de questões acerca das relações e convivência dentro do ambiente acadêmico, tomando como foco aspectos relacionados de como os alunos tomam para si, enquanto coletivo, os problemas voltados a sua formação e como dão solução para os mesmos. A investigação deu-se nos cursos de Recursos Humanos, Logística, Enfermagem e Tecnologia da Informação, reunindo ao todo 14 alunos. A

troca de experiências e a reflexão coletiva resultaram em uma exposição de sentimentos, tais como incerteza e insegurança quanto à interação entre os alunos para discussão sobre questões institucionais, por exemplo, a criação do centro acadêmico. Entretanto, a troca foi capaz de gerar o fortalecimento da autoimagem dos membros enquanto grupo ativo, tendo em vista que esses sentimentos “podem interferir na construção de valores e atitudes” (Moriconi, 2014). Aqueles que têm sentimento de pertencimento e identidade social são os que dentro da comunidade se empenham para a satisfação do coletivo, tais indivíduos se percebem como integrantes de um grupo social, e assim, se identificam com o coletivo em relação aos sentimentos, crenças, entre outros aspectos. Por meio da investigação foi possível obter como resultado que a maior parte dos voluntários se sentia vinculado à instituição, porém o vínculo que mais se apresentou entre o grupo e a universidade era comercial, uma vez que a relação era pautada em consumo, visto que a educação era considerada como uma prestação de serviço, uma mercadoria. E inclusive, a escolha da universidade foi feita, sobretudo, por fatores financeiros e a proximidade do local com as suas residências. Quase todos, com exceção dos estudantes de Enfermagem (que é um dos únicos cursos que possui Centro Acadêmico), disseram que quando a turma tem um problema, o mesmo é levado ao representante de turma e este resolve a queixa pela mesma. Ou seja, não há uma ação enquanto coletivo e grupo ativo, mas sim uma heteronomia para resolução das queixas. Todos os entrevistados afirmaram não sentir que suas identidades estavam relacionadas à instituição, tão pouco vínculos afetivos ou inseridos em uma comunidade. Inclusive consideramos que um dos motivos, porém não o único, para que haja essa confusão de sentimentos por parte dos alunos quanto à organização seja a falta de sensação de segurança (a ambiguidade aqui se faz necessária, pois é tanto no que diz respeito à segurança pública, quanto ao sentido que Bauman dá à palavra). Observa-se, porém, o respeito e admiração pela instituição devido a qualidade do ensino e a tradição na região, sentimentos que podem ser desenvolvidos para alcançar uma tomada de consciência (Sawaia, 2009) sobre as questões que apresentaram-se. A Teoria da Análise do Discurso foi utilizada para interpretação dos dados, e apesar de tais sentimentos terem se mostrado controversos entre eles, a pesquisa foi capaz de levantar questionamentos acerca de seus sentimentos, mas não suficiente para identificar uma tomada de consciência. Apesar disso, houve um retorno por parte dos participantes de que este, de fato, era um tema interessante para se pensar, e que os sentimentos dos mesmos a partir da roda de conversa seriam colocados em análise. Neste momento a pesquisa ainda se encontra em fase de investigação, devido a necessidade de aprofundamento sobre o tema devido sua relevância acadêmica. Portanto, o eixo 7 que se refere à “Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções” (XX ENABRAPSO, página de eixos) foi o escolhido para este projeto de pesquisa, visto que o mesmo busca problematizar a formação em Psicologia, visando compreender as motivações, a importância e as consequências (da falta) dos vínculos afetivos dos alunos com a sua trajetória no ensino superior. Aqui se usa como exemplo a mercantilização do conhecimento e a falta de engajamento afetivo (e também político) dos alunos na resolução de suas demandas que aqui se apresentaram. Por estes mesmos motivos, o grupo de trabalho escolhido foi o “GT58: Universidade, ação política e modos de subjetivação”, uma vez que o mesmo se propõe a debater questões relacionadas a atuação da Psicologia Social na educação, associada a produção de subjetividade. Assim, com as diversas transformações que esta instituição vem sofrendo no Brasil, entendemos que se faz necessário haver um espaço para debates e trocas de experiências referentes a formação em Psicologia e sua relação com a construção dos aspectos subjetivos.

Pesquisa-ação e extensão universitária: atuação participativa por uma cidade educadora

Autor: Vanessa Louise (Universidade Federal do Ceará)

O Programa Cidade Educadora foi estruturado em território cearense a partir dos trabalhos desenvolvidos pelos Laboratórios de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Ceará – Laboratório de Estudos Sobre a Consciência (LESC-PSI) e Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental e (LOCUS). Reuniu professores dos Departamentos de Fundamentos da Educação e de Psicologia a fim de cultivar o florescimento da Cultura e Consciência Biocêntrica, fomentando o desenvolvimento municipal estratégico, participativo e sustentável a partir de um processo de produção de conhecimento comprometido com a transformação socioambiental. Assim sendo, considerou o âmbito formativo tanto no campo acadêmico, propriamente dito, quanto nos processos de desenvolvimento urbano. A atuação comunitária e institucional na cidade de Aracati, associada à constante reflexão sobre



os fenômenos sociais e políticos emergentes do território intensificou, por um lado, a crítica ao modelo conteudista e unidisciplinar presente nos espaços formativos universitários e escolares, gerando uma possibilidade de articular teórica e metodologicamente a Educação Patrimonial e Ambiental como arcabouço formativo dentro e fora da universidade. Por outro lado, intensificou a proposição extensionista através do processo formativo no território de Aracati-CE, contando inicialmente com a parceria da gestão pública municipal que facilitou logisticamente a participação de 127 comunidades; mobilizando também a participação de gestores, técnicos administrativos e educadores da cidade. Professores universitários e estudantes de graduação e pós-graduação assentaram sua formação em uma proposta extensionista que visasse a pesquisa-ação no compromisso de conhecer meios e desenvolver métodos para o desenvolvimento e promoção de territórios educativos. Desta feita, por meio dos programas extensionistas financiados pelo PROEXT-MEC/SESU (2012 a 2015) foi possível desenvolver proposições teóricas e metodológicas concernentes às potencialidades e desafios de implantação de um plano de gestão participativa, cuja perspectiva educativa se colocou no centro dos modos de governar e vivenciar uma cidade. Para tanto foram desenvolvidos os Encontros Comunitários da Cidade, que iniciaram-se nos territórios de vida dos moradores do sertão e do litoral e culminaram nos Encontros Municipais que congregou integrantes das 127 comunidades do município, educadores da rede básica, técnicos e gestores do governo local, para debaterem e deliberarem o Plano Plurianual (2014 a 2018) do município. Paralelamente, foram realizadas oficinas de formação radiofônica em que jovens e crianças se apropriaram da tecnologia para realizar uma pesquisa histórica sobre a vida e os patrimônios da cidade, entrevistando cidadãos mais velhos que pudessem contar como se deram as mudanças culturais e territoriais que presenciaram; com líderes comunitários de suas localidades; com artistas e mestres sobre as práticas culturais e modos de fazer característicos do lugar; etc. Outra ação concomitante, que ocorria quinzenalmente, foi a Formação Permanente em Educação Patrimonial de Educadores da rede básica de ensino, cujo processo objetivou atrelar teoria e prática pedagógica para atuação no território. A equipe extensionista também participava das reuniões intersetoriais realizadas pelos técnicos da gestão e entre os secretários e prefeito, a fim de garantir uma sinergia entre os trabalhos nos distintos espaços articuladores do programa Cidade Educadora. O grupo universitário se reunia semanalmente para refletir sobre os fenômenos evidenciados e vivenciados durante os encontros nos diversos âmbitos, considerando a interdisciplinaridade da formação grupal e do objeto de estudo/trabalho. As ações eram delineadas conjuntamente e dirigidas pelo processo em curso, a partir da identificação das demandas e possibilidades de atuação e engajamento entre os grupos envolvidos. No início de 2015, a Prefeitura entrou em conflito político com o grupo da Câmara Municipal e os processos vinculados à gestão se esmaeceram em função das disputas políticas acirradas. Dessa feita, as ações universitárias se voltaram mais intensamente à formação de educadores e atuação comunitária, envolvendo-se (educativamente) na luta do Quilombo Córrego de Ubaranas pelo reconhecimento e registro de suas terras. Dentre os professores do "Curso de Educação Patrimonial" (como era denominado por eles) uns se deslocaram de função, sendo chamados a atuar em cargos relevantes na gestão da Secretaria de Educação; outros passaram a desenvolver projetos na escola, cujo método participativo engajava a comunidade do entorno; outros criaram atividades pontuais junto de seus alunos; demonstrando e utilizando os conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas durante a formação. Na comunidade quilombola, jovens e crianças se engajaram nos encontros realizados pelos professores e estudantes universitários que se deram através de oficinas de fotografia, reciclagem de lixo. Além deles, os adultos participaram das exibições comentadas de filmes, do curso de Permacultura promovido junto de profissionais residentes de Aracati (Aldeia Flecha da Mata), reuniões da associação de moradores para discussão e deliberação estratégica das ações comunitárias em prol da sustentabilidade local e luta pelo direito à terra; etc. Tal experiência de atuação formativa demonstrou a potência que a produção acadêmica pode ter quando se engaja às demandas sociais e políticas públicas do lugar, tanto na formação profissional e social dos estudantes universitários, quanto na relação e encadeamento entre os níveis de ensino desde a infância até a vida adulta, assim como na forma de se organizar e viver no território. Nesse sentido, se percebeu a necessidade e a possibilidade de superação do abismo entre o Ensino Superior e a Educação Básica (Boaventura S. Santos), como também entre as instituições de ensino, a vida e as dinâmicas do território. Estas que se tornaram objetos das ações e reflexões acadêmicas e escolares, demonstrando a fluidez da produção de conhecimento, o compromisso em se relacionar e responder às demandas sociais e políticas de uma cidade e a pertinência de formações participativas na construção profissional dos estudantes e professores em contexto de atuação e aprofundamento na universidade e na escola. Tal experiência levou o grupo discente e docente a conhecer os meandros da política pública municipal, seus entraves e nuances; considerando o alcance e os limites das ações acadêmicas e comunitárias na interferência e transformação possíveis do modus

operandi da gestão na direção da emancipação política e social. Os descasos evidenciados na dinâmica operacional da gestão, as resistências frente a estes e atuações transformadoras dos educadores da rede pública, de muitos técnicos da administração e das comunidades envolvidas no processo foram focos de análise e intervenção da equipe, que se pautou nas teorias da Psicologia Socioambiental (Eda T. O. Tassara), da Educação libertadora (Paulo Freire), Educação Biocêntrica (Rute Cavalcante), das reflexões acerca do Patrimônio Cultural Brasileiro, Psicologia Comunitária (Cezar W. L. Góis), e da Geografia Social (Milton Santos). Conclui-se, portanto que a construção da cidadania exige um caminho educativo aberto e trilhado conjuntamente. De um lado, a população percebe o quanto pode construir sua cidade em seu cotidiano, com a simplicidade de sua existência e, de outro, a gestão pode assimilar sua condição de aprendiz e facilitadora de um caminho inovador para tal. É preciso, portanto, atrelar a igualdade política de direitos à produtividade da cidade, concebendo as diferentes formas de ser e fazer-se cidadão. A liberdade de viver cidade requer a sabedoria de conviver e contruir coletividades comprometidas entre si, respeitadas às diferenças socio-culturais e econômicas, cuidadosas com a vida das plantas, águas e animais, com a beleza das praças, ruas e avenidas; e a clareza das condições que podem oferecer, valorizando e respeitando o que há de comum a todos. Uma cidade patrimônio é uma cidade que educa a todos, nos mínimos atos. Ser cidadão desse lugar é ser um educador, pois todos têm o que aprender; muitas vezes mais do que ensinar. E a aprendizagem conjunta é, sem dúvidas, a melhor maneira de construir um território livre e potente. A questão principal desse modelo político proposto pela postura educadora é: de que modo pode-se gerir uma cidade a ponto de favorecer e facilitar as relações intergeracionais e interterritoriais? Eis o grande desafio na construção dos programas, projetos e ações inerentes ao plano de uma Política Educadora. Aqui, a rede educativa – da creche à pós-graduação – estaria comprometida com a vida de uma política libertadora. E qual o papel da Universidade nessa direção, em tempos de uma vida planetária? (Como é o caso na contemporaneidade). Há que se rever as estruturas e dinâmicas das instituições de ensino, assim como os objetivos delas imanentes, considerando as demandas que a vida planetária apresenta. Os saberes e modos de fazer inerentes aos territórios precisam ser retomados nos espaços institucionais de ensino de modo que possam se tornar mais acessíveis e respondam às verdadeiras questões presentes no cotidiano daqueles que as frequentam. A ciência tem perdido espaço para os pensamentos supersticiosos e/ou fundamentalistas porque vem se distanciando da vida, dos interesses e da realidade dos que dela necessitam. O que se percebe é a urgência em superar o abismo entre o saber científico e o fazer cotidiano por uma prática acadêmica que gere respostas efetivas ao viver dia a dia. O compromisso de uma educação participativa e engajada é garantir que os conhecimentos específicos dialoguem profundamente com os saberes interdisciplinares a ponto de se abrir para uma “ecologia dos saberes” (Boaventura de S. Santos). E isso supõe um rigor científico tal que gere o compromisso social e político do saber/fazer acadêmico.

Psicologia e religião: um diálogo necessário.

Autor: Magna Peçanha (UFF/RIO DAS OSTRAS)

Coautor: Juliana Braga Chaves (UFF - Rio das Ostras)

O tema proposto nesta comunicação pretende trazer à tona o debate acerca da necessidade da ampliação do diálogo entre Psicologia e Religião.

A relação entre psicologia e religião envolve, indubitavelmente, inúmeras questões. Muitas delas exercem grande tensão na sociedade, inclusive, causando bastante polêmica. Especialmente nas políticas públicas, essa interferência pode pôr em risco a laicidade do Estado e interferir diretamente na prática do psicólogo e na psicologia enquanto ciência. O Sistema Conselhos, observando a atual tensão entre esses domínios, tem proposto debates acerca da laicidade da psicologia. Assim, psicólogos têm sido estimulados a buscarem uma melhor compreensão sobre a laicidade de sua atuação e a importância dela estar pautada na defesa dos direitos humanos.

Este é ponto de partida para iniciarmos nossas reflexões acerca do tema da religião no exercício profissional. Podemos começar com um questionamento acerca de uma certa invisibilidade de um tema tão caro à condição humana como é o caso da religião. Se considerarmos a dimensão da religiosidade como constitutiva do ser humano, por que deixá-la de lado? Como trabalhar a linha tênue entre psicologia e religião no exercício profissional? Se fizermos um levantamento das grades curriculares dos cursos de formação em Psicologia, provavelmente, não encontraremos dentre as disciplinas oferecidas alguma que aborde estes temas.



A possibilidade de pensarmos temas como: ética, psicologia, religião e laicidade durante a graduação, apesar de nos parecer um grande desafio, logo nos encantou. O despertar foi ainda maior quando nos debruçamos sobre as reflexões de José Henrique Lobato Vianna, que, com muita competência, transita de maneira leve e profunda por todos estes assuntos. Outras bases de pesquisa utilizadas foram o próprio Conselho Federal de Psicologia, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro e o Conselho Regional de São Paulo, que possuem materiais com reflexões muito relevantes acerca destes conteúdos.

Desde nosso ingresso no Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense – Campus de Rio das Ostras/RJ – em conversas com colegas de turma adeptos das mais variadas denominações religiosas, percebemos a necessidade de se discutir essa relação. São muitas inquietações, dúvidas e embaraços que surgem cada vez que conversamos a respeito desse tema. Como se não bastasse, nos deparamos, a todo momento nas mídias em geral e nas redes sociais, com o acirrado debate entre os defensores do estado laico e dos direitos humanos de um lado e, do outro, os líderes e adeptos religiosos na defesa de sua doutrina, muitas vezes de maneira fundamentalista e impositiva. Entre os comentários desses debates, constantemente, encontramos psicólogos defendendo posturas preconceituosas, baseadas em argumentos religiosos e não científicos. Esses desafios nos levaram a propor uma reflexão a respeito do possível impacto no exercício profissional quando a religiosidade humana, enquanto área do conhecimento, deixa de ser um campo de interesse do psicólogo.

Psicologia e Religião, cada qual com sua complexidade e especificidades, precisam, então, dialogar no sentido de romper com um silenciamento que pode vir a ser promotor de distorções na compreensão da função e finalidade de cada campo. Por vezes, essas distorções podem ocasionar práticas que comprometem a ética profissional do psicólogo e a Psicologia enquanto ciência.

Quantos retrocessos acontecem no campo das políticas públicas, onde os princípios norteadores não são os da ética, dos direitos humanos e da laicidade, mas aqueles de ordem moral e religiosa, desconsiderando a diversidade e a pluralidade das confissões religiosas dos usuários ou até mesmo a falta delas? Muitos psicólogos, ocupam cargos de gestão, de conselheiros, de assessoria etc. e terão que lidar com demandas que muitas vezes esbarram na questão religiosa. Será que os profissionais da Psicologia estão bem resolvidos com a temática? Será que estão bem resolvidos com a sua própria religiosidade? A atuação ética requer, assim, um suporte teórico que abarque o lugar da religião na constituição subjetiva dos sujeitos, incluindo os próprios profissionais da psicologia, de modo que, quando demandados dêem conta desta temática. A questão em pauta é uma formação que minimamente garanta um profissional habilitado para lidar com as demandas que são atravessadas por questões religiosas tanto suas, quanto as do cliente, sem que esse trato inflija a ética profissional. Sendo o psicólogo um profissional que transita por diversos campos de atuação, sua prática deve ser pautada pela defesa dos direitos humanos, acolhendo a todos em virtude da dignidade, da igualdade, da integridade e da liberdade de cada pessoa, conforme preconiza o código de ética profissional da categoria.

Muito se fala a respeito das faltas éticas em se tratando de práticas envolvendo questões religiosas, da postura de alguns psicólogos, das lutas travadas acerca de movimentos de alguns segmentos da categoria profissional. Em muitos casos, os profissionais com essa postura, baseiam-se em preceitos religiosos, levantando bandeiras que contrariam as orientações normativas e éticas. Porém, fala-se pouco a respeito da Psicologia e da Religião nos cursos de graduação, a fim de que estas questões sejam trabalhadas, debatidas e quem sabe, sanadas em sua origem e não somente combatidas no seu produto final.

Muitas vezes, o Sistema Conselhos, cujas atribuições devem ser, entre outras: disciplinar, fiscalizar, orientar o exercício profissional, é tido como um órgão de perseguição. Ao censurar determinadas condutas – sob viés religioso – dos profissionais, em vez de ser reconhecido como um parceiro que, para além daquelas atribuições, existe para dar suporte, para promover um diálogo crítico entre estes atores sociais, acaba sendo criticado como órgão ideológico e inimigo. Tais críticas refletem, portanto, incompreensão da natureza e objetivo do órgão, assim como da própria Psicologia. O direcionamento para a relação entre psicologia e religião, em suas mais diversas dimensões, aponta que a religião pode ser objeto de estudo da psicologia enquanto manifestação do comportamento humano na vida em sociedade. No entanto, de modo algum, poderá a psicologia enquanto ciência, ou o psicólogo em sua atuação profissional, adotar pressupostos religiosos sejam eles quais forem.

Neste sentido, se torna evidente a necessidade de que esse debate seja estabelecido desde a formação do psicólogo. Assim, ainda enquanto estudante de psicologia, ele terá a oportunidade de compartilhar, refletir e até mesmo rever suas próprias questões acerca de sua religiosidade, se houver. Terá, ainda, condições mais favoráveis



à constituição de uma base sólida para a compreensão do papel da Psicologia na defesa da ética laica e dos direitos humanos na sociedade.

Por isso, questionamos: como esta pauta tem sido trabalhada nos cursos de graduação? Tem sido trabalhada? Há espaço e predisposição para este debate no ambiente acadêmico? Fica o desafio de colocarmos o assunto para o debate e veremos quantas questões silenciadas virão à tona.

Relato de Experiência: intervenção na Unidade Educacional de Palmeira dos Índios-UFAL, uma faculdade interiorizada

Autor: Milena Stéfane Nunes da Costa (UFAL)

Coautor: Liliane Santos Pereira Silva (UFAL), Hemile, Roberto Albuquerque Salsa (UFAL), Milena de Siqueira Nolasco, Maria (UFAL), Charlie Bellow (UFAL) e Karen Lauren Monteiro Silva (UFAL)

Tendo como base os princípios da Disciplina curricular obrigatória Psicologia Social Comunitária, que há uma obrigatoriedade de intervenção na comunidade, foi proposto que ocorresse na Universidade Federal de Alagoas - Unidade Educacional de Palmeira dos Índios - onde estudamos visto que diversos colegas estão adoecendo e nos interessamos por investigar tal fato por meio de um mapeamento. Ademais, o trabalho relaciona-se no Eixo: Questões teórico-metodológicas em Psicologia Social e a realidade brasileira: formação, pesquisa e intervenções” pois se trata de uma intervenção realizada em uma universidade interiorizada. Justifica-se, também, pelos estudantes que frequentam a universidade para assistir às aulas, as quais são realizadas entre o intervalo de chegada e saída do ônibus, influenciando diretamente no adoecimento psíquico dos estudantes por não ter tempo para interações sociais, além disso, as relações entre os professores e os discentes também são complexas, mostrando uma relação de hierarquia constante. Ademais, este trabalho pretende rever a metodologia do fazer psicológico, pois a proposta se trata de um trabalho com arte, música, dinâmicas e processos grupais. Estes dados foram levantados por meio de uma pesquisa através de um questionário virtual aplicado pela psicóloga do NAE com a finalidade de levantar demandas para se trabalhar no ambiente universitário. Tendo como base a Psicologia Social Comunitária de Gois (1989) utilizamos autores como Accorse (2015), Anjos (2017) e Baère (2015) como meio de auxiliar na construção do projeto. A intervenção teve como finalidade trabalhar o tema de adoecimento psíquico na universidade encaixando assim no GT38: Psicologia Social Comunitária: Práticas, Formação e Pesquisa, com o objetivo de chamar a atenção dos sujeitos para uma reflexão acerca do tema, bem como, buscar possibilidades de enfrentamento de tal situação propondo um espaço para que os discentes possam falar de suas angústias em relação aos temas dos encontros. O processo grupal terapêutico ocorreu com o intuito de que um pudesse ser o facilitador do outro e os pares percebessem que não era o único a sofrer com a mesma questão. O projeto de intervenção na Unidade Palmeira dos Índios foi realizado em nove intervenções ao total, sendo cinco para o curso de Serviço Social, que funciona a tarde e quatro para o curso de Psicologia no período da manhã, afim de facilitar a participação dos discentes. Para a execução da atividade, uma sala na universidade esteve aberta onde aconteceram rodas de conversas, acolhimento dos discentes, dinâmicas e atividades como arteterapia e técnicas de respiração, visando a criação de vínculo entre os alunos e um espaço de convivência. Fora trabalho temas como Ansiedade na universidade; A falta de interações sociais como fator de adoecimento; A música como instrumento terapêutico; Como a universidade interfere no seu desenvolvimento acadêmico e Como você define a estrutura da universidade e como isso interfere na sua significação a respeito da instituição”. O grupo atendeu cerca de 20 pessoas, no entanto, havia uma rotatividade entre os alunos, não sabendo ao certo qual o público realmente atingido, alguns frequentavam apenas uma ou duas vezes o grupo. Foi debatido assuntos como a promoção da saúde mental dos discentes de Psicologia e Serviço Social, outros temas que o grupo facilitador achava pertinente além de algumas sugestões dos participantes. Os grupos funcionavam durante uma hora, no entanto, em algumas intervenções ultrapassava o tempo delimitado. Como estávamos realizando as atividades simultaneamente ao horário das aulas esse foi um dos motivos de muitos não terem comparecido. Utilizamos técnicas como respiração e dinâmicas de grupo, além de uma caixa de sugestões afim de ter feedback acerca de temas, sugestões e como se sentiram com a intervenção, tendo em vista que pouco se fala acerca dos sentimentos na universidade. Os participantes se mostraram participativos em realizar as atividades, afirmaram ter se sentido bem e feliz ao dividir outros momentos para além das salas de aula. O grupo teve grande rotatividade em ambos os cursos (Psicologia e Serviço Social) não houve engajamento do público tendo em vista que atualmente há no total de 459 acadêmicos na uni-



dade, sendo 265 de Psicologia e 194 de Serviço Social com matrículas abertas. Percebemos o grupo com receio de relatar suas vivências e, além disso, houveram comentários sobre o formato do grupo, os participantes de Serviço Social tinha uma expectativa de uma palestra e não estavam acostumados com rodas de conversa e grupos terapêuticos. Assim, como havia nos informado pela psicóloga da unidade, precisamos rever conceitos sobre Ética em ambos os cursos nos quais foram realizados a intervenção, pois, dão preferência a realizar terapia individualizada por medo dos outros integrantes comentarem sobre o que ocorre no grupo por mais que seja relatado sobre o sigilo e sua importância. Por fim precisamos pensar em uma psicologia social comunitária que abarque questões sobre o adoecimento crescente dos universitários, além novas metodologias afim de rever o papel do psicólogo em promover a saúde mental para além do âmbito clínico.

Serviços-escola e modos de subjetivação: efeitos do que estamos subjetivando na formação do psicólogo

Autor: Márcio Leão Petronio (UNIABEU)

Coautor: Mariana Barbosa de Souza (Uniabeu)

Para descrever um pouco da cena em que acontece esta pesquisa, primeiramente se contextualiza como ela está sendo propiciada. Assim, este trabalho inscreve-se como desejo e efeito da atividade de dois estudantes bolsistas do PIC – Programa de Iniciação Científica UNIABEU –, integrantes do projeto de pesquisa “In(ter)venções: práticas clínico-institucionais tecendo novas conexões no território”. Tendo em vista a importância estratégica dos serviços-escola de cursos de Psicologia no que se refere à formação e à subjetivação profissional e sociocultural da(o) estudante, entende-se a relevância de se perspectivar este tema. Ainda mais, diante da constante ampliação das modalidades e contextos de atuação da (o) psicóloga (o), os estágios são importantes instrumentos pedagógicos de desenvolvimento profissional, social e da própria Psicologia (Conselho Federal de Psicologia, 2013). Além disso, o saber psi exerce cada vez mais posição de destaque no arrolamento de saberes e discursos que culminam sobre os processos de subjetivação em curso na contemporaneidade. O que demonstra como o serviço-escola é um potente analisador, se pensado em suas múltiplas dimensões diante da construção cotidiana da ciência e da profissão que se ensaja.

Até o presente momento de submissão, se sustenta a seguinte questão norteadora: analisar a produção do discurso-verdade interveniente aos serviços-escola de cursos de Psicologia no Brasil.

Antes de apontar a relação com o eixo temático e com o grupo de trabalho propostos, se faz necessário explicitar o que significa para esta pesquisa em processo a submissão deste trabalho em um evento como o ENABRAPSO 2019. Diante disto, a produção de conhecimento é de suma importância não só para compreender, mas também para intervir no atual contexto brasileiro marcado fortemente pelos efeitos de uma severa crise econômica do capitalismo mundial, dos ataques à autonomia universitária e à pesquisa em geral, além do enfraquecimento das instâncias democráticas e de direito. Neste interim, o eixo temático “Psicologia Social, democracia, autoritarismos e subjetividade” convoca esta pesquisa e os pesquisadores relacionados a se implicarem, pois, considera-se essencial o compromisso ético-político de uma pesquisa que a partir da lente da Psicologia Social visa contribuir com as possibilidades de transformação social. Assim, pensando no grupo de trabalho “Universidade, ação política e modos de subjetivação” mais especificamente, este trabalho pode contribuir com a problematização do que vem engendrando o ensino e a formação em Psicologia, através do percurso de análise envolvendo os serviços-escola até aqui. Entendendo desde já que este espaço coletivo do GT agencia a troca de experiências com outros trabalhos e outras pesquisas interessadas na relação entre educação superior/formação em psicologia e os processos de subjetivação vigentes.

Na Psicologia Social, a orientação teórica precisa estar alinhada com a crítica aos saberes instituídos pela ciência positivista e aos poderes hegemônicos. Neste sentido, esta pesquisa-intervenção caminha junto à Análise Institucional que tem como proposta politizar o processo de se pesquisar, assim todo ato de pesquisa é um ato político por natureza; seguindo pistas, pontas de processos em curso (PASSOS; BENEVIDES; KASTRUP, 2015). Ademais, Lourau (1993) afirma que é mais um campo de coerência do que um referencial teórico *stricto sensu*. Toma-se, então, o discurso como constituído coletivamente, uma vez que ele é operado por e opera produções existenciais e efeitos de mundo. Não se remetendo, por exemplo, os enunciados aos indivíduos que o enunciam ou privatizando as falas e os afetos aos corpos que os expressam, como discutido por Regina Benevides (1993). Por extensão, o que



coaduna com o que pensa Deleuze quando ele questiona a Foucault: Quem fala e age? Sempre uma multiplicidade, mesmo que na pessoa que fala ou age (FOUCAULT, 2007). Ao considerarmos que o momento da pesquisa já é o momento da intervenção, apontamos um duplo registro de produção: do pesquisador e da pesquisa, de formação e de formandos concomitantemente. O que é concernente à noção de implicação da Análise Institucional. Intervir, então, é fazer esse mergulho no plano implicacional em que as posições de quem conhece e do que é conhecido, de quem analisa e do que é analisado se dissolvem na dinâmica de propagação das forças instituintes característica dos processos de institucionalização. É, portanto, no plano do concreto da experiência que estamos sempre implicados. O tema da implicação define uma direção clínico-política ao trabalho de pesquisa-intervenção, [...] segundo o qual toda pesquisa tem uma direção clínico-política e toda a prática clínica é, por sua vez, intervenção geradora de conhecimento (PASSOS; BENEVIDES; KASTRUP, 2015).

Como método, realiza-se uma pesquisa-intervenção. Tem-se a produção teórica por meio de revisão bibliográfica não-sistematizada e de levantamento dos serviços-escola de cursos de Psicologia no Brasil, além da análise de implicação do pesquisador. A pesquisa se encontra ainda em processo, entretanto, apresenta-se o resultado parcialmente produzido até o momento, assim como as reverberações analíticas de tais dados.

A discussão gerada pela análise das relações de poder, das ordenações discursivas e políticas de racionalidade relativas aos serviços-escola de cursos de Psicologia no Brasil, decerto, tem demonstrado, ainda que previamente, o quanto esta profissão vem engendrando a produção de uma formação baseada numa lógica de ciência a-histórica, neutra, despolitizada. A implicação de quem e de como se pesquisa tem se demonstrado cada vez mais necessária nestes tempos. Como pesquisadores-estudantes de Psicologia de uma universidade particular localizada em Belford Roxo (cidade da Baixada Fluminense na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro que é marcada por ser uma cidade com baixos índices de desenvolvimento humano), tenta-se analisar os efeitos de se produzir pesquisa a partir desta posição que é tanto psicossocial, quanto geopolítica. Isto pensando em nível de uma análise de implicação mais local. Ao mesmo tempo que a análise de implicação também permite conectar a pesquisa com o contexto social e político mais amplo. Se assume o compromisso ético-político de contribuir com a superação de modelos hegemônicos arcaicos na formação de Psicologia. De produzir algum aporte para a invenção de outros modos de conduzir a vida pública, estabelecendo outras relações entre educação e cidade, entre serviço-escola e comunidade.

Tempos da política: experiências de militantes estudantis da Universidade de São Paulo (1960-1990)

Autor: Samir (IFBA)

As formas de participação política passam por intensas transformações, a depender do contexto social e cultural em que se desenrolam. A democracia brasileira passou por idas e vindas, desde o Estado Novo, a breve abertura democrática no final dos anos 1940 e na década de 1950, interrompida violentamente pela Ditadura Civil-Militar de 1964 a 1985; e retomada posteriormente na abertura democrática em meados dos anos 1980. Novamente, vemos sinais de retrocesso democrático, agora sob nova roupagem, com forte amparo em sofisticado sistema de comunicação e manipulação; apoiado também no sistema judiciário e na fragilidade das estruturas e instituições nacionais. São diversos os elementos que apontam nessa direção, e supõem, por conseguinte, também novas formas de exercício e de experiência política. Formas de organização acompanham e acompanharam mudanças no quadro social geral, implicando, por conseguinte, novas perspectivas, afetos, modos de subjetivação daqueles que se engajam. A polarização política contemporânea, o acirramento de lutas sociais, a crise das democracias, as novas formas de organização e comunicação através das redes sociais, expõem os militantes a uma intensa e inédita experiência, angustiante e de difícil compreensão. Esta comunicação pretende-se uma interlocução temporal. Tem como base pesquisa com militantes estudantis da Universidade de São Paulo (USP) atuantes em diferentes épocas e contextos (1960 a 1990). Seu objetivo foi estabelecer apontamentos comparativos entre a experiência dos militantes entrevistados e experiências estudantis do presente através de diferentes temas, ou eixos de convergência em torno dos quais a vida dos militantes se orientou. Temas comuns à experiência política de diferentes gerações foram abordados, operando como pontos de encontro em torno dos quais a interlocução temporal foi possível: 1) o surgimento do interesse pela política, suas bases na origem familiar, nas experiências de trabalho, na cultura e na universidade; 2) a condição de jovem e de estudante e suas transformações contemporâneas, em



compasso com as transformações ocorridas na universidade em diferentes contextos; 3) a formação, tanto na educação superior como em psicologia, tal como percebida pelos militantes; 4) a relação com grupos organizados e partidos políticos em diferentes contextos, abertos e clandestinos, político-partidários ou em torno de coletivos e grupos informais; 5) o contato com a arte e a cultura: teatro, literatura, música e demais expressões artísticas; 6) a relação com os conflitos e movimentos sociais a partir da condição de militante estudantil; 7) a relação com os espaços e a vida universitária, habitado ou esvaziado, das assembleias, reuniões, atos, eventos culturais; 8) os traumas e angústias vivenciados pelos militantes, decorrentes da repressão ou da experiência política e de suas contradições mesmo em tempos de democracia. Quanto ao método, a pesquisa envolveu a realização de dez entrevistas semiestruturadas (ou abertas com roteiro) analisadas qualitativamente, sob orientação metodológica nos trabalhos de Ecléa Bosie Nosé Moura Gonçalves Filho. Enquanto aporte teórico, inspirou-se na concepção de Walter Benjamin sobre experiência e narrativa, e de Hannah Arendt sobre política e esfera pública. Foram importantes também contribuições da psicanálise sobre trauma e angústia, a partir dos trabalhos de Jean Laplanche. Foram também centrais as contribuições de Marialice Foracchi sobre juventude e movimento estudantil, entre outras autoras e autores dedicados ao tema. A pesquisa não chega a conclusões ou resultados fechados, mas contribuiu, em caráter exploratório, para a compreensão da experiência política em seus diferentes matizes, com destaque para a reflexão com base na comparação temporal, ora convergente, ora divergente, em torno de seus temas. Entre outros elementos e contribuições, cabe destacar alguns, de caráter central: 1) Quanto ao início do interesse pela política, as respostas são variadas, trazendo em geral formas e origens multideterminadas, com elementos familiares, de classe, culturais, universitários, de trabalho. 2) A condição de jovem e de estudante é complexa e tem estreita relação com o contexto social. Cabe observar que ambas se transfiguraram em compasso com as transformações ocorridas tanto na sociedade em geral como na universidade brasileira. Porém, apesar das profundas transformações observadas, pode-se reconhecer uma série de elementos comuns entre os jovens e estudantes do passado e do presente. 3) A formação do psicólogo sofreu importantes transformações desde sua origem. As entrevistas trazem importantes elementos históricos, assim como contribui para a compreensão desse percurso, de avanços e possíveis impasses que ainda enfrentamos nesse campo. 4) Os grupos organizados de resistência e participação se transformaram radicalmente. Dos tradicionais partidos políticos, entidades estudantis, organizações clandestinas; aos coletivos de hoje, organizados em torno das redes sociais, há radicais diferenças, que se expressam em número e qualidade nas formas pelas quais a política se realiza. Talvez esse seja o ponto de mais complexa interpretação, de reconhecimento e compreensão daquilo que aproxima e distancia as épocas e contextos habitados pelos militantes. 5) Em todas as entrevistas, são centrais as referências a elementos e expressões culturais, que sempre estiveram articuladas com a militância. Essa manifestação se faz presente também hoje, e guarda estreita relação com os anos 1960. 5) A aproximação e o distanciamento com os movimentos sociais também é tema central na memória da militância estudantil. Nesse campo, as entrevistas mostram razoável diferença entre épocas e contextos, desde um movimento operário idealizado, que aparecia “só em sonho”, na expressão de um militante dos anos 1960; a aproximações efetivas com o MST no presente. 6) Os espaços da universidade e dos movimentos também aparece com destaque nas entrevistas, investidos de densas lembranças. Observa-se um certo esvaziamento em alguns contextos, sugerindo um empobrecimento da experiência universitária. O militante sofre em compasso com o conjunto social, e também por razões e circunstâncias precípuas à política. São diversas as formas e manifestações da angústia na política, e evidentemente variam de acordo com formas distintas de engajamento e com o contexto em que ocorreram. Por fim, embora não tenha caráter historiográfico, a pesquisa contribuiu também para o registro da memória e para a identidade da comunidade estudada (o Instituto de Psicologia da USP) e do movimento estudantil. Esta comunicação tem relação com a proposta geral do Encontro: A psicologia social frente aos autoritarismos, polarização social e crise sistêmica do capitalismo: em defesa da democracia e da emancipação humana, uma vez que se comunica com o contexto presente de lutas e acirramentos sociais a partir de uma interlocução temporal com a experiência de militantes de outros tempos. Mais especificamente, relaciona-se com seu Eixo Temático 12 – Psicologia Social, democracia, autoritarismos e subjetividade, entendendo que a memória da participação política estudantil contribui para o fortalecimento de resistências e lutas sociais em tempos de autoritarismo e ataque à democracia. A memória das experiências militantes é fundamental para as resistências no presente, tanto dentro da universidade e do movimento estudantil, como em relação às interlocuções possíveis entre a universidade e os demais grupos organizados, espaços de luta e resistência sociais. A apresentação relaciona-se preferencialmente com o Grupo de Trabalho 58 – Universidade, ação política e modos de subjetivação, tendo em vista que se trata de experiências de militantes estudantis univer-

sitários, seu engajamento e lutas em tempos estudantis. Pretende-se identificar e discutir, tendo como disparadoras as experiências de militantes de outros tempos, continuidades e rupturas, impasses, resistências e lutas possíveis, herdadas, interrompidas ou assumidas; e como tais experiências podem nos ajudar para a o que vivemos nas lutas do presente.

GT59: Trocas interdisciplinares: a escrita como prática na pesquisa qualitativa

A escrita como afirmação de uma pesquisa: desafios de um percurso

Autor: Juliana Rangel Sabatini (UERJ)

Coautor: Laura Quadros (UERJ)

Moraes e Tsallis (2016) afirmam que a escrita na ciência vai além da comunicação de resultados de uma pesquisa, constituindo-se como uma forma de povoar o mundo. Assim como Law e Urry (2005) propõem que as ciências sociais não traduzem um mundo que existe, controlável e estável, mas antes produz mundos ao pesquisar e fazer perguntas. Ideias estas encontradas nas reflexões propostas por Mol (2007) que, ao se referir à política ontológica de John Law, fala sobre pensarmos a pesquisa enquanto performadora de realidades múltiplas. Isto quer dizer que existe uma implicação política ao pesquisar, visto que o que se escreve se espalha sem sabermos o seu alcance. Apoiadas nas ideias dos referidos autores, propomos algumas reflexões aqui nesse trabalho acerca da escrita em ciência, da pesquisa em psicologia social e da implicação política destas práticas para a realidade. Isto se dará através de narrativas, utilizando o recurso de falar em primeira pessoa, sem com isto perder o rigor científico. Assim, o que será narrado aqui são experiências vividas pelas autoras, orientanda e orientadora, sobre um fazer artesanal da escrita de uma dissertação, sobre estratégias do escrever e a entrega da mesma para a biblioteca.

Quando precisava escrever o texto para a qualificação de minha pesquisa de mestrado em psicologia social, pensava em como realizar este feito. Era apoiada por docentes e uma orientadora que desde o dia em que resolvi adentrar o mundo da academia, da pesquisa, traziam discussões sobre o escrever em ciências sociais, sobre um escrever com qualidade e leveza ainda que diante das exigências mais endurecidas das agências de fomento. Latour (2012) traz uma reflexão sobre este tema através de um diálogo imaginário entre um professor e um aluno de doutorado que está com certas dificuldades na escrita de sua tese. Então, o professor diz que redigir textos tem tudo a ver com método, sendo eles equivalentes do laboratório, pois são os lugares de realizar “testes, experimentos e simulações” e que “não ensinar os doutorandos em ciência social como escrever seus PhDs é como não ensinar aos químicos como realizar experimentos de laboratório” (p.216). Sendo orientada por esta premissa, nas disciplinas realizadas por mim, fui sendo ensinada a escrever. Uma professora dizia: - Escrevam diários de campo, eles são fundamentais na pesquisa. E com esta sugestão, seguia eu com meu caderno para todos os lugares em que ia, meu diário de bordo, como eu o nomeei. Relatava tudo o que acontecia no campo, com ele e em mim, afetações, emoções, sentimentos, os planejamentos, as estratégias pensadas para ida ao campo, as que não funcionaram conforme planejado, promovendo desvios de rota na pesquisa, que aliás eram os “erros promissores”, transformando os caminhos da pesquisa.

Deste modo, embalada pelos aprendizados em sala de aula, criei uma estratégia de escrita. Tinha o projeto da pesquisa e o diário de campo contando o trajeto da mesma. Ao compartilhar com minha orientadora que havia pensado em dividir o texto em “O projeto” (como foi pensada a pesquisa) e “O trajeto” (como se deu ela de fato no contato com o campo), ela me sugeriu inserir “O balanço”, isto é, realizar tanto um balanço das experiências vividas com as estratégias de ida ao campo, quanto um mapeamento das afetações que tornaram o percurso um caminho não linear entre o planejado e o vivido. A pesquisa seguiu por quase mais um ano antes da defesa, do texto final. Outras vivências com o campo se deram, desdobrando em questionamentos posteriores até que chegou o dia de finalizar a escrita. A estratégia segue a mesma, mas agora era necessário acrescentar outros acontecimentos com o campo. E nesse processo de pesquisar - escrever- receber, em trocas constantes e generosas com minha orientadora, co-autora desse trabalho, incluímos o tópico “seguindo o fluxo do percurso” e nas considerações

finais complementei com reflexões acerca de como foi a experiência de ser discente nessa pós-graduação. Era o que faltava para complementar minha dissertação.

E assim se fizeram as estratégias de escrita de uma dissertação, que foi realizada em narrativas, na primeira pessoa do singular, passando por outras formas que foram se sustentando na convocação que o campo de pesquisa nos fazia, trazendo poesias, crônicas, músicas, vídeos, artigos, reflexões das aulas do mestrado, e imagens que compunham a escrita, gerando um texto tecido como um trabalho artesanal (QUADROS, 2015), feito com delicadeza e materiais diversos, numa composição única entre ranhuras e texturas emergidas do campo, finalizada com a experiência pessoal de ser discente neste programa que me permitiu um escrever artesanal.

Contudo, uma outra experiência nos traz outro ponto de reflexão. A dissertação narrada aqui, foi aprovada por uma banca que valorizou a forma como foi realizada a escrita, dizendo que se tratava de um trabalho que mostrava todo o processo do escrever, as estratégias, sem esconder os desvios. Uma banca que aprovou uma dissertação escrita não em capítulos, mas em partes, cada uma com um capa e uma epígrafe introduzindo o tema a ser relatado. Que mostrava o processo da pesquisa no próprio escrever, uma política de escrita embasada e com rigor científico. Chegada a hora de entregar na biblioteca para normatização, as coisas tomaram outro rumo. As regras exigiam capítulos, que terminando começam logo outro em seguida, os títulos tiveram que ganhar números na frente, as capas sumiram, as imagens precisavam de um título, desconectando-as do texto, modificando toda a forma do trabalho. Para resolver tal questão, colocamos uma nota de rodapé no início do trabalho, informando que ele não estava em sua versão original, pois foi modificado para atender a normas. Uma saída possível para lidar com o ocorrido. Isto fez pensar o quanto certas formas de escrita são normatizadas como científicas e outras não.

Portanto, através das narrativas aqui trazidas - a do processo da escrita de uma dissertação e a do enquadramento bibliotecário que muda a implicação política dessa forma de escrita - o objetivo desse trabalho é pensar em novas formas do escrever que transcendem as regras, em uma academia que ensine seus pesquisadores como escrever, estando, então, em acordo com a proposta do GT59 - Trocas Interdisciplinares: a escrita como prática na pesquisa qualitativa, podendo também se acolhido por grupos de trabalho que pensem nas implicações das práticas de pesquisa e de ação em psicologia social para constituição da realidade. Assim, perguntamos: de que forma estamos povoando o mundo com nossas escritas? Que realidades produzimos enquanto pesquisadores em psicologia social? O que escrevemos é acessível àqueles que participaram de nossas pesquisas como voluntários? A que estamos dispostos enquanto pesquisadores para difundir esse escrever na academia? Nossa aposta é repensar formas de escrita que possam povoar novos mundos, atravessar os muros da universidade e conjugar o rigor com a leveza.

A produção de ausência de sentidos adentra o cotidiano escolar...e mata.

Autor: Marcos Reigota (Universidade de Sorocaba)

Eram amigos. Segundo relatos dos vizinhos, os dois conversavam por horas seguidas em frente à casa de um ou de outro. Iam juntos à Lan House e por lá ficavam horas. A funcionária desse lugar disse aos jornais que quando eles chegavam, diziam bom dia, boa tarde ou boa noite e quando partiam diziam obrigado e nada mais. Os dois amigos estudaram na mesma escola pública, numa cidade não muito distante da capital. O mais velho, com 25 anos, trabalhava com o pai fazendo serviços gerais e naquela manhã de 14 de março de 2019 foi com ele até a estação de trem para iniciar a lida diária. Lá chegando alegou que não se sentia bem e que precisava voltar para casa. O mais jovem, com 17 anos, antes de ir ao encontro com o seu amigo, postou nas redes sociais fotos portando arma de fogo e vestido especialmente para o ato. No horário e local combinados os dois se encontraram e foram até o trabalho do tio do mais jovem. Ali o rapaz de 17 anos matou o tio e eles seguiram até a escola em que estudaram até pouco tempo atrás. Chegaram e matou o seu amigo e cometeu suicídios e descarregaram a munição em quem encontraram pela frente. Cinco estudantes e duas funcionárias morreram imediatamente. Entre as funcionárias assassinadas encontrava-se a coordenadora do colégio que costumava postar nas redes sociais o apelo por mais livros e menos armas. As merendeiras, mulheres negras, quando perceberam o perigo que as crianças corriam, construíram barricadas com o que encontraram, impedindo a chegada dos rapazes armados. Professores e professoras que estavam com seus estudantes em sala de aula fizeram o mesmo. Apagaram as luzes e rezavam em silêncio. Quando a polícia chegou ao colégio o mais jovem matou o seu amigo e cometeu suicídio. Essa foi mais uma das inúmeras barbáries que o Brasil tem vivido nos últimos anos. Para o que aconteceu na Escola Esta-



dual Raul Brasil, na cidade de Suzano em São Paulo, não faltaram vozes oficiais e oficiosas que alegaram que se os professores e funcionários estivessem armados, os assassinos não teriam tido tanto êxito. Durante alguns dias, os debates e as conversas cotidianas giraram em torno desse argumento e as posições contrárias ao porte de armas pela população foram ignoradas ou negligenciadas, até que o “acontecimento numa escola de Suzano” fosse substituído por outro, não menos sanguinário, esquizofrênico e relacionado diretamente com a política de morte e de extermínio apoiada pelo Estado, que encontra nos conceitos de banalidade do mal (Arendt, 1999) e de necropolítica (Mbenbe, 2018) exemplos concretos. Ficaram a tristeza, a desolação e a envergonhada impotência para aqueles e aquelas que são cotidianamente atingidos nos seus corpos e nos seus valores mais profundos, pelo movimento constante de produção de ausência de sentidos que anula, despreza, desqualifica e ironiza qualquer prioridade dada aos sentimentos básicos de convivência e de respeito à vida. A maquinaria de produção de ausência de sentidos está entranhada nos ambientes mais sofisticados do poder bélico, político, econômico, social e cultural para daí difundir o elogio da ignorância e o menosprezo aos modos de viver não convencionais. A maquinaria de produção de ausência de sentidos faz com que o seu vizinho ou pessoas muito próximas e com as quais foram construídos anteriormente sólidos laços afetivos sejam elos e difusores da política de extermínio de vidas, de sensibilidades e de alternativas pacíficas, viáveis, propositivas e criativas. O que aconteceu na sociedade brasileira contemporânea para que pessoas que pertenciam aos nossos círculos sociais, profissionais e afetivos se tornassem nossos detratores, juizes e algozes que proferem sentenças cruéis, injustas e irreversíveis? O movimento político e cotidiano de produção de ausência de sentidos, enfatiza a mais completa indiferença à boniteza da vida (Freire, 2011, pg,126-127) e às relações de solidariedade, de responsabilidade e de empenho na construção do que Philippe Van Parijs (1997) denomina sociedade justa. Os mesmos senhores e senhoras que se empenham em armar a população com artefatos bélicos e discursivos e em difundirem intensamente seus gestos e coreografias de indiferença e desprezo à história, ao patrimônio cultural e ecológico assim como aos conhecimentos produzidos pela humanidade, desprezam e ironizam a Democracia, os Direitos Humanos e as lutas sociais cotidianas, dos anônimos e anônimas marginalizados, para se tornarem cidadãos e cidadãs. Desprezam e humilham os necessitados de atenção, de amparo e de políticas sociais visando o bem comum e tentam anular qualquer possibilidade de se aprofundar os processos sociais, culturais e ecológicos de subjetivação solidária que resiste no Brasil profundo. Eles e elas que intensificam, difundem e apoiam o processo coletivo de produção de ausência de sentidos são cúmplices dos acontecimentos como o ocorrido no Colégio Estadual Raul Brasil em Suzano e dos que alegam, sem nenhum pudor, que Paulo Freire e as suas propostas políticas e pedagógicas devem ser extirpadas e banidas. Mas enquanto existem pessoas, grupos e instituições que lutam contra as injustiças, contra o processo de extermínio de diferentes formas de vida e maneiras de viver não convencionais e à maquinaria de produção de ausência de sentidos na vida cotidiana, os encontros nos quais o sentimento universal e atemporal de amizade (no que ela tem de mais profundo, solidário e bonito) se fizer presente, poderão produzir conhecimentos e ampliar as possibilidades de existência e aprendizados em direções opostas à crueldade e ao sangue derramado em Suzano. Enquanto as e os necropolíticos e banalizadores do mal alegarem que é necessário extirpar Paulo Freire, pessoas, grupos e instituições empenhados na construção de uma sociedade mais justa, solidária e ecológica só poderão dizer não que não permitirão que isso aconteça. Através das práticas sociais e pedagógicas cotidianas, o enorme legado de Paulo Freire, incluindo a sua indignação (Freire, 2000) pautarão respostas e alternativas possíveis ao inadmissível.

A Psicologia Hospitalar: a partir das narrativas dos profissionais de saúde do Hospital João XXIII em Belo Horizonte\MG.

Autor: Hygor Santiago e Patrícia Pinto de Paula (PUC Minas)

A pesquisa apresentada é relacionada ao Programa de Iniciação Científica da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, desenvolvida pelo aluno de Psicologia da PUC Minas São Gabriel, e com orientação da professora, autores do presente resumo. O tema da pesquisa – assim como o Eixo temático 1: Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neoliberais - versa sobre a atuação da psicologia na área da saúde em uma unidade hospitalar de urgência da rede SUS (Sistema Único de Saúde) de Belo Horizonte/MG, em equipes multiprofissionais.

O contexto desse tema se fez como desdobramento de práticas reflexivas sobre experiências em estágios acadêmicos desenvolvidos ao longo da graduação no campo da saúde pública do SUS-BH, em especial em relação



ao trabalho em equipes multiprofissionais. O setor de serviços públicos em saúde é um segmento que apresenta demandas e possibilidades de inserção de psicólogos, o que faz parte das diretrizes curriculares para os cursos de psicologia com proposições de ênfases, desde 2011. No caso na Faculdade de psicologia da PUC Minas, o coletivo e devidos fóruns debateram e debatem sobre desafios e viabilidades, e desde 2012, o curso da unidade do São Gabriel, tem delimitado a formação em ênfase voltada para estágios curriculares. Nessas práticas chegou-se ao tema que norteou a pesquisa. Apresentou-se o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa PUC Minas e da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG, para aprovação. A pesquisa foi aprovada e teve início em agosto de 2018.

O objetivo principal da pesquisa é compreender o trabalho do psicólogo hospitalar através das narrativas de profissionais de saúde que atuam juntamente com psicóloga(o) na mesma equipe multidisciplinar. A pesquisa ainda conta com cinco objetivos específicos, sendo eles: a) Conhecer sobre o trabalho do Psicólogo Hospitalar; b) Analisar as narrativas dos profissionais de saúde, sobre a atuação juntamente da Psicologia Hospitalar; c) Entender como se desenvolve a interação do trabalho multidisciplinar em uma equipe hospitalar; d) Propiciar uma reflexão acerca dos benefícios da atuação da psicologia em equipe multidisciplinar de saúde; e) Compreender dificuldades e facilitadores da inserção do psicólogo nas equipes de saúde de um hospital.

A pesquisa é realizada no Hospital João XXIII, que por sua vez, é uma unidade hospitalar pública estadual de pronto socorro. Fundado em 1973, originalmente foi criado para atender a grande demanda da capital mineira através da antiga FEAMUR – Fundação Estadual de Assistência Médica de Urgência. Em 1977 foi incorporado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais. Atualmente tem sua operação através do SUS em seu nível estadual, realizando atendimentos de alta complexidade de urgência e emergência.

No presente, o hospital atua sendo referência em atendimentos de urgência e emergência na região do estado de MG, realizando atendimentos a pacientes vítimas de politraumatismos, grandes queimaduras, intoxicações e situações clínicas e/ou cirúrgicas de risco de morte. Também possui o serviço de apoio ao trauma, que acompanha sujeitos vítimas de violência, sendo armas de fogo ou arma branca.

Segundo Antunes (2004) os anos 1970 e 1980 marcaram uma evolução na psicologia, graças as mudanças nas políticas de saúde pública e reivindicações do CFP - Conselho Federal de Psicologia - a profissão começou a aumentar ainda mais sua formação. Novos cursos de introdução, aperfeiçoamento e especialização foram tomando conta do mercado, fato que possibilitou novos campos de atuação para o profissional que pode sair de dentro das clínicas e entrar em outros setores, como o hospital, por exemplo. Para Almeida (2010) embora a área tenha crescido a partir dos anos de 1990, com a criação da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar - o que tornou a psicologia hospitalar um promissor campo de atuação para o profissional - ainda são poucas as pesquisas que discutem o papel do psicólogo e a relação com as equipes multidisciplinares.

Pode-se perceber então a interlocução entre a presente pesquisa e o Grupo de Trabalho 20 - Itinerários formativos e atuação nas políticas públicas para garantia de direitos: desafios do trabalho com sujeitos, grupos, instituições e comunidades. Uma vez que o contexto sócio-histórico da psicologia nos mostra como ela vem lutando para sua expansão. E, especial a partir da Constituição de 1988, que provocou a criação de novas políticas de assistência à saúde da população brasileira, como consequência novos programas e ações de saúde foram elaboradas, descortinando valores, concepções e subjetividades que demandam a atuação de psicólogas/os em equipes de saúde do SUS.

Por mais que surgem novas discursões sobre o trabalho do psicólogo em outros campos, a exemplo da área hospitalar, o que a literatura e o que se observa são pessoas discorrendo que dentro do hospital só estão os profissionais que exercem intervenções com o objetivo de curar o corpo biológico. A Psicóloga(o), por sua vez, tem suas práticas voltadas para além do corpo físico, tendo a visão ampliada das dimensões do sujeito. (FOSSI; GUARESCHI, 2004).

Para Chiattonne (2011) a/o psicólogo, enquanto membro da equipe de saúde da instituição hospitalar, não realiza somente atendimentos psicológicos, ele também atua como mediador do vínculo entre paciente e demais profissionais que executam os procedimentos técnicos. Conforme Peres et al (2011), todavia, em prol do bem-estar dos pacientes, é necessária a integração dos membros da equipe, através do diálogo e da troca informações.

Para que esses objetivos possam ser alcançados será utilizada a metodologia qualitativa nos moldes descritivo-exploratório, onde os entrevistados são convidados a responder dois blocos de perguntas semiestruturadas. O primeiro bloco é destinado aos demais profissionais de saúde – assistente social, enfermeiro, fisioterapeuta, médico, nutricionista, e técnico em enfermagem - que trabalham juntamente com o psicólogo, na mesma equipe



multiprofissional com mais de um ano de atuação. A entrevista objetiva recolher as narrativas destes profissionais acerca do trabalho do psicólogo, a percepção do trabalho multiprofissional e a participação do psicólogo na equipe, os benefícios e impasses do trabalho deste, além de identificar a interação dos profissionais com o psicólogo.

O segundo bloco é destinado às psicólogas/os e tem como objetivo conhecer seu trabalho, as demandas atendidas, a vivência do trabalho multiprofissional e como se desenvolve a interação com os demais membros da equipe, além dos benefícios e impasses do trabalho. Após as entrevistas serem feitas e transcritas, os resultados dessa pesquisa foram organizados à luz de análise de conteúdo, à luz das proposições de Minayo (2010), buscando fazer interlocuções entre os temas presentes nos relatos dos profissionais de saúde e do psicólogo, com objetivos e referencial teórico da pesquisa.

Como resultados, através da análise das narrativas, pôde-se realizar uma série de levantamentos acerca das informações sobre o trabalho da/o psicóloga/o, bem como questões relacionadas a este: como a psicologia chegou no hospital João XXIII, sua evolução, como se desenvolve, sua importância (perspectiva pessoal dos entrevistados), o encaminhamento de demandas para a psicologia. Percebe-se, também, que o trabalho como equipe multidisciplinar (FURTADO, 2007) ocorre ativamente no hospital, o que nas palavras dos entrevistados só possuem benefícios. Destaca-se que pela urgência e complexidade, conforme narrativas dos entrevistados, o reconhecimento e a troca de saberes faz-se como uma necessidade operacional na prática cotidiana, e ainda assim o compartilhamento de saberes não é simples e nem está garantido. Além desses resultados, a pesquisa serviu como base para aprendizados para a formação acadêmica e científica quanto a futura atuação do aluno pesquisador.

Como reflexão a participação na pesquisa ressalta-se, por mais que tenha o tema voltado para a psicologia, tornou-se indiscutível a importância do trabalho de outros profissionais para uma atuação mais resolutiva em relação ao paciente em situação de urgência e emergência. O trabalho da/o psicóloga/o, por sua vez se faz presente no hospital, entretanto, o que se percebe é que nem sempre os profissionais conhecem detalhadamente como o trabalho da/o psicóloga/o dentro de unidade hospitalar é desenvolvido. O que se notou é uma parceria entre os profissionais, para que o trabalho multiprofissional ocorra corretamente e vidas sejam salvas.

Sendo assim a pesquisa serve de norteador, para o conhecimento do trabalho da psicologia. Uma vez publicado poderá servir de referência para fortalecer o diálogo entre os diferentes profissionais que atuam nos níveis de atenção à saúde. Pois uma melhor comunicação entre os profissionais tem como consequência uma melhora do sujeito usuário do sistema, sendo este o maior beneficiado.

Descolonizando o pensamento: Experiência de escrita coletiva

Autor: Ariadne Cedraz (UFRGS)

Coautor: Raquel Guerreiro (UFRGS) e Marciana Zambillo (UFRGS)

Tudo começou a partir de um incômodo de três estudantes de doutorado que se perguntavam: Como dizer o que quero dizer usando outros termos para além das palavras-conceitos disponibilizadas no cenário em que nos encontramos? Diante de tal problema, as estudantes se propuseram a um exercício de escrita compartilhada para pôr em foco a questão, exercitando um modo de produzir conhecimento que também não fizesse uso das formações padrões de um artigo científico. A ideia era obrigar o pensamento e os modos de dizer a se descolonizarem por meio de uma escrita, que em si, incidisse sobre o problema, por meio de uma experiência na qual se perder fosse possível, proporcionando um contato com o impensado.

Em decorrência disso, foi acontecendo a escrita de uma peça teatral que conta com um narrador e quatro personagens: Cabeça, Nada, Palavra dita-demais e Palavra não-dita.

Cabeça não é masculino ou feminino, macho ou fêmea, é “comum de todos os gêneros”. Se propõe aos exercícios do pensamento e da escrita, se sente em confusão. Cabeça não sabe o que fazer porque, no fim, não sabe o que se espera de alguém que escreve. Trata-se de uma alegoria que intenta materializar pesquisadores e estudiosos, aspirantes à produção do conhecimento que entendem que escrever é parte da sua atividade. Em cena, Cabeça está em uma situação de bloqueio e pede às palavras auxílio para escrever. Para ajudar Cabeça, vêm outros três personagens.

A Palavra dita-demais – que não é uma pessoa, muito menos uma palavra – talvez possa ser definida como uma circunstância, refere-se ao momento no qual se passa a usar palavras costumeiramente interpretadas como “inteligentes” e/ou usadas por teóricos consagrados. É o efeito de um processo que visa enriquecer discursos,



mas que pode acabar por empobrecê-los, por não dizer nada. É o conceito na condição de palavra qualquer, descontextualizado, utilizado apenas para aparentar erudição. Palavras que valem pelo que já foram, como se fosse um acontecimento que não acontece, a encarnação do suposto saber. A Palavra dita-demais é o ocaso do pensamento, é o fenômeno-circunstância que instaura uma lógica que repete à exaustão os nomes sempre ditos, não permite o 'não saber' e define o que pode ou não ser dito. Na peça, a Palavra dita-demais procura envolver Cabeça na ilusão de que com ela, o bloqueio será vencido e a escrita acontecerá.

O Nada, personagem homônimo de Camus na peça Estado de sítio, talvez só tenha esse nome porque não se soube como nomeá-lo quando não se quis lançar mão de uma palavra dita-demais. Trata-se de uma menção àquela força que parece não servir para nada, mas que quer levar ao pensamento. É como se no Nada existisse um ímpeto de dizer, apenas dizer, sem fazer qualquer reverência. É um provocador que, não obstante, exige consistência no que é dito.

A Palavra não-dita permanece calada ao longo de toda a peça. É importante dizer que ela não é silenciosa, e sim, silenciada. A prevalência da Palavra dita-demais faz com que nossos discursos tenham, muitas vezes, o pensamento estancado sem permitir que outros elementos apareçam. A presença calada da Palavra não-dita fala sobre uma dinâmica imposta pela fala da Palavra dita-demais. A palavra não-dita é aquela que resta invisível, porém não menos presente. É aquela que está no fundo, ou em volta, como um personagem coadjuvante, mas que faz o espetáculo acontecer.

Quem marca a cadência do enredo é o narrador, "Fantasma das vidas-lidas", que se presentifica como uma assombração.

Nessa trama, a Palavra dita-demais se propõe a ajudar Cabeça a escrever e o Nada se propõe a pôr a Palavra dita-demais em questão, assim como chama a atenção para a presença silenciosa da Palavra não-dita. A escrita, por meio de diálogos de uma peça na qual o absurdo tem vez, permitiu que as metáforas funcionassem de veículo para fazer transbordar uma literalidade. A conversa que se desenrola tenta pôr em evidência a marca aniquiladora e perversa de discursos que de modo sutil se firmam em nosso cotidiano, como se fosse possível haver debate onde a violência se impõe.

Quase ao fim da peça, Cabeça "saca um revólver [...] e atira, acertando em cheio a Palavra dita-demais. Um estrondo se faz ao cair da bandeja no chão. A Palavra se pulveriza, estilhaçando-se em infinitas letras ensanguentadas".

O texto em questão foi escrito sob o signo da Palavra não-dita, que funcionou como um agente mobilizador, que nos levou à desmontagem do próprio dizer.

Assim, o que se põe em análise aqui é, não somente as formas já pré-formatadas de produção de conhecimento, mas também os produtos advindos do processo de se desprender da Palavra dita-demais. Também propomos uma reflexão acerca do esmorecimento de amarras individualizantes para que, por meio de uma escrita compartilhada, na qual autores se misturam, possa emergir um produto coletivo no qual escritores se reconhecem e se desconhecem ao mesmo tempo, evidenciando o processo de subjetivação de uma escrita criativa, ao invés de uma artificial individuação que marca identidades, segundo moldes pré-definidos. Defende-se, portanto, que ao permitir-se uma escrita fora do padrão, o grupo de escritoras não somente alcançou seu objetivo de questionar os modos de dizer e calar da academia, como, também, encontrou, em si mesmas, novas escritoras, novas pesquisadoras, novas cientistas e, por que não, novas artistas de si. Ao dispararem um tiro na Palavra dita-demais puderam desobstruir caminhos, descolonizando o pensamento. Deste modo, a intervenção na escrita (tiro que mira a Palavra dita-demais), que se propôs a ser uma intervenção nos modos de produção do conhecimento (crítica ao engessamento da escrita acadêmica e aos seus modos de calar), findou sendo uma intervenção nas estudantes que se dedicaram à tal experimentação, uma vez que estas, depois da referida experiência, sentiram-se, não somente revigoradas, mas sobretudo, transformadas. A escrita funcionou como um instrumento que deu ao problema colocado – "Como dizer o que quero dizer?" – uma potência transformadora que tanto amplia as formas de ver o conhecimento, como as formas de se produzir ante àquilo que nos propomos a conhecer e, conseqüentemente, transformar.



Desdobramentos micropolíticos da desinstitucionalização da assistência psiquiátrica no Brasil: alguns apontamentos.

Autor: Ana Paula Müller Andrade (UNICENTRO)

Os manicômios, físicos, simbólicos, mentais (Pelbart, 1990), dentre outros, nunca foram superados de forma absoluta em nossa sociedade. Se mantiveram entre nós, a revelia de todas as lutas, conquistas e enfrentamentos feitos às suas práticas de opressão, tortura, encarceramento e desrespeito aos direitos fundamentais de homens e mulheres por eles capturados. Os/as loucos perigosos dos manicômios judiciários, os/as drogados/as das comunidades ditas terapêuticas, dentre outros/as volta e meia iam parar num dos hospitais psiquiátricos que, por limitada força política, não foram extintos da rede de saúde mental quando da aprovação da política nacional de saúde mental no Brasil. Nunca soubemos que desdobramentos e dimensões isso poderia tomar em conjunturas outras. Hoje, o que avistamos no nosso país não é nada animador.

De outra parte, mas em muitos aspectos enredada com aquela, se constituíram muitas experiências, institucionais e singulares, que possibilitaram a reorientação da assistência psiquiátrica no país, legitimada pela aprovação da Lei 10216/2001 (ANDRADE e MALUF, 2016 e 2017). O início do processo de reorientação psiquiátrica no Brasil, datado do final dos anos 70, possibilitou distintos processos de desinstitucionalização.

Este trabalho discute os desdobramentos dos processos de desinstitucionalização no âmbito da política pública de saúde mental no Brasil e as possibilidades de resistência constituídas através das experiências de conquista e consolidação de direitos pelos sujeitos.

Metodologia:

Trata-se de uma etnografia realizada entre 2015 e 2016, com o objetivo de analisar os efeitos da transformação cultural em relação à loucura na produção de subjetividades de usuários e usuárias dos serviços de saúde mental. Nesse sentido, acompanhei usuários e usuárias de um centro de atenção psicossocial (CAPS) da cidade de Pelotas, participei de uma das edições da Parada Gaúcha do Orgulho Louco bem como de outras atividades relacionadas ao campo ampliado da reforma psiquiátrica no estado do Rio Grande do Sul.

Nesse percurso etnográfico, convivi semanalmente com usuários/as de um dos CAPS da cidade de Pelotas e, em dado momento, minha convivência se intensificou com uma usuária, em razão de uma particularidade sua. Seu nome é Clarice e o anonimato, neste caso, foi dispensado por ela.

Ela havia armazenado, ao longo de vinte e três anos, materiais relativos à reforma psiquiátrica e saúde mental. Quando conversamos pela primeira vez, trouxe consigo uma mala onde guardava os materiais - recortes de jornal, fotografias, certificados, crachás e encartes de congressos científicos, medalhas de jogos esportivos, dentre outros. No desenrolar da nossa convivência, produzimos um livro, lançado em novembro de 2016, na feira do livro da cidade de Pelotas.

A pesquisa foi aprovada em comitê de ética e financiada pela CAPES.

Desdobramentos micropolíticos da desinstitucionalização da assistência psiquiátrica no Brasil

Ainda em 2016, após o golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Roussef, enquanto conversava com Clarice, ela me perguntou: "viste, tiraram a mulher de lá?" Respondi que sim, que estava triste, com raiva e que me preocupava com o que viria depois, inclusive com os rumos da política de saúde mental, pensando nas fragilidades existentes nela. Ela, então, me disse: "mas vai mudar o quê?" Eu, então, respondi: "não ter mais caps, só hospício". Ao que ela respondeu: "Imagina. Eu não vou mais pra lá, não vou mesmo. Imagina se o pessoal do Caps, da associação (dos usuários/as de saúde mental da cidade), de São Lourenço (cidade que protagonizou o início da reforma psiquiátrica no Rio Grande do Sul) vão deixar. Isso não vai acontecer, ninguém mais vai querer. Eles sabem que não pode mais, que tem que ter caps."

Clarice me provocou as seguintes questões: a força das experiências singulares no campo da assistência psiquiátrica brasileira seria uma dimensão importante para os enfrentamentos às forças manicomiais presentes no nosso contexto atual? Quais seriam os efeitos das transformações da assistência psiquiátrica no país para os enfrentamentos necessários? Ou seja, se ela tinha razão quando disse que "ninguém mais vai querer os manicômios tendo experimentado um mínimo de liberdade" e de como a dimensão micropolítica poderia ajudar a pensar as questões do nosso tempo.

A questão micropolítica, argumenta Guattari (1987), diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas, que chamou de molar, com aquele que chamou de molecular. Para ele, não há uma



oposição entre ambos, pois participam conjuntamente das lutas sociais. Nessa perspectiva, seria possível construir algumas respostas para tais questões.

A primeira delas, seria considerar que a política pública garantiu minimamente a constituição de uma rede de serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico bem como movimentos mais amplos, relacionados ao contexto internacional do campo da saúde mental, como o movimento dos ouvidores de vozes, da gestão autônoma da medicação, dos sobreviventes da saúde mental, do diálogo aberto, dentre outros. A nível nacional, vemos os movimentos da luta antimanicomial, as associações de saúde mental, de usuários/as, de familiares, de profissionais, e aquelas que conjugam todos e/ou alguns destes/as.

Quando a Clarice disse que o pessoal da associação e de São Lourenço não vão deixar isso acontecer, penso que estava se referindo a um conjunto de transformações e também de forças - e aqui penso na força histórica da luta produzida por pessoas que encontraram outras vias de se produzir subjetivamente e produzir saúde mental - que produzem resistência aos modos manicomiais de assistência psiquiátrica. Um aspecto que quero destacar aqui é que estas forças sempre estiveram em disputa e, nesse sentido, muitas estratégias foram se constituindo, no âmbito institucional e singular, e no cruzamento de ambos.

Os processos de singularização, segundo Guattari e Rolnik (2008, p. 56), tem em comum um “devir diferencial que recusa a subjetivação capitalística”, que seria uma subjetivação marcada por regimes homogeneizantes e mesmo psiquiatrizantes de subjetivação. Esse devir diferencial, presente nos processos de singularização, se sente por um calor nas relações, por determinada maneira de desejar, por uma afirmação positiva da criatividade, por uma vontade de viver ou sobreviver, pela multiplicidade dessas vontades.” Os processos de singularização, para estes autores, são sempre sociais e experimentados por indivíduos em suas experiências singulares, por isso, estão conectados com seus contextos

Em outro momento, ainda com Clarice, estávamos organizando os materiais que iriam compor o livro e ela sugeriu que fossemos aos hospitais psiquiátricos que havia frequentado para buscar o que chamou de sua “ficha corrida”. Fomos, então, até o hospital psiquiátrico ainda existente na cidade e no guichê da recepção, Clarice tomou a frente e após cumprimentar a secretária, que parecia lhe conhecer, pediu sua “ficha corrida”. A senhora então lhe deu um protocolo de pedido, pediu que assinasse e avisou quando ficaria pronto. Quando voltamos, eu imaginei que ela daria uma ficha com as datas das internações e das altas, mas, para minha surpresa, a senhora entregou um envelope com as fotocópias de todos os prontuários da Clarice. Essa mesma senhora, nos indicou onde poderíamos conseguir a “ficha corrida” do outro hospital, que além de ter sido fechado também havia passado por um incêndio que destruiu parte do seu acervo. Conseguimos a “ficha corrida” de lá também. Era um total de 19 internações.

Clarice sabia que o acesso aos seus prontuários era seu direito e não hesitou em nenhum momento ao solicitar sua “ficha corrida”, talvez por seu longo histórico de lutas e conquistas por um outro lugar social para suas experiências de sofrimento. Ela, assim como outros usuários com quem convivi, vinham se produzindo subjetivamente a partir de possibilidades mais ampliadas. Eles, assim como todos nós, conviviam com os manicômios de todo tipo, se reposicionando subjetivamente, e também objetivamente, ante suas experiências e as instituições.

Considerações Finais:

Tal reposicionamento subjetivo e a aposta na dimensão micropolítica para a garantia de direitos no âmbito da política pública de saúde mental e os processos de desinstitucionalização, talvez nos ajude a pensar em estratégias para os enfrentamentos necessários para contextos de suspensão de direitos.

Por fim, entendo que as transformações de um campo mais amplo da assistência psiquiátrica, tanto pela experiência de coletivos quanto pelas experiências singulares, que aqui apresentadas são desdobramentos micropolíticos da desinstitucionalização da assistência psiquiátrica no Brasil.

Referências:

ANDRADE, A.P. M. de; MALUF, S. W. Sujeitos e(m) experiências: estratégias micropolíticas no contexto da reforma psiquiátrica no Brasil. *Physis*, 26 (1), p. 251-270, 2016.

ANDRADE, A.P. M. de; MALUF, S. W.. Loucos, pacientes, usuários/as, experientes: o estatuto dos sujeitos no contexto da reforma psiquiátrica brasileira. *Saúde em Debate*. Rio de Janeiro, v. 41, n. 112, p. 273-284, jan-mar, 2017.



PELBART, P. P. Manicômio mental: a outra face da clausura. In: LANCETTI, A. (Org.). SaúdeLoucura: Saúde Mental e Saúde da Família. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 130-138.

GUATTARI, F. Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo, São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Escrever narrativamente: tensões para compor formas que informam

Autor: Valeska Virgínia Soares Souza (UFU)

Nesta comunicação orientada autobiograficamente, narro e componho sentidos da minha vivência como pesquisadora narrativa. Meu objetivo foi compreender narrativamente a experiência de me constituir uma pesquisadora que busca pensar e escrever narrativamente. Norteada pelas premissas da Pesquisa Narrativa (PN), segundo Clandinin e Connelly (2000; 2015), dentre outros pesquisadores, narro histórias vividas depois do meu entrar no entremeio da PN, que parte da premissa de que a experiência pode ser estudada como um fenômeno historiado e vivido, e também nas histórias que são contadas sobre o viver (CLANDININ, 2007). A PN me convida a percorrer seu caminho teórico-metodológico: aceitar que não há busca pela verdade, pois o olhar que lanço às experiências em si já altera o contexto, passo a ser parte do fenômeno; “aceitar o fato de que se está recriando e assim alterando os dados de pesquisa pode ser fundamentalmente libertador” (ELY; VINZ; DOWNING; ANZUL, 2001, p. 19). Me interessa investigar minha escrita narrativa a partir de indagações sobre minha própria prática, especialmente questionando a ‘minha’ narrativa dominante, a necessidade de escrever segundo as demandas do cânone acadêmico. Para Clandinin (2016, p. 35), “todos nós temos que ser capazes de responder às perguntas ‘E daí?’ e ‘Quem se importa?’ sobre nossos estudos”. As respostas a essas perguntas constituem as justificativas pessoal, prática e teórica/social de uma PN. A justificativa da socialização de minhas experiências de escrita como pesquisadora narrativa vão ao encontro da proposta do GT, que me convida a narrar minhas posições reflexivas diante de meus próprios textos, do meu processo de construção textual no exercício de revisão e da reelaboração do que escrevo e da construção da escrita de mim mesma. No artigo que publiquei intitulado “Eu... pesquisadora narrativa: aprendendo a pensar e escrever narrativamente (SOUZA, 2018), conto histórias vividas nos encontros do grupo de pesquisa, apontando para a importância da prática e do aspecto relacional, e histórias que vivi como parecerista e como organizadora de eventos, reconhecendo minha antiga concepção de busca por verdades e a transição para honrar o fazer colaborativo. Analiso o meu pensar e o meu escrever em direção ao fazer narrativo, tanto em termos das pesquisas que desenvolvo e para além do pesquisar. Narro tensões vivenciadas, ao aprender a pensar e escrever narrativamente, e concluo que o processo é aberto, e o tornar-me pesquisadora está sempre em progresso. Continuo esse percurso buscando compreender, no meu processo de escrita, aquilo que Ely, Vinz, Downing e Anzul (2001) se referem como a forma que informa. Inicialmente, narro experiências de como abordei formas que não se encaixavam no cânone acadêmico com textos inovadores que estavam relacionados com o tema da pesquisa que estava conduzindo e, assim, demonstrava coesão com a proposta de tarefa ou de produção textual apresentada. Ilustro esse episódio vivenciado com uma experiência narrativa no grupo de pesquisa relacionada à linha do tempo, que previa experiências prático-pessoais e prático-pessoais. Minha proposta de produção textual foi um jogo de tabuleiro do tipo Snakes and Ladders (traduzido literalmente como “Cobras e Escadas”: as cobras, nesse jogo, marcavam as casas em que o jogador deveria retornar casas por serem momentos de tensão que levaram a consequências negativas, e as escadas retratavam momentos de crescimento pessoal e profissional, em que me sentia mais amadurecida e pronta para vivenciar experiências futuras com mais segurança. Contudo, essa escrita narrativa ainda foi um dos exemplos daquilo que eu planejava como uma forma que informa coerente com que eu era e algo que pretendia encantar os possíveis leitores de minha escrita, e não a forma que percebi como relevante na composição de sentidos do que vivia como pesquisadora. Na sequência, passo a estar mais aberta a outras formas de escrita às quais não estava familiarizada, mas pareciam fazer sentido no processo de composição de sentidos. Exemplifico essas experiências de escrita com um found poem, uma forma de escrita poética apresentada por Huber e Clandinin (2005). As pesquisadoras se embasam em Richardson (2002) e Butler-Kisber (2001) como os autores que cunharam essa estratégia metodológica, pois eles encontram as palavras e as expressões utilizadas pelos participantes de uma pesquisa e as colocam em novos textos interpretativos que materializam na escrita aquilo que foi encontrado. A partir de uma atividade com meus alunos, na qual eu perguntei o que eles manteriam das minhas propostas docentes e o que eles mudariam das minhas propostas docentes,

escrevi um found poem. Acredito que tenha sido uma produção textual que foi além de encontrar a forma certa e sim propiciou que eu acomodasse uma forma, que representavam as tensões que vivenciei no processo de pesquisar e que me pareceu convidativa a outros para compreenderem minhas tensões. Compreendo no meu processo de me tornar pesquisadora narrativa a importância de estar aberta à perspectiva relacional, de me mover em uma trajetória de considerar meus participantes de pesquisa, meus alunos como colaboradores do meu pesquisar e do meu escrever, ao contribuir para que eu reconstrua sentido ao invés de julgar, para que eu refute julgamentos e acolha interpretações, as múltiplas interpretações que um único texto escrito pode prover. Considero que ao viajar ao mundo do outro (Lugones, 1987) e ao me permitir a não buscar aquilo que outros podem considerar certo ou canônico, percorro caminhos de possibilidades ricas de escrever formas que realmente informam.

Estudando e Experienciando Outras formas de Escrita do Texto de Pesquisa: histórias que nos identificam

Autor: Viviane Cabral Bengezen (UFG/Regional Catalão)

Coautor: Dilma Mello (UFU)

Ao apresentar seus estudos sobre criação de formas para informar e para promover o entendimento, as autoras Ely, Vinz, Downing e Anzul(2001) argumentam que a necessidade de transformar a forma escrita de nossos textos acadêmicos não reside no desejo pessoal, no desejo estético ou no objetivo de provocar nossa audiência. Conforme posto pelas autoras, a busca(ou o encontro) de/com formas diferentes daquelas já dominantes na paisagem acadêmica é originária de nosso processo de entendimento ou de composição de sentidos das experiências estudadas narrativamente. Além disso, essa busca pode criar oportunidades para que a audiência compreenda determinada experiência de doutro ângulo e assim possa construir sentidos outros antes não imaginados. As autoras, no entanto, apontam para a dificuldade de vivência desse processo de construção de formas outras para dar conta de nosso entendimento e do processo de construção de conhecimento, tendo em vista os caminhos de escritas canônicas já trilhadas pela comunidade acadêmica. Como exemplo dessa dificuldade, as autoras expõem as dificuldades vivenciadas por Freud quando este iniciou sua escrita narrativa dos casos clínicos. Esse parece ser um bom exemplo para pensarmos sobre as necessidades apontadas pelas autoras, tendo em vista que a opção narrativa de Freud não ocorreu por preferências pessoais ou estéticas, mas sim pela necessidade que o pesquisador sentiu de encontrar uma forma que fosse adequada para o estudo realizado, além de ser uma forma que pudesse propiciar melhor entendimento sobre o estudo em desenvolvimento. Considerando os aspectos abordados e a perspectiva de Polkinghorn de que a forma informa e, assim, é importante vivenciar outras formas, temos objetivo nesta apresentação expor e discutir a proposta de formas diferentes na produção escrita acadêmica, considerando principalmente o exposto por Ely, Vinz, Downing e Anzul(2001). Para tanto nosso foco está nas experiências que temos vivido, contado e recontado(Clandinin e Connelly, 2000; 2015) como docentes e pesquisadoras do campo na pesquisa narrativa. Nosso contexto de pesquisa são as práticas docentes por nós vividas em uma escola pública e em uma instituição de ensino superior do estado de Minas Gerais. Como resultados de nossos estudos narrativos vislumbramos diferentes e múltiplas possibilidades de vivenciar, de contar, de recontar e de reviver os espaços de pesquisa e de produção escrita em nossa paisagem acadêmica.

Ao apresentar seus estudos de pesquisa sobre criação de formas escritas para informar e para promover o entendimento, as autoras Ely, Vinz, Downing e Anzul (2001) argumentam que a necessidade de transformar a forma escrita de nossos textos acadêmicos não reside no desejo pessoal, no desejo estético ou no objetivo de provocar nossa audiência. Conforme posto pelas autoras, a busca (ou o encontro) de/com formas diferentes daquelas já dominantes na paisagem acadêmica é originária de nosso processo de entendimento ou de composição de sentidos das experiências estudadas narrativamente. Além disso, essa busca pode criar oportunidades para que a audiência compreenda determinada experiência de outro ângulo e assim possa construir sentidos outros antes não imaginados. Ely, Vins, Downing e Anzul, apontam, ainda, que a forma de escrita tem implicações éticas relevantes na condução de uma investigação e na relação entre pesquisador/a e participantes de pesquisa. Uma outra implicação ética apontada pelas autoras está, por exemplo, no dominante uso de algumas formatações do trabalho acadêmico, como, por exemplo, na substituição de todos os nomes de autores de uma publicação pelo uso do nome de apenas um deles e o conhecido "at all" para apontar a autoria colaborativa de diferentes autores. Para as autoras, essa forma não parece ética, pois esconde dos leitores que lêem as referências nos artigos e livros



que lêem ao longo de suas vidas acadêmicas. Coerentemente, as autoras discutem sua decisão de manter seus nomes completos em sua obra e sugerem que essa forma seja utilizada, o que fazemos em nossos escritos. No entanto, embora advoguem por uma busca por múltiplas formas de escrita na academia, as autoras apontam para a dificuldade de vivência desse processo de construção de formas outras para dar conta de nosso entendimento e do processo de construção de conhecimento, tendo em vista os caminhos de escrita canônicos já trilhados pela comunidade acadêmica. As autoras apresentam concretamente sete razões que, segundo elas, justificam a busca por outras formas de escrita no contexto acadêmico: a) a não existência de apenas uma forma possível de escrita acadêmica; b) não há uma única forma de produção de nossos relatórios de pesquisa; c) nossas mensagens não são neutras (portanto, não há forma neutra ou pesquisa com neutralidade); d) a linguagem não é espelho da realidade; e) o/a pesquisador/a não está separado ou distante (ou livre) do que ou de quem está sendo estudado, além dos contextos cultural e social no qual a pesquisa está sendo desenvolvida; f) afeto ou afeição (ou emoções) não são separadas da cognição; g) o que entendemos por realidade não é linear e estática. Como exemplo dessa dificuldade, as autoras expõem os conflitos e embates vivenciados por Freud quando este iniciou sua escrita narrativa dos casos clínicos, experienciando a escrita-como-investigação. Esse parece ser um bom exemplo para pensarmos sobre as necessidades apontadas pelas autoras, tendo em vista que a opção narrativa de Freud não ocorreu por preferências pessoais ou estéticas, mas sim pela necessidade que o pesquisador sentiu de encontrar uma forma que fosse adequada para o estudo realizado, além de ser uma forma que pudesse propiciar melhor entendimento sobre o estudo em desenvolvimento. Considerando os aspectos abordados e a perspectiva de Polkinghorn de que a forma informa e, assim, é importante vivenciar outras formas, temos como objetivo nesta apresentação expor e discutir a proposta de formas diferentes na produção escrita acadêmica, considerando principalmente o exposto por Ely, Vinz, Downing e Anzul (2001). Para tanto, nosso foco está nas experiências que temos vivido, contado e recontado (Clandinin e Connelly, 2000; 2015) como docentes e pesquisadoras do campo da pesquisa narrativa. Nosso contexto de pesquisa são as práticas docentes por nós vividas em uma escola pública e em uma instituição de ensino superior do estado de Minas Gerais. Somos participantes de pesquisa e pesquisadoras em nossos estudos e temos também como participantes de pesquisa nossos alunos nos dois contextos investigados. Como resultados de nossos estudos narrativos, vislumbramos diferentes e múltiplas possibilidades de vivenciar, de contar, de recontar e de reviver (Clandinin e Connelly (2000; 2015) os espaços de pesquisa e de produção escrita em nossa paisagem acadêmica. Em nossa experiência vivenciamos e investigamos algumas das múltiplas formas apresentadas por Ely, Vinz, Downing e Anzul (2001), tais como: o pastiche, as histórias em camadas, poemas, palavra-image, vinhetas, história em quadrinhos, entre outras. A contribuição de nosso estudo pode estar nas possibilidades vividas, expostas e discutidas, considerando uma audiência formada por pesquisadores iniciantes de diversos campos de atuação investigativa, além de pesquisadores e profissionais já experientes mas sem a vivência ou sem a tentativa de experiência de escrita que não aquelas dominantes em nossa paisagem universitária.

Narrativas da Loucura: Um encontro com a cidade

Autor: Geovani Fachini da Silva (UFRGS)

Coautor: ANALICE PALOMBINI (UFRGS)

O presente trabalho, decorrente de uma pesquisa de mestrado que se inicia, tem o intuito de refletir acerca do encontro da loucura com a cidade e, a partir desse encontro, criar narrativas outras sobre a loucura – narrativas que subvertam lógicas manicomiais impostas. Para tanto, trazemos uma pequena cena construída a partir de afetações vividas em uma experiência de incursão à capital do estado com usuários de um CAPS de uma cidade da região metropolitana.

Andávamos em bando no centro da capital numa tarde ensolarada e quente de dezembro, explorando bancas de revistas. É que Joana queria comprar cartões de natal para seus familiares. Isaura vinha junto, braços dados com João, toda vaidosa. Súbito tropeça, o salto de seu sapato descola. Pedro, vestido com seu sobretudo absurdamente quente, foi o primeiro a notar a situação. "Olha ali uma sapataria!", apontou, mobilizando o bando todo na incursão ao conserto do sapato de Isaura. Não nos custou nada, o sapateiro fez de graça. Logo seguimos caminho.

O trânsito pelas ruas mostrou-se um fator de potencialização daqueles sujeitos, naquele instante. Ali, onde tudo se misturava, no urbano, possibilitaram-se movimentos que não aconteciam dentro de um CAPS. O que se encontra nos itinerários de um vagar pelas ruas? A cena descrita nos permitiria pensar a cidade como um campo



de resistência? A cidade pode abrir brechas para linhas de fuga? Com tais questionamentos iniciais, colocamos como possível problema de pesquisa, a seguinte pergunta: Como a loucura se subjetiva e engendra subjetividades em seu encontro com a cidade?

No Brasil, no final dos anos 70, trabalhadores, usuários, familiares, acadêmicos denunciaram o modelo manicomial instituído até então e impulsionaram a reformulação da política de saúde mental. A reforma psiquiátrica brasileira, amparada pela Lei 10.216 (2001) que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental”, teve o objetivo de transformar o modelo assistencial a pessoas com sofrimento psíquico, garantindo seus direitos enquanto cidadãos e ofertando cuidado nos territórios, nas cidades, no espaço social. (AMARANTE, 2010) Bezerra (2007) aponta como um dos desafios da reforma psiquiátrica brasileira, a produção de uma nova sensibilidade cultural para com o tema da loucura e do sofrimento psíquico. O autor aposta na promoção de uma desconstrução social dos estigmas e estereótipos ligados à loucura. (BEZERRA JR, 2007).

Contudo, são diversos os tensionamentos e as lutas para um redirecionamento nas práticas de cuidado na saúde mental visando a desinstitucionalização da loucura. Lógicas manicomiais resistem e insistem sobre nossos olhos e sentidos, em práticas discursivas que reproduzem uma “subjetividade manicomial”. (DIMENSTEIN, 2004). A reprodução desta subjetividade opera num sentido de segregação dos considerados “loucos”. A subjetividade manicomial é reproduzida mesmo em espaços que deveriam operar com práticas humanizadoras, garantindo o direito e a dignidade daqueles na condição de sofrimento psíquico. Lógicas manicomiais os infantilizam, tiram-lhes a autonomia. Essas armadilhas levam a fazeres que Dimenstein (2004) chama de uma “pseudodesinstitucionalização”. (DIMENSTEIN, 2004).

Para Guattari e Rolnik, “a produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção” (GUATTARI; ROLNIK, P. 36, 1996). A partir do conceito de subjetivação capitalística, os autores afirmam um modo de subjetivação específico produzido pelo capitalismo, transformando as formas de se relacionar com o mundo. A ordem capitalística fabrica uma relação industrial com a produção, atingindo em escala planetária os sujeitos. (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Ao colocar em análise os modos de subjetivação capitalísticos, Guattari e Rolnik buscam atender para modos de resistência, processos de singularização, movimentos que frustram os mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos, gerando uma subversão da ordem capitalística e produzindo subjetividades desviantes. (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Os autores apontam que, para isso, devemos “[...] criar [nossos] próprios modos de referência, [nossas] próprias cartografias, [devemos] inventar [nossa] práxis de modo a fazer brechas no sistema de subjetividade dominante.” (GUATTARI; ROLNIK, P. 58, 1996).

Considerando que “a cidade, e não mais o asilo, é o espaço em que a experiência da loucura requer ser acompanhada”. (PALOMBINI, P. 117, 2006), a reflexão sobre a relação loucura-cidade nos convoca ao desafio de enfrentar as forças que buscam apagar as faíscas de vidas que pulsam naqueles que durante longos anos foram mantidos asilados, isolados da cidade. Os caminhos metodológicos propostos para esta investigação apontam para a perspectiva da cartografia, acompanhando processos de subjetivação, na aposta ético-política da produção de mudanças de si e do mundo. (PASSOS; BARROS, 2009).

Como recurso metodológico, aposta-se na construção inventiva de narrativas ficcionais produzidas a partir de memórias, experiências, afetações vividas com usuários de saúde mental. As narrativas ficcionais, para a Psicologia Social, podem “apresentar novas possibilidades que revertam os destroços de vidas não ditas em novas potências do dizer.” (FONSECA; et al, P. 245, 2015). Aposta-se numa escrita pela vida, em que uma política de narratividade faz passagem aos desvios, no intuito de produzir narrativas outras sobre a loucura, criando linhas de fuga, produzindo resistência. Inspirados nos autores Guattari e Rolnik, pensamos a criação de narrativas como a possibilidade de construção de nossos próprios modos de referência, subvertendo lógicas manicomiais. Intenta-se a pesquisa como um ato de criação.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo; TORRE, Eduardo. 30 anos da Reforma Psiquiátrica Brasileira: lutando por cidadania e democracia na transformação das políticas públicas e da sociedade brasileira. In: FONTES, B. A. S. M.; FONTE, Eliane. Desinstitucionalização, redes sociais e saúde mental: análise de experiências da reforma psiquiátrica em Angola, Brasil e Portugal. Recife: ed. Universitária (UFPE), 2010. p. 113 – 136.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 31 de maio 2019.



BEZERRA JR, Benilton. Desafios da Reforma Psiquiátrica no Brasil. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 243-250, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n2/v17n2a02.pdf> Acesso em: 31 de maio 2019.

DIMENSTEIN, Magda. A reorientação da atenção a saúde mental: sobre a qualidade e humanização da assistência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 24, n. 4, p. 112 – 117, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000400013 . Acesso em: 31 de maio 2019.

FONSECA, Tania Galli; et al. Narrativas das Infâmias: um pouco de possível para subjetivação contemporânea. *Athenea Digital*, Barcelona, v. 15, n. 1, p. 225 - 247 2015. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v15-n1-fonseca-costa-filho-et-al>. Acesso em: 31 de maio 2019

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

PALOMBINI, Analice. Acompanhamento terapêutico: dispositivo clínico-político. *Psychê*, São Paulo, v. 10, n. 18, p. 115 – 127, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382006000200012. Acesso em: 31 de maio 2019.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, 1º ed, Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17- 31.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, 1º ed, Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 150- 171

Perspectiva psicossocial da morte e o processo de doação de órgãos e tecidos.

Autor: Aline Luiza de Carvalho (Aline Carvalho)

Os avanços que ocorrem no âmbito da saúde em ações inovadoras na busca da qualidade de vida são respostas às preocupações primordiais da população e dos profissionais da área, seja em quaisquer setores. Para tanto, nota-se, além das implicações de cursos e origem de novas especialidades, inovações técnicas e intervenções cada vez mais aprimoradas que contribuem a este fim. Pode-se considerar que, diante de características visíveis da pós-modernidade, este interesse permeia muitos aspectos, como a busca da longevidade com uma qualidade de vida superior nos dias atuais e, não menos importante ou desconectado a esse interesse, a negação da morte. Durante a experiência profissional com famílias doadoras foi que me interessei em pesquisar sobre seus anseios, expectativas, fantasias e desejos ante a escolha a fazer. Além de considerar a importância da decisão, também foram observadas falas comuns que deixam transparecer ideias sobre o significado da morte, da doação de órgãos, além de aspectos simbólicos frente à complexidade do momento, os sentimentos que estão eminentes e a compreensão do ocorrido e consequências desta perda. Foram entrevistadas famílias que passaram pelo processo de doação de órgãos a fim de colher informações sobre as relações familiares, o processo de elaboração de luto e a interferência da decisão para as relações familiares e sociais. Observou-se que as escolhas excediam o interesse individual, passava e transpassava aos da família, perspectivas religiosas, características de grupos, mas principalmente por uma resposta a uma demanda social vigente e modelos de comportamentos contemporâneos. O referencial teórico considerou autores da Psicologia, Medicina e Ciências Sociais que passeiam sobre temas complementares como morte, luto, cultura contemporânea e doação de órgãos. Como resultado dessa pesquisa, foi feito o levantamento teórico dos temas circundantes e que serviram como base para a compreensão das respostas dos entrevistados, que são: dificuldade de falar sobre morte nos dias de hoje; comunicação de más notícias no processo de morte encefálica; compreensão do protocolo; personalização de atitudes e motivações; acolhimento à família enlutada no ambiente hospitalar e interpretações sobre a decisão no processo de luto. No caso do processo de morrer e da morte, a forma com que eles se apresentam e são interpretados individual e socialmente são incontáveis. Todas as culturas criam formas especiais de interpretar, imaginar e criar versões para a morte, considerando sempre, com isso, as características coletivas das diferentes civilizações e das épocas as quais elas estão inseridas: Se de um lado as versões coletivas vão se organizando com o tempo, lembremos que essa temática é sempre amplificada por variações e interpretações muito específicas de cada indivíduo, com seus credos e superstições pessoais. Para que isso seja possível e, na tentativa de ajudar-nos a lidar com a morte, foram criadas diversas manifestações culturais como rituais, cerimônias, celebrações, superstições, orações, cânticos, tecnologias e expressões sociais e comportamentais a serem seguidos para que marquem o fim de uma vida. A morte, desse modo, se apresentará como um

evento dinâmico, contínuo e que provoca mudanças constantes de interpretações sobre ela, considerando tempo e lugar, representações na consciência dos enlutados e relações com esta experiência com o meio social o qual fazem parte na atualidade.

Observa-se a complexidade de aspectos que rodeiam o assunto, a dificuldade social atual em falar sobre a morte e o morrer, mas como também é de significativa importância quando esta comunicação sobre a morte do ente acontece de forma pertinente. Além disso, o acolhimento das dúvidas e anseios dos familiares amenizava a crise entre eles, estabelecendo respostas positivas sobre a devida compreensão e aceitação do processo de morte encefálica, além da possibilidade de uma referência positiva para a decisão de doação de órgãos. Quando os cuidados acontecem de uma maneira assertiva e dinâmica, sem intercorrências que demandam maior tempo, também trouxe respostas satisfatórias a estes familiares. As motivações geralmente estão ligadas a aspectos subjetivos sobre a morte e o morto, indicações do doador em vida, e ainda pela identificação de comportamentos que, enquanto em vida, apontariam a satisfação pela decisão familiar. Os cuidados como estes indicam a constância da atenção ao enlutado para que esse processo não se torne conturbado e patológico na família. A qualidade empática, que hoje pouco encontramos nas relações, deve estar contemplada durante o atendimento a fim de amenizar as consequências da experiência de luto da família. Neste sentido, o que vemos hoje é um número significativo de pessoas que evitam não só falar de morte, mas negam todas as formas de contato com situações de angústia e dor, caracterizando um comportamento social evitativo e com pouca maturidade para as questões complexas que são inevitáveis e condição da existência humana. Hoje, evitamos sofrer e demonstrar o sofrimento para que esse não seja transmitido consequentemente para outro. A dor é medicalizada, solitária e subjetivamente ainda mais intensificada por não achar escapes e apoio para a sua elaboração. O reflexo disso faz considerar uma interpretação dos vieses social na saúde, às relações familiares no cuidado hospital-domiciliar e na iminência de processos potencialmente prejudiciais aos envolvidos (paciente-equipe-família). Assim, com os avanços técnicos e tecnológicos, a morte, sai de uma leitura biológica simplificada e entrelaça-se a sentidos sociais de morte e trazem traços, culturas e angústias pertinentes a cada época a que vivemos. Cabe-se e pensar intervenções que reconsiderem essas dificuldades: o distanciamento do contato com a morte e elaboração da perda e a sensibilização social a princípios de convivências sociais, como o cuidado, o apoio e a solidariedade. Refletir sobre processos de subjetivação nessa vivência do luto, a participação da cultura nessa elaboração, nos apontam as dificuldades não só diante da perda de um ente querido, mas também de uma dificuldade social maior de lidar com temas relativos a dor, desprazer e finitude existencial, além de formas diferenciadas de resignificação desse luto por uma ação social maior, a doação de órgãos.

Usuários em sofrimento mental: desafios intersetoriais a partir do SUAS

Autor: Leonardo Ferreira Souza (Faculdade Pitágoras de Betim)

Coautor: Emanuely de Oliveira

O presente trabalho é fruto das práticas do estágio básico do sexto período do curso de psicologia da Faculdade Pitágoras de Betim/MG. Este estágio se deu em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da região metropolitana de Belo Horizonte. No presente trabalho, faremos a discussão sobre os desafios da execução do trabalho de um CRAS diante de usuários em sofrimento mental. Nesse sentido, visamos refletir sobre as dificuldades que os profissionais deste dispositivo enfrentam nos casos que envolvem usuários em sofrimento mental, especialmente aqueles referenciados no SUAS e não no SUS, ampliando os desafios de acompanhamento segundo os princípios da intersectorialidade.

Os Grupos de Trabalho aos quais inscrevemos nosso trabalho conversam, pois neles são discutidas sobre a atuação da Psicologia nas políticas públicas bem como as ações feitas que visam garantir a autonomia e a efetivação dos direitos dos usuários bem como a subjetividade dos usuários e também a especificidade dos serviços. Em nossas práticas de estágios nos deparamos com os desafios dessa atuação, bem como a dinâmica do trabalho da Psicologia inserida na Política Nacional de Assistência Social e os possíveis caminhos a serem trilhados frente a usuários com algumas especificidades. Dentro desse trabalho, realizamos a discussão e a problematização de como reconhecer os usuários enquanto sujeitos e garantir sua autonomia, participação social, fortalecimento do seu grupo social e estratégias para alcançar seus direitos. Ainda dentro desse item, o eixo temático I, "Psicologia Social, Políticas Públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contexto neoliberal", foi o



escolhido para inserirmos nosso trabalho visto nele tratar das políticas públicas e da psicologia social frente a lógica neoliberal e seus possíveis impactos na rede de atenção psicossocial dos municípios.

Enquanto orientação teórica, tomamos como base o documento do CREPOP que orienta a atuação dos psicólogos no SUAS/CRAS. Os princípios que direcionam a prática dentro dos dispositivos do SUAS devem ser discutidos para que sejam de fato garantidos. O sujeito dentro do contexto de CRAS tem a autonomia e a prevenção do rompimento de vínculos enquanto direito e o desafio exposto no presente artigo, das dificuldades da atuação intersetorial a partir do SUAS com usuários em sofrimento mental, mostra que essa discussão deve estar presente desde a formação de futuros psicólogos. Outro conceito que nos norteou foi o da escuta psicossocial e da teoria ecológica, que resumidamente dizem sobre a importância de ver o sujeito não apenas enquanto indivíduo, mas como parte de um meio social que o influencia.

Como metodologia utilizamos o relato de experiência decorrentes das visitas domiciliares realizadas a partir do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS/SEMAS/Betim), mais precisamente no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Para tanto, tomamos como experiência três visitas domiciliares. Na primeira, um senhor de meia idade que já teve problemas com bebidas e esteve internado, sem vínculos familiares aparentes e que relata não poder entrar em casa por a chave está com a mãe que já falecera; no segundo um senhor que apresenta delírios religiosos e que não pode sair de casa por Deus não permitir e acumular vários objetos, inclusive urina engarrafada; e o terceiro, onde uma senhora cuida de dezenas de cachorros em sua casa, mesmo sem ter condições, acumula diversos objetos e apresenta possíveis quadros de delírio e alucinação.

Frente aos casos, nos deparamos com a complexidade da intervenção com sujeitos em sofrimento mental a partir de um referencial inusitado que é a política do SUAS. Os casos ampliaram nosso olhar sobre saúde mental e seguridade social e nos instigaram quanto aos desafios da intervenção em rede e dilemas da adesão dos mesmos aos serviços especializados. Além disso, o contato com esse fenômeno a partir do SUAS revela não apenas essas subjetividades, mas também a comunidade em seu entorno e seu potencial na garantia de direitos fundamentais básicos a essas pessoas. Enquanto questionamento, pudemos pensar sobre o papel do CRAS no atendimento ao usuário e em como estabelecer comunicação efetiva entre os serviços da rede. As reuniões de matriciamento são uma importante ferramenta e que precisa ser ampliada visto que nem todos os casos conseguem ser discutidos.

Concluimos que perante o contexto apresentado, é necessários que haja discussões para que os serviços do SUAS e do SUS sejam fortalecidos e ainda mais integrados. Os usuários em sofrimento mental, devido a especificidade de suas necessidades, se vêem inseridos ao dilema de como serem inseridos em uma rede de atenção que seja eficaz, integral, intersetorial e que gere autonomia. Podemos também perceber na prática as fragilidades do serviço intersetorial no que tange o referenciamento e o contra-referenciamento e essa discussão necessária de como podemos fortalecer a rede. Essa prática a que nos referimos se dá de forma diferente da teoria e enfrenta desafios complexos e que necessitam de diversos atores empenhados em sua resolução, para isso o SUAS precisa ser fortalecido e ter serviços cada vez mais multidisciplinares.



GT60: A psicologia social em tempos de barbárie: Estado de exceção, necropolítica e emancipação

(RE)pensando o fascismo à sombra de Adorno e da Teoria Crítica da Sociedade

Autor: Ana Pontes

O presente trabalho apresentará parte de um dos capítulos do trabalho de conclusão de curso que visa entender como o fascismo se configura na atualidade, e tem o objetivo de apresentar algumas reflexões desenvolvidas a partir de dados coletados com a aplicação da Escala F. Elaborada por Adorno em 1950, a Escala foi utilizada no estudo da Personalidade Autoritária, e passou por um processo de tradução e ajuste com o intuito de adaptá-la ao contexto atual. Houve mudanças na estrutura e no conteúdo, e, quando necessário, foram feitos alguns recortes. Foi aplicada em 83 estudantes do curso de Psicologia de um Centro Universitário do Rio de Janeiro, em cinco turmas (duas turmas de 5º período, duas de 9º período e uma de 1º período).

Inicialmente, para entender a configuração do fascismo, precisamos dar alguns passos atrás e gradativamente inserir conceitos que nos permitam pensar esse fenômeno. Mediante a isso, o trabalho se insere no campo da Psicologia social, visando trabalhar a partir dos pressupostos teóricos da Teoria Crítica da Sociedade, por meio dos teóricos da Escola de Frankfurt.

A proposta não é fazer uma análise dos níveis psíquicos, que só poderiam ser abrangidos por meio de entrevistas e outros tipos de testes, como por exemplo, os testes projetivos. Ressalta-se que a média foi calculada com base na soma de todos os pontos da escala dividido pelo número de testes, ou seja, pelo número de pessoas que realizaram o mesmo. Faz-se necessário também, sinalizar que os resultados são distintos e variam, pois foram realizados em um quantitativo de pessoas que se alteram conforme cada turma. Como rápido exemplo, podemos destacar variações na concordância das assertivas, onde observamos que a maior pontuação está concentrada em uma das turmas de quinto período, assim como há uma distinção considerável entre as turmas de mesmo período. Quando observamos a discordância, percebemos quase que automaticamente uma significativa diferença na pontuação; a maior discordância não chega a 11 pontos, além de ser possível verificar que ambas as turmas de nono período obtiveram a mesma pontuação de 10,25. Destaca-se, também, que algumas questões não foram respondidas em algumas turmas. Um dado que se impõe, e buscamos evidenciar, é que apenas uma pessoa de uma turma de nono período, discordou de quase todas as assertivas, menos em uma, que assinalou sua concordância. Percebemos um nível alto de concordância das assertivas, o que gera uma inquietação, considerando que são construídas a partir dos elementos presentes em fascistas latentes, como o conservadorismo, o anti-semitismo, o fascismo, o conservadorismo político e econômico, e o etnocentrismo.

A fim de concluir a linha de pensamento, recorro ao texto de Adorno, Educação após Auschwitz, que, para além de uma solução, instiga uma inflexão, visto que sugere esse desvio de "soluções", haja vista que o mundo está cheio delas. Adorno fala da barbárie como base no princípio de civilização. Para o autor, o enfrentamento à barbárie é imprescindível à sobrevivência da humanidade; frente a isso, ao elevar à consciência e problematizá-la, geram-se transformações. Elenca, também, que a educação infantil, mais especificamente a primeira infância, devemos ter como alvo para desenvolver uma estratégia de esclarecimento geral que produz um ambiente intelectual, cultural e social, os quais não viabilizam a repetição de barbáries como foi o caso de Auschwitz. A emancipação só será possível através da educação, que tem sua potência pautada na integração, na adaptação e na orientação para o mundo. Nas palavras de Victor E. Frankl: "[...] a educação deve aguçar e estimular a capacidade do homem ouvir a voz de sua consciência. Somente quando o homem adquirir essa capacidade está apto a enfrentar [aquelas] duas consequências do vazio existencial – conformismo e totalitarismo.

O pensamento citado nos convoca a refletir de forma crítica, a apreender a educação como meio para tentar sair da situação em que nos encontramos. Além disso, também temos que considerar que quando pensamos o fascismo, precisamos observá-lo através de seu atravessamento histórico, no qual ele se desenvolveu, que hoje ele está inserido em outro, e que o mesmo não é efeito e/ou resultado fixo de apenas um fator, mas sim de diversos elementos e contextos.

Com isso, precisamos voltar nossas atenções aos sinais que se manifestam dentro da sociedade, e devemos direcionar nossa atenção ao que está encoberto pela sombra, pelo que está a nossa frente. Diante de uma série de

fatores que nos cegam e nos fazem enxergar só o que é conveniente, tornando-nos, desse modo, indivíduos acomodados, posto que presos ao véu de uma realidade/verdade que nos cega, mas que com o tempo, com a autocrítica, com a formação de sujeitos mais críticos podemos quem sabe reverter a situação ou pelo menos, amenizá-la e aos poucos ir transformando-a. Mas se pensarmos no tempo, temos que levar em conta o que Soares (2008, p. 473) discorre acerca dele, visto que ele passará de qualquer forma, conosco ou sem nós, “como sujeitos da história ou como objetos dela.”

Com isso, fica a seguinte questão: seremos críticos de verdades categóricas, absolutas e reducionistas, ou sujeitos presos e/ou estagnados, sem direção e tomados pela hesitação, de certa forma, improdutivos? Por fim, consideramos esta discussão de suma importância, visto que, no presente momento, mesmo que em estado de latência, o fascismo ainda escapa e emerge nos dias atuais.

A morte como vetor sócio-político de subjetivação no capitalismo contemporâneo

Autor: Fabrício Pinto (PPGP/UFF)

A seguinte proposta de apresentação parte da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, que resultou na dissertação intitulada “Considerações sobre o conceito de pulsão de morte: pistas de uma morte animada”. Nessa pesquisa, buscamos pensar o conceito freudiano de pulsão de morte junto das considerações de Gilles Deleuze e Félix Guattari sobre o mesmo nos dois tomos da série “Capitalismo e esquizofrenia”, propondo uma positivação do conceito de pulsão de morte e uma outra imagem da própria morte. Tarefa que se revelou contemporânea, uma vez que, tal como a emergência do conceito de pulsão de morte, no tempo freudiano, é inalienável da experiência pós Primeira Guerra Mundial, pensar esse conceito mostrou-se inseparável de pensar a mortificação que constatamos em nosso tempo. E é essa mortificação, resultante da morte que ocupa, cada vez mais, uma função fundamental na economia produtiva de modos de vida, que queremos trazer como tema dessa apresentação. Assim, objetivamos nessa oportunidade, numa perspectiva crítica e transdisciplinar, a um só tempo, questionar o lugar da morte como vetor sócio-político nos processos de subjetivação contemporâneos e pensar possibilidades de intervir em nosso tempo. A partir disso, elencamos algumas indagações que direcionam a presente apresentação: quais são os índices e quais modos de vida são produzidos nessa mortificação? Qual a utilidade e funcionalidade da morte como vetor de subjetivação no funcionamento do capitalismo neoliberal? Qual a relação entre a morte e os discursos fascistas e totalitários de nosso tempo? Seja pelo aumento dos números de casos de suicídios, especialmente entre jovens; pelo extermínio da população negra e indígena, de mulheres e de minorias sexuais; pela proliferação de transtornos e síndromes de ansiedade e depressão; pela desvitalização e precarização da vida no capitalismo neoliberal; consideramos que, nos dias de hoje, não só se gesta a vida, mas cultiva-se a morte — o que o filósofo camaronês Achille Mbembe soube escutar ao propor, numa torção do pensamento de Michel Foucault, os conceitos de necropoder e de necropolítica. Vemos se efetuar, assim, uma tecnologia de poder que promove uma mortificação da vida, sendo a morte um vetor sócio-político que incide diferentemente no corpo do espaço urbano, no corpo da população e nos corpos dos indivíduos. E é pela morte e pela mortificação, não mais apenas pela e em nome da vida, que se produzem e se controlam os modos de existência no capitalismo. Consideramos que essa capilarização progressiva da morte onde outrora se colocava um primado da vida pode ser ainda evidenciada pelo discurso fascista e totalitário que, segundo Jean-Pierre Faye, em “Introdução às linguagens totalitárias”, se caracteriza por ser um discurso que usa, sem reservas, a morte como referência última da linguagem. Nessa perspectiva, a morte comparece como referência no discurso fascista ao menos por um duplo aspecto: tanto pela sua banalização, testemunhada no inescrupuloso apelo à morte da alteridade presente nos discursos de ódio e na polarização social, quanto pelo triunfo do mito e da “doxa” sobre o “logos” e sobre a oposição verdadeiro-falso. É diante desse último aspecto, sobretudo diante dos novos modos de se utilizar os meios de comunicação e a proliferação de informações infundadas nas chamadas “fake news”, que podemos notar esse triunfo do mito e da “doxa” sobre o “logos” e sobre a oposição verdadeiro-falso, conforme destacado por Faye, o que inibe a verificação dos enunciados e elege a morte como medida e referente último também na atualidade. O que nos leva a afirmar que a mortificação e a morte como vetor sócio-político de subjetivação acompanha, em nossos dias, uma repetição do discurso fascista e totalitário de outrora — ainda que se repita diferentemente, com os contornos de um neoliberalismo. Nesse sentido, Deleuze e Guattari, especificamente em “O anti-Édipo” — primeiro tomo de “Capitalismo e esquizofrenia” — também aten-

tam a um estranho culto da morte em nosso tempo, o que nos leva a considerar o mito do morto-vivo como o mito contemporâneo, de modo que o zumbi talvez passe a ocupar, no momento em que vivemos, o lugar de máquina de subjetivação ocupado pelo mito de Édipo entre os vitorianos. Diante da mortificação e da morte como política de subjetivação, consideramos que é esse mito que triunfa, mito do zumbi, mito da morte, que faz com que seja possível vir à tona e ouvirmos, uma nova vez, o horrível grito entoado na Guerra Civil espanhola “Viva a morte!” — conforme analisa Garcia dos Santos, em texto intitulado por esse mesmo grito, um enunciado cujo eco se fez presente nas vésperas da eleição presidencial brasileira de 2018 e segue vociferado até o presente em meio à polarização social vigente. É o que, evidentemente no presente caso brasileiro, se alastrou com o triunfo desse mito: a morte — não a morte animada ou positivada como tal, condição para criação e afirmada no bojo de um vitalismo, mas a morte como inanimado, como padecimento e limitação, a morte que resta ser vivida como sobrevida ou que, no limite, é posta como derradeira entre os que se armam, os que se matam e os que são mortos numa guerra cotidiana. Nessa mortificação, em que a morte opera como vetor sócio-político de subjetivação, o capitalismo opera por uma axiomática mortuária, da qual o capital extrai uma mais-valia da morte e segue girando sua roda morta, o que nos leva a considerar que, no capitalismo, toda morte é uma morte política. A partir dessas pistas que aqui levantamos, indagamos ainda: como intervir nesse cenário resistindo à mortificação? Pois entendemos que, concomitantemente a pensar a morte como vetor sócio-político dos processos de subjetivação, é preciso nos atentarmos aos modos de existência que, na luta política cotidiana, se reinventam, escapam e resistem à incidência desse vetor. Modos de existência que tanto afirmam a vida como um movimento de insurgência, quanto se afirmam questionando a mortificação. Postas essas questões e algumas pistas do debate conceitual transdisciplinar que compôs nossa pesquisa, queremos, nessa apresentação, pela temática da morte e da mortificação, trazer aspectos que possam contribuir com uma psicologia social que se proponha a pensar os vetores sócio-políticos dos processos de subjetivação de nosso tempo, aproximando-se, dessa maneira, da discussão do eixo temático “Psicologia social, democracia, autoritarismos e subjetividade”.

Como tornar possíveis morangos, apesar do mofo? Potências da narrativa literária-testemunhal em tempos de barbárie

Autor: Sthefany Lacerda (UFPEL)

Coautor: Giovana F. Luczinski (UFPEL) e Karine Shamash Szuchman

O presente trabalho parte da experiência de sair à chuva, em um dia de Paralisação Nacional em defesa da Universidade Pública, com cartazes de papel pardo escritos à tinta de canetas coloridas. A tinta, aos poucos, começa a escorrer. Nós, aos poucos, começamos a ficar encharcadas. Emerge uma ânsia, que permeia o ato de olhar para baixo, para os próprios pés ensopados de chuva, arriscando, em seguida, olhar para a frente. Ali está a maldita pergunta, diante de nossos olhos molhados: O que faremos com isso tudo? E outra, surgindo a partir dessa: Como resistiremos a tantos ataques, os quais têm sido, constantemente, endereçados ao lugar do diálogo, do pensamento, da palavra, da invenção, da crítica, da educação?

É desse lugar que falamos. Somos três mulheres inseridas na universidade, no campo da psicologia. Nascermos em décadas diferentes e estamos vivendo momentos singulares de nossas formações. Mas nos encontramos, nesse momento, porque partilhamos o desejo de refletir, no âmbito da experiência, com uma articulação transdisciplinar, sobre os lugares da educação e da formação em psicologia, no atual contexto sócio-político brasileiro. Saímos, guiadas pelas perguntas supracitadas, em busca de pistas. E nos deparamos com a literatura de Caio Fernando Abreu. Ele, assim como outros artistas-escritores-brasileiros-sobreviventes, nos deixou algumas centelhas, as quais - esperamos - possam auxiliar na elaboração de qualquer coisa como uma resposta possível às convocações que nosso tempo tem nos feito.

Caio foi um sobrevivente da ditadura civil-militar, tal como os personagens de “Os sobreviventes”, conto que figura no princípio do “Mofo”, em seus “Morangos Mofados” - obra publicada em 1982. O artista-escritor-brasileiro-sobrevivente sentiu a dor do Brasil inteiro, sentiu o gosto amargo dos morangos mofados na própria boca. E se pôs a escrever sobre isso. Através de sua narrativa, deu voz às subjetividades silenciadas pela história oficial, em um gesto que lembra a sugestão do filósofo Walter Benjamin: “escovar a história a contrapelo”. Nesse sentido, o texto de Caio aproxima-se da concepção benjaminiana de história que, em contraposição ao historicismo — a escrita da História como tempo estanque e imóvel —, propõe ler a história enquanto objeto de construção do tempo



presente, através de um olhar crítico ao passado que possibilita lançarmos um novo olhar para o futuro. No texto "O Narrador", Benjamin (1987) diz ser comum aos narradores "a facilidade com que se movem para cima e para baixo nos degraus de sua experiência, como numa escada." Caio, como narrador que é, deslocou-se por essa escada de um modo paradoxal, que ousaríamos chamar de cirúrgico-cambaleante. Isso lhe permitiu lançar luz sobre uma vereda estreita - e nitidamente difusa -, situada entre a subjetividade e o mundo. Nesse ponto, cabe dizer que o ato de narrar, conforme Szuchman (2014) nos lembra, é um ato de resistência contra o silenciamento que assumiu caráter de política de Estado no contexto ditatorial brasileiro e que vem caracterizando a nossa cultura desde a invasão do Brasil, em 1500. Por isso a enorme importância das narrativas que vazam, que escapam, que quebram o engendramento de silêncio, que buscam furar a política de apagamento da memória social de um país que guarda histórias de opressão e violência. Assim, a partir da narrativa e, sobretudo, da transmissão da experiência no contato com a alteridade, se fortalece uma memória historicamente relegada ao esquecimento.

Cabe dizer aqui que concebemos toda literatura, por partir necessariamente de um olhar singular em relação ao mundo, como narrativa testemunhal. Nesse sentido, apoiamos-nos também na teorização do filósofo contemporâneo Giorgio Agamben, que chama a atenção para o aspecto indizível e para a lacuna inerentes ao testemunho. Assim, a literatura, tomada enquanto narrativa testemunhal, nos convida a uma experiência do tempo a partir da linguagem, e nos convoca a resistirmos à tendência que nos impele a buscar uma compreensão total do que está sendo contado. Sob essa perspectiva, pensa-se que, ao tentarmos preencher as lacunas, perdemos o que o testemunho tem de mais próprio e potente: é precisamente lá, onde a palavra não alcança, que se dá a fabricação dele. Sublinhamos, desse modo, a dimensão ficcional e lacunar da narrativa literária de Caio como chave de leitura para olharmos o tempo presente, por mais obscuro - e vertiginoso - que esse tempo seja.

Propomo-nos, portanto, a analisar a narrativa literária de Caio como uma pista/uma centelha para lermos o nosso tempo - e resistirmos a ele. O relato testemunhal do autor configura-se como uma possibilidade de resgatarmos a nossa capacidade de imaginar, diante da janela, um horizonte de sentido para o futuro. Também sinaliza a importância de inventarmos maneiras de narrar e de transmitir as experiências que temos vivenciado, no cenário de barbárie em que estamos imersas. Além disso, sugerimos que a narrativa (especialmente literária), dada a profusão de sentidos que ela engendra, possa ser uma ferramenta de nossas formações acadêmicas, uma vez que concebemos que toda formação é construída a partir da experiência e, conseqüentemente, das atribuições de sentido que conferimos a nós mesmas, aos outros e ao mundo. Assim, é importante frisar que o ato de dar sentido perpassa, necessariamente, pela palavra, pela tomada da palavra: é através dela que nos constituímos e que, ao fazê-lo, constituímos o mundo, como nos indicam a Fenomenologia e os autores que embasam este trabalho.

Refletindo sobre a literatura em tempos sombrios, vamos ao encontro de Heloisa Buarque de Holanda (1982), que aponta a originalidade de Caio em transitar entre autor e personagem. É da implicação do autor que decorre o fato de que ele vai traçando, aos fragmentos, o desenho do contexto histórico vivenciado por uma geração. Nesse sentido, reiteramos a ideia de que a potência da narrativa reside precisamente na sua natureza lacunar e fragmentada, de modo que a história permaneça em aberto, passível de ser continuada - e renovada - por leituras futuras. No que se refere ao tempo de Caio e ao nosso tempo, cabem algumas considerações pensadas por Agamben (2013) em suas reflexões sobre o que é ser contemporâneo, praticando este modo de ser frente à barbárie e ao abismo. Nesse ponto, não só o historiador, como nos diz Jeanne Marie Gagnebin (2006), mas sim qualquer um que esteja acordado - ou que tenha estado, como Caio - depara-se com uma tarefa essencial, em cujo cerne se configura uma dimensão política e uma ética, que se desdobra, no fim das contas, em uma dimensão psíquica: é preciso colocar-se como transmissor do inenarrável, como mantenedor da memória dos sem-nome. O resgate da narrativa testemunhal de Caio, frente ao abismo que nos cerca, constitui-se, portanto, como um trabalho de memória, como uma tentativa de articular o passado e de, conseqüentemente, rememorar-lo, levando-se em conta o quão presente esse passado se faz nos nossos dias. Ao mesmo tempo, a leitura de sua obra, nesse momento histórico preciso, aponta para a urgência de nós, hoje, elaborarmos uma maneira de narrar - e de transmitir - as experiências "de choque" que tem nos acontecido, cotidianamente.

Assim, tempos sombrios - como o de Caio e como o nosso, dadas, evidentemente, suas especificidades - são contextos em que as narrativas do indizível se mostram urgentes para a apropriação e a elaboração da experiência de estar acordado. Trata-se de uma necessidade humana, psíquica e, ao mesmo tempo, de uma tarefa coletiva e singular. Para isso, como metodologia, articulamos diálogos entre a Literatura e a Teoria Crítica, a partir da Psicologia, seguindo as indicações do método fenomenológico, principalmente na perspectiva de Merleau-Ponty. Trata-se da atenção ao nível experiencial, voltando "às coisas mesmas" através do exercício de um mergulho vivencial,



alternado com o distanciamento reflexivo diante do fenômeno. Autores como Benjamin, Agamben, Gagnebin, Selligman-Silva e Larrosa nos acompanham nessa empreitada, na qual buscamos trabalhar a partir dos conceitos de experiência, memória, narrativa, testemunho e história.

Tais articulações, por meio da literatura de Caio, permitem empreender a tarefa política imprescindível e urgente de colocar-se como transmissor do inenarrável. Seu caráter político consiste no fato de que, ao assumirmos a posição de transmissoras, de narradoras, de leitoras-testemunhas, colocamos nosso corpo a serviço da luta contra o esquecimento e, como consequência disso, marcamos posição contrária à repetição do horror - o qual, como sabemos, reproduz-se cotidianamente, bem debaixo de nossos olhos. Nesse sentido, o teor ético de levar a cabo essa tarefa fica evidente: através de nosso corpo-afetado, através de nossas palavras-túmulos, criam-se condições para que um trabalho de luto e transformação seja possível. Então, olha-se, novamente, para a frente. A pergunta continua ali: O que fazer quando se está encharcado - de chuva, de (des)esperança, de indignação? É importante tecer diálogos a partir do fio que parece estar rompido; exercitar o pensamento crítico lá onde nossas certezas jazem; resistir ao impulso de preencher o aspecto lacunar inerente às narrativas. E, nas lacunas abertas pela chuva, inventar.

Desamparo, Reconhecimento e o Comum: uma reflexão sobre a (im)possível liberdade

Autor: Camilla Macedo Tavares Diaz

A finalidade deste trabalho é promover uma discussão sobre a liberdade, refletindo o termo liberdade através da impossibilidade. Pois, é saindo do campo da possibilidade é que podemos alcançar emancipação. Campo da possibilidade esse que vai ser apresentado mediante as instituições, por intermédios de dispositivos que nos sustentam em circuitos de amparo. Não só apresentar a liberdade, mas também, desempenhar um reflexo sobre o termo experiência, na qual também é apontado mediante encontro com o impossível. Experiências não podem ser refletidas por algo que é imediato, contornado de conceitos fechados, mas sim, refletir experiências como algo que causa impacto no sujeito que descentra o Eu.

Neste seguimento, o trabalho se estabelece sobre a reflexão de uma análise da negatividade atrelada a liberdade e experiência de encontro ao impossível, através de referenciais de Adorno (2013), *Três Estudos sobre Hegel* na qual exhibe o termo experiência, conforme as teorias de Theodor Adorno e Hegel. "A única 'experiência' de que se deve tratar em Hegel, e que a ele se relaciona, altera de forma decisiva o conceito usual de experiência" (ADORNO, 2013, p. 144). A finalidade é afastar daqueles que nomeiam a experiência como surgimento. Mediante a reflexão, a experiência se destaca evidentemente ao acontecimento do não-eu. Não refletindo como algo imediato, já que o mesmo é mediatizado, ou seja, acompanhado de estruturas conceituais que dá sentido a um determinado objeto ou acontecimento, no entanto, experiência não pode ser pautado como produção de sentido e amparo para o indivíduo.

Ainda neste sentido, busco uma reflexão mediante referências de Safatle (2012), *O Grande Hotel Abismo*: Por uma reconstrução da teoria do reconhecimento, para contribuir com a reflexão do termo "liberdade negativa" que refere-se a uma eventualidade de se desobrigar totalmente daquilo que se instaura, pois é torna-se plenamente para si. Trata-se de uma condicionalidade no que lhe diz respeito, a busca de se reiterar das discordâncias das normas impostas, sendo essas impostas pelas instituições. Podemos pressupor que a premissa da totalidade objetiva somente é provável depois de se permitir experimentar a negatividade, já que a mesma presume uma predisposição de abstração e sublimidade, uma passividade ao desconhecido o que torna primordial para constituição da ideia contemporânea de indivíduo, pois é se permitir o encontro com as diferenças e enfrentar as normas que determinam o sujeito. Assim, com base nas referências ainda de Safatle (2016), *O circuito dos afetos corpos políticos*, desamparo e o fim do indivíduo, buscaremos compreender o que Safatle chama a negatividade (que se refere tanto ao desejo quanto à noção adorningiana de alteridade radical) pelo nome de "desamparo". Com esse termo, o autor nos remete ao que seria a condição estruturante do "ser de linguagem" no mundo: indeterminado, contingente e vazio de qualquer "sentido" essencial, ou natural. Safatle quer com essa noção enfatizar sua dimensão política do desamparo, afirmando que "O desamparo não é algo contra o qual se luta, mas algo que se afirma" (SAFATLE, 2016, p. 18). Isso porque o desamparo pode provocar medo e angústia, ou, então, a partir dele, elaborar ações convincentes potencialmente libertadoras: a asseveração da eventualidade e da errância é o posicionamento que



o desamparo presume, o que conduz para uma reflexão de modificação política.

Este trabalho, propõe analisar também o modo de singularidade não individualizada e para contribuir é trabalhado alguns dos textos de Giorgio Agamben. Em *Profanações*, Agamben (2007) utiliza a noção “profanar” no sentido de estabelecer a oportunidade de um modo exclusivo de negligência, que desconhece certa fragmentação, em outros termos, elabora da noção “profanar” a uma prática pessoal. Trata-se de uma elaboração que advém por intermédio de certo “uso” que representa uma emancipação de uma conduta condicionada. Já em *A comunidade que vem*, Agamben (2013) nos apresenta que o que vem é aquilo que há de vir e, ao mesmo tempo, não cessa de vir; se encontra no futuro e no acontecimento atual. Buscando compreender que o que estar por vir não pode ser baseado nem no universal e sequer no individual, mas, no comum, pois, o comum é a superação dialética entre universal e individual, ambos se negam e é através dessa relação de oposições que podemos refletir que é a comunidade que vem é aquela em que o indivíduo se apropria do impróprio.

E é perante essas oposições que nos façamos ser livre, porque podemos se reconhecer como ser de um circuito vazio criando assim, novas formas de “uso”, profanando os dispositivos que preveem nossas ações, restituindo-as ao uso “comum”.

O lugar da experiência é a alteridade, é no encontro com o impossível, a negatividade como impossibilidade não deve ser pensada como uma ameaça, mas a abertura a um “uso” de algo novo, um uso através do qual eu posso me emancipar como ser-outro. Aponta um desequilíbrio, mas é através do mesmo que podemos se permitir a mudança, ou seja, uma emancipação que não seja mascarada.

Referências:

- ADORNO, T.W. Três estudos sobre Hegel. São Paulo: UNESP, 2013.
 AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*. Belo Horizonte: Autêntica, 20013.
 AGAMBEN, Giorgio. *Elogio da Profanação*. In: AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*.
 SAFATLE, Vladimir. *Introdução*. In: SAFATLE, Vladimir. *Circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Autêntica, 2016.
 SAFATLE, Vladimir. *Grande Hotel Abismo: Por uma reconstrução da teoria do reconhecimento*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

Interpretações do totalitarismo: concentração de poder, ideologia e terror

Autor: Acrissio Luiz Goncalves (Centro Universitário UNA)

Coautor: Andréa Lima (Centro Universitário UNA)

Três experiências políticas são comumente apontadas como as principais expressões do totalitarismo: o fascismo italiano (1922-1945), o nazismo alemão (1933-1945) e o estalinismo russo (entre meados da década de 1920 e 1953). Apesar de apresentarem diferenças substanciais, sobretudo em termos ideológicos, estes regimes podem ser comparados entre si, especialmente por terem se constituído como antíteses do Estado de Direito. Isto se explica uma vez que, nestes regimes, as características fundamentais do Estado de Direito – entre as quais a separação dos poderes, o pluralismo político-partidário, a existência de instituições representativas, as garantias constitucionais das liberdades fundamentais dos indivíduos – foram completamente negadas.

Tendo em vista essa caracterização, o presente trabalho trata-se de uma análise teórica com o objetivo de discutir duas diferentes leituras do fenômeno totalitário: a interpretação de Hannah Arendt, exposta na obra *“The Origins of Totalitarianism”*, de 1951, e a interpretação elaborada por Carl J. Friedrich e Zbigniew K. Brzezinski, na obra *“Totalitarian Dictatorship and Autocracy”*, de 1956.

Seguindo a tradição de diferenciar os sistemas políticos conforme o grau de subordinação de seus dirigentes à lei, Friedrich e Brzezinski (1956) definem uma autocracia como um sistema político no qual os governantes são insuficientemente submetidos aos regulamentos que orientam a vida da sociedade. Contudo, para os autores, o totalitarismo é uma nova forma de dominação política, historicamente única e sui generis, se distinguindo das formas mais antigas de tirania e despotismo devido aos métodos de dominação, que permitem o controle político total. Nessa direção, Friedrich e Brzezinski apontam seis características básicas comuns a todos os regimes totalitários, a saber: (1) uma ideologia; (2) um partido único, tipicamente dirigido por um só homem; (3) uma polícia terrorista; (4) um monopólio de comunicações; (5) um monopólio de armamentos e (6) uma economia centralizada.



A primeira característica, a ideologia oficial, consiste em uma doutrina que “abrange todos os aspectos vitais da existência humana e que todos os membros da sociedade devem adotar, pelo menos passivamente” (FRIEDRICH; ZBIGNIEW, 1965[1956], p.22). Essa ideologia rejeita, radicalmente, a sociedade pré-existente, ao mesmo tempo em que apresenta uma proposta para a sua transformação, a partir de um novo ideal. As ideologias totalitárias conhecidas apoiam-se em “leis” inexoráveis, da história (no caso do stalinismo) ou da biologia (no caso do nazismo).

A segunda característica trata da existência de um Partido único de massa, acima da máquina burocrática governamental, dirigido tipicamente por um “ditador” e organizado de modo fortemente hierárquico. Embora composto por uma pequena parte da população total, o Partido contém um núcleo ativista apaixonado e irrestritamente dedicado à ideologia. Após tomar o poder, o movimento totalitário procura estender o seu controle a todos os âmbitos da sociedade; com isso, a palavra reforma torna-se “a palavra de ordem” e os movimentos de oposição a essa reforma são impedidos pela organização de “um terror total, que eventualmente atinge todos os cidadãos” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], p.122-3).

Tal como Friedrich e Brzezinski (1956), Arendt (1951) compreende o totalitarismo como uma nova forma de dominação política, salientando o seu alto grau de penetração e mobilização da sociedade – algo sem precedentes nos regimes políticos então conhecidos. Além disso, a interpretação de Arendt também identifica a ideologia e o terror como aspectos centrais dos regimes totalitários. Em sua interpretação, a população é convencida da ideologia totalitária por meio da propaganda; mais precisamente, tanto pelas ameaças diretas e crimes perpetrados contra os indivíduos, quanto por insinuações indiretas e veladas. Nesse contexto, se a ideologia se constitui como o mais importante instrumento do totalitarismo, o terror constitui a sua essência. Isso significa, sobretudo, que diversas formas de violência continuam a ser empregadas contra uma população já completamente subjugada, servindo para traduzir, na realidade, o mundo fictício da ideologia. Essa tradução da ideologia para o mundo real se viabiliza pelos campos de concentrações – a instituição que, segundo Arendt, mais caracteriza os governos totalitários.

Arendt e Friedrich-Brzezinski compreendem os regimes totalitários como imensamente assustadores e sem precedentes históricos. Além disso, ambas as interpretações concordam na identificação de três aspectos centrais do totalitarismo: uma ideologia oficial, um sistema de terror e um Partido único de massa. Contudo, existem diferenças notáveis nas duas interpretações. Primeiro, com relação ao escopo de aplicação do termo totalitarismo: Arendt utiliza o conceito para se referir ao nazismo alemão e ao stalinismo russo; Friedrich e Brzezinski, por sua vez, identificam como totalitários também o regime fascista italiano, o regime comunista chinês e os regimes comunistas do Leste Europeu. Para além dessa diferença inicial, as duas interpretações apresentam, também, modos distintos de abordar o tema. Friedrich e Brzezinski buscaram fixar os elementos constitutivos dos sistemas totalitários ou, como eles mesmos referem, o padrão de aspectos inter-relacionados da “síndrome totalitária”. Nesse sentido, eles não reconhecem nenhum fim essencial no Totalitarismo. Arendt, por sua vez, identifica como finalidade do totalitarismo a transformação da natureza humana, a partir da tentativa de reduzir e limitar os impulsos humanos.

Assim, apesar dessas diferenças notáveis, tanto Arendt quanto Friedrich e Brzezinski concordam que, em suas diferentes expressões, os regimes totalitários demonstraram a sua radical incompatibilidade com o político, por implicarem na eliminação da pluralidade de indivíduos e de formas de convívio no espaço público.

Luminosidades da infância, a memória como jogo

Autor: Marina Harter Pamplona (Universidade Federal Fluminens)

Na iminência da ascensão do nazismo, Walter Benjamin dirige-se à infância. À infância de lembrança, e às infâncias do presente, para as quais contava histórias em transmissões radiofônicas. Nesta pesquisa, a direção retroversiva da história operada pelo gesto de Benjamin, no momento em que as forças do progresso da técnica ameaçavam a destruição em massa, foi o disparador para a revelação de outros autores que ficcionalizaram testemunhos históricos protagonizados por crianças - seja na literatura, seja no trabalho visual do pintor Paul Klee, por exemplo, cujas formas gráficas correspondem imediatamente aos traços canhestros da infância, como suporte para que a criação de uma crítica de um tempo de guerra pudesse ser expressa, e de invenção de um auto-retrato enigmático; que por um sopro, pode se desmanchar.



A barbárie da história marca a linguagem dos homens com a densidade do indizível, ou dá ver essa dimensão frágil sob a qual repousa nossa subjetividade; o acontecimento da palavra (AGAMBEN, 2008). Desmentindo a proposta hegemônica de uma linguagem racional e burguesa, que teria seu fundamento utilitário no funcionamento de uma máquina magnífica e sem arrancos, como sugere Jeanne Marie Gagnebin (2015). Diante da tarefa de um testemunho do que não se pode narrar por intermédio dos limites dos conteúdos verbais, a infância ontológica e originária salta - como um clarão de que a verdade do humano está remetida, não mais á força bélica do progresso, mas à indeterminação intervalar, que como um redemoinho, uma espiral, esparge os materiais produzidos pela gênese (BENJAMIN, 2011). A indeterminação de infância, que etimologicamente, guarda o prefixo de ausência de uma fala articulada. Benjamin, impulsiona nosso pensamento a investigar o que repousa sob o prefixo "in", tomando-o como potência para um pensamento de desvio, que volta continuamente ao início. Gesto remetido às crianças para as quais o novo se revela na repetição, essa repetição dita o ritmo do material de uma escrita que é sempre, a um só tempo, estranho e familiar. Uma concepção política de infância que responde à concepção materialista da história - de um passado de ruínas que irrompe oportunamente no presente, como imagem, que, ao ser desdobrada nos põe a imaginar um por vir de perigo ou de esperança.

No pós-guerra, as produções literárias que se lançaram à essa retroversão narrativa por intermédio da infância, estavam às voltas com a retomada da palavra, da incumbência do testemunho da barbárie e da resistência. Mas o testemunho atestava essa fragilidade de uma linguagem incapaz de transmitir, integralmente, o ocorrido. A retroversão narrativa através do vínculo entre infância e as indigências do humano produzido pelo sistema historiográfico capitalista - linear e cumulativo - inventaria um jogo da memória cujas peças reveladas no presente não encontram uma correspondência absoluta com a imagem do passado. Nessa lacuna dialética e constitutiva de uma dimensão criativa em relação a história, e de uma literatura de resistência, a memória revela-se como uma instância que jamais saberá por inteiro o que acumula (DIDI-HUBERMAN), tornando-se um material de liberação de imagens em um jogo vivo e inquieto com aquilo que perde. Essas invenções ficcionais de um jogo de memória são desdobradas em uma língua que deve se ocupar dessa dimensão fragmentária e caleidoscópica do tempo. Uma língua que, sem as tensões e as composições do entorno, sem os outros, e sem um trabalho ficcional – que toma como potência a não correspondência entre a narrativa e o ocorrido, não consegue dizer. Talvez por isso, as crianças sejam as herdeiras das ruínas da tradição de ouvir e contar histórias, no momento de apreensão de uma língua. Pela desestabilização do sentido, na fabulação, saltamos para a história.

O contador de histórias, Walter Benjamin, encontra, no tempo, o contador de histórias Fernand Deligny, que lecionou aulas para crianças em uma França que, por uma aliança médico-jurídico-social, começava a forjar o conceito de "infância inadaptada" e se preparava para intensificar os esforços de fazer com que crianças e jovens se tornassem braços fortes na guerra ou na reconstrução do continente em ruínas após a guerra (MIGUEL, 2015). Deligny afirmava que, antes de significar a palavra é um simples traçar, e assim, traçava as imagens dos conteúdos formais da educação como suporte para a criação de traços de histórias, como suporte para a coletivização da experiência. Os traços arrastam consigo a composição de um imaginário coletivo, que despista as lembranças pessoais e subjetivas que aprisionam crianças e adultos na passividade das demarcações normativas e binárias. Assim, do processo imaginativo, ficcional, despertamos para a ação política, na luta contra a passividade que o capitalismo impõe à uma sociedade que sonha e imagina pelo consumo e pela acumulação.

É preciso convocar as infâncias e as crianças para as quais a força da ação está intimamente imbricada com o jogo fabulativo, o limiar entre o sonho e a vigília que resguarda o espaço e o tempo da contação de histórias. Pelo acontecimento da palavra como pura autorreferencialidade lastrada na concretude do mundo (SELIGMANN-SILVA, 1999), faz-se uma experiência da linguagem que coincide com a in-fância. Uma infância coextensiva que não deve ser esquecida no pensamento humano; que se põe a reimaginar a infinitude mágica de composições de imagens que podem ser articuladas em uma língua expressiva que nos conecta, justamente, por alcançar a expressão do não-comunicável que habita e segue desestabilizando nossos discursos.

No espaço de um tempo oportuno onde a infância irrompe na língua dos adultos, forjamos uma concepção política de infância que se efetua por intermédio de uma concepção política de linguagem: cedendo o espaço de uma individualidade ilusória muito bem delineada pela via de uma escrita não identitária que permite o escoamento de um fluxo narrativo. Sobrevivemos ao esquecimento quando ativamos a infância como entidade de sobrevivência - Pois é também a infância que sobrevive à imposição de que seja abandonada para nos constituirmos como sujeitos do conhecimento pela racionalidade científica.



Por isso, nesse trabalho, a linguagem escorre do centro da consciência do homem para suas margens esquecidas. A infância de lembrança e a infância reimaginada é uma equivalência à defesa de uma infância do pensamento que resiste às indigências do inumano produzido pelos sistemas totalitários e financiados pelo capital (KOHAN, 2015).

A linguagem é, então, exposta à sua força de estranheza e subversão, impulsionando uma libertação, pelo exercício de recontextualização de uma fragilidade que foi desvalorizada e colocada no campo de uma instabilidade perigosa que deve ser refreada e contida pela racionalidade científica. Fragilidade que comporta os traços de uma verdade política e invisível – que jaz em toda representação do homem.

Benjamin exilado no tempo e espaço de sua infância e de sua geografia natal, rememora tudo aquilo que se remete à essa incompletude liminar e constituinte do sujeito, que a infância mobiliza – assemelhada aos bichos, aos objetos e às máquinas, pela mímesis.

Nesse jogo de transmutação, reside um sentido de liberdade – ceder a ordem ao manejável, como sugeriu Deligny, frente ao império de uma verdade unívoca.

As histórias, por essa política de narratividade, nos conduzem a atingir um ponto de impessoalidade, e a reconstituir uma memória pessoal e coletiva. Foi dessa forma que, antes do acontecimento da guerra, Benjamin pôde garantir um sentido de sobrevivência, quando escapou da morte aliando-se a própria infância, que não mais era própria, mas emergia num fundo político coletivo.

A infância ontológica atravessa as questões sobre o testemunho e a impossibilidade de narrar, pois ela nos permite assinalar outras relações com o limite da linguagem. Nos impulsiona a conduzir a imaginação para a ação – na indistinção entre o real e o imaginário. A imaginação de uma vida possível e o grito de uma vida que não se pode mais viver, pela franqueza.

Benjamin nos lembra que contar e ouvir histórias pressupõe algo que se efetua pelos movimentos da distância e do deslocamento. Como a figura dos narradores arcaicos – o artesão que permanece no tempo e o marinheiro que se desloca no espaço. Mas essa ideia aparece na proposta contemporânea para a literatura, do escritor argentino Ricardo Piglia, para quem a verdade sempre aparece como ficção que desloca o relato para um outro que permite tornar possível o que se quer dizer. Nessa investigação, que se transformou em uma dissertação de mestrado, mas que segue em deriva, acompanho os movimentos de escritas operadas no exílio de um tempo de criança - que se reatualiza no relampejar de uma infância originária - e no deslocamento da espacialidade instável da modernidade. Na luta política contra o esquecimento da verdade pelo lado minoritário da história e da incompletude como reveladora de verdades políticas.

Mudança de Visão de Mundo na Sociedade Brasileira pós 2013: A ascensão dos movimentos de massa de cunho fascista

Autor: Mauricio Tavares Pereira (Mauricio Tavares Pereira)

Introdução: A tradição sociológica brasileira criou o mito do brasileiro como o 'homem cordial', e o da 'democracia racial', nas respectivas obras 'Raízes do Brasil' (HOLANDA, 1936), e 'Casa Grande e Senzala' (FREIRE, 1933). Infelizmente a fantástica evolução pela qual passou o país levou a um cenário, 80 anos depois, ao qual não é mais possível, nem mesmo na literatura, negar o barril de pólvora político no qual o país se transformou. O que é mais visível na guerra aberta das redes sociais, mas também se tornou freqüente nas ruas a partir das Jornadas de Junho de 2013 e o subsequente impeachment de Dilma Rousseff em 2016 a partir da mobilização de massas da direita através de movimentos de caráter profascistas como MBL, Vem Pra Rua, etc. A mudança drástica na opinião e valores ético-morais na sociedade brasileira decorrentes dos acontecimentos ocorridos neste período provocaram o acirramento e a polarização de discursos extremistas a ponto, agora já sob o governo ultraneoliberal, de uma verdadeira autofagia nacional, da qual os incêndios na Amazônia em agosto de 2019 serem sintoma de barbárie com autodestruição humana e ambiental.

Objetivo: O objetivo do presente artigo é demonstrar que houve uma mudança de visão de mundo na sociedade brasileira pós 2013, com a ascensão dos movimentos de massa de cunho fascista. Entende-se que embora os preconceitos sempre existiram no Brasil de forma velada e latente, foi com a ascensão do discurso Bolsonaroista que este discurso chegou a níveis de acirramentos ideológicos de cunho profascista.



Relação clara com o GT e eixo temático escolhido: O GT 'A psicologia social em tempos de barbárie: Estado de exceção, necropolítica e emancipação', está totalmente relacionado com este artigo. Levantamento inédito realizado pelo projeto Comunica que Muda, iniciativa da agência nova/sb, mostra em números a intolerância do cidadão brasileiro e acordo com a ONG SaferNet Brasil (2016), o que se observa no Brasil, especialmente nas redes sociais é o acirramento do discurso de ódio, de intolerância às diferenças. De acordo, com esta ONG, em 2016, foram analisadas, 219.272 mensagens nas redes sociais de cunho político, sendo que 97,4% destas mensagens externavam discursos de preconceitos e ódios. A onda de fake news que assolou as redes sócias, a partir de 2013, especialmente o facebook e o aplicativo whatsapp, por parte de grupos ligados a extrema direita (MBL, Vem pra rua, revoltados on line, etc.), contribuíram para a ascensão de preconceitos, intolerâncias, discursos de odio e violências contra minorias e parcelas da sociedade que historicamente sempre foram vítimas destas violências. Como a comunidade negra, quilombola e afro descendentes, os moradores de periferia, os indígenas, as mulheres, a comunidade LGBT, etc

Orientação teórica: Segundo Arendt, mal é político e histórico: e se manifesta apenas onde encontra espaço institucional para isso - em razão de uma escolha política. A trivialização da violência corresponde,, ao vazio de pensamento, onde a banalidade do mal se instala. (Hannah Arendt, 1963). Por isso Arendt irá frisar em sua obra "a condição humana", que a humanidade pagou um preço caro, por privilegiar o bio theoreticus, em detrimento do bios político, da victa ativa, desde Sócrates na Grécia antiga, proporcionando assim a alienação e manipulação das massas, possibilitando assim o advento da banalidade do mal (Arendt, 1958) Adorno afirma que, a exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. De tal modo ela precede quaisquer outras que creio não ser possível nem necessário justificá-la. Não consigo entender como até hoje mereceu tão pouca atenção. (Theodor Adorno, 1967). Em "o mal estar na civilização", Freud salienta que todo indivíduo é inimigo da civilização, já que em todos os homens existem tendências destrutivas, anti-sociais e anticulturais. Já em "O futuro de uma ilusão" (Freud, 1927), o autor afirma que, apesar dos esforços da sociedade, sempre existirá uma parte da humanidade que em função de alguma patologia, permanecerá associal De acordo Moscovisci. O fenômeno da apropriação dos conhecimentos pelo senso comum, não é, como geralmente se defendia, uma vulgarização do saber científico, mas ao contrário, trata-se de um tipo de conhecimento adaptado a outras necessidades, obedecendo a outros critérios e contextos específicos. (Moscovisci, 1961). Destarte Paulo Freire, seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica. (Paulo Freire, 1981). E finalizando com Boff: Podemos tolerar a arrogância e a resistência dos poderosos e dos parlamentares, o que não podemos é defraudar a esperança de todo um povo. (Boff, 2014)

Método: A metodologia adotada neste trabalho, consistiu da análise de dados coletados em uma revisão integrativa da literatura especializada sobre os temas relacionados á desmistificação de que o Brasil sempre foi um paraíso racial de homens cordiais, ao advento do preconceito e do discurso de ódio no Brasil especialmente a partir de 2013, da ascensão da extrema direita, o uso massivo de fake news nas redes sociais e o nível de alienação manipulação de parcela da população brasileira.

Resultados: De acordo Fagundes (2017) após a crise econômica de 2008 houve um crescimento da extrema direita a nível internacional, com a implementação de políticas de xenofobia, a barrar imigrantes na Europa, rever tratados de livre comércio entre outras atitudes extremas. A eleição de Donald Trump, com um discurso preconceituoso com relação aos imigrantes latinos e com sua política de "América para americanos" e mais uma demonstração de que a ascensão bolsonarista no Brasil, de certa forma, também está em sintonia com a geopolítica internacional.

Dentre as conclusões encontradas, destaca-se a relevância da desmistificação do povo brasileiro como homem cordial e da falácia de nossa suposta democracia racial. Destaca-se também a percepção de que foi frágil o processo de redemocratização brasileira pós ditadura civil militar que vigorou no Brasil por 21 anos (1964-1985) Alguns estudiosos chegam a falar em fim da nova república. De acordo com o doutor em direito econômico pela USP Yuri Carajescov: O pinochetismo, sob a supervisão dos economistas da escola de Chicago, marcado por "um sistema de mercado apoiado no terror" e "caracterizado pela desenfreada concentração da propriedade e da renda", é o que mais se aproxima do que o país vivenciará, só que mais obscuro e tosco. E continua o autor: A boa notícia é que, em algum momento, o país retomará o caminho da civilização, afinal Pinochet, Videla, Garrastazu Médici,, Franco, Salazar e Figueiredo não foram eternos. A má é que não se sabe quantas vidas serão desencaminhadas e desfeitas até lá. (Carajescov, 2018). Gostaria de concluir com as sábias palavras de Adorno em sua indignação



contra a cultura da barbárie em, e em defesa de uma cultura da paz e tolerância, na qual o mais importante seria investimentos num projeto de educação a médio e longo prazo. Como nos diz o autor: Quando falo de educação após Auschwitz, refiro-me, ao esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permite tal repetição; portanto, um clima em que os motivos que conduziram ao horror tornem-se de algum modo conscientes (adorno, 1967)

Muro dos Afetos: Identificação e Sofrimento em Tempos de Barbárie

Autor: Rafaela Carraro Rosa (Espaço de Escuta Sou(l) Frida)

Coautor: Paula Brandão Belarmino

A palavra muro tem como significado qualquer coisa que sirva de divisa entre espaços, servindo - lhe de proteção e/ou limite. Segundo Dunker (2015) a defesa é um conceito psicanalítico que se refere à estrutura provocada pelas incertezas, pela angustia, pelo trauma e pela pulsão. O muro é restituído por uma demanda, que faz fronteira criando um circuito entre a ela e o desejo. O muro da analogia de Dunker (2015) é uma estrutura de proteção com a própria falta, uma mensagem de, segundo ele, " indiferença contra o outro (recusa), uma alegoria de felicidade interna (oferecimento) e uma negação indeterminada de reconhecimento (não é isso)" (p. (LACAN apud DUNKER, 2015, p. 65). Ainda segundo Dunker (2015) a lógica do condomínio, é a tentativa de excluir aquilo que é diferente. Como resultado dessa dinâmica, temos o sofrimento de quem se sente excluído por aqueles que tentam de alguma maneira se proteger do mal-estar. Analisaremos esse sofrimento neste artigo a luz da tese de Sawaia (1993), que propõe uma metodologia diferenciada. O sofrimento segundo Dunker (2015) tem estrutura de Narrativa, ou seja, ele conta uma história sobre a intrusão do outro, de que maneira o sujeito ao ser invadido pelo Outro, coloca em risco e perde o próprio ser. Tais narrativas são motivo de sofrimento o que é agravado quando esse sujeito não consegue narrativizar o ou nomear seu mal-estar. Enquanto que para Lacan o sintoma aparece em forma de metáfora, para Dunker (2015), ele se dá em estrutura de narrativa, sendo assim, para nosso mal - estar, que vimos que como solução temos criado muros cada vez maiores e para todos os lados, tem estrutura de nomeação, ou seja, precisamos dar um nome para ele, para que dessa maneira, possamos localiza - lo e assim, coloca - lo para fora, para longe.

Falar sobre sofrimento ético - político se faz possível a partir da exclusão da lógica científica de testagem de pergunta e resposta e reconstituindo termos e questões descartadas por essa lógica patologizante e jogada ao estigma da desordem. Sendo assim, colocar a exclusão no mesmo rol de discussão de sofrimento e felicidade é segundo Sawaia (1993), reconhecer e legitimar o excluído enquanto sujeito que sofre e sente, não somente que sobrevive despossuído e alienado de tais questões. Enxergar a exclusão como sofrimento é gerador de força sem fazer com que o Estado perca seu papel de responsabilidade política e econômica com o excluído. Vem daí o sofrimento e não do indivíduo em si. O banzo é marcadamente um sofrimento advindo do social e demarca essa relação de exploração que existia no período da escravidão dos negros. Banzo é o nome dado à melancolia da saudade sentida pelo negro escravo de sua terra natal, sofrimento ético - político, sendo este segundo a autora, provocado pela exclusão que onde se entrecruzam além do gênero outras mediações legitimadoras da desigualdade social como a classe e a raça. Segundo ela, comparar o seu sofrimento com o do outro, traz o perigo de se banalizar o sofrimento do outro. A tentativa de falar de sofrimento e felicidade ético - política, é a de nadar contra a tempestade narcísica que vivemos hoje, em que a imagem de si é o tempo todo enaltecida e vivi - se para tentar escamotear a dor e o sofrimento. Se pensarmos pela ótica da psicanálise, e enxergarmos o sujeito como desamparado em sua condição de existência, o neurótico em sua essência age pela demanda do outro, colocado no lugar do grande Outro. Escolhemos um Deus, um líder político, amamos e desse Outro queremos além de seu reconhecimento, um reconhecimento narcísico de nós mesmos. A Psicanálise no Brasil sofreu modificações e influência ao decorrer do tempo acompanhando a história e a cultura do país, desde sua aparição e até hoje. É comum que se veja os mais os estudos voltados para a prática clínica do que para as questões do social, ainda que existam estudos acerca das influências dessas questões no cotidiano, como é o caso do laboratório de pesquisa da USP que conta com a colaboração de Dunker e Safatle já citados aqui. Como toda instituição, a Psicanálise funciona a partir de uma lógica que responde a partir dessa estrutura. Porém ainda que vejamos escolas renomadas e sérias, conhecidas internacionalmente, o funcionamento como instituição não lhe escapa. Segundo Ferraz (2014) os dispositivos institucionais servem para garantir que o ambiente tenha o que ele chamou de " efeitos analíticos de não alienação

dos sujeitos nos ideais instituídos”, ou seja, ele diz que as instituições que desenvolvem os estudos da psicanálise precisam, mesmo que minimamente ter dispositivos que garantam que ela ofereça o saber, mas sem ultrapassar os limites daquilo que acredita - se ser a melhor forma de garantir a formação de um analista, sem que lhe dê garantias, já que é no vazio ou na falta que se opera. A psicanálise que passou a ser mais institucionalizada a partir dos anos 60 no Brasil e com tudo que aconteceu a partir disso na história do país, como fugir da dinâmica perversa dos condomínios com seus síndicos, controlando e determinando o que pode ou não, as regras e garantindo que o bom nome da psicanálise esteja em segurança dentro dos muros de suas escolas. Ainda em seu início no Brasil, a psicanálise carregava o estigma de ser voltada para a elite.

Política e Subjetividade em tempos neoliberais e pós-democráticos

Autor: Rômulo Ballestê (UFMS)

O neoliberalismo, entendido como uma racionalidade de governo (FOUCAULT, 2007; BROWN, 2015; DARDOT e LAVAL, 2016) que se desenvolve a partir dos anos 1980, transformou a relação do Estado e mais profundamente sua própria natureza. Tal racionalidade pode ser vista como um modo de governar tanto a sociedade quanto as pessoas, as populações, as subjetividades e os desejos. A incidência do neoliberalismo sobre o exercício do poder tem como efeito a ausência de limites do poder, portanto, os direitos e as garantias fundamentais tornam-se mercadorias a serviço do bom andamento dos interesses do capital. Este funcionamento do neoliberalismo leva à pós-democracia, na qual o Estado se volta para o atendimento das exigências de obtenção de lucros e eliminação das populações de indesejáveis. A subjetividade está inscrita na racionalidade neoliberal e não se configura longe do funcionamento das máquinas capitalísticas globalizadas. Desta forma, a passagem do capitalismo financeiro globalizado transforma, por via dos dispositivos de auto-exploração, a subjetividade, exclusivamente, em mercadoria, a percepção e a sensibilidade como modos de ação que não escapam dessa forma complexa de produção.

Nosso trabalho discute a relação dessa racionalidade de governo com a subjetividade, a qual, a partir da ética empresarial (DARDOT e LAVAL, 2016), se dirige ao gerenciamento do eu com vistas à eficácia. A manifestação biopolítica dessa racionalidade de governo captura corpos e almas por meio de controle e administração dos corpos e de modos de subjetividade sob os quais atua tanto o controle exercido por um outro, no caso do poder punitivo, quanto a auto-exploração, a exploração-de-si. Assim, como dito acima, a radicalização do neoliberalismo tem transformado as relações sociais em mercadorias e esta transformação incide na subjetividade como estratégias que alcançam toda o âmbito da vida. A vida é administrada por meio da gestão das atividades que capturam a personalidade, as motivações, maneiras de se apresentar e de falar, ou seja, técnicas que pretendem maximizar a eficácia na relação com o outro.

A psicologia se inscreveu no capitalismo industrial incrementando, instrumentalizando e agindo ativamente na constituição de formas, cada vez mais eficientes, de agir sobre a produção. No entanto, nessa nova razão neoliberal, a empresa é a dimensão fundamental do eu e estrutura as atividades dos sujeitos por meio de métricas e cálculos realizados pela lógica da competitividade financeira. Nesta lógica, portanto, o cálculo entre custo e investimento é a operação subjetiva que movimenta o desejo, pela própria gestão do desejo, uma racionalização que tem os mecanismos de aprimoramento incorporados. O envolvimento completo no trabalho afim de alcançar as exigências que atendam às inovações constantes, a variação permanente de acordo com o mercado é o modo de funcionamento que transformou a empresa em um instrumento de competição internalizado por cada sujeito. É nessa lógica que se realiza o amálgama dos desejos individuais e das metas empresariais. Desta forma, o eu passa a ser a dimensão de investimento e realização tanto pessoal quanto profissional.

O método utilizado é uma reflexão feita a partir de alguns trabalhos da filosofia e sociologia políticas e articulação das proposições conceituais dos seguintes autores: Michel Foucault, Pierre Dardot e Christian Laval (2016, 2017), Wendy Brown (2015) e Rubens Casara (2017, 2018). A abordagem teórico-conceitual que enuncia o neoliberalismo como racionalidade de governo que compõe diversas estratégias de captura dos corpos e da subjetividade como mercadorias que deve alcançar a maximização dos efeitos da sua positividade. É eliminada a dimensão de negatividade e, portanto, a dimensão do outro, a dimensão do conflito, da experiência coletiva restando sobretudo a positividade financeirizada das trocas. Isto ocorre tanto com o sujeito quanto com as estruturas jurídicas do Estado Democrático de Direito que se subordinam à operação do capital levando, por conseguinte, à pós-democracia (CASARA, 2017, 2018).



Entendemos que o nosso trabalho se aproxima bastante da proposta do Grupo de trabalho 24 – “Normalização, resistências: problematizações entre cidades corpos” porque há convergência no esforço de pensar o tencionamento produzido pela normalização neoliberal distribuída pelos espaços, pelas cidades e pelos corpos. Quando pensamos o atravessamento da produção da racionalidade neoliberal de governo na subjetividade por meio da ética empresarial do eu encontramos o esvaziamento da dimensão coletiva e da própria dimensão política. Ao dizer política não podemos reduzir tal experiência ao encapsulamento, ao desligamento afetivo e coletivo das experiências, das formas de encaminhamentos para os conflitos e para o viver.

Como resultado de nossas leituras, entendemos que esta forma de funcionamento produz corpos e ações e conduz à implosão do coletivo, das questões comuns e da capacidade de agir contra o neoliberalismo. Portanto, a nova racionalidade de governo estabelece uma ética empresarial do eu, estratégias práticas de gestão da auto-eficiência as quais fabricam o homem eficaz totalmente comprometido com a atividade que ele deve cumprir. Essa é uma das mais importantes introduções feitas pelo neoliberalismo no pensamento político-social. O forte discurso da gestão purifica a complexidade política transformando-a em mera positividade calculável e administrável. Como consequência disto, temos o esvaziamento da dimensão política. Portanto, como sustenta Wendy Brown (2016), o alargamento neoliberal transpõe os princípios político-democráticos de justiça em um idioma econômico, isto é, mercantiliza os pilares jurídico-institucionais do Estado Democrático de Direito transformando-o em um gerenciador da nação sob o modelo de uma empresa e esvazia a participação popular nas decisões democráticas destituindo a soberania popular.

À guisa de conclusão, podemos pensar que a lógica da gestão implanta técnicas que tenham por objetivo a produção de sujeição que transforma o trabalhador em uma mera mercadoria. Uma mercadoria que pode ser gerida maximizando as positivities dela com vista ao aumento do sucesso e da eficácia. Segundo Dardot e Laval (2016), a forma da empresa é a grande inovação da tecnologia neoliberal porque vincula a maneira de governar o homem com o modo como ele próprio é governado, o qual podemos nomear de homo oeconomicus (FOUCAULT, 2007, BROWN, 2016). E como projeto com tendência totalizante, a empresa de si mesmo, é um processo que está espreado por toda a sociedade, com atuação em todos os âmbitos da vida, e implicação na valorização do eu em detrimento das questões coletivas concernentes à dimensão política da vida. Os efeitos devastadores disto estão no esvaziamento da política, na agudização dos processo de cerceamento da circulação de pessoas, de ideias, de corpos e de diferenças que se movem pelos espaços e, com isso, promovem o arejamento vital das questões na esfera pública, a qual se fundamenta necessariamente na experiência com o outro enquanto alteridade, não enquanto algo a ser eliminado.

Referências

- BROWN, Wendy Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution New York: Zone Books, 2016.
- CASARA, Rubens R. Estado pós-democrático: neoliberalismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- _____. Sociedade sem lei: pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FOUCAULT, Michel Nacimiento de la biopolítica: curso em el Collège de France: 1978-1979. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.



Produção de conhecimento frente ao empobrecimento da experiência: interlocuções entre Teoria Crítica e Psicologia Fenomenológica

Autor: Giovana F. Luczinski (UFPEL)

No atual momento político brasileiro, torna-se urgente promover discussões sobre a produção do conhecimento. O saber científico tem sido tratado de forma ambígua e paradoxal, ora desconsiderado e desqualificado, ora utilizado para justificar e balizar a tecnocracia e a produtividade infundável. Afinal, em que consiste conhecer o mundo e construir saberes válidos que produzam emancipação e não perpetuem a submissão ao pensamento hegemônico? Tal desafio permeia a Psicologia, cuja história já revela uma constituição plural e fragmentária dentro das ciências humanas. Por isso se faz tão necessária sua articulação com o conhecimento produzido na Sociologia, Filosofia, Economia e Política, para que não se reproduza, no âmbito da subjetividade, o pensamento técnico que permeia a contemporaneidade na lógica capitalista.

Através de um lúcido movimento de estranhamento da sociedade, o notório representante da Teoria Crítica, Walter Benjamin, promove uma ruptura com a tradicional forma de pensar o conhecimento. Sua distinção entre experiência e vivência pode ser colocada em diálogo com a perspectiva fenomenológica em Psicologia Social, proporcionando ferramentas para novas práticas. Walter Benjamin denunciava o empobrecimento da experiência no começo do século XX, constatando uma nova barbárie, na qual triunfam o tecnicismo e o imediatismo, em meio à vivência cotidiana do choque. À medida em que a sociedade ocidental se torna cada vez mais pautada pela informação, pela imagem e pela espetacularização da vida, sequências de sensações dispersas substituem o exercício de narrar e tecer experiências. Tudo isso traz grandes prejuízo para o psiquismo, como ressalta a socióloga Claudine Haroche, constatando que o tempo presente impera no modo de funcionamento hipermoderno.

Hannah Arendt, em sua obra, chama atenção para a perda da tradição que prejudica o ato de criar, pois sem elaborar o passado através de experiências, não se fertiliza o espaço para o nascimento do novo. Assim, a pensadora desdobra sua reflexão filosófica na capacidade de reconciliação com o mundo e em sua transformação através da ação. Reconciliar quer dizer acolher o conflito, a imprevisibilidade e a irreversibilidade das ações, que desencadeiam reações e gestos na sociedade. Se Benjamin já indicava que mesmo a desilusão e a barbárie podem abrir caminho para uma nova estética, vale apostar na capacidade iniciadora da condição humana, que aparece de forma intensa no âmbito da educação. Este pode ser um campo privilegiado para que o movimento dialógico aconteça, possibilitando novos modos de se vivenciar o saber dentro na universidade, para além da racionalidade instrumental.

Nesse contexto mais amplo, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre uma metodologia de ensino construída no curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas, no âmbito da perspectiva fenomenológica. Tendo como foco a atenção aos modos de produção do saber, a proposta de grupos de ensino, pesquisa e disciplinas da grade curricular, convida os discentes a contactarem sua experiência, que é simultaneamente coletiva e singular, tensionando essa dimensão diante dos temas estudados. O método parte da Fenomenologia, tal como compreendida por Merleau-Ponty, propondo o uso da redução fenomenológica como explicitação da experiência do sujeito diante de seu objeto de conhecimento, historicamente situado, corporalmente implicado e afetado pelo mundo circundante. Tais noções são trabalhadas com os discentes e guiam práticas em sala de aula, questionando a atitude natural e convidando à realização de uma construção ativa da aprendizagem. Trata-se de um exercício que se propõe a revelar, como afirma Merleau-Ponty, a incessante e implícita “tese do mundo” que se constrói de forma tácita e pode estar marcada pelo pensamento dominante.

A relação entre Teoria Crítica e Psicologia Fenomenológica – com foco na noção de experiência – contribui para criar resistências à lógica capitalista impregnada no meio acadêmico com quantificações, classificações e incentivos à produtividade, algo que tem promovido nos discentes aceleração e fragmentação, levando ao sofrimento psíquico, como apontam estudos recentes. O acesso dos estudantes à própria experiência explicita os impactos gerados pelo contexto, repercutindo em seu processo de formação. Resultados preliminares desse modo de conduzir o exercício de ensino-aprendizagem tem desdobramentos como trocas entre os discentes, fortalecendo o vínculo entre eles e a compreensão da complexidade do curso de graduação. Nesse sentido, contribui para a promoção de saúde dos estudantes, que elaboram suas experiências de aprendizagem em exercícios de fala e escrita, construindo narrativas pessoais sobre os temas estudados. Surgem escritas mais implicadas e fundamentadas, reforçando a dimensão coletiva que atravessa toda produção de conhecimento, com um caráter ético e estético.



Experienciar o mundo pressupõe tecer encontros e exercer o pensamento crítico e criativo, com abertura e afetividade. Nesse percurso, as distinções de Hannah Arendt entre pensamento e conhecimento devem ser aprofundadas para que se tenha uma compreensão alargada dos processos singulares e das possibilidades de ação dentro da universidade. Esta deve ser espaço para o pensamento, a reflexão e o testemunho de experiências, culminando no cuidado com o mundo, através da corresponsabilidade. Nesse sentido, a docência sempre terá repercussões políticas. No âmbito da Psicologia, tal processo é imprescindível para que o discente se torne um profissional engajado, com uma escuta sensível, além de estar preparado teoricamente. Ressaltar a coletividade e a singularidade como duas facetas indissociáveis da existência potencializa a criação científica e pode fortalecer a formação pessoal e profissional. O pensamento de autores como Walter Benjamin e Hannah Arendt nos provoca com reflexões que são inerentemente transdisciplinares e, por isso, indisciplinadas, como deve ser o próprio pensamento.

Ruína sobre ruína: narcisismo, violência e barbárie da perspectiva de uma psicologia social analiticamente orientada.

Autor: Raissa Moreira Feliciano

Este trabalho propõe analisar a relação narcisismo, violência e barbárie, tomando o fascismo como modo de produção de identificações e de circulação de afetos que age no interior da sociedade liberal democrática. Para isso iremos percorrer a construção da Escola de Frankfurt, ou Teoria Crítica da Sociedade, apresentando as reflexões de Theodor W. Adorno a respeito do tema do fascismo, no bojo da sua proposta de uma psicologia social analiticamente orientada. Buscaremos compreender como essa orientação nos oferece balizas para acessarmos questões que insistem em permanecer atuais, pois, à luz da Teoria Crítica, interrogar o presente implica numa reflexão sobre o que, na democracia, permanece como violência mítica e como barbárie.

Ao compreender o funcionamento da Escola de Frankfurt, ou Teoria Crítica da Sociedade, nos aprofundamos em Theodor Adorno e com suas questões a cerca da Psicanálise e do Marxismo, de como seria possível compreender a sociedade sem sociologizar ou psicologizar, mas a compreendendo de modo dialético. Pois segundo Adorno não caberia conceber a concepção de indivíduo e sociedade separadamente, insistindo numa relação de influência de um sobre o outro, contudo, propôs uma psicologia social analítica (ADORNO, 2015a, p. 52).

Foi principalmente a partir das inquietações e elaborações de Theodor Adorno frente ao Nazismo que esta pesquisa surge com outras questões que ligam: narcisismo, processos de identificação que culmina o fascismo, a violência que esse circuito promove e é movido, e a barbárie sequestrada na sociedade liberal democrática.

Pensar a sociedade liberal democrática e o fascismo em seu interior como modo de produzir identificações e relações de afeto é essencial para se realizar uma análise de como esse circuito narcísico é composto no social.

Freud na concepção de sua teoria a respeito dos processos de identificação no interior da massa traça alguns aspectos que são importantes para pensar o movimento libidinal com a figura de líder. Sugere alguns conceitos essenciais em torno dessas questões como o enamoramento; os perfis das massas homogêneas e artificiais; instinto gregário etc. Porém, não dá conta em complexidade das características do fascismo e como este é constituído, mas oferece suporte para o desdobramento deste.

O autor Marildo Menegat encorpa a discussão com o conceito de barbárie, para compreendermos mais um pouco deste circuito. Segundo ele, há barbárie pois não há posição crítica que corresponda a um olhar reflexivo (e mesmo contemplativo) que guie um movimento de autocrítica, pondo em questão a própria percepção que se tem da realidade. A barbárie é o inverso disso; ela está na resolução da questão, na não criticidade, no pular dos corpos sem vida ao chão; é imagem que já diz o que é por ela mesma, resolvida em si, sem possibilidade de dialetização. Nada esconde. É o que se mostra ser, e sua estetização abafa qualquer complexidade ou explicação. Configura-se na possibilidade única do destino e no retorno de um passado recalçado jamais elaborado, que insiste em retornar na contemporaneidade como sintoma. Suas roupagens se modificam, são atualizadas ao longo da história, história essa que por sinal não é relativizada e historicizada, mas contada numa via de mão única, sob uma única perspectiva a do vencedor, viabilizando a ascensão da barbárie (Cf. MENEGAT, 2003).

O conceito de violência, para Benjamin (2011), assim como a barbárie, também se liga a repetições do passado não elaborado. O autor apresenta a violência mítica como uma violência que não se diz violenta, e que o condicionamento da justiça ao direito é poder, e poder é violência. Para elaboração da discussão é necessário desfeticizar



a violência, tirá-la desse lugar de normatividade, de não estranhamento, e coloca-la no bojo das relações de identificações.

Benjamin (1987) apresenta a história do Angelus Novus, anjo esse que é representado muito diferente dos anjos convencionais que temos notícias. Não se trata de um anjo forte, que batalha nas regiões celestiais em favor dos escolhidos e dos necessitados, mas sim, um anjo que representa a impotência, a inércia diante da barbárie, da violência e da ruína. Seu rosto virado para o passado não presencia simplesmente o passado, mas sim a continuação atemporal das catástrofes que não admitem serem analisadas como temporal, como passado, presente ou futuro, mas uma (des) construção. Na sua impotência, não consegue despertar os mortos e juntar os cacos da história e, diante do progresso, é lançado para um futuro que é mera continuação de um passado que nunca passou. A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras (BENJAMIN, 1987, p. 229, grifo do autor). Segundo a leitura que realizamos de Benjamin (1987), no livro *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, no capítulo *Sobre o conceito da história*, [...] somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade.

Uma reflexão psicanalítica sobre o discurso de ódio de Bolsonaro e crimes cometidos em seu nome

Autor: Iris Bellato (UFMT)

Este trabalho nasce como tese final do seminário optativo intitulado *Aportes lacanianos al campo jurídico*, cursado durante intercâmbio acadêmico no segundo semestre letivo de 2018 na Universidad Nacional de Córdoba, Argentina. O que se propõe aqui é fazer uma reflexão acerca do discurso de Jair Messias Bolsonaro, eleito nas eleições presidenciais de 2018 e os crimes de ódio cometidos em seu nome durante o período eleitoral. Se antes Bolsonaro não passava de uma figura polêmica e sem muitos êxitos políticos, seu discurso ganhou força nos últimos meses de eleição. Entre os inúmeros casos de violência física e simbólica contra mulheres, pessoas LGBTQI+, indígenas e negros, os mais extremos levaram a morte. Foi o caso de Moa do Katandê, homem negro, Laysa Fortuna e Priscila, duas mulheres trans. Os três assassinatos aconteceram da mesma forma: a facadas.

A pergunta que aqui se faz é: por que os eleitores de Bolsonaro cometem crimes em seu nome?

Tendo em vista o tema aqui proposto: uma reflexão entre a política atual e a psicanálise, este trabalho visa corroborar com a construção do GT6o: *A psicologia social em tempos de barbárie: Estado de exceção, necropolítica e emancipação*

A teoria psicanalítica serviu como ferramenta teórica para este estudo, partindo principalmente do texto de Freud escrito em 1921, *Psicologia das massas e análise do Eu*, e *Ser e sofrer*, hoje, de Marion Minerbo, publicado em 2013. Destes textos, foi fundamental para o trabalho a compreensão de massa psicológica definida por Freud (1921) como uma multidão que se une pelo estabelecimento de laços libidinais entre as pessoas. Nas massas, ocorre uma alteração anímica entre os indivíduos, fazendo com que eles atuem de forma distinta da que atuam em condições normais. Uma massa, entretanto, não se forma sem a figura de um líder, introjetado como uma figura paterna idealizada.

De Minerbo (2013), foi utilizado o termo *depleção simbólica* por ela cunhado. A autora toma o termo *depleção* da medicina, que é a redução de alguma substância na célula, ocasionando um déficit em seu funcionamento. Segundo ela, o mesmo pode acontecer no psiquismo no mundo contemporâneo: a fragilidade simbólica pode produzir uma espécie de "anemia psíquica" no sujeito, que o fará buscar mecanismos de compensação que podem levá-lo ao campo da psicopatologia psicanalítica. Estes dois textos teóricos serviram como base para a reflexão sobre o tema e análise do material.

Foram utilizadas, principalmente, entrevistas e pronunciamentos dados por Jair Bolsonaro durante sua carreira política e os crimes cometidos em seu nome durante o período de campanha. Todas as matérias estão disponíveis em sites de notícias na internet.

O candidato ultradireitista eleito construiu sua campanha embasado em um discurso de ódio contra as minorias e os direitos humanos, ou seja, um discurso agressivo direcionado a um outro por suas características tais como raça, gênero, orientação sexual, etnia, etc. Seu discurso agressivo pareceu ser suficiente para mobilizar seus eleitores, visto que Bolsonaro participou apenas de um debate, ocorrido no primeiro turno, indicando não ter ar-



gumentos concretos para sustentar ideias de governo. Pelo contrário, sua propaganda se fez a partir de um lugar de ofensa e ataque.

Entre inúmeras falas agressivas de Bolsonaro, destaco aqui algumas. Em entrevista à Folha de São Paulo em 2002, disse: "Não vou combater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater". Sobre pessoas negras, depois de haver visitado um quilombo na cidade de Eldorado Paulista, comparou a comunidade quilombola com vacas. "Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles." Na votação do impeachment da ex presidenta Dilma Rousseff, votou favoravelmente, exaltando a figura do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador de Dilma na época da ditadura. Durante sua campanha eleitoral à presidência, em um discurso no norte do país, o candidato disse, com uma arma nas mãos: "Vamos fuzilar a petralhada aqui no Acre, hein?!" Seu gesto de imitar armas com as mãos ficou famoso e se popularizou entre seus eleitores, que o fazem em referência à Bolsonaro.

Seu discurso de ódio é explícito, e não nos é novidade que o discurso simbólico gera efeitos na realidade concreta. Um clima de extrema tensão e fragilidade se instaurou no país, inúmeros casos de violência ocorreram. Frases como "morte às lésbicas" ou "morte aos negros" e suásticas foram escritas em muros pelas cidades, inclusive dentro de universidades públicas. A violência ultrapassou o âmbito discursivo e se tornou passagem ao ato. Houve diversos casos de violência contra minorias, tanto físicas quanto simbólicas. Os mais extremos levaram as pessoas à morte. Foi o caso de Moa do Katandê, homem negro de 62 anos, respeitado professor de capoeira. Depois de haver declarado voto em Fernando Haddad, candidato pelo Partido dos Trabalhadores, foi brutalmente assassinado a facadas por um eleitor de Bolsonaro durante uma discussão. Também foi o caso de Laysa Fortuna e Priscila, duas mulheres trans também assassinadas por eleitores de Bolsonaro a facadas. Todos esses assassinatos foram cometidos em nome de Bolsonaro, ou seja, os agressores mencionaram seu nome durante o ato.

Suas falas agressivas e os assassinatos cometidos em seu nome não parecem ser dois eventos desconexos; o discurso ideológico de Bolsonaro, portanto, não se encerra no âmbito da fala, uma vez que gera efeitos concretos em seu eleitorado. Assim, parece haver ocorrido a formação de uma massa psicológica entre seus eleitores. Para Freud (1921), o simples fato de se transformar em uma massa dota os indivíduos de uma espécie de alma coletiva, com a qual pensam, sentem e atuam de forma diferente da que fariam de forma separada. Algumas ideias e sentimentos só aparecem e se convertem em ato nos indivíduos ligados a uma massa. Se para viver em sociedade os indivíduos devem renunciar a satisfação plena e imediata de seus instintos, nas massas eles podem satisfazê-las sem temer castigos. Perde-se o sentimento de individualidade, confunde-se com a massa, alcança-se tamanha intensidade que o indivíduo se entrega às paixões sem barreiras. Ao invés de combater ideologicamente o discurso do outro, as pessoas se sentem autorizadas a aniquilá-lo fisicamente, tomando-o como inimigo. Ademais, desaparece o sentimento de responsabilidade causado pelo anonimato da massa, o sujeito adquire o poder de sentir-se invencível. Há uma desapareção da consciência moral, não há repressão para suas moções pulsionais inconscientes.

Mesmo que Bolsonaro não tenha passado do âmbito discursivo, ou seja, não tenha cometido os crimes ele mesmo, sua figura parece servir como uma espécie de figura paterna, gerando uma autorização moral para que, aqueles que se identificam com ele, cometam atrocidades em seu nome. Assim, como demonstram os assassinatos, toma-se o outro, o diferente, como um inimigo que deve ser aniquilado, executado. Se há o discurso de um outro que toma o lugar de uma figura paterna idealizada, como o caso de Bolsonaro, não há consequência para os atos atroz. Pelo contrário, em entrevista comentando a morte do capoeirista, parece desresponsabilizar-se de qualquer influência. "Pô, cara! Foi lá pergunta essa invertida... quem tomou a facada fui eu, pô! O cara lá que tem uma camisa minha, comete lá um excesso. O que eu tenho a ver com isso? Eu lamento. Peço ao pessoal que não pratique isso. Eu não tenho controle sobre milhões e milhões de pessoas que me apoiam"

Mas como é possível que as pessoas concordem com o discurso de Bolsonaro? Para Minerbo (2013) se na modernidade havia instituições sólidas como a Igreja, Estado e Família que ofereciam um sentido à vida, na pós-modernidade ocorre um afrouxamento das mesmas. Se antes o sofrimento era causado por falta de liberdade e por símbolos autoritários, hoje o sofrimento é causado pelo contrário, pela falta destes símbolos rígidos como visto no fenômeno da depleção simbólica anteriormente citado. Se já não há instituições que ditam formas de vida válidas, cada um tem que criar para si mesmo sua própria forma de viver e existir, o que gera angústia.

Assim, torna-se mais fácil entender por que as pessoas se identificam com o discurso de Bolsonaro. Diante da angústia da fragilidade das instituições, veem nele um retorno às seguranças institucionais rígidas, algo que mini-



mize a angústia e o sofrimento simbólico e que os ofereça um sentido mais seguro para a vida. Tal sentimento pode ser encontrado em uma massa, pelo sentimento de pertencimento; e Bolsonaro parece funcionar como a figura de um pai protetor, que oferece amparo frente às incertezas e inseguranças da fragilidade institucional. O tema de sua campanha, por exemplo, “Deus acima de tudo e Pátria acima de todos” demonstra uma forte retomada simbólica às instituições modernas.

Em se tratando de uma disciplina de psicologia jurídica e psicanálise, este trabalho se mostrou como reflexão importante, de modo a funcionar como uma operacionalização de conceitos, uma tentativa de análise política contemporânea a partir de leituras clássicas, como texto de Freud, e também de autores contemporâneos, como Minerbo.

Violência e Saúde na Estratégia de Saúde da Família de Manguinhos: ações de sensibilização e apoio aos profissionais e de fortalecimento da rede de proteção.

Autor: Fernanda Mendes Lages Ribeiro (Claves/Fiocruz)

Introdução

O presente trabalho apresenta os resultados de pesquisa sobre violência e saúde na Estratégia de Saúde da Família (ESF) de Manguinhos/Rio de Janeiro/RJ. Pesquisa exploratória (fase 1) buscou compreender como o fenômeno da violência se apresenta em dois serviços da Atenção Básica (AB) e os encaminhamentos realizados. Além do diagnóstico, a proposta teve como horizonte estimular a construção coletiva de estratégias de enfrentamento à violência. Nesse sentido, a fim de fortalecer as estratégias elencadas pelos profissionais de saúde, propomos, em uma fase seguinte (2), o desenvolvimento de duas atividades sinalizadas por estes sujeitos: ações de sensibilização e apoio aos profissionais, visando trabalhar questões relativas à violência, tanto em relação ao suporte técnico quanto ao cuidado com o cuidador; e fortalecimento da rede de proteção às violências de Manguinhos.

Objetivos

O objetivo do projeto foi identificar os principais impactos da violência sobre a saúde de profissionais e de usuários da AB, assim como sobre o funcionamento de dois serviços da ESF Manguinhos; sensibilizar e apoiar os profissionais no que se refere à abordagem às situações de violência que aportam nesse serviço e estimular a articulação da rede de proteção às pessoas em situação de violência que atende o território.

Relação clara com o GT e eixo temático escolhido

O presente trabalho se relaciona ao eixo 9: Ética, violências e (in)justiça em tempos de retrocessos mundial e nacional dos direitos humanos: contribuições da Psicologia Social, ao buscar identificar os impactos das violências que atingem os usuários e trabalhadores da atenção básica de um complexo de favelas carioca, assim como sobre seus serviços – já precarizados e em processo de desfinanciamento pelo governo municipal. Diversos são os desafios apresentados e cabe apoiar os profissionais para que possam ser elaboradas estratégias de cuidado e de enfrentamento, nesse contexto. Cabe destacar o momento de acirramento das violências e violações de direitos no território supracitado, em grande parte relacionado à violência de Estado caracterizada pelas incursões policiais, abordagens violentas a moradores e invasão de domicílios.

Orientação Teórica

A orientação teórica utilizada parte de uma perspectiva interdisciplinar entre as áreas de Saúde Pública – especificamente a subárea Violência e Saúde - e de Psicologia Social. Para tanto, desenvolveu conceitos relacionados à violência a partir de uma visão multifatorial, mutideterminada e complexa, como um problema social, cultural e histórico que se intensifica em sociedades marcadas por desigualdades, iniquidades e injustiças sociais e ambientais, as quais desestruturam bases familiares, comunitárias e territoriais necessárias ao desenvolvimento humano e a uma cultura de paz e de respeito aos direitos humanos. Desenvolveu conceitualmente a proposta e estruturação da AB e, especificamente, a ESF; e abordou o conceito de rede como estrutura formal de governança, isto é, como uma forma de estruturação/organização de um determinado sistema, voltada para a organização dos serviços destinados a uma determinada população. Para o desenvolvimento metodológico das ações baseou-se na proposta da pesquisa-ação.



Método

O estudo desenvolveu-se a partir de uma abordagem quanti-qualitativa, incluindo entrevistas e grupos focais com profissionais da saúde, levantamento de dados de prontuários e de notificações de violência (fase 1); e a partir da proposta da pesquisa-ação (fase 2). Na fase 2 propôs o desenvolvimento de duas atividades: (1) Grupo de acolhimento/educação permanente com profissionais de saúde para trabalhar, por meio de metodologia reflexiva e participativa noções sobre violência e atendimento. Aqui, como estratégias de ação, propôs trabalhar a partir de dois produtos da fase 1: folders informativos sobre violência e saúde confeccionados de forma a sensibilizar para a questão do impacto da violência sobre a saúde de forma didática, clara e simples, direcionados aos profissionais (1) e aos usuários (2); (2) reuniões para fortalecimento da rede de proteção às pessoas em situação de violência, através da realização de encontros com representantes dos serviços que compõem os elos da rede: Saúde, Assistência Social, Educação, Conselho Tutelar, Coordenadoria de Área Programática. Foi utilizada, ainda, como estratégia de devolutiva, a realização de seminários.

Resultados

Os impactos da violência sobre profissionais, usuários e o próprio serviço reúnem diversos tipos de violência, sendo de grande magnitude. São homicídios, conflitos armados, presença de tráfico ostensivo e ação violenta da polícia. Tal violência provoca sofrimento físico e mental e interfere no acesso dos usuários à AB. Não obstante, é naturalizada e banalizada no cotidiano dos serviços. Há subnotificação dos casos de violência, o que não implica, contudo, em falta de cuidado às famílias e indivíduos envolvidos em tais situações. No que tange às atividades propostas, destaca-se que não se conseguiu realizar os grupos com profissionais em função do funcionamento sobrecarregado e burocrático dos serviços. Em seu lugar realizamos o Seminário enfrentamento da violência: rede de cuidado e proteção social, voltado a todos os profissionais da ESF e participamos de uma mesa na semana do Agente Comunitário de Saúde; em relação às reuniões da rede, contamos com a participação ativa de vários setores, totalizando 12 encontros. Avalia-se que tal atividade foi exitosa em seu objetivo de fortalecer o olhar e a comunicação em rede, promovendo conhecimento e diálogo entre seus atores. Como produto, contamos com a confecção de um documento que reúne dados sobre os diversos pontos da rede.

Conclusões

O município e o estado do Rio de Janeiro sofreram, ao longo de 2018, cortes de verbas em diversas secretarias, o que vem provocando um desmonte de diversos serviços na medida em que sua estrutura fica sucateada, impactando na rede de cuidado e proteção social. No debate sobre enfrentamento à violência, é necessário reconhecer aquela proveniente dos confrontos armados, cuja prevalência na região de Mangueiras, e em tantas outras regiões do município, é significativa. Vivemos, hoje, num contexto de extrema violência, onde as garantias constitucionais do Estado Democrático de Direito estão extremamente fragilizadas, como o direito à vida, à ir e vir e à julgamento prévio. Há grande desconhecimento e medo em relação às notificações compulsórias de violência à vigilância epidemiológica de violências e invisibilidade dos agravos relacionados a violência.

Violência e subjetividade na crise atual do capitalismo

Autor: LUANA NATAL DOS SANTOS (UNIABEU)

Coautor: Leticia Duarte Ferreira

A proposta de comunicação tem como objetivo apresentar a pesquisa “Violência e desamparo”, à qual a proponente se vincula como bolsista de Iniciação Científica. A pesquisa tem como escopo investigar as relações entre violência e subjetividade no contexto da crise atual do capitalismo, em particular no Brasil. Compreendendo que as relações sociais, que provocam e são provocadas por relações de dominação e lutas políticas, são, por pressuposto, relações afetivas, pretende-se analisar a crise atual – fragmento da crise estrutural do capitalismo – como sinal de esgotamento das formas hegemônicas de produção de subjetividades na passagem para uma nova dinâmica institucional demandada por uma nova realidade objetiva da produção capitalista. Neste sentido, cumpre indagar de que forma o desamparo – afeto central das produções de existência na sociedade moderna – se enleia às experiências subjetivas da realidade e se oferece como índice de um retorno do arcaico, posto em cena através de violências diversas, cada vez mais flagrantes nas relações sociais.



Ao propor compreender a condição humana no mundo como afetiva e política, o trabalho se inscreve na perspectiva de uma psicologia social crítica e transdisciplinar que, ao encontro das orientações oferecidas pela Teoria Crítica da Sociedade, busca costurar relações teóricas e conceituais entre marxismo e psicanálise, tendo em mira a produção de uma compreensão crítica ao projeto de vida – individual e coletiva – posta em cena pelo capitalismo que tais sentidos atuam na reprodução do modelo – estrutural – das relações que suportam a sociedade capitalista, ou seja, oferecendo modelos práticos de ação e resignação, objetivando pôr em questão a relação entre afeto e ideologia, e, nesta senda, como as estruturas políticas e institucionais em voga promovem uma gestão do desamparo, ou, em outros termos, como as lógicas institucionais hegemônicas no capitalismo neoliberal se estruturam sobre uma gestão política do mal-estar que fazem produzir tanto relações de afeto quanto, e conseqüentemente, sentido à realidade.

Os pressupostos enunciados nos levam à concepção de que é permitido ver, entre desamparo, narcisismo, violência e política, uma íntima, porém complexa, relação que diz respeito aos modos pelos quais as instituições modernas organizam os processos de coletivização e individuação. Essa relação foi explorada por Adorno, ainda nos anos 1940, quando se dedicou à análise do “fenômeno do fascismo” nos Estados Unidos. O estudo sobre a “personalidade autoritária”, publicado em 1950, artigos sobre psicanálise e psicologia social (dentre eles, o importante Teoria Freudiana e Propaganda Fascista, de 1951) e o livro, escrito junto a Max Horkheimer, Dialética do Esclarecimento, de 1947, oferecem orientações a respeito das relações entre inconsciente e política ainda longe de estarem esgotadas. Ao contrário, tal conjunto de obras se apresenta sob o signo de uma “insistente” atualidade, na medida em que tocaram a fundo a lógica de funcionamento da sociedade moderna, no que concerne, em específico, à produção de subjetividades. Neste sentido, é sobre esse conjunto de referências que a pesquisa há de se debruçar, tendo em mira a crise atual do capitalismo. Tal interesse, que põe em segundo plano o interesse historiográfico em tais obras, se orienta mediante o pressuposto de que a crise da atualidade, guardada decerto suas especificidades, reflete a crise estrutural da sociedade moderna, objeto privilegiado de investigação da Teoria Crítica da Sociedade.

Assim, entendemos estar diante de uma questão de ordem estrutural, e não tópica, dos modos como a sociedade contemporânea – e pensamos, aqui, particularmente nas capitais brasileiras – se organiza e faz produzir modos de viver. A violência, nosso objeto de pesquisa, no lugar de ser um fenômeno de exceção, oferece a própria estrutura simbólica (Cf. Žižek) de uma “normalidade” que é, pois, nos termos de Agamben, a regra da exceção: “a exceção é a regra”. Entendemos ser neste sentido que a psicóloga social brasileira Bader Sawaia observa que a produção de desigualdades e de exclusão social são respostas ao modo de funcionamento “normal” da sociedade, o que levou a autora a afirmar a necessidade de uma perspectiva crítica, que “dialeatize” a relação entre “inclusão” e “exclusão”, sob o risco de orientarmos nossas ações na direção do que ela chamou de “inclusão perversa”, que, assim entendemos, seria uma inclusão “denegadora”, em termos psicanalíticos, ou seja, “fetichizadora” da realidade. Não diferente do que Žižek vem chamando de “cinismo” como sintoma social e como racionalidade hegemônica no neoliberalismo, já que tais processos de “inclusão perversa” acabam por aprofundar a exclusão, reproduzindo o sistema de desigualdades e segregação.

A partir dessas questões, se apresenta a proposta de investigação sobre as possibilidades de aproximação e articulação conceitual das contribuições provenientes de pensadores como Agamben, Žižek e Sawaia, tomando como pano de fundo a interlocução entre filosofia política, ciências sociais e psicanálise (própria da teoria crítica da sociedade). O “fio da meada” de tais articulações foi lançado pelas próprias referências, tanto pela noção de “violência” trabalhada por Žižek, quanto - e sobretudo - a de “Homo sacer” como desenvolvida por Agamben.



Vulnerabilidade e exclusão na Baixada Fluminense: o Centro POP como política de assistência

Autor: Wall (Uniabeu)

Este trabalho se propõe a apresentar e problematizar atividades desenvolvidas no Centro Pop do município de Nova Iguaçu, localizado na Baixada Fluminense – Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro –, enfatizando suas especificidades, tais como demandas, desafios e potencialidades no que diz respeito às pessoas em situação de rua neste município.

Buscaremos comparar este trabalho aos demais municípios localizados na Baixada Fluminense e à capital do Rio de Janeiro, também pertencente à Região Metropolitana do Estado, e elucidaremos de que maneira estes equipamentos estão alinhados com a Política Nacional de Assistência, que apresenta as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, relacionada a pessoas em situação de rua. De acordo com seu documento oficial, de 2004, “a Política Nacional de Assistência traz sua marca no reconhecimento de que para além das demandas setoriais e segmentadas, o chão onde se encontram e se movimentam setores e segmentos faz diferença no manejo da própria política, significando considerar as desigualdades socioterritoriais na sua configuração. [...] Faz-se relevante nesse processo, a constituição da rede de serviços que cabe à assistência social prover, com vistas a conferir maior eficiência, eficácia e efetividade em sua atuação específica e na atuação intersetorial, uma vez que somente assim se torna possível estabelecer o que deve ser de iniciativa desta política pública e em que deve se colocar como parceira na execução”.

Caberá um debate propriamente e possível à psicologia social marginal naquilo que diz respeito aos produtos/resultados da “vida danificada” a partir das máximas socioeconômicas e políticas da sociedade do valor. Acrescentando-se a isso e à situação de grave vulnerabilidade da população em situação de rua, o contexto de violência sistêmica que estrutura objetiva e simbolicamente a sociedade em que vivemos. Sendo a exceção a regra, ou melhor, a própria normatividade que produz – e se sustenta sobre – modos diversos de exclusão e segregação, cabe confrontar tais casos e circunstâncias como expressões de um modelo que o GT chama pelo nome de “barbárie”.

Como afirma a psicóloga social brasileira Bader Sawaia, o processo da exclusão “Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social.”, o que remete ao tema da “gestão de potências”, em Giorgio Agamben, como a lógica imanente da política: toda subjetivação é, também, efeito de processos “desubjetivadores”, de modo que seríamos todos “excluídos”. Em Slavoj Žižek: “E se o problema não for a condição frágil dos excluídos, mas, pelo contrário, o fato de, no nível mais elementar, sermos todos “excluídos” no sentido de nossa posição “zero” mais elementar ser a de um objeto da biopolítica, e de alguns possíveis direitos políticos e de cidadania nos serem dados como um gesto secundário, de acordo com considerações biopolíticas estratégicas?”. A questão que se abre, desde este ponto, e que pretendemos aprofundar, diz respeito não tanto à edificação objetiva da violência, mas, sobretudo, aos mecanismos subjetivos de incorporação, validação, naturalização e reprodução de tais lógicas.

Para a realização deste estudo, os instrumentos utilizados tem sido as discussões de situação (outrora conhecidas como estudos de caso) da população em situação de rua acolhida no equipamento de Nova Iguaçu e a minha experiência de estágio no campo, bem como entrevistas estruturadas com as equipes técnicas dos dispositivos situados nos municípios supracitados.

Como se sugere a proposta do GT: “Ainda que o mundo comum-público, aquele que se instaura a partir do caráter político do próprio domínio público, apareça ou se abra de modo diferente para cada sujeito, é justamente a capacidade de ter isso em consideração que se configura enquanto uma compreensão e um exercício político por excelência”. Neste sentido, interessa colocar em questão os meios pelos quais é possível uma reflexão crítica sobre o mundo comum a partir de situações localmente situadas, o que coloca ao trabalho um desafio e uma oportunidade, qual seja, o de acessar a complexidade da realidade histórica em que se está vivendo, sem pretensão de esgotá-la – ou mesmo de achar que isso seja possível – de modo que tal acesso reflexivo seja, também, autocrítico às práticas e aos saberes produzidos em suas dinâmicas. Dizendo de outro modo, perguntar sobre o modo como a ação política local e particular afeta e é afetada pelo contexto de maciça produção de violência, cada vez mais subjetivada.

Neste sentido, o trabalho que se pretende comunicar se afasta dos especialismos e busca aproximação com perspectivas críticas e complexas acerca da realidade contemporânea, compreendendo-a como dinâmica, mas marcada pela mercadorização (e/ou “danificação”) da vida em meio à crise do capitalismo que, em nosso contexto



particular, é recebida, sentida e compreendida como um processo de dismantelamento das políticas públicas, dentre as quais a própria política de assistência. Neste sentido, a proposta de reflexão teórica não se desloca do interesse prático naquilo que se refere à reflexão sobre as ações e os meios possíveis de atuação diante à vulnerabilidade e à exceção.

“Unicamente em vestígios e escombros pode perdurar a esperança”: a dialética em tempos de barbárie

Autor: Diogo Cesar Nunes (FIOCRUZ / UNIABEU) e Leomir (UFS)

A comunicação proposta tem objetivo de trabalhar dois aspectos da Teoria Crítica em Adorno. Primeiro, a “força” da dialética para “extrair” dos objetos “aquilo que lhe é fixado como coisa, como consolidado, que ela consegue colocar em movimento quando libera a força de sua própria agressividade”. Segundo, a indissociabilidade entre teoria do conhecimento, teoria social e teoria estética, ou, em outros termos, entre conhecimento, política e os modos pelos quais a realidade “aparece” para os sujeitos. Desses dois aspectos, pretende-se costurar um “fio de meada” que apresente a dialética como um método politicamente potente de análise e efetivação do que Vladimir Safatle chama de “fenômenos de emergência”: fenômenos produzidos “a partir de uma totalidade maior do que a soma das suas partes, já que o todo produzirá propriedades que suas partes não têm”.

Em A Atualidade da Filosofia [Die Aktualität der Philosophie], aula inaugural do curso de Filosofia da Universidade de Frankfurt, proferida em 1931, T. W. Adorno começa afirmando que a filosofia deveria renunciar a pretensão, a rigor a “ilusão”, de que seja possível apreender, pelo pensamento, o Todo. Tal renúncia não significa, contudo, um abandono da noção dialética de totalidade; ao contrário, aponta que o Todo somente é acessado através de “vestígios e ruínas”. Tal posição diante do problema do Todo perpassa toda a trajetória intelectual de Adorno e constitui parte fundamental da sua filosofia. Trata-se, na sua proposta, de uma dialética negativa, que se confronta decisivamente com Hegel: a partir de Hegel e contra Hegel. Trata-se, em Adorno, da totalidade da realidade [die Totalität des Wirklichen begreife] enquanto temporalmente determinada, ou seja, histórica, que se revela sempre precária e parcialmente, o que marca seu movimento de crítica negativa à dialética hegeliana. Se, na Fenomenologia do Espírito, “o todo é o verdadeiro”, Adorno insistirá que o todo é o falso, ou o não-verdadeiro. Enquanto na filosofia hegeliana é possível entender o Absoluto como sinalizando o restabelecimento das relações entre a efetividade e a universalidade do conceito, ou entre o saber e o real, na Dialética Negativa a totalidade é definida como “uma ilusão socialmente necessária enquanto hipóstase do universal extraído de cada ser humano”, que deve ser “quebrada em sua pretensão de ser absoluta” pela análise crítica.

A totalidade enquanto “ilusão” é, pois, uma “ilusão necessária”, na medida em que sua incognoscibilidade (enquanto em-si) não deve significar sua recusa. Muito pelo contrário. Ela é hipostasiada nos particulares, na “escória do mundo dos fenômenos”, que falam dela tanto mais quanto se fazem apresentar como indeterminadas, ou como em si mesmas. A própria noção de interpretação [Deutung] desenvolvida por Adorno, desde A Atualidade da Filosofia, de 1931, sob influência marcante de Walter Benjamin (em especial, o Prefácio da sua Origem do Drama Barroco Alemão), e, também, em referência a Freud, aponta para o recíproco jogo de deslocamentos e associações que negam a possibilidade de desvendamento da verdade como conteúdo de uma mensagem. A interpretação crítica, que define o fazer filosófico, tem pretensão de verdade, mas sem nunca dispor de uma “chave segura”; o que aparece ao intérprete são “figuras enigmáticas do-que-está-aí”. Ou seja, o texto a ser interpretado como enigma [Rätsel] se apresenta como fragmentado, a compor uma “constelação cambiante”, sem forjar qualquer totalidade de sentido: sinais, vestígios e destroços que serão deslocados e re-arrumados, formando um novo texto que, por sua vez, há de ser “incompleto, contraditório e descontínuo”.

Pois que é somente em “vestígios e escombros que perdura a esperança”. Insistir nos caracteres descontínuo da história e contraditório da realidade (psíquica e social, indissociáveis), é o modo pelo qual Adorno aponta para a “insistência” do utópico enquanto latência do existente e não como ponto de chegada. As críticas à causalidade e à identidade devem ser levadas a cabo como críticas ao modelo de racionalidade hegemônico, produtor de uma “sociedade administrada” e de uma “vida mutilada” que só fazem reproduzir os modos dominantes de extração de mais-valor e produção de sofrimentos. Isso quer dizer que uma crítica radical ao capitalismo, como a que propõe a Teoria Crítica, e em particular Adorno, deve considerar a produção da vida psíquica que lhe é conforme, e, portanto, com ela, seus modos de produzir experiências, vínculos afetivos e temporalidades. A colonização dos sujeitos



em um campo de experiências previamente demarcadas e já enunciadas, como afirma Safatle, nos diz que “a vida psíquica é o eixo dos processos de sujeição social, e também o início de sua emancipação”.

Assim, recuperar a dialética como força transgressora e crítica pode significar, e/ou implicar, numa tomada de posição não somente epistemológica, mas igualmente política e estética, que confronte a apatia e a desesperança instaurada nos tempos atuais de barbárie. Isso porque ela nos permitirá compreender a realidade histórica em que vivemos não como uma totalidade fechada em si mesma, mas como uma ilusão que deve ser “quebrada em sua pretensão de ser absoluta”. Outro modo de dizer que, da situação objetiva atual, se podem produzir novos “fenômenos de emergência” que ponham em cena outros vínculos afetivos e outros regimes de temporalidade. Pois, se “onde há o perigo há também a salvação” é porque não é da recusa ao todo que nascem outros dispositivos afetivos e políticos transgressores, mas do investimento em suas contradições. Por isso cabe à crítica “construir perspectivas em que o mundo se ponha, alheado, com suas fissuras e fendas à mostra”.

